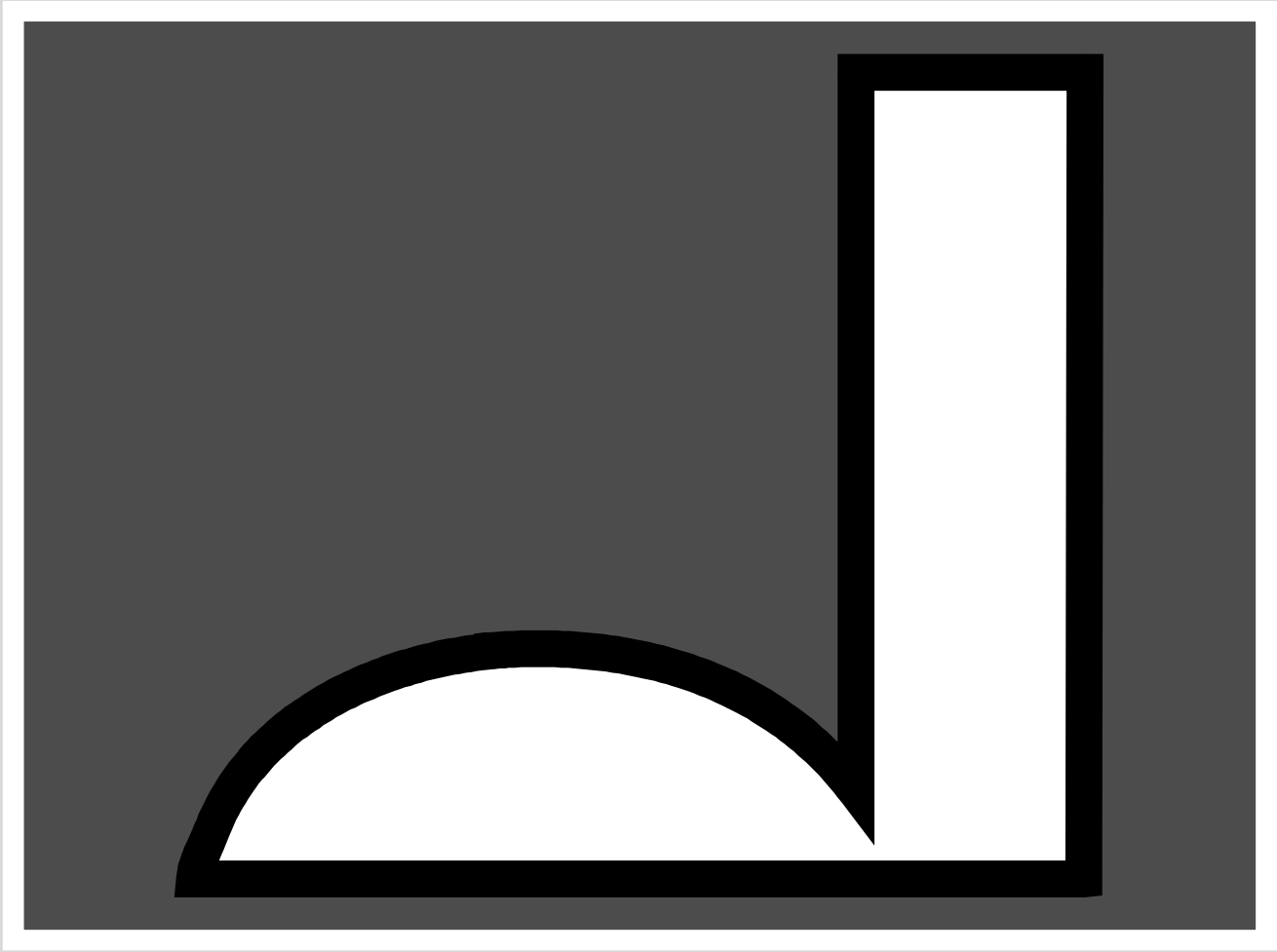
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ATAS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS – CPI DOS BINGOS

51ª A 82ª REUNIÕES DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 245, DE 2004 (SF), COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR E APURAR A UTILIZAÇÃO DAS CASAS DE BINGO PARA A PRÁTICA DE CRIMES DE LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES, BEM COMO, A RELAÇÃO DESSAS CASAS E DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE APOSTAS COM O CRIME ORGANIZADO

ANO LXI – SUP. AO Nº 136 – QUARTA-FEIRA , 9 DE AGOSTO DE 2006 – BRASILÍA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL **1º Vice-Presidente** Tião Viana – PT-AC **2º Vice-Presidente** Antero Paes de Barros – PSDB-MT **1º Secretário** Efraim Morais – PFL-PB **2º Secretário** João Alberto Souza – PMDB-MA	**3º Secretário** Paulo Octávio – PFL-DF **4º Secretário** Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO **Suplentes de Secretário** **1ª -** Serys Slhessarenko – PT-MT **2º -** Papaléo Paes – PSDB-AP **3º -** Alvaro Dias – PSDB-PR **4º -** Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16**	**LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32**
LÍDER **Ney Suassuna** VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago) **LÍDER DO PMDB – 20** **Ney Suassuna** VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira	**LÍDER** **Ideli Salvatti – PT** VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB **LÍDER DO PT – 11** **Ideli Salvatti** VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino **LÍDER DO PL – 3** **João Ribeiro** VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas **LÍDER DO PSB – 2** **Antônio Carlos Valadares** VICE-LÍDER DO PSB (vago)	**LÍDER** **Alvaro Dias – PSDB** VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL **LÍDER DO PFL – 16** **José Agripino** VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) **LÍDER DO PSDB – 16** **Arthur Virgílio** VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 **Osmar Dias** VICE-LÍDER DO PDT (vago) **LÍDER DO PRB– 2** **Marcelo Crivella**	**LÍDER DO PTB – 5** **Mozarildo Cavalcanti** VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi **LÍDER DO P-SOL – 1** **Heloísa Helena**	**LÍDER DO GOVERNO** **Aloizio Mercadante – PT** VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal **Júlio Werner Pedrosa** Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações **José Farias Maranhão** Diretor da Subsecretaria Industrial	**Raimundo Carreiro Silva** Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal **Ronald Cavalcante Gonçalves** Diretor da Subsecretaria de Ata **Denise Ortega de Baere** Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÃO – CPI DOS BINGOS

51ª Reunião, realizada em 25 de janeiro de 2006..... 00004

52ª Reunião, realizada em 26 de janeiro de 2006..... 00011

53ª Reunião, realizada em 31 de janeiro de 2006..... 00073

54ª Reunião, realizada em 1º de fevereiro de 2006..... 00084

55ª Reunião, realizada em 7 de fevereiro de 2006..... 00090

56ª Reunião, realizada em 8 de fevereiro de 2006..... 00156

57ª Reunião, realizada em 14 de fevereiro de 2006..... 00214

58ª Reunião, realizada em 16 de fevereiro de 2006..... 00241

59ª Reunião, realizada em 21 de fevereiro de 2006..... 00293

60ª Reunião, realizada em 7 de março de 2006..... 00322

61ª Reunião, realizada em 8 de março de 2006..... 00348

62ª Reunião, realizada em 9 de março de 2006..... 00414

63ª Reunião, realizada em 15 de março de 2006..... 00452

64ª Reunião, realizada em 16 de março de 2006..... 00470

65ª Reunião, realizada em 21 de março de 2006..... 00519

66ª Reunião, realizada em 22 de março de 2006..... 00524

67ª Reunião, realizada em 28 de março de 2006..... 00567

68ª Reunião, realizada em 29 de março de 2006..... 00615

69ª Reunião, realizada em 4 de abril de 2006..... 00628

70ª Reunião, realizada em 20 de abril de 2006..... 00684

71ª Reunião, realizada em 27 de abril de 2006..... 00735

72ª Reunião, realizada em 2 de maio de 2006..... 00757

73ª Reunião, realizada em 3 de maio de 2006..... 00771

74ª Reunião, realizada em 9 de maio de 2006..... 00781

75ª Reunião, realizada em 9 de maio de 2006..... 00796

76ª Reunião, realizada em 10 de maio de 2006..... 00823

77ª Reunião, realizada em 23 de maio de 2006..... 00893

78ª Reunião, realizada em 30 de maio de 2006..... 00951

79ª Reunião, realizada em 31 de maio de 2006..... 00975

80ª Reunião, realizada em 6 de junho de 2006..... 01001

81ª Reunião, realizada em 8 de junho de 2006..... 01003

82ª Reunião, realizada em 20 de junho de 2006..... 01024

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO N.º 245, DE 2004, PARA "INVESTIGAR E APURAR A UTILIZAÇÃO DAS CASAS DE BINGO PARA A PRÁTICA DE CRIMES DE LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES, BEM COMO A RELAÇÃO DESSAS CASAS E DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE APOSTAS COM O CRIME ORGANIZADO"

Ata da 51ª Reunião, realizada em 25 de janeiro de 2006.

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, às quinze horas e vinte e cinco minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores, Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Álvaro Dias, José Jorge, Valdir Ralpp, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita, Antero Paes de Barros, Ideli Salvatti e Wellington Salgado, presente ainda o Senador José Agripino Maia e Arthur Virgílio, não membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente é de caráter administrativo e destina-se a apreciação e possível votação do Relatório Parcial da Comissão e indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata é considerada lida e aprovada. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, informa que na noite de ontem foi detido o menor acusado de efetuar os disparos contra o Prefeito Celso Daniel e propõe que a Comissão faça diligência à Febem de Tatuapé em São Paulo para tomar seu depoimento. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, apóia a iniciativa do Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra o Senador Antônio Carlos Magalhães, comunica que gostaria de estar presente na oitiva. Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros, congratula-se com a prisão do menor. Com a palavra o Senador Flavio Arns, tece considerações sobre a exibição do fita referente ao interrogatório e solicita que seja encaminhado o material à Dra. Elizabete Satto e para o Ministério Público.Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, presta esclarecimentos sobre a petição protocolada pelo Advogado do Sr. Roberto Teixeira, informando que o mesmo encontra-se convalescendo de uma cirurgia, bem como cópia das ações civis públicas sobre os contratos efetuados com prefeituras. A seguir o Senhor Presidente submete à votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 010/06,** de autoria do Senador Alvaro Dias, requer seja tornado sem efeito o Requerimento n.º 310, anteriormente aprovado por esta Comissão, bem como sejam novamente transferidos a esta CPI os sigilos fiscal, bancário e telefônico de Roberto Carlos Kurzweil, sob nova justificativa. Em votação, é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Requerimento nº 009/06,** de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer seja solicitado ao Banco Central do Brasil que encaminhe a esta CPI cópia, em meio magnético e impresso, da tramitação PCAF 500 do Sistema de Informações do Banco Central, de responsabilidade dos bancos BMG e Rural, nos anos de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005. Em votação, é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis e 4 (quatro) votos contrários. **Requerimento nº 007/06,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer ao Departamento de Polícia Federal que proceda, em conjunto com assessores desta CPI, a reconstituição do caminho seguido pelo Sr. Eder Eustáquio Soares Macedo, no dia 31 de julho de 2002, quando dirigiu um veículo Omega, do aeroporto de Viracopos, em Campinas, até o Comitê de Campanha do Presidente Lula, na Vila Mariana, Zona Sul da capital paulista. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 008/06,** de autoria dos Senador Magno Malta e Eduardo Suplicy, requer seja convidado a prestar depoimento perante esta CPI, o Deputado Estadual Romeu Tuma Junior. Em votação, é aprovado, com votos contrário dos Senadores Antônio Carlos Magalhães, Tião Viana, Valdir Raupp e Ideli Salvatti. Usam da palavra pela ordem os Senadores José Jorge, Magno Malta, Garibaldi Alves Filho, Arthur Virgílio, Valdir Raupp, Tião Viana, Álvaro Dias. O Senhor Presidente acata as sugestões e informa que os destaque e emendas serão recebidas até amanhã na Secretaria da Comissão. Com a palavra o Senador Valdir Raupp concorda com a dispensa da leitura das emendas uma vez que as referidas emendas já foram distribuídas aos demais membros. Finalizando o Senhor Presidente convoca reunião a realizar-se amanhã às dez horas para oitiva do Ministro Antônio Palocci Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezesseis horas e cinco minutos e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com

os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental declaro aberta a qüinquagésima primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento número 245/2004. Informo e esclareço a Vs. Exas. de que a reunião é de caráter administrativo, nós teremos votação de requerimentos, em seguida, discussão e votação, discussão e votação, se for o caso, do relatório parcial da GTECH. Informo aos senhores Senadores que a ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Coloco em votação, propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exa. tem a palavra, pela ordem, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Presidente, foi divulgado hoje que na noite de ontem foi detido um menor conhecido como Lalo, que seria, que está apontado como autor dos disparos contra o Prefeito Celso Daniel. V. Exa. mesmo e outros Senadores, informaram de quão importante seria a CPI saber desta personagem. Eu gostaria de propor, Senhor Presidente, que possa a CPI ou a subcomissão designada por V. Exa. constituída pelos Senadores Pedro Simon, Magno Malta e eu próprio, possivelmente, nos deslocarmos para a FEBEM do Tatuapé, em São Paulo, para poder ouvir. Eu acabo de falar, há pouco, com o delegado Erasmo Pedroso Filho, responsável pela sua prisão, lá no Taboão, que me informou que este menor está se dirigindo, sendo levado para a FEBEM do Tatuapé. No próximo dia 4 de fevereiro ele completará 21 anos e, pela lei, será colocado em liberdade. Eu conversei com o Senador Magno Malta que me informou que, possivelmente, segunda de manhã ele poderia fazer esta, este trabalho pela CPI, eu poderia, faltaria consultar o Senador Romeu Tuma, mas se como o próprio Senador Garibaldi Alves tinha dito que seria importante que houvesse essa oitiva, se V. Exa. e a CPI a considerar adequado, nos disporíamos a fazer isso segunda pela manhã. O Delegado Laércio dos Santos Nunes informou que, em diálogo com esta pessoa, ele confirmou que teria sido ele o autor dos disparos contra o Prefeito Celso Daniel que, infelizmente, o levou à morte. Mas, de qualquer maneira, é importante, acredito, que esta CPI possa ouvi-lo. Era a informação que considerei importante dar a V. As., a V. Exa. e à CPI.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pela Ordem, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exa. tem a palavra, pela ordem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Senhor Presidente, eu vejo muito mérito no que arrazoou o Senador Suplicy e a minha sugestão é que V. Exa. determine a composição de uma... uma composição equilibrada, levando em conta as forças proporcionalmente aqui postas, nesta comissão, para realizar essa oitiva, que eu julgo da maior relevância. Inclusive, com este quadro tendo sido agravado pelo quadro de terror, pelo filme de terror que aqui ontem foi exposto pelo médico legista desmontando a tese de que tortura não teria havido contra o Prefeito e tortura, me parece comprovado que houve e mais ainda, o legista disse: Foi crime de mando. Mesma coisa que o esse jovem havia, também ele próprio, afirmado. Fique uma comissão bem representativa do conjunto de forças que compõem a CPI poderia se deslocar ao presídio e fazer essa oitiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou solicitar...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sugiro que o Senador Arthur Virgílio possa ser convidado para a diligência, por exemplo, segunda de manhã.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu não pertenço mais à CPI, mas, como Senador, é sempre bom. E, aliás, isso é retribuição do Senador Suplicy por eu ter, uma certa vez, sugerido a ida dele ao Haiti quando o Brasil resolveu mandar forças de paz.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas, até o final dessa sessão nós comunicaremos a decisão da Presidência.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Senhor Presidente, eu apenas acho que deve ser esta comissão e quantos Senadores queiram ir, por que se eu estiver em São Paulo eu quero ir.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu ia sugerir, Senador, por orientação do nosso Relator que pudessem formar uma comissão mais ampla, além dos três membros que já temos, possamos acrescentar outros representantes, sabemos da importância dessa testemunha, ao tempo em que quero parabenizar Vs. Exas. pelo trabalho que foi feito ontem aqui na CPI, até porque se não fosse a pressão da CPI cobrando onde se encontrava esse jovem, de imediato, por coincidência, após a reunião dessa CPI o menor, o Lalo, foi encontrado.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Essa coincidência de V. Exa. não tem aspas, não?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Presidente, eu só... regozijar com o fato de terem encontrado o rapaz, porque sendo assim diminui, de nove desaparecidos para oito.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Também no final da sessão de ontem da CPI, após o depoimento do Delegado da Polícia Federal, Delegado Luna, ele apresentou aquela fita que foi assistida também pelos membros da CPI. E deliberou-se, também, ao final que aquele seria subsídio importante para os trabalhos da Delegada, da nova Delegada do inquérito, lá em São Paulo, a Doutora Elizabeth(F), bem como para os membros do Ministério Público e ficou acertado que a CPI enviaria cópia dessa fita que eu considero, todos consideraram, muito importante para apreciação daquelas autoridades.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, as providências já estão sendo tomadas pela assessoria, já foi solicitado cópia para que se possa encaminhar até a Doutora Sato(F).

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exa. tem a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senhor Presidente, nós tomamos conhecimento que foi protocolado, se não me falha memória, ao Relator da CPI, o Senador Garibaldi, ao próprio Presidente, a documentação encaminhada pelo advogado do senhor Roberto Teixeira e endereçada ao senhor a respeito da, tanto da questão da convocação dele, tendo em vista que ele está hospitalizado por uma cirurgia cardíaca, mas o mais importante é que, junto com a documentação, que dizer, junto ao ofício encaminhado ao senhor tem uma documentação a respeito dos procedimentos adotados pelo Ministério Público e pelos órgãos de justiça, tendo em vista que as denúncias formuladas pelo senhor Paulo de Tarso Venceslau em 96 e 97 foram objeto de análise do Ministério Público e de diversos órgãos de fiscalização. O Ministério Público promoveu algumas ações civis públicas objetivando questionar mais de trezentos contratos envolvendo a CPI em várias Prefeituras. E todas estas ações civis foram julgadas improcedentes. Estão todas transitadas em julgado já. Então acho que esse tipo de documentação é de fundamental importância que possa ser dado ciência e disponibilizado a todos os membros da CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eles já se encontram a disposição dos senhores membros da CPI que desejarem ter acesso ou cópias. Ao tempo em que informo que é importante esta documentação, servirá de subsídio e desejamos que o doutor Roberto Teixeira se recupere para poder vir depor nessa CPI.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exa. tem a palavra, pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O doutor Cristiano Zanin Martins, além de ser representante legal do doutor Roberto Teixeira, é também genro, pois casado com a filha do senhor doutor Roberto Teixeira, a Senhora Valeska(F) e ele informa, nesta petição entregue a V. Exa., que, como o advogado Roberto Teixeira se encontra hospitalizado, portador de grave doença cardiovascular e, no último dia 18, foi submetido à delicada cirurgia com a implantação de duas pontes de safena e duas mamárias e, estando assistido pelos doutores Roberto Kalil e doutor Fábio Jatene, ele está impedido, por tempo indeterminado, para ser submetido à audiência aqui. Entretanto o documento, por ele, encaminhado, acho que seria importante então possa ser distribuído a todos os senhores Senadores, procure esclarecer os fatos que levaram a Comissão Parlamentar de Inquérito a querer ouvi-lo. Então, agradeceria se V. Exa. pudesse...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nós já colocamos à disposição, foi exatamente a questão de ordem votada pela Senadora Ideli (PT-SC).

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Exato, mas aqueles são os documentos anexos, mas, sobretudo esta carta que possa ser distribuída a...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Toda a documentação que foi solicitada está a disposição, os senhores Senadores que desejarem se encontra a disposição e reitero aqui o desejo de todos nós de uma recuperação rápida do doutor Roberto Teixeira. Eu, há alguns requerimentos a serem votados e de informações... (inaudível) Não, não tem nenhuma quebra não. Tem, aliás tem uma que reiterando temos que fazer, deixa eu fazer e iniciamos por ele. De autoria do Senador Álvaro Dias, que torna sem efeito o requerimento número 310, anteriormente aprovado e volta a propor a transferência do sigilo fiscal, bancário e telefônico de Roberto Carlos Kurzweil, sobre nova fundamentação. Nos termos do disposto no parágrafo terceiro, do artigo 58 da Constituição Federal e da Lei 1579/52, bem como dos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requeiro seja tornado sem efeito o requerimento número 310, de nossa autoria, anteriormente aprovado por esta Comissão, bem como

seja novamente transferida, a esta CPI, o sigilo fiscal, bancário e telefônico do Roberto Carlos Kurzweil sob nova justificação que ora se alega. Há uma nova justificação, tivemos um problema com uma liminar que foi concedida pelo Supremo e com a nova justificativa acredito, sim, que fique esclarecido. Então vamos tomar aos votos. Em discussão, não tendo quem queira discutir. Em votação. Senador Antônio Carlos Magalhães. Vota sim. Senador Álvaro Dias. Sim. Senador José Jorge. Sim. Senador Flávio Arns. Senador Flávio Arns. Senador Eduardo Suplicy. Sim. Senador Tião Viana. Sim. Senador Valdir Raupp. Senador Garibaldi Alves. Sim. Senador Luiz Otávio. Senador Augusto Botelho. Sim. Senador. Mozarildo Cavalcanti. Sim. Senador Geraldo Mesquita. Sim. Senadora Ideli Salvatti. Sim. Doze votos sim. Está aprovado o requerimento.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Questão de ordem, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exa. tem a palavra por uma questão de ordem.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu quero solicitar, também, a votação nominal daquele requerimento que discuti com V. Exa., porque consultando a minha assessoria, acho que talvez precise de votação nominal, embora seja um requerimento simples.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Votaremos em seguida, Senador. Requerimento nos termos do disposto no parágrafo terceiro, do artigo 58 da Constituição Federal e da Lei 1579/52, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requeiro que seja solicitado ao Banco Central do Brasil que encaminhe a esta CPI cópia, em meio magnético e impresso, da PCAF 500 do Sistema de Informações do Banco Central, SIBACEN. De responsabilidade dos Bancos BMG e RURAL nos anos de 2001 a 2005. Em discussão. Em votação. Senador Antônio Carlos Magalhães. Sim. Senador Álvaro Dias. Senador José Jorge. Senador Flávio Arns. Senador Eduardo Suplicy. Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, apenas um esclarecimento de V. Exa. Isso não é um assunto direto da CPI dos Correios, BMG e Banco Rural? Só para eu entender a conexão, por que é que não está sendo pedido lá?

(tumulto)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço a V. Exa. e passo a palavra ao autor para justificar.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu apenas penso, acho que a votação não pode ser interrompida.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então explicaremos depois.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – É verdade. O Senador ACM, regimentalmente, está coberto de razão, e eu por essa razão voto contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vota não V. Exa. Senador Valdir Raupp. Não, sim ou não? Não. Senador Garibaldi Alves. Sim. Senador Luiz Otávio. Não. Senador Augusto Botelho. Sim. Senador Mozarildo. Senador Geraldo Mesquita. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Senador Flávio Arns já votou. Nove votos favoráveis, Senador Mozarildo vota sim. Nove favoráveis e quatro contrários. Está aprovado o requerimento. De autoria do Senador Romeu Tuma, nos termos do disposto no parágrafo terceiro, do artigo 58 da Constituição Federal, bem como o artigo 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requer ao Departamento de Polícia Federal que proceda, em conjunto com assessores desta CPI, a reconstituição do caminho seguido pelo senhor Éder Eustáquio Soares Macedo(F) no dia 31 de julho de 2002, quando dirigiu o veículo Ômega preto, blindado, do Aeroporto de Viracopos, em Campinas, até o comitê de campanha do Presidente Lula, na Vila Mariana, zona sul da capital paulista. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Senhores Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu voto contrário, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O voto contrário de V. Exa., Senador Tião e da Senadora Ideli Salvatti. Requerimento de autoria do Senador Magno Malta e do Senador Suplicy, requer que seja convidado a prestar esclarecimento, perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Deputado Estadual Romeu Tuma Júnior. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Senhores Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Para discutir, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Está em votação já, não tem mais como discutir.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – É quando V. Exa. disse para discutir, não deu tempo nem de eu puxar o microfone. V. Exa. foi muito rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Está aprovado o requerimento com o voto contra de V. Exa.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Meu também, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E do Senador Tião Viana.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pela ordem, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pela ordem.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não, Senhor Presidente, eu só gostaria, eu acho, Senhor Presidente, com aqueles dois depoimentos que nós tivemos ontem, eu acho que uns três, eu acho que essa questão de Santo André deveria ser tornada um caso já superado por essa Comissão. Por que nós já temos tantas informações, nós já sabemos tudo que aconteceu, que, na realidade, eu acho que nós já podemos fazer, como nós fizemos no caso GETEC, eu sugeriria ao Relator, que nós podemos fazer um relatório e encaminhar para a Justiça, por que já está claro, foi um crime de mando, já está claro que houve corrupção na Prefeitura de Santo André e já está claro que houve uma operação abafa. Então eu acho que não há porque a gente ouvir mais ninguém sobre esta versão do ...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V. Exa. permite uma parte?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Devo dizer que os dois autores do requerimento se encontram presentes, Senador Magno Malta e Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Presidente, permita ponderar junto ao Senador José Jorge e, aliás, aproveito para reforçar o mesmo para todos os Senadores, inclusive ao Presidente, que não pode ontem assistir, mas, se levarmos em conta, seriamente, todos os depoimentos e documentos aqui mostrados, ainda diferentemente do que opinou agora o Senador José Jorge, não podemos chegar à conclusão definitiva de que houve crime comum ou crime de mando.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas nós estamos tratando do requerimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Exato, mas eu acho importante...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A informação do Senador...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas é que o Senador José Jorge, não assistiu ontem o depoimento de dois dos indiciados em que relataram em dois de março de 2002 como é que eles agiram. A oitiva do responsável pelos tiros, eu considero importante. V. Exa. pode, inclusive, nos acompanhar, a oitiva do Deputado Romeu Tuma Júnior é porque ele informou ter sido a pessoa que esteve responsável pela prisão de Dionísio Aquino Severo(F) e dialogou com ele e ouviu relatos que são importantes para o desvendar da história. Então...

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – V. Exa. me permite um aparte, Senador?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não sei se V. Exa. sabe a justificativa, eu posso lhe explicar.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Não. Eu só quero um aparte de 30 segundos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pois não.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Na realidade nós vamos ficar entre a opinião de dois marginais e a opinião de dois peritos médicos legistas. Eu fico com os peritos médicos legistas e V. Exa. aparentemente está...

Senador Eduardo Suplicy. Eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu acho, Senador José Jorge e Senador Suplicy é matéria vencida, vamos à frente. O requerimento está aprovado e nós discutiremos.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Presidente, pela ordem, só um minutinho. É só para ficar claro o seguinte: Que quem prendeu o Dionísio foi o delegado Romeu Tuma Júnior e foi em Taboão da Serra a Delegacia que fez todos os registros e ele era o Delegado de Taboão da Serra. E, nesta aeronave com o Dionísio, estava a principal testemunha hoje, que está vivo e sob proteção do Ministério Público. Então o Romeu Tuma Júnior ouviu o Dionísio(F) que é que foi resgatado do presídio, exatamente para montar a operação para seqüestrar e matar Celso, que é, exatamente, essa informação que o delegado não deu. Eu acho que nessa peça, onde se ouve Delegado, falta a peça do Delegado da região de Taboão da Serra, que é Romeu Tuma Júnior, que foi o único que ouviu o Dionísio(F) que foi contratado para ser o mentor intelectual e executor do seqüestro e da morte de Celso Daniel. Essa é a razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço os esclarecimentos de Vs. Exas. e o requerimento está aprovado e passo a palavra ao Senhor Relator para iniciarmos a discussão do relatório parcial sobre o caso da GETEC. Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, na última reunião da, na penúltima reunião da CPI, aliás, eu tive a oportunidade de

fazer a leitura da, do relatório, pelo menos dos seus, das suas partes mais importantes, mais relevantes. E foi concedida vista coletiva aos vários senhores Senadores e, por conta desse pedido de vista, Senhor Presidente, nós recebemos, hoje, oito emendas. Oito emendas, todas elas de autoria do Senador Valdir Raupp. Eu quero declarar a V. Exa. que, se for o caso, eu darei parecer nessas oito emendas que tratam de vários aspectos do contrato. Quero dizer, também, que encaminhei uma errata com relação a algumas, alguns trechos do relatório, mas que significam apenas emenda de redação. Não significam nenhuma mudança do sentido do nosso parecer, do espírito do nosso parecer. Então, Senhor Presidente, eu pergunto à V. Exa. e à Casa e aos, e à Comissão se devo iniciar, aqui, a apreciação dessas oito emendas.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Senhor Presidente.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Pela ordem também, Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Levando em conta a densidade do relatório e sem dúvida alguma a respeitabilidade das emendas da lavra do Senador Valdir Raupp, a sugestão que faço é no sentido de se conceder mais prazo para que possa, a Comissão, analisar emenda por emenda, inclusive alertando que Senadores do PSDB poderão, ainda, apresentar suas sugestões. A minha idéia seria se postergar a votação do relatório do eminente Relator Garibaldi Alves para primeiro: Se examinar emenda por emenda das que foram propostas pelo senhor Valdir Raupp. E segundo, para que nós possamos ter tempo, inclusive, de acrescentarmos algumas que nos pareçam pertinentes do ponto de vista do PSDB, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana. Senador Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Enquanto ele chega na cadeira, eu, se V. Exa. permitir eu gostaria de apresentar, fazer a leitura das emendas propostas ao brilhante relatório do nobre Senador Garibaldi Alves.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, pela ordem. Concordando com o Senador Arthur Virgílio, eu entendo que nós precisamos, diante de sete emendas que tratam, com muito respeito, o Relatório do Senador Garibaldi, um assunto que é estritamente vinculado a CPI dos Bingos como é esse e que precisa, essas emendas precisam de uma reflexão, por parte dos Senadores, por que elas dizem respeito a um debate, profundo, de mérito que eu concordo com o Senador Arthur Virgílio ponderando apenas que V. Exa. aceite que hoje nós possamos ter a leitura. Pelo menos, das emendas e as justificativas por parte do Senador Raupp.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senador eu vou...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Ressalvando ainda, desculpe V. Exa., que a emenda oito, Senador Garibaldi, é autoria minha e do Senador Antônio Carlos Magalhães, que diz respeito àquela Juíza que está implicada no debate, que teve um habeas corpus da Ministra Helen Greice(F) que ela possa ir ao Conselho Nacional de Justiça e que o Senador José Jorge, inclusive, já indicou o nome dela para ser analisado pelo Conselho Nacional de Justiça.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – V. Exa. tem razão.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Senhor Presidente, apenas para acrescentar que nós temos o depoimento do Ministro Palocci no dia de amanhã e é muito importante ouvi-lo, também, a respeito desse caso GETEC, antes da aprovação do relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Raupp, eu vou ler as emendas de V. Exa., não lendo as justificativas porque serão distribuídas com os senhores parlamentares e, como há um pedido de, solicitado pelo Relator e atendendo ao Relator, conseqüentemente, no entendimento de todos os senhores parlamentares, nós vamos abrir esse prazo para próxima terça-feira. Até porque o Relator; consultei o Relator se, e acho que o ideal é terça ou quarta, ele que decide.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Para mim, do meu ponto de vista, terça-feira está bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E o ponto de vista é do Relator.

Para a apresentação de novas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, não. Emendas eu vou aguardar...

Porque o Líder é (?), senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senhores encaminhem, ainda por uma concessão, apresentem estas emendas...

Até segunda, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Até amanhã.

Está bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Porque o Senador Garibaldi precisa analisar as emendas. Eu tenho as emendas de número um, de autoria do Senador Raupp, excluo os dois últimos parágrafos do item três, incluindo o seguinte texto substitutivo... Não vem aqui... Eu acho que se faz desnecessário, até Senador, não sei, a leitura, já que

serão distribuídos por todos os senhores Senadores. Aliás, já foram distribuídos, aliás, e as emendas serão ainda analisadas pelo. Solicitaria de V. Exa. e pediria a compreensão de V. Exa. para dispensarmos, se possível, a leitura, mas se deseja V. Exa., passaremos a ler. Não há nenhum problema. Pretende? Vamos lá. Emenda número dois. Número um, que é longa, não é, Senador?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Se os demais Senadores não fizerem questão da leitura, de ficar a par de toda... vão receber depois. Dispensa, a gente pode aguardar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V. Exa. a compreensão e objetividade. Então ficamos... Senador Antero.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente, eu gostaria de fazer apenas, se V. Exa. entender que não precisa ser feito hoje, tudo bem, na próxima sessão administrativa. Eu já tomei conhecimento, pela secretaria da Mesa, de que um dos mais requerimentos, já existe uma convocação que coincide com o meu requerimento. Então ele poderia ser dispensável. Mas tenho tem um outro requerimento onde nós estamos propondo uma acareação entre o senhor Espinosa(F) e uma pessoa que é líder de deficientes físicos do Estado de São Paulo, aqui na CPMI, aliás, na CPI e, nesse sentido, eu gostaria que V. Exa. programasse a votação desse requerimento da acareação para a próxima...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Terça-feira.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Terça-feira, está bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Colocaremos, os requerimentos, terça-feira. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu queria ponderar um aspecto somente com V. Exa. e com o Relator, o Senador Garibaldi Alves, no sentido dos encaminhamentos do relatório que, o que significa o indiciamento das pessoas, independente de pessoas, independente de governo. Porque, na verdade, eu tenho a impressão que nós teríamos dois tipos de encaminhamento. Um encaminhamento seria apontar os indícios que levariam para aquele crime e enviar esses indícios para o Ministério Público para que o Ministério Público, então, faça o indiciamento. Não nós propormos. E a segunda alternativa seria em relação a cada aspecto que nós identificamos e dizer: Olha, em função de tal indício, nós estamos sugerindo, propondo o indiciamento por corrupção, por fraude ou por procedimento licitatório, porque, na verdade, eu diria que, não sei se, assim, esse tipo de encaminhamento está, assim, suficiente, legal, eu conversei sobre o assunto com alguns advogados e eles disseram que o mais adequado seria uma das duas alternativas: Apontar o indício e mandar o indício para o Ministério Público que diria em que crime, a que crime que a pessoa estaria relacionado ou, então, dizer: Olha, tal indício e tal indício, em função desse indício, estamos indiciando, propondo o indiciamento em tal Artigo do Código Penal, ou seja lá donde for. Não sei como é que V. Exa. pensa sobre o assunto?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senador Flávio Arns, V. Exa. verá, no nosso relatório, que nós não usamos a palavra indiciamento. Nós propomos o aprofundamento das investigações. Agora, há uma tipificação dos crimes, há uma tipificação dos crimes, porque senão ficaria muito vago, muito teórico, muito retórico, só, o documento. Então há realmente a qualificação das condutas, que elas são respaldadas nos inúmeros depoimentos prestados à CPI e em constatações contidas no relatório do TCU. Agora, fora disso aí, ficaria, realmente, sem uma maior consistência o nosso...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, eu só penso se seria, eu entendo assim a argumentação de V. Exa., que tem que tomar cuidado com isto, também para ter uma consistência. Mas, se nós estaríamos em condições de dizer, por exemplo, se o senhor Simão Braier(F), ele está lá incurso no Artigo 333. Eu não teria condições de dizer se ele está incurso no Artigo 333 do Código Penal, corrupção ativa. A não ser que houvesse tais e tais indícios, mostram que o senhor Simão Braier(F) pode estar incurso no Artigo 333.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas Senador Flávio Arns, V. Exa. pode ler, nas conclusões, que há, inclusive, há uma classificação das condutas que eu vou, se V. Exa. permitir eu vou aqui...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não. Eu até acompanhei a leitura de V. Exa. na semana passada, eu reli também.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Aí há o seguinte, olha, veja V. Exa., na primeira conclusão; eu não vou ler a conclusão toda, mas a primeira irregularidade, é na página 145 do relatório. A primeira irregularidade na relação entre a Caixa Econômica Federal e a GTECH, foi a contratação da RACIMEC, em 93, sem licitação, para a implantação do sistema piloto do Modelo Online Real Time. O que, além de não estar amparado na lei 8666/93, deu àquela empresa significativa vantagem competitiva na concorrência pública. Licitação para a implantação do Modelo Online e Real Time. Os senhores Danilo de Castro, José Lindoso de Albuquerque Filho e Simão

Brayer foram os principais responsáveis por esse ato. Aí vem o segundo, na segunda conclusão. A concorrência pública foi direcionada para a vitória do consórcio liderado pela empresa RACIMEC. Os senhores Danilo de Castro, José Lindolfo de Albuquerque Filho e Simão Brayer são os principais responsáveis por esse direcionamento. Então, através da leitura dessas conclusões, V. Exa. vai tendo como delinear responsabilidades. No quarto item das conclusões, começa na página 145, aí já há a responsabilidade dos senhores Sérgio Cutolo, José Lindoso, Aldemar Miranda Torres, Eduardo Tavares de Almeida, Jitsuo Maeda, José Maria Nardeli Pinto, Simão Brayer e Antônio Carlos Lindo da Rocha. Aí prossegue. Eu acho que o que V. Exa. procurava vai ter aqui, nas conclusões.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não. Eu entendo o argumento de V. Exa., está explicado. Talvez a gente pudesse só, assim, é que a palavra incurso, realmente, leva à interpretação de que nós já estamos, na verdade....

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Que na verdade são indícios, ninguém está dizendo que... mas há indícios de...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu agradeço a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Bom, não havendo, nada mais havendo a ser tratado, convoco os senhores membros desta Comissão para a próxima reunião a realizar-se amanhã, às dez horas da manhã, cujo, cuja finalidade é ouvirmos o Ministro Antônio Palocci, amanhã às dez horas da manhã. Está encerrada. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 16:04.

Ata da 52ª Reunião, realizada em 26 de janeiro 2006.

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, às dez horas e quinze minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores, Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Álvaro Dias, José Jorge, Valdir Ralpp, Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita, Heráclito Fortes, Antero Paes de Barros, Sibá Machado, Ideli Salvatti e Wellington Salgado, presente ainda os Senadores César Borges, Heloisa Helena, Demóstenes Torres, Ana Julia Carepa, José Agripino Maia e Arthur Virgílio, não membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se a oitiva do Excelentíssimo Senhor Antônio Palocci Filho, Ministro de Estado da Fazenda, e indaga aos Senhores Senadores se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada lida e aprovada. Com a palavra o Senador Ministro agradece pelo convite de estar presente à Comissão e após breve explanação sobre a sua presença no Senado Federal ocorrida no ano passado, coloca-se a disposição dos Senhores Senadores. Com a palavra o Senhor Presidente informa que concederá a palavra ao Relator e após concederá a palavra aos Senhores Senadores, por dez prorrogável por mais dois. Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros sugere que o senhor Ministro volte após a reunião do Conselho Monetário Nacional, para que seja esgotada a pauta da Comissão. Com a palavra o Senhor Relator para os questionamentos iniciais, seguido, de acordo com a lista de inscrição pelos Senhores Senadores José Jorge, Jefferson Peres, Álvaro Dias, César Borges, Heloisa Helena, O Senhor Presidente suspende os trabalho por dez minutos. Reaberta a reunião prossegue as interpelações quando usam da palavra pela ordem de inscrição os Senadores Antônio Carlos Magalhães, Valdir Raupp, Demóstenes Torres, José Agripino, Antero Paes de Barros, Arthur Virgílio, Romeu Tuma, Magno Malta, Heráclito Fortes, Eduardo Suplicy, Mozarildo Cavalcanti e Aluisio Mercadante. Usam da palavra pela ordem os Senhores Senadores Arthur Virgílio e Aluisio Mercadante. Finalizando o Senhor Presidente agradece a presença do Senhor Ministro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezesseis horas e dez minutos e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de aposta com o crime organizado.

Esclareço às Srªs e aos Srs. Senadores que a presente reunião destina-se à oitiva do Exmo Sr. Dr. Antônio Palocci Filho, Ministro de Estado da Fazenda.

Informo, ainda, que a Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esta Presidência agradece, inicialmente, ao Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Palocci Filho, a sua presença, estando aqui na condição de convidado desta CPI, e também a presença do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, e das Srªs e dos Srs. Senadores.

Passo a palavra a S. Exª, Dr. Antônio Palocci Filho, Ministro de Estado da Fazenda, para suas considerações iniciais.

V. Exª tem a palavra, Ministro.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Bom-dia a todos. Quero dizer, inicialmente, que é um prazer e uma satisfação para mim atender a um novo convite, desta vez, do Presidente desta Comissão, Senador Efraim Morais, para aqui comparecer.

Quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Efraim Morais; o Relator da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho; e o Vice-Presidente da Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti. Agradeço a gentileza especial do Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros. Fico muito honrado de ter a gentileza da presença de S. Exª neste momento. Cumprimento também as Srªs e os Srs. Senadores.

Faço um agradecimento especial ao Presidente José Sarney por também ter tido a gentileza de me receber nesta Casa na manhã de hoje.

Quero agradecer ao Ministro Jacques Wagner que veio conosco até aqui e cumprimentar o nosso Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

Se as Srªs e os Srs. Senadores me permitirem, quero fazer dessa introdução breves palavras, para que possamos aproveitar adequadamente o tempo disponível que temos hoje.

Como V. Exªs sabem, no final do ano, eu estive na Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo nobre Senador Luiz Otávio. Naquela oportunidade, vários Membros da Comissão de Assuntos Econômicos e desta Comissão Parlamentar de Inquérito me solicitaram que não esgotasse os assuntos relativos à CPI naquela ocasião para que pudesse fazê-lo visitando a própria Comissão. Disse ao Senador Efraim Morais, à época, que encontraríamos uma maneira de atender a esse ou a qualquer convite que pudesse auxiliar os trabalhos do Senado não apenas no seu trabalho legislativo, mas também na sua tarefa relativa à apuração de fatos em andamento.

No final do ano passado, por motivos de agenda, não conseguimos fazer um agendamento adequado, não por falta de tempo, pois estive três vezes no Congresso Nacional no final do ano. Fiquei 25 horas em audiências aqui, inclusive com os Srs. Senadores.

Enviei uma carta ao Presidente Efraim Morais, dizendo que estaria disposto, no momento em que S. Exª considerasse necessário, conveniente, adequado, a visitar esta Comissão. O Senador procurou-me no começo do ano, assim como os Senadores Tião Viana, Eduardo Suplicy, Flávio Arns, Augusto Botelho, entendendo que seria adequado agendarmos esta visita. Então, liguei para o Senador Efraim Morais e disse que não haveria necessidade alguma de convocação, pois eu me disporia a atender ao convite na data que S. Exª marcasse. Na terça-feira, combinei com o Senador Efraim Morais que visitaria a Casa no final da tarde de hoje e ficaria o quanto fosse necessário, madrugada afora, para esclarecermos tudo o que fosse preciso em relação aos temas presentes na CPI. Falando com os Senadores, tanto eu quanto outros Senadores da Comissão verificamos que, por termos marcado a data em cima da hora – assumo a culpa por isso, Senador –, seis ou sete Senadores tinham dificuldades no dia de hoje. Alguns órgãos de imprensa disseram que, na verdade, mudamos o horário para cedo por causa de uma atividade do Senador Antonio Carlos Magalhães. Quero dizer que isso não é verdade. Falei com diversos Senadores e soube que a maioria deles teria problemas hoje, têm compromissos anteriormente agendados – agendamos muito em cima a visita desta tarde.

Então, quero aqui assumir e pedir desculpas se causei algum transtorno por ter marcado inicialmente para um horário inadequado. Disse ao Senador Efraim ontem que poderia vir de manhã sem problema algum, a não ser o problema do limite de horário, já que hoje, às duas e meia, temos reunião do Conselho Monetário Nacional, reunião à qual não poderei deixar de comparecer e na qual não posso ser substituído. Dialoguei com o Senador Efraim Morais e mencionei que haveria apenas esse inconveniente do horário, mas que teria toda a disposição de aqui comparecer.

Por fim, queria dizer que, por ter estado aqui na CAE e dialogado sobre os assuntos em pauta, bem como na Câmara em outros momentos, penso que abordei os assuntos envolvidos nesse debate diversas vezes e acho que fazê-lo novamente aqui na apresentação só iria prejudicar o tempo que temos para que as Srªs e os Srs. Senadores possam se manifestar. Reservo-me, portanto, a dizer apenas essas palavras.

Agradeço muito ao Senador Efraim Morais pela atenção que tive e pela maneira muito cordial pela qual me tratou nesse período todo, bem como ao Relator desta Comissão, o Senador Garibaldi Alves, que nos tratou com extremo respeito, buscando esclarecer questões e marcar essa audiência com o objetivo claro de melhorar os processos e o andamento dos trabalhos da Comissão.

Quero dizer que estou aqui de espírito aberto para uma discussão extremamente transparente e, por isso, quero fazer essa introdução curta para que todos possam ter oportunidade de apresentar suas questões.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex.ª, Ministro, e comunico aos Srs. Senadores e Senadoras que vou conceder a palavra ao Relator e, em seguida, vamos seguir uma lista de inscrição.

Quero pedir compreensão a V. Ex.ªs para que possamos aproveitar o nosso tempo dentro do limite, ou seja, vamos conceder a cada parlamentar, após a palavra do Relator, dez minutos com dois minutos improrrogáveis. Quem quiser fazer réplica deverá fazê-la dentro do seu tempo, não haverá réplica posteriormente. Assim será para que possamos dar condições a todos os parlamentares de participar.

Agradecemos e solicitamos aos assessores de imprensa e aos parlamentares, se possível, que coloquem os celulares no silencioso e, após a reunião – aconselho como político – dêem retorno a seus telefonemas.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem, peço que me seja dada a palavra antes do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex.ª tem a palavra para uma questão de ordem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo a V. Ex.ª no seguinte sentido. Na explicação inicial do Ministro Antônio Palocci, ele disse que pretendia vir na tarde de hoje e ficar até a madrugada, se fosse necessário, para que fossem dados todos os esclarecimentos.

Mesmo com a rigidez necessária, até pela premência de tempo, provavelmente esse espaço até as catorze horas e trinta minutos será um espaço exíguo para todos os esclarecimentos necessários. Sendo assim, gostaria de pedir a V. Ex.ª que, no momento oportuno, às catorze horas e trinta minutos, se houvesse inscrições a fazer ou reinscriçoes feitas, que o Ministro se comprometesse a aqui retornar após a reunião do Conselho Monetário Nacional para concluir alguma pendência que ficasse com a Comissão. Tomara que não fique, mas, se ficar, acho que seria essencial que esse procedimento fosse adotado. Se assim não fizermos, creio que seriam prejudicados não apenas os parlamentares, mas a Nação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos avançar com a nossa oitiva. Como não temos nenhuma previsão de quanto tempo a reunião do Conselho Monetário Nacional vai durar, vamos cuidar do nosso tempo.

Agradeço a V. Ex.ª, Senador Antero.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ministro Antônio Palocci, qual foi o real motivo da saída do advogado Rogério Buratti de sua primeira administração em Ribeirão Preto?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Em 1994, se não me engano, houve um episódio na prefeitura que envolveu o advogado Rogério Buratti. Ele era secretário de Governo da prefeitura naquela oportunidade e foi divulgada uma gravação de uma conversa dele com uma empresa que prestava serviços na cidade. Essa gravação indicava conhecimento de resultados de licitação da prefeitura. Nesse momento eu pedi ao secretário que se afastasse do Governo e ele deixou o Governo quando essa questão foi divulgada.

Posteriormente, houve uma sindicância da prefeitura, uma comissão parlamentar da Câmara e um inquérito da Promotoria Pública do Estado de São Paulo. Nas três instâncias se apurou que tudo aquilo que foi revelado naquela conversa e se referia a nove licitações, de fato, não ocorreu do jeito que estava dito na conversa. Ou seja, na conversa gravada se falava de nove licitações e do resultado dessas nove licitações.

Com a apuração que foi feita na sindicância da prefeitura, na CPI da Câmara e no Ministério Público se constatou que nenhuma daquelas licitações chegou naquele resultado que a conversa indicava.

Posteriormente só, eu perguntei ao Sr. Rogério Buratti qual era o motivo daquela gravação na medida em que ela não revelava de fato resultados de licitações, porque as licitações já tinham ocorrido antes daquela gravação e indicaram outros resultados. Ele disse que estava tendo problemas com aquela empresa, aquela empresa o estava pressionando e que ele achou que seria um instrumento de defesa dele fazer aquela gravação. Foi isso que ele explicou a mim, assim como nos depoimentos que ele deu à Câmara Municipal e ao Ministério Público de São Paulo.

Concluiu-se na sindicância da prefeitura que não havia, portanto, desvio da licitação. A licitação nem era responsabilidade dele, era de outra Secretaria. Ele revelou um conhecimento que era indevido para

um secretário de Governo. Na comissão da Câmara também se concluiu que não houve direcionamento da licitação e o Ministério Público também arquivou o caso concluindo que não houve a licitação.

Algumas pessoas me perguntaram por que eu não teria convidado o Sr. Rogério Buratti a voltar ao Governo na medida em que essas três instâncias o inocentaram. Eu não o convidei porque achei que, de qualquer forma, o fato de ele ter feito uma gravação de um diálogo com um interlocutor que prestava serviço na cidade era inadequada e eu achava que ele não deveria voltar à prefeitura da cidade.

Esses foram os fatos ocorridos em mil e novecentos... Posso estar enganado aqui com datas, mas é em 1994, com certeza, que ocorreram esses fatos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o relacionamento de V. Exª com o Sr. Rogério Buratti permanece?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Ele era um relacionamento, evidentemente, grande no Governo. Depois que ele se afastou do Governo, eu me afastei. Nossas famílias eram amigas, nossas famílias se afastaram por distância de atividade profissional. Não deixei de recebê-lo em minha casa, duas ou três vezes, não deixei de visitá-lo, ocasionalmente, mas me afastei naturalmente dele.

Depois dos acontecimentos mais recentes, que envolveram, no ano passado, no ano retrasado, a questão da GTech, a partir daí não tive mais nenhum contato com ele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E V. Exª não tinha conhecimento, não tem conhecimento do que ele faz em Brasília, ou fazia em Brasília?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não. A atividade dele em Brasília não tem nenhum relacionamento com a minha atividade profissional no Ministério da Fazenda.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele afirmou nesta CPI, Sr. Ministro, que durante a sua segunda gestão em Ribeirão Preto a prefeitura recebia R$50 mil por mês da Leão Leão, empresa que fazia serviço de limpeza na cidade. Segundo as denúncias, o intermediário das negociações era o ex-secretário da prefeitura Sr. Ralf Barquete, que recebia o montante que teria sido acertado. Ainda com base nas denúncias, o saque seria realizado em dinheiro, nos bancos Banespa e Bradesco. Por fim, o Sr. Rogério Buratti afirma que o vice, aquele que o sucedeu na prefeitura, continuou recebendo essa quantia.

O que o senhor tem a nos dizer a respeito disso?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Começando pelo fim, não acredito que o meu vice-prefeito, que se tornou prefeito de Ribeirão Preto, tenha recebido qualquer quantia nessas condições, porque se trata de uma pessoa honrada, decente, um empresário de muito respeito na cidade. Não acredito que teria essa prática.

Segundo, em relação à afirmação do Sr. Rogério Buratti sobre essa contribuição que haveria da empresa para o Partido dos Trabalhadores – e já afirmei em outras oportunidades –, quero, aqui, de forma oficial e categórica, dizer que isso não ocorreu.

Vou lhe dar algumas informações importante sobre essa época que podem ajudar a compreensão desse fato. Em primeiro lugar, essa empresa Leão & Leão não é uma empresa qualquer; é uma empresa de porte na região; ela é responsável por grande parte das obras feitas na região, obras de boa qualidade; é uma empresa que atua fortemente nas atividades da região e presta serviços importantes de infra-estrutura na região de Ribeirão Preto. Portanto, quero aqui fazer essa referência porque a empresa Leão & Leão tem práticas de realizações fundamentais para todas as Prefeituras da região.

O meu relacionamento com essa empresa é absolutamente transparente. Eu pedi recursos para essa empresa durante a minha campanha para Prefeito. Essa empresa contribuiu com a minha campanha, o que está registrado nas minhas contas entregues ao Tribunal Superior Eleitoral. Esta e mais uma centena de empresas da cidade e da região contribuíram oficialmente com a minha campanha. Vejam: não haveria sentido nenhum de eu ter uma contribuição oficial – e a empresa fez e outras empresas fizeram, oficialmente, com recibo, com base na lei eleitoral aprovada neste Congresso Nacional – e, em seguida, eu pedir uma contribuição extra-oficial para a empresa. Ou seja, não tem sentido, meses depois de se fazer uma contribuição oficial, fazer-se uma contribuição extra-oficial.

Segunda questão: o Sr. Rogério, nas condições em que ele estava naquele depoimento, detido inclusive, afirmou que, mensalmente, o Sr. Ralf entregava ao Sr. Delúbio, durante o ano de 2001, essa quantia de cinqüenta mil reais. Eu afirmo ao senhor: o Sr. Ralf não conhecia o Sr. Delúbio no ano de 2001. Os dois não se conheciam; não tinham nenhum relacionamento.

Terceira questão que eu queria ressaltar sobre isso. Eu não acredito... Problemas podem ocorrer numa Prefeitura, num Governo Federal. Não quero dizer aqui que os ambientes em que eu trabalho são isentos de ter problemas. Todos nós sabemos que irregularidades ocorrem nos órgãos de grande porte. E, na Prefeitura, eu admito, podem ter ocorrido irregularidades envolvendo profissionais da Prefeitura. Mas aqui não se trata de uma irregularidade ou de um erro de um secretário, ou de um equívoco, ou de uma atividade

ocasional inadequada. Trata-se de um procedimento que, durante dois anos, percorreu a administração, envolvendo o Tesoureiro do meu Partido e o Secretário da Fazenda da Prefeitura. Então, um evento como esse, se tivesse ocorrido, eu saberia. E eu não acho que existiria... Algumas pessoas perguntam se haveria a hipótese de isso ter ocorrido sem o meu conhecimento. Eu digo que não. Não há essa hipótese de um processo tão longo, de dois anos, envolvendo um Secretário da administração e o Partido, ocorrer sem que eu soubesse.

Então, eu quero lhe dizer, conclusivamente, Senador, que esse procedimento não ocorreu. Essa informação não é verdadeira.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor acha que ele teria dito isso por ressentimento do senhor ainda?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Senador, se o senhor me permite, na medida do possível, não gostaria de interpretar acontecimentos e as razões subjetivas que levaram determinadas pessoas a fazer determinadas acusações ou informações. Eu acho que, quando nós entramos na subjetividade, tudo é possível. Quer dizer, se foi algum ressentimento, se foram as condições pelas quais a pessoa foi submetida àquele depoimento – detido, algemado, gravado, exposto... Não sei dizer o que o levou a fazer essa afirmação.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ministro, espero que o senhor compreenda, mas eu tenho que fazer todas as perguntas que se incluam no universo do meu dever.

Há fortes indícios de que durante a gestão de V. Exª e do seu Vice-Prefeito as áreas de varrição eram exageradamente aumentadas para originar um valor a ser pago pela Prefeitura à Leão Leão, muito maior o que deveria ser pago. Comparando planilhas em posse desta CPI, isso me leva a perguntar o seguinte. Para configurar melhor o que estou tentando explicar, faço uma comparação prática da varrição do parque municipal de Ribeirão Preto. Tal parque tem uma área varrível de mais ou menos 4 km. Todavia, durante a sua administração, eram varridos 48 km de área dentro desse parque. Se compararmos com a administração atual, em sua gestão, o parque era varrido seis vezes a mais do que hoje. Para demonstrar a impossibilidade dessa varrição, segundo a funcionária Marilene Falsarella, apenas três funcionários eram destacados para varrer o parque diariamente, o que torna impossível tal serviço.

V. Exª teria condições de explicar hoje os fatos?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Sem dúvida. Primeiro, Sr. Senador, na verdade, não existem indícios de aumento de varrição no nosso Governo; existe aumento de varrição no nosso Governo. Não são indícios, são fatos, e explico por quê: quando assumimos o Governo pela segunda vez, a cidade não era varrida, apenas a área central da cidade tinha varrição. Os bairros populares, todos os bairros, inclusive os populares, não recebiam serviço de varrição, mas apenas a área central da cidade recebia o serviço. E não havia solução para os bairros. Quando assumimos a Prefeitura, estendemos a varrição para todos os bairros da Cidade, porque acho que os cidadãos merecem ter esse serviço, não por morarem no centro, mas por morarem em qualquer localidade da cidade. Então, não há indícios de aumento de varrição, mas um fortíssimo aumento do serviço de varrição durante o nosso Governo por contrato feito, porque havia essa possibilidade contratual, os serviços eram pagos por metragem e foram ampliados dessa maneira.

Existiam serviços antes da minha posse que eram contratados de maneira a ser questionada pela legislação para varrições improvisadas nos bairros. No final do ano de 2000, antes portanto da minha posse, 3000 pessoas foram contratadas nos bairros, sem carteira assinada, por associações de moradores juntamente com a prefeitura para resolver o problema dos serviços de limpeza da Cidade. Quando assumi o Governo, os contratos dessas 3000 pessoas venciam 30 dias depois. O Ministério do Trabalho tinha processado a Prefeitura porque ninguém tinha carteira assinada, o Ministério Público do Estado processou a Prefeitura para encerrar aquilo que estava completamente irregular, e os bairros não tinham varrição adequada. Então, encerramos aquele serviço para corrigir as irregularidades. Essas pessoas, inclusive, não lhes tiramos a oportunidade de ter uma formação profissional, levamos todas para cursos de formação profissional no Sesi, no Senai, no serviço da Prefeitura, fizemos um curso de alfabetização para a metade delas, porque não eram alfabetizadas. Todas o foram, e pusemos a empresa de limpeza fazer a varrição como era o adequado. Por isso, houve esse grande aumento da varrição.

Os contratos de varrição são feitos por valores de quilômetro quadrado, metro quadrado de varrição ou o que seja, e paga-se o serviço que é realizado dentro do limite do contrato. Então, se um governo amplia a varrição da cidade, paga mais pelo serviço; se reduz, paga menos. Isso foi objetivamente o que ocorreu nos fatos dessa natureza.

Aqui, Senador, se o senhor me permite um tempo mais alongado para essa resposta – pode ser, Senador?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – ...eu gostaria de dizer que esse debate e outros que envolvem a discussão da administração municipal têm muito a ver com brigas locais, com a luta política local e ensejam processos na Justiça, no Ministério Público, mas temos, como políticos, de entender que assim ocorre. Mas é preciso também ponderar o quanto isso significa postura de fiscalização adequada de pessoas ou apenas luta política. Vários desses assuntos que estão nos jornais são levantados toda vez que alguém acha que vou ser candidato a alguma coisa, esse assunto reaparece. Faz tempo que estou dizendo que não sou candidato a nada, mas, infelizmente, esses assuntos reaparecem.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor não vai ser candidato, não?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não, não vou ser candidato.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A nada?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Nesta eleição. O futuro a Deus pertence, mas, nesta eleição de 2006, não serei candidato a nada. Não desejo. Quero continuar meu trabalho. Acho que estou contribuindo com o País e com o Presidente Lula. Enquanto o Presidente Lula julgar que a minha contribuição ao País é importante, vou manter meu trabalho no Ministério da Fazenda. Então, não sou candidato, mas muitos acharam que eu era candidato e começaram a brigar comigo por causa disso.

Eu queria voltar a essa questão. Essas denúncias que hoje surgem não são novas. Elas surgiram todas as vezes em que disputei alguma eleição na cidade. Muitas delas já tramitaram na Justiça, já foram avaliadas e já foram arquivadas. E continuam saindo.

Vou lhe dar três breves exemplo. Por isso, peço um tempo um pouco maior a V. Exª. Três assuntos que continuam até hoje saindo já foram arquivados no Supremo Tribunal Federal. Por exemplo, aquisição e contratação de 41.787 cestas básicas para a prefeitura. Foi uma denúncia como essa, de que a licitação seria irregular. Isso foi trazido ao Ministério Público, que apresentou ao Supremo Tribunal Federal; o despacho do Ministro-Relator... – não vou usar os nomes dos Relatores, dos procuradores aqui, porque não quero usar nomes de pessoas para me defender. Quero apenas citar os processos. Diz o Relator desse caso que até hoje se debate:

> Inexistindo, nos presentes autos, elementos que justifiquem a critério do Procurador-Geral, o oferecimento de denúncia, eis que contra o Sr. Antônio Palocci "não há sequer indícios da participação no processo de licitação ora inquinado de ilegalidade", não pode o Supremo Tribunal Federal recusar o pedido em questão, precisamente porque formulado pelo próprio Chefe do Ministério Público. Sendo assim e tendo em consideração as razões expostas, defiro, nos termos do art. 3º, I, da Lei nº 8.038, quanto ao indiciado Antônio Palocci Filho, o arquivamento do presente inquérito, nos termos em que postulado pelo eminente Procurador-Geral da República.

Esse foi o voto do Relator, Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Vamos ver outro contrato, relativo à aquisição de bens de merenda escolar e bens de cesta básica para programas de apoio a cidadãos em tratamento de saúde. Inclusive, ficou famosa a compra de ervilhas. Essas ervilhas me perseguem há quatro anos, e continuam debatendo esse assunto, que já está arquivado no Supremo Tribunal Federal. O que diz, no caso, o Procurador-Geral da República?

> Não há, nos autos, elementos capazes de evidenciar justa causa à propositura de eventual ação penal. Não existem indícios de cometimento por parte do então Prefeito Palocci, em participação ou co-autoria com os demais indiciados, de fraude nas licitações.

E diz mais:

> Nenhuma das provas produzidas nesses autos aponta para a assertiva de que os outros indiciados, de qualquer forma, tenham frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, principalmente os referentes às Tomadas de Preço nºs 44, 55 e 56 em questão, ou tenham faltado com a observância do princípio constitucional de isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e probidade da administração pública, nos termos do art.(...)
>
> As condutas realizadas pelos indiciados não se adequam às descritas nos artigos mencionados na Lei nº 8.666, referentes aos crimes praticados em procedimento licitatório.

E pede, ao fim, o arquivamento. Vai ao Ministro do Supremo, que faz o relatório e arquiva o processo.

No mês passado, tinha matéria sobre esse processo nos jornais. Não critico o jornalista, nem critico quem faz denúncias, primeiro porque penso que é papel dos vereadores brigar, denunciar, buscar investigar. Acho que faz parte da vida política. Agora, vamos ponderar que a luta política local não pode servir de

criação de um ambiente nacional em questões, muitas delas, já resolvidas e concluídas pela Justiça e que voltam à tona, agora em versão nacional, porque a política assim determina.

Um terceiro, para concluir, que também é objeto de debates mais recentes. Contratos emergenciais que fiz em 2002 na prefeitura, por ocasião de uma enchente que houve na cidade. Fiz uma série de contratos emergenciais, foram feitas denúncias. Até o ano passado, havia várias denúncias no jornal: "Aqueles contratos todos irregulares...". Eu nem me lembrava que isso já tinha passado pela Justiça. Recentemente, fui olhar como estava o processo, e não só foi arquivado pelo Supremo Tribunal como o Ministro que mandou ao arquivamento diz: "Registre-se que o representante tem motivado a instauração de vários procedimentos investigatórios, que, via de regra, resultam em arquivamento por não caracterizarem fatos típicos". E cita oito casos. "Isso denota" – diz o Ministro Relator – "motivação política do representante. Este Tribunal não pode servir de instrumento para dar vazão a discórdias puramente políticas ocorridas no âmbito municipal. Defiro o pedido da Procuradoria Geral da República. Arquive-se o presente inquérito".

Esse assunto foi debatido nos jornais intensamente no ano passado. Está arquivado desde 2003. Eu nem tinha essa informação, não fui atrás dela, agora, para comparecer aqui, achei que era o caso de fazê-lo.

E digo que isso acontece com centenas de assuntos que estão na pauta. Não tive tempo, por ter antecipado a minha vinda e, depois, antecipado de novo o horário, de fazer as pesquisas adequadas. Isso, meus assessores me entregaram ontem à noite, dei uma olha muito rápida, posso até estar sendo impreciso, mas são dados que estarei enviando para V. Exª. Não quero deixá-los agora porque estão todos... Mas se o senhor quiser, deixo-os, não há nenhum problema, mas posso mandar esses dados completos adequadamente.

O que quero dizer com isso, Senador? Na verdade, todos esses debates em torno de um contrato A ou de um contrato B da Prefeitura já foram feitos em âmbito regional, mas, como sou Ministro da Fazenda, agora são debatidos em âmbito nacional. Todos voltam à tona, assuntos requentados, muitos deles já arquivados pela Justiça. Então, veja, trata-se de luta política local, de partidos que se digladiam legitimamente na disputa política. Não condeno nem o jornalista que publica nem o Vereador que questiona, por dois motivos: primeiro, porque é legítimo questionar, fazer denúncia e, eventualmente, uma denúncia pode ser correta, não podemos desprestigiar esse nível da atividade política; segundo, porque fui um Vereador muito chato também, quando exerci esse cargo em Ribeirão Preto, e eu era briguento também. Então, não posso condenar uma prática pela qual lutei também, que era transparência na administração etc., etc., mas não podemos transformar essas questões em assuntos da dimensão que se quer dar, mesmo por que muitos deles são singelos, já estão resolvidos, e os que não estão serão resolvidos pela Justiça.

Não tenha nenhuma dúvida, tenha absoluta tranqüilidade de que todos esses assuntos, como os do passado, estarão mortos na Justiça, porque não há o que se provar em relação a eles. Todas essas acusações, as novas e as não novas, algumas já foram arquivadas, outras serão, porque são falsas. Sei o que fiz e o que não fiz na Prefeitura de Ribeirão Preto. Sei quantas escolas construí, sei o avanço social que conseguimos na cidade, sei a obra que deixei e sei que não cometi essas malfeitorias que querem me atribuir.

Mas não combato, Senador, essa luta política, pois faz parte. Quem não tem aqui na sua base uma lula política? Quem não tem? Alguns até muito mais aguerrida do que a minha. V. Exªs sabem que não sou de muita briga, aqui há Senadores muito mais aguerridos do que é o meu estilo. Mas quem não tem em sua base uma luta política que envolveu processo? Assisti a um debate aqui, na semana passada, muito acalorado, e não é meu estilo fazê-lo. Mas essas questões do debate político local fazem parte da legitimidade do processo político. Apenas penso que não devemos entupir a Justiça com processos dessa natureza, como pede o Relator nesse último processo que li aqui.

Peço desculpas, Senador, por ter ocupado um tempo maior, mas espero ter dado um esclarecimento mais geral sobre essas questões.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E V. Exª acha que esse caso foi resolvido? Porque eu ainda tinha outras perguntas, mas vou deixá-las de lado.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Posso mandar os documentos todos para V. Exª, tudo o que solicitar mandarei adequadamente num curto espaço de tempo, quero que tenha conhecimento de todos eles. V. Exª vai verificar que muito do que está sendo debatido hoje se encontra devidamente arquivado, boa parte no Supremo Tribunal Federal.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª se recorda, de memória, do Sr. Mauro Pereira Júnior?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Mauro Pereira Júnior? Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Funcionário da Prefeitura?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não me recordo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Ministro, qual era o nível de relacionamento de V. Exª com o Sr. Ralf Barquete?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – O Ralf Barquete foi Secretário de Finanças da Prefeitura no meu segundo Governo, de 2000 a 2002, ou melhor, em 2001 e em 2002.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem foi que o indicou para ocupar o cargo de assessor especial do Presidente da Caixa Econômica Federal?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – O Presidente da Caixa me procurou, encontrou-me dois ou três meses depois da nossa posse e disse que tinha estado com o Ralf, que ele conhecia pelo trabalho que ele tinha na prefeitura de São Paulo, anterior ao de Presidente da Caixa. Eles se conheciam. E me perguntou se havia algum inconveniente em trazê-lo para sua assessoria na Caixa. Eu disse que da minha parte não havia. Ele disse que gostaria de contratá-lo e assim o fez. O Ralf, então, passou a trabalhar como assessor do Presidente da Caixa, embora o trabalho efetivo dele tenha-se dado num curtíssimo espaço de tempo, porque ele teve um problema inesperado, ele adoeceu, teve uma doença grave. A partir daí, foi tendo afastamentos progressivos do trabalho e não mais voltou.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas ele continuou muito ligado ao Ministro.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Aqui, em Brasília, não, primeiro porque o trabalho dele era de assessoria da Presidência da Caixa; segundo, que ele fez um trabalho num espaço de tempo muito curto. Eu só voltei a falar com o Ralf novamente depois que ele fez a cirurgia. Ele estava numa situação bastante difícil.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o nível de relacionamento de V. Exª com o Sr. Vladimir Poleto?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – O Vladimir Poleto, eu não o conheço. Encontrei com o Vladimir Poleto duas vezes e o cumprimentei sem saber quem era. Inclusive, ele estava em atividades. Eu me lembro de tê-lo visto. E soube depois que ele assessorava o Ralf no seu trabalho na Prefeitura. Ele era funcionário da Prefeitura. Não tive nenhuma reunião com ele, não tinha contato com ele, eu pouco o conhecia. Não tenho nada contra com ele, não tenho relacionamento com ele.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª não esteve nenhuma vez na casa que ele alugou no Lago Sul?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Aqui, em Brasília?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não, nenhuma vez.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que era utilizada para reunir empresários.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não estive nenhuma vez.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o relacionamento de V. Exª com o Sr. Ademirson Silva?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Ele é meu assessor pessoal há, posso estar enganado, algo em torno de 17 anos; podem ser 16, 18, mas em torno desse período.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª sabia do relacionamento dele com o Ralf e Poleto a ponto de falarem ao telefone mais de 800 vezes num período de dois anos?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não, inclusive quando isso foi noticiado pela imprensa, eu chamei o Ademirson e falei: "Ademirson, eu sabia que você tinha algum relacionamento com essas pessoas, mas falam em mais de mil ligações. É uma grande amizade". Ele falou para mim, nesse dia – foi no meu gabinete; eu pedi para conversar com ele: "Eu também estranhei esses números e vou olhar, porque acho estranho um número tão grande de ligações".

Mais recentemente, Senador, ele me trouxe alguns dados, eu pedi até para ele enviar a V. Exª esses dados. Ele me trouxe alguns dados que ele apurou. Não estou tratando aqui desses dados como oficiais, porque são dados dele, que está procurando fazer de forma mais formal, em forma de perícia. Mas, primeiro, ele disse que as ligações que foram relatadas pelos documentos da CPI, primeiro, mais de 60% ou 50% delas não ocorreram enquanto conversas, foram tentativas de ligação. Segundo, há um encavalamento de horários em dezenas de ligações que são apontadas como de autoria do Ademirson. Por exemplo, vou dar um exemplo que ele me entregou nesta semana: num dia em que foram relatadas 21 ligações, num período de 39 segundos, há 15 ligações. É meio impossível isso ocorrer.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Só falaram 14 vezes no mesmo dia.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Em um dia, foram 21 ligações, no mesmo dia. Aí o senhor olha o detalhe, e, na verdade, há 15 ligações num período de 39 segundos. Insisto: não estou dando uma informação oficial aqui. Apenas considero esquisita essa informação.

Segundo, há a seguinte informação: às 11 horas, 25 minutos e 12 segundos, há uma ligação de 12 minutos e 45 segundos; às 11 horas, 25 minutos e 13 segundos – um segundo depois –, há uma ligação de

12 minutos e 47 segundos. Como pode, um segundo depois, haver outra ligação, se a primeira durou 12 minutos? Há vários casos assim.

Eu pedi a ele, Senador, que enviasse ao senhor esses dados. Ele disse que estava procurando fazer uma perícia mais profissional disso, porque ele gostaria de enviar essas informações e de esclarecer essas coisas.

Quero só separar aqui o que é exagero. De fato, o Ademirson esteve aqui para esclarecer aos senhores que tinha relação de amizade com essas pessoas, e creio que ele pôde dar-lhes os esclarecimentos de que necessitavam. O Ademirson é uma pessoa extremamente trabalhadora, é uma pessoa dedicada. Não é um técnico do Ministério da Fazenda nem foi técnico nos trabalhos que fez na Prefeitura. É um assessor pessoal que marca viagens, reuniões, e que acompanha a minha agenda. Esse é o trabalho dele. É uma pessoa extremamente humilde, muito aberta, muito franca. Penso que a visita dele aqui ofereceu aos Srs. Senadores os esclarecimentos que foram solicitados. Ele é uma pessoa extremamente gentil e não tem nenhuma dificuldade em expressar o seu trabalho. O trabalho dele é completamente público. O que ele faz é me acompanhar. Como a minha agenda é pública, toda a atividade dele é pública também. Então, ele não tem nenhuma dificuldade...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E por que o senhor ficou tão preocupado?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Achei muita ligação, como vocês acharam, como a imprensa achou. Foram muitas: 1,4 mil ligações. Falei: "Ademirson, não está um pouco exagerado?". Ele falou que também achava que era muito, que não era real.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor pensou que eram más companhias?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não, não diria má companhia. Acho que cada um escolhe suas amizades. Achei que era um contato talvez muito intenso. Talvez tenha aceitado a interpretação dada pela imprensa e perguntei a ele, e ele falou que também estava espantado com esse número. Dias depois, trouxe-me essa avaliação que ele fez – não foi um relatório –, dizendo, por exemplo, que, das ligações feitas ao Ralf, não é o número que está lá. Estão 400 e tantas, mas são 174, que, em um período de 14 meses, são 12 ligações por mês. É muito ou pouco? Não sei. Não quero fazer avaliações subjetivas aqui. Senador, não estou dizendo que os números divulgados são mentirosos; não estou dizendo isso. Mas tem muita inconsistência no relatório que ele recebeu, na cópia, inclusive diversas ligações no mesmo espaço de tempo, o que me parece fisicamente impossível. Pode ser que um técnico de telefonia esclareça isso em dois minutos, e eu não entenda nada disso, mas me parece que fazer 29 ligações em 30 segundos é um pouco difícil; 15 ligações em 19 segundos; uma ligação de 12 minutos e outra ligação um segundo depois. Fisicamente, creio que há alguma inconsistência. Não quero aqui questionar o trabalho que foi feito. Pode haver alguma dificuldade do programa utilizado, alguma questão desse tipo.

Insisto: não sou advogado do Ademirson; ele é meu assessor. Defendo-o como uma pessoa honrada, mas pedi a ele que enviasse isso ao senhor, para que o senhor possa, depois, dialogar com ele e chamá-lo aqui, se for o caso, para dialogar com ele e esclarecer essas coisas.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Ministro, Rogério Buratti afirmou a esta CPI que, quando ligava para o telefone 81117197, algumas vezes era para falar com V. Exª e, em outras, com o próprio Ademirson. Das 841 ligações entre o telefone 8117197 e o de Ralf Barquete, ele sempre falou apenas com o Ademirson ou falou com V. Exª?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Senador, não costumo atender ao telefone de outras pessoas, nem do próprio Ademirson. Isso é raro acontecer. Isso acontece, por exemplo, quando estamos no carro, dirigindo-nos a determinado local, e liga algum Ministro, alguma pessoa, algum Secretário que quer falar comigo. São situações raras. Tenho os telefones do meu gabinete e os da minha casa. As vezes que falei com Rogério Buratti assumi publicamente nas entrevistas que dei. Não tenho problema de dizer que recebi um telefonema ou dei um telefonema. Porém, não utilizaria o telefone do Ademirson, mesmo porque estou em atividade o dia todo e não estou com ele o tempo todo. Eu não estou com ele o tempo todo. Ele participa da organização da minha agenda. Eventualmente, quando estamos em um carro e alguém liga, eu atendo. Isso são situações eventuais. Agora, eu não tenho problema em assumir os telefonemas que dei, as reuniões que fiz. Vou fazê-lo com toda a transparência; não preciso de telefones intermediais para isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eles se comunicavam por telefone em média duas vezes por dia; não trabalhavam juntos; não tinham amizade familiar conforme relatou a viúva do Sr. Ralf, a Srª Sueli Ribas.

V. Exª acha que eles falavam alguma coisa profissional? Tem...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não; o que ele me falou – e falou aqui para vocês também – foi que esses telefonemas são todos de cunho pessoal, de relacionamento pessoal, de amizade.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem V. Exª idéia acerca do interesse de Ralf na Serprus a ponto de ir com certa freqüência, acompanhado de Buratti, à sede daquela autarquia em Brasília?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não. Desconheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sabe V. Exª que negócio ou interesse Ralf, Buratti e Poleto tinham em Brasília a ponto de se encontrarem aqui com bastante freqüência, inclusive com a presença de Ademirson?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – O que eu vejo... Na época, eu não tinha essa visão, Senador. O que eu vejo hoje, depois de todo o levantamento que se fez sobre essas pessoas, foi que elas procuraram estabelecer ações de trabalho aqui. Algumas delas trabalhavam comigo; outras não. As pessoas que não trabalhavam comigo ou que trabalharam no passado procuraram estabelecer trabalhos aqui em Brasília. Eu acho que isso... Os Senadores mesmo que vieram de governos, de prefeituras, de atividades anteriores, sabem que é natural que pessoas que trabalharam anteriormente conosco busquem trabalhar próximo de onde estamos trabalhando em outros níveis.

O importante é o seguinte, Senador: quanto às pessoas que trabalham comigo, eu respondo pelos trabalhos que elas fazem. Estão aqui muitos dos secretários que trabalham conosco, como o Secretário Jorge Rachid, o Secretário Joaquim Levy, o Embaixador Marcos Galvão, o Embaixador Sérgio Bath, o Procurador-Geral da PFN, o Chefe da Procuradoria, Manoel Felipe, o nosso assessor parlamentar, José Ivo. Eu não sei se tem outros... Ah, está o Marcelo Neto; está aqui o Secretário Executivo, Murilo Portugal. Essas são as pessoas que formam a minha equipe e desempenham as funções do Ministério da Fazenda.

Quanto a pessoas que um dia trabalharam comigo e vêm a Brasília tentar fazer alguma atividade, eu não posso responder pelas atividades dessas pessoas. São cidadãos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas V. Exª admite que eles eram lobistas?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Eu não vou fazer caracterizações, Sr. Relator; eu não acompanhei as atividades deles; eu não tenho conhecimento das atividades deles. Então, eu não vou fazer caracterizações das atividades deles. Eu digo que essas atividades não têm relacionamento com a minha atividade. É isso que importa para mim.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual o nível de relacionamento com o senhor Roberto Carlos Kurzweil?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – O Roberto Carlos Kurzweil era Presidente de uma empresa que detinha, na minha primeira administração, os serviços de saneamento da cidade. Não foi contratado por mim; foi contratado anteriormente, mas manteve esse serviço durante toda a minha administração. Quando eu voltei à Prefeitura, já era outra empresa; ele não estava mais nesta empresa.

Durante o meu governo ele venceu uma licitação, que foi a concessão de serviço de tratamento de esgotos da cidade, numa parceria da empresa dele com uma empresa espanhola, chamada OHL, para prestar os serviços de tratamento de esgotos da cidade, uma parceria em um trabalho muito importante, penso eu, que não só deu 100% de capacidade de tratamento dos esgotos da cidade, como eliminou o principal foco de poluição do mais importante rio daquela região, que era contaminado 50 km pelo esgoto da cidade.

Eu tive até uma oportunidade, antes de 1992, de visitar essa área com o Senador Eduardo Suplicy, a quem disse que, se eu fosse prefeito um dia, gostaria de resolver aquele problema: toda a Cidade de Ribeirão Preto, jogava 100% do esgoto no rio Pardo e contamina 50 km desse rio.

Então, buscamos fazer o trabalho de tratamento desses esgotos. Foi conseguido esse projeto; foi feita uma parceria, e a empresa desse empresário fez parte daquele consórcio que venceu esta licitação. Então, ele fez parte do serviço de saneamento, no primeiro governo; quando eu cheguei para o segundo governo, ele não estava mais nesse serviço. Ele venceu essa licitação de concessão de tratamento de esgotos durante a minha primeira administração.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sabe V. Exª qual o relacionamento de Kurzweil com os empresários portugueses angolanos José Paulo Teixeira Cruz Figueiredo, conhecido como Vadinho, e José Valente de Oliveira Caio, que atuam na área de bingos e máquinas caça-níqueis?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não faço a menor idéia, Senador.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E V. Exª conhece os empresários?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Rogério Buratti afirmou que os senhores Caio e Vadinho fizeram uma doação em caixa dois, de R$ 1 milhão da campanha do PT de 2002, com compromisso da legalização dos bingos. Essa doação teria sido intermediada por Kurzweil em um jantar entre os empresários e V. Exª. O dinheiro teria sido entregado a Ralf Barquete. O que V. Exª teria a dizer a respeito?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – A informação é falsa. Não fiz jantar com Roberto Carlos e nem com esses empresários que não conheço. Não houve compromisso. Eu fui coordenador do Programa de Governo do Presidente Lula, não houve compromisso no debate do programa de governo em relação à legalização dos bingos. Não fiz reunião com proprietário de bingos e não conheço doações de proprietários de bingos à campanha do Presidente Lula.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Rogério Buratti afirmou que, após a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre final de outubro e o início de novembro de 2002, houve uma reunião em São Paulo, em Hotel da Rede Sofitel, de empresários de jogos com V. Exª, da qual participaram Ralf Barquete e Kurzweil. A reunião tinha objetivo reafirmar a compromisso da legalização dos bingos?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Essa informação é falsa, Senador. Eu nunca tratei desse assunto em nível de governo e legalização dos bingos. Havia comissões técnicas que tratavam de como trabalhar essa questão. Não fiz reunião, mas não só essa reunião. Não fiz reunião com nenhum empresário nem em São Paulo nesse hotel, nem em outro hotel, Brasília no meu gabinete ou fora do meu gabinete, com empresários para discutir bingos. Não fiz nenhuma reunião, quero estender a resposta não só à reunião particular, porque amanhã se pode dizer: "ah, não fez essa, mas fez outras." Não fiz nenhuma, nem nesse hotel e nem em outros, nem em São Paulo e nem em outra cidade, nem no meu gabinete e nem fora dele, com qualquer empresário da área de bingos.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual foi a causa da demissão de Juscelino Dourado logo após o depoimento dele nesta CPI?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – O Juscelino não foi demitido, ele pediu para se afastar do Ministério. Ele me procurou antes de vir aqui, na verdade, falando que não se dava bem com o ambiente que havia sido criado em relação à atividade dele. O Juscelino não é político, ele é um profissional, é uma pessoa dedicada à administração pública, trabalhou um período comigo, é uma pessoa muito trabalhadora. Ele disse que tinha ficado muito desgostoso com o que estava ocorrendo envolvendo o seu nome e que a família tinha ficado muito abalada com o que tinha ocorrido. E ele queria deixar o cargo logo que surgiu o primeiro debate em torno do nome dele, e ele disse que queria deixar o Ministério. Falei para ele, e ele concordou, que seria importante, antes de ele deixar o Ministério, fazer um esclarecimento sobre o que o envolvia. Ele concordou e combinou então que viria ao Senado, faria todos os esclarecimentos e sairia depois. Eu o deixei à vontade. Eu não demitiria o Juscelino da minha equipe. Ele pediu para sair, alegando que a sua família e ele não lidavam bem com aquela situação, não o agradava, ele não era político, não queria fazer um trabalho que fosse questionado da maneira com que foi pessoalmente questionado. E, portanto, disse que queria se afastar do trabalho, não sem antes vir aqui dar os esclarecimentos que V. Exª desejassem dele. Foi isso que ocorreu, Senador.

O SR. RELATOR (Antonio Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Ministro Antônio Palocci, ele afirmou a essa CPI que, a pedido de Buratti, agendou uma audiência de V. Exª com o Presidente mundial da Empreiteira Portuguesa Somague. O que foi tratado nessa reunião? Teve V. Exª outras reuniões com dirigentes da Somague e da Empresar Espanhola Sacyr?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Da Empresa Espanhola Sacyr, não me recordo. O Presidente do Grupo Somague é possível que eu tenha recebido. É possível.

No ano de 2003, Senador, eu precisaria... Esses dados eu não tenho em mãos, mas eu posso lhe enviar em seguida. Chegando no Ministério eu lhe envio essa informação objetiva. No ano de 2003, eu recebi centenas de empresários do exterior, de todas as áreas, porque havia – todos se lembram – uma crise econômica grave e todo um olhar sobre o que iria acontecer no Brasil. Havia muitos empresários com investimentos no Brasil, outros com intenção de fazê-lo; outros haviam suspendido suas intenções, e havia uma nova política econômica sendo implantada. Então, passei o ano recebendo centenas de empresários, principalmente do exterior, para conhecer a política econômica, perguntar sobre as perspectivas do Brasil, as nossas expectativas. Posso lhe mandar até a relação inteira dessas audiências, não só essa que o senhor me pergunta. Posso pegar as audiências todas de 2003 e lhe enviar, para que o senhor tome conhecimento.

Peço desculpas de não me lembrar da data, o nome de empresas neste momento, mas está tudo registrado e pode ser enviado ao senhor a qualquer momento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor esteve em Portugal e na Espanha em julho de 2003, quando o Presidente Lula esteve em visita àqueles países?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Em Portugal, não. Eu encontrei com o Presidente Lula, com a comitiva do Presidente, na Espanha, em Madri, nessa visita. Não me lembro... É em 2003, não?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Isso, julho de 2003.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Isso, julho de 2003. Não fui a Portugal. Eu tinha um problema aqui, umas atividades aqui. Encontrei a comitiva do Presidente em Madri. Fiz as atividades em Madri e voltei com o Presidente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor sabe dizer se o Buratti estava nessa viagem?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não sei dizer. Na viagem da comitiva, não. Se ele estava pelo país não sei, porque tinha muita gente. Houve várias atividades empresariais nessas viagens que foram feitas, e não sei quais empresários estavam acompanhando.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E, nessa viagem, o senhor não se reuniu com o dirigente da Somague ou da Sacyr?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não, não. Nesse dia não, nessa viagem não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O jornal **Correio Braziliense** denunciou que a empresa Triângulo do Sol, pertencente à Leão Leão e à Somague, tinha um contrato de seguros com a empresa Interbrazil. Tendo em vista o valor do prêmio, seria necessário fazer um resseguro. A Interbrazil teria, então, falsificado uma operação de resseguro, que foi aceita tanto pelo IRB quanto pela Triângulo do Sol, que tinha no seu Conselho Diretor Rogério Buratti.

V. Exª sabe alguma coisa sobre isso?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Sei, Senador. Se o senhor me permite um tempo um pouquinho maior, posso ler, porque é um dado mais longo, sobre a Interbrazil.

Em 2003, a Interbrazil pediu a realização de resseguro das apólices que emitira em favor da Triângulo do Sol Auto-Estradas S. A. no valor de R$ 211 milhões.

Em 12/12 do mesmo ano, não tendo interesse no negócio e pressionado pela impetração de mandado de segurança, o IRB-Brasil autorizou a contratação do resseguro diretamente no exterior (porque o IRB não teve interesse em fazer esse resseguro), sob exclusiva responsabilidade da Interbrazil e sem intermediação ou risco do IRB.

O IRB não quis fazer esse resseguro.

Como cabia ao IRB verificar se a resseguradora internacional preenchia os requisitos legais, em 26 de janeiro de 2004, a Interbrazil apresentou ao IRB documento dando conta de que o resseguro teria sido contratado junto ao Banco Vitalício de Espanha Cia. Anônima de Seguros e Resseguros, por meio de corretora citada aqui.

Em 19 de fevereiro, a Interbrazil solicitou o resseguro de outras duas apólices no valor de R$1,1 bilhão, referentes a ativos do grupo Celg. Em 10 de março, o IRB oficiou a Susep, informando que a Interbrazil havia emitido as apólices em favor do grupo Celg sem a contratação prévia de resseguros.

Em 3 de abril de 2004, a Justiça fluminense, em decisão proferida em plantão judiciário, considerou haver "excesso de zelo do IRB para aceitar o resseguro de duas apólices no valor de R$1,1 bilhão, emitidas pela Interbrazil em favor da Celg". Autorizou a contratação direta no exterior, através de ação cautelar, citados aqui os nomes etc.

Em 28 de abril de 2004, o IRB-Brasil solicitou ao grupo Generali, que fazia parte do grupo em que a empresa Interbrasil indicava como seu ressegurador, confirmação da existência de resseguro na Interbrasil referente às apólices emitidas em favor da Triângulo do Sol.

Em 3/05/2004, o IRB recebeu correspondência do Banco Vitalício de Espanha, afirmando que não tinha, nem nunca tivera, contrato de resseguro com a Interbrasil.

Em 19/05/2004, tendo tomado conhecimento da referida decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que autorizava a Interbrasil a contratar diretamente o resseguro da Celg no exterior, o IRB informou à Justiça a inexistência do contrato referente às apólices da Triângulo do Sol.

Em 27/05/2004, o IRB encaminhou novo ofício à Susep reiterando suspeitas de irregularidades nas emissões da Interbrasil referentes à Celg.

Em 8 de junho de 2004, o IRB encaminhou à Triângulo do Sol cópia de correspondência do Banco Vitalício que negava a existência do resseguro. Notificou a empresa.

Em 1 de setembro de 2004, a diretoria do IRB aplicou a penalidade contratual que cabia à Interbrasil.

Em setembro de 2004 a fevereiro de 2005, a Interbrasil começa uma série de negociações com o IRB, na tentativa de regularizar sua situação, quitando débitos inadimplidos e multas devidas.

Em 1 de março de 2005, o IRB formalizou notícia de crime junto ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual contra a empresa.

Em 2 de agosto de 2005, a Susep decretou a liquidação extrajudicial da Interbrasil.

Então, os órgãos da administração pública, dois deles, aqui no caso, o IRB-Brasil e a Susep, tiveram, sim, relação com esse caso.

Essa é, sucintamente, a breve descrição da relação com o caso.

No caso dessa apólice de seguro, o IRB fez um trabalho sistemático para apontar que ela estava inadequada, que ela não estava ressegurada e que deveria ser corrigida. Informou, por duas oportunidades,

à Susep os problemas ocorridos com essa empresa. A Susep, por sua vez, que fiscaliza esse setor, fez um processo todo. Se o senhor quiser, posso ler todo aqui, relatar. Tem todo um procedimento feito pela Susep, a partir da provocação do IRB, que chegou pela conclusão da extinção da empresa Interbrasil.

Portanto, essa é exatamente a maneira com que os órgãos da administração indireta, no caso autarquias e empresas ligadas ao Ministério da Fazenda, relacionaram-se com esses casos que V. Exª pergunta.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual a relação de V. Exª com Edson Menezes, Presidente do Prosper, e com Carlos Eduardo Valente?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – O Edson Menezes, eu o conheço da época em que foi Deputado, de debates da reforma tributária. É uma pessoa com quem... Tive três, quatro vezes, contatos com ele. Durante o Governo, ele me visitou uma vez, na qualidade de Presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Então, foi um contato pequeno. Eu o conheço...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em conversa interceptada, Ministro, no dia 3 de julho de 2004, entre Poleto e Buratti, eles falam sobre uma audiência de Edson Menezes com V. Exª. Poleto fala para Buratti que Ademirson ligou para ele, pedindo o telefone de Edson Menezes, depois de Buratti afirmar que havia conversado com Juscelino e este ter afirmado que era bom marcar um encontro. Houve essa reunião?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não sei se relativa a esse período.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No dia 3 de julho de 2004.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não sei dizer. Sei que o Sr. Edson Menezes me visitou, na qualidade de Presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Posso lhe mandar hoje à tarde mesmo, chegando ao Ministério, posso lhe mandar a data em que ele fez a visita ao Ministério, mas não sei se tem relacionamento com esse período a que o senhor está se referindo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor sabe que interesses Buratti, Ralf Barquete, Rui Barquete e Juscelino Dourado tinham no Banco Prosper ou em outras empresas do grupo Peixoto de Castro?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não sei. Soube pela imprensa, depois, que o Banco Prosper parece que haveria contratado Ralf, depois que ele deixou a Caixa como consultor, o Ralf ou o Vladimir Poleto, não tenho certeza, mas tive conhecimento, como senhor, pela imprensa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o relacionamento de V. Exª com o Sr. José Roberto Colnaghi?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Eu o conheci em 2002. Uma pessoa do interior de São Paulo presta serviços de informática a muitas prefeituras e trabalha também na área de agroindústria. Por acaso, não prestou nenhum serviço à prefeitura de Ribeirão Preto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E ele cedia aviões a V. Exª? Ele tem aviões.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Tem. Ele não cedia aviões. Na verdade, como ele fazia muitas viagens Ribeirão Preto-São Paulo – e fiz muito essa viagem no ano de 2002, porque foi um ano eleitoral e eu participava da campanha – me ofereceu carona. Peguei carona com ele algumas vezes de Ribeirão a São Paulo, de São Paulo a Ribeirão, eventualmente uma outra viagem.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele se tornou um grande exportador de bens que não produz para Angola. V. Exª tem conhecimento disso?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não tenho, mas também são dados que posso lhe enviar sem nenhum problema. Se uma empresa faz exportação para Angola – no caso de Angola, o Brasil tem apoiado exportadores brasileiros para exportação para este país, assim como para outros – é operação regular, feita através do Banco do Brasil. Deve estar na Internet, mas posso pessoalmente fazer esse trabalho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ministro, ele informou a esta CPI que houve uma negociação para a compra do Banco Equity, que pertence ao Prosper, e que seria reativado numa parceria com o Banco Keve, de Angola. V. Exª participou de algum entendimento nesse sentido?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Com todo respeito a esses dois bancos, não sabia da existência deles.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª não sabe. Em escuta telefônica, realizada a pedido do Ministério Público, Rogério Buratti conversa com Poleto sobre a Previ e a Serprus, entre outros negócios. V. Exª acredita ser possível que ele estivesse buscando alavancar os investimentos desses Fundos de Pensão no Banco Prosper?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não sei dizer, Senador. Desculpe responder dessa forma, por favor, não me leve a mal, mas acho que essas perguntas só podem ser respondidas por essas pessoas, no caso não pelo Ralf, mas pelo Rogério no caso, porque não sei o que envolvia as atividades dele. Não sei dizer por que ele marca reunião em um lugar, por que marca em outro. Não posso responder porque é uma atividade

de que não acompanho, que não tem relação comigo. Desculpe, não quero refutar a sua pergunta, acho-a legítima, mas só ele pode esclarecer isso, não tenho como fazê-lo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É que um avião de propriedade de Conag foi utilizado em 2002 para transportar Vladimir Poleto de Brasília para São Paulo. Poleto estaria transportando três caixas de bebidas, que, na verdade, conteriam dólares vindos de Cuba para a campanha do PT. O atual servidor do Ministério da Fazenda Éder Eustáquio Macedo, então motorista da empresa de Kurzweil, foi buscar Poleto no aeroporto de Amarás, acompanhado de Ralf Barquete. V. Exª conhece esse fato? Quer dizer, conhece por meio da imprensa, mas tem alguma coisa?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não, desconheço. Já tive oportunidade de falar aqui na CAE e à imprensa. Participei ativamente na campanha do Presidente Lula, participei integralmente da campanha, do comando dela inclusive. Não houve dinheiro de Cuba na campanha do Presidente Lula. Isso posso afirmar com tranqüilidade, e nem de outros países, como foi afirmado em outras matérias, em outras situações. Essa viagem, não sei o que significou essa viagem. Mas posso dizer da campanha do Presidente Lula: não houve dinheiro de Cuba na campanha do Presidente Lula. E é um caso, para mim um pouco fantasioso, porque ex-assessores meus trabalhando nesta questão, eu não tinha nenhum relacionamento com as autoridades de Cuba, nenhum. Então, não houve esses recursos e não houve, portanto, nenhuma participação minha nesse tipo de procedimento.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os dirigentes da GTech, Sr. Ministro, acusaram Rogério Buratti de tentar extorquir a empresa em troca da renovação do contrato com a GTech. Eles também afirmam que Buratti era muito bem informado sobre as decisões da Caixa Econômica Federal. O grande número de ligações entre o Sr. Buratti e o Sr. Ralf Barquete, especialmente no período de 31 de março a 14 de abril – o contrato foi assinado no dia 8 de abril – leva a crer que ele era o intermediário ou intermediava, junto à direção da Caixa, a renovação do contrato. O senhor ouviu alguma coisa sobre isso?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Porque o Sr. Ademirson realizou inúmeras conversas telefônicas com Ralf Barquete no período de 31 de março a 14 de abril. Ao cruzar as ligações entre Ralf e Buratti e entre Ralf e Ademirson, verifica-se uma triangulação. Buratti afirmou nesta CPI que entrou na negociação da GTech a pedido de Ralf e que, após receber a proposta da GTech, Ralf a teria repassado para V. Exª, que teria afirmado para não intervir nas negociações da Caixa Econômica Federal. Contudo, o sigilo telefônico comprova que eles continuaram agindo, o que foi assumido por Buratti na acareação realizada nesta CPI.

V. Exª tem alguma coisa a dizer a respeito?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Senador, eu até, nesse caso, ouvi algumas histórias a respeito, como o senhor repete agora, de que isso teria chegado a mim e eu teria recusado. Até gostaria de que isso pudesse ser verdade, porque não está me acusando de nada. Está dizendo que eu recusei uma coisa errada; porém, não é verdade. Não aconteceu isso em relação a mim. Eu não acompanhei esse caso.

E, aqui, queria dar uma explicação. O Ministério da Fazenda tem várias instituições coligadas, como o Banco do Brasil, o Banco Central, a Caixa Econômica Federal. São instituições de 60 mil, 80 mil servidores. Elas têm diretoria própria, conselho de administração próprio, procedimentos administrativos próprios. Elas são vinculadas ao Ministério da Fazenda, mas não são acompanhadas no cotidiano pelo Ministro, pelo Secretário Executivo, pelos secretários da área da Fazenda. Aqui é importante ressaltar isso, porque são instituições autônomas, que têm os seus procedimentos. O indevido aqui não seria não interferir; o indevido aqui seria interferir. Se o Ministro da Fazenda estivesse interferindo em todos os procedimentos do Banco do Brasil, da Caixa ou do Banco Central, isso seria uma interferência indevida, porque cabe ao Ministério da Fazenda, junto a essas instituições coligadas, dialogar sobre procedimentos institucionais, sobre o lugar dessas instituições na política econômica, sobre as normas da administração pública e a conduta das autoridades, mas não no cotidiano e nos contratos dessas instituições. Por isso, não acompanho, não acompanharei, nem acompanhei, no passado, cada um dos contratos que essas instituições fazem. E acho que essa é a postura correta. Indevido seria o acompanhamento.

Esse caso específico, não acompanhei, portanto, assim como nenhum outro. E, nesse caso específico, depois que o assunto surgiu, evidentemente, eu dialoguei com o Presidente da Caixa, Jorge Matoso, sobre os procedimentos adotados no caso GTech. Quero lhe dizer, Sr. Relator, que penso que a conduta da diretoria da Caixa sobre o caso GTech foi exemplar. Isso não é apenas a minha afirmação. Se olharmos o recente relatório do TCU – Tribunal de Contas da União, vamos constatar a mesma coisa. Se verificarmos o depoimento dado pelo Procurador Lucas Furtado, aqui, nesta Comissão, em setembro, vamos verificar a mesma coisa, ou seja, a Caixa não aditou o contrato com

essa empresa porque quis. Era fazê-lo ou suspender todas as loterias do Brasil.

Alguns estranharam: mas por que dois anos? Primeiro, porque a Caixa estava impedida de abrir licitações pela Justiça. Esse trabalho de tentar abrir licitação e modificar o grau de dependência da Caixa com essa empresa não começou, inclusive, em 2003; começou em 2000. A administração da Caixa, desde 2000, vinha tentando não ficar tão dependente dessa empresa. A direção da Caixa estava percebendo que estava criando um contrato vinculado a conhecimento, a registros técnicos, à não-transferência de tecnologia, que ia definitivamente amarrando a Caixa a essa empresa. Então, desde 2000, começou um trabalho, uma tentativa de desvincular a Caixa dessa dependência tecnológica. Não se conseguiu em 2000; não se conseguiu em 2002. Sempre as tentativas feitas foram barradas pela Justiça. Quando a atual administração da Caixa assumiu – esse assunto estava assim – resolveu-se, para não suspender as loterias, fazer um novo contrato pelo período de dois anos. Por que dois anos? Porque, primeiro, se precisava de um tempo para vencer as ações na Justiça e, depois, de um tempo para fazer as licitações e todos vocês sabem que não se faz em poucos meses uma licitação como essa.

Assim foi procedido e em um ano a Caixa obteve sucesso na questão da Justiça. Eliminou, com diálogo e com ação, em todas as instâncias, os impedimentos que tinha para fazer licitação e melhorar o serviço; fez os processos licitatórios e, agora, está concluindo a transferência dos atuais vencedores das licitações para essa empresa que antes prestava serviço integral à Caixa.

Então, penso que a conduta da administração da Caixa, reafirmada pelas autoridades do TCU e pelo Procurador, foi muito correta no andamento desse processo. Se, no andamento dele, houve tentativa de pessoas em obter vantagens, participar do processo de forma indevida ou obter vantagens indevidas de um processo que estava em curso, isto deve ser investigado e avaliado. Agora, até este momento, eu não vi, com todo o trabalho correto que vocês realizaram aqui, com todo o trabalho que foi feito pelos Procuradores e no inquérito que corre na Polícia Federal, desde abril ou março do ano passado – há mais de um ano – do ano retrasado na verdade, não há nenhuma acusação formal contra o Presidente da Caixa e seus Diretores e Vice-Presidentes. Ao contrário, o que tenho visto das autoridades dessas instituições – em particular do TCU que tem a função de fazer essa avaliação – é uma avaliação positiva. E quero, aqui, dizer, com todo o respeito, que penso da mesma forma: o procedimento realizado pela Caixa, nesse período, foi um procedimento de defesa da instituição.

Aqui quero até ressaltar, nesses três anos e poucos meses de trabalho no Ministério da Fazenda, a excelência das instituições vinculadas ao Ministério da Fazenda. E falo isto claramente e amplamente porque não é um trabalho meu. É um trabalho que vem de décadas. Se olharmos a estrutura da Secretaria da Receita Federal, sendo reforçada agora pelo Projeto da Receita Integrada; se observamos a estrutura do Tesouro Nacional; se observamos o Banco Central, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil e a Casa da Moeda, vamos verificar que são instituições que, ao longo das últimas décadas, construíram uma reputação extremamente importante, quer dizer, um quadro de pessoal, um corpo funcional e institucional extremamente respeitável e devemos valorizar o trabalho dessas pessoas, sem deixar de investigar quando há alguma coisa equivocada, quando há uma irregularidade. Mas sempre devemos valorizar a excelência dessas instituições que são instituições brasileiras, feitas por brasileiros e que realizam trabalhos de grande alcance para a população como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, quero agradecer ao Ministro pelos esclarecimentos tão necessários a esta Comissão e V. Exª, então, procederá à chamada das Srªs e dos Srs. Senadores.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, fiquei de dar uma resposta – porque não dispunha do dado aqui e a minha Assessoria providenciou o dado. A gravação que V. Exª citou na conversa sobre o Edson Menezes, foi em 3 de julho de 2004. A audiência que concedi ao Presidente da Bolsa foi em 18 de outubro de 2004. Há uma distância de quatro meses entre o fato que o senhor citou e a audiência. Foi uma informação objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pela lista de inscrição, concedo a palavra ao Senador José Jorge, reiterando o tempo de dez minutos com dois minutos de tolerância. Solicito, evidentemente, também ao Ministro, dentro do possível, que dê respostas objetivas para que se possa aproveitar o máximo de tempo do Parlamentar.

Com a palavra o Senador José Jorge por dez minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro Antônio Palocci, penso que essa audiência demorou tanto que estou

até um pouco nervoso para fazer as perguntas, mas vou tentar me acalmar.

Vou fazer quatro ou cinco perguntas porque senão perco o controle do tempo. Depois, o Ministro poderá responder uma por uma.

Sr. Ministro, para não falar novamente de Ribeirão Preto, vou iniciar a minha pergunta do fim para o início.

Na realidade, Sr. Ministro, como V. Exª acabou de elogiar, de forma justa, todas as instituições como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, etc, que são do seu Ministério, cabe a V. Exª zelar por essas nomeações, mesmo porque V. Exª disse que não dá para acompanhar todas as decisões dessas empresas de economia mista.

No entanto, em nível do seu Ministério foram nomeadas diversas pessoas que hoje estão envolvidas nessas questões das CPIs, cujos depoimentos, aqui, mostraram que não tinham condições técnicas e éticas de exercer essas funções. Eu vou exemplificar. O Presidente da Casa da Moeda, Manoel Severino dos Santos, foi afastado por envolvimento com o "valerioduto". O Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, Lídio Duarte, caiu depois de denúncias envolvendo a suspeita de cobrança de propina.

Terceiro. O Diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato foi afastado devido ao envolvimento no esquema de Marcos Valério. O Sr. Donizeti Rosa, Diretor-Superintendente do Serpro, é envolvido com diversas acusações em Ribeirão Preto, no caso.

O Assessor Kennedy Moura e o Presidente do Banco do Nordeste estão denunciados pelo Ministério Público do Ceará por envolvimento no chamado escândalo dos dólares na cueca.

Então, vamos à primeira pergunta que eu gostaria de fazer. Eu tinha o Presidente da Caixa, mas vou tirá-lo em homenagem ao que V. Exª acabou de falar.

Eu gostaria de solicitar de V. Exª a informação de como essas pessoas foram nomeadas? Foi V. Exª que escolheu ou alguém indicou? Por que pessoas tão desqualificadas foram nomeadas para o seu Ministério que, diga-se de passagem, por ser o Ministério da Fazenda, aquele que cuida do dinheiro, deve dar um bom exemplo de nomeações de pessoas competentes e, aliás, V. Exª acabou de citar alguns.

A segunda pergunta é sobre a questão do vôo do Sêneca. A revista **Veja** publicou uma notícia sobre esses dólares vindos de Cuba. Na época, eu tive até dificuldade de acreditar. Alguns Senadores do Governo sempre me perguntavam assim: José Jorge, você está acreditando nisso? E eu estava, mas ficava meio envergonhado de dizer.

Depois dos depoimentos do Sr. Poleto, do motorista e do dono do avião, etc, verificou-se que realmente muito do que está dito ali, senão quase tudo, é verdadeiro, porque houve um vôo de um Sêneca que saiu de Campo Grande, veio a Brasília, pegou o Sr. Poleto e levou-o para São Paulo. No meio da viagem ele ia para um aeroporto sem fiscalização da Receita, que é o de Congonhas, porque não tem vôo internacional. Por conta do mau tempo teve que ir para o aeroporto de Campinas, chamado Aeroporto Internacional de Viracopos, onde há fiscalização porque é internacional. Quando chegou ali, eles resolveram subir o avião novamente para pousar num aeroclube onde também não tem fiscalização.

Então, fica muito difícil para nós e para a população brasileira inteira acreditar que a pessoa iria fazer todo esse vôo para transportar três caixas de uísque Johnnie Walker, que vende em qualquer cidade do País e não é muito caro, custa R$50 a garrafa.

Na realidade, acontece que não dá para acreditarmos nisso, Ministro. E as pessoas que operaram esse sistema eram ligadas a V. Exª: o Sr. Ralf Barquete, que pegou o dinheiro no aeroporto; o Sr. Poleto, que foi dentro do avião e até o motorista, que pegou o avião no aeroporto, o Sr. Eder Eustáquio, era um motorista que morava em São Paulo e foi nomeado aparentemente por indicação do seu Chefe de Gabinete, o seu Assessor Ademirson, para trabalhar no Rio que transportava ele e algumas vezes transportou V. Exª.

Então, eu sei que V. Exª não está envolvido, apesar de o Sr. Buratti ter colocado V. Exª diretamente nesse processo quando disse que recebeu um telefonema perguntando como trazia US$3 milhões de Cuba para o Brasil. Mas eu quero saber se V. Exª acredita que uma viagem dessa pudesse ser realizada apenas para transportar três caixas de uísque de Brasília para São Paulo.

A terceira pergunta é a seguinte. Esse pessoal de Ribeirão Preto, quando chegou aqui, alugou essa casa no Lago e pagou R$60 mil a vista – seis meses de aluguel a R$10 mil por mês –, e esse valor foi pago em dinheiro. Geralmente, R$60 mil pagos em dinheiro significa origem irregular – acho que o Dr. Rachid deve desconfiar ainda mais do que eu: R$60 mil pagos em dinheiro, geralmente é dinheiro irregular. O Imposto de Renda do Sr. Poleto mostra uma renda de R$20 mil no ano anterior.

Portanto, essa casa existiu e a freqüentavam – uns já disseram aqui – o Sr. Poleto, o Sr. Juscelino Dourado, o Sr. Roberto Colnaghi, o Sr. Roberto Kurzweil, o Sr. Carlos Eduardo Valente, o Sr. Rui Barquete, o Sr. Ralf Barquete e o Sr. Ademirson.

V. Exª já disse aqui que, na verdade, nunca freqüentou essa casa – nós, evidentemente, acreditamos –, mas eu queria saber se, na época, o Sr. Ademirson ou qualquer um desses seus amigos de Ribeirão lhe falaram sobre a casa ou se V. Exª sabia da existência dessa casa.

A quarta pergunta é sobre a denúncia do Sr. Rogério Buratti. Em declaração ao Ministério Público de São Paulo, o Sr. Buratti confirmou a existência de um esquema de corrupção entre a Prefeitura de Ribeirão Preto e a Empresa Leão Leão. Não era nem só com a Prefeitura de Ribeirão, mas havia outras prefeituras, umas três ou quatro que também recebiam.

Levantamentos desta CPI, do Ministério Público e da Polícia Civil de São Paulo confirmaram que empresas como a Comercial e Transportadora Luizinho, a Twister e a Kaf Brasil forneciam notas fiscais frias para justificar a saída do dinheiro que entrava na Leão Leão, e que durante esse período de 2001 a 2002, elas forneceram R$2,8 milhões em notas fiscais frias, que eram utilizadas e sacadas em dinheiro – também um grande sintoma de dinheiro para pagar propina. A empresa dava uma nota fiscal, a Leão Leão recebia, ficava com um percentual, o resto sacava em dinheiro em um banco dentro da própria Leão Leão.

Além disso, encontrou-se, no computador do Sr. Wilney Barquete, ex-presidente da Leão Leão, documento que comprova retirada mensal de R$50 mil nesse período para o "Doutor". Falta apenas confirmar quem seria esse tal "Doutor".

Eu gostaria de saber se V. Exª conhece esses detalhes e se sabe quem seria esse "Doutor".

Por último, Sr. Presidente, eu farei outra pergunta sobre Ribeirão Preto. O Ministério Público Estadual identificou notas fiscais frias no Projeto Vale dos Rios e Fábrica de Equipamentos Sociais. Foram gastos R$10 milhões, em especial no período da campanha eleitoral de 2002. Das cinqüenta bases comunitárias, apenas cinco foram efetivamente construídas; quanto à ponte e ao terminal urbano, o projeto não passou da fase de desapropriação de terrenos. Um dos coordenadores do projeto era o Sr. Roberto Costa Pinho.

Esse Sr. Roberto Costa Pinho, depois desse projeto, já se meteu em duas coisas erradas. Era Secretário do Ministério da Cultura e acabou sendo exonerado por suspeita de envolvimento com contratos sem licitação – havia uma série de suspeitas sobre ele; o próprio Ministro Gilberto Gil o exonerou. Depois, ele recebeu dinheiro do "valerioduto" – inclusive depois, até na CPI dos Correios.

Na verdade, foram R$10 milhões efetivamente gastos durante a gestão de V. Exª e durante a gestão de seu sucessor aparentemente.

O Tribunal de Contas de São Paulo rejeitou as contas de V. Exª no que se refere a esse contrato – isso foi agora, no dia 25 de janeiro de 2006. Aliás, não, foi há pouco tempo. Diz assim: "A dispensa de licitação do contrato e todas as despesas decorrentes do Projeto Vale dos Rios, uma obra que previa a revitalização da região central de Ribeirão Preto e incluía até uma ponte suspensa, foi considerada irregular pelo Tribunal de Contas do Estado. O contrato da obra arquitetônica, que nem saiu do papel, mas que consumiu R$4.681.000,00, segundo levantamento da Câmara, foi celebrado em 27 de maio de 2002, quando o prefeito da cidade era o atual Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, que poderá recorrer da decisão do TSE".

Sr. Presidente, eu teria outras perguntas, mas acho que, como nós temos aqui muitos outros Senadores que também vão perguntar, eu encerraria perguntando qual seria a diferença do tratamento dado, no caso, ao Sr. Juscelino Dourado e ao Sr. Ademirson Ariovaldo? V. Exª acha que o Sr. Juscelino Dourado saiu porque havia realmente alguma suspeição efetiva em relação a ele ou saiu só porque queria, já que não havia nada que comprovasse a sua culpabilidade? Essas seriam as perguntas.

Antes de encerrar, eu gostaria de dizer que estamos aqui, há mais de um ano, trabalhando nesta CPI dos Bingos, uma CPI muito combatida, inclusive pelo próprio Presidente Lula, que a chama de "CPI do Fim do Mundo" – há muitas coisas mais perto do fim do mundo do que nós. Temos todos procurado fazer um trabalho correto, particularmente o Presidente e o Relator, e, evidentemente, a vinda de V. Exª a esta Casa é muito importante no sentido de tornar todas as pessoas iguais. Nós não vamos dar um tratamento diferente às pessoas. O tratamento dado a V. Exª será o melhor possível, como é o tratamento que damos a todos aqueles que aqui comparecem.

Agradeço a V. Exª.

Seriam essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, que cumpriu à risca o tempo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Exatamente dentro do tempo. Não utilizei nem os dois minutos adicionais. Espero usá-los na tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Já foram usados.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Como aconteceu em alguns depoimentos, foram feitos blocos de três...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, Senador, nós vamos ouvir um a um.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Talvez fosse produtivo fazer em blocos, já que uma mesma resposta do Ministro pode responder outras perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos responder um a um. Se o Ministro já tiver respondido, que seja feita outra pergunta.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Espero que a minha seja respondida logo. Esperamos muito por esse depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos responder um a um, cumprindo à risca os dez minutos.

Com a palavra o Ministro Palocci.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Vou começar pelo final, Senador José Jorge.

Quero lhe dizer que compareço a esta Comissão em respeito ao trabalho de V. Exªs. Acho que cabe à Comissão, com a alta responsabilidade que tem o Senado Federal, trabalhar da maneira mais adequada sobre os temas relativos e afetos aos trabalhos que ela conduz.

Eu disse, quando vim à CAE, que não me furtaria a, se convidado, comparecer a outras instâncias do Senado. Como fui convidado pelo Presidente Efraim – aliás, de maneira muito gentil –, atendi ao seu convite. E vim também em respeito ao trabalho do Senador Garibaldi, tão dedicado a esclarecer questões importantes para o País.

Em relação às questões que o senhor levanta, Senador José Jorge, até agradeço as perguntas, porque elas me permitem prestar alguns esclarecimentos.

Estranhamente, muitas vezes me vinculam a determinadas coisas. Aí, a gente vai vendo como as coisas vão acontecendo e vão sendo tratadas e percebemos que situações que muito pouco têm de relação conosco se transformam em questões de nossa atribuição. Por exemplo: eu lhe disse aqui que pouco conheço o Sr. Vladimir Poleto, nunca conversei com ele, a não ser pelas duas ou três vezes em que lhe cumprimentei com um "bom-dia" ou "boa-tarde". Agora ele já foi transformado em um importante assessor meu. Por quê? Porque fez uma viagem que está vinculada a uma suspeita etc.. Pronto: virou um dos mais importantes assessores meus.

Não critico quem fez assim, acho que as coisas vão acontecendo assim, mas essas pessoas não são vinculadas a mim. Eu lhe digo isso. Aqui não quero atacar também o Sr. Vladimir Poleto. É um pai de família, tem suas atividades. Eu não o conheço, não posso nem defendê-lo nem atacá-lo. Agora, querer dizer que é o meu assessor, que transportou os tais dólares... Eu não posso responder suas perguntas sobre a viagem no Seneca, Senador. Pergunte a ele, que fez a viagem!

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A ele nós já perguntamos.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Bom, e o que o senhor quer que eu faça?!

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu quero que V. Exª... Eu perguntei apenas se V. Exª acha crível, se dá para acreditar que alguém pegue um Seneca de um amigo de V. Exª, coloque três caixas de uísque e saia daqui para São Paulo. É isto o que quero saber: se V. Exª acha que dá para a gente acreditar.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não me cabe esse tipo de julgamento, Senador, desculpe-me, com todo respeito...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Cabe a V. Exª dizer se acredita ou não.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não, não me cabe fazer julgamento sobre qualquer evento...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não é julgamento, é só V. Exª dizer...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Veja, Senador, com todo respeito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Srs. Senadores, a palavra está com o Ministro. Vamos ouvi-lo.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Quero-lhe dedicar todo o respeito.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E eu a V. Exª.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Houve fatos, a pessoa veio aqui, deu seus esclarecimentos. Não vou julgar os esclarecimentos, quer dizer, não vou fazer juízo de valor sobre o que foi dito. O que quero dizer...

O SR. (Orador não identificado) – Posso contribuir com esse debate?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – ...é que não conheço esses fatos. Esses fatos não pertencem à minha agenda, não tenho nada a ver com eles e não posso esclarecê-los. Se pudesse, esclarecê-los-ia.

Em relação à nomeação de pessoas, Senador José Jorge, no Ministério da Fazenda e nas empresas vinculadas, temos um quadro em torno de 250 mil pessoas – profissionais dos bancos, das autarquias e do próprio Ministério. Há milhares de chefias em torno dessas 250 mil pessoas. Eu não nomeio o assessor do Presidente do Banco do Nordeste, Senador.

No caso do Ministério da Fazenda – eu já esclareci isso aqui uma vez –, eu nomeei os seis Secretários: Joaquim Levy, Jorge Rachid, Murilo Portugal, Bernard

Appy, Tokeshi, Luiz Pereira. Sobre essas pessoas, assumo integral responsabilidade pela minha nomeação. Acho, até hoje, que fui muito feliz nessas nomeações. Nesses três anos, eu, que não tinha formação em Economia, considero-me graduado na matéria porque tive três anos de convivência com excelentes profissionais economistas, como eles e outros. Considero-me, hoje, já quase com diploma de economista, pelo que aprendi nesse período. Essas pessoas eu nomeei e assumo integralmente a responsabilidade de tê-las nomeado.

Abaixo deles, não nomeei ninguém. Ninguém! Perguntem ao Rachid quantos delegados da Receita Federal eu nomeei. Ele vai dizer: "Nenhum." Perguntem quantos assessores dele eu nomeei e ele vai dizer: "Nenhum." A mesma coisa o Joaquim Levy, a mesma coisa os presidentes de instituições.

Penso que é assim que deve funcionar. Mas também eu nomeei só eles, mas cobro deles. Não me venham dizer, amanhã, que foi o assessor tal que errou, não. A responsabilidade é de cada um.

O Presidente da Caixa eu que indiquei. Confio nele, acho que faz um excelente trabalho, o Jorge Mattoso. Agora, não nomeei nenhum dos assessores dele, nem conheço. Talvez conheça alguma, mas nem sei quem são. Isso é problema dele. Ele responde a mim por tê-los nomeado, já que a Caixa é um órgão vinculado à Fazenda. Os assessores dele respondem a ele.

Eu não vou nomear o chefe de gabinete do Joaquim Levy. Primeiro, porque sei que é duro ser chefe de gabinete do Joaquim Levy. Segundo, porque cabe a ele nomear a equipe dele, e o faz muito bem, têm uma equipe muito boa todos esses Secretários.

Então, eu queria apenas dar esse dado, para que não fique essa impressão de que eu nomeio, dos 250 mil funcionários, o chefe de todos, que fiscalizo todos, acompanho todos. Isso não é nem humanamente possível.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas não foi isso que perguntei a V. Exª.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Nem acho adequado que seja assim. Tem gente que acha que é certo. O Ministro da Fazenda nomeia o Presidente do Banco do Brasil e nomeia, também, o Superintendente do Acre, do Amazonas, de Tocantins. Tem gente que acha que deve ser assim. Eu não acho, eu não acho. Eu escolhi Rossano Maranhão para presidir o Banco do Brasil. A partir dele é responsabilidade dele. Tudo o que acontecer é responsabilidade dele, mas ele também tem liberdade para nomear, porque se eu não dou liberdade para ele nomear, a responsabilidade não vai ser dele, ao fim das contas, assim como em outras instituições.

Agora, citando um ou dois casos, como exemplo, o Lídio Duarte. Ele tinha 26 anos ou 22 anos no IRB, quando foi indicado para a Presidência do órgão. E, veja, o senhor falou em pessoas de má qualidade: o Lídio não foi julgado. Não vamos pré-julgar as pessoas. O Lídio foi acusado de algumas questões, a outra CPMI está analisando esse caso. Vamos aguardar, vamos avaliar, não vamos pré-julgar. Não vamos pré-julgar.

O Presidente da Casa da Moeda, Manoel Severino, é uma pessoa humilde, de respeito, um profissional qualificado. Ele não teve nenhum problema na Casa da Moeda. Nenhum problema na Casa da Moeda. Não há nenhuma acusação, inclusive, sobre a conduta dele na Casa da Moeda. Ocorre que ele participou de um processo de apoio ao Partido, em 2004, e cometeu uma irregularidade, que nada tem a ver com a Casa da Moeda, tem a ver com sua atividade partidária. Quando isso aconteceu, ele nos mandou uma carta dizendo: "Olha, apesar de não haver reparos à minha conduta na Casa da Moeda, desenvolvi uma atividade partidária, que não está vista como adequada, como legal, e eu peço para me afastar diante disso". Nós aceitamos o afastamento. Achamos correto fazer o afastamento, mas não foi nada relativo à qualidade do trabalho dele na Casa da Moeda, que foi feito com correção, com qualidade.

Penso que, primeiro, é preciso levar em conta algumas coisas – pelo menos é como eu trabalho no Ministério da Fazenda. Eu nomeio os presidentes das entidades, nomeio os secretários e, abaixo deles, estes nomeiam os seus assessores. Acho mais correto fazer assim. Segundo, é preciso entender que são 250 mil pessoas! Achar que algum Ministro possa acompanhar a atividade de 250 mil pessoas não é humano. Para isso há responsáveis em cada uma dessas áreas.

Por fim, Senador, faço muita questão de separar casos que foram questões em debate no nível do Ministério da Fazenda de casos de pessoas que trabalharam comigo há dez anos, há cinco anos, ou que nunca trabalharam comigo mas que trabalharam com alguém que foi ligado a mim há dez anos e vira meu principal assessor hoje. Então, é o caso que eu citei aqui.

V. Exª falou daquelas quatro denúncias, das questões da região, sobre saneamento nas quatro cidades. Isso é um processo que está no Ministério Público, está em fase de inquérito. O inquérito que deu origem a esse processo aconteceu na cidade de Sertãozinho, que é vizinha a Ribeirão Preto, já foi concluído, e ninguém foi indiciado. Ninguém foi indiciado. Por isso, eu sempre acho que a gente deve olhar com serenidade essas questões. Faz-se um barulho nacional, acusam-se pessoas, destroem-se reputações e, um mês depois, vê-se que não é bem assim.

Já foi concluído o primeiro inquérito, que era o principal. Conclusão: nenhuma; não há nada de irregular; nenhuma pessoa foi indiciada. Eu não quero dizer que o inquérito está certo ou está errado. É o que a Justiça fez; é o que a apuração produziu e mostrou. Então, eu não vou me precipitar, prejulgar para sim ou para não. Vamos deixar essas coisas serem analisadas.

Esse debate que V. Exª trouxe é um debate muito freqüente na Câmara Municipal de Ribeirão Preto – refiro-me a esse Projeto Vale dos Rios. Essas informações não são corretas, Senador. Eu vou deixar informações aqui para que V. Exª, caso queira, conheça o que é o Projeto Vale dos Rios e o que é o Projeto Fábrica de Equipamentos Sociais. Nós levamos para Ribeirão Preto a metodologia de construção da Rede Sarah Kubitschek, do arquiteto João Filgueiras. Implantamos uma fábrica desses equipamentos em Ribeirão Preto; construímos sete unidades de atendimento social com essa fábrica e fizemos um projeto de reurbanização da cidade. Não é verdade que se gastou R$10milhões, não é verdade. Se V. Exª quiser, envio-lhe todas as contas desse processo. Não acho que seja o caso debater aqui quanto custou cada obra. Eu mando para V. Exª se for o caso, se V. Exª tiver desejo de conhecer esses detalhes.

Por exemplo: saiu várias vezes, em todos os jornais, que nenhum tijolo foi implantado nessa obra. Eu trouxe para os Senadores fotos das sete obras que foram feitas. São sete obras: creches e unidades de saúde feitas com o método construtivo da Rede Sarah. Em todos os jornais, saiu a informação de que nenhum tijolo foi assentado nessa obra. A obra não é de tijolo; há obras de grande porte feitas com esse método construtivo – melhor, de médio porte –, que é extremamente criativo, extremamente avançado, é visto como exemplo pela arquitetura moderna e foi levado a Ribeirão Preto.

O projeto de urbanização do Vale dos Rios não foi adiante, Senador, porque a Justiça – e aqui tenho a decisão do Poder Judiciário – suspendeu a obra por questões ambientais. Suspendeu-a, não permitiu que ela fosse feita e, até eu deixar a Prefeitura, a obra estava suspensa. Eu não pude levar adiante esse projeto.

Comprometo-me, se V. Exª desejar, Senador José Jorge, a enviar-lhe todos os dados que V. Exª desejar, a mostrar-lhe fotos, os procedimentos todos desse projeto. Não quero fazê-lo aqui porque acho que é um debate muito local, mas não deixaria de lhe informar sobre tudo isso.

V. Exª também recebeu uma informação inadequada sobre o Tribunal de Contas do Estado. O Tribunal de Contas do Estado não rejeitou as contas desse projeto. O Tribunal rejeitou o fato de que a Prefeitura contratou uma autarquia sua, que é a Companhia de Desenvolvimento, para realizar o projeto. O Tribunal diz que deveria ser a própria Prefeitura a realizar. Essa é a decisão do Tribunal, para a qual houve um recurso, e que está em julgamento. É simples como isso. Isso virou um caso nacional. Tudo bem. Vamos tratar esse caso nacional, vamos avaliar, vamos acompanhar e responder por ele.

Considero tudo isso legítimo, normal, mas, as coisas não são como se diz, ou nenhum tijolo está aqui em sete obras. Não critico os jornais. O jornalista que escreveu isso certamente recebeu a informação de alguma autoridade, de que nenhum tijolo foi implantado. Não critico. Jamais falei com jornalistas criticando-os em relação a isso. Receberam uma informação errada. O senhor recebeu uma informação errada do Tribunal de Contas. Eu lhe mando a decisão do Tribunal de Contas para o senhor ver que essa informação foi transmitida incorretamente. Por quê? Porque é luta política, é guerrilha urbana dos partidos que se digladiam. Meu Partido também faz isso. Não estou culpando os outros, não. Faz parte desse processo. Aí as coisas são levadas dessa forma.

Sobre o Juscelino e o Ademirson, já esclareci aqui e volto a dizer: não há, de minha parte, suspeita alguma sobre a pessoa do Juscelino. Ele deixou o Ministério por vontade própria, e, se dependesse de mim, não deixaria.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador José Jorge, V. Exª tem ainda dois minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu agradeço ao Ministro...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Como foram 12 minutos na intervenção inicial – não tenho nada contra, é sempre um prazer ouvir o Senador José Jorge –, eu ponderaria para que também aos demais inscritos fossem concedidas as mesmas condições.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Aqui não há discriminação. Fique tranqüilo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas eu só utilizei dez minutos. Gostaria, Sr. Presidente, que V. Exª esclarecesse: eu usei dez ou doze minutos? Acho que usei dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra; não há necessidade dessa mesquinhez de tempo. O controle será do Presidente da CPMI.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço, porque o Líder do Governo estava querendo controlar a V. Exª e a mim.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Absolutamente, Senador José Jorge. É que, como temos pouco tempo para a audiência e há muitas pessoas inscritas, essa expectativa é de quem está inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Peço tranqüilidade a V. Exªs.

Senador José Jorge, peço que novamente sejam marcados os dois minutos para V. Exª.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, primeiro, gostaria de falar sobre a questão do Poleto. O Ministro disse que não conhecia o Poleto, que só o tinha visto uma ou duas vezes. Mas, quando o Ministro era Prefeito de Ribeirão Preto, o Sr. Poleto assumiu – tenho aqui – o cargo de chefe do controle interno da Prefeitura Municipal. Portanto, era um cargo importante – chefe de controle Interno –, e é de admirar que, na realidade, o Ministro nunca tivesse visto, nem falado, com o chefe do seu controle interno.

Em relação à questão das nomeações e da responsabilidade do Ministro, concordo com S. Exª e até elogio sua decisão, de que cada chefe deveria nomear seus auxiliares – era bom até que isso fosse em todo o governo; mas, na realidade, alguns cargos aqui são da responsabilidade direta do Ministro, como o presidente da Casa da Moeda, o presidente do IRB, um diretor do Banco do Brasil, por ser um banco tão grande, o diretor-superintendente do Serpro, o presidente do Banco do Nordeste – são todos cargos diretamente ligados ao Ministro e, portanto, é de sua responsabilidade a indicação e o controle do exercício dessas funções. Mesmo porque, Sr. Ministro, V. Exª acabou de dizer que, no caso específico da Caixa Econômica, que não ia acompanhar a renovação do contrato com a Caixa. V. Exª tem razão; também acho que não dá para acompanhar a esse nível de detalhe, mas V. Exª precisa ter na Caixa pessoas que tenham a sua confiança e o seu conhecimento completos, exatamente para evitar que, se V. Exª não tinha condições de acompanhar, não fossem feitas coisas que não estivessem dentro da linha de atuação de V. Exª.

Eram esses os esclarecimentos que eu gostaria de fazer em relação à minha pergunta. Além disso, em relação a esta questão do Tribunal de Contas, eu não disse...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, já vou encerrar. Eu não disse hora alguma que não tinha sido colocado nenhum tijolo; ao contrário. Eu disse que haviam sido construídas cinco unidades de atendimento social. Se eu errei, errei por dois; mas não disse que não havia sido colocado nenhum tijolo. Eu disse que tinham sido colocados cinco de um plano de cinqüenta. Foram sete, como disse o Ministro.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador.

V. Exª quer fazer alguma consideração, Ministro?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Somente uma rápida consideração. Não quero voltar ao assunto, mas apenas deixar muito claro que tenho total confiança no Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso – total. Sou responsável pela indicação dele e tenho total confiança em seus procedimentos. Reafirmo para que não fique dúvida sobre isso.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu não estou dizendo que V. Exª não tem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

V. Exª tem dez minutos prorrogáveis por mais dois se necessário.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Bom dia, Sr. Ministro.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Bom dia, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mais uma vez solicito aos Srs. Senadores, aos membros da imprensa e aos assessores que, por favor, desliguem os celulares.

Solicito que marquem novamente o tempo do Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Ministro, não me alegro de vê-lo como inquirido, mas me sinto muito à vontade porque, apesar de oposicionista, dissentindo mesmo do meu Partido, acho que a política econômica adotada por V. Exª está correta. Tenho divergências pontuais, mas acho que ela está basicamente correta.

Receio até, Sr. Ministro, que, se de tudo isso resultar o seu afastamento, o atual Governo enverede pelo populismo fiscal e monetário, de êxito em curto prazo e desastroso no prazo médio. Não tenho nenhum interesse em atingir V. Exª, mas devo dar uma opinião sincera. Não vou formular perguntas específicas; vou apenas fazer um comentário que merecerá de V. Exª ser comentado ou não. Fique à vontade.

Acho que V. Exª está numa posição muito delicada porque, quando se ocupa um cargo público, principalmente um cargo de grande relevância como o seu, temos a velha história, o surrado lugar-comum da mulher de César: precisa ser honesto e precisa parecer honesto.

Ser honesto é primacial; é condição **sine qua non**. Porém, parecer também é. Embora sendo, se parecer não ser, isso comprometerá quem ocupa o cargo, a

sua imagem pública, que não pode ser arranhada, tem de estar acima de qualquer suspeita.

Talvez por uma série de azares, de circunstâncias infelizes, V. Exª seja alvo, há algum tempo, de acusações sobre fatos delituosos que teriam acontecido na sua gestão – contratos diversos. Nada foi comprovado até hoje, nenhuma denúncia. V. Exª pode ter sido alvo do denuncismo e, no futuro, ser inocentado de tudo isso; contudo, existem denúncias de vários contratos – não apenas de um ou de dois, mas vários. Falta de sorte? Talvez. Admito.

V. Exª escolheu mal, em alguns casos, os auxiliares. Por má-fé? Provavelmente, não. Mas as figuras que o cercam realmente são ou confessadamente pessoas envolvidas em negócios escusos ou em episódios obscuros ou, então, com indícios de participação nisso pelo menos pela sua indicação. Rogério Buratti, seu amigo, seu auxiliar na Prefeitura de Campinas, ou melhor, de Ribeirão Preto, e que continuou com ligações com o seu Ministério nem que seja com seus auxiliares próximos através de telefonemas.

Ralf Barquete, que V. Exª disse que era um homem honrado – e acredito – mas acusado, talvez caluniado, pelo Sr. Buratti como tendo sido intermediário tanto dos supostos dólares de Cuba como das supostas propinas pagas por empresas concessionárias em Ribeirão Preto. Foi acusado frontalmente, caluniado talvez, mas Ralf Barquete tinha também como assessor o Sr. Vladimir Poleto, essa figurinha que veio aqui depor de forma extremamente vexatória.

José Roberto Colnaghi, empresário em cujo avião V. Ex.ª viajou algumas vezes. Aqui, me permito uma opinião pessoal, acho que foi um erro de V. Exª; eu, como Ministro, não aceitaria carona de empresário. Mas, por acaso, por coincidência, esteve em Angola onde fazia negócios no mesmo momento em que V. Exª estava. E nem digo esse "por coincidência" com ironia, não, Ministro. Pode ter sido outro brutal azar de V. Exª, mas o empresário seu amigo que lhe dava carona estava, no mesmo momento, em Angola, quando V. Ex.ª visitava o país em caráter oficial.

Azar seu, talvez. Pelo menos, está dito no depoimento dele.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Espanha.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Na Espanha. Perdão, desculpe.

Juscelino Dourado. Foi detectada a ligação telefônica dele, e ele se afastou. Acho que fez muito bem. Afastou-se para não comprometê-lo, apesar de talvez ser inocente.É o que deve fazer todo homem público para não comprometer a função, nem o chefe.

Ademirson Ariosvaldo da Silva, seu secretário particular, oitocentas ligações. Muito bem. Vamos cortar um zero, Ministro. Oitenta ligações, mas mostram uma proximidade muito grande com essas figuras que parecem personagens de um teatro de sombras. Todos com ligações uns com os outros. Rogério Buratti com Ralf Barquete, com Colnaghi, com Vladimir Poleto, com Ademirson. V. Exª, enfim, teve, talvez, o azar de ter essas figuras como seus auxiliares, como seus amigos ou próximos. O que quero dizer, Sr. Ministro, é que a sua situação é delicada, é por isso.

Para mim, V. Exª continua a ser, mas para muitos V. Exª deixou de parecer. Esse é o seu drama.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Ministro, V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Senador, quero dizer que respeito muito as suas considerações. O senhor sabe que é uma pessoa que não só respeito, como admiro pela sua conduta, pelos seus posicionamentos públicos e pela correção de sua atuação como homem público no País.

Primeiro, queria dizer com toda franqueza e com muita simplicidade até. Acho que nenhum de nós está acima de qualquer suspeita. Não podemos, por mais importante que seja o cargo que ocupemos, não podemos nos colocar acima de qualquer suspeita.

Desde que a primeira questão foi levantada com a minha pessoa, disse "olha, o que posso oferecer é a transparência. Aquilo de que tenho provas eu demonstro. Aquilo de que não tenho provas porque não aconteceu não tenho como demonstrar. Acho que quem faz a acusação é que deve demonstrar", mas sabia que, a partir daí, uma série de coisas sempre voltam. Disse que esses assuntos afetos à Prefeitura sempre aparecem, são normalmente os mesmos assuntos que vêm e que vão em âmbito regional ou nacional, de acordo com a posição que nós ocupamos.

Eu estou muito tranqüilo quanto a isso, Senador, porque eu acho que... E estou aqui para isso, para me expor claramente, de forma muito transparente, a V. Exªs, respeitando o trabalho que tem sido feito aqui, o trabalho do Ministério Público, em alguns casos ou outros, e que isso seja avaliado com toda tranqüilidade. Jamais vou considerar-me acima de qualquer avaliação.

Agora, acho correto que a gente tente evitar que verdades se tornem... Que afirmações atravessadas ou falsas ou imprecisas se tornem verdades. É isso que estou procurando fazer. Por exemplo, o senhor falou uma coisa: "Confio plenamente na sua boa-fé". Certamente o senhor falou por não ter tido a precisão da informação. Que eu, enquanto Ministro, tomei carona no avião do Sr. Roberto. Não. Foi antes de ser Ministro. Durante o Ministério, foi levantado que eu fiz duas viagens no avião do Sr. Colnaghi.

Na verdade, fui atrás disso, porque eu não me lembrava. Quando apareceu isso, eu até disse que não, mas queria verificar. E tenho aqui a conclusão disso. A primeira viagem, que disseram... Foi levantado, não quero criticar quem disse, porque talvez tenha recebido a informação errada. A primeira viagem foi dito que eu teria ido à Agrishow, que é uma feira importante, na cidade de Ribeirão Preto, com o avião do Sr. Colnaghi. Eu fui à Agrishow com o avião da FAB. Eu tenho aqui, eu vou deixar o documento relativo a isso, para que o senhor e a Comissão possam ter conhecimento. Está aqui, Senador: o avião que eu usei para ir à Agrishow é um avião da FAB; aqui está o relatório da FAB falando desse avião. Saiu em dezenas de jornais que eu tinha ido a essa feira com o avião do Sr. Roberto. Aqui está a informação, deixarei com o Relator, de que eu fiz essa viagem com o avião da FAB.

Fiz uma viagem, de interesse partidário, com avião particular. Mas foi uma viagem partidária, que eu não podia fazer com o avião da FAB. O PT inclusive soltou uma nota assumindo a responsabilidade dessa viagem, porque era uma viagem de interesse partidário. Eu me antecipei quando esse assunto apareceu e mandei uma carta à Comissão de Ética Pública dizendo: Olha, eu fiz essa viagem, por se tratar de uma viagem partidária não utilizei nem passagem nem avião da FAB, utilizei de meios disponibilizados pelo PT, e quero saber se isso fere a ética do meu cargo.

Está aqui resposta da Comissão, que diz o seguinte: "Considerando que a referida viagem, conforme esclareceu V. Exª, se deu no interesse partidário, tendo a direção do Partido dos Trabalhadores disponibilizado a aeronave na qual viajou, considerou a Comissão que a não-utilização de recurso público para o deslocamento e sim o colocado à disposição pelo Partido não está em desacordo com o que dispõe a Resolução nº 7, de 14/02/2002, que regula a participação de uma autoridade pública submetida ao Código de Conduta da Alta Administração Federal em atividades de natureza político-eleitoral."

Essa é a resposta da Comissão de Ética. Então, nos dois casos, Senador...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – *(Fora do microfone)* Quando foi...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Essa eu lhe digo aqui.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Era do Colnaghi?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Era. Eu lhe digo aqui: 7...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, não foi o senhor, foi o PT.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – O PT disponibilizou um avião particular, alugou um avião para poder fazer a viagem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Do Colnaghi?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Porque era uma atividade do PT. Deixe-me eu ver a data. Não estou encontrando a data. Isso foi em 2003. Em 2003.

Vou deixar também com o Relator.

Ou seja, só para levantar isso, Senador, não quero contestá-lo, quero respeitar a sua colocação. Mas eu acho que a minha obrigação, diante de situações que surgem dessa maneira, é de buscar esclarecer, porque senão parece que eu, como Ministro, viajava em aviões particulares. E aí não é adequado, eu concordo com o senhor.

Mas aconteceu nessas duas ocasiões: em uma, houve uma viagem partidária e, na outra, uma viagem feita pelo avião da FAB. Esses casos que são levantados muitas vezes aparecem assim. Quer dizer, como eu acabei de citar, nessa obra que tem sete obras sociais, sete instalações sociais, já se publicou milhares de vezes que não tem nenhum tijolo assentado. Então, acho que eu devo esclarecer isso.

Acho que é cabível que eu esclareça, para que as pessoas não tenham essa idéia das coisas, que é fruto, como o senhor disse, de um embate político. Às vezes, por uma infelicidade, as coisas acontecem assim. Eu penso que essas tantas colocações injustas são fruto da legitimidade do embate político. Infelizmente, é assim. Agora, me cabe esclarecer, me cabe vir aqui e ficar à disposição de V. Exªs; enviar ao Ministério Público, como o fiz; enviar à Comissão de Ética, como o fiz, e receber da Comissão de Ética esse retorno. E esclarecer definitivamente todos esses casos.

Em relação às questões da Prefeitura, já lhe disse: boa parte delas, das questões que foram levantadas, já estão arquivadas. Não serão arquivadas, já estão arquivadas. As que estão em andamento hoje, vamos acompanhar. O Ministério Público vai fazer todo o seu trabalho, o inquérito vai fazer o seu trabalho. Eu estou absolutamente tranqüilo com isso porque sei a origem dessas coisas. Sei o que fiz e o que não fiz em cada um desses casos. E sei qual vai ser o resultado porque eu confio na Justiça. Agora, confio também no trabalho dos Senadores em relação aos casos que têm a ver com esta Comissão.

Mas, de qualquer forma, quero fazer essas observações sem contestar V. Exª. Quero dizer que tenho profundo respeito pelo seu trabalho, pelo seu posicionamento. E penso que nenhum de nós deve se colocar acima de qualquer suspeita.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Jefferson Péres, V. Exª dispõe de mais dois minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Em primeiro lugar, uma retificação. V. Exª tem razão, eu me expressei mal: ninguém está acima de qualquer suspeita. Eu quis dizer que um homem público deve – aliás, qualquer pessoa – necessariamente estar livre da suspeita ou denúncia de ter cometido faltas graves.

Segundo, quanto à sua viagem com o Sr. Colnaghi, eu me louvei no depoimento dele prestado aqui a esta Comissão, quando era interpelado pelo Senador Eduardo Suplicy.

Leio o depoimento:

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Duas vezes (porque ele falou em duas viagens). Uma era como Ministro, ou não?

O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI – Duas vezes enquanto ele era Ministro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Certo. O senhor se lembra se aí o senhor estava junto?

O SR. JOSÉ ROBERTO COLNAGHI – Eu estava junto.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Senador, eu não estou lhe dizendo que o senhor mentiu, por favor, tenha certeza disso. Estou dizendo que a informação não é precisa. Estou dizendo que essa viagem que a Comissão de Ética analisou foi feita em função de uma atividade partidária. Eu era Ministro, nessa viagem, mas foi feita em função de uma atividade partidária. E essa eu não podia fazer com recursos públicos nem com aviões públicos. Teria que fazer com recursos disponibilizados pelo Partido. Então, era só para esclarecer isso. Por favor, não entenda que eu questionei a sua colocação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Jefferson Péres.

Senador Alvaro Dias, V. Exª dispõe de dez minutos, mais dois de tolerância.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou dividir em três fases, e peço à Assessoria que administre o tempo.

O Sr. Ministro Palocci adota uma postura educada, elegante, respeitosa, e chega, por isso mesmo, a inibir a irreverência. Mas o dever impõe perguntas que alguns podem considerar indelicadas. A indelicadeza não é o nosso objetivo. Estamos a favor do esclarecimento.

Relativamente a Ribeirão Preto, esta CPI recebeu documentos, gravações, denúncias de fatos, como diz V. Exª, já vencidos, mas de fatos a vencer. E eu vou me restringir a dois ou três fatos para buscar esclarecimentos, já que a versão do Ministro está na contramão da versão de outras fontes oficiais, como, por exemplo, o Ministério Público e a Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Um fato: gravação de um ex-diretor da Coderp, Augusto Pereira Filho, em que diz o Pereira Filho ter recebido R$2.250,00 mensais da Construtora Vale do Paranapanema, e esse pagamento teria sido negociado pelo Juscelino Dourado, então Diretor-Superintendente da Coderp, ex-Chefe de Gabinete do Ministro Palocci. O pagamento era feito em dinheiro. A empresa foi contratada para um projeto, segundo consta, com indícios de superfaturamento. Portanto, não é um funcionário de terceiro escalão, é um diretor de uma companhia de desenvolvimento do Município de Ribeirão Preto. Esse é um fato.

O outro fato: o Delegado de Ribeirão Preto, Benedito Antônio Valencise, disse que a Polícia Civil já reuniu provas que confirmam o esquema de corrupção. O Delegado diz, taxativamente: "Tenho tudo devidamente comprovado, com prova documental, prova testemunhal. De 2001 a 2004, houve corrupção, com certeza absoluta". São declarações do Delegado.

As provas foram obtidas por meio de documentos apreendidos, de busca e apreensão, em agosto deste ano, e de depoimentos de funcionários que comprovavam o pagamento à empresa Leão Leão de três por um: por exemplo, se a nota era de R$500,00, pagavam-se R$1,5 mil. Os funcionários tinham orientação para fazer isso. É declaração também da Polícia de São Paulo. A ex-Superintendente Isabel Bordini é responsável pela determinação de fraudar os números na sua área. E essa empresa recebia, mensalmente, mais de R$1 milhão. Quando esse esquema acabou, passou a receber pouco mais de R$600 mil por mês.

A primeira indagação é relativa a essas questões ainda de Ribeirão Preto: como o senhor vê isso? O senhor acredita nessa constatação da Polícia? Ou o senhor não acredita? O senhor continua avalizando o comportamento do Juscelino Dourado e dessa Srª Bordini? Qual é a sua relação com essa Srª Bordini, relação funcional, na atividade pública?

Enfim, vejo que o senhor é muito frio em relação a essas denúncias. Gostaria de que esclarecesse como é que o senhor responde a esses fatos tão graves, a evidências tão contundentes, a provas documentais reunidas pela Polícia. O que o senhor tem a dizer a respeito disso? É a primeira pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Determino que pare o tempo do Senador.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Senador Alvaro Dias, é um prazer poder procurar esclarecer essas questões.

O senhor disse, primeiro, que eu dou aos fatos uma versão diametralmente contrária à do Ministério

Público. Em termos, porque, perguntadas a autoridade do Ministério Público e a autoridade da Polícia Civil, perguntadas formalmente, disseram várias vezes que não há nenhum envolvimento detectado da minha pessoa nesses eventos todos, tanto uma autoridade quanto outra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Fiz a leitura do que ele disse. Então, não...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não fala sobre a minha pessoa?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Ele foi perguntado objetivamente sobre a minha pessoa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não cheguei à sua pessoa ainda.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Mas lhe estou informando.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Estou-lhe informando, porque está nos jornais, inclusive, e porque ele foi perguntado sobre a minha pessoa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Depois lhe indagarei sobre o seu envolvimento.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Ele disse, sobre a minha pessoa, que não há nenhum indício relativo a minha pessoa. Ele diz isso. Agora, eu não quero prejulgar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É uma questão de interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, se V. Exª quiser usar o seu tempo... Mas V. Exª tem cinco minutos após...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Creio que fica mais objetivo. Quero que volte o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Está marcado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então, vou aguardar calado, mas quero que volte o meu tempo. Meu tempo está rodando.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª fez uma pergunta, o Ministro está respondendo a pergunta de V. Exª. Solicito a V. Exª que aguarde.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou aguardar, atendendo a V. Exª, mas faço isso a favor do esclarecimento. Esclarece mais quando há esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – O segundo ponto que o senhor coloca é relativo a um diretor de uma autarquia da administração que disse a um jornalista que recebeu contribuições de uma empresa. Esse diretor, depois, foi chamado à Justiça; diante da Justiça, onde a mentira pode ser punida rigorosamente, ele disse que não era verdade o que ele tinha dito, que ele tinha falado demais e que não era fato. Em que hora ele mentiu, quando falou que tinha, quando falou que não tinha?

Agora, eu lhe pergunto: o que eu posso fazer em relação a um caso desse? A pessoa, se falou que recebeu um dinheiro indevido, essa pessoa tem de ser investigada. Ele não falou em nenhum momento que fui eu que dei a ele, que eu pedi a ele. Ele falou que teve uma colaboração, depois negou; na Justiça, ele negou isso.

Acho que tem que ser investigado. Não tenho nada contra que se investiguem situações como essa, inclusive em relação à questão do saneamento. O delegado disse que está tudo documentado, tudo comprovado sobre a varreção.

O senhor sabe quantos auxiliares meus foram ouvidos nesse processo, dos que estão considerados envolvidos? Nenhum. Nenhum foi convidado ainda para prestar depoimento, e já está tudo concluído, segundo essa nota que o senhor leu.

Eu penso apenas que essas coisas devem ter o seu curso, devem ser avaliadas. Eu ajo – o senhor disse – com frieza. Não considero que eu aja com frieza; eu estou agindo com tranqüilidade diante disso, porque isso já aconteceu na minha vida política dezenas de vezes. Eu citei: sempre que sou candidato a alguma coisa, volta uma série de assuntos, alguns repetidos, alguns novos.

Nesse caso da coleta de lixo, um ou dois funcionários que eram fiscais disseram que adulteraram registros. Então tem que investigar o que eles fizeram. Tem que investigar; sou a favor que se investigue e estou absolutamente tranqüilo quanto ao resultado dessa investigação, sobre a minha pessoa e os diretores que nomeei.

O senhor perguntou da Engenheira Isabel Bordini. Estou absolutamente tranqüilo quanto à conduta ética dela. O senhor vai ver que isso será investigado e vai-se mostrar que ela teve uma conduta correta. Eu lhe afirmo isso.

Se uma pessoa do terceiro escalão que fazia a planilha a alterou, que explique por que a alterou; investiga-se por que aconteceu. Agora, não podemos transformar cada situação dessa num caso nacional. Ou podemos – a política é assim. Mas eu não vou me exaltar porque as coisas são assim. Eu sei o que aconteceu na conduta da minha administração, sei o caráter dessas pessoas que o senhor citou e estou absolutamente tranqüilo. Eu sei qual vai ser a conclusão desses processos, porque sei o que fiz e o que não fiz.

Agora, insisto, digo isso com extremo respeito a V. Exª. Acho que essas coisas têm que ser olhadas,

têm que ser investigadas. Eu quero que haja a investigação; sou o maior interessado em que essas coisas tenham conclusão. E disse que das quatro prefeitas onde foi levantada a questão, onde o problema surgiu – a origem do problema –, foi a única concluída. E não se indiciou ninguém. Não quero dizer que não vai ser assim nas outras; não sei. Mas estou bastante tranqüilo em relação a esses processos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu prossigo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª dispõe de cinco minutos e dezoito seguntos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Ministro afirma que confia na Srª Isabel Bordini, mas há uma gravação telefônica na qual a Srª Bordini negocia propina com a empresa Leão Leão. Então me parece que o elo se fecha, ou seja, a constatação da Polícia se dá em função de elementos encontrados durante a investigação; há provas materiais.

Se há uma gravação da Srª Isabel Bordini negociando propina, como pode o Ministro dizer que confia...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não há, Senador. Não há gravação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É o que diz o Delegado de Ribeirão Preto.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Eu lhe digo que não há.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Assim fica difícil, porque nós temos informações oficiais que são contestadas pelo Ministro.

O Sr. Buratti, por exemplo, afirmou aqui que o Ministro solicitou orientação ao Ralf Barquete sobre como internar recursos doados por Cuba à campanha do Presidente Lula.

O senhor já disse que não houve recursos de Cuba para a campanha do Presidente Lula, que o senhor tinha conhecimento pleno de tudo o que ocorria na campanha, não é isso? Em matéria de doações, o senhor confirma que tinha.

Se o senhor tinha pleno conhecimento de que doações de Cuba não vieram, como não tinha conhecimento das doações do Sr. Marcos Valério? Como não tinha conhecimento do pagamento pelo Sr. Marcos Valéria, por exemplo, de R$15 milhões ao publicitário Duda Mendonça para cobrir as despesas de campanha do Presidente Lula. E também não sabia que parte desse dinheiro – R$10,5 milhões, segundo o próprio Duda – foi pago no exterior – é evidente que depois da eleição do Presidente, já durante a sua gestão no Ministério da Fazenda. Mas é óbvio que quem acompanhou a campanha como Coordenador de Programa e afirma que sabia que pode informar a esta CPI, com convicção, que não houve dinheiro de Cuba, também deveria saber desse pagamento a Duda Mendonça.

A outra questão é sobre – eu não entendo por que o Sr. Rogério Buratti, amigo de tantos anos e que ligava para a sua própria residência – por que ele insiste em jogá-lo em situações tão delicadas e perigosas, atingindo a sua honra da forma como tem atingido em vários depoimentos e não só aqui na CPI. V. Exª não o processa em razão disso tudo? Aliás, não é só em relação ao Rogério Buratti. V. Exª tem sido frio em relação a todas as denúncias, inclusive aquelas que atingem a sua honra. Por exemplo: o Governador do Paraná, em determinado momento – e a imprensa registrou, eu tenho aqui vários jornais, e a própria Agência de Notícias do Estado do Paraná –, o Governador o tachou de ladrão – desculpe-me a expressão – por ter sido inclusive condenado a devolver R$12 milhões à Prefeitura de Ribeirão Preto. E o Governador do Paraná é aliado do Presidente Lula. Foi eleito com o apoio do Presidente Lula, apóia o Governo do Presidente Lula e tem o PT na sua equipe. Eu não vi solidariedade nem do PT nem do Governo a V. Exª nesse momento. E também não sei – por isso eu o consulto – se V. Exª já processou, por danos morais, o Rogério Buratti ou, por exemplo, o Governador do Paraná.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Sr. Senador, na primeira pergunta, penso que o senhor deu a resposta. Eu quero dizer que a resposta é essa que o senhor infere, porque eu disse que, na coordenação da campanha do Presidente Lula, eu tive uma participação intensa. Não vou dizer que nada me escapou, não diria isso. Mas eu diria que, se houvesse alguma coisa como essa citada sobre Cuba, eu acredito que eu saberia. É muito difícil que eu não soubesse, pelo envolvimento que eu tive na campanha. Então, perguntam: "Então, por que não soube dos pagamentos posteriores do Duda Mendonça?" Aqui tem dois aspectos: um, eu não vi o Sr. Duda Mendonça dizer, não vi – posso estar mal informado porque eu não acompanhei os depoimentos –, que esses pagamentos seriam relativos à campanha do Presidente Lula.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele diz que sim.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Eu não sei dizer. Eu não quero, aqui, dizer que não, nem que sim, porque eu não vi o depoimento todo. Segundo, isso foi feito, como o senhor disse, posteriormente, quando não tinha mais nem coordenação de campanha. Eu estava ali assoberbado com os índices da nossa economia, que, como o senhor sabe, não iam tão bem em janeiro, março, abril. A inflação batendo 3%... Eu estava pouco sabendo de outro assunto senão aquela tela do computador, que aumentava o nosso batimento cardíaco

todos os dias. Essa era a minha preocupação naquele momento. Na campanha, sim. Na campanha, se uma coisa forte ou importante ocorreu, normalmente eu sabia. Eu participava integralmente da campanha – diretamente, com programas de governo, mas indiretamente com as outras áreas, auxiliando outras áreas, acompanhando. Agora, depois eu não acompanhei nada disso.

Aqui, faço esta observação: eu penso... Eu não sei de o Duda Mendonça ter dito que esses depósitos seriam relativos à campanha do Presidente Lula. Penso que não, mas não quero aqui falar sobre uma coisa que eu não vi, que foi o depoimento do Sr. Duda Mendonça.

Sobre a questão dos processos, Senador, eu disse, há algum tempo atrás, e vou repetir agora: eu penso que... Imagino que quem me ofendeu nesse processo não foi só o Sr. Rogério Buratti. Muitas pessoas me ofenderam. Essa nova que o senhor me mostra – não sei se é nova ou velha – eu não conhecia; conheci agora.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não é nova, não.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Eu não sei quando que eu fui condenado a devolver R$12 milhões à Prefeitura. Eu nunca tive nenhuma condenação. De todas essas centenas de processos que se fazem contra mim, desde o primeiro dia em que eu fui Prefeito, nunca tive uma condenação de devolução de recursos. Nunca. Nunca tive. Doze milhões, inclusive, seria... Certamente, eu saberia dessa condenação, porque não teria jamais como pagar isso, mas nunca teve uma condenação desse tipo. O único processo que perdi foi um processo por uso de um logotipo, que a Justiça considerou que eu não poderia usar; considerou que era uma promoção pessoal esse logotipo. Era a figurinha de um sol. Eu disse humildemente que eu nunca quis me comparar a esse astro, mas a Justiça me proibiu de usar o sol, porque disse, naquela oportunidade, que era uma promoção pessoal. Mas respeitei a Justiça e não o utilizei. Foi o único processo em que eu fui condenado, em que foi recusada a minha defesa. Todos esses outros resultaram arquivados.

Então, além disso, Senador, eu não... Durante todo esse processo, sofri ofensas, sim, ofensas graves. Mas penso que não caberia ao Ministro da Fazenda, por estar no cargo, começar a processar todo mundo que falasse qualquer questão sobre essas investigações. Além de não ajudar, penso que estaria usando o cargo para pressionar a investigação. Eu disse, lá atrás, e repito hoje: não processei nem vou processar as pessoas, durante a investigação. Depois, são outras considerações. Depois que isso terminar e o trabalho for concluído, que o Ministério Público concluir o processo, aí vou olhar, vou verificar e vou tomar as minhas providências. Acho que não é adequado que eu faça isso neste momento, nestes procedimentos atuais.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, V. Exª dispõe de três minutos: um que faltava e mais dois.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Só para esclarecer ao Ministro, esse noticiário ocorreu no dia 4 de setembro de 2003, em vários jornais do País. E, confesso, inclusive, que fui à tribuna questionar o Governo sobre a necessidade de manifestar a sua solidariedade ao Ministro da Fazenda. É claro que essa questão de processar ou não é uma questão que cabe a quem é atingido. Mas, quando a honra é violentamente atingida, como no caso, o mínimo que se espera é uma reação à altura. O patrimônio da dignidade é o maior patrimônio que podemos construir na vida pública.

Eu faço mais uma indagação e, depois, a conclusão. O Relator já falou sobre o Banco Prosper e a participação de dois dos seus assessores, o Vladimir Poleto e o Ralf Barquete, como consultores do Banco. E, nesse período, coincidentemente, o BNDES aumentou em mil por cento os repasses de recursos feitos ao Banco entre 2001 e 2004. O senhor considera ético que assessores do Ministro da Fazenda, pessoas ligadas ao Ministro da Fazenda, ocupando cargos de confiança na Administração, como no Serpro e na Caixa Econômica Federal, prestem consultoria a um banco privado? Isto não implica tráfico de influência, o aumento de recursos da ordem de mil por cento em benefício desse Banco? O senhor não considera isso um comportamento inadequado?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Veja, Senador, o Poleto não é meu ex-assessor. Eu queria esclarecer, se for necessário, mais esta vez. Ele foi diretor de um serviço numa Secretaria da Prefeitura, não é meu assessor nem ex-assessor. Segundo, que esse assunto foi tratado... Houve uma resposta do próprio BNDES, dizendo que esse Banco tinha uma pequena quantia de empréstimo, para empréstimo. Aumentou essa quantia para próximo de 13, 14 milhões. Continua sendo pequena, mas é um aumento frente a uma parcela muito pequena com que ele trabalhava anteriormente. Há um esclarecimento técnico do BNDES, publicado em jornais. Se o Relator tiver necessidade, eu posso solicitar ao BNDES e enviar esse esclarecimento.

Agora, veja, ex-funcionários ou ex-assessores de qualquer Ministério vão trabalhar depois de saírem dos governos. E esses bancos não ficam impedidos de fazer suas atividades, desde que sejam regulares, normais. Não será normal se houver uma ação indevida dessas pessoas ou dessas instituições frente a insti-

tuições públicas. Não conheço nenhum procedimento que assim ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem trinta segundos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, a justiça norte-americana já aplica a tese da obrigação de saber, ou seja, o governante, o administrador público tem a obrigação de saber o que fazem os seus assessores, os seus subalternos. O Ministro, portanto, teria a obrigação de saber tudo o que vinha ocorrendo. Esta CPI mesmo já sinaliza para o indiciamento de uma equipe de assessores do Ministro, a partir de Ribeirão Preto, que foram alçados a cargos importantes no Governo Federal.

Sr. Ministro, entendo que, pela pasta que V. Exª ocupa – é óbvio: é a mais importante –, há necessidade de que seu ocupante tenha absoluta credibilidade para ter sucesso. V. Exª não entende que isso pode arranhar a credibilidade e comprometer inclusive os resultados da economia do País? Aliás, a meu ver, são resultados pífios no confronto com os demais países da América Latina e, sobretudo, com os países emergentes. V. Exª entende ser possível essa anestesia, que provoca insensibilidade e frieza diante de tantas denúncias, de tantos desatinos praticados por assessores diretos que V. Exª teima em não condenar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não é hora de V. Exª condenar esses assessores pelo comportamento que tiveram durante esse período?

Muito obrigado, Sr. Presidente. Louvo a cordialidade e a elegância do Ministro Palocci.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Senador Alvaro Dias, é evidente que os levantamentos feitos pela CPI revelam condutas e situações inadequadas ou irregulares, mas insisto em dizer o seguinte: não mostram isso em relação a assessores meus. Se uma pessoa trabalhou comigo há dez anos, não posso ser responsável pelo que ela fez no ano passado. Não posso ser responsabilizado por isso, senão não posso ter assessores, porque terei de cuidar do que eles vão fazer daqui a cinco anos, daqui a dez anos, daqui a dois anos. Não é razoável isso, não é, Senador? Era isso o que eu gostaria de observar, de caracterizar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas fiz referência aos que trabalharam com V. Exª no governo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Alvaro Dias, para concluir.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...Juscelino Dourado, Rogério Buratti...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – O Buratti não trabalhou no Governo, Senador. O Buratti, não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – O senhor está enganado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Trabalhou com a Caixa Econômica à margem do Governo?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – É. Desculpe, não quero contestá-lo, Senador, mas essas pessoas não trabalharam no Governo. Um deles trabalhou há dez anos, há mais de dez, há doze anos, comigo. Como vou me responsabilizar pelo que ele fez no ano passado? Não quero nem contestar o que ele fez, mas não tem relação com a minha atividade. Será que a autoridade pública, a partir desse novo entendimento, será responsável pelo presente e pelo futuro dos seus assessores? Quer dizer, vou ter de olhar agora o que os meus atuais assessores farão daqui a dez anos porque eu serei responsável por isso? Além disso, os outros nem assessores meus são.

Quero dizer que tenho profundo respeito pelas questões que V. Exª aborda e pela maneira como dialoga. Quero apenas repetir: não sou frio, Senador. Estou apenas tranqüilo em relação a procedimentos, pois conheço o que eu fiz e o que assessores meus fizeram. Não vou dizer que, numa Prefeitura de dez mil pessoas, nada ocorre de irregular ou que, em um Governo do tamanho do nosso, nada ocorre de irregular. Não vão pensar assim. As irregularidades existem, os problemas existem, mas estou muito seguro sobre a minha conduta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço ao Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao Senador César Borges. V. Exª dispõe de dez minutos, com mais dois de tolerância.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro Antônio Palocci. V. Exª, Sr. Ministro, antes de ser Ministro da Fazenda, é Deputado Federal do Partido dos Trabalhadores.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não. Desculpe-me. Fui; não sou.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foi Deputado Federal; foi Prefeito pelo Partido dos Trabalhadores, de Ribeirão Preto; V. Exª foi importante dirigente da campanha do Presidente Lula, declarou aqui, com muita tranqüilidade, certeza e conhecimento, que não houve dinheiro de Cuba na campanha. Então V. Exª conhecia as finanças do Partido para a campanha do Presidente Lula. Se sabe que não houve dinheiro de Cuba, deve saber de onde veio o dinheiro para a campanha do Presidente.

O Presidente Lula, em entrevista polêmica em Paris, convalidou o caixa dois, ou, segundo Delúbio Soares, dinheiro não contabilizado, dizendo que essa era uma prática comum da qual todos os Partidos se utilizavam.

Então pergunto a V. Exª, inicialmente, que foi um dos coordenadores dessa campanha, ou do programa, ou da campanha, mas é uma liderança, sem sombra de dúvida, com uma posição muito importante na campanha: V. Exª nunca teve conhecimento de caixa dois operado pelo PT? É a primeira pergunta que faria a V. Exª.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Veja, Senador, disse que, com o envolvimento que tive na campanha, saberia se um problema desse tinha ocorrido. E sei, no geral, de onde vieram os recursos da campanha do Presidente Lula. Aí digo que foi uma campanha que teve relativa condição de buscar os recursos para sua realização. Se não me engano, na prestação, afinal de contas, ficaram poucas contas a serem pagas posteriormente, não ficou uma quantia muito grande em relação a esses compromissos.

Fiz diversas campanhas também. Em Ribeirão Preto, fiz duas campanhas. A primeira delas foi uma campanha muito difícil, eu estava em quinto lugar nas pesquisas e não tinha apoio quase nenhum. Acabei ganhando a eleição numa disputa extremamente difícil que aconteceu a partir de um trabalho político, numa campanha extremamente reduzida, com muitas dificuldades. Isso em 1992.

Quando fui candidato em 2000, tive uma contribuição grande, porque as empresas da cidade já tinham visto um governo que eu tinha realizado, as pessoas, e tiveram uma grande contribuição. Na primeira campanha que fiz, saí em quinto lugar e venci só nos últimos dias de campanha. Na segunda campanha, saí em primeiro lugar e ganhei a eleição no primeiro turno. Então campanhas desse tipo têm formas de resultados, em termos de apoio, completamente diferentes.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Exª praticava o caixa dois?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não, não!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Exª concorda que o Presidente Lula acha que é normal o caixa dois? Que ele praticou e que o PT praticou. Ele disse, em entrevista, que praticou.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não sei se o Presidente Lula disse que é normal. O Presidente Lula disse que isso acontece no Brasil, mas não que ele acha normal. Não acho que ele disse que é normal ou justificou. Ele disse que acontece no Brasil, o que todos nós sabemos, mas não pratiquei caixa dois.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas sabe V. Exª que o caixa dois foi praticado na campanha de 2002, foi praticado na campanha de 2004, e, pior do que isso, foi praticado o tráfico de influência, dentro do governo, importantes organismos governamentais públicos, para favorecimento de empresas que, posteriormente, utilizaram esse dinheiro para cooptar consciência dentro deste Parlamento, que é o chamado mensalão. Esses fatos V. Exª nega como Presidente, que diz que nada ficará provado, não acredita, inclusive em órgãos sob a sua coordenação, subordinação, como o caso do Banco do Brasil e do Visanet.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Posso responder, Senador?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pode.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Em relação aos acontecimentos que envolveram órgãos do governo, como disse, esses órgãos têm suas diretorias, seus conselhos de administração e estão numa interação intensa aqui com os trabalhos desta Comissão e da outra Comissão, dos Correios. Então penso que tudo isso restará esclarecido. No caso do Banco do Brasil, foi feita uma longa e aprimorada sindicância sobre os problemas apontados. Essa sindicância foi entregue pelo Banco, depois dessa apuração, à Presidência e à Relatoria da CPMI dos Correios. Então, os órgãos estão trabalhando; estão não só sendo investigados, mas investigando e oferecendo apoio às Comissões nesses casos.

Então, penso que essa é a conduta. O senhor já foi de vários níveis de sabe que irregularidades podem ocorrer; o que é necessário é que as autoridades tomem providências diante da irregularidade.

Eu penso que a Presidência do Brasil tomou todas as providências adequadas em relação ocorrido no Banco do Brasil. E mais: tomou as providências e trouxe essas informações imediatamente às CPIs. É um procedimento correto do comando do Banco.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Teve V. Exª conhecimento que o Sr. Henrique Pizzolato, que também é um correligionário de V. Exª, do Partido dos Trabalhadores, ex-diretor do Banco do Brasil, relatou acontecimento onde ele diz que o Sr. Luiz Gushiken e V. Exª teriam interferido diretamente com relação à compra futura de ações da empresa Brasil Telecom com o Citibank, num negócio altamente prejudicial aos fundos de pensão, e que diante da resistência ele havia oposto a aprovar esse negócio, que o Sr. Sérgio Rosa disse que havia interesse político nisso e que havia coisa de campanha no meio; inclusive o Presidente da Previ teria afirmado ainda que a pressão está sendo muito grande.

Então, pergunto V. Exª interferiu de alguma maneira em negócios dos fundos de pensão? V. Exª exerceu algum tipo de pressão sobre o Sr. Sérgio Rosa para fechar esse acordo, Citibank/Previ?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Desculpe-me, Senador. Não sei se o senhor não está sendo preciso ou se eu não me informei adequadamente, mas eu não vi nem li nenhuma informação do Sr. Henrique Pizzolato em que ele tenha dito que eu teria feito pressão sobre alguém em relação a esse assunto. Eu não vi isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É ele disse que houve uma pressão do Sr. Ministro Gushiken e de V. Exª para fechar esse negócio, porque seria um negócio de campanha...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Ele disse aqui na Comissão?

Ó SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É a informação de que eu disponho.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – A de que eu disponho é que ele disse de outro Ministro. Não quero citar aqui, mas ele disse de outro Ministro. Então, não houve essa informação. Posso lhe informar que não fiz, de forma alguma, nenhuma tratativa com os fundos de pensão em relação a esse tipo de situação, inclusive com o Dr. Henrique. Pizzolato. Estranharia que ele dissesse isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, V. Exª não fez nenhuma pressão para que negócios com participação de fundo de pensão pudessem...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Com o Sr. Henrique Pizzolato, durante o Governo, não discuti um assunto sequer.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Durante a sua inquirição aqui, V. Exª falou sobre a questão Interbrasil, IRB e Susep. Todas essas providências tomadas pela Susep, que é um órgão subordinado a V. Exª, foram tomadas após as denúncias e os escândalos, **a posteriori**; foram tomadas após a imprensa noticiar as irregularidades da Interbrasil – foi em agosto. Nisso há um envolvimento– e me desculpo de certa forma por ter que envolver alguém que tem um grau de parentesco com V. Exª – ou a participação do irmão de V. Exª, Ademar Palocci, nessa questão da Interbrasil, até como um captador de recursos para o PT, no Estado de Goiás, em campanhas eleitorais, e recursos também não contabilizados ou de caixa dois. E noticiou aqui que V. Exª ameaçou até pedir demissão do cargo de Ministro da Fazenda caso o seu partido e a base de apoio do Governo permitissem que ele fosse convocado a depor em alguma CPI.

E Exª confirma esses fatos que foram noticiados largamente na imprensa?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Senador, eu vou lhe responder com toda a transparência – e eu agradeço a essa pergunta, porque já duas informações circularam muito na imprensa, e, de novo, se a imprensa noticiou, é porque alguém permitiu. Uma delas é que eu pediria demissão se eu fosse convidado para vir aqui; a outra, que eu pediria demissão se o meu irmão fosse convidado a depor. Quero dizer que essas duas informações são falsas. Eu jamais procederia assim. Isso seria usar a força da área econômica contra a Comissão. Eu jamais faria...

O Presidente Efraim Morais pode testemunhar, ao final do meu depoimento ou outro dia que deseje, qual foi o nível de diálogo que eu tive com ele durante todo esse período; se alguma vez eu o constrangi a não me convidar, a não me chamar, a não votar. O Senador Efraim Morais pode lhe transmitir a carta que enviei a ele, também em dezembro do ano passado, onde me coloco à disposição da Comissão, a partir do julgamento dos Srs. Senadores.

Então, quero lhe dizer que jamais usaria a sensibilidade do meu cargo para constranger o vosso trabalho. Jamais. Acho que seria um erro, porque se trataria disso. Se eu falo: "Não, se me chamam lá ou eu vou tomar uma atitude, eu vou..." Tratar-se-ia de um nível de utilização da sensibilidade do cargo para constranger a Comissão. Eu jamais... Sempre digo para o Senador Efraim: "O senhor quer fazer dia tal, vamos fazer dia tal. Vamos fazer da melhor maneira possível. O senhor faz no horário que achar adequado. Vamos ser serenos". O Senador sempre dá essa mensagem para mim também. Quando vim à CAE, do Senador Luiz Otávio, a mesma coisa. O Senador teve esse procedimento. O senhor pode perguntar a ele qual foi o meu procedimento também. Em nenhum momento tentei evitar esse diálogo.

Segunda questão, Senador, onde a desinformação transforma casos e violenta pessoas. O senhor falou que todas as atitudes do IRB e da Susep foram tomadas depois da denúncia. Só para lhe dar a informação: todas as atividades foram feitas antes da denúncia, bem antes da denúncia. A primeira denúncia do IRB foi lá para... Olha, há aqui atividades do IRB contrárias ao processo da empresa em 26 de janeiro de 2004. Cinco, seis meses antes de... Não, em 2005 começaram essas discussões. Um ano e meio.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A liquidação da Interbrazil foi em agosto de 2005, depois das denúncias.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – A liquidação da Interbrazil... Não, não, as denúncias foram depois. Lembro-me quando surgiram...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não, foram de maio de 2005.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Tenho clara lembrança disto: quando surgiu a denúncia da Interbrazil, citava que já estava extinta a empresa pela Susep e fazia-se uma crítica de que a Susep demorou para extinguir a empresa. Tenho certeza do que estou lhe informando, Senador. Quando surgiu a denúncia da Interbrazil, informava-se na denúncia que a empresa estava extinta, mas criticava-se a Susep por ter demorado para fazê-lo.

Eu até comentei com jornalistas na época, eu falei: "Extinguir uma empresa não se faz em dias. Eu ficaria preocupado se o presidente de uma autarquia do Ministério da Fazenda extinguisse uma empresa em alguns dias". Mas para extinguir uma empresa ele precisa verificar, avaliar, porque ele corre todos os riscos de cometer um equívoco num procedimento desses, e vai responder por isso.

Mas o IRB e a Susep tomaram as providências adequadas. Eu até tenho essas datas aqui, Senador, só não estão na minha mão neste momento. Mas, antes de sair daqui, quero lhe dar adequadamente as datas. Mas lhe informo: todos esses procedimentos do IRB e da Susep foram antes da denúncia formulada sobre essa empresa, o que mostra que o relacionamento das autarquias e instituições do Ministério da Fazenda foi absolutamente independente de qualquer pressão política, de qualquer ação de *lobbies* ou de quem quer que seja.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O seu irmão exerce hoje um cargo de diretor de uma importante estatal do setor elétrico – Eletronorte, se não me engano. É indicação de V. Exª? Ele é do setor? Ele tem *expertise* no setor?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não, nesse caso, poderia ser que o meu cargo fosse indicação dele, porque ele está no serviço público federal há mais de 20 anos. Meu irmão é engenheiro civil. Ele é do quadro do setor elétrico da empresa Furnas há não sei exatamente quantos anos, mas em torno de 20 anos. Ele veio bem antes de mim, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Ministro, coincidentemente ou não, aparece nova denúncia de que empresários, direta ou indiretamente ligados ao senhor, como o já aqui citado empreiteiro José Roberto Colnaghi, conseguiu fechar negócios em Angola, e que esses negócios tiveram sua ajuda. O jornal **O Globo** noticiou que, em maio passado, o Governo brasileiro anunciou a concessão de um crédito de 580 milhões para Angola: "O protocolo foi assinado pelo Ministro Palocci e pelo Ministro das Finanças, José Pedro de Morais Júnior, em cuja conta pingou US$1,4 milhão só em 2003. Uma parte do empréstimo sairá do Programa de Incentivo às Exportações, do BNDES. Tratou-se de um reescalonamento da dívida angolana, que chegou a ser o segundo maior credor do País depois da falecida Rússia".

São muitas coincidências, Sr. Ministro, que o cercam, bem como a uma série de pessoas aqui já citadas, também ligadas ao senhor, que aparecem nesse estranho enredo dessa citada, também pela imprensa, república de Ribeirão Preto: Buratti, Poleto, Barquete, Colnaghi, Kurzweil, bem como assessores como Juscelino Dourado e Ademirson.

Pergunto a V. Exª: houve, em determinado momento, lá atrás, um esquema entre as Prefeituras petistas, porque isso é o que se comenta à larga, como a de Ribeirão Preto, Santo André, inclusive com o fato lamentável do assassinato do ex-Prefeito, a quem V. Exª veio a substituir como coordenador do programa de governo do PT e também o ex-Prefeito de Campinas? Porque se comenta é que desde aí havia uma prática de captação de recurso para caixa dois pelo Partido dos Trabalhadores, que não se resumiam a essas Prefeituras, enfim, que essa era uma prática comum do Partido dos Trabalhadores em muitas prefeituras conquistadas pelo Partido.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Qual sua pergunta exatamente? Desculpe. Essa final?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Se desse esquema de Angola com o das prefeituras, se tudo isso não se constitui numa prática constante, comum de um partido que errou quando tentou misturar interesses públicos com interesses partidários? Isso não vem de agora, mas é uma prática constante que vem do passado, desde quanto o Partido dos Trabalhadores conquistou, pelas urnas, democraticamente, as primeiras prefeituras e que atuou para captar recursos de caixa dois, recursos ilegais para campanhas eleitorais.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Senador, por favor, eu queria fazer-lhe um apelo, e penso que V. Exª vai me atender. Tenho uma informação de que uma empresa vendeu produtos a Angola. Não vamos transformar esse fato, que é absolutamente corriqueiro, no "Caso Angola". Sei que não é sua intenção, mas vamos começar ofendendo um país com o qual o Brasil tem relações diplomáticas cordiais, com o qual temos relação de apoio até em momentos de dificuldade, com o qual reescalonamos a dívida, porque Angola, no nosso Governo, voltou a pagar a sua dívida, que não estava pagando. O que fizemos foi o contrário do que V. Exª informou. Angola tinha uma dívida com o Brasil que não estava saldando, renegociamos para que voltasse a pagá-la e, a partir daí, abrimos novos créditos a Angola.

Está tudo documentado, tenho os documentos e posso deixá-los com V. Exª. São trabalhos formais dos Ministérios envolvidos: Ministério da Fazenda, Itamaraty, Ministério do Planejamento, os Conselhos que fazem isso; a CAE acompanha e observa esses procedimentos. Então, não estou dizendo... Por favor, não entenda que estou dizendo que V. Exª está torcendo a realidade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foi noticiado pelo jornal **O Globo**.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Sei. V. Exª pegou uma notícia.

Mas eu queria fazer-lhe um apelo e tenho certeza de que V. Exª vai me atender: não trate isso como o "Caso Angola", porque iremos criar um caso com Angola, quando não há necessidade disso. Peço que V. Exª pegue os documentos todos, a CAE tem os documentos à disposição. V. Exª verá que Angola não estava pagando a sua dívida com o Brasil e, quando começamos o Governo, recebemos as autoridades de Angola porque queriam mais empréstimos. E falamos que, para eles terem mais empréstimo, precisaríamos reescalonar e retomar o pagamento da dívida que existia com Angola. Depois disso, essa e outras dezenas de empresas foram ao Banco do Brasil e fizeram exportações para Angola, coisa absolutamente normal, absolutamente normal.

Um dia abri um jornal que dizia que a empresa do Sr. Roberto conseguiu inscrição no Ministério da Fazenda para o programa PMAT, que é aquele de apoio aos Municípios. Estranhei até e pensei o que teria acontecido. Ao ler, vi que conseguiu no Governo anterior, mas não tem nada de errado ter conseguido não. Depois, peguei o processo para observar e estava tudo certinho, tudo adequado, feito corretamente. Mas, de repente, tudo o que uma empresa faz, porque se falou de um caso, passa a ser caso tal.

Então, Senador César Borges, queria concluir dizendo que os documentos estão todos aqui na CAE, mas, se V. Exª quiser, posso mandá-los pessoalmente, sobre a reestruturação da dívida de Angola. E quero fazer-lhe este pedido: não chame de "Caso Angola", porque iremos criar um caso que não existe.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Li aqui textualmente o que o jornal **O Globo** colocou.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Tenho certeza.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E perguntei-lhe também a respeito das prefeituras e da forma de arrecadação, de Campinas, Santo André.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Senador, eu sei da minha Prefeitura. Eu sei da minha Prefeitura. Uma das razões que eu disse aqui, na primeira resposta que dei sobre aquela acusação de apoio de R$50 mil da empresa que foi citada, foi exatamente isto que falei: eu pedi recursos para essa e outras empresas na minha campanha, formalmente, com recibo, com base na lei. Está na prestação de contas do Tribunal Eleitoral. Então, não haveria razão, não haveria motivo para fazê-lo fora da lei; não haveria motivo para fazê-lo por via de caixa dois. Então, não recebi nenhuma pressão de dirigentes do PT para fazê-lo, nem fiz na Prefeitura de Ribeirão Preto.

Agora, esse é um debate político que vai sempre existir. O que está em questão hoje está sendo investigado. Vamos deixar que as coisas se concluam e se tirem daí as medidas que forem necessárias.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quero repetir aqui o que o Sr. Henrique Pizzolato disse em uma entrevista à **Folha de S.Paulo**, com relação à questão da compra, daquele negócio do fundo da Previ com a Brasil Telecom: "A diretoria tomou a decisão sem comunicar a ninguém. Um dos conselheiros pediu a reunião extraordinária para saber o que tinha acontecido. E eu convoquei. No dia da reunião, o Presidente da Previ viajou a Brasília e me ligou de lá quando instalei a reunião. Disse que havia conversado com o Ministro Gushiken, que estava indo ao encontro do Ministro Palocci, e que era para aguardarmos e não tomarmos nenhuma decisão porque ele viria fazer um relato".

Quero colocar que foi a partir dessa informação...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Então, veja, só em nome da precisão: ele informou que o Sr. Presidente da Previ iria se encontrar comigo. Daí se concluiu que eu pressionei alguém. Então, quero só me ater ao que foi dito. O que foi dito é que o Sr. Presidente da Previ foi se encontrar comigo, ponto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por fim, V. Exª aqui já colocou que tem tranqüilidade com relação ao seu período à frente da Prefeitura de Ribeirão Preto, que são acusações infundadas. No entanto, o Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, até contestando uma entrevista coletiva de V. Exª, desmentiu V. Exª nessa entrevista. E foi publicado no **Estado de S. Paulo**. O nome dele é Fausto Macedo. Saiu no **Estadão** que ele declarou textualmente: "O Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, Francisco César Rebelo Pinho, afirmou que o Ministério Público Estadual já reuniu fartas provas sobre fraudes em licitações da Prefeitura de Ribeirão Preto, inclusive com relação à gestão do Ministro Palocci. Pinho disse que a Promotoria identificou conluio entre os licitantes para favorecer uma determinada empresa. Faziam os empresários os ajustes para saber qual seria o escolhido e por qual preço. Segundo o Procurador-Geral, o esquema também vigorou em outros Municípios da região".

O que tem V. Exª a dizer sobre isso?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Exato, até me ajuda a sua colocação a esclarecer. Ele falou isso, e existiam quatro inquéritos. Ele falou que esses inquéritos iriam resultar em condenação. Só um acabou, e não condenou ninguém. Então, não sou eu que estou contestando o Procurador-Geral. Não sou eu, são os fatos. É a conclusão de um primeiro inquérito. Não sei se está certo ou errado, não estou julgando aqui. Não sou juiz, sou Ministro. Não faço julgamentos, não tenho poder, nem devo fazê-lo. Agora, depois que ele afirmou isso, que esses inquéritos iriam resultar... E ele falou especificamente dos quatro, que iriam resultar em indiciamento etc. O primeiro que terminou, não aconteceu nada disso. Não sei explicar por que, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador César Borges...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, agradeço o tempo, a tolerância e a forma cordial... Trato sempre o Ministro como uma pessoa cordial, então, agradeço a forma cordial como ele me tratou e como dialogamos aqui. Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Fiquei mais cordial depois que passei a entender os sete níveis do céu com seus ensinamentos da última vez que visitei aqui.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Infelizmente, a nossa economia não está no sétimo céu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador César Borges, agradeço a V. Exª. Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

V. Exª tem dez minutos, e mais dois de tolerância.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Ministro, V. Exª, Ministro, sempre foi muito apoiado pelos Parlamentares da base de sustentação e/ou bajulação do Governo e sempre foi também muito poupado até por Parlamentares da Oposição, de um setor da Oposição que representa uma concepção ideológica de direita e que, portanto, legitima e apóia esse tipo de política econômica ortodoxia monetária, e sempre também acabou sendo muito protegido por setores dos meios de comunicação, que, como também usufruem desse capitalismo sem risco, o chamado mercado financeiro, sempre tinham o cínico terrorismo em relação à qualquer denúncia contra V. Exª. Qualquer depoimento sempre tinha isto o tempo todo: não pode explodir o mercado, não pode explodir a economia. Sempre tinha o cínico terrorismo de mercado, o mercado, esta entidade, este encosto, que finge sofisticação técnica, mas, de fato, age como um bando de fofoqueiros, malandros e parasitas sem pátria que não estruturam parques produtivos, não pagam impostos, não geram postos de trabalho e sequer se submetem aos riscos do capital.

Então, esse tipo de coisa acabou, de alguma forma, sempre também protegido. E aí, Ministro Palocci, sabe, inclusive, V. Exª que sempre tive uma relação delicada com V. Exª porque estava entre aqueles militantes do PT que – na época eu era militante – combatia com ferocidade porque entendíamos que representava a direita partidária, mas nunca escondeu as posições ideológicas e programáticas que defendia. E isso gerava um combate mais respeitoso, porque o cinismo, a dissimulação cria um confronto maior, o que não era o caso com V. Exª.

Mas quero trabalhar exclusivamente na relação de V. Exª com o Buratti, porque preciso que V. Exª me convença do contrário, porque estou convencida de que V. Exª está mentindo todo o tempo. Então, sempre me coloquei na possibilidade de ser convencida pelo argumento, pelo detalhe que eu não tenha como precisão, e aí da relação de V. Exª com o Sr. Buratti na condição de Ministro, na condição de que ele patrocinava crimes contra a administração pública, atuava no Governo, patrocinando tráfico de influência, intermediação de interesses privados, exploração de prestígios.

Amigos, temos vários, Ministro, muitos amigos. Tenho muitas amigas e amigos pessoais, amigos que eram amigos da minha infância e que podem cometer atos que não tenho a obrigação de responder por eles, mas não posso deixar de dizer que, no tempo em que eles cometeram atos criminosos, eles não eram meus amigos. Não posso dizer isso. Tenho amigas que sabem os meus gostos pessoais, que são capazes de colocar na sua casa e no seu apartamento um quarto só para mim, porque elas conhecem o meu gosto. Muitas: Lucinha, Renata, Leila, Yoha e vários que sabem, exatamente, quais os meus gostos. Sabem o que gosto de comer, a forma, o quarto que gosto de dormir. Se eu fosse uma pessoa sofisticada e elas fossem também, elas prepariam para mim a melhor suíte, uma torta de camarão e palmito, belas pantufas, perfume Obsession. O problema é porque eu sou uma qualquer e não acho ruim ser simplória e qualquer. Elas botam a minha lavanda, o lençolzinho que eu gosto, essas coisas todas, porque amigos são assim também.

Se uma dessas minhas amigas comete um crime, faz tráfico de influência, faz um tipo de banditismo, eu posso dizer que não aceito o que elas fizeram. Eu posso dizer que não sou parte do que elas fizeram, mas não posso dizer que elas não foram minhas amigas durante todo aquele período. E aí, Ministro, para completar, tem pessoas que se predispõem até a testemunhar. Claro que eu exigiria que fosse em reunião secreta, mas tem pessoas que se predispõem a testemunhar porque dizem que V. Exª era amigo do Buratti, amigo pessoal do Buratti. Não eram dois ou três encontros

pessoais. Era amigo mesmo, da confiança, da amizade, das relações de amizade mesmo e de confiança, em todos os sentidos, da vida de V. Exª, como também em relação à minha vida com qualquer um dos amigos que eu tenho. Então, vai ficar mais fácil ou muito difícil, porque eu quero que V. Exª me convença do contrário, até porque existem testemunhas que querem dizer isto, que querem dizer que V. Exª era amigo pessoal, amigo da confiança em todos os setores. Então, ou o senhor diz: "Olhe, ele era meu amigo mesmo, porque eu saía com ele, andava com ele, ia para os lugares que eu queria, porque eu tenho autonomia para ir ao lugar que eu quero com quem eu quero". Agora, o senhor não pode tirar isso. Não é à toa que, ainda em 2004, o telefone dele era 1313. Eu estou dizendo porque a placa do meu carro era 1313 quando eu era do PT. Assim que me expulsaram do PT, eu disse: "Eu troco até de carro, mas eu não fico com essa placa". A prova era que tinha toda uma relação de amizade, inclusive em relação a isso.

Então, eu queria que o senhor fizesse alguns comentários sobre isso e fosse, inclusive, mais detalhado na sua relação com o Sr. Buratti e em relação ao papel do Sr. Buratti. Porque se o senhor passa a dizer: "Não. Eu não sei se ele é lobista; e não sei como ele atuava..." Como é que não sabe se ele inclusive foi preso? Como é que ele não fazia crimes contra a Administração Pública? Ele foi preso por quê?

Então, o senhor precisa, de alguma forma, classificar a atividade dele – o senhor é um agente público e tem a obrigação de fazê-lo – e eu gostaria muito que o senhor me convencesse do contrário, porque é uma situação muito difícil. Não tenha dúvida V. Exª de que é uma situação difícil para mim também. Agora, existem testemunhas que, mesmo chorando e morrendo – porque acham que estão ameaçadas de morte –, se dispõem a testemunhar, dizendo que conhecem o nível de amizade muito próxima, cotidiana, rotineira, com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito que suspendam o tempo da Senadora. O Sr. Ministro Antônio Palocci pede um tempo técnico. *(Pausa)*

Reabertos os trabalhos, concedo a palavra ao Ministro Antônio Palocci.

V. Exª tem a palavra, Ministro.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Senadora, eu queria, em primeiro lugar, fazer uma referência, se V. Exª me permite...

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É uma pergunta objetiva.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Eu vou responder objetivamente a sua pergunta, mas não gostaria de deixar de fazer uma referência anterior ao fato de termos partilhado do mesmo ambiente partidário durante muitos anos. E dizer que, embora tenhamos estado, em todo esse período, em campos opostos, acho que isso é democrático. Eu sempre tive uma posição mais moderada que a de V. Exª no PT. Propugnei por teses sobre regimes de concessão, uma visão diferente de Estado, e V. Exª sempre teve uma visão à esquerda disso. Eu quero dizer que sempre tive muito respeito pela sua opinião. Pensamos diferente, mas tenho muito respeito pela sua opinião, pela sua combatividade e pela sua atuação.

A senhora disse... Eu vou entrar objetivamente na sua pergunta.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Se é, ou não.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – A senhora disse que pode trazer testemunhas aqui. Eu digo que a senhora tem todo o direito de fazer isso, mas talvez eu possa testemunhar isso para a senhora, e vou fazê-lo da maneira mais transparente possível.

O Sr. Rogério Buratti foi Secretário de Governo do meu primeiro Governo, durante pouco mais de um ano. Portanto, ele tinha grande proximidade comigo, grande proximidade. Jamais neguei isso. Depois, teve aquele episódio, que o envolveu, de uma fita gravada. Foi um episódio grave, porque naquele episódio ele dizia... Falava sobre nove licitações que ocorreriam na Prefeitura e dava o resultado das nove licitações. Então, era extremamente grave a gravação, por isso eu pedi que ele deixasse a Prefeitura naquela oportunidade. O que nos surpreendeu, quando nós formamos uma sindicância na Prefeitura, quando foi feita uma CPI na Câmara e quando foi feita uma investigação no Ministério Público, foi que nenhuma daquelas licitações correspondeu ao resultado que ele preanunciou. Nenhuma. Então, nos surpreendeu. E eu fui, depois, pessoalmente, conversar com ele, mas eu volto a isso depois.

Então, foi feita essa sindicância na Prefeitura, foi feita uma CPI na Câmara e foi feita uma investigação no Ministério Público. E o Ministério Público do Estado de São Paulo nunca me deu moleza. Nunca. O que eu acho bom. Tem que atuar mesmo. E fez uma forte investigação nesse caso – durou em torno de um ano, eu acredito, essa investigação – e arquivou o processo.

Ali era até estranha a conversa, porque era uma conversa sobre obras, sobre o resultado de licitação. Depois, apurou-se que nada daquilo aconteceu. Parecia uma grande mentira aquela gravação. E eu o procurei depois disso. Ele estava fora do Governo, eu o procurei e falei: "Olha, eu queria entender o que aconteceu, porque você saiu diante de uma situação grave e depois nada se observou". Foi quando ele me contou a

história, que ele conta até hoje, sobre esse episódio. Ele dizia que essa empresa o estava pressionando em relação a obras da cidade e que ele sentiu a necessidade... Estava perto um período eleitoral e ele achou que a empresa iria tomar alguma medida ou alguma coisa em relação a ele, e ele achou que essa gravação o ajudaria a ter um instrumento de defesa. Foi a explicação que ele me deu.

Mas o fato é que, nas três instâncias em que ele foi investigado a partir daí, ele foi inocentado nas três instâncias. Os processos foram arquivados porque não havia fato. Era uma conversa muito ruim, mas os fatos não haviam ocorrido de fato.

Bom, depois disso, eu me afastei muito dele. Eu, que o via todo dia, como Secretário de Governo – todo dia em que eu estava na Prefeitura, fora os dias de viagem, eu o via, inclusive funcionava no mesmo prédio –, passei a vê-lo uma vez a cada dois meses. Depois, uma vez a cada quatro meses. Ou seja, não quebrei uma relação de amizade; durante um período, sim, quando ele saiu da Prefeitura e houve toda aquela investigação, eu fiquei um grande período sem vê-lo, porque achei até que ele tinha cometido um erro que ia me causar um prejuízo enorme no trabalho político, porque de fato foi um assunto muito ruim, em desacordo com a conduta que tínhamos na Prefeitura. Não tinha havido, até aquele momento, nenhum questionamento de nenhuma conduta da Prefeitura. E aquele foi um questionamento muito pesado, muito grave, muito forte, em 1994. Então, a minha relação com ele ficou completamente abalada e eu me afastei completamente deles, não falei nem por telefone com ele naquele período.

Mas, depois, houve essa apuração, esse resultado, e eu voltei a falar com ele, até porque tive curiosidade de saber o que tinha acontecido. Afinal que negócio é esse de falar sobre novas licitações e nada ter ocorrido: "Você inventou, o que foi isso? Não deu certo? O que aconteceu?" E ele me contou essa história.

E aí passamos a ter um relacionamento distante. A senhora pode chamar de amizade, não vou recusar que a senhora chame de amizade, nem vou contestar que a senhora chame, mas vou bem mais distante do que foi o nosso relacionamento no Governo. E, na entrevista que dei quando esse assunto foi abordado a primeira vez, não escondi que tive contato com ele, fiz algumas visitas a casa dele e ele fez algumas visitas a minha casa. Disse duas, três, posso ter sido econômico? Talvez tenha sido quatro. Não foram dez. Não foram oito. Não foram sete. Foram duas, três, talvez quatro. Estou sendo absolutamente objetivo aqui. Visitas dele a minha casa aqui em Brasília foi uma, que ele veio com a família, porque a esposa e filhos conhecem minha esposa e meus filhos e fizeram uma visita de família na minha casa aqui em Brasília. Foi uma visita. Não foram duas, foi uma.

Esse era o relacionamento, completamente distante. Não era de uma amizade próxima, até porque nos afastamos até profissionalmente – eu fui cuidar de uma coisa e ele, de outra, e não tivemos encontro. Por exemplo, no segundo mandato meu de Prefeito, ele trabalhava nessa empresa Leão&Leão.

A SRA HELOÍSA HELENA (P – SOL – AL) – Estou falando do Ministério.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – A senhora está falando do Ministério?

A SRA HELOÍSA HELENA (P – SOL – AL) – Exatamente, Ademirson, Buratti e V. Exª.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – OK, vamos nos ater ao Ministério. No período do Ministério, desde que eu soube disso, ele esteve em minha casa aqui em Brasília uma vez com a família. Posso até lhe dar a data, eu teria que pesquisar, não tenho em mão. Mas foi uma vez em 2003, quando ele trouxe a família a Brasília para fazer visitas e visitou a minha casa. Não teve duas, não teve três, não teve quatro.

Nesse período como Ministro eu não o visitei mais, porque ele morava em Ribeirão e eu não fui a sua casa nesse período nenhuma vez. Eu o visitei na casa dele antes de ser Ministro. Depois que me tornei Ministro, não o visitei nenhuma vez. Encontrei com ele algumas vezes? Posso tê-lo encontrado uma, duas vezes em aeroporto ou em um ou dois eventos, não mais que isso. Reuniões para tratar de assuntos? Nenhuma. Porque nós não tínhamos assuntos comuns a partir do momento em que eu estava no Ministério.

Eu soube que ele vinha a Brasília; meus assessores me falavam: "Encontrei com ele, almocei com ele." Ele trabalhava para empresas e todo mundo que trabalha para empresas vem muito a Brasília. Eu sabia disso, mas ele nunca me pediu um procedimento, por exemplo.

Até ele diz isso aqui, na questão Caixa/GTech: "Não conversei com ele, fui chamado, pedi para fazer uma consulta e recebi um Não." Ele mesmo diz isso. Como ele me expôs de maneira forte, se ele tivesse tido um contato comigo nessa ocasião, ele teria contato, evidente: "Estive com ele, e ele falou isso, falou aquilo."

Se ele falou até de propina, por que não falaria de um encontro?

Mas não houve esse encontro, por isso ele não falou. Não houve nenhuma tratativa da parte dele comigo sobre os procedimentos da GTech, por exemplo. Se não, ele teria dito. Ele falou coisa muito pior, falou coisa muito mais grave. Se tivesse um encontro, ele

teria dito: "Teve esse encontro." Seria mais simples até a informação.

Então, quero lhe dizer que, depois de encerradas as investigações daquele episódio de Ribeirão Preto, mantive relações distante, embora a senhora possa chamar de amizade, eu não vou contestar, de amizade distante. E depois que me tornei Ministro, eu não fui nenhuma vez a sua casa, ele esteve uma vez na minha casa e não tivemos nenhuma reunião de trabalho. Sabia que ele estava trabalha aí pelas suas empresas, ele jamais me pediu um procedimento.

A senhora lembra que, quando ele veio, ele falou que uma vez ele ligou para o Juscelino pedindo para agendar uma empresa, e o Juscelino falou para ele pedir a essa empresa pedir o agendamento, não tem problema, aqui pode-se receber empresas. Eram empresas das quais ele não fazia parte. A empresa dele poderia ter me pedido uma audiência dele, por exemplo. Não pediu, porque não tem obras federais. Até onde eu sei, não pediu audiência. Se pedisse, eu teria atendido. Essa empresa é uma empresa importante na região. Se a Leão tivesse pedido uma audiência a mim em Brasília, eu teria concedido, com certeza, mas não foi nem pedido.

Então, eu queria deixar bem claro isso, não deixar dúvida para a senhora, porque acho que essa é uma questão importante. Eu sei aonde a senhora quer chegar, acho que a senhora está conduzindo corretamente essa apreciação e eu quero ser completamente transparente em relação a isso, para que não lhe reste dúvida. Não sei se vou convencê-la, não tenho intenção de convencê-la, mas tenho a intenção de lhe falar a verdade.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, V. Exª está afirmando que não tinha amizade com ele, portanto não se articulavam juntos para qualquer coisa, para qualquer conversa; não partilhava com ele nem com o Ademirson preocupações ou do mundo do trabalho, ou da vida pessoal. V. Exª não tinha mais amizade com ele. Amizade, eu digo, porque amigo é amigo. Estou falando de amigo, de amizade. Por exemplo, nós, Senadores, nos encontramos praticamente todos os dias. Ninguém pode dizer que, porque se encontra todos os dias, porque conversa, seja uma relação de amizade. Relação de amizade pressupõe confiança. Confiança não é uma coisa qualquer.

Então, V. Exª está-me dizendo que não tinha relação de amizade, de confiança pessoal, de confiança política, com o Sr. Rogério Buratti. É isso?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não, política, não fizemos nada mais na área política depois que ele deixou a Prefeitura. Absolutamente nada na área política. Ele, inclusive, deixou de fazer atividade política. Ele era...

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, mas quando eu falo político, não é de mandato. É político porque, infelizmente, a intermediação de determinados interesses e crimes contra a administração pública acabam tendo essa feição do mundo da política. É nesse sentido que estou falando.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não, eu estou procurando esclarecer. O Rogério Buratti, quando veio a Ribeirão Preto e participou da minha eleição e, depois, do Governo, era membro do diretório estadual do PT, então ele tinha uma participação política forte.

Depois que ele deixou a Prefeitura de Ribeirão Preto, ele se desfiliou do PT, inclusive, deixou de fazer parte do PT e, até onde eu sei, não teve atividades políticas, não só eleitorais, atividades políticas. Ele passou a trabalhar com empreendimentos, com empresas.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Isso em 2000?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não, não, isso lá em 94 para 95. Desde aí ele deixou o PT, nesse problema que deu. Ele ficou contrariado com o PT por causa do episódio, deixou o PT e não mais fez atividade política, eleitoral, não participou mais disso. Não o vi em nenhuma ação política. Ele participava de atividades administrativas.

Quando eu voltei à Prefeitura no meu segundo mandato, ele estava na empresa. Então, tive duas ou três reuniões na Prefeitura, com membros da empresa, das quais ele participou. Públicas, eu tenho até fotografias disso. Então, é uma outra atividade em que ele estava.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, o danado é porque ainda em 2004 ele usava o 1313.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senadora, V. Exª ainda dispõe de dois minutos.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, tudo bem, Sr. Presidente.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Eu espero ter sido o mais claro possível com V. Exª.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª concluiu?

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, não. Na próxima reunião ou quando terminar, eu falarei, até porque o Ministro vai voltar à tarde, tem reinscrição também.

O SR. (Orador não identificado) (*Fora do microfone.*) – Não, ele não voltará, não.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O Ministro não vai voltar?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos tentar esgotar o horário. O Ministro poderá conceder mais...

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Porque o encaminhamento que vou fazer, de requerimento, é depois e eu não quero fazer em uma reunião pública.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu queria, brevemente, fazer um apelo, aqui. Talvez seja possível ao Ministro solicitar um adiamento do início da reunião do Conselho Monetário Nacional para que ele possa completar, na medida do possível, a argüição de todos que estão inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vamos avançar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu já conversei com a assessoria do Ministro e está sendo estudada essa possibilidade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, por permuta com o Senador Tião Viana.

V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães, dispõe de 10 minutos, com dois de tolerância.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Ministro Palocci, quero, em primeiro lugar, salientar que a Oposição, aqui, quando defende V. Exª não o faz por ser V. Exª de Direita ou de Esquerda, nem porque não somos de Direita, como muitos dizem. Cada um se coloca no plano que quer da sua consciência e, sobretudo, da sua origem partidária. Conseqüentemente, qualquer coisa dessa ordem não nos atinge. Nós somos uma Oposição que tem defendido, tanto quanto possível, a Administração de V. Exª pelo interesse do País. Conseqüentemente, esse é o nosso propósito!

Creio que V. Exª, dentro dos aspectos das dificuldades de todos, principalmente as do País, V. Exª faz um trabalho elogiável – eu não posso dizer 100% elogiável –, mas um trabalho elogiável. É o pensamento de quase todos da Oposição.

Quero felicitar V. Exª por ter vindo a esta Comissão – acho que V. Exª agiu certo ao vir a esta Comissão –, atendendo ao nosso Presidente Efraim Morais, que tem sido, realmente, um grande lutador em defesa dos princípios morais nesta Casa e nesta CPMI, e ao Relator, que é também um homem altamente sensato e capaz. De modo que eu queria dizer isso.

Agora, quando vejo a sua equipe, eu dou nota 10, aqui. Mas à sua equipe de Ribeirão Preto, eu não posso dar nota 10. Talvez as dificuldades do seu Município, as dificuldades circunstanciais de uma eleição municipal – que já vivi, e vivo constantemente –, muitas vezes nos obrigam a ter elementos aqui e ali que não sejam os melhores. Mas eu tenho uma máxima, que eu gostaria de dizer a V. Exª, e que V. Exª a está empreendendo no Ministério. Nós temos amigos bons e maus – eu tenho amigos bons e maus –, mas só governo com os bons. Essa é a primeira qualidade do administrador: governar com os melhores e aceitar e dar responsabilidade – e aí V. Exª está certo – a cada um, para que cada um possa cumprir com os seus deveres. V. Exª cobra deles uma atuação firme e segura, mas dá a todos o direito de administrarem as suas áreas, dando, evidentemente, satisfações normais ao Ministro. Isso eu acho notável. Agora, divirjo de V. Exª em um ponto: acho que até mesmo esses escândalos que surgiram, os "valeriodutos" e os que as CPMIs dos Bingos e dos Correios têm apurado, têm sido bons para o País e para V. Exª. Por quê? Por mais que V. Exª defenda as mudanças no IRB, na Casa da Moeda e na Susep, elas propiciaram a V. Exª colocar pessoas melhores. Veja como o IRB está hoje, com Marcos Lisboa, e como estava antes. Isso é algo que se deve a V. Exª e a nós, ao trabalho que fizemos aqui. Isso é louvável, porque V. Exª ouviu não a voz rouca das ruas, mas a voz alta do Parlamento, e mudou significativamente para pessoas que estão dando um rendimento melhor e maior a sua administração.

Quero dizer, aqui, por exemplo – não se zangue o Líder Mercadante, que não é S. Exª –, que V. Exª é mais vitima do fogo amigo do que da Oposição. A Oposição não só mantém diálogo, quando necessário, com V. Exª, nem tampouco fica, a toda hora, procurando V. Exª, nem lhe pedindo coisas; ela defende os interesses do País e os do Estado – e sobre isso quem pode falar, com maior razão, é o nosso eminente Líder, que é altamente capaz e muito justo nas suas ponderações. A oposição critica V. Exª quando V. Exª merece uma crítica, mas também o elogia e muitas vezes o protege do fogo amigo – menos aqui no Senado, o fogo amigo é mais no próprio Governo, e muitas vezes o próprio Presidente fica hesitante, apesar de ultimamente ter prestigiado V. Exª, no que marca ponto para o País.

V. Exª é uma pessoa que merece o nosso respeito. Não vou dizer, repito, que V. Exª seja um deus e que resolva todos os problemas. Não, V. Exª não chegou a isso, mas V. Exª surpreendeu sempre para melhor, de modo que isso é louvável. Até defendo até V. Exª, porque o homem mais digno que eu conheci – V. Exª o conheceu também – foi o Governador Mário Covas,

do PSDB, usou avião particular e foi criticado. Não vejo nenhum crime no uso de avião particular. Acho que é crime quando se usa o avião particular e se favorece o dono do avião particular. Aí, sim. Essa é a diferença que o homem público tem de fazer: não se deixar influenciar pelo favor que recebe, por uma carona em um avião, isso ou aquilo, que quase todos aqui já receberam. De modo que, quanto a isso, discordo inteiramente da colocação do eminente Senador Jefferson Péres, que é uma das melhores figuras do Senado.

Também não quero dizer que o seu irmão seja bom ou mau. Não entro nesse juízo, até porque cada um de nós pode ter irmãos bons ou maus. V. Exª não vai pagar por pecado que não é seu. Conseqüentemente, essa parte deve ser alijada do debate no meu entendimento. De modo que não examino esse caso de forma nenhuma.

Agora, penso que o Governo de V. Exª, assim como os anteriores, deveriam ter tido mais força para fazer frente aos crescentes lucros dos bancos em nosso País. A legislação de Imposto de Renda teria que sofrer modificações nesse sentido. Nesse caso, a culpa é de V. Exª, mas também de todos os governos passados, inclusive do Congresso, que também pode fazer modificações na legislação mas não as faz. É uma culpa geral. Não podemos, com as desigualdades que existem neste País, com o sofrimento causado pela pobreza, com o Governo que não pode sequer administrar os programas que prometeu, como o Fome Zero etc., permitir esses lucros exorbitantes. Deveríamos ter uma legislação específica para os bancos, que não podem lucrar tanto quanto têm lucrado. V. Exª não, portanto, o culpado por essa situação. Isso vem de longe e continua acontecendo: os lucros são cada vez maiores – evidentemente porque a sociedade está em melhor situação hoje, mas a situação dos bancos é excepcional, assim como a situação dos ricos, especialmente quando se leva em conta que os pobres não sabem entrar nos bancos, Ministro, e V. Exª sabe disso. V. Exª não é um homem rico, mas é um homem que já tem a vivência completa desse assunto e, conseqüentemente, já deve conhecê-lo demais.

Considero ainda que V. Exª mantém, com certas dificuldades, uma política: aquilo que era bom do Governo anterior está mantendo, e faz muito bem em manter – dos governos anteriores todos, inclusive do Presidente Fernando Henrique, de quem divergi muitas vezes, com a mesma força com que divirjo hoje do Presidente Lula. De modo que V. Exª tem um grande papel neste País: o de agüentar as pressões. Agüente as pressões, sejam do Governo, sejam nossas, da Oposição e do Parlamento. O principal é que V. Exª sirva, cada vez melhor, ao povo brasileiro.

Ao vir hoje a esta Comissão, V. Exª está dando uma demonstração de apreço ao Parlamento e, evidentemente, ao próprio povo brasileiro, que representamos como Federação.

Agradeço a V. Exª a sua presença e, sobretudo, a sua atuação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães, agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Ministro Antônio Palocci.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Senador, fico bastante sensibilizado com suas palavras, certamente fruto da sua generosidade. Agradeço cada uma das considerações que V. Exª fez aqui.

Sempre procurei, na minha vinda ao Senado – e vim diversas vezes ao Senado –, fazer um diálogo que não separasse o Governo da Oposição. Existem algumas políticas – e a política econômica é uma delas –, que, se conseguíssemos, cada vez mais, transformá-las em uma política de todo o País e não de uma parte do País, conseguiríamos avançar com mais profundidade. Esse é o esforço que tenho feito e o trabalho que tenho procurado fazer, inclusive no diálogo com a Oposição.

Tenho sido criticado de muitos lados. Respeito a crítica; acho que a crítica sempre vai existir no debate econômico e acho que ela nos ajuda a avançar, a andar para frente. Mas acho que o esforço que deveremos fazer é um esforço de debate, de diálogo, para que o País consiga construir um processo de longo prazo na área econômica que sirva de base para qualquer governo, para qualquer coligação que possa governar o Brasil hoje ou no futuro.

Preocupa-me também a questão dos lucros, dos juros e dos custos das políticas. Essa é uma questão extremamente importante a ser observada.

O problema da intermediação financeira é que as políticas tributárias nem sempre conseguem resolver a equação, porque o tributo é parte do *spread* bancário. Quando aumentamos o tributo, muitas vezes ele recai sobre o tomador do empréstimo e não sobre a intermediação do recurso. Então, aí há sempre uma dificuldade. Acho que é uma questão em que devem ser observadas as condições que existem para isso, de aumentar e de reduzir impostos, examinando como isso pode influenciar, de maneira positiva, os resultados do trabalho que o Congresso e o País podem fazer.

No ano passado, observei que o Tesouro Nacional foi ao exterior e colocou títulos no mercado de dez anos a algo em torno de 12% de juros. Esse papel não paga imposto. Vi, recentemente, autoridades da área econômica discutindo por que não favorecemos a vinda de investidores estrangeiros para trabalhar no nosso mercado. Pelo número de viagens que tenho

visto o Joaquim Levy fazer, acho que é exatamente esse o ponto que ele está trabalhando neste momento, ou seja, fazer com que o investidor venha a contribuir para a robustez do mercado de títulos brasileiros e, com isso, consiga um avanço significativo nesses indicadores. Esse é um trabalho a ser feito neste e nos próximos anos.

Tenho certeza de que o Brasil terá bons resultados, como estamos tendo hoje. Estamos com nível recorde de risco País. Nunca o nosso risco foi tão baixo. Nunca a Bolsa esteve em níveis tão altos. A nossa dívida externa está caindo de maneira significativa. As contas externas brasileiras raramente tiveram a situação existente hoje. Isso dá espaço ao País para decidir, para encaminhar suas políticas. É lógico que ainda temos muitas dificuldades, mas penso que caminhamos bastante.

Por fim, quero fazer um comentário sobre suas duas observações: a nossa equipe no Ministério da Fazenda, em comparação com a equipe de outras instâncias em que trabalhei. Veja: a disponibilidade de quadros que temos para fazer um trabalho ou outro é bastante diferente. Hoje, para formar uma equipe no Ministério da Fazenda, o senhor dispõe de equipes do Banco Central, da Secretaria da Receita Federal, do Tesouro Nacional ou de outros Ministérios, como o Itamaraty – tenho dois assessores do Itamaraty que são excelentes profissionais. Quer dizer, nem em outro nível de Governo ou de atividade temos essa disponibilidade.

Agora, também não quero desvalorizar pessoas que muito contribuíram comigo em outros níveis de Governo. Tive ao meu lado Sócrates Brasileiro, que foi Secretário do meu Governo em Ribeirão Preto; o professor Luiz Carlos, o Promotor Sérgio, pessoas que têm muita reputação, muitos trabalhos prestados à comunidade e que deram grandes contribuições à cidade. Tenho de mencionar também o meu Vice-Prefeito, que se tornou Prefeito depois, o Gilberto Maggioni, e Joaquim Rezende, que foi meu Vice-Prefeito na outra oportunidade. São pessoas de muita qualidade e poderiam estar em níveis maiores de Governo.

Aqui é uma composição diferente, é um outro tipo de preocupação. E nós procuramos, tanto na nomeação da nossa equipe quanto nas substituições que fizemos agora, dar o melhor para essas instituições.

Quero partilhar com o senhor da avaliação que fez do Marcos Lisboa. O Marcos Lisboa é, de fato, uma pessoa extremamente bem preparada. Ele não tinha experiência pública quando veio para o Ministério da Fazenda, ele era um excelente economista, mas nunca tinha tido uma experiência pública. Apesar disso, foi responsável, junto com os demais secretários, por boa parte da elaboração das reformas que debatemos aqui no Congresso e aprovamos, como a Lei de Falências e a Reforma do Crédito, que foi muito importante. A propósito, nesse ano de 2005, o crédito no País fechou a mais de 31% do PIB. Isso é resultado do trabalho que fizemos e que vocês aprovaram, há que várias leis foram aprovadas aqui na questão do crédito.

Não quero me estender. Queria apenas agradecer a sua generosidade e dizer que suas palavras me honraram muito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex.ª e concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

V. Ex.ª dispõe de dez minutos com dois de tolerância.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Sr. Ministro Antônio Palocci, Srªs e Srs. Senadores, boa-tarde.

Sr. Ministro, V. Exª tem demonstrando à Nação brasileira competência, dedicação e responsabilidade em relação à economia do nosso País, assim como outros ministros também, como o Ministro Malan, que reestruturou a questão dos Estados, dos Municípios, dos bancos.

V. Ex.ª tem conseguido melhorar a *performance* da economia brasileira. O Brasil é hoje, do ponto de vista externo, bem menos vulnerável do que há alguns anos; as exportações dobraram; a dívida externa líquida diminuiu sensivelmente; os prazos médios de vencimento aumentaram; as reservas internacionais duplicaram nos dois últimos anos, consecutivamente, e o País acumula saldo em conta corrente positivo equivalente a 2,5% do PIB, cerca de catorze bilhões de dólares. Em 2001, o saldo foi negativo – em torno de US$ 23 milhões de dólares. Faço esse histórico para que se tenha uma idéia do salto que a economia brasileira deu nesses últimos anos.

Houve melhora também nos indicadores da dívida externa do setor privado, cujo estoque encolheu, em apenas cinco anos, cerca de 36%: US$ 124 bilhões de dólares em 2000 para algo em torno de US$ 79 bilhões em 2005.

A relação entre a dívida externa do setor privado e as exportações caíram de cerca de 220% em 2000 para 70% até 2005, uma redução de 70% em menos de seis anos. Grande parte da dívida externa brasileira só existe porque companhias tiram proveito do fato de se endividarem em moeda estrangeira, mais barata.

O saldo da balança comercial, por sua vez, passou, em 2000, de um saldo de zero para US$ 40 bilhões; as reservas internacionais pularam, em 2001, de US$31,5 bilhões para US$51 bilhões em 2005. O Governo também resgatou toda a sua dívida interna

corrigida pela taxa de câmbio, que, em 2002, era 37% da dívida pública e era corrigida pela taxa de câmbio – isso equivaleria a compromissos de R$ 230 bilhões, aproveitando este momento favorável de liquidez.

Mas, Sr. Ministro, eu gostaria de saber o que o Brasil tem de fazer para convencer agências internacionais de classificação de risco a melhorar a classificação da dívida brasileira, tanto a soberana quanto a privada, ainda considerada de alto risco por avaliadores internacionais.

Há outro assunto que também gostaria de saber de V. Exª. Apesar do forte crescimento na expansão do crédito nos últimos dois anos, gerando mais atividade econômica no País, os bancos que aqui operam estão muito aquém do seu papel. Essas mesmas instituições, que lucraram, em 2005, cerca de R$20 bilhões, cerca de 40% a mais do que em 2004, pasme, ganham mais com a prestação de serviços, tarifas e outros, cujo aumento foi de 23% em relação a 2004, fugindo de sua atividade principal, que deveria ser crédito a pessoas físicas e jurídicas.

Sr. Ministro, está havendo transferência de renda da iniciativa privada, da população, para o setor financeiro. O que o Governo pode fazer, como o Governo pode alterar essas regras, para corrigir tudo isso?

Terceiro, o volume de crédito do sistema financeiro cresceu 43% do PIB em 2005, chegando a 31,3% do PIB. É o mais elevado crédito desde 1996. O dólar depreciado, a economia em pequena expansão e a inflação em níveis aceitáveis, e, assim mesmo, temos os juros reais mais altos do mundo, inibindo um crescimento mais vigoroso.

Eu imagino, Sr. Ministro, se eles fossem mais baixos. Por que eles não caem? O senhor não acha que está passando da hora de os juros caírem mais rapidamente, para que tenhamos um crescimento econômico mais forte, contribuindo para o aumento da renda e a geração de emprego que tem acontecido nos últimos anos, mas não no tamanho que a população brasileira necessita e espera?

E, por último, eu gostaria de entrar na questão mais complicada, que aconteceu em São José do Rio Preto e em tantas cidades brasileiras. O sistema de coleta de lixo tem sido, mesmo antes da instauração desta CPI, alvo constante de suspeita de má gestão e irregularidades administrativas. De todo o Brasil recebemos denúncia sobre isso – independentemente da coloração partidária, independentemente de cores partidárias –, dos gestores públicos que contratam tais serviços.

Com sua experiência, adquirida ao longo da sua vitoriosa vida pública, indago se é possível apresentar sugestões que aprimorem esse processo caro, oneroso, mas imprescindível para a população dos nossos Municípios.

Eu fui prefeito, por dois mandatos, de uma cidade de 80 mil habitantes, e fazia esse trabalho com a administração direta. Eu entendo que, nas grandes cidades, nas grandes metrópoles, talvez seja um pouco difícil fazer isso por administração direta. Agora, nas médias e pequenas cidades é muito mais barato fazer esse trabalho por administração direta e sem o risco de denúncias constantes nessa questão das coletas de lixo por empresas contratadas.

Por fim, como o senhor avalia, como o senhor está vendo a atuação do Ministério Público com relação a todas as investigações? Era só, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Ministro Palocci.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Senador Valdir Raupp, eu queria agradecer as suas referências, a sua gentileza com a minha pessoa, mas chamo atenção de um aspecto importante que V. Exª ressalta. As contas externas brasileiras nunca estiveram tão bem. Isso faz bem ao País, vai nos permitir avançar mais na qualidade do nosso equilíbrio e do nosso crescimento e permitir que possamos absorver, tanto o Governo quanto as empresas privadas, os ganhos resultantes dessa melhora para capacitar mais nossa economia para o crescimento.

Sua pergunta é boa sobre as agências de riscos. Quer dizer, por que o risco cai de patamar e a classificação de risco não muda? Se pensarmos na queda que houve no risco nos dois últimos anos, até 2005, era uma queda que significou a volta à situação anterior à crise. Houve a gordura que ganhou o risco com a crise e, depois, voltou ao que era antes da crise. Hoje, não mais. Hoje, nós já estamos na metade do que era o risco antes da crise. O Brasil tinha um risco, antes da crise de 2002, que ficava lá em torno de quatrocentos e cinqüenta, quinhentos e cinqüenta. Agora, nós estamos atingindo um nível de duzentos e sessenta, duzentos e cinqüenta. Então, nós estamos neste momento atingindo uma taxa de risco externo que é metade daquela de antes da crise de 2002. Sair de mil e quatrocentos para seiscentos era uma obrigação nossa. Se não saíssemos, não teríamos saída para o Brasil.

Agora, o que acontecendo agora já é um passo a mais, é resultado desses anos de trabalho. Sempre insisto que isso não é resultado só do nosso trabalho, mas de anos de trabalho que foi feito na economia – como o Sr. Relator fez referência Sr. Ministro Pedro Malan, eu acho justa sua referência –, que resultam

em conquistas como essa. Então, penso que esse é um ponto importante de avaliação.

A segunda questão é do crédito. Há outras, que estão no Congresso, que vão interferir no crédito: resseguros, que vão baratear o custo dos resseguros. Isso já está acontecendo na prática. Mas nós enviamos uma legislação sobre a abertura do setor de resseguros para o Congresso – certamente, vai chegar logo aqui ao Senado – que tem influência grande sobre a questão dos custos dos negócios. Nós precisamos reduzir o custo dos negócios no Brasil.

A terceira questão é a taxa de juros. Acho importante que o Banco Central não perca oportunidades em relação à redução da taxa de juros. Mas é importante que nós ajudemos a economia a baixar os seus juros. Como é que isso pode ser feito? Garantindo o equilíbrio das contas públicas. Nós temos que ser sérios nas contas públicas, garantindo maior abertura comercial. A abertura comercial melhora o controle de preços. Temos que fazer isso de forma a valorizar a nossa produtividade e não de forma a prejudicar a nossa economia. E devemos também fazer um apelo aos empresários para que não usem todo o espaço que obtêm em qualquer momento para aumento de preços. O que nós devemos incentivar é o aumento da produtividade, da competitividade das nossas empresas.

A sua pergunta do serviço de limpeza pública, ele normalmente é assim o mais polêmico, nos Municípios, porque ele é a maior conta dos Municípios. Então, ele normalmente é o mais polêmico em todas as administrações.

Em relação ao Ministério Público, não sei se o senhor perguntou do Ministério Público Federal ou Estadual. Eu tive a oportunidade de fazer algumas questões sobre o Ministério Público Estadual, na última visita minha aqui, à CAE, e não vou me estender sobre elas. Eu acho que o importante é nós termos a confiança de que a instituição possa fazer corretamente a evolução do seu trabalho. Eu confio no Ministério Público Federal e Estadual. Confio nas instituições. Às vezes, algumas pessoas tomam atitudes que não contrariam a mim, contrariam o próprio procedimento da instituição. Mas isso não é regra, isso é exceção. Eu acho que nós temos uma instituição bastante forte e importante para o País.

Em nível federal, penso que o trabalho do Ministério Público tem sido muito positivo, muito produtivo inclusive. É lógico que muitas coisas que estão em pauta, hoje, não são conclusivas. Mas acho que vão ser conclusivas e vão ser corretamente concluídas. Eu penso que o Brasil vai estar melhor depois que essas coisas forem corretamente avaliadas, concluídas e realizadas. Eu penso que o Brasil não vai perder com esse processo se souber fortalecer as suas instituições e tirar desse processo os ganhos democráticos e institucionais que um País de democracia jovem, como a nossa, precisa buscar.

Muito obrigado, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu dispenso os dois minutos que eu ainda teria direito para contra-argumentar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Nós agradecemos pela benevolência de V.Exª, mas acredito que todas as dúvidas da economia V. Exª acaba de tirar.

Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Ministro, Srªs Senadora, Srs. Senadores. Sr. Ministro, logo de início, V. Exª mostrou uma defesa que o seu secretário particular, Ademirson, fez em relação às ligações detectadas entre ele e Poleto. E quero dizer que ele mentiu a V. Exª. Vou passar agora as suas mãos, até para conhecimento, as ligações que ele fez com o Sr. Poleto: 1411 ligações, mais as que ele fez com Ralf Barquete, 841 ligações. Portanto, são mais de duas mil ligações, sem coincidência. Aqui, temos um sistema que elimina as coincidências. Quando chegam essas informações, passamos por esse *software*. Então, o Sr. Ademirson mentiu para o senhor, e isso até o envergonha, acredito, porque um assessor que faz um ministro passar uma vergonha, prestando uma informação fria e falsa, merece até desconsideração.

E mais, quero lhe informar, Sr. Ministro, que ele disse que não tinha qualquer espécie de negócio com o Sr. Poleto e com o Sr. Ralf. Mas também, coincidentemente, as ligações são abundantes nos dias de semana e nos dias úteis e se escasseiam, sendo praticamente eliminadas nos feriados e também nos fins de semana. Isso quer dizer que a amizade que ele alega diminuía sensivelmente nos dias não úteis.

Portanto, gostaria de passar às mãos de V. Exª, até para que pudesse analisar melhor a conduta do seu assessor.

Sr. Ministro, gostaria de lhe fazer uma pergunta em relação ao motorista Éder Macedo. O motorista Éder é esse que foi acusado de ter feito o transporte, ou seja, ele foi utilizado para fazer o transporte dos dólares do aeroporto até a central do PT. E o senhor disse que não tem nada com isso, que desconhece essa história, que essa história é absolutamente fantasiosa. No entanto, Sr. Ministro, uma assessora do senhor, chamada Ilma Lima, esteve aqui com um cartão do Ministério da Fazenda, segundo ela, a mando do seu assessor parlamentar, José Ivo Vannuchi, com a única finalidade de antecipar o depoimento dessa pessoa, antecipar a passagem, melhor dizendo, dessa pessoa.

Se o senhor não tem nada com isso, o senhor acha isso uma fantasia, por que mandar alguém do Ministério aqui falar com o assessor, o Sr. Augusto, da Comissão, para antecipar esse documento, Sr. Ministro? É uma pergunta que gostaria de lhe fazer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito o tempo do Senador, sete minutos. Que a assessoria ficasse mais atenta.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Senador Demóstenes, até tive o cuidado, quando apresentei aqueles dados sobre os telefonemas, de não questionar o nosso Relator ou o Presidente Efraim Morais. Estava dizendo que trouxe aqui observações que foram feitas. Não vim aqui questionar a Comissão. Até acho que – sugeri ao Ademirson –, se houver uma questão, façam uma perícia correta e enviem uma carta ao Senador Garibaldi. Tenho certeza de que, se houver erro, o Senador vai observar isso e fazer as correções. Se não houver, não o fará. Não fiz aqui uma contestação, até porque peguei esse papel; não tenho aqui os números, não tenho...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Só lhe disse que ele lhe fez passar vergonha, Ministro, um papel terrível para assessor, não é?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Vamos observar se tem alguma coisa. E também, se tiver esse equívoco no relatório da CPI, não acho que seja de má-fé; pode ter erro no relatório, em um caso ou em outro, em um dia ou em outro. Não se diga nenhuma vez que há má-fé de quem preparou isso. Não acredito que haja mesmo, de fato.

A segunda questão é em relação ao Éder. O Éder é motorista do Ministério no Rio de Janeiro hoje. Soube que a imprensa e alguns Senadores fizeram essa pergunta ao Éder e depois ao Ministério: por que uma assessora parlamentar do ministério teria mudado a vinda dele para cá. Tive dificuldade em responder a essa pergunta, Senador, e tenho dificuldade em responder para o senhor. Não vejo nenhum problema. Ele é funcionário do Ministério.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E quando ele entrou no Ministério? O senhor pode dizer?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não estou com esses dados aqui. Posso mandar-lhe hoje à tarde tudo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A Assessoria Parlamentar lhe informou quando ele foi nomeado, mas, certamente, foi na gestão de V. Exª.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Foi, foi, com certeza.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeito.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Mas veja, Senador, se o senhor me permite responder, o Élder foi chamado aqui, os nossos assessores parlamentares acompanham a reunião. Muita gente estranhou, porque tinha assessores parlamentares aqui no dia do depoimento do Élder. Eles estão sempre por aqui. Acredito que esse é o papel dos assessores parlamentares. Espero que eles estejam sempre por aqui.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas não foi isso que aconteceu. Foi a primeira vez que houve interferência do Ministério para antecipar a vinda de um funcionário, e o senhor não tem nada com isso.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Como não tenho.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor disse que não tem nada com isso, sobre o dinheiro de Cuba.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – E acho mais, Senador: o Élder, não vi o depoimento dele todo, mas soube que ele teve muita dificuldade de se expressar. Eu não atribuo isso ao fato de ele ter culpa, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu não participei do depoimento dele.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Eu não atribuiria... O Élder é um trabalhador simples, uma pessoa que é dedicada. Eu o conheço; é uma pessoa muito religiosa, muito simples, mas muito prestativa. Eu acho que ele ficou um pouco assustado de vir aqui. Eu não traduziria um eventual mau desempenho dele como uma culpa. Eu acho mais... Não é fácil, Senador...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É claro.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não é fácil uma pessoa que é um trabalhador simples vir aqui enfrentar um Demóstenes Torres, uma Heloísa Helena.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu não estava aqui. Obrigado pelo elogio, Ministro.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não é fácil. Acho que as pessoas ficam assustadas.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Quando é pobre, eu sou mansa.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Sou testemunha disso. Sou testemunha disso. É verdade. Mas eu não fiz uma crítica à senhora.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu sei, eu estou entendendo.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Uma pessoa que vem a uma Comissão Parlamentar, diante de tantos Senadores, ela fica assustada. Então, eu atribuiria isso ao Élder. O Élder é uma pessoa bondosa, uma pessoa religiosa, uma pessoa simples. Imaginar que ele possa ter alguma coisa com o dinheiro de Cuba... Eu acho...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Acho que ele, não. Ele só conduziu. Acho que quem tem está mais acima.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Então, estamos de acordo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Só nesse aspecto. Mas eu gostaria de perguntar a V. Exª se sabe por que os advogados do PT estão advogando para o motorista, se também o PT não tem nada com isso.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Pelo que eu sei, o advogado, inclusive, falou em público... Eu não sou advogado do advogado, mas o advogado falou, em público, que ele tomou a iniciativa de ajudar o Élder porque ele conhece o Élder.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeitamente.

Ministro, eu gostaria de lhe perguntar sobre matéria da **Folha S. Paulo**, que diz que, no dia da sua posse, o avião que o trouxe para a posse e a sua família era também um avião do Colnaghi. V. Exª confirma?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Olha, vou aqui... Eu posso cometer um grave engano, mas, na minha posse, eu já estava em Brasília há dois meses.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E de Ribeirão Preto, trouxe a família de V. Exª?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não, veja, não posso lhe dar essa informação. Posso pesquisar essa informação e lhe dar, porque eu vim a Brasília, eu comecei meu trabalho em Brasília, não foi na minha posse, foi em outubro, porque...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E nunca mais o senhor voltou a Ribeirão Preto?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Deixa eu terminar, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É claro. É só uma pergunta.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Vou responder a todas elas.

Eu vim a Brasília no final de outubro, quando o Presidente Lula me convidou para coordenar os trabalhos da transição de governo. E eu voltei a Ribeirão Preto algumas vezes, mas sei que, no mês de dezembro, fiquei praticamente aqui. Passei Natal e Ano Novo aqui, porque eu estava fazendo os últimos dias da transição dos dois Governos junto com a equipe do Presidente Fernando Henrique e a equipe do Presidente Lula. Então, praticamente não tive muito espaço de Natal e Ano Novo e fiquei direto aqui.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A família de V. Exª, então, não veio para a posse aqui?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não, minha família veio.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – No avião do Colnaghi?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não sei, não sei lhe dizer. Não sei lhe dizer de que forma.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu perguntaria se essa consulta que o senhor fez ao Conselho de Ética da alta administração federal foi feita antes de o senhor viajar ou depois que estourou o escândalo.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não, algumas vezes, quando eu preciso viajar e tem situações que eu fico em dúvida, eu faço consultas prévias ao Conselho de Ética. Já fiz várias.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E nesse caso?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Nesse caso, eu fui à viagem absolutamente despreocupado, porque eu estava indo a uma viagem partidária em um avião disponibilizado pelo Partido. Quando foi levantado o problema, eu fiz a consulta ao Conselho de Ética.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas o Colnaghi estava dentro do avião?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não estava.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Nessa viagem? O Colnaghi?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Ele até... Não quero contestar o Sr. Roberto. Ele falou que ele estava. Não quero contestar. Não teria nenhuma importância se ele... Não muda nada se ele não estivesse dentro do avião ou fora do avião.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muda. O PT pagar um avião para o dono do avião andar dentro dele junto como Ministro?! Muda, muda completamente Ministro. Não é praxe alugar um avião e o dono do avião andar junto.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Isso é um problema do Partido. Eu estou discutindo aqui a minha função de Ministro...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ok, perfeito. Aliás...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Eu não acho... Está difícil...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pode falar, Ministro. Fique à vontade.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Eu não acho... Para mim não haveria alteração nenhuma se ele estivesse junto ou não. Eu não me lembro de ele estar junto. Agora, se estava, para mim não faz nenhuma diferença. Aí se tratava de uma viagem particular, e não de uma viagem do Ministério. É isso que eu queria ressaltar.

Não enviei uma solicitação de esclarecimento ao Conselho de Ética antes porque achei que não tinha

problema isso. Quando foi levantado como um problema, enviei a consulta ao Conselho de Ética.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Que foi **a posteriori**, portanto?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – **A posteriori**. Certamente, o senhor tem razão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu gostaria de indagar a V. Exª... V. Exª esteve em Madrid naquela viagem. V. Exª se encontrou no Hotel Ritz com o Presidente Mundial da OHL, o Sr. Juan Miguel? O senhor se encontrou como Sr. Juan Miguel no Hotel Ritz em Madri?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Em uma reunião empresarial, acho que não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas o senhor se...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Eu posso ter estado... Eu estive em um coquetel dado no Palácio Real de Madri com muitos empresários espanhóis.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – No hotel, o senhor não se encontrou com o Sr. Juan Miguel?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu perguntaria também a V. Exª uma informação. Após estourar o escândalo da Gtech, o senhor se encontrou com o Sr. Rogério Buratti no Hotel Renascence, em São Paulo, para discutir com ele esse escândalo?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu faria mais uma pergunta a V. Exª relacionada à casa. V. Exª não esteve nesta casa nem para jogar tênis?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor conhece um advogado que se chama Feres Sabino?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – conheço.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Foi advogado do senhor na Prefeitura de Ribeirão Preto? Esse advogado não teria sido acionado pelo Sr. Ademirson, seu secretário particular, para tratar com o senhor Ismar Marcílio Júnior em uma suposta chantagem que alguém queria fazer como senhor a respeito disso?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não tenho nenhum conhecimento sobre isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Nenhum?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Nenhum.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ministro, eu faria só mais uma pergunta e aí eu faria uma pequena exposição.

V. Exª disse que vai processar as pessoas após a conclusão desses procedimentos. V. Exª, é claro, tem um advogado e um advogado de boa qualidade e pode o advogado não lhe ter informado que em muitos casos o senhor vai perder esse direito por prescrição ou por decadência, porque os crimes têm a pena muito baixa.

Quer dizer, segundo o Senador Alvaro Dias, o Governo do Paraná lhe rogou uma ofensa em juízo... Perdão, lhe rogou uma ofensa em 2003. V. Exª não o processou e, então, perdeu a oportunidade de fazê-lo. O senhor não teme que algumas pessoas, especialmente Rogério Buratti... Por que o Rogério Buratti disse que o senhor recebia um mensalão de R$50 mil e foi até justo com V. Exª: disse que V. Exª não embolsava, repassava ao PT.

Ele afirmou que V. Exª o consultou para saber como faria para internar US$3 milhões que viriam de Cuba. Ele disse muito mais a respeito de V. Exª. Então, V. Exª pode perder a oportunidade de processá-lo.

Eu queria perguntar a V. Exª, até porque V. Exª teve um tratamento com ele que ele não dispensou a V. Exª, mas V. Exª compreendeu a situação dele, do Poleto, que também veio aqui e lhe disse algumas coisas que acabaram comprometendo até pela fragilidade das assertivas.

Então, eu perguntaria a V. Exª: o Rogério Buratti é mentiroso?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Essa é a sua pergunta?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Veja, Senador. Aquilo que ele afirmou em relação aos R$50 mil, em relação... Qual foi o outro caso?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O dólar cubano.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não é verdade. Não ocorreu.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, ele é...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não quero fazer caracterizações sobre essa pessoa. Essas questões não são verdadeiras.

O que eu falei sobre processo é que eu não quero fazer isso no decorrer dessas investigações. Mas vou tomar as providências no momento em que achar adequado, após a conclusão desses trabalhos que estão em andamento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É isso que eu questiono, Ministro. Após isso o senhor não vai ter oportunidade de acionar...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Por que não?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Porque os crimes têm a pena muito baixa e, em alguns casos, o senhor já perdeu. Depois vai prescrever em dois anos, o senhor não terá oportunidade de ajuizar. Dará no mínimo prescrição retroativa e o advogado de V. Exª sabe disso.

Então, V. Exª não vai ter oportunidade de punir essas pessoas que o estão caluniando, difamando, injuriando. Então, o que reclamo – perdão, não deveria nem dizer reclamo; é que essa ação de V. Exª nos causa um pouco de dúvidas em relação a seu comportamento. Por que não processar essas pessoas que sistematicamente estão achacando contra a sua honra? Essa é a questão. Gostaria de encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª ainda dispõe de dois minutos, se necessário.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Como se trata de direito personalíssimo, ninguém pode fazer por V. Exª. Ou V. Exª o faz ou ninguém o fará.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Com uma assessoria jurídica dessas, eu trocaria o advogado pelo Senador Demóstenes Torres.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Agradeço a assistência recebida, Senador Demóstenes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino. V. Exª dispõe de dez minutos, com mais dois de tolerância.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Ministro Palocci, inicialmente, farei uma constatação. Em seguida, construirei meu raciocínio e farei uma pergunta a V. Exª.

Quando fui Governador pela primeira vez, em 1982, um caso me incomodou muito logo na largada do Governo. O então secretário de Educação, pessoa intimamente ligada a mim, meu amigo pessoal, trouxe um irmão para uma função de confiança na secretaria, e este foi, nos primeiros seis meses de Governo, acusado de prática de corrupção; repito: o irmão dele. Chamei o meu amigo secretário, comuniquei a ele a denúncia que havia recebido privadamente – a denúncia nem pública era –, pedi a ele que investigasse e me trouxesse uma posição. Dois dias depois, ele voltou a mim, disse que não procedia, que o irmão não havia praticado nenhum dolo e que estava tranqüilo. Aprofundei as investigações de moto próprio e verifiquei que a denúncia tinha completo fundamento. Em vez de demitir o irmão, demiti os dois. Rasguei a minha carne. Penso que o Senador Garibaldi Alves, que sempre foi meu adversário, deve lembrar-se do fato, pode confirmar e atestar sua veracidade. Rasguei as minhas carnes, rasguei mesmo, e demiti os dois. Aquele fato, Ministro, vacinou o meu governo e o governo seguinte contra a corrupção, porque as pessoas ficaram avisadas de que, com o Governador do Estado, não existia aquela história de convivência com a improbidade e, muito menos, de convivência com a suspeita da improbidade. Resultado: terminei meu governo sem nenhuma investigação, nenhum questionamento por parte do Tribunal de Contas do Estado. As contas foram aprovadas pela unanimidade da Assembléia, e até hoje não há nada, não há problema. Por essa razão, marquei minha posição de não conviver com a improbidade – isso meu pai me ensinou –, muito menos conviver com a suspeita da improbidade.

Tenho grande apreço pessoal pelo senhor. Eu disse que fui um dos que trabalhou para que o senhor viesse aqui; disse que seria tratado com cordialidade, mas com dureza, e que todas as perguntas que tivessem de ser feitas, o seriam. Então, permita-me, contando o que acabei de relatar, dizer o seguinte: neste momento, há duas CPIs em funcionamento investigando corrupção. A CPMI dos Correios investiga o que se chamou de mensalão, compra da obediência, uso de dinheiro, suponha-se público, para fins políticos a serviço dos interesses do Partido dos Trabalhadores, que é o Partido de V. Exª, onde existem muitas ilações, muitas suspeitas claramente configuradas. Dinheiro da Visanet, dinheiro de fundos de pensão, dinheiro do IRB, dinheiro dos Correios estariam subsidiando o "valerioduto", que estaria a serviço de interesses do PT. Muito bem.

Por que o senhor está aqui? Porque, num dado momento, um senhor chamado Rogério Buratti declarou, nesta Comissão, que o senhor era prefeito quando se estabeleceu, em Ribeirão Preto, um esquema de propina, que irrigava, com R$50 mil reais – depois disseram que era mais do que isso – as vontades do PT de Ribeirão Preto. Isso foi dito, e, no curso das investigações, ficou dito mais: que V. Exª teria facilitado a vida de bingueiros – e aí entra a CPI dos Bingos – e teria recebido a doação de R$1 milhão para campanhas eleitorais do PT. Então, por isso V. Exª está aqui, para esclarecer esses fatos.

Estou aqui cercado, Sr. Ministro, de papéis por todos os lados. Fui até às onze horas da noite de ontem, numa sessão onde se votou a pauta toda, e não tive tempo de me preparar para inquiri-lo, para fazer as perguntas apropriadas. Mandaram-me, então, uma tonelada de papéis. Não quero aborrecer V. Exª com essa tonelada de papéis que gerariam perguntas que me ensejariam, se tivesse, horas de questionamento, o que não tenho.

Então, quero me ater a um fato só, apenas a um fato focado. Só um! Quando o Senador Alvaro Dias inquiria V. Exª e citou a Srª Isabel Bordini, falando sobre uma conversa telefônica que teria havido e em

que se supunha que a propina não era de 50, era de 300 mil, V. Exª disse que essa gravação não existia. E o Senador não insistiu porque não deve ter essa gravação, suponho. Se não tem, pode até vir a ter, mas não insistiu.

Mas, nos papéis que me mandaram, há uma coisa mais forte do que essa gravação que queria colocar para V. Exª, cujas explicações queria ouvir. Espero que existam.

Quem é a Srª Isabel Bordini? A Srª Isabel Bordini era, na administração, na Prefeitura de Ribeirão Preto, uma chefe especial da Daerp, empresa de limpeza pública.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Daerp, Departamento de Águas e Esgotos da cidade.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Isso. É tanto papel e tanta informação que, como me ative a elas agora, não estou guardando os nomes.

A Srª Isabel era a chefe do Daerp – Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto.

Muito bem! A Leão Leão é uma empresa grande, como V. Exª disse, acusada de ser, digamos, a Visanet da história, ou o fundo de pensão da história, ou seja, quem produzia o dinheiro. A Visanet pagou dinheiro pela prestação de um serviço que não aconteceu. O que se diz da Leão Leão é que esta contribuía com dinheiro, recebendo dinheiro por serviços que não prestava. E aí vem a Srª Isabel e o depoimento que estou vendo aqui da Delegacia Seccional de Polícia de Ribeirão Preto, do Sr. Mauro Pereira Júnior e da Srª Marilene do Nascimento Falsarella, que são dois funcionários de carreira da época, admitidos por concurso público, com todo o merecimento. O Mauro era o chefe de divisão da limpeza pública, da Dursarp, e ele diz que:

> A bem da verdade, nunca tive muita experiência em serviço de varrição de rua; entretanto, no início do ano de 2001, era responsável pelo recebimento dos serviços. Que, entretanto, objetivando um trabalho honesto e correto, desconfiei que o trabalho de varrição estava tendo medida errada, e para mais, conseqüentemente custando mais caro, sem que o serviço fosse realizado, pois lixo, cujo cálculo é matemático, tem que corresponder à realidade. Que, conseqüentemente, eu disse para a Isabel Bordini que eu não iria assinar aquele recebimento, entretanto fui obrigado a fazê-lo por imposição de Isabel. Que também fiquei sabendo que vinham ordens superiores para que eu assinasse logo e remetesse.

Bom, mas poderia ser, então, o Mauro exagerando. Aí vem a Marilene, que é uma funcionária subalterna, com 21 anos de serviço, que é aquela história de "bateu o martelo, bateu o prego e virou a ponta", e diz, lá para as tantas, tudo isto em juízo:

> Que lembro que Mauro não aceitava essa diferença (Mauro era o chefe dela) desses dados, porque representava grande prejuízo para os cofres públicos municipais e se dirigia até a presença de Isabel, como ele próprio comentava, argumentando com a mesma sobre o que estava acontecendo de errado. Entretanto, de imediato, nada resolvido, e Mauro retornava.

Prossegue e, no final, diz:

> Que, em decorrência dessas ordens de serviço, considerando-se o serviço que efetivamente era realizado pela empresa, pode-se considerar que se dobrava esses serviços e, conseqüentemente, o pagamento.

E aí vem outro papel que me chegou, suas planilhas de 2001 e 2005. Refere-se aqui à varrição do bosque. A varrição do tal bosque municipal, em janeiro de 2001, era de 46 km por dia. Em 2005, a mesma varrição do mesmo parque, a não ser que ele tenha encolhido – ou ele é o mesmo ou ele encolheu –, que era de 46 km passou a ser 8, 8, 8, 8. Os depoimentos de Mauro e Marilene dizem que a varrição era cobrada a mais, uma fatura fictícia era apresentada e que pagava em dobro, ou em triplo ou em quádruplo.

Eu tenho o direito de imaginar que os 50 mil ou os 300 mil, mediante o depoimento escrito na polícia, saíam daqui.

Como o do Visanet. Eu tenho o direito de imaginar que o mensalão de hoje começou também em Santo André, começou também em Ribeirão Preto, quando o senhor era Prefeito. Eu tenho o direito de imaginar que o senhor convivia com a improbidade.

E veja bem o final da história. Quem é o marido da Drª Isabel? É um Diretor do Serpro, que era Presidente do PT de Ribeirão Preto à época. É o que mais me preocupa Ministro, porque era o tráfico de influência, o dinheiro coletado, uma diretora mandando fazer o ilícito e a diretora era esposa do Presidente do PT, que certamente dava destino – suponho eu – ao dinheiro. Suponho eu que com a convivência de V. Exª. É um direito que eu tenho.

A pergunta que eu quero fazer a V. Exª é uma só. Quando tive que rasgar as minhas carnes, rasguei e cortei o mal pela raiz. O Ademirson continua com o senhor. O Juscelino foi embora. O Sr. Donizeti de Carvalho Rosa é o esposo da Drª Isabel e continua Diretor do Serpro.

O senhor vai manter essa turma, ou o senhor vai cortar o mal pela raiz, ou o senhor vai deixar ficando

claro e público que o senhor convive pelo menos com a suspeita da improbidade? É a pergunta que lhe faço.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Senador José Agripino, agradeço a abordagem feita, que foi muito serena e objetiva. Também vou ser direto nesta questão. Veja. Se dois funcionários que são estáveis e estatutários da prefeitura dizem que lhe solicitavam para alterar determinadas planilhas e eles fizeram?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Está aqui. Se V. Exª quiser, eu passo às mãos de V. Exª os depoimentos.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Eles fizeram?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Fizeram.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Então, eles são suspeitos, têm que ser investigados.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Bom! Mas fizeram.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Pois é. Os chefes deles, dois já foram depor nesse mesmo inquérito e disseram que eles não mandaram. E aí? Eu também posso suspeitar que esses funcionários fizeram alteração por conta deles ou não? Posso ou não?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Não sei! A Isabel Bordini tem que ser investigada; este processo como um todo tem chegar ao final.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Lógico! Lógico! Eu acabei de reclamar... Espera um pouquinho.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – É onde entra, Ministro, a suspeita da improbidade. É o que mais me preocupa na dúvida para remover a corrupção: o administrador público tem obrigação de ser duro, tem que ser inflexível, a não ser que queira conviver com a improbidade.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Veja, Senador. Eu falei aqui, no início, que uma das coisas que esse processo era ruim era em relação a autoridades que estavam lidando com esse processo falar em conclusão sem ouvir as pessoas.

A Isabel e outras diretoras ainda não foram ouvidas. Então, eu acho que tem que ser ouvido sim, e confio muito nesse trabalho em termos de determinadas pessoas que conheço como a Isabel, a honestidade dessas pessoas.

Agora, duas pessoas, dois funcionários que fazem planilha foram ao inquérito e dizem: "Olha, pediram para alterar uma planilha. Dado um. Durante um período longo de tempo, eu não sei se um ano, dois ou três, ele alterou. E o chefe dele foi lá e disse que não pediu".

Eu posso, Senador José Agripino, imaginar que esse cidadão que foi lá afirmar que alterou, fez por conta dele? Posso ou não supor? Eu gostaria de poder supor também isso. Se o senhor tem o direito de supor o que o senhor supôs, agora eu lhe peço o direito de supor essa outra coisa. Posso ou não?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – O senhor pode, sim, agora, Ministro, as evidências...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Então estamos conversados, vamos esperar que o processo termine e se esclareça a responsabilidade de cada um.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Mas vamos às evidências...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Só um esclarecimento, Ministro, sobre isso...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Só um instantinho, Senador.

Vamos às evidências, Ministro, nós estamos trabalhando com evidências. O problema é que, nesses casos todos, vai ser difícil você ter a fotografia de alguém agarrado com um saco de dinheiro. Vai ser muito difícil. Então temos de trabalhar com as evidências, e quem for limpo tem de promover limpeza. Confio em V. Exª. Não estou lhe acusando, não.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Tenho certeza disso.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Mas eu tenho direito de ter suspeitas...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Lógico.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – E de colocar essas suspeitas de público.

Na minha cabeça não cabe, Ministro, que um funcionário de 21 anos de trabalho, um profissional, o Mauro, tenha, da cabeça dele, mandado, com a conivência da Marilene, porque ambos denunciam o fato, terem medido a maior um serviço para uma empresa, sendo a chefe da empresa esposa do Presidente do PT regional, acusado de receber R$50 mil para destinação com uso político. O que é mais racional? Imaginar-se que essa é uma corrente com começo, meio e fim ou que o Mauro e a Marilene estariam a serviço de interesses próprios e se autodenunciando?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – O senhor me permite dizer o que eu acho mais razoável?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador José Agripino...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Considerar as duas hipóteses e permitir que a investigação seja concluída.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Só informar que o tempo de V. Exª já terminou.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ministro, o País esperava de V. Exª – só para terminar, Sr. Presidente –, uma posição mais firme.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Mas essas pessoas não trabalham mais comigo, Senador. Eu não tenho atitudes a tomar em relação a elas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Não, o Diretor do Serpro está lá.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não, ele é marido da ex-Diretora.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – O Presidente do PT da época, com essas relações todas...

Bom, cabe a V. Exª a definição final dos fatos.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Dando continuidade à relação de inscritos, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, há um acordo para que o Ministro possa responder fundamentalmente à Oposição, até porque, com direito de imaginar e além da imaginação, é bom que a Oposição ocupe todo o espaço, faça todas as perguntas, o Ministro, com a firmeza e a tranqüilidade, responda a tudo da forma como vem respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Certo, Senadora Ideli Salvatti.

Vamos obedecer à lista organizada.

O próximo Senador, portanto, é o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer algumas indagações.

Já possuímos, na CPI, Sr. Ministro, uma série de números de telefones pré-pagos e pós-pagos associados ao esquema de arrecadação de Ribeirão Preto, que funcionou como um dos braços ativos de arrecadação da campanha do Governo Lula. Assim, eu gostaria de saber se o senhor pode disponibilizar os telefones que V. Exª usava em Ribeirão Preto para que a CPI possa concluir suas investigações. V. Exª pode, voluntariamente, abrir mão do sigilo telefônico daqueles números que V. Exª usava em Ribeirão Preto. Eu gostaria que V. Exª anotasse porque aí eu tento fazer mais perguntas.

O diplomata René Loncan, Ministro, foi um dos seus assessores, ou é ainda um de seus assessores, que exerce a função de tradutor. Trata-se de um diplomata que foi expulso a bem do serviço público pelo Chanceler Lampreia. O senhor insistiu em contratá-lo apesar de tal fato. Porém, tanto a Abin quanto os órgãos responsáveis por analisar as pessoas a serem nomeadas vetaram essa possibilidade por óbvias razões. Entretanto, o senhor insistiu em trabalhar com ele e viabilizou uma forma de contratação que não passasse diretamente pelos controles públicos, ou seja, uma espécie de esquema terceirizado que envolveu inclusive a ABC, agência vinculada ao Ministério das Relações Exteriores. Eu gostaria que V. Exª pudesse explicar essa situação.

Terceira pergunta, Ministro. O senhor já disse que voou no avião do Sr. Roberto Colnaghi e que o senhor utilizou de meios disponibilizados pelo PT, ou seja, que o aluguel foi pago pelo PT. Depois, respondendo ao Senador Demóstenes Torres, V. Exª disse que não teria problema nenhum se o Colnaghi estivesse no avião, mas o PT pagando para o dono do avião viajar, o Senador alegou que teria. Agora, um outro detalhe grave, Ministro, porque a afirmação de V. Exª não bate com os dados da Justiça Eleitoral. Nas prestações de contas do Partido dos Trabalhadores registradas na Justiça Eleitoral não se encontra nenhum pagamento para compensação pelo uso de avião do Sr. Colnaghi. Gostaria que V. Exª explicasse isso. E quem do PT disponibilizou para o senhor? Quem foi? Foi José Dirceu? Foi Lula? Foi Delúbio? Quem foi que disponibilizou a V. Exª?

Tem aqui também uma pergunta que vou abreviar por causa do tempo: o senhor já utilizou serviços de carros blindados do Sr. Roberto Kurzweil? Em caso afirmativo, quem pagou e por que razão V. Exª utilizou tal serviço? Qual o contato que V. Exª manteve com esse senhor desde que tomou posse como Ministro? V. Exª suspeitava da movimentação financeira desse senhor no exterior? O Coaf, órgão subordinado a V. Exª, já tomou providências com base nas notícias veiculadas para apurar a movimentação financeira desse senhor? Isso é essencial até mesmo para esclarecermos os casos e apuração por esta Comissão. Espero que, se V. Exª ainda não determinou ao Coaf que investigue essa figura nebulosa do empresário Roberto Kurzweil que o faça hoje. E, por último, se V. Exª tem alguma explicação ou se ele disponibilizou o carro blindado para transportar o famoso uísque que teria vindo de Cuba.

Ministro, tem uma afronta à lógica. Antigamente, estudávamos Lógica na escola, os da minha geração, pelo menos, pois estamos numa Comissão do Senado, todos os Senadores aqui fazem política nacional, e tenho a mais absoluta convicção de que nenhum Senador aqui havia ouvido falar de Rogério Buratti, de Vladimir Poleto, de Ralf Barquete, de Ademirson Ariovaldo da Silva, pois, essas figuras não freqüentavam o noticiário nacional, passaram a freqüentar com base nas relações que tiveram com V. Exª.

O relatório preliminar desta CPI, que V. Exª elogiou, apresentado pelo Senador Garibaldi Alves, demonstrou cabalmente o envolvimento de várias pessoas ligadas a V. Exª no escândalo da GTech. De fato, o escândalo que começou com o Sr. Waldomiro Diniz demonstrou a existência de uma incrível rede de corrupção que se estendia do Palácio do Planalto até o gabinete de V. Exª. No relatório está escrito claramen-

te: Rogério Tadeu Buratti enquadrado em formação de quadrilha, tráfico de influência, lavagem de dinheiro, crime contra a ordem tributária, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa. Vladimir Poleto, formação de quadrilha, falsidade ideológica, tráfico de influência, crime contra procedimento licitatório, improbidade. Ademirson Ariovaldo da Silva, parece-me é ex-chefe. Continua sendo?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Atual Secretário.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Secretário de gabinete. Formação de quadrilha, corrupção passiva, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa. V. Exª disse, em determinado momento, na sua fala inicial, e anotei exatamente uma frase de V. Exª, sobre fatos que teriam acontecido em Ribeirão: não há hipótese de ocorrer fatos sem o meu conhecimento. Claro. O bom gestor sabe que os fatos ocorrem com conhecimento. E eu gostaria que V. Exª dissesse, então, sobre essa questão desses encaminhamentos, porque V. Exª também teve oportunidade de elogiar o relatório do Senador Garibaldi Alves Filho, como também teve oportunidade de elogiar a ação dos Procuradores. Quero dizer que o relatório do Senador Garibaldi Alves Filho faz justiça ao Procurador Marcelo Serra Azul, que foi bombardeado pelo Palácio do Planalto, quando das investigações primeiras do caso GTech. E o relatório, tanto do Marcelo Serra Azul como o do Relator Garibaldi Alves, envolve também o atual Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Jorge Matoso. Eles também estão incluídos no relatório.

Gostaria ainda de saber de V. Exª...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Qual a sua pergunta sobre isso? Não entendi a questão do relatório.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Só estou...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Considerando isso.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – ...fazendo considerações, porque V. Exª elogiou o Senador Garibaldi, elogiou o Ministério Público. Tanto o Senador Garibaldi, como o Ministério Público, através do Procurador Marcelo Serra Azul, chegam às mesmíssimas conclusões do envolvimento dessas pessoas.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Eu não falei nenhuma palavra sobre o relatório.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Não, sobre o relatório não.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Sobre a pessoa do Senador Garibaldi falei e falo de novo se for preciso. Do relatório não falei nenhuma palavra.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Falou, vou pegar aqui exatamente ...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – O relatório está melhorando, Sr. Ministro.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – "...trabalho correto que vocês realizaram aqui e pelos procuradores."

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Sim, acho que as condutas do Presidente Efraim e do Presidente Garibaldi são corretas.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Então, V. Exª tem todo o direito de retirar o elogio ao Senador Garibaldi, mas retire também ao dos procuradores, porque ambos chegaram à mesmíssima conclusão, que essa gente toda está envolvida. Então, é ver o seguinte: V. Exª é antônimo daquele Deputado que acertava na loteria, do João Alves, porque ele acertou um monte de loteria, porque ele tinha sorte. V. Exª tem azar. As pessoas ficam amigas de V. Exª e se metem em todas essas confusões. Sinceramente, Ministro, tenho dificuldade em acreditar no coelhinho da Páscoa, que Papai Noel existe, que cegonha traz neném. Gostaria inclusive de perguntar a V. Exª o seguinte: por que, diante dos fatos, quando ocorreu o caso GTech, também na mesma linha da indagação feita pelo Senador Agripino, V. Exª não demitiu o Presidente da Caixa? Porque em situação semelhante até o Presidente Lula demitiu por suspeitas da mesma natureza dirigentes de Furnas e dos Correios. São essas algumas das indagações que gostaria de fazer a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª ainda tem dois minutos e vinte e cinco segundos, Ministro.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Indo ponto por ponto: em relação à questão do telefone, vou analisar a sua proposição, Senador, e dialogarei com o Presidente e o Relator sobre isso.

Sobre o René Loncan, não houve proposta da Fazenda de contratá-lo. Contratamos, fizemos uma licitação, contratamos uma empresa e ele é funcionário de uma empresa e presta serviços ao Ministério da Fazenda. O Sr. René Loncan teve um problema no passado com o Itamaraty, onde era funcionário, teve uma pena por isso. Ele pagou sua pena. Não sei se ele está impedido hoje de ser um profissional.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Ele foi exonerado a bem do serviço público.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Sim, pagou...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – A Abin informou.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não sei, Senador, penso que as pessoas quando têm uma pena, têm um erro na vida, recebem uma pena e pagam essa

pena, as pessoas podem voltar a trabalhar. Parece-me, não sei.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Quando é exonerada a bem do serviço público...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Isso é uma pena e é seguida de outras penas civil e criminal. Por exemplo, uma pessoa que é, não sei se estou falando uma coisa tão extraordinária aqui, mas acho que quando as pessoas cometem um erro devem pagar pelo erro. Depois de pagar pelo erro, as pessoas devem ser cidadãs. Não devem ser proibidas de trabalhar, no meu modo de ver. Posso estar enganado. Não devem ser alijadas da sociedade, devem ser permitidas. Uma vez pago o custo da sua punição, a pessoa tem direito de trabalhar, me parece que a gente deveria ter esse procedimento para todas as pessoas. O nosso problema é quando as pessoas não pagam o custo da punição que recebem. Uma vez pago o custo, as pessoas deveriam ter direitos. Agora, aí não houve a contratação dessa pessoa. Houve a contratação de uma empresa na qual ele presta trabalho. Não houve proposta de contratação do profissional.

Em relação à viagem do PT, Senador, à viagem para a qual o PT disponibilizou o avião, há uma nota do Diretório Estadual do PT de São Paulo, uma nota no *site* do PT sobre isso.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Quem? Quem?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – O Diretório do PT de São Paulo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Quem era o presidente à época?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Na época, acredito que o presidente era Paulo Frateschi, mas há uma nota pública sobre esse assunto, está no *site* do Diretório do PT.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sim. Eu quero ver na prestação de contas lá em São Paulo.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Sobre carros blindados: já usei carros blindados dessa empresa, paguei por eles, foi aluguel o que fiz.

Sobre a questão do Coaf, V. Exª me perguntou se eu pedi providências ao Coaf sobre essa pessoa ou outras. O Coaf não tem poderes de investigação. O Coaf recebe informações do sistema financeiro, via sistema do Banco Central, qualifica essas informações e as repassa para o Ministério Público. Ele tem feito isso regularmente, um trabalho importante...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sim, mas, diante dessas informações que circularam...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Ele registra informações que circulam e olha se há informações recebidas sobre esse... Ele não é um órgão de investigação, não é esse o papel do Coaf.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sim, mas até eu tenho a informação.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – É o que estou dizendo. Quando a informação existe, diante de uma informação de que pode haver uma irregularidade, ele acompanha as pessoas, mas ele não é um órgão de sair para fazer investigações.

Em relação à GTech, acho que fui claro aqui. Não gostaria de insistir ou de chateá-lo com repetições daquilo que já falei. Acho que foram claras as colocações feitas pelas pessoas que se envolveram nisso e penso que foi clara a minha resposta sobre isso também.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, Senador.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, gostaria só de insistir, até para informação do Ministro, que essa pessoa, o diplomata René Loncan, segundo as informações que nos chegam, é uma pessoa que possui o conhecimento de transferência de dinheiro para paraísos fiscais, como Luxemburgo e Ilhas Jersey, aliás, os mesmos paraísos utilizados pelo Sr. Paulo Maluf.

Com relação às pessoas que V. Exª fez questão de elogiar, eu quero dizer que o Brasil inteiro tem o maior respeito pela equipe técnica a que se referiu V. Exª, mas o Ministério da Fazenda acabou também disponibilizando algumas pessoas na área econômica do Governo que não foram bem. O Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o Banco Central são órgãos ligados ao Ministério da Fazenda, e tivemos lá o Casseb, o Candiota, o Benny Parnes e o próprio Henrique Meirelles, pessoas que fizeram, visivelmente, aplicações no exterior – não há problema algum se forem feitas pelo Banco do Brasil, por uma casa de crédito oficial, mas utilizaram doleiros. Alguns até já saíram dessa equipe, mas também passaram pelo crivo de V. Exª.

No mais, para finalizar, quero dizer que também considero V. Exª uma pessoa educada, fina, que nos trata com muito respeito sempre que vem ao Senado e que, por isso, recebe também todo o respeito do Senado.

Divirjo de algumas análises da oposição. Falo isto internamente, no seio do meu partido: não concordo com a política econômica que V. Exª toca. Acho que ela foi necessária no passado, poderia ser mais ousada agora, mas não estamos aqui para discutir a questão da política econômica.

Eu encerraria, Ministro, dizendo, com muita sinceridade: não sei se faz bem V. Exª continuar na con-

dição de Ministro da Fazenda com essas interrogações todas que pairam sobre a cabeça de todos os brasileiros. Sei que a Constituição garante o princípio da inocência, garante o princípio da dúvida até que se prove o contrário. Mas o cargo de Ministro da Fazenda é muito importante em nosso País para que essas interrogações continuem pairando. Com muita sinceridade, o depoimento de V. Exª fez aumentar as minhas interrogações.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

V. Exª dispõe de dez minutos, com mais dois de tolerância, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srªs e Srs. Senadores, antes de mais nada, registro que não é com prazer que compareço a um debate com V. Exª nessa situação em que necessariamente os assuntos e os temas aqui tratados tendem a apequená-lo, a diminuí-lo.

Acabei de trocar alguns torpedos com o meu prezado amigo Dr. Murilo Portugal e gostaria muito de poder discutir economia aqui, como essa coisa do risco país, sem se entender que se trata de um processo. O risco país corresponde, por exemplo, à liquidez internacional fantástica. Isso faz com que a Venezuela, do Coronel Chávez, esteja com um risco um pouco abaixo do nosso e a Argentina, tão desorganizada, um pouco acima. Mas não vim para discutir risco país, porque teremos ocasião para isso em outros momentos.

Fiz aqui algumas observações e vou procurar ser bastante específico em alguns pontos e genérico nesse início, Ministro Palocci, por entender que algumas satisfações devem ser prestadas por V. Exª, sim, a todos nós que o prezamos e – imagino – a quem temos tributado um enorme respeito do ponto de vista da execução das políticas públicas que estão a seu encargo.

Notei que V. Exª, em algum momento, disse assim que sofria ofensas graves. Discordo frontalmente da tese de esperar Ministério Público ou decisão da Justiça antes de processar alguém. Não tem que pedir autorização ao Ministério Público nem à Justiça para se sentir ofendido. Acredito que deve, sim, fazer a interpelação a quem o ofendeu de maneira drástica.

Eu me reporto a outro episódio e invoco o testemunho do Senador Tião Viana. Na reunião interna da CPI – hoje posso dizer –, eu não fui a favor da convocação do Sr. Gilberto Carvalho, por ser o Secretário Particular do Presidente da República e pela proximidade. Mas, no recôndito daquela reunião, eu disse a ele que me cheirava a uma certa fraude ou farsa o Sr. José Dirceu processar o irmão do Sr. Celso Daniel, que não acusou o Sr. José Dirceu de nada, e o Sr. Gilberto Carvalho não processar o irmão do Sr. Celso Daniel. Ele me disse, àquela altura, que tinha ficado sensibilizado tanto com o meu gesto quanto com os meus argumentos e que estava pensando seriamente em processar o Sr. Bruno Daniel. Ele não o fez, e isso me causa uma certa decepção.

Espero de V. Exª processo, sim, e duro, contra todos esses que têm assacado contra a sua honra.

V. Exª hoje está aqui. Preocupa-me muito mais qualquer episódio que envolva a sua gestão do que os episódios pretéritos. Mas V. Exª deve ter visto, pela televisão, ou sabido do depoimento do Sr. Poleto. Eu dizia, ainda há pouco ao Líder Mercadante, que não precisa de muita psicologia para se saber que ele é uma figura lombrosiana.

O Sr. Buratti não tem uma cara boa. Eu não quero nomear o Leonardo Di Caprio, mas o Buratti não tem uma cara boa. O Sr. Poleto pensou que isso aqui era um **happy hour**.

Quando V. Exª disse que não teceria comentários sobre se era um absurdo alguém ter um avião alugado para transportar caixa de uísque, eu creio que teria uma resposta muito simples de V. Exª, que seria dizer: "Olha, não tenho nada com isso, mas acho um absurdo, sim". E não a distância olímpica que V. Exª manteve. Porque há somente duas explicações, além dessa que eu não quero afirmar, de ter dinheiro ali. Uma explicação seria a loucura; e a terceira, das três que estou arrolando, era o Sr. Barquete, que já faleceu e não o conheci, ter dito assim: "Vamos manter esse Poleto no ar, voando, que ele não causa dano a ninguém e fica de um lado para outro.

Porque não há explicação três caixas de uísque em um avião fretado; isso não têm cabimento! Então, é uma figura que eu digo que não deve estar próxima da principal autoridade econômica do País.

Eu faço e já disse de um jeito que me penitencio até publicamente do tom – V. Exª sabe como tenho apreço pessoal por V. Exª –, certa vez eu desabafei aqui no depoimento do Sr. Poleto mesmo, que vejo uma diferença muito grande de nível, de estatura, inclusive moral, entre os seus assessores atuais, esses que o estão cercando aqui – e não quero esquecer nunca o nosso atual Presidente do IRB, esse notável economista que é o Marcos Lisboa – e os anteriores. Vejo uma distância muito grande. V. Exª se tem portado como Ministro da Fazenda no exercício dessas funções com bastante tamanho e tem essas dúvidas todas sobre se alugou casa para fazer *lobby*, se tinha conhecimento ou se não tinha. Vou dizer apenas que entendo que essas companhias eram inadequadas; entendo que essas ofensas graves devem ser respondidas com processo, sim, com muita dureza; entendo

que seria muito melhor estarmos aqui discutindo se o risco país baixou porque o Presidente Lula é milagroso ou se baixou porque o Brasil é um processo e a grande disputa do próximo Governo é nós chegarmos a BBB grau de investimento. Nesse ponto, o outro Presidente, que poderá ser do nosso Partido, não terá direito de dizer que foi ele que fez, porque é um processo que vem de anos e anos de consolidação da estabilidade econômica.

E eu lhe faço algumas perguntas. Ainda o Sr. Buratti – a quem me referi – revelou que o Sr. Jorge Yazigi, ex-Diretor da Leão Leão, teria sido indicado por V. Exª para o cargo de vice-Presidente da VisaNet. Eu lhe pergunto se V. Exª, a ser verdade, não sentiu um certo temor, levando em conta os casos já conhecidos de corrupção dessa empresa?

Segundo: o Sr. Buratti disse ainda que, em Luanda, por recomendação de V. Exª, o Sr. Colnaghi teria obtido um contrato que a ele teria sido negado.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – O Buratti falou isso? Quem falou isso?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Buratti disse que o Colnaghi, por recomendação sua, teria obtido um contrato em Luanda.

Mais ainda: pergunto se V. Exª conhece os tais portugueses Caio e Vadim, que são dois homens que vivem como magnatas, com jato Falcon, com iate de oitenta pés e como donos de um restaurante famoso, ligados ao ramo de jogos, com milhões e milhões de jogos, e que são acusados de terem contribuído para a campanha do seu Partido.

Pergunto a V. Exª ainda se pode nos explicar como se deu a operação de compra da Carteira do Banco BMG pela Caixa Econômica Federal. Se V. Exª tem conhecimento de que a compra da carteira do BMG pela CEF ocorreu contrariamente aos pareceres da área de risco de crédito da própria Caixa.

Pergunto ainda se o senhor tinha conhecimento de que o Sr. Bolívar Tarragó presidiu o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional nos casos de absolvição do Banco Rural e do BMG quando esses foram julgados por infração ao Sistema Financeiro Nacional.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Bolívar?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, Bolívar Tarragó, sim.

E ainda lhe pergunto, Sr. Ministro, finalmente, se V. Exª tem conhecimento de que a vice-Presidenta de Tecnologia da Caixa Econômica Federal, a Drª Clarice Coppetti, é esposa do Assessor da Presidência da República Dr. César Alvarez. Se o senhor tem conhecimento de que o Superintendente de Tecnologia da CEF, subordinado de Drª Clarice, é irmão do Dr. Marcos Flora, Secretário Executivo da Secom, até bem pouco tempo atrás?

E a sua opinião sobre essas relações familiares, essa trança de relações familiares em cargos do Governo, sobretudo levando em conta o dado delicado de que, muitas vezes, lidando com orçamentos milionários.

Eu guardo esse 1min25 e mais dois que tenho direito, Sr. Presidente, e ouço com muita atenção o Ministro Palocci.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Senador Arthur Virgílio, agradeço as suas colocações. Considero-me, se o senhor me permitir, um amigo seu. Posso falar assim?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pode, deve.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – E sempre recebi de V. Exª um tratamento muito cordial e procurei corresponder e espero que possamos voltar, em outra oportunidade, a debater com profundidade as questões econômicas.

Às suas perguntas vou ser objetivo diretamente. Li em uma revista que alguém tinha dito que eu havia indicado Jorge Yazigi a vice-Presidente da Visanet e que teria sido uma informação do Rogério Buratti. Achei super estranho, porque mal conheço essa pessoa. Acho que já ouvi falar dele, mas mal conheço. Mas tinha certeza de que não tinha feito essa indicação. Depois, saíram os dados: primeiro, Rogério Buratti – acho que aqui ou em outro lugar – negou que tinha dito isso; segundo, Senador Arthur Virgílio, a nomeação dele foi em 2002, antes do nosso Governo; e a demissão dele foi ainda em 2002, antes do nosso Governo.

O senhor sabe que, apesar de eu ser amigo de V. Exª e de muitas pessoas do seu Governo, eu não tinha essa influência de indicar, no Banco do Brasil, pessoas no seu Governo. E não estou aqui criticando que a indicação do Jorge tenha sido algo inadequado, irregular. Não tenho nada contra essa pessoa. Acho que conheço, pela referência que li na revista; acho que conheço a pessoa – se é quem estou pensando quando li –, mas não a indiquei, mesmo porque eu não estava no Governo nessa época. Estranhei essa notícia, e não sei de onde ela saiu. Em outra entrevista, o Rogério Buratti negou que havia dito isso.

Em relação à Luanda, Rogério Buratti teria dito que o Colnaghi obteve um contrato com o Banco do Brasil e ele, Buratti, não obteve. Isso mostra que o Banco do Brasil é que está tratando essas coisas dentro de critérios técnicos. Alguns podem ter, outros, não. Não sei por que um teve, nem sei por que outro não teve. Esse é um critério autônomo, técnico do Banco.

Sobre os dois cidadãos que o senhor cita, na área do bingo, não os conheço, nunca estive com eles.

No tocante à compra de carteira do BMG pela CEF, a Caixa me enviou, na semana passada, uma documentação sobre isso. Penso que já deve ter enviado também para o Relator. Vou depois conversar com o Senador Garibaldi. Se ele não recebeu, vou transmitir à Caixa. A Caixa explicou, dizendo que não havia problema nessa operação.

Confesso ao senhor que não li esse relatório da Caixa, mas, antes mesmo de ler, vou enviar ao Relator da Comissão. Acredito que a Caixa teve um procedimento correto, como tem tido no geral, mas confesso que não li o relatório. Tenho certeza de que ele estará disponível; se já não está, estará disponível para os senhores rapidamente.

Em relação ao Bolivar, não entendi. Ele estava como presidente do Conselho, quando houve algumas decisões lá. Agora, não sei o seguinte: essas decisões estão sendo questionadas hoje?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ele presidia o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Quando foram tomadas determinadas decisões. Mas essas decisões estão sob questão?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, o BMG e o Rural foram absolvidos sob a Presidência dele.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Prometo ao senhor que vou verificar essa questão – é a primeira vez que tomo conhecimento disso – e lhe transmitirei uma informação objetiva sobre isso.

Muito obrigado, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, tenho, sem dúvida, Ministro Palocci, uma relação pessoal que é do melhor nível com V. Exª. Não me vou alongar, vou procurar com o Presidente da CPMI sobre o BMG.

Quanto à posição do Sr. Tarragó, aguardarei, enfim, comunicação posterior de V. Exª.

Vou-me ater a um fato: conheço o caráter cordato de V. Exª e conheço sua habilidade política, que é inegável. Mas entendo que a satisfação que eu gostaria de ter era de mais incisividade de V. Exª em relação às pessoas que o ofendem.

Por exemplo: alguém, como o Sr. Buratti, chega e diz o que disse de V. Exª, e V. Exª o tem poupado. E falo agora como homem público: isso a mim me constrange um pouco. Eu, por exemplo, vou pegar esse dado, visto que pode ter havido aqui um equívoco da parte dele muito grande. Ele alega isso, e V. Exª diz que o Sr. Yazigi era, enfim, gente nomeada no Governo passado e demitida no Governo passado. O Sr. Buratti chegou aqui e afirmou isso.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Que era de 2002?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É, que foi indicado por V. Exª para a Visanet, ou seja, algo...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Não, não, não, o senhor está enganado. A bem da verdade, vou lembrar e acho que o senhor vai concordar comigo: saiu numa revista que o Buratti tinha dito que eu havia indicado o Yazigi para a Visanet. Saiu numa revista. Eu estranhei isso, porque eu, de fato, não indiquei... Aí eu vi - num depoimento, não me lembro, ou numa matéria de jornal - o próprio Buratti negando isso. E a revista informava que ele entrou e saiu em 2002.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, sim, ou seja...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Veja, não estou lhe passando, lhe transferindo a crítica.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, não, eu sei. Não, não.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Até porque acho que é uma boa pessoa, não tenho nada contra a pessoa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, digamos que não seja. Também não estou defendendo nada do que se passou, ou seja, a gente tem que olhar as coisas para a frente. Digamos que seja verdade, eu quero acreditar em V. Exª e não no Sr. Buratti. Ele também tem aspectos lombrosianos. Para namorar uma filha minha, ele ia ter que passar por mil testes.

(Risos.)

Ele diz que o Sr. Yazigi pertenceu ao seu Governo e não ao meu, e V. Exª diz que ele pertenceu ao meu Governo e não ao seu, que V. Exª não o nomeou.

Eu encerro, fazendo uma pergunta bem simples, e espero uma resposta incisiva: o Sr. Buratti é um mentiroso?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Veja, Senador, eu não quero trabalhar dessa forma, eu não quero me pronunciar dessa forma. Eu já recebi essa pergunta e não respondi, propositadamente, nesses termos, porque não quero fazer julgamentos desse tipo.

O que eu disse aqui foi: as afirmações que ele fez em relação a mim não são verdadeiras, não ocorreram. Afirmo isso e disse que não iria fazer processos enquanto estivesse em processo de investigação. Daí as pessoas tiram conclusões de que eu não vou processá-lo - eu não falei isso. Tiram conclusões de que eu não falei que era mentira o que ele disse – falei, sim, reafirmo aqui. Não é verdade o que foi dito, isso não ocorreu.

Contudo, eu não quero caracterizar tudo o que aconteceu aqui, mesmo porque, por exemplo, voltando

à questão que o senhor falou, da viagem, eu não ouvi o depoimento do Sr. Poleto. Não ouvi. Não vi detalhes, não ouvi a história que ele contou. Soube da história por uma revista.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Foi a coisa mais ridícula que eu já presenciei.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Pois é, ouvi falar que não foi nada bom, mas não ouvi e não quero fazer um julgamento. Eu não sei o que aconteceu. Não sei do que se trata essa viagem. Então, V. Exªs me pedem uma opinião sobre essa viagem, e não sei detalhes dela, não ouvi as pessoas, então prefiro não dar uma opinião, para não levar a um novo debate.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O pior, Ministro, é que ele disse que o avião era um Sêneca, o que aumenta o risco, que sacudiu bastante lá em cima. E eu disse: "O senhor, que gosta tanto, não abriu para tomar umazinha para se acalmar?" Ele disse que não.

(Pausa.)

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Então, eu prefiro, Senador, não fazer um comentário. Não é que eu me recuse a responder sua questão. Como eu não me informei, não fui atrás, não assisti a esse depoimento todo – vi pedaços dele -, não quero dar uma opinião e, a partir daí, criar um novo debate sobre questões que eu mal conheço. Desculpe, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Arthur Virgílio, agradeço a V. Exª.

Senador Romeu Tuma, V. Exª dispõe de 10 minutos, com dois de tolerância.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vou tentar ser mais rápido, Presidente, até porque eu acredito que, com respeito ao Ministro Palocci, eu queria ser testemunha, Ministro, de que V. Exª foi sincero quando disse que estaria sempre pronto para responder qualquer questionamento.

Nas poucas vezes em que tive contato pessoal com V. Exª, depois das denúncias que ocorreram, V. Exª sempre afirmou isso com convicção, com respeito e até com certa dose de carinho, inclusive também por intermédio do Dr. Murilo Portugal.

Antes, quando V. Exª era prefeito de Ribeirão Preto, por estar dentro do meu Estado, algumas vezes encontrei V. Exª pelas ruas de Ribeirão, e sempre fui tratado com respeito e com carinho.

Tenho muito respeito por médico na atividade pública, na atividade política, porque eu tenho um filho que é médico e ele tem sempre uma visão um pouco diferenciada do político que tem uma atividade permanente de político, ou tem formação policial, ou de fiscal, como o Dr. Rachid, que tem uma dureza maior.

O médico, em sua evolução profissional, o plantão, quando estudante, começa a lidar com o problema social, com a miséria, com a pobreza.

Então, a Matemática, Senadora Heloísa Helena, não é democrática. Ela é fria e não pode ser discutida. Agora, o médico não enxerga a Matemática como não-democrática. Ele fala: "Vamos dar uma pequena alterada aqui, porque tem muitos pobres; vamos dar um jeitinho". A Senadora Heloísa Helena é mãe quando se trata de pobres. S. Exª já deu demonstrações nesta Casa ao tratar algumas pessoas com todo o respeito e carinho por causa da origem delas. E o motorista foi um caso desses. Durante a oitiva, ficamos meio tontos, sem saber se ele era malandro ou se estava totalmente inibido e bloqueado. Como acho que não tenho obrigação de ter experiência em ouvir as pessoas, achei que ele estava totalmente desencontrado por causa do medo. Acho que ele passou por uma angústia muito grande! É claro que lhe pedi que fizesse a reconstituição dos caminhos que ele percorreu, para que se confirmassem alguns detalhes.

Aqui, Ministro, não acho correto que nenhum de nós possa acusar sem prova. Não há possibilidade. Nós sabemos que as CPMIs têm poderes mitigados de judicantes. Portanto, há limitações na investigação. Para tanto, temos que nos basear na Polícia e no Ministério Público, que têm um poder maior de busca e apreensão, de diligência, às vezes até de mandar prender, e essas informações consolidam ou não algumas preocupações nossas. Agora, questionar as dúvidas eu acho válido, porque não há outro caminho para se saber a verdade. V. Exª, aqui, nem uma vez desmentiu quem quer que seja. Isso foi bastante elegante da parte de V. Exª. E não chamou ninguém de mentiroso aqui. V. Exª faltou com a verdade a respeito do que disse sobre mim. Então, cabe a nós, claro, porque eu acho que não tem muito mais a perguntar, Sr. Presidente, porque o que tem de se analisar são os depoimentos e os questionamentos. Resta-nos, debruçarmo-nos sobre eles para fazermos uma análise.

O Senador Arthur Virgílio colocou bem, porque V. Exª tem um time aqui que é melhor do que o do Corinthians, marca gol em qualquer instante. Então, os antecessores de Ribeirão Preto não têm o perfil que agrada o que está sendo investigado. A dúvida fica. Dá para acreditar no Poleto? Dá para acreditar nos rapazes que trabalharam com V. Exª? Há um detalhe – falo confiando na minha memória, não disponho de nenhuma anotação: o Buratti, aqui, disse que foi designado pelo Partido para trabalhar em Ribeirão Preto. Ele estava em São Bernardo, Santo André, se não

me engano, aí o designaram para auxiliar V. Exª em Ribeirão Preto. Mas ele não era da cidade de Ribeirão Preto. Então, sob o meu ponto de vista – depois vou analisar –, não havia nenhuma ligação com V. Exª. Isso, segundo o que ele disse aqui. Não tinha nenhum tipo de ligação. Foi trabalhar, V. Exª o aceitou, provavelmente pela designação do Partido, e ele começou a produzir e deu aquela falha.

É difícil entendermos, porque não parece uma gravação fabricada por ele para ter uma prova para ele, porque a gravação foi de terceiros. Então, ele se baseou na denúncia para dizer que ele iria usar como prova. A conversa, pode ser que ele a fabricou sem saber que estava sendo gravada. É uma visão minha de investigação.

Esses "caras" vêm aqui e dizem que gostam de tomar umas biritas, bêbados. Então, o outro, o que depôs aqui, o Vladimir Poleto, pelo amor de Deus, Ministro! Não é possível que essa camarada seja de confiança de V. Exª! Um sujeito que, aqui, disse gostar de uma birita, que deu aquela entrevista para a revista, porque foi tomar um chopinho a mais e desmente. Então, são coisas sérias demais para termos alguma dúvida sobre um comportamento ético, que não merece fé.

Como o negócio dos dólares de Cuba é uma preocupação. Ministro, V. Exª está fora do eixo desse caso. O que o liga a esse caso são os nomes das pessoas que fizeram o provável transporte do dinheiro. Mas não faço acusação sem prova, por isso que nunca falei aqui sobre isso. Para mim, como uma televisão chegou a fazer uma dose de investigação, não é tão secreto assim. Estavam investigando, e devem continuar a fazê-lo.

Disseram a mim e, também, ao Senador César Borges que o então Deputado e Chefe da Casa Civil José Dirceu estaria remetendo dinheiro do partido para guardar em Cuba. São denúncias que a televisão recebeu. Não estou fazendo acusação e gostaria que o senhor não entendesse como tal.

Quando surgiu o problema do transporte das caixas, veio-me ao pensamento: estão trazendo de volta o dinheiro que foi para lá. Então, não é contribuição do Comandante Fidel. Como ele vai dar três milhões? Há essa dúvida.

Então, V. Exª entra no eixo devido às pessoas que teriam qualquer tipo de ligação. Não posso colocar o senhor como tendo qualquer envolvimento com esse dinheiro, se foi, se veio ou se não veio, porque eram pessoas que seriam, em tese, ligadas ao Deputado e Ministro José Dirceu, que tinha acesso a essas pessoas que foram trabalhar com o senhor.

Eu gostaria que essa parte ficasse mais clara, porque é algo muito delicado buscar uma ligação incorreta sobre a participação de V. Exª. Ainda acho que se tem de investigar esse caso. Há alguns indícios, números de vôos, registros de aeronaves e nenhuma casa como essa que V. Exª usou.

Estranhamos muito que o Poleto, quando depôs aqui, disse que recebeu um telefonema do Barquete, que tinha uma pessoa que podia dar uma carona para ele, trazê-lo de Brasília; disse que já tinha passagem, mas tinha uma pessoa que poderia dar uma carona para trazê-lo de Brasília até São Paulo. E ele aceitou, e aí foi indicação: vão te buscar, você tem que passar e pegar três caixas; e depois veio aquele roteiro do Eder, que fez o resto do trabalho aqui.

Penso o seguinte: se ele estava com a passagem, dá para se colocar três caixas numa aeronave comercial. E o gasto do tempo para uma aeronave bimotor! Praticamente a pistão, que pode demorar três ou quatro horas para chegar do interior de São Paulo a Brasília! E esta pessoa que foi citada aqui, o proprietário do avião. Essas coisas confundem um pouco o raciocínio para se chegar a montar o mosaico.

É claro que, no caso da GTech, o Relator colheu...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Exª tem dois minutos, Senador. Conclua.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Termino já, Sr. Presidente.

O Senador Relator conseguiu formar um certo mosaico das informações que recebeu de várias fontes. Está muito fragmentada a investigação, Ministro. A Polícia está fazendo uma parte; o Ministério Público, outra; nós estamos fazendo outra. São vários segmentos que estão sob investigação de pessoas e de entidades diferenciadas. O que se quer é formar um quadro.

Quanto à GTech, o Relator fez um relatório preliminar e o Presidente Efraim teve o cuidado, foi zeloso, e não colocaram em votação até que todos os pontos em dúvida sejam esclarecidos. Temos que aplaudir a direção desta Comissão pelo zelo e pelo cuidado com que tem mantido essas informações.

V. Exª, Ministro, presta um serviço ao País comparecendo a esta Comissão, por convite, tentando esclarecer todos os pontos. É claro que vamos sentar e analisar tudo o que foi falado, perguntado e respondido. Essa é uma técnica de investigação, porque, no momento, é difícil V. Exª chegar a uma conclusão. Respeito muito V. Exª.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Romeu Tuma.

Sr. Ministro, V. Exª deseja fazer alguma consideração.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Faço a seguinte pergunta ao Senador Romeu Tuma: V. Exª deseja alguma resposta? Entendi que V. Exª fez uma consideração.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Fiz uma consideração.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – V. Exª deseja alguma resposta ou não?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou satisfeito. Se V. Exª quiser fazê-lo, agradeço.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Quero apenas dizer que concordo com V. Exª quanto às questões serem analisadas. Não quis, inclusive, dar opiniões sobre o que eu não sei para não interferir, de uma forma ou de outra, em assuntos que não estão claros e sobre os quais não tenho informações.

No que diz respeito a essa informação que V. Exª disse que chegou a uma televisão de que eventuais relacionamentos de apoio a Cuba teriam relação com o Ministro José Dirceu, eu também a considero muito difícil.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu não fiz acusação.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Eu sei que não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu queria que V. Exª entendesse.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – A televisão recebeu essa informação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Apenas não cito o nome da repórter, porque creio que isso seria inconveniente.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Está certo. Creio também que não ocorreu isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ela trouxe a informação para mim, para o Senador César Borges e para mais um Deputado.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Entendi bem a sua manifestação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não caberia virarmos as costas para essa informação.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Está certo. Quero dizer-lhe, Senador...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Concordo com o fato de que V. Exª não pode manter suspeita se... Penso que podemos ter suspeita e questionar, mas não acusar sem provas.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Esse é o ponto. Tenho propugnado que analisemos essas informações, deixando as coisas caminharem, ajudando e buscando as conclusões finais.

Agradeço as suas considerações, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Comunico aos Senadores que ainda há três oradores inscritos: os Senadores Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti e Eduardo Suplicy. Estamos no limite, e o Ministro tem um compromisso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, acredito que estou inscrito, salvo engano, em 25º lugar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou conceder a palavra ao Senador Magno Malta. Se houver entendimento dos quatro oradores que faltam, cada um poderia falar por cinco minutos, se for o caso.

V. Exª será o último.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Isso está confirmado ou não?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Nós poderíamos adiar por uma hora a reunião, mas ficaria muito inadequado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Disponho-me a falar por cinco minutos apenas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Está confirmada a minha inscrição, Sr. Presidente? Não quero atropelar ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Se V. Exª desejar, poderá falar por cinco minutos.

Como o Ministro tem compromissos, espero a boa compreensão de V. Exªs.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, vou dividir o meu tempo com o Senador Heráclito Fortes para que possamos colaborar com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Com o Ministro.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E também com o Presidente, que é tão benevolente conosco.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Presidente está sempre às ordens de V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu sei.

Sr. Presidente, as considerações que quero fazer advêm do meu senso de justiça. Escrevi o fato determinado desta CPI que saiu da minha cabeça e pus no papel. Portanto, as considerações que quero fazer derivam disso.

O Ministro Palocci tem gozado, nesta Casa, do respeito da Oposição e, em um momento da história mais recente, muito mais da Oposição do que da própria Situação, quando o fogo amigo caiu sobre S. Exª com voracidade. A Oposição lhe fazia considerações as mais significativas, e cheguei a ouvir de um Parlamentar que V. Exª foi o melhor Ministro da Fazenda que Fernando Henrique já teve. Outro me dizia mais cedo: "Não vou perguntar nada. Farei apenas considerações a ele, pois creio que ele ainda poder ser o Ministro da Fazenda do Serra".

Até penso que a vida deve ser assim. As pessoas preparadas e capazes precisam estar acima dos Partidos para poderem servir à Nação em qualquer circunstância. Se não fosse assim – já vi tudo em política, mas só falta ver chover para cima –, acredito que não seria nenhuma novidade se isso ocorresse.

Eu também lhe devoto muito respeito como um dos quadros mais preparados do Partido dos Trabalhadores ou da política brasileira. Não tenho procuração para defendê-lo. Sou uma pessoa que tem um mandato independente no Parlamento, não sou da base do Governo e também não trato as questões com irresponsabilidade, porque faço apoio critico: o que é bom é bom, o que não é não é. E, assim, vou tocando a minha vida.

É muito difícil e acho que, quando o Ministério Público entra em uma questão e tem conclusões plausíveis calçadas em documentos como é a questão, por exemplo, de Santo André, de crime de mando, de fato temos que fazer um outro tipo de tratamento.

O Ministro veio, aqui, como convidado, para fazer esclarecimento de ilações ou de afirmações que foram feitas a seu respeito. Quem entra na vida pública principalmente quem já foi ordenador de despesa – e temos "ene" Senadores que já foram ordenadores de despesa como Ministro e como Governadores, Prefeitos – sabe que se o depósito da merenda escolar foi roubado pelo vigia ou por alguém que ele facilitou para que levasse, o Prefeito responde como ladrão.

Acho que essas coisas é que têm intimidado os homens de bem a virem para a vida pública, porque você acaba respondendo por isso a vida inteira e coisas que você não compactuou e não esteve presente. E toda vez em que há eleição ele é taxado como ladrão de merenda das crianças sem ter participado, estava dormindo, o cara levou de noite. Não existe quem esteja na vida empresarial ou pública neste País, disputando um mandato eletivo, ou fora dele, que já não tenha tido um assessor próximo que saiu atirando de onde você não esperava, aconteceu e você é surpreendido com as afirmações que as pessoas fazem.

Com isso que estou dizendo não estou querendo inocentar V. Exª. E acho que as investigações que o Ministério Público faz em Ribeirão Preto – e o Ministério Público é uma das boas coisas que o País tem – deve continuar falando e, se vier a afirmar e descobrir verdades disso, que o senhor seja punido por isso, mas também não estou aqui para condená-lo por ilações que foram feitas a seu respeito.

A questão do seu irmão que foi perguntada aqui. Isso é um desestímulo, por exemplo, a mim de continuar na vida pública e estou refletindo muito se vou continuar ou não. Cada dia fica pior para o parente do político. Tenho duas filhas que amo, dou a minha vida e que as preparei para a vida. Mas se minhas filhas se derem bem na vida, elas se deram bem por tráfico de influência meu. Se eu colocar trabalhando comigo, é nepotismo, não pode. Tudo que elas fizerem na vida foi o "QI" do pai e os filhos dos políticos, cada dia mais, filhos e parentes mais próximos, são discriminados. E, com essa atitude, em breve, alguns deles podem ser apedrejados nas ruas porque são filhos de políticos. O fato de ter um irmão que tem competência, não vou entrar nessa questão, se ele deve e o Ministério Público está investigando, que pague lá.

Eu quero, neste momento, perguntar a V. Exª o seguinte: sobre bingo, contravenção, cooperativa que serve os bingos para não pagar imposto, cooperativa de trabalhadores para não assinar carteira, uma mulher fica grávida trabalhando em bingo, ela é de cooperativa e não tem licença-maternidade, não tem nada. Sobre contravenção, bingo, caça-níqueis, os irmãos Ortiz, os comandantes de bingo no Brasil o senhor tem alguma coisa a nos ajudar, existe alguma coisa que o senhor possa falar, que possa acrescentar a esta CPI com relação à contravenção no Brasil de bingos que lava dinheiro sujo, que conduz ao vício milhares de pessoas neste País, acabando ainda com os parcos recursos de desempregados, aposentados, porque são chamados caça-níqueis que entram aqui, e lamento muito pelos portos do meu Estado, o senhor tem alguma coisa a falar sobre isso, a acrescentar?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Senador, agradeço as considerações. De fato, esse é um tema com o qual não tenho lidado do ponto de vista técnico e, do ponto de vista de relacionamento, não tenho ligação nessa área nem com eventuais profissionais que trabalham de forma ética ou de igual qualidade nesse setor, eu não conheço empresários desse setor, não recebi, no Ministério, empresários desse setor, nunca fui procurado também, e não trato desse tema. Então, lamentavelmente, eu não teria como deixar aqui alguma contribuição objetiva sobre isso. Se vier a ter, tenha certeza de que vou, em primeiro lugar, procurar esta Comissão, Sr. Presidente, Sr. Relator.

Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Fiz-lhe essa pergunta para ajudar o Relator e até para ajudar a nós. E esta é a minha preocupação: não pode, em uma CPI, até por conta do relatório, que vai ao Ministério Público e, depois, vai à Justiça, que aquilo que não é do fato determinado não seja considerado judicialmente. E fiz a pergunta porque esse é o fato determinado. Agradeço ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª. Só esclareço que a competência

do relatório é do Relator. Ele será analisado, discutido e votado nesta Comissão. Só para esclarecimento de V. Exª.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meu caro Ministro Palocci, eu vou voltar a 1964.

Logo depois que estourou a revolução, em Pernambuco, na cidade do Recife, um brilhante jornalista, que acho que inclusive o Relator conhece, chamado Alexandrino Rocha, foi um dos presos que permaneceram 45 dias nas grades, no 4º Exército.

Ao ser solto, por medida preventiva, resolveram acompanhá-lo. Ele saiu do 4º Exército, que ficava no Parque 13 de Maio, e foi procurar uma condução para retornar para sua casa. Minutos seguintes, passa um cirurgião plástico muito famoso em Recife, chamado Dr. Perseu Lemos, um homem do coração muito bom, mas desligado do que acontecia no mundo, principalmente naquele momento, no Brasil. Pára o carro e diz ao Alexandrino: "Alexandrino, entra aqui que eu te dou uma carona, a gente mora perto". E ele disse: "Não quero não, Dr. Perseu, isso não vai dar certo". O Alexandrino não aceitou. O Dr. Perseu insistiu, o Alexandrino entrou no carro. Era um jipão daqueles de antigamente. Andaram uns três quarteirões, o 4º Exército pega no caso já o Alexandrino e o Dr. Perseu, prende os dois, queria saber qual era o contato. O Alexandrino foi a um orelhão, fez uma ligação para casa, para prevenir a família. O 4º Exército então prende os dois. Ficam em celas vizinhas, daquelas em que a parede não vai até o teto. O Dr. Perseu já um homem de idade, mas o Alexandrino bem novo, naquela época um atleta, subia na cela, botava a cabeça entre as grades, do outro lado, e dizia: "Dr. Perseu, ô Dr. Perseu, que caroninha filha da mãe, hein?" A cada meia hora fazia isso. Foi a grande tortura que o Perseu Lemos teve ao longo da sua vida.

Esse mesmo processo V. Exª está passando, pelas caronas que deu na sua administração em Ribeirão Preto. O que estamos vendo aqui? Horas e horas de acusações, não ao Ministro da Fazenda do Brasil, o que preocuparia muito o mercado e a todos nós, mas a maus companheiros que, em determinado momento, o acompanharam. O que me conforta é que me parece que o exemplo lhe serviu e V. Exª, como Ministro da Fazenda, exorcizou-se das más companhias. Eu vejo aqui o Dr. Murilo Portugal, vejo aqui o Rachid, vejo aqui o meu conterrâneo Manoel Felipe, vejo aqui o Vannucci, que outro dia acompanhou o motorista – nós, inclusive, fizemos um protesto, sabendo que ele estava cumprindo a missão dele –, o Marcelo Netto, ali atrás, escondido, e o Joaquim Levy, que o que tem feito muito é irritar as comissões com o seu sorriso enigmático.

O Suplicy quer que eu diga todos. Eu estou citando alguns e todos se sintam citados. Estou mostrando que o nível melhorou muito. Conta-se inclusive que V. Exª telefonou para o Dr. Civita reclamando da maneira ríspida que a **Veja** o tratava, e o Dr. Civita respondeu: Tenho o maior apreço pelo senhor como Ministro da Fazenda, mas não posso ser conivente com os seus erros de juventude. Ribeirão Preto é que está vindo para cá. Lamento, Sr. Ministro

Agora, algumas coisas são inexplicáveis. A questão do motorista. Como o motorista participou do episódio de Amarais, sendo motorista, em São Paulo, e, depois, vem exatamente, tirando inclusive o emprego do eleitorado carioca, que foi tão fiel ao Lula, deu 73% dos votos ao Lula. Como é aquele paulista saiu de lá e veio exatamente para o gabinete do Ministro da Fazenda? É aquela velha tese do Vitorino Freire: ou foi enchente ou mão de gente, jaboti não sobe em árvore. Essa era uma questão que era preciso ser explicada. Alguém lhe apresentou, alguém trouxe. Por que trouxe? Por que se tirou o emprego? Eu sei que o Presidente, depois, virou as costas para o Rio de Janeiro, para o Amazonas também. Então, Ministro, existem fatos aí, existem coincidências de difícil explicação.

Eu acho que V.Exª tinha, numa questão como esta, que nos mostrar. Até porque veja bem a dificuldade de um motorista paulista saber dos caminhos do Rio de Janeiro, perder-se no Rio de Janeiro. Já pensou o desagradável que é o Ministro da Fazenda com pouco tempo, com a pressa que tem, se perder nas ruas do Rio de Janeiro, até um aprendizado ou até um reaprendizado, vai ver que ele é carioca, que morou lá muito tempo, nada justifica, Sr. Ministro.

De mais, até porque o tempo é injusto comigo, fui degolado pela metade, quero dizer que V.Exª cumpriu o seu papel, não há nada de escandaloso, pelo menos até agora, no depoimento de V.Exª. V.Exª está cumprindo a tabela. Mas, lamentavelmente, é constrangedor se ver o Ministro da Fazenda do Brasil por causa de más companhias exposto a depoimento dessa natureza.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Sr. Senador, agradeço as suas palavras.

Só quero fazer um reparo, um comentário; não quero fazer um reparo sobre o motorista Éder. Vamos deixar que a investigação seja feita, a Comissão acompanhe, não vejo problema nenhum. Ao final, vocês vão descobrir que o Éder é apenas um simples trabalhador, tenho certeza disso. Que é o que ele é. Ele é um simples trabalhador, uma pessoa gentil, muito religioso,

muito boa pessoa, que apenas trabalha como motorista. Ele não tem envolvimento em nada. Eu aposto que o senhor quiser em relação a isto. Eu também não acompanho a vida dele. Mas conheço a pessoa, é uma pessoa simples, uma pessoa religiosa, uma pessoa de boa-fé, que apenas trabalha como motorista. E penso, pelo que eu ouvi falar, – ouvi só uma pequena parte do depoimento quando ele esteve aí – que ele ficou muito assustado de ter vindo aqui. Eu não acredito que ele tenha algo a esconder da Comissão. Agora, veja, não quero que vocês acreditem nisso que estou dizendo. Vocês devem fazer a apuração correta adequada. Mas tenho a certeza – como o senhor confia em mim. Eu sei que o senhor confia em mim – vou lhe dizer, ao final, vocês vão descobrir que o Éder é uma pessoa simples, de bom caráter e de boa-fé.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Ministro, quero dizer que não só confio em V.Exª, como luto para que V.Exª não saia do Ministério. Porque caso se coloque um cabeça-de-vento do seu Partido no Ministério da Fazenda vai-se jogar por baixo todo o trabalho que foi feito, não iniciado por V.Exª, mas iniciado no Governo anterior e mantido, pelo menos, até agora por V.Exª. O medo que eu tenho é que uma eventual saída do Ministro da Fazenda provoque uma abertura de cofre em ano eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V.Exª tem cinco minutos e o Senador Mozarildo cinco minutos. Se alguém mais desejar falar. V.Exª Vice-Presidente, fala antes do Presidente. Senador Mercadante, se quiser usar da palavra, fique à vontade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Posso começar?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Sibá, Senador Tião. O meu problema é o Ministro, não é o Senador. Não é a Presidência. A Presidência está à disposição dos senhores.

Cinco minutos para V.Exª, Senador

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Prezado Ministro Antônio Palocci, quando aqui chegamos o meu caro amigo Tião Viana lembrou da história de José, na Bíblia – até fui buscar para recordar. Porque José do Egito, que era uma pessoa tão estimada por seu pai e fadado a ter um extraordinário sucesso, acabou tendo inveja de seus irmãos e outras pessoas. E, por essa razão, ele acabou tendo uma série de infortúnios, foi levado à prisão, onde, por ser uma pessoa que interpretava sonhos, certo dia, foi chamado pelo faraó. Então, aprendeu com José uma das melhores lições sobre como combater a inflação; quando interpretou os sonhos das sete barcas gordas e magras e sete espigas frondosas e micadas que representavam sete anos de grande safra e sete anos de safras escassas ali, no Egito. E, por essa razão, o faraó, então, pediu a José que administrasse o plano para enfrentar aquela situação. Pois José recomendou que se separassem 25% da safra, nos anos bons, para se ter a oferta adequada de bens agrícolas nos sete anos seguintes. E ele, assim, tornou-se uma pessoa de grande responsabilidade.

Portanto, V. Exª tem, para nós, aqui, papel reservado para uma pessoa com extraordinário talento. E gostaria de dar um breve testemunho do que sei, desde os anos 80, por tudo aquilo que convivemos, desde quando eu era deputado estadual, V. Exª era, então, médico sanitarista que assessorava o Sindicato dos Trabalhadores Rurais ali de Guariba. V. Exª, por vezes, telefonava-me para que estivéssemos juntos ali em Guariba, estivéssemos nas manifestações, em diálogo com os trabalhadores rurais e cortadores de cana, diante de situações de enorme dificuldade que viviam naquela época.

V. Exª mencionou há pouco que, em 1992, fizemos uma visita ao rio, o que depois foi objeto de obras para serem saneadas durante a sua gestão como prefeito. Lembro-me muito bem das ocasiões em que participei, porque vi afinidade em seus propósitos quando candidato a prefeito; participei das campanhas e, em 1995, quando, em outubro, resolveu também abraçar a proposta de garantia de renda mínima na sua cidade.

Nos anos 90, tantas vezes estivemos juntos, inclusive quando foi presidente do Partido dos Trabalhadores no Estado de São Paulo.

Em 1998, fui testemunha da sua generosidade, inclusive de natureza pessoal e política, quando o Presidente Lula veio a mim e disse – V. Exª era considerado candidato a governador : "Que tal a Marta para candidata ao governo?" E V. Exª, então, veio a minha casa, conversamos com a Marta, e abriu mão, em favor dela, de ser o candidato na época para que ela o fosse. E, assim, tantas vezes.

Quando V. Exª foi coordenador do programa de transição, tantas vezes interagimos, e até hoje. Quero afirmar que nunca vi qualquer impropriedade de procedimento ético da parte de V. Exª em todos esses 25 anos de interação.

Apenas formulo uma pergunta, Sr. Presidente: constatando que houve erros na forma como aconteceram as formas de financiamento de gastos de campanha do PT, que passos, daqui para frente, considera importante sejam dados por nós? Como prevenir a utilização ilegal de recursos? Como avalia a proposta que nós,

Senadores do Partido dos Trabalhadores, apresentamos ao Diretório Nacional, consoante com o que aqui foi aprovado no Senado, de passarmos a registrar na Internet todas as fontes de receitas e as respectivas despesas, e o compromisso sério de não utilizar qualquer forma de recursos não contabilizados.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Ministro Antônio Palocci.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Senador Eduardo Suplicy queria, em primeiro lugar, dizer que fico muito honrado com a sua colocação, porque sei que, apesar de companheiro de longa data, o senhor é muito rígido para fazer uma manifestação como essa. A sua luta pela ética é uma tradição que V. Exª construiu junto com o PT e o senhor jamais falaria o que falou sem estar muito convencido do que disse. Como eu convivo com V. Exª desde o seu primeiro mandato, como o senhor disse, de Deputado Estadual, quero dizer que é uma satisfação e uma honra, para mim, ter palavras como essas que o senhor pronunciou, sabendo que metade delas é exagero, mas a outra metade vem do seu coração.

Agradeço, portanto, suas palavras.

Em relação ao desafio que temos, penso, Senador Eduardo Suplicy, que precisamos olhar urgentemente e não vai ser possível, talvez, para essa eleição, a questão da reforma política. O Brasil avançou no processo democrático, o Brasil avançou no processo econômico e penso que o Brasil perdeu um pouco o passo na reforma política. Penso que temos de analisar temas de fidelidade partidária, temas de financiamento de campanha. Eu, particularmente, não sou dos mais favoráveis ao tema do financiamento público, por exemplo. Não me agrada muito essa... Seria uma das saídas para o problema. Não tenho certeza de que é uma saída boa. Não tenho certeza. Mas, de qualquer forma, penso que logo após essas eleições, seria adequado que o Congresso Nacional se ocupe da reforma política. Reforma política não é tema de governo. Algumas pessoas perguntaram e cobraram do Governo do Presidente Lula por que o Presidente Lula não encaminhava a reforma política. A reforma política não é como a reforma tributária, a reforma previdenciária, que o Governo encaminha ao Congresso. Ela é uma reforma a ser feita dentro do Congresso, com o conjunto de partes. O Governo pode, quando muito, dar opiniões, mobilizar sua base, estimular a reforma. Mas não é cabível, penso eu, embora não atue na área política, penso que não é cabível o Governo enviar um projeto de reforma, mas sim, estimular para que ela seja feita. Penso que, nesse debate de reforma, podemos avançar em mecanismos de controle que evitem coisas como aconteceram nessa última eleição.

Muito obrigado pela sua colocação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Ministro, eu observei atentamente as perguntas e as respostas que V. Exª deu a todas elas e anotei, principalmente, algumas afirmações de V. Exª. Por exemplo, de que ninguém está acima de qualquer suspeita e, diante disso, penso que a presença de V. Exª aqui nesta CPI foi muito importante porque enquanto V. Exª não aqui vinha ficavam ilações as mais variadas diante dos depoimentos que foram dados aqui. A tranqüilidade e a segurança com que V. Exª respondeu às perguntas já supriram várias das indagações que eu ia lhe fazer. Mas tem uma que, também pegando parte de uma afirmação de V. Exª, que não tem a ver com a sua função de Ministro, mas, de qualquer forma, como estamos abordando outros temas, principalmente a questão de recursos, de caixa 2, etc, V. Exª já afirmou que, com certeza, não houve recursos oriundo de Cuba e que restaram poucas dívidas da campanha do Presidente Lula. Eu indago como o PT conseguiu estar com um rombo financeiro que está envolvendo-se em questões de empréstimos feitos ao Banco Rural e ao BMG. Como V. Exª poderia nos explicar isso daí?

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Primeiro agradeço a colocação. É um prazer estar com o senhor neste momento. Essa não é uma área de atuação minha, corro o risco de falar coisas que não são precisas. Agora, sei que o principal desse processo de contas do PT é relativo à campanha de 2004 e não à campanha de 2002. É relativo a 2004, quando o tesoureiro do PT assumiu publicamente os problemas, que teria problemas, teve dificuldades e que não havia contabilizado todos os recursos recebidos. Então é essa a questão. Não é que não existe o problema. Não quis dizer aqui, se fui entendido assim, quero me desculpar. Não quis dizer aqui que não há problema. Está evidente que teve um problema, um problema importante de financiamento de campanha. Agora, eu entendi que o principal dele...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª falou em dificuldades.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Oi?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª falou em dificuldades, mas que foram mínimas dentro do...

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Pois é! Em 2002... Eu acompanhei a campanha de 2002, e não me pareceu que tivesse ali qualquer dificuldade para prestar contas, etc. Eu soube que a dívida que ficou foi muito

pequena. Em 2004, sim, houve uma grande dificuldade e foi onde todo esse problema ocorreu.

Esse é o entendimento que eu tenho, Senador. Agora, não é uma área que estou acompanhando. Cuido lá da questão econômica. Não gostaria de falar palavras definitivas aqui, mas sei que estamos diante de um problema de financiamento de campanha ao qual vamos ter que nos dedicar, enquanto instituições, a encarar esse problema para buscar uma solução mais definitiva para esse tipo de situação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Quero ser muito breve. Primeiro, afirmar que a nossa atitude, nesta Comissão, foi exatamente permitir que a Oposição perguntasse tudo que julgasse necessário, para mostrar a disposição de total transparência, de esclarecer tudo que fosse necessário e contribuir, portanto, para esse espírito, que é tão importante na democracia, que é o papel de fiscalização do Poder Legislativo.

No entanto, a concentração das questões foi fundamentalmente relacionada a sua experiência como Prefeito.

Eu não tenho dúvida que V. Exª fez uma gestão à prefeitura que a cidade reconheceu de tal forma que o elegeu, no primeiro turno, para uma nova administração. V. Exª mudou a história de Ribeirão Preto do ponto de vista de uma gestão moderna, socialmente generosa e economicamente eficiente.

Mas não tenho dúvida de que, na administração, houve erros administrativos. E alguns que falaram aqui como ex-Governadores têm uma lista de denúncias no Ministério Público e de inquéritos, de suspeição de licitações, de contratos ou que afastaram servidores, porque sabem que é da natureza da vida administrativa esse tipo de problema. Alguns que foram prefeitos aqui tiveram problemas exatamente iguais aos de V. Exª. Isso não significa que esses erros não são importantes. São importantes. Alguns são até graves, no meu ponto de vista, mas há as instituições competentes para apurar, para punir e para avaliar.

Além dos erros administrativos que possam ter sido cometidos, há os erros políticos. Erro político não é o que a gente faz, é o que os inimigos sempre ficam dizendo que a gente fez. E sobre esses é mais difícil a gente poder enfrentar em determinadas circunstâncias.

Agora, o que não esteve presente nesta audiência? Praticamente não esteve presente o questionamento do desempenho de V. Exª à frente do Ministério da Fazenda: pré-pagamento de US$21 bilhões para o Fundo Monetário Internacional; gestão de uma dívida pública que são centenas de bilhões de reais; gestão do sistema financeiro em que diariamente há uma licitação permanente na gestão dos títulos públicos.

Nenhum tipo de questionamento. Não há questionamento de nenhum dos nomes que formam a sua equipe econômica. Ao contrário, há uma unanimidade de reconhecimento de que o que prevaleceu foi a competência técnica.

Portanto, acho que, em um ano eleitoral, em que o nosso Presidente continua em primeiro lugar nas pesquisas, que tem mais que o dobro das intenções de voto, em relação ao ex-Presidente, é da natureza da política esse tipo de agenda.

Acho que a Oposição se comportou de forma muito responsável e respeitou V. Exª, mas fez um ataque político para tentar apequenar V. Exª: aos erros que foram cometidos deram uma dimensão que, acho, às vezes não são proporcionais aos episódios, mas que fazem parte da disputa política.

Agora, o que não vão conseguir, no meu ponto de vista – e alguns, inclusive, reconheço aqui, publicamente, que nem tentaram e foram muito cuidadosos no seu pronunciamento – é diminuir a importância da obra de V. Exª frente à gestão de política econômica. Essa é que é a questão central.

Houve um momento na História do Brasil em que, se o Ministro da Fazenda viesse para um depoimento como esse, ele seria objeto de especulação tremenda no mercado financeiro, na taxa de câmbio, porque o País não tinha reserva cambial. Hoje, a Bolsa subiu. Não aconteceu absolutamente nada no mercado financeiro, porque há uma confiança econômica em V. Exª.

V. Exª veio hoje aqui, e saiu um dado do IBGE sobre o desemprego: "Caiu a taxa de desemprego em 2005". Quando todo mundo dizia que não ia ter crescimento e emprego em 2005, caiu a taxa de desemprego, aumentou o nível de emprego, como aumentou em 2004. Então, emprego, salário mínimo a R$350,00, com crescimento de 13%, pré-pagamento da dívida, um superávit comercial de mais de US$100 bilhões, a redução da taxa de juros, que ainda é muito alta, de 27,5% para 17,25%. Acho que essa realização é o aspecto central do debate do Senado.

Por isso espero que, encerrado este capítulo hoje – acho que fazia parte da disputa política, do processo, do trabalho da CPI –, que a gente possa agora discutir o que é agenda fundamental. Tenho certeza de que hoje todas as perguntas foram feitas, com toda a transparência, com tudo que haveria de ser discutido. Que a gente possa fazer o debate mais importante para o Brasil. Espero que V. Exª volte à Comissão de

Assuntos Econômicos – eu mesmo quero apresentar o requerimento –, para fazer um debate essencial.

Não desprezo o que foi feito aqui. Acho que é da natureza da fiscalização do Legislativo, faz parte o questionamento, o homem público deve sempre dar explicações sobre toda a sua história, sobre todas suas atitudes, mas o debate mais importante, que acho que é o que mais motiva este Senado, é sobre política econômica. Espero que possamos retomá-lo em uma futura audiência.

Tenho certeza de que os esclarecimentos foram todos apresentados, respondidos com franqueza, perguntou-se sobre todos os aspectos que os Senadores julgavam necessários, no que se refere a esta pauta. Que a gente possa virar a página e discutir a política econômica que acho que é o tema mais importante.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concederei um minuto a cada um dos Srs. Senadores, porque o Ministro precisa sair.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – *(Início de intervenção fora do microfone. Inaudível)* ...a quem eu respeito, identifique que alguém quis apequenar o Ministro. Eu acho que o Ministro não se sentiu apequenado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra por ter sido citado, de acordo com o art. 14 do Regimento Interno. Eu só quero fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu quero agradecer ao Ministro Palocci pela presença. S. Exª tem um compromisso, mas darei continuidade à reunião. V. Exªs podem continuar, eu estarei à disposição de todos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu preciso falar um minuto na frente do Ministro. Eu peço ao Ministro que espere um minuto, e S. Exª esperará.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Essa decisão cabe ao Ministro. Agradeço a S. Exª pela presença.

Vou conceder a palavra...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra depois, pelo art. 14, por ter sido citado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Darei com o maior prazer.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Sr. Presidente, preciso sair neste momento, mas vou ouvir o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, creio que o Líder Mercadante haverá de reconhecer que não foi feliz. Citou governadores que teriam pendência na Justiça e prefeitos que teriam cometido erros que se verificaram na prefeitura de Ribeirão Preto.

Sou obrigado agora a dizer ao Ministro Palocci que fui prefeito e não tinha ninguém parecido com o Sr. Poleto na minha administração.

Segundo, eu gostaria de dizer...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – E nem na dele, porque ele não fez parte da administração dele.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...e Buratti ou quem quer que seja.

Segundo, não estamos aqui discutindo índice de desemprego nem conjuntura internacional favorável. Estamos discutindo aqui corrupção. O Ministro virá aqui em outra ocasião para discutir qualquer tema ligado à economia.

Em terceiro lugar, tudo que me parece injusto e até revoltante é dizerem que eu, como Líder do PSDB, estive aqui para apequenar o Ministro. Estou vendo o Senador Tião Viana discordar do Líder do Governo.

Em quarto lugar, não consigo entender essa preocupação com as pesquisas. Eu tenho uma em que o Presidente Lula perde para o Sr. José Serra por 18 pontos no segundo turno. E o Presidente Fernando Henrique não é candidato a coisa alguma, como eu não sou e V. Exª não é. Não entendi porque, não me pareceu grande, não me pareceu generoso, não me pareceu à altura da consideração que aqui demonstramos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra por ter sido citado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou conceder a palavra ao Ministro e, depois, ouvirei V. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Ministro, também gostaria de falar na presença de V. Exª. Eu pediria a palavra de forma muito breve.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Eu gostaria...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – De forma muito breve. Só quero dizer que é evidente que essa agenda apequena o papel do Ministro da Fazenda. A agenda da CPI dos Bingos, que está investigando

jogos, contou hoje com a presença do Ministro da Fazenda, ainda que boa parte do que foi discutido aqui diga mais respeito à administração dele na prefeitura e não tenha qualquer relação com os jogos.

Em segundo lugar, V. Exª mesmo compartilhou comigo desta visão. Na conversa que tivemos, V. Exª compartilhou que era desagradável essa discussão, era difícil, porque não era propriamente o que gostaríamos de estar fazendo neste momento. E foi esse o sentimento que expressei. Não disse que ninguém teve a intenção de atacar, ao contrário, disse que foi respeitoso, que as pessoas perguntaram o que tinham de fazer. Mas é uma agenda que apequena o debate.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Exª causou um tumulto no final do... V. Exª tumultuou o final da...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Quero concluir, Presidente.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Se for começar a briga PT–PSDB vou entrar também, vou querer entrar também.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Quero concluir. V. Exª pode falar depois que eu concluir.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, é sobre o assunto que fez o Ministro ser convocado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Para concluir, Senador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – A agenda que temos, que é prioritária, que é fundamental para a Nação brasileira – espero que possamos virar a página e fazer esse debate numa próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos – é, sim, a agenda econômica. Essa nós temos discutido pouco. Temos debatido pouco no Senado Federal em razão da hegemonia dessa agenda de que estamos tratando. Esse desafio é o mais importante para a vida do povo e para o futuro econômico da Nação. Queremos debatê-lo aqui no Congresso Nacional.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Senador Arthur Virgílio, gostaria apenas de agradecer o Senador Efraim Morais, o Sr. Relator e todos os Senadores. Não acredito que o Senador Aloizio Mercadante tenha querido imputar à oposição uma postura agressiva em relação à minha pessoa. E mais: quero dizer ao senhor e aos senhores senadores da oposição que saio daqui engrandecido não só pelos colegas da situação que dialogaram comigo, mas pelo diálogo que tive com V. Exªs. Saio daqui engrandecido, como ocorreu em todas as vezes em que estive no Senado Federal. Espero que possamos, em outras oportunidades, retomar debates essenciais para a vida do nosso País, porque sempre considerei – V. Exªs sabem disso – que as vitórias obtidas pela nossa equipe não são resultado apenas do trabalho da nossa equipe, mas do acúmulo que o Brasil obteve pelo esforço feito ao longo de tantos anos. Penso que esse reconhecimento deve ser feito para o bem do Brasil, para que os próximos governos e as próximas gerações saibam avançar e dar o melhor para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a sua gentileza nesse período todo. Agradeço também ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a presença de V. Exª.

O que tinha de dizer ao Senador Aloizio Mercadante V. Exª já disse.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 16h10min.)

Ata da 53ª Reunião, realizada em 31 de janeiro 2006.

Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, às onze horas e cinqüenta minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores, Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Antero Paes de Barros, José Jorge, Valdir Ralpp, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Sibá Machado, Ideli Salvatti e Wellington Salgado, presente ainda os Senadores José Agripino Maia, Ana Julia Carepa e Arthur Virgílio, não membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente e de caráter administrativo e destina-se a discussão e votação do Relatório parcial sobre o "Caso Gtech" e indaga aos Senhores Senadores se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada lida e aprovada. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio tece considerações de repúdio as declarações do Advogado do Senhor Paulo Okamoto, Dr. Marcos Augusto Peres e sugere que o senador Antero Paes de Barros reformule o Requerimento de transferência de sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Okamoto e sugere que o Relator e o Presidente da Comissão que entre em contato com o Presidente do Supremo Tribunal Federal para um diálogo e Fala sobre as emendas apresentadas ao Rela-

tório. Com a palavra o Senador Tião Viana externa seu descontentamento com as declarações do Advogado do Sr. Okamoto. Com a palavra o Senador José Agripino fala sobre a liminar do Supremo Tribunal Federal concedida ao Sr. Paulo Okamoto e sugere que insista nos requerimento. Com a palavra o Senador Antônio Carlos Magalhães fala sobre as declarações do Advogado do Sr. Okamoto. Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros informa que vai reapresentar o requerimento de transferência de sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Paulo Okamoto e informa ainda que esta retirando os destaques de sua autoria ao relatório do Senador Garibaldi Alves Filho. Com a palavra o Senador Álvaro Dias, tece considerações sobre a liminar concedida pelo Ministro Nelson Jobim baseado em noticiário da imprensa e elogia o relatório elaborado pelo Relator Senador Garibaldi Alves Filho. sugere que o Relatório Parcial seja votado o Relatório Final da Comissão. Com a palavra o Senador Tião Viana indaga se o relatório vais ser votado ou não na reunião de hoje. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio enfatiza que deve ser votado o Relatório Parcial. Com a palavra o Senador Magno Malta também externa sua indignação com as declarações do Advogado do Sr. Paulo Okamoto. Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti informa que tomou conhecimento da liminar nesta data e cita outras liminares concedidas devido a inexistência de uma justificativa baseada no fato determinado que criou a CPI. Com a palavra o Senador Antônio Carlos Magalhães informa que o Ministro Sepúlveda Pertence, em outras ocasiões, já concedeu liminares e foram revogadas posteriormente. Com a palavra o Senador José Jorge, enfatiza que o cabe ao Supremo Tribunal Federal examinar as garantias individuais de todas as pessoas e nada impede que a Comissão preste mais informações ao Supremo. Sugere ainda que a Comissão faça uma representação ao Conselho de Ética da OAB, contra o Advogado do Sr. Paulo Okamoto e informa que retira os destaque apresentados ao Relatório Parcial. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy fala sobre a sugestão do apresentada pelo Senador Álvaro Dias, concordando que a votação do Relatório Parcial seja procedida em uma data oportuna, objetivando reunir mais subsídios ao mesmo e cita como exemplo da CPMI do Correios. Informa ainda que o menor "Lalo" vai prestar depoimento no próximo sábado nas dependências do Distrito Policial em São Paulo e que a Senhora Delegada Elizabeth Sato, Presidente do Inquérito Policial, convidou os membros da Comissão para a referida oitiva. O Senhor Presidente informa que entrará em contado com a Drª Sato. Usam da Palavra os Senadores Antônio Carlos Magalhães e Magno Malta. Com a palavra o Senador Tião Viana fala sobre a discordância de vários pontos do Relatório Parcial e sobre a ponderação do Senador Álvaro Dias, concordando que o mesmo seja votado na fase final do relatório. Com a palavra o Relator Senador Garibaldi Alves Filho para suas considerações sobre o Relatório. Usam da palavra para discutir os Senadores José Agripino Maia, Álvaro Dias, Valdir Raupp e Eduardo Suplicy. A presidência submete a votação do Relatório Parcial, ressalvados os Destaque. Em votação, é aprovado por unanimidade. A seguir, o Senhor Presidente convoca reunião a realizar-se amanhã, após a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às doze horas e cinqüenta minutos e, para constar eu, *José Augusto Panisset Santana*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo requerimento nº 245 de 2004, para investigar e apurar a utilização nas casas de bingos para prática de crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Srs. Senadores a ata da reunião anterior encontra-se sobre a Mesa, coloco em votação propondo o dispensa da leitura. Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Esclareço aos Srs. Senadores que a presente reunião é de caráter administrativo com votação de requerimentos, discussão e, se possível, votação do relatório parcial sobre o caso GTEC. Concedo o Senador Arthur Virgílio, Pela Ordem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, trato de dois assuntos de maneira bastante breve. Em primeiro lugar o repúdio mais claro da liderança do PSDB ao Advogado do Sr. Paulo Okamotto, Dr. Marcos Augusto Peres, que acusa esta Comissão de estar pretendendo fazer circo, sua palavra de S.Sa. e praticando abuso de autoridade. Eu sugiro que o Senador Antero de Barros, se for o caso, reformule para adensá-lo, reformule o requerimento de quebra de sigilo do Sr. Okamotto aprovado por esta Comissão. Sugiro diálogo de V.Exa. e do Relator Senador Garibaldi Alves Filho com o Presidente do Supremo Tribunal Federal no sentindo de ouvi-lo e prestar a ele todos os esclarecimentos que seu despacho demonstra requerer, mas o fato é que não dá para se compactuar com a perda de um instrumento vital para o trabalho de uma CPI que é a quebra de sigilos, afinal de contas, é uma dívida

que o Presidente Lula diz que não contraiu e que o Sr. Okamotto diz que pagou, como pagou é que só se veria com a quebra do sigilo bancário do atual Presidente do Sebrae e é estranho que um homem público tenha medo da quebra do seu sigilo bancário, do seu sigilo fiscal, do seu sigilo telefônico; os homens públicos todos deveriam estar obrigados a dividirem os segredos ou os dados dos seus sigilos com a sociedade. É lamentável que ainda haja gente que entenda que coisas obscuras devam ficar na obscuridade. O segundo ponto, Sr. Presidente, é que depois de muita meditação e, com todo respeito às emendas apresentadas pelo meu querido colega e amigo Senador Tião Viana, depois de muita meditação e, sem dúvida alguma, depois de ver o gesto do Senador Antero de Barros de apresentar emendas propondo reparos ao relatório do Senador Garibaldi Alves, a decisão que a bancada do PSDB tomou foi muito claramente a seguinte: Não retirar o nome de ninguém, é votar puro e simplesmente, *ipsis litteris,* de cabo a rabo com o Relator Garibaldi Alves, no momento em que se processe a votação do relatório de S.Exa. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana, V.Exa. tem a palavra.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, apenas em atenção ao que expressou o líder Arthur Virgílio, externar também o descontentamento pessoal com as declarações do Advogado do Sr. Paulo Okamotto no jornal de hoje, eu entendo que ele tem todas as prerrogativas constitucionais para protestar sobre aquilo que ele entende não ser adequado no trabalho da CPI, mas expressões como circo e outros adjetivos que ele tem usado não são adequados e o meu mais veemente descontentamento e discordância de um método que não foi respeitoso com a CPI, ele tem todas as prerrogativas legais para ir aos Fóruns adequados, inclusive, defendendo o não andamento da CPI. Agora, adjetivar, como fez, o trabalho da CPI não é adequado, o meu mais veemente protesto, também.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa. Senador José Agripino, em seguida V.Exa. Senador Antero, em seguida Senador Álvaro. V.Exa, também usará a palavra.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, eu desejo dizer a V.Exa. e aos membros da Comissão da minha estupefação pelo fato do Supremo Federal, pelo seu Presidente, ter tomado a iniciativa que tomou ontem de conceder a liminar que impede uma peça importante de investigação ser obtida. Enquanto nós trabalhamos aqui horas e horas e horas investigando, perguntando, aprovando requerimentos que traduzem o pensamento da Comissão, uma decisão da Justiça naquele rumo é profundamente desestimulante. O que eu quero dizer a V.Exa. é que nós do PFL vamos defender, vamos insistir com o requerimento embasado em fatos até mais recentes. V.Exa. se lembra muito bem, Sr. Relator do depoimento do Sr. Paulo de Tarso Venceslau, ele disse claramente das reuniões de que participou com a peça do Sr. Paulo Okamotto. O Sr. Paulo Okamotto que não era autoridade de coisa nenhuma, e que participava de reuniões onde claramente o tráfico de influências se processava, claramente. O depoimento de 15 dias atrás. Aqui foi dito muitas vezes do milhão de reais, do dinheiro de bingo que financiou campanha eleitoral do PT em interconexão direta com os esquemas de Ribeirão Preto, de Campinas, Santo André, onde entra o Sr. Paulo Okamotto. Então, não tem ilação nenhuma? Qual é? Eu não estou entendendo. Nos resta reagir com argumentos, reagir com argumentos, e eu espero que, mais uma vez, por unanimidade esta Comissão faça prevalecer a sua intenção de ver esclarecidos os fatos e não de esconder sob argumentos com os quais não concordamos, esconder peças importantes na elucidação de fatos que estão estarrecendo o país. De resto eu quero me solidarizar inteiramente com a posição aqui já externada pelo Senador Arthur Virgílio em nome do PSDB. Não tem cabimento nós anteciparmos discussão sobre emendas, se retira, se coloca a essa altura das discussões. O Relator, eu comuniquei a ele ontem à tarde, ontem sobre um assunto correlato. O Relator tem nossa absoluta solidariedade. Ou se vota o relatório de S.Exa. como ele apresentou que é um pré-relatório e para até merecer voto, reparo no futuro, pode até ser, mas antecipar uma discussão e um debate em conseqüente nesse momento eu acho que prejudica o bom andamento dos trabalhos e desautoriza o Relator que nesse momento tem que ter o nosso aval, tem quer ter a nossa posição solidária para que ele possa chegar ao fim do seu trabalho com uma posição que traduza isenção de comportamento. A posição, portanto, que eu quero externar é de que nós votaremos o relatório do Senador Garibaldi e não acataremos nenhuma emenda apresentada por quem quer que seja.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa. e concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, em seguida o Senador Antero, depois o Senador Álvaro Dias.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, evidentemente, que não concordo, embora, respeite a tenha até afeto pelo Presidente Nelson Jobim com a sua atitude. Acho que prejudica o andamento da Comissão e esse Advogado, não há duvida, que é alguém do nível do Sr. Okamotto para tratar a Comissão dessa maneira. Quero dizer

a V.Exa, uma coisa fica certo, absolutamente certo, é que o Sr. Okamotto é realmente o homem da caixa do Sr. Presidente Lula, porque se não fosse ele seria o primeiro a querer que abrisse o seu sigilo bancário ou telefônico. Ele não pode abrir porque ele é o homem que suporta as finanças do Presidente Lula que se diz um pobre, que não gosta da Zona Sul e nem da Avenida Paulista, mas gosta, realmente, do dinheiro do Okamotto, e isso está provado hoje com essa falta de quebra de sigilo. Qualquer pessoa que for acusada disso abre o seu sigilo, se quiser abrir o meu a qualquer hora pode abrir, inclusive, o Senador Pedro Simon tem há mais de seis anos uma declaração minha e de minha mulher para abrir o meu sigilo bancário quando ele quiser, de modo que eu tenho o direito de dizer isso aqui agora, o Sr. Okamotto é o suporte financeiro do Presidente da República e, por isso não pode abrir o seu sigilo telefônico ou bancário. Endosso o meu protesto e concordo inteiramente com os Senadores Arthur Virgílio e José Agripino no que tange o relatório do Senador Garibaldi Alves.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa. e concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, primeiro com relação ao Sr. Paulo Okamotto, eu quero deixar muito claro que dentro do objeto desta Comissão está investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens. Portanto, tem tudo a ver com as movimentações feitas de há muito tempo pelo Sr. Paulo Okamotto, inclusive, tem uma empresa que é atribuída como sendo dele que é uma empresa por nome *Red Star*, que fez lavagem de dinheiro utilizando doleiros, e a tradução de *Red Star* é, eu não sou dos melhores em inglês, mas a tradução de *Red Star* é estrela vermelha, e essa empresa é atribuída como sendo dele. E o requerimento da quebra de sigilo é em função do depoimento dele à CPI, não é por causa de notícia de jornal, é porque ele declarou que pagou uma conta do Presidente Luis Inácio Lula da Silva e só tem um único jeito de saber que é quebrar o sigilo. Portanto, eu quero dizer, Presidente, que vamos reapresentar para amanhã, para a Sessão de amanhã o requerimento para quebra do sigilo do Sr. Okamotto. Quero dizer também...

(inaudível).

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Exatamente. E quero dizer também, aliás, vou apresentar, inclusive, hoje para que possa ser votada amanhã. Quero dizer também o seguinte, que eu estou retirando as emendas minhas que retiram nomes do relatório. As emendas que retiram os nomes do relatório, eu estou retirando, e estou mantendo as que acrescem penalidades, que tem uma emenda que acresce penalidades, depois tecnicamente a gente vai poder conversar no momento da discussão, e tem emenda que acresce nome. Então essas emendas que acrescem nome e penalidades, essas emendas eu vou manter com a convicção da dificuldade, inclusive, da aprovação, mas é apenas uma manifestação para que eu fique em paz, em absoluta paz com a minha consciência. No mais é dizer o seguinte, eu li todo o relatório do Senador Garibaldi Alves, considero que foi uma das melhores peças já produzidas no Senado da República. O Relator foi diligente, dei para especialistas lerem o relatório e as pessoas elogiaram muito o relatório do Senador Garibaldi Alves, tem apenas detalhes que eu gostaria de comentar e de me submeter posteriormente à vontade da maioria. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, eu considero fundamental a reapresentação desse requerimento na defesa de prerrogativa essencial de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Se nós admitirmos essa obstrução sistemática aos trabalhos de investigação que realizam as CPIs nós estaremos levando ao fracasso total. Não haverá razão para instalação de CPI se nós não tivermos essa prerrogativa por inteiro de quebrar sigilo bancário, fiscal e telefônico quando justificativas existam. A argumentação do Ministro Jobim de que concede a liminar com base no noticiário da imprensa me parece ser uma justificativa que não guarda muita a relação com a inteligência, o preparo e a competência do Ministro Jobim. A imprensa faz um trabalho notável de cobertura dos trabalhos das CPIs no Congresso Nacional, mas não tem espaço para divulgar tudo que há de informação na documentação recolhida pela CPI não só através de provas documentais mas de provas testemunhais, enfim, o que reúne a CPI de informação é muito mais do que pode a imprensa pelo espaço de que dispõe divulgar. Portanto, a reapresentação desse requerimento faz sentindo, sobretudo, porque não há, a experiência em CPI demonstra isso, não há notícia de que alguém que tenha buscado no Supremo esta proteção tenha ficado isento de provas encontradas, de movimentação financeira e espúria, certamente quem busca essa proteção tem o que esconder, e se o Sr. Paulo Okamotto está escondendo algo, precisamos buscar o que ele esconde, precisamos investigar para descobrir o que ele esconde. Na há dúvida que ele esconde algo, se não escondesse não necessitaria desse expediente, portanto, a reapresentação

desse requerimento através do Senador Antero Paes de Barros com uma nova justificativa, inclusive, com novos elementos que surgiram *a posteriori* faz sentido e nós devemos aprovar imediatamente, como forma de defender, inclusive, prerrogativas fundamentais da Comissão Parlamentar de Inquérito. De outro lado, Sr. Presidente, este relatório eu sigo na esteira do que já disseram os companheiros, o relatório competente do Senador Garibaldi Alves, não há o que retirar dele, entendo desta forma, há o que acrescentar, em função da tese que tenho defendido de que a corda tem que arrebentar do lado mais forte, não há como permitir que a tese de que a corda arrebente do lado mais fraco prevaleça numa investigação política. Há conexão que liga, sim, outras personalidades do governo, então há razões para acrescentar e não para retirar, até porque a palavra final será do Ministério Público e não desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O nosso dever é apontar os indícios, as evidências para que o Ministério Público instaure os procedimentos de investigação e aprofunde as investigações para a responsabilização civil e criminal dos eventuais envolvidos. Portanto, Sr. Presidente eu entendo até que não deveríamos votar relatórios parciais, deveríamos votar apenas o relatório final, conclusivo, para produzir os efeitos jurídicos necessários, mas se votarmos o relatório do Senador Garibaldi Alves é claro que teremos o dever, inclusive, de respaldar a sua posição mantendo na sua integralidade.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, uma Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exa. tem a palavra.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Apenas indagando a V.Exa. se no entendimento do líder Arthur Virgílio e de outros Senadores está sendo defendido aqui que não se vote o relatório parcial do Senador Garibaldi e se vote apenas o relatório final da CPI. É isto que eu estou entendendo? Que foi o que o Senador Álvaro Dias expressou.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Essa é a minha posição pessoal.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu queria ouvir todos os Senadores que estão pedindo a palavra Pela Ordem para que daí nós pudéssemos decidir sobre essa questão do Senador.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Esclareço ao nobre Senador Tião Viana que a nossa posição é simples e clara, é prestigiar o relatório parcial do Senador Garibaldi Alves, é votá-lo como está, com todas as restrições que ele aponta a quaisquer pessoas, quaisquer governos, apóia-lo *ipsis litteris* do começo ao fim, de cabo a rabo. Essa é a posição do PSDB.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa. Vou conceder a palavra ao Senador Magno Malta, em seguida V.Exa...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente, eu também queria a palavra.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ideli e Senador Suplicy. Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Presidente, gostaria, a princípio, também de externar a minha revolta pessoal e o meu incômodo com as declarações do Advogado, o Sr. Paulo Okamotto, embora, eu já tenha ouvido muito isso por aí quando estou metido em CPI, normalmente o advogado faz isso para ter garantia dos seus honorários, aí ofende a quem quer ofender, mas a maneira desrespeitosa como tratou essa CPI de circo, poderia fazer qualquer outro tipo de argumento que seria perfeitamente compreensível, até tentar frear a CPI como um todo, é todo direito dele domo Advogado, mas não tratar como circo, onde a população brasileira assiste em casa pela TV Senado a dedicação com que a CPI se põe. Sr. Presidente, eu já tive esse tipo de dissabor presidindo a CPI do narcotráfico durante três anos com o Supremo, e fiz muitos questionamentos, inclusive, alguns encontros pessoais com o Ministro Veloso que era o Presidente do Supremo naquela ocasião. E o dissabor, Sr. Presidente, eu volto a insistir na tecla é exatamente o chamado fato determinado. Se alguém não tiver pedido da sua quebra de sigilo ou sua convocação dentro do fato eles vão entrar, e onde passa boi, passa boiada. E eu dizia ao Senador Arthur Virgílio que mesmo com o fundamento significativo que é isso que o Ministro Jobim está pedindo, é preciso que esse fundamento seja feito com base no fato determinado, senão nós vamos ter outro dissabor de ter negado novamente, porque negará, e aí outros recorrerão porque o precedente está aberto e aí nós perderemos a possibilidade de onde, de fato, existe o fato nós não termos como ver os sigilos e fazer esses cruzamentos, por isso eu revelo aqui a minha preocupação com o fundamento do pedido da quebra e que o fundamento traga relação definitiva com o fato determinado que inclui essa CPI porque senão nós vamos amargar outro dissabor. Obrigado.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço a V.Exa. e concordo com V.Exa. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Em seguida V.Exa. Preferência parra as mulheres.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, agradeço a gentileza de V.Exa. para comigo eu dizer que eu tomei conhecimentos hoje pela manhã da decisão do Presidente do Supremo de negar a quebra do sigilo, com base na argumentação, pelo menos, que foi veiculado pela impressa de não ter visto na justificativa encaminhada à ligação como o fato determinado da CPI. Eu gostaria de lembrar que não é a primeira negativa do Supremo à quebra de sigilo para esta CPI, nós já tivemos uma outra situação da Sra. Maisa Giudice, Juíza da 17ª Vara da Justiça Federal em Brasília que foi a Juíza que concedeu várias liminares à GTEC para a manutenção do contrato, e neste caso da Maisa Giudice a necessidade da quebra do sigilo até para poder entender de forma mais adequada o porquê que tantas liminares beneficiando a GTEC num contrato absolutamente lesivo aos interesses da Caixa Econômica e, portanto, ao país, a CPI também não obteve a quebra desse sigilo. Então eu acho que a CPI deverá reformular o pedido, eu acho que os encaminhamentos já estão dados e eu quero aqui deixar lembrado que quando o Sr. Paulo Okamotto veio a esta CPI, ele já veio com uma prerrogativa concedida pelo Supremo Tribunal Federal para responder única e exclusivamente sobre atendendo perguntas relacionadas ao fato determinado, a questão dos bingos. E o Sr. Paulo Okamotto não se recusou em nenhum momento a responder sobre tudo que lhe foi perguntado, inclusive, com relação a muitos assuntos que não têm, obviamente, vinculação como o fato determinado dessa CPI. Então, me parece que o fato dele ter tido o reconhecimento para com a CPI, entende? E ter se disposto a responder a toda e qualquer pergunta feita mesmo estando amparado numa determinação do Supremo para responder única e exclusivamente perguntas relacionadas ao fato determinado, talvez esta postura tenha propiciado o entendimento de membros da CPI de que poderiam, em decorrência, quebrar o sigilo. E eu quero dizer que a decisão da Justiça deverá ser, obviamente, pela CPI, se houver novo pedido com uma nova justificativa que eu já quero deixar aqui declarado o meu voto contrário, se eu sou suplente, se eu tiver a oportunidade de votar, votarei contra como já tive esse posicionamento na votação anterior, de forma clara, porque não entendo, não enxergo e acho que está correto o Ministro Nelson Jobim quando nega a quebra do sigilo por não enxergar a vinculação com o fato determinado da CPI. Então, se querem fazer a investigação, tem que fazer a investigação vinculada ao fato determinado. E gostaria que nós pudéssemos ter tido, aí sim, a quebra do sigilo da juíza, porque a juíza, indiscutivelmente, tinha tudo a ver, inclusive, com o relatório parcial que nós estaremos apreciando, eu não sei se vai ser acatada a proposta do Senador Álvaro Dias, ou não, se vamos fazer a votação mesmo hoje, mas no caso da quebra do sigilo da juíza que concedeu tantas liminares favoráveis e perniciosas aos interesses da Caixa favorecendo a GTEC, esse sim, é um sigilo que tinha tudo a ver com o fato determinado desta CPI, e, infelizmente, não foi quebrado e uma parte significativa da investigação com relação à GTEC não pôde ser aprofundada, inclusive, numa hipótese nem tão descartável assim porque nós já temos outras situações de membros do Judiciário, infelizmente, também envolvidos com venda de sentenças, como chegamos a ter até magistrados presos, comprovadamente, por terem também caído na situação da corrupção ativa. Então, era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de deixar registrado.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa. Senador Antonio Carlos Magalhães.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Já há, inclusive, do grande Ministro Sepúlveda Pertence ter dado uma liminar nesse sentindo e de ter revogado com outros argumentos apresentados, na CPI dos Correios houve isso em relação à SEDAI(F), de maneira que eu já dou o precedente do Ministro Sepúlveda Pertence.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a informação de V.Exa. E concedo a palavra ao Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, falar um pouco sobre essa questão do Sr. Paulo Okamotto. Primeiro estranhar que a Senadora Ideli, ela já disse que vai votar contra um requerimento que não foi nem apresentado, quer dizer, é um caso inédito aqui, não vi e não gostei, quer dizer, na realidade, nós deveremos nos pronunciar sobre requerimentos apresentados, que não foi o caso. Em segundo lugar, eu gostaria de dizer que, na realidade, ao Supremo Tribunal Federal cabe, evidentemente, examinar as garantias individuais de todas as pessoas, inclusive, do Sr. Paulo Okamotto, de qualquer pessoa. Então, nesse ponto de vista a decisão do Ministro Jobim não é uma interferência no legislativo, agora nada impede também que nós coloquemos, como ele mesmo pediu, mais informações para mostrar que seja importante isso ser feito. Então, eu acho que esse seria o caminho e nós aqui, então discutiremos o requerimento e eu votarei a favor ou contra, dependendo das novas alegações. Em segundo lugar, em

relação à questão do Advogado que falou que a CPI era um circo, eu acho que nós deveríamos oficiar a OAB para que ele seja punido, porque isso não é forma de um advogado tratar o Poder Legislativo. Então a OAB quando se prende um advogado, ou se ameaça a prender ela sempre reclama do Congresso, reclama das CPIs, diz que as CPIs são arbitrárias e etc. Então agora quem for arbitrário ou for advogado então eu pediria à Presidência da Comissão que fizesse uma representação contra esse advogado ao Conselho de Ética da OAB. Em relação à questão do relatório apresentado sobre a questão da GTEC, eu acho que nós deveríamos fortalecer o Relator e aprovar da maneira como está, inclusive, as emendas que eu assinei junto com o Senador Antero, eu também retiro, eu acho que até os acréscimos eles poderiam ser fetos no final quando nós formos elaborar o relatório final. Então, essa era a minha opinião, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço a V.Exa.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, só um parêntese, só para...

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exa. tem a palavra, Senador Antero.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Só usando a argumentação do Senador José Jorge, eu gostaria apenas de fazer uma ressalva, o advogado fala em nome do cliente, o advogado quando escreve ele está escrevendo em nome do cliente, é evidente que essa opinião do advogado pode não ser uma opinião exclusivamente dele, pode ser uma opinião do cliente e de quem é amigo do cliente, essa opinião sobre a CPI pode ser perfeitamente sobre o Paulo Okamotto e do grande amigo dele Sr. Luis Inácio Lula da Silva. Queria só fazer esse parêntese para justificar em parte aquilo que o advogado escreveu.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa. E concedo a palavra ao Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, relativamente, a proposta do Senador Álvaro Dias de, eventualmente, considerarmos a votação do parecer do Senador Garibaldi Alves Filho em caráter ainda o que é que é um relatório parcial, eu gostaria de manifestar que tenho o maior apreço pelo trabalho do Senador Garibaldi Alves Filho, eu acho que é um trabalho bem feito, consciencioso, que merece de todos nós a apreciação da intenção dele, inclusive, de isenção, eu acho que é importante que possam os Senadores estarem apresentando proposições de aperfeiçoamento ou de modificações de certos pontos. Agora, acredito que talvez haja uma vantagem respeitando e tendo todo o apreço pelo relatório do Senador Garibaldi Alves Filho de ser ainda um relatório parcial de podermos fazer a votação do mesmo um pouco mais adiante uma vez que os trabalhos da CPI estão continuando e poderá haver, inclusive, aspectos que venham à tona esclarecendo ainda mais alguns dos pontos em virtude da continuidade dos trabalhos, ou seja, acredito que não haveria prejuízo para CPI de estarmos adiando a votação. E quero aqui lembrar um aspecto, no caso da CPI dos Correios, nós sabemos que houve votações de relatórios parciais ao final do semestre passado, e foram encaminhados nomes de parlamentares para o Conselho de Ética e, entretanto, observamos que o trabalho da CPI dos Correios continua até hoje e trazendo por vezes novas informações sobre temas que se relacionam aos fatos ali sendo objeto de discussão no Conselho de Ética e até no plenário da Câmara dos Deputados que talvez pudessem ter sido melhor dirimidos em virtude da continuidade dos trabalhos daquela Comissão, ou seja, fazendo um paralelo com o que nós estamos aqui elaborando, eu não veria prejuízo com todo apreço pelo parecer do Senador Garibaldi Alves de estarmos voltando um pouco mais adiante. É só esse ponto. Eu quero também dar uma informação, Sr. Presidente. Relativamente ao menor "Lalo" que foi objeto da preocupação de V.Exa, Presidente Efraim Morais e demais Senadores. Vou esperar um pouquinho.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Estou ouvindo V.Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Relativamente ao menor "Lalo" V.Exa. considerou o que seria importante a esta CPI, eventualmente, ouvido. Eu ontem conversei com a Dra. Elizabeth Sato que me informou ter marcado para o próximo sábado às 9h em São Paulo no Distrito Policial ali da Rua Estados Unidos, que ela a qual é responsável, a audiência, a oitiva do menor "Lalo", no próprio dia onde ele completa 21 anos, 4 de fevereiro e que seria próprio que fosse ouvido antes dele ser, portanto, libertado. E ela me informou que está convidando a CPI para estar presente e participar da argüição e poderia, inclusive, ser considerada uma Sessão oficial da Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, eu quero transmitir a V.Exa. que esse convite foi feito, ela pediu que eu transmitisse a V.Exa. que poderia até ser aproveitada a própria argüição que ela como Presidente do inquérito policial desde a reabertura do caso está fazendo, ela convidará os Promotores de Santo André também interessados na argüição e nos convida. Então se V.Exa. quiser designar para que, oficialmente, os membros dessa CPI que puderem ir, seja aquela subcomissão e até outros interessados possam ouvir, acredito que isso possa ser importante, então eu fico no aguardo

da definição de V.Exa, me dispondo, desde já, se for a definição da CPI estar ali presente.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço, Senador Suplicy, as informações de V.Exa, mas deve informar a V.Exa. que ainda não estou convencido de que nesse primeiro depoimento do que foi acusado de matar o Celso Daniel, a presença de Senadores talvez possa intimidá-lo e nós entendemos que melhor é a Polícia e o Ministério Público faça essa primeira audiência para que a CPI, após o resultado possa se definir. Eu entendo que estamos divergindo um pouco, pela primeira vez, sobre essa questão já que conversei com algumas pessoas ligada a Polícia Federal que estão dando apoio a esta CPI e outras pessoas, Advogados e nós temos a semana para discutirmos e tomarmos uma posição, o importante é que se possa chegar, realmente, ao fato desejado.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Gostaria de dizer que eu tenho informações...

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas aqui não tem uma decisão, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Tudo bem.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou, também, fazer uma ligação para a Dra. Elizabeth Sato para tocarmos idéias sobre a questão. É um pensamento do Presidente, é aquilo que penso em relação... Não tenho a mesma experiência investigativa de V.Exa, mas penso desta natureza. Senador Magno Malta.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu pedi um Pela Ordem, Sr. Presidente. É apenas pela ordem dos trabalhos. Eu acho que temos número bem razoável nesta Casa e a decisão de se votar logo o relatório do Garibaldi é mais importante do que qualquer das coisas que estamos discutindo, votaríamos o relatório e depois continuaríamos com outro relatório para o relatório final, mas eu acho que o ponto básico dessa Sessão devia ser a votação do relatório, se V.Exa. assim entender, eu acato qualquer decisão de V.Exa.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu acho que o objetivo principal dessa Sessão, exatamente essa, e eu antes de discutir, colocar em votação, nós temos as emendas que foram apresentadas, vamos dar a palavra ao Relator, antes, porém, ouvindo o Senador Magno Malta e o Senador Tião Viana que pede a palavra Pela Ordem.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Presidente, eu gostaria, dentro da sua fala, de fazer um apelo ao Senador Suplicy e concordando com a fala de V.Exa. eu tenho falado com a Dra.Elizabeth Sato, inclusive, falei no dia da fuga do menor e no dia que o menor foi capturado, e a Dra. Elizabeth Sato acha, realmente, que ela precisa ter folga até porque no dia que eu falei com ela pela última vez, o Ministério Público estava ouvindo o "Lalo". Então, Sr. Presidente, eu concordo com V.Exa. e faço um apelo ao Senador Suplicy a que esperemos um pouco mais para dar tempo à Dra. Elizabeth ouvir o menor, acompanhar o menor, até porque ele estava sendo trazido para São Paulo para ficar sob proteção, para depois que ela nos sinalizar e aí então nós tiremos esta Comissão, ou V.Exa. indique esta comissão para que nós possamos ouvi-lo após a nossa Delegada concluir o trabalho dela com o "Lalo" com o menor, eu faço esse apelo ao Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Se me permite, eu posso uma breve informação, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pois não, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu acompanhei o que se passou, inclusive, na semana passada quando a Dra. Elizabeth Sato me pediu para aguardar, mas há informações novas e uma nova disposição e ela própria considerou que será adequado que, por exemplo, eu estaria lá, inclusive, ajudando o propósito que V.Exa. mencionou para que o menor pudesse dizer as coisas tais como, efetivamente, ocorreram e por esta razão é que ela formulou o convite, mas V.Exa, então não precisa decidir agora, poderá dialogar com ela e decidir posteriormente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa. Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sra. Senadora, eu gostaria de reafirmar uma característica do Relator Senador Garibaldi de expressar sempre muito respeito pela opinião de todos os Senadores desta Comissão a sua capacidade de ouvir com muita seriedade sempre todos os argumentos a sua responsabilidade de refletir sobre os argumentos que lhe são postos e, ao mesmo tempo, a responsabilidade política como está fazendo o seu relatório parcial, no entanto, eu não poderia deixar de expressar também a minha discordância de vários pontos do relatório do Senador Garibaldi por entender que entramos em alguns momentos em juízo de valor e é natural que ocorra um ponto de vista divergente,

por esta razão o Senador Raupp em consonância com alguns Senadores apresentou as emendas que estão para serem analisadas, eu só entendi com muita cautela a ponderação que fez o Senador Álvaro Dias para que nós avaliássemos aqui a possibilidade de votar somente ma fase final do relatório o que estamos preparando dentro dos diversos temas: GTEC, Santo André, Ribeirão Preto e etc., eu entendo como uma ponderação muito razoável que é apresentada à CPI, da nossa parte não há um inconveniente e entender esta ponderação que o senador Álvaro Dias faz, mas se o entendimento da maioria for contrário, evidentemente, que nós vamos concordar também em votar hoje, eu deixaria de maneira muito à vontade, eu seguiria perfeitamente o entendimento que podemos deixar para o relatório final o conjunto de interpretações do Relator, em nada nós abriríamos mão das emendas que temos aí, mas poderíamos perfeitamente aguardar para a fase final dando, inclusive, mais oportunidade de uma reflexão jurídica, que eu acho que a peça do Relator ainda precisa de alguns pontos, mas se não for o entendimento nós vamos seguir a orientação de V.Exa. de votar ou não hoje, o meu entendimento é que foi muito razoável a ponderação do Senador Álvaro Dias.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço, Senador Tião a V.Exa. e a palavra ao Relator. Terá a disposição do Sr. Relator a decisão de... Poderíamos votar o parecer, ressalvada as emendas e passaríamos a discutir as emendas. Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, antes do Relator se manifestar eu queria só reafirmar a posição que nós vamos deixar configurar em votos. Eu gostaria que o Relator soubesse que a posição que o PFL aqui já falado pelo Senador José Jorge, Senador Antonio Carlos Magalhães. A posição que o PFL tem é de prestigiamento ao Relator. Se o Relator quiser que o seu relatório seja votado agora, ele contará com os votos integrais dos membros da Comissão do PFL a favor do relatório e contra qualquer emenda, até porque as emendas que o Senador José Jorge apresentou ele já tomou a iniciativa de retirar, vamos deixar muito claro, Sr.Presidente, que de ontem para cá, ou de uma semana para cá começaram a circular rumores de que estaria em curso um acórdão, troca de subtrações, até para deixar claro que isso não existe, nós vamos votar com Relator contra qualquer subtração de qualquer nome, contra a subtração de qualquer nome de venha constar no relatório de S.Exa. A decisão de V.Exa. agora os votos do PFL como aqui já foi falado pelos membros titulares Senador Antonio Carlos Magalhães e Senador José Jorge será a favor do relatório do Relator e contra as emendas que foram apresentadas.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, apenas para, antes do Relator para esclarecer, eu defendi uma tese e defendo não só para esta CPI, para todas as CPIs, o relatório deve ver ser único ao final dos trabalhos em função do conjunto da obra, é claro que robustece a justificação jurídica quando se aproveita todos os fatos, todos os elementos ao final da CPI até porque o último momento podem surgir fatos novos, mas eu repito que é uma tese que eu defendo em relação a todas as CPIs, não apresentei como proposta para deliberação a esta, e se o Relator desejar colocar para votação terá o meu voto aprovando na integralidade aquilo que propõe e aprovando, inclusive, o requerimento do Senador Antero Paes de Barros que propõe a inclusão no relatório final do Ministro Antonio Palocci em função do envolvimento político visível que há em relação a essa operação Caixa Econômica / GTEC. Na verdade prevaleceu não os pareceres técnicos, estes não prevaleceram, a decisão não foi técnica, a decisão foi política, foi no cumprimento de uma decisão de governo, obviamente, emanada dos principais líderes da Administração Pública Federal. Portanto, Sr. Presidente, para reafirmar o meu voto favorável ao relatório do Senador Garibaldi, apenas insistindo nessa tese, que é uma tese que eu tenho defendido em relação também à CPMI dos Correios.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com a palavra o Relator.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Sras. e Sr. Senadores, eu quero declarar que fiquei muito honrado, muito grato às solidariedades que recebi com relação ao meu relatório, os pronunciamentos dos vários Senadores que disseram a palavra favorável, e até mesmo aqueles que divergiram, divergiram de uma forma respeitosa. Eu quero agradecer a liderança do PSDB, a liderança do PFL, mas eu quero dizer que a minha tarefa é apenas preparar o relatório e dar o parecer sobre as emendas, a minha tarefa encerra aí, como o relatório vai ser votado, quando o relatório vai ser votado, isso aí não cabe a mim, eu até agradeço aqueles que delegaram essa decisão, mas eu creio que não cabe ao Relator. Então, eu quero reiterar os agradecimentos a todos, principalmente, aos líderes, ao Senador Arthur Virgílio, a líder José Agripino e a todos os Senadores que aqui se manifestassem, mas eu quero dizer que a Comissão é quem cabe decidir coordenada pelo Presidente se vamos votar hoje, se vamos votar depois, Sr. Presidente, é uma decisão encaminhada pela presidência junto ao plenário. O

relatório está pronto para ser votado, o parecer sobre as emendas também.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Permita uma parte apenas, Senador Garibaldi?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pois não.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – e para o Presidente. O Senador Álvaro Dias disse que, inclusive, foi uma conduta de procedimento adotada na CPI dos Correios de deixar para o final a votação. Então, só para deixar a V.Exa. a reflexão sobre isso.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Obrigado, senhor.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Já falei.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa. Agradeço a solidariedade dos líderes em relação à questão do Advogado Dr. Peres e dizer que, lamentavelmente, a conduta desse advogado ela não condiz com o respeito que nós que fazemos nessa CPI temos com a OAB e com todos os Advogados que aqui estiveram, e que na realidade eu apreendi que quando não se tem argumento, quando se falta argumento, se parte para agressão, e a agressão que é feita a esta CPI não é ao Presidente, mas a todos os membros e porque não dizer ao Poder Legislativo, ela não cabe e vamos, realmente, fazer um contato com a OAB nesse sentido. Aqui existem vários Advogados nesta CPI e nós entendemos que é um desrespeito à CPI, é um desrespeito aos membros do Congresso Nacional. Lamentavelmente sempre aparece aqueles Advogados que pretendem aparecer na mídia, que pretendem, realmente, ter um destaque, já que não conseguem como profissional, procura de uma forma ou de outra. Então, queria agradecer a manifestação dos senhores membros da CPI e dizer que quanto à questão do Supremo, da decisão do Ministro Jobim nós tivemos um caso semelhante... A Senadora Ideli já fez referência, nós fizemos algumas informações e também no caso da quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da LEÃO & LEÃO em que o Relator entendeu que precisava de mais informações e solicitou essas informações à CPI, e a CPI mandou as informações com a apoio da Assessoria Jurídica do Senado e logo em seguida o Relator se pronunciou negando a liminar à LEÃO & LEÃO. Então, entendo que faltou essa solicitação para que nós pudéssemos dar mais informações, nós sempre estivemos aberto ao Supremo, temos cumprido as determinações do Supremo e, evidente, que vamos, no dia de amanhã, já me comunicou o Senador Antero que estará apresentando requerimento nesse sentindo. E quanto à questão que nós estamos discutindo, eu quero aqui primeiro parabenizar o Relator Garibaldi Alves pela sua forma tranqüila, séria que vem desenvolvendo esse trabalho com o apoio de todos os senhores. Então, um relatório que foi estudado, foi trabalhado, são mais de seis meses de trabalho e eu tenho convicção de que o Relator numa posição de independência e de transparência tem apresentado o seu trabalho, e, evidente, que nós temos que discutir essa matéria, não podemos tentar votar por votar, de tirar figurões ou colocar figurões, não interessa, o que interessa aqui é o fato que está acontecendo, é o que dispõem o Relator em relação a isso. Porque o senhor fulano parece honesto não significa dizer que é honesto. Então, tem que ser respeitado o trabalho que vem sendo desenvolvido e não se possa aqui, de última hora, tentar colocar ou tirar fulano ou cicrano. A posição da presidência é bem clara, é igual ao dos senhores de que nós estamos querendo apresentar a sociedade, é um trabalho sério, um trabalho verdadeiro e tenho convicção e vou contar com o apoio de todos os senhores. Eu espero que no final desse trabalho não se faça aqui mais uma pizza dentro do Congresso Nacional, é preciso que seja respeitado e desta feita é o Senado Federal, porque aqui se trata de uma CPI, é preciso que se respeite, acima de tudo, o Senado Federal e eu espero de que amanhã não queira aqui se salvar o senhor fulano, ou o senhor cicrano porque pertence ao governo, ou pertenceu a governos passados. O que tem que ser feito é o que mostra, são os dados, são os fatos que a CPI apurou e dispõe do documento, portanto, eu vou colocar em votação o requerimento ressalvado as emendas, o relatório ressalvado as emendas. Eu não sei se concordam os Srs. Senadores.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Apenas que V.Exa. sugira o momento da discussão da matéria.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Discussão da matéria faremos e deixaremos para discutir, inclusive, em outra Sessão a questão dos destaques e não nessa Sessão. V.Exa. tem a palavra.

NÃO IDENTIFICADO #1 (53:03) – Presidente, é bastante notório que esta Comissão já produziu resultados, e eu quero aqui neste momento parabenizar o trabalho de V.Exa, da Mesa, do brilhante Relator Garibaldi Alves. Nós já tivemos alguns fracassos em

CPIs aqui no Congresso Nacional e não muito distante tivemos o fracasso da CPI do Banestado, que nem sequer, produziu relatório. Tivemos o fracasso da CPMI da terra que produziu um relatório e depois foi aprovado um relatório substitutivo, totalmente diferente do que o Relator e toda a equipe produziram, e mais recentemente a CPI do Mensalão que também não produziu relatório, deixaram vencer o prazo (?) relatório, e esta CPI tem dado prova de que já produziu, está produzindo e vai produzir ainda muita coisa, inclusive, com esse relatório parcial já pronto para ser votado e, certamente, vamos votar também o relatório final daqui alguns dias. Mas eu quero ressalvar o meu direito de defender algumas emendas.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exa. terá.

NÃO IDENTIFICADO #1 (54:17) – Se V.Exa. permitir eu quero fazer sim, defender essas emendas.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exa, terá sim. Eu só quero adiantar a V.Exa. que V.Exa. chama a atenção da vários fatos que ocorreram em outras CPIs. Eu quero dizer também a V.Exas. que eu não terei nenhuma dificuldade, nem vou pensar duas teses, se nós chegarmos a um prazo que não seja suficiente para concluir esse relatório, eu, pessoalmente, vou colher as assinaturas para prorrogar. O que eu não vou aceitar aqui é que se tente não votar requerimento. Não tenho nenhuma dificuldade de conseguir 27 assinaturas no Plenário do Senado Federal para prorrogar esta CPI. Eu quero deixar claro que preciso da colaboração de V.Exas, preciso do apoio de todos os 15 membros da CPI e dos seus suplentes para que possamos produzir um relatório sob o comando do Relator que seja verdadeiro, que seja transparente, e que seja, acima de tudo, construído com independência de nós que representamos o povo brasileiro. Isso aí eu vou precisar do apoio de V.Exas. nesse sentido, mas V.Exas. terão o direito de discutir toda a matéria, nós não vamos aqui colocar a votação só pela vontade do Presidente, será como sempre vem sendo feito, discutindo e ouvindo V.Exas. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, tendo em conta que V.Exa. avaliou como importante então votarmos o parecer parcial do senador Garibaldi Alves Filho, eu acho que seria importante que ele possa, então, já que apresentou o relatório, mas não ainda o seu parecer sobre as emendas, que ele possa então antes da votação do relatório apresentar o seu parecer sobre as emendas podendo, obviamente, os autores das emendas, também apresentarem a justificativa das mesmas, antes da votação do próprio relatório.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, o Senador Garibaldi me faz um apelo para que nós possamos votar, já que vai ficar sempre pendente a questão das emendas, que se vote de uma vez por toda o requerimento no final, ou melhor, o relatório...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Primeiro o relatório e depois as emendas?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pois não, Senador.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Pela Ordem. Presidente, apenas eu acho que é o entendimento do Senador Antonio Carlos. Primeiro vota o relatório parcial ressalvados os destaques, e aí facilita para todo mundo, porque não há divergência em relação ao relatório parcial ressalvados os destaques.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Depois discutiremos no momento exato.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Exatamente. Eu acho que aí não há nenhuma divergência quanto a isso.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então, dentro do entendimento de V.Exa. nós vamos colocar em votação o relatório do Senador Garibaldi ressalvados os destaques, ou melhor, as emendas, que serão destacadas. Em votação, os Srs. Senadores que apóiam e aprovam como se encontram. Aprovado o relatório do Senador Garibaldi Alves ressalvados as emendas que posteriormente serão destacados por V.Exas. Eu quero comunicara ainda aos Srs. Senadores de que amanhã eu vou ouvir, depois conversar com os senhores líderes para que nós possamos marcar a data para discutir. Vamos ver quais as emendas que foram retiradas, quais as que ficaram para que possamos iniciar em uma próxima Sessão a discussão e votação.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Então, Presidente, hoje não votaremos as emendas.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não votaremos e nem discutiremos. Eu quero dizer que amanhã a CPI tem três convidados e logo após o Senador Antonio Carlos Magalhães encerre a nossa Sessão na CCJ nós temos na pauta o Sr. Roberto Cruzvel, o Sr. Carlos Martins e o Sr. Messias Antonio Ribeiro. São os três convidados para fazer as suas oitivas após a reunião da CCJ. Agradecendo a V.Exas. Convoco reunião para amanhã a partir das 11h30 da manhã. E está encerrada a presente Sessão.

(Sessão encerrada às 12h50.)

Ata da 54ª Reunião, realizada em 1º de fevereiro de 2006

Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às onze horas e cinqüenta minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores, Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Antero Paes de Barros, José Jorge, Valdir Ralpp, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Sérgio Zambiasi e Wellington Salgado, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente reunião destina-se a oitiva dos senhores Roberto Carlos Kurzweil, Empresário de Ribeirão Preto; Carlos Roberto Martins, Proprietário de Casa de Bingo em Goiânia/GO; e Messias Antônio Ribeiro Neto, Empresário. A seguir indaga aos Senhores Senadores se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. Com a palavra o Senador Magno Malta, com apartes dos Senadores Tião Viana, Álvaro Dias e Romeu Tuma, tece considerações sobre a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal ao Sr. Roberto Carlos Kurzweil, informando que o referido senhor é sócio de várias casas de jogos e portanto diretamente ligadas ao fato determinado da Comissão, sugerindo que o Presidente agende uma audiência com o Ministro Nelson Jobim. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, louva a iniciativa do Senador Magno Malta e tece considerações sobre a ida dos senhor Kurzweil e em especial o senhor Paulo Okamoto, ao Supremo Tribunal Federal, para conseguir barrar a transferência de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico. Com a palavra o Senador Álvaro Dias consulta a presidência da conveniência de se apresentar um novo requerimento de transferência de sigilo do senhor Roberto Carlos Kurzweil, anexando a documentação existente. A seguir solicita aos demais pares apoio ao Projeto de Emenda Constitucional, de sua autoria, que impede ao Supremo Tribunal Federal conceder liminar de atos privativos do Poder Legislativo. Com a palavra o Senhor Presidente presta informações sobre a liminar concedida pela Ministra Elen Gracie e tece considerações sobre o novo requerimento apresentado pelo Senador Álvaro Dias. Informa ainda que solicitará uma audiência com o Senhor Ministro Nelson Jobim quando, na ocasião, levará ao Ministro documentação pertinente ao requerimento apresentado. Propõe ainda que, em função da Ordem do Dia, seja adiada a reunião para a próxima terça-feira. Usam da palavra em apoio ao Presidente, os Senadores Antero Paes de Barros, Tião Viana, Antônio Carlos Magalhães e Romeu Tuma. Finalizando o Senhor Presidente convoca reunião a realizar-se na próxima terça-feira, para oitiva dos senhores Roberto Carlos Kurzweil, Empresário de Ribeirão Preto; Carlos Roberto Martins, Proprietário de Casa de Bingo em Goiânia/GO; e Messias Antônio Ribeiro Neto, Empresário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às doze horas e vinte e cinco minutos e, para constar eu, *José Augusto Panisset Santana*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245/2004, para investigar e apurar a utilização das Casas de Bingo para prática de crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Esclareço aos senhores Senadores que a presente reunião destina-se à oitiva dos senhores Roberto Carlos Kurzweil, Sr. Carlos Roberto Martins e o Sr. Messias Antônio Ribeiro Neto. Sr. Roberto Carlos, empresário de Ribeirão Preto em Casas de *Games*. Sr. Roberto Carlos Kurzweil, empresário de... CINCOTELECOM(F) TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA., da OGCA COMPANHIA DE MÁQUINAS E SISTEMAS LTDA., BRASIL GAMES LTDA., FABAMA FÁBRICA BRASILEIRA DE MÁQUINAS AUTOMÁTICAS LTDA. e SÃO PAULO GAMES LTDA. O Sr. Carlos Roberto Martins, proprietário de Casa de Bingo em Goiânia e o Sr. Messias Antônio Ribeiro Neto, empresário de jogo do bicho em Goiás. Informo aos senhores Senadores que a ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Coloco em votação, propondo a dispensa de leitura. Os senhores Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta. Vossa Excelência tem a palavra pela ordem.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Senhor Presidente, sabedor de que o senhor Kurzweil rece-

beu uma liminar para não ter os seus sigilos quebrados e essa documentação que V.Exa. leu, que está, também, nas minhas mãos, das empresas de que ele faz parte, é sócio, também do senhor Edgar Roque de Macedo(F), Roberto Carlos Kurzweil é sócio de Artur Valente de Oliveira Caio(F), ... (inaudível) já digo Senador Tuma ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – COMPANHIA DE MÁQUINAS E SISTEMAS LTDA., OGA.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – CINCOTELECOM(F) TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA., SÃO PAULO GAMES COMERCIAL, que é jogo, FABAMA ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – SÃO PAULO GAMES, é jogo?

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – ...É. FÁBRICA BRASILEIRA DE MÁQUINAS AUTOMÁTICAS, que é máquina de caça níquel, para desgraçar a vida dos pobres. BINGO ALTEROSA(F) DIVERSÕES E COMÉRCIO, que diz o Sr. José Paulo Teixeira Cruz(F) e Artur José Valente de Oliveira Caio(F) e OMEGA, NEV(F) TELECOMUNICAÇÕES LTDA., Sr. José Paulo Teixeira Cruz e COMPANHIA DE MÁQUINAS E SISTEMAS. O Sr. Artur José Valente de Oliveira Caio é bingueiro. José Paulo Teixeira Cruz, o Vadinho, é bingueiro. Eu quero considerar, Senhor Presidente, assim como todas as vezes que dou um voto, evoco o fato determinado dessa CPI e evoco o dever de justiça comigo, Senhor Relator, porque escrevi o fato, essas pessoas estão diretamente ligadas ao fato determinado. Não quero aqui fazer críticas ao Ministro Jobim, a quem tenho amizade e respeito, mas compreendo que houve um erro aqui. E alguém já disse que só os tolos não mudam...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, Senador Magno, me permita só uma indagação à sua fala que eu acho da maior relevância. Nós temos as informações completas que não há qualquer vínculo dessas empresas citadas com este senhor Kurzweil. Então eu gostaria de... porque isso pode interferir no juízo do que foi a decisão do Ministro Jobim. Então seria muito importante que nós tivéssemos a certeza absoluta que há vínculo empresarial ou comercial de alguma natureza com ele. Só nesse aspecto aí que eu ponderaria ao raciocínio, corretíssimo, de V.Exa.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – O que consta, Senador Tião, é que José Paulo Teixeira Cruz Figueiredo(F) e José Artur, o Vadinho, são sócios dele na CINCOTELECOM(F), a COMPANHIA DE MÁQUINAS E SISTEMAS. Então eu acho que a CPI dispõe, eu acho que o Ministro Jobim... a CPI precisa...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Só um aparte Senador, aqui atrás de V.Exa. (risos) É só para dizer que os documentos ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, distribuir cópia para os outros Senadores?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu solicito da assessoria, que faça a distribuição destas cópias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Só para informar, o Senador, que não vieram.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Solicitaria à assessoria que encaminhasse o convidado lá para sala que quando, no momento exato, nós o convocaremos. Solicitaria de V.Exa., com Ss. Exas., Vs. Sas., nobres Advogados.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu pedi um aparte ao Senador apenas para contribuir, dizendo que a documentação a que se referiu é da Junta Comercial do Estado de São Paulo, estabelecendo a participação do Sr. Roberto Carlos nessas empresas de jogos aí do Estado de São Paulo.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Senhor Presidente, eu continuo meu raciocínio dizendo o seguinte, se a CPI dispõe, eu quero propor a V.Exa.; e a razão pela qual eu faço essas colocações agora é para não fugir do dever de justiça, até porque quando eu entendo e ontem fiz um debate com o Senador Arthur, que, quando não está no fato determinado, eu evoco o fato para justificar meu voto contrário e foi a razão pela qual votei contra a quebra do sigilo do Sr. Okamoto, evocando ao Okamoto, evocando o fato determinado é que eu proponho a V.Exa. porque nobre Relator, quando eu presidi a CPI do Narcotráfico, eu tive estes dissabores e um deles foi quando o suplente de Idelbrando(F) Pascoal assumiu. O senhor José Alexsandro(F). E nós pedimos a quebra do sigilo com todos os elementos e fomos barrados e ali começou não termos mais acesso a nada, nem de outros depoentes e eu pedi uma audiência e eu quero propor a V.Exa., ao Ministro do Supremo naqueles dias, o Ministro Velloso(F) que recebeu a Relatoria e a Presidência da CPI e os membros da CPI do Narcotráfico, com toda a documentação em mão, entregamos a ele, houve um entendimento e nós passamos a ter acesso. Então eu proponho a V.Exa. que a assessoria de V.Exa. peça uma audiência ao Ministro Jobim e que V.Exa., acompanhado de todos nós, que o convite seja extenso a toda a CPI, conjuntamente com o Relator e nós assentemos com o Presidente do Supremo e levemos a ele os documento em mão. Até porque aqueles pedidos que são feitos sem base no fato determinado, e ele nega, isso é normal. Agora isso aqui, na hora de julgar o mérito certamente cairá, porque querendo ou

não existem sócios aqui ligados ao senhor Kurzweil que são do ramo do jogo e há uma empresa aqui que até fabrica as máquinas. Então sugiro a V.Exa., gostaria que o nobre Presidente acatasse a minha sugestão para que tivéssemos...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Permite um aparte antes de encerrar, Senador, V.Exa. encerrar?

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Vê, Presidente, quando a gente diz aqui, senhor Relator, do fato pré-determinado como é, se alarga. Por que esse Kurzweil está sendo intimado, que eu soube agora, que era porque ele alugou o veículo que transportou o provável três milhões de dólares ou um milhão e meio. Mas os documentos que estão sendo lidos pelo Senador Magno Malta, dão uma vinculação indireta com o jogo. Então quando a gente chama alguém aqui, se não está no eixo pré-determinado que a apuração da CPI, mas se o senhor fizer um bolotário(F), um organograma, vai começar a fazer as ligações. Quando alguém aqui, o Senador Arthur Virgílio fez um depoimento ontem e ficou claro, quer dizer. Do problema do Paulo Okamoto, quando chegou alguém aqui e denunciou que a CPI, a campanha recebeu um milhão do bingo em São Paulo e um milhão do bingo no Rio de Janeiro e não se sabe a origem do dinheiro que pagou as contas, pode inventar a origem. Então ela extrapola, Senador, não estou, acho que V. Exa. está certo, agora aqui, ...

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Com todo o respeito que tenho de V.Exa., mas neste caso aí, este raciocínio dá ilação. Mas isto aqui não é ilação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não é ilação, é possibilidade de investigar.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sim, mas não tem nada de ilícito, aqui tem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor tem que investigar a ilação...

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Aqui vem o que liga. Se o Sr. Kurzweil, na minha visão, fosse convocado só porque alugou o carro e não tivesse essa documentação, eu faria a mesma defesa que estou fazendo hoje...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, aí é que está, porque...

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Agora existe essa documentação que pessoa diretamente ligada ao bingo, são ou foram sócias dele,...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Esse aqui eu nem discuto, nem discuto.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – ... aí está dentro do fato determinado é claro e é preciso ter uma conversa, sentado na mesa com o Presidente do Supremo, que é o Ministro Nelson Jobim, pelo Presidente, pela CPI e aí acho que nós vamos nos entender a partir daí. Então é a visão que eu tenho, Senhor Presidente, agradeço a palavra a V.Exa. e gostaria que V.Exa. acatasse a minha sugestão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Senhor Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pela ordem Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Artur Virgílio, em seguida de V.Exa., Senador Álvaro Dias.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, eu quero primeiro louvar o gesto de honestidade intelectual do Senador Magno Malta que tem procurado se manter fiel ao seu comportamento inicial aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que aliás nasceu por inspiração dele próprio. E tem sido um instrumento muito bem utilizado em favor da sociedade por V.Exa. e pelo Senador Garibaldi Alves. Mas Sr. Presidente, eu quero nesta intervenção apenas traçar um paralelo entre uma atitude que eu julgo normal, o senhor Kurzweil, ele, como empresário, ele entende que deve ir ao Supremo visando a não ter os seus sigilos quebrados, ele julga isto uma atitude normal. Eu julgo que é normal em se tratando de um empresário. Essa diferença tem que ser posta, tem que ser bem estabelecida, senhor Presidente. E o Sr. Okamoto, o empresário quer se resguardar e eu compreendo isto perfeitamente, não me causa a menor mossa, não me causa o menor incômodo. O Sr. Okamoto é um homem público. O Sr. Okamoto é acusado de ter pago o empréstimo pessoal do senhor Presidente da República. O Sr. Okamoto é acusado de ter pago o empréstimo que o Presidente diz que não contraiu e que ele afirma ter contraído e que o Sr. Delúbio confirma que teria sido contraído, sim, senhoras e senhores Senadores. Então, se o Sr. Okamoto fosse mais um empresário em busca de abrigo constitucional – com razão ou sem razão – eu não diria nada. E salta aos olhos de qualquer um, e isto deve levar qualquer um à indignação, o fato do Sr. Okamoto presidir, hoje, o Sebrae, mexe com bilhões e bilhões de reais por ano e entende que não deva, que não deve prestar contas dos seus sigilos à sociedade. Assim como seria indigno, qualquer um de nós Senadores, se instado a fazer o mesmo não o fazermos, alegando quaisquer razões constitucionais, legítimas ou não legítimas, não importa. É de se ressaltar, eu estou com a pulga mais do que atrás da orelha em relação ao Sr. Paulo Okamoto; mais do que atrás da orelha. Que S. Exa. é um homem público, que está se portando como se fosse um homem de vida privada. Tem muita gente de vida privada que

diria assim: "Não tem nenhum problema, pode abrir meu sigilo". E tem gente de vida privada que diz: "Não, não quero que abra meu sigilo". E aí vai à Justiça e a repercussão para ele é nenhuma e a repercussão do senhor é nenhuma. Eu estou falando aqui de um amigo, conselheiro, próximo do Presidente da República, acusado de arrecadador de campanhas eleitorais do partido do Presidente da República e que hoje preside o Sebrae e que mexe com milhões, bilhões e bilhões de reais por ano. É uma diferença que é bom que fique bem estabelecida nas consciências de cada representante do povo, de quaisquer partidos, aqui nessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Homem público não age desse jeito. Deveria já estar recolhido à vida privada ou, se houvesse de fato boa fé do Presidente, o Presidente teria que tê-lo recolhido à vida privada. Mas, cada vez mais eu vejo que o Presidente se emaranha, se mistura com essas nuvens que vão tomando o céu brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, desde início, dizendo a minha concordância com o Senador Magno Malta e sem prejuízo da proposta dele, consultar V.Exa. sobre a conveniência de apresentarmos um novo requerimento, propondo a quebra de sigilo do Sr. Roberto Carlos, com a juntada desta documentação que comprova a sua participação acionária em empresas de jogos. Ou empresas que fabricam máquinas de jogos ou mesmo aquelas que operam. Eu creio que seria uma providência para agilizar, já que documentos referentes à quebra de sigilo bancário do Sr. Roberto Carlos se encontram na Secretaria da Comissão Parlamentar de Inquérito e, assim que nós aprovarmos um novo requerimento, poderemos acessá-los novamente. Se aguardamos a decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal levaremos tempo, não sabemos quando isso ocorrerá. Por isso, eu consulto V.Exa. sobre a conveniência da apresentação de um novo requerimento, agora juntando os documentos que comprovam a participação do Sr. Roberto Carlos na área de jogos, portanto, fato determinado que justifica a investigação que estamos realizando. De outro lado, Sr. Presidente, eu comunico e peço apoio dos colegas para uma proposta de Emenda Constitucional que estamos apresentando, que eliminará este impasse futuramente, se aprovada. Mandado de Segurança, *Habeas Corpus*, Ação Popular, Ação Civil Pública propostos contra atos privativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal só terão liminar deferida pelo Plenário do Tribunal. Portanto, com a aprovação desta Emenda Constitucional estará impedido, qualquer que seja o Ministro, mesmo que Presidente do Supremo Tribunal Federal, de conceder liminar quando se tratar de atos privativos do Poder Legislativo. Creio que nós estamos vivendo um momento de certa turbulência, entre Poder Legislativo e Poder Judiciário, exatamente em função desses atos praticados individualmente. Creio que restabeleceríamos uma relação mais eficaz-pacífica se nós definirmos constitucionalmente a forma de se estabelecer julgamento para atos praticados, que são privativos do Congresso Nacional. Trata-se de defender, desta forma, a interdependência entre os Poderes e, sobretudo, preservar prerrogativas constitucionais do Congresso Nacional. Eu considero essa prerrogativa, da Comissão Parlamentar de Inquérito, fundamental para que possamos cumprir o nosso dever de fiscalizar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V.Exa. permite um aparte?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois não, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É legítimo, o direito de V.Exa., de apresentar esse requerimento, mas eu, (tumulto) desculpa, eu estava me referindo a outro requerimento.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Da quebra do sigilo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas, como nós vamos ouvir o doutor Roberto Carlos Kurzweil, me parece que seria adequado ...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Não, será depois.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – ... fazer depois. Aliás, até pela regra da Comissão de cada requerimento ser apreciado vinte e quatro horas depois. Mas, também, pela questão de nós estarmos prestes a ouvi-lo então acredito que V.Exa. mesmo irá fazer perguntas sobre esta questão e, daí, teríamos mais elementos para apreciar a iniciativa de V.Exa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu estou fazendo a consulta ao Presidente em função da sugestão feita pelo Senador Magno Malta. Eu creio que não há prejuízo, as duas, os dois encaminhamentos poderão ser efetuados desde que o Sr. Presidente concorde. E nós podemos votar hoje o requerimento ou votar em outra oportunidade, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias, eu agradeço a V.Exa. a participação e o que vou manter a posição da CPI tendo, os de requerimentos, de vinte e quatro horas para que nós não possamos quebrar este entendimento que foi feito entre as lideranças. Eu queria esclarecer, em relação ao Sr. Roberto Carlos Kurzweil, de que houve uma quebra, houve um requerimento de V.Exa. de autoria de V.Exa. solicitando a quebra do sigilo. Foi

feita essa quebra e foi solicitado, pela Ministra Ellen Greice, informações da CPI e, aqui eu quero lamentar a falta de cuidado com que a assessoria da CPI não teve, em comunicar nem ao Presidente, nem ao Relator, nem a ninguém essa solicitação. E daí, em função dessa não indicação de informação, por parte dessa Presidência, que só tomei conhecimento após a solicitação, após ser concedida a liminar, que foi negada a solicitação de quebra de sigilo. Em seguida V.Exa. fez um outro requerimento, fundamentando com outra justificativa, faltando, claro, esses documentos porque, se nós tivéssemos todas informações, tivéssemos toda quebra de sigilo, não íamos pedir quebra de sigilo de ninguém, não. Não precisava, quando nós pedimos é, exatamente, para tentarmos chegar ao fim das investigações. Foi encaminhado, esse requerimento e o Ministro Jobim, no dia de ontem, no dia de ontem, que seria o último dia, teria que haver sorteio, disse que o segundo requerimento traz os mesmos subsídios e fundamentação do requerimento anterior, são requerimentos, evidentemente, diferenciados, faltando só essas provas. Não houve, desta forma, pedido de informações em relação a esse segundo requerimento. O que, também devo dizer, que quando não deu a liminar, quando concedeu a liminar, baseada em falta de informações, quando concedeu a liminar ao senhor Paulo Okamoto, não pediu nenhuma informação a esta Casa. Então, neste caso, pediu informações, no outro caso não solicitou as informações. Decidiu sem nenhuma informação complementar desta Casa. Então eu quero dizer que essa liminar que foi concedida, liminar de uma medida cautelar e mandado de segurança, nós devemos informar de que este cidadão, que vai ser ouvido daqui a pouco, dependendo do tempo, se fizer necessário. Ele, além do mais, é o mesmo empresário que alugou o carro blindado para transportar os supostos dólares de Angola. E é o mesmo que o senhor Burati diz, de que freqüentou a casa alugada pelo senhor Poletto(F) no seu depoimento. E é o mesmo que o senhor Burati disse que ele tinha ligações com casas de jogos. Então, eu quero deixar claro de que se trata de um assunto diretamente ligado ao objetivo dessa CPI e que prejudica as investigações. Eu vou seguir o conselho do Senador Magno Malta, vou com o Relator e com quem desejar da CPI, eu mesmo vou pedir à assessoria, eu mesmo vou solicitar do Ministro Jobim uma audiência para que possamos levar esses documentos e, para dizermos ao Ministro, que precisamos dessas informações para concluirmos o nosso relatório. Então precisamos da compreensão e da colaboração da Justiça para que possamos avançar nas nossas investigações. Não interessa ao Poder Legislativo, não interessa ao Poder Judiciário nenhum confronto, como tenho certeza, nem ao Poder Executivo. Porque, se nós estamos buscando investigações que são transparentes, investigações que são verdadeiras e nós entendemos que quando se está no caminho da verdade nem o Poder Executivo, nem o Poder Legislativo, nem o Poder Legislativo impede que se possa chegar à verdade. Então é evidente que nós, não interessa nenhum confronto, vou procurar o Ministro, vou levar a documentação, mostrar que se o Sr. Roberto Carlos Kurzweil não é sócio de casas de jogos, mas é sócio de bingueiros, é sócio de pessoas que fabricam máquinas de jogos, é sócio em outras atividades, inclusive, não bem especificadas. Então nós não temos menor dúvida, dúvidas de que há uma interligação, há uma conexão e que só há uma forma de se esclarecer, é quebrando o sigilo bancário, telefônico e fiscal desse cidadão. Isso com todo o respeito ao empresário, com todo o respeito a ele que procura a Justiça para evitar essa quebra de sigilo, nós entendemos de que a CPI vai insistir nessa questão por ser justa e por ser, acima de tudo, necessária para dar continuidade às investigações. Senhores Senadores, eu tenho um problema que tenho de dividir com V. Exas. Eu tenho uma Ordem do Dia marcada para as quinze horas, um acordo de liderança. Nós temos os nossos convidados. Eu vejo uma hora o insuficiente para se ouvir qualquer cidadão que, principalmente com uma polêmica dessa que é criada. Eu acho que nós não podemos fazer nada pela metade aqui, iniciar, suspender para vir depois de dez horas da noite e ou se vir na próxima semana. Então eu queria, de comum acordo, transferir toda essa agenda para a próxima terça-feira, para que pudéssemos, primeiro pedir desculpa às pessoas que foram convocadas e solicitaria, já da assessoria, que já fizesse o contato e o ciente da convocação da CPI para a próxima terça-feira. Tivemos uma matéria bastante importante que foi discutida na CCJ e, em função do avanço do horário, do horário avançado, nós nos sentimos com tempo insuficiente e não vamos desrespeitar o regimento da Casa que requer, exatamente, a suspensão da nossa sessão assim que iniciada a CPI. São matérias de importante que devem ser votadas e o nosso Plenário ficaria vazio, em função disso. Senador Antero.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente, inicialmente para apoiar a sugestão de V.Exa., creio que este é o sentimento do Plenário. De nada adianta a gente começar uma oitiva agora para ser, imediatamente, interrompida. Gostaria, apenas, de fazer uma sugestão a V.Exa.. Já que a próxima reunião nossa será na terça-feira, que daqui até terça, na condição de Presidente da CPI, V.Exa. tentasse uma audiência com o ministro Nelson Jobim, acompanhado do nosso Relator, o Senador Garibaldi.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu propus isto.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Proposta, já, do Senador Magno Malta, eu peço desculpas porque não estava aqui e, também, para que o Ministro Jobim se conscientize dos problemas que a CPI está vivendo. Porque, daqui a pouco, vai ser preciso dizer, com clareza, que o Judiciário está, sim, atrapalhando as investigações da CPI. Ou se chega a uma conclusão de que este cidadão é sócio de pessoas que têm negócios com jogos neste país e que participa de lavagem de dinheiro e que, por isso, a CPI, para chegar alguma conclusão, tem que conhecer dados. Então, quero endossar, então, a sugestão do Senador Magno Malta, Sr. Presidente, parabenizar V.Exa. pela sugestão, é muito melhor a gente não começar nada agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa. Senador, antes de conceder a V.Exa., concedo ao Senador Tião Viana, em seguida o Senador Romeu Tuma.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente Efraim, apenas para externar minha concordância com a decisão de V.Exa., de encaminhar para uma sessão em que se possa discutir à exaustão, tirar todas as dúvidas dos Senadores e dar o devido encaminhamento, é o tempo que V.Exa. precisa para um diálogo com o Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo, também, colocando as dificuldades que a CPI ora está atravessando, eu ressalvaria, entretanto, das opiniões expostas aqui, que é o mais sagrado direito de crítica, protesto das decisões judiciais, mas eu acho que o primeiro procedimento nosso, na CPI, deveria avaliar, de maneira muito humilde, se nós estamos errando no conteúdo e na forma do encaminhamento de matérias que passam por uma decisão judicial, como recurso dos direitos fundamentais, para que nós tenhamos um devido sentimento de justiça, para não fazermos um juízo de valor precipitado sobre a conduta de qualquer magistrado. Ainda mais se tratando de um Ministro que tem uma história na magistratura do porte de um Ministro Nelson Jobim. Senador Antero, um aparte com muito prazer.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu acho que esta autocrítica nossa é necessária, mas acho que ela deve ser proposta, também, a Ministros do Supremo Tribunal Federal. Não tem porque, por mais importante que seja o cargo ocupado pelo Ministro Jobim, eu fui colega constituinte do Jobim, é uma pessoa que eu admiro, sei das suas qualidades, sei do seu conhecimento, enorme, jurídico, mas acho que, também, da mesma forma, essa autocrítica precisa ser feita pelo Supremo, nós não podemos nos colocar, aqui, como um Poder de cócoras, da República.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sem dúvida alguma, eu não tenho nenhuma discordância de V.Exa., a única preocupação que eu tenho, é que nós possamos avaliar se houve, ou não, erro técnico de condução de determinadas matérias aqui, no campo jurídico, que não é um campo diretamente vinculado às atribuições políticas e de investigação da CPI.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Romeu Tuma, em seguida Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Antônio Carlos Magalhães...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – É mais rápido. Eu acho que esta discussão é arrombar porta aberta. Eu acho que o que cabe é o Presidente da Comissão e o Relator terem uma audiência com o Ministro Jobim, que é o Presidente do Supremo Tribunal. Eu acho que isso resolveria tudo e acabaria essa discussão e nós entraríamos nos depoimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa. Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu acho que o que o Senador Antônio Carlos disse, V.Exa. e o Relator, se necessário, conversar. Porque, indo uma Comissão muito de grande traz um *affair* político ali, embaraça a discussão e a objetividade dependeria, sem dúvida nenhuma, da exposição de V.Exa. e do Relator. Eu acho que está certíssimo isso e fazer uma porta aberta constante sobre isto. Eu tenho a impressão que V.Exa. acerta em transferir para terça-feira esta reunião porque nós não teríamos tempo até pelo surgimento dessa documentação que foi apresentada agora, das vinculações do depoente com as empresas que teriam ligação. E o Senador Tião Viana fala em que, pelo conhecimento dele, ele não tem nada com essas empresas. Então traz uma interrogação que o Relator poderia ter, esses dois, três dias, para analisar, através das informações dos órgãos que registram a sociedade das empresas, se tem ou não fundamento o que foi apresentado. E eu acho que nós estamos indo muito bem, Senador Efraim, porque a cada fato, quando o Supremo interfere nós respeitamos aqui. Não há nenhum desrespeito às decisões de Ministros do Supremo. Agora, há que haver informações, provavelmente mais profundas, do que está sendo apurado. Eu poria uma comparação, se V.Exa. permitisse, um Delegado de Polícia faz uma apuração. Ele, praticamente, quase não tem contato com o Juiz porque o inquérito vai, o Ministério Público se manifesta, mas quando há uma

unidade entre a autoridade policial e o Ministério Público, vão frente ao Juiz eles podem transferir aquela parte da espiritualidade que não consta do escrito dos autos e o Juiz, sem dúvida nenhuma, com a sua sensibilidade defere o que é pedido pela Autoridade Policial e pelo Ministério Público. Então, talvez, esse contato seja importante porque o que não está nos autos não está no mundo. Quer dizer, às vezes o Juiz se baseia no requerimento daquele que se sentiu prejudicado e as informações que lhe chegam não são suficientes para decidir em caráter contrário. Então essa parte, eu durante a minha vida foi assim, se não vai alguém conversar com o Juiz, o Juiz, normalmente, tende a favorecer àquele que requer com muito mais base jurídica, com Advogado analisando e tudo. Então, é por isso que eu acho importante que os senhores dois. Agora se for muita gente, vai dar é confusão, vão servir cafezinho e não vai dar para conversar nada. Obrigado, desculpa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa. e agradeço aos senhores Senadores, e convoco reunião para a próxima terça-feira com a mesma agenda, incluindo a parte administrativa da reunião de hoje, agradeço a compreensão de Vossas Excelências, está encerrada a sessão.

(Sessão encerrada às 14h15)

Ata da 55ª Reunião, realizada em 7 fevereiro de 2006.

Ao sétimo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às doze horas e quinze minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores, Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Antero Paes de Barros, José Jorge, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita, Álvaro Dias e Wellington Salgado, presente ainda os Senadores Demóstenes Torres, José Agripino Maia e Arthur Virgílio, não membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente reunião destina-se a oitiva dos senhores Roberto Carlos Kurzweil, Empresário de Ribeirão Preto; Carlos Roberto Martins, Proprietário de Casa de Bingo em Goiânia/GO; e Messias Antônio Ribeiro Neto, Empresário. A seguir submete a votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 019/06,** de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer que o Senhor Benedito Antônio Valencise, seja convocado a prestar depoimento nesta comissão. Em votação, é aprovado, com voto contrário dos Senadores Tião Viana e Eduardo Suplicy. **Requerimento nº 011/06,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer que o Senhor Rui Manuel Mendes Francisco seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão. Em discussão, usa da palavra o Senador Tião Viana. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 012/06,** de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer que a Senhora Soraia Garcia seja convocada a prestar depoimento a esta Comissão. Em discussão, usam da palavra os Senadores Flávio Arns, Eduardo Suplicy e Romeu Tuma. Com a palavra o autor do requerimento, Senador Antero Paes de Barros, justifica a convocação da Senhora Soraia devido ao seu envolvimento nas relações com Waldomiro Diniz e também por ter denunciado o uso de caixa dois pelo PT. E cita a imprensa que a Gtech teria financiado a campanha do PT, com recursos provenientes da Caixa Econômica. Em votação, é aprovado com voto contrário dos Senadores Flavio Arns, Tião Viana e Eduardo Suplicy. **Requerimento nº 018/06,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer que o Senhor Olavo Sales da Silveira seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão. Em votação, é aprovado. Com a palavra, o Senador Romeu Tuma que faz comentários sobre matéria que foi divulgada na imprensa sobre Roberto Colnaghi e o Ministro Antônio Palocci. O Senador José Jorge tece comentários sobre ofício encaminhado pelo Senhor Roberto Colnaghi Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy faz considerações sobre o referido ofício. Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros informa que apresentará requerimento solicitando ao Ministro Antônio Palocci esclarecimentos sobre depoimento prestado por ocasião de sua vinda na Comissão Usaram da palavra os Senadores Tião Viana, Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães Eduardo Suplicy Wellington Salgado e José Jorge. A seguir indaga aos Senhores Senadores se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. O Presidente convida o Senhor Roberto Carlos Kurzweil para compor a mesa e declara que o mesmo vem prestar esclarecimentos na condição de investigado. Com a palavra o Senador Álvaro Dias que solicita ao Presidente informações sobre as decisões do Supremo Tribunal Federal contra as quebras de sigilo efetuadas por essa CPI. O Presidente esclarece que foi apresentada uma determinada quantidade de documentos para apreciação da Ministra que está tomando conta do caso, e que essa CPI aguar-

da respostas a serem divulgadas aos parlamentares assim que recebidas. O Senhor Presidente procede a leitura do *Habeas Corpus* do depoente que garante ao mesmo o direito do silêncio quando perceber que algo possa lhe comprometer e o direito de não sair preso em flagrante dessa reunião. O Senador Garaldo Mesquita questiona o fato da aplicação desse remédio constitucional ser concedido somente a alguns e a outros não. O Senador Álvaro dias questiona o fato do depoente não poder ser preso e ainda citou exemplos de situações desagradáveis que poderiam ocorrer em virtude disso. O Senador Antero Paes de Barros procede a leitura de trechos do último depoimento do Ministro Antônio Palocci. Com a palavra o Senador Wellington Salgado que questiona o fato do Supremo conceder o Hábeas corpus sem nem conhecer se as razões do solicitante são verídicas. Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros, que questiona ao depoente o fato do mesmo recusar-se a preencher e assinar o Termo de Compromisso. O depoente afirma que quem trata das questões jurídicas é o advogado dele, mas que falará a verdade independente de preencher o Termo de Compromisso. O Senhor Kurzweil faz uma breve apresentação pessoal e se coloca a disposições do senadores para as indagações. Com a palavra o Relator para seus questionamentos iniciais, seguido de acordo com a lista de inscrição pelos Senadores José Jorge, Álvaro Dias, Tião Viana, Romeu Tuma, Eduardo Suplicy, Arthur Virgílio e Antero Paes de Barros. O senhor Presidente agradece a presença do depoente e convoca o Sr. Carlos Roberto Martins, para tomar assento à Mesa. Com a palavra o depoente se coloca a disposição para as interpelações. Com a palavra o Relator para os questionamentos iniciais, seguido, de acordo com a lista de inscrição. O senhor Presidente agradece a presença do depoente e convoca o Sr. Messias Antônio Ribeiro Neto , para tomar assento à Mesa. Com a palavra o depoente se coloca a disposição para as interpelações. Com a palavra o Senador Augusto Botelho, na qualidade de Relator *ad hoc*, para os questionamentos iniciais. O senhor Presidente agradece a presença do depoente e convoca reunião a realizar-se amanhã, após a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezessete horas e trinta minutos e, para constar eu, *José Augusto Panisset Santana*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental declaro aberta a qüinquagésima quinta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo requerimento número 245 de 2004 para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores bem como a relação, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Esclareço que a presente reunião destina-se a reunião administrativa, votação de requerimentos e oitiva dos senhores Roberto Carlos Kurzweil e dos senhores Carlos Roberto Martins e o senhor Messias Antônio Ribeiro Neto. Senhores Senadores. Há requerimentos a serem votados. São três, quatro requerimentos. Primeiro deles, nos termos do disposto, parágrafo terceiro do artigo 58 da Constituição Federal bem como do artigo 148, requeiro que seja o senhor Benedito Antônio Valencise, seja convocado a prestar depoimento a essa comissão parlamentar de inquérito. Senhor Benedito é Delegado que preside o inquérito policial da Prefeitura de Ribeirão Preto. Em discussão. Não tendo quem queira discutir. Em votação. Senhores Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Meu voto contrário, Senhor Presidente.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Voto contrário do Senador Tião Viana e do Senador Suplicy. Aprovado. Nos termos do disposto no parágrafo terceiro do artigo 58, requer o senhor Relator que o senhor Rui Manoel Mendes Francisco seja convocado a prestar depoimento a esta CPI. O senhor Rui Manoel, em fevereiro de 2004 a imprensa publicou uma série de denúncias envolvendo o senhor Waldomiro Diniz. Em discussão. Não tendo quem queira discutir. Em votação.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Só uma síntese desse requerimento, por gentileza.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – "Em fevereiro de 2004, a imprensa em geral publicou uma série de denúncias envolvendo o senhor Waldomiro Diniz, então subchefe de assuntos parlamentares da Casa Civil da Presidência da República. Dentre tais denúncias configura-se uma provável prática de tráfico de influência quando o senhor Waldomiro Diniz teria interferido diretamente na renovação do contrato entre Caixa Econômica Federal e multinacional GTECH na área da administração de loterias, impondo a participação de serviços de consultoria do senhor Rogério Buratti como da condição para que a renovação contratual fosse concretizada. Além do envolvimento do senhor Marcelo Rovai em depoimento à CPI, falou que o senhor Carlos Cachoeira intermediou uma primeira reunião com Waldomiro Diniz. Na segun-

da reunião, sem a presença de Cachoeira, Waldomiro teria sido citado que seria necessário que a GTECH contratasse um consultor". Essa é de autoria do Senador Garibaldi Alves.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Só gostaria de entender o que pede o requerimento?

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – A convocação, a convocação do senhor, nos termos que aqui se encontra, posso ler toda a justificativa.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não, não, só gostaria de sabe de quem.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Convocação só do senhor Rui Manoel Mendes Francisco. O senhor pensava...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Era isso que eu não tinha ouvido.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Só o nome?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Era isso que eu não tinha ouvido, o que ele convocava.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Rui. Em discussão. Em votação os senhores Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. De autoria do Senador, isso é o Antero? Do Antero.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pedir para o Senador datilografar o nome com a assinatura senão.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Requer nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 58 da Constituição Federal, bem como do artigo 148 do regimento interno do Senado Federal a sra. Soraia Garcia para prestar depoimento à esta CPI. Em discussão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senhor Presidente. Quem que é Soraia Garcia?

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Em fevereiro de 2004 a imprensa em geral publicou uma série de denúncias envolvendo o senhor Waldomiro Diniz, então subchefe, pessoa ligada a informações semelhantes a do senhor Rui que envolve Marcelo Rovai, Waldomiro Diniz, Carlos Cachoeira e a GTECH e pede a convocação dela para depoimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas ela mesma, quem é?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quem é a Soraia?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Tinha função em algum lugar?

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Soraia está aqui convocada por solicitação do Senador Antero, não diz a função dela, diz simplesmente que ela...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Me parece que ela era secretária da Prefeitura e a Polícia Federal a intimou também para depor, se não me engano, que está hoje em matéria de jornal esta semana. Está aí o Antero está aí.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Chegou Senador Antero.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele poderá explicar melhor.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – O caso da sra. Soraia Garcia, requerimento de Vossa...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Acho que ela era secretária lá na Prefeitura e foi intimada também pela Polícia Federal.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Continua em discussão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu, da minha parte, só gostaria de ter o esclarecimento para ver quem que é a pessoa.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Senador Antero.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente, a sra. Soraia, nós estamos pedindo para que ela preste depoimento à CPI e escrevemos o seguinte na justificação. Ela é citada...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ajeita o óculos.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Pelo envolvimento nas suas relações com o senhor Waldomiro Diniz, Marcelo Rovai, Rogério Buratti e o senhor Carlinhos Cachoeira e ela também denunciou o uso de caixa 2 pelo PT e em seu depoimento a imprensa brasileira, ela cita que a GTECH teria alugado carros para a campanha do PT. E a GTECH, nós sabemos, é a empresa encarregada de loterias e de jogos bancados pela Caixa Econômica Federal. É essa a justificação para a oitiva da sra. Soraia.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Em discussão ainda.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senhor Presidente, eu queria fazer ponderações também com os senhores Senadores no sentido de que a pessoa que está sendo apontada pelo Senador Antero Paes de Barros, teve o nome vinculado a processos que estão sendo levantados lá na Prefeitura de Londrina, no estado do Paraná. Então, eu só estava aguardando a explicação, inclusive não foi mencionado nada em relação a questão da Prefeitura de Londrina e não teve exatamente em nenhum meio de comunicação do estado do Paraná, nenhuma menção a pessoa do Marcelo Rovai ou do Waldomiro Diniz ou de qualquer

outra pessoa relacionada a isto. Eu só gostaria de saber do senhor Relator se nós abriríamos então uma nova frente de investigação que seria o recurso eventualmente repassado, que está sob objeto de investigação pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, inclusive várias coisas correndo em termos de sigilo de Justiça, se é do interesse desta CPI, do ponto de vista do senhor Relator, de que nós abramos uma frente para discutirmos o que aconteceu em algumas prefeituras em termos de repasse de recursos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senhor Presidente.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, eu acho que o Senador Arns está raciocinando bem. Mas eu tenho a impressão que a gente não pode misturar o fato que se refere na justificativa o Senador Antero sobre a denúncia que ela fez com respeito ao que está sendo apurado pelo Relator, com o caso do Paraná que é um outro fato que é até do desconhecimento desta comissão. Então, eu acho que não misturar os fatos é correto, mas apurar a denúncia que ela fez, e poderá fazer em depoimento e poderá sem dúvida, ser desmentida através do conhecimento que o Senador Arns tem. Mas eu acho que a gente tem que separar os fatos, se misturarmos agora vai trazer confusão mesmo.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente, eu estou querendo deixar claro que a presença da sra. Soraia aqui, ela se justifica no sentido da denúncia, tanto é que não enfatizei a questão da, da Prefeitura de Londrina, né? Eu enfatizei o fato da denúncia dela, da GTECH ter alugado carros para a campanha do PT em 2002, o que configuraraia, o que reforça inclusive um relatório preliminar já aprovado na sua essência maior por esta comissão do favorecimento para a renovação do contrato da GTECH. É evidente que se nós temos uma testemunha que vem aqui e reforça, e comprova de que a GTECH já beneficiava o PT e depois tem todo um relatório do Relator Garibaldi Alves mostrando exatamente esse nexo causal, eu não tenho nenhuma dúvida de que é necessário se, se quer chegar à verdade verdadeira que ela venha depor. Agora, se quisermos sepultar a verdade.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Continua em discussão.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Evitemos o depoimento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu gostaria de dizer ao Senador Antero Paes de Barros que na verdade ninguém deseja sepultar a verdade, nós queremos a verdade. Agora nós também queremos que a CPI investigue, na verdade, tendo o foco principal na questão das casas de bingos, não é? Do envolvimento disto com o crime organizado e nós temos acompanhado muito de perto as investigações que vem acontecendo no estado do Paraná, aliás, foi um trabalho muito bem feito pelo Ministério Público e pela Polícia Federal. E várias das informações que correm lá inclusive estão em termos de sigilo de Justiça, não é? Quer dizer, não são disponíveis para o público, porque a investigação vem sendo feita. Nós já, inclusive, lemos o relatório da GTECH, discutimos, chegamos a um relatório, uma primeira versão já aprovado inclusive o relatório aqui nesta CPI e na seqüência inclusive o relatório foi aprovado ressalvados os destaques, as emendas que foram feitas e que vão ser objeto ainda de apreciação por esta CPI. Então, eu considero assim, na verdade, não que não deva ser investigado porque a Polícia Federal está fazendo, o Ministério Público Estadual está fazendo, o Ministério Público Federal também está fazendo isto. Agora eu pediria a compreensão também para que isso fosse objeto de investigação no quadro próprio, não é? E nesse sentido que eu pediria até ao final do debate a opinião do senhor Relator para ver...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Arns, eu posso pedir um aparte?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Se isso poderia ser feito ou não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Arns... é para questionar sobre o inquérito.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Colaborar no debate aqui com a conclusão que me pareceu fazer o nobre Senador Antero Paes de Barros de dizer que há uma comprovação de um vínculo, uma espécie de afirmação de um vínculo criminoso entre o PT, entre o governo e a GTECH.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Dela, da Soraia.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Segundo a sra. Soraia, e isso conectando com o ano de 2002. Ora, eu tenho a mais absoluta clareza porque li cada palavra do relatório do Senador Garibaldi Alves que ele não cita esse episódio no relatório dele e é um Relator que tem sido insuspeito no seu trabalho, na sua atividade. E se nós temos um problema grave na relação governo/GTECH, é no governo anterior. Em governos anteriores. O TCU, o Ministro Edson Vidigal comprova um dano ao erário da ordem de quatrocentos e cinqüenta milhões na relação GTECH/caixa em relação a governos anteriores. Não é do nosso partido que tem ofícios tentando traficar influência na relação governo/GTECH. Então não acho justo esse juízo de valor que se faz aqui...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – V.Exa. permite um aparte?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sem nós olharmos detalhadamente o relatório do Senador Garibaldi Alves com maior prazer, Senador.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Nós não podemos esquecer de todos os depoimentos que tivemos aqui que havia na época da renovação do contrato uma ampla ação de lobistas ligados ao governo. Alguns ligados ao Ministro José Dirceu, através do Waldomiro Diniz, e outros ligados ao pessoal de Ribeirão Preto, através do senhor Rogério Buratti, no sentido de fazer, de ter influência na renovação desse contrato. Eu acho que isso aqui já era do governo do Presidente Lula e nós vimos aqui tudo isso e não podemos esquecer também toda essa ação inclusive de admirar, porque o governo só tinha dois meses mas já havia esses grupos trabalhando no sentido da renovação que, afinal, foi feita.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não tenho a menor dúvida, Senador José Jorge, que V.Exa. é correto quando afirma que havia esse processo criminoso em volta da assinatura de um contrato, que lobistas, que pessoas delinqüentes estavam se aproximando para a prática criminosa numa relação contratual. Isso eu também não nego em nenhum momento e nem o relatório do Senador Garibaldi nega. Agora, o que nós não podemos colocar é que processo criminal envolvendo o GTECH é do governo. Não é uma relação correta porque nós temos um contrato que começa a ser ilegal a partir de 1993, em 95, depois todos esses anos sem licitação, com todos os detalhes colocados no relatório do Senador Garibaldi Alves. E aí agora se imputar que a culpa é do atual governo a relação da GTECH com o governo, me parece que é um exagero de condenação ao atual governo. Que tinha lobista, que tinha grupo criminoso em volta da assinatura do contrato, tinha. Nós já podemos comprovar aqui. Mas ir além disso me parece um pouco delicado.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa. Em discussão. Não tendo quem queira discutir. Em votação. Os senhores, com a palavra o Relator.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senador Flávio Arns e o Senador Tião Viana pediram que eu dissesse alguma coisa a respeito da votação desse requerimento. O que eu tenho a dizer é que, realmente, é uma denúncia contra a GTECH. Agora, se a denúncia vai se resumir a uma denúncia contra a GTECH, só se nós investigarmos, se nós não investigarmos, meu parecer é.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa. Em votação. Senhores Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado com o voto contrário do Senador Arns, Senador Tião e Senador Suplicy. Requerimento de autoria do Senador. É você? Garibaldi Alves. Nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 58 da Constituição Federal bem como do artigo 148 do Regimento Interno do Senado Federal requeiro que o senhor Olavo Salles da Silveira seja convocado a prestar depoimento a essa CPI". O senhor Olavo Salles da Silveira, a justificativa é o seguinte: "Fevereiro de 2004, a revista "Época" apresentou reportagem à Rede Globo levou aos seus noticiários gravações realizadas em 2002 que o senhor Waldomiro Diniz, então Presidente da empresa de loteria estadual do Rio de Janeiro, a LOTERJ, aparece solicitando dinheiro de um empresário do jogo do bicho chamado Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira que controlava, no Rio de Janeiro, as margens de apostas. O senhor Olavo Salles, Presidente da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BINGOS, a ABRABIN, dono do BINGO AUGUSTA e PLAY BRIGADEIRO, suposto sócio oculto dos irmãos Ortiz, teria contratado Waldomiro Diniz para atuar como defensor da causa dos bingos junto ao Governo Federal. Portanto, faz-se necessária a convocação do senhor Olavo Soares para explicar a real dimensão da atual dos bingos em diversos episódios de tráfico de influência". Em discussão. Não tendo quem queira discutir. Em votação. Os senhores Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – V.Exa. tem a palavra, Senador.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Pela ordem, Presidente. Apenas para solicitar a V.Exa., estamos votando requerimentos, foi feito no dia 25, dia 27 de outubro de 2005 pedido de, a oitiva do senhor José Paulo Teixeira Cruz Figueiredo e Arthur José Valente de Oliveira, são supostos sócios do senhor Roberto Carlos Kurzweil na atividade de bingo como se disse, que eu tenho as devidas informações que não tiveram nenhuma sociedade na atividade de bingos. É um debate que a comissão está travando. Eu só pediria que além da quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico que já foi solicitado eles pudessem também ter prioridade na sua vinda à CPI. Esses dois senhores têm muito a colaborar com a CPI enquanto a atividade de bingo e financiamento clandestino.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Vamos priorizá-lo, V.Exa. me informa se foram votados esses requerimentos? Então vamos convocá-los com prioridade para que possamos ouvir o depoimento desses senhores. Senhores Senadores,

antes de ouvirmos os nossos, nossos convidados, solicito que coloque com prioridade aqui na agenda, se possível ainda essa semana. Bom, essa presidência, para dar ciência aos senhores recebeu carta que vem assinada pelo senhor José Roberto Conalghi, nos seguintes termos: Penápolis, 6 de fevereiro de 2006, dirigida ao senhor Senador Garibaldi Alves que encaminhou à presidência da Casa, da CPI: "senhor Senador, tomei conhecimento pela leitura da "Folha de São Paulo", edições de 5, página A-18, do corrente mês e desta data, página 6, que refere o meu depoimento prestado na CPI dos Bingos confrontando-o com do excelentíssimo senhor Ministro da Fazenda, Dr. Antônio Palocci, inclusive reproduzindo a referida reportagem a intenções de V.Exa. na qualidade de Relator dessa CPI de solicitar a minha manifestação a respeito do assunto. Sinto-me na obrigação de antecipar-me a eventual solicitação que, porventura, esteja sendo cogitada com o objetivo de obter minha declaração a respeito dessa possível controvérsia. Faço com a finalidade de reafirmar tudo quanto declarei perante a CPI, inclusive sobre a cessão de aeronave de minha propriedade para a viagem realizada no trajeto Brasília/Ribeirão Preto/Brasília, no dia 23 de julho de 2003 transportando o mencionado Ministro. Declaro enfaticamente que a referida aeronave, que é utilizada para minhas atividades industriais, pecuárias e de lazer, jamais foi locada a terceiros nem cobrado qualquer reembolso por todos quanto nela já viajaram. Manifesto a V.Exa. as expressões de minha elevada consideração, atenciosamente, José Roberto Conalghi" Que eu solicito que...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pela ordem, Senhor Presidente.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pela ordem também, Senhor Presidente.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Em seguida também, Senhor Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, hoje eu trouxe essa matéria que realmente me causou surpresa, senhor Relator, no último domingo que traz a confirmação de que ele não cobrou. O que traz um pouco de constrangimento ao Ministro Palocci, que afirmou que o PT pagou esta viagem. Então, sem desrespeito ao Ministro Palocci, eu estava pronto a fazer um requerimento para que o Conalghi comparecesse aqui e confirmasse essa matéria da "Folha". Ele se antecipou a V.Exa. e V.Exa. deve decidir se ele deve ou não ser reouvido aqui nesta Casa ,para que esclareça com mais detalhes, porque é um conflito um pouco angustiante para nós aqui. Em razão desta matéria sair com a Manchete que saiu no último domingo. Então eu acho que V.Exa. já tem...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V.Exa. permite, Senador?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Estou inscrito.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Antes de ouvir V.Exa., a palavra está com o Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu vou dar então para o Senador a matéria, não sei se V.Exa. tem. Eu passo às suas mãos.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Eu vou ouvir o Senador José Jorge, em seguida Senador Suplicy.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Senhor Presidente, sras. e senhores Senadores. Eu acho que esse ofício do senhor José Roberto Conalghi, ele é bastante grave, porque na verdade, o Ministro Palocci veio aqui, teve aquela audiência um pouco no oba-oba, vamos dizer, e na realidade disse uma série de coisas, algumas difíceis de comprovar. Mas agora está comprovada aqui, através do ofício do senhor Conalghi, que ele não recebeu dinheiro e que, portanto, na realidade o Ministro não falou a verdade aqui nessa CPI. Porque o Ministro foi muito claro quando ele disse que viajou no avião do senhor Conalghi no dia, nesse dia 23 de julho de 2003, o que de certa maneira já não era correto, porque ele devia viajar nos aviões do governo, da FAB ou no avião alugado pelo governo. Mas ele viajou e disse que foi pago pelo PT. Então, eu acho que isso aqui mostra que o Ministro não falou a verdade dessa CPI e, portanto, eu sugiro que V.Exa. encaminhe o depoimento do Ministro e o depoimento do senhor Conalghi para o Ministério Público, para que ele faça uma investigação. Na verdade, a única maneira de provar que o Ministro não faltou com a verdade na CPI é o PT apresentar o recibo do pagamento do vôo. Porque o dono do avião está dizendo que não só não recebeu esse como nunca recebeu. O Ministro veio aqui e disse com todas as letras que viajou nesse avião pago pelo PT. Então, na realidade, está comprovado que o Ministro faltou com a verdade e isso é grave, porque numa CPI o Ministro é obrigado a dizer a verdade. Não, todas as pessoas, principalmente o Ministro de Estado. Então eu acho que deveria ser imediatamente encaminhado ao Ministério Público para que possa ser feita essa investigação e se ficar comprovado fazer uma denúncia nos órgãos próprios, no conselho de ética do governo etc. Para que isso possa ser tomado uma providência. Era isso, Senhor Presidente.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, pela ordem a palavra a V.Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Presidente, a palavra dos Senadores Romeu Tuma e José Jorge, de estranheza diante das informações que são diferentes do Ministro Antônio Palocci e do empresário José Roberto Conalghi, justamente requer alguma iniciativa de nossa parte, da CPI. Juntamente com os Senadores Tião Viana e Flávio Arns, nós, de pronto, ao observarmos este ofício encaminhado pelo Senador Garibaldi Alves, o nosso Relator, para os membros da CPI, avaliamos que será muito importante podermos, poder a CPI, Senhor Presidente, encaminhar a cópia desse ofício, de pronto, ao Ministro Antônio Palocci para que ele possa esclarecer inteiramente o episódio. Viu, Senhor Presidente? A minha sugestão que é a de nós três, Tião Viana e Flávio Arns, é que possa este ofício ser de pronto encaminhado ao Ministro Antônio Palocci para que ele esclareça melhor o que de fato aconteceu. É possível que ele tenha obtido uma informação que tenha sido dada a ele sem melhor averiguação por alguém da direção do partido e ele aqui trouxe uma informação que agora se nota, pelo próprio responsável pela aeronave, o senhor Conalghi, que não foi exatamente como ele tinha dito. Então, diante desta informação, se me permite a sugestão. Quer dizer, antes mesmo de se efetuar aquilo que o Senador José Jorge está propondo...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – V.Exa. permite um aparte, Senador?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu acho que, V.Exa., naturalmente, faz esta sugestão, é natural. Mas eu pondero que ainda temos a possibilidade de perguntar ao Ministro Antônio Palocci, para que ele esclareça diante da afirmação clara dada pelo empresário José Roberto Conalghi. É só a sugestão que eu formulo, sem prejuízo da que V.Exa. coloca, mas antecipando, como um passo anterior. É essa a sugestão que eu formulo. Quero dizer que inclusive quando nós vimos isto, de pronto, tentamos ligar para o Ministro Palocci, há cerca de oito minutos. Ele está em reunião, ainda não pudemos falar com ele, mas a nossa preocupação é de que ele possa tomar conhecimento desse fato e encaminhar o esclarecimento à presidência, ao Relator e a todos nós. Então, é a sugestão que formulo antes de se proceder a sugestão feita pelo Senador José Jorge.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Senador Antero, depois Senador Álvaro Dias.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente...

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Não, Senador Álvaro desiste. Depois do Senador Antero V.Exa., Senador Wellington.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente, senhoras e senhores Senadores. Eu gostaria, Senhor Presidente, de pedir até embora eu tenha apresentado o requerimento hoje, mas eu gostaria até de pedir a votação, porque já percebi que o meu requerimento conta inclusive com o apoio do Senador Suplicy. Eu estou fazendo um requerimento ao Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, com base na Constituição Federal e na Lei vigente para que seja encaminhado ao excelentíssimo senhor Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, ofício solicitando que o mesmo ratifique, confirmando-as como verdadeiras, todas as declarações feitas por ele por ocasião do seu depoimento nesta comissão nos termos do Código de Processo Penal. Por que eu faço isso? Porque o Ministro depôs aqui como candidato, não assinou o termo...

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Convidado.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Convidado. Aliás, disse até que não era candidato. Não assinou. Por enquanto. Não assinou o termo de compromisso e nós estamos pedindo para que ele confirme que disse a verdade à comissão. O que nós queremos é que ele diga que ele disse a verdade na comissão e que ele, espontaneamente, não é obrigado, se submeta às normas do Código de Processo Penal. Então, estou fazendo este requerimento e gostaria de vê-lo aprovando ainda hoje dada a urgência dos fatos.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Senador Antero, eu só posso colocar esse requerimento em votação se houver um entendimento do Senador Suplicy, que está propondo a mesma forma.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Presidente, nós estamos de acordo em pedir o esclarecimento para o Senador, para o Ministro Antônio Palocci, mas acredito que em termos um pouco diferentes daquele que o Senador Antero Paes de Barros, com o propósito de natureza comum, mas ele já coloca como se pudesse haver uma atitude que não foi a de boa-fé. Eu quero aqui dar a oportunidade ao Ministro Antônio Palocci para que, diante desta afirmação muito clara do empresário José Roberto Conalghi, ele possa esclarecer. Então, eu acho que poderíamos, por consenso, aprovar, se me permite, Senador Antero Paes de Barros, um pouco diferente os termos do seu requerimento. Porque daí poderia

ser uma iniciativa consensual que a CPI proponha ao Presidente e ao Relator de pronto encaminhar ao Ministro Antônio Palocci esta declaração e pedindo que ele possa esclarecer os termos das afirmações aqui feitas. Exato. Então...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Só um aparte.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pedindo então, o propósito de V.Exa. será plenamente atendido e será feito assim numa atitude que poderá ser consensual, não precisaríamos nem esperar os 48, as 24 horas.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Permita um aparte, Senador?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pois não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Só o seguinte. Eu concordo com V.Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Certo.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Mas o que apareceu é o seguinte, apareceu uma notícia dizendo que o Dr. Palocci mentiu, ou se enganou, sei lá. Não falou a verdade à comissão, ponto. O empresário dá por escrito que ele não falou a verdade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Nós vamos mandar a carta para ele.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Certo.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Tá bom, eu quero mais, eu quero que ele diga, ele pode perfeitamente dizer: "Olha, eu tinha informações equivocadas sobre isso e sobre isso não falei a verdade". Mas o que eu quero saber é o seguinte, "sobre as outras declarações minhas eu falei a verdade". Por que o Ministro não pode nos informar se são verdadeiras as declarações dele na CPI?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não vejo problema disso.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Pode ser as duas coisas. (Manifestação sem o uso do microfone).

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Se é verdadeira se e o depoimento dele é verdadeiro. Se a mentira parou aí ou se tem mais. Porque senão a cada desmentido...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Aqui...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Nós vamos mandar uma carta para o Ministro.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Suplicy, V.Exa. permite um aparte? Apenas eu entendo um entendimento já predominante que o Ministro Palocci deva se manifestar sobre esta matéria. Não vejo nenhum problema e acho que V.Exa. e Senador Antônio Carlos, entendem que o Presidente Efraim pode, formalmente, perguntar se o Ministro ratifica ou que esclarecimentos ele dá a esta carta do senhor Conalghi. Eu tenho até a necessidade de ver exatamente a nota taquigráfica do que disse o Ministro Palocci para ver se ele, de fato, falou que foi o PT que pagou ou se foi outra a expressão que ele usou. Porque a assessoria aqui diz que ele não usou a expressão "PT pagou". Disse que o PT, então nós vamos ter que ver as notas para ter certeza absoluta. Agora, precisamos que ele, que ele esclareça ratificando ou não. Eu não tenho nenhum problema. Se ele falou, ele pode perfeitamente ter tido um mal-entendido, alguém do PT ter dito a ele que pagou o vôo. Exato, nós não temos, nós temos que ver, o Senador Wellington tem outro entendimento. Então a memória precisa de exatamente as palavras que ele usou não posso afirmar aqui. Agora, cabe a ele esclarecer à CPI que tem o legítimo direito a duvida. Agora daí, Presidente, estender para ele confirmar em termos jurídicos a sua, todo o seu depoimento à CPI, não me parece que seja oportuno neste momento, já temos esse episódio passado. Surgir qualquer dúvida complementar nós podemos fazê-lo, mas eu penso que o melhor para a Comissão seria esclarecer este ponto no momento. Por razões de, de condução jurídica apenas, não de, de dúvida quanto a palavra e ao que diz o Ministro Palocci.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Senhor Presidente, pela ordem.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Já terminou.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – ...para concluir o Senador Suplicy e eu darei a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senador Tuma pede um esclarecimento, pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ético só aqui. Não ético e delegar ao Presidente e ao Relator para tomar as providências devidas a respeito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então, nós estamos...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Esse requerimento fica para discussão posterior.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu acho que, Senador Antônio Carlos, eu acho que V.Exa.,

é uma questão de bom-senso vamos encaminhar ao Ministro...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu acho que essa coisa não cabe discutir mais.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Certo.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – é uma coisa que está esclarecida. Então a minha opinião.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Som.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – É a seguinte, a minha opinião é que se faça uma pergunta ao Ministro se essa carta é verdadeira. E se, aí, outro parágrafo, se ele mantém as declarações que fez aqui durante o seu depoimento. Só isso. Uma coisa muito simples.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Senador...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – A única preocupação, permita, Presidente, um esclarecimento só.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Pois não.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Antônio Carlos Magalhães, é que do ponto de vista jurídico isso pode, isso significa, segundo os advogados me informam, que ele com isso ele passa à condição de ter estado aqui como testemunha ou indiciado, ou investigado, melhor dizendo. Então isso do ponto de vista jurídico, segundo advogados que estão ponderando é só essa preocupação de ordem jurídica.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V.Exa. aqui esteve como convidado, pronto, aí desfaz isso.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Se for uma possibilidade jurídica de não criar essa, essa mudança de...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Basta dizer isso.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – De figura como ele esteve aqui não vejo nenhum problema. Mas nós temos que ter um cuidado só nesse aspecto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita,...

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, permito para que V.Exa. conclua.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então, Senhor Presidente, eu, tendo em vista, tendo em vista o que diversos Senadores aqui disseram, eu sugiro a V.Exa. que possa solicitar agora à Secretaria da Comissão que formule o ofício de V.Exa. ao Ministro nos termos que aqui acordamos consensualmente.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – "Ministro, recebemos a seguinte carta".

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas a CPI não é para aprovar...

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Senador, eu tenho o requerimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pedimos o esclarecimento.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Tenho o requerimento e vamos tentar chegar a um entendimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas essa é a minha sugestão.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Se houver requerimento, muito bem. Amanhã votarei o requerimento. Hoje, como foi dada entrada hoje, já que uma parte não concorda não há nenhum problema.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senador...

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy para concluir.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não poderíamos chegar a um entendimento sobre o formato, eu posso em vez de fazer um requerimento.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – V.Exa. tem alguma coisa contra a redação do requerimento do Senador Antero, Senador Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Faríamos agora a sugestão consensual de um ofício para V.Exa. encaminhar em nome da CPI.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Daremos até amanhã para decidir. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Senhor Presidente, claro que V.Exa. já marcou para amanhã para decidir mas eu gostaria...

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Nós, inclusive, Senador Wellington, só para, porque amanhã há um critério de que nós teremos 24 horas para votarmos requerimentos. Então, como o Senador Antero apresentou o requerimento neste momento, nós só poderemos votar amanhã, salvo entendimento da oposição e governo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Eu queria pedir ao Tião Viana, ao Senador Tião Viana se pelo menos ele conseguia junto à Comissão uma fita da entrevista do Ministro para que nós pudés-

semos firmar opinião. Porque na minha cabeça está que o Ministro disse que ele estava pelo partido naquele momento, não é que o partido teria pago, essa é a interpretação que eu tenho. Então eu gostaria o que Senador Tião conseguisse a fita para que pudéssemos ver essa situação. Agora, Senador Suplicy...

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Senador, só para informação, o depoimento do Ministro já está degravado está à disposição dos senhores Senadores na Secretaria.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Muito melhor, Presidente, a eficiência da CPI aí, se puder disponibilizar então antes de amanhã, porque, pudesse mandar para o gabinete para que a gente desse uma lida, formasse opinião e aí a gente já vinha para cá para votar bem...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senhor Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – A última para encerrar. Eu considero o Senador Suplicy, um Senador assim muito educado, mas, Senador, está meio, a gente precisa discutir um pouco mais algumas coisas. Eu até aqui se pudesse pegar um pouquinho de transfusão de sangue da Ideli Salvatti para o senhor, um pouquinho só, nem tanto. Porque tem um jogo que a gente precisa ver as coisas direito. Eu senti aqui que, eu, pelo menos, na minha cabeça, eu não tenho que o Ministro falou que estava fretado pelo PT. Se estiver na degravação eu vou assumir aqui, Senhor Presidente, que eu estou com a CPI, tá, e vou aprovar, entender, Antero o seu depoimento. Estou junto aqui e assim que tem que ser. Mas eu não me lembro, eu me lembro como se o Ministro tivesse falado assim: "Eu estava dentro do meu partido," Entendeu? Isso é o que eu tenho na minha cabeça, só isso, Senhor Presidente.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa. Senador...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senhor Presidente.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pela ordem, Senhor Presidente. Senhor Presidente me inscreva aqui.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Flávio Arns, V.Exa. em seguida para a gente iniciar os depoimentos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, eu só gostaria de voltar à sugestão do Senador Antônio Carlos Magalhães que eu acho que foi assim extremamente preciso na ponderação que fez. Dizer: "Olha este assunto surgiu a dúvida agora", não é? E nada impede, nos termos inclusive que foram ditos pelo Senador, no sentido de dizer: "Olhe, V.Exa. esteve nesta Comissão como convidado e esta comissão precisa ter esse esclarecimento em relação a este ofício, esse documento mandado pelo Conalghi e que nós queremos ter esse esclarecimento para ver se V.Exa. confirma ou não aquilo que relatou na comissão em relação a esse episódio". Não é? Então o Senador Suplicy foi nessa direção, na argumentação, o Senador Tião Viana, Senador Antônio Carlos Magalhães também reforçou esse ponto de vista inclusive o Senador Suplicy havia feito um questionamento, uma pergunta ao Senador Antero Paes de Barros, se ele concordaria com esse tipo de encaminhamento porque se nós concordarmos eventualmente já está encaminhado, não é? Porque não é um requerimento, é um pedido de informação que esta CPI vai fazer para o próprio Ministro por escrito.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Agradeço.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pela ordem.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Agradeço ao Senador Arns e concedo a palavra pela ordem ao Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não, Senhor Presidente, na realidade há uma questão, retirada essa hipótese de o Ministro não ter dito que eu ouvi, mas tudo bem vamos examinar. Eu acho que é uma questão grave, essa questão do senhor pedir para o Ministro confirmar, nós temos que analisar com mais detalhe, porque você imagina agora se todo mundo que vier aqui e disser alguma coisa e depois essa coisa não for confirmada por aquela pessoa que foi a outra parte, vamos supor que a gente vai consultar novamente essa pessoa, que dificuldade isso não vai trazer para a elaboração de um relatório. Então, na realidade, é preciso saber, eu gostaria inclusive de ouvir a opinião do Relator, porque isso pode trazer uma complicação para a CPI, de tudo o que se disse aqui para que seja usado contra a própria pessoa que disse e isso for desmentida por um terceiro, isso vai, vai fazer com que nós tenhamos que ter que consultar todo mundo que já veio aqui antes. Primeiro. Em segundo lugar, em relação, um momentinho só. Bom, eu dou o aparte ao senhor. Concedo um aparte a V.Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Então não há requerimento nenhum, vê-se a nota taquigráfica e se resolve o assunto.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Isso que eu digo, eu preferia que fosse mais claro. Quer dizer se for então teria que tomar as providências cabíveis por ele não ter dito a coisa correta, por outro lado eu acho que o PT também é parte desse processo. Quer dizer, nós temos também que perguntar se o PT tem

o recibo do pagamento desse avião. Isso era também necessário que fosse consultado. Aí sim, consultado o PT porque era o recibo que poderia esclarecer o caso. Porque para nós desmentirmos essa carta aqui, só tem uma coisa que desmente a carta, é um recibo do PT dizendo que pagou. Fora disso, o que vale é a carta. Obrigado, Senhor Presidente.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu, é o seguinte, quando vim para cá, pelo respeito ao Ministro Palocci, era a minha idéia requerer a reconvocação do Conalghi para que ele viesse depor. Porque ele pode estar tentando atingir a figura do Ministro. Então ele teria que vir aqui e confirmar essa carta depondo novamente nos detalhes que pudesse confirmar todos trajetos que ele fez e que estão no depoimento dele. Então, se a gente ficar nessa dúvida, ele teria que repor, repor a verdade aqui se ele confirma ou não todo o depoimento. E repeti-lo. Eu acho que esta era a minha idéia para defender a dignidade do Ministro, porque agora a gente chegar aqui e achar que o Ministro mentiu é uma coisa constrangedora. Então eu não sei se pedir confirmação ou não. Teria que vir o Conalghi aqui confirmar.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Vamos discutir.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Apenas eu acho que o entendimento final tende a ser o seguinte, pelo que eu pude entender aqui. Primeiro, confirmamos o teor da fala do Ministro, vendo as notas taquigráficas e depois pedimos se ele ratifica tal, tal declaração caso seja de fato essa. Porque o Senador Wellington tem o entendimento que ele disse algo diferente. Eu não consigo lembrar. Então vamos ver primeiro o que ele falou e ver se há ou não a ratificação...

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Já solicitei da. Já solicitei da assessoria para que até o final dessa sessão possamos ter as cópias nas mãos dos senhores Senadores para esclarecermos e depois chegarmos a conclusão. Se votaremos o requerimento amanhã ou se faremos um ofício por parte desse Presidente de comum acordo com as partes. Caso contrário, tenho que votar o requerimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Gostaria de...

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Sem revisão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Gostaria de dizer o seguinte, se, como vai ser deixado para amanhã, nós Senadores Tião, Flávio, vou falar por nós três, nós vamos solicitar ao Ministro Palocci, vamos encaminhar isso porque já é público, é do conhecimento público, nem precisaríamos encaminhar. Para que ele possa até se antecipar e trazer, e se possível, ele possa encaminhar um esclarecimento. E assim será atendido o que gostaríamos. Eu espero até a reunião de amanhã...

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Mais uma investigação, Senador Suplicy, mais uma investigação. Agradeço a sugestão de.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Agora podia também.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a sugestão de V.Exa. e comunico aos senhores Senadores que a ata da reunião anterior encontra-se sobre à Mesa, coloco em votação propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. E convido para tomar assento à mesa o senhor Roberto Carlos Kurzweil. Solicito da assessoria para fazer encaminhar. Senhores Senadores, senhores Senadores quero comunicar a V.Exas. que na manhã de hoje, acompanhado do Relator, Senador Garibaldi Alves, tivemos um encontro, uma audiência com o Ministro Jobim e que levamos ao Ministro a preocupação não só do Presidente mas dos membros desta CPI em relação ao andamento das investigações da CPI. E informo a V.Exas. que discutimos a questão da quebra dos sigilos bancários. (Senhores. Traga mais uma cadeira aí. Tudo bem?) E discutimos com o Ministro a questão das quebras de sigilo bancário, telefônico, fiscal dos senhores Roberto Carlos Kurzweil, bem como do senhor Paulo Okamoto e o Ministro, como sempre, cordialmente nos recebeu, mostramos ao Ministro que essa situação é incômoda para a CPI. O Ministro falou que existem regras. Nós respeitamos as regras. Disse ao Ministro que também existem regras na CPI, inclusive nós temos um fator que o Supremo não tem, que é tempo. Nós temos limite para a conclusão dos nossos trabalhos. Daí que solicitamos ao Ministro o empenho no sentido de agilizarmos, dentro do possível, de se agilizar dentro do possível uma decisão. O argumento principal do Ministro é de que as falhas existentes pela CPI, principalmente na justificativa, baseado muitas vezes citando apenas algumas matérias que foram veiculadas na imprensa. Nós já estamos encaminhando hoje à tarde novas in-

formações, informações com dados fundamentados, com provas suficientes e mostrando a importância e a necessidade da quebra desse sigilo. E esperamos que o Supremo atenda a solicitação. Solicitamos então que fosse feita uma revisão, ou seja, um reexame da matéria que foi distribuído para o Ministro Sérgio Peluzzo. Então, César Peluzzo, aliás. E espero que, dentro do possível, seja atendida a CPI. Mostrei também ao Ministro de que tanto eu como o Senador Garibaldi nos preocupamos com o fator tempo, o que seria embaraçoso para a própria, o próprio Congresso Nacional, Senado, em especial, a questão da prorrogação. Porque em função da importância desse, da quebra de sigilo para a conclusão do assunto que foi focado, esperamos uma, uma. Devo dizer que nos sentimos satisfeitos com o que foi conversado e defendido tanto pelo Ministro como por parte do Relator e desse Presidente. Senador.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Senhor Presidente. Senhor Presidente, eu reapresentei um requerimento que pede a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do senhor Roberto Carlos. No início nós não tínhamos quorum suficiente para deliberar sobre matéria dessa natureza. Como há quorum agora, eu consulto V.Exa. sobre a conveniência de votarmos a fim de ganharmos tempo, uma vez que agora este novo requerimento faz referência aos documentos que comprovam a existência de fato determinado para a quebra desse sigilo bancário e telefônico. Eu consulto se há a possibilidade de votar ainda agora. Esse requerimento.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias nós tratamos desse assunto e entendemos que o requerimento de V.Exa. vai ter que ficar sobrestado, já que nós apresentamos uma farta documentação, estamos pedindo o reexame da matéria e, na medida em que pedimos o reexame da matéria solicitamos, estamos solicitando do Supremo de que seja indeferido a liminar que foi dada ao Supremo. Então se necessário...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Mas há um compromisso?

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Se houver essa decisão no Supremo, conseqüentemente, se faz desnecessário aprovarmos o outro requerimento.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Só a minha dúvida é quanto ao tempo, Senhor Presidente, há o compromisso de...

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Eu disse ao Ministro da nossa preocupação, eu acho que o Ministro entendeu a nossa preocupação. E claro, acho que o Supremo não vai ter nenhum interesse de demorar numa decisão que, a meu entender, é uma decisão simples. E se isso não acontecer, e se puxar o tempo, eu já fui claro no plenário em pronunciamento, reitero agora, não terei nenhum constrangimento, e acredito nenhuma dificuldade, de procurar os senhores Senadores e Senadoras e prorrogar a nossa CPI para que se tenha prazo suficiente para se fazer um relatório transparente, verdadeiro e que busque exatamente aquilo que deseja a sociedade de que é a verdade.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Senhor Presidente, apenas que se votássemos hoje, hoje mesmo a assessoria poderia trabalhar sobre os documentos...

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Mas nós estamos com a liminar, Senador, e acho que voltaríamos...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois não.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – ...a termos um novo confronto e nesse momento...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu compreendo.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Nesse momento não há nenhum interesse nem da CPI nem do próprio congresso.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – A busca do bom relacionamento que é necessário.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Do bom relacionamento e que o Supremo diga à própria CPI e à própria sociedade que também é favorável à continuação das investigações. Agradeço a V.Exa. E agradeço a presença do senhor Roberto Carlos da Silva Kurzweil, desculpe a pronúncia aí. Mas quero comunicar também aos senhores Senadores que recebi da Ministra Ellen Gracie telegrama e também cópia de uma decisão da Ministra nos seguintes termos: "Comunico a V.Exa. que nos termos da decisão cuja cópia segue via fax, deferi a liminar a fim de que seja garantido ao paciente, no caso o senhor Roberto Carlos, perante essa comissão, o direito de silenciar a respeito de tudo quanto entenda possa incriminá-lo, não assinar o termo de compromisso bem como não ser preso em flagrante pelo exercício dessa prerrogativa constitucional. Ademais, determinei a expedição de salvo conduto ao paciente. Atenciosamente, Ministra Ellen Gracie, Relatora dessa solicitação".

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, acho necessário tentar contribuir com a CPI no que eu

julgo ser o entendimento sobre esse fato que V.Exa. cita agora, porque eu pude ouvir algumas explicações do senhor Kurzweil e tenho, fiquei muito bem impressionado com as explicações que tive ao ter contato com ele pela primeira vez no dia de ontem e eu entendo que ele ficou muito preocupado em sua condição de pessoa humana, de cidadão brasileiro com o desenrolar dos acontecimentos da CPI. A informação preliminar que ele trouxe é que ele apenas fez a locação de carros, nada mais do que isso, com toda a comprovação legal. Mas o desenrolar, o desenrolar dos fatos veio se dando de tal maneira que ele passou a ter a sua imagem pública completamente distorcida, segundo o seu enfoque. A partir daí, só lhe restou um mecanismo, de procurar se defender de possíveis conseqüências de, que viessem a piorar ainda a sua condição de cidadão brasileiro. O que não quer dizer que ele não esteja disposto a colaborar em tudo com a CPI, em todos os esclarecimentos. Então, por esta razão, estou dando, para não dar a idéia de que ele está aqui querendo fugir de fatos que possam comprometer a sua vida de cidadão brasileiro. Porque tem casos em que se vem acobertado por um mandato para fugir da CPI e tem casos que vem uma pessoa preocupada e assustada com o desenrolar das, das impressões que se formam a respeito dele. Apenas uma impressão que eu tive, nada mais, não quer dizer que eu possa ser dono da verdade na impressão que eu tenho. Para colaborar com os Senadores. Não é uma afronta dele à CPI, esse tipo de recurso...

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – O Presidente agradece a defesa prévia.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pela ordem.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – V.Exa. como médico está muito bem advogando.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pela ordem, Presidente.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Eu queria dar ciência. V.Exa., pela ordem.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Senhor Presidente, eu gostaria só de ressaltar que naquela CPI dos Correios, como aqui, os mais envolvidos sempre tiveram esse tipo de requerimento ao Supremo, inclusive o senhor Delúbio Soares, Marcos Valério. Então, na verdade, o senhor Conalghi não está em boa companhia. Quer dizer, na realidade aqueles que na verdade tiveram, vieram aqui como testemunha e que na realidade tinham todas as condições para se defender, não pediram esse tipo de salvo conduto ao Supremo Tribunal Federal. Mas aqueles mais envolvidos sempre pediram, lembramos bem de Marcos Valério, de Delúbio Soares, etc. Na realidade eu acho que não fica bem para a CPI, que alguém se utilize desse instrumento, não fica, nós nos sentimos, de certa maneira, impedidos de alguns esclarecimentos. Agora, reconhecemos que é um direito individual e o Supremo tem, tem, dá quando lhe é solicitado. E é só isso.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Senador José Jorge. Agradeço a V.Exa. e devo dizer que o Presidente da CPI tem cumprido todas as determinações do Supremo. Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO) – Presidente, até para manter a coerência com posicionamentos anteriores. Eu quero aqui mais uma vez registrar a minha tristeza, o meu protesto até por uma decisão prolatada por um membro do Supremo Tribunal Federal concedendo esse *habeas corpus*. A minha tristeza e a minha, o meu protesto se deve ao fato de que eu não enxergo critério no proferimento dessas decisões. Se o fato é a homenagem de todos nós ao altar sagrado dos direitos e garantias individuais, que se conceda esse tipo de remédio jurídico a todos que recorram ao Supremo. Agora o que me causa estranheza é que para alguns esse remédio é concedido, para outros não. O que denota e mostra claramente que não há um critério e não há decisões pautadas num princípio lógico em relação a esse tipo de pedido. Então, eu aqui registro, mais uma vez, a minha tristeza e a minha indignação, o meu protesto com o fato de que, de alguma forma, e de uma forma acentuada, o trabalho dessa comissão se vê parcialmente tolhido em face de uma decisão como essa que acaba de ser prolatada por um eminente membro do Supremo Tribunal Federal.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa., Senador Geraldo e concedo a palavra ao Senador Álvaro, em seguida a V.Exa.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Senhor Presidente, apenas para mais uma vez destacar a minha incompreensão em relação a esse procedimento. A Constituição é clara, ela não obriga o depoente a dizer o que não quer dizer, a Constituição estabelece que o depoente tem o direito de não dizer aquilo que o autoincrimine. Então eu não entendo porque buscar, junto ao Supremo Tribunal Federal, *habeas corpus,* para garantir aquilo que a Constituição já garante. Não vejo necessidade nisso. Agora, causa maior espanto o *habeas corpus* para não ser preso, né? Me parece que consta desse despacho que o depoente não pode ser preso.

Eu não faço referência ao depoente, eu falo em tese, a esse depoente que até me parece ser uma pessoa elegante, educada, jamais se tornaria aqui agressivo. Mas eu imagino um outro tipo de depoente...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Medo do Efraim...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Agressivo, enlouquecido avançar sobre o Presidente Efraim e não poderemos dar voz de prisão a ele. Portanto, esse procedimento precisa ser alterado realmente. O Presidente tem toda a razão quando busca restabelecer o bom relacionamento entre os poderes, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. Mas defere a liminar: "Silenciar a respeito de tudo quanto entenda possa incriminá-lo", a Constituição já diz isso claramente. Não assinar o termo de compromisso bem como não ser preso em flagrante. Então, Senhor Presidente, é bom registrar a nossa estupefação diante desse tipo de decisão monocrática. Mais uma razão para apresentarmos a PEC, o Projeto de Emenda Constitucional que apresentamos para remeter essas questões para o pleno do Supremo Tribunal Federal evitando decisões monocráticas. Há que se compartilhar a responsabilidade diante de decisões como esta.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Senador Antero.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente, inicialmente eu quero voltar ao assunto anterior sem contrariar a ordem dos trabalhos, mas para esclarecimento do plenário e da própria imprensa que acompanha esta sessão, eu estou aqui com as notas taquigráficas e com a declaração do senhor Antônio Palocci. Diz aqui, textualmente. O senhor Demóstenes Torres: "Então não foi o senhor horas foi o PT?" O senhor Antônio Palocci, aspas: "o PT disponibilizou um avião particular, (vírgula) alugou um avião para poder fazer a viagem. (Ponto)" É a declaração textual do Ministro Antônio Palocci. Portanto, em confronto com a carta do senhor José Roberto Conalghi, mas esse assunto ficou para amanhã e a gente delibera sobre isso amanhã. Agora, com relação a essa questão do depoente de hoje, eu gostaria de dizer o seguinte, não era sequer necessário ir ao Supremo. Esta CPI conhece os direitos de quem vem aqui depor. E é um direito de qualquer cidadão que vem depor dizer que não vai falar porque, em falando, se auto-incrimine. Ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo, isso consta do Direito Positivo Brasileiro. Quero, entretanto, discordar, em parte, da avaliação do Senador Álvaro Dias, porque o salvo conduto, a não prisão é exclusivamente em relação a utilização deste direito de não falar. Ela não é em relação ao crime de desacato, se houver o desacato pode sim ocorrer a prisão em flagrante pela CPI, por qualquer cidadão brasileiro. Então, só fazendo esse parênteses e depois, Senhor Presidente, a hora que for começar o depoimento do senhor Roberto Carlos Kurzweil, eu quero voltar a uma questão de ordem para fazer uma proposta ao senhor Roberto Carlos e ver se ele concorda.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Meu caro Presidente, apenas também no que disse o Senador Antero, que eu acho que se faz justo esclarecer, ele fez uma leitura da nota taquigráfica de uma resposta do Ministro Palocci ao Senador Demóstenes Torres, na página anterior diz o seguinte o Ministro Palocci: "Fiz uma viagem de interesse partidário com avião particular, mas foi uma viagem partidária que eu não podia fazer com avião da FAB. O PT inclusive soltou uma nota assumindo a responsabilidade dessa viagem. Porque era uma viagem de interesse partidário". Agora, quando o Senador Demóstenes indaga, aí ele dá essa resposta que o Senador Antero leu. Então nós aguardamos ainda a nota, embora o requerimento será votado amanhã.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Senhor Presidente, uma palavrinha só.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – V.Exa., Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Veja bem, essa questão do *habeas corpus* que o Supremo dá, é uma questão muito debatida aqui, mas na verdade a pessoa chega ao Supremo e diz o seguinte: "Olha, vão me fazer isso, fazer isso, fazer isso". O Supremo não tem, naquele momento, um jeito de saber se é verdade ou não o que o cidadão está falando. E sempre ele prefere proteger do que errar por omissão. É isso que acontece no Supremo. Claro que tem algumas coisas que têm acontecido ultimamente que tem a ver com política. Mas não, não com a, com a Ministra Ellen.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO) – Senador um aparte.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Eu pediria a V.Exa. para serem rápidos para iniciarmos.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO) – O que causa estranheza é que o Supremo ora decide concedendo e ora decide negando. Essa a minha estranheza.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Mas é porque com certeza são relatores diferentes, (Soa a campainha) tem interpretações diferentes. Agora não levem o Supremo como um todo. O Supremo é o Pleno. Quando o Pleno decidir é que vale realmente.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Concedo a palavra ao senhor Roberto Carlos Kurzweil.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente, só questão de ordem antes da fala do...

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – V.Exa. tem a palavra por uma questão de ordem.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente, nós temos uma decisão.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Kurzweil.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Nós temos uma decisão da Ministra Ellen Gracie. A Ministra Ellen Gracie dá ao depoente o direito de não assinar o termo de compromisso, de dizer a verdade, exclusivamente a verdade. Então, V.Sa. tem o direito de não assinar amparado por uma decisão de uma Ministra do Supremo Tribunal Federal. Mas eu quero indagar, de V.Sa., V.Sa. tem o direito, se V.Sa. não concorda em assinar o termo de compromisso de dizer a verdade conforme o Código de Processo Penal, artigo 309?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Alô. Primeiramente, boa tarde Senadores, Presidente, Relator.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu quero saber se V.Sa. concorda ou não?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Quem resolve essa questão jurídica é meu advogado, Senador. Meu advogado, Dr. Miguel. Isso é uma questão jurídica quem resolve é o meu advogado, Dr. Miguel.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O depoente é o senhor. O seu advogado inclusive não pode falar aqui.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – O que o meu advogado resolver sobre essa questão eu acato. Quem é responsável por essas questões jurídicas é o meu advogado Dr. Miguel.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Mas seu advogado não está nem convocado, inclusive não pode falar nem sequer orientar aí.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Então lamento, Senador.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – V.Sa. então não aceita assinar. Para dizer a verdade.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não vou assinar.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – é um direito que V.Sa. tem.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu prometo falar a verdade conforme a lei e responder todas as perguntas, que os senhores quiserem sabe.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Mas não assina?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não assino.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – V.Sa. tem a palavra, senhor Roberto Carlos Kurzweil.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Como estava dizendo, senhores Senadores, senhor Presidente, senhor Relator. Boa tarde, senhoras e senhores da imprensa e demais senhoras e senhores. Eu me chamo Roberto Carlos Kurzweil, sou brasileiro, casado, 49 anos. Nascido e sempre vivi na cidade de São Paulo. E estou aqui hoje para tentar colaborar com essa Comissão em todas as questões que eu souber, que eu tenha meu nome envolvido e, apesar do *habeas corpus* que o Presidente citou, eu não me furtarei a responder nenhuma pergunta. E não me furtarei a falar a verdade. Então, gostaria que os senhores ficassem à vontade para esclarecer essas questões totalmente errôneas que estão envolvendo o meu nome com bingos etc. Que eu não tenho nada a ver, nunca tive, não sou de bingos, não conheço bingos. Então, erroneamente meu nome está sendo envolvido com isso. Divulgado pela imprensa, coisa que está me causando danos pessoais muito graves. E estou com o maior prazer aqui para esclarecer a tudo o que os senhores me perguntarem. Não ficarão sem resposta a nada.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Concedo a palavra ao Relator.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senhor Roberto Carlos Kurzweil, o senhor poderia fazer uma descrição de sua atuação empresarial citando empresas, área de atuação e relação com a administração pública?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Senhor Relator, eu comecei a minha vida de trabalho aos treze anos de idade, quando comecei trabalhar na empresa do meu pai. Uma empresa de engenharia que já prestava serviços para a administração pública, chamada ENTERPA, em São Paulo. Comecei trabalhar com ele com treze anos de idade e aos vinte e três anos, isso então em 81, eu fundei a minha própria empresa

que se chama REK CONSTRUTORA, empresa esta que também se dedicou a trabalhar no ramo de engenharia e saneamento para administrações públicas.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor é engenheiro?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sou engenheiro civil, sim, senhor.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Alguma de suas empresas brasileiras têm sócio estrangeiro?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim, senhor, eu tenho uma concessionária de tratamento de esgotos em Ribeirão Preto, onde eu tenho como sócio uma empresa estrangeira espanhola chamada OHL.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas quantas empresas o senhor tem? São muitas ou.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, atualmente não muitas. A REK CONSTRUTORA, eu já não participo mais, desde o ano retrasado. Eu tenho participação na Ambiente Serviços Ambientais de Ribeirão Preto, essa concessionária de tratamento de esgoto na cidade de Ribeirão Preto, onde eu tenho os meus sócios espanhóis. Tenho a RECC SERVIÇOS, que é a locadora de veículos blindados, com o nome de fantasia de LOCABLIN. E atualmente acho que só e tenho uma empresa K4, que é onde fica o meu escritório, uma empresa gerencial, somente minha e acredito que nenhuma mais, não esqueci...

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor já foi filiado a algum partido político?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor, Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O seu patrimônio, em 2002, e o seu patrimônio atual, num confronto há uma variação para mais muito grande?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor, 2002 para cá não há grandes variações. São variações normais dos rendimentos que as minhas empresas me deram durante esse período.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quais de suas empresas atuam no comércio exterior?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Nenhuma, Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nenhuma?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor. Nenhuma.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor, ou alguma de suas empresas, o senhor ou alguma de suas empresas brasileiras é ou foi sócio de alguma empresa que atua em outro país?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim, nesse caso?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim, nesse caso.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Com o empresário espanhol?

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E ela atua aonde, na Espanha mesmo?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Na Espanha. Ela atua, na verdade, em vários países do mundo. Na América do Sul, na Argentina, no Chile, nos Estados Unidos, na África e na Espanha e mais algum país no Leste europeu que eu não estou lembrado. Mas é uma empresa já tradicional no ramo de engenharia e concessões na Espanha e que está atuando fortemente no Brasil não só com essa sociedade comigo, mas principalmente com concessões de rodovias no Estado de São Paulo.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Qual o seu nível de relacionamento com Rogério Buratti?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu conheço o Rogério Buratti desde, se não me engano, 91, 92, quando ele foi Secretário de Governo do então Prefeito Palocci, em Ribeirão Preto.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o senhor ainda mantém contato com ele?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Ultimamente não, mas mantive contato com ele até final de 2003, se não me engano.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E já teve negócio com ele?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, nunca tive negócio com ele, Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quantas vezes, aproximadamente, o senhor se encontrou com ele desde janeiro de 2003?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – De janeiro de 2003 até hoje?

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Oh, Senador, eu não tenho isso preciso na minha memória, mas talvez umas quatro, cinco vezes.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quantas vezes o senhor ligou para ele de janeiro de 2003 até hoje e ele para o senhor?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – De janeiro de 2003 até hoje, eu devo ter ligado para ele basicamente foi no ano de 2003, depois disso não falei mais com ele. Mas no ano de 2003 pode ser que eu tenha ligado para ele umas vinte vezes, por aí.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Segundo o levantamento que nós fizemos, Roberto Carlos Kurzweil, o senhor para ele ligou cinqüenta e seis vezes. Cinqüenta e seis ligações.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu desconheço isso, Senador. O senhor tem que considerar, desculpe, Senador, o senhor tem que considerar muitas ligações dessas são tentativas. São ligações abaixo de trinta segundos que não são ligações completas. Eu estou falando para o senhor as vezes que eu devo ter conversado realmente com ele que deve ter sido umas vinte vezes.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E do senhor para ele, não, desculpe, dele para o senhor, trinta e sete. Trinta e sete ligações.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Pode ser, contando essas ligações não completadas, pode ser, Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas, diante dessas ligações eu tenho que perguntar ao senhor, eram ligações de que natureza?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Senador, no ano de 2003 eu, através dos meus sócios espanhóis, conheci, conheci pessoas do governo angolano, na Espanha, junto com os meus sócios espanhóis e foi o ano que eu fui quatro vezes a Angola para estudar possibilidades de negócios com meu sócio espanhol lá em Angola de rodovias, concessões, construções e etc. O Rogério Buratti, uma vez encontrei ele, não me lembro exatamente quando, mas foi começo de 2003, comentei com ele que eu estava tendo contato com o pessoal de Angola. Eu lembro que nesse ano de 2003 nós tivemos muitas ligações e ele me perguntando quem eram as pessoas, se, que ele também estava procurando negócios em Angola, aqui pelo Brasil, pelo que ele me falou. E ele me ligava muito perguntando sobre as pessoas do governo de Angola que decidiam as coisas, que estavam no programa de recuperação do país. O que eu me lembro basicamente era isso, Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E esses negócios terminaram não se cruzando não entre o senhor e ele?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não senhor.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Porque o meu negócio começou pela Espanha, pelo meu sócio espanhol, onde eu conheci o Ministro Igino Carneiro, que era Ministro de Obras e infra-estrutura de Angola, era ou é, não sei. Onde o Ministro Igino Carneiro convidou-nos, a mim e meu sócio para irmos a Angola e conhecer o projeto de reconstrução do país, que penso que ainda está em andamento. Meu sócio, como já tem uma certa idade e não fala português, pediu que eu fosse. Então estive quatro vezes no ano de 2003 em Angola vendo esses negócios com o meu sócio espanhol.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu estou perguntando...

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Negócios nos quais não resultaram em nada.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu estou perguntando, porque como eu disse ao senhor, o senhor ligou para ele cinqüenta e seis ligações e, dependendo da duração das ligações, como o senhor disse, a gente sabe se era uma coisa rápida, acidental ou se era...

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu tenho certeza que não há ligações longas, Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o senhor fez contato com algum dono de bingo angolano?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E com o senhor Ralf Barquete?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – O Ralf Barquete, conheci-o na Prefeitura de Ribeirão Preto, quando ele era Secretário da Fazenda do então Prefeito Palocci, na segunda gestão. O Buratti foi na primeira gestão. O Ralf Barquete foi na segunda gestão.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sa. manteve algum tipo de relação comercial com ele?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Com o Ralf?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Se encontrou muitas vezes com ele, em janeiro de 2003 para cá?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Posso ter encontrado umas cinco ou seis vezes, até que ele faleceu em final de 2004, se não me engano.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E as ligações para ele entre 2003, ele morreu no final de?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Se não me engano, final de 2004.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – De 2004.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Ele adoeceu em 2003.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Exatamente.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – E faleceu final de, final de 2003 ele morreu.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Faleceu em final de 2003 ou final de 2004.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Acho que ele adoeceu no meio de 2003 e faleceu final de 2004, se não estou enganado. Posso estar enganado.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Bem, eu recebi agora a informação que foi junho de 2004.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Isso, exatamente. Ele adoeceu em junho de 2003.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o senhor ligava muito para ele e ele para o senhor?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Ligava normal, coisa normal. Posso falar para o senhor o quê? Uma média de duas, três vezes por mês.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Aqui, no levantamento que nós fizemos, o senhor ligou para ele, Kurzweil ligou para Ralf Barquete, sessenta e cinco ligações.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – No período de dois anos, pode ser.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – De 2004 para 2005.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, Senador. Não pode ser porque ele estava falecido, Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – 2003 para 2004.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Pode ser.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E do senhor para, dele para o senhor, cinqüenta e nove ligações. Não era para tratar de negócio, não?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor, eu nunca tive negócio com ele, Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E era para tratar de quê?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – 2003...

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o senhor teve negócio com a Prefeitura de Ribeirão Preto, não teve?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu tenho negócios com a Prefeitura de Ribeirão Preto desde...

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ainda tem, né?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – ...Desde 1987. Nesse período todo, Senador, passaram por lá vários Prefeitos, duas vezes Prefeito do PT, que foi o senhor Antônio Palocci, três vezes Prefeito do PSDB, que foi o senhor, falecido Prefeito Jábali e agora, pela segunda vez, desde que eu estou lá, o Prefeito, Dr. Welson Gasparini, por quem também tenho um grande respeito e uma grande amizade. Então foram, há dezessete anos que eu tenho serviços em Ribeirão Preto, Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o senhor, nesse telefonema, tratava desses serviços?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor, porque eu não tinha, o último serviço que eu tenho, que é essa concessão do tratamento de esgoto, não depende diretamente nada da Prefeitura, nem de pagamento, absolutamente nada. Foi um projeto onde nós, eu e meu sócio, investimos com recursos próprios, somente com recursos próprios, cem milhões de reais para a construção de duas estações de tratamento de esgoto e mais de vinte e oito quilômetros de interceptores. A Prefeitura não entrou com um centavo com dinheiro público para este projeto que já está funcionando desde novembro de 2002. Agora, eu não dependia absolutamente nada de, da Prefeitura, Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Agora, Buratti era muito amigo de Ralf Barquete. E o senhor nunca fez contato assim com os dois juntos?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim, eventualmente encontrava os dois juntos, sim, senhor. Muito pouco, mas encontrava, sim, senhor. Eles eram muito amigos, pelo que eu sei.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E com o Vladimir Poleto?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Vladimir Poleto conheci muito pouco, ele era, se não me engano ele era assessor do Ralf na Prefeitura em Ribeirão Preto, quando o Ralf era Secretário da Fazenda. Tenho muito pouco contato com ele, Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – é, realmente, com o Vladimir Poleto o senhor tinha bem menos contato.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Desculpe, por telefone eu não devo ter nenhum contato com o Vladimir Poleto, Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não, tem nove ligações.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu desconheço. Eu não fiz essas ligações para o Vladimir Poleto. (Manifestação sem o uso do microfone)

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu não tinha contato com ele, Senador. Pode ser que o Ralf tivesse junto com ele, e quisesse falar comigo. Mas eu não tinha contato com o senhor Vladimir Poleto. Não tenho nada contra, mas simplesmente não tinha contato.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas tem as ligações?

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Hein?

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tem as ligações?

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Tem, tem ligações.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quantas?

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nove ligações de Kurzweil para Poleto e de Poleto para ele, dez ligações.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eventualmente o Ralf tivesse com ele, eles andavam muito juntos. Posso garantir para o senhor que eu não tinha contato com o Poleto.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Mas o Ralf ligaria do telefone dele, ou do telefone do...

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Se tivesse junto poderia ligar do telefone do Poleto.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Só que um morava em Brasília e o outro em Ribeirão. Um morava em Brasília, Relator, o Ralf Barquete morava em Brasília e o Poleto em Ribeirão.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Desculpe, quem está perguntando? (Conversa paralela)

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E com o Ademirson?

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Solicito aos advogados que não repasse informações desde que o vosso cliente, o cliente de V.Sas. façam a oitiva sem interferência.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Com o senhor Ademirson Ariovaldo Silva.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Tanto o senhor Ademirson como o senhor Juscelino eu conheço desde a primeira gestão do então Prefeito Palocci em Ribeirão Preto, há muito tempo que eu tenho contato com eles, Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o senhor ligava muito para ele?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não sei se era muito, mas eu ligo para ele normalmente, o senhor pegar uma média de duas, três vezes por mês, é normal eu falar com ele.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor ligou para ele de janeiro de 2003 até hoje, setenta e cinco vezes.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Pois é, deve estar nessa média de duas a três vezes por mês.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas essas ligações.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – São sobre o quê? Qual é o tema?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Com o Ademirson basicamente eram agendas marcadas com o Ministro Palocci que quem. Os senhores que já tentaram ter uma, ou tiveram uma audiência com Ministro Palocci sabem que as agendas com ele são marcadas e desmarcadas várias vezes. Então com o Ademirson basicamente era isso, era agenda marcada e desmarcava para remarcar, ficava um mês, dois meses para remarcar uma agenda novamente.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Xi, que desorganização! (Risos)

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E do, realmente o senhor ligava mais para ele do que ele para o senhor, não é?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Pois é.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas, e era difícil assim já falar com o Ministro, quando era Prefeito, não é?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, quando era Prefeito não, quando virou Ministro ficou muito difícil, Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E com o Ministro, V.Sa. se encontrou alguma vez com o Ministro ou ligou para ele?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Em que período o senhor está falando, Senador?

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nesse período, nesse mesmo período, de...

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – 2003 até hoje?

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, por telefone nunca falei com ele, encontrei com o Ministro umas quatro, cinco vezes de 2003 até hoje.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Encontrou-se aonde?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – E essas audiências que o senhor falou? Que eram adiadas?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não necessariamente audiências, eram encontros. Eu tive uma audiência com ele, eu tive outros encontros fora do Ministério, no Rio, São Paulo onde eram agendados encontros pelo Juscelino e depois o Ademirson cuidava...

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas qual era o seu interesse falar com o Ministro?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Nenhum interesse, Senador, apenas rever um amigo, um conhecido.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o senhor era amigo assim dele, ainda é, né?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, não digo que eu sou amigo, eu tenho muito, muito bom relacionamento com ele. Sim, senhor.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A revista "Veja", citou um que veículo de sua propriedade foi utilizado em 2002 para transportar Vladimir Poleto do aeroporto de Amarais para São Paulo, isso é verdade?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu não sei dizer para o senhor se isso é verdade. O que eu sei dizer é que em 2002 a minha empresa de locação de veículos blindados, cujo objeto único é locar veículos blindados, nós tínhamos locado para o PT, Diretório Nacional do PT, três veículos blindados.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Três veículos blindados?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim, senhor. Três veículos blindados em 2002 que foram utilizados na campanha.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas esse episódio aqui, o próprio motorista de sua empresa confirmou essa versão.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu não tive, eu não tive acesso ao depoimento do Éder, senhor Senador. Mas se ele confirmou que ele estava dirigindo o carro, provavelmente, esse carro era meu, que eu tinha três carros locados para eles.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E a versão, eu acho que o senhor já leu isso. A versão da revista é que Poleto estaria transportando três caixas de bebidas que, na verdade, conteriam dólares vindos de Cuba para a campanha do PT. O senhor tem alguma coisa a dizer sobre isso?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu tenho total desconhecimento desse assunto, Senador. Fiquei sabendo através da imprensa. Mesmo porque, eles ficavam com os meus carros alugados por quinze, vinte ou trinta dias, eu não sabia, eu não tinha conhecimento e nem tenho de quem aluga meus carros onde é que são utilizados. O que eu tenho aqui para provar para o senhor, se o senhor quiser depois...

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o senhor...

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Contratos de locação, nota fiscal mensal desses carros e pagamento feito pelo PT na minha conta, na conta da minha empresa.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o senhor confirma que o automóvel que transportou Poleto era de sua propriedade?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Se o Éder...

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Da sua empresa.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Se o motorista Éder que fez o depoimento aqui que eu não tive acesso, se ele confirmou, eu digo para o senhor que provavelmente era um dos meus carros. Porque ele era o único.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Éder.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Ele era o único motorista que atendia os três carros do PT. O único...

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Éder era seu motorista?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Prestava serviços à locadora. Sim, senhor. Prestava serviços à locadora. Se ele estava dirigindo um veículo, então provavelmente era ...

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quer dizer que ninguém lhe pediu para ceder o automóvel, não?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.Eu nunca cedi nem emprestei automóvel nenhum para ninguém. Eu tenho uma locadora de veículos blindados e a função principal de uma locadora é locar. Nunca cedi. Nunca emprestei.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Senhor Roberto Carlos, o senhor Éder disse aqui de que ele prestava serviços quando era chamado pela locadora. Ele não era seu funcionário. Ele tinha um táxi e chamava. Então, alguém da sua locadora telefonou para ele, está no depoimento dele. O senhor não leu mas só para esclarecer. E o depoimento dele, ele diz que alguém ligou para ele, disse até o nome de uma secretária lá...

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eurídice.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Perfeitamente. Que Eurídice chamou exclusivamente para aquele assunto.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, desculpe, Senador. Não é verdade.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Então ele mentiu, senhor Éder mentiu.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Eu peço à assessoria que pegue o depoimento.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – O senhor me permite esclarecer, não acredito que tenha sido exclusivamente para esse assunto. O Éder realmente prestava serviços à locadora. Isso que eu quero esclarecer, Senador. Nesta época da campanha ele ficava praticamente direto com os carros alugados pelo PT. Então não é que chamava hoje: "©der tem um serviço para você em Viracopos". Isso não existia, eles ficavam quinze, vinte dias, trinta dias com o carro. E ficava...

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Então houve uma contradição do senhor Éder. Porque o que ele citou aqui é que ele foi chamado pela senhora Eurídice, foi à locadora, pegou o carro e foi para o aeroporto. é tanto que está sendo reconstituído esse trajeto, por solicitação do Senador Tuma, e vai iniciar a partir da sua locadora. Porque foi o que disse o motorista que dirigiu o táxi. Que a partir do táxi, quando era para prestar serviço ao senhor Ademirson, que era a pessoa que ele mais prestava serviço, inclusive, algumas vezes com o Ministro. Ele era chamado pela senhora Eurídice, deixava o serviço dele e passava ali. Estou dizendo ao senhor.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim, senhor, é verdade Senador.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Não estou discordando da palavra do senhor.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Era assim que acontecia.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Estou dizendo aqui o que aconteceu, é que ele foi convocado naquele dia para fazer. Então o senhor disse que ele ficava com os carros. Ele não estava no carro.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Pode até ser, Senador.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Ele veio no táxi dele e a partir daí foi.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não sei o depoimento dele e não sei o dia-a-dia da empresa.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Claro que o senhor Éder vai ter que voltar aqui mesmo sendo católico e tudo.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Senador, desculpe. Eu não fico no dia-a-dia da empresa. Sou um dos proprietários da empresa, eu tenho um pessoal que gerencia a empresa diariamente. Eu só quis esclarecer ao senhor como funcionava normalmente. Não estou nem desmentindo, nem confirmando.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Eu também não. Também não estou dizendo que o senhor está errado nem faltando com a verdade, pelo contrário. Estou dizendo o que disse o motorista...

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Se ele disse foi.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas, senhor Kurzweil, depois que a revista fez aquela matéria, teve aquela repercussão. O senhor não procurou saber não, assim, detalhes? Porque a empresa era do senhor, né?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu não tinha mais como saber, Senador, porque o motorista éder não trabalhava mais conosco. Ele já estava trabalhando, se não me engano, ainda está no Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro. No começo de 2003, ele parou de prestar serviços à empresa e, que

eu fiquei sabendo, foi para o Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro. Eu não tive mais contato com ele, Senador. E também não encontrei mais nenhum dos envolvidos naquela história. Não tive mais contato com ninguém.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ninguém lhe relatou nada sobre aquilo?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – A não ser o repórter da veja, se não me engano, Policarpo Júnior, ninguém.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Policarpo Júnior lhe entrevistou?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Entrevistou e escreveu que eu cedi o Ômega para fazer isso, o que não é verdade. O Ômega estava alugado.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E sua empresa contribuiu financeiramente para alguma campanha política?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nunca contribuiu?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Nunca.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nem para o PT?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Nem para o PT.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nem para outro partido?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Nem para outro partido. Como pessoa física eu colaborava comprando adesões de jantares que são comuns em campanha. Isso sempre foi o meu, o normal que eu faço, que eu fiz e faço.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ralf Barquete, Rogério Buratti, Poleto, nunca procuraram o senhor para arrecadar dinheiro para a campanha?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o relacionamento de V.Sa. com o senhor José Roberto Conalghi?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não conheço o senhor José Roberto Conalghi.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nunca tiveram negócios?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu não o conheço, Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não o conhece?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não o conheço, nunca o vi, a não ser pela imprensa e aqui na CPI quando ele depos. Não o conheço. Não tenho relacionamento nenhum com ele.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sa. participou de comitiva de empresários que acompanhou o Presidente da República Luis Inacio Lula da Silva em visita a Angola?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor. Inclusive, nas quatro viagens que eu fiz para Angola em 2003, quando da visita do Presidente Lula a Angola eu não me encontrava lá. Eu tenho aqui a cópia dos meus passaportes para o senhor poder comprovar isso.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o senhor era muito amigo do Ministro de Obras e Infra-estrutura daquele país.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, muito amigo não. Eu conhecia o Ministro Igino Carneiro em Madri, como já relatei ao senhor. Foi ele que nos convidou, a mim e meu sócio espanhol para verificar a possibilidade de fazer obras em Angola.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E algumas de suas empresas beneficiou-se de financiamentos do BNDES como PROEX?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Para Angola, o senhor diz?

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Para Angola ou para outra finalidade?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, o único financiamento que uma das minhas empresas têm no BNDES é a concessionária de tratamento de esgoto de Ribeirão Preto. Financiamento esse que foi concedido em 98 no governo do então Presidente Fernando Henrique.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o relacionamento do senhor com os empresários portugueses? Senhor José Paulo Teixeira Cruz Figueiredo, conhece?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Conheço.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Conhecido como Vadim e José Valente de Oliveira Caio, conhecido como Caio, que atuam na área de bingos. O senhor disse aqui antes que não conhecia empresário na área de bingos, mas esses são empresários.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu estou sabendo que eles são empresários na área de bingos agora há pouco tempo através da imprensa, Senador. Eu os conheço. Eu conheci o Caio socialmente há uns cinco ou seis anos atrás, ficamos amigos. O José Paulo, conheço muito pouco. E tivemos uma so-

ciedade de uma empresa chamada CINCO TELECOM que prestou serviços de telefonia para operadoras de telefonia celular. Eu tenho aqui, se o senhor me permitir, toda a documentação da empresa, notas fiscais emitidas, o que a empresa fazia, certificado ISO 2001 etc para comprovar ao senhor que essa empresa nunca teve ligação nenhuma comigo, e na época eu não sabia que os meus dois sócios eram bingueiros se é que são. Eu não sabia.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E a OGA MÁQUINAS E SISTEMAS.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – A OGA foi uma empresa nossa que não era nem para ter existido. Foi um outro sócio nosso que é o Carlos Sarmento (?) Que consta no contrato da OGA que eu tenho aqui também. Ele que foi verificar um sistema de filtro de óleo diesel, uma tecnologia na África do Sul que diz que economizava 20% de óleo diesel. Então, nos interessou. Nós fizemos a minuta do contrato se o negócio fosse à frente, mas não foi. Infelizmente, o contador registrou a empresa. E a empresa nunca funcionou, nunca existiu de verdade a empresa, que era para filtro, economia de óleo diesel. O senhor pode inclusive chamar esse meu outro sócio que foi quem veio com esse negócio para comprovar isso, Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o senhor sabe que os seus sócios, Caio e Vadim têm negócio também em Portugal e nos Estados Unidos?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu sei que eles têm negócios fora do Brasil. Não sei exatamente aonde, Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas como é que V.Sa. não sabe sobre os negócios de pessoas que são seus sócios?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Senador, o meu convívio com o José Paulo era muito pouco, com o Caio era um convívio social, basicamente social. Eles foram meus sócios na CINCO TELECOM, mas eles não apareciam na empresa. Eles pouco opinavam na empresa. Basicamente a empresa era tocada por executivos, e eu, que ficava mais em cima nas reuniões de conselho e tudo isso. Eles pouco, eles pouco opinavam na empresa, Senador. Então, eu tinha uma vaga idéia dos negócios que eles tinham. Por exemplo, um negócio que eles falaram que eles tinham para mim era a tal da FABAMA, que pelo que eu sabia era uma fabrica de máquinas de jogos eletrônicos. Agora, não sei nada de bingo, Senador. Eu nunca pisei num bingo na minha vida. Eu não jogo, sou contra jogo. Nunca entrei num bingo na minha vida. Não sei como se joga. Sou totalmente contra jogo. E não tenho nenhuma relação com empresas de bingo, Senador. Nenhuma.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o senhor tem conhecimento que esses empresários já foram proprietários de mais de vinte empresas no Brasil, e que recentemente deixaram o quadro societário de grande parte delas?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Estou tendo conhecimento agora há pouco tempo pela imprensa.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Só pela imprensa?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Só pela presença, Senador. Eu não tenho mais contato com eles também.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Na maioria das vezes foram substituídos por outros angolanos ou portugueses. A suspeita é que como tem sido comum na área de bingos no Brasil, eles tenham colocado "laranja" como responsável por suas empresas. V.Sa. tem conhecimento disso?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor, não tenho. Com certeza um dos "laranjas" não sou eu, Senador. Não tenho conhecimento.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas eu também não estou dizendo que o senhor é.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu tenho aqui inclusive, Senador, queria passar para V.Sa., se o senhor me permitir, uma relação atualizada que foi tirada agora dia 2 de fevereiro da Receita Federal de todas as empresas que eu tive e tenho participação na minha vida. Está aqui a relação onde não consta nenhuma empresa de bingo.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E qual a relação deles com Jair da Ressurreição?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não conheço quem é.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Oficialmente dono dos maiores bingos de São Paulo, inclusive, do BINGO ITAIM que há pouco tempo era registrado em nome de Caio Vadim.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não conheço. Jair? O senhor pode repetir, Jair o quê?

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Jair da Ressurreição.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não conheço. Não sei quem é, Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nem depois da ressurreição. (Risos)

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Rogério Buratti afirmou que os dois sócios do senhor, os senhores Caio e Vadim fizeram uma doação em caixa 2 de um milhão de reais à campanha

do PT de 2002 com o compromisso da legalização dos bingos. Essa doação teria sido intermediada por V.Sa. em um jantar entre os empresários e o Ministro da Fazenda. O senhor sabe alguma coisa disso?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Isso não é verdade.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não é verdade?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Isso nunca aconteceu, Senador. Eu nunca intermediei nenhuma doação nem para o PT nem para nenhum outro partido e eu nunca apresentei o Caio e o José Paulo para o Ministro Palocci e nem para nenhum assessor deles. Se houve algum contato não foi por meu intermédio. Esse jantar nunca existiu, Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nem o senhor sabe dessa doação?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor. Não sei.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nunca soube?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor. A não ser pela imprensa. Eu nunca soube. E pelo depoimento do Buratti que eu tenho aqui dado a esta CPI não foi aqui que ele falou isso, Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quem?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – O Buratti. Buratti, o depoimento do senhor Rogério Buratti para esta CPI no dia 10 de novembro. Vou só ler a pergunta e a resposta. Senador Tasso Jereissati pergunta: "Mas o arrecador poderia ser o senhor Roberto Kurzweil?" Senhor Buratti responde: "Não, acredito que esse papel de arrecadador não seria dele não. Eventualmente ele conhecia alguns empresários que tivessem apresentado, mas ele não era a pessoa que fazia a intermediação". Senador Tasso: "Estou dizendo do bingo. Essa arrecadação do bingo". O senhor Buratti: "Isso, isso. Com certeza não seria ele o intermediário direto desse processo". Depoimento do senhor Buratti nessa comissão dia 10 de novembro de 2005.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o senhor sabe que o Rogério Buratti deu também um depoimento ao Ministério Público.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sei, mas eu desconheço o teor do depoimento, senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Aí o senhor não conhece?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não conheço, mas respondo para o senhor que esse jantar não houve, isso inexiste e eu duvido que tenha alguma testemunha.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nem o hotel da REDE SOFITEL? Um encontro na REDE SOFITEL de hotéis?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não senhor, nenhum jantar, nenhum encontro na REDE SOFITEL. Eu nunca tive ... Já estive no SOFITEL em São Paulo. Mas nunca estive com o Ministro Palocci.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor estava presente o Ralf Barquete?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Waldomiro Diniz, o senhor conhece?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não conheço.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não conhece?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não conheço.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sa. é sócio de Caio Vadim na empresa CINCO TELECOM, o senhor já disse.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Fomos, a empresa está desativada em processo de encerramento perante a Receita Federal.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E essa empresa atuava na telefonia?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim, senhor. Prestação de serviços de telefonia.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Esses telefones, código 11, 9658-9322, 9643 e 5128 ...

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – A empresa CINCO TELECOM tinha vários telefones celulares, Senador, por causa do serviço que era realizado. Eu usava o 9322, e somente eu.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Esse 9993-5318?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Senador, nós tínhamos nessa época mais ou menos 200 funcionários, quase todos eles tinham celulares. E eu usava um celular em nome da CINCO TELECOM que era o 9322, e somente esse. Não tinha outro.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E essa empresa atuava em Angola ou em outro país?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Só no Brasil?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Só no Brasil.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu já perguntei mas, a OGA MÁQUINAS E SISTEMAS trabalhava em quê?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Nunca funcionou, Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nunca?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor. Eu tenho aqui ... O único documento que eu consigo pegar são três declarações da Receita de inatividade da empresa desde que nasceu até o dia que morreu. Nunca funcionou.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Essa empresa nunca funcionou nem em Angola nem no Brasil?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor. Nunca funcionou.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E era do senhor?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu era um dos sócios, eu, o José Paulo, o Caio, o Carlos Sarmento (?)

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas era para que essa empresa?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Nós estávamos estudando filtro de óleo diesel com tecnologia sul africana que disse que economizava 20% de óleo diesel, a qual ao final nós não comprovamos. E não foi à frente o negócio, Senador. Nunca funcionou essa empresa.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Poleto alugou uma casa no Lago Sul. V.Sa. deve ter conhecimento disso?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Tenho conhecimento, sim, senhor.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas esteve lá?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu estive uma vez.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Esteve uma vez.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – A convite do Ralf Barquete para comer um churrasco no fim da tarde.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E funcionava também como uma central de negócios?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – O Ralf me falou que era escritório deles. Deles, imagino que seja o Poleto e o Buratti. Porque a vez que eu fui os dois estavam lá. O Poleto e o Buratti.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Estava Poleto, Buratti, Ademirson não?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Ademirson, não senhor.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nem o Juscelino?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não senhor.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Só estava o Ralf?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – O Ralf, o Poleto e o Buratti, a vez que eu estive na casa.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Tinham muitos empresários lá?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Esse dia não vi ninguém não, Senador.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – E era um churrasco só para quatro pessoas ou não.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Na verdade, quem perguntou, desculpa. Na verdade, o churrasco era só para mim. O Poleto e o Buratti eu somente cumprimentei, e o Ralf me convidou para ir comer o churrasco que ele mesmo preparou. Isso foi por volta de julho, agosto de 2003, se não me falha a memória, foi quando ele comunicou a mim a doença dele. Falou do tratamento que ele ia fazer, etc e tal e estava muito deprimido.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Obrigado.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor gostou da carne ou não?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Estava boa, sim, Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Boa? (Risos)

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Boa, não posso reclamar.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sa. conhece o Carlos Eduardo Valente?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nunca esteve com esse senhor?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nós identificamos através de escuta telefônica que pedimos ao Ministério Público, à Polícia Federal, identificamos por Buratti, Poleto e Carlos Valente falando sobre negócios na SERPRO e PREVI. V.Sa. tinha conhecimento disso?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Desconheço totalmente esse assunto, e não conheço o senhor Carlos Valente.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nem negócio envolvendo Fundo de Pensão?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor. Nunca fiz negócio envolvendo Fundo de Pensão nenhum.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Tomou conhecimento de algum caso de mensalão na Prefeitura de Ribeirão Preto.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor. Nunca ouvi falar disso na Prefeitura de Ribeirão Preto, mesmo porque com essas denúncias do Buratti, eu já não trabalhava mais nessa área em Ribeirão preto. Eu estava somente com a concessionária. Concessionária não tem envolvimento direto com a Prefeitura, como expliquei para o senhor.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor possui dólares?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Já fez remessa de recursos para o exterior?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Tem ou teve participação em alguma off shore?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Há uma matéria na revista "Veja", que afirma que o nome do senhor aparece na base de dados sobre o MTBBANK, uma das maiores lavanderias dos Estados Unidos de dinheiro proveniente do Brasil. V.Sa. já ouviu falar nisso?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu ouvi falar nisso através da imprensa. Eu tenho total desconhecimento desse assunto. Não remeti dólar de lugar nenhum para lugar nenhum. Nem eu, nem minha esposa, como cita numa reportagem da revista "Época", se não me engano.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A revista cita que a esposa do senhor, não é, dona Margarida?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Isso, isso. Nem eu nem minha esposa ...

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Remeteu 91 mil e 600 dólares.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não é verdade. Eu não sei de onde eles tiraram isso, Senador.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Do SUISSE BANK a uma conta sua no MTBBANK.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Nunca tive conta nó SUISSE BANK. Nunca tive conta no MTBBANK.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Como é que é?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu que pergunto, Senador. Como é que pode?

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O número da sua conta: ACO 30-102375 é o mesmo do BISCAY TRADE, uma empresa de doleiros paulista nas Ilhas Virgens Britânicas. Inclusive, em depoimento a essa CPI o doleiro Toninho ... O senhor conhece?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Toninho da Barcelona informou que os dados do MTBBANK, que não foram devidamente apurados pela CPI do Banestado poderiam conter importantes informações sobre desvio de recursos públicos. O senhor tem algo a dizer a respeito disso?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Tenho algo a dizer sim, senhor. Tenho algo a dizer que eu nunca tive essa conta e faço aqui o papel jurídico que o senhor quiser para que o senhor tenha acesso a essa conta ou qualquer conta que eu tive nesse banco. Eu nunca tive.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor nunca teve conta?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Nunca tive e faço um papel jurídico que o senhor achar necessário aqui e agora.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Seria importante, Senhor Presidente, pegar o papel.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Se ele quer fazer.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Já que há um comprometimento.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Estou disposto a fazer, o meu advogado pode preparar, o doutor Miguel, sem problema nenhum.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – O problema é que Maluf também fazia isso.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Eu determino à assessoria da CPI que redija o documento para ser assinado no final.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – O senhor pode me passar esses dados depois, não é Senador?

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Passo. Vou só terminar aqui.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – à vontade.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sa. conhece o senhor Jorge Yázigi?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Conhecido por "Bil".

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Pode ser, eu conheci um "Bil" em Ribeirão Preto. Não sei se o nome dele é Jorge Yazigi. Ele trabalhava na LEÃO.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – LEÃO LEÃO?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – é.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Se for o mesmo, eu conheço de vista.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O tinha relações sociais com ele? Comerciais?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor. Não senhor.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Delúbio Soares. O senhor conheceu ou conhece?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não conheço, não senhor.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E Carlos Cachoeira?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não conheço. Não, senhor.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Obrigado, agradeço.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Obrigado, senhor.

SENHOR PRESIDENTE EFRAIM DE MORAIS (PFL-PB) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Senhor Presidente, senhoras e senhores Senadores, senhor depoente, senhores advogados. Senhor Presidente, a primeira pergunta. Eu gostaria de saber se o senhor Roberto Kurzweil nasceu no Brasil ou em Angola.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu fiquei sabendo hoje, através de um repórter, Senador, que eu tinha nascido em Angola. Eu nasci no Brasil, nasci em São Paulo, sempre vivi em São Paulo.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas tem diversas empresas do senhor que aparece lá como o senhor nascido em Angola.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu desconheço. Eu desconheço, Senador. Os contratos sociais que eu tenho nas minhas empresas estão todos corretos. Sou brasileiro, nascido em São Paulo em 1956.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Nós vamos encaminhar, então, cópia do contrato aqui onde aparece V.Exa nascido em Angola.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu gostaria de ver. Interessante.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Em relação a essa questão dos carros blindados. V.Exa diz que alugava carros blindados. Três carros blindados alugava ao PT.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim, senhor.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Me diga uma coisa. Isso foi em que período?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Estou com os três contratos aqui. Um contrato começou em primeiro de abril de 2002 e foi até a última nota fiscal que eu tenho é de dezembro de 2002. O outro contrato começou em 4 de março de 2002 e a última nota fiscal que eu tenho é de janeiro de 2002 referente a dezembro. Então, foi até janeiro de 2003, desculpe, referente a dezembro.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Três.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Um de abril a dezembro.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Quanto custava?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Outro de março a dezembro e outro de agosto a dezembro.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Tudo de 2002, né?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Tudo de 2002.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Na época da campanha?.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim, senhor.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Agora me diga uma coisa, tem custa o aluguel...

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senador José Jorge, me permita

só uma intervenção. Para o senhor disponibilizar para a comissão essa documentação.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Faço questão. Senador, está aqui: Contrato, notas fiscais emitidas mês a mês e extrato bancário da locadora onde foi pago pelo PT.

SENHOR RELATOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Obrigado.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Me diga uma coisa. Agora quanto custa para alugar? Só para a gente ter uma idéia, porque eu nunca aluguei um carro.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Na época era onze mil por mês a base desses carros.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Onze mil reais por mês?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Onze mil cada um.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Por que eles alugavam carro blindado? Eles tinham medo de ser seqüestrados, ser assaltados, transportavam valores no carro ou não?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Senador, não sei especificamente quanto a eles. Eu acredito como estava em campanha, ou então, hoje Presidente Lula, que era candidato, eu acredito que a pessoa, para ocupar um cargo tão importante, tenha medo. São Paulo é uma cidade muito violenta, Senador.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Quer dizer que quem andava no carro era o Presidente Lula?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu não posso afirmar para o senhor. Eu tenho conhecimento que um carro quem usava era o Presidente Lula, outro o José Dirceu e outro o Palocci, que então era Prefeito de Ribeirão Preto e era dirigente do PT. Basicamente o que eu sei, assim, de ouvir falar.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eram esses três. O senhor alugava carro blindado para outros partidos ou só para o PT?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, já aluguei para o PDT, para o PSB, normalmente nas Prefeituras em volta da região de Campinas, depois do assassinato do Toninho do PT, em 2001, final de 2001, alguns Prefeitos começaram a tomar cuidado e começaram a alugar carros blindados, depois a própria Prefeitura comprou carro blindado para eles, para uso próprio.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – O PT pagou o senhor pelo caixa 1 ou pelo caixa 2?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Estão aqui os extratos bancários da locadora, Senador, onde estão endividado pagos todas as notas fiscais mês a mês.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pagou em dinheiro ou em cheque?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu não sei responder para o senhor, o extrato ...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eles pagaram um milhão de reais.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – O extrato não me diz se foi em dinheiro ou em cheque. Cheque compensado. Cheque compensado.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Tudo em cheque?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Normalmente sim.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Então, o senhor teve sorte, viu.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Obrigado, Senador.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – O vice-Presidente recebeu em dinheiro. Em relação a questão da operação dos dólares de Cuba, na verdade, é uma operação em que um avião saiu de Campo Grande, veio aqui para Brasília, pegou o senhor Poleto, ia para o aeroporto de Congonhas, não tinha teto, ele foi para o aeroporto de Viracopos. Chegou no aeroporto de Viracopos, que é um aeroporto internacional, portanto, fiscalizado pela Receita Federal e Polícia Federal, ele levantou vôo novamente e pousou num lugar chamado Amarais, uma coisa assim. Na realidade foi toda uma operação dita para carregar três caixas de uísque, quando era uísque Johnny Walker vermelho, que é o mais comum no Brasil e no mundo. Tem para vender em qualquer mercearia de São Paulo. Evidentemente que essa é uma história cuja credibilidade fica bastante difícil de crer, que alguém fosse fazer uma operação tão grande num avião para levar três caixas de uísque. Se diz sempre que a revista "Veja" publicou essa matéria, como se a revista fosse responsável pela matéria. Mas na realidade, o que a revista publicou foi uma entrevista do senhor Poleto. Quer dizer, foi o Poleto que disse e confirmou aqui que tinha dito todas essas informações do dinheiro, do milhão e meio etc. Depois ele disse aqui que estava embriagado. Mas, normalmente, sujeito embriagado diz mais a verdade do que o bom. O sujeito quando bebe, ele diz mais a verdade do que o bom. Essa que é. Então, na verdade essa história não foi inventada pela "Veja", se foi inventada foi inventada pelo senhor Poleto. E tudo o que apareceu de lá para cá, desde que saiu na "Veja" só confirma que efetivamente não havia uísque dentro daquelas caixas e que deveria haver dinheiro. O carro que foi esperar essas pessoas, no caso, esperar o Poleto com o Ralf Barquete dentro

era um carro pertencia a V.Sa. Então, eu perguntaria. Daí o carro ia para o aeroporto, do aeroporto foi para outro, pegou, deixou eles no centro de São Paulo. O que que V.Sa. soube, depois? Não na hora que, V.Sa., evidentemente, como dono de uma empresa de locação, não vai trazer o trânsito dos seus carros. Aí eu reconheço. Mas depois dessa confusão toda que saiu no jornal, o nome de V.Sa., V.Sa. conhece o motorista, os seus funcionários. O que que o senhor sabe sobre essa operação que a gente não sabe? Já que o senhor disse que quer colaborar, eu acho que seria uma grande colaboração se o senhor dissesse o que é que o senhor sabe sobre essa operação.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Senador, a não ser que eu tinha três carros alugados pelo PT e se um dos carros que era dirigido pelo Éder que prestava serviços para mim, provavelmente um desses carros que foi lá era meu. Fora isso não sei nada, Senador. Nunca tinha ouvido falar dessa história. Eu li na revista. Fiquei sabendo quando o Policarpo Júnior da "Veja" me telefonou para confirmar se eu tinha cedido carro para o Poleto.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – E esse motorista, Éder Macedo, ele, na realidade, trabalhava dirigindo para o PT os carros de V.Sa. Ele era indicado pelo PT? Quer dizer, V.Sa. conheceu ele através do PT ou ele já era um motorista que prestava serviços a V.Sa. e que o PT conheceu ele através de V.Sa.? Como foi a relação?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – O senhor ©der foi motorista selecionado por nossa empresa já em 2000.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Em 2000.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Então ele não veio indicado por ninguém. Pelo que eu sei, o Ministro Palocci gostava muito do serviço dele e o convidou para o Ministério, parece que no Rio de Janeiro, o Ministério da Fazenda, onde ele está trabalhando até hoje.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Quer dizer que depois dessa operação de transporte dessas caixas, ele, na realidade, deixou de trabalhar para V.Sa. e foi trabalhar diretamente no Ministério da Fazenda, transportando o senhor Ademirson e o Ministro Palocci, no Rio de Janeiro?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu acho que muito tempo depois, Senador. Essa operação o que senhor está falando foi quando, julho, agosto?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Foi em 2002.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Ele parou de prestar serviço para a empresa em janeiro de 2003, que eu penso que foi quando ele foi para o Ministério.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Porque antes ele não podia ir porque o Ministro Palocci não era Ministro ainda. Na realidade, logo que o Ministro assumiu, o Ministro, então, como ele era motorista de confiança, ele foi, então, para essa ...

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu acredito que o Ministro tenha confiança nele, sim, senhor.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Tem um outro motorista chamado Francisco das Chagas que o senhor conhece esse motorista ou não?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Conheço, sim, senhor.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ele trabalhou aqui para o senhor.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Ele trabalhou aqui comigo.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Qual é a sua relação com ele?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – No começo de 2003, Senador, eu vinha mais freqüentemente à Brasília porque eu estava estudando de abrir uma locadora de carros aqui, blindados ou carros de luxo. Depois vi que não funcionava, não tem mercado aqui para isso. Mas o senhor Francisco eu contratei, o senhor Francisco trabalhava numa empresa aqui de locação de carros de luxo, que eu comecei a alugar inclusive para estudar mercado, chamada Jajur (F), se não me engano. E eu conheci porque ele começou a me servir e eu o contratei para ser meu motorista aqui em Brasília durante os meses de ...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ele deu uma declaração na Polícia Federal dizendo que levou V.Sa. diversas vezes para a tal chamada casa de negócios de Ribeirão Preto no lago sul. V.Sa. disse que só foi lá uma vez.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Ele me levou uma vez, a única vez que eu fui ele me levou, Senador.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pois ele disse que levou o senhor diversas vezes lá, na Polícia Federal.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu não tenho conhecimento desse depoimento dele. O que eu posso falar é o que eu sei que aconteceu comigo. Ele me levou uma vez na casa.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Somente uma vez. Foi esse tal churrasco que V.Sa. falou.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Exatamente. Ele foi meu motorista durante três meses. E depois que eu resolvi não fazer esse tipo de

negócio de locação aqui, o Ralf pediu para se podia contratá-lo, eu falei: "Pode, para mim ele não precisa mais trabalhar." Se não me engano, o Ralf contratou ele depois disso.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ele disse que levou o senhor, levou o Ralf, o Buratti, levou o Poleto e levava essa turma toda para a casa de negócio de Ribeirão Preto e disse que o senhor levou diversas vezes.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Os outros eu não sei, Senador, a mim ele levou uma vez. A única vez que fui ele levou. Inclusive se o senhor me perguntar onde é a casa, exatamente não sei, porque fui uma vez e fui conduzido por ele.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas nós temos o endereço aqui, podemos fornecer a V.Exa. Mas não é mais de Ribeirão Preto. Senhor Presidente, senhoras e senhores Senadores, eu gostaria de agradecer ao depoente e acho que, na realidade, foi importante o depoimento dele. Eu acho que nós temos que investigar cada vez melhor essa questão dessa operação dos dólares de Cuba. É uma operação que parecia criada do nada, mas depois se verificou que ela tem muita base e ela não foi publicada pela revista, como a gente sempre diz. A revista publicou o depoimento do senhor Poleto, e o depoimento do senhor Poleto dizia exatamente isso. Então eu gostaria de agradecer. Muito obrigado.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa., Senador José Jorge e concedo a palavra ao Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Senhor Presidente, senhores Senadores. Quando o fato de alguém vir a uma CPI não significa que deva ser condenado, responsabilizado por ilícitos, eventualmente praticados por quem quer que seja. Uma CPI, nós já dissemos isso, ela pode ser instrumento para a condenação ou pode ser também instrumento para oferecer um atestado de boa conduta, eliminando qualquer suspeição que possa prevalecer em relação a determinadas pessoas. De início há sempre, da parte dos integrantes desta CPI, a boa vontade de encarar as pessoas como inocentes até prova em contrário. Não fazemos juízo de valor antes da comprovação dos fatos. Agora, o que me surpreendeu no seu caso, eu imaginava, senhor Roberto Carlos pode ser simplesmente amigo de lideranças do PT, do Ministro Palocci, de Ralf Barquetti, enfim. E, afinal, prestou favores, sem tomar conhecimento do que pudesse vir a ocorrer. Mas o que me surpreende, eu repito, é o fato do senhor ter insistido para impedir a quebra do seu sigilo bancário. Por que razão o senhor tenta impedir insistentemente que se quebre o seu sigilo bancário?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Senador, eu não tenho problema nenhum de abrir meu sigilo bancário para os senhores. O meu problema, eu moro na cidade de São Paulo, que inclusive o Senador Tuma conhece muito bem, mora lá também, onde a violência é muito grande, Senador. Eu não quero ter meus dados divulgados pela imprensa. É um direito que eu gosto de preservar e eu vou lutar para preservar, Senador.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Mas V.Exa. pode ter a certeza de que essa CPI não divulga irresponsavelmente dados bancários. Apenas chega ao conhecimento da imprensa quando há motivação para tal. Quando na investigação se constata ilícitos praticados, irregularidades, corrupção ou crime contra o Sistema Financeiro, contra a Ordem Tributária. Só nestes casos é que se divulga. Tanto é que muitas pessoas têm os seus sigilos quebrados pelas CPIs e a movimentação financeira não é revelada. Mas eu vejo que o senhor tem um comportamento diferente, há pouco, autorizou, disse que assina a quebra do seu sigilo bancário em relação a uma conta no exterior indicada pelo relator Garibaldi Alves Filho. Por que esse comportamento diferente? Por que o senhor não autoriza, então, a quebra do sigilo relativamente a sua movimentação bancária no Brasil? Qual é a diferença de procedimento?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Porque esta conta não é minha, Senador. Essa conta no exterior não é minha. Eu nunca tive. E meus dados no Brasil, onde eu tenho todo o meu patrimônio construído durante esses anos, eu, realmente, eu me acho no direito de preservar, eu não gostaria que fosse divulgado, ainda mais morando onde eu moro, em São Paulo.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Mas eu repito que esse cuidado não há necessidade de ter da parte do senhor porque a CPI tem a responsabilidade do sigilo. Ela quebra o sigilo para o conhecimento interno. E não para a divulgação. A divulgação ocorre, eu repito, quando há a constatação de irregularidades. Porque uma CPI não se instala para esconder, ela se instala para revelar, para conferir transparência, para informar a população. Relativamente ao carro aí, eu creio que os Senadores já esgotaram a pauta. Eu indago se o senhor viajou no avião particular do senhor Conag (F)?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor. Eu não conheço o senhor Conag (F) e nunca viajei no avião dele, Senador.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – A informação de hoje é que apenas como foi motivo de debate aqui hoje, o senhor Conag (F) informa que nunca alugou seu avião, sempre o cedeu gratuitamente. O

Relator já indagou a respeito da sua participação em várias empresas, mas eu gostaria que o senhor nos especificasse, com relação à empresa OGA – Companhia de Máquinas e Sistemas limitada, já o que senhor afirmou que não tem participação em jogos.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, não tenho, Senador.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Essa empresa, ela é fornecedora de máquinas, sistema, máquina de jogos, eletrônicos.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor. Essa empresa não é nada, Senador, porque ela nunca operou. Essa empresa foi criada, um dos sócios dessa empresa, se o senhor tiver o contrato social na mão, se não tiver eu posso lhe fornecer que está aqui: Carlos Sarmento, que é um outro conhecido amigo meu. Ele veio com uma, com uma proposta de. Ele estava estudando uma tecnologia de um filtro para óleo diesel, para ser usado em ônibus e caminhões de tecnologia sul-africana, inclusive ele foi à África do Sul para verificar esse sistema que economizaria até 20% do óleo diesel quando usado nos veículos. Então, isso nos interessou como negócio, conversamos, "vamos fazer."

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Então ela não fabrica máquinas de jogos eletrônicos.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – A empresa nunca funcionou, Senador.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Não funcionou.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Nunca funcionou. Tenho aqui três declarações da Receita Federal enquanto ela existiu, empresa inativa ano 2003, 2004, 2005. Nunca funcionou. Nunca funcionou a empresa.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – O senhor é sócio da LOCABLIN ou é proprietário com exclusividade? Essa locadora de ...

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sou sócio-proprietário.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sócio-proprietário?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim, senhor.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – E quando o senhor alugou esse carro e designou o motorista Éder, ele era designado, segundo o senhor disse, porque era da preferência do Ministro Palocci, é isso?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim, senhor.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – E quando do aluguel deste carro e da indicação do Éder para conduzi-lo, o senhor tinha a informação de que esse carro iria transportar aquela caixa?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor, Senador. Não tinha informação. Normalmente, eles ficavam com o carro uma semana, 15 dias ou até um mês. Então eu não tinha. Eu não tinha informação do dia-a-dia que se passava.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Isso é crível, não poderia ser diferente. Apenas eu indago porque há também, poderia existir a hipótese do senhor ter uma ligação mais estreitada com essas pessoas do PT, que poderiam ter informado o senhor sobre o objetivo dessa viagem. Eles não informaram?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor. Inclusive era comum eles fazerem viagem com os carros, Senador. Principalmente o Éder viajava muito a Ribeirão Preto. E Campinas é caminho de Ribeirão Preto, por exemplo. O Éder viajava, porque na época o Ministro Palocci era Prefeito ainda de Ribeirão Preto. Na época do aluguel desse carro, na época desse acontecido. Então, o que eu tenho conhecimento é que o Éder viajava muito São Paulo, Ribeirão Preto. É um trajeto que ele fazia muito.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu acredito, aliás, para informar que se esta CPI desejasse divulgar a movimentação financeira do senhor já teria feito porque as informações decorrentes da quebra do sigilo já se encontram em poder da CPI. Por isso é que pese o fato do senhor insistir em não autorizar a quebra do seu sigilo, ele será certamente autorizado pelo Supremo Tribunal Federal, a quebra do seu sigilo será autorizada. Só indago se o senhor não, por livre e espontânea vontade, no dia de hoje, não autorizaria essa quebra, até liberando o Supremo Tribunal Federal dessa decisão.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Vamos dar tempo ao tempo, Senador.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Fica essa impressão de dúvidas relativamente a sua movimentação financeira. Exatamente em função desse cuidado, dessa blindagem que deliberadamente o senhor propõe para as suas contas bancárias.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu garanto para o senhor que o cuidado é somente pessoal, familiar. Nada mais.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Muito obrigado, agradeço aí, senhor Presidente, pelo tempo.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senhor Roberto Carlos Kurzweil, eu acho que há um erro aqui no documento da Junta Comercial do Estado de São Paulo. Porque a nacionalidade do senhor.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu sou brasileiro de nascimento e nacionalidade, nascido em São Paulo, Senador. Em abril de 56. Onde eu sempre vivi.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Porque há um dado aqui dando nacionalidade angolana.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – O senhor me desculpa, mas esse dado está errado.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Obrigado. Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senhor Presidente, eu acho que os Senadores que me antecederam foram muito claros nos seus propósitos de questionamentos ao senhor Kurzweil, e eu penso que muito pouco eu teria a acrescentar. Só gostaria de indagar se o senhor tem predomínio de clientes para o aluguel dos seus carros, empresas particulares, é isso?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Senador, a maioria dos meus clientes, mais de 90%, são empresas multinacionais e Executivos dessas empresas que trabalham no Brasil e fora dele. Não é comum eu alugar carro para a Parlamentares ou partidos políticos, não é o forte da minha empresa. A minha empresa tem como clientes Executivos e empresas multinacionais.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – E pergunto ao senhor, seguramente, pelo tipo de abordagem que foi feita aqui, o senhor tem relacionamentos políticos. E aqui foi indagado apenas um relacionamento político com o Ministro Palocci, com o senhor Rogério Buratti. O senhor Ralf Barquetti, o senhor se sentia à vontade em informar as suas amizades com personalidades políticas e algum tipo de relacionamento social, gostaria de ouvir do senhor. Só para deixar bem colocado como natural o seu convívio com o ex-Prefeito de Ribeirão Preto, com a empresa que atua lá desde 1987, como o senhor muito bem disse aqui.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Senador, como eu comecei a trabalhar com 13 anos de idade, e já numa empresa que prestava serviços públicos, eu, desde então, hoje eu estou com 49, então há 30 e tantos anos que eu, obrigatoriamente, pelo meu trabalho, eu tenho relacionamento com pessoas públicas, principalmente de prefeituras. Governo de Estado e etc. Eu conheço muitos Prefeitos, ex-Prefeitos, não só do PT, como do PSDB, do PMDB, do PFL, do PP e me relaciono muito bem com eles também. Se algum deles, como, por exemplo, o Doutor Elson Gasparini, que hoje é Prefeito de Ribeirão Preto, ele já está na quarta gestão. Desde que eu estou lá em Ribeirão Preto, já é a segunda gestão dele, está na quarta. É do PSDB. Me dou muito bem com ele. Se ele se tornasse Ministro amanhã, eu gostaria de continuar com o meu relacionamento com ele.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sendo aqui em algumas oportunidades até convivência mais próxima de irem a sua residência. O senhor teria algo a acrescentar sobre isso?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Senador, eu nunca tive amizade de ...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – A esse ponto.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu chamo de amigo meu quem freqüenta a minha residência ou eu freqüento a residência dele. Mesmo o Ministro Palocci, do qual eu tenho um profundo respeito e um relacionamento muito bom, ele nunca esteve na minha residência e nem eu na residência dele. E também esses outros Prefeitos de outros partidos também não acontece isso. Eu tenho um relacionamento profissional muito bom, pretendo sempre ter o melhor possível, mas sem chegar a um nível de amizade íntima.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu gostaria de esclarecer, senhor Presidente, encerrando já a minha indagação, que do que afirmaram aqui serem seus supostos sócios na atividade de bingo que o senhor já negou peremptoriamente aqui, eu pedi a vinda antecipada daqueles dois cidadãos para que possam dar os esclarecimentos complementares à CPI.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senhor Presidente, senhores Senadores, senhores Senadoras, meu caro Depoente, senhores Advogados. Senhor Roberto Carlos Kurzweil, o nome de V.Sa. surgiu aqui realmente em razão do carro blindado que teria feito o deslocamento de forma inusitada na busca de três caixas, que se declaram que constaria a presença de uísque, de bebidas. E há, sem dúvida nenhuma, uma denúncia de que era um transporte de dólares originários de Cuba. O veículo, dirigido pelo motorista, senhor Éder, ele veio aqui praticamente apavorado. Parecia que ele estava engessado nas colocações e teve, praticamente, uma vigilância de pessoas do Ministério e também um Advogado contratado pelo Advogado do partido em São Paulo, no Rio de Janeiro. Então, eu pergunto ao senhor, com todo o respeito, é claro, o senhor disse que tem, alugou três veículos blindados para o PT. O senhor podia dizer quem fez esta locação desses três carros? Quem tratou com o senhor? Preço e outros detalhes, não sei se alguém perguntou, eu saí rapidamente, mas voltei, acho que não houve essa pergunta.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Senador, a tratativa não foi feita direto para mim, que eu expliquei que eu não fico no dia-a-dia da locadora. Eu tenho lá o meu pessoal que gerencia. Mas as informações que eu tenho é que foi o contato e o contrato foi feito diretamente pelo Diretório do PT, Diretório Nacional do PT em São Paulo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Quem assinou, o senhor lembra?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Um dos contratos está assinado pelo José Dirceu, que na época era o Presidente do PT.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor poderia fornecer à CPI as cópias?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Todas as cópias aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Foi então Presidente do partido José Dirceu.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim, senhor. Outros, os outros dois contratos estão assinados por outras pessoas. Mas acredito que sob o mesmo comando do José Dirceu que era, na época, o Presidente do partido. A negociação foi conduzida por ele.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ela foi contratada por determinado tempo e permaneceu por esse tempo com o partido.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim, senhor. Foi contratado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tendo o Éder com um carro e dois outros motoristas com os outros?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – O Éder com um carro e outros dois carros sem o fornecimento de motorista pela locadora.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não foi localizado.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eles usavam, pelo que eu ouvi, eles usavam os motoristas seguranças, que davam segurança ao candidato Lula. Na época. Ou algum do PT.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque o Éder foi considerado uma pessoa muito ligada a dirigentes do PT, era um homem de confiança, mesmo como taxista tenha servido a alguns membros do partido, principalmente para o pessoal ligado a Ribeirão Preto. Eu pergunto ao senhor se na volta do veículo há algum relatório a respeito dos serviços prestados, quilometragem, por onde andou, uma súmula de toda a atividade do carro na prestação de contas?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Da atividade não, Senador, mas há o controle de quilometragem, sem dúvida.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só a quilometragem?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Só a quilometragem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Por onde andou, onde deixou de andar?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor. Não é costume nem da minha locadora e nem de nenhuma outra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Estou perguntando, não desrespeitando.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Só estou esclarecendo para o senhor. Se o senhor vai numa locadora grande, (inaudível) ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Qualquer um pode alocar um carro e não contar para onde foi.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Normalmente não se conta.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas como é um motorista que trabalhava na empresa, poderia relatar.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, ele não tinha obrigação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Até porque ele poderia achar estranho a forma. O senhor deve ter acompanhado todo o depoimento do Poleto, que foi meio maluco aqui, sem desrespeito a ele, mas que estava bêbado quando falou com a revista. Foi hilariante, mas constrangedor o depoimento que ele fez aqui. E a descrição foi muito clara: que eles foram, foi contratado, além do avião que o senhor não tem nada com isso, que o avião fez um deslocamento do interior para Brasília para trazer três caixas de uísque, e essas caixas foram descer em Viracopos, e de Viracopos mandaram ir para os Amarais, que é um aeroporto próximo, lá em Campinas mesmo, e o carro se deslocou para esse local e o motorista não saiu do carro nem para ajudar a abrir a mala, nem nada. Não teria visto nada. Colocaram as caixas e ele veio para São Paulo, levou até uma churrascaria. Na churrascaria teriam tirado as caixas e dispensado o motorista. O senhor há de convir, não quero a sua opinião e nem deve dar porque o senhor não tem nada com isso. Pelo menos o que o senhor, o depoimento indica aqui e eu respeito à sinceridade com que o senhor está falando. Mas é quase que inacreditável, inaceitável, não sei se é porque experiência policial, 50 anos na polícia, a gente desconfia de determinadas informações que não condizem com a própria realidade das coisas. Como é que... não teve uma conversa, não teve nada dentro do carro que indicasse qualquer movimento? Três caixas de uísque, se eu alugar um carro, não custa barato um carro blindado.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não sei quanto custa à hora, só por curiosidade.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Esse carro estava alugado por 11 mil por mês. 11 mil reais por mês.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Efraim, o senhor vê o valor do aluguel do carro, 11 mil por mês. Quer dizer, o avião para se deslocar de Penápolis, São Paulo, São Paulo, Brasília e voltar, deve ter custado 10 caixas de uísque. Ou pelo menos meia dúzia. É que eu não sei o valor exato de caixa de uísque, graças a Deus, eu só bebo quando me convidam assim para um aperitivo, porque eu não posso nem abusar por umas razões de deficiência cardiológica. Eu não tenho medo de falar porque eu acho que essas coisas a gente tem que se cuidar. E o povo sabe que quem se cuida vive mais. E ele teve aqui o descaramento de dizer que estava com o jornalista bebendo uns copos a mais de chopes. Então, ele falou demais, falou coisa, como é que pode inventar uma história desta?! Não dá para o cara, mesmo bêbado, inventar uma história tão romanceada como ele fez. Que dá evidência da verdade e da história que ele contou para o jornalista, não daquela que ele falou aqui com a mesma proteção do senhor. Eu não estou discutindo, acho que tem que recorrer recorre e a justiça dá uma liminar por uma razão muito simples. Porque o que acontecer, se não tiver a liminar, não tem mais efeito. A liminar é para garantir alguns direitos que pode ser cassada, isso já é outro, outro aspecto jurídico. Como o próprio parecer da ministra Ellen Gracie, ela diz que o poder mitigado do, da CPI se iguala ao do Juiz singular. Algumas coisas que o Juiz pode intimar, recorrer, se recorre a um Tribunal Superior para impedir o desejo do Juiz, de quebra de sigilo, de outras coisas. Então, não estou discutindo isto. Eu estou sentindo que o senhor não está fugindo a colaborar dentro dos aspectos que sejam da sua competência e do seu conhecimento.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Senador, como eu disse no começo que eu não ia me furtar a responder nenhuma pergunta, não estou me furtando e estou aqui para ajudar a esclarecer o que eu puder aos senhores.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu estou, eu não disse o contrário. Agora como é que chamava a firma do pai do senhor?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – ENTERPA engenharia.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque eu quando eu ouvi a minha memória acendeu. Era sobre saneamento básico?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – A ENTERPA era uma empresa de engenharia, serviço de limpeza pública.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E trabalhava para a Prefeitura de São Paulo?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Trabalhava sim, senhor. Inclusive, a ENTERPA foi uma das pioneiras na privatização do serviço de coleta de lixo na cidade de São Paulo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu me lembro que houve uma situação dessa de coleta de lixos que houve material de imprensa e tudo.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Provavelmente onde o senhor mora o senhor teve serviço da ENTERPA por muitos anos. Agora não tem mais.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não está mais em São Paulo?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não. Foi vendida para um grupo argentino.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O que eu acho bastante estranho, aí eu pedi quebra de sigilo de algumas empresas de lixo aqui, estou esperando o Presidente verificar, é o capital estrangeiro que adquiriu a maioria das empresas de lixo. Não sei se o senhor confirma isso.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Confirmo, sim, senhor. A maioria das empresas brasileiras de limpeza pública foram vendidas a empresas estrangeiras. A ENTERPA foi vendida para um grupo argentino, a Vega Sopave foi vendida para um grupo francês. E mais duas empresas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Essa foi mais grave.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Foi, foi. O francês. Nós não estávamos mais lá, vou te falar só como curiosidade, se não me engano em 97 ou 98, por aí.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu me lembro que teve qualquer noticiário a respeito, a minha memória não—

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim, senhor. Hoje se chama Qualix.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas é a mesma empresa?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – É a mesma empresa, só que mudou a (inaudível).

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu pedi aí a quebra...

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – A QUALIX pertence a um grupo argentino, se não me engano o grupo Macre (F), se não me engano.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sabe, Doutor Kurzweil, o que a gente assusta um pouco que

quase todo o sistema que a CPI está investigando nasceram em Ribeirão Preto. Todo mundo que vem depor aqui tem qualquer vinculação com a administração da Prefeitura de Ribeirão Preto. Então, realmente uma das razões da convocação, não sei quem foi o autor do requerimento, mas tem com base esse, desta atividade que o senhor prestou, presta ainda, como disse para o novo Prefeito que não tem nada com o PT, é uma pessoa de bem que eu conheço há muitos anos, não vou entrar no mérito da administração dele, mas como Deputado, como Prefeito anterior sempre teve o nosso respeito. E sobre Angola, também há uma coisa interessante de que veio depor aqui, como é que chama? Como é? Doutor, como é que chama o que de Angola que depôs aqui? Conag (F), que hoje está desmentindo o senhor Ministro, ele disse que por acaso ele foi a Angola, vendia conexões, depois encontrou o Presidente Lula com a comitiva, por acaso era ligado ao Buratti e o Buratti apresentou ele. Então, ele passou a vender tudo menos conexão. Caminhão, arroz, feijão, tudo que desse, quer dizer, passou a ser o intermediário de negócios. Então quando surge aqui que o senhor tem negócios com Angola, eu pergunto se tem alguma relação com. O Buratti o senhor já falou aqui.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu não tenho negócios em Angola.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Que o Buratti procurou o senhor para saber com quem poderia.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Nos telefonemas ele me procurava. Eu estudei, no ano de 2003, eu estudei fazer negócios em Angola junto com o meu sócio espanhol. Eu conheci o Ministro de obras públicas e infra-estrutura de Angola em Madri, junto com esse meu sócio espanhol. Quando esse Ministro nos convidou a conhecer o projeto de reconstrução que eles têm lá para Angola, que foi totalmente destruído.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Fazer um financiamento internacional grande.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Financiamento internacional, dinheiro do petróleo deles, isso porque a Angola foi destruída durante 20 anos pela guerra civil, os senhores devem ter acompanhado, e acabou há uns quatro, cinco anos atrás. Então eles têm um projeto grande de reconstrução do país. Onde só de estradas...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Depois da guerra.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Depois da guerra civil que praticamente destruiu o país. Então, por exemplo, no setor de saneamento eles não têm nada. Não têm água potável e muito menos tratamento de esgoto. Não têm estradas, oito mil quilômetros de estradas para fazer assim, de imediato. Treze mil quilômetros de ferrovias. Tem que reconstruir o país, praticamente todo. E eu estive em Angola durante quatro vezes no ano de 2003, estudando essa proposta, eu junto com meu sócio espanhol, nós estávamos estudando, e resolvemos que não tinha condições, o país é muito pobre e, enfim, vai demorar muito esse, essa reconstrução de Angola e resolvemos não fazer o negócio. Agora, não tive, não tenho nenhum negócio lá, apenas estudei e não tem nada a ver com o senhor Conag (F), que eu não conheço, e nem com os negócios que o senhor Buratti possa ter tido lá.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Agora o Presidente perdoou uma boa parte da dívida da Nigéria para estimular novos negócios. Em Angola também não houve nenhum tipo de financiamento que o governo oferecesse às empresas brasileiras para que tivesse possibilidade de realizar essas dificuldades que o governo de Angola tem?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu desconheço, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu pergunto por que poderia o senhor, o BNDES não faça que o BNDES...

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Como disse ao senhor, eu estava estudando o negócio desde Espanha para Angola. Então, Espanha com Angola havia umas linhas de financiamento, sim, senhor. Há muita linha de financiamento para ajudar a Angola. Muitos países têm vontade de ajudar Angola. Mas realmente a situação lá é muito difícil, é muito grave a situação de Angola. Eu não sei se conseguem usar essas linhas ou não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Esse Ministro o que senhor conheceu, o Ministro.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Higino carneiro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele nunca falou sobre o Conag (F) e o José Roberto que já tinha muitos negócios com eles e tudo?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, o que ele me falou é que estava estudando muitos negócios com empresas brasileiras. Mas não me citou nenhum nome. E eu não conhecia, não conheço o senhor Conag (F).

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque quando o governo, o Presidente foi para lá foi com uma comitiva de empresários.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Foi e eu não estava.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não foi nem convidado?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Nem estava lá.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu pergunto se houve algum convite.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Nenhum convite, né?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O aluguel do carro foi durante o período eleitoral mesmo, o senhor conferiu as datas?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim, senhor. Foi durante a campanha eleitoral de 2002.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Um está assinado pelo Presidente do partido, o ex-Deputado, o Deputado José Dirceu. O outro não é legível, parece-me que é só uma rubrica e o outro não tem nem assinatura e nem data.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – É que esse outro foi um terceiro carro pedido para agregar aos contratos.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas não é o que consta aqui.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Foi pedido telefônico, Senador.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Há uma contradição aqui que tem um contrato de, bom, que sai a CPI e vai averiguar, claro que às vezes, eu estou fazendo só de 16 de setembro de 2002 que a diária era trezentos reais e diz: "A partir de novembro", a diária seria trezentos e sessenta e seis, não é isso? Uma observação que tem aqui só.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim, senhor, essa observação é feita quando é mudado o tipo de carro. Provavelmente, provavelmente não, a partir dessa data foi pego um carro cujo valor...

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Só que no dia 27 de junho, 27 de junho, a diária já era trezentos e sessenta e seis e sessenta e seis.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Esse é outro contrato, Senador.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim, mas é isso que eu estou, eu, coincidentemente, não quero aqui discordar de nada, mas há muita, inclusive nos extratos que vai verificar.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Qualquer dúvida que os senhores tiverem o meu pessoal está à disposição para esclarecer.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, o problema que eu estou...

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É estranho, você ter um contrato que não está assinado e está prestado conta. O outro, o outro não se identifica à assinatura.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Prestaram conta segundo ele, precisa ver se foi. (tumulto)

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Só para esclarecer, só para esclarecer, Senador Romeu Tuma, está aqui: "aditivo ao contrato de locação de veículos." Aditivo. Está assinado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Complementação.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pelo Ministro, o ex-Ministro, ex-Deputado cassado José Dirceu.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Deve ter um anterior.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Um aditivo, deve ter um outro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Um anterior.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Aqui vem um outro assinado no mesmo período que já não é a assinatura de José Dirceu. Não sei de quem é. E vem um outro, quer dizer, se é um aditivo a um aditivo, porque já tinha um aditivo anterior, que não tem assinatura. Quer dizer, eu acho que essas folhas têm que ser periciadas, examinadas pela CPI.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Os originais se encontram.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Os originais se encontram na empresa se os senhores quiserem eu encaminho os originais e nós esclarecemos tudo. Só quero esclarecer que é muito comum clientes normais pedirem mais um carro e nem assinarem o contrato. Mas o contrato é feito.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas se trata de um cliente comum não, é de um partido político.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – A nota fiscal está emitida e o dinheiro está depositado na conta. Mais que isso eu não posso obrigar alguém assinar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O pagamento foi feito pelo próprio PT através de cheque.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim, senhor. Através de cheque, conforme comprovam todos...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Cheque do partido?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Os depósitos bancários.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O PT deve tanto dinheiro por aí que...

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Para mim não ficou devendo nada, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então eu só, agora, o senhor não pode saber, mas talvez, Presidente, saber se foi prestado contas no Tribunal Eleitoral porque foi durante o período eleitoral a locação dos veículos. Então, devia fazer parte da campanha.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu acredito que foi porque o Tribunal Eleitoral nos mandou aquele formulário como prestador de serviço pedindo para confirmar uns dados, etc. Pelo que eu tenho lembrança, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Perfeito. Então é isso, senhor Presidente. Agradeço as respostas do senhor.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa. e concedo a palavra ao Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Presidente, os demais Senadores, sobretudo o Senador Garibaldi Alves Filho formulou as questões que considero mais relevantes. Eu gostaria apenas de formular uma questão de natureza geral, mas a ponto do objetivo que temos para a Comissão Parlamentar de Inquérito e, sobretudo, relacionada ao Ministro Antônio Palocci. O senhor Roberto Carlos Kurzweil mencionou que ao longo destes últimos anos teve a oportunidade de conversar com ele, solicitar audiência através, inclusive, dos assessores do Ministro Antônio Palocci, mencionou que conversou com ele, que eu me lembre, cerca de cinco vezes. Portanto, teve um relacionamento importante, certamente, dentre os empresários brasileiros em três anos ter cinco audiências com, ou oportunidades de diálogo, com o Ministro da Fazenda por cinco vezes significa uma interação de razoável profundidade. Então, a pergunta que formulo é a seguinte: se em qualquer destas ocasiões em que teve a oportunidade de um relacionamento direto com o Ministro da Fazenda Antônio Palocci ou se em qualquer momento de diálogo com outros empresários brasileiros ou com quaisquer pessoas, se soube, V.Sa., de qualquer procedimento que pudesse ser considerado como inadequado, ferindo a ética por parte do Ministro Palocci. Então, eu gostaria de ouvir se em qualquer circunstância, V.Sa. percebeu qualquer procedimento que não fosse a defesa do interesse público, a defesa daquilo que podemos considerar como um procedimento ético, correto, adequado. Essa é a minha pergunta.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Senador, eu conheço o atual Ministro Palocci há dezesseis ou dezessete anos, desde que ele era Vereador em Ribeirão Preto. E durante todo esse tempo eu nunca soube nem ouvi nada que pudesse denegrir ou chamar de negociata ou maracutaia qualquer atitude do hoje Ministro Palocci, uma pessoa que eu respeito muito e tenho profunda admiração pelo trabalho dele. Sem precisar e sem querer defendê-lo. Sou dizendo a minha opinião pessoal e o que eu conheço dele, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Muito obrigado.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, V.Exa. já foi mais investigativo, investigador, hoje está, V.Exa., parece um pouco de horário, é um direito que lhe assiste. Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio. Antero Paes de Barros já falou. Não? V.Exa., Senador, ele está inscrito. Depois, V.Exa. Senador Antero.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente, senhor Roberto Carlos, quais eram os três carros alugados pelo PT. Que tipo de carros eram?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Pelo que eu vi nos contratos aqui, Senador, primeiramente eram dois Ômegas e um Passat, depois foram trocar o Passat trocou por outro Ômega. Essa é a razão de mudar o preço da diário que o Senador. Então, basicamente eram os três Ômegas, se bem que no começo um era Passat.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Qual carro blindado o Ministro Palocci utilizava?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu acredito, pelas datas de locação, Senador, que ele utilizava um veículo aqui de placa ACX 0404.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Qual foi o carro utilizado no transporte da caixa de uísque ou dos...

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu desconheço, Senador. Eu não sei.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Dos dólares.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não sei, não sei.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Mas esse carro, com certeza, em função do depoimento do motorista Éder, esse carro foi alugado pela empresa do senhor.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim, senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – E quem pagou o carro foi o PT.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Foi o PT.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Porque aí, senhor Presidente, senhor Relator, eu acho que esta afirmação é extremamente relevante porque se o senhor Roberto Carlos confirma que quem pagou o aluguel do carro foi o PT, isso mostra a confirmação de que é ilógica toda a explicação do partido. Eu creio que fechou o episódio dos dólares de Cuba. Porque, por que o PT iria alocar um carro blindado para transportar uísque? Toda a teoria era que o aluguel era para transportar uísque e não dólares. Aí utiliza um carro blindado para transportar uísque e a confirmação agora de que isso tudo foi pago pelo PT. Senhor Roberto Carlos, o senhor conhece o endereço Rua Regina Badra, 910, em São Paulo?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Se não me falha a memória, é o endereço da residência do meu irmão, Eric.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então Eric Kurzweil é seu irmão.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eric Kurzweil é meu irmão, sim, senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então, vamos lá para a questão do senhor Eric Kurzweil. O senhor confirma que não movimentou dinheiro no exterior?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Confirmo, sim, senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor confirma que Margarida Kurzweil é sua esposa e que ela também não movimentou dinheiro do exterior.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Confirmo, sim, senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor confirma, apesar de matérias jornalísticas darem conta de movimentação da off-shore Biscayne, de dólares terem saídos da conta UBS, que o senhor vai assinar o documento para facilitar a CPI chegar lá. Confirma, né?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, não, nunca tive essa conta, Senador. Desconheço essa movimentação.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor sabia que o senhor Eric Kurzweil, o senhor já disse que é seu irmão, utiliza a mesma off-shore Biscayne para movimentar dinheiro no exterior?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor, não sabia disso.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Inclusive que os dados deste endereço o que senhor diz que confirma, que o senhor sabe de cabeça.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Se não me engano é da residência dele.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Que é da residência dele aparece nos dados.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor, não sabia.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor sabia que, segundo informações do Ministério Público ele possui conta no banco de Nova Iorque?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor, não sabia.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor já confirmou que é dono da LOCABLIN.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Um dos sócios, sim, senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Um dos sócios. A empresa Biscayne Veículos limitada e a LOCABLIN são do mesmo grupo?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Se a empresa Biscayne que o senhor está referindo for uma loja de venda de veículos, o sócio da Biscayne é sócio na LOCABLIN também. Se for uma loja de...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – E o senhor é sócio da LOCABLIN e da Biscayne.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor, não tenho nada a ver com a Biscayne.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – E essas duas empresas funcionam no mesmo endereço.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então, eu quero dizer que no site da sua empresa, LOCABLIN, www. LOCABLIN. Com. BR se visitar este site, ambas as empresas se localizam, eu vou dar o endereço, na rua professor José Leite Oiticica, número 1, Morumbi, São Paulo.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – O que está lá no mesmo imóvel da LOCABLIN, é a Biscayne, mas a blindadora de veículos. Não. Tem a loja de carros, que é outro endereço, e a blindadora nós alugamos uma parte do imóvel que é nosso, é meu e do meu irmão, esse imóvel o que senhor citou, nós locamos uma parte, a blindadora Biscayne, que faz a blindagem de carros.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor já confirmou que é ou foi sócio de Carlos de Morais Sarmento na empresa OGA.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim, ele é nosso sócio também na locadora.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – E sócio na LOCABLIN também.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim, senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor sabia que o senhor Carlos Sarmento, seu sócio, se envolveu no escândalo do Juiz Nicolau?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu sei que ele foi chamado para prestar depoimentos na época, Senador.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Ele foi sócio de uma franquia de dente Wizard com uma das filhas do Juiz Nicolau. Além disso, ele teria vendido, por meio da loja Biscayne, da qual seria dono, aí tem que ver isso se em sociedade ou não com o senhor.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – (inaudível) Turbo por 30 mil dólares ao Juiz. Eu quero registrar aqui, senhor Presidente, que outras coincidências cercam o nome Biscayne. É que o Juiz Lalau possuía um apartamento em Miami localizado justamente na baia de Kay Biscayne. Por fim, o senhor Carlos Sarmento disputa corridas de automóveis pela equipe Biscayne. E, embora haja negativa do senhor Roberto Carlos, que não operava pela Biscayne. Mas há informações do Ministério Público que sim. E há informações do Ministério Público também que o Eric Kurzweil também operava pela Biscayne, e que esses dados estão no Ministério Público. Eu gostaria, senhor Presidente, de fazer uma solicitação a esta CPI. Que amanhã a CPI encaminhasse o depoimento do senhor Roberto Carlos Kurzweil para o Ministério Público Federal. Porque todos os dados do MTB estão localizados no Ministério Público Federal. Gostaria de, embora essas perguntas já tenham sido feitas, eu gostaria de fazer mais algumas indagações. O senhor, quando ganhou a licitação para o saneamento em Ribeirão Preto, o senhor ganhou pela empresa Rech (F) Construtora, foi isso?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – O senhor se refere à concessão de tratamento de esgoto?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Isto.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Exatamente

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Qual era o porte, capital social da empresa nessa época? Foi mais ou menos em 1995, é isso?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Pode ser em torno de vinte ou trinta milhões, não me recordo bem, Senador. Mas por aí. Acima de vinte, com certeza.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Acima de?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Vinte milhões de reais.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – À época a empresa tinha condições de assumir investimentos com recursos próprios de quarenta e cinco milhões?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim senhor, Senador. Tanto tinha que a estação está feita, concluída e operando.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Quando o que senhor conheceu o Ministro Palocci? Em que condições?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Conheci o Ministro Palocci ainda Vereador na Câmara de Ribeirão Preto. Por volta...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Quem apresentou ao senhor?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não me lembro, Senador.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor disse que esteve uma vez nessa casa que ficou conhecidíssima aqui em Brasília como uma casa de negócios ou casa de Ribeirão. O senhor teve uma vez aí num churrasco oferecido pelo Ralf Barquetti, é isso?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim, senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Apenas uma vez?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Apenas uma vez, Senador.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor confirma que fez ligações telefônicas com o Ralf?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Tive ligações telefônicas com Ralf, com Buratti

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Poleto?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Poleto, não, senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Com Jani Marie (F), o senhor teve?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Desculpe, quem?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Jani Marie Corner (F).

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não entendi direito, desculpe.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Com a empresária Jani Marie (F), o senhor teve alguma ligação telefônica?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor, não conheço.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O que seria uma das finalidades da casa lá.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Desconheço, Senador.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Os empresários angolanos, identificados como Arthur José Valente de Oliveira Caio e José Paulo Teixeira Cruz Figueiredo, são ou foram seus sócios na empresa OGA. O senhor confirma isso?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Foram meus sócios na empresa Cinco Telecom, que foi uma empresa de serviço de telefonia, e na empresa OGA, que nunca funcionou, Senador.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Como o senhor conheceu os senhores Arthur Valente e José Paulo Figueiredo?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu conheci o Arthur Caio socialmente, as minhas relações de praia, a praia no fim-de-semana, uns cinco ou seis anos atrás. Depois ele me apresentou o José Paulo, que era sócio dele.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu não vou insistir na pergunta porque o senhor já negou que tenha participado da intermediação da doação de um milhão de casa de bingo ao PT. Mas o senhor se associa com as pessoas sem procurar indagar, o senhor não gosta de jogo, falou aí. Não sabe jogar, falou aí. Nunca jogou, falou aí. E o senhor, quando vai se associar a uma pessoa, o senhor não procura identificar se essa pessoa tem ou não atividades ligadas a esse ramo.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Senador, quando nós conhecemos as pessoas, eu não faço uma investigação policial completa dos meus amigos. A gente ouve falar qual é o ramo principal de negócios, uma coisa ou outra. Mas eu, sinceramente, quando eu os conheci, eu desconhecia qualquer ligação deles com bingo, Senador.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor já confirmou aqui que a ENTERPA pertenceu a sua família, que a QUALIX é a sucessora da ENTERPA. A QUALIX também pertenceu a sua família?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Ou a QUALIX já foi para o grupo argentino?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – A QUALIX é do grupo argentino e sucedeu a ENTERPA depois que tínhamos saído da ENTERPA. Isso foi depois. Só estava esclarecendo ao Senador Tuma, do mercado, o que andou um pouco nos últimos anos.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu queria, para encerrar, senhor Presidente, até porque o meu tempo se esgotou, de pedir a V.Exa. que encaminhe pela CPI à Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo para que a Secretaria de Fazenda ateste sobre as notas fiscais em poder da CPI. Era essa o requerimento que eu ia fazer a V.Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, só para completar, se o Doutor Depoente lembra quem estava na casa de negócios nesse dia de churrasco. Se o senhor lembra? Se o senhor já falou tudo bem.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Já falei, mas eu repito.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não se preocupe, eu leio as notas, mas o senhor fique à vontade.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu vi na casa o Poleto e o Buratti.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só os dois.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Só os dois e o Ralf, que me convidou para o churrasco.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mais ninguém?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Mais ninguém.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Churrasquinho encolhido. (risos)

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Arns.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Presidente, se permite também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Só um parêntese, Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Com o objetivo de ajudar a sua reflexão. Não, mas... senador Antero, pelo seguinte, V.Exa., procurando ser muito eficaz na maneira, no seu raciocínio de investigação, a certo momento mencionou que o fato de ter sido utilizado pelo Partido dos Trabalhadores um carro blindado, constituiria como que a forma de fechar o caso do transporte de dólares. Mas permita ajudá-lo a pensar um pouco. O senhor Roberto Carlos Kurzweil mencionou

que locou para o Partido dos Trabalhadores, ofereceu para o aluguel três automóveis blindados. Mencionou que isso ocorreu, sobretudo, a partir da morte do Prefeito Toninho, que tinha levado o Partido dos Trabalhadores a se preocupar com a segurança, por exemplo, daqueles que eram Prefeitos e, por esta razão, havia alugado carros blindados, três, e que foram colocados à disposição. Ora, e isto foi em, bem antes do episódio da viagem citada por V.Exa. Portanto, se fôssemos, prezado Senador Antero, se fôssemos levar em contra o seu argumento, permita só para pensarmos alto juntos aqui, então o PT iria alugar por hipótese absurda, três carros blindados para transportar três caixas, três automóveis blindados? Eu gostaria apenas de colocar que não necessariamente. Só para pensarmos juntos alto. Porque aqui um colabora com o outro, inclusive no raciocínio. Então, apenas para colocar para V.Exa. e ainda mais porque o Presidente Efraim Morais instigou-me a utilizar do espírito investigativo.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Veja, V.Exa., como falta às vezes vontade de V.Exa. de dar prosseguimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Dei a minha contribuição.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sempre útil às investigações de V.Exa. Sempre.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O carro blindado pode servir para transportar pessoas e outros objetos de valor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu, só para recepcionar aqui a sugestão do Senador Suplicy, na minha opinião, na hora que fica comprovado que o PT pagou o aluguel do carro que transportou a caixa de uísque, isso foi comprovado pelo depoimento do motorista aqui, mostra que ou esse partido não tem gente que sabe fazer conta, porque alugou um avião para transportar uísque de Brasília até fazer mal tempo e descer numa determinada cidade, e depois transporta uísque, na minha opinião, está mais do que comprovado. Tinha que fugir das fiscalizações normais. Para mim fechou. Pego o motorista do, o depoimento do motorista, e pego o depoimento do empresário, dono da locadora, eu creio que fecha essas intenções, que não considero positivas do PT. Agora, eu queria perguntar mais uma vez o seguinte, desculpa, eu peço desculpa ao Presidente, mas quero fazer só uma última pergunta, sobre a placa do carro e o modelo do carro usado pelo Ministro Palocci. Se V.Sa. poderia nos informar.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – As placas dos carros estão todas aqui no contrato. Eu acho que o que o Ministro usava era ACX 0404.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – ACX.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – ACX 0404.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – E o modelo?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Todos os modelos eram Ômega, todos da mesma cor, todos pretos.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Flávio Arns, V.Exa. tem a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a V.Exa. Gostaria de perguntar, em primeiro lugar, para o Depoente quantos, quantos carros que a loja da qual V.Sa. é sócio-proprietário, quantos carros que a loja tem? Blindados.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Nós só temos carro blindado, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim, quantos?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Temos hoje aproximadamente vinte e dois ou vinte e três carros.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Vinte e dois ou vinte e três carros. É, as perguntas que foram feitas pelos Senadores que me antecederam, na verdade, cobriram um conjunto de aspectos. E em relação às últimas observações, realmente eu fico também com a interpretação dada pelo Senador Eduardo Suplicy, que V.Exa. está aqui, inclusive, para explicar a situação dos carros blindados. Particularmente, do carro blindado que teria sido utilizado para o transporte daquele conteúdo, sabe lá, está sendo investigado, o que era o conteúdo. E V.Sa. foi clara no sentido de dizer que de fato alugou, alugou três carros. Pelo que eu pude entender, o aluguel do carro não foi feito especificamente para um dia, para aquele dia, só para transportar um determinado volume, mas quero os aluguéis eram feitos por períodos maiores, uma semana, 15 dias. Um mês, eventualmente, como V.Sa. colocou. Que tudo isso está registrado, quer dizer, de acordo com V.Sa., e de fato está registrado pela observação que o senhor fez, no sentido em que o Tribunal Regional Eleitoral pediu informações, como habitualmente faz, em relação às notas e às, não é doação, mas em relação à prestação de contas que o PT teria feito para o Tribunal Regional e eles fizeram assim, um demonstrativo de que aquilo de fato havia sido executado pela empresa. Então é nesse sentido é claro que se existem dúvidas em relação a outros aspectos, isto, naturalmente, faz parte de qualquer investigação que seja levada a cabo. Mas eu tenho, assim, para mim a idéia de que o senhor foi

convocado para depor nesta CPI para dar estas explicações em relação aos carros blindados, o processo, se foi legal, se não foi. E a ilação, eu diria, do Senador Antônio, Antero Paes de Barros, quer dizer, ele está chegando a uma conclusão pessoal, que não sei da onde que tirou também essa conclusão de que para ele não existe mais dúvida nenhuma em relação ao transporte de carga, que não era uma coisa, era outra; isso está sendo objeto de investigação também. É uma conclusão pessoal dele, naturalmente de cunho partidário também, não propriamente em função dos fatos. Mas ele pode tirar essa conclusão. E me parece, assim, que as explicações que deveriam ser dadas foram dadas, e se houver outros fatos a serem esclarecidos, eu diria que as instâncias que estão investigando que o façam também, como é o Ministério Público, a Polícia Federal. Eu até queria perguntar, senhor Relator, o depoente, ele está aqui para dar esses esclarecimentos em função da utilização dos carros blindados?

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O depoente está aqui, foi convocado para se referir, além desse caso, a influência de tráfico junto ao Ministro, pela amizade e pelos telefonemas que foram feitos, e se encontra na quebra de sigilo do Burati, do Poleto. Essas informações que o Relator está dando, em relação a isso, Senador Arns. E, evidentemente, protegido por um *habeas corpus*.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim, isso foi objeto até de Constituição no início.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Além de uma informação dado em juízo no Ministério Público que ele intermediou junto aos bingueiros de São Paulo 1 milhão de reais para a campanha do Presidente Lula.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O que o senhor tem a dizer em relação a essa última observação do Presidente?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu já fui perguntado aqui, Senador, mas respondo novamente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mais uma vez.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Isso não existe. Isso é mentira. Isso não existe. Nunca ocorreu essa intermediação, nunca ocorreu nenhum jantar na minha casa com a presença do Ministro Palocci e Binheiros(F). Isso não existiu.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Aquele jantar a que o senhor e referiu durante o seu depoimento se refere, então, a esta insinuação de que o senhor teria intermediado os recursos; e o senhor está dizendo que nunca fez isso?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Nunca houve esse jantar. E eu nunca intermediei recurso nenhum nem para campanha do PT nem de qualquer outro partido, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quer dizer, então, nesse sentido, a explicação de V.Sa. E também eu prestei muita atenção nas perguntas do Relator, bem como nas perguntas dos demais membros dessa Comissão, e me parece, da minha parte, que as explicações assim foram dadas também. Mas principalmente ressaltando o fato de que houve o aluguel, houve o aluguel demonstrado, registrado, o Tribunal Regional fez isso também, houve a utilização do carro para esta finalidade, onde senhor Elder veio a essa Comissão também. Não foi especificamente em função da natureza dos aluguéis, que sempre tinham prazo muito maior do que um dia ou coisa semelhante. Então, eu acho que o restante das coisas cabe às instâncias, às instâncias de investigação tocarem para frente e verem também se existe a necessidade de outros aspectos que eventualmente tenham sido levantados. Agradeço ao senhor. O senhor quer fazer alguma complementação?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Obrigado, Senador. Eu só queria dizer que eu continuo à disposição para qualquer esclarecimento.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Inclusive V.Sa. se comprometeu a assinar documento que já está redigido e nas mãos dois se advogado. Esperamos que não mude de idéia no final dessa oitiva. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero lembrar que o documento que, pelo que eu entendi, que o depoente assinaria é no sentido de dizer que em relação a uma pergunta feita por um Senador que não tem, quer dizer, estaria assinando por escrito que não tem aquela conta...

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu posso ler a minuta proposta que está na mão...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só para saber. Eu quero me lembrar para que a minuta esteja de acordo.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu estou pedindo aos advogados do depoente que façam as devidas modificações ainda nesta sessão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Exato. Mas eu só quero lembrar que a palavra do depoente foi no sentido de dizer, em função de um pergunta feita, eu não me lembro por qual Senador, que aquela conta naquele banco não é da pessoa do depoente.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu posso ler a minuta? V.Exa. pode até ajudar na redação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Ele assinaria o documento para que isso ficasse à disposição para ser investigado.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Posso ler a minuta? V.Exa. pode ajudar na redação. A minuta, não é. Eu acredito até porque pelo que eu conheço dos depoimentos aqui, os advogados não vão deixar assinar nada aqui. Eu vou adiantar antes do fim, antes de concluirmos. Eu não tenho a menor dúvida. Vamos à frente que vamos ver quem tem razão nessa história. "No pleno e livre exercício dos meus direitos, acompanhado neste ato por meus advogados Devidamente constituídos, autorizo, sem restrições, de qualquer natureza, perante autoridades nacionais e estrangeiras o acesso irrestrito a todas e quaisquer operações porventura existentes junto ao MTB BANK. No gozo dos mesmos direitos, comprometo, sem ressalvas, a promover quaisquer outros atos necessários à revelação de operações que porventura possam existir em meu nome junto ao MTB BANK. Nesse termo, autorizo a forma da lei". Eu acho que não há nada demais, é exatamente o que ele disse há pouco aqui e se comprometeu. Evidente que eu só vou poder solicitar a assinatura dele se os advogados dele concordar com esse termo; e se não concordarem dele assinar, eu também não vou forçar ele a assinar. É livre, isso aqui é uma decisão, ele foi interpelado e disse que assinaria. Eu não vou exigir do senhor Roberto Carlos que assine nada, ele não está obrigado a assinar nada aqui. Foi ele que disse que não teria restrições, que colocava tudo à disposição, mas se ele entender que não deve assinar, eu não posso fazer nada, Senador Arns. Eu só estou dizendo que, pelo que eu conheço, nada será assinado. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – A minha primeira pergunta, antes de mais nada, Senhor Presidente, eu cumprimento V.Exa., o ilustre Relator, senhoras e senhores Senadores, o depoente e seus ilustres advogados. Minha primeira pergunta seria essa, assina ou não assina?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – O que eu me comprometi com o Relator eu vou assinar, Senador.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pois não, é um belo gesto e que deveria ser imitado pelo Okamoto, que é homem público e que, no entanto, não abre mão dos seus sigilos, como se alguém da iniciativa privada fosse. E se esquecendo do princípio basilar: Homem público deveria ter seus sigilos todos à disposição da sociedade, à disposição de Ministério Público, da Justiça, sem fazer nenhuma 9 horas. V.Exa. dá uma lição nesse momento no senhor Okamoto que não assina, que não aceita quebrar os seus sigilos e que vai ao Supremo para dizer ao público que ele não acha que se deva quebrar o sigilo de um homem público, ainda que sob suspeição grave como essa que sobre ele pesa. A segunda consideração, Senhor Presidente, ela é de ordem de certa forma folclórica. Eu já vi, não sou nenhuma criança, meu pai me dizia: "Meu filho, ao longo da vida, procure não ter medo de homem, nem de mulher e nem de lobisomem. Mas fuja do ridículo". Essa viagem é ridícula. Essa história do uísque foi a coisa mais grotesca que já se passou pela minha vida pública; alguém me dizer que considera justo pegar um avião para trazer bebida, o avião custaria dez, 20, ou 30 vezes mais caro no seu frete do que a bebida. Enfim, isso permite que cada um faça as suas inferências. Por exemplo, uma que eu quero acrescentar para ajudar a acabar com essa saia justa é de que não era econômica a viagem, mas as garrafas eram de estimação. Tipo assim, não tem aquela: "Esse anel não vale nada, mas eu não troco por um de brilhante que foi a minha vózinha que me deu". "Essa caneta é falsa, mas foi meu titiozinho José Jorge que me deu, papaizinho Antônio Carlos que me deu". É que eu tinha um tio Zé Jorge mesmo, e não me dava lá os presentes todos, não. Mas, veja.

... É igual o.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – É esse aí também não dá nada a ninguém. Mas eu queria, eu optaria por sair por esse caminho porque fora disso o homem mais inteligente do mundo não encontra explicação. Então, pega-se alguém, a não ser que o senhor Barquete estivesse querendo colocar em órbita o senhor Burati, ou seja, uma figura como aquela vai ficar voando daqui para Brasília, de Brasília para cá, e nunca mais ele pousa para não fazer besteira. Só isso, só isso. Porque fora disso não tem sentido. É um desrespeito alguém chegar: "Fulano, você aceita levar bebida para mim num vôo fretado?". Eu vou dizer: "Você já bebeu a bebida". Eu digo: "Você já bebeu a bebida, como é que você quer que eu leve para você uma coisa que você bebeu?. Você está me propondo algo humilhante, que é levar bebida vazia. Porque você já tomou todas as, todos os líquidos que ali podiam estar contidos". A não ser isso, "a bebida é de estimação". O Duda Mendonça chega e diz assim: "Olha, seu Barquete, Burati, senhor Poleto, está aqui, eu quero lhe um (nome da bebida) por cada garrafa dessa. Não, porque. Eu sei que vale menos, mas foi a minha tia avó Severina que me deu. Minha tia avô que me deu". Quer dizer, não tem explicação. É uma coisa

complicada. Eu pergunto ao senhor algo, assim, que aí tem a haver com seu negócio. A sua empresa, o senhor, o senhor passou orientação para que o motorista não abrisse a porta para os passageiros e nem carregasse as bagagens deles nesse vôo específico?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Nesse vôo específico, eu não passei orientação nenhuma, Senador, porque eu nem sabia do que ia acontecer. Mas, normalmente, os motoristas são orientados a, dependendo do lugar que está, não sair do volante em hipótese nenhuma por questões de segurança. Eu não sei, eu não conheço como é lá esse local. Mas o que se passa na locadora, as orientações, dependendo do local que está não sair do volante; porque a melhor arma do carro blindado é poder andar com ele. Então, se é uma situação de perigo, de assalto, alguma coisa, tem que ter alguém no volante, engatar ali o *drive*, que são todos os carros automáticos, e sair dirigindo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu estou convencido do caráter afetivo das bebidas. Porque, veja, carro blindado para carregar uísque, levando em conta que o Poleto não mereceria um carro blindado. É isso, eu estou convencido de que tinha alguma coisa muito sentimental ali, aquilo ali, olha, dependendo da geração das pessoas, eu digo, vai ver que se é da geração do Jorginho Guinle, foi presente da KIMNNOVAC(F) para alguém. Se for da geração mais para frente um pouquinho foi Alain Dellon; se foi agora, foi Gianecchini que deu para alguém bebida. E a pessoa não esqueceu. "Pronto, eu não vou me livrar nunca dessa garrafa de bebida tão querida. Não troco, não dou". "Tentaram me dar umas daquelas mansões fantásticas da avenida não sei o que, mas não dou porque eu gosto da bebida". É ridículo se dizer: "Olha, pegue um carro blindado e vá para o aeroporto tal e depois você traga essas caixas com todo o cuidado". E as caixas tem uísque. É uma coisa. Cada doido com sua mania, mas uma coisa muito complicada. E depois o senhor Poleto disse que foi para o outro aeroporto porque ele foi abastecer o avião com o, abastecer o avião com o piloto. Eu faço campanha política, então, tudo que o piloto não pode me pedir quando eu estou com ele em campanha política é que ele me peça para ir abastecer com ele. Assim, como eu não peço a para ele para fazer discurso para mim, ele não pode pedir a mim que vá com ele abastecer avião qualquer. Claro, que aquilo ali me pareceu uma nítida manobra para fugir do Fisco, da Alfândega. Nítida manobra, não tem o que a gente ficar discutindo mais. Eu tenho ainda, de qualquer maneira, senhor kurzweil algumas perguntas fazer a V.Sa. Houve algum encontro entre o senhor e o senhor Eder, vou ser bem claro, para, digamos assim, prepará-lo para que ele prestasse esse depoimento?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor, Senador, eu não vejo senhor Eder desde que ele parou de prestar serviço na locadora.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Tem uma outra coisa estranha. Ele não era versado no Rio de Janeiro, isso já foi relatado por outro Senador, ele não era versado no Rio de Janeiro, vem para cá, vai para o Rio, desculpe, e vai trabalhar no Governo, no Ministério da Fazenda. Estava arriscado ele pegar um grande assessor do Ministério, ou próprio Ministro e o Ministro falar assim: "Olha, me leva em Ipanema", e ele levar para Pavuna. Porque o normal é se contratar pessoas do local, que conheça bem o local. Até por segurança, até por economia de tempo; e tempo de um Ministro da Fazenda e seu assessores vale dinheiro. E muito. É muito importante. Muito bem, o senhor ganhou uma concorrência de 400 milhões de reais para implantar e operar o serviço de tratamento de esgoto até 2018 na administração de Ribeirão Preto, do Ministro Palocci entre 93 e 96?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim, senhor.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – O senhor Ademirson é seu amigo?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – É meu conhecido, eu tenho relacionamento com senhor Ademirson.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Relação de amizade pessoal?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Amizade pessoal. E quando, acho que o senhor não estava aqui, mas eu já falei, quando havia alguma agenda com o Ministro sempre se fala com Ademirson, enfim. Manter o contato normal com ele.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Aí nós vamos ter que fazer um glossário dos nomes esquisitos dessa CPI, Senhor Presidente. As situações são estranhas, e essa história do uísque eu meu sinto desrespeitado quando o pessoal conta, sabe? Diz o outro: "Ah, o Barquete mandou". Se o Barquete mandasse ele pular do avião sem pára-quedas, eu duvido que ele pulasse. Nem que tivesse tomados todas as garrafas ali. Mas aceita pegar um avião fora do circuito das passagens de VARIG, tinha TRANSBRASIL à época, acho que com uma grande influência do Roberto Teixeira, tinha lá a VASP, tem a TAM, as passagens. Aquilo ali colocava um selo de frágil e trazia a pinga rolando ali na esteira rolante, não tinha mistério nenhum. Fazia um acolchoado ali, não tinha mistério qualquer. Não tinha. Muito bem, o senhor conhece o senhor Carlos Cachoeira?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Não manteve jamais qualquer relação pessoal com ele, comercial?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Nunca o conheci.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – E o senhor Jorge Yazigi, o famoso Bill?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Se for um Bill que é de Ribeirão Preto, que trabalhava na Leão Leão; eu conheci um Bill de Ribeirão Preto que era amigo do Luiz Cláudio Leão, do dono da Leão Leão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Ele, o senhor tinha relação pessoal com ele?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Conhecia assim o Bill?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Se é quem eu estou falando, muita gente conhece. Porque ele teve inclusive um restaurante lá em Ribeirão Preto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – A coisa é tão estranha, porque. Eu digo, Senhor Presidente, depois vai acabar. Tenho certeza que V.Exa. e o Senador Garibaldi vão saber redigir um relatório muito útil para a sociedade, mas nós temos que ver o lado estranho da coisa. Will(F) a gente sabe dá em Bill; no Nordeste, Severino, por mais que não pareça justo nem lógico, dá em Bill, é justo, é da cultura brasileira. Agora, Jorge Yazigi dar em Bill já é outra esquisitice. Estou me referindo já não é nem o lado das possíveis avançadas contra o interesse público, mas senhor Jorge Yazigi, Jorginho, tudo bem, mas Bill é duro de engolir. V.Sa. conhece uma figura também muito notória aqui nessa CPI e na crônica dos brasileira dos dias correntes, desses lamentáveis dias correntes, que é o seu Waldomiro Diniz?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não, senhor.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Meus parabéns. Não mantém relação pessoais nem comerciais com ele?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não conheço e nem mantive relações com ele.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Parabéns V.Sa. E agora V.Sa. vai falar de figura carimbada, que quem tiver aquele nome ganha o álbum, fecha o álbum: Delúbio Soares.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não conheço.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Não conhece?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Já alocou um carro da locadora, mas eu não conheço.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pegava o carrinho blindado dele e saia dali, o motorista ficava esperando sair. Ali era uma carga preciosa, realmente era uma carga preciosa. Inclusive uma pessoa que consegue assimilar toda, toda essa, toda essa, eu vou repetir a palavra, toda essa carga de acusações, parecia filme americano, aqueles filmes que o Senado americano dizia: "O senhor confirma?"; ele calado. "Como é o seu nome?"; Ele olhava o advogado se podia dizer o nome. É uma coisa impressionante. E ninguém consegue falar mal dele, não tem uma pessoa no PT que diga: "Ele é desonesto, ele é corrupto, ele praticou corrupção". Dizem aquela coisa eufemística: "Errou". "Errou" foi minha filhinha; quando ela tinha quatro anos, comeu muito brigadeiro e ficou fazendo muito cocô. Isso é que é erro. O senhor Delúbio praticou outra coisa, praticou negociatas vis envolvendo o dinheiro público desse país. Praticou a maior mistura entre o público e o privado que já se viu na história republicana brasileira, inclusive aquele período Collor. Este é um fato inegável. Isso no é erro. Eles ficam eufemisticamente dizendo: "Errou"; "erros lamentáveis". "O Presidente se sente apunhalado". O Presidente já tá que parece aquele, aquela almofada, de tanto ele falar simbolicamente ele virou uma almofada de alfinetes. De tanto ser "apunhalado", toda vez que ele fala ele está "apunhalado", mas é capaz de dizer: "Sujaram o meu Governo". "Quem sujou? Seu fulano, seu beltrano, dá o nome dessa turma". Ele não dá! Ele não dá. Ao contrário. Aí faz uma piadinha com a oposição, aquela coisa que quase que significa ele dizer que saiba de tudo, que tinha conhecimentos das coisas delituosas. Eu que, senhor presidente, que do ponto de vista que possa ter consciência jurídica, eu não vejo equívoco no despacho da Ministra Ellen Greice, eu entendo que foi interpretado dessa vez; dessa vez, sim, corretamente aqui o sentido do *habeas corpus*, o *habeas corpus* não diz ao depoente que não diga nada sobre qualquer assunto. "Como é o seu nome?"; "Não digo". Não é isso. Ou então, debochar ou desacatar, como debochou e desacatou a CPI o Poleto. Não diz. Diz apenas que ele tem o direito de não se incriminar. Isso me parece que é bem consentâneo com o princípio geral do Direito, o direito de não se incriminar. Mas vejo que não serei eu a essa altura obter informações mais esclarecedoras. As contribuições, Senhor Presidente, que eu tinha a dar seriam essas. E ouço o senhor Kurzweil, se porventura tiver colocação a me fazer.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Eu só queria me colocar à disposição para esclarecer tudo que os senhores quiserem. E, diferentemente do

senhor citou depoimento do senhor Delúbio, consultar o advogados e tal, quero reiterar que eu não fiz uma única consulta aos meus advogados hoje, nenhuma, e eu respondi todas as perguntas. E continuarei respondendo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – E mais: Se o senhor assinar o documento, eu ainda vou render um pleito de admiração a V.Exa. e vou dizer que V.Exa. nesse quadro de depoentes que esse Governo ofereceu ao país, V.Exa. pra mim vira quase que um herói. Mais um pouco eu vou pedir um autógrafo aí em cima.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não precisa tanto, que eu vou assinar o documento que eu me comprometi.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi Alves.

SENHOR RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senhor Roberto Carlos Kurzweil, durante o depoimento de V.Sa....

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi, eu solicitaria do advogado que contatasse ali com a assessoria para discutir o documento. Antes de V.Exa. Senador Garibaldi. Desculpe, Senador Garibaldi.

SENHOR RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nada. V.Sa. durante o seu depoimento afirmou que os carros, as viaturas eram locadas 90% delas para empresas multinacionais. Não é verdade?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Sim, senhor.

SENHOR RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E que o restante V.Sa. não, nunca havia alugado para partidos políticos. E aí...

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu quero, quero só pedir aos advogados que discutam, porque também já autorizo a assessoria; se for para assinar o currículo como cidadão, onde nasceu, essas coisas, a CPI vai agradecer. E está gravado na fita, eu vou pedir para retirar. Se ele me autorizar, se ele me autorizar aqui, basta autorizar aqui, o que ele disse está valendo, nós não precisamos assinar nenhum documento. Está na fita, está autorizado? Não, não é? Quer dizer que o senhor retira o que disse há pouco aqui? Que não, que o que o senhor disse ao Relator o senhor assina? V.Sa. não pode falar agora, eu peço, por favor... Estou perguntando a ele.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Senador, o que eu me comprometi com o Relator Garibaldi.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Está dito.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Que aquela conta específica que ele citou não é minha e eu assino.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor disse. O senhor autoriza, então, a CPI?

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não preciso mais de documento, está autorizado, eu fico satisfeito.

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Mas eu assino, Senador, faço questão.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não precisa. A palavra do senhor vai prevalecer. Com a palavra o Relator.

SENHOR RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Concluindo. Então V.Sa. disse que não alugava para partidos políticos. Como se explica o aluguel para o PT?

SENHOR ROBERTO CARLOS KURZWEIL – Não é que eu não alugava para partidos políticos, Senador. O normal, os meus clientes, mais de 90% dos meus clientes não são partidos políticos, muito mais de 90%. Eu aluguei carros para o PT, eu tenho de memória, para o PDT, e PSB – se não me falha a memória.

SENHOR RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Satisfeito.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senhores Senadores, agradecemos a presença dos senhores, agradeço a presença do senhor Roberto Carlos Kurzweil, os senhores advogados, agradeço a presença de V.Sas. Está encerrado o depoimento de V.Sa. e convido o senhor Carlos Roberto Martins para depor na CPI. Eu solicito e agradeço a presença dos senhores advogados. E peço à assessoria que faça adentrar ao recinto o senhor Carlos Alberto Martins e o senhor Messias Antônio Ribeiro Neto para que possamos fazer ao mesmo tempo as oitivas dos dois empresários. Senhor Carlos Roberto Martins, nós agradecemos inicialmente a presença de V.Sa. à convocação que foi feita por essa CPI. E, inicialmente, queremos registrar que V.Sa. assinou termo de compromisso conforme o Artigo 203 do Código de Processo Penal. E concedo a V.Sa. a palavra para uma apresentação de V.Sa. ao senhor Relator e os membros da CPI e algo que queira acrescentar a essa CPI para que possamos iniciar a oitiva de V.Sa. Agradeço a V.Sa.

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Bom, primeiramente boa-tarde. Agradeço aqui o convite de poder contribuir com alguma coisa que possa servir para elucidar alguns fatos, mas não tenho mais nada

para. Agora eu vou aguardar aqui a inquirição dos senhores para que qualquer dúvida, eu estou aqui para responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi Alves, V.Exa. tem a palavra. Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senhor Presidente, senhoras e senhores Senadores, senhor Carlos Roberto Martins. Eu pergunto: Qual a ocupação profissional de V.Sa.?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu sou empresário de casas de bingo em Goiânia.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sa. conhece Carlos Cachoeira?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Conheci por intermédio de uma empresa, que era a empresa que fazia a gestão do jogo dentro do Estado de Goiás, chamava-se GERPLAN.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sa. poderia nos falar do nível de relacionamento de V.Sa. com ele?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu sempre tive um relacionamento empresarial com senhor Carlos Cachoeira. Nós, para podermos trabalhar dentro do Estado, nós tínhamos que estar credenciados junto a GERPLAN. E, na verdade, tudo aquilo que acontecia dentro, com relação a jogos dentro do Estado e dentro de Goiânia era controlado pela própria GERPLAN e a LEG(F) na ocasião. E esse foi o relacionamento que eu tinha com ele. Com relação a pessoa dele particular eu não tinha assim muito relacionamento, eu tinha mais relacionamento com a parte empresarial, que seria a GERPLAN.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor conhece o senhor Alejandro Ortiz?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Conheço. O Alejandro Ortiz foi uma pessoa que eu conheci há aproximadamente 30 anos. E que, na ocasião que eu o conheci, não mexia, não tinha atividade em jogo ainda. E eu vim a fazer uma parceria com ele no início de 98 para que ele pudesse fornecer alguns equipamentos para colocarmos dentro do Estado de Goiás.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o senhor tinha relacionamento com ele?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – O relacionamento que eu tinha com o senhor Ortiz também era empresarial.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o senhor Olavo Sales?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – O Olavo Sales eu conheço ele como Presidente da Associação ABRABIN. Ele é de São Paulo. Proprietário também de um bingo em São Paulo, que chama-se Augusto. E ele está totalmente relacionado com todos os donos de bingo para que ele possa falar em nome de todos os donos de bingo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o senhor José Renato Granado?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – O senhor José Renato Granado eu nunca, eu já o vi uma vez numa ocasião, mas não cheguei nem a conversar com ele. Mas eu conheço ele por nome; que ele tinha uma parceria igualmente a minha em Goiânia, o senhor José Renato tinha uma parceria com o Alejandro lá no Rio de Janeiro.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Conhece o senhor Messias Antônio Ribeiro Neto?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Conheço. O senhor Messias Antônio Ribeiro Neves é um ex-sócio do senhor Carlos Cachoeira, que também era proprietário da GERPLAN. Ele era um dos sócios da GERPLAN. E eu também o conheci em Goiás.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E conhece o senhor Waldomiro Diniz?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Pessoalmente não, só de nome.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu pergunto ao senhor, em seus depoimentos, V.Sa. descreveu a sua atuação e de empresários ligados aos jogos em Goiás. V.Sa. poderia, resumidamente, citando os nomes das pessoas envolvidas na exploração dos jogos em Goiás, poderia nos fazer uma rápida descrição disso?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Pois não. Dentro, quando eu cheguei em Goiás, eu comecei a mexer com essa atividade de jogos, e procurei uma empresa que chama-se GERPLAN, como eu já disse, e essa empresa que fazia toda a gestão da parte lotérica de dentro do Estado de Goiás. Era uma empresa credenciada, que tinha ganho a concorrência para poder fazer essa gestão, e coincidente o, um dos proprietários chamava-se senhor Messias, o outro era o senhor Carlos Cachoeira, e existia um grupo de pessoas lá que eram mais alguns sócios que. Mas com quem eu tinha assim alguma tratativa era diretamente com senhor Messias e com o senhor Carlos Cachoeira.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o senhor explorava máquinas caça-níqueis?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Não. As máquinas que eu trouxe para dentro do Estado de Goiás foram máquinas que serviria para trabalhar dentro de bingo, que são máquinas diferenciadas das máquinas que existem na rua, que são chamadas máquinas caça-níqueis.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor é nascido aonde?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Em São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor chegou a ter casas de bingo em São Paulo?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Não, em São Paulo eu mexia com automóvel, não tinha nada a ver com o jogo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Automóveis blindados?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Não, não era blindado, na época não precisava blindar ainda.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Como e quando o senhor Alejandro Ortiz iniciou a exploração de caças-níqueis?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – O senhor Alejandro Ortiz ele iniciou o negócio dele com máquinas via bingo. Ele começou a montar uma estrutura de bingo em São Paulo, na ocasião, se não me engano, foi 97, 96 para 97. E ele iniciou essa operação montando casas de bingo associado com uma empresa, chama-se FRANCO, RECREATIVOS FRANCO.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quem estava por trás de seus negócios?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Dos negócios do Alejandro?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu desconheço. Porque ele tinha, como eu disse para o senhor, ele tinha uma relação direta com o pessoal da RECREATIVO FRANCO, que era o fornecedor dos equipamentos que ele utilizava para montagem dos bingos.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o senhor poderia nos falar sobre o envolvimento dele com a chamada máfia italiana?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – O que eu poderia dizer com relação a isso aí foi veiculado nos jornais e na televisão, e na ocasião. Que ele tinha uma participação com o pessoal de fora, não me lembro se era da Itália, da Espanha, não lembro, foi uma confusão. E saiu, foi veiculado isso. Posteriormente, conversei com ele; ele falou que não tinha nada a ver com aquilo, era uma, aquilo foi uma, foi um equívoco, tanto é que depois veio uma carta rogatória, isso que eu fiquei sabendo, veio uma carta rogatória, se não me engano da Itália, dizendo que ele não tinha nada a ver com esse negócio da máfia italiana.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E os negócios dele eram em São Paulo, Goiás, não é?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Não, o senhor Alejandro, ele começou a mexer com bingo em São Paulo. E, posteriormente, ele pegou uma representação do RECREATIVOS FRANCO que começou a achar parceiros em outros Estados para que pudesse representar o equipamento da RECREATIVO FRANCO.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o senhor Carlos Cachoeira, como foi que ele passou a operar com máquinas caça-níqueis em Goiás?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu desconheço o senhor Carlos Cachoeira operando com máquina caça-níqueis em Goiás. eu conheci o senhor Carlos Cachoeira com a operadora da GERPLAN e ele, pelo que eu saiba, ele nunca teve nenhum bingo e nunca teve máquinas caça níqueis como o senhor está falando, ele sempre mexeu mais com a parte de contratos relacionados a parte empresas lotéricas, esse negócio, loteria.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o relacionamento dele Ortiz com Carlos Cachoeira?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – O relacionamento do Carlos Cachoeira com senhor Ortiz nunca houve, é muito ruim.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nunca houve por motivo de concorrência?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – É, o senhor Carlos Cachoeira sempre teve a pretensão de colocar, de criar novos contratos com loterias então nunca houve assim uma, uma maneira de se associar o senhor Alejandro com senhor Carlos Cachoeira.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sa. já trabalhou ou teve alguma sociedade com o senhor Carlos Cachoeira?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Nunca, a única coisa que eu tive com senhor Carlos Cachoeira foi o compromisso de ter que arcar e pagar os direitos que nos davam para que nós pudéssemos trabalhar dentro dos nossos estabelecimentos.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Como está aqui uma informação que o senhor Messias Antônio Ribeiro Neto, em depoimento à Polícia Federal acusou V.Sa. de ter traído

o senhor Alejandro Ortiz, passando a trabalhar com o senhor Cachoeira, o que V.Sa. diz disso?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Não, isso não foi, na verdade não foi uma traição eu chamei, na ocasião até essa ocasião eu tinha um bom relacionamento como eu tenho um bom relacionamento até hoje com o senhor Alejandro e com seus filhos, um relacionamento assim, não ficou magoa, não ficou nenhuma seqüela, em função da maneira que foi essa interpretação do senhor Messias está meio equivocada, ela não corresponde com a verdade. Eu não traí o senhor Alejandro, apenas eu chamei o senhor Alejandro e falei: "A situação aqui em Goiás passou a ser agora controlada pelo senhor Carlos Cachoeira, que anteriormente era pela BRASGAME que não tinha nada, era uma outra empresa que estava ligada com a GERPLAN." Então o Carlos Cachoeira ele não tinha o poder de administrar a GERPLAN, quem administrava toda a parte de jogos dentro do Estado de Goiás chamava BRASGAME, esse era o contato que eu tinha com a BRASGAME, quando a parte societária da parte do o senhor Carlos Cachoeira aumentou e ele assumiu a parte da GERPLAN, que seria, ele já ficou com a parte societária bem mais alta ele começou a exigir novos percentuais a serem pagos para a GERPLAN. E o senhor Alejandro Ortiz não concordou, pelo fato de ele não concordar, foi aí que eu desfiz a sociedade que eu tinha.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Era um problema com a CIRSA?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – A CIRSA, exatamente, a CIRSA é uma empresa que estava associada ao senhor Carlos Cachoeira, ela é associada ao senhor Carlos Cachoeira, a CIRSA, na verdade, é uma, é uma outra empresa espanhola que existe, tem a CIRSA e tem a recreativos Franco. E a, e o Carlos Cachoeira tinha uma parte societária com a CIRSA, na GERPLAN.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E ele procurou V.Sa. para negociar com a CIRSA?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Ele procurou para negociar com ele.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Com elevação de sua participação no capital social da empresa?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Exatamente, ele queria aumentar na verdade a participação do capital social da empresa, ele pediu que, inclusive, intercedesse por ele, porque ele já tava meio com as relações meio desgastada com o pessoal da CIRSA que administrava a BRASGAME e pediu que eu pudesse ajudá-lo, ajudei. Ele conquistou um porcentual maior.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A CIRSA era de quem?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – A CIRSA é uma empresa espanhola como fabricante de equipamento e a BRASGAME era um braço da CIRSA que existia com sociedade, com o senhor Carlos Cachoeira que estava ligada a GERPLAN.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sa. também afirmou no depoimento ao Ministério Público Federal, que senhor Carlos Cachoeira assumiu o negócio, elevou sua participação na exploração de máquinas caça níqueis de 20 para 35%?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Exato.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Isso criou alguma animosidade entre o senhor e ele?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Não, não criou, tanto é que não criou, que eu fiquei pagando 35% por um período, eu não me lembro agora certo, mais fiquei pagando esses 35%, repassando os valores para ele e o que houve na verdade foi um desencontro eu acho de contas entre GERPLAN e o Governo do Estado, porque a gente pagava os 35%, daqui a pouco vinha o Estado, a fiscalização do Estado e vinha lacrar todo o equipamento por falta de pagamento das taxas. Eu havia passado para senhor Carlos Cachoeira que seria os 35% e vira e mexe acontecia isso.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas a expansão dos negócios do senhor Carlos Cachoeira criou uma desavença com a família Ortiz?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Não, nunca teve desavença com família Ortiz, o senhor Carlos Cachoeira, o senhor Carlos Cachoeira era na verdade, era um concorrente, queria ser um concorrente do senhor Ortiz. Era um concorrente do senhor Ortiz, mas não dá para se comparar o senhor Carlos Cachoeira com senhor Ortiz, senhor Ortiz tem os equipamentos, tem o bingo, tinha o bingo e ele só tem os contratos, não é? O Carlos Cachoeira só tinha os contratos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sublocação?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Não ele cria um contrato e depois ele arruma as pessoas para poder cumprir o contrato, explorar os equipamentos, os direitos que ele adquire.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor Carlos Cachoeira sempre quis explorar o seu negócio, os jogos no Rio de Janeiro, porque ele considerava que era um Estado,

uma verdadeira vitrine para os seus negócios. Isso é verdade? Ele...

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – É verdade, ele foi para o Rio de Janeiro, ele montou, inclusive, uma empresa chama se não me engano COMBRALOG, COMBRALOG associada a alguns coreanos aí, é uma empresa coreanos, alguns coreanos pessoa física, eu não sei o que era. E montou essa empresa também para poder trabalhar na parte lotérica.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Por outro lado eu queria dizer a V.Sa. que a CPI da LOTERJ levantou que internet, loteria on-line não guardam qualquer tipo de correlação necessária, o que esvazia os argumentos de Carlos Cachoeira, de que ele teria sido prejudicado pela edital ganho pela empresa EBARA?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu desconheço esse contrato da EBARA, eu só fiquei sabendo que ele havia montado uma empresa chamada COMBRALOG e o Carlos Cachoeira ele tinha, na verdade a intenção de fazer um sistema on-line de todos os equipamentos que ele eventualmente colocasse no mercado. E era em cima disso que ele trabalhava com relação à conquista dos contratos e participar de licitações correlacionadas com o sistema on-line, não off-line.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas isso teria levado a uma desavença entre ele e o Waldomiro Diniz que era o Presidente da LOTERJ?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu para dizer a verdade aqui eu nunca tive nenhum contato nem com senhor Waldomiro Diniz e eu desconheço qualquer tipo de negociação que foi feita com relação ao Waldomiro e o senhor Carlos Cachoeira, eu desconheço eu nunca participei de nenhuma e nunca. Não conheço o senhor Waldomiro nem pessoalmente.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Desconhece, inclusive, que Waldomiro Diniz foi acionado por Carlos Cachoeira, para dar um jeito que a COMBRALOG, consórcio de Cachoeira tivesse o controle de jogos de vídeo loteria dentro das casas de bingo do Rio?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu desconheço esse fato, eu acho que se houver alguma pessoa que possa saber um pouco melhor disso aí, seria o senhor Mino Pedrosa, que foi a pessoa que acabou me colocando todo dentro desse processo sem eu ter nada a ver com a LOTERJ, ou com qualquer tipo de participação de contratos efetuados no Rio de Janeiro, eu nunca tive negócio nenhum com pessoa nenhuma lá e eu acabei tendo que até participar de uma CPI lá dentro do Rio de Janeiro, com relação à LOTERJ.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E V.Sa. saberia dizer por que a empresa GTECH não se interessou em trabalhar com Carlos Cachoeira, num sistema de controle on-line real time das vídeos loterias estaduais?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Pelo que eu sei a GTECH é a empresa que controla todos os jogos de loteria, de Mega Sena, Loteria Esportiva e tem um contrato com a Caixa Econômica Federal, segundo, eu só fiquei sabendo disso por intermédio de todo esse material veiculado na. Eu fui descobrir isso depois que estava, já tinha sido veiculado tudo isso nos meios de comunicação, eu desconhecia esse tipo de negociação que estava, inclusive, sendo feito com senhor próprio Carlos Cachoeira lá dentro.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o senhor José Renato Granado e os Ortiz. Eles têm um relacionamento comercial ou pessoal?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Creio que sim, porque o senhor José Renato Granado ele é, na ocasião que eu o conheci, e fiquei sabendo que ele tinha uma atividade dentro do Rio de Janeiro, que é Presidente da Associação dos Bingos do Rio de Janeiro. Então ele tem uma relação muito grande com essas pessoas de loteria com esse negócio todo que ele tem que ser o porta voz dessa..

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Na CPI da LOTERJ a qual V.Sa. também compareceu, o senhor José Renato Granado disse que Carlos Cachoeira e os Ortiz não se dão bem.

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Realmente não tem, não tem uma forma que dá para se avaliar a relação entre o Carlos Cachoeira e o senhor Ortiz, o senhor Ortiz tem uma linha de trabalho completamente diferente do senhor Carlos Cachoeira.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E aí eu recorro ao depoimento de V.Sa., que disse que em razão de Ortiz temer Carlos Cachoeira os novos donos da LOTERJ resolveram atrair Carlos Cachoeira para o Rio. Que tinha o jogo controlado pelo "laranja" de Ortiz, José Renato Granado.

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Agora eu vou aproveitar essa oportunidade de deixar as coisas um pouco mais claras. Eu conforme o depoimento que eu dei no Rio de Janeiro, nas delegacias que eu lá estive, eu fiz uma correção no depoimento que o senhor está falando aí, no depoimento que foi feito na Procuradoria Geral da República e embaixo desse depoimento, após esse depoimento que foi dado, eu fui fazer um novo depoimento aqui em Brasília na superintendência da Polícia Federal, e depois eu fui parar no Rio de

Janeiro para fazer um depoimento nessas delegacias que foram, que me inquiriram. Eu nunca falei, isso foi uma maneira errônea e errada de ter sido colocada no meu depoimento na Procuradoria Geral da República, na ocasião do senhor Roberto, José Roberto Santoro, Subprocurador, foi colocado os donos da LOTERJ, eu nunca falei isso, não existia isso, não existia. Eu sei e todo mundo sabe que uma autarquia dessas, não pode ter dono, isso aí não existe isso. Nunca mencionei "laranja" de Ortiz, também foi colocado de uma maneira pejorativa e com relação ao senhor José Renato não tenho assim o porque de falar bem ou mal dele, porque eu também nunca tive nenhum tipo de relação com ele. Então a correção que, inclusive, no depoimento meu do Rio de Janeiro foi corrigido, tem uma correção com referência a isso que o senhor me perguntou. (Soa a campainha).

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quer dizer que o senhor nunca falou em donos da LOTERJ?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Esse negócio de donos da LOTERJ isso aí não...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Por que a LOTERJ queria afastar os Ortiz?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Não, eu acho que não. Na verdade a LOTERJ nunca teve essa intenção, eu acho, me parece, porque tem o senhor José Renato que é Presidente da associação e não tem, porque afastá-lo da LOTERJ, uma vez que para o senhor trabalhar dentro de um Estado o senhor tem que estar credenciado dentro de uma loteria.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o que o Waldomiro Diniz prometeu ou negociou com o Cachoeira para que afastasse os Ortiz do rio?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Isso eu não fiquei sabendo de nada, porque eu também nunca participei disso, não tenho ciência dessas afirmações.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Na fita gravada por Cachoeira e amplamente veiculada pela imprensa, em que Waldomiro aparece pedindo propina, Cachoeira diz que queria tirar José Renato Granado do mercado do Rio de Janeiro, o senhor sabe alguma coisa disso, porque ele queria fazer isso?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – A intenção do senhor Carlos Cachoeira sempre foi, como eu já disse, fazer um sistema on-line de todo o equipamento, tanto de bingo como desse sistema de COMBRALOG, que seria uma, um papelzinho que se fazia de jogo no Estado do Rio de Janeiro, que como a Mega Sena, como esses outros. E na verdade essa divergência de opiniões, essa, esse desentendimento como o senhor está falando, ele não bate, o senhor Alejandro nunca teve a intenção de modificar o sistema do jogo, e o senhor Carlos Cachoeira tinha a intenção de modificar. Mas tinha intenção de modificar, na verdade, para tomar conta de todo o jogo, não só dentro do Estado de Goiás, mas ele tinha uma pretensão. Depois que eu acabei vendo toda essa veiculação dessas reportagens com relação a ele, Waldomiro, GTECH, Caixa Econômica. Ele tinha a intenção na verdade, e eu sempre soube disso, que ele tinha a intenção de colocar on-line no Brasil todo. Então, por isso que divergiam as idéias do senhor Ortiz e com relação ao o senhor Carlos Cachoeira. Porque o senhor Carlos Cachoeira, na verdade, ele não tem nenhum tipo de investimento feito, a não ser os contratos ganhos por licitação ou qualquer coisa parecida?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Porque Waldomiro Diniz, eu estou vendo aqui que todo esse universo gira um torno de Waldomiro Diniz, Carlos Cachoeira, os Ortiz. Por que Waldomiro Diniz não quis ajudar Cachoeira nesse intento de colocar máquina de vídeo bingo com controle on-line dentro das casas de bingo?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu acho que, ao que me parece, deve ter havido algum desentendimento com relação a esse posicionamento. Porque a implantação de um on-line dentro de um processo desses de loteria, ele é muito complicado, ele não se faz assim de uma hora para outra. E demora quatro, cinco anos para você desenvolver um trabalho desses, coisa que não coincidia talvez com a realidade dos fatos imediatos. Eu só deduzi por isso.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E por que Waldomiro não queria se desentender com os Ortiz? Ele sofria pressão dos Ortiz? Ele era pago, chegava a ser pago pelos Ortiz? Sabe dizer?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu desconheço esse fato.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sa. também disse em seu depoimento do Ministério Público Federal que Carlos Cachoeira fez sociedade com Alejandro Ortiz, e que a ajuda de Cachoeira a José Renato Granado em Goiás seria uma evidência disso. V.Sa. afirmou ainda que, iniciada as tratativas, Cachoeira acabou por se recompor com Alejandro Ortiz, tendo, inclusive, autorizado funcionamento de 1.000 máquinas caça-níqueis de José Renato Granado em Goiás. Eu pergunto: V.Sa. pode nos explicar com mais detalhes como se deu essa reaproximação?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu vou deixar aqui claro uma coisa: Existe um monte de informação aí que na verdade ela vai de encontro a um lugar só. A situação do senhor Carlos Cachoeira dentro do Estado do Rio de Janeiro, ela se realizou com a implantação da COMBRALOG. Para que, o senhor Carlos Cachoeira procurou o José Renato no Rio de Janeiro para que pudesse facilitar as coisas para ele dentro do Rio de Janeiro, ajudá-lo a fazer os contatos que seriam devidos. A retribuição dessa situação foi que o o senhor Carlos Cachoeira autorizou senhor José Renato a colocar 1.000 máquinas dentro do Estado em Goiás. Essa foi retribuição da parte do o senhor Carlos Cachoeira com relação ao senhor José Renato, não com o senhor Alejandro. A correlação que o senhor está fazendo aí é que o senhor José Renato, como ele era uma pessoa que era parceiro, tinha parceria com senhor Alejandro, se faz desentender esse ponto de vista. Não foi feito uma parceria com senhor Alejandro, e sim com senhor José Renato, que era parceiro do Alejandro.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Como se deu o estreitamento das relações do Waldomiro Diniz com os Ortiz? V.Sa. disse no seu depoimento, ainda no Ministério Público Federal, que Waldomiro passou a defender os interesses dos Ortiz no Governo Lula após deixar a LOTERJ. Como ele defendia os interesses dos Ortiz no Governo?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu vou explicar. Na verdade, não é que o senhor Waldomiro diretamente defendia os direitos exclusivamente do senhor Ortiz. O Waldomiro Diniz foi uma pessoa que foi Presidente da LOTERJ, na ocasião no Rio de Janeiro; e, posteriormente a isso, ele foi para, segundo ficamos sabendo, ele estava junto no Palácio aqui, trabalhando para que pudesse ser desenvolvida uma regulamentação para que pudesse abrir, ou o Presidente Lula criar uma lei para que pudesse regulamentar a lei do bingo dentro do país. O que ocorreu? O senhor Olavo Sales, como Presidente da ABRABIN, que houve algumas reuniões dentro desse recinto aqui em Brasília, onde estava sendo estudada a maneira de ser feita a regulamentação. E o senhor Olavo Sales fala em nome de todos os donos de bingo, inclusive, do senhor Alejandro, que é um dos maiores donos de bingo que tem dentro do país. Então, não é que é exclusivo do senhor Alejandro, o senhor Waldomiro estar trabalhando exclusivamente para o senhor Alejandro, mas sim dentro de um processo onde estava se pensando em fazer uma regulamentação e fazer uma lei, para que pudéssemos trabalhar dentro de toda a legalidade. E foi essa a explicação que eu dei lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas quem? De onde partiu? Porque essa, o senhor diz aqui que Waldomiro trabalhou dentro do Palácio para regulamentar o jogo?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – É.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Realmente existiu, foi essa a mensagem. A minha pergunta é o seguinte: Quem, o que levou o senhor Waldomiro Diniz a tomar essa posição? Foi o quê? Os bingos deram contribuição para a campanha?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Não, eu acho que na verdade a própria associação de bingos, ABRABIN ,tenha feito uma indicação de uma pessoa que conhecia tecnicamente. Porque criar uma regulamentação para jogos a nível federal, a nível nacional, ela é completamente diferente do que criar uma...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor sabe que houve..

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Teve uma intenção, uma indicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Houve recursos arrecadados para a campanha, o senhor tem conhecimento disso.

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu ouvi falar também conforme veiculação de tudo isso que foi feito. Agora, nunca participei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nunca contribuiu?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Nunca contribuí com essa relação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A nenhum político?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – A nenhum político. Contribuí, assim, dentro da parte que me cabia, dentro da GERPLAN, que eram os percentuais que eram cobrados pelo senhor Carlos Cachoeira.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E qual era o papel de Olavo Sales, Presidente da ABRABIN nesse esquema de regulamentar o jogo?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – O senhor Olavo Sales, ele sempre falou, ele nunca falou em nome dele só, especificamente no nome do senhor Ortiz ou do o senhor Carlos Cachoeira, ele sempre falou em nome de uma associação que chama-se ABRABIN. Agora qual é a relação que deveria ter, ou se tinha, ou se não tinha, dentro desse processo de regulamentação eu também desconheço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A casa de bingo, o senhor que é proprietário de casa de bingo, quanto ela recolhe de imposto? Qual é a percentual que ela recolhe de imposto para o Governo? Estadual, Federal, não sei.

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Para o senhor manter uma casa de bingo, normalmente o senhor começa a pagar imposto municipal, estadual e federal. O que são os impostos municipal, estadual e federal com relação ao seu estabelecimento, e não com relação à arrecadação dele dentro do seu segmento. O que ocorria é que eu pagava era 35%, inicialmente era 20%, para o Governo; que isso aí era repassado por intermédio da GERPLAN pelo o senhor Carlos Cachoeira para o Governo Estadual. Esse era o compromisso que nós tínhamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E do município?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Do município só pagava as taxas de alvará de funcionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E para o Governo Federal?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Para o Governo Federal são as taxas de. Porque você tem que criar dentro de uma empresa uma, uma movimentação financeira. Então, você tem que criar essa movimentação financeira. De acordo com aquilo que eu pagava e os percentuais que eu pagava da movimentação do meu bingo para o senhor Carlos Cachoeira, eu recolhia os impostos federais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A fiscalização do bingo é feita por quem?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Anteriormente era feita, inicialmente era feita pela... Como é que chama aquela empresa que tinha antes? Não..

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor pode. É estadual, municipal?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Era federal, na época, é o INDESP. Na ocasião, quando comecei a mexer com bingo, o bingo ele era controlado pelo INDESP; depois, posteriormente, foi passado para Caixa Econômica Federal. Depois, como a Caixa Econômica Federal e a lei bingo do foi expirada, eu fiquei aos cuidados da própria GERPLAN, que não era mais federal, já era estadual.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Por que Waldomiro Diniz legalizou 13 bingos em sua gestão na LOTERJ e logo depois proibiu licenciamento de novos bingos? Ele estava criando uma reserva de mercado? A quem ele procurava favorecer, aos Ortiz?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu, como eu já disse anteriormente também, eu desconheço qualquer tipo de atitude da parte com relação a isso, porque eu nunca participei de nenhum tipo de negócio dentro do Rio de Janeiro.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sa. teve um problema com Carlos Cachoeira em Goiás. Carlos Cachoeira usou a concessão pública para tentar lhe tirar do mercado. Ele fez isso por causa da sua ligação com os Ortiz?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu, na verdade eu acabei não entendendo nem o porquê que eu vim parar aqui dentro de uma CPI, porque eu não tinha, como eu não tinha nenhum tipo de contato, a única pessoa que eu tinha, que eu já tive negócio, como comprova aí a documentação, foi com o senhor Ortiz. E na ocasião desse processo que houve correlacionado com senhor Waldomiro e com o senhor Carlos Cachoeira, me colocaram no meio associando, me associando com senhor Ortiz, com senhor Alejandro Ortiz. A pessoa que fez isso na verdade deveria saber o que estava fazendo; que chama-se Mino Pedrosa, e que trabalhava para o o senhor Carlos Cachoeira.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Segundo o depoimento prestado por V.Sa. à Polícia Federal, o senhor Carlos Cachoeira usou de apoio político para tentar fazer com que a regulamentação dos bingos em todo o país lhe favorecesse. Privilegiando o sistema on-line e real time de sua propriedade, a qual todas as máquinas eletrônicas programadas deveriam estar conectadas. Os demais empresários ligados aos bingos e às máquinas eram contrário a essa pretensão, motivo pelo qual teriam contratado o senhor Waldomiro Diniz para desenvolver um estudo sobre a regulamentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu peço para deixar ciente aos senhores Senadores que o documento que foi recebido pela CPI não tem nenhuma validade. Quero deixar claro aos senhores advogados do senhor Roberto Carlos Kurzweil de que esse documento não tem nenhuma validade. A validade foi o entendimento feito pelo microfone entre esse Presidente e o depoente. Então, esse documento não tem nenhuma validade. Peço à assessoria que devolva. V.Sa. tem a palavra.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Bem, continuo. Os demais empresários ligados aos bingos e às máquinas eram contrários a essa pretensão. Motivo pelo qual teriam contratado senhor Waldomiro Diniz para desenvolver um estudo sobre a regulamentação dos jogos. Certamente mais favorável a eles. Pergunto: V.Sa. poderia nos explicar melhor esse episódio? Acredita que esse episódio contribuiu para criar alguma animosidade entre Waldomiro Diniz e Carlos Cachoeira?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu creio que sim. Na verdade, o senhor Carlos Cachoeira conseguiu implantar esse sistema dentro do Paraná. Ficou um tempo funcionando e depois eu não sei por que motivo que o sistema parou e acabou todo, toda, foi cancelado o contrato do o senhor Carlos Cachoeira dentro do Estado do Paraná. As pessoas com quem o senhor Carlos Cachoeira queria se relacionar, e na verdade a intenção do o senhor Carlos Cachoeira era na verdade fazer um tipo de um trabalho onde todos as pessoas que tivessem relação com máquinas e bingos tivessem que passar pelo seu crivo, que seria um percentual, deveria ser pago um percentual para a empresa dele que funcionasse como on-line; como assim aconteceu no Estado do Paraná. E o Estado do Paraná provou que aquele sistema que ele havia implantado lá não deu certo, não era correto, não era, ele era um sistema que poderia ser manipulado. Então, por isso que nós não, e todos os que trabalhavam, trabalham dentro desse segmento, não concordavam com a idéia do o senhor Carlos Cachoeira.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sa. tem algo mais a nos relatar sobre o projeto para a regulamentação dos bingos que vinha sendo anunciado pelo Governo?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – É, o que eu soube que estava sendo, estava sendo regulamentado pelo Governo. E que depois com essa situação do senhor Waldomiro, e correlacionado com o senhor Carlos Cachoeira, o trabalho ficou parado, o Presidente Lula criou uma MP onde estacionou por 90 dias, praticamente, todas as atividades de bingo no país todo, em função desse noticiário todo que houve. E que na verdade ficou parado e eu não sei até quando isso vai ficar. Porque hoje toda essa atividade, ela só pode funcionar, só funciona dentro desse país ou com algum tipo de liminar ou com algum Estado que tenha uma regulamentação estadual.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sa. teria alguma contribuição a dar a essa CPI acerca da ligação dos bingos e demais jogos com organizações criminosas de lavagem de dinheiro?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu, da minha parte eu poderia falar, e falo, pelas pessoas que eu me relaciono. Eu costumo me relacionar com pessoas idôneas, pessoas que têm respeitabilidade, que têm um espírito empresarial dentro desse segmento, e que não tem e nunca foi feito nenhum tipo de crime organizado e nenhum tipo de, não existe dentro desse processo uma maneira de eu ter me ligado com pessoas desse, desse naipe. Eu não tenho ligações com isso.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nem conhecimento do financiamento de campanhas políticas por parte de empresários ligados aos jogos?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu não tenho conhecimento pessoal, assim, eu não tenho conhecimento de financiamento de campanha, eu não tenho contato com pessoas que fazem esse tipo de coisa; sabe-se que faz, mas eu nunca tive nenhum acesso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor sabe que existe?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Sei que existe. E existe, sempre existiu.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Tem conhecimento da doação feito para o PT de dois bingueiros angolanos em São Paulo?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu desconheço essa, eu fiquei sabendo também por informações que me deram que havia sido feito isso. Mas desconheço, eu nunca, eu fiquei sabendo agora há pouco tempo isso aí, nunca soube.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Tem conhecimento sobre a participação do senhor Ralf Barquete na arrecadação de recurso junto da empresa de jogos?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Não, não conheço esse Ralf Barquete.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Cachoeira disse nessa CPI que não está mais operando no mercado de jogos, é verdade isso?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – O que me parece não. Eu acho que ele continua em plena atividade, tanto dele como de toda a família dele, e eu acho que, ao que me parece, eu acho que não parou, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então ele continua?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu creio que sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Continua operando?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Ele continua trabalhando, não sei de que maneira.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas em nome dele?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Hein?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Em nome dele?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Não, em nome dele não. Porque o nome dele normalmente nunca aparece. Mas que ele tem, assim, uma certa influ-

ência estranha com relação a mandar em todos esses segmentos de jogos. Tanto é que no Estado de Goiás, dentro de Goiânia eu tenho minhas, meus três bingos estão fechados há aproximadamente seis meses por uma determinação de uma autarquia, que se chama a AGAMP, uma que regula a loteria, que está fechada por uma determinação da AGAMP. Então está fechado. Mas que existe inúmeras máquinas trabalhando na rua, essas máquinas caça-níqueis, esses negócios.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Qual é a ligação disso com o senhor Waldomiro?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Não, com o senhor Waldomiro eu acho que nenhuma com relação a isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com o senhor Cachoeira sim?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Com senhor Cachoeira eu creio que sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não tendo orador inscrito, eu pergunto, Senador Arns, V.Exa. tem a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu quero cumprimentar o depoente e o Presidente, o Relator, o Senador Augusto Botelho. Agora, eu só gostaria de voltar rapidamente à pergunta que V.Exa. fez a ele também; as casas de bingos que pertencem ao senhor estão fechadas, como o senhor falou, há seis meses?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Seis meses,.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Se o senhor pudesse contar novamente, para a instalação dessa casa de bingos que o senhor instalou, quantas casas de bingo eram?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu tenho três.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Máquinas caça-níqueis também?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Não, não, são máquinas de jogos, são as máquinas que, máquina eletronicamente programada, chama-se MEP. Que são máquinas que funcionam dentro de uma casa de bingo ou um lugar separado de uma sala de bingo, que também está, essas máquinas são co-relacionadas ao bingo de cartela que acontece com aquele papelzinho, que se pinta os números. Só que na máquina aparecem quatro cartelas, aparecem oito cartelas, seis cartelas, onde é sorteado os números. Agora, o nosso tipo de equipamento é esse equipamento que não é o caça-níquel, aqueles que ficam dentro dos bares na rua, em todos esses estabelecimentos na rua.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E essas máquinas são provenientes de que país, essas que o senhor tem?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – As máquinas que na verdade tem, tinha até 1999, as máquinas eram importadas, como eu disse, do RECREATIVO FRANCO e da CIRSA, que vinha, porque é autorizada a importação até 1999. A maioria desses equipamentos são equipamentos antigos, que é da época do fechamento da importação. Porque depois não pôde vir mais para cá. Então essas máquinas a gente vai dando manutenção nelas, sem que tenha que fazer mais máquina, porque não tem como fazer a máquina no Brasil e até teria como fazer, mas não dá para se concluir uma máquina totalmente se não tiver componente de fora.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – São 3 casas que o senhor falou?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu tenho 3 casas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quantas pessoas que freqüentavam diariamente as casas?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Goiânia é um lugar muito. Na verdade é um lugar meio fraco para esse tipo de negócio. Existem lugares mais fortes como São Paulo, Rio de Janeiro, esses outros lugares. Goiânia é uma cidade pequena e não tem assim uma grande movimentação. Mas é em torno de 30, 40, 50, 60 pessoas dia.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E isso representava em termos de gastos, assim de recursos circulando quanto mais ou menos?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Gastos o senhor diz como?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – As pessoas gastavam quanto?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O que apurava o bingo por noite em média, não é isso?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Um negócio com relação a 2, 3, 4 mil reais, não dá mais do que isso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Por dia?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – É, que não seria esse aí o resultado de um dia, 4, 5 mil reais, não seria o resultado de um dia de negócio, que todo, essas máquinas elas trabalham de uma maneira onde ela, a pessoa joga, mas ela também ganha. Então tem a devolução desses pagamentos. Então, a gente fica com um percentual bem baixo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quer dizer, o volume de jogo era 4, 5 mil?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Exatamente, dentro de uma casa minha, 4, 5 mil reais, mas o resultado vira em torno de 400, 500, 600 reais dia para a casa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – 500, uns 10% para a casa mais ou menos?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Exatamente, isso depende muito do lugar onde está instalado. Se tiver gente tem um movimento maior, se tiver menos gente, obviamente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exa. me permite.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A pergunta é só Presidente, agora como é que a gente sabe que é 10%, ou 15%, que tipo de controle que alguém pode ter para saber realmente qual é o percentual que fica com a casa?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – O percentual desses equipamentos, gira em torno de 6% o retorno final dele, isso é o final.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Como é que a gente sabe? Como é que alguém, eu chegando lá quero saber de fato...

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Porque nós só conhecemos esse resultado...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Qual que é a controle?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Nós só conhecemos esse resultado, porque nós temos o resultado físico daquilo que acontece com o equipamento. Não que nós não temos uma programação a ser especificada...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu acho que o Senador quer saber também os que apostam direto na cartela, que não usa a máquina, como é que é feito o controle?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Ah não, esse é um outro assunto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Qual que é a pergunta, o Poder Público quer saber se existe lavagem de dinheiro ou não. Quer dizer, então o Poder Público quer saber qual que é o volume de jogo, quanto que se gasta lá, quanto que as pessoas gastam e quanto é que fica, não existe jeito de...

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Não, não é uma coisa fixa, não é uma coisa, é um negócio completamente aleatório, hoje o senhor pode ganhar, amanhã o senhor pode perder, a situação na verdade desses equipamentos é que hoje ele pode te dar um lucro de 5, 6, 8, 10% e amanhã não te dá nada, quando você joga, você joga, o nome já diz, jogo, você ganha ou perde.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O senhor falou que, inclusive, lá no Paraná as máquinas podiam ser manipuladas.

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Do sistema on-line.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Como é que a gente vai saber se as máquinas estão sendo manipuladas?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Não, essas máquinas não são manipuladas, no off-line, não tem como manipulá-la, teria que mexer na placa, nas placas que ela, que existe dentro dela. Agora, sistema do Paraná, todas as informações e todas as máquinas eram linkadas à um computador enorme dentro de uma central e aonde eles viam toda a movimentação e eles podiam manipular por ali o que poderia acontecer na máquina, por isso que nós não concordávamos em fazer o sistema on-line do sistema do o senhor Carlos Cachoeira.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sa. tinha negócio nos bingos do Paraná, Santa Catarina Rio Grande do Sul?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Não eu conheci algumas pessoas que tinham bingo no Paraná, e que não estavam satisfeitas com a situação também do on-line, que foi implantado lá.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O senhor está dizendo que o sistema on-line proposto, eu me lembro do Carlos Cachoeira depondo aqui e ele afirmando que seria impossível haver qualquer tipo de fraude no sistema on-line.

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Discordo com ele, o sistema não, eu não vou dizer que o sistema on-line ele possa ter fraude. O sistema on-line bem feito, bem como a empresa GTECH ela não controla todas essas lotéricas dentro do país todo e ela tem um sistema que eu acho que não é manipulado, porque é um sistema on-line, mas é um sistema que vai te dar um resultado. Agora o sistema que o Carlos Cachoeira implantou dentro do Paraná é um sistema furado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor acha que a GTECH pode mudar o resultado do jogo?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Não, não, isso aí não. Por isso que eu estou dizendo, uma empresa, uma multinacional, que um faça um sistema on-line ele é muito mais seguro do que uma que o senhor Carlos Cachoeira montou.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas isso é uma coisa questionável, porque confiar num sistema internacional...

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Não, não é o fato de ser internacional, eu acho o seguinte, eu acho

que a tecnologia ela tem que ser. dar mais, de última geração. Se o senhor tiver uma tecnologia de última geração, as possibilidades de erro elas diminuem.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu diria que o sistema da GTECH talvez não tenha manipulação, Senhor Presidente, porque lá o pessoal faz o sorteio com as bolinhas na hora, tira agora o sistema on-line é outro sistema on-line com variações...

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Porque o nosso sistema, o sistema de equipamento, esses equipamentos que são as máquinas, que existem dentro de bingo, esse sistema, são dois sistemas diferentes. O sistema que a GTECH recebe ela só recebe a informação, ela só recebe a informação e o sistema da máquina, ela tanto, ela recebe a informação que foi jogada e ela recebe informação que tem que ser pago. Então, ela tem que ir e voltar essa informação. Por isso que é complicado, por isso que é complicado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Arns dentro do raciocínio de V.Exa., eu queria perguntar ao senhor Carlos Martins, o senhor é favor da regulamentação dos jogos?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu sou.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não é o advogado é o senhor?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu sou.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas o senhor acha que a regulamentação se acontecesse teria que ter a fiscalização do Estado, do Município ou do Governo Federal?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu acho que devia ter uma fiscalização a nível federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Federal?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Federal e com apoio estadual. Porque aí a coisa ficaria fechada em duas pontas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sa. acha que se tivéssemos um plebiscito, o povo brasileiro seria favorável a essa regulamentação ou não?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu acho que sim, eu acho que seria favorável, eu vou dizer o porquê. Toda. 99% das pessoas que freqüentam essas casas de bingo, são pessoas de segunda para terceira idade, são pessoas que já sabem aquilo que quer, são pessoas que tem o seu...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas aí seria só o pessoal de segunda e terceira idade, seria toda a população brasileira.

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Correto, eu acho que a população.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Acima de 16 anos de idade.

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Eu acho que a população, eu creio seria hipocrisia da nossa parte, nós acharmos que o jogo não funciona.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor sabe quantos habitantes tem Goiás, Goiás não, Goiânia?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – 1 milhão e 200, 1 milhão e 300.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A quem diga que seria uma casa de bingo a cada uma milhão de pessoas.

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – E lá só eu que tenho 3.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só queria dizer que eu não consigo visualizar. Eu acho que é sobre isso que a gente tem que também se deter, inclusive, o Senador Garibaldi no relatório, que para nós termos esse. Como é que o Poder Público, seja municipal, estadual ou federal, que nem V.Exa. perguntou para o depoente, como é que se pode ter o controle de quanto dinheiro que está circulando, o volume de jogo que está circulando, quando que vai ficar, quando que realmente foi de prêmio. E ao mesmo tempo em cima disso quais os impostos que estão sendo pagos, municipais, estaduais e federais. Que eu vejo os relatórios dos Estados Unidos e vejo também que em termos de jogos existe, assim, um gasto público extraordinário, eu considerei para a fiscalização do jogo.

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Exatamente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então se nós tivermos que ter uma super-estrutura para fiscalização, justamente para não haver evasão, com a evasão, lavagem de dinheiro, lavagem de dinheiro organização, eventualmente pode ser de qualquer de atividade ilícitas. Aí é um problemão, não é?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Correto, eu acho que poderia ser feito o controle disso aí ou por estimativa, uma estimativa onde pudesse criar, ou pudesse ser feito dirigido os valores para entidades filantrópicas, entidades, direcionar os valores, para cada...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Desculpe, por estimativa você não chegaria nunca...

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Por estimativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se você tivesse que controlar a casa de bingo, a meu entender teria que ser as cartelas fornecidas pela Casa da Moeda.

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Exatamente como era fornecida pela caixa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quem fugisse dessa lei teria que ser fechada a casa, só esse controle mais nenhum a meu entender e as máquinas seriam proibidas dentro dela, seria só a cartela fornecida pela Casa da Moeda, a meu entender.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O bingo do senhor, as 3 casas de bingo estão relacionadas ainda? Porque era da época INDESP o senhor falou.

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Era da época do INDESP.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Do Ministério do Esporte. A autorização foi dada para uma associação esportiva?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Tinha na ocasião, que o INDESP controlava isso, tinha a associação esportiva que também não tem mais, era, canoagem.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Foi. Qual que era o nome?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Canoagem.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Foi essa que recebeu a autorização?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – A associação que era credenciada dentro do INDESP e...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E ela fazia o contrato com a casa de bingo?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Fazia o contrato da casa de bingo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Porque uma vez eu vi o depoimento do Presidente do cruzeiro, Zezé Perrela, quando eu era Deputado ainda, ele dizendo que eles estavam com problema extraordinário, porque eles tinham recebido a autorização, repassaram isso para a casa de bingos e a casa de bingos não pagou as obrigações sociais que deveria pagar, impostos e tal e eram dezenas de milhões de multa que o clube teria que pagar, porque na verdade quem era o responsável? Não era a casa de bingo, era o clube que tinha recebido a autorização?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – O que eu acho dentro do meu entendimento é o seguinte, existe em todo o tipo de negócio, existem pessoas que respondem por aquilo que se comprometem a fazer e pessoas que não respondem. Eu acho que se você fizer um contrato com uma associação e a pessoa for idônea dentro daquilo que está fazendo, se propondo a fazer não vai ter esse problema.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não pode ser pessoal.

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Agora deve ser penalizado, inclusive, eu acho que eu concordo, que deveria ser penalizado o bingo que não correspondesse com as suas obrigações.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor participou de alguma reunião quando estavam na Comissão comandada pelo Waldomiro Diniz, para que se apresentasse uma lei, o senhor foi convocado para alguma reunião?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Não, não, eu nunca participei não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor sabe quem participou? Algum proprietário de bingo?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Não me recordo das pessoas que aqui vinham para poder trabalhar nesse assunto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Até 6 meses atrás quando as suas casas fecharam, a associação de canoagem ainda era?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Não, não, não. Toda a associação de bingo que era associada a bingo, ela terminou quando terminou o INDESP, o INDESP, na época do senhor Greca, terminou ali, acabou. Não tinha mais nenhum tipo de contrato, porque nós não estávamos regulamentados, a Caixa Econômica Federal ficou de assumir a situação dos bingos no país, e ela acabou também não assumindo e nós acabamos ficando a mercê de, da sorte na verdade. Ou a gente consegue trabalhar hoje com liminar ou não trabalha.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só acho que na verdade, também não foi assumido pela Caixa porque havia todo o problema com a GTECH.

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Exatamente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Na verdade uma discussão judicial ainda, porque senão a própria GTECH teria sido a fornecedora dos equipamentos?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Correto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Isso houve todo um debate aí no meio em relação a máquinas americanas, máquinas espanholas, a proveniência, é um interesse forte sem dúvida alguma internacional sobre o jogo aqui no Brasil?

SR. CARLOS ROBERTO MARTINS – Exato.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas era mais o esclarecimento nesse sentido, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa. e agradeço a presença de V.Sa., senhor Carlos Alberto Martins encerro esse depoimento e convoco, Senador Suplicy temos mais um, pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Presidente eu conversei há pouco com o Senador Antero Paes de Barros.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Podemos dispensar o Carlos Roberto Martins já convocar o próximo e continuaremos ouvindo V.Sa. que o Relator tem uma audiência, quer tentar avançar. Enquanto V.Sa. faz os esclarecimentos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Serei brevíssimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sa. vai fazer alguma pergunta, então eu agradeço a V.Sa., senhor Carlos Alberto Martins, a presença do seu advogado e solicito da assessoria que encaminhe o senhor Messias Antônio Ribeiro Neto e a palavra está com V.Exa., Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Presidente, acredito que tenha havido algo que possa ser melhor compreendido e superado. Porque quando eu estava depondo o senhor Roberto Carlos da Silva Kurzweil, perante os senadores Antero Paes de Barros, até também o Senador Artur Virgílio, ele havia se comprometido a fazer uma declaração a esta CPI por inscrito, por escrito e...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy isso é matéria vencida, a Presidência já decidiu, não aceita nenhum documento por escrito, já que há pouco antes de encerrar foi decidido com esse Presidente e o depoente que o que foi dito pelo depoente está mantido, então eu não aceito nenhum documento escrito, já que a decisão foi tomada de comum acordo com o depoente. Então nós não podemos aqui tomar uma posição e depois vir outra e outra e outra posição, mas vamos fazer a degravação, passar para os senhores Senadores para daí fazermos as nossas...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu solicito a V.Exa., que não insista porque o Presidente não vai mudar o seu posicionamento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas eu gostaria de insistir, porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu estou dizendo a V.Exa. que não vou mudar a minha posição.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu quero transmitir que, inclusive...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E não aceito o documento que foi encaminhado à assessoria, que já retirou o recibo e nós vamos ver a degravação, sentarmos e conversarmos. Para que nós não possamos aqui estar tendo sempre que estar voltando às posições assumidas por nós, na CPI, ao Presidente da CPI...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu como membro da CPI, peço a V.Exa. que me explique como membro da CPI por que razão? Tendo os Senadores Antero Paes de Barros, Artur Virgílio com a anuência de V.Exa....

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou explicar a V.Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu pude ouvir eu nem formulei a minha pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não precisa formular.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas eu gostaria de formular.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tudo bom, V.Exa. pode fazer.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Houve um claro entendimento, eu estava presente, senadores Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu sei em estava presente, eu observei a todos Senadores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Estavam todos presentes e foi solicitado a ele que se de fato não fosse titular de conta no exterior citada nesse documento, que ele não faria qualquer objeção a que se verificasse, se a conta era dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se foi dito, isso está na fita e será exatamente o que foi dito na fita.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Daí ele concordou com a concordância dos Senadores em assinar documentos nesse sentido, qual é o problema, isso que eu não entendo, qual é o problema dele encaminhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu explico a V.Exa., se V.Exa. me deixar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim, mas é que eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exa. está trazendo algo após conversar com os advogados do cliente, antes dele sair daqui, quando estava depondo eu solicitei educadamente ao senhor Roberto Carlos se ele mantinha a decisão para evitar assinatura do documento, ele disse que mantinha na forma que foi dito. Então eu não vejo nenhum segredo, está gravado vai ser degravado e não há necessidade desse documento. Até porque esse documento não é o que foi dito pelo depoente e sim o que foi redigido pelos seus advogados.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Bem...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Guarde o documento que está redigido pelos advogados e vamos solicitar amanhã, já solicitei da assessoria e amanhã de manhã toda a degravação dessa sessão, da sessão do depoimento do senhor Roberto Kurzweil, ele estará à disposição de todos senhores Senadores. Esse documento não tem nenhuma validade perante esta CPI.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Respeitosamente Senhor Presidente, posso então deixar como resguardo para o Presidente da CPI...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nas mãos de V.Exa., para mim está em boas mãos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas eu deixo como resguardo. Então V.Exa. confia em mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sempre confiei e vou continuar confiando.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Esse documento está, então...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nas mãos de V.Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Para que possa ser.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não há nenhum documento oficial nas mãos da assessoria nem da presidência, o documento está na mão de V.Exa., que para mim é o melhor guardião desse documento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Fica para o esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Perfeitamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Junto a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas não há nenhuma validade perante a CPI, queria só deixar claro isso a V.Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Se V.Exa. estiver me destituído da CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – De forma nenhuma, Senador Suplicy, eu acho que está havendo uma questão de linguagem. V.Exa. está com um documento redigido pelos advogados, eu tenho uma fita gravada na sessão com a palavra do depoente. Então é simples é só se degravar a fita e se comparar com esse documento, se houver coincidência o documento será aceito, se não houver nós estaremos dando como preferência o que foi dito pelo depoente e nada mais, não há nada que venha as desrespeitar a decisão do Presidente, nem as declarações do depoente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Continua a palavra com V.Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quero resguardar o direito de um depoente de apresentar uma petição a esta CPI, inclusive, por escrito. E é esse o direito que me parece ser um direito constitucional, que ele pode fazê-lo. Se V.Exa....

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas a presidência tem o direito também de deferir ou não o documento,.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas que ele pode entregar...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu acho que o depoente que não quis assinar um termo de compromisso de falar a verdade, a CPI tem o direito de analisar se aceita ou não aceita qualquer documento enviado por esse depoente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu peço a atenção de V.Exa....

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nós preferimos Senador, nós mantermos naquilo que foi acordado de viva voz na presença de todos gravados nas nossas fitas taquigráficas, gravado na TV Senado está à disposição de todos, não haverá a menor possibilidade de desvio da verdade do que foi dito aqui e proposto pela CPI e dito pelo doente, mas eu solicito de V.Exa. que mantenha sobre a guarda de V.Exa. esse documento para que nós possamos, eu V.Exa. e os demais membros discutirmos exatamente se o que foi escrito pelos seus advogados é o mesmo que foi dito pelo depoente. Eu agradeço a compreensão de V.Exa. e agradeço também ao senhor Messias Antônio Ribeiro Neto pela presença, pedindo as nossas desculpas pela demora em função do trabalho, que nós estamos tentando avançar e a presença do doutor Roberto, do senhor Roberto Carlos Kurzweil, bem como do senhor Carlos Alberto Martins, senhor Messias, obrigado a V.Sa., obrigado ao nosso advogado, V.Sa. tem a palavra pelo tempo que fizer necessário e para alguma informação, caso contrário estaremos seguindo imediatamente com o nosso Relator *ad hoc*. V.Sa. tem a palavra para as identificações e agradecer aqui que V.Sa. assinou o termo de compromisso, conforme o artigo 203 do Código de Processo Penal. V.Sa. tem a palavra.

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Excelência, meu nome é Messias Antônio Ribeiro Neto. Eu sou empresário na área de tecnologia da informação. Sou casado, tenho 3 filhos e sou residente na cida-

de de Brasília e estou aqui perante os senhores para quaisquer esclarecimentos. Grato, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Augusto Botelho, V.Exa. na condição de Relator *ad hoc* tem a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Bom eu vou fazer as perguntas que me foram passadas pelo Relator de fato da Comissão. senhor Antônio Ribeiro qual a ocupação profissional de V.Sa., qual a ocupação profissional de V.Sa.? E se V.Sa. continua de alguma forma a trabalhar com os jogos de qualquer natureza?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – A minha ocupação, eu sou empresário na área de tecnologia da informação, e não trabalho com nenhum tipo de jogo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – V.Sa. conhece o senhor Carlos Cachoeira, Alessandro Ortiz, Olavo Sales, José Renato Granado, Messias Antônio Ribeiro Neto e Waldomiro Diniz?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Messias Antônio Ribeiro sou eu.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Oh, desculpe.

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Eu conheço o senhor Carlos Ramos. Qual o outro nome?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Carlos Cachoeira, Alejandro Ortiz?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Alejandro Ortiz, eu conheci o Alejandro Ortiz numa feira de máquinas para bingos em São Paulo, estive com ele uma única vez.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Olavo Sales.

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não conheço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Waldomiro Diniz?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não conheço.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – José Renato Granado?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não conheço.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Bom, V.Sa. explorava o jogo de bicho ou qualquer outro tipo de jogo em Goiás?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não, há um grande equívoco nessa. Havia algumas reportagens, mas eu não explorava o jogo do bicho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – OK. De acordo com o depoimento de V.Sa. ao Ministério Público Federal, V.Sa. se associou em 1995 ao senhor Carlos Cachoeira para a exploração da loteria estadual de Goiás, afirmou que o nome de ambos não poderia constar no contrato social, porque estavam associados ao jogo de bicho. Pois não seria bom para os negócios. Vou lhe perguntar: V.Sa. continua a explorar o jogo de bicho paralelamente a exploração da loteria estadual?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – No ano de 1994, havia uma grande expectativa de legalização dos jogos no Brasil. E eu fui convidado para fazer um trabalho, um plano de negócio, um desses planos para senhores ligados aos jogos. Eu trabalhei com esse grupo fazendo levantamento de dados de março de 94 a fevereiro de 1995. Essa foi a minha ligação que houve com o jogo do bicho. Foi técnica.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – OK. E o senhor Carlos Cachoeira, o senhor sabe dizer se ele ainda está explorando alguma coisa em Goiás, com as loterias?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Carlos Cachoeira ele, ele era de uma família que explorava até aquela época, eles exploravam jogos. Mas em 1995, com a concessão da loteria do Estado de Goiás. Ele passou a integrar, passou integralmente o seu tempo a dedicar a loteria do Estado de Goiás.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Como é que o senhor, me faça assim um. Que a gente tente resolver várias perguntas numa só, me conte a história do senhor Alejandro Ortiz e qual a ligação de V.Sa. e do Carlos Cachoeira com ele, faça um resumo dessa história.

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – OK. No ano de 1995, foi quando houve a concessão da loteria e a minha participação era uma participação operacional técnica.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Como é essa operação técnica?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Seria para a implantação de concurso de prognósticos numéricos, através de tecnologia, havia uma expectativa nossa de migrar, de migrar os jogos que era artesanalmente explorados para o sistema informatizado dentro da loteria do Estado de Goiás. No ano de 1998, havia uma, houve uma feira de tecnologias voltada para esse segmento em São Paulo, estive nessa feira, foi quando convidei o senhor Alejandro Ortiz para enviar as suas máquinas para um BETA teste, esse BETA teste seria toda a fase de homologação junto à loteria do Estado de Goiás. Foi essa, foi essa a minha participação e meu encontro que eu tive com ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor foi sócio de Cachoeira?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Eu fui um pseudo-sócio, porque na verdade eu não cheguei a ser sócio de direito. Eu fui um pseudo-sócio, a minha pretensão era de me tornar sócio, mas isso não aconteceu.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor acha que essa aproximação do senhor com Alejandro Ortiz foi que levou a essa distância do senhor com o Carlos?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não, é porque, a minha defesa no projeto era de implantação de concurso de prognósticos numéricos, não era voltado para esses segmentos dessas máquinas de programações eletrônicas, que eram máquinas que ficavam Standalones e não era a minha vocação.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – V.Exa. pode explicar a essa CPI a sua declaração ao Ministério Público Federal que a empresa VALE CARD(F) que pertence ao bicheiro Egton de Oliveira Pajaro Júnior, sócio de Carlos Cachoeira na GERPLAN, a expressão é a seguinte: "Ajuda na lavagem de dinheiro". O senhor poderia explicar isso?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Eu creio que com as investigações que já houve de toda a sorte de, da Polícia Federal e do Ministério Público, eu penso que isso foi esclarecido ou se. Mas ele na época explorava essa, ele explorava loteria em Goiás, explorava a GERPLAN e também uma empresa de cartões de crédito em Minas. Creio que talvez já tenha essa explicação. Mas eu talvez tenha sido infeliz de dizer isso ao Ministério Público. Quero falar que compareci ao Ministério Público, não estava acompanhado de advogado, eu estava sozinho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – V.Sa. falou ao Ministério Público que sua casa em Goiânia foi alvejada por tiros em direção no quarto de seu filho, quando foi isso?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Isso aconteceu no final de 1999.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – V.Sa. poderia explicar como é que aconteceu isso, quais foram os motivos dos disparos na sua casa?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Nós tínhamos viajado para a Pousada do Rio Quente e quando nós chegamos no fim de semana, a minha casa tinha sido alvejada por várias tiros, não foi um tiro. E com isso, bom, o processo foi que com essa implantação do concurso de prognósticos numérico, isso, na verdade despertou uma grande ira do pessoal da contravenção, dos bicheiros. E estavam irados, porque isso ameaçava o negócio deles. Foi isso que aconteceu, mas imediatamente nós mudamos de Goiânia e...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Logo após esse fato?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Com certeza. Com certeza. Logo após mudamos e nunca mais, nunca mais não, aconteceu uma segunda aproximação do senhor Carlos Cachoeira, foi no ano de 2002, que ele pediu uma consultoria para a implantação e me procurou dizendo que tinha vários Estados, ou melhor, 4 Estados que eles estavam fazendo a implantação das loterias, que era o Estado do Paraná, do Rio de Janeiro, de Goiás e do Rio Grande do sul e ele queria uma empresa integradora disso, mas era uma, era uma demanda muito grande e eu disse que não tinha condições, mas que eu poderia trazer um parceiro internacional para fazer essa, essa implantação, eu estive na França falando com a empresa EDITEC. Na França eu coloquei eles diretamente em contato com ele, que naquela época ele já monopolizava esses Estados. Também, o mercado internacional todos, todos sabiam dele, da existência do Carlos Ramos e...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Essa EDITEC foi sugestão de V.Sa. ou senhor Carlos Ramos?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Foi uma sugestão, foi uma sugestão minha para que essa empresa que explora, ela explora, ela administra sistemas de loterias na França, na Inglaterra e também grande parte da Ásia, para que ela fizesse essa operação no Brasil. Logo eles acertaram de se encontrarem no Rio de Janeiro, e veio um grupo desta empresa com também banqueiros e, para fazer uma reunião com ele no Rio de Janeiro. Para tratar desse assunto, mas ele não os recebeu no Rio de Janeiro, deixou um representante só para falar com eles, e a partir daí eu fiquei muito decepcionado, porque isso, isso é um tremendo descrédito, porque vieram 7 pessoas para tratar do negócio com ele e ele não os recebeu, e a partir de então eu rompi qualquer contato e também qualquer envolvimento ou, tudo, não quis mais saber de jogo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas o senhor tinha, já tinha uma convivência com a EDITEC antes? Já conhecia, chegou a ir a França, conhecer, visitar?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Eu participava de várias feiras e de vários negócios na área de loterias, em vários países. Eu era membro do ILACDO, INSTITUTO DE LOTERIA DAS AMÉRICAS DO CARIBE, com sede em Miami. Então, existem várias empresas nesse segmento. E essa empresa era uma empresa que tinha, que eu era sabidamente por mim que ela tinha interesse no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Muito bem. O senhor, o senhor teve quantas vezes com o Waldomiro Diniz?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Eu nunca estive uma única vez com o Waldomiro Diniz, não participei do processo licitatório, não participei da elaboração de projeto básico, em nenhum momento estive envolvido em qualquer uma das licitações.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Da regulamentação quando V.Sa. se refere ao projeto base da regulamentação?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não, o projeto básico, antes da licitação, descreve todo o projeto básico de como isso deve ser o processo licitatório. Após esse processo licitatório ele vai para a rua, então são selecionados os concorrentes e quando a empresa ganha aí sim começa a regulamentação, a regulamentação das modalidades lotéricas, assim que funciona.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor tinha ligação com a empresa EBARA?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não, não conheço a empresa EBARA.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu gostaria que fosse explicado melhor, Senhor Presidente, o que é essa questão da...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O projeto básico.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O projeto básico, quer dizer tem o projeto básico e depois vem a licitação, vem a regulamentação que o senhor falou, quando o senhor está falando a regulamentação, é esse grupo que trabalhou lá no planalto na regulamentação?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – A regulamentação de qualquer modalidade lotérica, ela tem que passar pelos crivos de segurança, os crivos também das possibilidades, então nessa regulamentação que geralmente é feito por portaria ou instituições normativas, é que se...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Foi feito o projeto básico, o senhor falou?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Esse projeto ele precede licitação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Foi feito um projeto básico?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Com certeza, toda a licitação existe um projeto básico.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Um projeto básico para quem? Aonde isso que o senhor está falando?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Toda a licitação de loterias, ou de, ou qualquer modalidade na área de tecnologia, ela precede um projeto básico antes de se publicar a licitação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E esse projeto básico é elaborado...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Projeto básico seria o edital.

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Na Comissão técnica.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O projeto básico é o edital?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não, para se elaborar o edital, faz-se um projeto básico, depois disso elabora-se o edital, baseado nesse projeto básico.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor acha que, ai eu não sei se é esse o caminho do raciocínio, Senador, esse projeto básico era dirigido?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Eu não quis dizer que esse projeto básico é dirigido. Eu quis dizer que eu não participei nem como consultor, porque às vezes um projeto básico contrata um consultor para elaborar um projeto básico. Mas para isso eu também não fui convidado, não prestei nenhum...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor sabe quem?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não tenho conhecimento, não participei em nenhuma fase do processo licitatório.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – V.Sa. Saberia dizer, porque a empresa GTECH não se interessou em trabalhar com Carlos Cachoeira do sistema de controle on-line real time das vídeo loterias estaduais ?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não, eu não tenho, não posso dizer nada sobre isso.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – O senhor sabe alguma coisa, qual a natureza da relação do José Renato Granado, Presidente da associação dos Bingos do Rio de Janeiro e os Ortiz?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não tenho conhecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor conhece o Granado?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não conheço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Ortiz sim?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Eu conheci o Ortiz sim.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Ortiz conhece bem? Conhece bem o Ortiz?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Se eu conheço bem o Ortiz? Não. Estive com ele uma vez numa feira.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Naquela fita o Renato você não conhece, não vai chegar a nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor viu aquela fita, que foi amplamente divulgada entre o senhor Cachoeira e o senhor Waldomiro, não é?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Eu vi sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Que aparece pedindo aquela propina, diz que queria tirar José Renato Granado do mercado. O senhor sabe dizer o motivo que foi?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Foi por conta dessa questão, dessa modernização on-line, que V.Sa. estava programando?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não, porque nessa segunda fase de modernização, a primeira fase de modernização aconteceu no ano de 1995 quando eu fui, quando eu fui contratado, a segunda fase de modernização, que já envolveu essas máquinas de programações eletrônicas, eu já fui totalmente descartado do processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor acha que os Ortiz faziam pressão no jogo em cima do Waldomiro? Sentiram a influência de Waldomiro?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Eu não posso, porque eu não tive nenhum contado com o, nunca tive contato com o senhor Waldomiro Diniz.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A informação que eu tenho, me desculpe, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A vontade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É que em 95.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exa. passa ser Relator *ad hoc*.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Vai ser difícil substituir o Senador Garibaldi Alves, que está com o roteiro, mas vamos procurar auxiliá-lo. A informação que eu tenho é que em 95, há época que o senhor trabalhava, houve todo um trabalho de parceria com o Ortiz, para a implantação, por exemplo, da PALPITECA?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não, é...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E que depois em 99, o Ortiz teria, quer dizer o Carlos Cachoeira teria assumido e eliminado o Ortiz praticamente do processo, isso não é verdade?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não, não é dessa forma, eu conheci o Ortiz no ano de 1998. A PALPITECA, não foi, não tinha nada a ver com o Ortiz, era um concurso de prognóstico numérico, que era uma tentativa da migração dos jogos que haviam, que eram jogos clandestinos para, migrando isso através da automação para o Estado, mas isso não, são concursos de prognósticos não tem nada a ver com..

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Aí é que houve o conflito com os bicheiros ou não?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não aconteceu conflito no ano de 95, no ano de 96.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – 98?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Foi no ano de 99. No ano de 96 eu tive um problema sério de saúde, eu tipo hidrocefalia e tive que fazer uma operação complicada e colocar válvula na cabeça, eu só fui restabelecer no ano de 98, que eu voltei a trabalhar, fiquei praticamente dois anos totalmente fora de atividade, totalmente fora de órbita, porque era um problema muito sério. No ano de 99, de 98 eu voltei para a implantação da PALPITECA, que era uma evolução de concurso de prognósticos que isso, isso havia acontecido em vários outros países dessa maneira também. Num primeiro start isso foi feito manualmente, num segundo momento isso migrou para a automação. Foi esse o meu papel.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E hoje em dia o senhor trabalha com o quê? Ainda nessa área também ou não?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Eu trabalho com tecnologia da informação, mas não, nada dessa área.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – O senhor Antônio Ribeiro Neto, como se deu o estreitamento da relação do Waldomiro com os Ortiz?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Eu não posso dizer, porque eu não conheço, estive uma única vez, eu nunca estive, não conheço o Waldomiro Diniz.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor conhecia bem o Carlos Alberto Martins?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – O Carlos Alberto Martins na fase de BETA teste em que

isso aconteceu no final de 98 e início de 99, foi ele que foi enviado pelo senhor, pelo senhor Ortiz para Goiânia para homologação. E ele esteve lá aproximadamente 6 meses, foi o período que ele esteve para essa homologação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor disse que conheceu bem o Ortiz?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não, eu conheci, eu estive com ele uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Uma vez só. E quem ficou defendendo os interesses dele ultimamente? Porque a afirmação que disse há pouco aqui o senhor Messias, Messias o senhor, o senhor Carlos Roberto Martins, é de que o Cachoeira continuou tratando dos interesses dele, e também de não o Waldomiro, parece que algo dessa natureza que ele afirmou, o senhor têm conhecimento disso?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não tenho conhecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor acha que o Waldomiro Diniz ainda tem influência nessa questão de jogo?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não posso dar informação, porque realmente não conheço, não tive contato, realmente não posso dar informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Essa condição de técnico é bom, não é?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Qual é o papel do Olavo Sales, Presidente da ABRABIN, nesse esquema o senhor sabe alguma coisa nisso?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não, não conheço Olavo Sales, não sem nem o que é ABRABIN.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Por que o Waldomiro Diniz legalizou na LOTERJ e logo depois proibiu o licenciamento de novos bingos?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não tem conhecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor tem alguma contribuição a dar a essa CPI, acerca da ligação dos bingo e demais jogos com organizações criminosas e lavagem de dinheiro? Ou o senhor acha que o jogo é limpo é honesto não tem nenhum envolvimento com isso, qual a opinião do senhor em relação a isso?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – A minha opinião com jogos, eu tirei em 2000 de afastar totalmente desse ramo de atividade. Então, desde 2000 eu afastei, eu não posso dar nenhuma contribuição, nós estamos falando de um processo que aconteceu em 94, 95 isso já tem 11 anos, eu estou afastado há muito tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor defenderia a regulamentação de jogos nesse país? A legalização?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Há uma necessidade de, há uma necessidade de um estudo, porque é uma realidade que, é uma realidade que ela é patente, existe 150 mil pessoas aproximadamente, segundo um estudo de levantamento de dados que nós fizemos, que trabalham na clandestinamente e migrar isso, precisa de aplicar tecnologia e migrar isso para o Estado, há uma necessidade. Se isso vai ser, se isso vai ser de forma com as loterias estaduais, ou se isso vai ser pela Caixa Econômica Federal é uma decisão política, mas que há uma necessidade veementemente no país de legalização, claro

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Você se arriscasse um palpite, já que se trata de jogo, um palpite cai bem, não é? Se nós tivéssemos um plebiscito para o povo brasileiro decidir pela regulamentação e legalização como queira, o senhor votaria a favor ou contra?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Se eu votaria favor? Eu votaria favor sim, eu votaria favor desde que isso fosse, desde que isso fosse rigorosamente controlado pelo Estado, e isso hoje é muito fácil com...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pelo Estado, quando o senhor diz Estado o senhor se refere a que? Município, Estado ou Governo Federal?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Eu me refiro ao Estado, Estadual. Porque a Caixa Econômica Federal já faz isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor acha que não poderia ser uma Comissão de jogos de fiscalização? Porque a cada Estado, cada eleição que muda de Governador muda tudo.

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Mas para isso existe, os processos licitatórios. Eu acho que isso garante a continuidade.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu quero perguntar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exa. tem a palavra, V.Exa. entenda que está funcionando como Sub-relator.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero perguntar nessa linha ainda, o senhor acha que não seria melhor, alguém deu sugestão, assim, pessoas que assistem a CPI, até seria interessante que as pessoas que acompanham o trabalho da CPI dos bingos

até digam, façam perguntas e sugiram aqui para os membros que a gente possa levar adiante o debate. Mas há pessoas que sugerem que o jogo seja como está na Constituição, existe o debate, inclusive, está no Supremo Tribunal Federal de que seja Federal. O Estado queira, o Estado quer implantar uma loteria um jogo, qualquer coisa o controle é Federal, um controle único e naturalmente se repassa para o Estado o que for acertado dentro dessa, dessa iniciativa, por exemplo, seria uma administração única. Uma administração única, porém repassando se o jogo for estadual, que seja repassado aqueles 70, 80, sabe lá o que por cento para o Estado. você acha que isso funcionaria?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – O Brasil é muito grande, Senador, eu acho que se dividisse essa administração com os Estados seria mais apropriado. É o meu pensamento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu tenho assim as minhas dúvidas também a exemplo do que o Presidente falou, sabe? Porque aí eu acho que realmente os problemas que nós tivemos, me parece que foi muito em função da descentralização, da utilização disso para outros fins, campanhas eleitorais e sabe lá o que. Também?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO –, mas com, hoje com o sistema de, com o sistema quê nós temos de comunicação, eu falo de comunicação de dados, isso é muito fácil de ser checado e ser avaliado. O Brasil está inteiramente conectado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Por que você acha que o Carlinhos Cachoeira, o Carlos Cachoeira divulgou o filme do Waldomiro Diniz? Arrisca um palpite?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não, eu não arrisco nenhum palpite.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Palpitezinho?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Esse palpite é um palpite, mas eu não, eu não arrisco dizer nada sobre isso, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Qual que é a relação, que o senhor teve uma relação próxima com o Carlos Cachoeira?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Eu tive uma relação próxima com ele no início do contrato, mas depois em função, do meu problema de saúde então isso distanciou. Quando eu voltei à atividade ele na verdade já dominava todo o negócio.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E qual que é a relação do Carlos Cachoeira com o Nino Pedrosa?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Eu vi recentemente em entrevistas, que o Nino Pedrosa era assessor, era assessor de publicidade do Carlos Cachoeira, da empresa dele, VITAPAN.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Desde que quando. Você na sua época já tinha relação, os dois já tinham relação? Você já via as pessoas?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Eu tive uma vez o Nino Pedrosa na minha empresa, eu apresentei para ele, ele esteve lá...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Isso foi quando?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Isso foi no ano de 1999, ele esteve na minha empresa e eu apresentei para ele a tecnologia, ai eu apresentei tudo para ele.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Porque você apresentou para ele, porque ele foi lá?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Ele chegou na minha empresa fotografando e queria fazer uma entrevista comigo, eu não tinha porque esconder, porque era um processo legítimo aberto, eu não tinha porque esconder nada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Ele já era repórter da Isto É?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Já era repórter.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Porque é que foi lá, pediu alguma coisa ou não?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não, ele esteve lá, ele esteve lá na reportagem que saiu, quando ele esteve comigo eu falei: "Nino ou você vai me promover ou você vai me arrebentar". Bom na reportagem que saiu na próxima edição foi que eu estava implantando o jogo do bicho, bom isso casou um distúrbio enorme entre os bicheiros que ficaram todos revoltosos comigo, leram a reportagem, foi um desastre.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas você acha que. A informação que eu tenho é que aí o Ortiz foi expulso e entrou o Carlos Cachoeira.

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não, o Carlos Cachoeira ele era...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Tinha alguma relação disso?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não, o Carlos Cachoeira ele era o dono da GERPLAN. O Ortiz ele esteve lá só numa fase de homologação de equipamentos. O equipamento dele não chegou a ser homologado enquanto eu estava lá.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, porque a informação que eu tenho também é, sabe lá em 99, daí o Carlos Cachoeira fez a parceria com a CIRSA?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – CIRSA.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Que é espanhola?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Sim, eram grupos concorrentes.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – CIRSA, e foi a partir dessa reportagem?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – A partir dessa reportagem, eu creio que os negócios já estavam já sendo tratados. Porque imediatamente fez uma parceria com a CIRSA e ela já importou os equipamentos e já começou a funcionar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Foi o Nino Pedrosa que também divulgou a fita do Waldomiro Diniz?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não tem conhecimento, não tenho nenhum conhecimento disso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Até quando que ele ficou na Isto É?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Não tenho conhecimento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não é mais da Isto É, eu acho.

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Eu tive contato com ele em 99.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Porque ele procurou você e não o Carlos Cachoeira se você era subalterno, vamos dizer?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – É porque eu que estava responsável por essa migração que era, que era do jogo, do jogo que era manual para o jogo automatizado por isso ele me procurou.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A válvula da hidrocefalia deu tudo certo?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Oi.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A válvula da hidrocefalia deu tudo certo? Era um tumor, alguma coisa?

SR. MESSIAS ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Eu acredito que era um cisto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Está bem, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Arns eu agradeço a V.Exa., agradeço a V.Exa., Senador Augusto Botelho pela *ah doc*, e informo que, acabo de receber da assessoria a informação que iniciou a ordem do dia e quero comunicar aos senhores que amanhã, quarta-feira, após a reunião da CCJ, teremos o depoimento da senhora Soraia Garcia. Agradeço a V.Sa. e ao seu advogado pela presença e pela contribuição que nos foi dada, ao senhor Messias Antônio Ribeiro Neto e declaro encerrada a presente sessão.

(Sessão encerrada às 17h30)

Ata da 56ª Reunião, realizada em 8 de fevereiro de 2006.

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às treze horas e cinco minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores, Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Antero Paes de Barros, José Jorge, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita, Álvaro Dias e Wellington Salgado, presente ainda os Senadores Demóstenes Torres, José Agripino Maia e Arthur Virgílio, não membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente reunião destina-se a oitiva da senhora Soraia Garcia, ex-Tesoureira do PT de Londrina/PR, na condição de testemunha. A seguir indaga aos Senhores Senadores se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. O Presidente acusa o recebimento do ofício n.º 68/GMF, subscrito pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Antônio Palocci Filho, procedendo a sua leitura. Usam da palavra pela ordem os senhores Senadores Eduardo Suplicy, Tião Viana, Antero Paes de Barro, José Jorge, José Agripino Maia, Magno Malta e Ideli Salvatti. A seguir, convida a Senhora Soraia Garcia para tomar assento a Mesa. Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, informa que o requerimento de convocação da Sra. Soraia Garcia, não tem nada a ver com o fato determinado desta Comissão. Com a palavra o Senador José Jorge informa que o Requerimento já foi aprovado e deveria ser discutido por ocasião da sua votação. Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros, presta os esclarecimentos relativos ao seu requerimento. Com a palavra o Senador Flávio Arns levanta a questão sobre a justificativa do requerimento. Com a palavra a Senadora Heloísa Helena, presta solidariedade a depoente. A seguir o Senhor Presidente passa a palavra à depoente. A depoente inicia seu depoimento tecendo considerações sobre o seu depoimento prestado na Polícia Federal. Com a palavra o Senhor Relator para os questionamentos iniciais, seguido de acordo com a lista de inscrição pelos Senadores José Jorge, Flávio Arns, Tião Viana, José Agripino, Arthur Virgílio, Geraldo Mesquita, Antero Paes de Barros, Romeu Tuma

e Eduardo Suplicy. O senhor Presidente agradece a presença da depoente e convoca reunião a realizar-se amanhã. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezessete horas e trinta e quatro minutos e, para constar eu, *José Augusto Panisset Santana*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Havendo número regimental declaro aperta a 56ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo requerimento número 245 de 2004, para investigar e apurar a utilização nas Casas de Bingos para prática de crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Esclareço aos senhores e senhoras Senadores e Senadoras que a presente reunião destina-se ao depoimento da senhora Soraya Garcia. Informo ainda, que a ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa e coloco-a em votação propondo a dispensa da leitura. Os que a aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Senhores Senadores, eu quero informar ainda a Vossas Excelências, de que encaminhou a essa Presidência, no final da tarde, início da noite de ontem, uma carta ou um ofício de número 68, do Ministro do Estado da Fazenda, o Dr. Antônio Palocci Filho, encaminhando à Presidência da CPI dos Bingos e embasada nos seguintes termos. "Brasília, 07 de fevereiro de 2006. Senhor Presidente, informado pelos Senadores Eduardo Suplicy, Tião Viana e Flávio Arns, de dúvidas surgidas no âmbito desta Comissão a respeito da viagem Brasília/Ribeirão Preto/Brasília, que realizei em 23 de outubro de 2003 para evento do Partido dos Trabalhadores, antecipo-me em prestar informações mais uma vez para esclarecer a questão. Após examinar atentamente as notas taquigráficas de minha declaração nessa CPI, a respeito do assunto e ler a correspondência do empresário José Roberto Colnaghi, reafirmo integralmente o que disse em meu depoimento. Utilizei os meios disponibilizados pelo PT para comparecer aquele evento político. Reconheço porém, uma imprecisão terminológica em resposta a uma segunda pergunta do Ilustre Senador Demóstenes Torres, ao reafirmar que o PT disponibilizara um avião para o meu transporte. Recorri inadvertidamente à expressão "alugou" sem me apegar à acepção estrita do termo, até menos por que sequer reconheço as condições e os detalhes da organização da viagem pelo Partido. Penso, portanto, não haver contradição essencial entre minha afirmação e a manifestação do senhor José Roberto Colnaghi. Na verdade, a minha única intenção naquele momento foi esclarecer que, por se tratar de uma viagem de caráter partidário não utilizei avião da FAB, nem passagem custeada com recursos do Governo Federal. Ao contrário, optei pelos meios disponibilizados pelo Partido. Espero que esses esclarecimentos possam servir para aclarar qualquer dúvida, caso existente no espírito de Vossa Excelência e dos demais membros dessa CPI. Lembro que o Diretório Regional do PT de São Paulo emitiu nota sobre a referida viagem com os esclarecimentos pertinentes. Aproveito a oportunidade e coloco-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários. Atenciosamente. Antônio Palocci Filho, Ministro de Estado da Fazenda". Senador Suplicy parece-me à réplica de Vossa Excelência ou não. Vossa Excelência tem a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Presidente Efraim Morais, conforme ontem o Senador Tião Viana e o Senador Flávio Arns observarmos, a partir da justa indagação que levou inclusive o Senador José Jorge e outros, o Senador José Jorge e o Senador Antero Paes de Barros e outros estavam considerando a hipótese de encaminhar ao Ministério Público, àquilo que parecia ser uma inadequação de procedimento por parte do Ministro. E nós estávamos avaliando que o Ministro agiu de boa fé. Considerou que o fato de o senhor Roberto Colnaghi ter disponibilizado um avião, poderia até ter sido pago, mas a verdade é que foi disponibilizado pelo Partido, tendo o senhor José Roberto Colnaghi cedido sem qualquer cobrança de recursos ao Partido para o transporte do Ministro e, ele não tendo se dado conta desse aspecto fez a declaração tal como tinha sido registrada. Mas aqui está evidenciado o que o Ministro de fato quis dizer, falou, ele com toda a sinceridade, disse que o utilizou aquele avião disponibilizado pelo Partido. O senhor José Roberto Colnaghi havia disponibilizado não fez qualquer cobrança. E assim, acredito, fica esclarecido. Tendo acredito, portanto, Senador José Jorge que Vossa Excelência, que tem todo o direito de obviamente se expressar, terá assim a possibilidade de ver como o Ministro agiu de boa fé. E eu achei que o melhor procedimento foi esse de possibilitar ao Ministro que diante do fato, ele pudesse tomar a iniciativa como o fez de logo enviar o esclarecimento a esta CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Agradeço a Vossa Excelência. Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, em seguida ao Senador José Jorge.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senhor Presidente e senhoras e senhores Senadores, eu entendo que o Senador Suplicy ao interpretar a carta lida por

Vossa Excelência traduziu exatamente a intenção do Ministro de num gesto mais uma vez de humildade, de cooperação, de zelo, pela imagem do Congresso Nacional e pelas relações institucionais, confirmar de maneira definitiva qualquer dúvida que tenha ficado sobre suas declarações. Eu penso que o texto das notas taquigráficas traduz exatamente a intenção do Ministro, o que ele disse e o que ocorreu. Portanto, eu entendo que foi mais um gesto de respeito e de esclarecimento definitivo aos membros da CPI do Senado Federal. Era o que eu tinha a dizer. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Obrigado. Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Senhor Presidente, senhoras e senhores Senadores. Eu acho senhor Presidente, que o Ministro Palocci com essa carta ele explicou uma questão, mas entrou em uma contradição ainda maior. Eu acho que a carta para nós ela é mais grave até, do que a situação anterior da diferença entre o depoimento do senhor José Roberto Colnaghi e a do Ministro Palocci e vou explicar porquê. Quem é o senhor José Roberto Colnaghi? Ele é um amigo do Ministro Palocci. Foi esse mesmo senhor José Roberto Colnaghi que, a não ser que eu esteja enganado, que emprestou o avião para a chamada Operação Dólares de Cuba, que denunciada não pela Revista Veja, diga-se de passagem, foi denunciado pelo senhor Poletto a Veja foi só um instrumento. Como foi essa viagem? O senhor Colnaghi emprestou um avião em Campo Grande, o avião veio para Brasília, pegou seu Poletto, levou as caixas, parou do aeroporto Viracopos, daí foi para um Aeroporto pequeno Amarais, um nomezinho assim, e tudo que hoje se verifica que foi tudo verdadeiro, o seu Poletto denunciou. E foi no avião do senhor José Roberto Colnaghi que foi conseguido pelo Ministro Palocci e pelas pessoas de Ribeirão Preto, principalmente o senhor Ralf Barquete e o senhor Poletto. Agora, o que é que o Ministro está dizendo aqui? Quando ele disse que na realidade o PT alugou um avião ao seu Colnaghi, tudo bem, poderia até o PT ter alugado, o PT Regional, mas já que o PT não alugou, esse avião se foi cedido ao Ministro, não foi cedido via PT. O Ministro Palocci e as pessoas de Ribeirão Preto eles não precisavam do PT, para arranjar emprestado o avião do senhor Roberto Colnaghi, porque o senhor Roberto Colnaghi era amigo deles, era amigo do grupo de Ribeirão Preto. Então, na verdade, o que fica claro por traz dessa carta, é que não foi o PT que alugou o avião e não foi o PT que conseguiu o avião emprestado. O avião foi conseguido pelo próprio Ministro Palocci, para que fizesse, então, a viagem. Foi pedido emprestado e foi conseguido. Então, não há nenhuma prova de participação do PT nessa operação, porque a prova que poderia haver era o pagamento do aluguel. Como o aluguel como foi pago, então, certamente que isso fez com que o senhor Colnaghi emprestasse o avião diretamente ao Ministro Palocci. Portanto, essa carta aqui, na realidade ela explica, explica entre aspas, porque na verdade ele está mudando o depoimento, mas tudo bem a pessoa pode se enganar numa palavra, mas ele traz um fato novo que é o avião emprestado diretamente a ele e a turma de Ribeirão Preto. Era só isso senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senador Antero.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente, a carta do Ministro Palocci é uma desmoralização da língua portuguesa. Se submetermos a carta do Ministro Palocci e a carta do senhor Colnaghi a qualquer filólogo brasileiro, a qualquer estudioso da língua, não dá para aceitar estas explicações do Ministro Palocci. Aliás, esta CPI aqui é uma CPI do Bingo e é uma roleta viciada, porque investigou cai no Admilson, que é Palocci. Investigou cai no Buratti, que é Palocci. Investigou cai no Poletto, que é Palocci. Investigou cai no Colnaghi, que é Palocci. Investigou cai no Barquete, que é Palocci. Investigou cai em Juscelino que é Palocci. Está viciada a roleta. Tudo tem Palocci. Palocci é poule de dez na CPI dos Bingos. E na carta dele, na carta que ele escreve, nós vamos ter que olhar o Aurélio, alugou de graça? Vai ter que introduzir no Aurélio, o Ministro está introduzindo isso na língua portuguesa, que alugou não significa que pagou. Senhor Presidente eu não faço nenhuma questão que se vote hoje, nós temos um depoimento importante hoje, mas quero que nós votemos o requerimento e eu ainda explicava há pouco ao Senador Magno Malta, qual que é o meu requerimento? O meu requerimento é para o Ministro diga, se ele confirma essa aqui, não precisa mais, se ele confirma às outras declarações. Se ele confirma às outras declarações como sendo verdadeiras à CPI dos Bingos. E se admite, ao confirmar que elas são verdadeiras, o rito do Código de Processo Penal. Veja bem, ele não é obrigado a concordar com isso, porque ele esteve aqui na condição de convidado. Portanto, ele não é obrigado a concordar com isso. Eu só estou querendo que ele concorde em dizer à Comissão que às outras declarações dele são verdadeiras. E ainda hoje, senhor Presidente, eu vou fazer um requerimento também a esta CPI, pelo seguinte, porque a carta do Ministro Palocci ela é uma contradição com o passado. Tem um trecho aqui que ele diz o seguinte: “Lembro que o Diretório Regional do PT de São Paulo emitiu nota sobre a referida viagem, com os esclarecimentos pertinentes”. Senador Suplicy, antigamente nós

estudávamos lógica na escola. Esses esclarecimentos pertinentes foram utilizados pelo Ministro Palocci, para prestar esclarecimentos à Comissão de Ética do Palácio do Planalto. Então, eu estou requerendo aqui às explicações oficiais dadas à Comissão de Ética do Palácio. E na oitiva do Ministro aqui, nós vamos ter que analisar toda a peça, porque esses trechos aqui analisados, são trechos exclusivos Senador Suplicy do interrogatório feito pelo Senador Demóstenes. Depois dos Demóstenes, eu perguntei para o Ministro: "Mas Ministro o PT pagou?" Aí ele afirmou, que já havia dado essa explicação e já havia mesmo, e eu disse: "Não está no registro do Tribunal Eleitoral". Não consta na prestação de contas do PT o pagamento dessa situação. Então, eu não sei até quando que a gente vai ter uma boa vontade exagerada com o Ministro Palocci, que não condiz com os fatos, porque todos os fatos aqui levam ao Ministro Palocci, inclusive dessa agora, de desmoralizar a língua portuguesa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Vossa Excelência, me permite um aparte Senador Antero? Para esclarecer.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Com todo prazer.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu gostaria de lembrar a Vossa Excelência, porque o Ministro Palocci não recebeu do Conselho de Ética um pedido de esclarecimento, foi ele que, e aqui nos explicou, encaminhou à Comissão de Ética da Presidência da República, esclarecimentos para perguntar se estava adequado o procedimento. E houve de fato uma nota que estava inclusive no site do Partido dos Trabalhadores, que esclareceu que o avião havia sido disponibilizado pelo Partido. O que o Ministro não estava ciente – é isso que ele explica na carta dele – é que foi disponibilizado sem ônus para o Partido. Então, apenas isso. E é este o teor da carta e do esclarecimento que ele coloca aqui para a CPI.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas desculpe, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pois, não.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Na realidade esse senhor Colnaghi era amigo já do Ministro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim, mas...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Então, na realidade, era muito mais fácil ele emprestar um avião direto ao Ministro, do que o PT entrar nessa operação, porque o PT entraria se fosse pago, aí eu reconheço, mas gratuitamente? Qual foi o papel do PT? Se na realidade, o avião já era do um amigo do Ministro? É isso que eu não entendo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Vejam só, prezados Senadores José Jorge e Antero Paes de Barros. O fato de que o empresário que aqui nos explicou, que teve cinco encontros com o Ministro Palocci ao longo dos últimos três anos aproximadamente. E que se considera uma pessoa de boa relação com o Ministro Palocci, que deu um depoimento sobre a integridade do Ministro Palocci, e assim por diante, não significa que ele não possa ter uma relação de cortesia, de boa vontade junto ao Partido dos Trabalhadores e com isso ter cedido o avião, pelo PT para o Ministro Palocci ter utilizado naquela viagem. Eu acho que este episódio inclusive, certamente, está levando o Ministro à luz inclusive, do que foi expresso aqui junto a ele, pelo Senador Jeferson Peres, quando observou: "Olha, eu preferia que o Ministro nunca utilizasse um avião que não fosse... Seja comercial, seja o avião da FAB, e assim por diante. Eu acho que isso é algo importante e, certamente, o Ministro está levando isto muito em conta, mas ele tomou a iniciativa de inclusive solicitar"...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senador Eduardo Suplicy, conclua o aparte de Vossa Excelência.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ele que tomou a iniciativa de obter junto ao Conselho de Ética da Presidência da República, ele quis saber do esclarecimento, se houve qualquer procedimento indevido. Mas acho que certamente isso constitui uma maneira, de ele procurar não repetir esse tipo de procedimento, porque acaba suscitando considerações, tais como os senhores nesta CPI, legitimamente, estão levantando. Mas aqui o Ministro Palocci mostra que procurou esclarecer de boa fé, às perguntas mais do que legítimas que os senhores Senadores formularam.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Bem, eu gostaria só para concluir senhor Presidente de lembrar o seguinte, que este avião é o mesmo avião que transportou uísque. O Ministro, tudo bem, ele pode até ter antecipado e feito a consulta à Comissão de Ética, mas qual era é consulta a Comissão de Ética? Eu posso viajar num avião gratuitamente? Ou a consulta era assim: "Eu posso viajar num avião pago pelo PT?" É evidente que é inteiramente diferente a situação. Eu quero lamentar que a gente tenha esse tipo de infinita compreensão com os erros do Ministro da Fazenda. E gostaria, não precisa ser hoje, pode ser numa sessão deliberativa da gente poder deliberar sobres esses dois requerimentos. Eu vou requerer a cópia das informações prestadas à Comissão de Ética do processo todo. E vou requerer também, que ele declare que as outras informações que ele prestou aqui são verdadeiras e, se ele aceita ou não que essa daqui

ação conste como sendo um compromisso tomado de acordo com o artigo 309, do Código de Processo Penal. Se ele não tiver confiança nisso, ele pode declarar: "Não. Não aceito. Não sou obrigado a assinar", mas nós temos o direito de perguntar ao Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senador Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu pretendo discordar por completo do que o Senador Paes de Barros colocou, naturalmente que a motivação dele certamente é de criar dificuldades para o Ministro, não é propriamente de investigar, porque sem dúvida alguma, o Senador Antero Paes de Barros já deve ter utilizado aviões colocados à disposição dele pelo PSDB. E se alguém perguntar para o Senador Antero Paes de Barros, como que ele utilizou, em que condições ele utilizou? Ele certamente vai dizer, naturalmente, que o Partido colocou o avião à disposição. Ele não vai fazer a pergunta, sem dúvida alguma, se o Partido alugou, se o Partido comprou o avião, ou se o Partido já tem algum outro tipo de relacionamento. Ele vai dizer: Eu viajei com o avião colocado à disposição pelo Partido. E isto inclusive, eu quero dizer a Vossa Excelência Presidente e ao senhor Relator, de que este procedimento inclusive foi relatado aqui pelo Senador Antônio Carlos Magalhães. De uma maneira muito clara nesta reunião, ele disse enfaticamente, que todas às pessoas utilizam aviões todas às pessoas. Não vai... Ele não poderia indicar um Senador que talvez não tivesse utilizado o avião. E naturalmente, o avião é colocado à disposição sabe lá para reunião, para isso e para aquilo. Mas ele viria, o demérito da pessoa, o demérito da iniciativa, se em troca desta viagem houvesse algum favorecimento para a pessoa. Então, querer dizer na seqüência para qualquer pessoa daqui que tenha utilizado eventualmente avião, em quê condições que este avião foi utilizado? Isto eu tenho absoluta certeza, que o Senador Antero Paes de Barros nunca fez essa pergunta...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Vossa Excelência me permite um aparte?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E não sabe, não saberia responder sobre qualquer avião que ele tenha utilizado.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Vossa Excelência permite um aparte?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Permite um aparte?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Claro.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu sei responder sobre todos os aviões que eu utilizei na minha vida.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Bom, eu duvido muito, mas em todo caso já que Vossa Excelência está falando além do que...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu sei responder sobre tudo o que eu fiz na minha vida eu sei responder, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então, está bom, que bom.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não me confunda com gente do PT.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Vossa Excelência permite um aparte?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Permito, claro.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Eu gostaria de dizer o seguinte. Na verdade, o fato mais importante em relação a essa questão do avião, não é o Ministro ter viajado ou não ter viajado no avião, é saber se ele disse a verdade ou não disse a verdade, isso é que é relevante.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Bom...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Quer dizer, na verdade ele disse primeiro que o avião tinha sido disponibilizado pelo PT através de aluguel. Então, ele agora disse que se confundiu, não foi mais através de aluguel. Acontece que o avião é de um amigo dele, então, foi o mesmo dos dólares. Então, o mesmo não, o mesmo dono, mas um avião melhor, então, na realidade, o que é que tem que se ver? Se realmente era de um amigo dele, qual o papel que o PT teria para conseguir esse avião? Porque se o avião é de um amigo meu eu consigo o avião, não é o PT, principalmente, o PT Regional. Então, esse é o âmago da discussão, agora, não é o fato dele ter viajado ou não viajado no avião.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Pois não.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Isso ele já explicou no Conselho de Ética e etc, é saber se ele disse ou não disse a verdade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agora, a segunda explicação, então, em relação à carta do Ministro, que eu considerei extremamente, correta, boa e que reflete os fatos discutidos ontem. O Senador Magno Malta e outros Senadores no dia de ontem, sugeriram e isto foi feito, em função da sugestão do Senador Magno Malta e de outros Senadores, que nós verificássemos as notas taquigráficas do depoimento do Ministro Palocci. E isso foi feito. E nas notas taquigráficas está escrito "utilizei os meios disponibilizados pelo PT, para comparecer àquele evento político". E a pessoa insistiu. E qualquer professor de português vai entender dessa maneira, de que ele, diante da insistência: "Mas utilizou os meios" – "O que deve ter

feito?" – "Ah, deve ter alugado. Sabe lá o que deve ser acontecido?". "Utilizei os meios disponibilizados pelo PT". Por quê? Porque aquela viagem era partidária, e não tinha por objetivo utilizar recursos públicos de viagem, através de um avião comercial, ou seja, lá o que fosse, para atender um evento partidário. Então, qualquer professor de português, eu diria, ao analisar as notas taquigráficas, vai entender perfeitamente a interpretação correta que o Ministro deu: "Utilizei os meios disponibilizados" – "Ah, mas aí, como é que foram esses meios disponibilizados?". Não sei. Talvez tenha alugado, talvez isso ou aquilo e, que ele esclareceu em função do parágrafo seguinte. Então, eu diria que o esclarecimento que o Ministro dá é um esclarecimento correto, de acordo com o depoimento, de acordo com as notas taquigráficas e de acordo com uma discussão que está sendo feita. Agora, pedir ao Ministro que ele confirme as outras declarações, como é o desejo do Senador Antero, eu considero um descalabro, um absurdo. Nunca foi feito isso em relação a qualquer pessoa, mas logicamente é uma motivação político partidária de colocar o Ministro em maus lençóis, o que não se coaduna com a instituição CPI. Que é uma instituição pela qual a gente tem que prezar, como vem sendo prezado, pelo senhor Presidente e pelo senhor Secretário como um instrumento dos melhores para investigações que devem ser feitas. E rancores de outras maneiras devem ser colocados em outras instâncias. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Agradeço a Vossa Excelência. Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, em seguida o Senador Agripino. Senador Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Senhor Presidente senhores e senhoras Senadores ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Novamente?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Senhor Presidente, eu queria manifestar uma opinião...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Vossa Excelência Senador, se desejar, não há problema. Senador Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Senhor Presidente, eu queria começar por onde terminou o Senador Flávio Arns, que é o Senador Antero queria colocar o Ministro em maus lençóis. Senhor Presidente, eu acho que é preciso que a gente tenha o mínimo de argúcia para fazer a leitura correta da carta do ... (Soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Gostaria de solicitar dos senhores Senadores... O Senador Agripino está com a palavra, senhores Senadores. Senador José Jorge, Senador Tião, vamos ouvir o Senador.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Senhor Presidente, eu pediria ao Senador José Jorge, que não se juntasse aí ao Governo para perturbar aqui a argumentação da oposição.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Senhor Presidente, eu estava dizendo senhor Presidente, a Senadora Ideli que ela vai fazer o maior sucesso no próximo mandato como líder da oposição. Era só isso que eu você estava ...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Voltando a linha de raciocínio, senhor Presidente. Eu quero começar por onde terminou o Senador Flávio Arns, por quem eu tenho o maior respeito e o maior apreço, de verdade. O Senador Flávio Arns disse que o Senador Antero estaria tentando colocar o Ministro em maus lençóis. Veja bem, o que eu queria fazer? O cotejo entre as duas cartas, a carta do senhor Colnaghi e a carta do Ministro Palocci. Quem foi que pediu a carta do senhor Colnaghi? Vossa Excelência pediu alguma carta ao Colnaghi?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Não, não.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – O Relator pediu? Eu não pedi. A Senadora Eloísa Helena, por um acaso, que vem pouco aqui, pediu alguma carta do senhor Colnaghi? A Senadora Ideli pediu carta ao senhor Colnaghi? O Senador Tião Viana pediu carta ao senhor Colnaghi? Ninguém pediu, ninguém. Ninguém. Ele mandou uma carta dizendo, ele próprio, ele próprio disse que não tinha retribuição financeira nenhuma na viagem de avião usada pelo Ministro Palocci. Ou seja, disse, para mim está claro, senhor Relator, ele disse para dizer, que não teve retribuição financeira. Senão teve financeira deve ter tido, ou havia tido no passado, retribuição de outra ordem, de qualquer outra natureza. Ficou claro, ficou implícito que senão houve retribuição financeira, quem disse foi Colnaghi e disse porquê quis dizer, ninguém pediu o depoimento dele ele disse por que ele quis dizer, por alguma razão que não houve retribuição financeira. Então, ele deixou claro que havia uma relação muito próxima do Ministro com ele, do PT com ele, por favores pretéritos ou por perspectivas de fatores futuros, o que agrava às suspeitas. Aí está em maus lençóis, não é o Ministro é o PT, o Governo, o Ministro, relações escusas, isso tudo. O Ministro Palocci faz uma carta em que ele diz que não foi bem aluguel, foi uso. Eu acho que a emenda ficou muito pior do que o soneto. Eu acho que agravam-se às suspeitas. A vinda do Ministro Palocci, que passou por aqui e deixou algumas perguntas sem respostas, mas a repercussão da passagem de Sua Excelência já terminou, reabre

com, não com a suspeita de quem pagou o avião é da infidedignidade do depoimento, da infidedignidade. Tudo aquilo que supõe "eu não sei, eu não sabia, eu não estava", tudo isso está recrudescendo pelo confronto de duas cartas, do senhor Colnaghi com o Ministro Palocci. Eu acho que nós estamos diante de evidências escritas de uma farsa, de uma farsa. Ninguém pediu a carta do senhor Colnaghi ele mandou. Ele contesta a carta... O Ministro Palocci faz uma carta contestando e fica claríssimo, para mim claríssimo que nós estamos assistindo uma farsa, um entendimento e favores que não são pagos com dinheiro, favores que são pagos com aquilo que se supõe e que estamos investigando na CPI dos Bingos. Aí entra Angola, entram favores em negócios facilitados pelo Governo, pelo PT, que é que nós estamos buscando passar a limpo este País. Eu queria deixar com Vossas Excelências membros desta CPI, a farsa que significa este affair, aluguel do avião em torno de um assunto que é muito maior. As denúncias que aqui são feitas e as investigações que aqui são praticadas e os depoimentos que são dados, que diante disso daqui tem que ser vistos com muita reserva. Com muita reserva.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senador Magno Malta em seguida o Senador Tião.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Senador Efraim, Senador Garibalbi, senhores Senadores e Senadoras. Senhor Presidente, eu não vejo esse cavalo de batalha toda nessa situação. Eu quero discordar plenamente do Senador Antero Paes de Barros. Eu acho que em CPI após uma oitiva, se absorve o que nela decorreu e quem absorve é o Relator para fazer suas conclusões, e no relatório final colocar o seu... Os indicativos, a partir do seu entendimento numa oitiva que houve. Agora, um ofício para o sujeito dizer se disse à verdade ou não, e foi essa intervenção que o Senador José Jorge fez agora, dizendo que o quer saber é que ele confirme se disse à verdade ou não, aí vai ter que reconvocar todo mundo. É ofício para convocar todo mundo que passou aqui, porque quando o sujeito senta naquela cadeira "ele não fez nada". Então, todo mundo tem que ser reconvocado tem que ter um requerimento para todos e um documento mandar a todos e que se assine. E aí, a partir disso, se o entendimento é esse de forma invertida, não tem necessidade de se ter a oitiva, para que o Relator possa ter o seu entendimento. O Senador Antero presidiu uma CPI que eu participei dela e me retirei antes do meio com um ofício, dizendo que não ficaria naquilo lá para não colocar o meu nome numa CPI, que eu tinha certeza que não ia dar em nada, que no final eles indiciariam as sacoleiras do Paraguai. As sacoleiras que vão lá comprar no Paraguai e foi no que deu. E disse ao Senador Antero naquela ocasião: "Saí disso. Entrega essa CPI, que isso não vai dar em nada". Quando houve a recusa da convocação de Paulo Maluf, que é menino tão simples, de mãos limpas, para vir a CPI, eu falei: "Nesse negócio eu não fico" e, militei com ele até a hora que pude e de CPI ele entende. Então, eu imagino que nós estamos fazendo um cavalo de batalha de forma desnecessária. Não tem pedido de quebra de sigilo? Não tem N conexões de pessoas que foram ao caso e depuseram? É debruçar sobre os depoimentos agora. Eu pelo menos vejo nessa carta do Ministro e no depoimento dele que assisti todo, de que na verdade, ele falou que usou um avião que foi disponibilizado pelo Partido dele, foi o que eu ouvi. E me sinto plenamente satisfeito com a carta que está posta aqui. Aí concordo, só num ponto com o cidadão Agripino, quando ele diz que a carta do cidadão não foi pedida por ninguém, ele deu de livre e espontânea vontade, e ele faz essa correlação com essa resposta da carta que vem do Ministro. Na verdade, ninguém pediu ao cidadão e ficou essa coisa no ar, foi alugado? Não foi? Foi influência? Não foi? Porque deu para pagar a dívida anterior ou para ter benefício lá na frente? A partir daí é tudo ilação. E ilação numa CPI não se dá para fazer a não ser que você tenha condição de fazer cruzamentos documentais para que a gente possa contundentemente fazer afirmações. Por isso senhor Presidente, eu de pronto voto contra os ofícios do Senador Antero Paes de Barros, que está ele aqui, por não concordar. Acho que a oitiva foi feita e aí, a partir da oitiva que o senhor Relator absorva e faça seus indicativos no relatório.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Senhor Presidente, pela ordem, eu fui citado aqui, artigo 14 (F)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) –Vossa Excelência ...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu fui citado e mal citado. Não Presidente, na realidade, o que ele falou, eu não disse em hora nenhuma, na outra reunião anterior, inclusive, nem nessa... Um aparte do Senador Antero.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu não disse que o Ministro Palocci deveria vir aqui confirmar as suas declarações, mesmo porque eu acho como Vossa Excelência disse ...

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Vossa Excelência, não disse isso, não. Vossa Excelência, não disse isso. E não foi isso que eu disse, eu disse que ...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu quero concordar com Vossa Excelência.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – E Vossa Excelência disse ao Senador Antero, que era para dizer se ele falou a verdade ou mentiu. Vossa Excelência falou essa frase só, não disse que ele deveria vir aqui.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu não disse que deveria vir hora nenhuma, nem da vez passada. Eu acho apenas que há um requerimento no Senador Antero, um dos dois que Vossa Excelência disse que ia votar contra que é exatamente pedir o...

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Eu voto contra nos dois.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não, eu digo o seguinte, eu vou fazer uma pelo para que Vossa Excelência vote a favor de um, por que tem um deles que é apenas pedir um processo da Comissão de Ética, que é um documento público.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Está bom eu voto.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pronto, então, eu já consegui um voto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Bom, não havendo mais quem queira usar da palavra, Senador Tião, deseja?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tem um ofício...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Efraim, eu serei muito breve, apenas sinceramente se nós estivéssemos na era da física quântica, eu teria dificuldade da entender essa tempestade que se cria diante do depoimento do Ministro Palocci, no que diz respeito a essa história do vôo. Olha, o que diz o Ministro aqui nas notas taquigráficas: "Fiz uma viagem de interesse partidário, com avião particular. Foi uma viagem partidária, que eu não podia fazer com o avião da FAB. O PT inclusive soltou uma nota assumindo a responsabilidade dessa viagem, porque era uma viagem de interesse partidário. Eu me antecipei quando esse assunto apareceu, mandei uma carta a Comissão de Ética Pública dizendo: 'Olha, eu fiz essa viagem por se tratar de uma viagem partidária. Não utilizei nem passagem e nem avião da FAB, utilizei os meios disponibilizados pelo PT e quero saber se isso fere a ética do meu cargo'". Nossa! Mais clareza do que isso Presidente, eu não vejo qualquer razão. Eu acho que o Ministro em respeito a CPI, trouxe todos os esclarecimentos complementares que se fizeram necessários. E eu acho que é um assunto devidamente superado no que foi a atitude do Ministro em relação a CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Agradeço a Vossa Excelência e solicito da assessoria...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senhor Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – ...Que encaminhe a senhora Soraya Garcia para iniciarmos o seu depoimento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só pela ordem também, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Pois não. Vossa Excelência tem a palavra Senador Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Nós tivemos a audiência ontem com três depoentes e dois deles relacionados diretamente a situação dos bingos, também, que eram dois empresários lá do Estado de Goiás, Goiânia, mais especificamente e um deles, inclusive, pelo que relatou não mais morando lá. Existem já requerimentos aprovados nesta Comissão que tem o relacionamento direto com esta situação, com esta investigação que já vem acontecendo em outros órgãos e que poderiam subsidiar, sobremaneira, esta investigação também que está sendo feita. Já há requerimentos aprovados, um deles é do senhor Pedro Taques que é Procurador da República, senhor Relator e outro é de um Juiz Federal Julier Sebastião Silva, que eu gostaria sim, que essas duas pessoas que têm informações valiosas sobre investigações feitas em termos do jogo, em termos de bingos, em temos de jogatina, a relação disso com crime organizado, que essas duas pessoas cujos requerimentos já foram aprovados, que pudessem no mais breve espaço de tempo possível, dependendo da decisão de Vossa Excelência e o senhor Relator, que eles pudessem fazer o depoimento nessa Comissão, porque sem dúvida alguma eu diria, poderiam esclarecer muitos fatos sobre este assunto objeto desta CPI ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Qual os nomes?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Pedro Taques e Julier Sebastião Silva.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Vossa Excelência será atendido, Senador, e ao mesmo tempo em que comunico à Vossas Excelências, principalmente ao Senador Tião Viana, de que os depoentes que nós marcamos para o dia de amanhã, senhor José Paulo Teixeira Cruz Figueiredo e o senhor Artur José Valente de Oliveira, se encontram em viagem para Portugal, é essa informação que eu recebi da Polícia Federal. Solicitei da Polícia Federal que localizassem esses dois depoentes e os mesmos se encontram em Portugal. Se alguns dos nomes citados por Vossa Excelência, eu vou pedir a própria assessoria se estiver à disposição para vir amanhã, nós os colocaremos, já amanhã.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Ou amanhã ou semana que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Veja Vossa Excelência que não há nenhuma má vontade, mas amanhã se tiver algum que tenha interesse, será um prazer à CPI ouvi-los.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Senhor Presidente, um requerimento ...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Só para Só para reafirmar o pedido do Senador Arns e pedir que Vossa Excelência urgencie esses depoimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Eu já determino a assessoria que tente contato com esses dois depoentes, se for o caso, para que venham depor amanhã. Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Senhor Presidente eu gostaria de pedir a Vossa Excelência há um requerimento meu convocando os irmãos Ortis que introduziram os caça-níqueis no Brasil da Família Ortis, que mexe com o bingo de uma forma efetiva e que são responsáveis pela chegada dessa desgraça aqui, os caça-níqueis, eu requeria a Vossa Excelência também que fossem ouvidos na próxima semana ... **SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) –** Já estão aprovados. O que nós estão conseguindo é localizá-los no país.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Os Ortis?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Sim, da mesma forma que não foram localizados esses dois, da mesma forma que não há e não houve nenhuma ação para que o Comendador Arcanjo fosse repatriado, ou seja, fosse transferido do Paraguai se eu não me engano... Do Uruguai para o Brasil. Então, a CPI infelizmente não tem esses poderes, precisa da ajuda do Ministério da Justiça nesse sentido. Esses estão todos convocados, mas é impossível se fazer essas oitivas em função de não conseguir... E aqui eu quero registrar o empenho de Polícia Federal que tem realmente tentado intimá-los para que eles possam vir depor na CPI.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Obrigado pela explicação senhor Presidente. Eu só queria lembrar também que nós tínhamos uma Comissão para ouvir o Comendador Arcanjo no Uruguai quando da CPI do Banestado e, nós não tivemos a vênia. A Comissão estava até organizada e eu fazia parte dela fui indicado pelo Senador Antero e, não houve boa vontade foi do Uruguai de nos deixar os nossos irmãos Ortis para que nós pudéssemos ouvi-los lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Então eu aproveito e já solicito apoio do Ministério da Justiça nesse sentido.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Não, eu só quero fazer justiça ao Senador Antero, que me colocou nessa Comissão quando na CPI, eu fazia parte dela, para ir lá ouvi-lo. Eu quero agradecer a Vossa Excelência e só pedir que esse empenho continue, porque essas duas criaturas são chaves ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Os nossos agentes da Polícia Federal, Delegados e Agentes que são trabalhando conosco, Escrivão, estão tentando esse contato. Estão solicitados e autorizados por esse Presidente para essas providências. Convido a Doutora ...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senadora Ideli tem a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O senhor me permite? Ontem devido a outros compromissos eu não acompanhei a reunião da CPI. Depois tive o conhecimento das deliberações tomadas, adotadas pela Comissão, com votação de alguns requerimentos. E normalmente quando há o depoimento, se busca se preparar para poder participar, quando há possibilidade. E dada a rapidez, porque o requerimento da convocação da senhora Soraya foi aprovado ontem, e ela já está aqui presente e nós tivemos até um pouco de dificuldade. Então, eu pediria a Vossa Excelência e ao Senador Antero, que é o autor do requerimento, que talvez possa me elucidar uma questão, que para a minha intervenção posteriormente ao depoimento da senhora Soraya, poder inclusive balizar minhas perguntas, as minhas questões, é que na justificativa do requerimento o Senador Antero faz toda uma retrospectiva da questão do Waldomiro Diniz, da CAIXA ECONÔMICA, da GTECH, ou seja, faz todo um histórico que não vou aqui reprisar porque é de reconhecimento público. Só no último parágrafo é que ele faz a ligação de todo esse com a senhora Soraya, e ele diz assim: "A senhora Soraya Garcia denunciou o uso de caixa dois pelo PT, na campanha municipal de Londrina em 2004. No seu depoimento ela cita que a GTECH teria alugado carros para a campanha do PT e contratado e pago, empresa de propriedade do senhor Francisco Carlos Moreno, para serviços de *call-center* que não teriam sigo realizados, se isso pode ser comprovado reforçaria a tese de favorecimento da GTECH no contrato com a CAIXA". Bom. No seu depoimento eu fui pesquisar os depoimentos já dados pela senhora Soraya. A senhora Soraya deu um depoimento no Ministério Público Federal, aos cinco dias do mês de agosto de 2005. Eu fiz a leitura atenta neste depoimento no Ministério Público do mês, de cinco de gosto do ano passado, não há referência a nenhum dos dois fatos

aqui arrolados pelo Senador Antero. O outro depoimento que eu tenho conhecimento é o depoimento feito na Polícia Federal, nos primeiros, ao primeiro dia do mês de agosto de 2005. Então, primeiro de agosto de 2005, depoimento na Polícia Federal, também fiz a leitura atenta para descobrir ou me embasar em termos de perguntas. Então, o que eu precisaria saber é: Há algum outro depoimento onde estes dois fatos que não tenho conhecimento? Porque os depoimentos, a não ser que também a minha leitura, a minha interpretação da palavra depoimento, como nós tivemos aqui um embate lingüístico a respeito de entendimento que se tem das palavras, a não ser que depoimento tenha um sentido mais amplo, mas assim, os depois depoimentos que eu tenho ciência são estes. Nos dois depoimentos não há citação a nenhum dos dois casos aqui arrolados, como justificativa para trazer a senhora Soraya. Então, eu queria só ter uma informação, se há algum outro depoimento feito em alguma outra instituição? E se está correto o fato, de que nos dois depoimentos que eu aqui citei, não terem sido identificado através da leitura o citado na justificativa do Senador Antero.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senador Antero.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Pela ordem senhor Presidente. Pela ordem.

SENADORA ELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Depois eu senhor Presidente.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Senhor Presidente, vamos ouvir a senhora Soraya, ela já está aqui, o requerimento já foi aprovado. Essa discussão deveria ter sido feita na hora da aprovação do requerimento. Então, eu pediria a Vossa Excelência que desse a palavra à senhora Soraya, e aí a gente tira inclusive a dúvida da Senadora Ideli, que diga-se de passagem está muito bem preparada e falou muito bem, mas a senhora Soraya poderá tirar, ela propriamente, a dúvida da senhora Senadora. Então, o requerimento é fato passado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senhor Presidente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Pela ordem senhor Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Só um minutinho, Senador Flávio Arns. É claro que eu vou estar aqui ouvindo atentamente e eu vou ter oportunidade de fazer todas às perguntas que eu entender corretas e pertinente à senhora Soraya. Agora, na justificativa do Senador Antero, ele cita que "no seu depoimento", então, eu preciso no mínimo saber do Senador Antero, se além destes dois que eu tenho aqui, que eu li e não encontrei os fatos que ele arrolou na sua justificativa, se tem algum outro depoimento que eu não tenho ciência? Até para poder acionar a minha assessoria para ter em mãos. Então, eu quero dizer que é claro que eu não estou debatendo a vinda da senhora Soraya, eu estou apenas pedindo informações ao autor do requerimento para inclusive ter condição de fazer uma inquirição, um questionamento mais adequado à senhora Soraya. Então, eu acho que não é uma questão de ordem obviamente do sentido de contestar a aprovação legitima feita, ontem pela CPI, mas é uma informação que o Senador Antero poderá colaborar até para que a minha participação seja mais adequada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Eu vou passar a palavra ao Senador Antero para dar explicações sobre a ...

SENADORA ELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Depois?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Depois Vossa Excelência, Senadora Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Obrigada.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente, apesar de ser matéria vencida como a Senadora Ideli é uma Senadora que tem boas ligações com o Governo e facilidade para falar a qualquer hora, a qualquer instante, a qualquer minuto, a qualquer segundo, a qualquer momento com o Ministério da Justiça, ela pode checar que existe com o Delegado Sandro Roberto Viana dos Santos, que inclusive numa busca e apreensão realizada sobre documentos referentes ao depoimento da senhora Soraya, que vai prestar depoimento daqui a pouco, nesse pedido de busca e apreensão que foi determinado pela Justiça Eleitoral de Londrina, foram apreendidos documentos, notas fiscais da GTECH, busca e apreensão confirmando os vários depoimentos existentes, e inclusive isso consta do inquérito. Então, senhor Presidente, vamos ouvir a depoente e eu certeza absoluta que isso tudo vai ficar absolutamente claro.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Preciso ter esclarecimento, por que eu tenho conhecimento da busca e apreensão executada que inclusive encontrou notas da GTECH, pagando aluguel de carros para seus funcionários, seus prestadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Eu vou esclarecer Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Agora, a pergunta que eu fiz, não é se houve busca e apre-

ensão, se existe nota da GTECH ou não, é porque na justificativa diz, que a senhora Soraya "no seu depoimento". Então, o que eu quero saber é: Tem depoimento da senhora Soraya, além destes dois aonde a senhora Soraya diz que as notas ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senadora, esse assunto não diz respeito ao depoimento da senhora Soraya.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não, não eu quero ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – A senhora não estava presente o requerimento foi explicado ...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu quero que o Senador Antero ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – ...Não há necessidade...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não, mas para mim é importante, porque posso não estar tão informada assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – ... Senadora eu, por favor, peço a Vossa Excelência nós vamos, no decorrer de toda...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O Senador pode, porque veio, a assessoria veio ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Mas ele disse que já explicou ...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Ele explicou a apreensão...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Se a senhora não se convenceu, Senadora...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A pergunta é simples.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – É uma questão de linguagem, não cabe ao Presidente a dizer quem vai entender—

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas nós fizemos uma hora a questão de linguagem e cima do Palocci, eu quero que ele diga...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Isso é questão vencida, é questão vencida.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senadora, eu vou passar a palavra...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Tem depoimento da Soraya ou não? É isso que ele tem que me responder.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu havia pedido pela ordem.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Isso já é questão vencida.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Tem depoimento da Soraya? É isso que eu quero que o Senador Antero me responda.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Se não tiver depoimento, ela vai fazer o depoimento dela agora. Senador Arns, Vossa Excelência tem a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Então, na justificativa, porque isso é importante Senador Efraim, porque na justificativa ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – É só nós criarmos um Supremo para proibir depoimento, depois de aprovado, é só que está faltando é isso aqui.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Porque na justificativa que embasou diz que tinha depoimento da Soraya. Então, o Senador Antero tem que nos responder aonde está esse depoimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) –Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senhor Presidente, eu havia solicitado antes a palavra para também – só um minuto – eu havia solicitado antes a palavra, até por uma questão de preocupação com a CPI, porque nós aprovamos os requerimentos aqui na CPI, como em qualquer CPI, baseados em justificativas, baseados em justificativas e aprovamos o requerimento e, não tenho nenhuma objeção em relação ao depoimento da senhora Soraya, ela é do meu Estado também, que eu sou do Paraná, ela é de Londrina, vamos ouvir atentamente, esclarecer os fatos todos, mas o que me preocupa não é a presença da senhora Soraya, é o requerimento que se faz. Porque nós aprovamos o requerimento e os fatos apontados na justificativa não existem, este que é o problema. Os fatos apontados ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Vossa Excelência não levantou essa questão ontem na votação, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, porque eu confiei, confiei ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Me desculpe, mas...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu confiei no Senador Antero Paes de Barros...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – O dia de levantar esta questão, era na hora da votação, sinceramente eu, me permita ...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senhor Presidente, eu preciso terminar a explicação...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Me permita, nós estamos criando fatos em cima de fatos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero terminar a minha explicação. Confiei no Senador Antero Paes de Barros no dia da ontem, porque eu jamais imaginaria...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Mas Vossa Excelência votou contra o meu requerimento ou não?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, senão eu teria levantado ontem, isso que o senhor Presidente estava falando.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não, eu quero saber se Vossa Excelência votou com o meu requerimento?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, eu estou inclusive falando, eu quero que inclusive o Presidente me assegure a palavra. Eu ontem votei contra o requerimento...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Isso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O resultado foi adequado, e o Presidente me perguntou, acabou de me perguntar por que eu não levantei ontem essa situação? Ontem confiei no Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Eu não perguntei a Vossa Excelência eu afirmei.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É confiei no Senador Antero Paes de Barros, porque eu jamais imaginaria que uma justificativa de um requerimento viesse com fatos que não aconteceram. Então, nós temos que olhar daqui para frente às justificativas dos requerimentos, porque isso embasou os votos de quem votou a favor. Então, nós não podemos como instituição CPI, aceitar um requerimento cuja justificativa não está de acordo com os fatos. Então, isto eu diria que houve uma... Quer dizer, os Senadores foram na verdade, levados a pensar, induzidos a pensar de uma maneira em função de fatos que existem. Então, nesse sentido que eu faço a denúncia à Vossa Excelência, a denúncia ao Relator, porque isso jamais poderia acontecer numa CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Eu agradeço...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quer dizer, vamos chamar a pessoa em função de fatos que não existem. Então, o... Não sabia ontem, mas sei hoje. Então, esta é a ponderação senhor Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador, senhor Presidente, podemos ouvir a depoente?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não, não. Sim, eu só vou ler um trecho aqui, que é muito menos grave do que eles acabam de referendar e assinar embaixo da questão do Palocci. Eu vou ler só um trecho aqui: "Da longa jornada do dia 03 de agosto na Polícia Federal, que durou até às 21h00, Soraya se recorda de ter visto doze notas pagas pela GTECH, mas afirma que curiosamente só duas foram para o inquérito". Vamos ouvir o depoimento, nós sempre estamos muito próximos da verdade e o PT querendo evitar o depoimento da senhora Soraya.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Esta questão Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Eu vou conceder a palavra...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – ...Senador Efraim, só esta questão ela tem uma relevância para os procedimentos dentro da CPI, porque da mesma forma que precisa ser apurado quando um depoente apresenta suas declarações aqui nesta CPI, e depois, fatos ou situações que no decorrer da investigação desmentem o que aqui ficou declarado, isto é passível de todo o processo inclusive caracterização para indiciamento. E isto se aplica também ao comportamento dos Parlamentares, porque se os parlamentares ao arrolar, justificativas ou encaminhar fizeram encaminhamentos faltarem com a verdade, também, isto poder ter conseqüências graves. E por isso ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – A Comissão de Ética é para isso Senadora...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – E por isso é que essa questão, não é uma questão de menor importância do está sendo levantado neste momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – A Comissão de Ética do Senado é exatamente para esses casos ...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – E eu volto a dizer, depoimentos da senhora Soraya existem dois e nesses...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Não é a CPI...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – E nesses dois depoimentos, a não ser que apareça esse outro depoimento que até agora eu não tive acesso, mas vamos o depoimento.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Vamos ouvir agora o terceiro.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, pela ordem apenas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senador...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente só em dez segundos. Palavra da senhora Soraya na Polícia Federal: "Não sabe dizer em nome de quem

tais carros foram locados". É uma resposta ao que o Senador Antero acabou de dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Acho que Vossa Excelência estão preocupadas com o que vai acontecer, vamos ouvir a depoente para que possa... Cada um terá direito a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Com o que vai acontecer e com e o que já aconteceu, Senador

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senador Eloísa Helena pela ordem.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Senhor Presidente, eu sinceramente até em respeito a depoente que está desde cedo e em respeito aos trabalhos da Comissão. Eu gostaria de ser absolutamente ágil até porque infelizmente eu voltarei para a continuidade do depoimento dela, mas eu vou ter que sair para uma outra reunião de CPI. Mas não poderia deixar senhora Soraya de fazer uma brevíssima consideração, poderia até me aprofundar na volta, mas eu quero e faço muita questão Senador Efraim e Senador Garibaldi, que fique registrado nessa CPI, eu quero fazer uma saudação a coragem, a honradez, a honestidade de Vossa Senhora, senhora Soraya. Eu sei da forma canalha, infame, sórdida, como Vossa Senhoria foi agredida com todas as palavras mais sujas de baixo calão, eu também já fui agredida com essas palavras. Vou registrar porque é importante que se fala, até para ver o tanto de tensão que já fizeram contra Vossa Senhoria e o tanto de coragem que Vossa Senhoria tem, porque não é uma coisa simples para uma mulher ser agredida de prostituta, de vadia, de vagabunda, de traidora. Eu sei a dor que é porque eu também já fui atacada covardemente assim e, portanto, deixo a minha solidariedade para Vossa Senhoria. A minha solidariedade como mulher, sempre é difícil identificar porque, às vezes, são as pessoas que passam pela sua casa jogam pedras, dão tiros e saem gritando pela rua, ou pela Internet, ou nas ligações anônimas. Eu sei que isso realmente é muito duro, mas eu sei também, que isso é que faz a gente se tornar mais forte, mais sobrevivente, mais honrar a Deus e a nossa própria história. Então, eu quero saudar a Vossa Senhoria e tenha certeza, gente que age dessa forma é gentalha. Tem tantas coisas que eu tenho descoberto sobre tantas pessoas que eu achava que eram honradas, gente canalha da pior espécie todos vinculados à infâmia, a vulgaridade, a pusilanimidade, a roubalheira, a vigarice. Tem tanta gente que é capaz dessas coisas que eu tenho certeza, que Vossa Senhoria estará muito bem guardada, muito protegida e muito em paz com a sua consciência. Eu só espero que o seu depoimento seja absolutamente vinculado à verdade e que possa ajudar a Comissão Parlamentar de Inquérito. Me desculpo com Vossa Excelência Senador Efraim, Senador Garibaldi e todos os membros dessa Comissão, mas eu me sentia na obrigação de fazer essas considerações. E voltarei depois para autuar também na CPI. Muito obrigado a Vossa Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Agradeço a Vossa Excelência. Agradeço a presença da senhora Soraya Garcia pela convocação dessa CPI, e informo aos senhores Senadores que a senhora Soraya Garcia, assinou o termo de compromisso conforme o artigo 303 do Código de Processo Penal. E, de acordo com esse artigo, a depoente compromete-se, nos termos do artigo citado 203(?), do Código de Processo Penal sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e no que lhe for junto perguntado, não sendo obrigada a depor contra si própria, nos termos do artigo 5º, inciso VLIII, da Constituição Federal. Agradeço mais uma vez a presença de Vossa Senhoria e concedo a palavra a Vossa Senhoria, para o tempo que se fizer necessário para os seus esclarecimentos. Vossa Senhoria tem a palavra, senhora Soraya Garcia.

SRA. SORAYA GARCIA – Boa tarde a todos os Senadores, boa tarde a essa Comissão. Eu fui convocada por que em um depoimento que não chegou a ser completo a Polícia Federal, porque o Delegado em questão que estava presidindo o inquérito era o Sandro Viana dos Santos, nós tínhamos feito uma busca e apreensão conforme as minhas citações às locadoras, porque que eu tinha dito que durante a campanha havia vários veículos circulando; porque como eu distribuía combustível eu via vários veículos com chaveiros LOCALIZA, BRASCAR, EUROPCAR, que eu não sabia quantos veículos eram, mas passavam de 40. Através deste depoimento o Sandro, na época disse: "Soraya, vamos por partes. Vamos falar primeiro do município, depois do estadual e depois do federal, porque é muita coisa durante muito tempo de campanha, e vamos primeiro em cima do que é mais fácil. O que você acha que é mais fácil?" Eu falei: "São as locadoras e as gráficas", que foi o grande volume de caixa dois em compra de material. Através de um... No dia 03 de agosto, e querendo corrigir, eu nunca dei depoimento ao Ministério Público Federal, eu dei depoimento ao Ministério Público Estadual. Através desses dois depoimentos junto à Polícia Federal e ao Ministério Público, nós, ele foi e disse é: "A Soraya conduziu aos locais que havia essa certa, provável documentação da caixa dois". Nós a ajuda, fizemos as listas dos filiados, das pessoas que eu conhecia que estavam polarizando, coordenando campanha e fomos buscando notas fiscais. Encontramos doze

notas da GTECH e de outras empresas, dessas doze notas, uma nota dizia assim, "GTECH DO BRASIL, DA LOCALIZA RENT-A-CAR, abril maio e junho", locando se eu não me engano, um ASTRA, na cor eu não me lembro, responsável Jacks Aparecido Dias, condutor Nedson Luiz Micheleti. Essa nota eu vi novamente na mão do Miguel Sogaiar, no Ministério Público Estadual que foi o primeiro Promotor do inquérito, o segundo quer dizer, que o primeiro foi o senhor Sérgio Siqueira. E foi feita uma catalogação de notas, tinha nota da VITÓRIA TURISMO, tinha notas da YAKTUR TURISMO, tinha notas de várias... As locadoras já mandavam: "Olha, estas aqui eram as notas do PT". A única que abriu o caixa inteiro foi a BRASCAR e a LOCALIZA, o restante já mandava: "Não, essas aqui, essas trinta notas são PT, essas vinte são do PT, essas..." Já era assim, já sabiam o que a gente estava procurando. E o combustível foi à terceira fase, os donos de postos vieram e relatavam que abriam malas, sacolinhas de dinheiro e que o seu Augusto carregava várias notas de cem e cinqüenta reais e pagava a vista. Assim foi, por isso que todo o depoimento não chegou ao fim, porque o Sandro falou: "Soraya, vamos ao... Vamos lá...". Quando era na segunda-feira que era para mim depor novamente o Sandro já não era mais Delegado do inquérito, estranhamente o Sandro foi retirado do inquérito, assim que ela declara: "Há caixa dois". Isso aconteceu. Foi para a televisão e falou: "Foi comprovado caixa dois. Existe caixa dois". No dia seguinte ele é deposto. Isso aconteceu. Eu fiquei assim, eu não sabia o que tinha acontecido exatamente, como até hoje não sei. Disse que foi uma ordem dos superiores dele e foi isso que aconteceu. No mês de novembro de 2004, se eu não me engano, dia 16, 17 e 18, e dia 15, isso, não, dia 17, 18 e 19 de novembro, o Augusto me ligou umas três horas da tarde, na sexta-feira, no dia 13, e disse: "Soraya separa uma sala no Cristal para 40 pessoas para GTECH".

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-ES) – Por favor, senhora Soraya, quem é o Augusto?

SRA. SORAYA GARCIA – Augusto Ermétio Dias Júnior, era o coordenador direto de campanha, o tesoureiro direto da campanha, foi ele que nomeou como caixa dois, o caixa dois: "Nós vamos fazer um caixa oficial e um caixa dois". E me pediu que eu separasse uma sala para a GTECH, para 40 pessoas, água, café, televisão e vídeo. Eu liguei para o Brambila, pedi a sala, aí primeiro ele pediu a... Ele disse ÁGUA MARINHA estava pronta, depois era a CORAL, CORAL era a PÉROLA, enfim ficou, se não me engano na CORAL. E essa reunião se deu por... Era para ser quatro dias acabou sendo três dias, e foi separado em nome de Augusto, não era nem para colocar no nome do PT e nem em nome da campanha, porque a campanha não podia mais ter caixa nenhum. No final da... Na segunda-feira, o Brambila me liga: "Soraya, o pessoal da GETCH veio e fez a reunião, mas não pagou a água e o café". Aí eu liguei para o Augusto e o Augusto, falou assim: "Manda o Brambila somar isso e jogar no caixa oficial do que a gente está devendo". Então, a relação que eu tenho com a GTECH é essa, essas doze notas que nós vimos e essa locação de sala no HOTEL CRISTAL. Não deu tempo para falar para a Polícia Federal? Não deu, porque seriam várias fases de depoimento. Logo após a saída do Sandro, o inquérito correu, mas acho que doze dias e o advogado do PT entrou com uma liminar que até hoje está sendo julgada, desde... Se eu não me engano setembro, nós estamos esperando que o Excelentíssimo senhor Juiz julgue a liminar, se há a continuação ou não desse processo.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-ES) – Quem pediu a liminar?

SRA. SORAYA GARCIA – A liminar foi o João Gomes Santos Filho, o advogado do PT. Porque eu quero deixar bem claro, eu nunca denunciei o PT Partido, eu denunciei a campanha majoritária, Nedson Luiz Micheleti para prefeito, ele fez em 2004, e a coligação, PAN, PTN, PL, PCB, PC do B e PHS, junto com o PT.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senador Garibaldi Alves.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Senhora Soraya.

SRA. SORAYA GARCIA – Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Por gentileza, a senhora poderia fazer um breve relato de sua experiência profissional, especialmente na área pública, mencionando cargos atribuições e períodos?

SRA. SORAYA GARCIA – Minha própria área profissional? Eu sou licitadora, compradora de mercadorias e cotista. Trabalhei por um período de oito meses junto ao Senador falecido, Olavo Pires, que foi assassinado. Trabalhei com o Senador Renato Aragão, por um período junto aos seus recursos de direitos humanos dele, era jovem ainda, tinha 19 anos. E, trabalhei durante muito tempo em empresa familiar, meu pai é licitador há muitos e muitos anos. Desde que eu tenho 14 anos eu comecei transcrevendo licitação pública, na época que era máquina de escrever e não podia errar. Então, era a minha vida, a minha vida sempre foi pública. Depois eu trabalhei na agenda prévia do Senador, hoje Senador Valdir Raupp, que na época, era governador do Estado de Rondônia, então, eu estou na vida pública desde que eu tenho 17 anos, trabalhando nessa área. Eu me filiei ao PT por paixão,

essa foi a verdade, e acreditava mesmo, até tem uma declaração que eu fiz ...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Se filiou ao Partido?

SRA. SORAYA GARCIA – Eu acreditava que o PT era o melhor partido do mundo. Eu juro, acreditava, porque eu tinha trabalhado pelo PTB, pelo PDT, pelo PMDB, pelo PFL e pelo PSDB. Então, eu conhecia todos os Partidos no seu interior, o meu pai era licitador, então, eu sabia como Brasília, Cuiabá, Campo Grande, então, eu acompanhava, ajudava, trabalhava com isso. E então, a gente conhece o outro lado que talvez às pessoas não conheçam, e eu tinha paixão. Eu acreditava que o PT era o melhor partido do mundo. E foi sozinha, sem ninguém me levar, me filiei. E quando eu fui chamada à campanha, foi porque o Augusto Ermétio Dias Júnior, que era coordenador e amigo da minha mãe há vinte anos, me chamou exatamente por eu ser licitadora, ele precisava de uma cotista, uma pessoa que corresse atrás. E eu fui entrando e achando... Aí um dia ele chegou para mim: "Olha, Soraya tem o caixa um e o caixa dois. Você vai fazer o caixa um e o caixa dois". E foi assim que começou. E começou a pegar um volume eu comecei a ter conhecimento de quase tudo, quase tudo. E chegou a um ponto que isso foi simplesmente abandonado na minha mão, então foi por isso que eu fiquei sabendo tanto. Eu sei, eu acredito hoje, que não era para mim saber tanto quanto eu sabia, mas como a campanha foi pegando volume gigantesco, então, não dava para tão pouca gente saber de tanta coisa; fazia fila de gente para pegar envelope de dinheiro, assim era que funcionava a campanha. E ele declarou com todas as letras uma vez ao Augusto, quando a gente ainda estava no outro Comitê, que era na Campinas, em Londrina, 193, que quem pagava o meu salário era o André Vargas, Deputado Estadual e Presidente do Partido local, no Estado não é, ele que pagava o meu salário e que eu tinha que dever respeito a ele. Então, todas as informações que eu tenho ou é através do Jacks, ou através do Chico ou através do Augusto. O Jacks é o Jacks Aparecido Dias, ex-presidente local do Diretório Municipal. O Francisco Carlos Moreno é Diretor da Marketing da SERCOMTEL, ex-presidente da ASC *CALL-CENTER*, empresa que pertence, que pertencia pelo menos até então, a SERCOMTEL e tesoureiro do PT. E o Augusto Ermétio Dias Júnior, era Diretor Financeiro da COHAB, funcionário da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e Diretor Financeiro da campana.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – A senhora é natural de Rondônia?

SRA. SORAYA GARCIA – Não. Eu sou natural de Rolândia, Paraná. É que meus pais mudaram para lá na década de oitenta... Logo depois do final do Governo Teixeira, mas eu voltei ao Paraná estudei um tempo lá, voltei novamente a Rondônia, porque o meu problema era de adaptação com o clima, lá é muito quente, eu acho que quem conhece sabe. E então eu toda vez que eu tive... Eu nunca deixei de trabalhar esse é o fato sempre trabalhei e gosto do que faço. Realmente licitação pode ter os seus defeitos, mas quem conhece sabe que é altamente viciante e a adrenalina é grande. Uma campanha é igual. É como quem está acostumado a trabalhar muito sabe que é assim. Então, eu fui trabalhar. Trabalhei grávida. Eu até quis, até pedi para sair da campanha, um dia eu falei para o Jacks: "Jacks, deixa eu sair?". Ele falou: "Não. Você não remou até aqui para morrer na beira da praia". Foi isso que ele disse.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Um desses três nomes, citados por Vossa Senhoria, era funcionário da CAIXA ECONÔMICA?

SRA. SORAYA GARCIA – O Jacks é funcionário da CAIXA, o Augusto é funcionário da CAIXA, e o Chico Moreno é funcionário de carreira da SERCOMTEL.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não seria por aí que a gente (inaudível)...

SRA. SORAYA GARCIA – É aquela coisa, eu não posso inventar o que eu não sei. Eu seis das doze notas, eu sei desse evento da GTECH, e sei que a GETCH tinha um contrato com a ASC, que é a empresa então, até onde eu saiba, 49% da COPEL e 51% do Município de Londrina.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – E quem solicitou a sala da GTECH?

SRA. SORAYA GARCIA – O Augusto que mandou eu separar a sala para a GETCH.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Que é funcionário da CAIXA?

SRA. SORAYA GARCIA – Que é funcionário da CAIXA e na época era Presidente da COHAB, Diretor Financeiro, desculpe, o Presidente é o Carlos Eduardo da Fonseca e Silva.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – E a GTECH evidentemente tinha contrato com a CAIXA?

SRA. SORAYA GARCIA – Bom, eu acredito que sim, mas para mim a relação era a ASC, empresa de *call-center*.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Era a ASC?

SRA. SORAYA GARCIA – ASC, a empresa de *call-center* que pertence, pelo menos que eu saiba, pertence a SERCOMTEL, eu não ao se já venderam, porque estavam à venda. 49% da SERCOMTEL pertence a COPEL e 51% ao Município de Londrina, quem indica o presidente da SERCOMTEL é prefeito.

É a única empresa privada de telefonia municipal do Brasil, é mista, né? Pública privada.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – E a GTECH prestava esse favor ao PT a troco de quê?

SRA. SORAYA GARCIA – Aí eu não sei. Sinceramente, eu não sei. Realmente é uma pergunta que eu mesma faço para mim: Por quê? Talvez por causa do contrato da ASC? De *call-center*? Serviço de telemarketing? Eu não sei.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Porque a senhora reafirmou aqui que a GETCH alugou carros para uso do PT.

SRA. SORAYA GARCIA – Foi, tanto que eu peço se eu tiver mentindo, que, por favor, chame o Delegado Sandro, que ele estava comigo naquele momento, a gente estava todo mundo junto ...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – E qual foi à empresa que forneceu os carros que foram locados?

SRA. SORAYA GARCIA – LOCALIZA, RENT-A-CAR.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Só a LOCALIZA?

SRA. SORAYA GARCIA – A LOCALIZA, A BRASCAR, EUROPCAR, várias locadoras, mas as notas mais evidentes que era do caso do prefeito, a gente encontrou da LOCALIZA, essas notas, inclusive o pessoal da LOCALIZA levou as notas de volta, só deixou as cópias.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – O prefeito também era da CAIXA?

SRA. SORAYA GARCIA – O prefeito é da CAIXA. O PT de Londrina, é o PT dos bancários.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – O prefeito Jacks?

SRA. SORAYA GARCIA – O Jacks é da CAIXA, o Prefeito Nedson Luiz Micheleti é da CAIXA, todos os funcionários ou da CAIXA ou do BANCO DO BRASIL. A grande maioria, porque eu sempre disse isso, o PT de Londrina é o PT dos bancários. É um PT formado por bancários.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – E qual a relação entre Francisco Moreno, membro do PT de Londrina com essa empresa *call-center*?

SRA. SORAYA GARCIA – Ele na época era Presidente da ASC.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Presidente da empresa?

SRA. SORAYA GARCIA – Presidente da empresa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – E a senhora... Ah, mas eu acredito que a senhora não possa me dizer, sabe que serviço a ASC presta para a GTECH ou prestou e como ...

SRA. SORAYA GARCIA – Bom, o que está inclusive na página, porque a ASC foi premiada, foi até um orgulho para Londrina, que a ASC foi premiada como a melhor parceira da GTECH, estava no site. É serviço de *call-center* mesmo, atendimento ao consumidor e a telemarketing, essas coisas.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – E a senhora acredita que houve alguma participação de Lideranças do PMDB, no plano do PT no plano nacional?

SRA. SORAYA GARCIA – Olha ...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Há aproximação da GTECH com o PT de Londrina?

SRA. SORAYA GARCIA – Olha, eu não posso fazer ilações, o que eu acho, o eu que deixei de achar, seria até criminoso eu dizer, porque passa um milhão de coisas na cabeça da gente, mas eu só posso dizer exatamente isso: é estranho. Foi estranha a locação da sala. Foi estranha a locação dos carros. E estranho esse contrato. Eu não sei se realmente a ASC precisa de *call-center*, eu nunca vi 0800 de loteria para a GTECH.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Em entrevista a revista IstoÉ a senhora também cita a participação da SM&PB...

SRA. SORAYA GARCIA – É que foram uns carros abalroados pela YAKTUR TURISMO, que chegou abalroação de um CELTA que foi locado, pelo Rafael Silva, que foi retirado pelo Rafael Silva, e a moça da YAKTUR me pede, me dá um número de telefone, e eu ligo para esse telefone aqui em Brasília, e essa moça me atende: "SMP&B, bom dia". Eu nem sabia o que era, eu falei que haviam sido colocados uns veículos, que um veículo tinha abalroado e que a gente não tinha conhecimento desse veículo abalroado, que tinha acabado de chegar que era da RENT A CAR. E a YAKTUR tinha entrado em contato, porque queriam que a gente cobrisse o abalroamento desse veículo, foi o pára-lama direito, a roda. E ela disse que não ia cobrir, porque o chefe dela que era o Marcos não estava porque ela viajava muito, e o que ela tinha combinado com o Paulo Bernardo não era exatamente aquilo. Eu liguei novamente para o Augusto Ermétio, expliquei a situação, isso foi no dia 11 de novembro e ele me disse que também não sabia, que a YAKTUR que tinha locado esses veículos e que havia essa prerrogativa do senhor Paulo Bernardo estar no meio da negociação, que ia ligar para o Jacks, para o Jacks entrar em

contato com o Paulo Bernardo para resolver situação e nunca mais se falou de nada. Nunca mais nem a RENT A CAR nos ligou e nem essa empresa nos retornou. O Paulo Bernardo é o Ministro hoje do Planejamento, que desde o dia 02 de agosto de 2004, nós saberíamos que ele ia ser Ministro, antes mesmo... 02 de agosto de 2004 foi quando o Augusto chegou lá, no mesmo dia que ele falou: "Você Sabe quanto nós já gastamos de pessoal nessa campanha Soraya?" Ai, eu falei: "Um milhão e meio". – "Como e que você sabe?". "Eu estou aqui desde março, desde o começo eu sei". Aí ele falou assim: "Ainda bem que o Paulo Bernardo vai ser Ministro o ano que vem".

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – A senhora também faz sérias denúncias sobre irregularidades na empresa Itaipu.

SRA. SORAYA GARCIA – É. Foi assim. Na sexta-feira, antes da sexta-feira de (...) Acho que era dia 24, acho que eram umas três, quatro horas da tarde, o Augusto estava nervoso precisava de dinheiro para pagar cabos eleitorais e eu não sei com quem ele falava exatamente ao telefone. E ele disse assim, eu estava fazendo a contabilidade. Ele mandando eu fazer a contabilidade de gráfica, de quanto nós vendemos em caixa oficial e caixa dois, e do HOTEL CRISTAL, porque tinha a parte oficial e a parte caixa dois. A gente fazia um pedaço para o caixa oficial e uma, e a grande maioria para o caixa dois. E ele disse assim: "400 pilas da Itaipu?". Aí eu olhei assim para ele, eu falei: "Daonde? – "Como vocês conseguiram isso?" Aí eu não sei mais, aí ele saiu da sala, voltou, sentou, olhou a planilha imprimiu, apagou novamente do computador e foi embora com as planilhas dizendo que ia encaminhar até o prefeito, que eles iam discutir o que poderia ser pago antes da campanha e o que eles davam para captar em dinheiro antes do caixa oficial. Mandou eu cancelar a confecção de cheques que eu estava preenchendo cheques ele mandou cancelar a confecção. Foi o que eu soube da Itaipu. Eu fiquei com aquilo na cabeça, quando o Luiz Cláudio Cunha, da IstoÉ nos conversou, eu falei: "Olha, Luiz Cláudio essa, isso que eu escutei. Ele falou: "Vamos pôr". Foi o que ele me disse. Algum tempo atrás eu li uma reportagem da IstoÉ, no dia 16 de janeiro, sobre relação Itaipu. Eu não nego, liguei para o Luiz Cláudio e disse: "Puxa Luiz Cláudio, obrigada. Pelo menos você dizer, que eu não estava mentindo". Ele falou: "Não, aquilo ficou igual um grilo na minha cabeça e eu fui atrás e descobri a fonte. E descobri essa fonte". Então o que eu tenho da Itaipu é isso. Porque havia muita... Eles têm mania de conversar muito na frente da gente e esquece que a gente está por perto, a gente, a faxineira, a mulher do cafezinho. Eles esquecem que a gente está por perto e a gente escuta, mesmo. Como na quinta-feira antes da campanha esteve lá o ...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – E

tinha algum diretor de Itaipu que tivesse ligações assim com ...

SRA. SORAYA GARCIA – O Paulo Bernardo? A esposa dele é Diretora Financeira.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – A esposa de quem?

SRA. SORAYA GARCIA – Paulo Bernardo a Gleisi Hoffmann é esposa de Paulo Bernardo, o Ministro do Planejamento.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – E ela é o quê na Itaipu?

SRA. SORAYA GARCIA – Diretora Financeira da Itaipu Binacional.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Ah, é?

SRA. SORAYA GARCIA – Tem um documento aqui, tem um documento que o pessoal do Sindicato dos Servidores do Londrina, através dessa minha denúncia sobre Itaipu começaram a investigar e descobriram que a empresa nos doou cem mil reais para o caixa oficial, chamada WBC, tinha recebido 30 dias antes da Itaipu uma importância de 75 mil e 200 reais. E nos devolveu na campanha no dia 28 de agosto de 2004, um cheque depositado, segundo informação ao Banco ...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – A senhora está falando muito rápido.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu falo rápido. Vou tentar falar mais pausadamente. O Sindicato dos Servidores de Londrina, que é uma das oposições ao prefeito local e ao PT, através da minha denúncia da Itaipu descobriu uma irregularidade a gestão pública de Londrina, que é coordenadora pelo senhor Silvio Fernandes, Secretário de Saúde Municipal, que fica no prédio aonde, abaixo, Maringá 627, no 302, no 402, ficava o escritório regional do Paulo Bernardo, quando era Deputado. E essa gestão foi enviada, acho que no dia 24 de julho de 2004, 75 mil e 200 reais da Itaipu em forma de proventos. Essa gestão pública mandou para a WBC, que é consultoria que inclusive presta consultoria para o PMDB e outras empresas. E enviou no dia 28 de agosto de 2004, para campanha um cheque de 100 mil reais. Esse foi o maior trabalho, nós tivemos que quebrar o sigilo da conta, através do diretor, do superintendente da CAIXA em Londrina, porque nós não sabíamos de onde tinha vindo esse dinheiro. E quando nós descobrimos quem tinha o telefone do seu, acho que é o Altair Bilac da Costa, o dono da empresa, era o Ministro Paulo Bernardo hoje, e antes Deputado

Federal, eu gostaria de entregar esse documento a Comissão dessa triangulação.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – A senhora sabe algo sempre irregularidade num contrato de lixo em Londrina?

SRA. SORAYA GARCIA – Da FOSSIL? VISATEC?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Com a Prefeitura.

SRA. SORAYA GARCIA – É. Dizem que, até onde, eu não posso... Me pediram para analisar um documento junto ao sindicato, existiu um embargo para aquele contrato estar em vigência. E não se acha nem a publicação em Diário Oficial, e parece que num ano teve dois ou três aditivos. Essa é a irregularidade que pediram para analisar. Acho que no ano de 2004 e 2005, num período de um ano teve três aditivos a este contrato de coleta de lixo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Qual empresa.

SRA. SORAYA GARCIA – FOSSIL e VISATEC.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – É uma empresa paranaense?

SRA. SORAYA GARCIA – É uma empresa paranaense da família Janene.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Deputado?

SRA. SORAYA GARCIA – Isso. É que a gente conhece como família Janene, porque é dos irmãos, dele e todo mundo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – A senhora tem conhecimento de algum envolvimento do Grupo Leão&Leão.

SRA. SORAYA GARCIA – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Não.

SRA. SORAYA GARCIA – Não tenho.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Conhece o senhor Delúbio Soares?

SRA. SORAYA GARCIA – Só por causa da nota da COTEMINAS. Na véspera de campanha mais ou menos, quinze demais antes da campanha nós recebemos um volume de vinte mil camisetas do PT. E foi camiseta para o Brasil inteiro, mas recebemos um volume muito grande e iam ser todas espalhadas no dia da campanha do segundo turno. Então, não tinha como explicar que eu estava lançando tanta camiseta na rua, porque a minha era prestação de contas. Eles podiam fazer o que quisessem, mas eu tinha que encaixar isso dentro de prestação. Para própria Justiça Eleitoral, como é que ia ter tanta camisa escrito Nedson 13, vermelha e não ter uma nota fiscal disso? 20 mil camisetas é um volume considerável para um dia de rua.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Escrito o quê?

SRA. SORAYA GARCIA – Nedson 13. Era o Nedson, estrela do PT e o 13.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Nedson.

SRA. SORAYA GARCIA – É. Nedson é o prefeito. O candidato.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Nedson era o candidato.

SRA. SORAYA GARCIA – Era o candidato.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Foi na eleição 2004.

SRA. SORAYA GARCIA – Isso. E veio... E eu comecei uma disputa pela nota desse material. Por quê? Porque eu tinha que explicar por que a Justiça Eleitoral tinha estado dias antes lá fazendo a averiguação, e perguntou para a Justiça Eleitoral ...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Quer dizer a Justiça Eleitoral viu as camisas antes de ser distribuídas?

SRA. SORAYA GARCIA – Viu. Sabia, sabia.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Antes de ser distribuídas?

SRA. SORAYA GARCIA – Já quando estava começando a distribuir. Eu expliquei para ela que eu tinha mandado documentação para o PT Nacional, que estava esperando a devolução. Veio o recibo eleitoral. Eu mandei o recibo eleitoral esperando que voltasse a nota. Aí eu falei com a Secretaria de Delúbio, várias vezes houve contatos, pode quebrar o sigilo telefônico que vai ver vários contatos com a Diretoria Financeira do PT Nacional. E eu disse a ela que eu precisava da nota, ela falou: "Mas como, se a gente ganhou 200 mil camisetas?". Eu falei: "Mas eu preciso da nota! Não tem como! Eu não tenho como explicar para o Tribunal Regional Eleitoral que eu num... Que eu soltei 20 mil camisetas num único dia. E eles estão em cima". Ela falava que eu falei para ela: "Igual uns urubus na carne seca". – "Então, eles querem porque querem essa nota, e eu vou ter que justificar isso". Na véspera da entregação da prestação de contas a nota apareceu, e nessa nota veio 25 mil camisetas. O que me chamou a atenção da nota inclusive da Executiva é que a nota tinha três datas diferentes. E o escrito "pagamento a vista". E eu ainda até ficou com medo de dar problema junto ao TRE, porque a nota tinha três datas e eles não... Uma data de confecção, uma data de entrega, e uma data de... E um alvará de pagamento posterior à campanha, já no dia 19, eu acho, de novembro e não poderia, porque você poderia pagar até o dia 29, até o dia 31 de outubro, até o dia 30 de outubro você pode-

ria pagar dívida de campanha de material já recebido. Isso era normativa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SRA. SORAYA GARCIA – É. E tipo assim, começo se a mercadoria tivesse chegado para a gente em setembro, tivesse peticionado em outubro, as datas estavam erradas e tivessem sido pagas em novembro. Era uma loucura a nota. E estava lá 25 mil camisetas. E a gente deixou isso passar. O TRE não nos pediu a camiseta, a nota fiscal e foi. E foi uma das coisas que eu lembrei, porque havia um erro de cálculo, porque eu pedi uma nota de 20 e veio uma de 25 mil. Aí a moça falou: "Não, mas eu mandei o recibo...". A Solange falou para mim: "Eu mandei o recibo justificando, fala que é cinco mil, a gente deu pra ouras pessoas. Quem tem que resolver é o PT Nacional e não vocês". Mas isso criou uma série de ligações, porque eu cobrava direto a nota, quase todos os dias. O recibo eleitoral inclusive, o Francisco Carlos Moreno esteve em São Paulo, no PT Nacional para resolver algumas pendengas deles lá, que eu não sei o que era, e tentou pegar assinatura do recibo lá com o Delúbio, só que acabou não vindo, vindo por fax, porque eles não se encontraram, então, vindo por Sedex porque eles não se encontraram. Então, foi isso que aconteceu na época e ficou, mas aí logo que... Eu ainda comentei, na época, com o Sandro: "Sandro tem que dar uma olhada porque nesse caixa oficial eu fiz muita maquiagem para esconder polarização de doações". Dinheiro de caixa dois, que precisava cobrir porque não tinha como, porque o cheque estava caindo e a gente inventava nome: "Ó, fala para fulano que vai ser no nome dele. Fala para cicrano que vai ser no nome dele". Porque tinha CPF e RG de um monte de gente, que era para criar recibos eleitorais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SRA. SORAYA GARCIA – É , o caixa um, tem uns 130 mil a 200 mil reais de caixa dois.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Passado via PT?

SRA. SORAYA GARCIA – É e fora falsa doações de mão-de-obra.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Isso que a senadora Heloísa Helena falou, essa série de fatos de ameaças.

SRA. SORAYA GARCIA – Isso foi logo no começo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Era isso que eu ia perguntar foi antes ou foi depois?

SRA. SORAYA GARCIA – Foi até mais ou menos...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Dessas denúncias da...

SRA. SORAYA GARCIA – As pedradas foi um dia antes de sair a IstoÉ, foi um dia antes da sair a IstoÉ, de circulação nacional.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Mas jogaram pedras?

SRA. SORAYA GARCIA – Jogaram. Eu chamei a polícia lá.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Lá na...

SRA. SORAYA GARCIA – Na minha casa. Me chamaram de traidora e vagabunda. Foi isso que me chamaram, desculpe, mas foi exatamente isso.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço ao Senador Garibaldi e concedo a palavra ao Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Senhor Presidente, senhor Relator, senhoras e senhores Senadores, senhora depoente. Em primeiro lugar como a Senadora Heloísa Helena, eu gostaria de me solidarizar com a depoente, com a sua coragem e com o fato dela trazer tantos fatos esclarecedores aqui que permitirão que seja feita uma investigação correta e dando uma dimensão nacional a esse problema, que realmente é um problema grave. Na verdade, a senhora disse que a campanha total foi da ordem de seis milhões e meio.

SRA. SORAYA GARCIA – É o que passou pelas minhas mãos foi isso.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Seis milhões e meio.

SRA. SORAYA GARCIA – Seis milhões e meio.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Dos quais caixa um foi quanto?

SRA. SORAYA GARCIA – A previsão minha foi de um milhão e 300, e chegou a um milhão, 228 mil reais e uns quebradinhos. É que houve uma duplicação de notas fiscais no programa e foi declarado um milhão e 300, mas não foi um milhão e 300.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas na verdade, quer dizer que na verdade, como desse um milhão e 300 tem uma parte que foram doações falsas, vamos dizer assim, não é?

SRA. SORAYA GARCIA – Hum, hum.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Feitas através de pessoas que doaram com dinheiro do caixa dois ...

SRA. SORAYA GARCIA – Isso.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Então, é uma campanha de seis milhões e meio, que 80% foi

de caixa dois e cerca de 15% de caixa um, mais ou menos.

SRA. SORAYA GARCIA – Exato. E 60% do caixa dois, foi para pagar gente.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Para pagar pessoal.

SRA. SORAYA GARCIA – Para pagar para pessoal. Eu sou fruto de caixa dois, eu falo isso. Eu sempre recebi por caixa dois.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Certo. Agora, esse caixa dois era todo operado em dinheiro vivo?

SRA. SORAYA GARCIA – Todo em dinheiro vivo.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Não tinha nenhum cheque assim para deixar uma pista, nada?

SRA. SORAYA GARCIA – Não. Tinha dinheiro até mofado, com pata de barata, com urina de rato, nota de vinte reais colada, dois reis, um real.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Então, praticamente o caixa dois pagava pessoal, locadoras, gráficas...

SRA. SORAYA GARCIA – Gráficas...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – E combustível?

SRA. SORAYA GARCIA – Combustível quase tudo só.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Tudo de caixa dois, não é? Agora...

SRA. SORAYA GARCIA – Só o posto CONTUR, que era oficial.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Agora, uma outra pergunta. Esse Delegado Sandro ele está onde, agora?

SRA. SORAYA GARCIA – Marília.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Está em Marília. Ele é Delegado Federal?

SRA. SORAYA GARCIA – Delegado Federal.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ela estava presidindo o inquérito deu uma declaração, então a Polícia Federal o transferiu?

SRA. SORAYA GARCIA – Isso. Ele deu uma declaração dizendo que o caixa dois estava comprovado.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Isso é grave também, porque, na verdade, nós estamos tido constante denúncia do uso político da Polícia Federal. Quer dizer, na realidade é uma possibilidade a mais de que um Delegado que estava fazendo uma investigação séria, de uma campanha eleitoral cara, seis milhões e meio para uma eleição de prefeito? É campanha milionária.

SRA. SORAYA GARCIA – Realmente foi muito milionária a campanha.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Lá em Pernambuco isso é campanha de governador.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu sei.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Eu tenho até... Me encabulo de dizer isso ...

SRA. SORAYA GARCIA – Mas Londrina captou o ano passado com 32% de sonegação de imposto de renda mais de um bilhão de reais.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – ...Na realidade é uma campanha que o Estado de Pernambuco daria para governador. Uma coisa que eu não entendi bem foi essa liminar que esse advogado do PT, era uma liminar em torno de quê? Que processo era esse?

SRA. SORAYA GARCIA – É para suspender a investigação de processo de caixa um e de caixa dois.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Quer dizer, na verdade, existe um processo para suspender a investigação?

SRA. SORAYA GARCIA – Exato.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Quer dizer que o PT pediu para que a investigação não fosse feita?

SRA. SORAYA GARCIA – Exato, como eles disseram que iam abrir as contas bancárias e depois não deixaram que as contas bancárias fossem abertas. Entraram com uma liminar proibindo quebra do sigilo fiscal e bancário.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ah, então... E quem estava investigando era o Ministério Público?

SRA. SORAYA GARCIA – E a Polícia Federal.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – E a Polícia Federal e essa...

SRA. SORAYA GARCIA – Vai fazer cinco meses que está paralisado e o processo tem 18 volumes, com 26 dias de investigação já tem 18 volumes.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Essa investigação está parada por... Através de uma liminar...

SRA. SORAYA GARCIA – Deram liminar.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Quem era advogado do PT?

SRA. SORAYA GARCIA – João Gomes Santos Filho, é o mesmo advogado do Miguel Arcanjo.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – É o mesmo do Miguel Arcanjo e o mesmo do doleiro Alberto Youssef.

SRA. SORAYA GARCIA – Exato.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – E advogado do PT.

SRA. SORAYA GARCIA – Isso.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Mas ele e Vossa Senhoria...

SRA. SORAYA GARCIA – E é do PSDB ainda.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ainda é do PSDB?

SRA. SORAYA GARCIA – É. (risos).

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Então, ele está bem ancorado.

(...)Não é do PFL?

SRA. SORAYA GARCIA – Não. (risos)

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – O PFL não tem esse tipo de gente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não?

SRA. SORAYA GARCIA – (risos).

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Então, na realidade outra coisa que eu gostaria de perguntar. Esse mesmo advogado Vossa Senhoria, viu ser entregue dinheiro a ele também da campanha?

SRA. SORAYA GARCIA – Não. O que vocês estão falando é do Presidente da OAB.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ah, da OAB é outro!

SRA. SORAYA GARCIA – Essa documentação que eu fazer—

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Então na realidade, senhor Presidente eu –

SRA. SORAYA GARCIA – Eu não sabia nem que ele era Presidente da OAB, tá? Antes disso ...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Outra questão também importante ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – É referente a essa documentação que ela quer passar para a Mesa.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Então, é importante ...

SRA. SORAYA GARCIA – Aqui a negativa da OAB para o meu pedido de ajuda jurídica, porque eu consegui ajuda jurídica de um amigo meu, do João Graça, que eu não queria pedir a ele porque ele é muito caro, é um advogado extremamente caro. E é uma pessoa extremamente ocupada, porque advoga para o Ratinho, para o SBT e um monte de gente. E eu não tenho condição de pagar advogado, porque eu estou desempregada e eu sei de toda a perseguição que é e ninguém quer me arrumar emprego, então eu falei: "João, por favor, me ajuda. Eu cheguei na OAB..." Eu contei a história, que eu fui à OAB e tinha pessoa que tinha contado dinheiro três vezes para ele e entregue uma, que era o Presidente da OAB local. E eu sabia que o requerimento ia ser negado. E realmente foi. Ele falou que ia chegar, ele estava viajando estava em São Paulo, que ia chegar em Londrina e ia ver o que ele ia fazer, que ele ia tomar conhecimento do caso foi quando ele aceitou o caso.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ok. Em relação a essa questão desse processo, senhor Presidente, eu acho que nós deveríamos também através da CPI, fazer um esforço para ver se conseguimos atuar no sentido de que essas liminares sejam derrubadas e para que o processo continue. Quer dizer, não estamos acusando nada, mas na realidade é melhor até para a própria campanha, para o próprio PT que o processo continue, se eles são inocentes, se dizem inocentes é melhor que esse processo continue. Então, era importante fazer um apelo à Justiça do Paraná, para que essa liminar seja cancelada e a investigação possa continuar. Uma outra pergunta ...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero perguntar? O processo não está continuando?

SRA. SORAYA GARCIA – Não. Faz cinco meses que ele está parado.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Cinco meses parado.

SRA. SORAYA GARCIA – Está cinco meses parado o processo.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Bem, que o Senador Flávio Arns até podia ajudar que é do Paraná.

Dona Soraya, por gentileza, esclareça é um inquérito policial?

SRA. SORAYA GARCIA – É , são dois inquéritos.

Um inquérito policial?

SRA. SORAYA GARCIA – Um inquérito policial federal e Ministério Público.

Não há nada ainda no âmbito da Justiça?

SRA. SORAYA GARCIA – No âmbito da Justiça está todo o inquérito, o Jurandir...

Só o inquérito?

SRA. SORAYA GARCIA – O Jurandir, que é o Juiz da 41ª Zona Eleitoral responsável pelo inquérito, pela...

Ele deferiu uma liminar trancado o inquérito, não é isso?

SRA. SORAYA GARCIA – Isso. Puxando toda a documentação para dentro do TRE. Está tudo lá, tendo do Ministério Público quanto da Polícia Federal, porque cada um investigava paralelamente.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Agora, uma outra pergunta, que eu não entendi bem. Essa empresa ASCADA é ASCADA? ...

SRA. SORAYA GARCIA – ASC *call-center*.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – ASC *call-center*. Vossa Senhoria diz que ela prestava serviços, entre aspas para a GTECH par fazer ...

SRA. SORAYA GARCIA – É.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas qual é a função da GETCH de *call-center*? A GTECH em algum momento... Porque a GTECH é uma simples prestadora de serviços à CAIXA, ela prestava serviço a CAIXA de *call-center* para loteria? Existe *call-center* para reclamar de loteria? Porque eu nunca vi.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu não sei, mas está lá no site da ASC (risos).

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Está lá na ASC, não é?

SRA. SORAYA GARCIA – Está.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Então, é outra coisa que nós temos que investigar, porque aparentemente essa ASC pode ser uma prestadora de serviço fantasma. Quer dizer, ela prestava um serviço que a GTECH não realidade não realiza que é *call-center*, pelo menos eu não sei de nenhum *call-center* que... Eu acho interessante ...

SRA. SORAYA GARCIA – Não, ela prestava serviço de *call-center* para várias empresas.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim, mas eu digo nesse caso, nessa parte específica da GTECH. Qual o serviço que ela prestou a GTECH e se realmente o serviço foi prestado ou não? Essa é uma resposta que precisa saber, porque a GTECH costumava fazer algumas contratações de serviço, na verdade, para transferir dinheiro para quem elas queriam. Agora, em relação a essas personagens nacionais que foram citadas algumas vezes no seu depoimento, como eles participaram das campanhas? O senhor Gilberto Carvalho, a senhora Márcia Lopes, o Ministro José Dirceu, o Deputado Paulo Bernardo e essa senhora, esposa do Deputado Paulo Bernardo, qual foi a participação de cada um deles na campanha eleitoral desse ano?

SRA. SORAYA GARCIA – Olha, o Gilberto Carvalho tinha o seu nome várias vezes citado pela cúpula local.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – E disse...

SRA. SORAYA GARCIA – Ele tem o BUFFET CARVALHO, junto com a irmã dele Márcia Lopes em Londrina, tocado pela filha dele Miriam. BUFFET CARVALHO.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Um buffet.

SRA. SORAYA GARCIA – Um buffet. Ele é ligado à cúpula de Londrina há muito tempo, tanto que ele tem residência lá, tem negócio lá. Ele é um dos orgulhos da nossa terra, porque o Secretário do Presidente da República para nós é londrinense. E uma vez, foi no primeiro debate da TAROBÁ, que é uma televisão local retransmissora da BAND, a nós queríamos fazer um evento no BUFFET CARVALHO. (Soa a campainha). E o nome dele foi citado da seguinte forma, a Miriam não queria ceder o espaço do salão do buffet para fazer o evento do debate com telão e cerveja, porque ela tinha um casamento no final de semana e ela tinha que rearrumar o salão, porque era um casamento de uma certa pessoa, de certas pessoas de uma classe que é considerado elite em Londrina. E o Augusto e o PT queria que fosse lá, porque o BUFFET CARVALHO já é característica de ser o local de encontro do PT para esses tipos de evento. Então, o Augusto falou para mim que ia ligar para o Gilberto Carvalho para o Gilberto Carvalho resolver a situação, isso era uma, duas horas da tarde. E eu estava com tudo paralisado, telão, som caixa de isopor, gelo, refrigerante, água e a cerveja que ia ser vendida, porque eu não sabia se ia ou senão ia. E, como os eventos eram sempre feitos em cima da hora e tinha que correr atrás, então eu tinha os fornecedores certos, mas tinha que ser muito rápido. Ele me liga às quatro horas da tarde, isso ia ser às duas e fala: "Olha, pode preparar tudo que o Gilberto falou com a filha e está tudo certo, o evento vai ser, pode confirmar a lista de chamada". Isso foi a primeira vez. A segunda vez foi em relação, que caixa, dinheiro de caixa dois na verdade nunca faltou. Nós tínhamos um problema com caixa um, teve greve dos bancos 28 dias da greve no período eleitoral, quem não lembra disso?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – O problema era o caixa um?

SRA. SORAYA GARCIA – É o caixa um. E algumas vezes o Augusto ia com o Chico ou com Jacks, a gente estava todo mundo junto e eles comentavam: "Olha, vamos falar com o Gilberto e vamos ver se a gente consegue resolver esse problema para gente". Gilberto era como ele era chamado. E quando foi a vinda do Lula para a inauguração do CEO, Centro de Especialidades Odontológicas no Município de Londrina, que nós éramos para ter feito o evento, que a gente tinha feito o evento José Dirceu no dia 18 de setembro com sucesso. E era para a gente ter feito o evento da vinda do Lula, porque a gente tinha feito muito bem feito, um mesão muito bonito, tinha tenda e tinha tudo e foi um preço muito baixo que eles estavam costumados a pagar. E dois dias antes o Augusto me liga e fala: "Soraya, cancela todas as coisas sobre o evento do Presidente Lula, porque o Gilberto Carvalho é que vai fazer, ele é Secretário do Presidente ele que se vira". Foi assim, às vezes, citado o Gilberto Carvalho. Eu nunca vi esse homem trazer dinheiro, mas o nome dele era citado o tempo todo, talvez até eu acredito, por ter força ao lado do Presidente para poder... Sabe como é que é campanha, as pessoas envolta ...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas tem uma frase de Vossa Senhoria que diz assim: "Eu nunca vi o Gilberto Carvalho trazer dinheiro, pessoalmente eu não vi".

SRA. SORAYA GARCIA – Pessoalmente não.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – "Mas todas as vezes que eles tinham"...

SRA. SORAYA GARCIA – Dificuldade de caixa...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – "Dificuldade de caixa o Augusto Júnior e o Jacks falavam que era preciso ligar para ele que ele resolveria e o dinheiro surgia". **SRA. SORAYA GARCIA –** É dinheiro de caixa oficial ...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Isso a senhora mantém?

SRA. SORAYA GARCIA – Isso eu mantenho, mantenho com certeza.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Bom...

SRA. SORAYA GARCIA – Que veio dinheiro da Camargo Corrêa, veio dinheiro da ANTARTICA SUDESTE, veio dinheiro de G.GERDAL veio dinheiro de todos... Esses grandes volumes de dinheiro vieram de fora, logo após o contato, o suposto contato com o Gilberto Carvalho.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – O Gilberto Carvalho era uma espécie de operador do caixa um?

SRA. SORAYA GARCIA – É ou um ajudante: "Ó, dá um força lá para os amigos lá embaixo".

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Agora, e essa senhora Márcia Lopes?

SRA. SORAYA GARCIA – Márcia Lopes era irmã do Gilberto?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Sim, ela teve participação?

SRA. SORAYA GARCIA – Ela toda vez que tinha... Nunca pagamos evento do BUFFET CARVALHO. Eu falava: "Augusto, pagamos o do IATE, pagamos de outros buffets, do C ATLÂNTICO, mas do BUFFET CARVALHO, não. O Augusto tem que pagar, quanto será que deu a conta?" "Não deixa lá. A Márcia tem dinheiro ela paga".

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Está certo, tá bom, era uma colaboradora. Bom, em relação ao Ministro José Dirceu?

SRA. SORAYA GARCIA – Mas nunca foi computado isso em caixa oficial, tá?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Era colaboradora para um caixa dois, prestando serviços.

SRA. SORAYA GARCIA – Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senador, eu vou...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Eu vou terminar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou lhe dar dois minutos para Vossa Excelência concluir.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas eu citei alguns nomes nós vamos falar sobre eles e eu encerro.

SRA. SORAYA GARCIA – Aí o MST, ela pagava o local onde ficar o MST através de direitos humanos.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Ela pagava.

SRA. SORAYA GARCIA – É , que ela é Secretaria Nacional de Assistência Social.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Exatamente.

SRA. SORAYA GARCIA – Hum, hum.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – "O Ministro José Dirceu foi a Londrina, dia 18 de setembro".

SRA. SORAYA GARCIA – Foi.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – "Era um sábado durante a semana toda o Comitê Financeiro reclamava dificuldades para pagar conta da campanha".

SRA. SORAYA GARCIA – Isso, o dinheiro tinha acabado dia 10 de setembro.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – É. "Na segunda-feira, 20 de setembro, o Comitê tinha 300 mil caixa". **SRA. SORAYA GARCIA –** Hum, hum.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – "Todo esse dinheiro em nota de 100".

SRA. SORAYA GARCIA – É.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – "E com lacre do Banco do Brasil".

SRA. SORAYA GARCIA – Isso.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Parecido com o de Roberto, do PTB. "O Dirceu veio num jatinho particular, chegou às 15h30 e foi embora antes das 17h00".

SRA. SORAYA GARCIA – Isso.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – "O Augusto Júnior disse que o Dirceu tinha trazido o dinheiro. Eu queria uma acareação com o Augusto Júnior, para ver se ele tinha coragem de mentir isso. Fui eu que acertei os preparativos para a recepção do José Dirceu. Era uma das visitas do Dirceu e ele ainda usou um BMW blindado."

SRA. SORAYA GARCIA – É eu cotei um BMW blindado.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – "Que foi paga pela empreiteira dos Janenes". Tudo isso Vossa Senhora confirma?

SRA. SORAYA GARCIA – Confirmo.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – E na realidade nada disso era contabilizado no caixa um.

SRA. SORAYA GARCIA – Não.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Era tudo caixa dois.

SRA. SORAYA GARCIA – O evento ficou em 29 mil reais, nós pagamos 17 mil e 800 por dentro e o restante todo por fora.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – E participação do Deputado Paulo Bernardo e da esposa dele?

SRA. SORAYA GARCIA – O Paulo Bernardo era ...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ele é o líder, na realidade.

SRA. SORAYA GARCIA – É. Ele é o líder.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Ele é Londrina, o Paulo Bernardo?

SRA. SORAYA GARCIA – Ele é eleito por Londrina. Ele foi trazido de Campo Grande, para ser Secretário de Fazenda do Município da Londrina na primeira candidatura do Nedson. E até na época os jornais diziam que estavam precisando dar emprego para tanta gente em Londrina e estavam trazendo um ladrão do Mato Grosso do Sul, era assim que era chamado o Paulo Bernardo. Depois foi eleito a Deputado Federal.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – E a esposa dele tinha alguma participação?

SRA. SORAYA GARCIA – A esposa dele foi diretamente, o Governo Lula quando se elegeu, foi nomeada Diretora Financeira da Itaipu Binacional, é isso que eu sei.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Está bom.

SRA. SORAYA GARCIA – E o Paulo Bernardo chegava, deixa eu só explicitar uma coisa. Uma vez eu liguei para um senhor chamado Fábio Reale, que hoje é Diretor da CMTU em Londrina, para ir até o Paulo Bernardo no Comitê dele, porque tinha uma encomenda para ser buscada. Depois veio a confirmação do motorista da campanha que é o senhor Roberto Bichele, que eles iam buscar várias vezes dinheiro ou no Comitê, ou na casa do seu Zeno, que é assessor do Paulo Bernardo, dinheiro ou em envelopes ou em sacolas de lojas. E nesse dia o Fábio Reale e o Roberto Bichele trouxeram esse dinheiro para mim, lá no Comitê Financeiro no TIM TOWERS.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Agora, Vossa Senhoria disse o seguinte: "Na semana que excedeu o segundo turno das eleições em Londrina houve uma reunião, o assunto era contratação de cabos eleitorais. O Jacks disse que tinha reunido duas mil pessoas que seriam contratadas por 100 reais por dia. O André Vargas perguntou, então, ao Paulo Bernardo, se o número de cabos eleitorais estava bom e se havia como pagá-los. O Bernardo falou que estava bom e que existia lastro para isso".

SRA. SORAYA GARCIA – É.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Lastro era dinheiro. "Além dos três estavam na reunião o Augusto Júnior, o candidato a Vereador Glauco Renato Lima, eleito e Eloy Valenga..."

SRA. SORAYA GARCIA – Valença.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – "Valença, não eleito. Eu assisti a reunião e estava separando dinheiro para pagar despesas da campanha"

SRA. SORAYA GARCIA – É.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-CE) – Vossa Senhoria, confirma isso?

SRA. SORAYA GARCIA – Só tem um erro aí, nessa publicação, porque eu disse assim: "Jacks eu tive uma idéia brilhante, vamos voluntar dois mil cabos eleitorais a cem reais por cabeça cada um, no dia da campanha...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Isso é compra de votos.

SRA. SORAYA GARCIA – "Para que eles façam polarização de voto, boca de urna. Seria boca de urna e vigiar bilinatistas(F)". Aí o André Vargas: "Boa idéia, e aí Paulo Bernardo? Pode ir? Tem lastro?" Não. "Pode ir, Paulo Bernardo?". – "Não, tem lastro". Foi o que ele respondeu, sucinto.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – E teve?

SRA. SORAYA GARCIA – Teve. Teve que no dia da campanha no segundo turno, final da noite no Comitê de Vice-prefeito que era chamado de Casa Amarela, o pessoal está distribuindo nota de cem reais para cada um que estava com a camiseta vermelha.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Puxa vida. Bom senhor Presidente, eu acho que eu encerro a minha... E dizendo que na verdade nós fazemos campanha no Nordeste, eu nunca tinha visto uma campanha tão rica, com tanta, acho que o nosso Relator, o Presidente e todos que são da Região Nordeste coisas como essa que a senhora está relatando.

SRA. SORAYA GARCIA – Nossa campanha começou em março de 2004.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu acho que foi muito elucidativo o depoimento e prova que efetivamente foi muito importante essa presença aqui. Muito obrigado senhora.

SRA. SORAYA GARCIA – Obrigada. Eu queria entregar a CPI a cópia da agenda de campanha, com CPF e RG das pessoas que eram utilizadas para fazer compra de caixa dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Agradeço a Vossa Senhoria ...

SRA. SORAYA GARCIA – E a lista de material que foi comprada, com os valores, e aonde foi comprado, o que foi comprado, como foi comprado e o que era. Eu fui anotando.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Agradeço a Vossa Senhoria.

SRA. SORAYA GARCIA – E o valor total.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – O próximo orador inscrito é o Senado Tião Viana, que por permuta concedo a palavra ao Senador Flávio Arns. Vossa Excelência tem a palavra Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita, senhor Presidente, só para... A senhora citou a senhora citou caixa de compra dois, isso significa o quê? Perdão.

SRA. SORAYA GARCIA – É que tinha que dar justificativa, eu não sei para quem, isso eu não sei, eu acho que para quem trazia esse volume de dinheiro. A coisa era o seguinte, nós comprávamos grande parte da material de campanha como mesa, cadeira, fogões, geladeira, geladeira foram três, fogões foram vários, botijões de gás, alimentação em caixa dois. E Londrina tem um costume de querer emitir nota fiscal, isso é um costume do comércio varejista de Londrina. Eu tinha uma lista de RGs e CPFs das pessoas que eu podia utilizar os seus nomes para colocar as notas fiscais, assim logo após a compra o Augusto passava no TIM TOWERS, pegava um envelope lacrado com todas as notas dentro e levava isso para alguém da diretoria. Eu me lembro que quando o primeiro Comitê que eu montei, que foi na Campinas 193, que foi comprado geladeira, mesa, cadeiras de escritório, vinte cadeiras de jardim, mesa de jardim, cafeteira Arno para vinte cafezinhos, vários... Todo o material escritório, tudo, ficaram em 2 mil e 970 reais, que eu comprei as coisas mais baratas, não precisava ser o melhor tinha que ser funcional. Pintei a parede de vermelho tudo cor de PT, foi tudo no nome do Augusto, do Daniel Francisco do Santos, que era para ser o contador da campanha, que acabou não sendo o contador, acabou sendo outro e do Carlos Eduardo de Fonseca e Silva, que era para ser colocado o nome dessas pessoas, que depois elas poderiam fazer o que quisesse com esse mobiliário, que no fim acabou indo para o PT. Quando nós acabamos de montar toda a estrutura e pintar a parede, tudo, dia 1º de abril estava tudo pronto o deputado estadual André Vargas foi até o Comitê. O Augusto falou: "Está pronto?" "Está pronto. Porque o André Vargas quem ver como é que ficou o Comitê?". Aí eu falei: "É ". Foi quando ele citou também, foi quando ele falou com todas as letras: "Deixa tudo bonitinho porque é ele que paga o seu salário".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senador Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Senhor Presidente senhor Relator, senhora depoente, Senadores. Em primeiro lugar, a senhora mencionou vários nomes entre eles da Márcia Lopes, da Gleisi Hoffmann, do Paulo Bernardo ...

SRA. SORAYA GARCIA – Sim senhor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Do Gilberto Carvalho, pelos quais não só eu, mas muitas pessoas têm o maior respeito, pela história, pela credibilidade, pela honradez, pelos serviços prestados ao Paraná, ao Brasil é uma questão eu diria, que em relação a vários deles mencionados, não é uma questão partidária, mas uma questão suprapartidária. E a senhora se relaciona a essas pessoas assim de uma maneira extremamente negativa, inclusive dizendo que: "Fulano falou que o ladrão vinha do Mato Grosso para Londrina".

SRA. SORAYA GARCIA – Mas isso não fui eu que falei, o senhor sabe que isso publicado na imprensa inteira do Estado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim, a senhora está repetindo também fatos dessa natureza...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu não acredito que ninguém seja ladrão, eu estou dizendo o que foi dito na imprensa...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Dona Soraya, eu solicito de Vossa Senhoria que aguarde os argumentos e as perguntas do Senador.

SRA. SORAYA GARCIA – Sim senhor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E a senhora alguma vez...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Vossa Senhoria terá todo o tempo necessário para responder.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Está certo. A senhora alguma vez viu essas pessoas cometendo algum ato ilícito? Ou a senhora viu um documento dessas pessoas, alguma coisa concreta, ou tudo que a senhora está dizendo, pelo que eu li no depoimento a Polícia Federal, também tenho a cópia desse documento...

SRA. SORAYA GARCIA – Sim, senhor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É de ouvir falar?

SRA. SORAYA GARCIA – Bom, se tem... A minha chefia me passava isso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então, a senhora nunca viu...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu vi, eu estive...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Nenhuma dessas pessoas.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu estive com o Paulo Bernardo, eu estava pondo café na mesa...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero perguntar uma coisa. A senhora pode ter dito reunião em conjunto. A senhora alguma vez falou com o Paulo Bernardo?

SRA. SORAYA GARCIA – Falei. Falei por várias vezes encontramos em vários, como vou dizer ...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim, a senhora se encontrou em eventos, mas falou individualmente com o Ministro Paulo Bernardo?

SRA. SORAYA GARCIA – Quando ele era Deputado Federal Regional.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Olha, que a senhora está sob juramento...

SRA. SORAYA GARCIA – Não eu estou. Não...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A senhora alguma vez falou com o Paulo Bernardo?

SRA. SORAYA GARCIA – "Olá, deputado. Como está? Bom dia". Só isso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Pois é, só isso, mas nunca falou com o Ministro Paulo Bernardo?

SRA. SORAYA GARCIA – Não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então, está bem. Então, a senhora nunca falou...

SRA. SORAYA GARCIA – Não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Nunca viu documento?

SRA. SORAYA GARCIA – Não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E nunca viu as pessoas cometendo algum ilícito? Nunca.

SRA. SORAYA GARCIA – Bom, a minha chefia ...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, não a senhora, não a chefia, a senhora?

SRA. SORAYA GARCIA – Não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A senhora.

SRA. SORAYA GARCIA – A minha chefia me mandava cometer ilícitos direto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu não estou perguntando da sua chefia, eu estou perguntando da senhora.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senador Arns, a depoente poderá acrescentar alguma coisa à pergunta.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, pode claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Não é obrigada só aqui no sim ou não, V.Exa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu estou lhe perguntando.

SRA. SORAYA GARCIA – E eu estou respondendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Vossa Excelência, deixe também a resposta acontecer, só uma. Eu entendo que há (...) Diálogo.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu acho que um caixa dois Senador, (...) Lícito.

(Tumulto)

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Se V.Exa. me permite eu só estou perguntando se a depoente, ela pessoa, viu documento, ou viu a pessoa, nunca falou com o Paulo Bernardo, ou tem alguma coisa, ou se foi de ouvir falar?

SRA. SORAYA GARCIA – Não, foi de ouvir.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Está ótimo. Era isso que eu queria saber.

SRA. SORAYA GARCIA – Foi de ouvir falar e de ligar vindas e valores e tipo assim: "Ó, passa lá que a tua encomenda está pronta". E depois o dinheiro veio para mim, mas de outras pessoas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim, de outras pessoas. Eu tomaria só muito cuidado, porque ...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu já sou processada por ele, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não é em relação a processo. Eu me sentiria muito mal, eu tomo um extremo cuidado ...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu sei.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sempre assim, de colocar qualquer coisa em público de que ouvi falar. Só nesse sentido. Eu sei que a senhora está sendo processada por calúnia e difamação, mas não vou entrar nessa área.

SRA. SORAYA GARCIA – Não, mas eu, pra mim não tem problema nenhum.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É acho que só como comportamento pessoal, eu não colocaria em público jamais alguma coisa que eu ouvi falar.

SRA. SORAYA GARCIA – Senador, eu estou aqui para dizer a verdade, absolutamente a verdade, nada mais que a verdade, doa para mim ou não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Está certo.

SRA. SORAYA GARCIA – E a minha verdade é essa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas é que a senhora mencionou pessoas que tem uma honradez grande por trabalhos prestados ...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu também sou honrada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Por coisas que a senhora ouviu falar. Então, a senhora está dizendo para o Brasil inteiro, porque isso está sendo acompanhado ...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu sei.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Do que a senhora ouviu falar. E nós senadores ouvimos falar muitas coisas, só que não é pelo fato de eu ouvir falar, que eu vou divulgar para todo mundo que eu ouvi falar. Eu tenho certeza ...

SRA. SORAYA GARCIA – Senador, eu trabalhei na assessoria financeira de campanha, a gente sabe quem traz dinheiro ou não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A senhora declarou também para a imprensa, não na Polícia Federal, que o PT doou dinheiro para o Presidente da OAB de Londrina, José Carlos da Rocha ...

SRA. SORAYA GARCIA – Verdade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E para o ex-presidente da Associação Comercial de Londrina Valter Ursi. A senhora confirma essas declarações?

SRA. SORAYA GARCIA – Confirmo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O que eles desempenharam na campanha? Qual foi a tarefa deles?

SRA. SORAYA GARCIA – O Ursi que ele no segundo turno se engajou na campanha.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quanto que deram de dinheiro para o Ursi?

SRA. SORAYA GARCIA – Para o Ursi exatamente acho que o envelope foi 03 mil reais.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – 03 mil reais, para o Presidente da Associação ...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu não sei para que, que ele foi fazer com esse dinheiro, eu não sei, eu não posso mentir, eu não sei para que era esse dinheiro. Se o dinheiro era para pagar alguns cabos eleitorais. Era dividido em lotes.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quanto que o Presidente da OAB ganhou? A senhora sabe?

SRA. SORAYA GARCIA – Agosto, nós fizemos no dia 08 de agosto envelope de cinco mil, Rocha. Em setembro, nós fizemos envelope de 1500. Em outubro ele foi buscar envelope um envelope de 1500.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E a senhora sabe que eles são do PSDB?

SRA. SORAYA GARCIA – Sei.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – São do PSDB?

SRA. SORAYA GARCIA – Sei.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Por que será que o PT estaria dando dinheiro para o pessoal do PSDB? Se o PSDB estava apoiando outro candidato?

SRA. SORAYA GARCIA – Nem todos estavam. Nem todos os candidatos estavam a ...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não era o segundo turno, era o primeiro turno.

SRA. SORAYA GARCIA – No primeiro turno até Tercílio Turini, fazia campanha para nós...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quer dizer a senhora está confirmando ...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu estou confirmando, porque eu fiz gráfica para ele.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. A senhora declarou na Polícia Federal também, e nós temos lá no Paraná, uma rede de supermercados muito importante, que é o SUPER MUFATO...

SRA. SORAYA GARCIA – Hum, hum.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Que, aliá,s faz um trabalho extraordinário em termos de supermercado, também muito ligado a área de corridas...

SRA. SORAYA GARCIA – Sim senhor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Lá em Cascavel, também tem um bom trabalho que o SUPER MUFATO doou um milhão de reais para a campanha em Londrina.

SRA. SORAYA GARCIA – Não. Eu não declaro isso. Eu disse que estava rodando uma fofoca de bastidores junto a...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas a senhora ouviu falar, ouviu falar...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu só citei isso porque, olha presta bem atenção o que eu citei. Eu contei tudo o que eu sabia.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, eu posso só para lembrar...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu sei exatamente o que eu disse.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, mas só para o público também saber: "Que na segunda semana de agosto, recebeu a notícia – quer dizer ouviu falar" ...

SRA. SORAYA GARCIA – Hum, hum.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – "Por uma pessoa conhecida, que eu não sei quem que é, que a campanha do Nedson havia recebido um milhão de reais do dono da SUPER MUFATO".

SRA. SORAYA GARCIA – Hum, hum.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – "Informação essa que havia recebido quando de um jantar no restaurante LA GONDOLA, em Londrina".

SRA. SORAYA GARCIA – Exato.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – "Essa a recebeu no dia dos pais". Então, a senhora recebeu a informação, ouviu falar que o SUPER MUFATO doou. Doou ou não doou?

SRA. SORAYA GARCIA – Aí o senhor terminou de ler?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Terminei.

SRA. SORAYA GARCIA – Não, não terminou de ler, porque eu volto ao Augusto no dia, na semana seguinte, na mesma semana e pergunto: "Augusto o MUFATO doou um milhão de reais para a campanha?". E nós contando dinheiro, nós estávamos contando dinheiro. Aí ele demorou um minuto e respondeu: "Não". Porque quem fez essa pergunta foi a Polícia Federal para mim, porque isso era a Polícia Federal me perguntou: "Soraya, essa história de um milhão do MUFATO..."

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Então vamos à frente que senhora declarou isso, está acabando de dizer que: "Até essa oportunidade um fato lhe chamou a atenção, pois a campanha estava passando por sérias dificuldades financeiras. Nos dez dias precedentes sequer havia dinheiro para comprar café, em função do boato, a declarante perguntou para Augusto, se era verdade tal boato e ele respondeu..."

SRA. SORAYA GARCIA – "Não".

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – "Após pensar um pouco se fosse verdade, a campanha não estaria passando por aquela situação, alguns dias depois". Então?

SRA. SORAYA GARCIA – Do dia 18 de outubro, do dia 11 de agosto ao dia 10 de setembro não faltou dinheiro, nós contamos 970 mil reais, tudo em nota miúda de R$ 20,00 mofada, com pata de barata, pêlo de rato urinada, horrível. E a gente até brincou: "Ó, nós comendo batata frita aqui e pegando esse dinheiro imundo".

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Estava na geladeira.

SRA. SORAYA GARCIA – Não sei.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A senhora afirmou também para as pessoas, para vários situações aí, em relação, por exemplo, a GTECH, quer dizer, a GTECH, por que a senhora não mencionou a palavra GTECH nos depoimentos?

SRA. SORAYA GARCIA – Como eu vou voltar a explicar novamente. O Sandro, eu contei toda a história para o Sandro um dia antes, que era o Delegado que estava responsável pelo inquérito.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quando que a senhora fez a denúncia?

SRA. SORAYA GARCIA – Isso fiz essa denúncia no dia 27 de julho no Ministério Público.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Estadual?

SRA. SORAYA GARCIA – Passei por uma sabatina no Ministério Público, depois eu fui para PIC(?), depois eu fui dar um depoimento rápido, conciso, que foi o que eles me pediram. Depois eles falaram que ia ser aberto um inquérito da Polícia Federal e que lá eu daria todos os depoimentos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Isto.

SRA. SORAYA GARCIA – Aí o Sandro falou, Soraya, vamos por partes, primeiro vamos falar do município, essa semana. A semana que vem do Estado e depois o federal, porque eu conversei com ele dia 02, dia 1º de agosto, não foi dia primeiro? Acho que dia 30 de julho, assim, eu fui chamada extra oficialmente na Polícia Federal, para dar um plano do que ele tinha que investigar e depois daí ele tomaria dos depoimentos. Muito do que está dito aí, foi indagado por ele porque ele já havia, segundo a informação dele, tendo essas conversas em bastidores, se eu sabia, se eu não sabia, se aquilo era verdade, se aquilo era relacionado ou não. Aí foi onde eu respondi sobre a MUFATO que foi uma pergunta dele, tanto dele quanto do Ministério Público. Eles tinham essa pergunta na ponta da língua antes que eu dissesse qualquer coisa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Certo. A senhora mencionou depois do depoimento, também pelas razões já explicadas a GTECH, a senhora não mencionou nada no depoimento para a Polícia Federal em termos da OAB e da Associação Comercial e Industrial de Londrina?

SRA. SORAYA GARCIA – Informei.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Como à senhora não... No depoimento à polícia?

SRA. SORAYA GARCIA – Eu falei para eles a... "Você quer que eu diga a resposta verdadeira do que me disseram"?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A Polícia Federal falou para senhora?

SRA. SORAYA GARCIA – Falaram para mim: "Soraya pensa bem". O meu advogado também falou junto: "Pensa bem, você está mexendo com a OAB". Eu cheguei, no dia que eu fui, porque não sabia que era o Presidente da OAB, eu fui pedir ajuda a OAB.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E a senhora não mencionou nada de Itaipu também naquela ocasião?

SRA. SORAYA GARCIA – Porque ele já tinha mencionado, eu já tinha conversado com o Sandro sobre o que eu tinha escutado e não escutado, ele falou: "Vamos nos ater agora ao municipal, vamos criar um vínculo e depois nós vamos detalhar esses depoimentos, porque oito horas era pouco".

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Doutora, o Sandro, é o Delegado de Polícia Civil ou Federal?

SRA. SORAYA GARCIA – Federal que foi...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sandro?

SRA. SORAYA GARCIA – É. Quando ele declarou que havia caixa dois que tinha sido provado, ele foi tirado do inquérito.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A senhora fala com muita intimidade Sandro, eu pensei que fosse algum colega...

SRA. SORAYA GARCIA – É porque nós passamos muito tempo juntos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, não é falta de respeito, apenas para identificar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas quando ele tirado do inquérito?

SRA. SORAYA GARCIA – Quando ele falou que tinha caixa dois.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas quando que foi isso?

SRA. SORAYA GARCIA – No dia 03 de agosto de 2005.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – 03 de agosto. Quando a senhora mencionou o episódio da Itaipu durante a sua fala, a senhora mencionou da revista IstoÉ de Itaipu, agora de janeiro, 14 de janeiro que a senhora mencionou?

SRA. SORAYA GARCIA – Não, eu disse ao Luiz Cláudio Cunha sobre a Itaipu e ele colocou achando que era relevante. E depois quando vi a revista Itaipu, da história de Itaipu eu liguei para o Luiz Cláudio, é isso que eu estou dizendo, do Cunha, da revista IstoÉ e disse: "Obrigada". Porque ele tinha me chamado de louca por causa disso, várias vezes, as pessoas me chamavam de louca, porque é uma instituição seriíssima e ele disse...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não aconteceu da senhora colocar o nome de Itaipu em função da revista ter feito essa reportagem no início do ano ...

SRA. SORAYA GARCIA – Não, a minha colocação do nome de Itaipu...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Porque em relação ...

SRA. SORAYA GARCIA – Foi em setembro de 2005.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Porque em relação à Itaipu, o que mostra assim a grande credibilidade da transparência...

SRA. SORAYA GARCIA – Hum. Hum.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Em função das denúncias feitas, é que independente das denúncias, que os três ex-Presidentes, independentemente de Partido, assinaram a mesma nota de explicações, não é? Quer dizer, que Euclides Scalco e mais o Gomide também...

SRA. SORAYA GARCIA – Não, eu estou só explicando para o senhor o que aconteceu. Eu citei Itaipu, certo? Eu fiz a citação de Itaipu, e ele achou irrelevante, porque eu tinha feito essa mesma citação ao Delegado Sandro Viana dos Santos. Eu citei e fiz a citação. E ele achou relevante e colocou. E quando eu vi aquela... Porque eu não tinha a mínima idéia, porque eu fui chamada de louca por causa disso, louca, insana e tudo o mais. Eu liguei para agradecer, porque eu tinha visto que o que eu tinha escutado realmente fazia sentido. Porque olha, eu vou dizer para o senhor, Senador, muito das coisas que eu escutei e vi, ouvi e contabilizei me dá até medo de saber que eu fiz parte disso. Eu tenho verdadeira tristeza interna de saber que eu fiz parte disso. Eu não tenho a minha consciência em nenhum tempo, nem um pouquinho assim feliz por isso. Eu não sei como eu vou explicar isso para o meu filho quando ele crescer, que eu fiz parte disso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quando a senhora mencionou esses nomes todos, esse é o ponto principal que eu gostaria de dizer, foram nomes, é claro que as coisas também têm que, na verdade, tudo tem que ser apurado, mas quando a senhora mencionou os nomes, são nomes de credibilidade, de honradez, esse é o ponto principal que eu tomaria cuidado.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu também tenho, eu também sou uma você uma pessoa honrada, nunca roubei, eu nunca fiz nada de errado e...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não e nem estou afirmando isso.

SRA. SORAYA GARCIA – E nem por isso deixei de participar de uma coisa tão errada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E nem por causa disto, quer dizer, há pessoas que mencionam fatos em relação à senhora. E eu não mencionei nenhum fato em relação à senhora...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu não estou dizendo isso, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agora, os nomes mencionados no Paraná são da mais alta honradez, credibilidade, serviços prestados. Eu, pessoalmente, me sentiria muito mal novamente...

SRA. SORAYA GARCIA – Hum, hum.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Reforçando o argumento, de lançar qualquer tipo de acusação contra quem quer que seja, independentemente de Partido Político...

SRA. SORAYA GARCIA – Hum, hum.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Por ouvir falar. Então, esse era o único, quer dizer, se eu menciono algum nome de que eu ouvi falar, estou realmente indo contra a credibilidade, a honra dessas pessoas. Era isso senhor Presidente. Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Agradeço à V.Exa e concedo a palavra ao

Senador Tião Viana. Seria o Senador Magno Malta, está ausente.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senhor Presidente, senhoras e senhores Senadores, eu serei objetivo. Acho que o Senador Flávio Arns já foi muito claro nas indagações. Eu começaria perguntando à senhora Soraya a sua convivência profissional? A sua convivência profissional no gabinete do Senador Olavo Pires e Senador Ronaldo Aragão, a senhora tinha que tipo de atividade no gabinete deles?

SRA. SORAYA GARCIA – Do Senador Olavo Pires? Eu era assessora direta.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Convivência absolutamente tranqüila...

SRA. SORAYA GARCIA – Direta.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Harmoniosa, sem nenhum tipo de dificuldade de relacionamento.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu nunca tive problema nenhum. Eu nunca tive problema nenhum com os meus patrões.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Perfeito. Aqui a senhora diz o seguinte, nós temos das manifestações suas. A senhora disse em entrevista no Programa Coutinho Mendes, da rede CNT, no dia 30 de julho...

SRA. SORAYA GARCIA – Hum, hum.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Que antes da campanha ter começado já haviam sido gastos um milhão de reais.

SRA. SORAYA GARCIA – um milhão e meio.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Aqui no dia 30 de julho, a senhora falou um milhão.

SRA. SORAYA GARCIA – Não.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – No dia, um dia após, a senhora disse que era um milhão e meio.

SRA. SORAYA GARCIA – É um milhão e meio de reais, no dia 02 de agosto de 2004.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – A senhora nega que disse de um milhão? Se a fita lhe for mostrada a senhora...

SRA. SORAYA GARCIA – Não, tudo bem, eu falei, um milhão e meio.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Ah, então, a senhora falou um milhão e depois um milhão e meio no outro dia.

SRA. SORAYA GARCIA – E- 1 milhão. Não, no dia 02 de agosto o Augusto perguntou para mim: "Quanto foi gasto".

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Estou falando dia 30 de julho, CNT.

SRA. SORAYA GARCIA – CNT.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – É numa entrevista, a senhora dizendo que ...

SRA. SORAYA GARCIA – De material tinha gastado um milhão já.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Aí dois dias após a senhora falou em 1 milhão e meio.

SRA. SORAYA GARCIA – um milhão de pessoa e material. Eu disse.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Perfeito. A senhora disse inicialmente que a campanha tinha recebido 200 mil camisetas.

SRA. SORAYA GARCIA – Não, não disse que tinha recebido 200 mil camisetas. Eu disse que tinham feito 200 mil camisetas,.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Fez 200 mil camisetas para uma população de 330 mil eleitores.

SRA. SORAYA GARCIA – Hã, hã.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Aí depois a senhora fala apenas nas 20 mil camisetas.

SRA. SORAYA GARCIA – Não.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – E a senhora sabe que as 20 mil camisetas da COTEMINAS que a senhora diz, foram enviadas pelo CORREIO, certo?

SRA. SORAYA GARCIA – Não, eu sei que veio, eu não disse que foram enviadas pelo CORREIO, eu sei que veio em caixas da DNA.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – É , mas elas foram, segundo consta enviadas pelo CORREIO e tem que ir com nota fiscal, senão não pode ir.

SRA. SORAYA GARCIA – Não veio. Não veio nota fiscal das camisetas.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Muito bem, isso aí... A senhora disse o seguinte: "Disse que recebia seu pagamento era feito pelo Deputado André Vargas".

SRA. SORAYA GARCIA – Quem me disse foi o Augusto: "O André Vargas paga o seu salário".

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Pois é, o Deputado André Vargas está aqui...

SRA. SORAYA GARCIA – Hum, hum.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – E escreveu formalmente que nunca lhe pagou um centavo.

SRA. SORAYA GARCIA – Então, ele que brigue com o Augusto. Eu já falei que eu pego qualquer acareação com ele.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não, não, espera aí. Aí eu acho que a senhora é que tem que procurar saber quem lhe pagava. Eu sei quem paga o meu salário.

SRA. SORAYA GARCIA – O André Augusto disse que o André Vargas pagava o meu salário.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – A senhora disse...

SRA. SORAYA GARCIA – Afirmo e reafirmo.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Claramente que, aqui diz o seguinte: "Não sabe dizer em nome de quem tais carros foram locados". Aí a senhora citou aqui várias locadoras depois e depois falou da GETCH.

SRA. SORAYA GARCIA – O senhor está falando do depoimento ao Ministério Público.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – A Polícia Federal em Londrina, Delegacia da Polícia Federal.

SRA. SORAYA GARCIA – Isso, aí, daí abrimos o caixa.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Aí a senhora me afirmou que não informou aqui, a senhora disse aqui: "Que não informou de onde saíram às notas porque não teve tempo, no depoimento".

SRA. SORAYA GARCIA – Não, o senhor não entendeu.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Então, esclareça.

SRA. SORAYA GARCIA – Não foi isso que eu disse.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Por gentileza esclareça.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu já sei o que o senhor está fazendo, mas eu vou explicar. Eu disse que eu tinha visto vários carros com chaveiros de várias locadoras e que eu estava distribuindo combustível, e disse quais eram as locadoras. Nessa operação, a partir desse depoimento, o Delegado Sandro Viana dos Santos, faz uma petição e sai fazendo a busca e apreensão da documentação dos caixas dos balancetes de 2004 dessas locadoras. No caso da LOCALIZA e da BRASCAR, elas mandaram todo o caixa. No caso das outras locadoras RENT-A-CAR, EUROPCAR e elas já mandaram a lista dos carros que o PT tinha locado. Eles já sabiam exatamente quais eram os carros que tinham saído para campanha, em nome de quem tinha saído e de que jeito tinha saído. Só isso.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Aqui, a senhora fala ...

SRA. SORAYA GARCIA – E nessa busca da LOCALIZA que achamos essas notas da GETCH.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – ...A senhora informa que o carro que atendeu o Ministro José Dirceu, o ex-Ministro José Dirceu era um carro BMW blindado.

SRA. SORAYA GARCIA – Foi, foi à informação que eu ti...Esse carro eu cheguei a separar.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Os jornais mostram fotos do Ministro andando num carro MAREA, não no BMW.

SRA. SORAYA GARCIA – Então, mas ele veio numa segunda vez, numa oportunidade. Ele veio ...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Então, a senhora está dizendo que é outro momento.

SRA. SORAYA GARCIA – A foto que aparece do calçadão de Londrina. A foto que aparece do calçadão de Londrina. Eu cotei, o Augusto mandou eu separar a BMW e eu separei e ele ficou de pegar. Eu já expliquei isso mil vezes. Eu fiquei no palco, presta atenção, eu fiquei no palco colocando os arranjos de flores no palco. E para mim tinha sido locada aquela, eu separei, dei dados, dei tudo ele ficou de buscar. Ponto. Na minha cabeça ela foi locada. O dinheiro foi separado para isso, foi tudo feito pra isso. Na minha cabeça ela foi locada. Na minha consciência aquela BMW foi locada. Ela foi separada. Ela foi dado o nome, foi tudo feito certinho pra aquela BMW ser locada.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senhora Soraya, a senhora foi convidada a trabalhar na campanha do PT? A senhora pode explicar a razão, a motivação que levou?

SRA. SORAYA GARCIA – Vou explicar novamente. Eu já expliquei isso agora há pouco. O Augusto Ermétio Dias Júnior ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com permissão do Senador, só um minuto. Em que data foi que o Delegado fez a operação?

SRA. SORAYA GARCIA – Dia 2, 3.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – De?

SRA. SORAYA GARCIA – Agosto de 2005.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ah, já foi 2005.

SRA. SORAYA GARCIA – Quando foi às nove horas da noite que nós acabamos a operação de levantamento de caixa, que foi uma loucura, que tinha gente que não acabava mais, ele saiu lá fora e deu a declaração de que o caixa dois tinha sido comprovado. Porque havia algumas gráficas que tinham cedido informação, os donos de postos de combustível e as notas fiscais. E já era, não era mais indício, segundo ele, era caixa dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Voltando à pergunta do ilustre Senador, por favor.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu gostaria...

SRA. SORAYA GARCIA – Aí no dia seguinte ele foi transferido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senador Tião fez uma pergunta a Vossa Senhora.

SRA. SORAYA GARCIA – Hum, hum. Eu fui chamada pelo Augusto para ser a Secretária do QG da

campanha do Nedson Luiz Micheleti, no dia primeiro de março de 2004.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – A senhora foi indicado por alguém ou a senhora ...

SRA. SORAYA GARCIA – Por ele mesmo.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Por ele mesmo...

SRA. SORAYA GARCIA – Por ele mesmo, ele sabia da minha competência como licitadora, cotadora de mercadorias e cotista.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Aí quando a senhora deixou de trabalhar lá?

SRA. SORAYA GARCIA – Eu deixei de trabalhar no dia 14 de fevereiro de 2005, quando eu fui subir a rampa da, do Parque Artur Tomás, onde eu tinha recolhido assinatura de dízimo do PT.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Aí desde então, a senhora trabalha de quê? Por gentileza.

SRA. SORAYA GARCIA – Aí eu fiz, eu completei o meu salário maternidade, porque eles não me registraram. Eu fui a única funcionária que não teve registro, que trabalhava direto. E eu ia começar a trabalhar no dia primeiro de agosto de 2005, na Confederação de Associações de Bairro de Londrina. Aí eu perguntei para o Chico: "Chico o que eu vou fazer?" – "Aquilo que você fazia antes". Eu falei: "Eu não vou fazer mais isso".

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Aí a senhora não trabalhou.

SRA. SORAYA GARCIA – Aí quando foi no dia 26 de agosto, de julho ainda, o irmão do prefeito ia passar lá em casa porque ele queria ter uma conversa comigo, porque ele estava tendo alguns problemas e ele queria conversar comigo, porque a gente criou uma relação de amizade. E antes da chegada dele, era umas quatro e vinte e cinco da tarde, eu recebi um telefonema na minha casa porque o meu...Eu já tinha conversado, eu já estava conversando com uma pessoa por telefone, que tem uma relação estreita entre eu e o irmão do prefeito que era minha amiga, a gente estava conversando sobre telefone. Tocou o telefone era o senhor Francisco Carlos Moreno: "O que está acontecendo Soraya?" Eu falei: "Nada!". – "Mas o que está acontecendo?" Eu falei: "Nada. Quando chegar aqui a gente conversa". – "Não. Fala a gente conversa. Fala comigo pelo telefone, agora". – "Não eu não vou conversar com você pelo telefone, agora. Eu não vou conversar agora, quando chegar aqui a gente conversa. Tchau". E desliguei o celular. Liguei para essa pessoa e falei assim: "Nós estamos grampeadas". Aí, quando foi as quatro e vinte e cinco da tarde tocou o telefone e eu... Uma voz no telefone, masculina, que eu não sei quem é até hoje, pedi a quebra desse sigilo, até hoje não saiu do meu telefone.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Mas permita...

SRA. SORAYA GARCIA – Falou assim: "Presta atenção no que você vai dizer".

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – A minha pergunta é sobre sua atividade profissional. Esse depoimento...

SRA. SORAYA GARCIA – Exatamente foi por isso...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – A senhora trabalha onde desde, então?

SRA. SORAYA GARCIA – Eu?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – É. Desde fevereiro de 2005? Desde janeiro de 2005 ...

SRA. SORAYA GARCIA – Fevereiro de 2005...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Fevereiro?

SRA. SORAYA GARCIA – Fevereiro de 2005.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Até o momento?

SRA. SORAYA GARCIA – Eu cumpri o meu salário maternidade e hoje eu simplesmente vivo de ajuda dos outros. Eu não consigo emprego. Porque não adianta eu ter falado, mas eu não consigo emprego. Não adianta, por mais que eu seja competente.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – A senhora quando foi depor, a senhora foi levada por algum Partido Político?

SRA. SORAYA GARCIA – Não. Eu já sei aonde o senhor quer chegar. Não.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – A senhora não foi levada por nenhum Partido Político.

SRA. SORAYA GARCIA – Fui de motoboy sozinha.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Muito bem. A senhora me parece fazer condenações à dignidade das pessoas com muita facilidade.

SRA. SORAYA GARCIA – Da mesma forma que fazem da minha.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Quando a senhora expressa aquela frase contra a figura de Paulo Bernardo, me parece, não é só o agressor da honra alheia, quem ofende diretamente à pessoa, mas quem veicula também a ofensa à honra das pessoas. A senhora disse: "O ladrão do Mato Grosso do Sul que chegou"...

SRA. SORAYA GARCIA – Mas foi...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Com muita facilidade, às vezes, a gente tem que ter muita consideração na honra das pessoas, a não ser que tenha provas. E a senhora disse que não tem nenhuma prova

que afete a dignidade de Paulo Bernardo. **SRA. SORAYA GARCIA –** Eu tenho outras testemunhas.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Uma outra... Não, pelo menos foi o que a senhora disse aqui que não tem nada que comprove ...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu não tenho prova documental a única pessoa que eu conheço que fez caixa dois (...)

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Uma Outra coisa que eu gostaria de lhe ponderar é essa facilidade das camisetas. Acho que se a senhora tivesse a oportunidade de conhecer uma empresa do senhor José de Alencar, a senhora veria a seriedade como se trabalha naquela empresa. Eu lhe dou ...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu não estou dizendo nada nem nada contra não ...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Cala, espera aí...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu só disse é o que existe na nota.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – A senhora ofendeu. Espera aí, a senhora ofendeu com muita facilidade, pôs em suspeição Itaipu. Itaipu tem por trás figuras como Euclides Scalco, como Gomide, que são pessoas adversárias políticas do meu Partido...

SRA. SORAYA GARCIA – Hum, hum.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Mas que eu tenho um respeito pela vida, pela biografia. E eu acho que a gente precisa sempre ter muita responsabilidade na afirmação da verdade.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu estou sendo responsável.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Então, eu lamento lhe dizer, que eu não tenho qualquer compromisso com o erro de quem quer que seja. Dos seis milhões e meio supostos, que a senhora apontou aqui como caixa dois, que a senhora depois disse que "ouviu falar". A única coisa que está posto nos autos, até agora, é uma incoerência contábil aqui de 137 mil reais, que precisa ainda ser concluído, para ver onde se aplica a justificativa ou não desse gasto. E a senhora apontou seis milhões e meio ...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu ponto seis milhões e meio desde o princípio, Senador.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Contudo a senhora fala das locadoras, das locadoras que a senhora falou, a única locadora que está vinculada ao que a senhora disse de locação desse carro é a UNIDAS, e a senhora não falou o nome dela. E fala com a maior facilidade e a maior segurança dos outros. Eu espero que talvez o entusiasmo que a senhora tinha, ao falar daquele momento que sofre hoje pelo que fez no passado. Eu acho que é preciso repensar para que depois a senhora não tenha um ar de alegria no exercício de uma atividade profissional e depois dizer, que com quem a senhora trabalhou são corruptos e ladrões. É muito fácil generalizar. Eu acho que um problema de irregularidade de campanha a gente todo o direito de acusar e onde tiver tem que ser punido exemplarmente. Agora, tratar como lixo moral àquilo que a senhora foi buscar apoio, trabalhou, em nenhum momento quando estava beneficiada criticou? , me parece um desvio de conduta. Por esta razão, sem ter qualquer compromisso com o erro de quem quer que seja, se tiver errado, há que se puna, se prenda, que se casse mandato de quem quer que seja, mas por isso tudo que eu não vi coerência no que a senhora fala, é que eu não ponho credibilidade em nada do que a senhora falou. Lamento.

SRA. SORAYA GARCIA – O senhor pode achar o que o senhor quiser. Eu sei o que eu vivi e eu vou dizer para o senhor com todas as palavras do meu coração. Não sou nem um pouco feliz por ter compactuado com isso. A minha consciência arde até hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Presidente, eu vou aguardar mais argüidores, eu passo para o final da fila.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senadora Ideli, ausente. Senador José Agripino. Está inscrito, Senador Romeu Tuma.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Presidente, eu gostaria apenas de justificar essa minha decisão por ter tido que falar no início da sessão, então estou...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vossa Excelência quer falar por último, como sempre fechar com chave de ouro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu prefiro falar no final para estar ouvindo melhor, já que não pude acompanhar toda a argüição feita pelo senhor Relator.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Senhora Soraya.

SRA. SORAYA GARCIA – Sim, Senador.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – A senhora quer que eu lhe diga uma coisa muito franca?

SRA. SORAYA GARCIA – Quero.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Eu acredito na senhora.

SRA. SORAYA GARCIA – Obrigada, Senador.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Eu estou olhando no fundo dos seus olhos, as suas reações, a sua firmeza. Quem passa pela vida pública, eu fui duas vez Governador, fui Prefeito, sou Senador

há muito tempo, convive com muita gente, com muita situações, com gente que mente, com gente que fala a verdade, com trapaceiro, com gente digna e se habitua a saber quem presta e quem não presta. E meu permito a discordar do Senador Tião Viana, meu estimadíssimo amigo. Eu confio no que a senhora está falando. Eu acho que a senhora falou a verdade. Deixa eu fazer uma pergunta à senhora. A senhora foi filiada ao PT?

SRA. SORAYA GARCIA – Fui.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Se arrependeu disso?

SRA. SORAYA GARCIA – Por amor e tenho o maior desprezo hoje. Podem me processarem eu tenho desprezo de ter gastado minha única filiação na vida até então, com o PT. Eu acreditei em todas as bandeiras. Todas. E eu vi todas serem rasgadas na minha frente. Eu tentei por três vezes, Senador, sair dessa campanha não me deixaram, sabe por que Senador? Porque eu sabia do caixa dois. Não era pra mim saber. Eu tenho certeza disso hoje.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Se o Senador Agripino permite. Só ao PT a senhora foi filiada? Ou foi filiada a outros Partidos?

SRA. SORAYA GARCIA – Não, nunca. Eu filiei ao PT por amor ao PT.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Hum, hum. O Olavo Pires era daqui?

SRA. SORAYA GARCIA – Não. O Olavo Pires...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim.

SRA. SORAYA GARCIA – Eram todos eles profissionais. O PT era o meu amor, a minha paixão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SRA. SORAYA GARCIA – Não. Nunca me filiei a nenhum outro Partido. Hoje eu sou filiada a outro, mas não me filiei.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – A senhora foi contratada para as funções que desempenhou...

SRA. SORAYA GARCIA – PV.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – ...No PT de Londrina, por filiação partidária ou por qualificação?

SRA. SORAYA GARCIA – Por filiação partidária e por ter um currículo competente.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Mais por quê? Por filiação?

SRA. SORAYA GARCIA – Mais por filiação .

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Mais por filiação.

SRA. SORAYA GARCIA – Mais por filiação.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Eu... Presidente, uma coisa que eu observo, toda a vida que as pessoas que aqui vêm contar uma versão que contraria a do PT, elas são objeto de desqualificação. V.Sa. foi objeto o tempo todo aqui de tentativa de desqualificação.

SRA. SORAYA GARCIA – É. A gente chama de "pelotão de choque".

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – A senhora reagiu à altura. A senhora não gaguejou hora nenhuma.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu já fiz parte do pelotão de choque.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Está adestrada?

SRA. SORAYA GARCIA – Eu sei o que é pelotão de choque. Eu sei o que é ser isso.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Mas então a senhora não foi adestrada para ser insincera?

SRA. SORAYA GARCIA – Não. Ninguém me adestra. Eu como dizem: "Eu sou incontrolável". Eu falo o que eu penso, como eu penso, do jeito que eu penso. E assumo as minhas responsabilidades.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Deixa eu dizer aqui uma coisa à senhora. No curso da sua exposição, eu captei rapidamente quando o Senador Flávio Arns que é um homem de bem...

SRA. SORAYA GARCIA – É.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – É um homem de bem.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu sei que é.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Como o Tião Viana é um homem de bem, guardo deles o melhor conceito. Quando ele lhe questionou sobre os envelopinhos entregues às pessoas, ele que nem um ferrinho de dentista foi em cima de umas pessoas que eu nunca ouvi falar e disse: "São do PT, são do PSDB?. Ah, então, não era só o PT que recebia". **SRA. SORAYA GARCIA –** Não.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – A senhora foi precisa, cirurgicamente precisa em dizer: "Não, eles davam ao do PSDB porque eles colaboravam". Senador Efraim, olha onde é que está o Mensalão? Vem desde lá. É Mensalão puro. O que a senhora colocou nas entre linhas aqui, a senhora fez uma série de ilações que eu pretendo que a senhora confirme, por que são ilações como um todo. A prática aqui, a senhora está denunciando aqui, envolve as denúncias de um todo. O Mensalão que na nossa opinião significou a compra da obediência de Partidos Políticos, no caso de Londrina, no micro caso de Londrina, significou a compra de votos de outros Partidos para um candidato de um adversário. É isso?

SRA. SORAYA GARCIA – É. Lá nós chamamos de rolo compressor há 16 anos.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Mensalão de Londrina.

SRA. SORAYA GARCIA – É o rolo compressor, é o nosso nome.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – A senhora ouviu falar do esquema de Santo André?

SRA. SORAYA GARCIA – Já ouvi.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Do Prefeito Celso Daniel?

SRA. SORAYA GARCIA – Já ouvi, sim senhor.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Ouviu falar.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu ouvi falar do esquema de Maringá, de Ponta Grossa, Foz de Iguaçu, Curitiba, Cuiabá.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Mas entre Santo André e Londrina, tem um ponto de ilação que a senhora mencionou. Em Santo André, aqui foi dito pelo irmão do prefeito, que o senhor Gilberto Carvalho, que a senhora mencionou era encarregado de transportar dinheiro em malas, foi um milhão e meio de dinheiro, um milhão de reais.

SRA. SORAYA GARCIA – Não.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Eu vou chegar lá.

SRA. SORAYA GARCIA – Tá.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Transportava e deixava em São Paulo com o José Dirceu que dava o destino. A senhora disse que cada vez que Gilberto Carvalho era acionado o dinheiro chegava para campanha. Olha as ligações se fechando. O Mensalão de Londrina, o senhor Gilberto Carvalho que era o estafeto do dinheiro, é o que se supõe, não estou aqui acusado ninguém, estou fazendo ilações diante dos depoimentos que acontecem. O senhor Gilberto Carvalho em Santo André era o estafeto do dinheiro que o irmão do prefeito disse, que na conversa tida entre ele Gilberto Carvalho, foi confessado por Gilberto que, constrangido e com medo ele transportava o dinheiro. E a senhora disse que quando o Gilberto Carvalho era acionado o dinheiro aparecia em Londrina. Confere?

SRA. SORAYA GARCIA – Confere. É , em caixa oficial. E realmente, as maiores doações do nosso caixa oficial vieram de fora, GERDAL, ANTÁRTICA SUDESTE, CAMARGO CORREA 200 mil. As maiores doações não são de Londrina, são de fora, para o senhor ver como Londrina não tem do dia esse gerenciamento de dinheiro. Dentro de Londrina só tem duas grandes indústrias que podem doar, dentro da região, assim eu acho que um volume muito grande, que foram as grandes doadoras, a SCAL, e a MILENE AGROCIÊNCIA.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Ou seja, o dinheiro da campanha de Londrina que operou o Mensalão local era ...

SRA. SORAYA GARCIA – O oficial.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Era financiado com dinheiro de caixa dois, extra que vinha de lá. A história do Mensalão ...

SRA. SORAYA GARCIA – O extra é a única coisa que eu não sei, Deputado, a única coisa que eu ouvi falar Senador, desculpa. A única coisa que eu ouvi falar que eu tenho certeza que eu escutei com todos esses ouvidos e quero cair durinha aqui se eu estou mentindo, é esses 400 pilas que foi dito assim, da Itaipu. Agora, eu sabia que vinha dinheiro junto com Deputados, agora eu não sabia... Agora, se o senhor me perguntar se esse dinheiro é de financiamento público? Se esse dinheiro é, sabe lá Deus daonde? Eu não sei de onde eles captaram esse dinheiro de caixa dois. Isso eu não sei, por isso que eu falo que eu não sei de onde veio o dinheiro. Eu sei que eles traziam, mas daonde veio exatamente, a não ser as 400, como diz o Augusto "pilas" da Itaipu, como vocês conseguiram isso. Só.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Eu tenho o direito de supor que por tráfico de influência? Aqui foi dito, aqui foi lido, agora, não sei se a senhora percebeu—

SRA. SORAYA GARCIA – Hum, hum.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Estava atenta, uma carta do senhor Colnaghi, dizendo que não recebeu um real de remuneração pelo aluguel, que o Ministro Palocci, o Ministro Palocci disse que viajou num jatinho de Ribeirão Preto para São Paulo, no avião dele que é amigo pessoal de Palocci, pago pelo PT.

SRA. SORAYA GARCIA – Hum, hum.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – E ele disse que não recebeu um real do PT. O que eu estou supondo é que tráfico de influência, troca de favores, estaria possibilitando o uso do avião. A mesma coisa, o Gilberto Carvalho é o Secretário Particular do Presidente Lula ...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu sei disso.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Ele é mencionado em Londrina, e cada vez que ele é mencionado chegava dinheiro e dinheiro muito...

SRA. SORAYA GARCIA – Ele era mencionado de todas as formas.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Era para pagar 100 reais a eleitor. Cem reais a eleitor! Cem reais a eleitor!

SRA. SORAYA GARCIA – Esse envolvimento de cem reais a eleitor, era uma coisa mais que se citava mais Paulo Bernardo. Era uma coisa mais ...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Um todo. Paulo Bernardo, Gilberto Carvalho, eu queria que a senhora entendesse que o que nós estamos querendo é passar esse Brasil a limpo. Paulo Bernardo e Gilberto Carvalho, fulano, beltrano, cicrano, Lula, fazem todos parte de uma grande cena ...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu não agüento mais ver o meu povo sofrer.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Pois é. É a pergunta que eu ia fazer à senhora. O que é que lhe levou. Eu vou dar um minuto. Eu quero lhe cumprimentar. O que é que lhe levou a denunciar e acho que a denúncia que a senhora fez é que lhe leva a não conseguir emprego nenhum. Um copo d'água. É importante nós sabermos isso, quem mente não se emociona ao ponto que a senhora se emocionou.

SRA. SORAYA GARCIA – (Chorando). Senador, eu não agüento mais ver o meu povo sofrer. Pode parecer loucura, mas às vezes a gente tem que se calar, porque não adianta denunciar que ninguém vai te escutar. Pode estar errado esse cara, chamado hoje ex-Deputado Federal cassado Roberto Jefferson, mas ele abriu a porta para muita gente. O Presidente Lula, dias antes da minha denúncia, disse: "Quem tiver prova, souber de caixa dois, vá e fale". E a seqüência de um monte de coisas foram se juntando. Eu tenho uma mãe que é dependente de transplante. Há muitos anos ela está no sistema único de saúde, porque plano de saúde não cobre quem tem doença congênita. É uma coisa muito complicada isso. E durante muito tempo eles adquiriram algumas vantagens que durante... (soa a campainha).

SRA. SORAYA GARCIA – O Governo que eu ajudei a eleger, que eu briguei, que eu amei, foram tirando. Tem criança na fila, hospitais aí vocês estão cansados de ver. Toda a vida foi caótica a nossa situação. Mas tem que acabar. Tem que acabar. O Brasil não cresce por que não se tem educação. O Brasil não cresce por que não se tem saúde, não se tem distribuição de renda. A gente não se pode ver se falar em 1 trilhão, 200 bilhões, o que é isso? É um absurdo. A gente estuda, se esforça, trabalha, pra verem os outros roubarem o nosso patrimônio. E a gente não poder fazer nada! Se 1% dos brasileiros fizessem o que eu estou fazendo, gente, esse país já tinha sido passado a limpo há muito tempo. Quem sofre é a gente que está lá embaixo. 60% dessa população pobre e miserável que vive nesse país. Isso é um absurdo. Eu meu filiei a um Partido achando que ele ia mudar esse país e ele piorou essa situação. Eu não posso admitir isso, porque é o meu país, eu amo. Eu amo esse país como se fosse o meu sangue. E não admito, eu não saio daqui, porque eu sou brasileira, independente do que eu seja, eu sou brasileira. Não se pode mais fazer o que faz. Não interessa o PSDB, se é PMDB, se é PFL, se é PT, se é PM, não interessa! O nosso país não é feito de Partido, é feito de homens, e isso já está provado. Em todo Partido, tanto do PT quanto qualquer outro Partido tem gente decente. Aqui eu admiro o Senador Eduardo Suplicy há anos. É uma pessoa que eu tenho uma verdadeira paixão, independente de qual seja. Se ele mudar amanhã para qualquer outro Partido, eu vou continuar votando nele, porque eu acho ele uma pessoa decente. Admiro o senhor, admiro Jeferson Peres, há quantos anos. Pedro Simon são pessoas que eu desde criança idolatro. Eu não quero mais ver meu Partido, pelo amor de Deus ajuda esse país. Nós estamos sofrendo aqui embaixo. Minha mãe sofre todo dia numa fila de hemodiálise, um péssimo atendimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senador, eu vou suspender por dois minutos.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Eu queria só agradecer a Vossa Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) –Depois V.Exa terá a palavra.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Eu não quero mais nada, mais nada. Eu queria agradecer à V.Exa e a Soraya Garcia. Mais nada. Agradecer mesmo, de brasileiro para brasileiro.

SRA. SORAYA GARCIA – Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senador Heráclito Fortes. V.Exa não deseja. Senador Arthur Virgílio. Solicitaria de V.Exa um minuto, dois minutos para retomarmos o depoimento da senhora Soraya, até que ela recupere um pouco o fôlego.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Presidente, o senhor poderia aproveitar o intervalo, senhor Presidente para nos informar o que está previsto para amanhã e a semana que vem? Só para conhecermos, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – As duas pessoas que foram convocadas por solicitação do nosso Senador Tião Viana, estava marcando para o dia de amanhã, se encontram em Portugal. Acabo de receber um contato da assessoria que o Procurador Pedro Taques e o Juiz Julier Sebastião da Silva, informa que tem agenda lotada e só pode ser, vim na próxima quinta-feira. Como não fiz a convocação ainda, não há, então, já que a agenda do Procurador, do Juiz está vaga para a próxima quinta-feira, nós vamos então solicitar que aqui se possível, ou melhor, vamos

convocá-lo para a próxima quinta-feira, de acordo até com a agenda do Procurador e do Juiz.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senador Tuma, seu filho poderia vir amanhã, por acaso? Não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senhor Presidente, apenas uma informação.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente, eu só queria, Senador Suplicy, é sobre esse assunto?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não é outro assunto.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu gostaria só de informar a V.Exa., que se a agenda deles continuar lotada na quinta-feira, como é convite, nós vamos transformar o convite em convocação, senhor Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Como foi formulado, acho que na semana passada ou retrasada, o convite ao Deputado Robson Tuma Júnior, para o Romeu Tuma Júnior, para o dia que ele poderia vir, quem sabe ele pudesse ser consultado já que se abriu uma janela?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Eu vou solicitar ao Senador Romeu Tuma que faça sua agenda.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu só queria informar porque ontem eu falei com ele duas vezes, porque ele estava de cama. Teve um problema... Não, ele fala comigo, eu falo cinco, seis vezes com os meus filhos. O senhor já andou com o Robson sabe quantas vezes ele liga para mim, não é? Eu graças a Deus amo os meus filhos (...)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Mas vamos definir a agenda. Lamentavelmente, o dia de amanhã fica prejudicado, mas eu quero de toda a forma agradecer à Polícia Federal que tem tentado localizar as pessoas. E lamentavelmente, as duas pessoas solicitadas para o dia de amanhã se encontram em Portugal. São pessoas que têm negócios em Portugal. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem, senhor Presidente, senhor Relator. Cumprimento o ilustre advogado e a ilustre depoente.

SRA. SORAYA GARCIA – Obrigada, Excelência.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – E evidentemente, que me dirijo aos senhoras e senhores Senadores aqui presentes. Claro que esse seu momento de emoção, a todos nós comoveu.

SRA. SORAYA GARCIA – Desculpa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Mas eu vejo, e até quero quebrar esse clima, quero mudar esse clima. Eu vejo que a senhora trouxe um algo de novo e de bom para a CPI, porque aqui nessa CPI eu tenho feito uma, primeiro o horrível, o substantivo e a corrupção deslavada que se pratica e nunca se praticou tanto nesse país, de tradicional nível alto de corrupção. Mas eu acabei fazendo aqui uma ilação que essa é até fútil, essa é pequena. Uma ilação entre corrupção e feiúra. Passaram por aqui os acusados mais feios do mundo e a sua presença quebrou essa...

SRA. SORAYA GARCIA – Obrigada.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Melhorou bastante, quebrou essa... Mas eu lhe faço objetivamente as perguntas, que porventura, tenha sido já abordado pela senhora, é só dizer e não responder. Eu não presenciei a toda a extensão do seu depoimento.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu responderei quantas vezes for preciso.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Mas a primeira pergunta eu faço, e lhe passo, para responder todas de uma vez. Por que a senhora resolveu denunciar o caixa dois do PT, é uma. A segunda eu já lhe mando o papel para aí. A senhora fez alguma alusão a estar sendo ameaçada? Eu queria detalhes disso. E se a senhora porventura, requereu ou conseguiu o Programa de Proteção à Testemunha. Falou-se aqui também de um determinado processo. Eu queria detalhes desse processo contra a senhora. Queria saber quem era, que figura é Jacks Aparecido Dias.

SRA. SORAYA GARCIA – Hum, hum.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Qual era a ligado dele com o candidato à reeleição Micheleti. Quem era Augusto Ermétio, se era homem de confiança de Micheleti. Se a senhora conseguiu descobrir de onde vinha todo o dinheiro que abastecia o Comitê. E, se é verdade que após a visita do então, Ministro Chefe da Casa Civil, o Comitê passou a ter mais dinheiro. Eu queria detalhes da tal festa organizada para recebê-lo e com que dinheiro teria sido custeada essa festa? Objetivamente quanto o senhor José Dirceu teria levado para Londrina? Ainda. Foram alugados 30 ônibus para transportar pessoas para recepcionar, o então Chefe da Casa Civil José Dirceu.

SRA. SORAYA GARCIA – Foi.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu pergunto: Se é verdade que as empresas de ano PSIU e GRANDE LONDRINA foram proibidas de serem contratadas?

SRA. SORAYA GARCIA – Foi.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu queria saber porquê. BMW em se tratando do José Dirceu, a senhora falava do seu desemprego, ele está desempregado também, mas virou motoqueiro. Peter

Fonda. Está com uma Harley Davidson, vai deixar crescer um rabinho de cavalo, um rabichozinho lá. Disse que está um gataço, com aquela... Quem é demitido e tem uma indenização de cem mil reais, qualquer pessoa que trabalha aqui sabe disso. Procura ver com quanto tempo vive com aqueles cem mil reais. Ele não. Ele vai pra cá, participa daquele convescote lá do Chávez, e onde quer que esteja discutindo tolice em matéria de economia e de política está ele presente e os custos não são baixos. E agora soube de que o ex-Ministro José Dirceu, ele comprou uma motoca. O negócio assim está quente "easy rider" (02h44). Não me interessa o que ele vai fazer com o dinheiro ou com o rabo de cavalo que porventura cultive. Me interessa saber como é que um homem público desse, não tem como ser rico até porque não nasceu rico, jamais foi empresário. O dinheiro dele seria um dinheiro fêmea e o seu um dinheiro macho, ou seja, o seu não procria e o dele, sim? O dinheiro dele dá filhote, enfim? Mas muito bem. BMW ou blindada, ou não, essa mania que esse pessoal tem de carro blindado também, me intriga... Se dizer que"Ah, fulano de tal, em São Paulo onde tem seqüestro. Rio de Janeiro..." Carro blindado já é uma coisa esquisita, não é. Vidros escuros aquela história.

SRA. SORAYA GARCIA – Não, quanto ao Presidente eu acho justo, já...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Não Presidente. Mas eu estou falando aqui carro blindado para lá e para cá, até pra transportar caixa de uísque, já disseram aqui que arranjaram um carro blindado para transportar caixa de uísque.

SRA. SORAYA GARCIA – É.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Porque o tal de Poletto que veio aqui ninguém ia se preocupar em colocar um carro blindado pra poder vê-lo. Deram muito mais valor ao uísque do que ao Poletto, enfim. Mas a senhora acredita que o senhor José Dirceu estava envolvido no caixa dois de Londrina?

SRA. SORAYA GARCIA – Olha...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu já lhe passo. O senhor José Dirceu disse que a sua denúncia era uma denúncia mentirosa, deslavadamente mentiroso, eu abro aspas para ele, peço que a senhora se pronuncie sobre isso. Pergunto a senhora se acha que o Governo tem medo do senhor José Dirceu? E se isso aí poderia explicar um pouco tanta facilidade dele em tocar a sua vida? E, se a DNA PRODUÇÕES do famoso vigarista Marcos Valério, também contribuiu para a campanha do Prefeito Nedson? Muito bem. Pergunto ainda, se é verdade que as locações dos veículos era feito em nome da faxineira do Comitê? Se essa faxineira recebia por fora para assinar cheques e notas?. Como foi feita a maquiagem na contabilidade oficial do Partido entregue à Justiça Eleitoral. Se a senhora confirma que o Delegado Sandro, da Polícia Federal, foi transferido para Marília no dia seguinte ao seu depoimento? E ainda, se é verdade que apareceram notas pagando aluguel de carros como GOL, CITRÖEN para campanha no nome da empresa GTECH? Me interessa muito mais os aspectos federais do que possa ter havido de corrupção lá, do propriamente os aspectos municipais. Eu não sou Vereador lá de Londrina, eu sou Senador da República, e portanto, alguém interessado nos aspectos federais envolvendo ...

SRA. SORAYA GARCIA – E eu vim aqui para responder os aspectos federais.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pois não. E finalmente, se é verdade que haviam doze notas pagas pela GTECH e que no inquérito teriam aparecido apenas duas, o que teriam acontecido? Eu procurei ser bastante breve e objetivo eu lhe passo para... Eu teria o prazer de entregar pessoalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sa tem a palavra.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu vou responder a primeira pergunta. Por que eu resolvi denunciar o caixa dois? Como disse, foi vários motivos. Eu já queria sair da campanha num determinado período, já não queria mais compactuar com aquilo. Eu vou explicar uma coisa para o senhor. Eu descobri que o meu pai tinha feito um desvio de dois milhões e meio de dólares em 1994, FAINEC .

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-AC) – Seu pai?

SRA. SORAYA GARCIA – Meu pai. Eu não falo com o meu pai há anos por causa disso. Meu pai é licitador, se uniu com uma bandoleira, secretária e um monte de gente, isso ele está respondendo processo dele lá no Estado. E não falo mais com ele por causa disso, porque eu achei um absurdo. Nesse ano que foi feito esse desvio de verba, que o pessoal ficou todo mundo feliz com fazenda, gado e viagem para Aruba, foi o maior índice de mortalidade infantil nos Ribeirinhos. O senhor conhece essas situações dos Ribeirinhos. Então, eu já fiquei transtornada com isso, mas aí eu descobri que o mundo é assim mesmo. Tem aquele ditado: "Você quer ter razão ou você quer ser feliz?". Só que Senador, as coisas passaram do limite. Passaram do limite. E era todo mundo recebendo dinheiro, era uma fila de gente enorme. Era nome de figurões federais envolvidos diretamente numa campanha municipal. Eu achei aquilo tudo um absurdo e quis sair. Não deixaram. Depois eu quis... Eu até me lembro que uma vez com o senhor Francisco Carlos Moreno, que é uma figura, que apesar de ser local tem

um movimento grande federal. Eu disse pra ele: "Chico, me indica para um emprego privado, deixa eu sair fora disso. Eu não quero viver mais isso". Eu não quero viver PT. Eu tinha medo do PT e tenho medo do PT. Eu tenho. Porque eles, eu não sei, as pessoas parece que sentem ódio da gente, depois que a gente fala qualquer coisa contra o PT. Que a gente resolve expor o que a gente pensa ou o que a gente sente, parece que a gente se torna criminoso. Eu sei que o que eu faço para certas pessoas pode ser um crime, mas é o que eu vivi, é o que eu presenciei, é que o eu estava lá. Então, quando eu tive a oportunidade de ver que dava pra denunciar e mais, o próprio irmão do Prefeito falou: "Soraya é mais fácil apagar um disquete... Apagar você do que um disquete!". (Soa a campainha). Ele falou isso com todas as letras. Eu recebo uma ligação, meia hora antes dessa pessoa chegar na minha casa que não deixaram eu concluir, dizendo para mim que era para eu prestar atenção com quem eu falava, do jeito que eu falava, como eu falava e o que eu ia dizer, porque eu podia anoitecer e não amanhecer, depois o irmão do Prefeito chega na minha frente com os olhos cheios de lágrimas, e diz para mim: "É mais fácil apagar você do que um disquete, porque um disquete você faz uma cópia de segurança". Mas com tudo aquilo que você está passando você não está querendo mais compactuar com toda aquela situação de derrame de dinheiro, já é um ponto suficiente. Eu não tinha... Naquela época, se eu fosse sozinha eu já tinha feito a denúncia antes, mas é que eu tenho um filho pequenininho, tenho uma mãe doente, então você começa a ponderar a pensar, quando eu vi que dava para fazer a denúncia, eu não pensei duas vezes. Eu fui e fiz. Procurei naquela época, eu pensei em três pessoas, Álvaro Dias, Osmar Dias, foram as duas pessoas que eu pensei automaticamente. Liguei a GLOBO, o Álvaro estava dando depoimento na, o senhor Senador Álvaro Dias estava dando depoimento no Jornal Nacional, Jornal Hoje, meio-dia, uma e trinta. O Senhor Senador Osmar Dias estava em Curitiba em reunião. E eu, passando de programa em programa, encontrei prestando uma entrevista, dando uma entrevista para então um programa local, o senhor Senador, o Deputado Hauly. Eu falei, esse eu sei que é oposição ferrenha ao PT. Fui ao Hauly, liguei, falei que era do PT, que meu nome era Soraya para a Secretária dele Conceição, ela disse para mim o que eu queria. Eu disse para ela: "Que eu era assessora financeira da campanha do PT e que eu sabia do caixa um e do caixa dois. Se ele podia entrar em contato comigo". Em dois minutos ele ligou e falou o que eu queria. Eu falei que eu queria conversar com ele. Foi isso que eu fiz. Mas ele falou: "Então, fala". Eu falei: "Eu acho que eu não posso falar porque eu acho que eu estou grampeada". Ele falou: "Você tem como vir pra cá". Aí deu o endereço eu falei: "Tenho". Vinte minutos eu chego. Cheguei e conversei com ele exatamente dez minutos, ele falou: "Você quer fazer o quê?" Eu falei: "Eu quero denunciar". Aí ele falou: "Mas vai ao Ministério Público".- "Mas Deputado, eu não sei para quem eu denuncio. Eu paguei tanta gente, que eu não sei quem eu paguei. Eu tenho medo". E foi assim que eu fiz a denúncia. E naquele dia eu dormi feito um anjo, porque tirou um peso. Isso é um fato. E me sinto muito orgulhosa no sentido de ter denunciado e tenho nojo de mim mesma por ter compactuado durante muito tempo. Eu fui ameaçada. Eu não posso dizer quem me ameaçou, porque a pessoa é tão covarde que ela não teve a capacidade de olhar na minha cara e falar "eu quero te matar". Telefona e desliga na minha cara. Passa na minha rua me chama de vagabunda, que eu sou traidora, que eu não presto. E aí por diante, que eu sou louca, que eu sou desvairada, e daí por diante, mas não teve ameaça frontal. Não existe. Ataca pedra, dá tiro para cima, vem polícia, passa placa, passa carros com placa que é de caminhão, que é de moto, que é de camionete, mas que nunca é a placa do carro, rondam. Isso durante um período. Eu entrei no Programa de Proteção à Testemunha, quis entrar, mas é uma situação um tanto constrangedora. O programa realmente tem grandes falhas, principalmente com a mãe de uma criança bem pequenininha, que meu filho vai completar um ano, com uma mãe doente. Um dos denunciantes entrou no Programa e saiu correndo de lá desse Programa o Roberto Bichele, que é o rapaz que é considerado o rapaz, o escolta do dinheiro do senhor Paulo Bernardo, o senhor Zeno Mizuno. E que ele entrou no Programa e saiu de lá ocorrendo. Porque a coisa de proteção à testemunha no Brasil, é séria, parece que o bandido é a gente. Foi assim que ele transpareceu para mim, ele falou: "Soraya eu não fico lá". Mas eles fazem de tudo coitados, mas eles não têm, a gente está correndo... Sei lá, mais perigo do que lá, eu prefiro ficar pelo menos na minha casa, pelo menos eu estou perto da minha mãe, foi à resposta dele. Então, como ele já tinha ido e tinha tido essa experiência, eu falei: "Bom, correr risco eu vou correr em qualquer lugar do mundo. Então, não vou entrar mais". Eu tenho filho pequeno. Ele tem pai, tem vó, tem avós. Eu não posso expor ao meu filho por um ato que eu tomei, essa é a minha responsabilidade. Minha mãe não tem nada a ver com isso. O pai do meu filho, não tem nada a ver com isso. O meu filho não tem nada a ver com isso. A minha família não tem nada a ver com isso. Isso é uma responsabilidade minha, porque quem compactuou com isso fui eu. E quem denunciou fui eu. Eu estou sendo pro-

cessada pelo Paulo Bernardo da Silva, que é o senhor Ministro Paulo Bernardo. Desculpe, às vezes, eu trabalhar Paulo Bernardo, Jacks, é porque eu posso estar muito errada, mas eu acho que todo mundo é igual a todo mundo, ninguém é diferente de ninguém. Eu sei que os senhores têm o seu título, o senhor Senador Presidente da Mesa tem o seu título, mas para mim todo mundo é igual perante aos olhos de Deus, ninguém é diferente de ninguém. Eu posso não ter o mesmo estudo, a mesma qualidade de vida, nem as mesmas experiências, mas perante aos olhos de Deus todos somos iguais. E não é falta de respeito não, é porque eu acho que o maior respeito é todos sermos tratados de igual para igual como irmãos, sendo, brancos, azuis, amarelos, índios, o que for. Jacks Aparecido Dias era o Presidente do PT Municipal, Diretório Municipal do Partido. E ele é o melhor amigo do Prefeito Nedson Luiz Micheleti, e ele é o Secretário de Gestão Pública hoje, e antigamente, ele era Chefe de Gabinete do Prefeito, na primeira gestão do Prefeito, na Prefeitura de Londrina. Augusto Ermétio Dias Júnior, ele era o Diretor Financeiro da COHAB, amigo pessoal do Prefeito. E Diretor Financeiro de campanha. Ele era um homem de confiança do Nedson? Era o braço direito. O Jacks era ao esquerda, e ele o direito. Eu acredito que o Jacks era o... A minha visão dele era o cérebro de toda quase a campanha durante o primeiro turno. Aí depois vem e o senhor André Vargas e o senhor Paulo Bernardo e assumem a campanha os dois, diretamente. Isso ficou claro, eles estavam com todas as caminhadas, todas as passeatas juntos, coordenando, porque precisavam, porque o candidato era o Belinati e o Belinati lá em Londrina, eu sei que o senhor não tem nada a ver com isso, mas ele é um candidato extremamente forte. O pessoal chama de "rouba mas faz". Era assim. A única coisa que eu tenho certeza é que eles traziam o dinheiro. Agora, eu não posso, como diz o Senador Tião Viana mesmo, fazer ilações. O que passa pela minha cabeça tem horas, de onde vinha esse dinheiro? Não tenho idéia, porque eu não quero nem pensar o que passa pela minha cabeça. Eu não quero nem imagi... Botar o que passa pela minha cabeça. Eu penso em dinheiro publico. Eu penso em tráfico de influências. Eu penso em dinheiro desviado de empresas. Eu penso em tudo que o senhor possa imaginar, porque é um volume muito grande. É assustador o que eu contei. Eu contei em dinheiro, em nota, três milhões e meio de reais. Em dinheiro. Passou pela minha mão durante um grande período, fora às dívidas: "Ó, 170 mil, calcula aí. Dá baixa porque foi pago".

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-AC) – Dona Soraya, já que a senhora está tocando no assunto, passa pela sua cabeça, porventura, que parte desse dinheiro possa ter vindo do jogo? De esquemas de jogo?

SRA. SORAYA GARCIA – É muito dinheiro, eu... Esquema de jogo de...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-AC) – Mas em nenhum momento a senhora identificou assim, mesmo que de leve?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Geraldo.

SRA. SORAYA GARCIA – A única coisa que eu tenho identificação, e que eu posso estar errada ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tem um detalhe importante, porque eu também estava questionando se não era do jogo pelo valor das notas que a senhora se referiu. Normalmente é tráfico de drogas e que jogo que usa nota de cinco, de dez, de vinte. Talvez isso levou a fazer essa pergunta.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-AC) – Me chamou a atenção uma passagem sua que a senhora se refere a notas pequenas.

SRA. SORAYA GARCIA – 970 mil reais em notas pequenas.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-AC) – Pois é, isso ás vezes, ou é de troco de ônibus ou é de jogo ou é de alguma, entendeu? .

SRA. SORAYA GARCIA – O problema era a situação das notas. Mas a grande maioria das notas durante toda a campanha foi de 50 reais e 100 reais. Eu recebi três vezes o meu salário em notas de 100 reais. O mês de setembro, o mês de outubro e o mês de novembro. Tudo em nota de cem reais. Nunca pegue tanta nota de cem reais. Bonitinha, novinha, gostosa de pegar na mão. No dia 16 de outubro de 2004, o Augusto disse pra mim: "Olha, Soraya, nós temos que fazer esse evento bem bonito para engordar os olhos do Prefeito e agradar o José Dirceu que está trazendo dinheiro". Essa frase eu... Tem frases que ficam, sabe, gravam na cabeça da gente. E nós fizemos um, aproveitamos um evento que teve antes que foi da Maçonaria, a tenda branca, foi tudo feito dentro com branco e vermelho e na frente era verde e amarelo. A entrada tinha uma pré-entrada com cadeiras de ferro douradas, com assentos verdes, assentos amarelos. As flores verdes e amarelas na frente e quando você abria a cortina, lá dentro era tudo branco e vermelho. Foi um evento lindo. Café expresso, água mineral à vontade. Duas mil cadeiras. Toalha de mesa para convenções de linho, bordada. Arranjos de flores vermelhas com rosas vermelhas e aspargos frescos. Muito bonito, cadeiras de veludo, som. Um palco de sete mil reais que nós trouxemos de Curitiba, um palco de sete mil reais, som,iluminação e palco. Um palco de primeira

qualidade mesmo, palco para show de Adriana Calcanhoto e outros artistas que eram utilizados na época e no Centro de Convenções de Londrina, o local mais caro de locação. Ele foi recebido com toda a pompa e honra que merece um Ministro de Estado. Eu separei a BMW, para mim aquela BMW foi locada. Eu não posso ter certeza absoluta até hoje, porque eu estava no palco colocando as flores na mesa. Porque tudo da gente era feito em três ou quatro dias. Bom, quanto o senhor José Dirceu levou para Londrina, no Comitê de setembro chegou 300 mil reais, em notas de cem reais, com o selo do Banco do Brasil. Notas novas. E eu sei diferenciar bem nota nova de nota velha. Nota nunca usada novinha cheirando a novo, lacradinha. Elas chegam, ela deu isso aqui e isso aqui a altura. Porque as pessoas pensam que 300 mil reais em notas de cem é alguma coisa volumosa. Não, é isso aqui e isso aqui. É uma bolsa, uma sacola de camiseta de uma marca razoavelmente conhecida, que é mais ou menos assim. Encaixadinha fica dessa altura assim em cima de uma mesa, como se fosse uma maquete de três andares de um prédio. Foram alugados 30 ônibus, que pergunta aqui para recepcionar o chefe da Casa Civil, foram sim. E realmente a EMPRESA TIO, e GRANDE LONDRINA não poderiam ser utilizadas para locação de ônibus para eventos do PT ou da campanha. A não ser que fosse no caso do Presidente da República, na inauguração do selo. Por quê? Porque essas empresas prestam serviço público de atendimento na cidade de terminais urbanos, FRANCOVIG, TIO, GRANDE LONDRINA. Elas fazem serviço intermunicipais e municipais de transporte. Então não era prerrogativa. É só se houvesse, não houvesse ônibus disponíveis de qualquer forma. São concessionárias do serviço. Mas teve alguma vezes que foi no caso de idas, aí quando era o PT em si que locasse, apenas de nós estarmos pagando, aí sim podia, mas quando era para campanha não podia. Porque havia o... Quem conhece o programa SPCE 2004, sabe que empresas públicas que tem contratos vigentes não podem nem doar dinheiro para campanha e nem prestar serviços durante o período de campanha. Existia uma certa regra que não poderia ser atingida. Até poderia, daria uma multa, mas a gente não queria deixar muito pano para o inimigo falar. Que o nosso inimigo no caso era o PSDB e o PMDB da candidata Elza Correia. Bom. Essa nota da BMW, eu até me lembro que o Sandro, falou assim: "Nossa, os caras estavam com dinheiro mesmo. Tem até uma BMW blindada". Mas eu tenho que dizer com todas as letras, eu não vi essa nota. Eu vi na mão do Sandro. E eu não me lembro se era LOCALIZA ou se era BRASCAR até hoje. Eu tenho uma memória um pouco privilegiada, mas foi tão rápido que o Delegado passou a nota eu olhei, e o Cândido já falou: "Olha, essa nota aqui, Soraya, olha, que pérola que eu achei". Aí já veio a nota da LOCALIZA do carro locado com o nome do condutor o Nedson Luiz Micheleti. Eu vou, me passaram uma lista na época da CPI dos Correios, que é sobre se eu acreditava que o José Dirceu operava caixa dois do PT, em Londrina também. Havia tanta ligação do José Dirceu para Londrina no período de campanha, ligando pra números de telefones que constavam da minha lista ou para a Prefeitura de Londrina, que me deixou assustada. Porque eles passaram uma lista para ver ser eu conhecia os números, e eu reconheci números da Prefeitura de Londrina, tanto na lista do senhor José Dirceu, como na lista do senhor Marcos Valério, no período de campanha. Inclusive o telefone do Cristian Yamamoto, que é um advogado, que é o celular do Cristian é outro que eu que eu tenho esses números comigo nessa agenda e que estava dentro do meu... Que está dentro da quebra do sigilo do telefone que eu tive que eu utilizava no TIM TOWERS e esse número está ligando para o telefone do Marcos Valério, que segundo foi a informação que me passaram, pelo menos foi o telefone que me passaram nessa lista que me fizeram eu ler, que foi mandado, pela CPI, que entrou na mão da imprensa de Londrina e era da CPI dos Correios. E pediram para que eu desse uma olhada nessa lista e foi que eu vi e eu vi esse número, é do Cristian Yamamoto, que segundo o Mauro Yamamoto não tem nada a ver com ele, mas que eu falei com esse rapaz várias vezes na campanha, que é advogado, para ver relação se eu podia o que eu não podia fazer. Porque a minha grande preocupação, era poder prestar contas e estar dentro dos parâmetros do Programa, porque eles ia, fazendo as coisas e a gente tinha que sair atrás arrematando. Eles iam fazendo, eu vou usar uma frase que o Augusto me disse uma vez: "O senhor Jacks Dias é meio megalomaníaco, ele vai fazendo e a gente tem que ir resolvendo". Então, ele falava... E a frase maior que eu escutava era: "Se vira". Eu tinha que me virar, dar meu jeito. Então, se houve ou não do José Dirceu, é como eu disse, os 300 mil veio como o Augusto falou que ele ia trazer dinheiro. E há um grande número de ligações, e eu gostaria que os senhores pedissem essa lista realmente do correio que chegou às minhas mãos. Um banco de 28 bancos de dados, 700 páginas cada um. 28 arquivos, 700 páginas cada um, é uma coisa enorme. Eu passei horas olhando aquilo, dias. É muito cansativo, porque lista de telefonemas da SMP&B e José Dirceu interligando com o Sul do país. Foi me entregue e eu dei uma olhada, e é grande, a lista é grande. É enorme. Porque chegou na mão da imprensa de Londrina...Da imprensa, chegou o arquivo

todinho. Foi a imprensa inteira na porta da minha casa, eles ficavam me puxando daqui pra lá e para cá: "Olha, Soraya". Eu falei: "Eu não vou falar nada..." Eu olhei, observei a lista, mas não disse nada, porque eu falei: "Eu tenho que dizer isso à CPI". Se é da CPI essa lista que caiba à CPI. Porque, é meio complicado. É muito longa a lista. É dias, então eu tive como reconhecer alguns telefones, como o da Prefeitura Municipal, do Gabinete do Prefeito, do gabinete do Major Adalberto, que são figuras locais e que têm esses números no telefone do senhor José Dirceu e do seu Marcos Valério, que segundo esse eram os números. Então, se há esse volume de ligação, se há uma operação ou não, tem que ser investigada, porque é volume muito grande de ligação. E o senhor José Dirceu foi duas vezes em Londrina, uma em 18 de setembro e outra 16 de outubro.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Dos nomes citados quais são os porventura, vinculados à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e o BANCO DO BRASIL.

SRA. SORAYA GARCIA – BANCO DO BRASIL, nós temos que são diretos, Paulo Roberto de Lima, coordenador de campanha, o senhor, se eu não me engano, Toninho Casprovisk(F), Antônio Casprovisk(F), que hoje é presidente do diretório municipal. O senhor Francisco Carlos Moreno, não é ligado a nenhum, ele é funcionário de carreira da SERCOMTEL. O Jacks Aparecido Dias é funcionário de carreira da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. O senhor Nedson Luiz Micheleti, que é o prefeito, que já foi acho que Deputado Federal e Senador é também da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, o senhor e hoje é o Prefeito. E o senhor Augusto Ermétio Dias Júnior é da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. O senhor Carlos Eduardo da Fonseca e Silva que é Presidente da COHAB é da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. O PT de Londrina é quase praticamente formado a cúpula por bancários. Ele é considerado o PT dos Bancários. Ele nasceu dentro do Sindicato dos Bancários. Na força dele.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SRA. SORAYA GARCIA – Apóia. O Sindicato dos Bancários apóia plenamente o PT de Londrina. O que eu tenho a dizer, sobre o que o José Dirceu disse que é mentira deslavada. Ele tem o direito de se defender, eu o estou atacando, não é? Se eu ataco, eu já disse isso, se eu estou dizendo que eu vi isso, que eu presenciei isso, que eu disse isso, toda pessoa tem direito à defesa. Toda pessoa tem o direito à defesa. Como eu quis também ter o direito à defesa, no caso do processo do caixa dois, quando algumas coisas que foram citadas por mim estavam lá dentro e o Juiz negou o meu direito à ampla defesa do contraditório, do artigo 5º, do inciso LVII, da Constituição Federal numa liminar que demorou duas horas. O mesmo Juiz que está levando cinco meses para julgar a mesma liminar do PT. Não tem nada, mas ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Como é o nome dele?

SRA. SORAYA GARCIA – Dr. Jurandir. Eu não sei o restante do nome dele, mas eu fiquei muito chateada porque eu precisava daquilo para me defender em relação aos processos que foram abertos contra a minha pessoa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Qual a Vara?

SRA. SORAYA GARCIA – 41ª Vara Eleitoral, Zona Eleitoral.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Dona Soraya sobre essa liminar, a senhora já falou umas três vezes sobre isso, e tem me causado dúvida, a liminar foi concedida, senão o inquérito não estava trancado.

SRA. SORAYA GARCIA – É foi concedida, ele está julgando o mérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ele está julgando o mérito, está certo.

SRA. SORAYA GARCIA – Se eu acho que o José Dirceu assusta o Governo? Eu vim aqui para responder o que eu sei, não é? Eu não posso colocar o que eu sinto, né? Isso seria errado. O que eu sinto é uma outra coisa. O que eu sei é outra. Bom, eu só vi esse negócio de que a DNA contribuiu com o Marcos Valério para a campanha, a única coisa que eu vi foram essas caixas que desapareceram assim, porque as camisetas desapareceram, as caixas foram dadas para os catadores de papéis e ponto final. As caixas que vieram as camisetas da COTEMINAS.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Não era de uísque?

SRA. SORAYA GARCIA – Não. (risos). Era de camiseta. A contribuição de combustível como era feita? Bom, aí nós estamos falando de 60 litros por candidato, 80 candidatos por semana vezes 12, 14 semanas. Deu 96 mil reais em combustível, porque era álcool e gasolina, 40% de álcool, 60% de gasolina. Aí que a gente fazia um bloco para cada Partido e o Presidente dos Partidos subdividiam, porque não dá para distribuir para 80 candidatos de uma vez. E tinha que todas, todos os canhotos tinha lá, campanha Nedson, a gente carimbava, colocava o carimbo, e eu tinha que assinar todas as requisições. Então, aquilo era um trabalho longíssimo, eu passava até meia-noite, às vezes, fazendo as requisições. Sempre era assim, os postos só entregavam as requisições para gente no dia pra-

zo máximo. Então, eu tinha que fazer tudo aquilo pra estar no outro dia pronta a relação de entrega com a documentação acertada de recibo, de entrega, com a cota certa, e ainda tinha que ficar dividindo, discutindo cotas, e tudo o mais. Era complicado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O marqueteiro da campanha do PT.

SRA. SORAYA GARCIA – Bernardo Pellegrini, ele era Secretário de Cultura. Ele é uma pessoa que foi até premiada na França, por Secretaria de Cultura. É um excelente Secretário de Cultura e um excelente marqueteiro e ele saiu, não ele saiu realmente da Secretaria, abandonou o que era público e foi trabalhar na campanha direitinho. Bom, se é verdade se as locações de veículos era feita... Olha essa locação de veículos era feita no nome de todo mundo que dava para colocar. Então, não tinha só faxineira, tinha ajudante, tinha motorista, tinha segurança. Todo mundo, do Augusto, do Jacks, do Chico, de todo mundo era colocar. Ele até queria que colocasse um carro, desse um carro para mim à disposição, mas eu estava grávida e minha carteira estava vencida. Então, eu falei:"Melhor que não". Sabe a gente acaba pegando correria na rua pode... Numa campanha sempre havia um abalroamento daqui, outro abalroamento dali, então, quer dizer, você grávida é meio perigoso, você passa mal, tinha queda de pressão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Mas aí, carteira vencida seria o menor dos delitos pelo que a gente vê.

SRA. SORAYA GARCIA – (risos).

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-CE) – Dona Soraya, deixa eu lhe interromper só mais uma vezinha. A senhora está falando aqui algumas horas que esteve à frente de muita atividade, de um volume de coisas assim, que eu em sã consciência, acho que a senhora sozinha não daria conta. A pergunta é a seguinte, em torno da senhora, mas umas duas ou três pessoas lhe ajudavam a operar isso tudo?

SRA. SORAYA GARCIA – Teve uma moça chamada Márcia que ficou comigo 30 dias para me ajudar, mas não...Era muito pesado o serviço. Tinha um rapaz chamado Luciano que ficou 10 dias como motorista, mas também é muito pesado o serviço. Na realidade era eu, o Augusto Ermétio, o Jacks Dias que trabalhávamos a parte financeira. E isso era tudo, telefone, Comitê, eu precisava de dinheiro disso, aquilo e aquilo outro. Eu quase enlouqueci. Eu quase enlouqueci. Era quatro horas da manhã me ligava um Secretário: "Qual é o CNPJ da campanha". "Eu 06725897/0001/05". Tinha que saber de cor e saltado o endereço para passar para eles, para eles captarem, então, era uma loucura. Não sei sinceramente, como a gente deu conta. Eu acredito que sejam os anos de licitação pública, quem mexe com licitação pública trabalha nesse tipo de adrenalina, é o tempo todo. É quatro, cinco concorrências por dia. É milhares de itens (?) para ser cotado. É prazo que são vencidos. Tem que correr atrás de documentação, e aí tem Secretaria em greve. Então, a gente já é acostumada com essa pressão. A gente trabalha sobre uma pressão.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-CE) – Estou me perguntando isso, é claro, em absoluto eu não estou duvidando do que a senhora está falando aqui. O maior respeito. O maior respeito.

SRA. SORAYA GARCIA – Mas eu sei que têm coisas que eu não faziam, eram eles que faziam.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-CE) – O que eu pergunto mais uma vez, e desculpe eu interromper, é se teria alguém, uma ou duas pessoas que em algum momento, talvez até no âmbito da Justiça a senhora precisará, que corrobore pelo menos 10% do que a senhora está dizendo aqui.

SRA. SORAYA GARCIA – Roberto Bichele, já fez a denúncia já fez a denúncia, o irmão do Nedson. E há umas, o músico da campanha já falou que recebeu do jeito e da forma que disse que ele tinha recebido. Um dos jornalistas contratos também já falou que recebeu da forma que eu disse que ele tinha recebido, há várias testemunhas que dizem o mesmo que eu. Eu queria pedir licença, preciso ir ao banheiro. Só um minuto, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Vamos fazer em intervalo técnico. Cinco minutos. (Soa a campainha).

(Sessão suspensa às 16h19 – Sessão reaberta às16h25)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senhora Soraya, Vossa Senhoria tem a palavra para concluir às perguntas do Senador Arthur Virgílio.

SRA. SORAYA GARCIA – É que são 32 perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – O Senador Arthur carregou nas perguntas.

SRA. SORAYA GARCIA – Essa faxineira que o senhor pergunta se assinava cheques e notas, que se estavam se referindo a mim, eu nunca assinei cheques, mas eu preenchi todos, quase todos, 93% dos cheques sem preencher era eu. E eu negociava as notas quando a chefia não queria entrar em contato com aquela determinada pessoa, ou porque não queria

se expor. E na realidade, eu fui contratada para cotar mesmo, então a minha obrigação era conseguir o preço mais barato. Só as gráficas que algumas gráficas, grandes gráficas, TAMOIO, LÍDER, era negociada por eles. Eu quero ressaltar aqui que a gráfica líder que era produtora do Diário Oficial até então, ela não quis receber em caixa dois, foi o único que eu vi que bateu o pé e falou: "Eu não recebo em caixa dois", O Hélio da LÍDER, foi uma gráfica que fez 280 mil reais em santinhos, propostas, cartazes, essas coisas. Como foi feita a maquiagem oficial da contabilidade no Partido entregue pela Justiça Eleitoral? A coisa foi assim: O número de doações foi doado, fomos... Polarizamos as doações, mil reais para um, dois mil reais para outro, três mil reais aqui, aquele que tinha o imposto de renda declarado no ano anterior e que coubesse dentro desse imposto de renda. Então, o dinheiro entrava de caixa dois, nós depositávamos esse dinheiro e depois um mês depois, dois meses depois, nós íamos lá e recolhíamos a assinatura daquela pessoa que era determinada pela chefia que ia se responsabilizar por aquela doação. Os primeiros cinco mil reais das contas foram feitas assim. Mil reais para o Álvaro Grotti, mil reais para fulano, mil reais para cicrano, beltrano e assim foi. As primeiras doações enfim foram assim, os primeiros 18 mil reais, porque tinha dinheiro de caixa dois, mas não tinha dinheiro de caixa oficial. Essa foi uma forma de maquiagem. Outra forma de maquiagem. Tinha muita gente na rua trabalhando numa empresa chamada FIEL. Algumas vezes ela foi paga pelo caixa oficial que é a empresa de distribuição de jornais, de santinhos, essas coisas. Outras vezes ela foi paga por caixa dois. Outras pessoas trabalhavam como polarizadores de voto, captadores de votos, formadores de opinião e essas pessoas recebiam um X por mês, 800 mil reais, mil e 500, dependendo da sua importância junto à comunidade que ela trabalhava. Como ela estava tão integrada na campanha, não tinha como dizer que aquela pessoa não estava lá, porque o TRE por muitas vezes a encontrou e fazendo campanha eleitoreira, então, nós fizemos que elas assinassem recibos para dizer que pessoas tinham trabalhado gratuitamente na campanha e doado a sua mão-de-obra, doação de serviços. Isso é uma lista enorme, todo mundo recebia dinheiro, direitinho. E a outra coisa foi uma série de notas que foi feita pelo senhor Pocamarques, que era um dos produtores de vídeo da campanha, o cara das idéias geniais, que a gente chama, que comprou um monte de coisas, miudezas e cento e não sei quantos reais, notinha de três reais, dois reais, cinco reais e que essas notas ele colocou em nome da campanha. Não era para ter feito isso, porque ele tinha dinheiro na mão. Como estavam em nota fiscal e as notas fiscais estavam lançadas em talões e já tinham sido entregues para balanço, o que a gente teve que fazer? A gente teve que fazer um cheque no final da campanha dia 23 de novembro de 2004, cobrindo o valor daquelas notas, mil 600 e 10 reais e 27 centavos, se eu não me engano, eu descontei na boca do caixa. Se o senhor pedir o microfilme da conta da campanha, o senhor vai ver que eu descontei na boca do caixa, àquele dinheiro, paguei o meu salário e dei um dinheiro para um rapaz, que no final da campanha era um rapaz que digitava as notas oficiais num programa do SPCE 2004, que eu também eu não daria conta de prestar, fazer tudo que eu fazia e ainda passar no computador, passando nota, doador, mercadorias, estipulando, toda aquela a...Porque igual, o SPCE 2004 é um programa muito parecido com a prestação de contas da Receita Federal, bem parecido. Então tinha que estipular como, quando, de que jeito que foi pago, se foi em cheque, numeração de cheque, se foi tirado da campanha, toda essa coisa. Então, ele fazia esse serviço. E eu fazia todo o restante. Então, essas maquiagens são responsabilidades, foi responsabilidade minha, por ordem do senhor Augusto. Outra coisa que aconteceu, foi em alguns eventos que maquiaram com notas fiscais. Aí essas notas fiscais quem arrumou foi o contador da campanha junto com o pessoal da cúpula, não fui eu. Não. Foi uma coisa que eu estipulei que eu não ia atrás de "comprar nota", que a gente fala para poder regularizar situações irregulares. Então, teve todos os tipos de maquiagens possíveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Satisfeito, Senador?

SRA. SORAYA GARCIA – Tem ainda mais uma, duas, três.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pois não, Vossa Senhoria tem a palavra. Senador Arthur Virgílio.

SRA. SORAYA GARCIA – Tem mais três perguntas do senhor, que o senhor fez. O dia que o Sandro declarou que ele disse, por que o Delegado Chefe da Polícia Federal foi transferido de Marília, no dia seguinte ao seu depoimento é porque ele foi na televisão e disse: "Foi comprovado caixa dois", qualquer coisa que não esteja... Porque o que levou o Sandro a crer isso ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Sandro é da Polícia Federal?

SRA. SORAYA GARCIA – Sandro Roberto Viana dos Santos, Delegado da Polícia, Chefe Delegado da Polícia Federal, foi o depoimento dos donos de postos. Foi onde ele criou essa convicção, foi o que ele disse para mim, porque foi tudo acompanhado por mim e pelo Ministério Público, foi um global. A gente saiu para fazer...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Mas ele era Chefe da Polícia Federal ...

SRA. SORAYA GARCIA – Da Polícia Federal e comandante do inquérito. E ele, os depoimentos mais as duas locadoras e aquilo tudo. E um dia nós estouramos um volume X, que depois veio dizer que era outro volume, bom, isso é perícia da Polícia Federal, ela que tem que entender por bem, eu acho a instituição de excelente trato e confiável. E ele disse: "Há. Foi comprovado caixa dois, segundo o artigo tal, tal, tal". E deu essa declaração na televisão. No outro dia o Sandro liga para mim: "Soraya, eu fui transferido. Vem para cá que vão fazer o último arremate para poder a gente, para poder pelo menos deixar isso andando, que eu declarei como presidente do inquérito, agora, o senhor Cândido Takahashi". E eu fui. Até chorei, porque eu falei... Porque ele é um Delegado bom no que faz, eu tinha pegado aquela confiança, porque ele estava entendendo o caminho das coisas que eu estava explicando com rapidez, estava tomando as ações com agilidade. E nós estávamos seguindo um cronograma para ir o mais rápido possível, porque a gente sabia que a gente tinha 30, 60 dias para poder entregar esse inquérito e eu precisava provar, porque a partir do momento que você fala, tudo o que você estava falando você tem que provar de qualquer jeito. E o que está em risco é, como disse o Senador Viana, é a minha moral, a minha dignidade como a deles também, se eu estou os acusando eu tenho que provar! É o meu papel. Então, a gente estava numa diretriz, aí de repente cortou tudo, entrou o Fuscolin que é o novo Delegado, e o que aconteceu foi que o processo foi indo, foi tomando um resfriamento por causa de liminares e ele está travado desde então. Então, eu acredito como pessoa, que a declaração do Sandro foi fatídica para a transferência dele, porque foi muito rápida, foi 24 horas. Bom, eu não sei se a GTECH deu dinheiro para a campanha. Quando faz essa pergunta: Se a GTECH contribuía para a campanha? Mas que a campanha pagou um evento para a GTECH pagou. E que teve carro para da GTECH em nome de pessoas da campanha, essas notas eu morro dizendo, porque eu as vi. Eu tenho certeza absoluta nossa, ficou todo mundo assustado. Ninguém... Porque até aí um evento pago pela GTECH até que tinha um sentido, mas carros da GTECH olha, foi um susto tanto para mim, a gente olhava para aquilo e não acreditava.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senhora Soraya, me permita só uma dúvida. A senhora diz que a campanha pagou um evento para a GTECH?

SRA. SORAYA GARCIA – Pagou no ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – No caixa um ou dois?

SRA. SORAYA GARCIA – A locação foi paga no caixa dois. O café e a água fomos dando um jeito de maquiar e passar no HOTEL CRISTAL com caixa um. Eles emitiam nota e tal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Quer dizer, que pode se imaginar que se pagava algo para a GTECH do tamanho de uma locação, é possível que a GTECH tenha contribuído no caixa dois, é possível? É ilação?

SRA. SORAYA GARCIA – É ilação. Eu não... Como eu disse, da única coisa que hoje eu tenho certeza assim, que eu tenho convicção...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Não houve participação no caixa um da GTECH?

SRA. SORAYA GARCIA – Não, nenhuma. Nenhuma participação no caixa um da GTECH.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-AC) – Dona Soraya, quando a senhora fala nas doze notas da GTECH, descreva mais um pouquinho para gente. Do que se trata? Notas de quê?

SRA. SORAYA GARCIA – Notas de locação de veículos.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-AC) – De veículos.

SRA. SORAYA GARCIA – Hã. Há.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-AC) – A empresa faturava para GTECH, a GTECH pagava? **SRA. SORAYA GARCIA –** Isso. Aí punha um condutor responsável, a pessoa ia retirar o veículo e a empresa faturava para a GTECH.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-AC) – E isso cruzava com o Comitê lá.

SRA. SORAYA GARCIA – Cruzava.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Essas notas fiscais estão no TRE?

SRA. SORAYA GARCIA – Estão. E os balanços, elas fora, tiradas cópias somente e os balanços estão de volta nas locadoras à disposição, eu acho que da Justiça à hora que precisar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senhor Presidente.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-AC) – Só para tirar uma dúvida.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senhor Presidente, só para dizer, as notas, os autos de apreensão das notas todas, estão no Ministério da Justiça, no Departamento de Polícia Federal. Então, a Polícia Federal tem tudo, só para mostrar que a GTECH, também, essas notas, não tinham nada a ver com as

pessoas que trabalharam na campanha, mas eu acho interessante a CPI requisitar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Tem muita coisa a requisitar, vamos fazer uma avaliação muito, mas muito menos, com certeza. Vossa Excelência, segundo informações aqui do Relator, nós vamos precisar e muito da colaboração do Ministério Público Estadual, da Polícia Federal, do Ministério Federal e inclusive do TRE também.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Será solicitado. Vossa Excelência pode ter certeza, atendendo até a solicitação de Vossa Excelência.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Os autos de apreensão estão todos na Polícia Federal. E todos os autos de apreensão fazem parte do inquérito também, isso já foi feito e a...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nós precisamos, a CPI precisa ter acesso a esses documentos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E Vossa Excelência coloca muito bem. Precisamos ter inclusive, quebras de sigilos telefônicos, bancários, pode ter certeza, que a CPI vai avançar nessa investigação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, é que o Senador Geraldo Mesquita perguntou, então a Polícia Federal, de fato fez autos de apreensão das notas fiscais. E todos fazem parte do inquérito e nenhuma nota se relaciona a pessoas de campanha, isso vai ser comprovado na seqüência.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-AC) – Dona Soraya.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Para concluir. Vossa Excelência como Senado ad hoc do Senador Arthur.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-AC) – Dona Soraya, qual era o objetivo da presença da GTECH naquele evento que a senhora organizou, na sala alugada e não sei mais o quê? Qual era o objetivo?

SRA. SORAYA GARCIA – É como eu disse é que me passaram informação que seria para eles da GTECH, para os diretores. A correria era tanto que a gente nem perguntava qual era o objetivo, a gente só ...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-AC) – Mas um Comitê de campanha alugar uma sala para uma multinacional? É esquisito esse negócio.

SRA. SORAYA GARCIA – Tem tanta coisa que é esquisita que até hoje eu não consegui, por mais que eu já analisei eu não consegui achar razão.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-AC) – A senhora conhecia algum diretor da GTECH?

SRA. SORAYA GARCIA – Da GTECH não.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-AC) – Isso foi em plena campanha, aluguel da sala e tal a GTECH vai se reunir.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Novembro de 2004.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-AC) – A GTECH se reuniu entre eles ou com gente? A senhora não sabe?

SRA. SORAYA GARCIA – É o Augusto disse, vai lá separa sala no CRISTAL.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Como é o nome daquela empresa que prestava serviço, loterias, que a senhora falou?

SRA. SORAYA GARCIA – GTECH DO BRASIL?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Não, lá do...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-AC) – *Call-center* a *Call-center*.

SRA. SORAYA GARCIA – ASC, ASC. Disse que tem um contrato. Está no site da ASC, ela até premiou a GTECH parceria.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-AC) – Talvez não esteja mais, né?

SRA. SORAYA GARCIA – É talvez não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senador Antero Paes de Barros em seguida Senado Romeu Tuma e depois Vossa Excelência, Senador Suplicy.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente, senhores e senhoras Senadores. Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar e me solidarizar com a coragem da depoente a senhora Soraya.

SRA. SORAYA GARCIA – Obrigado Senador.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu gostaria de... Preocupado até com as questões aqui relatadas por Vossa Excelência com relação à segurança. Eu gostaria de indagar de Vossa Excelência, se Vossa Excelência aceita espontaneamente informar os números dos telefones de Vossa Senhoria? E se coloca à disposição da CPI, no sentido de que a CPI possa avaliar às ligações telefônicas durante a campanha e até o período da ameaça?

SRA. SORAYA GARCIA – E já, eu disponho à CPI a qualquer pessoa, inclusive à Polícia Federal, eu

dei, pode quebrar o meu sigilo a hora que quiserem. Todos os meus telefones. Eu disponho.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Mas se a senhora dispor é melhor.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu disponho.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Porque aí o Presidente da CPI pode tomar as providências cabíveis.

SRA. SORAYA GARCIA – Sim senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Gostaria de indagar de Vossa Senhoria o seguinte, a empresa VISATEC ela coleta lixo em Londrina?

SRA. SORAYA GARCIA – Coleta.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Após contrato emergencial, ela ganhou concorrência na administração do PT, está correto?

SRA. SORAYA GARCIA – Dizem que sim.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A empresa VISATEC é de propriedade do Deputado Federal Janene ou do...

SRA. SORAYA GARCIA – Irmão.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Irmão do Deputado ou da irmã?

SRA. SORAYA GARCIA – Isso e também dizem que a FOSSIL, que é a empresa aliada a GTECH. Que diz que está no nome de um japonês, mas dizem que pertence ao Janene. Agora, se é verdade ou não, eu não sei. E sabe que muita gente fala muita coisa, eu sei que a GTECH, a VISATEC é da família do Janene. Isso eu sei.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Em entrevista à Folha de São Paulo, a senhora afirmou, na semana que antecedeu o segundo turno em Londrina.

SRA. SORAYA GARCIA – Hum. Hum.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Houve uma reunião na qual se discutiu a contratação de cabos eleitorais.

SRA. SORAYA GARCIA – Isso.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Segundo a senhora contou, Jacks Aparecido Dias disse que tinha reunido duas mil pessoas que seriam contratadas por cem reais ao dia, confirma?

SRA. SORAYA GARCIA – Hum, hum.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Confirma?

SRA. SORAYA GARCIA – Confirmo. E eu gostaria de ter essa lista do TIM TOWERS que até hoje ninguém conseguiu, porque lá é igual aqui um prédio em Brasília, sabe? Tem que ter registro de entrada.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O André Vargas, Deputado Estadual do PT do Paraná, teria perguntado, então, ao Deputado Paulo Bernardo: "Se o número de cabos eleitorais estava bom e se havia como pagá-los?"

SRA. SORAYA GARCIA – Ele disse: "Que havia lastro" foi sucinto.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Ministro Paulo Bernardo: "Falou que estava bom e que existia lastro para isso". A senhora confirma essa informação?

SRA. SORAYA GARCIA – Confirmo um milhão de vezes.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Lastro seria o dinheiro?

SRA. SORAYA GARCIA – É tem, se está falando dinheiro.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então a senhora confirma esse diálogo?

SRA. SORAYA GARCIA – Confirmo. Estava servindo café nessa hora.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A senhora sabe dizer...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Posso só perguntar, se esse diálogo a senhora ouviu esse diálogo?

SRA. SORAYA GARCIA – Eu estava lá.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A senhora ouviu o Ministro dizendo que...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu ouvi, eu estava colocando os cafezinhos na mesa. E eu tinha pedido duas mil sacolinhas para colocar camisetas na PLAST-MIL, na Quintino Bocaiúva.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A senhora sabe dizer de onde veio o lastro a que se referiu o Ministro Paulo Bernardo, que na época era Deputado Federal?

SRA. SORAYA GARCIA – Ah, ele deve saber, eu não sei.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então eu vou só concluir aqui as indagações. Qual o papel do Ministro Paulo Bernardo no esquema do caixa dois, na campanha de Londrina? E para complementar. A senhora sabe se haveria recursos oriundos da Hidroelétrica de Itaipu para o caixa dois da campanha para Prefeitura de Londrina? Foi dinheiro de Itaipu para a campanha?

SRA. SORAYA GARCIA – Segundo a... Eu vou explicar o que aconteceu logo após, as 400 pilas de Itaipu, como vocês conseguiram isso? E eu estalei os olhos e o Augusto prestou atenção que eu tinha feito isso. Depois disso ele brigou comigo de um jeito, que eu não entendi por quê?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Quem que brigou?

SRA. SORAYA GARCIA – Augusto Ermétio Dias Júnior, ele criou um escândalo para ver se ele não falava mais comigo, porque ele soltou isso perto de mim, não poderia ter acontecido. Eu tenho convicção hoje, eu posso estar errada, eu posso responder processo por isso, mas que veio esse dinheiro veio.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Dinheiro de Itaipu.

SRA. SORAYA GARCIA – O de Itaipu. O um susto dele foi muito grande e não era o susto de quem estava recebendo uma notícia, pela segunda, terceira vez. Foi um susto de quem estava recebendo uma notícia pela primeira vez e aquilo era um fato e não um boato.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Vossa Senhoria já ...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu conheço muito bem o Augusto, mais de 20 anos.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Vossa Senhoria já confirmou que a esposa do Ministro Paulo Bernardo é Diretora de Itaipu.

SRA. SORAYA GARCIA – Isso.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – É hoje.

SRA. SORAYA GARCIA – Hum, hum.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Era à época...

SRA. SORAYA GARCIA – Era.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Que esse recurso foi encaminhado?

SRA. SORAYA GARCIA – Era.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – "O Ministro Paulo Bernardo em nota oficial negou veementemente as acusações feitas pela senhora e anunciou que iria processá-la". Ocorreu isso?

SRA. SORAYA GARCIA – Ocorreu. Pedido de explicações.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Vamos aqui com relação a SMP&B e YAKTUR. Segundo a senhora teria declarado a revista IstoÉ, "ao entrar em contato com a locadora de veículos AVIS RENT-A-CAR, para resolver problemas relativos a sinistros de carros alugados para dirigentes petistas da Prefeitura de Londrina, teria sido informado à senhora que a empresa YAKTUR foi a responsável pelo pagamento dos carros".

SRA. SORAYA GARCIA – Exato.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Correto? "Assim sendo ao ligar para a YAKTUR a funcionária da empresa lhe passou um telefone de Brasília"...

SRA. SORAYA GARCIA – Isso.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – "Para maiores informações. Ao ligar para esse telefone, a atendente teria informado que o número era da SMP&B". É correto isso?

SRA. SORAYA GARCIA – Isso, uma tal de Márcia eu acho.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – "Após a senhora contar a atendente o senhor problema, ela teria explicado: 'Meu chefe, o senhor Marcos não está. Ele viaja muito'". Ocorreu esse diálogo?

SRA. SORAYA GARCIA – Ocorreu esse diálogo. Ela disse que o que ela tinha acordado com o Paulo Bernardo era outra coisa. Aí eu liguei para o Augusto, avisei, e o Augusto ficou de ligar.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Quer dizer, a funcionária da SMP&B, informou que o que a SMP&B...

SRA. SORAYA GARCIA – Tinha acordado com o seu Paulo.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Empresa do seu doutor Marcos tinha acordado com o Ministro Paulo Bernardo...

SRA. SORAYA GARCIA – Que era Deputado na época.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Que era Deputado na época ...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Era outra coisa.

SRA. SORAYA GARCIA – Era outra coisa. Porque atrasou também a entrega dos veículos e...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – "A funcionária da SMP&B teria, então, orientado à senhora a ligar para o gabinete do, então, Deputado Paulo na Câmara, dizendo: 'Foi com ele que fizemos o negócio'".

SRA. SORAYA GARCIA – Hum, hum.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – "A gente ficou de pagar só o meio e sem cobrir batidas". **SRA. SORAYA GARCIA –** Isso e nem os atrasos.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Essa frase é correta?

SRA. SORAYA GARCIA – Essa frase é correta.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A senhora poderia detalhar mais essas informações?

SRA. SORAYA GARCIA – Não, é porque foi uma conversa tão sucinta, o que eu fiz? Eu peguei e liguei para o Augusto e falei: "Augusto, a moça lá da agência lá – porque foi bem assim que eu falei para ele – ela pegou e disse que é coisa lá do Paulo Bernardo". - "Ah, então, se é coisa do Paulo Bernardo eu vou ligar para o Jacks, o Jacks liga para ele, ou eu mesmo ligo, para eles resolverem isso". E nunca mais. Nem a AVIS RENT-A-CAR me cobrou nada. E nem nunca mais essa

SMP&B ligou, e nem coisa essa YAKTUR e nem coisa nenhuma. Essa história simplesmente morreu.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor Marcos Valério ou suas empresas, prestou algum tipo de contribuição para a campanha?

SRA. SORAYA GARCIA – Que eu saiba, não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A senhora tem informações da viagem de Marcos Valério a Londrina? E sabe de ligações entre o ex-Deputado José Dirceu e o senhor Marcos Valério ou não?

SRA. SORAYA GARCIA – Não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Com relação ao senhor Gilberto Carvalho. Vamos ver se... A senhora confirma que os senhores Augusto Júnior e Jacks Aparecido Dias, falavam com o senhor Gilberto Carvalho resolveria eventuais dificuldades de caixa?

SRA. SORAYA GARCIA – Isso confirmo.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A senhora também teria afirmado que a senhora Márcia Lopes, irmã de Gilberto Carvalho, era acionária para despesas em eventos .

SRA. SORAYA GARCIA – Do BUFFET CARVALHO, sim. Ela falava... A gente vai pagar o evento Augusto? "Não. A Márcia está com dinheiro, ela paga".

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente, eu tinha feito aqui um requerimento, mas eu vou até deixar de apresentar. Eu vou apresentar depois melhor redigido, se o Senador Flávio Arns quiser apresentar em conjunto comigo, porque era de igual teor ao que ele havia colocado, com relação aos documentos apreendidos pela Polícia Federal, no sentido de que a CPI faça a requisição desses documentos. E eu gostaria, só para encerrar, de voltar à questão original, antes do depoimento aqui (soa a campainha).

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Da senhora Soraya. Reafirmando.

SRA. SORAYA GARCIA – Meus telefones.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Reafirmando aquilo que havia escrito no depoimento, no meu requerimento, melhor dizendo de justificação do requerimento, eu não tenho depoimento da senhora Soraya nem da Polícia Federal, nem no Ministério Público, mas a dedução para justificação consta da matéria publicada pela revista IstoÉ, onde diz claramente o seguinte: "Da longa jornada do dia 03 de agosto da PF, que durou até às 21h00, Soraya se recorda de ter visto 12 notas pagas pela GTECH". Então, é evidente de que só tem uma dedução lógica aqui, que é que depois da jornada de tantas horas com o Delegado da Polícia Federal, isto se tratava de um depoimento. E gostaria de também, senhor Presidente, deixar registrado aqui o nosso protesto. A minha opinião, não é só em função desse fato não. Como a Polícia Federal Brasileira, vem sendo tratada. É uma instituição séria, necessária ao País. Tem feito um trabalho extraordinário, mas Polícia Federal tem que ser polícia de Estado, não pode ser polícia de Governo. E o que ficou cabalmente demonstrado aqui, é que quando um Delegado apura que há caixa dois no PT, imediatamente ele é transferido. Isso não faz jus à história do Advogado Criminalista Márcio Thomaz Bastos, que por conhecer os fundamentos e a teoria sobre a rês pública, ele deveria orientar a Polícia Federal, no sentido que tenha um comportamento de coisa pública. De respeitar a instituição, punindo quem deve ser punido. Investigando quem deve ser investigado e não estabelecendo uma cortina sobre isso. E, senhor Presidente, gostaria de que Vossa Excelência, antes da sessão, da próxima sessão a ser marcada, marcasse uma sessão para deliberar sobre requerimentos. Eu tenho uma convicção e vou manifestá-la aqui publicamente, fugindo um pouco ao depoimento. Que nós precisamos votar os requerimentos. Precisamos votar inclusive os requerimentos pendentes, com relação à finalização do relatório parcial. E precisamos também, na nossa avaliação, preservar o Senado da República. Nós tivemos um Ministro que com sofismas explica em carta algo que é inexplicável. E eu vou pedir à minha Assessoria Jurídica, para estudar se essa carta do Ministro Palocci, não é uma evidente possibilidade de uma ação por crime de responsabilidade. O Senado da República, essa CPI, ou qualquer Comissão do Senado, na minha opinião, merece respeito. Eu agradeço senhor Presidente. E agradeço o depoimento da senhora Soraya. Eu tenho absoluta convicção que as pessoas não precisam conhecer à senhora, basta olhar para a senhora, sentir que a senhora fala com o coração na boca, para saber que a senhora está falando a absoluta verdade, mesmo em episódios, onde Vossa Senhoria não tem provas documentais e apenas testemunhos que respaldam o depoimento de Vossa Senhoria. Eu quero cumprimentar a Vossa Senhoria.

SRA. SORAYA GARCIA – Obrigada Senador.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Porque se todos dissessem a verdade, eu creio que esse país estaria bem melhor. Era isso senhor Presidente.

SRA. SORAYA GARCIA – Obrigada Senador. Eu quero entregar à mesa os telefones de campanha.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Agradeço a Vossa Senhoria e concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senhor Presidente, senhor Relator, senhoras e senhores senadores, dona Soraya.

SRA. SORAYA GARCIA – Boa tarde, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu infelizmente peguei parte do depoimento da senhora. Já sabia da importância do que representava o seu comparecimento a esta Casa, tanto que a senhora foi convidada a fazê-lo, mas eu tive que sair em razão da edição de uma medida provisória...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu entendo, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Uma proposta de emenda constitucional muito importante para saúde e outros fatos, de forma que se eu perguntar alguma coisa, a senhora já respondeu, não se preocupe que eu leio pelas notas taquigráficas. Eu vi o depoimento que a senhora fez na Polícia Federal em Londrina, a senhora fez mais de uma vez?

SRA. SORAYA GARCIA – Não só uma. Só oito horas e meia corridas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com o doutor Sandro, que ele programou aquela diligência, eu não sei se a senhora se referiu à diligência...

SRA. SORAYA GARCIA – A diligência.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Da apreensão de 44 caixas, e a busca ele achou uma nota de locação de um Fiat, se eu não me engano. É isso mesmo? Não tem nada com BMW?

SRA. SORAYA GARCIA – Não ele, olha... Havia tanta nota que a gente não sabia o que fazer com aquilo. Tipo assim, algumas empresas já sabiam quais eram os veículos que tinham sido utilizados na campanha e já mandou com as notas especificas. No caso da BRASCAR e da...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Aqui diz uma nota da Vectra. Um VECTRA...

SRA. SORAYA GARCIA – É VECTRA, ASTRA...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Da LOCALIZA tendo como responsável Jacks Dias, Presidente do PT e como condutor Nedson...

SRA. SORAYA GARCIA – Nedson Luiz Micheleti.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O prefeito.

SRA. SORAYA GARCIA – Exato.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E estava alugado em nome do Partido?

SRA. SORAYA GARCIA – Não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A nota que foi encontrada era direta ao prefeito?

SRA. SORAYA GARCIA – Direta ao Prefeito, era assim, o Jacks era o responsável, o Nedson era o condutor, e a outra empresa pagava.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ah, não era a prefeitura que pagava?

SRA. SORAYA GARCIA – Não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A empresa que a senhora disse, porque o seu depoimento é muito rico em detalhes.

SRA. SORAYA GARCIA – É.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Em nomes, e as quantias que cada candidato, que tem candidatos de vários Partidos que era mais uma coligação, mas tinha alguém que não era da coligação, como o Vereador Janene...

SRA. SORAYA GARCIA – É têm alguns candidatos que faziam parte do Partido opositor, mas que por...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Vereador Janene? Porque aqui cita ...

SRA. SORAYA GARCIA – O Janene era Deputado Federal, não é?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, mas tem o Vereador aqui.

SRA. SORAYA GARCIA – O Tercílio Turini, do PSDB e fazia campanha para o Nedson.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Jamil Janene?

SRA. SORAYA GARCIA – Jamil Janene também.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, isso que eu digo, ele era Vereador. **SRA. SORAYA GARCIA –** É Vereador, é que tem o Jamil Janene e o José Janene.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O José que...São irmãos?

SRA. SORAYA GARCIA – São parentes.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Parentes, não é? Porque aqui ele confeccionou réguas...

SRA. SORAYA GARCIA – Réguas e canetas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E canetas em Apucarana, Paraná.

SRA. SORAYA GARCIA – Isso. Não é Apucarana, é Arapongas, na hora da transcrição fizeram errado, tá?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Arapongas tem o significado mais...

SRA. SORAYA GARCIA – É tem alguns detalhes desse depoimento que eu já falei...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Provavelmente ele não gostou do termo Arapongas e botou Apucarana lá...

SRA. SORAYA GARCIA – (risos) É que tem coisas nesse depoimento que eu ainda falei: "Cândido, tem que corrigir, aqui está errado".

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu estava falando com a assessoria, eles têm que fazer com muita calma todo o depoimento da senhora, porque eu sinto a sua ansiedade, o seu desespero para...Talvez até como um desabafo. Alguma coisa que a senhora tem colocado aqui é um desabafo, é a verdade, mas é um desabafo por tudo o que a senhora disse que passou e tem passado. Não sei se eu estou correto ou não?.

SRA. SORAYA GARCIA – É que é muito difícil.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque essa ansiedade atropela um pouco...

SRA. SORAYA GARCIA – É, atropela.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A lógica da seqüência dos depoimentos.

SRA. SORAYA GARCIA – Por isso que o Sandro falou: "Vamos fazer primeiro o municipal, vamos nos fechar, vamos citar algumas figuras, depois vamos...".

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senão o Relator se enrola amanhã para fazer o relator correr".

SRA. SORAYA GARCIA – "Fazer só sobre o estadual, e aí vamos fechar no federal".

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Vamos ajudar o Relator, não é Relator? Fazer a seqüência lógica.

SRA. SORAYA GARCIA – E eu sinto muita falta desse Delegado, porque realmente ele, acho que muitos anos de polícia e sabia conduzir a coisa de uma forma...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Vamos conversar com o Relator. Se for interessante, a gente o convidará para vir aqui esclarecer esses detalhes que são importantes, principalmente as caixas que ele localizou e apreendeu nas diligências em 22 locais, é isso?

SRA. SORAYA GARCIA – 22 diligências.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – 22 diligências, em que ele apreendeu várias caixas de documentos, inclusive encontrando esta nota...

SRA. SORAYA GARCIA – Uma caminhonete de documentos ele apreendeu.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E referente a esse Vectra, que provavelmente deve ter tido uma razão, não sei. Tem inquérito lá em andamento, Doutora?

SRA. SORAYA GARCIA – Está paralisado a quase cinco meses.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas se ele abriu inquérito? Porque aqui no início, ele fala na portaria do inquérito.

SRA. SORAYA GARCIA – Abriu.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, tem que ter um inquérito em andamento.

SRA. SORAYA GARCIA – Está paralisado a... Em julgamento de liminar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Está na Justiça ou está... A senhora sabe?

SRA. SORAYA GARCIA – Na Justiça Eleitoral, 41ª Zona Eleitoral.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Está paralisado?

SRA. SORAYA GARCIA – Está.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não sabe o motivo?

SRA. SORAYA GARCIA – Por uma liminar impetrada pelo senhor João dos Santos Gomes Filho.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Assegurando que não desse andamento ao...

SRA. SORAYA GARCIA – É.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tem algumas perguntas que me deixaram para que eu pudesse fazer à senhora. Aqui fica claro gastos totais de campanha a senhora fala em 6 milhões e declararam 1.2 milhões. seis milhões e meio que arrecadou.

SRA. SORAYA GARCIA – É.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Todo esse dinheiro, a senhora disse que muitos pagamentos foram feitos com cheques preenchidos pela senhora e assinados por...

SRA. SORAYA GARCIA – Pelo Jacks Aparecido Dias.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pelo Jacks. Então, tem que ter uma documentação comprobatória nos Bancos?

SRA. SORAYA GARCIA – Tem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque senão... E esses cheques eram de caixa dois?

SRA. SORAYA GARCIA – Não, caixa oficial.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Caixa oficial. E como é que efetuava o pagamento do dinheiro do caixa dois? Era em moeda corrente?

SRA. SORAYA GARCIA – Moeda corrente e de preferência que não tivesse recibo, essas coisas, cometeram alguns erros, pegaram algumas notas fiscais.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Aqui diz que ele mandava destruir qualquer...

SRA. SORAYA GARCIA – Qualquer coisa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Qualquer sinal que pudesse comprovar a origem ou o pagamento.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu gostaria de pedir à Comissão que pedisse a fita do meu depoimento a IStoÉ

e do depoimento do irmão do prefeito a IStoÉ, integral, vocês vão entender o que está acontecendo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Presidente e o Relator ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Vossa Excelência pode requerer. Perfeito, farei o documento.

SRA. SORAYA GARCIA – Integral, o senhor vai entender.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Aqui, a GTECH contribuiu com a campanha em Londrina. E os dirigentes da GTECH disseram que não contribuíram com qualquer campanha.

SRA. SORAYA GARCIA – Hum, hum.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A senhora, porque além... Senão tiver prova, podem ter circunstâncias que nos levem à verdade. Então, a senhora confirma que a GTECH contribuiu?

SRA. SORAYA GARCIA – Eu...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Qual foi a forma que eles...

SRA. SORAYA GARCIA – Foram esses 12 veículos. Eu continuo insistindo, eu vou continuar insistindo nisso, porque ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eles locaram 12 veículos?

SRA. SORAYA GARCIA – Locaram 12 veículos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E não tem a nota fiscal dos veículos?

SRA. SORAYA GARCIA – Tem. A LOCALIZA tem essas notas e a BRASCAR também dentro essas notas e está dentro do balanço.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, eu vou pedir Presidente que faça...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador, eu posso?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pois não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só que isso foi objeto até de um debate agora a pouco.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu vi esse debate.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Porque na verdade a Polícia Federal teve aqui um auto de apreensão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tem. Tem.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Passou em todas as...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tem das diligências.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E não da LOCALIZA, mas todas da UNIDAS, UNIDAS.

SRA. SORAYA GARCIA – Essa nota que ele se refere é da LOCALIZA.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É. Então todas...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só faltou da LOCALIZA aqui.

SRA. SORAYA GARCIA – Não a LOCALIZA nós abrimos o caixa da LOCALIZA.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Todas as apreensões...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não faltou, do que ele está lendo, falta da LOCALIZA, não foi feita a diligência.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Todas as apreensões, Senador, fazem parte do inquérito e até o Senador Antero, já mostrou a disposição de requerer a entrega disto. E todos, quer dizer, se houve contribuição da GTECH ou não? Todos esses autos aqui de apreensão se referem a veículos da empresa, mesmo da GTECH, não de campanha. Isso está nos autos de apreensão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas é que ela está dando uma novidade, ela está relatando um fato novo que é da LOCALIZA, 12 veículos...

SRA. SORAYA GARCIA – A LOCALIZA, inclusive o que é mais interessante nas notas fiscais de ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu não estou contrariando o Senador não, mas para mim a senhora está dando um fato novo.

SRA. SORAYA GARCIA – Não, a LOCALIZA foi à primeira empresa a ser locada. UNIDAS ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque o Senador disse que a GTECH...

SRA. SORAYA GARCIA – E BRASCAR, EUROPCAR, RENT-A-CAR, RENTAUTO. Eram, todas as locadoras tinham locação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A LOCALIZA entregou os documentos?

SRA. SORAYA GARCIA – A LOCALIZA, acompanhou a moça junto, levou a documentação junto, tirou fotocópia e levou o caixa dela de volta.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E tinha contrato de locação?

SRA. SORAYA GARCIA – Tem os contratos de locação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Contrato e a nota de prestação do serviço?

SRA. SORAYA GARCIA – É , toda locada. Tá tudo... A numeração é federal, já sai, ele não... É uma seqüência federal, a polícia já explicou.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, não é difícil localizar na LOCALIZA?

SRA. SORAYA GARCIA – Não é difícil, não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Outra coisa aqui é o envolvimento do Comendador Arcanjo. A senhora fez referência sobre o financiamento dele ajudando o PT de Londrina?

SRA. SORAYA GARCIA – Não. Eu só... A única foi que me perguntaram que me falaram assim: "Soraya, o João dos Santos Gomes Filho, não é o Advogado do Miguel Arcanjo, Comendador Arcanjo e do Youssef, doleiro?" Eu falei: "É".

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só tem essa ligação de ser desse advogado...

SRA. SORAYA GARCIA – Só essa ligação e era... E é filiado ao PSDB.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não eu só ...

SRA. SORAYA GARCIA – É só isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A ligação espiritual pelo advogado?

SRA. SORAYA GARCIA – (risos) A ligação é. O advogado tem o direito de ter o cliente que quiser, não é? Não tem isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu não estou discutindo o mérito, apenas querendo fazer um organograma na cabeça, porque nós estamos tentar um mosaico porque a história da senhora têm vários fragmentos, então a gente ...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu gostaria de saber tudo, Senador, mas eu não sei tudo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, não, eu digo, a gente tem que montar a história, a lógica. Porque esse negócio de trazer dinheiro em saco, aconteceu segundo o depoimento do irmão do Celso Daniel, também, a senhora que trabalhava na casa viu dois sacos de dinheiro, da mesma descrição que a senhora faz no seu depoimento...

SRA. SORAYA GARCIA – Hum, hum.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mesmo tipo de descrição. E a senhora disse que esse dinheiro era controlado por um disquete amarelo?

SRA. SORAYA GARCIA – Numa caixinha lilás.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E esse disquete está apreendido lá na...

SRA. SORAYA GARCIA – Nunca acharam.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Nunca acharam. Então não existe comprovação dessa...

SRA. SORAYA GARCIA – Isso foi uma coisa que ficou bem relacionada na campanha. Eles tinham todo o cuidado de destruir qualquer prova. Inclusive, quando num dos meus computadores entrou um vírus, e começou a destruir todos os dados do meu money de controle do caixa oficial, que esse poderia estar constando dentro do computador, o irmão do prefeito que é técnico e analista de sistemas foi lá tentar recuperar o money que havia sido perdido. Ao encontrar o Augusto Ermétio Dias Júnior que era chefe do comitê, assim mais direto, e disse que tinha conseguido recuperar os dados que eu estava sofrendo pra redigitar todo o money novamente. O Augusto deu uma bronca nele e disse ele não devia ter feito isso jamais. Porque deu a entender ao senhor Nilton Micheleti, que era para ter sido destruído...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Apagar as provas.

SRA. SORAYA GARCIA – E para deixar qualquer possibilidade... Existe parece um sistema que mesmo que você jogue dentro da lixeira, por um tempo, ele vai e ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Existe a prova na apuração do caso do PC. Eles deletaram e depois com um disquete, eles recuperaram todas as informações que estavam por lá.

SRA. SORAYA GARCIA – Então eles que... E os computadores... O que me chama mais a atenção é que foram locados.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A senhora sabe se a polícia apreendeu esse computador?

SRA. SORAYA GARCIA – Não, o computador foi locado, eles nunca pegaram, eles nunca compraram um computador. Só computador locado. Porque depois que você termina a locação, porque ele é locado conforme a necessidade sua, acabou a locação, o cara vai desmontar todas as peças.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tinha uma empresa que foi contratada para vários Estados pelo PT, para colocar computador. Essa empresa a senhora lembra o nome?

SRA. SORAYA GARCIA – A minha era a SILVESTER e SCARAÇALA que é de Londrina.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É de Londrina mesmo.

SRA. SORAYA GARCIA – É de Londrina. Eu queria citar sobre as cinco mil bandeirolas que o PT mandou para nós. Nós fizemos os pauzinhos para fazer campanha de rua e isso nunca foi dado em forma de doação de campanha, recibo eleitoral, nem nada.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu só queria fazer um parêntese. Num determinado momento do depoimento de Vossa Senhoria, eu pedi licença, aqui ao Senador Tuma, Vossa Senhoria afirmou que conhece o esquema de Londrina, não sei o que, e em determinado momento entra Cuiabá .

SRA. SORAYA GARCIA – Não, porque foi assim, na época que eu pensei em denunciar pela primeira

vez, havia umas... A gente lendo o jornal de Internet, havia uma... Já havia sido feito uma denúncia de ligação do PROCOM com o senhor Paulo Bernardo e a BR Distribuidoras em Maringá. Aí que havia uma suposta denúncia de caixa dois em Cuiabá. Uma outra denúncia de caixa dois em Porto Velho. Uma outra denúncia de caixa dois do PT em Ponta Grossa.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Mas não que a senhora testemunhou algum fato de Cuiabá?

SRA. SORAYA GARCIA – Não, não testemunho nenhum fato. E como não tinha dado em nada, eu fiquei ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Era bom só para o Senador saber, ela disse que o Comendador Arcanjo e o doleiro.

SRA. SORAYA GARCIA – O Youssef.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E o outro?

SRA. SORAYA GARCIA – O João dos Santos Gomes Filho, advogado deles.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Os três tinham dom advogado o doutor?

SRA. SORAYA GARCIA – O João dos Santos Gomes Filho.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, era essa ligação que tinha com Cuiabá. Ela explicou agora aqui, eu já sei que eu estourei o tempo Senador, só um minutinho. A própria assessoria do Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Garibaldi.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Garibaldi, pede se a senhora poderia descrever melhor um pouquinho a atuação de cada personagem citada aqui, Paulo Bernardo, Gilberto Carvalho, José Dirceu. Márcia Lopes.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) –

Essa pergunta foi feita.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Já foi feita?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Foi solicitação do Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Foi solicitação do Senador Arthur Virgílio. Então, tudo bem, porque me passaram agora isso aqui. Fica sem efeito.

SRA. SORAYA GARCIA – Obrigada Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Matéria vencida.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Hã?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Matéria vencida.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Matéria vencida e preocupado para eu ler depois.

SRA. SORAYA GARCIA – Obrigada Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas só uma coisinha que foi interessante, deve ser notícia de jornal aqui. "10 de novembro de 2004, a AVIS ligou para a Soraya, a senhora".

SRA. SORAYA GARCIA – Hum, hum.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – "No PT cobrando 200 reais do seguro, pela batida leve num pára-lama de um CEUTA dirigido por Rafael".

SRA. SORAYA GARCIA – Já sei.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A senhora: "Eu não sabia dos carros". Isso já foi falado com a senhora?

SRA. SORAYA GARCIA – Já.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então tudo bem. É porque eu achei estranho, que a senhora teve que ligar para Brasília.

SRA. SORAYA GARCIA – Tive.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Para SMP&B.

SRA. SORAYA GARCIA – A Márcia atendeu.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Atendeu e disse: "Que o Marcos viaja muito", que provavelmente é o Marcos Valério. E "depois que passou para o então, Deputado e hoje Ministro". A senhora confirma este fato?

SRA. SORAYA GARCIA – Confirmo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Está bom. Presidente, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Agradeço a Vossa Excelência e concedo a palavra ao último orador Senador inscrito, Senador Suplicy. Informando às Vossas Excelências, que como sempre o encerramento com chave de ouro e com a sua objetividade, informando que a Ordem do dia já está iniciando. Para Vossa Excelência para que nós possamos liquidar todo esse depoimento. Vossa Excelência tem a palavra.

SRA. SORAYA GARCIA – Obrigada Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Presidente Efraim Morais, senhor Senador Garibaldi Alves, e senhora Soraya Garcia. Quero informar que ainda no início da tarde, enquanto o Senador Garibaldi fazia a argüição, não pude assistir inteiramente porque eu era um dos primeiros inscritos hoje, e quis fazer um pronunciamento sobre os 26 anos do Partido dos Trabalhadores que se completarão no dia 10. E nesse pronunciamento, eu falei daqueles objetivos, valores, pilares da história do PT, que me fizeram acreditar tanto nesse Partido. E que eu acredito nele e espero colaborar para corrigir eventuais erros que tenham

acontecido. E queria transmitir à senhora Soraya Garcia, que da mesma maneira como discordo do Presidente Fernando Henrique Cardoso ter dito na revista IstoÉ e, reiterado de alguma maneira no Programa Roda Viva, que o Partido dos Trabalhadores seria algo que eu não vou aqui repetir, mas generalizando ,que isto não é o adequado. E assim como houve aqui Senadores dos diversos Partidos, que algumas vezes falam do Partido que eu pertenço de uma maneira generalizada, que isso também não é correto. Imagine, se eu fosse estar generalizando para os Partidos que apoiavam o Presidente Fernando Collor de Melo, que teve seu mandato cassado, os adjetivos que eram referidos às ações que foram constatadas na CPI sobre o caso PC Farias, que resultaram na sua cassação? Eu não fiz isso em qualquer momento, e avalio que seria próprio diante dos fatos que Vossa Senhoria tem revelado tomou conhecimento, alguns dos quais pessoalmente, eu acho importante que possa estar cooperando para que esses fatos então venham à tona, possam ser de fato verificados se aconteceram ou não. E se os erros que porventura tenham sido cometidos, que possam ser corrigidos e na forma adequada. Eu quero dizer que considero importante que a Polícia Federal, que o Ministério Público, que essa CPI faça a devida averiguação, e inclusive que o meu próprio Partido, estando até presente o Deputado André Vargas, por quem tenho o maior respeito e consideração nas vezes em que visitei o Paraná, inclusive algumas vezes em 2002, por exemplo, quando eu era pré-candidato à Presidência, em todas as ocasiões e, mesmo em outras, sempre o Deputado André Vargas me recebeu com toda a atenção e respeito e me levou aos mais diversos lugares, inclusive em Londrina, onde talvez, eu não me lembro, se Vossa Senhoria estava presente ali nas ocasiões, em que participei de campanhas. Assim como participei das campanhas de Paulo Bernardo, do Nedson e assim por diante como Senador que ali visitei. Mas um esclarecimento que gostaria de perguntar é o seguinte, a senhora conhece pessoalmente, o senhor Carlos Eduardo A. Fonseca Silva?

SRA. SORAYA GARCIA – Conheço.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Coincide dele estar hoje em Brasília para um encontro que está havendo na área de habitação, ele é o Presidente da COHAB, e tendo ele assistido o momento em que foi falado da visita do Ministro José Dirceu, e tendo ele... Senhor Presidente, eu vou pedir a atenção de Vossa, eu vou esperar o Presidente um pouquinho, porque é um momento aqui importante. Senhor Presidente, o senhor Carlos Eduardo A. Fonseca e Silva, Presidente da COHAB e que conhece a senhora e ela também conhece, acaba de informar que conhece a senhora Soraya Garcia, ele por coincidência, para um evento na área de habitação do Ministério das Cidades, sendo Presidente da COHAB, está eram Brasília. E tendo tomado conhecimento e assistido o momento que foi abordado esse caso e tendo ele sido a pessoa que foi receber o Ministro José Dirceu na época da sua visita, das duas visitas que fez. A primeira em 18 de setembro de 2004, mencionada por Vossa Senhoria no seu depoimento. A segunda, em 16 de outubro de 2004, e tendo ele ido receber e transportado o Ministro José Dirceu no seu automóvel, e inclusive, tendo as fotos deste evento, aqui, Presidente Efraim Morais, eu vou passar às mãos de Vossa Excelência, primeiro a chegada do Ministro José Dirceu, no avião, acho que é um táxi aéreo, eu está ai identificado. O momento que 18 de setembro na companhia do Prefeito Nedson, está o Ministro José Dirceu aqui de casaco de couro. Nesse mesmo dia em 18 de setembro, 18 de setembro, de casaco de couro ao lado do carro do senhor Carlos Eduardo, que é um Fiat MAREA e no outro dia, onde ele está apenas de camisa, que seria dia 16 de outubro, novamente o Fiat MAREA, então, são duas ocasiões. Eu pediria que mostrasse à senhora Soraya, porque às vezes as pessoas podem se enganar, mas como está aí identificado na foto. Quem sabe isso possa ajudá-la, pelo menos a esclarecer este episódio. Cada um dos episódios precisa esclarecimento, mas vamos esclarecer...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu vou esclarecer novamente esse episódio.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Aquele onde nós podemos ter uma contribuição.

SRA. SORAYA GARCIA – Mais uma vez.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pois não.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu fiz uma declaração....

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não, mas eu gostaria que visse as fotos.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu vou explicar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não, mas a senhora pode ver as fotos e o carro, só para ter a segurança de que o carro... Veja, que o carro está bem atrás do Ministro em duas fotos. Então, dá para identificar.

SRA. SORAYA GARCIA – E aqui o HOTEL CRISTAL. Esse aqui não faz referência ao CENTRO DE EVENTOS DE LONDRINA.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas ele poderia estar saindo do hotel?

SRA. SORAYA GARCIA – O HOTEL CRISTAL, não faz referência ao CENTRO DE EVENTOS DE LONDRINA.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim, mas o Ministro pode estar saindo do hotel para ir ao evento, mas aí tem o automóvel atrás. Em duas fotos tem o automóvel atrás. O automóvel é um Fiat MAREA, e o automóvel é um Fiat MAREA de propriedade do senhor Carlos Eduardo, que como foi a pessoa que foi buscar o Ministro, é que ele trouxe aqui, inclusive há o CD com as fotos, se o Presidente considerar importante o CD com as fotos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Eu queria ver a fita, toda a fita da campanha.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A fita completa de todos os eventos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Requerer toda a fita da campanha.

SRA. SORAYA GARCIA – Ô, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pois não.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu vou explicar novamente. Me foi mandado cotar uma BMW blindada, eu cotei. Me mandaram separar, eu a separei. Mandaram colocar para disposição, eu fiz o que me pediram. Passei o valor, mil 280 reais com motorista.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Certo.

SRA. SORAYA GARCIA – E essa responsabilidade de tirar essa BMW, o dinheiro foi separado para isso, foi entregue para fazer isso, ficou em relação aos outros organizadores do evento. Eu tinha toda a organização, café, água, mesa, tudo. Eu fiz o que me mandaram. Nesse dia, chovia muito em Londrina, muito, muito e estava extremamente frio. Muito frio. E a única coisa que eu não reconheço aí, é que os óculos do senhor Ministro eram de lentes meio rosa, e não escura assim. Esses óculos de lentes escuras eram no dia do 16 de setembro, que pela manhã estava frio. Então, eu continuo dizendo disso...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – 18 de setembro?

SRA. SORAYA GARCIA – 18 de setembro e 16 de outubro desculpa. Eu continuo dizendo: "O que eu sei, foi o que eu fiz". Me perguntaram: "Soraya, você fez a separação?" – "Fiz". – "Fez a locação? Deixou pré-agendada?".- "Deixei". E vou responder lhe responder. Eu não tenho absoluta certeza se ele estava lá dentro, como eu já disse isso uma vez, porque eu estava colocando os arranjos na mesa. Mas que eu fiz todo o processo para que essa BMW fosse disponibilizada ao senhor Ministro, eu fiz.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quer dize, pode ser até que a senhora tenha disponibilizado o automóvel, mas o Ministro acabou usando outro automóvel?

SRA. SORAYA GARCIA – Isso eu já... Pode ter ocorrido.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pode ter ocorrido isso.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu já disse isso várias vezes.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Está bem. Pelo menos fica isso esclarecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – O Ministro que Vossa Excelência se refere, é o ex-Deputado?

SRA. SORAYA GARCIA – É o Ministro José Dirceu.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Ministro José Dirceu, à época dos fatos, 18 de setembro ele era Ministro da Casa Civil, 2004.

SRA. SORAYA GARCIA – Em 18, chovia tanto que teve problema de teto para ele poder descer em Londrina.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Se bem que aí nas fotos não está chovendo.

SRA. SORAYA GARCIA – Mas chovia tanto que o senhor não tem idéia. Não tinha teto para descer o avião, tanto que ele chegou atrasado. Sim, mas...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu dirigi na chuva por mais de horas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ah, a senhora foi ao aeroporto?

SRA. SORAYA GARCIA – Não, fui buscar, copos, taça de cristal para servir, taça de café.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas aí quando chegou o Ministro parou a chuva, pelo menos na foto.

SRA. SORAYA GARCIA – Ele chegou ainda chuviscando, na hora de sair é que...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Na hora de tirar a foto parou a chuva.

SRA. SORAYA GARCIA – É. Eu acho que parou a chuva só na hora de tirar na foto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Bom. Outro assunto. Itaipu, Binacional presidida pelo senhor Jorge Samek, relativamente ao que a senhora aqui respondeu, através da Assessoria de Comunicação Social, encaminhou um breve ofício que encaminho, uma nota oficial, que passo a ler rapidamente, senhor Presidente: "A denúncia feita por Soraya Garcia, em entrevista ao Jornal Folha, desta quarta-feira, de que a Itaipu Binacional teria destinado recursos financeiros à campanha do candidato do PT à Prefeitura de Londrina, à eleição de 2004, é mentirosa feita sob encomenda, para tentar atingir a imagem da empresa e de seus diretores. Para restabelecer a verdade, a Itaipu informa que não destinou recursos financeiros ou apoio

algum a quaisquer campanhas políticos partidárias. A Itaipu reafirma enfaticamente seu compromisso de não se envolver em campanhas políticos partidárias e de pautar sua gestão pela ética e pela obediência aos princípios universais da legalidade, moralidade e probidade, atendendo intransigentemente ao interesse público brasileiro e paraguaio. A tentativa de atribuir à Itaipu atividades irregulares não passa de denúncias vazias e inconseqüentes", estou lendo o que...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu estou entendendo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – "Visa tão somente atender de satisfazer interesses escusos e de patrocinadores inescrupulosos que não tem compromisso com a verdade dos fatos. A Itaipu coloca-se à disposição dos meios de comunicação, para demonstrar que a acusação de Soraya Garcia é falsa inquérito e serve a interesses políticos eleitorais inconfessáveis. Finalmente, a Itaipu informa que adotará todas as medidas extras judiciais e ou judiciais cabíveis, para responsabilizar a autora da denúncia e para obter reparação pelos danos causados à imagem da empresa. Curitiba, 08 de fevereiro de 2006". Obviamente, eu tendo lido essa nota, considero importante que possa Vossa Senhoria esclarecer o que sabe a respeito e das razões que fizeram a direção de Itaipu enfaticamente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senador, essa nota oficial é da Itaipu?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Exato. Eu encaminho...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu estranho aqui e queria até saber se diz: "A Itaipu coloca-se à disposição dos meios de comunicação, para demonstrar que a acusação de Soraya Garcia é falsa e serve a interesses políticos e eleitorais inconfessáveis". Eu queria saber se o mesmo assessor coloca a Itaipu, para que a CPI vá dentro da Itaipu tentar investigar, é isso que nós queremos. Não só a imprensa, mas também seja colocada a Itaipu à disposição da CPI. Já que a palavra da depoente é na CPI. É isso que nós queremos saber depois a assessoria nos informe e nos coloca à disposição, para que a CPI tenha direito aberto de poder fazer as investigações. Também quero saber essa informação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Acho mais do que natural senhor Presidente, que Vossa Excelência possa...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Eu entendo que se trata de um depoimento a esta CPI, e na hora que se coloca à disposição da imprensa , é justo que se coloque para esclarecimento, também coloque à empresa à disposição, para que as denúncias que forem aqui feitas e possivelmente serão investigadas, para que nós possamos dar continuidade à nossa investigação, e não exclusivamente a imprensa que tem nos ajudado e muito. Mas a CPI precisa também que esse espaço seja aberto, não de esclarecimento, mas inclusive de documentos se a CPI achar necessário.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A minha sugestão, senhor Presidente, é que então essa comunicação possa ser encaminhada oficialmente ao Presidente de Itaipu, Jorge Samek e por Vossa Excelência mesmo, mas sem prejuízo da...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Vamos primeiro analisar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas eu quero dar a oportunidade à senhora Soraya.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – De Vossa Excelência que possa conclusão...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim, está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Presidente manda comunicar para encerrar a sessão em função da Ordem do dia.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só queria Senador Suplicy, só para... Pelo que eu entendi da depoente aqui, não li a Folha de São Paulo hoje a que a nota se refere, mas pelo que eu entendi, a depoente falou que ouviu falar que 400 mil reais teriam vindo.

SRA. SORAYA GARCIA – 400 pilas, foi a palavra que foi usada...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas que a senhora ouviu falar de alguém...

SRA. SORAYA GARCIA – O Augusto numa ligação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quer dizer...

SRA. SORAYA GARCIA – Eu não sei quem era.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Na verdade eu até acho que... Quer dizer ela ouviu falar, mas não tem nenhum fato aí.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu denunciei isso no dia 28 de setembro de 2005. Por quê só hoje? É a pergunta que eu faço: A Itaipu vem e fala isso? Eu gostaria que a Itaipu já tivesse feito isso antes.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Está bem, mas com certeza o fato de a senhora, de Vossa Senhoria estar comparecendo à Comissão Parlamentar de Inquérito, aumenta sem dúvida, a responsabilidade da empresa. Então, portanto, senhora Soraya Garcia, a presença de Vossa Senhoria aqui, constitui até... Quer dizer, porque aqui o Presidente Efraim Morais

até notou, trata-se de uma resposta que a Itaipu está colocando, tendo em vista o publicado na Folha. Mas a senhora não havia ainda prestado depoimento, mas como a senhora aqui falou desse assunto, eu acho importante que possa esclarecer bem, inclusive, este aspecto que eu vou pedir para a senhora ser precisa. Pelo que eu compreendi do que explicou, Vossa Senhoria teria ouvido do senhor Augusto, que de Itaipu, mas a senhora mesmo explicou, que não soube bem qualificar, se teria vindo da própria empresa ou de algo relacionado à Itaipu, que poderia ser até algum fornecedor, alguma coisa ou algo assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senador, eu estou recebendo pressão do Presidente da Casa dizendo que nada valerá daqui para frente em função da Ordem do Dia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Minha última indagação, pronto.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu vou continuar repetindo o que eu escutei. "400 pilas da Itaipu, como é que vocês conseguiram isso?" Isso que me chamou a atenção. Porque como a Itaipu e os CORREIOS para nós humildes brasileiros, são os maiores símbolos. O CORREIO é o maior postal do mundo, o mais eficiente. Itaipu é o símbolo nacional da maior hidroelétrica do mundo até a chinesa ficar pronta. Então, é o nosso orgulho, por isso chamou a atenção. E ele quando viu que eu estava olhando, também ficou assustado. A reação dele era de surpresa. E eu conheço o Augusto há 20 anos. Então eu vi que ele ficou tão surpreendido quanto eu com aquela notícia. Se isso não vier a se comprovar, eu sou responsável pelos meus atos. Eu sei aonde eu estou indo. Eu estou consciente do que eu estou fazendo. Eu sei o que pode gerar com tudo isso. Mas eu tenho que ser verdadeira com tudo que eu escutei e pague o preço que eu tiver que pagar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Presidente, eu acho que á ainda, uma pergunta importante até um benefício dela. A senhora mencionou que desde que perdeu o seu emprego, vem recebendo ajuda de pessoas.

SRA. SORAYA GARCIA – Jornalistas, o pessoal do sindicato, não sindicato em sim, mas as pessoas do sindicato.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A senhora há de convir que é natural, que eu possa fazer isso, não há, não considere isso qualquer ofensa, mas por acaso, estaria como sendo, também uma das pessoas que têm ajudado a sua sobrevivência digamos, algum Partido ou pessoa de Partido a que esteja, digamos, muito interessado em colocar estas, a questão de... Digamos atacar o PT? A senhora há de convir que é natural, que eu formule uma pergunta como essa...

SRA. SORAYA GARCIA – É natural.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E a senhora se sinta inteiramente livre para responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, essa pergunta já foi feita.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ah, está bom.

SRA. SORAYA GARCIA – Mas eu vou responder de qualquer forma, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pois não. Só para constar.

SRA. SORAYA GARCIA – Se tivesse, eu não negaria.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu não fiz a pergunta.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu estou tendo muita dificuldade mesmo. Eu gostaria de trabalhar, mas como está difícil pra mim, então as pessoas me ajudam como podem. E, por enquanto de Partido nenhum. Eu tenho recebido ajuda do meu advogado para pagar água, luz, essas coisas. E eu queria agradecer muito. E eu tenho uma admiração pelo senhor enorme, eu queria dizer isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Presidente, na CPI do caso PC Farias, certo dia compareceu a senhora Sandra Fernandes de Oliveira. Desde então, eu acompanho as dificuldades que ela tem tido para obter trabalho e tudo. Eu espero que, na medida em que a senhora revelou fatos que ainda, estamos aqui para averiguar, se são verdadeiros ou senão são, mas é importante que uma pessoa que resolva transmitir fatos para serem averiguados, e ainda, nós estamos averiguando, que ela não perca oportunidade de trabalho em função da iniciativa que resolveu ter. E por outro lado, eu tenho a convicção de que inclusive...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senador Suplicy, eu agradeço. Vossa Excelência termina amanhecendo o dia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ultima frase, mas que na cidade da senhora há muitas pessoas filiadas ao PT, que tem o maior sentido ético e querem viver com os melhores princípios todos os dias de suas vidas.

SRA. SORAYA GARCIA – Eu sei, Senador. Eu só quero te responder uma coisa, rapidinho. Senador, eu sei que tem gente, mas a minha impressão de onde eu estive não foi boa, me deixou muito triste.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Senador Arns, só um minutinho.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim, só um minuto. Porque o Senador Suplicy colocou que todos os fatos, há muitos fatos e cada um merece, na verdade, uma abordagem específica. Ele colocou a questão dos eventos com o ex-ministro José Dirceu, mas eu queria levantar para o senhor Relator, o Senador Garibaldi Alves, porque a fundamentação inclusive, para a vinda da senhora Soraya Garcia, aqui para esta CPI, foi baseada com as relações da GTECH e o aluguel de carros e coisa, assim que foram mencionados no dia de ontem. Eu quero só dizer para Vossa Excelência, que foi feito uma busca e apreensão de todos os materiais que pudessem se relacionar a GTECH pela Polícia Federal, e todos esses documentos podem e devem, na verdade, ser requisitados. E Vossa Excelência vai verificar nesses documentos que todas as pessoas nessa busca e apreensão de todos os materiais, são funcionários da GTECH, então, não são pessoas relacionadas à Prefeitura ou à campanha. Eu só pediria, isso claro que tem que ser comprovado também, lógico, mas que Vossa Excelência assim pudesse no seu relatório se aprofundar sobre esta informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-BA) – Agradeço à Vossa Excelência, Senador Suplicy e Senador Arns e o Relator. Agradeço à senhora Soraya Garcia, o seu advogado. E amanhã mantemos a nossa reunião às dez horas da manhã, até porque é possível que dos três convidados, um possa estar presente. Não temos ainda a garantia da presença, mas para tranqüilizar a todos, não faremos sessão administrativa, faremos apenas o depoimento se acontecer. Está encerrada a sessão.

(Sessão encerrada às 17h32)

Ata da 57ª Reunião, realizada em 14 de fevereiro de 2006.

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às treze horas, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores, Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Antero Paes de Barros, Leomar Quintanilha, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita, Álvaro Dias, Siba Machado, Ideli Salvatti e Wellington Salgado, presente ainda o Senador Arthur Virgílio, não membro, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente reunião destina-se a oitiva dos Senhores Olavo Sales da Silveira, Presidente da Associação Brasileira dos Bingos – ABRABIN e Rui Manoel Mendes Francisco. A seguir o Senhor Presidente submete a votação o **Requerimento n.º 312/05**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, requer seja convocado o Sr. Francisco das Chagas Costa, para prestar depoimento nesta CPI, sobre matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo. Em votação, é aprovado. Indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada é considerada aprovada. Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, informa que o Senhor Ministro Paulo Bernardo encaminhou a Presidência da Comissão expediente comunicando que se coloca a disposição para prestar os esclarecimentos necessários. Com a palavra o Presidente acusa o recebimento do referido ofício e precede a sua leitura. Convida, a seguir, o Sr. Olavo Sales para tomar assento a mesa. Com a palavra o depoente faz um breve relato sobre suas atividades profissionais. Com a palavra o Relator para os questionamentos iniciais, seguido de acordo com a lista de inscrição pelos Senadores Geraldo Mesquita, Flávio Arns e Eduardo Suplicy. A presidência agradece a participação do depoente e convida o Senhor Rui Manoel Mendes Francisco, empresário, para tomar assento a Mesa. Com a palavra o depoente se coloca a disposição para dos parlamentares. Com a palavra o Relator para os questionamentos iniciais seguido pelo Senador Eduardo Suplicy. O senhor Presidente agradece a presença da depoente e convoca reunião a realizar-se na quinta-feira, dia dezesseis, com a presença dos senhores Dr. Julier Sebastião da Silva, Juiz Federal da 1ª Vara e Dr. José Pedro Taques, Procurador da Republica. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezesseis horas e quarenta minutos e, para constar eu, *José Augusto Panisset Santana*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Há número regimental. Declaro aberta a 57ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo requerimento número 245 de 2004 para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem e ocultação de bens de direito e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de aposta com o crime organizado. Comunico aos senhores Parlamentares

que teremos na pauta de hoje alguns requerimentos e as oitivas do senhor Olavo Sales da Silva e Rui Manuel Mendes Francisco. Há um requerimento para fechamento de agenda convocando o senhor Francisco Chagas da Costa, para vir depor a esta CPI. Em discussão. Não tendo quem queira discutir em votação. Os senhores Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Vou esperar número para votar os demais. Esses só para fechar aí a agenda do depoimento. Convido, solicito, comunico aos senhores Senadores que ata da reunião anterior encontra-se sobre a Mesa. Coloco em votação propondo a dispensa da leitura. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. E convido para tomar assento à Mesa o senhor Olavo Sales da Silveira.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senhor Presidente, é que eu estava há poucos instantes atrás no telefone com o ministro Paulo Bernardo do Planejamento e ele me informou que encaminhou a V.Exa. uma correspondência se colocando plenamente à disposição no momento que a CPI entender para que ele possa prestar todo e qualquer esclarecimento. O único pedido dele foi de que não ocorresse esta semana tendo em vista que ele está já com compromissos agendados, até tendo em vista as questões aí da deliberação do orçamento. Então, apenas para deixar o registro para que não fique nenhum tipo de ruído, de que não haja da parte do ministro Paulo Bernardo interesse de comparecer e prestar os esclarecimentos devidos à CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa. e comunico que o ministro também me ligou comunicando que estava encaminhando essa carta e que a assessoria acaba de me apresentar e vou ler a carta do Ministro Paulo Bernardo, datado de hoje, 14 de fevereiro de 2006. "Excelentíssimo Senador Efraim Moraes, Presidente da CPI dos Bingos, cumprimento V.Exa. pelo trabalho que vem desempenhando no Senado Federal e reitero os termos da nossa conversa telefônica de hoje, com relação ao requerimento apresentado pelo senador Antero Paes de Barros, pedindo a minha convocação para falar sobre acusações que me foram feitas pela senhora Soraya Garcia. Conforme já lhe disse Senador Efraim Moraes, coloco-me inteiramente à disposição dessa Comissão para esclarecer todas as dúvidas a respeito do caso, também pretendo relatar a essa CPI, todos os detalhes das conversas que mantive com o Deputado Luís Carlos Hauly, quando fui por ele procurado para discutir eventual apoio do mesmo ao candidato do PT a reeleição em Londrina, Nedson Michelet, em 2004. Solicito Senador que caso se confirme o interesse dessa Comissão em ouvir o meu relato, a audiência não seja marcada para esta semana em razão de já ter como Ministro de Estado assumido vários compromissos, inclusive, fora de Brasília que não posso estar. Agradeço a atenção de V.Exa. e informo a quem enviarei cópias dessa carta ao Senador Garibaldi Alves e aos líderes do Governo e do meu partido. Deputado Federal licenciado, Ministro do Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo da Silva". É evidente que teremos o maior prazer de atender a condição do Ministro e claro não faremos essa convocação e nem vamos discutir o requerimento de convocação do Ministro na data de hoje. A carta é esta, está à disposição dos senhores Senadores e da imprensa na Comissão da CPI. Eu quero agradecer ao Dr. Olavo Sales da Silveira pela sua presença. Agradecendo a convocação nesta CPI e na condição de Presidente da Associação Brasileira dos Bingos, ABRABIN, com certeza tem esclarecimentos a prestar serviços, ajudar a esta Comissão a conclusão dos seus trabalhos. Dr. Olavo, muito obrigado pela sua presença e convoco os microfones da nossa, da nossa CPI à sua disposição para as suas considerações iniciais.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Senhor Presidente, Senador Efraim, senhor Relator, Senador Garibaldi Alves, excelentíssimos senhores Senadores, Senadora. Eu me apresento a esta Casa como um pregador, um pastor que está a perseguir a regulamentação para atividade do bingo. Esta convocação se apresenta como uma oportunidade muito importante para trazer a esta Casa primeiramente as informações que me forem solicitadas. E se me for dado a oportunidade, apresentar alguns dados complementares e porque não algumas correções também do nosso ponto de vista, a fatos que aqui foram trazidos sobre a nossa atividade e sobre os quais temos a comentar, temos a emendar. De maneira que me apresento sem *habeas-corpus*, sem acompanhamento jurídico e com a expectativa de poder contribuir com esta Casa, a quem a atividade deve a faculdade de ainda estar em operação. E de onde espera nessa proposta de regulamentação firme, precisa, justa e exeqüível, se assim esta Casa entender. Pois que já mostrou serenidade, independência para avaliar a medida proposta, no calor de episódios que dão origem a esta CPI, revertendo sentença a atividade, a nosso ver injustificada e criando a oportunidade para que em momentos e formas mais adequadas, pudesse se reavaliar o tratamento a ser dado a atividade. Eu sou Olavo Sales da

Silveira, brasileiro, 52 anos, empresário, iniciei a minha atividade trabalhando como auditor, fiz passagem pela área de previdência e seguros e atuo atualmente como consultor através de empresa própria constituída para este objeto. Vou me permitir um breve relato sobre a história do bingo no cenário nacional. Todos nós sabemos que a nossa iniciação, o nosso começo como bingos em atividade nesse país, nasceu com a lei 7692, Lei Zico, cujo objetivo primeiro era criar uma fonte de renda para os esportes. Os beneficiários pretendiam se fossem os clubes de futebol, eu diria que este intento se viu frustrada naquela oportunidade e vejo que hoje ainda se trata desse assunto. Era óbvio que o interesse era de montar bingos, que pudessem ser vinculados aos grandes clubes. Quem não quer um bingo do Corinthians em São Paulo? Mas naquela oportunidade deparava-se a atividade com uma dificuldade, os grandes clubes não conseguiam reunir a documentação necessária, basicamente por problemas fiscais, tributários e débitos de impostos e isso lhes impedia o acesso e a liberação de bingos em seu nome. Então isso foi um tanto quanto frustrante, eu imagino para o autor da legislação. A atividade encontrou caminhos, encontrou soluções. Por vias tortas eu acredito que o bingo vai a beneficiar as instituições que mais precisavam. Como instituições a lei estabeleciam que poderiam ser instituições de práticas ou de administração, as entidades de administração se beneficiaram, por serem menores elas tínhamos condições de alcançar uma condição fisco tributária que lhes permitisse a obtenção das autorizações. O controle da atividade ficava alocado a secretarias de Fazendas de cada Estado e aí nascia uma certa dificuldade. Haviam Estados que estavam preparados, tinham organizações que trabalhavam com loterias, ou seja, as loterias estaduais assumiam naturalmente o papel de fiscalizadoras, concedentes de autorização. 14 Estados estavam nessa condição e 13 Estados não tinham essas estruturas. Então em alguns Estados essa estrutura que deveria fazer o controle de fiscalização, ela ficou acanhada, ela ficou sem *know-how*, eu diria. Fruto desta condição, 5 anos após numa atuação do Ministro Edson Arantes do Nascimento, atuando em cima do instituto da lei dos esportes, no estatuto dos esportes, criou e introduziu mudanças, mudanças essas que basicamente traduziram a seguinte posição: A lei transferia a competência para legalização e fiscalização centralizando em Brasília no INDESP. O INDESP, infelizmente era um órgão relativamente pequeno para essa tarefa em todo o Brasil, ele se viu de uma hora para a outra com uma missão acima da sua capacidade física de processar. Isso criou muito atraso no processo, do processamento desses documentos, dificuldades, porque afinal o Brasil todo tinha que se reportar à Brasília e o INDESP adotou a política de criar convênios de gestão com as loterias estaduais onde elas existiam. Então, metade do Brasil se reportava ao INDESP aqui em Brasília e a outra metade se relacionava basicamente com as loterias estaduais, onde elas existiam em número de 14 Estados. Este processo também começou a apresentar dificuldades por parte do INDESP e o mercado não estava com o acompanhamento como devia-se. Foi editado uma Medida Provisória, que transferia a competência para a União transferindo, transformando basicamente o bingo em um serviço público de competência da União, de exploração direta ou indireta pela caixa. Essa transferência foi absorvida pela Caixa Econômica, mas ela pegava contratos em vigência que ela tinha que respeitar, contratos esses que haviam sido firmados pelo INDESP, com as loterias estaduais. Este processo fez com que a Caixa Econômica tivesse uma dificuldade, digamos, de absorção como um todo do processo. E isso foi criando alguns estresse no relacionamento e os Estados passaram a editar legislações estaduais para a administração do bingo. Então, vejam senhores que o bingo teve uma evolução de descolamentos, de estruturas, de competência bastante acentuada nesse período, de forma que tivemos mais recentemente uma discussão no Supremo Tribunal onde se discuta se a competência do Estado para legislar sobre o assunto era válida ou não, isto provocou o fechamento, o cancelamento de autorizações, nos Estados em que os bingos estavam com autorizações estaduais. Permanecendo aqueles bingos dos Estados onde a autorização era judicial e advinda de Legislação Federal. Portanto, eu acredito que isso é um breve histórico e que nos mostra que nós precisamos hoje de uma regulamentação para a atividade do bingo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senhor Olavo Sales da Silveira nós agradecemos inicialmente a Vossa Senhoria pelo relato e concedo a palavra ao Relator Senador Garibaldi Alves.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senhor Olavo Sales de Oliveira, eu pergunto a Vossa Senhoria, se Vossa Senhoria possuí alguma casa de bingo?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Eu participo da administração de uma casa. Eu não sou sócio de uma casa de bingo.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E qual é essa casa?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Bingo Augusta em São Paulo.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Só desta casa?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Eu faço também assessoria e administração do Bingo Brigadeiro em São Paulo.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Essas casas que de qualquer maneira Vossa Senhoria está a frente, tem tido problemas com órgãos federais ou estaduais, para se manter em funcionamento?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não. No momento em que a Lei Maguito, que foi uma terceira, uma quarta mudança na legislação sobre bingo, transferia a competência para que a caixa propusesse uma regulamentação no espaço de dois anos e esse tempo esgotou-se em dezembro de 2002, a partir daquele momento não tínhamos como pedir autorização à Caixa Econômica. Por diversos embasamentos legais que posso até enunciá-los a frente se necessário, os bingos que operavam entraram na Justiça Federal obtendo uma autorização judicial. As casas que eu participo da administração tem autorizações judiciais para seu funcionamento.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Vossa Senhoria ainda é o Presidente da ABRABIN, Associação Brasileira de Bingos?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Sim, eu sou o Presidente em exercício da ABRABIN, estou no 5º ano de exercício.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Vossa Senhoria explora máquinas eletrônicas programadas ou máquinas caça-níqueis?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – O bingo em que eu faço administração e todos os demais que são filiados a ABRABIN, estão proibidos de operar máquinas caça-níqueis, trabalhamos apenas com máquinas de vídeo bingo, máquinas que foram constituídas dentro da legislação vigente que cumprem portarias, inclusive, de instrução e se alguma estrutura de distribuição de máquinas fizer com que essas máquinas operem em locais diferentes de bingos, nós recomendamos a retirada dessas máquinas dos bingos.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E Vossa Senhoria é o proprietário dessas máquinas?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não. Essas máquinas são operadas em regime de parceria. No meu bingo é regime de risco, divide-se o resultado. Existe também um regime em que os operadores de máquinas colocam a máquina por um custo fixo e o risco de lucro ou o prejuízo é do próprio bingo.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E quem são os proprietários das máquinas?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – O mercado de máquinas divide-se basicamente em duas estruturas, uma estrutura de desenvolvimento de softwares que é a parte, digamos, que desenvolve os jogos, que é responsável por jogos que são êxito ou não e uma estrutura que lida com hardware, que é a máquina basicamente estabelecida. A relação dos bingos ela acontece basicamente com as empresas de distribuição de máquinas, de distribuição do hardware. E em São Paulo nós temos em torno de 20 empresas que fazem a distribuição dessas máquinas.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quem são os principais distribuidoras dessas máquinas eletrônicas, os principais apenas, os maiores.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Nós teríamos, se o senhor me permite fazer uma consulta.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – São muitas?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Eu diria que nós temos em torno de umas seis organizações que tem do mercado.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – 65%?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Valor estimativo, de que essas seis organizações tenham a maioria em torno de 65%, nós acreditamos e os demais estariam distribuídos com menores distribuidores.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E esses proprietários dos 65%, quem são?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – O senhor me permite uma consulta?

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pois não. Pois não. Fique a vontade.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Eu colocaria como nesse ranking das maiores operadoras empresas como Divermatic, Brasil Games, Chocmachine(F), Multibingo. Eu acredito que essas merecem destaque numa relação de 21 que eu conheço.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E quem são os proprietários? São pessoas conhecidas?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – É... Nós lidamos com pessoas que respondem por essas empresas. Nós muitas vezes não temos certeza se essas pessoas são efetivamente os controladores da empresa, mas eu posso lhe dar o nome dos responsáveis, quando em contato com a estrutura de cada uma das empresas ou dessas que Vossa Senhoria mencionou. Nós temos na Divermatic o senhor Marcos Alexandre, na Mídia Show, senhor João, eu posso dar, se neces-

sário informações complementares, encaminhar a Vossa Senhoria quando necessário. Da Brasil Games o senhor Rui Manuel Mendes, da Chocmachine(F) o senhor Armando. Eu acho que foram essas a que eu havia relacionado como as que tem operação mais destacada.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O bingo tradicional de cartela foi quase que totalmente substituído pelas máquinas eletrônicas, ou não?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Eu posso falar pelo bingo em que eu tenho administração, em que eu tenho dados sobre o assunto. Eu diria que hoje a operação do bingo tradicional ela se restringe a 30%.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – 30% de cartela?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Um pouco mais. Nós temos uma relação... Não 30% é de bom tamanho. Traduz, na experiência sobre as quais eu tenho números que são das casas que eu partilho da administração. O bingo permanente responde por 30% das receitas.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Que modalidades de jogos estão disponíveis, apenas jogo de bingo ou na prática são cassinos virtuais?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – É uma pergunta muito importante para nós respondê-la com precisão. As máquinas de bingo, elas entraram com uma proposta bastante diferenciada, máquinas caça-níqueis são máquinas que tem uma proposta via de regra dentro de um cassino, ela não tem uma proposta de lazer, ela não tem uma proposta de entretenimento, ela é uma proposta para um passante, para alguém que foi a Las Vegas, vai passar dois dias, tem um prêmio muito grande no painel, a pessoa se entusiasma perseguir, e provavelmente não ganha, a proposta é como o nome traduz, é um caça níquel, nós com bingo, com máquinas de lazer e entretenimento, se nós tivéssemos essa proposta, nós temos fregueses, clientes, pessoas que vão lá para se divertir, a proposta, a relação da máquina de bingo ela é uma proposta amena, ela é uma proposta de a pessoa poder brincar por o máximo de tempo possível, com uma importância relativa pequena, de outra forma o bingo já não seria mais uma estrutura existente, ele já teria se extinguido por esgotamento do seu espaço. Então, existe uma diferença crucial além de bases técnicas, locais, onde ficam disponíveis a acessibilidade, entre as máquinas de vídeo bingo e as máquinas caça-níqueis, que estão restritas ao uso dentro do bingo, obviamente com motivação de bingo. Quer dizer, ele é um bingo eletrônico. A proposta dele é uma cartela, ele propõe bingos tradicionais do modelo espanhol, bingo americano, kenu(F), são situações digamos de jogos e de máquinas diferentes, de máquinas que se encontram conhecidas como caça-níqueis e máquinas de cassinos.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Vossa Senhoria conhece os senhores Alejandro Ortiz, José Renato Granado. Conhece?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Conheço ambas as pessoas mencionadas.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Tem relacionamento com eles?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Na condição de administrador de um bingo e de Presidente da Associação, tive contatos com ambos, o senhor José Renato foi Presidente da associação carioca de bingos, uma, digamos assim uma extensão, uma representação local da ABRABIN, hoje ele não está mais a frente, mas é um cidadão ativo na operação. E o senhor Alejandro Ortiz foi um dos pioneiros na introdução de máquinas e equipamentos no Brasil e depois seguiu a linha do desenvolvimento de softwares.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas eles, eles não tem participação nos bingos que Vossa Senhoria administra?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Com certeza não.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não. Não tem participação.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Vossa Senhoria conhece o senhor Carlos Cachoeira?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – É... Eu conheço de tê-lo visto na televisão, mas nunca...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pessoalmente não?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Nunca tivemos contato pessoal, nunca trocamos telefonemas.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o senhor Waldomiro Diniz?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Também conheço, o senhor Waldomiro Diniz quando eu assumi a Presidência da ABRABIN era Presidente da LOTERJ e por força da necessidade de termos um relacionamento com os Presidentes das loterias, eu tive contato com o senhor Waldomiro, ele participou de seminários que nós promovemos como expositor, como tive com outros tantos Presidentes de associações, de loterias estaduais em todo o Brasil.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quer dizer que o senhor nunca teve negócios com eles?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não, nunca tive qualquer negócio com o senhor Waldomiro.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nem com o senhor Carlos Cachoeira.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Nem com o senhor Carlos Cachoeira.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nem com o senhor Alejandro Ortiz e Renato Granado?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – É. Negócios com o senhor Renato Granado nunca o tive, negócios com o senhor Ortiz como fornecedor de máquinas para todo o Brasil, obviamente, existiram, porque máquinas que lá na origem eram distribuídas por eles estavam no meu bingo. Então eu tenho que chamar disso de uma relação comercial.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Há possibilidade de nessa relação que o senhor deu aí, que o senhor diz: "Não, eu não posso dizer que esses são os proprietários". Há possibilidade deles estarem por trás de algum bingo desse?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Eu não tenho a informação. Eu preciso ressaltar que a Associação Brasileira dos Bingos, ela é uma Associação de Bingos. Nós não reunimos como nossos associados as distribuidoras de máquinas. A nossa relação com ele se restringe à necessidade de criarmos um certo ordenamento, uma certa regulamentação para atividade, restrições do que não nos convém sobre máquinas, nós não queremos máquinas que tenham acumulados muito altos, nós não queremos que as máquinas dos bingos saiam de dentro dos bingos. Então isso cria digamos uma agenda com a qual temos que ter contatos com as empresas de máquinas, o que nos permite conhecer os principais, mas não sendo eles filiados a ABRABIN eu não tenho dados precisos sobre eles, como tenho sobre bingos que eu tenho mais informações sobre bingos do que sobre as empresas distribuidoras de máquinas.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Vossa Senhoria trabalha com os jogos de outra natureza, além de bingo?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não. A minha administração restringe-se a bingos em salas de máquinas de bingo de cartela e bingo eletrônico.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Vários depoentes nessa CPI, disseram que o senhor Carlos Cachoeira pretendia implantar e comandar um sistema *on-line* para exploração das loterias, que abrangeria os bingos e as máquinas eletrônicas programadas. Vossa Senhoria tomou conhecimento dessa iniciativa? Se mobilizou contra ela?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – O senhor Carlos Cachoeira, um empresário experiente, muito articulado, me parece que entre as suas iniciativas, sendo ele detentor de um, de um contrato com software que permitia o controle de faturamento e retenção das máquinas, ele teve uma idéia brilhante. Se ele conseguisse implantar isto nos Estados como título de loteria *on-line real time*, e se ele conseguisse fazer com que as máquinas dos bingos fossem rebatizadas como terminais *on-line real time*, ele teria um negócio grande e praticamente de graça em suas mãos, porque a clientela estava formada, o espaço era dos bingos, as máquinas eram dos proprietários das máquinas, ele entrava com o sistema e ficava de dono de um mercado que poderia ser nacional, bastava mudar o nome do produto, o produto é eletrônico, aceitaria um *link* e então re-batizaria, essa figura de terminal inteligente, terminal de máquina *on-line real time*, isso existe, isso é um fato, mas existem equipamentos próprios, tem que se lançar esse produto, tem que se criar uma, digamos assim, tem que se criar esse *business* e a idéia me parece não estou afirmando que era isso, mas seria muito tentador para quem tivesse um programa rebatizar, me parece que as participações deles em concorrências estaduais, eram nesse sentido e ele já tinha dois modelos em operação no Paraná e em Goiás.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas Vossa Senhoria se envolveu com isso, contra ou a favor?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não, nunca tive nenhum contato nesta direção. Eu tenho a impressão que aí, vamos dizer assim, essa disputa de como é que a máquina de bingo eletrônico permaneceria, ou qual status que ela teria, isso foi, uma, vamos dizer assim, uma briga comercial entre os distribuidores de máquina, produtores de software e os que pretendiam ter esse produto como batizado como uma loteria *on-line real time*.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E ele faz parte da ABRABIN? Ele não faz parte?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não faz parte Senador. Nunca esteve nos escritórios da ABRABIN e nunca tive contato pessoal enquanto Presidente...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Qual é a vantagem de ser da ABRABIN e qual é a desvantagem, não sei.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – A ABRABIN pela sua postura legalista, pelo seu trabalho de busca, de tentar uma regulamentação para a atividade, ela funciona como um selo de que naquele bingo, sendo filiado à ABRABIN, só encontrará máquinas que estejam liberadas para serem operadas em bingos dentro do perfil digamos, de desenvolvimento de equipamentos que atendam a legislação que os constituiu, basicamente...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A parte legal funciona na base de liminar?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Depende dos Estados. Como eu já havia dito em 14 Estados que existem loterias em muitos deles, surgiram legislações estaduais e as autorizações e concessões de autorizações foram dadas no Estado. Fora desses locais, as autorizações hoje são judiciais.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor entrou em contato com o senhor Waldomiro Diniz visando ter influência no projeto de regulamentação dos bingos que o Governo estava preparando? V.Exa. teve contato com um grupo de trabalho designado pelo Poder Executivo para legalizar, para organizar melhor os jogos?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – O desenvolvimento de uma proposta para a regulamentação do bingo, ela nasceu no momento em que o estatuto do esporte, porque a legislação sobre o bingo estava no estatuto do esporte e é o estatuto do esporte que vem sido mudado e muda de nome, quando o Zico mexeu, virou Lei Zico, quando o Pelé mexeu, virou Lei Pelé e atualmente conhecemos como Lei Maguito para o mercado, naquela oportunidade tinha que se sanar algo que parecia um problema, Pelé havia deixado uma legislação com os jogadores, uma relação muito frágil com os clubes. E o episódio Ronaldinho Gaúcho, que deixou o Grêmio e foi embora sem que o Grêmio tivesse direito a alguma remuneração pelo passe, criou uma necessidade de uma legislação célere sobre correções desse fato. E naquela oportunidade o Relator era o Senador Maguito Vilela e o Sub-relator o Deputado Gilmar Machado. O Senador ficou com a relatoria da parte do esporte e designou o Deputado Gilmar Machado para que relatasse o assunto bingo. E por algum motivo no momento da votação e pela pressa, obviamente, no acordo final ficou combinado que os artigos regulamentadores teriam vigência por mais dois anos, para que se tivesse tempo de passar uma legislação específica e que o assunto bingo não integraria a votação das mudanças do artigo do estatuto do esporte. Então, naquele momento ficou o Senador, o Deputado Gilmar Machado, PT, com uma, com um banco de informação muito grande, que nós tínhamos sido chamados, convocados, havia uma... Quando a casa abre e convoca pessoas para opinar sobre o assunto, tem um termo que não me ocorre agora, deve ser familiar aos senhores. Este assunto nós procuramos fazer com que ele evoluísse e essa base de dados foi parar no Ministério dos Esportes e qualquer estudo foi feito dentro do Ministério dos esportes, onde novamente foram chamados a comunidade a opinar sobre o assunto. Então, digamos, o contato foi espontâneo e ele foi natural participar da Comissão, foi um ato quase espontâneo e natural, porque já estávamos em contato dentro do próprio Ministério...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Permita Relator, o senhor quer dizer audiência pública?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Exatamente. Muito obrigado Senador.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quer dizer que houve essa participação na Comissão, não é?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Eu não seria tão pretensioso de chamar de participação. Eu acho que nós fomos convidados...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Convidados para dar uma sugestão?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Para trazer sugestões, como o mercado inteiro, digamos, foi objeto deste convite, lá tinham muitas estruturas, instituições que estavam participando, instituições de Governo.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Vossa Senhoria tem conhecimento de alguma contribuição para a campanha de partidos políticos por parte de pessoas ligadas à casa de bingo ou mesmo ligadas a outros jogos?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não. O que existe é o seguinte: Nós como associação somos equiparados pela legislação a sindicatos. Nós estamos simplesmente proibidos de fazer qualquer doação ou qualquer gesto, digamos, nesse sentido e também o pretenso...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mesmo naquela forma de dinheiro não contabilizado. O famoso caixa-dois.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não Senador, não tenho informações, não conheço fatos dessa natureza.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Vossa Senhoria conhece os empresários portugueses angolanos, José Paulo Teixeira Cruz Figueiredo, conhecido como Vadinho, Arthur José Valente de Oliveira Caio conhecido como Caio e Rui Manuel Mendes Francisco, conhecido como Rui?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Conheço, senhor Senador, conheço os três. Eles operavam seguramente durante um período numa empresa, era uma fábrica de hardware, chamada FABAMA e eram empresários que também tiveram um destaque em anos anteriores nesse segmento.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Qual era a participação deles no mercado de bingos e de máquinas eletrônicas programadas ou máquinas caça-níqueis? Em 2002 e atualmente.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – As informações que tenho é que atualmente eles não participam mais do mercado e me parece que isto é verdadeiro, porque cessou, digamos, o contato deles com a atividade, não os vejo mais há algum tempo. A participação deles era mediana, ela estava no ranking entre as cinco empresas mais importantes no período referido por Vossa Senhoria.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Vossa Senhoria ouviu falar algo acerca do motivo que levou Caio e Vadinho a deixar o Brasil?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Eu não tenho informações sobre esse fato. Sabemos que eles são empresários em outros segmentos de atividade. Mas não temos informação sobre o motivo de que eles saíram da operação.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Havia, eu acho que Vossa Senhoria sabe disso, um entrosamento uma proximidade entre Caio com o senhor Roberto Carlos Kurzweil?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – O senhor Roberto Carlos Kurzweil, para nós é figura absolutamente desconhecida no nosso meio. Caio, Vadinho e Rui são pessoas que nós conhecíamos. E até conhecíamos como portugueses e não como angolanos. Não, nunca tive contato, nunca vi em qualquer reunião o senhor Kurzweil.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Agora o senhor há pouco disse que eles tinham uma participação, assim, como detentores da quinta empresa, não é?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Entre as cinco maiores. Eu não sabia, seria...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas naquela lista anterior que Vossa Senhoria nominou, aparece o Rui, apenas é uma questão de colocação, aparece o Rui como o dono da quarta, pela hierarquia que Vossa Senhoria seguiu, o senhor seguiu. Só um... É verdade?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Me permitiria fazer uma colocação. Eu estou com uma lista aqui em ordem alfabética, então eu fui procurando as que a minha informação de visualização de mercado me permite identificar como as cinco maiores, então talvez a ordem da minha leitura, não estava na ordem de grandeza. Eu peço desculpas.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Diversos documentos elaborados pela Polícia Federal, pelo Ministério Público afirmam que a partir de 2002, com o fim da sustentação dos bingos pela Lei Zico, tornou-se comum os empresários de bingos substituírem seus nomes nas empresas por nome de "laranjas". Além de Caio e Vadinho, que outros importantes empresários de jogos utilizaram essa estratégia? Sabe nos dizer alguma coisa?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Eu não saberia precisar essa informação, digamos, sobre máquinas ela é até novidade para mim, porque nos bingos, vamos dizer assim, a coisa é mais estreita. Ou se tinha autorização ou se tem uma autorização judicial. Quer dizer não tem meio termo e uma autorização judicial para nós é o reconhecimento do direito da atividade, ela é tão boa quanto uma informação fornecida pela Caixa, quer dizer, não havia porque esta fuga no meio dos bingos, agora se ela aconteceu no meio dos distribuidores de máquinas, eu desconheço, senhor Senador.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor conhece Jair da Ressurreição?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – De Paula, conheço.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É o dono de um dos maiores bingos de São Paulo e da América Latina?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – A propaganda que ele faz é nesse sentido.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas não corresponde não?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Eu acho que sim, eu acho que sim, ele é detentor de algumas casas e se apresenta como tal.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E quem é o distribuidor dele, senhor Olavo?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Os distribuidores, senhor Senador são...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Das máquinas.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – São alguns dentre desses 20.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor não sabe precisar, não é?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Veja, a busca de um equipamento que é sucesso, de um equipamento que o público gostou mais, que introduziu alguma novidade, ela é constante, então, a mudança dos equipamentos dentro dos bingos ela ocorre semanalmente, buscando adequar os equipamentos, digamos ao gosto do público.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E ele tinha relacionamento com os empresários angolanos, o Jair, estou me referindo ainda ao senhor Jair. Ele tinha com Caio, Vadinho e Rui, com esses senhores?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Sim, como com todos os demais. Se o senhor está se referindo a algum relacionamento específico, alguma participação societária, eu não saberia, porque como eu informei, a ABRABIN não recebe contratos sociais, não pede, sobretudo dos empresários, digamos de distribuição de máquina. Então eu não tenho acesso a contratos sociais. Relacionamentos comerciais tinha e tem como todos os donos de bingo tem com as empresas de máquinas.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor conhece senhor Rogério Buratti?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não, pessoalmente não. Só de notícias.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele revelou a essa CPI que houve contribuição de pessoas ligadas aos bingos para a campanha do PT, no valor de um milhão em São Paulo e um milhão no Rio de Janeiro. Vossa Senhoria tem algum conhecimento disso ou não?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não senhor. Não tenho conhecimento.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sabe se envolvia alguma coisa ligada à regulamentação dos bingos?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não. Eu tomei conhecimento desse fato pela imprensa.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele também afirmou, o senhor Rogério Buratti, que após a eleição do Presidente Lula houve um jantar no início, no final de outubro, início de novembro, numa reunião em São Paulo, em um hotel da rede Sofitel de empresários de jogos, inclusive, Caio Vadinho, com o Ministro Antônio Palocci e ainda Waldomiro Diniz. O senhor tem conhecimento disso?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não tenho conhecimento disto.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Onde se falou sobre a legalização dos bingos. Não tem conhecimento?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não tenho conhecimento.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Em depoimento ao Ministério Público Federal, o senhor Carlos Roberto Martins, o senhor conhece senhor Carlos Roberto Martins?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Conheço senhor Carlos Roberto Martins, digamos do noticiário, sei quem ele é.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas pessoalmente não conhece?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Nunca tivemos contato, não tenho contato com ele.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Afirmou que os novos donos da LOTERJ, se referindo ao senhor Waldomiro Diniz, resolveram atrair Carlos Cachoeira para o Rio de Janeiro, que tinha um jogo controlado pelo "laranja", suposto "laranja" do senhor Ortiz, que era o senhor José Renato Granado. Com o objetivo de afastar Ortiz do mercado ou criar condições para subir os percentuais pagos a título de propina, para os donos do jogo no Estado. Vossa Senhoria sabe alguma coisa a respeito?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não. Eu não consigo também visualizar uma lógica dessa aproximação de Carlos Cachoeira Ortiz, porque um desenvolvia software para máquinas o*ff-line* e o outro queria pegar essas máquinas e *linkar* num sistema, quer dizer, são opções incompatíveis entre si, eu não consigo fazer uma ligação.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas aqui está dito que havia realmente esse confronto entre eles.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Em confrontos eu acredito, em parceria não. Mas não conheço, digamos...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não conhece esse episódio.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não conheço esse episódio. Nada dele.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor Carlos Roberto Martins afirmou ainda que posteriormente houve um estreitamento entre o ex-presidente da LOTERJ, Waldomiro Diniz e Ortiz e que Waldomiro passou após ter se afastado da LOTERJ a defender os interesses de Ortiz no Congresso e no Governo. Segundo ele Vossa Senhoria seria a ponte entre os dois, levando ao senhor Waldomiro Diniz as orientações do senhor Ortiz. Tem algum fundamento?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não procede, não tem fundamento, pós período de LOTERJ,

eu vi o Waldomiro uma ou duas vezes nos corredores desta Casa.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Dessa nossa?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Do Congresso, salão verde.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim, Vossa Senhoria e os proprietários das demais casas de bingos foram alguma vez procurados para fazer pagamento de vantagem, propina para representante do Estado?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nunca chegaram a pagar esse tipo de...?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não, nunca pagamos e nunca nos foi solicitado que fizéssemos pagamentos de qualquer...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Porque em termos de impostos, hoje se paga o quê?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – A atividade de bingos ela se insere pela sua natureza na categoria de prestação de serviços. Ela deve tributos à municipalidade, sob a forma de impostos de serviços e está sujeita a toda hierarquia tributária da Legislação Federal, tributos federais como Imposto de Renda, contribuições sociais, PIS, COFINS, quer dizer, então nós temos um elenco de tributos como qualquer organização econômica, como qualquer empresa, no fato específico se fôssemos uma indústria teríamos o IPI e a União, se fôssemos comércio teríamos o imposto sobre circulação e o Estado, como somos serviço temos o ISS e o conjunto de tributos. O que nos trás um compromisso extra e é a nossa, o nosso compromisso de repasse de recurso para as federações, apenas nisso que nós nos diferenciamos de uma empresa de prestação de serviços qualquer.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Na reunião que Vossa Senhoria diz que participou, de audiência pública sobre o projeto dos jogos, não é, a regulamentação, dos jogos, Waldomiro Diniz estava presente?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não, não estava presente. Essa Comissão era constituída por técnicos de quatro ministérios e tinha representantes da Casa Civil, mas não era o senhor Waldomiro.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele não estava?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Ele não estava presente.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quer dizer que Vossa Senhoria nesse episódio da regulamentação não teve contato com ele, com o Waldomiro?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não, ele nunca assumiu que tratava desse assunto e num determinado momento quando cruzei com ele, ele me passou um recado apenas que era o seguinte: Nós estávamos buscando, na época se discutia uma Medida Provisória sobre torcidas como era o nome daquele projeto? Estatuto do torcedor. Perfeito, muito obrigado, estatuto do torcedor. Naquela época se discutia a regulamentação do estatuto do torcedor.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Essa reunião foi presidida por quem? Audiência pública?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Essa audiência pública foi presidida por um cidadão, um Executivo da Casa, do palácio.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não era Ministro?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não era Ministro, era um Executivo do Palácio do Planalto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com licença senhor relator, ainda insistindo nessa audiência, o que leva ao senhor concluir, como um homem experiente no ramo de bingos, é senhor Presidente, conhece muito bem, a minha única pergunta é essa: O que o senhor leva ao Governo a mandar uma Medida Provisória, a discutir uma Medida Provisória? O que leva o Governo a pegar determinados empresários que são, melhor empresários, não, técnicos da maior importância, a regulamentar. Então o senhor acha que o Presidente ou o chefe da Casa Civil, quem é realmente a favor da regulamentação jogo? Qual é o compromisso do Governo em regulamentar esses jogos? Essa dúvida, porque ele enviou, inclusive estava na mensagem governamental, foi retirada, veio a questão das Medidas Provisórias, por que essa regulamentação? O Governo não tinha esse compromisso ou tinha esse compromisso na campanha?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Esse compromisso nasceu na relatoria da mudança que tomou o nome de Lei Maguito. Naquele momento era o Senador Maguito Vilela. Naquele momento se constituiu uma divisão. Assuntos do passe dos jogadores, vamos regulamentar, e os assuntos do bingo que eram 16 ou 18 artigos, que estavam no Estatuto do Esporte, vamos transferir à Caixa Econômica a competência para propor uma regulamentação num espaço de dois anos. O Sub-relator era o Deputado Gilmar Machado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas essa Comissão não foi criada dentro da Caixa Econômica, foi na Casa Civil da Presidência da República.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Os passos que se seguiram, obviamente o mercado procurou o Deputado Gilmar Machado, que neste trabalho reuniu a documentação, mas não evoluiu muito esse processo, eu tenho o sentimento de que houve uma transferência, digamos, dessa responsabilidade que havia ficado pactuada e que o mercado cobrava, afinal, estávamos esperando, dois anos para sair uma nova regulamentação, nesse espaço de tempo uma Medida Provisória transferia o controle do bingo para a Caixa e isso teria que ira para a Caixa Econômica. E a Caixa Econômica dizia que tinha que ter o posicionamento do Ministério dos Esportes. Então isso foi numa decorrência de responsabilidade até chegar ao Ministério dos Esportes. Eu conheço como órgão que provocou estudos, e eu até tenho, tive a oportunidade de ver como é que acontecia, se chamou novamente audiências públicas, se deu oportunidade a Ministério Público, Polícia Federal, a todas as estruturas, a oferecerem críticas dentro do Ministério do Esporte. E dali, quer dizer, como é que tramitou do Ministério para a Casa Civil ou para o Palácio do Planalto, eu tenho a impressão que deve ter um rito que foi seguido. Eu não conheço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Uma opinião do senhor, uma opinião. O senhor não é obrigado a saber disso: Se não tivesse saído aquela gravação do Waldomiro Diniz com o Cachoeira, no entender de Vossa Senhoria, o Governo não teria recuado da regulamentação?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – É a minha opinião, e até suspeito muito de porquê que saiu aquela gravação exatamente naquele momento. Eu acho que havia o interesse...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Em outras palavras, o senhor Waldomiro sabia de tudo, quando ele foi atingido pela gravação, ele era subchefe da Casa Civil, da Presidência da República, a partir dali evidentemente que o Governo suspendeu. Bom, opinião, Vossa Senhoria não está obrigado a saber. Só curiosidade de minha parte.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – É muito difícil para mim saber quais os assuntos que o assessor do Ministro conhecia...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Talvez pela ligação, já que ele foi Presidente da LOTERJ, coisas dessa natureza, era uma pessoa que tinha segundo ele disse aqui experiência neste ramo. Só é, eu repito em dizer que é uma curiosidade, talvez muita gente raciocine desta forma, se não fosse o vídeo não haveria recuo do Governo, porque talvez tivesse algum compromisso aí com quem eu também não sei. Desculpe, senhor Relator.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nada, V.Exa. tem razão. Houve algum desentendimento entre Carlos Cachoeira e José Renato Granado a respeito do que se queria, porque o Carlos Cachoeira queria utilizar a estrutura das casas de bingo cariocas, para instalar máquinas de vídeo bingo com controle *on-line*. O que não era de interesse dos empresários de bingo. Houve esse desentendimento?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Eu acredito que possa ter existido, veja, a nós não interessava muito esta dinâmica, porque ia entrar mais alguém...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu inclusive, não estou querendo criar armadilha, eu comecei a ver aqui debaixo para cima. Ela, Vossa Senhoria relatou isso no seu depoimento da Polícia Federal. Foi V.Exa., desculpe, Vossa Senhoria mesmo que admitiu isso.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – O cenário carioca é um cenário que teve, digamos, um desenvolvimento, um pouco aparte da ABRABIN, por um motivo muito simples, num determinado momento haviam dois segmentos.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Onde é a sede da ABRABIN?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – São Paulo. Neste desdobramento a dinâmica de casas de bingo autorizadas nos Estados, tinha uma liderança do Rio pela LOTERJ, ser uma loteria antiga, ter tido feito uma regulamentação bastante aprofundada. Os Estados onde a relação era com a União Federal, tinham digamos uma orientação mais estreita vindas da ABRABIN, é óbvio que se alguém fosse para São Paulo querer pegar os equipamentos de vídeo bingo e *linkalos* e chamá-los de uma outra coisa, nós em São Paulo reagiríamos e acredito que a interrupção do processo que impediu o senhor Carlos Cachoeira de concluir esta forma de operação, que era a tentativa dele, tenha partido de uma resistência do mercado local sem dúvida.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Na fita gravada por Cachoeira, aquela famosa fita em que Waldomiro aparece pedindo propina, vantagem, Cachoeira disse que queria tirar José Renato Granado do mercado do Rio de Janeiro. Qual seria a razão disso? Seria palco dos vídeos bingos com controle *on-line* dentro dos bingos, aos quais Granado resistia?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Onde o Carlos Cachoeira tinha instalado o seu sistema, que era em Goiás e no Paraná, havia, desaparecia a figura do

distribuidor de máquinas. Então eu acredito que uma proposta do Cachoeira para entrar no Rio de Janeiro, tenha havido uma resistência dos distribuidores de máquinas *off-line*.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O José Renato Granado é distribuidor?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Ele tem uma representação. Eu não sei até onde no mercado, por aquela divisão que eu coloquei antecipadamente, que existem empresas que negociam softwares e existem empresas que operam máquinas. Se ele tem, digamos, feito aquisição ou alguma situação sobre máquinas e distribua, seja um distribuidor de máquinas ou seria representante de alguma empresa constituída especialmente para esse fim.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sabemos que apesar de na gravação aparecer negociando com o Cachoeira, representando Granado, Waldomiro Diniz não quis ajudar Cachoeira nesse intento de colocar máquinas vídeo bingo com controle *on-line* dentro das casas de bingo. Aí eu pergunto: Vossa Senhoria saberia a razão?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não. Não sei. O que eu sei é o que o Cachoeira disse nessa CPI, eu desconheço o motivo pelo qual não se concretizou.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Seria devido ao fato de que Waldomiro não queria se desentender com os Ortiz? Não quer arriscar nem um palpite?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Eu acho que a dinâmica do senhor Cachoeira, era uma dinâmica muito mais rentável que a dos Ortiz, pegar a máquina dos outros, pegar o negócio dos outros, *linkar* num sistema e oferecer participações é muito mais barato do que construir um negócio, construir a máquina, portanto, se o negócio era, veja isso é um palpite, se o negócio estava para ser decidido por quem desse mais, o Cachoeira teria mais a dar, porque estava dando o que não era dele. Então, eu acredito que neste jogo econômico se a decisão passasse por quem dá mais o Cachoeira ganharia todas.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Waldomiro Diniz legalizou treze bingos quando passou pela LOTERJ. E depois proibiu licenciamento de novos bingos. Será que ele estava criando uma reserva de mercado? A quem ele procurava favorecer?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Eu tenho uma impressão que era uma decisão técnica, o número de bingos no Rio em torno de aproximamente 40, é absolutamente suficiente e excedente em oferta ao que tem de demanda local. Não precisaria obrigatoriamente ser uma reserva, porque eu diria que reservar por que se já tem oferta excedente? Não tinha nada a ser reservado.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E os de São Paulo já estão preenchidos?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Com super-ofertas.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não tem mais vaga para bingo nenhum?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – A menos que alguém tenha a disposição de fazer um investimento fora do padrão dos empresários que lá estão, porque existe um equívoco muito grande sobre os empresários que estão lá, nós temos visto colocações em que esse mercado parece ser assim um braço da máfia internacional formada por empresários, mega empresários e eu conheço as pessoas que participam como pequenos empresários lá de São Paulo, donos de restaurante, donos de pizzaria, agências de automóveis, pequenos comerciantes que se uniram, um, dois, três, para montar um bingo, eu não reconheço, eu não encontro essas grandes organizações e poderosas organizações, é claro que depois de 10 anos, alguns mais audaciosos compraram mais um, construíram um terceiro, mas uma coisa que nós vimos como nasceu, nasceu pequeno, então não vejo esta, esta força internacional atuando como já vi depoimentos fazendo afirmações nesse sentido.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quer dizer que Vossa Senhoria acha que o bingo é um negócio inocente, ao contrário do que se diz ligações com organizações criminosas, lavagem de dinheiro?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Primeiro eu acho que caberia nós conceituarmos o bingo. Nós sempre temos ouvido referência ao bingo como um jogo, tecnicamente o bingo é uma loteria, ele é um gênero lotérico, como qualquer uma das loterias operadas pelo Estado, o que o caracteriza assim é o fato de que sempre vai haver um ganhador, não existe a posição de perda de bancar riscos. O montante vendido gera uma arrecadação que já tem um percentual predeterminado, que vai ser distribuído, percentual esse que volta imediatamente. Sendo o bingo uma modalidade lotérica, ele não tem essa força, essa tratividade, essa dinâmica do desafio que o jogo provoca. Então nós temos aí algumas situações que me parecem que teriam que ser corrigidas. Eu vejo o bingo ser acusado de formar criminalidade. E aí citam os grátis, cita o Espírito Santo, cita o Mato Grosso e se nós formos ver as pessoas envolvidas, lá já estavam praticando

os seus desmandos, praticando a sua operação ilícita quando o bingo passou a existir, não foi o bingo que os formou, foi eles que entraram no processo e nós não podemos generalizar, nós não podemos imaginar que a operação do bingo seja operação de Mato Grosso do Sul, do seu comendador e nem do Espírito Santo, são exceções, são desvios que aconteceram em determinados Estados. Essa organização é uma organização saudável, constituída por pequenos empresários que apostam, que trabalham e que querem a regulamentação, que buscam a regulamentação. O bingo criou um fator muito importante, o bingo alavancou o esporte amador, nós participávamos em Olimpíadas com chances de sucesso em cinco, seis modalidades, a partir do bingo quando as instituições basicamente de administração esportiva passaram a se beneficiar, nós tivemos um desenvolvimento muito grande, o bingo que eu administro, o bingo Augusto financia a vela, Roberto Scheidt foi financiado por nós uma vida inteira, até que ele se constituiu nesse grande campeão que é, hoje não precisa mais do patrocínio, mas estamos a prepara jovens esportistas para a olimpíada de Pequim e como o bingo que eu administro, todos os bingos filiados a ABRABIN tem compromisso de transferência e esse compromisso não sendo grande, porque o negócio do bingo não é tão grande quanto se imagina, é um recurso extremamente importante, porque uma federação muitas vezes não precisa de muito, mas ela precisa de uma sede, ela precisa de uma secretária, ela precisa estabelecer uma agenda, ela precisa de quadros de juízes, ela precisa criar os eventos, porque um esportista nasce espontaneamente, se um ciclista, um jogador dentro de um clube de qualquer esporte, se ele ganhar o campeonato interno e se tiver uma organização, uma liga, uma federação que promova um campeonato municipal, esse esportista naturalmente vai buscar uma alavancagem do seu desempenho e ele vai se tornar o campeão municipal, o que vai lhe dar condição para se esforçar e vir a ser um campeão estadual e um dia nacional, para representar o Brasil. Portanto, nós vemos que o recurso do bingo financiou e permitiu o crescimento e alavancagem do esporte amador, do esporte pára olímpico que temos desempenhos brilhantes e muitos deles com o apoio do bingo. Eu vejo dentro digamos da colocação que foi feita que muitas vezes aqui se coloca o bingo como uma atividade rebelde, revendo ontem, inclusive, depoimentos, passa a idéia de que bingo só está aberto, porque nós somos desafiadores da legislação, que nós trabalhamos, porque a lei é branda, porque nós só somos contraventores e porque não nos podem impingir penas mais sérias. Isso é uma inverdade, isso está absolutamente equivocado, quando trabalhamos é por temos autorização para isso, e a Constituição Brasileira nos garante o direito da livre iniciativa, que temos fatos jurídicos legais que sustentam com seriedade, com justeza as decisões judiciais que embasam a nossa autorização.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Em nota da ABRABIN divulgada em 2004, afirma que os bingos contribuíram com 93 milhões de reais por ano com o esporte, no entanto, as associações esportivas que constam da lista dos filiados à ABRABIN, declararam a Receita Federal, segundo apurou o Ministério Público, que receberam 18 milhões das casas de jogos no ano de 2002. Quando ainda vigorava permissão prevista na Lei Zico. A que se deve essa diferença de 75 milhões?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Eu teria dificuldade de precisar o motivo desta divergência e também temos uma fragilidade bastante grande sobre a contabilização disso, porque a tendência desses esportes são de considerar apenas os esportes olímpicos, os quais recebem verbas federais, os quais tem prestação de contas. Eu, por exemplo, contribuo com a Federação Brasileira de vela e motor, que só recebe recursos na medida em que ela aporte 20% de recursos próprios, ela presta conta, porque quanto mais ela mostrar que tem de receita própria, mais ela se habilita a receber para a vela, mas há sentença de federações, ligas que não representam esporte olímpico, não teriam nenhum órgão a quem prestar contas desses recursos, portanto fica muito difícil fazer a contabilização desse recurso, eu acredito que a diferença deva-se ao fato de que essas prestações de contas só são feitas por aquelas entidades que representam esportes olímpicos e que se habilitam a receber recursos da Lei Piva.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A Polícia Federal no Rio de Janeiro descobriu que algumas associações esportivas davam recibo aos bingos com valores superiores ao efetivamente pagos. Existe isso?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Eu desconheço. Lamento se isso for verdadeiro.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Tem um fato aqui que foi dado por Newton Campos, Presidente da Federação Paulista de Boxe, que por contrato de gaveta recebia 10 mil fixo, ao invés dos 7% previsto em lei.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – É... Este fato de receber um valor fixo ele em si só não é, digamos, sinalização de um procedimento irregular. A própria federação que eu auxilio ela tem 8%, mas o 8%, chega nas férias o pessoal vai para as férias, o bingo produz menos, chega num mês, este 8% seria flutu-

ante e os Presidentes das organizações esportivas, eles precisam assumir compromissos fixos. Eu tenho que mandar atletas, eu tenho que comprar barcos lá fora, tem toda uma agenda de custo. Então é muito comum o administrador dizer: "Olha, me garante um fixo e a gente acerta a diferença semestralmente". E isso é uma situação, muitas vezes, de conforto para quem tem que gerir um recurso e precisa saber com quanto ele conta, se ele pode assumir um campeonato, se ele pode assumir o envio à organização de um evento. Então, isto é comum ser pedido, mas este valor obviamente, tem que estar muito próximo do que representaria os 7% que lhe é de direito.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Muito obrigado.

VICE-PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Concedo a palavra ao primeiro Senador inscrito, Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL-AC) – Senhor Presidente, senhor Relator, senhor Olavo. Eu tenho apenas uma curiosidade acerca da estrutura da ABRABIN, além do senhor quantos outros diretores fazem parte da ABRABIN?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – A ABRABIN é composta de um Presidente, um vice-Presidente, um Diretor Financeiro e um Diretor Secretário, além disso, são membros natos da ABRABIN, os Presidentes das associações estaduais das sub-sedes da ABRABIN. A ABRABIN opera ainda com uma Diretoria Executiva composta também de as mesmas denominações que tem para o Conselho.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL-AC) – Esses outros diretores que Vossa Senhoria mencionou, qual é a relação que eles têm com as entidades que eles representam? Com as empresas que eles representam?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Eles são empresários do segmento, eles são representantes de casa de bingo, tem que ser.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL-AC) – São proprietários?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Proprietários ou administradores em algumas situações.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL-AC) – Eu estou lhe fazendo essa pergunta, porque eu não compreendi como, eu imaginava que fosse essa realidade, ou seja, a diretoria da ABRABIN fosse constituída por pessoas que tivessem vínculo empresarial com as empresas que representam e me causou surpresa o fato de Vossa Senhoria se declarar não empresário ou como Vossa Senhoria disse: "Mero administrador". Sem desmerecer logicamente a função, mas administrador de dois bingos. Como o senhor Presidente da ABRABIN e havendo essa conceituação, essa estrutura, eu queria o que senhor explicasse essa situação.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – É muito oportuna a sua solicitação de esclarecimento, senhor Senador, a Lei Zico quando criou o bingo, ela criou a situação em que as entidades de prática ou administração esportiva poderão constituir bingos, com fins de arrecadação, financiamento do esporte, etc. Ou contratar empresa especializada para este fim. Nesse momento nascia duas formas de atuação, ou o empresário, obviamente fora grandes clubes, não teriam condições de montar um bingo, então o empresário montaria esse bingo, operaria esse bingo e garantiria o mínimo de repasse sobre a receita bruta de 7%, que vai equivaler no mínimo a 50% do lucro da operação, transferiria ao clube de prática ou de administração. Ou este clube de prática e administração poderia ele mesmo operar o bingo. O que eu estou fazendo nesse processo como administrador e não como dono? A Federação Brasileira de vela e motor opera diretamente o bingo. Ela retém o que lhe cabe e ela aluga as instalações, equipamentos e o fornecimento de mão-de-obra de uma segunda empresa chamada Horizonte Planejamento, uma empresa para essa situação. Qual é a diferença? Na prática nenhuma, mas a diferença em termos de custo fiscal é relevante, porque numa forma teria que haver todo um faturamento com internamento do recurso no caixa, com pagamento de todos os tributos e depois repassar e na outra forma a própria federação fica com o recurso na sua, no seu caixa. É simplesmente uma questão de economia fiscal tributária e com efeitos práticos de disponibilização do recurso idêntica.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL-AC) – Eu não compreendi perfeitamente. O senhor no início foi-lhe perguntado se o senhor era sócio do bingo Augusta, o senhor disse que não, que era administrador do bingo e de mais algum, mais um outro bingo e o senhor está agora, eu se é que eu entendi o senhor está dizendo que o senhor preside a ABRABIN em função da Federação de Vela?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Exatamente da qual eu sou um dos procuradores em São Paulo. Nós temos um, o próprio Presidente, assina e opera, senhor Walcles Osório Figueiredo, Presidente da Federação de Vela brasileira e motor, tem uma executiva que também é procuradora, em funções digamos mais administrativas no *day bay day* e eu que faço, digamos o lado estratégico, comercial da casa e como representante de bingo, eu posso, o estatuto da ABRABIN que eu posso fornecer cópias que aqui está, permite que assim o seja.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL-AC) – Presidente, essa era a minha única curiosidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quero cumprimentar o senhor Olavo Sales da Silveira, Presidente da ABRABIN, o senhor Garibaldi Alves já fez assim um conjunto de perguntas importantes para o esclarecimento. Eu gostaria de perguntar para o senhor o seguinte: Quantos bingos que fazem parte da ABRABIN?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – A ABRABIN teve antes da 168 em torno de 560 associados nos seus quadros, nem todos contribuintes diretos a ABRABIN, mas um bingo associado a associação gaúcha, a carioca, a paraense, ele automaticamente é aceito como membro da ABRABIN com uma taxa simbólica paga pela Associação Estadual. Hoje este número está reduzido. Nós sofremos uma retomada, pós 168 mais lenta e nós temos em torno de 250 bingos associados a ABRABIN, até porque em alguns Estados a interrupção da operação de bingos desarticulou a atividade. Nós sempre tivemos algo próximo a 50% dos bingos em operação como sócios da ABRABIN.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – 50%. E o senhor me explica só quantos bingos desses, quer dizer, quantas pessoas que são proprietárias de mais de um bingo nessas 250? Quer dizer, duas, proprietários de dois, três, quatro, cinco. Quer dizer, desses 250 quantos que são, quantos proprietários aí que se a gente puder falar assim?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Perfeito. Eu acredito que nesses 250 nós vamos ter próximo de duzentos proprietários, de duzentas casas de bingo nesse sentido. Porque existem as duas situações. Existe digamos um proprietário que tem dois, três, quatro bingos e existe um bingo que tem dois, três, quatro sócios, então se nós tivermos que nos referir a pessoa nós vamos ficar numa informação distorcida, eu preferia precisá-la dizendo que nós temos aí uma dúzia, duas dúzia de empresários que são proprietários de mais de uma casa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quantas no caso assim?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Eu acho que o máximo que nós temos aqui reconhecidas de um mesmo núcleo, em torno de seis.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O mesmo núcleo seria proprietário de seis casas?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – O mesmo núcleo seria proprietário de seis casas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E o senhor é administrador do bingo Augusta em São Paulo?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Exato.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não é sócio, não é proprietário?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não sou sócio.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Como o senhor é pago? Tem salário, participação nos lucros?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Eu opero através de uma empresa de consultoria que declarei no início, constituída para esse fim, ela tem uma remuneração fixa e êxito, numa parcela em êxito.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Qual que é o valor da participação fixa e do êxito?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Dez mil fixa e eu posso chegar a idéia é no mês médio chegar a 20 como soma dos dois valores.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Vinte mil?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Vinte mil por mês.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E o Bingo Augusta é um bingo grande, pelo que falam, não conheço, pelo menos as referências são de que é um complexo assim físico bonito. Quantos metros quadrados que tem?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – É... Estimo que em torno de 800 metros em cada piso, então eu estimo em torno de 1.600 metros quadrados, são dois pisos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Dois pisos. E o Bingo Augusta gera muitos empregos também?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – 254.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – 254 empregos diretos?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – 254 empregos diretos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E quantas pessoas que circulam no bingo diariamente, no Bingo Augusta, no qual o senhor é administrador?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Perfeito. Em torno de quinhentas pessoas. Obviamente no decorrer de um fim-de-semana, de um dia de maior movimento, temos mais do que isso, e em dias de menor freqüência, início de semana, temos números menores. Poderíamos estimar essa média com segurança.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E quanto que gira em termos de dinheiro diariamente no bingo? Só que eu pediria sem olhar, o senhor é administrador do bingo, na ponta da língua assim tanto.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – O Bingo Augusta no último mês em cartela girou em torno de

350 mil reais e no bingo de máquinas em torno de um milhão e 700. Isso foi o que ele, digamos, reteve, é a sua sobra, é a sua receita para pagamento fazer frente de todos os custos, impostos, tributos, etc.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – 2 milhões então. No decorrer do mês?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Do mês de janeiro deste ano.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – 2 milhões.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita, Senador Flávio.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Pois não Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu acho que é justamente interessante conhecer se puder nos informar, então, Vossa Senhoria está informando que a modalidade de bingo em máquinas, é pelo menos no seu, na casa de bingos que administra, tem uma rentabilidade ou um faturamento maior do que a prática de cartelas. Se me permite perguntar se isso é usual nas demais casas de bingo ou é uma particularidade da casa de bingos que o senhor administra?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não, desculpe, não. Eu acredito que a casa de bingo que eu administro traduz, de certa forma um espelho do que o mercado representa. Efetivamente o bingo eletrônico, ele hoje ganhou espaço na composição da receita do conjunto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quanto o que senhor acha que uma pessoa gasta em média no bingo, indo no bingo assim? Participando? Porque claro, quanto que a pessoa mais gasta assim, esses casos, porque nós falamos muito nos jogadores compulsivos e este é um problema que a gente sabe que não é, é uma doença, não é, como alcoolismo é uma doença também, e a obsessão pelo jogo, a compulsão pelo jogo também é uma doença. Então há pessoas que vão nos jogos e colocam toda a sua fortuna, todo o seu dinheiro para jogar, mas esse é um problema de doença. Quanto que as pessoas gastam, assim, só para ter uma idéia?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Senhor Senador, é bastante variado esse processo. Nós temos 100 horas na parte da tarde que vão ao bingo duas, três vezes por semana e a gente sabe que não tem grandes recursos e lá estão brincando com a sua cartelinha, gastando 50 centavos por partida, naquele ambiente seguro, tranqüilo, ganham uma água, conversam com as amigas e gastariam muito pouco, obviamente, porque se elas podem vir e retornar é porque o gasto é pouco. As máquinas de bingo eletrônico, elas seguem a mesma filosofia, não seguem a filosofia do caça-níquel, que tem digamos uma oportunidade de menor de menos tempo. As pessoas que brincam, jogam ou praticam o uso da máquina de vídeo bingo, a máquina está programada para ter uma relação de alto nível de devolução, até para que a pessoa possa adquirir satisfação, ela olha e diga: "Poderia estar no cinema, poderia estar em um restaurante e eu estava aqui desafiando a minha sorte". Então a proposta é de que se gaste pouco, a proposta é que se faça lazer num bingo, esta é a intenção... (Campainha)

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Pode ir.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Esta é a intenção e assim é que está estruturada a proposta. Então eu diria que bingo justamente agradou, caiu no gosto popular por ser uma atividade que pode ser praticado por pessoas de baixa renda e de renda mais elevada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quando o senhor falou agora pouco dois bilhões, é faturamento líquido ou bruto?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – É todo o dinheiro que sobra no final do mês para pagar todas as contas e mais de 30% disso com certeza são impostos e encargos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Os prêmios estão incluídos, a devolução dos prêmios, nesses 2 milhões, o faturamento bruto?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Veja, nós estamos falando de um bingo diferenciado. O Bingo Augusta não pode ser tomado como média para todo o mercado. Os números que eu dei é do faturamento líquido, é o que fica, é daqui que se pagam custos, não prêmios. Porque aqui, senhor Senador, se o senhor me permitir...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quanto que entra, então, quer dizer, quanto que é o faturamento bruto e quanto que é o faturamento líquido? Quanto que entra de dinheiro na casa, na sua casa?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Na... O entra merece uma explicação, era o que eu queria colocar, o bingo em que pese ser um gênero lotérico e isso é importante para nós que seja entendido, ele tem uma figura que é próprio do jogo que é o giro de apostas. Então o bingo sempre foi injustiçado no tratamento tributário por conta desse desvio. O que é o giro de apostas? Imaginamos que isso aqui fosse uma mesa de bingo e eu estivesse vendendo, se eu vender mil reais em cartelas, arrecadei mil reais, 5 minutos depois eu estou devolvendo 850 ou novecentos deste mil, a receita disser que é mil não seria verdadeiro, porque isso seria o giro de apostas, a receita é os 150 que ficou, esses valores que eu estou lhe dando são os 150 que ficaram na casa. Este entendimento, quando isto

foi entendido, foi o momento em que a Caixa Econômica desinteressou-se pelo bingo, numa reunião com o Presidente Calassai, quando eles pediam 7% para administrar o bingo para que houvesse um entendimento, eu tive que propor um cenário, para que se entendesse o que é receita de bingo, eu disse: "Presidente, nós estamos em cinco em torno dessa mesa, cada um de nós tem mil reais, em torno dessa mesa, tem 5 mil reais, nós vamos jogar 150 partidas de alguma coisa qualquer, o senhor ganha quinhentos, ele quatrocentos, ele seiscentos, cem partidas de 500 reais, vai dar 50 mil, 150 vai dar 75 mil, como é possível com 5 mil produzir 75 mil?" Esse é o giro de aposta, esse fato está presente nos bingos no dia-a-dia. Cada vez que se vende uma partida, vem o dinheiro para cá ele volta, três, 5 minutos de novo, para lá, se faz um grande giro isso me fez afirmar ainda há pouco que o bingo é um negócio muito menor do que se pensa, porque ele tem um giro de aposta muito elevado, se falarmos em tamanho de giro de apostas com 5 mil dentro de um bingo poderia se fazer um giro de 75 mil. Então eu procuro para não criar informações que possam ser distorcidas eu chamo de receita aqueles 150 que ficou com o bingo quando se vendeu mil reais ou dois mil e reais e que foi devolvido três minutos depois, isto é um recurso que teve apenas uma passagem, digamos, pela mesa de aposta, mas é contabilizado como venda, porque estão nos painéis e os painéis são eletrônicos e eles registram isso para contabilidade. Então nós temos que saber diferenciar o que é o faturamento, nós temos um faturamento líquido, um faturamento bruto e uma figura de giro de apostas, espero que eu tenha me feito compreender.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só me dê o valor desses três na sua casa, faturamento líquido, bruto e giro de apostas.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – O giro de apostas eu não trouxe a informação, porque para mim ela é irrelevante, se o bingo está num dia bom ele pode reter um pouco mais e manter o interesse dos seus participantes.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quanto significaria um dia bom?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Eu diria que 80, 85% do volume que circula é giro de aposta e retorna para o salão, então seria 15%. Este número que eu estou colocando aqui como retenção de 350 mil do mês de janeiro, ele seria um valor de 10 a 15% do giro de apostas. Por isso ele para mim é receita bruta que vai fazer parte do montante de recursos com o qual faremos frente às todas as despesas, empregos, salários, luz, aluguéis.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E esses 2 milhões é o faturamento bruto no caso?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Das duas, das duas, porque o senhor fez uma soma do que eu afirmei que é o que sobra no bingo de cartelas com o que sobra no bingo eletrônico, o número de 2 milhões que o senhor fez o cálculo rápido foi a soma dos dois bingos, eletrônico e de cartelas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não. Eu fico pensando que na verdade, assim pela descrição que o senhor fez, dos 254 funcionários, mais as despesas todas, impostos, e tal, eu achei o valor baixo, porque 254 funcionários com 2 milhões, mais luz, mais água, mais 30% de impostos, que o senhor mencionou, que são seiscentos mil. Mas eu estou fazendo todas essas perguntas pelo seguinte, porque num outro dia nós debatemos com outros empresários que vieram para esta CPI, como é que o Poder Público pode ter certeza, porque no fundo é isto, como é que nós podemos ter certeza do dinheiro que circula numa casa de bingo? Para não caracterizar sonegação e lavagem?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Senhor Senador é bastante fácil os meios eletrônicos de um bingo, são facilmente controláveis.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só que alguém falou que dá para ser manipulado, na última audiência eles falaram que mesmo *real time*, como é que é, *real time*, *on-line real time*, pode ser manipulado também.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Eu acredito que qualquer coisa possa ser manipulada. O que existe é vale a pena, é compensador, o risco, existe fiscalização, vai deixar vestígios, quer dizer, eu acho isso é válido para o bingo e para qualquer circunstancia. Então o que eu vejo é plenamente controlável, tem um fator que eu gostaria de chamar atenção.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Na sua casa como você dá segurança para o poder público, de que aquele dinheiro que circulou é de fato o valor?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Eu...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Você assegura de que é aquilo que passou mesmo?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Senhor Senador, a receita do bingo ela nasce de uma dinâmica em que tem uma série de participantes que compraram uma cartela e que estão com ela na mão e aqui atrás num painel está dizendo que estão em jogo da série tal, a cartela de número tal a tal, pelo valor de tanto, quer dizer, a contabilidade do bingo é transparente, não tem supermercado, não tem operação que possa ser mais transparente, se a cartela número 450 que está na mão desse cidadão não estiver aqui, ele vai gritar imediatamente, a minha não está em jogo, é impos-

sível praticar numa sala cheia de gente que comprou uma cartela que é numerada e que quer concorrer aquele fato, omitir esse fato. Quer dizer, uma vez que a cartela está registrada, está no sistema, quer dizer, ela não pode ser tirada do sistema, porque senão ela não participa do sorteio, é só pegar a leitura do sistema. Quer dizer, então, na prática e na teoria é absolutamente tranqüilo exercer o controle, agora, quando não se tem fiscalização, não podemos digamos jurar inocência por todos os participantes do nosso sistema, nós não temos, digamos assim, a pretensão, a ilusão de acreditarmos que operemos com 100% de empresários honestos, transparentes e bem intencionados. Podem haver falhas sim.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só uma última pergunta, quanto é que custa uma máquina, ou investimento, como é que é feita, é um aluguel que se faz, é um leasing, é uma compra, qual o sistema que os fornecedores, esses 65 oferecem para as casas de bingo?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Existem mais de uma maneira de operação. E que é ditado basicamente pelo potencial da casa de bingo, as melhores casas de bingo conseguem que haja uma divisão, digamos, de risco, combinado uma participação normalmente de regra 50% para 50%, 50 para casa, 50 para o operador de máquinas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Tem um valor fixo por mês também?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não, aí corre-se o risco. Quando uma casa está começando ou digamos uma casa não é tão interessante para os maquineiros e o dono pretende ter determinado equipamento, isso é uma negociação, oferta e procura, velha lei de mercado. Então, nasceu também uma opção em que o dono da casa de bingos, olha, pelo faturamento, eu garanto uma importância de tanto, eu fico com o que sobrar, se a casa for bem ele pode ter vantagem nessa forma de acordo, se a casa tiver um desempenho abaixo da média ele vai estar prejudicado em relação aqueles que tem uma parceria de divisão de riscos, existem duas formas básicas de operação das máquinas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E quantas máquinas que o Bingo Augusta tem?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – 242 máquinas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Máquinas?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Maquinas e 500 lugares para bingo sentados.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E quanto que essas máquinas faturaram, o senhor falou, essas 242?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Um milhão 743 em janeiro, um milhão 255 em janeiro ano passado, 17 milhões 328 no ano de 2005.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O senhor está dizendo que cada máquina faturou quatro mil por mês?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Sim senhor Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Isso está razoável?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Isso é uma média superior ao que eu conheço de conversas e contatos com outros operadores, bastante superior.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Desses quatro mil o senhor deu 2000 para o fornecedor, meio a meio?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não. Esse é o meu custo, essa é a minha participação de receita. Mas eu tenho...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então o senhor está dizendo que deu oito por mês?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não, essa é a minha receita. O meu bingo vou fazer uma propaganda é um bingo bom, eu negocio situações melhores do que a média dos bingos o fazem. Então eu poderia trabalhar dizendo que talvez eu fique com mais do que 50% da receita.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É que eu perguntei antes isso significaria 4 mil por máquina, aí o senhor disse que sim, eu perguntei para lá não, o senhor disse que não, o senhor faturava mais. É que por causa disso que a nossa dúvida em relação aos bingos, nós nunca sabemos exatamente como medir esse faturamento para ver se tem como o próprio objetivo da CPI, fala sonegação e lavagem de dinheiro. Então no momento que nós tivermos certeza disto, aí acaba o problema, só que nos Estados Unidos a gente sabe que o pessoal gasta um dinheirão enorme para fazer a vigilância em cima do jogo, então muita gente lá discute para ver se vale a pena, porque tem muito dinheiro gasto para vigiar e não entra tanto recurso em termos de impostos e tal, a mesma coisa com as entidades esportivas, não é? Quer dizer, como é que uma entidade esportiva que tem que receber um percentual vai no final saber se aquele percentual está correto, a diferença de 70 milhões a que o Senador Garibaldi se referiu, o senhor não acha que é difícil também para uma entidade esportiva ver se aquele percentual está certo ou não, coisa assim?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Senhor Senador, eu lamento se eu não consegui ser preciso. Eu as vezes fico numa posição delicada, porque eu respondo como Presidente da ABRABIN pelo mercado e usei os dados da minha casa apenas para tentar passar informações precisas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quem é o dono da sua casa?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – São empresários de dois segmentos, um segmento de uma empresa de ônibus e um segmento da área de seguros, associados de uma empresa chamada Horizontes Planejamento e Participações.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Pode diz era o nome deles?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Sim, Fernando Antônio Nunes e Roberto Requião que não tem nada...(Risos)

(AUDITOR NÃO IDENTIFICADO) – Não é o Governador do Paraná.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – De onde são os empresários de ônibus?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Os de ônibus são da Bahia e os da área de seguro são do Rio de Janeiro.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas eu da minha parte estou satisfeito. Eu também, Dr. Olavo, e as perguntas foram no sentido assim de entender mais, porque essa linha de perguntas havia sido feita não só por mim, mas também pelo Presidente, pelo Relator numa última, num último depoimento aqui dentro dessa CPI, para tentarmos entender como é que de fato se pode ter mais segurança para se saber exatamente o quanto de dinheiro e de onde que vem esse dinheiro, como essas coisas estão acontecendo dentro de uma casa de bingo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço. Vossa Senhoria tem a palavra.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Apenas para não ficar imprecisões, como eu estava colocando em determinado momento eu faço uma colocação de mercado em determinado momento, para tentar ser preciso eu coloco dados objetivos que estão lá registrados na minha contabilidade. Eu reconheço, Vossa Senhoria, V.Exa. tem razão que pairam dúvidas sobre esses aspectos e essas dúvidas pairam a partir de um mau-tratamento que a legislação deu para a receita. Como nós não temos jogos no Brasil e a figura do giro de apostas ela é própria de jogos, nós temos tido muitas confusões no tratamento do que é receita e isso criou um problema digamos de identificação precisa, mas é apenas uma questão de sentar, todos esses dados não saem do ar, quer dizer, qualquer dirigente de federação pode sentar, pedir um balancete ou pedir um relatório de movimentação, de dia-a-dia da casa e saber quanto é que ela jogou, quanto é que ela pagou de aposta, quanto é que ela pagou de prêmio de linha, de prêmio de bingo e quanto é que sobrou partida a partida, quer dizer, ele é aparentemente um fato que está estruturado na em confiança ou boa vontade, mas ele é absolutamente controlável por sistemas que basta haver a solicitação e o acompanhamento e fiscalização, porque falsificar uma informação pode ser feita em qualquer operação, em qualquer negócio, em qualquer atividade. Quer dizer, ela não é diferente de qualquer outra. É possível que se não for fiscalizada, existam desvios e o senhor teria razão sobre esse aspecto. O fato é que existe condições sim de fiscalização.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É, não, eu até só quero fazer uma observação, que de fato, vamos dizer, a malversação, o desvio, o desmando pode acontecer em qualquer atividade. Agora, nós temos que, na verdade, criar mecanismos de fiscalização para que isso não aconteça. E justamente o início dessa CPI foi na pressuposição de que haveria assim, maiores dificuldades nesta área em termos de ilícitos e dessa dificuldade de fiscalização do que em outras áreas, mas o Brasil espera que tenhamos o controle em cima de todas as atividades para que o recurso, na verdade, possa ser controlado, pela sociedade e pelo Poder Público também. Mas, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa., Senador Flávio Arns e concedo a palavra ao senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Presidente, senador Efraim Moraes, senhor Olavo Sales da Silveira. O senhor mencionou que antes das medidas de restrição da existência das casas de bingos no Brasil, chegou haver cerca de quinhentas e sessenta e poucas casas de bingo, é isso, é esse número?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Quinhentas retomaram a operação após 168, elas eram mil.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eram mil casas de bingo e isto no início de 2003?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Ao final do período de controle da Caixa Econômica, final de 2001.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ao final de 2001. E daí houve, 2002 começou haver a diminuição, já no último ano do Governo Fernando Henrique, então é isso que...

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não, senhor Senador, a diminuição ocorreu com o fechamento por

um período de quase dois meses muitas casas perderam os imóveis, não tiveram condições, capitais...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quando foi instituída a Medida Provisória.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – 168.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Que proibia os bingos no Brasil, foi isso?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Progressivamente as casas de bingo voltaram a se viabilizar e isto se deu através de nova medida legislativa ou de medida por parte do Executivo apenas ou por medida junto à justiça ou porque forma?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – As casas logo após o seu retorno, elas retornaram em um nível superior ao que existe hoje. Mas no decorrer do tempo após a queda da 168, foi a julgamento uma Adin(F) no Supremo Tribunal, solicitada pelas autoridades competentes, demanda da Caixa Econômica Federal que queria saber de quem era a competência para esse aspecto. Então, este fato também provocou a desativação de diversas casas de bingos em diversos Estados como uma conseqüência de outro fato. Como a caixa não havia produzido uma Legislação Federal os Estados, as loterias que tinham contrato de administração que herdaram da época do INDESP, elas estavam com um problema na mão, então, foram produzidas legislações estaduais e as autorizações eram de competência do Estado. Quando o julgamento da Adin(F) sobre a competência daqui do Distrito Federal para legislar sobre esse assunto foi estabelecido como competência da União, isto criou um efeito, digamos, que se alastrou a outros 14 Estados onde as loterias, onde existiam legislações estaduais. Então foi isso que provocou a queda, o que é que está acontecendo? Se um Estado não pode dar a autorização, as casas nesses Estados estão voltando à Justiça Federal, à Lei Zico, à Lei Pelé e buscando na justiça uma autorização judicial em situação equiparável aqueles treze Estados em que não existiam loterias estaduais operantes, então o número vem crescendo, mas ele teve uma queda por conta da desativação das operações estruturadas em autorizações estaduais.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então a... É a expectativa das casas de bingo, de que venha a ocorrer uma nova legislação relativamente a regulamentação das casas de bingo no Brasil?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Sem dúvida.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E a sua expectativa é de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito faça sugestões na direção de melhor regulamentar as casas de bingo, que envolva desde alternativa de simplesmente proibir a existência da casa dos bingos, como se cogitou em 2004, quando surgiu todo o episódio que deu origem, inclusive, a esta CPI, até alguma outra forma de regulamentação. Então, se é a expectativa do senhor de que esta, de que, inclusive, o Relator Garibaldi Alves Filho, observando todas as recomendações e todos os depoimentos aqui colocados, a documentação levantada que venha a propor uma nova regulamentação?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – É verdadeiro a sua afirmativa. Nós...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então a minha pergunta é se a Associação Brasileira dos Bingos considerou encaminhar a esta CPI, ao senhor Relator, sugestões relativas a como proceder, sugestões sobre essa legislação, se houve esse tipo de preocupação da parte da ABRABIN?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Nós seríamos, acredito que pretensiosos se pretendêssemos oferecer antecipadamente sugestões. Nós fomos convocados, aqui estamos para prestar todos os esclarecimentos e se houver este interesse e nós torcemos para que haja, estou aqui à disposição para qualquer esclarecimento, como disse no início, vim de maneira franca, aberta, não trouxe nenhum *habeas-corpus*, não vim assistido por advogados, eu vim para expor o que fosse necessário, porque sim o mercado tem grande expectativa de que após analisado o quadro todo, chamados os depoentes, que esta CPI, que esta casa adquira a tranqüilidade para encaminhar uma proposta pela regulamentação que estaríamos muito felizes se isso acontecesse e estaríamos dispostos a oferecer a contribuição técnica que nos for solicitada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Acho que o Presidente Efraim Moraes, perguntou, fez perguntas ao senhor relativamente as reuniões do grupo de trabalho só para recordar. Então o senhor participou das reuniões do grupo de trabalho interministerial que iria propor uma legislação sobre os bingos, até quando foi, qual foi a evolução deste grupo de trabalho? Ficou pronto um projeto nesta direção? Qual é a avaliação que o senhor faz a respeito?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Quando nós fomos convidados para participar de audiência pública do grupo de trabalho interministerial já existia uma, a gente chama um boneco, uma proposta, que tinha origem no Ministério dos Esportes. Então nós conhecíamos o texto já basicamente que lá estava e oferecemos contribuições, procuramos mostrar alguns equívocos que lá estavam, uma coisa muito importante para nós que não estava prevista, era criar exatamente a diferenciação de giro de apostas e receita. Então oferecemos as nossas contribuições no grupo de trabalho.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A ABRABIN congrega todas as casas de bingo ou há uma, um número significativo de casas de bingo que não pertencem a ABRABIN?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Nós temos historicamente uma participação, porque essa participação gera um certo ônus e sobretudo um compromisso operacional e compromisso de responsabilidade com federações, mas nós sempre tivemos em torno de 50% do mercado como sócias da atividade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O senhor mencionou, por exemplo, que na cidade do Rio de Janeiro há cerca de 40 bingos. Mencionou que na cidade de São Paulo há um número de casas de bingo possivelmente superior até a demanda. Eu agradeço se puder nos informar, qual é o número de casa de bingos que segundo a ABRABIN conheço, existe hoje no Brasil? Aquelas que são membros da ABRABIN e aquelas que não são membros? Agradeço se puder informar especificamente também sobre a cidade de São Paulo quantas são, mas a minha pergunta é sobre o Brasil também.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Então voltando, nós temos um cenário nacional de bingos que estão voltando a operar, que pararam, porque a autorização estadual foi suspensa e estão voltando num fluxo, digamos, ditado pelo Judiciário. Na medida em que obtém uma autorização, eles estão voltando. Esses números não são precisos e essas casas voltam fragilizadas, retornar a ABRABIN, passar a pagar mensalidades não é a prioridade deles nesse momento. Então nós temos números um tanto quanto imprecisos, que nos dão a informação de que podemos imaginar um número de mais ou menos 600 casas em operação hoje em todo o Brasil. A Grande São Paulo tem aproximamente 200 bingos dentro da Grande São Paulo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E no Estado de São Paulo?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Quando a Caixa Econômica tinha o último relatório oficial, eram 462 ou 464 no Estado de São Paulo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Portanto...

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Quase 50%, tivemos uns 40%.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – 600 no Brasil, e 400 no Estado de São Paulo, tem ali um número muito significativo.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Senador, precisamos fazer um corte, quando nós tínhamos esses dados, nós tínhamos bingos em todo o Brasil, os bingos do Brasil inteiro eram quase mil naquela oportunidade, hoje, São Paulo não tem todos esses bingos e o Brasil também não. Como eu havia informado há pouco nem todos conseguiram transpor os 60 dias que ficaram fechados, não conseguiram retornar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu tenho notado circulando pela cidade de São Paulo, e mesmo por municípios fora do Estado de São Paulo, que um número significativo de casas de bingo foram abertas ou reabertas recentemente. Então, como que parece haver uma força grande no sentido da possibilidade de se estar organizando casas de bingo e se elas estão surgindo, e algumas com grande movimento à porta, isso significa que há uma demanda para isso. Isso se trata, uma percepção, nunca fiz um levantamento, só uma percepção visual, porque não cheguei a entrar nas casas de bingo, mas olhando por fora as vezes me impressiona o movimento que muitas casas, inclusive, por exemplo, na cidade de São Paulo, de tarde e não necessariamente sendo feriado, até em dias comuns. O horário normal de funcionamento de casas de bingo é de que horas a que horas?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Normalmente elas abrem em torno do meio-dia, senhor Senador. E fecham em torno de uma a duas da manhã, o bingo de cartelas, eu queria fazer, digamos, lhe respondendo à pergunta se V.Exa. me permitir.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Claro.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – O mercado olha isto como jogos e como uma informação, digamos, de cenário mundial. Há sim uma expectativa de regulamentação. Dos 103 países que formam a organização mundial do turismo e neste conjunto nós temos todos os países desenvolvidos. Nós temos 2 países que não tem jogos autorizados, Brasil e Cuba. E Cuba está organizando uma modalidade de jogos para o turismo. Então, existe uma expectativa séria de que nós não vamos continuar numa ilha isolados, porque muitas vezes o discurso de que parece que se autorizarmos isso nós vamos ter uma degradação da família que nós vamos ter, vamos liberar uma Pandora de males que vão acometer a sociedade, todo mundo vai ficar dependente, viciado, endividado, isto é irreal, o jogo está autorizados em todos os países do mundo e ele não é uma experiência inédita que nós faríamos aqui, sem termos condição de avaliar qual é as conseqüências. Então, existe sim, senhor Senador, é verdadeira a sua percepção, o mercado acredita e espera que o Brasil saia dessa condição de isolamento como o único país da América sem algum modelo de atividade de jogos privados e sobre a freqüência. Ela obviamente, ela é diferenciada por casas, o fato de a churrascaria Fogo de Chão ter sempre uma boa clientela não quer dizer que todas as churrascarias de São Paulo estejam bem. Então se aplica o mesmo fato aos bingos. Eu

acredito que existam casas em que tenham uma boa freqüência e existem casas que não estão bem e o fato de ter uma freqüência durante a semana, o bingo tem basicamente três públicos senhor Senador, tem um público mais digamos de pessoas que não tenham um trabalho, que já estejam aposentados, terceira idade, que freqüenta mais na parte da tarde, tem um público, após o trabalho não vão pegar o engarrafamento, é o segundo público e tem um terceiro público que entra mais tarde que saiu, foi jantar e faz uma passadinha no bingo. Então nós temos públicos caracterizados, já, digamos com perfil definido, freqüentando as casas de bingo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A legislação brasileira já há décadas proíbe os jogos de azar, os jogos, as casas de, os cassinos, e jogos de azar em geral. Houve na sua resposta ao Senador Garibaldi Alves, assim como que uma distinção entre o bingo e os jogos efetivamente proibidos. Eu gostaria que pudesse ir, mas porque agora há pouco Vossa Senhoria identificou o bingo como um jogo, bem, como é que fica a diferença entre o bingo e os jogos que são proibidos no Brasil? A expansão das casas de bingos, significam como que uma... Podemos ver as casas de bingo a sua expansão como quase que uma evolução para na prática, não haver mais a proibição dos cassinos?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Não, senhor Senador. Primeiro eu faria a colocação...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A distinção clara entre um e outro.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – Distinção técnica de loterias, jogos, ela é clara, tanto que todas as loterias da caixa, do Governo são loterias. E, portanto, se fossem jogos estariam proibidas também, porque o jogo está proibido no Brasil. Então, não existe modalidade de jogos. O que acontece é que na prática, no dia-a-dia, se refere, nós termos o hábito de nos referirmos a tudo como jogo, futebol é jogo, xadrez é jogo, aplicar na bolsa é jogo, as loterias da caixa são jogos, e os bingos é jogo, eu estaria sendo anacrônico se ficasse muito insistente numa coisa, que digamos a cultura popular trata como um jogo. Tecnicamente não é.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Como se o bingo fosse um jogo de sorte e o jogo carteado de cassino fosse um jogo de azar? Só para entender.

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – A dinâmica é outra, a figura do jogo ela caracteriza uma posição em que pode, tem um ganhador, e um perdedor, é uma questão de aposta, numa roleta, por exemplo, eu acredito que quase todos tem a visão de como acontece, eu tenho a chance de apostar em um em 36 números, ou eu ganho ou eu perco, essa é afigura do jogo, é um desafio, a casa pode ganhar tudo ou alguém ganhar da casa essa posição. Neste encaminhamento as loterias, a natureza é diferente, qualquer loteria da caixa e o bingo é um gênero lotérico, ela propõe uma arrecadação deste montante, ela destina algo como prêmio e sempre vai ter um ganhador e se não sair para o ganhador naquele certame, naquela rodada, ele acumula para a próxima. Então é uma operação em que não há, digamos, a definição de uma perda, sempre vai ter ganhadores, isso é gênero de loteria. O bingo estaria restrito pela lei das contravenções, documento, diploma legal, editado no Governo Dutra, temos dúvidas se o bingo estaria ou não incluso no texto, porque ele não é citado diretamente e até porque sempre existiram bingos no decorrer desses 50 e poucos anos e ele nunca foi restringido. O que mudou? A Lei Zico trouxe o bingo para a sua legalidade. E aí eu vou me permitir uma colocação, talvez, técnico para leigos, mas para os senhores. O nosso ordenamento jurídico não contempla a figura da repristinação e sobre isso temos pareceres, e pareceristas conceituados desse país. O que seria isso? Na nossa legislação se uma lei A proíbe um fato, se uma lei B liberar esse fato, em uma lei C extinguindo os efeitos da lei B não voltar a proibir o fato liberado pela lei B ele não readquire automaticamente efeito proibitivo, isto chama-se em termos legais de efeito repristinatório, transpondo para a nossa situação, lei das contravenções proibia, Lei Zico liberou, Lei Maguito extinguiu a regulamentação dos artigos da Lei Zico, mas não voltou a proibir. De onde que pela nossa Constituição o que não está proibido especificamente está liberado, ou seja, a livre iniciativa está liberada. Porque é que nós buscamos uma regulamentação? Porque nós vemos no bingo um paralelo do qual eu vivi, a situação da previdência privada, a previdência privada, até a edição da lei 6435, era uma atividade com desgaste, era uma atividade com tratamentos inadequados, planos de renda constituído em regime de repartição de capitais de cobertura como a nossa previdência hoje, o que não se aplica, não se sustenta, precisariam de regimes de capitalização, o Governo enfrentou o fato, legalizou a previdência privada, todo o passivo dos chamados montepios foram transpostos, hoje temos empresas de previdência privada, Fundos de Pensão, instituições saudáveis, instituições que contribuem com uma função social relevante, são fundos até de financiamento de investimentos, garantidores de benefícios ao cidadão brasileiro, fruto de uma atitude de coragem, de regulamentar uma atividade que era descaracterizada. Vemos um paralelo muito próximo com a situação do bingo hoje, com uma regulamen-

tação específica, séria, justa, exeqüível, dura, é o que nós buscamos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – As máquinas de bingo elas são de produção nacional hoje no Brasil ou são importadas praticamente todas?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – A estrutura de chegar-se a uma máquina ela começa com uma empresa que hoje já estão especializadas e quase todas são nacionais, de desenvolvimento do hardware, porque o software, o desenvolvimento do software, porque o hardware está sendo montado, nós temos fábricas no Brasil para montar. O que diferencia, o que caracteriza é o software que essa máquina tem. Então, tem empresas que desenvolvem um software, aplica na sua máquina e coloca a mercado, mas já estamos vivendo um momento em que já existem empresas sofisticadas, destinadas ao desenvolvimento só no software que pode comprar, pode locar, importa ou desenvolve.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas, por exemplo, as máquinas na casa de bingos que o senhor administra elas são nacionais ou estrangeiras?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – São nacionais.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Finalmente. (Campainha) A legislação tem previsto diferença entre, digamos, o bingo de quermesse, o bingo que se faz em associações, ou nas igrejas, nas casas paroquiais, ou em clubes, e assim, e o bingo das casas de bingo? Que tratamento existe hoje com respeito a isto?

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA – A Lei Zico tratava os bingos em dois segmentos, o que a lei chama de bingo de campo, é aquele bingo onde só se pode dar bens, não se pode dar dinheiro, normalmente vendidos em sorteio com data, hora, local preestabelecido, alugavas um clube ou um espaço reservado, mostrava-se os prêmios, vendia-se os antecipadamente bilhetes em qualquer local e fazia-se o sorteio, isto é o chamado bingo de campo, esta modalidade prevista na Lei Zico, a outra modalidade então é o bingo eletrônico, o bingo *in house*, que só pode dar prêmios em dinheiro, inversamente do bingo de campo. Então essas duas modalidades estão previstas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa. Senador Suplicy. Pergunto se o Relator, se tem algo a acrescentar. Não tendo nada a acrescentar eu agradeço a presença do Dr. Olavo Sales da Silveira, Presidente da Associação Brasileira dos Bingos, ABRABIN por aceitar a nossa convocação para participar da nossa CPI. Muito obrigado a Vossa Senhoria. E convoco a assessoria, solicito da assessoria, fazer adentrar à nossa sala para seu depoimento, o senhor Rui Manuel Mendes Francisco.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senhor Rui Manuel Mendes Francisco, nós queremos agradecer a Vossa Senhoria pela atenção dispensada à CPI. Comunico aos senhores Senadores que está assinado o termo de compromisso conforme o artigo 203 do Código de Processo Penal e coloco à disposição de Vossa Senhoria. Senhor Rui Manuel os microfones da nossa CPI para que Vossa Senhoria faça as considerações iniciais. A palavra com Vossa Senhoria.

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Obrigado, Senador, boa tarde a todos. Eu gostaria de me apresentar. Meu nome é Rui Manuel Mendes Francisco, eu sou português, tenho 44 anos. Cheguei ao Brasil há 30 anos, desde 1975 sou empresário, formado em eletrônica e exerço atividade já há alguns anos. Estou aqui para colaborar com essa Comissão e à disposição dos senhores para prestar os esclarecimentos necessários. Obrigado. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a Vossa Senhoria. E concedo a palavra ao nosso Relator, senador Garibaldi Alves Filho, V.Exa. tem a palavra Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente, senhoras e senhores Senadores. Pergunto ao senhor Rui Manuel Mendes Francisco: Quais as empresas que Vossa Senhoria é sócio atualmente ou foi sócio até 2002?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Atualmente... Eu sou sócio de quem Senador?

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – De empresas?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Ah, ok. Eu sou sócio de uma empresa chamada FDM Brasil, já fui sócio de outras empresas Brasil Games LTDA, GOLD COIN LTDA, sou sócio de uma outra empresa também JVD Empreendimentos e já fui sócio também de uma outra chamada São Paulo Games LTDA.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quer dizer que hoje o senhor só é sócio da FABAMA?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Não, nunca fui sócio da FABAMA, senhor Senador.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Os proprietários da FABAMA são os senhores Caio Vadinho?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Sim, são os senhores Arthur Caio e José Paulo Figueiredo.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o senhor é apenas proprietário da...?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Atualmente FBM Brasil.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – FBM Brasil.

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Brasil.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Essa empresa FBM Brasil ela explora o mercado de máquinas eletrônicas programadas ou máquinas caça-níqueis?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Nenhuma das duas opções, senhor Senador, é uma empresa voltada única e exclusivamente para o desenvolvimento do software e essa empresa não opera com máquinas de bingo ou bingo eletrônico ou qualquer outro tipo de máquina eletrônica.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quer dizer que o senhor não tem envolvimento com o mercado de máquinas eletrônicas programadas ou máquinas caça-níqueis?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Eu até o ano de 2005, eu fui sócio de algumas empresas que atavam nesse setor. Todas elas que eu já enumerei anteriormente.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Hoje o senhor não tem relação com elas?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Não. Hoje não.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Vossa Senhoria sabe a razão pela qual os empresários portugueses José Paulo Teixeira Cruz Figueiredo conhecido como Vadinho e José Valente de Oliveira Caio, o Caio, seus sócios, deixaram o Brasil?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Eu sei. Nós estivemos, nós operamos muito tempo com as empresas no setor de máquinas eletrônicas programadas, nós estivemos habilitados pelas duas leis que legislaram sobre esse assunto, tanto a Lei Zico quanto a Lei Pelé, posteriormente continuamos atuando no mercado em função de decisões judiciais que nos restabeleceram essas autorizações e após a Medida Provisória 168, houve um desinteresse geral por todos os sócios e o interesse também de sair do Brasil, mesmo porque haviam outros fatores, a questão da segurança e eles se manifestaram já há muito tempo atrás interessados em voltar a seus países de origem.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor tem outros negócios em outros países como Angola, Estados Unidos e Portugal?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Não, não senhor, não conheço Angola, senhor Senador.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Vossa Senhoria conhece Roberto Carlos Kurzweil, amigo e sócio de Caio e Zé Paulo?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Conheço sim, senhor Senador. Conheço o senhor Roberto Carlos, nós somos sócios do mesmo clube, freqüentamos os mesmos locais de praia e eu tive sim algumas vezes com ele, em algumas oportunidades em oportunidades de lazer.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele também tem participação no negócio de jogos?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Não que eu tenha conhecimento, senhor Senador.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele não se associou a Caio e Zé Paulo? Ele tem sociedade com eles dois?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Eu tenho um conhecimento que o senhor Roberto Carlos tenha sido sócio ou é sócio deles em outras empresas que não atuam no ramo de jogos, mas no ramo de jogos eu fui sócio deles em todas as empresas e com exceção da fábrica FABAMA, mas posso garantir que o senhor Roberto Carlos nunca foi sócio.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Diversos documentos elaborados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, senhor Rui, afirmam que a partir de 2002, com o fim da sustentação dos bingos pela Lei Zico, tornou-se comum os empresários de bingo substituírem seus nomes nas empresas por nomes "laranjas". Pergunto a Vossa Senhoria, Caio e José Paulo deixaram o quadro societário de várias de suas empresas como a Brasil Games e a São Paulo Games e foram substituídos por pessoas de nacionalidade angolana ou portuguesa?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Não. Nós continuamos tanto os meus sócios, senhor Arthur Caio como o senhor José Paulo bem como eu, continuamos sócios até 2005 quando realmente foi feita a venda.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E eles são sócios da FBM Brasil?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Sim, senhor Senador.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eles são sócios?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – São sim.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Vossa Senhoria conhece Jair da Ressurreição?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Conheço sim, senhor Senador.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele é dono de um dos maiores bingos de São Paulo e da América Latina. Qual o relacionamento dele com Caio e Zé Paulo, o senhor sabe alguma coisa?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Não. Não existe um relacionamento. Como nesse meio de jogos as pessoas normalmente se conhecem, é natural, mas o senhor José Paulo é o senhor Arthur Caio se tem um relacionamento, é um relacionamento muito curto, não conheço, desconheço qualquer tipo de relacionamento, muito menos comercial, comercial eu diria que não existe nenhum.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Vossa Senhoria, Caio, José Paulo ou alguma de suas empresas contratou ou fez qualquer outro tipo de tratativa com o senhor Roberto Carlos Kurzweil, para influenciar junto ao PT na legalização dos jogos?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Não, não senhor Senador.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Qual a relação de Vossa Senhoria, Caio e José Paulo com a direção da ABRABIN e com outras associações de casas de bingo?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Existia uma relação institucional. A ABRABIN seria o órgão que representa as entidades, que representa a classe e por conseqüência todas as empresas do setor se filiavam e seguiam junto com a ABRABIN uma luta na tentativa de manter o mercado alinhado com os padrões estabelecidos nas leis anteriores.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Vossa Senhoria tem conhecimento de alguma contribuição para a campanha de partidos políticos por parte de pessoas ligadas às casas de bingo ou mesmo de pessoas ligadas a outros jogos?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Não, não, senhor relator, desconheço.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Conhece o senhor Rogério Buratti?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Não, não conheço.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele afirmou nesta CPI que os senhores Caio e José Paulo fizeram uma doação em caixa-dois de um milhão de reais à campanha do PT em 2002 como compromisso da legalização dos bingos. Essa doação teria sido intermediada por Kurzweil, o dinheiro teria sido entregue a Ralf Barquete que teria repassado para Delúbio Soares. O que Vossa Senhoria sabe a respeito?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – O que eu sei a respeito é o que foi noticiado pelas rádios e televisões, mas posso lhe garantir, senhor Relator que das empresas as quais eu sou sócio isso não existiu, isso é um fato totalmente... Não aconteceu, não houve sequer comentário a respeito sobre isso. Eu não posso responder pela pessoa dos meus sócios, mas acredito piamente naquilo que eles me dizem e dizem que nada disso aconteceu.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor Rogério Buratti também afirmou que após a eleição do Presidente Lula entre final de outubro e início de novembro de 2002, houve uma reunião em São Paulo em hotel da rede Sofitel de empresários de jogos, inclusive, Caio José Paulo com o Ministro Palocci, e o senhor Waldomiro Diniz, a reunião tinha por objetivo reafirmar o compromisso da legalização dos bingos. Vossa Senhoria participou dessa reunião?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Não, não senhor Senador.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E eles, Caio e Zé Paulo, sabe dizer se eles participaram?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Tenho certeza que não, senhor Senador.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Vossa Senhoria ou algum dos seus sócios foram alguma vez procurados para fazer pagamento de vantagem, propina para representante do Estado?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Não, em hipótese alguma.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – São muitas as denúncias acerca da ligação dos bingos e demais jogos com organizações criminosas e lavagem de dinheiro. Vossa Senhoria sabe alguma coisa a respeito?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Não, não conheço nada a respeito, senhor Senador, a única coisa que ouvimos são as notícias que saem constantemente nos jornais, nas televisões, mas de fato não há nenhuma, nada que ligue ou que chame atenção como sendo tal.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Qual o relacionamento de Vossa Senhoria com o senhor Allan Johnson, cidadão

americano, ex-sócio de Vossa Senhoria na São Paulo Games?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Desculpe, Allan Johnson... Sim, ok.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Allan Johnson.

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Senhor Allan Johnson era proprietário de uma empresa fabricante de equipamentos eletrônicos nos Estados Unidos e realmente ele chegou ,inicialmente foi fornecedor de alguns equipamentos para a empresa São Paulo Games. Ele era fabricante e exportava, exportou alguns equipamentos para a empresa São Paulo Games.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Vossa Senhoria conhece os senhores Alejandro e Ortiz?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Conheço.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Qual o nível de relacionamento de Vossa Senhoria com eles? Tem algum negócio em comum?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Não tenho nenhum negócio em comum, nunca tive, o nosso relacionamento era um relacionamento de competidores, eles eram os meus concorrentes e como é óbvio, nos conhecíamos através de reuniões, mas, enfim, a nossa relação era uma relação de, concorrência, somente.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Conhece o senhor Waldomiro Diniz?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Não conheço.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – o senhor Carlos Cachoeira?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Senhor Carlos Cachoeira numa oportunidade eu estive numa reunião promovida por ele, essa reunião essa realizada no Estado do Paraná para apresentação de um sistema *on-line,* que seria operado pela loteria do Estado do Paraná, a única oportunidade que eu estive com esse senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Conhece o senhor Vladimir Poletto?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Não, não senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Conheceu o seu Ralf Barquete?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Também não, senhor Relator.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, Vossa Excelência tem a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Presidente, Senador Efraim Moraes, Senador Garibaldi Alves Filho, senhor Rui Manuel Mendes Francisco. Como é normalmente feita a auditoria dos sistemas?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Desculpe, Senador... Não entendi.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy... O depoente pede que V.Exa. repita a pergunta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Com respeito a... Eu estou perguntando referente ao sistema de software e instalados nos equipamentos, então, como é que normalmente é feita a auditoria dos sistemas?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Ok, senhor Senador, agora eu entendi. Eu entendo que a auditoria é quando o senhor se refere a auditoria, seria como seria analisado os softwares nos equipamentos, contidos nos equipamentos. Então, as duas regulamentações que nós tivemos, elas tratavam esse assunto de maneira, inclusive, um pouco distinta, a primeira delas fazia essa auditoria ser dividida em três estágios, um deles seria a análise do software, propriamente dito, que era feito pelo núcleo de pesquisa e operação de operacionalização, um órgão filiado à USP de São Paulo, a Universidade de São Paulo, outro departamento que era feito pela Unicamp de Campinas e uma terceira auditoria feita pelo Instituto Criminalística da Polícia do Estado de São Paulo, da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O código fonte do software fica armazenado ou sofre alguma análise por peritos do Governo?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – O código fonte era analisado pelo instituto que era o NO PEST (F), que era um instituto vinculado a Universidade de São Paulo, que analisava o código fonte em computadores e depois comparava com aquele efetivo que era colocado no equipamento, para averiguar se realmente o software correspondia a uma verdade ou não daquilo que estava sendo proposto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Qual a diferença entre os softwares nacionais e os importados?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Desde que analisados pelos órgãos competentes não havia nenhuma diferença, a diferença seria meramente de visual ou, as diferenças necessárias para regulamentação não poderiam existir, teriam que ser iguais.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Haveria alguma diferença no tipo de auditoria para os importados?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Igualmente aos nacionais. A auditoria era exatamente a mesma, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Qual a garantia que o freqüentador ou usuário de casa de bingo tem quanto à integridade do software ou da lisura, obviamente, instalado nos equipamentos?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Então, essa garantia ela foi sempre dada desde, na época em que os equipamentos estavam sobre uma regulamentação, ou seja, as duas regulamentações que existiram até o período de 2005, eles tratavam esse assunto com muito afinco e era realmente feita uma verificação e inclusive, in loco, justamente por esses órgãos que eu acabei de explicar para o senhor, que eram a USP de São Paulo, a Unicamp de Campinas, o Instituto de Criminalística e a Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio de Janeiro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Muito obrigado. Senhor Presidente, V.Exa. leu ao início dos trabalhos de hoje a carta do ministro Paulo Bernardo, eu pergunto se tem como ele se dispor à vir, não nesta semana, mas se porventura houve já entendimento sobre a data prevista da sua vinda à CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Nenhuma data, Senador Suplicy, eu apenas recebi um telefonema do Ministro e após o telefonema a carta chegou até a CPI, existe um requerimento de convocação do Senador Antero, amanhã nós não iremos fazer nenhuma atividade, não teremos nenhuma atividade na nossa Comissão, em função de que hoje à meia-noite encerra-se o período de convocação e até o início da sessão inaugural nós não temos como funcionar. Porque qualquer atividade nós teríamos facilmente anulado a nossa sessão. Então, amanhã nós não faremos nenhuma atividade, na quinta-feira voltaremos a receber a nossa CPI mais dois convidados, o Dr. Julier Sebastião da Silva que é juiz federal e o Dr. José Pedro Taxi que é Procurador da República na próxima quinta-feira. Acredito que, a não ser que não tenhamos quorum disponível, podemos decidir, mas não é intenção dessa Presidência de fazer nenhuma Sessão Administrativa na próxima quinta-feira. Então acredito que só após o carnaval é que tomaremos uma posição em relação ao Ministro Paulo Bernardo, até porque ele solicitou que esta semana não houvesse nenhuma, não fosse marcada nenhuma sessão para que ele pudesse vir depor em função dos compromissos já assumidos em Brasília.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa. E eu só queria fazer uma pergunta, ao senhor, é uma dúvida, não é bem uma pergunta.

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Pois não, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor disse que era sócio do Caio e o Vadinho, vamos resumir aqui?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E que tinham atividades, além de sócios, naturais, sociais, o mesmo clube, tal, etc. O senhor também foi sócio do Kurzweil?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Não, nunca, senhor Presidente, nunca fui sócio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Os outros dois em que foram?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Sim os meus sócios foram sócios do Kurzweil numa empresa de telecomunicações, que eu tenha conhecimento essa foi a única ligação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor conheceu o senhor Kurzweil?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Sim, conheci.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – No clube?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – No clube e em algumas oportunidades também em algumas ocasiões sociais, somente em lazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quer dizer o que senhor Roberto Carlos que freqüentava o clube, que freqüentava o senhor, que freqüentava o Caio, que freqüentava o Vadinho?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Sim, sim, sim senhor, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E era constante? Entenda, não é... É união de trabalho. Eu quero saber só encontros, que é, no fim-de-semana, coisa dessa natureza, sem ser uma atividade de negócio, de lazer, vamos dizer assim.

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Eu nunca tratei negócios com o senhor Roberto Carlos, eu jamais falei sequer de negócios. Ele não sabia dos meus e eu também nunca soube dos negócios dele.

Mas nós tínhamos realmente esse relacionamento social que normalmente acontecia nos fins-de-semana, mas muito raramente, poucas oportunidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas que houve encontro do senhor Caio, do senhor Vadinho e do senhor Roberto Carlos nesse clube, existiu?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Sim, claro. Além do relacionamento comercial que eles tiveram nessa empresa que eles foram sócios.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Alguma vezes, não é?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Sim, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Muito bem, agradeço só a Vossa Senhoria só para confirmar que havia encontros do senhor Roberto Kurzweil com os dois sócios dele também, porque segundo informação ele não sabia de nada que acontecia no depoimento dele aqui, foi a afirmação dele, que não sabia o que os sócios tinham outras atividades, não sei aquelas...

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Só me permite, senhor Presidente, eu gostaria de interrompê-lo, só para comentar mais, nesses encontros realmente não se falava de negócios, eram... Na oportunidade, em que eu estive com eles, seriam sempre finais de semana e houve sempre um isolamento nos fins de semana com relação a negócios. Eu nunca tratei de negócios em uma festa ou num clube com os meus sócios.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Perfeito, eu só queria o que senhor me tirasse uma dúvida, o seguinte, vamos admitir que o senhor é meu sócio e eu sou sócio do senador Garibaldi. (Campainha) Se nós pertencêssemos a uma mesma empresa e se nós tivéssemos encontros sociais em clubes que somos sócios patrimoniais ou contribuintes, não sei, será que o senhor saberia que eu sou sócio do Garibaldi?

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Eu creio que sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Obrigado.

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – De nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a Vossa Senhoria pelo convite.

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pela convocação e evidente que tanto o nosso Relator, como o Presidente, os demais membros estão satisfeitos com a participação do senhor. Muito obrigado, senhor Manuel.

SR. RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – Eu que agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço aos senhores advogados, senhoras advogadas pela presença e declaro encerrada a presente sessão. Antes porém convocando reunião para quinta-feira as 11 horas da manhã para ouvirmos o Dr. Julier Sebastião da Silva, Juiz Federal e o Dr. José Pedro Táxi, Procurador da República. Está encerrada a sessão.

(Sessão encerrada às 15h38)

Ata da 58ª Reunião, realizada em 16 de fevereiro de 2006.

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às onze horas e quinze minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores, Romeu Tuma, Antero Paes de Barros, Valdir Ralpp, Garibaldi Alves Filho (Relator), Eduardo Suplicy, Tião Viana, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita, Álvaro Dias, Ideli Salvatti e Wellington Salgado, presente ainda os Senadores Arthur Virgílio, José Agripino Maia, Serys Slhessarenko e Ana Júlia Carepa não membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente reunião destina-se a oitiva dos Senhores Dr. Julier Sebastião da Silva, Juiz Federal da 1ª Vara Federal de Mato Grosso e Dr. José Pedro Taques, Procurador da República da 3ª Região. Informo que há alguns requerimentos a serem votados. **Requerimento n.º 031/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer que seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito o Sr. Jair da Ressurreição Paula, em votação, é aprovado. **Requerimento n.º 034/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer que o Sr. Paulo Antônio Henrique Negri, seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão. Em votação, é aprovado. **Requerimento n.º 030/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer que a Polícia Federal, com assistência da assessoria desta CPI, tome depoimento, que constará dos autos da Comissão dos Srs. Alexandre José Wissmann Folgado Sanchez Moreno, Antônio Carlos

Viotti Alves de Almeida, Antônio Clemente Ferreira, Carlos de Moraes Sarmento, Domingos Edgar Roque de Macedo, Eduardo João Galeão dos Reis Figueiredo, Fernando Abílio Almeida da Silva, Fernando Mendes Dias, Flávio de Toledo Piza, Graziela Pamplona da Rosa, José Curtolo, José Mário Roberto Ventura, José Pedro Rolando da Fonseca Pereira de Andrade, Katea Vanessa Miranda Barros, Luis Antônio Gomes Felício, Marcelo Rinaldis, Maria Victoria Fagundes Caio, Moacyr Figueiredo Neto, Omar Abede, Orlando José dos Santos, Paulo José Iasz de Morais, Ricardo Iasz da Silva Ramos, Roberta Spindola Chaves, Rosiris Conceição Fagundes de Oliveira Caio, Rui José Rei da Costa Monteiro, Tito Virgílio Augusto Veiga Pinto e Vânia Moreno Abade. Em votação, é aprovado. **Requerimento n.º 032/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer que o Sr. Mauro Pereira Júnior seja convocado a prestar depoimento a esta CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento n.º 033/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer que a Sra. Marilene do Nascimento Falsarella, seja convocada a prestar depoimento nesta Comissão. Em votação, é aprovado. Com a palavra o Senador Tião Viana justifica a ausência do Senador Flávio Arns. A Presidência convida o Dr. Julier Sebastião da Silva para tomar assento à Mesa. Com a palavra o depoente tece considerações sobre sua atuação como Juiz Federal da 1ª Vara Federal de Mato Grosso e relata que a partir de provocação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal foi possível o desmantelamento de uma poderosa organização criminosa, com ramificações em variados aspectos do Estado de Mato Grosso. Fala ainda sobre uma poderosa organização criminosa que conseguiu, a partir do jogo do bicho, criar ramificações empresariais, no aparato de segurança do Estado e no mundo político e ressalta a participação do Sr. João Arcanjo Ribeiro "Comendador" comandando uma organização que tem ramos empresariais e de manuseio da violência bem como o ramo político. Com a palavra o Relator para os questionamentos iniciais, seguido de acordo com a lista de inscrição pelo Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra pela ordem o Senador Antero Paes de Barros defende-se das acusações relatadas pelo Juiz Julier. Com a palavra pela ordem o Senador Arthur Virgílio enfatiza que o depoente está na qualidade de convidado depondo numa CPI e se recusa a assinar aquele Termo de Compromisso. Com a palavra a pela ordem, Senadora Serys Slhessarenko, tece considerações sobre o grupo de parlamentares que estiveram no Uruguai por ocasião da CPMI do Banestado. A presidência suspende os trabalhos por três minutos. Reaberta a reunião o Presidente informa que recebeu da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso da sua Procuradoria Geral um documento de autoria do senhor Anderson Flávio de Godoy, Procurador-Geral e que solicita que se proceda a leitura do mesmo. Após leitura do documento proferida pelo Senador Efraim Morais, o mesmo passa a questionar o depoente. Usam da palavra pela ordem os Senadores Tião Viana, José Agripino Maia, Arthur Virgílio, Álvaro Dias e Ideli Salvatti. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezesseis horas e dez minutos e, para constar eu, *José Augusto Panisset Santana*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 58ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo requerimento nº 245 de 2004 para investigar e apurar a utilização das Casas de Bingo para a prática de crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Esclareço aos senhores Senadores e Senadoras que a nossa reunião destina-se a ouvir inicialmente o Dr. Julier Sebastião da Silva, Juiz Federal da 1ª Vara Federal de Mato Grosso. E, em seguida, José Pedro Taques, Procurador da República da 3ª Região. Informo que há alguns requerimentos a serem votados. São requerimentos de consenso e que vamos pôr em votação. Todos eles de autoria do eminente Relator Senador Garibaldi Alves. Requerimento: "Nos termos do disposto Parágrafo 3º do Artigo 58 da Constituição Federal, bem como do Artigo 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Sr. Paulo Antônio Henrique Negri seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito". Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Os senhores Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. "Nos termos no disposto do Parágrafo 3° do Artigo 58 da Constituição Federal, Sr. Relator requer que seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito o Sr. Jair da Ressurreição Paula". Ainda de autoria do Senador Garibaldi Alves nos termos do disposto no Parágrafo 3°. Em discussão até o requerimento anterior. Não tendo quem queira discutir, em votação. Os Senhores Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. "Nos termos do disposto do Parágrafo 3° do Artigo 58 da Constituição Federal, bem como no Artigo 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que a Polícia Federal, com assistência da assessoria desta

Comissão Parlamentar de Inquérito, tome depoimento que constará do alto da CPI dos vários senhores, nomes que estão citados pelo senhor Garibaldi Alves, pessoas que serão ouvidas"...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, V. Exa. permitiria apenas um pedido ao Relator sobre este requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu tomei conhecimento, inclusive ontem V. Exa. disse que ia aprofundar o problema dos bingos. E se pudesse nessa diligência trazer com anexos contratos das sociedades de cada uma das casas de bingos em que ele funciona ou como proprietário, como funcionário... E mais: Se possível, a fotografia do local. Porque estão construindo em São Paulo verdadeiros palácios com o bingo proibido, o que dá um sinal evidente de que não serão molestados. E está servindo praticamente como centros de corrupção sem que haja nenhuma destinação desse dinheiro. Porque com a Medida Provisória do Presidente Lula proibindo o funcionamento, não há mais responsabilidade praticamente de passar o que era o contrato dos clubes esportivos. Se V. Exa. concordar, eu falaria com o delegado.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu queria apenas saber se V. Exa. quer apresentar um outro requerimento aperfeiçoando esse aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não. Eu só queria que V. Exa. me autorizasse a falar com o delegado que for fazer as diligências para a gente poder combinar alguns detalhes que seriam importantes para que a gente...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pois não. Está certo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tem coisas que estão me chocando demais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Essa Presidência, com autorização do nosso Garibaldi Alves, nosso Relator, autoriza V. Exa. a ter contato com a Polícia Federal para tratar desse assunto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço a V. Exa. pela contribuição. Em discussão o requerimento. Não tendo quem queira discutir, em votação. Os senhores Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. E requerimento de autoria ainda do Senador Garibaldi Alves: "Nos termos do disposto Parágrafo 3° do Artigo 58 da Constituição Federal, bem como do Artigo 148 do Regimento Interno, requer que o Sr. Mauro Pereira Júnior seja convocado a prestar depoimento a esta CPI". Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Senhores Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. E o último requerimento, também de autoria do Senador Garibaldi Alves. "Nos termos do disposto no Parágrafo 3° do Artigo 58 da Constituição Federal, bem como o Artigo 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que a Sra. Marilene do Nascimento Falsarella, seja convocada a prestar depoimento nesta Comissão". Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Os senhores Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Informo ainda aos senhores Senadores e Senadoras que a Ata da reunião anterior encontra-se sobre a Mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exa. tem a palavra. Pela ordem, Senador.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Apenas para informar aos membros da CPI, o Senador Flávio Arns tem a sua ausência justificada hoje porque teve a perda de um parente, a sogra dele. Por essa razão ele não está na CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Essa Presidência, em nome de todos os nossos companheiros da CPI...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Levamos as nossas condolências e nossa solidariedade à dor da família do nosso Senador Arns.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente. Na mesma direção, em nome do PSDB, endereço ao Senador Flávio Arns toda a solidariedade que somos capazes. E que é muita. É uma grande perda certamente, sendo ele o colega excepcional que é. E que, portanto, ele se reconforte na fé e no aconchego de seus amigos e dos seus inúmeros admiradores nesta Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V. Exa.. E eu convido, solicito da nossa assessoria que faça adentrar à nossa Comissão Dr. Julier Sebastião da Silva, Juiz Federal da 1ª Vara Federal de Mato Grosso, que é nosso convidado para o depoimento nesta CPI. Dr. Pedro Taques, existe uma solicitação dos parlamentares que V. Exa., se puder ficar um pouco na nossa sala como convidado,

nós agradeceríamos a V. Exa.. Há uma informação que existem algumas contradições de depoimentos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas Sr. Presidente... Obviamente, qualquer cidadão pode assistir a TV Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, nem todos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tem gente que não tem parabólica. (Risos)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E o objetivo da Presidência do PT é de exatamente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Deixa eu dizer a V. Exa.. Houve um apelo de alguns parlamentares nesse sentido. Então, eu devo dizer a V. Exa. que de minha parte não há nenhum problema, mas...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Até para não criar constrangimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Até para não criar constrangimento entre os dois depoentes. E eu queria deixar claro a V. Exa. de que de minha parte não há nada nesse sentido. Eu acho que o que interessa para a gente aqui são os esclarecimentos em relação à nossa CPI. E eu estou fazendo uma solicitação que me foi transferida. De minha parte, não há nada contrário. Quanto à questão da TV Senado eu peço, inclusive, desculpa a V. Exa., tratou-se de um momento de relaxamento entre eu e V. Exa., que sempre acontece aqui na nossa CPI, pela confiança que tenho em V. Exa..

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas, portanto, V. Exa. assegura a liberdade de qualquer cidadão poder assistir a TV Senado; especialmente, quando ela for transmitida para todos os lares brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se a TV Senado ficar aqui, eu prefiro que o Dr. Taques fique presente. Não há nenhuma diferença.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Bom, aí eu não tenho objeção.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas tem um computador que passa a imagem dentro da sala. Não tem dificuldade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. V. Exa.s estão aqui como convidados. V. Exa.... Não há nenhuma lei. Eu estou dizendo se for da conveniência de V. Exa..

SR. JOSÉ PEDRO TAQUES: É da minha conveniência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então, V. Exa. pode ficar a vontade.

SR. JOSÉ PEDRO TAQUES: Sim, senhor, eu agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu devo dizer a V. Exa. de que as informações que nos chegaram é que, se V. Exa. concordasse, para que houvesse não constrangimento entre quem está sendo ouvido... Mas já que V. Exa. entende dessa forma, devo dizer que V. Exa. em nada preocupa essa Presidência. Lamento que V. Exa. não aceite um convite da Presidência para que pudéssemos transformar nesta forma. V. Exa. pode ficar à vontade aí onde está. Dr. Julier Sebastião da Silva, eu concedo a palavra a V. Exa..

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, pela ordem. V. Exa. permitiria que eu pudesse fazer uma consulta ao Dr. Sebastião Julier, que é um juiz...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exa. tem a palavra pela ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tem se destacado no seu trabalho. Doutor, a gente sabe a importância de um juiz vir aqui. Porque ele traz sinceramente a verdade, sempre a verdade. Há alguns maus exemplos nestas CPIs de alguns depoentes terem, estarem procurando na Justiça auto-proteção para se recusar a responder determinadas perguntas. O que não é o caso de V. Exa.. Porque V. Exa. vem como convidado e espontaneamente, por sua livre vontade, se quisesse recusar o convite, poderia ter feito. Então tem aqui. Normalmente, quando Presidente das Comissões Parlamentares de Inquérito, eu sempre solicitava que, se não houvesse constrangimento, que assinasse o compromisso de falar a verdade, somente a verdade. Fique na decisão de V. Exa.. E se o Presidente concordar, se V. Exa. concorda ou não em assiná-lo... Garantia do nosso Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Devo esclarecer ao Dr. Julier Sebastião da Silva de que ele não se sinta obrigado a assinar isso. Ele é convidado...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, eu estou fazendo uma sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E quero deixar que a decisão fique para o próprio Dr. Julier. Eu sei que V. Exa. conhece o regimento, só para...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu quero dar um exemplo àqueles que aqui vêm e que normalmente procuram meios para não responder a verdade.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço a V. Exa.. Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu acho que nessa tentativa de colaborar também, eu apenas deixaria em observação, que seguramente é do entendimento do juiz, que quando ele vem na condição de convidado, ele não precisa assinar o termo de compromisso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu dei só um exemplo.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Só o meu raciocínio. Porque, se o fizer, ele passa a ser interpretado juridicamente pela condição de testemunha ou investigado. Então, nós temos que ter só o cuidado jurídico do tratamento que estamos dando ao convidado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V. Exa., Senador Tião. Dr. Julier, fica a critério do senhor essa decisão. E, de imediato, V. Exa. pode dar início ao seu depoimento. V. Exa. terá o tempo que se fizer necessário.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador Efraim Moraes, eu realmente vou honrar a condição de convidado que me foi feita pelo Senado Federal. E adiantando, Senador Tuma, em relação às perguntas, eventualmente...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não em desrespeito a V. Exa., não. Pelo contrário. Como V. Exa. É juiz e a gente tem sofrido muito com as liminares que o Supremo tem dado, é claro que a gente tem que respeitar. Mas se vê que as pessoas que tem sinceridade não tem nenhum receio de...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não, sem dúvida nenhuma. Não há... O único ponto em que obviamente eu não falarei será sobre tecer opinião sobre processos que eu não dei decisão. Agora, sobre tudo aquilo que foi abjeto de decisão judicial e de processos será relatado como informação. O que se refere a opinião a LOMAN me veda tecer opinião sobre o processo.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – O senhor assina o termo?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não. Eu vou seguir a condição de convidado do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Já declarou, Senador...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Eu não estou na condição de indiciado e nem testemunha. Eu sou convidado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não se faz necessário assinar.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Me lembro agora do meu velho avô, Senador desembargador Arthur Virgílio, ele assinaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Que Deus o tenha em bom lugar, Senador.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Eu tenho certeza que pela honradez dele, morreu pobre, pela falta, pela isenção, pela capacidade de se colocar eqüidistante de disputas partidárias. Tenho certeza que, se existe essa história de céu e inferno, meu avô está no céu. Ele assinaria, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço a V.Exa. Dr. Julier Sebastião, V. Exa. tem a palavra.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador Efraim Moraes, Senador Garibaldi Alves Filho que dirigem esta Mesa, a quem saúdo, senhores Senadores, senhores servidores desta Casa, senhores membros da imprensa. É com grata satisfação que recebi o convite formulado pelo Senado da República para que pudesse aqui estar presente nesta Comissão, que tem por objeto a investigação dos bingos e por conseqüência da jogatina no país e todas as suas repercussões no âmbito da sociedade brasileira; com lavagem de dinheiro, criminalidade organizada, crimes tributários, delitos financeiros, mortes, violência. Ou seja, uma investigação a altura do Senado Federal, que tem entre as suas responsabilidades a tarefa de fiscalizar, de propor e de promover a Segurança Pública, o combate à criminalidade, notadamente ao crime organizado. E promover com que as instituições brasileiras atuem de forma legal, moral e não vinculadas ao crime. O que, portanto, torna a minha presença aqui muito honrosa, a minha parte de poder colaborar com os Senadores da República nesta matéria tão importante. Evidentemente que estou aqui como convidado em razão da minha atuação como Juiz Federal da 1ª Vara Federal de Mato Grosso, onde a partir de provocação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal foi possível o desmantelamento de uma poderosa organização criminosa, com ramificações em variados aspectos do Estado de Mato Grosso, da sociedade mato-grossense. E com atuação em outras unidades federativas do país, bem como em países, em outros países da América do Sul, da América do Norte e da Europa. Uma grandiosa organização criminosa que conseguiu, a partir do jogo do bicho, criar tentáculos de uma magnitude nunca vista em processos judiciais. Com ramificações empresariais, no aparato de segurança do Estado e no mundo político. Ou seja, aquilo que a modera doutrina define como máfia, nós tínhamos esta organização como legítima representante deste con-

ceito de máfia. Uma máfia que controlava o jogo, seja o jogo do bicho, máquinas de caça-níqueis, cassinos; que controlava atividades ilícitas, como operar *factories* como o banco, que controlava atividades lícitas empresariais, lavando dinheiro, e que controlava o mundo político do Estado. Vejam, senhores, a dimensão, portanto daquilo que nós denominamos de máfia. Controla o mundo político, controla o mundo da criminalidade, controla o mundo das finanças, e controla o mundo empresarial. Portanto, uma organização que tem ramos empresariais, ramos de manuseio da violência e o ramo político. Vejam que isto pode ser verificado primeiro pela magnitude das operações financeiras deste grupo capitaneado pelo chamado comendador: João Arcanjo Ribeiro. Em uma auditoria feita pelo COPEI, que é o órgão de inteligência da Receita Federal, COPEI, que é o órgão de inteligência, não, da Receita Federal, órgão de inteligência da Receita Federal, a partir de minha determinação, apurou um patrimônio a descoberto nas várias pessoas físicas e jurídicas integrantes da organização de 900 milhões de reais de patrimônio descoberto. Isto pegando o período de 96 a 2002. Vejam os senhores, isto de patrimônio a descoberto, sem origem. Do ponto de vista do manuseio da violência, nós tivemos num espaço de um ano no Estado cerca de dez mortes violentíssimas. Pessoas sendo chacinadas em vias públicas com a utilização de armas militares, armas de grosso calibre, próprias das Forças Armadas e das Forças Policiais; culminando com a morte do jornalista Sávio Brandão em 30 de setembro de 2002, assassinado em frente ao seu jornal, as novas sedes de seu jornal por dois pistoleiros. Os dois com vinculações com a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Ou seja, o cabo Hércules e o ex-soldado Célio Alves. Ainda neste terreno de poderio da organização criminosa, nós detectamos e constatamos operações milionárias de empresários, de grupos empresariais, como o comendador João Arcanjo Ribeiro. E essa promiscuidade se alastrou para o terreno político, com deputados estaduais e federais, prefeitos, governadores, Senadores, mantendo relações no mínimo estranhas com o comendador João Arcanjo Ribeiro. Antes de adentrar às minúcias dessa investigação, posterior processo criminal e conseqüente condenação a 37 anos de reclusão. E hoje já com 49 anos de reclusão dos processos já julgados, fora outros ainda que estão em andamento, de início destacar que este tipo de investigação, esse tipo de atuação do Poder Público na repressão à criminalidade, notadamente a esta criminalidade cruel, porque mata, independentemente de quem seja, de quem esteja representando. E de forma a dar exemplos, ou seja, a demonstrar que a organização está ali para eliminar todos aqueles que se postassem à frente de suas atuações. Este tipo de organização só pôde ser desbaratada a partir, que neste caso considero exemplar, como um fato, um exemplo ao resto do país, a atuação conjunta de órgãos importantes do Estado Brasileiro. Ou seja, o levantamento de evidências, de provas e de fatos só foi possível a partir da atuação do setor de inteligência da Receita Federal, através do COPEI, do setor de inteligência do Banco Central, responsável pelo rastreamento e cruzamento de todos os dados e movimentações financeiras dos envolvidos – pessoas físicas e jurídicas – da Polícia Federal, tanto do seu setor de inteligência quanto do seu setor de operações; no sentido de dar consecução às ordens judiciais, atuação do Ministério Público Estadual do Estado do Mato Grosso, Ministério Público do Estado de Mato Grosso, e da atuação do Ministério Público Federal, através da Procuradoria da República naquele Estado. Este exemplo de junção de forças dos entes estatais dos vários órgãos encarregados da repressão à criminalidade do Estado Brasileiro foi que propiciou com que a máfia comandada pelo comendador João Arcanjo Ribeiro pudesse ser desmantelada. E vejam que não se tratava de uma máfia regional. Basta verificarmos as transações e os componentes dessa organização, a localização de sua atuação, de seus bens e de seus representantes; atingindo o Estado de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Brasília, São Paulo, Paraíba, avançando para o Uruguai, para o Paraná, para os Estados Unidos, para a Costa Rica, para a Suíça. Então, vejam a dimensão do poderio dessa organização. Apenas a título de exemplo, só nos Estados Unidos há um hotel avaliado em 55 milhões de dólares. O avião apreendido, o SAITATION(F), avaliado, se não me engano, em 14 milhões. Mais de 2.500 propriedades. Variadas empresas vindo dos grupos de comunicação à construtoras, à fazendas, a hotéis, à inúmeras *factories*, cassinos e etc. Vejam que este poderio todo só pôde ser desmantelado a partir dessa atuação desses grupos de inteligência do Estado Brasileiro. E vejo que surgiu a partir de uma investigação singela. Ou seja, investigação de máquinas caça-níqueis que proliferavam pelo Estado de Mato Grosso. A partir dessa investigação das máquinas caça-níqueis, descobriu-se que aqueles que operavam essas máquinas eram concessionários do comendador, era ele quem concedia o direito à exploração de máquinas caça-níqueis em determinada região do Estado. E era ele quem operava tudo. Essas máquinas caça-níqueis só poderiam operar se tivessem o carimbo do COLIBRI, a etiqueta do COLIBRI no seu corpo. Dizendo o quê? Que aquela máquina estava funcionando porque havia sido autorizada pelo comendador João Arcanjo Ribeiro. Pois a partir, CO-

LIBRI é um pássaro. (Risos) Vejam que... E dentro dessa disputa da exploração de máquinas caça-níqueis começaram a aparecer os vários homicídios, os vários assassinatos no Estado de Mato Grosso. Começando com a execução do então segurança de outro contraventor conhecido como Valdir Piran, que foi assassinado em frente a sua casa com tiros de fuzis. Passando pela... De grosso calibre. Em regra pistolas, fuzis... Em seguida, a morte do jornalista e do radialista Rivelino Brunini e do Fauze Rachid Jaudy, a tentativa de homicídio do pedreiro Gisleno Alves, alvejados em plena avenida do CPA às 16h. Passando pela morte do sargento Jesus, pistoleiro conhecidíssimo e responsável pelas ações de matança e de violência do comendador porque ousou disputar o controle das máquinas caça-níqueis ou explorar máquinas caça-níqueis sem autorização. Este foi morto durante a madrugada junto com seus dois seguranças. E a sua mulher ficou ferida. Ela não faleceu, mas foi gravemente ferida, de madrugada, por fuzis, quando chegavam em sua casa. E assim por diante. Até chegar no dia 30 de setembro, quando o então jornalista Sávio Brandão foi assassinado pelo cabo Hércules em frente a sede de seu jornal. Então, quando essas mortes se encerraram, as investigações dos caça-níqueis já estavam em estágio bastante avançado, com a Justiça já tendo determinado mandados de busca e apreensão das máquinas caça-níqueis, sendo destruídas no Estado mais de 400 máquinas caça-níqueis. Então, a partir dessa investigação dos caça-níqueis se possibilitou a investigação mais concreta das pessoas físicas e jurídicas vinculadas à organização criminosa capitaneada pelo João Arcanjo Ribeiro. Tendo a Receita Federal no seu setor de inteligência feito a devida análise fiscal e encontrado esse patrimônio, essa cifra monstruosa de 900 milhões de reais a descoberto, o que possibilitou a instalação de inquérito e ações penais tendentes a apurar os crimes financeiros e tributários dos membros da organização criminosa. Descobriu-se a operação livre e aberta do jogo do bicho do João Arcanjo Ribeiro. E aqui vem parêntese sobre a sua origem, tem origem no Estado de Goiás, foi para Mato Grosso, se tornando um humilde Policial Civil; que começou a fazer a sua carreira, tanto criminosa quanto de empresário, a partir do jogo do bicho, contravenção esta que o comendador João Arcanjo nunca deixou de explorar no Estado de Mato Grosso. Então, vejam que do jogo do bicho se avançou para as máquinas de caça-níqueis, resultando numa disputa ferrenha de vida ou morte entre seus membros pela exploração dessas máquinas. Avançou-se pelos cassinos. Quem não conhece em Mato Grosso a Estância 21, tão freqüentada por políticos e empresários ao longo de seu período de funcionamento. E para bingos. A título de exemplo, o BINGO ESPLANADA aqui em Brasília tem 50% de suas cotas pertencentes a João Arcanjo Ribeiro. Além de ter estendido a exploração de máquinas para outros Estados, como o Paraná. A partir disso, o comendador decidiu se enveredar pelo lucrativo ramo das *factories*. Para quem não sabe, *factories* são empresas de fomento que normalmente são utilizadas por pequenos e micro-empresários que precisam de dinheiro vivo para suas transações correntes. Normalmente postos de gasolina, supermercados... Ou seja, empresas de pequeno porte que precisam de recursos financeiros em espécie a curto prazo. A legislação, portanto, autoriza as *factories* a adquirir esses títulos de crédito mediante o desconto do percentual de desconto, que configura o lucro da *Factory*. Pois enveredou o comendador pelo lucrativo ramo das *factories*, criando cinco ou sete *factories* em todo o Estado de Mato Grosso. E aí ele descobriu a pedra de toque, foi o Midas de sua atuação que lhe possibilitou sair do mundo da jogatina com bingos, máquinas caça-níqueis e jogo do bicho e enveredar pela carreira de banqueiro. As *factories* tornaram-se bancos. A CONFIANÇA FACTORY era o maior banco do Estado de Mato Grosso. Tinha movimentação financeira superior à principal agência do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, do Bradesco. Segundo o Banco Central, um relatório elaborado pelo Banco Central com cruzamento das movimentações financeiras, ao longo do período de 95, 96 até 2003 tinha uma movimentação que passou de 1 bilhão de reais. Banco nenhum, ou agência de qualquer Banco nacional ou internacional tem condições de ter uma movimentação desse porte. E então o comendador adentrou à história do Estado a partir daquele momento, passando do mundo da marginalidade, dos jogos que operava, a jogatina que lhe possibilitou angariar tamanho patrimônio, a tornar-se o banqueiro respeitado e o "capo" do chefe, o chefe, o "capo" do crime organizado no Estado. A partir dessas *factories*, empresários lhe acorriam para fazer empréstimos. Como se *factories* pudessem fazer empréstimos. Políticos lhe acorreram pedindo empréstimos. Como se fosse possível as *factories* financiarem campanhas políticas de políticos. As *factories* serviram de ponto de lavagem de dinheiro retirado de órgãos públicos e que caiam para agentes públicos, campanhas políticas e assim por diante. Neste momento, o comendador alçou a alcunha de intocável no Estado de Mato Grosso. A partir de então, tinha poderes de vida e de morte, não sendo de se duvidar que fosse de fato o Governador do Estado – não de direito, mas o de fato. Vejam que quando passou-se a operar com *factories*, o comendador passou a angariar clientes diferencia-

dos. Entre seus clientes estavam a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, o Departamento de Viações e Obras Públicas do Estado, diversas prefeituras no Estado, podendo citar Tangará da Serra, Alta Floresta. E também prefeituras de outros Estados, como a Prefeitura de João Pessoa, na Paraíba. Isso além de grupos empresariais, empresas, pessoas físicas, agentes públicos, todos, no popular que se diz em Cuiabá, comendo na mão do comendador. Isto se revelou basicamente a partir do relatório do Banco Central que analisou e cruzou todas as movimentações da CONFIANÇA FACTORY e de outras *factories* pertences... Pois não? Sempre por determinação da Justiça Federal em razão de pleitos formulados pelo Ministério Público Federal. Isto... É importante que desde já se coloque que juiz só decide quando tem processo. Todas as decisões emanadas na Justiça federal se deram em processos regularmente instaurados e a partir de requerimentos do Ministério Público Federal ou da Polícia Federal. Vejam, a título de esclarecimento, que a Assembléia Legislativa de Mato Grosso num período analisado depositou nas contas da CONFIANÇA FACTORY 80 milhões. Deixa eu pegar a cifra correta. A Assembléia Legislativa, no período de 01 de janeiro de 95 a 30 de abril de 2003 depositou nas contas das *factories* do Arcanjo 80 milhões 714 milhões 726 milhões e 27 centavos. O Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado, no mesmo período, depositou a quantia de 8 milhões... Deixa eu pegar... 8 milhões 332 mil 755 reais e 65 centavos. Vejam que isto a Prefeitura... Sem falar na Prefeitura de João Pessoa, que depositou cerca de 5 milhões de reais nas contas das *factories*, também no mesmo período. Então, vejam, senhores, que este dinheiro... De João Pessoa no DEVOP, Departamento de Viação e Obras do Estado, uns 8 milhões e tanto. E Assembléia Legislativa os 80 milhões e tanto. Então, vejam os senhores que esses recursos públicos foram depositados nas contas da CONFIANÇA FACTORY. O que é estranho. Porque desde quando o poder público pode operar com Factory? Não há permissão. O Poder Público só pode operar com bancos oficiais. Ou seja, ao se analisar dentro do processo, à medida que a instrução processual criminal foi se fazendo nos interrogatórios do contador da organização, do Sr. Luís Roberto Gonçalves e do Operador Financeiro do grupo, o Sr. Nilson Teixeira, se evidenciou que o dinheiro entrava nas contas das *factories* e dali saia para campanhas políticas, para pagamentos de empresários, fornecedores, agentes políticos etc. A fauna daqueles que receberam dinheiro do Arcanjo é enorme. É impressionante. Vejam o exemplo da Assembléia Legislativa. Isto ficou documentado na sentença que condenou o João Arcanjo Ribeiro a 37 anos, sendo, portanto, um dos fundamentos que foram contidos na denúncia e posteriormente acolhidos na sentença, a Assembléia Legislativa, em determinado episódio, e o Nilson Teixeira entregou à Justiça; e consta do processo uma carta do então Secretário de Fazenda Walter Albano, no Governo do então Governador Dante de Oliveira, endereçada ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, José Geraldo Riva, estabelecendo os repasses de duodécimo e os valores; se não me engano, no mês tal valor tal, no mês tal valor tal, três ou quatro meses repassando duodécimos. Pois na mesma data o Presidente da Assembléia e o então secretário das primeiras secretarias, se não me engano, o 1° Secretário, assinaram uma carta endereçada ao Nilson, o operador Financeiro da principal Factory do Arcanjo, a CONFIANÇA FACTORY, depois a VIP FACTORY; dizendo que os pagamentos dos empréstimos da Assembléia se fariam na mesma data e valores daqueles valores contidos no ofício do Presidente, do Secretário de Fazenda endereçada ao então Presidente da Assembléia Legislativa. E o pior, os valores entraram dos cofres do Estado na conta da assembléia e de lá foram para Factory na mesma data, de acordo com o que estava estabelecido. E segundo o Nilson Teixeira, tais pagamentos eram feitos justamente para esta finalidade, esta triangulação. Os dinheiros saíam da Assembléia Legislativa e do DEVOP e iam para campanhas políticas de deputados e de quem estava no poder àquela época. No seu depoimento, Nilson Teixeira entregou à Justiça – consta do processo e serviu de base para condenação do comendador João Arcanjo Ribeiro e outros – Nilson Teixeira. João Arcanjo Ribeiro, cópias da relação de pagamentos de fornecedores de campanha de 98, notas promissórias assinadas pelos coordenadores da campanha à reeleição de 98 assegurando pagamento daqueles valores, daquelas notas promissórias. E tudo isso comprovado pelo Banco Central através da análise de movimentação financeira feita a partir da Assembléia Legislativa e do DEVOP. Além disso foi entregue à Justiça – e consta dos autos – a cópia de grande parcela dos cheques do DEVOP emitiu que foram parar nas contas da CONFIANÇA Factory. Os depoimentos e os documentos juntados aos autos foram bastante conclusivos e bastante robustos, sendo, neste processo, João Arcanjo Ribeiro condenado a 37 anos de reclusão; o seu contador, Luís Roberto Alves Dondo, a 26 anos de reclusão; o Operador Financeiro Nilson Teixeira condenado a 25 anos de reclusão, pena que foi reduzida para dez anos na medida em que ele se classificou, foi classificado como réu colaborador. Foi, portanto, beneficiário de perdão judicial por ter participado daquilo que se chama no

jargão jurídico de "delação premiada". Além disso, de 26 anos para dez anos é uma boa redução, sem dúvida nenhuma. Não, não, em razão da magnitude dos crimes. E além disso, outras pessoas já foram condenadas nesses processos. Atualmente o comendador João Arcanjo Ribeiro está condenado a 49 anos de prisão, a sua extradição já foi autorizada pelo Governo, pela Justiça uruguaia, encontrando-se pendente apenas a execução dessa extradição, já que ele conseguiu suspender a transferência em novembro do ano passado. Isto está pendente, portanto, esta transferência. Apenas isso. Não mais em relação à extradição. Além disso, há ainda uma série de outras, há ainda, responde a duas Ações Penais na minha Vara: Uma juntamente com João Arcanjo Ribeiro, o Nilson Teixeira, Armando Martins de Oliveira, Luís Roberto Dondo, respondem por lavagem de dinheiro em razão de um empréstimo de 2 milhões e 200 mil dólares feitos à empresa AMPER, 2 milhões e 200 mil dólares. Este processo está na fase inicial, foi oferecida a denúncia pelo Ministério Público e foi recebida. Além disso, é réu ainda em um outro processo que apura lavagem de dinheiro em razão de movimentações financeiras detectadas na Suíça.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Desculpe, só...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Pois não.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – O senhor poderia repetir o nome do processado?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – João Arcanjo Ribeiro, Nilson Teixeira, Armando Martins de Oliveira, Luís Roberto Dondo Gonçalves, e três funcionários do DOTI BANK(F) e do BANK OF BOSTON do Uruguai. Por lavagem de dinheiro. Fizeram uma simulação de empréstimos. Ou seja, o dinheiro foi emprestado como se fosse do Banco de Boston, um empréstimo e outro do DOTI BANK(F), mas na verdade o dinheiro não era das instituições financeiras, o dinheiro era do Arcanjo. E ingressou no Brasil como se fosse empréstimo, ou seja, típica operação... (Manifestação sem uso de microfone)

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – A AMPER Construções, não me lembro ao certo. (Manifestação sem uso de microfone)

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – O sócio era o Sr. Armando Martins de Oliveira, que é irmão do ex-Governador Dante de Oliveira. E, além disso, é réu ainda, num processo que ainda não terminou, o Sr. João Arcanjo Ribeiro, num processo que apura movimentações financeiras realizadas e detectadas pelas autoridades Suíças. Esse processo já está em fase final. Além desses processos, ainda responde na 3ª Vara, não sob a minha Presidência, a um outro processo por homicídios, em que se apura o homicídio do radialista Fauze Rachid Jaudy e Rivelino Brunini e a tentativa de homicídio contra o pedreiro Gisleno Fernandes. Ainda responde ao homicídio do cabo, se não me engano era cabo Valdir Pereira, que era vereador em Várzea Grande, que foi assassinado também em razão da disputa das máquinas caça-níqueis. Responde ainda ao homicídio do empresário Sávio Brandão; responde ainda ao homicídio do Sr. Hildeo Afonso; responde ainda ao homicídio do sargento Jesus; responde ainda a outra série de homicídios que foram assumidos pelo cabo Hércules, que confessou os homicídios e a autoria. Então, vejam, senhores, que a atuação do comendador João Arcanjo Ribeiro o tornou um dos homens mais ricos e poderosos do país. E isto ele fazia abertamente e tranqüilamente. Do processo do Sr. João Arcanjo Ribeiro foram originados outra série de investigações criminais. No inquérito há 23 inquéritos policiais, investigações e Ações Penais em andamento. Há o um inquérito policial 16255-0 que apura fraude na empresa ELMA ELETRICIDADE. No inquérito 1532-9 são investigadas as operações das *factories* vinculadas às filhas do comendador Arcanjo. No inquérito 1531-5 são apuradas as associações do proprietário do cartório de 4º Ofício de Rondonópolis com o Sr. João Arcanjo. No inquérito policial 1587-0 se apura a chamada "Conexão Uruguai", em que se verifica o envolvimento do ex-Secretário de Segurança Pública no Governo Dante de Oliveira, Hilário Mozart, com o comendador João Arcanjo Ribeiro. Isto aqui é uma questão muito interessante. Porque o então Secretário de Segurança Pública era o Presidente da *offshore* uruguaia GANZA S/A(F), de propriedade do comendador João Arcanjo no Uruguai. Esta GANZA S/A(F) tem o capital social de 16 milhões de dólares. E, além disso, o banco... Na quebra de sigilo verificou-se que o então Secretário de Segurança Pública depositou quase 1,5 milhão de reais nas contas do comendador João Arcanjo Ribeiro. Além do fato de ser o Presidente da *offshore* que pertence ao mesmo acusado. Há um inquérito ainda policial de nº 1645-4 de 2004 em que se apura a chamada "Conexão Americana". Ou seja, todos os negócios e pessoas vinculadas ao Arcanjo e a sua atuação nos Estados Unidos. No inquérito policial 97... No inquérito 1202-5 apurou-se as operações de empréstimo à empresa AMPER. Este inquérito resultou na Ação Penal hoje em andamento que fiz referência aos senhores. No inquérito 2003 10134-03 apura-se esquema de lavagem de dinheiro patrocinado pelo BANK OF BOSTON a partir do Uruguai. No inquérito 2004, 1588-4 apura-se esquema de lavagem de dinheiro patrocinada pelo DOTI BANK(F). No inquérito policial

de 2004, 9513-4 apura-se a triangulação de recursos financeiros entre o comitê financeiro único do PSDB na eleição de 2002 e o comendador João Arcanjo Ribeiro. Neste inquérito, resultou-se em busca e apreensão no Diretório Regional do PSDB e no escritório político do ex-Governador Dante de Oliveira.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Qual o número desse inquérito?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – 2004 3600095-13... 9513-4. Esse inquérito se encontra em andamento. Há ainda o inquérito policial 2004 1355-1, instalado em favor do Sr. Alair Fernandes das Neves, que era membro da organização criminosa e que passou quase três anos preso, sendo condenado em sentença definitiva já a quase quatro anos de prisão, se não me engano. No inquérito 2003, 12359-2 apura-se um esquema de lavagem de dinheiro promovido pelas várias casas de câmbio e bancos localizados em Foz do Iguaçu e São Paulo. No inquérito 2004 27-100 apura-se ocultação de bens do comendador João Arcanjo por seus familiares e terceiros. No inquérito 010/2005 apura-se o recebimento indevido de valores decorrentes de bens, de rendimentos, de bens seqüestrados de João Arcanjo Ribeiro. O mesmo para o inquérito 2005 32-2. No inquérito 2003 9574-0 apura-se a ameaça e coação de prepostos de João Arcanjo Ribeiro a devedores e testemunhas. No inquérito 2004 36155223-8 apura-se crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e ordem tributária praticada pelos sócios da CONFIANÇA Factory. No inquérito policial 107/64-2 apura-se lavagem de dinheiro a partir da empresa JVP FACTORY FOMENTO MERCANTIL. E no processo 2005 18134-4 apura-se o recebimento de aproximadamente 2 milhões e 500 mil reais em agosto 2002 pelo empresário João Dorileo Leal. O inquérito encontra-se em andamento, já tendo sido requerido pela Polícia Federal a quebra do sigilo bancário e fiscal do investigado, que já foi deferido pela justiça. Então, vejam que além disso...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Esses documentos V. Exa. vai deixar com o Relator ou tem alguma...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Se for de interesse da CPI... Há dados que aqui estão com sigilo, obviamente, estes eu não fiz referência.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Se pudesse ser cedido, seria importante.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Além disso, foi instaurado o inquérito 2005 338-0 para apurar a atuação da *offshore* uruguaia ROANOAKE HOLDING S/A, onde são investigados a ROANOAKE, os Srs. Ronan Maria Pinto, o Sr. Sérgio Gomes da Silva...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Aí liga a São Bernardo, não é?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Oi?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Aí liga a São Bernardo.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Exatamente. Isto aqui está em razão de ter sido encontrado, quando das buscas e apreensões, documentos relativos à empresas de ônibus de Cuiabá, Santo André e Fortaleza em posse do comendador João Arcanjo Ribeiro. Neste inquérito, a Polícia Federal requereu a quebra de sigilo bancário e fiscal de todos os envolvidos, e já foi decretado, e o Banco Central já fez aportar aos autos de sua análise das movimentações financeiras já de aproximadamente 45 milhões de reais de remessas ao exterior. E também a quebra do sigilo bancário e fiscal. Portanto, nós temos, a partir da ação que julgou o comendador João Arcanjo Ribeiro, outras 24 investigações policiais em andamento – algumas dessas já concluídas. Um dos inquéritos concluídos relativo aos depósitos da Assembléia Legislativa nas contas da Factory do comendador. A conclusão do inquérito foi que os deputados cometeram peculato e associação criminosa. Atualmente, esses inquéritos encontram-se com na Procuradoria da República para que o Ministério Público decida se vai pedir nova diligência, se vai pedir o arquivamento, ou se denunciará os envolvidos. Vejam que além disso foram enviadas e abertas investigações junto à Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso para apurar a participação dos deputados estaduais e outros agentes públicos estaduais junto à organização criminosa; investigações junto ao Ministério Público Eleitoral no que se refere a eventual crime eleitoral presente, e junto ao Procurador-Geral da República tendente a apurar a conexão de um Senador com o comendador João Arcanjo Ribeiro. Então, vejam que há uma gama de investigações em andamento ainda não incluída. Além disso, e que considero um aspecto muito importante, a quantidade de bens da organização criminosa. Atualmente o inventário está prestes a ser concluído, mas pelos resultados preliminares, o auditor da Receita Federal responsável por este inventário detectou mais de 2.500 imóveis em nome dos membros da quadrilha. Bens nos Estados Unidos, no Uruguai – e aqui há uma dificuldade em relação ao Uruguai. O Uruguai até hoje não nos forneceu a relação de bens existentes naquele país. O que nós temos foi obtido através da Secretaria Nacional de Justiça e do Departamento de Recuperação de Ativos. Mas só uma empresa no Uruguai, uma *offshore* também chamada DIMI-PIC (F), possuía títulos ao portador, cada título de 100 mil dólares. Ou seja, uma monstruosidade. O Uruguai até hoje não nos deu aonde se encontram esses títulos a partir de então, o que gerou, o que se foi. E nem o

que existe de depósito naquele país. Nos Estados Unidos, já foi identificado este hotel, contas bancárias no AUCHAN BANK. Só ou uma conta bancária no DOTI BANK(F) tinha em depósito 16 milhões de reais, 16 milhões de dólares. No AUCHAN BANK 2 milhões de dólares. Mais veículos e assim por diante. Nos Estados Unidos, há colaboração daquele país com as investigações. Portanto, os dados já foram enviados, dados de movimentações bancárias e etc, quanto também já se providenciou aquilo que eles chamam de "freezing" naquele país, que é a indisponibilidade dos bens naquele país. O mesmo em relação à Suíça, aonde foram detectados mais ou menos 600 mil dólares em contas. E a Costa Rica pendente a um pedido de informações feito através do nosso tratado de cooperação judiciária sobre os valores presentes naquele país. Então, hoje ainda nós temos uma incógnita em relação a Costa Rica e ao Uruguai no que se refere aos valores eventualmente existentes neste país. Então, vejam os senhores, em linhas gerais era o que nós, eu disse que faria isso a título de informação, apenas, isso... Relatei apenas o que existe Evidentemente que tem a cópia de sentenças das decisões e de tudo aquilo que gerou estas decisões judiciais. No mais, eu agradeço a oportunidade de estar presente, de ter sido convidado pelo Senado. E isso eu reconheço, Senador Efraim Moraes. Como eu também estendo esse reconhecimento feito pelo Senado não só à Justiça Federal, mas o Ministério Público Federal, ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso, à Polícia Federal, ao Banco Central e à Receita Federal, que propiciaram com que essa investigação fosse conduzida e concretizada da forma como se viabilizou. Ou seja, hoje nós podemos dizer que o Estado de Mato Grosso vive um clima de tranqüilidade que não existia há três, quatro anos. Ou seja, o clima de insegurança de pessoas sendo chacinadas, e este é o nome, por esta organização criminosa, isto não existe mais. Apenas para demonstrar o grau de crueldade desta organização criminosa, eu vou citar um fato que aconteceu um comendador preso no Uruguai; e a Fazenda São João já indisponibilizada pela Polícia Federal. Esta fazenda tem uma criação de peixes, piscicultura grande, várias lagoas de criação de peixes. Quatro ou cinco moradores da região ali da redondeza decidiram um certo dia pescar em uma das lagoas. Foram pegos pelos capangas da fazenda e foram chacinados, jogados dentro do lago. Toda vez que subiam, eles amarrados, subiam, se subiam tomavam uma porretada e voltavam para o fundo. Morreram todos dessa forma cruel. Tiraram os corpos e jogaram a alguns quilômetros da fazenda. Vejam, quatro pessoas que foram pescar naquela fazenda. Citando um outro exemplo, há três ou quatro menores à época moradores de um bairro de Cohab de Cuiabá, chamado Tijucal, bairro Tijucal, que ousaram assaltar uma banca de jogo do bicho. Pois estes jovens desapareceram e apareceram mortos, de forma cruel também, por terem assaltado uma banca de bicho para levar 50 reais. Então, senhores, justamente por isso que volto a querer estender esse reconhecimento feito pelo Senado. Eu entendo isto, este convite, uma forma de reconhecimento ao trabalho feito pelos agentes do Estado no que se refere a esse combate da criminalidade organizada. Como juiz, sou juiz há 11 anos. Comecei a minha carreira em Rondônia como juiz da 2ª Vara Federal de Rondônia, e nunca tinha visto tamanha movimentação financeira, tamanho poderio de violência, tamanho poderio político de uma organização criminosa. Daí ter classificado na sentença que condenou o grupo, a máfia; ou seja, nós tínhamos efetivamente uma entidade mafiosa atuando no país. Então, senhores, agradeço o convite, a paciência e a gentileza por terem me ouvido. Muito obrigado, Senador Efraim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço, Dr. Julier, a presença de V. Exa.. E concedo a palavra ao nobre Relator Senador Garibaldi Alves.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Dr. Julier, eu gostaria de saber de V. Exa. porque o comendador está preso no Uruguai.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Ele empreendeu fuga. A Operação "Arca de Noé", a Polícia Federal, o Senador Tuma conhece bem, ela dá nomes alguns até pitorescos às suas operações. Normalmente com o fato. Esta operação que ganhou o codinome "Arca de Noé", "Arca de Noé" em razão da bicharada que seria recolhida, o jogo do bicho, ou seja, recolher todos os bichos, a "Arca de Noé". Esta operação foi deflagrada pela Polícia Federal no dia 5 de dezembro de 2002. O primeiro pedido de prisão que foi feito foi o pedido de prisão temporária, feito em um domingo, no mesmo dia que o Fantástico(F) exibiu uma matéria e etc. Eu nem vi a matéria porque naquele momento eu estava decidindo na Justiça Federal o pedido de prisão temporária que havia sido formulado pelo Dr. José Pedro Taques, Procurador da República aqui presente. Naquela noite eu decidi pela prisão e expedi um mandado respectivo. Dois dias depois, entraram os outros pedidos de busca e apreensão e de prisão formulados também pelo Procurador José Pedro Taques. Isto foi cumprido no dia 5 de dezembro. Naquele dia, vários membros da organização foram presos, mas o comendador logrou fuga. E foi preso no mês de abril de 2003 através de trabalho da inteligência da Polícia Federal e da inteligência da polícia uruguaia. Ele foi preso no bairro de Carrasco, em Montevidéu, juntamente com a

sua esposa Silvia Shirata e um segurança. E portando um RG, uma Carteira de Identidade falsa em nome de Alexandre Juvenili. Ele foi preso, portanto, no Uruguai, em abril de 2003. E desde então ele está preso. Foi formulado o pedido de extradição, de sua extradição, percorreu no Uruguai o pedido de extradição ao contrário do Brasil que começa, que é feito junto ao Supremo Tribunal Federal, no Uruguai começa pela 1ª Instância da Justiça uruguaia. Foi feito o pedido, a 1ª Instância julgou, autorizou a extradição, houve recurso da Corte de apelação de Montevidéu, que manteve a extradição, houve novo recurso à Suprema Corte que, no ano passado, então, definitivamente autorizou a extradição. Hoje o que se encontra pendente não é mais se ele vai ser extraditado, isto já está decidido, não há mais dúvida sobre isso. A dúvida agora é sobre quando ele virá; já que ele recorreu uma hora antes de ser entregue aos policiais brasileiros, em novembro, de uma decisão do juiz.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Há investigação instaurada lá também?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Eu não sei se há investigação instaurada. Porque me parece que no Uruguai não há tipificação do crime de lavagem de dinheiro. Hoje se encontra pendente apenas esta operacionalização sobre quando ele virá.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V. Exa., ao fazer um balanço aí das ações que foram impetradas contra o Sr. Ronan Maria Pinto, falou de uma conexão entre ele, entre ele e o comendador. V.Sa. poderia se demorar mais, se deter mais nessa relação? Já que essa Comissão tem como um dos investigados o Sr. Ronan Maria Pinto.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Bom, em princípio, conforme já registrado, a relação com o comendador João Arcanjo surgiu a partir da apreensão de documentos com nas empresas do comendador relativo às empresas de ônibus de Cuiabá, de Santo André e de Fortaleza. Além disso, a CPI do BANESTADO havia detectado entre as suas movimentações a movimentação de dinheiro que relativa a alguma dessas pessoas mencionadas. E encaminhou à Procuradoria da República. Deste ofício requisitou, originou-se um inquérito policial nº 2005 360000338-0, que apura esta relação. A princípio, o que liga a movimentação de dinheiro, os documentos apreendidos em poder do comendador, sugerindo que ele tivesse parceria ou colaboração com estas pessoas. E a cifra de 45 milhões de reais de movimentação internacional feita pela empresa, por intermédio da empresa AGIPAR S/A para a Offshore uruguaia ROANOAKE HOLDING S/A. Essa ROANOAKE, ela é de titularidade do mesmo advogado e do mesmo contador que eram responsáveis pelas empresas, constituição das empresas Offshore no Uruguai do comendador João Arcanjo. Daí a ligação e daí o porquê deste inquérito estar vinculado aos processos do comendador João Arcanjo Ribeiro. Neste inquérito, a Polícia Federal solicitou a quebra do sigilo bancário e fiscal de aproximadamente 30 pessoas jurídicas e sete pessoas físicas, entre elas Ronan Maria Pinto e Sérgio Gomes da Silva. Eu deferi a quebra de sigilo bancário e fiscal que o delegado pediu a partir de parecer favorável do Ministério Público. O Banco Central fez a sua análise, já juntou aos autos o laudo com a movimentação e cruzamento dessas movimentações, e a Receita Federal também já juntou ao inquérito as quebras de sigilo fiscal. Hoje o processo encontra-se com a Polícia Federal para conclusão das investigações. Em princípio, como é um inquérito ainda, que eu chamo, relativamente novo, nós vamos ter apenas novidades, acho, a partir do momento que autoridade policial, a partir com seus técnicos e peritos, conseguir detalhar essa planilha feita pelo Banco Central de movimentação aqui. De qualquer forma, é nesse pé que se encontra essa investigação. O que se mantém em segredo de Justiça é apenas a quebra do sigilo; que ela é feita em autos apartados. O inquérito não, o inquérito é público. O acesso não, o acesso, a quebra de sigilo é sigilosa. O inquérito é público. Não há problema nenhum.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Em momento nenhum desse inquérito falou-se sobre o crime de Santo André, que teve como vítima o Prefeito local.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Até o momento, pelo que eu vi no inquérito, há apenas ainda, não se chegou à fase de inquirição... (Campainha) De depoentes. Por ora, a autoridade policial está se dedicando à constituição dessas empresas, ou seja, das empresas de ônibus em Cuiabá, Santo André e Fortaleza; se concentrando nessa empresa AGIPARA S/A, e na Uruguai ROANOAKE HOLDING S/A. Não vi no inquérito ainda que o delegado tenha feito inquirição de pessoas. Provavelmente ele estava reunindo, aguardando a chegada do resultado da quebra de sigilo bancário e fiscal para então poder formular as suas listas de pessoas que serão ouvidas no inquérito.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Dr. Julier, nesse inquérito não há referência ao nome de Sérgio Gomes da Silva.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não. Ele é um dos que tiveram o sigilo bancário e fiscal afastado por minha decisão. Ele, o Ronan Maria Pinto, já há uma lista de empresas aqui que a Receita Federal, atendendo ao requerimento, fez aportar o inquérito, analisando a movimentação financeira, lucro, compo-

sição acionária e etc. Então, vai ser investigada a participação do Sr. Sérgio a partir dessas participações acionárias nas empresas que estão investigadas e que tiveram o seu sigilo bancário e fiscal afastado.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Afastado...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Pois não.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – "Afastado" significa?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Oi?

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – "Afastado" significa o quê?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Que foi afastado, que foi quebrado o sigilo.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ah, foi quebrado.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Porque "quebrado" é um termo popular mas é impróprio. Afastar o sigilo.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Essa CPI identificou, Dr. Julier, que Sérgio Sombra, Sérgio Gomes da Silva é o procurador para movimentação das contas-correntes do posto de serviço Sepotuba, localizado em Cuiabá. Embora não esteja mais no quadro societário da empresa GEODÉSICA COMERCIAL DE PETRÓLEO LTDA, nome empresarial desse posto.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Esse...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nas suas investigações, só para complementar se V. Exa. me permite, apareceu uma movimentação do Sr. Arcanjo com esse posto ou com alguma empresa pertencente ao Sérgio Gomes da Silva.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Eu não tenho essa informação, Senador. O Sérgio Gomes aparece como acionista da empresa, foi um dos acionistas da empresa, juntamente com o senhor... Da AUTO VIAÇÃO PRINCESA DO SOL LTDA. O Sérgio foi cotista dessa empresa junto com o Ronan e etc. E ainda, deixa eu ver aqui... Ele aparece apenas por ora nesta empresa como... Deixa eu só ver aqui... E a Receita Federal ainda está averiguando, porque ele tem domicílio em São Paulo, a sua regularidade fiscal a partir daí. Nas empresas até agora que a Receita, a partir do levantamento da informação da Receita Federal, ele aparece como sócio que foi excluído da empresa AUTO VIAÇÃO PRINCESA DO SOL LTDA, que teve o seu sigilo bancário e fiscal quebrados e que está sob investigação. Excluída em 20 de maio de 2002, pela informação que veio da Receita Federal.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Em 2003, Dr. Julier, surgiu uma testemunha, Sra. Zildete dos Reis, que afirma que o Sr. Ronan e o Sr. Sérgio faziam parte de uma quadrilha em Santo André e que eles sabiam até o tipo de arma que seria utilizada no seqüestro de Celso Daniel, conforme informações do pistoleiro do comendador Arcanjo, chamado Joacir das Neves. V. Exa. sabe alguma coisa a respeito disso?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – O Joacir das Neves é uma das principais testemunhas nos processos de, principalmente de homicídios do Rivelino Brunini e do Fauze Rachid Jaudy, e que apura a exploração de máquinas caça-níqueis no Estado. Ele disse que foi segurança do Arcanjo etc. Mas nos processos que passaram sob minha Presidência, não houve esta informação. O que eu vi, inclusive vi pela imprensa e tive acesso hoje, era de uma carta de uma ex-cozinheira etc. Mas eu pedi à minha assessoria e à Polícia Federal que verificassem entre os documentos apreendidos, duas salas de documentos, se existiam, se existia esta carta ou não. A resposta até agora foi negativa. Não foi encontrada. Negativa no sentido que ela não foi encontrada, não que ela não existe, obviamente.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V. Exa., quando fez referência à evolução dos negócios do comendador, da vida empresarial, disse que ele começou pelo jogo do bicho.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Sem dúvida.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E também por bingos. Ele ainda mantinha esses...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Sem dúvida. No jogo do bicho, inicialmente, o comendador tem origem em Goiânia, chegou à Cuiabá como Policial Civil; e a partir de então eu esqueci, ele se tornou sócio de uma pessoa, acho que quem me relatou isso, tentando lembrar o depoimento da testemunha, um sujeito lá do Mato Grosso do Sul, me fugiu o nome, Razuk, alguma coisa Razuk, acho até que está preso este Razuk. Começam sócios no jogo do bicho, depois ele adquiriu a parte deste sócio, e desde então ele manteve o controle implacável do jogo do bicho. A ponto que as suas rádios, duas, a Rádio Cuiabana e a Rádio Clube de Cuiabá eram aquelas que anunciavam os resultados do jogo do bicho, tanto no período matutino quanto no período vespertino. E, além disso, existiam bancas, inúmeras bancas espalhadas pelo Estado inteiro, principalmente pela capital pelos jogos de bicho; diga-se de passagem, bancas seguras, que não sofriam assalto. O único assalto que uma dessas

bancas teve foi desses meninos no Tijucal que acabaram sendo chacinados em razão deste assalto.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E bingos também?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Bingos também. Notadamente, aqui em Brasília ele é proprietário de 50% do BINGO ESPLANADA. Eu não sei se esse bingo continua funcionando aqui em Brasília ou não. Eu havia dado uma determinação para que ele fosse fechado, porque foi objeto da Ação Penal. E, além disso, o lucrativo esquema das máquinas caça-níqueis. Os senhores terão oportunidade de detalhar esta operação das máquinas caça-níqueis com o Dr. Pedro Taques. Porque, se não me engano, na denúncia que ele formulou, quando formulou a primeira denúncia contra o grupo do comendador João Arcanjo no que se refere às máquinas caça-níqueis, ele fez um organograma de como estava dividida a exploração de máquinas caça-níqueis no Estado. Então, por exemplo, lá em Barra do Garças era um coronel da PM que comandava, me fugiu o nome dele. Em Cuiabá era um outro grupo do Rivelino Brunini que comandava. Em Rondonópolis outro comandava. Em Cáceres outro grupo comandava. Só para dizer aos senhores ao ponto da importância dessa exploração de máquinas caça-níqueis, que o comendador tinha como operadores dessas máquinas três coronéis da PM que foram presos no dia da Operação "Arca de Noé", foram presos três coronéis da PM. Um deles está respondendo processo em liberdade. (Manifestação sem uso do microfone)

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não, não. Todos estão respondendo processo em liberdade. Mas o coronel Lepesteur ficou três anos preso. Ele saiu porque ele está com câncer, segundo os médicos, já em fase bastante... De debilitação avançada do corpo. Ele não teria condições de ser mantido preso. Este foi um dos fundamentos para que ele fosse solto. O coronel Lepesteur seria, pela denúncia do Ministério Público que foi formulado à Justiça, o agente que comandava a violência. Ou seja, o responsável por agenciar, por matar, por controlar. Mas os senhores vão ter a oportunidade de descer a essa organização dos caça-níqueis com o Dr. Pedro Taques, que tem o organograma que ele fez sobre isso.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu faria um apelo a V. Exa. no sentido de que, como há essa possibilidade de conexão entre o crime de Santo André e a máfia comandada pelo comendador Arcanjo, se a CPI poderia acompanhar essas investigações.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Sem dúvida nenhuma.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Essas investigações vão sendo levadas a efeito.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Sem dúvida nenhuma. Até a exemplo disso, quando a CPI do BANESTADO estava em funcionamento, foi encaminhada à CPI do BANESTADO tudo que tínhamos na Justiça Federal sobre o comendador e sobre tudo. De modo que não há problema nenhum em se partilhar as investigações, as informações com a CPI, sem dúvida nenhuma.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Obrigado. Obrigado ao senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Obrigado, Senador Garibaldi. Eu... A próxima oradora inscrita seria a Senadora Ideli, que permutou com o Senador Suplicy. Então V. Exa. tem a palavra. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente Senador Efraim Moraes, Senador Garibaldi Alves Filho, Dr. Julier Sebastião da Silva. A sentença de 2003, na qual V. Exa. condenou o Arcanjo e outros. Contém trechos nas folhas 40 nos quais V. Exa. discorre sobre a movimentação das empresas do chamado comendador. Poderia explicar o que representou em termos de circulação financeira a presença das empresas de João Arcanjo no Estado de Mato Grosso?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador Suplicy, a movimentação financeira da empresa, na sentença aqui inclusive eu utilizei apenas o relatório do Bacen, que analisou os depósitos acima de 50 mil reais. Ou seja, fez um corte. O outro relatório completo chegou já depois da sentença. Mesmo por este relatório que fez um corte de 50 mil reais nas operações, de janeiro de 98 a fevereiro de 2003, as *factories* do comendador tinham recebido 395 mil 111... Não. 395 milhões 111 mil 59 reais e 3 centavos. Depositou nas contas de terceiros nesse mesmo período. Isso considerando só depósitos acima de 50 mil reais. 336 milhões 430 mil 31 reais e 28 centavos. No relatório completo das operações, os depósitos nas contas de terceiro chegam próximos a 1 bilhão de reais, e de depósitos vindos, aportados na conta da organização criminosa, a cerca de 1 bilhão e 200 milhões de reais.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Isso é o total do movimento financeiro?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Financeiro do período de janeiro de 98 a fevereiro de 2003.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – 1 bilhão e 200 milhões.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Isso no relatório completo já. Este aqui que consta das folhas 40 dos 395 milhões é só as operações acima de 50

mil reais. Com o total das operações, ultrapassa a cifra de 1 bilhão de reais.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Senador Suplicy, por favor, só 15 segundinhos, só para não perder esse raciocínio do senhor. Eu fico... Só queria saber o seguinte: Quando passa de uma conta para outra, 50 mil bota numa conta, esse mesmo 50 mil vai para uma outra conta. Você soma como sendo 100 mil ou é aquele mesmo 50 que está indo?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não. A sobra, a metodologia do Banco Central é que Banco Central pegou das contas do comendador, ele não foi além de outras contas. Então, pegou a conta...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele está falando sobre o movimento financeiro. Por exemplo, eu tiro um cheque do Banespa e deposito no Banco do Brasil, 20, ou 30 mil; é contado duas vezes ou só o primeiro saque?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – O Banco Central fez a análise da movimentação total.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Então, saiu somando créditos e aí se somou tudo?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – O relatório falou: "Nessa conta entrou tanto..."

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Então, pode ser o mesmo dinheiro circulando mais de uma vez. Estou só tendo uma dúvida.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Pode ser que sim, pode ser que não. Mas, de qualquer forma, o que interessa aí é a expressividade dos valores. Ou seja, quando você passa de 1 bilhão em movimentação financeira, eu pergunto: "Qual o município, qual o Estado Brasileiro consegue ter uma movimentação anual dessa?".

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – São Paulo.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Vou dizer para os senhores isso. Eu não disse? (Risos)

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Só São Paulo. Lá em conta judicial à disposição da Justiça lá em Mato Grosso, em dinheiro vivo, tem quase 11 milhões de reais que foram apreendidos na data da decretação do seqüestro nos bancos. Em dinheiro vivo. E eu pergunto agora fazendo a inversão. Qual o município, qual o Estado pode sacar de uma conta bancária 11 milhões de reais?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Bem, hoje, que idade, no seu conhecimento, que idade hoje tem o Sr. João Arcanjo Ribeiro; e quando é que ele começou a criar este esquema descrito pelo senhor? A partir de quando é que ele iniciou a sua atividade? Seja nos jogos de bicho, seja nos bingos ou caça-níqueis e naquilo... Se puder nos historiar o movimento que iniciou> segundo o seu conhecimento. Ele é natural de...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Goiás.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – De Goiás. E daí foi morar no Mato Grosso a partir de quando?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Bom. Eu sou mato-grossense, eu sou natural de Chapada dos Guimarães, passei a minha vida toda no Estado, saí apenas quando fui tomar posse como Juiz Federal e fui para Rondônia, onde passei dois anos, de 95 a 97. Portanto, eu cresci com... Ouvindo o mito do comendador. O Dr. Pedro Taques também é mato-grossense, todos que são de Mato Grosso conhecem o mito comendador. Ou seja, nós crescemos ouvindo isto. Eu tenho hoje 36 anos, estou há 11 anos na Justiça Federal. Então os senhores vejam o tempo que se levou até que nós conseguíssemos desmantelar essa organização. Me lembro que...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ele tem hoje que idade aproximado?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Deve ter uns 52 a 54, se não me engano.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E iniciou as atividades que época?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Eu vou chegar lá, Senador. Só para dizer para o senhor que... A partir... Começou a operar com o jogo do bicho, nós sempre soubemos disso. Agora, quando ele ganhou expressividade, poderio financeiro, foi quando ele se tornou "banqueiro". Banqueiro entre aspas, ou seja, a partir de 94/95.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Portanto, a atividade do jogo do bicho e de caça-níqueis...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Até então ele era da criminalidade...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas foi a partir de quando? Essa foi a pergunta.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Deve ser final dos anos 80, início dos anos 90, por aí. Eu me lembro que a gente fazia 2º Grau e a gente ouvia falar do Arcanjo em 83, 84, 85.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O senhor mencionou que ele hoje tem contas e empresas em diversos países.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Sem dúvida.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quais são os países onde ele tem conta? O senhor, por exemplo, mencionou, a certa altura, que, salvo, se eu entendi direito, que ele teria um Hotel de valor da ordem de 55 milhões de dólares nos Estados Unidos.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Em Orlando, na Flórida.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Isso é propriedade dele ou empresa dele? Pessoal dele?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Dele. Ele é sócio da empresa brasileira chamada CONSTRAS (F) INTERNACIONAL, que pertence a um empresário de São Paulo. A participação deste empresário de São Paulo e desta empresa neste Hotel ela está sendo investigada nesse inquérito policial 2004 3600001645-4. Ou seja, está apurando a participação deste empresário desta empresa CONSTRAS (F) INTERNACIONAL que, segundo os documentos que nos chegaram agora dos Estados Unidos, enviado pelas autoridades americanas, o Departamento de Justiça a partir do tratado de cooperação judiciária, pertenceria também ao próprio Arcanjo. Ou seja, ele, portanto, é dono de praticamente de 100% daquele hotel em Miami. Além disso, Senador, há bens e movimentações bancárias dele nos Estados Unidos, nas Ilhas Caimã, no Uruguai, na Costa Rica e na Suíça.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E aonde é que é maior a movimentação, dentre os lugares onde ele tem contas no exterior?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Uruguai e Estados Unidos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E poderia quantificar aproximadamente no Uruguai e nos Estados Unidos, se foi possível quantificar o quanto que ele tem num e noutro?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Olha, nos Estados Unidos, na data da sentença ele tinha o hotel, 55 milhões de dólares, tinha uma conta no DOTI BANK (F) com 16 milhões e 800 mil dólares, uma conta no AUCHAN BANK, se não me engano, com 2 milhões e alguma coisa de dólares. O BANCO DE BOSTON utilizou no Uruguai. E na Suíça também. Na Suíça, nos Estados Unidos, utilizou-se a partir do DOTI (F), utilizou-se o DOTI BANK (F), por isso que este, há dois inquéritos em andamento, um específico para o BANCO DE BOSTON, para apurar as responsabilidades do BANCO DE BOSTON em lavagem de dinheiro no Brasil. Sim, sim, mas... E o DOTI BANK (F). Um inquérito para cada uma dessas instituições financeiras.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O senhor poderia explicar? O senhor mencionou que ele organizava bingos, portanto casas de bingos, imagino. E também tinha um relacionamento com as máquinas de caça-níqueis.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Exato.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Como é que se deu isso? Ele por acaso era proprietário de empresas que produziam máquinas que funcionam em casas de bingos? Ou a sua... Ele era proprietário de casas de bingos, também de máquinas, de fábrica produtora de máquinas assim denominadas caça-níqueis? Qual era o relacionamento e a partir de quando exatamente?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Ele era o controlador. Se ele fabricava ou não essas máquinas... Mas as máquinas só se instalavam se tivessem o selo dele. Se não tinha o selo, ele não era concessionário. E ele associou-se...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O senhor sabe o nome da fábrica de máquinas?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não me recordo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E o nome das casas de bingos?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – O bingo é o BINGO ESPLANADA aqui de Brasília.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Será que tinha ligação com Carlinhos Cachoeira? Falou em Goiás. Nasceu o problema do caça-níquel de Goiás, Mato Grosso, Paraná e foi andando, eu fiz a conta...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Na verdade, essa história toda, ele associou-se ao Uruguai, tinham dois uruguaios trabalhando para ele especificamente nisso; o contador dele, o Dondo, e o Júlio Bachs, que também era uruguaio, e era o responsável de fazer essa interlocução com agentes em Minas Gerais. As máquinas, segundo se apurou, em princípio vinham de Minas Gerais. E esta conexão de Minas Gerais...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Minas não estava aqui, eu vou pôr também. Faltou Minas Gerais aqui. (Risos)

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Mas o Dr. Pedro Taques tem essa relação que ele fez, ele pode... Mas passa por Minas Gerais e vinha de lá. Eu não sei se ele importava ou não, mas vinha de Minas e ele utilizava desses uruguaios. Agora, para estar lá em Mato Grosso, só com autorização dele.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O senhor mencionou a morte de pessoas como o senhor Rivelino Brunini, Fauze Rachid Jaudy. Eram jornalistas?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Radialista o Rivelino Brunini. Este foi morto em razão da disputa por caça-níqueis.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pois bem, eu agradeceria se pudesse informar que atividades jornalísticas, ou como radialistas, desenvolviam essas pessoas que senhor mencionou: Sr. Rivelino Brunini e Fauze Rachid Jaudy, acho que principalmente esse. Mas que qual a evidência que o senhor comendador Arcanjo teria sido responsável, ou mandante dos

crimes de morte? Como é que chegou V. Exa. à conclusão da evidência de que ele teria sido mandante? Porque não foi ele que cometeu o crime, não é? Não foi. Então, qual a evidência? Qual foi a circunstância e a evidência?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – A partir do interrogatório do pistoleiro, do executor do cabo Hércules e de todos os outros membros da quadrilha que depuseram.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E qual seria a razão de querer matar um e o outro?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – O Rivelino Brunini estava com a prisão preventiva decretada pela Justiça Federal na investigação dos caça-níqueis. Ele foi morto antes de ser preso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas por que razão ele estava sendo preso?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Em razão dos jogos do caça-níqueis. Ou seja, foi apreendido o computador dele onde constava várias informações e divisão do Estado, como está sendo feita a divisão de exploração das máquinas de caça-níqueis.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Portanto, ele seria uma testemunha importante no caso do comendador Arcanjo?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Além disso, ele reclamando no computador para o Arcanjo da atuação do Rivelino Brunini, que estaria instalando caça-níqueis sem autorização, estaria tumultuando. E aí, segundo ele, ele teria recebido a ordem para que fosse eliminado o Rivelino Brunini.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E já o caso do jornalista Fauze Rachid Jaudy?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Ele estava junto no momento, estavam juntos o Fauze e o Rivelino quando sofreram o atentado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas ele era de alguma maneira...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não, não, a princípio, a ligação é do Rivelino. O Fauze morreu porque estava junto na hora do atentado. E, além disso, eles foram para eliminar o Rivelino Brunini. Eliminaram o Brunini, o Rachid Jaudy estava junto, e feriram um pedreiro que estava próximo, que é o Gisleno Fernandes. Aí ficou o processo instaurado para que eles respondessem por dois homicídios e uma tentativa de homicídio contra o Gisleno.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O senhor mencionou uma relação entre as empresas do comendador Arcanjo e a Assembléia Legislativa, e chegou a mencionar o Governador Dante de Oliveira.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Sim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Como é que se deu, exatamente? Eu queria até fazer antes uma preliminar. Porque eu ouvi em algumas circunstâncias de que V. Exa. antes de ser juiz teria sido filiado ao Partido dos Trabalhadores, e que desenvolveu uma ação muito rigorosa nesses termos por uma motivação política. Eu queria que V. Exa. pudesse inclusive também esclarecer isto. Quero aqui dizer, Sr. Presidente, que o fato de uma pessoa antes de ser juiz ter sido de um partido político, isto é algo que existem muitas circunstâncias assim. A começar com o próprio Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, que foi Ministro da Justiça, foi do PMDB. E, então, para dar um exemplo. Mas há, certamente haverá exemplos de pessoas que são juízes e antes de serem juízes pertenceram a praticamente todos os partidos. Eu acredito que no PFL, no PSDB, e certamente estão honrando a sua função de juiz. Mas como foi observado isto, então, eu avalio que será importante antes que, quer dizer, como preliminar da resposta, como é que exatamente se deu este envolvimento das empresas do comendador Arcanjo e de políticos da Assembléia Legislativa e do Poder Executivo? Como se deu isso? Se puder nos esclarecer... Mas antes, por favor, a preliminar é importante esclarecer.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Pois não, Senador. Eu tomei posse como juiz acho que no dia 24 de novembro de 1995, assumindo a 2ª Vara Federal de Rondônia, onde fiquei até 97. E desde então sou magistrado. Fui filiado ao PT até antes de ser juiz, obviamente. Porque a Constituição nos impede a vinculação político-partidária. E tenho procurado cumprir isso. Evidentemente, que há sempre, quando uma decisão desagrada aqui, se questiona ali etc. Mas nesse período todo nunca tive questionamentos dessa ordem. Fui juiz em Rondônia por dois anos. Fui membro da Corte do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia nesse período, fui para Cuiabá em 97, fui membro do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso também por dois anos. Sou o atual diretor do Foro da Justiça Federal, juiz da 1ª Vara. Com isso não há problema nenhum. Mas às vezes há essa crítica, obviamente. Eu entendo, as decisões são desfavoráveis, mas há também elogios. Eu me lembro até que o ano passado foi o pessoal do PT que ficou bravo comigo porque teve Operação "Curupira", que desmantelou a Máfia do Meio Ambiente. E eu acabei determinando a prisão de filiados do PT. Eu me lembro até de um artigo no jornal intitulado "o PT e o Curupira" que foram tecidas loas à minha atuação. Ou seja, justamente porque tinha prendido gente do PT. E assim por diante. Agora, em relação a mistura de interesses do comendador João Arcanjo Ribeiro e o grupo político no poder em Mato Grosso

de 95 a 2002, isso se tornou evidente nos processos. Primeiro pela grande quantidade de dinheiro envolvido. Segundo pela movimentação, pela proximidade de todos de Secretários de Estados, deputados estaduais, parentes do então Governador, da campanha política do Governador, do Senador Antero aqui presente, com *factories* do Arcanjo, com dinheiros e saídas da Assembléia Legislativa. E isto não sou eu. Até porque aquele registro que eu fiz no início eu decido em processo. Se não tiver procedeu, eu não posso decidir, se não tiver pedido, eu não posso decidir. E as provas foram arrecadadas. O Nilson Teixeira chegou a ir a audiência diante do relatório do Banco Central identificando que vários deputados, que o Comitê Financeiro do PSDB, em 2002, recebeu dinheiro; e secretários de Estado que coordenaram a campanha com dinheiro, o Nilson entregou as notas promissórias que garantiam essas operações em juízo, entregou as cópias dos cheques do DEVOP, que estão todos nos autos, entregou a lista de pagamentos dos fornecedores encartado nos autos. E tudo mais. Ofícios... O que, juntando com algumas coisas, são importantes. Quando eu digo: "Dinheiro não tem nome, mas o registro do dinheiro, do nome fica". E o Banco Central identificou quais são esses beneficiários. Ou seja, na sentença, eu vou dizer aos senhores aqui, há uma lista que consta nos processos na sentença que condenou João Arcanjo Ribeiro de pessoas que receberam dinheiro. Qual a razão de receber esse dinheiro? Há investigações nesse sentido.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu pergunto ao senhor se V. Exa. teve a oportunidade de... Porque, como V. Exa. colocou isso na sua decisão e no processo, então, imagino que tenha tido a oportunidade de solicitar os esclarecimentos dessas pessoas. E, portanto, se, por exemplo, se os deputados estaduais, se o próprio Governador mencionado por V. Exa., se o próprio Senador Antero Paes de Barros, se V. Exa. teve a oportunidade de indagar a eles para ouvi-los, dar todo o direito deles poderem explicar e aí V. Exa. ter a sua conclusão mais completa. Então, se isso foi feito.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador, inicialmente este é um processo contra João Arcanjo Ribeiro e outras pessoas. Ou seja, se apurou no processo, na instrução criminal. Foi feita a denúncia pelo Ministério Público narrando o fato, foi feita a instrução criminal onde se comprovou o fato e a sentença. Diante da comprovação, o juiz tem a obrigação, sob pena de prevaricação, de tomar as providências devidas naquilo que restou apurado no seu processo. E foi isso que foi feito. Daí a relação dessas 20 e tantos investigações criminais que eu relatei aos senhores, uma para cada um dos fatos apontados. Uma dessas investigações, aliás, duas ou três já foram concluídas. Uma é esta questão da AMPER, já resultou em denúncia, a outra da Assembléia Legislativa, onde estes repasses, a Polícia Federal com seus laudos, peritos, comprovou tudo. E no relatório o delegado efetivamente disse que houve peculato e associação criminosa com João Arcanjo Ribeiro. Hoje isso está com o Ministério Público Federal para decidir se vai denunciar, se vai pedir arquivamento, se vai pedir novas diligências etc. O resto dos processos estão em investigação e andamento. Por exemplo, no inquérito que apura as movimentações do PSDB com o João Arcanjo Ribeiro, aqueles que são implicados no caso deverão e serão ouvidos, provavelmente pela autoridade policial, ou seja, eu determinei a abertura do inquérito, deferi algumas medidas que foram pedidas pelo delegado responsável ou pelo Ministério Público, como busca e apreensão, quebra de sigilo. E esse processo só voltará para mim agora quando o Ministério Público decidir se vai, a partir do resultado das investigações policiais, se vai denunciar, se vai pedir arquivamento, se vai pedir novas diligências. Mas só para não ser injusto, eu gostaria de citar, Senador Suplicy, algumas que eu botei, algumas... Algumas personalidades que receberam dinheiro de acordo com o Banco Central brasileiro a partir das análises de documentação. Além obviamente da Assembléia Legislativa, dos deputados, no caso do deputado José Riva, que recebeu aqui quase 2 milhões de reais, Deputado Humberto Bosaipo, seus assessores. Só um assessor do deputado José Riva recebeu quase 1 milhão e 324 mil reais 659 mil reais; a filha, a mulher o outro assessor. E assim por diante. Deputados. O Deputado Federal Ricardo de Freitas, por exemplo, eu lancei isso na folha 54 da sentença que condenou João Arcanjo Ribeiro, recebeu 50 mil reais além de um valor; esses 50 mil mais 994 mil 550 reais, conforme registrado na folha 266 dos autos. O ex-Deputado Federal Lino Rossi, hoje sei que é deputado federal novamente, recebeu a quantia de 103 mil 765 reais e 91 centavos. A lista de deputados estaduais é longa. Sérgio Ricardo 80 mil, Sinval Barbosa 130 mil, Pedro Satélite 50 mil, Dirceu Dalbosco 157 mil e 600, Elie Lima 60 mil, Joaquim Sucena 130 mil, Emanuel Pinheiro 50 mil, Amador Tutti 85 mil, Gilmar 50 mil. E além de servidores graduados daqui da Assembléia Legislativa. Isto sem falar em relação às campanhas de 98, em que em relação à campanha o Secretário de Segurança Pública recebeu 250 mil e depositou 1,5 milhão nas contas do comendador. Além disso, outros secretários de Estado, como o ex-Secretário de Turismo e coordenador da campanha reeleitoral do Governador Dante de Oliveira em 98 está sendo cobrado na justiça pela União Federal em quase 350

mil reais em razão de notas promissórias que foram encontradas. Os deputados...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu pergunto se algum, se houve alguma explicação por parte dos parlamentares. Olha, eu de fato... Vamos supor, por hipótese... Poderia um parlamentar...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Eles foram ouvidos por um delegado num inquérito que concluiu...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas eu pergunto se algum dos parlamentares teria dito: "Eu recebi tal quantia porque recebi tal serviço a empresa que me pagou". Se houve explicação dessa natureza, dada a V. Exa. ou ao delegado que...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Essa explicação teria que ser dada ao delegado. Eu não sei o teor que foi dado. Eu vi o relatório porque concluiu o inquérito, foi para mim e eu encaminhei para o Ministério Público. Porque ele ouviu todos os deputados implicados.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Concluindo, então, Sr. Presidente. Até por respeito ao meu colega Senador Antero Paes de Barros.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O tempo de V. Exa. hoje foi livre.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Está bem. E também ao próprio Governador Dante de Oliveira, se, porventura, V. Exa., em algum momento, recebeu da parte do ex-Governador Dante de Oliveira alguma iniciativa ou tomou conhecimento. "Olha, o Governador quer explicar isto e aquilo e dialogar com V. Exa."; ou se da parte do Senador Antero Paes de Barros, se, porventura, permita perguntar a ele, se, porventura, surgiu alguma iniciativa dessa natureza. Porque vamos supor que eu estivesse no seu lugar, eu teria a vontade de... Vamos supor que um juiz em São Paulo estivesse dizendo: "O Senador Suplicy fez isso e isso e aquilo". Eu me sinto na vontade de esclarecer este assunto, inclusive de conversar com o juiz. Aliás, eu outro dia estive indagando uma pessoa que está detida e que mencionou que deu a mim um disquete relativo a uma das gravações em decorrência da nossa atividade aqui. E este... E não foi verdade. Então, eu vou esclarecer ao juiz que este detento está informando algo que não é verdade. E tenho, inclusive, testemunhas disso. É só para dar um exemplo aqui. Então, se um juiz diz alguma coisa que refere-se a um fato que pode ser considerado, digamos, um delito, algo grave a meu respeito, eu teria a disposição de dizer ao juiz. "Olha, eu pelo menos quero ter a oportunidade de ser ouvido". Então, eu gostaria de saber se aconteceu isso com respeito ao Governador e ao colega aqui que, com o qual nós temos uma convivência diária e de respeito mútuo. Então...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador Suplicy, só dois registros. O primeiro é só de forma. O juiz não diz, o juiz escreve. Isto tudo está subscrito, assinado e registrado. Isso é um ato judicial. Não há... E ato judicial, quem discorda de ato judicial tem que recorrer para as Cortes brasileiras. Este é o funcionamento do Judiciário brasileiro. O que está escrito, assinado, publicado é ato oficial da Justiça brasileira. E o segundo registro, Senador, até para fazer justiça aos mencionados, no sentido de que eles deveriam procurar o juiz para dar explicações, só para dizer ao senhor que isso não é possível legalmente. Alguém só prestará declarações a mim se tiver processo instaurado, se tiver recebido a denúncia e eu determinar a citação dele. Neste caso ele é réu. Ou, se ele foi arrolado como testemunha, ele será ouvido pomo testemunha. Mas fora disso, e até para fazer justiça ao Senador Antero e ao Governador Dante de Oliveira, não há possibilidade de eles virem ao juiz e falar: "Olha eu quero fazer declarações", porque eu vou falar: "Olha, senhores há um inquérito policial e eu não posso ouvir os senhores aqui. Os senhores tem que prestar declaração na polícia". Isto só quando terminar e isto vier para mim. Se vier, vai ser réu, e vai ser ouvido como réu, ou vai ser testemunha e será ouvido como testemunha.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Uma perguntinha, Sr. Julier.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Obrigado, Sr. Presidente, de minha parte agradeço.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Por que o Senador Antero, que já foi citado aqui, não tem que primeiro ter algo no STJ para poder reter um processo?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exa. tem palavra pela ordem, foi citado.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu gostaria, Sr. Presidente, em homenagem à tradição da Casa que V. Exa. alterasse a lista de inscrição e me desse o tempo necessário para defender a minha honra. Eu gostaria que fosse o próximo inscrito, até para sepultar essas calúnias.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Já existe uma permuta do próprio Senador Romeu, que é o próprio Senador inscrito, seria V. Exa.. Então, V. Exa., por permuta de tempo, terá o tempo que se fizer necessário para os esclarecimentos.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então eu vou começar por deferência ao meu

colega Eduardo Suplicy a dizer o seguinte: Eu não tenho que conversar com o juiz, e, no decorrer do meu depoimento e do meu questionamento, V. Exa. vai perceber claramente porque que eu não tenho que conversar com ele. Porque que é um juiz que mente, porque é um juiz que labora em equívoco. Vai ficar demonstrado na nossa oitiva aqui a origem desse processo nem ele nem ninguém consegue... É mais fácil um camelo passar no buraco de uma agulha do que o juiz Julier ou qualquer cidadão neste país e neste planeta me ligar a crime organizado. Então, sobre ele eu não converso. Ele é juiz e é meu réu. Ele é réu em processo que eu movo contra ele. Ele diz que fala nos autos. Ele mentiu. E por isso é que eu compreendo perfeitamente o fato dele não ter assinado a possibilidade de aqui dizer a verdade. Ele fala nos autos, fala na televisão... Isso que ele disse que diz nos autos ele disse num programa de televisão e, em função disso, ele responde à queixa-crime que eu faço contra ele e responde à ação de dano moral que eu faço contra ele. Portanto, eu passo às indagações que havia preparado para fazer ao juiz. Inicialmente, Sr. Presidente, eu quero lamentar, embora compreenda, a ausência aqui do Senador Flávio Arns. Porque eu sei que ele não está aqui por motivo de um ocorrido com alguém da sua família, tem inclusive a nossa solidariedade por isso, mas eu queria imensamente agradecer ao Senador Flávio Arns, de todo o coração. Agradecer também ao PT, de todo o coração. Porque é preciso dizer a verdade ao Brasil. O juiz Julier não está aqui porque é um *expert* para contribuir com a CPI dos Bingos para a organização do combate aos bingos e ao crime organizado. O juiz Julier está aqui porque o PT tenta, e tem nele um dos seus quadros do Poder Judiciário, dentro da tese do aparelhamento petista, tenta criar o "dossiê Antero". Então, eu gostaria de agradecer imensamente ao PT, porque há três anos eu sofro com isso. E quero aqui relatar ao Brasil que quando o Senador Flávio Arns pediu aqui a convocação, o convite ao juiz Federal, eu estava sentado naquela cadeira e disse que, com meu entusiástico apoio... Depois disso, foi na quinta-feira de semana passada, aliás, na quarta, porque tinha perspectiva de vir na quinta, aí o juiz comunicou que tinha problema na agenda, não podia vir quinta na semana passada, e marcou para esta quinta-feira. Então, eu preciso aqui registrar dois fatos importantes. Primeiro que logo depois da quinta-feira, Sr. Julier, eu fui procurado dezenas de vezes pelo líder do Governo Aloizio Mercadante pedindo que... Olha, essa pauta não é boa. Vamos adiar essa pauta. Ele procurou a mim, procurou ao Senador Arthur Virgílio, procurou ontem o Senador Tasso Jereissati querendo cancelar esta audiência. Eu disse: "Por mim não. Da minha honra cuido eu há 53 anos, que é a minha idade. Nenhum bandido desse país, por mais importante que seja, vai destruir a minha honra. Nenhum". Eu compreendo a tentativa dos petistas. Compreendo com muita tranqüilidade. Fui eu quem denunciei Waldomiro Diniz, fui eu quem denunciei o Carlinhos Cachoeira, fui eu quem denunciei Henrique Meirelles, fui eu quem denunciei a evasão de divisas de 1 bilhão e 200 milhões de dólares do BANCO DE BOSTON e mandei o relatório a V. Exa.. Fui eu quem denunciei Roberto Teixeira, fui eu quem denunciei Cipriani, e fui eu recentemente quem produzi aqui a situação constrangedora para o PT do caso Okamoto. Portanto, compreendo perfeitamente que faço por merecer essa atenção do PT. Entendo isso. E o PT escalou o senhor, um instrumento petista no Poder Judiciário para vir tentar atacar a minha honra. O senhor está aqui por isso. Fique à vontade. Trataremos o senhor com todo o respeito, faz parte do meu berço a questão da educação, e eu acho que essa oitiva, ela vai cumprir todos os objetivos. Então, nós precisamos fazer uma justiça, uma oitiva em que o senhor terá toda a liberdade, todo o tempo do mundo para falar o que quiser. Mas eu queria que V.Sa. respondesse a todas as indagações que eu vou fazer. Porque, ao final, eu estou até antecipando, hein? Ao final eu tenho certeza que o Mato Grosso vai reconhecer em mim o Senador que elegeu, e não vai reconhecer no senhor o juiz que acha que o senhor é. Eu quero inicialmente fazer a repetição de uma pergunta do Senador Suplicy. O senhor poderia nos descrever as suas atividades político-partidárias antes de entrar na magistratura? Quando? Se o senhor foi filiado ao PT? Até quando que o senhor esteve filiado ao PT? Quando que o senhor desfiliou do PT? E quando que o senhor entrou na magistratura?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Entrei na magistratura em 24 de novembro de 95. E me desfiliei no mês de novembro de 95. Agora, Senador, só para...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não, não, eu gostaria...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Eu estou falando, o senhor me deu... Só para dizer uma questão. É o seguinte, Senador: Primeira coisa é estabelecer uma coisa e isso é importante para todos. Decisão judicial. Eu não vou discutir se minha decisão judicial está certa ou não à CPI. O órgão disso, eu já disse antes, quem discorda de mim...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não resolve. Não vai...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Pois não, Senador. Calma... Recorram ao Tribunal Regional Federal, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu não tenho do que recorrer. Não tem nenhuma decisão com relação a mim.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Há sim. Eu vou ler para o senhor. O senhor vai ter oportunidade. Aquilo que o Senador disse se o senhor tinha me procurado, o senhor vai ter oportunidade de procurar o Procurador-Geral da República, que é o senhor Antônio Fernandes. E dizer a ele o porquê. Que disse no despacho exarado no processo 2003 3600009809-5...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu vou mostrar que o senhor mentiu. Calma. Lá na frente eu vou mostrar que o senhor mentiu.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu peço o seguinte: Dr. Julier e Senador...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Eu não posso discutir decisão judicial aqui.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor vai discutir decisão judicial, o senhor vai responder às minhas perguntas. Eu estou perguntando do PT e vou perguntar sobre isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, eu pediria a V. Exa. um pouco de tranqüilidade e ao Dr. Julier também.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Eu estou tranqüilo.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Tem que pedir tranqüilidade ao juiz.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O que eu peço a V. Exas., primeiro que V. Exa. responda as pergunta dele que achar que deve responder ou não. V. Exa. não está obrigado a responder as perguntas. Aquela que V. Exa. entender que não deve, V. Exa. diz que não responderá. Para que a gente possa conduzir isso sem nenhum trauma para V. Exa. e nem para o Senador e nem, tampouco, pouco para a CPI.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não cabe a um juiz bater boca com um investigado sobre suas decisões.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu peço a V. Exa.s calma. A palavra está com o Senador Suplicy. E eu vou exigir.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu já terminei.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A palavra está comigo, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou exigir respeito de ambas as partes.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou exigir respeito à CPI, aos senhores Senadores, e como espero respeito ao Dr. Julier. Essa é a posição. E o Presidente não vai abrir mão dessa condição. Então, eu peço, Senador Arthur Virgílio, peço a V. Exa. que voltemos à palavra.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, eu preciso falar pela ordem, é sobre os trabalhos, não posso abrir mão disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não posso deixar V. Exa. sem a palavra pela ordem.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – O Dr. Julier não está aqui falando com investigado nenhum. Ele está aqui como convidado depondo numa CPI. Depois de ter se recusado a assinar aquele termo de responsabilidade, e certamente não assumindo outra. Eu mandei até fazer um outro. Não assina isso. Eu pensei no meu velho avô, podia assinar um outro aqui abrindo mão de ser juiz, renunciando a magistratura, porque deveria ter assinado. Não está falando com investigado nenhum. Ele deve responder objetivamente o que lhe perguntar o Senador. Ele pode até sair, bater as tamancas e ir embora. Enquanto fica aqui, ele saiba que ele está lidando com um parlamentar, está aqui na condição de, por enquanto, evidentemente que de convidado, e não está falando com investigado nenhum. Essa conversa facista não vai colar. E eu estou ansioso pela minha vez na lista de inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa. Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros. E Dr. Julier, aquela pergunta que V. Exa. não deseja responder, diga que não a responderá por isso ou por aquilo. Agora, peço a V. Exa. que tenha o mesmo tratamento com os Senadores. Aqui todos são Senadores ou Senadoras, aqui não há nenhuma outra pessoa, a não ser Senadores e Senadoras que estão recebendo V. Exa. como convidado. Então, eu espero que o tratamento de V. Exa. para com os Senadores seja de V. Exa..

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – E recíproco, Sr. Presidente. Recíproco.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É isso que nós estamos solicitando.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – E recíproco.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E espero V. Exa. não tente bater boca comigo. Aí é diferente. Aí está mais difícil. E nem com nenhum dos senhores Senadores. Senador Antero.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, eu quero perguntar ao Sr. Julier qual o seu grau de relacionamento com o Sr. Alexandre César? Quando se conheceram e em que condições?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Eu não sou obrigado a responder sobre minhas amizades, Senador. O senhor me perguntou, se formou em faculdade comigo. Qual é a relevância disso?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu vou mostrar depois o nexo de causalidade entre...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Pois não, Senador.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então, o senhor conheceu ele na faculdade?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Sim.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor poderia informar se o senhor Alexandre exerce algum tipo de atividade político partidária?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não sei. O senhor é do Estado, o senhor pode responder.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Ele é do PT?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Acho que disputou a eleição de 2004.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então o senhor já respondeu a próxima pergunta minha, que ele foi candidato em 2004 pelo PT e em 2002 ao Governo do Estado também pelo PT. V. Exa. estava em companhia do seu amigo íntimo Alexandre César em dezembro de 1993, por ocasião de viagem para o município de Cáceres quando seu amigo Alexandre César atropelou e matou o Sr. Manuel Julião de Figueiredo?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Presenciei o acidente e fui ouvido como testemunha de acusação.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor poderia nos contar... Como testemunha de acusação?!

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Testemunha de acusação arrolada pelo Ministério Público.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor poderia nos contar maiores detalhes do caso? Havia outras pessoas no carro? O senhor estava no banco da frente? Quem dirigia o veículo?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Eu vi o acidente e estava no banco da frente e relatei o que eu vi.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – E quem dirigia o veículo?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – O Alexandre.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – V. Exa. se recorda do depoimento que prestou como testemunha naquele inquérito policial?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não me lembro. Já faz muito tempo.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então eu pediria à assessoria que projetasse aqui o trecho do depoimento do juiz Julier. Bem, aqui eu vou ler um trecho do depoimento, e esse trecho do depoimento até explica um pouco porque que o juiz Julier não aceitou o termo de dizer aqui a verdade. "Testemunha Julier Sebastião da Silva: Que ao chegarem a certa altura da rodovia, após uma subida com uma curva a direita viram a certa distância um senhor de idade atravessando a pista da esquerda para a direita. E quando chegou ao meio, onde tem faixas contínuas, ao ouvir a buzina do veículo em que viajava, o cidadão parou no meio da pista em cima da citada faixa; que o cidadão ficou olhando para o veículo que se aproximava e, ao desviar da pessoa, esta deu dois passos para frente, sendo atingida pelo veículo, jogada em cima do capô e em seguida rolando para o chão. Que o problema todo se deu porque o cidadão, a vítima, andou para frente do carro, pois se não o veículo teria passado normalmente". Ou seja, isso aqui é testemunha de acusação. Se fosse de defesa, então... Ele estava no veículo, o veículo ia numa velocidade moderada, coincidentemente 80Km/h, que era a velocidade permitida, numa subida viu a certa distância isso, atropelou e matou o Sr. Manuel Julião de Figueiredo. Eu só quero indagar o seguinte: V.Sa. está dizendo a verdade aqui nesse depoimento? Esse depoimento V.Sa. repetiria hoje?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador Antero, vamos por partes. Primeiro: Eu não estou entendendo e fui ouvido como testemunha de acusação num acidente de trânsito. Relatei o que eu vi. O senhor sabe o resultado desse processo, não é?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sei.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Foi absolvido, não é?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Foi absolvido.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Ah, muito bom. Então, eu não estou vendo a relevância disso. Qualquer um pode testemunhar um acidente de trânsito. Eu testemunhei. Qual o problema?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Quase que o defunto vai preso. Mas eu gostaria de passar. Ele foi absolvido. E foi absolvido num

depoimento importante de V.Sa.. Eu não estou nem discutindo a questão do acidente.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não estou entendendo a relevância, Senador.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A relevância é o seguinte: Que V.Sa. como juiz de direito se negou aqui a assinar o termo de dizer a verdade. E V.Sa. como depoente, se pegar, Senador Romeu Tuma, V. Exa. que é experiente na área da Polícia Federal, qualquer perito do mundo que for checar no mesmo local, fazer aquilo que a CPI mandou fazer hoje do acidente, qualquer perito do mundo vai ver que não foi o velhinho o culpado da morte. Tanto é o seguinte: Projeta a informação do Ministério Público depois de ler o testemunho. Depois de ler o testemunho do Sr. Julier. O Ministério Público pede a condenação do Sr. Alexandre César. Mas eu não estou discutindo isso. Eu não quero aqui abrir um processo que está em trânsito em julgado. Acidente pode acontecer com qualquer um de nós, pode acontecer com nossos filhos, com nossos netos, pode acontecer com qualquer um. Essas indagações, elas objetivam apenas dizer e mostrar o caráter e o grau de relacionamento íntimo. Íntimo que eu digo é de intimidade, de falar alguma coisa um para outro, entre o Sr. Julier Sebastião da Silva e o Sr. Alexandre César, de quem ele foi testemunha de defesa...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Acusação, Sr. Senador.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Testemunha de acusação.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Acusação, Senador. Não misture.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então, provavelmente o senhor deve ser testemunha de defesa nesse inquérito que o senhor mandou abrir contra mim. Certo, testemunha de acusação. E pior que insiste nisso. Eu coloquei isso.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador, só o senhor está falando, eu queria saber se eu posso responder as perguntas do senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não, eu só quis demonstrar isso. Não estou recondenando e nem abrindo o processo e nada. Eu quero mostrar apenas... Sim, eu vou continuar. É do conhecimento de V. Exa. que o senhor João Arcanjo Ribeiro vem sendo investigado pelo Ministério Público Eleitoral desde o final de 2002. V. Exa. já confirmou isso.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Foi encaminhado ofício ao Procurador Regional Eleitoral.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Certo. Quando que V. Exa. determinou a realização de busca e apreensão de documentos que se encontrava em poder da organização criminosa comandada pelo Sr. João Arcanjo Ribeiro? Incluindo-se empresas de *factories*, redes de hotéis, escritórios, residências etc. Foi em 2002?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – 2002, 2003 e 2004 também.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – De acordo com a imprensa de Mato Grosso, com base nas informações contidas nos computadores da Factory do Sr. João Arcanjo Ribeiro, V. Exa. determinou a invasão da sede do PSDB de Mato Grosso, do escrito político da Deputada Thelma de Oliveira, e do escritório do ex-Governador Dante de Oliveira para apreender documentos do PSDB e desses escritórios. Foi com base nessas investigações? Nessa busca e apreensão feita pela Polícia Federal?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Bom, deixa eu... Então, agora que chegamos...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Aí então chegamos ao processo.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Eu determinei, só por correção, a busca e apreensão na sede do Diretório Regional do PSDB e no escritório político do ex-Governador Dante de Oliveira.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Que é o mesmo...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – A partir de... A partir de requerimento formulado por quatro Procuradores da República. Como o senhor está... Eu vou ler o requerimento do Ministério Público e a minha decisão, acho que fica mais tranqüilo. Assim a gente não tem... O Ministério Público Federal... Isso na Ação Penal 2002 36007873-7. "Ação Penal. Autor: Ministério Público Federal. Réu: João Arcanjo Ribeiro e outros". Diz o Ministério Público Federal. "O Ministério Público Federal, por conduta dos Procuradores da República afirmados, manifesta-se como segue: 1. O MPF manifesta-se favoravelmente à representação da autoridade policial, tendo em vista escassez de material para conclusão dos trabalhos, sendo conveniente e oportuna a utilização dos equipamentos necessários. 2...3.... Inciso IV do requerimento do Ministério Público. Os autos que investigam crimes contra o sistema financeiro revelam que o ex-Governador do Estado de Mato Grosso Dante Martins de Oliveira repassou duodécimos a maior para Assembléia Legislativa desta unidade federada. Vale dizer que, ou por mera coincidência ou por existência de relação no mínimo promíscua entre os dirigentes da Casa de Leis sobredita e João Arcanjo Ribeiro, comandante de verdadeira organização criminosa, foram depositados nas contas da CONFIANÇA FACTORY, banco clandestino de propriedade de Arcanjo, mais de 85 milhões de reais,

como faz prova o relatório do BACEN. É certo que os depósitos realizados nas contas bancárias da CONFIANÇA FACTORY realizada pela Assembléia Legislativa Mato-grossense revelam fortíssimos indícios de desvio de verbas públicas. Em verdadeiro esquema de lavagem de dinheiro, inclusive com distribuição de valores aos próprios deputados estaduais. Tudo corroborado pelo singular trabalho realizado pelo BACEN. Como é notório, a Assembléia Legislativa não possuí atividade para produção de riquezas. Por certo, o dinheiro depositados nas contas de João Arcanjo Ribeiro corresponde aos valores repassados pelo Estado de Mato Grosso, ou seja, duodécimos. Ou então correspondem a recursos sem origem, que a Casa de Leis Estadual manuseia ao arrepio da legislação pátria. O que por certo novamente leva o MPF concluir pela existência de miríade crimes. Além desse fato, que não é apenas escandaloso mas sim criminoso, cumpre ao MPF lembrar que na oportunidade que foi deflagrada a Operação "Arca de Noé" foram apreendidas inúmeras notas promissórias assinadas pelos dirigentes da Mesa da Assembléia Legislativa de Mato Grosso em benefício da Factory de João Arcanjo. Ademais, os fatos até agora narrados dão conta de que há forte influência do crime organizado na vida política deste Estado. Posto isso, é interessante ressaltar que os repasses ocorreram justamente no momento em que Dante Martins de Oliveira estava à frente do Executivo Estadual. Além disso, o ex-Secretário de Segurança Pública vinculado ao PSDB, Hilário Moser, era sócio de João Arcanjo no Uruguai; ambos, Arcanjo e Moser, constituíram uma Offshore para facilitar a remessa de dinheiro público para fora do Estado.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – V. Exa. está lendo outro processo.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Estou lendo o requerimento do Ministério Público de busca e apreensão na sede do PSDB. Aliás, os autos revelam inclusive que Hilário chegou a utilizar do esquema montado por Arcanjo. "Cumpre ainda ao parquet esclarecer que na seqüência dessas investigações descobriu-se que a Pessoa Jurídica de Direito Privado, a AMPER, de propriedade de Armando de Oliveira, irmão do ex-Governador do Estado de Mato Grosso, também participou do esquema de evasão de divisas e lavagem de dinheiro. E ao que tudo indica, o dinheiro objeto da evasão foi desviado dos cofres estaduais e depositados em paraísos fiscais, tais como Uruguai, Ilhas Caimã etc. Ressalte-se que tais fatos estão devidamente corroborados pelos agentes que tramitam, pelos autos que tramitam nessa Vara, cujo objeto é a quebra de sigilo bancário e fiscal da AMPER. E não obstante a tais fatos, e após a perícia dos computadores da CONFIANÇA FACTORY, o MPF constatou que o Partido da Social Democracia Brasileira, por intermédio de seu Comitê Financeiro Único no Estado de Mato Grosso, justamente no período do pleito eleitoral para Governador e Senador, estabeleceu inúmeras negociações com João Arcanjo Ribeiro por intermédio da VIP FACTORY. Posto isso, cumpre ao parquet esclarecer que as informações periciais, laudo 481/2004 CETEC-SRMT, produzido pelo Instituto Nacional de Criminalística vinculado à Polícia Federal, cumpre esclarecer que as operações e informações periciais dão conta de que o PSDB, Comitê Financeiro Único, movimentou junto à Factory de João Arcanjo durante os meses de agosto a novembro de 2002 cerca de 240 mil reais. Conforme bem espelha o laudo pericial nº 481, página 22 do arquivo magnético. Portanto, novamente surgem relevantes indícios de crimes contra o sistema financeiro e em tese abuso de poder econômico durante as eleições. Contudo, tais indícios não podem permanecer na esfera de hipóteses. Ao contrário, deve a autoridade policial, devidamente supervisionada pelo MPF, diligenciar no interesse público revelar autoria e materialidade dos crimes em tela, especificamente aqueles praticados pelos dirigentes do Comitê Financeiro do PSDB-MT durante as eleições para Governo e Senado de 2002. Dessa feita, não resta alternativa ao MPF se não a de requerer a esse juízo a instauração de inquérito policial; tendente a investigar crimes contra o sistema financeiro, especificamente aqueles previstos no Artigo 16 da lei 7492/95. Bem assim crime de lavagem de dinheiro previsto no Artigo 1º, Incisos V, VI e VII da Lei 9609/98 combinados ainda com o tipo penal do Artigo 288 do Código Penal, com cópia do laudo pericial nº 481/2004, cuja autoria em tese se atribui aos dirigentes do Comitê Financeiro do PSDB para as eleições de 2002 em concurso de pessoas com João Arcanjo Ribeiro e Nilson Roberto Teixeira. Para tanto, no interesse de facilitar a instrução criminal, bem assim, as investigações policiais se faz necessária a concessão de busca e apreensão de objetos por determinação desse juízo nos moldes do Artigo 40. Vale dizer que foram as buscas e apreensões autorizadas por esse juiz e pela 3ª Vara da Justiça Federal dessa sessão judiciária que oportunizaram o oferecimento de inúmeras denúncias contra a organização criminosa de João Arcanjo; pois dessas apreensões se recolheram objetos necessários à prova de infrações, cartas destinadas aos acusados e elementos de convicção tanto do Ministério Público como do Judiciário. Diante do exposto, o Ministério Público Federal requer que sejam expedidos tantos mandados de busca e apreensão quanto forem necessários para que sejam cumpridos nos seguintes endereços: 1. Sede do Diretório Regional

do PSDB na Rua Barão de... Tal, tal, tal... Cujo Presidente é Dante Martins de Oliveira. Com apreensão de computadores, valores, armas, documentos contábeis, administrativos e pessoais, disquetes e qualquer outro meio físico ou magnético de armazenamento tal. 2. Endereço: Rua Sá Porto na residência de Paulo Ronan Ferraz Santos, componente do Comitê Financeiro do PSDB nas eleições de 2002. E o terceiro endereço. Edifício América Business Centro, Avenida Rubens de Mendonça, escritório utilizado por Dante Martins de Oliveira, atual Presidente do Diretório Regional do PSDB, e à época dos fatos Governador do Estado do Mato Grosso. Cuiabá, 15 de setembro de 2004". Assinam o requerimento os Procuradores da República José Pedro Gonçalves Taques, Bruno Nominato de Oliveira, Daniela Batista Ribeiro e José Esquetini. Este pedido que foi deferido por mim na data de 15 de setembro de 2004. Eu autorizei a busca e apreensão a partir do requerimento formulado pelo Ministério Público. É só para fins, a leitura foi exaustiva, apenas para dizer que juiz decide com base em pedido. E nesse caso específico da busca do PSDB, a partir de requerimento formulado por quatro Procuradores da República com base em laudo, no laudo pericial da Polícia Federal aqui. Está aqui encartado: "Laudo de exame de mídia de armazenamento computacional. Peritos Federais: Alexandre Henrique, Willian Gomes Gripp. Laudo exame e mídia de armazenamento computacional, delegado Marcelo Schweser(F)". E aqui está o resultado: "Comitê Único PSDB, Comitê Único PSDB, Comitê Único PSDB...". E assim por diante. Isto foi deferido. E outro aspecto, Senador...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não tem outro aspecto, queria saber só isso.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Eu gostaria de relatar no processo 2003 360098/09-5, "Ação Penal Pública, autor Ministério Público Federal, réu: João Arcanjo Ribeiro". Decisão do juiz a partir de parecer do Ministério Público Federal nos autos. Leio. "O relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito"...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Nós vamos falar disso depois, calma lá.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – "As responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, CPMI do BANESTADO, Deputado Federal José Mentor, remeteu"...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Essa figura honrada da política brasileira.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – "Remeteu a este juízo cópias de seu parecer conclusivo quanto às investigações realizadas pelo Congresso Nacional acerca das movimentações financeiras no exterior, materializadas pelo acusado João Arcanjo Ribeiro. No relatório sob análise, o Deputado Federal José Mentor sustenta que o Presidente da referida Comissão Parlamentar, Senador Antero Paes de Barros, obstruiu os trabalhos de investigação, protegendo o réu João Arcanjo Ribeiro e demais pessoas físicas e jurídicas que lhe são vinculadas, impedindo a realização de diligências pertinentes ao citado denunciado"...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Julier, nós vamos chegar lá.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – "Bem como escondendo do Relator"... Só um minutinho Senador... "Escondendo do Relator"... só para... Porque foi... Deixa eu terminar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Antero, deixe-o concluir.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – "Bem como escondendo do relator"...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Espero que o senhor seja... Deixe... Eu vou solicitar de V. Exa. que deixe todos esses documentos...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu vou perguntar sobre isso para ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu peço para V. Exa. que não antecipe o depoimento. V. Exa. conhece muito bem mais do que eu. Mas a pergunta dele acho que já foi respondida. E espero a V. Exa.... Quem decide aqui se foi respondido ou não somos nós. V. Exa. decide lá. Aqui quem decide somos nós. Mas eu quero dizer a V. Exa. que seja objetivo no sentido, e acho que a pergunta.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – É relacionada à pergunta, Senador.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Mas eu vou perguntar, eu vou dar chance do senhor reler.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Peço a V. Exas. calma e objetividade. Porque nós temos nove oradores inscritos. Então, precisamos ser objetivos. Então, com a palavra V. Exa. Senador Antero.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, eu garanto ao depoente, ao Sr. Julier que ele vai ter chance de falar sobre isso. Nós vamos conversar sobre isso aqui também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu peço ao Senador Antero e ao Dr. Julier que sejam objetivos.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu estou sendo objetivo. Eu estou perguntando. Agora, se ele alonga na resposta... A minha pergunta é curta. Eu só quero recapitular aqui o seguinte: Portanto, em 2002 houve apreensão dos equipamentos

do Sr. João Arcanjo Ribeiro e da sua organização criminosa. E aí, no dia 15 de setembro de 2004, quando o candidato do PT... Sabe quem era? Alexandre César, aquele do acidente. O que foi vítima do velhinho. Ele estava correndo risco de não ir ao segundo turno, quer dizer, a apreensão dos equipamentos do Sr. Arcanjo foi em 2002. Aí, faltando 15 dias para a eleição, ele tem essa, pedido do Ministério Público, e o Ministério Público nunca reúne com o juiz antes para pedir, essas coisas não funcionam assim, foi uma surpresa para o juiz esse pedido, ele atendeu imediatamente, mas foi uma surpresa enorme esse pedido; e determinou a busca e apreensão na sede do PSDB. Deu certo. Mais ou menos, né? Porque o candidato do PT subiu, quase chega em primeiro lugar, aquele Alexandre César, no primeiro turno, ficou só dois pontos atrás do candidato do PSDB, foi para o 2º Turno, chegou a estar 24 pontos na frente. Aí, modéstia aparte, nós assumimos a comunicação do PSDB e mostramos novamente quem era o PT, retomamos a vantagem e ganhamos.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – A praga do velhinho assassino.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – E ganhamos a eleição. Aí é o seguinte: Eu quero só fazer a seguinte indagação agora. O senhor ficou alguns meses com os computadores apreendidos do PSDB. Eu queria que colocasse os cheques do PSDB que estavam na VIP FACTORY. O PSDB realmente fez uma operação de fomento, Sr. Relator, com a VIP FACTORY. Teve até... Eu vou me alongar nessa explicação porque ela é necessária, Senador Suplicy, porque eu sou colega de V. Exa., tenho respeito por V. Exa., e o Senado em minuto nenhum vai denuncio ir o respeito por mim. O PSDB fez realmente essa operação de fomento. Eu estava indo para um comício em Barra do Garça na companhia do meu chefe de gabinete quando recebo uma ligação do meu assessor de imprensa que a Folha de São Paulo tinha recebido a informação de que havia sido descoberto isso no computador do Arcanjo, na Polícia Federal. E que o juiz Julier determinou a busca e apreensão. E que tinha cheques do PSDB. Eu disse ao meu assessor: "Mentira. Pode mentir. Isso é bobagem". Meia hora depois o novo telefonema. "Olha, não é bobagem. A Folha de São Paulo diz que tem a cópia dos cheques". Eu falei: "Olha, é bobagem". Meia hora depois um outro telefonema. Eu falei: "Espera aí. Eu vou ligar para o Dante". Liguei para o Dante que era o Presidente do Partido. Falei: "Dante, que conversa é essa?". O Dante falou: "Antero, não existe isso. A mentira é do jornalista". Liguei para o meu assessor e falei: "Pode falar para a Folha de São Paulo que é mentira". Chegando na Barra do Garça para participar lá do comício do Prefeito Chaparral, telefonema do Dante: "Antero, olha, realmente teve a operação. Eu acabei de falar com o Comitê Financeiro, o Dr. Lourival me explicou que, como conseqüência daquele jantar, fez a operação de fomento lá com a VIP FACTORY". Pois bem, esses cheques todos esses cheques todos, eles são cheques que foram trocados na Factory. O que ocorreu? Isso aqui foi em agosto de 2002, como registra o que o foi aprendido aí e já anunciado pelo juiz. Esse, o PSDB fez um jantar. Esse jantar rendeu mais de 700 mil reais. Os que pagaram à vista ficou com o PSDB, os que pagaram a crédito o PSDB, via Comitê Único Financeiro, fez uma operação de fomento com a CUIABÁ VIP FOMENTO MERCANTIL LTDA. Então, nessa operação de fomento, aqui na projeção não está aparecendo toda ela, mas nessa operação de fomento nós temos claramente o seguinte: Está lá: AGROAMAZÔNIA PRODUÇÃO. O juiz afirma: "O Arcanjo deu dinheiro para PSDB, a Factory deu dinheiro para o PSDB, investigue o Senador da República Antero Paes de Barros". É essa a origem do inquérito, Senador Suplicy. E veja lá se o Arcanjo deu. Isso é mentira! Usa a toga para defender o PT, o partido político dele. (Campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu peço a V. Exa..

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Antero, permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Por favor, respeito ao nosso convidado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Antero, permite. Só um minutinho. Era CNPJ que estava lá?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Era CNPJ.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então era conta de Campanha Eleitoral, conta de Campanha Eleitoral.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não... Ali é o seguinte: O cheque é da AGROAMAZÔNIA PRODUÇÃO LTDA, valor de face 10 mil reais. Ele comprou, ele comprou uma Mesa para ir. Olha lá, valor de compra 9.940 reais. O que acontece com a operação de fomento. A operação de fomento, isso tudo aqui que eles apreenderam e, Presidente, a indignação na defesa da honra é absolutamente normal. Isso tudo aqui que apreende e que foi dito como sendo que está no Factory do Arcanjo deve estar mesmo. Está aqui a prestação de contas oficial do PSDB. Não tem uma linha do que está na Polícia Federal que não está na prestação de contas oficial do PSDB. Aprovada pelo Tribunal Regional Eleitoral, aprovada cujo relator foi um colega do juiz Julier, César Bearsi. Aqui não há fato ilícito, Sr. Presidente. Em agosto de 2002... Se eu

fosse consultado, eu não autorizaria a operação. Mas em agosto de 2002 sequer havia *persecutio criminis* do Ministério Público ou da Justiça contra o Sr. João Arcanjo Ribeiro. E agosto... A perseguição criminal não estava sendo... Não tinha nada contra ele. A Factory dele funcionava normalmente. E se Factory funcionava normalmente, de quem é a culpa? É do Senador da República? É o Senador que tem o poder de fechar a Factory? Ou é Justiça? O Poder Judiciário Brasileiro? Isto aqui é claramente uma operação de fomento. Então, eu quero perguntar ao juiz especificamente isso. Porque veja bem, parece que na fala dele o Arcanjo deu dinheiro para o PSDB. Não é verdade. Os contribuintes da campanha prestadas conta à Justiça são estes aqui: AGROAMAZÔNIA, SUPERMERCADO MODELO, DISTRIBUIDORA COLORADO, GIROS MERCANTIL, José Geraldo Sabbo(F). E pode perceber que o valor de face do cheque é maior do que o valor de compra. Porque eu sou bacharel em direito; o senhor é juiz. Então eu gostaria que o senhor explicasse o que é uma operação de fomento.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Eu disse já no início o que é operação de fomento. Eu disse apenas que empresas de médio e pequeno porte faziam isso, podem fazer isso. Comitê Financeiro Eleitoral é complicado.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Qual a previsão eleitoral? Qual a previsão legal? Qual tipo? Onde está escrito? Que Comitê Financeiro Eleitoral? A CNPJ...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – A Legislação de Factory assegura que apenas empresas, Pessoas Jurídicas podem operar factories.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – E o PSDB é o quê?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Comitê Financeiro do PSDB?! Partido Político?! Comitê Eleitoral operando com Factory?! Tá bom... (Risos) Então, tá bom. Eu vou ler. É ilegal. É ilegal. É ilegal. A Legislação Eleitoral não permite que Comitês Financeiros Eleitorais operem com Factory; tanto que os Comitês são obrigados a abrir uma conta bancária sujeita à fiscalização e fazer prestação de contas. E eu ouvi aqui a mais clara confissão de caixa 2. Ou seja...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Caixa 2 é do partido que V. Exa. foi filiado.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Porque isso aqui é super caixa 1. Estão aqui todos os documentos com carimbo do Tribunal Regional Eleitoral.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador, o senhor terá oportunidade, Senador, de manifestar isso...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Estão aqui todos os documentos do Tribunal Regional Eleitoral...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, é só uma pergunta...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não, eu estou perguntando o que é operação de fomento e ele não responde.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Eu quero responder, Senador.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então responde. O que é operação de fomento?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador, a operação de fomento eu já disse ao senhor. Agora, vou me reportar a uma questão que é a seguinte...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não. O que é operação de fomento?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador, deixa eu ler a decisão que autorizou a busca e apreensão no PSDB a partir do requerimento. Sobre as intenções do por que teve o pedido, o senhor pode ter a oportunidade de inquirir o Dr. Pedro Taques, e o senhor vai poder perguntar para ele: "O senhor fez isso porque o senhor estava a mando do PT, Dr. Pedro Taques?".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Dr. Pedro Taques é após o senhor. Após o senhor.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Então, o senhor terá a oportunidade de perguntar se o Ministério Público se move por interesses políticos. Eu não posso. Juiz é o seguinte: Veio o pedido, juiz tem que apreciar. Eu não posso dizer que não vou apreciar. Se os procuradores fizeram o pedido, a mim não interessa qual a relação que eles levaram para fazer isso. Eu estou discutindo o fato. Qual é o fato? O fato é que o PSDB operou com 84 cheques no valor de 240 mil reais com a CONFIANÇA FACTORY. Fato ainda: No depoimento do réu Luís Alberto Dondo Gonçalves, ele disse que, em juízo, que o Arcanjo, deixa eu pegar o depoimento do Sr. Dondo, teria contribuído com a campanha do PSDB a Governador com aproximadamente, deixa eu ver aqui... Aqui. O depoimento do Sr. Dondo em juízo: "Que a CONFIANÇA FACTORY fez empréstimos ao GRUPO GAZETA no ano de 2002 para custear a campanha a Governador do Senador Antero Paes de Barros; que o empréstimo fora efetuado através da VIP FACTORY utilizando dinheiro da CONFIANÇA FACTORY, sendo tratado pelo acusado

Nilson Roberto Teixeira; que por outro lado o GRUPO GAZETA fora representado pelo Sr. João Dorileo Leal e pelo Sr. Nico da Triunfo. Que esta operação... Disse o interrogando que a dívida era de 5 milhões e 700 mil reais". Isso está em juízo...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, eu estou perguntando o que é operação de fomento. Eu vou chegar aí...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou pedir a V. Exa., que... Por favor, por favor. Eu vou pedir a V. Exa. que responda essa pergunta. V. Exa. está respondendo totalmente fugindo das perguntas. V. Exa. seja objetivo nas perguntas. Não tem nada a ver isso aqui com o que foi perguntado. Então, V. Exa. é uma homem experiente. E eu peço a V. Exa. que se limite à pergunta. Senão V. Exa....

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador, estou respondendo a pergunta, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não foi feita essa pergunta.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Há os preâmbulos da perguntar e há preâmbulos da resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu peço a compreensão de V. Exa. para não se ter aqui um confronto. Agora, V. Exa., que é um homem experimentado, juiz, sabe que nós precisamos ordenar os trabalhos no sentido de objetividade. E V. Exa. não está sendo objetivo. Então eu peço...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Mas as perguntas demoraram 20 minutos, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, que pergunta de 20 minutos? Pode demorar o necessário. Mas V. Exa. vai respondendo. E eu espero que também seja objetivo, que a explicação que foi dado pelo Senador Antero ao Senador Suplicy e foi voltado agora as perguntas a V. Exa.. Então V. Exa., diga: "Não, é verdade", "não é", "é assim ou é assado". Agora, se toda a pergunta V. Exa. ler um processo vai ficar difícil. Mas V. Exa. resuma sem ler.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não, é porque eu preciso voltar a autos de processo.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu estou perguntando o que é fomento. O senhor não sabe o que é fomento?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Hã?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Pode explicar o que é fomento?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Explica A V. Exa. o que o é fomento?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não, mas, então, tudo bem, vamos pegar aqui porque na sentença a gente vai longe.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, mas V. Exa.... Inclusive, eu quero, V. Exa.... V. Exa. respeita aqui a ordenação dos trabalhos.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Sem dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então, V. Exa., por favor, se limite a responder as perguntas, porque eu estou precisando que o Senador Antero seja objetivo também. E V. Exa., respeite esta CPI. V. Exa. está depondo a uma CPI. V. Exa., por favor, vamos ser objetivos, por favor. Senador Antero, V. Exa. tem a palavra.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Mas eu perguntei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu quero objetividade porque nós estamos queremos aqui conduzir os trabalhos. V. Exa....

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador, sobre a Factory ele perguntou?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O que é operação de fomento?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ele não perguntou a Factory. Ele perguntou o fomento... Essa a pergunta. Está aí o Senador Suplicy que sempre foi objetivo nas suas perguntas... (Risos) Está pedindo a V. Exa. que seja objetivo. (Risos)

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Parei, parei, parei, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Operação de fomento, Dr. Julier.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Vou dizer a que se refere à atividade de Factory. Cumpre estabelecer o que englobaria as atividades de uma Factory, diferenciando-se... Diferenciando-as de outras que lhe são proibidas, eis que da alçada de Instituição Financeira. A doutrina define as *factories* como empresas que exercem uma atividade comercial mista atípica, pois abarcam a prestação de serviços mais compra de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis. Ou seja, pessoa física não pode fazer isso. Conquanto inexista a legislação específica a respeito, pois ainda em trâmite o Projeto de Lei 230/95, algumas normas de diversas naturezas acabam por poder limitar as suas atividades. Inicialmente a Lei 8891/95 em seu Artigo 28 Parágrafo 1º alínea C-4 estabelecia como: "Prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e risco, administração de contas a pagar e a receber, compra de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de servi-

ço". Daí porque Comitê Financeiro não pode efetuar operação em Factory, que é prestação resultante de venda mercantil. Mercantil. Comitê Eleitoral não efetua transação mercantil. Não é comércio.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Essa norma posteriormente ratificada pela resolução 2144/95 CMN, Conselho Monetário Nacional BACEN, também foi objeto das alterações pelas Leis 9249/95, 9430/96, 9718/98. "O campo... Que em verdade representa... Nesse compasso evidente que as empresas de fomento mercantil não estão autorizadas a desenvolver..."

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Satisfeito, Senador Antero? Satisfeito, Senador? Isso é definição. V. Exa., deixa essa matéria aqui que eu vou distribuir com os Senadores depois para fazer uma aula aqui desta matéria.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Sobre o crédito.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não, Sr. Presidente... Isso aí não caiu no concurso...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Conheço, Senador. Senador Antero, V. Exa. tem a palavra. Eu acho que V. Exa. não foi muito objetivo na resposta.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não foi muito objetivo, não. Provavelmente ou ele a essa aula quando fez o curso ou não caiu na prova do concurso.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Presidente, V. Exa.... Eu não estou recebendo o tratamento adequado a um juiz federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, V. Exa., está... Não há uma... Essa troca de amizade de palavras amigas de V. Exa. que eu não posso controlar.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu vou responder aqui sucintamente...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Diga a ele que ele tem todo o direito de dizer que não sabe direito.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não sabe. Eu vou responder aqui o que é operação de fomento. Entende-se por operação de fomento mercantil aquisição por parte de uma empresa de factory de crédito de uma pessoa jurídica resultante de venda mercantil e/ou prestação de serviços a prazo. Desse modo, o contrato de fomento mercantil se concretiza quando a pessoa jurídica, até então detentora dos créditos, transfere tais direitos à empresa de Factory; que por sua vez paga àquela um valor determinado, sendo este menor do que o valor de face dos títulos. O que em última análise se constitui na sua remuneração, que é fruto da aplicação da unidade denominada fator. Então, na prestação de contas do PSDB consta o desconto, consta que foi paga à empresa que adquiriu 5% do fator e mais 1% de administração. Eu pediria à assessoria minha, inclusive, que passasse isso através da secretaria para a assessoria do juiz Julier. Porque esse é o entendimento Luís Lemos Leite.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Antero...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu quero só também ainda sobre a questão da Factory, já que o juiz Julier fala tanto da questão do Sr. João Arcanjo Ribeiro, isso aqui também eu vou dar de presente para ele depois, aqui estão todas as providências que eu tomei contra o Arcanjo na CPI. E aqui, no dia 25 de março de 2003 eu fiz aqui a seguinte emenda num Projeto de Lei do Fogaça que até hoje não foi regulamentado. As operações de fomento mercantil descritas nos termos desta lei serão fiscalizadas pelo Banco Central. Esta é uma conclusão que nós chegamos também na CPI do BANESTADO. E o Banco Central não aceita fiscalizar. Aliás, hoje no Brasil quem fiscaliza operação de fomento, quem fiscaliza Factory é Deus. A outra emenda que eu fiz ao mesmo projeto, e essa emenda foi até considerada inadequada na sua técnica jurídica, mas mostra claramente qual que era a minha intenção. E eu fazia isso pensando exatamente na situação de Mato Grosso. Colocado aqui o seguinte: "O Ministério Público, sempre que achar necessário – já que ninguém quer assumir a fiscalização – poderá determinar que a instituição seja suspensa de exercer as suas operações de fomento mercantil". E colocava claramente que essa emenda era para dar poderes ao Ministério Público no sentido exatamente de evitar a questão de lavagem de dinheiro; que isso ocorria muito através da utilização das empresas de Factory. Voltando aqui aos questionamentos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V. Exa. permite um breve aparte, Senador Antero? Para esclarecimento.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senador Suplicy...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Para esclarecimento a bem...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Depois Suplicy...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A bem do que V. Exa. deseja esclarecer. Porque eu agora fiquei na dúvida com respeito à própria argüição de V.

Exa.. Porque o que o Dr. Julier me parece ter informado foi que a autoridade monetária, o Banco Central, não permite que um Comitê Partidário realize uma operação de Factory. E V. Exa.... Isso que eu gostaria de saber, porque eu realmente não sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Dr. Julier não falou isso, ele se referiu à legislação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ele informou isso. De maneira que se porventura o PSDB estaria realizando operação de Factory, seria importante obter do Banco Central se de fato pode ou não. E quem sabe tenha feito sem ter sabido. Mas o juiz informou.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vou tomar as providências, Senador. Vou solicitar do Banco Central essa informação para que possamos tirar a dúvida.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Até porque nós temos uma eleição aí em cima.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – É importante, Senador Suplicy. Mas eu quero retratar aqui o seguinte: Só reafirmando que isso aqui é super hiper caixa 1 . Não tem um desses documentos que não estão com o carimbo do Tribunal Regional Eleitoral. Está tudo declarado à Justiça. O que há de consciência aqui é que a ação tenha sido feita em 2004.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Isso foi aprovado?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Foi aprovado com voto, com relatório do juiz federal, a quem o juiz considera que o colega dele errou. Bem, eu quero saber se V. Exa. moveu, sim ou não, alguma ação contra *factories* do Arcanjo em 2001 e até agosto de 2002, quando foi feita a troca?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador, juiz só trabalha mediante demanda.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então não houve essa demanda?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Houve um requerimento já. Aproveitando, então, vou fazer um registro histórico.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Mas depois.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não. Quando fui removido de Rondônia para Cuiabá, em 97, deferiu um pedido do Ministério Público de investigação do João Arcanjo Ribeiro. Já em 97. Foram autorizadas várias interceptações telefônicas, mas a diligência em si se tornou de conhecimento do comendador, e aquela investigação inicial de 97 não foi possível chegar a efeitos. Recebi pedidos novamente do Ministério Público e da Polícia Federal, em 2002... 2002.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Certo, então foi só em 2002. Portanto, quando o PSDB fez essa operação de fomento... V. Exa. sabe informar, com os documentos que tem, se a operação de fomento mercantil foi realizada por mim, pelo PSDB ou pelo Comitê Financeiro da campanha eleitoral?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Em relação a fomento mercantil, eu volto a dizer que quem pode fazer fomento mercantil é só a empresa que faz comércio. O nome já diz... Senador um minutinho. Mercantil, é de mercancia, de comércio. Comitês Financeiros Eleitorais não fazem comércio. Segundo aspecto: Em relação às questões em si envolvendo o PSDB. O PSDB vai ter a chance de esclarecer isso mediante as investigações que estão em andamento.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – V. Exa. não sabe, então, quem fez a operação, se foi o Comitê Financeiro ou o PSDB?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não, o registro consta Comitê Financeiro Único do PSDB. Isto é o registro que está no laudo da Polícia Federal e que ensejou a busca e apreensão.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – E o que diz a Lei Eleitoral?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador, eu estou relatando o fato. O fato é este. E foram os responsáveis pelo Comitê Financeiro: Paulo Ronan e Dante Martins de Oliveira; referentes ao Comitê Financeiro a candidatura a Governador do Estado de 2002 que era disputado por V. Exa.. E ainda, e isso nos interessa muito.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não é verdade de V. Exa.. Foi Paulo Ronan e Dr. Lourival.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – E nos interessa muito isso. Ainda em relação à campanha de 2002, Luís Roberto Dondo Gonçalves, em depoimento que conforme deu ao senhores.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Vamos chegar lá, vamos chegar lá...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador, o senhor pediu a resposta.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não. Eu não estou pedindo isso.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Disse que o grupo recebeu cerca de 5 milhões e pouco do comendador Arcanjo.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu vou mostrar que o senhor está mentindo de

novo e vamos chegar lá. Sr. Presidente, eu pediria, Sr. Presidente, que ele respondesse o que eu estou perguntando.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu quero fazer um apelo aqui ao Dr. Julier para que ele conclua.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Tem que fazer um apelo ao Senador para que conclua. Eu estou respondendo às perguntas.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu vou perguntar, fique tranqüilo. Essa é mais uma mentira do senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Com a palavra o Senador Antero.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Bem, eu vou até abreviar aqui. E estou recebendo a informação da assessoria jurídica do Senado que não existe legislação que proíba nenhuma pessoa jurídica de trocar cheque em Factory. Trata-se de algo...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não estudei isso.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – V. Exa. já até se vangloriou de ser o juiz que determinou a prisão dos supostos envolvidos na operação que ficou conhecida como "Operação Curupira". Certo? Foi V. Exa. que determinou?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Foi.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Foi V. Exa. que determinou a prisão do Sr. Hugo Werle, superintendente do IBAMA em Mato Grosso e que tinha sido indicado pelo PT.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Fui eu quem determinei a prisão.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – V. Exa. conhece a declaração do Sr. Hugo Werle dada à Polícia Federal?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não entendi a pergunta, Senador.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – V. Exa. conhece o depoimento do Sr. Hugo Werle dado à Polícia Federal nesse inquérito da "Operação Curupira"?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Conheço a denúncia que foi formulada contra o Sr. Hugo Werle, recebi a denúncia, e ele deve estar com um interrogatório marcado agora para o mês de março, se não me engano.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Pois é, o Sr. Hugo Werle declarou em depoimento preliminar que operou como arrecadador financeiro da campanha do Sr. Alexandre César, aquele que o velhinho atropelou o carro dele, candidato do PT a prefeito de Cuiabá e seu amigo de longa data.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Esse velhinho não vale nada. (Risos)

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu quero entender o seguinte: Há isso claramente no inquérito. Qualquer cidadão de Cuiabá e de Mato Grosso conhece isso. Por que V. Exa. não determinou... Aliás, provas sobre o caixa 2 do PT existem aos borbotões lá na campanha de 2004. Aí sim caixa 2, sem declarações à Justiça. O Sr. Hugo Werle declara o seguinte: Que ele foi arrecadador de campanha do PT. Eu acho até que não tem nenhum impedimento o superintendente do IBAMA ser arrecadador da campanha do PT. Desde que ele fosse arrecadador junto à farmácia, drogaria, supermercado. Não, mas ele era arrecadador de dinheiro para o PT junto às madeireiras, no crime organizada das florestas, utilizando um cargo público. Eu quero só saber o seguinte: Para mostrar... Porque tem lá que o juiz é imparcial, é isso e aquilo. V. Exa., eu não sei, eu não tomei conhecimento. Talvez eu seja um cidadão desavisado que mora em Mato Grosso. Determinou a busca e apreensão de documentos na sede do PT, no escritório do Sr. Alexandre César, no escritório do Comitê Financeiro do Alexandre César para verificar essas questões do caixa 2 do PT, que poluam aos borbotões lá em Mato Grosso?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Eu não recebi nenhum pedido formulado nesse sentido, Senador. Mas o senhor pode indagar ao membro do Ministério Público por que o Ministério Público, se existe isso, não fez o pedido. Se não tem pedido, paciência. Agora, se houver, eu vou analisar. Agora, a propósito dessa operação, aquele artigo que citei: "O PT e Curupira" é da autoria do Senador Antero. Em que ele tecia loas à atuação da Justiça Federal, no caso eu, por ter prendido pessoas do PT e desmontada a máfia que atuava no Meio Ambiente. Esse artigo foi publicado, se não me engano, no *Diário de Cuiabá* e depois na *Gazeta*. Então, se o senhor me elogiou a atuação, eu não estou entendendo o porquê do questionamento. E se tem essas provas, encaminhe ao Procurador da República para que... Mas, Senador, eu só posso atuar se tiver pedido. Eu não sou o bispo que sai aí dando bênção a todo mundo. Se tiver o pedido, eu vou analisar o pedido. O senhor tem os elementos? Encaminhe ao Ministério Público, ao Dr. Pedro Taques. Sempre se mostraram muito atuantes o Ministério Público e os procuradores.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Foi testemunha de acusação?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não. Foi o Ministério Público Estadual. Agora, em relação às

outras investigações, o senhor vai ter oportunidade de prestar esses esclarecimentos. Porque fica muito estranho... Decisão judicial, discutir aqui. Agora, o senhor terá a oportunidade.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Deu na televisão.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – O senhor terá a oportunidade de fazer isso na investigação contra o senhor na Procuradoria Geral da República. Eu vou relatar aqui o ofício encaminhado no dia 30 de julho de 2005 ao excelentíssimo senhor Antônio Fernandes Barros Silva de Souza, Procurador-Geral da República.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – É outro assunto, Sr. Presidente. (Campainha)

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Nada. É o mesmo assunto. É o mesmo assunto.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu vou dar a chance. Vou pedir para V. Exa. ler.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – É o mesmo assunto.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Esse assunto é um libelo contra V. Exa.. Quem mais quer que V. Exa. fale disso sou eu.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senador, vamos ordenar os debates.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Só para ficar, recapitular, Sr. Presidente. Que ficou demonstrado o seguinte: Quando houve uma operação declarada do PSDB na Factory, houve a invasão da sede do escritório do PSDB, do escritório de uma Deputada Federal Thelma de Oliveira, do ex-Governador Dante e do Paulo Ronan, que eu nem lembrava, mas ele citou aqui. E agora que há uma comprovação exuberante do caixa 2, depois eu vou mostrar as matérias. Mas só para não fugir do roteiro é o seguinte: Coloca aí a questão do combate ao crime organizado em Mato Grosso. Eu queria mostrar aqui três requerimentos. Porque do jeito que é feita a exposição, parece que o PSDB estabeleceu um conluio com o crime organizado no Estado. Quem iniciou o combate ao crime organizado no Estado de Mato Grosso foi o PSDB. Aqui está o ofício datado de 8 de outubro de 2002, encaminhado ao Ministro da Justiça, Dr. Paulo Tarso Ramos Ribeiro, assinado, este ofício assinado pelo Governador Rogério Salles. Foi o Governo do PSDB quem criou o GAECO em Mato Grosso, o Grupo de Apoio Especial de Combate ao Crime Organizado. E também, Senador Arthur Virgílio, foi o Governo do PSDB, ou seja, foi Fernando Henrique com a Polícia Federal. E aqui eu quero registrar. Aliás, está registrado no meu voto em separado na CPI do BANESTADO. Um trabalho brilhante do Procurador José Pedro Taques e também do juiz Julier, que eu nunca deixei de reconhecer isso, que fizeram a apreensão, que prenderam a quadrilha do Sr. João Arcanjo Ribeiro. Aquele assassino do Sávio Brandão quem prendeu foi a Polícia Civil do Mato Grosso, foi o secretário Roberto Cordelino. Aliás, ele fugiu agora da prisão pela porta da frente e eu não ouvi um piu de ninguém reclamando nada disso. Então, eu gostaria de colocar essas informações, porque considero que essas informações são relevantes para fazer justiça ao Governo do PSDB.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Senador Antero, eu poderia fazer só uma pergunta rapidinha? Para não perder o raciocínio e até para esfriar rapidinho. Normalmente quando você tem na Justiça, e a Justiça é uma só em todas as instâncias, diante de tudo o que está sendo relatado aqui, alguém pediu por acaso no processo um pedido de suspensão de juiz, alguma coisa nesse sentido ou não? Porque daí eu estou dizendo o seguinte: Eu vejo a Justiça como uma só, Excelência. Primeira, segunda e terceira instância, entendeu? Eu acho que o grande exercício para o juiz, que sempre tem as decisões monocráticas sozinho, é quando ele chega ao tribunal. Ele aprende a discutir, ter o seu voto e o seu voto é combatido pelos pares. Aí você tem uma grande maturidade na área jurídica. Agora, existiu algum recurso diante dos fatos apresentados por questão partidárias para que o juiz se desse como impedido ou não? Porque aí é a posição do juiz. Ele também não pode mandar. "Eu estou impedido". Alguém tem que questionar. Foi questionado isso, Senador Antero?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Olha, eu não conheço, eu...

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Ninguém pediu isso no processo?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu não conheço. Eu não conheço.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Mas alguém tem que pedir.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu não estou dizendo se tem que pedir ou não tem que pedir.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Não, Antero, eu estou dizendo o seguinte: Alguém se declarar como pedido alguém tem que falar: "Olha, peço o impedimento". Ele se declara ou não. Ninguém pediu isso? Mas pode ser pedido. Eu estou dizendo o seguinte: Porque aí acaba essa situação partidária que V. Exa. tem anteriormente, que eu não estou dizendo se havia ou não, é uma questão que a Justiça te dá o

direito de você questionar. Entendeu, Senador? É isso que eu quero dizer. (Campainha)

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não houve qualquer recurso de qualquer decisão judicial.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Com a palavra o Senador Antero.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu queria continuar aqui as indagações. É o seguinte: O senhor já descreveu rapidamente sua carreira profissional, bem como a data que assumiu a magistratura, que foi em novembro de 95. Quando que o senhor assumiu a função de diretor do fórum do Tribunal Federal da 1ª Região?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Qual sessão judiciária?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A direção do Foro.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Qual sessão judiciária? Eu já fui diretor do Foro de mais de uma sessão judiciária.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então diga todas, por gentileza.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Fui diretor do Foro em Rondônia e fui diretor do Foro, sou atualmente diretor do Foro em Mato Grosso.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Quais são as principais atribuições de uma diretor de Foro?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Administrativas.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – V. Exa. conhece o Sr. Joel Divino da Silva?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Conheço.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – V. Exa. poderia nos informar o seu grau de parentesco com o Sr. Joel Divino da Silva?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Meu irmão.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – V. Exa. conhece o Sr. Paulo César de Oliveira?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Conheço.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – V. Exa. poderia nos informar o seu grau de parentesco com o Sr. Paulo César de Oliveira?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Nenhum.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – V. Exa. saberia dizer se o Sr. Joel Divino da Silva presta algum serviço à Justiça Federal no Estado do Mato Grosso, como por exemplo perícias judiciais?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Já fez perícias em processos da Justiça Federal.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A partir de quando ele começou a prestar serviço na Justiça Federal em Mato Grosso?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não saberia ao certo.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não, a cidade tem vários peritos, não é?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Há uma lista grande.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – V. Exa. saberia informar que tipo de perícia seu irmão presta? Bem como para quais Varas da Justiça ele trabalhou?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Acho que foi na primeira, na segunda, terceira e quinta Varas.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Em alguma das Varas o senhor trabalhou?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Eu sou titular da 1ª Vara.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor já designou o seu irmão como perito?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Uns dois ou três processos.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O seu substituto já designou o seu irmão como perito?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não saberia dizer.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Da mesma Vara.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não saberia dizer. O senhor teria que verificar com ele.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – De que forma a Justiça seleciona os seus peritos?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Hã?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – De forma a Justiça seleciona os seus peritos? São realizados concursos públicos ou provas seletivas? Quais são os critérios adotados pela Justiça para escolher um perito? A escolha do perito é uma opção pessoal do juiz?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – De acordo com o Código de Processo Civil, ou seja, a escolha do juiz...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então é uma escolha do Juiz?

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Escolha do Juiz.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – E é de acordo com o Código de Processo...?

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Civil.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Civil. Gostaria que o Guarani me ajudasse aqui. Tem aí o CPC? Não. Tem aqui o Código de Processo Penal. Pois é, mas localiza aqui na pasta porque eu não estou conseguindo achar. Mas pode pôr esse Código de Processo Penal porque é igual para o Processo Civil.

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não, o senhor não aprendeu direito então na faculdade. Não é igual.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Nepotismo é favorecer parente no serviço público por decisão da gente... Nenhum irmão meu...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Arthur Virgílio, a palavra está com o Senador Antero.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Eu não tenho nenhum irmão meu, nem vai ter trabalhando sob a minha guarda, a depender de decisão minha...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu aprendi bem a aula.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Essa é uma diferença outra...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu vou colocar aqui a questão do Código de Processo Civil que o Juiz está dizendo que nomeou o irmão em vários processos...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Dois ou três...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Dois ou três, mas o titular também nomeia. Eu tenho documentos aqui. Aí tem o artigo 134 do Código de Processo Civil. "É defeso ao Juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário de que for parte, em quem interveio como mandatário da partem oficiou com o perito, funcionou como órgão do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha, que conheceu em 1º Grau de jurisdição, tendo proferido sentença ou decisão, quando nele estiver postulando como advogado da parte o seu cônjuge ou qualquer parente seu consangüíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral até o 2º Grau, quando o cônjuge, parente, consangüíneo ou afim de alguma das partes em linha reta ou da colateral até o terceiro, quando for órgão da administração direta de Pessoa Jurídica". Então tem aqui que é extensivo. E no Código de Processo Penal, tem aqui no artigo 280 o seguinte: "é extensivo aos peritos no que ele for aplicável o disposto sobre suspeição dos Juízes". Aí vem lá. "Na suspeição dos Juízes, no Código de Processo Penal, o Juiz não pode exercer jurisdição onde atua o seu perito". E eu quero perguntar aqui uma questão de interesse público para que as pessoas possam compreender bem a atuação do magistrado, a ética do Juiz Julier. Tem três áreas contíguas em Mato Grosso. E isso tudo está documentado aqui num processo que está com recurso em Brasília, movido pelo senhor Ego Roth (F). Em três... Tem três avaliações, Senador Agripino, tem três perícias, Senador Suplicy, sendo feitas em Mato Grosso em áreas contíguas, ou seja, uma próxima da outra. Numa avaliação, o perito A para avaliar uma área de mais de 50 mil hectares pede como honorários para a perícia, 26 mil reais. Na outra avaliação o perito B para avaliar uma área de 1.200 hectares pede uma avaliação de 24 mil reais. E numa outra área um perito C, para avaliar uma área de 800 hectares pede como honorários de perícia 87 mil reais. Senhor Julier, tem uma chance em três para adivinhar o nome de qual o perito que pediu os 87 mil reais.

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – A pergunta, Senador, qual é?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – É essa. Qual foi o perito que o senhor acha que pediu os 87 mil reais?

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador, eu já julguei mais de 300 processos de apropriação no Estado, não sei dizer.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então, eu vou lhe informar. Foi o seu irmão.

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Certo.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Foi o seu irmão, Joel Divino da Silva.

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Mas o senhor está... Qual é a irregularidade, Senador?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A irregularidade é que ele está funcionando na Vara do senhor.

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – O senhor acabou de ler o Código de Processo Civil aí, não é? O senhor achou alguma vedação aí? (Risos)

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Ah.

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Sinceramente, Senador, eu já julguei mais de 300... Eu vou dizer ao senhor...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Se eu achar alguma relação? Achei. Vou lhe responder. Esse processo... Não, não, não...

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não. Só o senhor fala nessa inquirição. Eu que sou o ouvido e eu não falo.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – V. Exa. vai falar.

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – A gente pode trocar de posição. o senhor vem aqui e eu pergunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas V. Exa. não é Senador.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Deixa eu responder aqui uma indagação.

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Mas eu sou convidado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Um momento Dr. Juiz... Senador, objetividade, por favor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Tá bom, eu vou cumprir a determinação de V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Por favor, para que a gente possa também passar a palavra a outros oradores.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Tenho bastante coisa aqui ainda, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então vá adiante, por isso que eu quero objetividade de V. Exa..

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu quero dizer o seguinte. Projeta aí, André, projeta a orientação normativa nº 18 de 10 de dezembro de 2003 da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 1ª Instância. Por gentileza, André. Enquanto não é projetado, senhor Presidente, para apressar, eu vou começar a ler. Esta decisão é em função de uma representação feita contra o Juiz Julier para a Corregedoria da Justiça Federal. Essa peritagem, porque no processo consta, embora ele tenha negado, mas ele não tem o compromisso de dizer a verdade, no processo consta que o senhor Alexandre é primo dele.

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Alexandre?!

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – É. No mesmo processo. Então, ora nomeia o irmão, ora o primo, ora o sócio do irmão, ora o sócio do primo. Se fosse dado o direito...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu peço a V. Exa. que não, não, por favor, V. Exa.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Desculpe, mas não vai mandar no meu gesto, mas facial. Senhor Presidente, eu... Desculpe, maior respeito e carinho, mas eu faço para onde eu quiser.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vamos ouvir o orador.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Não interfira na minha gestualística. Eu nasci feio assim mesmo. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu não tenho dúvida quanto a isso, Senador...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – É que eu estou estarrecido com essa falta de ética.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quanto a isso eu não tenho dúvida, Senador. Senador Antero.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Eu não vou ficar de costa, ao seu la lado, para ser ouvido... não vou...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Antero, eu peço...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu vou ler aqui. Eu vou ler aqui a orientação normativa nº 18 de 10 de dezembro de 2003. Eu vou, eu estou lendo aqui, senhor Presidente... Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senhores Senadores...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senhores Senadores, senhores Senadores...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Não pode ser assim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora... Eu peço à V. Exas. que respeitem o orador que se encontra com a palavra, Senador Antero Paes de Barros. Peço a V. Exas. que...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – É o seguinte. Aos 3 de dezembro de 2003, o desembargador...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Conselheiro... Senador... Senador, vamos ouvir o Senador Antero Paes de Barros.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Em 10 de dezembro de 2003, portanto, essa prática já é antiga... De acordo com a... De acordo com a manifestação do ilustre Juiz Federal se dá dessa Corregedoria Dr. Marcos Augusto, expeça-se a seguinte orientação normativa a respeito. Dê-se ciência ao MM. Juiz Federal representado, que é ele e, portanto ele tem ciência disso.

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Foi arquivada, não é, Senador? O senhor deve...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A orientação normativa diz o seguinte, que o artigo 10 da lei 9421 de 24 de dezembro de 1996 veda.

Senhor Presidente, eu estou lendo a instrução normativa. O artigo 10 veda expressamente a nomeação ou designação de conjugue, companheiro ou parente de magistrados até o 3º Grau para cargos em Comissão ou funções comissionadas dos órgãos jurisdicionais em que os magistrados exercem suas funções judicantes exceto se ocupante de cargo efetivo caso em que a vedação se restrinja à atuação diretamente vinculado ao magistrado. Que o objetivo maior dessa norma é prestigiar o mérito como critério para tais nomeações e evitar comprometimento no exercício das atribuições decorrentes à hierarquia, que o mérito e a independência devem também prevalecer nas nomeações de peritos judiciais que embora não integre os quadros da Justiça Federal são auxiliares dos Juízes, que por analogia referida a vedação deve ser também observada na escolha de peritos, resolve recomendar aos excelentíssimos senhores Juízes Federais, Juízes Federais substitutos das sessões judiciárias integrantes da primeira região que se abstenham de nomear para função de perito judicial os processos de sua Presidência, conjugue, companheiro ou parentes até o 3º Grau. Essa é uma decisão normativa da justiça e que eu faço questão absoluta de ler. Esse impedimento é extensivo ao irmão porque o irmão segundo o artigo 280 do Código de Processo Penal é extensivo aos peritos no que lhes for aplicável o disposto sob suspeição dos Juízes. Os Juízes não podem nomear peritos e os parentes também não. Então, nesta ação, nesta ação ela informa sobre aqueles valores em que o senhor Joel Divino da Silva acaba solicitando 87 mil reais e o Juiz substituto o senhor Marcos Tavares determinou pagamento de 47. Também tem uma outra ação com relação ao senhor Paulo César. Aí o advogado escreve nos autos. Eu estou me baseando nos autos. Isso está para ser julgado aqui no TRF de que este Paulo César de Oliveira era, ou é primo do Juiz Julier. Então, o que fica muito claro nesses autos é que hora é nomeado o irmão, hora é nomeado o primo, hora é o sócio do irmão, hora é o sócio do primo, escrito pelos advogados litigante. Mas eu creio que esse processo já está devidamente esclarecido. Eu gostaria de perguntar ao Juiz se V. Exa. pode me citar os princípios da administração pública conforme o artigo 37 da Constituição Federal?

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – São esses que o senhor já leu no artigo 37 da Constituição Federal. Ou eu posso responder ao preâmbulo do senhor?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não. O artigo 37. Quais são os princípios da administração pública no artigo 37?

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – O preâmbulo todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, a palavra está com...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sim. Eu quero que ele me responda os princípios da administração pública.

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Os princípios são os do artigo 37 do caput. Agora, Senador, evidentemente há algumas campanhas de desqualificação do Juiz para que se tentar retirar a credibilidade de suas decisões. E isto não começou agora e V. Exa. está só externando isso. A par dessa discussão dos processos de apropriação, só para registrar aos senhores, que dos processos de minha lavra em desapropriação, foram economizados mais de 500 milhões de reais. Por que? O Governo do... Até quando eu comecei a julgar os processos, os Governos até 2002 faziam indenizações superfaturadas. Estas reclamações aqui são todas de advogados despropriados que tiveram a oferta reduzida, especificamente este trecho que ele citou é de um advogado em que a União, o INCRA estava pagando cerca de 45 milhões ou mais de reais e eu fixei a indenização em 3 milhões de reais a partir de perecia judicial. Daí há essas histórias e toda... E esta representação que o Senador, ele esqueceu de dizê-lo foi arquivada por falta de base legal porque o Corregedoria concluiu que eu não pratiquei nenhum ato que violasse normas da Justiça Federal e arquivou. E não é a única representação. Eu tenho várias representações em razões de decisões e isto é prática de pressão de advogado. Vejam os senhores que esta campanha de desqualificação, por exemplo, resultou em novembro de 2004 com faixas apócrifas espalhadas por Cuiabá inteira. Achincalhando o Juiz, etc, etc, duas semanas de faixas apócrifas lá em Cuiabá. E isso agora é mais uma dessas práticas e etc. Agora evidentemente que acaba discutindo algo que não está, mas o foco da investigação até agora não estou falando aí de extra processo e que o é representações da Justiça Federal são feitas à Corregedoria. Todas as que foram formuladas contra mim foram arquivadas e é o destino natural, onde citei, prove o Senador, então, portanto, que eu tive alguma representação procedente contra a minha atração. Todas elas foram arquivadas. Todas elas.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu não estou discutindo.

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Mas eu estou discutindo fatos. Agora em relação...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Até para que...

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador, em relação... O senhor falou, Senador... Nós estamos há duas horas só o senhor falando. Só o senhor falou.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não é verdade.

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – é verdade. O senhor vai ter essa oportunidade de falar muito e de frente a frente com o Procurador-Geral da República Antônio Fernando. Eu enviei para ele em 30 de junho em 2005 para pedindo para que ele abrisse investigação criminal contra o senhor e efetivamente o senhor vai ser ouvido. Lá o senhor terá a oportunidade. O que não tem cabimento é eu discutir teor de decisão judiciária. O senhor se defende aqui. Não vou ouvir. Paciência. O senhor tem que explicar aonde está sendo investigado. O senhor está sendo investigado pela Procuradoria Geral da República.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não começou a investigar, não acreditou ainda no senhor. Mas eu quero perguntar o artigo 37 da Constituição Federal, se V. Exa....

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Já respondi isso...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então, eu vou ler o artgio 37 da Constituição Federal. Diz o seguinte o artigo 37 da Constituição Federal: A administração pública direta ou indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, obedecerá os princípios de legalidade impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Também é o seguinte. Aí vem lá. Parágrafo 1º. A publicidade dos atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. Parágrafo 2º. A não observância do disposto dos incisos 2 e 3 implicará à nulidade do ato e a punição da autoridade. Parágrafo 4º. Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário na forma e gradação previstas em lei sem prejuízo de Ação Penal cabível. Esses são os princípios da administração pública. Todos os prefeitos tem que se submeter a isso, todos os os governadores, o Presidente da República, os ministros de Estado, têm prefeitos que já foram cassados com base nestes princípios da administração pública. Eu gostaria de indagar a V. Exa.. V. Exa. concorda evidente com esses princípios?

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Vá à pergunta, Senador?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Qual a sua participação efetiva na construção do Fórum Federal 8 de Abril em Cuiabá inaugurado no dia 7 de dezembro de 2005?

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Sou o diretor do foro responsável pela obra.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor saberia dizer quando se iniciaram as obras bem como o nome da empresa responsável pela construção do prédio?

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não iniciou na minha gestão, mas a empresa que concluiu foi a ESTACON que concluiu este ano... Ano passado.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor sabe informar se a ESTACON tem problemas de ilegalidade no Tribunal de Contas da União?

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não, não sei. Isso não é do nosso acesso. Peguei o contrato em execução.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – É, o senhor poderia me informar se concorda com aquilo que eu li do artigo 37, ou seja, que a autopromoção com dinheiro público configura ilícito penal, administrativo, gerando responsabilidades, ou seja, o que está escrito na Constituição é para valer?

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador, o que está na Constituição tem um princípio de que diz que não existe palavras inúteis na Constituição.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Que bom! Então, Dr. Julier, eu tive uma grande surpresa, eu pediria para projetar ao receber aqui eu gostaria que V. Exas. prestassem atenção. Eu recebi aqui um livro do tribunal, Senador Suplicy, do Tribunal Regional Federal. Este é o prédio bonito do edifício 8 de abril do Tribunal Regional Federal. Isto aqui é um escândalo de afronta ao artigo 37 e seus incisos e parágrafos da Constituição Federal. Na primeira página, por gentilesa, a página um de um. Não, André. Essa é a primeira página do livro. É Rigorosamente assim. Está aqui a primeira página do livro. É rigorosamente isso. O livro, senhor Presidente, ele tem, vamos ver se estar numerada as páginas. Tem. Está numerada. Ele tem 48 páginas. Sabe quantas fotos tem? Eu acho que o Juiz Julier deve ter assistido muito no tempo, já há algum tempo aqueles programas de televisão do Jota Silvestre. Jota Silvestre é um apresentador importante que foi da TV Tupi. Ele faleceu já há algum tempo. E ele fazia na TV Tupi um programa "Esta é a sua vida". Este livro não é do fórum, é praticamente uma descrição da vida do Juiz Julier. Sabe quantas fotos tem do Juiz Julier? Não, não é. Eu... E não é uma coincidência. Tem 13 fotos do Juiz. Ao longo desta publicação tem 13 fotos do Juiz. E o Senador Arthur Virgílio está me dizendo que ele pagou do próprio bolso. Não é verdade. Vai até gerar um requerimento de informações aqui desta CPI. Está aqui exatamente na pági-

na 48 o patrocínio, Caixa Econômica Federal. Brasil, um país de todos. Ou seja, o diretor do fórum cuida dos problemas administrativos do fórum. Ele é quem pode, é quem pode mandar depositar o dinheiro das custas judiciais ou na Caixa Econômica ou no Banco do Brasil. Está depositado na Caixa Econômica. Está aí a ligação com os bingos aqui. Tomara que não seja patrocinado pela GTECH esse livro. Eu torço para que este livro não seja patrocinado pela GTECH. É pela Caixa Econômica Federal. É um Juiz patrocinado pelo Governo Lula. Então, já que V. Exa. concordou que o artigo 37 que não existe letra morta na Constituição, já que está demonstrado aqui crimes de improbidade administrativa eu quero comunicar a V. Exa. que hoje à tarde ainda eu vou encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça uma ação para verificar isso. E vou acionar o Ministério Público Federal, eu só estou estudando qual o Ministério que eu tenho que acionar, se é o mesmo honrado Antônio Fernando ou se é o Ministério Público Federal no meu Estado de Mato Grosso. Essa dúvida jurídica eu ainda vou sanar. Vou entrar também em função disso com o crime de Ação Popular para que esses recursos sejam devolvidos aos cofres públicos. Além de indagar do Tribunal de Contas da União a veracidade, a legalidade da situação da firma ESTACON, porque o momento mais bonito da sua carreira foi quando o senhor sentenciou o Arcanjo. O momento mais claudicante da sua carreira é difícil escolher. Esse é um deles. Pode ser até o mais elegante mas é o mais claudicante. Porque o último que pousou assim foi o Juiz Nicolau dos Santos Neto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Antero, a pergunta que V. Exa. tem para fazer?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu tenho para fazer o seguinte. Eu já fiz. Eu estou fazendo uma comunicação a ele. Não precisa de pergunta nenhuma porque a lei 8249 fala de ato de improbidade administrativa, embora se ele quiser argumentar em cima deste culto à personalidade, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou conceder a palavra ao Dr. Julier.

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador Antero, eu tenho muito orgulho de ser diretor do fórum da Justiça Federal de Mato Grosso, me orgulho muito de ter concluído este prédio. Nós estamos tentando dotar a Justiça Federal de Mato Grosso de instalações adequadas há muito tempo, desde 97 estamos tentando construir este prédio e eu vou ser muito sincero ao senhor, eu não vejo nenhum problema já que o senhor poderia, por exemplo, começar a requerer os informativos do Supremo Tribunal Federal, do STJ, do TRF, do Senado Federal, que sai as fotos dos Senadores e assim por diante, ou seja, todos somos dirigentes de órgãos públicos. É uma publicação oficial e não há problema nenhum. Sim, nós vamos fazer este apanhado de quantas fotos o senhor já saiu em publicações e etc e etc e etc. Isto não é problema nenhum. O contrato da Justiça Federal foi, eu já peguei a obra em andamento, né, já assinado o contrato, desenvolvemos o contrato e o projeto foi concluído adequadamente. O resto se o senhor tem altas indagações, dúvidas, apreensões, emoções não condizentes o senhor as leve aonde o senhor entenda que seja cabível é um direito do senhor e o senhor faça isso. Realmente respeito a posição e etc e quando vier responderei como todas as que fiz na vida, na minha vida profissional da qual me orgulho.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Certo. Eu vou tomar realmente as providências que devam ser tomadas, com certeza será outro Juiz que vai julgar a causa. E eu lamento que V. Exa. não tenha problema no irmão, no primo, no sócio do irmão, no sócio do primo e nem nessa questão da improbidade. Agora, nós vamos entrar. Eu falei que V. Exa. tivesse paciência que eu iria lhe perguntar, né. Em 24 de junho de 2005... Agora vamos ao assunto que V. Exa. quis tratar antecipadamente. Após se reunir com o ainda deputado José Mentor, que lhe passou o relatório por ele produzido na CPI do BANESTADO, o senhor decidiu pedir ao Ministério Público Federal, Dr. Antônio Fernando, em que o senhor disse, o senhor vai ter que sentar com ele. E vou com a maior tranqüilidade do mundo porque todas as informações que eu tenho é de que ele é um homem honrado e que eu respeito, decidiu, mandou investigar criminalmente o que determinou no processo tendo como base informações contidas no relatório desse grande deputado José Mentor. Estranhamente, o ainda deputado Mentor, eu não sei se V. Exa. sabe disso, antes de transferir para o senhor cópia do seu malfadado relatório votou na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados a favor da consulta dele próprio, claro, nº 01/2003, esta consulta normatizou no âmbito da Câmara dos Deputados a proibição de que as CPIs não votadas pudessem repassar qualquer conclusão ao Ministério Público. Este homem de grande fé, o deputado Mentor, que se reuniu com V. Exa. em Cuiabá, ele fez esta conclusão lá na CCJ para proibir o quê? Porque quando Presidente da CPI do BANESTADO eu fiz o requerimento nº 243 que autorizava a passar todos os documentos que chegassem à CPI para o Ministério Público Federal ou autoridades judiciais que solicitasse, portanto, todos os documentos que repassei, eu os fiz amparado no princípio da colegialidade. Aí eu quero indagar, dado essa explicação, quero indagar o

seguinte de V. Exa.. O senhor analisou o relatório do ainda deputado José Mentor quanto tempo antes do senhor tomar as medidas supra citadas o senhor se reuniu com o ainda deputado José Mentor, ou seja, de quando que é esse processo que V. Exa. mandou abriu contra mim e agora fale baseado em que que V. Exa. mandou abrir contra mim?

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Recebi em audiência no início de 2005 o Deputado Federal José Mentor e a Senadora Serys Slhessarenko, que me foram entregar o relatório elaborado pelo Deputado Federal José Mentor da CPI do BANESTADO. Recebi o relatório, mandei juntar aos autos da Ação Penal 2003, 3600009809-5, Ação Penal Pública, autor Ministério Público Federal, réu João Arcanjo Ribeiro. Juntei, fiz juntar e encaminhei ao Ministério Público Federal que permaneceu de posse do processo por cerca de quatro meses. O processo retornou em junho de 2005 com a manifestação do Ministério Público Federal sobre os encaminhamentos que deveriam ser dados em relação ao processo e ao referido relatório que me foi entregue, tratando-se de documentos encartado nos autos e envolvendo pessoas não sujeitas à investigação por parte desse juízo, do Juízo Federal, eu encaminhei ao órgão competente com o seguinte despacho, decisão. O relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga as responsabilidades sobre evasão de divisas do Brasil, CPMI do BANESTADO, Deputado Federal José Mentor remeteu a este juízo cópias de seu parecer conclusivo quanto às investigações realizadas pelo Congresso Nacional acerca das movimentações financeiras no exterior materialadas pelo acusado João Arcanjo Ribeiro. No relatório sob análise o Deputado Federal José Mentor sustenta que o Presidente da referida Comissão Parlamentar, Senador Antero Paes de Barros obstruiu os trabalhos de investigação, protegendo o réu João Arcanjo Ribeiro e demais pessoas físicas e jurídicas que lhe são vinculadas e impedindo a realização de diligências pertinentes ao citado denunciado, bem como escondendo do relator da CPMI do BANESTADO e de seus demais membros, importantes documentos bancários, fiscais e telefônicos relacionados ao caso. Ainda. Afirma o relator da CPMI do BANESTADO que o Senador Antero Paes de Barros desapareceu com 172 ofícios por ele expedido sem o conhecimento do Deputado Federal José Mentor, os quais versam sobre informações sigilosas bancárias fiscais e telefônicas. Os fatos acima descritos pelo ilustre relator da CPMI do BANESTADO configura em tese crimes que precisam ser apurados, de outra parte deve-se acrescentar que na sentença exarada no processo 2003, 3600008505-4 que condenou João Arcanjo Ribeiro há 37 anos de eclusão por crimes variados, registrou este juízo a presença de dinheiro oriundo da organização criminosa liderada pelo citado acusado nas campanhas do Senador Antero Paes de Barros nos anos de 1998 e 2002 já nos autos do inquérito policial 2004, 3600009513-4, encontram-se laudos técnicos pertinentes à perícia realizada pela Polícia Federal nos computadores da Vip Factory de propriedade de João Arcanjo Ribeiro onde se constatou que a referida empresa aportou cerca de 240 mil reais distribuídos em cerca de 84 cheques nas contas de campanha do Senador Antero Paes de Barros ao Governo do Estado no pleito de 2002. Assim, oficie-se ao Procurador-geral da República encaminhando cópias do relatório da CPMI do BANESTADO e dos documentos acima reportados no intuito de que sejam investigados criminalmente os fatos relatados pelo Deputado Federal José Mentor e imputados ao Senador Antero Paes de Barros, bem como a relação deste com o acusado João Arcanjo Ribeiro. Defiro ainda a cota ministerial de folha 1123 verso determinando a instauração de inquérito policial para apurar os casos descritos no relatório produzido pelo relator da CPMI do BANESTADO, deputado federal José Mentor, notadamente quanto a venda do Banco Excel Econômico para o BBV apurando-se nesta a participação do ex-Presidente do Bacen, Gustavo Franco. E a utilização de títulos públicos estrangeiros na transação CRT Sabesp, oficie-se ao Diretor-geral da Polícia Federal para as providências devidas. Intime-se, Cuiabá 4 de junho de 2005. No dia 30 de julho de 2005, ofício 1166/2005, gabinete do Juiz da 1ª Vara de Mato Grosso. Senhor Procurador-geral, por meio do presente em cumprimento à decisão de folhas 1129/1131, cópia anexa, proferida nos autos da Ação Penal 2003, 3600009809-5, proposta pelo Ministério Público Federal contra João Arcanjo Ribeiro, encaminho à V. Exa. cópias: A. Do relatório da CPMI do BANESTADO dois volumes. B. Da sentença prolatada nos autos da Ação Penal 2003, 3600008507-4, do laudo nº 481/2004 CETEC-CRMP, folhas 5669, referente aos autos do inquérito policial nº 2004, 3600009513-4, com a finalidade de que sejam investigados criminalmente os fatos relatados pelo Deputado Federal José Mentor e imputados ao Senador Antero Paes de Barros bem como a relação deste com o acusado João Arcanjo Ribeiro, ao ensejo renovo a V. Exa. consideração e apresso. Ao excelentíssimo senhor Dr. Antônio Fernando Barros Silva de Souza, Procurador-Geral da República. Então o que cabia ao juízo a partir do relatório encaminhado pelo deputado federal José Mentor, era tomar as providências devidas para a investigação. A mim não me cabe fazer juízo se o deputado federal José Mentor tem credibilidade, se não tem. O fato é que houve um relatório de um depu-

tado federal de uma CPI do Congresso que aportou em juízo, ou seja, oficialmente e do qual o Juiz precisa se desincumbir sob pena de incidir no crime de prevaricação previsto no Código Penal. E encaminhei...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senhor Presidente, um questão de ordem. Não pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exa. tem a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não vou entrar no mérito porque o Senador está se encarregando de mostrar a sua reação. Mas eu pergunto. É para ficar no ar mesmo. Porque a gente tem várias CPIs terminadas, outras em andamento, infelizmente essa não teve relatório votado. Então não foi aprovado. Se é permitido a distribuição de relatórios sem a aprovação para qualquer autoridade ou para qualquer pessoa que solicite. Eu sei que V. Exa. não pode... Não sei se...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senador, deixa eu dar uma explicação...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque se foi encaminhado oficialmente...

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Foi entregue oficialmente pelo deputado federal José Mentor e a Senadora Serys...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não estou discutindo o mérito, apenas como que vai agir daqui para a frente. Porque a CPI do Mensalão não concluiu nada, que eu falei com o senhor e a gente não sabe nem o que aconteceu, porque não deram nem para o Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço o esclarecimento de V. Exa., a questão de ordem de V. Exa.. E concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros. Ao dizer a V. Exa. que não foi conclusivo o relatório até porque não foi votado. Então, parece que juridicamente não tem nenhum valor. Pode ter sido uma peça informativa e tal, agora, em termos jurídicos ela não tem valor em função de não ter sido votado pela CPI. Então, não houve relatório. Então, o relatório é de autoria do senhor José Mentor e de mais ninguém. Então, é baseado naquilo que escreveu o deputado José Mentor. Senador Antero.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente, eu quero só dar uma explicação preliminar sobre esse fato. Primeiro, que quando a CPI terminou em dezembro eu encaminhei. Não foi ninguém não. Eu encaminhei na condição de Presidente o relatório do Mentor e o meu relatório ao Ministério Público Federal para as providências cabíveis. Encaminhei, inclusive, ao Juiz Julier.

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Teria dado seqüência como dei no relatório do deputado José Mentor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então, reencaminharemos hoje. Mas eu encaminhei o relatório do Mentor e o meu ao Ministério Público Federal. Só que este documento que o relator José Mentor entregou ao Juiz, esse não foi o documento do relatório. Esse é um documento posterior depois de encerrada a CPI. Eu pediria, inicialmente, para que o André colocasse aqui a questão da carta rogatória, porque eu acho que a carta rogatória é muito importante ver quem que protegeu quem, quem que protegeu o Arcanjo e quem que... Eu já disse a V. Exa. que vou deixar com V. Exa. o rol de providências que eu tomei aqui no Congresso Brasileiro contra o senhor Arcanjo Ribeiro. Reconheço até o trabalho que V. Exa. fez e que o Dr. Pedro Taques fez e está escrito isso no meu relatório. E o meu relatório foi feito depois que V. Exa. invadiu a sede do PSDB, ou seja, eu não me deixei contaminar pelo ato de V. Exa.. Mas eu vou entregar todas as providências que eu tomei contra o Arcanjo e todas as providências que eu coloquei no relatório. Mas aqui a carta rogatória, perceba V. Exa., datas sugeridas para realização da diligência rogada, esta assinatura aqui embaixo, se subir um pouquinho dá para ver, André, essa assinatura é minha como Presidente da CPMI do BANESTADO, vem lá na carta rogatória e eu peço para eles no sentido de viabilizar a data da oitiva no Uruguai, no dia dois ou três de dezembro e esclareço que cumpre esclarecer ainda que no calendário aprovado no dia sete de dezembro, que no calendário aprovado pela CPI o encerramento dos trabalhos da CPMI o relatório será apresentado no dia sete de dezembro. Quando eu mando esta carta rogatória ao Uruguai, o colegiado da CPI havia decidido essas datas, dois ou três e sete para o encaminhamento final. Esse parágrafo final em não se viabilizando as datas acima referidas é da minha lavra, Dr. Julier, requer-se que as perguntas constantes deste documento sejam encaminhadas ao Juiz rogado do Uruguai sendo as respostas encaminhadas ao Juiz Federal Julier Sebastião da Silva do Estado de Mato Grosso. Isso aí tudo foi produzido por mim. Então, eu não aceito esta aludida desconstituição. Gostaria que colocasse a questão da carta rogatória, mas antes dela, eu vou também entregar ao final da oitiva aqui à V. Exa., se bem que eu posso falar isso, pode pôr a carta rogatória. Ela está traduzida? Não? Bom, essa é a carta. Aí depois em fevereiro, portanto, fora do prazo estipulado pela CPMI, eu não estive lá, um grupo de petistas foi ao Uruguai se reunir com o senhor João Arcanjo Ribeiro. E lá eles assinam esse documento sem nenhuma autorização da CPI. Porque na minha carta rogatória teria que fazer as perguntas e mandar as respostas à V. Exa.. Eles vão lá, fora do prazo sem autorização da CPI e fazem esta Ata. Isso

aqui está em espanhol, mas eu vou ler aqui a tradução. Tenho em minhas mãos a Ata fornecida pelo Governo uruguaio relatando os fatos que ocorreram na reunião entre o senhor Mentor, a Senadora Serys, o deputado Valverde e todos os membros da CPI. Na página 91 do processo registra-se o seguinte diálogo já traduzido por mim e à disposição de quem quiser consultar. Se pergunta às autoridades brasileiras se renunciam ao relatório enviado oportunamente, manifesta o senhor José Mentor, esse que V. Exa., não tem problema nenhum, que vão ouvir o que tem de manifestar o indagado. Então, eles querem primeiro consultar o Arcanjo. Consultado o Ministério Público manifesta que não tem objeção a fazer. Nesse momento se resolve não formular o interrogatório preparado pela CPI e se pergunta à testemunha, o Arcanjo, pelo menos a tradução, aí traduzido como testemunha se tem algo a declarar. A declaração do Arcanjo. Isso o Mentor não entregou. Manifesta José Arcanjo, João Arcanjo, aliás, minha declaração é que todo o dinheiro que enviei do Brasil foi atendendo às determinações do Banco Central. Quem que protegeu o Arcanjo? Quem abriu mão de todas as perguntas que queria que elas fossem feitas e encaminhadas à V. Exa. ou quem trocou todas as perguntas por esta declaração do senhor João Arcanjo Ribeiro? E eu vou ler aqui algumas perguntas que foram feitas lá ao senhor João Arcanjo Ribeiro. É por isso que eu agradeço ao Flávio Arns por esta oportunidade, porque estas calúnias são repetidas há três anos contra mim em Mato Grosso. Aqui eu pergunto... Aliás, não sou eu. Esse texto é o texto aprovado pela CPI. As perguntas aprovadas pela colegialidade. O senhor remetia ao exterior recursos remetidos em bingos? O senhor reconhece o Bingo Palácios? V. Exa., citou diversos bingos aí. O Arcanjo é sócio também do Bingo Palácios. Não sei se V. Exa. sabe.

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Já consignei isso no início, 50%.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor ou alguma de suas empresas manteve algum tipo de relacionamento com o Bingo Palácios? Sabe quem o senhor Luís Arberto Dondo Gonçalves representa na sociedade? Sabe quem são os proprietários? O senhor Waldomiro Diniz tinha interesse no Bingo Palácio? O senhor ou algum de seus sócios estiveram com o senhor Waldomiro Diniz em algumas ocasiões? De que assuntos trataram? Será que não foram essas perguntas que motivaram uma Comissão de petistas a trocar todas essas perguntas por esta declaração do senhor João Arcanjo Ribeiro? O crime organizado não é meu é do PT. Quem mexe com lixo, com bingo e com crime organizado não sou eu. Sobre Mato Grosso aqui tem todas as perguntas aprovadas pelo Presidente da Comissão. Tenho 53, eu sou filho de Ranufe Almiro (F) Juiz. Tem 53 anos que eu cuido da minha honra. Está aqui sobre Mato Grosso. Tem a questão do Banco de Boston. Tá, tá, tá. Deixa eu localizar aqui. São muitas perguntas. Tá... O senhor chegou a simular empréstimos com bancos do Uruguai? Qual é o seu relacionamento com o senhor Hilário Moser? O senhor sabe se Bernardo Bronstein vendeu a offshore Ganza para a Mozart? O senhor adquiriu a empresa Ganza de Hilário Moser? Qual era sua participação na empresa Elma Eletricidade? Tudo isso o senhor citou. Tudo isso estava na minha questão. Quem abriu mão desse questionamento não fui eu. Foi o PT. Tem mais... Quais são os sócios da Elma Eletricidade? A empresa Elma pagou o empréstimo? O senhor ou alguma de suas empresas manteve relacionamento com a empresa AMPER Construções LTDA? O senhor sabe informar por que a offshore AVERON (F) fez empréstimos para a AMPER? Porque o senhor avalizou essas operações? A AMPER honrou os empréstimos? Foi junto ao AVERON ou junto ao Banco de Boston? Sobre a Assembléia Legislativa... Então, tudo o que o senhor falou aí estão aqui nas minhas indagações. Aí eu que ocultei...! Para proteger o Arcanjo...! V. Exa. pega um relatório... Não, um lixo de um bandido como é o José Mentor, gangster, este sim no depoimento da CPI dos Correios ficou provado que ele rasgou os documentos do Banco Central, o primeiro relatório do Mentor ele recebeu do senhor Marcos Valério. Os ladrões vão ter que me respeitar. Só tem duas alternativas comigo ou me respeita ou me respeita. A terceira não tem. Eu defendo que qualquer autoridade possa ser investigada. Eu defendo que o Lula seja investigado e não tenho nenhum receio de investigação sobre a minha vida. Porque eu tenho maior tranqüilidade com relação aos atos praticados mas não venha com essa de crime organizado para cima de mim. Crime organizado é do PT. Não é meu. Dito isto eu quero ver o seguinte. Eu imaginava que tinha encaminhado relatório meu para o senhor.

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não encaminhou.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor está dizendo que não recebeu.

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Se tivesse encaminhado seria dado seqüência como foi feito em relação ao relatório do deputado José Mentor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então, o senhor está dizendo que não recebeu. Mas me assusta! Me assusta! O senhor é um Juiz! Antes a gente estudava lógica na escola. Lógica. Na minha, na minha, no meu tempo de estudante tinha a cadeira lógica. No curso de direito tem a hermenêutica.

Tem que ter lógica. V. Exa. assina para verificar se eu sou integrante do crime organizado baseado num relatório de um bandido... Mas, tudo bem, às vezes bandido fala a verdade... Mas baseado no seguinte termo: Ainda afirma o relator da CPMI do BANESTADO que o Senador Antero Paes de Barros desapareceu com 172 ofícios por ele expedidos. Dr. Julier, a hermenêutica não permitia que o senhor assinasse isto.

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não fui eu que falei, Senador, foi o deputado José Mentor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sim. Mas a lógica, a hermenêutica não permitia que o senhor assinasse isso, que eu desapareci com 172 ofícios expedidos Senador Suplicy! Os ofícios não existiam! Eu expedi os ofícios para depois desaparecer com eles! Ladrões da minha honra! Não é possível isso! Eu vou expedir um ofício e vou desaparecer com o ofício! E eu fui checar, senhor Presidente, alguns desses ofícios, eu fui checar alguns desses números e eu quero que coloque aqui alguns desses ofícios, alguns desses ofícios citado um deles... Volta aí para ver o número. Um deles é o ofício nº 1181/2004 ao ministro Márcio Thomaz Bastos. Passa o outro. Esse é um dos ofícios desaparecidos. O outro ofício é ao seu colega aqui o Procurador Pedro Taques. Checa a lista dos ofícios desaparecidos e vai encontrar lá a questão do encaminhamento de documentos e eu, aliás, até sei e até quero cumprimentar o senhor Pedro Taques, porque sabe o que o continha nesse ofício? Continha a RANOAC (F), os crimes de Santo André. Eu me lembro que visitei o Dr. Pedro Taques e entreguei também para ele os documentos do senhor Ronan Maria Pinto, do senhor Sérgio Gomes da Silva e disse para ele junto com o Procurador que hoje atua lá em Taubaté. Eu falei: Pode checar. O crime organizado é do PT. E investiga o Arcanjo em Santo André. E pedi para verificar isso. E pedi para verificar isso. Isso está no meu relatório. Isso está no meu relatório. Outro ofício é para o ministro Marco Aurélio, Ministro do Supremo, porque a função, quando V. Exa. ataca assim o Senador Antero, V. Exa. não está me atacando, V. Exa. está atacando a instituição Senado da República, infelizmente não está aqui hoje o secretário dessa Comissão senhor Augusto. Ele é o mesmo secretário que atua com o Senador Efraim que atuou comigo na CPI. Esse Augusto é o responsável pela guarda dos documentos, pela manutenção e pela preservação dos documentos. Eu tenho certeza absoluta que o Senador Efraim não vai deixar desaparecer nenhum documento como confio nos funcionários de carreira de uma instituição importante para a democracia que é o Senado da República, como é importante a instituição Poder Judiciário. Então não cabia. Não tem lógica. Eu vou emitir um ofício e desaparecer com ele. Eu estou esperando o encontro com o Procurador da República Antônio Fernando, se é que ele vai me chamar. Tem mais aqui. V. Exa. afirma sobre essa questão dos cheques da Vip Factory. Eu perguntei a V. Exa. e V. Exa. não quis responder. Conhece a lei eleitoral? V. Exa. silenciou. Aliás V. Exa, não está obrigado a dizer a verdade. Eu perguntei: Foi eu que troquei ou foi a Comissão do Comitê Financeiro Único do PSDB? V. Exa. não respondeu.

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Respondi, Senador. A conta está em nome do Comitê Financeiro Único da campanha do senhor Governador.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Certo. Então V.Exa, deve ter estudado que está no artigo 5º da Constituição Federal que é uma das grandes conquista da democracia brasileira, o princípio da intranscendência criminosa. Ainda que tenha sido feita, V. Exa. jamais poderia mandar atribuir a mim, mandar investigar a mim um ato que V. Exa. reconhece agora no microfone que não foi praticado por mim. Eu sou responsável pelos meus atos...

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador, eu mandei investigar os fatos. Se investiga fatos, Senador.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – É na imprensa sai Senador Antero, investigado...

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – O senhor a de convir que o senhor está vinculado aos fatos, a campanha do senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – É... E ainda V. Exa. não tem o menor critério. Esse relatório do Mentor é um lixo, porque este relatório, inclusive...

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador, eu não vou tecer sobre o mérito do relatório do relatório do deputado José Mentor. Eu recebi e encaminhei e cabe investiga-la...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Mas V. Exa. leu todos os argumentos pelos quais eu sou quase um bandido do crime organizado e eu não sou. E eu vou ler aqui o que é que diz o relatório do Mentor e o que o é que o Juiz mandou investigar, Arthur. Uma peça informativa. Mas tudo bem. Eu acho que pode até receber como notícia crimes. É, pode. Não tem importância. A venda do Banco Excel Econômico para o BBV. Isto aqui sequer era assunto da CPI do BANESTADO. Por que não era assunto para a CPI no BANESTADO? Porque aqui era uma questão de aplicação ou não de reservas de divisas. Se vai investigar pode até investigar, mas como reserva de divisas. Do ex-Presidente Gustavo Franco. Aqui no meu relatório está claríssimo isso. Eu não cito Gustavo Franco no meu

relatório por causa do Instituto do BISI-IDEM (F). Ele já está sendo processado pelos assuntos aqui tratados. E a utilização de títulos públicos na transação CRT Sabesp, ou seja, é para investigar o Alckmin, o Governo do PSDB, os tucanos e aqui não tem absolutamente nada de decisão política. Então, senhor Presidente, eu pediria à minha assessoria que entregasse ao Juiz o meu voto em separado sobre a CPI do BANESTADO no aguardo das providências que V. Exa. irá tomar. Mas eu gostaria de citar aqui, de fazer aqui uma comparação necessária na defesa da minha honra. Qual é? é o meu relatório comparado com esta peça do senhor José Mentor. É... O relatório do Mentor propõe aqui... Eu vou mostrar a V. Exa... Os seguintes encaminhamentos em relação ao senhor João Arcanjo Ribeiro, V. Exa. já leu o relatório. Esse é o relatório do Mentor. Esta Comissão deve encaminhar toda a documentação relativa a sigilo telefônico, bancário, fiscal obtidos por essa Comissão das Pessoas Físicas e Jurídicas relacionadas a João Arcanjo Ribeiro para Justiça Federal do Mato Grosso aos cuidados do Dr. Julier Sebastião da Silva. Detalhe o que a CPI obteve foi muito pouco de vindo do exterior. V. Exa. É testemunha que, na verdade, foi o Dr. Pedro Taques e V. Exa. que emprestaram provas à CPI do BANESTADO. Está aí a qualidade do relatório do Mentor. As pessoas relacionadas a Arcanjo são, aí cita e sabe. Os documentos relativos as quebras especificadas a resposta à carta rogatória que não foi encaminhada ao Uruguai pelo Presidente... Mentira, a carta está aqui traduzida. Ele que dispensou. Agora eu vou perder tempo mas infelizmente eu não tenho chance de ter honra substituta. Eu só tenho uma. Eu vou citar aqui os dados do meu relatório sobre o Arcanjo. A evasão de divisas e a lavagem de dinheiro. O grupo João Arcanjo Ribeiro adquiriu do uruguaio Bernardo Bronstein EVERON (F) sediado em Montevidéu, uma empresa de fachada cujo propósito era de abrir em seu nome uma conta-corrente no Banco de Boston, movimentada exclusivamente por João Arcanjo Ribeiro, nessa conta teriam sido depositados pelo menos 30 milhões de dólares, utilizando o chamado dólar cabo, aí falo da questão do Banco de Boston. Eu vou procurar resumir. A agência uruguaia no Banco de Boston repatriava recursos simulando empréstimos externos à Confiança Factory, assim os recursos eram lavados. No Uruguai o Banco de Boston firmava com AVERON (F) um contrato de Comissão de 4%. Em 2001 essas operações foram transferidas para o Deutsche Bank por dois motivos. O Boston havia decidido parar de operar com Arcanjo e o seu gerente que tratava da conta, Eduardo Labella, havia se transferido para o Deutsche Bank. Aqui eu sei que V. Exa. e o Procurador Pedro Taques consideram relevante o depoimento do Dr. Eduardo Labella, do senhor Eduardo Labella, do cidadão Eduardo Labella.

SR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Ele é réu juntamente com o Arcanjo e o irmão do ex-Governador Dante de Oliveira nos empréstimos da AMPER.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Pois é. Aí, o Dr. Pedro Taques com certeza se lembra disso. Nós localizamos aqui. Até foi um equívoco nosso no afã de contribuir com as investigações que ocorria em Mato Grosso, nós investigamos equivocadamente um Eduardo Labella no Paraná, passamos o endereço porque o Ministério Público de Mato Grosso não tinha o endereço do senhor Eduardo Labella, passamos o endereço do senhor Eduardo Labella, o Ministério Público oficiou pedindo a prisão e depois constatou que não era a mesma figura procurada neste inquérito. Mas tudo isso é omitido. A única coisa que é revelada é como se eu tivesse protegendo o senhor João Arcanjo Ribeiro. Eu quero listar aqui algumas providências. No dia 16 do 7 de 2003 eu encaminho ofício ao embaixador do Uruguai Juan José Real, pedindo a colaboração do Governo uruguaio. No dia 24 de julho de 2003 eu encaminho ofício pedindo inteiro teor do processo contra João Arcanjo Ribeiro na Justiça Federal de Mato Grosso que V. Exas. atenderam. Em 3 do 8 de 2003 em visita pessoal ao Ministro das Comunicações, Miro Teixeira, eu entreguei o ofício 174/2003 do gabinete do Senador Antero Paes de Barros pedindo investigação sobre as emissoras de Rádio Cuiabana FM e Rádio Club FM devido às suspeitas de pertencer a João Arcanjo Ribeiro V. Exa. está absolutamente correto. A convicção de V. Exa. É a mesma minha. Para mim a Rádio Club e a Rádio Cuiabana pertenciam ou pertencem ao senhor João Arcanjo Ribeiro. Eu entreguei o ofício ao Miro Teixeira. Eu tenho documento que eu vou lhe encaminhar. O Miro Teixeira me responde que atendendo o meu ofício, porque ele conseguiu detectar nos documentos do Ministério das Comunicações só a Rádio Club e cancela a Rádio Club. De quem é a Rádio Club? É do senhor Dondo. Esse que dá o depoimento de que eu teria recebido dinheiro para a campanha eleitoral. E encaminhei também com relação a Rádio Cuiabana. O Ministério das Comunicações não conseguiu provar e por isso não tomou a Rádio Cuiabana, embora eu acho que é. É... No dia 12 de agosto eu estava tão preocupado com os fatos que eu designei a Senadora Ideli Salvatti para representar a CPMI no Uruguai, objetivando a investigação de João Arcanjo Ribeiro, ofício ao embaixador brasileiro no Uruguai, senhor Eduardo Santos relatando a audiência da Senadora Ideli Salvatti depois que ela informou à CPI, Ofício 195 ao Ministro da Fazenda Antônio Palocci pedindo investigação e providências

quanto às empresas de FACTORY de João Arcanjo Ribeiro. Não querem tomar nenhuma providência com relação a FACTORY. Inclusive, senhor Presidente, nós temos que botar na pauta de urgência do Congresso Nacional. Não é possível que a FACTORY não seja regulamentada neste país. Tem um bom projeto aqui do Senador José Fogaça. Vamos regulamentar esse projeto ou vamos redigir um monumento aos lavadores de dinheiro. Ofício ao Presidente do BANCO CENTRAL Henrique Meirelles pedindo investigações e providencias contra as empresas de FACTORY de João Arcanjo Ribeiro. São algumas das providências tomadas. E aí no final...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Essa não foi, inclusive...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – É...Eu designei. Não foi porque não houve audiência. É...Aí...André. Tem aí como projetar os encaminhamentos com relação às providências do...É...As conclusões do caso Mato Grosso. O que eu recomendo nesse disquete que o senhor vai receber? Que se dê continuidade e amplie as investigações sobre todas as organizações criminosas sobre de João Arcanjo Ribeiro, para identificar as demais pessoas físicas e jurídicas envolvidas com a lavagem de dinheiro e evasão de divisas a partir do Estado de Mato Grosso utilizando-se de todos os documentos e base e dados produzidos por esta CPMI, que com auxílio do BANCO CENTRAL e da Secretaria da Receita no Conselho de Controle, o COAF, apure os indícios de evasão de divisas supostamente praticados pelas empresas ENCOMEP(F) e FINANBRAS, que se for o caso de se tratar de brasileiro investigue a atuação de gerente de contas bancárias Eduardo Labella dos BANCOS DE BOSTON e DOTI BANK(F) em Montevidéu Uruguai pelas operações que conduziu para seu cliente João Arcanjo Ribeiro visando a lavagem de dinheiro. Recomendar aos Ministérios da Justiça e Relações Exteriores bem como à Justiça Federal que atue em comunhão de esforços no sentido de adotar as medidas cabíveis visando localizar e bloquear contas bancárias e bens porventura existentes em nome do senhor João Arcanjo Ribeiro no Brasil e Exterior. Encaminhar e já encaminhei cópia traduzida do presente capítulo ao excelentíssimo senhor Robert Morgental, procurador distrital de Nova Iorque para que possa apurar os tentáculos da organização criminosa de João Arcanjo Ribeiro em território americano e assim auxiliar o Ministério da Justiça a identificar e bloquear seus bens no exterior e de integrantes da organização. Encaminhar a cópia da carta rogatória produzida pela CPMI enviada ao Ministério da Justiça para que dela tome conhecimento o juiz Julier Sebastião da Silva. E outras recomendações todas. Então, eu não vou ler tudo isso porque são tantas e recomendações todas objetivando a verdade real dos fatos. Eu não sei porque eu sou 100% do bem. Eu não posso ser acusado pelo crime de ser tucano.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Eu não sou ladrão, eu não sou ladrão.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu denunciei essa roubalheira do Governo. É por isso...Esta audiência juiz Julier, o senhor está aqui como um instrumento do PT. Essa audiência é só para atacar a minha honra. Não tenho outro objetivo. Sobre o encaminhamento a Robert Morgental, quero dar uma notícia a V. Exa. Eu encaminhei o negócio ao Arcanjo e encaminhei o do BANCO DE BOSTON. O procurador Distrital de Nova Iorque levou em consideração todo o relato que eu fiz sobre o senhor Henrique Meirelles, que é um bandido guardião da moeda brasileira e o procurador de Nova Iorque, Robert Morgental, pediu ao Supremo Tribunal Federal, para que quebre um sigilo do senhor Henrique Meirelles. Não tomou ainda providências com relação ao senhor João Arcanjo Ribeiro. Espero que tome. Porque com apoio dos Estados Unidos tudo facilita. Tem uma série que à V. Exa. vai ver no disquete que entrego a V. Exa, por gentileza leia apesar de ser de um tucano, todas as proposições legislativas que proponho para o combate do crime organizado. Tive o apoio do juiz Moro, lá do Paraná, que é um importante juiz, de vários membros do Ministério Público Federal que contribuíram com essas proposições que estão paradas aqui e que precisam tocar para frente. Porque há um sigilo no Estado Brasileiro e está aí na conclusão. O Estado fiscal não conhece o que o Estado fiscal faz. A Receita Federal não conhece a movimentação do sistema financeiro. O sistema financeiro não conhece a Receita Federal. E por aí, Senador Tuma, mais de dois bilhões de dólares foram lavados nesse país nesta CPI com pessoas que não tem CPF, com CPF falsos e não identificados. São essas algumas conclusões com relação a CPI do BANESTADO, falta responder aqui o seguinte, depoimento do Dondo(F), que V. Exa. já leu como eu tendo sido beneficiado... Como eu tendo sido beneficiado...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Só por previsão de linguagem, Senador Antera. V. Exa. acaba de falar que nesta CPI foram lavados...Eu acho que CPI não lava dinheiro. Não...Mas por uma precisão de linguagem eu acho que convém...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Por uma precisão de linguagem eu agradeço a V. Exa, mas...É...Espero com certeza de que, de que V. Exa. tenha compreendido que minha denúncia de lavagem de dinheiro foi sobre o Roberto Teixeira, Cipriani, e a TRANSBRASIL, Beni Parnes, Cássio Cas-

seb, o Candiota, Henrique Meirelles, o BANCO DE BOSTON, foram todas essas instituições, não estava na CPI às quais eu quis me referir. Interessante...Só falta essa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu quero, gostaria de recomendar a V. Exa. também um maior cuidado com a linguagem porque da mesma maneira que V. Exa. gostaria que sobre V. Exa. não houvesse adjetivações indevidas antes de se chegar a qualquer conclusão, também com respeito ao Presidente do BANCO CENTRAL, a outras pessoas citadas por V. Exa. e especialmente pelo Partido dos Trabalhadores, saiba V. Exa. que há muitas pessoas que atuam com correção assim como o partido de V. Exa. e que em nenhum momento nós do PT estamos dizendo sobre o partido de V. Exa. adjetivos tais como o que V. Exa. atribui ao Partido dos Trabalhadores como entidade.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu até quero agradecer essa observação de V. Exa, até porque me dá a chance...Achei...Até porque me dá a chance de explicar que é evidente que eu não estou me referindo ao PT como um todo. Eu agradeço a V. Exa, mas sim às pessoas que eu citei aqui. Eu acho que tem milhares de petistas traídos no Brasil inteiro embora tenha nome os traidores, os traidores têm nome. O Presidente Lula vai a televisão e diz que não sabe quem que traiu. Ele sabe sim. Ele sabe de tudo. Agora com relação ao depoimento do Dondo(F), realmente o Dondo(F) afirma isso. Está aqui o depoimento do Dondo(F). Eu tenho a cópia do depoimento do Dondo(F) à justiça porque eu processei um jornalista que publicou isso, aliás, um jornalista que presta assessoria à V. Exa, o jornalista Marcos Coutinho.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não. A Justiça Federal tem setor próprio de Comunicação Social.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – É...E o Dondo(F) diz, realmente, aqui. Eu disse na Justiça Federal que houve empréstimo ao Grupo Gazeta, conforme cópia do termo que apresento nesta hora. Consta do meu depoimento na Justiça Federal que o caixa-dois da FACTORY emprestou cinco milhões e setecentos mil reais que é isso que V. Exa. leu, que se destinando a campanha do candidato Antero Paes de Barros em maio de 2003. Quem contou para mim do empréstimo, do Grupo Gazeta para a campanha do candidato Antero Paes de Barros foi o senhor Nilson na época do empréstimo, porque nós dois tínhamos a aposta em refrigerante. Eu torcia pelo candidato que venceu e ele torcia pelo Antero. Aí ele fala mais. Reafirmo que quem fez o empréstimo foi o Grupo Gazeta. O candidato Antera jamais fez empréstimo para sua campanha. O senhor Nilton Teixeira me disse por diversas vezes que comentava sobre o dinheiro. Ponto. Aí como testemunha comparece em juízo o senhor Nilson Teixeira. E diz o seguinte: De forma alguma. Não é verdade que o João Dorileo Leal tenha obtido doações de minha empresa Custo América, para financiar a Campanha Eleitoral do então candidato Antero Paes de Barros. Em hipótese alguma as empresas de FACTORY do senhor João Arcanjo Ribeiro fez empréstimo destinado a Campanha Eleitoral do candidato a Governador Antero Pães de Barros, aspectos do Arcanjo emprestaram dinheiro para o Grupo Gazeta, jamais soube o destino dessas verbas, desconheço qualquer relação do Grupo Gazeta com a Campanha Eleitoral do então candidato a Governador Antero. O PSDB da época fez um jantar, aí ele fala: Isso é verdade. Isso eu já confirmei aqui. O PSDB da época fez um jantar para arrecadar doações as Pessoas Físicas, empresas e tal, que o Comitê Financeiro fez naquela operação de fomento. E mais adiante ele afirma o seguinte: Insisto e reafirmo que a VIP FACTORY e a REAL FACTORY jamais emprestaram dinheiro para a campanha de Antero Paes de Barros em 2002. Nenhuma das outras FACTORYES do senhor João Arcanjo Ribeiro emprestou dinheiro para a campanha de Antero Paes de Barros. E aí ao final...É o Nilson. Aí no final ele diz que nenhuma das FACTORYES de João Arcanjo Ribeiro efetuaram qualquer doação para a campanha do candidato Antero. Também não fez doações para o PSDB naquela época. São esses os fatos, quer dizer, são dois bandidos, são dois da organização do Arcanjo. Um fala uma coisa e outro fala outra. Eu não sei até se o depoimento desse Dondo(F), que confirma realmente o que V. Exa. disse, eu não sei até se esse depoimento foi prestado antes ou depois de eu ter feito as ações aqui contra as empresas de FACTORY e contra a rádio deles. Eu gostaria de deixar esses esclarecimentos, aguardar algum pronunciamento de V. Exa. para que eu possa fazer o meu encerramento e depois passar aos outros parlamentares.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador, o que consta, consta do processo. Agora, notadamente, acho que o Dr. Pedro Táxi(F) vai ter a oportunidade aqui de se reportar aos depoimentos do senhor José Carlos Novelia(F), atual Presidente do Tribunal de Contas do Estado, coordenador de várias campanhas do PSDB. E o depoimento dos senhores João Dorileo Leal, que respondeu inquérito policial já que recebeu dois milhões e meio de reais em agosto de 2002, conforme o documentado...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sim, mas ele diz aí que foi para mim?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – E ainda o depoimento...O Carlos Novelia(F) e o Carlos Avallone dizem que os senhores receberam sem dúvida e cita aqui, inclusive, mas eu vou deixar isso ao Dr. Pedro Táxi(F) que foi quem tomou o depoimento, eu estou apenas com a cópia aqui e ele terá a oportunidade de detalhar melhor o depoimento prestado pelos coordenadores de campanha, basta dizer que o atual Presidente do Tribunal de Contas, José Carlos Novelia(F) disse aqui. Tá...Foi Coordenador Geral, que nunca fez reunião, que conhece João Arcanjo, que Nilson... Instrução...Que chamou...Que as empresas. Hã...Que esses dois...Pagaram negócio e tal. Deixa-me pegar aqui. Só um trecho aqui. Disse o senhor aqui...Isso Novelia (F), que na outra oportunidade que esteve na Confiança FACTORY se fez acompanhar de Carlos Avallone Júnior, quando foram tratar da doação de combustível para a campanha do ex-Governador Dante de Oliveira e do Senador Antero Paes de Barros, que sobre Campanha Eleitoral que foi, reafirma que foi a única vez na Confiança FACTORY, mas pode ser duas vezes, pois neste instante o depoente não se recorda, que durante a campanha de 1998 em razão da escassez de dinheiro para os gastos de campanha os pólos regionais e seus respectivos coordenadores começaram a ligar ao depoente reclamando que a campanha estava quase paralisada por falta de combustível, pois os postos de gasolina não estavam mais fornecendo o produto, que tentando resolver esse problema chegou ao conhecimento do depoente que a rede de postos América de propriedade de Nilson Teixeira poderia fornecer o combustível num curto espaço de tempo através de seus próprios postos que assim juntamente com Carlos Avallone Júnior. Que foi a pessoa que me informou a respeito da disponibilidade da doação de combustível pela rede América foram conversar com Nilson na Confiança. Que...Que Nilson R. Teixeira, ou melhor, e rede fez uma doação à campanha do atual Senador Antero Paes de Barros no valor de dez mil reais em combustíveis e também uma doação a campanha do ex-Governador Dante de Oliveira no valor de vinte e cinco mil reais, também combustível, que além da doação houve o fornecimento de combustível para essas campanhas, mas com caráter de venda, que dessa operação tal e que...E assim por diante, de qualquer forma esse depoimento foi prestado pelo atual Presidente do Tribunal de Contas em procedimento instaurado junto ao Ministério Público e prestado ao procurador José Pedro Táxi(F) e ao procurador João Gilberto Gonçalves Filho, assim como do Carlos Avallone Junior e do Dorileo Leal. Então, obviamente, o Dr. Pedro Táxi (F) poderá detalhar esses depoimentos sobre o que foi repassado de acordo com o coordenador da campanha, José Carlos Novelia (F) à campanha do PSDB em 1998 e em 2002.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Antero, agradeço a V. Exa....

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Presidente...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu quero encerrar, senhor Presidente.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Pela ordem, porque meu nome entrou na história.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exa. tem a palavra pela ordem, Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Eu gostaria em primeiro lugar, Presidente, de louvar e elogiar a sua postura e seu procedimento na Presidência desta CPI e principalmente pelo momento tão efervescente, mas que o senhor consegue manter com muita tranqüilidade. Eu acredito que aqui o juiz Julier está prestando esclarecimentos, esclarecimentos sérios, esclarecimentos profundos e necessários. O Senador Antero, nosso colega aqui, eu não quero de jeito nenhum polemizar com o Senador. A minha intenção não é essa. Mas eu preciso esclarecer diante do fato que ele disse em determinado momento, que foi um grupo de petistas ao Uruguai. E nós não fomos lá como grupo de petistas. A CPMI do BANESTADO, ela foi encerrada intempestivamente até porque ela não estava na convocação da Sessão Extraordinária da época e, por conseguinte ela não poderia ter contado esse tempo, mas nós não vamos entrar nessa discussão. Eu com toda a honestidade, com toda a sinceridade, Senador, eu fui lá para tentar realmente trazer as respostas da carta e o senhor não tenha dúvida disso. Eu fui fazer isto lá. É isto que eu fui fazer lá. E nós só estivemos lá junto com João Arcanjo, os advogados e etc, diante do juiz e do Ministério Público do Uruguai, nós estivemos lá numa postura tanto eu, quanto o Deputado Mentor, quanto o Deputado Valverde, estivemos diante da justiça uruguaia e diante também de Arcanjo Ribeiro que lá se negou, ele respondeu, eu não me recordo direito, mas há duas ou três questões apenas e se negou a responder a tantas outras. Ah, eu queria ainda colocar rapidamente para não tomar o tempo, para não fugir da questão, que eu acho que tem muitas coisas importantes para serem discutidas. E as perguntas que nós buscamos que fossem respondidas por João Arcanjo, diante de um juiz do Ministério Público uruguaio foram exatamente as

que estavam na rogatória. Nós não passamos aí, não fizemos nenhuma pergunta existiu fora daquelas que estavam na rogatória. Eu gostaria...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ele não respondeu?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Não, não respondeu. Ele respondeu...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não quis lhe responder?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Ele respondeu apenas no inicio a duas questões. Eu não me recordo, isso já tem...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senadora Serys, eu quero fazer uma justiça com V. Exa, não consta do acordo da Ata a assinatura de V. Exa. Consta apenas a assinatura do Deputado José Mentor...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Sim, mas tudo bem.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Mas pelo que está escrito na Ata. As perguntas não é que foram feitas, foram dispensadas em troca de uma declaração dele.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – As perguntas...Senador, eu não poderia lhe responder se todas foram feitas. Mas o juiz perguntou. Ele fez várias perguntas e o momento que ele passou a não querer responder mais, eu não me recordo em que momento e quantas já tinham acontecido, realmente, foram suspensas. E eu realmente não assinei. Agora, eu gostaria...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas V. Exa. testemunhou?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Testemunhei. Eu estive junto e não houve reunião nenhuma com João Arcanjo. Nós estivemos, sim, na sala lá do, não sei como chama no tribunal, na sala de audiências lá diante do juiz e do Ministério Público do Uruguai. Isso foi o fato. Eu só queria esclarecer, Presidente, esse fato. Agora, queria também, Senador Antero, com todo o respeito, apesar do senhor já ter revisto aqui diante do questionamento colocado pelo Senador Suplicy, que o senhor não cometa mais esses equívocos, V. Exa. não cometa mais esses equívocos. O senhor tem em várias vezes colocadas que o partido do crime organizado é o PT. Tá. O partido do crime organizado é o PT. Não. O PT não é o partido do crime organizado. Se algumas pessoas cometeram crimes, essas têm que ser punidas. Mas o senhor, inclusive, já refez essa colocação, já recolocou essa questão. E eu acho que com toda a humildade, do fundo do coração, eu acho que a gente tem que ter muita tranqüilidade nessa hora para esclarecer os fatos. Ninguém deseja mais do que eu, Senador Antero, que os fatos se esclareçam lá em Mato Grosso. Ninguém. Ninguém Senador. Senador Antero, ninguém deseja mais. Porque essa questão realmente está sangrando há muito tempo. E a continuar dessa forma, a gente nunca vai ter um final nessa questão. Eu acho que em determinado momento tanto o senhor com relação à questão da CPMI do BANESTADO, quanto o Deputado Mentor, que, aliás, houve um problema quase que o tempo todo da CPMI do BANESTADO entre o Presidente e o Relator, terão a oportunidade de esclarecer esses fatos todos, possivelmente, diante da Procuradoria Geral da República porque o senhor protocolou os dois relatórios, o que eu acho correto, tinha que protocolar os dois relatórios realmente porque os dois têm que ser investigados para clarear essa questão. Agora, eu queria Senador Antero, queria Senador Antero, por favor, eu queria que o senhor não mais cometesse este equívoco de dizer que partido relacionado com crime organizado é o PT. Eu presido o PT no meu Estado, o senhor sabe que eu ganhei eleição agora no PED (F) e eu não quero mais ouvir que o PT é o partido do crime organizado. Como eu espero que o quanto antes não se ouça mais que quem está sendo investigado em Mato Grosso pelo crime organizado é o PSDB. Eu não quero também que isso se ouça mais. Mas nesse momento é que o está acontecendo. Então, eu lhe peço, aproveito oportunamente e publicamente que o senhor não se pronuncie mais dessa forma que partido do crime organizado é o PT, porque o PT não é partido do crime organizado. Muito obrigado. Sem querer polemizar com o senhor, não quero, faço questão que essas coisas se esclareçam o quanto antes...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V. Exa. permite um aparte?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Pois não, pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senadora Serys Slhessarenko, queria pedir uma parte aqui...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Um aparte aqui ao nosso Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senadora, quando V. Exa...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas no mesmo sentido, quando o Senador Antero Paes de Barros, aqui colocou algo sobre o Presidente do BANCO CENTRAL, que é claro, ele pode perfeitamente esclarecer tudo que ocorreu, etc, mas e daí já o colocou como da mesma forma que se referiu ao PT, daí falou o Presidente do BANCO CENTRAL que seria bandi-

do, algo assim, mas queria lembrar que o Presidente do BANCO CENTRAL Henrique Meirelles foi eleito a Deputado federal pelo PSDB e jamais iríamos dizer algo sobre a entidade PSDB da maneira como foi referida. Então, eu quero aqui adicionar o clamor, mais do que justo da Presidente do PT do Mato Grosso, de que é importante o respeito entre nós, entre os partidos e entre nós parlamentares. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu gostaria apenas de fazer algumas considerações. Eu quanto a instituição, realmente, não tenho porque, não tenho o porque manter genericamente a instituição com relação ao PT. Mas dirigentes do PT do Mato Grosso operaram caixa-dois, estão sendo processados por caixa-dois, fizeram crime organizado das florestas lá e...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Mas que o senhor não generalize. É isso que eu peço. Algumas pessoas. Algumas. Dá para elencar numa mão.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Que eram da direção do PT à época. Agora que V. Exa. ganhou a eleição do PT. Então, isso ficou absolutamente demonstrado em Mato Grosso e me parece que tem até providências internas do PT. Com relação ao senhor Henrique Meirelles, Senador Suplicy, eu mantenho as afirmações. Para mim não importa a origem Senador. Eu era Senador do PSDB. E eu votei aqui um processo desgastante para mim com relação a um colega meu do partido. Mas eu tinha aquela convicção. Eu não estou...Para mim é pouco importante se Henrique Meirelles foi eleito pelo PSDB. O dia que ele veio fazer a sabatina aqui, eu percebi que algumas pessoas do PSDB ficaram constrangidas comigo. Eu tenho uma convicção pessoal e acho que quem primeiro denunciou ele foi o Mercadante na CPI dos Bingos. Eu tenho uma convicção pessoal. Ele operou com doleiro mandando dinheiro para fora e trazendo dinheiro de fora. Para mim não é um comportamento de quem tem que ser o guardião da Moeda Nacional. É só opinião.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Antero, o nosso Dr. Julier precisa de uma parada técnica, mas o assunto como diz direto à esclarecimentos internos dos dois partidos, o Dr. Julier tem permissão pra, por favor, para uma parada técnica.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Tá. V. Exa. dê apenas para eu poder encerrar depois da volta...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Antero, Senador Antero, só uma pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vou suspender por três minutos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, é só a designação da Comissão que foi ao Uruguai, foi de V. Exa?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Foi.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E designou os três do PT?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não. Eu designei. Tem a designação aí no ato. Eu designei.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas com respeito à...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A Senadora Serys eu designei, o Relator José Mentor estava designado e o Valverde estava designado. Só que a CPI aprovou a data de 02 a 03. E a CPI aprovou que o relatório teria que se apresentado no dia 07 de dezembro. Então, tem um debate aí sobre essa questão se a CPI teve...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não tem nada haver com a...Só para eu me... Achei estranha a composição da Comissão. Não pelas pessoas, mas pela...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Mas é que tinham outras pessoas. Tinha o Senador Heráclito...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Que não foi?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Tinha o Senador Arthur, que não foi porque tinha encerrado a CPI. A CPI já estava encerrada. Foi só isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Obrigado. Para dar fôlego aqui à CPI...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Solicito à V. Exas que continuem nas bancadas porque seremos rápidos. Senador Suplicy, V. Exa. é pessoa indispensável na continuação desse debate.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu agradeço, senhor Presidente. Mas V. Exa. quer que eu esteja aqui até nos intervalos?

(Risos)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V. Exa. acabou de nos dispensar por três minutos. Eu ia até o plenário falar um pouco e voltar para aproveitar...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas veja que V. Exa. é indispensável, Senador. É indispensável.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu tenho que fazer um pronunciamento no plenário, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não dá tempo em três minutos, Senador. Sei que V. Exa. é objetivo, mas nem tanto.

(Risos)

(Suspensa a sessão às 15h45)

(Reaberta a sessão às 15h48)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senhores Senadores, o tempo técnico encerrado, voltamos aos nossos trabalhos. Senhores Senadores, o próximo orador inscrito é o Senador Romeu Tuma, mas me sinto na obrigação de comunicar aos senhores Senadores e Senadoras que recebemos de parte da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso da sua Procuradoria Geral um documento que solicita um ofício, que solicita a leitura informando que acompanha os nossos trabalhos pela TV Senado. E está vazado nos seguintes termos. É de autoria do senhor Anderson Flávio de Godoy, que é Procurador-Geral de acordo aqui com a da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Desculpe, de Mato Grosso. Cuiabá-Mato Grosso. E foi passado às 12h09. São três folhas e um outro documento do Deputado José Geraldo Riva. Eu vou ler para dar conhecimento à V. Exa. e dar uma cópia ao Dr. Julier. Excelentíssimo senhor Senador Efraim Moraes, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito Bingos, Brasília-DF. Senhor Presidente, acompanhando via TV da Câmara dos Deputados. Acredito, talvez Senado, o depoimento que eu ilustrar do Juiz de Direito da Justiça Federal em Mato Grosso, senhor Julier Sebastião da Silva presta a esta CPI, tomamos conhecimento que esse depoente afirmou que a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso sacou cheques a favor da Confiança FACTORY Fomento Mercantil LTDA de propriedade do senhor João Arcanjo Ribeiro totalizando o valor de oitenta milhões de reais segundo o magistrado, tal afirmativa está desprovida de qualquer verdade. O que realmente ocorreu é que a Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso pagou aos seus fornecedores de materiais e ou prestadores de serviço e estes por razões que o Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso não tem conhecimento, realizou operações de fomento mercantil com a Confiança FACTORY Fomento Mercantil LTDA com as cartas originárias da Assembléia Legislativa do Mato Grosso. Portanto, fica absolutamente claro que esses cheques sacados pela Assembléia Legislativa a favor de terceiros estão em poder da referida empresa de fomento mercantil e lá estão única e exclusivamente porque as empresas operaram com aquela empresa de fomento mercantil e nunca jamais em tempo algum o Parlamento Estadual. O parlamento do Estado do Mato Grosso se surpreende com assertiva do senhor Julier Sebastião da Silva, como dito acima este magistrado afirmou de maneira categórica muito embora sem nenhuma prova que a Assembléia Legislativa de Mato Grosso sacou cheques a favor da Confiança FACTORY Fomento Mercantil LTDA. Entretanto, logo após afirma também de maneira categórica que a Polícia Federal concluiu o inquérito policial que ele mesmo determinou e o remeteu à Procuradoria da República para que esta ofereça ou não denúncia contra o Parlamento Estadual. É bom registrar que inquérito policial não passa de uma peça informativa. Não serve como prova da ocorrência e da autoria e da materialidade de qualquer ilícito e deve-se ainda registrar que nenhum parlamentar da Assembléia Legislativa do Mato Grosso foi intimado a prestar declarações neste inquérito policial o que caracteriza cerceamento de defesa e, sobretudo um pré-julgamento desse magistrado. Denota-se da declaração inverídica do magistrado, que esta tem por fundamento apenas a motivação política, já que desprovida de qualquer prova. É oportuno esclarecer aos dignos membros desta CPI que este magistrado tem se comportado em casos dessa natureza muito mais unicamente um defensor veemente do ideário político do Partido dos Trabalhadores e não como era de se esperar como verdadeiro magistrado. O senhor Julier Sebastião da Silva já fez várias declarações na imprensa mato-grossense afirmando de maneira clara e induvidosa ter vontade de exercer cargo de mandato eletivo candidatando-se através do Partido dos Trabalhadores. A Assembléia Legislativa do Mato Grosso rechaça com veemência esdrúxula e manifesta a má-fé do magistrado Julier Sebastião da Silva que por pura vendita política fez tão absurda e teratológica afirmação a esta conceituada CPI. Afirmações estas que em nada contribuíram para se apurar a verdade dos fatos. A sociedade brasileira e especialmente o mato-grossense não pode sob hipótese alguma aceitar estas afirmações como já dito anteriormente estão desprovidas de qualquer verdade. Restabelecida a verdade dos fatos requeremos à V. Exa. a juntada de nosso repúdio às inverídicas assertivas do magistrado da CPI bem como que esta nota seja lida para os presentes antes do final desta sessão. Anderson Flávio de Godoy, Procurador-Geral. E um outro fax que também vem de Cuiabá, que é de autoria do Deputado José Geraldo Riva, vazado nos seguintes termos. Senhor Presidente, o Juiz de Direito da Justiça Federal de Mato Grosso, senhor Julier Sebastião da Silva em depoimento prestado a essa CPI afirmou de maneira leviana e irresponsável e com manifesta má-fé que na

conta-corrente bancária de minha filha foi depositado dinheiro originário da empresa Confiança FACTORY Fomento Mercantil. Essa assertiva só pode entendê-la como sendo fruto de uma pessoa despreparada para o exercício da magistratura, uma vez que de tão absurdas chega às áreas do ridículo. Minha filha, que por sinal é, absolutamente, incapaz para o exercício pessoal de atos da vida civil jamais recebeu dinheiro originário daquela empresa de fomento mercantil até porque não é titulada em nenhuma conta-corrente bancária e muito menos é proprietária de firmas comerciais e ou industrial, o que por si só a impede a realizar operação de fomento mercantil, pois como é sabido estas operações só podem ser feitas com pessoas jurídicas. Repito mais uma vez que esta declaração provém de uma pessoa que não tem condições emocionais para o exercício da magistratura, pois posicionamento de ordem política partidária a impede de exercer tão importante função pública com a imparcialidade que é exigida para este mister. Rebato, portanto, com vigor esta afirmação e peço a V. Exa. que leia esta nota para todos que estão presentes a esta Sessão com o fim único e exclusivo de restabelecer a verdade dos fatos, Deputado José Geraldo Riva. São fax que chegaram há pouco à nossa Presidência. Vossa...Solicitaria que entregasse um xerox ao Dr. Julier. E o próximo orador Senador Romeu Tuma, mas antes, porém eu concedo a...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Só em razão disto. Só para reafirmar. Trata-se de relatório do BANCO CENTRAL do período de 01 de janeiro de 1995 a 30 de abril de 2003. O valor depositado pela Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, oitenta milhões setecentos e quatorze mil, setecentos e vinte e seis reais e vinte e sete centavos. Valores recebidos pelo Deputado José Geraldo Riva.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Só uma dúvida. Diante do fax. Só uma dúvida, para que todos nós possamos ficar esclarecidos. É um depósito feito em um único cheque ou vários cheques?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – São várias operações ao longo desse período analisado...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas está comprovando o quê? Os cheques existentes...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Depósitos oriundos da Assembléia nas contas da...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas feitos em nome da Assembléia ou cheques da Assembléia?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não. São cheques da Assembléia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Porque o que a...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – E de recebedores o Deputado José Geraldo Riva recebeu um milhão, nesse mesmo período, um milhão, setecentos e trinta e seis mil e setenta e quatro centavos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Cheque da Assembléia?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não, da FACTORY do Arcanjo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Dr. Julier, por gentileza. Os cheques eram endossados?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Oi?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Esses cheques foram depositados endossados?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não, foram depositados na conta da Confiança FACTORY.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas o senhor pode afirmar que se trata da Assembléia Legislativa ou de acordo com o procurador que há pagamento feito a terceiros?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não. Não há dúvida. Isso foi assumido pelos próprios depoentes em interrogatório. Todos eles assumiram que foram empréstimos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor tem cópia desses cheques?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Está tudo nos autos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Estão endossado pelo Presidente, tesoureiro ou secretário da Assembléia?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Só para os senhores terem uma idéia. O Presidente da Assembléia José...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu estou perguntando porque eu fui o primeiro Secretário na Assembléia Legislativa da Paraíba e os cheques eram remetidos pela gente se tivesse que ser feito para cá teria que ser endossado.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Só para espantar qualquer dúvida, Presidente. O Deputado José Riva e o Deputado Humberto Bosaipo estão sendo processados pela União Federal para receber trinta milhões e quinhentos mil reais decorrentes das notas promissórias que garantiram esses valores depositados e prestados...Ação judicial.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou deixar na mão de V. Exa. Eu recebi os fax na condição de Presidente. Fiz minha parte. V.

Exa. tem a palavra. A palavra está ainda com o Dr. Julier que pede ainda a palavra para um esclarecimento.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Eu só ia citar que esses valores todos, inclusive, os recebidos o Deputado José Riva recebeu aqui pelos cálculos do BANCO CENTRAL, aqui quase dois milhões e meio de reais nesse período.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor tem prova disso? Fora só a afirmação, o senhor tem a quebra de sigilo, não é?

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Isso é fruto da quebra de sigilo. Determinei a quebra de sigilo e determinei que fizesse o cruzamento...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Procurador-Geral disse, inclusive, só para afirmações o Procurador-Geral da Assembléia, traduzindo um pouco o fax, dizendo de que os cheques originais se encontram à disposição. Parece-me que sim.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – O relatório com a conclusão do inquérito já está com o Ministério Público.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senhor Presidente, eu faço uma questão de ordem a V. Exa. nos termos do artigo 92 e artigo 18, inciso I alínea F-19, nós temos uma sessão da CPI muito tensa, marcantemente tensa, porque evidentemente existe um ataque dos autos de um processo político como se interprete a honra de um Senador da República, nós temos de outro lado à figura de um Juiz Federal que simboliza o Poder Judiciário nesse momento e nós aqui representamos o poder legislativo. Então, existe um claro ambiente de tensão e os depoimentos já transcorreram num clima muito tenso como nós estamos observando aqui. Eu tenho recebido vários contatos, inclusive, de setores do Judiciário, ponderando pessoas do Judiciário, ponderando que isso aqui está em um momento muito tenso da CPI. Então, a ponderação que eu faço, a questão de ordem que eu indago a V. Exa. seria nos termos de nós encerrarmos esta sessão aqui ou suspendermos a sessão conforme seja possível regimentalmente. A minha defesa é do encerramento e nós possamos adiar qualquer outro depoimento porque existe uma tensão posta entre dois poderes pelo que simboliza a presença do juiz Julier, Sebastião Julier e o que representa a honra de um Senador da República aqui que fez com toda as suas convicções um memorial de sua defesa. Então, eu acho que os lados estão postos, nós não iremos concluir nesse momento absolutamente nada em nome da estabilidade do ambiente que a CPI construiu até agora com muito esforço através da condição de V. Exa. é que eu pondero para que nós possamos adotar esta conduta objetivando obediência ao Regimento Interno, que ampara e à própria estabilidade política que é necessário neste momento da CPI.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Questão de ordem. Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exa. tem a palavra por questão de ordem, líder Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Muito rápido. Mais do que por tensão. Tensão faz parte de investigação. Até tensionamento de relações faz parte de investigação. O que eu acho é que a Sessão já cumpriu o seu objetivo. O Senador Antero já disse o que tinha que dizer e o juiz já disse o que tinha que dizer. Os fatos estão postos e até manifestações externas já chegaram e já mereceram arremate. Eu acho que os assuntos estão colocados. As peças para julgamento estão postas. Se for para evitar tensionamentos inconseqüentes que possam vir eu estou inteiramente de acordo. Agora, acho que a Sessão cumpriu o seu objetivo que era o de investigar e do contraditório se estabelecer e aqui eu quero louvar a capacidade de argumentação do Senador Antero Paes de Barros, que me desculpe dizer em linguajar caboclo, quem fala assim não é gago, comprimentos a sua Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V. Exa. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Senhor Presidente, do mesmo modo, levando em conta a iniciativa sempre ponderada do líder do Governo nessa Comissão, vice-Presidente da Casa, Senador Tião Viana, nada tenho a opor, se for essa também a opinião e a perspectiva, se for essa a perspectiva também do Senador Antero de Barros. Peço, antes de qualquer coisa, desculpas a V. Exa, ao Relator e a todos que me presenciaram, talvez, um pouco fora do meu normal aqui. É que não passa Dr. Julier pela minha cabeça a idéia de alguém duvidar da honra do Senador Antero Paes de Barros. Não passa.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Não há dúvida sobre isso. A investigação...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Muito bem. E não quero reabrir...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Só uma coisa que eu gostaria de registrar Senador, é que investigação e processos judiciais não servem apenas não condenar as pessoas, o processo é um instrumento de dignidade...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Perfeitamente. Eu ouvi e cheguei a ver até a condenação do velho. Cheguei a ver tudo isso. Mas como

também tenho aqui um documento que o senhor Ronilson Dourado, uma entrevista sua, o senhor admitindo agora depois de juiz—

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senador, vamos...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Senhor Presidente, por favor...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Eu vou pedir para o senhor ler o trecho da entrevista onde eu falo isso. Se o senhor achar. Isso está na capa do jornal...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Se estiver vamos...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – O senhor leia a entrevista e ache essa afirmação. A capa do jornal...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Ah, muito bem, que bom! O senhor está demitindo o Ronilson Dourado...

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Eu só... Que o senhor leia a entrevista...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Eu já li toda aqui. Li o senhor dizendo que não tem mensalão, que é uma história mal contada a do mensalão, li o senhor dizendo, afirmando como juiz que houve compra de votos no Governo Fernando Henrique. Como é que o senhor sabe disso? Li o senhor aqui dizendo que não é possível pessoas como o Senador José Agripino, Jorge Bornhausen, Deputado ACM Neto terem virado...Terem ocupado o lugar de Genuíno, e Zé Dirceu ter virado paladino da ética. É paladino da ética mesmo. Não precisa ser de esquerda nem de rebola nem de carambola para ser paladino da ética. É muito mais honesto até porque é super honesto do que uma porção de ex-companheiros seus como Delúbios e companhias limitadas outras. Eu não queria ir para esse tom.

DR. JULIER SEBASTIÃO DA SILVA – Senador, estou há onze anos fora da vida política. Então, eu me sinto numa situação de desvantagem e o senhor me criticando...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Eu saí daqui desta impressão...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, peço a V. Exa. que conclua.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Peça a ele para ele não interromper mais ou eu não concluirei. Muito bem. Eu estou satisfeito, Presidente, precisamente, porque eu achei ótimo ele ter conseguido pernas para ir até o banheiro. Eu pensei que ele não fosse. Eu pensei que ele fosse deixar para depois. A iniciativa foi do líder do Governo e eu devo dizer, senhor Presidente, do orgulho que tenho de ser companheiro de partido e líder deste homem público insigne, ímpar, correto, que defendeu sua honra como muita gente deveria ter feito para que não pairasse dúvida sobre o tipo de gente que não soube se defender ou não quis fazê-lo. Foi irretocável do ponto de vista formal, foi perfeito do ponto de vista jurídico e foi correta do ponto de vista ético a defesa indignada, abalizada que fez o Senador Antero de Barros. Eu não poderia deixar de dizer isso. Se fosse para continuar até 5h00 da manhã eu continuaria. Mas não tomamos essa iniciativa e que isto sirva de lição porque esta Sessão foi retaliação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Não conclui ainda, senhor Presidente. Não foi...Foi retaliação. E esta Sessão mostrou apenas a desnecessidade de se tentar provar a falta de honestidade de um homem comprovadamente honesto como é o Senador Antero Paes de Barros, ou seja, dez sessões como esta acabam elegendo o Senador Antero de Barros Governador por oito anos lá do Estado de Mato Grosso. Dez sessões como essa. Eu quero parabenizar de novo o Senador Antero e dizer do orgulho que eu tenho em ser seu amigo, seu companheiro e momentaneamente seu líder, podia muito bem ser o inverso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Muito bem, eu agradeço...

SENADOR ÁVARO DIAS (PSDB-PR) – Pela ordem. Senhor Presidente. Pela ordem. Eu, também, não poderia deixar, senhor Presidente, já que estava inscrito de manifestar a minha satisfação e o meu orgulho a exemplo que faz o Senador Arthur Virgílio em ser colega de Antero Paes de Barros. Quem está sentado à nossa frente não tem autoridade moral...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, eu peço a V. Exa...

SENADOR ÁVARO DIAS (PSDB-PR) – Senhor Presidente eu quero concluir a minha questão de ordem...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu acho que não devemos...

SENADOR ÁVARO DIAS (PSDB-PR) – O cidadão vem como depoente e diz o que quer e um Senador que é eleito para usar esse microfone não pode se manifestar na defesa da honra de um colega da maior dignidade que é um exemplo no Senado Federal.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente Efraim...

SENADOR ÁVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu vou concluir. Apenas eu quero com a maior tranqüilidade, com a maior calma destacar um trecho da entrevista do juiz. Ele diz que em princípio a doação foi regular

fazendo referência à campanha do petista Alexandre César. Ela foi registrada antes dos eventos, ou seja, das prisões recentes. Não há nenhuma ilegalidade nesse fato. Não me parece que quem cuida disso...Ele diz... A pergunta é: Não caberia ao candidato Alexandre tal responsabilidade? Ele diz: Não. Parece-me que quem cuida disso são os Comitês Financeiros dos Partidos. Portanto, dois pesos e duas medidas. Dois pesos e duas medidas. É por isso que tem que mudar a legislação. Não cabe ao candidato verificar se a empresa é ou não idônea. Os partidos não têm condições numa época de campanha verificar se a empresa é ou não é idônea. Portanto, senhor Presidente, não há como se admitir alguém possa julgar sob suspeição. E lamentavelmente o juiz Sebastião está sob suspeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço...

SENADOR ÁVARO DIAS (PSDB-PR) – Seu comportamento é absolutamente suspeito.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço Senadora Ideli, líder do PT, parabéns pela nova missão que a senhora terá.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Muito agradecida. O Senador Tião Viana, eu não estava...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senhor Presidente, se V. Exa. não for decidir a vez é minha. Eu estou abrindo mão a pedido do meu líder e acho que nós não podemos...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vamos concluir...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Posso terminar, Senador?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, porque é a minha vez também.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu sei.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Todo mundo vai falar. Então, dá continuidade, Excelência...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exa. tem razão. E eu vou seguir a orientação dos líderes. Está encerrada a sessão.

(Sessão encerrada às 16h10)

Ata da 59ª Reunião, realizada em 21 de fevereiro de 2006.

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às onze horas e cinqüenta e cinco minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença do Relator Senador Garibaldi Alves Filho e dos Senhores Senadores, Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Antero Paes de Barros, José Jorge, Valdir Raupp, Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana e Augusto Botelho, presente ainda os Senadores José Agripino Maia, Arthur Virgílio Neto, Ideli Salvatti, Heráclito Fortes, Siba Machado, César Borges e Geraldo Mesquita, não membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente reunião destina-se a oitiva do Senhor Dr. Antônio Setti Braga, Empresário do Setor de Transporte de Santo André – SP e da Senhora Nelma Mitsue Penasso Kodama Proprietária da Havaí Cambio e Turismo de Santo André – SP. O Presidente informa da ausência da Sra. Nelma Mitsue, que será convocada posteriormente. Indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. Convida, a seguir, o Sr. Antonio Setti Braga para tomar assento a mesa. Com a palavra o depoente faz um breve relato sobre suas atividades profissionais. Com a palavra o Relator para os questionamentos iniciais. Logo em seguida foi dada a palavra ao senador José Jorge que fez seus questionamentos e citou a operação abafa para que as investigações não interferissem nas eleições e a corrupção da prefeitura de Santo André e perguntou o porque da desapropriação da empresa do depoente e afirmou que houve um acordo para que o depoente recuperasse sua empresa, logo em seguida o senador Tião Viana fez suas perguntas, logo em seguida a palavra foi passada para o senador Antero Paes de Barros que fez seus questionamentos que foi respondida com risos e logo após o senador Jose Agripino fez suas indagações e sugeriu uma reunião fechada. A palavra foi passada ao senador Eduardo Suplicy que fez suas indagações e perguntou como se caracterizou a relação do depoente com o prefeito Celso Daniel. O senhor Presidente agradece a presença da depoente e convoca reunião para o dia de amanhã, quarta-feira, dia 22/fev/2006, com a presença dos senhores Evaldo Rui Vicentini e Francisco da Chagas Costa. O Depoente passa às mãos do Presidente, documentos que comprovam o depoimento prestado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezesseis horas e quarenta minutos e, para constar eu, *José Roberto de Oliveira Silva*, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com

as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental declaro aberta a 59ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criado pelo Requerimento nº 245 de 2004 para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Esclareço que a presente reunião destina-se à oitiva do senhor Antônio Sette Braga. Informo aos senhores senadores que a Ata da reunião anterior encontra-se sobre a Mesa. Coloco em votação propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Solicitaria da nossa assessoria que convidasse o Dr. Antônio Sette Braga empresário do setor de Transportes Urbanos em Santo André, São Paulo, para iniciarmos a sua oitiva. V.Exa. tem a palavra para uma questão de ordem, Senador Antero.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente eu estou pedindo essa questão de ordem porque quando da presença aqui nesta CPMI, desta CPI, perdão, na condição de convidado do Ministro da Fazenda Antônio Palocci, eu indaguei dele se ele voluntariamente estaria disposto a apresentar a possibilidade da CPI ter acesso ao sigilo telefônico dele. E ele disse que naquela oportunidade que ele iria pensar e que posteriormente faria uma comunicação com a Presidência e com a Relatoria desta CPI autorizando ou não o sigilo. Recentes matérias publicadas no Correio Brasiliense mostram que aquilo que nós pedimos para ele voluntariamente, talvez, seja uma necessidade no futuro. Mas o que eu gostaria de indagar é se após aquele depoimento do Ministro Palocci, se ele entrou em contato com V.Exas. e se fez alguma manifestação a respeito do pedido aqui à CPI?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Antero, eu informo a V.Exa. respondendo a questão de ordem de que não teve e nem existiu nenhum contato com o Ministro Palocci, com essa Presidência após a vinda do Ministro a esta CPI.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Certo. Então nós vamos fazer entendimentos com a nossa assessoria para ver juridicamente o que é que pode ser feito em função, apesar do Supremo entender que notícias jornalísticas não devem ser levadas em consideração, mas nós entendemos que as últimas informações que já se encontram de posse, inclusive, desta CPI, vão merecer uma posição desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V. Exa. Convido o Dr. Antônio Sette Braga para fazer seu depoimento. Nós queremos informar de que a senhora Nelma Mitsue Penaso Kodamo não foi localizada pela Polícia Federal e há um contato com o seu advogado a ser feito hoje para que se remarque uma nova data para o seu depoimento. Senhores parlamentares, existe e está sobre a Mesa o termo de compromisso do Dr. João Antônio Sette Braga que assina o termo de compromisso conforme artigo 203 do Código de Processo Penal. Eu quero, inicialmente, Dr. Antônio Braga agradecer a V.Sa. pela presença da nossa CPI e quero colocar à disposição de V.Sa. os nossos microfones para as suas considerações iniciais. V.Sa. tem a palavra.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Vou me identificar. Sou João Antônio Sette Braga, sou empresário do ramo de transporte no ABC Paulista e a minha família está no ramo de transporte a praticamente cinqüenta anos na região. Nós operamos praticamente nas regiões de São Bernardo do Campo praticamente, mais concentrado na cidade de São Bernardo, mas já operamos na cidade de Santo André, Diadema e etc, e temos outros negócios correlatos com...Mas a atividade principal é o transporte. Eu acho que eu deixo para os senhores fazerem as perguntas, porque é melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Sa. e concedo a palavra ao Relator Senador Garibaldi Alves.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senhor João Antônio Sette Braga, eu pergunto se o senhor já exerceu algum cargo público ou se só foi empresário?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Só empresário. Nunca exerci nenhum cargo público.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor já contribuiu como pessoa física ou através de suas empresas para o financiamento de campanhas políticas?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nunca contribuiu? Em que ano o senhor ingressou como sócio da Nova Santo André e quando a empresa começou a pagar propina a servidores da Prefeitura?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – A Nova Santo André foi criada em 1997 através de uma concorrência pública que nós participamos e ganhamos à cidade de Santo André. E se não...Mais ou menos, no mês de maio foi feita essa concorrência e nós começamos a operar essa empresa no segundo semestre de 1997. E a partir da operação além da minha pessoa, da nossa família que tinha uma parte da Nova Santo André, existiam mais seis sócios, mais cinco sócios. E foi convencionado, vamos dizer, que quem

administraria os primeiros dois anos, isso em contrato, tudo, seria, seriam dois dos sócios, senhor Gabrilli e o senhor Ronan. E a partir de vamos dizer, da operação da empresa, vamos dizer, que eles participaram a gente, vamos dizer, que a gente teria que ter um custo político ou o que pode se chamar, para a gente trabalhar sossegado a gente teria esse custo político de na época foi de cem mil reais que nós teríamos que pagar. Isso foi participado por quem administrar uma empresa. Eu repito. Eu não participava da administração da empresa.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quem administrava a empresa eram...?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – O senhor Gabrilli e o senhor Ronan.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senhor Ronan Maria Pinto e o senhor Gabrilli.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Senhor Ângelo Gabrilli.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E todos os sócios concordaram com essa...?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Concordaram porque o sistema de Santo André é formado até hoje por seis empresas. Essa empresa Nova Santo André era a empresa que tinha sido municipalizada, por coincidência, foi desapropriação de uma empresa que era a minha em Santo André, que depois eu posso até na viação Alpina de Santo André que foi desapropriada pela primeira gestão do Celso Daniel e foi criada essa empresa municipal. Depois na segunda gestão, praticamente, vamos dizer, reconhecendo que foi um erro eu fui chamado, praticamente, vamos dizer, a integrar com um consórcio para que se fizesse, a operação de novo na iniciativa privada, então, privatizaram a empresa, agora eu me perdi, não sei onde eu estava. Bom, e a administração ficou convencionada que era trocado os dois primeiros anos pelo Ângelo Gabrilli e pelo Ronan Maria Pinto. E aí quando a empresa começou a operar eles eram os interlocutores, principalmente o Ronan, nos avisou que a gente teria esse custo para a gente trabalhar sossegado.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E da parte da Prefeitura quem eram os interlocutores?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Era o Klinger que era o secretário.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Apenas o Klinger?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – É o que sempre me falavam porque eu não participava da administração.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Existe nessa Comissão, nessa CPI muitos indícios de que havia um esquema de corrupção que tinha como braço no setor privado o senhor Ronan Maria Pinto e o senhor Klinger de Oliveira Souza no âmbito da Prefeitura. O senhor sabe alguma coisa disso?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não. Não sei. O meu ramo é circunscrito no transporte, eu não participava de perto da administração.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas esse pagamento de cem mil reais já era um indício suficiente, não é, para...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Para que eram esses cem mil reais, hein, Excelência? Esses cem mil reais eram a troco de quê?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Era a troco da gente poder trabalhar sossegado. Entendeu?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Entendido.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O que eu pergunto ao senhor é o seguinte. É que diante disso, claro que se pode cogitar de um esquema de corrupção até maior, não é?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não posso deduzir nada.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Qual era a relação...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor não pode dizer ou não sabe? O senhor sabia e não pode dizer?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Eu não sei não, eu repito, eu sempre fiquei circunscrito.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas teus sócios ficaram tão alheios a esses assuntos? Não tomaram conhecimento de nada? Não podiam lhe dar prejuízo?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – A verdade é o seguinte, quando você opera um serviço público, principalmente, quando todos fazem parte de uma outras empresas na cidade, quer dizer, eu era o único que não fazia parte na cidade, eu era o único que tinha, eu era de uma cidade vizinha, eu tinha me recomposto na cidade porque eu tinha perdido aquela empresa que foi desapropriada na primeira gestão. Então, praticamente, vamos dizer, os outros faziam parte de todas as empresas que operavam no município, então...Obrigado.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor numa Sessão mais reservada de que essa diria alguma coisa há mais a respeito desse esquema ou não?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Eu já estou falando, mas se...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o senhor sabe alguma coisa a mais?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não. É o que eu estou dizendo a respeito. Tem certas particularidades, vamos dizer, de que diz respeito à minha pessoa e as empresas que sim, que eu trouxe até documentos aqui.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Então...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Relator.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pois não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu gostaria só de insistir numa questão. Inclusive, V.Sa. poderia perfeitamente conversar com seus advogados. Eu gostaria de insistir na questão, se numa Sessão reservada, exclusivamente com a presença do pessoal de serviço e tal mais à frente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu acho que nós podemos andar mais um pouco.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E daí sentir se faz necessário ou não.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Nós estamos em algum intervalo, senhor Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Vamos lá. O Relator tem a palavra.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senhor João Antônio Sette Braga...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Ele queria falar alguma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor queria acrescentar alguma coisa, Dr. João?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não atropelando o senhor, vamos dizer, eu acho que tem que ficar bem claro o negócio do recorte dos cem mil para não ficar mau compreendido. Os cem mil era gerado, foi-nos avisado, vamos dizer, que era do sistema da cidade, do sistema da cidade. O que compreende o sistema da cidade? Além da Nova Santo André, a empresa que eu fazia parte, as outras empresas tinham que fazer esse caixa. Então, a Nova Santo André era uma empresa que era mais de 50% do Transporte Municipal de Santo André. Então, só essa empresa fazia, só essa empresa... (soa a campainha), fazia, vamos dizer, ela própria gerava o caixa para se fazer isso daí. Então, não se pegava desse ou pingado. Essa própria empresa que gerava o seu próprio caixa. Então os cem mil era coletado do sistema da cidade.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A Nova Santo André contribuía com cem mil reais, não é isso?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não, o sistema. Isso que tem que saber entender, o sistema.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Todo o sistema?!

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Todo o sistema.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A Nova Santo André é quanto?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Era 50% do sistema a Nova santo André.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Cinqüenta mil reais?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – É. Falar em número redondo, era um pouco mais, vamos dizer, a cidade tinha duzentos e poucos carros, a Nova Santo André tinha cento e sete, cento e seis, alguma coisa assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E essa contribuição era para o carro?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – A contribuição começou se não me engano, com trezentos e cinqüenta ou quinhentos e cinqüenta, eu não me lembro direito, que faz tanto tempo que eu já saí de lá. Eu não participava da administração, mas era mais ou menos...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Trezentos e cinqüenta para o carro?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – É.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Depois foi subindo.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Subia quando subia a tarifa. Viu, Presidente. A contribuição subia quando subia a tarifa. Quando a tarifa subia atualizava a contribuição tendo em vista arrecadação. Era muito organizado, diga-se de passagem.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Qual era a relação pessoal do senhor com o senhor Ronan de Souza Pinto?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – De Maria.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Maria Pinto.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – De negócio.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Só negócio. E ele sempre se mostrou influente junto à Prefeitura, que o senhor saiba?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Sempre.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sempre?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Sempre.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor, por exemplo, não pode comparar a influência que ele tinha com a do senhor na Prefeitura?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – De Santo André, não. Apesar do Celso, vamos dizer, ser, nós fomos criados juntos, nós estudamos ginásio juntos, não sei o que, mas.... isso não, uma coisa é uma coisa, outra coisa é amizade, outra coisa é negócio.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele é um empresário com atuação em vários setores, em vários ramos. O senhor tem notícia dessas outras atividades do senhor Ronan? Não?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Notícia eu tenho de empresas que ele tinha, vamos dizer, que diversificou no transporte, lixo, outras... aterros sanitários, não sei o que, mas isso só de ouvir falar. Não tenho conhecimento.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor não tem notícia de outras atividades dele semelhantes a essa que ele praticava com relação à empresa de transportes?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o senhor Sérgio Gomes da Silva, o senhor conhece?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não conheço, só o vi uma vez, mas não o conheço.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E ele teve alguma participação na Nova Santo André?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não. Nenhuma.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quando o senhor deixou o quadro societário da empresa e por que motivo?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Eu deixei o quadro societário no ano 2000, mais ou menos, no mês de abril do ano 2000. Então, fazem cinco anos. Por que eu deixei? Porque eu não concordava com a administração que vinha sendo feita, principalmente vamos dizer...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Tinha que dar a propina desse pagamento?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Eu vejo como uma, vamos dizer, como uma extorsão e não como... E isso onerava a empresa e não tinha cabimento...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Em vez de contribuição era uma extorsão? O senhor está dizendo que em vez de contribuição era uma extorsão?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Extorsão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Desculpa, só para ficar bem claro.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Há uma diferença.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A diferença é do tamanho de um bonde ou de um ônibus, não sei, mas eu acho que é uma expressão bastante correta.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E tempos depois que o senhor deixou a empresa, o senhor teve notícia que a propina continuava a ser cobrada?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Eu me desliguei completamente da empresa e do pessoal. Eu não quis saber, eu quis me retirar mesmo, porque eu não concordava com isso...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o senhor não sabia a finalidade, para onde ia aquele dinheiro, não?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Se ia para corromper servidores, financiar campanhas?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor não tem...

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Eu não tenho idéia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se faz dentro da empresa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Quem que era arrecadador?

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Era o Ronan e o Klinger. Ele disse.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele fazia reuniões coletivas ou individualmente com cada empresa?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – As reuniões sobre...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Para receber ou para combinar o valor.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não. Depois que foi avisado, praticamente, era uma coisa automática, era todo mês. Como eu já expliquei, vamos dizer, a Nova Santo André, que eu fazia parte, ela praticava gerava, ela gerava o caixa, ela pagava de lá de dentro e os outros empresários faziam, todos eram sócios da Nova Santo André. Então, era feito ali.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não. O interlocutor era Klinger.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quem era o interlocutor? Para ficar claro.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – O interlocutor do lado dos empresários era o Ronan e do lado da Prefeitura era o Klinger.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Klinger?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – O Klinger.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Muito bem. Quer dizer que o senhor participou de reuniões com o Ronan e com o Klinger sobre um acerto inicial, não depois, mas para fazer o acerto inicial, quem participou?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Foi participado pelo Ronan.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E o Klinger?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, pelo Ronan.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Comunicou...

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Comunicou, simplesmente, vamos dizer, que nós tínhamos que pagar essa quantia para a gente trabalhar sossegado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quer dizer que o senhor Klinger que esteve aqui, que disse que não sabia nada disso, era a pessoa autorizada da Prefeitura para negociar com o Ronan, segundo o senhor afirma?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Segundo o que o me participaram.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quem participou ao senhor?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – O Ronan.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Deixa eu fazer uma pergunta aqui?

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Está certo, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Para tentar aqui...Eu sinto...Nós queremos deixar o senhor à vontade.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Estou tranqüilo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor...Nós tivemos informações de que antes do senhor vir para cá teve ameaças e que deixam o senhor um pouco tenso e que teme falar em público sobre essas figuras influentes da época. Se V.Sa., eu reitero, se V.Sa. quiser fechar a Sessão para que o senhor fale, não é para que o senhor não fale, se o senhor falar abertamente, será sigiloso, fica à vontade de V.Sa. e do seu advogado, porque nós sentimos que o senhor quer falar, mas se sente um pouco temeroso em relação a isso.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não. Agora não existe ameaça nenhuma. Na época houve muitas. Agora, e até ameaças que vieram a se concretizar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor pode detalhar um pouco essas ameaças?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Posso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Se houve crimes durante as ameaças? Porque o senhor disse que elas chegaram a se realizaram.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Chegou a se realizar. Então, eu não me expressei direito. Não foi nada de crime. Foi, vamos dizer, retaliação mesmo. Está certo? Econômica.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só econômica?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Foi retaliação...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Se procurar direitinho não deixa de ser crime.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Como?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Se procurar direitinho, não deixa de ser crime.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas como foi assim esse tipo de retaliação?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – A retaliação foi o seguinte. Eu vou fazer um histórico para vocês. Vamos dizer, essa empresa começou, a Nova Santo André começou a operar em 1997. No final de

1998, vamos dizer, pelo combinado no estatuto dos sócios, de dois em dois anos ia mudar a administração, fazia uma oxigenação mudando para outros dois sócios, aonde que um dos dois, vamos dizer, era a minha pessoa. Então, quando chegou no final do ano de 1998, é normal quando você passa de uma administração para outra, você requerer uma auditoria, para você saber como você está recebendo, porque afinal de contas você está afastado da empresa, então, você fica simplesmente, vamos dizer, é uma maneira de você se atualizar para você dar continuidade no processo de administração, principalmente de uma empresa, vamos dizer, uma empresa de ônibus já é uma coisa que vocês sabem, é uma coisa que roda em vinte e quatro horas por dia. Então, quando isso aconteceu no final de 1998, eu fui tomado de surpresa com um decreto municipal do secretário Klinger, cortando 50% de uma das empresas nossas que faz a ligação de São Bernardo... (celular tocando) Será que é o meu? Ia desligar e esqueci. Desculpe. De São Bernardo para Santo André, que essa empresa é uma das empresas mais antigas nossa. Esse ano para vocês terem um cálculo, vamos dizer assim, essa empresa, esse ano faz cinqüenta anos na nossa mão. Então, é uma empresa cinqüentenária. E ele simplesmente fez um decreto. E eu tenho o documento aqui, eu fiz questão de trazer, que simplesmente, vamos dizer, cortava 50% da empresa, não deixava atingir o que era o terminal de Santo André, praticamente arrasava a empresa. Aí eu tive que entrar com mandado de segurança. E essa empresa roda até hoje com um negócio de mandado de segurança por causa desse tipo de retaliação. Então essa retaliação econômica é uma coisa que evidenciou. Não contente com isso, como ele perdeu, ele perdeu isso daí e até, vamos dizer, ia criar uma jurisprudência dentro da região metropolitana, não sei o que, não bastando o próprio secretário metropolitano entrou e ganhou também na justiça contra o ato do Klinger nesse negócio. Não contente com isso daí, vamos dizer, eu tinha uma outra empresa que operava microônibus. Ele baixou outro decreto proibindo a circulação de microônibus. Tive que entrar na justiça de novo para poder circular com os microônibus. Também, graças a Deus, ganhei, por força de justiça.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E não era possível trabalhar sossegado? Que sossego é esse?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não. É isso que eu estou tentando explicar no começo da conversa, porque vocês me perguntaram como foi que começou esse tipo de retaliação. Foi quando eu quis aplicar o estatuto, falar: "Bom, agora quem passa para administração da Nova Santo André somos nós. E eu sou um deles. Vamos fazer auditoria". Aí o negócio engrossou. Engrossou e começou a retaliação direto e reto comigo. E eu tentei, vamos dizer, unir os outros, os outros sócios entre mim, eu, o Ângelo Gabrilli e o Passarelli para ver. Eu falei: "Bom, eu acho que só tem uma posição. Ou nós nos unimos e ficamos com a empresa, porque assim não vai dar para tocar. Eu não fico aqui dessa maneira. Eu não concordo com esse tipo de administração, onerando a empresa, uma coisa de louco, não tem nada a ver, nós estamos fazendo um serviço público, estamos fazendo um serviço público de qualidade. Pagamos para... Nós não ganhamos a empresa de graça. Foi uma concorrência onerosa. Então, não tem o porquê desse negócio, desse custo ficar".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Concorrência onerosa? Como assim?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Foi. Ela foi uma concorrência em 1997 que você tinha que pagar sete milhões de reais para obter a empresa. E nós nos cotizamos e pagamos. Pagamos esse, foi um ônus da concorrência.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas era para caixa da Prefeitura?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Para obter a concessão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas era para caixa da Prefeitura?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Era para caixa da Prefeitura.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E quem intermediou isso aí também foi o...

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não. Isso foi uma concorrência pública. Até outros participaram. Participava quem queria. Nós nos sagramos os vencedores na época.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Fazia parte do edital?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Fazia parte do edital. Então, é isso.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E com relação às outras empresas o senhor tem notícia se havia isso?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Houve também desse tipo de retaliação, quem sofreu uma retaliação desse tipo foi o Ângelo Gabrilli com uma empresa dele municipal de Santo André, a Viação São José. Houve esse tipo de retaliação. Porque é uma coisa que afeta da noite para o dia, vamos dizer, o funcionamento e o faturamento de uma empresa. É você simplesmente colocar uma linha concorrente no mesmo trajeto ao invés de você ter cem lugares oferecidos, você passa a ter duzentos. E aí você divide

praticamente o público. E o seu Gabrilli, eu sei que teve muito prejuízo em uma ou duas linhas que ele tomou. Eu também conhecimento assim porque depois, vamos dizer, que ele não quis, vamos dizer, praticamente ficar com a empresa junto comigo, não sei o que, eu resolvi me retirar. O que mais que eu fiz, quando eu saí da empresa eu transferi as minhas cotas que eram aproximadamente 25% da empresa. Eu transferi e para vocês terem uma idéia, um real.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Por um real?!

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Por um real, porque a empresa, praticamente, vamos dizer, o que ela valia ela devia. Então, eu não ia ter ainda nem mais por onde passar e pulverizei as cotas e resolvi sair do negócio. Entendeu? Saí do negócio. Foi a melhor decisão ou certa ou errada, é a que nós tomamos. Entendeu?

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Bem, então duas empresas sofreram esse tipo de retaliação. A empresa que o senhor fazia parte e a empresa do senhor Gabrilli. Por que só as duas?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Porque, vamos dizer, era mais evidente, que quem poderia se unir, acho que contra eles, se nós mais os tradicionais. O Gabrilli também é tradicional ali na região do ABC no transporte há mais de quarenta anos como a minha família. Então, vamos dizer, seria natural pelo grau de amizade, pelo grau de identificação, pelo grau de confiança que nós tínhamos, o Gabrilli comigo, eu com o Gabrilli, seria, vamos dizer...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Os outros não teriam...

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Essa identificação e...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Essa capacidade de reação também.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Eu acho que não.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu pergunto: Na opinião do senhor, na visão que o senhor tem, o prefeito Celso Daniel estava a par dessas coisas? Tinha conhecimento?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não sei afirmar. Sinceramente hoje eu não sei mais. Já saiu tanta versão. Não saberia afirmar não.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Porque o senhor sabe que a senhora Gabrilli, filha dele...

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – A Rosângela.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Rosângela. Ela esteve aqui e deu uma versão que o senhor, que o Prefeito Celso Daniel teria sido procurado através do seu irmão, o Dr. João Daniel e esse irmão teria se encarregado de transmitir a ele o que estava ocorrendo. O senhor chegou, a saber, disso?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Já estava fora da empresa. Isso aconteceu quando eu tomei conhecimento, tomei conhecimento por jornais, tudo, eu não...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor já estava-

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Eu já estava longe.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o senhor soube?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Soube.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Soube agora quando ela esteve aqui ou soube antes?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Soube por jornais, o jornal da região que noticiou e soube por amigos comuns como o Gabrilli.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Existem duas versões, o senhor sabe muito bem sobre o assassinato do Prefeito. Uma diz que ele foi vítima de um crime comum, alvo de seqüestradores que não pediram seqüestro, mas mataram o Prefeito. E o outro. Vítima de um esquema de corrupção na Prefeitura. O senhor acredita em qual delas? O senhor não é da polícia não, não é?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não. Eu não sou, eu sou empresário de ônibus, essa parte eu deixo para o Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E ele não foi atropelado, não é?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Ele não foi atropelado. Não tenho opinião formada.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor não se arriscaria?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Cada macaco no seu galho.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa. Senador Garibaldi Alves, concedo a palavra ao Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Muito obrigado, senhor Presidente, senhoras e senhores senadores, senhores advogados. Eu gostaria em primeiro lugar fazer um preâmbulo dizendo, se o depoente, senhor João Antônio Sette Braga, que na realidade esse

crime de Santo André ele tem três aspectos que eu considero muito diferenciados. Em primeiro lugar nós temos a questão do crime em si que todos os depoimentos aqui, os principais depoimentos já mostram um caminho para um crime de mando em que o senhor Sombra que estava no carro com o Prefeito participou diretamente e provavelmente através desse esquema de corrupção que envolvia além do Sombra, o senhor Renan e o senhor Klinger. Isso é uma coisa que com os depoimentos que a gente vem tendo aqui durante esses meses, a gente cada vez, a Comissão vai se convencendo de que não haveria como aquilo ser um crime comum. Os indícios de crime de mando são muito maiores do que essa questão do crime comum. Em segundo lugar houve a questão da corrupção da Prefeitura de Santo André, que também na realidade foi denunciada aqui na questão dos ônibus, na questão do lixo, mas principalmente na questão do ônibus que era feita uma coleta mensal que dependia para cada empresa do número de ônibus e era um valor que aumentava ou diminuía de acordo com a tarifa que estivesse vigorando naquele momento, quando havia uma tarifa maior, se aumentava à contribuição na mesma proporção. Isso foi denunciado aqui pela senhora Gabrilli com detalhes de papéis, de audiências marcadas, da pessoa que ia buscar o dinheiro, a hora que ia buscar, tudo direitinho. E um terceiro aspecto que é o aspecto da questão da operação abafa, que na realidade depois da morte do Prefeito Celso Daniel, houve toda uma movimentação comandada pelo senhor Gilberto Carvalho com a participação do próprio advogado indicado pela Câmara, pelo PT que era o Deputado Greenhalgh para que aquela investigação fosse feita o mais rápido possível no sentido de que isso não interferisse diretamente na campanha eleitoral. Eu acho que em relação ao primeiro aspecto que é o crime em si, V.Exa. não tem, V.Sa. não tem como contribuir, como V.Exa. disse, não é da polícia, acompanha isso pela mídia. E em relação à questão da operação abafa também V.Sa. não tem o que contribuir. Agora, em relação à questão de corrupção na Prefeitura de Santo André que, na verdade, tem uma importância grande porque essa corrupção que vai dar origem à montagem desse grupo, que certamente é esse grupo depois de ter seus interesses contrariados foi quem comandou a morte do Prefeito Celso Daniel, esse é para onde caminha as investigações, eu acho que V.Sa. está dando uma contribuição bastante grande no momento que confirma aqui o pagamento dos cem mil reais que eram arrecadados as diversas empresas de ônibus, quer dizer, na realidade essa contribuição, a meu ver, é inclusive suficiente para o seu depoimento aqui, porque já é a segunda pessoa fora outros, mas empresários de ônibus, só eram sete empresas que depois baixou para seis, porque uma virou um consórcio que participavam do esquema e que vem aqui e denuncia, mesmo no Código Penal o testemunho é uma prova e aqui nós temos um testemunho comprovado com informações e tudo da senhora Gabrilli e um testemunho de V.Sa. que confirma o testemunho da senhora Gabrilli. Então, eu gostaria então de fazer algumas perguntas, assim, adicionais, mas já considerando que na realidade o depoimento de V. Sa. já de certa maneira é bastante esclarecedor no momento em que confirma tudo aquilo que a senhora Gabrilli disse. Mas eu gostaria de perguntar a V. Sa., porque foi que na primeira gestão do Prefeito Celso Daniel ele desapropriou a empresa de V. Sa.?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – O histórico é mais ou menos o seguinte. Em 1988 foi à primeira gestão do Celso Daniel em Santo André. Eu era o Presidente do Sindicato das Empresas de Ônibus do ABC Paulista, congregavam trinta empresas de ônibus. E o PT entrou na região do ABC, em primeiro na cidade de Diadema e constituiu uma empresa municipal. E quando eles alçaram ao poder na Prefeitura de Santo André e na de São Bernardo, eles queriam, vocês vão bem lembrar mais nacionalmente, vamos dizer, em São Paulo a Erundina que era do partido também quis fazer a tal municipalização dos transportes. A mesma coisa aconteceu no ABC. E eles queriam porque queriam, o Celso queria fazer a empresa municipal em Santo André. E eu não aceitava de jeito nenhum porque nós tínhamos um contrato de permissão e esse contrato de permissão não estava vencido.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Estava em vigor.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Estava em vigor. E...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas porque desapropriou só a do senhor?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Deixa eu ver se eu consigo terminar o senhor vai entender...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É interessante o detalhamento histórico aí, é importante.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Então, isso aí vamos dizer, foi logo, 1988 ele entrou. Em 1989 ele começou a nos pressionar não dando tarifa e eu era o Presidente do Sindicato, e eu é que pleiteava junto aos prefeitos e aos órgãos, não sei o que, os aumentos tarifários na época. E ele simplesmente deixava bem claro que ele queria fazer a municipalização do transporte através de alguma das empresas. Santo André eram sete empresas. A minha era uma das maiores empresas de lá, Viação Alpina. E era uma empresa completamente, vamos dizer, sã, era uma empresa

perfeita, perfeita de operação, de frota, de garagem, de tudo. Era uma empresa, vamos dizer aqui, ela praticamente, quando a gente fala que era uma empresa que andava sozinha de organizada e tudo, e de boa que era, era uma empresa muito boa. E por que eu fui o escolhido? Em primeiro porque eu não concordava com ele, vamos dizer, no que diz respeito a essa municipalização porque eu queria cumprir o resto do contrato que eu tinha de direito, de permissão. E depois, vamos dizer, que queira ou não queira e nós sabíamos que toda empresa pública que se cria-se, se tinha notícia no resto do Brasil, Norte, Leste, Oeste, que nunca...E a CMTC, era o maior exemplo disso...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Lá em Pernambuco tinha uma empresa pública, ela era muito boa para as privada, porque ela é que negociava a tarifa. Como ela tinha custo mais alto, ela dava prejuízo e os outros ficavam milionários.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – É. Então, mas isso foi uma ilusão na época, vamos dizer, de querer transformar o transporte municipal das cidades em...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Agora, eles pagaram à desapropriação do senhor?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Eu estou brigando até hoje na justiça. Recebi uma parte e a outra parte ainda estou brigando. Mas eu fui escolhido, a minha empresa foi escolhida porque eu era o Presidente e eu não concordava com o...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Agora uma coisa que eu não entendo, V. Sa. depois fez algum acordo com eles?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Acordo? Nenhum.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Nenhum. Então porque V. Sa. teve 25% dessa empresa se V. Sa. não tinha mais ônibus lá na época?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Porque quando eu voltei...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Quando falou dessa nova empresa, a Expresso Nova Santo André, na realidade, V. Sa. não tinha mais empresa lá, não é?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – É verdade.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Porque na realidade essa empresa era a tal estatal que foi criada em cima da sua.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Certo.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Então, ela foi divida entre todos os empresários de lá.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – É verdade.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – E V. Sa. entrou com 25%. (soa a campainha), quando na realidade deveria ser proporcional ao da época. Então, com alguém V. Sa. negociou isso.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Veja bem, na época, quando da municipalização, quando da municipalização em Santo André um tinha que perder. Fui eu que perdi. Então existia, vamos dizer, praticamente um acordo de cavalheiros entre os empresários, se amanhã ou depois e aí a história das empresas mostrava que elas iam para o Poder Público e depois elas voltavam porque simplesmente virava, cabide de emprego, isso que o senhor acabou de falar o custo de operação e de tarifa completamente absurdo, vamos dizer, perto da iniciativa privada e a história mostrava isso. Existia esse compromisso de eu poder, vamos dizer, de recuperar o que o eu tinha perdido na época, está certo. Eu fui o único que perdi lá para os outros continuarem. Então, quando em 1997 ele voltou para a segunda gestão e viu o erro que tinha cometido, vamos dizer, tanto que a minha empresa era uma empresa saudável e uma empresa que operava muito bem, ela virou um caos. Eles próprios reconheceram e falaram: "Não. Vamos fazer a privatização". E o próprio Celso me chamou, na época, eu não tinha negócio nenhum em Santo André, nunca tive com municipalidade, nada disso, me chamou e falou: "Braga, eu quero reparar um erro que eu acho que eu fiz com você na primeira gestão, eu quero que você volte para a cidade porque a empresa, de fato, se deteriorou nesse tempo, está certo que teve uma gestão entre a primeira e a segunda minha"...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Isso foi quantos anos depois da sua desapropriação?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – De 1988 a 1992. Ele voltou em 1996, o Celso.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Então, na realidade já fazia uns seis anos que eles estavam com a empresa?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – É, mais ou menos, 1990... Ela foi desapropriada em 1990 e depois ela foi privatizada em 1997. Sete anos.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sete anos. V. Sa. não acha que é muito tempo no mundo dos negócios para cumprir um trato assim sem documento sem nada que tenham lhe convidado?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – A verdade é o seguinte...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – V. Sa. não ficou surpresa não, alguém lhe chamar: "Olha, você vai ter 25%".

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não, não. Não foi assim, não foi assim tão fácil. A verdade é o seguinte...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – V. Sa. não reivindicou?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Eu sempre reivindiquei perante os meus pares porque eu perdi na época e eu ia voltar ou de um jeito ou de outro porque eu me achava no direito, vamos dizer, de recuperar se ele pusesse a licitação na rua eu ia concorrer.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Quer dizer, na realidade...

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Na época, eu ia ser um forte concorrente com os outros também. Então, é preferível somar comigo do que dividir...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Na realidade eles lhe deram não foi pelo acordo, eles lhe deram para V. Sa. não concorrer.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Pode ser encarado dessa maneira.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – É, na realidade é isso. V. Sa. era um concorrente mais forte porque estava disputando sua própria empresa.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – É isso mesmo.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – E eles fizeram um consórcio em que envolveram todos os outros. V. Sa. ficou fora. Nenhuma outra pessoa de fora da cidade ia entrar nessa concorrência. Então houve um acordo, um acordo para que V. Sa. não entrasse sozinho. Esse é o resumo. V. Sa. fez um acordo para não entrar sozinho. Agora este acordo, quem era o intermediário do acordo? Quer dizer, dessa combinação. Era o Ronan ou era o Klinger? Ou eram os dois? Com quem V. Sa. conversou para fazer esse acordo? Inclusive, para definir seu percentual, porque se V. Sa. não tinha ônibus nenhum...

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Isso foi entre empresários. Não teve participação de Klinger, de ninguém. Isso foi participação como é perto dos vinte e cinco, não é vinte e cinco. Era vinte e quatro e não sei quanto. E essa participação praticamente era definida, vamos dizer, quando a minha empresa foi desapropriada ela tinha...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – E quem era o empresário era o Ronan?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Era o Ronan.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – O Ronan que comandou essa montagem desse esquema?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Praticamente foi.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Então é por isso que, inclusive, o dinheiro que era repassado do chamado recurso não contabilizado que é a expressão nova, inventada pelo nosso tesoureiro Delúbio Soares, na realidade, era feita através dele. Agora há uma contradição contra o que V. Sa. disse e o que a senhora Gabrilli disse. A senhora Gabrilli disse que ela pagava esse percentual, quer dizer, esse percentual não, esse valor por ônibus, não só na Viação ABC, que ela é essa conjunta, mas que ela pagava também da empresa dela. O senhor não pagava porque o senhor não tinha empresa lá, não é isso? V. Sa. não tinha empresa. Só tinha a ABC. Então, V. Sa. só pagava da empresa ABC. Mas ela diz que pagava da empresa ABC, dos ônibus da empresa ABC. E na empresa dela, ela pagava dos ônibus dela, inclusive, ela disse, a hora que o cara ia buscar, quem ia buscar e que pagou até a morte de Celso Daniel. V. Sa. conhece esse pagamento ou V. Sa. acha que só pagavam pela empresa ABC?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – V. Sa. só pagava pela empresa ABC?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Veja bem, em primeiro não é ABC, em primeiro é Nova Santo André.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ah, desculpe. ABC é na antiga. É que é tanta coisa que a gente se confunde aqui.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – A antiga era Alpina.

(risos)

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – A antiga era a Alpina. A empresa que era o consórcio que assumiu a Alpina...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Nova Santo André.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – É a Nova Santo André. Eu só fazia parte da Nova Santo André e eu não tinha empresas, não existe controversa não que eu falei, porque eu falei se eu não me fiz entender eu vou repetir. Eu era o único empresário que não tinha empresa em Santo André.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Isso eu sei.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – O Gabrilli, os outros, o Ronan, além de participar na Nova Santo André eles tinham outras empresas lá no município.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não, isso eu sei. V. Exa. está falando porque na realidade só conhecia o da...

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Da Nova Santo André.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Está legal.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – E eu não participava da administração, para deixar bem claro.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não tem contradição agora. Outra questão é o seguinte, na verdade...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só queria esclarecer Senador José Jorge, o senhor mencionou, José Jorge perguntou sobre a questão de se dar à propina. O senhor falou que dava a propina?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu dava?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não o senhor Senador José Jorge, o depoente aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A declaração dele é que foi extorquido.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Eu levo mais como uma extorsão, essa palavra propina, eu não usei.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Propina seria se ele quisesse dar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Uma extorsão mensal?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Extorsão mensal.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mensal de quanta?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Cem mil.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Cem mil reais por mês durante quanto tempo?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Desde que ela começou a operar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Aconteceu isso, esse tempo aí um ano, dois anos, três anos?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Eu... A empresa começou operar no 2º semestre de 1997, não sei precisar qual é o mês, eu saí em abril de 2000. Até lá foi mensal.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Agora, senhor depoente, eu gostaria só de saber algum detalhe mais dessa saída de V. Sa. Quando V. Sa. saiu, nós temos duas operações separadas aí, a saída de V. Sa. ...

(soa a campainha)

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pedir para o Senador Tuma para me ajudar um pouquinho.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Desculpa, eu estou calculando.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ele está calculando o dinheiro ali, aí termina chamando atenção e aí eu perco meu raciocínio que já é curto, vamos dizer assim. Então, eu já gostaria de saber um pouco mais sobre essa operação. Porque na realidade ocorreram duas operações, a primeira da saída de V. Sa. que segundo a senhora Gabrilli aqui havia uma pressão total para tirar não só V. Sa. como ela, como os outros. E a idéia era ficar só para o Renan e que V.Sa. saiu dentro dessa operação e que o instrumento que era usado exatamente a pressionar em outras linhas que a pessoa tivesse em relação a Santo André e que o senhor Klinger era quem comandava esse esquema de pressão para que essa Nova Santo André ficasse somente sob o comando direto do senhor Ronan e dos seus apanigüados vamos dizer, outros empresários que são do grupo dele que eu não vou citar o nome aqui, ou que são agregados a ele. Então eu queria que V. Sa. me explicasse essa operação. Como foi a operação que conduziu a saída de V. Sa.? E quais pressões além dessa que o senhor sofreu que eles tentaram tirar 50% da sua mais importante linha intermunicipal, como é o detalhe dessa operação? Porque aqui V. Sa. pode dar uma grande contribuição à gente sem se comprometer ao nível de sofrer ameaças para que nós possamos, entender nós já entendemos, para que nós possamos ter maior comprovação sobre essa corrupção assim generalizada que existia nesse sistema que era comandado pelo senhor Klinger, que tinha como beneficiário no setor privado o senhor Ronan. Então, é isso que nós queremos saber, como foi essa pressão de V. Sa. para que nos ajude a entender melhor essa operação.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Deputado...Senador me desculpe. Eu trouxe até documentos, vamos dizer, do que foi o tipo de pressão. Eu torno a repetir que eu sofri essa pressão através de um decreto municipal do então secretário municipal Klinger, cortando essa nossa principal empresa, praticamente pela metade dentro do município de Santo André. Eu tenho aqui, trouxe esse documento, vou passar à Mesa para vocês que está aqui, vamos ver. E essa empresa, essas duas linhas dessa empresa que é a empresa principal minha, vamos dizer, ela roda até hoje com mandado de segurança. Esse mandado de segurança está aqui, formalizado, a liminar e um mandato para mostrar que isso era o tipo de retaliação que era feito e comumente é feito. Esse é o tipo, vamos dizer. Então, para não sofrer em outras empresas aonde que vamos...Eu já tinha perdido uma vez a empresa em Santo André. E me chamam, e eu tive que perder a segunda vez. Essa que é a realidade.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas como foi essa operação? Chamaram o senhor lá para o senhor sair? Quem foi que negociou a sua saída?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Bom, para bom entendedor meia palavra basta. Quando você não é bem quisto numa cidade, você, uma atitude dessas te retaliando com a principal empresa que você tem e já basta, só por você ter se colocado na função do substituto na administração da empresa que era do consórcio, que era, vamos dizer, um direito meu assumir a empresa a partir do segundo ano e isso que eu estava me preparando...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Quer dizer que foi no momento que o senhor ia assumir?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Mas nesse momento que nós vamos dizer que eu e mais um íamos assumir, estávamos requerendo uma auditoria para fazer, as coisas começaram a ficar preta e aí começou essa retaliação...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Agora que eu estou entendendo melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O que é isso mais um que ia assumir com você?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador José Jorge.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Se não me engano era o Baltazar.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Então na realidade agora eu estou entendendo, quer dizer, foi exatamente no momento que V. Sa. iria assumir que começaram a perseguir as outras empresas do senhor, o senhor então para evitar perseguição, o senhor então saiu da empresa. Eu acho que o senhor teve bom senso. Agora, com quem o senhor negociou essa saída? Com o próprio Ronan ou com o Klinger? Ou com os dois?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não. Só com os sócios.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Só com o Ronan.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Só com os sócios. Porque no final vamos dizer, o que a empresa valia ela estava tão onerada, ela estava tão onerada por vários fatores, financiamento de carro, esse custo político, etc, que a empresa, praticamente valia o que ela devia. Então, por isso mesmo nós vamos dizer aqui...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas foi V. Sa. que propôs, V. Sa. foi lá e disse: "Eu quero sair para me livrar desse rolo, estão me perseguindo".

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Na realidade eu vou até dizer uma coisa, houve até uma encrenca familiar do meu lado, porque a minha empresa é familiar, minha irmã queria dar até para a assistência, para pobres. Entendeu? A nossa participação. Eu dou para quem for, mas para esse pessoal eu não vou. Falei: Olha, melhor a gente sair do negócio e me deu muita complicação familiar nesse negócio. Mas graças a Deus eu me livrei desse negócio e fiz ela entender que era a melhor maneira e o tempo mostra que foi a melhor coisa que eu fiz.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Foi nesse momento que o senhor recebeu as ameaças?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Foi.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – As ameaças foram nessa hora. Realmente, quando a gente olha assim, mesmo como leigo, se verifica logo que há muita coisa errada, porque ninguém iria sair de uma empresa que na verdade tinha muito de V. Sa., porque ela foi criada em cima da desapropriação da sua empresa. O senhor era o sócio mais importante. As linhas eram aquelas linhas o que o senhor já explorava. Então, na realidade deve ter sido uma ameaça muito grande que colocava em desequilíbrio as demais empresas do qual o senhor não podia arriscar. Então nós, mais uma vez, essa Comissão comprova, senhor Presidente, senhor Relator, esse grande esquema já mais do que comprovado que existiu na Prefeitura de Santo André e que sem dúvida nenhuma foi o início de todo esse processo. Eu agradeço a V. Sa., senhor Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador, Presidente, eu queria apenas Senador Efraim, que ele dissesse, que tipo de ameaça o senhor recebeu além da ameaça de morte?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Eu não recebi ameaça. Ameaça sempre foi desse tipo "retaliação". Sempre.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dr. Braga, em outro dia eu estava em São Paulo e a TV Senado nos faz conhecidos pelo Brasil inteiro. E um cidadão numa Mesa ao lado, deve ser de Santo André, porque conhece bem esta...

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Como é o nome do cidadão?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não. Eu estava em São Paulo e um cidadão numa Mesa ao lado, eu estava num restaurante, falou para mim sobre a questão de Santo André, todos acompanhavam. E uma das coisas que a cidade conhece é que nesse período V. Exa. foi ameaçado de morte e daí por isso teria saído, que foi ameaçado de morte insistentemente por este esquema que dominava o Transporte Coletivo. E para evitar complicações maiores o senhor reuniu a sua família. Isso é voz corrente em Santo André. E, então, o senhor decidiu sair do negócio.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Eu não recebi ameaça de morte porque isso tem muito, São Bernardo, Santo André, ABC, vamos dizer, eu me criei, nasci, minha família é fundadora de São Bernardo praticamente. Então, queira ou não queira, para nós aquilo é uma província. Então esse diz que diz, apesar de hoje ser uma cidade de oitocentos mil habitantes, mas ela é ao mesmo tempo uma província. Então isso se fala muito. Mas na realidade eu não recebi. Foi simplesmente, vamos dizer, esse tipo que eu falei, foi tipo de retaliação desse tipo. Ameaça de morte eu não recebi não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senhor Presidente e senhores senadores, serei muito breve. Acho que um depoimento importante para a CPI, apenas, Dr. Sette aqui, eu tenho algumas indagações dos autos ainda da ação dos promotores perante a justiça, do GAERCO, no ABC, que são importantes serem apresentados, não tenho procuração para defender ninguém, não tenho interesse em defender ninguém que eu desconheça e que esteja envolvido em uma situação nebulosa como esta. Essa que foi citada aqui. Acho que se tinha algum esquema de corrupção ele tem que ser elucidado e tem que ser exemplarmente punidos aqueles que tiverem envolvimento, mas tem algumas coisas que precisam ser esclarecidas. Aqui está dito nos autos do seu depoimento perante o GAERCO, nos Promotores de Justiça. "Deixou o declarante de informar também que antes de se tornar sócio da Expresso Nova Santo André em 1997, contou com o apoio da equipe jurídica de Ronan para realizar licitações para sua empresa na cidade de São Bernardo do Campo e a título de agradecimento, cedeu a título gratuito a utilização de uma sala no 8º andar de um prédio comercial na Rua Marechal Deodoro no centro de São Bernardo do Campo". Gostaria de ouvi-lo.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Quem falou isso?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Aqui é o depoimento que foi feito pelo senhor perante os Promotores de Justiça no GAERCO, no ABC, eu posso lhe entregar já. O senhor desconhece esses fatos?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Desconheço.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Interessante.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador, desculpa. O senhor falou que ele deixou de falar?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Isso. É o que a promotoria cita. Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pelo menos que o senhor que não fez o depoimento.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não colocou nesse depoimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Deixou de falar.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu entregarei já para o senhor ter conhecimento disso. Se o senhor desconhece não há nenhum problema que o senhor...

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Desconheço.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu lhe pergunto. A sua empresa, antes do surgimento da Nova Santo André, Alpina, ela estava quebrada?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Alpina era a melhor empresa de Santo André.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Antes da Nova Santo André ela estava bem. A condição econômica dela era muito boa.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – A Alpina era a melhor empresa de Santo André. Se não for a melhor é uma das melhores.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Aqui ainda diz nesse próprio depoimento, perante os Promotores de Justiça do GAERCO. Diz o seguinte: Assinou a serem cumpridas pela Diretoria Executiva...Aí diz o seguinte. Assinou o termo de permissão onerosa juntamente com todos os outros empresários sócios, razão pela qual tinha pleno depoimento de que uma parte da outorga onerosa seria paga em vinte e três parcelas mensais de cem mil reais. O que é isso aqui? O senhor tinha conhecimento de que teriam que pagar as vinte e três parcelas de cem mil reais referentes à permissão onerosa, que era dívida daqueles sete milhões que o senhor se referiu aí?

SR. JOÃO ANTÔNIO sete BRAGA – Antes dos sete milhões? Lógico.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – E isso aqui o senhor disse que era algo a mais que os senhores pagavam além da tal da propina. É isso mesmo?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – É isso mesmo.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Então era cem mil para a outorga onerosa e cem mil de propina, pelo que o senhor fala?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – É.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Perfeito. Era o que eu tinha a esclarecer, senhor Presidente. Agradeço ao seu esclarecimento. Eu só lamento ter que nesses depoimentos que envolvem alguns empresários, eu acho que essa atividade precisa rever a sua imagem perante a sociedade brasileira, é uma imagem muito negativa do Sistema de Transporte Coletivo, eu acho que os senhores têm uma grande responsabilidade de

zelar pela imagem de uma atividade empresarial que deveria ser muito saudável, muito correta e sempre me chama a atenção que é mão dupla. Os senhores quando aceitam pagar uma propina sem denunciar os senhores estão sendo coniventes. O crime não me parece ser distante. E sempre isso ocorre com essa atividade quando chega aqui pelo menos nessa CPI. Então, eu lamento ter que constatar isso. Não estou querendo levar acusação à honra de ninguém.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Sa. quer acrescentar alguma coisa ao Senador?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Senador, eu queria dizer o seguinte. Olha. Eu não me incluo, vamos dizer, nesse negócio de concordar em ser extorquido, não sei o que, porque como eu bem falei, só para contar um pouco da história para o senhor saber, a minha família é uma família que começou o transporte em São Bernardo do Campo com carroça em 1908. Meu avô começou o transporte de São Bernardo com Santo André. E nós, essa empresa que ele começou com carroça é essa empresa que eu citei agora, onde eu sofri essa retaliação que ela vai fazer na nossa mão, agora, cinqüenta anos agora em novembro. E em 2008 essa linha que pode se falar que começou como carroça, em 2008 vai fazer cem anos a minha família. Então, nós nos orgulhamos de ser transportadores, tradicionais no ABC Paulista e é lógico que em todos os ramos de negócio como em todas as profissões, como em médicos, engenheiros, em advogados, sempre existe, sempre existe...O advogado não concordou, mas todo mundo sabe. Existe os que denigram a imagem do empresário, principalmente o empresário de ônibus por lidar com o Poder Público e como empreiteiro de obra, não sei o que, ele tem uma imagem muito ruim. Mas o senhor pode saber uma coisa, que existe muito mais gente melhor no ramo do que piores. Essa é que é a realidade. E são empresários, os piores sempre são empresários de última hora. Não são empresários que vieram, vamos dizer, com uma história como nós defendemos e como eu estou relatando para o senhor que nós nos orgulhamos, vamos dizer do que nós fazemos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Concedo a palavra ao Senador Antero.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente, Dr. Antônio. Eu quero só fazer uma indagação de V. Sa.. V.Sa. confirma que é sócio de Ronan Maria Pinto lá em Santo André?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não. Não sou não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Foi?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Fui nessa empresa em 1997.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Essa sociedade se estendeu a alguma outra empresa fora de Santo André ou só lá em Santo André?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não. Só em Santo André.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu acho que as outras explicações já foram fornecidas por ele. O senhor não tem sociedade com a ROANOAC?

(risos)

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Nenhuma.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Por que o senhor riu?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – O quê?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Por que o senhor riu?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Para não chorar?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor conhece a ROANOAC?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Isso é piada, porque ele deve conhecer bem a história. Virou piada.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – É só isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Eu tinha uma indagação só. Senhor Presidente. Eu acho que o Dr. Antônio Braga está aqui confirmando fatos que já eram do conhecimento da Comissão, a moça, a filha do senhor Gabrilli aqui esteve, tentou desqualificar o depoimento dela. Aliás, é hábito que fazem o circo do Governo tentar ameaçar, desqualificar o depoimento das pessoas que vêem aqui para prestarem depoimento. V. Sa. está vindo aqui depois de muito tempo de ter deixado a empresa por ter sido convocado e está contando a verdade, claramente disse que o senhor foi extorquido. Havia uma coleta, uma Mesada de cem mil reais de um esquema que a gente já tinha conhecimento e que a gente supõe que existisse. Em Ribeirão Preto em outras coisas, em Campinas em outras coisas no esquema das prefeituras do PT e que depois evoluíram para o esquema federal onde protagonistas tipo Delúbio Soares, Silvinho Pereira, Marcos Valério, são os comandantes. O que é fato é que no depoimento de V. Sa., eu percebo claramente que V. Sa. está repetindo as coisas, mas o senhor Presidente agora acabou de fazer uma pergunta, você riu por quê? Ri por...Eu tenho

a impressão que acho que o senhor poderia dar uma colaboração maior a esta Comissão, mas eu lhe sinto um pouco à vontade para dar. Eu insisto na colocação feita pelo Relator. V. Sa. se sentiria mais à vontade para colaborar. Nós estamos chegando a conclusões nestas CPIs e precisamos apresentar o quadro geral de corrupção que nós estamos investigando, seja na CPMI dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, seja nos Bingos, para mostrar quem é quem neste país. E pessoas como o senhor pode nos dar uma colaboração muito importante. O senhor já deixou essa empresa há muito tempo. O senhor cuida da sua vida em outro ramo. Mas é brasileiro. Tem o sentido de que é nesse país que moram os seus filhos, os seus netos e que se a gente puder dar uma contribuição, melhorar esse país, se pudermos todos dar uma contribuição para melhorar esse país, está na hora. Muita gente tem vindo aqui e tem dado depoimentos que o Relator da CPI, eu tenho certeza de que vai recolher para colocar no seu relatório que vai ser a peça fundamental a ser votada. Então, o senhor está vivendo um momento importante de sua vida. Se o senhor puder dar um depoimento e aqui vai a minha insistência numa reunião fechada em que eu insisto, eu acho que o senhor daria uma grande contribuição até fazendo jus. O senhor me dá muito boa impressão como empresário. Quando o senhor falou que começou uma empresa com seus avós, eu suponho, carregando carga em carroça, dá para mim a informação precisa do seguinte, veja onde é que nós estamos. Eu fui empresário, os meus avós começaram carregando carga em carroça. Eu aprendi a ganhar dinheiro com meu esforço e com a minha habilidade e num dado momento eu fui obrigado para não quebrar ou ser extorquido. Isso é justo ou é injusto? Está certo ou está errado? Então, o senhor mostrou. Eu fui um lutador a minha vida toda. Houve um momento e eu terminei deixando a empresa porque eu não concordei e essa foi à pergunta que o senhor respondeu do Senador Tião Viana, eu deixei, eu não fui conivente não, eu deixei a sociedade porque eu não concordava em ser extorquido. Eu sou empresário, eu vivia minha vida toda ganhando dinheiro, tentando ganhar com honestidade. Deixei porque eu não quero participar de esquemas escusos onde a extorsão que o PT pratica, onde a extorsão que o PT pratica. Sim senhor, impunha uma atividade da qual eu não queria mais participar. Então a minha pergunta é se o senhor não estaria disposto a ter uma conversa mais franca, mais aberta com os membros da CPI para repassar dados que pudessem nos ajudar a chegar a conclusões mais efetivas à bem do interesse nacional. Eu sinto o que o senhor tem algo mais a dar, a oferecer. Se sentir a vontade, a pergunta que lhe faço, sentir a vontade vamos fazer uma reunião com os membros da Comissão, fechada para que o senhor diga o que possa dizer a mais para que a Comissão possa chegar às conclusões que a sociedade brasileira espera. Este apelo e o pedido e a colocação que eu faço.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Senador eu acho que eu estou, eu vim aqui de livre e espontânea vontade e eu estou dizendo tudo que eu sei. Não necessitaria, eu estou sendo franco e aberto, só pode até não parecer que eu não estou vontade, mas eu estou à vontade, eu estou falando o que eu sei. Não acrescentaria nada no meu depoimento fechado e tudo. O que os senhores estão me perguntando eu estou respondendo. Eu não tenho nada de meteórico que eu possa acrescentar no que eu já falei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy. Logo em seguida do Senador Suplicy, V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Gostaria que V. Exa. me inscrevesse também. Eu acabei me esquecendo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Logo em seguida o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senador Arthur Virgílio Senador Efraim Moraes, Senador Garibaldi, Dr. Antônio Sette Braga. V. Sa. mencionou que conheceu, foi colega do Prefeito Celso Daniel e, portanto, tinha uma relação com ele, já desde a adolescência ou senão como menino e, portanto, tinha uma relação relativamente fácil para quem conviveu com ele para estar transmitindo as suas observações, opiniões sobre aquilo que se passaria, estivesse passando na cidade. E V. Sa. descreveu que a partir de certo momento, eu pergunto. Em primeiro. Durante a primeira gestão do Prefeito Celso Daniel V. Sa. já tinha atividades das suas empresas, ou da empresa da qual era sócio em Santo André e como é que se caracterizou o sistema de transporte e a relação junto à Prefeitura no período da primeira gestão do Prefeito Celso Daniel?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Eu comecei o transporte em Santo André, adquirindo a Viação Alpina em 1983.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – O Celso, como você bem disse, era meu colega de ginásio. Nós crescemos juntos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Certo.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – E o Celso foi, virou Prefeito em 1988. Ele militava já na política e não sei o que. Ele tomou outros rumos...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então, de 1989 a 1992 foi à primeira gestão do Prefeito Celso Daniel...

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – De 1988 a 1992. Eu já era empresário em Santo André há cinco anos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Concomitante à gestão da prefeita Luiza Erundina em São Paulo.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Isso mesmo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então, eu gostaria, a pergunta é: Como é que se caracterizou a relação das empresas das quais V. Sa. era sócio com a gestão do Prefeito Celso Daniel? Como é que era? Quantas empresas eram? Que tipo de procedimento havia no que diz respeito à forma como o Prefeito Celso Daniel desenvolvia a sua atividade? Se forem empresas particulares que prestavam serviço de Transporte Coletivo na cidade, que iniciativas teve o Prefeito Celso Daniel e seus respectivos secretários de transportes durante esta sua primeira gestão. E o que eu desejo perguntar é em seguida, como é que se modificou esta gestão do sistema de transporte coletivo quando o Prefeito Celso Daniel voltou novamente a administrar a cidade de Santo André. Então, se puder fazer uma distinção como foi na primeira vez e como foi na segunda e terceira vez, porque ele estava na sua terceira gestão, todavia, de 1993 pelos quatro anos seguintes ele não foi o Prefeito. Ele foi à época que, inclusive, ele se tornou Deputado Federal. Pois bem, então...

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Vou tentar fazer...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É importante essa distinção, como foi na primeira e como foi na segunda e terceira.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Ta. Então, a Viação Alpina, eu comprei a Viação Alpina de Santo André em 1983, o Celso na primeira gestão foi de 1988 a 1992. Como eu já falei, vamos dizer, o Celso tinha, vamos dizer, por iniciativa e por meta de Governo fazer a municipalização de transporte. Eu acho que era uma coisa que era do partido, não era nem o Celso, a Erundina foi feito em São Paulo, Porto Alegre foi feito em Piracicaba, santos, aonde o PT ganhou, as prefeituras eu me lembro porque, vamos dizer, o que aconteceu comigo foi à desapropriação da Alpina, aconteceram com outros empresários nessas cidades.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Só para caracterizar. No município de São Paulo a principal empresa de Transporte Coletivo era da Prefeitura, a CMTC.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Sim, sim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Em Santo André. Não havia...

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não existia, eram sete empresas das quais a Viação Alpina era uma das principais empresas, uma das maiores e repito, não é porque era a minha, mas tanto vamos dizer que a prova disso daí que eles desapropriaram e foram escolher logicamente, mas não iam escolher a ruim, eles pegaram a boa que era a Alpina, a minha empresa era de fato uma empresa exemplar. Bom, então, foi tumultuada a primeira, apesar de ser amigo e tudo, mas política era uma coisa e a amizade era outra. O Celso mesmo falava para mim: Eu quero fazer isso daqui e eu vou fazer isso daqui, no que diz respeito à municipalização do transporte. Eu acredito que o transporte vai ser melhorado através da mão do Poder Público e nós vamos tentar fazer. Eu acho que é um erro, em todo o caso, vamos dizer, essa visão política, eu não vou discutir com você, que sempre tive muita liberdade com o Celso, conversar e trocar idéias. Apesar das nossas opiniões divergirem demais no que diz respeito ao transporte. E ao decorrer do primeiro ano de gestão, o Celso resolveu, vamos dizer, partir mesmo para o confronto e o confronto se deu comigo porque eu era o Presidente do Sindicato. Então, como Presidente do Sindicato eu representava os demais. Então, quem tinha, que vamos dizer, quem sempre representava a figura da discordância, era a minha pessoa. Então ele nessa época para mim foi tumultuado, porque me desapropriou a empresa, tanto que ele em primeiro interviu na empresa e depois ele veio a desapropriar. E no decorrer da primeira gestão, se efetivou a empresa pública, depois o Celso acabou saindo. Acabou saindo, quem subiu no posto em 1992 foi um outro político antigo da região que é, vocês devem bem conhecer que é o Dr. Newton Brandão, um médico tradicional da cidade e que deu continuidade na empresa pública. Aquela comunidade de que a gente sabia, uma espécie de mini CMTC, lógico, tudo guardando as proporções da cidade de São Paulo com a cidade de Santo André. A empresa, ela só veio mesmo no primeiro período do Celso, só veio se deteriorando, por quê? Quando ele desapropriou a Alpina e pegou os bens móveis e imóveis da empresa. Eu saí da empresa com a caneta bic minha o resto foi o decreto de desapropriação da minha empresa tinha até quantos copinhos de água tinha no filtro, foi uma coisa louca, até então inusitada...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas foi feita uma indenização?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Foi. Mas eu estou na justiça até hoje para receber fundos de comércio, outras coisas, mas eu recebi parte das indenizações eu recebi.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Parte do valor da empresa?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Parte do valor da empresa eu recebi. E daí se efetivou, vamos dizer, o segundo mandato, como V. Exa. falou, ele ficou como Deputado Federal e até como Deputado nós conversávamos, vamos dizer, encontrava o Celso porque se eu morar em Santo André e ABC é um município só. Essa é que é a realidade. E ele já demonstrava que aquilo tinha sido um erro. Ele falou: "Você tinha razão". Olha a empresa como é que ta. Está caindo, está o ônibus quebrado. Comentava: Eu te falei que vocês iam quebrar a cara nessa atividade, uma atividade que depende completamente, vamos dizer, depende de maior material humano, está aí a CMTC não precisava ser um adivinho nem expert no assunto para...E ele falou: "Não, eu vou, eu se assumir eu vou voltar à iniciativa privada e eu acho que eu fiz, eu cometi um erro com você principalmente". Eu falei: Não. Eu tinha o que perder, tinha outros empresários que não tinham outras empresas. Eu, graças a Deus, eu tinha. Bom, e eu sei que ele quando retornou à Prefeitura de 1997...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ele foi eleito em 1996?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Foi eleito em 1996.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E, portanto, em 1996 e novamente no ano 2000.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – É. Eu estou fazendo um histórico de 1996.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Certo, então ele iniciou...

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Em 196 ele iniciou o processo de privatização.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então eu gostaria de lhe perguntar: Durante o período da primeira gestão não houve o tipo de procedimento que depois foi descrito que ocorreu em 1997 a 2001?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não. Então na primeira gestão nada do que se comentou sobre tais procedimentos aconteceram?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Em 1997 houve segundo o que o senhor Relator, é possível que eu não tenha ouvido toda a parte inicial porque eu estava na outra Comissão quando o Senador Garibaldi Alves iniciou as suas perguntas, mas combinando a parte que eu ouvi mais aquilo que a Senadora Rosângela Gabrilli aqui relatou, no início de 1997, então, pelo que V. Sa. mencionou houve um entendimento sobretudo de um dos porta vozes de empresas de transportes, senhor Ronan Maria Pinto que dialogava com o secretário Klinger, especialmente era isso. Foi isso, não é?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Sim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então, o senhor tinha um relacionamento de sociedade com o senhor Luís Alberto Ângelo Gabrilli e Passarelli. E o senhor Passarelli, é isso?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Até 1997 não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – De 1997 para cá?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Nessa empresa que nós formamos para participar da licitação em Santo André, que é a Nova Santo André.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pois bem. O senhor tomou conhecimento de que o senhor Luís Alberto Gabrilli tinha tido um diálogo com, seja com o Prefeito, ou seja com o senhor Klinger sobre o que é que iria se combinar? Eu vou recordar um episódio que eu me lembro da senhora Rosângela Gabrilli ter aqui dito. Que houve um encontro e, inclusive, na churrascaria, numa churrascaria em São Paulo...Na *Rubayat* onde o Prefeito, restaurante *Rubayat* aonde o Prefeito Celso Daniel se encontrou certo dia com o senhor Gabrilli e teria informado que no que diz respeito às questões administrativas da Prefeitura e especialmente na área de transportes quem iria cuidar disto seria o senhor Klinger, mas nesta oportunidade não houve diálogos sobre os arranjos que depois vieram a caracterizar aquela relação que mais tarde é que então o senhor Klinger que teria conversado com os empresários de ônibus e combinado o tipo de contribuição que os empresários de ônibus passariam a dar à Prefeitura. Então eu quero lhe perguntar o seguinte: O senhor então tinha um relacionamento de sócio com o senhor Luís Alberto Gabrilli. Ambos, senhor Luís Alberto Gabrilli e o senhor tinham um relacionamento conforme o senhor mesmo aqui nos falou a pouco, de conversa com o Prefeito Celso Daniel, por vezes descordaram de procedimentos, de diretrizes, mas em muitas ocasiões o senhor mesmo há pouco disse, divergiu, conversou. Ele chegou a reconhecer pelo que o senhor mesmo acaba que nos dizer, que não foi tão bem-sucedida a diretriz que ele tomara na primeira gestão e, portanto, tinha um diálogo. A minha pergunta é: No momento em que houve, se de fato aconteceu um procedimento pelo qual o secretário responsável pela área de transportes disse aos empresários de trans-

portes. Olha. Nós gostaríamos, se assim acontecer, eu vou pedir que confirme. Nós aqui gostaríamos que as empresas de transportes pudessem dar uma contribuição por fora, gostaria que dissesse como é que foi isso, de tanto ônibus e que isso vai ser para começar, conforme salientou, trezentos e cinqüenta reais que depois foi sendo ajustado, de 1997 até 2001. Então, minha pergunta é: Qual a reação que o senhor teve e dialogando com os seus sócios e com os demais empresários, seja o senhor Luís Alberto Gabrilli, senhor Passarelli, senhor Ronan Maria Pinto e outros, olha, este procedimento é algo que é inaceitável. Nós precisamos colocar isso de maneira muito franca. Nós, eu estou me imaginando na posição do senhor. Senhor João Antônio Sette Braga, conheço o Prefeito Celso Daniel desde menino, desde...Fomos colegas. O senhor todo poderia aqui nos dizer, sempre tive o Prefeito Celso Daniel na conta de uma pessoa extremamente séria. Eu digo isso porque eu o conheci pessoalmente, fui colega dele na Fundação Getúlio Vargas, colega dele de partido, nunca vi o Prefeito Celso Daniel dizer qualquer palavra que pudesse fugir de um procedimento ético. Então, vamos supor então que o senhor tenha tomado conhecimento de que naquela reunião um secretário da Prefeitura tivesse proposto algo que o senhor discordasse. E então não seria natural que o senhor tivesse um diálogo com os seus sócios, com o senhor Luís Alberto Gabrilli no sentido, olha, nós precisamos dizer que isso é inaceitável. O senhor chegou a cogitar disso? Houve esse tipo de diálogo? Porque nós aqui soubemos pela senhora Rosângela Gabrilli, que o senhor Luís Alberto Ângelo Gabrilli, há certa altura ficou tão preocupado com a situação, com aquele tipo de pressão, que acabou tendo um problema seriíssimo de saúde. Mas isso já foi mais adiantado e não em 1997, 1998. Então...Mas em 1997, 1998, quando teria se iniciado isto, não houve a cogitação da parte do senhor e dos colegas de dizer...Eu há pouco conversava aqui com o Senador Tião Viana, porque ele falou: Mas será que não houve o impulso, a vontade dos senhores dizerem, aquele que foi seu colega num ginásio, ou no científico, que eram, nós fazíamos ginástico científico, hoje é primeiro, 2º Grau, ensino médio, mas na nossa geração era o primário, ginásio e colegial ou clássico científico. O senhor fez com o Celso Daniel o clássico?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – O ginásio.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Fez o ginásio com Celso Daniel, o senhor jogava bola provavelmente com ele ou bola ao sexto.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Basquete.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Basquete, ele jogava basquete. Então, provavelmente eram então colegas de esporte, que o Celso Daniel gostava tanto. Então, quem é colega na bola-ao-cesto, no basquete, tem condições de chegar e falar: O Celso, isso é inadmissível. Se o senhor, inclusive, disse ao Celso Daniel: Olha, não vai dar certo esse sistema de municipalização, então imaginaria que o senhor também viesse a dizer: Celso, caro Prefeito, olha, isto é algo que não é possível aceitar. Então, eu fiz essa pergunta já ao senhor Gabrilli e ele não me disse que teve esse tipo de reação, mas eu gostaria, então de saber do senhor, se o senhor, pelo menos, conversou com os seus sócios, seus colegas, como o próprio Ronan Maria Pinto, mas isso é inadmissível! Como vamos aceitar uma coisa dessas? Será que não podemos ter uma relação com a Prefeitura que seja a mais transparente possível. E que possamos ter um procedimento. Eu queria até aqui dizer se porventura houve um momento em que houve erro, não houve o momento em que dissessem: Olha. Nós erramos até aqui, mas daqui para frente vamos acabar com esse tipo de procedimento, quer dizer, num interesse maior da cidade, num interesse das nossas empresas, nós queremos ter uma relação das empresas de transporte com o Poder Público Municipal no ABC, em Santo André, para começar, que é uma das principais cidades do ABC, com uma relação exemplar. Será que não é possível isso num Estado mais desenvolvido do país e num dos municípios de maior renda per capita, ali ao lado de São Caetano, de São Bernardo, e Diadema, são municípios hoje todos com índice de desenvolvimento humano dos mais altos, não é. Então, agradeço se puder responder a essa pergunta.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Vou pegar um gancho no que o senhor falou. O meu intuito era de conversar com o Celso porque eu além de ser amigo eu era o interlocutor em 1988 quando da primeira gestão. Então eu tinha facilidade. E quando me foi comunicado, me comunicaram simplesmente porque como eu quero repetir a administração da empresa era feita pelo...Foi indicado o Ronan como interlocutor, mas a administração da empresa era feita pelo Ronan e pelo Gabrilli. Numa reunião de sócios, me participaram dessa colaboração que nós tínhamos que dar que o senhor estava, sobre os cem mil reais, sobre quando a empresa começou a operar. Eu não concordava, eu era vamos dizer, a única empresa que era de fora do município. Os outros todos pertenciam ao município. Eu estava retornando ao transporte de Santo André depois de sofrer vamos dizer, a primeira perda que eu tinha perdido dentro da empresa. Eu. Praticamente, era o pinto novo nesse galinheiro. Então,

apesar de não me conformar com isso daí eu sabia que vamos dizer, existiria a possibilidade de eu passar a ser e era, digamos, a minha vontade quando passasse para dentro da administração da empresa virar um interlocutor porque eu tinha condições de falar com o Celso...E vou dizer mais. Eu tentei falar com o Celso mesmo sem estar junto porque eu tinha liberdade de chegar mas ele estava blindado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Como foi essa tentativa?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Eu tentei de várias maneiras.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Por exemplo.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Direto, vamos dizer diretamente na Prefeitura, diretamente com amigos comuns e não sei o quê, de Associação Comercial, tudo, o Celso era um sujeito muito requisitado e ele já tava, vamos dizer, numa atividade muito grande de professor universitário e já estava, já era um dos expoentes do partido, se bem lembra vamos dizer, depois de constituinte e um monte de coisas, ele já tava com um programa que já, que os vários Governos do PT estavam fazendo. Então, o Celso era um sujeito que parava muito pouco em Santo André e ele confiava muito no secretariado dele e um dos que tinham carta branca para agir era o Klinger. Esta é que é a realidade. Então, eu conheci e também gostava e confiava muito no Celso. O Celso era uma pessoa que, vamos dizer, da mesma, do mesmo quilate do que o Gabrilli e outras pessoas, que cresceram com a gente. Eu não posso de maneira nenhuma imaginar que o Celso compartilhava disso daí porque se ele compartilhava, ele teria já na primeira gestão comigo, já teria acontecido isso. E não aconteceu nada disso. Então, a minha esperança era, vamos dizer partir para dentro da empresa e abrir esse diálogo para poder fazer isso. Mas mesmo antes, vamos dizer, eu tentei como eu estou falando, e eu tentei em 98, quando eu estava, há meses para poder subir, eu falei: "eu vou falar com o Celso", e ainda falei com o Gabrilli. Eu falei: "Nós vamos nós dois lá falar com o Celso porque nós temos a liberdade, você é muito amigo da família, convive há anos com os irmãos, não sei o que, vamos lá falar com ele".

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E foram.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Nós tentamos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E foram.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Nós tentamos. Não, nós não conseguimos falar com ele. Blindaram ele de tal maneira que a gente não conseguia falar com ele nem por telefone. Era um negócio de maluco. E as coisas ...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pediram uma audiência?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Pedimos uma audiência, tanto formal quanto informal. Nós não conseguimos falar com ele. E as coisas começaram a acontecer paralelamente às retaliações.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Então, eu achei, vamos dizer que... Que o recado tinha sido dado da maneira mais: "Olha, não tem diálogo, o negócio é esse," então...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não é que eu ia pedir desculpas, como há outros compromissos, V.Exa. já com o seu extinto investigativo eu sei o que é isso...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Só tenho mais uma pergunta. Permita Senador Romeu Tuma. Posso concluir com uma pergunta a mais só? Se durante o período 1987 a 2001 houve a consideração, a preocupação das empresas de transporte e da Prefeitura com respeito à introdução em Santo André da possibilidade de utilização de peruas e vans e outras formas de transporte que de alguma maneira competiriam com o sistema de ônibus. E que tipo de procedimento houve que diretriz houve da parte do Governo Municipal de Santo André e que diálogo houve com os empresários do sistema de transporte de ônibus? Sobre a possibilidade de instituição, como existe em diversas regiões de São Paulo, o transporte de vans, de...

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – O Celso foi uma figura muito importante nesse episódio da implantação das vans no ABC. Ele estava recém constituído o consórcio das prefeituras, dos municípios do grande ABC que é o CONSÓRCIO METROPOLITANO DO ABC. E ele se posicionou, vamos dizer, do lado da saúde das empresas transportadoras, vamos dizer da cidade, das tradicionais, as que vinham, vinham de anos e anos trabalhando na cidade e prestigiou esse tipo de transporte e não se deixou levar, vamos dizer, pela falácia do que era, e vamos dizer o transporte de vans. Se posicionou muito forte e fez, fez inclusive um manifesto junto ao Governo de Estado, as autoridades, não sei o que, se posicionando e até se prontificando a ir na justiça para poder. Ele foi uma peça muito im-

portante no que diz respeito à não, a valorização do transporte público no grande ABC contra o transporte por peruas. Ele foi de grande efeito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Obrigado.

(Troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria pedir desculpa ao Senador Suplicy, porque eu acho importante a cronologia não ser interrompida, mas como o tempo está passando com muita rapidez, então, eu acho que a gente pode se reinscrever e dar prosseguimento, senão não sobra nada para a gente. O extinto investigativo do Suplicy apaga os cinqüenta anos de polícia que eu tive na minha vida.

(risos)

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu fico realmente constrangido. Mas nobre depoente, meu caro advogado, pessoa que eu respeito muito, Dr. Braga, eu tenho, eu senti aqui durante o tempo em que aqui permaneci, quando o Suplicy estava na Comissão de Assuntos Econômicos que tinha assuntos importantes a ser discutido não ouvi o início do depoimento de você, mas eu tenho sentido durante todas as respostas e as colocações que faz o respeito que tem pela imagem de Celso Daniel de respeito, nenhuma vez fez qualquer tipo de crítica ou vinculação dele ao esquema que foi montado. Pergunto se eu estou certo dentro do raciocínio...

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Está.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, o que, que nos indica Senador Arthur Virgílio, que há uma razão muito clara de que pode ter havido uma reação de Celso Daniel a esse esquema, o que o teria levado ao seqüestro e a morte por não ter concordado com o desvirtuamento do que poderia ser uma contribuição passou a ser um esquema de extorsão. Então, eu estou querendo fazer um raciocínio, pois não... Um raciocínio lógico sobre o depoimento muito claro, acho que muito sincero, muito do fundo da alma que o senhor está fazendo. Eu realmente quando no tempo em que estava na polícia de São Paulo, teve problema de CMTC e vários assuntos que surgiram com problema de transportes coletivos. E sempre ouvi falar no Baltazar, no Constantino, no Braga, que eu não sei se é o senhor ou não, como um dos grandes nomes do Transporte Coletivo em São Paulo. Eu acho que eu estou certo, era V.Sa. mesmo, que V.Sa. tinha outro tipo de transporte, eu não vou chamar aqui a atenção de prefeitos que quebraram as empresas de ônibus com alguns esquemas de arrecadação e depois de distribuição do valor por transporte de passageiros. Então, é um outro sistema, é uma outra investigação que um dia terá que ser feita e que passou por alguns prefeitos que causaram um violento prejuízo aos homens, aos empresários de transporte. Se eu estiver errado o senhor me perdoe, mas são coisas que nós analisamos durante algumas conversas que tivemos com empresários de ônibus, inclusive, em período de eleições, extorsão clara. O senhor tem que dar tantos milhões, o senhor tem que dar tantos milhões pouco importando se dava para arrecadar ou não esses valores e vem confirmar o que o senhor falou aqui. O grande problema foi que quando o inquérito policial foi feito do seqüestro seguido de morte do Celso Daniel eles dividiram o que teria que ser uma análise profunda sobre todos os fatos que levaram a este final que é o esquema de corrupção que havia um inquérito a esse respeito comprovado já provavelmente com denúncia feita. A fuga do marginal Dionísio de Aquino Severo que foi o que coordenou o seqüestro do Celso Daniel que deve ter custado uma fortuna em razão de ter sido usado helicóptero, deve ter tido corrupção no meio e esse resgate foi coordenado com o objetivo final do seqüestro, dizem, ele de uma pessoa do Ceasa, isso não dá para aceitar, sei que V.Sa. não vai entrar em choque com a minha colocação, mas não dá para aceitar que marcaram, fizeram um levantamento de uma pessoa que não apareceu, o primeiro carro importado que aparecer vai ser o seqüestrado. O senhor é advogado criminalista conhece profundamente que jamais uma quadrilha faria isto porque ela foi montada dentro dos criminosos que já tinham praticado por experiência anterior outros seqüestros. Então, foi claramente o objetivo o seqüestro de Celso Daniel. Não dá para fugir disso, eu não vou só se cair do céu uma mensagem divina dizendo que não era isto que pretendiam fazer. Provavelmente a morte tenha sido uma seqüência não programada que é um fato diferente, seqüestrar com o objetivo de buscar documentos ou outras coisas que originaram esse esquema de não colaboração e sim de extorsão que levaram provavelmente a este seqüestro para conseguir na investigação, no aperto ao Celso Daniel resgatar alguns documentos que poderiam por em risco todo o esquema e aflorar os nomes dos responsáveis. Eu não estou questionando o senhor. Eu estou apenas achando que dentro do seu depoimento que casa com o da senhora Gabrilli, Rosângela Gabrilli, não é isso mesmo, ela falou claramente que a colaboração dela era quarenta mil e que ela levou em mãos do Ronan os quarenta mil uma vez. E ele desmente, diz que nunca recebeu, é claro, não há confronto, não há acareação, não há nada que possa pelo menos nos fazer sentir, por enquanto, quem fala a verdade,

eu não tenho nenhuma razão para duvidar do que o senhor falou aqui. Eu acredito piamente em todo o seu depoimento, pela sua história como empresário de ônibus, que não nasceu em Santo André. Ela foi uma seqüência da sua vida, da sua atividade profissional. E uma coisa me chamou atenção, é a revolta da sua irmã que é a sua sócia, se não me engano, e veio aqui um telefonema repentino, quando o senhor falou da sua irmã, queria dar para uma instituição de caridade e jamais entregar a empresa que teria tido uma filha seqüestrada no ano de 2000. É verdade isso?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – É verdade. Infelizmente é verdade.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, me telefonaram aqui para dizer: "Olha, pode ter uma relação, a irmã dele, a revolta é porque teve em 2000 uma filha seqüestrada e pode ter advindo de algumas ameaças". Que isto eu sei que é um assunto muito amargo para se trazer ao conhecimento público. Eu lhe peço desculpa por perguntar por que a pessoa insistiu que era verdade, insistiu que era verdade, que a sua irmã tinha uma grande mágoa pelo seqüestro sofrido por uma de suas filhas, não sei se tem mais de uma ou não, então, eu não vou entrar no mérito disso, é claro que cabe a investigação para ver se tem ligação com o esquema de extorsão que foi montado, porque quando o irmão do Celso Daniel veio aqui depor ele falou que levou ao conhecimento, não sei do Ronan ou do Klinger, não tenho aqui os dados do depoimento, de que a empresa da Rosângela estava sendo vítima de extorsão que tinha que parar e que poderia refletir em cima do nome do irmão, aí acusaram-no de ser lobista que ia lá para proteger a empresa, que estava sendo extorquida. Pô, uma extorsão para ir lá pedir a manutenção da empresa tem divergência. Ele foi lá para pedir para não extorqui mais, pelo menos ficou claro isto aqui. Então, esta colocação de que iam com uma arma e colocavam sobre a Mesa no dia de ir buscar o dinheiro. Alguma vez fizeram com o senhor isso também?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque há, por exemplo, se tem um acordo entre empresário, construtora ou não, com uma obra pública ou com uma empresa de ônibus, é um acordo de contribuição sem trauma, sem trauma. Quer dizer olha, eu superfaturo 20% eu passo, então é um acordo que ninguém vai reclamar. Não há confronto. Mas chega ali você tem que pagar tanto, é claro que tem confronto, porque, eu estou pondo a minha empresa aqui o Suplicy tentou esclarecer aqui porque que, que não chegaram e disseram isso ao prefeito, como a Rosângela.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Nós tentamos. Nós tentamos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, eu entendi a resposta do senhor.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – E o Gabrilli, vamos dizer, junto comigo tentou, vamos dizer só depois que eu fui embora ele não conseguia falar com o prefeito, eu acho que aí que ele foi bater no irmão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E a Rosângela filha, porque ele faleceu, não é, o Gabrilli?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não. O Gabrilli não. Ele está muito mau de saúde.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A filha assumiu a empresa?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – A filha assumiu a empresa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E a Mara que é irmã dela disse que ficou horas e horas na porta do então candidato a Presidência e foi recebida, bem recebida pela família e relatou o fato. Então, eu acho que alguém falou com o prefeito: "Olha, vê direito o que está acontecendo aí." Ou daqui a pouco a gente vai pensar que estava todo mundo dentro do esquema, se ninguém falou com ninguém, ninguém reclamou, ninguém exigiu uma providência, não os empresários, porque V.Exa. disse que, V.Sa. disse que não conseguiu relatar, mas reclamou por várias vezes das reuniões que se desenvolviam. Então, o que se formou lá é um esquema criminoso doutor, por isso que eu falei que é crime mesmo extorsão organizada e não pode deixar de iniciar por organização criminosa, bando, ou quadrilha, três ou quatro formam um bando e quadrilha. Não é isso que diz o código doutor? Então, tem bando e quadrilha para prática de extorsão que chegou a seqüestro e morte. É gravíssimo isso, senhor Braga. O senhor vê todo esse sistema, eu acho que o senhor saiu na hora certa. O senhor não foi trouxa de galocha para permanecer no esquema que poderia, sem dúvida, levá-lo talvez, até à morte ou a um comprometimento que não teria saída. Não sei se meu tempo esgotou, Presidente, mas eu tenho aqui uma, do relatório do EXPRESSO SANTO ANDRÉ. O senhor conhece o EXPRESSO SANTO ANDRÉ?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – NOVA SANTO ANDRÉ.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É, diz que aparece num relatório a parcela onerosa parece com despesa de EPT, despesa com empresa pública de transporte. A parcela distorção aparece no relatório como despesa ADM, despesas administrativas extra contabilidade. O relatório está aqui. Então, eu pergunto: Como era pago os cem mil, era cheque, dinheiro,

documento bancário ou eles iam buscar mensalmente em espécie?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Eu não participava da administração então esse dia a dia e esse mensal vamos dizer.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Quem que pagava?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Quem pagava a parte, vamos dizer, a NOVA SANTO ANDRÉ pagava com, geria o próprio caixa e pagava do próprio caixa, porque era uma empresa que geria o próprio caixa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sim. Mas quem que pagava e se tinha registro desse pagamento com alguma forma como diz o relatório aqui encaminhado?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Acho que pode até ser, mas vou te falar, depois que eu saí da empresa eu piquei tudo de raiva da empresa, e não quis mais saber desse negócio. Como eu não estava na administração nos dois primeiros anos...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas o senhor não estando, eu não estou lhe questionando não, estou só querendo esclarecer.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não. Era mensal e eles recolhiam lá na empresa. Eu ouvi pelo Gabrilli, até me falar até por que vamos dizer, eu não participei...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Gabrilli era sócio...

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – O Gabrilli era os dois administradores. Ele tinha uma outra empresa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele tinha outra empresa que pagava quarenta mil por mês. Mas se o senhor estava na administração teve acesso ao documento e destruiu.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Muitos dos documentos, vamos dizer, que passados os cinco anos, vamos dizer, eu saí da empresa em 2000. Está certo?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não sobrou nenhum pedacinho para nós aí não. (inaudível)

(risos)

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Os documentos, vamos dizer que, são de junta, mandado de segurança que ainda, vamos dizer, estão efetivados... Não sei o que, eu tenho, eu trouxe, estão aqui à disposição. Outros eu nem...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Provavelmente a assessoria vai fazer a análise. Eu quero agradecer, desculpe trazer o problema do seqüestro, mas eu acho que é importante quando a gente tem que analisar que está lidando com organização criminosa. Presidente, muito obrigado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa. E Senador Arthur Virgílio, só para uma correção do nome de requerimento que foi aprovado anteriormente nesta CPI. Tem uma parada técnica de V.Sa., enquanto V.Sa. vai eu vejo aqui essa, essa correção. Senador, Senadores, foi aprovado nesta sessão, na sessão anterior o requerimento à CPI da senhora Nelma Mitsui Penasso Kodama e houve o nome aprovado veio, não era correto. Para evitar qualquer problema nesse sentido nós queremos só recolocar o próprio requerimento com a correção do nome, que então já fiz contato com o advogado da doutora Nelma e ficará a sua oitiva que era para o dia de hoje, ficará para terça-feira após o carnaval. Então, só para que nós possamos corrigir, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 58 da Constituição Federal e da lei 157952 bem como nos dispositivos regimentais aplicava a espécie, requeiro que seja sanado o erro material contido no requerimento nº 321 de 2005, corrigindo-se o nome da testemunha convocada para Nelma Mitsui Penasso Kodama, CPF aqui citado, Senador Antero Paes de Barros. Em discussão. Não tendo quem queira discutir em votação, Senhores Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Eu, em função da ausência rápida do nosso depoente, eu quero comunicar ainda aos senhores... Eu quero comunicar aos senhores Senadores que conseguimos um contato com o senhor Francisco das Chagas Costa, que faria o seu depoimento na próxima quinta-feira e ele concordou em antecipar esse depoimento para o dia de amanhã. Então, nesse caso vamos, não vamos fazer oitivas, nem sessão na quinta-feira e a antecipação do motorista Francisco das Chagas Costa que mora em Brasília e concordou em antecipar o seu depoimento. Então, amanhã nós ouviremos o Francisco das Chagas Costa que foi antecipado e o senhor Evaldo Rui Vicentino que já estava programado. É a nossa programação para o dia de amanhã, quarta-feira. E na quinta-feira, evidentemente, não faremos sessão. Senador Suplicy para uma questão de ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem. Sim, só para o andamento de nossos trabalhos. Fui informado de que amanhã haverá Ordem do Dia desde as 9hs da manhã só para, então, só queria sugerir que sejam organizados os nossos trabalhos à luz das obrigações que todos teremos em plenário. Apenas isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Cumpriremos o regimento, Senador Suplicy. Aguardaremos a matéria que serão votadas e

evidente se confirmar o que informa V.Exa. nós vamos aguardar o término.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E daí então, provavelmente seria à tarde?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – À noite, à tarde nós temos que fazer essas duas oitivas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu estarei aqui, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu não tenho a menor dúvida disso, que V.Exa. estará presente Senador Suplicy. Bom então, essa informação. Então, fica desta forma convocada reunião para amanhã inicialmente a partir das 11hs da manhã para as oitivas do Sr. Evaldo Rui Vicentino e do Sr. Francisco das Chagas Costa. E cancelada a reunião da quinta-feira na CPI. E após amanhã teremos, na terça-feira após o carnaval a presença da Dr. Nelma Mitsui Penasso Kodama, que é a proprietária da HAVAÍ CÂMBIO E TURISMO DE SANTO ANDRÉ. Estamos aguardando aí o nosso João Antônio Sette Braga, que teve o direito a um intervalo, parada técnica. O próximo orador será o Senador Arthur Virgílio e em seguida o nobre Senador Flávio Arns. Sr. João Antônio está ali sob a coordenação e a orientação do Senador Suplicy.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Pelo visto, senhor Presidente, foram duas as paradas técnicas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Duas as paradas técnicas. Uma, teve também a parada sob o comando do Senador Suplicy. Sentindo V.Sa. totalmente recuperado, Dr. João Sette Braga, eu concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Comprimento o senhor Presidente, senhor Relator, senhores Senadores e o depoente e os seus advogados. Mas eu estou convencido, senhor Presidente, de que tem uma tecnologia inicial muito utilizada pelo PT que no começo é aquela história. Não tem cão caçava com gato. Era lixo, era pequenos fornecedores de Prefeitura e ônibus para chegar a recursos de campanha eleitoral. Essa licenciosidade e essa tecnologia eu estou colocando aspas orais em tecnologia, terminaram nessa degenerescência que é o mensalão. Não tenho dúvida. Foi evoluindo ou foi degenerando e terminou no mensalão. Eu vejo, por exemplo, uma complicação enorme nesse caso Santo André. Enorme. Outro dia esteve aqui um juiz de Cuiabá, juiz Federal de Cuiabá, Sr. Julier. Acredito que o PT colocava a maior fé de que ele viria para cá faria acusações bombásticas ao Senador Antero de Barros e que o Senador Antero de Barros sairia daqui direto para a Comissão de Ética. O juiz é que saiu daqui de cabeça baixa porque o Senador Antero se defendeu como um homem de bem deve fazê-lo, argumentos irrefutáveis com altaneira com coragem e com dados, porque não basta ter só a coragem, precisa ter a própria honradez por trás para escudá-lo. Nem a proposta de Cuiabá o grande amigo dele que foi candidato pelo PT lá a prefeito na última eleição, Sr. Alexandre César, acabou de ser enquadrado pela Polícia Federal, indiciado por crime de caixa-dois de campanha. A justiça anda mesmo a cavalo. Não sei nem se a justiça é divina. A própria justiça dos homens está começando a andar a cavalo também. Mas, muito bem, a sessão foi suspensa e por sugestão do Governo, não nossa, foi suspensa dando um grande alívio para o juiz que estava acossado pelas verdades do Senador Antero, precisamente nesse momento drástico, mas volta e meia e é aí que eu quero chegar. Volta e meia à gente fala de qualquer assunto. A gente fala de Flamengo, Corinthians e Santo André. A gente fala de Miss Brasil, Miss Universo, Santo André. A gente fala de homem que vai para o espaço, Santo André. É um fantasma que deve está assombrando muita gente. É um fantasma. E ele falava em Santo André, ou seja, aquele tal comendador Arcanjo, aquele bandido legendário lá de Cuiabá, ele tinha lá seus envolvimentos com Santo André, essa história de dinheiro para fora, enfim, certos nomes que são muito manjados nessa crônica criminosa, essa crônica policial que envolve assassinatos, envolve tudo que a gente conhece, propina, extorsão, tudo isso. Já estava começando a ficar bom, porque de qualquer maneira o assunto Antero ia se esgotar e era Santo André o que entrava em pauta, ou seja, a gente não pode nem tratar de um assunto de Cuiabá porque dá em Santo André. Não dá nem para o PT imaginar que vai encurralar um Senador de outro partido porque lá vem Santo André de novo. Daqui a pouco não fazem mais nada. Não compram uma flor para dar para a namorada porque lá vem Santo André de novo. Não pode comer um sanduíche natural, Santo André. O dono do sanduíche. É uma coisa complicada. Eu parabenizo V.Sa. por ter vindo aqui sem o abrigo desses habeas-corpus complicados aí. Mas eu tenho aqui dados que são, o senhor acaba de confirmá-los, a existência da extorsão às empresas de ônibus, a senhora Gabrilli esteve aqui outro dia, ela dá nome às empresas. ENSA, SÃO JOSÉ, HUMAITÁ, CURUCA, PADROEIRA, SÃO CAMILO, par com as respectivas quantias. No final se fazia um caixa que se não era para o Prefeito, que todos dizem que uma pessoa de bem que não deixou patrimônio, evidentemente, que isso aí era para outros fins, ou para enriquecimento de terceiros ou para objetivos políticos. Mas o fato é que tinha ali

a extorsão, tinha ali a negociata e isso aí significava o quê? Vantagens tarifárias. Ninguém dá nada de graça se tem a ilegalidade como meta. Eu queria, não vou lhe tomar muito tempo, me chamou atenção o senhor ter dito assim, incitado pelo Senador Suplicy o senhor disse: "Tentei chegar a ele." E a expressão sua textual o senhor disse: "blindaram ele de qualquer maneira". Eu aqui que fui colega do Celso Daniel, tinha por ele estima. Intimidade nunca tive, mas tinha estima por ele, uma pessoa de comportamento parlamentar correto. E eu fiquei aqui pensando nessa ironia triste. Quer dizer, blindaram para ele não ouvir o que o senhor tinha para dizer para ele. Mas não o blindaram e abriram à porta do carro blindado para que ele fosse assassinado. Um carro daquele tamanho uma Pajero, ela passaria por cima de um gol. Ela blindada, um golzinho não teria como chegar perto. Ela passaria por cima do gol sem nenhum desequilíbrio. Ela iria por cima do gol como se fosse um filmezinho de ficção, no entanto, ele pereceu ali depois, não sem antes passar por perícias terríveis conforme ficou provado depois e tentaram muito cinicamente desmentir isso. Ele foi (inaudível) foi torturado, ele foi submetido a tudo que é degradação que se pode impor a um ser humano, porque o carro dele abriu a porta. O carro blindado que foi feito para não abrir a porta, nesse caso abriu a porta e quem estava no golzinho pôde fazer o que fez com ele. E aí vários azares aconteceram e várias coincidências. O pobre do garçom que ouviu a conversa, que ouviu a última ceia morreu. Foram matar o garçom e tinha alguém que viu o garçom ser morto, morreu. Tinha um outro, morreu. Tinha mais um outro, já estamos em oito. Outro dia sumiram com um rapaz lá que estava preso, um menor. Felizmente o rapaz apareceu. Mas aqui já estava todo mundo dando o rapaz como mais um numa triste coleção de homicídios, a ponto da gente duvidar até do suicídio do senhor, do senhor... Lá do perito. Muito bem, eu tenho uma pergunta a lhe fazer. O senhor disse: "Blindaram ele de qualquer maneira." O senhor teria como me dizer nomes, sobrenomes das pessoas que blindaram de qualquer maneira o prefeito Celso Daniel a ponto de ele não ouvir as denúncias que o senhor teria que levar a ele?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Eu não posso precisar, vamos dizer, para o senhor, Senador, quem eram. Era quem o cercava. Desde os secretários, desde chefes de gabinetes e, vamos dizer, e de pessoas que o cercavam, que os assessoravam, porque nós tentamos falar com assessores. Eu tentei conversar com assessores, com gente. Por isso que vão dizer, eu sei que o próprio Gabrilli, vamos dizer, tentou, então, por isso acabou que acabou indo conversar com o irmão. Essa que foi a realidade, porque também não conseguia. É o seguinte, quando uma pessoa vive, você convive com uma pessoa a vida inteira, vamos dizer, ela cresce com você, é seu amigo, você está com ele no cotidiano, mas depois que vira uma pessoa pública, uma coisa que, vamos dizer, se torna mais difícil o acesso normalmente. Lógico, eu chamei São Bernardo e Santo André de província porque eu cresci e nasci lá e não sei o que... E para mim aquilo sempre vai ser uma província. Então, saia na rua e você encontrava todo mundo. Não é, vamos dizer, a mesma coisa que existia há trinta anos atrás na região. Mas eu não posso precisar para o senhor, vamos dizer, eram quem os cercavam e era um staff e dentro dos quais, vamos dizer, os secretários, os secretários Klinger e não sei o que...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – O senhor não lembra de outros nomes?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não..

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Olhe só, por exemplo. Se o Secretário de Turismo estivesse lá. Dificilmente faria parte desse circulo. Secretário de Turismo não.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não. Eu vou fazer só um comentário. O Celso levou muita gente de fora de Santo André, para ser, para ser seus colaboradores. Então, até vamos dizer, não sei, vamos dizer, lógico, por capacidade ou por, ou por identificação, o que for, então você que era da cidade e era, vamos dizer, muitas vezes você não... Esse pessoal que o cercavam, até chefe de gabinete, não sei o que, a gente não conhecia, era uma pessoa estranha para nós. Entendeu? Não tinha o acesso que você teria com a própria pessoa do prefeito.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – O senhor lidando ali, o senhor lidando ali com ele, o senhor interessado na Prefeitura como era, tinha negócio lá, essas pessoas. O senhor se lembra a quem o senhor falou? O senhor disse: "Olha, eu preciso avisar o prefeito." E começaram a estabelecer uma barreira para que o senhor não a ultrapassasse. Esses nomes são os nomes que interessam para a CPI investigá-los...

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Eu não vou te citar, porque eu não tenho assim, vamos dizer, que especificar. Eu já torno a repetir, eu procurei amigos comuns. Eu procurei um monte de gente, de um monte de maneiras de falar com o Celso, não consegui.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Quando o senhor diz assim que...

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Eu usei a palavra blindado, porque me pareceu... Inatingível entende?

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Supostamente não queríamos que o senhor transmi-

tisse a ele notícias. Então, me parece que a quadrilha é maior, porque se fossem dois ou três o senhor lembraria com certeza. Parece aquele conflito. A quadrilha é maior. A quadrilha é imensa porque muitas pessoas interessadas em não deixar o prefeito tomar conhecimento de algo, de algo de gravidade. Mas enfim, se o senhor ao longo dessa sua, dessa sua fala à CPI se lembrar eu creio que será de utilidade prática, dá nome, sobrenome, se tiver o CPF bom, tiver os telefones bom, porque é a partir daí que se vai se aprofundar nesse campo investigações que precisa chegar ao fim. Eu só me espanto da gente não ter tanta gente... O PT não está agoniado para ver isso resolvido. Isso me espanta. Porque todos declaram amor ao Celso, amizade ao Celso, todos são muito emotivos quando falam do Celso. Mas quando uns obstaculizam as investigações e outros não estão agoniados para vê-la até o final. Quando você tem um companheiro seu que morre, você sabe que não tem nada a dever ali, ninguém perto de você tem nada a dever, você fica com uma gana santa de querer resolver. Mas ele não. Não há uma gana de querer resolver. Mas ele não. Não há uma gana. Todos pranteiam muito mas... E uma coisa estranha. Os parentes não gostam deles. A viúva do Toninho lá de Campinas não suporta a alta hierarquia do PT, os irmãos do Celso Daniel não suportam. Aqui já chegamos a ouvir que um era louco, que o outro era não sei o que. Enfim, eu considero isso tudo muito estranho. Muito estranho. Muito estranho. A ponto de dizer sempre. Eu digo sempre. Eu sou católico, então a gente sempre diz: "A gente associa santo a milagre." Mas eles estão desmoralizando o nome do santo, porque santo ao invés de produzir milagres está produzindo morte, está produzindo cadáveres, está uma coisa complicada. Muito obrigado, ao senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senhor Presidente, senhor Relator, Dr. Antônio Sette Braga, também advogados que o acompanham. Várias pessoas mencionaram três aspectos em relação a Santo André. O primeiro deles de que estaria praticamente já consolidada a idéia de que o que aconteceu infelizmente com o prefeito Celso Daniel foi um crime de mando e não um crime comum. Eu só quero dizer que em todos os depoimentos que tivemos nesta CPI através dos Delegados da Polícia Civil de São Paulo e, inclusive através de um Delegado da Polícia Federal este fato não está ainda de maneira alguma consolidado nessa direção. E acho que é importante que se diga isto. Os Delegados da Polícia Civil foram assim interrogados à exaustão eu diria, perguntou-se a eles todo o detalhe do crime. E a opinião deles até este momento é de que continua sendo crime comum. Inclusive, tivemos, olhamos aí o depoimento, o interrogatório, melhor, de um dos suspeitos da própria Polícia Federal e, inclusive, pedimos para que esta fita fosse enviada aos promotores lá de São Paulo, os delegados de São Paulo que acompanham o caso, para que isso possa subsidiar, inclusive, as investigações. Agora, interessante de se ver a atitude profissional dos delegados no sentido de dizer que eles estão abertos para coisas novas que apareçam, mas que toda a investigação conduziu a este resultado de crime comum até agora e não crime de mando. Quer dizer, as pessoas falam tanto em termos de crime de mando que a própria população acaba achando que foi um crime de mando, e não um crime político. Mas isto não está de maneira alguma configurado. O Senador José Jorge colocou como algo assim já esclarecido praticamente, mas não é o que acontece. Eu quero só prestar esse esclarecimento também. Agora, tem que ser investigado, se existem dúvidas. E a polícia está investigando, o Ministério Público está investigando e que a verdade apareça. No fundo que a verdade apareça se é de um jeito ou se é de outro. Não sou eu também que vou dizer se foi crime de mando ou se foi crime político. As investigações tem que conduzir a este esclarecimento para toda a sociedade brasileira. E a gente espera que a investigação leve a este esclarecimento. O segundo aspecto de que teria levantado pelos Senadores que teria havido uma operação abafa em Santo André. Quer dizer, não sei por que operação abafa se em 2002, e conduzido de uma maneira ressaltada por todos, de uma maneira muito adequada, toda a investigação foi feita não por um Governo do PT, mas foi feita por um Governo do PSDB enaltecido, não é por causa disso que a gente vai dizer que o PSDB abafou, não fez de uma maneira adequada, de maneira alguma. O Governador Geraldo Alckmin, Polícia Civil de São Paulo, Secretário de Segurança, Presidente Fernando Henrique Cardoso, e conduziram de uma maneira rápida pedindo o envolvimento da Polícia Civil, da Polícia Federal, do Ministério Público. Então, todo o aparato, todo o instrumental institucional foi colocado à disposição lá de São Paulo para ajudar a esclarecer. O que se quer é esclarecimento dos fatos. E em termos dos aspectos mencionados que foi o terceiro aspecto de propina ou extorsão como o senhor falou, que aconteceu e realmente isto o Senador Tião Viana até colocou, que realmente seja investigado também, investigado profundamente e que, na verdade, as penas recaiam sobre quem tiver cometido qualquer tipo de ilícito, então, isto também tem que ser colocado. Quantas mortes aí que o Senador Arthur Virgílio colocou que muita gente morreu, a Polícia Civil e a Polícia Federal

nos depoimentos esclareçam à exaustão as mortes, inclusive, o Delegado da Polícia Federal que esteve aqui presente ele próprio colocou que foi ameaçado com arma e poderia ter morrido, mas por uma razão diferente daquela que ele estava investigando. Se ele tivesse morrido seria mais uma morte atribuída ao episódio Celso Daniel. Então, na verdade o pessoal procura puxar de todas as maneiras, lógico, a gente até entende, há interesses partidários, interesses eleitorais, interesses de denegrir a imagem do próprio partido, do Partido dos Trabalhadores. Então, mas que no fundo, o que toda a sociedade deseja é que os fatos sejam esclarecidos. Têm que ser esclarecidos, pessoas punidas, as coisas investigadas pelas instituições. Eu acho que as instituições em função desses episódios todos no Brasil é que tem que ficar mais fortes, mais transparentes, a polícia fazer o seu trabalho, a Polícia Federal, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e a própria CPI, que também tem o seu papel constitucional para fazer também as investigações assim necessárias. Quanto aos depoimentos do juiz de Mato Grosso, do Mato Grosso, o Juiz Federal e quanto ao depoimento do Procurador da República, o Dr. Taques. Nós esperamos que o Dr. Taques. Venha, é Taques. Não é? Taques. Que ele venha na primeira oportunidade fazer o depoimento. Eu lastimo, inclusive não pude estar presente em função de falecimento de pessoa da família na semana passada, mas eu lastimo que o depoimento do juiz não tenha ido até o final acho que tem que...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Informação a V.Exa. que foi uma sugestão do Senador Tião Viana.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu sei disto e lastimo. Porque eu acho que deveria ir até o final o depoimento, inclusive se for necessário concluir para que seja levantada toda e qualquer ligação do conhecimento que o juiz e o procurador tem e são informações assim de investigação muitas delas correndo até, eu acho pelo que me foi relatado por outras pessoas em termos de sigilo de justiça. Mas que possa também esses depoimentos lançar luzes sobre todo e qualquer episódio, seja sobre episódio de Santo André ou sobre outros episódios dentro da vida pública brasileira. Então, que as pessoas façam esses depoimentos também. Então, esses esclarecimentos são necessários eu diria também para toda a comunidade que nos acompanha, também em termos dos encaminhamentos desta CPI, e também particularmente nessas questões aí que todos nós desejamos ver totalmente esclarecidas em termos, do que aconteceu, em termos de Santo André. Mas o que vem acontecendo em termos do crime organizado e também dos bingos. Eu também não tenho, assim, eu apreciei, inclusive, ver o depoimento do senhor, assim no sentido de que a família já está se dedicando a esse tipo de atividade há quase cem anos, começando com, vamos dizer, o trajeto que as carroças faziam para Santo André que era o transporte 1908, portanto, noventa e oito anos atrás e mesmo dos ônibus também há quase cinqüenta anos, e aquilo que o Senador Tião Viana colocou, realmente, quer dizer, colocando assim o questionamento que se faz hoje em dia em termos de uma série de denúncias em relação às empresas de transportes ou empresas de saneamento também onde a gente vê muita dificuldade, que realmente às empresas tradicionais, históricas, que tenham serviços prestados à comunidade, que realmente haja sim a construção de critérios corretos, lógicos, transparentes. E que a população saiba exatamente o que está acontecendo. Todos nós lastimamos que dentro desta atividade empresarial que também tem tanto a oferecer aí para o desenvolvimento, para o bem-estar, para o conforto de toda a população, para o deslocamento rápido, melhorar a qualidade de vida, que haja como em outras atividades, como o senhor mencionou também, que haja essas dificuldades. Eu só queria perguntar uma coisa para o senhor. A senhora Gabrilli, Rosângela Gabrilli ela mencionou de acordo com o relato de outros Senadores de que a empresa estaria sendo extorquida em termos de quarenta mil reais, pelo menos foi o depoimento, e o senhor mencionou cem mil reais. Existe alguma controvérsia aí ou alguma coisa que não tenha sido explicada, talvez?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – É o que eu vou repetir para o senhor, acho que o senhor não entendeu quando eu falei que isto tem que ficar bem claro. Quando eu falei cem mil reais, eu fui comunicado que era o sistema de ônibus. Ela recolhe não só, vamos dizer, pela empresa dela, como por essa empresa que ela fazia parte, o pai dela fazia parte comigo que era a NOVA SANTO ANDRÉ. O sistema, eu falei sobre o sistema.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O sistema a que o senhor se refere, é o conjunto de empresas?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – O sistema é o número das empresas que operam dentro da cidade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quer dizer, sendo as empresas da qual o senhor fazia parte ou outras o total seria...

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Era a somatória das empresas que operavam no município mais essa empresa que eu fazia parte. Eu era um dos cotistas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O conjunto das empresas deveria fornecer então cem mil reais.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Isso em 1997.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Para esse caixa que havia sido estabelecido. E a senhora Gabrilli, provavelmente estava dando então quarenta mil reais.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Referente à parte dela.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Da empresa da qual o senhor também fazia parte anteriormente. Em 1997 o senhor não era sócio do Gabrilli?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não. Nessa empresa NOVA SANTO ANDRÉ, sim. Além de ser sócio dessa empresa o Gabrilli tinha uma outra empresa chamada VIAÇÃO SÃO JOSÉ, que ele tem até hoje, aparte dessa. Ele tinha uma segunda empresa. Então, vamos dizer, ele além de fazer parte da EXPRESSO NOVA SANTO ANDRÉ comigo no mesmo percentual que eu fazia, ele tinha uma segunda empresa que era só dele. Dele e do Passarelli.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Certo. Bom...

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Então, ela, quando ela falou em quarenta mil ela se referiu à empresa dela. E eu quando falei nos cem mil eu falei sobre o sistema. O sistema o que, que é? Compreende todas as empresas da cidade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Todas as empresas.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Sistemas da cidade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O sistema seria arrecadação? **(02:28:31)**

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – O sistema não, vamos dizer, o sistema de transporte. É o que é formado pela somatória das empresas que operam no município.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Que era a extorsão desses cem mil.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Era desses cem mil

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quer dizer, o conjunto das empresas...

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Tinha que arrecadar cem mil reais.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Era forçada a contribuir, o conjunto do sistema era forçada a contribuir com o valor de cem mil reais. Só mais uma coisa que talvez até o senhor tenha explicado, mas me desculpa se tiver sido acontecido isso. Como é que o senhor soube disso tudo? O senhor disse que...

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Que participaram.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Como é que a notícia dos cem mil, como é que tudo isso foi discutido? Como é que o senhor soube que era obrigatório fazer essa doação compulsória nessa extorsão como o senhor falou de cem mil, como é que o senhor sabe que isso acontecia?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Quando eu fui, eu fui comunicado por quem era, vamos dizer, o interlocutor com o Poder Público conosco, que era o Ronan.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Que era o Ronan no caso.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Ronan e o Gabrilli que estava administrando a empresa eles que faziam, vamos dizer, o meio de campo entre os sócios empresários e o Poder Público.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Isso lá em 1997?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – 1997.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quer dizer, o Ronan e o Gabrilli chegaram para o senhor e disseram: "Olha, o pessoal comunicou que tem que"... Quem que comunicou da Prefeitura? Eles não falaram na época?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não, não falaram. Eles nem comunicaram a gente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O que o Senador quer saber, o senhor disse que o Ronan era o meio de campo.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – O interlocutor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E essa bola era lançada para quem dentro da Prefeitura?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas o senhor disse no começo aqui que tinha uma figura dentro da Prefeitura que discutiu com o Ronan e foi comunicado. O senhor falou aqui no Klinger.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não. O que o eu falei que o Klinger, era o Secretário de Transportes e praticamente, vamos dizer, nomeou o Ronan como interlocutor. Ele era o interlocutor entre o poder público e nós. E entre os sócios eram os administradores que estavam lá que por coincidência se repetiu o Ronan e o Gabrilli. É isso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então, eu só queria perguntar assim para reavivar um pouco o diálogo que o senhor provavelmente teve naquele pe-

ríodo com os seus sócios, o Ronan e que eram sócios à época, depois o senhor deixou a sociedade, o Ronan e o Gabrilli, quer dizer, como é que teria sido essa conversa? "Olha se a gente não pagar esses cem mil nós vamos nos arrebentar aí, eles vão fazer, nós participamos de uma reunião, tem que dar os cem mil." O senhor não se lembra assim de como que foi essa conversa relatada pelo Ronan para o senhor?

SR.JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) –Não. Não se lembra. Muito bem. Então, ta bem. Eu agradeço. Eu lamento que como o Senador Suplicy colocou, quer dizer, o Estado de São Paulo, municípios prósperos, não é, com desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano importantes, se nós olharmos assim esses municípios na Grande São Paulo, são municípios que tem que assim se orgulhar do desenvolvimento que tiveram e tanto do ponto de vista social, humano, como do ponto de vista econômico, mas onde os critérios aí de transparência, de contratos públicos e participações tem que haver assim um desenvolvimento sem dúvida muito mais acentuado porque ninguém mais no Brasil hoje em dia pode ou deve compactuar com esse tipo de iniciativa. Então, essa questão que é localizada, mas que certamente eu acho que deve ter proliferado em tantos outros lugares do Brasil, que a gente possa através das instituições que estão investigando esse caso específico, polícia, Ministério Público, etc, que nós possamos virar essa página e ter um Brasil mais transparente. Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa. Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu gostaria de perguntar nesse final de depoimento. É que tendo em vista a convivência que o senhor Dr. Sette, tinha com o Ronan Maria Pinto, o senhor sabe como foi possível a ele obter recursos suficientes para no ano passado adquirir o controle acionário do diário do grande ABC?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não sei. Sinceramente eu não sei. Eu nem sei, vamos dizer, dessa, se essa... Se isso é verídico... Se é dele ou não é dele.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não, perdão, permita.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, por favor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Sr. Ronan Maria Pinto quando aqui esteve presente ele nos informou que presentemente ele detém um pouco mais de 50%, portanto, o controle acionário do diário do grande ABC. Ele nos transmitiu. V.Exa. lembra senhor Presidente. De maneira que essa é uma informação dada por ele próprio.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Então essa confirmação... Eu não assisti o depoimento, não sei, agora o senhor falando, mas é como nós estamos falando de comentários dentro da província, muita coisa se fala e muito pouca, vamos dizer, tem muito diz que diz. Então, a rádio peão fala muita coisa. Então, não sei, quase sempre você tem que dar desconto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) O senhor não tem conhecimento então.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não tenho conhecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas eu queria, no início do depoimento de V.Sa., V.Sa. falou que a permissão para explorar aquela empresa SANTO ANDRÉ, NOVA SANTO ANDRÉ foi pago, o senhor chamou de outorga onerosa, de sete milhões, foi isso? E Como foi pago esse dinheiro?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Foi pago quatro milhões a vista quando nós assinamos o contrato, mais parcelas, o resto em parcelas que não me lembro qual era o valor. Quatro milhões e o resto em parcelas.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Em parcelas mensais, não sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas esses cem mil reais do esquema não era para pagar isso?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não. Isso não era. Era aparte.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quer dizer que o Sr. Ronan ele afirmou quando ele fez um depoimento numa CPI, acho que na Câmara de Vereadores, ele fez uma conta. Ele não era professor de matemática?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Quem?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Ronan.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não. Que eu saiba não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Porque ele fechou a conta aqui bem certinha. Ele disse o seguinte: "De acordo com o que foi dito, a permissão custou aos sócios sete milhões que é verdadeiro. A primeira parcela de 4,2 milhões. Na realidade foi quatro milhões. A outra de quinhentos mil e mais cem, que era para fechar os cem de vinte e três meses." Quer dizer, é estranho você fechar um contrato. Podia ser em vinte e quatro, que era dois anos. Ficava

mais lógico, coisa dessa natureza. E ele aqui ao meu entender foge totalmente do que V.Sa. afirmou, do que a senhora Gabrilli falou, do que o empresário Sebastião Passarelli falou. Ele diz o seguinte: "Que vai exigir em juízo acareações com todos os que acusaram de receber propinas em nome da Prefeitura de Santo André". Na realidade o senhor em nenhum momento aqui se referiu em propina, se referiu em extorsão.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Extorsão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Está certo? A minha pergunta é o seguinte. O senhor sabe dizer se o Sr. Ronan entrou na justiça propondo essa acareação com o senhor, com o Gabrilli, com outra pessoa?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor foi notificado?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então, quer dizer que para a imprensa ele falou isso e depois esqueceu, até porque o senhor não foi notificado.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas se precisasse de uma acareação o senhor estava à disposição.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Sem problema nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tudo bem. Eu agradeço a V.Sa. pelo seu depoimento, agradeço ao convite atendendo a nossa convocação. E, sinceramente, eu devo dizer ao senhor de que pode ter certeza que em muito o depoimento de V.Sa. irá ajudar ao nosso Relator nessa questão. Muito obrigado a V.Sa., obrigado aos senhores Senadores, senhores advogados, e está encerrada a presente sessão convocada uma para amanhã às 11hs, para as oitivas dos Sr. Evaldo Rui Vicentini e do Sr. Francisco das Chagas Costa. Está encerrada a sessão.

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Eu só quero passar os documentos que eu fiquei de entregar, que estão aqui, os mandados de segurança e tudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tudo bem?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não, não, esses daqui são outros.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Esses não são mais interessantes, não?

SR. JOÃO ANTÔNIO SETTE BRAGA – Não, isso daqui não é, isso aqui é outra coisa. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Obrigado. Agradeço a V.Sa.

(Sessão encerrada às 14h35)

Ata da 60ª Reunião, realizada em 7 de março de 2006.

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às quinze horas e dezoito minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença do Relator Senador Garibaldi Alves Filho e dos Senhores Senadores, Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes, Antero Paes de Barros, José Jorge, Valdir Raupp, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Geraldo Mesquita e Augusto Botelho, presente ainda os Senadores, não membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente reunião destina-se à oitiva do Senhor Evaldo Rui Vicentini, ex-tesoureiro do PPS e do Senhor Francisco das Chagas Costa, motorista que atendia a turma de Ribeirão Preto em Brasília. Indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. Convida, a seguir, o Senhor Evaldo Rui Vicentini para tomar assento à mesa. Com a palavra pela ordem a Senadora Ideli Salvatti questiona sobre o Requerimento apresentado pelo Senador Antero Paes de Barros. Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros para os esclarecimentos. Com a palavra o Senador Tião Viana procede a leitura de documento do Senhor Paulo Okamoto sobre matéria publicada na revista "Veja" e no Jornal "O Estado de São Paulo". Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy tece comentários sobre matéria veiculada na TV Bandeirante e passa às mãos da Presidência da Comissão síntese do noticiário. Com a palavra o Senador José Jorge tece considerações sobre as ameaças aos familiares do ex-Prefeito Celso Daniel e sugere que a Comissão peça proteção Polícia Federal. Usam da palavra ainda os Senadores Romeu Tuma e Flávio Arns. Com a palavra o depoente faz um breve relato sobre suas atividades profissionais e tece considerações sobre as arrecadações para campanhas eleitorais e as ligações com o crime organizado e as empresas de lixo. Com a palavra o Relator para os questionamentos iniciais. A Presidência passa a palavra ao Senador Tião Viana para fazer seus questionamentos seguido, pela ordem de inscrição, pelos Senadores Flávio Arns e Eduardo Suplicy. O Presidente agradece a pelo comparecimento dos depoente e

informa que o Sr. Francisco das Chagas Costa irá depor amanhã. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezoito horas e sete minutos e, para constar eu, *José Augusto Panisset Santana*, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 60ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo requerimento nº 245 de 2004, para investigar e apurar a utilização da Casas de Bingo para a prática de crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias e apostas com o crime organizado. Esclareço aos Srs. Senadores e Senadoras que a presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Evaldo Rui Vicentini e do Sr. Francisco das Chagas Costa. Informo ainda que a ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa, coloco em votação propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Informo a V.Exas. que, lamentavelmente, em função da reunião da CCJ e da CAE que se estenderam até mais tarde, tivemos esse pequeno atraso, mas tenho também informações de que não teremos ordem do dia e poderemos tentar esgotar nossa pauta no dia de hoje. Convido o Sr. Evaldo Rui.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela Ordem, Sr. Presidente.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Pela Ordem, também, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Convido o Sr. Evaldo para se sentar e concedo a palavra Pela Ordem, V.Exª. tem a palavra Pela Ordem. Eu acho que é questão de gentileza de V.Exª. como sempre cavalheiro, Senador. Senadora Ideli, V.Exª. tem a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Efraim, para que não aconteça como já aconteceu anteriormente, de requerimento ter sido aprovado com problemas na justificativa e na justificativa não ter os dados devidos para embasar a apresentação, eu queria solicitar a V.Exª. que pudesse ser fornecido o embasamento dos dois requerimentos apresentados pelo Senador Antero Paes de Barros.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu peço que distribua os requerimentos, as cópias e nós vamos iniciar e quando o Senador aqui estiver presente, V.Exª. poderá argüir o Senador, já que quando da votação não foi levantada nenhuma Questão de Ordem. Portanto é matéria vencida, em relação à aprovação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Efraim, esses requerimentos não foram ainda votados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Que requerimentos?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O requerimento que solicita a convocação do Procurador da República Celso Três e do Sr. Carlos Alberto Canto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pensei que se tratava do presente. Desculpe. Serão distribuídos a V.Exª. os requerimentos. E devo informar que nenhum requerimento será votado no dia de hoje.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Se V.Exª. me permite, não quero atrasar a oitiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, pelo contrário, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – É porque nos dois requerimentos, o Senador Antero, ele coloca o seguinte: "Há denúncias de pagamentos irregulares envolvendo o Partido dos Trabalhadores, concernentes à produção de campanha de *outdoor* com dados sobre verbas e obras do Governo Lula em Santa Catarina. Suspeita-se que o pagamento dos *outdoors* foram feitos com recursos provenientes de casas de jogos. Assim sendo a presença do eminente Procurador Celso Três poderá contribuir de forma significativa para a condução dos trabalhos dessa CPI, na medida em que poderá trazer maiores esclarecimentos sobre o pagamento dos serviços pelo PT, para produção de *outdoors* bem como a origem dos recursos para verificar a existência de dinheiro oriundo de empresas de jogos. O Procurador poderá ainda explicar a influência das casas de jogos no Estado de Santa Catarina. E a mesma justificativa aparece para a convocação do Sr. Carlos Alberto Canto que é proprietário da agência de veiculação de *outdoors* FLN". Então, eu gostaria de deixar aqui explicito, Senador Efraim, que o Senador Antero tem que apresentar de onde ele tirou esta suspeita do pagamento dos *outdoors* feito com recursos provenientes de casas de jogos. Eu exijo que seja apresentado onde ele se baseia para levantar essa questão. Primeiro lugar, porque essa situação do Dr. Celso Três já foi parar lá na CPI dos Correios, essa questão do Dr. Celso Três não é o Partido dos Trabalhadores não, essa questão do Sr. Celso Três tem um único objetivo é atingir a minha pessoa, porque essa história do Sr. Celso Três está no Estado de Santa Catarina há mais de um ano rolando, há mais de um ano rolando. Foi encaminhado à CPI dos Correios e a documentação que chegou foi de pronto devolvida pelo Presidente, de acordo com o Relator determinando a imediata devolução da petição e dos documentos da petição formulada pelo Dr.

Celso Três. Só para ter a medida de como isto rola há quase um ano, no dia... E se V.Exª. desejar eu posso encaminhar a documentação. No dia 12 de agosto do ano passado, eu apresentei um extenso documento ao Procurador-Geral da República Dr. Fernandes, aonde entre outras coisas eu coloquei o seguinte: Reconhece a requerente a relevância do Ministério Público como instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa de ordem jurídica do Regime Democrático e dos interesses sociais individuais indisponíveis. Consoante prescreve o Artigo 128 da Constituição Brasileira. Demais disso tem ciência de suas importantes funções institucionais, declinadas nos Incisos I a IX do Artigo 129 da Carta Magna. Entende, todavia, que antes de exercer o contraditório principio constitucional ao lado da ampla defesa mediante os meios e recursos a ela inerentes, com quanto ainda não exista litígio em processo administrativo ou judicial, não se justifica as constantes entrevistas dadas aos órgãos de empresa pelo Procurador da República Celso Três, insistindo sem previa oitiva da acusada que está longe de apresentar bens ou rendimentos e uma série de outras coisas, que ele veiculou pela imprensa. No mesmo documento datado de 12 de agosto do ano passado, eu coloquei que: Afinal apenas quero exercer o direito de ser ouvida antes de qualquer préjulgamento, em cuja oportunidade demonstrarei que além de ter pago com recursos próprios, são bens, os rendimentos compatíveis com o valor do pagamento da veiculação e daí para frente. Não obstante eu ter tomado essa providência no dia 12 de agosto do ano passado, o Dr. Celso Três continuou a campanha pela mídia, ai eu fui obrigada, poucos dias depois, no dia 24 de agosto a, novamente, reiterar o pedido ao Procurador-Geral da República para que se o Dr. Celso Três tivesse realmente na sua prerrogativa de investigação, que ele abrisse processo, que ele me processasse. Então, no dia 24 de agosto, novamente eu volto ao Procurador, insistindo para que o procedimento fosse feito. Não foi aberto o processo, não tem nada, inclusive eu tenho aqui a reportagem que saiu no dia 6 de março agora, aonde "Denúncia sobre *outdoors* cai no esquecimento". Aonde o Dr. Celso Três, lá pelas tantas diz que lamento agora, ele aguarda o desenrolar da CPI dos Correios para quem sabe ajuizar ação civil pública que prevê pagamento de multa por Ideli Salvatti. Portanto, há um ano o Sr. Celso Três faz guerra pela imprensa envolvendo o meu nome, me ameaçando, eu já representei, já encaminhei tudo ao Procurador-Geral da República, exigindo que ele, de uma vez por todas, me processe, para eu ter direito de me defender das acusações que ele faz pela imprensa. Isto veio para a CPI dos Correios, o Presidente da CPI dos Correios devolveu no mesmo dia, porque não tem cabimento, não tem nada a ver com o que está sendo investigado nem nos Correios, nem aqui na CPI dos Bingos. Por isso que eu quero que o Senador Antero, agora ele já chegou, ele apresente as provas do que o senhor está colocando nos requerimentos, suspeitas que o... Eu fui neste quase um ano, eu fui acusada de muita coisa, de estar cometendo crime eleitoral, de estar me apropriando de obras do Governo Federal, de estar infringindo, antecipando campanha, fui acusada de tudo. Agora, de estar envolvida com casas de jogos foi a primeira vez. Então eu quero que o Senador Antero apresente de onde ele tirou esta história de que tem envolvimento de casa de jogo, porque senão eu vou entender isto, Senador Antero, vou entender isto como algo, como já teve antes, que é para me atemorizar, que é para inibir a minha atuação, que é para ficar colocando uma situação aqui que não tem nada a ver, para impedir que eu aja enquanto parlamentar, obstruir a minha atuação parlamentar. Então eu quero que esta questão aqui colocada, aquilo que V.Exª. se baseou para colocar esta frase aqui, que ela possa ser apresentada de público, de público, porque senão nós vamos ter, de novo, Senador Efraim, requerimentos aprovados cuja justificativa não tem embasamento com a verdade dos fatos, com a verdade dos fatos e aí se força uma tentativa de vinculação para trazer assuntos que nada tem a ver com esta CPI, com o andar desse trabalho. E se quer investigar jogo em Santa Catarina, tem o requerimento do Senador Sibá, de nº 300 que já é bem antigo, que é para trazer os inquéritos da Polícia Federal desmontando as redes de cassino clandestino, duas vezes já lá no Estado. Quer investigar jogo? Então aprova o requerimento e traz os inquéritos para cá, porque aqui tem rolo de jogo, cassino clandestino funcionando em hotel em Balneário, em Camboriú, isso aqui é importante. Agora votar este requerimento...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Será votado amanhã, Senadora. Amanhã eu coloco em votação esse requerimento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Agora eu espero que o Senador Antero apresente, porque ele não pode colocar na justificativa algo e eu estou aqui com toda a documentação, tudo que saiu na imprensa, todo o debate, todos os documentos que eu encaminhei, recebi. E em nenhum momento, por isso que eu estou assim absolutamente... Quer trazer o assunto pelos fatos que estão colocados, não tem nada a ver com esta CPI, mas como esta CPI também nada a ver com nada a ver. Então, agora a questão...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A senhora respeite a CPI. Não tem

nada a ver não. Tudo que foi discutido aqui está sendo provado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Está daqui eu quero que apresente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Inclusive, eu queria deixar ciente de que quando aqui foi acusado da questão do Toninho do PT, hoje a Bandeirantes provou em depoimento do Ministério Público uma testemunha, inclusive, citando o nome do empresário envolvido no Bicho que pagava propina para atender V.Exª. Então eu quero deixar bem claro a V.Exª. que respeite a CPI.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Antero cadê as provas? Que ele dê as provas?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu não aceito esse tipo de referência a nossa CPI. Eu respeito V.Exª., estou ouvindo V.Exª. tranqüilamente, o tempo necessário, agora me parece que essa CPI perturba, essa CPI faz medo ao partido de V.Exª., porque nunca vi tanta gente do PT falando mal desta CPI, sinceramente, eu lamento que haja uma preocupação. Existem pessoas aqui...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu estou fazendo essa questão...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. deve fazer essa referência não à CPI dos Bingos, V.Exª. faça referência a outra coisa menos a CPI dos Bingos, porque o que está sendo feito aqui, está sendo feito com responsabilidade, está sendo feito com transparência, está sendo tudo colocado em votação, não tem cara de pizza e não vai ter pizza aqui, e nem vai ter acordo não. Esta CPI vai apurar, eu quero deixar bem claro, se tiver outra tipo. Então V.Exª. respeite a CPI para que possa ser respeitada. V.Exª. está sendo respeitada e eu espero de V.Exª. respeite acima de tudo a todos os seus colegas que aqui se encontram, porque aqui quem faz a CPI não é Presidente não, são os Senadores e Senadoras que pertence a esta CPI e já estou aqui em mãos encaminhando um pedido de prorrogação por mais 60 dias da CP, está sendo assinado primeiro pelo Presidente e vou colher as assinaturas para que se não venha tentar deixar de votar qualquer coisa nesta CPI. Então já estou encaminhando ao plenário requerimento pedindo mais 60 dias de prorrogação a partir do dia 25 de abril. V.Exª. tem a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Efraim, o que eu estou trazendo aqui é a prova inequívoca de que eu não tenho nada a temer ou a dever sobre este caso, porque se o tivesse não teria há um ano atrás no dia 12 de agosto, e depois no dia 24 de agosto solicitado ao Procurador-Geral da República que orientasse o Sr. Procurador Celso Três para que ele atuasse como Procurador. Como Procurador ele tem a prerrogativa de abrir inquérito, de abrir investigação, ele não o fez porque não interessa a ele fazer, interessa a ele ficar fazendo tumulto e fazendo coisas pela imprensa, por isso que isto vira-e-mexe é utilizado, foi tentado utilizar na CPI dos Correios e agora, de novo, há uma tentativa de ser utilizado de novo para me calar, para que eu não fale, para que eu não aja, é isto que está colocado aqui. Quando neste requerimento vem "suspeita-se que o pagamento dos outdoors'. Foram feitos com recursos provenientes de casas de jogos, eu exijo que sejam apresentados os elementos que subsidiaram isto, porque toda a documentação de mais de um ano de debate sobre esse assunto, em nenhum momento, em nenhuma linha, em nenhum lugar, tem qualquer insinuação de vinculação com a questão do jogo em Santa Catarina. Se tem vinculação de jogo, volto a dizer, em Santa Catarina tem problema de jogo sim, e é grave, gravíssimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. já devia ter denunciado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas está aqui o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. já devia ter denunciado, está faltando coragem de V.Exª. pra denunciar. Se V.Exª. tem conhecimento disso acho que esse é o foco que precisa. V.Exª. não tem requerimento nesse sentido. Senador Antero, V.Exª. tem a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas eu não preciso apresentar um requerimento se já tem um.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Antero, V.Exª. tem a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Ou precisa ter dois?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senador Sibá não faz mais parte da CPI.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Ele é suplente desta Comissão, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. substituiu. Senador Antero, V.Exª. tem a palavra.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, Sras. E Srs. Senadores, tem um princípio no direito porque, inclusive, no último debate que nós tivemos na CPI foi claramente uma oitiva onde foi convidado também Juiz Federal, também não existia absolutamente nada em relação a mim em mais de seis anos de investigação e ele veio aqui a convite do Partido dos Trabalhadores que foi uma oportunidade que a gente teve que debater. Nessa questão aqui

existem duas figuras no direito, senão não precisava ter CPI. Quer que apresente prova, se tiver prova não precisa encaminha para o Relator, não precisa ouvir ninguém porque está provado até por uma economia processual não precisa ser ouvido. O que precisa ser ouvido é onde não está aprovado. É onde existem especulações, e no período de investigação o que é que é a CPI? A CPI é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, é um inquérito, é um período de investigação, antes de concluído, ante do relatório final do Relator não há nenhuma conclusão da CPI sobre o fato. Agora, havendo a dúvida há possibilidade do esclarecimento. No período do inquérito *in dubio* é *pro societate*. No período da decisão da votação do relatório aí sim *in dubio* é pró-real, mas não nesta fase da investigação. Então, não preciso me alongar muito, o que eu posso ou não posso escrever a autonomia do meu mandato é que me dá, quem me delegou isso foi o povo de Mato Grosso o que eu posso ou não argumentar. Eu não devo satisfações a não ser aos eleitores do meu Estado, e sustento a argumentação no sentido da possibilidade da investigação. Não há aqui, longe de mim, ser leviano e fazer qualquer preliminar contra a Senadora Ideli ou quem quer que seja, eu estou defendendo apenas um princípio basilar do Direito in dúbio pró societate. É isso Sr. Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Se o senhor me permite. Em primeiro lugar, o requerimento para a oitiva do Juiz Julier do Mato Grosso e do Procurador Pedro Taques foi de autoria do Senador Garibaldi. É isto, Senador Garibaldi? Os dois requerimentos são de autoria de V.Exª. foi o Relator que apresentou os dois requerimentos, portanto, não procede que foi alguém do Partido dos Trabalhadores que trouxe qualquer pessoa aqui para, como V.Exª., o Senador Antero disse para tentar atingi-lo. Segundo lugar, tanto o Procurador Pedro Taques que ainda nós precisamos ouvir porque naquele dia foi suspenso, eu espero que tão logo possível seja marcada a oitiva do Dr. Pedro Taques como o Dr. Julier que foi apenas interrompida, não sei se nós vamos continuar, ou não, aquela oitiva, mas os dois vieram e na justificativa apresentada pelo Relator, pelo Senador Garibaldi Alves era por conta das investigações que estas duas personalidades estavam executando na questão do jogo e da investigação do Comendador Arcanjo, é isso? É esse que estava no requerimento. Portanto, toda a justificativa tinha relação direta factual comprovada com o processo, com o inquérito, com reportagem, ou seja, os elementos que embasaram o requerimento eram incontestáveis, incontestáveis, portanto, eu volto a insistir, Presidente, eu exijo que sejam apresentados os elementos, que seja trazida uma única linha ou algo, qualquer coisa que tenha sido veiculada nesse mais de um ano que eu sofro este processo de ameaça permanente do Sr. Celso Três, sem que ele tenha exercido a atividade dele de Procurador, porque como Procurador ele tem como obrigação aquilo que ele entende irregular e ilegal abrir inquérito, abrir processo, abrir investigação e não ficar fazendo debate pela impressa. Então para que o requerimento possa ser apreciado, não pode estar apenas e tão somente na prerrogativa de alguém colocar na justificativa aquilo que entender mais conveniente, ou achar ou julgar. Não. Justificativa de requerimento tem que ter alguma base, algum elemento factual que possa permitir, por isso que eu estou exigindo, que isto que está escrito aqui tenha algum elemento que não seja tão-somente à vontade e à disposição do Senador Antero de trazer para cá algo que não tem nada a ver com esta CPI como forma de me intimidar, porque é desta forma que eu estou entendendo esta situação, é uma tentativa de intimidação clara, pública ostensiva, gritante, gritante do meu ponto de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se desejar, Senador Antero.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, só esclarecendo que...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Para encerrar o debate.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Só esclarecendo que, realmente, o requerimento, eu sabia que foi feito pelo Senador Garibaldi, da mesma forma que foi feita uma sustentação oral numa reunião antecedente por parte do Senador Flavio Arns que pediu a pressa em ouvi-lo e o fato de eu ter citado esta situação. Eu não vejo, sinceramente, problema nenhum, é por isso que nós estamos pedindo para que se venha para poder explicar, se não tiver nada, ótimo, não tem, mas se houver a possibilidade de contribuição é, evidente, que o Procurador poderá contribuir com isso. Então é apenas essa a justificativa do requerimento, e se nós formos ter que ter provas para apresentar em requerimento não precisa mais fazer nenhum requerimento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente, ninguém está exigindo provas, eu estou apenas exigindo quais sãos os elementos. Porque, no mínimo, tem que ter, sei lá, uma declaração de jornal, algo que permita o Senador Antero colocar a justificativa que se suspeita que o pagamento dos outdoors foram feitos com recursos provenientes de casas de Jogo. Ele tem que demonstrar de onde ele tirou essa idéia,

porque de algum lugar ele tirou, a não ser, e eu volto a dizer, e quero assim, relatar mais um episódio, na CPI dos CORREIOS levaram para a CPI o processo de construção da sede dos Correios achando que iam me atingir. Fizeram requerimento, trouxeram e tal, aí no final ficou tão interessante, porque é o seguinte, no dia do depoimento do dono da Construtora que está terminando a obra, depois de um litígio judiciário extenso e intenso, se descobriu que quem recebeu financiamento de campanha da Espaço Aberto não foi eu, quem recebeu foi, nada mais, nada menos, do que o Paulinho Bornhausen, ele é que recebeu financiamento da Construtora Espaço Aberto. Mas trouxeram para tentar me incriminar achando que eu ia mudar minha postura com ameaças desse tipo, porque isso aqui é ameaça, é situação para que eu não atue, para que eu não exerça o meu mandato na dignidade, quero dizer a forma muito clara. Já processei Roberto Jefferson, já encaminhei ao Procurador-Geral da República todas as minhas questões pendentes com o Dr. Celso Três que não atuou como Procurador, ele tinha obrigação de atuar como Procurador e não como debatedor de jornal, não como debatedor de jornal, e não tenho problema de enfrentar ninguém, até porque viraram a minha vida do avesso, Senador Antero, viraram a minha vida do avesso. Teve gente que ficou dois meses em Florianópolis virando tudo da minha vida, tudo, minha cirurgia, meu acidente de carro na campanha, toda a minha... Fizeram levantamento de todo o meu patrimônio, fizeram levantamento em todos os cartórios para saber que raio de patrimônio tão grande que eu posso deixar de ter ou não ter, da minha família, do meu filho, do meu ex-marido, de tudo, e eu estou aqui, e eu estou aqui. Portanto, agora esse tipo de provocação, Senador Antero, que V.Exª. gosta tanto de fazer para cima de "moa" não, para cima de "moa" não, vai fazer para cima de outras pessoas, para acima de mim não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana. Eu só quero, antes de dar a palavra, dizer que aqui nós não temos jurisprudência formada com a CPI dos CORREIOS. Nem temos nosso regimento, cumprimos o nosso regimento e vamos, acima de tudo, ter dependência de decidir qual o lado do Relator e dos senhores membros desta CPI, não precisa de referência de outras CPIs. Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores antes de fazer a minha manifestação objetiva sobre um assunto que eu julgo ser do interesse da CPI, faço questão de externar absoluta solidariedade e respeito a Senadora Ideli Salvatti, acho que ela está no legítimo direito de defender a sua honra, e entende que é um encaminhamento equivocado, então registro a minha absoluta solidariedade de defesa da Senadora. Eu gostaria de fazer a leitura de pouquíssimos minutos de uma nota de esclarecimento à imprensa emitida pelo Dr. Paulo Okamotto que diz respeito às denúncias ocorridas na última semana, na revista semanal, quando ele foi tratado de maneira delituosa também nesta matéria e ele pede o seguinte esclarecimento: é falsa a informação da Revista Veja na reportagem o Paradoxo de Okamotto, edição do dia 8 último, segundo o qual teria pago um suposto débito Lurian Cordeiro oriundo de sua campanha a Vereador em 1996". Em nenhum momento a matéria da Veja comprova a informação. Os dois cheques da agência 0302-6 do Bradesco não são de Paulo Okamotto, da mesma forma a investigação da Revista Veja erra quando afirma que a Sra. Sandra Barbosa Fornazier é secretária de Okamotto. "A Sra. Sandra Regina Barbosa nunca foi minha secretária", diz Okamotto, ela é empresária no setor de mármore e granito há mais de quinze anos. Quantas matérias divulgadas pelo jornal o Estado de São Paulo na quinta-feira, 2 do 3 e na sexta-feira 3 de 3 vem esclarecer que sobre os meus telefonemas em 2002 quero reafirmar que em todos, 2002, veja bem, Sr. Presidente, todos sabem pelo depoimento que prestei à CPI dos Bingos em 22 de novembro de 2005, fui Coordenador de Infra-estrutura da campanha eleitoral de 2002. Nada mais natural, portanto, pelas muitas e diversas atribuições nessa função que me relacionasse com freqüência pessoalmente e, óbvio, por telefone com o comando de campanha. Como é de conhecimento geral esse comando incluía o então Tesoureiro Delúbio Soares, o então Secretário-Geral do PT Silvio Pereira e o Coordenador-Geral José Dirceu entre outros. E a SEP COMUNICAÇÕES do publicitário Duda Mendonça, empresa contratada para a área de divulgação do candidato Luís Inácio Lula da Silva, e ainda mais se coloca a inteira disposição para qualquer esclarecimento complementar. Solicito ainda de V.Exª. a atenção, pretendo apresentar dois requerimentos de convocação para que possam ser votados ainda no prazo de amanhã, estou aguardando apenas a conclusão... Agradeço a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Até o final desta sessão nós aguardaremos, Senador Tião, e o que eu lamento é o que o Sr. Paulo Okamotto tenha evitado que a quebra de sigilo seu tenha acontecido por esta CPI, com tanta dignidade, com tanto respeito e sempre desmentindo os fatos que lhe envolve, mas sem coragem de abrir o seu sigilo bancário, telefônico para esta CPI. Lamentavelmente, nós temos que fazer esse registro em relação ao Sr. Paulo Okamotto. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, V.Exª. fez uma menção há pouco sobre a notícia que a TV Bandeirantes ontem fez através do jornalista Roberto Cabrini veiculado no Jornal da Band cujo coordenador é o Sr. Ricardo Boechat, hoje de manhã foi repetido. A parceria, é importante precisar, Sr. Presidente, não é uma denúncia sobre, como V.Exª. mencionou, que teria havido qualquer pagamento de propina relacionado a jogo de bicho.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não falei que houve pagamento, falei que a testemunha disse que foi solicitado pagamento. E que o que aconteceu foi que, segundo, o que foi declarado e eu fui bem claro aqui um prejuízo da ordem de 40 milhões de reais quando o prefeito num aditivo diminuiu o valor. Foi isso que eu vi na televisão, a não ser que eu esteja totalmente enganado, foi isso que aqui eu repeti. Eu não estou tratando de quem matou ou deixou de matar, eu estou dizendo da denúncia que aconteceu e que prova, segundo o Ministério Público, se trata de um crime de mando. Que envolveu a máfia do lixo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu acho que seria importante precisar, Sr. Presidente, eu encaminho a V.Exª. e às mãos do Relator a notícia dada por escrita reproduzida da TV Bandeirantes e que me foi enviada pelo Correio Popular de Campinas, mas a referência é que há uma denúncia de pessoa relacionada àquela empresa que teria tomado conhecimento de que dois diretores de empresa do lixo que se sentiam prejudicadas porque o Prefeito Toninho do PT havia sido rigoroso em tentar abaixar o valor dos contratos, e por esta razão, estariam insatisfeitos e teriam feito um mando para assassiná-lo, se isto verdade for, vamos aqui colocar que essa é uma denúncia de pessoa que está sendo objeto de averiguação pelo Ministério Público. Eu acho importante, Sr. Presidente, que possa o nosso Relator, Garibaldi Alves, conhecer essas informações aqui explicitadas talvez com maior precisão, mas não completas, então com isso nós não ficamos sabendo de tudo. Mas como, até atendendo o apelo da Sra. Rosiane esposa do Prefeito Toninho que nós averiguássemos o que, efetivamente, está sendo apurado. Então, eu encaminho a V.Exª. para que tenhamos aqui a informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Gostaria ainda de informar, Sr. Presidente, há cerca de duas sextas-feiras eu fiz uma visita ao Prefeito João Avamileno de Santo André, ocasião em que ouvi por bastante tempo o relato dele, do Secretário de Governo Mauricí e de outros Secretários a respeito de como era o relacionamento do Prefeito Celso Daniel com diversos de seus Secretários e pessoas, inclusive, junto ao Secretário Klinger, junto ao Sr. Sérgio Gomes da Silva. Avaliei, Sr. Presidente, que seria importante que a Sra. Dra. Elizabeth Satto que preside o inquérito a respeito pudesse ouvir o Prefeito João Avamileno e aqueles Secretários para que pudesse dizer de qual foi o grau de convivência, as relações e tudo aquilo que havia precedido o dia em que o Prefeito Celso Daniel foi sequestrado e depois morto, e que na sexta-feira passada, por minha sugestão, a Sra. Elizabeth Satto ouviu, informalmente, por duas horas e meia, das 4h30 às 7 da noite o Prefeito João Avamileno e diversos de seus Secretários. Avalio que tenha sido uma conversa de alta relevância para que ela possa ter os elementos necessários para que com a maior isenção avance na investigação do caso. Era a informação que eu gostaria de transmitir a esta CPI, à V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. dá uma informação importante, Senador Suplicy, e que nós vamos fazer essa averiguação também nesse sentido, até porque não sei se V.Exª. tem informação se a Polícia Federal entrou nesse caso. No caso do Toninho.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Relativamente, no caso do Toninho, Sr. Presidente, nós estamos ainda no aguardo das informações que a Polícia Federal, por solicitação minha, do Senador Romeu Tuma e Magno Malta, por decorrência da determinação de V.Exª. desta CPI, solicitarmos com respeito àquela testemunha que teria tomado conhecimento de fatos importantes, e por ocasião da visita aqui do Sr. Luna, ele disse que ainda estava em processo de levantamento de dados, portanto, a Polícia Federal tem tido, sim, a responsabilidade de averiguar, mas falta dar a informação a esta CPI. E se V.Exª. avaliar que seja oportuno, me disponho a pedir ao Diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda que possa nos encaminhar as informações, as mais adequadas, pertinentes e atualizadas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pela Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra, Pela Ordem, Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, eu gostaria só, como eu estava no Plenário cumprindo uma missão partidária de saber de V.Exª. se já foi discutido aqui nesta Comissão a questão das ameaças que estão sofrendo os irmãos do Prefeito Celso Daniel?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Até o presente momento não.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Então, Sr. Presidente, eu gostaria de levantar esse tema, porque eu acho que isso foi muito grave, inclusive, para a CPI, porque nós estamos investigando, cada dia nós temos mais informações sobre aqueles três pontos principais da questão da morte do Prefeito Celso Daniel que foi um crime de mando, que era a primeira dúvida, hoje quase que não há essa dúvida; segundo que havia um esquema de corrupção jamais que comprovada na Prefeitura de Santo André; e terceiro que havia a chamada Operação Abafa feito pelo partido e comandado por pessoas importantes, inclusive, pelo Sr. Gilberto Carvalho, Deputados e etc. Então, na hora que o irmão do Prefeito e os filhos, sobrinhos e etc. São obrigados a se mudar do país para evitar ameaças que estão sendo seguidas, eu acho que a CPI, eu proponho a V.Exª. e ao Relator que a CPI tomasse alguma providência junto à Polícia Federal, junto ao Ministério Público de São Paulo, porque senão... São pessoas poderosas que estão por trás desse crime, e pessoas poderosas, na cidade de Santo André, que a gente sabe quem são, aquele chamado trio e, além disso, pessoas poderosas em nível nacional. Então... E oito pessoas já morreram. Então, os irmãos do Celso Daniel eles têm razão da sair do Brasil, e é uma questão, você imagina amanhã se uma pessoa dessa é assassinada, você imagine a repercussão política que isso não vai ter. Então, eu acho que o próprio Senado Suplicy que é uma pessoa mais entendida na questão de Santo André poderia manter alguns contatos em nome da Comissão, junto com o Senador Tuma que é de São Paulo, para que nós déssemos as garantias aos irmãos e a família do Prefeito Celso Daniel, porque uma questão que está sendo investigada por uma CPI do Senado Federal, um dos depoentes, irmão do cara que morreu, porque, na realidade, ele é irmão do assassino que era uma das principais figuras do partido. O Presidente Lula não dá uma palavra por esses irmãos, o Presidente Lula não fala a favor dessas pessoas, eles estão entregues a sua própria sorte, eles estão contra o poder. Então é necessário que nós tomemos alguma providência e eu gostaria de levantar esse assunto para que V.Exª. pensasse, o Relator pensasse, o Senador Tuma, o Senador Suplicy que são de São Paulo e que entende bem desse caso pudesse verificar o que é melhor para ser feito para que essas pessoas tenham proteção de vida.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Desculpa, Presidente, o Senador José Jorge tem toda razão. Se nós nos lembrarmos do depoimento do irmão do Celso Daniel, o Bruno que confirmou depoimento do João Francisco, não é isso, Sr. Relator? Ele foi questionado se estava sendo ameaçado, ele confirmou que sim, que estava sendo ameaçado. Então foi pedido que houvesse a proteção e segurança para eles. E, provavelmente, uma ação psicológica do medo, porque não estão sentindo nenhuma segurança é que desagregou a família e cada um está indo para um lado, não sei nem se dá tempo dar mais segurança. Eu queria também, Senador, hoje esteve comigo de manhã, um médico com o seu irmão que participou, vai ser ouvido amanhã, participou de concorrência de lixo e ele fez o depoimento ao Ministério Público, mas está apavorado, ele, inclusive, está desestabilizado emocionalmente. Veio um atestado médico para ele fazer um depoimento reservado pelo medo que ele tem de que possa acontecer alguma coisa. Eu já requeri ao Presidente, se houver concordância com o Relator que ele faça um depoimento reservado à Comissão que ele está apavorado, está desestabilizado, o médico fez um atestado, mandou um atestado médico, veio com um irmão que é médico também e eu me comprometi trazer ao conhecimento da Comissão, da Presidência e da Relatoria essa reivindicação de que ele não quer ser exposto que está com medo, mas disposto para esclarecer todos os fatos que possam colaborar com a CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. encaminhou um requerimento solicitando uma reunião reservada, anexo um atestado médico e, com certeza, amanhã, nós colocaremos essa matéria em votação. Eu não vejo nenhuma dificuldade já que temos um atestado médico que acompanha. E devo informar que existem vários requerimentos que serão votados amanhã de autoria de vários dos Srs. Senadores. E ainda concedo a palavra, Pela Ordem ao Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu achei importante o apelo que os Senadores José Jorge e Romeu Tuma fazem no sentido de que possamos reforçar junto ao Ministério da Justiça e ao Diretor da Polícia Federal que haja a devida proteção, aliás, na linha do que V.Exª. também afirmou quando ocorreu a notícia na semana passada da viagem do Sr. João Francisco e de seu filho ao exterior, e de seus filhos. Avalio que isto seria importante e se V.Exª. achar adequado juntamente com o Senador Romeu Tuma me disponho, sim, aproveitando, já que irei dialogar com o Diretor Paulo Lacerda e também estender esse mesmo apelo juntamente com o Senador Romeu Tuma relativo às informações do que é que pode o Ministério da Justiça e a Polícia Federal fazer

para prover a devida proteção aos irmãos e familiares de Celso Daniel. Agora, quero ressaltar, Sr. Presidente, que, diferentemente, da avaliação do Senador José Jorge eu ainda acredito que não temos os elementos conclusivos para definir se foi crime de mandou ou crime comum eu acho que nós precisamos ir a fundo na apuração. Apenas isso que quero registrar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – V.Exª. me permite uma parte?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Claro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Na realidade, todas as vezes que essa questão foi julgada na justiça já ficou definido que era crime de mando, V.Exª. viu que, na realidade, o próprio Sombra foi, inclusive, condenado, ele está munido por um habeas corpus preventivo, mas no momento que esse habeas corpus for cassado no Supremo ele volta para a cadeia, porque a Justiça na primeira instância, na segunda instância e todos os lugares onde for julgado já há provas necessárias para mostrar que foi crime de mando como a gente viu, V.Exª. mesmo viu, foi lá e tudo. Eu, inclusive, me baseei muito na informação de V.Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu vi o local do crime, ouvi testemunhas sobre o que aconteceu no que diz respeito à forma do seqüestro. Nós ouvimos aqui a descrição das pessoas, ouvimos aquilo que nos foi dito pelos que praticaram, mas não há ainda provas conclusivas e definitivas de que foi crime de mando, eu considero essa uma hipótese importante, mas quero também aqui registrar, eu sou membro do PT e não vou criar qualquer objeção e barreira para que se investigue até o fim. Mas se, porventura, for comprovado que não foi crime de mando, daí o que eu desejo é saber a verdade, se foi crime comum ou crime de mando e quero colaborar com V.Exª. para ir a fundo e gostaria, Sr. Presidente, inclusive, de aqui lembrar que há um depoimento importante requerimento já aprovado no sentido de que seja formulado o convite ao Deputado Romeu Tuma Júnior que tem um depoimento importante a fazer e falta apenas V.Exª. marcar o dia em comum acordo com ele na conveniência da CPI dele. Mas isto está ainda pendente e acho que seria o momento de fazê-lo, já que temos a possibilidade de...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador Suplicy, eu só pediria uma parte bem rápido, porque o Senador José Jorge mencionou de que o "Sombra" teria sido condenado na justiça.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu não disse que ele foi condenado, eu disse que ele foi preso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Exatamente, é importante que se diga que foi preso e conseguiu um habeas corpus, está livre em função do habeas corpus e eu compartilho do mesmo ponto de vista do Senador Suplicy no sentido de que as investigações devem ser feitas para ver se o crime, realmente, foi crime comum, ou crime de mando. Agora, na verdade, isto é uma coisa que está vendo investigada, tanto que a Delegada continua fazendo as investigações, tomando os depoimentos, mas não existe, até o momento, espera-se que se busque este encaminhamento, mas não existe nada no sentido de se dizer se foi crime comum ou crime de mando, quer dizer, são hipóteses levantadas. Agora, ao mesmo tempo, só quero fazer um reparo que V.Exª. colocou antes, em termos, também, novamente, já fiz esse reparo duas semanas atrás, mas como o assunto voltou à tona, eu acho que tem que ser feito de novo o reparo para esclarecer, inclusive, à sociedade brasileira, quer dizer, no sentido de que teria havido uma operação abafa em relação ao caso Celso Daniel. Já mencionei duas semanas atrás e repito hoje para, novamente, a compreensão da sociedade no sentido de dizer que toda investigação, à época, possível de ser feita, foi feita e, inclusive, sob orientação boa, competente, eficaz na época do PSDB.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – V.Exª. permite uma parte?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sim, mas da Polícia Federal, da Polícia Civil, de todas as pessoas. Os delegados que conduziram o processo estiveram presentes aqui, responderam todas as perguntas possíveis e imagináveis e eu, inclusive, fui uma das pessoas que, independente, porque os próprios Delegados disseram: "Olha, as nossas conclusões foram essas, mas estamos abertos para que, eventualmente, fatos novos levem a novas investigações", mas eu fui uma das pessoas que enalteceu o trabalho dos Delegados em função, inclusive, da sabatina que eles se colocaram aqui, a Policia Civil, nesse caso, e o próprio Delegado da Polícia Federal que esteve aqui ele disse: "Olha, eu estive sob a mira de um revolver durante as investigações, que se eu tivesse, na verdade, sido morto, sido assassinado seria mais uma pessoa assinada no episódio Celso Daniel". O Delegado da Polícia Federal falou isso. Mas não tinha nada a ver a mira do revolver a que ele estava sendo colocado naquela situação, nada tinha a ver, segundo o depoimento dele, em relação à morte do Celso Daniel. Então, eu só quero que a gente tome muito cuidado, porque nós estamos de, uma certa maneira, induzindo a sociedade a pensar de num certo direcionamento quando não temos provas e, é importante que se diga para o povo brasileiro isso. Não temos provas no sentido de que isto foi um crime de mando.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – V. Exa. Permite uma parte?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Claro.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Na realidade, infelizmente, eu não concordo com V.Exª. Concordo com a tese de V.Exª., nós devemos ser cuidadoso e eu sou cuidadoso, eu sou um parlamentar que tenho 24 anos aqui na Casa e nunca tive problemas dessa questão de ter cuidado com que afirmo. Agora acontece que nessa situação o que nós temos é o seguinte: Em relação à questão da investigação, os familiares do Sr. Celso Daniel eles protestaram contra o fim da investigação não foi agora, não foi agora, eles protestaram no dia em que o Sr. Gilberto Carvalho e o Deputado o convocaram para dizer que a investigação iria ser concluída como crime comum. Depois daquela hora eles não aceitaram. Os Promotores de Santo André também não aceitaram a investigação. Tanto não aceitaram que continuaram, pegaram uma série de provas e enviaram o processo para a justiça e ganharam na primeira e na segunda instância, esse processo está parado no Supremo Tribunal Federal, não sei porque isso veio parar no Supremo Tribunal, porque esse "Sombra" não é tão importante assim para vir parar no Supremo Tribunal Federal, mas por essa legislação brasileira está, mas já há uma série de decisões da justiça primeira e segunda instância em relação à Operação Abafa, o próprio Delegado da Polícia Federal que veio aqui disse, textualmente aqui, que as investigações foram prejudicadas pela interferência do PT de São Paulo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não. Isso eu estava presente no depoimento aqui e ele não mencionou, aliás, ele teve um bom depoimento, foi muito seguro, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou pedir a V.Exª.s que concluam.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu vou pedir o texto para mostrar ao Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vamos distribuir as notas taquigráficas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria uma parte, se o Senador permitir, rapidinho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Claro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A investigação não foi completa por quê? Se o senhor analisar os fatos teve três eventos que se coligam, teve a fuga do presídio, resgate do chefe da operação, um fato; segundo fato, localização e investigação que aí foi o Romeu Junior que fez no local em que foi localizado o corpo e preso o Dionísio; outro fato é a corrupção existente que o Ministério Público já comprovou e o Delegado vem depor aqui depois de amanhã, não aí é Ribeirão, desculpe. Mas sobre o fato da ligação com as empresas de ônibus que as denúncias... Não houve, a chefia da investigação tinha que interligar, saber a motivação do crime. Então, eles ficaram atentos ao seqüestro e o homicídio e terminaram em dois meses. O Delegado Federal quando depôs aqui disse que houve uma diligência na casa do Celso Daniel imediatamente após por um delegado que foi impedido de fazer a devassa. Ele disse aqui: "Eu teria arrombado a porta, teria apreendido tudo..." Foi o depoimento dele aqui, está nas notas taquigráficas que impediram a diligência de busca e apreensão de documentos que poderiam colaborar com a possibilidade de investigação, porque a Polícia Federal foi muito limitada, ela foi para colaborar com a Polícia Civil e, praticamente, pouco fez das diligências que realizou. Eu não estou criticando, eu tenho obrigação de defender os delegados, eu acho que eles fizeram um trabalho bem feito dentro da preocupação única que eles não interligaram os fatos porque alguns inquéritos foram avocados, tanto é que prossegue três ou quarto separados, quando há um fato de um... O Dr. Deve saber isso aí, o nosso depoente que é advogado também, qualquer fato para saber o motivo do crime tem que ver os antecedentes dele. Então, esses antecedentes foram fragmentados em outros tipos de investigação que ainda continua andando. Eu não estou fazendo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu só quero só para concluir que foi dada uma parte...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E talvez a pressa porque estávamos em plena eleição. Então havia necessidade de quase todo mundo querer... Não abafar, a expressão abafar eu acho que é um pouco forte, mas terminar com rapidez.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sim, exatamente, terminar a Operação Abafa, eu também concordo que é uma expressão forte, terminar com rapidez, eu concordo. Havia esse clamor da sociedade, o Governo Federal, na época, desejava isso, o Governo Estadual, a família desejava. Agora, eu só quero deixar muito claro o meu ponto de vista de que eu não tenho, absolutamente, qualquer objeção à investigação a que continue, que se esclareça, que se saiba se foi crime comum, crime de mando, tem que ser esclarecido, não tenho dúvida nenhuma em relação a isso. Só eu levanto o fato de que isso está sendo objeto de investigação. Então é nesse sentido. E a delegada lá de São Paulo, Ministério Público e os delegados, aliás, fizeram um bom trabalho estão investigando e estão abertos para que fatos novos também sejam devidamente verificados.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Senador, se na realidade, V.Exª., ou o Senador Tuma sugerir um nome melhor para isso que eu estou chamando de

Operação Abafa, eu não tenho dúvida em aceitar, eu deixo na mão de V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exas. Quero dar ciência aos Srs. Senadores e Senadoras que recebi, na condição de Presidente dessa CPI Comunicado Ofício nº 369 da Ministra Ellen Gracie, Vice-Presidente, Presidente do Supremo, referente ao caso da Dra. Maísa Costa Giudice, Juíza, relativo ao habeas corpus nº 86, 1581. "Sr. Presidente, comunico a V.Exª. que o Supremo Tribunal Federal na sessão plenária realizada em 23 de fevereiro de 2006 por unanimidade deferiu a ordem de habeas corpus para tornar sem qualquer efeito a decisão consubstanciada do requerimento nº 116 dessa Comissão que determinou a convocação da paciente para prestar depoimento perante à CPI dos Bingos face à total ilegalidade do ato impugnado. Eu quero só lembrar que se trata daquela Juíza que deu, se não me engano, 17 liminares no caso da GTEC e o Supremo decide pela ilegalidade do ato desta CPI.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, para discutir esse... Na realidade, Sr. Presidente...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Apenas um esclarecimento, Senador Jorge, eu estava desatento, foi qual decisão?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Unânime do Supremo em relação à Juíza que foi convocada por esta CPI negando qualquer ato, presença dela, ou coisa dessa natureza.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Então, ela tem o direito de não vir?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Foi aprovado, também eu só quero esclarecer por sugestão do Senador José Jorge que esse caso fosse mandado para o Conselho Nacional de Justiça.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – E foi, foi mandado. Na realidade, eu também antes de propor aqui, eu como Senador, eu era parte para recorrer ao Conselho Nacional de Justiça e então pedi ao conselho Nacional de Justiça uma investigação sobre a questão desse habeas corpus dessa Juíza. Então, eu pediria apenas que a Comissão, através da Assessoria verificasse no Conselho Nacional de Justiça em que pé está, esse requerimento foi feito o meu e o da própria Comissão, porque eu acho que era um caminho até melhor que esta investigação começasse no Conselho Nacional de Justiça que foi um órgão criado aqui pelo Congresso no ano passado e era importante que ele pudesse investigar, também esse caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A Assessoria vai tomar essas providências. Senador Antero.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Essa decisão é monocrática ou é uma decisão do pleno?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É uma decisão do pleno. A Ministra Ellen comunicou que está no exercício da Vice-presidente. Bom, eu quero agradecer a V.Exas esse reinicio de trabalho da CPI bastante movimentado, e lamentar na condição de Presidente pela família do Celso Daniel. Eu acho que num país democrático que nós vivemos, a família inteira se sentir prejudicada por ameaças e a CPI tem a obrigação, e nós vamos fazer por escrito ao Ministro da Justiça solicitando providência e segurança a essa família. Eu acho que pelo que foi noticiado, pela própria família, o país todo tem conhecimento, as providências já deveriam ter sido feitas. Mas se depender só dessa iniciativa da CPI, já tínhamos anunciado anteriormente e já amanhã estarei encaminhando ofício ao Ministro da Justiça solicitando garantia e segurança de vida para a família que, lamentavelmente, deixa o país, uma família de profissionais liberais com residência fixa, família formada, família preparada para defender os interesses do país e tem que sair por, evidentemente, ameaças da própria família. Lamentamos, sinceramente, que num governo e num país democrático, isso venha a acontecer. Eu quero agradecer a presença do Dr. Evaldo Rui Vicentini que veio a esta CPI convocado e assinou termo de compromisso de acordo com o Artigo 203 de Código de Processo Penal. Nós agradecemos a V.Sª a presença e colocamos o nosso microfone à disposição de V.Sª para as suas considerações iniciais pelo tempo que se fizer necessário.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Sr. Presidente da CPI, Senador Efraim, Excelentíssimo Sr. Relator, Srs. Senadores. Antes de qualquer início da minha fala, gostaria de reafirmar e afirmar que apesar de ter sido preso na Polícia Federal por vinte dias, por decisão unânime do Desembargador Luiz Fernando Penteado da 4ª Região Federal, foi corrigida a sentença dando nulidade a sentença do Juiz de Paranavaí. Diz o Ministério Público, o Ministério Público pelo Procurador infra-assinado: "Tendo em vista todos os documentos julgados não persistem (soa campainha) No presente os fundamentos que ensejam prisão preventiva. Manifesto sucedâneo do Artigo 310, Parágrafo Único do Processo Penal pela procedência pela imediata liberdade." Assina. O Excelentíssimo Sr. Procurador Carlos Alberto Shotman, Procurador da República da Vara... Portanto, Senador Antero Paes de Barros, eu também fui vítima de um Juiz petista. Fiquei vinte dias preso na Polícia Federal, o senhor só teve o seu escritório no seu Estado. Eu fui vítima porque me opus rigorosa-

mente às coisas que o PT pratica. Eu quero dizer aos senhores, eu quero que seja juntado isso às minhas declarações. Quero dizer aos senhores que eu tenho uma formação profissional, eu sou Bacharel em Direito, Administrador da empresa pela PUC de Campinas, pós-graduado em Comércio Exterior e Câmbio, colega do nosso mestre Senador Suplicy na GV, e que nesta Casa trabalhei com um assessor de um homem que honrou muito esta Casa, o Freitas Nobre, o Deputado Freitas Nobre, posteriormente, fui muito ligado ao grupo autêntico nesta Casa aonde tinha inúmeras Senadoras. Posteriormente, fui muito ligado pessoalmente e entrei no PSDB por um convite expresso do Senador Mário Covas que muito me honrou ser seu amigo e correligionário. (soa a campainha). Posteriormente, ainda dentro do MDB continuei prestando serviços políticos sem ser funcionário ao Deputado Roberto Cardoso Alves. Então, eu tenho uma vivência de quarenta anos, quarenta e dois anos de política, participei na luta estudantil e fui adversário do Sr. José Dirceu desde o caso da Maça Dourada até a Catarina Melone.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Que casos são esses? Nós não ouvimos falar.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – O Ex-estudante da PUC de São Paulo, então José Dirceu começou a namorar uma moça que se deu o apelido nela de Maça Dourada, ela era uma agente dupla do DOPS, foi alertado por nós da resistência democrática que ela era agente do DOPS e que isso ia quebrar a segurança das nossas reuniões, ele continuou teimando, houve uma evasão do CRUSP onde foram presos quarenta e poucos companheiros nossos e nós não fomos à reunião, o pessoal da AP da Ação Popular não foi à reunião. Então, o José Dirceu é um velho conhecido meu, ele é chefe de gangue, é outra diferença. Posteriormente, eu fiquei aqui na posição de, quem não conhece, os mais novos, deve conhecer o processo da Maça Dourada. A Maça Dourada foi uma policial infiltrada no Movimento Estudantil em 1967, 68 e que dentro desse processo ela entregou todo o Comitê de Segurança Político Estudantil. Aí vem o episódio que se marca uma reunião em Biúna, numa cidade de seis mil lugares, de seis mil habitantes com 2.500 delegados da ONU em que todos foram presos, inclusive eu. Então sou um velho conhecido das práticas desses coroinhas do PT. Então eu tenho três coisas a afirmar: A origem do PT e a origem do que o PT se organizou. O PT fez três opções na sua posição de alimentar a sua campanha política não só dos prefeitos como do Presidente Lula, isso vem lá de traz que eu quero comprovar com aqui com poucos documentos que tenho que vou passar a CPI esse processo. O crime organizado do PT começa... A ligação do crime organizado do PT começa no Rio Grande do Sul quando o Comendador Arcanjo chefe e homem muito ligado aos bicheiros financia a sede do PT em Porto Alegre junto com o Sr. Cachoeira que era, rigorosamente, homem que explorava as máquinas da caça níquel e de bingos. Então eu vou tentar agora entrar um pouquinho no processo do Celso Daniel para depois nós podermos organizar as coisas. No processo do Celso Daniel eu era o Tesoureiro, Presidente e membro do Conselho Fiscal do PPS.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V.Exª. me permite, Presidente, porque ele usou uma palavra que eu não consegui ouvi direito. V.Exª. mencionou que o PT junto com a tese do PT, eu não entendi essa palavra. Qual foi a palavra que o senhor usou há 30 segundos?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Sr. Senador, eu vou dizer claramente para o senhor, porque eu o conheço e fui companheiro do senhor desde 1966 quando o senhor se elegeu Vereador na Câmara Municipal de São Paulo, então eu conheço bem V.Exª., tenho um profundo respeito pelo senhor, pelas suas ações e pela sua dignidade. Quero responder ao senhor que o PT rigorosamente usou três vertentes para arrumar dinheiro para a sua campanha política, o crime organizado, as empresas de lixo e o transporte público e eu vou, durante a minha exposição, comprovar isso com tese.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu só pediria, Pela Ordem, Sr. Presidente. Só uma observação, eu pediria ao depoente que, na realidade, ele se detivesse mais nos fatos e menos na adjetivação, porque fica ruim para nós aqui como Senadores. Eu não sou do PT, mas também, na realidade, nós temos muitos companheiros do PT aqui que são pessoas corretas, dignas. Então, eu acho que se V.Exª. comprova os fatos, o PT fez isso, o PT... Mas sem que haja essa adjetivação que nos deixa, de certa maneira, desconfortável. Então, em nome... Eu gostaria, em nome dos companheiros aqui do Senado de pedir que V.Exª. fosse mais nos fatos, V.Sª fosse mais nos fatos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço, Senador José Jorge. Solicito a V.Sª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Também agradeço ao Senador José Jorge porque eu gostaria de fazer uma observação ao Sr. Evaldo Rui Vicentini. Veja bem que V.Exª. ou V.Sª sabe distinguir que se, porventura, alguém do PT agiu erradamente isso são significa que o partido que, como V.Exª. sabe muito bem, constituído de quase um milhão de pessoas, e que tem a ética como algo muito importante. Então, seria importante V.Sª seguir a recomendação do Senador

José Jorge, se tem fatos, então diga explicitamente, mas cuidando de extinguir quem, porventura, no conhecimento de V.Sª cometeu algum ato inadequado e aquilo que, efetivamente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, agradeço até porque para que não se entre em detalhes de questão de ética porque a executiva do partido de V.Exª. ou ex-executiva não tem muito o que responder sobre isso. Então, para que a gente não entre novamente numa nova fase vamos dar continuidade, essa questão de ética é hoje bastante discutida na executiva do partido de V.Exª.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Eu, com todo respeito, Senador, eu não faço nenhuma crítica em nível pessoal, eu faço, com quarenta anos de política, de militância política, eu faço sempre nas teses, eu sou um homem de esquerda, da esquerda socialista que participei da resistência democrática durante ao longo da minha vida. Sai de um partido que estava no poder e fui para um partido que tinha... Justamente para condizir essa condição ética. Eu estou falando de condição ética, não estou falando de pessoas, se eu fui claro ao senhor, fico satisfeito. Eu quero começar relatando como começa a minha história com o caso Celso Daniel. Era Delegado de Polícia o filho no Senador Romeu Tuma, e o filho do Senador Romeu Tuma encontra o corpo dos Celso Daniel dentro da sua área de jurisdição. (soa a campainha). Havia uma pressão muito forte que o Delegado Romeu Tuma Júnior fosse afastado do caso, e isto, ele solicitou, ele havia se filiado ao PPS há pouquíssimo tempo, solicitou uma reunião aonde foi leito na liderança do PPS em São Paulo, que ele estava muito pressionado por diversos setores, inclusive, pelos setores de Governo, pelo Secretário de Segurança Pública, estava ameaçado de ser afastado do caso, como acabou acontecendo, então ele solicitou uma reunião com o PPS aonde estava. O Líder do Partido, Dimas Ramalho, Deputado Estadual, ainda, Senador Roberto freire, o Secretário Geral do Partido Rubens Bueno, o Deputado Arnaldo jardim e o Deputado Marcos Tortorello. Nós nos reunimos na liderança do partido, eu fui buscar no aeroporto o Senador, então Senador, Roberto freire e o Delegado Romeu Tuma acompanhado de mais dois Delegados de Polícia relataram com um por menores que eles haviam já antes do dia 29/01, vinte dias após havia relatado um por menores o seqüestro do Celso Daniel, a fuga do presídio e quem era o crime de mando. E trouxe já algumas fotografias que foram exibidas para o Senador Roberto freire. Nesse ínterim o Senador Roberto Freire solicita que eu acompanhasse o caso e tentasse que o Deputado Dimas Ramalho que era o Líder do PPS na Assembléia Legislativa tentasse o não afastamento do Delegado Romeu Tuma que hoje é Deputado Estadual eleito pelo PPS que está no MDB. Então, a dignidade do Deputado Romeu Tuma hoje foi de uma clareza completa, ele dizia com convicção que o crime do Celso Daniel havia sido um crime político e de encomenda por duas razões: Primeiro, o helicóptero alugado por um bandidinho qualquer, foi alugado com o dinheiro de 700 reais. Todo mundo sabe que ninguém aluga um helicóptero para voar dentro de São Paulo por 700 reais mesmo porque, depois a segunda alternativa que durante as investigações do próprio Deputado Romeu Tuma ele descobre o processo todo do bando que foi seqüestrado depois que matou, assinou o Celso Daniel, eles colocam algumas coisas. E dentro disso que o Celso Daniel foi seqüestrado e morto por engano, mas eu nunca vi ninguém, a lógica como Bacharel em Direito dizer que o objetivo deles era seqüestrar um verdureiro CEASA, ninguém aluga helicóptero para seqüestrar verdureiro, convenhamos. Então, esse é um negócio terrível. Então, esse processo foi mais ou menos conduzido, eu passei a acompanhar o processo. Em verdade, o que deve ser analisado não é se o "Sombra" ou outros que mandaram assassinar, o Celso Daniel, em verdade, era o homem mais preparado do PT para dirigir a campanha do PT e o processo arrecadatório. Em verdade, era ele que tinha organizado todo o processo arrecadatório, primeiro era Professor de Macro e Micro Economia da GV, dava Direito Financeiro, Direito Administro e tinha uma vasta experiência administrativa com ligações com empreiteiros e outras ligações de ordem, então ele que era o chefe. Por algum motivo que eu não sei, eu acho que a polícia, a CPI deve investigar houve uma quebra de hierarquia dentro do PT, e houve um posicionamento, porque quem era o chefe da caixa do PT era o Celso Daniel, ele que seria o Coordenador da campanha política do PT. Então, havia lá um processo do núcleo duro do PT composto por algumas coisas. Então, são coisas inexplicáveis, por exemplo, ninguém explica até hoje como é que foi arrancado um dia após a morte dos Celso Daniel, arrancada as páginas do livro de visita do Celso Daniel, e porque é que a exmulher e o Secretário Klinger foram ao apartamento fazer uma busca geral na parte dos documentos que estavam arrancados do Celso Daniel e arranca a página do livro de visita e tem uma altercação com o vigia do prédio, da portaria do prédio. E como é que se tem a chave da porta, se abre a porta da coisa, quer dizer, tudo, essas coisas. O crime organizado em São Paulo não assassinou somente sete, oito pessoas em Santo André, o senhor tem 11 assassinatos no Sindicato de Motorista e Cobradores que são intimamente ligados ao setor de transporte. Então, esses assassinatos são

algumas coisas correlatas. Em São Paulo este processo de ônibus é um processo muito complicado, nós sabemos, por exemplo, que os perueiros de São Paulo que são 16 mil, oficialmente, mas tem lá um outro processo que é comandado 70% pelo crime organizado. Os ônibus de São Paulo, o que é que o crime organizado e o narcotráfico gostam do crime de ônibus, porque se eles disserem que transportou cem passageiros e transportou mil está feita a lavagem de dinheiro, por isso que gente do crime organizado gosta, rigorosamente, de empresa de ônibus, não que empresa de ônibus dê lucro, lava o dinheiro do narcotráfico e de outras coisas também. Então, todos esses processos há um processo antigo dentro do PT. O PT é formado lá dentro das comunidades de base e formado com uma outra fase da esquerda que muito pouca gente sabe, bem pouca gente sabe quem é que toma conta do lixo em São Paulo e toma conta dos transportes de São Paulo, quem é Felipe Belizário Wermus. Quem é Felipe Belizário Wermus? Que está aqui. No dia 4 de março de 2003 o cidadão declara há Delegacia de Polícia de São Paulo que deu ao Sr. Luis Favre 300 mil dólares, quero passar isso ao...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Chefe de que V.Exª. falou?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Quem é o chefe do transporte e da corrupção em São Paulo no setor de transporte chama-se Felipe Belizário Wermus.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quem é essa pessoa?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Mais conhecido como Luis Favre. Está aqui a declaração.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O marido da Marta?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Eu pressuponho que seja, eu não quero entrar em assuntos pessoais. O noticiário da empresa diz que ele é esposo da Exprefeita Marta Suplicy, eu estou dizendo ao senhor e que quero passar esse documento, quero dizer aos senhores, também que o dinheiro que o PT arrecadou em São Paulo serviu para alimentar a campanha do Sr. Jorge Altamira. Quem é Jorge Altamira? Os jornalistas devem conhecer, alguns Senadores. Jorge Altamira é o Presidente do Partido Obreiro da Argentina irmão do Sr. Luis Favre, que tem o codinome Luis Favre, o nome verdadeiro dele é José Saul Wermus. Ele pertencia a um grupo lá atrás do MER e de um outro grupo muito ligado a um processo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O MER é o Movimento de Esquerda Revolucionário?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – É. O Senador Tuma deve conhecer muito bem o processo de seqüestro do empresário Abílio Diniz e do Martinez. O que não foi preso e que deu fuga aos outros era o nosso querido Jorge Altamira, está lá nos processos para quem quiser ver, não sou eu que vou afirmar isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas, por favor, o Sr. Jorge Altamira era o que?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – O Jorge Altamira era um dos líderes do MER que é o Movimento de esquerda que nasceu na Nicarágua, depois passou pela Centro América e que, infelizmente fazia parte de um processo da Quarta Internacional Socialista, uma dissidência da Quarta Internacional Socialista.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador dá licença um pouquinho, me permite? Esse Movimento da Nicarágua eu estive lá como membro da Interpol, à época, se descobriu um Bunker que era, praticamente, as armas de El Salvador e eles ocultaram na Nicarágua, e por movimento de alguém do MER que tomava conta, ele explodiu com produtos explosivos que tinham desse Bunker de armamento pesado e lá foram encontradas várias relações e dados sobre pessoas que foram seqüestradas no Brasil, na Espanha, aliás, de língua portuguesa ou espanhola, vários e, inclusive, aqueles dois canadenses tinham lá cópia de vários passaportes falos, então essa vinculação com o seqüestro desse grupo, eu não estou fazendo ilação ao que ele está falando, mas apenas para esclarecer o que é que é esse grupo da Nicarágua, quem foi o Abílio Diniz, todo mundo... Foi o grupo que ainda tem gente não detida em razão das investigações não terem chegado a algumas pessoas, e na agenda deles tinham muitos nomes que são citados nas investigações aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Pronunciamento fora do microfone).

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Agenda pessoal de procurar quando houvesse dificuldade com a polícia.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Bom, eu quero passar agora ao aporte com relação a Santo André. Em Santo André se montou há algum tempo um braço com o crime organizado que lá, o Senador Magno Malta deve lembrar perfeitamente, que nas investigações e na função da CPI do Narcotráfico já aparecia como doleiro do narcotráfico, o Sr. Comendador Arcanjo. O Comendador Arcanjo monta... Eu quero passar esses documentos, eu queria que o senhor distribuísse para os Senadores terem noção da nossa posição. A empresa ROANOAKE que é o braço da lavagem do dinheiro de Santo André e das prefeituras do PT, comandada, inicialmente, pelo Ronan Maria Pinto, mas com uma empresa Uruguaia que os Senadores têm aí a posição de quem essa empresa representa no Uruguai, há pousadas e pousadas (inaudível). O Ronan Maria

Pinto articula uma empresa com o conhecimento da administração petista, a ROANOAKE HOLDING S.A., com sede num P.O Box em Montevidéu, então uma empresa offshore. E que tem como Procurador no Rio de Janeiro o Sr. Fernando Magalhães Milmam. Em 2002 há um inquérito na Polícia Federal, portanto, em 2000, aliás, o inquérito na Polícia Federal onde a offshore ROANOAKE é acusada de lavagem de 45 milhões de reais e que essa empresa ROANOAKE aparece depois fazendo uma ligação com uma outra offshore LEMENTS S.A(F) como o mesmo operador chamado Fernando Magalhães Milmam. A Polícia Federal e outras pessoas não localizaram até hoje o endereço dele, mas ele mora no Bairro das Laranjeiras num prédio muito bom, que eu fornecerei aqui para não... Esse operador da ROANOAKE. Então, eu gostaria de afirmar aos senhores que em virtude do nosso tempo está alguma coisa, eu tenho aqui um informe conseguido no dia 3 de setembro de 2002, de um informe que é um jornal que segue a evolução do MER, e passo também... Mas eu estou agora há disposição dos Senadores para que possam, tiver alguma dúvida.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Antes de V.Sª encerrar, talvez V.Sª pudesse falar sobre a questão que mereceu destaque em toda mídia que foi a oferta de um recurso que V.Sª teve como membro do PPS para apoiar a Prefeita Marta Suplicy no segundo turno da eleição, porque eu acho que foi um fato...

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Perfeito. Esse é um fato que minha dissidência do PPS vem antes desses fatos. Eu denunciei a interferência do Sr. Waldomiro Diniz à direção do PPS quando ele elege o líder da bancada, o Deputado Júlio Delgado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quem elege? O PPS ou o Sr. Waldomiro Diniz?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Antes do escândalo das fitas, eu denunciei isso ao Partido com detalhes que é uma matéria que nós fizemos dentro da lista que chama: "Vamos dar nome aos bois."

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Qual foi a operação dele para poder eleger o líder?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – O Waldomiro Diniz era o Assessor Parlamentar aqui dentro da... Ele era um homem muito poderoso na intimidade do poder, ele interferia em todos esses processos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas elegeu só do PPS ou de outros partidos?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Eu não sei se elegeu só do PPS, mas a conversa dentro do PPS foi essa, tanto é que durante esse processo todo, o PPS, por tradição, não gosta... Eu fui excluído do quadro do PPS por denunciar esses motivos. Dentro desses quadros o PPS, por uma tradição do Partido Comunista Brasileiro nunca revela as suas reuniões, mas o processo... Houve um processo rigoroso de apuração desses fatos e o Deputado Júlio Delgado foi excluído do quadro do PPS, renunciou antes de ser expulso junto com o Sr. João Herman. Então, houve interferência frontal dentro desse processo dentro do PPS, e nós numa reunião com o PDT no Rio confirmamos que íamos desembarcar do Governo Lula junto com o PDT e o fizemos de uma forma clara, eu fui um dos que liderei o desembarque do PPS nesse processo como membro do diretório e membro do Conselho Fiscal do partido, eu tenho a documentação toda aqui datada do dia 18 de fevereiro de 2004, quando eu falo como foi manipulada a lista. Houve uma reunião na casa do Deputado João Herman onde se elaborou uma lista e foi-se para uma reunião que o Deputado Roberto Freire era o Presidente do partido e líder, e nesse movimento houve uma manipulação, 14 Deputados assinaram uma lista sob a orientação do Waldomiro Diniz... Eu estou dizendo isso antes do escândalo das fitas, a eleição do PPS deu-se antes da eleição das fitas e o Sr. Waldomiro Diniz elegeu, praticamente, com o auxílio do Sr. José Dirceu o líder do PPS. Posteriormente, houve uma revolta, queria se inchar o PPS com 16 ou 17 Deputados de todas as ordens e o Deputado Roberto Freire convocou uma reunião do diretório nacional e não aceitou esse inchaço e parou aí a coisa. E, posteriormente, as brigas internas do partido continuaram e...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Vicentini, houve envolvimento financeiro nessa cooptação para eleger, porque eu não entendi bem, eu acho que o Senador Jefferson Peres também questionou sobre isso.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Nós, inicialmente, sabíamos que havia oferta de emprego para diversos deputados, colocação aqui e ali... Antes do Mensalão. Nós estamos falando isso de 2003, antes de estourar o Mensalão, isso é uma prática por demais conhecida aí. E eu paguei por isso dentro do partido, fui execrado dentro do partido por denunciar essa prática e continuo achando que o partido errou sobre isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Agora houve ou não houve uma oferta de dinheiro para o PPS apoiar o segundo turno da...? Porque V.Exª. não falou.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Eu confirmo as declarações que eu fiz ao jornalista do Estado de São Paulo integralmente. Há uma história que precisa ser contada por que é que aconteceu porque senão a gente fica só nos fatos e não sabe. O Governo da Marta Suplicy estava numa dificuldade de compor a sua maioria na Câmara Municipal de São Paulo e nós recebemos. Eu fui o Advogado de receber dois vereadores e isso

causou a saída de dois vereadores do PPS que... Nós recebemos a Vereadora Miriam Athiê e o Vereador Edivaldo Estima no PPS e a Comissão de Ética do partido não queria recebê-los porque eles tinham problemas lá, outros anteriormente nessa coisa e na eleição da mesa, inclusive, eu fiquei nesse episódio fiquei muito contra o Deputado Romeu Tuma Júnior que não queria aceitar de forma nenhuma os dois Vereadores e foi feito isso para compor o PPS, tinha um compromisso com o PT até aquele momento, depois disso houve o escândalo da VIAÇÃO TIRADENTES, que é um escândalo, para quem não sabe, um dos mais graves dentro de São Paulo que envolve assassinatos, dinheiro, secretário foi demitido...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A TIRADENTES foi excluída do esquema de circulação de ônibus... A empresa TIRADENTES.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Perfeito, não foi excluído não, interviu, aí o PT investiu lá mais de 300 milhões de reais.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Esse processo de extinção de modificação é grave, lá me parece que a CPI...

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Não, porque em São Paulo tudo que mexer com transporte é grave, Senador. Eu lutei muito para que o PPS não aceitasse a administração do SPTRAN de São Paulo porque aquilo é um antro antigo, inclusive, eu briguei para que não permanecesse lá o pai de todas as irregularidades que é o Carmona, o Diretor Carmona que é Diretor de Operações que está lá até hoje sentado na cadeira que era do Partido dos Trabalhadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Sª E vou conceder a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só gostaria, por uma Questão de Ordem, Sr. Presidente, só que o Relator me esclarecesse a razão pela qual o depoente está aqui prestando atenção porque ele falou sobre as coisas, as mais variadas possíveis, apesar do apelo do Senador José Jorge no sentido de que se detivesse em fatos concretos e tal. Então eu não sei exatamente o que é que o depoente veio falar aqui na CPI. V.Exª. poderia me explicar?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Essa é uma avaliação de cada um dos Senadores. Eu acho que não cabe ao Relator fazer avaliação...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas é que houve um objeto pela convocação...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas quem tem que explicar é o Senador José Jorge e não o Relator.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Senador José Jorge fez um apelo...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ele está dizendo eu, porque eu fui o autor do requerimento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então, Senador José Jorge, me desculpe.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Então, eu sou a pessoa correta para explicar. Na verdade o...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Desculpe, Senador Arns, mas só para informar que o Senador José Jorge é que foi o autor e não o nosso Relator.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Desculpe-me, é porque eu não sabia disso.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu fui o autor, na realidade, eu fiz o requerimento porque o Sr. Vicentini já tinha dado uma série de declarações na mídia fazendo acusações graves, no caso especifico, a Prefeitura de São Paulo e também a Prefeitura de Santo André em relação à empresas de ônibus, pagamento de dinheiro para que o PPS apoiasse a Sra. Marta Suplicy, então como estavam em temas afins em relação àquilo que nós estávamos investigando eu achei que era importante que a Comissão aprovou que ele viesse aqui. Agora olhando, nós vemos que, por exemplo, nós sabemos muito mais hoje sobre Santo André do que o Sr. Vicentini, nós temos horas de depoimentos vindo aqui, tanto eu, o Senador Flávio Arns, o Senador Suplicy nós conseguiríamos ensinar o Sr. Vicentini sobre Santo André. Agora, em relação a essa outra operação do PPS, não sei se tem a relevância necessária, mas, na verdade, sobre as declarações parecia que ele sabia mais do que nós, mas, na verdade, nós sabemos mais do que ele. Era só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, eu não tenho, com todo respeito que tenho a V.Exª., tem algumas coisas ligadas que eu tive ao trabalho as minhas despesas ir ao Uruguai investigar determinadas coisas, porque eu achei que deveria fazer isso. Porque tem algumas coisas com relação ao Comendador Arcanjo que é uma ligação criminosa e que em verdade é aí que começa o crime de assassinato do Prefeito Celso Daniel. Em verdade, a empresa ROANOAKE que é a HOLDING que tem lá como seu Procurador Fernando Milmam, movimentou nos últimos oito anos 585 milhões de dólares sem nenhuma origem aparente disso. E o Procurador do Ministério Público que eu passei aos senhores, esse Fernando Magalhães Milmam mantinha um escritório com o Sr. Waldomiro Diniz no Rio de Janeiro, no mesmo endereço, na Avenida Rio Branco, 103, desde 1999. O outro escritório da Barra da Tijuca de ambos que é onde funciona a outra HOLDING AGIPAR tam-

bém com sociedade formal. Então há uma conexão clara entre os crimes, do crime organizado de jogos, do bingo, das máquinas caça níqueis, da videopôquer, de exploração no Rio, São Paulo e em algumas prefeituras de Campinas. Quero dizer ao senhor que pena que o Senador Magno Malta não sabe, não esteja aqui. A mesma equipe que matou lá os jovens, lá em Caraguatatuba e Ubatuba é a mesma equipe do Ricardo que o Senador Magno Malta colocou algema na CPI do Narcotráfico lá em Campinas, nele, é a mesma equipe onde sumiram 400 quilos de cocaína de dentro da Delegacia. Esses processos, são processos correlatos, o crime organizado se aliou ao PT, eu não tenho nenhuma dúvida disso. Quando eu estou dizendo para o senhor que o Waldomiro Diniz mantinha um escritório com o Procurador da ROANOAKE no Rio é muito fácil comprovar isso. Eu ouvi durante todo o tempo em que estive na Polícia Federal o Toninho Barcelona falando: "O Ministro me traiu, o Deputado fulano de tal está me pressionando que eu não fale, que eu não conte." Exatamente eu sabia, ele falando com o Hélio Laniado que estava solto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E V.Exª. foi preso junto com o Toninho?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, eu já estava na custódia da Polícia Federal quando chegou os doleiros. Chegou lá o Walter Lu(F), Toninho Barcelona, mais vinte ou trinta doleiros. Tipo assim, o doleiro lá de Campinas, o Fellice Aggio era o doleiro do PT de Campinas, todo mundo... Eu morei em Campinas 25 anos, então eu conheço bem a história de Campinas.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – De qual Ministro ele estava se queixando?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu só quero dizer ao senhor quem fez o habeas corpus para o Hélio Laniado em Praga apesar dele estar condenado a 27 anos de prisão, foi a Dra. Dora Cavalcante, ex-sócia ou sócia do escritório do Ministro Márcio Thomas Bastos.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Quer dizer que o senhor acha que o Ministro que ele se referiu foi...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu não sei, conforme... Eu nunca vi Ministro da Justiça na minha vida ter ligações com habeas corpus ou dizer que o habeas corpus concedido que agora ele não é mais sócio do escritório, tudo bem isso é uma alegação que se pode fazer. Agora que a Dra. Dora Cavalcante foi autora do habeas corpus do Hélio Laniado o doleiro sócio do Barcelona preso em Praga, ele tinha dois passaportes, como o nosso comerciante Felipe Belizário Wermus que tem dois passaportes um argentino e outro francês.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas com o mesmo nome ou com nome diferente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ele tem dois passaportes, se o senhor procurar nas contas vinculadas dele ou... Cada lugar ele pode montar uma offshore com qualquer passaporte dele.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas com o mesmo nome?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com o mesmo nome: Luiz Felipe Belizário Wermus. Então eu não sei quais a motivação de tantos doleiros serem clientes do Ministro da Justiça, isso deve ser um procedimento normal. Agora o Sr. Hélio Laniado foi concedido um habeas corpus para ele sair de Praga proporcionado pela Dra. Dora Cavalcante que é ex-sócia do Ministro Márcio Thomas Bastos. Agora, eu não quero dizer que o Ministro Márcio Thomas Bastos seja o patrocinador disso, nem cabe a mim dizer isso, agora que é estranho, é. Senador Garibaldi Alves, V.Exª. tem a palavra.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Evaldo Rui Vicentini, o senhor afirmou que foi ameaçado. O senhor pode nos dizer por quem foi ameaçado, quantas vezes, o que é que aconteceu?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Olha Senador, gostaria de deixar claro o seguinte: No dia 28 de novembro, no dia do meu aniversário, eu até comuniquei com o jornalista Hugo Braga dizendo que havia sido ameaçado no dia do meu aniversário por telefone, eu tenho bina na minha casa, em todos os telefones da minha casa, e tenho gravada a denúncia. Disseram que eu parasse com as minhas denúncias, se eu continuasse com as minhas denúncias eu não comemoraria o meu futuro aniversário de 61 anos. Então, foi um negócio claro. Quem atendeu foi a minha filha mais velha que é jornalista, inclusive, Tatiana Vicentini.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas a pessoa não deu nenhuma identificação?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Não. Telefonou e disse que havia...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não pode ter sido um trote?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Não deve ser trote não, Senador, porque durante algum tempo depois que revelou, eu moro numa casa muito grande... Ficava na porta da minha casa um sujeito, o dia todo, ledo um livro que ele não mudava nunca de página e ninguém é imbecil de saber...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o senhor atribui a quem isso?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Eu não atribuo pela publicidade que foi dada às minhas denúncias. Agora, qual a motivação disso eu também não sei.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o senhor esteve preso na Polícia Federal... Inclusive, quando o senhor esteve preso haviam pessoas ali detidas com relação à operação, ligadas a Operação Anaconda e com doleiros.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Estava lá... O PT deu muito azar me colocar lá nessa posição de vinte dias na Polícia Federal. Quando cheguei lá, estavam lá todos os membros da Operação Anaconda menos o Rocha Matos que ficou lá uma noite só para depor e retornou de novo ao Presídio de Taubaté. Então, eu fiquei, como eu disse ao senhor, preso por uma ação judicial que onde eu era testemunha, eu havia deposto no dia... Eu estou aqui com a declaração... Deposto no dia 11 de janeiro de 1994 como testemunha num processo de evasão de divisa. Quem presidia esse inquérito era o Dr. João Carlos Sanches Abrasso, depois disso eu nunca mais fui ouvido e depois, por algum motivo que a justiça achou que não seja real, foi decretado uma prisão preventiva, temporária, depois preventiva que o Juiz, na sua decisão, depois de dizer que ele poderia fazer, ele dizia no seu despacho que ele não poderia relaxar a minha prisão, ou minha detenção porque ele estava impedido por foro íntimo. E eu tive que, apesar disso, ficar aguardando e a Dra. Conceição Cacciolato(F) impetrou um Mandato de Segurança na 4ª Região da Justiça Federal em Porto alegre, e até ser julgado esse habeas corpus eu fiquei vinte dias junto com os doleiros e junto com o pessoal da Anaconda.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço o Sr. Relator e com a palavra o nobre Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu vou pedir ao Senador Tião Viana primeiro para... Mas pediria apenas um esclarecimento. Na exposição do Sr. Evaldo Rui Vicentini, numa ocasião V.Sª mencionou que foi meu colega na Fundação Getúlio Vargas.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Não, não fui seu colega. Eu disse que...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Que foi aluno lá.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Eu fui aluno, não do senhor. Eu estou dizendo que...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Foi aluno na fundação?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Fui aluno na Fundação num curso de pós-graduação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Em que ano o senhor foi aluno?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – 1983, para 84, no curso de Comércio Exterior, pós-graduação em Comércio Exterior.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E chegou a mencionar que também na Câmara Municipal teria sido...

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Eu fui funcionário da Câmara Municipal quando o Presidente era, então, o Vereador Roberto Cardoso Alves. Eu me lembro perfeitamente da sua luta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim, mas então ele foi Presidente da Câmara Municipal bem antes do que eu, depois, fui Vereador?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – O senhor foi eleito na seqüência de 80.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Em 88, portanto, não fomos convivemos lá enquanto eu era Presidente da Câmara e o senhor era, então, servidor, funcionário, assessor. Então, só para tornar claro porque quando o senhor disse que era meu colega, eu verifiquei na Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, porque não consta o senhor como Professor.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Não, não, eu nunca fui professor.Não, não, não consta como professor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas também não consta como ex-aluno, talvez nesse curso de Comércio Exterior.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – (Pronunciamento inaudível)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É que eu queria esclarecer os dois pontos. Obrigado.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Eu tenho guardado, como muito carinho, uma carta do senhor se referindo a mim, como ex-aluno da Fundação Getúlio Vargas, onde o senhor me convida para uma confraternização num cruzeiro marítimo. O senhor era perfeitamente quando o senhor foi fazer isso. (Risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. se lembra dessa carta?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu vou esclarecer de pronto, porque o Sr. Evaldo Rui Vicentini deve estar fazendo referência a uma ocasião em que a Associação de ex-alunos convidou-me para fazer uma palestra num passeio em que

ex-alunos estariam fazendo, então eu era aquele que iria fazer uma palestra por ser professor e ter sido Ex-presidente do Centro Acadêmico, então ele deve ter participado desse evento que foi realizado pela Associação de ex-alunos da qual eu não era diretor, eu fui convidado para fazer a palestra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi. O Senador Garibaldi pensava que V.Exª. estava bancando todo o cruzeiro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Vamos esclarecer de pronto, porque eu estou percebendo que para cada um dos pontos mencionados a que se esclarecer muito precisamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Muito bem. Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu, inicialmente, pergunto ao Sr. Vicentini. O senhor usa... Eu devo me referir ao senhor por qual dos nomes que o senhor usa? O senhor usa Rui, Edivaldo Rui Vicente ou evaldo Rui Vicentini?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Vou dar explicação rigorosamente.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Mas bem objetivamente.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Eu, depois de 50 anos, eu estou com 50 anos, eu por ter descendência italiana e filho de italianos, eu requeri em juízo a minha correção de um nome de Evaldo Rui Vicente, corrigi judicialmente o meu nome para Vicentini, não que isto tenha sido feito de forma criminosa, eu fiz para requerer a minha cidadania italiana que eu tinha direito da minha família por descendência italiana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Mas o senhor há de concordar que qualquer pessoa que queira tirar uma cidadania não precisa mudar seu nome, não precisa mudar o seu RG, não precisa mudar o seu CPF, só se o senhor está inovando alguma coisa na legislação.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Não, não estou inovando a legislação, Senador, com todo respeito. Eu modifiquei o meu sobrenome de Vicente para Vicentini e foi feito de forma juridicamente perfeita sem nenhum vício, e comuniquei à Receita Federal toda a modificação minha, a modificação feita no meu nome. E quem forneceu após a minha... Eu por ter propriedade em Minas Gerais, eu sou Produtor Agrícola, e o RG ou Registro é estadual, eu posso ter "n" RG, nem por isso eu sou criminoso.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – O CPF também?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – O CPF não, o CPF continua... Na época que foi feita a modificação do nome, eu fiz um recadastramento e o meu CPF, foi me dado outro CPF, eu tenho documentos que comprovam isso, foi no recadastramento. Voltei a usar o meu antigo CPF agora... Nunca fui acionado na Receita Federal por sonegação de impostos.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – E o senhor mudou o nome para Vicentini pela vinculação italiana? E por que mudou de Edivaldo para Evaldo?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Não, nunca mudei de Edivaldo para Evaldo. Continua...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Mas consta nos dois RGs.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Eu tenho RG novo e o antigo por sinal.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu pediria que tirasse uma cópia e deixasse...

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Não, não, meu nome é Evaldo Rui Vicentini, não Edivaldo Rui Vicentini.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Aqui consta que o senhor é Edivaldo Rui Vicente e passou a chamar-se Evaldo Rui Vicentini. Eu peço que a Secretaria, por gentileza, dos dois tire a cópia dos dois.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Está aqui a minha Carteira de Motorista.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Aqui nós temos a seguinte situação, Sr. Presidente. O senhor tem uma lista de antecedentes criminais extensa, eu tenho a lista anexa aqui. O senhor já foi condenado em 1978 por uso de documentos falsificados ou alterados e foi condenado, também por crime de estelionato, o famoso 171.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Não, eu não fui condenado, eu asseguro ao senhor que cabe...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Mas eu tenho aqui e vou deixar com a Sub-relatoria. Mas o senhor nega, então? Nega que tenha sido condenado?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Eu nego, não, eu afirmo ao senhor que nunca fui condenado e que sou primário.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Muito bem. O senhor foi fundador do MDB, depois do PSDB, depois foi para o PPS onde foi expulso, o senhor já disse aqui. O senhor acusou de um Mensalão na empresa SPTRANS em São Paulo que teria sido começado na gestão da Prefeita Marta e continua na gestão do Prefeito Serra. O senhor acusou o PSDB de São Paulo de ter um esquema de corrupção comandado pelo Zuzinha, filho do saudoso e sério Governador Mário Covas na colocação de fibra ótica nas estradas de São Paulo. Então o senhor tem uma história de denúncias, o senhor criou envolvimento embaraçoso do ponto de vista legal com o Governador Alckmin, o senhor aqui acusou o Deputado Júlio Delgado de conivência, de

envolvimentos com Waldomiro Diniz. Se nós fôssemos ouvir o que tem do seu currículo de denúncias, nós iríamos aqui, de repente, querer fazer oitiva de várias personalidades; agora eu lhe confesso que pelos seus antecedentes eu não acredito em, absolutamente, nada do que o senhor disse aqui. Agora, vou lhe fazer umas perguntas mais. Como o senhor vê o fato do Presidente Estadual do PPS Arnaldo Jardim, o Presidente Municipal do PPS, Dr. Carlos Fernandes, ambos ligados ao Prefeito Serra negarem totalmente as suas denúncias e estão lhe processando por calúnia e difamação.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Não. Ainda não estão processando e eu terei oportunidade... O senhor está lendo uma notícia de jornal. Eu terei oportunidade de a todos eles, inclusive, alguns petistas como Vladimir Garreta, o Silvio Pereira, Deputado José Mentor e outros responderão rigorosamente por exceção a verdade.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – O senhor tinha um avião BT Kraft, modelo 35B33, matrícula PTBRP, o senhor concorda?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Perfeitamente.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – E o senhor concorda que ele foi utilizado pelo tráfico internacional de drogas e se encontra apreendido? O que o senhor tem a dizer sobre isso?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Não. Não foi.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – O senhor nega também?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Esse avião foi comprado, não foi utilizado por mim. O avião...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Mas o senhor disse aqui que era seu.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Foi meu avião, e o avião não está apreendido.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Mas já foi utilizado pelo tráfico internacional...

SR. EVALDO RUI VICENTINI – O avião não está apreendido.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu não disse que ele foi apreendido, eu disse que ele foi utilizado pelo tráfico internacional de drogas e agora se encontra apreendido, sim.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Se o senhor deixar eu explicar.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Ele está apreendido.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Não está apreendido o avião. O avião eu vendi faz quatro, cinco anos, eu reformei o avião e vendi. Eu vou explicar ao senhor, pena que o Senador Magno Malta não está aqui. Eu fui responsável durante a CPI do Narcotráfico pelo desmantelamento da conexão Atibaia pelo simples fato, a pedido da Deputada Laura Carneiro, do Deputado Magno Malta e do Dimas Ramalho; porque no processo todo, eu havia feito uma queixa de utilização de uma aeronave minha que foi roubada e esse avião BRP que o senhor se refere, esse avião foi roubado e foi apreendido por mim e não pela Polícia Federal.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tem queixa do roubo, doutor?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Tenho queixa.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Como é que o senhor apreendeu o avião? Como foi?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Eu fui atrás do avião, o avião estava em Atibaia, esse avião sofreu um acidente no episódio do Wilson Boy(F) que foi preso.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Estava utilizado pelo tráfico internacional?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Ele foi utilizado pelo tráfico internacional sem o meu conhecimento.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Então, o senhor confirma o que eu disse aqui.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – O senhor está me ligando ao tráfico internacional.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não, eu disse que o avião foi utilizado pelo tráfico internacional.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – O avião foi apreendido por mim, por ordem judicial, o avião estava angariado para fazer vistoria e manutenção no Hangar do Sr. Odarício Ribeiro lá em Atibaia, ele sabedor que eu estava viajando para os Estados Unidos usou o meu avião e alugou o avião para o Wilson Boy(F) que está preso até hoje. E, em seguida, esse avião na primeira viagem pousou sem trem de pouso porque era um avião de longa distância e veio acidentado para Atibaia, eu apreendi esse avião e está em todos os jornais que o senhor procurar tem lá as minhas declarações, eu prestei declaração aqui na CPI do Tráfico, ajudei a prender os maiores traficantes de São Paulo, tenho uma experiência nisso razoável e, por isso que eu digo ao senhor que nesse processo já aparecia o Comendador Arcanjo como sendo o doleiro do narcotráfico. (Soa a campainha).

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Aqui eu tenho o seguinte: No termo Declarações que o senhor prestou ao Ministério Público do Estado de São Paulo. "Declarante ratifica integralmente as declarações prestadas na Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos, constante das folhas 3 quanto ao esquema de pagamento de propina e a existência de corrupção na SPTRANS. O declarante tem a esclarecer que o PPS na atual gestão recebeu a administração da SPTRANS em razão de acordo político decorrente da aliança PSDB, PPS. Por conta disso Urich Hoffmann foi nomeado como Presidente da SPTRANS e Carlos

Fernandes Presidente do partido, foi nomeado como chefe da Assessoria da Presidência. O declarante estranhou o fato de Carmona ex-presidente da SPTRANS integrante do governo anterior, Governo Marta ter sido contemplado com a Diretoria Operacional da empresa. Ressalva que a nomeação de Carmona decorreu de indicação do próprio PPS por proposta de Carlos Fernandes e a Vereadora Mirian Athiê." Quer dizer, o senhor faz acusações a tudo e a todos.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Não.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Acusa o Prefeito Serra de desonestidade, acusa a Prefeita Marta, fez ofensa à honra da dignidade de homem como Mário Covas, porque atingiu um filho dele, o senhor ofendeu o Governador Alckmin. O que é que o senhor quer da vida?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Eu nunca ofendi…

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu fico pensando que propósito tem uma pessoa com esse tipo de personalidade? Aí veja aqui, o senhor Toninho da Barcelona afirmou nesta CPI que o senhor é um mentiroso e aproveitador. Conviveu com o senhor na mesma cela, e aproveitador. O que ele quis dizer com aproveitador? Entre os presidiários tem um significado. O senhor poderia dizer?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Eu acho que ele está absoluta... Eu não tenho amigo bandido. Só dizer para o senhor, eu não tenho amigo bandido.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Mas o que ele quis dizer com isso?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – O senhor tem que perguntar a ele isso, não a mim. Eu não tenho amigo bandido, e nem tenho companheiro de prisão bandido.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu quero dizer, Sr. Presidente, que eu entregarei a V.Exª. a cópia da documentação que tenho, eu acho que é muito importante que se esclareça detalhes dessa apreensão do avião em Atibaia, é muito importante esse esclarecimento, como a confirmação possível que nós iremos entregar a V.Exª. de mentira feita pelo Sr. Evaldo aqui, pois há confirmações de condenação contra a pessoa dele do ponto de vista penal. Eu espero que V.Exª. adote todas as providências, porque na hora que a CPI abrir mão da autoridade de exigir a verdade de depoentes aqui é muito importante para nós, senhor, que nos possamos apurar a desonestidade onde ela esteja. De qualquer lado, do meu partido, de quem quer que seja. Agora, do jeito que o senhor faz ofensa à dignidade dos outros. Eu conheço o Prefeito Serra, eu sei da responsabilidade pessoal dele na vida pública, eu conheço a vida pública do Governador Alckmin, mesmo que à distância. O Governador Covas é uma referência para a minha geração, e o senhor, de repente, enlameia todos, a dignidade de todos, e agora vem com a Prefeita Marta que eu conheço e defendo também. Então, eu não acho justo que esse tipo de personalidade se apresente aqui. O senhor pode comentar o que quiser, aqui é um espaço democrático.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – O senhor me dá o meu direito de esclarecimento? Primeiro, eu saí, apesar de ser fundador do PSDB, por não concordar com o processo de privatizações que foi empregado nas energéticas de São Paulo. Fui e continuo sendo um profundo administrador, essa ilação que o senhor diz que eu jogo contra a honra do Mário Covas. Eu conheço o Governador Mário Covas quando o meu pai se mudou para Santos e fiz a primeira campanha de deputado dele como seu cabo eleitoral, fui à convite dele. As relações minhas com o Zuzinha são passíveis, realmente, de divergências, eu saí do PSDB e saí do Governo do PSDB, exclusivamente por divergir das condições impostas pelo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Você exercia alguma função?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Eu exercia, eu era chefe da Assessoria Executiva da Companhia Paulista Força e Luz.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – E com o Governador Alckimin qual era o seu nível de ralação?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Eu nunca... Deixa me dizer ao senhor, eu tenho uma profunda amizade e consideração pelo Governador Geraldo Alckimin, um homem honrado, sério, de todas as qualidades. Eu o conheço muito antes que muita gente, ele foi, ele é do Vale, e o Deputado Roberto Cardoso Alves também é do Vale de Aparecida do Norte. Eu tive a oportunidade de ajudá-lo nas campanhas políticas do antigo MDB a pedido do Roberto Cardoso Alves. Então, quanto a essa posição de ilação que eu estou atacando... Qual foi a minha atitude com relação ao SPTRANS Paulista? Eu, pela antiga amizade que tinha e tenho, com o Deputado Aloísio Nunes me dirige à Secretaria de Governo, falei com ele por telefone e relatei o que sabia que estava acontecendo, que eu não concordava. O acordo do PPS com o PSDB em São Paulo passou por mim.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Como é que o senhor confirma 250 mil reais de Mensalão? Não cabe, não tem razão esse tipo de denúncia.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Eu estou e vou provar isso em juízo, ao acusador cabe o ônus da prova, o senhor pode estar certo disto que eu confirmarei isso com todos os detalhes.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Aguardo que o senhor faça. Agora vejam, como pode, nós estarmos aqui diante de um depoimento e o senhor está mentindo flagrantemente. Olha o que diz aqui o Poder Judiciário de São Paulo na certidão de antecedentes criminais aonde no cartório do 3º Ofício Criminal, Senador Tuma. O senhor foi condenado por sentença de 13/04/78, inscrito no Artigo 304 combinado com o Artigo 25 do Código Penal uma pena de dois anos de reclusão e multa concedido, datado. Está aqui, eu vou entregar agora ao Presidente. Como é que eu posso dar credibilidade ao que o senhor está dizendo? Está aqui o outro: "Em face do exposto", um outro processo que eu falei. "No sentido de dar parcial provimento à apelação e defesa para declarar extinta a punibilidade do delito de estelionato reduzir-se à pena base ao final do crime do Artigo 22, Parágrafo Único, da Lei 7.492 para dois anos e 9 meses de reclusão efetuando a substituição da pena corporal na forma de declinado no voto, mantido a sentença nos seus demais termos." Está aqui dos dois, eu vou entregar para o Presidente. Então, nós estamos diante de quem? Que veracidade o senhor quer dar ao seu depoimento?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Eu dei aqui a decisão judicial do que... Está aqui o habeas corpus e estão aqui os meus documentos. Se eu estivesse condenado eu estava preso, não estava aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Pronunciamento fora do microfone).

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Não sou descarado não, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião, V.Exª. concluiu. Peço a V.Exª. que dirija nos termos regimentais.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – É porque ele ofendeu a dignidade de muitas pessoas que eu tenho respeito, Presidente, por isso que eu não admito, eu sei que V.Exª. pondera corretamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Conheço V.Exª. como um grande parlamentar, e só pedindo a V.Exª. usar os termos regimentais. E respeito a posição também de V.Exª., mas neste caso solicitaria de V.Exª. essa posição. Senador Suplicy. Senadora Ideli, ausente. Senador Antero, ausente. Senador ACM, também ausente. Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, como eu já disse anteriormente eu acho que em relação à questão do caso do Celso Daniel, como nós já ouvimos aqui dezenas de depoimentos, na realidade, nós já temos um conhecimento da realidade, eu acho que o Sr. Vicentini acrescenta pouco. Agora há um ponto que ele acrescentou que eu acho que nós temos que investigar que é um ponto em relação à participação do Comendador dessa empresa ROANOAKE que é uma empresa que já foi falada aqui, o Sr. Ronan era um dos sócios e que, na verdade, pelo que ele diz movimento todo esse recurso, tinha um escritório no Rio, tem essa ligação com o Waldomiro Diniz. Eu acho que de novidade, realmente, o que ele acrescentou foi isso. Então, eu acho que, ao invés de fazer pergunta porque eu acho que não há mais sentido em fazer pergunta, o depoimento já está bastante longo para essa novidade, eu solicitaria apenas que a CPI através da sua Assessoria, através do próprio Relator que nós fizéssemos uma investigação especifica sobre essa questão da ligação dessa empresa com esses escritórios que ele citou, com o Waldomiro Diniz e examinando as informações que ele colocou. Era só isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. Senador Magno Malta, ausente. Senador Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Bom, o Senador Tião Viana já colocou muitos dos pontos, mas eu tenho a impressão, eu diria assim que o depoimento, na verdade, na minha ótica, eu acho que foi muito interessante, foi muito bom, esclarecedor para o público também, para a comunidade. Porque eu acho que o Brasil todo pode ver, pelo menos, teve a ocasião de ver através do depoimento aquilo que a gente quer ver extirpado do Brasil, coisas que não podem acontecer no Brasil e o depoimento é um exemplo daquilo que a gente diz: "Esse é o Brasil que a gente quer ver eliminado, a gente não quer mais ver esse tipo de acusação, de leviandade, eu diria, de mentiras que aconteceram. E uma pessoa que vem e que fala sobre tudo, entende sobre tudo, faz julgamento sobre todas as pessoas de uma maneira inconsistente, leviana, sem provas, fazendo acusações para todas as pessoas, independentemente, de partido político, como já foi colocado, acusações para o Serra, acusações para a família do Covas, acusações para a Marta Suplicy, acusações para outras pessoas. E eu diria assim, realmente, eu acho que foi excelente porque as pessoas no Brasil têm que se acostumar a perceber que as investigações têm que serem feitas e as pessoas, eventualmente, culpadas têm que ser punidas, mas as pessoas também que, levianamente, fazem acusações sem provas, sem nada, só para jogar lama na honra das pessoas. Essas pessoas também têm que ser exemplarmente punidas. E eu diria que o depoente se encaixa muito bem nessa situação. Que deveria ser, exemplarmente, punido pela Justiça, pela ânsia de aparecer, pela ânsia de colocar lama na honra das pessoas, mas fez um serviço extraordinário para o país, porque nós precisamos ter exemplos bem concretos para todos nós

aprendermos, para dizermos, olha: Queremos investigar, mas também que quem acusa sem fundamento, simplesmente, pelo gosto de acusar e de fazer mal para as pessoas, que essas pessoas também recebam exemplarmente a punição não só da Justiça, mas também de toda sociedade, no sentido de dizer: Este é o Brasil do passado, chega! Estamos enojados desse Brasil do passado e queremos um Brasil novo onde as pessoas têm a chance de acusar, se for o caso, e dizer: Está fundamentado, quero fazer isso daqui, observei isso, observei aquilo. Então, eu acho que foi um depoimento ilustrativo, foi uma aula nesse sentido de um Brasil que a gente quer esquecer. Então, nesse sentido não tenho pergunta nenhuma a fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu queria esclarecer ao Sr. Evaldo Rui Vicente, à época, que solicitei na Fundação Getúlio Vargas e, de fato, no segundo semestre de 1983 consta que V.Sª fez um curso no Programa de Educação Continuada com o nome Evaldo Rui Vicente. Quando é que foi feita mesmo a modificação?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Foi em 19... Foi feito... Eu tenho que... Em 1995.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Em 95? Sr. Evaldo Rui Vicentini, eu gostaria de dar a oportunidade a V.Sª esclarecer muito brevemente àquilo que consta como antecedentes criminais porque assim aquilo que foi objeto de referência, V.Sª teria a oportunidade de esclarecer, quem sabe com duas palavras. Eu vou mencionar, Sr. Presidente, os diversos casos, como ele deve conhecer, mas são diversos. Então, se puder esclarecer o que é que, de fato, ocorreu no episódio e como foi concluído ou se ainda está pendente de qualquer procedimento. Então, eu vou ler um a um e com poucas palavras V.Exª. esclarece: Inquérito Policial nº 0074, DPF Maringá do Paraná, 17 de maio de 95, incidência penal, Artigo 171 do Código Penal Brasileiro, estelionato.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Maringá é o processo que corria na Polícia Federal e esse processo do qual eu era testemunha e fui ouvido em Campinas, de um processo de importação de tomógrafo pela minha empresa. De Maringá não existe. O processo de Maringá é o de Paranavaí, porque a Vara não havia justiça.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas então pode esclarecer o de Paranavaí.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – O de Paranavaí é o que foi decretado a minha prisão temporária da qual eu estou aqui. Eu era testemunha, eu não era réu.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim, mas porque então teria sido detido?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Foi corrigido... Isso foi corrigido aonde a 4º Região da Polícia Federal de Porto Alegre aonde pertence Paranavaí me absolveu e corrigiu a sentença, eu não devo nada à Justiça, inclusive, o Ministério Público reconheceu que eu não era réu no processo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Vou citar o seguinte: Inquérito Policial 988 DPF em Campinas de 27/4/94, incidência penal Artigo 611 21 e 23 da Lei 7492 e 317 do Código Penal Brasileiro que se refere a crime contra o sistema financeiro e corrupção passiva.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Esse processo é esse processo de 94, é o mesmo processo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É o mesmo caso? E o Inquérito Policial 871 DPF Campinas, São Paulo de 30/10/94, Artigo 611 21 e 23 da mesma lei mencionada.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Qual é o enquadramento?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Refere-se a crime contra o sistema financeiro e corrupção passiva.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Continua do mesmo processo, Senador. Lembrado em diversos processos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O seguinte. Inquérito Policial 198 de 16 de setembro de 97 no DEAM, Brasília Distrito Federal, incidência penal, Artigos 140, 129 e 163 do Código de Processo Penal Brasileiro.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Esse foi um assunto de ordem pessoal a mim que ocorreu na Academia de Tênis quando eu trabalhava aqui representando o Governo de São Paulo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E pode explicar o que aconteceu na época?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Em que ano foi, por favor?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Em 1994, 95.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Aqui é de 97 o inquérito.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Eu não fui condenado, esse processo foi arquivado, eu sou prestei declarações disso, é um assunto de ordem pessoal.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Está bem. O Inquérito Policial 557 de 2002 no DEAM de Brasília, incidência penal, Artigo 65 da Lei do Código Penal.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – 2002?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É. 557/2002 em Brasília.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Esse eu não tenho conhecimento...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não se lembra?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Não, não. Deve ser o mesmo processo que ocorreu... Não foi o que foi arquivado?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Artigo é diferente.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Eu não...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não tem lembrança exatamente?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Não tenho lembrança e não fui condenado nesse processo e nem notificado fui.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Processo Nº 2002 61.82.040173-9, Justiça Federal de São Paulo, execução fiscal origem 1ª Vara Federal de Uberaba, Minas Gerais. Requerente: Fazenda Nacional.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – É um processo que eu não fui condenado e nem fui notificado, e esse processo está extinto também.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E era referente a quê?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Não era de evasão fiscal, porque na troca... Eu tinha uma propriedade em Catalão e tinha uma outra propriedade agrícola em Uberaba e havia uma execução fiscal... E não é processo criminal, é uma execução fiscal e que também de uma... Justamente na troca do meu nome. E eu sofri a fiscalização, fiz as justificativas e não tenho condenação nem na área cível e nem na área criminal.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pois não. O outro processo nº 583.00.199.018278-3, 31ª Vara Civil de São Paulo, ação de execução de título extrajudicial. Requerente: MANAVE, MANUTENÇÃO DE AERONAVES LTDA.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Foi justamente um processo do meu avião BRP, uma ação cível.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim, mas por que é que alguém estaria querendo fazer uma ação contra o senhor?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Não criminal, cível.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Cível, mas sempre uma ação de execução.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Foi uma questão do acerto de conta de manutenção de aeronave. Deixa-me dizer ao senhor o que eu tenho. Eu sou piloto há, praticamente, 40 anos e tenho avião há mais de 30 anos, e não é só esse avião que tive e para informação do senhor. Eu fui lá em Campinas acusado de servir o Senador Mário Covas em usar o meu avião para campanhas políticas, muito me honrava porque eu não era candidato a coisa alguma, era amigo do Senador Mário Covas e emprestava o avião para o Mário Covas e se ele estivesse vivo, e eu tivesse condições de candidato emprestaria novamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E foi piloto do avião, então?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Fui piloto do avião em todas as campanhas do Mário Covas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Levando-o para diversos...

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Nacionalmente. Na campanha que ele perdeu de Presidente da República, na campanha que perdeu de Governador e na campanha que ele foi vitorioso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E o senhor que o levava como piloto?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Como piloto. Propriedade do meu avião, eu que levava o avião.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Lembra-se de quantas viagens, aproximadamente, levou?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Eu tenho um diário de bordo do Bonanza, Charle, Delta, Delta. O meu avião voou para o Governador Mário Covas 650 horas, gratuitamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas por que alguém tendo o senhor levado o Ex-senador, Governador Mário Covas que era uma pessoa tão respeitada por todos. Por que é que alguém iria querer fazer uma ação de execução, de título extrajudicial justamente contra o piloto e proprietário do avião?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Uma coisa não tem conexão com outra. Eu mandei fazer uma vistoria e manutenção na cidade de Penápolis que, por sinal, por coincidência é a mesma cidade, para não dizer que eu falo demais por não saber na oficina do Rubão, do Manar é a mesma cidade do avião do Cênica de Cuba. É a mesma cidade. A mesma empresa de irrigação é do avião de Cuba.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ainda faltam alguns processos, Presidente. Eu só quero dar a oportunidade para ele esclarecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem tempo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É porque V.Exª. começa a olhar para mim. Eu só quero dar a oportunidade para ele esclarecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, eu tenho o direito de admirá-lo, v.Exa. pelas perguntas que v.Exa. faz.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Depois o Processo nº 583.00 2003 136280-8 da 10ª Vara Cível de São Paulo onde houve uma ação de procedimento ordinário geral. A Tatlin(F) foi a requerente Administração de Bens e Representações Ltda. Tendo o Juiz proferido a sentença determinando o pagamento de 200 Mil reais, mais correção monetária e juros referentes à transação imobiliária.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – É a casa que eu comprei do Grupo Bomfrighiole(F), de uma ação de offshore que eles não apresentaram documento e eu estou numa demanda judicial. É a casa onde eu moro. Eu já depositei em juízo para discutir esses valores e tenho recursos declarados e honestos para depositar... Propriedade, aliás, todas as minhas propriedades.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita-me perguntar aonde era essa residência, em que bairro é?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – A minha propriedade fica à Rua Miranda de Montenegro, esquina com João Moura no Jardim das Bandeiras, por coincidência eu sou quase vizinho do Ex-Ministro da Saúde Adib Jatene. Numa casa boa, com 900 metros de área construída.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O processo 583002005058182, enfim, um da 7ª Vara cível onde houve ação de procedimento sumário geral, sendo requerente Antônio Rezeck.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Antônio Rezeck? Procedimento...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Requerente: Antônio Rezeck. Será Antônio Rezk?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Ah, não, do Antônio Rezk.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Antônio Rezk? Ele foi Deputado Estadual. Esse foi meu colega. Foi dirigente do PCB e do MDB também.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – O Deputado, o Ex-deputado Antônio Rezeck. (Soa a campainha)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É Rezk.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Rezk. O Ex-deputado Rezk falecido recentemente, era do antigo Partidão e por algumas questões que não me levam a fazer qualquer tipo de consideração, porque eu não posso falar por alguém que esteja já falecido, que Deus o ponha em bom lugar. Havia sido nomeado Assessor da Subprefeitura da Casa Verde. E foi mantido pela Prefeita Marta Suplicy um assessor da Casa Verde. Quando nós, o PPS assumiu a administração da Subprefeitura da Casa Verde com mais de 700 mil habitantes pelo Sr. Cláudio Barriqueli(F) estava lá uma pessoa que havia, era um cargo político e havia apoiado a reeleição da Prefeita Marta Suplicy, e nós, imediatamente, eu como membro da Executiva Municipal do PPS disse que ele não poderia permanecer e houve uma disputa de ordem e a informação que o senhor tem. Eu pertencia a um partido que tem uma lista partidária, e todas essas ilações que o Senador Tião Viana faz nós discutimos isso na lista, e eu disse que ser comunista não dava o direito de alguém ter sinecura na máquina do Estado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E por causa disso ele teria...

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Nós tivemos uma disputa e ele entrou com uma ação contra mim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Só faltam mais sete. Eu vou dar oportunidade para o senhor explicar cada uma deles.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, seja objetivo, Senador, temos mais um depoente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Processo 58300 2005 0724628 ação de indenização ordinária, requerente Silvio Pereira e Waldemir Flavio Pereira Garreta.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Essa é a ação que é do Partido de V.Exª. Quem está movendo a ação contra mim é o Silvinho Land Rover e o outro é o Waldemir Garreta que foi lá junto com o Deputado José Mentor exigir dinheiro para ter o Shopping Center de Mauá, que está em todos os jornais. Foi ele que tentou me corromper. E eu o denunciei por isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Processo 114011996049216, enfim, 2ª Vara Juizado Especial Civil de Campinas. Ação de execução de título extrajudicial, José Ronaldo Castro Rondon é o requerente.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Isso eu não tenho conhecimento. De que ano que é isso?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Deve ser recente.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Eu não moro em Campinas, eu não resido em Campinas há mais de 10 anos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Processo 11401 2004. Aquele havia sido 96, José Ronaldo Castro Rondon era de 96. Agora vou citar um de 2004 0271083 2ª Vara Juizado Especial Civil em Campinas, ação sobre cumprimento e obrigação de fazer ou não fazer. Requerente: Maria Rosi Petioli(F).

SR. EVALDO RUI VICENTINI – É uma ação de uma vizinha contra a minha mãe, não é contra mim. Elas são vizinhas de uma ação e que é uma briga de divisa, que não sou eu é a minha mãe, ela se enganou, a proprietária da residência em Campinas é minha

mãe. Isso já foi arquivado, inclusive, nós já vendemos a residência de Campinas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Processo 58350 2005 009033, enfim, dois da 10ª Vara Criminal de São Paulo. Autor João Herman Neto Deputado Federal e do PPS.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Esse retirou a ação e eu fui pessoalmente ver esta ação com a jornalista Mariana Caetano. Foi arquivado. Nós fomos vê. O João Herman, o Deputado João Herman foi o autor do acordo e criação do PPS Verdade que fez acordo com a reeleição da Marta Suplicy. Então ele entrou com uma ação por calúnia e difamação que eu o acusava de distribuir dinheiro aos Delegados do PPS, reunia-se no hotel junto com outras pessoas que participaram e nessa oportunidade foram 16 partidos, suspendeu as atividades partidárias, 16 membros do diretório. Esse é um processo que me honra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas o senhor disse que retirou, foi isso?

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Ele retirou, esse processo não existe mais.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Processo 58350 2005 057144-4 da 21ª Vara Criminal de São Paulo no Fórum central de autoria de Marcos César de Paiva Aga.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – O Marcos César de Paiva Aga é um conterrâneo meu que era o office boy do mensalinho em São Paulo, que era o chefe de gabinete do Secretário Rui Falcão que era indicado como Assessor Parlamentar da Câmara Municipal de São Paulo e havia sido nomeado pelo, então, Vereador José Mentor que hoje é Deputado Federal e está aí num processo de cassação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas também havia um outro processo dele próprio como autor em 96.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Em 96 não. Marcos César Aga, não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Processo 11401960492.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – De 96?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – 63 de 21ª Vara Criminal de São Paulo no Fórum central de São Paulo.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – 96? Com toda certeza?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim, Marcos César de Paiva Aga.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E, finalmente, recurso em Mandato de Segurança RMS 15470 registro 2002 0129789. Requerente: Odarício Quirino Ribeiro Neto, Ministro Relator Hamilton Carvali da 6ª turma. Incidência Penal Lei 6368 de 76 e Decreto-Lei 78992 de 76.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Esse é o Odarício Quirino Ribeiro, é o chefe da conexão Atibaia que está preso e condenado a 28 anos de cadeia, que roubou o meu avião, e ele está tentando se defender eu colocando esse processo. Eu não sou réu no processo, sou testemunha de acusação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Era para que pudesse, V.Sª, ter a oportunidade de esclarecer cada um dos itens.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Eu estou há disposição do senhor, eu não me lembro pelos números, mas se os autores forem, eu vou me colocando à disposição. Quero deixar claro, Senador, que eu tenho o maior respeito pelo senhor, pela história política do senhor. Quero lembrá-lo que na sua eleição de Deputado Estadual em São Paulo eu que fui o mentor, e o senhor há de lembrar disso da dobrada do senhor com o Deputado João Cunha de Ribeirão Preto. Quem patrocinou as cédulas da sua coisa foi eu, o senhor há de lembrar disso perfeitamente. E quero dizer ao senhor, sem nenhum pedido de troca de qualquer ordem, que eu fiz parte da resistência democrática, me orgulho disso, apesar de muita gente não saber diz.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu acho que...

SR. EVALDO RUI VICENTINI – E o senhor lembra perfeitamente, o senhor há de lembrar, perfeitamente, quantas vezes nós nos reunimos com o Deputado João Cunha para cuidar do caso Lutfala que foi a única condenação que o Sr. Paulo Maluf teve junto como hoje com o Desembargador Roberto Amaral e com o nosso querido Funari que foi colega do senhor que é o Corregedor da Polícia de São Paulo hoje.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – De fato, o Deputado João Cunha foi candidato a Deputado Federal em 78, eu fui a Deputado Estadual e diversas pessoas que tinham diretriz progressistas à época fizeram dobradinha comigo e com outros parlamentares.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Isso me orgulha muito. Lembro-me, perfeitamente, que após as eleições, eu tenho uma boa memória, Senador, nós fomos comemorar a sua eleição na casa do Senador Franco Montoro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu estive lá.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Nós tivemos oportunidade de conviver politicamente diversas vezes.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Com respeito a algumas referências de natureza pessoal

eu não vou fazer nenhuma indagação. Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi.Houve entendimento, Senador Garibaldi? Então, eu quero agradecer ao Sr. Rui Vicentine e também, mais uma vez, agradecer ao Sr. Francisco das Chagas Costa, é que em fundação do horário avançado e de, evidentemente, esvaziamento da CPI nesse momento, nós transferimos para amanhã como primeiro depoente o Francisco das Chagas Costa e mantemos os demais.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, me permita... O Senador Tião Viana estava me perguntando se, porventura, o Sr. Evaldo Rui Vicentini se lembra se registrou junto à Justiça Eleitoral as cédulas que, então, providenciou da dobradinha mencionada João Cunha e Senador Eduardo Suplicy. O que eu quero registrar é que nesta campanha, Sr. Presidente, eu faço questão de registrar ali na Rede Mundial de Computadores todas as receitas e despesas de minha campanha. Se o Sr. Vicentini se lembrar do que aconteceu ali... Porque não é obrigatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, eu acho que V.Exª., Senador Suplicy tem que desconsiderar essa brincadeira do Senador Tião Viana. Foi uma brincadeira, V.Exª. sabe do respeito que não só o Senador Tião, mas todos nós temos com V.Exª., sinto V.Exª. bem aliviado. Se não V.Exª. já fazia caixa 2 há muito tempo.

SR. EVALDO RUI VICENTINI – Para concluir. Eu pertenço a um grupo em São Paulo de Internet que hoje nós formamos o que nós chamamos de Mãos Limpas, onde participam ex-juízes, ex-delegados de polícias, ex-militares, militares da ativa e nós reunimos para passar esse partido, esse país a limpo. Eu quero agradecer a assessoria que foi dada a esse Grupo denominado Mãos Limpas que nós nos reunimos no último domingo para discutir, justamente, os procedimentos dessa oitiva que foi feita aqui. Então, eu agradeço a atenção dos Senadores. Quero dizer ao Senador, o senhor está no seu perfeito direito de... E eu tenho um profundo respeito ao Parlamento, e não faço ilações sem prova, porque sei que se fizer, a mim cabe o direito de provás-las. E eu estou à disposição de provar, exatamente, tudo que disse aqui com detalhes, que numa disposição aonde eu sou político e sei como é que faz. Em verdade sou um velho e cansado adversário do PT e vou continuar sendo sempre, porque não acredito na esquerda católica. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Sª pela presença e declaro encerrada a presente sessão.

(Sessão encerrada às 18h07)

Ata da 61ª Reunião, realizada em 8 de março de 2006.

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às treze horas e cinco minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença do Relator Senador Garibaldi Alves Filho e dos Senhores Senadores, Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Antero Paes de Barros, José Jorge, Valdir Ralpp, Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Heráclito Fortes e Álvaro Dias, presente ainda os Senadores, não membros, José Agripino Maia e Arthur Virgílio, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente reunião destina-se à oitiva dos Senhores Francisco das Chagas Costa, motorista, Mauro Pereira Júnior, Marilene do Nascimento Falsarella e Paulo Antônio Henrique Negri, Servidores da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto/SP. Indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. Informa ainda que a reunião administrativa fica aprazada para a próxima terça-feira, dia quatorze. Convida, a seguir, o Senhor Francisco das Chagas Costa para tomar assento à mesa. Com a palavra o depoente faz breve relato sobre sua vida profissional e se coloca a disposição dos senhores Senadores. Com a palavra o Relator para os questionamentos iniciais seguido, de acordo com a lista de inscrição, pelos Senadores Eduardo Suplicy, José Agripino Maia, José Jorge, Tião Viana, Arthur Virgílio, Antero Paes de Barros e Romeu Tuma. A presidência agradece ao depoente pela sua presença e, às dezesseis horas, suspende a reunião por cinco minutos. Reaberto os trabalhos, o Senhor Presidente acata o **Requerimento n.º 042/06**, de autoria do Senador Romeu Tuma, requer que a audiência pública de hoje, para tomada do depoimento do Senhor Mauro Pereira Junior, seja transformada em reunião reservada em virtude do atestado médico em anexo. A seguir, transforma a presente reunião em reservada solicitando que permaneça no recinto apenas os Senhores Senadores e Assessores da Comissão. A seguir convida os Senhores Paulo Antônio Henrique Negri e Mauro Pereira Júnior, para tomarem assento à Mesa. Usam da palavra para interpelar os depoen-

tes o Senhor Relator Senador Garibaldi Alves Filho, seguido, de acordo com a lista de inscrição, pelos Senadores José Jorge, Eduardo Suplicy, Tião Viana e Romeu Tuma. O Presidente agradece a pelo comparecimento dos depoente e convoca reunião a realizar-se amanhã. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezoito horas e cinqüenta minutos e, para constar eu, *José Augusto Panisset Santana*, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental declaro aberta a 61ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo requerimento número 245 de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Comunico aos Senhores Senadores que a pauta dessa sessão será destinada ao depoimento dos Senhores Francisco das Chagas Costa, Sr. Mauro Pereira Júnior, Marilena do Nascimento e Paulo Antônio Henrique Négri. Comunico aos Senhores de que sobre a Mesa a Ata da sessão anterior e que coloco em discussão. Não tendo quem queira discutir. Em votação. Os Senhores Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Eu solicito à Assessoria que apresente o Senhor Francisco das Chagas Costa. Ao fazer homenagem ao Dia das Mulheres e não vou fazer Sessão Administrativa hoje. Transferir toda a Sessão Administrativa para o dia... Para a próxima terça-feira em homenagem às mulheres. E antes de iniciar o depoimento, eu quero em nome da Comissão cumprimentar e parabenizar todas as mulheres, não só Senadoras, mas jornalistas, assessoras, enfim, todas as mulheres desse país. Então, e do mundo de uma forma em geral, já que comemoramos o ano internacional das mulheres. Então eu quero parabenizar a todas as mulheres pela comemoração do Dia Internacional. E em homenagem às mulheres nós estamos adiando para a próxima terça-feira toda a parte administrativa da nossa sessão. Senhor Francisco das Chagas Costa, eu quero inicialmente...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu quero agradecer ao Senhor pela paciência que teve conosco, que por duas vezes em função de questão de horário da CPI, as vezes Ordem do Dia e atrapalhou o seu depoimento. Mas o Senhor com muita paciência aguardou. Aqui está presente, assinando o termo de compromisso, conforme o artigo 203 do Código de Processo Penal e nós agradecemos a presença do Senhor aqui na CPI. Antes de conceder a palavra ao Senhor, eu vou conceder a palavra pela ordem ao Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Presidente, atendendo a determinação de V.Exª, ontem a sugestão, eu liguei para o doutor da Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda e com respeito ao primeiro item sobre a proteção dos familiares do Prefeito Celso Daniel. O Dr. Paulo Lacerda disse que a Polícia Federal por iniciativa própria, normalmente não teria amparo legal para dar a proteção. Mas informou que sejam os interessados, ou o Senado, ou a própria CPI do Senado, se avaliarmos que seja importante incluir os familiares de Celso Daniel no programa de proteção à testemunha em razão dos fatos que conhecemos, que seria importante, que isso pode ser feito. Assim, Senhor Presidente, poderemos encaminhar ao Ministro da Justiça e ao Ministro Secretário dos Direitos Humanos, Dr. Paulo Vanuchi, solicitação para que diante dos fatos que justificaríamos, possa ser tomada iniciativa para que seja dada a devida proteção aos familiares, isto é, aos irmãos, irmãos, esposas ou marido dos irmãos e irmã do ex-Prefeito Celso Daniel e, inclusive, de seus filhos e filhas. Assim é a informação que o Dr. Paulo Lacerda colocou e assim haveria a necessidade, Senhor Presidente, de formularmos o pedido nessa direção.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª e também ao Dr. Paulo Lacerda nas providências, mas devo informar a V.Exª que com minha Assessoria estou fazendo contato também com a própria família, para que essa decisão da CPI, ou seja, para que nós possamos tomar essas providências que V.Exª nos encaminha, dos entendimentos que foram feitos, informar a V.Exª que aguardo uma posição da família para que possamos aí tomarmos essa decisão de encaminharmos ao Ministro da Justiça a solicitação que V.Exª relata aí há pouco.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Está bem. Eu também gostaria de informar que sobre a questão relativa ao Prefeito Toninho, o Dr. Paulo Lacerda conversou com o delegado Roberto Luna, que ainda não conseguiu encontrar a testemunha que havia sido mencionada pelo personagem Jack, relativamente ao bingo Taquaral, mas que será realizado um esforço para encontrar as testemunhas, ou testemunha chaves que poderão melhor informar sobre a veracidade ou não, de tudo aquilo que este personagem declarou à Subcomissão desta CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª Senador Suplicy e devo

informar que as providências em relação à família do ex-Prefeito Celso Daniel, elas serão tomadas por essa Presidência e após uma... Esse contato que está sendo feito de nossa Assessoria, para com a família do ex-Prefeito. E se a própria família entender a necessidade, nós tomaremos as providências ainda hoje, já que esse contato está sendo realizado nesse momento e do qual eu tenho certeza que as providências serão tomadas pelo Ministro da Justiça e também pela Polícia Federal. Senhor Francisco das Chagas. Nós vamos conceder a palavra a V.Sª, para que V.Sª faça a sua identificação e iniciamos o debate e que V.Sª possa acrescentar e falar o que lhe for necessário. V.Sª tem todo o tempo que desejar para as suas considerações iniciais. E, mais uma vez, nós queremos agradecer o Senhor pela presença entre nós. Muito obrigado.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Senhores Senadores, Senhoras Senadoras, quero dizer que sou uma pessoa humilde, sou um motorista desempregado, trabalho como freelancer prestando serviços, só tenho mãe, não tenho pai, com seis anos perdi meu pai. Moro em Ceilândia. Quero agradecer aos Senhores Senadores e pedir desculpas se eu não puder, souber me expressar direito. Sou uma pessoa com poucos estudos, mas estou aqui à disposição dos Senhores para responder o que for necessário. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nós agradecemos ao Senhor e quero deixar o Senhor bem a vontade, com tranqüilidade que nós nesse momento, a presença de V.Sª tem apenas um objetivo. É esclarecimentos em função de fatos que e de depoimentos feitos nessa CPI. E também deixar o Senhor tranqüilo, que não há nada contra a pessoa do Senhor, contra a honestidade, a seriedade e qualquer coisa que venha comprometer a sua pessoa, que V.Sª fique a vontade, tranqüilo, que nós aqui saberemos respeitar o depoimento de V.Sª Senador Garibaldi Alves, Relator, com a palavra.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores. Senhor Francisco das Chagas Costa. Há quanto tempo o Senhor trabalha como motorista em Brasília?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – 35 anos.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor é autônomo ou trabalha para alguma empresa, ou qual foi a empresa que o Senhor trabalhou mais tempo?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Atualmente eu trabalho por conta própria. Não trabalho para nenhuma empresa.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o Senhor é autônomo, então?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Autônomo, sim, Senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Paga INSS?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quem o indicou para trabalhar como motorista, para o grupo de Ribeirão Preto?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Eu prestava serviços para uma locadora, a JAJU Veículos, situado no aeroporto, e eu fazia serviços freelancer para eles. E um certo dia veio dois Senhores de São Paulo, Senhor Ralph Barquet e Roberto Carlos Kurzweil, e eles foram quem me contrataram. E eu fui servir eles.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas...

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Pela locadora.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor falou a eles quem eram essas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Solicitaria do som que subisse um pouco o som, que está com problema. Estão reclamando. Agradeço. Senador Garibaldi, desculpa.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senhor Francisco quem eram essas pessoas que o Senhor fala como eles?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Começou com o Senhor Roberto Carlos, depois Ralph Barquet.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Só os dois?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Primeiramente eu conheci, depois eu conheci...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Roberto Carlos Kurzweil?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Depois Ralph Barquet, depois veio Rogério Buratti, Vladimir Poletto, depois Senhor Ademirson.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senhor Ariosvaldo também?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Ademirson é o Ariosvaldo.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor tem razão é Ademirson Ariosvaldo.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Conhecia por Ademirson. Ralph Barquet, Ademirson Ariosvaldo, Vladimir Poletto e Rogério Buratti, as pessoas que eu conhecia e o Senhor Roberto Carlos Kurzweil, que foi a primeira pessoa de lá de Ribeirão Preto que eu comecei a trabalhar com eles. Alugaram o carro na JAJU e eu fui servir como motorista.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senhor Juscelino Dourado?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor, esse não estava no meio.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nem o Ministro Palocci?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quem realizava os pagamentos desses serviços?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Senhor Vladimir Poletto. Ele quem me pagava.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E por quanto tempo o Senhor dirigiu para essas pessoas, assim com maior continuidade, constância?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Eu dirigi de 2003 a 2004. Eu dirigi o ano inteiro para eles.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor ouviu alguma vez referência assim ao "chefão" em conversas entre esses personagens?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Falando sobre o chefe?

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Chefão.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Várias vezes falava. Chefão.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Chefão ou chefe?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Chefão.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quando foi depor na Polícia Federal, o Senhor falou que estava muito nervoso e falou várias vezes que temia pela sua vida. O que estava acontecendo?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não estava acontecendo nada. A partir daquele momento que eu senti, fiquei preocupado pela minha vida, pela minha família de acontecer alguma coisa. Até aquele momento não tinha acontecido nada.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O momento que o Senhor foi depor?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – É. A primeira vez.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor afirmou na Polícia Federal que levou Rogério Buratti e Poletto algumas vezes ao SERPRO. O seu sigilo telefônico demonstra uma grande quantidade de ligações efetuadas e recebidas do SERPRO. Com quem iriam falar no SERPRO? Que comentários o Senhor ouviu a respeito do que estavam tratando no SERPRO? Para quem o Senhor ligava no SERPRO?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Eles... Eu não ligava, Senador. Quem usava o meu telefone era eles que pediam para usar, usar o telefone que eles tinham me dado.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eles não tinham os telefones deles?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – As vezes, muitas vezes acabava a bateria e o meu estava com bateria. Eles pediam para ligar do meu telefone, pelo telefone que eles tinham me dado.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas só podiam para usar do Senhor quando a bateria deles tinha acabado?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O telefone do Senhor era pago por eles também?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Pago por eles. Compraram e pagavam.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eles usavam normalmente?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Usavam normalmente, era deles não podia sonegar.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor ouviu eles falarem a respeito do Senhor Wagner Kirissi (F)?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor, Senador.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Atual Presidente do SERPRO?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor, esse nome não ouvia falar não.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E Henrique Costabile , ex-Senhor Presidente do SERPRO?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Também não, Senhor, esse não me lembro.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor afirmou na Polícia Federal que ouviu várias vezes o Senhor Rogério Buratti, o Senhor Ralph Barquet, o Senhor Poletto falarem

sobre o negócio da GTECH. Com quem mais eles falavam sobre a GTECH?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Olha, o comentário que eu ouvia era entre o Rogério Buratti, entre o Ralph, o Vladimir Poletto, o Senhor Ademirson. "E eu tenho reunião com a GTECH. Com a GTECH".

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Falaram em reuniões?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Eles. O comentário deles era isso. "Amanhã tal dia tem reunião com a GTECH".

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas falavam sobre a Caixa Econômica e a GTECH?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – É. Sobre a Caixa Econômica e a GTECH. Os comentários eram esses.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Essas reuniões aconteciam em São Paulo?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Geralmente seria aqui. Acho que não sei. No hotel mesmo, eles ficavam, ou as vezes no restaurante Porcão, almoçavam sempre lá e as vezes, muitas vezes, no Rio de Janeiro, São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Qual era o hotel que eles ficavam aqui?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Aqui no hotel Blue Tree.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E eles falavam sobre pagamento da GTECH?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor. Quantidade de dinheiro eles não falavam não.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor também afirmou na Polícia Federal que também dirigiu para o Senhor Rui Barquet, irmão do Senhor Ralph Barquet. Seu sigilo mostra algumas ligações com o Senhor João Abbud Júnior, Presidente da PronCop, chefe de Rui e amigo do falecido Ralph. Rui Barquet também participava de conversas sobre a GTECH ou sobre a Caixa Econômica Federal ou sobre os dois?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim. O Rui eu peguei muitas vezes no aeroporto e levava ao Banco do Brasil.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ao Banco do Brasil?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Banco do Brasil na Asa Norte. Banco situado lá no final da Asa Norte. Se não me engano, 516.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o Senhor conhecia o João Abono (F) Júnior?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Era o chefe do irmão do Ralph Barquet.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Do Rui Barquet.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Exatamente. Cheguei a conhecer.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O seu sigilo telefônico, Senhor Francisco, mostra várias ligações com o Senhor Henrique Gianelli e Denival Henrique de Almeida, o professor Henrique. O Senhor conheceu esses dois?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Senador...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Um era Advogado, Henrique Gianelli e o outro era o Senhor Denival Henrique de Almeida, que também era Advogado, mas era conhecido como professor Henrique.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Eu vi. Eu vi. Conheci.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Conheceu?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Conheci o Senhor Henrique.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor conheceu e qual a relação dessas pessoas com o Buratti, com Rogério Buratti?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Andavam juntos, né? Geralmente pegava no aeroporto os dois juntos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Esses telefones que existiam, nunca o Senhor fez nenhum telefonem para eles, para essas pessoas o que o Senhor citou aqui? Eram feitos quando emprestava? O Senhor mesmo não?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Eu não fiz não Senhor, os telefonemas que eu fazia era para Ralph Barquet, Rui Barquet, o Vladimir Poletto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Para marcar hora?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – De eu pegar eles, eles me ligavam, pegava o carro, ia para o aeroporto e os apanhava.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor afirmou na Polícia Federal que Poletto pegou seus documentos para adquirir um telefone celular para uso do Senhor, cujo número era 81185669. O Senhor confirma que não autorizou ele a adquirir outros telefones em seu nome? Cujos

números são 81186321 e 81186329. Quem utilizava esses telefones?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Um era meu. Esse primeiro que o Senhor falou foi o que eles me deram.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O 8118?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor. Eles compraram para mim.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Esse é do Senhor? Era utilizado pelo Senhor?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Eles deixavam comigo aqui.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E esses outros dois?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Esses outros dois eram do Vladimir e o outro do Ralph Barquet. Não sabia que era no meu nome esses telefones. Não sabia. Não tinha conhecimento.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o Senhor só utilizou?...

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Só utilizava o meu primeiro. Esse ai eu utilizava porque ficava comigo...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nunca utilizou os outros dois?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Os outros nunca utilizei. Nem sabia que estava no meu nome, Senador.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Essa CPI identificou diversas ligações suspeitas, realizadas a partir do telefone 81185669. O Senhor tem certeza que esse telefone era de uso exclusivo seu ou era também utilizado por Rogério Buratti e Vladimir Poletto?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Ele ficava exclusivamente comigo quando eles viajavam, para São Paulo...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor portava todo o tempo esse telefone, nunca?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Todo o tempo comigo. Durante o dia era comigo. Quando eles estavam comigo eles usavam o telefone, eles pediam: "Empresta o seu telefone ai, acabou a bateria".

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Só os empréstimos?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Só os empréstimos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quer dizer que todas as vezes que eles vinham a bateria arreava?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Muitas vezes acontecia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Está certo.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor afirmou para a Polícia Federal que também dirigiu várias vezes para Ademirson. A quebra do sigilo telefônico de um número de uso do Ministério da Fazenda identificou, Senhor Francisco, mais de 200 ligações para o seu celular ou do seu celular para este número. Quem costumava falar com o Senhor tantas vezes?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Do Ademirson?

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não. Veja bem.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não entendi, Senador.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu vou repetir.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor afirmou à Polícia Federal também que dirigiu várias vezes para Ademirson. A quebra do sigilo telefônico de um número de uso do Ministério da Fazenda, identificou mais de 200 ligações para o seu celular ou do seu celular para esse número. Mais de 200. Quem costumava falar tanto com o Senhor?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Olha. O Ademirson. Eles todos de Ribeirão Preto me ligavam. Me ligavam quando vinham para cá, as vezes no final de semana mesmo. Só para saber como é que estava, como eu estava, tudo bem, eles mesmo ligavam de Ribeirão Preto, o Vladimir...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O próprio Ademirson confirmou na CPI que esteve várias vezes na casa de Poletto e Buratti no Lago Sul. O Senhor costumava levar outros, outras pessoas, outras autoridades, servidores públicos, além de Ademirson para participar de reuniões nesta casa do Lago? O Senhor sabe, essa casa o Senhor freqüentou?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Conheço essa casa. Muito bonita. Mas eu não levava outras autoridades. E levava amigos deles que vinham de São Paulo, mas não conheço, não sei o nome.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas todos eles freqüentavam a casa?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Todos eles iam na casa freqüentar.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Juscelino Dourado reconheceu nessa CPI que recebeu Buratti algumas vezes no Ministério da Fazenda. Quantas vezes o Senhor deixou ou pegou Rogério Buratti do Ministério da Fazenda ou no Palácio do Planalto?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Palácio do Planalto eu não cheguei a levar não. Mas Ministério da Fazenda eu levei várias vezes.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Levou o Senhor Buratti, não é?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Senhor Buratti, sim Senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nesta casa do lago costumava haver reuniões entre empresários e agentes públicos, autoridades. O Senhor com freqüência estava nessa casa? Freqüentava essa casa?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Eu entrava lá com o carro para deixar eles quando chegavam do aeroporto.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor pode nos identificar, além dessas pessoas sobre as quais o Senhor tem falado, outras pessoas conhecidas que tenham freqüentado a casa do Senhor Vladimir Poletto?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – É o Senhor Roberto Carlos, eu já falei para o Senhor. O tal de Valente, não sei o nome dele. Apelido de Vô Valente. Lá do Rio. Esse freqüentava lá também. O Senhor Bill que trabalhava com o Senhor Rogério Buratti. Apelido de Bill.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor afirmou na Polícia Federal que a casa do Lago Sul teve duas empregadas. Soubemos pela imprensa que uma delas foi indicada pelo Senhor.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Certo.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É verdade isso?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor é verdade.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Qual o nome dessas empregadas? Eu conhecia uma só.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Uma era Nelma.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Havia também um caseiro que seria companheiro de uma delas?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – O caseiro, exatamente. Que morava lá.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor já disse aqui que dirigiu para Roberto Carlos Kurzweil. Ele também esteve na casa?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor, esteve.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Várias vezes?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Umas duas vezes. Ele esteve duas vezes só. Teve duas vezes na Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E quando ele não ia para casa, o Senhor deixava ele aonde?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – No hotel Blue Tree.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E depois pegava ele?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Pegava ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E deixava aonde?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Levei no Ministério da Fazenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – No Ministério da Fazenda.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – E depois hotel e restaurante e aeroporto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – No aeroporto. Mas no Ministério o Senhor deixou várias vezes?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, deixei uma vez. Eu me lembro que eu deixei ele uma vez só no Ministério da Fazenda. O Senhor Roberto Carlos Kurzweil.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Só uma vez?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Que eu me recordo só uma vez. Ele quase não ia para o Ministério da Fazenda. Ia mais para reunião, hotel, restaurante com eles.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com quem essa reunião?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Com Ralph Barquet, Rogério Buratti, Vladimir Poletto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Waldomiro Diniz também?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Senhor Waldomiro não era do meu tempo, do meu conhecimento, nunca cheguei a transportar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não era de muita confiança?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor. Eu não cheguei... (Risos) Não cheguei a transportá-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ta certo.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor sabe quem eram as pessoas com quem o Senhor Kurzweil falava em Brasília? Nesses locais? O Senhor dizia que levava ao Ministério da Fazenda, Não sabe?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não sei Senador, porque eu deixava na porta, subiu, não sei com quem ele iria falar. Só sei que eu deixava na porta.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E ele esteve alguma vez em Brasília acompanhado de Senhores com um sotaque português de nome Caio ou Vadinho?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Esteve?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Esteve. Não era brasileiro não. Ele falava diferente. Eu não entendia a língua dele, mas que esteve, esteve.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Dá para entender alguma coisa, né?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – A língua dele não. Nada, nada.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Era um português?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Falava espanhol.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – É.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E esses portugueses o Senhor levou para onde, com o Senhor Kurzweil?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Levei para o hotel, depois para a churrascaria e Ministério da Fazenda que eles foram.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eles não conheceram a casa não? Esses portugueses?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Esses daí não foram. Não chegou a ir a casa não.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O sigilo telefônico do Senhor mostra várias ligações com Marcelo Franzine. Não foi o Senhor que ligou não, para o Senhor Marcelo Franzine, ex-diretor da empresa LEÃO-LEÃO?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Eu não sei. Eu conheci um Marcelo. Não sei se é esse Marcel,o que era da LEÃO-LEÃO que vinha aqui junto com o Senhor... Com o Senhor... Um rapaz novo baixinho... Ele vinha Brasília aqui junto com...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E ele era muito amigo do Buratti, do Poletto?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Ele vinha junto com o Senhor Buratti. Ele era dessa empresa.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor sabe... Seu sigilo telefônico mostra várias ligações para a Senhora Jane Mary Córner(F). O Senhor falou com essa Senhora?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Essa aí é a mulher que mandava as meninas para casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Como é que é?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – A mulher que mandava as meninas lá para casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor está dizendo que era a mulher, que o quê?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – A Jane que coordenava as meninas, que eles faziam as festas lá e levava para casa.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o Senhor não conhecia essa Senhora?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Eu cheguei a ver ela duas vezes.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas o Senhor que transportava essas meninas?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Levei essas meninas, levei várias vezes lá na casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E todo esse grupo que o Senhor citou aí participava?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Todo mundo participava das festas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Todo mundo?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Todo mundo.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Obrigado.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, obrigado Senador Garibaldi. Senador José Jorge, primeiro Senador inscrito, seguinte Senador Suplicy.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Em primeiro lugar na realidade é um aspecto do depoimento do Senhor Francisco em relação ao Senhor Caio. Senhor Caio ele é um angolano que era dono de bingo e foi esse angolano, o Senhor Caio que o Senhor levou no Ministério da Fazenda que o Senhor acabou... O Senhor levou também o Senhor Rui, que era outro angolano ou só levou o Senhor Caio?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Rui Barquet?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não. Um outro angolano. Outro português. Esse Caio, ele andava sozinho ou tinha outro português com ele?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Ele veio acompanhado com o Senhor Roberto Carlos.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Somente?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Somente.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – E foram para o Ministério da Fazenda?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Somente.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Muito bem. Isso que eu queria registrar. Essa questão que eu não entendo bem. Essa casa. V.Sª disse que na realidade a casa era usada por esses Senhores todos aqui. Agora, eles, e ao mesmo tempo disse que eles ficavam em hotéis. Então a casa uma casa de hospedagem, eles dormiam lá ou na realidade era só para escritório, festas, essas coisas?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Muitas vezes dormiam, muitas vezes só reunião, festa, muitas vezes iam dormir no hotel. Variava.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Variava. Mas na realidade quando dormia, era basicamente o Senhor Poletto? O chefe da casa era o Poletto?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – O Vladimir Poletto. O Vladimir Poletto que era o chefe.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – O chefe da casa. Agora, na realidade...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O que o Senador quer saber, a casa era de Poletto, mas dormia só Poletto ou outros também dormia de noite também?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Outros também dormiam, o Senhor Ralph Barquet, o Rui Barquet.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – O Ademirson também?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – O Ademirson não Senhor. O Rogério Buratti. Esses dormiam.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Todos dormiam. Agora essas festas que eram realizadas lá. O Senhor teve oportunidade de levar as meninas e também de ir ver lá a festa como é que se realizava. Alguma vez o Senhor viu lá o Senhor Juscelino Dourado?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Nem o Ministro Palocci?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – O Ministro Palocci ia lá, mas não em festa. Eu vi ele ir lá no começo, durante o dia.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Durante o dia?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Mas sem festas.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ele ia lá participar de reunião?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não sei o que ele ia fazer.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ia constantemente ou o Senhor o viu poucas vezes?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Poucas vezes.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas ele ia lá?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Foi lá.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Isso aqui é uma coisa que o Ministro disse que nunca foi, e agora temos um depoimento dizendo que foi. Outra coisa eu não entendo, o Senhor disse que transportou muitas vezes o Senhor Ademirson para lá, não só para lá, mas para outros lugares. Agora, o Senhor Ademirson é um funcionário federal, portanto, ele deve ter um carro oficial, não é isso? Ele é o Secretário particular do Ministro e ele tinha, devia ter um carro oficial. Então, porque é que ele utilizava o seu carro? Era alguma missão que ele não podia fazer num carro oficial? Qual era a razão? Porque ele normalmente deveria andar num carro do Ministério da Fazenda, porque ele é uma espécie de chefe de gabinete do Ministro, Secretário particular. Coisa assim.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Normalmente ele tinha um carro que servia a ele. Mas não sei por que ele sempre me ligava, o Vladimir me ligava, "O Vladimir está chegando no aeroporto. Você pega o carro e vai lá pegar ele". Não sei qual era o motivo. Mandava, não é Senador, eu ia lá e pegava ele.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas na realidade...

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Transportava as vezes para restaurante, eles iam almoçar

juntos, e Ademirson estava no Ministério. Eles falavam comigo: "Passa lá no Ministério, pega o Ademirson e leva em tal restaurante, para nós almoçarmos juntos".

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sei. Então quer dizer que a relação entre esses Senhores todos, Ralph Barquet, o Senhor Roberto Carlos Kurzweil, o Senhor Rui Barquet, o Senhor Ademirson, o Senhor Vladimir Poletto, o Senhor Buratti, quer dizer, todas essas pessoas de Ribeirão Preto na realidade eles formavam um grupo?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eles estavam sempre se falando, sempre se vendo, não dá nem para o Senhor dizer quantas vezes foi, sempre se telefonando, era um contato permanente?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Com certeza, muitas vezes.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Muitas vezes. Era...

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Todo dia. Todo dia estavam em contato.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eles se falavam, chegavam, esses que moravam em Ribeirão Preto, tipo o Buratti, que não era daqui de Brasília, ou o Poletto, eles vinham aqui o quê? Uma vez por mês? De três em três meses?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – O Buratti?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – O Buratti e o Poletto?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Toda a semana eles estavam aqui. Quem demorava menos aqui era o Rogério Buratti. Chegava num dia, voltava no outro. Mas toda a semana ele vinha.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Toda a semana eles estavam aqui. E o Senhor viu diversas vezes eles... Quais as referências que o Senhor ouvia nas conversas deles em relação ao Ministro Palocci, que na realidade é o centro da investigação, vamos dizer. O que é que o Senhor ouviu eles dizer, como era a conversa deles em relação ao Ministro Palocci?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Senador, o que eu ouvia eles falar, era que: "Nós temos uma reunião com o chefão. Nós temos que falar com o chefão a tal hora". Só isso.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Agora, eles tinham assim um grau de intimidade grande com o Ministro Palocci também? Era como se o Ministro fosse do grupo ou o Ministro tinha um status maior? Tratavam como chefe assim mesmo?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Falavam chefão. Chefão. Eu acredito que chefão seria ele, né?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Seria ele. O Senhor acredita que o Ministro seja o chefe desse grupo?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Eles não falavam Ministro Palocci. Não falavam isso. Só falava "chefão". "Nós temos que falar com o chefão".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas quando eles diziam: "Quero falar com o chefão". Aí pediam para você levar para onde?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Para onde?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Ministério da Fazenda.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Em relação a vez que o Senhor viu o Ministro Palocci na casa, o Senhor lembra em que período foi, mais ou menos, assim?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Senador, não lembro não, porque foi várias vezes. Foi no período de 2003 a 2004, que eu trabalhei.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não, Senhor Presidente, eu acho que na realidade, o depoimento do Senhor Francisco ele é muito importante, porque ele mostra que, na verdade, todas essas pessoas de Ribeirão Preto, eles formaram um grupo, alugaram essa casa numa tentativa de na realidade influenciar em negócios juntos ao Ministério, ao Ministério da Fazenda e ao Governo de uma maneira em geral, a casa basicamente era utilizada como escritório, mas também com o lugar, um lugar para se realizar festas, em que eram convidados além dessas pessoas vinham outros convidados. Não sei se V.Sª confirmou, que além dessas pessoas que o Senhor citou, nas festas vinha mais gente?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Vinha mais gente, que eu não lembro o nome, nem conheço.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não lembra o nome, mas vinha gente lá?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Gente de fora, eu pegava no aeroporto, trazia, mas não me recordo o nome. Gente que vinha participar, né?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Da festa?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Da festa.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Então na realidade essa casa foi paga com dinheiro vivo, 60 mil reais e tem duas coisas que eu acho assim, bastante importantes, que são a presença desse bingueiro angolano no próprio Ministério da Fazenda, que era uma informação que aparentemente nós não tínhamos aqui. E segundo, a presença do Ministro Palocci na casa como na realidade o... Outra pergunta aqui que o pessoal da Assessoria está me perguntando. Na verdade, quando o Senhor ia pegar esse pessoal no aeroporto, eles vinham em vôo de carreira ou era em vôo particular?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Em vôo de carreira.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Normalmente era vôo de carreira?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – O Senhor soube alguma coisa daquela operação, não sei se o Senhor ouviu fala pelo jornal, que o Senhor Poletto levou umas caixas de uísque e que depois se verificou que não era bem uísque, para São Paulo através de um avião cedido pelo Senhor Kurzweil, o Senhor ouviu falar nessa operação?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Ouvi falar, sim Senhor, pelos jornais.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas não época não foi o Senhor que fez esse transporte?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor. Nessa época eu estava aqui em Brasília.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas foi aqui, ele pegou...

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não fui eu. Não, Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senador quer saber se foi o Senhor que foi deixar lá no hangar.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – É porque a operação foi o seguinte: Ele passou... Ah, isso foi em 2002. Desculpe, foi antes do Senhor trabalhar para eles. Muito obrigado, Senhor Presidente, era só isso que eu gostaria de perguntar e agradecer ao Senhor Francisco. Eu acho que ele deu informações muito importantes. Essa questão do dono de bingo dentro do Ministério da Fazenda, eu acho grave, ainda mais um estrangeiro. E também o Ministro Palocci disse aqui mais de uma vez que nunca foi nessa casa, não saiba nem onde era e agora está aí o depoimento dele que viu o Ministro Palocci dentro da casa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy. Senador Flávio Arns por permuta com o Senador Suplicy. Senador Suplicy está colhendo algumas informações.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu também, Francisco das Chagas Costa. O Senhor falou que o Senhor trabalhou em 2003 e 2004, como motorista para as pessoas que o Senhor mencionou. 2003 e 2004?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – 2003 a 2004.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Os dois por completo, os dois anos ou...

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, de 2003 a 2004. Só um ano só.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Um ano. No ano de 2003, então?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor, no ano de 2003.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – No final de 2003, parou, então, de trabalhar, foi no final de 2003?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Até dezembro de 2004.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Trabalhou até dezembro de 2004?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Trabalhou durante o ano de 2003, e também durante o ano de 2004.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor, eu trabalhei de 2003 até 2004.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quando que o Senhor começou a trabalhar, em que mês?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Eu comecei a trabalhar no mês de março.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – De 2003?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – De 2003. Aí eu fui até o mês de dezembro de 2004... Não de dezembro de 2003, exatamente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então, só um ano?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Só um ano, sim Senhor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Trabalhou durante nove meses, então?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor. Foi.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Foi nesse sentido?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Foi, sim Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Só, Senador, uma pergunta. Por que o Senhor parou de...?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Parei de servir eles, porque eles foram embora, eles falaram: "Nós temos que ir embora, mudar, nós vamos trabalhar no Rio e não precisamos mais dos seus serviços".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas o Senhor não sabe por que eles foram embora?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não sei por quê.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Foi então de 2003 a 2004. O Barquet, a gente sabe que o Barquet tinha um problema de saúde também e que acabou, inclusive, na seqüência falecendo. Ele já estava? Porque o Senhor disse que o Senhor transportou o Senhor Ralph Barquet também por inúmeras vezes em Brasília. Ele já estava com dificuldades de saúde naquela época, que o Senhor observasse?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor, estava com problemas de saúde.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E faleceu em seguida?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Faleceu, estava aqui, foi para Ribeirão, não voltou mais. Depois eu soube só da morte, do falecimento dele.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E o Rui Barquet, irmão dele, continuava vindo para...

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – O Senhor Rui continuou vindo aqui, depois da morte dele, ele continuou vindo aqui.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Senhor quando falou do Ministro Palocci, o Senhor falou que levou o Ministro Palocci para a casa ou viu o Ministro Palocci?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não levei, eu vi ele na casa, eu vi ele entrando lá na casa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quantas vezes?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Ah Senador, umas três vezes.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Senhor viu entrando? O Senhor sempre ficava na casa?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Geralmente não ficava lá dentro, porque ele não deixava, eu sempre saia, ele mantinha sempre eu no hotel.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senador, me permite?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Pois não.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor viu o Ministro na casa e ele foi transportado pelo Senhor?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Por mim não, Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor se lembra o carro?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Ele usava sempre o carro do Ralph, do Senhor Ralph Barquet. O Senhor Ralph tinha um Peugeot, um carro de Ribeirão e eles usavam sempre ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Esse Peugeot o Senhor sabe se era de propriedade do Ralph ou era locado?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Era de propriedade do Senhor Ralph.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E depois na seqüência o Rui continuou vindo também, depois da morte do Ralph? O Ralph morreu em 2003, não é, se não me engano ou 2004?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Desculpe, Senador, depois da morte dele, parece que eu encontrei com ele uma vez só. Depois que ele morreu. O Rui Barquet.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim, Rui Barquet.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Eu encontrei com ele no aeroporto. Eu nem sabia, estava fazendo meus serviços, pegando outra pessoa, não era mais pessoal do grupo, já estava em outros serviços. Aí de repente dou de cara com ele. Eu falei: "Dr. Rui tudo bem com o Senhor? Como está o Dr. Ralph?" Aí ele me deu a notícia, eu não sabia. "Olha, o Ralph faleceu".

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E como o Senhor já falou isso para o Senador Garibaldi Alves, com Waldomiro Diniz, o Senhor nunca se encontrou?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eles nunca falaram no Waldomiro Diniz?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Nunca foram comigo não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas nunca falavam sobre ele também?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Nunca falaram, não comentavam no carro sobre o Waldomiro Diniz, não comentavam.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não havia nenhuma conversa nesse sentido?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu não tenho mais perguntas a fazer. Obrigado.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – De nada Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, V.Exª tem a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Francisco Chagas Costa, Senhor Presidente, Senhor Relator. O Senhor teve oportunidade de dialogar com o Ministro Antônio Palocci algumas vezes?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor. Nunca tive essa oportunidade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Em todas as ocasiões em que o Senhor viu o Ministro Antônio Palocci, seja ali na casa, seja no Ministério da Fazenda, em qualquer situação pública que ele tenha aparecido, o Senhor viu em qualquer ocasião alguma impropriedade de procedimento do ponto de vista da seriedade do Ministro Antônio Palocci?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu faço essa pergunta ao Senhor, porque conheço o Ministro Antônio Palocci, pelo menos, desde o início dos anos 80. E em todas as ocasiões em que tive a oportunidade de conhecê-lo, conversar com ele, dialogar, inclusive, quando visitei na sua residência com a sua família em reuniões do partido, em situações quando, por exemplo ele foi Presidente do Partido dos Trabalhadores no Estado de São Paulo, nas ocasiões em que ele foi Deputado Federal, em que estudou diversos assuntos entre os quais o sistema tributário, participando ativamente da Comissão de Reforma Tributária do país, nas ocasiões em que tive reuniões com ele no Ministério da Fazenda sobre assuntos relativos as questões de interesse público, para citar alguns exemplos, sempre tive do Ministro Antônio Palocci uma impressão de seriedade, de preocupação com a ética na vida pública, ética na sua vida pessoal e, portanto, com procedimentos, assim, de grande responsabilidade para com a defesa dos interesses da nação brasileira, do povo brasileiro e relacionadas as questões públicas. Nunca vi do Ministro Antônio Palocci qualquer procedimento de estar querendo favorecer de maneira indevida esta ou aquela pessoa, este ou aquele grupo empresarial e assim por diante. Então, eu fiz a pergunta ao Senhor, para que possa também expressar o seu testemunho, a sua impressão. A minha impressão do Ministro Antônio Palocci, conhecendo-o muito bem, é esta. Então, eu pergunto novamente ao Senhor: O Senhor tem a impressão, por tudo que conheceu do Ministro Antônio Palocci de que ele sempre agiu com seriedade, com respeito à ética na vida pública?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor. Não tenho nada que falar dele. Eu tenho essa mesma impressão dele.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Muito obrigado. Eram essas as perguntas que eu queria fazer, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu quero só adiantar que em nenhum momento ele fez alguma referência contra o Ministro Palocci. Ele só confirmou que viu o Ministro Palocci por duas ou três vezes lá na casa. É bom para esclarecer que o Senhor Francisco em nenhum momento fez referências contra o Ministro Palocci. Só para deixar claro aí diante da...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Presidente, é que eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Só para esclarecer ao Senhor Francisco.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas eu gostaria de dizer ao Senhor que eu ando pelo Brasil inteiro e em muitas casas e os mais diversos lugares e isto não quer dizer necessariamente que possa estar fazendo algo inadequado. A minha pergunta foi se em algum momento ele viu o Ministro Palocci fazer algo que não fosse extremamente sério e em defesa de tudo aquilo que eu aqui me referi. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senhor Presidente. Eu gostaria ainda de perguntar ao Senhor Francisco o seguinte: Eu fiz uma pergunta aqui a respeito do depoimento dele na Polícia Federal, quando ele teria se queixado de que estava sofrendo ameaças e ele respondeu que não. Até, então, até aquela hora do depoimento na Polícia Federal não tinha sofrido qualquer ameaça. Agora, eu pergunto: E depois o Senhor chegou a sofrer?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor Senador. Até o presente momento aqui agora nunca sofri nada de ameaça. Está tudo normal.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores. Eu cumprimento inicialmente o Senhor Francisco, acho que é um depoimento espontâneo, um depoimento de quem está tratando com responsabilidade a sua vinda a uma CPI, respeitando os Senadores, sendo absolutamente tranqüilo e sincero. Eu só tenho a colocar que as informações colocadas, elas podem perfeitamente contribuir para algum tipo de análise que tenha o Relator ou qualquer Senador aqui sobre alguma dúvida de influências que venham a ocorrer ou não num órgão público, numa instância de num órgão de Estado como o Ministério, mas em absoluto elas podem concluir nada e ao mesmo tempo eu entendo como absolutamente natural, que todo e qualquer cidadão procure qualquer Ministério para levar suas influências e seus interesses. Então para mim é absolutamente natural tudo que está sendo colocado aqui. Se havia ou não um grupo com práticas suspeitas, que se instalou em Brasília para querer criar tráfico de influência e etc. Também ocorreu em todos os Governos, em todas as repúblicas, isso aí é uma prática natural, infelizmente, que eu não concordo, mas nós sabemos que ela ronda as instâncias de poder. E entendo que nas vezes que o Ministro veio aqui se colocou absolutamente distante de qualquer tipo de pressão, de ameaça que pudesse comprometer a sua honra e a sua dignidade. E entendo que, além disso qualquer outro passo que possa querer se dar aqui se imiscuir na vida privada, em detalhes da vida privada, que não compete ao Senado da República. Era o que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Antero Paes de Barros.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente, inicialmente eu quero, inclusive, pedir escusas à própria Comissão e ao depoente, o Senhor Francisco das Chagas Costa, porque apenas parcialmente ouvi o depoimento do Senhor Francisco e posso incorrer em repetição de perguntas já feitas aqui por outros Parlamentares, especialmente, pelo Senador Garibaldi que é o Relator desta Comissão. Mas tomando conhecimento de que V.Sª já confirmou alguns fatos, eu queria reconfirmar com V.Sª, V.Sª confirma que o Ministro foi a essa tal casa do Lago Sul o Ministro da Fazenda o Senhor Antônio Palocci? Confirma?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Como era o carro que levava o Ministro a essa casa?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Como eu já falei, é um Peugeot prata.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Era...

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Do Senhor Ralph Barquet, falecido.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Portanto não era carro oficial?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor. O Carro era de propriedade dele.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – E o Ministro estava vestido como? Roupa esporte, terno? O Senhor não se lembra?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Eu não me recordo, Senador.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Entre abril de 2003 e janeiro de 2004, Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor particular do Ministro da Fazenda Antônio Palocci, telefonou 237 vezes para dois celulares registrados em nome de V.Sª O relator, talvez, já tenha perguntado isso. Os aparelhos também foram usados para receber e fazer ligações para outros integrantes daquilo que está conceituado na imprensa como República de Ribeirão Preto, como Vladimir Poletto, Ralph Barquet, todos ex-auxiliares do Ministro Palocci. Há registro de conversas também com a promotora de eventos Jane Marie Córner, com funcionários da empreiteira LEÃO-LEÃO e outros nomes investigados pela CPI dos Bingos. Esses dados todos foram obtidos pela CPI, com a quebra do sigilo telefônico e um aparelho que está registrado em nome de V.Sª E vão ao encontro do que o Senhor havia declarado em depoimento a Polícia Federal, ocasião na qual o Senhor contou ter entregue a sua documentação para habilitar os dois celulares, atendendo a um pedido do Senhor Vladimir Poletto. O Senhor confirma, portanto, essa informação? Foi o Senhor Vladimir Poletto quem lhe explicou o motivo? O Senhor Vladimir Poletto lhe explicou o motivo pelo qual ele estava pedindo os seus documentos? O Senhor autorizou o Senhor

Vladimir Poletto a registrar as linhas em seu nome ou o Senhor não sabia o motivo?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor, eu autorizei. O que ele me falou que ia comprar um celular, para deixar comigo e pediu meu documento para fazer a ficha lá e passar o celular em meu nome. Só isso. Eu não sabia que ele iria colocar mais dois celulares em meu nome.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor trabalhava para o Senhor Vladimir Poletto nessa época?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Já estava começando a trabalhar.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Como que o Senhor conheceu o Senhor Vladimir Poletto?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Através de Ralph Barquet e o Senhor Roberto Carlos.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor já trabalhou dessas pessoas aqui já mencionadas, Senhor Ralph Barquet, Roberto Carlos, Vladimir Poletto, o Senhor trabalhou só com o Senhor Vladimir Poletto? Ou trabalhou para mais algumas dessas pessoas?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Trabalhei com essas pessoas, que eu citei aqui.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Todos eles?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Todos eles.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor já transportou Rogério Buratti?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Roberto Kurzweil?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Conaghi, o empresário Conaghi, o Senhor já transportou, ou o Senhor não se lembra?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor. Esse não me lembro.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Juscelino Dourado, o Senhor já transportou?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Também não. Nunca andou comigo.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Ademirson Ariosvaldo, o Senhor já transportou?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Ministro Antônio Palocci, o Senhor já transportou?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Donizete Braga, o Senhor já transportou?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Isabel Bordini, o Senhor já transportou?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Também não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Delúbio Soares, o Senhor transportou?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Presidente Lula, o Senhor já transportou?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor já realizou ou recebeu ligações para/ou/da Senhora Jane Mary Córner?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Se eu recebi, ligação? Desculpe, Senador, eu não entendi.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Se o Senhor ligou, por iniciativa do Senhor, para a Jane Mary Córner?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor. Eu não liguei.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Mas aparecem ligações do seu celular.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Porque eles às vezes faziam do meu celular.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eles quem?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – O Vladimir Poletto.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Quem mais?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – O Vladimir Poletto e o Senhor Rogério Buratti usavam meu telefone.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor sabe o nome do caseiro que cuidava da casa no Lago Sul?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Eu não lembro o nome agora. Só lembro da esposa, da mulher dele, Noelma.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Noelma ou Nelma?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Nelma, acho que é Nelma, Nelma ou Noelma, alguma coisa assim, pode ser Nelma.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Ta. O Senhor confirma que viu nessa casa o Ministro Palocci?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Vi, sim Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor já transportou o Senhor Vladimir Poletto ou algum outro membro da República de Ribeirão, para encontros marcados com a Senhora Jane Mary ou alguma de suas funcionárias?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Já transportei. Vladimir Poletto.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – E esses encontros eram aonde?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Iam para a casa.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Após o Senhor tomar conhecimento que havia os dois telefones em seu nome, o Senhor procurou o Senhor Vladimir Poletto para se informar do que havia ocorrido?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor. Porque eu nunca mais o vi, não tinha mais contato com eles.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor Vladimir Poletto costumava ligar para o Senhor Rogério Buratti?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Para o Senhor Ministro Antônio Palocci?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Para o Senhor Ademirson Ariosvaldo?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Para o Senhor Ralph Barquet?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor se lembra que assuntos eram tratados? Eles tratavam do assunto Gtech? O Senhor ouviu isso?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Conversavam muitas vezes sobre reunião, "Tem reunião tal lugar". Assim a respeito de Gtech, Gtech, não sabia o que o que era a empresa.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor se recorda do Senhor Poletto conversar por telefone com Donizete Braga ou com a Senhora Isabel Bordini?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor. Não me recordo não Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Bem. Esses telefones foram usados 39 vezes para falar com o empresário Roberto Carlos Kurzweil, entre fevereiro e dezembro de 2003. O Senhor recorda de alguma conversa do assunto do Senhor Poletto com o Senhor Kurzweil? Que assunto eles tratavam nesses telefonemas?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Senador, não me lembro não que assunto eles tratavam.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor conhece o Senhor Roberto Kurzweil?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Conheço, sim Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor já trabalhou para ele?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Já servi ele aqui em Brasília.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor serviu ele aqui levando ele para onde?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Hotel Blue Tree uma vez Ministério da Fazenda e restaurante, vários restaurantes e lá na casa.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Qual a ligação entre o empresário e o Ministro Palocci? O Senhor já presenciou encontro entre os dois? Já disse que levou o Kurzweil ao Ministério da Fazenda, né?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor, mas não sei com quem ele iria falar.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu só quero relembrar, Senhor Presidente, que o Senhor Kurzweil é o dono do Omega, utilizado para transportar as Caixa s de uísque, supostamente carregado com dólares de Ribeirão, com dólares de Cuba. O Senhor já ouviu falar em Donizete Rosa? Porque tem Donizete Braga e tem Donizete Rosa.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor. Não conheço nenhum dos dois.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Quem pediu ao Senhor uma empregada para trabalhar na casa? Qual o nome da pessoa que o Senhor indicou? Qual o Senhor grau de parentesco com ela?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Foi o Senhor Vladimir Poletto. E o nome dela é Aldilene.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – E ela trabalhava na casa?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Trabalhou na casa.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor prestava serviços nos dias em que ocorriam as festas lá na casa do Lago Sul? Nos dias de festas o Senhor atendia?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Atendia o pessoal. Ia buscar o pessoal no aeroporto e levava lá e outras mais. As meninas também eu pegava e para até lá.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor poderia citar algumas dessas pessoas, nesses dias que o Senhor costumava transportar?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Das meninas não lembro os nomes não, Senador, eram várias.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – E dos homens?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Dos homens eram tantos. Os que vinham de fora, não recordo o nome não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Ministro Palocci participava dessas festas?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, o Ministro não Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor não carregou o Ministro nessas reuniões?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Nessas reuniões o Senhor ouvia assuntos relacionados à Gtech, LEÃO-LEÃO, empresas de Angola?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor. Não ouvi isso aí não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Quem indicou o Senhor para trabalhar com o Senhor Vladimir Poletto?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Fui indicado pelo Senhor Roberto Carlos Kurzweil e o Senhor Ralph Barquet. Foram os primeiros que conheci.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Onde o Senhor trabalha atualmente?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não estou trabalhando, estou desempregado.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor transportava o Buratti com freqüência para um prédio perto da Caixa Econômica e outro no setor Comercial Sul? Que prédios são esses?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Prédio da Caixa Econômica , não Senhor. O prédio da Caixa Econômica , o restaurante que ele almoçava. Vila Burghese. Ele almoçava sempre lá. E o outro prédio aqui no setor de autarquia, eu não lembro o nome, ao lado da catedral ali.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor confirma a ida do bingueiro angolano ao Ministério da Fazenda?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente, eu gostaria de... O Senhor conhece o motorista Éder Eustáquio Lopes?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor ouviu falar sobre esses dólares de Cuba nas festas promovidas lá na residência do Lago Sul?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Lá na residência do Lago Sul, não vi, não Senhor. Eu ouvi falar em dólar pela reportagem, imprensa.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senhor Presidente. Eram essas as informações que eu gostaria de indagar do Senhor Francisco das Chagas Costa. Gostaria de cumprimentar o depoente pela tranqüilidade com quem ele trata os assuntos e de lamentar, Senhor Presidente, que pela segunda vez a CPI tenha constatado um depoimento que contradiz aquilo que o Ministro da Fazenda Antônio Palocci disse a esta CPMI, a esta CPI, melhor dizendo. Que ele informou que nunca havia freqüentado aquela residência e não é preciso ser nenhum expert, não é preciso usar aparelhinho da verdade, para perceber que um Senhor, com a simplicidade e a tranqüilidade do Senhor Francisco está dizendo a absoluta verdade à esta CPI. Eu quero cumprimentar, inclusive, a relatoria por ter detectado essas informações e por ter conseguido localizar esse motorista, porque V.Sª pode ter certeza, V.Sª pode estar prestando um grande serviço ao país, que não merece o que está ocorrendo com o próprio país. Então eu queria cumprimentar, inclusive, a Relatoria e a sua equipe de assessores, pela forma como identificou esses problemas da quebra dos sigilos telefônicos e lamentar que outros sigilos não estejam aqui quebrados. Era isso, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª Senador Garibaldi Alves.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senhor Presidente, só mais uma pergunta. Quando os bingueiros angolanos, Senhor Francisco, quando eles vieram para cá e o Senhor os transportou, o Senhor se lembra qual foi o mês?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não fui eu que transportei, Senador. Eles alugaram outros carros, parece que uma van, uma carro grande e transportaram eles. Eu não cheguei a transportar não.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o Senhor lembra quando eles...

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não lembro o dia não, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eles vieram acompanhados de quem? Quem foi a pessoa? Foi o Roberto Carlos?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – O Senhor Roberto Carlos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com eles foram até o Ministério?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Como é que o Senhor sabe que eles foram até o Ministério se o Senhor não transportou? Porque eu tinha entendido antes, até o Senador Garibaldi Alves fez a pergunta para esclarecer esse fato, mas eu tinha entendido quando o Senhor tinha falado antes, que o Senhor teria transportado. Não foi o Senhor que transportou?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não fui eu que transportei esses angolanos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quem que transportou?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Eles alugaram outro carro lá, um carro grande, não me recordo, uma van e...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor estava com quem?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – No outro carro, trazendo outra pessoa, parece que o Dr. Ralph.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Trazendo outra pessoa, levando para o mesmo destino?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Na mesma comitiva.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Na mesma comitiva. Eles não estavam...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tinha a comitiva. Era o grupo todo numa van e ele acompanhava com o Ralph Barquet em comitiva.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Está esclarecido, até pela...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas V.Exª tem razão, porque deixou no primeiro momento entender que ele que tinha conduzido. V.Exª tem toda a razão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Está esclarecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele não recorda o período, o mês que houve essa chegada dos...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – 2003, né?

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor não se lembra do mês?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Não me lembro do mês, nem do dia, Senhor Senador, foi nesse período. Desculpe, eu sei que foi nesse período.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A convivência era muito grande com o pessoal para lembrar a data.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Senhor em relação ao período, o Senhor respondeu para mim antes, que o Senhor trabalhou durante o ano de 2003, de março de 2003 a dezembro de 2003.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Foi isso que respondeu para mim antes?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Sim, Senhor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quer dizer, trabalhou durante nove meses, o Senhor não se lembra se foi logo no começo que o Senhor levou Barquet ou foi mais para frente?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Foi no meio do ano.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – No meio, porque eu só estou perguntando isto, porque talvez as pessoas quisessem associar isto à época em que o contrato foi também assinado, mas foi mais para frente, no meio do ano mais ou menos?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA – Exatamente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Está bem. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senhor Francisco, eu agradeço a presença de V.Sª e a CPI tem algumas informações que precisa ainda do Senhor, mas que a Assessoria vai anotar para que se for necessário possamos o ouvir novamente.

Eu agradeço a V.Sª e convido a Senhora Marilene do Nascimento Falsarella, para iniciarmos o seu depoimento. Senadores, eu pediria a V.Exªs a assumirem os seus lugares e, por favor, quero que a Assessoria, inclusive, eu quero que a Assessoria, inclusive, levante depois um contato com o Senhor Francisco das Chagas, se depois do depoimento de V.Sª, se V.Sª desejar segurança pessoal, essa CPI colocará à disposição do Senhor. Fica a critério do Senhor para colocar à disposição de sua família e do Senhor. Se V.Sª achar necessário. Para que seja uma iniciativa da CPI. Senhora Marilene do Nascimento Falsarella, eu agradeço a presença de V.Sª à nossa CPI. V.Sª assinou termo de compromisso conforme o artigo 203, do código do Processo Penal e inicialmente V.Sª terá a palavra para as considerações iniciais. Em seguida nós teremos as perguntas dos Senhores Senadores. Ainda determina a CPI que providencie carro do Senado Federal para deixar o Senhor Francisco das Chagas em sua residência. Solicito que essas providências sejam tomadas. Senhora Marilene do Nascimento. V.Sª tem a palavra para identificação de V.Sª

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Meu nome é Marilene do Nascimento Falsarella, sou Funcionária Pública na cidade de Ribeirão Preto. Atualmente trabalho no Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto, onde é realizado a parte da limpeza urbana também. Não só da água como também da limpeza urbana, que dentro dessa limpeza urbana tem a coleta do lixo e a parte de varrição, coleta do lixo reciclável, de resíduos de serviços de saúde. É toda essa área de resíduos sólidos. Eu trabalho lá no DAERP há cinco anos, eu estou lá, mas sou Funcionária Pública há 22 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Sª e concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves, Relator.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, Senhora Marilene do Nascimento Falsarella. Eu pergunto inicialmente à Senhora os cargos e funções que a Senhora ocupou até hoje na prefeitura de Ribeirão Preto.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Até hoje?

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Até hoje.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Eu entrei como escriturária, né, na prefeitura. Após eu passei a ser oficial administrativo, aí eu peguei uma chefia no Departamento de Urbanismo, que hoje está extinto, de Chefe de Sessão da dívida ativa, aí o órgão foi extinto. Então, com a extinção dele foi criada uma nova secretaria, que é a secretaria de infra-estrutura no qual eles colocaram eu e mais 78 pessoas para serem nomeadas para executar o serviço no DAERP. No Departamento de Água e Esgoto, porque o lixo, a limpeza urbana estava indo para o DAERP, né. Então eu fui mandada para lá. É onde eu estou até hoje. Até então...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É o Departamento de Água e Esgoto.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Isto. Então quando eu cheguei no Departamento de Água e Esgoto, eu era oficial administrativo, ta. E hoje eu ocupo Chefe de Sessão de resíduos sólidos.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu pergunto a Senhora: A Senhora... A prefeitura de Ribeirão ela realiza esse trabalho de varrição, de limpeza pública com a contratação de empresas particulares?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Sim. É empresa terceirizada.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O serviço é totalmente terceirizado?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não. Na área da infra-estrutura tem funcionários da própria prefeitura, que faz alguns tipos de serviço. Mas 90% é terceirizado.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Terceirizado?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Terceirizado.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E a empresa LEÃO-LEÃO é uma das empresas contratadas pela prefeitura?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Isto. Que presta serviço para a prefeitura através de uma concorrência pública.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sei, e qual é, a Senhora poderia me informar qual é a participação da empresa LEÃO-LEÃO no serviço de limpeza? Quanto representa o percentual que...

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Um percentual?

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Assim, aproximadamente 40, 50?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Responsabilidade, quer dizer, o serviço que ela executa no caso?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Acho que se eu tentar esclarecer. O que o Senador Garibaldi pretende saber da Senhora, é se toda a responsabilidade da coleta de lixo é da LEÃO-LEÃO ou se ela representa 70% ou 50%.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Toda a responsabilidade da LEÃO-LEÃO.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ela é exclusiva?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Sim, sim é ela quem faz.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas isso foi feito através de uma licitação?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Através de uma concorrência pública 05/99.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E a fiscalização, é feita pelo DAERP?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Isso, por funcionários que estão no DAERP.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E essa, a partir de quando a Senhora começou a perceber a discrepâncias dos dados no trabalho de varrição?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Doutor, a partir do momento que o Senhor tem uma concorrência pública, no qual existe um plano de trabalho, que o Senhor tem que obedecer aquele plano de trabalho, com quantitativos que o Senhor pode usar e começa a aumentar muito, então, alguma coisa esta acontecendo. Não de superfaturamento, nada disso, mas a cidade pode estar tendo mais necessidade, aumentou, tal, tem necessidade. Então, aí nesse caso, no que o Senhor perguntou aí, aumenta quando precisa ser feito os serviços.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Desde que os serviços sejam executados que é pago para a empreiteira.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas eu pergunto: Havia uma maior demanda ou havia um superfaturamento? A Senhora passou a desconfiar de um superfaturamento?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Eu achava estranho pelas planilhas que eu tinha de um quantitativo exemplo dois e de repente vir para colocar um quantitativo quatro. Então eu achava estranho, mas eu era funcionária dentro de uma sala, junto com mais um funcionário e eu é que sabia mexer no computador. Então, quem digitava era eu. Agora, o conhecimento fora daquela sala, eu não tinha, porque eu não ia em campo, para saber se o serviço executado ou não. Ta, porque chegava para mim já a planilha como deveria ser feita. Então eu passava para o computador. Agora, quanto ao aumento, a gente realmente, eu mesma me surpreendi, inclusive, falei com meu chefe direto, que era o meu chefe na época, né.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O chefe da Senhora era o Sr. Mauro?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Isto.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A Senhora comentou com o Sr. Mauro?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – O próprio Mauro comentou. Eu perguntava: "Mas por que eu tenho que fazer assim?" Ele virou e falou: "Porque tem que fazer assim, porque recebeu ordem da Diretoria".

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o que era fazer assim?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Aumentar. Aumentar.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Aumentava no...

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Aumentava os quantitativos.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Aumentava os quantitativos?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Isto. Isto.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Isso era feito lá no DAERP?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – No DAERP, mediante ordens superiores.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas quem é que... Os superiores no caso, o superior imediato...

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Para mim era o engenheiro Mauro Pereira Júnior.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O engenheiro Mauro?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Isto.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E essa acima do engenheiro Mauro?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Tinha a Diretora técnica e tinha a superintendente que eu, por exemplo, não tinha acesso a elas.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E qual o nome delas duas?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – A Diretora Luciana Alecrim e a superintendente Isabel Bordini.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Isabel Bordini. Em última análise a responsabilidade maior da ordem era da Isabel Bordini ou então... A Senhora poderia...

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Então, isso daí eu não tenho como falar para o Senhor, porque eu não assistia as ordens, certo. Eu recebia as ordens. Eu recebia as ordens.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – As ordens a Senhora recebia do Sr. Mauro?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Sim, que era meu chefe direto, que via...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Sr. Mauro não comentou com a Senhora quem dava as ordens a ele?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Sim, ele dizia que era a Isabel Bordini e a Luciana Alecrim.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Então, as planilhas, a partir do superfaturamento das planilhas, isso em algum momento a Senhora passou a desconfiar, claro, que as planilhas superfaturadas eram em razão das ordens da Senhora Isabel Bordini?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Sim.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E quem poderia estar dando as ordens a Isabel?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Aí eu não sei.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não sabe?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não sei, porque eu não tinha acesso nem a ela. Nem a ela eu não tinha acesso. Então...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E da empresa LEÃO-LEÃO, com quem a Senhora tinha contato mais direto?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Tinha contato mais direto com um funcionário que era encarregado do pessoal da rua. Era o funcionário que, acontecia algum problema na rua, um caminhão caiu terra na rua, então eu tinha que ligar para esse encarregado, para ele mandar providências, mandar funcionários lá para fazer a limpeza.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E houve a troca do engenheiro responsável pela medição?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Houve. Houve que era o Mauro, né, quando entrou...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Mauro foi substituído?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Foi substituído pelo Paulo Negri.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E a Senhora sabe por que o Mauro foi substituído?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Porque o Mauro não queria cuidar dessa área. Ele não queria cuidar, porque são várias áreas ali e ele não queria cuidar dessa área da varrição.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E a Senhora não acha que foi por resistência dele ao superfaturamento que estava se verificando, o aumento das planilhas?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Pode ser. Ele falava, nas salas ele falava, que era difícil suportar aquilo ali.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o maior superfaturamento era no parque da cidade?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Eu não sei, eu, sinceramente, Senador, eu ainda não entendi esse parque, porque eles falam que os serviços nesse parque era feito, hoje é feito varrição nesse parque, diz que nessa época, anteriormente, era feito varrição, lavagem, toda a parte de materiais de limpeza, limpeza nas jaulas dos animais, tudo era nessa planilha que era paga, por isso que ela se tornou uma planilha mais, com valor maior. Mas eu nunca acompanhei esse serviço, para mim dizer para o Senhor: Não, é assim ou não era. Porque eu não acompanhava, eu ficava só dentro de uma sala no computador, fazendo a parte...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas a Senhora tem idéia do prejuízo financeiro que a prefeitura estava tendo?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Se o serviço não era executado muito, né? Era um prejuízo financeiro que mais ou menos uns 400 mil, né, por mês. Por mês. Era muito dinheiro.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu pergunto a Senhora ainda. A Senhora conhecia o Senhor Rogério Buratti lá?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Nunca vi. Assim, pessoalmente, né. Mas já vi por televisão assim.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas pessoalmente não?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Pessoalmente não. Mesmo quando ele foi acho que diretor da LEÃO também, né, mas ele nunca esteve lá, assim, na minha sala ali não.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sª conhece o Senhor Luís Cláudio LEÃO?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Também não. Que é o proprietário da LEÃO.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Também nunca teve?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o que era que se comentava a respeito desse, porque era um prejuízo muito grande, 400 mil reais por mês. O que é que se comentava a respeito disso?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – O comentário entre as pessoas, assim, as vezes eu ali mesmo no computador fazendo alguma coisa, uns chegavam, outros chegavam, ou mesmo o Mauro na época da medição mesmo, que era para soltar a medição, né, que era um absurdo colocar aquela quantidade maior, que esse serviço não foi feito, era isso que eu escutava. Mas...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E isso foi feito durante quanto tempo? A Senhora tem idéia?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Desde 2001.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Desde 2001?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Eu acredito que desde 2001.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – 2005, inclusive?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – 2005 não. 2004.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Até 2004, a Senhora tem conhecimento?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Porque até 2004, inclusive me parece que foi em outubro que eles tiraram esse valor a maior. Caiu a medição em outubro, né, a medição que seria de 2 milhões e 300, 2 milhões e 400, ela passou para um milhão e 900 em outubro, quer dizer, três meses antes de terminar.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu pergunto também, Senhora Marilene. A Senhora ouviu também comentário de que a empresa LEÃO-LEÃO pagava a pessoas da prefeitura de Ribeirão Preto uma vantagem em dinheiro?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Isso daí fala em geral na prefeitura, o Senhor escuta todos os funcionários falarem isso, mas sem ninguém provar nada, né, sem...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sem provas?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Sem provas.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E sobre o projeto Vale dos Rios, a Senhora ouviu falar alguma coisa? Projeto da administração?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Esse eu não.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Do ex-Ministro, quando ele era Prefeito?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Começou, né, foi elaborado, mas não foi executado, esse daí eu não trabalhava na área, não sei dizer.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E a Senhora, eu volto a insistir, a Senhora desculpe a minha...

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Imagina.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A responsabilidade do que aconteceu dessas planilhas superfaturadas, sobre o que se comentava seria de quem?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Seria de ordens superiores.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas a Senhora não sabe dizer...

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – De nível de prefeitura. De Prefeito, de gabinete.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ah! Sim.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – A nível de gabinete.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A nível de gabinete do Prefeito? Mas não falava-se em nomes?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não. Nunca ouvi nomes?

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Obrigado, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço ao Senhor Senador e concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Presidente, Senador Efraim Moraes, Senhor Relator Garibaldi Alves, Senador Mozarildo, Senhora Marilene Falsarella. A Senhora porventura foi orientada por alguém antes desse depoimento aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não, Senhor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A Senhora tem Advogado?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não, Senhor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A Senhora teria se encontrado com o delegado seccional de Ribeirão Preto, Dr. Benedito Valencisi ou algum Promotor de Justiça recentemente antes de prestar este depoimento?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não, Senhor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A Senhora em seu depoimento para a polícia de Ribeirão Preto teria antes dialogado com o Senhor Darwin, atual superintendente do DAERP e poderia informar quais foram os termos do diálogo que teve com o Senhor Darwin?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Dr. Darwin, ele, o diálogo dele para comigo é que o Dr. Valencisi queria que eu me apresentasse, né, para um depoimento, no qual ainda ele falou: "Que você fale o que for a verdade". E foi isso daí que ele me falou, que tinha chego a convocação nas mãos dele.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Permite um aparte, Senador Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pois não.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Apenas para perguntar: O Dr. Darwin foi o primeiro chefe seu na prefeitura de Ribeirão Preto?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Na prefeitura? Não.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Na sessão de dívida ativa?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Na sessão de dívida ativa, ah sim.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Foi ele?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Foi. Ele era superintendente na época.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O nome completo do Senhor Darwin, qual é?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Darwin José Alves.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Por acaso a Senhora teria dialogado sobre o propósito solicitado pelo Senhor Darwin, de que seria importante a Senhora denunciar a Senhora Isabel Bordini, mas como contrapartida, quer dizer, que seria garantida a Senhora, que a Senhora seria apenas uma testemunha, uma simples testemunha eximindo-se de qualquer responsabilidade relativamente a quaisquer irregularidades praticadas, isso teria ocorrido?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não. Como testemunha sim, né.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Foi garantido que a Senhora seria apenas testemunha?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Isto. Agora com relação a denunciar a Isabel Bordini, eu não tenho como denunciar a Isabel Bordini, porque eu não tenho, eu não tinha acesso nenhum a ela.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A Senhora não fez qualquer denúncia sobre ela?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não. Eu fiz sobre a Diretoria do DAERP, no qual o lixo é subordinado. Nós ficamos sobre essa Diretoria que não é só a Isabel como tem a Luciana, que era a Diretora técnica que tinha um maior contato com a gente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Teria a polícia, o Senhor Darwin, como que dito à Senhora de que o seu depoimento seria mantido sob sigilo, para que a Senhora não sofresse qualquer constrangimento ou ameaça?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Foi. Foi falado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É fato que a Senhora ficou muito triste com o fato de em que pese este compromisso de sigilo, ele acabou não sendo cumprido, principalmente, quando um jornalista procurou a Senhora para entrevistá-la no DAERP, ocasião em que a Senhora então procurou o Senhor Darwin em seu gabinete, dizendo: "Puxa, Senhor Darwin, o Senhor me colocou nessa, agora me tira daí, porque eu não tenho vontade de dar a entrevista". A Senhora, isso foi verdade?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Foi verdade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Certo. E aí então o Senhor Darwin demoveu o jornalista de realizar a entrevista?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Isto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Certo. A Senhora é servidora concursada no DAERP?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Concursada no antigo DURSARP, que foi extinto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Desde quando?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – 1984.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu sei que a Senhora respondeu ao Senhor Relator, mas só para precisar. A Senhora, presentemente, tem qual função atualmente e qual foi a sua função durante a gestão da Senhora Isabel e durante a primeira gestão do Senhor Darwin no Governo do ex-Prefeito Luís Roberto Jabali do PSDB. Ou seja, só para descrever exatamente como evoluíram as funções, como evoluíram as funções exercidas pela Senhora? Por favor.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Eu era chefe da dívida ativa, né?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E pode dizer o período e quem era a pessoa que era responsável?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Foi de 1991 a 1999.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Fevereiro que foi extinto em fevereiro de 99. Então, foi 8 anos. Não completou os 8 anos. Aí depois eu fiquei trabalhando na secretaria de infra-estrutura, como oficial administrativo, num outro setor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quem era a secretaria, o responsável na época, então, o Secretário responsável?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – O Secretário responsável era Nilson Barone.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Certo. E depois?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Aí depois nós fomos nomeados para irem para o DAERP, uma equipe com 78 pessoas aproximadamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Certo. E nessa oportunidade o responsável ou a responsável quem era?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Era o engenheiro Mauro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mauro. Certo.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Engenheiro Mauro. Meu direto da sessão, né, engenheiro Mauro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E o Prefeito, então?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Era o Palocci. Dr. Palocci.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E posteriormente a gestão do Prefeito Palocci, como aconteceu alguma modificação a Senhora continuou exercendo a mesma função até hoje?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Eu estava como oficial administrativa nesse período todo, né. E hoje eu sou Chefe de Sessão dos resíduos sólidos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Está bem. No depoimento para a polícia, teria a Senhora declarado que adulterava as planilhas de medição de variação, porque era coagida pessoalmente?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não. Coagida não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Alguém orientava?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Sim. Mandava eu fazer daquela forma.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quem mandava fazer?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Meu chefe direto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Qual era o chefe?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Era o engenheiro Mauro, que ele era, ele que tinha contato com a Isabel Bordini, no caso e que ela que dava a ordem para que era feita essa alteração e ele passava para mim, para mim digitar no computador, quer dizer, os quantitativos já...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A Senhora poderia, se lembra o ano em que isso aconteceu? A partir de quando?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Foram todos os anos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Desde?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – De 2001 a 2004.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – 2001 a 2004?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Agora que eu tenha começado a perceber mesmo a situação foi em 2003, mais ou menos, porque era, não batia, né?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Na verdade quem era instado a fazer isso? A Senhora ou o engenheiro Mauro?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Quem?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quem era instado, quem solicitava a quem? Só para precisar. O engenheiro Mauro dizia para a Senhora fazer isso ou pelo seu conhecimento quem coagia, afinal?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – É. Eu não entendia como coação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quem orientava, então, era uma orientação?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Era o engenheiro Mauro. Ele que falava para mim. Esta planilha vai ser mudada e nós vamos... Para fazer essa planilha.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas a Senhora sendo uma funcionária concursada.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não me sentia bem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Perdão?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não me sentia bem de estar fazendo aquilo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É isso que eu quero que a Senhora explicite então. A Senhora servidora concursada, tem deveres, a Senhor conhece melhor do que eu o Estatuto do Servidor Público, as responsabilidades. Nós aqui temos responsabilidades no que diz respeito às nossas funções, porque somos servidores públicos com a responsabilidade de sermos eleitos e como tal temos responsabilidades com respeito a ética na vida pública. Então, se um dia nunca ocorreu e nem espero a ocorrer, vamos supor que um Senador aqui, o...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vou citar o nome, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Se o Presidente da CPI pedisse que eu fizesse algo, digamos, que contrariasse o decoro Parlamentar, só por hipótese absurda, então, o Senador Efraim Moraes que por quem temos o maior respeito mútuo, esperaria de mim que eu dissesse: Senador Efraim o Senhor não peça uma coisa dessa, não é verdade?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Sim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Daí a Senhora se viu na contingência de uma pessoa em situação de colega ou até superior estava ali dizendo: "Olha, faça algo que a Senhora mesma está dizendo que não se sentiu bem de fazer".

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – É lógico que não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não seria o caso de tomar uma atitude de pronto e dizer, isso eu não faço, eu diante de uma situação como essa eu me sinto na responsabilidade de informar ao Prefeito.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não, porque o que eu fazia era datilografar, só isso. Eu só datilografava.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas se a Senhora...

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Eu mexia no computador. Então, se falasse para mim ponha isso, ponha, limpe a cidade X, a rua X, Y, H, põe aí porque foi limpa, para mim foi limpa, eu não vou no campo. Eu não ia no campo, eu não fazia a fiscalização. O meu serviço era sentar num computador e fazer, digitar o que o meu superior mandava.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O seu superior no caso era o Sr. Mauro? Qual era o nome completo do Sr. Mauro?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Mauro Pereira Júnior.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Sr. Mauro Pereira Júnior orientava a Senhora a datilografar no computador o que exatamente? Pode nos descrever? Por que a Senhora não se sentia bem? Afinal o que a Senhora percebeu como indevido?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Porque geralmente eu já deixava as planilhas prontas, porque existe uma planilha de trabalho que é feita pela própria empresa quando ganha, ela já, ela tem que apresentar o trabalho dela, todo o trabalho dela. Nessa planilha tem tudo que vai ser feito dentro da cidade. E é óbvio que existem os problemas, um temporal que não é previsto numa cidade, que o Senhor vai ter que limpar mais, porque caiu árvore, que não é uma coisa que acontece todos os dias. Então, a planilha ela é aquela planilha fixa. Nos dias de segunda a sábado, ele tem que varrer essa rua, essa rua, essa rua, essa rua e assim por diante. Então, na hora que vem um valor, então, ela vai ser sempre a mesma coisa. A não ser pela mudança da quantidade de dias úteis do mês. Certo? Porque um mês é maior, ou tem feriado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então a Senhora ali escrevia o que efetivamente no seu conhecimento foi feito?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Foi feito. Que no meu conhecimento é o que está no edital.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – No seu conhecimento é o que estava lá?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – O que passaram para mim. Aí quando era, vinha maior... (soa a campainha)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Porque que vinha maior?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Porque estavam dizendo que foram limpo outras coisas. Agora eu não...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas não foram limpas? A Senhora foi verificar? E verificou?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não posso falar isso, porque eu não ia no campo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas quem orientava, era o Sr. Mauro?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Era o Mauro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Aí surgiu a situação em que o Sr. Mauro foi para outra área, não é?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Foi em maio de...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E a Senhora então assumiu o cargo do Sr. Mauro?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Sim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Daí então era a Senhora que estava responsável por aquilo?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Sim. Com...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E a Senhora então, tinha a consciência de que o problema, a situação... Aí a Senhora que tinha a responsabilidade de examinar se estava havendo ou não inadequação da medição.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Mas aí eu exigi que tivesse um engenheiro comigo, porque eu não tenho curso de engenharia. A parte técnica, nada disso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E esse engenheiro examinou?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Esse engenheiro trabalhou comigo todo o período.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – De confiança da Senhora?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – De confiança meu também, lógico.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E, portanto, e com ele a Senhora então...

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – E nós fomos chamados até a sala da Isabel Bordini, que foi a primeira vez que eu entrei dentro da sala dela.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – A segunda, porque a primeira foi quando ela me convidou, nós conversamos e ela falou para mim: "Marilene, você não vai mudar nada, tudo vai continuar como está. Não é para mudar nada. Não é para mudar nada, é para continuar como está". E falou para o engenheiro que seria ele que iria ver essa parte da varrição.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E o engenheiro, então, trabalhando com a Senhora tinha a responsabilidade de examinar se tudo estava sendo registrado, de acordo com o que efetivamente estava sendo feito.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Sendo feito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E o engenheiro verificou?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Ele verificou e entrou em contato com a Isabel. E era para continuar tudo como estava.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas quando a Senhora diz: "Era para continuar tudo como estava". Significa que o engenheiro de confiança da Senhora, então, ia examinar na área e verificado que o que a Senhora estava registrando com Assessoria do engenheiro de confiança da Senhora, então estava correto?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – É, ele não, ele era um engenheiro de minha confiança, mas maior ainda da Diretoria, porque foram eles que trouxeram ele, concorda?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas a minha pergunta é: O engenheiro, a Senhora pediu um engenheiro de confiança da Senhora, para trabalhar com a Senhora?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não. Eu pedi um engenheiro para trabalhar lá comigo, para responder sobre isto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Exato, para responder exatamente sobre isso. Então a Senhora tinha um engenheiro para estar auferindo, se o que era registrado no departamento pela qual agora a Senhora era responsável, tendo substituído o Sr. Mauro, se tudo era feito com correção. E então tendo o engenheiro dito que era correto, então a Senhora estava com a consciência tranqüila de que agora estava tudo correto. É isto?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Desde que falasse que estava correto sim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então não havia incorreção na medição?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Havia incorreto. Ficou incorreto até outubro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Até outubro quando a Senhora assumiu ou...?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não. Eu assumi em abril.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E de abril a outubro, porque continuou a incorreção, com o engenheiro da sua confiança?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Manteve da mesma forma, porque a Diretoria falou que era para manter da mesma forma.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy V.Exª está sendo repetitivo. Objetivo em termos... São as mesmas perguntas várias vezes. Até para tranqüilizar a nossa depoente, até para que a gente seja objetivo. Até porque esse Senhor Presidente tem sido bastante benevolente com os Senhores Senadores com relação ao tempo. Mas V.Exª tem a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Teria ocorrido quando de seu depoimento na polícia, que a Senhora teria dado alguma explicação, para ter aceito aquela condição de reconhecimento de irregularidade por uma situação de dificuldade pessoal?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Na época, né, que eles me perguntaram por que eu peguei, né, eu aleguei...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Que pegou não. Melhor descrever por que...

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Me nomearam.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Porque nomearam a Senhora? Sim. Me desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É, Senador, dar um tempo para que a nossa depoente se controle. Eu acho que V.Exª deveria ser mais objetivo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Estou procurando ser objetivo.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não, posso responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Objetivo no sentido de concluirmos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero dizer que eu acho que as perguntas do Senador Suplicy estão sendo bem dentro do foco.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu não estou dizendo que está fora do foco, só que ele perguntou a mesma coisa três vezes.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas é que ele não obteve a resposta, Senador, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então ele dizia dizer: Não me satisfez a resposta, há uma prática. Senador, vamos aqui proteger também nossos convidados.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas é que a verdade tem que ser buscada. O Senador está fazendo as perguntas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senador está repetindo, eu vou pegar a fita se necessário, para se ver que tem mais de quatro a mesma pergunta. Para que ela possa dar a resposta dela e não fique sendo repetitivo. Um apelo que eu faço, V.Exª não está obrigado a atender, pode continuar fazendo a mesma pergunta até o fim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A última pergunta que eu fiz, só a fiz uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ainda bem que V.Exª reconhece que as outras vez várias vezes. Mas V.Exª tem a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É que eu estou aprendendo com V.Exª, como ir a fundo para buscar as coisas que são importantes para a CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então agradeço a V.Exª o que deixa realmente claro, aquilo que nós estamos defendendo há muito tempo. E eu agradeço e eu é que estou com a experiência, não posso discutir experiência com V.Exª, V.Exª quer um Senador com essa competência. Eu que tenho aprendido muito com V.Exª

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas é com todo o respeito que eu desde o início tenho tratado a Senhora, se a Senhora puder esclarecer este ponto eu agradeço.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Posso sim. Foram dois pontos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – O primeiro eu trabalhava já há muitos anos, né, na prefeitura e faltava 19 dias para mim incorporar a chefia... (soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Solicitarei aos Senhores Senadores, em primeiro lugar que possamos ouvir a depoente e o Senador Suplicy.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Foi extinto o órgão. Aí eu entrei com um pedido para incorporação e foi negado. Faltavam 19 dias e teve até um erro anterior na minha nomeação, então aí eu entrei administrativamente e negaram. Bom. Aí eu fui ser oficial. Eu vou falar, doutor. (Depoente chorando).

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vou suspender por três minutos a sessão e peço a todos, para que nossa depoente se concentre, para que volte a fazer as perguntas, que estão sendo realizadas pelo Senador Suplicy. A Senhora pode tomar um copo d'água.

Sessão suspensa às15h04
Sessão reaberta às15h07

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, se me permite, eu quero...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vamos reabrir a sessão e agradecer, agradecer a compreensão dos Senhores senadores e convidei o Sr. Márcio que é o esposo da Dra. Marilene para fazer companhia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permite-me uma breve palavra, Sr. Presidente? Eu queria...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pedir a V.Exª. que conclua que existem outros senadores inscritos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – ... Conforme V.Exª. mencionou no Dia Internacional da Mulher, quero pedir desculpas a Sra. Marilene Falsarella, o seu esposo Márcio porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. está cumprindo a sua missão, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Porque pretendo aqui simplesmente obter um esclarecimento, e da forma mais respeitosa possível quero deixá-la à vontade para dizer o que avalia como importante. Essa é a minha última pergunta, Sr. Presidente, deixarei para os demais fazerem as outras perguntas. Só mais isso, se a Senhora se sentir bem de esclarecer o que eu havia perguntado.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Em continuidade, não é, o Sr. Me perguntou por que eu aceitei. Então eu, eu fiquei já trabalhava há 16 anos, e trabalhei oito anos como chefe e na hora que eu iria ter a incorporação de chefia, foi extinto. Uma coisa que aconteceu, foi extinto, mas por 19 dias eu não consegui pegar. Tudo bem, continuei a trabalhar normalmente e fui, voltei a ser oficial administrativo, na Infra-Estrutura, depois fui para o DAERP, como oficial, como oficial administrativo. Aí trabalhei quase quatro anos, com a..., pegou uma parte do Dr. Jábali ainda, que ele era o Prefeito a época e com a mesma equipe. Eu trabalhando ali, como oficial, aí entrou o PT, no caso a Isabel Bordini. E trabalhei esses quatro anos. Quando foi, quando o engenheiro Mauro que foi em maio, não é, de 2004 que ele não quis mais ficar lá. Ele indicou uma outra pessoa para ficar, que trabalhava com a gente ali também que era engenheira, que era muito capacitada, não é. Ele indicou essa pessoa. E eu já estava até contente achando assim, que era ela que iria trabalhar com a gente, ficar ali. E um dia a Isabel me chamou na sala dela. Fez-me o convite para pegar a chefia. E eu falei para ela, falei: "Isabel, eu não tenho condições nenhuma! Porque precisa muito da parte técnica e eu não tenho esse conhecimento! Eu tenho o conhecimento do computador, do telefone que atende o munícipe, de fazer uma ordem de serviço, a parte administrativa, mas a parte de fora não". Ela virou falou: "Não, eu vou por uma pessoa para te ajudar. Eu ponho um engenheiro para te ajudar, e você vai ter o diretor técnico, que também mudou, para te acompanhar, para te ajudar no que for preciso". E assim. Aí eu até falei, titubeei, querendo ou não, ela esperou, ela virou e falou: "Fale com o seu marido, depois nós voltamos a falar". E foi um final de semana, inclusive, foi numa sexta, eu passei o sábado e o domingo em casa. E depois de conversar com o meu marido eu resolvi aceitar. Por quê? Porque o meu marido tinha acabado de perder o emprego. (chorando)

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Ele trabalhava numa multinacional, e foi um período que mandou embora muitos, e ele estava dentro. Então nós tínhamos, eu tenho uma vida simples, mas tinha o salário dele. E eu, sinceramente, sabendo do que acontecia ali e não sabia assim, a imensidão toda. Porque como eu ainda não participava da Diretoria, eu não tinha contato com Diretoria, eu sabia só ali, aquele meu mundinho. Era muito aquilo que eu escutava. E então aí eu, eu resolvi aceitar. Aceitei. Aceitei o que foi pertinente a mim, eu fiz. E sabendo que existia realmente um valor a mais aí. Isso daí era sabido, realmente. Não sei se eu respondi. Se o Senhor quiser.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Posso fazer uma pergunta final, Sr. Presidente? Se a Senhora tem ciência de que no Governo do ex-Prefeito Jábali eram varridos quarenta e oito quilômetros por dia no bosque da cidade. E a Senhora de alguma maneira também fazia medição nessa época? E naquela época?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Nessa época eu não fazia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não fazia?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Está bem.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Tanto é que eu fiquei sabendo posterior, que já era no Governo Jábali, já era esses 48 quilômetros.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Portanto, o que veio a se dizer, que havia como um exagero de varrição no Governo do Prefeito Antônio Palocci era o mesmo que, os quarenta e oito quilômetros que se diz que foram um exagero. Era a mesma coisa que havia no Governo Jábali antes?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Do bosque sim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Do bosque?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Do bosque sim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Certo. Então, obrigado Sr. Presidente. Eu vou deixar para outros. Que já perguntei bastante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª.. Senador, V.Exª. realmente teve um tempo privilegiado no dia de hoje. Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores senadores, Sra. Marilene, eu quero agradecer ao depoimento da Senhora. A Senhora me parece uma funcionária pública decente, séria, e digo isso porque estou lhe ouvindo, acho que desde o começo do seu depoimento, e li aqui o depoimento da Senhora na delegacia seccional de polícia de Ribeirão Preto. *Ipsis litteris*, igualzinho. Nas coisas fulcrais são, são os mesmos depoimentos. Apenas um detalhe que é importantíssimo e que eu quero chamar atenção porque, dona Marilene, há uns meses atrás o Ministro Palocci esteve aqui para responder sobre questões envolvidas com a Prefeitura de Ribeirão Preto. Suposição de prática de atos ilícitos, de corrupção na Prefeitura de Ribeirão Preto. E eu me lembro muito bem quando eu tive a oportunidade e a obrigação de inquirir sua excelência, lá para as tantas, Presidente Efraim, não sei se V.Exª. se lembra e se o Senador Garibaldi se lembra. Referindo-me ao Dr. Mauro, Dr. Mauro Pereira Júnior que era o chefe de departamento da DURSARP, chefe do departamento da limpeza pública. Eu mencionei constrangimento do Dr. Mauro, que teria sido obrigado pela Sra. Isabel Bordini, esposa de um Secretário Municipal do município. E o Ministro Palocci em tom, eu diria que meio desafiador, olhou de banda e disse, mais ou menos o seguinte, não sei se foi exatamente isso: "Quem é que assegura que ele não esteve aumentando as planilhas em benefício próprio?" Lembra disso, Presidente? Lembra disso, Relator? Lembra disso, Vice-presidente? Ele disse: "Quem é que me assegura que o Dr. Mauro não estava nas planilhas a maior em benefício dele pessoal?" Eu não tinha lido os depoimentos, todos. E não pude fazer a réplica que o depoimento da Senhora me enseja. Porque eu tive oportunidade de ler o depoimento da Senhora. Até para fazer um cotejo. E, eu quero Presidente, quero ler aqui um trecho do depoimento da dona Marilene que deixa claro a circunstância em que o Sr. Mauro deixou a direção do departamento. Quem faz "presepada" não pede demissão nas circunstâncias em que ele pediu, e que a dona Marilene, no seu depoimento à polícia colocou. Diz ela: "Que me lembro que Mauro não estava suportando a pressão e solicitou sua saída desse trabalho no mês de abril de 2004". Não estava suportando a pressão. Que pressão? Da Sra. Isabel Bordini que era esposa de um petista, Secretário Municipal estar mandando que com base em planilhas adulteradas, com varrição a maior, fossem feitas ordem de pagamento a maior para fins que nós estamos investigando. E prossegue dona Marilene: "Indicando para substituí-la a engenheira Zulimar que trabalhava comigo. Entretanto, acredito que a mesma não tenha sido aceita pela direção do DAERP". Ela indicou a Zulimar que não foi aceita. Perfeito. É em seguida, "que, entretanto, eu acabei sendo a convidada pela Diretoria por meio de Isabel. A qual me determinou que desse fiel continuidade a tudo que estava sendo feito, e eu aceitei porque meu marido tinha acabado de perder o emprego e o salário iria me ajudar muito". Isso quando a Senhora falou comoveu-se e foi às lágrimas, com justa razão. Que em seguida: "no mês de maio, foi contratado o engenheiro Sérgio, o qual não era funcionário público municipal, sendo que passou a exercer a função de gerenciamento da varrição municipal". Que o esquema continuou sendo o mesmo até o mês de dezembro, quando se encerrou o mandato iniciado pelo Prefeito Antônio Palocci Filho substituído por Gilberto Sidnei Maggioni. "Pois o primeiro a assumir o Ministro da Fazenda. E quero deixar

claro que Sérgio não concordava com o que acontecia, cujos fatos esclareci em meu depoimento, entretanto, era obrigado a fazê-lo". Ou seja, o que nós estamos aqui investigando é o fato de ordens superiores virem e pessoas, que eu tenho impressão de que sugeriram a Senhora, quando a Senhora falou agora: "Não, eu coloco o engenheiro aqui para lhe ajudar". É que a Senhora agisse como um laranja para prestar serviço a um esquema sujo que nós estamos investigando. E o que engenheiro faria o trabalho que a Senhora se dizia inabilitada a fazer. Eu suponho que fosse isso e que a Senhora ficou até maio, mas em seguida foi substituída pelo Sr. Sérgio que fazia as coisas a contragosto. Mas o que é fato é que as coisas eram feitas. O que mais me preocupa, Presidente, Relator, é que o Ministro Palocci quando aqui esteve e referiu-se a história do avião, lembra do avião? Ele disse o que avião tinha sido pago pelo PT. Logo depois o dono do avião disse que não pagou, recebeu dinheiro nenhum do PT. Foi uma primeira incorreção. É que o Ministro tenha na resposta que me deu dizendo: "Quem é que assegura o que Sr. Mauro não se usufruía ele próprio do benefício que lhe era imposto?" Ora, era imposto, a Senhora com clareza balança a cabeça como dizendo: "O Sr. Mauro jamais faria isso." Quem tirava proveito era gente em cima que por diversas oportunidades o fez. Mas o Ministro Palocci jogou na minha cara esse tipo de suposição sobre a honra do Sr. Mauro. Terá sido a segunda mentira do Ministro? É a pergunta que fica: "Terá sido a segunda mentira do Ministro?" É mentira perigosa! Porque envolve a honra de uma pessoa do Dr. Mauro, a história do avião foi desmentida por escrito. O depoimento da Senhora quando diz: "Mauro pediu demissão. Não agüentava a pressão". O Ministro diz que: "Não, eu não sabia que ele tinha saído o Mauro. Não, o Mauro, quem é que assegura que o Mauro não era o dono do benefício gerado?" Ora, o pobre do Dr. Mauro, pelo depoimento que eu estou lendo aqui, angustiado, estressado, pediu demissão porque não queria continuar participando do esquema, que eu tenho o direito de supor, era comandado pelo Ministro Palocci. Cesteiro que faz um cesto faz um cento. Na história do avião e agora do Dr. Mauro, envolvendo a honra alheia. Então eu acho que o depoimento, Relator, o depoimento da Sra. Marilene contesta o fato da maior gravidade, da maior! Uma acusação que o Ministro fez ao Mauro está gravada a resposta que ele me deu. E agora o depoimento dela é a confirmação de tudo que ela fala! Ela ocupou a função que foi de Mauro, logo depois entrou o Sérgio que fazia tudo a contragosto, a mandado da Isabel que é esposa de um Secretário Municipal. A cadeia vai se fechando, Presidente. A cadeia de evidências vai se fechando. Ah! Infelizmente, Senador Tião Viana, pediria a sua atenção, Senador Arthur Virgílio, lamentavelmente não estávamos *mea culpa*, *mea culpa*. Desculpa, Presidente não, foi por convocação de V.Exª. Não pude estar aqui não, pudemos, Senador Antônio Carlos, Senador Virgílio e eu no depoimento do motorista Francisco das Chagas. Esse depoimento vai dar muito que falar. Daqui a pouco vou falar no Plenário sobre este assunto O depoimento do motorista põe por terra ou pelo menos exige acareações e aprofundamento e prosseguimento desta CPI, o depoimento do motorista, dona Marilene, coloca às claras uma outra suposição e uma outra evidência. É que uma turma composta por Buratti, Kurzweil, Barquet, Admilson, Poleto tinham uma casa aqui em Brasília. Só Deus sabe para que o Sr. Kurzweil, que era empresário ligado a bingo levou com o motorista o Sr. Caio até a sede do Ministério da Fazenda, só Deus sabe para que e é para isso que nós estamos aqui investigando. E as evidências vão ficando cada vez mais claras. Eu quero dizer a Senhora não tenho pergunta nenhuma porque a pergunta que eu podia fazer a Senhora já respondeu, porque o depoimento da Senhora está escrito e a Senhora balançou a cabeça ou fez uma negativa de acordo com as colocações que eu fazia, e lhe agradeço muito. Eu quero apenas deixar claro que esta CPI, Senador Mozarildo, ela tem que prosseguir. Impõe-se que ela prossiga porque nós estamos chegando a alguns "finalmentes". O depoimento da Senhora chega à constatação de uma segunda mentira, de uma segunda insinuação perversa, por parte de uma alta autoridade do Governo do Presidente Lula! Do Governo do Presidente Lula! Que tem que tomar providências e não toma! E não toma! E mais, o motorista começa a tornar claro e vai haver necessidade clara de acareações, evidente, evidente! Buratti, Barquet já morreu, Poleto, Kurzweil, este Caio angolano, homem dos bingos que Kurzweil disse que nunca foi o Ministério da Fazenda. O motorista disse que pegou no aeroporto e levou com o Caio, o angolano dos bingos, até o Ministério da Fazenda. Tudo isso são evidências? Tudo isso são evidências do Antônio Carlos que se impõe a investigação. Está perfeito. De modo que, Presidente era só essa a manifestação com o agradecimento aqui à presença e a sinceridade da dona Marilene Falsarella, uma boa brasileira e uma boa funcionária pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma intervenção mais rápida, mas em primeiro lugar para dizer que o depoimento da Sra. Marilene, tanto na delegacia seccional de polícia de Ribeirão Preto como agora aqui nessa CPI, confirma

tudo aquilo que nós já vimos investigando aqui. Que efetivamente havia um esquema de superfaturamento que envolvia as empresas que faziam esse tipo de trabalho na gestão do Ministro Antônio Palocci. Agora eu gostaria de fazer uma pergunta a Sra. Marilene, V.Sª quando era, trabalhava na Prefeitura de Ribeirão Preto, V.Sª conhecia o Sr. Poleto, não?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Poleto?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ele nunca participou, porque ele era chefe da Controladoria da Prefeitura.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Portanto caberia a ele, de certa maneira, controlar e acompanhar esses contratos que V.Exª. executava. V.Sª executava. Ele nunca controlou nada, nunca apareceu lá para.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não, nunca esteve presente.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ele era uma espécie de Valdo pires da Prefeitura de Ribeirão, como diz o Senador Antônio Carlos. Ele deveria controlar aquilo que acontecia nos contratos e ele não, não acontecia.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Nunca, nunca.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não, na realidade eu quero só registrar isso. Nós tivemos hoje esse depoimento de V.Sª que confirma todas essas, essas, todas essas irregularidades. Irregularidades, aliás, que podem ser comprovadas documentalmente porque esses documentos eu imagino que estão ainda na Prefeitura de Ribeirão Preto. V.Sª, na realidade como uma funcionária subalterna cumpria as ordens que vinha de cima, portanto, era uma função normal que V.Sª realizava. E eu gostaria de dizer isso, que na realidade cada dia mais nós chegamos à conclusão, eu tenho aqui... eu tenho um artigo, mostrar aqui o artigo do Código Penal, eu não consigo decorar, aliás, do Código Civil que ele diz o seguinte: "Título cinco, da prova, artigo 212, salvo o negócio é que se impõe em forma institucional, o fato jurídico pode ser provado mediante confissão, documento ou testemunha, ou presunção ou perícia." Quer dizer, na realidade, sempre se diz aqui que faltam provas, não tem prova para isso, não tem prova para aquilo, mas eu gostaria de dizer que pelo Código Civil brasileiro, artigo 212, testemunha é prova! Então o testemunho de V.Sª, V.Sª deu na polícia, confirmou aqui, portanto é uma prova documental da irregularidade que estava, que estava existindo. Por outro lado, também nós vimos agora uma terceira contradição do Ministro Palocci e já citando as duas que o Senador José Agripino falou. A terceira contradição que o Ministro Palocci quando veio aqui, no seu depoimento, perguntado se já tinha ido pelo Senador Garibaldi: "V.Exª. teve alguma vez na casa que o Sr. Poleto alugou no Lago Sul?" Aí o Sr. Palocci perguntou: "Aqui em Brasília?" Aí o Senador Garibaldi disse: "Sim". Aí o Sr. Palocci disse: "Não, nenhuma vez". Aí o Senhor, o Senador Garibaldi disse: "Que era utilizada para reunir os empresários", o Ministro Palocci disse: "Não tive nenhuma vez". Aí, na realidade, hoje o motorista acabou de dizer que viu o Ministro Palocci na casa mais de uma vez participando de reuniões. Portanto, é uma terceira contradição, além do avião, além do Sr. Mauro que ele acusou o Sr. Mauro aqui de ter embolsado esse dinheiro. De ser suspeito de embolsar o dinheiro. Quando na realidade o Sr. Mauro estava constrangido e pediu demissão para não continuar fazendo esse trabalho. Então nós agradecemos o depoimento de V.Sª, eu vou deixar as outras perguntas para os demais depoentes. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador, se V.Sª quiser acrescentar alguma coisa, fica a vontade, Sra. Marilene. E concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sr. Presidente, serei muito breve, acho que o Senador Suplicy já expressou as dúvidas que seriam adequadas para a resposta da Senhora que depõe neste momento, a Sra. Marilene. Eu apenas indago, Sra. Marilene, se o alvo de tantas denúncias e tantas críticas foi a tal da medição. E que durante muito tempo o alvo era o bosque municipal dizendo que havia uma, um superdimensionamento, isso levou até a Câmara dos vereadores agir, todo um debate. E eu tenho aqui uma planilha comparativa do mês de maio, foi pego o mês de maio de 2000, o último ano do Governo, do Governo anterior o da Prefeitura do Ministro Palocci e comparo com todos os outros meses de maio a seguir. E nós observamos que não há nem uma diferença de preço até em alguns anos à frente o preço foi menor do que o preço de 2000. Então... aonde nós estamos querendo chegar com essa denúncia? Se dissermos que no montante geral havia um gasto maior na gestão do então Prefeito Palocci, é adequado dizer. E ele aqui confirmou isso. Mas a limpeza da cidade era muito, era feita de maneira muito mais ampla do que foi na Prefeitura anterior. Porque fazia parte de uma preocupação prioritária da gestão dele. Agora quando se pega só essa área do tal dos quilômetros, quarenta e cinco, quarenta quilômetros de bosque não deveriam ter mais de cinco mil na Pre-

feitura anterior! Que nem me interessa partido, nada disso, não tenho interesse de ficar aqui partidarizando um debate desse. É provar ou não culpa, ação criminal por parte de alguém que tenha vindo. Nós olhamos aqui é maior do que a maioria dos anos que se seguem da gestão do Ministro Palocci. E são quarenta e seis quilômetros aqui no mínimo colocados na tal da medição do bosque, na gestão anterior. No mês de maio da gestão anterior. Nos anos seguintes, nos quatro anos seguintes não se vê nem esse número. Então é uma acusação que eu não sei aonde quer chegar. O Ministro veio aqui e disse: "Houve algum problema lá na base da medição de uma coisa ou outra de limpeza ele não tinha governabilidade". Agora em cima, ele tinha toda a governabilidade para que não houvesse, tinha uma ordem para que se agisse com absoluta responsabilidade. Então eu não sei se a Senhora tem comentário a fazer a isso, mas eu vou encaminhar ao Presidente Efraim esta documentação, uma cópia para que ele passe ao relator como um documento em anexo. Porque a tal da denúncia se pauta inicialmente muito tempo, com muita força em cima disso. E aqui os dados mostram o contrário. Que nos quatro anos seguintes do Ministro Palocci foi até menor em média do que no ano, no último ano da gestão anterior. Então eu, sinceramente, fico sem compreender. E vejo que se dizia aqui na denúncia, não podia dar mais de cinco quilômetros a medição. E na gestão anterior é tudo quarenta e seis, quarenta e sete, quarenta e oito quilômetros. Então...

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – O mês.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Mês de maio, foi escolhido o mês de maio... porque foi aleatório, para facilitar. Porque todas às vezes, podem pegar o último ano todinho e os últimos quatro anos, eu trarei aqui uma tonelada de papel. Mas isso aqui eu acho que é o suficiente, eu acho que é o passo inicial para se justificar. Agora, eu não entendo aonde que se quer chegar. E o pior, o pior de tudo é que quem fez a denúncia nos autos, dizendo que era um absurdo, que não podia, não tinham condição de pagar mais de cinco quilômetros da tal medição do bosque por A, B, C, D razões, foi a pessoa que autorizou o pagamento desses quilômetros aqui na gestão anterior. Está anotado aqui. Então o mesmo que inicia o processo de denúncia violenta e virulenta contra o Ministro Palocci, é o mesmo que autoriza. Eu vou entregar a cópia ao relator. Então, eu não entendo como se faz com tanta facilidade a denúncia. Ontem, aqui, Presidente, sem nem um tipo de querer transformar num campo político de negociação, mas quando um vigarista aqui disse que o Ministro Serra pagava o Mensalão para o PPS de São Paulo eu fui o primeiro a defender, porque eu não acredito que seja prática do Ministério. Agora o Ministro Palocci nega que tenha feito, ido a tal casa. E o Senhor que depôs aqui com a responsabilidade que lhe é devida, disse que viu por duas ou três vezes, de dia, sem ser em horário de festa, sem ser em horário noturno, disse que viu. Mas na Polícia Federal ele disse a mim e ao Senador Suplicy que não disse que negou, e aí de repente vira o fim do mundo. Eu acho que nós devíamos avançar no campo da devida dimensão a toda e qualquer denúncia para o bem de conduzir essa CPI da melhor maneira, para que ela alcance o melhor resultado que eu sei que é a sua intenção e de todos os senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Exatamente com essa intenção, Senador, é que devo dar entrada hoje ou amanhã em lista com mais de 35 senadores propondo a prorrogação, para que se faça uma conclusão dos trabalhos. Ou seja, que o relatório do Senador Garibaldi seja votado com tranqüilidade, com transparência e com independência e, principalmente, em busca da verdade que é aquilo que deseja a sociedade brasileira de todos nós que fazemos essa CPI. E tenham certeza que não partirá de nenhum dos Senhores senadores, mas eu estarei aqui na condição de Presidente em qualquer hipótese denunciando qualquer tipo de acordo, qualquer cheiro de pizza que venha ocorrer nesta CPI. É minha obrigação como Presidente e tenho o apoio do Relator para isso. Então eu quero deixar claro de que esse, talvez, seja o grande motivo que estamos adiando a nossa, ou melhor, prorrogando a nossa CPI. Preventivo. Para que não se tente aqui votar relatório de última hora, para se votar relatório sem os devidos esclarecimentos que estamos esperando das autoridades de quebra de sigilos bancários, telefônicos e fiscais. E é por isso que nós estamos com essa preocupação. Preocupação essa que eu tenho certeza é de todos os Senhores senadores. E eu agradeço a V.Exª. e se V.Sª quiser acrescentar alguma coisa, as palavras do Senador Tião fique a vontade. Caso contrário vou conceder a palavra ao Senador Arthur Virgílio. Pode, quero comunicar a V.Exªs.que, além de V.Exª. tem o Senador Antero Paes de Barros, Senador Antônio Carlos Magalhães, depois o Senador, e que logo em seguida nós teremos uma sessão fechada por solicitação dos dois depoentes seguintes. Um com problemas que já foi esclarecido desde ontem, de saúde, e o outro é que nos fez um apelo para que também fizéssemos essa sessão fechada. V.Exª., Senador Arthur Virgílio tem a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, na verdade eu que acompanhei atentamente com respeito à exposição da Sra. Marilene Falsarella, eu tenho muito mais uma colocação a fazer do

que qualquer pergunta a respeito do depoimento dela. E eu me reporto, Sr. Presidente, ao episódio anterior, o depoimento do motorista Francisco das Chagas. Para dizer com muita tranqüilidade, já que estamos pisando num terreno pantanoso, num terreno de fio de navalha; e não cumpre a ninguém a intromissão na vida privada, na vida particular de quem quer que seja, dizer que a mim e ao PSDB não interessa o que pudesse estar ocorrendo de pessoal numa, na casa A ou na casa B, mas sim se o Ministro aqui falou a verdade. E sim se o Ministro tem ou não tem relações com as pessoas que ele disse que não tinha mais, e isso para mim é o cerne da questão. Ou seja, eu entendo de maneira fria e impessoal o depoimento do Sr. Francisco das Chagas do ponto de vista da afirmação que ele fez, de que o Ministro freqüentaria a casa que disse não freqüentar, manteria contato com as pessoas que disse não manter. Jamais, Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves, nenhuma idéia de me intrometer na vida de quem quer que fosse, não tenho a menor vocação para colunista de *glosses(F)*, não tenho. Tenho apenas o interesse de prestigiar, Senador Efraim Morais, a presidência de V.Exª. e ajudar aqui esta comissão com seriedade, firmeza e busque os seus fins. Que são, um relatório aprovado não pelo jogo de maioria e minoria, mas um relatório aprovado pelo consenso da comissão, esse é o ideal, relatório aprovado pelo consenso da Casa, representada pelo consenso da comissão. E que o depoimento do motorista Francisco das Chagas seja entendido como contribuição para avaliarmos a posição política do Ministro. A posição pessoal não me interessa, a posição política do Ministro. Saber se falou a verdade ou quando faltou a ela. Saber se permitia que funcionasse uma central de *lobbys* em Brasília ou se não tinha contato com essa tal central de *lobbys*. E com muita distância de minha parte, toda a distância da questão pessoal que realmente a mim não interessa nem um pouco. Não me interessa. Simplesmente não interessa. Interessa-me saber que, Sr. Presidente, nós estamos avançando, se o depoimento de ontem não foi bom, foi frustrante, por outro lado, não se pode dizer a mesma coisa do que disse a Sra. Marilene Falsarella, e nem o motorista Chagas que trouxe explicações e trouxe um depoimento assumindo as suas responsabilidades. E, portanto, eu que não estava aqui porque estava nesse momento falando sobre segurança, sobre essa verdadeira guerra civil que se processa no Rio de Janeiro. Eu estava, eu não estava aqui, mas me apressei a vir mais até para opinar sobre esse episódio. Dizer dos limites com que se porta o meu partido. O meu partido tem todo o direito de saber o que é verdade, não é verdade no que diz todas as autoridades desse país e no caso específico do Ministro da Fazenda. E nenhum interesse na vida pessoal de quem quer que seja. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e, concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores senadores. Inicialmente eu gostaria de cumprimentar a Sra. Marilene, inclusive pelo seu dia hoje, o dia da mulher. Cumprimentá-la pela coragem do pronunciamento de V.Sª, V.Sª confirmou aqui o depoimento que já havia dado a Polícia Civil, em todas as indagações feitas pelo Senador Suplicy e todos os outros membros da CPI. V.Sª foi absolutamente fidedigna com aquilo que havia declarado à Polícia Civil do Estado de São Paulo. Portanto, é um depoimento extremamente honesto e esclarecedor. Eu gostaria apenas de saber o seguinte, com base ainda no depoimento à Polícia Civil. A Senhora revelou saber de ligações entre o gerente e o responsável pela varrição de ruas, Sr. Paulo Negri com o Sr. Donizete Rosa, que é esposo da Sra. Isabel Bordini. A Senhora poderia detalhar o que sabe a respeito? E a Senhora também comentou a respeito de compras de fazendas.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não, não. Eu fui indagada, pelo delegado seccional, Dr. Valencisi se eu sabia de alguma relação do engenheiro Paulo Negri com o Donizete Rosa, não é. E eu respondi que não, porque uma das coisas que eu fazia era atender ao telefone e passar para os engenheiros. E eu nunca recebi nenhuma ligação do Donizete Rosa pedindo para falar com o Paulo Negri. Então isso daí, eu escutei falar, próximo desse depoimento meu aí, o pessoal comentando sobre isso. Agora eu, conhecimento, eu nunca tive.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sobre a compra de fazenda a Senhora só ouviu, então?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – é, Escutei, as pessoas falarem.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Bem, eu não tenho mais nenhuma indagação a fazer a V.Sª, eu apenas quero relatar e fazer aqui alguma correçãozinha histórica. Que não é nenhuma e nem duas incorreções cometidas aqui pelo Ministro da Fazenda. São várias incorreções, não é, nos termos aqui usados de forma elegante. A questão do avião foi a primeira incorreção dada à CPI. Na carta encaminhada à CPI, a segunda incorreção, porque ao tentar desmentir na carta confirmou. Ou seja, mentiu de novo. No depoimento do motorista, o que chama a atenção é a história do chefão, aparece à expressão chefão, coincidentemente, relator, a mesma expres-

são das degravações telefônicas oferecidas já por reportagens publicadas no Brasil inteiro. E o chefão, e o chefão, e o chefão. E aqui a identificação no depoimento do motorista de que esse chefão era ninguém mais, ninguém menos, do que o Ministro da Fazenda. Ele disse aqui que não sabia, aliás, que não tinha ido, que não conhecia a casa do Lago Sul. O motorista diz diferente. Eu acho que há uma infelicidade assim dizer: Olha, ontem teve o depoimento aqui de um vigarista e o depoimento hoje fala isso também, é preciso ter cuidado, calma lá! Basta olhar o motorista para ver que não se trata de um vigarista. Para ver que se trata de um trabalhador, para ver que se trata de alguém que tem enorme credibilidade. Apesar da sua simplicidade, apesar da restrição do seu vocabulário, é alguém que falou rigorosamente a verdade nos seus comentários feitos aqui. Ah, mas o Ministro podia ter ido lá de manhã e não é crime nenhum ir à casa do Lago Sul, tá bom não, é crime. Ir à casa do Lago Sul. Mas não fica bem ao Ministro da Fazenda, em tendo ido, dizer a uma Comissão Parlamentar de Inquérito, ainda que ele não tenha assinado compromisso de dizer a verdade, não fica bem ele não dizer a verdade aqui a uma Comissão do Senado da República. A ida do bingueiro, o Sr. Carlos Valente, do bingueiro angolano levado pelo motorista ao Ministério da Fazenda, isso não é qualquer detalhe simples não. Os fatos vão se juntando. Eu gostaria que os membros da CPI relessem o relatório do Senador Garibaldi Alves, que foi extremamente competente. Pela Assessoria que tem, pelos fatos aqui apurados, ele não só tipifica a conduta de cada um que está ali no relatório, mas dá para ver claramente que toda a República de Ribeirão está nisso. Quer dizer, o Ministro da Fazenda, infelizmente, infelizmente, porque é o Ministro da Fazenda. Alguém que está até no exterior, nesse momento. E é ruim até falar do Ministro da Fazenda, num instante que ele não está no Brasil porque é autoridade financeira do país. E uma coincidência, quer dizer, os funcionários como a Sra. Marilene, como o Sr. Mauro, como o Sr. Paulo que vai ser ouvido foram descredenciados aqui num depoimento anterior do Ministro. E são exatamente os servidores de carreira que disseram o que mais tem verossimilhança com a verdade. Então, e quais os funcionários que foram protegidos? Mais do que protegidos, a Sra. Isabel Bordini, promovida, ocupa hoje um relevante cargo da República. O Sr. Donizete Rosa, promovido, ocupa um importante cargo da República, a Serpro. E essas questões todas mostram que Nelson Rodrigues tem razão: "Que o óbvio é ululante, mas só os sábios vêem." Não é preciso ser sábio para ver, e realmente que o chefão é pulo de dez. Essa roleta dos bingos aí está viciada, roda, roda, roda, dá Palocci. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quer fazer algum comentário, a Senhora? Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores senadores, eu estou até, Senador Antero, assustado com o depoimento do motorista aqui. É assustador inclusive o número das linhas telefônicas e terceiro, em seu nome sem o seu conhecimento e sem a sua autorização. E vai por aí afora, mostrando o profundo conhecimento de todas as pessoas já citadas e de posse do seu comprometimento com o relator desta CPI. Dona Marilene, eu não teria muito que perguntar porque, infelizmente, estava em outra missão, não ouvi o depoimento da Senhora. Mas li aqui que sob juramento V.Sª fez o depoimento do Dr. Benedito Antônio Valencisi que é um grande delegado da polícia de São Paulo, respeitado, é seccional de polícia e está fazendo um belo trabalho na apuração, principalmente, nessa parte da varrição, do lixo e outras vinculações com a empresa LEÃO-LEÃO. E que espero amanhã virá aqui, conversei com ele e ele está disposto a esclarecer toda a profundidade das apurações que realizou nesse sentido. É claro, com a colaboração da Senhora e de outros depoentes que puderam indicar com veemência algumas falcatruas que estão descritas aqui. Eu fiquei aqui um pouquinho preocupado, não sei se já perguntaram à Senhora, pediria desculpa. É que havia duas formas de serviço, o volante e de rua. É isso mesmo? Varrição volante e de rua?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então a falcatrua, a parte em que era feito uma planilha secundária era na volante.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Volante.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque era difícil a constatação da veracidade ou não.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É por isso?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É que elas se somavam a exigência do pagamento da LEÃO-LEÃO que era feita pela Sra. Luciana, é isso?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A Senhora tem certeza ou ouviu que área Sra. Luciana? Que a Senhora desconfiava que era a Diretora da LEÃO-LEÃO.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Era a Diretoria.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Da LEÃO-LEÃO. Não pertencia à Prefeitura, ela fazia e apresentava ao Sr. Mauro?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não, ela era Diretora técnica do DAERP que cuidava do lixo. Ela não tinha nada a ver com a LEÃO.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E quem era da LEÃO-LEÃO, que também a Senhora suspeitava que era da Diretoria e participava da elaboração da planilha?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Ah, não. Aí eu não sei. Da LEÃO?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu vou dar o nome aqui para a Senhora. Que embora não tenha conhecimento, acho que era a Diretora da empresa LEÃO-LEÃO que apresentava o relatório do serviço realizados. Luciana e Isabel.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Que apresentava para elas, né? A LEÃO.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Uma Diretora apresentava para elas e que o Mauro mesmo contrariado acabava aceitando.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E teria que fazer uma nova planilha para complementar o serviço que tinha medição a maior do que realmente a que havia sido realizado.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Isso. A LEÃO trazia uma planilha que era entregue para a Diretoria. E a Diretoria entregava para o Mauro que era para ser alterado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Mauro... e na conferência sabia que ela estava fora dos parâmetros corretos da medição?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas se via obrigado a fazer complementação com uma nova planilha?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas aí, varrição volante.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Volante.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Essa é, quer dizer, as suspeitas das medições volantes são provas de que houve praticamente um aumento do valor, dos valores. Não sei se já perguntaram isso a Senhora.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Porque a medição volante é mais difícil de comprovar. É mais difícil.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – É porque ela não é uma varrição fixa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Fixa ou fictícia, não é?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É como fazer aterro, depois não tem como medir se foi aterrado ou não foi.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – É.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É mais ou menos a mesma coisa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É como o negócio de lixo, joga ninguém pode medir mais.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não pode medir mais. Medição volante é a mesma coisa, se medir depois...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, acho que a materialidade de prova deve estar na mão do delegado. Ele parece que exibiu à Senhora um recibo ou uma planilha.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Sim, sim. Inclusive ele a apreendeu, todas essas planilhas no meu setor. Ele foi lá buscar essas planilhas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Fez uma diligência de busca e apreensão.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Isto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então foi o meu setor que forneceu todos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A Senhora assinou para ele que...

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Sim. O superintendente no caso, que estava presente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Assinou a entrega da documentação que consta nos autos.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Toda para ele. Que consta dos autos que ele tem todas as ordens de serviço, que era mandada fazer além.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Que pelo que ele disse, é a materialidade prova do crime.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Isto, isto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senador tem razão...

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – São as ordens de serviço.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque o código de processo é claro quando diz que testemunha é prova. Não, eu sei, eu conheço. O Sr. citou inclusive o artigo. Não, não. Mas é uma coisa...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu tirei a página que diz aqui, artigo 212, item três.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Dona... acho que o seu nome está aqui, é Marilene, a Senhora verifica que o Senador José Jorge tem razão. Porque a Senhora é uma prova material como testemunha. Aliás, é uma prova testemunhal dos fatos e que se prestou em respeito ao país, à sociedade e ao cidadão a contar a verdade do que sabia. Só que agregado a sua prova testemunhal há a prova material que são os recibos apreendidos, Senador José Jorge. Então a prova testemunhal às vezes pode ser desmoralizada ou desmontada até numa nova, num novo depoimento que a testemunha pode negar. Por isso que a gente às vezes numa prova testemunhal luta para ir buscar a prova material. E seu depoimento indica que a prova material o delegado teve a cautela de ir buscar nos recibos comprobatórios de toda a movimentação financeira que foi paga a LEÃO-LEÃO. Estou certo nisso?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Está tudo com ele.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Está tudo com ele e ele exibiu à Senhora e pelo menos aqui diz que a Senhora reconhecia...

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Se era verdadeiro. É, se eu reconhecia.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então é por isso que eu, eu acho que esta fundamentação da prova testemunhal com a prova material não deixa dúvida sobre a seriedade da apuração que o delegado está fazendo, Presidente, Sr. Relator. Eu acredito que amanhã durante o depoimento nós, V.Exª., Senador, Relator, não sei se solicitou, se já foi solicitado que ele trouxesse cópia dessas planilhas apreendidas com a Sra. Marilene. Porque a Senhora não trouxe nenhuma materialidade, está tudo com ele?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não, está tudo com ele.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Perfeito. A Senhora teria mais alguma coisa assim que comprove essa vinculação de toda a atividade de varrição e de lixo com a LEÃO-LEÃO, além dessa parte da varrição?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não, Senhor.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não estou falando situação de medição nada, estou falando apenas da materialidade que foi encontrada com a prova testemunhal dela. Que são as planilhas apreendidas pelo delegado que poderão ser, sem dúvida nenhuma, periciadas, que é uma outra coisa que a gente pode pedir. Por isso que eu queria que o relator solicitasse cópia dessa materialidade. A Senhora lembra de algum outro fato que pudesse vincular a LEÃO-LEÃO? A Senhora conheceu algum dos diretores, eles alguma vez estiveram lá, ou só com o Sr. Mauro, sobre a apresentação da relação que era a Luciana e a Isabel, não é?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Isto, era do DAERP.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Elas intermediavam.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Ela era superintendente do órgão, não é, e a outra Diretora.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E ela que recebia o material da LEÃO-LEÃO?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E levavam ao conhecimento do Sr. Mauro?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Para executar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Para executar. E deixava a diferença...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Tuma, me permita? Só que ela disse aqui que nem conhecia a Sra. Isabel.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não. Como eu não conhecia?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – A Senhora falou, não teve nenhum contato outro, a não ser... falou duas vezes. A Senhora falou aqui.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não, mas a Isabel era superintendente do DAERP, onde eu trabalhava.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – A Senhora não tinha nenhum tipo de intimidade?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Ah, não. Não tinha. Não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Conhecimento.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Diálogo mais próximo?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Intimidade eu não tinha com ela. Eu tinha contato.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Qual foi exatamente a expressão?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A Senhora era subordinada a ela?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Como?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A Senhora era subordinada?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Era subordinada, era subordinada.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então não havia intimidade porque...

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não, eu entrei na sala dela uma vez na... na... depois, quando ela me convidou para pegar a chefia.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E a Senhora aceitou?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Que eu aceitei.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então ela tinha confiança na Senhora?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Sim, acredito que sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então tá.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Ela gostava, o que ela me falou na época foi que ela gostava do meu...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – As Senhoras se conheciam, mas não tinham intimidade pessoal.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas funcional sim, funcional tem que ter porque senão ela não daria a chefia para a Senhora.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – É, mas não era tão direto também assim não. Sabe? Eu via ela poucas vezes.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, eu sei, mas se ela chamou a Senhora para lhe dar a chefia é porque ela provavelmente confiava na sua atividade.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Provavelmente sim. Que para mim foi uma surpresa até. Eu não esperava jamais que me convidassem para essa chefia.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E qual era o papel do Sr. Mauro nessa organização dela ser chefe e a Senhora subordinada. Ele, qual era o papel dele lá, o Mauro?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – O Mauro era o meu chefe.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Direto.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Direto. Que era ele quem recebia ordens da Isabel e ele passava para mim. E era para eu digitar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E a Luciana qual era o papel da Luciana?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Também é Diretora técnica. Então ela...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – As duas?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – ... Ela seria também mais próxima ainda do engenheiro Mauro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E o engenheiro Mauro chegou a comentar para a Senhora que não concordava, mas se via obrigado a fazer...

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Ele sempre comentava isso. Ele sempre comentava no setor, no nosso setor ele sempre comentava.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Como era o comentário dele, dona Marilene. Desculpa eu insistir nesse ponto aí.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Que ele não concordava com aquele valor maior e que não estava certo, mas que ele era obrigado a fazer aquilo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Aí ele fazia a planilha da varrição ambulante.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – É, volante.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Volante.

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Isto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas era ambulante mesmo, para poder complementar o valor a ser cobrado?

SRA. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA – Isto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu agradeço à Senhora e peço desculpa pela insistência, mas é para mostrar esse tipo de relacionamento. É volante... obrigado, obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exªs.e agradeço a Sra. Marilene do Nascimento Falsarella pela sua presença, seu depoimento e suspendo a sessão por cinco minutos para que possamos iniciar os depoimentos do Sr. Mauro

Pereira Júnior e o Sr. Paulo Antônio Henrique Negri. Faremos um depoimento fechado por solicitação, no caso do Dr. Mauro Pereira Júnior, que está acompanhado de atestado médico, solicitando essas providências e já pedindo a compreensão dos companheiros de imprensa. Suspendo a sessão por cinco minutos.

Sessão suspensa às
Sessão reaberta às

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou solicitar a todos os Senhores assessores que não são da CPI dos Bingos que, por favor, nos aguardem lá fora que estamos ansiosos para nos encontrarmos daqui a pouco. Bote o irmão aqui com o médico aqui. Mauro, aqui por favor. Pode chamar o Dr. Paulo Negri. Paulo, Paulo, aqui, Paulo, desse lado. E o Mauro com o irmão dele pode ficar aí. Senhores senadores, já justifiquei o motivo de fazermos a reunião fechada, aqui está o Dr. Mauro, não é isso? Dr. Mauro Pereira Júnior e ao lado aqui é o irmão dele que é médico, que está acompanhando. E o Dr. Paulo Antônio Henrique Negri, também se encontra aqui. Eu queria agradecer, inicialmente, a presença de V.Sas., dizer que ambos assinaram o termo de compromisso e que nós vamos, pela ordem, conceder a palavra ao Dr. Paulo Pereira... Dr. Mauro Pereira Júnior para a sua identificação aos membros da CPI e alguma coisa que queira acrescentar. Em seguida, nós ouviremos o Dr. Paulo e os Senhores senadores poderão fazer pergunta ou a ambos ou individualmente a cada um, para que a gente possa tentar fechar de uma só vez. Então, Dr. Mauro, V.Sª tem a palavra para identificação de V.Sª e alguma...

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Boa tarde, Senhores senadores. Meu nome é Mauro Pereira Júnior, eu sou engenheiro da Prefeitura de Ribeirão Preto. Trabalho na administração municipal já há 19 anos. E vim aqui à CPI atendendo ao pedido da Comissão fazer a minha obrigação como cidadão, não é. Vim aqui ajudar no que for possível, ratificando inteiramente no meu depoimento na delegacia seccional de Ribeirão Preto, e se houver alguma nova questão que eu possa esclarecer, vou estar aí à disposição dos Senhores. Desde já quero agradecer a atenção do Sr. Presidente em atender o requerimento do Vereador Romeu Tuma, Senador, desculpe, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não me ofende chamar de vereador não.

(risos)

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Desculpa, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Aí a minha juventude volta um pouquinho.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Em ter nos atendido que fizesse essa sessão fechada. Na verdade nós não chegamos e nem saímos de casa, do trabalho, ultimamente, com a mesma tranqüilidade que tínhamos antes. Nós sabemos que lidamos com uma empresa forte de Ribeirão Preto, onde existem muitos nomes em questão e, logicamente, bastante interesse em jogo. Mas de outra forma nós não podíamos mentir à Justiça, nós fomos à seccional chamados, e falamos aqui do que devíamos falar, dizemos a verdade. E é o que propomos aqui nessa CPI.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, pela ordem, V.Exª. permitiria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra pela ordem, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Uma explicação. Como o Mauro, o seu irmão que é médico estiveram comigo e trouxeram um laudo médico que ele, diante de todos esses fatos que ocorreram, ficou psiquicamente abalado. Então o pedido da sessão reservada é realmente pelo medo que ele tem, de ficar muito conhecido, mas em hipótese alguma, pelo menos, afirmou categoricamente para mim, que não teria nada de secreto e nada a esconder. Porque ele já fez o depoimento na polícia e faria sem nenhum constrangimento a esta CPI. Então a preservação que se faz dele é mais com uma ação psicológica, que foi solicitada pelo médico dele e por seu irmão que também é médico. Então eu queria só que ficasse claro isso, para esclarecer que ele está querendo esconder alguma coisa da sociedade, falar em segredo, absolutamente não existiu nada disso. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – E finalizando, Presidente. Eu, portanto, quero agradecer a atenção dos Senhores aí, a colaboração em ter concedido que a sessão fosse fechada, *ok*. Muito obrigado a V.Exªs.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Dr. Paulo Antônio Henrique Negri.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Senhores senadores, boa tarde. Meu nome é Paulo Antônio Henrique Negri. Eu trabalhei na Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto no departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto, por um período de mais ou menos nos meados de 2001 até abril de 2004. E eu não sou efetivado na Prefeitura. Atualmente exerço a minha profissão como engenheiro civil. E as palavras que o colega Mauro disse, eu endosso e agradeço também essa reserva desse depoimento no sentido de preservar a minha privacidade e a segurança da minha família, não é. E estamos aqui para colaborar

dizendo a verdade, como foi dito em Ribeirão Preto, lá na delegacia. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Relator, V.Exª. fique a vontade para se desejar argüir um a um ou ambos, do jeito que assim entender.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Senhoras, Senhores senadores, eu vou começar por perguntar ao Sr. Mauro Pereira Júnior o seguinte, tendo em vista, o que já declarou aqui a Sra. Marilene Falsarella, eu perguntaria ao Sr. Dr. Mauro, a partir de quando o Sr. começou a desconfiar que o trabalho de varrição estava sendo superfaturado? E como e por que o Senhor passou a desconfiar disso?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Veja bem, Senador, no começo de 2001, quando houve mudança de Governo, havia um engenheiro que tocava os serviços de varrição de vias públicas. Esse engenheiro tinha um cargo comissionado, ele foi demitido. Eu nunca tive experiência em serviço de varrição de vias públicas. A minha praia era aterro sanitário, operação de aterro sanitário, coleta de lixo e dragagem e desassoreamento de córregos. Então eu disse a superintendente que contratasse um profissional que tivesse conhecimento nesta área, para poder gerenciar esse serviço. Eu não queria assumir tamanha responsabilidade diante de uma medição pesada, um valor alto, sem ter conhecimento de como gerenciar esse serviço. Eu estaria correndo o risco de prestar um mau serviço à comunidade, como também de errar em alguns de seus valores medidos.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Qual era o valor mensal desse contrato aqui?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Olha, Senador, eu não me lembro.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Disse que era um valor alto.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Ah! Não. Eu sabia que era um valor alto, mas não sei dizer para o Senhor de cabeça quanto era.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o prejuízo mensal, a Sra. Marilene afirmou que era da ordem de quatrocentos mil, aproximadamente, por mês. É o prejuízo que a Prefeitura vinha sofrendo mensalmente. O Senhor pode confirmar isso?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Eu confirmo. Era por volta disso, realmente que é que nós andamos fazendo uns cálculos lá, e chegamos mais ou menos nesse valor.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E quando o Senhor teve essa desconfiança? O Senhor tomou qual atitude?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Veja bem, como disse ao Senhor, no começo eu não queria tocar essa medição porque eu não era da área, não conhecia bem do trabalho e eu deixava essa oportunidade para alguém que conhecia do serviço. Mas aí a pedido da Dra. Isabel Bordini, ela pediu que eu fosse tocando até contratar um. Olha, que seja logo porque o erário vai perder com isso, não tenho experiência, o erário pode perder com isso, porque eu não sei, não tenho experiência nesse serviço, e a empresa pode até se aproveitar de uma situação dessa. Não disse que ia aproveitar, poderia acontecer. O meu receio era fazer, era ocorrer que o Poder Público saísse perdendo. Aí até que contratou esse engenheiro, todos os meses eu cobrando dela, assinando forçadamente essa medição, sem muita segurança. Nos primeiros meses eu pude, foi quando eu percebi, Senador, que os valores realizados não estavam batendo corretamente com os valores que a empresa apresentava. Especificamente no caso da varrição. Eu devo esclarecer aqui que todos os demais serviços que nós gerenciávamos, todos os outros contratos que nós gerenciávamos no órgão, sejam eles operação do aterro sanitário, coleta de lixo domiciliar, dragagem de córregos, coleta seletiva, coleta hospitalar, tratamento de lixo, todos eles eram rigorosamente medidos e corretamente encaminhados aos nossos superiores. A única medição que apresentava distorções é a medição da varrição. E...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Por que é mais fácil praticar o golpe no superfaturamento?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Os especialistas dizem que é mais fácil passar alguma coisa despercebido na varrição, porque o Senhor tem uma rua lá e o plano diz que varre uma rua: "Ah, varreu duas, três", fica meio inócuo, não é. Agora a questão do aterro sanitário, por exemplo, lá é tudo planilhado e medido. Lá se procurar anoto um centavo de diferença, por quê? Porque é medido por caminhões, metragem cúbica de caminhões, é planilhado por dois apontadores, um da empresa e outro da Prefeitura, todos os dias é conferido. Tonelagem de lixo coletada e operada no aterro sanitário, é pesado na balança do aterro, balança eletrônica que tem uma pontualidade e um rigor muito bom. Enfim, todos os demais serviços, a dragagem também é tudo apontado, os caminhões, agora a varrição é meia, a varrição dela é meio inócua, daí acho que procuraram esse caminho. Mas a partir da contratação do outro engenheiro que é o Paulo, o Paulo assumiu essa, esse trabalho. O gerenciamento deste

contrato e a fiscalização desses serviços, aí eu voltei ao meu trabalho normal de rotina que seria fiscalização das operações do aterro sanitário, a dragagem dos córregos e a coleta do lixo. E essa medição o Paulo depois, ela encaminhava, ela passava por mim e eu encaminhava à Diretoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Você falou que assinava forçosamente a, era forçado a assinar essas medições? Como era assim, o Senhor disse que não assinava e exigia ou ameaçava demitir, coisa desse tipo? Como é essa situação? Quanto tempo passou para se apresentar outro engenheiro?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Foi, foram quatro ou cinco meses, não é Paulo?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pois não, pode.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Foi em maio, junho por aí.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Foi no meio do ano que eu entrei.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Ah, tá! Até o meio do ano fui assinando forçadamente. E eu: "Olha, precisa contratar engenheiro". Cobrando, cobrando. "Não. Está vindo, está vindo, está vindo". E até que chegou e eu não tive como sair fora de não assinar, porque a pressão era grande: "Você tem que assinar, você que está aí na chefia, o serviço está sendo executado." E eu vendo essa situação eu fui me estressando também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E você não media isso. Assinava sem medir?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não. Quando foi feito um contrato tinha um edital. Nesse edital havia um plano de varrição já estabelecendo os bairros onde seria feita a varrição na cidade. As avenidas, o centro da cidade, os corredores comerciais, os bairros no entorno do centro. Os parques, praças, havia um plano. Dentro desse plano nós, os fiscais acompanhavam o serviço, o Paulo também acompanhava e esse serviço, ao longo do mês ia sendo levantado essas medições, chegava ao final do mês nós tínhamos no escritório, a Marilene tinha já apontado uma planilha onde constava exatamente a metragem varrida em Ribeirão Preto. Só que quando a empresa entrava com a medição, batia exatamente a varrição, tinha um distorção.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quer dizer, quando a varrição era X e quando a empresa chegava, se chegava com dois X, três X, qual seria mais ou menos a diferença disso?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Pode-se dizer X mais 40%.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – X mais 40%.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Mais ou menos.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quer dizer que na realidade...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – A planilha nossa estava fechada. Aí a da LEÃO. Exato, exato. Aí o procedimento era assim, quando a empresa entregava lá em baixo um funcionário trazia envelope fechado, esse é o valor, a gente abria, via que não estava batendo, subia lá em cima na superintendente, se ela não estava era a Diretora técnica, falava: "A empresa entrou com tanto". "Então logo eu te dou um retorno". Aí nós voltávamos, passava algumas horas ou no dia seguinte: "Olha, considera a da empresa". Era para se considerar a da empresa. Quando a empresa entregava diretamente lá em cima para o pessoal, nós éramos chamados lá na superintendência: "Olha, o valor este mês é este aqui da varrição". Porque era só na varrição, o resto estava tudo certo, batia redondamente. E era dessa forma que foi caminhando e esse valor, esse valor que ficava em aberto, os Senhores concordam que se nós fechávamos a nossa medição em um milhão e trezentos mil reais a empresa entrava com um e setecentos, um exemplo, ficava quatrocentos mil aí aberto num buraco, não é. Sem justificativa. Os Senhores estão entendendo?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Perfeito.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Aí, a Diretoria começou a ficar preocupada: "Poxa, vida, está um valor aberto que tem que justificar, você tem que fazer alguma coisa." Eu falei: "Eu não tenho que fazer". Foi somando. Eu falei: "Eu não tenho o que fazer, eu sou um técnico que tenho que acompanhar os serviços, controlar certo, agora essa parte aí não diz respeito a mim, estamos assinando isso daí forçadamente e vocês sabem disso". Aí eles pegaram o contrato, o pessoal da direção e começou a ler esse contrato, ler, ler, ler. E aí no final de 2001 descobriram uma válvula de escape, descobriram uma cláusula lá que em situações de emergência o município poderia emitir ordem de serviço específicas de alguns bairros onde não constavam no plano de varrição, e varrer caso houvesse necessidade. Aí acharam que estava esperando para poder documentar aquele buraco que estava na medição.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Chamado volante.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Exato. Aí nós fomos chamados: "Olha, vocês vão ter que fazer retroativo, janeiro até agora e documentar com esse valor". "Nós não concordamos, nem eu, nem o Paulo, nem a Marilene". Debatemos, "não vamos fazer isso daí, porque são documentos ilícitos, nós não concordamos". Houve discussão, muita pressão em cima e a Diretora fez um, fez um... como se diz... fugiu a palavra. Não, seria um modelo, um modelito, falou: "Olha, tem que ser assim, vocês vão somar os bairros até dar essa metragem aqui, que somado com o unitário da varrição para dar esse valor". ... Dra. Isabel Bordini juntamente com a Dra. Luciana que era Diretora técnica. O nosso contato era mais com a Diretora técnica, esporadicamente com a superintendente né, fazia a ponte.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A Dra. Isabel era a esposa...

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Do Sr. Donizete Rosa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Donizete Rosa que era o quê? Secretário...

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Ele era Secretário de Governo do município. Era o homem que mais poder tinha no município, em termos administrativos. Nós percebíamos que quando nós procurávamos a Dra. Luciana ela fazia ponte com a Dra. Isabel. Mas nós percebíamos claramente que ela recebia ordens da Dra. Isabel. Ela não agia por conta própria. Ela também recebia ordens superiores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Doutora?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Dra. Luciana.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – (inaudível)

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A Luciana também era engenheira ou não?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Era engenheira química e tinha funções de Diretora técnica. Então, Senhores senadores... exato.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A Isabel recebia e emitia um novo levantamento, passava para a Luciana e a Luciana passava exigindo a assinatura para vocês.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Exato. Fazia o contrário, pegava, pedia para nós assinar primeiro para dizer que o documento foi gerado lá e depois passava para ela assinar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Documento gerado.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – E ela inclusive deu o depoimento na Polícia Federal dizendo: "Eu era a última a assinar". Mas era a primeira a exigir que fizéssemos e orientava como fazer.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Agora em relação à questão de data. Porque na verdade tem a parcela feita depois dessa decisão, não é, depois de descobrir essa varredura, como é que chama? Móvel.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Volante.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Volante, mas tem um período que V.Sª falou seis ou sete meses que isso teve que ser feito depois. Não é isso?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ficou um buraco negro.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ficou um buraco negro.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não, estou explicando isso, exatamente.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Como é que fizeram? Alteraram as datas, no caso.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Quando chegou ao final de 2001 para 2002, acharam essa folga no contrato e olharam: "Você tem que fazer, tem que fazer", e tal. Eu sei que a Marilene ficou dois dias, praticamente, porque era difícil fazer calcular bairro a bairro, pegar o valor e multiplicar pelo unitário da varrição para dar aquele, para ver se chegava naquele valor que foi pago.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Tudo falso, não é?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tiraram pela via telefônica?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – A sessão de topografia, a relação dos bairros com a mérito ação de calçada de cada um. É, então nós fomos totalmente contra, contrários essa medida e isso nos estressou demais. O Paulo e a Marilene sabem disso. Eu passei a perder minhas noites de sono, minha mulher e Deus sabe o que eu passei nesse período. Eu precisei procurar apoio psicológico no começo de 2002 por uns seis, sete meses com uma psicóloga. Eu estava estressado, eu estava, eu vivia ansioso. Não estava conseguindo trabalhar direito, tudo em vista dessa documentação que forçaram a gente a assinar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não denunciaram?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Eu pensei a denunciar, a Marilene também pensou. O nosso medo é de que a nossa conversa não fosse levada a sério,

não desse crédito para nós e nós passássemos a ser perseguidos e até perder o emprego. Nós pensamos nessa situação.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas houve um momento que o Senhor afirmou que não assinaria mais as ordens de serviço. Afirmou a Dra. Isabel Bordini, houve esse momento?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Houve. No final de 2003, quando não estava dando mais para suportar tal pressão, tanto por parte da empresa quanto por parte da Diretoria, eu resolvi sair. E aí ela disse que não tinha outro técnico para por no meu lugar e eu insisti, e aí passou a não me receber mais na sala. Aí me parece que foi janeiro ou final de janeiro, eu fiz um ofício e fui lá e protocolei o ofício e pedi para transferir de volta para a Secretaria de Infra-Estrutura que é o local que eu trabalho até hoje. Era o meu local de origem antes de ir para o DAERP. Aí no meu lugar indiquei que entrasse a engenheira Zulimar que era uma pessoa que já tinha experiência do serviço, era uma técnica, habilitada junto ao CREA, não é. Era alguém para assumir o posto de chefe da limpeza ali. Mas ela não aceitou e colocou a Marilene no meu lugar. A Marilene passou então a assumir as funções de chefia, a partir de começo de abril de 2004 até o final do ano, retornando eu para a Secretaria de Infra-Estrutura.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor a exemplo da Sra. Marilene, afirmou no seu depoimento da Polícia Civil do Estado de São Paulo, que havia recebido ordens superiores para assinar as ordens de serviço superfaturado. Essas ordens superiores eram dos superiores imediatos ou era se referindo a mais além?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não, eram ordens internas ao órgão. Diretora técnica e Diretora superintendente.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Do órgão?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Do órgão.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Essas ordens eram recebidas deles?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Internamente.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas a decisão o Senhor achava que vinha de cima ou não tem...

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Olha, Senador, eu não sei informar ao Senhor. Porque a nossa, o nosso conhecimento vai até onde nós despachávamos à documentação, o nosso contato até os nossos imediatos superiores que era o diretor técnico e o superintendente. A partir dali nós não sabemos como que era tramitada a coisa e o que ocorria.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só uma pergunta, Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pois não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Você afirmou agora a pouco que você, o Paulo, me desculpe ter chamado de o Senhor.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Imagina, fica a vontade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Dr. Paulo e a Marilene não concordavam com o que estava acontecendo. Os três não concordavam. Aí você, não havia essa possibilidade de contato, protocolou o ofício, indicando inclusive uma engenheira habilitada para fazer isso que não foi aceita. Mas a Sueli, no caso, convidou a Marilene que acabou.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Sueli não, a Isabel.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A Isabel, a Isabel convidou a Marilene. E por que a Marilene mudou de opinião assim? Porque se ela não concordava, estava solidária com vocês e sabendo que aquilo, de repente, ela...

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Olha, o delegado da Polícia Civil de Ribeirão fez a mesma pergunta a ela. Ela disse, e é verdade, não é mentira, que eu me lembro na época, o esposo dela estava desempregado na época, ela tinha as filhas dela na escola, ela disse que só assumiu esse cargo porque ela ia ganhar um pouco mais e para suprir a falta do marido que estava desempregado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Apesar de não concordar, aparentemente, com o que estava acontecendo.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Apesar de não concordar.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E com relação ao Sr. Paulo Negri? O Senhor foi substituído por ele?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – No serviço de varrição sim. A partir de então eu voltei para as minhas funções normais, que era operações de aterro sanitário, dragagem e desassoreamento de córregos e coleta de lixo domiciliar.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E com relação ao parque da cidade?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – O bosque, o Senhor diz.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Desculpe, o bosque.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – O bosque estava inserido na medição da varrição. O bosque, varrição de vias públicas, limpeza e desinfecção de feiras livres, e a varrição do bosque e corte de grama em avenidas, o Paulo gerenciava esses serviços. Agora um detalhe, Senador, antes o que Paulo até se manifeste, essa diferença que disseram do bosque aí, eu nunca soube disso, que tinha essa discrepância. Nós viemos a saber diante da denúncia de um vereador de Ribeirão Preto que agora já na gestão do Gasparini disse: "Olha, tem um valor a mais no bosque, verifica". Aí o Darwin, o engenheiro Darwin pediu para verificar e realmente estava um pouco exagerado. Quer dizer, o bosque parece que mede quatro mil e poucos por dentro e estava sendo pago acho que quarenta e oito, acho que doze vezes, quer dizer, estava varrendo doze vezes. Umas quatro vezes, três vamos lá, mas doze é muito. Então ele corrigiu e a partir de então ele está, ele está voltou à normalidade. Mas nós só viemos a tomar conhecimento disso agora nessa gestão do Gasparini, nós não sabíamos desse detalhe não. O Paulo, talvez, possa explicar melhor.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pode falar, Paulo.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Eu da mesma forma também fiquei sabendo recentemente do problema de medição do bosque. Não tinha conhecimento.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Sabe o que é, Senador, desculpa, Paulo. Se for uma varrição muito grande, como por exemplo, a varrição do centro da cidade, se altera meia vez, uma vez ou meia vez a 30%, a gente já bate o olho e já vê logo de cara. Agora o bosque está se tornando uma polêmica lá, está certo, o correto é correto, tem que ser uma rua, mas o bosque não se percebeu tão fácil porque a medição era tão grande, era um valor tão expressivo diante de um valor minúsculo, alguma coisa desse tamanho multiplicado por doze vai dar uma coisa pequenininha também. Então era um valor pouco expressivo, acho que isso que passou despercebido aos olhos de tantos técnicos.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quantos quilômetros tem o bosque?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Realmente parece que é quatro, quatro e meio. E fizeram quarenta e oito, parece. Agora pelo preço da varrição dava um valor pequeno para a gente a medição, ao valor máximo da medição, não é. Era um valor que passava despercebido.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É porque o Senador Tião Viana, ele trouxe aqui uma demonstração sobre o mês de maio, só com relação ao mês de maio. Para mostrar, ele está no telefone, ele quis mostrar o seguinte, que na administração anterior à administração do ex-Ministro, do Ministro, ex-Prefeito Palocci, o custo da varrição do bosque tinha sido maior do que na administração do então Prefeito. Agora os anos, Senador Tião Viana, é para que V.Exª. nos dê aqui aquela planilha de maio e maio de que ano, com relação a maio de que ano.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Tem a planilha de maio de 2000, foi um mês que se tirou aleatório, 2000 com os meses de maio de 2001 até 2004. Diariamente feito. Porque todo o foco circulava antes no tal do bosque, como ele viu e depois a medição global. Aí até que a Câmara dos vereadores entrou no circuito e debateu. Quando nós analisamos aqui, Sr. Mauro, o mês de maio de 2000 que foi antes do Senhor entrar, antes do Senhor trabalhar na condição de controlador e fiscalizador dessa atividade de varrição, o que é que nós tivemos? Nós tivemos aqui por cada dia uma média de quarenta e seis quilômetros de área varrida no tal do bosque. Então, quando nós vamos, isso mês de maio de 2000, antes de o Senhor entrar, não tem absolutamente nada a ver com o Senhor. Quando nós vamos para 2001, a média de varrição do bosque é de quarenta e quatro quilômetros. Veja bem, antes de o Senhor entrar era quarenta e seis quilômetros. Aí quando nós vamos para 2002, quarenta e quatro quilômetros a média. Quando nós vamos para 2003, a média é de quarenta e quatro quilômetros, alguns chegando a quarenta e seis. E quando chegamos em 2004, a média é de quarenta e seis quilômetros. Então, como que foi esse X mais 40% que o Senhor fala se em 2000 era maior do que em 2001, 2003, 2004, como?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Isso é outra coisa. Isso é o bosque, ele está falando que tem o bosque e o.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não, mas o fulcro todo da denúncia inicial era a super...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não, não é isso não.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não, não eu só quero esclarecer. Estou dizendo dele. Toda a denúncia que circulava em Ribeirão Preto dizia: "O bosque é a prova da corrupção, é a prova do superfaturamento, é a prova da denúncia". Até que a Câmara dos Vereadores fez uma chamada... para avaliar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não é o foco não, Senador.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – ... É o que estava lá. O Senhor denunciou coisa alguma não, aí depois que se chegou a isso aqui, que se fez o quadro comparativo é que se disse: "Não, o bosque é in-

significante, estamos falando da varrição global, etc". Quando a Prefeitura do Ministro Palocci agiu num processo de limpeza urbana muito mais avançado do que a Prefeitura anterior. Portanto, justifica o aumento da área varrida. É isso que está colocado. Espero ter sido claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Só para esclarecer, é que eu acho que essa questão do bosque ela é tão imoral que se vinha de outras e continuou.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não sei se é imoral. Não sei se é imoral.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Porque se tem quatro quilômetros e se avalia quarenta e seis quilômetros.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Aí me explique, quem fez tal denúncia dizendo que é um absurdo...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tião, sim, sem discutir. Eu quero saber aqui do doutor, o que eu quero saber aqui do doutor...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, só uma explicação do Mauro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A pergunta é o seguinte, qual era o maior desvio nessa questão da limpeza?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Era na questão da varrição como um todo. Agora...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Aí o pior, só me permita, que eu quero ouvir. O cidadão, permita só usar um segundo, o cidadão que fez a denúncia inicial que a prova estava no bosque, ele disse que no máximo que o Presidente falou era cinco quilômetros a área a ser medida para ser varrida foi ele que autorizou todos os anos seguintes. Os anos anteriores. Ele esqueceu que foi ele, está assinatura dele! Então é, não é coerente esse tipo de denúncia. Não estou dizendo do Senhor, estou falando do cidadão que fez a denúncia de que o bosque era a prova de tudo.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Permite um aparte, Senador Tião? Está me dando um aparte, eu apenas quero colocar o seguinte, é que o Senador Tião não ouviu as explicações.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não estou falando dele não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Só queria explicar aqui, Senador Tião.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É porque o Senador Tião não ouviu a explicação.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Vamos só organizar, primeiro, o depoimento dele disse exatamente o que o Senador Efraim perguntou. Que o bosque é uma coisa minúscula. Que a varrição era escandalosa, que era 40% de X, não é? No volume global. E que no bosque era doze vezes mais. Quer dizer, mais que o número era pequeno, porque o número, o valor aí é pequeno por causa do número de quilômetros. Então quatro quilômetros, doze vezes mais, é evidente, vai aparecer o número pequenininho. Agora 40% mais em cima de uma fabricação de resultados como foi aí, é escandaloso. Agora, cá para nós, não importa a data que o bosque é escandaloso antes e depois, é.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Mas aí o pior que quem denunciou o escândalo foi anterior.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Mas não vai pegar esse detalhe. Falar o bosque. Nós estamos provando o bosque. Não estamos provando nada.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não era a gestão anterior que fazia a mesma coisa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senador Tião.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Autorizou, tem a assinatura dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É tudo bandido!

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Ou é erro ou é bandidagem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, dá licença. Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, um segundo só, nós estamos debatendo dentro de uma citação global de desvio de dinheiro um item, em que ele tomou conhecimento, segundo o depoimento feito a polícia, que eram quatro metros e meio e o cálculo de cobrança eram quarenta e cinco quilômetros. quatro quilômetros e meio para quarenta e cinco quilômetros. Que o Senhor ouviu uma discussão entre o delegado, a Terezinha com a apreensão de toda a documentação, está no processo então. Entendeu, Presidente? Está no inquérito! Então não adianta discutir um detalhe do bosque se o procedimento é geral sobre determinado assunto que os dois estão, e a Marilene estão descrevendo. Então a gente ficar...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e concordo...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Se a gente for tratar do bosque aqui, eu queria tomar um pouquinho de ar fresco.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Concordo, se a gente for tratar do bosque

aqui a gente engole a formiguinha, ou melhor, mata a formiguinha e engole o elefante.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vamos chamar o lobo mau!

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vamos chamar o lobo mau, Presidente!

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Dr. Mauro...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Dr. Mauro, V.Sª conhece o Sr. Rogério Buratti?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Conheço, Excelência.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas conhece simplesmente conhece ou teve ligações com ele?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Olha, Senador, eu tive dois encontros pessoais com o Rogério Buratti, um deles foi numa reunião que ocorreu lá no DAERP onde participava, eu, a Dra. Isabel Bordini, um outro engenheiro da empresa LEÃO, que eu não me lembro quem é.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas foi para tratar do problema?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Era para tratar de um problema de uma expansão de varrição, de um plano de varrição para aumentar que acabou não dando fruto.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E por que Rogério Buratti tinha interferência nisso, participava disso?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Porque ele era o diretor da empresa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ah, ele era o diretor da...

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Nessa época ele era um dos diretores da empresa. Da LEÃO-LEÃO.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ah, da LEÃO-LEÃO. Está certo? Não, eu entendi.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele foi assumir na LEÃO-LEÃO. Então ele tinha uma intervenção direta não, é isso?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Exato, foi isso. E o segundo encontro que eu tive com ele foi através de um Comissão formada pelo ministério Público de Ribeirão Preto, da qual eu fazia parte, que buscávamos a implantação de um aterro de resíduos da construção civil em Ribeirão Preto, que as empresas operadoras de caçamba estavam com problema de falta de área. Era resíduo da construção civil, entulho. E o próprio Ministério Público através do Dr. Marcelo Goulart sugeriu que nós fôssemos convidar a empresa LEÃO-LEÃO, que era uma empresa da área e que tinha estrutura para montar esse empreendimento que é um empreendimento particular, não é. E nós tivemos lá e fomos recebidos pelo Rogério Buratti e mais alguns técnicos da empresa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas a LEÃO-LEÃO que queria montar?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Ela demonstrou interesse porque era um empreendimento privado, não é. Podia convidar qualquer empresa, mas parece que ela estava, na época com planos, com planos de implantar um aterro sanitário de lixo doméstico. Mas aceitou a idéia, acatou, tudo, mas já faz vários anos, não deu fruto. E hoje a Prefeitura busca essa alternativa com a implantação de um aterro, de resíduos da construção civil lá na Pedreira Hortolândia, em Ribeirão Preto, que me parece que está em fase de licenciamento.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Dr. Mauro, V.Sª teve alguma reunião semelhante a essa com o Rogério Buratti, com o Sr. Luís Cláudio LEÃO ou com o Sr. Wilney Barquet?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não, excelência, eu jamais tive qualquer contato profissional ou de outra forma com essas pessoas.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Sr. Conhece Marquinhos da LEÃO-LEÃO?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Conheço. O Marquinhos era o feitor que nós passávamos o serviço, havia alguma reclamação de algum serviço que foi mal feito, aí a Marilene, a Mari tinha mais contato com ele, né.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas ele estava envolvido nesse esquema de...?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não, acredito que não. Ele era um feitorzinho que tinha a caminhonete dele e que gerenciava os braçais no serviço. Mas não acredito que tivesse qualquer envolvimento não. É um trabalhador.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o Senhor teve conhecimento do pagamento de um Mensalão da Prefeitura da LEÃO-LEÃO à Prefeitura de Ribeirão Preto?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não, Senador. Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Bem, eu pergunto ao Senhor, Dr. Paulo Negri, V.Sª tendo substituído o doutor, tendo substituído o Dr. Mauro, foi substituí-lo sabendo que havia esse problema?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Eu, no início eu não sabia não, Senador.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sabia não?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Não sabia de nada disso.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Estava indo inocentemente?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Completamente. Eu passei a saber disso, eu não lembro...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o Senhor não conversou com ele antes de... ele não lhe passou o serviço, não?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Ele me passou o serviço.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas não passou...

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Ele não passou essa parte...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Essa parte aí.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Essa parte dessa infração aí quanto à medição da varrição ser alterado. Isso ele não havia comentado no início comigo. Depois, mais para frente então eu vim a saber.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o Senhor quando tomou conhecimento, qual foi a reação do Senhor?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Eu também achei, assim, que não era uma coisa correta, não é. De ficar.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas continuou assinando.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Eu assinei porque eu também passei por fases, períodos de pouco serviço como autônomo e obedecia. Eu ia lá trabalhar e obedecer aos meus superiores, não é. Então quando chegava para mim a ordem vinha dos superiores para que assinasse.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Os superiores que o Senhor fala são os membros superiores.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Exato, de dentro do DAERP. Era a Diretora Dra. Luciana e a Dra. Isabel que era superintendente.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quem convidou o Senhor para assumir esse cargo?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Foi a, porque na realidade, Presidente, eu desde 1979, quando eu comecei a trabalhar com licenciamento de CETESB e tudo, na ocasião, o Donizete Rosa era funcionário da CETESB, lá em Ribeirão Preto. E a gente se conhecia de freqüentar o órgão, não é. Até que chegou uma época que eu não sei o que é que acontece, têm certos períodos que os serviços assim, às vezes, acaba não aparecendo serviço nem nada. De 2000, do meio de 2001 até abril de 2004 foi a segunda vez que eu trabalhei no DAERP. Porque no fim de 95 e mais 96, eu trabalhei na seção de engenharia do DAERP como cargo de confiança, pelo Donizete. Porque na ocasião, em 95, fim de 95 e mais 96, ele era o superintendente da CETERP em Ribeirão Preto. E um dia na rua eu encontrando com ele eu falei: "Donizete, eu estou tendo dificuldade aí, não está aparecendo serviço, tal, não tem nenhum tipo de serviço que a gente pode, assim, fazer lá na Prefeitura tudo. Eu estou precisando. A gente tem família, né". E aí fim de 95 e maio de 96 ele me chamou para eu ir para o DAERP. E na ocasião era a Dra. Isabel a superintendente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A mulher dele?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Atualmente sim, na época ela não era.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Só namorada.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Aí eu já não sei. Ela era casada com um outro funcionário que trabalha até hoje lá da CETERP, o Amaury. E aí em 2001 eu também não fui pedir nada e na ocasião a minha mãe, eu preocupada com a minha situação e tudo, minha mãe que ficou quando ele era governador, Secretário do Governo da Prefeitura, minha mãe ficou praticamente exigindo que, para ele me arrumar alguma coisa. E aí foi então que me chamaram no meio do ano de 2001 para o DAERP. E fui trabalhar numa seção que era assim, eu não tinha nenhum tipo de experiência, certo? Porque eu nunca trabalhei em assim, coisa de limpeza e manutenção de avenidas e nada. E aí o colega Mauro me passou, me explicou, me ensinou como seria o meu trabalho lá. E daí foi assim que aconteceu de eu ir trabalhar no DAERP.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quer dizer o que Senhor era amigo do Dr. Donizete?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Amigo assim... tipo assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Qual é a formação profissional do Donizete?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Eu acho que ele é químico, se não me engano.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas químico é direito, não é?

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas tudo bem. Senador.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Olha, eu gostaria de saber a que período o Senhor ficou ainda na Prefeitura assinando essas ordens de serviço? E quando e por que o Senhor saiu em definitivo do DAERP?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – É, logo que eu entrei, já chegou esse tipo de processo para que eu assinasse, não é. E como eu já disse, bem mais para frente que eu vim a saber que foi como o Mauro falou, lá para o final, eu não sabia que estava tendo esse superfaturamento. Só vim a saber quando realmente, assim, fizeram, é, descobriram essa lacuna no superfaturamento, a lacuna no contrato, tudo, porque eu também nunca li esse contrato. E aí...-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Olha, eu nunca vi, eu nunca cheguei a ver esse contrato. A minha função lá era fiscalização e eu não sei exatamente responder isso para o Senhor. E eu nunca li o contrato. Eu, eu então, eu... o meu serviço lá era fiscalizar e depois fazer a planilha. Só que a planilha nossa não batia com a planilha de desejo dos superiores.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não teria que conferir com o contrato, de vez em quando? Pelo menos para ver se passou do limite, não passou do limite?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Então. Eu nunca.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Desculpa, Relator. Desculpa estar perguntando.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não, não.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Senador, eu nunca cheguei a ler esse contrato. Nunca cheguei a ler.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o valor mensal era mais ou menos o mesmo, não é?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Como?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O valor mensal era mais ou menos o mesmo, não é?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Era, era.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Entendeu, Tuma, era um contrato mensal que ele pagava X por mês. E o Senhor também confirma que o prejuízo era de quatrocentos mil mensais?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Depois.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Em torno disso.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Depois que eu fiquei por dentro da situação eu confirmo, confirmo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Assim, mas o Senhor não me respondeu.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Pois não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o destino ninguém soube ainda explicar para onde iam esses quatrocentos. Esse valor, esse dinheiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, ia para a LEÃO-LEÃO, dali é que não se sabe.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É, mas da LEÃO-LEÃO.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ninguém sabe para onde ia.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Quem levava o pagamento para a LEÃO-LEÃO? O Senhor sabia.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Não sei.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Era lá da direção da empresa? Pagava com cheque, tinha cheque?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Era cheque, eu acredito que era cheque.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pagamento com o cheque.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Porque saía da, eu não sou dessa parte.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Mauro, Dr. Mauro, o Senhor sabia se era pago com cheque esses valores? Dinheiro oficial, é claro, está com.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Isso, é.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com nota fiscal, deve ter nota fiscal e tudo isso.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Como eu disse ao Senhor, depois que nós despachávamos para a Diretoria, o que ocorria dali para frente nós não tínhamos o conhecimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não tinha o processo do pagamento da cobrança?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Tinha, esse processo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, tem a documentação.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Esse processo passava por lá, bem antes dessa parte de pagamento.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor sabe se o delegado apreendeu algum desses processos?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – eu não sei dizer se ele apreendeu um desses processos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sem preocupação que estou só para a gente...

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Sim, quando passava por ali e era encaminhamento e efetuava-se o pagamento, não voltava mais nada para nós. Então a gente não tinha o conhecimento.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Imagina.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pois não, Senador.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Dr. Paulo, Sr. Paulo, é doutor, não é.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Como o Senhor quiser não, tem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Engenheiro não é doutor, engenheiro é colega.

(risos)

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não, o que eu volto a solicitar do Senhor.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Sim.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É o seguinte, o Senhor deixou...

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Ah! O motivo de eu ter deixado o DAERP? Vou explicar para o Senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Foi por causa disso?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Não, não foi, não Senhor. Foi por outro motivo. Um motivo, o motivo pelo qual eu pedi minha dispensa do DAERP foi porque surgiu um serviço de grande porte de meu interesse, certo, e é um cliente meu de mais de 25 anos, não é, e aí eu não ia poder conciliar o meu horário de serviço do DAERP. Eu precisei fazer uma opção. E como financeiramente também eu iria ganhar um valor que o salário do DAERP assim seria bem menor, eu optei, eu fiz essa opção e aleguei motivos particulares e pedi minha dispensa no DAERP. Foi isso que ocorreu. Por coincidência, inclusive, foi até no mesmo mês que o Mauro estava esperando a remoção dele para a infra-estrutura de volta.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Relator, eu posso fazer só uma pergunta também para o Dr. Mauro. É aqui no lado de cá, é aqui. A gente vê que as vezes o pessoal fica pensando de onde é que está vindo... estou na esquerda ou é junto com o Tuma. Não, eu fico pensando assim, que até para me explicar para entender, porque deve ter havido, lógico, uma licitação para a varrição no caso, dizendo: "Olha, para varrer vamos gastar dois milhões por mês", não é? Dois milhões por mês. E aumentar esse valor em 40% por mês eu diria, não faz para mim muito sentido em termos de corrupção, de desviar aí o valor porque é uma coisa ilegal, não é possível todo mês, eventualmente, até pode ser mais 40%. Então eu não consigo entender essa lógica de que todo o mês, porque isso está muito na vista, não é. O mais correto, acho que seria em termos de corrupção é ser dois milhões e não fazer o serviço, diminuir o custo e dizer que eram os dois milhões os oficiais, e não aumentar 40% assim, porque qualquer pessoa vai ver que está acima, não sei se eu estou, o que você acha? Porque alguém que vá analisar essas contas depois uma auditoria, tudo, vai dizer: "Não, dois milhões todo mês ou oitocentos mil, quatrocentos mil a mais, quinhentos mil a mais"! Quer dizer, isso é um problema, não é? Ou se fosse haver um sistema de corrupção diria: "Não, são dois milhões, mas só vou exigir o serviço de um milhão e quinhentos mil. E aí o pessoal não gasta e repassa trezentos, quatrocentos mil". Sabe lá como.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Senador, mas é.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só me permite um aditamento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não sei.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É porque aqui no depoimento do Mauro, desculpe, Dr. Mauro. Pelo que eu me lembre, aconteceu a licitação só pela

coleta do lixo e a operação do aterro. Entretanto, ficou suspensa porque o Sr. Darwin não concordou, pois queria que tivesse gerenciamento próprio.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – O aterro sanitário.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E da operação coleta de lixo?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não, a coleta foi bem, mas isso aí foi num estágio bem anterior.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, eu estou dizendo que é a única licitação que houve lá, pelo menos é o que...

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – É, não, essa licitação aí, foi num estágio bem anterior.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não houve licitação?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Em 1989, nunca mais houve?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – É foi num estágio bem anterior a essa gestão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Nunca mais houve? Para nada?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não, houve, houve.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É isso que ele está perguntando.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Certamente, não...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, mas você, eu só queria assim entender essa lógica também, não é, porque deve, houve uma licitação estabelecendo-se um valor pelo processo de varrição, seja justo, bem medido, não medido, até não estou entrando nesse aspecto. Mas todo mês acrescentar quatrocentos mil é um valor, assim, grande, também quatrocentos mil por mês. Quer dizer, quatrocentos mil. Então eu não sei qual que é a lógica disso.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR –É.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, mas como é que uma entidade pública que está sujeito a prestar contas e tudo vai explodir orçamento em quatrocentos mil por mês?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Veja bem, este valor que eu disse X mais 40 aí eu dei um chute.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim, mas vamos supor que fosse quatrocentos mil.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Agora que houver as licitações, houveram as licitações. Eu nunca participei dessas comissões de licitação, não sei como era feito isso. Eu acredito que foi feito dentro da lei também, né. Dentro da lei. Mas eu não posso falar por eles que eu não participava disso daí.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Agora que havia uma sistemática em aplicar um valor superior, assim, todos os meses havia. Havia e era um dos fatos que nós estávamos sempre brigando, sempre quando eu ia à Diretora eu me desgastava com ela, dizendo que isso não era brincadeira, era dinheiro público que estava sendo saindo aí para o buraco, não é. E nós não conseguimos convencer, nós éramos chamados atenção, até xingados. Lá. Então isso foi nos estressando a tal ponto, foi desgastando, desgastando, até que eu saí até muito tarde do órgão. Era para eu ter saído antes.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, eu entendo e concordo com o argumento que isso nunca deva acontecer e nem deveria ter acontecido. Mas a metodologia se isso for verdade, a metodologia utilizada é que me parece que é assim incrível que alguém tenha adotado, de que vou estourar o orçamento todo mês trezentos, quatrocentos mil. Não lhe parece meio, eu estava perguntando para você porque não seria mais adequado se alguém fizesse uma corrupção, não prestar o serviço e dizer que o serviço estava sendo prestado?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Parece alguma coisa de quem não teme a justiça, não é?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Pois é, eu acho bem estranho.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, essa curiosidade do Senador Arns é a minha também. O Relator Garibaldi, se aqui estivesse o Mão Santa diria: "Já foi prefeitinho". Eu que fui prefeitinho, o Senhor não, mas conhece muito bem o que é administração. Dois meses do ano há realmente um volume maior de coleta. Geralmente é quando as folhas caem, não vamos chegar aqui por meios porque cada estado, cada região do Brasil, é, nós nordestinos só temos inverno e verão. Então, eu estou tirando o outono.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Deve ser no outono do Piauí.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ou então no inverno, quando acaba o inverno, geralmente se faz um aditivo de 30 dias, 40 dias para uma licitação de emergência. O esquisito é se transformar num aditivo permanente. De forma que eu acho que o Relator poderia se aprofundar um pouco, através da documentação que a Prefeitura tem desses aditivos a maneira que foi feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Heráclito, dentro do raciocínio de V.Exª., pelo que falou aqui o Dr. Mauro, eu entendi o seguinte: foi pago valores X mais um Y aí que não per-

tencia ao contrato, não é assim? Só que foram pagos. E no final encontraram uma brecha para fechar o contrato. Que foi aquele, aquele nome que disse aí, como é o nome? A varrição volante, não é. Então eu acho que aconteceu foi isso. Eu concordo com o Senador Arns, não sei se nós tínhamos um contrato de seiscentos mil reais mês, uma hipótese. E se pagava oitocentos e pouco. Não é? Ou o contrato era em aberto no que diz respeito, o que for varrido se paga.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, existe com base, existe cálculo.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não era porque havia uma planilha.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim, existia uma planilha, ela está aqui, ela está feita.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Quilômetro total, era provavelmente por quilômetro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, existe cubagem.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Havia um estimativo –

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – ... E um plano de varrição pré-estabelecido. É, no máximo, seria executado aquele plano...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Tinha um máximo.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – ... E essas OSs extrapolaram o plano.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Qual a população de Ribeirão Preto, aproximada?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Seiscentos mil, próximo disso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Deve arrecadar quatrocentas toneladas/dia.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Estava em quatrocentos e oitenta, hoje está pode se dizer quatrocentos e noventa toneladas dia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Lá no sul suja mais do que no nordeste, Sr. Relator. A proporção... para nós é um pouco menor.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É porque eles comem mais, tem mais lixo. Quem come mais tem mais lixo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – 15 anos depois eu fui em cima, mais ou menos isso. Ele tem uma, uma coleta padrão, isso aí funciona a nível nacional. Variável de acordo com o circuito da sazonalidade, tem uma variante. Agora esse aumento sistemático realmente é curioso. Eu só justifico isso, essa psicose do PT por limpeza, por coisa limpa, deve ter sido isso. Fora...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Bem, o Senhor já explicou o motivo da sua saída, não é?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Sim, Senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Os dois, os dois vão, os dois vieram aqui com o propósito de colaborar e vão me perdoar essa pergunta que eu vou fazer, mas é uma pergunta inevitável diante do que aconteceu. Nunca foi oferecido aos Senhores nenhuma vantagem não? Para ficar calado, para silenciar? Ou para não reclamar, para não denunciar? Sempre foi na, eles só faziam impor e os Senhores assinavam?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Da minha parte jamais, Senador. E nem aceitaria tal...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não, não estou dizendo que ninguém... não estou dizendo que ninguém aceitou. É, se houve...

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não, não houve.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Houve?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Para mim, não Senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Bom, os Senhores assinavam, sabiam que estava errado por quê? Por medo de perder o emprego?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Como eu já afirmei para o Senhor, eu estava atravessando um período difícil e pensei na minha família, não é. E eu, bem ou mal, ali eu garantia o meu sustento e da minha família.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É só para concluir aqui a minha parte. Essas ordens superiores que vinham aí da parte técnica, tinha, tinha alguém da área política do Governo que se envolvia com isso? Do Governo da Prefeitura? Ou não? Sim?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Não, que eu tivesse conhecimento não. Lá nós tramitávamos só, os assuntos só com a área técnica, diretores, superintendentes, só internamente no órgão. Se havia alguma interferência extensa nos desconhecíamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor quer dizer que vinha por parte de uma, a instância superior que determinava

que os Senhores assinassem era a Dra. Luciana e a Dra. Isabel?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Exato.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Que era uma...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Elas determinavam o que vocês tinham que assinar?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A mesma coisa acontecia com o Senhor?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Sim, Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E se tivesse uma acareação com a Dra. Luciana e a Dra. Isabel os Senhores confirmariam isso?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Confirmaria porque a nossa planilha era recusada. O que valia era a planilha que vinha através até da LEÃO, não é? Que o envelope fechado, tudo que chegava lá para o Mauro era aquela que valia. E era aquela que tinha que ser assinado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A planilha de vocês eram quantos metros cúbicos mês. Quantos metros cúbicos de lixo coletado por mês?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Era por tonelada. Aí eu não tenho...

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Em média quatrocentos e oitenta toneladas.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Eu não tenho recordação.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – É lixo domiciliar, o Senhor está dizendo?

(pronunciamento fora do microfone)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ah! Tá bom.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Por metro quadrado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Faça-me, desfaça uma curiosidade aqui, Senador Garibaldi, o Senhor foi Prefeito de Natal em que ano?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Fui Prefeito de 86, 1986 a 89. Só foram três anos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu fui Prefeito de 89 a 92.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Prefeitinho.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Prefeitinho de Mão Santa. Estou me sentindo aqui um verdadeiro Eremildo, um idiota. Eu agora, passando um pouco aqui na cabeça, eu me lembrei que eu fui ao Espírito Santo, eu fui a Vitória e o grande líder sindical, o líder sindical que era do PT e estava na administração foi premiado com a Diretoria da limpeza pública, e me levou para conhecer. Depois eu fui a cidade do interior de São Paulo, administrada pelo PT, uma até que não gostaria nem de falar porque exatamente Santo André, e então me levaram para conhecer o lixo. O lixo era uma prioridade, era tratado como... e eu nunca entendi por que. Eu nunca entendi pude por que o PT com cuidado, esse cuidado tão... dedicado com a limpeza pública. Passam-se os anos e eu volto aqui... a pedido de vários depoimentos do Senador Tuma, eu visto a carapuça do Eremildo, eu sou um idiota. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pedir a ordem dos... Queria só a confirmação aqui, o Senhor me disse que confirmaria. O Senhor também me disse que confirma mesma versão que tinha uma, uma planilha dos engenheiros, essa planilha tinha X, não era aceita, e a que vinha era X mais... em média 40%. Em média, em média, vamos falar em média não, pode ser 38, 37, 42, coisa dessa natureza. Então nós que somos engenheiros podemos fazer essa conta. Está certo? Então quer dizer que isso acontecia todo mês! Durante quantos anos?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Olha, eu trabalhei nessa gestão três anos e um mês. E nesse período eu vi essa prática. Depois passou a ser a Marilene, não é, e o Sérgio Freitas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Mas pelo que eu soube... pelo que eu soube da secretaria onde eu estava, a prática continuou até no finalzinho, quando ela disse que decaiu um pouco antes de entregar o Governo. Decaíram os valores. Agora, só uma coisa, Senador Efraim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pois não, fica a vontade.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – O delegado seccional de Ribeirão Preto fez uma acareação da Luciana porque ela como nossa Diretora ela passava essas ordens para nós, ordenava tudo isso, estava... é, eu, Paulo, a Marilene e ela. E ela negou tudo, negou tudo. E isso criou até revolta da Marilene que saiu de lá chorando. Estava o promotor na sala, tudo e ela negou tudo, coisas que ela no dia-a-dia, diariamente tratando com a gente vivia se lastimando, falava: "Ah, se um dia isso vier a público eu vou dizer que eu recebia ordens superiores, não tenho nem dinheiro para pagar Advogado para me defender". Ela se lastimava muito com essas situações. E infelizmente, nessa acareação, eu

pude, ela negou tudo. Eu só pude chegar numa situação: O que não se faz para proteger um amigo. Que ela é muito amiga da Isabel Bordini.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dr. Mauro me diga uma coisa, existe também em Ribeirão a figura da, no nordeste se chama de, capinação.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Sim, existe.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Existe?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Existe.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É separado dessa conta?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Esse serviço é executado pela Secretaria de Infra-Estrutura com mão-de-obra própria da secretaria, com braçais da Prefeitura. Seria aquela capina de matinho no meio fio.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Aquela ali, outra sangria terrível e o Denir que está aí para contar. É uma coisa... quando você não quer medir porque essa varrição, Senador José Jorge, não é todo mundo que começa, é como a capina, a capina você quando justifica, quando você está com a planilha já está, a mesma graminha, a mesma lá...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Satisfeito?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Satisfeito, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador José Jorge, coincidentemente quer seguir a ordem dos oradores é o primeiro inscrito.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Foi coincidência, Sr. Presidente, eu nem sabia que era o Presidente. Não, Sr. Presidente, na realidade eu acho o que depoimento, os três depoimentos de hoje eles são muito importantes. Eu já li aqui o Código Civil mostrando que testemunha aqui artigo 212, testemunha. É um fato da prova. Então hoje nós temos uma, uma coisa mais importante ainda, que nós temos um testemunho múltiplo. Quer dizer, não é uma pessoa que vem aqui e dizer que tal coisa foi feita errada. Foram três pessoas que trabalharam na mesma época ou em épocas parecidas, realizando o mesmo trabalho e que todas confirmam uma mesma operação irregular. E inclusive com, de certa maneira, se auto-incriminando. Porque bem ou mal eles assinaram os papéis, então têm, senão a responsabilidade total, porque foram obrigados, mas têm uma co-responsabilidade. Então, portanto, são testemunhas importantíssimas, tanto da Sra. Marilene quanto desses dois. E o que nós verificamos, quando o Ministro Palocci veio aqui, ele inclusive acusou os funcionários. Eu estou aqui com o depoimento dele e teve um determinado momento o que Senador José Agripino disse o seguinte: "Ministro Antônio Palocci, o Senhor", Senador José Agripino, agradece abordagem feita que foi muito serena e objetiva, "eu também vou ser direto nessa questão, veja, se dois funcionários que são estáveis e estatutários da Prefeitura dizem que lhe solicitavam alterar determinadas planilha e eles fizeram", aí José Agripino disse: "Está aqui, se V.Exª. quiser eu passo as mão de V.Exª. o depoimento". Sr. Antônio Palocci: "Eles fizeram"? José Agripino disse: "Fizeram". "Então eles são suspeitos". "Tem que ser investigados". José Agripino: "Bom, mas fizeram". "Pois é, o chefe dos dois já foram depor nesse mesmo inquérito e disseram que eles não mandaram e aí? Eu também posso suspeitar que ex-funcionários fizeram alteração por conta deles ou não? Posso ou não?" Não sei. "A Isabel Bordini tem que ser investigada". Isso já é José Agripino. Como um todo para chegar ao final. Lógico, lógico, acabei de reclamar. Então na realidade o Ministro Palocci, evidentemente, ele não vai negar essa operação. Porque essa operação, aliás, como o Senador Flávio Arns falou, é uma operação assim, de certa maneira, primária para retirar esse recurso. Porque, na verdade, o que é que se fez? Tinha um contrato, vamos esquecer esse negócio da, vamos esquecer a questão da, esse negócio do bosque. Senador Tião Viana, já estão chamando ele aqui, Senador do bosque, mas na realidade, o Senhor é uma espécie de chapeuzinho vermelho. Na realidade vamos esquecer o bosque porque o bosque é pequeno em relação a esse processo. O que é que houve? O que houve foi o seguinte, pelo depoimento dos três: havia uma medição que existia um contrato, contrato esse que deveria ter um limite superior, que não era utilizado. Então o que é que se fazia? Havia duas medições, na realidade. A medição da empresa e a medição da Prefeitura. Os funcionários burocráticos, no caso, os três queriam pagar a medição da Prefeitura como era normal. Quando chegava a medição da empresa LEÃO-LEÃO, então esse recurso, esse processo tinha prioridade, e ao invés de se pagar a medição da Prefeitura, se pagava a medição da LEÃO-LEÃO, com 40%, sei lá, quatrocentos mil reais a mais mensalmente. Quer dizer, portanto, um valor alto que era repassado a LEÃO-LEÃO e sem que tenha sido feito o trabalho e dali em diante só Deus sabe o que era feito com esse dinheiro. Bom, então essa era a operação que era feita. Acontece que uma operação feito essa, para ser feita precisava ter algum respaldo. Qual era o respaldo? Era dizer que era essa tal, é, como é que chama? Volante. Era a varrição volante. Por quê? Porque a varrição volante era

calculada apenas pelas ruas. Era um cálculo que era feito artificialmente, sem ter a comprovação na realidade, e isso era então repassado, era feita uma planilha também sem ter nada a ver com a realidade e servia de justificativa. Então, portanto, na verdade tudo isso pode ser documentalmente comprovado também. Porque está tudo escrito, está tudo nas planilhas da, no caso, da empresa de Ribeirão Preto, no DAERP. Então eu gostaria de perguntar o seguinte: Primeiro se V.Sas. confirmam que era assim que a operação era feita, dessa maneira como eu estou descrevendo? Duas planilhas, uma da Prefeitura, uma da LEÃO-LEÃO, e a direção da empresa mandava pagar da LEÃO-LEÃO que tinha um valor maior.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Correto.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Era isso. No começo ficou o buraco, ficou a diferença das duas planilhas. Depois se complementou com uma planilha para a tal medição volante que não era realizada, portanto, o resumo da ópera é que a LEÃO-LEÃO recebia todo mês quatrocentos mil para, para um serviço não prestado. Que era um serviço que ela não fez e que recebia. É isso? Realmente.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – É, o valor é em torno disso, eu não posso precisar.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mais ou menos em torno disso por mês. O que, evidente, serviria para se fazer utilizações políticas, o que é que fosse.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador, eu só queria lembrar que como V.Exª. colocou, recebia por um serviço não feito.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – É.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Pois é, mas se recebia por um serviço não feito deveria receber o valor, e não o valor a mais.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não, ela fazia o serviço.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Porque esses quatrocentos mil atrás vai entrar na contabilidade, inclusive da empresa, não é? Tem que entrar porque é nota fiscal, tudo direito e tal.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Vai entrar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E como é que vai sair depois para servir para a corrupção?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Se consegue sair. Não, me deixa explicar. Não, não, se consegue sair de uma empresa pública, Senador, quanto mais de uma empresa privada. Uma empresa privada tem muito mais mecanismo para retirar, para sacar esse dinheiro e inclusive já se tem depoimento aqui, informações, que a LEÃO-LEÃO sacava uma quantidade grande, se não me engano, duzentos mil reais em dinheiro numa agência bancária que tinha dentro da própria empresa. E era esse dinheiro que era usado para pagar propina e isso já teve, não no depoimento de V.Sª, mas já teve aqui em outro depoimento. Agora uma afirmativa que o Sr. Paulo fez no depoimento na Polícia Federal, que eu gostaria de ver se ele confirmava. Ele disse aqui o seguinte: dizendo que as pessoas da seção que ele trabalhava comentava que tinha que ser dessa forma, "entretanto eu não reclamava porque precisava do meu salário, sempre obedecendo as ordens superiores". O senhor confirma isso?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Confirmo, Senador. **SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) –** Depois o Senhor disse o seguinte: "Que pelos comentários existentes na seção, os valores arrecadados ilegalmente eram destinados ao Partido dos Trabalhadores e ao próprio Prefeito".

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – É, isso daí são boatos, né?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – São boatos, mas V.Exª. repassou isso lá.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Eu repassei assim.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – V.Exª. tem alguma?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Não fui eu que afirmei isso, a gente ouvia os boatos.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Os boatos é que eram repassados diretamente para fazer política.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Isso.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas eu acho que V.Exª. não tem que ficar de consciência pesada não. Eu, por exemplo, não estava lá e acredito também. Porque essas coisas que são pagas sem o serviço ser realizado, evidentemente, normalmente elas têm uma destinação que não seja legal. A ninguém, a Prefeitura não ia pagar quatrocentos mil a mais a uma empresa privada se não tivesse alguém da Prefeitura não fosse receber algum benefício, ou o partido, a pessoa, quem fosse. Porque também não existe gente tão boa assim que vá pagar dinheiro às empresas sem a empresa prestar o serviço. Então eu acho, Sr. Presidente, que na realidade os depoimentos de hoje, principalmente que são três, portanto são três testemunhas contando a mesma história da retirada de uma Prefeitura que é grande, mas não é tão grande, de quatrocentos mil reais apenas no serviço de varrição. Porque se isso acontecia na varrição, podia acontecer no ônibus, podia acontecer no lixo, podia acontecer em outros lugares, quatrocentos por mês, quatrocentos mil reais por mês. Então eu acho que o Ministro Palocci que

era o Prefeito a época, ele sempre disse o seguinte: Ele afirmava e, aliás, eu fiquei com a admiração com ele. Ao contrário do Presidente Lula, que sempre diz que não sabia das coisas, o Ministro Palocci não, disse: "Não, na minha Prefeitura o que acontecia de errado eu teria que saber, e se eu não soubesse, eu assumia a responsabilidade". Não é isso, Senador? Sempre falou isso. Então na realidade o Ministro Palocci é também co-responsável por essa irregularidade. Porque uma irregularidade de vulto. Porque se fosse dez mil réis por mês, tudo bem. Mas eram quatrocentos mil reais por mês até para uma Prefeitura grande como a Prefeitura de Ribeirão Preto é dinheiro, quatrocentos mil reais por mês. É dinheiro para político é muito dinheiro. Então na realidade eu acho que nós temos aí, naquele dia se falou nesse negócio do bosque. Realmente a questão do bosque fica irrelevante em relação a essa determinação dos testemunhos, não só da Sra. Marilene como dos dois depoimentos aqui. Era só isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pode sim.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Senador.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pediria os comentários do...

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Senador José Jorge, só para o Senhor ter uma idéia desse valor que entrava maior aí, no começo da gestão, a empresa entrava com um valor distorcido, um pouco a maior e isso gerava um descontentamento, uma certa revolta por nossa parte, os técnicos do setor. Aí nós íamos até a Diretoria, debatíamos que não, que aquilo não estava errado, tudo, aquilo era para a empresa, gerava um tumultozinho ali no primeiro mês, segundo mês, terceiro mês, foi causando um desgaste dos técnicos com a direção do órgão e a empresa. Aí me parece que traçaram uma certa estratégia lá de, o edital prevê o seguinte, o edital do contrato prevê que as medições deveriam ser entregues por parte da empresa, no órgão, deveriam ser protocoladas até o quinto dia útil. A empresa poderia entrar no dia 2, dia 3, dia primeiro. O que ela fazia? Ela passou a entrar com essas medições no último dia, no final de tarde, para não ter tempo da gente ficar questionando e brigar com a Diretora e ficar criando tumulto e armando circo lá. Então entrava no final e já começava a telefonar: "Está pronta a medição, já subiu, não vai subir? É para subir logo senão vai ter multa!" A empresa ligava, a Diretoria ligava, a secretária ligava e virava um clima terrível. E a gente ou assinava ou assinava. Clima de pressão, exatamente. Muita pressão. Era um clima que a gente saía de lá derrotado, sabe?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A medição era mensal, que você está falando?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Mensal.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Por que mensal? Porque não era a mesma varrição todo o mês?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não, a medição de todos os serviços era mensal. No final de cada mês fechava-se a medição de todos os serviços, coleta do lixo, varrição, aterro sanitário, dragagem, coleta seletiva, hospitalar, tratamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Uma empresa fazia...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não tinha um contrato anterior que dizia...

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – A LEÃO era parte mais de limpeza pública, dragagem era Mataraia, tinha outra, Tapa Buraco que era outra, outras pessoas que financiavam.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não tinha um contrato anterior que dizia que a empresa LEÃO-LEÃO tinha que varrer tantos metros quadrado por mês e dizendo quais seriam as ruas?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Sim. Esse é o contrato da varrição. Esse contrato vencendo, ai abre uma licitação para a nova contratação. Se a LEÃO ganhar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas por que todo mês então, todo mês tem que varrer uma quantidade certa de...

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Mas o contrato é feito por um período de 4 a 5 anos. Terminando, dentro desse período todos os meses é feita a medição dos serviços e a empresa recebe por mês. Isso, a fiscalização aponta os valores, elabora-se a medição e a empresa entra com a dela, fecha e paga.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Olha, eu, Senhor Relator, eu até gostaria que, a gente tivesse, o Senador Heráclito já pediu, até para entender isso e pedir essa, o contrato. Não sei se V.Exª já tem. Mas o contrato, o edital.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Dr. Valencisi tem tudo isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu determino a Assessoria, por solicitação do Senador com o meu apoio e acho que de todos, acho que a função desse contrato, dessa licitação que foi feita é que nós podemos fazer então uma confrontação entre o que era faturado e o valor do contrato, perfeito? E que você vai sentir a diferença. Ta bom.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, se puder facilitar falar com a autoridade que virá amanhã trazer junto, se ela já fez a apreensão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pedir à Assessoria para tomar essas providências. Senador José Jorge, satisfeito V.Exª?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu estou triste, mas satisfeito, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sei disso. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senador Garibaldi Alves Filho, Senhores Paulo Henrique Negri e engenheiro...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mauro.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Mauro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quero o nome completo que eu não consigo.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Mauro Pereira Júnior.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mauro Pereira?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Júnior.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Júnior. A última vez que ambos se encontraram com o Dr. Benedito Valencisi foi quando, por favor?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Faz alguns meses, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Foi para prestar o depoimento, foi a ele que foi prestado o depoimento?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Exato.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E poderia recordar a data em que ocorreu?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Ah, eu não me lembro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tuma, para auxiliar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Aproximadamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – 28 de setembro do ano de 2005.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – 2005, 28 de setembro?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Exato, agora após essa data ele nos chamou algumas vezes lá, para tirar alguma dúvida de alguma coisa, mas ligava, a gente ia lá para esclarecer alguma coisa, tudo, umas duas ou três vezes, talvez.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A acareação foi posterior?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – A acareação foi posterior, essa parece que foi no mês, acho que janeiro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Saiu uma notícia na coluna Cláudio Humberto em 21 de novembro de 2005, mencionando o nome do Sr. Mauro Pereira Júnior, é possível que o Senhor tenha tomado conhecimento disto? Os títulos de cada uma das referências era o vale-tudo de Ribeirão Preto, inclui o homem do mensalinho que é fraudador confesso e V.Sª chegou a tomar conhecimento deste...

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Que jornal foi?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Bom, é a coluna do Cláudio Humberto. com. br.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – É jornal de Ribeirão Preto?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não, é uma coluna nacional, datada de 21 de novembro de 2005, que fala de poder político e bastidores e, mas fala de uma maneira...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador leia a notícia se interessar. Fique a vontade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu vou dizer sinceramente a V.Exª, eu acho que...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Faz desnecessário?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu vou...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Bom, não está obrigado. Só porque ele não tem conhecimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Exato, mas eu acho que é preferível até passar às mãos de V.Exª e V.Exª mostre a ele, para que ele então comente. Porque eu não gosto de fazer...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A matéria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – ...de fazer uma denúncia que...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Está certo, senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – ...que, porque eu não quero, não gostaria que... Se falassem de mim, eu esclareceria de pronto, mas aqui faz uma

referência ao Sr. Mauro que eu preferiria que ele lesse e esclarecesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Talvez ele comenta por e-mail.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ele poderá ler ao lado de V.Exª, porque é uma notícia breve, são três parágrafos que mencionam algo. E como eu próprio já fui objeto de notícias que nem sempre são verdadeiras dessa coluna, então eu acho que seria, seria próprio que ele lesse e tivesse a oportunidade de esclarecer inteiramente, ainda mais ele não tomou conhecimento, seria, eu agradeço. Acho que quando V.Exª ler vai avaliar que é importante que ele possa ler e...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Continue a pergunta de V.Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É para que ele possa ler e...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou ler.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então, se V.Exª ler...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Todos tomam conhecimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Porque assim com toda a isenção, a partir daquela coluna, o comentário sobre o Hélio Degaspari e daí por diante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É do vale-tudo de Ribeirão Preto, é isso?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É, a partir daí.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – "O Hélio Degaspari tem razão, promotores e delegados não podem julgar. Pessoas antes de ouvir os acusados e examinar provas e contra-provas, em Ribeirão Preto. Eles acusam ex-auxiliares do Ministro Antônio Palocci, antes de ouvi-los e agora dizem ter prova para indiciá-los com base em um depoimento secreto. Mas não baixam o depoimento aos autos do processo como manda a lei. Parágrafo 2º inclui homem do mensalinho. É do engenheiro Mauro Pereira Júnior, o depoimento secreto, a que se refere o delegado e Promotoria de Ribeirão Preto, acusado de receber mensalinho de 2000, da empreiteira LEÃO-LEÃO. Ele é que organizava e distribuía as ordens de serviço para a varrição das ruas e conferia e atestava a sua realização para o pagamento pelo departamento de água e esgotos. Que é fraudador confesso. O engenheiro Mauro já confessou ao delegado seccional de polícia de Ribeirão Preto, que adulterava Ordens de serviço e medição. Os promotores e o delegado sabem inclusive que muitos dos Mensalinhos pagos ao engenheiro, seriam feitos em almoços numa churrascaria da cidade vizinha de Sertãozinho, pelas mãos do diretor operacional da LEÃO-LEÃO, Eduardo Frediani. Os promotores deixaram de lado este crime, porque o engenheiro passou a ser a peça chave para acusar Antônio Palocci". Exatamente isso aqui, o Senhor pode começar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Se o Sr. Mauro Pereira puder comentar cada um dos itens que fazem referência ao Senhor, respeitosamente, eu gostaria de dar a oportunidade para o Senhor esclarecer inteiramente isso porque, obviamente, se trata de uma acusação grave e acredito que é do interesse de V.Sª esclarecer inteiramente este episódio.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Sem dúvida.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Senador, eu nunca vi uma calúnia tão grande como essa, sabe? Essa daí vem realmente entristecer a gente como servidor público. Eu tenho 20 anos de carreira na, de serviço público, não há nada nas pastas da minha secretaria que venha macular a minha integralidade moral ou profissional. Um jornal aqui em época de, em ano político se aproveitando de uma situação como essa, né, vem dizendo essas asneiras aqui que eu tenho certeza, não podem ser provadas. Um dos fatos que eu vou dizer para o Senhor, eu nunca almocei em Sertãozinho, cidade de Sertãozinho. Tem essa curiosidade, foi um detalhe que eu vi aí para começar, né?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pois não.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Agora eu tenho a plena certeza que são pessoas aproveitadoras, que estão querendo pegar aí o rabo da história aí, para poder fazer matéria, né, fazer matéria, vender matéria. Agora uma coisa eu digo para os Senhores, se foi feita essa acusação aí, eu até peço que eles provem. Eu tenho a certeza que não há provas disso. Isso é calúnia, é coisa que não condiz com a verdade e são pessoas que não tem a coragem de vir falar isso para nós pessoalmente, olhando nos nossos olhos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mauro, aqui está claro quando o Senhor disse que era obrigado a fazer alterações nas planilhas. O Senhor confessou isso para o delegado e foi o que o Senador José Jorge falou, o Senhor assumiu e pode ter um pouco de responsabilidade. Então eu acho que é uma especulação diante do que o Senhor realmente falou no seu depoimento, como o doutor... Todos os três confirmam que realmente tinham que adulterar em razão da pressão que recebiam.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Exato, existe um jornal em Ribeirão Preto que chama jornal verda-

de, que não merece o nome que leva e logo quando começou a surgir essas notícias aí, o jornal verdade citou o meu nome na primeira capa dizendo que eu trabalhava no setor, eu acho que o redator sentou na mesa e o que vinha vindo na cabeça maluca dele ele foi batendo ali, né. Então ele colocou que eu trabalhava num setor, onde eu orquestrava as propinas, que eu disse que todos os meus colegas recebiam propina e disse isso para o delegado da Polícia Federal, nunca dei declaração a Polícia Federal na minha vida. Eu depus na Polícia Civil, né. E falou umas asneiras lá, eu fiquei assustado, estava começando isso daí, né. Aí eu fui no doutor Valencisi. A hora que ele viu ele falou: "Isso é um lixo, não dê bola para isso aí." Eu falei: "Eu vou processar esse jornal". Ele falou: "Não faça isso, porque é isso que eles querem, eles querem barulho, eles querem notícia, eles querem fazer notícia, né". A minha vontade era processar o jornal. Inclusive eu comentei com o meu irmão aqui de Brasília e ele achou que eu deveria ter processado o jornal. Mas infelizmente são calúnias, são, existem repórteres e repórteres, né. São pessoas que não merecem credito e infelizmente tentam deturpar a honestidade das pessoas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu vou fazer uma pergunta tanto para o Sr. Mauro quanto para o Sr. Paulo.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quando, bom... Primeiro queria lhes perguntar, quando foi a eleição, a primeira eleição de Antônio Palocci, os Senhores já trabalhavam ou tinham afinidade com a administração e com as pessoas que se empenharam para a eleição de Antônio Palocci? Eu digo na primeira vez que ele foi eleito no mandato 95678. Se ou era... No mandato de 88, 92...

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – De 93 a 96?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – 93 a 96, já na primeira fase, os Senhores estavam participando num e noutro caso?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – 92, 93?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – 93, 96.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então, foi eleito em 92 e ficou em 93, 4,5 e 6.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Então, nessa época eu trabalhava no DURSARP, no Departamento de Urbanização e Saneamento de Ribeirão Preto, que hoje foi extinto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sei. Mas era da Prefeitura ou não?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Era.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E o Senhor?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Não participei de, o Senhor quer dizer de campanha, ajuda...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Certo.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – De campanhas?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Se tinham... E todo o mandato do Prefeito Antônio Palocci, de sua equipe, em tudo que conheceram, o Senhor como cidadão de Ribeirão Preto, mas que conviveu dentro da administração, viu em qualquer momento qualquer procedimento que pudesse ser considerado inadequado?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Muito bem. Daí veio o segundo mandato que foi este de... Poderão me recordar melhor.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – 2001 a 2004, né?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – 2001 a 2004.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – 2004. Sendo que, então, e aí ambos passaram a participar, trabalhar na Prefeitura. Agora, eu vou lhes dizer do que eu conheço conforme disse até a Senhora Marilene que esteve aqui, eu sempre tive no Ministro Palocci uma pessoa de grande seriedade, em tudo que eu conversei, dialoguei com ele nas mais diversas situações. E mesmo com os membros de sua equipe, nunca vi qualquer procedimento. Os Senhores aqui relataram que no âmbito da área de varrição, de coleta de lixo, houve problemas. E os Senhores viveram estes problemas. Quando... E nos disseram que não se sentiram bem com os mesmos. Agora, o Ministro Palocci e antes o Prefeito Palocci é uma pessoa, assim, sempre muito aberta e tudo, que inúmeras vezes eu mesmo o vi circular pelas ruas de Ribeirão Preto, conversava com todas as pessoas, era uma pessoa de relativo, relativo, fácil acesso. Então, a pergunta que eu gostaria de formular a ambos, é se nessas circunstâncias não se sentindo bem com o que estava acontecendo ali na sua área de trabalho, se não sentiram o impulso de ir ao Ministro, ao então Prefeito Palocci e dizer a ele, às vezes até ali no Pingüim ou tomando um chope, ou um guaraná, ou ali na praça pública, ou nos comícios, ou há pouco, Sr. Mauro, o Senhor disse a mim que sempre que tem acompanhado o meu trabalho e considera como um trabalho sério e tudo e

então o Senhor sabe que eu sou um Parlamentar do Partido dos Trabalhadores. Se imaginava estar tendo algum problema de eventualmente chegar ao Prefeito Palocci ali em Ribeirão, por causa das circunstâncias, vamos supor, de pressão, de tal ou qual pessoa, ou do superior, poderia, numa próxima vez, pode fazer isso, poderia vir aqui ao senador ao Tião Viana e falar: Senador Tião Viana ou eu que sou de São Paulo e dizer: Olha, Senador, está ocorrendo um problema sério, eu estou percebendo. Estou até em dificuldade. Mas gostaria de acabar com este procedimento. Que segundo disseram, durou 3 anos e pouco. Poderia, o Senador Efraim já está inquieto, mas poderia até falar com o senador Efraim e falar: Senador Efraim fale lá com o senador e se para falar...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Secretário do Governo dele sabia, se a superintendente do órgão sabia, se o Secretário sabia nunca disseram a ele, imagine um pobre engenheiro que está lá em baixo, é questão de lógica.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Bom, mas em todo o caso, eu gostaria de ouvir a resposta. Porque se, se não sentir um impulso de dizer ao Prefeito Palocci, ou de dizer a vereadores da Câmara Municipal, certamente com alguns os Senhores tiveram convivência e inclusive do PT para dizer: Olha, construtivamente, isto aqui é algo que é totalmente inadequado, porque tem consciência os Senhores Mauro, o Sr. Paulo que nós do PT defendemos sim, e estão aqui os Senadores de todos os partidos para e que estão nos cobrando, nós sempre defendemos que há que haver ética na vida política. Então, em falando conosco, se falasse comigo eu iria, eu posso lhe mostrar ofícios que eu envio ao Ministro Palocci, quando chega qualquer informação de inadequação no âmbito do Ministério da Fazenda, eu recebo este ofício e encaminho ao Ministro, eu tenho exemplos para lhe dar, para que ele faça averiguação e responda se houve ou não aquele problema que está descrito por cartas e tudo. Então eu teria feito o mesmo ou o próprio Senador Tião Viana também têm exemplos disso e nós, ambos aqui encaminhamos ao Ministro para que ele tome as providências, porque, obviamente, pode as vezes, podem as vezes estar ocorrendo problemas que ele não sabe e quer corrigir. Então a minha pergunta é: Não imaginaram os Senhores que poderiam ter feito isso? O que é que os inibiu ou chegaram a tentar fazer isso e daí tiveram dificuldades perante o próprio Prefeito Palocci?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Olha, Senador, me parece que o relacionamento dos Senhores com o Ministro, parece que é bem diferente do então Prefeito lá com a gente, com os técnicos ou até com o secretariado, né. Com a doutora Isabel Bordini, na superintendência do DAERP com o esposo dela na secretaria de Governo, se nós tomássemos a petulância de tentar se aproximar do Prefeito para comentar isso aí, nós certames estaríamos no olho da rua e nós iríamos ser perseguidos em qualquer secretaria para onde fôssemos. Isso eu estou afirmando com o Senhor com certeza que nós conhecíamos o clima que era lá dentro. Lá dentro nós trabalhávamos debaixo de ordens e ordens de quem sabia muito bem o que estava ordenando. Ordens severas. Aí depois essas pessoas vêm a público numa CPI ou na delegacia e diz que: Não, não sabia de nada, se ele tivesse me falado isso eu teria tomado uma providência como depôs a doutora Luciana. Sendo que o tempo todo durante a gestão ela ficava se lastimando que não agüentava mais isso. As vezes para proteger sua amiga, agora vai lá e diz que não sabia nada. Nós éramos, nesse período, nós trabalhávamos assim sem exagero, massacradamente obrigados a atender determinações superiores. E tenha certeza, Senador, eu não sou exagerando, é nesse nível.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E não imaginou então, por exemplo, me procurar para dizer as coisas e para que eu pudesse tomar a providência preventiva junto ao Ministro, Prefeito Palocci?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Procurar, V.Exª, infelizmente não pensei, seria até uma alternativa. Infelizmente não nos ocorreu.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E eu teria recebido, claro que teria recebido e encaminhado, como faço sempre que ocorre uma situação semelhante. Presidente Efraim Morais, V.Exª

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª poderia, agora ele não tem acesso nem a doutora lá, a segunda.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas a mim qualquer pessoa tem acesso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª não é Palocci, não se compare a Palocci.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu estou dizendo a ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor pode ser o Ministro, mas não se comparar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas pessoas vêm a mim e falam a...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª veja que com a dificuldade, por exemplo, Delúbio não teve coragem dizer ao Ministro Lula o que estava acontecendo dentro do PT. São coisas difíceis de um cidadão chegar à pessoa.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Nós na o tínhamos acesso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Delúbio sabia de tudo que estava fazendo e não teve coragem de ir ao Lula. Ou teve? Não teve. Quer dizer, diferente do rapaz que estava trabalhando honestamente e não podia chegar, Senador. A lógica, o Senhor está tentando fugir da lógica.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Gostaria de ouvir então o Sr. Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu considero que V.Exª, nessa comparação do cidadão aqui, comunicar a discordar da superior dela. Superior dela, tinha ligação com uma secretária que era esposa de um Secretário. E eles não tinham coragem de dizer a Palocci o que é que estava acontecendo. O Senhor não fez essa comparação? Ele era subordinado de uma Luciana, a Luciana era subordinada da Isabel. A Isabel era esposa do Donizete, que era Secretário do Governo mais forte. E eles não tinham coragem de dizer o que é que estava acontecendo. Imagine um funcionário que estava lá lutando para manter o seu emprego. Veja V.Exª que os diretores, os Secretários de Estado não tiveram coragem de comunicar o que a área técnica estava contatado. Faltou coragem, é porque havia realmente um complô para que isso acontecesse. É o que está provado, ninguém tem essa dúvida.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Nós não tínhamos acesso ao palácio, ao Governo sem antes comunicar aos nossos superiores que nós íamos lá.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – No caso o Sr. Paulo Antônio?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – É o mesmo caso. É o que ele falou. A gente não tinha acesso e também não, assim, talvez tenha faltado a gente pensar nessa alternativa aí, né? Era um problema de hierarquia, né, vamos assim dizer.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Certo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero dizer, Senador Suplicy, se me permite. Que o Mauro e a Marilene eram concursados. Então é uma situação de carreira. Então eu diria até com todo o respeito também, mas tinham a obrigação de terem feito. E não fizeram. O Paulo também, naturalmente, tinha obrigação ética e moral de fazer, não fez. E certamente corria muito mais risco, porque tinha o cargo em comissão, né. Mas o Mauro e a Marilene tinham que ter feito. Isso não se admite, na minha opinião. Justamente essa é a lógica, a filosofia do concurso.: Ah, vamos ver concurso para Receita Federal. Porque assim a pessoa não vai se pressionar a fazer coisas, tal, porque está na carreira. Então...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Obrigado. Sr. Mauro, como o Senhor trabalhava nesta área do lixo, muito provavelmente tinha contato com Prefeituras de municípios da região. E a minha pergunta é: Nos diálogos que provavelmente tinha com municípios da região, era costume comparar os preços cobrados, digamos, pela LEÃO-LEÃO e outras empresas interessadas em fazer a coleta, varrição do lixo? Tem, por acaso, o departamento, onde o Senhor trabalhava, costumava coletar preços comparativos para serviços semelhantes? Sr. Presidente, eu até aqui com o Senador Tião Viana, avaliamos que seria próprio que pudéssemos ter e quem sabe o Sr. Mauro até possa fazer sugestões, um levantamento que seja por amostra, digamos, de 5 municípios da região ali de Ribeirão Preto que pudesse...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª pode requerer que nós aprovaremos e solicitaremos as Prefeituras.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas eu então pergunto ao Sr. Mauro. Vamos supor, para o Senhor nos ajudar no requerimento...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A diferença aqui não está sendo em preço não, está sendo no que está sendo medido. A diferença não é no preço, é no que está medindo. O que os técnicos apresentavam era uma medição X e que a empresa apresentava era X mais 40% em média. Então não era no preço não. Era na medição. No valor que não era executado. É isso que foi dito aqui. O Senhor confirma, Sr. Mauro?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Confirmo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Posso fazer uma aparte, Presidente? Senador posso fazer um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Saia do bosque, deixe para o chapeuzinho vermelho o bosque.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Aqui tem 46 quilômetros. Esse é o bosque.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Saia do bosque, Tião. Tião, no bosque, Tião.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – É elemento básico para...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O valor do bosque.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pois não, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, só queria lembrar do depoimento, que o nosso

Relator deve lembrar melhor do que eu, do Palocci, falando que a LEÃO-LEÃO procurou Prefeituras da redondeza também para implantar o mesmo sistema, Sertãozinho e outras. Então é difícil pedir, pedir para fazer comparação porque, provavelmente, é que elas não foram investigadas, algumas estão sob investigação. Eu não estou...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas eu acho que deve pedir. Deixa pedir.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas de qualquer maneira Sr. Mauro...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tudo bem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só estou dizendo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Senhor pode primeiro responder a minha pergunta, mas depois fazer a sugestão se nós quisermos saber padrões de comparação com Municípios, que Municípios seja, por exemplo, da região Sertãozinho, Jaboticabal, o Senhor cite 5 para podermos obter.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Santo André, tudo ali, é tudo pertinho, Santo André.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ali da... Eu estou falando governados por...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Santo André não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu estou falando governados por Prefeitos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nem de Campinas não, esqueça nada daqui não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Têm de diversos partidos. Então, que sugestão o Senhor nos faria para averiguarmos mais precisamente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Para concluir, Senador. Para ouvir os outros Senadores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – ...nos informando, por favor.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Muito bem, Senador. Esse serviço de, infelizmente nós não tínhamos esse contato de saber o preço de qual, que cada Prefeitura estava pagando. Essa é uma atividade inerente ao setor de licitações de um órgão, de uma autarquia, né. Certamente o setor de licitações faz essa pesquisa antes de soltar uma licitação, para poder botar os preços estimativos. Agora se os Senhores quiserem fazer essa pesquisa que vocês estão dizendo, de coletar dados de curso de limpeza urbana, não é só de coleta de lixo, eles têm curso de varrição de vias públicas, coleta de lixo, operação de aterro sanitário, é só consultar o site da ABLP, Associação Brasileira de Limpeza Pública. Lá nesse site tem cursos atualizados de todos esses serviços de limpeza urbana.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então se o Senhor tinha acesso a este site, normalmente o Senhor não chegou a comparar aquilo que estava sendo cobrado com os preços cobrados nessa...

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Mas quando chegava para nós um contrato para executar, o setor de licitações já havia feito a pesquisa antes e já estava tudo consumado, não tinha o que fazer. O Senhor entende? Quem faz essa pesquisa é o setor de licitações, solta uma licitação, a empresa ganha, depois que a empresa ganhou assinou o contrato, aí eles mandam para o nos esse contrato, a nossa função é gerenciar o contrato e fiscalizar os serviços. Não tem nada a ver com a parte de preços e verificações.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Finalmente, Sr. Presidente. Se o líder do PFL estivesse aqui, o Senador José Agripino.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas não está.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ele estaria fazendo uma pergunta que fez a Senhora Marilene...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas pode ser feita por V.Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Porque mencionou o Senador José Agripino, que na exposição que fez aqui, ou respondendo às perguntas, a certa altura o Ministro Palocci fez um comentário a respeito do Sr. Mauro. E eu pediria que, primeiro, se V.Sª ouviu pelos meios de comunicação, pela televisão a argüição do Ministro Antônio Palocci e a referência que fez a seu respeito. E se pode nos comentar, por favor.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Olha, Senador, eu vi no dia que ele estava depondo aqui e ele disse o seguinte: Esses funcionários são suspeitos, tem que ser investigados, né. Eu digo para vocês aqui da CPI que eu tenho uma vida modesta, sou funcionário público concursado, estável, não teria nenhum interesse em participar de um esquema desse aí, porque eu tenho a minha estabilidade no emprego. Me valho apenas do meu, do meu salário, né. Não fiz nenhuma viagem ao exterior, ultimamente. Não tenho comprado imóveis, tenho uma vida modesta, meu salário dá, mal dá para pagar as minhas despesas de casa e escola dos meus filhos. Meu saldo está quase que no vermelho direto. Então o que eu posso dizer para vocês, para

comprovar que eu jamais me beneficiei de uma situação dessa, o meu sigilo está aberto para vocês em tudo que for possível. Agora, eu pergunto: Será que o Ministro abre o dele?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Está bem. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Paulo acabou também. Senador Tião.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Inicio perguntando por onde o Senhor terminou, o Senhor tem alguma acusação a fazer ao Ministro Palocci? O Senhor acusa ele de alguma coisa aqui?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não, Senhor.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Esse seu comentário me parece, comentário de impulso emocional.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não, eu só fiz esse comentário, porque antes de eu fazer esse comentário ele fez um ao meu respeito denegrindo a minha imagem.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Só isso, mas não tem nada que possa acusar o Perfeito. Sr. Mauro, o Senhor foi orientado por alguém antes desse depoimento aqui na CPI?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não, Senhor.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – O Senhor tem Advogado?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não, Senhor.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – O Senhor se encontrou com o delegado seccional de Ribeirão, doutor Valencisi ou com algum Promotor de Justiça recentemente?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não, isso foi há mais de meses.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Há mais de mês. O Senhor confirma a informação de que no seu depoimento para a polícia de Ribeirão foi negociado pelo Senhor Darwin, atual superintendente do DAERP?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não entendi a pergunta.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – O Senhor confirma a informação de que o seu depoimento para a polícia de Ribeirão Preto foi negociado pelo Senhor Darwin, atual superintendente do DAERP ou não?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não confirma isso?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não confirmo.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não houve nenhum tipo de negociação ou mediação dele?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Em hipótese alguma.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Hipótese alguma. Dentre as condições negociadas que teriam ocorrido, diria que a principal seria o compromisso de denunciar a Senhora Isabel Bordini, com a contrapartida de que o Senhor seria ouvido como simples testemunha. O Senhor nega isso?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Nego totalmente.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Nega totalmente. Houve alguma garantia de que a polícia e o Senhor Darwin teriam dado ao Senhor seria o compromisso de manter o seu depoimento sobre sigilo, evitando que o Senhor sofresse qualquer constrangimento ou ameaça?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Que eu soubesse, não.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Perfeito. Eu só gostaria de deixar claro, acho que Senador Suplicy foi muito objetivo, acho que o Senhor poderia perfeitamente, saiba que aqui o nosso interesse é esclarecer isso. Não temos nenhuma preocupação, se tiver corrupto em qualquer lugar que seja punido, eu acho que é o propósito da CPI, é o nosso também. Eu só entendo que querer atingir a dignidade pública do Ministro Palocci, pelo que se diz aqui é muito pouco. O Senhor limita a uma sessão administrativa de uma cidade eventual corrupção. Tem que ser apurado e tem que ser comprovado, se é ou não. Eu acho que isso é um papel de investigação, que vai ser a conseqüência desse trabalho da CPI. Agora eu também como os Senadores do PT eu lamento, eu lamento que os Senhores não tenham tido naquilo que é um pressuposto fundamental da vida pública. É a determinação de levar adiante, mesmo que fosse por denúncia anônima. Não teria comprometido os Senhores em absolutamente nada. Pegar o que estava acontecendo e fazer chegar a alguma autoridade. Seria um primeiro passo para que aquilo pudesse ser apurado. Aquilo não iria comprometê-los em nada, não colocaria em risco. Porque quando eu vejo esse processo de satanização fácil que se faz. Essa empresa chamada LEÃO-LEÃO é uma empresa que está em São Paulo, pelo que me consta, há 45 anos. Em grandes obras do Governador Mário Covas que é um homem insuspeito, tem uma bela história de ética na vida pública, ela fez metade de muitas grandes obras com ele. Então, como é que de repente essa empresa virou um monstro de

Ribeirão Preto? Então é por isso importante, que nós peguemos sim a cópia de todos esses contratos dessa empresa, com essas Prefeituras, sejam do PT, de quem quer que seja, para fazermos uma análise bem definida do que são essas acusações. Havia um mar de lama envolvendo a empresa LEÃO-LEÃO com todas as Prefeituras ou ela escolheu e descobriu uma fonte de ouro numa quadrilha de Ribeirão Preto? Nós temos que investigar. Isso tem que ser levado a fundo com absoluta isenção e responsabilidade moral, que é o nosso papel aqui. Eu lhe confesso que toda e qualquer denúncia que chega a mim, eu encaminho para a fonte que é alvo da denúncia, dentro dos princípios éticos que tem a Administração Pública e encaminho para conhecimento e análise e depois cobro alguma manifestação. É o que eu faço no meu cotidiano, porque eu acho que é o papel ético de qualquer um Parlamentar de qualquer Senador, qualquer coisa que chegue, eu faço questão de levar adiante, se procurar saber qual foi o encaminhamento dado posteriormente. Eu acho que o servidor público deve agir assim. Nós não estamos num Brasil feudal aonde a coação, o medo da demissão seja maior do que a defesa da dignidade. É só o recado que eu transmito aos Senhores, porque acho que são da nossa geração e podem contribuir com esse país. Eu não estou aqui acusando os Senhores de nada, apenas querendo que nós possamos... Imagine que o Ministro Palocci seja um homem inocente, diante disso tudo e que ele está sendo, esteja pagando, que pode pagar por conseqüências danosas, muito danosas à sua dignidade pessoal, por aquilo que não foi devidamente apurado na época e que talvez ele pudesse ter apurado se houve e punido os culpados. Então, não me parece justo esse limite do medo ou do receio de levar adiante qualquer denúncia. Eu fiz isso na condição de médico, de servidor público e que nem concursado era, porque não tinha concurso naquele momento quando eu trabalhava. Fiz as maiores denúncias, sem nenhum medo e nem dos médicos da tal da máfia de branco e nem sequer de polícia e nem sequer de político. Eu acho que assim a gente age na vida.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero fazer um aparte.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Muito obrigado, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mauro, eu só quero um aparte do Senador Tião Viana, porque eu inclusive, é a única pergunta que eu faria e nem vou fazer depois, mas está relacionado ao que ele pergunto. Ele fez uma série de perguntas para o Senhor, se havia havido intermediação do Senhor Dario e se foi feito algum tipo de acerto ou não. E as mesmas perguntas foram feitas para a Marilene. E a Marilene respondeu a todas elas que sim. Que houve, Senador Tião Viana? As mesmas perguntas que V.Exª fez para ele, o senador Suplicy havia feito para a Marilene e a Marilene respondeu que sim. Que realmente houve intermediação, que houve, foram escutados e tal, era para manter em sigilo e tal. Quer dizer, para ela foi sim e para o Senhor não. Eu acreditaria, eu pergunto para o Senhor de novo então, não houve algum tipo de acerto para o depoimento do Senhor? No sentido de ser testemunha? Acerto, ou tentativa de acerto no sentido de ser somente testemunha? Porque com o que aconteceu e o Senhor sendo funcionário público e a Marilene sendo funcionária pública, eu diria que os dois seriam demitidos por justa causa e responder a inquérito, inclusive na seqüência, assim como o Sr. Paulo também que é outro caso, é cargo em Comissão, mas responder por inquérito para a demissão, por justa causa e inclusive com penas aí de serem coniventes com corrupção. No meu ponto de vista. Então, o Senhor está aqui para dizer a verdade também e eu acho que é esse o seu objetivo. Então eu quero perguntar de novo para o Senhor a mesma pergunta que o Senador Tião Viana fez: Houve esse entendimento para o seu depoimento, intermediado pelo Darwin no sentido de se manter sigilo e fazer todo esse acerto lá com a polícia ou não?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não, Senador. Eu afirmo que não houve.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não houve? Quer dizer, para a Marilene houve e para o Senhor não houve.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Eu acho para que ela até faz um pouco de sentido, porque ela trabalha, o Darwin é o chefe imediato dela, trabalha lado a lado com o Darwin. Pode até ter sido que tenha havido.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Darwin ou outra pessoa?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Outra pessoa. Agora de minha parte, eu simplesmente recebi uma convocação da Polícia Civil, fui lá, liguei, você está depondo como testemunha. Eu liguei para saber se eu tinha que levar um Advogado ou não. E não, você é testemunha. Aí eu fui lá sem Advogado, até hoje eu não tenho Advogado. Mesmo porque se eu tivesse que pagar um Advogado eu ia ter que...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quer dizer, a polícia avisou o Senhor que estava depondo como testemunha?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Eu liguei lá, recebi uma convocação, uma intimação, ali não dizia. Liguei para saber horários, tudo e coincidentemente

até o escrivão do delegado era um conhecido meu. Ele falou: Não, você está convocado, você está intimado para depor como testemunha. "Tenho que levar Advogado?" Porque era a primeira vez na minha vida que eu ia pisar dentro de uma delegacia.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não houve o acerto então com a Marilene, para que incluísse o seu nome junto no mesmo critério de testemunha? O Senhor não sabe de nada?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não sei de nada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não sabe de nada nesse sentido?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Exatamente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, seguindo o Senador, eu queria cumprimentar o Senador Tião Viana, pela ética, pela forma elegante e correspondendo a dignidade em informar que nada poderá passar despercebido quando vê contundentes, materialidades ou pelo menos fortes indícios. Queria cumprimentar V.Exª, concordo plenamente. Agora para o Senador Arns, eu queria dizer que V.Exª, V.Sª, prestou depoimento em assentada, é testemunha juramentada. É diferente de uma simples testemunha que vai lá e pode mentir, pode falar o que quiser. Não, o Senhor estava, jurou que ia dizer a verdade, é assentada. Não, não, eu estou dizendo só para esclarecer a população que não há possibilidade de, porque senão o Senhor praticaria injúria e poderia ser processado por mentira, se amanhã ficar comprovado que o que o Senhor declarou aqui não corresponde a verdade. Então por isso que se toma depoimento de assentada de uma testemunha sob juramento. Estou só fazendo essa diferença, para não parecer que foi lá, testemunhou e acabou o assunto não. Ficou... Não, eu sei, ele também não quis dizer isso. Eu também perguntaria ao Senhor, alguém tentou fazer algum negócio com o Senhor sobre qualquer coisa, sobre o depoimento, sobre acusar algumas pessoas ou durante todo o esquema de superfaturamento? Se houve promessa de algum benefício? De promoção, de qualquer coisa? Isso é importante que se responda. Fique claro aqui, o Senhor poderia responder? Se teve alguma coisa nesse sentido?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele perguntou corretamente.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Até perguntaram já, eu disse que não. Eu volto a afirmar que não houve nada nesse sentido.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Houve algum compromisso, promessa do superfaturamento ou para fazer o depoimento para poder ter uma proteção, para que não se fizesse acusação a alguma pessoa e que seria envolvida no sistema?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – A mim não Senhor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita, Senador Tuma, pedir licença.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Que o embaixador de Cuba está no meu gabinete, mas é com todo o respeito a V.Exª, eu vou...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª vai viajar para Cuba?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ele está querendo me visitar e ele está no meu gabinete e eu vou pedir licença, e cumprimento os dois depoentes e a todos os Senadores. Só por atenção a V.Exª.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Dê um abraço nosso ao embaixador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se marcar uma viagem convide todos nós também. (Risos)

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Cuba vale a pena visitar, Senador, acho que o Senhor já esteve em Cuba, mas vale a pena, viu? Varadeira(F) é uma beleza.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Amanhã tem mais. Vamos fazer sexta e sábado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sexta e sábado?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria aqui, uma coisa que ficou uma dúvida cruel no sentido da dignidade de ambos. Os Senhores, logo no início verificaram que as planilhas não correspondiam à realidade do serviço praticado. E foram duas, três, quatro vezes ao órgão superior para denunciar o que estava acontecendo, é verdade ou é mentira isso?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – É verdade.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É verdade, Dr. Paulo?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Eu nunca fui até aos meus superiores, né?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele foi? Não, nível superior a vocês, ao Chefe da Operação, a Isabel e a outra.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – É, eu nunca, eu não mantinha contato com a Diretora e com a superintendente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor foi, quando houve essas dúvidas, a quem os Senhores procuraram para dizer que não estava correto?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – A Diretora Técnica e a Superintendente foram avisadas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Nesse caso ela teria obrigação de comunicar ao Prefeito ou a alguém que fosse superior a ela de que estava havendo isso?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Exato.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não o fez?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não, do contrário...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – No meu entender, o Mauro cumpriu a obrigação dele de funcionário público. Ele comunicou ao superior dele. Como o superior estava comprometido lá em cima, ficou calado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, isso que eu queria esclarecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor não tenha dúvida disso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É claro que existe uma responsabilidade quando no buraco negro que apareceu e depois encontraram um caminho para fazer a varrição volante, foi baixada alguma norma nesse sentido, alguma ordem por escrito ou apenas pediram para vocês fazerem a nova planilha?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não faziam nada por escrito, Senador. Infelizmente, infelizmente!.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas como é que elaboraram essa norma?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – A Diretora fez um modelito, como eu disse, para execução dessa ordem de serviço, para constar ali o nome da empresa, a data, tudo. E colocar o número de bairros que seriam varridos, para suprir aquele valor. Por exemplo, um valor de 250 mil, 280 mil reais, então nós tínhamos os bairros já determinados pela topografia com a metragem de calçada de cada bairro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Já vinha a indicação para o Senhor elaborar o documento?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – É. Aí nós pegávamos aquele bairro e ia montando, é um pouco trabalhoso. A Marilene ficou dois dias montando essas ordens retroativas, do final do ano até janeiro para poder suprir e documentar essas pastas. Ela confirma isso aí.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas não havia uma dor de consciência de que estariam elaborando documentação falsa em prejuízo do erário público?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Exatamente, exatamente por isso eu falei para o Senhor que quando pediram para efetuar essas ordens, isso causou um transtorno muito grande para nós. Eu passei a não dormir direito em casa a noite, foi quando busquei ajuda psicológica, que eu disse para o Senhor de um psicólogo, que eu não estava conseguindo, estava muito ansioso. Isso tudo gerou, gerou devido a essa atitude que a direção nos forçou a assinar essa documentação que nós tínhamos conhecimento que não era a realidade.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sem querer ofendê-los, os Senhores foram laranjas conscientes. Foram usados conscientemente para poder fazer o jogo de superfaturamento.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Parece que sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Aí é claro que a consciência dói e estão, não negaram a verdade quando foram intimados a fazer esse depoimento, mas não foi iniciativa pessoal, foi por iniciativa da apuração que o delegado desenvolvia no sentido de apurar as denúncias que teria recebido a respeito. É isso mesmo?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – É. Nós fomos na Polícia Civil e dissemos a verdade.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor também?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Nós fomos, vamos dizer assim dizer, omissos com a verdade.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sim, eu digo o laranja consciente sem querer ofender, porque eu acho que isso tudo...

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – A gente, veja, sabe, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu peço para retirar, mas é só para poder mostrar como é que eles usam as pessoas de forma draconiana, assim, com maldade mesmo, porque não tem nenhuma visão de que essa pessoa pode vir a sofrer amanhã. Porque se não entrar no esquema, não recebeu nada, vai ter uma dor de consciência amanhã pelo que fez.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Me deixou muito revoltado na época.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então eu... O Senhor estava falando, desculpa.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Não, eu até, eu até perdi o que eu, saiu da memória. É o que eu falei, a gente tinha consciência sim, de que

a medição que a gente assinava não era verdadeira, né? Mas se não fosse aquela, eles, a Diretoria, né? Não aceitava. Tinha que ser aquela que em comum acordo com a LEÃO.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É interessante, eles nunca colocaram assinatura em nenhum documento que os Senhores assinaram?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – A Luciana assinava e a Isabel também.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Posterior?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Posteriormente a nós.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então elas reconheciam, porque se elas não tivessem comprometidas, poderiam se recusar a assinar.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – É, porque na realidade, elas...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu estou perguntando para ver como é que é a lógica do cronograma.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Eu penso que é assim, elas, elas que... As primeiras assinaturas eram colhidas lá na nossa seção.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Para gerar o documento?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Para gerar o documento, aí depois subia e elas também assinavam.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Para ir para a ordem de pagamento tinha que ter a assinatura de ambas?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – E eu creio que sim. A Luciana, pelo menos, a Isabel eu não...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Quando mostraram ao Senhor se reconhecia a sua assinatura, constava das duas também?

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Estava junto no mesmo documento?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Sim. E essa ordem de serviço era orientada pela Diretora técnica, só que ela falava: "Vocês assinam primeiro e depois nós assinamos aqui". E ela depôs na Polícia Civil: "Olha, doutor, eu assinei por último, eu acreditava nessa equipe". Infelizmente não tem nada que prove o contrário por escrito, mas nós temos a consciência de que ela criou essa ordem aí.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Demonstrava confiança nos dois?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Exato.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Endossava.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Eles forçavam que a gente assinasse primeiro e depois para dizer: "Assinei por último." Mas foi o mentor, o mentor da idéia foram eles.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eles ficaram mais de 48 horas para encontrar um caminho dentro do próprio contrato.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não, ficaram quase um ano.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, eu digo, quando...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tuma, dentro dessa pergunta que eu acho que é fundamental. A forma que foi dado cobertura dentro da licitação, dentro do contrato para cobrir essa diferença. Eu acho que é mais ou menos. O Senhor poderia explicar novamente tanto o Mauro como o Paulo. Pelo que Vossas Senhorias estão dizendo, Vossas Senhorias tinham um laudo, uma medição. Essa medição era encaminhada, não era aceito. Nunca foi aceita, porque era real. A que estava dentro do contrato. Chegava uma outra medição lacrada por determinação superior, para assinar aquela. Perfeito?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não, não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Fazia uma segunda.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Chegava uma medição com vários valores de outros serviços e inclusive da varrição que não batiam com os da nota. Aí a Marilene era obrigada a pegar essa medição com os valores dela, rasgar a medição, refazer tudo de novo os cálculos, desculpe, refazer tudo de novo os cálculos no computador e montar uma que batesse com aquela que a empresa entrou conforme exigência superiores.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas antes disso, vocês não subiam para ver se estava correspondendo a realidade?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Sim, sim. Sim. Mas, as vezes, Senador, algum funcionário entregava esse valor lá na própria seção. As vezes vinha lá por cima, normalmente. Aí nós éramos chamados lá em cima e falava: "Olha, esse mês o valor da varrição é esse aqui". Foi determinado, determinado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Carimbado. A minha pergunta é o seguinte, Senador. Agora para a gente esclarecer, muito bem, então é lógico que existiam uma maneira diferente?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor como engenheiro ainda é mais iluminado que um Advogado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu estou engenheiro. A minha pergunta é o seguinte, para os dois, quem pode responder: Tínhamos um valor real, que era a medição feita pelos Senhores e tinha um outro que chegava que tinha uma diferença. Essa diferença ela, como é que ela entrava no contrato? É isso que eu quero saber.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Deixa eu só falar uma coisa para o Senhor: Em todo o contrato quando a empresa, quando a Prefeitura, qualquer autarquia ou empresa contrata uma outra empresa para prestar um serviço, ali no contrato existe um documento

que se chama: Orçamento estimativo. Esse contrato certamente tinha o orçamento estimativo e tinha uma média a ser faturada. Quando mandava esse contrato para o setor operacional, o departamento financeiro recebia também uma ordem, uma cópia do contrato com os valores estimativos que iam ser gerados. O mês, na Prefeitura, com um mês de antecedência, o setor financeiro emite um empenho, mais ou menos naquele valor, para quando chegar, a medição subir, ele já ter aquele valor disponível para a empresa. Agora, se o valor estimativo da varrição, por exemplo, era 700 mil reais, a empresa falava para nós: "Olha, vai ser 900 esse mês". E essa medição subia, se chegasse lá e não tivesse nada avisado, voltava. E nunca voltou.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Entendi, perfeitamente. Existia um casamento entre a parte de empenho com a nota que subia, já era combinado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Quem fazia o empenho já sabia o que praticamente viria...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É interessante até, me permita aí, se você tinha um prazo, quinto último dia, e se entregava às 18 horas, 17 e 50 minutos, quer dizer, a impressão, dava tempo para fazer o empenho aí.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quer dizer, em 5 minutos corria esse empenho todo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Já estava pronto. Já estava pronto.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – E por experiência própria, Senador, outros serviços em outras épocas aí, quando havia um erro de nossa parte e subia uma medição e subia lá, tipo assim, alguns reais a mais ou a menos, na mesma hora o setor financeiro ligava: "Olha não, está batendo aqui com o empenho, volta e corrige". Esses valores nunca voltaram.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tinha que ter um valor, aliás, a medição tinha que ter o valor exato do empenho.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – É porque o empenho já prevê ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não era o contrário, o correto é o empenho fixar o valor da medição.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – O setor financeiro sabia o estimativo do que a gente estava faturando, para poder já preparar o dinheiro que ia através do empenho e estar esperando a hora que a medição subia, casar e pagar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Nunca atrasou?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Nunca atrasou e nunca questionaram com a gente lá embaixo...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E esse procedimento foi depois do buraco negro ou durante também?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Não, durante todo o período.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E o buraco negro, por que surgiu então?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Porque era um valor que estava sendo faturado a mais nessa medição de varrição. Era um valor que se pagava, mas não documentava.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ah, foram empenhadas sem documentação correspondente?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eles quiseram regularizar?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Documentar as pastas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Correspondente.

SR. PAULO ANTÔNIO HENRIQUE NEGRI – Através da equipe volante.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Aí para documentar...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Encontraram uma brecha do contrato e...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Para fechar o balanço, vamos dizer? Para fechar o balanço?

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – Exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É feito fechamento de orçamento.

SR. MAURO PEREIRA JÚNIOR – E só falta nas próximas, nos próximos depoimentos aqui, alguém falar que quem achou esse buraco no contrato foi a gente e que a gente fez.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Agora o delegado disse que trará os contratos, vai trazer todos para atender o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Muito bem. Tião Viana ainda quer acrescentar? Você não vai pegar a veia do Senador?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Hoje o Senador Tião está bem tranquilão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço ao...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E defende.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Dr. Mauro e ao Dr. Paulo agradeço pela presença, ao seu irmão aqui também. Agradecendo a contribuição que nos foi dada e que com certeza em muito ajudará as investigações e ao nosso Relator, Dr. Garibaldi. E informo aos Senhores que amanhã teremos reunião a partir das 11 horas com o depoimento do Senhor Benedito Antônio Valencisi e Nelma Mitsui Penasso Kodama. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 18h49

Ata da 62ª Reunião, realizada em 9 de março de 2006.

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às doze horas e quinze minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença do Relator Senador Garibaldi Alves Filho e dos Senhores Senadores, Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Antero Paes de Barros, José Jorge, Valdir Ralpp, Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita, Heráclito Fortes e Álvaro Dias, presente ainda os Senadores, não membros, José Agripino Maia e Arthur Virgílio, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente reunião destina-se à oitiva dos Senhores Benedito Antônio Valencise, Delegado da Seccional de Ribeirão Preto/SP e Nelma Mitsue Penasso Kodama, empresária de Santo André/SP. Indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. Convida, a seguir, a Senhora Nelma Mitsue Penasso Kodama para tomar assento à mesa. Com a palavra o depoente se coloca a disposição dos senhores Senadores. Com a palavra o Relator para os questionamentos iniciais seguido, de acordo com a lista de inscrição, pelos Senadores Tião Viana e Antero Paes de Barros. A Presidência suspende a reunião para retornar às quatorze horas e trinta minutos. Reinicia-se a reunião, o Presidente convida a mesa o Senhor Benedito Antônio Valencise, e passa a palavra ao depoente para suas considerações iniciais. A seguir, usam da palavra para interpelar o depoente o Senhor Relator, seguido, de acordo com a lista de inscrição, pelos Senadores Eduardo Suplicy, Tião Viana, Álvaro Dias, José Agripino, Flávio Arns, José Jorge, Antero Paes de Barros, Ideli Salvatti. Com a palavra pela ordem o Senador Eduardo Suplicy informa que apresentará Requerimento subscrito pelos Senadores Tião Viana, Flávio Arns e Ideli Salvatti que, requer seja encaminhada documentação em anexo, à consideração do Procurador Geral da República para eventual instauração de Inquérito Policial em desfavor do Senhor Benedito Antônio Valencise. Prosseguindo na fase interpelatória usa da palavra o Senador Romeu Tuma. Com a palavra o depoente para suas considerações finais. O Presidente agradece ao depoente e convoca reunião a realizar-se na próxima terça-feira, às onze horas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezessete horas e quarenta e cinco minutos e, para constar eu, *José Augusto Panisset Santana*, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 62ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo requerimento número 245 de 2004 para investigar e apurar a utilização das casas de Bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Esclareço aos Senhores e Senhoras Senadores que a presente reunião destina-se à oitiva da Sra. Neuma Mitsue Penasso Kodama, que é empresária da HAVAÍ CÂMBIO E TURISMO de Santo André. E do Dr. Benedito Antônio Valencise, que é Delegado seccional de Ribeirão Preto. Vamos comunicar ainda aos Senhores Senadores que a ata da reunião anterior encontra-se sobre a Mesa. Coloco em votação propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Convido para tomar assento à Mesa a Senhora Neuma Penasso Kodama e logo em seguida teremos a oitiva do Sr. Benedito Antonio Valencise, que em questão de vôos comunicou a CPI, houve um atraso, e que em função do atraso desse vôo só deve estar chegando a esta cidade que vem de São Paulo e deve estar chegando por volta, segundo informações da assessoria, por volta das 15h15 no aeroporto. E as providências já foram tomadas para que logo em seguida a Dra. Nelma, nós possamos ouvir o Dr. Benedito. Há sobre a Mesa o termo de compromisso assinado pela Dra. Nelma, e onde conforme o art. 203 do Código de Processo Penal. Nós queríamos agradecer a Dra. Nelma pela presença e atendendo à convocação da nossa CPI. E vou conceder a palavra a V.Sª. para que V.Sª. possa dar as informações iniciais a esta CPI, ficando com o tempo que se fizer necessário para identificação, profissão, etc. V.Sª. tem a palavra pelo tempo que achar necessário.

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Boa tarde Senhoras e Senhores, eu estou aqui a convite dessa Comissão, então estou à disposição para responder as perguntas que vocês têm a fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Sª. e concedo a palavra ao Relator Senador Garibaldi Alves.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senhoras e Senhores Senadores, Sra. Nelma, quais as atividades empresariais de V. Sª.?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se V.Sª. pudesse apresentar o Advogado de V.Sª. à Comissão para que por... O Senhor, se não me engano... O Sr. Elmaden(F). É o Advogado...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É só porque a Senhora Nelma virou para ele para ver o que responderia...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Devo dizer que V.Sª. não terá direito à palavra, só quando solicitado por essa Presidência e que não poderá ter nenhuma informação a ser dada à sua cliente, a não ser quando orientado ou determinado, ou permissão desta Presidência. Só para informação a V.Sª.

SR. ADVOGADO – Nem questões de ordem técnica?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Nem questão de ordem técnica. Até porque, se for necessário, poderá me fazer por escrito para que eu possa tentar... E fique tranqüilo a Dra. Nelma e V.Sª. que nós vamos fazer um trabalho aqui sem nenhuma pressão, de forma nenhuma. Pelo contrário, queremos que fiquem bem à vontade. O que interessa aos Senhores Senadores e Senadoras aqui presentes é só, e somente só a verdade para que possamos dar continuidade às nossas investigações da nossa CPI. Peço e tranqüilizo tanto a Dra. Nelma como a V.Sª. para que fiquem tranqüilos porque teremos uma boa convivência nesse depoimento. Pode ter certeza que essa é a única intenção dessa CPI. Podem ficar tranqüilos. Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu vou repetir a pergunta. Eu perguntei quais as atividades empresariais de V. Sª.?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Eu sou dona da HAVAÍ CÂMBIO E TURISMO, em Santo André. Eu tenho uma empresa de agência de viagens em Santo André, a HAVAÍ CÂMBIO E TURISMO.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A Senhora deu entrada através do seu Advogado de um habeas corpus para que pudesse esgrimir o direito de permanecer calada quando entender, e tampouco ser alvo de uma tentativa de ordem de prisão. A Senhora tem algum temor de vir a essa Comissão?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não. Estou aqui à disposição para...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Desculpe interromper, mas é interessante. Todo mundo vai pedindo habeas corpus como se isso aqui fosse um terror. E o respeito tem sido demonstrado em todas as audiências até com as pessoas com muito mais gravidade de comportamento. E ela pede para ser ouvida como indiciada. Quer dizer, eu acho que a pessoa testemunha e indiciada, eu prefiro duzentas vezes testemunha a uma vez como indiciada. Desculpa aí, mas eu acho que...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço a V.Exª., e queria inclusive comunicar aos Senhores Senadores de que recebemos por volta das 10h15 telex do Supremo Tribunal Federal em que comunica a esta CPI que nos termos da decisão cuja cópia se encontra aqui em minhas mãos em deferir o pedido cautelar que foi da Relatoria do Ministro Carlos Aires Brito, ele indeferiu a solicitação impetrante, o Dr. Maoés (F) (9:23:9) referente ao que foi citado pelo nosso Relator. Com a palavra V.Exª. Só para dar conhecimento, a solicitação foi indeferida pelo Ministro Carlos Aires Brito. Eu solicitaria que fosse entregue uma cópia ao doutor... Já dispõe? Obrigado. Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sra. Nelma, a Senhora disse que tinha uma agência de viagem?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Sim, uma agência de câmbio e turismo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ah, câmbio e turismo. A Senhora já contribuiu como pessoa física ou através de suas empresas para financiamento de campanha política?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não, Senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A Senhora deve ter conhecimento, é claro, pela atividade que exerce, da soma vultosa que é evadida do país através de remessa ilegal de dinheiro. A Senhora tem alguma informação a respeito disso?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Desculpa, qual foi sua pergunta? Não entendi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A Senhora deve ter conhecimento da soma de dinheiro que é evadida e que é levada do país para o exterior, de forma ilegal. A Senhora tem alguma informação para colaborar com essa CPI?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não tenho.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Existem documentos comprobatórios de remessa de dólares ao exterior feitos pela Senhora. Para quem a Senhora operou?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Eu desconheço esses documentos, Senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A Senhora nunca fez?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Em circunstância nenhuma, para cliente nenhum?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A Senhora tem algo a nos dizer sobre a remessa de dinheiro do Sr. Toninho da Barcelona para o exterior?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Também não, Senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A Senhora já operou ou foi cliente da corretora BÔNUS-BANVAL?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Já sim, Senhor. Fui cliente da corretora BÔNUS-BANVAL. Eu operava em dólar futuro. Era cliente normal da corretora.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A BÔNUS-BANVAL informou que Senhora perdeu muitos recursos nas suas aplicações. Essa informação procede?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Muitos recursos... Perdi alguns recursos, sim.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas a Senhora poderia nos dizer quais foram os motivos que levaram a esse prejuízo que a Senhora teve?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Eu operava em dólar futuro, e eu perdi. Eu... Eram operações D trade, aonde eu vendia ou comprava operações normais registradas pela BM&F. Então, onde eu ganhava ou eu perdia. Elas estão todas registradas.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A Senhora concorda que perda em mercado de dólar futuro normalmente é uma das formas de transferir dinheiro de forma dissimulada para alguém que não quer ser identificado?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não no meu caso, Senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas isso pode acontecer?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não sei. Fui apenas uma cliente aonde eu comprei dólar futuro podendo ter comprado gado ou outras ações.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nesse investimento o aplicador aposta numa tendência para o dólar em alta. Se o dólar cai, ele perde. E quem apostou em queda sai ganhando. A Senhora nunca se utilizou desse artifício?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Veja bem, Senhor. Poderia ser uma outra aplicação. No caso foi em dólar futuro. Poderia ser em outras ações. Aonde eu poderia...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A Senhora já aplicou em outras ações sem ser em dólar futuro?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Apliquei, sim. PARANAPANEMA há muito tempo atrás.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O que mais?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Simplesmente eu acho que tratando enfoque, porque era dólar futuro. Eu acho que é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A Senhora só aplicou em dólar?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não, em FINOR, PARANAPANEMA eu já apliquei, em dólar futuro, ações do Banco do Brasil aonde eu comprei e esperei cair para poder ter uma melhor rentabilidade. Mas isso há muito tempo atrás.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A Senhora nunca investiu em gado? Porque a Senhora citou gado, nelore, essas coisas. A Senhora nunca comprou um nelore, não?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não é estranho que uma profissional experiente como à Senhora que lida diariamente com a expectativa do mercado com relação ao dólar tenha perdido tantos recursos em aplicações envolvendo o mercado de dólar futuro?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não, porque é um mercado, Senhor. O mercado pode subir ou pode descer. Eu não tenho controle do mercado. Não é estranho.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O sistema normalmente utilizado por doleiros para remessa de dinheiro para o exterior é o dólar cabo. Ou a vala, termo árabe que significa: "Eu confio em você". A Senhora poderia nos explicar como funciona isso?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Senhor, eu tenho uma agência de turismo e câmbio. A minha agência ela está aberta ao público para as pessoas irem até o balcão para comprar ou vender

dólar aonde é registrada diariamente no BANCO CENTRAL. Eu não envio dólar cabo. Então, eu não posso explicar para o Senhor. Desculpa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A Senhora tem conhecimento de operações de evasão de divisa através do (16:58:2) offshore ROANAK (F)?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Desculpa, offshore...?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Offshore ROANAK(F).

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não, Senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A Senhora conhece o comendador Arcanjo?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não conheço, Senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A Senhora tem ligações com empresários da sua cidade, Santo André?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não. Empresários, não tenho. Como eu disse ao Senhor, a minha agência é uma agência de turismo e câmbio. Aonde as pessoas vão, fazem as cotações de passagem ou compram ou vendem dólar no meu balcão.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A Senhora conhece o Sr. Ronan Maria Pinto?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não, Senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas já ouviu falar dele?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Já ouvi falar, mas não o conheço.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sabe que ele é empresário, dono de ônibus, de empresa de ônibus?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Sim, através de jornais.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Isso ai a Senhora sabe. Mas nunca teve contato? Nem empresarial?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E a Senhora conhece o Sr. Klinger de Oliveira Souza?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Também não, Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quem é a pessoa mais ligada à Senhora em Santo André? Ou a Senhora não conhece ninguém em Santo André?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não, conheço meus clientes.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Por exemplo?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Clientes físicos que compram passagens.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Por exemplo?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Por exemplo...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A movimentação da empresa de V.Sª. é muito grande.

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não, não é grande. É uma empresa pequena, aonde muitas pessoas vão, fazem as cotações de passagens e normalmente vão, compram uma vez...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A Senhora só tem essa empresa?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Só essa empresa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Qual é o movimento de compra e venda de dólares em termos médio mensal da empresa de V.Sª.?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – É inexpressível. Em torno de cinco mil dólares. Não é de dólar balcão que nós vivemos, e sim de venda de passagens. São pessoas que vão até minha agência, fazem as cotações e viajam e procuram outras agências ou voltam e fazem novas cotações e novos pacotes.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A Senhora tem essa empresa desde quando?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Desde 2000.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Desde 2000. Cinco mil mensal. E em termos de passagem? Como vendem?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Em torno de vinte a cinqüenta. Dependendo do mês. Quando é mais carnaval, feriados, então o movimento é um pouco maior.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E quantos funcionários a Senhora tem?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Nós temos cinco funcionários.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Cinco funcionários. Prédio lá que funciona é próprio?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não, é alugado.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senhora Nelma, a Senhora já operou para políticos?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não, Senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nunca vendeu dólar, pacotes turísticos para nenhum político? Não confia?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não. Que eu me recorde não.

(risos)

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A Senhora conhece ou já operou para GARANHUNS Empreendimento e para a ESFOR TRADING com quem a Senhora se relacionava? Com quem a Senhora se relacionava nessas empresas? GARANHUNS Empreendimentos?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não, Senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nem com essa ESFOR TRADING?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Também não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Obrigado, Senhora. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, do que eu pude aprender na indagação que fez o Relator, não há nada que se possa acrescentar aqui. Talvez o Senador Antero tenha algum dado a mais que posso tentar colher na oitiva da Sra. Nelma, mas eu não consigo formular perguntas diante do que o Relator já fez.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço V.Exª., a objetividade do Senador Tião. Senador Antero.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores. Bom dia, Senhora Nelma. Boa tarde. V.Sª. já confirmou ser proprietária da HAVAÍ TURISMO.

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Pois não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A empresa HAVAÍ TURISMO, da qual V.Sª. é proprietária, ela já fez depósitos na conta LARA ENTERPRISE?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu quero dizer a V.Sª. que V.Sª. assinou o termo de compromisso de dizer a verdade.

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Sim.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então eu vou repetir a pergunta. HAVAÍ TURISMO fez depósitos na conta LARA ENTERPRISE?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A conta LARA ENTERPRISE, Sr. Presidente, é uma das contas ônibus da empresa BEACON HILL. A HAVAÍ TURISMO fez depósito na BEACON HILL?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A HAVAÍ TURISMO fez depósito na conta chamada Digital no BANCO JP MORGAN CHASE de Nova Iorque?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não, Senhor. Desculpa, Senhor. Para HAVAÍ fazer depósitos, ela teria que ter conta lá fora.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então eu vou repetir, vou melhorar a pergunta. A HAVAÍ CÂMBIO E TURISMO fez remessa de dólares para uma conta chamada digital no BANCO JP MORGAN CHASE de Nova York?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – V.Sª. está dizendo a verdade?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Estou dizendo a verdade.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então vou repetir a indagação. A HAVAÍ TURISMO fez remessa de cento e trinta mil dólares no dia 15 de abril de 2002 para uma conta chamada Digital no BANCO JP MORGAN CHASE de Nova York? Conta número 030173019?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A Senhora ou a sua empresa são clientes da corretora BÔNUS-BANVAL?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não. Eu sou cliente. A minha empresa não. Como pessoa física eu fui cliente da corretora BÔNUS-BANVAL.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Que tipos de negócios a Senhora realizou com a corretora BÔNUS-BANVAL?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Eu era cliente e operava, como havia dito, em dólar futuro. Comprava algumas ações como, por exemplo, a PARANAPANEMA, FINOR, Banco do Brasil, como pessoa física.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A BÔNUS-BANVAL é uma espécie de Câmara de compensação dos doleiros. Então eu gostaria que a Senhora detalhasse mais que tipos de negócios a Senhora já realizou com a corretora BÔNUS-BANVAL. Por que a Senhora procurou a BÔNUS-BANVAL para operar? Quem que indicou a BÔNUS-BANVAL para Senhora? A Senhora conhece os sócios da corretora BÔNUS-BANVAL?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Quem me indicou foi um amigo meu corretor e operava também na BÔNUS-BANVAL e na MASTER Corretora.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A Senhora pode dizer o nome desse amigo?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Valdir Vicente do Prado. Ele me apresentou o Sr. Enivaldo Quadrado, e eu me tornei cliente da corretora BÔNUS-BANVAL.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Esse Senhor que a Senhora se refere é dono da corretora BÔNUS-BANVAL?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – É um dos donos.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Que tipo de relacionamento a Senhora mantém com eles até hoje? Ou não mantém mais relacionamento?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Eu não tem mais. Porque eu deixei de operar no mercado de dólar futuro ou nessas ações. Eu não sou mais cliente da corretora BÔNUS-BANVAL.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O que a Senhora sabe sobre o relacionamento entre a corretora BÔNUS-BANVAL, o doleiro Alberto Youssef e o Deputado José Janene?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Eu não sei dizer nada sobre isso, Senhor. Mesmo porque eu sou uma cliente da corretora, aonde eu comprava as ações ou vendia as ações. Não sei lhe informar mais coisas.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A Senhora conhece o Sr. Alberto Youssef?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Conheço.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Tem amizade com o Sr. Alberto Youssef, tem relacionamento comercial com o Sr. Alberto Youssef?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Tenho amizade mas não tenho relacionamento comercial com ele.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O que a Senhora sabe sobre o relacionamento entre BÔNUS-BANVAL e o PT?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Também não sei informar, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A Senhora já operou com a GARANHUNS Empreendimentos?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – E para a ESFOR TRADING? A Senhora operou?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não sei se a Senhora conhece o relato do Sr. Toninho da Barcelona aqui nesta CPI?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Sim, acompanhei sim, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Ele diz que a Senhora sabe sobre o funcionamento de uma relação entre o PT e uma conta no exterior operada pelo TRADE LINK BANK.

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Desculpa, Senhor. O Senhor pode repetir?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Posso. O Sr. Toninho, o Sr. Antônio Claramunt, disse que a Senhora sabe sobre o relacionamento, de uma relação entre o PT e uma conta operada no exterior por nome TRADE LINK BANK. O que a Senhora sabe sobre o funcionamento desse esquema? A Senhora enviou algum recurso para a conta na TRADE LINK BANK?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não, Senhor. E também não sei por que ele falou isso. Assim também não sei por que ele fez aquelas declarações na VEJA. Está certo? Falando que operava com o PT e comprava dólares dele. Ele afirmou isso na VEJA e veio até a CPI e desmentiu isso aí. Então eu não sei o porquê ele falou uma coisa dessas. Não faço idéia. Ele pode estar um pouco...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A Senhora conhece o Toninho?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Eu vi o Toninho uma vez. Não tenho relacionamento com ele.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A Senhora conhece Richard Waterloo?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A Senhora conhece Sérgio Gomes da Silva?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Também não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Para quais empresas de ônibus em Santo André a sua empresa operou remetendo dinheiro para o exterior?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Senhor, eu não operei com nenhuma empresa de ônibus em Santo André e também não mandei nenhum recurso para o exterior, para empresa de ônibus nenhuma.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A Senhora conhece o Deputado Devanir Ribeiro?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Também não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – É impressionante como o que V.Sª. nega a existência de encaminhamentos para a conta LARA ENTERPRISE. Eu vou até deixar de fazer a pergunta, V.Sª. vai continuar negando, apesar de todas as evidências, inclusive documentais. A Senhora reafirma que nunca fez envio de dólares para o Sr. Ronan Maria Pinto?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Eu não conheço o Sr. Ronan Maria Pinto, é isso? E também tampouco enviei dólares para ele.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Para (32:01), a Senhora não conhece a empresa (?) ?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Também não conheço, Senhor. Não sei quem é.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, só para mencionar aqui alguns trechos. Das declarações aqui do Sr. Antônio Oliveira Claramunt. O Relator Osmar Serraglio pergunta: Ernesto e a Sra. Nelma. Eu conheço a Nelma, que é a Senhora. Senador Osmar Serraglio: "São doleiros de Santo André"; Sr. Toninho: "Exatamente". Aí mais abaixo: "Empresas de ônibus ou algo assemelhado. Por várias vezes foi mencionado o envolvimento de empresa de transporte público municipal. Por muitas vezes o dinheiro chegou de maneira visível porque era dinheiro pequeno, nota de dez, cinco reais". E diz que disponibilizou esses documentos para a Polícia Federal. A Senhora foi sócia do Alberto Youssef?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Não, nunca fui sócia do Alberto Youssef.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – V.Sª. diria que a sua empresa é considerada uma empresa média ou grande na região de Santo André?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Pequena, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, eu gostaria posteriormente de verificar se os dados que aqui mencionei estão disponibilizados publicamente na CPMI do BANESTADO, constando dos relatórios oficiais que são públicos, e se estiverem, eu os encaminharei ao Relator Senador Garibaldi Alves para que possa tomar as providências futuras. Porque os detalhes que aqui mencionei, inclusive com datas de remessas de dólares são documentos que aparecem e que V.Sª. nega que seja da empresa de V. Sª., embora apareçam em nome da empresa de V.Sª. Era isso, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. Queria só perguntar à Senhora Nelma. Então, isso que foi dito pelo Toninho da Barcelona, vou usar um termo, "mentiroso", não é verdadeiro em relação à Senhora. Tudo que ele afirmou através das perguntas do Senador Antero não era verdadeiro. A Senhora confirma que tudo que ele disse no depoimento dele não era verdadeiro?

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Confirmo. Tanto é que volto a falar que ele deu uma entrevista à revista VEJA, a qual ele afirma que ele me vendia dólares. E depois, no próprio depoimento dele, ele fala que não tinha negócios comigo. Então, ele próprio...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (35:33:00) – Ele fala que a Senhora era concorrente dele.

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Eu era concorrente de quem?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Dele, Toninho.

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Como eu era concorrente dele? Eu não fazia negócio com ele. Não concorria com ninguém.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Exato, mas atuava no mesmo mercado. Ele também mandava dólares para fora, atendia as empresas.

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Mas eu não sou concorrente do Sr. Toninho da Barcelona.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ele que disse.

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Então ele está mentindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ele está mentindo. Muito bem.

SRA. NELMA MITSUE PENASSO KODAMA – Quer dizer, não está dizendo a verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Está falseando a verdade. Muito bem. Senador Antero, vou agradecer a presença da Drª Nelma e do seu Advogado e vou suspender essa Sessão até as 14h30 porque sinto que os jornalistas estão reclamando que querem almoçar, para que nós possamos voltar aos nossos trabalhos, até que chegue o nosso segundo convidado, o Dr. Benedito. Então, uma pausa para o almoço. Obrigado à Senhora e obrigado ao Sr. Advogado pela presença.

Sessão suspensa às 12h53

Sessão reaberta às 14h30

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 62ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo requerimento número 245 de 2004 para investigar e apurar a utilização das Casas de Bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Esclareço aos Senhores e Senhoras Senadores que a continuidade dessa Sessão é com o objetivo de ouvirmos o Dr. Benedito Antônio Valencise, Delegado seccional de Ribeirão Preto. Devo comunicar ainda a V.Exªs.. de que, na primeira parte dessa Sessão, ouvimos a empresária Nelma Mitsue Penasso Kodama, empresária da HAVAÍ CÂMBIO E TURISMO de Santo André. E solicitaria da assessoria para convidar e para tomar assento à Mesa o Sr. Benedito Antônio Valencise para seus esclarecimentos. Dr. Benedito Antônio Valencise, eu, inicialmente, quero agradecer a presença de V. Sª., a convocação feita por essa CPI, e devo dizer que V.Sª. terá o tempo que se fizer necessário para os seus esclarecimentos iniciais. E logo em seguida. Iniciaremos as perguntas dos Senhores Senadores a partir do nosso Relator seguindo a lista de inscrição. V.Sª. tem a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pela Ordem, V.Exª., o Senhor me permitiria?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu conheço o Dr. Valencise, Delegado da envergadura da polícia de São Paulo, sempre trabalhou com muita seriedade, é hoje seccional, acredito que em breve será Diretor da região pelo trabalho que vem desenvolvendo. Então, eu levanto, Dr. Valencise, uma questão para ficar que V.Exª. possa decidir. O Senhor está com o inquérito praticamente ao final, é isso?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Correto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Se houver alguma coisa que possa trazer dificuldade na sua investigação, ou prejudicar, se for um depoimento aberto, gostaria que V.Exª. falasse com o Presidente e com o Relator se quer reservada ou senão um entrave para que faça de forma aberta. Nós queremos preservar a sua investigação e a sua pessoa. Então, Presidente, desculpe. É só para deixá-lo à vontade para a decisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sa, para responder ao Senador Tuma...

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Em primeiro lugar, eu realmente agradeço o Dr. Tuma pela manifestação, também pelo convite que nos foi formulado por V.Exªs., e quero deixar bem claro que na minha profissão, Delegado de polícia da Polícia Civil do Estado de São Paulo tenho o compromisso com a verdade e com a justiça. Não com o sucesso pessoal ou direto de qualquer investigação. Eu quero dizer que sou casado, tenho filhos, tenho uma religião, sou católico, portanto tenho uma fé em Deus muito grande, e peço até ao Espírito Santo que me ilumine nesse trabalho, nessa investigação, que, aliás, vem acompanhada no dia-a-dia pelo Ministério Público. É um trabalho que se iniciou a quase dois anos, tendo em vista interceptação telefônica naquela época feita pelo Ministério Público e pela Polícia Civil onde se instaurou um Inquérito Policial de formação de bando ou quadrilha. Demonstrando-se a existência de uma empresa na cidade de Ribeirão Preto denominada LEÃO & LEÃO, cujos ou a maior parte ou alguns dos integrantes estavam envolvidos em esquemas de controle de licitações havendo fraudes, proporcionando conseqüentemente realização de buscas com autorização judicial naquela empresa, inclusive, resultando na apreensão de modelos de editais que seriam utilizados em concorrência que aconteceriam em cidades vizinhas. Esse trabalho foi realizado, o inquérito teve o seu andamento comprovando-se a existência de crimes de formação de quadrilha e de fraudes em licitações que aconteciam em algumas cidades, motivando conseqüentemente o inquérito e o indiciamento de várias pessoas. Dentre as quais podemos mencionar o proprietário da empresa, Sr. Luiz Cláudio Leão, Vilni(F) (42:38:2) e Barquet, outros funcionários da empresa que neste momento não me lembro, mas que foram instaurados na época o Inquérito Policial 50 do ano de 2004. No decorrer deste inquérito surgiu também a prisão do Sr. Rogério Buratti. (soa a campainha) O qual forneceu dados importantes na época e que resultaram na instauração de um ou-

tro Inquérito Policial. Pois ele mencionou a existência de fraudes na varrição, no serviço de limpeza pública na cidade de Ribeirão Preto. Conseqüentemente, na instauração desse Inquérito com alguns dados por ele fornecidos, instauramos por portaria um novo Inquérito Policial tendo por finalidade a apuração de crimes de peculato, de falsidade ideológica e outros que poderiam vir a ser constatados. E de imediato fizemos uma busca no Departamento de água e esgoto de Ribeirão Preto onde conseguimos apreender documentos importantes. E que segundo alguns funcionários engenheiros técnicos responsáveis pelo DAERP, como é conhecido esse departamento, eram documentos falsificados, documentos que proporcionavam um superfaturamento, documentos que demonstravam a existência de um trabalho que na verdade não tinha sido realizado, e que, na seqüência, ocorria o pagamento feito pelo DAERP, ou seja, pela municipalidade. Nós realizamos diligências, a Polícia Civil, melhor dizendo, realizou diligências objetivando comprovar além desses depoimentos, se aqueles documentos realmente eram falsos, ou seja, corroborando ainda mais as provas existentes, e constatamos que, na verdade, aqueles bairros onde se constava mês a mês à existência de varrição que não tinha acontecido. De fato essa varrição não chegou a acontecer, porque nós ouvimos várias pessoas moradoras de bairros e essas moradoras de bairros confirmaram que elas mesmas faziam a varrição em frente suas casas. Portanto não acontecia qualquer tipo de varrição. E queríamos também os fiscais em pequeno número, sete ou oito que eram responsáveis por toda aquela cidade que tem uma população em torno de setecentos mil habitantes, os quais também admitiram que não era possível fazer a fiscalização e, além disso, eles eram obrigados a assinar documentos, ou seja, o trabalho que era considerado como realizado, na verdade não era, e eles eram obrigados a assinar como realizado, testando, confirmando a realização daquele trabalho. Inclusive um fiscal de nome Severino afirmou que ele se recusou a assinar esses documentos. Na apuração, comprovou-se que a documentação já vinha pronta do DAERP em relação ao relatório do trabalho realizado pela empresa diariamente. E não coincidia com os dados existentes na fiscalização do DAERP, que eram bem menores. Entretanto, os funcionários do DAERP, o engenheiro Mauro, principalmente o Paulo Negri, eram obrigados a fazer uma nova planilha devidamente falsificada, que era essa ordem de serviço que cobria e justificava a saída a mais dos valores em reais. E no transcorrer de todo esse trabalho, também procedemos à oitiva do Sr. Rogério Buratti, já numa fase bem avançada do Inquérito Policial, o qual deixou claro que esse sistema teve início no ano de 2001, e que era coordenado na época pelo então Prefeito Dr. Antônio Palocci e também pelo proprietário da empresa, o Sr. Luis Cláudio Leão, havendo uma situação, segundo Buratti, em que a empresa se obrigava a fornecer mensalmente ao Prefeito como ele menciona e ao segundo Prefeito que ele substituiu o valor de cinqüenta mil reais. E segundo ainda Buratti, teria que haver um equilíbrio no contrato, e para que isso acontecesse era preciso que a empresa também fornecesse algum outro valor. E segundo consta no inquérito, esse valor era entregue ou permanecia na empresa à disposição do Prefeito que depois poderia ser utilizado em campanha eleitoral. De uma forma bem resumida, isso é o que consta no Inquérito Policial.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tem relatório final?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – No primeiro Inquérito Policial 50/04, tem relatório final, já foi encaminhado à justiça...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor pediu alguma vez prorrogação de prazo?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu solicitei porque o fato era muito complexo. Foi solicitado e no final foi representado pela decretação da prisão preventiva dos envolvidos.

(soa a campainha)

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu pediria também para o Senhor informar já que o Senador Tuma interrompeu um segundo, que Ministério Público não levou a diante esse inquérito e está pedindo apenas diligências. Era importante o Senhor dizer a verdade aqui.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exatamente. O meu compromisso com a verdade. Porque eu gosto de olhar nos olhos das pessoas. E sempre olharei. Pode ter certeza. Realmente o inquérito foi relatado, foi encaminhado à Justiça, voltou para o Instituto de Criminalística, para complementação de um laudo que estava falho e atualmente o inquérito ainda encontra-se em poder do Ministério Público. Não houve oferecimento de denúncia. Corretamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi Alves, V.Exª. tem a palavra como Relator.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores , Dr. Antônio Valencise, eu gostaria de perguntar à V.Exª., porque ontem nós ouvimos aqui nessa CPI funcionários da Prefeitura envolvidos no episódio da varrição. E, claro que algumas informações já foram prestadas por eles, mas eu perguntaria se V.Sª. confirma o prejuízo que a Prefeitura teve durante pelo menos quatro anos com esse problema criado com a

varrição (soa a campainha) no valor de quatrocentos mil reais mensais, e se V.Sª. poderia nos informar o valor desse contrato mensal?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Com relação ao contrato mensal, eu não tenho condições de mencionar o valor, entretanto, em relação ao valor mencionado de quatrocentos mil reais, trata-se de um valor ainda estimativo, porque nós temos exames periciais que estão em andamento e esses exames que irão demonstrar com clareza bastante precisa o valor. Mas eu posso dizer que, em decorrência das oitivas e testemunhas existentes, afirma-se que na verdade dentre o trabalho realizado, uma parte paga era referente efetivamente ao trabalho. E duas partes eram referentes aos documentos falsos. Portanto, o serviço que não era realizado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Relator, só um aparte. Na verdade, os três funcionários antes, da mesma maneira que o Delegado, eles disseram que era aproximadamente quatrocentos mil.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Aproximadamente. V.Exª. tem razão. Aproximadamente. Eu gostaria de perguntar ainda ao Delegado, Dr. Antônio Valencise, porque foi dito por esses três funcionários que recebiam ordens superiores. Mas quando se perguntava de onde viriam essas ordens superiores, eles não sabiam responder. V.Sª. poderia nos esclarecer de onde vinham essas ordens superiores de que eles tanto falaram?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Correto. Conforme consta no Inquérito Policial inclusive em documentos que nós trouxemos, essa ordem superior dada à ex-funcionários partia da superintendente do DAERP, que era Isabel Bordini e também de sua subordinada a Luciana, não me lembro o sobrenome dela agora. Entretanto, quando o Sr. Buratti prestou depoimentos, ele deixou claro em suas afirmações que as ordens, que o acerto era feito entre o Prefeito e o proprietário da empresa. E somente a formalização era feita através da Senhora Isabel Bordini que repassava aos seus subordinados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Ele menciona no período de 2001 até 2002, se não me engano, o Dr. Antônio Palocci e posteriormente o Sr. Gilberto M. que o substituiu.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Houve alguma acareação durante o procedimento investigatório?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exatamente. Houve uma acareação entre o Sr. Mauro, a Marilene e o Paulo Negri que confirmam toda a existência dos fatos e com relação a Sra. Luciana que era o outro lado negando a existência desses fatos. Mas o que nós percebemos na acareação, que nós observamos o comportamento da pessoa uma sinceridade muito grande por parte do Sr. Mauro e por parte da Sra. Marilene e por parte do Sr. Paulo Negri. Tanto é que em determinado momento da acareação o próprio promotor que acompanhava sentiu quando a Sra. Luciana olhava de uma forma ameaçadora para as pessoas, sendo advertida por isso durante a acareação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Relator, eu só queria perguntar ao depoente, que os depoentes de ontem mencionaram além da Luciana a Sra. Isabel Bordini. Como o Senhor mencionou. Por que o Senhor não escutou a Sra. Isabel? Ou se pretende ainda escutar?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Sem dúvida. Ela será intimada agora recentemente, inclusive recebemos uma informação do seu Advogado de que ela encontra-se em Brasília, mas ela será sim ouvida nos autos do Inquérito Policial.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E por que é que o Senhor ainda não chamou apesar dela ter feito por escrito o requerimento para ser ouvida?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – É porque nós temos diligências que eram prioritárias e como ela, trata-se de uma pessoa que está sendo investigada, no Inquérito Policial nós primeiro coletamos as provas de forma a instruí-lo e as pessoas investigadas serão ouvidas mais no momento final. Mas ela será ouvida assim como outras pessoas que estão sendo investigadas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E por que é que o Senhor tem essa pressa em dizer a opinião do Buratti...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, acho que está interrompida a ordem. A palavra está com o Relator.

(tumulto)

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Vamos fazer o seguinte, é que houve uma interrupção anterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas eu vou colocar ordem nesse... vou ouvir V.Exª.. V.Exª. pediu "pela ordem" e continuou, fugindo... Senador Tião.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Era o entendimento do Senador Agripino. Nós devemos ordenar...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. Vamos voltar à palavra as Senador Garibaldi e eu peço aos Senhores Senadores que façam as devidas anotações para que ao chegarem as suas oportunidades façam a sua pergunta. Senador Garibaldi.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só peço Pela ordem, Sr. Presidente, de realmente essa orientação ser seguida por todos os Senadores para não haver...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. foi atendido o pela ordem. A palavra a V.Exª. não foi negada. É bom que deixe registrado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não foi negada, mas que realmente eu considero sábia a sua orientação e...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Dr. Antônio Valencise, o Senhor poderia identificar os crimes que foram cometidos pela Dra. Isabel Bordini e pela Dra. Luciana?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Analisando o Inquérito Policial e de uma forma antecipada e sem, por favor, prejulgar quem quer que seja, mas pelas provas existentes nos altos do Inquérito Policial, é possível analisar sim o crime de falsidade ideológica e crime de peculato.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o Senhor Secretário de Governo, Dr. Donizeti Rosa, também é envolvido nesse rol de crimes nessa identificação?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Embora ele tenha sido citado pelo Rogério Buratti, mas não há uma definição em relação à sua participação nesses fatos. Não há uma prova certa, uma prova tranqüila que se possa afirmar que ele tenha um envolvimento nesses fatos.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E com relação à responsabilidade dos prefeitos, dos dois prefeitos. Como é que o Senhor encara essa questão?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Em relação à responsabilidade dos prefeitos, analisando o conjunto probatório, é evidente a participação tanto do primeiro Prefeito como do segundo Prefeito. Tendo em vista tratar-se de um esquema muito grande envolvendo muitas pessoas e não é possível que tenha ocorrido à participação tão somente de funcionários subalternos. Esse tipo de fato que aconteceu na cidade de Ribeirão Preto realmente envolve o comando do Governo, assim como o comando, a chefia, o proprietário da empresa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quer dizer que os prefeitos também têm seus nomes envolvidos. Mas como é tipificado isso? Porque na verdade as ordens não vinham dos prefeitos. Como é?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Segundo consta no Inquérito Policial, a ordem vinha do Prefeito. Ia, era um acordo feito entre o Prefeito e o Presidente e proprietário da empresa. E em seguida essa ordem era repassada pelo Sr. Prefeito à Isabel Bordini que as cumpria.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E com relação ao Sr. Barquet? Ele cometeu algum crime?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Ele foi indiciado no inquérito que eu mencionei que foi encaminhado ao Poder Judiciário. O Inquérito 50, de 2004. Entretanto, com relação ao novo inquérito que é o que está em trâmite, ainda não há como se falar com precisão o seu envolvimento. Há indícios, mas não podemos dizer que ele tenha um envolvimento influente nesses fatos.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o Sr. Juscelino Dourado?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Da mesma forma.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não há ainda nada mais preciso?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não. Com relação ao Juscelino Dourado, não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu pergunto ao Senhor, e a empreiteira LEÃO & LEÃO, como é que o inquérito tipifica o crime cometido por essa empresa?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – A empresa LEÃO & LEÃO sabendo de todo esse esquema porque ela tinha conhecimento da documentação falsificada, ela recebia pelo superfaturamento, e, em seguida, ela também, após receber o dinheiro, ela devolvia conforme consta no Inquérito Policial uma parte desse dinheiro que, segundo consta ia para o Prefeito, ou para o R. Barquet que fazia o destino dele, o qual já é falecido atualmente. E também reservaria dinheiro para os prefeitos da época, segundo consta, dinheiro que seria utilizado em campanha eleitoral. Esse dinheiro era retirado com utilização de nota fiscal conhecida como nota fiscal fria obtida em empresas. Essas notas fiscais já foram devidamente apreendidas pela Polícia Civil, e neste momento estamos encaminhando para exame pericial. Então temos que fazer agora exame pericial referente às ordens de serviços, aos valores pagos, aos serviços efetivamente executados e as notas fiscais que foram retiradas dessas empresas sem que fosse vendida qualquer mercadoria. Então, ela é co-autora dos crimes de falsificação ideológica e dos crimes de peculato. Melhor dizendo, a empresa não, os responsáveis pela empresa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Doutor Antônio Valencise, essas denúncias chegaram como ao conhecimento da Polícia Civil? Foi o Ministério Público?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Houve uma interceptação telefônica autorizada judicialmente em 2004 onde junto a Polícia Civil e Ministério Público instaurou-se o Inquérito Policial que nós mencionamos referente à formação de bando quadrilha. Na seqüência, com a prisão do Sr. Rogério Buratti o mesmo delatou esses fatos proporcionando instauração de um inquérito objetivando a apuração de um fato focado somente em relação à Prefeitura, ao Município de Ribeirão Preto.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sª. acha que já esgotou o elenco de pessoas envolvidas no caso?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Ainda não. Somente após nós encerrarmos todos os trabalhos, os exames periciais comprovação de notas fiscais é que nós poderemos falar sobre números de pessoas e um encerramento desse Inquérito Policial. Antes é precipitado falar qualquer coisa nesse sentido.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – São dois inquéritos. Um já concluído, não é isso? Eu queria que o Senhor repetisse isso para ficar bem...

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Muito bem. Na verdade são dois inquéritos envolvendo todo esse grupo. Um de formação de bando e quadrilha que já foi remetido à Justiça. O Inquérito Policial 50/04, instaurado pela delegacia seccional. E o segundo inquérito é o 26/05 também instaurado pela delegacia seccional que se encontra em pleno andamento. Há um outro inquérito em andamento referente à lavagem de dinheiro envolvendo por enquanto tão somente o Sr. Rogério Buratti e uma outra pessoa da região que não é inclusive de Ribeirão Preto cujo sobrenome é Mauad.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas os fatos criminosos se resumem a esse fato da varrição, ou temos outros fatos?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Nesse inquérito nós estamos apurando precisamente a fraude na varrição, que resulta nos crimes já mencionados.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Esse que foi entregue já, ao Ministério Público?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não. O que foi entregue ao Ministério Público é o da fraude em licitações. É uma quadrilha que praticava as fraudes em licitação. O pessoal foi indiciado em formação de bando ou quadrilha.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas é a mesma quadrilha da varrição?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exatamente. Alguns são.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nem todos são?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Nem todos são, mas alguns são. Por exemplo, e repetindo, o próprio proprietário da empresa LEÃO & LEÃO foi indiciado na formação de bando quadrilha e posteriormente está sendo agora investigado nesse crime também.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A quadrilha maior era da varrição ou das licitações?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não tem dúvida que é da varrição. Mais amplo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Envolvia maior número de pessoas.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – De pessoas. Exatamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Se Deus quiser dentro de uns sessenta dias no máximo estaremos terminando. A demora está sendo nos laudos que ainda estão em andamento e são muitos documentos que foram apreendidos. Nós temos lá uma apreensão de quase duas mil notas fiscais que têm que ser conferidas com ordem de serviço e outros documentos. Isso proporciona um atraso na elaboração dos documentos.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sª. falou aqui num chamado Mensalão que seria de cinqüenta mil reais. Trata-se de uma denúncia de Rogério Buratti. Quais foram às provas colhidas até agora?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Quando fizemos uma busca na empresa LEÃO & LEÃO nós encontramos nos computadores um mapa, e nesse mapa haviam alguns números, e nesses números ele disse que esse número cinqüenta mil reais era referente a esse pagamento.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Esse pagamento foi constatado que era mensal?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exatamente. Mensal. E segundo ele era uma forma para compensar a pontualidade da empresa, inclusive aquela formula para a empresa ter como ser vencedora numa licitação.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E a empresa LEÃO & LEÃO aprova de que as licitações eram aliciadas para contemplar empresa?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não tem dúvida. Nós temos dados que demonstram que a licitação era viciada. Tanto é, vamos deixar bem claro. Na de Ribeirão Preto não houve como comprovar. Mas nós estivemos em outras cidades como Sertãozinho e Matão onde se comprovou a falsidade da licitação. Mas nessa da varrição em Ribeirão Preto por enquanto não posso falar que tenha sito viciada por algum.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quando o Senhor está se referindo a licitações viciadas, não está se referindo só a Ribeirão Preto?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não, são a outras cidades.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Também as outras cidades?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas de Ribeirão Preto também.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Nós estamos ainda com investigações para se ter certeza de falha na licitação. Quem menciona ter havido falha na licitação de Ribeirão Preto foi o próprio Rogério Buratti, quando ele diz que a empresa jogou um preço a menos para ganhar a licitação, que seria compensado depois com outro tipo de serviço, tais como essa ordem de serviço falsificada.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas esse Mensalão de cinqüenta mil era em Ribeirão Preto?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Era em Ribeirão Preto. Ainda ele menciona os nomes do Mensalão de Ribeirão Preto. Quem recebia. Às vezes era o Sr. Ralf que ia buscar o dinheiro da empresa, às vezes algum funcionário da empresa levaria o dinheiro até a Prefeitura. Segundo o Prefeito que o substituiu, é um Senhor de nome Colela, que era o responsável por apanhar esses valores na empresa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas onde o dinheiro ia parar o inquérito não apurou, não pôde constatar nada não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele menciona que iria para um partido. Quem mencionava isso era o Rogério Buratti. O Partido dos Trabalhadores.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço à V.Exª., Senador Garibaldi, concedo a palavra ao Senador Suplicy. V.Exª. tem dez minutos. Peço que marque o tempo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Senador Garibaldi Alves, Dr. Benedito Antônio Valencise. Eu pergunto ao Senhor, em algum momento teve um relacionamento de conhecimento da minha pessoa como Deputado, Senador, ao longo desses últimos anos?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu conheço o Senhor como candidato. Já foi candidato a várias vezes.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim, mas em alguma circunstância pessoal em alguma delegacia que o Senhor tenha trabalhado?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Se não me engano algum comentário sobre qualquer coisa...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não, mas que eu tivesse dialogado com V.Exª.?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Diretamente comigo, nunca.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Porque assim me lembro também. Eu pergunto, com respeito ao Prefeito, hoje Ministro Antônio Palocci, o Senhor tem tido conhecimento pessoal, conversou com ele, dialogou em algumas ocasiões, seja em Ribeirão Preto ou antes pessoalmente?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Nunca tive qualquer contato com o Dr. Palocci. Porque eu trabalhei naquela região de Bauru e estou trabalhando em Ribeirão Preto a partir de 24 de junho de 2004.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu pergunto se em alguma ocasião, portanto, não tendo o Senhor qualquer relação próxima com ele, pessoal, se houve algum fato ao longo de sua vida que pudesse caracterizar algum motu importante, pessoal, para o Senhor agir em relação ao Ministro Antônio Palocci de uma maneira que pudesse ser dita: "Puxa, mas..." Eu pergunto isso porque há pessoas que dizem: "Ah, parece que o Delegado Benedito Antônio Valencise tem como que uma vontade pessoal de atacar o Ministro Antônio Palocci".

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não, em hipótese alguma. Nunca tive nada contra ele e nem qualquer situação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Como iniciou o inquérito que apura essas irregularidades no DAERP? Foi com o depoimento do Sr. Rogério Buratti apenas que o Senhor chegou até este assunto?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Nós temos que voltar um pouco. Nós instauramos um inqué-

rito em decorrência de interceptação telefônica sendo objeto dessa interceptação o próprio Rogério Buratti, Barquet e uma outra pessoa que não me lembro agora. Fernando Fischer, e nessa época instaurou-se o inquérito de formação de bando quadrilha. Resultando no final, no indiciamento de várias pessoas, inclusive do próprio Rogério, que naquela época acabou inclusive sendo preso. E nessa época, ele mencionou os fatos como aconteciam e também mencionou a fraude na varrição do lixo na cidade de Ribeirão Preto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Por ordem de quem o Senhor mandou gravar e depois mandou entregar na emissora Rede Globo de televisão aquela gravação para divulgação? É um costume do Senhor fazer isso?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não. Em hipótese alguma. Não fui eu e não sei como aquela fita saiu na Rede Globo, mas não recebi ordens de ninguém e também não fui eu que forneci.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas o Senhor, responsável pela delegacia, o Senhor sabia exatamente como se passam as coisas na delegacia.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exatamente. Mas eu não sei como...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Por que dois policiais foram designados para levarem da sede da Delegacia Seccional de Ribeirão Preto e permaneceram na sede da emissora na cidade até o completo envio da mensagem para a cidade de São Paulo? O Senhor estava acompanhando de perto todo o procedimento?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Por mim não foram designados.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Os policiais do seu distrito então não obedeciam às suas diretrizes?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu sou um Delegado da delegacia seccional, onde nós comandamos quinhentos e cinqüenta policiais. E eu sou Delegado Seccional...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Por que tratou com a emissora em São Paulo sobre a utilização das imagens?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu não fui. Em hipótese alguma. Inclusive fiquei surpreso quando saiu essa divulgação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Normalmente o Senhor grava e divulga os depoimentos colhidos na sua delegacia?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não. Normalmente...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Senhor me desculpe, dada à disciplina que o Presidente me impôs eu tenho ser muito rápido, quantas ligações o Senhor recebeu durante o depoimento do Sr. Rogério Buratti?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Nenhuma. Fiquei fechado numa sala e nenhuma ligação recebi. Tanto que havia promotores também na sala.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Nessa ocasião, o Secretário de Segurança Saulo Queiroz de Abreu conversou com o Senhor?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não. Eu não tenho essa liberdade de conversar com ele.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não deu nenhuma diretriz para o Senhor?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não. Em hipótese alguma.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Dada à disciplina com que o Presidente Efraim Morais hoje quer que eu me porte, eu vou ter que...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quero dizer a V.Exª. Eu serei tolerante dentro do limite.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Nós todos aqui concordamos com o Senador Suplicy. Para ele é muito difícil trabalhar dessa forma.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, fique à vontade. Serei tolerante com V.Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Agradeço a atenção. O Senhor tem formação de Delegado e também de Advogado? Permita-me perguntar sua formação. Por favor.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu sou bacharel em Direito...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então, naturalmente o Senhor conhece muito bem a Constituição Brasileira, e especialmente o art. 5°, todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviabilidade e o direito à vida, liberdade e igualdade datado segurança e propriedade nos termos seguintes, e aí, no inciso XIII está escrito, conhece muito bem a lei. Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano e degradante. O Presidente há de convir que é da maior relevância que eu possa esclarecer os seguintes episódios. O Senhor, recentemente, em uma entrevista para a TV BANDEIRANTES, sabe que o repórter Fabiano Ribeiro afirmou que identificou a existência de indício de envolvimento dos prefeitos administrando a cidade de Ribeirão Preto de 2001 a 2004. O Senhor confirma essa informação?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu não me lembro, mas pode ser que eu tenha falado, sim. Eu não vou negar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Por que é que o inquérito não foi imediatamente encaminhado pelo Senhor e pelos Promotores de Justiça ao Supremo Tribunal Federal uma vez que envolvia o então Ministro Palocci?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Estamos só aguardando a ultimação dos laudos que nós mencionamos e será encaminhado ao Poder Judiciário local que adotará as providências pertinentes.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas o Senhor sabe que o que envolve o Ministro de Estado deve ser encaminhado ao Supremo Tribunal Federal?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Mas a norma é encaminhar para o Poder Judiciário local.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exatamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Qual foi a participação do Senhor na apuração do seqüestro do filho de um empresário dono de uma confecção em Ribeirão localizado em um cativeiro da cidade de Jardinópolis. O Senhor esteve no cativeiro?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Além do cargo de Delegado da seccional, eu acumulo o cargo de coordenador do grupo anti-seqüestro de toda a região de Ribeirão Preto, de todo o departamento. E realmente eu fui o responsável pela coordenação de todo esse trabalho que resultou no resgate da vítima, graças a Deus, e também na prisão praticamente de 90% dos envolvidos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E o Senhor participou da oitiva dos envolvidos na delegacia?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu fui o responsável. Eu que presidi o auto de prisão em flagrante em delito dos detidos. Foi prisão em flagrante.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Senador Romeu Tuma e o Senhor sabem perfeitamente que eu tenho o dever de perguntar por mais difíceis que possam ser essas perguntas. Se o Senhor estivesse no meu lugar, o Senhor obviamente concordaria que eu teria que estar fazendo essas perguntas difíceis para o Senhor.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Qual é a ligação disso com o fato? É isso que eu não estou entendendo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A de compreender na medida em que eu puder fazer as perguntas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, o Senador não pode ser interrompido.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E eu faço essas perguntas, Sr. Presidente, porque os envolvidos citaram na ocasião em interrogatório judicial e em sindicância no Ministério Público nominalmente o Sr. Benedito Antônio Valencise como sendo um dos policiais que teriam torturado essas pessoas. O que o Senhor tem a falar sobre esse assunto? O Senhor tem ciência da existência das investigações do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil sobre denúncias de torturas praticadas pelo Senhor e por alguns de seus subordinados na cidade de Ribeirão Preto. O Senhor já foi investigado pela Corregedoria alguma vez em razão de suposta prática de tortura? O Senhor tem ciência de que houve denúncia do Dr. Leopoldo Paulino, representado por Marcelo César Duarte, a Juíza Paula Maria Ribeiro da primeira vara da comarca de Barra Bonita contra policiais civis por tortura a réu preso em 16 de julho de 2003 pedindo a abertura de processo crime e também denúncia feita pelo Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, ao Dr. Itagiba Farias Ferreira Cravo, ouvidor que foi remetido à corregedoria em 28 de agosto de 2003 por abuso policial e perseguição política. Também outra denúncia encaminhada ao Diretor Delegado do DEINTER 4, de Bauru, (?) (1:19:27) registro sobre ofício ao segundo Promotor de Justiça em Barra Bonita, Dr. Luis Fernando Violi. Ademais eu quero informar ao Senhor, quando eu soube destes episódios, eu resolvi telefonar para o padre Agustinho que foi uma das testemunhas que ouviu três pessoas que sim, haviam cometido crime, mas que, entretanto, para confessarem, disseram que foram significativamente torturados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Ele está sendo interrompido novamente, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Bem, eu pediria aos Senadores, como o Senador Romeu Tuma coloca em dúvida o que eu estou dizendo, eu vou dizer o que foi dito pela Sra. Adriana Aparecida dos Santos, recentemente no dia 20 de dezembro de 2005 ao Doutor...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou conceder mais três minutos a V.Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então eu vou ter que ser muito rápido porque são muitos os episódios.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A não ser que algum dos Senhores Senadores conceda o tempo deles para V.Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas em 20/12/2005, portanto recentemente os outros episódios eram de 2003. Juiz: "A Senhora está com o curativo no ombro. Tem alguma coisa com as agressões que a Senhora sofreu"? "Responde:" Eu levei paulada e vários tapas. Me derrubaram na cadeira e chutaram minha cabeça. Eles falaram, se não levantar rápido a gente vai acabar de pisar e te matar". O Juiz pergunta: "Quando a Senhora diz ter sofrido agressão em Ribeirão, a Senhora estava aonde"? "Acho que era a delegacia". "Sabe o nome de alguém que tenha participado dessa agressão"? O depoente: "O Dr. Carlos do DIG e o Dr. Benedito da seccional". Vou ler agora o depoimento de Mona Lisa ao Dr. Silvio Ribeiro Souza Neto, Juiz de Direito de Ribeirão Preto então acompanhado pelo promotor José Roberto Marques. Depoente: "Numa sexta-feira eu estava trabalhando e pedi para a minha patroa para sair mais cedo que eu ia fazer um convênio odontológico. Logo que cheguei lá à polícia chegou lá e mandou deitar no chão e pôs nós para fora da varanda". Pergunta o Juiz: "Fazia quanto tempo que a Senhora estava lá"? "Tinha uns vinte minutos. Eles puseram na viatura e levou nós para o meio do mato. Eu perguntei para onde a gente estava indo, ele falou para a gente ficar quieto. Levou para o meio do mato numa casinha e mandou sentar e ficar de cabeça baixa. Depois levou para a delegacia e perguntou meu nome, puxou meu cabelo e deu tapa na minha cara. Nós estávamos numa sala e o Benedito Antônio Delegado e o Carlos da DIG, me bateram e me deram bastante paulada na minha cabeça e muito tapa na minha cara. Ele falou que se eu não fosse responder tudo que eles iriam me perguntar iriam me matar. Eles deram chute e murro na minha barriga. Perguntou se eu estava grávida e eu falei que não. E ele falou que se tivesse eles iam arrancar meu filho. Eu não falei nada no meu depoimento". "A Senhora sabe ler"? Pergunta o Juiz. "Eu sei ler e escrever. Na hora passou bom tempo e ele veio com um monte de papel e mandou eu assinar. Eu falei: Posso ler, Senhor? Ele falou: Não vai ler nada! E me chamou de vagabunda. Eu fui obrigada a assinar porque não agüentava mais apanhar. Outro episódio. O menor de apenas quinze anos, J S L ao Dr. Marcelo Pedro Goulart, Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Ribeirão Preto, em 19 de dezembro de 2005 recentemente também ouvido pelo padre Agustinho que me relatou este episódio ainda hoje pela manhã. Chegando na DIG os policiais que o prenderam entregaram a policiais civis daquela delegacia, ainda algemado o declarante foi levado a uma sala onde foi ouvido por um policial na presença do escrivão. Durante o interrogatório, o policial que fazia perguntas forçava a entregar os executores do seqüestro e como declarante não delatava os seqüestradores este policial desferiu violentos tapas e socos no rosto na cabeça e em outras partes do corpo"...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mais dois minutos para V.Exª. concluir.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Obrigado. Este policial também lhe aplicou o golpe do telefone, o que provocou o rompimento do tímpano. O que pode ser constatado. Chegou a sair sangue do ouvido direito do declarante. Este rapaz está preso na FEBEM, pode ter cometido crime e tudo mais, mas que eu saiba este não é o procedimento de se argüir pessoas em delegacias. Ainda em outro caso. Vejam que são diversos casos de 2003 para cá que estão sendo objeto de apuração, investigação para apurar prática de tortura presidida pelo Luis Antônio Costa, Promotor de Justiça de Ribeirão Preto, Dr. Eliseu José Everardo Gonçalves, Promotor de Justiça, Antônio Funari, Ouvidor das polícias do Estado de São Paulo, Ana Paula Vargas de Melo, representante da Comissão de Direitos Humanos, da OAB, e Marcelo Duarte Oliveira, Padre Agustinho, Cleiton Roberto Dualtoni (F) (1:24:37) prestou o seguinte depoimento. Será o último, Sr. Presidente. "Fizeram eu ficar pelado, pediu para eu tirar a roupa e passar uma faixa no joelho e entre os braços". Ministério Público perguntou: "Que faixa"? "Tipo de médico, esparadrapo". "Grande?" Depoente responde: "Mais ou menos grande. Me enfaixaram no cotovelo e no joelho e aí eu estava algemado e tipo agachado e passou um pedaço de pau e travou eu. Eu fiquei dependurado e colocaram pau e puseram duas mesas próximas". Ministério Público pergunta: "Fixaram pau em cima"? "Sim, eu fiquei dependurado com a cabeça para baixo". "Quem estava na sala"? "Tinha um monte de investigador". "Quem você viu"? "O Dr. Carlos que deu o choque mesmo. Colocou na tomada o fio, esticou o fio e vinha e dava choque em mim". "Em que lugar do seu corpo"? "No saco". "Dava choque no saco?" Depoente: "Sim". Ministério Público: "Em outro lugar"? "Na orelha também. Se eu gritasse eles me davam choque e eu gritava". Dr. Benedito, infelizmente esses fatos ainda continuam a ocorrer nos distritos policiais e nas delegacias do Brasil, em que pese estejamos em 2006. Mas eu pergunto: Também em Ribeirão Preto aconteceu isso sob a responsabilidade de V.Sª? Por acaso o Dr. Saulo de Castro Abreu, secretário da segurança de São Paulo já chamou o Senhor alguma vez para perguntar se estes fatos foram verdadeiros na medida em que eles estão consignados denunciados ao Ministério Público, por acaso o secretário da

segurança perguntou ao Senhor diretamente se a há verdade nesses fatos? O que de verdade há? Porque são muitos os fatos. Não só um, diversos. Diversas pessoas, inclusive o Vereador Marcelo Cavinatto foi objeto de perseguição indevida. E este eu conheço. Foi meu aluno e eu tenho a convicção de que os fatos que se procuraram colocar sobre ele não eram verdadeiros. E ele precisou batalhar muito para comprovar a sua inocência. Então eu pergunto se estes fatos têm qualquer procedência, porque eles estão sendo objetos de averiguação no Ministério Público.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e concedo a palavra ao Dr. Benedito.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Em primeiro lugar eu queria dizer a V.Exª. que é fácil responder as perguntas do Senhor. Muito fácil. Com relação a essa... O Senhor pode ver nesse rol todo como o Senhor próprio mencionou, são seqüestradores, traficantes e assaltantes que nos delatam. Não teve até hoje uma pessoa de bem ou pessoa honrada que fez qualquer delação contra nós. Em relação ao caso do seqüestro, houve uma prisão em flagrante em delito e formalizado o flagrante, as pessoas foram encaminhadas para a unidade prisional respectiva. Em relação ao Sr. Marcelo Cavinatto, realmente foi instaurado inquérito contra ele por requisição do Ministério Público de Barra Bonita na época. Posteriormente ele foi denunciado pelo Ministério Público por envolvimento com tráfico de entorpecentes, não sei qual o resultado do processo, porque eu saí daquela região. Entretanto tomei conhecimento que tempos depois ele novamente voltou a ser preso trazendo drogas consigo e...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Absolutamente verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, peço a V.Exª. que escute o depoente e em seguida com a palavra o Senador Tião. Foram vinte minutos utilizados por V.Exª. Senador Suplicy.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – É verdade, existem documentos e eu me comprometo a encaminhar aqui para a CPI. Em relação ao outro individuo...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Me permita interromper. É verdade que denunciaram e é verdade que ele já foi absolvido. Já esclareceu e não foi verdade o episódio...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, eu peço à V.Exª., da mesma forma que os próprios colegas de V.Exª. pediram que V.Exª. usasse o tempo dobrado, foi atendido, V.Exª. agora respeite o depoente para que nós possamos aproveitar.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Com relação a este que fala que levou o choque, isso não é verdade. Porque também foi preso em flagrante após ter praticado um latrocínio invadindo a casa de um Advogado em Ribeirão Preto à noite e graças há Deus três horas depois ele foi preso em flagrante em delito. Agora, acusações existem. Até hoje nenhuma foi comprovada. E muitas dessas mencionadas por V.Exª. foram devidamente arquivadas. Com relação ao outro indivíduo que fala de 2003, inclusive eu trouxe documentos aqui que ele tem uma folha de antecedentes que dá mais ou menos isso aqui de grossura. Ele foi condenado a setenta e cinco anos de reclusão pela prática de vários crimes. Agora, com relação ao secretário...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Perdão, a denúncia foi feita pelo Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, Leopoldo Paulino. Que eu saiba, não é seqüestrador, não é bandido.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – É bandido. Eu tenho os documentos aqui. Ele chama Douglas de Melo Cabral. E mais, com relação ao Sr. Secretário, ele nunca me chamou para qualquer situação. Porque inclusive a Polícia Civil tem a sua Corregedoria e se eu tiver que dar algum esclarecimento eu darei à Corregedoria...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E o Senhor tem dado esclarecimentos à Corregedoria sobre isso?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Tenho sim. E posso deixar bem claro que em momento algum houve qualquer situação de tortura contra quem quer que seja.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A documentação V.Exª. deixará com a CPI. É possível ela ficar com a CPI. Senador Tião Viana, V.Exª. tem a palavra por dez minutos, com a tolerância de sempre dessa Presidência.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Agradeço.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu preciso de só de dez segundos, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem dez segundos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Senhor mencionou que não teve relacionamento pessoal em alguma ocasião qualquer que seja com o Ex-Prefeito e Ministro Antônio Palocci. Eu quero dizer que eu tive. E em todas as situações eu sempre vi no Ministro Antônio Palocci à obediência aos princípios de correção de defesa da ética e isso eu quero transmitir ao Senhor.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Dez segundos para mim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador José Jorge, V.Exª. vai ter dez minutos. Essa afirmação do Senador Suplicy é padrão em todas as sessões. Senador Tião Viana.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Senador José Jorge merece ter dez segundos...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana tem a palavra.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores. Eu começaria por onde o Delegado quase terminou suas falas. O Senhor disse que nenhuma dessas denúncias foi comprovada, nenhuma denúncia apresentada contra o Senhor foi comprovada e, portanto o Senhor entende que não pode ser condenado por isso. Foi isso que o Senhor disse aqui agora.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – O que eu quis dizer é que os fatos não existiram, embora haja denúncia procedente de pessoas envolvidas com crimes contra nós, mas os fatos sequer existiram.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – E não se comprovaram?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Porque não existiram os fatos.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – E o Senhor considera comprovação de fato contra o Senhor o quê?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu considero desde que haja prova documental, prova testemunhal e que haja idoneidade da pessoa que está fazendo a denúncia.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – O Senhor acha que a prova testemunhal é suficiente para condená-lo?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Só uma prova testemunhal, não. Precisa mais coisas.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – E como é que o Senhor está condenando incluindo autoridades de Estado só por prova testemunhal?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu não condenei.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – O Senhor condenou. O Senhor assumiu responsabilidade...Então diga o que o Senhor disse?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu falei que o Inquérito Policial mostra o envolvimento do então Prefeito e do outro Prefeito...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – É condenação ou não é condenação que o Senhor faz?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Então o Senhor não condena o Ministro Palocci? Eu estou lhe perguntando se o Senhor condena ou não. O Senhor condenou?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não sou eu quem condena. Eu não sou Juiz.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu estou com a palavra, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra e eu peço à tranqüilidade que é uma característica de V.Exª.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Exatamente. Agora, eu lhe pergunto: O Senhor não consegue condenar aqui, afirmar que o Ministro Palocci cometeu crime?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu não sou Juiz para condenar. Mas na condição de Delegado de Polícia, o que posso fazer é um indiciamento. E com as provas que eu tenho, se fosse de minha alçada eu o indiciaria.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Pediu indiciamento.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu o indiciaria.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – O Senhor agora está falando como Juiz?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não, como Delegado de Polícia.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – O Senhor pode pedir o indiciamento?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não, eu posso fazer o indiciamento.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Perfeito. O Senhor recorda de fato ocorrido junto a um abuso franco de autoridade seu contra funcionários federais da Receita Federal em junho de 2005?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Aquilo lá foi dentro da lei, porque o Delegado da Receita Federal me desacatou e não houve outra forma a não ser dar a voz de prisão em flagrante...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Mas o Senhor vai me ouvir e depois do meu tempo o Senhor vai ter direito de se manifestar de maneira muito tranqüila. Então veja bem o que diz aqui, uma denúncia feita por servidores federais contra V.Sª. aonde autoridade judicial diz o seguinte:" Jamais o Delegado poderia prender ou deter fisicamente autoridade administrativa dentro do seu âmbito funcional" que foi exatamente o que o Senhor fez. Está dito aqui. Consagrou sua atitude uma prisão absolutamente ilegal e violadora dos princípios de Direito Constitucional e penal. Isso é dito contra o Senhor. O Senhor vai ter todo o tempo do mundo para se explicar. A sucessão de erros de V.Sª. não parou por

aí. Seguiu-se com a detenção e desnecessariamente lançar mão de algemas nas mãos do auditor Federal Glauco. A sua condução coercitiva à Delegacia de Polícia onde a encenação teatral continuou. Diz mais, se estranha o fato de que na Delegacia de Polícia antes da remessa dos autos a esse juízo não tendo sido ouvidos os técnicos e auditores fiscais presentes no local da ocorrência. Foram colhidos depoimentos apenas dos delegados de polícia presentes. Delegados ligados ao Senhor, no seu ambiente de trabalho. Então, isso aqui não é meu. As conclusões são muito claras no que diz a Justiça Federal que é uma Justiça insuspeita, que apurou abuso de autoridade franco seu, o Senhor pegou um caso que julgou um delito, levou a Receita Federal e queria obrigar as autoridades e as levou algemadas porque não concordaram com a interpretação da lei que o Senhor deu. E agiu transgredindo princípios elementares de Direito Penal e Direito Civil. Está aqui. Então o Senhor praticou esses delitos. Vou ler mais coisas aqui envolvendo exatamente o seu nome. O Sr. Clailton Roberto Gualtolini(F) diz, a minha família inteira, minha mãe, meu pai e meu irmãozinho e até meu sobrinho e eles chegaram quebrando o portão. E o Dr. Carlos, que trabalha com o Senhor, Delegado. (soa a campainha) Não já estava apreendido aí, e chegando lá no primeiro distrito começou a me torturar mesmo. Eu pedi para o meu pai ir junto comigo. Um rapaz de quinze anos junto comigo, depois não foi na hora que parou no meio do caminho. Lá numa rua escura estava madrugada não tinha ninguém na rua e eles começaram a me bater. Tem um coqueiro na última cela de frente no final do corredor, lá na salinha fizeram eu ficar pelado, pediu para tirar roupa, passaram à faixa no joelho e entre o braço mais ou menos grande me enfaixaram no joelho e cotovelo e eu estava algemado tipo agachado e passou um pedaço de pau e travou e eu fiquei dependurado e colocaram pau e puseram duas mesas próximas. Elas só pararam de torturar porque eu fingi um ataque epiléptico e acharam que eu ia morrer e pararam. Isso é com gente que trabalha com o Senhor. O Senhor nunca tomou conhecimento desses fatos. O Senhor nunca agiu para pedir uma apuração. O Senhor acha que isso é o cotidiano da polícia civilizada e ética de um país. Aqui diz mais. Está bem nominal a situação aqui. O que diz esse caso aqui? Diz o seguinte: Adriana Aparecida dos Santos. O que ela diz aqui? Ela diz que estava com o curativo no ombro. Tem alguma coisa a ver com as agressões que a Senhora sofreu? Eu levei pauladas e vários tapas. Derrubaram-me de cadeira e chutaram a minha cabeça. Eles falaram se não levantar rápido a gente vai acabar de te pisar e te matar. Eu pergunto à autoridade judicial, sabe o nome de alguém que tenha participado dessa agressão? O Dr. Carlos da DIG e o Dr. Benedito da seccional. Está aqui declarado e o Senhor tem todo o direito de negar, mas isso aqui é depoimento direto à autoridade judicial contra a sua dignidade. Para nós, Delegado, a coisa mais importante é que uma autoridade entre aqui-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Mas Senador, nós temos ouvido tantas agressões à dignidade também de algumas pessoas. O Ministro Palocci está sendo... E eu sei que V.Exª. pondera com razão. Mas o Ministro Palocci está sendo vilipendiado também sem uma prova. Ele acaba de dizer que não tem provas, mas já condenou perante a opinião pública a ordem do Ministro. Então eu estou mostrando quem é o Delegado para estar fazendo o que ele está fazendo. Porque aqui tem uma criança de quinze anos, tem uma situação que cita nominalmente. Ele vai ter o direito de se defender e dizer o que quiser no depoimento, mas eu me sinto no dever de esclarecer porque se nós não defendermos quem acreditamos que é inocente, nós podemos pagar um preço de ver a injustiça ocorrer. E esta Casa, Delegado...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não, aí V.Exª. tem toda razão. Eu não tenho dúvida, Senador Antônio Carlos. Que nós temos aqui uma série de erros da administração pública brasileira, que casos de corrupção ocorreram. Não digo que não haja erro, que não haja problemas de corrupção em Ribeirão, em Santo André, Campinas onde quer que seja. Agora, a generalização é que me preocupa. A caça aos chamados agentes políticos principais. Então é por essa razão. Porque na hora que entrar nessa Casa, Delegado, todo cidadão para ajudar uma CPI que tem o papel fundamental de acelerar um julgamento que o rito judicial não permite, que possa acelerar a identificação de culpados, pedir o indiciamento criminal, punir exemplarmente os criminosos, muito bom para o Brasil, muito bom para todo mundo. Mas na hora que entram aqueles aqui cumprindo tabela de pressupostos políticos é muito grave. Nós não podemos usar a estrutura do aparelho democrático de um país às vezes para querer vilipendiar a dignidade de ninguém. O que o Senhor tiver de prova é bem-vindo. O que o Senhor trouxer com absoluta isenção é bem-vindo. Mas a sua biografia não me permite respeitar o seu depoimento. Porque o Senhor diz que não tem prova, mas condena. E o que vale, muitas vezes, é que a honra picotada soltada à ventania nunca mais se junta a ela. Eu espero que o que o Senhor traga aqui seja a absoluta verdade e não o

envolvimento com atitudes passionais ou que venham a destruir a dignidade de quem quer que seja.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor tem a palavra, Dr. Benedito Antônio Valencise.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Em primeiro lugar, com relação às provas, eu fui bem claro e expliquei com relação a todas as provas existentes em relação aos envolvimentos das pessoas cujos nomes já foram mencionados. Eu quero deixar bem claro também que eu não combato as pessoas. Eu combato os crimes praticados por essas pessoas. Em relação a fatos que me são imputados procedentes de pessoas que atualmente encontram-se presas, eu os reputo improcedentes. Além do mais, pode ser que em decorrência de inúmeras pessoas que trabalham comigo tenha havido algum fato que não chegou ao meu conhecimento. Mas também eu tenho condições de citar aqui inúmeros fatos, inclusive prendi em flagrante investigador envolvido com o tráfico de drogas e outras situações que chegaram ao meu conhecimento e as providências foram imediatamente tomadas, em relação a esse Delegado da Receita Federal é uma situação polêmica a atuação. Uns entendem que é correto e outros entendem que não é correto. Então não se pode admitir que o Delegado estava certo. Porque se tivesse matado uma pessoa lá dentro, eu também o teria prendido em flagrante delito. Não é porque ele é um agente Federal que não seria preso. Ele seria preso sim. E eu tenho tanta certeza da correção do trabalho que ocorreu naquele dia, porque se acontecer novamente, pode ter certeza que eu vou tomar a mesma providência.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu já encerro deixando claro que ao final desse depoimento eu vou pedir a palavra de V.Exª. para não criar uma idéia de intimidação para uma atitude que tomarei. Só pedindo um prazo reservado de quinze segundos no final da oitiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. será atendido, Senador Tião. Com a palavra o Senador Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, Senhores Senadores, Sr. Benedito Antônio Valencise, eu fui autor do requerimento que o convocou. E da minha parte, valor algum tem acusações de marginais, ladrões, assaltantes, assassinos que utilizam essa tática da marginalia, que é de desqualificar quem investiga para indiciar. Portanto, o currículo de V.Exª. é valorizado pelo trabalho que vem executando ao longo da sua atividade profissional. E da nossa parte. Fique tranqüilo que...

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião, eu solicitaria aos companheiros da imprensa que não é possível. Depois no final nós estaremos fornecendo as informações.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Denúncias de marginais contra V.Sª. não o desqualifica diante desta Comissão e diante do país. V.Sª. cumpre o seu dever de apontar responsabilidades em relação à corrupção evidente, existente na área da sua atuação de policial. Eu começo exatamente relativamente às provas já que, ao concluir, o Senador Tião Viana fez referência à existência ou não existência de provas. Há uma declaração do Senhor à imprensa que diz o seguinte: A polícia tem tudo devidamente comprovado. Com prova documental, prova testemunhal. De 2001 a 2004, gestão, portanto, do Prefeito Antônio Palocci. Houve corrupção com certeza absoluta. Esta é a afirmativa taxativa de V.Sª. A imprensa ainda noticiou que as provas foram obtidas na apreensão de documentos junto ao Departamento de água e esgoto de Ribeirão Preto em agosto de 2005, e por meio de depoimentos de funcionários do Departamento. Portanto são provas documentais e provas testemunhais. Eu indago, quais são estas provas? Primeiramente gostaria de V.Sª. em numeração das provas que constam do inquérito.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Em primeiro lugar, a prova documental são realmente documentos, ordens de serviços falsificadas que foram encontradas, apreendidas pela Polícia Civil no DAERP, Departamento de água e esgoto de Ribeirão Preto onde se demonstra a existência de trabalhos desenvolvidos mensalmente pela empresa no período compreendido entre 2001 e 2004, trabalhos esses que não foram realizados. Entretanto, em decorrência da cobrança a mais feita pela empresa que precisava receber os valores, então havia necessidade da expedição desses documentos.

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Solicitaria aos Senhores Senadores que sentassem para que nós pudéssemos dar continuidade. Senador Romeu Tuma-

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Tem uma reunião do PT aqui atrás.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, o Senador Romeu Tuma está no meio também.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Exatamente, num acordo do PFL com o PT.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Há um entendimento aí. Senador Álvaro Dias, eu agradeço a V.Exªs..

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Está com a palavra o depoente.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Inclusive, esses documentos no primeiro ano considerando-se que o pagamento era feito a mais e não tinha uma documentação viável, no final do ano resolveu-se expedir essa ordem de serviço com data retroativa a partir de primeiro de janeiro de 2001. E depois para dar uma demonstração de formalismo e de regularidade, criou-se um livro onde se registravam essas ordens de serviço. Essa é uma prova.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O Senhor poderia fornecer à Comissão, por exemplo, cópia magnética do disco rígido dos computadores apreendidos? De dados também do sigilo telefônico bancário?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Sim, temos condição, sim. Podemos encaminhar. Eu não trouxe agora.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu solicito a V.Sª. que encaminhe à Comissão esses documentos.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Correto. Inclusive mapas que demonstravam o pagamento da propina segundo os depoimentos das pessoas.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E esses pagamentos eram os chamados três por um? Se a nota era de quinhentos pagava mil e quinhentos?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – A Prefeitura pagava a LEÃO & LEÃO exemplificando, mil e quinhentos reais. Um milhão e quinhentos mil. Quinhentos mil reais seriam pelo serviço efetivamente realizado. E um milhão de reais era o valor que era embutido naquelas notas ordens de serviços falsificadas. E para a empresa que recebia o valor de um milhão e meio para lavar esse dinheiro, ela então utilizava notas fiscais frias, que são documentos que apreendemos recentemente na própria empresa. Esse é um exemplo. O valor estimativo que eu falei no início aqui foi de quatrocentos...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E a destinação do resultado da propina era o PT, existe indícios, existem provas ou apenas...

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Segundo consta no Inquérito Policial, e segundo informação do Rogério Buratti, o dinheiro no valor de cinqüenta mil reais era encaminhado ao PT por meio do Ralf Barquet com o conhecimento e orientação dos prefeitos da época.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu gostaria que o Senhor esclarecesse também rapidamente para aproveitar bem o tempo, sobre valores. Consta que a média mensal de um milhão e setenta e três mil, trezentos e cinqüenta e três reais era o que a Prefeitura pagava para a LEÃO & LEÃO. O preço caiu depois quando mudou o Prefeito. A média passou a ser seiscentos e cinqüenta e seis mil, seiscentos e setenta e cinco. Sem alteração nos serviços e ainda com reajuste contratual de 7,12%. Foi quando o PT deixou a Prefeitura e assumiu Wilson Gasparini. De uma gestão para outra a redução foi de 60%. O Senhor confirma esses números? E se positivo o Senhor saberia informar a razão pela qual esse custo mensal dos serviços da LEÃO & LEÃO caíram em 60% de uma administração para outra?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Realmente houve a queda. Eu não tenho condição de precisar números porque eu não anotei. Mas temos documentos que demonstram os mapas dos pagamentos. Foi uma queda significativa. E o que proporcionou de forma sensível essa diminuição não foi realmente à diminuição da realização das atividades. E sim se acabou com a expedição das ordens de serviço falsificadas.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Acabou-se o três por um e caiu em 70%. Existia esse esquema com relação, por exemplo, à dragagem de rios?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Com relação à dragagem de rios nós não investigamos. Nós investigamos somente a varrição feita nas ruas da cidade de Ribeirão Preto.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Quanto à Senhora Isabel Bordini, o Senhor considera o Senhora Isabel Bordini a comandante desse esquema de corrupção implantado na CODERP?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Excelência, eu quero deixar bem claro que eu nem a conheço pessoalmente. Mas pelas provas existentes no inquérito ela era a pessoa responsável pela formalização de todo esse esquema obedecendo a ordens superiores, segundo o Sr. Rogério Buratti que testemunhou ordens dos prefeitos naquela época.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O Ministro Palocci em seu depoimento nessa CPI fez uma defesa contundente da Senhora Isabel Bordini. E o marido desta Senhora é homem de confiança do Ministro e ocupa um cargo de confiança no Governo Federal. O Senhor sabe dizer a mando de quem a Senhora Isabel Bordini trabalhava? Agia dessa forma? (soa a campainha) Era ordem direta do Prefeito, existe indício disso?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Conforme consta nos depoimentos, seria ordem direta do Prefeito.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Do Prefeito Antônio Palocci?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Da época. E depois do seguinte que o substituiu.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O Senhor identificou irregularidades no processo licitatório que selecionou a empresa LEÃO & LEÃO para a prestação desse serviço de limpeza na cidade?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Nós ainda estamos analisando e eu ainda não tenho condições de falar sobre qualquer irregularidade nesse contrato de licitação.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E o Senhor tem notícia se durante as tratativas para a contratação da empresa aconteceram encontros reservados com o Prefeito e outros dirigentes da administração municipal?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu não tenho conhecimento. Não sei se houve ou não.

(soa a campainha)

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Segundo notícia da imprensa, um dos documentos encontrados no computador do Sr. Wilney Barquet, ex-Presidente da Leão Ambiental, a Polícia Civil teria identificado a existência do Caixa dois, aquele do cinqüenta mil por mês para o doutor. Essa era a expressão utilizada." Para o doutor". Eu também sou paulista lá do interior de Guatá e depois vivendo ainda como garoto em Maringá e a gente chamava de doutor o médico. O médico era o doutor. O Senhor identificou esse doutor como sendo o médico Antônio Palocci? Circunstancialmente Prefeito.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Quem faz referências a esta situação, a esse doutor e ao Palocci é o Rogério Buratti em seus depoimentos, quando ele foi devidamente compromissado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Então o doutor era o doutor Palocci?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Segundo o Buratti, era.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – No jornal A Folha de São Paulo. O Senhor declarou haver indício de participação do Ministro Palocci, o Senhor está confirmando aqui, e fez questão de... O Senhor teria afirmado que como Prefeito à época, havia provas reunidas no inquérito que demonstram a culpa do ex-Ministro Antônio Palocci. O Senhor confirma isso, está confirmando?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Sem dúvida. Eu queria só deixar bem claro que nunca me referi ao Sr. Ministro. Sempre me referi ao então Prefeito nesses fatos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E o Senhor poderia especificar algumas provas que incriminam o Ministro Palocci para ficar mais claro, mas visível à responsabilidade dessa sua afirmação. Que o Senhor disse aqui inclusive que pretende indiciar o Ministro Palocci em razão das provas já colhidas durante o trabalho de investigação. O Senhor poderia, com maior clareza, apontar alguns documentos?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Em primeiro lugar, com relação ao indiciamento eu sei que nós não podemos fazer um indiciamento. Então eu jamais falaria no indiciamento. Não há como. Entretanto, com relação às provas do Prefeito da época, nós temos que analisar a fala do Sr. Antônio Palocci, essa expedição de documentação das ordens de serviços devidamente falsificadas, o mapa que foi apreendido nos computadores, e a situação em si, com todo esse conjunto de prova existente e toda essa dimensão dos fatos que aconteceram, a gravidade ocorrida num período de quatro anos ininterruptos, é impossível ter sido praticado sem o conhecimento dos chefes de Governo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Muito obrigado. O que precisa se destacar sempre é que nós temos que trabalhar quanto essa tese muito popular de que a corda arrebenta sempre no lado mais fraco. Para isentar o superior, é claro, avança-se sobre o inferior. Sobre o subalterno. Isenta-se o superior. Eu vejo que esse não é o comportamento do Delegado. E nós temos que adotar no Brasil a tese já adotada nos Estados Unidos, a obrigação de saber. A autoridade maior é responsável sim pelos atos dos seus subalternos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e concedo a palavra ao Senador José Agripino por permuta com o Senador Demóstenes Torres. Em seguida o Senador Flávio Arns por permuta com a Senadora Ideli.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, Delegado Benedito, deixa-me dizer uma coisa ao Senhor, para o Senhor não ficar muito incomodado. Nessa Comissão Parlamentar de Inquérito tem se procurado investigar os fatos que são denunciados. Ninguém aqui inventa nada. O Senhor está aqui por conta de um sujeito chamado Rogério Buratti. Que foi quem contou uma história porque foi preso e redundou na abertura de um caso chamado Ribeirão Preto, LEÃO & LEÃO. Contado há muito tempo atrás. Eu nunca tinha ouvido falar em Benedito Antônio Valencise. Mas o Senhor é uma peça importante nessa história. Aqui se investiga também a questão de Santo André. Aqui vieram as partes citadas. Veio Gilberto Carvalho, vieram os dois irmãos, Bruno e João Francisco, irmãos do Prefeito Celso Daniel. Quando eles vieram, os irmãos do Prefeito, aquilo que estão tentando contra o Senhor tentaram contra os dois irmãos de Celso Daniel. Desqualificar. Colo-

car como pessoas cuja opinião não merece fé. Então, não se preocupe não. Procure ser verdadeiro, porque o que nós precisamos é da sua opinião veraz. Veja V.Sª. Vamos esquecer tudo que está se conversando e nos ater ao caso específico de Ribeirão Preto. Eu quero dizer ao Senhor que eu tenho apreço pessoal ao Ministro Palocci. Eu o acho uma pessoa agradável, muito competente, inteligente. Mas sobre ele pesam acusações. Aí pouco importa a minha opinião pessoal sobre ele. O que interessa é que sou Senador da República e tenho obrigação porque eles têm obrigação de passar a história a limpo porque isso faz parte das minhas obrigações. Dentro da obrigação de isentar de culpa ou caracterizar a culpa do Ministro Palocci dentro do caso Ribeirão Preto, aqui já vieram várias pessoas. Aqui veio o Sr. Buratti, que é o primeiro deles todos, aqui veio o Sr. Mauro Pereira Júnior, o Senhor conhece, aqui veio à dona Marilene. Aqui vieram dois membros do Ministério Público, Dr. Aroldo e Dr. Sebastião e agora está vindo o Senhor, e aqui veio o Ministro Palocci. O curioso, Presidente, é que as versões coincidentes são a dos dois representantes do Ministério Público, Dr. Sebastião e Dr. Aroldo contam uma história parecida ou concatenada com a que o Senhor confirma. O Dr. Mauro e a Dra. Marilene contam versões assemelhadas a que o Senhor confirma. E se contrapõe frontalmente à versão do Ministro Palocci. A pessoa por quem eu tenho apreço pessoal, mas que é denunciado. E ele é Ministro de Estado da Fazenda, da República Federativa do Brasil. Talvez seja a figura mais importante do Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Que o mantém Ministro. Ele é uma espécie de símbolo do Governo. Ele é uma espécie de símbolo do Governo. Então nós estamos aqui investigando o símbolo do Governo que é mantido pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Que é o Presidente do Brasil. Então, nós estamos aqui tratando de uma coisa seriíssima, e o depoimento do Senhor é uma coisa seriíssima. Nós não estamos aqui preocupados ou em que na sua função um subordinado à sua ação fez isto ou aquilo condenável. Nós estamos tratando de que no exercício da investigação do assunto LEÃO & LEÃO denunciado pelo Sr. Buratti se quem está certo é o Sr. Palocci que nega tudo ou está certo o Dr. Aroldo, o Dr. Sebastião, o Dr. Mauro, Dra. Marilene, Sr. Buratti e o Senhor. São sete a um. Mas número não significa peso de argumento. O que é que me preocupa? O Senhor disse coisas com o peso da responsabilidade de um Delegado que comanda quinhentos e cinqüenta pessoas, que é homem de carreira. Tem uma carreira no serviço público, não terminou ainda. Tem família. Disse aqui que pedia que Deus o iluminasse para fazer o seu pronunciamento com equilíbrio para merecer fé do país. O Senhor disse uma coisa aqui. Eu não sei se muitos perceberam, mas eu não sei se eu percebi exagerado com lente de aumento, mas respondendo ao Senador Tião Viana que tem a obrigação, como liderança impoluta que é do Partido dos Trabalhadores fazer a defesa dos seus correligionários. Como o Senador Eduardo Suplicy também o faz e fazem corretamente. Mas o Senhor disse uma coisa que eu queria que o Senhor confirmasse ou não. Primeiro me tire uma dúvida, está correndo sobre esse assunto, claro, o inquérito no Ministério Público. O assunto Ribeirão Preto o Ministério Público está fazendo o processo, ou não foi encaminhado ainda?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – O inquérito está em andamento pela Polícia Civil até o relatório final e acompanhado pelo Ministério Público. Mas ainda não foi encaminhado ao Ministério Público.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Então a minha primeira dúvida: Os doutores Aroldo e Sebastião que aqui disseram coisas o disseram por que estão acompanhando as investigações da Polícia Civil?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exatamente.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Dos dados então que o Senhor dispõe o Ministério Público também dispõe?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eles, cada audiência eu os notifico e eles comparecem para acompanhamento. Inclusive fazem perguntas, saem às vezes participar de buscas conosco. Enfim eles participam pessoalmente de tudo.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Muito bem. Respondendo a uma provocação do Senador Tião Viana o Senhor disse uma coisa que está guardada aqui. A minha preocupação é objeto da minha pergunta. O Senhor disse que diante das evidências que o Senhor tem já dos depoimentos prestados, das provas colhidas, notas fiscais frias que eram o passaporte para que a LEÃO & LEÃO desse o dinheiro que recebia pela varrição não feita a só Deus sabe quem, mas vamos saber, o Senhor disse que faria o indiciamento do Ministro Palocci, do Prefeito Palocci?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Se fosse na condição de Prefeito em decorrência das provas existentes eu faria.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Se o Senhor disse que tem evidências e que tem provas, o Senhor supõe que o Ministério Público terá comportamento semelhante? Terá elementos para ter comportamento semelhante?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – O Ministério Público acompanha conosco. O indiciamento é ato privativo da autoridade policial, do Delegado de

Polícia. Sobre posterior encaminhamento ao Ministério Público e outras providências que eles adotariam eu não tenho condições de lhe falar.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Mas o indiciamento quem fará ou faria será o Senhor?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas é que tem privilegiado o supremo Tribunal...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Perfeito. Mas existem os elementos. Tem que privilegiar, ele vai oferecer os elementos de que dispõe. Só para compreender, Senador Tuma, eu me socorro de sua informação. A autoridade policial está coletando elementos, provas, o Ministério Público, que não tem alçada para oferecer a denúncia ao Ministro porque ele tem Fórum privilegiado também está acompanhando, mas o Senhor disse que os elementos e as provas que o Senhor tem já lhe dariam a condição para fazer o seu indiciamento?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exatamente.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Quando é que o processo se conclui?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Esse é o motivo.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Aí a minha preocupação é essa, porque nós estamos tratando do Ministro Antônio Palocci, pilar central do Governo Lula, homem que mobiliza para esta Comissão a defesa de todo o PT quando é preciso e nós estamos, creio eu, suponho eu, (soa a campainha) na iminência de ver este cidadão ter em torno dele coletado as provas e evidências que recomendarão o seu indiciamento. É uma questão de instância. É isso?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Terminando... O que me impede em terminar o inquérito é a conferência de alguns documentos ainda existentes. Terminando essas conferências é só indiciar os outros envolvidos e encaminhamento para o Poder Judiciário local que vai decidir sobre o encaminhamento ao Supremo ou não.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Quando é que o Senhor supõe que...

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Estamos fazendo o possível e o impossível para terminarmos o inquérito até o final deste mês.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Então eu não estaria incorreto se raciocinasse que até o final desse mês o Senhor estaria em condições de oferecer à justiça de Ribeirão Preto elementos para que se ela julgasse procedentes, pedisse ao Supremo que indiciasse o Ministro Palocci?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Correto. Eu tenho condições de terminar até o final do mês, começo do mês que vem encaminhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, V.Exª. tem três minutos para concluir.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Não preciso de mais nenhum minuto. Eu acho que o país todo está confirmado. Pelo que o Senhor diz, o Senhor carrega a responsabilidade de ser Delegado de polícia de carreira, a opinião do Senhor é amparada pelo Dr. Mauro, pela Dra. Marilena, pelo Buratti, pelo Dr. Aroldo, pelo Sebastião, Ministério Público, funcionários, o Senhor é Delegado, e o Senhor afirma à Comissão Parlamentar de Inquérito de que nesse momento a polícia, o Delegado encarregado do processo dispõe de elementos que oferecerão num processo condições para que a justiça de Ribeirão Preto dispõe de elementos para pedir o indiciamento do Ministro Palocci ao Supremo Tribunal Federal dentro de pouco tempo. É isso?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exatamente.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Só isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns por permuta com a Senadora Ideli. V.Exª. dispõe de dez minutos, Senador Arns e mais a tolerância costumeira dessa Presidência.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a V.Exª. Dr. Valencise, o Senhor mencionou antes que houve uma acareação entre a Luciana e o Mauro, o Paulo, e a Marilene. E de acordo com as suas palavras, observando a expressão da Luciana, o Senhor chegou à conclusão de que ela estaria escondendo alguma coisa e não estava tranqüila em relação ao depoimento. Quer dizer, a expressão dela, de acordo com as suas palavras, dizia de que ela era culpada. Observando as denúncias do Tião Viana, do Senador Tião Viana e do Senador Suplicy em relação às graves acusações de tortura em relação ao Senhor, e olhando a sua expressão, eu diria que o Senhor é culpado também. Eu diria que o Senhor torturou pessoas. Olhando a sua expressão, praticamente de indiferença, de zombar de um fato tão grave como este, de tentar simplificar as coisas em termos de Direitos Humanos. Então eu diria, olhando para a sua expressão, e olho no olho, como o Senhor disse que coloca, que o Senhor tem culpa no cartório. Infelizmente vieram outros Delegados da Polícia Civil de São Paulo aqui, eu enalteci sobre maneira o trabalho da Polícia Civil, e eu lamento dizer que estas atitudes devem ser extirpadas, pessoas que confessam esta atitude serem extirpadas de ins-

tituições que achamos que devam ser sérias, como eu creio ser a polícia de São Paulo, inclusive com os delegados que vieram aqui. O Senhor disse que todas as pessoas que o acusaram eram criminosos. A primeira pergunta que eu faço é: O Senhor acha que criminosos, na opinião do Senhor, porque não havia trânsito julgado ainda, pessoas acusadas de crimes, elas podem ser colocadas em pau de arara, receber chute, chute na cabeça, chute na barriga, choques? Quer dizer, o Senhor estava tentando na verdade dizer que por não serem pessoas de bem, entre aspas, estarem sendo acusados, esse procedimento poderia ser considerado normal. Foi nesse sentido que o Senhor quis se expressar?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não. Em hipótese alguma. Em primeiro lugar não tenho qualquer situação de indiferença, em hipótese alguma. Pela dignidade que eu tenho, pela vergonha na cara que eu tenho, eu não... É difícil para mim ficar ouvindo uma situação assim de quem estaria indiferente a acusações tão graves, que na verdade não aconteceram. O que eu quis dizer... E também não usei o termo criminoso. Usei pessoas envolvidas com roubo, seqüestros, e assim por diante.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não há pessoas de bem que denunciaram. Foi à expressão que o Senhor usou.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exatamente. Eu quis dizer que não é comum. O comum é que essas pessoas quando caem nas malhas da polícia, elas como não tem outras justificativas acabam afirmando que foram torturadas, coagidas ou pressionadas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agora, três mulheres e uma criança jovem também fizeram denúncia. E não são presos. O Senhor está baseando toda a sua afirmação em relação ao Ministro Palocci com base no depoimento do Buratti. Quer dizer, no depoimento do Buratti que o Buratti mencionou isso, e o Buratti mencionou aquilo, e basicamente em função disso o Senhor acha que o Ministro Palocci é culpado. Esses depoimentos todos dessas pessoas, muitas pessoas, havia só o Buratti, mas várias pessoas não seriam muito mais convincentes em relação ao Senhor ter cometido o crime de tortura?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Em primeiro lugar, com relação à acusação, a fala do Sr. Buratti. O Buratti deu início a um trabalho de investigação com informações. Nós coletamos inúmeros documentos citados por ele que demonstram a veracidade do que ele falou. E no final, num depoimento, ele apenas... Não é palavra dele que foi a definição de tudo. Veio fechar o círculo porque...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Senhor falou de acordo com o Buratti, o Prefeito é culpado de acordo com o Buratti. Foi à expressão que o Senhor usou.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Por várias vezes eu falei respondendo a outros Senadores de acordo com o Buratti, de acordo com que consta no Inquérito Policial. Por inúmeras vezes eu falei essa palavra. E o que consta no Inquérito Policial são as provas documentais, outras testemunhais, enfim uma série de situações que são mencionadas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agora, hoje assim entrando no detalhe do seu passado, eu diria de torturador, porque diante de tantos...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, eu peço a V.Exª. que se controle. V.Exª. não pode tratar assim. V.Exª. está abusando da presença de nosso convidado. Eu peço a V.Exª. que se controle. Eu acho que essa acusação que V.Exª. faz é violenta, deveria ter o respeito e a linguagem parlamentar que merece o nosso convidado. Eu peço a V.Exª. que se detenha ao respeito da palavra parlamentar. Para que V.Exª. possa realmente concluir. Eu sinto que o clima que vem desde o primeiro Senador do PT a utilizar, mas eu peço a V.Exª. tranqüilidade e respeite o nosso convidado. V.Exª. está sendo agressivo. Não é o costume de V.Exª. V.Exª. não recebeu nenhum desaforo em relação ao nosso depoente. V.Exª. não foi provocado pelo nosso depoente e V.Exª. está provocando o nosso depoente. Eu peço a V.Exª. que se detenha dentro da linguagem parlamentar, senão vou mandar retirar todas essas palavras que são ditas dentro da nossa taquigrafia. Serei obrigado.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, Pela Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. A palavra é do Senador...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Mas estou pedindo Pela Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra, Pela Ordem.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, eu faço uma ponderação sobre...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Eu não aceito...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – V.Exª. tem que aceitar. Eu tenho autoridade, eu tenho direito à opinião. É constitucional.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu não tenho que aceitar não, eu tenho que garantir o respeito dos Senhores ao depoente. Senador Tião, eu peço tranqüilidade, Senador Tião. Senador, a palavra torturador ao depoente, Senador.

Paciência, Senador. Imagina se o depoente quisesse chamar V.Exª. no mesmo termo sem ter como provar. Eu estou querendo dar condições do nosso trabalho. Só isso. Só que se mantenha a linguagem parlamentar, a educação que essa Casa sempre trabalhou. É isso que eu estou pedindo. Porque caso contrário V.Exªs.. passaram para a agressão ao cidadão que é nosso convidado. Autoridade constituída. Eu pediria a V.Exª. que dentro da sempre tranqüilidade, coerência, calma, tranqüilidade de V.Exª. como parlamentar respeitasse a linguagem parlamentar devida que V.Exª. tanto sabe e o que diz o nosso Regimento Interno. Eu solicito a V.Exª. que vá nessa linha sem perder a calma.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Eu só pediria a V.Exª. que houvesse alguma tolerância em relação ao tempo e em relação a esses aspectos que aconteceram. Agora, eu só quero dizer uma coisa, o depoente, baseado em um depoimento e também de acordo com que consta no inquérito, se bem que não tem havido de acordo com ele próprio indícios, há talvez indícios, mas não há provas que tenha acontecido falhas na licitação, ele diz que ele indiciaria o Ministro. Eu só quero dizer ao mesmo tempo em que, com base nos depoimentos, vários, inúmeros de pessoas que se identificaram depoente, com base naquilo que foi lido, as pessoas identificaram o depoente como sendo a pessoa que cometia torturas, nós temos que investigar isto porque a gente espera que estes fatos de tortura, particularmente no Estado de São Paulo, a gente esperava já estivessem ultrapassados. Então no final dessa reunião nós vamos pedir uma investigação também para a apuração desses fatos. E hoje eu entendo um pouco mais também em função dessas denúncias o que teria acontecido com o Buratti. O Buratti foi algemado. Foi algemado antes ou depois do depoimento?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Depois do depoimento. Depois de preso ao saber da existência do mandado de prisão temporária.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Aí quando estava saindo da delegacia foi algemado?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exatamente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E foi colocado no camburão?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Foi. É praxe.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Senhor chegou a visitar o Rogério Buratti no CDP sem a presença do Advogado?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Em hipótese alguma. Inclusive todas as vezes que eu conversei com o Rogério Buratti foi à presença do seu Advogado, o Dr. Telhada(F), que em certo momento ele se retirou da sala dizendo que não aceitava aquilo que o Rogério Buratti queria falar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu gostaria também de fazer rapidamente algumas perguntas em relação ao processo. A qual juízo o Ministério Público solicitou a colocação de escutas telefônicas?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu não me lembro agora. Não tenho certeza, se não me engano foi o Juiz Corregedor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Esse procedimento foi feito antes ou depois da abertura do inquérito...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu solicito mais cinco minutos para o Senador Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Esse procedimento foi feito antes ou depois da abertura do inquérito?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – O pedido de interceptação?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Isso.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Antes da instauração do Inquérito Policial por Ribeirão Preto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Senhor pode deixar com a CPI se não tiver a cópia dos pedidos com ações respostas do Juiz?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu não entendi.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Senhor poderia deixar com a CPI a cópia desses pedidos de interceptação com as respostas do Juiz?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu posso encaminhar. Eu não tenho aqui no momento. Comprometo-me a encaminhar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Por quanto tempo as pessoas foram investigadas, os grampeados?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Por vários meses. Mas não me lembro agora o número de meses.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E há cópias de todas essas conversas no auto do Inquérito? Integrais?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Corretamente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Os Advogados tiveram acesso às cópias integrais?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Tiveram.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Senhor vai encaminhar também as cópias integrais?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Vou.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O pedido de renovação das escutas foi feito ao Juiz do inquérito, ao Juiz Corregedor ou ao Juiz da 3ª vara criminal de Ribeirão Preto?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu não me lembro.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Porque o Juiz correto, na verdade, seria também o Juiz criminal. Esses pedidos constam do inquérito?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Depois da instauração desse Inquérito Policial que eu falei o número que é o 050/04, não houve mais pedido de interceptação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Senhor já falou antes que não ouviu à Senhora Isabel Bordini, apesar de todas as pessoas se referirem a ela como assim uma das pessoas que coordenavam esse processo. E apesar de ela ter pedido por escrito ao Senhor quatro meses atrás para ser ouvida. Quase cinco meses atrás. Por que o Senhor não a ouviu?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Ela vai ser ouvida no momento correto porque nós estávamos ainda na época colhendo provas e não era o momento oportuno para ser ouvida. E quero deixar bem claro que na época ela impetrou um habeas corpus para que ao ser intimada ela se reservasse o direito de permanecer calada. Habeas corpus, esse negado pelo Poder Judiciário porque já é um direito segurado pela Constituição, o fato dela permanecer calada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Há denúncias em relação ao ano de 2000 também. O Senhor mencionou de 2001 a 2004. Havia coação sobre os funcionários no ano de 2000 também? Quais vão ser as providências do Senhor em relação ao ano de 2000, a partir de um pedido inclusive da própria Câmara de Vereadores que esse período fosse investigado?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Está sendo investigado. Acontece que nesse período não aconteceu à expedição de documento falso, que demonstra a existência de todos esses fatos. Então nós estamos investigando para verificar se efetivamente aconteceu o crime ou se aconteceu uma mera infração administrativa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – No dia de ontem, através do depoimento das pessoas, e através de planilhas que foram apresentadas, existem também planilhas do ano de 2000 em termos da varrição do bosque lá de Ribeirão Preto em que havia denúncias também nesse sentido. O Senhor não tem nada a dizer por enquanto em relação há esse ano?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Tem sim. Existe realmente essa medição aí que foi de metragens a mais. Quarenta e oito metros, quarenta e seis metros... Quarenta e seis quilômetros por mês se não me engano. Realmente existe isso e está sendo investigado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Ontem foi levantado em relação aos funcionários o fato de que eles eram funcionários concursados. Dos três, dois concursados. E eu próprio levantei o fato com os funcionários dizendo que se tiver havido a corrupção, eles teriam colaborado com a corrupção. Qual a iniciativa que o Senhor vai tomar em relação a esses funcionários que teriam sido coniventes com a corrupção sendo funcionários estatutários e um deles funcionário em Comissão?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Com relação à parte administrativa serão encaminhados peças do Inquérito Policial para a Prefeitura Municipal para as devidas providências. Com relação à parte criminal nós estamos verificando se eles não teriam sido vítimas de coação imoral irresistível. O que deixaria de haver o crime porque eles foram obrigados a praticar fatos e comprovadamente até o presente momento por esses fatos não receberam um centavo de vantagem.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Senhor tem certeza que não receberam?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – É o que consta do Inquérito Policial.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não houve encontros entre um deles e um diretor da LEÃO & LEÃO também?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu desconheço. Pode ser até que tenha havido, mas eu desconheço.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E é comum o Senhor chegar aos funcionários e pensar em coação moral irresistível no sentido de justificar atitude de um funcionário que tenha sido conivente com a corrupção, sendo estatutário justamente dentro da filosofia de que a estabilidade, a garantia do emprego para não ser conivente?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – É uma situação que deve ser devidamente comprovada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas o Senhor está investigando?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Estamos. Tenha certeza que se comprovar com tranqüilidade e clareza o envolvimento deles eles serão também indiciados no Inquérito Policial.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Para concluir, Presidente, eu só quero dizer que compartilho da opinião externada pelos outros Senadores do PT de que quaisquer fatos sejam em quaisquer prefeituras

devam ser investigados. Agora, eu lamento profundamente que pesem sobre o Senhor acusações tão sérias de violação de Direitos Humanos que devem ser essas acusações, na verdade, aprofundadas, discutidas, estudadas, e lamentando que nós tenhamos aqui a escutar uma pessoa sobre a qual pesem acusações tão sérias em termos de cidadania. São episódios que nós esperávamos estivessem ultrapassados, mas a presença de V.Sª. aqui vai ser extremamente didática também no sentido de conscientizar a sociedade brasileira para esses fatos lamentáveis que de acordo com várias pessoas vêm acontecendo e aconteceram sob a coordenação de V.Sª. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª. tem a palavra.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu discordo totalmente porque esses fatos não aconteceram. Refuto com muita indignação e veemência. Eu sou homem honrado, honesto, e faço questão que realmente seja feita uma investigação porque nada há a ser comprovado. E ainda uma situação que eu não tive oportunidade de explicar na época. Quem me delata são essas pessoas acusadas de crime e quem delata o então Prefeito é uma pessoa que foi homem de confiança desse Prefeito na época desses fatos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Sª. e concedo a palavra ao Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, hoje nós temos aqui uma Audiência Pública diferente. Desde o início dessa CPI eu sou um dos que mais estou presente aqui, e vejo hoje que os nossos companheiros do PT pela primeira vez mostram uma certa intranqüilidade. E gostaria de dizer que eu também não me coaduno com a tese porque é um ladrão, um assassino, que seja, que ele não deva ter um tratamento digno na esfera policial, onde seja. Eu acho que essa coisa deve ficar clara. O fato de uma pessoa ter cometido algum crime não permite que a autoridade policial ou quem queira que seja trate ele mal. Mas eu acho que essa é uma discussão que deve ser feita no caso do Delegado ao nível da polícia ou do Ministério Público ou de quem seja do Estado de São Paulo e foi levantada aqui essa questão. Eu acho que foram importantes para que nós conhecêssemos essas acusações como o Senador Flávio Arns disse para que a opinião pública também pudesse conhecer, mas eu acho que nós temos que focar no trabalho que o Delegado está fazendo. Quer dizer, uma coisa é essas questões que devem ser investigadas e o Delegado, se for comprovado, deve ser punido. Outra coisa é a investigação sobre Ribeirão Preto, que aí ele está fazendo como funcionário público concursado, Delegado do Estado de São Paulo. O Estado de São Paulo é o Estado mais importante do país, portanto, costuma ter em todas as estruturas de funcionários públicos gente preparada e gente competente para fazer seu trabalho. Então, na realidade, e tirando esse aspecto lateral que eu falei, eu acho que o trabalho que o Delegado vem fazendo está sendo comprovado pela própria CPI. Porque infelizmente o que V.Sª. disse aqui não é muita coisa a mais do que nós já sabemos. Porque quando o Sr. Rogério Buratti fez aquela primeira acusação, que ele foi à polícia e acusou o Ministro Palocci de receber quando Prefeito uma propina mensal de cinqüenta mil para encaminhar, no caso, ao PT nacional, aquilo parecia uma coisa completamente fora de eixo. Dali em diante, com as investigações, as coisas foram aparecendo. Então ontem, por exemplo, quando vieram aqui os três funcionários, como o Senador Arns disse, dois funcionários concursados e um cargo de Comissão, os três contaram a mesma história. Que na realidade existia um contrato de varrição com a LEÃO & LEÃO que desse contrato de varrição se inventava uma planilha de serviço não realizado de quatrocentos mil reais por mês, aproximadamente, eles também não foram igual a V. Sª., eles também não foram precisos, em torno de quatrocentos mil reais por mês e que esse dinheiro ia para a LEÃO & LEÃO. E que na LEÃO & LEÃO eles conseguiam notas de outras empresas para justificar retirada de dinheiro. Eu tenho nome de três empresas aqui que em outros depoimentos nós já tivemos, que uma é chamada TWIST, COMERCIAL LUISINHO e RAFIBRAS (F) (2:28:52). Quer dizer, nós estamos sabendo mais que o Senhor, Delegado. Na realidade essas empresas aqui a gente já sabe. Essa era dinheiro que tirava para que fosse pago em dinheiro essas propinas não só para a prefeitura de Ribeirão Preto como para outras prefeituras municipais da região. Isso é uma coisa já mais do que comprovada. Isso aí quando o Sr. Rogério Buratti falou, na realidade ele falou e deu as informações, foram na LEÃO & LEÃO e está lá o dinheiro sacado, vai nessa empresa, está tirado o dinheiro, inclusive era sacado em dinheiro no próprio Banco que existia dentro da LEÃO & LEÃO. Então, na realidade eu nem sei o que dizer mais. Porque na verdade essa idéia que V.Sª. tem de, em primeiro temos que ver os três funcionários. Os três funcionários erraram. Porque um funcionário público, mesmo a chefe mandando ele não deve fazer nada errado. Então eu acho que eles erraram e o próprio Ministro Palocci defendeu o indiciamento dos funcionários, que eles fossem indiciados. Eu acho que em princípio, pelo menos, eles de alguma maneira devem ser punidos porque eles erraram. A Senhora Isabel Bordini da todas essas testemunhas que era ele quem pressionava e pelos depoimentos

do Buratti e pelas provas que existem contra a LEÃO & LEÃO era o Ministro Palocci quem comandava todo esse processo. Então eu não vejo V. Sª., mesmo com toda pressão, eu imagino pela importância do Ministro, a pressão como Delegado que V.Sª. está sofrendo. Inclusive todas essas informações que tiveram aqui sobre a vida de V. Sª., eu não sei nem como conseguiram. Foram competentes. Eu quero até parabenizar. Não sei se tiveram ajuda da ABIN ou de algum órgão do Governo para conseguir informação tão detalhada, acho que algum desses V. Sª. nem conhecia, que eles trouxeram aqui exatamente para de certa maneira, entre aspas, desqualificar o depoimento de V.Sª. Mas eu acho que realidade outro dia nós tivemos uma situação parecida com uma pessoa que nós chamamos aqui e que contava, misturava muito as coisas e que também seu depoimento foi muito desqualificado. Mas o caso de V.Sª. é diferente porque V.Sª. é um agente público, um Delegado no exercício do cargo. Se V.Sª. tem defeito, cabe ao Estado de São Paulo investigar e tirar V.Sª. do cargo. Enquanto V.Sª. estiver no cargo V.Sª. tem todas as condições de investigar e dar suas opiniões. Então eu acho que o caminho é esse. Inclusive essa questão da varrição não tem só os depoimentos, tem muito depoimento, tem o depoimento dos três funcionários, o depoimento do próprio Buratti, mas tem também muita informação, vamos supor, documental. Porque V.Sª. disse aqui hoje e os funcionários disseram ontem. Porque no primeiro ano eles eram tão corajosos que eles aumentavam a varrição e sem justificativa. Eles aumentavam e sem justificar. Quando chegou no final do ano é que eles montaram as planilhas para justificar aquele dinheiro que já tinham pago. E isso está comprovado. Isso está tudo anotado tanto na empresa DAERP, quanto na LEÃO & LEÃO. Então, o que nós esperamos de V.Sª. é, em primeiro, que V.Sª. responda todas essas acusações que lhe foram feitas no Fórum apropriado que é a Polícia Civil de São Paulo, e em segundo lugar que V.Sª. continue no seu trabalho com a coragem que tem tido até agora. Porque, na verdade, não é um trabalho fácil. A gente sabe que V.Sª. está mexendo com gente muito poderosa e sabe que acontece muita coisa difícil com quem mexe com gente poderosa. Então, Sr. Presidente, eu gostaria só em resumo dizer que considerei que o depoimento do Delegado foi bastante importante e perguntar apenas uma coisa a ele. Se além dessa questão da varredura que é importante porque corresponde a quatrocentos mil reais por mês, se há outra forma de transferência de recursos que V.Sª. esteja investigando neste inquérito, no mesmo inquérito?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – É só a varredura e a obtenção do dinheiro posteriormente. Era só isso, Sr. Presidente. Eu agradeço a atenção e ainda dou dois minutos para que V.Exª. possa dar a outro colega.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador José Jorge pelo cumprimento do tempo. E concedo a palavra à Senadora Ideli que fez permuta do tempo com o Senador Flávio Arns. Não temos mais nenhum orador inscrito. A não ser que V.Exª. queira falar por último. Agora, o Senador que está inscrito por último é o Senador Romeu Tuma. Tem o Senador Antero ainda, e ainda tem o Senador Demóstenes chegar que permutou com Agripino.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então Senador Antero. Em seguida V.Exª. Senador Romeu Tuma pretende ser o último orador inscrito, e será, de acordo com a lista de inscrição. Senador...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª está bem comportado. Senador Antero, V.Exª. com permuta com a Senadora Ideli.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores. Principalmente eu quero só aqui fazer uma consideração. Repor uma posição aqui enfocada pelo Senador José Jorge também. E manifestar uma convicção. Para que fique bem claro, eu sou oposição ao Governo do PT, faço oposição inclusive ao Ministro Palocci, mas eu quero deixar uma coisa absolutamente clara e não vai aqui nenhum juízo contra V.Sª.. De que é preciso ficar reafirmada na opinião de todos os Partidos que integram aqui a Comissão, e a minha esperança e expectativa de que essa também seja a opinião de V.Sª., que independentemente da condição da situação da pessoa acusada ou presa, que este país é signatário das questões dos Direitos Humanos e deve respeitar a questão dos Direitos Humanos. Acho que isso traz, inclusive, dignidade ao nobre exercício da função de Delegado de Polícia, que é a quem cabe a função de Polícia Judiciária Civil.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exatamente.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então colocada esta posição, eu queria repor também alguns conceitos aqui para que a verdade não fique sepultada. Se fosse só o depoimento do Senhor Buratti, o senhor defenderia. O senhor disse o seguinte:

O Palocci, se fosse Prefeito, ao final do inquérito, com toda a situação que eu conheço, eu o indiciaria. Mas eu indago, e aí alguns Parlamentares tentam trabalhar no sentido assim: "Não, mas ele está se baseando só no depoimento do Buratti". Se fosse só o depoimento do Buratti, desacompanhado de outras situações, perícias, provas, constatação de notas, materialidade, o senhor indiciaria? Só no depoimento?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Em hipótese alguma, tanto é que foi instaurado outro inquérito para colher mais dados.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então o senhor só denuncia porque existe o depoimento e existem provas: notas fiscais, fatos, perícia, computadores, que confirmam e reforçam o depoimento. É isso?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exato, há um conjunto de provas harmônico.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu acho que é importante reafirmar isso, apesar de eu ter entendido que esses conceitos ficaram colocados para mostrar de que a prova testemunhal é uma prova, mas que essa prova testemunhal não pode estar desacompanhada de fatos.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exatamente.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Porque somente ela, ela se transformaria, como se diz no jargão do Direito, na prostituta das provas.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Correto.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu gostaria de fazer algumas indagações a V.Sª. Na escuta feita autorizada pela Justiça, uma escuta legal, parte da imprensa brasileira já publicou parte da escuta, ou até a totalidade da escuta, não sei, o senhor pode confirmar se aquela expressão "chefão" das gravações era referência ao Senhor Palocci?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu não me lembro se fala "chefão" ou se fala...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Fala várias vezes "chefão".

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – "Chefão"? Eu não tenho condições de afirmar porque eu não me lembro desse detalhe. Que isso daí é referente a um outro inquérito policial que foi feito em 2004.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Como o senhor define a relação entre Buratti e Palocci?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu não conheci essa relação. Sei pelas diligências e investigações. Posso dizer que era uma relação de pessoas que tinham extrema confiança, havia um relacionamento muito grande entre eles e depois por algum motivo esse relacionamento acabou se esvaziando.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O PT de Ribeirão Preto, ou outras autoridades do PT, de alguma forma o pressionaram?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não. Em hipótese alguma. Tanto que no ano passado, estou até apresentando aqui, eu recebi um documento sendo considerado o policial padrão de Ribeirão Preto. Título esse dado pela Câmara Municipal e aprovado pela totalidade dos membros daquela Edilidade.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Inquérito Policial conduzido pelo senhor já reuniu provas para indiciar algum dos seguintes senhores. Em caso afirmativo solicito que o senhor detalhe as razões para o indiciamento. Gilberto Maggioni, Prefeito que sucedeu Palocci. Tem condições de fazer o indiciamento, pelo que o senhor já apurou?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Tem.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Por qual motivo?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Pelo motivo dele receber, conforme já demonstrado, o dinheiro que era decorrente do superfaturamento, além do superfaturamento em si, que ocorria em decorrência desses documentos falsificados, se pagando aquilo que não era feito, além de outro montante que era destinado ao equilíbrio do contrato. Havendo, portanto, no mapa dos pagamentos que se iniciou desde o primeiro Governo o mesmo valor de pagamento o qual somente se reduziu no final daquele Governo e reduziu mais ainda no governo seguinte quando acabaram aquelas ordens de serviço.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O título legal seria o quê? Formação de quadrilha, corrupção...

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – O título legal seria, em primeiro lugar, peculato e falsidade ideológica.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Formação de quadrilha entra?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – A formação de quadrilha não, porque aí foi um... Pode até entrar nesse caso, exatamente, porque ele não foi indiciado no outro Inquérito Policial porque não havia comprovação de seu envolvimento. Entra sim, o caso dele entra.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Deduz que o senhor não sendo autoridade para indiciar o senhor Palocci, se fosse, esses mesmos crimes também, peculato, corrupção, formação de quadrilha, também estaria incluído o Senhor Palocci se ele fosse ainda só Prefeito.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exatamente.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor Vladimir Poleto tem motivos suficientes para o indiciamento?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor Vladimir Poleto?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Por enquanto não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor Rogério Buratti tem o motivo do indiciamento, o senhor Rogério Buratti?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Ele já foi indiciado no outro inquérito e nesse poderá sê-lo, em decorrência de ser o articulador, a inteligência de todo esse trabalho.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor Juscelino Dourado?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor Ademirson Ariovaldo?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Por enquanto, não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor Roberto Kurzweil?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Por enquanto, não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O senhor Roberto Conale?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, eu vou encerrar as minhas indagações até antes do tempo, só quero lamentar que apesar da boa presença da Bancada do Partido dos Trabalhadores aqui nesta oitiva, que não tenha existido um argumento só em defesa do Ministro. Os argumentos existentes foram exclusivamente para diminuir a autoridade da pessoa que está depondo. Já tive a oportunidade de manifestar aqui a minha opinião, eu sou constituinte, ajudei a votar a Constituição, acho que o Brasil ao dar a questão dos Direitos Humanos um tratamento inclusive constitucional ao tratar disso, é uma questão que nós não podemos abrir mão, em hipótese nenhuma, e eu gostaria que todos nós, Parlamentares, Delegados de Polícia, aqueles que trabalham nessa operação pudessem realmente nunca perder a capacidade da indignação com relação à questão do ser humano. Nós não podemos freqüentar Tribunal Internacional nenhum do mundo, já que somos signatários de tratados internacionais nessa área por isso. Mas eu quero reafirmar a convicção de que V.Sª. está muito firme no seu depoimento, sabe da responsabilidade que está apurando um caso gravíssimo, de um caso que envolve a autoridade mais protegida do Governo Brasileiro! Em qualquer país do mundo! O que fez o senhor Antônio Palocci, ele já não seria mais Ministro da Fazenda! E este país aqui já transformou o Presidente do Banco Central em Ministro Presidente do Banco Central. E agora estuda a fórmula para que o Sr. Antônio Palocci se licencie e seja Ministro licenciado da República para condenar uma campanha exatamente para que não possa sofrer esse tipo de inquérito quando na nossa Constituição diz que todos são iguais diante da lei. Eu até acho que na condição de Ministro ele tem o direito ao foro privilegiado porque está na condição de Ministro. Mas na condição de mais esse casuísmo que está sendo anunciado já à população brasileira, eu acho que aí é demais o Brasil suportar isso. Então eu gostaria de cumprimentar a V.Sª. pela qualidade do pronunciamento e pela firmeza. E aguardar os documentos que V.Sª. ficou de aguardar e de enviar por sugestão do senador Flávio Arns.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Serão encaminhados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço V.Exª, Senador Antero, e concedo a palavra a Senadora Ideli. V.Exª. dispõe de 10 minutos mais o tempo que foi concedido aos demais Parlamentares.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, eu queria em primeiro lugar reafirmar ou reacender algumas questões que já foram colocadas aqui até para poder encadear aqui as seqüências das perguntas que eu quero fazer. O Delegado preside o inquérito e este inquérito foi aberto, pelo que eu entendi, após a escuta telefônica. É isto?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exatamente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A escuta telefônica precedeu a abertura do inquérito?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Correto, esse foi o primeiro inquérito. Não esse, sobre o qual estamos prestando esse depoimento, sobre o inquérito anterior.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas a escuta telefônica, ela foi peça-chave na abertura do inquérito?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Foi em decorrência da interceptação telefônica.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Então nós podemos dizer o seguinte, que a escuta telefônica foi o que deu os elementos para a abertura do inquérito. É isto?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Do inquérito instaurado no ano de 2004.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas é isso que eu estou perguntando: a escuta telefônica...

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exato.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Foi o elemento-chave?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Correto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sem ter acontecido a escuta telefônica não teria elementos adequados e suficientes para a abertura do inquérito?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Salvo, se tivesse surgido algum outro dado importante que justificasse, caso contrário, não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Portanto, sem escuta telefônica provavelmente não teríamos...

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Portanto, a discussão sobre a escuta telefônica é absolutamente necessária. Quanto tempo de escuta foi feito?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu não me lembro, uns quatro meses, se não me engano. Oito meses.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Quatro, oito?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não me lembro ao certo, eu falei aqui mas não me lembro, em torno de quatro, cinco meses, mas não me lembro bem, não tenho certeza. Mas eu tenho como comprovar e posso encaminhar essa documentação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O senhor não consegue lembrar se é quatro ou oito... Mas quem pediu a escuta?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Quem pediu foi o Ministério Público, foi feito em conjunto com a Polícia Civil.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O Ministério Público é quem pediu?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exatamente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – E o Ministério Público pediu a quem?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Pediu ao Poder Judiciário.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A qual Juiz?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Se não me engano foi ao Juiz Corregedor?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – E por que ao Juiz Corregedor?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Porque lá é costume, se pede interceptação ao Juiz Corregedor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas ele não é considerado Juiz Natural. Tem um Juiz Natural em Ribeirão Preto?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Tem. É o Juiz onde se vai pela distribuição.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – É o da 3ª Vara?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não, é o que vai pela distribuição. Não tem o Juiz assim, é o Corregedor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O senhor me disse que foi pedido ao Juiz Corregedor?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exato. E pelo que me lembre.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Foi pedido ao Juiz Corregedor ou foi encaminhado para a distribuição?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Que eu me lembre, foi pedido ao Juiz Corregedor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Se foi pedido ao Juiz Corregedor não foi pedido ao Juiz Natural.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu não me lembro, não tenho certeza disso daí. Só sei que foi pedido.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas o senhor estava na investigação, não estava?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Mas isso foi em 2004. Eu não tenho condição de lembrar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O senhor estava na investigação.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Claro que **e**stava.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O senhor estava acompanhando a escuta, o senhor estar estava monitorando, o senhor que monitorava a escuta.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Estava. Junto com o Ministério Público.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Junto com o Ministério Público.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exato.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A legislação, a Lei 9.296, ela estabelece lá no art. 5º que a questão da interceptação: "A decisão será fundamentada sob pena de nulidade indicando também a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de 15 dias, renovável por igual tempo uma vez comprovada, uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova". Portanto, veja bem, se foram quatro

meses de escuta, foram oito pedidos de renovação. Se foram oito meses, são dezesseis. E o senhor não sabe me dizer por que é que foi ao Juiz Corregedor e não ao Juiz Natural?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Porque lá é costume se pedir ao Juiz Corregedor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas não é o que é a legalidade, a lei exige que seja o Juiz Natural.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não cabe a mim discutir isso daí.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O senhor tem relações com o Juiz Corregedor?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – É impossível, porque eu estou em Ribeirão Preto há dois anos. É impossível ter relação num período que eu tinha acabado de chegar em Ribeirão Preto. Sequer conhecia o Juiz Corregedor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O senhor diz que é apenas uma questão de costume.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Porque lá em Ribeirão se pedia ao Juiz Corregedor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas isso não é o que a lei... Inclusive a Constituição estabelece que tem que ser o Juiz Natural. Tem que ser o Juiz que está colocado na Instância, no local, para apreciar os atos jurídicos. E o senhor como Delegado, que deve ter uma experiência acumulada de muito tempo, não estranhou que não estivesse sendo feito o pedido ao Juiz, dependendo oito vezes ou dezesseis vezes, renovados estes pedidos, não lhe causou estranheza e nem o senhor achou que isto poderia ser motivo suficiente, inclusive, para anular as provas?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Com toda a sinceridade, não. A partir do momento que nó pedimos, o juiz autorizava, nós estávamos fazendo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A cópia da autorização...

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu me comprometo a fornecer todas elas. Inclusive a interceptação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não tem no inquérito, a informação da assessoria, nós temos acesso, não tem no inquérito.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – O inquérito? Existe o inquérito, foi instaurado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não, não, não. A cópia da autorização.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu me comprometo a encaminhar. Muito embora...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas veja bem, veja como é interessante as coisas, porque o senhor começou as afirmativas dizendo que se não tivesse havido a escuta telefônica não teria elementos para abrir o inquérito. Certo?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exatamente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Acontece que se a escuta telefônica é uma escuta absolutamente necessária para subsidiar o inquérito, a legalidade da escuta precisa estar absolutamente colocada sob qualquer sombra de dúvida, sem nenhuma dúvida. Porque senão qualquer bom Advogado derruba. Por que é que não foi então anexado no inquérito a forma como foi obtida a escuta?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Mas foi.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A informação que nós temos é que não consta no inquérito.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Foi, eu que presidi o inquérito, isso tenho certeza absoluta e vou encaminhar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas não lembra o porquê que foi para o Corregedor e não para o Juiz Natural.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – É uma coisa aí que eu não me preocupo muito com isso daí.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas como Delegado, o senhor tem que estabelecer o que a Constituição pressupõe.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Mas é, cabe aí ao Poder Judiciário. Não sou, não vou determinar ao Juiz o que...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas o inquérito quem formulou, montou...

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Quem preside sou eu.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pois é, o senhor é responsável por todos os documentos incluídos.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não. A partir do momento que eu peço ao Poder Judiciário eu não vou me preocupar qual o Juiz que concedeu. O que me importa é a autorização judicial.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O senhor pede, mas então foi o senhor que pediu?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – O Ministério Público, uma força de expressão minha, quem pediu foi o Ministério Público, mas eu estava acompanhando. E a autorização, na minha concepção, foi legal.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu entendo que esclarecer este procedimento é absolutamente imprescindível com base nas declarações que o senhor deu. Porque o senhor deu as declarações

de que se não fosse a escuta telefônica, o inquérito não existiria. O senhor não teria elementos para a abertura do inquérito. Portanto, a forma como foi feita a escuta telefônica passa a ser, neste procedimento, peça-chave. No inquérito, a transcrição das fitas está integral ou o senhor selecionou os trechos que eram adequados ou não convenientes, ou não ser incluído no inquérito?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – É integral dentro daquele assunto que está sendo apurado. Por exemplo, se na transcrição constatar que fulano de tal teve algum relacionamento com alguma mulher em tal lugar, essa parte não é transcrita. Existe, inclusive, uma portaria do Delegado Geral determinando que assim seja feito. Mas a íntegra da gravação é mantida no Inquérito Policial.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – No inquérito que o senhor abriu com base nas escutas telefônicas, a investigação se deu em qual período do processo de varredura?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Final do ano de... Não, da formação de bando ou quadrilha, final do ano de 2004 até começo do ano de 2005, quando foi instaurado um outro Inquérito Policial, em decorrência das afirmações proferidas pelo Rogério Buratti, tendo em vista as fraudes de varrição que estariam ocorrendo em Ribeirão Preto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O senhor foi comunicado, tomou conhecimento que os procedimentos da varrição, inclusive a quilometragem no período que antecedeu à administração na época do Prefeito Palocci eram superiores ao período dele?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Foi comunicado recentemente, inclusive isso está sendo devidamente apurado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Recentemente?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Recentemente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Recentemente por quem?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não, por informações dos próprios funcionários do DAERP, do bosque, melhor dizendo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A informação que nós obtivemos é que houve, inclusive, solicitação da Câmara de Vereadores, para que isso fosse apurado.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Solicitação da Câmara veio bem depois, dois, três meses depois do que nós temos lá.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – E por que é que não foi ouvido no inquérito a gestão anterior?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Já estão sendo ouvidos. Inclusive fomos ao bosque fazer medição e estamos tomando todas as providências, estão sendo...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Porque assim, se eram maiores e, veja bem, qualquer investigação a respeito de superfaturamento ou pagamento excessivos, numa administração, se estamos investigando uma administração, qualquer bom investigador faria o seguinte: Para poder ter a medida exata, eu comparo. E nada melhor do que comparar com quem atuou antes. O senhor não teve a curiosidade de ao investigar apenas o período do Palocci, fazer comparativo de como é que se procedia no período anterior? Essa curiosidade não lhe passou pela cabeça?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Nós começamos trabalhando com base nas informações que tínhamos. Depois é que passamos esses dados e aí temos, sim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas veja bem.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – E está nos autos essa situação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas é porque é o seguinte, quando a gente vai fazer qualquer tipo de investigação, e ali me parece que o pressuposto é de que houve pagamentos indevidos, serviços não realizados ou superdimensionamento do serviço, é isso que eu estou dizendo. O senhor não precisava ter sido alertado, nem ter tido nenhuma outra informação. Eu, que não sou Delegada de Polícia, que não tenho formação para isto, a primeira coisa que me vem na cabeça é: "Vou comparar com o que fazia a administração anterior". Essa preocupação o senhor não teve desde o primeiro dia do inquérito?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Mas é claro que não, mas no decorrer do inquérito...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Exatamente, "é claro que não", o senhor vai me desculpar! "É claro que não"...

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – O inquérito é cheio.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não posso admitir que alguém que vai investigar algo não tenha como comportamento o mais elementar de qualquer investigação. Porque está superfaturado, está sendo pago a mais, está superdimensionado, baseado no quê, se o senhor não fez comparação, o senhor estava partindo dessa premissa para investigar?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu trabalho, primeiro lugar, com os dados que eu disponho. Depois com esses elementos que nós vamos aumentando o leque e fazendo todos os trabalhos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas os dados que o senhor dispõe...

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – E é efetivamente o que está sendo feito.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Os dados que o senhor dispõe pressupunha comparar. Inclusive para saber, porque veja bem, é estranho, é mais ou menos a história da Gtech. A Gtech assim, escândalo para cá, escândalo, a única vez que teve redução do valor foi no nosso Governo. Aí somos os criminosos porque conseguimos reduzir. No caso é a mesma coisa, a administração anterior do PSDB fazia valores superiores e isso não causa estranheza! Isso, só depois, de andar e andar e andar e ter solicitações é que vai se investigar e comparar.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não, mas está sendo, já foi, não é agora não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Porque agora está começando a ficar escandaloso.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não é agora, hipótese alguma, isso faz vários meses.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Isso deveria ter sido desde o primeiro momento! Porque não é possível fazer discussão ou investigação de qualquer atividade no serviço público se não se comparar comportamentos. Isto não existe, entende? Em termos de investigação, o senhor vai me desculpar, o senhor pode até ter sido condecorado, pode até ter sido condecorado, mas como investigador o senhor não passaria na prova elementar. Porque a prova para poder ter elementos de investigação pressupõe comparativos. Principalmente em casos como este aonde tem uma série histórica. E inclusive porque a empresa era a mesma. Nem houve mudança de empresa, era a mesma! Portanto, o comportamento era necessário ser investigado comparativamente! Mas eu queria ainda, concluindo, que é a minha última observação, eu prestei muita atenção quando aqui nós tivemos o processo, o procedimento de alerta feito pelo Senador Flávio Arns, a respeito das denúncias que pairam sobre V.Sª., na questão da tortura, suspeita da tortura. E até porque, investigador com suspeita de exercer tortura é um investigador sob suspeita mesmo! Porque a tortura é o elemento utilizado para arrancar afirmações ou provas de forma indevida. Então, portanto, é muito grave pairar sobre o senhor esta suspeita, estes indícios e este inquérito. Não é qualquer suspeita. Porque na condição de investigador, se o senhor tem sob a sua pessoa a suspeita de ter participado de tortura, esta condução, a forma como investiga é uma forma contaminada! Contaminada pelo que de mais odioso pode existir no procedimento dentro de qualquer processo. Agora, eu achei bastante interessante porque quando houve aqui as colocações, eu até anotei a frase: "Quem me delata é pessoa que praticou crime". Portanto, quem praticou crime para o senhor não vale como prova. Mas o senhor está aqui levantando acusações, procedimentos que poderão levar, inclusive, à acusação de uma pessoa que é altamente respeitada, e não é à toa, não é à toa que vem para cá, quando vem ataques para cima do Ministro Palocci vem a Bancada, vem muitas Bancadas. Pelo reconhecimento público que o Ministro Palocci tem de todos aqueles que entendem da sua seriedade, da sua honestidade, da sua responsabilidade. Então é interessante, porque no seu inquérito, e aqui os funcionários que vieram aqui depor colocaram de forma, "não há nenhum indício de envolvimento do Ministro Palocci à época Prefeito". O senhor mesmo diz que está se baseando apenas no Buratti. Que para o senhor não vale, mas o senhor vai se utilizar para o Ministro Palocci. Então eu queria aqui deixar este registro, porque a frase me chamou muito a atenção. Ainda mais, ainda mais porque a frase vem de uma pessoa, da boca de uma pessoa, que a questão da entrega, da delação ou da prova pode ter sido, em algumas circunstâncias, obtida através da forma mais ignominiosa que existe, que é a tortura. Por isso eu não poderia deixar aqui de registrar as palavras que o senhor mesmo disse: "Quem me delata é pessoa que praticou crime". Portanto, o senhor como investigador desqualificou, desqualificou! Mas quer se utilizar dois pesos e duas medidas para, no caso, colocar o inquérito à frente no caso do Ministro Palocci. Então era só isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com a palavra, antes de passar ao Senador Romeu Tuma, o Relator pede a palavra para algum esclarecimento.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, eu queria esclarecer a Senadora Ideli que no relatório a respeito do contrato da Caixa Econômica com a Gtech, estão lá os nomes, para efeito de encaminhamento ao Ministério Público, o nome dos ex, dois ex-Presidentes da Caixa , ex-Presidentes na gestão do Fernando Henrique e o atual Presidente da Caixa . Para que ela não fique pensando que está havendo alguma discriminação. O que houve, e que houve alguma discriminação, eu agradeço Senador Romeu Tuma. São os dois ex-Presidentes da gestão de Fernando Henrique ,são Carrazzai, o senhor Carrazzai e o senhor Cutollo, Sérgio

Cutollo. Enquanto que o atual Presidente, todos nós sabemos o seu nome porque está no exercício.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente, só me permite, eu quero deixar aqui de forma muito clara que eu não fiz nenhuma referência a respeito do relatório parcial do Senador Garibaldi, com relação a quem é que estava incluído ou não no relatório, até porque aquele relatório não teve votação ainda dos destaques. Todos nós sabemos. Foi apenas aprovado o texto sem prejuízo dos destaques a serem apresentados, que aliás, até agora eu não entendi por que é que nós não colocamos ainda em votação aqueles destaques. Mas a questão, quando eu me referi a Gtech, eu me referi o seguinte: Há um bombardeio em cima da questão da atual gestão da Caixa Econômica quando, por incrível que pareça, a única vez que os preços pagos à Gtech teve redução foi na atual gestão. Então, veja bem, eu fiz o comparativo porque se a investigação fosse séria e responsável, a primeira medida a adotar seria comparar o que a administração anterior fazia com a LEÃO & LEÃO e o que a administração à época Prefeito Palocci fazia com a LEÃO & LEÃO. A condição mais elementar aquela, que a gente diz assim: "Elementar, meu caro Watson". Certo? É a mais elementar, é comparar os dados para poder tirar hipóteses, levantar suspeitas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pois não. Pela ordem tem V.Exª a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu pedi licença ao Senador Romeu Tuma para registrar que tendo em conta inclusive a própria manifestação do Dr. Benedito Augusto Valencise que gostaria que fossem apuradas todas as denúncias relativas a eventual, à prática de inadequação no processo de estar argüindo pessoas que tenham cometido quaisquer delitos. E então, em função disso, Senadores Tião Viana, a Sra. Ideli Salvatti, Senadores Flávio Arns e eu, nós avaliamos que será importante apresentarmos um requerimento,e assim o fazemos, no sentido de que tendo em conta o que diz a Constituição, a Convenção das Nações Unidas contra Tortura e outros, e a Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura, possa...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Para concluir, Senador. Para concluir.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Seja encaminhado ao Procurador Geral da República. Estamos encaminhando...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. em 15 segundos teria apresentado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Senador Tião Viana fará com maior presteza ainda, encaminhando ao Procurador-geral da República para que seja efetivamente apurado. Eu gostaria, Sr. Presidente, que possa ser inclusive providenciado cópia ao senhor dos documentos que nós apresentamos, para que o senhor tenha toda a possibilidade de esclarecer inteiramente os episódios. O fazemos no intuito do que V.Exª. mesmo declarou...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nós entendemos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – ...ao dizer: "Eu quero que tudo isso seja apurado".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nós entendemos. Senador Romeu Tuma, V.Exª. tem 10 minutos e mais o tempo que tem sido dado aos demais, a título de prorrogação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, eu digo com toda a honestidade que eu estou bem tranqüilo por tudo aquilo que aconteceu durante a tarde de hoje. Até porque os pronunciamentos dos Senadores que são signatários desse pedido de encaminhamento ao Ministério Público foram igualitários. Seguiram a mesma ordem. E de um tipo de agressividade que eu desconhecia até há pouco desses Senhores Senadores, porque sempre foram respeitosos. Inclusive o Senador Suplicy subiu o tom que voz que eu fiquei surpreendido aqui na frente dele, que eu me abaixei, foi de uma força de expressão surpreendente. Então eu acho o seguinte, todas as acusações—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Espera um pouquinho, deixa eu falar! O senhor me chamou atenção porque eu fiz um aparte, com todo o respeito o senhor disse que eu estava interrompendo. Eu não vou dizer isso, eu deixo o senhor falar. Com todo o prazer e com todo o respeito que eu lhe tenho. Pode falar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Queria lembrar que o tom de voz sobe porque pela primeira vez estão diante de acusações sérias de tortura.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador, para dizer, quando assumi a Polícia Federal eu criei a Cadeira de Direitos Humanos na Polícia Federal. E sempre preguei que a tortura é a pior forma da inteligência policial de obter prova testemunhal, que é a prostituta das provas. Ninguém diz que testemunha é rainha das provas, ela é prostituta, porque ela se desfaz se não tiver materialidade correspondente ao de-

poimento que foi feito. Então por isso que eu digo, eu acho que tortura, levantei na Tribuna, quando querem desqualificar o crime hediondo, inclusive o crime de tortura. Fazendo a progressão com um sexto da pena, que eu acho um absurdo. Crime de tortura devia ter prisão perpétua, porque é de uma burrice invejável. Ela não pode ser aceita por um policial ter uma formação dentro de uma academia, faz seu concurso público, eu sei o que Dr. Antônio... Aqui são realmente, não é suspeita, são acusações, eu não vou discutir o mérito dos antecedentes dos acusadores porque ficou claro aqui nas respostas que o nosso Delegado fez durante o depoimento. Eu sei que o objetivo era comparar a sua palavra sobre o inquérito devidamente apurado e presidido como autoridade policial diante de provas materiais com a possibilidade do senhor ter aceito um testemunho e invalidar todas as apurações que o senhor fez. Quer dizer, eu acho um absurdo isto, querer comparar uma coisa com a outra. E pelo que eu senti, todas essas acusações estão sendo apuradas.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – E várias foram arquivadas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não estou discutindo, que não foram, não tomaram conhecimento, jogaram no lixo. Pelo menos o senhor disse aqui, algumas foram investigadas, arquivadas e outras em andamento.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exato. Nunca tive uma punição por qualquer coisa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Outras em andamento. E a Corregedoria de São Paulo, ela é séria nesse ponto, como o Ministério Público não dá colher de chá para ninguém quando há uma denúncia de tortura, Senador Arns, lá em São Paulo é dureza. Tem queixa... Porque é claro que qualquer pessoa que procurar uma autoridade, principalmente no Ministério Público, dizendo "fui torturado", ele vai tomar termo e vai tomar as providências necessárias de colher provas materiais que possam incriminar o policial ou quem quer que seja da materialidade da prova. E tem várias, tem que passar por exame de corpo de delito, tem uma série de fatores que comprovam. E o abuso de autoridade nunca foi cortado do Código! Nunca foi cortado do Código! Não existe isenção para o policial que praticar abuso de autoridade! Consta ali do Processo. E o Ministério Público é obrigado a vigiar a atividade policial. Esta é a missão predominante do Ministério Público. A fiscalização da atividade policial. E V.Exª. por várias vezes repetiu que o Ministério Público acompanha de perto todo o procedimento durante o inquérito. E deixar claro aqui, a Senadora Ideli saiu, que tem dois inquéritos em andamento. Dois inquéritos. Um decorrente da escuta telefônica que foi pedida pelo Ministério Público ao Juiz competente na hora. O que é Juiz, como é que ele chamou? Juiz Natural. A Justiça é uma só! E eu pergunto se é o Corregedor da Polícia Judiciária. Porque se é o Corregedor da Polícia Judiciária é ele que trata de tudo aquilo que diz respeito ao andamento de processo para a Polícia Judiciária. Então seria a autoridade mais indicada para pedir qualquer tipo de providência e ele fiscalizar o andamento da escuta telefônica para ver se havia abuso, extrapolar o tempo, e se foi usado tipos de conversa que pudessem intervir na cidadania, da individualidade do cidadão fora do crime em que é pedida a escuta telefônica. Então, V.Exª. esclareceu isso.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exato.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Que todos os dados que estão fora da escuta são aqueles que dizem respeito a individualidade do cidadão. Você não pode expor um cidadão porque falou com a amante ou que fez qualquer outra coisa dentro de um Inquérito Policial. Porque ali ele está indicado, e quando o senhor pede, o senhor justifica e diz objetivamente "pretendemos saber se isto, isto, aquilo, aquilo". O juiz analisa e dá ou não a autorização. Ela não é uma escuta clandestina. Pelo que eu sei, ela foi devidamente autorizada. E gerou um inquérito, que foi concluso, que o Ministério Público devolveu para pedir novas diligências, que é o normal. Meu Deus do céu! Ninguém conclui inquérito e diz: "O Ministério Público não pode devolver para requisitar novas provas e novas diligências". Então não é falha policial. É porque este é o papel do Ministério Público. Fiscalização antes de oferecer a denúncia, ele realmente saber se falta ou não algum dado para ter mais consistência na sua denúncia ou até pedir o arquivamento do inquérito! Que ele pode fazer. Tranqüilamente o Juiz concordar e arquivar o inquérito e tudo o que o senhor fez está sem valor. Então não há nenhum indicativo de que o Ministério Público não deva devolver o inquérito para completar a diligência. O senhor disse que são perícias que ele requisitou. Em decorrência do depoimento do Buratti, é que foi aberto o outro inquérito para colher as provas necessárias e não só se baseando nesse depoimento, precisava abrir o inquérito da denúncia para buscar provas materiais que casassem, porque se ficasse só nas provas testemunhais, eu acredito que até o senhor ia pedir o arquivamento.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Não tem dúvida.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não tem jeito de...

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ...de simplesmente, porque se o fulano recebia 50 mil, passou para não sei o que". Eu aqui estou respeitando e acho que temos que respeitar o Ministro Palocci, até que seja comprovado que realmente ele teve ou não responsabilidade. Eu não vou atacar nem vou criticar o Ministro Palocci, porque ele está sob investigação normal, sem nenhum critério de perseguição, de ódio, porque quiseram perguntar se o senhor tinha alguma intimidade, se o senhor teve algum lance que prejudicasse o seu relacionamento. O senhor esclareceu que não teve nada disso. E sobre algumas coisas de tortura, quando se faz uma prisão em flagrante, pelo menos eu aprendi, não sei se hoje eu sou burro.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Continua.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não sei mais nada. O flagrante é feito imediatamente é comunicado ao Poder Judiciário, no máximo em 24 horas. Estou errado, doutor?

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Corretíssimo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E se o Juiz pedir a presença dos presos tem que apresentá-lo imediatamente.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Se o Juiz tiver suspeita que houve qualquer tipo de ação criminosa da autoridade ou abuso, ele pede a apresentação ou vai à delegacia para ver.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ou vai a delegacia para ver! Quantas vezes o Juiz ou o Ministério Público vai a delegacia conversar com o preso para saber se houve alguma coisa.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exato.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Se eu tiver errado pode me corrigir que eu não vou discutir.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Corretíssimo, isso mesmo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu sei que a maior facilidade do bandido é acusar que foi torturado. Não estou defendendo o senhor, não.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Haviam provas materiais também.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor é suficientemente capaz de se defender, explicar e não fugiu a nenhum questionamento aqui, presidente. Ele podia se recusar a responder em razão de fugir àquilo que se dispos a fazê-lo. O senhor viu que eu ofereci se V.Sª. queria depor em sigilo perante a Comissão para se preservar ou preservar a sua investigação. Lá dentro. E o fiz aqui.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exato.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E V.Exª. não quis que se continuasse. Conversei com o Presidente, com o Relator que deixou também à sua vontade a decisão. E o senhor disse que preferia enfrentar, porque já sabia de antemão que seria acusado de torturador e queria ter o espaço de direito de defesa.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exato.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Foi isso que o senhor falou, já sei que vão me acusar de torturador e eu não posso ficar em silêncio e amanhã acharem que eu não tive coragem de enfrentar essas acusações. Então eu tenho aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. ainda dispõe de três minutos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, eu não vou abusar não, Presidente. Porque eu estou mais é angustiado aqui por respeito ao meu colega que eu sempre admirei, eu estive em Ribeirão Preto por ordem de V.Exª., estive com ele e com todo o grupo do Ministério Público, onde eu fui recebido elegantemente e senti a integração da polícia com o Ministério Público na apuração dos fatos. E muitas coisas mais graves foram faladas, mas ninguém disse: "Não tem prova, não vai para os autos". Enquanto nós não comprovarmos, não vai aos autos. Estão ouvindo testemunhas que não tiveram valor porque não havia materialidade de prova. Então é um inquérito que seriamente está se levando. É claro que a doutora, a Senadora Ideli poderá orientar o Advogado de defesa de invalidar o grampo telefônico, ela pode ligar para ele, porque deve ter, no conhecer bem a legislação e dizer: "Olha, o grampo foi ilegal. É bom o senhor anular o processo pela ilegalidade do grampo". Mas é um desejo dela, eu acho que ela tem direito de fazê-lo. Mas eu acho que por tudo que ele falou, o grampo foi legal, foi antecipado. Não sei por que é que foi feito, se foi alguma denúncia que chegou ao Ministério Público e o Ministério Público quis comprovar. Então pediu ao juiz que só poderia saber a verdade através da escuta telefônica e acompanhou, chegaram à conclusão que foi formado bando ou quadrilha, é o que...

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exato.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ...se consta dos atos segundo suas palavras e o Ministério Público está fiscalizando e vigilante no andamento. Tanto é que não aceitou, em princípio, o seu relatório, não

por desconfiança, porque achou que faltava algumas diligências que poderiam... E o senhor imediatamente procurou (soa a campainha) cumprir todas as determinações do Ministério Público como a lei manda.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Exato.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sem nenhuma discussão, pelo contrário, em harmonia e com a presença dos membros do Ministério Público que vieram depor aqui e sempre confirmaram essa tranqüilidade e essa correção do seu trabalho. Não estou acusando nem o Ministro, nenhuma autoridade, pelo contrário, eu acho que até que se passe em julgado, ele tem o direito de ser inocentado. Então eu só queria lhe agradecer por ter vindo aqui. Não fui eu o autor do requerimento, porque o Senador Álvaro Dias se encarregou disso. E eu só telefonei para ver se o senhor queria, viria ou ontem ainda quando conversei, se o senhor desejava, estava disposto a vir ou não, o senhor disse: "Não, eu vou e preciso ir". E realmente foi importante para esta Comissão e espero que a sua tranqüilidade continue para que o inquérito realmente seja concluído com toda a elegância.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço a V.Exª., Senador Tuma e agradeço ao Dr. Benedito Antônio Valencise e coloco os nossos microfones para suas considerações finais.

SR. BENEDITO ANTÔNIO VALENCISE – Eu gostaria de deixar mais uma vez bem claro o espírito de imparcialidade, de justiça. Eu sempre falei que eu não tenho nada contra qualquer pessoa. O nosso objetivo é combater e apurar o crime praticado. Em relação a essas acusações de tortura, sequer vou comentar porque são totalmente improcedentes, nunca tive uma condenação ou qualquer outra situação relacionado com tortura. Então, por favor, se houver uma apuração sobre essa fala, e quando eu falei que normalmente são pessoas envolvidas com crimes que o fazem, é porque é o modus operandi deles agirem. Eles realmente para se defenderem de uma forma ou de outra de acusações e cujos fatos temos inclusive provas materiais, o fazem mediante a imputação de tortura aos policiais, a vários policiais. Portanto, que se apure realmente com bastante rigor, que eu sou o primeiro a combater qualquer tipo de tortura. Que acima de tudo eu sou, eu tenho a minha religião, eu procuro viver a minha religião e não sou hipócrita e não sou falso. E eu agradeço também e pode ter certeza que o trabalho será desenvolvido sempre com a maior seriedade, a maior profundidade e a maior transparência. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e antes de encerrar a sessão, convoco uma Sessão para a próxima terça-feira, às 11 horas da manhã. Está encerrada a presente sessão.

(Sessão encerrada)

Ata da 63ª reunião, realizada em 15 de março de 2006.

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às doze horas e quarenta minutos, na Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores, Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, José Jorge, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Gilvan Borges, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Sibá Machado, Ideli Salvatti e Wellington Salgado, presente ainda o Senador José Agripino Maia, não membro, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a mesma é de caráter administrativo e destina-se à apreciação e votação de requerimentos. Indaga aos Senhores membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. O Senador Tião Viana tece considerações sobre notícias divulgadas na imprensa sobre o sigilo fiscal e telefônico do senhor Paulo Okamoto entre outras questões. O Presidente esclarece que as informações vazadas não partiram dessa CPI e procede a votação dos seguintes requerimentos: **Requerimento nº 040/06,** de autoria do Senador José Jorge, requer que o Senhor Paulo Okamoto seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão. Colocado em votação, o Senador Tião Viana pede verificação de voto. Procedida a apuração, o requerimento é rejeitado por 08 (oito) votos contrários e 06 (seis) votos favoráveis. **Requerimento nº 038/06,** de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer que seja promovida acareação entre o Senhor Paulo Okamoto e o Senhor Paulo de Tarso Venceslau. Colocado em votação, o Senador Tião Viana pede verificação de voto. Procedida a apuração, é verificado o empate 07 (sete) votos favoráveis e 07 (sete) votos contrários. Nos termos regimentais o Presidente de-

sempata dando o seu voto favorável. **Requerimento nº 300/05,** de autoria dos Senadores Sibá Machado e Eduardo Suplicy, requerem o envio a esta Comissão de cópias dos Procedimentos Investigatórios realizados pelo Ministério Público de Santa Catarina e dos Inquéritos da Polícia Federal, relacionados com a apuração da existência de cassinos clandestinos situados no Balneário de Camboriú em Santa Catarina. Colocado em votação, é aprovado. **Requerimento nº 022/06,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer à Secretaria da Receita Federal cópia integral do Processo nº 19515002446/2005-10, em tramitação junto à Delegacia de Fiscalização da Receita Federal de São Paulo. Colocado em votação, é aprovado. **Requerimento nº 258/05,** de autoria do Senador Arthur Virgílio, requer seja convocado o Senhor Delúbio Soares, para prestar depoimento perante a Comissão. Colocado em votação, os Senadores Tião Viana e Ideli Salvatti pedem verificação de voto. Procedida a apuração, o requerimento é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis e 05 (cinco) votos contrários. **Requerimento nº 014/06,** de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer ao Senhor Paulo Okamoto, presidente do Sebrae, a apresentação de comprovantes do pagamento da dívida contraída em nome do presidente Lula no valor de cerca de R$ 29,4 mil. Colocado em votação, o Senador Tião Viana pede verificação de voto. Procedida a apuração, é verificado o empate 07 (sete) votos favoráveis e 07 (sete) votos contrários. Nos termos regimentais o Presidente desempata dando o seu voto favorável. É aprovado o Requerimento. **Requerimento nº 052/06,** de autoria do Senador Álvaro Dias, que requer seja convocado a prestar depoimento o Sr. Francenildo Santos Costa, nesta CPI. Colocado em discussão, pedem a palavra, pela ordem, os Senadores Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta, Romeu Tuma e Ideli Salvatti. O Senador Eduardo Suplicy afirmou que votaria a favor da convocação caso a reunião ocorresse de forma reservada. A Senadora Ideli Salvatti lembra que se for aprovado o requerimento do Senador Álvaro Dias os demais que pedem a convocação do senhor Francenildo ficarão prejudicados, inclusive o requerimento do Senador Romeu Tuma que pede o depoimento do Francenildo em caráter reservado à Polícia Federal. O Senador Romeu Tuma informa que retirou seu requerimento que fazia tal solicitação e informa ainda que tem outro requerimento, posterior à reportagem do Jornal Folha de São Paulo, que solicita a convocação do senhor Francenildo e de sua esposa, e deseja que este seja votado. Pela ordem usam da palavra o Senador José Agripino, Geraldo Mesquita, Eduardo Suplicy e Magno Malta. Procedida a apuração, o **Requerimento n.º 052/06,** é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis e 06 (seis) votos contrários. Caberá ao Presidente da CPI, ao Vice-Presidente e ao Relator decidir sobre a forma como se dará tal depoimento (reunião aberta ou fechada) e tal decisão será anunciada amanhã na próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às treze horas e cinqüenta e dois minutos e, para constar eu, *José Augusto Panisset Santana*, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 63ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245/2004 para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem, ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Esclareço aos Srs. Senadores que a presente reunião é de caráter administrativo e destina-se a apreciação e votação de Requerimentos. Informo, ainda, que a Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Coloco em votação propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos iniciar a votação do requerimento. Primeiro requerimento.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. tem a palavra.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Uma questão de ordem a V. Exª., o art. 403 e 147.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. tem a palavra pela ordem.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Caro Presidente, eu dou o testemunho do esforço e do exercício coletivo de todos os Senadores dessa CPI, para que ela seja preservada em credibilidade, em autoridade, o de V. Exª. e de toda a Comissão que o assessora, de Técnicos, então, dou esse testemunho com a maior tranqüilidade. Mas quero que V. Exª. tenha conhecimento do que eu procurei, ontem, já externar em Plenário, tem havido divulgação paralela de dados referentes a sigilos que estão assegurados pela Constituição Federal por decisão de um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Aqui uma revista semanal, que eu vou entregar a V. Exª., diz o seguinte: “Nenhuma das declarações de suposto financiamento a pagamento de dívidas de campanha foi declarado à Receita Federal como manda a Lei e esse tipo de omissão embora não configure crime fiscal é uma infração sujeita a multa no que se

refere ao Sr. Paulo Okamotto". Diz mais o seguinte: "Um outro jornal...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas em relação, só para quem vai?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sigilo fiscal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Cada um de cada vez, essa questão do Sr. Paulo Okamotto é referente a quê?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – A sigilo fiscal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sigilo fiscal, mas o que foi publicado?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Informação que, no sigilo fiscal dele, não consta que ele assegurou o pagamento a pessoas que teriam sido beneficiadas, ilegalmente, durante a campanha eleitoral, especificamente o Deputado Vicentinho...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião, gostaria de dizer a V. Exª. que isso pode ter sido vazado pela Receita e não por essa CPI, posso garantir...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Fui bem claro a V. Exª., que eu não estou acusando...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, eu quero explicar. Em cada um dos fatos, para que não saia daqui com a idéia de que nós é que estamos fazendo esse vazamento.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A questão do Sr. Paulo Okamotto contribuir com candidaturas, no caso do Vicentinho, está publicado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Entra no site que está lá.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não foi a CPI que vazou...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Estou me referindo a ...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim, nós temos o sigilo fiscal do Sr. Paulo Okamotto. A gente não tem.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Estou me referindo a acesso à declaração de renda do Sr. Paulo Okamotto. Mais, Sr. Presidente. Eu já vou concluir...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu quero que V. Exª. venha me trazendo cada um dos casos para que, na condição de Presidente, eu possa ir explicando. Para que V. Exª. não faça aí as colocações...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – E preciso apenas fazer um raciocínio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pois não. Primeiro, eu quero dizer a V. Exª. que não há nenhum vazamento nesse sentido.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Depois cederei a palavra a V. Exª..

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Segundo item no jornal Diário. "O rastreamento mostra que Okamotto trocou, pelo menos, 56 telefonemas com Delúbio entre março e novembro de 2002 e tal". Isso aqui é sobre o sigilo de comunicação. Também foi assegurado...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não saiu, também, da CPI.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – V. Exª. tem e eu, em nenhum momento, disse. Agora, veja o que diz aqui, Sr. Presidente. O Ministro do Supremo Tribunal Federal que deu, atendeu à liminar. "Eventuais dados obtidos pela CPI devem permanecer lacrados e sob os cuidados da Comissão até a decisão final da Corte".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se encontram lacrados.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – O que eu asseguro a V. Exª....

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quero dizer a V. Exª. que a assessoria me informa que além de lacrados, no cofre da, desta CPI.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu quero colaborar com V. Exª. que eu tenho informação que pode ser confirmada por um servidor que merece o mais elevado respeito da Casa, pelos 33 anos que se dedica, com a mais alta seriedade, é que, quando o documento vem do Banco Central, ele vem com número à frente dizendo "Referente ao Requerimento n.º tal". Mas, tem havido, como rotina aqui, que não me faz suspeitar da CPI em nada, não estou suspeitando, deixo bem claro, estou pedindo um apoio para que se dê mais proteção à reserva de sigilo individual, conforme prega a Constituição, tem sido aberto, então, o envelope, tem sido visto o material e colocado no cofre. É em desacordo isso, com o que está posto na ordem judicial. E eu estou pedindo um apoio para que V. Exª. faça uma revisão desse tipo de procedimento...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mandarei fazer.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – ...que é para o bem da CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – ...e informo a V. Exª....

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Então, eu entendo que V. Exª. tem agido com toda a decisão política, pessoal e ética para que a CPI nunca perca

a sua credibilidade, a sua autoridade e nunca se desvie de suas prerrogativas. Por essa razão, por confiar em V. Exª., como Presidente, é que eu peço o apoio para uma medida de proteção que é uma sindicância que faça averiguação, detalhada, do que possa estar ocorrendo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço, agradeço a V. Exª. e a explicação é que está sendo dada, Senador Tião Viana, é que os números, a correspondência vem em número do ofício, daí porque o requerimento é número de ofício, daí porque, segundo informou o Augusto, que é o nosso Secretário, tem que ser aberto para saber de que se trata. Se tratando de sigilo é de imediato lacrado e colocado no cofre da CPI. Então, se existe vazamento, não é da CPI. Até porque, às vezes, se tenta vazar para tentar complicar a história da CPI. Então, devo dizer bem claro que nesta, nesta CPI, partindo da Mesa da CPI, do Presidente, Vice-Presidente, Relator e os Assessores, nenhum vazamento foi feito daquilo que é sigilo de Justiça. Devo deixar bem clara essa questão para que, se outros vazamentos tiverem, não partiram desta CPI. E agradeço o cuidado de V. Exª. em relação aos nossos trabalhos. E vamos colocar em votação os Requerimentos. Primeiro requerimento de autoria do Senador José Jorge. Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Sr. Paulo Tarcísio Okamotto seja convocado a prestar depoimento a essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Apenas para encaminhar que nós votaremos contra o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. vota contra o requerimento, o PT, que V. Exª. comanda. Em votação.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Pelo PSDB nós votamos a favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Em discussão, não tendo quem queira discutir em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado com os votos contrários, Senador...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – V. Exª.. Suplicy. Dois, quatro, seis...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Está aprovado o requerimento. V. Exª. pode pedir verificação, é seu direito.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Peço verificação a V. Exª., mas se V. Exª. averiguar estava rejeitado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª., vamos, a verificação é que nós sabemos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não, mas não é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. tem mais gente de um bloco, do que os que têm direito a voto. Aqui está somando os suplentes mais os titulares e outros mais. Mas vamos tomar os votos. Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Antônio Carlos Magalhães?

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Antero Paes de Barros? Ausente. Senador José Jorge?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Flávio Arns? Ausente. Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – "Não". Tião Viana?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Magno Malta?

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Leomar Quintanilha?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Garibaldi Alves?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – "Não". Gilvam Borges?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – "Não". Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – "Não". Senador Mozarildo Cavalcanti?

SENADOR MORAZILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – "Sim". Senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, completou?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, eu voto em substituição a Flávio Arns.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, eu não fui chamado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, são os suplentes. V. Exª. já completou, porque teve Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, José Jorge, Senador Geraldo Mesquita. Já completou. O outro sou eu.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, então eu fui passado a condição de suplente sem ter tomado conhecimento. Eu não fui...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Veio da liderança do partido de V. Exª..

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Não fui informado de que de titular passei a suplente na Comissão.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Votou já, votou com a gente.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Mas é a liderança da minoria que encaminha, é o José Jorge que substituiu e não me avisou.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vamos chamar a Senadora Ideli Salvatti ainda.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – É "não", Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vota "não", Senadora Ideli. Um... Ainda falta o PMDB, ainda falta ser chamado. Leomar está presente? Está presente, já foram chamados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Leomar está presente, mas não votou não.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Indicação do PMDB.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – PCdoB.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Está certo. Quantos? Oito votos "não", seis "sim". Está derrotado o requerimento. Requerimento de autoria do Senador Antero Paes de Barros. "Nos termos do disposto n.º, do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e da Lei 1579/52, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requer que seja promovida a acareação entre o Sr. Paulo Okamotto e o Sr. Paulo de Tarso Venceslau". Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Requerimento. Já aprovei. Vou fazer a verificação. V. Exª. tem direito. Está certo? Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Antônio Carlos Magalhães?

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Antero Paes de Barros. Senador José Jorge?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Flávio Arns? Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – "Não". Senador Tião Viana?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta?

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora, ou melhor, ainda os titulares, Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Leomar Quintanilha?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Garibaldi Alves?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – "Sim". Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – "Não". Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – "Sim". Senador Mozarildo Cavalcanti?

SENADOR MORAZILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – "Sim". Senador, Senador Geraldo Mesquita? Já votou, "sim". Senadora Ideli?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador... Já completou. Sete votos "sim", sete votos "contra", eu voto no voto de desempate de Minerva, voto "sim". Voto pela acareação. Aprovado o pedido de acareação.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não dá mais, não te expõe não. Não dá mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Requerimento. "Requerimento, de acordo com o dispositivo n.º (não tem no áudio o número 12:31:09) , do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, o envio, a esta Comissão, de cópia dos procedimentos investigatórios realizados pelo Ministério Público de Santa Catarina e dos inquéritos da Polícia Federal relacionados com a apuração da existência de cassinos clandestinos situados no Balneário de Camboriú, em Santa Catarina". Senador Sibá Machado. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Só um esclarecimento sintético que o barulho me tirou a concentração. Não, não, tudo bem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Cassinos clandestinos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Em discussão, não tendo quem queira discutir, em votação. Senhores Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Do Senador Romeu Tuma. "Nos termos regimentais, requeiro seja requisitado, por esta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os bingos, à Superintendência da Receita Federal, em São Paulo, cópia integral do processo n.º 19515002446/2005-10 relativo à representação fiscal contra o Sr. Oswaldo Antônio de Souza e outros, proprietários de várias casas de bingo em São Paulo". Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. De autoria do Senador Arthur Virgílio, que requer, "de acordo com o § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei n.º 1579 de 18 de março de 1952 e, nos termos regimentais, que seja convocado o Sr. Delúbio Soares para prestar depoimento nessa Comissão". Em discussão.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Nosso voto será contra, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. vota contra. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Senhores Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Verificação. Até o Delúbio. Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Antônio Carlos Magalhães.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Antero Paes de Barros. Senador José Jorge?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Flávio Arns? Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Já ouvi, Sr. Presidente. Não precisa. Já ouvi.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor já ouviu o senhor Delúbio aqui? Nessa CPI?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Nesta aqui ainda não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. acha que o depoimento da outra é melhor? Não vir e trazer para cá? Vota "sim" ou "não"?

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Suplicy vota "sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. vota "sim" ou "não", Senador Suplicy para trazermos o Delúbio Soares? Depois que V. Exª....

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não tenho objeção de ouvi-lo novamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então vota "sim". Senador Tião Viana?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – "Não". Senador Magno Malta?

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – "Não". Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – "Não". Senador Leomar Quintanilha?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi Alves?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti?

SENADOR MORAZILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – "Não". Oito votos "sim", cinco "não". Está aprovado o requerimento.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senhores Senadores. Requerimento de autoria do Senador Antero Paes de Barros: "Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal e da Lei 1579 bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requeiro que seja solicitado ao Sr. Paulo Okamotto, Presidente do SEBRAE, a apresentação de comprovantes de pagamento da dívida contraída em nome do Presidente Lula, no valor de cerca de reais, 29,4 mil reais".

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, questão de ordem a V. Exª..

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. tem a palavra para uma questão de ordem.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Apenas em indagar a V. Exª. se regimentalmente o autor estando ausente pode ser lido e votado o requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não há nenhuma, nenhum problema, segundo a assessoria me informa, Senador. Se trata...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não há nem, isso é uma convicção da Mesa que não há?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, não sinto prejudicado o requerimento. Em discussão. Não tendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Contrário, peço verificação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Verificação. Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Antônio Carlos Magalhães?

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Antero Paes de Barros. Senador José Jorge?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Flávio Arns. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Posteriormente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Posteriormente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta?

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Leomar Quintanilha?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Garibaldi Alves? Senador Augusto Botelho? Senador Augusto Botelho, só para apresentar os Requerimentos, somente, não é quebra de sigilo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – "Sim". Senador Mozarildo Cavalcanti?

SENADOR MORAZILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador... Bom, já votaram todos. Senador Eduardo Suplicy, posteriormente? "Sim" ou "não"?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Vou acompanhar o Senador Tião Viana.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Acompanha o Senador Tião. Senador Tião firme na liderança. Sete votos "sim", seis votos "não". Acho que a conta está errada. Anotou "sim".

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Gilvam Borges não foi chamado, acho que V. Exª. passou a leitura do nome dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Gilvam Borges?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sete a sete, voto de Minerva é "sim", pela aprovação. Senhores Senadores, nós temos dois Requerimentos postos à Mesa, um de autoria do Senador Álvaro Dias, outro do Senador Francenildo, Senador Romeu Tuma e uma proposta feita pelo Senador Antônio Carlos Magalhães, que eu peço a ele, passo a palavra a ele para que seja discutido antes de se votar o requerimento. V. Exª. tem a palavra, Senador Antônio Carlos Magalhães.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sobre qual é o requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sobre a convocação do senhor Francenildo Santos Costa.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu tenho, como um juízo pessoal, de que a Comissão deve, não deveria trazer aqui, mas não deveria deixar de ouvi-lo, para que ele confirmasse, ou negasse, o que já foi publicado. Mas eu acharia que isso deveria ser feito, evidentemente, no local onde se encontra o senhor Francenildo, não sei que nome é. O caseiro. Porque acho que, cada vez, vai se diminuindo mais a Comissão, trazendo figuras que possam, aqui, diminuir o valor da Comissão. Entretanto, tenho que dizer que estão radicalizando as posições, aqui, da maneira errada, de não se querer sigilo de Okamotto etc. e, nessas condições, eu não vou cumprir o que pedi, eu vou ficar com o meu Partido.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª., Senador...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só queria...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Acho que o Presidente, o Senador Antônio Carlos conversou comigo, eu já tinha apresentado o Relatório. Eu acredito, Senador Antônio Carlos, V. Exª. não teria dificuldade até, se ele fosse ouvido pela Polícia Federal. Mas eu requeri porque o Ministro, a quem eu respeito, disse que ele estava faltando com a verdade e o melhor lugar para poder questioná-lo, por todos os membros do PT e eu também vou questionar, para saber se ele cai em contradição no depoimento dele. Porque aí, sem dúvida nenhuma, nós estamos prestando um serviço ao Ministro.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V. Exª. mesmo disse que ia votar o Okamotto e não votou.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não, V. Exª. talvez não tenha tido atenção no que eu falei na hora porque estavam falando aqui do Plenário. Eu disse que a minha quase certeza, é que quando o voto fosse do sigilo de Okamotto nós iríamos perder, mas não que eu ia votar. Foi o que eu disse a V. Exª. talvez V. Exª. não atentou e foi exatamente o que houve. Nós perdemos porque numericamente eu sabia quem não votaria conosco naquela hora. Por isso eu acho que V. Exª. não entendeu o que eu quis dizer.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V. Exª. vota a quebra do sigilo bancário do Sr. Okamotto, fiscal etc?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não, Senador. A minha convicção é que nós não devemos votar pela razão, que nós temos e procurei V. Exª. em meu nome e de Flávio Arns, que V. Exª. teve um debate aberto com Flávio Arns no Plenário, estabeleceu o seguinte entendimento: Se achasse uma saída que não fosse a vinda única para investigar o Sr. Okamotto na CPI, V. Exª. concordaria que a CPI não pudesse forçar essa vinda. Não, mais ou menos, só entenda o meu raciocínio.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Não, o que eu disse foi, que se ele apresentasse espontaneamente, não precisava vir à CPI.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Mas V. Exª. usou essa expressão.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Foi isso que eu disse, está no meu discurso, V. Exª. pode ver. Não foi para que o Okamotto viesse não.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – O senhor me permita colaborar para esclarecer.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu é que pedi.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não, mas não é isso que eu estou dizendo. Eu estou dizendo que V. Exª. disse: Achem uma saída. E eu lhe procurei no outro dia, que foi nos seguintes termos: Senador, se nós, toda a CPI, formos ao Procurador Geral da República, que é uma figura insuspeita, com todas as denúncias que se têm em mãos contra o Sr. Okamotto e pedirmos que ele investigue à luz da Lei, toda a quebra de sigilo o que quer que seja. O senhor disse: "Não, não acho, acho que ele tem que vir aqui". V. Exª. disse isso a mim. E aí eu disse: "Mas peço que o senhor possa refletir sobre isso". Foi isso. E hoje eu apenas cumpri o que lhe falei ali, que eu achava que ele ia perder nessa parte, mas que nós, não disse que nós votaríamos não.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Se V.Exªs. querem partidarizar coisas que não precisam ser partidarizadas.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não é, é um problema de convicção.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu também tenho que ficar com o meu partido.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Lamentavelmente, é um problema de convicção.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Peço a palavra, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. tem a palavra pela ordem, Senador.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Juntamente com o Senador Tuma, apresentei requerimento semelhante e quero cumprimentar a decisão do Senador Antônio Carlos Magalhães. É muito importante, diante das circunstâncias, que se ouça, aqui, o caseiro, pela riqueza de detalhes que ele apresenta nessa entrevista e pela informação de que o jornal não publicou tudo o que ele disse. Então que há, ainda, parte do seu depoimento ao jornal que não foi divulgado. Nós temos o dever da transparência e as pessoas simples, as pessoas humildes, quase sempre são verdadeiras. Eu tenho plena convicção, em função, exatamente, do detalhamento das informações apresentadas, que o caseiro ofereceu à imprensa, um depoimento absolutamente sincero e terá a oportunidade, aqui, de repeti-lo ou não. Mas a sua convocação é inadiável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V. Exª. e quero deixar bem claro de que, ontem, tomei essa iniciativa para que se fosse votado esse requerimento hoje até por, aconselhado que fui para dar ciência ao Plenário, aconselhado pelo Senador Suplicy que me disse que é indispensável a vinda deste caseiro para os esclarecimentos, até para que se possa ter o que foi contradito. Então, veio do Senador Suplicy que me afirmava a sua posição de ser favorável a essa questão. E fiz questão de registrar em Plenário, ontem, essa posição da qual quero, inclusive, agradecer ao Senador Suplicy. E dizer, também, que recebi, em meu gabinete e confirmei há pouco, depoimento que foi prestado pela testemunha que aqui se encontra encaminhado pelo Senador Suplicy, fita VHS contendo matéria do Jornalista Roberto Cabrini, da TV Band, no qual entrevista nova testemunha sobre morte do Prefeito Antônio da Costa Santos, o Toninho de Campinas. Aqui está, eu agradeço ao Senador Suplicy, que colocarei nos arquivos da CPI à disposição de todos os Srs. Senadores e Senadoras. Requerimento. "Nos termos do disposto do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei 1579/52, bem como nos termos regimentais aplicáveis à espécie, requeiro que seja convocado, para prestar depoimento nesta CPI, o Sr. Francenildo Santos Costa, conhecido por "Nildo". Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – O Francenildo Santos Costa é o caseiro?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O caseiro.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Presidente, eu só queria argumentar que, a princípio, eu comungo do raciocínio primeiro do Senador Antônio Carlos, eu discuti isso ontem, falei isso com todo mundo e é a minha posição, de que a CPI, de fato, deveria ouvi-lo numa Comissão indicada por V. Exª., contemplando os Partidos que fazem a Comissão, que fazem a Casa e as minhas convicções são, a partir do depoimento, também, que li e pego uma frase do Senador Antônio Carlos que eu acredito que apequenaria a Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas, Senador...

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Presidente. Estou fazendo...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não falei com V. Exª. não, é com o Senador, para que desligue o celular e para que possa ouvir a V. Exª..

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Aí, fica sendo visto na televisão e fazendo propaganda para a operadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Você vê, eu defendendo V. Exª. e V. Exª....

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Eu estou concordando com V. Exª.. A marca de seu celular qual é?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta, V. Exª. com a palavra.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Diga não, diga não. Beleza. Sr. Presidente, então, eu comungo desse raciocínio até pelo teor da entrevista, são argumentos de quem participa de uma cúpula, de quem está em cima, de quem sentou na mesa, de quem comeu junto e tal. E para mim não tem essa contundência toda. É a razão pela qual eu vou votar contra porque gostaria, realmente, que primeiro ele fosse ouvido numa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Muito bem, Senador. Eu vou colocar em votação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. tem a palavra, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu quero esclarecer que ontem, tendo tomado consciência, primeiro, da reportagem de O Estado de São Paulo, feito pela Jornalista Rosa Costa, obviamente isto causou um impacto na opinião pública, em nós Senadores. Eu conversei com V. Exª. e, também, com o Senador Antônio Carlos Magalhães e avaliei, primeiro, que era importante que V. Exª. até desse ciência ao Plenário de que tinha recebido os Requerimentos, como dos Senadores Romeu Tuma e Álvaro Dias, até para que fosse respeitada a diretriz que V. Exª. mesmo determinou, de votarmos aqui Requerimentos depois de 24 horas de chegarem. Então, tendo feito o anúncio dos mesmos em Plenário, isso estava sendo obedecido. Em segundo lugar, quando o Senador Antônio Carlos Magalhães disse a mim que seria interessante que pudesse, uma Comissão, ouvir o Sr. Nildo para que pudéssemos ter total conhecimento dos fatos, eu achei que isto seria um procedimento adequado, mas estou vendo que a Comissão parece que prefere ouvir inteiramente. Eu quero, não é assim?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Vai ser votada ainda.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ah, vai ser apreciado. Então, mas vai ser apreciada a proposta do Senador...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – O requerimento, a proposta do Senador foi retirada.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O requerimento é pela convocação agora afora, o Presidente decida.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu sei, mas sobre o procedimento estará sendo...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – O procedimento será discutido depois.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O procedimento será indeterminado.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Senador Suplicy, posso colaborar com V. Exa? Porque V. Exª. estava no telefone.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu sei, mas eu quero então esclarecer, prezado Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Existe uma proposta da Comissão que eu fiz, aqui, Senador, de criar a Comissão para ouvi-lo, uma Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta, o Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então, então eu gostaria que, em primeiro lugar, fosse examinado este procedimento porque eu sou favorável a que o Sr. Nildo preste a esta CPI e avalio como adequada a proposta feita pelo Senador Antônio Carlos, que é abraçada, então, pelo Senador Magno Malta, de estar, uma Comissão, ouvindo e quem e, inclusive, quem queira participar, membro da CPI...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta não pode pedir voto, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E, de maneira tal que, este seja o procedimento. Quero confirmar que, com V. Exª., que eu acho que aquilo que foi declarado pelo Sr. Nildo para a Jornalista Rosa Costa, é algo que merece apuração completa e, inclusive, a minha, eu aqui reafirmo o que disse ontem, porque avalio que seja interesse do Ministro Antônio Palocci esclarecer, completamente, aqueles episódios. Então, eu acho que constitui um dever, nosso, apurar isso e, inclusive, ajudar o Ministro da Fazenda...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu parabenizo V. Exª..

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pelo qual eu sempre tive...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Inclusive a Jornalista Rosa Costa é das mais corretas jornalistas do país.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu dou o meu testemunho nunca, eu sempre, eu sempre, muitas vezes eu dei entrevistas à Jornalista Rosa Costa, ela sempre procedeu com a maior correção e não é

à toa que ela está aqui há muitos anos. É uma pessoa que merece toda a credibilidade. Então, trata-se, acho que ela está cumprindo o seu papel.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ela é muito jovem, Senador, por favor, ela é uma jovem Jornalista.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas que há muitos anos trabalha aqui. Desde o tempo que eu estou aqui, pelo menos...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, vamos votar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quase que diariamente eu a vejo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, para concluir.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – De maneira que, eu acho importante nós pensarmos, também, no procedimento. Eu sou a favor de que a CPI examine com toda a profundidade necessária e, inclusive, que venhamos a ter, da parte do Ministro Palocci, o esclarecimento mais completo possível sobre os episódios.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT -AC) – Sr. Presidente, diferentemente da convicção que o Senador Álvaro Dias expôs, eu tenho outra. Eu acho que o rapaz foi fantasioso, mas não cabe aqui julgar, previamente, ninguém. E muito menos, a Jornalista que, no meu entendimento, cumpriu o seu dever, a sua função. Estamos aqui tratando de um procedimento, da convocação desta pessoa e como fazê-lo. Além do que já foi apresentado aqui pelo Senador Magno Malta, reiterado por outros, quero perguntar a V. Exª. se não seria mais producente a gente suspender a votação do requerimento, pelo que me consta ele será ouvido pela Polícia Federal e, se eu não tiver enganado, amanhã. Este depoimento...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. deve estar enganado, porque não há nenhuma informação a esta CPI, se V. Exª. tem essa informação privilegiada, deveria ter comunicado à CPI.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não, eu não tenho segurança do que eu estou falando. Mas chegou para mim, informação de terceiros, que há um pedido da Polícia Federal, uma convocação da Polícia Federal, para que ele preste depoimento no dia de amanhã.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, Presidente, eu queria esclarecer se o senhor me der um aparte.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Com certeza.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É o seguinte: A Polícia Federal não pôde ouvi-lo porque não há inquérito aberto a respeito e a CPI pediu a localização e identificação do caseiro e de sua esposa, o que foi feito já com resposta em mãos na Secretaria, não é isso? Não ouviu porque se a CPI aprovar o requerimento, provavelmente, eles também vão abrir um inquérito a respeito do assunto. Por isso que não foi ouvido. Não há inquérito, Senador.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas, mas eu ainda estou com a palavra, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. tem a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor desculpa, só pedi um aparte.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Só para concluir o meu pensamento. A minha sugestão seria de, que dado as palavras do Senador Antônio Carlos Magalhães e Magno Malta de que a presença dele pudesse apequenar esta Comissão, eu complementaria de que ele pudesse ser ouvido, antecipadamente, na proposta feita pelo Senador Magno Malta e, na seqüência, pela Polícia Federal, baseado nestas duas hipóteses, inevitavelmente, nós teríamos os elementos necessários para definir, até por unanimidade, a presença dele a esta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vou conceder a palavra...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – É a sugestão que eu faço a V. Exª..

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Será levado, eu vou considerar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Antes do Senador José Jorge, vou conceder a palavra ao Senador Mozarildo, em seguida a V. Exª. e depois à Senadora Ideli.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Trinta segundos, Presidente. É só para dizer o seguinte, essa questão de apequenar a Comissão, na realidade, a diferença do caseiro é que ele é uma pessoa humilde, simples, mas nós temos ouvido aqui ladrão, picareta, bingueiro, então não vejo porque ele vá nos apequenar. Nesse caso eu, raramente, discordo do Senador Antônio Carlos, mas eu acho que, na realidade, por esse ponto de vista não, porque nós temos ouvido muita gente ruim aqui e, aparentemente, o caseiro, o único defeito dele é não ter um nível educacional mais alto.

SENADOR MORAZILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Estou com a palavra, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Mozarildo.

SENADOR MORAZILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sr. Presidente, eu quero dizer o seguinte, primeiro, me preocupo muito quando eu vejo uma cobrança, seja de parlamentares, seja da imprensa, de um modo geral, com relação à celeridade dos trabalhos e encerrar logo o trabalho da CPI. Felizmente, essa CPI... (Soa a campainha) Tomou a iniciativa de prorrogar os seus trabalhos até junho, até porque a Polícia Federal, quando começa um inquérito, também prorroga várias vezes e leva anos, às vezes, para concluir um inquérito, como, também, acontece no Ministério Público, como acontece no Poder Judiciário. E nós temos que ter, que correr contra o relógio porque somos cobrados como se tivéssemos o dom de apurar tudo em "x" dias. Então nós tomamos uma decisão acertada de prorrogar essa CPI. Segundo, me admira que um fato que é público, todo mundo tomou conhecimento desse fato, a respeito desse cidadão, que por acaso é caseiro, que fez denúncias. Ninguém está fazendo juízo de valor se são, exatamente, verdadeiras ou não, mas fez denúncias que são públicas. E a CPI quer fazer uma investigação reservada. Não entendo porque. O Senador Antônio Carlos Magalhães já retirou a proposta dele. Eu acho que nós não temos porque esconder uma coisa que já é pública, não devemos esconder nada, muito menos o que já é público. E a última coisa, o item que eu queria abordar, Senador José Jorge até já antecipou.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Não houve propósito meu de esconder nada.

SENADOR MORAZILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Exatamente. Concordo, tenho certeza disso.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Senador Mozarildo.

SENADOR MORAZILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Deixa eu concluir, um minutinho. E o último ponto é dizer, que vai apequenar o debate porque se trata de um cidadão que é caseiro? Não acho que apequena não, eu acho que todos aqui, os cidadãos que são, até mesmo, acusados de crime, razoavelmente comprovados, então, acho que nós temos, sim, que ouvir o cidadão que fez denúncia, nós vamos ouvi-lo e vamos avaliar. Essa CPI vai avaliar pela sua maioria, pelos fatos que ele apresentar, se são verdadeiras ou não.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Senador Mozarildo.

SENADOR MORAZILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Primeiro ele me pediu, em seguida.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Eu agradeço a fala de V. Exª., V. Exª. é um homem muito inteligente. Mas com relação a minha fala.

SENADOR MORAZILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Não tanto quanto V. Exª..

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Eu usei as duas palavras também, apequenar e ouvi-lo numa Comissão. Ouvir numa Comissão não é ouvir reservadamente, não é uma Sessão Reservada nem Secreta.

SENADOR MORAZILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Mas não tem o alcance da TV Senado, nem o alcance do...

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Deixa eu terminar o meu raciocínio. Que trazia, que traria um Relatório à Comissão. Então, não se trata disso. Em segundo lugar, apequenar não, em nenhum momento, a meu juízo, falei da condição social, até porque, essa é a minha origem. Eu sou filho de faxineira. Da condição social ou do cargo que ele exerce porque todo o trabalho é honroso e digno. Ele é um homem digno como qualquer outro doutor que esteja em algum lugar. Realmente nós já ouvimos picareta, ladrão, safado, bandido, aqui nessa Comissão e não se trata disso. A meu juízo, quando usei a expressão, usei porque o caseiro não está dentro do fato determinado. A meu juízo. E quando digo a meu juízo é porque eu escrevi esse fato determinado, volto a lembrar. E quando peço a Subcomissão estou dizendo, exatamente, porque o caseiro não está dentro desse fato determinado, não pela condição social dele e imagino também que o Senador Antônio Carlos não tenha falado se referindo a condição social dele.

SENADOR MORAZILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, só, eu queria pedir desculpas mas nós temos que entender que esta é uma testemunha que conviveu na casa. Então ela tem um valor excepcional por ela ter convivido, se ela estiver mentindo, aqui é o melhor local para a gente desmoralizar o seu depoimento. Porque não é uma testemunha qualquer que viu passar um carro ou é um vizinho que viu alguém estranho entrar na casa. Ele conviveu dentro da casa. A Jane? A Jane é uma coisa que depende aí do... A Jane, talvez ela tenha feito suruba lá, não sei. Mas eu estou dizendo que a testemunha, não estou, não estou contrariando o que o Senador falou porque ele não falou em diminuir o status da pessoa física do depoente, pelo menos, tenho certeza disso. Mas eu acho que é uma testemunha que, da forma que for ouvida, tudo bem. Mas é uma testemunha importante, que houve talvez um descuido, de não se procurar informações no local da casa quando o depoente que alugou a casa disse que era para prestar alguns serviços a terceiros junto ao Ministério, que depois se desfez com a denúncia do então Waldomiro. Então, isto é que é a importância

da testemunha. E o Senador, nenhuma vez, disse que não era importante a testemunha. Pelo menos eu senti que era uma forma que ele estava propondo, de manter a convocação. Então não há nenhuma diminuição da pessoa física e sim a forma da oitiva que não pode ser dispensada porque ele conviveu dentro da casa.

SENADOR MORAZILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sr. Presidente, para concluir.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente.

SENADOR MORAZILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Eu quero deixar bem claro o seguinte, primeira coisa, que eu acho que quem tem que pedir para ser ouvido reservadamente ou confidencialmente, secretamente, ou, eventualmente, a Comissão determinar uma oitiva para dar celeridade aos trabalhos por uma Subcomissão é ou o Presidente, para dar essa celeridade, ou algum membro que, obviamente, peça ou a pessoa que se sentir insegura na sua integridade pessoal de fazer certas afirmações. Esse caseiro já fez as afirmações publicamente. Então a CPI não tem porque poupar, não está expondo o caseiro que já disse a coisa. Então eu quero dizer que eu acho que a CPI deve ouvi-lo aqui sim. Que nós devemos ter a oportunidade de fazer toda as perguntas e ele ter a oportunidade de dar todas as respostas, até aquelas que ele, por acaso, não possa ter dado à Jornalista que publicou a matéria.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Antes, Senador Agripino, com a palavra a Senadora Ideli. Em seguida, V. Exª..

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Nós temos, sobre este assunto, quantos Requerimentos, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tem dois Requerimentos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Um deles?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Um que inclui, também, a Sra. Nelma, que é a esposa do Nildo. E o outro foi a proposta do Senador Antônio Carlos, que foi feito verbalmente, para que tivéssemos uma Comissão para ouvirmos o caseiro fora da CPI, o qual o Senador Antônio Carlos retirou. E os dois Requerimentos, é um de autoria do Senador Álvaro Dias, que pede o que está em discussão...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu mantenho a proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Que pede o depoimento do Francenildo Santos Costa e o outro do Senador Romeu Tuma que está prejudicado, segundo ele, porque pede a esposa também.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não estamos discutindo a esposa mas, sim, só o caseiro.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Eu mantenho a proposta de uma Subcomissão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – É evidente que a proposta do Senador Magno Malta pode ser submetida a posteriori, evidente, se for aprovado esse requerimento...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ideli tem a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, me permite? É porque eu estou aqui em mãos com um requerimento assinado pelo Senador Romeu Tuma que requer que o Sr. Francenildo seja convocado a prestar depoimento a esta CPI na Polícia Federal, de forma reservada, com a presença...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ele encaminhou a CPI o segundo desconsiderando o primeiro.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Desconsiderou? Então esse aqui não existe mais do Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Retiro, aí está fazendo a prioridade do dele. Então eu apenas...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Está em discussão o meu requerimento, que convoca para a CPI.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não, mas é porque nós temos que ter um entendimento do que nós vamos votar. Porque se há...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas eu li o requerimento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu sei, eu sei o que é que nós vamos votar. Mas é, dependendo do que se vota, tem conseqüência para o que vem na seqüência, Presidente. Portanto, eu quero saber o que é que vem na seqüência. Nós temos, aqui, um requerimento de autoria do Senador Álvaro Dias para convocar e o depoimento ser prestado aqui, neste Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É esse que está em discussão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Esse que está em discussão. Tem um requerimento de que uma Comissão vá ouvir o depoimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A proposta que foi retirada.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Foi retirada pelo Senador Antônio Carlos Magalhães, mas está sendo mantida pelo Senador Magno Malta. Portanto, esta proposta está colocada para ser votada. E tem e é a pergunta que eu estou fazendo, se o requerimento do Senador Romeu Tuma é este que eu tenho em mãos, porque aí, há uma terceira coisa, é de que o depoimento seja feito na Polícia Federal, com acompanhamento da CPI. Então, só para o meu entendimento do quê que é que nós vamos votar, eu preciso saber o quê que é que vai vir na seqüência, não é? Nós vamos votar primeiro o requerimento do Senador Álvaro Dias, que está convocando, porque veja bem, todos os três é para ouvir o Sr. Francenildo. Portanto, acho que não há divergência.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Aprovado o do Álvaro Dias, os outros estão prejudicados.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Claro que os outros estão prejudicados. Portanto, quem for votar não vai estar no dilema, Senador Romeu Tuma, de ouvir ou não ouvir o Sr. Francenildo, porque não é este o dilema. O dilema não é este. É a forma como será ouvido. Porque aqui também ninguém precisa se fazer, não é, de desentendido porque nós sabemos todos aqui o que é que está em jogo neste depoimento. Portanto, o procedimento, a forma, ela tem relevância neste, neste processo sim. Portanto... exatamente. Então quem votar com o requerimento do Senador Álvaro Dias não significa que está votando para não ouvir o Sr. Francenildo. Porque, na seqüência, tem a proposta do Senador Magno Malta, que é ouvi-lo de forma reservada por uma Comissão que vá lá, que possa aferir e eu quero saber se está mantido ainda o requerimento do Senador Romeu Tuma que é, é outra coisa...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, se V. Exª. colocar em votação o do Álvaro Dias, a decisão fica, praticamente, na mão de V. Exª. Então, vamos botar em votação. Está claro que todo mundo acha que tem que ser ouvido o Francenildo. Todo mundo acha que tem que ser ouvido.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Está liquidado, eu acho.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Apenas para dizer o seguinte, até surpreendentemente, o meu requerimento vem na defesa do Ministro Palocci, porque o caseiro disse só, sem contestação, não cabia à Jornalista Rosa contestá-lo, apenas ouvi-lo e publicar. Aqui não, aqui ele pode ser contestado pela Senadora Ideli Salvatti, pelo Senador Magno Malta, enfim, pelo Senador Tião Viana, por aqueles que...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu farei questão de vir ouvi-lo se aprovarmos a Comissão. Não há problema.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Então eu creio, Sr. Presidente, que o nosso requerimento é o que oferece, ao próprio Ministro, a oportunidade até de ser aqui, não é, defendido pelos seus líderes.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, eu posso então concluir?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. tem a palavra, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Se o senhor me permite? Porque eu fiz um questionamento a respeito de quantos Requerimentos sobre este tema estão na pauta. Tem um do Álvaro, do Senador Álvaro Dias, tem o da Comissão que foi retirado pelo Senador Antônio Carlos Magalhães, mas está sendo mantido pelo Senador Malta e eu estou perguntando se está mantido também o da oitiva na Polícia Federal, com acompanhamento da CPI, que é do Senador Romeu Tuma? É o Requerimento n.º 44, Senador Romeu Tuma, está aqui com a sua assinatura.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu não pedi que fosse ouvido pela Polícia Federal, então está mal redigido.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu vou fazer a leitura.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu pedi para que ele fosse ouvido aqui.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – "Seja convocado a prestar depoimento, a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, na Polícia Federal, de forma reservada, com a presença de assessoria da CPI".

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Estou retirando. Está mal elaborado e vou chamar a atenção do Secretário.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Ah, tá. Então o que nós temos é apenas...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Até porque a Polícia Federal não pode ouvi-lo, não. Se tem que pedir ordem ao Supremo Tribunal Federal porque é contra o Ministro Palocci.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Romeu Tuma, eu não estou debatendo o mérito, estou apenas perguntando se o senhor estava mantendo ou não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, não. Retirei, só do Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Retirou.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Está retirado. Então o que nós temos, Presidente, o que nós temos, então, é o requerimento do Senador Álvaro Dias para a oitiva, aqui neste Plenário, ou o requerimento, na seqüência, do Senador Magno Malta, que é para ouvir o Sr. Francenildo com uma Comissão, de forma reservada, preliminarmente porque, dependendo do depoimento, poderá depois vir para cá. Então, só para que fique claro o que nós vamos votar, para não causar nenhum tipo...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – O Senador Álvaro...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Exatamente, até para que não cause qualquer tipo de constrangimento, porque eu entendi da seguinte forma, quando V. Exª. levantou o procedimento, sempre muito correto, do Senador Suplicy, reiterando que ele havia manifesto, ontem, a disposição de ouvir o Sr. Francenildo...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, eu queria aqui...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Ao votar contra o Senador, ao requerimento do Senador Álvaro...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria dar um aparte aqui porque há uma confusão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Posso terminar? Posso terminar?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, eu queria pedir um aparte a V. Exª. com todo o respeito.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Deixa só terminar, já lhe concedo o aparte.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A senhora suscitou uma coisa que me deixou um pouco, mas tem razão a senhora, só queria esclarecer.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Isso. Então, só para concluir. Para que não paire qualquer dúvida nem que ninguém fique aqui colocado de forma constrangida no seu voto, certo? Porque ao fazer a votação contrária ao requerimento do Senador Álvaro, não significa que está contrário ao depoimento, apenas na forma, não é, feita através da Comissão. Mas, o aparte, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, só o seguinte, eu tenho dois Requerimentos, este, que V. Exª. entregou para a Senadora, é anterior ao que eu fiz segunda-feira. Este, ainda não se, não tinha reportagem do Estadão, só que a gente sabia que tinha um caseiro, que era preciso a polícia, alguém, ouvi-lo para saber qual era o comportamento...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Nada como ser bem informado não é Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O comportamento na casa. Então foi distribuído à Senadora o mais antigo, qual é a data aí, Senadora?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu não tenho data aqui é o Requerimento de n.º 44.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então eu tenho uma atual que deve estar sobre a mesa de V. Exª. que pede a oitiva dos dois, que V. Exª. se referiu. Esse pedido...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Esse é de n.º 53, que pede o Francenildo e a esposa Nelma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Esse foi anterior à reportagem da Rosa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. deve ter outro número aí, o 44 que V. Exª. tem aí.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O anterior da Rosa, porque da Rosa...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O 44 é esse do Senador Romeu Tuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Foi da Polícia Federal.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Isso, da Polícia Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E o 53, o outro?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – É o do casal, daí, né?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu mantenho o da esposa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – 53.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mantenho o da esposa e retiro o outro, porque ele perdeu a eficácia. Porque eu fiz o requerimento antes da matéria da Rosa, então por isso que...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com a palavra, Senadora Ideli.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não houve engano meu, não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não, Presidente, eu já conclui. Era apenas para ter um esclarecimento do procedimento, ou seja...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Rejeitado o requerimento do Senador Álvaro, votaremos

o requerimento do Senador Malta para a Comissão ouvir o Francenildo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, Senador José Agripino, pela ordem.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão e quero ver o mais rápido possível. Nós não temos o direito de não ouvir o Sr. Francenildo. Nós não temos o direito. Não temos. A Senadora Ideli disse o que está em jogo, colocou uma interrogação; nós todos sabemos o que é que está em jogo nesse depoimento. O que está em jogo, nesse depoimento, é o esclarecimento dos fatos que são colocados na matéria de três páginas do jornal o Estado de São Paulo, escrito pela Jornalista Rosa Costa. Uma matéria que impõe uma resposta e impõe um esclarecimento. Ninguém vai trazer o Sr. Francenildo aqui para obrigá-lo a dizer uma coisa ou a outra, não. (soa a campainha) Vamos trazê-lo aqui para que ele confirme ou negue o que está escrito no jornal O Estado de São Paulo, que são fatos da maior importância e da maior gravidade. Eu não vou fazer pergunta nenhuma que envolva a vida pessoal de quem quer que seja. Eu me recuso e não vou fazer. Agora, o esclarecimento dos fatos de tráfico de influência, de dinheiro, de envelopes, isso tem que ser feito. Essas perguntas se impõem. Essas perguntas se impõem. E aqui, Sr. Presidente, eu quero deixar bastante evidenciado que as opiniões que eu pude, pelo menos, resguardar ou recolher, é nesse sentido. O Senador Suplicy não abre mão, o Senador Suplicy, Senador Suplicy, que está no telefone, acho que não abre mão da oitiva do Sr. Francenildo. Na minha opinião, S. Exa., o Senador Suplicy não abre mão da oitiva do Sr. Francenildo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, V. Exª. está sendo citado.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Ele não abre mão da oitiva ao Sr. Francenildo. Ele não abre mão. A forma de ouvir, a forma de ouvir é que estaria em questão. O Senador Magno Malta igualmente deseja ouvir os esclarecimentos do Sr. Francenildo.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sim.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – A proposta que eu quero fazer e que é coincidente com a proposta do Senador Antônio Carlos Magalhães, que deseja o esclarecimento dos fatos, ele não tem interesse nenhum em esconder fato nenhum, mas também não quer espetaculizar esta CPI. A proposta que eu quero fazer é que nós votemos este requerimento para dar a oportunidade a esta Comissão de ouvir o Sr. Francenildo, que ele venha aqui negar ou confirmar. Ninguém vai obrigar ele a dizer nada aqui, nada, nada, nada. Mas não temos o direito de não trazê-lo. E a forma de ouvir, nós confiamos tantas vezes já no Presidente e no Relator. Por que não abrir um crédito de confiança mais uma vez ao equilíbrio do Relator, o equilíbrio do Presidente, para que a forma de ouvir, se for em sessão aberta, ok, se em sessão fechada, ok, se for a definição de uma Comissão, ok, mas que se recolham as informações do Sr. Francenildo. Delegar-se ao Presidente da Comissão a forma, votar-se esse requerimento para que a Comissão fique autorizada a esclarecer os fatos e entregar à Mesa a forma de ouvir, a forma de recolher o depoimento do Sr. Francenildo. Essa é a proposta que eu quero fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador... V. Exª., Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Todo esse debate não estaria, aqui, ocorrendo se a testemunha que se pretende trazer aqui para prestar depoimento, esclarecimentos, fosse se referir, por exemplo, a um Waldomiro Diniz. Tenho certeza absoluta que essa discussão não teria ocorrido. Eu digo isso para lembrar o seguinte: é óbvio que a testemunha virá aqui falar do que ela alega ter presenciado acerca de um Ministro de Estado, por quem essa Comissão e seus membros, devem duas coisas; primeiro, o benefício da dúvida, devemos ao Ministro, o benefício da dúvida; segundo, devemos o respeito institucional ao Ministro Palocci. Eu agrego aqui, às minhas considerações, uma feliz lembrança ocorrida ontem, se não me engano, ao Senador Tião Viana que trouxe, mais uma vez, ao conhecimento dessa Casa, um fato ocorrido há cerca de dez anos atrás no Estado de São Paulo, em que diretores de uma escola foram linchados moralmente e, passados muitos anos depois, apurou-se e verificou-se que nada daquilo que era alegado, naquela ocasião, tinha procedência. Então, aliando esses dois raciocínios, Presidente, eu aqui faço uma proposta alternativa, já insinuada pelo Senador Agripino, de que o cidadão deve, sim, comparecer a essa Comissão porque nós não podemos, com todo o respeito às opiniões divergentes, nós não podemos, em absoluto, correr o risco, nesta Comissão, de criarmos ou instituirmos figuras distintas de cidadão. Cidadão de primeira categoria, cidadão de segunda. Eu lembro aqui um episódio ocorrido nessa Comissão em que tentou-se, respeito aqui inclusive a proposição na época feita, tentou-se colher o depoimento de uma das pessoas que aqui estiveram, por escrito. E eu, assim como me parece que a maioria dos Senadores aqui presentes, nos insurgimos contra essa idéia exatamente por essa razão, porque estaríamos discriminando, estaríamos criando a figura de cidadãos diferentes nessa Comissão, o que não

é admissível. Portanto, para concluir, Presidente, eu deixo aqui como uma proposta alternativa, repito, já insinuada pelo eminente Senador Agripino, de ouvirmos, sim, o cidadão que virá aqui, porém numa, numa Sessão Fechada, Reservada, porque, salvo engano, o que me parece é que o fundamental, no final das contas, é que nós firmemos convicção, que o Relator firme convicção. E o cidadão vindo, aqui comparecendo, numa Sessão Fechada, isso é regimental, não estamos aqui inventando a roda. Ele viria aqui, numa Sessão Fechada, prestar o seu depoimento, que repito, do Senador Suplicy a todos aqui, o entendimento é que se faz, absolutamente, necessário.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. tem a palavra, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Acho que as palavras do Senador Geraldo Mesquita, do Senador Agripino, são no sentido de caminharmos para um entendimento. Eu preferiria, Sr. Presidente, que este requerimento pudesse ser aprovado, na medida do possível, por consenso relacionado, tanto, ao propósito de ouvir o Sr. Nildo como, também, o procedimento. Eu até, dialogando aqui, com os olhos os meus companheiros de partido, Tião Viana, Ideli Salvatti, Tião Viana, Sibá Machado, acho que, quem sabe, possamos fazer algo na direção do que foi agora expresso, de confiarmos num procedimento que V. Exª., como Presidente e o Relator, possa considerar, possivelmente, como um passo; V.Exªs. iriam ouvi-lo, se acharem adequado, poderíamos ter até a Sessão Reservada. Eu considero, acho, que até o Senador Tião Viana usou uma expressão que outros aqui observaram, mas é claro, senhor Francenildo merece toda a consideração, como qualquer outro cidadão. O Senador Sibá Machado fez uma observação mas, que causou assim estranheza, mas todos nós consideramos o senhor Francenildo um cidadão brasileiro como qualquer outro, como um Ministro de Estado que vem aqui e coloca seus esclarecimentos. É claro que, como a situação se refere ao Ministro da Fazenda, da economia, nós temos tido um cuidado especial com isso e a própria oposição tem tido. Todos reconhecem isso. Então, nós queremos, primeiro, garantir a apuração completa do episódio. Sr. Presidente, eu ontem, quando dialogava com o Senador Antônio Carlos, eu até citei: Olha, se algum dia ocorrer comigo uma situação tal como, delicada como essa e que eu possa, eventualmente, ter cometido um erro, eu gostaria que as pessoas dissessem a mim, ele próprio dissesse a mim: "Eduardo, venha e diga as coisas como elas ocorreram!". Quer dizer, eu quero dizer ao Ministro Antônio Palocci, se porventura ocorrer uma situação de inadequação, é importante que ela venha inteiramente à tona. E eu tenho a convicção de que é do interesse dele dizer: "Olha, isso ocorreu ou isso não ocorreu" e nós precisamos dar oportunidade de que isso seja inteiramente esclarecido. Como se trata, não de um cidadão que não tenha qualificação, ele tem toda a qualificação. É um cidadão brasileiro, perfeitamente ciente das suas prerrogativas, que está sendo convidado a dar uma colaboração, então vamos dar a oportunidade de ele contribuir para isso e ao Ministro também. Então, Sr. Presidente, eu acho que a proposta do Senador Agripino de propor que o Presidente e o Relator, conhecendo todas as preocupações aqui externadas, venham a tomar um procedimento, se possível de uma Sessão Reservada e, com a cooperação nossa, de procurar o Ministro Antônio Palocci para que ele, de pronto, também esclareça, no mais rápido tempo possível, todo e qualquer detalhe daquilo que o Sr. Nildo estiver falando, eu acho que um caminho nessa direção pode ser objeto de um consenso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então, V. Exª. saberá formular como é que vamos chegar a esse procedimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço a V. Exª., Senador, pela confiança, aos Senadores. E a minha posição é de votarmos o requerimento e em relação à forma, vou discutir com o Relator e o Vice-Presidente da Comissão.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E depois discutirei com V.Exªs.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Prometo a V. Exª. que serei rápido. Acho que essa expressão, todo o mundo explicou, nem o Senador Antônio Carlos, nem o Senador Sibá, nem eu, quando usou a expressão apequenar, eu já expliquei isso, do meu juízo, o fato de ter usado a expressão e as minhas conclusões dentro disso, Sr. Presidente, é que eu presidi uma CPI e eu quero que o rapaz seja ouvido, acho que é necessário que ele seja ouvido e o maior bem que nós prestamos ao Estado do Senador Tião Viana, quando prendemos Hildebrando Paschoal, as testemunhas que mais contribuíram foram aquelas que nós ouvimos em Comissão pequena, até para poder fazer a ligação. Porque, normalmente, a pessoa fala, mas quando você a expõe, em sendo uma pessoa simples, normalmente

essa pressão da exposição faz com que muita coisa ela guarde, esconda. Não estou falando isso para não ouvir. Eu acho que ele tem que ser ouvido. E, para fazer justiça ao que falou a Senadora Ideli, na verdade, é que quem votar contra o requerimento do Senador Álvaro Dias não estará dizendo que não quer ouvi-lo mas, tão-somente, concorda com a tese de que uma Comissão deveria ouvi-lo. Então, esse é o meu raciocínio e, mais uma vez, esclarecer que o que nós já ouvimos aqui, o tipo, não sei nem se o tipo de gente ou o tipo de resto, que nós já ouvimos aqui, de nego que mora em cobertura e carro importado, que são ladrões de dinheiro público, de superfaturamento, vagabundos que passaram por aqui, que não são melhor em nada do que esse cidadão, do que esse cidadão. A meu juízo, quando fiz a colocação, fiz exatamente por conta do fato determinado. Essa é a minha palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então, Senador, só para lembrar e V. Exª., para que ninguém, o cidadão, ele não fala a verdade ou deixa de falar a verdade se tem o anel no dedo ou se não tem. Basta lembrar que um dos episódios que mais marcou a democracia desse país foi o *impeachment* de um Presidente e partiu de um motorista. Homem sério que contribuiu para, para o país naquele momento dizendo o que era importante. Então eu acho que essa questão, não devemos colocar e nenhum dos senhores colocaram nesse sentido. Tanto faz caseiro como motorista como um gari como qualquer outra posição ou um doutor. O importante é que ele venha e fale a verdade. E é isso que nós queremos, esclarecimentos e nada mais.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Aí citou um doutor que gastou cinco milhões com sorvete e chiclete babaloo.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Vamos votar, Presidente!

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Em discussão. Não tendo quem queira mais discutir. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Verificação, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Verificação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Cadê o Valdir Raupp?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu quero informar que meu voto deve ser entendido como sim, levando em conta. Se for levada em conta a proposta...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vou levar em conta a decisão, nós tomaremos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Suplicy, é o segundo requerimento, que é o da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Antônio Carlos Magalhães.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador José Jorge?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – "Não", se for com um procedimento que não aquele proposto.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – "Não", Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – "Sim" ou "não", Senador, porque V. Exª. tem uma proposta para que a Mesa decida como será o depoimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Condicionado a essa decisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E a decisão será tomada por esse Presidente, o Relator e o Vice-Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Condicionada a esta...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – "Sim". Senador Tião Viana?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta?

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – "Não". Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – **"**Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Leomar Quintanilha?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – "Não".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – "Não". Garibaldi Alves?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Conversei com o meu partido, com o pessoal do partido, porque cheguei ontem de Boa Vista. "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. vota "sim". Senador Mozarildo Cavalcanti?

SENADOR MORAZILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – "Sim". Senadora Ideli já votou. Flávio Arns já esteve presente. Está faltando alguém votar. Senador Gilvam Borges. Ausente. Wellington Salgado. Sete votos "sim", seis "não". Está aprovado o requerimento e a Mesa decidirá a forma da Sessão se Aberta ou Reservada. Está encerrada a sessão e convocada uma para amanhã.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, pela ordem Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Para amanhã, que já comunico aos Srs. Senadores que vou tentar fazer contato com o Sr. Francenildo Santos da Costa para ser ouvido, amanhã de manhã.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. tem a palavra pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Há um requerimento que Senadores Ideli Salvatti e eu próprio, Tião Viana e Flávio Arns apresentamos para que pudesse ser feita a apuração dos fatos que, inclusive, o próprio delegado de Ribeirão Preto havia solicitado para, então, precisaria ser aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Votarei amanhã de manhã. Votarei amanhã de manhã. Com compromisso. Não tem problema.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Tá bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É matéria que não é polêmica.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Tá bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou inclusive...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Considerar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Comunicar a V. Exª. que será o primeiro item da pauta amanhã.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V. Exª..

Sessão encerrada às 13h52min.

Ata da 64ª Reunião, realizada em 16 de março de 2006.

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às doze horas e vinte e cinco minutos, na Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores, Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, José Jorge, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Sibá Machado, Ideli Salvatti e Wellington Salgado, presente ainda o Senador José Agripino Maia, Arthur Virgílio, Heloisa Helena, Lúcia Vânia, Pedro Simon, Aloísio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Tasso Jereissati, Mão Santa e Aelton Freitas, não membro, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a mesma destina-se à oitiva do Sr. Francenildo Santos Costa, convidando-o a tomar assento à Mesa. Indaga aos Senhores membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. Com a palavra pela ordem o Senador Tião Viana, informa que usando de um direito individual e político recorreu ao Supremo Tribunal Federal indagando se é adequado, em termos regimentais e constitucionais, a audiência de hoje, com o propósito que foi colocado nesta Comissão. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy esclarece seu voto favorável à convocação do Senhor Francenildo e acha

adequado que a presente audiÊncia seja de caráter reservado. Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros enfatiza que o depoimento deve ser aberto e solicita que seja agilizada a convocação do Comendador Arcanjo. Em aparte o Senador Arthur Virgílio se pronuncia favoravelmente à convocação do Comendador Arcanjo. Com a palavra o Senador Álvaro Dias tece considerações à entrevista concedida pelo caseiro Francenildo ao Jornal O Estado de São Paulo. Com a palavra a Senadora Heloisa Helena se congratula com o depoente pela coragem de assumir o compromisso com a verdade e indaga se o depoente confirma todas as declarações prestadas. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio entende que a reunião deve ser aberta e tece considerações sobre a ida do Senador Tião Viana ao Supremo Tribunal Federal e indaga ao depoente se recebeu algum dinheiro para prestar esse tipo de declaração. Com a palavra o Senador Aloísio Mercadante tece considerações sobre a vida pública do Ministro Palocci. Com a palavra o Senador José Agripino Maia fala da importância do depoimento do senhor Francenildo e se pronuncia favorável para que a reunião seja aberta. Com a palavra o Senador Siba aborda sobre os requerimentos apresentados pelo Senador Romeu Tuma concernentes ao depoimento do senhor Francenildo. Com a palavra o Senador Flávio Arns externa sua opinião em relação ao Ministro Palocci. Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti fala sobre a polemica reunião ocorrida na CPMI dos Correios em relação à proposta apresentada pelo Senador Álvaro Dias da obrigatoriedade de se preservar o ordenamento jurídico e os acordos internacionais e cita o inciso X e XII, do art. 5º da Constituição Federal. Com a palavra o Senador Magno Malta enfatiza que ninguém tem o direito de violar a privacidade de outra pessoa, e a sua preocupação é apenas de preservar da família do Senhor Ministro e, no seu entendimento, o senhor Francenildo na questão contravenção, bingo e lavagem de dinheiro de bingo no Brasil, não tem nada a cooperar com a Comissão. Com a palavra o Senador José Jorge questiona já os demais Membros já tiveram acesso ao Mandado de Segurança impetrado pelo Senador Tião Viana e solicita que o mesmo seja distribuído pela Secretaria. Com a palavra o Senador Pedro Simon tece considerações sobre um motorista que depôs na CPI do Presidente Collor e enfatiza que o Senhor Ministro deveria se afastar do cargo. Com a palavra o Senador Willington Salgado tece considerações sobre as palavras proferidas pelo Senador Pedro Simon. Com a palavra o Senhor Presidente, Senador Efraim Morais indaga ao depoente se confirma o que foi dito na sua entrevista à Jornalista Rosa Costa. Com a palavra o depoente confirma. A presidência informa que irá suspender a reunião e transformá-la em reservada. Com a palavra para uma Questão de Ordem o Senador Álvaro Dias cita o art. 110 do Regimento Interno do Senado Federal. Usam da palavra pela ordem os Senadores Sibá Machado, Romeu Tuma, José Jorge, Antônio Carlos Magalhães, Tião Viana e Ideli Salvatti. A presidência decide que a reunião será pública e passa a palavra ao depoente. Com a palavra o senhor Francenildo faz um breve relato sobre suas atividades como caseiro confirmando o que já havia relatado em outras entrevistas. A seguir, passa-se a faze interpelatória quando usam da palavra pela ordem de inscrição os Senadores Garibaldi Alves Filho, Heloisa Helena e Álvaro Dias. Com a palavra pela Ordem a Senador Ideli Salvatti informa aos demais membros que acabou de receber do Supremo Tribunal Federal, a decisão do Ministro César Peluzzo. A presidência informa que não foi notificado oficialmente até o presente momento. Prosseguindo, usam da palavra o Senador Antero Paes de Barros. Com a palavra o Senador Efraim Morais comunica o recebimento do Mandado de segurança número 25.885, Impetrante: Sebastião Affonso Viana Macedo Neves. Impetrada: Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, CPI dos Bingos e procede a leitura dos termos da decisão. A seguir, suspende o depoimento do senhor Francenildo e determina a Segurança do Senado e à Polícia Federal que tome as providências para acompanhar o depoente e dar toda a proteção necessária. Solicita ainda a Assessoria Jurídica do Senado que, de imediato, tome as providências cabíveis e suspende a sessão por três minutos. Reaberto os trabalhos, usam da palavra pela ordem os Senadores Arthur Virgílio, Ideli Salvatti, Flávio Arns, Antero Paes de Barros, Tião Viana, Romeu Tuma, Álvaro Dias, José Agripino Maia, Eduardo Suplicy e Magno Malta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às quinze horas e cinqüenta e três minutos e, para constar eu, *José Augusto Panisset Santana*, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 64ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar utilização das Casas de Bingo para a prática de crimes de lavagem, ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o Crime Organizado. Esclareço que a presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Francenildo Santos Costa. A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa.

Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Convido para tomar posse, ou melhor, assento à Mesa o Sr. Francenildo Santos Costa, para seus esclarecimentos. Solicito da Assessoria para encaminhar o Sr. Nildo até a nossa Mesa.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, pela ordem Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Peço som.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra pela ordem. Em seguida, Senador Suplicy.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Então eu posso aceitar que o Senador Suplicy inicie, Presidente, depois eu já falo então, V.Exª. me deu a palavra. Eu já entro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy. Senador Tião.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, também peço, questão de ordem, após o Senador Tião Viana.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Antero, Senador Álvaro, deixa eu anotar.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Srªs. e Srs. Senadores. Nós temos hoje a CPI dos Bingos tendo como audiência ouvir o Senhor, que me foge o nome agora, Francenildo Santos Costa, sobre o suposto envolvimento do Ministro Palocci com a casa, uma casa no Lago Sul. Nós tivemos um longo debate na CPI no dia de ontem. Nós tivemos uma divergência de entendimento sobre a condução do caso aqui explícita no dia de ontem. E nós tivemos no decorrer do dia ainda a exposição de opinião do Sr. Francenildo Santos para o Brasil inteiro, sobre o que ele viria dizer no dia de hoje. E foi claramente colocado aspecto da vida pessoal, da privacidade de pessoas. As manifestações foram claríssimas nos jornais, inclusive no dia de hoje nos meios de comunicação, o que é absolutamente natural no trabalho da imprensa, informar a sociedade. Mas, sendo esta CPI um instituto fundamental da vida democrática, da vida institucional do país, que tem o propósito de zelar pela moralidade do país, seguindo a norma jurídica, seguindo os processos regimentais, Sr. Presidente, eu entendo que há uma ameaça clara à privacidade do Ministro Antônio Palocci. E por essa razão, por não ter conseguido entendimento político no âmbito da CPI por ter sido derrotado num legítimo direito da CPI, eu usei também de um direito individual e político de recorrer ao Supremo Tribunal Federal indagando se está adequado, em termos regimentais e constitucionais, um tipo de audiência com o propósito que foi colocado até aqui. Entendo que a maioria dos Senadores que eu procurei e conversei deixou muito clara, Senador Arthur Virgílio, Senador Agripino e outros que jamais teriam qualquer propósito de entrar na vida pessoal do Ministro Palocci. Mas, diante do que está posto nos meios de comunicação, diante do que foi dito pelo Sr. Francenildo Santos Costa e amparado em recurso constitucional que me é dado na vida democrática, eu entrei com um pedido de liminar no Supremo Tribunal Federal, pedindo que seja avaliado e se nós estamos seguindo o rito processual normal numa Comissão Parlamentar de Inquérito. É um gesto que não tira o meu respeito, a minha consideração pelo Parlamento Brasileiro, mas é a defesa daquilo que eu julgo ser sagrado. Na hora que eu me sentir conivente com a destruição de qualquer família ou de qualquer indivíduo naquilo que lhe diz respeito puramente, eu deixo de ter qualquer condição de olhar com naturalidade e autonomia para qualquer pessoa. Por essa razão, eu estou justificando a CPI a minha atitude política e pessoal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço os esclarecimentos de V.Exª., Senador Tião Viana.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Suplicy. Tivemos uma ordem aqui a ser cumprida.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais. Ainda há pouco eu que nunca tinha conhecido pessoalmente o Sr. Francenildo Santos Costa, avaliei com importante ir até a sala contígua onde presentes os Senadores líder do PSDB, Arthur Virgílio, e líder do PFL, Senador José Agripino, eu transmiti ao Sr. Francenildo Santos Costa o meu respeito para com ele como cidadão brasileiro e quis deixar muito claro que ontem, quando até, de alguma maneira, causando preocupação de meus colegas no Partido dos Trabalhadores votei a favor de que ele pudesse aqui fazer o seu depoimento, poder ser argüido, que eu avaliei que dadas as condições, primeiro do Ministro Antônio Palocci ser o principal Ministro da área econômica, que envolve enorme responsabilidade para os destinos do país e da economia. Levando em conta também de que houve aspectos que precisariam ser cuidados com uma maneira muito respeitosa por todos nós, que eu estava votando na pressuposição de que conforme havia sido dialogado por inúmeros dos Senadores e inclusive o Senador Antônio Carlos Magalhães, o Senador Magno Malta,

que haviam proposto uma forma reservada de uma Comissão dos Senadores da CPI poderem dialogar e quando o Senador José Agripino fez a proposição de que nós deveríamos, numa tentativa de consenso, atribuir ao Presidente, ao Relator Garibaldi Alves, ao Senador Mozarildo, ao Vice-Presidente verificarem qual a melhor maneira e com o pressuposto e a convicção de que os Senhores membros da direção da CPI da Mesa iriam considerar a proposição do Senador José Agripino de então pudesse ser reservada, que foi com este pressuposto, e eu ainda há pouco expliquei aos meus colegas de bancada que foi assim que eu resolvi votar. Eu sei que isso causou preocupação, mas eu transmiti ao Sr. Francenildo que eu avalio que será um procedimento adequado. Nós podermos fazer essa Sessão reservadamente, depois, é claro que Senadores e o Sr. Francenildo poderão dialogar. É natural que a imprensa pergunte a respeito. Mas eu avalio que será prudente, adequado e importante. Eu quero explicar que foi assim que eu votei. Era isso que eu gostaria de transmitir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador Suplicy, pelos esclarecimentos. Senador Antero Paes de Barros, V.Exª. tem a palavra pela ordem.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, apesar de compreender as questões de ordens, os motivos pelas quais elas foram levantadas pelos Senadores Tião Viana e Eduardo Suplicy, eu quero reafirmar uma convicção política e pessoal de que política é coisa pública. E que, portanto, na minha avaliação, o depoimento deverá ser aberto. Segunda questão, eu faço absoluta questão de relatar à Comissão Parlamentar de Inquérito alguns fatos antecedentes. Na quinta-feira à noite eu recebo um telefonema de um amigo meu, dizendo que eu seria procurado na sexta-feira por um amigo dele, por um conhecido dele no meu gabinete. Na sexta-feira, pela manhã, eu fui procurado no meu gabinete por este amigo, por este conhecido, melhor dizendo, fazendo-se acompanhar do Sr. Nildo. Ele me apresentou o caseiro e, na oportunidade, ele disse que queria falar à CPI. O motivo, em função da entrevista do motorista Francisco, que ele estaria com receio. Pessoalmente, eu não tinha condições de avaliar se era importante ou não o depoimento à CPI. Recomendei-lhe e disse até o seguinte: Que o medo era desnecessário e que acredito que o motorista havia se protegido com o depoimento que havia dado à CPI. E que, portanto, seria interessante que ele procurasse a imprensa. E fiz alguns contatos no sentido de facilitar isso, mas precisando viajar deixei encaminhada essa possibilidade, que posteriormente eu vi publicada em um dos jornais brasileiros.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Antero, V.Exª. permitiria um pequeno aparte só?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ontem, durante a discussão da votação da convocação ou não, a Senadora Ideli trouxe, fez a gentileza de me trazer um requerimento de mais de dois meses meu, pedindo a oitiva dele, por ser um caseiro e teve uma convivência intensa dentro da casa e nós chegamos aqui à conclusão que seria importante ouvi-lo para saber da movimentação.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Certo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então já havia um requerimento anterior.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Mas como eu também entrei...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Estou falando para o Senhor para tranqüilizar.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – É importante porque, veja bem, porque como eu entrei na CPI, com a CPI em andamento, eu não tinha essa percepção que V.Exª. teve há dois meses atrás. Mas eu quero só deixar registrado, absolutamente registrado exatamente em função de uma nota publicada no jornal Folha de São Paulo na coluna painel, aliás, na respeitada coluna painel do jornal o Folha de São Paulo. Está guardado, é o título da nota "Os petistas viram a digital do Senador Antero Paes de barros, PSDB do Mato Grosso, na descoberta do caseiro Francenildo Santos Costa, que acusa o Ministro Antônio Palocci, da Fazenda, de ter freqüentado a casa do Lago Sul, onde se reunia a República de Ribeirão Preto. Prometem troco". Eu estou absolutamente tranqüilo, Sr. Presidente, estou esperando o troco desde o episódio Waldomiro Diniz. Concedo aparte a V.Exª., Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Senador Antero, eu estou, aliás, com essa nota aqui em mãos. Essa história de promete troco, me cheira a chantagem pura e simples. Chantagem é algo capitulado no Código Penal. Vamos então parar de qualquer criancice e imaginar que troco, supostamente seria a oitiva do tal comendador Arcanjo, é isso? Se é assim, Sr. Presidente, eu preciso que V.Exª. agilize a oitiva do tal comendador Arcanjo. Tal como se fez com aquele juizinho que foi desmoralizado na CPI, acontecerá a mesma coisa, como aqueles que imaginam qualquer vinculação do Senador Antero ou do PSDB de Mato Grosso com o comendador Arcanjo. Para mostrar que tem um lado...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, só para esclarecimento de V.Exª. O comendador Arcanjo já se encontra convocado por essa CPI.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu estou pedindo para agilizar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quero comunicar a V.Exª. de que já há entendimento da parte dessa CPI, do nosso agente da Polícia Federal, para que faça um contato com o Comando da Polícia Federal para que nós possamos fazer, trazer o comendador para esta...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – CPI...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Compreendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Evidentemente com todas as garantias da Polícia Federal.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Compreendo tudo isso...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Já tive a oportunidade de conversar com o Senador Romeu Tuma e com o nosso agente, o Gustavo que aqui se encontra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então nós vamos agilizar nesse sentido.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não há nenhuma, agradeço a lembrança de V.Exª.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem, Sr. Presidente, eu concluo dizendo o seguinte, enfatizo que além de tudo isso que se faça mesmo, esse golpe de morte nesse jogo de troca de chantagem, até porque no meu partido não há chantagistas, aqui não tem, se alguém vem tentar trocar chantagem conosco, que façam chantagem entre eles lá, que conosco não tem. Então eu quero convocar o mais rapidamente o tal Senador Arcanjo, o tal comendador arcanjo para nós, de uma vez por todas, acabarmos com essa balela. Senador Antero tem absoluta razão e em relação ao Sr. Nildo quero ouvir dele fatos. Até porque eu não me sinto mais autorizado, eu não viria aqui para falar da vida pessoal de ninguém, Sr. Presidente. Não viria falar da vida pessoal de quem quer que fosse, não me interessa mesmo. Agora, me interessa sim saber se é possível o Ministro da Fazenda ter negociatas numa casa de lobbies em Brasília. Isso sim. Eu não me sinto autorizado a dar mais nenhum respaldo político a esse Ministro da Fazenda. Ministro da Fazenda é para lidar com FMI, é para lidar com Banco Mundial, é para lidar com Senado da República não é para saber se está ou não está envolvido com quadrilheiros. A partir desse momento saiba o Sr. Antônio Palocci que não tenho a menor condição de lhe emprestar qualquer solidariedade política. Nenhuma solidariedade política, porque o papel de Ministro da fazendas foi subvertido, não é para ele estar aqui sendo julgado pelo Sr. Francenildo. Não é para ele estar aqui sendo julgado pelo Sr. Francenildo. O seu papel teria que ser mais elevado, ele rebaixou o seu papel, se rebaixou o seu papel, que, portanto, fique na trincheira dele, de homem que cumpre esse novo papel. Eu fico na trincheira de líder de partido de oposição, cobrando aquilo que nós temos que oferecer à opinião pública que é verdade, verdade e verdade.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, só para concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra para concluir.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Só para concluir a questão de ordem...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu pediria aos Srs. Senadores que evitassem a figura do aparte já que eu vou conceder a palavra pela ordem, aqui a todos aqueles que desejarem.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Certo. Então só para concluir, Sr. Presidente, eu quero deixar absolutamente registrado, que essas questões de troco eu estou esperando desde o episódio Waldomiro Diniz. Teve gente que me parou em bares aqui para dizer: "Olha, vai ter guerra". Desde aquela época está tendo guerra e para cada mentira deles a gente consegue algumas verdades que incomodam. E dizer que nós precisamos mesmo esclarecer todos os episódios que envolvem todos os suspeitos ligados ao crime organizado nesse país. E de minha parte, Sr. Presidente, não tenho nenhum ânimo de investigar a vida privada de ninguém. Nesse ponto, Senador Tião Viana, o Senhor pode ficar absolutamente tranqüilo, que não é do meu interesse saber da vida privada do Ministro da Fazenda. Agora, é do meu interesse saber se ele mentiu ou não à CPI, o motorista disse que mentiu. Pelo que está exposto na conversa e depois na reportagem do caseiro, está dito também de que ele mentiu. Eu acho somente isso já absolutamente grave, alguém comparecer ao Senado da República e tapear o Senado da República. É isso, Sr. Presidente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, só gostaria que V.Exª. me inscrevesse na seqü-

ência por uma questão de ordem. Na seqüência das pessoas inscritas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, sinceramente eu não vejo como esconder da população o depoimento do caseiro Francenildo dos Santos Costa. O Francenildo, corajosamente concede uma entrevista a brilhante jornalista Rosa Costa do jornal O Estado de São Paulo e como testemunha ocular, revela fatos que presenciou em determinada mansão em Brasília, onde se reunia organizadamente uma equipe originária da cidade de Ribeirão Preto. Vamos abstrair aquilo que diz respeito à vida privada do Ministro Palocci. Não há aqui quem queira devassá-la e esse é um compromisso que todos nós podemos assumir. Mas no que diz respeito a vida pública do Ministro, não há porque pretender sigilo. Quem é responsável pela condução dos negócios da economia do país, portanto, ocupante do Ministério mais importante da República, não tem o direito de abrigar-se sob o manto do sigilo, diante de acusações de tamanha gravidade como estas propostas à imprensa por um simples trabalhador. Sr. Presidente, vamos provocar enorme frustração, incrível decepção se admitirmos um depoimento em Sessão secreta. Creio, Sr. Presidente, que há vínculos expostos do Ministro Palocci com essa equipe de Ribeirão Preto. Não há mais como esconder. E é evidente que a imagem que ficará à opinião pública brasileira, se esta Sessão for secreta, é a de que estamos escondendo fatos relevantes. Imagine, Sr. Presidente, se o Sr. Francenildo Santos Costa desejasse aqui hoje dizer: "Olha, eu venho para pedir perdão, eu não disse a verdade". Ele pronunciou-se publicamente e faz o desmentido sigiloso. Imagine, Sr. Presidente, frustrar os líderes do governo nessa Comissão de fazer a defesa pública do Ministro Palocci diante do Francenildo, que é testemunha importante. Eu não vejo como subtrair da opinião pública brasileira o direito dela saber das coisas. Aqueles que pagam impostos e exigem credibilidade de quem administra a economia do país, têm o direito de saber das coisas. Repito, o que nos interessa e o que interessa à opinião pública brasileira é definir, com clareza, qual a participação do Ministro Palocci junto a esta equipe que veio de Ribeirão Preto, que já, comprovadamente, o próprio Relator já manifestou intenção de indiciar elementos desta equipe por formação de quadrilha e em razão de improbidade administrativa e outros ilícitos cometidos. Esta equipe não teve os seus vínculos com o Ministro Palocci arrebentados depois de sua posse no Ministério da Fazenda. E os fatos apontam para a seguinte realidade: Esta equipe que operava em Ribeirão Preto, operava também em Brasília. Esta casa é parte do aparelho que levava esta equipe a se reunir e, segundo Francenildo, a distribuir dinheiro. É isso que nós queremos saber dele. Se ele viu ou não viu as notas de cinqüenta e de cem reais nesta mansão. As outras questões da vida privada do Ministro não serão aqui consideradas, embora já estejam, essas questões já estejam publicadas, já sejam do conhecimento público, nós não as rememoraremos aqui, Sr. Presidente. Esse é o compromisso que estamos assumindo e, evidentemente, fazemos o apelo em respeito à opinião pública brasileira, que essa Sessão seja aberta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente, eu também quero me inscrever pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Inscreverei V.Exª.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Bom, primeiro eu quero dizer, Sr. Francelino, da minha admiração pela sua coragem, meu filho. Tenha a certeza que a minha admiração pela sua coragem nesse momento não é nem como Senadora, mas é como mãe, como trabalhadora, como cidadã brasileira que é sempre muito importante para a vida do país, para a moralidade do país, quando as pessoas assumem o compromisso com a verdade e é mais bonito ainda, é mais digno de elogio ainda quando é uma pessoa considerada pequena pela sociedade. Eu também vim de uma família humilde. Eu sei exatamente o que é que significa o preconceito e muitas outras coisas mais. As humilhações que são feitas, as pressões que são feitas, as ameaças que são feitas. É por isso que eu acho, que eu me sinto como mãe muito feliz da sua coragem e da sua tranqüilidade, porque nada pode nos deixar mais em paz com Deus e com a nossa consciência quando a gente, de forma simples, simplesmente diz o que viu, diz a verdade, sem julgamento, sem absolutamente nada. Isso é que é muito importante e é por isso que eu estou aqui. Eu já disse várias vezes, eu já disse várias vezes, eu sei o quanto, numa sociedade como a nossa, mexer com a vida sexual dos outros é muito fácil fazer. Eu não me interesso com isso. Eu já fui muito atacada em relação a essas questões. Nunca nenhuma pessoa da minha família acreditou. Meus filhos não se envergonharam de nenhum ataque que pudesse ser feito. Porque quando uma mulher está na política muita gente diz: Ou é prostituta ou é lésbica. Gente canalha, gente covarde, gente sem moral. Que quando não tem algo para lhe atacar inventa essas coisas. Isso é fato de dizerem também. Então eu não estou aqui para saber sobre nada da vida pessoal do

Ministro Palocci e se inocente ele estiver nada acontecerá com a sua família. Porque não é possível! Claro que se inocente ele é, nada acontecerá da sua família contra ele, nenhuma família será destruída, não acontece nada. O que me interessa não é qualquer participação sexual das pessoas, só me interessa se isso é pago com dinheiro público ou roubado. É só isso que me interessa. Se havia, não me interesso sobre o mundo masculino, sobre as fantasias, não estou nem aí com isso, para mim é absolutamente normal. Passa a me interessar quando envolve o dinheiro público. Quando, numa mesma coisa, se faz as duas coisas para articular a roubalheira contra o espaço público e para pagar serviços com dinheiro público. Então, se alguém quer sair, não tem nenhum problema, pague com o seu dinheiro. Agora, o que não pode é utilizar o mesmo espaço para a corrupção e para outras coisas muito mais graves com o dinheiro público roubado. Então eu só estou aqui para saber sobre isso. Para mim, eu estou aqui, Sr. Francenildo, para perguntar só uma coisa objetiva, porque eu não posso, não posso negar a V.Sª. não falar numa Sessão aberta. Eu até conversava com o Senador Tuma, que me dizia que para ele numa outra coisa e tal, mas nós dizíamos, conversávamos há pouco, o Ministro Palocci teve o direito de numa nota pública, paga com o dinheiro público, porque ele é Ministro, mas numa nota pública, dizer que o Sr. Francenildo é mentiroso. Por que é que o Sr. Francenildo não pode ter um espaço público para explicar se ele é ou não? E a verdade se estabelecerá, se é ele que está mentindo ou se é o Ministro que está mentindo, a verdade se estabelecerá. Então é nesse sentido. Para mim, Sr. Francenildo, eu estou aqui só para perguntar uma coisa objetiva. Francenildo, se o Senhor confirma tudo o que vem falando até agora.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Confirmo.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Eu quero saber isso, se o Senhor confirma. E que nós façamos a reunião para que o Senhor possa prestar os esclarecimentos que são necessários, para todas as pessoas que querem investigar. E depois descobre. Porque se o Senhor tiver mentindo, se descobre. Se o Senhor tiver falando a verdade também se descobre. O que nós não podemos aceitar é que a palavra do Ministro ou da Senadora, ou do Deputado, ou do Senador seja maior do que a de um caseiro! Não é. Não é. Nem perante Deus e nem perante a lei dos homens ou das mulheres, a Constituição do país ou a lei de Deus, não é! Então isso para mim é o que interessa. A mentira ou a verdade, se o Senhor estiver mentindo descobre. Se o Senhor tiver falando a verdade, a nossa admiração e o nosso respeito. Muito obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senadora e concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, na ordem Arthur Virgílio, Senador Mercadante, José Agripino, Sibá, Flávio Arns e Senadora Ideli. Senador Magno Malta.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, de maneira bastante breve. Eu entendo que o ideal seria a Sessão aberta. Há, porém, um compromisso firmado, firmado numa reunião da CPI a qual eu não estive presente, mas isso é de domínio público, e disso dependeu o voto do Senador Suplicy para que, aliás, garantiu a vitória da tese que...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Senador Arthur me permita um aparte só para esclarecer, que eu estive na reunião...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pois não.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – ...não houve compromisso, apenas se deliberou aprovar o requerimento e transferiu ao Presidente da Comissão, que disse que consultoria o Relator e o Vice-Presidente sobre o modelo de reunião que teríamos. Mas não houve nenhum compromisso de que esta reunião se desse secretamente. Até porque o requerimento de minha autoria, não propunha reunião secreta.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem, Senador. Então, Senador...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – O Presidente pode. O Presidente pode esclarecer.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu vou então alinhavar o meu raciocínio, Senador. Porque ele tem duas peças. Uma é essa. O Senador Suplicy procura a mim e ao Senador José Agripino para dizer que sentia constrangido com o fato de ter emprestado o apoio e depois a reunião sair aberta ao contrário do que era o desejo dele de votar por uma Sessão, de ver uma Sessão reservada. Muito bem. Esse é um dado. O outro dado, e nesta Casa tem poucas pessoas que merecem mais a minha estima numa Casa onde eu estimo muita gente, poucas pessoas merecem mais a minha estima do que o Senador Tião Viana, mas eu considero que não deixa de ser uma quebra de compromisso essa ida ao Supremo Tribunal Federal. Porque se vai ao Supremo Tribunal Federal se está, de alguma maneira, se está obstaculizando os caminhos da CPI, ou seja, me diz o Senador Tião Viana que não tinha como voltar atrás, eu respeito, vou manter por V.Exª. Todo o carinho e todo o respeito. Mas devo dizer que com a mesma força com que entendo que é inoportuna e é injusta a ida ao Supremo Tribunal Federal para se buscar, o que para mim é um cerceamento das atividades

des da Comissão que V.Exª. preside, eu entendo que, em atenção ao Senador Suplicy, se deva fazer a Sessão reservada, sim. Em atenção ao Senador Suplicy. Se o entendimento de S.Exª. foi esse, o meu termina sendo esse também. Não gostaria de prolongar mais esse debate, por entender daqui a pouco pode chegar uma liminar dizendo: Vão arrancar o Sr. Francenildo da cadeira a qualquer momento, para de falar, porque antes de começar até. Estamos nos prolegômenos e o Sr. Francenildo não começou a falar. Daqui a minutos pode chegar uma ordem e dizer: "Olha, não é válido o depoimento dele". Aí ele sai. Quero alertar o Sr. Francenildo que ele pode falar tudo o que ele quiser lá fora para a imprensa, ele pode falar tudo o que ele quiser. Eu mesmo, ao sair daqui, se eu julgar que na Sessão reservada nada foi dito além daquilo que eu supunha que pudesse ser dito numa Sessão aberta, eu vou chegar lá e vou falar tudinho para a imprensa o que ouvi aqui. Em outras palavras, eu me sinto à vontade se eu puder atender ao Senador Suplicy. Assim como, me senti contrariado com o fato de que o meu querido amigo Senador Tião Viana ter ido ao Supremo Tribunal Federal.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V.Exª. permitiria um brevíssimo aparte, Senador Arthur Virgílio?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Com muita alegria, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Tanto o que disse o Senador Álvaro Dias, é correto porque eu votei, conforme esclareci, foi como que num pressuposto, num pressuposto de confiança, que eu avaliava que a Mesa acabaria chegando a esse entendimento que inclusive foi, de alguma maneira, proposto para se chegar a um consenso pelo líder do PFL. Então, é claro, o Senador Efraim Morais falou que caberia à Mesa decidir, conforme eu expliquei. E eu então transmito ou apelo à Mesa para que possamos ter esse entendimento, que agora V.Exª. confirma. Obrigado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem, Senador Suplicy. Eu deixo a seu critério. A posição do PSDB fica a seu critério. Se V.Exª. entender que é preferível para deixar a sua consciência apaziguada a Sessão reservada, estamos com V.Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Acho melhor ser reservada sim.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem. Agora antes de a Sessão porventura virar reservada. Eu pergunto ao Sr. Francenildo: O Senhor recebeu algum dinheiro de alguém para prestar esse tipo de declaração?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não. Não recebi não

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito obrigado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu devo a V.Exªs. que após ouvirmos pela ordem os Srs. Senadores que desejarem, vamos decidir. Agora, quero deixar claro também que o depoente já confirmou suas declarações. Atendendo a solicitação da Senadora Heloísa. Para todos os efeitos está confirmado que ela respondeu a pergunta. Quero deixar bem claro e está na gravação. Não tem o que se discutir. Senador Mercadante, V.Exª. tem a palavra.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Queria, inicialmente, dizer que são poucos momentos que eu venho à essa Comissão mesmo quando eu tenho divergências e considero que ela tenha fugido em muitos momentos do seu foco constitucional ou tenha se transformado em instrumento de luta política partidária, que é da natureza da vida Parlamentar, mas que prejudicam, eu diria, a isenção e um trabalho de investigação dessa natureza. Mas há momentos que eu não poderia deixar de estar presente e esse é um deles. Em primeiro lugar, porque tem uma convivência, uma amizade com o Ministro Palocci que vem de décadas. Eu sei o quanto ele lutou pela democracia nesse país, sei que é um médico que dedicou toda a sua vida ao interesse público. Sei que como homem público fez obras extremamente importantes, por todos os mandatos em que atravessou, como Parlamentar, ou como Executivo. E, em segundo lugar, porque além de toda essa trajetória, e todos aqui o conhecem pela sua cordialidade, pela forma como sempre fez a luta política, pelo respeito que sempre preservou aos adversários, portanto, por uma conduta histórica que deveria ser considerada em momentos como esse, que nós estamos discutindo. Mas, infelizmente, os valores não são os mesmos. Queria ainda dizer que a obra do Ministro Palocci, a obra mais importante ao longo de toda a sua trajetória, foi exatamente como Ministro da Fazenda. Se hoje nós temos uma inflação sob controle, se as contas externas hoje nós reduzimos em 41 bilhões de dólares a dívida do país, temos reservas cambiais, o país pode fazer um debate como esse e preservar a sua estabilidade financeira, preservar o controle da inflação, preservar a tranqüilidade dos mercados, parte dessa conquista foi a competência, a dedicação e a eficiência da gestão do Ministro Palocci. Apesar de tudo isso, eu acho que todo homem público deve explicações e tem que prestar conta daquilo que diz respeito a vida pública. Acho que é essa, esse é o papel do Parlamento na fiscalização do Poder Executivo. Mas esse papel não pode violar alguns princípios e garantias individuais, que são cláusulas pétreas e são princípios não apenas constitucionais, mas são

princípios também que a cultura política desse país deveria saber preservar em qualquer circunstancia. E entre esses valores está exatamente a individualidade, a privacidade das relações entre seres humanos. Não é possível que esse valor seja agredido qualquer que seja a motivação política partidária e qualquer que seja a circunstancia. E nesta questão não defendo o Ministro Palocci, porque a palavra dele para mim tem um imenso valor e considero que ele tenha, que o que ele tenha dito é muito importante a ser considerado. Mas mesmo que se tratasse de um adversário, a minha atitude seria a mesma. Ao longo de toda a minha vida pública, foi a mesma. Jamais tratei da vida pessoal de quem quer que seja nos embates políticos partidários eleitorais, em qualquer circunstância. Portanto, em função da minha história política e do que realmente acredito e já demonstrei nesta Casa essa atitude em outras circunstâncias, mesmo quando se tratava de adversários políticos, eu quero manter a minha coerência. Não é apenas porque conheço, convivi e respeito a trajetória e a história do Ministro Palocci ou porque conheço a obra e a contribuição que ele deu a esse país, porque se não fosse o trabalho que ele fez, esse debate não poderia ocorrer em relação ao Ministro da Fazenda. Mas, exatamente porque acho que esse é um princípio fundamental da cultura política. O Sr. Francenildo, ele deve dizer o que acha, o que pensa, mas nós que temos o mandato e uma responsabilidade pública com a Nação, devemos saber tratar esse processo de investigação respeitando alguns valores que são essenciais, não apenas na nossa convivência, mas no processo de construir no Brasil uma sociedade civilizada. Porque a justiça não se faz só buscando a verdade, a busca da verdade na justiça se faz com princípios e procedimentos que foram construídos ao longo de séculos de cultura da civilização, que o respeito a individualidade, o respeito a valores, a procedimento do contraditório, do direito de defesa e são esses valores que são fundamentais para que a verdade de fato possa surgir em qualquer circunstancias. Mas surgir dentro do processo dos procedimentos que o estado de direito construiu e os valores fundamentais da convivência política. O Tocqueville dizia que o Parlamento, a função fundamental do Parlamento é defender as prerrogativas e garantias individuais, que essa é a função mais importante desta Casa. E é em nome desses valores e desses princípios que eu considero, que é muito importante que essa Sessão seja reservada. Tenho certeza que os Senadores não fariam perguntas sobre a vida pessoal, mas não tenho a mesma segurança que esse tema não poderia aparecer, porque se nós temos uma convivência, um mandato, uma responsabilidade pública, é evidente que o depoente tem toda a liberdade de falar o que pensa. E deve falar o que acha, para que possa, evidentemente, contribuir na apuração ou se responsabilizar pelo que disse. E isso é importantíssimo na vida. Ele tem todo o direito de falar e vai ser respeitado, tenho certeza em qualquer que seja a circunstancia no seu depoimento. Mas é muito importante que nós que temos mandato e responsabilidade pública, saibamos preservar essa instituição no que diz respeito à privacidade. Por último, quero dizer, Senador Arthur Virgílio, o respeito que tenho a V.Exª. E muitas vezes as pessoas não entendem como é que nós podemos ter confrontos tão duros e em alguns momentos preservar o respeito mútuo. E são nesses momentos que a gente constrói alguns valores que são fundamentais. Espero que a intervenção do Senador Arthur Virgílio seja considerada pelos demais parceiros da oposição. E que esse depoimento seja feito em caráter, em Sessão fechada, porque tudo o que for dito ajudará no esclarecimento do processo, poderá ser oferecido ao processo de investigação e, portanto, contribuirá para a investigação se a CPI achar indispensável, portanto, o depoimento e se alguma contribuição de fato tiver. E nós só veremos depois do depoimento se verdadeiramente tem alguma contribuição. Mas sendo reservado, nós estaremos preservando um valor fundamental, porque é inadmissível que a vida pessoal das pessoas seja exposta dessa forma, sobretudo, quando não se há segurança sobre o que aconteceu. Não é possível que as pessoas sejam expostas na sua privacidade, na sua individualidade, expostas da forma como estão sendo expostas. Seja quem for. E já disse isso no passado em relação a adversários políticos, em momentos extremamente difíceis. E naquela ocasião também fui cobrado por defender essa posição. É a minha posição. Eu acho que assim que a gente vai construir uma cultura que permite a disputa política, o enfrentamento, a cobrança e a fiscalização daquilo que é o interesse público, daquilo que é público e não é público a vida pessoal. Não é público e não deve ser público, porque é um preceito fundamental da individualidade e eu espero que ele seja preservado nessa ocasião. Portanto, me associo às ponderações do Senador Arthur Virgílio no que se refere ao encaminhamento de que essa Sessão deveria ser reservada e nada prejudicará a investigação se ela for nesse contexto. Apenas, eu diria, será compatível com uma preocupação que tem marcado a nossa vida pública no Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, eu meço a importância do depoimento que nós vamos colher do brasileiro piauiense, meu

conterrâneo do Nordeste, Francenildo Santos Costa, pelo que acabou de dizer o Senador Mercadante, pela presença da base governista, pela presença da imprensa e a importância do depoimento de Francenildo, que é um brasileiro comum. Francenildo, você é o brasileiro típico. È a pessoas como você que costuma se referir o Presidente Lula. Você está trazendo para essa Comissão muito mais gente do que um mundo de engravatados que já esteve aí e não trouxe praticamente ninguém. Porque você é um brasileiro que deseja dar uma contribuição ao seu país. Você ganha setecentos e poucos reais por mês, você comparece à Comissão vestido modestamente. Eu há pouco conversei com você ali atrás. Está com a camisa discreta, modesta, uma calcinha surrada, um sapato modesto, mas o seu olhar é firme. A sua palavra é decidida. Daí a importância do seu depoimento aqui. Você pode confiar. Seja a reunião secreta ou seja aberta, pouca diferença faz, porque a reunião, ela pode até ser reservada, mas o que vai ser conversado aqui não será confidencial. Fique certo de tudo o que você disser aqui, se a imprensa for convidada a sair, a imprensa vai ter acesso a tudo o que você disser de importante aqui, se tiver coisas importantes a dizer, uma hora depois, duas horas depois. E o Brasil quer lhe ouvir e vai ouvir. Eu sou homem de compromisso, eu tomei parte de um compromisso ontem para essa reunião ser reservada e reitero o compromisso. Mas reitero dizendo que essa reunião precisava acontecer. O que não podia era ela não acontecer. Era preciso ter votos para que essa reunião acontecesse, para que o brasileiro, piauiense, Francenildo, meu conterrâneo, viesse aqui com a sua roupinha modesta para dizer o que sabe e para que a gente pudesse fazer o cotejo sobre se ele falou a verdade ou se ele mentiu e vai ser muito fácil. Entraram com recurso no Supremo Tribunal Federal. Gozado, você está vindo aqui, Francenildo, porque o que você disse na entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, que merece a fé do povo do Brasil, que é a jornalista Rosa Costa, que é uma jornalista séria, tem conexão direta com os fatos relacionados ao Sr. Poleto, que já esteve aqui, o Sr. Buratti que já teve aqui, ao Sr. Ademirson que já esteve aqui, ao Sr. Francisco das Chagas que já esteve aqui e não houve ação do Supremo nenhuma para que eles não viessem. Você está aqui Francenildo, porque o que você disse e repetiu, e disse à Senadora Heloísa Helena que balançou com cabeça e disse que reitera tudo, é um fato que tem... Eu não vou lhe perguntar nada sobre a questão pessoal, sobre a vida pessoal do Ministro Palocci, não me interessa isso nem interessa ao Brasil. Interessa sim, são fatos importantes como, por exemplo, o Ministro disse que nunca mais viu o Sr. Buratti, nem o Sr. Poleto. Eu quero saber se o Sr. Poleto andava nesta casa, quem é que pagava o aluguel dessa casa. Se o Sr. Buratti andava nessa casa. Se envelope, se sacos, se Caixa s de dinheiro andavam por essa casa. Se o Sr. Poleto realmente, como Francisco das Chagas, motorista, foi apanhado no aeroporto e levou o Sr. Caio, angolano bingueiro até a sede do Ministério da Fazenda. E aí tem conexão direta sim, Senhor, Sr. Presidente Efraim, entra bingueiro na história com o Sr. Poleto e o Francisco das Chagas. Eu quero saber do Sr. Francenildo, do meu conterrâneo piauiense, se ele confirma isso tudo. Porque aí sim estará sob judice a investigação da vida do Ministro da Fazenda. Aí sim está sob judice o pilar central da República que é o Ministério da Fazenda do Presidente Lula. É esse fato que eu quero saber. Se vai ser reservado ou não, eu sou homem de cumprir compromisso. O compromisso é que fosse reservada. Agora, reunião reservada não é reunião confidencial. Diga tudo, Francenildo. Não tenha medo! Diga tudo. O Brasil está lhe ouvindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero louvar aqui a atitude do Senador Arthur Virgílio. Acho que ele repõe o que era o calor da discussão de ontem nesta Comissão. Pelo entendimento que nós tínhamos, eu acredito que de unanimidade, que nós deveríamos, sim, ouvir o Sr. Francenildo. A discordância que havia naquele momento, era a forma. Por quê? Nós tínhamos o entendimento que o primeiro requerimento do Senador Romeu Tuma, tratava-se de que primeiro, que ele primeiro deveria ser ouvido pela Polícia Federal. Esse era o entendimento que nós tínhamos. E como tal, defendemos isso ontem aqui. Mas, o Senador Romeu Tuma justificou que o requerimento já estava defasado na sua essência. Portanto, nós entendemos que o voto do Senador Eduardo Suplicy era na direção de que nós pudéssemos ter esta audiência reservada. E nós queríamos insistir nisso porque, inevitavelmente, o assunto que não diz respeito a esta Comissão, e nós todos aqui estamos conscientes de que não haverá nenhum interesse nessa direção, mas já foi publicado algumas coisas. Se isto vem a ser verdade ou não, verdade ou não, não interessa a esta Comissão. O Ministro Palocci, Sr. Presidente, eu acredito que todos nós aqui temos o grau de confiança e desconfiança em qualquer pessoa. Quanto ao Ministro Palocci, o Ministro Palocci que todos nós conhecemos, é o Ministro Palocci que faz muito bem a gestão de governo, que faz muito bem, faz muito jus aos princípios de nosso partido e, com certeza, entendemos que faz muito bem à economia nacional e como tal à população brasileira.

Então goza do mais nosso sincero respeito. Nós temos respeito total e absoluto pelo Ministro. E não queremos aqui, em nenhum momento também, quero deixar isso claro, como eu acredito nas palavras que já foram ditas aqui, por todos os Senadores que já disseram, que não interessa tocar em nenhum assunto que não diga respeito a matéria de investigação desta Comissão, eu também quero dizer ao convidado, o Sr. Francenildo, que pode ter certeza que nenhum de nós aqui temos qualquer interesse de desmerecer o Senhor. Um jovem, já quero reproduzir aqui muito bem, lembrado pelo Senador Heráclito, também conterrâneo, sou de União, lá do Estado do Piauí, quero dizer que respeitamos também a sua pessoa. Você está aqui para contribuir com uma investigação. Portanto, já vamos fazer até uma recomendação, se ninguém vai perguntar, é claro que esperamos que você, em nenhum momento, venha a tocar nestes assuntos, que não diga respeito ao interesse do objeto desta Comissão. Se isto ocorre, com certeza, nós teremos aqui uma boa oitiva e que vai elucidar uma série de fatos. Então, o pedido que eu faço, reitero aqui as palavras do Senador Arthur Virgílio de que este sendo o entendimento, mantermos aqui a palavra do Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, que foi o requerimento uma vez aprovado na condição de que fizéssemos uma oitiva reservada, para que a conversa possa fluir mesmo muito tranqüila, não no calor de uma oficialidade que, com certeza... (soa a campainha) com a presença de imprensa e de todos poderá inclusive talvez até inibir, que eu acredito que pela coletiva que foi feita ontem pela televisão, transpôs uma tranqüilidade muito grande, espero que seja muito tranqüilo mesmo. Porque o que nós vamos fazer com o Senhor aqui é apenas um debate para extrair as informações que V.Sª. traz a esta Comissão. Assim sendo, Sr. Presidente, esta é a opinião de nossa Bancada no sentido de que resguardando o que foi o entendimento de ontem, em relação ao Senador Suplicy, que esta oitiva seja em caráter reservado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator. Eu quero também, em primeiro lugar, cumprimentar o depoente do dia de hoje, o Nildo. E enfatizar que todo esse debate que estamos fazendo, na verdade, deve servir como uma questão de orientação, de reflexão, mas que isso não implique em nenhuma, em nenhum sentido numa pressão, uma coação, algo semelhante. Primeiro lugar, Sr. Presidente, gostaria também de externar a minha opinião em relação ao Ministro Palocci. Eu fui doze anos do PSDB, por cujo partido me elegi três vezes Deputado Federal e antes da última eleição que eu saí do PSDB para o PT. Não conhecia de perto o Ministro Palocci, antes dele se tornar coordenador da discussão do plano de governo, para o governo Lula. E, na seqüência, Ministro da Fazenda. Mas quero também reafirmar aquilo que já foi dito por colegas meus, no sentido de dizer que a impressão que tenho do Sr. Ministro é uma impressão bastante positiva e que não é só minha, mas é também de muitas pessoas da sociedade com quem tenho falado sobre o assunto. Então eu quero externar, nesse sentido, a confiança de que todos esses episódios, pelo fato dele estar também num cargo público e com a obrigação, por ser uma pessoa pública também de ajudar a esclarecer. Então, esperamos que esses fatos sejam esclarecidos, porque é na verdade, uma característica de quem está exercendo uma função pública, ter que prestar os esclarecimentos, porque em caso contrário não estaria na função pública e sim numa função privada. Mas quero dizer da minha confiança no Sr. Ministro. Sr. Presidente, o que me preocupa nesses casos todos é a questão da divulgação que se dá a depoimentos e não quero me referir ao Sr. Nildo, nesse momento, dando seus depoimentos, as declarações na imprensa, nos meios de comunicação com o pressuposto da verdade, da veracidade. E nós já tivemos CPI em que as pessoas vieram depor anteriormente, em que todos nós chegamos à conclusão de que a pessoa estava, na verdade, fazendo depoimento sem qualquer embasamento na verdade, nos fatos, no conhecimento de provas. Eu quero lembrar o exemplo da pessoa que era do PT, passou para o PPS, está lá em São Paulo, veio aqui fazer o depoimento com acusações muito sérias em relação ao PT e também em relação ao Mário Covas, em relação ao Geraldo Alckmin, em relação a José Serra e naquele dia eu mesmo disse que não aceitava aquelas declarações, não só contra pessoas do PT, mas contra pessoas de qualquer partido político, porque não estavam baseadas em conhecimento de provas e, infelizmente, se deu para aquela pessoa, na ocasião em que fez as denúncias, a maior cobertura possível dos meios de comunicação. Eu acho, realmente, que esses episódios todos não só desta CPI, mas também das outras CPIs nos leve a refletir mais sobre a questão da ética na comunicação. É um desafio que se coloca não só para o Congresso, mas para toda a sociedade brasileira, destruir-se a honra de pessoas de famílias com informações que com a divulgação de declarações que, na seqüência, se mostram infundadas é um problema sério também em nosso país. Eu gostaria de dar toda a razão ao Senador Tião Viana, que entrou no Supremo Tribunal Federal, como eu dou razão a qualquer pessoa que entre no Supremo Tribunal Federal, que como instância independente vai dizer se a pessoa tem razão ou não. Dou razão ao Senador

Tião Viana, porque todas as notícias do dia de hoje nos meios de comunicação destacam não questões do Ministro Palocci como Ministro da Fazenda, mas questões não relacionadas a ele, conforme o próprio depoimento, mas questões pessoais. E o Senador Tião Viana, nesse sentido, na minha ótica, como qualquer outra pessoa que se julgue prejudicada, tem o direito constitucional de apelar para o órgão que é, na verdade, o equilíbrio da democracia, que é o Poder Judiciário. Então, nesse sentido, independente das pessoas terem razão ou não, o Judiciário, a opinião, deve ser respeitada, porque nós queremos, na verdade, fortalecer a instituição Judiciário. Para terminar, Sr. Presidente, eu só gostaria de indagar a V.Exª., Sr. Presidente, e ao Advogado também, porque há uma notícia e uma questão que poderia ser de ordem, mas é de esclarecimento. No jornal O Globo, numa reportagem do bom jornalista Allan Grip, está escrito que o Advogado do caseiro, o Sr. Lício Chaveiro Nascimento esteve na Polícia Federal na manhã de ontem para identificar e qualificar seu cliente, a pedido da CPI dos Bingos. Então eu gostaria, em primeiro lugar, de confirmar se a CPI dos Bingos pediu ao Advogado de comparecer à Polícia Federal, para identificar e qualificar seu cliente a pedido da CPI dos Bingos. Então, em primeiro lugar eu gostaria de saber se a CPI pediu, por que pediu? Se este é um procedimento normal de se pedir? E o que foi dito para o Advogado, por que ele deveria ir na Polícia Federal? E se isso foi feito com outros depoentes também? Mas eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A CPI dará os esclarecimentos no final do pela ordem, Sr. Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim. E ao mesmo tempo, eu também gostaria de saber do Advogado, porque ele também disse, que ele não era obrigado a ir a Polícia Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou conceder a palavra ao depoente para que ele comece o seu depoimento, que as perguntas se iniciaram. V.Exªs. querem discutir reservado ou querem fazer as perguntas? Eu posso liberar o depoente para que ele fale.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, só um esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então eu vou passar a palavra ao depoente para que ele inicie. V.Exª. está iniciando o debate.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, pode ser na Sessão reservada depois, não pode ser agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então será respondido...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É uma questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Uma questão de ordem não, V.Exª. está se dirigindo primeiro ao Advogado, que ele não pode usar da palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então V.Exª. como Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então V.Exª. faça por escrito que a Presidência responderá a V.Exª. Ou no final nós entregaremos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Exato...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Para que nós não comecemos o depoimento antes de se tomar uma decisão...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – ...que V.Exªs. estão cobrando.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu pergunto ao Advogado, provavelmente na Sessão reservada, se for este o desejo, mas quero perguntar a V.Exª. como é questão de ordem, se este é um procedimento normal, por que foi feito? Se o Advogado falou que não era necessário. Por que teria acontecido? O que foi dito para o Advogado? Por que essa preocupação? E saber se é para todo mundo assim, se é para todo mundo. Então está tranqüilo. Agora, se foi só para esse caso, por que para esse caso? Agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. Com a palavra a Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, ontem nós tivemos uma atividade muito importante na CPI dos Correios, que iniciou com uma polêmica, eu diria, equivalente a que nós estamos colocados no dia de hoje. Na CPI dos Correios, eu tive a oportunidade de ser uma das primeiras e depois a tese que eu levantei foi absorvida, inclusive acabou integrando a proposta do Senador Álvaro Dias, de que tínhamos a obrigatoriedade de preservar o ordenamento jurídico e os acordos internacionais. E que os dados compartilhados com a CPI dos Correios tinha um compromisso assinado de não só ter sigilo, mas ter acesso restrito a apenas quatro Parlamentares. Por isso que naquela oportunidade nós defendemos que, nos questionamentos a serem feitos com relação aos dados compartilhados pelas autoridades americanas, naquele momento só os quatro os Parlamentares que tinham assinado o compromisso da restrição poderiam participar da CPI dos Correios, fazendo os questionamentos ao Sr. Duda Mendonça. Isto gerou uma polêmica

imensa. A Sessão foi suspensa. Muitos dos que estão aqui hoje participaram daquele debate e teve que ser votado o procedimento. Porque o procedimento, ele é fundamental em determinados momentos, porque o procedimento, ele pode afrontar ou não a ordem jurídica estabelecida, os direitos individuais e, naquele caso de ontem, ainda a possibilidade ou não do Brasil continuar tendo o respeito das autoridades americanas e acessar e compartilhar dados sigilosos de brasileiros, que remetem recursos ao exterior e que possam estar passíveis de processo. Foi votado e por ampla maioria foi aprovada a proposta do Senador Álvaro Dias que, exatamente, corroborava a tese que eu, inicialmente, como outros Parlamentares, também levantaram. E a situação de hoje é uma situação, do meu ponto de vista, semelhante, assemelhada. Porque o que está colocado aqui é exatamente preservar o ordenamento jurídico, os direitos constitucionais, inclusive os direitos constitucionais individuais, porque nós temos, no art. Décimo, no inciso X do art. 5º da Constituição, são invioláveis a intimidade, a vida pública, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. E no inciso XII: "É inviolável também o sigilo da correspondência, das comunicações, dos dados" e, no caso aqui esse não se aplicaria tanto, mas o 10, da questão da intimidade da vida privada. Eu pediria, Presidente, por favor, é impossível. Tem quinhentas... (soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Srs. Senadores, a palavra está garantida à Senadora Ideli. Peço a atenção de V.Exªs.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu agradeço, Presidente. E quero dizer o seguinte: O Senador Romeu Tuma me confirmou, não está na legislação da escuta telefônica. Mas quando uma autoridade judicial estabelece a necessidade da escuta telefônica, para procedimentos de investigação e de subsídio para inquérito, o Juiz determina que a escuta telefônica terá que ser limpada, ela tem que ser, digamos assim, colocada, estuprada, estuprada não, é porque nós estamos falando de sexo aqui, agora já veio o estupro.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Eu não, eu não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – É que vai chegar no sexo, é porque vai chegar no sexo.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Só se alguém foi. (soa a campainha)

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Então veja lá. Então veja bem, na escuta telefônica tem que ser extirpada, é isso? Desculpa. Extirpada toda e qualquer...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vamos ter que ouvir a Senadora Ideli na Sessão reservada, viu?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Com certeza.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senadora Ideli, permite um aparte? (soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Srs. Senadores, Senadora Ideli. A palavra está com a Senadora Ideli.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Posso dar um apartezinho?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu vou dar o aparte em seguida ao Senador Romeu Tuma, até para eu poder me recompor. Mas na escuta telefônica não é permitido que seja incluído no processo investigatório, no inquérito qualquer elemento que trate da vida pessoal das pessoas. E aí eu quero a contribuição do Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente. Presidente Efraim. Eu, a Senadora tem razão...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra, por um aparte da Senadora.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Agora eu acho que nós não estamos falando em gravação. Nós estamos falando num depoimento e V.Exª., como Presidente, poderá, sem dúvida nenhuma, interromper o depoente quando o assunto se referir a questões de ordem pessoal. Então, o papel do Juiz é de V.Exª. Se V.Exª. achar inconveniente qualquer relação que ele venha a relatar sobre questões pessoais da vida do Ministro, V.Exª. pode pedir que ele não o faça. Então, eu acho que a palavra como Juiz é do Presidente, ele vai fazer esse papel, Senadora. Porque nós não estamos falando em gravação. Então, seguindo o exemplo, eu acho que como o Presidente Efraim tem conduzido democraticamente, ele fará o papel e pedindo, com todo o respeito ao cidadão brasileiro que lá se encontra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Exatamente, Sr. Senador Romeu Tuma. Porque pode ser feito, que pode ser feito, que a preocupação é da preservação e da garantia do direito individual que a vida privada não esteja exposta em qualquer procedimento investigatório. Então, o que eu quero levantar é exatamente esta questão e aí colocando o apoio integral à iniciativa do Senador Tião, que recorre ao Supremo Tribunal Federal, exatamente porque neste depoimento, com todo o respeito que todos nós devemos ter a pessoa do Sr. Francenildo, que se dispôs a prestar as declarações. Já deu várias entrevistas, estará aqui submetido aos questionamentos feitos de forma, eu espero muito tranqüila de todos os Senadores e Se-

nadoras... (soa a campainha) Mas exatamente porque, diferentemente da gravação e da escuta telefônica que a apreciação do que é ou não violação da intimidade, da vida privada das pessoas na gravação, isto pode ser feito sem que venha a público, na Sessão aberta isto não poderá ser feito, a priori. Porque a priori, nem o Presidente saberá o que as pessoas irão perguntar, e nós esperamos, entende, o bom-senso de todos, obviamente, e nem poderá, a priori, saber o que o depoente vai responder. Por isso que a questão do direito constitucional da privacidade, de não ter a violação do seu direito constitucional, a imagem e a sua intimidade é que é importante que esta Sessão seja feita de forma reservada. Até porque, Senador Efraim de Moraes, pelas entrevistas já dadas, esta Casa, esta Casa, com as declarações dadas à imprensa por algumas pessoas que por lá passaram, ou trabalham ou trabalharam, esta Casa tem tudo para ser um Big Brother. Chamando, obviamente, a atenção para determinadas situações que não têm absolutamente nada a ver com o interesse da investigação das relações republicanas e do objeto de investigação desta CPI. Esta CPI, eu já tive a oportunidade de falar inúmeras vezes aqui, não vou repetir, porque todos sabem a minha opinião a respeito da condução dos trabalhos. Não vou repetir aqui de novo. Agora, quando nas entrevistas tem Viagra, tem camisinha, tem não sei mais o quê, é óbvio que o assunto da intimidade das pessoas vai ser tratado aqui, de forma direta ou indireta. Como ficou pairando no ar quando foi apresentado uma pergunta na CPI dos Correios a respeito dos procedimentos da famosa Jane Mary Corner. Portanto, esta questão da vida privada, da vida sexual, ela não faz parte do objeto de investigação desta CPI e por isso que é fundamental que seja reservada esta Sessão. Porque, a priori, apesar do Senador Efraim ter a prerrogativa de poder interromper, de poder, entende, eliminar qualquer tipo de tratativa que paire sob esta ótica, a priori o Senador Efraim não poderá fazê-lo. E por isso que é melhor, para preservar, como fiz a defesa ontem, de que fosse restrita, para que a gente preserve o ordenamento jurídico e o direito constitucional que está estabelecido no inciso X do art. 5º da inviolabilidade da intimidade da vida privada, da honra, que esta Sessão precisa ser reservada neste momento, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e comunico os Srs. Senadores se ainda desejam falar pela ordem. Tem o Senador Magno Malta, se desiste.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É só para uma comunicação, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu já dei aparte à Senadora. É que eu queria, em homenagem ao Senador Suplicy, eu não sei se ele já saiu. Senador Suplicy, eu queria que o partido de V.Exª. não o criticasse por ter votado a favor. E eu sei que o Senhor está passando por um processo de angústia, até pelas palavras e procurou um acordo para estabelecer o *modus operandis*... (soa a campainha)

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu pediria agora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Solicitaria dos Srs. Senadores e Deputados que se ocupassem as Bancadas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Viu, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu pedi agora à Secretaria que ouvisse a tomada de voto de V.Exª. ontem durante a reunião, então deu oito a favor e seis contra. Quer dizer, se houvesse... Oito a seis, está aqui. Está aqui, o Senador contou errado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Senador desempatou.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Desculpa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não, não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, oito a seis. Você votou no lugar dele.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Toda a imprensa...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Oito a seis, eu pediria, aqui está, está aqui a relação da Secretaria que ouviu agora a tomada de voto. Não é o problema...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A Secretaria informou que o resultado foi oito votos a seis votos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Está aqui o nominal de cada um. Só para confortar o Senador Suplicy, se ele votasse com o Governo, com a liderança dele, seria sete a sete, V.Exª. seria o responsável pelo desempate. Então o Suplicy não tem que se amargurar, é só isso que eu estou falando.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senador Romeu Tuma, só estou preocupado com uma coisa, eu consultei os meus amigos do MST e ir ao banheiro não justifica perder o lugar que eu tinha. Então eu agradeço Senador Antero Paes de Barros, obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Acato o protesto. Mas Senador, se V.Exª. permitir dar uma informação...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Mão Santa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só para, para, se V.Exª. pedir, puder...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – MST é Mão Santa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu dei uma resposta ao Senador, ao Senador Arns sobre o porquê que a Polícia Federal só tomou, o Advogado levou os dados de identificação do cidadão brasileiro, foi por quê? Porque houve uma notícia veiculada nos corredores, e a imprensa perguntando muito, que tinham desaparecido com o depoente. Então a Comissão...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, eu vou esclarecer.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então peço desculpas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Essa questão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É só porque eu fui atrás da informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou esclarecer a V.Exª. e ao Senador Arns.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Fiquei preocupado e falei com V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Segundo a nossa Assessoria, que tivemos o cuidado de buscar dentro do depoimento, o motorista que depôs nesta CPI, o Sr. Francisco das Chagas, em seu depoimento, mencionou a existência de um caseiro e de uma empregada de nome Nelma. A CPI, através dessa Presidência, a partir dessa informação, determinou ao Delegado da Polícia Federal que se encontra à disposição desta CPI que tomasse as providências necessárias para identificar e localizar as duas pessoas que foram citadas. Tal informação, Senador Flávio Arns e Senador Romeu Tuma, deu-se pelo fato de que até aquele momento não se conhecia o nome, nem o paradeiro do caseiro e da empregada. Esse tipo de solicitação está dentro das atribuições da Presidência da CPI. E dentro do regimento da CPI, tomei as providências para que fosse identificado e depois de conversar com a nossa Assessoria e saber da importância de localizarmos e identificarmos o Sr. Nildo. Recorreu então o Sr. Delegado da Polícia Federal ao seu Advogado e daí foi feito junto à Polícia Federal a identificação dessas pessoas. Daí eu entender que o Presidente, o Presidente tem exatamente poderes e acima de tudo deveres para que tomasse essas providências. Acho que esclareci porque o Sr. Advogado foi até a Polícia Federal, depois de contatado pelo agente da polícia, o Delegado da Polícia Federal que se encontra à disposição desta CPI. Senador Romeu Tuma.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Ainda sobre esse assunto, se o Senhor me permite mais um pedido de esclarecimento, pode ser? É coisa rápida.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não, é só assim. Se essa providência que V.Exª. está relatando, está corretíssima, agora, eu só queria saber assim: Essa providência foi tomada antes ou depois do requerimento do Senador Romeu Tuma? Porque o Senador Romeu Tuma disse que já conhecia o nome do caseiro há dois meses.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Foi depois?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A Senadora está louca para me acertar a orelha. (risos)

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não, é porque eu quero, eu quero ter as suas fontes de informação, que são preciosas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador Romeu Tuma e a Senadora Ideli. E a identificação, repito, não em depoimento, mas a identificação que foi feita da testemunha, não o depoimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, apenas quando eu fiz o requerimento, porque havia interesse em saber da realidade, depois dos depoimentos citados pelo Senador José Agripino, na sua explicação aqui, inclusive confirmando o acordo, eu falei: "Precisa ter alguém da casa que possa prestar umas informações". E conversei com a Assessoria de V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A Assessoria da CPI.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Da CPI. E que nós sabíamos que tinha um caseiro. Então eu citei o nome sem saber onde ele estava. Pedi e ninguém votou. É isso que é o problema. Se tivesse votado à época ele já tinha sido ouvido pela Polícia Federal, talvez nós não estivéssemos discutindo aqui. Só foi levantado o

problema, porque a Rosa, uma Repórter de grandeza, fez a matéria. E a matéria suscitou a necessidade dele comparecer. Mas foi por isso, Senadora. E eu quero agradecer V.Exª. por me citar tantas vezes.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador, nada, obviamente, assim na linha que V.Exª. colocou, apenas um pouco de inveja das suas fontes, só isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, mas é claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Terminei, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço. Senador Magno Malta. Em seguida Senador Pedro Simon, Senador Wellington Salgado. Senador José Jorge e o Sr. Relator.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Excelência, tenha paciência, com tanto "pela ordem" não vai haver Sessão. Não vai haver Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu estou, Senador....

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Até porque tem limites.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador ACM, eu já fiz a pergunta e vou repetir aos Srs. Senadores que se encontram inscritos pela ordem. Se quiserem desistir da palavra, iniciaremos imediatamente a nossa CPI. Mas entendo que da forma que coloquei ao início da Sessão dando, pedindo a compreensão dos Srs. Senadores pela brevidade, para que possamos iniciar a Sessão. Senador...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Se for assim me inscreva pela ordem também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. está inscrito pela ordem, Senador ACM, logo após o Senador José Jorge.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Sr. Presidente. Eu serei breve para colaborar com V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta eu vou autorizar o Sr. Nildo, o Sr. Francenildo a se deslocar até a sala de apoio. Mas V.Exª. pode continuar que a decisão não será tomada por ele e sim por nós. Senador Magno Malta, a quem eu peço a atenção dos Srs. Senadores e Assessores para a palavra do Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Agradeço V.Exª. e eu até tenho essa compreensão de que, na verdade, o Francenildo poderia, muito bem, estar lá atrás mesmo, esperando, descansando. A gente não sabia que se daria esse debate todo. Mas eu quero ser rápido com V.Exª. e com a Casa. Sr. Presidente, eu acho também bem-vinda e de bom tom a vinda do Francenildo e se tivesse aí gostaria de saúda-lo. Nenhuma restrição. Ontem fiz a proposta que foi vencida de que deveríamos ouvi-lo numa Comissão e o fiz dentro do meu entendimento, do meu juízo, numa prestação de contas a mim mesmo. Estou muito à cavalheiro nesse momento, até porque não posso ser acusado de estar dentro do embate político já de uma campanha deflagrada, porque não sou nem eleitor do Alckmin, embora eu acho uma bela pessoa, também não sou eleitor do Lula. Então, estou isento...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Heloísa Helena, né?

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Tem grandes chances.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Heloísa Helena, declaração de voto a V.Exª.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Tem chances, muito chances. Estou isento nessa questão para poder fazer um raciocínio dentro do meu juízo. Tinha muita preocupação, e quero louvar as manifestações aqui já feitas com relação ao que se trataria aqui, porque entendo também que vida pessoal e privacidade das pessoas é um problema de cada um. E que ninguém tem o direito de violar a privacidade do outro, porque se a moda pega ninguém exposto mais que faz vida pública nesse país, senão aqueles que estão no Legislativo. E se a moda pega, imagine V.Exª., que pandemônio se instalará na sociedade brasileira. Tinha essa preocupação na preservação da família do Ministro. Não sou aliado do Ministro. Não faria o que fez o Senador Tião Viana, não faria, disse isso a ele. Uma vez votado aqui ontem poderíamos, dentro do entendimento da proposta que fiz, ter derrotado a proposta de trazê-lo aqui, mas não foi feito. Disse isso ao Senador Suplicy também. Ele sim, é da base do governo. E não tem que chorar leite derramado não, porque ele cooperou para que isso tivesse acontecendo hoje. Agora, já votou. Aprovou-se. Para mim está de bom tamanho, está de bom tom. A minha preocupação é que isso virasse um debate sobre a vida pessoal do Ministro, que também não tenho nada a desaprová-lo. Acho, até onde conheço, que o Ministro Palocci é um cidadão de bem, na minha visão. Aliás, até porque a lei diz que todo o cidadão é honesto, até que se prove o contrário e a Bíblia diz que se a vossa justiça não receber de escribas e fariseus para nada vale. Dentro dessa ótica é preciso transitar-se em julgado aquilo que se aponta de suspeição sobre as pessoas. Então não tenho nada a condenar o Ministro Palocci, muito pelo

contrário, tenho respeito pelo trabalho que ele vem fazendo pelo Brasil. Agora, a minha última preocupação, e dando o entendimento a mim é que o Francenildo na questão contravenção, bingo e lavagem de dinheiro de bingo no Brasil, ele não tem nada a cooperar. Eu, todas as vezes faço o mesmo argumento, mas sou obrigado a fazer por conta da minha consciência. O fato que determinou essa CPI não envolve esse rapaz. Não tem nada, absolutamente a ver com ele. Se há uma CPI para investigar atos de Ribeirão Preto, uma CPI para os amigos do Ministro, quem sabe caberia, mas para o fato determinado que escrevi é a razão pelo qual me posicionei contra e sou obrigado, por dever de consciência comigo mesmo, a fazer esse raciocínio de que esta é uma ilegalidade ensejada judicialmente. Que tudo o que aqui acontecer, o que vai ficar é a exposição do Ministro Palocci, mas que na Justiça nada que aqui acontecer hoje se sustentará, obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mesmo não concordando com o argumento de V.Exª., é um direito meu, só lembrando que o depoimento do Sr. Nildo envolve o Sr. Poleto, envolve o Sr. Rogério Buratti, envolve uma identificação de um bingueiro, o Sr. Caio entre outras pessoas que estão sendo investigadas por essa CPI comprovado, o Sr. Ademirson, pessoas comprovadas com ligações com jogos, de uma forma geral, pessoas que transferiram recursos em espécie com o crime organizado e que eu acho que tem tudo a ver com essa CPI. Senador Pedro Simon.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Como não comentou o pela ordem de ninguém e comentou o meu. Eu gostaria que V.Exª. me desse um minuto. Só gostaria de dizer que o fato determinado é para investigar a contravenção de bingo no Brasil. Pode até ter citação, agora o depoimento não está relacionado e nenhuma contribuição trará no sentido de coibir essa contravenção no país.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Esse é o entendimento de V.Exª. não é o da Presidência.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – O entendimento tem que ser meu, porque eu escrevi o fato determinado, não foi V.Exª. O autor da CPI sou eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O autor é V.Exª., mas a CPI não é exclusiva de V.Exª., ela é do Senado Federal.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Eu escrevi o fato, eu estou discorrendo o fato que eu descrevi. Eu só não entendi a reação de V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta, eu já tive a oportunidade de discutir com V.Exª. e com outras pessoas.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Mas eu estou fazendo o argumento em cima do fato que eu escrevi. Agora se não tiver o direito de fazer...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu já deixei claro.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – De fazer um argumento sobre um fato que eu mesmo escrevi, aí é o fim do mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Na condição de Presidente, eu tenho o direito de defender os trabalhos da CPI.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Não estou tumultuando o trabalho de CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas o trabalho da CPI vai continuar dentro daquilo que nós entendemos que está dentro do fato determinado...

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Eu pergunto a V.Exª., eu tenho o direito de fazer o meu raciocínio ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tem, mas eu tenho o direito de defender o caminho que está seguindo as investigações. Então eu entendo que a CPI está dentro do foco, dentro do que foi determinado e se houver alguém que se encontre que já, já se sente prejudicado, não é o caso de V.Exª., que tome as providências cabíveis. Senador...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Antes do Senador Pedro Simon, apenas para perguntar a V.Exª., se V.Exª. já teve acesso ao texto do mandado de segurança que o Senador Tião Viana citou? Porque era importante...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Até o presente momento, não.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Porque era importante que nós membros da CPI tivéssemos acesso a esse mandado de segurança, porque o que se diz aí nos corredores é que o mandado de segurança é bem mais amplo do que relativo ao depoimento do Sr. Nildo. Então era ótimo que a gente, através de V.Exª.

ou do Senador, nós tivéssemos acesso ao mandado de segurança, muito obrigado.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Se V.Exª. quiser que eu faça a leitura, eu tenho aqui uma síntese. Não, só de dez linhas, só para ajudar. Porque eu fui claro quando eu me referi que o objeto da CPI não estava sendo acolhido no meu entendimento, neste caso, faço citação e, ao mesmo tempo, elenco aquilo que eu tenho divergência e cabe ao Ministro julgar.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu pediria a V.Exª. que não lesse, mas que distribuísse cópia para nós, entregasse à Secretaria. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. A vida dá volta e nas voltas que a vida dá muitas vezes as pessoas são pegas em situações completamente diferentes. Eu não posso deixar de me recordar aqui, que a mudança total que houve na CPI do impeachment, que aliás não é na CPI do impeachment, na CPI das acusações do Sr. PC Farias, do Sr. Pedro Collor contra o Sr. PC Farias, onde o Sr. Pedro Collor foi na revista Veja e fez uma série de acusações contra o Sr. PC Farias, tesoureiro da campanha. De repente, não mais do que de repente, apareceu o Sr. Eriberto França, motorista. Eu peço silêncio, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Solicito... (soa a campainha) Srs. Senadores e companheiros da imprensa, Assessores para que possamos ouvir o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – A CPI estava andando, estava caminhando. Não se considerava, não se conseguia chegar praticamente a um pensamento, a uma idéia, a um significado. Quando, de repente, apareceu na CPI, trazido por um ilustre Senador do PT, o motorista Eriberto França. Na verdade, o depoimento do Eriberto França não tem nada que ver com as acusações do Sr. PC Farias contra, do Sr. Pedro Collor contra o Sr. PC Farias, não tem nada que ver. Não tem nada que ver. O Sr. Pedro Collor não falou do Sr. Presidente da República, não atinge o Sr. Presidente da República. Mas o motorista veio a essa Casa e fez o seu depoimento. Onde ele dizia que ele era o motorista que trabalhava no escritório do Sr. PC Farias e que no escritório do Sr. PC Farias, ele, como motorista, era o homem que ia no Palácio e no Palácio acertava com a secretária do palácio as contas da Primeira-Dama. As contas da casa da Dinda e as contas que tinha que pagar da Primeira-Dama. Recebia essas notas, ia lá no Sr. PC Farias. A Secretária lhe dava cheques fantasma e com esses cheques fantasmas ele ia lá e pagava as contas da Primeira-Dama. Inclusive pagava todas as contas da reforma da casa da Dinda. Em meio a isso ele veio com um cheque onde ele mostrou que com um cheque, um cheque fantasma do Sr. PC Farias, ele tinha ido a Goiânia e em Goiânia tinha comprado um carro Elba tirado com nota fiscal em nome do Presidente da República. E esse fato, e esse cheque fantasma apresentado por ele mostrando na nota fiscal, confirmado de que o carro Elba tinha sido entregue ao Presidente da República, foi que determinou a abertura do impeachment contra o Presidente. Então, o que eu quero dizer, que essa questão de se levantar aqui: Mas não é isso que nós pedimos?! Não é isso que está na CPI?! Vamos devagar. A CPI foi para fazer o levantamento de casos graves. Agora se no meio desses fatos graves aparece outros fatos graves, nós temos que apurar. Nós não temos porque não apurar. Ponto número dois, eu quero dizer que eu tenho sentido nessa CPI e nas várias CPIs, um carinho especial pela figura do Ministro da Fazenda. Eu noto até no Sr. Antônio Carlos, que outro dia quando ele esteve aqui, foi um endeusamento recíproco entre ele e o Ministro que até fiquei com ciúme. Vários Parlamentares têm tratado com o maior respeito o Sr. Ministro da Fazenda. Se há uma pessoa que é obrigado a reconhecer que todas as vezes que convocado aqui foi recebido com o maior respeito, com o maior carinho é o Ministro da Fazenda. Quanto a isso não tenho nenhuma dúvida, nessa e em outras Comissões.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V.Exª. permite?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Pois não.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Gostaria que tratasse mal o Ministro da Fazenda?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu tratei muito bem.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V.Exª. se admirou porque eu tratei bem?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Tratou bem, com muito carinho, muito respeito, com muito afeto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Senhor queria que tratasse mal? A pergunta do Senador é essa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Não queria que tratasse mal, não esperava que tratasse tão bem. (risos) Mas o que... O que eu quero dizer...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V.Exª. permite, Senador Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Já dou. O que eu quero dizer é muito simples, não há má vontade de nenhuma CPI do Congresso contra o Ministro da Fazenda. Pelo contrário, o Senador Tarso

é um que diz que o PSDB tem tentado garantir e disse em determinada altura que o PSDB vem tentando garantir o Ministro da Fazenda no cargo, apesar do PT ter tomado posições contrarias ao Ministro. Quer dizer que o PSDB vem ajudando a manter, porque acha que é importante a manutenção dele no cargo e que alguns do PT estão brigando para tirá-lo do cargo. Então, o que tem que ficar claro aqui é que nunca houve, no Congresso, nada que não seja de simpatia ao Ministro da Fazenda. Não há, nunca houve! Inclusive eu gosto do Ministro da Fazenda, admiro ele e sempre o tratei com o maior carinho.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permite, Senador?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Só um pouquinho, já darei. Agora, com o maior respeito, os fatos estão se sucedendo. Os fatos estão aparecendo e não estão aparecendo, porque o que era do PSDB ou do PFL, ou não sei quem foi buscar, os fatos aparecem. Mas apareceram aqui fatos da maior gravidade envolvendo o problema da morte do Prefeito. Fatos da maior gravidade. Apareceram aqui fatos da maior gravidade envolvendo amigos do Sr. Ministro, da maior gravidade e nós sempre vamos levando, vamos levando. Agora aparece aqui esse jovem. Eu quero, eu me angustio com a figura dele, porque eu vejo esse jovem tranqüilo, sereno aqui no meio desse povaréu. Quer dizer, quem é que está garantindo a tranqüilidade, a serenidade, o estado de ânimo dele? Quer dizer, como é que ele está nesse momento? Quer dizer, um fala de um jeito, o outro fala de outro jeito, eu quero que a reunião seja secreta, eu quero que a reunião seja pública e não sei o quê. Daqui a pouco ele pode pensar: "Pô, briga de gente grande, quem paga é o pequeno". Quer dizer, eu acho que nós temos que dar tranqüilidade para esse jovem. Acho que você, meu amigo, tem um papel muito importante. O destino é isso. E, de repente, você é colocado numa posição, em que você pode ser uma pessoa da maior importância para a história do Brasil. Agora você tem que fazer uma coisa que é muito importante, você tem que dizer o que você tem no coração e o que é a verdade. Não vá nem atrás de alguém que é contra o Governo e que falou, diga isso, diga aquilo e nem aquele que é do Governo que disse: Diga aquilo e diga não sei o que. Você deve dizer com franqueza e com seriedade aquilo que você sabe e você ai dar um exemplo muito bonito, meu jovem. Você vai dar um exemplo que gente importante, Doutor, gente ilustre que veio aqui e mentiu do princípio ao fim, vergonhosamente e que a televisão mostrou e que o povo em casa está assistindo, para ver que você que é uma pessoa simples e é uma pessoa do povo, fala a verdade e que fala mais verdade do que gente ilustre, Doutor, banqueiro e coisa que o valha. Agora, o seu depoimento é muito importante, porque nós temos que falar com toda a sinceridade. Eu acho que chegamos no momento exato em que conforme for, nós temos que pensar em dizer para o Sr. Ministro, com muito carinho, que a melhor coisa que ele tem que fazer é se afastar do cargo. Porque se as coisas seguirem esse rumo, não é bom para ele, não é bom para o Ministério e não é bom para o Governo Lula que as coisas continuem. Olha, no Governo do Itamar, o Ministro da Fazenda que vinha fazendo um trabalho espetacular, o que substituiu o Fernando Henrique, vinha fazendo um trabalho espetacular, homem sério, digno, correto. Numa entrevista que ele estava dando para a TV Globo News, de repente ele estava com o Repórter e a entrevista estava fora, só que ele não sabia que o microfone estava ligado. E o que apareceu? Apareceu ele dizendo o seguinte: "Não, nós, no Ministério da Fazenda nós somos assim, quando o fato é favorável ao Governo nós publicamos, quando o fato é contrário ao Governo nós engavetamos". Esse fato, ele renunciou. Ele renunciou. Não foi convocado pelo Congresso Nacional. Eu estava na reunião, eu era Líder do Governo, nos reunimos, eu até era daqueles que me perguntava: "Mas será que é de renunciar?" E ele respondeu: "Mas, Senador, qual é a credibilidade que eu vou ter perante a sociedade? Qual é a credibilidade que vou ter para conduzir o plano real, que é importante a credibilidade do Ministro, se eu estou dizendo que eu minto e que as coisas que eu digo não são verdadeiras?" Ele renunciou, ele renunciou. Então, eu vejo que o Sr. Ministro tem que meditar muito. Ele tem que meditar muito. Porque, conforme o depoimento desse jovem, conforme as afirmativas que estão num crescendo impressionante, lá pelas tantas e agora que o PSDB indicou o candidato dele, domingo a prévia do PMDB indicara o candidato dele, segunda-feira começa a campanha, começa a campanha, eu acho que o meu querido Ministro da Fazenda, ele tem que pensar muito e conforme o depoimento desse jovem, e conforme o que a gente ficar sabendo com relação ao que é, não significa que ele tenha culpa, eu não estou dizendo aqui que as provas se acumularam de tal ordem que o Ministro tem culpa. Até para mim, eu sou dos que torço para que ele não tenha culpa. Mas há um grau de notícia, um grau de espalhar, de espalhar fatos, de espalhar dúvidas e interrogações, que ele termina perdendo a credibilidade. E é muito melhor para ele se afastar dez dias, quinze dias, vinte dias, porque esse fato vai ser esclarecido. Esse fato vai ter que ser esclarecido, vamos dizer, a CPI foi prorrogada por mais vinte dias, até lá o fato será esclarecido e ele voltar com a glória e a tranqüilidade de quem não teve

medo, do que ficar com medo de quem não quis sair. É o apelo que eu faço com muita sinceridade ao meu amigo Ministro da Fazenda. Vamos ver o que diz esse rapaz. Mas conforme o que ele disser, nós temos que levar adiante. Com relação ao que ele disser, eu acho que o depoimento tem que ser público, Sr. Presidente. Mas como o Eriberto França foi público. O Eriberto França foi público e foi aberto. Disse tudo o que tinha que dizer, e disse publicamente. É claro que nós não estamos preocupados com a vida pessoal ou sexual, de A, de B ou de C. Primeiro, isso o jovem já entendeu, que não é isso que nós estamos buscando. Segundo, se falar, V.Exª. suspende. E poderemos, aí sim, pedir uma reunião secreta para falar essas coisas. Nós podemos, ao final dessa reunião, solicitar que ela seja complementada com uma parte secreta, para se ver o que pode ser discutido na parte secreta. Porque alguém poderá dizer: "Não, nós não podemos fazer todas as perguntas, fazer todas as perguntas, tem perguntas que são sérias e que nós não podemos tornar público". É verdade. Mas então não é tornar toda a Sessão secreta. Não, a Sessão é pública e ao final da Sessão se alguém achar que tem alguma pergunta mais delicada que quer fazer, mas que não é para ser pública, torna a Sessão secreta. É isso que eu digo, Sr. Presidente. Primeiro faço um apelo ao Ministro que ele medite com carinho, com respeito que eu tenho por ele, eu acho que levamos muito tempo, mas chegou um grau em que eu acho que S.Exª. faria muito bem se pedisse licença. Em segundo lugar, um apelo ao jovem, diga com sinceridade, dá uma aula para nós aqui, para nós, Senadores e Deputados, dá uma aula para nós, dá uma aula falando pela televisão, para o povo brasileiro que cansou de ver mentira, debochada, imoral, indecente de gente importante, dá uma aula para ouvir aqui, moral, ética, não precisa ser Doutor e não precisa ser rico, a gente pode ser simples e modesto e ter ética e ter moral, com toda a sinceridade o seu olhar dá demonstração de que é isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e pergunto aos Srs. Senadores se posso iniciar a Sessão. Senador Wellington, V.Exª....

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ao abro mão da minha inscrição, Presidente, para colaborar com V.Exª. e com a Comissão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu hoje estou vendo aqui a fina flor do Senado Federal. Vejo um discurso do Senador Pedro Simon, por quem eu tenho grande respeito, um homem que quando sobe à tribuna, eu procuro sempre estar para vê-lo falar. Um homem que gerou a cartilha do qual o Governador Germano Rigotto leu e aprendeu. Agora, Senador Pedro Simon, um discurso do Senhor, o Senhor é amigo do Ministro da Fazenda. Essa amizade me deixou preocupado, porque a maneira como foi colocada a situação aqui, Senador Pedro Simon, dependendo do que vai acontecer, o Senhor falar claramente que o Ministro volta para casa, as questões que vão ser levantadas, eu não sei nem se o Ministro vai ter casa para voltar. Eu não concordo, Senador Pedro Simon, com todo o respeito que eu tenho ao Senhor, e o Senhor sabe disso. Respeito mesmo , agora vou dizer sinceramente, não, Senador Tarso, depois do que estão falando aqui, ter casa para voltar, tem que ter um amor muito grande dentro de casa. E está sendo, não, Senador Heráclito. Não, isso daí não é referência própria. A gente tem que saber o que está sendo discutido aqui. Isso aqui, nós estamos discutindo no alto nível, grandes Senadores, grandes debates que acontecem, a gente sabe tudo o que está em jogo. Não, não, Heloísa, não, não Heloísa, não é só chegar aqui, fazer o discurso, colocar que a palavra do rapaz que está ali, vai ser a maior palavra e aí, diante do que ele falar o Ministro tem que cair. Eu acho que não. Eu não concordo com isso e não vou para casa sossegado se eu não falar o que eu tenho que falar aqui. Entendeu? É a minha posição. Eu tenho o direito a falar, como todo mundo tem direito a falar. Não pode chegar para mim: "Ah, não, pára!" Paro não! Não paro não! Não paro não, Senador Simon, eu vou falando com o coração. Entendeu? Não quero saber, o Ministro Palocci sempre veio aqui. Agora aparece alguém dizendo que ele vai na casa, que não vai na casa, que eu falei com ele por aquele negócio que aperta, o interfone, mas que eu não vi. E saiu isso em tudo quanto é jornal. E agora, com o discurso do Senador Pedro Simon, que é bom de oratória, o melhor que eu já vi, o Senhor sabe disso, já derrubou vários Ministros e quando faz o discurso fala falando com o coração, dar uma força à palavra que o cidadão vai ter ali, que é contra a palavra do que o Ministro não vai estar aqui para se defender. Eu não concordo com isso! Não concordo, Senador Pedro Simon. O mesmo direito que tem o cidadão, que eu nunca vi, que ele nem sabe o jogo que ele está entrando. Isso aqui parece, com todo o respeito, uma espécie de mitologia grega, onde os deuses brincam com os mortais e jogam com os mortais. É o que está acontecendo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Está tranqüilo, sabe o que está fazendo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – O Senhor colocou no discurso do Senhor, Senador Pedro Simon, que o que o rapaz falar o Ministro cai no dia seguinte e tem que voltar para casa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não foi assim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Foi assim, Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita-me.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Suplicy, eu quero o meu direito à palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim, mas V.Exª. faz uma afirmação que todos os Senadores diz que não foram feitas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Todos os Senadores dizem que o... Ok, aparte do Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senador Wellington, eu vou recordar aqui um episódio importante, recente no Senado. Quando toda a oposição, na Comissão de assuntos econômicos, havia quase todos, resolvidos não formular perguntas ao Ministro sobre os assuntos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu me lembro, muito bem, que o Senador Pedro Simon, usando do seu procedimento, sua serenidade, sua sinceridade e amizade perante o Ministro Antônio Palocci, resolveu sim formular as questões relativas aquilo que é de interesse desta CPI. Foi quem, naquela noite, formulou. E o Ministro Palocci respondeu as questões de tal maneira a ficar fortalecido no cargo, como aconteceu, inclusive depois quando ele veio aqui, porque ninguém, depois das explicações dadas, disse que ele precisaria retornar à Casa. O que eu entendi das palavras do Senador Pedro Simon...

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Vou pedir ao Senador Pedro Simon, o Senhor pode colocar o que ele o Senhor acha, porque o Senhor está interpretando o fato. O Senador Pedro Simon está presente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Foi a interpretação...

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Ele pode repetir, se eu interpretei errado eu vou interpretar corretamente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O amigo interpretou errado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Pois não, Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu queria dizer o seguinte: Tanto que eu falei com toda a clareza. Eu acho que o Ministro da Fazenda deveria se afastar. É questão pessoal dele. Eu nem falei para o Presidente da República afastá-lo. Ele ficaria melhor posicionado se ele se afastasse por trinta dias, que vai terminar essa Comissão e pudesse voltar com toda a festa e com toda a glória, se nada fosse encontrado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Senador Pedro Simon, com todo o respeito que eu tenho a V.Exª. como é que o Ministro vai se afastar de algo que ele não concorda?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Mas então não se afasta se não quiser se afastar, não se afasta. Estou dizendo para ele que eu aconselharia a ele se afastar, até terminar o julgamento que leva trinta dias.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Isso não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Se não quiser, não se afasta.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Tá bom, Senador Pedro Simon, não tem porquê, eu acho que aí está colocando a força muito grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A palavra com o Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Tá bom, eu vou terminar. Só quero fazer a minha colocação o seguinte: A posição do Senhor que está aqui presente, que é o Senador, que é o Francenildo, eu acho que o que o Francenildo falar é claro que eu vou escutar. Mas eu quero ouvir a outra parte. Acareação, acareação foi aprovada aqui, não foi? Não, não foi? Aquela que o Senhor, aquele voto que o Senhor deu, Senador Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – São outros dois personagens.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Ah, são outros dois personagens. Eu quero dizer o seguinte, Senador Pedro Simon, com todo o respeito que eu tenho a V.Exª., é difícil colocar o ponto de vista. Eu acho o seguinte: Vamos ouvir o cidadão e vamos ouvir o Ministro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª. me permite um aparte?

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Se ele conseguir voltar para casa, se ele conseguir voltar para casa. Não é verdade, Heloísa Helena. O que estão se falando aqui não existe, pó, o que estão falando... Eu permito, Senador Heráclito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Salgado, eu me incluo aqui, aliás, fui incluído na suposta Bancada de simpatizantes do Ministro Palocci. Não nego que se não fosse a oposição, em determinado momento, os seus colegas de governo teriam derrubado o Ministério da Fazenda. Por que a minha simpatia? Porque ele, com mais aplicação e com mais tranqüilidade, aplicou no atual Governo aquela política econômica que nós defendemos durante oito

anos e não conseguimos. É muito simples. Espera aí, eu quero chegar lá. Agora, até para deixar o Ministro livre e tranqüilo nós temos uma premissa. Se o Ministro mostrou e provou que não foi à casa, acabou qualquer problema.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Uma das coisas que eu vou perguntar, Senador, é se alguém viu o Ministro? Aquela história de que não ouvi falar. Bom, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Srs. Senadores, vamos encerrar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Vamos encerrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vamos iniciar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Mas eu não concordo com essa posição, quero ouvir totalmente, quero ouvir depois do Ministro, não pode sair daqui uma decisão de que o Ministro tem que cair...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou iniciar a Sessão. Eu vou, inicialmente, dizer a V.Exªs. que estão querendo adivinhar as perguntas que serão feitas. A CPI fará todo o controle. Eu vou só pedir a palavra do depoente e, em seguida, eu tomarei a decisão de como será feita as perguntas. Então, o depoente veio, está aqui, se a preocupação dos Srs. Senadores é de que atinjam a honra do Ministro, é de que se pergunte algo que não deve ser feito regimentalmente, fiquem tranqüilos. Eu quero só saber do Senhor, para que nós possamos fechar a CPI, a Sessão da CPI, V.Exª. confirma o que foi dito no seu depoimento à Jornalista Rosa Costa?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Sim, eu confirmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. confirma. E agora eu vou fechar a Sessão e os Srs. Senadores poderão fazer.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ou melhor, vou suspender e fazer uma Sessão reservada.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Uma questão de ordem, antes da suspensão. Eu vou invocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vou dar a palavra pela ordem a V.Exª.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu vou invocar o art. 110 do regimento para preservar V.Exª. de decidir monocraticamente. Antes, eu quero ressaltar que V.Exª. tem tido um comportamento exemplar, procurando cumprir rigorosamente o regimento do Senado Federal agindo com imparcialidade absoluta na condução dos trabalhos desta Comissão. É por essa razão que eu entendo ser necessário preservá-lo. Já que eu estou informado pela Assessoria que o "ALÔ SENADO", o serviço 0800, está recebendo inúmeras ligações manifestando a indignação da população com a hipótese de uma Sessão secreta. Da mesma forma, a TV Senado. Portanto, nós estamos diante de uma questão que pode provocar uma decepção ainda maior na população. O art. 110 do Regimento diz o seguinte: "As reuniões serão públicas, salvo os casos expressos nesse Regimento ou quando o deliberar à Comissão". Portanto, V.Exª. pode se preservar desta deliberação, submetendo ao plenário da Comissão a decisão. Até porque, Sr. Presidente, para deixar isso de forma clara e definitiva, não houve nenhum compromisso na Sessão anterior de que esta Sessão seria secreta. Houve a rejeição a uma proposta de que uma Comissão ouviria o depoente fora da Casa. Não se deliberou sobre o formato da reunião que teríamos hoje e nenhum compromisso nesse sentido foi assumido. Portanto, eu invoco o art. 110, até na preservação dessa postura de correção e competência que vem V.Exª. adotando na condução dos trabalhos desta Casa. E ao finalizar, apenas para destacar a felicidade com que eu vejo o depoente, esse jovem e simples caseiro demonstrar, na sua aparência tranqüila que só pode estar com a verdade. Quem diz a verdade tem essa aparência de paz e de tranqüilidade. Só os que...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Senador Álvaro Dias, me conceda um pequeno aparte.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Só os que estão de bem com a sua própria consciência, pode se apresentar num cenário tumultuado como este com esta tranqüilidade. Por isso eu quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente, está feita a questão de ordem.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, me conceda um minuto, só para repor o que foi entendido na votação do Requerimento. Nós votaríamos o Requerimento, o Requerimento foi aprovado e que transferia-se a decisão da forma da oitiva à V.Exª. e V.Exª. estendeu uma conversa com o Relator e com o Vice-Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou decidir, Senador Sibá, vou colocar em votação. V.Exª. pede que eu decida, eu vou decidir.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sinceramente só estou dizendo para ele aqui, repondo o que foi o entendimento dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se esse é o entendimento, eu vou decidir.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu entendo que a Comissão de ontem...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. quer que eu decida?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Qual é a vontade do depoente?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Senador Tuma tem razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador José Jorge, pela ordem.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Presidente, eu acabei de receber a... Acabei de receber aqui...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É inacreditável.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – ...a questão do Senador Tião Viana e o Supremo e eu vou ler meia página aqui: "Requer ainda liminarmente que se suspenda até o julgamento final da causa, quaisquer diligência que desbordem do fato determinado para o qual foi criada, antecipando-se os efeitos do pedido formulado para impedi-la de promover novas diligências versando sobre: Primeiro, o assassinato de Prefeitos do PT; segundo, a existência de empréstimos entre integrantes de partidos políticos, mais especificamente do PT; terceiro, a existência de eventual Caixa 2 partidário no PT; quarto, as denúncias de que em meados da década de 90, haveria esquema de arrecadação de fundos junto a fornecedores de Prefeituras do PT. As denúncias de superfaturamento na Prefeitura de Ribeirão Preto, na gestão do PT, a vinda de pecúnia pretensamente cubana para campanha eleitoral do PT, a vida íntima de agentes públicos e agentes políticos que entrega a ordem do PT sucessivamente". Portanto, Sr. Presidente, não se pode mais fazer CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador ACM.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Isso é que é o fim do mundo.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Absurdo é o fechamento da CPI e do Congresso, é inacreditável que V.Exª., homem tão inteligente, tão bom e tão querido tenha feito isso em relação à Casa que V.Exª. é Vice-Presidente. V.Exª. está querendo fechar esta Casa com seu Requerimento. Isto é um absurdo!

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana. Eu vou dar a palavra ao Senador Tião Viana e vou iniciar o depoimento.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vou iniciar o depoimento e darei a palavras a V.Exªs., novamente.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, pela ordem. Apenas para esclarecer com o respeito que tenho ao Senador Antônio Carlos, no plano pessoal e no plano político, que ele é sabedor disso, eu não tenho qualquer dificuldade de que interpretem a minha responsabilidade política da maneira que queiram. Agora, eu tenho o dever absoluto de, ao fazer, tomar uma decisão como esta, após ter tentado todo o entendimento com os meus pares, ter democraticamente sido disputado e ter o espaço constitucional e regimental para fazê-lo, fazer de maneira clara e objetiva. Eu não poderia fazer para agradar a A ou B, eu tinha que fazer pautado naquilo que é o cerne...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – O PT está...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não estou contestando isso, em absoluto, Senador Antônio Carlos, estou querendo apenas deixar claro que eu entendo que a CPI não deve fugir de fato determinado e nem de seu objeto. E eu não poderia omitir tal interpretação ao Ministro, porque sei, por exemplo, que V.Exª. sempre foi um defensor do regimento e da autonomia e das prerrogativas do Congresso.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Presidente...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu estou com a palavra, V.Exª. não pode ser assim, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Calma.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Toda a interrupção do Governo V.Exª. está interrompendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Calma, Senador.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – O que é que é isso, isso aqui não é gueto não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, tenha calma, espera aí, eu estou pedindo a V.Exª.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Toda vez que alguém esta falando, é interrompido por V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu posso interromper V.Exª.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – A mim toda hora não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu posso inclusive desligar o som de V.Exª., que não vou faze-lo.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Mas eu posso protestar. Mas então me deixe concluir o raciocínio

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É isso que eu estou pedindo, que conclua.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – V.Exª. pediu a outro Senador que concluísse...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pedi a vários outros Senadores, Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – V.Exª. sabe o tanto que eu sou objetivo e o tanto que eu respeito o tempo de uso da palavra e colaboro com V.Exª., mas numa hora delicada que existe uma afirmação dura política e...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tudo bem, Senador.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – ...tem todo o direito de ser dado, eu tenho que fazer o esclarecimento. Então sabedor, Senador Antônio Carlos, das lutas que V.Exª. teve pela autonomia, pela autoridade do Congresso, eu só lhe faço uma ponderação que reflita, que se na hora que nós generalizarmos que uma CPI que é tão fundamental para a democracia, fuja do seu fato determinado, o que nós estamos fazendo com a institucionalidade? É por isso que eu fui claro. É por isso que eu fui claro no meu raciocínio. Pode investigar em fórum adequado, Senador. Tem vários fóruns. A CPI dos Correios tinha que fazer todo o tipo de oitiva que procurou fazer, como foi o acordo dos Parlamentares lá.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Os crimes...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Antônio Carlos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Peço para concluir.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com a palavra o Senador Tião Viana. V.Exª. tem a palavra.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – V.Exª., só concluo dizendo que a autoridade que nós devemos ter para defender as prerrogativas do Congresso, as normas constitucionais e regimentais, ela tem ida e vinda. Ele não pode investigar tudo, porque tem bandido em todo o canto, ela tem que ser também na autoridade processual dentro do processo legislativo. É por isso que eu faço de maneira tranqüila e fui educado e informei a todos a minha manifestação ao Supremo e agradeço a V.Exª. e lamento a exaltação que tive.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu estou com a palavra na condição de Presidente. Eu respeito a posição do Senador Tião e espero que o Supremo se posicione pelo que já decidiu que se trata, no caso do Sr. Nildo, de um fato conexo. É um fato que tem conexão com a CPI e eu espero que o Supremo se pronuncie. E que o Supremo, ao se pronunciar, essa CPI saberá respeitar a posição. Eu não vou discutir aqui nenhuma liminar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agora vou decidir pelo que me pediu o Senador Sibá. Os Senhores me deram o poder para que eu decidisse. Consultei o Presidente, consultei o Relator...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Então faça aberta a Sessão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Relator, e por unanimidade a Sessão será aberta e começa a partir de agora. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Atendendo a voz do povo, a vontade do povo brasileiro que quer ouvir a verdade.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E sei que serei respeitado pelos Senhores, porque a decisão foi para que eu tomasse. Então está decidida a decisão e com a palavra o Sr. Nildo...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu não vou mais conceder "pela ordem", porque já concedi a todos os Srs. Senadores.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Concedeu o "pela ordem" para todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou conceder a palavra. Eu peço a V.Exª. que já houve uma decisão, não tem mais o que discutir.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com a palavra o Sr. Nildo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, pela ordem, eu regimentalmente tenho o direito...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem um minuto pela ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Vou fazê-lo sim em um minuto, sim. Primeiro, esta CPI só está funcionando, porque a oposição, dentro da sua legitimidade recorreu ao Supremo para garantir o direito da minoria. Agora, é interessante que o mesmo artigo que deu o direito a esta minoria, instalar a CPI, colocá-la em funcionamento não queira respeitar, inclusive, o direito de alguém afrontado no seu direito recorrer ao Supremo, para garantir o que está escrito no mesmo artigo que deu o direito a ter a esta CPI, ou seja, se há um direito de instalar a CPI com o Requerimento de 1/3 dos Parlamentares, no mesmo artigo da Constituição está dito que a CPI só pode tratar do fato determinado e seus conexos. Portanto, o Senador Tião Viana está dentro da Constituição, está dentro do seu direito da mesma forma como os Senhores fizeram ao recorrer para instala-la. Portanto, tentar desqualificar ou desconsiderar a atitude do Senador Tião afrontando aqui nesta CPI é algo que é inadmissível, porque ela só existe, porque o Supremo lhes concedeu o direito. Portanto, o mesmo Supremo que lhes concedeu o direito de instalar, este mesmo Supremo terá que se posicionar se esta CPI pode investigar tudo o que ela bem entender, mesmo que não tenha nada a ver com o fato determinado. É isso que está em questão e a gente espera o respeito devido da mesma forma que foi respeitado o direito que V.Exªs. tiveram de recorrer ao Supremo. E que seja respeitada também a decisão do Supremo. Porque aqui é muito interessante, quando o Supremo se posiciona a favor do interesse de alguns, aí é ótimo, quando é contra, já não presta. Então que vale é o direito de recorrer ao Supremo para garantir o que está escrito no mesmo artigo da Constituição. O artigo que deu o direito de instalar também é o mesmo artigo que dá a obrigatoriedade da CPI só investigar o fato determinado e nada mais além disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço a V.Exª.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Mas só nesse caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora, eu agradeço a V.Exª. e vou conceder a palavra ao Sr. Nildo dizendo de que o Supremo não concede direito a ninguém, ele simplesmente analisa a Constituição e é o guardião da Constituição. V.Exª. tem a palavra para a sua identificação. E o que desejar falar V.Exª. tem todo o tempo que se fizer necessário. Pedindo a V.Exª., evidentemente, que ouviu todas as considerações feitas, respeitando a vida íntima de qualquer pessoa.

(O depoimento a seguir foi transcrito conforme pronunciado pelo depoente. Os erros de concordância durante a fala foram mantidos)

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Bom, pelo menos eu sou um caseiro, o homem lá é o Ministro da Fazenda. Aí é a minha palavra contra a dele e a do motorista. Isso é que está em jogo aí. Agora não sei se o Dr. Rogério Vladimir Poleto citou que ele estava lá. Se fosse hoje, esse celular aqui eu tinha tirado foto dele, lá, dentro de quarto, jogando tênis, isso aí eu tinha fazido. O meu arrependimento só foi isso aí. Só isso que eu devo a declarar. Eu sou Francenildo Santos Costa. Trabalhei lá há muito tempo lá como caseiro. No acordo fechado com o Poleto, eles não, ele não queria que eu trabalhasse com eles, porque acho que, ele acho que já tinha alugado uma casa. A primeira festa que eles fizeram, o caseiro foi e falou para o patrão, aí eles saíram da casa e não queria os meus serviços com eles. Aí meu patrão falou: "O rapaz de confiança. Eu acredito nele. Ele vai ficar na casa". Aí como eles estava muito apressado, precisando de uma casa, a casa boa, ideal que eles acharam, ai eles resolveram ficar comigo. É isso aí que eu tenho a falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª....

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Eu estou aqui para falar a verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. responderá as perguntas dos Srs. Senadores. Senador Garibaldi Alves, V.Exª. na condição de Relator.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Permanece o depoimento do Estadão também, é isso que V.Exª. fez referência primeiro?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com a palavra. Eu não vou conceder aparte a ninguém, nem interrupção na fala do nosso Relator, nem do depoente. Existe a lista de inscrição, os Senhores que desejarem se inscrever, se inscrevam e eu não vou permitir aparte, para que possamos ser objetivos. Senador Garibaldi, V.Exª. tem a palavra e após a palavra de V.Exª., eu vou conceder dez minutos a cada um dos Senhores Parlamentares que estão inscritos. Senador Garibaldi, V.Exª. tem a palavra.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Francenildo, quando o Senhor veio morar em Brasília e quando o Senhor começou a trabalhar na casa da Q.I. 01, do Lago Sul?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Eu vim morar em Brasília a partir de 1995. Comecei a trabalhar pelas Cidades Satélites. Aí tive um, tive uma informação que essa casa estava precisando de um caseiro. Aí eu fui trabalhar lá desde, comecei, entrei lá no final de 99.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor trabalhou quanto tempo nessa casa?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Sete anos.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Na casa?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Na casa.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Do Lago?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Do Lago Sul.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Como foi o que Senhor conseguiu esse trabalho?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Bom, a minha mãe trabalhava lá na 26, aí eu falei para ela: "Oh, como a Senhora está trabalhando no Lago, eu estou trabalhando nas cidades satélites, arruma um serviço para mim". Aí a patroa dela indicou um amigo deles lá e falou que essa mulher tinha um filho que estava precisando de trabalhar. Aí eu cheguei, fui lá na casa. Fiz a minha... Aí ele me contratou. Falou: "A partir de hoje você vai trabalhar para mim". E pronto.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas antes de trabalhar para o grupo lá de Ribeirão Preto, quem foram os seus patrões na casa do Lago Sul?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Foi Oscar Nogueira, trabalhei um ano e sete meses, assim que eu entrei. Aí vendeu. Aí o Luiz Antônio Guerra comprou a casa e eu fiquei permanente lá. Aí botou o escritório. Eu trabalhei um ano e sete meses no escritório.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E quando terminou o seu trabalho na casa com esses primeiros patrões, para trabalhar para esse segundo?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – A referência minha era totalmente boa.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Era boa?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Era boa.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Por parte dos primeiros?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Por parte dos primeiros. E foi a mesma citada com o Dr. Guerra para o Vladimir me empregar.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E quem era seu patrão mesmo? Era Rogério Buratti? Era Vladimir Poleto? Ou era Ralf Barquete?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Lá eu tinha que receber as ordens dos nomes que você citou, deles tudo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Todos eles mandavam?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Todos eles mandavam.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não tinha um que mandava mais do que o outro não?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, porque quem convivia mais era o Doutor, o Vladimir Poleto aí, ele sempre dava as ordens para todo mundo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quem pagava o dinheiro, o salário?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Quem pagava o salário era o Vladimir, que dava o dinheiro.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Era o Vladimir?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – A despesa da casa e os outros.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Era pago em cheque ou era pago em dinheiro?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Em dinheiro.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Dinheiro.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Dinheiro.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Trazia esse dinheiro como?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Trazia na maleta dele, ele andava sempre com a maleta e pagava, só fazia só assinar e a gente recebia e pronto.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o Senhor foi dispensado por eles por quê?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Eu fui dispensado por eles, porque ele falou que tinha recebido uma proposta para trabalhar no Rio de Janeiro. Aí não tinha como ficar com nóis.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quem tinha recebido?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Hã? O Vladimir Poleto.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Tinha recebido uma proposta?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Uma proposta, ia ficar lá ele e o Dr. Rogério, o Dr. Ralf, Dr. Ralf Barquete que ia ficar lá. Aí aqui ia ficar só o Ademirson e o Dr. Rogério.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E depois de trabalhar para eles, o Senhor trabalhou para quem?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Aí eu, eu saí da casa, trabalhei uns dias fora. Mas sempre ficava lá na casa lá, cuidando dela. Porque ela estava para alugar.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o Senhor trabalhava com quem lá?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Como assim? Na casa?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Na casa.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, eu trabalhava com o dono da casa, porque a partir de que ele entregou a casa, o dono pegou a casa.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não, eu digo, com Vladimir Poleto, quem era que morava lá, além do Senhor?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Lá na casa?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, era só eu mesmo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Só o Senhor?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Só eu.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Poleto declarou residência para uma companhia telefônica na Asa Norte, no Sudoeste. O Senhor esteve em algum desses endereços?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Só no Sudoeste, que eu fiz a mudança dele. Ajudei a fazer a mudança dele.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Do Poleto?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – É, para o Sudoeste.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele passou a morar no...

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, que aí eu perdi o contato com ele. Aí passou um mês depois eu fui lá atrás dele e me falaram que ele não morava mais lá.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Poleto, Buratti e Ralf, eles costumavam levar empresários para reuniões, festas, ou churrascos?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – O churrasco era preferido deles. Mas a reunião assim era muito difícil fazer lá, coisa pouca reunião. Mas a maioria era festa. Festa, uma semana era duas festas, no máximo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E as festas eram à noite?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Sempre à noite.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor conheceu algum empresário que esteve nessa casa, uma pessoa muito rica que tenham dito: Olha, fulano de tal é rico?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Assim que eu cheguei, eu dei uma olhada boa aqui, mas não tem deles nenhum lá não. (risos)

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Tranqüilidade restabelecida por alguns, continuemos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora, a palavra está com o Relator.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Rui Barquete, Ademirson, o Senhor conheceu, né?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Tenho conhecimento com eles.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eles eram freqüentadores, eles iam muito à casa?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Iam, iam muitas vezes.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eles iam na casa como visitas ou pareciam ser donos como Poleto, Buratti e Ralf?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Iam como sendo donos.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Como donos também?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Como donos, é.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E eles levavam gente?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Algumas vezes aparecia uns Senhores lá que eu não, não sei como identificar, porque eu não, não tinha muito conhecimento a ver na televisão, no rádio, falando no rádio, não tinha esse conhecimento.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas esse pessoal que visitava a casa, era mais de São Paulo? Pessoas de São Paulo?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Pessoas de São Paulo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor se lembra de ter visto um Senhor

chamado João Abud Júnior acompanhado de Rui Barquete?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, não me lembro não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não se lembra não?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor se lembra de ter ouvido falar no Sr. Roberto Carlos, mas não é o cantor não, Kurzweil, Kurzweil?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, não, também não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nunca ouviu falar não?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Também não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor já viu essas pessoas que estão nas fotos, na casa do Lago ou em outro lugar?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nunca viu?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, nunca vi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ouviu falar no Sr. Caio, Caio, um Senhor...

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Caio, já ouvi falar o nome dele com o Vladimir...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Um Senhor falando português.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Conversando com ele o Vladimir falava por telefone.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Hein? Angolano, um Senhor angolano Caio. O Senhor ouviu falar?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Teve essa presença de escutar o Vladimir falando com ele...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o Vadinho, também tinha um Sr. Vadinho?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, não, só o Caio.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Só o Caio. O Senhor presenciou, ouviu comentários sobre negócios acertados nessas reuniões?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, não, porque eles entravam lá para dentro e fechavam as portas e eu não ia para lá.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas os negócios eram à tarde, não é?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Os negócios sempre eram à tarde.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – As festas eram pela noite?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Pela noite.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor ouviu falar nessa palavra Gtech? Gtech?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não? PROCOMP?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Também não. Que aí, se eles citassem essas coisas lá, era lá para dentro.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Lá para dentro.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Com eles lá.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E sobre Serpro? O Senhor na verdade não ouvia, porque eles se trancavam lá.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Eles se trancavam, é.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E eles conversavam o que quando não se trancavam?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Ah, eu não tenho a mínima idéia.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Também não?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Tem não, tem não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – LEÃO & LEÃO ouviu falar?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Já.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o que é que eles diziam sobre LEÃO & LEÃO, o Senhor ouviu falar?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não se lembra não?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – A única posição que eu escutei de LEÃO & LEÃO foi no, no mês do pagamento nosso lá, meu, o motorista, da empregada lá e das duas funcionárias que trabalhavam nos dois apartamentos que eles tinham aqui, falou que: "Oia, a verba ainda não caiu. Já liguei para o Dr. Rogério falando isso, que a menina não tinha botado a verba. Aí até sexta-feira, eu vou embora agora e vou falar para o pessoal aqui que eu vou pagar só a próxima semana". Na terça-feira que ele chegava, depois do almoço.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E que verba era essa?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Era o pagamento da gente. O pagamento do motorista, as horas-extras que ele fazia da festa.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eles pagavam as horas-extras?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Pagava, era tudo anotado.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Tudo direitinho?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – É.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Ministro Antônio Palocci chegava na casa geralmente em que carro?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Num prata, Peugeot prata, quatro portas.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas ele só vinha nesse carro?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Só vinha nesse carro, que era o carro que o Dr. Ralf, Dr. Ralf andava.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele nunca chegou lá em outro carro?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, nunca chegou não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E quem vinha dirigindo?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Era sempre ele, a maioria, umas vezes aí era o Dr. Ademirson que acompanhava ele, mas sempre ele andava só.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas ele vinha que horas?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Por volta de 6:30, 7 horas. Por aí.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Da noite?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Da noite.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E logo quando ele chegava, ele...

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Ele entrava numa sala lá de TV, som e ficava por ali e depois não sei o que ele fazia.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele demorava muito?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Demorava, tinha vez que ele saia, chegava esses horário que eu falei, tinha vez que ele saia dez e meia, onze horas, por aí.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor mesmo via quando ele saia?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Eu via que eu tinha que ficar por fora ali para poder, quando ele sair tinha que fechar a casa, apagar as luzes e fechar a casa.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E ele falava pelo telefone com mais quem? Quando ele não estava lá na casa ele, sabe disso?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o Senhor sentia que ele era mais amigo de quem? Deu para sentir isso?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Quem acompanhava ele mais era o Dr. Ademirson. Mas, geralmente, quem pegava mais ele lá na casa era o Dr. Rogério. Podia, tinha, o Dr. Rogério tinha como ficar lá, agora o Vladimir e o Dr. Ralf...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Rogério conversava mais, né?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Rogério conversava mais.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o Senhor viu ele se reunir com o Sr. Buratti ou Poleto?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não cheguei pegar o grupo todo lá não, mas já tive, já vi já ele, Dr. Ademirson chegando, Dr. Buratti também no carro prata e o Palocci atrás. Eles entravam de terno, iam lá para a sala e ficava lá.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E quando ele saia de noite, saia sozinho? Saia sozinho, o Ministro?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Ia embora sozinho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Dirigindo o carro?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Dirigindo. No começo ele ia acompanhado, né, aí depois que ele começou a acostumar, aí ele ia só.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E como o Buratti, Ralf, Poleto, esse grupo todo chamava o Ministro Palocci?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Era Chefe.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Chefe?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Chefe. A primeira vez que ele foi lá na casa, aí eu só via comentário: "Oh, o Chefe vem hoje. O Chefe vem hoje". Eu achei, que diabo de Chefe, quem é Chefe? Aí, quando foi, eu fiquei curioso. Eu fiquei curioso. Fiquei de "mutuca", escondido. Aí quando o carro chegou, que eu nesse tempo, ele foi a primeira vez, o Dr. Ademirson levou ele. Aí o carro chegou, entrou. O carro foi, saiu.

Aí no outro dia eu comentei com o Francisco, com o motorista, falou: "O Chefe é o Palocci?" Ele falou: "É". Então, depois eu deixei para lá, larguei isso para lá. Porque se eu fosse me meter já mandava embora.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor achou ele simpático?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, conversei com ele só uma vez pelo interfone, não chegava lá exigindo muitas coisas não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Porque o Senhor nunca conversou com ele pessoalmente?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, pessoalmente nunca.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o Senhor sentia que gostavam, que ele gostava que fosse chamado de Chefe? Deu para perceber isso?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Porque as ordens que eu recebi do Vladimir e pelo convívio que eles falavam lá de Chefe, aí eu tinha que respeitar também.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor achava que o Ademirson mandava também?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Era, que quando tinha festa o Ademirson ficava na suíte que ele, que ele freqüentava. Aí então, ele era o segundo homem.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nessa entrevista que o Senhor deu ao jornal, o Senhor afirma que Poleto andava com uma mala que tinha bastante dinheiro.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Eu via, geralmente a mala dele, era quando ele fazia o pagamento e fazer compra no mercado, comprar bebida, essas coisas.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas a mala, tinha uma mala só para dinheiro, né?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Só a mala dele, a mala que ele andava e alguns documentos dele.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o Senhor sabia de onde vinha esse dinheiro?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, não. Eu sei que ele chegava na terça-feira...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não ouviu nenhum comentário não?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Ele já chegava na terça-feira com esse dinheiro na mala.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Também na entrevista que o Senhor deu ao jornal, o Senhor afirma que o motorista o levou uma vez a Esplanada dos Ministérios para entregar um envelope a Ademirson e que esse envelope tinha uma grande quantia em dinheiro. O Senhor confirma isso?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Confirmo, confirmo, confirmo. Foi por volta de três e pouco, quatro horas, já estava quase parando o serviço. Aí o Francisco falou: "Você está à toa aí?" Eu falei: "Tô". Ele falou: "Então vamos aí comigo". No meio do caminho eu falei: "Para onde é que nós vamos?" "Deixar uma encomenda alí". "Que diabo de encomenda é essa?" "Não, um dinheiro que o Vladimir mandou entregar para o Dr. Ademirson".

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Como o Senhor sabe que era muito dinheiro?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Pelo formato do papel, ele viu, mostrou assim, olhou, confirmou. Quando ele entrou no carro e me chamou, aí o Poleto ligou para ele, ele foi lá em cima. Aí quando ele voltou no carro, ele teve que abrir para ver se o dinheiro ainda estava lá. Aí eu fui e vi na hora. Aí entrei no carro mais ele e fomos embora.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele não fez nenhum comentário sobre o dinheiro?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, não, não. Falou que só ia entregar para o Dr. Ademirson.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Comenta-se que Buratti e Palocci tiveram um desentendimento na casa, o Senhor sabe dizer ou não?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Só se for lá para dentro lá. Boato eu ouvia, porque o motorista sempre me falava. Sempre comentava que tinha vez final de semana, quando o Chefe não ia para lá, o motorista que se acomodava na casa.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor conheceu, ouviu falar de Luiz Cláudio Leão, da LEÃO & LEÃO?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, não, não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Wilney Barquete?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Wilney?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Dr. Wilney.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Dr. Rui, Dr. Rui, conheço como Dr. Rui lá.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E Donizeti Rosa?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Nunca vi ela lá não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Juscelino Dourado?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Também não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nem esses Advogados, Henrique Gianelli, Marcelo Rovais?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Se foi, eles deve ter ido, eles iam, mas eu não...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ia muita gente lá?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Ia muita gente, durante a noite, eu lá só trabalhando, não tinha aquela intimidade.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas quando uma pessoa chegava na casa...

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, sempre quem acompanhava, quem trazia era o motorista. Era o Francisco que trazia.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não era recebido pelo Senhor?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, não, não, o Francisco que trazia e ele que ia lá buscar, não sei onde é que estava.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E Delúbio Soares aparecia?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Esse nunca vi não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Paulo Okamotto, um japonês apareceu?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Ixi...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor tem conhecimento de alguma outra pessoa que o Senhor viu nessa casa?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, não. Fora assim...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Só as pessoas?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Em atividade assim só eles mesmo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ah, Sr. Presidente, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador Garibaldi Alves. E concedo a palavra ao Senador José Jorge. V.Exª., Senador José Jorge, dispõe de dez minutos. Senador José Jorge. Vamos ao seguinte orador. Depois voltaremos. Senadora Heloísa Helena. V.Exª. tem a palavra por dez minutos.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Sr. Nildo, eu queria que o Senhor pudesse, assim, dizer para a gente mais ou menos como era o seu dia-a-dia. O Senhor ficava só, porque tem caseiros que cuidam da casa, tem caseiros que ficam cuidando do jardim. Então, converse um pouquinho do seu dia-a-dia. Como era o Senhor...

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Lá na casa?

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Sim. Como era o seu dia-a-dia, se era o Senhor que recebia as pessoas? Se tinham outras pessoas que cuidavam da casa ou organizavam as festas, como era? Ou era o Senhor que fazia tudo na casa?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Primeiramente, as festas quem organizava era o Vladimir que ele, o bicho cozinhava, fazia o churrasco de primeira. Esse lado aí ninguém precisou. Mas eu cuidava da casa assim, a parte de jardim, essas coisas, piscina, churrasqueira. Aí quando tinha churrasco ele só pedia para mim ligar a churrasqueira e pronto. E botar as carnes nos espetos. Aí ele, no outro dia, ele reclamava, porque eu não ficava lá na churrasqueira. Eu falava: "Não, porque quem trabalha nesse cargo de, para a sociedade, não tem aquela permissão de ficar entre os patrão". Aí o lugar do funcionário é limpar e depois, no outro dia, limpar de novo. Aí eu não tinha essa folga. Aí ele sempre reclamava comigo que eu não ia lá, comer uma carninha, tomar uma cerveja, isso eu não, sempre reclamava comigo.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Mas, me diga uma coisa. O Senhor sentia assim uma, como se fosse uma amizade, uma amizade verdadeira entre o Vladimir, o Ralf, o Buratti, o Ademirson e o Palocci? Como era a relação deles?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Ah, a relação deles era boa. Era gente boa. Não tem como reclamar deles, negócio de mandar fazer aquilo, não tenho como reclamar.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Sei. Mas não é assim que eu estou perguntando não. É porque quando o Ministro Palocci veio aqui, ele disse que não era amigo do Buratti.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Avemaria, então se não era amigo era o quê, então?

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Certo. Mas eu tenho que... Então o que ele disse? Ele disse que não era amigo do Buratti.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Pode ser que ele disse que não era amigo do Buratti em serviço, agora em lazer é igual o meu caso. Eu, quando estou dentro da casa, eu estou trabalhando, eu sou

um homem honesto. Agora, lá para fora, aí eu já não posso ser...

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Pois é, mas é porque eu fiz questão...

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Aí nesse cargo dele ele não admite isso aí, ele é o Chefe, é o Ministro, eu só sou um caseiro.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Eu sei disso, meu filho.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Trabalhador, caseiro.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Pois é, mas veja, o Senador Pedro Simon disse, a importância que o Senhor tem. Eu disse que me sentia muito feliz, porque o Senhor era exemplo para os meus filhos.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Obrigado.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Digo isso. Então, por que a gente tem que perguntar essas coisas? Porque foi o que ele disse.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Humhum.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Eu até perguntei: "O Senhor era amigo?" Não é verdade? Porque às vezes o amigo é tão amigo, que até a gente pede para arranjar uma namorada, um namorado para a gente. Quando não é amigo a gente não tem relação, isso é fato. Então não quer dizer que você seja comprometido com a corrupção que o outro faça.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – É.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Isso. Agora, o que é importante para a gente é isso. Ele disse aqui que não tinha amizade com o Buratti, com o Poleto, com o Ralf, que não freqüentavam a mesma casa, que não se encontravam e que nunca tinha ido para essa casa. Até porque, então ele ia mesmo para essa casa? O Senhor tem convicção...

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Eu tenho convicção. O motorista, o motorista...

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Certo. Tem mais alguém que o Senhor sabe que estava com ele na casa, ou que entrava com ele na casa, ou que esperava ele na casa?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Era sempre a menina que ele sempre ficava lá com ela. Ela chegava, chegava na frente. Quando não era o Dr. Ademirson, era o Francisco, chegava, deixava ela. Aí saia. Ia para o Gilberto passear, até a hora de ligar para dizer que ele já tinha ido embora.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Sim. Mas então era uma amizade, né?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Humhum.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – E eles, e ele ia para lá só para encontrar essas moças, que o Senhor falou? Ou ele ia para uma reunião? Como era isso? Porque ele ia fazer, assim, ia ficar lá conversando com outras pessoas?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, não. Só foi umas duas, três vezes que eu tive conhecimento que ele chegou lá acompanhado com o Dr. Ademirson e o Dr. Rogério só isso.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Certo, mas quer dizer que o Senhor viu inclusive ele na casa?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Eles entravam e ficavam lá para dentro e eu ficava para o lado de fora.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Certo. Você sabe por que é não é Nildo? Eu sei que pode até parecer estranho, para você que nunca esteve numa CPI, a gente ficar perguntando os detalhes.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Certo.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Mas é porque para a gente é essencial, porque ele disse que é mentira, como ele disse que nunca foi, como ele disse que há anos que não conhece o Buratti, não vê o Buratti, então a gente precisa, é uma informação muito importante para a gente, todos esses detalhes que o Senhor está dizendo.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Sei.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Assim, todas as despesas da casa quem pagava?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Era o Vladimir. Vladimir Poleto.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Era. E pagavam as despesas da casa, tinha uma pessoa que limpava a casa? Todas as despesas da casa?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Geralmente as limpeza da casa, era só os produtos só de limpeza.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Tá. Então o essencial que o Senhor está dizendo aqui é que o Palocci ia à casa, olhe sua responsabilidade, é isso que o Senhor está dizendo, o Senhor confirma.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Eu confirmo.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Que o Palocci freqüentou várias vezes a casa que o Senhor trabalhou?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Eu confirmo até morrer.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Muito bem, meu filho. O Senhor confirma que ele era amigo do Buratti?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Confirmo.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – E do Ralf, e do Vladimir Poleto.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Confirmo.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Ia junto na casa com o Ademirson e com o Buratti, o Senhor confirma?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Confirmo.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – O Senhor acha que tem mais alguém, ou que andava na casa, ou que sabia do movimento da casa, ou que ia lá para alguma atividade que possa confirmar que o Buratti ia para aquela casa e que o Palocci ia para aquela casa?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Assim, só eles mesmo que, o Vladimir, ele tem que confirmar. O Rogério Buratti também, o Ademirson também e a própria, as mulher que ia para lá. Tipo a Carla, a Carla...

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Tá, então o Senhor, então veja só uma coisa. O Senhor já entendeu o problema. Não que nós estejamos desqualificando ninguém.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Tá.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – É verdade, não. Porque a palavra dessas moças é tão importante quanto a de um Senador ou de uma Senadora. Não é isso que nós estamos falando, é só para evitar outros problemas. Por isso que o Senador e eu também entendemos. Até porque, são pessoas também dignas. Às vezes usadas.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Tá.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Usadas, mas dignas também. Então, o Senhor acha que tem, essas pessoas que andavam na casa, elas tinham o conhecimento que o Palocci ia lá para reunião, para festas, para outras atividades, é isso?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Isso, confirmo.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Olha a sua responsabilidade. O Senhor é cristão? Acredita em Deus?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Acredito. Graças a Deus.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – O Senhor está, assim, perante Deus, o Senhor está dizendo: "Meu Deus, meu Senhor, meu Deus, eu estou falando a verdade. Me dê forças para ir até o fim". O Senhor está certo disso?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Certíssimo.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Tá, Deus lhe proteja, obrigada, Presidente.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Amém.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exa, com a palavra o Senador Álvaro Dias. V.Exª. dispõe de dez minutos.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, primeiramente destacar a importância da decisão de V.Exª., já que se a Sessão fosse secreta nós seríamos mais uma vez condenados pela opinião pública e ficaria a imagem de que estamos aqui para esconder e não para revelar. Eu indago, primeiramente, do depoente, o que o levou a dizer com tanta convicção toda esta verdade? Porque a convicção que nós temos é que o homem simples, humilde, caseiro disse a verdade em função da razão direta da riqueza de detalhes que apresenta como testemunha ocular dos fatos ocorridos naquela casa. Então, a primeira indagação: O que o levou a se expor, corajosamente, de forma digna, para contar o que sabe?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – No começo, eu pensei que isso não ia nem acontecer comigo. Não ia nem, não ia chegar em mim. Porque eu vi o depoimento do Dr. Rogério, do Vladimir Poleto e do Ademirson. Aí eu falei: "Não, a briga é entre eles lá. É entre eles grande, não vai chegar num caseiro". Aí, a partir do depoimento do Francisco, que ele citou o meu nome dizendo que eu acompanhei o Vladimir Poleto em São Paulo, levando dinheiro. Isso aí é mentira dele. Eu não concordo com isso. E fiquei indignado, porque eu estava trabalhando lá na casa ainda, ainda como ainda estou trabalhando. Eu estava lá e vi o jornal passando, dizendo que o meu nome estava sendo, eu estava sendo procurado no jornal, como caseiro não identificado. Aí, isso aí não, um cidadão de bem igual eu, nunca fiz nada contra a Lei, isso eu me senti ofendido.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Ok. Eu gostaria de saber, aliás, saber não. Eu gostaria que você confirmasse a afirmativa que fez à Jornalista Rosa, do Estadão, de que constantemente via dinheiro em espécie nas dependências da casa. Que via cinqüenta, cem reais. O Senhor confirma isso?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Confirmo. Que eu via isso na mala do Vladimir, quando ele fazia o pagamento. Era uma boa quantia. Quantia assim de dar para forrar o fundo da mala.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu gostaria de saber mais uma coisa. Você disse que o Ministro Palocci era grande amigo do Buratti. Reafirmou isto aqui. Depois, houve um desentendimento entre eles, porque o Buratti passou a denunciá-lo. O Senhor sabe por que, na casa se comentou razões que levaram a esse rompimento? Ou esse afastamento, esse distanciamento?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Sim, comentou sim. Porque eu ouvi pelo motorista falando que eles tinham brigado. Por causa de mulher. Por causa de mulher. A mulher.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Bem, já que...

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Aí V.Exª. tinha que perguntar ao motorista, porque ele tem mais detalhes.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Já que há um compromisso nosso de não abordar essas questões da privacidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu interrompo a indagação por aí. Uma outra informação sua dá conta de que, indagado pela Jornalista Rosa, se políticos freqüentavam a casa, você diz o seguinte: "Lembro de um gordinho, baixinho, ele sempre ia lá".

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – É um careca, não sei se ele é político, era um carequinha gordinho.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Você não identificou de lá para cá?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Ele, não vi não, então esse não era político não.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Bem, para a identificação nós temos aqui, evidente que não temos a foto desse político, não é, não consta aqui, infelizmente, foto de...

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Isso não deve ser político não.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – De políticos baixinhos e gordinhos.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – É, não deve ser político não. Porque ele, começava a freqüentar lá e o Vladimir sempre, quando atendia, quando pegava o telefone que via que era ele, sempre descartava ele.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Dizia se era Deputado ou Senador?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, falava assim: "Pô, esse cara está enchendo meu saco demais. Não quero mais fazer festa e chamar ele".

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Você reconhece aquela fotografia?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Esse é o Dr. Rogério.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Rogério Buratti?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – É.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – A próxima fotografia, por favor, vamos a próxima rapidamente. Reconhece esta?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Reconheço.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Quem é?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Dr. Ademirson, Dr. Ralf, Ademirson, né?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Ademirson. Terceira foto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Ademirson ou Ralf?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Dr. Ademirson.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Essa foto?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Dr. Ralf.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – E essa foto?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Se ele foi, não lembro dele lá não.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Esse é o Roberto Carlos.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Também não.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Quinta foto, esse aí?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Também não.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sexta foto?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Também não. Porque, geralmente era à noite, à noite sempre assim meio escuro, tinha detalhe. Aí eu não posso chegar, chegar na cara do cidadão desse e olhar para a cara dele: "Quem é você? Eu quero conhecer você. Não sei o que". Não posso fazer isso.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – A próxima foto, por favor, sétima, este aí?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Esse aí... Esse aí, acho que eu já vi ele na churrasqueira já lá conversando. Esse aí mesmo.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Não lembra o nome dele não? Esse aí é o Juscelino Dourado

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Acho que eu já vi ele na churrasqueira conversando.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Ok, oitava foto, por favor. E este?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, não, não.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Este é o empresário Conalghi. Nona foto.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, não. Esse aí não.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Décima.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Ah, esse aí era o meu patrãozinho, né? (risos)

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Esse é o Vladimir Poleto.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Vladimir Poleto.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Décima primeira foto. Este?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Não conhece?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Décima segunda foto, por favor.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Também não.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Não?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não tenho recordação dele não.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Décima terceira?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Ah, esse aí é o Chefe.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Este o Senhor viu lá?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Este eu vi.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Mesmo de noite era impossível, porque já começou aqui.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, não, porque, espera aí, espera aí. Porque uma tarde que eu ia sair para jogar minha bola, num sábado, eu vi ele lá. Chegou mais o Dr. Rui e o Dr. Rogério Buratti.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Deus lhe proteja.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – E foram para a quadra jogar tênis. Eu fiz o favor para eles ainda de sair, levar uma cerveja, um vinho e um Red Bull para eles lá.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – O Senhor o viu, portanto, à luz do dia.

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – À luz do dia, à tarde.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Depois o reconhecia mesmo na penumbra?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Por volta de 3:30, 4 horas da tarde.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – O Senhor ouviu, nesta casa, alguma referência a um suposto transporte de Caixa s?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, não, não tenho esse conhecimento.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Em um avião?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Não, não.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Você tomou conhecimento através da CPI que houve uma denúncia de que...

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – É, ouvi isso.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Que o Vladimir Poleto, o seu patrão, transportara Caixa s num avião até o interior de São Paulo, isso o Senhor ouviu falar?

SR. FRANCENILDO SANTOS COSTA – Isso aí eu peguei só a matéria só.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu creio que é o suficiente, Sr. Presidente. Mas eu quero usar o restante desta, do meu tempo para lamentar profundamente o precedente criado pelo Senador Tião Viana, que merece o maior respeito da minha parte, eu tenho uma admiração de profundidade. Mas creio que equivocou-se ao propor ao Supremo Tribunal Federal a interrupção dos trabalhos do Congresso Nacional. Porque, na verdade, esta é uma função fundamental do Congresso, investigar. A Comissão Parlamentar de Inquérito tem, essencialmente, a função de fiscalizar com a prerrogativa de quebrar sigilo bancário, fiscal, telefônico, de aprofundar investigações e contribuir para que a autoridade judiciária, o Ministério Público possa responsabilizar civil e criminalmente os envolvidos. Neste caso, nós estamos única e exclusivamente preocupados com as relações do Sr. Ministro Palocci com uma equipe de Assessores, que operou em Ribeirão Preto durante a sua gestão à frente da Prefeitura e que continuou a operar exercendo tráfico de influência, estabelecendo favorecimento ilícito junto ao Governo Federal com a cumplicidade... (soa a campainha) Do Ministro da Fazenda. É isto que nós estamos investigando. Lamento profundamente, Sr. Presidente, se vier do Supremo Tribunal Federal qual-

quer decisão que signifique para nós jogar para o ar o princípio da interdependência entre os poderes. Seria reprovável, deplorável sob todos os sentidos que uma medida desta natureza, viessem subtrair prerrogativas essenciais do Congresso Nacional, ferindo a nossa autonomia e abalando o princípio da interdependência entre os poderes, estabelecendo uma relação de tumulto entre o Poder Judiciário e o Poder Legislativo. O que se lamenta é que a provocação partiu do próprio Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador Álvaro Dias. E concedo a palavra ao Senador...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Concedo a palavra ao Senador Antero.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra pela ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente, eu quero... Obrigada. Eu quero comunicar a todos os membros da CPI que nós terminamos de receber do Supremo Tribunal Federal, a decisão do Ministro César Peluzzo...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quero dizer a V.Exª. que essa Mesa não foi notificada. Então concedo a palavra...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Concedo a palavra ao Senador Antero.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se o Presidente for notificado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu sei que V.Exª. não foi notificada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. não cabe, a alegria em suspender.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A informação aos membros desta CPI é de fundamental importância.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas quando o Presidente for notificado dará ciência aos Senhores membros. A palavra com o Senador Antero.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, então que fique registrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Lamento, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Que V.Exª. não quer sequer me dar o direito de informar a esta CPI algo que toda a imprensa já sabe.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora, Senadora...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Quem está assistindo a TV Senado e à oitiva...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Isto é assunto para Oficial de Justiça.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – E a oitiva sabe e precisa saber...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Isto é assunto para ofIcial de Justiça.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Que já há uma decisão da Justiça do Ministro Cesár...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas não tem. É com muita alegria que eu sei que V.Exª. faz esse anúncio.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Concedendo a liminar e impedindo a continuidade da inquirição do Sr. Francenildo. (Corte do áudio)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Antero, V.Exª. tem a palavra. (Corte do áudio)

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores. Eu agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de poder falar, porque é triste ver uma derrocada final. Faz 42 anos atrás tentaram fechar o Congresso brasileiro e atitude semelhante é tomada agora com as mesmas conseqüências. 64 já vai longe. Calar o Congresso não é bom para a democracia brasileira. Pelo que falou até agora, o Sr. Francenildo, mostra que na simplicidade das suas afirmações, está toda a verdade de que a República tem um Ministro que não fala a verdade, que não falou a verdade à Comissão Parlamentar de Inquérito. Que veio aqui com toda a referência do Congresso Nacional, inclusive da oposição e veio mentir ao Senado da República. Eu quero, portanto, Sr. Presidente, deixar registrado aqui os meus protestos. Acho que não tem como desobedecer as ordens do Supremo Tribunal Federal, mas também não tem como não manifestar a nossa indignação com uma liminar que pelo que foi lido aqui pelo Senador José Jorge, proíbe investigar o PT. Todos podem ser investigados nesse país...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Façam CPI contra o PT e não de bingos para querer investigar daí a do PT.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora, a palavra está garantida ao Senador Antero. Senadora.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu estou com a palavra e não concedo aparte a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora peço tranqüilidade a V.Exª. Senador Antero, quero que V.Exª. conclua. V.Exª. tem o tempo, mas acabo de receber em minhas mãos a liminar e vou ler para que todos tomem conhecimento. V.Exª. Solicito de V.Exª. que conclua. E depois vou suspender. Suspender a presença do Sr. Francenildo e reabrirei a Sessão sem a presença dele para que os Srs. Senadores...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu já me inscrevo, Sr. Presidente. Já me inscrevo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vou obedecer a lista.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, então eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço, V.Exª. será o primeiro a ter a palavra.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu me reservo o direito de falar após a reabertura.

Sessão suspensa por 30 segundos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senhores Senador, Senhoras Senadores.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente só para entender, o PT entrou com ação judicial pedindo para que não se ouvisse mais a testemunha?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Muito mais, muito mais.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É o PT que entrou com isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Isso. Senador Tião Viana, membro do PT.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Quem diria, hein, Presidente? Quem diria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Srs. Senadores.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Pior é que é um membro da Mesa., V.Exª. é membro da Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Supremo Tribunal Federal, Vice-Presidente da Casa, com muita honra, o meu companheiro de Mesa, Senador Tião Viana. "A S.Exª., Sr. Efraim Morais, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI dos Bingos. Mandado de segurança número 25.885, Impetrante: Sebastião Affonso Viana Macedo Neves. Impetrada: Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, CPI dos Bingos. Comunico a V.Exª. que nos termos da decisão, cuja cópia segue via fax, concedi em parte, liminar para suspender até julgamento final da causa, a inquirição do Sr. Francenildo Santos Costa. Atenciosamente, o Ministro César Peluzzo, Relator". Aqui está a medida cautelar em mandado de segurança. "Decisão. Impetrantes: Sebastião Affonso Viana Macedo Neves. ADVOGADO – Márcio Luiz Silva. Impetrados: Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, CPI dos Bingos. Relator: Ministro César Peluzzo. Decisão: 1) trata-se de Mandado de Segurança impetrado pelo Senador Sebastião Affonso Viana Macedo Neves, nosso companheiro Tião Viana, contra a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que instaurada no Senado Federal para apurar utilização das Casas de Bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como relação dessas Casas e das empresas concessionárias de apostas com o Crime Organizado, estaria exorbitando de seus poderes ao entrar a investigar outros fatos sem nenhuma prova prévia de conexão com o fato determinado que lhe justificou a instauração. O Impetrante invoca direito líquido e certo, que consistiria na prerrogativa parlamentar de exigir se atenha a Comissão seu objeto formal e enumera outros fatos, que sem nenhum liame aparente com tal objeto, estariam sendo investigados, o que evidenciaria desvio de finalidade, na forma de abuso de poder na atuação da CPI, que não alterou, como não poderia fazer, o objeto final. E releva, o Requerimento número 52/06, aprovado na data de ontem para inquirição de Francenildo Santos Costa, cuja entrevista demonstraria que se trata de pessoa simples, que se propõe a fazer afirmações constrangedoras sobre a vida íntima de pessoas ligadas ao Governo, concorrendo para a sua desestabilização política ou antecipação da campanha eleitoral. Em caráter liminar, pede sejam suspensas diligências que desbordem do fato objeto da CPI, em particular, sobre temas que discrimina e a cujo respeito já teria a Comissão estendido investigação, ou seja, suspensas inteligências impertinentes e abusivas. Como seria o caso do Requerimento 52/06, é o caso de Liminar. Neste juízo prévio e sumário e *cognitium* é por definição superficial e provisória, porque se atém a estima de dados unilaterais, ante o caráter de urgência da tutela pretendida. Nessa perspectiva, não parece desarrazoada a afirmação da existência de direito líquido e certo do Impetrante, enquanto diz com o exercício de prerrogativa Parlamentar tendente e como Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito conter as atividades nos limites constitucionais do

fato determinado que lhe justificou a criação. Art. 58, § 3º da Constituição da República, sob pena de comprometimento de sua eficácia como órgão específico de fiscalização do Parlamento. Escusaria advertir que se se pede CPI na investigação de fatos outros, que não o determinado como se objeto formal configuram-se desvio e esvaziamento de finalidade, os quais inutilizam o trabalho desenvolvido, afrontando a destinação constitucional que é a de servir de instrumento poderoso do Parlamento, no exercício da alta função política de fiscalização. Nenhum Parlamentar pode, sem descumprimento de dever de ofício, consentir no desvirtuamento do propósito que haja norteado a criação da CPI e na conseqüente ineficácia de suas atividades. Conquanto sejam públicos e notórios alguns episódios narrados na inicial, os quais revelariam dispersão dos trabalhos da CPI na investigação de fatos, que, à mingua de prova prévia de conexão, não guardariam vínculo algum com o objeto formal da chamada CPI dos Bingos. Seria excessivo impor, nesta sede, sem audiência de autoridade tida como co-atora, limitação genérica às atividades da CPI. Mas é força convir em que a levar a sério, como se deve a justificação mesma do Requerimento número 52/06, não se encontra nenhum fato que, já provado, fora suscetível de se reputar conexo com o objeto formal da CPI, pois seus termos sobre apoiarem-se basicamente em reportagens, aludem a supostos ilícitos que, no obstante possam fundamentar e legitimar a criação de outras tantas CPIs, em nada entende com o fato determinado a que deve ater-se a Comissão já criada. Eventual partilha do dinheiro em certo local não tem por si presunção alguma de que estaria ligado a uso de Casas de Bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. De outro modo, qualquer notícia ou reportagem sobre corrupção poderia ser abrangida como alvo dessa CPI, a qual se transformaria numa, como Comissão Geral de Investigação da República ou reviveria órgão análogo de épocas de autoritarismo. Observe-se, e isto é de toda a relevância e, de certo modo, decisivo, no exposto ao pedido de liminar e a justificação do Requerimento número 06, não faz menção alguma de possibilidade". Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, está aqui a decisão judicial. Nós vamos cumprir a decisão judicial. Lamentamos que o Ministro não tenha pedido nenhuma informação a esta CPI, porque foi esse, normalmente, o que aconteceu em outras liminares, que foi encaminhada por depoentes, por outras pessoas e ao encaminhar os Srs. Ministros. Primeiro solicitaram informações desta CPI o que, lamentavelmente, não aconteceu neste caso. Mas eu entendo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu tenho mais uma página para que eu possa concluir. Como seria o caso do Requerimento número 52, onde paramos. "Em caráter liminar". Vou repetir. "Pede que sejam suspensas diligências que desbordem do fato do objeto da CPI, em particular, sobre temas que discrimina e a cujo respeito já teria a Comissão estendido a investigação, ou seja, suspensa diligências impertinentes e abusivas". Ou melhor, repito. Ainda a primeira página. A última, quando falei que observe-se e isto é de toda relevância e, de certo modo, decisivo na resposta ao pedido de liminar que a justificação do Requerimento não faz menção alguma a possibilidade de que a referida testemunha conheceria a origem do dinheiro, que alegadamente teria sido distribuído na casa de que se cuida. Noutras palavras, seu depoimento em nada ajudaria a esclarecer ou provar a suposição de que seria dinheiro oriundo de casa de jogo. E é o que se presume a condição cultural e ao próprio trabalho, que a testemunha desempenharia no local apontado... (soa a campainha) E nem precisaria notar que outros fatos, ainda que censuráveis do ponto de vista dos costumes ou da moral social, à medida que só respeitem a vida privada das pessoas, não pode sequer, em tese, ser objeto de CPI, porque a esta só é dado investigar assuntos sobre o qual tenha competência Legislativa o Parlamento. Vida e negócios privados, enquanto tais, sem vínculo com interesses coletivos... (soa a campainha) Esses não entram na competência Legislativa do Parlamento e, portanto, estão fora do alcance da CPI. Daí, em resumo, diante do risco de desvio de finalidade e de comprometimento da função da CPI, do que faz parte o Impetrante, coexistirem requisitos para a tutela provisória, cuja concessão não impedirá que seja outra a decisão final, possa a CPI realizar a diligência que à primeira vista parece como impertinente, com o seu objeto formal. Nem muito menos, que os mesmos fatos possam justificar a criação ou outras CPIs. Terceiro, de exposto concedo em parte liminar para suspender, até julgamento final da causa a inquirição do Sr. Francenildo Santos Costa. Comunique-se incontinente a autoridade, requisitando informação". Publique-se. Estou ciente. Quero deixar claro que chegou o fax à esta Casa do Congresso Nacional e à nossa CPI às 14 horas e 4 minutos. E que o depoimento que foi iniciado pelo Sr. Francenildo até o presente momento, ou seja, às 14 horas e 4 minutos, em nenhum momento se referiu a vida privada de ninguém. Em nenhum momento fez acusações a ninguém. Simplesmente fez o que tinha que ser feito, dizer a verdade. Que incomoda, eu sei

que incomoda e isso foi o que foi feito. E quero dizer que o Requerimento que aprovou a vinda do cidadão, estavam presentes todos os membros da CPI, portanto, aqui se encontrava os quinze membros, oito a seis foi o placar e o Presidente não votou. Todos os quinze estavam presentes. Os Senhores credenciaram essa CPI, os Senhores assinaram embaixo essa CPI. V.Exªs. têm que respeitar a CPI e o Congresso Nacional, porque estamos fazendo um trabalho transparente. Vamos cumprir, sim. Agora quero deixar claro que o objetivo de suspensão é para se tentar atingir a imagem, para se tentar atingir a honra de um Ministro. Em nenhum momento esse cidadão comum, esse cidadão trabalhador brasileiro não atingiu aqui a honra de ninguém. Por isso, ele sai daqui inclusive com toda a segurança e determino ao nosso agente da Polícia Federal, para que acompanhe esse cidadão e vou, e vou solicitar à Polícia Federal que dê garantia de vida ao Sr. Francenildo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com a palavra...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu peço a V.Exª. um pouco de tranqüilidade. E vou pedir ao Sr. Francenildo que pode se retirar.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Que se responsabilize pela vida dele. Faça uma custódia, garantia da polícia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A determinação foi dada e vamos solicitar aos, à Segurança do Senado e à Polícia Federal que tome essas providências. Agora, quero também dizer que já estou com o nosso, o nosso Advogado... V.Exª., lamentavelmente, eu vou pedir a V.Exª. só uma, uma informação com V.Exª. quer dar e é de direito que possa dar. Já que a Sessão do depoente está suspensa. Eu vou solicitar ao nosso Advogado e Chefe da Assessoria Jurídica do Senado que, de imediato, tome as providências para que possamos...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Senador Efraim Morais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mostrar. Senador, para que possamos mostrar ao próprio Ministro, de que todas as informações que foram aqui constadas, ela não foi oferecido nenhum momento, em nenhum instante, informações dessa Casa e todas elas estão comprovadas com conexão. Porque o depoente acabou de dizer que conheceu lá na casa o Sr. Caio, que é um dos maiores bingueiros do Brasil, o angolano. Se isso não é conexão, eu não consigo entender o que vem a ser conexão em relação aos bingos. Ou pensam que seria só entrar nas casas de bingos, seria só ver quem está batendo os bingos, as cartelas que estão usando? Não, conexão eu entendo que é de outra forma. Agora, quando se quer fazer um trabalho com seriedade, com honestidade, com transparência e, acima de tudo, com independência, eu sei que machuca. Eu sei que não aceitam. Por isso, eu vou continuar ao lado do meu Relator, ao lado do Vice-Presidente, dos Srs. Senadores a continuar trabalhando, buscando exclusivamente a verdade. Porque é isso que está cobrando a sociedade brasileira do Congresso Nacional. E episódios como esse, me permita, Senador Tião Viana, com todo o respeito que tenho a V.Exª., o Congresso, principalmente o Senado fica menor. Lamentavelmente. Eu tenho que ter esse ponto de vista. Respeito o de V.Exª. Mas eu acho que tirar poderes do Senado Federal, poderes da CPI, tem que estar dentro da Constituição. E eu quero deixar ciente que ontem essa Assessoria recebia informações, recebia, através do Dr. Augusto e do Márcio, que são nossos Assessores, dois telefonemas. Um telefonema que dizia-se vir do Ministério da Justiça, dizendo que o Ministro desejava buscar o Requerimento que prorrogou a CPI e não tinha, não se fazia necessário, até porque está publicado no Diário Oficial do Senado Federal. E a segunda partia do Palácio do Planalto, quando o Ministro Jacques Wagner, pedia que fosse fornecido quem votou a favor ou contra o Requerimento que aprovou a vinda deste cidadão a esta Casa. E depois, isto foi feito ofício da Senadora Ideli, pedindo essas informações. Então, quero deixar bem claro a V.Exªs. o que antecipou toda essa situação. Então, eu agradeço. Eu, lamentavelmente, não vou poder conceder a palavra a V.Sª.

SR. ADVOGADO – Só queria saber o seguinte, Excelência, posso dizer que o meu... Só gostaria dizer que nós ouvimos aqui duas frases nessa Casa hoje que realmente está nos fazendo sentir na carne. Uma foi: "A Justiça não se faz somente com a busca da verdade". E a outra foi: "Aqui é como uma mitologia grega, onde os Deuses brincam com os mortais". É o que fizeram com o nosso cliente aqui e com o depoente.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Senador Efraim.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou suspender a sessão por três minu-

tos, para que o Sr. Nildo possa se retirar. Eu agradeço a presença...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Senador Efraim, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, Senador. (palmas)

Sessão suspensa às 14h31min.
Sessão reaberta às14h32min.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Está reaberta a sessão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Antero, que foi exatamente, Senador, o que nós combinamos. E eu posso seguir, mas vou conceder por um minuto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu tenho a impressão, Sr. Presidente, que a lista anterior está sem validade, porque era para perguntar ao Francenildo, agora temos que discutir esse fato novo. E eu pediria a V.Exª. que reconsiderasse a lista.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, eu decidi antes de encerrar que iria seguir a lista que havia sido...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu não preciso mais de um minuto. Eu não preciso mais que um minuto.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu posso trocar com ele, eu falo em segundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu tenho quatro pontos a ressaltar em um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. pode permutar com o Senador Antero.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu peço a V.Exª. pela ordem, levando em conta o fato novo que chocou a...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Será mantida a lista, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou manter a lista e pergunto ao Senador se permuta?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Se eu puder permutar com ele, cedendo para ele e falando em seguida, eu permuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, não.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Fala no meu lugar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ele está no número treze.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – É um bom número, Antero, não se preocupe.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não tem como ficar em 14?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – No 13 mesmo que vai continuar Antero, vamos lá.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu permuto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou conceder cinco minutos a cada um dos Srs. Parlamentares. Já que não temos nada a investigar por uma decisão do Supremo, mandado de segurança impetrado pelo nosso Senador Tião Viana e do Ministro do Supremo. E, evidente que a Assessoria está tomando todas as providências nesse sentido. Senador Antero, V.Exª. dispõe de cinco minutos, que concede ao Senador Arthur Virgílio. E passa a fazer a permuta. Senador Arthur Virgílio. Eu vou pedir a V.Exªs. que cumpram os cinco minutos para que possamos ouvir a todos. V.Exª., Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, eu não utilizarei os cinco minutos e posso passar o restante para o Senador Antero se V.Exª. concordar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O tempo de V.Exª. é seu, use-o todo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Topicamente, e peço a atenção de V.Exª., Sr. Presidente. Sr. Presidente, peço a atenção de V.Exª. (soa a campainha)

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem. Sr. Presidente, primeiro, não vou desmerecer o Senador Tião e nem discutir o Ministro Peluzzo. Mas afirmo que conexão há sim, porque uma das acusações é a presença de um bingueiro nessa tal casa do Lago Sul. Segundo, Sr. Presidente, enfatizar que é essencial que V.Exª. formalmente solicite garantia de vida para o Sr. Francenildo Costa, que eu imagino potencialmente ameaçado, até porque seu depoimento causou essa celeuma toda. Terceiro, Sr. Presidente, estou, e esta idéia nasce da lavra do Senador Pedro Simon, nós a perfilhamos, estou recolhendo assinaturas para uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que examine exatamente tudo aquilo que foi demandado pelo PT ao Supremo Tribunal Federal. Acredito que hoje já teremos número suficiente para apresentar à Mesa. Quarto, senhor Presidente, levando em conta que tudo o que eu imagino do Ministro da Justiça, não leva ao caminho de sua estabilidade depender de um jovem Francenildo, falar ou não, eu neste momento, anuncio a V.Exª. que daqui a pouco estarei na

tribuna do Senado exigindo a bem do respeito a coisa pública neste país, a bem do respeito da dignidade no exercício da coisa pública nesse país, pedindo a demissão do Ministro Palocci, porque ele não é mais Ministro, não pode mais ser Ministro, aquele que não pode ser Ministro inteiro, porque não é mais Ministro inteiro. Aquele que depende para ser estável de calarem como calaram o Sr. Francenildo Costa, um jovem que mal conseguia balbuciar as suas frases. Anunciarei como líder do PSDB a decisão do meu partido de pedir a demissão do Ministro, porque não é mais meu Ministro. Não é mais Ministro do país. Não deve ser Ministro do país, não deve ser Ministro dos brasileiros aquele que é suspeito de tantas irregularidades antes, durante e depois do seu, do seu Ministério e depende, para continuar Ministro, do silêncio de Francenildo. E mais ainda, insiste em continuar Ministro para se beneficiar, ele imagina que é assim, do foro privilegiado, do foro especial. Daqui a pouco, da tribuna, cobrarei formalmente a saída do Ministério do Sr. Antônio Palocci Filho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e concedo a palavra ao Senador Suplicy. Senador Suplicy, V.Exª. dispõe de cinco minutos improrrogáveis. Todos os Senhores terão cinco minutos improrrogáveis.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de dizer que com respeito ao depoimento do Sr. Francenildo Santos Costa, tendo em conta que ele observou aspectos e fatos que são obviamente do interesse público e para que se conheça melhor a respeito da presença do Ministro Antônio Palocci ali nesta Casa do Lago Sul é importante que esta Comissão Parlamentar de Inquérito possa obter os esclarecimentos necessários da parte do Ministro Antônio Palocci relativamente a sua presença naquela residência, uma vez que explicou o Sr. Francenildo Santos Costa, que de fato ele o havia visto ali ora dirigindo o seu automóvel, ora na companhia de outra pessoa. Com respeito ao pedido de medida liminar apresentado pelo... Com respeito ao mandado de segurança com pedido de medida liminar encaminhado pelo senhor Sebastião Viana, Tião Viana é importante ressaltar que o Senador Tião Viana procurou levar em conta aquilo que está na Constituição, ou seja, que a Comissão Parlamentar de Inquérito tem fato determinado a ser examinado e ele estranhou e levou o seu pedido ao Supremo Tribunal Federal, para que esta CPI se atenha ao fato determinado e fatos conexos relevantes. Existe aqui o debate em que medida o que o Sr. Francenildo Santos Costa estava nos contando, teria conexão ou não com o fato determinado da CPI dos Bingos, fato determinado este, conforme se esclareceu antes, redigido pelo Senador Magno Malta. A Senadora Ideli Salvatti aqui fez uma observação relativamente às objeções que foram criadas, uma vez que estes assuntos não estão propriamente, os assuntos citados no documento do Senador Tião Viana, não estão diretamente relacionados ao objetivo citado. Entretanto, eu aqui quero observar, Presidente Efraim Morais, com respeito a alguns dos fatos que aqui viemos examinar. Vamos citar o caso da apuração do seqüestro e morte do Prefeito Celso Daniel, do assassinato do Prefeito Toninho. Nós aqui acabamos averiguando. Eu me senti, como Senador, inclusive membro do PT, e expliquei isso aos meus companheiros... (soa a campainha) Que era meu dever, como Senador, examinar estes fatos. Se porventura a decisão do Supremo for no sentido de dizer: "Não, estes fatos não estão no fato determinado proposto pela CPI", uma saída seria se apresentar um Requerimento para que esta CPI ou outra examine tais fatos. Então, quando aqui alguns disseram: "Não, está se querendo impedir o Congresso Nacional de examinar os fatos". Quero ressaltar, inclusive dialoguei com o Senador Tião Viana há pouco. O propósito dele é que seja observada a Constituição, mas tem o Senado Federal a maneira de superar o obstáculo que aqui foi examinado e pode fazê-lo regimental e constitucionalmente. Então, era isso que eu gostaria de frisar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço. Com a palavra o Senador Tião Viana. Senador Magno Malta.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente, só um pouquinho.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Depois eu falo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não, eu peço para colocar alguém no meu lugar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Senador Magno Malta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senador Tião Viana. Entendi V.Exª. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pois não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. dispõe de cinco minutos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Primeira questão que eu quero levantar, este Congresso tem, atualmente, duas CPIs em funcionamento com relevância e destaque, esta e a CPI dos Correios. A CPI dos Correios tem tido um andamento de muito enfrentamento, de muito debate, de muita discussão, mas tem

se mantido no fato determinado e nos conexos. Fato determinado e nos conexos. Portanto, todo o debate que é feito lá é feito sob esta ótica e sob este respeito. Quando o Senador Tião Viana recorre ao Supremo Tribunal Federal, como a oposição recorreu para ter a instalação desta CPI, se baseou no art. 58, § 3º da Constituição que diz: "As Comissões Parlamentares de Inquérito serão criadas pela Câmara e pelo Senado mediante Requerimento de 1/3 de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo". Portanto, o mesmo artigo, com o mesmo páragrafo da Constituição que deu direito à oposição recorrer ao Supremo e determinar a indicação dos membros para a instalação e funcionamento desta CPI é o mesmo artigo. Aliás, está na mesma linha, em seguida, diz assim: "Mediante Requerimento de 1/3, para apuração de fato determinado". Portanto, não existe CPI mediante Requerimento de 1/3, para investigar o que bem entender. A Constituição é clara, é transparente, é translúcida é direito da minoria sim, mas é para investigar o fato determinado. Estão aqui dizendo que vão colher assinaturas para investigar aquilo que fez parte do pedido do Senador Tião Viana. É óbvio que tem todo o direito de colher assinaturas para quantas CPIs quiserem. Agora, se este Congresso quiser respeitar o instituto da Comissão, instituto da Comissão Parlamentar de Inquérito tem que respeitar o texto constitucional. E é muito importante. É muito importante que todo o embate aqui vem sempre, invade a lista, é interessante, porque a lista do Senador Tião Viana colocou no seu documento e que agora me parece que vai fazer parte do texto do novo pedido de não sei quantas CPIs, a oposição vai requerer para investigar tudo aquilo, todos eles têm como único objetivo investigar o PT. Então esta CPI já está clara, a opinião pública já sabe disso, a imprensa já sabe disso, ela tem como objetivo central atingir o Presidente Lula, o Governo, os membros do Governo Lula e o Partido dos Trabalhadores. Então, se quiserem fazer isto vão fazer dentro da legalidade, dentro do instrumento constitucional como fato determinado explicitado nestes termos. E a reação do líder do PSDB, que agora terminaram, depois de um processo de conflagração interna, de enfrentamento interno, de escolher o candidato a Presidência da República, Governador Alckmin. A reação do líder do PSDB foi muito clara, vai para a tribuna pedir a cabeça do Ministro Palocci. Porque é esse o objetivo. Se não dá para fazer aqui, então a gente faz no plenário. É isso que está colocado, porque a qualquer preço, a qualquer custo e aí eu só pediria muita atenção, porque ontem nós tivemos a oportunidade... (soa a campainha) De fazer apenas alguns comentários a respeito da pesquisa, da pesquisa. É a terceira pesquisa, é a terceira pesquisa que apresenta melhoria na percepção da população brasileira a respeito das condições de vida do nosso país. A percepção que a população está tendo com possibilidade de melhorar a renda, de diminuir desemprego, de diminuir a inflação, de ter a oportunidade, de ter condições no seu cotidiano, diferenciada. E, inclusive, fazendo comparativos e avaliações entre o Governo atual e o Governo anterior que inverteu, foi profundamente invertida agora nos últimos dois, três meses. Então, é bom, talvez a própria oposição ter um entendimento dos comportamentos, porque os comportamentos às vezes que certas pessoas da oposição têm adotado podem não servir, podem não servir para o objeto...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Peço a V.Exª. que conclua, o tempo de V.Exª. encerrou.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Já vou concluir. O objeto de desejo que é recuperar o Governo Federal. A população está aí com os indicadores claros, não apenas de intenção de voto, não apenas de intenção de voto...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Para concluir, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Intenção de voto hoje é uma, amanhã pode ser outra. Mas a avaliação que a população faz do Governo Lula é extremamente positiva. Portanto, talvez até a metodologia...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora, para concluir.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A metodologia de trabalho da oposição talvez merecesse um pouco de reflexão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com a palavra...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Se querem investigar, o que quiserem investigar, estabeleçam CPI com fato determinado. Fazer com um fato e, por vias transversas, querer investigar outras coisas, está certo o Supremo Tribunal Federal.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Peço a palavra com base no art. 14, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª., Senadora, respeite os seus colegas nos cinco minutos. Com a palavra o Senador.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu peço a palavra com base no art. 14. Eu invoco o art. 14 fui citado pela Senadora Ideli Salvatti, peço a palavra, portanto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra pelo art. 14.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – A impressão muito clara que a Senadora me passou, é que pensou que estava fora da sala, eu estava aqui. Tanto que ela mudou o tom, estava bem mais agressivo do que no final, eu não preciso pedir a V.Exª. que me respeite, eu sei me fazer respeitar muito bem, eu posso pedir a V.Exª. que se respeite, isso é um pouco diferente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Três minutos para o Senador.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Não estou pedindo a cabeça do Ministro Palocci, a cabeça do Ministro Palocci, porque, porventura, meu partido tenha ou não tenha candidato, estou pedindo porque formei a convicção de que S.Exª. Está envolvido em grossa corrupção nesse país. Não é Ministro do meu país, da minha Pátria, do meu povo, de nenhum Governo que se pretenda minimamente sério, aquele que depende do silêncio do jovem Francelino para se manter Ministro. Não é Ministro aquele que está envolvido com Buratti, com Poleto, com toda essa máfia tipo Sul da Itália, que nós vimos aqui delineada pela CPI que V.Exª. preside tão bem. Não meti a eleição em nenhum momento. Estou pedindo o adendo de todos esses fatos alegados pelo PT para brecar a Sessão de hoje, para que a CPI possa ter plena liberdade de ação e possa cumprir com os seus desígnios. Portanto, vou mesmo à tribuna, exercendo o que é o meu direito e mais do que isso, o meu dever, para dizer que peço a cabeça do Ministro, porque ele não é mais Ministro! Eu estou falando aqui não é de eleição, é de roubalheira. Estou falando de negociata. Estou falando da podre República de Ribeirão Preto, que não pode mais ter um dos seus representantes, um dos seus asseclas no Ministério da Fazenda. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Arns, V.Exª. tem a palavra, Senador Arns. Por cinco minutos, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Certo. Sr. Presidente, em primeiro lugar eu quero fazer uma observação em relação à fala de V.Exª., quando V.Exª. mencionou que a relação de que ele teria afirmado que o Caio estaria presente na casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Está no depoimento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, pelo que eu entendi do depoimento, e é bom, por isso que estou falando para V.Exª. para checar nas notas taquigráficas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vou pedir para retirar as notas taquigráficas para V.Exª.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Ele mencionou que o nome Caio foi falado num telefonema e que ele não viu a pessoa. Foi perguntar, não sei se pelo Relator ou pelo Álvaro, Senador Álvaro Dias...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tiraremos as dúvidas pela nota taquigráfica.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mais deixando muito...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas foi citado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não. Foi citado...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Concordo com V.Exª.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, só para dizer o que aconteceu para clareza do argumento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não tem muita diferença.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O nome Caio, ele ouviu sendo citado num telefonema, a gente pode deduzir daí...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ele sentiu que se tratava de um estrangeiro.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, ele ouviu...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Está aqui, o Relator que foi quem perguntou.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Relator perguntou. Eu só quero dizer que eu também participei de toda...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Está nas notas taquigráficas, não vamos discutir esse assunto. Que o nome de Caio foi citado, que ele disse que se tratava de uma pessoa que com voz diferente da nossa...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Ele não escutou. Por isso que eu quero dizer qual que foi a compreensão nossa, porque a compreensão de V.Exª. foi diferente da minha, e não sei se foi a mesma do Relator. Mas é bom que se diga, para a verdade dos fatos e para dizer o que houve, independente de ser investigado ou não, mas para sermos fiéis àquilo que foi colocado. Que o nome Caio, ele ouviu sendo citado, nunca ouviu o Sr. Caio falando ou coisa semelhante, porque ele ouviu alguém mencionando Caio, mas que nunca viu esta pessoa, em termos daquela residência. Independente de qualquer investigação que seja feita em relação à pessoa do Caio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tudo bem. Eu agradeço a V.Exª. e, claro, eu poderia até ter citado outra conexão a que o Sr. Rogério Buratti, que foi visto lá, citou no seu depoimento, na Polícia Federal e aqui, de que o Sr. Ralf Barquete e o Senhor... acho que Poleto, não sei qual foi, Poleto, Ralf Barquete e o outro qual foi? E o Poleto recebeu um milhão de reais das casas de jogos de bingo. Quer dizer, se fizeram conexão, os depoimentos estão dados na Casa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, eu não estou...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nós vamos buscar, em função desses depoimentos é que a nossa Assessoria já está trabalhando para se pronunciar em relação à questão da liminar. Mas V.Exª. tem a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou descontar o tempo que atrapalhei V.Exª.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, atrapalhou, por favor. Eu só quero, na verdade, Sr. Presidente, que fique claro o que aconteceu no dia de hoje, não o que aconteceu nas outras Sessões, porque isso nem estou abordando, mas no dia de hoje foi este relato respondendo, pelo que me informaram, uma pergunta do Relator. Então ficou claro de que ele não ouviu o Sr. Caio falando, que ele não viu o Sr. Caio, que ele ouviu alguém mencionando o nome Caio. Tudo bem, mas isso é o de menos. Mas é só para deixar claro. Eu quero também dizer, dar toda a razão como eu disse antes para o Senador Tião Viana e para qualquer outra pessoa que procure qualquer tipo de auxílio no Poder Judiciário. Nós só temos o Poder Judiciário para dirimir esses conflitos, senão feche-se o Poder Judiciário. Se a pessoa não pode apelar para o Poder Judiciário em função de uma dúvida que tenha, de uma insatisfação, de uma falta de realização de um direito, seja em que assunto for... (soa a campainha) Nós não precisaríamos ter o Poder Judiciário. O que aconteceu aqui? Nós temos uma Lei dentro deste Senado, que é o Regimento. E nós temos uma Lei no Brasil que é a Constituição Federal. E a Constituição Federal é clara em relação a CPI, objeto da CPI determinado e tempo determinado também. Por que a CPI dos Correios está dando certo também nesse aspecto? Porque investigou o fato e o fato foi conduzindo a outras alternativas conexas e isto levou à investigação. O que está acontecendo aqui? Não preciso eu falar. Toda a imprensa fala, toda a sociedade fala que aqui nós estamos investigando tudo. Se sai uma notícia no final de semana na imprensa certamente essa notícia vai ser objeto de investigação na CPI dos Bingos. Então, o que aconteceu? Um Senador, não podendo compactuar, na verdade, com descumprimento do Regimento com o descumprimento da Constituição, entrou no Supremo Tribunal Federal pedindo uma liminar contra esse estado de coisas que estava acontecendo na CPI. E o Poder Judiciário, liminarmente, deu razão ao Senador. Então, isto é perfeito, é correto, é adequado seja em que aspecto for. Quer dizer, este ou outro qualquer aspecto que aconteça na sociedade. É justo. O Poder Judiciário definiu e os nossos direitos, se nós achamos que os nossos direitos, em qualquer área, estão sendo desrespeitados, o caminho é a Justiça. Então, nesse sentido, quero enaltecer o trabalho do Senador Tião Viana que eu diria, no futuro, nós vamos analisar e dizer que ele colocou nos trilhos o trabalho que vinha sendo feito de uma maneira que não poderia, na verdade, estar acontecendo em termos aqui da nossa CPI, do nosso instituto da CPI. Então, neste sentido, eu acho que, infelizmente aconteceu, aconteceram os fatos anteriores que conduziram a este momento, mas, isto é necessário dentro de um sistema democrático. Não adianta a gente falar que há uma crise, um conflito entre a Justiça e entre o Legislativo. O Judiciário tem este poder e todo cidadão que tiver os seus direitos ameaçados da ótica do cidadão deve apelar para a Justiça.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – V.Exª. pode me conceder um aparte?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Através de um instrumento judicial poder fazer também o que, na verdade, deve ser feito em termos de realização de direitos.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Pode me conceder um aparte?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não sei se o Presidente concede, mas da minha parte não há problema algum.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Não, é só uma única pergunta muito objetiva, Senador Flávio Arns é porque, veja, se V.Exª. disse que os Senhores não podiam compactuar com o descumprimento da Constituição e com tudo o que vinha acontecendo, o que é surpreendente para todos nós é que só entrou hoje...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, eu só quero dizer a V.Exª....

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – É porque o estranhíssimo...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Este assunto foi levantado exaustivamente...

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Mas é porque os Senhores só entraram...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Tempos anteriores.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Mas no Supremo só hoje.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, no Supremo só hoje.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Tantos dias, tantas outras audiências...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Isso mostra que deveríamos ter entrado, na verdade, na minha ótica, há muito mais tempo. Desde o primeiro episódio em que nós percebêssemos que o objeto da CPI estava sendo desvirtuado daquilo que havia sido aprovado, nós deveríamos ter entrado. O fato de hoje demonstra, como uma questão pedagógica para todos nós, que no primeiro momento, já no primeiro momento em que isto acontecer deve ser proposta uma ação, para que este descaminho seja corrigido. Infelizmente, aconteceu só no dia de hoje. Mas eu diria: "Antes tarde do que nunca". Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e concedo a palavra ao Senador Antero. Aliás, desculpe, Senador. Vou fazer a chamada. Senador Mozarildo. Senador Antônio Carlos. Senador Sibá. Senador Arthur Virgílio, que já usou e tem a palavra o Senador Antero. Depois, V.Exª., Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Em seguida, V.Exª., Senador.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Primeira questão, a oposição não é contra a questão do fato determinado e conexo. Mas não há como não relacionar esse depoimento com fatos conexos. É evidente que se ele viu ou ouviu falar no Caio, se o Caio é o bingueiro de Angola, se existe depoimento anterior do senhor Rogério Buratti de que o bingueiro de Angola deu um milhão para a campanha do Lula, que esse dinheiro foi entregue para o senhor Palocci, por que é que não tem o fato conexo aí? O fato está inteiramente conexo. Não é a CPI de bingo? Então, o fato é determinado e é conexo. Ninguém é contra os fatos determinados, Sr. Presidente. E a outra questão, eu creio que o Supremo tem todo o direito de liminarmente decidir. Mas o Supremo liminarmente decidiu mal. Nós somos obrigados a cumprir, não somos obrigados a concordar com a decisão do Supremo. O Supremo decidiu mal, porque o Supremo decidiu em cima de que aqui estava se fazendo uma devassa na vida privada do Sr. Palocci. Quando aqui a oposição teve o cuidado absoluto de sequer perguntar, nem o cidadão humilde falou e nem nós perguntamos sobre a vida privada, particular e as preferências do Sr. Ministro da Fazenda. Portanto, essa decisão do Supremo, liminarmente, é injusta, porque faz um prejulgamento equivocado desta CPI, porque não respeita o trabalho sério e correto que V.Exª. vem fazendo. Mas não fique triste não, Senador Efraim. Cada decisão dessa não diminui o trabalho gigantesco de V.Exª. diante da história e desta CPI, ao contrário, aumenta, porque V.Exª. tem conduzido com correção e eu me orgulho de ser presidido por V.Exª. aqui na CPI dos Bingos. Os fatos são exuberantes. Aliás, todos eles estão no relatório preliminar do Relator. Buratti está indiciado no relatório preliminar, é amigo do Palocci. Poleto está indiciado no relatório preliminar e é amigo do Palocci. Ademirson está indiciado no relatório preliminar e é amigo do Palocci. Francelino Dourado está indiciado no relatório preliminar e é amigo do Palocci. O motorista vem aqui... (soa a campainha) E faz um depoimento fortíssimo à CPI dos Bingos. O Ministro veio aqui e mente à CPI, quando diz que usou o avião com pagamento feito pelo PT. Depois, as contas prestadas pelo PT provam de que o Ministro mentiu. Depois, o Ministro mente de novo numa nota oficial à CPI. O Ministro vem aqui e mente que não estava mais conversando com Rogério Buratti desde que ele não estava mais em Ribeirão Preto. Não é verdade. Aí vem o caseiro, o Sr. Francenildo, este Francenildo caseiro é a quem nós devemos chamar de excelência. E o Sr. Palocci é o Pinóquio do Governo Lula. Ele mentiu ao Senado da República. Ele não tem condições de continuar Ministro. As duas alternativas são válidas. Se ele gostar do Brasil, ele pede para sair hoje e não amanhã. Podia ter pedido ontem, mas não pode ser amanhã. E o Presidente Lula, que não demitiu nem Waldomiro, deveria demiti-lo. Não dá para ter um Ministro da Fazenda a quem não se pode respeitar. E, infelizmente, o Sr. Palocci fez questão absoluta de rasgar, de picotar, de triturar, de queimar, de destruir as cinzas que existia de respeito do Senado da República para com o Sr. Palocci. Foi a autoridade tratada com mais respeito nesta Casa. Aquilo era tapete "hipervermelho" quando ele vinha aqui e o Senado descobre agora, com toda a reverência que nós prestamos, o Palocci mentiu à exaustão à CPI. É o Ministro Pinóquio, não pode continuar chefiando a economia da República. Parabéns a V.Exª., Sr. Presidente Efraim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e concedo a palavra ao Senador Tião Viana. V.Exª. dispõe de cinco minutos, Senador.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores. Estou ouvindo atentamente as manifestações dos Senadores, dos distintos partidos,

algumas manifestações de exaltação, crítica, duras críticas a interpretação que tenho, Senadores que o fazem nesse momento a decisão do Supremo ou a conseqüência dela para a CPI e também em relação à atitude que eu tomei. Quero dizer da minha tranqüilidade de consciência, da minha coerência com a responsabilidade política que tenho, da defesa que devo ter sempre intransigente e procuro fazer todo dia do meu mandato Parlamentar do Regimento Interno do Senado Federal, que é quem dita as regras de procedimentos que nós devemos ter em relação ao processo legislativo. E, ao mesmo tempo, do apreço e do respeito que tenho pela Constituição Federal. Se nós facilitarmos o entendimento do tanto que essas peças são fundamentais para o mandato Parlamentar, para o Parlamento Brasileiro, nós vamos estar correndo o risco de agredir a democracia. E eu sei que não é o espírito de qualquer um dos Senadores desta Casa, porque acho que todos são democratas. Agora, o meu entendimento claro, Sr. Presidente, é que nós não podemos imaginar que eu possa chegar de um lado da rua, olhar para uma pessoa que eu não goste e diga: "Você é bandido. E já ponho na cadeia". Não, tem um rito processual. Tem o rito da denúncia que deve ser feita, da coleta de provas, das defesas, todas as normas jurídicas estabelecem claramente como deve ser o ordenamento jurídico. E para nós parece que causa uma estranheza e um desconforto muito forte quando se defende que a CPI siga o rito processual, que o Regimento Interno do Senado Federal estabelece e que a Constituição Federal estabelece. Então, o meu entendimento, o meu entendimento claro é que nós agimos para proteger. Eu quando agi assim faço com a auto-estima elevada, porque protegi as prerrogativas da instituição Senado Federal. Eu acho que nós fortalecemos assim, na hora que eu me enfraquecer como cidadão, como agente político para agradar setores partidários que não concordam com a minha tese e com isso eu venha a ferir o Regimento e eu venha a ferir o manto Constitucional, eu me mostro pequeno. Não acho que seja o meu papel. Por isso eu faço tranqüilo. Deveríamos, como diz a Senadora Heloísa Helena, de maneira muito clara e com autoridade para fazer, deveríamos ter feito antes. Eu também acho. Também acho. Faço uma autocrítica, porque não fizemos antes, mas não fizemos antes, porque estendemos a compreensão, ao invés de outros agentes públicos que dirigem políticas Estaduais e Municipais que proíbem CPIs e CPIs, dezenas de CPIs, nós aqui não proibimos, nós abrimos e deixamos andar e pedimos a apuração e fomos elásticos. Deixa apurar, nós não temos nada a temer, nada a esconder, se tiver bandido do nosso lado que seja condenado, que seja punido, que seja exemplarmente preso. Agora, não achamos, o meu limite foi achar, depois do recurso de buscar compreensão desde o Senador Tuma a todos os outros Senadores desta Comissão, para que nós conduzíssemos respeitando o direito individual, a privacidade, a dignidade de um cidadão brasileiro, que até prova em contrário é inocente, que é o Ministro Palocci. Não fui atendido. E aí me senti no direito de recorrer aquilo que a democracia estabelece que é o manto processual que tem o Supremo Tribunal Federal. A nossa Suprema Corte constituída por aquilo que nós votamos como norma jurídica, dentro do Senado Federal. Por isso eu me sinto muito tranqüilo. Acho que se nós defendermos o regimento ao invés de pessoas, se defendermos a Constituição ao invés de partidos ou pessoas, nós estaremos fazendo um bem à democracia. Com isso, Presidente, saiba V.Exª. que em nada eu me afastei do respeito que tenho à Presidência da Comissão, em nada ao Relator, em nada ao Vice-Presidente ou a qualquer membro, mas agi com a minha consciência política e pessoal, era o que eu tinha a dizer.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, eu fui citado, se V.Exª. permitir como único citado na tentativa de acordo. Dois, um segundo só.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. dispõe de três minutos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não quero tanto tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O mesmo tempo que coloquei ao Senador Arthur Virgílio, três minutos a V.Exª. 3 minutos para V.Exª.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O direito de peticionar é sagrado. Então eu não discuto isso, porque qualquer um de nós pode recorrer a qualquer instância que for permitido pela Lei a fazê-lo. Então eu não estou discutindo este o mérito. O que V.Exª. fez, foi um acordo para constituir uma Subcomissão. E todos os que votaram contrários ao Requerimento, seguiram a liderança do PT. Eu segui a minha liderança que é uma obrigação partidária de respeito. Eu fiz um Requerimento anterior que não foi tomado conhecimento, para que ele fosse ouvido na Polícia Federal. Como houve a decisão e o Requerimento eu tinha feito também para que ele viesse a esta Casa e o Senador Álvaro Dias teve preferência por ter entrado em primeiro, como é que eu poderia votar contra o meu Requerimento? Agora, eu acho que amordaçar alguém que é rotulado como mentiroso é muito difícil de aceitar. Eu não estou contra V.Exª. entrar com recurso. É um direito primário de qualquer cidadão, requerer o que ele achar conveniente, até contrário à sua mãe se quiser. É um problema de cada um de nós. É um Direito Constitucional, é

um direito ferido na democracia, nem a ditadura pode impedir que se faça um Requerimento ou recorra à Justiça. Então eu só queria que V.Exª. compreendesse o meu papel, porque eu jamais deixei de respeitar e entender as preocupações de V.Exª.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias, V.Exª. dispõe de três minutos.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, nós estamos vivendo um momento da maior gravidade. Uma decisão monocrática de um Ministro, que tem uma indicação política acaba jogando para o ar o princípio da interdependência dos poderes. Num julgamento que leva em conta a presunção. O Ministro presumiu de que ocorreria determinado tipo de questionamento nesta reunião. E usa a sua bola de cristal para adivinhar o que poderá ocorrer em diligências futuras. E decide pela suspensão de diligências, que sequer foram indicadas pela CPI. O que é pior, sem consultar a CPI para julgar. Agora, Sr. Presidente, eu acabo de receber uma informação de Ribeirão Preto e vou transferir essa informação. É evidente que ela precisa ser comprovada. Mas a informação dá conta de que dos cinco principais Assessores do Ministro, três são originários do escritório BRASIL SALOMÃO, um grande escritório de Advocacia de Ribeirão Preto, que defende a causa da empresa LEÃO & LEÃO. Portanto, o Ministro devia se declarar impedido, porque nós temos o direito de considerá-lo suspeito, já que quem redige os Assessores responsáveis pela redação do parecer prolatado por ele, da decisão prolatada por ele, estão sob suspeição uma vez que oriundos de um escritório, que é parte nesse processo de investigação. Olha, Sr. Presidente, de outro lado agora politicamente, o Governo comete um equívoco de estratégia incrível. Primeiro, o depoente falou, disse o que tinha a dizer. E depois, o Governo afunda-se numa atitude, através da proposta do Senador Tião Viana, numa atitude autoritária, prepotente que afronta a autonomia do Congresso Nacional subtraindo dele prerrogativas fundamentais. Portanto, Sr. Presidente, eu creio que cabe uma decisão do Presidente da Casa. V.Exª. adotou as providências que lhe cabiam adotar, mas deve falar a respeito o Presidente do Senado Federal, na defesa de um princípio elementar para que possamos exercitar, na plenitude, o processo democrático que é o respeito à autonomia dos poderes estabelecida pela interdependência que é regra básica Constitucional. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e convoco sessão para a próxima terça-feira. Está encerrada a sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Antes porém quero fazer uma comunicação aos Srs. Senadores, na próxima terça-feira teremos também reunião administrativa, para que reaberto, abertos os trabalhos também faremos Sessão Administrativa. Senador Agripino, peço desculpas a V.Exª. que está inscrito e encerrei, mas concedo cinco minutos a V.Exª. como fiz com aos demais. Reaberta a Sessão, V.Exª. tem cinco minutos.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Agradeço a V.Exª., Sr. Presidente, e eu gostaria de fazer uma consideração e vou usar apenas os cinco minutos, para fazer uma consideração que reputo a verdade ou a síntese do que aconteceu. Lamentavelmente, Sr. Presidente, assistimos, nessa reunião, a reunião do medo, assistimos a reunião do medo. (soa a campainha) Medo de quê? Medo do pega na mentira. V.Exª. é nordestino e sabe que lá nós temos um ditado popular: "Pega na mentira". Na reunião de ontem, V.Exª. é testemunha de que havia um Requerimento de Convocação do Sr. Francenildo e aqueles que fazem a base do Governo, sem discutir se o assunto era focado ou não no objeto da CPI, propuseram uma fórmula de uma Comissão de Senadores da CPI ouvir externamente o Sr. Francenildo, que história é essa de fora de foco, se eles próprios tomam a iniciativa de propor essa fórmula? Fórmula que não foi aceita e evolui-se para a votação do Requerimento, Requerimento que foi votado democraticamente pela unanimidade, unanimidade dos presentes. Ganhou a tese da realização da oitiva do Sr. Francenildo por escore de oito a seis. Com a definição ficando a cargo de V.Exª. ou do Relator, do Vice-Presidente sobre se ela seria aberta ou fechada. Hoje os Governistas dizem que o temor da reunião ocorrer aberta é que assuntos de ordem pessoal de S.Exª., o Ministro Palocci deveriam ser abordados e foi tomado o compromisso tácito de não falar neste assunto. E assim transcorreu. Ao mesmo tempo, e aí vem o negro da história e a reunião do medo, no pega na mentira. Entram os Governistas e lamento que tenha sido o Vice-Presidente do Senado, contrariando a orientação do dia anterior e a iniciativa proposta no dia anterior, entra no Supremo Tribunal Federal, de repente, perdeu o foco. Ontem tinha foco, hoje não tem mais foco. Não tem mais foco por quê? Porque tinha o medo de que aqui fosse constatado, o que foi constatado. S.Exª., o Ministro Palocci quando esteve nesta Comissão disse que tinha usado o avião do seu Conalghi para ir a Ribeirão Preto e que o avião tinha sido usado e pago pelo PT. Logo depois veio a carta do Sr. Conalghi dizendo

que o avião não tinha sido nem alugado, nem pago pelo PT, ele tinha sido emprestado a título de favor. Favor que estava obrigado a outro. Aquela história do favorzinho obrigado a outro. E o outro favor ninguém sabe qual foi. Está passível de investigação. A primeira mentira. A segunda mentira, o Ministro disse que nunca foi à casa do Lago. Aqui, dentre outras coisas, o Sr. Francenildo confirmou, que o Ministro foi várias vezes e deu circunstancias, ele na sua modéstia, na modéstia de sua figura física que só passa credibilidade, porque ele não tem nada a ganhar a não ser passar este país a limpo ou nos ajudar a passar este país a limpo, deixou claro que o Ministro foi sim e o Ministro mentiu. Mentiu duas vezes, Sr. Presidente. E aqui ficou caracterizado o pega na mentira, a reunião do medo. O medo da reunião era de que a mentira fosse flagrada como foi flagrada. Eu disse, no começo dessa reunião: Presidente, eu vou repetir o argumento que eu usei no começo desta reunião. "Como fora de foco?" Nesta Casa iam, ou a esta casa iam o Sr. Poleto, o Sr. Buratti, o Sr. Ademirson, o Sr. Francisco das Chagas, todos vieram aqui. E o caseiro diz, no seu depoimento, das Caixa s de dinheiro, dos envelopes que entravam e saiam e citou um fato que eu não sabia. O Sr. Poleto, que era o homem que pagava aluguel da casa, foi o mesmo homem que Francisco das Chagas, que Francenildo conhece, sabe que é o motorista, pegou no aeroporto e levou com o Sr. Caio, o bingueiro que dizem, supõe-se, nós estamos investigando esse fato, deu um milhão de reais para a campanha do PT. Quer conexão mais evidente do que essa? E ele veio aqui para estabelecer a conexão e o rol de evidências e deixou o rol de evidências colocado. Agora, página negra, Senador Romeu Tuma, pelo fato de termos tido uma reunião interrompida por culpa do Congresso. Por culpa do Congresso, o Congresso não tinha nada que ter invocado o Supremo Tribunal Federal para resolver uma coisa que ele tinha resolvido ontem. Como é que ele resolve ontem e os mesmos que resolvem ontem invocam o Supremo Tribunal Federal? Para denegrir a imagem do Congresso? Para prejudicar a imagem do próprio Governo? Sr. Presidente, cesteiro que faz um cesto, faz um cento. O Sr. Ministro, o Sr. Ministro Antônio Palocci com esta reunião de hoje, com a atitude dos seus aliados ficou carimbado na testa de falta dor com a verdade. O Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva... (soa a campainha) Que tem tanto apreço pelo Ministro, precisa dizer a público e vir dizer se vai ou não vai conviver com mentiroso no seu Governo, que convive com a improbidade, é claro, convive com a improbidade, sim, Senhor. Convive sem sombra de dúvida, há sobejos exemplos. Agora resta saber se ele vai conviver ou não com o mentiroso. Porque o caso do avião e o caso da freqüência à casa dizem que cesteiro que faz um cesto, faz um cento. Se ele quer conviver com um pilar central no seu Governo, o homem que toma conta das finanças do país e que pratica a falta com a verdade é um problema do Presidente da República, que vai ter que prestar contas ao povo brasileiro, aos Francenildos da vida que aqui estiveram, para colaborar com os membros da Comissão para esclarecer a verdade. E hoje tivemos a reunião do medo. Aqui hoje presenciou o Senado a reunião do medo. A reunião que, definitivamente, identificou o pega na mentira.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V.Exª. permite, Senador Agripino?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Claro que sim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senador Agripino, eu queria ponderara a V.Exª. que em nenhum momento aqui, eu pelo menos inclusive como membro do Partido dos Trabalhadores tive qualquer receio. Quero e tenho procurado colaborar para o desvendar da verdade. Nós ouvimos o Sr. Francenildo Santos Costa. Eu, infelizmente, estava listado como um dos seguintes a fazerem as perguntas e, entretanto, não tive a oportunidade, mas é importante que nós completemos a apuração, tendo em conta aquilo que disse o Sr. Francenildo, antes de chegarmos já a conclusão definitiva sobre tudo o que aconteceu. Eu, pelo menos, quero transmitir a V.Exª. que eu considero importante estar ouvindo o Ministro Antônio Palocci, tudo aquilo que ele puder nos esclarecer sobre o que o Sr. Francenildo falou. O que, eventualmente, de verdade existe ou não. Se pode ter havido qualquer erro de pessoa, em que pese as afirmações dele. Hipoteticamente isso pode ter ocorrido. O Ministro Antônio Palocci por tantas coisas que eu conheço da vida dele, merece a minha confiança no que diz respeito ao que diz. É claro que eu próprio, diante das afirmações do Sr. Francenildo, quero indagar ao Ministro Palocci das coisas. Mas apenas quero aqui dizer, ainda não temos a conclusão definitiva dos fatos, até porque falta completar, aprofundar, inclusive dando ao Ministro Palocci a oportunidade completa de esclarecer os episódios. Então, e quero lhe...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sugiro a V.Exª., Senador...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não terei nenhum...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sugiro a V.Exª. que apresente um Requerimento convocando o Ministro Palocci.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E sem receio algum de estar. Quer dizer, eu aqui estou procedendo sem medo algum.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu sei disso. Eu sou testemunho da coragem de V.Exª., eu assino embaixo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Apenas isso que eu quero transmitir, porque eu quero, confiando no Ministro Palocci, dar a oportunidade completa a ele de esclarecer os fatos e eu inclusive que gostaria de fazer algumas perguntas relevantes para o Sr. Francenildo, que hoje não pude fazer. Mas, se houver a continuidade em alguma situação da nossa argüição, eu estarei inscrito e daí formularei as perguntas que eu avalio são importantes para esclarecer melhor o que foi dito até agora.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, já vou encerrar. Eu queria concordar com o Senador Eduardo Suplicy, que é uma voz muitas vezes solitária dentro do seu próprio partido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quero registrar, Senador Agripino, que o Senador Suplicy votou favorável...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – É verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ao Requerimento para ouvirmos o Sr. Nildo.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Perfeito. O Senador Suplicy muitas vezes é uma voz solitária dentro do viés da sensatez, dentro do Partido dos Trabalhadores e ele, com muita propriedade, coloca aquilo que era o seu desejo e que foi interrompido por iniciativa do seu partido. Era seu desejo fazer perguntas ao Sr. Francenildo, para passar a limpo uma dúvida séria, de um assunto sério que ele tinha e que o país tem. Infelizmente, não nos resta alternativa senão criar uma CPI nova ou fazer um aditivo a esta CPI, para que este assunto possa ter conclusão, porque ficar como está não vai ficar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e concedo a palavra ao último orador inscrito, nobre Senador Magno Malta. V.Exª. dispõe de cinco minutos.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Presidente, eu nem ia mais usar a palavra. Vou usar em função da fala do Senador é...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – José Agripino.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – José Agripino, Vice-Presidente da República. Sr. Presidente, porque quando nosso Vice-Presidente falou, falou muito genericamente e eu fui um dos que defendi essa Subcomissão. Mas defendi a Comissão, não porque era contra a vinda dele, muito pelo contrário, até fiz argumentos de avanço que nós tivemos na CPI do narcotráfico, foi esse tipo de atitude não querendo impedi-lo de vir. E os argumentos que fiz e prometi a V.Exª. que, aliás, que não faria, mas vou fazer pela última vez, quando invoquei fato determinado o fiz em função de ter propriedade para fazê-lo. Mas em nenhum momento fiz argumentos de que ele não viesse, em absoluto. Em absoluto. Em absoluto. Argumentei no sentido que se nós tivéssemos uma Comissão, certamente, nós teríamos, teríamos muito mais proveito. Aliás, está provado agora, que teríamos muito mais proveito. Teríamos ouvido, teríamos sabido de tudo, estaríamos com tudo aqui. Disse, no início da minha fala, que disse ao Senador Tião Viana que discordava da posição dele. Discordava da posição dele. Nós não ganhamos com isso, nós não ganhamos com isso. Embora ele tenha todo o direito, como todo o cidadão tem, como todo cidadão tem. Acho que ele errou pelo tamanho do texto e o que colocou no texto. Não especificamente a questão de hoje, de hoje. Então, Sr. Presidente, eu faço essa ressalva ao Senador José Agripino, que fez genericamente, eu fui um dos proponentes, e continuo insistindo, teria sido melhor. Não teria havido liminar. Ele teria sido ouvido por essa Comissão. Nós hoje teríamos todo o depoimento dele. Em nenhum momento me preocupei que nós, depois das manifestações de todos os Senadores, de que ninguém estava interessado de ouvi-lo a respeito de, da vida particular do Ministro e, certamente, até onde o depoimento dele discorreu, eu vi parte, parte não estava aqui. Certamente isso não aconteceu. Então eu quero que fique claro, com relação a mim, a minha posição sempre foi muito clara, desde o princípio da CPI. A minha posição, enquanto proponente, enquanto redator do fato determinado foi sempre muito clara, nunca me coloquei fazendo uma disputa política, uma disputa partidária e comecei a minha fala aqui, Senador Suplicy, dizendo o seguinte: "Nenhum dos dois são meus candidatos, nem Alckmin nem Lula". Não estou aqui fazendo disputa. Não estou dentro do processo eleitoral. Não estou fazendo da CPI um palanque para poder promover A, ou B, ou fazer desgaste de A, ou B. Eu cumpria um dever com a minha consciência e se tivesse que voltar atrás e propor novamente, Sr. Presidente, a criação de uma Comissão, eu faria com a mesma tranqüilidade, até porque fiz com o espírito de quem, na verdade, não queria de forma alguma cercear a vinda do caseiro, do Sr. Francenildo, Francenildo dos Santos Costa à esta Casa. Então eu só queria fazer essa ressalva ao Senador Agripino, relembrá-lo disso, até porque acho que ele poderia muito bem dar

nomes às pessoas que não queriam que ele viesse, em função de estar dentro dessa disputa que só eles mesmo podem explicar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador Magno Malta. E convoco Sessão para a próxima terça-feira, inclusive com Sessão Administrativa. Está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às15h30min.

Ata da 65ª Reunião, realizada em 21 de março de 2006.

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às treze horas, na Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores, Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, José Jorge, Valdir Raupp, Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Álvaro Dias, Ideli Salvatti e Wellington Salgado, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a mesma é de caráter administrativo. O Presidente comunica a ausência do Relator por motivo de doença e que em virtude da ausência do mesmo, a reunião administrativa com votação de requerimentos ocorrerá somente amanhã. Informa ainda que amanhã às onze horas e trinta minutos está prevista a oitiva da senhora Isabel Bordini, convocação aprovada pelo Requerimento nº 308/05, de autoria do Senador Álvaro Dias. A seguir, procede a leitura do Ofício 145/06-CPI/Bingos, referente a convocação da senhora Isabel. Indaga aos Senhores membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. Inicia-se a apreciação de alguns requerimentos. **Requerimento n.º 073/06**, de autoria dos Senador Tião Viana, Ideli Salvatti, Flávio Arns e Eduardo Suplicy, requerem seja a documentação em anexo encaminhada, para o devido fim de eventual instauração de inquérito policial em desfavor do Sr. Benedito Valencise, Delegado da Seccional de Ribeirão Preto/SP. Com a palavra pela ordem o Senador José Jorge que solicita informações sobre o teor do requerimento subscrito pelos Senadores. O Senador Eduardo Suplicy esclarece trata-se de encaminhamento de documentação ao Procurador Geral da República para prestar os esclarecimentos necessários em relação a apuração de fatos concernentes ao Delegado Benedito Valencise. Em discussão, usam da palavra pela os Senadores Flávio Arns que faz algumas considerações a respeito do requerimento em discussão. Com a palavra o Senador Álvaro dias solicita seja retirado o **Requerimento n.º 063/06** de sua autoria, que solicita a Polícia Federal proceda as instauração de inquérito para identificar os responsáveis pela violação do sigilo bancário do senhor Francelino Santos Costa. O senhor Presidente indica os Senadores Álvaro Dias, Flávio Arns e Wellington Salgado para procederem diligências junto a Caixa Econômica Federal. Em votação o **Requerimento n.º 073/06**, é aprovado. **Requerimento n.º 049/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer que o senhor José Renato Granado seja convocado para prestar depoimento nesta CPI. Em votação, é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às treze horas e trinta e dois minutos e, para constar eu, *José Augusto Panisset Santana*, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 65ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245/2004, para investigar e apurar a utilização das Casas de Bingo para a prática de crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como, a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Srs. Senadores, queria comunicar a V.Exªs. que temos uma pequena dificuldade em termos da realização da nossa Sessão Administrativa, de caráter administrativo, em função da ausência do nosso Relator, o Senador Garibaldi Alves que se encontra com um pequeno problema de saúde, uma questão de uma conjuntivite, e se encontra em seu Estado de origem e telefonou para mim fazendo esta solicitação em função de ter recentemente realizado uma cirurgia de catarata.

Em função disso, conversei com as lideranças da oposição e do Governo e nós chegamos à condição de que tentaremos amanhã fazer essa Sessão Administrativa, embora deva comunicar a V.Exªs. que, desde o último dia 16 de março de 2006 nós expedimos um Requerimento e a nossa assessoria está tentando contato que até o dia de hoje não conseguiu. Nos seguintes termos, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245 de 2004 e nos termos do disposto do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico

a V.Exª. que esta Comissão deliberou, através do Requerimento nº. 308 de 2005 de autoria do Senador Álvaro Dias, convocá-la para prestar depoimento no próximo dia 22 de março, quarta-feira às 11h30, no Plenário nº. 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, à Sra. Isabel Bordini, que já foi aprovado o Requerimento e Assessoria está tentando um contato com a Sra. Isabel Bordini, para que ela esteja aqui amanhã. Caso contrário, nós tomaremos as providências cabíveis. Srs. Senadores...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra pela ordem, Senador Tião, só que antes, eu queria, dentro do entendimento feito, há um Requerimento, inclusive de V.Exª., como autor que era para ter sido aprovado na última Sessão. Em função da temperatura elevada, não foi possível. Nos seguintes termos, Sr. Presidente, diante do expostos no art. 5º, inciso III e CIX, inciso V, "a" e § 5º. da Constituição Federal, bem como em face do que dispõe a Convenção das Nações Unidas contra a tortura e outros tratamentos ou penais cruéis, desumanos ou degradantes, aprovado pelo Decreto Legislativo nº. 4, de 23 de maio de 1989 e promulgado pelo Decreto nº. 40 de 15 de fevereiro de 1991, a Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura, aprovada pelo Decreto Legislativo nº. 5 de 31 de maio de 1989 e promulgada pelo Decreto nº 98.386 de 9 de novembro de 1999 e da Lei de nº. 9.455 de 7 de abril 1997. Requeremos que seja esta documentação em anexo e encaminhada à consideração do Excelentíssimo Sr. Procurador Geral da República, para o devido fim, eventual instauração de inquérito policial em desfavor do Sr. Benedito Antônio Valencise, Delegado Seccional de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Assinado pelo Senador Tião Viana, Senadora Ideli, Senador Suplicy e Senador Flávio Arns. Em discussão.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Para discutir, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Para discutir também, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador José Jorge, V.Exª. tem a palavra para discutir.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Primeiro, eu gostaria do esclarecimento de V.Exª. o que ele está pedindo mesmo no Requerimento? Que tinha tanta Lei citada que...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, um dos autores para explicar ou Senador Tião.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Se me permite, Senador José Jorge, quero lembrar que quando o Delegado Benedito Valencise esteve aqui, tendo em conta que diversos Senadores, dentre os quais, os que assinamos este Requerimento, recebemos a informação de que pessoas na região de Ribeirão Preto, quando detidas por terem cometido alguns delitos, haviam sido maltratadas pelo Delegado Benedito Valencise ou por policiais sob a sua orientação e na sua presença, tendo eu próprio ouvido do Padre Agostinho, uma das pessoas que foi testemunha dos relatos feitos por pessoas que, embora tendo cometido delitos, para confessar esses delitos foram submetidos a maus tratos, segundo o depoimento dessas pessoas. Então, conforme V.Exª. se lembra, eu próprio listei o nome dessas pessoas e perguntei ao Dr. Benedito Valencise a respeito, se porventura, era verdade ou não. O Dr. Benedito Valencise afirmou a nós que não há fundamento nas denúncias. Mas, há diversos depoimentos em circunstâncias diferentes de inúmeras pessoas listadas.

Eu quero assinalar que soube que, por exemplo, o Delegado Geral do Estado de São Paulo, o Dr. Desgualdo afirmou que, segundo ele, o Dr. Benedito Valencise é uma pessoa acima de qualquer suspeita. Mas quero também lembrar que o próprio Dr. Benedito Valencise, perante à CPI, nos disse que gostaria que aquelas informações, as denúncias, fossem inteiramente objeto de apuração. Portanto, o que nós estamos solicitando é algo consistente com o que ele próprio pediu, que fossem apurados os fatos. Portanto, o Requerimento que os Senadores Tião Viana, Ideli Salvatti, Flávio Arns e eu assinamos é para que o Procurador Geral da República possa tomar as devidas providências para se fazer a averiguação correta. Não constitui uma denúncia. É só, tendo recebido as informações, nós pedimos que seja feita a averiguação.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Inclusive, atendendo ao próprio Delegado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Exatamente.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – É Sr. Presidente, eu acho que...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Este é o sentido.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Permita só acrescentar que, inclusive a OAB de São Paulo teve o mesmo procedimento, pediu a investigação.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não, Sr. Presidente, o que eu acho importante deste Requerimento é, em primeiro lugar, que essas questões vão ser apuradas, isso é positivo. Segundo, que o próprio Delegado disse que queria que fosse apurado. Agora,

quando a gente faz um Requerimento aqui, em relação a qualquer outra pessoa sempre se diz que não tem justificação, ou então que não está na alçada da CPI. Essa questão do Delegado é referente a Ribeirão Preto, então, portanto, está na mesma alçada que a gente diz que sempre esteve.

O Presidente Lula também toda vez que declara, ele diz que quer que apure tudo. E, na realidade, de vez em quando nós somos impedimos de apurar por pedidos de liminares etc. Então, eu vou votar a favor do Requerimento do Senador Suplicy. Agora, eu pediria ao Senador Suplicy e principalmente ao Senador Tião Viana que tivessem a mesma compreensão quando o desejo de apurar for nosso. Porque não fomos nós que inventamos este caseiro, foi o jornal O Estado de São Paulo que fez a matéria. Nós apenas estamos seguindo aquelas pistas que vão aparecendo que começaram com o caso da GETEC. Por que foi Ribeirão Preto entrou? Não foi porque a gente denunciou. Porque nós estamos investigando a GETEC. A GETEC é Rogério Buratti, Rogério Buratti denunciou Palloci e daí a trilha foi andando, então na realidade eu...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Permita Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – ... eu estou encerrando, eu concedo um aparte a V.Exª..

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Apenas para deixar claro, que quando nós fizemos este pedido de Requerimento, havia um ambiente, mesmo em divergência entre Senadores da CPI em relação ao entendimento de fato determinado objeto, mas que todos deveríamos caminhar por esta trilha de trazer quando se votasse e tudo. E foi depois disso que houve aquele impasse que nós não tivemos mais condições de buscar construir um entendimento dentro CPI e aí nos divergimos. Daí em diante, não seria correto qualquer tipo de Requerimento assinado por nós que fugisse do fato determinado em si. Só para deixar a memória de por que ocorreu assim.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas, de qualquer maneira, Presidente, o Requerimento está mantido hoje. Ele poderia ter sido retirado. Ele está mantido. Então, eu voto favoravelmente. Eu acho que essa investigação é necessária. E espero que o Senador Tião Viana e o Senador Flávio Arns aqui meu companheiro vizinho, eles tenham a mesma compreensão conosco quando nós tivermos requerimentos que fazem com que nós possamos conhecer melhor aquelas operações de Ribeirão Preto.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – E para entender a coerência cobrada por V.Exª., eu retiro o meu voto também favorável e passo a votar contra para cumprir coerência. Então, diante do que V.Exª. puder dar o próprio Requerimento. Não, eu sou um dos autores. Nós somos quatro autores, mas não tem problema, da minha parte, sigo à risca uma postura de coerência. No meu caso eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Em discussão. Senador Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só gostaria de destacar alguns aspectos em relação a este Requerimento. Todos nós estamos bem lembrados do depoimento do Delegado aqui nesta Comissão. E surgiram depoimentos de outras pessoas, conforme já explicado pelo Senador Suplicy que o ligaria a atos de tortura que teriam acontecido em Ribeirão Preto. Então, neste sentido, em relação à natureza destas acusações, não há dúvida alguma, eu diria, porque todos nós tomamos conhecimento dessas acusações e esses fatos têm que ser levantados por uma autoridade competente que julgamos ser o Procurador Geral da República, sem dúvida alguma.

Neste sentido, esse documento está sendo enviado à Procuradoria Geral da República, inclusive conforme já ressaltado, a pedido do próprio Delegado aqui presente. Agora, eu só queria dizer ao Senador Tião Viana que, pelo que eu entendi, ele disse que retiraria a assinatura, eu diria que não há esta necessidade porque a tortura em si não é objeto de análise desta Comissão. Quer dizer, nós estamos sendo extremamente coerentes. A tortura não é objeto de análise desta Comissão. Porém, nós tomamos conhecimento deste fato nesta Comissão e enviamos este documento, esta acusação para o Procurador Geral da República, que tem todas as condições junto com o Ministério Público Federal, de averiguar se esta acusação é verdadeira ou não.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu assinarei, então, uma carta nos mesmos termos do Requerimento ao Procurador da República, mas não aqui, para cumprir no meu caso, para não deixar dúvida de que eu estou querendo ser coerente com o que foi feito.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Até V.Exª. me desculpe, mas eu não estou vendo incoerência alguma porque nós podemos tomar conhecimento de vários fatos aqui dentro desta CPI. Eu considero extremamente coerente que esta CPI, na análise desses fatos, diga que esses fatos não têm a ver com o objeto da CPI e encaminhe esses fatos à autoridade competente. Eu não vejo incoerência alguma neste sentido. Quer dizer, ao invés de ser uma atitude pessoal, eu diria que tem muito mais força inclusive, sendo uma iniciativa da CPI.

Tantas coisas que já aconteceram e tantas coisa que poderão acontecer, e esta é uma delas. No sentido de se dizer: "Olha, isto são acusações graves, têm

que ser investigadas, não se sabe se são verdadeiras, conforme dito no Requerimento". A autoridade competente, uma das autoridades competentes que é, sem dúvida o Ministério Público, deve investigar. Então, esta CPI envie ao Ministério Público para que ela investigue. Então, neste sentido, não vejo, Sr. Senador, com todo o respeito e amizade, também não vejo absolutamente qualquer tipo de incoerência e eu diria que em relação a muitos outros aspectos que surgem nesta CPI, nós deveríamos tomar esse mesmo procedimento. Isto não quer dizer, deixando muito claro para a sociedade, que não se deseja investigar o fato, só que não é objeto da CPI, então, remete-se isto para a autoridade que possa, na verdade, tomar as providências cabíveis.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita Senador Flávio Arns, porque quero relembrar o nosso colega, Senador Tião Viana, que foi aqui, perante esta CPI, que o próprio Delegado Benedito Valencise nos disse que ele gostaria que isso fosse objeto de apuração. Então, decorreu do fato de nós termos argüido se teria ou não havido procedimentos daquela natureza, de responsabilidade dele. Ele disse que não, mas gostaria que fosse objeto de apuração. Então, levando em conta isso é que nós assinamos o Requerimento.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu deixarei, então, Sr. Presidente, em atenção a meus dois companheiros, desde que não venha a ferir o fato determinado e não esteja contra o objeto formal da CPI, pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Continua em discussão.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente,.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Apesar das explicações do Senador Tião Viana, de qualquer forma, nós devemos louvar essa mudança de orientação. Passa-se a admitir que a investigação relativa a Ribeirão Preto tem sentido nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. E se não tivesse, nós não teríamos avançado o que avançamos. Portanto, tem uma conotação lógica a aprovação deste Requerimento com atos anteriormente praticados pela CPI, inclusive com a apresentação de um relatório preliminar do Senador Garibaldi Alves indiciando pessoas de Ribeirão Preto, inclusive por formação de quadrilha. Portanto, hoje nós voltamos à rotina, à lógica inicial que nos conduziu a avançar as investigações em várias frentes, admitindo como válidos todos os elementos recolhidos durante os trabalhos de investigação.

E é este o nosso desejo que desta forma possamos prosseguir, porque é exatamente isso que desejam os brasileiros. É exatamente isso que diz o Presidente a todo o momento, que quer que investigue tudo. Eu acho que nós estamos distanciando muito a prática do discurso. O discurso fala em investigação. A prática é a tentativa permanente de obstruir os trabalhos de investigação. Nós precisamos aproximar a prática do discurso para que possamos oferecer a resposta desejada pela sociedade. Portanto, nós apoiamos o Requerimento. Achamos que não há mal algum em se investigar também relativamente à agressão aos direitos humanos neste caso. Como queremos que investigue, e urgentemente, o vazamento de informações que consubstanciou quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Nildo. Eu não entendo como se demora tanto para proceder a investigação necessária a respeito porque, pelas informações que temos, é algo simples. O funcionário que acessa a informação registra senha e matrícula, portanto não há dificuldade nenhuma e de pronto se obter a informação necessária para esclarecer a responsabilidade pelo vazamento de informação.

A propósito, Sr. Presidente, há um Requerimento de minha autoria sobre a Mesa que pede à Polícia Federal que investigue. Como a Polícia Federal já anunciou que está investigando, eu retiro este Requerimento porque se torna agora desnecessário. Quem sabe seria, eu coloco para avaliação de V.Exª., seria oportuno inclusive designar uma Comissão para em diligência, investigar na Caixa Econômica Federal o vazamento dessas informações, em razão dessas informações técnicas de que é simples verificar quem acessou a informação, já que fica registrado o momento, a hora, a máquina utilizada, a senha e a matrícula do funcionário responsável. Portanto, fica a critério de V.Exª., se achar conveniente, designar uma Comissão ou alguém que possa, ou de Senadores ou mesmo de Assessores da Comissão, que possa em diligência junto à Caixa Econômica Federal buscar essas informações com maior rapidez porque nós estamos admirados com a demora. Foram muito rápidos, muito eficientes para vazar as informações. Estão demorando demais para apontar o responsável pelo vazamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Requerimento de V.Exª. está retirado, Senador Álvaro Dias. E vamos sugerir aos companheiros da CPI que se forme de imediato uma Comissão para que se faça essa...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, só uma indagação a V.Exª.: não seria mais adequado que hoje à tarde em Plenário fosse definida a Comis-

são pela Mesa para fazer a mesma coisa? Ao invés de colocar para a CPI?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Vai pela a CPI, Senador. Não cabe à Mesa do Senado esta decisão. Não é assunto para a Mesa do Senado.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu digo ao Plenário, quis dizer o Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Este assunto é para a CPI. Nós vamos formalizar esta Comissão com o Senador Álvaro que é o autor, o Senador Flávio Arns e o Senador Wellington para que possam juntos se deslocarem até a Caixa Econômica para pedir as informações que entendo, qualquer diretoria da Caixa Econômica tem a condição de informar imediatamente. É automático está registrado, o computador não pode negar esta informação. Então, está constituída a Comissão para que tome essas providências de acordo com o que...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Faço sugestão que a Comissão designada por V.Exª. faça uma visita ao Presidente Jorge Matoso, da Caixa Econômica Federal, para que possa ele prestar as informações à Comissão que representa a CPI, o Senado Federal obviamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não tenho dúvida que a Comissão saberá dar os passos seguintes a partir de agora. Estão autorizados os Senhores três Senadores em nome da CPI para as providências. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Sr. Presidente, eu queria saber o seguinte. Diante desta decisão do Supremo porque naquele dia, que por sinal eu queria parabenizá-lo porque realmente conduzir uma reunião naquele clima da última vez que nós estávamos aqui, tem que ter realmente um domínio total da situação porque o clima estava bem tenso. Que V.Exª. conduziu muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª..

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Agora, eu queria saber o seguinte, diante da decisão do Supremo, porque na apresentação das fotos, das casas, das pessoas como eu nunca freqüentei aquela casa que está dita ali. Ainda bem que o depoente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Parece-me que dos que estavam presentes, nenhum.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – É, ele falou que não conhecia ninguém. Eu queria saber se está tudo paralisado ou se nós poderíamos de repente ir até a casa para eu poder entender como este negócio, se estava no quarto, não estava no quarto, porque eu já não sei hoje, eu perdi uma certa segurança, com todo o respeito, e não quero aqui polemizar. Mas, quando aconteceu todo esse erro da quebra de sigilo, mas ao mesmo tempo, Sr. Presidente, eu fiquei um pouco receoso com relação ao testemunho. Então, tem algumas coisas pendentes.

Não me atreveria a ir sozinho até a casa, Senador ACM. Porque depois vão falar que eu conheço a casa. Então, eu queria ver se existe alguma chance, ou se está tudo suspenso com a decisão do Supremo, ou se, por exemplo, nós poderíamos ir com testemunhas até a casa e ver esse negócio de aperta o botão fala com o Ministro. Tem botão, não tem botão? Fala, tem porteiro eletrônico, não tem porteiro eletrônico. Tem uma outra casa que sai todo mundo. Se há condição de o Ministro se perder no caminho até a casa, falar que o Ministro se perdeu. Agora, eu ir lá sozinho eu não tenho coragem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Wellington, primeiro para uma visita a casa depende dos proprietários. São duas casas, segundo a imprensa. Eu acho que apareceu uma outra casa de acordo com a declaração do corretor de imóveis. Antes da casa 25 tinha uma outra casa. Foi o que eu li na imprensa no final de semana. E quanto à questão da visita não tem... acho que se o proprietário e a proprietária da casa entender que deve ser feito, V.Exª. convida um dos companheiros...

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – É um risco muito grande, Senador ACM. Eu não tenho peito para ir lá sozinho não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – ...e depois eu diria a V.Exª. que quanto à questão da decisão do Supremo, a decisão do Supremo foi no sentido de suspender o depoimento do caseiro. Então, a CPI cumpriu a decisão do Supremo. Suspendemos assim que fomos notificados, tendo que o caseiro teve tempo suficiente para esclarecer a esta CPI os fatos que diziam respeito. É evidente que o Relator tem dados suficientes com o depoimento do caseiro para as suas conclusões. Porque, se o medo era entrar na vida pessoal do Ministro, havia, antes de começar a reunião, um compromisso e esta Presidência em nenhum momento aceitaria que isso acontecesse. Então, eu devo dizer que para mim esta questão está resolvida em função do depoimento do caseiro.

O que nos deixou realmente perplexos foi a tentativa de desqualificar o cidadão brasileiro, o trabalhador brasileiro. Apareceu, de repente, uma quebra de sigilo ou um extrato bancário do cidadão, enquanto se pediu para que fosse evitada a quebra de sigilo de um homem público, de um cidadão que é funcionário público e que

tinha que ter transparência nos seus atos e nos seus fatos. Então, isso é que estranhou não só a mim, mas a toda a sociedade brasileira. Cabe a CPI não fazer outra ação, a não ser a que estamos tomando agora informando a esta Comissão para que se esclareça.

Eu espero que com a mesma velocidade que impediram a quebra de sigilo do Sr. Paulo Okamoto, com a mesma velocidade que impediram o depoimento de um cidadão brasileiro a esta CPI e da mesma forma que se quebraram o sigilo ou se arranjaram um extrato do cidadão, se possa também dizer o nome ou os nomes dos responsáveis pela quebra de sigilo sem autorização judicial. O que nos leva a um crime, e esperamos que a Justiça tome as providências imediatamente. Então, pedimos à própria Polícia Federal, ao Ministério Público e à Justiça brasileira que junto à Caixa Econômica , já que V.Exªs. estão neste caminho, em nome da nossa CPI, nós possamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Foi a decisão do Supremo e a decisão do Supremo nós cumprimos e estamos aqui caminhando para continuar as investigações.

O Requerimento dos Senadores está em discussão. Quem queira discutir, em votação. Aprovado. O que deixa claro que isso aqui é o fato conexo que o próprio Supremo já decidiu, em outras situações, que a figura do fato conexo, ou seja, a conexão dos fatos de uma CPI, elas são verdadeiras. E o que nós acabamos de aprovar foi nada mais nada menos do que um fato conexo, ou seja, conexão do que foi discutido. Daí eu entender que nós não saímos nenhum momento do fato da criação, do foco da criação desta CPI. Eu confesso que sou... inclusive me posicionarei, não assinarei o Requerimento, para que se possa aumentar o foco. Porque estou consciente de que em nenhum minuto, em nenhum dos casos se saiu do foco. Por isso, eu agradeço a V.Exª.

E tem mais um único Requerimento para ser discutido e votado de autoria do Senador Garibaldi Alves. Nos termos do disposto no § 3, do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que o Sr. José Renato Granado seja convocado a prestar depoimento à CPI. Este cidadão era, segundo a justificativa do Relator, é o que aparece solicitando... Está aqui, vou ler. "O Sr. José Renato Granado, Presidente da Associação dos Bingos do Rio de Janeiro, suposto sócio oculto dos irmãos Ortiz". Esta é a principal justificativa com mais alguns dados. Então, em discussão, não tendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. E vou solicitar da nossa Assessoria que continue em busca do contato com a Isabel Bordini e solicito também do agente da Polícia Federal que se encontra à disposição da CPI, que ajude a nossa assessoria a localizar a Dra. Isabel para que ela amanhã esteja depondo na CPI. Está encerrada a Sessão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente apenas para... Os demais Requerimentos ficam na pauta de amanhã?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Na pauta de amanhã ou da próxima semana. Existe quebra de sigilo e outras coisas que eu preciso de um Relator. Está convocada a Sessão para amanhã às 11h30. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h33.

Ata da 66ª Reunião, realizada em 22 de março de 2006.

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às quinze horas e quarenta e três minutos, na Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Antero Paes de Barros, José Jorge, Valdir Raupp, Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti, Juvêncio da Fonseca, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Ideli Salvatti e Wellington Salgado, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a mesma se destina à votação de requerimentos e oitiva da Senhora Isabel Fátima Bordini, ex-Superintendente do Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto/SP. A seguir, indaga aos senhores membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. Informa ainda que no dia de ontem designou uma comissão de três parlamentares para diligenciar junto a Caixa Econômica Federal objetivando acompanhar as investigações preliminares sobre a quebra de sigilo bancário do Senhor Francenildo e solicita que os senadores façam um relatório oral para que a Comissão tome conhecimento. Por sugestão do Senhor Presidente submete a votação **Requerimento n.º 075/06,** de autoria do Senador Romeu Tuma, requer seja designado por essa CPI uma comissão composta de três de seus Membros para, perante o Departamento de Polícia Federal, colher a revelação de sigilo bancário do Sr. Francenildo dos Santos Costa para a necessária impetração da medida judicial cabí-

vel. Em discussão, o Senador Eduardo Suplicy sugere que permaneça a mesma comissão que se dirigiu a Caixa Econômica Federal. Com a palavra o Senador Álvaro Dias, sugere que seja incluso o nome do Senador Romeu Tuma. Em votação, é aprovado. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy solicita que o Senador Álvaro Dias preste esclarecimentos sobre a diligência realizada na CEF. Com a palavra o Senador José Jorge tece comentários sobre o prazo estipulado pela CEF para esclarecer os fatos. O Presidente informa que há requerimentos a serem votados e submete à votação os seguintes requerimentos: **Requerimento n.º 046/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Gold Coin Ltda. Em votação, é aprovado com 8 (oito) votos favoráveis. **Requerimento n.º 024/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Cincotelecom Telecomunicações e Serviços Ltda. Em votação, é aprovado com 8 (oito) votos favoráveis. **Requerimento n.º 045/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Queve – Comércio, Importação e Exportação Ltda. Em votação, é aprovado com 8 (oito) votos favoráveis. **Requerimento n.º 048/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa AC – Empreendimentos e Participações Comercial Ltda. Em votação, é aprovado com 10 (dez) votos favoráveis. **Requerimento n.º 047/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Proxima Digital Comércio, Editora e Serviços Ltda. Em votação, é aprovado com 10 (dez) votos favoráveis. **Requerimento n.º 025/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa FBM Brasil Ltda. Em votação, é aprovado com 10 (dez) votos favoráveis. **Requerimento n.º 026/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa São Paulo Games Comercial Ltda. Em votação, é aprovado com 10 (dez) votos favoráveis. **Requerimento n.º 027/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Brasil Games Ltda. Em votação, é aprovado com 10 (dez) votos favoráveis. **Requerimento n.º 028/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Fabama – Fábrica Brasileira de Máquinas Automáticas Ltda. Em votação, é aprovado com 10 (dez) votos favoráveis. A presidência designa o Senador Álvaro Dias como Relator *"ad hoc"*. Com a palavra o Senador Álvaro Dias faz um relato sucinto sobre as diligências realizadas ontem na Caixa Econômica Federal. Usam da palavra os Senadores Antero Paes de Barros, Ideli Salvatti, José Jorge e Eduardo Suplicy. Com a palavra o Senador Álvaro dias solicita que o requerimento subscrito pelos senadores Álvaro Dias, Flávio Arns e Wellington Salgado. Em votação o **Requerimento n.º 074/06**, de autoria dos Senadores Álvaro Dias, Flávio Arns e Wellington Salgado. Requerem que sejam preservada a identidade da fonte, e que seja solicitado a revista Época cópia do estrato bancário do senhor Francenildo Santos Costa. Em votação, é aprovado com votos contrários dos Senadores Tião Viana e Ideli Salvatti. Com a palavra o Senador Wellington Salgado faz um breve relato sobre a diligência efetuada na CEF. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy informa que a Revista Época já encaminhou o documento à Caixa Econômica . Usam da palavra os Senadores José Jorge, Antero Paes de Barros, Ideli Salvatti, Wellington Salgado e Álvaro Dias. Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca Sugere que se aprove o **Requerimento n.º 066/06**, de autoria do Senador José Jorge, que requer seja convocada a Senhora Clarice Coppetti, Vice-Presidente de Tecnologia da Caixa Econômica Federal, para prestar esclarecimentos a esta CPI. Usam da palavra para discutir os Senadores Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy. Em votação, é aprovado, com os votos contrário dos senadores Tião Viana, Ideli Salvatti e Wellington Salgado. A seguir, convida a Senhora Isabel Fátima Bordini para tomar assento à Mesa. Com a palavra a depoente faz um breve relato sobre suas atuações profissionais em Ribeirão Preto/SP. A Presidência passa a palavra ao Senador Álvaro Dias na condição de Relator, para seus questionamentos iniciais. A Presidência suspende a reunião às dezessete horas e quinze minutos. A reunião é retomada às dezoito horas e quarenta minutas, sendo a palavra concedida novamente ao Relator Álvaro Dias, que passa a reinquirir a depoente, seguido pelos Senadores Romeu Tuma, Tião Viana, Juvêncio da Fonseca e Eduardo Suplicy. O Presidente Senador Efraim Morais passa a Presidência ao Senador Romeu Tuma. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy prossegue em seus questionamentos. Finalizando o Senhor Presidente eventual Senador Romeu Tuma, agradece a depoente e demais presentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às vinte horas e cinqüenta minutos e, para constar eu, *José Augusto Panisset Santana*, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo

Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 66ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245 de 2004, para investigar e apurar a utilização das Casas de Bingo, para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço aos Srs. Senadores e Senadoras de que nós estaremos na nossa reunião, destina-se ao depoimento da Srª Isabel Bordini, ex-Superintendente do Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto, São Paulo. Informo ainda que algumas decisões e requerimentos poderão ser tomadas, desde que haja entendimento com V. Exªs.

A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a Mesa, coloco em votação propondo a dispensa da leitura, os que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

No dia de ontem nós encaminhamos requerimento que foi decidido por unanimidade nessa Casa e nesse Plenário, a formação de uma Comissão para ir até a Caixa Econômica , para tratarmos do assunto referente ao sigilo bancário do Sr. Francenildo Santos Costa, que foi quebrado sem autorização judicial, e aqui nós temos o Senador Álvaro Dias, lamentamos aqui a ausência dos outros dois e esperamos que se possa, inclusive, ter até o final, para que nós possamos ter esclarecimento dos Srs. Membros da Comissão que foram até a Caixa Econômica , eu diria que um relatório oral, para que essa CPI tomasse conhecimento, e da mesma forma, por sugestão do Senador Romeu Tuma, nós desejamos discutir que seja formado também uma Comissão por três dos Srs. Membros, para, perante o Departamento de Polícia Federal, colher as informações correspondentes ao crime praticado quanto à revelação do sigilo bancário do Sr. Francenildo Santos Costa, para a necessária impetração da medida judicial cabível, eu acho que é uma matéria que tem que ser feita por essa CPI e eu vou propor a formação dessa Comissão com três dos Srs. Membros, para que, da mesma forma que se foi a Caixa Econômica , três Membros dessa Comissão também se desloquem até a Caixa , ou melhor, até a Polícia Federal, é uma posição do Senador Romeu Tuma, eu coloco em discussão, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente Senador Efraim Morais: Eu tenho a impressão que V. Exª. designou, salvo engano meu, os três Senadores, para tratar do assunto e até fico perguntando porque, acho que eles não estão aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro está.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Álvaro Dias, o Senador Antero.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Wellington Salgado e Senador Flávio Arns.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pensando alto aqui, como se trata de apurar o mesmo fato, será que não é o caso deles próprios dialogarem com a Direção da Caixa Econômica Federal, com a Polícia Federal, eventualmente com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, porque assim eles têm a informação completa e daí nos reportaríamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço a sugestão de V. Exª. e coloco a discussão.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu apenas sugeriria a inclusão do Senador Romeu Tuma, já que ele é o autor do requerimento, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se V. Exªs. concordam, nós aprovamos então o requerimento do Senador Tuma, mantendo a mesma Comissão, incluindo o Senador Tuma, para que repitam o mesmo processo, a mesma diligência, no caso à Polícia Federal, então está aprovado e quero dizer que qualquer um dos Srs. Senadores que desejarem acompanhar, é livre, nós temos uma formação de uma Comissão formal, mas se o Senador Suplicy desejar acompanhar, é um prazer, se o Senador Magno Malta também, Senador Juvêncio, José Jorge, o Mozarildo, qualquer um dos nossos, Senadora Ideli, independente de qualquer situação, então nós temos—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Só uma sugestão...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nós já pudemos neste caso determinar e sendo aprovado pelo consenso dos Srs. Senadores, de que a mesma Comissão, acrescida do Senador Romeu Tuma, e aqueles que desejarem acompanhar essa missão, para que dentro do tempo, mais rápido possível, ainda se possível no dia de hoje, para que procure esse entendimento junto à Policia Federal, Senador Suplicy, V. Exª. tem a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu avalio que seja importante vossa Comissão, quem sabe pelo Senador Álvaro Dias, dar um breve informe sobre os passos dados até agora, eu soube pela Imprensa, as declarações do próprio Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, da sua indignação pelo episódio que considerou grave, o próprio

Presidente Lula também informou que serão tomadas as medidas cabíveis, houve uma informação que gerou preocupação da parte de Senadores, inclusive em Plenário ontem, de que se daria um prazo de quinze dias para apurar esses fatos, mas eu acredito que em havendo o trabalho dessa Comissão, eventualmente a cooperação de todos e o interesse, possa até esse prazo ser abreviado, para o esclarecimento mais rápido do fato acontecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço a V. Exª. e faço até um apelo à V. Exª., que dentro daquilo que for permitido na agenda de V. Exª., que também acompanhe esta Comissão, que sabemos do trânsito de V. Exª. e o seu título investigativo, Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer sobre essa questão da Caixa Econômica Federal, que ontem, quando eu soube que a Caixa Econômica Federal teria que ter um prazo de quinze dias, para saber como é que foi emitido essa documentação, que quebra o sigilo bancário do caseiro Nildo, eu aproveitei e conversei com alguns amigos de Pernambuco, que são da área de informática, que mandaram para outros da área de informática de Banco privado, então o que eles me disseram, Sr. Presidente, que eu estranhei, foi o seguinte, que isso que a Caixa disse que faria em quinze dias, esses bancos privados, do porte da Caixa , fariam em quinze minutos. Quer dizer, eu achei uma diferença muito grande, quer dizer, quinze dias para quinze minutos, que na realidade os termos informatizados do padrão da Caixa Econômica , em quinze dias, é aquela história, se você não diz uma conversa em uma hora, você não vai dizer nem em dois meses.

Então é a mesma coisa, se você não tem condições específicas de conseguir isso em quinze minutos, em meia hora, em uma hora, não são quinze dias que vão fazer, que no sistema de informática, não sei se V. Exª., Presidente, conhece algum sistema de informática que você faça uma pergunta e ele demore quinze dias para responder. Normalmente você chega no Banco e as perguntas são respondidas assim imediatamente. Então é estranho, então fica todo mundo dizendo que na realidade estão procurando um bode expiatório, o tal Gerente, que vai assumir a responsabilidade dessa ação bastante grave, em relação à questão da investigação no Governo, infelizmente não dá para acreditar.

O mesmo Ministro Márcio Thomaz Bastos, ele demorou quarenta e oito horas para se indignar com essa situação e só veio se indignar quando realmente se verificou que o caseiro tinha uma justificativa para os depósitos que recebeu. Então eu acho que é necessário que nós solicitemos à Polícia Federal, solicitemos inclusive ao Ministério Público, que não dá para confiar só na Polícia Federal, e principalmente na Caixa Econômica Federal, infelizmente não dá, que o que não se descobrir em quinze minutos, meia hora, no sistema informatizado, não são quinze dias, nem quinze anos que vão fazer com que seja descoberto.

Então, eu acho que nós devemos também utilizar o Ministério Público Federal, e diga-se de passagem, era muito ativo e agora, na realidade, só está trabalhando quando se está sendo acionado, Procurador Luis Francisco, ninguém ouve mais falar nele, quer dizer, na realidade a gente precisa que o Ministério Público Federal também entre e tudo isso que aconteceu de coisa errada, de corrupção, sei lá, toda essa questão, casa alugada, lobby, tudo isso, eu acho que essa quebra de sigilo bancário desse rapaz, foi uma das mais graves, se não a mais grave, porque entra num lado muito pessoal, que até agora o Governo não tinha entrado, então é preciso se identificar e punir essas pessoas, sob pena de se utilizar esses métodos novamente, era só isso.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. tem a palavra, pela ordem, Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu percebi, nas palavras de V. Exª., o desejo de que se faça aqui um relatório sucinto, oral, sobre a diligência efetuada junto a Caixa Econômica Federal, e na ausência dos dois colegas que estiveram conosco, Senador Flávio Arns e Wellington Salgado, eu quero de forma sucinta...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Permissão à V. Exª.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu queria, antes do relatório de V. Exª., precisamos ouvir, conversei aqui com o Senador Tião, existem requerimentos de quebra do sigilo bancário, referentes todos eles à empresas ligadas a bingueiros e que passando aqui nós precisamos votar essa matéria para dar andamento nessas investigações, talvez fosse o tempo em que chegasse o Senador Flávio Arns e o Senador, ou o Senador Wellington, porque daí com os dois presentes a gente poderia ouvi-los, eu pediria a compreensão de V. Exª.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sem problemas, até porque eu faria um relato de no máximo dois minutos, uma vez que a própria Imprensa fez um relato eficiente e de forma fidedigna do que ocorreu na Caixa Econômica .

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu sei o poder de síntese de V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então, o requerimento de autoria do Senador Garibaldi Alves, nos termos do disposto no § 3º, do art. 58 da Constituição Federal c.c. disposto na Lei nº 1579 de 52 e com o art. 4º da Lei Complementar nº 105, requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa GOLD COIN LTDA., à esta CPI referente aos últimos cinco anos, em discussão, não tendo quem queira discutir, em votação, Senador Jose Jorge?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Juvêncio da Fonseca?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana? Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Efraim Morais vota sim, aprovado, oito votos, com oito votos favoráveis. Nos termos do disposto no § 3º, do Artigo 58 da Constituição Federal, c.c. art. disposto na Lei 1579/52, requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa CICO (F) TELECOMUNICAÇÕES e SERVIÇOS LTDA., em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Senador José Jorge?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Juvêncio?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Efraim Morais vota "sim", oito votos favoráveis. Aprovado. Nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, c.c. o disposto na Lei 1579/52, requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da Empresa KUELVER (F) COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO e EXPORTAÇÃO LTDA. a esta CPI, em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Senador José Jorge?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Juvêncio da Fonseca?

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Efraim Morais vota "sim". Aprovado com oito votos. Requerimento, também da autoria do Senador Garibaldi, nos termos do disposto no § 3º, do art. 58 da Constituição Federal, c.c. artigo disposto na Lei nº 1579, requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa A.C. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÃO COMERCIAL LTDA. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Senador José Jorge?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Juvêncio da Fonseca?

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta?

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Antero Paes de Barros?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V. Exª. dessa vez pulou meu nome, mas eu digo sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. já foi computado como "sim", desculpe, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Agora eu digo "sim", então.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, como vota?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nove votos favoráveis, Senador Efraim Morais vota sim, dez votos favoráveis. Requerimento de autoria, também do Sr. Relator, nos termos do disposto no § 3º, o do art. 58 da Constituição Federal, c.c. disposto na Lei nº 1579/52, requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Próxima Digital Comércio e Editora de Serviços Ltda, em discussão, não tendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram, ou melhor, vamos tomar voto. Em discussão. Não tendo quem queria discutir, em votação. Senador Antero Paes de Barros?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador José Jorge?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Juvêncio da Fonseca?

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta?

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Efraim Morais vota sim, dez votos, aprovado o requerimento. Requerimento, ainda do Senador Garibaldi Alves, nos termos do disposto no § 3º, do art. 58 da Constituição Federal, c.c. disposto na Lei nº 1579, requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da FBN BRASIL LTDA, em discussão, não tendo quem queira discutir em votação, Senador Antero Paes de Barros? Quebra de sigilo de empresas ligadas a bingueiros.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador José Jorge?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Juvêncio de Fonseca?

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta?

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Efraim Morais, sim. Dez votos favoráveis. Ainda de autoria do Senador Garibaldi Alves, que nos mesmos termos do disposto no § 3º, do art. 58 da Constituição Federal, requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da SÃO PAULO GAMES COMERCIAL LTDA, em discussão, não tendo quem queira discutir, em votação, Senador Antero Paes de Barros?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador José Jorge?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Juvêncio da Fonseca?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta?

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ideli?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Mozarildo?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Efraim Morais vota sim, dez votos favoráveis ao requerimento, o requerimento está aprovado. Ainda de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, c.c. disposto na Lei nº 1579/52, requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da BRASIL GAMES LTDA, em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Vamos ao voto, Senador Antero Paes de Barros?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador José Jorge?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Juvêncio?

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta?

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ideli?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Efraim Morais vota "sim", Senador Mozarildo vota "sim", dez votos favoráveis. E finalmente, requerimento ainda de autoria do Senador Garibaldi Alves, que requer, nos termos do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, c.c. disposto na Lei nº 1579, requer a transferência dos sigilos bancários, fiscal e telefônico da Fabama, FABRICA BRASILEIRA DE MÁQUINAS AUTOMÁTICAS LTDA, em discussão, não tendo quem queira discutir, em votação, vamos ao voto, Senador Antero Paes de Barros?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sim

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Jose Jorge?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Juvêncio da Fonseca?

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta?

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Efraim Morais vota "sim", dez votos. Aprovado. Já que não temos a presença dos outros dois companheiros da Comissão, para que possamos ouvi-los, eu vou passar a palavra a V. Exª., Senador Álvaro Dias e até o final da nossa reunião, se, ou o Senador Flávio Arns ou o Senador Wellington, voltar a esta sessão, nós vamos passar a palavra, e aproveito a V. Exª., Senador Álvaro Dias, para que possa relatar essa questão e já o nomeio *ad hoc* para a próxima oitiva, em função da conjuntivite do nosso Relator Garibaldi Alves, que infelizmente não teve condições de se dirigir até Brasília nessa semana, nós daqui fazemos os nossos votos de recuperação ao nosso estimado amigo, companheiro e Relator dessa CPI, Garibaldi Alves, Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Não, eu só ia dizer até porque conjuntivite nem é doença, só dá ao cara a possibilidade de um descanso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A verdade não é essa, Senador, porque, como é do conhecimento de V. Exª., o Senador Garibaldi Alves se submeteu recentemente a uma cirurgia de catarata, e daí a conjuntivite realmente pode complicar a visão do nosso estimado companheiro, daí porque, acredito estar ele, sob recomendação médica.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) –- E até porque o processo eleitoral, como já começou, se ele aparece com os olhos colados de remela, não pode nem dizer que é um homem de visão, porque e um Candidato à Governador, é um homem de visão, nós sabemos que é.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V. Exª., porque V. Exª. hoje veio com um clima mais *ligth*, mais aberto, V. Exª., para essa reunião, Senador Álvaro Dias, V. Exª. está com a palavra.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, muito obrigado pela deferência, é evidente que vou procurar, modestamente, substituir, provisoriamente, o Relator Garibaldi Alves Filho, que certamente, depois dessa cirurgia está enxergando muito mais do que antes e vai conseguir identificar fatos importantes para o seu relatório final, eu quero, em nome do Senador Flávio Arns e também do Senador Wellington Salgado, fazer um relato sucinto, até porque, como disse antes, a própria Imprensa realizou uma descrição correta e fidedigna do que ocorreu ontem na Caixa Econômica Federal, quando fomos recebidos pelo Presidente, por toda Diretoria da Caixa , com Assessores, para uma audiência em que se procurou esclarecer as providências adotadas por aquela Instituição financeira, para esclarecer fatos referentes ao vazamento de informações da conta bancária do caseiro Nildo.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Senador Álvaro Dias, só um esclarecimento?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois não.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Quantas pessoas receberam V. Exª. lá?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Toda a Diretoria, o Presidente, os Vice-Presidentes.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Quantos Diretores tem lá?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu não me lembro o número de Diretores presentes, mais o Diretor do Departamento Jurídico e Assessoria.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eram uns três ou quatro?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Não, oito, nove, dez pessoas, estiveram reunidas para as informações solicitadas pela Comissão designada pelo Presidente Efraim Morais. E, sucintamente, o que recolhemos desta visita é que a Presidência da Caixa Econômica Federal constituiu Comissão de Sindicância, para apurar os fatos, concedendo um prazo de quinze dias para apresentação do resultado. E ao mesmo tempo, uma Auditoria que não está diretamente subtendida a Presidência da Caixa , mas ao Conselho de Administração da Instituição, essa Auditória também está realizando um trabalho de investigação para apurar os fatos. O que informa a Direção da Caixa é que solicita, já efetuou solicitação à Revista Época, que divulgou as informações constantes desse sigilo bancário, ilegalmente quebrado, que forneça o documento recebido. E por essa razão, até nós apresentamos, com a assinatura também dos dois Senadores, Wellington Salgado e Flávio Arns, um requerimento a essa Comissão, até peço ao Sr. Presidente que o submeta, para que possa ser aprovado, requerendo também da Revista o fornecimento desse documento, evidentemente, preservando a identidade da fonte.

Esta é a ressalva que fizemos no nosso requerimento. O que recolhemos de informação, é que tendo em vista a apresentação do documento, xerox do documento, o Presidente da Caixa nos informa que, sendo verdadeiro esse documento, é documento próprio da Área de Gerência da Caixa Econômica Federal, portanto, admite o Presidente, em sendo verdadeiro o documento apresentado, ter ele origem na Caixa Econômica Federal. Creio que essa foi a informação mais importante que esta diligência recolheu, junto à Caixa Econômica Federal, e que deve ser o ponto de partida para as investigações em curso. Elimina-se a hipótese de ter ocorrido o vazamento em outras instâncias desta forma, como por exemplo, Receita Federal, OAF. Nós ficaríamos, portanto, restritos a uma investigação no interior da própria Caixa Econômica Federal.

Eu creio que de relevante, isto apenas, não há nada, além disso, a se relatar, que tenha importância nesta hora. E é exatamente por isso que dou esse relato por encerrado e, naturalmente, esta diligência, creio que pode ser repetida junto à Polícia Federal, para que possamos recolher, da Polícia Federal, as informações sobre o andamento das investigações, que realiza a Polícia Federal.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senador Álvaro.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Permita só uma colocação...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu quero fazer a V. Exª., ao Presidente e ao Plenário, primeiro cumprimentar a Comissão, eu creio que ela cumpriu uma etapa importante, essa Sub-Comissão, na visita que fez na Caixa Econômica . Segundo, que o Senado não pode aceitar essa explicação não tecnológica, de que se ficar só com o recibo, não tem como identificar quem é. Essa é uma explicação que desmonta a técnica, desmonta a informática. A Caixa já sabe quem é.

Pelo que eu leio na Imprensa, eles estão atrás de um novo Delúbio, para ver quem que assume, quem aceita assumir a culpa dos outros, para tentar esconder a verdade. Eu creio que é imprescindível que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque o assunto surgiu aqui, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque imediatamente, é um requerimento meu nesse sentido, o Presidente da Caixa , o Diretor de Tecnologia da Caixa e outros Diretores que têm envolvimento com este assunto, porque não tem como o Presidente da Caixa não ter envolvimento com esse assunto. A Instituição que ele preside, a Caixa Econômica Federal, tem responsabilidade com isso. Ou ele apura isso, e não dá para a nação aceitar quinze dias, eu acho que a semana que vem, no máximo, nos temos que tratar celeremente desse assunto aqui. Mas quero cumprimentar V. Exª, Senador Arns e o Senador Wellington, que prestaram um serviço relevante ao País e à CPI.

E só, como última observação, não houve vazamento, houve invasão da conta do caseiro. Houve invasão da conta do caseiro, determinada por Autoridade Brasileira, no afã de livrar o Ministro Palocci, complicou ainda mais o Ministro Palocci.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Muito obrigado, Senador Antero.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Também gostaria de fazer um aparte.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Também gostaria...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu vou conceder o aparte, mas apenas dizer ao Senador Antero, que fiz um relato imparcial dos fatos, e por isso não fiz comentários, até em respeito aos dois Senadores que me acompanharam nessa diligência, mas evidentemente, a partir do momento em que posso comentar, concordo com o Senador Antero Paes de Barros, já que os especialistas informam que não há necessidade de tempo, nem quinze dias, e nem quinze minutos, até com menos tempo é possível chegar às informações, que nós estamos buscando através da CPI, no que diz respeito ao vazamento das informações na Caixa Econômica . Eu concedo aparte ao José Jorge, depois ao Senador Suplicy.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não, Sr. Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, apenas pela ordem.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – V. Exª. está tomando minha palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Só um minutinho, Senador José Jorge, é claro que o Senador Wellington chegou agora e não ouviu a explanação do Senador Álvaro Dias, mas talvez fosse interessante saber se o Senador Wellington teria algum comentário a fazer, garantindo, obviamente, a palavra a todos os demais inscritos. É apenas uma sugestão que faço ao Presidente, ate por deferência a quem esteve lá.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – É evidente que o Senador Wellington fará o uso da palavra, mas eu estou concedendo apartes, que me foram solicitados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senador Wellington não me pediu a pa-

lavra, se ele me pedisse a palavra, não há a menor duvida que eu terei o prazer de ouvir, vamos ouvir a V. Exª., até porque V. Exª. foi um dos Membros que esteve presente na reunião. Senador Álvaro tem a palavra, concedo a palavra, o aparte a V.Exª.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Senador Álvaro, só gostaria de dizer o seguinte, na realidade, essa questão é gravíssima em relação ao caseiro, mas é gravíssima em relação a todas aquelas pessoas que tem conta na Caixa Econômica Federal. Todos nós que temos conta, eu tenho, outros têm, na Caixa Econômica Federal, ficamos com a seguinte pergunta: quer dizer, se amanhã a Caixa invadir, como disse, a minha conta, divulgar os valores das contas de A, B e C, ela depois vai demorar quinze dias para saber como é que isso foi feito. Quer dizer, na realidade essa é uma questão de natureza tecnológica que tem que ser explicada. Eu tenho, inclusive, um requerimento de convocação da Senhora Clarice Copetti, que é a Vice-Presidente da Caixa , para questão de tecnologia, então eu acho muito importante que ela venha o mais rápido possível. Então eu faria, inclusive, um apelo, eu apresentei esse requerimento ontem ou antes de ontem, eu faria um apelo, inclusive aos Líderes do Governo, para que a gente pudesse talvez, antes do Presidente, a gente pudesse ouvi-la, talvez até amanhã, para que nós possamos, de certa maneira, ter idéia da questão tecnológica que está envolvida nesse processo. Porque não dá para acreditar que num sistema tão computadorizado, que você tira seu saldo, até de Cingapura você pode tirar o saldo aqui, quer dizer, você pode fazer qualquer coisa, não possa identificar isso... precisa de quinze dias. Então era um apelo que faria também aos Líderes de Oposição, ao Governo e ao Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não precisa nem de quinze minutos.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Tem razão, Senador José Jorge, eu creio que o seu requerimento tem sentido e certamente o Presidente Efraim vai submeter à apreciação da Comissão. Eu concedo aparte ao Senador Suplicy, que havia solicitado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A ponderação que eu vou fazer, eu acho que será melhor fazê-la depois que o Senador Wellington, e se possível Senador Flávio vierem, porque aí terei mais elementos, mas então, se V. Exª. puder conceder a palavra a ele, e em seguida eu falo.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, diante do exposto, eu apenas reitero a solicitação, para que esse requerimento, que é também assinado pelo Senador Wellington Salgado e pelo Senador Flávio Arns possa ser aprovado, porque foi até uma solicitação da própria Direção da Caixa Econômica Federal, nós entendemos, para esse tipo de investigação, não ser necessário o documento original e nem mesmo o documento que chegou à redação da Revista, mas de qualquer forma, é um documento que pode constar, inclusive, do relatório final desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu solicito a V. Exª., se possível, a deliberação sobre esse requerimento.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Qual é o requerimento?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Um requerimento que solicita à Revista, o encaminhamento a esta Comissão do documento que recebeu contendo as informações bancárias do caseiro.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu só quero deixar registrado, no encaminhamento dessa matéria, que havendo essa situação, eu aprovo completamente tal requerimento, desde que ele tenha como procedência a Comissão de Fiscalização e Controle. Aqui eu estaria agindo em incoerência com o recurso que fiz ao Supremo Tribunal Federal, então não tenho nenhuma dificuldade, até que se que aprove aqui, que seja encaminhado, mas eu, em coerência com o recurso que fiz ao Supremo, aprovarei, no mesmo momento em que for feito na Comissão de Fiscalização e Controle.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então em discussão o requerimento.

ORADOR NÃO IDENTIDICADO: Qual requerimento, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Requerimento de autoria do Senador de Álvaro Dias, Flávio Arns e Wellington Salgado. Assinado pelos três Senadores.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, eu sigo o voto do Senador Tião Viana.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado com voto contra da Senadora Ideli e do Senador Tião Viana. Aprovado.

Senador Wellington, V. Exª. tem a palavra, até por uma solicitação do Senador Suplicy. Aí V. Exª. escolhe, V. Exª. será meu **Sub-Relator "ad hoc".**

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, demais presentes, eu não ouvi o Senador Álvaro falar, mas tenho certeza que ele falou tudo que realmente aconteceu.

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu pediria aos Senhores Assessores, Senadores, vamos ouvir o Senador Wellington Roberto, ou melhor, Wellington Salgado, Wellington Roberto é ex Senador da Paraíba, hoje Deputado Federal. V. Exª. tem a palavra, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Então não tenho nenhum problema de não ter ouvido o Senador Álvaro falar, porque tenho certeza que ele retratou o que realmente aconteceu na Caixa Econômica . Agora, tenho algumas ponderações. Ponderações seguintes: sobre o que aconteceu na Caixa , eu vejo que a Caixa , embora tenha condições de definir, Senador, quem teve acesso a essa informação, existe todo um problema jurídico, que tem que ser interpretado, porque senão, aí vai abrir mais quebra, alguma coisa a mais. Então acho que a Caixa tem uma reunião com seu Jurídico, vai definir qual é o caminho. E algumas questões foram levantadas também, por exemplo, esse documento que foi passado para a Revista, será que ele seria verdadeiro? Essa é a questão, esse documento é verdadeiro ou não? Questão discutida lá, na Caixa Econômica , e diante disso, vai se fazer, queria se procurar o original, porque é difícil encontrar o original daquele documento, mas ver se é um documento verdadeiro ou não, isso foi o que foi discutido na Mesa, Presidente, estou falando as hipóteses que aconteceram. Então se o documento for verdadeiro, a gente fica preocupado, que hoje há tanto documento falso, tantos documentos que passam inclusive por peritos, tira xerox, aquele documento pode ser falso também, eu não sei, compete ao Jurídico, pessoal da Caixa ...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Senador Wellington, só para colaborar, eu creio que a Caixa não tem dificuldade para verificar se o documento é verdadeiro ou não. Basta acessar o sistema novamente, basta acessar o sistema e extrair um novo documento, certamente a conta bancária do caseiro não mudou nesses poucos dias.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Não, eu concordo plenamente, a única preocupação, Sr. Senador, será que a data que foi tirada também não foi uma montagem? É essa questão que estou falando.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não, mas é muito fácil, é só eles invadir de novo e ver se o saldo está certo, já que invadiram uma vez.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Eu sei, Senador Jorge, são as questões que aconteceram, então a Caixa Econômica está vendo se esse documento é realmente verdadeiro, e diante disso eu tenho certeza que a Caixa vai dizer, Sr. Senador, quem acessou, porque não tem como a Caixa falar que não tem, ela vai ter que falar, a Caixa tem uma história que passa por PFL, PSDB, PT, todo mundo, independente disso ela tem uma história, e isso vai aparecer, agora vai aparecer depois de uma análise jurídica, uma análise legal, para ver como é que eles vão dar essa resposta. Mas o Presidente, inclusive, não sei se o Senador Álvaro colocou, estavam todos os Vice-Presidentes presentes, nós defendemos que a Imprensa entrasse, só para registrar o respeito da Caixa , Sr. Presidente, com essa CPI, porque realmente estavam todos sentados lá, alguns não com a cara muito boa, não é, Senador? Mas estavam todos lá, então quer dizer, existe uma boa-vontade por parte da Caixa , agora...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E a Imprensa registrou?

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Não, aí parece que nunca a Imprensa chegou ao andar daquele Órgão...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quer dizer que não houve permissão da Imprensa de registrar, pelos menos os Senhores ao lado da Diretoria da Caixa ?

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – A foto, a filmagem não, por isso até que nós demos a entrevista na saída.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu só vi a foto de vocês do lado de fora.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Não, foi, mas o quero dizer é o seguinte, é porque parece que existe uma questão histórica, de que funciona assim, entendeu, Senador? Não é uma questão desse Governo, do Governo anterior, historicamente, dentro do estatuto da Caixa , ninguém nunca fez uma filmagem naquele andar, não sei qual é o andar, quarto andar, vigésimo quarto, não sei... Entendeu? Então foi por isso que não aconteceu, mas, nós defendemos a idéia de que Imprensa trate com boa vontade da Caixa com relação à CPI.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Senador Wellington, só uma informação que me chega agora, que a Revista Época já entregou à Caixa Econômica Federal o documento solicitado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Tá bom, aí é problema de quem deu, e quem recebeu, entendeu?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. está fazendo um relato e está com a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Então relatando mais: estivemos presentes, falou a Senhora responsável pela informatização, a Caixa disse que aquele é um relatório onde pertence a um grupo, um nível mais alto da Caixa Econômica , um modelo de relatório que saí, não pode ser acessado por consultas rápidas, nem pela Internet. Isso já está dito pela própria Direção da Caixa Econômica , quer dizer, não houve nenhuma intenção de tentar se criar.

E é isso o que tem, eu acho também que a nossa visita não ia ter uma resposta imediata, que tem até questões legais com relação a Caixa Econômica . Fomos muito bem atendidos, o Presidente me recebeu muito bem e falou que criou uma Comissão Interna para fazer esse levantamento e pediu um prazo máximo de quinze dias, não é um prazo de quinze dias, não é isso, Senador? Um prazo máximo de quinze, então pode ser de em cinco, em dez, em doze, esse período, eu acho que não tenho mais nada a acrescentar, porque a Imprensa toda já teve acesso às informações, Senador Álvaro, foram perfeitos, o que realmente aconteceu. Foi isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço. Senador Suplicy, V. Exª. tem a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, as informações que acabam de ser prestadas, inclusive pelo Senador Wellington e também pelo Senador Álvaro, acabam, primeiro, colocando já, quase que superado, o item anterior, uma vez que a Caixa Econômica informa que já recebeu o documento da Revista Época, o que viabilizará o apressamento da apuração que se faz necessária.

Eu gostaria de ponderar ao Senador Antero e a toda CPI...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, só uma colocação, a Caixa Econômica não...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Foi a Época que informou?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A Imprensa que nos... só para...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Muito bem, se a Época informou que a Caixa já tem o documento, que a Direção da Caixa disse que se fazia necessário para apressar a apuração dos fatos, então isto é importante, mas de qualquer maneira, o requerimento que era para se obter esse requerimento, agora está, de alguma maneira, superado em boa parte. Agora, o que é que eu proponho ao Senador Antero, porque ele já teria chegado à conclusão de que houve responsabilidade do Presidente da Caixa .

Eu pondero, Senadores Antero, José Jorge, que nós possamos aguardar um prazo e ainda com uma postura de boa-fé, porque pode ter sido um vazamento que não teve a responsabilidade do Presidente da Caixa , como pode até ter havido, mas como chegar à conclusão sem antes saber?

Agora, o que eu faria, em termos de sugestão, Senador Antero, primeiro, que antes de votar o requerimento que V. Exª. apresenta, que nós possamos dar o prazo até terça-feira, para que chegue a nós o resultado completo da apuração, inclusive, já que a Comissão está trabalhando, seja junto à Direção da Caixa , à Polícia Federal e aos demais órgãos. E, se na terça-feira nós tivermos o relato completo de como esse fato foi apurado por parte da Comissão, em cooperação com a Caixa que os recebeu, pela Direção da Caixa , então, aí teríamos satisfeito inteiramente o propósito que é o de V. Exª. Então apenas isso. Por isso, Sr. Presidente, eu proponho, que com respeito ao requerimento ora mencionado pelo Senador... Eu estou esperando só o Presidente prestar atenção à minha palavra, porque eu estava me dirigindo a ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Estava consultando um dos Relatores sobre a matéria.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Muito bem. Minha sugestão, Sr. Presidente, é que com respeito a requerimento do Senador Antero, pressupondo esta boa-fé, antes de chegarmos à conclusão que o Presidente da Caixa agiu de maneira inadequada, porque até o Ministro da Justiça teria repreendido severamente, o Presidente da República, se por acaso tivesse havido a responsabilidade dele, então, vamos aguardar até terça-feira a conclusão da apuração no espaço em que estiver. Na terça-feira, se não tivermos um relato satisfatório do que ocorreu, aí votaríamos o requerimento do Senador Antero. Então é a proposta que eu faço a ele, assim, pedindo um pouco de crédito, de que as pessoas agiram de boa-fé, Sr. Presidente.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Agora, V. Exª. disse que o Ministro da Justiça repreendeu o Presidente da República?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não, o Ministro da Justiça condenou o vazamento e o Presidente também, o Presidente Lula.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ele não repreendeu o Presidente da República?

SENADOR EDUARDO SUPLICY(PT-SP) – Não.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Porque aí estaria invertida a situação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Absolutamente, V. Exª., acho que captou de uma maneira, o som da minha voz chegou de uma maneira, com algum distúrbio tecnológico.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Temos que ignorar essa tecnologia.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senador Suplicy, eu quero só, respondendo a questão de V. Exª., o seguinte: eu próprio disse que a gente poderia votar o requerimento semana que vem, mas, independentemente do resultado, é imprescindível a vinda aqui do Presidente da Caixa Econômica Federal. Independentemente do resultado, é impres-

cindível que esse resultado seja periciado, inclusive por essa Comissão, por uma perícia independente, por essa Comissão Parlamentarista de Inquérito, porque é uma das funções do Parlamento, quando eu digo com relação ao Presidente da Caixa , não estou antecipando pré-julgamento, porque a Diretoria da Caixa , contando inclusive, com a presença do seu Presidente, falar em prazo de quinze dias, é um acinte, é uma provocação, é um deboche tecnológico, ele podia falar em prazo de quinze minutos, mas de quinze dias é muito. E com o atual prazo, eu não vejo problema nenhum de que se vote, se delibere sobre isso na semana que vem. Mas qualquer que seja a conclusão, é necessário que esses esclarecimentos sejam detalhados aqui para a Comissão, porque hoje, por exemplo, não sei se V. Exª. leu a Imprensa, não é uma questão levantada por mim, de que o Planalto está atrás, não é com essas palavras, mas que está atrás de alguém que assuma a responsabilidade, quer dizer: "procura-se", falta só por um anúncio: "atenção, procura-se um Delúbio, alguém que possa assumir a responsabilidade, ainda que não seja totalmente dele"... Só está faltando fazer um anúncio publicitário para isso, então a gente vai ter que questionar qualquer que seja o resultado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy?

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então fica...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou ouvir a Senador Ideli, em seguida V. Exª., Senador Juvêncio, Senadora Ideli, V. Exª. tem a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria aqui deixar consignado que houve, numa das intervenções anteriores, uma observação a respeito da demora na indignação do Ministro Márcio Thomaz Bastos. Primeiro, isto não condiz com a verdade. O Ministro Márcio Thomaz Bastos se pronunciou de imediato, e se pronunciou de forma muito contundente, como ninguém poderia esperar de forma diferente de uma personalidade que tem o apreço de todos aqueles que defendem as instituições democráticos e o respeito aos direitos constitucionais, individuais, de todos os brasileiros e brasileiras. Ele foi muito pronto e muito firme. E mais, o inquérito aberto na Policia Federal, a pedido da própria Policia Federal, já tem o acompanhamento do Ministério Público Federal. Não foi ninguém que requisitou isso, foi nada mais, nada menos do que o próprio Ministério da Justiça, através da determinação do Ministro Márcio Thomaz Bastos ao Diretor-Geral da Polícia, Dr. Paulo Lacerda. Então, a bem da verdade é importante deixar isto consignado, para que nós não continuemos com ilações a respeito das providências muito prontas e certas adotadas pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos neste episódio.

Eu queria questionar ao Senador Wellington, ao Senador Álvaro Dias, por que é que foi pedido esses quinze dias? Porque é assim: é claro que a tecnologia pode permitir o acesso e a informação com muito mais rapidez do que os quinze dias pedidos. Todos nós sabemos disso, Obviamente não há nenhuma dúvida com relação a isso. Então eu queria saber se houve a apresentação de algum outro tipo de argumento, porque há diferença nos procedimentos de um Banco público, que está submetido a determinações, às normas, às regras, é diferente de um Banco público de um Banco privado. Então eu queria saber se foi apresentado algum tipo outro de justificativa de porquê os quinze dias. Até porque, assim... a Caixa Econômica tem normas para apuração de responsabilidades disciplinares e civil e estas normas, elas são bastante rígidas, nos procedimentos, se abre a Sindicância, se dá prazos para defesa... Eu quero saber se isso foi aventado na conversa, porque, pelas regras da apuração de responsabilidade disciplinar e civil, talvez isto possa ter algum tipo de, digamos assim, ingerência neste prazo que foi dado, eu quero perguntar se isso foi levantado ou não, ou o que é que foi levantado, porque, efetivamente, o prazo de quinze dias, para todos nós, é um prazo longo que, em termos tecnológicos, efetivamente não justifica. Agora, eu queria saber se tem alguma justificativa em termos dos procedimentos que a Diretoria da Caixa tem que estar submetida, pelo fato de ser Banco público, e que, portanto tem outras regras, que não de um Banco privado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Senadora Ideli, a colocação de V. Exª. foi realmente o que colocou o Presidente num dos pontos, que ele tem normas internas, já tinha aberto a Sindicância, parece que quando você abre uma Sindicância já tem pessoas pré-definidas, funcionários que vão participar, isso pelos menos foi colocado – se eu falar diferente o Senador Álvaro me corrija, eu contesto ou não -, e que já tinha criado essa Sindicância e que um ponto importante, inclusive o Senador Álvaro levou a xerox, que saiu nas fotos, a xerox não estava bem definida, até eu não consegui ler, Senador Álvaro, eu peguei, o Senador Álvaro também, tinha alguns pontos que não estavam definidos, e não tinha chegado ainda, oficialmente, algum documento para o Presidente da Caixa . A Sindi-

cância já estava aberta, iam ser respeitados os prazos, como V. Exª. leu aí, da Caixa Econômica , entendeu? E ele tinha que cumprir os prazos de Sindicância, isso foi colocado pelo Jurídico do Presidente, o Presidente estava na cabeceira, todos os Vice-Presidentes, e o Jurídico falou: tem que cumprir prazo e cumprir as normas da Caixa Econômica , por isso é que ele deu esse prazo máximo de quinze dias, eu não sei nem se vai ser possível os quinze, de repente pode ter alguma prorrogação, não sei, por questões internas, de documento interno, e se pegar as regras lá da Sindicância, que tudo isso envolve, eu acho que envolve questões de Justiça do Trabalho, de quem for acusado, então isso foi realmente colocado lá. E a outra coisa foi a questão do documento, eu precisava uma que lesse bem o documento, talvez agora com a Revista ter mandado, segundo foi colocado aqui, mas que seja uma xerox, um documento que dê para ler, porque o que tinha lá eu não li direito, data, hora de impressão... para poder, aí sim, quem mandando, a CPI mandando, ou alguém mandando, documentado, aí continuou o processo dentro da Caixa , era essa a discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas pelo formato, parece-me que teve uma conclusão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Não, o formato, a Presidência da Caixa e os Diretores colocaram, que é um formato onde somente Gerentes de alto nível tem acesso àquele programa que imprime aquele modelo. isso dai foi colocado, a Imprensa sabe, Senador Álvaro, isso daí foi colocado pela própria Vice-Presidente de Informática da Caixa Econômica .

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) Quer dizer, deixa eu entender, foi assumido pela Direção da Caixa de que o procedimento foi na Caixa Econômica , é isto?

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Não, veja bem, foi assumido que aquele tipo de impressão que sai, quem tem acesso a esse programa é alguém de um nível mais alto da Caixa , quer dizer, de Gerente pra cima, se não me engano, não é isso, Álvaro? De Gerente pra cima, é isso, agora se foi impresso dentro da Caixa , fora da Caixa , da Diretoria, da Presidência, não foi possível.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Aí eles precisariam de um documento mais legível, é isto?

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – É, pra começar um processo, a Sindicância já estava aberta, mas documentação oficial chegando para ele, não tinha ainda.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – E de qualquer forma foi relatado esta questão das normas e regras dos procedimentos investigativos da Caixa ?

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Pelo Vice-Presidente Jurídico.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) Apenas para esclarecimento, não sei se o Senador Álvaro...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Senador Wellington Salgado relatou corretamente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) Corretamente.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Não há nada a corrigir no seu relato, apenas que ficou realmente evidenciado tratar-se de um documento extraído no interior da Caixa Econômica Federal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E muito interesse... (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – O que é preciso dizer é que há muita cautela, uma postura de muita cautela da Presidência da Caixa , da Diretoria, diante dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. O que nós imaginamos é que há realmente essa tentativa de aguardar acontecimentos para encontrar uma solução mais palatável. Eu imagino que as dificuldades são entendidas, sob o ponto de vista...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) Mas isso é a sua opinião, não é, Senador? É opinião sua.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Minha opinião, essa é uma opinião, de quem esteve presente e pode conferir essa preocupação dos Dirigentes da Caixa Econômica Federal em ganhar um tempo necessário para encontrar uma saída, que possa, enfim, preservar a Instituição.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) Senador, só para, ainda meu esclarecimento, quando foi aventada esta questão pelo Jurídico, dos procedimentos e das regras processuais de investigação dentro da Caixa , foi explicitado, foi lido, foi apresentado, ou apenas foi verbalizado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Foi citado na conversa, que teria, foi citado, inclusive, se tiver errado Senador Álvaro me corrija, tem memória melhor, que já teria inclusive como montar esse grupo para fazer a Sindicância, parece que um teria que ser funcionário, e um outro Diretor, isso daí foi falado.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – É, são funcionários de carreira, os integrantes da Comissão de Sindicância.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Que nada tem a ver com política, são de carreira da Caixa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Juvêncio, V. Exª. tem a palavra.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, eu vou fazer uma sugestão para objetivar o nosso trabalho, há um requerimento já do Senador José Jorge, para ouvir aqui na Comissão a Srª Clarice, parece que é Gerente, Vice-Presidente da Área da Tecnologia de Informática.

O SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Vice-Presidente.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Vice-Presidente, então eu sugiro que esse requerimento sendo aprovado, que a gente já ouça essa senhora na terça-feira próxima, independentemente ainda de ouvir Presidente de Caixa Econômica , que ela vai trazer para nós as últimas informações, vai trazer para nos, na verdade, se o documento foi entregue ou não foi entregue, se essa Comissão de inquérito lá dentro já foi realmente constituída e começou o trabalho ou não. Quer dizer, é um passo que nós temos que dar, para evitar que a gente fique aqui esperando, com tanto cautela da nossa parte, esperando que os fatos aconteçam. Esta é a minha sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou colocar em discussão o requerimento de V. Exª.. Em discussão.

SENADOR TIÃO VIANA – Sr. Presidente, apenas para explanar a mesma razão que tive no voto anterior, meu voto será contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, apenas para que tenha clareza do que nós estamos votando. A Srª Clarice Copetti, é Vice-Presidente de Tecnologia de Caixa Econômica Federal e o requerimento é para que ela preste esclarecimentos à CPI sobre a contratação de vinte e cinco mil terminais de computadores por meio da empresa Diebold Procomp. Esta Comissão já tem indícios de que esta empresa também teve participação no processo de renovação de contrato entre a Caixa Econômica e a Gtech. Além disso, a quebra de sigilo telefônico de Ralf Barquete registrou cento e sessenta uma ligações entre ele e o Presidente da empresa de Informática, o Sr. João Abud Junior. Portanto, com relação à convocação da Srª Clarice para tratar deste assunto, é um assunto que está dentro do foco da CPI, portanto, a vinda dela para prestar estes esclarecimentos, a questão do contrato com a Gtech, todos estes equipamentos, modificação da informática da empresa, não há, da minha parte, nenhuma objeção.

Agora, o terceiro parágrafo é que, de alguma forma, nos coloca numa situação, obviamente de impossibilidade de que seja estendido para o outro tema. "A Vice-Presidente convocada deverá esclarecer sobre estas renovações de contrato e eventuais conexões com a Gtech e também prestar todos os esclarecimentos à Comissão sobre o envolvimento da Caixa Econômica na quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa, já que as atividades de segurança lógica da informação fazem parte das atribuições de sua Vice-Presidência". Então, com relação ao terceiro parágrafo, ou seja, o outro, digamos, o outro objeto de convocação da Srª Clarice Copetti, nós não temos condição de concordar, tendo em vista, até porque há uma deliberação do próprio Supremo no sentido...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não há nenhuma deliberação do Supremo, a única deliberação do Supremo e que não dê continuidade ao depoimento do Francenildo, e mais nenhum. Para que fique claro essa questão, só Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – De qualquer forma, Sr. Presidente, se houver separação dos assuntos, não há, da minha parte, como acredito que da parte do Senador Tião Viana, nenhum óbice à convocação da Srª Clarice para prestar esclarecimentos a respeito da questão dos vinte e cinco mil terminais de computadores e tal. Com relação ao outro assunto, até porque a comitiva foi recebida pela Direção Geral da Caixa , tem procedimentos, até o próprio requerimento com relação ao Sr. Jorge Matozzo ficaria para semana que vem... Então se houver desmembramento nós votaremos favorável à vinda da Srª Clarice para o assunto Gtech. Agora, se continuar num único requerimento, nós estamos absolutamente impedidos, entende, por convencimento, de votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Respeito a posição de V. Exª, mas eu vou colocar em votação o requerimento...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. tem a palavra, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, com respeito a... Consistentemente com que eu falei há pouco, ponderando que seria bom aguardamos até terça-feira o resultado, ainda mais porque chegou o documento que a Revista Época enviou à Direção da Caixa Econômica Federal, e considerando que a Direção da Caixa possa estar agindo de boa-fé e considerando que até a próxima terça-feira poderemos ter já resultados conclusivos sobre toda a razão deste vazamento de informação inadequado que foi, e considerando ainda que a Comissão está acompanhando de perto isto, passo a passo, inclusive com as providências hoje tomadas e aqui decididas, então acho

que, eu ponderaria ao Senador Juvêncio, que da mesma maneira como o próprio Senador Antero ponderou que poderíamos votar na terça-feira o requerimento, o outro, também esse poderia ser apreciado na terça-feira, juntamente com o requerimento de convocação do Senador, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A matéria está em votação, Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado, com voto contrário da Senadora Ideli, do Senador Tião e do Senador Wellington. Está aprovado o requerimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu fiz essa ponderação com respeito a este aspecto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Está aprovado e a Assessoria para fazer o ofício, para que a Dra., em função da urgência, Clarice Copetti, venha depor amanhã na CPI.

Eu solicitaria à Assessoria que convocasse a Srª Isabel Fátima Bordini para depor. Dez horas da manhã.

Drª. Isabel Fátima Bordini, nós agradeçamos a presença de V. Sª. e pedimos desculpa, em função do atraso, que foi em conseqüência da sessão da CCJ, com a presença da Ministra Ellen Grace, que nos estendemos, mas agradecemos a presença da Senhora, com as nossas desculpas em função do atraso. E V. Exª., agradecendo a presença também do vosso Advogado, alegria em revê-lo e ao mesmo tempo em que comunico aos Srs. Senadores e Senadoras, que o termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal foi assinado pela Dra. Isabel.

Dra. Isabel, a Senhora tem, inicialmente, o tempo que se fizer necessário para esclarecimentos, identificação, já posso aqui dizer que é minha colega, Engenheira Civil, V. Sª. tem a palavra para esclarecimentos iniciais, informando aos Srs. Senadores e Senadoras, de que o nosso **Senador Álvaro Dias, membro dessa CPI, foi convocado por este Presidente para exercer a função de Relator "ad hoc**", para oitiva de V. Sª., V. Sª. tem a palavra. Solicitaria aos Senhores Assessores...

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A discussão acontecesse reservadamente, para que possamos ouvir a depoente.

SRA. ISABEL BORDINI – Boa tarde a todos, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, que pela primeira vez eu vou poder falar sobre o assunto, que desde agosto do ano passado vem sendo divulgado pela Imprensa e eu nunca fui chamada para falar no Fórum adequado. Estou falando pela primeira vez aqui, a convite de vocês e recebi essa comunicação ontem, por volta das dezessete horas, então, menos de vinte e quatro horas, eu fui notificada que eu teria que depor hoje, por volta das onze e meia da manhã. Então eu estou aqui à disposição de vocês, meu nome é Isabel Fátima Bordini, eu tenho quarenta e oito anos, sou nascida e criada em Ribeirão Preto, sou Engenheira Civil, formada pela Instituição Universitária Moura Lacerda, tenho pós-graduação em Gerente de Cidade pela FAAP, também fiz MBA em Gestão Empresarial, sou Funcionária Pública há vinte anos, concursada, e nesses vinte anos eu me dediquei ao DAERP, que é o Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto. Sou Estatutária. Nesse período também eu fui Diretora de Engenharia do Departamento do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, foi um trabalho muito gratificante também.

Agora, a minha vida foi realmente trabalhar na DAERP, me dedicar ao DAERP, tenho vinte anos de casa e não tenho nenhuma ação contra a minha pessoa nesses vinte anos. E ocupei a Superintendência por seis anos. Então, junto com os meus colegas que trabalham no DAERP, muitos são amigos, nós conseguimos elevar Ribeirão Preto num patamar de saneamento muito alto. Cidades de porte como Ribeirão Preto, nós estamos em primeiro lugar em saneamento básico, nós temos 100% de abastecimento de água, 98% de rede coletora de esgoto, temos 100% de estações construídas para ter tratamento de esgoto, mas nós temos só 60%, mas logo chegaremos lá. E quero dizer que o DAERP é uma autarquia, que sempre teve exclusividade no abastecimento de água e esgoto. Então, esse era o serviço que o DAERP presta à cidade.

Em 1999, num outro Governo, numa outra administração, o DAERP passou a ser responsável pela limpeza urbana, nessa época eu estava prestando serviços no HC, então o DAERP é um serviço novo, para o DAERP, o gerenciamento da limpeza urbana, porque ele sempre foi exclusivo para atender o abastecimento de água e esgoto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Só um esclarecimento, Dra. Isabel, HC é o quê?

SRA. ISABEL BORDINI – Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto. Então eu quero dizer que quando, em 99, os serviços de limpeza publica foi para ser gerenciado para o DAERP, através de uma lei, foi junto com a limpeza, uma equipe de funcionários, então, quando a limpeza pública passou para o DAERP, que é o Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto, foi também alguns funcionários e quase nada de equipamentos. Então essa é a história. E eu me coloco à disposição de vocês para todos os esclarecimentos necessários, querendo dizer que os funcionários que

foram para o DAERP fazer a limpeza pública já eram funcionários antigos da Prefeitura, ninguém era novo no ramo. Então me coloco a disposição dos Senhores, V. Exªs., para o que for necessário.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V. Sª., Dra. Isabel Fátima Bordini, e concedo a palavra ao **Senador Álvaro Dias na condição de Relator.** V. Exª. tem a palavra, Senador Álvaro Dias.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente Efraim Morais, primeiramente quero agradecer a deferência e dizer que farei indagações propostas pelo Relator Garibaldi Alves e, evidentemente, acrescentando ao final algumas indagações de nossa iniciativa. O Relator dessa Comissão, Dra. Isabel, quer saber em quais períodos a Senhora foi Superintendente do Departamento de Águas e Esgoto de Ribeirão Preto?

SRA. ISABEL BORDINI – Eu fui no período de 95 a 96, por dois anos, na primeira administração do Prefeito Antonio Palocci Filho. e depois de 2001 a 2004.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Quem assinou os aditamentos de contrato de remoção de lixo e limpeza pública no período em que foi Superintendente?

SRA. ISABEL BORDINI – Quando eu entrei no DAERP, pela segunda vez, para administrar o DAERP como Superintendente, em 2001, eu encontrei três contratos vigentes no DAERP. Um era da varrição, era o Contrato 5/99, ele havia se iniciado no final de 2000, quando ele teve a autorização, ele ficou por um tempo sendo analisado pela Justiça, depois veio uma liminar, autorizando que ele vigorasse, ele passou a autorizar em novembro de 2000. E tinha já dois contratos emergenciais sendo administrados no DAERP, um era o aterro sanitário, ele iria vencer no dia 20 de janeiro de 2001, eu tenho isso tudo documentado e posso entregar para os Senhores, eu peguei uma Prefeitura, onde já tinha um contrato emergencial, sendo vigente por vários anos, por vários meses, e que não foi deixado nenhum procedimento licitatório, não foi deixado nada, e nós tivemos que aditar novamente o contrato emergencial do aterro sanitário, para que nós pudéssemos ter tempo para elaborar uma licitação. E nós tínhamos também a questão da coleta de lixo hospitalar, também vigente como emergencial, e que venceria daí a seis meses, porque eles teriam feito um emergencial com um tempo maior, em junho venceria. Então nós agrupamos esses dois contratos e fizemos uma licitação, que foi em 2002 homologada.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Dra. Isabel, por que houve essa disparada de valores no período em que a senhora se tornou responsável pelo DAERP, a senhora assumiu em 2001, no ano de 2000, os valores estavam em torno de duzentos e setenta e três, quando V.Sª. assumiu, esses valores pularam para cerca de quinhentos e quarenta e quatro, ou seja, a média mensal de vinte e dois, setecentos e cinqüenta e dois, passou para quarenta e cinco, quatrocentos e quatorze.

SRA. ISABEL BORDINI – Porque nós expandimos o serviço...

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – E depois, quando a senhora deixou, mas estou me referindo a valores em quilômetro, referente às medições, não estou fazendo referência ao volume de serviço prestado pela empresa, estou colocando o mesmo parâmetro para avaliação do valor e ao final, quando V.Sª. deixou o DAERP, novamente os preços voltaram à situação anterior, ou seja, em síntese, foi um superfaturamento em torno de 60%.

SRA. ISABEL BORDINI – Olha, não é verdade isso, nós podemos conversar melhor sobre isso, não é verdade.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Os números estão nesta planilha e eles são confirmados pelo depoimento à Policia Federal de Ribeirão Preto, aliás, à Polícia de Ribeirão Preto, pelo Sr. Benedito Antonio, aliás, ao Delegado Benedito Antonio Valencise, pelo Senhor Darwin José Alves, ele faz referência exatamente a esta diferença significativa de valores.

SRA. ISABEL BORDINI – É, mas não é verdade isso, isso daí realmente, é uma denúncia que foi feita após o depoimento do Sr. Rogério Buratti.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – O que não é verdade, esses números não são verdadeiros?

SRA. ISABEL BORDINI – Não, o que acontece é o seguinte: nós ampliamos a varrição na cidade, nós pegamos uma cidade com epidemia de dengue, nós pegamos uma cidade que estava realmente muito suja, uma cidade com muitos problemas de limpeza urbana, e que tinha três mil contratações, que venceriam no próximo mês, e que essas pessoas, num período eleitoral contratado, eles tinham o seu contrato para vencer em um mês. Nós colocamos a ampliação da limpeza, que era uma questão de saúde pública na cidade, nós tínhamos uma epidemia de dengue na cidade...

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu vou repetir...

SRA. ISABEL BORDINI – E nós tivemos que fazer a ampliação, quando a gente amplia a varrição, nós também ampliamos o serviço e o conseqüentemente o custo desse serviço. Então o serviço foi feito.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – A favor, a seu favor, eu quero só insistir, eu estou fazendo referência a valores em quilômetro.

SRA. ISABEL BORDINI – Mas nós ampliamos, nós varremos mais, varremos mais bairros, meu Senhor.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Mas eu não estou fazendo referência ao valor de todos os quilômetros varridos, eu estou fazendo referência ao preço pago por quilômetro.

SRA. ISABEL BORDINI – Não, não, então isso não pode ser.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Esta é a diferença.

SRA. ISABEL BORDINI – Não, não, é o seguinte, deixa eu falar para o Senhor.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – E aí que se constata o superfaturamento.

SRA. ISABEL BORDINI – Deixa eu falar para o Senhor, acho tem que tem algum defeito, alguma falha que não foi passada para o Senhor. Quando... tinha um... Eu falei, comecei minha explanação, dizendo que o contrato se iniciou em novembro de 2000, que ele foi liberado, porque ele estava *sub judice*, porque teve uma empresa que disse: "olha, esse contrato não pode vigorar, ele está com os preços abaixo do mercado", e aí foi, eu não tenho termos jurídicos, que eu não sou Advogada, esse contrato ficou *sub judice*, durante mais de um ano. Então, o que acontece? Esse contrato de limpeza urbana, ele era administrado por emergencial, num valor de dezoito reais o quilômetro. Aí quando a licitação passou a vigorar, o valor era outro, então nós fizemos isso, era outro preço, aliás, é o contrário, era quarenta... trinta e pouco o quilômetro varrido, e com a licitação era dezoito, alguma coisa assim. Acho que isso daí, nós podemos ter isso documentado dentro do DAERP. E eu queria lembrar também que o ex-Superintendente do DAERP, ele foi funcionário da LEÃO & LEÃO, ele era da empresa, quando ele assumiu o DAERP, para administrar o DAERP, chama-se Darwin José Alves, acho que isso não está escrito, né?

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – A senhora poderia explicar isso?

SRA. ISABEL BORDINI – O Darwin José Alves, ele foi Superintendente do DUSARP, que é um Órgão da Prefeitura, então ele conhece a limpeza urbana, ele já tinha administrado publicamente a limpeza urbana na cidade. Depois ele foi convidado pela empresa LEÃO & LEÃO para trabalhar na empresa, num braço da empresa, que não lembro o nome agora, mas era um braço da LEÃO & LEÃO, era uma empresa que cobria a LEÃO & LEÃO em licitações. E aí, quando a limpeza urbana passou para o DAERP em 99, ele saiu da empresa e foi administrar a limpeza urbana no DAERP, voltou a ser público. Então ele conhece bem os dois lados da história, inclusive ele fez o processo licitatório, do qual ficou *sub judice*, com preço baixo, ele conhece toda a história.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu não vou aprofundar essa questão, até porque a Assessoria Técnica do Relator terá condições de esclarecer tecnicamente, mas apenas quero repetir aqui o que disse o Sr. Darwin José Alves, que a varrição era paga por quilômetro varrido, e é isso que motivou a indagação, porque há uma diferença de valor exatamente em relação ao quilômetro varrido.

SRA. ISABEL BORDINI – Não, é o preço de licitação, isso daí é público, já foi, inclusive, totalmente fiscalizado pelo Tribunal de Contas, e não tem nenhum problema.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Exatamente sobre a licitação que nos vamos indagar agora.

SRA. ISABEL BORDINI – Quando o Sr. Rogério Buratti depôs na polícia, dizendo o que ele disse lá, o Darwin levou os funcionários, criando essa história, inclusive, tinha a história do bosque, dos quarenta e seis quilômetros, que eu varria, que era um parque enorme, depois nós já provamos que ele varria da mesma forma, inclusive quem fala que eu coagia, assina o documento e não compareceu aqui, eu até gostaria de saber também, né?

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Quem negociava com os Representantes da LEÃO & LEÃO, antes da assinatura desses aditamentos?

SRA. ISABEL BORDINI – Não tinha negociação com a LEÃO & LEÃO, precisava ser aditado o contrato, era feito dentro das normas, dentro da lei, isso é uma coisa... tem todas as regras. E o preço, quando se adita um contrato, ele é o preço que foi ganho a licitação, só tendo as correções, então não tem negociação: "olha, se faz por tanto ou por tanto", não é isso, tem que ter normas, tem que ter regras, tem que ter lei, sempre dentro da legislação.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – A senhora que conduzia essa tratativa?

SRA. ISABEL BORDINI – Não, o DAERP tem tres Diretorias, uma Técnica, uma Administrativa, e uma Financeira, essa parte administrativa era feito pelo pessoal do DAERP, administrativamente, pelo Jurídico, de acordo com a legislação vigente na época, e de acordo com o contrato da empresa.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – E quais eram os servidores responsáveis pelo

recebimento dos serviços prestados pela LEÃO & LEÃO?

SRA. ISABEL BORDINI – É o seguinte, depende o caso. A limpeza urbana, quando nós chegamos no DAERP, era um serviço novo, que nós nunca tínhamos administrado. Eu tenho muitos anos de DAERP, mas como Engenheira, de água, esgoto, responsável até mesmo pela concessão dos serviços de esgoto em Ribeirão Preto. Então conheço cada nome de funcionário, são oitocentos e setenta funcionários, eu sou da Casa, conheço todo mundo. E o lixo, a limpeza urbana, era uma coisa nova para a gente, então o que nós fizemos? Nós mantivemos a equipe que já estava no DAERP, e eu chamei o Engenheiro Mauro Pereira Júnior, que já estava rodeando ali, por volta do cargo, e ele mostrou que tinha conhecimento na área, e eu falei: "Mauro, a limpeza urbana é nova para a gente aqui, nós precisamos de alguém com experiência, você tem muitos anos de administração, você é Funcionário Público, Estatutário, Engenheiro, você topa coordenar esse processo? Você participou da licitação desse processo, você topa isso?" "Quero isso, Isabel, é um serviço que eu gosto de fazer, preciso de alguém que me ajude". "Tá bom, eu vou te arrumar um Engenheiro que ajuda". Contratei então, como Chefe da Divisão, um Engenheiro que já era chefe na época, que chama-se Mauro Pereira Junior, hoje deve ter dezoito anos de Casa, em 2001 devia ter aí um pouco menos, mas que tinha toda a experiência na limpeza urbana. Falei: "Vou contratar uma pessoa para te ajudar". "Olha, não precisa ter experiência, eu passo a experiência para ele, eu prefiro até que venha sem experiência, eu ajeito do jeito que eu precisar". Foi os termos dele, e isso nós fizemos. Então não tem equipe nova, nem com cargo, com nada, era a equipe que já existia dentro do Departamento, que permaneceu, do Governo anterior.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – A senhora mantinha relações de amizade com o Barquete, o Marcelo Franzini, com o Rogério Buratti?

SRA. ISABEL BORDINI – Olha, o Marcelo Franzini não, o Wilner Barquete trabalhou comigo, ele e Engenheiro, colega de profissão e trabalhou, trabalhamos profissionalmente. O Luiz Cláudio LEÃO, ele é o dono da empresa e foi lá no DAERP conversar comigo, apresentar a empresa, logo no começo, ele esteve lá uma vez, dizendo: "Olha, nós somos prestadores de serviço, nós fazemos a limpeza urbana", foi se apresentar, e foi numa segunda vez, quando a empresa dele rompeu, eles se transformaram em duas empresas, LEÃO Engenharia e LEÃO Ambiental, e ele foi dizer o que tinha acontecido, foram as duas vezes que eu conversei com ele.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – E o Buratti?

SRA. ISABEL BORDINI – Agora, com o Wilner mais, e uma época também com o Rogério Buratti, contato profissional, conheço o Rogério Buratti, mas só profissionalmente.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Aqui consta da indagação, a Senhora recebeu presentes dessas pessoas?

SRA. ISABEL BORDINI – De jeito nenhum.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – E por que razão mantinha contatos freqüentes, telefônicos, com essas pessoas?

SRA. ISABEL BORDINI – Olha, o Rogério Buratti eu conheço desde a primeira administração do Palocci, era uma pessoa, sempre trabalhou seriamente, um cara educado, nós conhecíamos, mas eu não tinha contato com ele, de jantar fora ou de ir nos aniversários, ou na casa dele, era um contato profissional: "Precisa melhorar a limpeza aqui, está a desejar..." "Olha, precisa receber", coisas profissionais, nada mais.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – O DAERP recebia alguma doação da empresa LEÃO & LEÃO?

SRA. ISABEL BORDINI – Jamais, nem podemos.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – A senhora recebia, por volta do dia cinco de casa mês, trezentos por mês da LEÃO?

SRA. ISABEL BORDINI – Não, não recebia trezentos reais da LEÃO.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Não? Não recebia?

SRA. ISABEL BORDINI – Eu recebia, melhor esclarecer isso, o Wilner, como eu disse, é colega de Engenharia, fora do Departamento, numa conversa sobre ajudar o próximo, eu conversei com o Wilner, que tinha uma creche em Ribeirão Preto, que precisava de uma ajuda; e ele como pessoa física, nada tem a ver com a empresa, repassava trezentos reais por mês, para o aluguel dessa creche. É a creche Santo Expedito, no Bairro Heitor Rigon, em Ribeirão Preto. Então não tem essa história que a Imprensa divulgou, de trezentos mil, de nada disso, era uma coisa fora da LEÃO & LEÃO, o Wilner, como pessoa física, doava trezentos reais para o pagamento de uma creche, o aluguel de uma creche, para funcionar no Bairro Heitor Rigon, que chama Santo Expedito.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – A senhora recebeu algum dinheiro a título de colaboração ou patrocínio da LEÃO também?

SRA. ISABEL BORDINI – Não.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Para confeccionar marcadores de páginas, ou outro material impresso que foi utilizado em alguma campanha?

SRA. ISABEL BORDINI – Pode ter sido sim, que eles patrocinaram.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Meio Ambiente ou na Feira do Livre?

SRA. ISABEL BORDINI – Eu acredito que possa ter sido isso, sim, como patrocínio, é lixo útil, ela tinha um trabalho de patrocinar isso.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – A LEÃO & LEÃO patrocinou?

SRA. ISABEL BORDINI – Sim.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Mas essas doações foram escrituradas legalmente ou não?

SRA. ISABEL BORDINI – Provavelmente.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – A senhora não tem certeza?

SRA. ISABEL BORDINI – Não sei, porque não lidava isso pessoalmente, entendeu? Tinha quem fazia esse serviço, não era eu que ia lá pedia, não era eu, eu acredito, por isso que estou falando, que até tem, porque nós tivemos realmente marcador de livro na Feira do Livro e que pode ter sido patrocinado pela LEÃO AMBIENTAL, não sei se tem ou não, ou pela AMBIENTE, que era empresa de esgoto, não sei dizer isso para o Senhor, que realmente não era eu que fazia esses pedidos, jamais, não era minha função.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Quantos quilômetros de ruas existem no bosque municipal?

SRA. ISABEL BORDINI – De acordo aí, em torno de quatro e meio a cinco quilômetros.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – A senhora acha razoável o faturamento de quarenta e quatro a quarenta e oito quilômetros, em média, por dia, naquele local?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Dra., licença.

SRA. ISABEL BORDINI – Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vou comunicar os Srs. Senadores de que entrou o processo em discussão, na hora em que iniciar a votação, pedir ao Senador Mozarildo que comunicasse, para que nós possamos suspender o depoimento da Dra. Isabel, para que nós possamos ir votar e voltaremos, mas ainda não iniciou a votação, assim que iniciar...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, até para colaborar com V. Exª., eu acho que a intenção do Relator, de ouvir, de precisar todas as informações da maneira mais adequada, eu acho que para dar ampla proteção legal ao que está ocorrendo aqui, seria mais adequado que nós interrompêssemos, até para participar da discussão e voltaremos, acho que em quinze minutos volta essa matéria ouvinte e continuaríamos, é uma colaboração que estou...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço a V. Exª. e vou acatar a sugestão de V. Exª.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Se V. Exª. permitir, só ouviria a resposta da última indagação...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Essa ultima resposta, suspenderei, V. Exª voltará...-

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sobre o bosque, V. Exª. falou em quatro ou cinco quilômetros, o faturamento era quarenta e quatro a quarenta e oito quilômetros por dia.

SRA. ISABEL BORDINI – Vamos falar sobre isso, que eu acho bastante interessante. É o seguinte: eu não era responsável pela administração do contrato de limpeza urbana, o responsável pelo contrato de limpeza urbana era o Engenheiro Mauro Pereira Júnior, dezoito anos de Casa, funcionário Estatutário, Engenheiro, não era um funcionário qualquer, ele tinha a responsabilidade do gerenciamento do contrato, era responsabilidade dele, e ele entregava esses serviços para a Diretora Técnica, então eu não participava desse processo, Senador, chegava para Diretoria Técnica, dizendo: "Olha, os serviços são esses", aí ela escrevia: "Os serviços foram efetivamente realizados, podem ser pagas?" E ele dizia: "Sim, os serviços foram efetivamente fiscalizados e executados, pode ser pago". E aí tinha todos os procedimentos legais. Aí surgiu essa história, eu fui denunciada, acabaram comigo pela Imprensa, dizendo que a varrição do bosque era quarenta e seis quilômetros, que era um absurdo, que eu superfaturava, acabaram com a minha vida. Eu sou mãe, esposa, filha, acabaram comigo em Ribeirão Preto. E para surpresa minha, a mesma medição, com números até maiores, era feito no Governo passado, que era do PSDB, Dr. Luis Roberto Jábali era o Prefeito e os funcionários, um deles, que depois, na polícia, assina as medições com quarenta e oito quilômetros. Estão aqui e vou deixar para vocês, então, os Senhores, desculpa, viu gente, aqui, olha, são as medições do ano de 2000, maiores do que as que foram divulgadas e eram os mesmos Engenheiros que falaram que eu os coagia, é quem assina. Um deles, tem aqui, o Antonio Sérgio de Freitas, que não veio na CPI depor, por algum motivo ele não foi convidado, só os outros. Está aqui.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Quando retornarmos, Sr. Presidente, nós retomaremos essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Dra. Isabel, mais uma vez, vou pedir a compreensão de V. Sª.

SRA. ISABEL BORDINI – Claro, o que é isso? Estou à disposição, sem nenhum problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Em se tratando de Ordem do Dia, nós somos obrigados a ir ao Plenário e pedir a compreensão, procuraremos ser o mais rápido possível em nossos votos, para dar continuidade.

SRA. ISABEL BORDINI – Estou à disposição de vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Peço a V. Sª que fique à disposição lá na sala, à vontade, recomendo à Assessoria para que dê assistência no que for necessário à Dra. Isabel e ao seu Advogado. Está suspensa a sessão.

SRA. ISABEL BORDINI – Não posso ficar aqui não?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Aonde V.Sª. desejar. Muito obrigado.

SRA. ISABEL BORDINI – Obrigada.

Sessão suspensa às 17h17
Sessão reaberta às 18h40

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Reaberta a Sessão. Convido a Dra. Isabel Bordini para que nós possamos dar continuidade aos trabalhos. Senador Alvaro Dias, V. Exª. tem a palavra para dar continuidade ao depoimento da Dra. Isabel Bordini. E, mais uma vez, peço desculpas à Senhora pelo atraso do depoimento de V. Sa. Senador Alvaro Dias.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, nós retomamos, exatamente, do ponto em que suspendemos a Reunião quando tratávamos da varrição, da discussão de valores e de quilômetros de varrição efetuada. E eu trago o depoimento do Sr. Mauro Pereira Júnior à Polícia de Ribeirão Preto e faço a leitura do trecho para que a Dra. Isabel possa responder. Diz ele: "Eu desconfiava que a medição da varrição estava sendo muito subjetiva, que, conseqüentemente, eu disse para a Isabel Bordini que eu não iria assinar aquele recebimento, entretanto fui obrigado a fazê-lo por imposição de Isabel e também fiquei sabendo que vinham ordens superiores para que eu assinasse logo e remetesse. Que esse fato aconteceu por umas três ou quatro vezes." Aí disse que a Senhora contratou o Engenheiro Paulo Henrique Negri que passou a ser o responsável pelo gerenciamento da varrição e que ele recebia uma planilha que já vinha assinada pelo Paulo Henrique. "Que a contratação de Paulo, o patamar total da medição continuou sendo o mesmo. Quando eu comuniquei que eu suspeitava que a medição da varrição não estava sendo feita corretamente, Isabel pediu-me para aguardar porque estava providenciando a contratação de outro Engenheiro."

Enfim, ele, no seu depoimento à Polícia, ele enfatiza que havia, portanto, uma medição subjetiva. Exatamente em função do que nós verificamos aqui, a Senhora faz a defesa dizendo que ampliou os serviços. Mas me parece que é uma ampliação desmedida, muito significativa, expressiva mesmo, o dobro do que ocorria antes e do que ocorre agora e as informações que nós temos é que a cidade de Ribeirão Preto é uma cidade limpa. Varrendo a metade do que varria ao tempo em que a Senhora era a responsável. Então, queria que respondesse, tendo em conta esse depoimento do Sr. Mauro e, exatamente, em função dessa constatação de ter dobrado os quilômetros varridos.

SRA. ISABEL BORDINI – Primeiro, eu queria pedir desculpas a V. Exª. pelo começo, acho que eu estava pouco ansiosa e eu não tenho esse costume.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Não, não. Absolutamente normal e respeitoso.

SRA. ISABEL BORDINI – E agradecer pela forma como o Senhor me tratou, como o Senhor tem lidado com isso. Com relação, eu vou ter que repetir, o encarregado, o responsável pelo gerenciamento do processo de varrição era o Engenheiro Mauro Pereira Júnior. Ele tinha um Engenheiro que era subordinado à coordenação dele que era o Engenheiro Paulo Henrique Negri, do qual ele pediu, que não precisava ser um Engenheiro com formação especializada na área, que ele mesmo formaria o Engenheiro, ele mesmo trataria o Engenheiro como ele gostaria que o Engenheiro agisse, porque ele tinha já mais conhecimento sobre isso. Então, o responsável pelo processo de varrição na cidade, pelo aterro sanitário e pela coleta do lixo domiciliar, era o Engenheiro Mauro Pereira Júnior, um Engenheiro estatutário, com 18 anos de Prefeitura, com bastante experiência e que trabalhou nas Administrações anteriores e que continuou fazendo o serviço na nossa Administração.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Vamos aos valores aqui estabelecidos como objeto da licitação. A Prefeitura orçava em aproximadamente 60 milhões; a proposta apresentada pela LEÃO, em torno de 30, 36 milhões, enquanto que a segunda proposta ficou em valores próximos de 50 milhões. Esses números são...

SRA. ISABEL BORDINI – Isso.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Considerando que o valor do contrato foi de aproximadamente 36 milhões, como explicar que, no período de execução, o faturamento atingiu 120 milhões?

SRA. ISABEL BORDINI – Olha, eu não tenho esses números tão precisos quanto o Senhor aí. Que eu acho que não chegou em 120 milhões, mas vamos dizer... Realmente, foi um contrato que ficou *sub judice* porque o preço era muito abaixo do mercado, inclusive, com uma diferença muito grande com a segunda concorrente e ele teve índices de reajustes, que o contrato reza, que tem ser reajustado pelo IGPM. Teve mês, teve ano, que o IGPM chegou a 20%, mas isso aí e nós tivemos, também, ampliações do serviço e, hoje, a cidade se encontra, novamente, com problema sério de dengue.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A Senhora afirmou que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo julgou regulares os contratos e os ativos?

SRA. ISABEL BORDINI – Olha, não. Esse contrato, ele ficou *sub judice* e ele foi, em novembro de 2000, eu estou tentando lembrar as datas, ele foi autorizado a ser gerenciado e nós o gerenciamos. Quando chegou no final, eu acredito que aí em 2004, o Tribunal de Contas negou, irregularidade de licitação e o contrato já estava sendo gerenciado como é até hoje.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É, a Senhora faz bem corrigir porque inicialmente...

SRA. ISABEL BORDINI – Isso.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Afirmou...

SRA. ISABEL BORDINI – É.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – ...que o Tribunal de Contas considerou regulares os contratos e os aditamentos...

SRA. ISABEL BORDINI – Não, os emergenciais; os emergenciais.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Na verdade, as informações que nós temos...

SRA. ISABEL BORDINI – Isso, mas tudo que o Senhor... Eu até agradeço mais uma vez porque...

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O Tribunal de Contas julgou irregulares o contrato e todos os aditamentos, essa é a informação correta.

SRA. ISABEL BORDINI – Não, não todos os aditamentos. Eu tenho uma lista aqui, se o Senhor me der licença, eu gostaria até de colocar. Somente um foi julgado irregular, dos aditamentos, os outros foram todos aprovados e foram vários aditamentos que foram feitos. Se o Senhor me dá licença.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois não.

SRA. ISABEL BORDINI – Perderia um pouquinho de tempo, mas acho que vale à pena mostrar. Sempre assim, na hora que precisa o papel não vai estar. Olha, eu tenho aqui. Dia 24 de abril de 2000, de 2000, a Administração do PSDB, foi feito um contrato emergencial por 180 dias, ele foi aprovado. Aí, o mesmo PSDB aditou por mais 60 dias o mesmo contrato, ele foi aprovado. Já são 240 dias de contrato emergencial. Aí entrou o PT,...

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente...

SRA. ISABEL BORDINI – ...quando nós tínhamos 20 dias de Administração...

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu gostaria, pela ordem.

SRA. ISABEL BORDINI – ...venceu mais um contrato. Pois não.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Apenas, Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. tem a palavra.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu gostaria que V. Exª. nos orientasse se vamos falar de Administração PT, PSDB, PQP, porque nós estamos, aqui, é... falando não partidariamente, falando numa CPI que precisa ter a verdade dos fatos sem corregendas partidárias. Não vamos fazer, aqui, começar a tecer críticas contra o PT, uma atrás da outra. E era difícil, para a Senhora, responder todas as perguntas, para justificar toda essa avalanche de fatos, lá em Ribeirão Preto, que incrimina o PT. Portanto, quanto menos falar em partido, melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu solicitaria a V. Exª. e a V. Sa. que, quando se referisse à Administração anterior, citasse o nome do Prefeito Fulano de tal.

SRA. ISABEL BORDINI – Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Que já sabemos que se trata do PSDB, é um apelo que faço a V. Sa.

SRA. ISABEL BORDINI – E o Senhor será atendido, com certeza. Então nós pegamos os contratos emergenciais que foram um, dois, três, quatro, cinco, sete emergenciais, somente um foi reprovado e não foi o último, foi um intermediário. E nós, realmente, não sabemos o porquê que o Tribunal de Contas agiu dessa forma. Então, é isso que eu quero dizer. Que vários contratos emergenciais foram feitos, somente um foi reprovado e não foi o último, foi o anterior ao último.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A Senhora entende, então, que o Sr. Mauro está mentindo quando faz essas afirmações?

SRA. ISABEL BORDINI – Olha, eu quero dizer que eu nunca coagi o Mauro e que eu nunca determinei que ele alterasse planilhas. Isso eu posso olhar no olho de cada um aqui e dizer: "Eu jamais faria um pedido desses e eu jamais fiz um pedido desses."

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – "Por que o Sr. Mauro deixou o cargo que exercia na DAERP?

SRA. ISABEL BORDINI – Ele ocupou o cargo por três anos e meio, aonde... é um tempo bastante considerável. Trabalhando quando eu era Superintendente e ele deixou o cargo, disse que ele não tinha mais interesse em ficar no cargo, que ele queria fazer outras coisas, não explicou porque, queria sair do cargo. E eu pedi, na hora eu fiquei com um problema na mão, pedi que a Marilene, que é Marilene Falsarella, que ela era Secretária do Mauro e ela tinha todo o conhecimento de como fazia o serviço, ela ajudava muito o Mauro. E eu perguntei: "Você tem interesse em substituir o Mauro?" Ela falou: "Eu tenho interesse, sim." E ela substituiu o Mauro e aí o Paulo Negri saiu porque ele queria ganhar mais e nós não tínhamos como pagar mais para o Mauro, a Marilene me indicou o Antônio Sérgio de Freitas que já era um Engenheiro, que já tinha trabalhado no Departamento, que tinha conhecimento do serviço, que tinha trabalhado, inclusive, na Administração anterior e que ele gostaria, ele estava já trabalhando na Prefeitura, ele, apesar de ter Cargo em Comissão, ele era um funcionário de muitos anos de Prefeitura. E que ele assumiria. Então eu trouxe, eu tirei ele da Secretaria de Infra-Estrutura, convidei para vir trabalhar com a gente, ele aceitou e ele ficou no lugar do Paulo Negri e a Marilene no lugar do Mauro.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A Marilene e o Sr. Paulo Negri, além do Sr. Mauro, afirmaram, na Polícia Civil e aqui, na CPI, também tivemos afirmações dessa natureza, que havia um superfaturamento do serviço prestado pela LEÃO & LEÃO. O que Senhora tem a dizer? Mais uma vez eu faço essa indagação.

SRA. ISABEL BORDINI – E mais uma vez eu vou dizer, não é verdade ou eu não tenho conhecimento disso, de jeito nenhum. Tanto é que, somente após seis meses ou sete meses, o término da Administração, é que, depois do depoimento do Rogério Buratti, eles foram até a Polícia para depor e dizer sobre esses problemas, porque, até então, nós não tínhamos nenhuma reclamação, nada que fizesse com que tomássemos as providências, eu, enquanto Superintendente. Porque se tivesse qualquer, que vazasse qualquer coisa: "Olha, tem irregularidades." Com certeza nós teríamos tomado as devidas providências. Teríamos montado Comissão de Sindicância Administrativa para apurar os fatos.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A acusação é mais grave aqui.

SRA. ISABEL BORDINI – Pois não.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Tanto o Sr. Mauro como a Sra. Marilene, afirmaram na Polícia e aqui também, que eles eram obrigados pela Senhora a assinar Ordens de Serviços falsificadas para comprovar o suposto serviço prestado pela LEÃO & LEÃO...

SRA. ISABEL BORDINI – Nós trabalhamos...

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – ...tendo como conseqüência aí o superfaturamento que nós mostramos nessa planilha. O que a Senhora tem a dizer a esse respeito?

SRA. ISABEL BORDINI – O que eu tenho a dizer é o seguinte. Que todos somos funcionários públicos, eu com 20 anos de carreira e eles com 18. E que qualquer atitude, eles poderiam ter denunciado, porque eles são estatutários, eles têm garantia de emprego. Como que alguém é coagido por mim durante três anos e meio? Como, eu queria saber, em questão de órgão público a gente não faz ordem verbal, a gente pede tudo por escrito. Toda a documentação. Eu gostaria de saber se eles apresentaram algum pedido meu, por escrito, que eles alterassem alguma coisa ou qualquer ordem que eu desse? Jamais. Inclusive eles nem tratavam comigo. Eu sou Superintendente, eles tinham o Diretor Técnico responsável por eles. Então eles não tinham acesso a mim.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Apenas, para informação da Comissão que a Sra. Marilene e o Sr. Mauro reconheceram, na Polícia, uma Ordem de Serviço falsificada. Então há uma, há documento...

SRA. ISABEL BORDINI – Que, provavelmente, eles faziam, mas que eu não tinha conhecimento disso. Eu quero dizer a vocês, que eu administrei o DAERP, V. Exª., desculpa, que eu administrei o DAERP por vários anos, eu não tenho nenhuma ação nesses 20 anos aí, ou nos 6 anos de Superintendência, que desabonasse uma ação contra a minha pessoa e que esse problema da limpeza urbana, realmente, eu peguei uma equipe que veio de um outro Departamento, que era um grupo no qual eu confiei e que, depois de seis meses, eles foram fazer uma denúncia, dizendo que tinha um parque, o qual era varrido muito e que eu provo, aqui, que eles varriam da mesma forma e era um serviço, que não é responsabilidade minha, fiscalizar a varrição. O Mauro era responsável por isso.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A Senhora está dizendo que eles estão mentindo, caluniando, difamando?

SRA. ISABEL BORDINI – Olha, eles falaram isso.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Vai tomar alguma providência...

SRA. ISABEL BORDINI – Eu posso dizer...

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – ...judicial, já tomou?

SRA. ISABEL BORDINI – Eu tenho Advogado, nós vamos... É que eu não fui notificada para ir depor, mais uma vez eu agradeço. Pela primeira vez, é aqui que eu estou falando e eu acredito em vocês, eu acredito que em V. Exª., eu acredito que Vs. Exas. é que vão poder orientar e ver isso direitinho. Por que o que acontece? Em agosto, a imprensa começou a divulgar que haviam erros e a Polícia, até hoje, não me chamou para depor. Me chamou um dia, 29 de novembro e, na mesma data, desmarcou, que era para eu não ir. E mais, a imprensa, eles davam informações, passavam informações e, através do meu Advogado, por quatro vezes, nós pedimos que eu fosse ouvida e nós não fomos ouvidos ainda. E eu só fui ter acesso aos documentos, aos depoimentos oficiais em novembro porque esses depoimentos não eram entregues para a gente. Eu tenho isso documentado também através, só foi entregue através de pedido de Advogado ao Juiz.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É para refutar...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V. Exª. permite, Senador Álvaro Dias, permite uma breve observação. Porque V. Exª., há pouco, perguntou à Sra. Isabel Bordini se ela entraria com alguma medida na Justiça, referente aos depoimentos que aqui ouvimos. Mas eu queria ressaltar que, ainda há poucos momentos, V. Exª., ao perguntar a ela a respeito dos depoimentos do Sr. Mauro e os outros, ela própria teve a iniciativa de dizer: "Olha, eu me disponho a esclarecer esse assunto, inclusive olho no olho com os demais". Assim demonstrando, uma naturalidade de, expondo o que ela aqui nos expõe, assim, de uma maneira muito espontânea, que eu quero dizer, que a mim, está impressionando. Então, mas eu queria ponderar, Senador Álvaro Dias, que dada, até, a disposição dela de esclarecer inteiramente dos fatos, até mesmo antes de se colocar a ela: "Olha, mas vai entrar na Justiça?" Quem sabe o esclarecimento que a Comissão Parlamentar de Inquérito está dando a oportunidade, até, dela dar, quem sabe seja algo mais eficaz onde ela, ao mesmo tempo, defende o seu ponto de vista e nos esclarece, obviamente. Claro, eu estou... Nós ainda estamos em meio ao procedimento, mas é uma observação que eu apenas queria fazer a V. Exª..

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu estou procurando encurtar a minha participação aqui até para dar espaço aos Senhores Senadores que aqui se encontram e vou eliminando algumas indagações que deveria fazer, espero que, depois, o Senador Garibaldi me perdoe por isso. Eu vou a um outro assunto. A Senhora já falou sobre o seu relacionamento com Rogério Buratti e disse que era profissional, apenas profissional. Não havia um relacionamento de amizade, um relacionamento de pessoal? Não havia?

SRA. ISABEL BORDINI – Não, de amizade... Eu não tinha relacionamento de ir na casa dele, ele ir na minha casa ou jantarmos juntos ou participarmos de festa, mas era cordial, quando nos víamos nos cumprimentávamos, podia surgir até assunto de filho: "Levei meu filho no médico." "Esse médico é bom." Coisas desse tipo, como se conversa quando está em reunião, quando está em roda, coisas desse tipo, nada mais.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu vou pedir permissão ao Presidente para apresentar uma gravação, rapidamente, para, depois, fazer as indagações que essa gravação suscitar. Pode, por favor. É apenas som. Houve referência a essa gravação, em determinada oportunidade, nessa Comissão e alguém questionou de que essa gravação não existia. Então nós vamos ter oportunidade hoje de constatar que realmente existe a gravação. Certamente telefônica.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Enquanto coloca o áudio eu faço uma pergunta.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Relator. Caro Senador Alvaro Dias, só uma pergunta.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois não.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Essa gravação está em qual inquérito?

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É de Ribeirão Preto, da Polícia de Ribeirão Preto.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu gostaria que V. Exª. pudesse situar depois, não precisa ser já, qual é o inquérito que ela está situada, por favor.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Está ok. É no inquérito presidido pelo Delegado Valencise que prestou depoimento, há poucos dias, na CPI.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Foi o Delegado que cedeu?

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – As informações chegaram à CPI.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Por conta do Delegado Valencise?

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Ok? Vamos ouvir, então, a gravação. Enquanto se resolve a questão técnica aí, eu indago à Senhora, qual é o grau de relacionamento da Senhora com o Ministro Palocci.

SRA. ISABEL BORDINI – Eu sou amiga do Ministro Palocci, tenho grande orgulho de ter trabalhado com ele, não nos temos visto em função das atividades, não nos vemos já há bastante tempo, mas tenho amizade pelo Ministro Palocci.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E, no período da Administração dele à frente da Prefeitura, a Senhora tinha reuniões constantes com o Ministro, com o Prefeito na época?

SRA. ISABEL BORDINI – É. O DAERP é uma autarquia com autonomia financeira, administrativa...

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Vinculada diretamente ao Prefeito?

SRA. ISABEL BORDINI – Vinculada diretamente ao Prefeito e meu contato com ele era de Secretário para Prefeito. Participava de reuniões de secretariados e recebia, conversávamos as necessidades da rotina do trabalho, nada mais.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – No final do ano passado, nós recebemos aqui denúncias, com vasto material encaminhado pelo Vereador Nicanor Lopes, em que consta uma série de denúncias de irregularidades na Prefeitura de Ribeirão Preto. E, nesse material, uma fita gravada, também, com o ex-Diretor da Companhia de Desenvolvimento de Ribeirão Preto, Augusto Pereira Filho. O Diretor admite ter recebido parte do salário de uma empreiteira contratada na sua gestão. Segundo a entrevista, ele recebeu, por nove meses, cerca de R$ 2.250,00 mensais da Construtora Vale do Paranapanema e o pagamento teria sido negociado pelo então Superintendente da CODERP, Juscelino Dourado, ex-Chefe do Gabinete do Ministro Palocci. Nos detalhes da fita, o Pereira Filho declara que o pagamento era feito em dinheiro. A empresa foi a contratada para tornar viável um projeto idealizado pela Prefeitura. Há indícios de que o projeto foi superfaturado para gerar recursos de "Caixa 2". Não se trata aí de um funcionário terceiro escalão, era um Diretor da CODERP. Eu pergunto se a Senhora tinha conhecimento desse pagamento, dessa empreiteira?

SRA. ISABEL BORDINI – Jamais.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Que complementava o salário desse...

SRA. ISABEL BORDINI – Jamais.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Não tem conhecimento nem do caso?

SRA. ISABEL BORDINI – Não; do caso, através da imprensa, que foi divulgado, mas na época jamais, eu leio, a gente tem acompanhado aí as coisas pela imprensa, que é muito ativa e tem trabalhado bastante encima disso...

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E a Senhora se lembra do...

SRA. ISABEL BORDINI – Mas eu não conheço.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – ...do contrato com essa Construtora, celebrado com a Prefeitura?

SRA. ISABEL BORDINI – Não, porque eu não fazia parte, eu administrava o DAERP e esse contrato, se não me engano, é com a CODERP.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – CODERP, CODERP.

SRA. ISABEL BORDINI – Exatamente, não tem nada a ver com o DAERP, não tinha tempo. Quando a gente cuida do DAERP, que é o Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto, nós cuidamos de infra-estrutura. Então, ou nós estamos todo o dia lidando com o problema de abastecimento de água, que está todo dia na casa de alguém ou é o esgoto ou é a limpeza urbana. Então dá muito trabalho, é uma coisa, assim, que nos requer muito trabalho, mesmo, muita atividade, então mal dá tempo da gente cuidar do nosso espaço, não dá tempo de ver o do outro.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O seu marido era o superintendente da CODERP?

SRA. ISABEL BORDINI – Não, não. É o Juscelino Dourado. O meu marido é Donizeti Rosa, não era ele.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Qual é o papel, dos seguintes Senhores, nas negociações, nos negócios da Prefeitura com a empresa LEÃO & LEÃO? Eu vou citando o nome e a Senhora se souber... O Vladimir Poletto.

SRA. ISABEL BORDINI – O Vladimir Poletto não era da empresa LEÃO & LEÃO, ele tinha um cargo na Prefeitura, na Secretaria da Fazenda.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O Rogério Buratti.

SRA. ISABEL BORDINI – O Rogério Buratti, acho, que chegou até ser Presidente da LEÃO & LEÃO, por algum período, não sei exatamente qual.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O Mauro também foi para a LEÃO & LEÃO?

SRA. ISABEL BORDINI – O Mauro não. O Mauro sempre foi Engenheiro da Prefeitura, primeiro da Infra-

estrutura, depois do DAERP. Em 1999, ele passou a prestar serviço no DAERP.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Era comum alguém, ou foi só esse único caso, do Buratti, de deixar a Prefeitura e ir para a LEÃO & LEÃO? Tiveram outros casos?

SRA. ISABEL BORDINI – Teve outro caso do ex-Superintendente da Administração anterior, que é o Darwin José Alves.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Ah, o Darwin. Já? Só mais dois nomes. Juscelino Dourado?

SRA. ISABEL BORDINI – Juscelino Dourado trabalhou na Administração do Palocci e eu o conheço bastante, é meu amigo.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E o Ademirson Ariovaldo?

SRA. ISABEL BORDINI – O Ademirson Ariovaldo foi Chefe de Gabinete do Prefeito e ele... conheço o Ademirson ali da Prefeitura no dia-a-dia.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Vamos à gravação, por favor.

GRAVAÇÃO 1 – 00:26:50

ROGÉRIO: Alô.

ISABEL: Rogério!

ROGÉRIO: Mas você me deixou um recado bravo ontem, sim. Você falou que não tinha deixado, mas deixou.

ISABEL: Quê que eu falei?

ROGÉRIO: Isabel. Me liga. (risos). (inaudível) Me liga, sim.

ISABEL: Sim, tipo manda logo. É que eu fiquei contente que você me ligou, aí eu fui ligar para você e não conseguia falar, pronto, virou estrela de novo. Não consigo falar. E aí, tudo bem?

ROGÉRIO: Tudo e você?

ISABEL: Tudo bem.

ROGÉRIO: Virou estrela de novo... nunca fui.

ISABEL: Nunca deixei de ser estrela.

ROGÉRIO: Não pareço. (inaudível) (risos)

ISABEL: (risos) Ai, ai. E Belo Horizonte?

ROGÉRIO: Tá indo bem.

ISABEL: Legal.

ROGÉRIO: Tá indo bem.

ISABEL: E você não vai mudar para lá, não?

ROGÉRIO: (risos) Por que?

ISABEL: Han?

ROGÉRIO: Por que você acha?

ISABEL: Ah, não. Eu não sei de nada, porque o patrãozão...

ROGÉRIO: Han!

ISABEL:...outro dia eu conversei com ele, né?

ROGÉRIO: Han!

ISABEL:...que ele demora assim.

ROGÉRIO: Han!

ISABEL: Aí ele, eu estou com minha, o bom seria ele mudar de Ribeirão, ir para outro lugar.

ROGÉRIO: Han!

ISABEL: São Paulo, aí eu falei assim: Ah, mas a família acho que não quer, né? Pra ver como a gente fala da vida dos outros, né?

ROGÉRIO: É verdade.

ISABEL: Saí falando da vida dos outros é bom. Né?

ROGÉRIO: É.

ISABEL: Aí ele disse: Ah, mas devia, viaja sempre, São Paulo é muito grande, tem muita coisa para fazer, tem muita... ninguém conhece ninguém, fica mais legal para trabalhar. Não é?

ROGÉRIO: Ha-han.

ISABEL: Ele deve estar vendo, né?

ROGÉRIO: Ha-han. Ah é, ele falou isso?

ISABEL: Falou isso. Aí eu queria te contar, né? Porque se eu não te contasse...

ROGÉRIO: Faz tempo isso, Isabel?

ISABEL: Não, foi, acho que semana passada ou retrasada que eu estive lá.

ROGÉRIO: Sei, sei.

ISABEL: Não, foi sem sexta que passou agora, a outra. É.

ROGÉRIO: Sei.

ISABEL: Dez dias mais ou menos.

ROGÉRIO: Há-han.

ISABEL: Então ele falou isso aí.

ROGÉRIO: Há-han. É.

ISABEL: E você, hein? O que você conta de novo, lá?

ROGÉRIO: Ah, acho que nada ainda. Estou por aí.

ISABEL: E aqui também.

ROGÉRIO: To bem.

ISABEL: Ta duro, viu. Falta de dinheiro, como sempre.

ROGÉRIO: É né?

ISABEL: Mesma ladainha.

ROGÉRIO: Ha-han.

ISABEL: O Roberto fazendo pressão.

ROGÉRIO: E o Roberto, você tem visto ele, ele tem visto você?

ISABEL: Ele tem conversado com o Donizeti.

ROGÉRIO: Ha-han.

ISABEL: Mas, na verdade, ele está pressionando pra caramba, mas foi difícil, né? Não tem muito. Agora eu vou procurar uma saída assim, tentar ver se eu faço a inadimplência existente no DAERP, (inaudível)

fazer alguma, tipo de convênio, de lei. Aonde ele, como partido, ele tem dívida e eu também. Tenho dinheiro a receber, tem que pagar ou ver se ele consegue...

ROGÉRIO: Han.

ISABEL: Trabalhar uma parte dessa inadimplência, aí. (inaudível). Trabalhando isso, falar com Sérgio Roxo, né? Outro assunto também, falou que queria muito falar com você, que ele deixou recado e você não entrou em contato com ele. Que gosta, ele elogiou você para caramba.

ROGÉRIO: Quem?

ISABEL: O Sérgio Roxo.

ROGÉRIO: Ah, é verdade. É verdade, ele tentou falar comigo e tal.

ISABEL: Entrou...

ROGÉRIO: Ah, sabe aquela época que você não está muito a fim de falar.

ISABEL: Imagino. Mas ele elogiou muito você.

ROGÉRIO: Ha-han.

ISABEL: Que você é um cara muito diferenciado, um cara legal.

ROGÉRIO: Eu vou ligar para ele. Eu achei chato não ter falado...

ISABEL: Ah, você ta vendo, eu só te dou notícia boa, hein?

ROGÉRIO: Agora dá as ruim, não é possível. As ruins são fáceis. Você falar comigo. (risos)

ISABEL: Não entendi nada. Você fala rindo.

ROGÉRIO: As ruins são fáceis de observar, né?

ISABEL: É. (risos)

FIM DA GRAVAÇÃO 1

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – OK. essa gravação, portanto, mostra que havia um relacionamento de amizade, de intimidade, até eu diria. E tem umas questões. A gravação foi colocada exatamente em função de algumas questões que ela suscita. Essa é a intenção do Relator, o Senador Garibaldi Alves. Quem é o 'patraozão' que a Senhora se refere na conversa?

SRA. ISABEL BORDINI – Olha, eu... realmente, sou eu conversando com o Rogério e é aquilo que eu falei, eu não tinha amizade de ir jantar na casa dele ou almoçar na casa dele. Mas conversávamos, isso aí... e não tem nada que comprometa, que fale de alguma coisa ilegal, eu falo da vida pessoal dele, aonde eu falo assim: "Olha, o Sérgio Roxo te elogiou para caramba. 'Patrãozão' falou que você deveria mudar".

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – "Quem é o 'patrãozão?

SRA. ISABEL BORDINI – Na época, eu acredito que seja o Prefeito.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Prefeito Palocci?

SRA. ISABEL BORDINI – Pode ser também o Magioni. Eu acho que foi, inclusive...

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A Senhora não lembra?

SRA. ISABEL BORDINI – Não porque eu não lembro a época exata disso. E eu não lembro com quem eu tive essa conversa. Porque eu falo assim: "Você tem visto o Rogério?" "Olha, eu não tenho visto e tal..."

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Porque o 'patraozão' queria que o Rogério Buratti saísse de Ribeirão Preto?

SRA. ISABEL BORDINI – Não, porque, como ele tinha... acontecido esses fatos lá na LEÃO & LEÃO, que ele foi... saiu da empresa, fazia muito tempo que não estava, acho que conversando falei: "E o Rogério, você tem visto?" Acho que foi com o Gilberto mesmo. E ele falou assim: "Não, não tenho visto, mas, seria bom que o Rogério mudasse de cidade, começasse vida nova. Ribeirão Preto já não dá mais."

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Gilberto, o Prefeito?

SRA. ISABEL BORDINI – É, o ex-Prefeito, também, o Sr. Gilberto Magioni. Então nada assim que fosse uma coisa... uma conversa.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – "Isso foi na Prefeitura?

SRA. ISABEL BORDINI – Foi por telefone, eu estava na Prefeitura, trabalhando.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E quem é o Roberto aí que a Senhora se refere que fazia... e que pressão ele fazia?

SRA. ISABEL BORDINI – Não, o Roberto, provavelmente, é o Roberto Carlos Kurzweil, que ele é o administrador do tratamento de esgoto na cidade e nós temos uma inadimplência e o contrato reza que a inadimplência é por conta da Prefeitura e nós não conseguimos bancar essa inadimplência. Tanto é que a gente paga pelo tratamento e a inadimplência, na medida que vai recebendo, vai pagando. E ele gostaria de receber o contrato inteiro e isso, no momento, não era possível. E nós tínhamos dificuldades financeiras, tanto é que eu falei para o Rogério: "Ah, aqui continua do mesmo jeito, tem pressão, dificuldades financeiras." Coisa que é rotina da vida, nenhuma novidade em órgão público.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Alvaro.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E quem é o Sérgio Roxo?

SRA. ISABEL BORDINI – Sérgio Roxo é o meu Advogado, aqui do lado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Alvaro, é terceirizado o serviço, para ter inadimplência?

SRA. ISABEL BORDINI – É uma concessão do tratamento de esgoto; isso daí eu poderia explicar para o Senhor. É assim, o DAERP é responsável pelo abastecimento de água e pela coleta do esgoto, que é levar o esgoto até as estações e foi feita uma concessão à iniciativa privada, dando à iniciativa privada o tratamento do esgoto na cidade e ele paga por esse serviço. Então, os inadimplentes são responsabilidade do Departamento, pelo contrato. Mas nós não conseguimos bancar essa inadimplência, da melhor forma.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Houve licitação nessa concessão?

SRA. ISABEL BORDINI – Houve todo um processo licitatório, muitas empresas participaram, 51 empresas retiraram o edital na época e teve várias empresas. Foi uma coisa nacionalmente divulgada e é uma coisa que funciona.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu já estou chegando ao final aqui da minha participação, mas tem mais uma gravação,...

SRA. ISABEL BORDINI – Pois não.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – ...em função dessa relação com a LEÃO & LEÃO. Nós somos obrigados a ouvir essa gravação.

SRA. ISABEL BORDINI – Claro.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu confesso que estou ouvindo pela primeira vez, eu não ouvi a gravação.

SRA. ISABEL BORDINI – Não, não tem nenhum problema.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, pela ordem só, não tenho nenhum tipo de dificuldade, acho que essa conversa exposta, ela não me pareceu configurar absolutamente nada, que possa comprometer a dignidade da Srª Isabel. Agora, a pergunta que faço, é se estamos amparados, na Lei, para proceder, publicamente, com o tipo de informação que diz respeito à privacidade dela? Se estamos, tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. tem razão, nós temos que levantar, exatamente, a questão e se há alguma coisa que venha...

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Aqui só trata de assuntos referentes a DAERP e LEÃO & LEÃO. Não trata da vida privada. O Relator Garibaldi Alves é um Senador da maior seriedade, da maior responsabilidade e jamais ele faria nada aqui que pudesse expor a vida privada de quem quer que seja. Aliás, eu quero defendê-lo porque eu próprio não ouvi a gravação, mas eu tenho aqui, os termos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quero agradecer os cuidados levantados pelo Senador Tião Viana. E V. Exª. que já em mãos uma cópia...

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Exato. Dos temas abordados nessa conversa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. então.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Então, eu peço para rodar a gravação aí, é a última gravação.

GRAVAÇÃO 2 – (00:36:42)

ISABEL: Tudo bom?

ROGÉRIO: Tudo e você?

ISABEL: Tudo bom. Tá vivo?

ROGÉRIO: Eu tô, mais ou menos.

ISABEL: Não vai falar mais com a gente, não?

ROGÉRIO: Tudo bom?

ISABEL: Tudo bom, Mas ó, eu estou aqui me lastimando.

ROGÉRIO: Por que?

ISABEL: Sentindo falta de você no trabalho, no dia-a-dia, nas reclamações, na sensibilidade de lidar, Nossa Senhora.

ROGÉRIO: Ah, é?

(INTERRUPÇÃO NO ÁUDIO DA GRAVAÇÃO)

ISABEL: É muito trabalho.

ROGÉRIO: Você fala em relação à empresa?

ISABEL: É.

ROGÉRIO: Ah, é, por que, está esquisito?

ISABEL: Ah, tá. Romperam meu acordo lá.

ROGÉRIO: Romperam?

ISABEL: Romperam, mas aí o Donizeti vai ver. Vai pedir para conversar com ele.

ROGÉRIO: Sei, sei. Mas do nada assim?

ISABEL: Não. É que ele disse que aumentaram as metas do lado de lá.

ROGÉRIO: Ah, sei.

ISABEL: E aí, que na verdade eles mandaram eu repassar um tempo que não eu tinha. Repassei só um, mas me avisaram na hora, né? Não avisa com antecedência.

ROGÉRIO: Sei.

ISABEL: E aí vem com pressão, né? Vem com, mas tudo bem. Mas não é só isso não, é o dia-a-dia.

ROGÉRIO: Recrudesceu? E você?

ISABEL: Eu estou aqui, né?

INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO 2

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Acho que é suficiente ou tem mais?

RETOMADA A GRAVAÇÃO 2

ROGÉRIO: Está com uma voz desanimada.

ISABEL: É, estou esperando o tempo passar. (inaudível) me consolar. (risos) Aí o tempo vai acabar e não vai mudar nada porque o outro também some. Assim.

ROGÉRIO: Han? Some, some?

ISABEL: Some, sei lá, some, some, sei lá. Me dá um ódio, parece que a gente vai lá fazer, ver, lamber, depois não dá.

ROGÉRIO: Não é tão fácil não, né?

FIM DA GRAVAÇÃO 2

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Muito obrigado. A indagação é a seguinte, por que a Senhora sentia falta do Rogério Buratti no relacionamento com a LEÃO & LEÃO?

SRA. ISABEL BORDINI – O Rogério era mais educado, mais sensível para lidar com os problemas e ele, era só ligar; quando falou outro dia: "Você ligou brava." Quando eu ligava, eu falava assim: "Rogério, não foi feito o serviço, o Mauro reclamou para Luciana que o serviço não foi feito." Porque o Mauro nunca reclamava direto para a empresa, né? Ele sempre pedia que alguém reclamasse por ele. Ele pediu para a Diretora reclamar. A Diretora falou: "Olha Isabel, precisa com a LEÃO." Alguma coisa assim. Então eu ligava e falava assim, às vezes é o meu jeito de tratar: "Oh Rogério, pô vocês têm que fazer o serviço combinado." E às vezes eu até usava o termo: "Se não fizer, também eu vou falar língua que vocês entendem, eu não pagar." Alguma coisa nesse sentido, nada a mais que isso. E quando eu falo que aí nessa...

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Romperam o acordo.

SRA. ISABEL BORDINI – Rompendo o acordo é o seguinte. A Prefeitura, isso me sinto muito tranqüila, viu Senador, é o seguinte. A Prefeitura, por lei ela tinha que pagar a limpeza urbana, por legislação. E ela atrasava os pagamentos, ela não pagava e, às vezes, ela combinava, 'olha, vou te repassar tanto'. E não repassava e chegava na hora, às vezes, a empresa, que é onde eu reclamo, o Vilnei(F) era um, apesar de ser Engenheiro, colega, ele era o cobrador mesmo, ele ficava ali na porta e quanto vai sair, quanto vai pagar e nós pagávamos atrasados. Então, é isso que eu reclamo ali que o dinheiro não era repassado na medida do acordo combinado com o Prefeito. E que eu tinha essas dificuldades para lidar, que não haviam os repasses combinados com a Secretaria da Fazenda, Secretaria da Fazenda não repassava o dinheiro na quantidade necessária.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Ainda sobre esse acordo, a Senhora afirma, na gravação, que o Donizeti vai ver. Pediu para o Donizeti ver.

SRA. ISABEL BORDINI – É que eu pedi. É, exatamente. No primeiro momento não tinha nenhum contato como Donizeti que era Secretário de Governo nos dois primeiros anos.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É, porque é exatamente essa indagação, como alguém responsável por outro setor e não a Senhora...

SRA. ISABEL BORDINI – Ele era Secretário de Governo, mas eu não tinha...

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – ...ia tratar desse assunto...

SRA. ISABEL BORDINI – ...contato com ele.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – ...com a LEÃO & LEÃO?

SRA. ISABEL BORDINI – ...e, já nessa segunda, quando era o Prefeito Gilberto Magioni eu pedi que o Donizeti intercedesse, num determinado momento, para que o Secretário da Fazenda me atendesse. Porque ele não estava me atendendo e que eu queria fazer a cobrança necessária do dinheiro, do repasse. Porque, realmente, começou a ficar difícil, os repasses não vinham e o DAERP, sozinho, não tinha condições de pagar a despesa da limpeza urbana na cidade.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E as metas do lado de lá. A Senhora falou que eles aumentaram as metas do lado de lá, o que significa isso?

SRA. ISABEL BORDINI – É, significa que foi solicitado: "Olha, precisamos limpar a cidade, acabar com a dengue, decisões políticas, nós temos que trabalhar." E então era isso, eu tenho a responsabilidade de dar conta do serviço, de fazer com que cidade ficasse limpa, aumenta as metas mas eu tinha, em contraposição, que receber o dinheiro para que isso fosse efetuado. Porque se o dinheiro não viesse... o DAERP começou a ter problemas de pagar atrasado os fornecedores. Nós não dávamos conta de pagar a despesa integral, porque, afinal de contas, não era competência do Departamento.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A Senhora menciona, várias vezes, a pressão, recebia muita pressão, quem pressionava e por que pressionava?

SRA. ISABEL BORDINI – Era a empresa LEÃO & LEÃO querendo receber, que ela sempre recebia atrasado. E ela queria receber. Então a pressão era muito grande. Aquilo que eu falei, o Vilnei(F) vivia ali na porta querendo saber se o pagamento ia sair, que estava atrasado, que tinha que sair, mas nem sempre

era possível, né? Então à medida que era possível a gente pagava.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Bem, Sr. Presidente, eu apenas, eu vou encerrar a minha participação para dar oportunidade aí aos Senhores Senadores que se encontram aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. poderá voltar, se desejar, alguma pergunta. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, eu acredito que o Senador Alvaro Dias, em nome do nosso Relator, fez as questões necessárias, visto que os dados estão de posse do Relator. Claro que me chamou atenção na gravação o 'patrãozão', uma expressão simpática que a Senhora já respondeu ao Relator. Sobre o problema desse esgoto e inadimplência, era com a LEÃO & LEÃO?

SRA. ISABEL BORDINI – Não, Senhor, era com a Ambiente, é uma outra empresa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas ligada à LEÃO & LEÃO?

SRA. ISABEL BORDINI – Não, nenhuma ligação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A Diretoria da Ambiente de quem era? A Senhora lembra?

SRA. ISABEL BORDINI – Era do Roberto Carlos Kurzweil com uma empresa espanhola, a OHL.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – OHS?

SRA. ISABEL BORDINI – OHS.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Uma empresa especializada em...

SRA. ISABEL BORDINI – Venceu uma licitação...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ...tratamento de esgoto.

SRA. ISABEL BORDINI – ...para fazer o tratamento de esgoto. Nada ver com a LEÃO.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E que, pelo contrato, a Prefeitura era responsável, se o cidadão não pagasse, ela teria que responder.

SRA. ISABEL BORDINI – A Prefeitura é responsável pela inadimplência do serviço.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E essa inadimplência chegou a um volume alto pela demora em se tomar providências ou...

SRA. ISABEL BORDINI – Não, o tratamento...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ...por desatenção da Prefeitura?

SRA. ISABEL BORDINI – Não, não, porque, realmente, a inadimplência em órgão, Departamento de Água e Esgoto, ela sempre tem num mês aí uma inadimplência até em torno de 50%. Ao longo do ano ela diminuiu e chega a 20%, 22%. Então, nós temos que trabalhar, fazer com que o usuário pague para que a gente, conforme vai entrando dinheiro do pagamento de água e do esgoto e também do tratamento, nós repassemos à empresa concessionária o valor do tratamento.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Dª Isabel, com todo o respeito à Senhora.

SRA. ISABEL BORDINI – Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A Senhora disse assim que, o Senador Alvaro Dias perguntou, aliás, consignou que a Marilene e o Mauro reconheceram, na Polícia, uma Ordem de Serviço falsa. Porque, quando eles depuseram aqui, eles foram unânimes em dizer que a Senhora determinava verbalmente, nunca quis fazer por escrito, ordens para que eles assinassem primeiro e a Senhora endossaria, para dizer que eles reconheceram como serviço perfeitamente acabado e feito. Então, é uma colocação que foi feita por ambos, aqui. E a Senhora disse que eles foram à Polícia depois da denúncia do Buratti e que eles não teriam ido antes, segundo o depoimento deles, deve ter aí na CPI, se o Advogado precisar, deve estar à disposição, é que eles tinham medo de perder a colocação e a Senhora colocou, substituiu por confiança na pessoa, na substituição que fez quando, me parece, que o Antonio de Freitas que foi indicado.

SRA. ISABEL BORDINI – Isso, foi indicado pela Marilene Falsarella.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E a Marilene, também, assumiu uma chefia, por confiança da Senhora, é isso?

SRA. ISABEL BORDINI – Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E por que eles procurariam a Polícia? Foi para se autodefender ou por que eles queriam, realmente, esclarecer os fatos?

SRA. ISABEL BORDINI – Olha, primeiro, eu queria deixar claro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Há uma responsabilidade assumida e eles fizeram questão de confirmar, confessar que havia Ordem de Serviço falsa, mas que fizeram em atenção à colocação da Senhora.

SRA. ISABEL BORDINI – O que eu posso dizer para o Senhor...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu não estou fazendo nenhuma acusação.

SRA. ISABEL BORDINI – ...com muita tranqüilidade...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Apenas para esclarecer que, provavelmente, haverá uma ne-

cessidade de acareação para esclarecer esses pontos, Senador Alvaro Dias. Por favor.

SRA. ISABEL BORDINI – Olha, eu, primeiro, quero dizer, com muita tranqüilidade, dizer para o Senhor, com muita toda sinceridade, que eu não tinha conhecimento dessa documentação falsa. Não tinha conhecimento disso. E que eu não dei essa ordem, agora, em órgão público toda ordem costuma ser dada por escrito e eles, como funcionários estatutários, eles seguem um Regimento dentro da autarquia, eles poderiam ter denunciado isso antes e quem seria responsável seria eu, com certeza eu perderia meu emprego.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas Dª Isabel, no depoimento eles dizem que levaram ao conhecimento da Senhora e que o serviço não havia sido feito.

SRA. ISABEL BORDINI – Inclusive...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não sei se o Álvaro perguntou isso, já perguntou? Sobre o depoimento da Marilene e do Mauro?

SRA. ISABEL BORDINI – Inclusive...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E que ela chegava na Senhora e dizia assim: "Mas esse serviço não foi feito". "Não, pode assinar que está tudo certo."

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Olha, não é verdade.

SR. RELATOR SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Fiz referência à falsificação disso.

SRA. ISABEL BORDINI – Deixa eu falar. É uma infâmia, gente. Não é verdade, não é verdade. Inclusive, eles tinham uma Diretora Técnica por qual eles passavam, eles não tinham acesso a mim. A Marilene só teve acesso a mim no dia que eu falei: 'Marilene, você quer o cargo?" Porque ela tinha conhecimento do serviço.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ela não disse o contrário aqui não.

SRA. ISABEL BORDINI – Jamais eu pedi que...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Diz que levava a uma pessoa...

SRA. ISABEL BORDINI – ... ela fizesse alguma coisa errada, gente. Jamais, eu não tenho conhecimento de que isso acontecia, eu só fui ter conhecimento disso, quando eles foram depor na Polícia e eu fiquei sabendo, pela imprensa, seis, sete meses depois da Administração acabada, não foi em janeiro, não foi em fevereiro, foi depois do depoimento do Rogério Buratti, aonde o ex-Superintendente, que é atual hoje, levou eles até a Polícia, para que eles prestassem esse depoimento. Não é verdade que eu tenha pedido a ele. Eu tenho que dizer o que é verdade minha. Não posso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Continuo dizendo, sem desrespeito. A Senhora acha havia um esquema à revelia da sua chefia?

SRA. ISABEL BORDINI – Olha, eles falam, eles foram na Delegacia e escreveram isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Confessaram.

SRA. ISABEL BORDINI – Confessaram isso, que eles faziam isso. Agora, eu posso dizer, que eu não tenho conhecimento disso, eu não tenho conhecimento disso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Todas as Ordens de Serviços, quem que dava Ordem de Pagamento, de cumprimento de contrato?

SRA. ISABEL BORDINI – É o seguinte, o Engenheiro Mauro Pereira Júnior, que era o responsável pelo contrato, desde o início da Administração...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Era o Gerente de Contratos?

SRA. ISABEL BORDINI – Era o Gerente de Contrato. Ele que tinha o contrato, ele que lia o contrato, que gerenciava. Ele saía a campo junto com o Engenheiro Paulo Negri e fazia a verificação dos bairros que deveriam ser varridos naquele período e passava uma lista para Diretora Técnica. 'O trabalho a ser executado nesse mês é isso, isso, isso, isso, isso." Ele passava isso por escrito. Aí tinha conhecimento, os trabalhos eram executados e fiscalizados pelo Mauro e pelo Engenheiro, porque o Mauro, Engenheiro Mauro era responsável, era Coordenador do Engenheiro Paulo. Paulo Negri, eles mandavam o documento para a Diretora Técnica, isso não passava pela minha mão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Aliás ele esteve aqui também, ele esteve aqui também.

SRA. ISABEL BORDINI – Ele deve ter estado, são amigos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Os três.

SRA. ISABEL BORDINI – Eles... não passava pela minha mão. Como Superintendente, eu não tinha acesso às informações técnicas e nunca chegou a mim nenhuma coisa dizendo: "Olha, está tendo algum problema, alguém está tendo irregularidades." Jamais, jamais, se não nós teríamos tomado as medidas. Teve vários procedimentos irregulares, não área de limpeza, em outra área e que todas as sindicâncias foram abertas e os procedimentos apurados. É rotina dentro de um Departamento, dentro de uma Prefeitura. Então, nós temos alguns casos. Teve até tiro de funcionário que nós apuramos, isso é uma coisa dentro do Departamento.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A Ordem de Pagamento não partia da Senhora?

SRA. ISABEL BORDINI – Não partia de mim. A Diretora devolvia para ele dizendo: "Olha, esses serviços foram efetivamente feitos?" E eles: "Sim, foram atestados." E isso ia para o Departamento Financeiro e passa na minha mão, para eu assinar junto com a Tesoureira e junto com o Diretor Comercial Financeiro, são três assinaturas em cheque nominal cruzado em preto. Aonde só a empresa pode ter acesso, é isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Agora só uma última pergunta, Presidente, Senhor Relator.

SRA. ISABEL BORDINI – Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Buratti, quando saiu da Prefeitura, foi por uma situação desagradável, segundo o próprio depoimento dele, sob suspeita de algo que teria ocorrido na Prefeitura, está certo isso?

SRA. ISABEL BORDINI – Na primeira vez, né?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A Senhora já trabalhava lá?

SRA. ISABEL BORDINI – Já trabalhava na Prefeitura.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele saiu, imediatamente, e foi para o cargo de Diretor da LEÃO & LEÃO?

SRA. ISABEL BORDINI – Eu não sei precisar se foi nessa ordem...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele foi para LEÃO & LEÃO. Então o vínculo da Prefeitura com a LEÃO & LEÃO sempre foi forte.

SRA. ISABEL BORDINI – A LEÃO, posso responder? O Senhor já terminou?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Claro, claro. Eu vou continuar com a pergunta.

SRA. ISABEL BORDINI – Então eu espero o Senhor.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É só...

SRA. ISABEL BORDINI – V. Exª..

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só para confirmar. Porque, pela gravação, eu acho que a gravação, realmente Senador, não tem nenhum comprometimento, mas mostra a base de carinho da Senhora com o Buratti e vice e versa. Um carinho funcional, não estou levando por um outro terreno. Por isso que eu acho que o respeito à Senhora aqui...

SRA. ISABEL BORDINI – Claro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ...todo ele tem que ser permanente. Mas essa vinculação de alguém que saiu da Prefeitura sob suspeição e continuou a fazer negócios ilícitos, pela confissão dele, não sou eu que falei. E ele, cada dia, trás uma novidade nova, comprometendo vários dos Diretores e da equipe do Ministro Palocci. E a Senhora nunca sentiu nada desse trabalho deletério que o Buratti continuou fazendo, dentro da LEÃO & LEÃO, buscando financiamento de campanha e dinheiro para o Partido, que é a confissão dele, não fui eu que investiguei nada e depois o próprio Delegado e os Promotores confirmaram, os depoimentos que ele fez. Então a Senhora nunca chegou a suspeitar dessa manobra do Buratti...

SRA. ISABEL BORDINI – Não, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ...junto à Prefeitura?

SRA. ISABEL BORDINI – De forma alguma. A relação, meu marido está presente, não tem nada demais. Quando eu reclamo com o Rogério, falo: "Olha, a coisa está ruim, está difícil." É realmente situação financeira, a situação financeira era bem apertada, muito complicada, porque a limpeza urbana passou para o Departamento e nós não tínhamos isso dentro do Departamento antes. Tanto que de 93 a 96 nós fizemos uma Administração exemplar dentro do DAERP, nós elevamos financeiramente, conseguimos investir, fizemos muitas obras; então, foi uma Administração muito positiva. A segunda Administração, nós tínhamos o encargo da limpeza urbana, na qual o DAERP ajudava a Prefeitura, que tinha problemas financeiros, a pagar uma parte dessa limpeza urbana. Então realmente era muito difícil, tinha essa pressão de a gente ter que estar pagando, lidando além do abastecimento de água e do esgoto, ainda nós tínhamos essa questão da limpeza urbana. Então isso era uma questão...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Era varrição e recolhimento de lixo?

SRA. ISABEL BORDINI – Era tudo. Era varrição, coleta de lixo, aterro sanitário. E tudo...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Aí a LEÃO & LEÃO tinha alguma das atividades sob contrato com ela, né?

SRA. ISABEL BORDINI – Todas as atividades. Essa empresa sempre prestou serviço para a Prefeitura Municipal. Antes da Administração da qual eu participei, como na Administração que eu participei e, agora, ela acabou de vencer uma licitação, que também não é o meu partido que está lá, é a Administração atual...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não vamos falar de partido.

SRA. ISABEL BORDINI – ...isso. Ela acabou de vencer.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não vamos falar de partido.

SRA. ISABEL BORDINI – Isso, o Senhor está certo. Desculpe.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ...porque, objetivamente eu acho que a gente...

SRA. ISABEL BORDINI – Na Administração atual ela acabou de ganhar uma licitação não faz nem um mês.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Quem comete deslize não é partido é a pessoa física...

SRA. ISABEL BORDINI – Tá certo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ...talvez em nome do partido, mas eu não quero nem pensar em fazer uma acusação dessas.

SRA. ISABEL BORDINI – Tá bom. Com certeza.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas Presidente, Presidente. Para terminar, eu fico bastante convicto que o Buratti permaneceu como ponte, entre a Prefeitura e a LEÃO & LEÃO, mesmo afastado da Administração Pública por suspeita de problemas, que ele disse que depois foi inocentado. Mas permaneceu nessa vinculação, fazendo uma ponte permanente entre a empresa e a Prefeitura. Eu não estou cobrando da Senhora não, eu estou apenas tirando conclusões minhas que posso estar errado, mas é uma coisa que, ao longo do tempo, nós vamos confirmar ou não. Eu agradeço as respostas da Senhora.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Palavra ao Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sr. Presidente, Senhoras, Senhores Senadores, Srª. Isabel, quero externar o meu respeito por sua vida, pelo seu trabalho na Prefeitura de Ribeirão Preto, não me consta absolutamente nada que possa desaboná-lo, do que eu tive, agora, de ouvir essas fitas não consegui ver nenhuma conexão com ato criminoso ou que venha ferir sua dignidade. São conversas que, talvez, tantas pessoas tenham no seu cotidiano da vida administrativa e pode ser que alguns interpretem como algo suspeito e pode ser que alguns interpretem como algo normal, então não me compete fazer juízo de valor por algo tão passageiro, como nós observamos aqui.

O que eu gostaria de deixar claro é a minha sempre preocupação, que não se leve para o campo político fatos que são da maior delicadeza. Eu acho que, na hora que nós pegamos a honra de uma pessoa, colocamos numa bandeja, para atender interesses políticos, isso é da maior gravidade num país que deve ter maturidade institucional, que deve ter a mais absoluta independência e imparcialidade ao apurar qualquer caso. E parece que nós vivemos uma situação, quando testemunhamos o depoimento do Delegado, de absoluto interesse em setorizar a investigação de Ribeirão Preto.

Eu fui claro ao perguntar a ele: "Por que o Senhor não investigou a Gestão anterior, que do ponto de vista do pagamento da tal denúncia, pagava mais do que a Prefeitura atual?" "Não, eu vou fazer, ainda, a investigação." "Por que o Senhor fez a interceptação telefônica oito meses, quando a Lei só manda um mês e foi com o Juiz lá de fora e disse que, talvez, tivesse sido o Corregedor, mas se sabe que foi o juiz de Sertãozinho. A revelia, a revelia da proteção jurídica." Então são coisas que nos causam a maior surpresa que podem estar acontecendo. Então, se fosse uma investigação isenta, porque eu sou convencido, que onde tem dinheiro, onde tem poder vai ter corrupto querendo se aproximar, vai ter problema, não tem governo que não tenha problema de transparência, que não tenha um ou outro problema de um corrupto se apropriar e corroer algum pilar da Administração pública.

Então que se apure, que se investigue, que se condene, que se leve a toda condição que a lei determina. Agora, quando se cai na subjetividade de perseguir agentes políticos, de querer desonrar as pessoas, o Ministro Palocci foi alvo de uma devassa de treze mil contratos como Prefeito de Ribeirão Preto. Em nenhum deles se encontrou qualquer irregularidade. Foi aprovado nesse tipo de avaliação.

Os próprios denunciantes que vieram aqui, os três principais, dona Marilene, o Sr. Mauro e o outro Dr. Roberto disseram, claramente, que eles não tinham absolutamente nada a colocar de suspeita contra a figura do Ministro Palocci. E aí agora nós estamos aqui sujeitos a essa coisa sempre crescente de querer denunciar. O Ministro Palocci disse: "Que o Ministério Público me investigue. Com isenção, com imparcialidade." Não tem nenhum problema de se defender no campo jurídico, no campo da legalidade, porque esse é o processo natural. Então, eu entendo que nós deveríamos ter muito zelo por isso. Muito zelo pela responsabilidade do que é ser de instituições isentas. E eu me refiro, quando falo isso, à investigação em Ribeirão Preto. Eu acho que ela não foi isenta. Eu acho que ela não cumpriu, com tranqüilidade, um procedimento que é da maior importância para moralizar a Administração pública e para defender o interesse da sociedade. Então, eu só quero lhe dizer que eu lamento e pude ver, sempre, que, nas acusações que ocorreram aqui, em relação à sua pessoa, insinuações, em nenhuma eu vi qualquer materialidade que pudesse dizer: "A Senhora é uma mulher ameaçada de um dia a vir a ser condenada." Eu acho que foram insinuações de ordem política, no meu entendimento, e que nada afetarão a sua vida e a sua dignidade. Então fica o meu respeito. Acho que investigar esse caso de Ribeirão Preto é natural, é normal, podem fazer quantas vezes quiserem, se acharem culpados que sejam condenados, mas acho que seria justo investigar todos. Está lá a Prefeitura anterior, está lá a Gestão anterior, então vamos trabalhar com

absoluta isenção porque é melhor para o país, para a democracia, para o Brasil.

Da minha parte, eu quero externar o respeito e cumprimentá-la pela coragem, a Senhora poderia ter se valido daquilo que o Presidente Efraim não tem concordado. Acha que não há necessidade pelo trabalho que nós fazemos aqui, o *habeas corpus*. A busca de recorrer ao direito, a Senhora fez questão de vir querendo ter uma primeira oportunidade de falar e dar suas explicações, por isso os meus cumprimentos e o meu respeito.

SRA. ISABEL BORDINI – Muito obrigada.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pela ordem Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. tem a palavra, pela ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pela ordem, é apenas, eu falei, agora, com o Delegado, que acabou de me ligar e disse que realmente a Dª Isabel tentou antecipar o depoimento. E se valeu de um *habeas corpus* para permanecer calada, está correto isso, Doutor?

DOUTOR SÉRGIO ROXO: Não, ela...

SRA. ISABEL BORDINI – Eu posso responder, realmente nós entramos com esse pedido, foi em novembro, porque até então nós não conseguíamos as cópias dos documentos, dos depoimentos e esses depoimentos tinham sido feitos em setembro e o Delegado não passava os documentos para a gente. Inclusive, essas fitas, nós não tínhamos conhecimento, então eu tenho a data, tenho esses documentos comprovando...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, é só...

SRA. ISABEL BORDINI – ...até porque nós pedimos ao juiz que isso tivesse uma isenção de quem tivesse analisando. Porque nós realmente não tínhamos acesso, depois dessa solicitação desse *habeas corpus*, que foi negado, porque era um direito constitucional meu, aí eles passaram a entregar os documentos para a gente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, é que eu falei com ele por que procrastinou a oitiva da Senhora e que a Senhora estava depondo e reclamando aqui. Ele falou: "Porque eu, como ela vai ser indiciada..." Então não é segredo que ele informou, talvez sirva de... "Ela vai ser indiciada, eu estava coletando as provas, que já tenho em mãos, para que eu pudesse ter esse procedimento judiciário."

SRA. ISABEL BORDINI – Então, desde agosto eu estou sendo indiciada através, a imprensa divulga e até hoje eu não fui ouvida por ele.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – No inquérito, ele disse que deixou de ouvi-la enquanto não tinha as provas necessárias. Porque, pelas acusações dos outros depoentes, teria razões para indiciamento, mas desde que ele tivesse provas. Ele disse que já tem em mãos as provas e que vai providenciar a intimação da Senhora, rapidamente, para poder indiciá-la, eu não...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu só não entendo é como alguém, me permita Senador Tuma, indicia uma pessoa sem ter ouvido a pessoa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, isso é natural.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – É, ele pode indiciá-la, condená-la ser ter ouvido.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, não, querido, espera um pouquinho. É porque ele pega a materialidade do crime para poder indiciar, o que ele não pode é indiciar ser prova. Então ele coleta as provas.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Mas o direito de ouvi-la, não interessa a eles?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas ela vai ser indiciada na oitiva. Ele ouve e indicia.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Mas, se ele não ouviu como é que ele afirma que vai indiciá-la?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas é que as provas materiais da investigação.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Senador Tião. Essa questão é uma questão de, é incrível, mas é assim. Porque é inquérito, no inquérito...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – De fato o meu campo não é jurídico. Vs. Exas. conhecem mais do que eu.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É inquisitorial. O inquérito é inquisitorial.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não existe a ampla defesa no inquérito, existe no Processo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Advogado teria acesso às informações?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sim, o Advogado tem acesso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senhores, Senhores.

SRA. ISABEL BORDINI – Depois de novembro, depois desse pedido desse *habeas corpus*...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vamos terminar, eu quero dizer, claro que nós recebemos uma aula aqui de indiciamento, mas agradeço a V. Exª. Senador Tião Viana já concluiu, eu passo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Presidente, eu acho que toda essa dificuldade que nós estamos tendo, nesses últimos minutos, é porque nós estamos tendo, aí, algumas decisões judiciais que, embora a pessoa está para falar, entra com *habeas corpus* para não falar, de forma nenhuma, não quero falar. Outro quer falar e entra com medida judicial para que ele não fale nem que queira. Então nós estamos sem referência é por isso que as pessoas, assim, às vezes batem cabeça, respeito da melhor orientação jurídica. Eu tenho uma coisa, Dª Isabel, o bom cidadão quando é chamado à justiça para algum esclarecimento, é bom ir, a não ser que tenha culpa em cartório, tenha medo. Mas quem realmente com uma vida liba como é da Senhora não pode ter medo de ir a Delegacia, eu, por exemplo, já fui.

SRA. ISABEL BORDINI – Eu estou aqui e assim que for chamada lá, também irei.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Justamente, então acho que isso aí é fundamental.

SRA. ISABEL BORDINI – Com certeza.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Uma coisa que eu acho interessante, levando em consideração que o Senador Tião Viana falou, é que todas as mazelas colocadas para fora, são os próprios assessores do ex-Prefeito, Buratti, que colocou para fora, não foi a oposição, não foi uma ação política de partido diferente do ex-Prefeito. Então não se pode jogar a culpa em outros partidos e outras lideranças políticas. É, como veio de dentro para fora é necessário que a oposição tome conhecimento e chegue ao esclarecimento da verdade e, principalmente, que essa verdade venha da boca daqueles que trabalhavam junto com o Ministro Palocci. A questão do lixo que saiu de uma Secretaria que foi para o DAERP, a Senhora concordou com essa mudança?

SRA. ISABEL BORDINI – Eu não estava. Eu sou funcionária do Departamento, mas nesse período eu assumi o cargo de Diretora Técnica do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, que foi no período de 98, 99 e até meados de 2000. Então eu não estava dentro do Departamento.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – A Senhora seria contra ou a favor?

SRA. ISABEL BORDINI – Eu seria contra. E pedi que fosse retirada a limpeza urbana de lá também, mas é que realmente a Prefeitura passava por uma situação difícil e que era necessário. Mas por lei a Prefeitura teria que repassar os valores da limpeza urbana.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Outro ponto que eu gostaria de contrariar a afirmativa da Senhora, é de que as pessoas deviam fazer para a Senhora a denúncia por escrito, a Senhora sendo a Chefe. As pessoas às vezes são competentes mas são acanhadas, são intimidadas pelo próprio poder, seja ele municipal, Federal, que o 'patrãozão' está lá, o que ele vai falar? Eu sou estatutário mas eu tenho alguma vantagem. Eu sou um Cargo Comissionado, eu quero uma carreira melhor para mim, então eu não vou fazer tudo que eu tenho que fazer por escrito, mesmo porque nesse mundo doido aí da corrupção ninguém, ninguém assina embaixo, ninguém assina embaixo, não tem Nota Fiscal para recebimento de dinheiro de corrupção, não existe isso. Acontece assim como nós estamos relatando aqui mesmo.

O interessante que o Mauro diz assim, que ele pediu demissão, conforme depoimento seu, por não aceitar as irregularidades que existiam, por não aceitar, foi que ele pediu. Pode ser dois anos, três anos, o que seja que ele tenha trabalhado lá. Mas não aceitou e saiu. E a vida dele parece que é uma vida limpa. Não tem nada que esteja contaminando a moralidade dele, portanto é uma pessoa reta. E no depoimento da Marilene que era Chefe dele, né? Que era Chefe trabalhava com ele.

SRA. ISABEL BORDINI – Ela era subordinada no primeiro momento.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Subordinada. A Senhora tenha paciência eu vou ler um pouquinho mais porque eu achei isso importantíssimo para ilustração dos fatos. Ela disse na Delegacia, olha bem o que a Marilene disse: "Que eu recebi a documentação referente ao serviço realizado de Mauro Pereira e, ato contínuo, eu ia fazer a conferência com os dados, que eu já possuía, de acordo com os planos de trabalho, havendo discrepância. Esperar fazer silêncio, porque isso aqui é importante. (soa a campainha) Que eu recebi a documentação referente ao serviço, realizado por Mauro Pereira e, ato contínuo, eu ia fazer a conferência, com os dados que eu já possuía, de acordo com os planos de trabalho. Havendo discrepância dos dados, pois a planilha apresentada pela empresa LEÃO & LEÃO sempre constava a mais do que eu possuía em meus dados. Que a Superintendente do DAERP dessa época era Isabel Bordini, sendo assessorada pela Luciana, que lembro-me que Mauro não aceitava essa diferença. Mauro não aceitava essa diferença destes dados porque representava grande prejuízo para o erário público, municipal e se dirigia, ele Mauro, até a presença de Dª. Isabel. Como ele próprio comentava" a testemunha argumentando que ela comentava isso e depoimento testemunhal é muito importante. A rainha das provas que era antigamente a confissão já não é mais, nós sabemos disso, senhor que é Advogado, são provas circunstanciais. "Entretanto, de imediato nada resolvido e Mauro retor-

nava da sua sala. Que após umas duas horas, vinha a determinação de Isabel para que fosse aceita a planilha apresentada pela empresa LEÃO & LEÃO."

SRA. ISABEL BORDINI – Muito criativo.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Criativo não, pode ser criativa, como pode ser criativa a sua argumentação.

SRA. ISABEL BORDINI – Olha, eu vou dizer para o senhor...

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Deixa eu terminar.

SRA. ISABEL BORDINI – Pois não. Desculpa. Desculpa V. Exª..O senhor está certo.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Acho que a sua argumentação contra essa prova tem que ser uma outra prova. Tá? Essa pessoa é ilibada, até prova em contrário. "Que mesmo contrariado, Mauro era obrigado a acertar os dados. E para isso precisava fazer uma Ordem de Serviço, para completar e justificar aquela diferença, que são as Ordens de Serviço falsas que falam." Como é que diz aqui o depoimento, que essa ordem de aqui de complementação era feito? A normal, vinha rua por rua e essa, de complementação, que era para ajeitar o valor, vinha só o bairro.

É muito fácil constatar, verificar visualmente, se aquela planilha, aquela nota, era falsa ou não era falsa. Porque a legítima, era rua por rua, quilômetro por quilômetro e a falsa era só bairro, porque não podia por o nome da rua, podia remontar com outro nome que estava lá. E a gente, até certo ponto, da veracidade deste fato, sabe por que? Porque o contrato estava de baixo preço, não é isso? Baixo preço, inaceitável pela empresa LEÃO & LEÃO; mas se procurou um jeito de complementar o valor, complementando a varrição que já existia, que não se fazia. Aí arranjou jeito de pagar a firma LEÃO & LEÃO porque ela estava insatisfeita com os valores. Olha bem. São provas testemunhais e documentais que se enCaixa m. Elas trazem, para gente, informação muito interessante que, na varrição comum, existe a rua a ser varrida, entretanto a varrição volante mencionava-se, apenas, o bairro. Não podia mencionar a volante.

Então, Dª. Isabel, isso aqui é bastante forte e a gente fica pensando, meu Deus do céu, será que diante de um contrato desses, que era muito baixo, essa varrição que dobra e que, na documentação, diz que o legítimo é de rua por quilômetro e aqui não era legítima era por bairro. A gente leva a acreditar que o Mauro e a Marilene estão dizendo a verdade. E outra coisa e são ex-funcionários da Prefeitura, são funcionários da Prefeitura, também funcionários como era Buratti, como é a Senhora. Então, todo esse podre, se é que é podre, que vem de dentro, é de dentro para fora, não é de fora para dentro, não é? Então, queria que a Senhora me dissesse alguma coisa a respeito dessa varrição volante, porque não colocar quilometragem no bairro, o nome da rua?

SRA. ISABEL BORDINI – Tudo bem, Senador. É o seguinte, a varrição volante, como ela surgiu, essa varrição volante. Nós precisávamos que a cidade fosse melhor, que tivesse uma limpeza mais adequada. Nós ampliamos esse serviço e essa varrição volante foi uma sugestão apresentada pelo Engenheiro Mauro que, provavelmente, deve ter um documento dentro do DAERP pelo qual ele passa, para a Diretora Técnica, essa sugestão ou ele abona essa sugestão da varrição volante, porque ele é o Gerente de Contrato, ele é que era responsável pelos serviços do Departamento de Limpeza Urbana. É o Engenheiro Mauro. Eu, como Superintendente, vou dizer para o Senhor, eu não fiscalizava esses serviços e eu nem tinha acesso a essas informações, porque o meu serviço era outro e eu tinha uma Diretora Técnica que fazia esse trabalho diretamente com o Mauro. O que é uma varrição volante? O Mauro chegava na Diretoria e dizia: "Olha, esse mês nós vamos varrer esses bairros e citava os bairros que seriam limpos." Ele assinava e passava com cópia para a Diretora Técnica, ele fiscalizava os bairros, ele tinha essa metodologia para ser feita. Não era, não saía da Superintendência esse documento. Eu concordo com o senhor que ele, não é que eu peço que ele tivesse falado, por escrito, sobre o procedimento de que eu autorizava, primeiro, que eu não nunca pedi isso e eu acho que ele tinha várias forma de falar que tinha irregularidades, até mesmo verbalmente comigo.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Ele nunca falou para a Senhora?

SRA. ISABEL BORDINI – Nunca falou comigo que isso acontecesse.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – E a Marilene está sendo criativa...

SRA. ISABEL BORDINI – E a Marilene fala que ele, fala com ela das irregularidades, mas quando eu chamei ela para assumir o cargo, ela também não me disse: "Olha Isabel, tem irregularidades, eu só vou assumir se parar essas irregularidades." O que eu quero dizer para o senhor, para V. Exª. é que não tinha conhecimento disso, eu não tinha conhecimento disso. O que eu quero dizer é que eu não sabia que isso acontecia.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Nesse mesmo depoimento, ela afirma que essa varrição volante era para dar conta dessa diferença,.

SRA. ISABEL BORDINI – É, pode ser uma coisa que eles trabalhavam isso, mas não tinha conhecimento disso.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – E nesse, pode ser até que o Mauro, tendo orientado a Senhora para fazer o volante, para poder acertar. Ele, certamente pressionado pela força que tem a Senhora e o Prefeito, pode ter feito isso, ele ter dado, até, a sugestão. Mas ele não podia, de forma nenhuma, dar um atestado em cima de alguma coisa remontada, era difícil. E ela mesma diz que, na verdade, a Ordem de Serviço trata-se de um documento falso em seu teor. Que Mauro era subordinado diretamente... justamente isso, acho que era Diretor... que apresentava relatório. Então isso que é importante a gente deixar explícito. Outra coisa, Dª Isabel, o Prefeito Palocci é um homem inteligentíssimo, responsável pela nossa economia que está aí e que muitos aplaudem. É um homem transparente da República, aquele que realmente conduz as finanças, a parte econômica do país e que é aplaudida por muitos e tem um homem consciente, ágil, inteligente. Ele, na Prefeitura Municipal, lá na época da Senhora, ele observava tudo ou era um homem que ficava só no Gabinete, deixava que seus auxiliares trabalhassem, independente da intervenção dele e da fiscalização dele?

SRA. ISABEL BORDINI – Não, era um Prefeito ativo, ele trabalhava, ele acompanhava os serviços.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sei e ele não viu, nenhuma vez, esse pulo, que teve, da varrição, de um para dois?

SRA. ISABEL BORDINI – Olha, desde o começo, eu tenho falado, assumindo aqui que nós ampliamos a varrição da cidade. A cidade se encontrava muito suja e nós fazíamos a limpeza da cidade. Tanto é que diante da imprensa, nós nunca tivemos nenhuma reclamação, nós nunca tivemos reclamação, era um serviço que funcionava, rotineiramente. Eu nunca tive nenhum problema com Engenheiro Mauro ou com a Marilene, porque era, realmente, um serviço que não dava trabalho, eles tinham conhecimento do serviço, eles faziam o serviço e não chegava, o problema, na Superintendência, quanto à limpeza urbana, ela estava funcionando porque o Departamento de Água, Esgoto e Limpeza, a medida que tem problema, a imprensa é muito atuante na cidade, ela, no outro dia, está batendo, está pedindo, o morador está reclamando, isso é uma... na cidade de Ribeirão Preto é pesado. Nós não temos isso. Não tínhamos isso.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Aquele contrato com a LEÃO & LEÃO foi licitado na época do Prefeito Palocci?

SRA. ISABEL BORDINI – Esse contrato de varrição foi licitado anteriormente.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Depois foi feito um aditivo?

SRA. ISABEL BORDINI – Não, não foi feito aditivo.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Na época do Prefeito Palocci não, não?

SRA. ISABEL BORDINI – É o seguinte, esse contrato ele era gerenciado por, quantitativo e depois ele passou a ser gerenciado por, teve toda uma explicação jurídica, técnica que, como era um serviço de rotina, à medida que se ia fazendo o serviço, ia medindo e pagando. É como é feito o contrato de limpeza urbana ou outros serviços de rotina. Serviços diários.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Doutora Isabel, talvez a última pergunta.

SRA. ISABEL BORDINI – Pois não, estou a disposição.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Pela planilha que foi colocada aqui, praticamente dobrou a varrição em Ribeirão Preto, praticamente dobrou. 60% de acréscimo, eu estou dizendo isto porque eu também já fui Prefeito, por mais que a gente tente justificar, não tem como fazer uma licitação, em que, em seguida, tem que fazer um aditivo porque tinha que alcançar mais 60%, em vez de ser 100 é 160 quilômetros. Muito difícil. E, principalmente, que fica aquela suspeição porque, o contrato, estava sendo fulminado pela LEÃO & LEÃO, porque era muito barato. Não dava conta, se era muito barato porque ela permitiu que passasse 60% a mais daquilo que estava comprometida. Vou varrer o que tem aí no contrato, porque mais do que isso eu tenho dificuldade. Isso não aconteceu. Por isso que a gente leva a crer que essa varrição volante foi a complementação irregular, falsa, como disse a testemunha, para poder compor o contrato, na vontade da LEÃO & LEÃO.

SRA. ISABEL BORDINI – Como o senhor disse, isso é interpretação do senhor, agora eu não tenho conhecimento, eu não posso dizer isso, porque eu não tenho, realmente, conhecimento de que essas planilhas foram falsificadas ou de que esses serviços eram falsificados. Nós fizemos a limpeza, pagamos por ela, mas, realmente, eu não tenho conhecimento de que essas planilhas eram falsificadas, eu só vim a ter conhecimento depois de que a imprensa divulgou, através de depoimento do Delegado, que passava essas informações e que até hoje ele todo mês ele diz que eu vou ser indiciada, ele vai me chamar para depor e já se passaram sete meses e eu ainda não fui chamada para depor.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Última pergunta.

SRA. ISABEL BORDINI – Pois não.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – O Prefeito Palocci nunca chamou a Senhora para

explicação nenhuma sobre esse contrato, sobre esse volume grande de varrição volante?

SRA. ISABEL BORDINI – Não. O Palocci, o Prefeito na época, nós tínhamos decisões políticas. Olha, preciso que diminua o número de dengue da cidade, nós estamos vivendo, aí, uma epidemia. Precisa melhorar a limpeza e nós executávamos o serviço à medida que era necessário e, quem passava o quantitativo de que precisava ser varrido e do quanto precisava ser limpo era o Engenheiro Mauro, que era o Gerente do Contrato e que nós tínhamos mais ou menos um limite de quanto se gastava mensalmente e o Mauro fazia essas anotações, passava, 'olha, precisa limpar' e realmente nós não tínhamos reclamação da limpeza urbana na cidade através da imprensa ou através dos usuários ou dos moradores e, mesmo, das autoridades. Eram serviços que, aparentemente, estavam sendo feito.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Doutora Isabel, nós agradecemos a colaboração da Senhora; desculpe, talvez, algum excesso, mas faz parte da nossa rotina e do nosso ofício; que a Senhora em todo esse processo se saia bem e, principalmente, mostrando a verdade dos fatos. Muito obrigado.

SRA. ISABEL BORDINI – Obrigada, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V. Exª., Senador Juvêncio. Nós temos dois oradores inscritos, Senador Suplicy e Senador Antero. Então, o Senador Suplicy com a palavra, para encerrar, pedi a V. Exª. que... (inaudível) os trabalhos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Presidente, Senador Efraim Morais, Sra. Isabel Bordini, Dr. Sérgio Roxo, que a assiste, eu queria registrar, até cumprimentar Donizeti Rosa, que é esposo da Isabel Bordini, que aqui mostra, inclusive, a sua disposição aberta e tudo, de acompanhar, solidário, à exposição da Sra. Isabel Bordini. Eu gostaria, Sr. Presidente, primeiro de indagar a V. Exª., uma vez que no dia 9 de março passado, quando aqui esteve o Delegado Benedito Antônio Valencise, ao responder à Senadora Ideli Salvatti, ele se comprometeu... Estou aguardando aqui o Senador. Eu queria lembrar, prezados Senadores, tudo bem. Mas eu quero lembrar que o Doutor Benedito Antônio Valencise, com respeito à autorização junto à Justiça, para que pudesse haver a gravação das conversas telefônicas, tais como as duas que foram passadas, à página 47 das notas taquigráficas, está aqui quando a Senhora Senadora Ideli Salvatti pergunta, se ele teria a cópia da autorização judicial, ele não tinha na época, mas ele disse, então eu me comprometo a encaminhá-la, muito embora eu já tê-la encaminhado. Então já são passados 22, menos 9, treze dias, aqui o grau de tolerância tem sido menor que quinze dias. Mas eu pergunto, Sr. Presidente, já chegou o envio, pelo Doutor Benedito Valencise, Sr. Presidente, se chegou, se ele encaminhou a cópia das autorizações judiciais?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, até o presente momento não, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então Sr. Presidente, eu me sinto no direito de pedir a indignação de todos os senhores Senadores, porque o prazo está quase chegando nos quinze dias e ele ainda não encaminhou. Só para... é um registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, mas V. Exª. tem razão nós vamos registrar e cobrar, até porque todos esses outros documentos que não foram enviados, por alguns órgãos federais, eu vou incluir no protesto de V. Exª..

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E Sr. Presidente, eu quero aqui lembrar, porque o Senador Tião Viana ficou bastante preocupado com o respeito à divulgação das conversas telefônicas porque, não tenho a formação jurídica, mas aqui, me chegaram às mãos a cópia da legislação que regulamenta as escutas telefônicas, aliás assinada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e Nelson Jobim, em 24 de julho de 96, Lei 9296 e que fala que face, que 'A interceptação de comunicação telefônica de qualquer natureza ocorrerá em autos apartados apensados aos atos do inquérito policial, do processo criminal, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas', art. 8º. No art. 10. Constitui crime realizar a interceptação de comunicações telefônicas de informática ou telemática ou quebrar segredo de justiça sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei e... o Advogado Renato Marques Martins, em 22 de novembro de 2005, após longo arrazoado conclui: "Por todo o exposto, tem-se absoluta incompetência do Juiz, da Vara do Júri das Execuções Criminais, para autorizar a interceptação das comunicações telefônicas dos crimes apurados neste inquérito policial. Por fim, imperioso adusir entender-se não dispor esse culto Juiz de competência para anular autorizações para interceptações telefônicas dadas por outro Juiz da mesma instância, o que, inexoravelmente, caberá ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do São Paulo. Entretanto pode e deve, e se é o que requer dignar–se, V. Exª. determinar o desentranhamento destes autos das transcrições das interceptações telefônicas, autorizadas por juízo incompetente em afronta ao que determina o art. 1º da Lei 9296/96 e com violação dos art. 75, do Código de Processo Penal e 5º, Inciso LIII, da Constituição Federal, por ser medida de justiça e pede deferimento", isso em 22 de novembro de 2005,

isso ainda não foi respondido. Se encontra, ainda, objeto pendente de decisão, um ofício encaminhado ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Terceira Vara Criminal da Comarca de Ribeirão Preto. De maneira que nós estamos, Sr. Presidente, preocupados, porque embora tenha sido dito pelo Senhor Relator *ad hoc*, Alvaro Dias, de que seria perfeitamente legal a divulgação da conversa telefônica que aqui ouvimos, a verdade se trata de algo, ainda, pendente de decisão judicial. E eu me preocupo se não tivermos cometido, se eventualmente tiver a CPI, hoje, cometido um ato ilegal. Mas o que é importante para o objeto da nossa apuração, é que, mesmo se porventura ilegal, tiver sido o procedimento, a maneira como a Srª. Isabel Bordini respondeu às perguntas do Senador Alvaro Dias, Relator que até cumprimento, porque as fez de maneira muito respeitosa-

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – V. Exª. me concede um aparte?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Claro, Senador Juvêncio.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Eu disse na introdução das minhas perguntas, que nós perdemos a referência no país sobre, inclusive, direitos individuais. Veja bem que V. Exª. tem toda razão no sentido de procurar preservar o sigilo telefônico, acho isso de fundamental importância. Mas veja, V. Exª., a questão de oportunidade, momento que nós estamos vivendo essa semana. Violaram o sigilo bancário do caseiro, lá, envolvendo, inclusive, o Ministro também, outra vez. Quer dizer e está bem claro e tudo indica e já a Caixa Econômica já direcionou neste sentido, de que foi o escalão de gerência para cima que fez a violação da conta bancária, se é que ela colocou erro. Então, veja V. Exª., que nós estamos num momento difícil nesse país. Nós estamos trincando as instituições jurídicas e, principalmente, a Constituição, a todo o momento, a todo o momento e a Caixa Econômica é subordinada político-administrativamente ao Ministro Palocci, Ministro da Fazenda. Veja bem como as coisas vão se enCaixa ndo e não sabe como fazer. Não sei de nada, não aconteceu, traz a Nota Fiscal do que aconteceu irregular, isso não existe. O certo, é que nós estamos vivendo um momento de muita falta de revelação das verdades que ocorrem nessa República. Obrigado pelo aparte.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu agradeço ao Senador Juvêncio seu aparte, mas eu estou tão indignado quanto V. Exª. com respeito ao vazamento da informação da conta bancária, a violação da conta bancária do senhor Francenildo dos Santos Costa e apoiei toda a iniciativa aqui tomada por essa, pelos Senadores, para irem à Caixa Econômica e obterem a apuração completa daquele grave fato, que constitui uma violação da Constituição brasileira. Mas, da mesma maneira, quero aqui dizer ao Dr. Benedito Valencise, veja bem, ele está justificando, junto ao Senador Romeu Tuma, que estará indiciando a Sra. Isabel Bordini, sem ter ouvido as explicações que nós aqui tivemos...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, com a permissão de V. Exª., desculpe interrompê-lo, é que eu tenho um compromisso, compromisso no meu Gabinete e, por gentileza do Senador Tuma de me substituir para poder concluir, eu queria antes de sair, agradecer à Dra. Isabel e ao seu Advogado e, pedindo, mais uma vez, desculpas pelos atrasos que nós tivemos e agradecer, em nome da CPI, o depoimento de V. Sa. Agradeço e passo a Presidência ao Senador Romeu Tuma e V. Exª. continua com a palavra, pedindo desculpa por interromper.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Gostaria que V. Exª. estivesse aqui, mas o Senador Romeu Tuma, obviamente, vai substituí-lo muito bem, então são dois Senadores igualmente respeitados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vou pedir esta parte taquigráfica daqui para frente para que eu possa acompanhar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pode continuar com a palavra, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senador Romeu Tuma, então, me preocupou o fato do Dr. Benedito Valencise informar a V. Exª....

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, Presidente, é que ela levantou um questionamento, eu acho que é correto que é a explicação dele, que ele não precipitou a oitiva dele, que estava sob investigação ainda a participação dela ou não dentro do esquema.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pois bem, mas ele informou a V. Exª., que não, permita...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A pessoa não é indiciada preliminarmente, ela é ouvida e chega à conclusão do indiciamento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Certo. Mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Talvez eu tenha cometido um erro para facilitar a vida do Advogado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É, muito provável, que o Dr. Benedito Valencise, não sei se está ao vivo, aqui, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Creio que está, sim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – ...eventualmente nos ouvindo, porque eu, então, quero ponderar a ele: Aqueles que estavam aqui presentes e que ouvimos a gravação e, em seguida, as explicações da Doutora, da Engenheira Isabel Bordini, eu acho que, inclusive, V. Exª. há de estar de acordo comigo, porque ela explicou cada um dos trechos da conversa telefônica que, segundo ele, serviu para indiciá-la, serviu para abrir e prosseguir o inquérito e, segundo a informação que V. Exª. nos dá, indiciá-la sem tê-la ouvido, sem ter tido a oportunidade de estar tendo as explicações que nós aqui tivemos hoje.

E eu quero dizer da maneira, a mais sincera e leal, a Sra. Isabel, eu tive a impressão, durante todo o seu depoimento, de que a Senhora agiu, aqui, de boa fé, nos falou com muita espontaneidade e esclareceu os episódios, inclusive, dos diálogos com o Sr. Rogério Buratti, que poderiam estar levando à interpretação de que teria havido um procedimento inadequado. Por exemplo, para citar um caso, foi perguntado à Senhora a respeito de, há uma conversa sobre 300, um valor de 300, que teria sido objeto de um pagamento que poderia, até, ser interpretado como sendo 300.000 mensais. Presidente Senador Romeu Tuma estava aqui presente quando ouviu a Senhora explicar que 300 reais a Senhora resolveu, foi a Senhora mesmo, pelo que entendi, resolveu encaminhar a uma instituição, permita repetir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – o senhor quer que ela...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Repita só o nome da instituição, por favor.

SRA. ISABEL BORDINI – É Creche Santo Expedito, no bairro Heitor Rigon.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então, a Senhora deixou muito claro, sim. A Senhora reservava 300 reais por mês para doar à creche Santo Expedito, num dos bairros, onde é importante, essa creche, em Ribeirão Preto, ou seja, eu espero que o Delegado Benedito Valencise, tenha isso esclarecido, porque a interpretação dele, inclusive, nas explicações dadas por ele à CPI, foram de outra natureza. E, então, eu acho, Dr. Romeu Tuma, um Delegado de extraordinária experiência, mais de meio século de trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Já tem meio século. Já tem 50 anos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então, meio século de trabalho como Delegado, num processo de investigação que, tantas vezes ele fez, é natural, assim como aqui, às vezes, nós temos que estar apurando coisas, eu só nesse episódio, Senador Romeu Tuma sabe, só nas tentativas de apurar o que aconteceu com o seqüestro e morte de Celso Daniel, eu já fui por muitos caminhos e tive que retornar, porque não era bem o que tinha sido dito, nós três, Senador Romeu Tuma, Magno Malta e eu, ouvimos um longo depoimento sobre algo que, depois fomos averiguar, não era, exatamente, aquilo que nos havia sido dito. Então, um Delegado experiente, como o Senador Romeu Tuma e, espero, que o Dr. Benedito Antônio Valencise, antes de chegar uma conclusão definitiva,...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele é um bom Delegado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ...indiciar a Senhora que, no mínimo, esteja ouvindo, eu aqui faço a recomendação ao Dr. Benedito Valencise, que ele demonstre boa vontade e, antes de concluir, já encaminhado para Justiça, ouça a Senhora tal como nós aqui. ...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Espera um pouquinho; o Senador permite.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – ... Posso fazer uma recomendação a ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele não vai indiciar e mandar para justiça, ele vai ouvi-la. Foi o que eu falei aqui, não é Doutora?

SRA. ISABEL BORDINI – Eu acredito que sim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Espero que faça mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque o indiciamento indireto é feito quando a pessoa se recusa a comparecer, então, não tendo outra alternativa, de uma condução coercitiva, indicia indiretamente, para, na Justiça, depois, ser julgado se foi correto ou não. Não é isso que ele quer fazer, não. Ele vai intimá-la, pelo menos foi o que ele disse, intimá-la, ouvi-la e, pelo o que ele tem em tese, ele tem condições de indiciá-la, agora vai depender, o Advogado vai levar, ela vai levar explicações, os documentos, pode até surgir a necessidade de uma acareação com as pessoas que fizeram depoimento aqui. Então, não é uma precipitação, um indiciamento indireto, mandar para a Justiça indiciando sem ouvi-la, porque ela não se recusou nenhuma vez a comparecer, apenas ela quis antecipar e ele não tinha condições de ouvi-la por falta de alguns elementos. E ela entrou com o *habeas corpus*, com toda clareza, preventivamente foi um *habeas corpus* preventivo, dois *habeas corpus* preventivos, o que é correto na Justiça e um direito de qualquer cidadão, eu acho que a defesa do cidadão tem que ser respeitada a qualquer preço. Então foi isso que ocorreu, apenas para não pensar que eu tenha dito que ele

ia indiciar indiretamente e mandar para a Justiça sem ouvi-la, não foi isso não, pelo amor de Deus.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Dra. Engenheira Isabel Bordini, quando o Delegado explicou à Senhora, que não iria dar acesso a Senhora, aos documentos do inquérito do Processo que ele estava encaminhando, qual foi a alegação que ele deu?

SRA. ISABEL BORDINI – Nenhuma, sempre através de Advogados, nunca diretamente,...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas o que explicou ao Advogado, então?

SRA. ISABEL BORDINI – É que eram depoimentos sigilosos, aí quando o Advogado entrou, pedindo que eu tivesse... e a imprensa todo dia dizendo que eu ia ser presa, que eu estava indiciada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Para a imprensa não era sigiloso, para a Senhora era?

SRA. ISABEL BORDINI – Isso e nós não tínhamos essa documentação, nós passamos a ter depois do dia 15 de novembro e essa história começou toda em agosto; aí que nós fomos ter acesso aos depoimentos das pessoas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu, aqui quero, mais uma recomendação fazer...

SRA. ISABEL BORDINI – Até então, nós só sabíamos do assunto pela imprensa e eu não quis fazer o debate pela imprensa, eu queria fazer num lugar adequado, como aqui eu fui chamada em menos de 24 horas, eu estou aqui hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pelo que eu estou entendendo, é um fato superado, porque diante do *habeas corpus*, ele passou a atender as requisições da Senhora.

SRA. ISABEL BORDINI – Exatamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas de qualquer maneira, eu quero estar recomendando, aqui, ao Delegado Benedito Antonio Valencise que procure ter um procedimento mais imparcial, porque se ele divulga à imprensa, deveria estar concedendo direito à Senhora de estar, a Sra. Isabel Bordini, de saber das coisas. Mas, é possível que a Senhora, tendo um conhecimento tão próximo das pessoas, da equipe, do Ministro Antônio Palocci, possa colaborar para nos dar a conhecer sobre alguns aspectos que foram objeto de grande atenção por parte da opinião pública e da imprensa nos últimos dias. Primeiro, quero fazer um registro, mais uma vez, mas é porque, tantas pessoas tem me perguntado, porque que, afinal de contas, eu votei favoravelmente a que senhor Francenildo dos Santos Costa pudesse vir aqui e prestar depoimento.

E eu disse aqui e quero registrar, eu tenho uma confiança enorme, muito grande no Ministro Antônio Palocci e não tanto a Senhora, mas o Donizeti Rosa é testemunha de que eu conheço o Ministro Antônio Palocci há muitos anos, Presidente Senador Romeu Tuma. Eu estive ainda domingo passado em Ribeirão Preto e relembrei, até para filiados do Partido dos Trabalhadores que me perguntaram a respeito... Olha, eu conheci o Ministro Palocci quando ele era Médico Sanitarista do... e assessorava o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como os de Guariba e outros. Eu era, então, Deputado Estadual, depois Federal e, inúmeras vezes, ele pediu como assessor e Médico Sanitarista que estivesse lá acompanhando os movimentos de reivindicação de trabalhadores rurais, cujos direitos não eram devidamente respeitados, entraram em greve na primeira metade dos anos 80 diversas vezes, e eu estive lá inúmeras vezes, inclusive tentando colaborar para o diálogo entre os trabalhadores rurais, o ex-Presidente daquele sindicato, José de Fátima, que depois deu uma virada do ponto de vista da sua postura de idéias e de partidos e tudo mais, eu estive lá inúmeras vezes. Também conheci o Ministro Palocci quando ele foi Deputado Estadual, quando foi Prefeito eleito pela primeira vez nos quatro anos. Conheci à época em que Sérgio Roxo, Advogado hoje aqui, colaborava como Secretário do... Secretário foi da primeira Gestão e tantas vezes, ali, estive no Gabinete conversando com eles, assim como na Câmara Municipal, com todos os Vereadores, o Prefeito e tal, quando insisti muito para que o Prefeito aprovasse e sancionasse Projeto de Lei de iniciativa da Vereadora Joana Leal Garcia para instituir o Programa de Renda Mínima associada à Educação, que, tal como José Roberto Magalhães Teixeira havia instituído em Campinas, Cristovam Buarque, o Bolsa-Escola aqui. Então, em outubro de 95, Palocci sancionou ali. Muitas outras ocasiões e nas campanhas de Palocci, bem como eu me lembro...

Senador Romeu Tuma, há um episódio, para mim muito forte, em 1986, perdão, em 1989, houve um comício muito grande da campanha do Presidente Lula em Ribeirão Preto. Naquela ocasião, eu era Presidente da Câmara Municipal. Naquela manhã tinha ocorrido um episódio de enorme importância na vida política brasileira com repercussão naquele dia: o seqüestro do Abílio Diniz. E naquele comício, na hora de eu falar, ainda que a imprensa não estivesse ainda divulgando, mas eu considerei importante falar abertamente no comício: "Meus companheiros, hoje houve um episódio gravíssimo, eu, como Presidente da Câmara Municipal, eu recebi um aviso que lá na Bolsa de Valores estava se comentando que Abílio Diniz tinha sido detido". Eu, amigo que sou de Luiz Carlos Bresser Pereira, liguei para ele, como Presidente da Câmara, e informei: "Olha, como Presidente da Câmara Municipal, quero me solidarizar com a família de Abílio Diniz, ajudar no

que for necessário". Então eu soube do fato e porque o Luiz Carlos Bresser Pereira confirmou para mim que tinha ocorrido o seqüestro e, lá no comício eu disse: "É muito provável que venham a usar esse seqüestro contra o PT, contra a campanha do Presidente Lula", como veio a acontecer. E V. Exª. acompanhou esses episódios com muita atenção porque era um dos responsáveis, na época, como autoridade policial de grande importância.

Pois bem. E ali, mais uma vez, eu estava ao lado de Antônio Palocci. E Antônio Palocci foi Deputado Federal depois, foi um dos que comigo, com Celso Daniel, Aloizio Mercadante e outros, colaborávamos todos nas propostas de Reforma Fiscal e Tributária que apresentávamos aqui, no Senado e na Câmara. Quando era 98, Palocci era o potencial candidato mais forte a Governador, era o Presidente do Partido em São Paulo. Naquela ocasião o Presidente Lula, Presidente de Honra do PT, na época, veio a mim e disse: "Eduardo, o que você acha de agora, como a Marta tem se destacado tanto como Deputada Federal, ser ela a candidata a Governadora? Isso iria, em vez de eventualmente, José Dirceu, José Genuíno ou o próprio Palocci ou eu próprio, que tal a Marta?". Eu disse: "Presidente, acho muito bem, eu acho que seria uma boa. E como Palocci é o Presidente do Partido e o potencial candidato mais forte, eu vou conversar com ele". E viemos eu e o Palocci à minha residência, conversarmos com a Marta e ele concluiu que seria uma boa decisão. Eu estou, aqui, relembrando fatos, para dizer que o meu testemunho sobre Antônio Palocci é algo que eu tenho muito elementos para dizer, durante todos os anos, depois 90, que se seguiram, daí para frente. Nesse ano 98, o Palocci, então, dirigiu a campanha como Presidente e eu fui candidato consensual a mais um mandato para o Senado, Marta para Governadora. Ela foi muito bem, tão bem que, em 2000, a escolheram para Prefeita e eu fui eleito Senador. Prosseguiu a minha interação com Palocci. (soa a campainha) E eu já estou chegando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu acho o depoimento de V. Exª. é excelente, mas está fugindo muito do depoimento. Acho que é importante que a sociedade tome conhecimento...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Está bom, muito obrigado, sabe por que eu estou falando isso, Senador Romeu Tuma?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Acho importante que V. Exª. demonstre que merece que o PT, trabalhe para que V. Exª. volte para cá. Eu entendo perfeitamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Tá bom, muito obrigado. Sabe por que eu estou falando isso, Senador Romeu Tuma? V. Exª. ainda ontem leu os comentários na imprensa que o Presidente Lula está muito bravo comigo, que pessoas do PT andaram falando de maneira muito brava comigo, então para mim um pouco importante isso, quem sabe V. Exª. tenha um pouco de generosidade e permita que eu complete esse depoimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Generosidade eu tenho, é o prazer de ouvi-lo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Estou abusando do tempo. Mas queria dizer ainda, quando...

(interrupção no áudio 1:54:16)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quando, em 2002, o Presidente Lula resolveu, dada a morte de Celso Daniel, convidar Antônio Palocci, nós tivemos também uma grande interação. Por exemplo, era dezembro de 2002, sabe, Senador Tuma, eu tenho o costume de não fazer indicações ao governo, nem quando era da oposição, não faço indicações de pessoas para Ministro, para quem quer que seja. Mas um dia o Ministro Palocci me telefona e fala: "Eduardo, eu estava pensando em trazer uma pessoa para equipe de transição e a Marta me falou a respeito dela, mas ela disse que só posso convidar se tiver a sua anuência". Mas quem assim, quem é? Ana Fonseca, que era Coordenadora do Programa de Renda Mínima em São Paulo, junto ao Márcio Porchmann e à Prefeita Marta. Eu falei, nota dez; eu tinha sido membro da banca examinadora e acompanhei todo o trabalho dela, porque ela fez uma tese sobre o tema e assim por diante e, depois, o trabalho dela e foi ela uma das pessoas junto com Miriam Belchior e outras que diagnosticou como é que aqueles quatro programas ou cinco antes existentes deveriam ser unificados para desenvolver o Bolsa Família e assim por diante. Só para dizer mais uma interação.

Quando veio a proposta de emenda fiscal e tributária veio um parágrafo que colocava o princípio da garantia de uma renda mínima para todos e o Palocci me disse, quando Presidente Lula veio a apresentá-la aqui, 'viu como consideramos a sua proposição' eu agradeci mais uma vez. Presidente Senador Romeu Tuma, eu que quero, especialmente, dizer é que nesses 25 anos de interação, de diálogo, de cooperação, também ele, como Ministro da Fazenda eu, diversos vezes, fui ao Gabinete dele, levei, inclusive, economistas como Paulo Nogueira Batista, só para conversar assim, uma hora, uma hora e meia com ele e com sua equipe, para trocar idéias e ele ter caminhos possíveis alternativos e assim por adiante. Em todas essas oportunidades eu sempre vi do Ministro Paloc-

ci, um procedimento de correção, de defesa da ética e de objetivos e do bem público e da nação brasileira. Então eu me surpreenderia, demais, se, porventura, tivesse ele cometido qualquer inadequação. Mas eu sou a favor, como nós do PT sempre fomos, de que as coisas sejam esclarecidas inteiramente. E não vi qualquer mal, em que pudesse o Senhor Francenildo aqui prestar um depoimento, porque a minha convicção é que o Ministro Palocci a qualquer momento esclarece qualquer dúvida que haja e eu confio nele.

E quero, até, dizer ao Donizeti, que tenho a vontade de dialogar com o Ministro, disse já desde a semana passada, para poder ajudar no esclarecimento de todos os fatos. Com respeito ao relacionamento com o Rogério Buratti, que também conheço, que fui ao Gabinete um dia, eu quero fazer, então, uma pergunta à Sra. Isabel Bordini. Nós percebemos que, a partir de certo momento, o Ministro Palocci avaliou que não podia mais ter a convivência que antes tinha, de amizade e de relacionamento, até porque Rogério Buratti foi seu Secretário e ele tinha uma colaboração, eram amigos, de fato e mas a partir de certo momento, o Ministro Palocci avaliou que não estaria mais convivendo tanto com ele, ainda que pudesse haver um conhecimento, conhecimento familiar, de visitas até de esposa, de família, casa a casa, assim por diante como ele declarou e também Rogério Buratti. Mas, se a Senhora souber, no momento em que teve esse relacionamento próximo com Rogério Buratti, mas depois que conheceu de fatos que, de alguma maneira afastaram ambos, o Ministro Palocci e Rogério Buratti, por divergências de procedimentos, como é que foi o seu relacionamento, no caso, com o Rogério Buratti partir desses episódios que inclusive se tornaram públicos?

SRA. ISABEL BORDINI – Eu não tenho visto o Rogério Buratti ou falado com Rogério Buratti. Não tenho nenhum contato com ele depois desses episódios. Inclusive, ele depôs, dizendo que no depoimento dele, lá em Ribeirão Preto, dizendo que eu sou uma funcionária exemplar, íntegra e que ele não poderia me desabonar em nada. Mas eu não tenho nenhum relacionamento com ele, fiquei sabendo disso pela imprensa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senador Romeu Tuma eu acho importante, sobre a questão do senhor Francenildo dos Santos Costa, que tenhamos em mente o seguinte. Eu percebi, nele, espontaneidade, ele disse as coisas e acho que é nosso dever averiguar tudo que ele disse, em que medida é verdade ou não. Mas eu quero ressaltar que o Sr. Rogério Buratti esteve aqui duas vezes, uma vez em agosto quando ele pouco falou de inúmeros fatos que lhe foram perguntados. Mas depois, ele veio em novembro, salvo engano, dia 20 e na ocasião, ele falou quase que a vontade. Isto ocorreu diferentemente de agosto, depois que ele havia sido detido, inclusive, pelo senhor Benedito Valencise, salvo engano meu.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Por ordem judicial, prisão cautelar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Por ordem judicial. Mas após entendimento pelo qual, em ele revelando os fatos que sabia, ele poderia ser liberado e teria sua pena atenuada. E, posteriormente, então, ele veio aqui e nos transmitiu uma série de fatos, inclusive, sobre a residência do Lago Sul, que ele descreveu que era uma residência onde amigos se encontravam, inclusive empresários acharam interessante ter aquela casa, já que empresários que, eventualmente, não tivessem escritório aqui, pudessem, lá, estar dialogando ou fazendo algum trabalho, assim por diante. Aproximadamente isso ele nos disse aqui.

Quando perguntado pelo Senador Demóstenes Torres sobre as pessoas que lá iam, ele, o Senador Demóstenes Torres listou pelo menos dez nomes diferentes entre os quais o próprio Rogério Buratti, o Sr. Ralf Barquete, o Sr. Ruy Barquete e inúmeros outros, para chegar, então, à seguinte conclusão: “Ah, pelo que senhor está dizendo então, me parece óbvio que também lá estava o Ministro Antônio Palocci que ele tinha estado”? Resposta de Rogério Buratti. “Não, de maneira alguma”. Insistiu, duas, a terceira vez, resposta, outra vez, de Rogério Buratti. “Eu nunca o vi lá”. E, na quarta insistência do Senador Demostenes Torres ele então pergunta: “Mas Sr. Rogério Buratti, mas então pelo menos o senhor não teria tomado conhecimento de alguém que freqüentava a casa e ele freqüentava de fato, que teria visto o Sr. Rogério... o Ministro Antonio Palocci”? Ele falou: “Nunca ouvi de ninguém que o Ministro tivesse estado lá”. No mesmo dia, foi perguntado, ao Sr. Vladimir Poleto, no mesmo dia do depoimento de Rogério Buratti, pelo Senador Alvaro Dias, se, porventura, ele tinha visto, na casa, o Ministro Antônio Palocci. Também Vladimir Poleto nega. Ou seja, nós temos aqui pelo menos dois depoimentos de pessoas que revelaram inúmeros fatos mas, sobre isso, não confirmaram.

Então, eu quero dizer que há razões importantes para, pelo menos, compararmos e apurarmos o depoimento de duas pessoas. Ou de mais do que duas, de três pessoas. Se a Senhora tiver, sobre esses fatos que eu acabo de dizer, conhecimento, que possa ajudar à CPI com o que sabe, eu agradeço se puder dizer algo.

SRA. ISABEL BORDINI – Não. Realmente, não tinha conhecimento de nada disso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Obrigado Senador Romeu Tuma, obrigado Sra. Isabel Bor-

dini, eu apenas quero agradecer e reiterar o quanto me pareceu espontânea e clara, todo o conteúdo das declarações da Sra. Isabel Bordini e acho que foi importante que ela tenha aqui comparecido porque ajudou-nos bastante no esclarecimento de fatos importantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Suplicy, eu sempre, nós soubemos que o Dr. Palocci era um bom administrador público e um grande Sanitarista. Hoje, durante esse depoimento e com as explicações de V. Exª. eu estou sabendo porque ele está tendo sucesso no Ministério da Fazenda, por tantas horas que o senhor levou nos economistas para dialogar com ele. Então eu acho que esse é o valor que V. Exª....

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Ministro Palocci sabe da vontade que eu tenho de colaborar para que ele acerte cada vez mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria agradecer V. Exª., inclusive acho que a sociedade sempre, sobre o problema do seqüestro do Abílio Diniz, é uma história muito longa, eu inclusive participei de uma parte da investigação na Nicarágua, por onde saíram os nomes elencados por esse grupo internacional para seqüestrar, que não cabe aqui explicação, mas acho que mais foi pelo valor que o Senador Suplicy quis demonstrar, por reconhecer, no Ministro Palocci, seu amigo e profunda ligação, inclusive profissional.

Eu queria, então, dar por encerrada, não antes sem agradecer ao Senhor, Dr. Roxo, achando que terá todo o sucesso no seu trabalho pela tranqüilidade e pela demonstração de lisura que demonstra do seu comportamento. E à Dra. Isabel, também, por ter tranqüilidade em responder todos os questionamentos que lhe foram feitos. E espero que Deus nos ajude, que os esclarecimentos venham, para que não haja dúvida e nem se cometa nenhuma injustiça com nenhum cidadão brasileiro. Muito obrigado, espero que a Senhora se alimente agora. Dr. Roxo vai pagar o jantar para a Senhora.

Sessão encerrada às 20h49

Ata da 67ª Reunião, realizada em 28 de março de 2006.

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às doze horas e dezessete minutos, na Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, José Jorge, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti, Juvêncio da Fonseca, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Wellington Salgado e Ideli Salvatti, presentes ainda os Senadores José Agripino Maia, Jefferson Peres, Tasso Jereissati, e Arthur Virgílio, não membro, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a mesma se destina à oitiva da senhora Clarice Coppetti, Vice Presidente de Tecnologia da Caixa Econômica Federal. A seguir, indaga aos senhores membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. O Presidente comunica que a acareação entre Paulo Tarciso Okamoto e Paulo de Tarso Venceslau não ocorrerá, em virtude de um Mandado de Segurança impetrado por Paulo Okamoto, que foi parcialmente atendido pelo Supremo Tribunal Federal. O Presidente agradece a presença do senhor Paulo de Tarso Venceslau, comunica que de pronto está remarcando a acareação para a próxima terça-feira, dia quatro de abril. Com a palavra o Senador Antônio Carlos Magalhães faz algumas considerações a respeito dos trabalhos da CPI e da decisão do Supremo. Pela ordem o Senador Arthur Virgílio. O Presidente fala a respeito de mais um Mandado de Segurança impetrado ao STF, este pelo senhor Luis Francisco Monteiro de Barros Neto que solicitou a retirada de seu nome do Relatório Final desta CPI, e informa que o mesmo foi indeferido. Usam da palavra pela ordem os Senadores Romeu Tuma, José Jorge, José Agripino. Com a palavra o Senador José Jorge para uma questão de ordem, onde o mesmo questiona ao Presidente se é possível ouvir o senhor Paulo Venceslau, já que o mesmo encontra-se presente, não impetrou nenhuma ação de proteção e não haverá a acareação hoje. O Presidente informa que o objeto é a acareação, não sendo necessário ouvi-lo separadamente, pois isso foi feito anteriormente. Usam da palavra pela ordem os Senadores Wellington Salgado, Juvêncio da Fonseca e Eduardo Suplicy. A seguir, convida a Dra. Clarice Coppetti para tomar assento à Mesa e informa que a mesma assinou o termo de compromisso e comparece a esta CPI na qualidade de testemunha. Com a palavra a depoente, faz um breve relato sobre suas atividades profissionais e se coloca a disposição dos senhores parlamentares para as indagações. Com a palavra o Relator, Senador Garibaldi Alves filho para as indagações iniciais com apartes dos senadores

Antônio Carlos Magalhães, Eduardo Suplicy seguido, de acordo com a lista de inscrição, pelos Senadores José Jorge, Arthur Virgílio, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Ideli Salvatti, Álvaro Dias, Wellington Salgado, Juvêncio da Fonseca, Heráclito Fortes, Flávio Arns, Romeu Tuma e Magno Malta. Finalizando o Senhor Presidente agradece a presença e colaboração da depoente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezesseis horas e quarenta e oito minutos e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental declaro aberta a 67ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245/2004 para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Esclareço aos senhores Senadores e Senadoras que a reunião destina-se ao depoimento da Dra. Clarice Coppetti, Vice-Presidente de Tecnologia da Caixa Econômica Federal e informo ainda que a Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa e coloco a em votação propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Srs. Senadores, teríamos hoje ainda a acareação do Sr. Paulo de Tarso Venceslau, do qual agradeço a presença dele que se encontra no recinto. E, ao mesmo tempo, comunico que recebi, em função de uma decisão do Ministro Eros Grau que vou tornar público e conhecimento de V.Exª.s. que deferiu, parcialmente, a medida liminar que foi impetrada pelo Sr. Paulo Tarciso Okamoto e que "comunico, Sr. Presidente, a V.Exª., que nos termos da decisão, cuja cópia segue em anexo, deferi parcialmente a medida liminar a fim de que o impetrante não seja compelido a prestar depoimento. Ademais, solicito informações nos termos da letra A, do art. 1º da Lei nº 4348 de 26 de junho de 1964, sobre o alegado na petição inicial e demais documentos cujas cópias acompanham este ofício. Atenciosamente, Ministro Eros Grau".

Eu vou passar a ler a decisão do Ministro. "Decisão. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por Paulo Tarciso Okamoto com pedido de medida liminar em que é apontado como autoridade coatora a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal criada pelo Requerimento 245/04, denominada CPI dos Bingos. Segundo, o ato reputado ilegal consiste no Requerimento nº 038, aprovado pela Comissão em Sessão Ordinária realizada no dia 15 de março de 2006, que tem por objetivo a acareação do impetrante com o Sr. Paulo de Tarso Venceslau. Terceiro, o Ofício nº 149/06, por sua vez, determinou a convocação do impetrante para prestar depoimento no próximo dia 28 de março às 11 horas. Quarto, o impetrante alega que a autoridade coatora desrespeitou decisão colegiada da Comissão visto que a aprovação do Requerimento nº 038/06, compreende a determinação diversa da contida no ato convocatório. Quinto, sustenta que a acareação não tem nenhuma utilidade para a investigação em curso faltando motivação ao Requerimento nº 038 que excede ao objeto da CPI. Sexto, ressalta que não há pontos divergentes sobre os fatos comuns ou circunstâncias relevantes constantes dos depoimentos do impetrante, do Sr. Paulo de Tarso Venceslau, elementos fundamentais à acareação nos termos do disposto do art. 229 da CPP. Sétimo, destaca que na mesma sessão em que o ato coator foi aprovado os membros da CPI negaram Requerimento formulado pelo Senador José Jorge que visava a convocação do impetrante para novo depoimento. Oitavo, requer liminarmente a suspensão do ato que aprovou o Requerimento nº 038, cujo objeto é a acareação entre o impetrante e o Sr. Paulo de Tarso Venceslau, confirmando-se a medida liminar para a total anulação do ato. Nono, é o relatório, decido. A concessão de medida liminar em Mandado de Segurança pressupõe a existência de plausibilidade do direito invocado e do perigo do dano irreparável pela demora na concessão definitiva da ordem. Décimo primeiro, a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que as comissões parlamentares de inquérito detém o poder de investigações próprias das autoridades judiciais. Art. 58, § 3º, sujeitam-se pois, não só ao dever de motivação previsto no art. 93, inciso nono da Constituição do Brasil como a todas as outras causas de nulidade aplicáveis a decisões de cunho judicial por todos transcrevo a seguinte precedente. Ementa, Mandado de Segurança, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Roubo de Cargas, quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal, necessidade de fundamento do ato impugnado. Presença da *probable cause* de negação da ordem. Primeiro, se os atos judiciais são nulos quando destituídos de fundamentação, nulos também são os das CPI. Aqui o parágrafo 3º do art. 58 da Constituição confere os poderes de investigações próprias das autoridades judiciais precedentes. Segundo, o Tribunal já afirmou entendimento de que as comissões parlamentares de inquérito são dotadas do poder investigatório ficando assentado que devem elas, a partir de meros indícios, demonstrar a existência concreta de causa provável que legitima a quebra do sigilo. Depoimento do impe-

trante e acareação com testemunha que o acusara de receptor. Coincidência com declarações de outras testemunhas, relatório da Polícia Federal, causa provável ensejadora da quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico, segurança denegada. Ministro Maurício Côrrea. Décimo segundo, os poderes de investigação atribuídos às CPIs devem ser exercidos nos termos da legalidade. Décimo-terceiro, a observância da legalidade é fundamental não apenas a garantia de liberdade individuais, mas à própria integridade das funções, função como dever poder das CPIs. Essas não detêm simples poder de investigar, antes, estão vinculadas pelo dever de fazê-lo e de fazê-lo dentro dos parâmetros da legalidade. Vale dizer, a ordem jurídica atribui às CPIs o dever de investigar sem, contudo, exceder as margens da legalidade. Em nenhum momento se justifica a afronta a ela seja pelos investigados, seja por quem investiga. Décimo quarto, no caso há flagrante desvio de finalidade e por isso mesmo afronta à legalidade. O Requerimento 038...

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – ...O Requerimento 038 visa a acareação e o ato convocatório do Presidente da CPI solicita a presença do impetrante para prestar depoimento. Providência expressamente negada pelos membros da CPI na sessão realizada no último dia 15 de março. Como afirmei, em outra oportunidade, e já ensinava Von Gehlen e é irmã gêmea da liberdade, ela é a liberdade enquanto não contemplada em forma que lhe dê concreção no mundo do dever se existirá apenas como abstração. A forma jurídica por ela assumida retrata a sua evolução no termo histórico. Décimo sexto, a expressão formal que no caso enseja a concretação da liberdade é traduzida no conceito constitucional que garante a ampla defesa aos acusados em geral. Com os meios e recursos a ela inerentes bem assim o dever de motivação das decisões de caráter judicial. O *periculum* in mora prestou plenamente evidenciado, haja vista a iminência da realização do depoimento para o qual convocado o impetrante. Tanto o exposto, defiro parcialmente a medida liminar a fim de que o impetrante não seja compelido a prestar depoimento. Sua reconvocação para esse fim foi rejeitada pela CPI. Em caso de superveniente notificação para acareação, a Comissão Parlamentar de Inquérito deverá, na forma da Lei, estabelecer os requisitos que permitam seja o impetrante colocado face a face com o terceiro de modo de que se possa atender na sua plenitude. Aos princípios do devido processo e do contraditório. Intime-se a autoridade coatora para prestar informações no prazo do art. 1º A, da Lei 4864. Comunique-se a autoridade coatora com urgência".

Recebi e devo comunicar, em resumo, a V.Exª., que está deferido parcialmente, a meu entender, por conta que ao invés da Assessoria colocar para acareação colocou para que se fosse um depoimento.

Quero informar que todos os requerimentos que foram encaminhados para os Srs. depoentes no que diz respeito a acareação foi com a palavra de depoimento. Até porque, é um fator surpresa que poderia ter o próprio, a própria Comissão de, no decorrer do depoimento, se fazer a acareação. Mas, entendo que é uma questão formal. A CPI está encaminhando já as informações ao Ministro e, de pronto, já estou marcando para a próxima terça-feira a acareação do Sr. Paulo Okamoto com o Sr. Paulo de Tarso. Senador...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Antônio Carlos Magalhães, em seguida V.Exª.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria uma questão de ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, realmente não foi feliz a Comissão em colocar a palavra depoimento. Entretanto, não houve o interesse também do Ministro Eros Graus de saber se aquela expressão era o desejo da Comissão ou era acareação. O nosso dever é acareação. Mas ele faz restrições também à acareação. Daí eu achar que V.Exª. tem que redigir, com a sua assistência jurídica, uma convocação para acareação e mandar para o Ministro Eros Graus. Eu acho a coisa tão importante que eu acho que deveria ser levada por V.Exª. ao Ministro mostrando a necessidade da acareação. De modo que eu quero, nesse instante, ver que não é possível que essas coisas estejam acontecendo para proibir as investigações. Mais do que nunca, essa CPI mostrou o quanto andou certo em vários depoimentos que resultaram em coisas graves para a Nação, que inclusive o próprio Presidente da República aceitou. De modo, e V.Exª. com o trabalho que está realizando, faça mais esse. Um pouco de humildade de Vossa, da parte de V.Exª., mas quando houver também questões como essa que V.Exª. mande para a Comissão de constituição do Senado para que ela possa decidir. Porque isso é que é o lugar certo. Nós não fazemos as coisas aqui erradas. Sai-se uma palavra "depoimento", errada, não é um crime que, passível de uma suspensão de uma acareação. A acareação foi suspensa por outros motivos, nós bem sabemos. Mas o Okamoto virá.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador Antônio Carlos. E claro, pela experiência de V.Exª. e na condição de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça,

eu conversei com o Relator, já solicitei da Assessoria jurídica do Senado que tomassem as providências para que possamos fazer as informações, e enviaríamos, pelo nosso, o nosso assessor chefe da Assessoria jurídica. Mas, atendendo a V.Exª. acho que aí nós vamos, nós temos cumprido todas as determinações da Justiça e vamos. Respeito e respeito muito o Ministro Eros Grau e para mim é um prazer, ao lado do nosso Relator de procurarmos ele pessoalmente, fazermos a entrega mostrando da importância que tem para essa CPI essa acareação que com tanta veemência contestada por aqueles que não desejam realmente o fato verdadeiro.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V.Exª. permite. Pedir a V.Exª. que antes de protocolar o Requerimento mostre ao Ministro como ele será feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então, acho que a Assessoria tomará conta disso aí. Eu entendo que na própria justificativa e encaminhamento que foi feito e a presença do Requerimento 038 de autoria do Senador José Jorge, que era bem claro no que diz respeito que se tratava de uma acareação. Então, estava nos autos o Requerimento 038 tratando de uma acareação e não de um Requerimento. A redação do Requerimento, lamentavelmente, foi feita nesse sentido até porque em outros casos assim já se havia pronunciado...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Mas está errado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu concordo que temos que corrigir, vamos fazê-lo e concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ou melhor, desculpe, Senador Tião Viana, Senador Arthur Virgílio, desculpe.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só para levantar uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Desculpe V.Exª., Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu separo *habeas corpus* de Mandado de Segurança, os *habeas corpus* têm cabimento sim. O que tem havido do ponto de vista das CPIs, nas CPIs é uma excessiva tolerância em relação a certos abusos que os beneficiários dos *habeas corpus* cometem. Não são autorizados a mentir e nem a calar sobre tudo, estão autorizados a calar apenas em matérias que possivelmente os incrimine, fora disso são obrigados sim a falar sob pena de serem sancionados pela autoridade da Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, não questiono os *habeas corpus*, questiono a forma como estamos lidando com os beneficiários dos *habeas corpus*. E tem sido falácia da forma como temos lidado com eles. Os Mandados de Segurança sim, eu os questiono. Entre *habeas corpus* e Mandado de Segurança nós temos vinte derrotas no Supremo Tribunal Federal. Se for verdade que se impõe, V.Exª. mais uma vez ir ao Supremo com o Relator para conversar desta vez com o Ministro Eros Grau.

A CPI, com toda a humildade disposta a satisfazer a qualquer exigência de filigrana jurídica, escrever da maneira mais escorreita, de modo que não haja dúvida nenhuma, aquela coisa que quem duvidar daquilo não passa no vestibular de Direito teria que ser feito da maneira mais escorreita, eu repito. Mas se impõe e vou de novo fazer essa solicitação ao Ministro, ao Presidente Renan Calheiros impõe-se que o Presidente Renan Calheiros tenha uma conversa de Presidente de instituição para Presidente de instituição porque eu prefiro, Presidente Efraim, que tenha havido uma sucessão de equívocos formais na redação pela nossa Assessoria, eu prefiro isso. Sinceramente eu prefiro.

É muito mais grave se for o contrário. Se estiver sendo escrita com correção a petição da Casa, da CPI e por qualquer razão o Supremo vai e indefere, aí seria interferência de um poder sobre o outro. Eu prefiro muito que nós cheguemos à conclusão que estamos errando nós, é fácil corrigir, se a Constituição é formal, vamos satisfazer ao Ministro.

Agora, se houver algo mais profundo, isso tem que começar num diálogo altivo e vou de novo pedir ao Presidente Renan Calheiros que faça esse diálogo altivo imediatamente com o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Um diálogo altivo a Casa dizendo que não aceita o cerceamento das suas atividades. A Casa não aceita ser diminuída. A Casa não aceita perder um dos seus instrumentos de fiscalização de governos que é a Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, eu estou até feliz que a Dra. Clarice, que tem muito, muito que nos dizer, a Dra. Clarice não veio já merece parabéns antecipados, não veio beneficiada pelo *habeas corpus*. Portanto vai falar bastante, falar sobre muitos assuntos que eu sei que ela domina. Mas, é inadiável a ida de V.Exª. e é inadiável a conversa do Presidente Renan Calheiros, sob pena de nós estamos aqui vendo a morte não desta CPI, mas do instituto com todo o prejuízo para a atividade fiscalizatória do Congresso Nacional, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente pela ordem...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Antes de conceder a palavra a V.Exª., Sena-

dor Romeu Tuma, em seguida ao Senador José Jorge. Eu queria também da mesma forma dar conhecimento de um outro, uma outra solicitação de Mandado de Segurança que foi impetrado pelo Sr. Luiz Francisco Monteiro de Barros Neto com os seus advogados em que esse Mandado de Segurança tinha o pedido de medida liminar, cuida-se de Mandado de Segurança com pedido de medida liminar impetrado contra o ato da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, ato esse consistente na inclusão do nome do impetrante no relatório parcial da CPI dos Bingos lido e aprovado em 31/01/2006. Vejam V.Exªs. que estão entrando para retirar o nome de uma posição do relatório. Houve um relatório, que foi votado parcialmente, significa dizer que não está concluída a votação, e o cidadão Luiz Francisco Monteiro de Barros Neto pede que retire o nome dele do relatório. E eu quero comunicar que o Ministro Carlos Aires Brito indeferiu a liminar. Eu queria dar ciência a V.Exª. que também chegou às nossas mãos. "Sr. Presidente, comunico a V.Exª. que nos termos da decisão cuja cópia segue em anexo, indeferi a liminar. Ministro Carlos Aires Brito, Relator". Para dar ciência. Senador é... a Assessoria me informa que o Ministro, em relação a solicitação, a solicitação do Sr. Luiz Francisco Monteiro de Barros Neto, eu quero comunicar a V.Exªs. que o Ministro Carlos Aires Brito, ele solicitou informações da CPI antes de dar a liminar. A CPI concedeu as informações e ele negou a liminar, diferentemente de outros casos que concede a liminar e pede as informações. Queria também fazer esse registro aos Srs. membros da CPI. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, obrigado, Srs. Senadores. Eu concordo com o Senador Antônio Carlos Magalhães e com o Senador Arthur Virgílio, então, diante do que eles falaram o meu silêncio é mais forte. Mas eu queria chamar a atenção, se fosse possível, o Sr. Relator, dentro do pedido de *habeas corpus* do Paulo de Tarso. Diz aqui, do Okamoto, desculpa, o Paulo de Tarso é a pessoa que nos fez um depoimento bastante consistente é um homem de coragem e já historicamente demonstrada. E ele sabe que eu conheço a sua luta durante o período longo em que participou, um período muito difícil para nós. Mas, tem aqui no pedido que foi feito: "Sustenta que a acareação não tem nenhuma utilidade para a investigação em curso faltando motivação ao Requerimento 038 que excede o objeto da CPI".

Agora o item seis, que eu chamaria a atenção do Relator se pudesse me ajudar junto à Assessoria se há, eu vou ler "ressalta que não há pontos divergentes sobre fatos comuns ou circunstâncias relevantes constantes dos depoimentos do impetrante e do Sr. Paulo de Tarso Venceslau, elementos fundamentais à acareação". Então há um reconhecimento do Sr. Paulo Okamoto de que Paulo de Tarso falou a verdade, pelo menos é o que diz aqui porque se não há divergência, que ele acha que não é necessária a acareação, porque ele reconhece que o depoimento do Paulo de Tarso é correto. Então, as acusações que foram formuladas pelo Sr. Paulo de Tarso correspondem o que ele disse que não precisa de acareação porque não há divergências. E

ntão, quando o Ministro diz aqui que dá imparcial é pedindo as motivações, uma das motivações é o próprio reconhecimento do Paulo Okamoto de que ele disse a verdade, que não há divergências segundo o ponto de vista. Eu pediria, Sr. Presidente, Sr. Relator, se eu estou, se eu estou analisando corretamente ou não. Porque para mim me chamou a atenção este, a introdução deste parágrafo no pedido do Paulo Okamoto, Presidente Antônio Carlos, Presidente Arthur Virgílio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Qual seria o parágrafo?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Posso ler outra vez se o senhor quiser.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Por favor.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – "Ressalta-se que não há pontos divergentes sobre os fatos comuns ou circunstâncias relevantes constantes do depoimento do impetrante e do Sr. Paulo de Tarso Venceslau, elementos fundamentais à acareação". Se não há divergência.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ele reconheceu.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Reconheceu como verdadeiro o depoimento de Paulo Venceslau.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Tem razão, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E se o Relator aceitar ele indicia logo porque é verdade e aí a Ângela poderá dançar novamente ou chorar, aí depende da vontade dela.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Vai ser amanhã, Senador. Às quartas-feiras.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque ela era a Prefeita à ÉPOCA em que o Ex-secretário fez a denúncia correspondente à arrecadação irregular de dinheiro à ÉPOCA.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não, Sr. Presidente, eu gostaria também de, pela ordem, di-

zer que hoje essa CPI vive um dia especial. Não que ninguém aqui vai se alegrar com queda de Ministro e Presidente da Caixa , evidentemente que nós gostaríamos que nada disso tivesse acontecido. O Ministro Palocci, sem dúvida, tem um trabalho a apresentar ao país. Mas, na realidade, mostra também que tudo aquilo que a CPI vinha dizendo se comprovou. Quer dizer que não havia verdade em muitos dos depoimentos que foram feitos aqui.

Então eu acho que nós temos que aproveitar esse momento em que a CPI efetivamente mostra à Nação, mostra ao país que está investigando de forma correta e chegando a coisas comprovadas, inclusive comprovadas pelo Presidente Lula, pelo Ministro, por toda, todo o país. Eu acho que nós temos que aproveitar para investigar mais e cada vez melhor. Portanto, eu gostaria de dizer para todos os membros da CPI, o Presidente, o Relator, nós que estamos aqui e que muitas vezes fomos até falado mal pelo próprio Presidente Lula, chamou a nossa CPI do fim do mundo. Eu acho que fim do mundo mesmo é quebrar o sigilo bancário de um caseiro. Isso sim é fim de mundo. E depois querer enquadrar o caseiro em lavagem de dinheiro. Lavagem de dinheiro é Duda Mendonça, é Marcos Valério e ninguém tentou abrir os sigilos dele, é Paulo Okamoto, isso sim. Então, na realidade, nós temos que continuar o nosso trabalho. Eu acho que hoje foi um grande dia para nós, não pela queda do Ministro, que ninguém gostaria que ninguém se saísse mal em nada, mas pelo trabalho que a CPI realizou. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão a V.Exª. a quebra do sigilo ou a quebra de sigilo bancário acabou de derrubar o Ministro. Então nós estamos tratando de um assunto seriíssimo. Assunto que acabou de derrubar o Ministro. E a acareação do Sr. Paulo Okamoto com o Sr. Paulo de Tarso Venceslau vai suscitar a discussão que pode levar ao reforço de argumentação para a quebra de sigilo do Sr. Paulo Okamoto que se impõe. Eu não vejo nenhuma razão para que esse sigilo bancário não seja quebrado. Agora, legalmente, ou seja, quebrado legalmente.

Então, acho que a acareação tem que existir, tem que haver, é dever nosso perseguir esse objetivo. Não é para derrubar ninguém não, é para passar o país a limpo é para esclarecer um fato. É para esclarecer um fato, para que a Nação respeite o Congresso inclusive. Então, esses fatos que estão acontecendo nós temos que, nós temos que irá raiz deles. Eu quero deixar uma sugestão a V.Exª. Eu sugeria e me ofereço até a ir com V.Exª. e acho que todos os membros poderiam ir, ao Presidente do Supremo, para propor ao Supremo um procedimento.

Aquilo que o Ministro Aires fez, consultou a CPI sobre uma liminar solicitada, que seja uma prática em cima destas investigações que estão em curso e que estão sendo objeto da atenção do Brasil inteiro. Quando alguma liminar que vai promover comoção nacional, como uma liminar que impede a quebra de sigilo do Sr. Okamoto coloca-se uma interrogação sobre os objetivos do Supremo que não pode ficar sob dúvida. Quando esse tipo de coisa acontecer que seja norma um fato que acabou de acontecer, que o Supremo consulte a CPI sobre algum dado que falte para que possa dar uma resposta com absoluta convicção. E nós possamos estabelecer um diálogo positivo, não conflitivo. Um diálogo contributivo entre os dois poderes para que nós dois, Poder Legislativo, Poder Judiciário, possamos cumprir com o nosso objetivo. Então, eu quero fazer uma sugestão a V.Exª. para, com a Comissão de membros da CPI irmos a Presidente do Supremo para propor esta norma de procedimento.

Cada vez que uma solicitação de liminar for feita e que envolver uma questão como a que estamos tratando de sigilo bancário, que não seja dado a resposta sim, sim, não, não, que seja feito o que o Sr. Ministro Aires Brito fez. Que se consulte, falta alguma informação, que seja dada a oportunidade à CPI de completar as informações. Segunda sugestão, já está com V.Exª., entregue pelo Senador Arthur Virgílio. Subscrita por mais de trinta senhores Senadores, um pedido de ampliação do objeto com fatos correlatos desta CPI dos Bingos. Está entregue para a consideração de V.Exª. na hora em que V.Exª. julgar conveniente, pelo cerceamento dos objetivos de investigar que é imperativo nosso. Eu gostaria que V.Exª. usasse a prerrogativa que já foi entregue por mais de trinta Senadores para que essa CPI possa cumprir a sua tarefa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pela ordem, aliás, uma questão de ordem, é diferente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Um minuto só e darei para uma questão de ordem, Senador José Jorge. Eu comunico a V.Exª., Senador Agripino, de que não pretendo instituir a Comissão, constituir essa Comissão. Eu vou comunicar a todos os membros da CPI, assim que tivermos com as informações prontas e que irei com o nosso Relator, Senador Garibaldi Alves, que comunicarei a todos os membros da CPI, aqueles que desejarem acompanhar para mim e para o Senador Garibaldi é uma alegria. Se pudesse ir toda a CPI que seria o ideal para

que pudéssemos conversar tanto com o Ministro Eros como também com o Presidente do Supremo. Para uma questão de ordem, Senador.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar uma informação a V.Exª. se nessa liminar, tendo em vista que só foi o Okamoto que solicitou essa, e como foi dito que era uma convocação dos dois, do Paulo Okamoto, do Paulo de Tarso, se nós não poderíamos ouvir o Sr. Paulo de Tarso, já que o Sr. Paulo de Tarso não requereu para não vir e ele está aqui. Então, eu acho que, queria perguntar a V.Exª. se é possível que nós possamos ouvir somente o Sr. Paulo de Tarso. Essa é a questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador José Jorge, o objeto da convocação do Sr. Paulo de Tarso foi para uma acareação, então eu entendo que mesmo colocando-se a palavra "depoimento", dar-se-ia para entender que se tratava de uma acareação em função do Requerimento que foi aprovado de autoria de V.Exª. anexo, mostrar que se tratava de uma acareação. Mas, a meu entender, não cabe ouvirmos o Sr. Paulo de Tarso. O Sr. Paulo de Tarso já foi ouvido por essa CPI. Em função do seu depoimento era que se pretendia se ouvir o Sr. Paulo Okamoto. A CPI entendeu que se fazia desnecessário se ouvir Paulo Okamoto e sim decidiu mesmo colegiado, na mesma sessão, que o importante, se fazia necessário uma acareação e não um depoimento. Então, nós vamos buscar a acareação que, a meu entender, se resolve...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Excelência, V.Exª. tem a palavra, Senador, para uma questão de ordem.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu acho que V.Exª. está certo. Em responder ao Senador José Jorge. Mas como o Sr. Paulo de Tarso Venceslau apresentou novas documentações à CPI, se por acaso não houver a acareação, eu peço a V.Exª. que o ouça através do depoimento que ele já trouxe e entregou a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. nós ficaremos com essa observação e vamos aguardar o posicionamento. Eu entendo que tenho reiterado e tenho que dar uma posição em relação à questão da lista que foi assinada pelos Srs. Senadores no que diz respeito a garantia de alguns depoimentos.

Eu vou insistir, como Presidente dessa Casa, que nenhum minuto, nenhum momento se saiu do foco dessa CPI. Existe aquilo que o próprio Supremo já decidiu o fato conexo, existe a conexão e através da conexão se chegou a vários depoimentos que não tinha direto com a palavra bingo, não é a palavra bingo, é a conexão, é o fato conexo. Então, eu devo agradecer a V.Exª. o cuidado dos Srs. Senadores, a preocupação dos Srs. Senadores. Tenho cumprido as decisões do Supremo e em muitos dos casos cumpro, mas não concordo. Por isso que a Assessoria está procurando buscar o fato verdadeiro junto ao Supremo.

Eu vou manter a minha posição que é uma posição de quem está de consciência tranqüila de que nenhum momento esta CPI saiu dos focos. Agora, é claro que se fala tanto de uma guerra política, é claro que aqueles que não concordam estão tentando fazer a guerra política de desqualificar a própria CPI. Então, eu agradeço a todos aqueles que assinaram. Não assinarei o Requerimento por entender de que, em nenhum momento, nós saímos do fato, do foco da CPI, daquilo que foi decidido. Senador Wellington, depois Senador Juvêncio, depois V.Exª., Senador Suplicy.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu quero dizer que eu fiquei muito honrado com V.Exª. que me colocou na Comissão junto com o Senador Flávio Arns e com o Senador Álvaro para participar da diligência junto a Caixa Econômica Federal e junto a Polícia Federal do qual nos acompanhou o Senador Tuma. Eu queria fazer a seguinte colocação, Sr. Presidente, que para mim foi uma honra muito grande, V.Exª. sabe que eu tenho primeiro uma responsabilidade com a minha consciência. Muitas vezes, aqui, eu tenho dado voto solitário, muitas vezes contrário à maioria dos membros dessa CPI. E eu voto contrário porque eu voto nas coisas que eu acredito, ou seja, eu quero sempre dormir tranqüilo. Deitar e dormir, andar na rua sem precisar olhar para trás, eu acho que esse é o grande segredo da vida.

E eu fui de coração aberto na Caixa Econômica , acompanhando os dois Senadores, acho até que naquele tempo, naquele momento estava fazendo uma posição do chamado "grupo da governabilidade", porque eu estava ali como, digamos da oposição e um Senador do partido que hoje detém o poder no país. E eu tive essa reunião na Caixa Econômica , com toda a Diretoria, que nos recebeu muito bem, estava lá num sinal de respeitabilidade à CPI, estavam todos presentes, membros de carreira da Caixa Econômica .

Mas eu queria deixar colocado para V.Exª. que diante dos fatos que aconteceram e o que eu digo para V.Exª. que eu sempre acreditei que um Ministro da Fazenda tem que ser alguém que tenha certa liberdade com o Presidente para poder dizer para ele no olho e falar: "Não faça isso porque vai afetar alguma coisa

na economia". Então, eu defendia a continuidade do Ministro Palocci. É uma posição minha. Agora, na reunião que eu tive com o Sr. Jorge Mattoso, eu queria, Sr. Relator, que ficasse registrado que a posição dele não foi uma posição correta. Porque, naquele momento, eu representava o Senado, representava os Senadores que foram lá ouvir a Caixa Econômica de boa-fé. Eu, sinceramente, não fui preocupado em ver relatório de oposição, Governo ou situação. Eu fui realmente: Qual é o problema da Caixa Econômica ? O que aconteceu? Naquele momento eu tinha a idéia de que alguém poderia ter tirado um extrato e achando que estaria prestando um grande serviço ao Governo fazendo essa maldita quebra de sigilo que acabou derrubando um grande Ministro e também a declaração, um grande Ministro, talvez o melhor Ministro dos últimos vinte anos nesse Governo.

Então eu queria constar, Sr. Relator, que o Sr. Jorge Mattoso, ele não foi honesto na reunião que teve com a gente, os três Senadores representando o Senado e representando esta CPI. Inclusive naquele momento deixou pessoas subordinadas em posição de, que se tivesse praticado um ato sem a autorização de ninguém. Como se ele fosse, nos pediu quinze dias para fazer uma sindicância. Eu defendi os quinze dias porque eu acho que dentro da Caixa Econômica tem que haver uma sindicância, porque ninguém pode ser demitido sem uma sindicância, porque senão depois pode dar uma ação de danos morais contra a Caixa Econômica . Quer dizer, tudo eu concordei com ele, Sr. Relator e Sr. Presidente. E, no entanto, agora declara aos jornais que passou por ele o pedido e que entregou extratos, extrato na mão do Ministro Palocci, ex-ministro Palocci, que ele devia ter embolado e jogado fora, que muitas vezes chegam documentos para a gente. Às vezes chegam algumas pessoas procuram a gente, como eu mesmo: Não quero nem ver, entrega na Comissão responsável e lá vai debater. Muitas vezes não você nem ter que ver o documento porque se você viu você já participa.

Então eu queria, Sr. Relator, que constasse que ele não foi honesto com a Comissão que foi e, ao mesmo tempo, expôs funcionários subalternos. Esse eu acho que é o ato covarde. Porque você pode errar e você assuma o erro e acabou, se vai dar processo ou não vai. Como ele fez agora. Agora ele fez isso. Ele assumiu, sabe o que vai vir depois e vai ser responsável. Mas naquele momento deixou a dúvida na minha cabeça que algum funcionário subalterno poderia ter tirado um extrato e colocado para alguém, entendeu, Sr. Presidente. Eu achei que isso foi um ato covarde da parte dele, colocou em dúvida funcionários subalternos. E eu quero dizer o seguinte, vou continuar nessa CPI votando pela minha consciência. Se tiver que votar contra relatórios autorizados eu vou votar, porque nas coisas que eu acredito...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sua consciência de vez em quando fica com a gente, na oposição.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Não para mim é uma...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não, é um apelo que eu estou fazendo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Para mim é uma honra muito grande participar e tendo às vezes ...-

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V.Exª. tem que ir a todas as comissões porque é forte...

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Entendeu, Sr. Presidente, só queria constar isso porque eu achei pior.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, eu agradeço...

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Foi expor o funcionário subalterno.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele citou o nome, ou não?

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Não citou o nome, mas foi perguntado ele falou que precisava fazer uma sindicância para apurar. Sindicância para apurar na minha cabeça é que tem alguém subalterno que praticou o ato. Isso que eu estou revoltado, não é que ele chega e depois fala: Não, fui eu, como ele falou agora. Mas naquele momento.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Foi um teatrinho.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Ele deixou na minha cabeça que tivesse alguém, chamado de puxa-saco, tinha tirado aquilo, expôs o Ministro Palocci por simplesmente uma atitude impensada ele entregou lá, e no entanto não foi isso.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Foi ele.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Isso eu acho que ali ele tinha que ser, eu não sei nem se é homem. Ele tinha que ser: Não. Está bom, nós vamos levantar e vamos ver. E aí ele chegar e fazer a declaração que ele fez agora. Agora ele fez o que teria que feito naquele momento com a gente.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Foi muito arrogante sem querer derrubar o Palocci.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Ali eu não sei é questão política.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. parabenizo V.Exª., ao

Senador Álvaro e ao Senador Flávio Arns que cumpriram a missão na condição de Subcomissão e ir até a Caixa , e não há dúvidas que naquele momento quando ele disse que ia tentar descobrir quem era, quem mandou, ele já estava mentindo para os Srs. Senadores, porque ele que autorizou. E evidente que naquele momento ele já sabia e mentiu para os Senadores. Mas devo informar que o Sr. Mattoso, antes desse episódio, ele já tem um pedido de indiciamento nessa CPI pelo, no relatório parcial do Senador Garibaldi na Gtech. Só para...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Já foi aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, existe apenas destaque para retirá-lo. Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Existia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Juvêncio da Fonseca, V.Exª. com a palavra.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Presidente, Sr. Presidente. Eu faria uma recomendação para o Senador Wellington, meu amigo, que ele pegar o histórico aqui desta CPI dos Bingos, vai ver quanta mentira aconteceu aqui. Vem e faltam com a verdade acintosamente na nossa frente. Nós já estamos maduros para tratar desse assunto.

(soa a campainha)

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Veja, eu queria só fazer esse registro, Sr. Presidente. Veja bem, foi concedida a medida judicial por questão formal é acareação, não é depoimento. E foi colocado depoimento no documento de convocação. Ora, se é o pressuposto já foi esse do pedido é porque o Sr. Paulo Okamoto já sabia que era acareação. Então essa acareação não seria nunca elemento surpresa para o seu novo depoimento junto com a outra pessoa. E isso é comezinho, isso é simples chegar a essa conclusão, basta ler o Requerimento que foi feito ao próprio Ministro, ao próprio Supremo. Então, o Supremo também, e o Relator que deu a liminar não podia ignorar, de forma nenhuma, que o Sr. Paulo Okamoto já sabia que era uma acareação. E por que é que deu isso em razão de acareação por questão formal seria o elemento surpresa e prejudicial ao requerente? Então nós estamos num momento assim muito difícil de relacionamento com o Judiciário. É preciso que essas questiúnculas sejam elas todas banidas desse relacionamento porque é inacreditável que uma decisão se baseie num fato como este.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador Juvêncio da Fonseca. E concedo a palavra ao Senador Suplicy. V.Exª. tem a palavra, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, relativamente ao episódio da saída do Ministro Antônio Palocci e de muitas coisas que serão objeto inclusive da argüição que nós teremos com a Vice-Presidente, Dra. Clarice Coppetti, eu prefiro falar mais ao final até porque estamos colhendo mais informações sobre todos os episódios, inclusive este que o Senador Wellington acaba de afirmar. Apenas quero dizer que eu achei importante que o Presidente da Caixa Econômica tenha resolvido falar a verdade toda dos fatos e inclusive diante de circunstâncias, algumas das quais, eu não as conheço todas, por isso prefiro fazer a avaliação um pouco mais adequada quando souber de todos os fatos.

Gostaria, Sr. Presidente, de informá-lo que juntamente com a Senadora Ideli Salvatti e o Senador Tião Viana, eu também assinei o Requerimento onde nós três solicitamos à Mesa do Senado que faço uma averiguação sobre a adequação, a legalidade ou não daquilo que ocorreu na CPI na sessão passada. Ou seja, a divulgação daquela conversa telefônica. E quero informar, com todo o respeito a V.Exª., que avaliei como importante assinar este Requerimento porque eu próprio, naquele momento, V.Exª. há de se lembrar, indaguei se seria adequado ou não que fosse feita a divulgação daquela conversa telefônica. Avalio, Sr. Presidente, que a resposta deste Requerimento servirá inclusive para que nós, no Senado Federal, conheçamos melhor a jurisprudência ou a legalidade de se estar expondo conversas telefônicas que ora tenham assuntos de interesse público, outros de natureza privada, em que medida podemos estar colocando no ar. Então, eu quero dizer que se trata de um Requerimento para esclarecer algo importante para as CPIs. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e, com certeza, a Mesa tomará as providências em relação ao Requerimento de V.Exª., do Senador Tião e da Senadora Ideli. Eu convido a Dra. Clarice Coppetti. Solicito da Assessoria que acompanhe a Sra. Clarice Coppetti até a nossa mesa para seu depoimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Dra. Clarice Coppetti, inicialmente nós queremos agradecer a V.Sª. pela presença e tenho certeza que o depoimento de V.Sª. trará esclarecimentos importantes para essa CPI no que diz respeito aos últimos acontecimentos, além do caso da Gtech. É importante que nós possamos contar com a cooperação de V.Sª., ao tempo em que informo que a Dra. Clarice Coppetti, que é Vice-Presidente de Tecnologia da Caixa Eco-

nômica , assinou o termo de compromisso conforme o art. 203 de Código de Processo Penal. V.Sª. tem o tempo que se fizer necessário para apresentação de V.Sª. e algo que V.Sª. já deseje acrescentar. V.Sª. tem a palavra.

SRA. CLARICE COPPETTI – Muito obrigada, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs. Senadoras, Srs. Senadores. Estou aqui hoje na condição de Vice-Presidente de Tecnologia da Informação da Caixa Econômica Federal e membro do Conselho Diretor dessa empresa. Meu nome é Clarice Coppetti, eu tenho 42 anos, sou casada, tenho dois filhos. Sou casada há 18 anos, tenho dois filhos, sou graduada em Economia pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul, tenho pós-graduação em Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação pela FGV Decision e fui bolsista no Instituto Ítalo Latino-americano com sede em Roma, Itália, com estudo de redes cooperadas entre pequenas e médias empresas.

Como trabalho há bastante tempo, vou resumir minhas atividades profissionais nesses últimos dez anos, aproximadamente. Eu fui Gerente de Projetos da Secretaria de Planejamento Municipal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, fui Diretora Comercial, sob a minha área estava também a área Administrativa e Financeira da Companhia Estadual de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul e também, desde, durante quatro anos, e agora, mais recentemente, desde o dia 23 de fevereiro de 2003, trabalho na Caixa Econômica Federal, aqui na matriz, em Brasília. Inicialmente como Consultora da Presidência e em junho de 2004, passei a ocupar a posição de Vice-Presidente de Tecnologia da Informação. Então, rapidamente esta é a minha apresentação inicial.

Com essa história pessoal e como Vice-Presidente de Tecnologia da Caixa Econômica Federal, que eu estou aqui hoje para responder aos esclarecimentos colocados na minha convocação. Quero dizer que é um momento difícil, obviamente. Então eu peço aí aos Senadores, ao Presidente, ao Relator, desculpas por quebrar algum protocolo, mas é que eu não estou habituada, enfim, a depor em CPIs.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço a V.Sª. mais uma vez, e quero deixar V.Sª. bem à vontade que não há essa questão de protocolo. Nós vamos, nosso único objetivo é exatamente ouvir V.Sª. para que alguns esclarecimentos, algumas dúvidas dos Srs. Senadores que aconteçam possam ser esclarecidos por V.Sª. Agradeço mais uma vez a presença de V.Sª.

SRA. CLARICE COPPETTI – Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – De uma forma simpática a esta CPI porque, dificilmente, isso tem acontecido. Eu sei que é um direito de V.Sª. como dos outros depoentes com presença de vários advogados, com liminares e enfim, V.Sª. vem, com certeza, com a sua inteligência, com a sua capacidade fazer exatamente esses esclarecimentos que são importantes para a CPI. Com a palavra, o Senador Garibaldi Alves, Relator desta CPI.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sra. Clarice Coppetti, a Senhora ocupa um cargo técnico, mas esse cargo técnico pode ter sido objeto de uma indicação política ou não?

SRA. CLARICE COPPETTI – Respondo agora, Excelência? Não. Eu conheço o Presidente, Ex-Presidente da Caixa , Jorge Mattoso há aproximadamente uns quinze, dezessete anos. Ele é gaúcho como eu. A sua formação inicial também é em Economia, como a minha. E quando me mudei para Brasília, em janeiro de 2003, fui convidada por ele para assumir a função de sua Consultora na Caixa Econômica Federal, na qual, eu ingressei em 23 de fevereiro de 2003. A minha indicação é pelas minhas qualificações técnicas, pela minha experiência e, certamente, pelo conhecimento que o Ex-Presidente da Caixa tinha da minha pessoa e do meu trabalho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Qual era o nível de relacionamento, Sra. Clarice, que a Senhora tinha com Carlos Silveira, assessor de Jorge Mattoso, que oficialmente era o principal negociador da Caixa junto a Gtech?

SRA. CLARICE COPPETTI – O Dr. Carlos Silveira, como eu, também era consultor da presidência da Caixa tendo ingressado, acredito eu, em meados de janeiro de 2003. É um economista, é funcionário público do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Governo do Estado de São Paulo. Tivemos uma convivência bastante grande dentro da Caixa porque o consultor Carlos Silveira trabalhou conosco, acredito eu, durante dois anos.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A Senhora teve alguma participação mais ostensiva na renovação do contrato da Caixa com a Gtech?

SRA. CLARICE COPPETTI – Não. Não tive nenhuma participação. Quando eu ingressei, como eu disse antes, em final de fevereiro de 2003 na consultoria da presidência, esse assunto já estava sendo encaminhado e discutido nos fóruns e nas instâncias da Caixa .

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Por que a Caixa não retomou os pregões para a substituição da Gtech quando em junho de 2003 caiu a liminar da Gtech no Superior Tribunal de Justiça que impedia sua realização?

SRA. CLARICE COPPETTI – V.Exª....

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Isso foi em junho de 2003, a Senhora já...

SRA. CLARICE COPPETTI – ... V.Exª., eu não tenho conhecimento sobre essa data. O meu conhecimento sobre esse episódio é que, em agosto de 2004, a Caixa Econômica Federal, através da sua equipe de advogados, conseguiu derrubar as liminares que vinham sendo impostas à empresa. Acredito eu, que desde 2001, 2002, eu não tenho certeza disso, mas acredito que desde essa Época. Nós, a equipe jurídica derrubou essas liminares em agosto de 2004, se não me falha a memória. Nós iniciamos, então, com essa liberação imediatamente as especificações técnicas dos Editais que finalizaram nos quatro pregões que foram executados, sim, para substituir parte dos serviços hoje prestados pela atual fornecedora no canal lotérico. Parte do serviço porque o desenvolvimento do sistema estava sendo realizado dentro da Caixa Econômica Federal desde 2002.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É verdade que todos os grandes projetos na área de informática de órgãos do Governo e de empresas estatais passam pelo crivo do marido de V.Sª., o Sr. César Alves, assessor especial do Presidente Lula?

SRA. CLARICE COPPETTI – Não. V.Exª., tenho absoluta certeza disso porque no nosso trabalho, na Caixa Econômica Federal, nós possuímos uma equipe técnica altamente qualificada e são dessas equipes técnicas que os projetos de tecnologia da informação são gerados. Além disso, nós somos uma área suporte aos negócios, aos serviços e aos produtos da Caixa . Portanto, a demanda do nosso trabalho, além de manter toda a infra-estrutura tecnológica da empresa, é em cima de desenvolver soluções, de desenvolver aplicações para os negócios e para os produtos da Caixa Econômica Federal.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas seu marido tem essa importância na...

SRA. CLARICE COPPETTI – Não, não tem nenhuma importância no que cabe a Caixa Econômica Federal.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas com relação a outros projetos do Governo da área de informática?

SRA. CLARICE COPPETTI – Aí são projetos, desculpe, Excelência. Aí são projetos do Governo aos quais eu não posso dar a minha opinião aqui. Eu posso dar opinião sobre a área que eu atuo dentro da Caixa Econômica Federal e a equipe que está sob a minha coordenação.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A Senhora conheceu o Sr. Ralf Barquete?

SRA. CLARICE COPPETTI – Sim, Excelência, eu o conheci quando eu ingressei na Caixa Econômica Federal ele já estava atuando como consultor da presidência. O falecido Ralf Barquete foi uma pessoa que conviveu poucos meses conosco. Eu acredito que até junho ou julho de 2003. Após esse período foi acometido de uma enfermidade que o levou ao falecimento.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas ele, na qualidade de assessor especial da presidência, ele tinha uma enorme influência nas decisões da Caixa , não tinha?

SRA. CLARICE COPPETTI – Não, pelo período que eu convivi com ele, ele não tinha essa enorme evidência. Ele foi designado para atender algumas funções na área de recursos humanos, uma atividade que não tinha muito a ver com os trabalhos que eu estava desenvolvendo. Eu realmente o via muito pouco e não dou, inclusive isso pode ter testemunhos de todos os quadros da empresa, ele não tinha essa importância ou esse domínio sobre os assuntos, sobre os negócios da Caixa .

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sra. Clarice, a Senhora sabia que João Abud Júnior assumiu a presidência da PROCOMP no dia primeiro de abril de 2003? E que após falar com Ralf Barquete veio a Brasília no dia seguinte acompanhado de Rui, irmão de Ralf, funcionário da PROCOMP. A Senhora sabia que foi nesse dia em que ocorreram as famosas reuniões entre a Gtech e Rogério Buratti para acertar o valor da propina, suposta propina com relação a Caixa Econômica e a Gtech?

SRA. CLARICE COPPETTI – Não, Senador, não tinha nenhum conhecimento de datas de posse de executivos de empresas privadas e nem dessas reuniões que foram citadas por V.Exª.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A Senhora nunca participou de nenhuma reunião na qual se falou sobre a Gtech?

SRA. CLARICE COPPETTI – Eu participei, nesses três anos que estou na Caixa Econômica , de diversas reuniões para encaminhar projetos para substituir a atual fornecedora de todos os serviços do canal lotérico. Não participei de nenhuma reunião para renovação do contrato com a Gtech ao qual essa CPI está investigando, essa CPI está analisando.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu pergunto a senhora. A Senhora foi informada de que o Presidente, ex-Presidente, no caso, Jorge Mattoso, instado por uma Comissão Parlamentar, de Parlamentares desta CPI para apurar o caso do, do sigilo, da quebra do sigilo do caseiro, caso tão rumoroso. A Senhora acha que havia a necessidade de quinze dias para isso?

SRA. CLARICE COPPETTI – Se a sua pergunta é se ele foi instado por alguma Comissão Parlamentar de Inquérito para tratar disso, eu não tenho conhecimento. E sobre os fatos ocorridos da divulgação ilegal de dados financeiros de um cliente da Caixa , eu tenho conhecimento, é o que está hoje relatado na imprensa.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A Senhora não tem conhecimento de mais nada? Mas a opinião de V.Sª.?

SRA. CLARICE COPPETTI – Se V.Exª. me permite, a minha opinião seria uma opinião pessoal. Nós ainda não tivemos, vamos dizer assim, o tempo para todos os esclarecimentos. E isso está sendo análise de uma Comissão interna de apuração na Caixa e também de um inquérito na Polícia Federal com diversos depoimentos sob sigilo.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Relator, pergunte se ela acha que é preciso mesmo quinze dias para dar esse resultado? Já que o Presidente da Caixa disse que foi ele que fez? Se precisava de quinze dias.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A Senhora poderia responder a pergunta do Senador Antônio Carlos?

SRA. CLARICE COPPETTI – Pois não. Prazer, V.Exª. A Portaria que fui instituída pelo Presidente da Caixa no dia 20 de março é uma segunda-feira, o primeiro dia útil após a divulgação nos meios de comunicação sobre o ocorrido, ela foi bastante clara, ela necessitaria e daria um tempo de até, no máximo, quinze dias úteis para se chegar ao resultado. Todo o processo que foi desenvolvido dentro da Caixa teve a celeridade, está sendo acompanhado pari passu pela Polícia Federal e nós temos certeza que quando a Portaria foi feita, ela não foi para se chegar a um registro, a um usuário ou a uma senha ou a uma máquina física, e sim para que os depoimentos, para que todo o processo pudesse ser executado.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Mas se foi o Presidente que recebeu ordem como salientou na Polícia Federal.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – É.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Ele precisava de quinze dias.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – E de portaria.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – E de portaria?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ele fez uma Portaria para investigar o que ele mesmo fez.

(soa a campainha)

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Investigar ele próprio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu solicitaria, vamos ouvir o Relator, a Dra. Pode responder.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Me perdoe, Presidente. Mas faz parte...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Faz parte, mas vamos pedir à Dra. Clarice que dentro do possível responda as indagações de V.Exªs. e eu solicitaria que pudéssemos seguir o nosso Relator e, logo em seguida...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Porque do contrário eu vou aceitar os quinze dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª. tem a palavra.

SRA. CLARICE COPPETTI – Pois não. Eu não tenho conhecimento da onde veio a ordem. Eu sei que isso está também nos normativos da Caixa de nomear comissões internas de apuração com representantes da sua área jurídica, da sua área de auditoria. E isso foi feito. E nós atendemos a demanda que essa Comissão Interna de Apuração fez a nós.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sra. Clarice, desculpe, o Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – O Presidente pode se zangar, mas desculpe. A Senhora é Vice-Presidente da Caixa .

SRA. CLARICE COPPETTI – Sim, Senhor.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Veja bem. Foi o seu Presidente que disse que recebeu ordem do Ministério da Fazenda para quebrar o sigilo. Isso a Senhora não pode ignorar porque ele disse publicamente ao Presidente da República e disse à Polícia Federal. Então, por que ele pediu esses quinze dias? Era para arranjar alguma fórmula?

SRA. CLARICE COPPETTI – Posso responder, Excelência?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pode, V.Sª. tem a palavra.

SRA. CLARICE COPPETTI – Eu não vi nenhuma declaração seja por escrito ou falada do Presidente, do ex-Presidente Jorge Mattoso acerca de quem ele recebeu ordens. Na sua conversa ontem com os Vice-Presidentes da Caixa , com a sua equipe. Ele, todo o processo em que ele montou dentro da Caixa foi para chegar a investigar e passar ao COAF as informações de uma movimentação financeira atípica. Esse é o meu conhecimento acerca desse caso. É o que foi falado...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Mas ainda há pouco V.Exª. disse que sabia tudo pelo jornal. Então V.Exª. só não leu isso? Perdoe.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu acho que... V.Exª., eu só faria talvez o que os Srs. Senadores queriam colocar é o seguinte. V.Exª. na condição de primeira Vice-Presidente, de Vice-Presidente da área de Tecnologia, se tivéssemos quebrado o sigilo bancário de qualquer cidadão, quanto tempo se fazia necessário para se identificar quem quebrou?

SRA. CLARICE COPPETTI – Se V.Exª. me permite, em nenhum momento, nas minhas atribuições dentro da Caixa Econômica Federal, eu passei por uma experiência dessas. Então não tenho como me reportar a processos anteriores se a empresa já os viveu ou não. Eu não tenho como lhe dizer um tempo estimado. Eu entendo que a criação da Comissão interna de apuração deixou bem clara, inclusive já na sua composição, de ter empregados da área jurídica e também da área de auditoria e que seria, no máximo, até quinze dias a apuração dos fatos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu pergunto a V.Exª., só dentro dessa, porque é uma curiosidade minha, o sistema de tecnologia da Caixa é moderno, modernismo?

SRA. CLARICE COPPETTI – Muito, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Muito moderno? Obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permite, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Prezado Relator, Senador Garibaldi Alves. Dado o que acaba de ser ouvido aqui, eu acho que seria interessante se a Sra. Clarice puder nos informar se o Presidente Jorge Mattoso, em função até de ter deixado a presidência da Caixa Econômica Federal, se ele reuniu os Diretores, inclusive a Vice-Presidente e esclareceu, na medida do possível, aquilo que ocorreu. E se ela poderia, então, nos informar sobre o que é que foi esclarecido pelo próprio Presidente Jorge Mattoso. Porque acho que isso seria de grande relevância. É a sugestão que eu formulo ao Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª. tem a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Se o Relator acatar.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Estou de pleno acordo.

SRA. CLARICE COPPETTI – Pois não, Excelência, Senador Eduardo Suplicy. É, o que o Presidente, Ex-Presidente da Caixa , Jorge Mattoso, esclareceu em seu depoimento no inquérito da Polícia Federal ontem, depoimento sob sigilo, eu não tenho conhecimento. Ele fez um chamamento ao final da tarde a todos os Vice-Presidentes da Caixa e mais a sua equipe direta, comunicando alguns fatos. E que, enfim, tinha todo o interesse público, todo o interesse como Presidente de um Banco para esclarecer uma movimentação suspeita que já estava, vamos dizer assim, na própria quinta-feira, no final do dia, com algumas ligações, com muito burburinho. Somente isso que foi esclarecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Sª. Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sª. acaba de nos afirmar que está acompanhando o processo de substituição da Gtech pela própria Caixa . A Caixa vai ter o domínio da situação. Poderia nos informar, dentro dessa linha de raciocínio, quantas máquinas a PRONCOMP, desculpe, PROCOMP vendeu à Caixa tendo em vista a desistência das ações da Gtech impediu a ampliação do Caixa aqui, quanto isso representou em dinheiro?

SRA. CLARICE COPPETTI – Pois não, V.Exª., de fato não é uma venda de máquinas. O consórcio BRADESCO/PROCOMP, que ficou em primeiro lugar no pregão presencial de um arrendamento mercantil para a aquisição de máquina, para serviços de máquina e serviço de manutenção de vinte e cinco terminais financeiros lotéricos, esse pregão, ele foi realizado, se não me engano, no dia 17 de março, um pregão presencial com diversas empresas presentes, com acompanhamento da área jurídica da Caixa . Foram convidados órgãos fiscalizadores e auditores do Poder Legislativo. E esse pregão durou, acredito eu, cerca de dez horas em que três ou quatro grandes empresas, consórcios, liderados todos eles por Bancos, Bancos brasileiros. O pregão iniciou com o valor de 614 milhões, por quarenta e oito meses. E ao final de 1035 lances das empresas que estavam disputando ali presencialmente, ele acabou num valor, se não me engano, vou arredondar aqui, vou pedir desculpas a V.Exªs. , mas eu acredito que em termos, em torno de 255 milhões. Nós tivemos uma redução de cerca de 63% no preço porque, ao final já de várias horas, de oito horas, somente duas, dois grandes consórcios liderado pelo BRADESCO e PROCOMP e pelo Banco ITAÚ, ITAUTEC, ficaram disputando a prestação desse serviço de arrendamento mercantil de serviços de fornecimento de terminais financeiros lotéricos e manutenção desses equipamentos.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas a Senhora me permite, eu estou falando, permita se eu fiz alguma, levei a Senhora a fazer alguma confusão. Eu estou falando Caixa Aqui.

SRA. CLARICE COPPETTI – Ah, sim. O Caixa Aqui, que é chamado o nosso canal de correspondentes bancários que é instalado em diversos pequenos estabelecimentos em todo o país sejam pequenos supermercados, sejam mercearias, foi feito um pregão, se não me engano, para aquisição de máquinas em 2003. Aí eu não tenho bem presente as datas porque, naquele momento, assim que foi liberado, foi retirada uma liminar que impedia a Caixa de expandir a sua rede de correspondentes bancários, o Caixa Aqui, que ela já vinha implementando isso desde 2001, que foi a primeira expansão. Imediatamente, as equipes todas, tanto a área negocial quanto a área técnica formularam, formataram um Edital e esse Edital foi colocado à rua. Eu me lembro que foi em torno de 25OO máquinas, porque era a intenção de abrir 25OO correspondentes bancários Caixa Aqui. Mas eu não tenho conhecimento, me desculpa Senador, mas a nossa, toda a equipe técnica da Caixa , da área de contratação inclusive, que não é afeta à minha Vice-Presidência, poderá, prontamente, fornecer todas essas informações aos Srs. Senadores à esta Comissão.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sª. ainda me permite. Eu tenho aqui uma dúvida. Dirigentes da Gtech, quanto o Sr. Carlos Silveira afirmaram no segundo semestre de 2003 que a Caixa estava negociando com a Gtech para ela assumir o Caixa Aqui.

SRA. CLARICE COPPETTI – É...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É verdade?

SRA. CLARICE COPPETTI – V.Exª., eu não tenho conhecimento dessa negociação. Ela se houve, nunca foi tornada pública dentro da empresa.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não, ela não foi concluída, a Senhora me permite, porque em fevereiro de 2004, segundo informações, estourou o escândalo de Waldomiro Diniz. Por que depois de obter e se ver livre da Gtech para poder tocar o Caixa Aqui como bem entendesse, a Caixa ainda pensava em aumentar a sua dependência da Gtech?

SRA. CLARICE COPPETTI – Se V.Exª. me permite, eu não tenho conhecimento dessa negociação ou desse pensamento, ou dessa idéia. Ela não foi, pelo menos documentada em documentos que chegaram ao meu conhecimento, portanto, eu não posso esclarecê-lo sobre isso.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A empresa... Inclusive informações de que existem atas de reuniões de Diretoria que constam essas informações.

SRA. CLARICE COPPETTI – É, se V.Exª. me permite, se existem eu não tenho conhecimento e não foram de reuniões de conselho Diretor da Caixa Econômica Federal que eu tenha participado que foram a partir de junho de 2004.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Esses episódios nos levam a supor que havia dois grupos de interesse atuando junto a Caixa , um a favor da Gtech, formado por Waldomiro Diniz e outro a favor da PROCOMP formado pela, pelo grupo de Ribeirão Preto, a Senhora tem conhecimento disso?

SRA. CLARICE COPPETTI – Não tenho Sr. Senador.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Documento de conhecimento dessa CPI comprova inclusive que a Gtech tem poder de nomear dirigentes da Caixa Econômica em área diretamente responsável pela gestão do contrato com aquela multinacional. Eu pergunto, qual o nível de interferência de dirigentes governamentais e de lobistas nas decisões da Caixa ? Havia essa...

SRA. CLARICE COPPETTI – Não, não havia. A Gtech não tem, pelo menos de todos os atos que eu participo, nenhuma gestão sobre a indicação ou sobre negócios da Caixa Econômica Federal. Todos os empregados que estão lotados seja na área de Canal, seja na área de Produtos, seja na área de Tecnologia, são profissionais do quadro com altíssima competência e que estão na empresa há bastante tempo com conhecimento absoluto sobre essas questões para assumirem essas funções. Eu desconheço qualquer ingerência da Gtech dentro da Caixa Econômica Federal.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Agora uma informação do Tribunal de Contas da União, que informou a essa CPI que o cronograma de substituição da Gtech estaria atrasado. O atual Presidente daquela multinacional informou, em dezembro de 2005, que até aquela data todas as agências lotéricas ainda continuavam vinculadas à Gtech. Isso fez com que se propusesse num relatório parcial sobre Gtech e Caixa Econômica , propusesse um Decreto Legislativo determinando que a Caixa não pudesse prorrogar mais uma vez o seu contrato com a Gtech. Qual a situação atual do processo de substituição da Gtech? Qual o prejuízo financeiro que a Caixa está tendo com o atraso?

SRA. CLARICE COPPETTI – Primeiramente, esse processo todo de internacionalização da inteligência do canal lotérico é um processo que a Caixa vem tentando implementar há bastante tempo. Pelo menos os registros todos que eu tenho conhecimento são des-

de 2002. Nós estamos agora numa fase, vamos dizer assim, bastante adiantada porque cumprimos, vamos dizer assim, um cronograma bastante apertado para um projeto dessa magnitude.

Recentemente, estiveram conosco lá, com as nossas equipes dentro da Caixa técnicos do Tribunal de Contas da União que estão prestando Assessoria a essa CPI acompanhando todos os passos, todas as implementações que nós já fizemos dentro desse projeto. Teve comentários de técnicos do Tribunal de Contas da União que disseram que se Hércules voltasse a Terra ele preferiria fazer os doze trabalhos a assumir a internacionalização do canal lotérico, pela magnitude que é esse trabalho.

Eu quero afirmar aqui, nesta CPI, perante os Senadores e as Senadoras, nós estamos desde outubro de 2005 com todo o processamento centralizado de todos os jogos, de todos os serviços bancários que são prestados nesse canal. Nas nove mil casas lotéricas. Nós estamos já com todo o sistema desenvolvido. Ele já está rodando em mais de mil e cem terminais financeiros lotéricos. Nós temos tido inclusive nessa última semana a satisfação de comparar o mesmo número de máquinas que nós já colocamos com a nossa solução, fazerem mais transações que as máquinas da atual fornecedora. Se formos comparar o mesmo número de máquina. Então eu quero dizer para os Senhores que todas as equipes da Caixa que estão envolvidas com esse projeto têm o total domínio do estágio que ele está. Ele tem sido objeto de reuniões semanais coordenadas pelo nosso Vice-Presidente de Controladoria em que a gente relata todo o estágio que está o andamento do projeto.

Tivemos diversos problemas. Houve liminares que tanto no pregão de transmissão de dados houve uma interrupção de cerca de setenta dias na assinatura do contrato e também tivemos que adiar em uma vez o pregão para a aquisição dos serviços dos terminais financeiros lotéricos. Então, o projeto, ele está com o seu piloto bastante adiantado. A solução está toda desenvolvida. É uma solução que, Senhoras e Srs. Senadores deve dar orgulho ao Brasil, aos Senhores, as Senhoras, a Caixa Econômica Federal, que foi uma solução totalmente desenvolvida dentro da empresa por técnicos que estavam neste projeto desde 2002. Nenhum técnico que estava nesse projeto seja ele arquiteto de solução, seja ele desenvolvedor, seja ele programador, foi substituído. As equipes só foram acrescidas para que a gente desse mais celeridade ao projeto. Então são equipes que estão se relacionando inclusive com técnicos do Tribunal de Contas da União. São equipes que têm acompanhado e que têm dado uma contribuição enorme para que a Caixa , definitivamente, assuma toda a inteligência do negócio lotérico, do canal lotérico no Brasil.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sra. Clarice, agentes lotéricos de São Paulo estão reclamando que o sistema da Caixa não suporta a carga de operações em horário de pico, mesmo o sistema estando implantado apenas em uma pequena parte das agências lotéricas do Brasil. Eu pergunto: Houve um erro da Caixa do dimensionamento do sistema, ou trata-se de ação proposital para justificar a prorrogação do contrato com a Gtech?

SRA. CLARICE COPPETTI – V.Exª., eu não acredito tratar-se de um erro. Eu acredito que o tamanho, a envergadura desse projeto, ela estava dimensionada, mas nós temos que considerar aqui que, anteriormente, nesse canal, era uma única empresa que fornecia toda a solução. Fornecia a solução de telecomunicação, de transmissão de dados através de um protocolo seu, um protocolo proprietário. Fornecia o sistema de jogos ao qual ela já tem implantado no Brasil esse sistema on-line há mais de dez anos. E ela também fazia todo o processo de manutenção e de fornecimento e distribuição de insumos.

Ao optarmos por um modelo de que a Caixa jamais, jamais voltasse a ficar refém de um fornecedor neste negócio, que é tão importante para o Brasil pelos repasses que ele faz aos programas sociais. Nós optamos por uma solução e foi assim inclusive que os órgãos controladores, os órgãos fiscalizadores determinaram que a Caixa particionasse esta solução. Então, ao integrarmos um terminal financeiro lotérico com todos os seus periféricos com uma rede de transmissão de dados de outra fornecedora e com uma aplicação, um sistema que foi desenvolvido pela Caixa , nós enfrentamos diversas dificuldades. Elas foram todas superadas no âmbito da Caixa , no âmbito técnico da Caixa com, obviamente, o auxílio desses fornecedores que foram instados a colocar engenheiros, programadores seus para que a gente conseguisse resolver o problema de instabilidade.

Nós temos tido a satisfação de, nessas duas últimas semanas, essa solução estar rodando, ela ainda está para ser, vamos dizer assim, ajustada pela magnitude do projeto. Em relação à infra-estrutura tecnológica, essa já estava parte das máquinas já havia, do processamento central, já haviam sido adquiridas ainda em 2001 ou 2002 e nós, ela está, vamos dizer assim, dimensionada de acordo com os padrões de mercado. Sem dúvida nenhuma, num projeto dessa magnitude a gente sempre vai encontrar algumas questões que foram ou deixadas de lado ou não dada, vamos dizer assim, o tamanho, o porte que necessitaria. Mas a gente está com toda a equipe técnica trabalhando

em noites, finais de semana, feriados, para que essa solução funcione cada vez melhor.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sra. Clarice, quantas máquinas da PROCOMP já foram instaladas nas agências lotéricas? E quantas ainda faltam para substituir totalmente a Gtech? Como o contrato da Caixa Econômica Federal com a PROCOMP prevê o pagamento pelo leasing das máquinas a partir da instalação dos lotéricos ou a partir da disponibilização das máquinas em calendário previsto em contrato, quantas máquinas a Caixa Econômica Federal está pagando aluguel a PROCOMP atualmente?

SRA. CLARICE COPPETTI – Pois não, V.Exª. vou responder aquilo que é pertinente a Vice-Presidência de Tecnologia da Informação e ao conhecimento que eu tenho dos fatos já que a gestão desse contrato, nem a gestão operacional nem a gestão formal desse contrato está sob a minha área. Nós hoje já temos instalado, eu acredito, cerca de mil e cem, mil e duzentas máquinas. É um terminal financeiro lotérico totalmente diferente do equipamento que tem hoje dentro das casas lotéricas. Foi necessário inclusive que a Caixa colocasse antes, em algumas casas lotéricas, esses equipamentos para que eles fossem manuseados, para que, vamos dizer assim, a cultura do uso dele já fosse de domínio dos Senhores empresários, dos Senhores trabalhadores nas casas lotéricas. Nós temos hoje cerca, acredito eu, de mil e cem, mil e duzentas máquinas. Posso precisar isso depois porque a cada dia estão sendo instaladas mais máquinas, num total que nós temos hoje de vinte e duas mil e oitocentas máquinas instaladas em nove mil casas lotéricas, em três mil, seiscentos e vinte e três municípios brasileiros.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quanto a Caixa está gastando mensalmente com o novo modelo e com o pagamento à Gtech?

SRA. CLARICE COPPETTI – Se V.Exª. me permite, esse contrato não está sob a minha gestão. Ele está sob gestão de outra equipe dentro da Caixa Econômica Federal, de outra Vice-Presidência. Eu tenho as informações somente dos pregões. Coloco à disposição a nossa equipe técnica, equipe técnica da outra área para vir aqui junto a quem o Sr. Presidente, o Sr. Relator indicar e trazer todas essas informações.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A Caixa mantém um sistema específico com os dados repassados à Receita Federal de recolhimento de CPMF? Como se chama esse sistema? Quem tem acesso a ele? Por favor.

SRA. CLARICE COPPETTI – Com certeza que deve ter uma aplicação, até porque precisamos fazer a contabilização e o repasse disso. Ele não está – as informações aí, os volumes, ele não está sob a minha gestão e eu posso fornecer a V.Exª., ao Senador Garibaldi Alves, as informações acerca disso. Eu não tenho aqui nesse momento.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A Senhora tinha conhecimento de fato anterior ao que aconteceu com o caseiro Francenildo?

SRA. CLARICE COPPETTI – Não, não tenho nenhum conhecimento de fato anterior a não ser o depoimento, parte do depoimento que o Sr. Francenildo teve aqui nesta Casa.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Obrigado.

SRA. CLARICE COPPETTI – Pois, não. V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador Garibaldi. E concedo a palavra ao Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Senadores, Senhora depoente. Minhas primeiras perguntas são ainda sobre a questão da quebra de sigilo do caseiro Francenildo. A Senhora participou de uma reunião com o Presidente da Caixa , com os demais Vice-Presidentes, com os Senadores que lá estiveram. V.Exª. também disse o seguinte: Não era uma operação simples. Seria simples se tivessem mexido na conta. O sistema é gigantesco com cento e dez mil máquinas na rede e setenta mil funcionários com acesso a conta.

Posteriormente, todos os especialistas em sistema de segurança bancária, não só da Caixa como fora da Caixa disseram que isso não era verdade que rapidamente se poderia chegar a conclusão da onde tinha saído a retirada desse sigilo bancário. Enquanto isso se pediu quinze dias para fazer essa investigação e V.Sª. participou da reunião onde se fez isso. V.Sª. também defendeu a Portaria do Presidente da Caixa em que deu quinze dias para ele ser investigado. É mais ou menos equivalente eu dar quinze dias para investigar uma coisa que eu mesmo fiz. Foi isso que aconteceu. Quer dizer, ele deu quinze dias para investigar uma coisa que ele sabia quem fez porque foi ele quem fez. Então eu gostaria de saber, como V.Exª., como Vice-Presidente de Tecnologia, também está envolvida nessa questão. Porque se V.Exª. não participou diretamente da questão da quebra do sigilo bancário, foi o próprio Presidente que participou V.Sª., está participando dessa chamada "operação abafa" para que não se soubesse quem era que tinha feito isso. Então, eu gostaria de saber se, na realidade, V.Sª. participou dessa operação porque não sabia? Ou se V.Sª. já sabia, naquele momento daquela reunião, que era uma reunião surrealista. Porque era uma reunião com três Senadores, dezesseis Diretores para discutir um assunto que o Presidente sabia quem tinha feito,

tinha sido ele mesmo. É um teatro, é um teatrinho. Quer dizer, e V.Sª. participou desse teatro.

Então, eu queria saber se V.Sª. também não se sente de consciência pesada? Porque eu notei pelo depoimento que V.Sª. deu até agora, que V.Sª. está sendo muito distante. É como se isso não fosse à Caixa Econômica , tinha sido num Banco americano, do Afeganistão. Quando na, realidade, essa é uma situação real e grave. Porque da mesma maneira que quebrou o sigilo bancário de um pobre de um caseiro, pode quebrar o sigilo de qualquer pessoa. Então, V.Sª., como Diretora de Tecnologia, qual é a responsabilidade que V.Sª. acha que tem? V.Sª. pensou em pedir demissão também? Pensou em sair desse assunto? Ou V.Sª. acha que não tem nada a ver com isso? Que está tudo bem, que é assim mesmo, tem que quebrar mesmo? Qual é a opinião assim, emocional da Senhora, real?

SRA. CLARICE COPPETTI – V.Exª., Senador José Jorge, eu não participei de nenhum ato referente à divulgação ilegal de informações bancárias de cliente da Caixa . A nossa atuação, na área de Tecnologia da Informação tem sido, desde o primeiro momento, não de avaliar a Portaria criando a Comissão interna de apuração feita pelo ex-Presidente da Caixa , mas sim de assessorá-lo...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – V.Sª. defendeu a Portaria. Disse que era certa...

SRA. CLARICE COPPETTI – Eu não tenho que tecer juízo V.Exª. sobre a Portaria de um ato do Presidente da Caixa . A equipe da tecnologia da informação, a nossa área de segurança da informação, que foi criada inclusive em 2004, que ela estava junto com a segurança físico patrimonial, ela foi segregada, foi criada uma área específica de segurança da informação na Caixa Econômica Federal, ela funcionou, ela está atuando ainda como suporte técnico porque isso é normativamente dentro da Caixa . A complexidade deste assunto é muito grande, com certeza esses fatos todos serão esclarecidos. Nós temos trabalhado com uma equipe totalmente distanciada e sem nenhuma, nenhuma subordinação a nenhum Vice-Presidente ou ao Presidente da Caixa . A nossa equipe de segurança da informação deu todo o suporte técnico. Nós temos, na Caixa , cotidianamente, cerca de sessenta e seis milhões de transações de negócio. Eu inclusive pedi para que fosse levantado no dia referido da divulgação ilegal de informações bancárias de um cliente da Caixa , quantas transações foram executadas de negócio dentro dos sistemas, dentro do processamento da nossa empresa. Foram sessenta e seis milhões de transações de negócios.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim, mas isso não quer dizer que V.Sª., me desculpe, mas sessenta e seis milhões é muita informação para você coletar na mão, uma solução chinesa. Mas para um computador 66 milhões, dependendo do porte do computador pode ser pouca informação. Mas eu gostaria de perguntar a Senhora o seguinte: V.Sª. participou da reunião que o Presidente Mattoso fez com os Diretores da Caixa na manhã em que ele depôs na Polícia Federal, ontem, se não me engano. Ele antes fez uma reunião com os Diretores, Presidentes, aliás, Vice-Presidente etc.

Então eu gostaria de perguntar a V.Exª. o seguinte, se nessa reunião ele, quando ele colocou que tinha sido ele que tinha levado a questão para o Ministro Palocci, se ele colocou que ele estava sendo solicitado para não dizer que tinha entregado o sigilo, aliás, o saldo, sei lá, do caseiro ao Ministro Palocci. O que foi que ele disse nessa reunião? É uma reunião pública, porque tinha mais dezesseis pessoas. Aquela história conversa de mais de dois é comício. Então é uma reunião pública. Então eu gostaria que V.Sª. me dissesse qual foi a versão que o Ministro Mattoso contou para os seus próprios Diretores?

SRA. CLARICE COPPETTI – Eu não participei de nenhuma reunião ontem pela manhã com o Presidente Mattoso. Essa reunião que houve foi entre os Vice-Presidentes da Caixa , estávamos todos lá. O Presidente estava em outra tarefa, em outra atividade, reunião, eu desconheço qual foi a agenda dele. Nós nos reunimos inclusive com o apoio da área jurídica, da Diretoria Jurídica da Caixa e também da Superintendência de Desenvolvimento Empresarial e da Superintendência de Marketing e Publicidade para tomarmos, mais uma vez, decisões e medidas acerca, vamos dizer assim, de restabelecer o trabalho na maior normalidade dentro da Caixa ...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Quer dizer que não tinha nada a ver...

SRA. CLARICE COPPETTI – De tranqüilizar os nossos empregados.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não tinha nada a ver com a reunião que V.Sª. participou não tinha nada a ver com a reunião, com essa questão do caseiro?

SRA. CLARICE COPPETTI – Se V.Exª. me permite eu agora complemento. Ontem à tarde, ao final do dia, o Presidente Mattoso, após, acredito eu, ter retornado do seu depoimento no inquérito aberto na Polícia Federal, chamou todos os Vice-Presidentes, nós estávamos lá, aonde fez uma comunicação dizendo que por preocupações de movimentação atípica na conta do cliente da Caixa tinha pedido, tinha demandado informações sobre a sua conta corrente e que a quebra de qualquer tipo de sigilo, se houve, não foi dentro da Caixa Econômica Federal.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – E V.Sª. acreditou?

SRA. CLARICE COPPETTI – É...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Movimentações atípicas foi dez mil reais.

SRA. CLARICE COPPETTI – Se V.Exª. me permite, o meu papel aqui não é julgar. Eu não estou imbuída deste poder.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não quero que V.Exª. julgue.

SRA. CLARICE COPPETTI – Para julgar se o ato foi correto ou não, se eu acreditei ou não. Eu tenho os meus princípios e não participei de qualquer tipo de ato de divulgação ilegal de informações de cliente da Caixa .

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Tudo bem. Mas V.Sª. sabe que na verdade movimentações como essa do caseiro existem milhões na Caixa , sessenta milhões, como V.Sª. disse por dia. Aquilo não é movimentação atípica nem merecia ir para a COAF. Porque na realidade eram valores pequenos em relação aquilo que acontece em outras contas em todo o canto. Mas outra questão que eu gostaria de... quatro mil menos que Okamoto. Na realidade, há uma preocupação grande agora da sociedade, principalmente com esse fato já havia antes, do chamado aparelhamento do Estado pelo PT. A informação que eu tenho da Diretoria da Senhora, de V.Sª. é que V.Sª. é do PT e toda a sua carreira, pelo seu currículo, foi exercida praticamente em Prefeituras do PT e agora no Governo do PT. Os seus principais auxiliares, pelo que eu tenho aqui, V.Sª. vai confirmar. O Sr. Carlos Magno Gonçalves da Cruz...

(soa a campainha)

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Que é Diretor Executivo é do PT de Minas, o Senhor Júlio de Flora, que é o Superintendente de Infra-estrutura Tecnológica é irmão do Marcos de Flora que é assessor do Luiz Gushiken, o Sr. Roberto Zambon, Gerente Nacional de Ambiente Descentralizado é do PT de São Paulo e o Sr. Itamar Magalhães, Gerente Nacional de Arquitetura Tecnológica é do PT do Distrito Federal. Então, essa Diretoria de V.Sª. é um aparelho do PT ou tem uma formação técnica também? Tem pessoas que são da própria Caixa etc. É essa a explicação que eu gostaria de ter com essa preocupação que a sociedade hoje tem de não se estar aparelho ando para fazer um uso como foi feito agora contra o caseiro. Quer dizer, isso que foi feito contra o caseiro e foi descoberto pode estar sendo feito com outras pessoas, não só na Caixa mas no Banco do Brasil, na Receita, enfim, outros órgãos. Então eu gostaria que V.Sª. explicasse esse ponto de vista das soluções técnicas ou políticas da sua, vamos dizer, Vice-Presidência.

SRA. CLARICE COPPETTI – Se V.Exª. me permite, eu tenho a considerar que eu tenho muito orgulho do meu currículo profissional, todos os cargos que eu ocupei até hoje os requisitos colocados nos normativos e também, obviamente, da legislação ou constitucional foram cumpridos. Eu tenho muito do que me orgulhar do que eu estudei e aonde eu trabalhei. Para complementar a minha informação, dentro da Vice-Presidência de Tecnologia da Informação, somente eu que sou de fora do quadro da Caixa . Todos os demais empregados que compõem seja a Diretoria Executiva, sejam as Superintendências, sejam as gerências Nacionais são profissionais da Caixa . Alguns deles, Senador, com mais de vinte anos de empresa. Alguns deles, inclusive com mais de vinte e cinco anos somente de atuação na tecnologia da informação da Caixa . São pessoas da minha inteira confiança. São pessoas que estão dedicando inclusive os seus horários, finais de semana, horários noturnos para estarem com as suas famílias para que a gente consiga fazer todas as entregas dos produtos, todas as entregas dos sistemas e das aplicações que a gente tem para os negócios e para os produtos da Caixa . Eu me orgulho muito dessa equipe e de todos os profissionais da Caixa Econômica Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Para concluir, Senador.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – última pergunta. A Senhora já ouviu falar em Valquíria Brito, que era Gerente Nacional de Segurança. Essa Senhora, quando era Gerente Nacional de Segurança da Caixa , ela fez um relatório no qual a Senhora é citada, diz assim "o dinheiro público seria desviado por meio de fraudes na área de tecnologia. O dinheiro colhido seria repassado mensalmente à Sra. Clarice, braço direito do Presidente da CEF, Jorge Mattoso". Depois a Senhora, depois desse relatório, essa Senhora Valquíria Brito, ela foi exonerada dessa função. O que é que V.Sª. pode nos esclarecer desse fato?

SRA. CLARICE COPPETTI – Eu conheço sim a empregada da Caixa que está licenciada, acredito eu, Valquíria Brito. Ela trabalhou no período que eu estive lá até final, acredito eu, 18 ou 19 de dezembro de 2003. É uma profissional que ocupava o cargo de Gerente Nacional de Segurança da Caixa . Com relação a esse relatório que foi gerado a partir de um telefonema anônimo, um telefonema anônimo sem identificação de quem estava ligando ou de qualquer documento, ele já foi aberta uma auditoria dentro da empresa para verificar a sua veracidade. Ele é um relatório que não está nos padrões da Caixa . A quem a Senhora Valquíria diz que entregou, ele teve nessa auditoria da Caixa , nessa Comissão de apuração, dizendo que não rece-

beu. Foi convidada inclusive para uma acareação com o ex-Vice-Presidente, Paulo Bretas, a qual não aconteceu porque ela não esteve presente. Esse relatório é um relatório apócrifo, ele já foi investigado dentro da Caixa . E nós estamos tomando ainda todas as medidas cabíveis pela sua exposição pública.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Bom, eu agradeço, Sr. Presidente. Eu tinha ainda uma série de perguntas para fazer especificamente sobre a questão do PROCOMP. Mas como o meu tempo se encerrou. Eu só gostaria de dizer que, na realidade, eu espero que essa confissão do Presidente da Caixa não seja a única coisa que vai acontecer. É preciso nos garantirmos para o futuro. Para que, na realidade, fique claro para a sociedade brasileira quanto tempo se precisa para descobrir se uma conta de alguém foi invadida. Isso é que eu acho que precisa ser colocado para que a Caixa , que tem 145 anos de funcionamento, não tenha a sua credibilidade jogada fora por ações de alguém irresponsável nessa hora e no futuro. Muito obrigado, eu agradeço a depoente.

SRA. CLARICE COPPETTI – Obrigada, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Cumprimento a Dra. Clarice. E acrescento a preocupação do Senador José Jorge o fato de que esse relatório foi publicado, o resumo dele na FOLHA DE SÃO PAULO de 21/07/2005, ele se referiu na hora a Clarice de tal, que o jornal explica que tratar-se-ia de Clarice Coppetti e, muito bem, e foi, teria sido encaminhado ao Vice-Presidente Paulo Bretas, que funcionário da Caixa , dizem que na verdade teria um posto acima do seu, como uma espécie de rainha da Inglaterra e V.Exª. seria uma espécie de primeira ministra dele sempre nessa área de tecnologia. Mas, muito bem, Dra. Clarice. O que me espanta é que V.Sª. que é calma, é tranqüila e é bom que preste o depoimento com calma e com tranqüilidade, não recorreu aquilo que tem sido já um hábito das pessoas que integram o seu Governo se escudarem em *habeas corpus*, ou até em Mandado de Segurança para aqui não comparecerem.

A figura do Sr. Okamoto, para mim, do ponto de vista político é uma figura bastante desclassificada, pego os meus filhinhos e digo: Olha, olha aqui o Okamoto, se vocês crescerem não sejam iguais a ele. Tenho que mostrar toda hora, enfim, pelo Okamoto é ruim mesmo. É bom a Senhora estar aqui desarmada. Mas a Senhora está aqui sem indignação. Ou seja, a instituição que a Senhora serve foi vilipendiada por uma quebra de sigilo, por uma quebra de sigilo bancário criminosa. O homem com quem a Senhora trabalhava e de quem se dizia ser a Senhora um braço direito, o Sr. Mattoso, a não saber de nada a Senhora, significaria ter ele traído a sua, a sua confiança.

Eu esperaria da Senhora, eu tenho horror a essa palavra, V.Sª., eu esperaria da Senhora alguma coisa assim mais incisiva, menos, menos correta politicamente, mais incisiva. Decepção mesmo por ter trabalhado com ele. Dizer: Senadores estou muito triste de ter trabalhado com um tipo daqueles que foi capaz de mentir para nós, foi capaz de enganar a todos nós da Caixa Econômica , foi capaz de, e laquear área a nossa boa-fé. Porque, a coisa é tão grave. Quando contaram para uma bancária experiente como a Senhora que tinha, quando a Senhora soube que quebraram o sigilo do caseiro, podia ter sido certamente a mando de alguém acima dos funcionários que quebraram o sigilo, que fizeram o ato mecânico de quebrar o sigilo. Então ou era o seu chefe, com ou sem seu conhecimento. Não tenho a menor condição de prejulgar e torço para que não tenha nada a ver com a Senhora isso. Mas ou o seu chefe, o Sr. Mattoso, que a Senhora supõe conhecer bem. Ou alguém acima dele, o Ministro Palocci, quando se discute em Direito criminal, as possibilidades de se culpar alguém, se pensa logo no beneficiário do crime. O crime praticado em benefício de quem? Aquele ali passa a ser suspeito. O Ministro Palocci, no caso. Se não é o Ministro Palocci, a gente acaba chegando ao Presidente da República. Acaba chegando ao Presidente Lula porque alguém mandou. Não lhe causou assim certa revolta? Puxa vida estão desmoralizando a Caixa , a Caixa a qual eu sirvo. Essa gente! Ou seja, não lhe fez repensar a questão da filiação partidária, por exemplo. Esse Governo, deste Presidente, nesta Caixa Econômica a qual eu sirvo com tanta dedicação. Eu quero acreditar na Senhora. Ou seja, não acha pouco coerente com o seu passado funcional a Senhora estar aqui fria, tranqüila e não revoltada com ter convivido com uma figura abjeta como se revelou o Sr. Mattoso, que fez o que fez. Embora eu ache que com não fez sozinho e acho que tem gente acima dele que o mandou fazer. É uma pergunta que a Senhora pode responder se achar que deve.

SRA. CLARICE COPPETTI – Pois não, Sr. Senador Arthur Virgílio. Primeiramente, eu quero dizer que este fato, um fato que ocorreu isolado dentro da Caixa , fora da sua rede de agências, já é motivo de uma Comissão interna de apuração e de um inquérito na Polícia Federal. Eu tenho para lhe dizer que o legado de uma pessoa, o legado de uma mulher ou de um homem, não se encerra, não se acaba por um erro ou por um ato impensado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Mas quem seria essa mulher ou esse homem, Dra. Clarice?

SRA. CLARICE COPPETTI – Qualquer ser humano.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Se refere ao doutor Mattoso?

SRA. CLARICE COPPETTI – Eu me refiro a todos nós que em algum momento podemos ter cometido um erro, um erro de avaliação, um erro de estratégia. Eu não estou aqui para julgar as ações que foram cometidas e serão julgadas no âmbito da Justiça.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Nem é essa, digamos assim, a reação pretérita do seu partido, o PT, que era farto, era amplo em julgar. Passou a vida julgando. Fazia o papel de primeira instância e de Supremo Tribunal Federal o tempo inteiro. Mas, me parece, como cidadã, a Senhora tem o direito sim e tem até o dever de ter uma visão mais crítica disso. Não ser fria, tipo assim: Ah, vamos, vamos deixar, vamos deixar a Comissão falar. Quando a Senhora sabe, até porque se filiou a um partido que enfrentou a ditadura militar, sabe que se cometeu contra o caseiro, ameaçando todos os cidadãos brasileiros, um dos crimes mais aberrantes que põe em risco a ordem democrática, a quebra do sigilo bancário, quebrando o direito da privacidade. Isso é muito grave. Isso não é um erro que eu possa dizer assim: Poxa, Mattoso, se você mandar flores para mim, rosas amarelas eu aí te perdôo. Eu não posso perdoar o Mattoso. O Mattoso para mim é um inimigo da democracia se ele é o culpado de tudo, e quem o mandou fazer é inimigo da democracia também. E a Senhora também não pode. O líder sindical Lula da Silva não perdoaria o Presidente Lula por essa conivência toda. O líder sindical Lula da Silva acabou de ensinar ao Presidente Lula da Silva que a luta do líder sindical Lula da Silva não foi em vão, que valeu à pena. Ele foi preso por uma ditadura que teria colocado na cadeia o caseiro e teria deixado impune o Mattoso e quem mandou no Mattoso. O Presidente Lula acabou de perceber que a luta do sindicalista Lula, por democracia, redundou num regime que não deixa impune nem o Presidente Lula se ele tiver culpa e não deixou impune Mattoso, não deixou impune Palocci, não deixaria impune mais ninguém.

Ou seja, o fato que está chocando a sociedade, não vou me referir a essa coisa eleitoreira: Ah, o Presidente que diz que é o pai dos pobres aciona o Governo para prejudicar os pobres. Nada, isso é bobagem. Eu vou me referir a um fato maior. Um dos pilares da democracia, que é o direito à privacidade, faz parte do capítulo essencial dos direitos da pessoa humana, numa democracia como a brasileira. Foi arranhado no Governo daquele que um dia foi o sindicalista que foi preso por uma ditadura que queria ter o direito de quebrar sigilo de qualquer um. O sindicalista, eu continuado admirando muito. E ele deu uma lição agora amarga. Foi o sindicalista Lula que ajudou a se construir um regime que permitiu ao caseiro derrotar o Golias da opressão sobre os menores. Eu tenho muitas perguntas a lhe fazer e vou fazer aqui de maneira breve. Antes de mais nada, vou lhe dizer de uma convicção minha. Minha convicção é que nós temos, em relação a essa coisa de tecnologia, um "esquemão" assim. Assim, nós temos César Alvarez, assessor especial da Presidência da República, sempre ligado a ciências e tecnologia. A coisa começou com, tinha lá Sueden Berger Barbosa também, trabalhou na Agora, do Dr. Mauro Dutra, amigo do Presidente. Aí Jorge Mattoso, Luiz Torelli, a Senhora, Júlio de Flora e Paulo Campos. Mas, muito bem, eu vou lhe fazer algumas perguntas e a Senhora me responde as perguntas. Deixa eu lhe fazer as perguntas, por favor. Na parte que é possível tornar pública, seria adequado que a Senhora explicasse como funciona a segurança da Caixa no tocante a seus correntistas? Eu sou correntista da Caixa eu quero saber, as críticas que eu faço ao Presidente, autoriza o Presidente da República a alguém quebrar o meu sigilo. Porque eu vou piorar, se eu souber que é assim eu vou piorar, vou chegar à hipérbole, ao exagero. Segundo, várias pessoas reportaram a esta CPI que tiveram seus... a Senhora está anotando?

SRA. CLARICE COPPETTI – Pode, por favor.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Várias pessoas reportaram a esta CPI que tiveram o seu sigilo quebrado pela Caixa por serem consideradas inimigas do atual Governo. A Senhora sabe como é que se dava, já que sempre trabalhou nessa administração? Aí...

(soa a campainha)

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Tenho uma pergunta aqui indelicada que a Assessoria mandou, mas eu não faço porque se refere a sua vida pessoal, não me interessa. A Senhora poderia nos explicar como funciona o arquivo de log? Aqui tem, desde quando a Senhora está na Caixa ? Interessame isso. Se a Senhora foi Diretora da Companhia de Processamento de Dados da RGs? Quais eram as atribuições do seu cargo como consultora especial? Se a renovação do contrato com a Gtech se deu quando a Senhora era consultora? Muito bem. Queria saber até que ponto se deu o seu assessoramento ao Sr. Mattoso? Qual foi a sua participação no processo de renovação do contrato da Gtech? Outra pergunta que quando a Senhora assumiu a Vice-Presidência de tecnologia, criada sob medida para a Senhora, a meu

ver, a minha pergunta é se isso aí não foi uma, se isso aí representou também certo ganho político pelo seu status no partido? A Senhora explique, de repente a Senhora, de repente não foi isso, a Senhora não tem nada mesmo a ver com a assinatura do contrato com a Gtech, a Senhora vai explicar isso agora.

Muito bem. O Sr. César Alvarez é coordenador de programa de tecnologia e informática do Governo Lula e se há ligação entre ele ser assessor especializado nessa área e a Senhora, ou seja, se a Senhora tem alguma conexão dentro dos objetivos desse Governo, se é tático, se é estratégico esse posicionamento do Sr. César Alvarez ou da Senhora dentro desse Governo? Eu não quero ser indelicado nem fazer nenhuma outra ilação. Queria que a Senhora falasse, por favor.

SRA. CLARICE COPPETTI – Pois não, Senador. Primeiro, eu quero afirmar aqui que desconheço qualquer "esquemão" dentro das áreas de tecnologia da informação do Governo e das estatais. Nós podemos afirmar que todos os processos dentro da Caixa , seja para aquisição de equipamentos, seja para a aquisição de sistemas operacionais, seja para aquisição de qualquer tipo de aplicação para dar suporte tecnológico aos negócios e aos produtos da Caixa e ao seu funcionamento interno passam por inúmeras instâncias e elas iniciam sempre com uma demanda das áreas técnicas ou então com uma demanda da própria área de tecnologia da informação que é responsável pela manutenção e por toda a infra-estrutura tecnológica da Caixa . Eu desconheço qualquer esquemão seja de qualquer nome que foi citado aqui ou qualquer nome que venha a ser citado.

Em segundo lugar, eu quero dizer que esse fato da divulgação ilegal de informações de um correntista, de um cliente da Caixa é um fato isolado. Foi um fato que aconteceu numa unidade dentro da matriz, não aconteceu na nossa rede de agências. Nós temos 26 milhões de clientes. Tivemos, nesse último período, um acréscimo significativo de novos clientes da Caixa , ampliamos muito inclusive o nosso crédito para pessoa física ou jurídica. A Caixa possui um ambiente tecnológico absolutamente seguro. Todas as ações que foram feitas decorreram de uso de matrículas e de senhas positivadas. Nós nunca tivemos, seja na nossa rede, ou seja, nas nossas aplicações bancárias nenhuma invasão, nenhuma ocorrência que colocasse em risco os nossos clientes ou os nossos negócios. Eu quero ressaltar aqui que esse é um fato isolado que não aconteceu na nossa rede de agências.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Dra. Clarice, Dra. Clarice, olhe só. Eu vou lhe dizer uma coisa muito simples. A Senhora está falando de novo com bastante conhecimento da área que representa e eu aqui como um mero correntista da Caixa , entidade que eu respeito e com funcionários que eu respeito profundamente que devem estar eles indignados com o que aconteceu, ameaçando a credibilidade da instituição a que servem. Mas volto a lhe dizer. Foi um crime terrível. Não sei se isolado. Esse foi descoberto. Não sei se isolado. Estou me referindo ao método de um Governo. O Governo para resolver o problema de encobrir os malfeitos de um Ministro não hesitou em acionar essas suas baterias antiéticas e pronto. E quebrar o caseiro do Senhor fulano de tal. Tomara que tenha sido só o Sr. Mattoso, eu não creio, tomara. O que me espanta e o Senador José Jorge disse muito bem. É a Senhora não dizer assim: Puxa vida, o que é que eu faço trabalhando com esse pessoal? Vou entregar o cargo agora. Eu não vou ficar mais, porque eu não posso compactuar, eu, Clarice, a democrata que ajudou a montar um partido de corte democrático, eu não vou ficar mais num Governo desse que serve dessa forma à democracia brasileira.

Eu estou sentindo falta de sangue assim, dá a impressão do meu Flamengo, o time do Flamengo que está andando no campo, perde no final os jogadores vão para casa sem suar a camisa. É algo que revolta porque estamos todos nós em perigo, se esse método for um método de Governo consagrado no interior do pensamento, da formação do pensamento do Governo que aí está. Não basta dizer que é um caso isolado. E não dá para mandar o doutor Mattoso para um reformatório, muito menos mandar para o reformatório os maiores de idade que lhe deram a ordem. É grave. Foi uma infringência grave de um preceito constitucional, de capítulo essencial do direito da pessoa humana. Foi um atentado à democracia brasileira.

Ou seja, eu me refiro à ética, não foi um bandido hacker que quer tomar o dinheiro do Senhor fulano de tal, não, não, não. É alguém que aparelha o Estado a tal ponto e só nomeia gente do partido por perto, aparelha o Estado a tal ponto que entende que o Estado é tão seu, de tão aparelhado, que foi que para resolver o problema de acusações de corrupção contra um Ministro seu, diz assim: Muito bem, vamos desclassificar esse moleque.

Alguém disse: Olha, tem dinheiro na conta dele, alguém foi ver, vamos desqualificar o moleque. Depois o moleque tinha uma explicação muito boa lá do pai dele, enfim, ele é filho natural de uma pessoa, um empresário lá em Teresina. O Governo não percebeu tão autoritário que é, não percebeu que se na pior das hipóteses tivesse sido suborno de alguém da oposição para o Ministro, para o menino, aqui, olha: "Você vai lá e diz isso!". O Governo não se dá conta, tão ditatorial que é, não se dá conta, de que ele, Governo, cometeu

um crime que teria sido três vezes pior do que esse tal suborno que daria na cassação de um Deputadozinho ou de um Senadorzinho qualquer. Daria na cassação de um Deputadozinho e um Senadorzinho qualquer, e pronto. E aí se sanava, não estava atingindo a instituição Congresso Nacional.

O Governo entendeu que tinha direito, que tinha direito divino de resolver os seus problemas por essa via. Eu pergunto: Mais um pouco não vai a um assassinato? Mais um pouco não vai à difamação? Mais um pouco não vai à gravação clandestina se já não foi? Mais um pouco não vai atropelar a vida familiar de quem quer que seja? Ou seja, é grave, Dra. Clarice, a Senhora responda se tiver tempo. Mas só chamo a atenção da brasileira que a Senhora é, da democrata que eu sei que a Senhora sempre foi. Eu estou falando com uma pessoa que eu tenho certeza absoluta que não concordaria com práticas ditatoriais neste país. E, no entanto, nós vimos algo que não está emocionando a Senhora. Que está sendo trabalhado tecnicamente como se a gente mandasse para uma colônia de férias o doutor Mattoso e depois ele voltasse bonzinho com mais dez ou doze sessões de terapia com uma boa psicóloga. "Olha agora o menino ficou comportado, agora ele ficou bom". Não é? Ele delinqüiu e ele delinqüiu porque mandaram que ele delinqüisse. Ele delinqüiu porque têm delinqüentes acima dele. Ele delinqüiu porque tem gente que não respeita as instituições brasileiras, não tem as forças políticas de oposição a esse Governo que está aí como legítima. É muito grave.

Eu estou falando de manutenção da democracia ou de permitirmos arranhões a ordem que está vigendo neste país. É extremamente grave. Isso é imperdoável. O que está acontecendo no Governo Lula não seria perdoado jamais pelo sindicalista Luiz Inácio.

SRA. CLARICE COPPETTI – Sr. Senador. Os responsáveis por esse fato, eu volto a repetir, um fato isolado, estão prestando depoimento no inquérito da Polícia Federal que a ela caberá a decisão das medidas a serem tomadas, dos encaminhamentos judiciais.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Isso me entristece um pouco, sabe, pessoa de caráter fraco, pessoa de caráter fraco e me interessa um pouco. Interessa-me muito é saber quem estava acima do Sr. Mattoso. Sr. Mattoso diz que não foi ele que fez, Palocci diz que não foi ele que fez. Mattoso disse que tomou conhecimento. Ou eu me convenço e me estupidifico de vez, eu me convenço de que os dois, a Senhora e o rapaz, esponte própria, quebraram o sigilo, vazaram a informação, idealizaram todo o plano e aí está tudo bem. O Mattoso foi apenas uma pessoa tola que merece ficar fazendo terapia. Tudo bem, os dois lá são punidos, são demitidos a bem do serviço público. Ou eu tenho que me apavorar, a minha opção é terrível, ou me estupidifico, me torno estúpido ou eu tenho que desconfiar que se não é Palocci, se ele não está mentindo outra vez, se não é Mattoso, que disse que soube mas não fez, quem fez? Nessa hierarquia eu espero não ter que chegar no Papa Bento XVI.

SRA. CLARICE COPPETTI – Sr. Senador, eu posso lhe garantir que tenho total desconhecimento de quem mandou ou de quem fez. Eu não tive participação nenhuma neste fato que eu volto a repetir, foi um fato isolado...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Quero acreditar na Senhora, não estou colocando em dúvida a Senhora de jeito algum, ao contrário. De jeito algum.

SRA. CLARICE COPPETTI – A Polícia Federal está tomando...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Estou colocando em dúvida gente acima da Senhora e acima de quase todo mundo nesse país.

SRA. CLARICE COPPETTI – A Polícia Federal está tomando todos os depoimentos no inquérito policial, depoimentos sigilosos e a ela caberá fazer todas as investigações e dar os encaminhamentos judiciais cabíveis.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Dou-me por satisfeito, Dra. Clarice. Obrigada pelo seu depoimento e a atenção que me dispensou.

SRA. CLARICE COPPETTI – Obrigada, Senador.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Obrigado a Senhora.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Por permuta com o líder Juvêncio da Fonseca, eu concedo a palavra ao líder do PFL, Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dra. Clarice. Eu estava ouvindo a Senhora atentamente e lembrando dos meus tempos de menino. Vendo a Senhora segura, falando tecnicamente com o seu sotaque gaúcho, suponho que gaúcho. E me lembrando dos meus tempos de menino em Mossoró, minha cidade. Onde eu conheci a primeira instituição bancária que eu conheci na vida e que eu ouvi falar foi a CASA BANCÁRIA S. GURGEL. Tinha uma sede só. Eu me lembro que naquele tempo as pessoas que faziam depósitos ou tinham poupança, tinham uma caderneta. Controlavam os depósitos com a caderneta. O sistema financeiro no Brasil evoluiu e eu ainda cheguei a pegar a Caixa Econômica no tempo da caderneta. Lembra, Senador Arthur Vir-

gílio, da Caixa Econômica da caderneta, a instituição acreditada no Brasil?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu soube, eu sou mais recente, mas eu soube.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Não tão recente. Era Caixa Econômica da caderneta. Era a Caixa Econômica que podia se orgulhar de ser a nossa Caixa , a Caixa do povo brasileiro. O que eu queria perguntar a Senhora eram duas coisas, uma sobre a Caixa e a outra sobre a Gtech. A Senhora é a Vice-Presidente da área que fez o contrato da Gtech, confere?

SRA. CLARICE COPPETTI – Não.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Não é a sua área que...

SRA. CLARICE COPPETTI – Não é a Vice-Presidência da tecnologia da informação que faz os contratos, qualquer contrato dentro da empresa. Existe uma área específica que é a gestora de toda a parte de contratos e também do encaminhamento das concorrências públicas.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Mas a Senhora conhece o contrato da Gtech?

SRA. CLARICE COPPETTI – Conheço.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Ele é bem feito?

SRA. CLARICE COPPETTI – Olha eu não tenho como avaliar, Sr. Senador, porque não é da minha área. É um contrato bastante...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Do ponto de vista tecnológico e técnico ele é um contrato bem feito?

SRA. CLARICE COPPETTI – A parte de competências tecnológicas dentro do contrato estão colocadas nos acordos de níveis de serviço. Então não poderia dizer se um contrato do ponto de vista tecnológico é bem feito ou não. O que eu posso afirmar aqui, é que os serviços que a atual fornecedora presta nas nove mil casas lotéricas é um serviço todo integrado, ela está atuando há dez anos praticamente nesse canal, desde que a empresa RACIMEC e já era praticamente Gtech naquele momento, começou a operar as loterias on-line no país. Existe, obviamente, há um acordo de nível de serviço colocado no contrato que a área gestora faz as cobranças se esse acordo não estiver sendo cumprido. Eu acredito que pela experiência dessa fornecedora que atua nesse, nesse mundo, nesse produto no mundo todo, obviamente vem de uma larga experiência.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Bom, se vem de uma larga experiência e se o contrato é bem feito, supõe-se que ele tenha sido contratado por preço justo e no quantitativo correto? Eu estou certo supor que ele tenha sido feito em quantitativos corretos? O contrato da Gtech com o fornecimento de máquinas para que o serviço seja bem feito, para que a prestação do serviço entre a Caixa e quem faz a aposta na loteria sejam bem feitos, eu estou certo em supor isso? Que a Caixa tenha tomado precauções. A Caixa , quando eu falo Caixa é a sua gerência, a sua Diretoria, é a sua inteligência, são os responsáveis. Eu estaria seguro ao supor que o contrato feito entre a Caixa Econômica e a Gtech encerraria quantitativos corretos, encerraria tecnologia correta e apropriada e encerraria preço justo?

SRA. CLARICE COPPETTI – Sr. Senador, se me permite, eu não afirmei aqui que o contrato era correto, se o contrato era justo. É um contrato bastante extenso. É um contrato que tem diversos níveis de serviços até porque a atual fornecedora presta os serviços de forma integrada dentro desse canal. O que eu posso afirmar para o Senhor é que na renovação do contrato da Gtech, pela primeira vez na história da Caixa , foi obtido um desconto e além desse desconto foi obtida também a liberação para que a Caixa voltasse a implantar os seus correspondentes bancários.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – A pergunta que eu faço é porque o contrato entre a Gtech e a Caixa tem o prazo de duração de um ano. Eu quero supor que a Caixa Econômica tenha feito um contrato com responsabilidade e com conhecimento de causa e tenha contratado a instalação de vinte e dois mil e oitocentas máquinas. Confere?

SRA. CLARICE COPPETTI – Confere. Não é contratada a instalação, elas já existiam, a Gtech já tinha no canal lotérico, nas nove mil casas lotéricas, essas vinte e dois mil oitocentas, oitocentas e poucas máquinas. E a contratação foi feita para manutenção de todos os serviços que começariam gradualmente a ser desativados.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Mas a informação de que eu disponho é que dessas vinte e dois mil e oitocentas máquinas que seriam contratadas, apenas 1100 máquinas foram instaladas. Apenas 5%. E nós estamos a 50 dias do final do contrato. A minha dúvida e, aproveito a oportunidade da Senhora aqui, é como é que a Caixa , com o conhecimento que deve ter, com a experiência que deve ter no seu nível de direção, administra um problema como esse? Contrata a operação de vinte e dois mil e oitocentas máquinas, os operadores das loterias reclamam do funcionamento, até agora só um mil e cem máquinas foram operadas, nós estamos praticamente no final do contrato.

Esse contrato da Gtech foi um contrato lesivo a interesse do usuário, a Caixa Econômica está queixosa da Gtech, houve alguma coisa inconveniente na

elaboração do contrato? O que é que há por trás disso tudo? Vinte e dois mil e oitocentas máquinas contratadas, instaladas apenas um mil e cem, reclamação do usuário e dos titulares das casas lotéricas e o contrato em final, em final de vigência. E mais do que isso tudo, um contrato rumoroso que se supõe ter, na retaguarda, pagamento de propina que ensejou toda a discussão inclusive feita aqui na CPI dos Bingos.

SRA. CLARICE COPPETTI – Pois não, Senador. Eu posso lhe dizer que esse contrato, ele não foi lesivo. Todo o subsídio, todo o embasamento dele foi dado por notas técnicas das áreas de negócio, da área de canal e da área Tecnológica da Caixa . Está tudo dentro do processo da contratação. Isso pode ser requisitado a qualquer momento por esta Comissão. Nós estamos à disposição inclusive para fornecer cópias dessas informações, de todas as notas técnicas que nos deram o embasamento para fazer essa contratação. Nós temos tido e temos que considerar aqui, eu já tinha falado anteriormente, houve, na Justiça, algumas liminares que tiveram uma interrupção de 70 e outros de menos tempo nos contratos que foram feitos através dos pregões. Os pregões presenciais dos serviços de telecomunicação, de transmissão de dados e também na contratação dos serviços dos terminais financeiros lotéricos e manutenção. Houve, realmente, nisso tudo, um retardo. Não podemos negar. Ficamos por cerca de 60, 70 dias impossibilitados de dar andamento ao contrato seja de assiná-lo ou de revogá-lo, até que todas as questões fossem analisadas dentro do Tribunal de Contas. E estamos hoje com toda a solução completa, com todos os jogos, com todos, mais de uma centena de serviços bancários que são prestados dentro desse canal desenvolvidos e tudo sob o domínio da Caixa . A nossa questão agora é logística. É uma questão de virada, de colocar, dentro das casas lotéricas, uma nova rede de transmissão de dados, de instalar os equipamentos, de instalar a aplicação, o sistema, de capacitar esse operador ou esse empresário lotérico na nova máquina e no novo sistema. São nove mil casas lotéricas, Senador, em todo o país, que sozinhas, sozinha essa rede recebe 60% de todas as contas pagas às concessionárias do país. É um canal fantástico instalado em municípios inclusive que não têm Banco e nós estamos fazendo...

(soa a campainha)

SRA. CLARICE COPPETTI – Todo o possível para implementar esse projeto e finalizá-lo no prazo que está determinado pelo contrato. É uma operação de grandíssima envergadura, nós temos 200 equipes treinadas atuando em pólos regionais. Temos as demais fornecedoras do serviço que foram licitados, que foram feitos nos pregões colocando e também disponibilizando mais gente para que a gente consiga atingir esse objetivo. Agora é uma questão de logística. Posso afirmar aqui que a Caixa já tem o domínio da inteligência do negócio lotérico dentro das suas instalações, dentro das suas equipes técnicas.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Talvez a discussão toda em torno da Gtech tenha levado Dra. Clarice, a que a Caixa se adestrasse, se preparasse porque a Caixa contratou, na gestão do Presidente Mattoso, na atual gestão do Governo do Presidente Lula, a instalação de 22 mil e 800 máquinas num contrato que se supõe rumoroso, instalou até agora 1100, há reclamação de funcionamento do sistema operacional. V.Sª. contesta esse fato. Mas a verdade os dados de que eu disponho são esses. O contrato da Gtech supunha, pressupunha a instalação de 22 mil e 800 máquinas instaladas, foram instaladas até agora 1100. Isso eu falo porque eu quero chegar ao ponto fulcral que é a Caixa Econômica ser um patrimônio do povo brasileiro e, nesse momento, Dra. Clarice, o sentimento dos funcionários da Caixa e daqueles que têm depósitos como eu tinha na caderneta no passado, é de desconfiança numa instituição chamada Caixa Econômica Federal, porque as pessoas estão percebendo que o aparelhamento do Estado chegou à Caixa Econômica . Pelo que aconteceu. A Senhora conhece o Sr. Jeter Ribeiro, conhece?

SRA. CLARICE COPPETTI – Sim, conheço.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Ele é Gerente de Carreira?

SRA. CLARICE COPPETTI – Recentemente ele foi nomeado gerente nacional, não tinha conhecimento dessa nomeação.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Mas ele é funcionário de carreira?

SRA. CLARICE COPPETTI – Todos os empregados, Diretores Executivos, Superintendentes, Gerentes Nacional e Operacional são Gerentes de Carreira.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – A Srª. Sueli também?

SRA. CLARICE COPPETTI – Sim, empregada de carreira.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – O Sr. Schumann?

SRA. CLARICE COPPETTI – O Consultor Ricardo Schumann não é empregado de carreira da Caixa.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Isso. O Sr. Mattoso?

SRA. CLARICE COPPETTI – Também, Presidente da Caixa, não fazia parte do quadro.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Veja o que está acontecendo Dra. Clarice, é a percepção do povo do Brasil. O Jeter e a Senhora Sueli são fun-

cionários de carreira, o Sr. Schumann não é funcionário de carreira, é produto do Governo Lula dentro da Caixa Econômica , como o Sr. Jorge Mattoso também, como V.Sª. também. O Sr. Jeter, eu não sei qual é a vinculação política dele se é petista, se não é petista, se a Senhora Sueli é petista não é petista, eu não sei. Mas o que eu sei é que eles foram usados ou voluntariamente ou por solicitação pelo Sr. Schumann que faz parte do aparelhamento do Estado. Faz parte do aparelhamento do Estado para obter uma peça criminosa que comoveu o país. E que está desqualificando a credibilidade da Caixa Econômica Federal que fez um contrato, na gestão do Presidente Lula, do Dr. Mattoso, para contratar vinte e dois mil e oitocentos máquinas, que instalou apenas um mil e cem máquinas, mas que isso é café pequeno diante da quebra do sigilo determinada, supõe-se, pelo andar de cima e cumprido pelo andar de baixo. Ou seja, os funcionários da Caixa Econômica , eu não sei se o Sr. Jeter e a Srª. Sueli são do meu tempo da Caixa Econômica da caderneta, mas são funcionários da Caixa. Mas eles receberam uma instrução e cumpriram. Quebra o sigilo do Francenildo! Quebra o sigilo deste perigoso Francenildo! E a suposição é que o sigilo foi quebrado, foi parar nas mãos do Doutor, direto, Jeter, Sueli, Schumann, que não é funcionário da Caixa, direto no Sr. Mattoso, que não é funcionário da Caixa, e do Sr. Mattoso para a casa do Ministro Palocci que não é funcionário da Caixa e do Ministro Palocci, por portas travessas ou não, foi para as páginas da revista ÉPOCA, para comover o país. Isso, Dra. Clarice Coppetti, está envergonhando a Caixa Econômica . Os funcionários da Caixa Econômica , os depositantes da Caixa Econômica estão inseguros porque o que aconteceu agora nunca aconteceu na história da Caixa Econômica . Aí eu pergunto a Senhora, a Senhora se orgulha de ser Vice-Presidente dessa Caixa Econômica que praticou este gesto ignóbil que nós todos estamos, nós que eu falo, nós, Brasil. Nós, Brasil. Estamos recriminando. A Senhora se sente responsável por esse contexto? A Senhora se orgulha da Caixa Econômica que fez isto? Não a Caixa da caderneta, mas a nova Caixa do Presidente Lula e do Dr. Jorge Mattoso?

SRA. CLARICE COPPETTI – Sr. Senador, eu quero dizer aqui que eu desconheço como é que esse fato isolado torno a repetir, foi demandado dentro da Caixa Econômica Federal. Eu quero lhe dizer também, com toda a franqueza que me assiste, eu trabalho numa empresa centenária que há muito tempo vem instituindo, implantando comitês, normativos das mais diversas ordens para cumprir inclusive a fiscalização e aquilo que também é mandatório do sistema financeiro brasileiro. Nós temos comitês estatutários instituídos, nós temos Comissão, nós temos comitê de compras e contratação. A Caixa pode se dizer hoje que é uma das empresas mais modernas que existe nesse país em termos de governança corporativa. Passou já aquela fase dos tristes anos em que essa empresa nem conseguiu publicar os seus balanços. E isso não é uma fase tão distante assim da nossa realidade. Nós temos uma estrutura moderna, uma estrutura atuante toda ela normatizada ou nos nossos normativos ou no nosso estatuto. E quero lhe dizer que qualquer cargo dentro da Caixa Econômica Federal, seja ele do quadro interno, seja ele do quadro externo da empresa, tem que cumprir os requisitos que foram inclusive estabelecidos na reestruturação do Estatuto, em setembro, outubro de 2002. Não houve nenhuma alteração desses requisitos e as pessoas que compõem ou o quadro dirigente da Caixa, o seu Conselho Diretor, sendo do quadro interno, do quadro estatutário, sendo pessoas que vieram de outras instituições, de outras experiências, têm que cumprir esses requisitos. A nossa vida, ela é obviamente analisada antes de sermos nomeados pelos órgãos controladores e todos os que trabalham ou trabalharam lá, passaram por esses processos.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Para concluir, Senador.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Para concluir, Sr. Presidente. Dra. Clarice, a Senhora se referiu a Caixa Econômica da teoria e a Caixa Econômica que é patrimônio nosso, que ao longo dos anos saiu da caderneta para a informatização completa, que é detentora de uma massa formidável de depositantes, inclusive de poupadores. E que se transformou no atual Governo na Caixa Econômica do Dr. Mattoso, do seu Schumann e da quebra do sigilo. Veja, Dra. Clarice, a Caixa Econômica para o Brasil hoje é a instituição financeira que arbitrária e truculentamente quebrou o sigilo bancário de um brasileiro comum chamado Francenildo com interesse político de crucificá-lo, de colocá-lo como um criminoso. Os dados que eram para ter chegado à COAF chegaram à revista Época. A pergunta, eu insisto. A Petrobras está, dentro de poucos dias, atingindo a sua auto suficiência...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Permite um aparte, Senador.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Isso é produto de uma série de ações que foram levadas a efeito de uma série de governos. A Petrobras é patrimônio do povo brasileiro, atingiu uma marca, a Caixa Econômica Federal é patrimônio do povo brasileiro, atingiu uma má marca. A Senhora se orgulha da Caixa Econômica do Dr. Mattoso?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Permite um aparte?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Com muito prazer, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Senador Agripino, eu queria até que o COAF, que é um órgão sério, reputado entre um dos mais bem aparelhados do mundo é o décimo segundo, o décimo terceiro do ranking da categoria dele, pode ter entrado realmente de gaiato nessa história. Porque o COAF.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – O COAF é uma instituição, nós estamos aqui defendendo instituições.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Para concluir, Senador.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Tanto quanto eu sei ...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – A Caixa é uma instituição defensável, nós temos que defender a Caixa Econômica .

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Tanto quanto eu sei, o COAF, ele age notificado por um Banco. No caso, quem notificou a suspeita de crime financeiro sobre Francenildo foi a Caixa Econômica , ou seja, foi a direção da Caixa Econômica . A Caixa Econômica que teria, se eu estou analisando com lucidez, teria também praticado um outro delito em relação a esse órgão relevantíssimo na luta contra a lavagem de dinheiro que é o COAF.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Dra. Clarice a Senhora se orgulha da Caixa Econômica do Dr. Jorge Mattoso?

SRA. CLARICE COPPETTI – Caro Senador, a Caixa Econômica Federal que eu falei não é uma teoria, é uma realidade. Nós temos vinte e seis milhões de clientes...-

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Desmistificada, infelizmente.

SRA. CLARICE COPPETTI – Nós temos vinte e seis milhões de clientes, nós ampliamos a nossa rede de agências, nós dobramos a nossa rede de correspondentes bancários. A Caixa Econômica está atuando agora a nível internacional também, lançamos novos produtos. Somente nesses primeiros dois meses e meio desse ano nós já crescemos em 112% o crédito (soa a campainha) imobiliário.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A Senhora tem uma resposta a ser dada. Se a Senhora se orgulha ou não da Caixa para eu passar a palavra seguinte.

SRA. CLARICE COPPETTI – Pois não, Presidente. Eu me orgulho muito de trabalhar na Caixa Econômica Federal e estar à frente da Vice-Presidência da Tecnologia da Informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª.. Agradeço ao Sr. Senador. Passo a palavra ao Senador Tião Viana com permuta com o Senador Suplicy. V.Exª. tem a palavra, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Senador Garibaldi Alves, Relator. Senhora Vice-Presidente Clarice Coppetti. Gostaria primeiro de lhe externar que considero seu depoimento caracterizado por serenidade, sinceridade. E inclusive diante das perguntas normais que fazem os Senadores da oposição para tentar provocar em V.Sª. algum sentimento para além da conta, V.Sª. tem procurado responder com muita sinceridade, dignidade e inclusive parece que meus colegas Senadores, pelos quais tenho muito respeito, não perceberam como é que V.Sª. disse o que é normal para o ser humano, muitas vezes nós podemos sim errar. E quando este erro é cometido é importante que ele seja reconhecido.

Então, eu até quero, Sr. Presidente, formular uma sugestão. Uma vez que nós ainda não temos conhecimento completo, salvo pela imprensa, mas é ainda parcial de qual foi o depoimento do Presidente Jorge Mattoso à Polícia Federal, eu acredito que seria importante para o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho e para todos nós, na medida do possível, que possa a CPI ter, o mais rapidamente, o teor desse depoimento. V.Exª. me informou que há um Requerimento do Senador José Jorge, no sentido de que possamos requerer estes depoimentos junto à Polícia Federal. Mas eu queria salientar primeiro, eu acho que deve ser um Requerimento de natureza consensual, mas em especial o depoimento do Presidente Jorge Mattoso, nas circunstâncias presentes é muito importante e eu acredito que como o próprio delegado da Polícia Federal expressou que foi um depoimento muito importante que ele fez na expressão, salvo engano, com sentimento de quem estava ali externando a verdade, mas, obviamente, com uma dificuldade pessoal do ponto de vista daquilo que estava revelando. Mas é importante que ele tenha tomado a decisão de falar as coisas tais como elas aconteceram, que nós possamos saber isso. Então, até sugiro, Sr. Presidente, que esse Requerimento provavelmente será aprovado consensualmente, mas em especial seja feito o apelo que a parte do depoimento do Sr. Jorge Mattoso possa chegar a esta CPI o quanto antes. Mas, feita esta ponderação, eu gostaria de perguntar a Sra. Clarice Coppetti se no que diz respeito ao seu conhecimento, chegou a V.Sª. alguma diretriz relativo, relativa a conta do Senhor, como é que se chama?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Francenildo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Francenildo da Costa Santos, ou do Santos Costa, relativamente, portanto ao extrato, foi solicitada, solicitada a V.Sª. alguma providência a respeito? Essa é a pergunta.

SRA. CLARICE COPPETTI – Sr. Senador, sobre a conta do cliente da Caixa, o Senhor Francenildo não me chegou nenhuma demanda. Chegou uma demanda sim, depois de instalada a Comissão Interna de Apuração para que a Vice-Presidência da tecnologia da informação, mais especificamente, a Gerência Nacional de Segurança da Informação, funcionasse e atuasse como é normativamente o seu papel, como apoio técnico à Comissão. Todas as demandas, todos os documentos que nos foram solicitados, que foram solicitados à Gerência Nacional de Segurança da Informação pela Comissão Interna de Apuração e pela Polícia Federal, eles foram colocados à disposição. Nós tivemos inclusive peritos da Polícia Federal, em conjunto com os nossos técnicos, dentro do nosso centro, aqui em Brasília, o nosso CPD aqui em Brasília, para verificar como nós havíamos feito todo o trabalho.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Muito bem. Sr. Presidente, eu quero apenas transmitir ao líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio e ao Senador José Agripino, líder do PFL, que quando surgiram problemas com respeito a algumas pessoas de governos onde eram seus, onde eram os chefes do Executivo, do PSDB, ou do PFL nós, do Partido dos Trabalhadores, não procuramos generalizar isso para todo o partido. Então, se uma pessoa e por grandes méritos que tenha em alguma situação, acaba sendo instado a cometer um erro é importante que ele tenha reconhecido...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Permite um aparte, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E é importante inclusive que, e certamente aqui aconteceu isso. Então quando o Senador José Jorge, no começo hoje disse que esta CPI acabou provocando uma situação em que um Ministro, um Presidente da Caixa acabou tendo que revelar algo que antes não era do conhecimento público, isso foi importante. Foi mérito sim, que eu reconheço, do trabalho de todos nesta CPI. Mas...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Permite um aparte, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Gostaria, vou dar, conceder o aparte. Mas V.Exª. gostaria que a Sra. Clarice Coppetti viesse como que a renunciar a toda a sua dedicação, o amor, a vontade com a qual ela se dedica ao seu trabalho na Caixa Econômica Federal como se tivesse ocorrido algo com, conforme V.Exª. mencionou, um jogador do Flamengo que então vai todo mundo ali muito tristemente porque ocorreu uma derrota. Na verdade, se um jogador do Flamengo de repente, por alguma situação, chega e faz uma falta grave no adversário ou, de repente, resolve dar um soco no Juiz, não é por causa disso que essa pessoa vai dizer...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Permite um aparte, Senador Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Que tem que se sentir culpada pelo ato daquele seu companheiro. Eu gostaria, inclusive, eu vou conceder o aparte, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – É porque eu, Senador Suplicy, eu sou mais exigente ainda em relação a V.Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pois não.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Doutor Ulysses Guimarães determinou a V.Exª., a mim e ao Deputado Luiz Guedes que nós acompanhássemos manifestantes cercados pelo general Nilton cruz.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu me lembro bem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – V.Exª., eu e o Deputado Guedes fomos andando até a rodoviária e com aqueles nossos mandatos que o General Cruz respeitava não sei por quê? Ou respeitou naquele momento, nós conseguimos garantir a integridade dos manifestantes. Eu sou mais exigente em relação a V.Exª. porque nós não estamos tratando aqui do gol com a mão do jogador do Flamengo nem estamos tratando de, eventualmente, um membro do PT ou do Governo ser apanhado em flagrante de corrupção e V.Exª. pede a demissão dele, V.Exª. continua o homem decente que todos nós sabemos, ou algo que possa ter passado no Governo passado e V.Exª. não tendo que alterara opinião a meu respeito. Agora o que eu não posso aceitar do meu querido amigo Eduardo Suplicy, (soa a campainha)... É que ele não seja também duro e rigoroso em relação a quebra de sigilo bancário de alguém em pleno regime democrático sem a autorização da Justiça.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas isso eu estou sendo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu quero de V.Exª. uma indignada resposta a isso, não é futebol, não é gol com a mão, não é erro nem nada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Prezado Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Não é erro de criança é crime ditatorial cometido nes-

se Governo e que exijo a condenação das pessoas como V.Exª.

(soa a campainha)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu estou solidário a todos os membros dessa CPI.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, eu podia pedir pelo art. 14. Eu optei por falar menos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vamos ouvir o Senador Suplicy.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sem dúvida, sem dúvida.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É porque senão o seu aparte vai acabar com o meu tempo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Não, é que eu podia ter falado pelo art. 14. Eu cito V.Exª. e V.Exª. fala pelo art. 14.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas eu queria apenas dizer. Eu considero importantíssimo e sou solidário ao empenho dos Senadores do PSDB, do PFL, de todos nós para apurar como é que surgiu este procedimento incorreto, que a Dra. Clarice Coppetti também considerou incorreto. Então, e já foi, pela informação que eu ainda não tive completa, mas eu também li na imprensa e eu vi as declarações inclusive do Delegado da Polícia Federal, segundo o qual, Jorge Mattoso informou ali, que sim, ele foi responsável e também encaminhou ao Ministro Antônio Palocci o extrato. E ambos, por terem reconhecido que cometeram um ato que não pode ter sido, não poderia ter sido cometido por ambos, então pediram seu afastamento do Governo. Não haveria mais como continuar, por mais méritos que ambos tenham tido. Então, mas a Dra. Clarice Coppetti está dizendo da sua dedicação, da seriedade, da forma como ela sempre procurou agir. Não teve conhecimento de procedimento outro que pudesse ser considerado grave, incorreto da parte do Presidente Jorge Mattoso. Ela está aqui dizendo.

Então, como que V.Exª., o colega Senador José Agripino quisessem que ela aqui, por um erro reconhecido pelo Presidente Jorge Mattoso que está causando o seu afastamento, então que ela viesse a condenar tudo o que tivesse ocorrido na Caixa Econômica . E ela, com toda a dignidade, serenidade está dizendo: Eu continuo a trabalhar seriamente nessa instituição que por outros aspectos vem se conduzindo com acerto, tão e tamanho acerto que V.Exª. inclusive continua, conforme registrou há pouco...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Permite o aparte, Senador Suplicy, eu que fui citado duas vezes e não fui falar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mantém a sua Caixa Econômica . E o Senador José Agripino que também gostaria que a Caixa Econômica .

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – É porque na minha conta ao contrário da do Okamoto, na minha não tem segredo, na minha pode mexer a vontade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Continue a sua tradição.

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A palavra está garantida ao Senador Suplicy.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Eu queria o aparte pelo fato de ter sido citado. Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu concedo o aparte e vou concluir, Sr. Presidente. Porque claro, citei o Senador José Agripino com muita honra.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Senador Suplicy, V.Exª., eu sou testemunha, por diversas vezes tive a oportunidade de manifestar a sua independência condenando circunstancialmente atos do Governo a que V.Exª. é vinculado, e eu lhe aplaudo por isso. O que eu quis foi dar a oportunidade à Dra. Clarice de dizer se ela condenava ou não a Diretoria da Caixa nomeada pelo Governo do PT, do partido de V.Exª. e que cometeu o desatino que o país todo está deplorando. Eu quis dar a ela a oportunidade pública dela dizer: Eu não concordo, acho que está errado. Não é do meu feitio, e eu condeno essa atitude. Infelizmente eu não ouvi isso de sua senhoria, só esse fato.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu entendi, sinceramente, Senador José Agripino que ela considerou um erro sério, mencionou que uma pessoa pode, eu posso, eu, Senador Eduardo Suplicy posso, a qualquer momento da minha vida, cometer erros sérios. Espero, se assim acontecer, reconhecê-lo. E é isto o que eu entendi dela ter falado. Muito obrigado, Sr. Presidente. E cumprimento por sua, pela dignidade com que aqui prestou o seu depoimento.

SRA. CLARICE COPPETTI – Obrigada, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço. V.Sª. tem a palavra.

SRA. CLARICE COPPETTI – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy. Eu quero reafirmar aqui que nós da equipe de tecnologia da informação da Caixa Econômica Federal, a Vice-Presidência, a qual foi designada para que a sua área de Segurança da Informação prestasse todo o suporte técnico à Comissão Interna de Apuração e também à Polícia Federal preservamos

todos os dados, seguimos regimentalmente, normativamente tudo o que está preservado na instituição Caixa Econômica Federal, tudo o que está nos seus estatutos e conseguimos, sim, finalizar o nosso trabalho e passá-lo à Comissão e esta designou a Polícia Federal. Então eu quero dizer que a equipe de tecnologia da informação da Caixa, a sua gerência nacional de segurança da informação tem todos os dados, todos os registros preservados acerca desse fato e nós já recebemos lá a presença, a visita de peritos da Polícia Federal designados pelo delegado que está presidindo o inquérito, e tudo já foi demonstrado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Sª. e concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, Senhoras e Srs. Senadores. Serei muito breve, apenas a Dra. Clarice foi muito clara em suas respostas, respostas que procuraram ser muito elucidativos por parte de todos os Senadores aqui presentes. Eu só quero expressar o meu respeito à sua biografia, à sua formação técnica e à sua responsabilidade de servidora pública da Caixa Econômica hoje, na condição que exerce. Tenho certeza que o seu propósito é ver uma instituição respeitada, conduzida com absoluta dignidade e intransigente honestidade. Então eu não tenho dúvida que a Senhora cumpre esse papel como servidora pública e tenho certeza que nós aqui agimos com absoluta correção ao respeitar a sua vida profissional e a sua responsabilidade de cidadã brasileira com a Caixa Econômica .

Era o que eu tinha a dizer. No mais a apuração do caso está sendo amplamente elucidada e eu não tenho dúvida de que a resposta que a sociedade brasileira espera está sendo dada também no tipo de apuração e de exemplar punição dos culpados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço V.Exª., Senador Tião Viana. Concedo a palavra à Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria cumprimentar a Sra. Clarice, fazer o registro da forma tranqüila, calma, serena de alguém que vem num dia extremamente delicado e que, portanto, qualquer outra pessoa que não tivesse a clareza, a convicção do que faz, do que fez e da sua atuação talvez não tivesse a tranqüilidade que a Senhora está demonstrando neste momento. Respondeu a tudo o que lhe foi perguntado dentro da sua competência e da sua alçada, e daquilo que lhe corresponde em termos de responsabilidades pelo posto que ocupa, não é, pela sua competência na Caixa Econômica Federal. Inclusive, acho que V.Sª. deu aqui uma, por diversas vezes, um testemunho de que não cabe a Senhora julgar. Num ambiente onde tantos, não é, são instados a emitir valores e opiniões de juízo. Então, acho que esta forma tão firme e determinada de não se colocar como Juiz de ninguém, principalmente em procedimentos que estão sob investigação e buscando valer da máxima de que todos são inocentes até prova em contrário. E você só pode determinar as penas depois de transitado em julgado.

Eu acho que o depoimento da Senhora é muito firme. Eu não poderia esperar diferente pelo conhecimento que tenho da Senhora. Mas a Senhora vem aqui, no dia seguinte da saída do Presidente, do ex-Presidente Mattoso da Caixa, da saída do ex-ministro Palocci do Ministério da Fazenda e a gente não pode, foi interessante, que a Senhora registrou de que o legado de qualquer ser humano não pode ser medido pelo erro, por um erro. E eu fico aqui pensando o quanto que a Caixa Econômica , no último período, produziu de benefício para muitos e muitos brasileiros e brasileiras pela ampliação do crédito, pela ampliação dos serviços prestados, dos financiamentos, da retomada significativa dos financiamentos em saneamento básico, em habitação, em programas inclusive de habitação subsidiada para as famílias de mais baixa renda. Então até valeria a pena fazer esse levantamento. Eu até estou me reservando para fazê-lo no Plenário. Mas a Senhora vem aqui hoje, além deste fato, que conturba e pela gravidade da quebra do sigilo preocupa a todos nós. Mas a Senhora vem aqui também para tratar do aprimoramento da parte tecnológica de informática e a grande controvérsia que está estabelecida já há muito tempo aqui neste, mesmo antes da instalação da CPI dos Bingos, a respeito dos procedimentos adotados para que a Caixa Econômica pudesse se livrar da Gtech. Desse contrato de tantos anos que tantos reajustes ocorreram, tantas liminares foram concedidas para que a Caixa não pudesse, durante muito tempo, criar alternativas mais favoráveis, mais benéficas e mais adequadas ao interesse da Caixa, da população e da soberania inclusive do nosso país. Por isso que eu queria aproveitar e deixar aqui alguns questionamentos, porque eu acho que eles que são relevantes em termos do que a Senhora presta de serviços na estrutura da Caixa Econômica . O TCU, Tribunal de Contas da União, ele teve, durante todos os processos, os procedimentos de acompanhamento do contrato da Gtech, muita determinação para que a Caixa assumisse a inteligência do sistema lotérico.

Por isso, acho importante que a Senhora possa nos explicitar, detalhar como é que está sendo assumida esta inteligência pela Caixa? Quais foram os

benefícios? Os procedimentos? E o que é que isso representa em termos de independência da Caixa dela poder gerenciar, gerir estas relações aí com a questão do sistema lotérico independente da Gtech? Em segundo lugar, quais as diferenças fundamentais entre o modelo que está sendo implantado desde que a Caixa conseguiu se livrar das liminares que obrigavam a manter o contrato e o modelo com a Gtech, quais são as diferenças fundamentais entre o que vem sendo implementado agora e o que estava executado e implementado anteriormente?

E, por último, se há acompanhamento pelos órgãos de controle e fiscalização? Ou seja, esses procedimentos que a Caixa vem adotando de se livrar e de superar toda a dependência tecnológica que a Gtech impôs, inclusive com procedimentos judiciais, se isto vem sendo acompanhado pelos órgãos de controle e fiscalização, de forma muito especial pelo Tribunal de Contas da União? Então, essas seriam as perguntas, Sra. Clarice, que eu acho relevantes inclusive para formar opinião a respeito, se os procedimentos adotados pela atual direção da Caixa, pela direção que assumiu desde janeiro de 2003, foram comportamentos efetivamente benéficos ou não à Caixa, ao país e aos interesses dos brasileiros comparativamente com o que antes havia em termos de tecnologia no sistema lotérico administrado pela Caixa?

SRA. CLARICE COPPETTI – Pois não, pois não, Senadora Ideli Salvatti. Primeiro eu quero responder a parte ao que diz respeito ao nosso sistema de planejamento lotérico que é um sistema, uma aplicação desenvolvida totalmente pela Caixa Econômica Federal, pelo seu quadro técnico, pelos seus empregados com o uso de ferramentas, de linguagem de programação que tornam esse sistema, essa aplicação absolutamente portável para qualquer plataforma e também com uma celeridade bastante grande, para que a gente implemente novos produtos nesse canal lotérico. Nós temos um grupo grande de profissionais da área de tecnologia da informação que, obviamente, tem a participação de diversas empresas brasileiras, empresas que nos dão suporte e desenvolvemos uma aplicação extremamente segura, usando inclusive padrões criptográficos.

Então eu quero dizer aqui que esse sistema é um sistema de muito orgulho dentro de toda a Caixa Econômica Federal não só na área de tecnologia porque, de fato, o desenvolvimento dele se deu através de requisitos das áreas de negócio, das áreas gestoras de produto. Um outro comentário, respondendo a sua pergunta, em relação a que alterações que foram, nesse processo, introduzidas neste projeto, depois da queda das liminares em agosto de 2004. Existe um grupo dentro da empresa composto de várias Vice-Presidências, composto de vários técnicos que iniciou, em 2004 ainda, um estudo para fazer as especificações dos Editais, para que prestássemos o serviço nesse canal.

Uma das mudanças que foi feita no projeto, que foi uma mudança significativa, uma mudança voltada para a melhoria do negócio foi mudar o computador que estava especificado, um *desktop* que estava especificado inicialmente para rodar o sistema dentro das casas lotéricas para um terminal financeiro lotérico, com tela sensível ao toque e também a impressora que passou a ser uma impressora térmica para dar mais velocidade à impressão de boletos ou de recibos de serviços bancários. Então esse foi um atendimento às áreas de negócio, à área de rede, que cuida de todos os canais da Caixa em função de que no mundo os jogos, a questão dos jogos lotéricos já tinha evoluído bastante e em diversos países esse terminal financeiro lotérico, essa tela sensível ao toque estava sendo utilizada. Então essa foi uma mudança essencial nesse projeto e que trouxe melhorias e trouxe também aí a aceitação por parte dos empresários lotéricos.

Uma outra pergunta em relação aos órgãos fiscalizadores, os órgãos auditores que estão acompanhando esse projeto. Nós temos tido reuniões regulares, prestando contas ao Ministério Público desse projeto, do andamento dele, das dificuldades que enfrentamos, não é? Das liminares que tiveram referente aos contratos novos, aos pregões que foram realizados. A dificuldade de fazer a integração entre, vamos dizer assim, três fornecedores distintos para fazer com que essa solução rodasse, funcionasse adequadamente dentro deste, deste canal. Nós temos sim o acompanhamento também do Tribunal de Contas, temos Estado lá freqüentemente. O Vice-Presidente de Controladoria, o Vice-Presidente de Benefícios e a Vice-Presidência de Tecnologia, acompanhados sempre da área jurídica da Caixa prestando contas do andamento desse projeto e das dificuldades, e também das vitórias que a gente tem obtido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Álvaro Dias. Nós temos seis oradores inscritos: Senador Álvaro Dias, em seguida Senador Wellington, depois Senador Juvêncio, após o Senador Juvêncio, Senador Jefferson, Senador Heráclito e Senador Flávio Arns. Com a palavra, V.Exª., Senador Álvaro Dias. V.Exª. dispõe de dez minutos.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs.. Senadoras, Sra. Clarice Coppetti. Nós estivemos juntos em reunião na Caixa Econômica Federal, Senador Wellington

Salgado, Senador Flávio Arns com toda a direção da Caixa Econômica . E naquele momento o Presidente da Caixa demonstrou não saber o que havia ocorrido relativamente às contas do caseiro Nildo. Nós ouvimos dele isso. Não sabia que instaurou um inquérito, uma sindicância e que em quinze dias nós teríamos a solução. É evidente que ele sabia. Por que, naquele dia, ele não disse o que disse à Polícia Federal no seu depoimento? Ele deu alguma explicação a Senhora ou deu alguma explicação à equipe, a sua equipe, a equipe que ele lidera, à direção da Caixa Econômica Federal? Ninguém dos presentes naquela reunião sabia? Só o Presidente da Caixa sabia ou mais alguém presente na reunião sabia do que havia ocorrido? Ele explicou por que não disse a Senhora? Ele acreditava que seria impossível investigar e chegar aos responsáveis? A Senhora, como responsável pela área de Tecnologia, porventura disse a ele que ficasse tranqüilo que não seria possível identificar o responsável pelo vazamento das informações ou ele acreditou mesmo na impunidade?

SRA. CLARICE COPPETTI – Posso responder? Sr. Senador Álvaro Dias?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Pode, sim.

SRA. CLARICE COPPETTI – É, em primeiro lugar, ontem ao se despedir dos Vice-Presidentes e demais integrantes da sua equipe direta, o ex-Presidente Jorge Mattoso nos falou que ao demandar informações sobre a conta do cliente da Caixa tinha motivações de movimentação atípica nessa conta e para enviar as informações ao COAF. No momento da reunião com os Srs. Senadores, eu posso afirmar e tenho convicção de que os demais Vice-Presidentes, nós não tínhamos conhecimento dos fatos que ocorreram no dia 16, na quinta-feira, à noite, dentro da Caixa Econômica Federal.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – E ele não disse por que não nos informou naquela reunião?

SRA. CLARICE COPPETTI – Não, Sr. Senador. Ele não nos disse isso.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Ele não consultou a Senhora, responsável pela área de Tecnologia, sobre quais procedimentos deveriam ser adotados para se chegar ao responsável?

SRA. CLARICE COPPETTI – Não, Sr. Senador, não consultou. Nós funcionamos como suporte técnico à Comissão interna de apuração. Conforme os normativos da Caixa e tudo o que nos foi demandado foi cumprido com total segurança e sem quebra de normas.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – A Senhora ele não disse ter cumprido uma ordem do Ministro Palocci?

SRA. CLARICE COPPETTI – Não, Sr. Senador.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Não disse também ter transmitido ao Ministro Palocci as informações assim que as obteve?

SRA. CLARICE COPPETTI – Não, Sr. Senador.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – E o Presidente Lula não sabia?

SRA. CLARICE COPPETTI – Não, Sr. Senador.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Há informações...

SRA. CLARICE COPPETTI – Não é do meu conhecimento.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Há informações de que o Presidente Lula não demonstrou nenhuma surpresa quando foi informado. Ao contrário, revelou, pelas, pela forma com que reagiu a informação, revelou que já sabia desta informação. Como o Ministro Palocci estava despachando naqueles dias junto ao Presidente, o Ministro Palocci transferiu essa informação ao Presidente ou foi algum assessor da Casa Civil da Presidência da República que o fez, informado desse fato?

SRA. CLARICE COPPETTI – Sr. Senador, eu não presenciei nenhum fato que o Senhor está citando. Não tenho conhecimento acerca deles.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Por que a Senhora informou a incapacidade ou a dificuldade da Caixa Econômica Federal identificar o funcionário, isso a Senhora fez na presença dos Senadores inclusive, não é? De identificar o funcionário que acessou o extrato do Senhor Francenildo? A Senhora alegou ser praticamente impossível rastrear milhões de transações.

SRA. CLARICE COPPETTI – Sr. Senador, o Senhor há de lembrar e os demais integrantes desta Comissão que estiveram presentes lá conosco, com todos os Vice-Presidentes da Caixa que nós informamos que até aquele momento não tínhamos tido sequer cópia, seja ela a real ou uma outra cópia de documento acerca das informações bancárias do cliente da Caixa. Pedimos, inclusive, o Senhor há de lembrar disso...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Veja a incoerência dessa informação. Se o Presidente da Caixa informou que ele passou as informações ao Ministro Palocci, como poderia o Presidente da Caixa não ter a cópia do extrato?

SRA. CLARICE COPPETTI – Senhor, Senador, esta Vice-Presidente, esta cidadã não recebeu qualquer cópia ou informação acerca desse extrato a não ser aquela cópia que estava em sua mão e que estava bastante ilegível.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Mas o Presidente da Caixa, evidente, ele confessou agora, não naquele dia, mas confessou à Polícia Federal. Polícia Federal tem uma capacidade mais eficaz de obter confissões, do que nós Senadores, ele não nos confessou no dia em que nós estivemos, mas confessou agora à Polícia Federal que foi o responsável por passar as informações ao Ministro Palocci. Então ele tinha o extrato. É evidente que ele podia ter repassado a Senhora o extrato. E evidente que a Senhora, como técnica, sabe...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas ele realmente não tinha a cópia, ele tinha a original.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Como?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ele não tinha a cópia...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Tinha a original.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – V.Exª. me permite um aparte?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Tinha original e cópia.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – V.Exª. me permite um aparte?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu gostaria de continuar, Sr. Presidente, indagando os impressos, os dados impressos no extrato são utilizados exatamente para rastrear rapidamente o funcionário que acessou a conta. Essa informação técnica, com essa informação técnica a Senhora concorda, não é?

SRA. CLARICE COPPETTI – Desde que o extrato seja verdadeiro e que ele não tenha sido adulterado e que tenha sido feito, obviamente, dentro do sistema corporativo da Caixa, que foi objeto inclusive da nossa reunião naquela terça-feira à tarde.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Hoje se comprova que o extrato é verdadeiro, que foi extraído no interior da Caixa, no sistema utilizado no prédio sede da Caixa e que o Presidente da Caixa tinha o extrato. Portanto, tinha todas as informações e as sonegou. Então o Presidente da Caixa, além de ter sido responsável pela devassa na conta bancária do caseiro Nildo, faltou com o seu dever de informar a uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu creio que isto é grave. E V.Sª., por certo, é o que diz, não é, não foi informada pelo Presidente da Caixa. A Senhora acha que ele faltou com a lealdade com os seus colegas de equipe, de direção da Caixa Econômica Federal?

SRA. CLARICE COPPETTI – Sr. Senador, eu não fui informada e não estou aqui para julgar as ações do ex-Presidente da Caixa que está respondendo a inquérito na Polícia Federal. O que eu posso lhe informar e foi dito na nossa reunião de terça-feira à tarde, o extrato o que Senhor tinha não continha a barra de baixo do extrato onde estava, onde deveria estar o número do terminal lógico.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Não, o que eu tinha não valia o que valia era o que tinha o Presidente Mattoso. O dele, o extrato dele é que deveria servir para que a Senhora identificasse rapidamente o funcionário responsável pelo vazamento das informações. A Senhora só soube do fato quando...

(soa a campainha)

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – O Presidente da Caixa depôs na Polícia Federal, ou antes, disso a Senhora foi informada por ele?

SRA. CLARICE COPPETTI – Senador, se me permite, a qual fato o Senhor está se referindo?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – A confissão do Presidente da Caixa.

SRA. CLARICE COPPETTI – Somente ontem à tarde, quando ele reuniu a sua equipe de Vice-Presidentes e a sua equipe direta e comunicou o que havia acontecido.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Qual foi a razão desse micro parar em São Paulo, a Senhora conhece qual a razão? Porque nós sabemos que existem softwares que limpam a memória do micro sem deixar rastros. Foi esse o objetivo desse micro viajar até São Paulo?

SRA. CLARICE COPPETTI – Não tenho conhecimento de qual é o motivo, Senador. Mas qualquer cargo de nível gerencial na Caixa, quando tem à sua disposição um computador portátil, um *notebook* e assina um termo sobre a guarda daquele equipamento pode se deslocar com aquele equipamento para as suas tarefas de trabalho ou quando vai à noite, final de semana para a sua residência. A responsabilidade é do empregado que possui o equipamento e que assinou um termo de responsabilidade sobre ele.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Da sua área não houve nenhuma orientação relativamente a esse *laptop* que foi a São Paulo, a alguma providência que deveria se adotar?

SRA. CLARICE COPPETTI – Nenhuma orientação, Sr. Senador.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu quero, Sr. Presidente, indagar da depoente sobre a informação transferida ao COAF. Quem é que transfe-

re a informação quando há a suspeita de lavagem de dinheiro ou movimentação atípica, quem é que transfere a informação ao COAF?

SRA. CLARICE COPPETTI – Existe um comitê estatutário dentro da empresa contra a lavagem de dinheiro aonde participam diversas áreas técnicas e a comunicação é feita por uma Superintendência de Controles Internos da Caixa. Essa comunicação não é feita ao COAF, é acessado um sistema no Banco Central aonde as informações são colocadas. Esse é o que eu tenho conhecimento, porque essa área também não é afeta a mim.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – E é normal que essa transferência de informação ocorra às 19 horas de uma sexta-feira, portanto fora do expediente?

SRA. CLARICE COPPETTI – Eu não tenho conhecimento, Senador, se é normal ou não, mas o expediente nosso na matriz da Caixa vai muito além do que às 18, 19 horas. Tem áreas que funcionam até 21, 22 horas. Tem áreas que funcionam à noite, inclusive.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – A Caixa Econômica , não é a sua área, mas eu ouso em indagar.

SRA. CLARICE COPPETTI – Pois não, Senador.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – A Caixa Econômica tem transferido informações de valores dessa ordem a COAF para investigar lavagem de dinheiro, vinte e cinco mil reais?

SRA. CLARICE COPPETTI – Caro, Senador. Essas são informações um pouco sigilosas. O que eu posso lhe dar é um dado que está nos nossos controles. Que só esse ano a gente já fez cinqüenta e cinco informações ao sistema que controla isso. E, obviamente, nem tudo o que, aquilo que é avaliado, que é analisado vai como informação. Mas esse ano nós já chegamos, segundo os dados gerenciais que eu me lembro, que me recordo, acho que cerca de cinqüenta e cinco informações feitas ao sistema do Banco Central.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Seguramente, dessas cinqüenta e cinco informações nenhuma com vinte e cinco mil reais de movimentação?

SRA. CLARICE COPPETTI – Eu desconheço os valores por se tratar de uma questão sigilosa.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – É. Certamente não há a necessidade nem de indagar. Porque se é algo ridículo que qualquer pessoa minimamente inteligente percebe que essa violência praticada contra o caseiro se deu numa tentativa frustrada de desmoralizá-lo. E mesmo depois que ele provou a origem do dinheiro, dessa modesta movimentação financeira, ele é alvo de uma investigação inusitada e sem precedentes, ou seja, uma investigação própria do Estado policial. O que nos coloca em verdadeiro Estado de choque cívico diante desse absurdo, do absurdo dessa violência exatamente contra uma pessoa humilde e, teoricamente, indefesa. Portanto, é claro que não estou fazendo esse desabafo diretamente à Senhora. Mas eu creio que é nosso dever aproveitar todas as tribunas, neste momento, para denunciar esse fato e para demonstrar a indignação que não é nossa é de toda a população do país. Se o Presidente me permitir eu faria outras perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou permitir a V.Exª. mais uma pergunta.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Mais uma. Eu teria várias perguntas aí sobre licitações já num outro terreno. Mas eu vou indagar então só sobre a questão do processo de licitação. Por que esse processo de licitação foi transferido da Vice-Presidência de Administração para a Vice-Presidência de Tecnologia? Eu me refiro a licitação, por exemplo, a aquisição de software, equipamentos, prestação de serviços, desenvolvimento de projetos. Por que essa transferência de área?

SRA. CLARICE COPPETTI – Sr. Senador Álvaro Dias, nenhuma licitação foi transferida para a área de Tecnologia da Informação. Pelos normativos, estatutos da Caixa existe uma área designada para realizar todos os contratos e todas as licitações. Nós funcionamos como suporte técnico em demanda de demais áreas, ou então de formulação de Edital, que é encaminhado a essa área quando se trata de uma aquisição de infra-estrutura ou de necessidades da Vice-Presidência de Tecnologia da Informação. Não existe poder transferindo. Eu desconheço.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – A Senhora está dizendo que não existe poder transferindo?

SRA. CLARICE COPPETTI – Eu desconheço qualquer poder que transfira para a área de Tecnologia da Informação, desconheço, não fui comunicada disso, para fazer processos licitatórios. Nós temos sim e prestamos, e continuaremos prestando, dando todo o suporte técnico, especificando Editais para atender as nossas necessidades.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu teria até licitações realizadas aqui que eu indagaria da depoente. Mas eu quero respeitar...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Em função da...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Respeitar os demais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Em função, se V.Exª. tem algum contraponto.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois não, Excelência. Eu vou respeitar a ordem dos inscritos e, eventualmente, se houver possibilidade depois, eu voltarei a indagar. Porque há aqui uma série de licitações que eu gostaria de indagar da...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. poderá fazê-lo após...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Srª. Coppetti, não, eu teria uma pergunta sobre o caso da Gtech, que realmente eu tenho uma, queria esclarecimentos. Eu vou fazer, ao final do que eu falar o que a Senhora puder responder responda.

SRA. CLARICE COPPETTI – Pois não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – É o seguinte, qual a diferença das condições contratuais do antigo contrato da Caixa e Gtech e o novo contrato? Esse eu queria que a Senhora respondesse no final, porque realmente é algo que minha Assessoria e eu também tinha uma dúvida e coloquei aqui. Agora eu só queria essa, é a pergunta. E agora a colocação que eu vou fazer Srª. Coppetti, é a seguinte: A Senhora imagina a minha situação ao ser nomeado, pelo Presidente dessa Comissão de participar de uma trinca para visitar a Caixa, procurar saber como é que estavam as coisas. Imagina para eu acompanhar o Senhor Álvaro Dias e o Senador Arns. Para mim era um grande momento ser nomeado pelo Presidente e ir até a Caixa e participar. Achava que de um lado teria a oposição, do outro lado a situação, e eu sempre como me comportei, como esse grupo auto-intitulado grupo pela governabilidade, eu achei que na verdade o Presidente tinha me colocado nessa, nessa trinca como fosse um equilíbrio. Aí eu vou até a Caixa Econômica , qual é o andar mesmo que nós tivemos a reunião?

SRA. CLARICE COPPETTI – Vigésimo primeiro andar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Vigésimo primeiro andar, nunca tinha entrado na Caixa, na Caixa Econômica , uma mesa enorme, sentamos com toda a Diretoria, como eu falei para o Presidente que eu fiz um relatório, muito respeitosamente nos recebeu. Eu até, ao final da entrevista falei: Presidente vamos deixar a imprensa chegar aqui e mostrar porque eu achava aquele momento da Caixa Econômica ter botado toda a sua Diretoria para receber os Senadores, eu achava um momento de respeitabilidade junto a CPI. Eu falei: Vamos chamar a imprensa para fotografar pelo menos esse momento porque seria bom para a Caixa. Aí o Presidente, não sei se o Álvaro Dias, o Senador Arns também lembram. O Presidente falou assim: Não, aqui no vigésimo primeiro andar nunca tivemos a tradição de, não receber a imprensa aqui. Até citou o exemplo, porque se fosse ao BRADESCO não receberia também. Eu já tive a oportunidade de participar de uma sala que o BRADESCO tem, pelo contrário, fiz reunião até com os dois do Banco numa salinha, o Marcio Cipriano e o seu Lázaro. Uma salinha qualquer, furrequinha, digamos assim, toda equipada, mas uma sala simples. E o Presidente, chega para a gente e fala: Nós precisamos de quinze dias. Eu falei: Por que, Presidente? Se quando tem um jogo da loto vocês dão o resultado imediatamente, qual é a máquina e qual é o local e qual é a máquina que deu e vem rapidamente esse resultado? Para poder definir quem é o log-*in*, quem foi que tirou, não saberia.

E eu, outra vez, com o coração aberto, falo: Não, temos que ter os quinze dias porque vai haver uma sindicância, tem que ver quem é culpado. E se não, depois, esse cidadão não é culpado entra com uma ação indenizatória contra a Caixa, vai receber o dinheiro da Caixa Econômica justo. Aí, eu venho e recebo o Presidente falando, quer dizer, naquele momento, ele falou o seguinte: "Olha, não fui eu". Precisamos, pensando eu, tá. Ele não falou. Mas, precisamos ver quem é o culpado. Como se ele não tivesse sabendo de nada. De nada, ele não sabia, não vou nem discutir o log*in* para ver quem é que tirou. Porque eu acho, e sinceramente, eu estou chateado é com isso. O que está me deixando revoltado é isso. Porque quando eu acredito nas coisas, que eu defendo o Governo eu venho aqui e voto, voto às vezes sozinho, boto a cara porque eu acredito nisso. Eu não posso deixar o Sr. Mattoso me fazer de bobo desse tamanho, me fazer de bobo naquela reunião com toda a Diretoria formada, e eu fazendo o maior papel de bobo. Porque, na verdade, ele é que tinha autorizado, e ele que tinha feito.

E quanto a essa questão do computador que foi usado fora. Eu não sei se alguém está tentando usar que o computador usado fora, o *laptop*, caracteriza que não foi dentro da Caixa Econômica . Talvez seja esse o raciocínio que em algum momento vai ser usado mais tarde. Mas o Sr. Mattoso não podia ter feito isso com a gente. Não podia, de maneira alguma, ter me feito de bobo naquela situação ali. Porque eu saí de lá certo de que tinha que cumprir uma etapa do, sei lá, Regimento Interno da Caixa para abrir a sindicância, e que ia aparecer um puxa-saco pequenininho que tirou um extrato, porque qualquer gerente tira o extrato se quiser

mas fica registrado. E querendo fazer um papel bonito, mandou para o assessor do Ministro Palocci. Nem o Palocci. Eu acreditei mesmo. Uma velhinha bem grande já, mas eu quero dizer o seguinte, eu acreditei.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ou então o Eronildo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Não, não, eu tenho o direito de errar, mas eu quero dizer o seguinte...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Boa-fé.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Mas a coisa é séria, pelo menos, se foi comigo que ele achou que podia me enganar. Ele podia pelo menos podia ter respeitado os outros dois Senadores que têm uma história política imensa. Ele não podia ter feito de bobo, entendeu? Porque você sair, a imprensa está lá embaixo esperando, você dar declarações defendendo a Caixa Econômica . Eu por mim eu abro uma poupança amanhã uma para cada filho dos quatro filhos, coloco lá na Caixa e durmo tranqüilo. Eu não tenho preocupação com a questão da Caixa, porque nós vamos passar e a Caixa vai continuar. Agora eu não aceito é o que ele fez com a gente, Álvaro, não aceito! Não aceito de maneira alguma! Naquele, não estou nem de convocação porque eu acho que já pagou e vai pagar mais. Porque o problema não é aqui, a CPI faz o relatório. Mas depois o Ministério Público, tudo o que vai acontecer pode ter certeza, a própria Caixa, ela vai trabalhar contra essa situação. Então eu queria deixar, Presidente, aqui essa situação. Já tinha colocado, sem estar na presença de V.Sª., mas queria colocar na presença de V.Sª., porque V.Sª. estava sentada, me lembro bem, de frente para mim mais atrás, deu todas as explicações. Não acredito que a Caixa não soubesse de que terminal foi tirado.

Agora, respeito V.Sª. porque estava na presença, na reunião que eu tive com V.Sª., a Senhora estava na presença do Presidente da Caixa Econômica . E tem que ter hierarquia sempre. Então, se V.Sª. não disse que sabia qual era o terminal, V.Sª. pelo menos ficou calada e esperou o Presidente falar. Porque ele, naquela reunião, era o Presidente da Caixa naquele momento e estava sentado na cabeceira da mesa. Eu saí dali convicto que um puxa-saco pequenininho tinha tirado o extrato e mandou para alguém que mandou para a revista. Eu te digo mais, se o Presidente Palocci, desculpe, se o Ministro Palocci não tivesse saído ontem, Sr. Presidente, eu hoje ia aqui defendê-lo aqui. Eu fui à tal casa. Eu fui, peguei o meu motorista e fui à entrada da casa, e vi lá que não tem como o Ministro Palocci se enganar ao sair da casa porque só tem uma rua. E eu falei: Não é possível que o meu motorista tenha como se perder aqui? De jeito nenhum, Senador é saindo da casa, primeira à direita está na rua principal. Aí eu fui depois: "Não, tem uma entrada por trás". Eu estava fora, liguei para o meu motorista: "Vai lá fora e vê se tem uma entrada". "Mas e aí?". "é mais fácil sair do que pela outra". Eu falei: "Não é possível!". O Ministro Palocci, o Ministro que controla a economia não pode se perder saindo daquela casa. Não, espera aí. Não tem como errar. Mas não, estou dizendo o seguinte, bom, encontrei alguma coisa que não está explicado. Aí vem e me acontece isso tudo de ontem para hoje. Fiz um papel de bobo naquela reunião. Quer dizer, bem o Presidente da Caixa bem arrumadinho, barbeado, cabelo feito, melhor que o meu.

(risos)

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Eu estou falando sério, tudo lá, Álvaro, você sabe disso. O que eu estou chateado é com isso. Para o cenário da Caixa, tudo bem. Mas eu estou chateado por ele ter feito isso com a gente. Nós descemos, demos entrevistas, se ele falasse que precisava de vinte dias nós íamos para os vinte dias, porque era uma sindicância interna. E te digo mais, vocês podem falar que eu sou a Velhinha de Taubaté porque acreditei. Eu não acredito outra vez que o Presidente Lula tivesse sabendo de toda a história não. Tanto é que ele decapitou imediatamente...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – A Velhinha de Taubaté também.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – A velhinha de Taubaté também. Mas eu estou falando sério. E decapitou imediatamente. Caiu o homem mais forte desse Governo e dito por um Senador experiente que talvez tenha sido o melhor Ministro dos últimos 20 anos. E digo, Sr. Presidente, por quê? Porque ele tem uma história com o Presidente Lula e era o único homem que podia chegar para o Presidente e falar: Não faça isso porque isso vai dar mal. Agora nós vamos colocar o Ministro da Fazenda que não tem intimidade...

(soa a campainha)

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Não tem intimidade com o Presidente. Se o Presidente quiser praticar um ato político, esse Ministro não vai ter peito para falar: "Presidente, não faça!", e o Palocci falava. E o Palocci enfrentava. E o Palocci vinha aqui com todo o problema e sentava, encarava e falava. E no jogo do poder, às vezes você tem que ser firme. Firme e colocar a posição. O Ministro Palocci colocava. Por causa de uma situação que aconteceu, aconteceu no país, nós podemos ter perdido o melhor Ministro da Fazenda dos últimos 20 anos. Que segurou essa situação financeira do país e que fez com que o poder de compra nosso continuasse o mesmo. Mas,

política é isso, como eu disse para a Senhora, jogar liga nacional, política e liga nacional é isso. Então, fica aqui, Sr. Presidente, mais uma vez, a minha reclamação quanto a isso.

Peço desculpas a V.Exª. por ter me colocado nessa Comissão, e eu ter feito um relatório totalmente errado. Um relatório de uma pessoa enganada. Porque eu fui enganado dentro da Caixa Econômica no vigésimo primeiro andar. Agora, te digo também, os outros funcionários não falaram nada não. Eu olhei na cara deles, eu senti que tinha alguém querendo falar, Presidente. Funcionário de carreira da Caixa, eu senti que tinham alguns que não estavam bem, começa a mexer no clarinho, não estava bem. Mas eu acreditei. Acreditei. Então, Srª. Coppetti, eu queria falar o seguinte. Para a Caixa não tem problema, vou abrir as cadernetas de poupança dos meus quatro filhos e vou botar lá, tranqüilo, eu sei que não vai acontecer isso. E se acontecer vai ser isso de novo. Vai aparecer, vai se decapitado e vai responder processo. Eu queria só esse desabafo para colocar para a Senhora, lamento que tenha sido. E queria a que Senhora me falasse sobre essa questão da diferença das condições contratuais do antigo contrato da Caixa e Gtech com o novo, com relação a essa questão de Gtech. Foi um contrato melhor para o Governo? Ou foi pior? Como é que era o anterior? Só essa questão que eu queria a que Senhora mencionasse no contrato antigo.

SRA. CLARICE COPPETTI – Caro Senador Wellington Salgado, se me permite, eu quero fazer uma afirmação aqui sim, que no dia 21, quando da sua presença conosco, do vigésimo primeiro da Caixa Econômica Federal, não existia, até aquele momento, eu lhe afirmo isso, nenhuma identificação, até aquele momento de máquina ou de usuário que tenha feito isso. Nós trabalhamos intensamente...

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Por parte da Senhora, mas o Presidente já sabia. Por isso que eu estou falando não estou atacando o restante. Estou atacando o Presidente, ele já sabia pelo o que ele falou. Pelo que ele falou, não sou eu que estou falando não, quem vou foi ele, eu estava iludido, eu estava enganado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Wellington, eu queria dizer a V.Exª., que V.Exª. se referiu à presidência pedindo desculpas, de forma nenhuma. Nem V.Exª., nem o Senador Arns nem o Senador Álvaro Dias poderiam fazer um relatório diferente do que foi feito, mentiram para V.Exªs. Então, em função da mentira que foi feita a V.Exªs. não poderia ser outro o relatório que apresentaram e apresentaram naquilo que sentiram que era verdadeiro, confiaram até no fato que foi lá revelado. Agora, lamentavelmente, aí eu não coloco aqui nenhum Vice-Presidente nessa conta. O Presidente, o ex-Presidente da Caixa Econômica Federal, que já tem o pedido de indiciamento nesta CPI...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Justamente sobre isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Está certo? Que já foi aprovado o relatório do Senador Garibaldi, mentiu para os Srs. Senadores, que mentiu para a CPI porque a Comissão representava a CPI naquele momento. Então, eu queria deixar V.Exª. muito à vontade em relação a essa presidência. Não tenho dúvida que tanto V.Exª. como o Senador Arns e como o Senador Álvaro cumpriram a missão que a CPI solicitou de V.Exª.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Mas cumpri mal feito, Sr. Presidente, fui iludido mas cumpri mal feito. Agora também digo o seguinte, não é porque estou na frente da Senhora não. Mas a Senhora não colocou, não falou em momento algum. Não sei se sabia ou não, isso é problema da consciência da Senhora. Eu quero dizer o seguinte, o Presidente sabia. O Presidente falou que não ia levar a imprensa naquele vigésimo primeiro andar, porque a Caixa Econômica nunca recebeu ninguém ali. Ele estava, estava lutando por uma imagem da Caixa quando, na verdade, ele já tinha enfiado o punhal há muito tempo. Porque, ele errar. Eu não sou contra ele errar não, num fato que poderia achar que era uma solução política e ele errar. Mas ele tinha que ter falado: Eu errei. Como ele falou agora. Esse problema já podia estar, estar encaminhado há mais tempo. Ele podia ter falado naquele momento, eu chegaria aqui falaria para o Presidente: Olha, ele falou que ele errou, foi ele que pediu, entregou na mão do Ministro Palocci. Acabou, o Ministro ia resolver o problema dele. Agora fica sofrendo, sofrendo, sofrendo, chega agora. Mas vamos voltar ao caso Gtech.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª. tem uma pergunta que foi feita pelo Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Gtech.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª. tem a palavra.

SRA. CLARICE COPPETTI – Senador Wellington Salgado. A diferença principal em relação à questão do contrato anterior para o atual da Gtech é em relação a sua participação no volume de negócios dentro das casas lotéricas. O contrato anterior prévia, obviamente, um percentual sobre o volume de...

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Apostas.

SRA. CLARICE COPPETTI – Apostas, de transações dentro da casa lotérica. O contrato atual, ele obviamente tem outros, outras questões, ele não contém mais isso, é uma prestação de serviço mesmo, não é uma participação...

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Valor fixo?

SRA. CLARICE COPPETTI – Valor fixo por cada tipo de serviço que está especificado. E a Caixa, pela nossa área de precificação, que pertence a uma outra Vice-Presidência, comprovou que nós temos sim uma grande economia em ter mudado o formato do contrato. Então esse contrato novo, além disso, ele colocou outras coisas como a desinstalação de máquinas. Além de tudo o que já estava prestado em serviços. Agora eu quero ainda, se me permite, Senador, considerar uma outra questão em relação a questão do computador portátil não estar dentro da Caixa não interfere em nada, não interferiu nas nossas apurações. Tudo estava registrado nos nossos bancos de dados. Não foi nada violado. Não teve nenhuma violação e a Polícia Federal, que está acompanhando o caso, investigando o caso, já esteve dentro das dependências da Caixa, verificou como o trabalho foi feito e como tudo foi preservado pelas equipes técnicas da Caixa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – última pergunta, Sr. Presidente, eu juro que é a última. Diga-me só uma coisa, V.Sª. imagina ou entende que um *laptop* plugado pela internet acessando a Caixa, isso é algo feito fora da Caixa ou dentro da Caixa? Feito por um funcionário da Caixa? A sua interpretação? Interpretação sua. Você não é advogada nem nada. Mas um *laptop* de um funcionário da Caixa. Eu tenho um *laptop* do Senado e para mim, quando eu entro no Senado eu estou dentro do Senado. A Senhora entende o seguinte, que esse acesso, ele é fora da Caixa ou dentro da Caixa?

SRA. CLARICE COPPETTI – Senador, a nossa rede é totalmente protegida por...

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Não é essa a pergunta que eu quero.

SRA. CLARICE COPPETTI – Por requisitos de segurança.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Não, não é isso, não é isso. Eu sei que é. Você já me falou isso. Eu quero dizer o seguinte, V.Sª. entende que o *laptop* acessando de fora de uma instalação da Caixa Econômica é feito por um funcionário com *laptop* da Caixa é de fora da Caixa ou é de dentro da Caixa?

SRA. CLARICE COPPETTI – Somente se ele tiver essa autorização, que são raras, dentro da empresa para acessar a nossa rede de fora da Caixa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Então se ele não tem autorização é um acesso de fora da Caixa.

SRA. CLARICE COPPETTI – Não, se ele não tem autorização é um acesso de dentro da rede da Caixa. São pouquíssimas exceções de utilização de acessar a nossa rede fora das dependências da Caixa. Fora da nossa *intranet*. São poucas autorizações, são raras.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Muito bom, Sr. Presidente. Obrigado.

SRA. CLARICE COPPETTI – Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Juvêncio.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Dra. Clarice.

SRA. CLARICE COPPETTI – Pois não.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Tanto a Caixa Econômica , como o Banco do Brasil e os CORREIOS são três instituições de grande credibilidade perante o povo brasileiro, grande credibilidade. É por isso que tem uma indignação, por exemplo, do Senador Wellington e indignação de todos nós. Porque não violentou apenas o segredo bancário, violentou a imagem da Caixa Econômica , a imagem do sistema que está montado aí, que é de extrema necessidade para a proteção do brasileiro. Isso é grave demais. E o pior, um homem como o Sr. Mattoso, que é o Presidente, devia ter consciência disso. A Senhora, que é amiga dele há muito tempo, conforme a Senhora disse que o conhece e em razão disso que ele levou a Senhora para lá. Ele é acostumado a bajular fácil? A mentir fácil? A ceder fácil quando ele precisa ascender um cargo? Porque ele demonstrou isso. Demonstrou exatamente isso. Fragilidade de comportamento, de caráter. Porque ou ele atendeu um pedido do Ministro ou ele foi bajular espontaneamente o Ministro. Não tem outras duas interpretações. Ou seja, uma, ou seja, outra, ele revelou uma pessoa fraca. Agora, a Senhora que sempre manteve assim esse contato com ele, ele foi sempre assim? Ou foi excepcional essa conduta?

SRA. CLARICE COPPETTI – Não estou aqui para avaliar a conduta. Não tenho estatura para tanto do ex-Presidente da Caixa. E quero lhe dizer, Senador que ele não me levou para lá, ele me convidou por me conhecer. Por conhecer o meu currículo e a minha capacidade técnica. O Presidente Mattoso, nesses três anos, isso pôde ser visto ontem ao se despedir dos empregados da Caixa, a sua saída de lá deixou um grande feito para a Caixa Econômica Federal na área internacional em diversos outros projetos que foram implementados. Ele brigou diversas vezes e defendeu essa empresa. Isso que eu posso declarar.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Não, mesmo porque com o emprego que tem, tem que defender a empresa sempre. Não pode deixar de defender.

SRA. CLARICE COPPETTI – Foi bastante aguerrida a defesa dele.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Agora o que foi feito é indesculpável, indesculpável. Demonstrou realmente fragilidade de caráter, não tem dúvida. Outra pergunta as decisões da Caixa, dentro do Governo do PT, atendia aos pedidos assim constantes do PT? Fazia algumas concessões partidárias? Porque essa foi evidentemente alguma concessão partidária, essencialmente partidária. Foi para favorecer o PT. Será que a Caixa Econômica , na administração do Sr. Mattoso, praticava atos como este, favorecendo o partido?

SRA. CLARICE COPPETTI – Não acredito, em hipótese alguma, que praticava. A Caixa, como eu já disse, é uma empresa centenária, uma empresa extremamente estruturada em comitês, em instâncias. Toda e qualquer aquisição, toda e qualquer projeto vem acompanhado, todo e qualquer voto no Conselho Diretor vem acompanhado de notas técnicas das mais diversas equipes, aqui o produto ou o serviço que está sendo adquirido ou será elaborado, que tem vinculação. Eu desconheço qualquer tipo de ingerência seja de que partido dentro da Caixa Econômica Federal.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Nós respeitamos muito a Senhora, a Senhora está sendo muito espontânea. Veio inclusive sem nenhum Mandado de Segurança, tem um *habeas corpus* aqui, eu acho isso raro nesse momento aqui agora de tanta mentira. As pessoas chegam aqui para mentir e já vem com *habeas corpus* na mão, para não mentir já vem com *habeas corpus* na mão. E a Senhora veio sozinha, nós temos que elogiar a atitude da Senhora. Mas tem tanta mentira que passa por esta CPI que nós arrepiamos quando fala que aquilo não é verdade, que aquilo não aconteceu. A gente não sabe. Entrou numa vala comum a mentira que nós já não acreditamos em praticamente mais nada. Mesmo porque, a Caixa Econômica , nessa questão da Gtech, recebia a visita de Buratti, de Waldomiro Diniz, iam tanta gente que só está envolvido nesse jogo terrível que é o lotérico, que é de valor imensurável financeiramente e que chega até trazer para a Caixa Econômica esse incômodo de ter que justificar toda hora tecnicamente que não teve nada a ver com a Gtech. Muito embora ela estivesse lá dentro tanto tempo, embora a Caixa Econômica fazendo tantas iniciativas judiciais, mas mesmo assim, fica aquela dúvida. E fica a dúvida porque pela primeira vez estou tendo dúvida da Caixa Econômica , pela primeira vez, justamente porque houve uma fragilidade de caráter do seu Presidente. E mancomunado com alguém mais da própria Caixa Econômica . É só essa, Dra. Clarice, desculpe a minha sinceridade.

SRA. CLARICE COPPETTI – Não há de que, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Dra. Clarice. A grande verdade é que infelizmente para a história foi exatamente o partido de V.Sª. que com esse ato enlameou a história da Caixa Econômica . A história da Caixa Econômica tem uma tradição de cem anos, está manchada por um ato impensado. Não sei se individual ou se coletivo. Mas é um ato que deixa grandes seqüelas na história da Casa porque quebra a sua confiança. Mas a primeira pergunta que eu queria fazer, aliás ela vem do *blog* do *Noblog* de 14:30, o que mostra que a TV Senado está fazendo com que o Brasil todo assista. Por que é que somente depois do depoimento do caseiro é que a Caixa considerou atípicos os seus depósitos? Já que esses depósitos foram feitos, segundo a informação do próprio *blog*, entre o mês de janeiro e fevereiro?

SRA. CLARICE COPPETTI – Sr. Senador, eu posso lhe dizer o que foi nos dado conhecimento ontem, que havia rumores de uma movimentação atípica e o Presidente da Caixa agiu por bem informar às autoridades competentes sobre essa movimentação atípica. Isso foi nos informado ontem, não sei, desconheço procedimentos anteriores.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas só após o depoimento do rapaz?

SRA. CLARICE COPPETTI – Eu não tenho certeza, Sr. Senador, quando é que foi esse depoimento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Corre uma informação de que na realidade não foi só feita uma quebra de sigilo bancário desse rapaz não, foi feita uma em Brasília e outra em São Paulo. O que é que a Senhora sabe a respeito já que é da área de Tecnologia?

SRA. CLARICE COPPETTI – A conta corrente de um cliente, ela é única. Nós temos bancos de dados distribuídos nos nossos sites de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Temos, obviamente, backup e a conta do corrente é única, é aqui em Brasília. O extrato que nos foi fornecido na noite de terça-feira, que chegou às mãos da Comissão Interna de Apuração, na quarta-feira pela manhã, tinha um código que dizia que era Brasília. Isso eu posso lhe afirmar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não há a segunda retirada de conta feita por São Paulo?

SRA. CLARICE COPPETTI – Eu desconheço até esse momento essa questão, Senador. Nós estamos auxiliando a Comissão Interna de Apuração referente a um extrato que nos foi fornecido na quarta-feira de manhã à equipe técnica que está assessorando o caso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Quando a Senhora soube, oficialmente, ou informalmente, da quebra desse sigilo?

SRA. CLARICE COPPETTI – Exatamente na sexta à noite, se não me engano, saiu num *blog*, não, num *blog* não, num site, algumas pessoas começaram a me ligar se eu tinha, se eu sabia de alguma coisa ou se não sabia de nada. Não podia supor nada naquele momento. E na segunda-feira, obviamente, no final de semana, saiu a revista ÉPOCA colocando algumas coisas. E na segunda-feira, quando nós estávamos já na empresa, o primeiro dia útil, dia 20 de março, discutimos a questão com alguns Vice-Presidentes e o Presidente, em seguida, nos comunicou, comunicou inclusive numa nota à imprensa que está, que tinha aberto uma Comissão Interna de Apuração.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pessoalmente a Senhora, como Diretora da Caixa e responsável, uma vez que é um colegiado, que providências tomou?

SRA. CLARICE COPPETTI – Na segunda-feira, pela manhã, eu já me reuni com toda a minha equipe. Tinha Diretor, tinha superintendentes, gerente Nacional, pedi atenção máxima. Ela já existe, mas eu reforcei atenção máxima na preservação de todos os dados e que aguardassem a convocação imediata da Comissão Interna de Apuração que certamente demandaria o nosso trabalho, já que normativamente, nós somos suporte técnico nas questões de tecnologia da informação às comissões internas de apuração. Reuni-me também, na terça-feira, com a equipe de segurança de informação para verificar se já haviam contatado, se a Comissão já havia contatado isso já havia acontecido. E estávamos já, com todos os procedimentos de backup dessas informações não só de um dia ou de um horário, mas de um período bem maior até porque não tinha, até aquele momento, eu torno a repetir, o extrato da revista só chegou à Caixa na terça, 9 horas da noite, num envelope lacrado entregue para a Assessoria de imprensa. Na manhã seguinte, quarta-feira, dia 22, foi entregue esse envelope lacrado à Comissão Interna de Apuração. Só naquele momento os profissionais, os técnicos da Caixa tiveram a informação do que é que se tratava.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Quem é que exerce função correlata da Senhora, que a Senhora exerce na Caixa Econômica no Banco do Brasil?

SRA. CLARICE COPPETTI – No Banco do Brasil, com funções também sobre a área de logística é o Vice-Presidente, Cerqueira César, profissional que vem do mercado, já trabalhou na Bolsa de Valores, na Bolsa de Mercadoria de Futuro, na BM&F, em São Paulo, tem, acho que, acredito uma passagem inclusive por outros Bancos, não tenho bem certeza.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Inclusive com atuação sindical. É um profissional conhecido.

SRA. CLARICE COPPETTI – Sindical eu desconheço, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agora, em algum momento, o Banco do Brasil foi, se solicitou ao Banco do Brasil apoio ou ajuda no sentido de desvendar o mais rápido possível?

SRA. CLARICE COPPETTI – Em nenhum momento, Senador. Posso lhe afirmar isso em nenhum momento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nenhum funcionário do Banco do Brasil foi convidado a vir à Caixa trocar idéias nessa reunião de terça-feira?

SRA. CLARICE COPPETTI – Desconheço totalmente essa informação. Não partiu, em hipótese alguma, da Vice-Presidência de tecnologia da informação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vamos falar agora um pouquinho sobre o PC conectado. Eu gostaria que a Senhora nos dissesse, em poucas palavras, o que é o PC, um programa da sua área, o que é o PC conectado?

SRA. CLARICE COPPETTI – Caro Senador, peço desculpas, mas esse é não é o programa da minha área, o computador para todos que eu creio que o Senhor está se referindo, é um programa do Governo Federal, que articulou a indústria, inclusive, montadora de máquina, articulou financiamentos para criar um programa no Brasil para que as famílias adquirissem um computador com conexão inclusive à internet, a valores mais baixos. Uma configuração mínima exigida. Isso que eu tenho conhecimento. Não é da minha área, esse é um programa do Governo Federal com a indústria brasileira.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas é de Caixa, não é? Qual é o financiamento da Caixa para esse programa?

SRA. CLARICE COPPETTI – A Caixa, como também o Banco do Brasil, tem um programa, tem uma destinação de uma verba do FAT para dar o crédito para os seus clientes e para os não clientes que forem até às redes de varejo adquirir esse computador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Quanto já foi financiado?

SRA. CLARICE COPPETTI – Eu não acompanho diariamente, caro Senador. Mas eu acredito, eu não tenho bem certeza, mas eu acho que a gente já passou de que... Uns cinco milhões. Eu não tenho esses dados. Posso lhe mandar. Tenho toda, todo o interesse e a intenção de mandar isso. Peço que a área de crédito, amanhã mesmo, ou hoje ainda, lhe encaminhe essas informações.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Esse programa é dirigido diretamente do Palácio do Planalto?

SRA. CLARICE COPPETTI – Eu desconheço se é dirigido diretamente. Esse programa é um programa articulado com diversos Ministérios. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Acredito eu que Ministério da Educação, Ministério da Fazenda. Ministério da Ciência e Tecnologia, é um programa que foi formatado...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É um grupo de trabalho?

SRA. CLARICE COPPETTI – Eu acredito que tem um grupo de trabalho, eu não sei se ele é normativo ou não. Desconheço isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O porquê da escolha ter recaído sobre a Caixa Econômica como agente financeiro do programa?

SRA. CLARICE COPPETTI – Não foi somente a Caixa Econômica . Pela questão da destinação de verbas do FAT, a Caixa e o Banco do Brasil são operadores nesse sentido, e estão dando crédito nas condições que o programa exigiu.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, vou encerrar muito satisfeito com as respostas que ouvi. E acho, sinceramente, que diante do que foi dito aqui, essa Comissão tem o dever de apressar o mais rápido possível a convocação do Sr. Mattoso a esta Casa. Hoje já ex-Presidente da Caixa Econômica Federal. Por ter mentido na CPI. Perdão, na CPI não, por ter mentido na visita que os membros dessa Comissão, é o mesmo, *(soa a campainha).* Mentiu para a CPI, certo? Eu acho que isso é um fato da maior gravidade e que tem e deve ser apurado. Não conheço pessoalmente, não conheci, nunca tive convivência com o Sr. Mattoso até passava uma boa impressão, mas diante desses fatos é lamentável. E o fato mais grave é que pelo que diz aqui a Dra. Clarice, ele enganou aos próprios colegas de Diretoria da Caixa Econômica . E não são colegas de serviço não, de eventual, de colegiado, de Caixa Econômica não. São colegas que na sua grande maioria veio da administração Marta Suplicy, do Governo de São Paulo. São companheiros de amizade que lá se vai tempo. E ele não tinha o direito de fazer isso. Nem com o Brasil nem com os seus amigos. Deixou a todos em uma situação difícil, numa situação delicada e quando, e aí eu vejo a revolta do Senador Salgado. Esperava até que ele fosse fazer como tem sido tradição aqui nessa CPI, uma intervenção doce, mas ele fez jus ao sobrenome, revoltado que estava pelo fato também de ter sido ludibriado. Esse é um fato da maior gravidade e que mostra um pouco o porquê de que todo o cuidado é pouco no trato dessas questões. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu começo a fala, Sr. Presidente, com a fala do Senador Wellington Salgado que, de fato, compartilho de V.Exª. do mesmo sentimento externado. Não que a gente tenha feito um relato não verdadeiro para a CPI, nós fizemos um relato verdadeiro, detalhado de tudo o que aconteceu naquela nossa reunião, no vigésimo primeiro andar. Mas, como V.Exª. colocou, nós nos reunimos lá com o Presidente, com toda a Diretoria e a Dra. Clarice também estava lá presente. E, de fato, o que realmente aconteceu é que o Presidente da Caixa Econômica Federal não nos contou a verdade. Ou em outras palavras, mentiu para nós que estávamos lá como Sub-Comissão da Comissão Parlamentar de Inquérito. Então era a própria CPI que estava lá representada nas nossas pessoas.

E o fato de ter mentido é um fato grave, muito grave. Mas nós, naquela hora, não sabíamos que ele estava mentindo, na verdade. E relatamos na nossa saída, para os meios de comunicação também, e para a própria CPI, aquilo que tinha acontecido na reunião.

Agora, eu também diria o seguinte, que o que é que deveria acontecer em função da mentira, não é? Eu digo que o procedimento foi correto do Presidente Lula de, imediatamente, tomando conhecimento, demitir o Presidente da Caixa Econômica . E que os processos judiciais, policiais, investigatórios em relação ao caso continuem para se saber a extensão daquilo que aconteceu. Então, eu diria que a reação foi bastante adequada, não é? Quer dizer, o procedimento, não teria outro. V.Exª. se fosse Governador ou Prefeito e tomasse conhecimento de um fato desses, sob pena de ser cúmplice no procedimento errado, ilegal, antiético e tudo o mais, quer dizer, tem que se demitir e fazer a investigação.

E, ao final da investigação, ver se foi um procedimento isolado, procedimento junto com outras pessoas, enfim, saber em detalhes o que aconteceu. Agora, para a Caixa Econômica isto, para a instituição Caixa Econômica também isto é fundamental porque o que nós queremos e foi ressaltado por todos os Parlamentares que me antecederam e que é o desejo da sociedade

brasileira, é que a instituição Caixa Econômica seja preservada pelos seus 145 anos de existência, se não me engano. 145 anos e pelos seus serviços que vem prestando para a sociedade brasileira como uma instituição adequada. Pode ter havido, sempre há problemas nas instituições financeiras e todas, sejam privadas ou públicas, não é? Agora a gente tem que ver sempre como é que se lida com esses problemas.

Então, neste caso específico do Presidente, houve um problema, mas isso não quer dizer que vamos jogar a culpa na instituição Caixa Econômica . Não é, não tem porque. Então eu até diria para o povo brasileiro que quando surge um problema dessa natureza, a instituição, se aproveitar bem o episódio pode até se fortalecer na seqüência para criar mecanismos, eventualmente, ainda mais seguros que permitam realmente o sigilo. Agora, colocar-se a culpa no Presidente Lula também em relação a isto, eu acho que também é um disparate absoluto. Porque ele próprio disse que ele estava, ainda em relação ao Ministro Palocci, ele mesmo disse, enquanto a situação era da casa e tal, que já havia a dificuldade desse confronto de opiniões do Ministro com os depoimentos que tivemos aqui. Mas, de acordo com o que os meios de comunicação colocam, ele havia perguntado para o Ministro se havia algum conhecimento, alguma dúvida. E ele próprio, Presidente declarou, tanto quanto eu tenha lido que houve uma quebra de confiança. O que é que um Presidente tem que fazer? Demitir. Não tem porque demitir, apesar, como V.Exª. colocou e muitos na sociedade reconhecem da mesma forma, os méritos do profissional na condução da política econômica. Mas isto eu diria que tem que haver uma convergência, uma simbiose entre o profissionalismo e a ética, sem dúvida alguma. Você tem que ter uma combinação para trocar, tocar áreas tão sensíveis dentro de uma economia como é a área da Fazenda, a área econômica e assim por diante. Então, a atitude do Presidente Lula, eu diria, é correta. Não podia ter outra atitude. E ele ser criticado também por este fato, quer dizer, ele demitiu e as pessoas têm que investigar. Aí a gente entra neste campo da investigação também. Mas será que está sendo investigado? Eu sempre digo para a sociedade brasileira: "Olha, assim, a conquista da transparência, a conquista da ética é um processo no qual não só o Governo tem que estar envolvido, mas todos nós como sociedades têm que estar. Não é patrimônio de um ou de outro, tem que ser um patrimônio de todos nós". Mas se nós olharmos nesse sentido, o Ministério Público pode chegar lá? Pode. O Ministro, o Presidente tomou várias atitudes, entre as quais, três anos atrás, indicar o Procurador da República que a própria categoria pedia, exigia que foi o doutor Cláudio Fonteles. Ao mesmo tempo, ampliou, significativamente, o quadro da Polícia Federal. A gente tem o portal da transparência, bolsa-família, hoje em dia. A pessoa pode chegar lá no portal, olhar nome, endereço, CPF, se está recebendo, se não está. Quer dizer, acessa aquilo no mesmo momento. A Controladoria Geral da União, que é o Dr. Valdir Pires também, também está fazendo um trabalho aí de acompanhamento das contas dos municípios. Então, nesse sentido, as alternativas vem sendo construídas e a gente precisa, na verdade, ter assim, esta questão de realmente criar as condições para que a sociedade possa acompanhar. Nesse sentido, até eu acho, quer dizer, vendo tudo isso, o Ministério Público, a Polícia, Controladoria, Portal da Transparência, Conselhos e tal, quando o pessoal começa a falar em "aparelhamento do Estado", eu penso: "Eu acho que é aparelhamento da sociedade" para que a sociedade tenha condições de acompanhar tudo isso. Nunca se deu uma ênfase tão grande, apesar dos problemas levantados, nunca se deu uma ênfase tão grande de se criar condições para se acompanhar o que está acontecendo. Então, eu compartilho assim, com o que V.Exª. colocou. Eu acho que isto tem que ser visto e mesmo na Caixa Econômica , não é? Se nós olharmos a Caixa Econômica , depois infelizmente aconteceu. Mas para o povo saber que tem que acreditar na Caixa Econômica . Tem que ver que é uma instituição séria.

O que a Dra. Clarice colocou aqui foi exatamente o que aconteceu na reunião. Quando nós fomos lá falamos com o Presidente. E eu me lembro que a Senhora mesmo colocou, não disse que era impossível de se conseguir, como o Senador Álvaro Dias colocou antes. Ela não disse que era impossível de se chegar ao autor, ela disse: "Olhe, nós precisamos -exatamente o que foi colocado- precisamos ter o documento, precisamos ver. Nós nem sabemos o que aconteceu, como me parece a que Diretoria não sabia o que tinha acontecido". Vamos chegar à conclusão, claro que vamos, mas V.Exª. mesmo colocou Senador Wellington, dizendo: "Não dá para ser de hoje para amanhã porque se descobre quem fez isso tem que ter um jurídico". Até a palavra jurídico foi levantada por V.Exª. Não dá para chegar a uma conclusão, lançar o nome, (soa a campainha). Depois, este nome, processar, na verdade, o Governo Federal e a Caixa Econômica . Há procedimentos que têm que ser tomados. Então, nesse sentido também, eu acho que, quer dizer, o prazo que se deu de quinze dias. Até na Época foi dito, no máximo quinze dias, no máximo quinze dias, podendo ser menos, mas para fazer essa investigação toda também não só indicar o nome.

Mas, de qualquer forma, a gente, acho que o que a sociedade também pensa é que, eu acho que

todos nós temos que ter na, verdade, vergonha do que aconteceu. Isso tem que ficar muito claro. Agora, tem que se ver as atitudes que foram tomadas. E eu diria, as atitudes do Presidente Lula foram adequadas. Demite-se, demite-se um, demite-se outro e investiga-se. Quer dizer, o que mais fazer? Tem que esperar a investigação. Agora, enaltecer a Caixa Econômica também, no episódio da Gtech. Nós investigamos a Gtech, tivemos "N" reuniões sobre Gtech aqui, e vimos as barbaridades que aconteceram em termos de Gtech nesses anos todos, atuando no Brasil durante dez anos sem nunca ter uma licitação.

Agora nós estamos num ponto em que, pelo relato que a Dra. Clarice acabou de fazer, nós já dispomos de todos os meios de conhecimento para que isto seja propriedade nossa. Quer dizer, isto é fundamental também. Há um avanço extraordinário. Os balanços da Caixa Econômica como foi dito no relato dela, poucos anos atrás, a Caixa não chegou a publicar o balanço. Imagina uma instituição, Caixa Econômica Federal, chegar ao final do ano e não publicar o seu balanço. Por que é que não publicou? O que aconteceu? O que estava acontecendo? Quando em 2004, 2005, a instituição, Caixa Econômica Federal, publicou os balanços sem ressalvas, não é? Quer dizer, sem ressalvas da auditoria. Então, 2004/2005, esses dois últimos anos. Então, nesse sentido há todo um trabalho que tem que ser enaltecido, quando nós tivemos aqui ainda há pouco tempo atrás o depoimento do pessoal da Serpro, não é? Dizendo que havia corrupção, que havia mensalão dentro do Serpro no sentido de dar o dinheiro, está nas notas taquigráficas aqui da CPI. Mas nem por causa disso vamos dizer que a Serpro é corrupta. Quer dizer, identificou-se, identifique-se a pessoa, puna-se a pessoa e toque-se o órgão para frente.

A mesma coisa em relação à Gtech, nós não vamos dizer que a Caixa Econômica instituição, em função dos episódios, tanto que o Senador Garibaldi Alves identificou pessoas e tal. E, no relatório, pediu o indiciamento de pessoas não da instituição. Não tem cabimento. Então, ao mesmo tempo se dizer que o PT enlameou. Eu acho isso de um absurdo! Essa generalização que acontece no Brasil, eu diria: Olha, tem que acabar com isto, não é? Porque acontecer um episódio na Caixa, ou acontecer um episódio, nem porque a Gtech estava lá, a gente vai dizer que quem estava lá, o Ministro da Economia que tenha culpa nesse processo. Mas, dizer que o PT enlameou coisa assim, é uma generalização absurda, infundada, não é, contra a qual todos nós, que somos, não só do PT mas da sociedade, a gente tem que separar as coisas para ver realmente que as pessoas culpadas na verdade sejam punidas.

E mesmo a observação: Como é que V.Sª. vai ficar num Governo que desserve a democracia? É de um absurdo esta afirmação, não é? Do aparelhamento do Estado que desserve a democracia, quando nunca se criou tantos mecanismos, em termos de Brasil para, justamente, buscar essa transparência. Essa Polícia Federal mais atuante, o Ministério Público mais atuante para que possa assim, na verdade, aprimorar. Porque isso não é patrimônio. Nós todos temos que nos preocupar com esses aspectos todos.

Então, eu só gostaria na, verdade, de dar esse depoimento mais para reforçar o que nós vimos semana passada. Ouvimos semana passada, porque não pude estar na reunião seguinte, aqui na CPI para fazer junto com V.Exª. o relato da reunião, mas colocar de uma maneira clara, também como, acho que hoje ficou claro também pelo depoimento e pela fala da depoente também, no sentido do que transcorreu naquela reunião e dizer que o Brasil tem que pensar que é um Presidente de uma Caixa Econômica , agiu errado, inadequadamente, ilegalmente. O problema com a nossa CPI foi que mentiu para a CPI. Então a gente tem que deixar claro. E o que é que acontece com tudo isso? Demita-se. Está demitido. Tem que demitir e investigar. Quer dizer, tem que acontecer isto e temos que, a partir desses episódios, que isso nos sirva de lições para que nós possamos ter uma construção de instituições cada vez melhores.

Quero enaltecer também o depoimento da Dra. Clarice, que foi bastante segura, eu acho também. Procurou relatar o que de fato aconteceu naquilo que nós pudemos acompanhar. E dizer que eu acho que tudo isso realmente tem que nos levar a um Brasil melhor, que é o desejo, sem dúvida alguma, da sociedade e do Presidente Lula. Tem certeza absoluta que o Presidente Lula deve estar dizendo: Por favor, não me criem mais tanta confusão por aí, não é? Por que a Deputada que, não foi o Presidente Lula, certamente, que pediu para a Deputada dançar no Plenário, não é?

(risos)

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas, sem dúvida alguma, toda a crítica está indo para cima do Presidente Lula. Tenho certeza absoluta que não foi o Presidente Lula que disse: Oh, vai quebrar o sigilo bancário lá do fulano! Mas o pessoal, alguém teve uma idéia maluca, totalmente maluca, doida, de quebrar o sigilo bancário ao arrepio da Legislação. Não, é culpa do Presidente Lula. O que o Presidente Lula pode fazer? Demitir a pessoa e estabelecer que a investigação apure até o fundo o que aconteceu. E quem tem a culpa em Cartório que pague por isso, não é? E que o Governo continue, como vem atuando, a favor do desenvolvimento econômico, a favor de uma justiça social

e fazendo as boas coisas que vem fazendo até hoje, não é? E que estes episódios todos. Porque às vezes eu digo: Não são maiores do que episódios anteriores e muitas vezes eu sou criticado porque o pessoal acha que eu quero comparar. Eu sempre digo que se tiver um real desviado já é um episódio grande, não é? Mas anteriormente não puderam ser investigados episódios de bilhões de reais, não é? Infelizmente. Mas que esses episódios nos levem à construção de uma sociedade melhor. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador. E concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu vou procurar ser rápido, Presidente, visto que a hora já vai longe e a Dra. Clarice deve estar cansada. Mas, preliminarmente, eu queria cumprimentar a Dra. Clarice porque houve a idéia de que ela poderia solicitar um depoimento reservado. O que seria natural, Dra. Clarice, não tinha nenhum problema. Mas V.Sª. resolveu fazer o depoimento, trazer ao conhecimento desta Comissão o que estava, o que está dentro dos limites da sua competência como Diretora da área técnica. E eu acho inclusive, não se serviu de nenhum mandado judicial que impedisse da Senhora colaborar da melhor forma possível com esta Comissão e, principalmente, com o Sr. Relator. Eu acho que isto deve servir para enaltecer a figura de agente público da Senhora. A Senhora é funcionária de carreira, não é?

SRA. CLARICE COPPETTI – Não, Sr. Senador. Não sou do quadro da Caixa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não é? Qual é, a Senhora teve alguma outra atividade pública?

SRA. CLARICE COPPETTI – Tive, tive diversas. Eu tive a oportunidade de, no início desta sessão, de falar um pouco da minha experiência tanto...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A Senhora desculpa que eu fui...

SRA. CLARICE COPPETTI – Acadêmica. Não, claro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Fui presidir uma outra Comissão.

SRA. CLARICE COPPETTI – Eu é que faço questão obviamente de passar essas informações.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Agradeço-lhe.

SRA. CLARICE COPPETTI – Desde a minha formação acadêmica em Economia pela PUC do Rio Grande do Sul, a minha pós-graduação em Gestão Estratégica da ATI e também a minha, meu estudo fora do país como bolsista do Instituto Ítalo Latino-americano. Eu já trabalhei, peguei os últimos dez anos até para não termos um tempo muito longo porque trabalho há bastante tempo já, mas já fui gerente de projetos da Secretaria do Planejamento Municipal, em Porto Alegre. Fui Diretora Comercial da Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul, e sob a minha gestão também estava a área Administrativa e Financeira e estou na Caixa desde fevereiro, 23 de fevereiro de 2003.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Muito obrigado. Muito gentil.

SRA. CLARICE COPPETTI – Pois não, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu, sem dúvida, vou ler todo o depoimento da Senhora pelas notas taquigráficas que foram colhidas por determinação do Sr. Presidente. Agora, ali a Senhora disse que esta comunicação da movimentação atípica dá um indicativo claro que o sigilo foi quebrado, porque senão, como é que iam chegar à conclusão de que essa movimentação era atípica do Nildo? Essa comunicação foi anterior a, a publicação na revista da quebra de sigilo?

SRA. CLARICE COPPETTI – Eu não tenho conhecimento, Sr. Senador, essa questão é tratada.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não sei se alguém perguntou para a Senhora isso.

SRA. CLARICE COPPETTI – Perguntou aproximadamente, questões desse tipo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque, Sr. Relator se chegar a conclusão que havia uma movimentação atípica é porque ela foi examinada. Então a minha pergunta virá da resposta da Senhora uma outra.

SRA. CLARICE COPPETTI – Eu não tenho conhecimento de que horário, especificamente, foi enviado as informações ao sistema formulário de movimentação atípica do Banco Central. Isso são informações sigilosas, não é? Então eu não tenho esse conhecimento. O que eu posso dizer é que o fato que nos foi relatado, dentro da Caixa é que foi solicitado o extrato porque tinha já essa, vamos dizer assim, essas considerações acerca de uma movimentação atípica e o ex-Presidente da Caixa tomou as providências de, cumprindo a Legislação, cumprindo os normativos, encaminhar. Eu não tenho, eu não acompanho diretamente esse processo, mas eu tenho certeza que as nossas equipes técnicas podem fornecer isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Alguns Diretores de Banco que estão depondo ou na CPI dos CORREIOS ou aqui diz que há um setor responsável para análise de movimentação bancária e quando há suspeita para comunicar ou o BANCO CENTRAL ou o COAF. Esse foi um dos casos?

SRA. CLARICE COPPETTI – Sim, Sr. Senador. A Caixa, que é uma informação que não é nenhuma, nenhum procedimento incorreto, já informou mais de cinqüenta e cinco movimentações atípicas ao sistema.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sim porque a Senhora pegar...

SRA. CLARICE COPPETTI – E analisou uma centena de outras que não foram informadas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Dra. Clarice se a Senhora analisar a movimentação bancária da CPI dos CORREIOS, tem mais de 200 ou 300. Então 55 não representa nada dentro de uma estrutura de milhares de movimentações que foram feitas e o COAF não tomou conhecimento de vários deles. Então é um problema que a gente está procurando demonstrar que foi um caso especial em razão do depoimento que ele fez ao ESTADO DE SÃO PAULO. Então em decorrência procuraram investigar de quem se tratava e foram no setor econômico. É claro, eu perguntei isto porque há algumas denúncias, inclusive nestes blogs, que a informação teria saído da RECEITA. Como o Senador falou do Serpro, eu pergunto se a Senhora teria ouvido qualquer coisa que a Receita foi a primeira a comunicar a Caixa, com o pagamento do CPMF teria mostrado a movimentação financeira dele?

SRA. CLARICE COPPETTI – Não, Sr. Senador, a respeito disso. E aproveito para complementar que dentro da Caixa existe uma área capacitada, qualificada que analisa estatutariamente, inclusive que analisa todas essas movimentações atípicas e o número que eu dei de 55 comunicações foi somente esses dois meses e meio, quase três meses do ano. Tem uma série, eles é que dominam os critérios, são profissionais do quadro da Caixa, qualificados e nomeados para isso. E muitas são analisadas e não são comunicadas porque, enfim, as dúvidas todas são tiradas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pergunto...

SRA. CLARICE COPPETTI – Eu desconheço como o processo funciona exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu pergunto a Senhora quem é o responsável por essas comunicações? Deve ter um responsável, deve ter um responsável técnico, mas alguém é responsável por elaborar a informação e enviar ao órgão competente?

SRA. CLARICE COPPETTI – É, tem um Comitê de Estatutário, de prevenção à lavagem de dinheiro. Eu não sei se é o Presidente do comitê que comunica ou é a área de Controles Internos da Caixa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A Senhora teria o nome dos dois?

SRA. CLARICE COPPETTI – É Superintendência de Controles Internos, eu não lembro o sobrenome, mas é o doutor Rafael, o Superintendente. Eu não lembro o sobrenome.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu pediria, Sr. Relator, eu vou formalizar mas que ele nos desse o prazer de vir aqui explicar como é que foi feita essa comunicação de movimentação atípica. Por que é que ele chegou a essa conclusão? E por que essa velocidade em aprovar esta remessa? Que eu acho que a Senhora não tem condições de explicar...

SRA. CLARICE COPPETTI – Perfeitamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pelo menos é o que eu estou entendendo aqui.

SRA. CLARICE COPPETTI – Até porque eu não conheço. Senador, eu não conheço o limite do que é que é sigiloso ou...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, eu estou apenas aceitando a colaboração da Senhora e...

SRA. CLARICE COPPETTI – Obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com todo o respeito, o que a Senhora não puder responder também não há nenhum constrangimento. Então eu já pus aqui o responsável pela área. E esta reunião que a Senhora esteve. Duas reuniões. A primeira com Senadores onde ficou claro, pelo depoimento que eles fizeram hoje, que contrariou o relatório que apresentaram ao retorno da visita à presidência da Caixa, da qual a Senhora participou. Da segunda reunião em que foi o Presidente Mattoso com os Diretores da Caixa para comunicar o que aconteceu no seu depoimento. É isso mesmo?

SRA. CLARICE COPPETTI – Não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A Senhora fez referência que ele explicou o que aconteceu.

SRA. CLARICE COPPETTI – Não, uma coisa...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Foi o que eu ouvi aqui, se eu entendi mal a Senhora poderá me corrigir.

SRA. CLARICE COPPETTI – Vamos ver seu e consigo esclarecê-lo, Sr. Senador.

(soa a campainha)

SRA. CLARICE COPPETTI – Na terça-feira, dia 21, esteve, estiveram conosco três Senadores aqui pedindo, enfim, celeridade à Caixa na apuração dos fatos. Isso foi um evento em que foi relatado e gerado, acredito eu, um relatório aqui para essa Comissão. E a outra coisa foi ontem, no final do dia, início da noite, uma reunião chamada pelo Presidente Mattoso para comunicar aos seus Vice-Presidentes, à sua equipe a sua saída da Caixa e os motivos todos que levaram a essa saída.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Como é que os Senhores se sentiram em saber da primeira

reunião que ele disse que precisava de 15 dias para apurar, e na segunda explicando que ele tinha recebido o extrato bancário e tinha dado o destino ao Ministro e tal. Como é que os Senhores membros de uma administração que a gente sempre teve o maior respeito pela Caixa Econômica , como é que se sentiram intimamente? É uma pergunta subjetiva, mas talvez o sentimento possa ser transmitido pela Senhora, o que os outros também devem ter sentido. Porque, provavelmente, teve algum comentário posterior à reunião.

SRA. CLARICE COPPETTI – Eu posso lhe responder, sem dúvida nenhuma...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, mais um minuto que acaba o tempo, mas...

SRA. CLARICE COPPETTI – Sr. Senador, foi uma semana, semana passada foi uma semana muito intensa dentro da Caixa. Desde que aquela reunião com os Senadores. Nós falamos e eu confirmo isso, a Portaria que nomeou a Comissão Interna de Apuração dizia, no máximo até quinze dias. Porque o Senhor conhece bem os procedimentos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É uma sindicância para...

SRA. CLARICE COPPETTI – Mesmo que...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É um processo administrativo.

SRA. CLARICE COPPETTI – Nós chegamos rapidamente ao usuário, enfim, a esses registros a partir do momento que a gente recebeu, mais rapidamente, a partir do momento que a gente recebeu o extrato. Obviamente que a partir daí a gente chega a um usuário e a uma máquina física. Tem todo o processo, vamos dizer assim, do contraditório, do direito à defesa. E a Caixa, eu acho que tem, nesta questão, apesar da semana intensa que vivemos não foram poucas aí as reuniões, as emoções, o trabalho obstinado de todas as equipes, não é? Para esclarecer isso. E nós estamos, vamos dizer assim, finalizando esse trabalho e reportando tudo, a Comissão interna está reportando tudo à Polícia Federal.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A Senhora então acentua que em nenhum momento a Comissão se deixou pressionar para modificar qualquer tipo de busca da verdade?

SRA. CLARICE COPPETTI – É, do que eu tenho conhecimento, eu posso afirmar que não teve nenhuma, vamos dizer assim, pressão, nenhuma inclusive reunião com a Comissão. Isso é feito pelo Auditor Geral da Caixa, o contato com a Comissão. O contato da equipe de segurança da informação da Caixa e demais equipes da tecnologia da informação é feito direto com a Comissão. Nem passa pela minha presença, pela minha participação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, eu queria apenas, para encerrar, dizer que a Sub-Comissão que foi à Polícia Federal teve mais sorte do que a que foi à Caixa. Porque, eu participei da segunda, da visita à Polícia Federal, porque meu passado provavelmente o Presidente achou que podia somar a minha presença. Mas falando com o doutor Rodrigo Gomes, que é o Delegado que preside as apurações, ele foi muito claro, ele já tinha terminado de ouvir o Francenildo no depoimento que fez inicial, inclusive recebeu um pedido de investigar a movimentação atípica. Eu ponho atípica entre aspas porque eu acho que não foi atípica. Mas, que ele já tinha ouvido e deu a seqüência que tinha, havia intimado o Presidente Mattoso. Estava aguardando a vinda do advogado da Caixa com uma justificativa que fosse razoável, consistente e que ele pudesse acreditar. Caso contrário ele expediria outra intimação e faria a condução coercitiva do Presidente. Porque ele achava que não podia ser desrespeitado no cronograma que traçou a respeito da investigação. E tudo o que ele nos relatou, Presidente, está se confirmando. A urgência na busca da informação. Não deram as informações, deram nome, não deram endereço. Ele precisou montar diligência para ir atrás dos dois responsáveis. Em seguida, ele avisou que o *laptop* sumiu, não sabia onde estava. Foi levado para São Paulo, voltou. Está com a perícia hoje. Ele ouviu os dois e disse: A suspeita de indicar quem determinou já está a caminho. E hoje nós tivemos, ontem nós tivemos praticamente a elucidação de parte mais importante do caso. Então eu queria deixar aqui um voto de louvar ao Delegado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, o Relator tem uma...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pois não, desculpa.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – De quem era o *laptop*?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, o *laptop* é da Caixa.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É da própria Caixa?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É, um dos funcionários, ele procurou o *laptop* quando ouviu um dos funcionários que localizou inteligência, não foi por fornecimento de dados da Caixa. A Caixa forneceu o nome e não forneceu endereço e nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas o *laptop* estava, quem levou ele para São Paulo?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Um dos funcionários.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas qual é o nome? Já tem os nomes dos funcionários?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tem os nomes, tem tudo lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Qual é o nome do funcionário a Senhora tem?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu sei que ele vai mandar tudo para cá, os depoimentos, tudo eu pedi a ele, ele vai mandar tudo para o Senhor, porque eu não gosto de pegar muito documento, muita coisa ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A Senhora tem o nome dos funcionários? Só uma informação. Já tem o nome? Ele conseguiu?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tem os dois, têm.

SRA. CLARICE COPPETTI – O empregado usuário da máquina.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Por que é que a Senhora fala empregado e não funcionário, é terceirizado?

SRA. CLARICE COPPETTI – Não, não, na Caixa são empregados. A gente usa mais o termo empregados da Caixa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Esse nome já é público?

SRA. CLARICE COPPETTI – Pela própria condição contratual.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Esse nome já é público?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não é público porque foi visto na televisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Qual é o nome dele? Só por curiosidade.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É mais fácil, ela sabe.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Qual é o nome?

SRA. CLARICE COPPETTI – O empregado que estava sob a posse.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O primeiro de camisa vermelha é o? Foi levado...

SRA. CLARICE COPPETTI – Eu não conheço o de camisa vermelha, Sr. Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Conduzido ao depoimento na noite do pedido lá. São dois. Quais são os dois?

SRA. CLARICE COPPETTI – Não, o empregado que o nome está hoje inclusive na imprensa, que estava sob a guarda do *notebook* é um Gerente Nacional da Caixa, o primeiro nome dele é Jeter. Eu não conheço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Jeter. E ele mora em São Paulo.

SRA. CLARICE COPPETTI – Não lembro o sobrenome.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ele mora em São Paulo?

SRA. CLARICE COPPETTI – Eu não tenho essa informação, mas ele trabalha aqui na matriz em Brasília.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E ele está, ele costuma, a Senhora que tem relacionamento. Esse cidadão costuma ir a São Paulo para levar o seu *notebook* ou ele foi a serviço e a passagem concedida pela CEF se há diárias tiradas por esse motorista, ou melhor, motorista, para esse funcionário?

SRA. CLARICE COPPETTI – Sr. Senador, primeiro eu quero dizer que eu não tenho...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se a Senhora tem conhecimento. A Senhora não é obrigada a dizer...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ela poderá nos informar posteriormente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A Senhora não está obrigada a dizer que sabe, evidente, mas só saber se tem. Já houve ali, a Assessoria já mandou que dissesse depois. Eu tenho observado a Assessoria está fazendo bons gestos que poderia estar aqui ajudando. Não tinha problema. É um prazer, vocês são de casa. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A Senhora conhece o Ricardo Farah Schumann?

SRA. CLARICE COPPETTI – Desculpa, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele é empregado da Caixa.

SRA. CLARICE COPPETTI – Ricardo Farah Schumann, sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A Senhora sabe se ele estava envolvido nessa tirada do computador do extrato do menino, do Nildo?

SRA. CLARICE COPPETTI – Quando, ontem à tarde, no início da noite, o ex-Presidente da Caixa, Jorge Mattoso, nos relatou o ocorrido. Ele, em função de informar informações ao COAF sobre movimentação indistinta numa conta corrente, atípica, ele pediu ao seu consultor que verificasse se existia essa, essa possibilidade. Foi apenas essa informação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E o Jeter Ribeiro de Souza?

SRA. CLARICE COPPETTI – O Jeter Ribeiro de Souza é Gerente Nacional de uma superintendência lá da Caixa. Não tenho relacionamento com ele, não está afeto a minha área, mas sem dúvida devo ter encontrado ele em reuniões e apresentações de trabalho.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Os dois são indicados como tendo operado o computador para extrair, são os dois suspeitos que disseram que eram dois empregados da Caixa. Esses dois nomes são os que praticamente a Polícia Federal está, está ouvindo. E quem é a Senhora Sueli?

SRA. CLARICE COPPETTI – A Senhora Sueli é Superintendente de Gestão de Pessoas da Caixa, é uma empregada de carreira de, acredito eu, mais de 25 anos de empresa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E ela era chefe dos dois empregados que foram, estão sendo intimados e ouvidos pela Polícia?

SRA. CLARICE COPPETTI – O Senhor Jeter era Gerente Nacional nessa Superintendência.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Subordinado a ela?

SRA. CLARICE COPPETTI – Sim, ela era Superintendente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu acho que já...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Agradeço a Senhora também as informações.

SRA. CLARICE COPPETTI – Obrigada, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E concedo a palavra ao último orador inscrito, podendo ainda, o Sr. Relator fazer alguma intervenção. Nobre Senador Magno Malta. V.Exª., Senador Magno Malta, dispõe de dez minutos com a tolerância costumeira desse Presidente.

SRA. CLARICE COPPETTI – Senador.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Presidente, Dra. Clarice. Eu vejo assim com muita tristeza todo esse episódio. Aliás, desde a semana passada, quando a gente vê na televisão repetidas vezes essa imagem da Deputada Ângela dançando para lá e para cá. Eu até tive uma informação agora que tem um forrozeiro famoso que está dentro do estúdio gravando um o forró chamado "A dança do mensalão", e que vai fazer um grande sucesso. Até me fizeram a letra pelo telefone. "A dança do mensalão, meteram a mão e inocentaram o ladrão, Ângela Guadagnin, cuspiu em mim me chamou de Zé povinho, zombou de mim" é o refrão desse forró que vai e vai virar um sucesso doido o trem. Dança Zé povinho, a moda agora é ser ladrão, a dança do mensalão, Guadagnin zangou de mim. Disse que o forrozeiro está em estúdio. Essas coisas entristecem muito a gente, essas coisas. Uma imagem dessa, seja lá o que for. Mas por que digo, Dra. Clarice? Até porque sempre mantive o respeito pelo Mattoso, o trabalho que ele fez na Caixa tenho grandeza para reconhecer. O trabalho do Ministro Palocci, enquanto comandou a economia. Agora, veja só, a Bíblia diz que "um abismo chama outro abismo". O depoimento do caseiro, do Nildo, não ofendeu o Ministro em nada. Falou nada que pudesse desonrar o Ministro. Ele falou que viu o Ministro na casa. E o Ministro disse que não viu. No máximo, era a palavra de um contra a do outro.

Agora veja, quando o embate político começou, e eles souberam que o dono da casa era do PSDB. Fizeram uma viagem, na minha visão, na maionese, de que era hora de virar o jogo e chamar um outro partido para dentro. E não sei na cabeça de quem cabe, que um caseiro lava dinheiro. A não ser essas notas de dez ou é de vinte, ao que parece já é um plástico mesmo, essas notas de dez reais parece um plástico, ela dá para lavar mesmo, nota de dez reais, de vinte. E aí comete o crime, a atrocidade, a grosseria. Comportamento dos mais acintosos, acintosos que eu já vi na minha vida de invadir a privacidade. Ele podia ter sido o mais rico do Brasil. O mais remediado está errado. O mais simplório pior ainda.

E o Jorge, por quem tenho respeito e continuo tendo, tem uma história brilhante na vida dele, na minha visão teve um momento de fraqueza desnecessário. E aí ficam os Senadores questionando por que é que pediu 15 dias e tal. Pediu quinze dias porque um abismo chama o outro abismo. Era o tempo de criar uma história, criar uma história que pudesse justificar isso. 15 dias era só para isso, criar uma história. E eu lamento que nós tenhamos perdido um sujeito com a capacidade do Jorge, embora não concorde com a política de juros do Ministro Palocci, mas essa é uma política de Governo e aquilo que se propôs ele fez muito bem, há que se ressaltar isso. Que se perca agora a notícia que o menino do Tesouro, o Levi também. Veja o desmonte generalizado. O Portugal pediu também para sair. Veja que tsunami aconteceu por conta de uma irresponsabilidade. Troço sem raciocínio, as pessoas perderam a noção de tudo para poder fazer uma coisa como essa.

Eu não vou chover no molhado de fazer pergunta para a Senhora, as mesmas que já foram feitas. Até porque não tenho a menor necessidade. Conheço a Senhora, conversei com a Senhora. E imagino que tem coisas que a gente sente e não fala, mas a Bíblia diz que o "Espírito Santo é que perscruta o nosso interior,

é que sabe o que nós sentimos lá dentro", o que está dentro de nós é ele que sabe. E sabe Deus o que está no seu interior, na sua cabeça nesse momento, sabendo que seus filhos estão lhe vendo, a sua família está lhe vendo. E esse constrangimento de ter participado de uma coisa que, quem sabe. E eu, até que se prove o contrário, tenho que acreditar nisso, que a Senhora não participou desse planejamento, dessa discussão, vamos fazer, vamos acontecer. Porque, quem tem sombra de dúvida, aliás, quem tem mostrado uma realidade de enriquecimento ilícito nesse país muitas vezes se faz vista grossa. Agora imaginar que esse menino está lavando dinheiro com vinte e cinco contos numa conta é o troço mais grosseiro do mundo, que causa um dano dos mais tremendos ao país. Hoje os jornais internacionais todos dão conta dessa desgraça que se abateu por conta dessa infelicidade.

O meu registro, o meu registro é que como cidadão eu permaneço perplexo porque acho que passamos todos os limites. Eu que vou à Tribuna todos os dias para dizer que, no que diz respeito a segurança pública passamos dos limites, estamos vivendo um Estado de exceção. Eu agora passo a ter medo, passo a ter medo. Arrebentamos todos os limites. Onde é que nós estamos seguros? Onde é que nós podemos ter segurança? Quando se entra na privacidade e nas garantias individuais de um simples cidadão que nada fez contra o Ministro Palocci. E eu disse isso ao Ministro Palocci. Até a intervenção do Senador Tião Viana, Dra. Clarice, que apareceu uma bomba no primeiro momento, até a imprensa não noticiava mais, já tinha esquecido isso. Foi só a fala do Nildo dizendo que viu o Ministro e mais nada. Não tocou em honra dele, nada, nada, nada, nada. E as pessoas loucamente tomam uma atitude como essa, e nos colocam expostos de maneira que nós estamos hoje no noticiário internacional. E as nossas crenças abaladas no que diz respeito a nossa segurança individual enquanto cidadãos. Se nós temos direito ou não de expressar o que pensamos, o que sentimos, ou se temos que nos enclausurar pelo medo.

E eu confesso que essas coisas, para mim, como homem público, Senador Efraim, vai me esmorecendo na vida pública brasileira. Vai me fazendo recolher, me recolher porque começo a imaginar que parece que nós perdemos o bonde da história. Perdemos o bonde da história. Eu lamento que o Brasil esteja passando por isso. Lamento que quem construiu a história como Mattoso, pessoa que eu gosto, reafirmo, abraço, tenho o maior carinho e respeito por ele. Tenha cometido esse momento de fraqueza se com a conivência do Ministro Palocci, lamento pelo Palocci também se cometeu esse momento de fraqueza horrível, que trouxe esse dano extremamente nocivo à Nação Brasileira. Lamento mesmo. Gostaria de não estar vivendo esse momento. E aí, reafirmo o que disse o Senador (soa a campainha) Flávio Arns de que a instituição, a Caixa Econômica é uma instituição, não podemos dizer que foi a Caixa que é a instituição, a Caixa Econômica . Hoje, na verdade, uma violação por conta de troco político, enfrentamento, virada de jogo é a visão que eu tenho. E que deu no que deu.

Agradeço a Senhora, sua vinda aqui, disse que não faria qualquer tipo de pergunta, lhe conheço, conheço a sua história, sei que V.Exª. não foi tentada nesse momento e não articulou para que isso pudesse acontecer e que essa tentação, aliás, o crime cometido contra o Nildo, tenho dito que o crime só acontece porque o salvo conduto dele é a autoridade. Salvo conduto dele é a autoridade. Por ter vindo, ter participado, ter atendido, ter respondido e fica para todos nós um momento, um episódio nefasto, negro na história do Brasil que eu, sinceramente, enquanto cidadão espero que nunca mais se repita. Muito obrigado a Senhora. E meus cumprimentos.

SRA. CLARICE COPPETTI – Obrigada, Senador. Posso fazer uma consideração?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Claro, V.Sª. tem a palavra.

SRA. CLARICE COPPETTI – Sr. Presidente. Quero lhe dizer, com toda a franqueza, que não fui constrangida e que não participei, que não fiz nenhum ato ilícito. Quem me conhece sabe que eu prefiro perder uma batalha a transgredir. E quero dizer que não estou aqui para julgar os atos que foram cometidos. O fato, tenho certeza, que se propôs aquilo que o ex-Presidente da Caixa se declarou. Muito obrigada.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – E até gostei muito mais dele ter ido à Polícia Federal e dito assim: Eu estive com ele na mão, entreguei para o Ministro do que continuasse mentindo a cada dia. Porque para se justificar uma mentira se tem que inventar uma maior. Para se justificar mentira tem que inventar uma maior. Um abismo chama outro abismo. E ele ter tido a coragem de dizer logo: Peguei. A cadeia foi essa. Entreguei ao Ministro. Embora vivendo esse momento negro, mas pelo menos a gente começa a trabalhar para virar essa página negra da história do Brasil.

SRA. CLARICE COPPETTI – Sr. Presidente. Agora uma consideração...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª. tem a palavra.

SRA. CLARICE COPPETTI – Uma consideração à CPI. Obrigada. Quero dizer que ontem frente aos fatos que ocorreram, que não foram obviamente fáceis para nenhum de nós. A equipe tanto de estra-

tégia empresarial da Caixa, a preocupação com seus negócios, com seus clientes, assim como toda a equipe jurídica discutiu longamente comigo. Quer dizer, um dia após a saída do Presidente Jorge Mattoso, a saída de outros integrantes do Governo que seria importante vir para essa CPI com *habeas corpus*. Nós chegamos a formatá-lo, uma nossa equipe técnica, uma nossa equipe jurídica se dirigiu ao Supremo hoje, pela manhã. E frente a todas as notícias que estavam na nossa mídia impressa, nos rádios, na televisão, eu demandei a equipe de advogados da Caixa que suspendesse o pedido de *habeas corpus* porque tinha a certeza que nenhuma informação de sigilo, nenhuma informação de negócio da Caixa, obviamente, seria perguntada aqui, seria, de forma nenhuma, teria o constrangimento que eu respondesse acerca disso. E acho que foi uma decisão correta. Espero que ela tenha ocorrido a tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu que parabenizo V.Exª. E agradecemos Dra. Clarice Coppetti a Senhora que é Vice-Presidente de Tecnologia da Caixa Econômica Federal. E veja V.Exª., às vezes se faz uma imagem aqui da CPI dos Bingos, não é, de que vamos com *habeas corpus* que lá é isso e aquilo. Eu acho que nós temos tido o cuidado, não só o Presidente e o Relator mas todos os Srs. Senadores e Senadoras respeitado os nossos depoentes. V.Sª. está aqui convocada por um Requerimento. É nossa convidada após o Requerimento. E tenho certeza que recebeu, desse Presidente e de toda a CPI o maior respeito e consideração que a Senhora merece.

Então, na realidade, eu vou insistir: Nós não derrubamos Ministros, nós não Derrubamos Presidente da Caixa Econômica , nós queremos fazer aquilo que estamos fazendo desde o primeiro dia, dentro do nosso foco, dentro daquele objetivo que foi criada a CPI esclarecermos a sociedade buscando a verdade e os fatos verdadeiros. E V.Sª., que é uma pessoa experiente, se mostrou aqui inteligente, experiente e que sabe o que está fazendo, sabe que quando a verdade, se se aproxima uma verdade à mentira tem pernas curtas. E nós estamos indo buscar a verdade. E, claro, quem se incomoda com a verdade é que faz o que a Senhora não fez ir buscar *habeas corpus*, liminares para se proteger. V.Sª. não, veio aqui abertamente com a sua Assessoria, prestigiou a CPI, falou o que sabia. E nós estamos satisfeitos com a presença de V.Sª. e agradeço, mais uma vez, em nome de todos que fazem a CPI. Muito obrigado a V.Sª.

SRA. CLARICE COPPETTI – Muito obrigada. Boa noite. Bom trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Obrigado.

Sessão encerrada às 16h48

Ata da 68ª Reunião, realizada em 29 de março de 2006.

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às onze horas e trinta minutos, na Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, José Jorge, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Wellington Salgado, Ideli Salvatti e Sérgio Zambiasi, presentes ainda os Senadores José Agripino Maia e Arthur Virgílio, não membro, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a mesma e de caráter administrativo destinada à apreciação e votação de requerimentos. A seguir, indaga aos senhores membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. Pela ordem o senador Tião Viana solicita que seja retirado os requerimentos de sua autoria de n.ºs 70, 71 e 72. A seguir a presidência submete a votação os seguintes requerimentos: **Requerimento n.º 068/06**, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, subscrito pela Senadora Ideli Salvatti, requer que sejam procedidas investigações por esta CPI, sobre assassinatos ocorridos em Realengo-RJ, de três pedreiros que trabalhavam na obra de construção do Bingo Coliseum. Em votação, é aprovado. **Requerimento n.º 069/06**, de autoria do Senador Tião Viana, subscrito pelos Senadores Eduardu Suplicy, Flávio Arns e Valdir Raupp, requer seja convocado o Sr. Luiz Antônio Drummond para prestar depoimento a esta CPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento n.º 029/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Rui Manuel Mendes Francisco, referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado com 12 (doze) votos favoráveis. **Requerimento n.º 013/06**, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer a transferência do sigilo do relatório n° 5490/2005 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF. Em votação, é aprovado

com 12 (doze) votos favoráveis. O Presidente informa que com a aprovação do requerimento de acareação do Senhor Paulo Okamoto e Paulo Venceslau, determinou o Escrivão da Polícia Federal, Dr. José Bráulio Rodrigues a proceder a intimação do Senhor Paulo Okamoto, nos termos do Ofício n.º 185/06 – CPI "Bingos". A seguir, passa a leitura do relatório assinado pelo referido escrivão. Pela Ordem o Senador Antonio Carlos Magalhães solicita que o caso seja levado ao conhecimento ao Senhor Ministro da Justiça e ao Diretor Geral da Polícia Federal. Com a palavra o Senador Romeu Tuma acrescenta que o incidente deverá ser informado também ao Supremo Tribunal Federal. Usaram da palavra os Senadores Tião Viana, Álvaro Dias, José Jorge e Magno Malta. A seguir o Presidente submete à votação o **Requerimento n.º 079/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer à Caixa Econômica Federal as seguintes informações: Relação dos vencedores da megasena em todos os concursos a partir de 12 de maio de 1997 cujo valor a rateado tenha sido superior a R$ 5.000.000,00 ou tenha ocorrido mais de 4 ganhadores, contendo o nome, CPF e local onde foram recebidos os prêmios; e Comprovantes de aposta de todos os vencedores da megasena em todos os concursos a partir de 12 de maio de 1997 cujo valor a rateado tenha sido superior a R$ 5.000.000,00 ou tenha ocorrido mais de 4 ganhadores. Em discussão, o Senador Flávio Arns pede esclarecimentos ao Relator. Em votação, é aprovado com 13 (treze) votos favoráveis. **Requerimento n.º 079/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer ao Departamento de Polícia Federal o envio de cópias dos processos e inquéritos abertos em decorrência das denúncias sobre o caso da violação do sigilo bancário de Francenildo dos Santos Costa. Em votação, é aprovado. Com a palavra o Senador Álvaro Dias solicita que seja submetido a votação requerimento de sua autoria, de n.º 077/06. Em discussão, usam da palavra os Senadores Flávio Arns e Ideli Salvatti. Devido a polêmica do requerimento o Presidente colocará em votação na próxima terça-feira. Pela Ordem o Senador Eduardo Suplicy presta esclarecimentos sobre a matéria veiculada ontem na TV Bandeirante pela Jornalista Ana Paula Padrão. Logo em seguida o Senador Romeu Tuma por ser citado pelo senador Suplicy e esclarece sobre a carta enviada ao caseiro fato que deu como encerrado. Com a palavra a senadora Ideli Salvatti esclarece os fatos trazidos à tona pelo senador Romeu Tuma. Com a palavra o senador Arthur Virgilio tece consideração sobre o caseiro Francenildo empenhando sua solidariedade. O senhor presidente agradece a presença de todos e convoca reunião a realizar-se na próxima terça-feira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às 12 horas e 40 minutos e, para constar eu, *José Augusto Panisset Santana*, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo nº. regimental declaro aberta a 68ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº. 245/2004, para investigar e apurar a utilização das Casas de Bingo para prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores, bem como a relação dessa Casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Esclareço aos Srs. Senadores de que nossa reunião se trata exclusivamente de caráter administrativo para apreciação e votação de alguns requerimentos. A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a Mesa. Coloco-a em votação propondo a dispensa da leitura. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra pela ordem.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Apenas para solicitar a V.Exª. a retirada dos Requerimentos 70, 71, 72 de minha autoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. será atendido, Senador. Srs. Senadores, os requerimentos de informações nº. 068 de autoria da Senadora Ana Julia Carepa e da Senadora Ideli Salvatti. Requeiro nos termos regimentais seja procedidas investigações por esta CPI sobre assassinatos ocorridos em Realengo, Rio de Janeiro, de três pedreiros que trabalhavam na obra da construção do Bingo Coliseu que seria inaugurado no mês de abril e de dois Policiais Militares, com fortes indícios de que os crimes estejam relacionados à máfia dos casas níqueis. Em discussão. Não tendo quem queira discutir em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento de convocação de autoria do Senador Tião Viana, Senador Suplicy e Senador Flávio Arns. Nos termos do disposto do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a convocação do Sr. Luiz Antônio Drumond para prestar depoimento à esta CPI. Em discussão. Não tendo quem queira discutir em votação. Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Wellington Salgado.

Quebra de sigilos. Requerimento de autoria do Senador Garibaldi Alves. Nos termos do disposto do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto da Lei nº. 1.579/52 e com art. 4º da Lei Complementar nº. 105 e de 10 de janeiro de 2001, requeiro a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Rui Manuel Mendes Francisco a esta CPI, referente aos últimos cinco anos. Em discussão. Não tendo quem queira discutir em votação. Vamos tomar votos. Senador Romeu Tuma, sim. Senador Antônio Carlos Magalhães, sim. Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias, sim. Senador Valdir Raupp, sim. Senador Garibaldi Alves, sim. Senador Wellington Salgado, sim. Senador Flávio Arns, sim. Senador Tião Viana, sim. Senadora Ideli Salvatti, sim. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Onze votos favoráveis. Aprovado o requerimento. Ainda quebra de sigilo...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sr. Presidente, só lembrando a V.Exª. que o Senador Zambiasi está presente e não foi chamado só para que conste o voto dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Zambiasi teria maior prazer de contar com o voto do Senador Zambiasi, mas um titular teria votado que é o Senador Augusto Botelho.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Não, Senador Mozarildo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Devo dizer que a nossa Assessoria colocou o Sr. Sérgio Zambiasi como suplente de Augusto Botelho. V.Exª. mudou de partido?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Fico muito honrado em permanecer como suplente, tenho direito a voto também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. como vota?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Voto "sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Fica ao invés de 11 votos, 12 votos favoráveis. Peço à Assessoria que faça a devida correção.

Requerimento de autoria do Senador Antero Paes de Barros. Nos termos do disposto do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e da Lei 1.579/52, bem como nos dispositivos regimentais aplicados à espécie, requer que seja quebrado o sigilo do Relatório nº. 5.490/2005, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Senador Romeu Tuma. Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador José Jorge. Senador Álvaro Dias. Senador Valdir Raupp, sim. Senador Garibaldi Alves. Senador Wellington Salgado. Senador Flávio Arns. Senador Tião Viana. Senadora Ideli Salvatti. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sim, Presidente Efraim Morais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – 12 votos, sim. Está aprovado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – O que nós acabamos de aprovar é a quebra de sigilo do COAF de uma pessoa ou de uma...?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – De um relatório. COAF. Não é de pessoas.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – É um relatório que diz respeito a alguém, não é?

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – É alguém ou são "n" pessoas.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sr. Paulo Okamotto, pelo que me consta.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Pode ser.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Deve ser. Mas o COAF não tem nada a ver com sigilo bancário. Não tem nada a ver.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Queria saber que tem um monte de gente com ação no Supremo.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Só para saber, porque já está aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu tive o cuidado, inclusive, de discutir antes com o Senador Tião Viana para que não houvesse, já que eu estou vendo um clima tão amigável, tão... Temperatura abaixo de zero, então tive esse cuidado. Mas devo dizer a V.Exª. que um fato ocorrido ontem com um dos Assessores dessa CPI, que eu queria dar ciência a V. Exªs. V.Exªs. têm conhecimento de que essa CPI aprovou acareação entre os Srs. Paulo Okamotto e Paulo de Tarso e que recebemos o Mandado de Segurança nº. 25908 em medida liminar parcialmente, de autoria do Senador Antero Paes de

Barros, que foi o Requerimento aprovado, é o 03886, e liminar do Ministro Eros Grau, que pediu informações a esta CPI.

No dia de ontem prestamos todas as informações que foram solicitadas e ontem nossa Assessoria jurídica, Assessoria do Senado Federal, protocolou no Supremo essas informações. E entendeu a nossa Assessoria que a partir daí com as informações concedidas, apenas em que se dizia de que ao invés de se ter convocação seria acareação. Todas as informações prestadas, esse Presidente que já havia, inclusive, comunicado a esta CPI de que na próxima terça-feira pretende fazer acareação. Diante das informações. E de imediato distribuímos a Assessoria para que fosse dado ciência aos Srs. Paulo de Tarso e Paulo Okamotto. Ontem o Sr. José Rodrigues. José Braulio Rodrigues que é Escrivão da Polícia Federal e que está à disposição desta CPI, que vem fazendo um trabalho excelente, devo dizer e registrar o trabalho que tenho recebido, inclusive, de todos, não só Escrivãos, mas os Delegados que foram colocados à disposição desta CPI para trabalhar, Delegados da Polícia Federal. Quero agradecer a colaboração e parabenizar pela eficiência do seu trabalho. E lamentavelmente ocorreu um episódio que eu vou passar a relatar que está aqui. Uma certidão de diligência assinado pelo Escrivão nos seguintes termos. Pediria a atenção de V.Exª.

"Em 29 de março de 2006, cumprindo determinação do Presidente da CPI dos Bingos, Senador Efraim Morais, compareci à sede do SEBRAE em Brasília, com intuito de entregar Ofício ao Sr. Paulo Tarcísio Okamotto, convocando-o a comparecer à CPI dos Bingos no dia 4 de abril de 2006, para acareação com o Sr. Paulo de Tarso Venceslau. Ao me identificar na portaria do SEBRAE, por volta de 17h30, fui inicialmente impedido de acessar o Gabinete do Presidente do órgão, sob alegação de que o Sr. Paulo Okamotto encontrava-se em viagem e não havia ninguém competente para receber o documento. Após insistir em falar pessoalmente com algum Assessor da Presidência, foi permitido o meu acesso ao citado gabinete. Lá chegando conversei com o Senhor que se identificou como José. Inicialmente esse Senhor se recusou a receber a intimação, porém após apelos de minha parte, ele entrou em contato com o corpo jurídico do SEBRAE que o orientou a receber o documento deixando registrado que o Sr. Paulo Okamotto encontrava-se em viagem de serviço com retorno previsto para a próxima semana. Assim foi feito pela Srª. Janaina Lopes, Secretária da Chefia de Gabinete da Presidência, sob orientação do Sr. José. Após, obter o recebido às 17h34, em cópia do original, encaminhei-me para a saída do SEBRAE, quando resolvi retornar ao Gabinete para corrigir um erro material no recebido. Faltava a palavra 'recebido o original'. Efetuado pela Srª. Janaina na cópia de intimação. Chegando ao Gabinete, surpreendi-me com a passagem no ambiente que me encontrava do Sr. Paulo Okamotto, que se dirigia ao seu gabinete pessoal. Esclareço que reconheci o seu Paulo Okamotto por ocasião de seu depoimento prestado à CPI anteriormente. Esclareço que não intimei pessoalmente o Sr. Paulo Okamotto naquele momento, por entender que a presença desse Senhor era estranho em virtude da declaração por escrito de sua Secretária, de que o Sr. Paulo Okamotto estava viajando. Decidi, portanto, levar esse fato ao conhecimento da autoridade processante. Brasília, 29 de março de 2006, José Braulio Rodrigues, Escrivão da Polícia Federal."

Acho que era meu dever dar ciência a V.Exªs. do acontecido. V.Exª. tem a palavra pela ordem, Senador.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – O fato é da maior gravidade, Sr. Presidente. E não pode passar em branco. Julgo que nós devemos autorizar V.Exª. a oficiar ao Dr. Paulo Lacerda e ao Ministro Márcio Thomaz Bastos do ocorrido, para que não fique desmoralizada a CPI e muito menos a autoridade de V.Exª. que tão bem está dirigindo. Temos feito aqui coisas importantes em que a oposição infelizmente tem caído mal para ela, em virtude de algumas vezes não dizer a verdade. Entretanto, acho que o responsável é a Polícia Federal e que o Sr. Okamotto terá que vir aqui nem que seja pela Polícia Federal ou pelas barras da justiça, de modo que o primeiro passo seria a comunicação ao Ministro da Justiça e à Superintendência da Polícia Federal. É o que penso e é o que sugiro a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pela ordem ao Senador Romeu Tuma em seguida V.Exª. Senador Tião Viana. Com a palavra Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu concordo em gênero e número com o disse o Senador Antônio Carlos Magalhães. Queria, só aduzir que o Escrivão fez a explicação pessoal a V.Exª. e eu tive oportunidade de ouvir e ele acrescentou que o Dr. Paulo Lacerda determinou que todos os atos praticados por ele fossem feitos por escrito. Então, a lesão a verdade que foi praticada dentro do SEBRAE ficou clara neste relatório. Então essa hipótese levantada pelo

Senador de condução coercitiva ela fica claro, além de comunicar aos indicados V.Exª. deveria comunicar ao Supremo que negou a quebra de sigilo do Sr. Paulo Okamotto, para mostrar a conduta ética que ele tem perante esta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. Senador Romeu Tuma. Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, diante do relatado por V.Exª. e dos comentários feitos, eu faço questão de registrar e não tenho razão para duvidar do que V.Exª. expõe aqui, que trata-se de um ato reprovável em todos os sentidos e merece também a minha insatisfação com o ocorrido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. Senador e comunico a V.Exª. que o fato...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Assinado pelo próprio Escrivão, documento que se encontra sobre a Mesa da CPI Senador Tião.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias em seguida V.Exª.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Senador Efraim Morais, primeiramente destacar que nós estamos sob a égide da República da mentira, uma seleção de mentiras. Eu acho que nós temos que reagir mais fortemente a essa prática adotada pelas pessoas investigadas, se tornou agora a norma básica dos investigados, mentir. O Ministro Palocci foi professor nisso e encontra seguidores a cada passo. Mas eu quero aproveitar o ensejo desse trabalho da Polícia Federal, Sr. Presidente, para destacar a competência com que se ouve o Dr. Rodrigo Cordeiro que preside esse inquérito sobre a quebra de sigilo do caseiro Nildo.

Quero destacar a sua competência, a sua eficiência, a sua imparcialidade, a sua independência, dando um exemplo de policial extremamente qualificado e correto, uma esperança de que nós não estamos totalmente perdidos nesse País, relativamente as investigações que são fundamentais para se combater a corrupção, para se combater a violência e as arbitrariedades quando se instala um Estado policial capaz de perseguir um simples trabalhador como o Francenildo. Portanto, eu quero destacar, eu quero registrar, Sr. Presidente, louvando mesmo esta ação competente do Delegado da Polícia Federal, Dr. Rodrigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. Senador Álvaro Dias e concedo a palavra ao Senador, pela ordem, Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não, Sr. Presidente, ainda em relação a essa questão do Senador, aliás, do Dr. Paulo Okamotto, eu gostaria também de sugerir a V.Exª. que talvez nós pudéssemos oficiar o SEBRAE para perguntar para confirmar a palavra do Delegado que viu ele lá, e que disseram que ele estava viajando, a perguntar para onde ele estava, onde ele estava hospedado, qual foi o vôo que ele foi, qual lugar que ele estava. Porque senão daqui a pouco ele vai dizer que não estava lá, foi um fantasma, e como vai ficar palavra contra palavra, é bom perguntar o local que ele estava. Se ele estava em Recife, Salvador, Teresina, que dia ele foi, que dia ele voltou, qual hotel ele se hospedou. Não, ele pode estar lá Senador. V.Exª. está aqui, aí não pôde vê-lo lá, mas ele poderia estar lá. Isso é importante também.

Em relação a essa questão do caseiro, apesar do estrago já feito, eu acho que ainda há uma série de perguntas sem resposta. Eu acho que o Delegado está indo muito bem, mas sem dúvida que é uma série de perguntas sem respostas que deverão ser esclarecidas, como é que surgiu essa desconfiança inicial sobre... Como se soube inicialmente desse depósito do caseiro. Antes da abertura já se tinha notícia. Então, teve a história do jardineiro, teve uma história que veio de Teresina, do Piauí, essa notícia para cá. Então é necessário que nós possamos, também, ir nisso até o final. Esperar talvez a Polícia Federal, mas nós não podemos descuidar de montar a história completa. Era só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço a V.Exª. E eu entendo que antes mesmo de qualquer informação que venha do Sebrae, eu não tenho a menor dúvida que a palavra e o documento que está escrito pelo Sr. José Braulio Rodrigues para a CPI, já é suficiente, já é prova incontestável independente de qualquer informação. Talvez fosse interessante se saber da Secretária, a Janaina Lopes quem a orientou, para que ela cria-se tamanha mentira em relação à viagem do Sr. Paulo Okamotto. Aí, talvez, seja importante que ela informe à CPI quem determinou, quem orientou que ela fizesse isso aí. Então essas providências, Senador Antônio Carlos Magalhães, elas serão tomadas. Já solicitei da própria Assessoria que redigisse o documento, para que possamos ainda hoje encaminharmos à Polícia Federal, ao Ministro da Justiça e ao Presidente do Supremo. Senador Magno Malta, V.Exª. pela ordem.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Presidente, a minha fala também é no sentido de reprovar esse comportamento, essa atitude. Eu tenho tido uma

posição completamente independente aqui, colocando as minhas posições, as minhas crenças com relação ao caminho da CPI, mas acho isso extremamente reprovável e aí quando a CPI decide, então, trazer o indivíduo debaixo de vara, que é um direito que a CPI tem, aí violou direitos, aí as garantias individuais foram violadas e na verdade não tem necessidade disso. Se o indivíduo acha que não quer vir, ele tem onde recorrer. Agora contar mentira para Delegado que eu estou viajando, daqui a pouco o sujeito volta. Está igual a uma sobrinha que eu tenho lá no interior, a mãe devendo a vizinha, mandou ela falar, "Fala que eu não estou aqui, não", e ficou atrás da porta. A menina foi lá, falou com a vizinha, "Mamãe falou que ela não tá aqui não". A vizinha foi lá na cozinha, tirou ela de trás da porta e fez pagar no tapa.

Então, quer dizer, a CPI tem poder de trazer qualquer pessoa debaixo de vara. Então eu quero reprovar esse comportamento. Votei contra as outras a vindas, porque entendia, ele ter pago a conta de Lula, era problema dele e de Lula, não era problema dessa CPI, mas quero fazer justiça a V.Exª. pelo procedimento correto de mandar intimação, de proceder, como é que se diz, da forma mais honesta possível e reprovar esse comportamento da minha fala, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. Senador. E diria a V. Exª., Magno Malta, que nós temos conduzido isso aqui sem tentar ir buscar prisão de "A", convocar fulano "B" usando a força. Agora, o que está virando moda e que essa CPI não vai aceitar, nem o Presidente, tenho certeza que nem V. Exª., isso está deixando claro essa Sessão de hoje, é que se continue mentindo à vontade em relação à CPI.

Primeiro, aconteceu com o Sr. ex-Presidente da Caixa Econômica , Jorge Matoso, quando desrespeitou Comissão desta CPI, aí desrespeitou a CPI porque os Senadores Álvaro Dias, Wellington Salgado e Senador Flávio Arns, representaram naquele momento a CPI e lamentavelmente foi feito uma grande mentira à todos. Agora vem o caso da Janaina, que eu quero aqui tentar dizer à Secretária que eu tenho certeza que ela estava cumprindo a ordem. Ela não ia criar isso, sem mais nem menos. Ela estava cumprindo ordem do Presidente do SEBRAE o Sr. Paulo Okamotto. Não há a menor dúvida. Então o que não pode acontecer, e é bom que se entenda que quando o Supremo determina que se cumpra liminares, *habeas corpus*, nós estamos fazendo. Agora é preciso também que o próprio Supremo tenha conhecimento, por isso que vamos oficiar também ao Presidente do Supremo, para que entenda qual é a vontade desse cidadão. Inclusive, desrespeitando a Polícia Federal e desrespeitando esta CPI. Daí eu quero deixar registrado e agradecer a V.Exªs. pelo posicionamento que foi dado.

Eu ainda quero dar um esclarecimento a V.Exªs. Recebi telefonema do Senador Antero Paes de Barros que é o autor do requerimento que convoca o Sr. Jorge Matoso, me solicitando em função da sua ausência, que teve que viajar à Cuiabá, segundo telefonema que recebi do Senador, para que o requerimento dele fosse adiado, não retirado, para que essa CPI pudesse discutir na próxima semana, inclusive, com a presença dele que é o autor deste requerimento. Então de imediato atendi ao Senhor Senador e na próxima semana veremos o dia que será interessante discutirmos. Entendendo esse Presidente de que a decisão caberá ao Plenário, mas querendo registrar a condição com que o Sr. Jorge Matoso recebeu os membros dessa CPI com mentiras. E eu entendo que ele mentiu à CPI e tem além desse caso, desta mentira, tem fatos ligados à GETEC que ainda precisam ser esclarecidos pelo ex-Presidente. Daí essa Presidência voltar na próxima semana a colocar em discussão o requerimento de autoria do Senador Álvaro Dias. Ou melhor, Senador Antero Paes de Barros.

E ainda há um requerimento de informações que também estava incluído para votação de hoje, que é da autoria do Senador Garibaldi Alves que nos termos do disposto do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, proponho que esta CPI requeira à Caixa Econômica Federal as seguintes informações e documentos. Primeiro, relação dos vencedores da Mega Sena em todos os concursos a partir de 12 de maio de 1997, cujo valor rateado tenha sido superior à cinco milhões de reais ou tenha ocorrido mais de quatro ganhadores, contendo nome, CPF e local onde foram recebidos os prêmios. E comprovantes de aposta de todos os vencedores da Mega Sena em todos os concursos a partir de 12 de maio de 97, cujo valor rateado tenha sido superior a cinco milhões ou ocorrido mais de quatro ganhadores. É sigilo e de informação. E essa informação evidentemente que virá sob sigilo. Em discussão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero esclarecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. com a palavra, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu entendo o objetivo do requerimento, exatamente essa observação de sua parte, porque a gente sabe que em muitos prêmios as pessoas que ganham os prêmios até preferem ficar no anonimato, no sigilo, por questão até de segurança. Quer dizer, tem essa questão. En-

tão, só ver como tratar esses dados depois para não causar, assim, problemas para pessoas que queiram ter esta condição preservada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Esse Presidente vai receber lacrado e lacrado entregará nas mãos do Relator.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, com a permissão de V.Exª. eu quero esclarecer ao Senador Flávio Arns que já foram aprovados dois requerimentos semelhantes com relação à quadra e quina, e que nada transpirou, nada vazou. Portanto, nós temos absoluta tranqüilidade que vai ocorrer o mesmo agora.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É que quadra e quina são valores menores. Também aí não tem problema. Eu não sou contra, absolutamente, não tenho nenhuma objeção, a gente sabe que muitas vezes, hoje em dia, a gente tem que tomar cuidado com isso também. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nós sabemos que um dos grandes ganhadores foi o saudoso João Alves. Vamos aos votos. Senador Romeu Tuma, sim. Senador Antônio Carlos Magalhães, sim. Senador José Jorge, sim. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Valdir Raupp, sim. Senador Garibaldi Alves, sim. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Leomar Quintanilha, sim. Senador Flávio Arns, sim. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, sim, embora eu ache que é um questionamento atípico mas voto sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ultimamente nesse País tem acontecido alguns casos atípicos. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta, sim. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – 13 votos, sim. Senador Álvaro Dias não foi chamado, porque já havia completado o número. Da mesma forma Senador Ideli Salvatti. 13 votos, sim. Está aprovado o requerimento do Senador Garibaldi Alves. Srs. Senadores nada mais havendo a tratar...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pela ordem, Sr. Presidente, antes de V.Exª. encerrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pela ordem V.Exª. em seguida Heráclito Fortes. Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não eu tenho um requerimento pedindo que a Polícia Federal encaminhe aqui para a CPI os depoimentos já tomados em relação a questão do caseiro, do sigilo bancário do caseiro. Acho que esse é um requerimento, até o Senador Suplicy me cobrou. Não sei se é necessário para receber e aprovar um requerimento, mas tem um requerimento de minha autoria propondo isso. Que acho que há um consenso. Até o Senador Suplicy me falou agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu considero um requerimento normal, um requerimento que está sobre a Mesa... Requerimento que eu vou colocar em discussão. Acho que não há nenhum problema. Nos termos do disposto § 3º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro ao Departamento da Polícia Federal o envio de cópias dos processos de inquéritos abertos em decorrência das denúncias sobre o caso da violação do sigilo bancário de Francenildo dos Santos Costa. Em discussão. Não tendo quem discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, eu quero aproveitar aqui a presença da Senadora Ideli que é líder do Governo (soa a campainha) e tem tido uma atuação destacada e elogiada por toda uma CPI, para ver se ela resolve essa questão do Paulo Okamotto. Esse constrangimento da fuga dele poderia ser esclarecido e a própria Senadora Ideli conduzir esse episódio. Porque é realmente lamentável se esses fatos são verdadeiros como estão sendo apontados aí. E fica muito mal para o Governo o silêncio da líder. Eu acho que, inclusive, a defesa do próprio Okamotto caberia uma palavra de esclarecimento a respeito desse fato. Eu acho que se o Sr. Paulo Okamotto realmente praticou esse hábito de fuga, ele prestou um desserviço ao Governo. Depois o Governo entra nas crises, Senador Tião Viana e ninguém sabe o porquê. É produto de comportamento dessa natu-

reza. Mas eu tenho certeza que a sempre atenta líder trará uma solução.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador, permite um aparte. Ele não fugiu. Ele fez pouco caso, porque ele estava presente. Fugiu da responsabilidade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Sr. Presidente, já que eu fui tachado de velhinha de Taubaté. Eu acho que poderíamos saber se a Secretária tinha uma informação erra, porque ele não fugiu. Ele fez pior. Ele foi para lá. Não é possível. Porque se ele tivesse a informação que estava o Oficial lá e ele não tivesse ido, a gente até entenderia porque não ia querer ser citado. Mas ele foi para lá. Quer dizer, não é possível...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Daí porque eu acho importante a intervenção da líder e não admitir que no seu Governo pessoas pratiquem atos dessa natureza que diz respeito à justiça. Esse partido não permite isso eu tenho certeza.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – A Secretária tinha a informação Senador Heráclito. Pensou que ele estava viajando. Ele chegou lá... Não é possível! Ele sabia que estava o Oficial lá e ele ia para lá, pô. A Secretária vai dar a informação, eu acho que ela deu a informação errada.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não ensine isso a seus alunos que é feio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente, Efraim, eu fico, primeiro assim eu fico muito gratificada porque o Senador Heráclito insiste em me alçar a uma posição que eu ainda não conquistei. Ele insiste em me chamar em líder de Governo. Eu não sei se ele que me intrigar com o Senador Mercadante. Eu não sei o que é, entende. Eu só sou e tenho muito orgulho, muita responsabilidade de ser líder da Bancada do PT. E com relação ao posicionamento, com relação ao episódio aqui relatado pelo Presidente do ocorrido ontem no SEBRAE, a posição externada pelo Senador Tião Viana é o sentimento de todos nós. Se o episódio se confirma, se houve, entende, um desrespeito, uma desconsideração ou algum procedimento, entende, que faltou com a verdade, ele é repudiado e eu não precisaria ficar aqui repetindo aquilo que o Senador Tião Viana, de forma tão contundente explicitou em nome de todos nós petistas. Por isso, eu quero agradecer, entende, a gentileza com que sempre o Senador Heráclito quer contribuir para que eu continue alçando postos relevantes aqui dentro do Senado. Ele sempre tem muito empenho em me elogiar, e realçar, entende...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – V.Exª. merece.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu já disse, eu já disse inúmeras vezes que o problema eu acho que é de outra esfera, mas de qualquer forma...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ele só está fazendo justiça a V.Exª.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra pela ordem.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, há um requerimento de minha autoria que pede informações à Receita Federal sobre a quebra...

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – O Senhor não vai ter mais casa para voltar, Heráclito...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sobre a quebra do sigilo do caseiro, também, na esfera da Receita Federal. Há denúncia de que mesmo antes da quebra do sigilo na Caixa Econômica Federal houve na Receita Federal. Então nós estamos pedindo informações, eu acredito que são informações importantes para compor o quadro... Como?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Realmente V.Exª. tem razão é o requerimento que se encontrava aqui para também ser votado. Eu vou ler o requerimento para que os Srs. Senadores tomem conhecimento. Requeiro com fundamento no art. 58 § 3º da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais aplicados à norma, seja solicitado informações ao Ministro de Estado da Fazenda para que forneça os nomes das pessoas vinculados ou não a Secretaria da Receita Federal, bem como a lotação funcional e CPF que acessaram os sistemas dossiê integrado da pessoa física, declaração do Imposto de Renda da pessoa física, relativo ao Sr. Francenildo Santos da Costa. Em discussão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu gostaria, Sr. Presidente, este requerimento é no sentido de obter informações de eventual quebra de sigilo do caseiro junto à Receita Federal. É isso, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Ele pede simplesmente que seja pedido informações ao Ministro de Estado da Fazenda, para que forneça os nomes das pessoas vinculadas ou não à Secretaria da Receita Federal, bem como a lotação funcional e CPI que acessaram os sistemas, dossiê integrado da pessoa física e declaração do

Imposto de Renda da pessoa física, relativas ao Sr. Francenildo Santos Costa, além de informar a data e horários que foram feitos acesso, encaminhando relatório impresso contendo o código do computador pela qual os acessos foram feitos, bem como a localização do computador ou computadores que permitiram a devassa ilegal. Não há quebra de sigilo...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, não. Quebra de sigilo não. Mas eu considero o caso, inclusive, como um caso que já tem até a decisão do Supremo Tribunal Federal, como não vinculado a esta, a objeto desta CPI. Se bem que isto sempre tem aí um debate nesse sentido. Ao mesmo tempo eu penso que este episódio está sendo objeto de investigação por todos os órgãos possíveis. Polícia Federal, Ministério Público. Então eu diria que não tem relação alguma com o objeto desta CPI também. Então eu não vejo nenhuma razão pela qual a gente deva, na verdade, quebrar, quer dizer, ter essas informações, o que é que isso acrescentaria para o trabalho de investigação que estamos fazendo. Então, nesse sentido eu me manifesto da minha parte contrariamente.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, para defender o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, este requerimento tem tudo a ver, sim, com o trabalho de investigação que esta CPI está realizando, tanto é que ela constituiu uma Subcomissão que foi à Caixa Econômica Federal, posteriormente outra Comissão que foi à Polícia Federal, estabelecendo a colaboração necessária com outros órgãos a fim de que esta CPI possa ter ao final um resultado eficiente da investigação que realiza. O caseiro esteve nesta CPI depondo e depois do seu depoimento a conseqüência foi exatamente a devassa na sua conta bancária, que levou essa CPI a assumir a responsabilidade, também, dessa investigação. Portanto, esse fato está sendo investigado pela CPI. E esta denúncia é uma denúncia da maior gravidade, que vem completar um quadro de atitudes que tiveram por objetivo perseguir um trabalhador, o Sr. Francenildo. Foi a devassa da sua conta bancária, a devassa também da sua situação fiscal. E esta quebra de sigilo eventualmente ocorrida se deu com precedência em relação a aquilo, o crime ocorrido na Caixa Econômica Federal.

Portanto, Sr. Presidente, eu considero sendo o nosso dever tomar estas providências requerendo estas informações para que a CPI possa avaliar e decidir sobre providências a adotar, se esse fato se confirmar. Este é um pedido de informações apenas que solicita um relatório da Receita Federal a respeito.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só para contraditar. Eu quero dizer a V.Exª. ao contrário do colocado pelo Senador Álvaro Dias que existe uma, inclusive, uma decisão judicial que pode ser questionada, lógico, mas existe uma decisão no sentido de que isto não faz parte do objeto desta CPI. Ao mesmo tempo, eu só quero dizer que eu tenho também a convicção de que isto deva ser investigado. Tem que ser investigado e investigado até as últimas conseqüências. Mas eu diria não pela CPI. Tem que ser investigado pela polícia, pelo Ministério Público, pelas instituições próprias, porque não faz parte do objeto do nosso trabalho.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Um aparte, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu permito.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Apenas para dizer que não há decisão judicial a esse respeito. O próprio Presidente Efraim Morais já informou a essa CPI que a decisão judicial ficou restrita ao depoimento do caseiro...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu tenho conhecimento.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – ...não alcança as outras providências dessa Comissão relativamente a este episódio. Então não há nenhum óbice de natureza judicial.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não. Exatamente eu não quero dar a impressão de que eu tenha falado. A origem deste debate todo foi o depoimento do caseiro em que houve a decisão judicial. E infelizmente, na seqüência, houve o ato ilegal, inconstitucional, antiético e o que mais quiser se falar em relação à quebra de sigilo e outros atos correlatos em relação ao caseiro. Estes atos todos têm que ser investigados e as pessoas responsáveis por isso, punidas. Porém isto não faz parte na minha ótica do objeto desta CPI.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não. Apenas eu quero ter um entendimento, porque nós tínhamos votado uma série de requerimento, V.Exª. mesmo tinha já anunciado que não havendo mais nada a tratar estava já nos encaminhamentos para o encerramento da reunião. Vários Parlamentares se retiraram, porque não iria haver mais votação, posteriormente foi tratado de um requerimento aonde não havia con-

trovérsia, eu acho que aí nem eu me senti no direito de fazer qualquer questionamento. Mas no caso deste requerimento já está posto que há controvérsia.

Então, Presidente, eu queria até ponderar se não é adequado já que V.Exª. tinha já sinalizado que a reunião estava encerrada e, portanto, vários Parlamentares que têm outros compromissos se retiraram, se não seria mais conveniente deixar esse requerimento também para a reunião de terça-feira que vem. Faço apenas como ponderação. E se for colocado em votação, já quero deixar anunciado que vou seguir o voto já declarado do Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu, realmente, V.Exª. tem razão, eu havia encerrado a votação. Foi um lapso de minha memória, foi uma falha da Presidência, porque na realidade o requerimento se encontrava sobre a Mesa e até discutido com o próprio Senador Tião Viana de que não havia nenhuma dificuldade de se votar o requerimento, mas se V.Exªs. entendem dessa natureza, dessa forma eu, essa Presidência pode deixar para votar na próxima terça-feira. Peço a compreensão do Senador Álvaro Dias e peço-me desculpas.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Um pedido de V.Exª. é uma ordem, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. E a matéria ficará como primeiro requerimento a ser votado na próxima terça-feira. Agradeço a compreensão de V.Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. Senador Suplicy tem a palavra, pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, ontem no programa, no jornal do SBT da Sr. Ana Paula Padrão, houve uma informação já esclarecida hoje com o próprio SBT, e vejo no Jornal do Brasil que a Jornalista Márcia Peltier dá uma informação que não é procedente, uma vez que, inclusive, já houve um esclarecimento de minha parte, do Senador Tião Viana, ao lado do Senador Romeu Tuma, Corregedor dessa Casa. Então, apenas quero esclarecer que tudo que eu falei, inclusive, relativo ao Senador que tinha tomado conhecimento de fato, foi feito com a maior boa fé e todos os esclarecimentos estão sendo prestados ao Senador Romeu Tuma. Então, não há razão alguma para que este ou aquele Senador seja levado ao Conselho de Ética. Toda a transparência está sendo colocada no esclarecimento dos episódios. Muito obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, eu peço para esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. Senador Romeu Tuma tem a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu acho que o Senador Suplicy não precisava mais trazer o assunto à baila. Mas já que ele traz, ele trouxe uma denúncia muito grave durante o depoimento do Francenildo da Corregedoria. E vários Senadores. Está aqui o Senador Arthur Virgílio e outros que foram testemunha, dizendo da gravidade e pediram encarecidamente a ele que indicasse qual era o Senador que foi com quem ele conversou e disse que já sabia de que o Francenildo movimentou uma boa, uma boa força de dinheiro, pelos salários que ele tinha. Aí nós procuramos, aí ele se negou a falar porque tinha que consultar a pessoa e ficou no ar. E a reportagem perguntou e eu disse: "Olha, eu acho que eu vou fazer uma carta para ele esclarecer porque é um problema ético, senão eu vou levar para à CPI, porque é uma informação que a CPI devia ter tomado conhecimento de pronto, mesmo que não houvesse ainda comprovação da verdade". E em último caso qualquer um de nós aqui pode ser levado à Corregedoria, a Conselho de Ética. Até eu, se ele achar que eu estou distorcendo os fatos. E não era este o pensamento. Então... Fizeram em tese algumas coisas que podem acontecer com qualquer um de nós. E eu esclareci à noite tudo isso e ele veio hoje me consultar, eu falo consulta para não ficar uma coisa de uma imposição, que eu esclarecesse se eu ia levá-lo ao Conselho de Ética. É uma decisão de consciência.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Senador Romeu Tuma, permite um aparte?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pois não, Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Eu queria... Eu estou um pouco preocupado com essa situação porque muitas vezes nós Senadores caminhando, chegam uma série de informações para a gente que muitas vezes a gente não leva em consideração porque a gente sente: Olha, não tem base por isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas Senador tem antecedente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Mas eu estou preocupado com isso porque às vezes pessoas falam comigo nos corredores, alguém me entrevista e eu não fico guardando o rosto, nem o nome. Agora eu vou ter que andar com papelzinho, porque às vezes chegam algumas informações. Eu estou com o Senhor, eu estou preocupado, é assim, o Senhor é um grande Corregedor, isso aí eu tenho tranqüilidade. Eu quero saber o seguinte: O que pode

ou não ser levado ao Conselho de Ética. Isso é o que eu estou preocupado, porque o Senador Suplicy esse assunto para mim já morreu, mas o Senador continua insistindo nesse troço. (risos) Pelo amor de Deus, Senador! Esse troço já era para ter acabado, mas toda hora o Senhor fala nesse assunto, e leva... Eu vou fazer um papelzinho para andar no corredor. Eu vou anotar que fala comigo, o que disse, qual é a informação que deu... Eu penso que morreu e o Senhor vem outra vez com esse assunto. No Plenário eu penso que morreu e vem outra vez com esse assunto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu falei que encerrou o que eu investigava, que era a suspeita da Senadora Ideli de que algum Senador tivesse manipulado o Francenildo para fazer aquela declaração que fez.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Eu não quero nem ler isso. Não quero nem ler isso. Pare com isso, vai prejudicar um monte de gente. Não sei aonde o Senhor quer chegar. Eu já entendi todo mundo nesse Senado. Sei quem é oposição, quem é situação. Mas o Senhor eu não consigo entender. (risos) Sinceramente. Agora eu admiro o Senhor. O Senhor para mim é o Senador mais bem educado desse Senado. Trata todo mundo com respeitabilidade. Eu só não consigo entender. E olha que entender homem nunca foi meu forte, eu não quero nem saber. (risos) Mas eu tenho uma curiosidade de entender o Senhor. Agora toda a hora o Senhor vem com esse assunto. Eu acho que fica todo mundo em situação difícil.

(soa a campainha).

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, o que acontece, Sr. Presidente, só para encerrar. Só para encerrar eu disse que tinha encerrado a investigação. Falei em Plenário. V.Exª. por acaso presidia naquela hora. Aí traz uma dúvida. Então fica aquela dúvida. Quem impediu a fala do Francenildo? Um recurso do Senador Tião Viana que eu estimo, respeito e não quero aborrecê-lo. Quem disse que ia estourar uma bomba contra ele? E depois de dois ou três dias aparece a quebra do sigilo? E depois aparece o requerimento da Senadora Ideli suspeitando sobre todos nós que a CPI por pedido do Almeida Lima fez a apuração. Eu vou comunicar à ela que todos os fatos foram perfeitamente explicados pelos depoentes, e ela me informar aqui o que a levou a esta suspeita. Deve ter uma razão. Eu não vou suspeitar do Suplicy, nem dele, nem dele se eu não tiver uma razão. Então ela deve ter tido uma razão forte para requerer a investigação, ou as fitas. Tanto é que requerer as fitas que envia a polícia, a polícia não podia nem aceitar. Porque aqui é um poder separado. Só se a justiça determinasse. Eu falei com o Paulo Lacerda. Ele falou: "Tá louco, nem recebo. Porque eu não tenho poderes para examinar essas fitas". A não ser que eu aprendesse, ou ela pedisse apreensão à Corregedoria e mandasse para lá para fazer perícia.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O Senhor me permite um aparte, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pois não, Senadora, com todo respeito a V.Exª.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Com toda a tranqüilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ideli V.Exª. tem a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Em primeiro lugar, recorrer às imagens internas para esclarecer qualquer dúvida não foi inaugurada por mim.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não. Eu estou falando sobre a suspeita.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas veja bem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não estou discutindo o mérito de pedir ou não...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Recorrer a imagens.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Se houvesse suspeita dentro da Corregedoria e teria requisitado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu posso manter a palavra, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senhora pediu um aparte. Eu tenho que explicar dentro do que a Senhora está levando.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pois é, eu deixe eu concluir.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas a Senhora está levando para um caminho...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O Senhor nem sabe o que o eu vou falar em seguida, Senador Romeu Tuma. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A Senadora Ideli, tem a palavra, em seguida V.Exª.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Se o Senhor me permitir concluir.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Desculpa. A Senhora está sendo muito educada comigo, e que não é com Heráclito. (risos)

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Se o Senhor prestou atenção eu fui educadíssima.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas ele é provocativo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mais do que o meu normal, diga-se de passagem. Senador Romeu Tuma, então, retornando. Recorrer às imagens

para esclarecer qualquer fato, imagens internas aqui não foi inaugurado por mim, inclusive, nós tivemos durante todo esse processo de crise algumas situações de recorrer às imagens internas para esclarecer fatos e comportamentos que nem sequer cumpriram a formalidade que eu cumpri. Porque eu cumpri uma formalidade. Eu apresentei um requerimento para ser apreciado pelas instâncias da Casa, pelo Presidente. Fiz de forma tranqüila, legal e legítima. Eu vou só recordar que no caso do episódio da garagem do Senado, envolvendo Marcos Valério e Deputado Pimenta, foram utilizadas, foram acessadas e não teve requerimento, não teve pedido, nada. Foram lá e acessaram. Até seria interessante saber como é que conseguiram acessar, eu não me interesso saber isso, mas até numa controvérsia como esta, de acessar ou não com que finalidade as imagens, então, eu estou só apenas registrando que eu não inaugurei.

E veja bem, Senador Romeu Tuma. Eu fiz de público a justificativa de porquê. Então, assim, eu não sei porquê que precisa ser questionado. Porque é o de público. Quando o requerimento foi aportado ao Plenário, trazido ao Plenário eu justifiquei, para que não pairasse qualquer dúvida. Porque nesta Casa nós temos o público, aquilo que está publicizado, que está dito no microfone, frente às câmaras e tem aquilo que a gente chama de rádio corredor, que são comentário, entrevista, perguntinha, insinuação, etc e tal. Então eu inclusive, explicitei para que não pairasse qualquer dúvida, porque havia insinuações, havia "diz-que-diz-que", por onde tinha andado, com quem tinha falado ou não. E tanto que quando fui colocada frente à uma sugestão do líder Mercadante, do líder do Governo eu acatei prontamente. Acatei e tomei as providências de ter acatado que era: Eu não sou Delegada de polícia. Eu não quero acessar as fitas. Apenas que estes registros possam ser disponibilizados, estejam disponibilizados para quem de direito conduz a investigação. Por isso que eu transformei o meu requerimento em requisição de fitas à disponibilidade à Polícia Federal. Não só das fitas, mas de todo e qualquer instrumento que a Polícia Federal entender necessário obter junto ao Senado da República para esclarecimento dos fatos.

Então, Senador Romeu Tuma, assim, eu quero lhe dizer que não precisa fazer nem oficialmente qualquer requerimento. Basta pegar o que eu falei no Plenário porque já responde, certo? Agora com relação ainda aos episódios eu fico imaginando a situação do Senador Suplicy que gosta, sempre, de trazer os assuntos e ter clareza de encaminhar etc e tal, mas eu acho que este episódio todo acabou ficando um episódio extremamente constrangedor para todos nós, porque volto a dizer. O "diz-que-diz-que", a rádio corredor, jardineiro corredor...

Ontem a Jornalista da Veja... Eu estou até curiosa para saber o que é que vai vir na Veja. Estou curiosíssima para saber. Porque a Jornalista insistia, insistia, insistia em que eu afirmasse qual foi o Senador que disse "A" ou "B" e eu tinha que insistir nas respostas e tive que insistir muitas vezes dizendo assim: "Minha querida aqui nesta rádio corredor são tantos os comentários, são tantas as insinuações, são tantos os "diz-que-diz-ques" que eu não posso mais dizer, com certeza, quem é que falou de quê, porque assim, foram tantos os personagens e as coisas que eu não tenho segurança de poder afirmar com tranqüilidade e convicção quem disse o quê sobre quem". E... Mas eu estou preocupada com o que é que vai, porque como eu falei uma coisa no dia 18 de março, e isto daí já teve modificações com o decorrer do momento em que o Presidente Lula soube da história da publicação da revista Época, já teve tantas modificações, já modificou data, já modificou hora, já modificou contexto, já modificou quem disse, quem falou, o que falou, o que deixou de falar, que eu quero dizer que às vezes a preocupação do Senador Suplicy de trazer o assunto para esclarecer se deve exatamente a como que as coisas acabam se transformando, infelizmente em algo muito semelhante a uma brincadeira de criança que no nosso caso não pode ser brincadeira porque é grave. Porque é aquela história do telefone sem fio. Um fala para o segundo, o segundo fala para o terceiro, o terceiro... Quando chega lá no 30º, o que o está o 30º ouvindo não tem mais nada a ver com o que o primeiro falou para o 2º. Então é só isso...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só para explicar...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu tenho imenso respeito por V.Exª. e inclusive pela sua liderança do partido. Como houve o requerimento e o Senador Almeida Lima se sentiu em risco na sua dignidade, segundo o seu requerimento, pediu à Corregedoria. Em respeito à suspeita que a Senhora levantou, que é uma suspeita, para analisar os fatos, concluído eu tenho a obrigação de fazer uma informação a V.Exª. de todo que foi ouvido, repassar todos os depoimentos e solicitar se a Senhora ainda tem alguma dúvida a respeito para que eu descontinuidade.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Romeu Tuma eu estou aguardando a investigação da Polícia Federal até porque eu...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ali é outra coisa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Repassei e adotei o Conselho do Senador Aloízio. Não vamos trazer mais esta investigação para dentro do Senado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas eu não vou interromper a minha obrigação de concluir, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Porque eu entendo a sua posição, porque o Senador Almeida Lima que todos nós conhecemos e sabemos, ele se sentiu no direito de pedir. V.Exª. está cumprindo o requerimento e seja lá como foi a intenção, digamos assim, o Senhor está cumprindo sua obrigação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu fui com o Senador Álvaro Dias... O Senhor foi junto? Fomos em três. E eu faço minhas as palavras do Álvaro Dias, que o Delegado não está sob pressão nenhuma. Está apurando todos os fatos para chegar ao responsável, o mandante da quebra do sigilo, porque toda a história, toda... Então nós não temos que investigar nada disso porque ele já está mandando as cópias que está sob sigilo de justiça, mas está dando conhecimento ao Relator. Eu também estou lendo, estou conversando com ele. Se não houver fato que ligue a nada de Senador aqui não tem nada com a Corregedoria. Foi o que eu falei. Corregedoria não entra na esfera de competência de um caso que foi um crime praticado a quebra ilegal. Com todo respeito por V.Exª.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Me dá um aparte, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu podia requerer também as fitas, não vejo nenhum constrangimento nisso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Me permite um aparte, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pois não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu diria o seguinte, se houve alguma dúvida, ou se houve qualquer coisa que levasse apresentação daquele requerimento para que o Francenildo viesse aqui depor na Corregedoria, eu diria que eu participei do primeiro dia lá de questionamentos, eu diria que qualquer dúvida está ultrapassada nesse sentido.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, eu disse para a Senhora lá...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então é só questão...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Que em vez de requerer as fitas, era melhor chamar e perguntar para ele onde você esteve, por onde caminhou, para saber se ele estava sendo sincero ou não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu consideraria até esse assunto... Porque houve um requerimento em uma determinada época está encerrada. Eu acho que tem que encerrar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Estava indo embora. Eu possuir embora, Sr. Presidente?

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Posso ir embora?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, nós temos algumas constatações já consolidadas. Uma delas é o fato da sociedade brasileira ser muito aberta, hoje. Então não adianta o Sr. Paulo Okamotto se esconder das notificações, porque mais hora, menos hora ele se confrontará com a verdade. Afinal de contas a democracia pela qual Lula tanto lutou, ela necessariamente se voltará contra os desmantelos, contra os desleixos do Governo Lula. Temos que preservar como pétreas certas conquistas. Uma delas é a liberdade de imprensa. A Senadora se refere à revista Veja. Vai sair na revista Veja tudo aquilo que a revista Veja quiser escrever. E se alguém se sente incomodado com a publicação de algum órgão na imprensa brasileira, tem na lei brasileira, na Constituição e na Lei Ordinária Brasileira têm os mecanismos para defesa daquele que se julga injuriado, que se julga difamado.

Sr. Presidente, eu trago aqui uma outra preocupação. Nessa mesma matéria da colunista Márcia Peltier, tem algo grave. A OAB está fazendo um ato de desagravo de solidariedade ao caseiro Francenildo. Isso só acontecia quando tinha uma ditadura no País. Ou seja, está começando a reinar um certo império do medo. Se alguém tem que se solidarizar com alguém que meramente prestou contas, se portou de acordo com o cumprimento do dever, e aqui alegam que tem medo que o rapaz seja vítima de pressões. Pressões leia-se, ameaça. É porque há um certo viés autoritário por quem conduz esse País.

Mas eu encerro, Sr. Presidente, dizendo que nós temos um Governo que muito bem poderia ser definido como "Governo bumerangue". Não tem um só gesto mais ousado de alguém do Governo, que depois não reverta contra o próprio Governo. Foi assim na CPI do BANESTADO, visavam uma coisa, acabou quase caindo Meirelles, acabou caindo dois diretores do Banco Central, uma série de pessoas que estão aí as voltas com dificuldade de conceito perante a sociedade. E se lembrarmos o episódio do Deputado que foi ao carro do Sr. Valério e saiu com uma bomba que desmorali-

zaria todo mundo. O Deputado depois ficou... Até hoje não ouvi mais a voz dele. Até hoje não ouvi. Ele está se deixando passar. Vai voltar a falar. Tem pessoas que não se corrigem. Vai voltar a falar porque é da vocação, é da natureza. Mas depois ficou quietinho, sem falar nada, enfim... Ou seja, é o bumerangue. Toda vez que toma uma atitude qualquer, fitas, qual é o problema de alguém ir ao meu gabinete? Qual o problema de ir alguém no meu gabinete? No meu gabinete eu recebo até o Sr. Okamotto se ele me pedir. Ele não vai. Ele vai pensar que eu vou mordê-lo. Mas ele não vai. Mas eu recebo o Sr. Okamotto se ele me pedir. Qual o problema de alguém ir no gabinete de alguém, se estamos vivendo um regime de democracia plena, democracia plena que tem que ser alargada, tornada mais elástica e não diminuída. Mas é o "Governo bumerangue". Tudo que faz de mais ousado volta com uma violência enorme contra pessoas ou entidades do Governo, que imaginavam que se livravam pela via do ataque a um adversário ou que se livravam das dificuldades pela via do diversionismo.

Em outras palavras, respeitem todos esses que fazendo o Governo ou não, respeitem todos esses, uma verdade que é inelutável. O Brasil, como dizia Millôr Fernandes, ele dizia: "Cuidado militares que o Brasil vai acabar caindo numa democracia". O Brasil caiu numa democracia e a democracia é um regime aberto que não deixa ninguém ter segredos. Pessoas públicas não tem direito a segredos. Não tem segredo para ninguém. Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Senador Arthur Virgílio, eu queria diante do que o Senhor expôs aqui agora. É que a minha preocupação... Eu vou te dizer porquê. Porque se você escuta uma informação e você debate com um amigo do Senado, discute idéias, de repente aparece. Como é que você vai proceder com isso? Claro. Porque tinha informações. Você teve informação. Chegou. Você fala: "Eu não acredito nessa informação, larga ela para trás". Daqui a pouco aparece alguém falando de uma informação que foi falada e ao mesmo tempo o Senador Tuma tem razão com uma seqüência de fatos que aconteceram. E o Senhor fala em liberdade. Nós temos a liberdade de receber a quem quiser no gabinete, e de falar o que quiser, que a tribuna não dá esse direito. Eu já vi o Senhor falando coisas que eu até eu não concordo. Mas o Senhor tem o direito. Já vi também pessoas contrapondo ao Senhor com posições contrárias ao Senhor, que eu também acho que não poderia falar e fala porque tem direito. E a gente não tem o direito de ouvir? De ter uma informação e acreditar ou não nela? É só essa questão que eu...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Tem toda a razão o Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço a V.Exªs. e nada mais havendo a ser tratado convoco os Senhores membros desta Comissão para a próxima reunião a realizar-se na próxima terça-feira às 11h. Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente Sessão. Está encerrada.

Sessão encerrada às 12h39

Ata da 69ª Reunião, realizada em 4 de abril de 2006.

Ao quarto dia do mês de abril do ano de dois mil e seis, às onze horas e trinta .e dois minutos, na Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, José Jorge, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Gilvan Borges, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho, Juvêncio da Fonseca, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Wellington Salgado, Ideli Salvatti e Siba Machado, presentes ainda os Senadores José Agripino Maia e Jefferson Peres, não membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor presidente declara abertos os trabalhos. A ata da reunião anterior está sobre a mesa e é colocada em votação, APROVADA. O presidente informa que a presente reunião destina-se a acareação entre Paulo Tarciso Okamoto, Presidente do Sebrae, e Paulo de Tarso Venceslau. A seguir, submete a apreciação de **Requerimento nº 065/06**, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer a convocação do Senhor Jorge Mattoso, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal. Questão de ordem do Senador Tião Viana, quanto a como se dará a acareação dos depoentes, com a presença da decisão do Supremo Tribunal Federal, **Mandado de Segurança nº 25908**. O Presidente informa que serão respeitados os direitos adquiridos pela mesma, cabe aos parlamentares tomarem consciência das perguntas que farão. A seguir, indaga aos

senhores membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada e leitura da Ata, é considerada aprovada. O Senador Efraim Morais convida os depoentes para tomarem assento. Prossegue a discussão do requerimento de convocação do Senhor Jorge Mattoso. Pela ordem, usam da palavra o Senador Tião Viana e a Senadora Ideli Salvatti. O Senhor Presidente determina a assessoria que distribua cópia do requerimento para conhecimento dos Senadores e posterior votação. Com a palavra o Senhor Paulo Okamoto, faz uma breve apresentação e em seguida o Senhor Paulo Venceslau reafirma tudo que já foi declarado em seu depoimento prestado a esta CPI anteriormente. Com a palavra o Relator, que solicita ao Senhor Paulo Venceslau que faça um breve resumo das declarações prestadas anteriormente na Comissão. Usam da palavra pela ordem os Senadores Jefferson Peres, Wellington Salgado, Antonio Carlos Magalhães e Romeu Tuma. O Presidente solicita aos Senadores que ouçamos primeiro a acareação, e depois cada um terá direito à palavra para as indagações. O Senhor Paulo Venceslau prossegue em suas declarações. A seguir, passa-se a palavra ao Relator Senador Garibaldi Alves Filho para as indagações preliminares, seguido, de acordo com a lista de inscrição pelos Senadores José Jorge, Álvaro Dias, Antonio Carlos Magalhães, José Agripino Maia, Eduardo Suplicy, Jefferson Peres, Tião Viana, Romeu Tuma, Wellington Salgado, Magno Malta, Flávio Arns e Heráclito Fortes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezesseis horas e trinta minutos e, para constar eu, *José Augusto Panisset Santana*, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental. Declaro aberta a 69ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo requerimento número 245 de 2004 para investigar e apurar a utilização das Casas de Bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas Casas e das Empresas Concessionárias de apostas com o crime organizado.

Esclareço aos Srs. Senadores e Senadoras que a presente reunião destina-se a acareação entre o Sr. Paulo Tarciso Okamoto, Presidente do SEBRAE e o Sr. Paulo de Tarso Venceslau.

Informo ainda que essa Comissão fará votação do requerimento de autoria do Senador Antero Paes de Barros que, nos termos do disposto no parágrafo 53 do art. 58 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requer que seja convocado o Presidente da Caixa, o Ex-Presidente da Caixa Econômica Federal, o Sr. Jorge Matoso para que sejam prestados esclarecimentos acerca da violação do sigilo bancário do senhor Francenildo Santos Costa. Senador Tião.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente eu gostaria inicialmente de formular uma questão de ordem a Vossa Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sobre o que foi a decisão do Ministro Sepúlveda Pertence no que diz respeito à acareação e como será o procedimento da acareação dentro da CPI, numa tentativa única de que nós estejamos em franca sintonia com a orientação jurídica dada pela decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal. É a questão de ordem que formulo a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não há a menor dúvida de que nós vamos fazer o que sempre foi feito nessa CPI dando toda a liberdade aos Srs. parlamentares de fazer as suas perguntas dentro da acareação. Evidente que cada um tenha a responsabilidade de fazer as perguntas que se acharem necessária. Eu não posso prever o que vai perguntar nenhum Senador, por que daqui a pouco nós vamos precisar de que se peça quais as perguntas que tem que ser feitas e então eu preciso deixar claro de que o Senado Federal, através dos seus membros, estão livres para fazer as perguntas e caberá aos depoentes responderem aquilo que acharem que devem ou não. Agora, eu entendo que não há nenhum motivo, não vejo nenhum motivo para essa preocupação já que aqui ninguém vai desacatar a honra do depoente, ninguém vai entrar na vida pessoal do depoente e eu entendo que é responsabilidade de cada um dos Senadores a fazerem suas oitivas, mas eu escuto V.Exª. mais uma vez.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – É evidente as manifestações das prerrogativas que tem o mandato parlamentar, a proteção Constitucional do livre exercício da palavra, do questionamento, isso aí tem, V.Exª. tem o meu comum, meu acordo integral do que está dizendo e defendendo na condição de Presidente da CPI. O questionamento que eu faço é porque eu preciso ter um entendimento claro do que foi a decisão do Ministro Sepúlveda Pertence para que eu me sinta absolutamente à vontade na condução do debate como parlamentar, não é em desacordo com qualquer ato restritivo a qualquer cidadão que esteja nas suas atribuições constitucionais de permitir, é só no sentido de nós estarmos em franca sintonia com o que foi

a decisão judicial, porque é direito individual e direito coletivo aqui colocados. Muito obrigado.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, eu pediria que distribuísse a decisão e aí assim fica sabendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu solicito da assessoria que faça cópia da medida cautelar e mandado de segurança número 25908 impetrada pelo Sr. Paulo Tarciso Okamoto. Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer aqui que a mesma Constituição que garante ao Sr. Paulo Okamoto o direito de não responder as perguntas, ela garante o direito de qualquer parlamentar perguntar e falar o que quiser. Quer dizer, nós não podemos ter uma censura em relação à palavra do parlamentares. Nós podemos ter uma censura ou um direito de não responder, agora eu como parlamentar não vou abrir mão de perguntar aquilo que eu acho que deve ser perguntado, cabe a ele responder ou não. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e assessoria me informa e vai estar aí na mão de V.Exªs., vai chegar, vai chegar, acredito que o único, o art. que vai regulamentar toda essa polêmica, Senador Tião Viana, é no item 10 da medida cautelar diz quando realizada a audiência de acareação é necessário à observância do Código Penal, em particular do seu art. 229 que diz o seguinte: A acareação será admitida entre acusados, entre acusados e testemunhas, entre testemunhas, entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida e entre as pessoas ofendidas sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias relevantes. Parágrafo único. Os acareados serão reperguntados para que expliquem os pontos de divergências reduzindo-se a termo o ato de acareação. Eu acho que esse art. 229 é o fato real. Então eu vejo que confio na objetividade dos Srs. e Sras. Senadores e Senadoras e não vejo nenhuma dificuldade de iniciarmos a acareação esperando que haja, também por parte dos dois, as duas pessoas que foram convocadas para a acareação, eles possam também contribuir com os Srs. Senadores e Senadoras. Eu solicito da, eu solicito da assessoria que encaminhe a presença os dois convocados. Enquanto o doutor Paulo chega, nós vamos discutir o requerimento de convocação do Sr. Matoso. Em discussão. Tendo quem queira discutir, em votação.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Para discutir com V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra para discutir, Senador Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, eu gostaria de deixar claro o posicionamento sobre essa matéria, entendo que o doutor Matoso está devendo explicações públicas ao Congresso Nacional, é um ex-dirigente da Caixa Econômica , sem dúvida alguma é legítima a intenção do Senador que formulou o requerimento de vinda dele ao Congresso. No entanto, a divergência que tenho vem, se mantém em coerência com aquilo que tenho defendido. Acho que a vinda do doutor Matoso pode se dar numa Comissão de fiscalização e controle que tem esta atribuição estrita. É o meu entendimento, sei que ele é divergente de alguns Senadores, portanto o meu posicionamento diante da vinda dele a CPI será contrário no que diz respeito à Comissão de fiscalização e controle eu acho que está na legalidade, na legitimidade e cumprindo toda a formalidade adequada das atribuições fiscalizadoras do Congresso Nacional. Por essa razão o meu posicionamento será contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a leitura da justificativa da vinda do senhor Jorge Matoso para ter claro qual é o objeto central da, até para eu poder me posicionar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Srª. Senadora. Em função da presença já do Sr. Paulo Okamoto eu vou distribuir a cópia para que seja feita a leitura e no decorrer da sessão, na hora que entender, o Presidente colocará em votação. Peço que distribua as cópias das justificativas e vamos iniciar o processo de acareação. Informo aos Srs. Senadores que se encontra sobre a Mesa a ata da reunião anterior que coloco em votação propondo dispensa de leitura da mesma. Em votação, não tendo quem queira discuti-la, aprovado. Eu quero agradecer a presença do Sr. Paulo Tarciso Okamoto e do Sr. Paulo de Tarso Venceslau pela presença a nossa CPI, dizendo que nós temos à disposição desta, foi colocado à disposição dos Srs. Senadores a medida cautelar e mandado de segurança que foi impetrada pelo Sr. Paulo Tarciso Okamoto que já é de conhecimento de V.Exªs. já que foi distribuído cópia para que os Srs., V.Exªs. tomassem conhecimento. Informo ainda que também o Sr. Paulo Tarciso Okamoto vem acompanhado o Senhor, Doutor, nomeia e constitui os seus bastante procuradores os advogados José Roberto Leal de Carvalho, o Sr. Marcos Augusto Peres, Sr. Justiniano de Arantes Fernandes. Agradeço também presença dos Srs., advogados, e inicialmente, eu vou conceder a palavra aos nossos convocados para que, em termos sucintos, se quiserem acrescentar alguma palavra além do que

temos conhecimento possa ser feito. Inicialmente eu vou conceber a palavra ao Sr. Paulo Okamoto.

SR. PAULO OKAMOTO – Bom-dia aos Senadores e Senadoras aqui presentes, bom dia Senador Efraim Morais, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, bom dia Senador Garibaldi Alves. Bom, nós estamos aqui atendendo a convocação da CPI para fazer a acareação nos termos que me foi concedido no Supremo Tribunal Federal. Então, vamos, estou me colocando à disposição para resolver e esclarecer definitivamente essa questão que vem sendo tratada de forma que eu considero inadequada há muitos anos, eu acho que é uma grande oportunidade da gente esclarecer essa questão. Eram essas as minhas palavras, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Sª. e concedo a palavra ao doutor Paulo de Tarso.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Bom-dia senador Efraim de Morais, Senador Garibaldi, demais Senadores, a imprensa que está aqui trabalhando arduamente. Eu praticamente não mais nada a acrescentar a não ser reafirmar tudo aquilo que eu declarei aqui e que estou disposto a ver cara-a-cara com o Sr. Paulo Okamoto sobre aquilo que eu afirmei aqui, as condições que eu tenho para prová-las hoje mesmo, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Sª. e concedo a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves. V.Exª., Senador, tem a palavra.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Doutor Paulo de Tarso, o Senhor acabou de reafirmar tudo aquilo que disse antes aqui na CPI a respeito do Sr. Paulo Okamoto. O senhor poderia nos fazer um breve relato do que de fato foi dito que o senhor considera mais relevante?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Antes de mais nada, tem que ficar claro como eu afirmei no meu depoimento, que não existe nada de novo, nós estamos tratando aqui de fatos antigos que foram devidamente comprovados e esses episódios, eles tiveram início nos anos 90 e meu primeiro contato a respeito desse assunto do qual eu vou tratar aqui com o Sr. Paulo Okamoto se deu exatamente no mês de janeiro de 1993 quando eu constatei, como Secretário de Finanças de Campinas, que o maior credora do município era uma empresa chamada SEPEN e que tinha como um dos representantes da empresa, que vendia a empresa, conforme foi provado pelos próprios documentos internos do PT que eu tenho aqui devidamente comprovado, posso mostrar a qualquer momento, que era representada pelo Sr. Roberto Teixeira, compadre do Presidente hoje, Luiz Inácio Lula da Silva. E naquela ocasião eu relatei ao Paulo Okamoto, Sr. Paulo Okamoto, que essa empresa poderia complicar a vida de alguns petistas porque era sabido que o Roberto Teixeira representava essa empresa junto às administrações petistas, vendia serviços junto à administração petista e era o dono da casa onde o Lula residia já há alguns anos. Evidentemente que essa é uma situação nada agradável para quem militava num partido como o PT era naquele tempo. Então esse primeiro contato que eu tive com o Sr. Paulo Okamoto a respeito desse assunto foi exatamente em janeiro de 1993, eu vou ter que trocar de óculos aqui porque a juventude atrapalha a vista da gente. Em março de 93, portanto 2 meses após essa conversa inicial, eu recebo um relatório da Comissão de Sindicância, sindicante que eu havia nomeado para a Prefeitura de São José dos Campos para apurar exatamente as já suspeitas que havia sobre uma série de procedimentos pouco recomendáveis, digamos assim, por parte daquela empresa. E essa Comissão de sindicante me entregou o relatório comprovando exatamente a gravidade das nossas suspeitas. E eu informei ao Sr. Paulo Okamoto, que naquele momento tinha uma posição razoavelmente contra, pode apurar a vontade, ele dizia que podia apurar a vontade. E essa posição se mantém, por exemplo, depois essa posição dele que pode apurar a vontade não vai muito longe. Porque exatamente no dia 17 de março, de abril, ainda reafirmo isso. Porém no dia 27, 23 de abril, 23 de abril realiza-se em Ribeirão Preto, cidade do interior de São Paulo, uma cidade grande no qual o Prefeito era recém eleito que era o Palocci, o ex-Ministro e eu faço uma exposição, era uma reunião de Secretários de Fazendas dos Municípios.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Permita só situar. De que ano foi?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Como?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Abril de que ano?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – 1993, no dia, exatamente no dia 23 de abril de 1993. É curioso porque eu me refiro, eu faço uma exposição, essa reunião para os secretários de segurança, de secretário de Finanças e explico que eles deviam tomar cuidado com uma empresa chamada SEPEN que estava se apresentando nas cidades administradas pelo PT, apresentadas pelo compadre do Lula dizendo-se que daria dinheiro para o partido, enfim, uma série de informações desse tipo. Essa informação era nada mais do que um alerta aos meus colegas que, naquele momento em secretários de Finanças, para que ficassem atentos em relação ao que essa Prefeitura, o que essa empresa estava fazendo. Empresa que eu já conhecia, já está

no relatório anterior, desde 1990 em Campinas. Bom, muito bem, o Sr. Paulo Okamoto, acabada a reunião, ele me procura e vem me admoestar a mim, porque é que, como é que eu poderia falar daquele jeito? E uma conversa, claro que não dá para repetir tudo, mas não vou lembrar, mas a essência era o seguinte: Quer dizer, que eu tinha falado demais, eu falei, mas isso aqui é um encontro de secretários de Finanças do PT, ele fala, não, mas tem pessoas de outro partido e você está falando demais, você tem que se mancar. No fundo era isso. Eu não entendi direito, porque 2 meses antes ele dizia que podia ir fundo. Que podia ir fundo naquela investigação que dizia respeito a essa empresa que tinha uma dívida, que já tinha recebido 10 milhões de dólares da Prefeitura de São José dos Campos e ainda tinha mais de 6 milhões de dólares para receber que eu me recusei a pagar naquele momento como Secretário e a Prefeita, ela concordou com a gente na época. Muito bem, posteriormente eu consigo agendar uma reunião com o Lula no governo paralelo, era assim que se chamava um escritório que ele detinha, se não me engano, lá perto do Ipiranga, do museu do Ipiranga em São Paulo e quem é que ele chama para participar dessa conversa? O Sr. Paulo Okamoto. A respeito do quê? Exatamente eu fui mostrar para o Luiz Inácio Lula da Silva aquilo que nós já tínhamos contatado na Prefeitura de São José dos Campos, ou seja, rasuras de documentos, uma fórmula capciosa que favorecia a empresa e uma série de outros dados que eram marcadamente favoráveis à empresa e levavam graves prejuízos aos cofres públicos daquela cidade. E nessa conversa documentada também, tem as devidas provas aqui, se precisarem já entreguei, inclusive, a própria CPI, está certo? O próprio Luiz Inácio Lula da Silva se refere que eu entrei na reunião lá com um catatal de papéis, evidente, eu fui mostrar para ele, uma reunião que durou praticamente um dia todo, a respeito do que estava acontecendo com a empresa SEPEN em São José dos Campos. O Luiz Inácio Lula da Silva chama, pede para o Paulo Okamoto imediatamente entrar em contato com o Roberto Teixeira, o que foi feito e foi marcado uma reunião para o dia seguinte. Essa reunião foi no dia 3 de junho e é marcada uma reunião para o dia 4 de junho e nessa reunião do dia 4 de junho estivemos lá eu, o Paulo Okamoto, Roberto Teixeira e Dirceu Teixeira.

Em uma conversa de surdo e mudo porque eu, diante dos dados que eu tinha, que comprovadamente mostravam a atuação perniciosa daquela empresa para os cofres municípios municipais de São José dos Campos e o cidadão e advogado Roberto Teixeira, que representava aquela empresa, dizendo que aquilo não fazia sentido, quer dizer, então tentam desqualificar, inclusive, o resultado, naquele momento eu não tinha ainda uma auditoria externa, mas desqualificar uma sindicância interna da Prefeitura feita por funcionários, 2 funcionários de carreira e uma funcionária de confiança que, inclusive, era a Srª. Dalma Dallari, Marta Dallari, filha do Dalmo Dallari. Então essa Comissão tinha chegado a resultados muito, muito concretos. E essa conversa não foi para frente e o Paulo Okamoto acabou indo embora no final da reunião, como eu fui, e marcamos uma reunião para o dia seguinte, para alguns dias depois, mas na segunda reunião ele não esteve. Então o Sr. Paulo Okamoto, ele, desde o início, sabia da existência disso e alguns dias depois quando passa, ele me comunicou que estava havendo problema em setembro de 96, por exemplo, ele me fala que ele estava preocupado porque a segunda caravana da cidadania quase não tinha saído porque a SEPEN havia deixado de contribuir para a caravana da cidadania que era uma caravana que percorria Norte e Nordeste do Brasil fazendo uma pré propaganda da campanha do Lula que seria candidato no ano seguinte. O Sr. Paulo Okamoto, também aqui na minha frente, pessoalmente ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Jefferson Peres, eu peço que V.Exª. Use, quando da intervenção, use o microfone,por favor, mas se V.Exª. e qualquer outro Senador pode fazer.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Exatamente ele, e outra coisa, também, quer dizer, relacionado com esse mesmo período que para ser mais sucinto das coisas mais importantes, é que o Sr. Paulo Okamoto, ele vivia pela Prefeitura do PT, eu sabia que andava por outras prefeituras pedindo relação de empresários fornecedores da Prefeitura para que ele pudesse visitar e conseguir dinheiro para o partido que era o que ele dizia. Não é? Essas informações estão devidamente comprovadas e foram comprovadas, inclusive, no relatório interno que o PT fez. Que eu poderei ler aqui a qualquer momento as resoluções assinadas por 3 pessoas importantíssimas para o partido naquele momento, que era o jurista Hélio Bicudo, que era o hoje o Deputado Federal José Eduardo Martins Cardoso e pelo economista Paul Singer. As conclusões estão aqui e que comprovam exatamente isso.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – V.Exª. poderia ler? Eu acho bom.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – A qualquer momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se necessário, Senador, se perguntado ele poderá fazê-lo para que ele conclua, para que nós possamos ouvir a palavra do Sr. Paulo Okamoto se desejar para que nós possam iniciarmos o... Isso.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – E esse fato, quando o Sr. Paulo Okamoto se refere a essa dificuldade que estaria passando, a segunda caravana da cidadania que foi em, no dia 13, 3 de setembro de 1993, 10 dias depois eu fui sumariamente exonerado. Eu fui exonerado, já relatei aqui para Srs. Senadores e a Prefeita em prantos, chorosa, naquele tempo eu ia fazer uma piada de mal gosto, mas não vou, vou aqui me censurar, está certo? Angela Guadagnin. Deputada hoje, certo? A Prefeita chora aos prantos como se tivesse se violentando, mas ela teria recebido uma ordem para eu ser demitido. Esta ordem teria vindo do diretório nacional e do diretório estadual. Eu perguntei para ela: Prefeita, a senhora me desculpe, mas com certeza o diretório nacional não se reuniu eu gostaria de saber quem do diretório nacional e ela se referiu textualmente ao Sr. Okamoto como se ele tivesse pedido a minha cabeça.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Só permita, mas saíram 4 juntamente com o senhor,4 secretários.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu estou falando do meu caso.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Mas saíram 4 no mesmo dia.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eram 4 ao todo, perfeitamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. pode citar os outros 3, Senador.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eram 4. Isso é público. Isso é notório. Eram 4, agora não vou contar os atos dos outros três, vou defender o meu caso e o meu caso é o seguinte, a minha cabeça tinha sido pedida ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu não tinha conhecimento que mais 3 tinham saído junto com o Senhor, eu acho uma colocação importante.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Não. Tem muita coisa importante aqui, inclusive eu estou trazendo hoje aqui, Senador, olha, isso aqui é o relatório, são todos os documentos de depoimento que foram feitos na época, inclusive para o Sr. Luis Inácio Lula da Silva.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Na presença ...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Vamos assegurar a palavra ao Sr. Paulo de Tarso Venceslau, por que há um nítido interesse em tumultuar a apresentação do Sr. Paulo de Tarso.

(tumulto)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tumultuar, não vão fazer isso aqui não. (27:30)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadores, por favor, Senadores. Deixa eu fazer a colocação. Houve no início uma colocação do próprio Senador Tião Viana em relação a questão de pessoas que não estavam sendo investigadas. E vem o senador Tião Viana exatamente em cima daquela situação. Então eu peço que vamos deixar aqui o Sr. Paulo conclua para que nós possamos ouvir o Paulo, para que a gente comece realmente a acareação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não estou dizendo o Senador Tião Viana, os outros 3.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu acolho imediatamente, mas é por que antes de mim vários fizeram comentários e não foram admoestados e então eu acolho imediatamente a minha intenção foi apenas ajudar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Só um detalhe ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu pediria aos Srs. Senadores que possamos ouvir os dois depoentes que cada um vai ter direito à palavra para que nós possamos dar seqüência.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, eu acho que V.Exª., como Presidente que dirige a acareação, que é um ato sério e que diz respeito a duas pessoas, nós não podemos envolver terceiros na discussão a não ser que dentro da acareação tenha que chamá-los para comprovar o decorrer do que houve, porque ele está se referindo ao fato da sua demissão e qual foi à razão. Então, se tem mais 3, ou 4, ou 5 é um outro problema que posteriormente poderá ou não interessar a CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço e peço a Deus que a experiência de V.Exª. caia sobre essa Mesa para conduzirmos essa acareação. Sr. Paulo.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Antes de mais nada, o nome do Senador eu não me lembro, Wellington, quando fiz o depoimento aqui anterior ele fez exatamente as mesmas perguntas que o Senador Tião Viana tinha me feito e que a Senadora Ideli Salvatti tinha me feito, portanto eu não estranho que o Senhor repita as mesmas perguntas, não tem problema nenhum, eu estou disposto e vou fundo.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT) – O Paulo, é para debater ou é para ouvir?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador,Senador, Senador, vamos, a interferência partiu de V.Exªs., ele estava falando, eu

pediria a V.Exª. que vamos ter tempo suficiente para discutirmos e vamos ouvir o Sr. Paulo, quando chegar à oportunidade V.Exª. poderá fazer nos seus 10 minutos todas as perguntas, todas as perguntas que entender V.Exª.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Então, para resumir, para encerrar essa parte, pelo menos a parte mais importante é que naquele momento, portanto, há 13 anos atrás, o Sr. Paulo Okamoto circulava pelas prefeituras petistas, eu sou testemunha do caso de São José dos Campos, tentando contatar fornecedores da Prefeitura que tinham créditos com a Prefeitura para que ele pudesse conseguir recursos para o partido, segundo as palavras dele na época. Então, então nesse sentido, quando eu fui exonerado pela Prefeita e ela me fala que pelo diretório nacional representava era o Paulo Okamoto, eu falei para ela: Prefeita, mas o Sr. Paulo Okamoto não tem função nenhuma no partido. Naquele momento ele não tinha nenhuma responsabilidade partidária em termos de direção. Ele tinha sido Presidente do diretório estadual do PT já alguns anos atrás. Portanto, ele fazia essa visita as prefeituras e vivia nas prefeituras circulando, como eu posso demonstrar aqui a qualquer momento, em nome de quem até hoje ninguém sabe, seria bom que ele soubesse em nome de quem que ele andava pelas prefeituras do PT para procurar empresários, fornecedores da Prefeitura petista, para levantar dinheiro para quem? Era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Bem, Sr. Paulo Okamoto. Eu vi que o senhor anotou aí as acusações e ponderações feitas pelo doutor Paulo de Tarso e gostaria agora, gostaríamos de ouvi-lo agora a respeito do que ele falou.

SR. PAULO OKAMOTO – Obrigado Senador Garibaldi Alves, primeiro vamos tentar separar as verdades, as invenções e as mentiras. Eu fui Presidente do Partido dos Trabalhadores de 88 até 92, fui sucedido pela atual Deputada Federal Telma de Souza, que era a Prefeita e realmente aconteceu um fato que o Sr. Paulo de Tarso relata aqui. Ele me indagou se deveria, se não teria problema de continuar investigando, anotando Comissão de Inquérito, enfim, tomando procedimentos em relação a essa empresa chamada SEPEN. Eu achei até estranho, porque um gestor público, se tem alguma irregularidade, eu acho que não tem que perguntar para ninguém. Tem que tomar as medidas que acha que tem que ser tomadas. E eu recomendei a ele sim, olha, tem que aprofundar, investigue, tome todas as medidas que você achar necessário para elucidar esse caso. Todas as medidas! E não foi nenhuma e nem duas vezes que ele ficou preocupado com isso. Mostrava-se preocupado com essa questão. Eu não sei porque que ele mostrava-se preocupado, mas ele se mostrava preocupado com essa questão. Muito bem. É verdade também que ele solicitou uma reunião para manifestar essa preocupação ao Presidente de honra do Partido dos Trabalhadores dizendo: "Olha, eu estou investigando, montei Comissão, estou fazendo inquérito, tem Ministério Público, é verdade que ele participou". Não uma reunião de dia inteiro. Não uma reunião de dia inteiro. Uma reunião, talvez, de menos de uma hora e nessa reunião ele manifestava preocupação, olha, eu estou tomando medidas.

Bom, não se entendeu muito bem qual era o objetivo daquela reunião que ele estava fazendo, mostrando preocupação, levando procedimentos que esse empresa adotava, ele apontava certas irregularidades e tal, mas era isso que ele, naquele momento tinha preocupação, não sei exatamente qual é a preocupação e no final, manifestou também, olha, como é que faz isso aqui, o Lula falou, olha, encaminhe, continua investigando, verifique tudo que tem que investigar. Se ele trouxe lá um caminhão de documento, continue, continue o seu trabalho, você está correto, assim que se procede mesmo. Mas aí tem o Roberto Teixeira, o Lula falou, olha, eu não tenho nada, não tenho conhecimento, não, mas falam que ele é representante, falam que ele é dono da empresa, como é que é isso? O Lula falou, olha, sobre esse assunto eu não tenho nenhuma informação, você, se for o caso, marque uma conversa com o Roberto Teixeira e converse com ele. Como ele mesmo falou, ele se interessou então de conversar com o Roberto Teixeira, nós, liguei para o Roberto Teixeira, pedi a ele, olha, Roberto, o Sr. Paulo de Tarso quer conversar com você a respeito da SEPEN, ele falou, olha, eu não entendo da SEPEN, quem pode tratar da SEPEN é o meu irmão que trabalha com a empresa, mas ele quer conversar com você e dá para você atender até para esclarecer isso? Ele, não, tudo bem, manda ele vir aqui no meu escritório, no outro dia ele foi no escritório, eu apresentei ele a Roberto Teixeira e ao Dirceu Teixeira que eles não se conheciam intimamente, lá ficaram discutindo metodologia, prática, legalidade dessas coisas, depois eu fui embora e teve uma outra reunião que ele mesmo relata aqui, então em relação a esse procedimento sobre essas reuniões foi dessa forma.

Em relação ao fato de eu chamar atenção dele numa reunião que participei, participei logo no começo do ano de 93 em Ribeirão Preto. Essas reuniões eram reuniões que eu, enquanto Presidente do partido, Presidente do partido, tinha ajudado a construir um pro-

cesso de gestão partidária, de construção partidária. Fazendo fóruns de secretários de habitação, secretários de saúde, secretários de finanças, enfim, discutindo a nossa política, compartilhando as nossas experiências, pegando as melhores práticas e até, talvez, como uma deferência a minha pessoa, me convidou para ir a essa reunião, e lá estive, não participei dessa reunião no todo, tive lá parte da reunião porque era uma reunião de Secretário de Finanças, evidentemente não é um assunto dos mais, dos mais, vamos chamar, dos mais agradáveis para discutir porque em geral as prefeituras não tem dinheiro, aquela coisa toda. E no final, fiquei, no final realmente conversei com o companheiro, naquela época Paulo de Tarso, que era companheiro do partido, conversei em particular colocando a ele o seguinte: Olha, Paulo, você foi indelicado, você, no mínimo, foi grosseiro. Eu acho que o Presidente do Partido dos Trabalhadores não pode ser tratado com essa suspeição que você levantou, porque da forma que ele colocou na reunião o quê que dava a entender numa reunião pública? Dava a entender de que o Presidente Lula coonestava com uma empresa que eventualmente poderia estar produzindo alguma coisa irregular. Olha, eu como militante do Partido dos Trabalhadores me senti na obrigação de defender a liderança máxima do partido naquele momento, falei enquanto companheiro. Falei como amigos. Olha, não foi legal, você exagerou por que dá a entender de que o Presidente do parto coonesta com esse tipo de coisa.

Em relação à questão da demissão dele. Eu já falei isso reiteradas vezes, vou repetir aqui. Eu não tinha nenhum motivo para pedir a demissão do Sr. Paulo de Tarso e ele mais do que ninguém sabe disso, que eu não tinha nenhum motivo. E não tinha mais um motivo por uma outra questão, nem morador de São José dos Campos eu era. Portanto, não tinha motivo para pedir a demissão de ninguém, não tinha autoridade para pedir a demissão de ninguém, portanto, não pedi a sua demissão! E por último, para falar sobre essa questão de que a caravana da cidadania, que estava atrasada e que a empresa não teria me dado dinheiro, que eu teria conversado com a empresa, essa conversa, Paulo, nunca houve. Nunca houve! Nunca houve. O fato de eu circular nas prefeituras para procurar lista de fornecedores, também nunca houve, eu nunca pedi lista de fornecedores para ninguém. Para ninguém, muito menos circular nas prefeituras, principalmente após 92, quando deixei a presidência do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo.

Eu estive em São José dos Campos conversando com a Prefeita, porque enquanto o Presidente do Partido dos Trabalhadores, durante o ano de 92, evidentemente eu tinha responsabilidade partidária de ajudar na campanha, de discutir o planejamento da campanha, discutir a estratégia da campanha e eu não pude estar na posse dela, não pude cumprimentá-la pela sua posse, em São José dos Campos, numa ocasião em que encontrei com ela em São Paulo no diretório nacional, ela me convidou que fosse lá tomar um café e lá estive discutindo com ela problemas de construções partidárias. Relação com movimento social, movimento sindical, relação com a militância, relação com a base de sustentação de um governo. Então, realmente lá estive. Eu acho que essas palavras que eu pude relatar agora, eu acho que fica claro o comportamento de cada um de nós nesse processo. E cada nações, visões que cada um teve. Eu estou dando a minha verdade, a minha versão e a versão é do jeito que eu falei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Paulo de Tarso, eu creio que o senhor foi desmentido por ele aqui em algumas oportunidades com relação à reunião, com relação à participação ...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pela ordem, aqui, Sr. Presidente, eu peço desculpa ao Relator, mas eu gostaria de saber se os dois que estão fazendo acareação, se eles não podem interromper um ou outro, por que senão não vira acareação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nós comunicamos no início essa questão, Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Então, desculpe.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nós vamos dar oportunidade a ele para que ele.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Exatamente, mas na hora que for falar um pode ...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pode, inclusive, um interromper o outro ...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Exatamente,tem que ficar claro isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E fazer alguma pergunta se desejar. Sr. Paulo.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Bom, pelo jeito o meu ex-companheiro Paulo Okamoto insiste em tentar encarar a verdade como ela se coloca. Primeiro, quem falou tudo isso foi à dona Angela, segundo, quem relatou uma série de coisas foi à dona Angela, inclusive está aqui, estou entregando para a CPI hoje, ´para a Comissão Especial ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – é bom dar o sobrenome da dona Angela, aqui tem muita dona Angela.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – A doutora Angela que está aqui, estou entregando para a Comissão aqui, ela tem quase 500 páginas, o relatório da Comissão Especial de ética, não sei se Srs. Senadores conhecem, não sei se o Sr. Paulo Okamoto conhece, mas com certeza a CPI vai ter a acesso a isso e a doutor Angela, lá pelas tantas, na página 170 desse relatório, ela se refere a essa reunião dos secretários, ela se refere que o Sr. Paulo Okamoto estava nessa reunião, aAlguém pergunta: "Você se lembra se o Paulo Okamoto estaria na reunião?" Dona Angela Guadagnin: "Estava na reunião". Aí alguém pergunta da Comissão: Estava na reunião? Estava na reunião. Sabe se ele teve alguma conversa com relação a esse problema da SEPEN com o Paulo Okamoto? O Paulo disse que teria conversado com ele, o Paulo Okamoto foi perguntar o que estava acontecendo, o que é isso? Teria ficado preocupado com as denúncias, a forma de não consigo lembrar é possível, palavras da Dra. Angela Guadagnin, hoje Deputada. E alguma vez a Comissão pergunta: Alguma vez, Angela, pode dizer com toda a clareza e liberdade, ele alguma vez o Paulo falou com você? O Paulo Okamoto falou com você a respeito dessa empresa SEPEN? Então, ele veio, o Paulo Okamoto me perguntar o que está acontecendo nesta denúncia que o Paulo está falando e eu disse: Olha, nós apuramos, vamos romper, não dá. Quer dizer, eu não tenho, ele não estava circulando por São José dos Campos, não foi tomar um cafezinho com a Prefeita. Ele visitava regularmente a Prefeitura de São José dos Campos. E eu trago como testemunha meu, como testemunha minha, por exemplo, o vice-prefeito da Angela que é o arquiteto Edmundo de Carvalho que me autorizou a dizer o seguinte: Ele é testemunha de que o Sr. Paulo Okamoto rodava freqüentemente por São José dos Campos e eu trago mais uma testemunha aqui, o vereador Luiz Paulo Costa que era vereador do PSB, os dois da base aliada do PT em São José dos Campos, a qualquer momento vocês podem consultá-los para verificar e mais, o Senhor, o Senhor, eu vou deixar tudo isso aqui com a CPI. O Sr. Luiz Paulo Costa, que era Vereador do PSB na época, aliado do PT em São José dos Campos, acabou de fazer um art. dele que está na internet, inclusive, e me autorizou a divulgar o seguinte aqui, olha: Os primeiros passos da dança da impunidade da Deputada Angela Guadagnin foram dados aqui em São José dos Campos durante sua administração, a ingerência do compadre do Lula, Roberto Teixeira denunciado pelo ex-secretário da fazenda, o economista Paulo de Tarso, as freqüentes visitas do tesoureiro do PT, ele nem era tesoureiro do PT, não era nada do PT. Paulo Okamoto, para se informar sobre fornecedores da Prefeitura.

Então, e mais, o caso mais emblemático, no entanto, foi à contratação milionária da agência de publicidade CONTEXTO. A diretora de comunicação responsável pelo processo de contratação que é a dona Denise Fonseca de Carvalho esposa do, daqui a pouco eu lembro o nome dele, que ela foi, ela era a diretora de comunicação da Prefeitura, contratou e, segundo, aqui diz o seguinte: A diretora responsável pela contratação da agência, jornalistas e radialistas contratados pelo URBAN(F) que é uma empresa municipal, trabalhavam na assessoria de imprensa da Prefeitura prestando serviços à rede de comunicação dos trabalhadores, a TVT. Sabe quem fundou a TVT? Lula, Zé Dirceu, Delúbio Soares, Gushiken, Paulo Okamoto, entre outros. E sabe como é que era feito o contrato com essa CONTEXTO? Como é que a CONTEXTO, como é que era o contrato com a TVT? Verbalmente, verbalmente. Ou seja, quem tem que explicar essas relações ...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Paulo de Tarso, que empresa era essa?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – A CONTEXTO.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Era um Instituto,uma empresa?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Não, é uma agência de propaganda, publicidade, CONTEXTO. Quem tem que explicar como é que eram feitos os contratos, ele era um dos fundadores da empresa, deveria estar lá no contrato social, está lá o nome dele no contrato social, está certo? Então essa parte toda, então quando ele fala que eu não estava presente, que ele foi lá tomar cafezinho com a Angela, não, ele levou a CONTEXTO para São José dos Campos, ele levou a TVT para São José dos Campos e os contratos da CONTEXTO com a TVT eram contratos verbais e está escrito aqui. É só dizer, tenho, tenho, as pessoas eram pessoas aliadas do PT na cidade. Eu não estou falando da parte mais conservadora da cidade poderia ter reações ao PT. Não, foram um dos aliados do PSB. Pois não, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permite um esclarecimento? Sr. Presidente, Sr. Paulo de Tarso Venceslau mencionou a pouco que ele não era nada no PT na época. Mas na verdade, o Sr. Paulo Okamoto mencionou há pouco que ele era Presidente do PT.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, Senador.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Ele não era nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, o Doutor Paulo vai ter a oportunidade, não precisa, eles já estão com bons advogados.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não, para ser preciso no esclarecimento de ambos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas eu peço a V.Exª. que o Dr. Paulo vai ter a oportunidade. V.Exª., são homens inteligentes.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sobre o que ele já tinha dito.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu reafirmo, Senador, eu reafirmo, Senador Suplicy, o Paulo Okamoto não era nada. Eu tenho aqui depoimentos de Zé Dirceu, de Clara Anti, de Arlindo Chinaglia e uma série de outros que ninguém tinha delegação para fazer o que ele fazia em São José dos Campos e que ele não tinha, o próprio Zé Dirceu, que ele não tinha função nenhuma.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Paulo de Tarso e por quê o senhor procurou ele se ele não era nada?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Uma pergunta interessante. Sabe, por quê? Por que todo mundo sabia dos vínculos que ele tinha com o Luiz Inácio Lula da Silva. Ele era o porta-voz do Lula, ele representava o Lula naquele momento e em todo o momento, ele cuidava das Finanças pessoais do Lula. Ele cuidava das, e eu, ele cuidava das Finanças pessoais do Lula. Inclusive, diretamente com o contador que era do meu diretório. É muito curioso, então ele que era o representante, quem cuidava dessa parte toda, as relações dele com o Lula eram exatamente por aí. Então a presença dele, ele representava o ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Dr. Paulo, foi por cautela que o senhor o procurou?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tuma, eu pediria a V.Exªs. para que, senão nós vamos ter que fazer um pingue-pongue aqui sem fim.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Não era cautela ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu peço ao Sr. Paulo que seja mais objetivo nas conclusões.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Bom, aí o que acontece? Eu o procurava porque era mais do que sabido das relações que ele tinha com a burocracia petista. É isso, esse que é o significado da coisa, está certo?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o senhor, Sr. Paulo, o senhor ouviu a insinuação do Sr. Paulo Okamoto que não sabia qual era o seu interesse em denunciar isso. O senhor tinha qual interesse em denunciar tudo isso?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Olha, o meu interesse era baseado no Estatuto do PT que foi rasgado. O meu interesse era baseado no Estatuto do PT que, textualmente, no seu artigo, nos seus artigos, no seu art. 12 dos direitos e obrigação do filiado diz o seguinte: dirigir-se diretamente por escrito a qualquer órgão do partido para denunciar irregularidades. Foi o que eu fiz. E são deveres do militante petista manter uma conduta pessoal, profissional, comunitária compatíveis com os princípios éticos do partido. E na minha defesa que eu fiz eu cito o Bob, exatamente porque eu prefiro ficar com a verdade do que ficar com a verdade de um partido, a verdade está acima de qualquer coisa, na minha modesta opinião, por que a verdade é revolucionária. Entre outros, quem disse isso, inclusive o próprio Vladmir Lênin. E são deveres exercer controle pelos meios estabelecidos no Estatuto sobre a atuação dos dirigentes e parlamentares do partido, assim como dos filiados destacados para exercício de posto no Executivo aprovando ou desaprovando, de acordo com o seu juízo pessoal. Então, o PT tinha esses valores. Eu achava que tinha, me enganei. Fui literalmente vendido nessa história por que escreve uma coisa e faz outra, essa é a questão.

Então toda a minha iniciativa, o tempo todo eu me baseei, eu como militante disciplinado e sempre fui, e sempre fui desde o tempo da guerrilha na cadeia e todo mundo pode dizer, sempre fui muito disciplinado, fiz 10 anos de graça a revista Teoria do Debate. Então, por ser disciplinado eu achava que o que estava escrito, valia. Esse foi o meu grande engano e por quê é que eu ia procura o Paulo Okamoto, e por quê que eu estava fazendo aquilo? Porque eu estava preocupado com a questão pública que pra mim era uma questão de princípio partidário, da ética partidária, nós devíamos exatamente defender aqueles valores e eu estava fazendo aquilo, porque eu não me conformava de ver o dinheiro saindo pelo ralo para uma empresa chamada SEPEN, só por que quem vendia o serviço daquela empresa era o compadre do Lula, o senhor Roberto Teixeira. Comprovado e assinado pelo Sr. Hélio Bicudo que agora, por causa de uma entrevista que doutor Hélio Bicudo deu, está processando o Hélio Bicudo agora. O Sr. Hélio Bicudo o Deputado José Eduardo Martins Cardoso está aqui ao lado e o Paul Singer, eles assinaram comprovadamente, inclusive

citando as vantagens pecuniárias que o Sr. Roberto Teixeira deveria ter levado por essas vendas de serviços dessa empresa.

Então eu pergunto: Por que é que eu fazia isso? Ora, porque eu achava que aquilo, que aqueles princípios que o PT tinha escrito eram para valer e eu fui fundo e foi aí que eu quebrei a cara e aí essa história eu já relatei aqui anteriormente.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Paulo de Tarso. Eu gostaria de perguntar ao Sr. Paulo Okamoto. O senhor, no PT, representava os interesses do Presidente da República ou não?

SR. PAULO OKAMOTO – Senador Garibaldi, eu, no PT eu tenho 25 anos de Partido dos Trabalhadores. Fui membro de núcleos do partido, fui de diretório municipal, fui de diretório estadual do Partido dos Trabalhadores e durante 4 anos fui dirigente Estadual do Partido dos Trabalhadores no Estado mais importante da federação que é São Paulo. Eu acredito que tenho voz própria, responsabilidade própria, me auto represento, não tenho procuração de representar ninguém, então eu ajo segundo as minha orientações e as minhas convicções.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o dinheiro das campanhas do PT, o senhor confirma que era o senhor que articulava?

SR. PAULO OKAMOTO – Senador, veja bem, é difícil a gente imaginar, de que uma figura circula nas prefeituras do PT em busca de relações de fornecedores e, a partir daí, recolhe o dinheiro. Eu fico imaginando como é que funcionaria isso. Como é que se dá isso? Imagine os Srs. Senadores e Senadoras, alguém dá uma lista de fornecedores da Prefeitura e a partir daí, então, você começa a recolher dinheiro. Eu acho muito difícil Senador Antônio Carlos Magalhães. Veja bem. Eu acho que o Sr. Paulo de Tarso, ele mistura opiniões, visões, presunções com fatos. Ele tem uma visão que eu até respeito, muita gente no partido pensava como ele, alguns até pensam como ele. De que o partido é o guardião da moral e do costume, que o partido pode, uma pessoa fez, largou da esposa, o partido vai lá e discute, porque é que você largou com a esposa não está dando a pensão? A pessoa faz alguma coisa errada no comércio e o partido vai lá e discute: Olha, você tem que ser assim ou assado. Olha, o partido não é assim, não é?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não é mais isso. Não é mais o guardião da moral e dos costumes.

SR. PAULO OKAMOTO – Então o partido não tem essa função de obrigar as pessoas, é um processo de convencimento. É um processo em que nós dialogamos, nós trabalhamos para construir políticas, práticas, cada vez mais democráticas, cada vez mais transparentes. O processo mesmo, daquela reunião que ocorria lá em Ribeirão Preto, tinha esse objetivo discutir quais são as melhores práticas administrativas, como é que a Prefeitura pode ganhar mais dinheiro, como é que a Prefeitura pode fazer gestão do seu negócio de forma mais eficiente, discutir a questão dos impostos, da carga tributária, enfim, se discute política e a partir daí se tenta implementar. Eu acho que é difícil ficar dialogando com o Sr. Paulo de Tarso, porque ele mistura empresa de publicidade que eu nem sei quem é, não tenho relações com empresa de publicidade, mistura relações que teve a empresa de publicidade com a TVT, mistura uma ONG que foi criada a partir de Constituição de várias pessoas que constituíram uma ONG para construir, no caso a TV a TVT. Faz um monte de insinuações que é difícil à gente, difícil responder de forma, porque não há uma acusação. Não tem uma prova, não tem um fato. O fato que ele tem é a Comissão, é o relatório da Comissão. Eu também poderia usar o relatório da Comissão. Lá no relatório da Comissão também está escrito assim: "Nenhuma prova conseguiu esta Comissão, a referida Comissão que o senhor se referiu, esta Comissão Especial de investigação, acerca de ter demonstrado que o motivo da exoneração do denunciante tivesse sido a questão da SEPEN ou algum tipo de solicitação feita por meio de Paulo Okamoto e Paulo Fratesqui(F)". Então, certamente a Comissão Parlamentar de Inquérito vai ter acesso a esse relatório, esse relatório é muito interessante, tem uma série de conclusões, ou não conclusões, porque como também essa Comissão não tinha poder de polícia, não tinha poder de... Então é difícil também exigir certas coisas dessa Comissão. Mas ela foi muito profunda, durou muito tempo, teve Comissão Especial, teve Comissão de Ética. Esse assunto no partido se arrasta há 13 anos, há 13 anos a gente debate isso. Mas é a primeira vez que a gente tem a oportunidade de discutir, inclusive no Senado Federal do Brasil, numa Comissão Parlamentar de Inquérito.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu me sinto gratificado aqui em saber que ele também leu esse relatório. Ele poderia ler, por exemplo, na página 109 desse relatório eu pediria que ele lesse já que ele está com o relatório na mão. Que ele está com o relatório na mão. Se ele não ler eu leio, não tem problema nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. pode ler.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu leio. Eu leio então. "Todavia torna-se imprescindível, olha

só, assinado por Hélio Bicudo, por Zé Eduardo Martins, Deputado José Eduardo Martins Cardoso e Paul Singer". Aspas por que eu estou lendo texto aqui assinado por eles. "Torna-se, todavia torna-se imprescindível observar que a ex-Prefeita de São José dos Campos, Angela Guadagnin, chega a confirmar literalmente o depoimento de Paulo de Tarso Venceslau no que concerne a ter Paulo Okamoto solicitado a relação de fornecedores da Prefeitura para fins de captação de recursos para o partido". Está escrito e assinado. Então, veja só, aquilo que eu dizia foi comprovado. Portanto, quem tem que se explicar não sou eu que é ele. O que ele fazia com o dinheiro, para quem ele fazia e mais, por que é muito curioso por que antes disso, veja só o que fala o José Dirceu, o ex-Deputado José Dirceu. Afirma o José Dirceu que depois de 92 ele não tinha função partidária de arrecadar recurso, ele, tendo sido a participação dele na campanha do Lula, em 94, em outra área, Paulo Okamoto estava totalmente afastado das atividades do partido. Palavras do José Dirceu. Clara Ante,na época era tesoureira do Partido Diretório Nacional, hoje assessora especial do Lula. A atividade de arrecadação de recurso não foi a ela delegada para ninguém. E a Prefeita está dizendo que ele estava procurando fornecedores para arrecadar dinheiro para o partido. A Clara Ante, para o partido não, nacional não. Gilberto Carvalho afirma que o Paulo Okamoto passou a ser um assessor do Lula tendo ajudo inclusive na caravana da cidadania dando quanto a essa caravana, com certeza uma mão nessa parte de recursos. Gilberto de Carvalho, conhecidíssimo dos Srs. Senadores. Se pegar o Sr. Arlindo Chinaglia, líder do PT na Câmara Federal.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – É tudo gente importante.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Ele fala o seguinte: "Palavras do Arlindo Chinaglia reproduzido pela Comissão: Há comentários de que possa existir uma estrutura de arrecadação paralela a estrutura do próprio partido". Eu poderia continuar lendo aqui, eu acho que foi mais que o suficiente, porque não fui eu que escrevi. Quem escreveu esse depoimento são essas figuras ilustres do partido, figuras nacionais e que analisaram os depoimentos, ninguém foi coagido a dizer nada. absolutamente nada e foi baseado nesses depoimentos que essa Comissão chegou a dizer que depois de ouvir todas essas pessoas confirmava literalmente a minhas palavras,a Angela Guadagnin confirmou literalmente as minhas palavras ....

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Esse relatório foi aprovado?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Claro. Claro que foi aprovado, é sim, é um relatório chamado, o nome dele é relatório final Comissão Especial de investigação no diretório nacional do Partido dos Trabalhadores nomeado pelo diretório nacional. Portanto, não fui eu que escrevi, não são palavras minhas, são palavras que estão aqui. Portanto o que existia, se existia uma finança paralela no Partido dos Trabalhadores não eram militante quem fazia. Era o Paulo Okamoto. Porque não tinha autoridade para isso, não tinha delegação nenhuma para isso. E quem tem que explicar como era feita, para quem e quem que pedia é ele, não sou eu. É isso, Senador.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas eu pergunto: Houve a conversa com o então Presidente do PT, ou o hoje Presidente Lula sobre o assunto na presença do Sr. Paulo Okamoto? Porque isso está meio. Há uma denúncia do Senhor de que houve uma reunião entre o Senhor e o então Presidente do PT, o Presidente Lula, na presença do Sr. Paulo Okamoto. Houve isso?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Houve essa reunião, foi ele, inclusive já confirmou, em que o então Presidente de honra do PT ...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas foi aonde essa reunião? Foi aonde?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Foi naquilo que era conhecido como o governo paralelo. Era uma, era uma entidade que depois virou instituto da cidadania aonde eram discutidos ...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o Presidente disse o quê nessa reunião?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Encaminhou para discutir com o Roberto Teixeira.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Foi aí?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Foi aí que ele encaminhou para a conversa com o Roberto Teixeira.

SR. PAULO OKAMOTO – A bem da verdade, Senador ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª. tem a palavra.

SR. PAULO OKAMOTO – Como eu já falei da outra vez, essa reunião aconteceu, ele manifestou as coisas aqui que ele já falou, estava preocupado com essa empresa, estava preocupado com, queria saber a opinião do Lula sobre isso, se o Lula disse, as medida que ele estava tomando tinham alguma implicação e o Lula disse que não, que não tem aplicação nenhuma que era o papel dele fazer isso mesmo que ele tinha que fazer isso mesmo. Não, mas essa empresa seria ligado ao Roberto Teixeira, eu acho que o

Roberto Teixeira é dono dessa empresa,o Lula falou: Olha, sobre isso eu não sei, se você quiser eu posso articular uma reunião com o Roberto Teixeira e essa é a reunião que nós nos referirmos agora a pouco de que essa reunião foi feita dessa forma. Agora, se a gente for pegar o depoimento, esse relatório que o Paulo de Tarso, o Sr. Paulo de Tarso sempre se usa, também, Senadores e Senadoras, vocês vão ver que nesse relatório de que essa mesma pergunta, essa mesma acusação falsa que o Paulo de Tarso faz sobre a minha pessoa de que eu circulava nas prefeituras e que eu pedia a relação de fornecedores foram feitas a inúmeros prefeitos, inúmeros, foram feitas a inúmeros secretários, todos relacionados aqui, todos relacionados aqui, inúmeros secretários, inúmeros dirigentes do partido, bom, todos eles ...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o senhor pedia para quê?

SR. PAULO OKAMOTO – Não. Ele está acusando de que eu, Senador, ele está me acusando de que eu ia na Prefeituras pedir relação.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E nesta Ouvidoria o Senhor confirma.

SR. PAULO OKAMOTO – Nego! Isso é uma mentira, isso é uma mentira e essa mesma pergunta que ele me acusou naquela ocasião foi feita há vários prefeitos, vários secretários de finanças sobre a minha pessoa. Nada! Nada foi apontado, nada foi apontado, nem uma vírgula. A única menção que está no relatório é o que ele acabou de ler onde a Prefeita, a doutora Angela Guadagnin, a doutora Angela equivocadamente, equivocadamente ela confunde uma conversa que eu tive com ela a respeito de, da necessidade de criar uma agenda de apoiadores, uma agenda de pessoas que pudessem sustentar, do ponto de vista político, a sua administração, porque nós do Partido dos Trabalhadores temos boas relações com movimento social, temos boas relações com movimento sindical, mas precisávamos ampliar a nossa relação no movimento da classe média, em outras áreas em que o partido não é tão vigoroso e ela confunde isso. E é isso que ela se confundindo coloca, mas vocês verão nesse relatório de que nunca foi pedido a nenhum Prefeito, a nenhuma Prefeita, a nenhum Secretário nenhuma relação e ele mesmo confirma que essa relação nunca me foi dada. Nunca me foi dada.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Senador, desculpe, mas eu, ele tinha muito mais liberdade com a Angela do que comigo, por que comigo ele nunca teve coragem de pedir lista nenhuma, por isso que eu nunca lhe dei e nunca daria, nunca teve coragem de pedir lista de fornecedores para mim e o exemplo que a doutora Angela cita é o exemplo, por que, como é que eu negociava a dívida da Prefeitura? Muito diferente de você, a dívida de São José dos Campos foi negociada publicamente e todo o dinheiro que a gente ganhou com a de dívida foi para reformar o corpo de bombeiros, foi melhorar hospital, foi para melhorar as escolas que faziam doações. O dinheiro não ia para ninguém, não, era para a cidade, voltava para a cidade, para mim, essa para mim era a política o que PT deveria ter. Agora, tanto é que você, você confirma as suas andanças pela Prefeitura, você mesmo aqui, está aqui nesse depoimento, você confirma as suas andanças, a sua tal política de recurso de Finanças que você fala de conversar com todo mundo, nada mais era do que pedir relação de fornecedores, estão isto está escrito aqui, é só garimpar que está todinho documentado, portanto a diferença é essa e com a Prefeita ele tinha a liberdade de falar da lista, e ele mesmo afirma em depoimento dele a ela, ela afirma que ele mesmo afirma que para mim ele nunca pediu lista, não, claro, por que ele levou o troco. Eu o procurava pelo que ele representava. Por ele ser um porta voz de Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente de honra do partido, liderança máxima do partido. Por isso que eu o procurava. Procurava alertando sobre possíveis conseqüências de estar envolvido com pessoas que estavam, que estavam representando empresa que estavam prestando um desserviço público. Que estava jogando no ralo recursos públicos que poderiam ser perfeitamente investidos na cidade e melhorar as condições da população local. E não ir para milhões de dólares para ir para o bolso privado, era essa a questão, por isso que eu o procurava, pela sua representatividade junto à figura máxima que o PT tinha que era o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, só por causa disso, agora, enquanto dirigente ele não tinha nenhum papel, nenhum papel e é curioso, porque ele circulava livremente, ia nos gabinetes, ia nos gabinetes dos secretários, é isso, agora, para mim não foi que eu não forneci lista para você, você nunca pediu, você nunca teve coragem de pedir para mim, nunca, você sabia que iria receber um troco, se você ousasse pedir uma lista de fornecedores por que a nossa política lá era outra.

SR. PAULO OKAMOTO – O Sr. Paulo de Tarso tem razão, eu nunca pedi lista para você, nunca pedi para Prefeita e para nenhum Prefeito e nenhum Secretário, o senhor tem razão e também o senhor tem razão, a política do nosso governo em São José dos Campos era austera como o senhor colocou, a política da prefeita era essa mesma como o Senhor colocou, austera, a pessoa pura, todas as negociações que ela deve ter orientado o senhor e o senhor não fez em nome do governo foi nessa linha, o senhor tem razão, o senhor realmente está dando um bom depoimento de qual é a prática que o PT adotou em São José dos Campos e continua adotando nos 4 anos que lá governou. Eu acho que essa fantasia, eu diria fantasia

que faz que Paulo Okamoto circulava nas prefeituras, olha, eu não vejo, não vejo, vamos chamar assim, nenhuma evidência, não vejo nenhum sentido nisso como você colocou. Eu não tinha mandato, o partido tem tesoureiro estadual, tem tesoureiro municipal, tem tesoureiro nacional, o partido tem dirigente, eu saio justamente da direção do partido em 92 porque não queria mais ter papel de dirigente partidário, não queria mais gastar o meu tempo discutindo política partidária, a construção partidária, política eleitoral, eu queria fazer coisas um pouco mais em termos de política pública, focado mais num trabalho, não um trabalho genérico como eu fazia e, portanto você tem razão, eu não tinha nenhum mandato, não tinha nenhum mandato enquanto dirigente, era reconhecido, sou, até hoje, amigo de muitos Deputados, amigos de prefeitos, tenho o reconhecimento de alguns companheiros que me vêem em mim como uma pessoa que possa contribuir para fazer uma discussão, para fazer uma análise, um planejamento. Então eu acho que essa tem sido o meu comportamento. E eu penso de que algumas coisas que você coloca, você tem razão, eu acho que o senhor tem razão, o PT, o governo da Angela fez um bom governo, fez um bom trabalho e eu fico contente de que você, numa reunião como essa dê esse depoimento mostrando a seriedade de que foi o governo da Angela. Obrigado.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Senador eu não posso deixar passar uma afirmação dessa, ele está colocando na minha boca coisa que eu não falei, está certo? Eu falei que era, era até um determinado momento. Era até se meter com uma empresa chamada CONTEXTO. Era até fazer contratos verbais com a TVT. Era, está aqui os depoimentos de pessoas lá de São José dos Campos, o vice-prefeito da Angela. O Vereador do tempo da Angela, está certo? Quem mudou não fui eu, foi a Angela. Quando eu fui demitido ela chorou copiosamente. Quando absolveram um cidadão que levou 400 mil reais, ela dançou de alegria. Eu acho que quem mudou não fui eu. Eu acho que foi ela, do choro para a dança, daquilo que ela criticava, daquilo que ela sofreu para me exonerar para a alegria de absolver um cara que tinha recebido 400 mil reais do Valerioduto. Então, quem mudou, ele está querendo generalizar e não é. O PT mudou ali sim, mudou e estava numa mudança brutal e que se confirmou essa mudança, eu já relatei aqui o episódio, em 1995 no grande acordo que um dia ainda vai saber, porque nem a união soviética conseguiu manter os seus segredos de Estado fechado, qual foi o acordo que o Lula fez com o Zé Dirceu quando o Zé Dirceu foi reconduzido a direção do partido quando ele estava se afastando e brigando e sabe qual é a origem da briga? Eu já relatei aqui, dinheiro da ODERBRECHT que tinha entrado na campanha do Lula em 94, em 94 ia entrar dinheiro da ODERBRECHT via campanha do Lula e quando apareceu na prestação de contas foi motivo de debate interno que provocou, inclusive, o desligamento do partido disse ela que era o benjamim e que escreveu publicamente um art. na Folha de São Paulo. Então, a mudança, a guinada, sinto muito, é porque eu fui expulso, ali eu não estava expulso até então, mas eu não consegui esse Gualhardão porque eu fui expulso depois que o partido mudou. Pois foi assumidamente essa prática acabou se institucionalizando e que quando os responsáveis, devidamente documentado, era o Sr. Paulo Okamoto, então querer dizer que eu elogiei a Angela não, ela tem que explicar como é que ela se safou da tentativa de impeachment que teve lá por causa, exatamente, de falcatruas ocorridas na administração dela, depois que eu saí, está certo? É isso que tem que ficar claro e eu não admiro a administração da Angela, eu tenho dó, eu tenho pena dessa Deputada porque eu sou testemunha viva de quanto ela mudou do choro para a dança.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, não é que eu esteja totalmente satisfeito, mas para dar oportunidade aos colegas da CPI eu peço a V.Exª. que dê continuidade aos trabalhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. na condução de Relator em qualquer momento pode interferir em qualquer um dos companheiros.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Excelência, ainda eu queria perguntar ao Sr. Paulo Okamoto, porque ele espontaneamente não abre mão do seu sigilo bancário fiscal e telefônico?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sª. tem algo a dizer sobre a indagação do Sr. Antônio Carlos, do Senador Antônio Carlos?

SR. PAULO OKAMOTO – Senador Antônio Carlos Magalhães, o senhor mais do que eu sabe de que nós temos direitos individuais que a Constituição garante. E um cidadão.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Vamos fazer um acordo, eu abro do meu V.Exª. abre do seu.

SR. PAULO OKAMOTO – Um momentinho. Um momentinho. Um momentinho. Eu, como eu estava falando, somente quando tem uma acusação grave, uma grave acusação um cidadão é obrigado a abrir os seus direitos, o seu sigilo fiscal, bancário e telefônico.

Mas eu quero também comunicar a essa Comissão Parlamentar de Inquérito que possivelmente eu seja o único cidadão brasileiro que uma grande revista nacional tem todos, todas as minhas declarações de Imposto de Renda. Todas. E mais do que isso. Essa revista usou informações da minha declaração de Imposto de Renda para publicar.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Declaração de Imposto de Renda é bem diferente de ...

SR. PAULO OKAMOTO – Bom, m,as deixa eu explicar. Vou mais, possivelmente, possivelmente, possivelmente eu também seja o único cidadão. O único cidadão que tem o relatório da COAF.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Declaração de imposto de renda não é o único, não. Tem gente que tem na internet. (soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Srs.. Com a palavra o Sr. Paulo Okamoto.

SR. PAULO OKAMOTO – Senador. Possivelmente eu sou o único cidadão, também, que o relatório da COAF que manda um relatório onde está escrito lá que não tem nenhuma movimentação atípica na minha, nas minhas contas que eu mantenho no Banco do Brasil, aliás, nesse relatório do Bradesco, eu também tenho conta do Banco do Brasil, mas mesmo assim esse relatório foi deturpado as informações que um jornal falou sobre ele e ele também foi publicado na grande imprensa. É impossível, também, eu seja o único cidadão que o Supremo Tribunal Federal me deu o direito de não ter o sigilo fiscal, telefônico e bancário quebrado e tive o meu sigilo telefônico quebrado e divulgado para um grande jornal desse país. Então eu me considero o cidadão que teve a maior devassa do ponto de vista das informações por que é possível ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª. pode citar o jornal que publicou a quebra de sigilo bancário do senhor?

SR. PAULO OKAMOTO – Fiscal, foi uma revista que quebrou o meu sigilo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Mas não autoriza a quebra do sigilo bancário. A solicitação é exatamente sigilo bancário que o Senador Antônio Carlos Magalhães faz.

SR. PAULO OKAMOTO – Olha, eu penso, se tiver uma acusação maior, se houver alguma acusação grave sobre as minhas atividades eu estou disposto, sim, como não?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou conceder a palavra ao próximo orador inscrito. Eu peço a compreensão de V.Exªs.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Só para uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Questão de ordem.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – É sobre esse assunto levantado pelo Senador Antônio Carlos Magalhães e na verdade para dar vazão a uma decisão de um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Tem essa questão de ordem que eu quero levantar. O Ministro César Peluzo, ao decidir numa medida cautelar e mandado de segurança 25712-8, ele diz exatamente o seguinte, em razão pela qual procede inteiramente a reivindicação feita pelo Senador Antônio Carlos Magalhães. Ele vem relatando impedindo a quebra do sigilo bancário que já havia sido aprovado para essa Comissão do Sr. Paulo Okamoto. E aí ele, na liminar, ele esclarece o quê? Mas isso não elimina o juízo de que a Comissão podia, antes de requerer ao expediente último da quebra, sobretudo do sigilo bancário, diz o Ministro Peluzo, ter concedido prazo a ora impetrante para que fizesse prova cabal da origem lícita dos recursos com que teria pago o empréstimo. Não consta que o concedeu. Então V.Sª. diz, tem fato? Tem fato e o fato é gravíssimo. Existem declarações anteriores de V.Sª. que pagou empréstimo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao PT. A legislação eleitoral ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador. Qual a questão de ordem, Senador?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não permite.A questão de ordem é a seguinte,Presidente, que o Ministro César Peluzo, tendo decido de que nós deveríamos dar a chance a ele de explicar esta questão, então nós estamos oportunizando para que ele explique isso. Ou ele pode abdicar da chance e a Comissão fica com o direito de propor a quebra, então eu estou propondo a V.Sª. se V.Sª. concorda com a tese do Senador Antônio Carlos Magalhães de abrir os seus sigilos ainda que seja naquele período do pagamento do empréstimo feito pelo PT ao senhor Luiz Inácio Lula da Silva e em consonância com declarações feitas anteriormente por V.Sª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pela ordem. Antes, porém, de conceder a V.Exª. V.Exª. tem a palavra Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu gostaria que V.Exª. pudesse seguir nas inscrições, até mesmo porque sobre este tema eu gostaria de me expressar muito diretamente sobre ele. Até mesmo porque tam-

bém sou um dos dirigentes do PT. E se essa pergunta for atravessada neste momento pode até prejudicar um pouco da lógica também do meu raciocínio.Então eu pediria que V.Exª. Pudesse seguir ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu sei que V.Exª. tem um raciocínio pronto já e que algum Senador pode atrapalhar.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu venho a esta Comissão para ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu pergunto a V.Exª. quer dizer que nesse assunto ninguém pode falar que atrapalha o raciocínio de V.Exª.?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sim, sobre esse assunto eu gostaria que nós tratássemos ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Siba, se V.Exª. me permite.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu tenho um pedido de questão de ordem que foi feito a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu como Presidente tenho que esclarecer. V.Exª. não foi nem inscrito ainda, V.Exª. não fez nem inscrição e tem 10, eu peço aos Srs. 10 inscritos que não falem desse assunto para não quebrar o raciocínio de V.Exª.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sem problema. Eu gostaria de que a gente não adiantasse este fato, pois este fato.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. vai se inscrever?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Este fato ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu não posso pedir a nenhum Senador o que ele vai ter que falar. Eu não posso distribuir pergunta para os Senadores, estou só presidindo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu só quero que V.Exª. entenda. (tumulto)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Da mesma forma eu estou concedendo a V.Exª. ...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente. Nós estamos tratando aqui da acareação. Este tema não está dentro do debate da acareação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Dentro de uma liminar que foi concedida. Ele leu o que disse o Ministro que concedeu a liminar.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Este tema não está dentro da acareação, Sr. Presidente, é sobre isso que eu estou me reportando.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Bom, então o Ministro, quer dizer, ele colocou na liminar dele e fez uma observação, Senador Siba, então eu tenho que retomar a solicitação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ele leu uma outra liminar. (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas é uma conseqüência, é uma conseqüência. V.Sª. tem razão. Não, mas eu autorizei, não, uma informação técnica em que ele me faz e na realidade foi um primeiro liminar que foi dada e que continua em vigor. Perfeito?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador. Eu vou conceder agora para que nós possamos de passar a palavra ...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – É 30 segundos Sr. Presidente,.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem 30 segundos.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Nós estamos no fulcro da questão. Depois da leitura pelo Senador Antero Paes de Barros, do despacho do Ministro Peluzo, nós chegamos aqui a um ponto que está fácil de resolver toda a dúvida que paira sobre a nossa cabeça. Ou o Sr. Paulo Okamoto dá explicações sobre o fato, ou ele autoriza, conforme o Senador Antônio Carlos Magalhães pediu, abre sua conta bancária e está tudo explicado e o assunto está encerrado. Se ele deseja explicar, se ele deseja esclarecer, se ele tem explicações a dar ou dá agora, agora, ou autoriza a abrir a sua conta bancária e o assunto está encerrado. O Senador Sibá Machado ficaria feliz da vida e a Comissão vai ficar esclarecida sobre uma dúvida que é da Comissão e do País.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente,.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – É por que foi feito uma questão de ordem, do tema, só um instantinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Na questão de ordem eu vou ...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Só vou concluir o meu pensamento sobre esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Siba, V.Exª. tem a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Então o que é que eu quero dizer? Sobre este tema que saiu do âmbito da acareação, a questão de ordem não procede porque o art. 403 do nosso regimento diz: constituirá questão de ordem suscitável em qualquer fase da sessão pelo prazo de 5 minutos qualquer dúvida sobre

interpretação e aplicação deste regimento. Portanto, o que eu estou querendo dizer é que este ponto pode aparecer no decorrer do debate, pode até aparecer, mas concluir essa fase para que depois, na hora de que o Senadores forem fazer a inquirição, se o tema voltar me sentirei muito a vontade para poder contribuir com ele, é isso que eu estou pedindo a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Muito bem, eu vou passar a palavra ao doutor Paulo Okamoto que fique a vontade para responder ou não o direito que lhe assiste e se pretende ou não e se não ele não responde e nós passam a seguir. V.Sª. tem a palavra, doutor Paulo Okamoto.

SR. PAULO OKAMOTO – Senador Efraim, eu estou aqui para ser acareado. O objetivo dessa sessão é fazer essa acareação. É nós dirimirmos as dúvidas que por acaso tenha tido, esclarecer, restabelecer a verdade dos fatos. Então, nesses termos que eu estou me apresentando aqui. Eu gostaria que a gente prosseguisse com o processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Bem, Senador José Jorge. V.Exª. tem a palavra por 10 minutos.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente,.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Em seguida o Senador Álvaro Dias.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sras. e Srs. Senadores, Srs. acareados. Na verdade nós estamos aqui nessa acareação e eu gostaria de antes de fazer a pergunta, fazer uma introdução. Nós, aqui nessa CPI, praticamente já investigamos 2 prefeituras do PT desta época com bastante detalhe. A Prefeitura de Ribeirão Preto e a Prefeitura de Santo André e um pouco, pouquinho, mas devemos investigar mais, a Prefeitura de Campinas. E, na realidade, o que o Sr. Paulo Venceslau diz aqui, na verdade está dentro do mesmo contexto que nós conseguimos apurar na investigação dessas duas prefeituras. Que havia um esquema nacional para arrecadar dinheiro nessas prefeituras, não só para a política local, mas também para a política nacional do PT. Isso na investigação de Santo André ficou mais do que claro, nós tivemos aqui, inclusive, fatos em que se mostrava, depoimento que se mostrava de mais de uma pessoa como era que o dinheiro era arrecadado dos ônibus e como é que era distribuído nacional, a gente sabia até quem levava o dinheiro, não era o senhor Okamoto, diga-se de passagem e até o carro que ele levava. Era um Corcel preto, se não me engano,. Então, na realidade era uma situação que estava comprovada. Em Ribeirão Preto também essa situação ficou comprovada, uma série de investigações da polícia, inclusive aquela questão da varrição que foi lugar, uma foi ônibus e outra foi varrição. Então eu acho que na realidade tudo que Sr. Paulo Okamoto disse na época poderia até não ter credibilidade. Eu acho que, apesar que ele está documentado, apesar que está tudo, mas hoje tudo que ele diz para nós eu acho para o opinião pública brasileira, parece verdade. Quer dizer, não só pelos fatos que ele mostra, mas pelo que aconteceu nas outras prefeituras em que isso ficou comprovado. Eu imagino que na época nós tivemos agora, com a eleição do Presidente Lula e agora já no nacional, esse esquema do senhor Delúbio com o Sr. Marcos Valério. O esquema que o Sr. Paulo de Tarso está mostrando aí é um esquema parecido, só muda os personagens. É o esquema do Okamoto que, fazendo o papel de Delúbio e do Sr. Roberto Teixeira que fazia o papel de Marcos Valério. Quer dizer, é um sistema bastante parecido e que na realidade está dentro de todo esse contexto. Eu acho que na realidade só há uma forma do Sr. Paulo Okamoto mostrar para a sociedade brasileira que ele não tem nada a ver com isso. Porque nós temos aqui 26 mil que ele pagou uma dívida da filha de Lula, nós tivemos 29 mil da chamada famosa dívida de Lula com o PT e mais 24 mil e 800 que ele fez doação para a campanha do Deputado Vicentinho e para o qual não se tem origem esse recurso e que até agora esse discurso de Lula é uma situação complexa que o Sr. Paulo Okamoto, quando veio aqui na CPI disse umas coisas, o Palácio disse outra, alguém do PT desmentiu os dois, que dizer, é uma situação que não ficou clara para a sociedade e é grave porque ela, de certa maneira, ela inclui diretamente o Presidente. Então eu acho que enquanto o Sr. Paulo Okamoto não abrir o seu sigilo bancário, o seu sigilo fiscal, o seu sigilo telefônico que não foi aberto, V.Exª., V.Sª. me desculpe, mas na realidade o sigilo telefônico que foi, que foi publicado de V.Exª., se não me engano foi o sigilo fiscal referente a Delúbio Soares, quando abriu o sigilo fiscal de Delúbio Soares, então aparecem ligações como também todos esses que foram abertos não deveriam ter sido divulgados, evidentemente. Mas eu acho que o caminho que V.Sª. tem é exatamente não recusar a quebrar o seu sigilo, mas processar os órgão que divulgam o seu sigilo sem a autorização, como o governo fez agora com o caseiro. Quer dizer, o governo divulgou o sigilo do caseiro numa operação que ainda não está esclarecida. Por enquanto se foi a Caixa, estão querendo encontrar um novo Delúbio, mas evidentemente que essa operação aparentemente tem mais gente envolvida. Então, da mesma maneira como o seu Imposto de Renda eu estou com a revista, V.Exª. tem razão, diz inclusive, Okamoto, o tipo O, apelidado de doador universal. Porque estão dizendo isso? Não o Imposto de Renda dele, quando ele pagou

essa dívida, a primeira e a renda dele aumentou depois que ele foi para o SEBRAE, todo mundo sabe que o SEBRAE paga bem os seus dirigentes. Na realidade, antes ele tinha uma renda em torno de 40 e poucos mil reais que não dava para pagar esse dinheiro. Depois não, a nível do SEBRAE já aumentou para 282 reais. Realmente eu acho que, na realidade, se V.Sª. tem que se queixar, tem que se queixar da revista e tomar as providências legais. Então eu gostaria de, também, antes de fazer a pergunta específica sobre essa questão, de dizer que isso não se esclarecerá nunca, nós vamos continuar insistindo na quebra do sigilo, em determinado momento eu acho que o Supremo vai conceder e eu acho que V.Sª. se abrisse esse sigilo logo, antes de toda a definição, ficaria numa situação melhor por que poderia efetivamente prestar esclarecimento a sociedade brasileira. Porque V.Sª. agora é um homem público, quando V.Sª. trabalhava só no PT, tudo bem, o PT é um partido político, mas no momento que V.Sª. é Presidente do SEBRAE, o SEBRAE é um órgão praticamente governamental, foi o governo que indicou V.Sª. Então V.Sª. tem a obrigação, sobre qualquer suspeita, de abrir o seu sigilo bancário. Se a CPI aprovou por maioria de votos V.Sª., como homem público, que o senhor Roberto Teixeira fosse no Supremo, que Marcos Valério fosse no Supremo, que Delúbio Soares fosse no Supremo, tudo bem, mas V.Sa como homem público deveria ter todo o interesse em ter o sigilo aberto já que homem público não pode ter nada a esconder. A pergunta é o seguinte: Ao Sr. Paulo Venceslau. O Senhor contratou uma auditoria nos contratos da SEPEN com São José dos Campos que apontava falsificação de assinaturas, rasuras de documentos e fraude na forma de calcular o percentual de Comissão da SEPEN que já que era alto, absurdo, traduzindo nas palavras de Paulo de Tarso. A SEPEN metia a mão nos recursos de São José dos Campos, isto é verdade, o senhor disse que no dia 3 de setembro passou para Okamoto o resultado da auditoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador José Jorge que faça pergunta um a um para que ele possa responder imediato que a pergunta é muito objetivo que V.Exª. faz.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Essa é a segunda que é bem relacionada, se V.Exª. me der licença eu vou terminar. O senhor disse que no dia 3 de setembro passou para o Okamoto o resultado da auditoria e que esse teria dito para tomar um certo cuidado que a segunda caravana da cidadania quase não sai porque a SEPEN não tinha passado o dinheiro. Okamoto disse que não teria nada de dinheiro por causa do que estava acontecendo em São José dos Campos. Gostaria de saber se essas duas coisas são verdade e se V.Sª. confirma e se tem algum detalhe a mais que possa nos fornecer? E ao Sr. Okamoto também se isso, se ele conheceu esse relatório e se isso é verdade etc?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Primeiro sobre a SEPEN até onde eu acompanhei, inclusive ela foi condenada em primeira instância, depois eu não sei como é que foi o desdobramento disso, porque ela tinha um corpo jurídico, um corpo de advogados pesado a peso de ouro e ele, e o Roberto Teixeira sempre se referia assim, a parte judicial deixa comigo, ou seja, ele iria resolver, ele tinha os esquemas dele, não sei que esquema são. Mas enfim, o que ficou comprovado naquele momento e eu estou falando isso de um relatório de uma auditoria multinacional que é BOLSINHAS E CAMPOS e ela comprova textualmente todos esses dados, rasura de assinatura, falsificação de assinatura, a fórmula que favorecia a empresa e tudo mais. Então era um grande documento que uma empresa que nunca teve qualquer relacionamento com o PT, uma auditoria totalmente independente, e que foi contratada exatamente para fazer aquele estudo. E não foi contratada sozinha, foi feito uma tomada de preço entre várias consultorias, várias consultoras e a que oferecia as melhores condição foi a BOLSINHAS. Entre elas inclusive, que foi consultada e fez proposta a TREVIZAN que é do amigo do Lula e perdeu, naquele momento a licitação que foi feita. Então a comprovação, isso é um documento que está nos processos e tudo mais, depois que eu saí de São José eu não tinha condições mais de acompanhá-lo. Agora, sobre a segunda pergunta Senador?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – A segunda pergunta é a conversa que o senhor teve com o senhor Okamoto sobre a questão da caravana da cidadania.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Foi exatamente isso, porque naquela conversa anterior que tinha havido com o Roberto Teixeira, que foram 2 dias de reunião, no primeiro, inclusive, o Sr. Paulo Okamoto tinha participado, tinha havido o seguinte acordo: que já que não ia para lugar nenhum, eu relatei aqui no meu primeiro depoimento que era o seguinte, eu iria levar, quando eu digo eu é que a Prefeitura evidentemente,de São José dos Campos, iria levar a causa até o final, a apuração, a investigação, mas não faríamos uso dos seus resultados. Enquanto isso, a empresa SEPEN não iria se meter, quer dizer, ou seja, eu poderia, eu iria fazer investigação até o fim e não faria uso político. E qual foi a surpresa? O que mostra o nível de infiltração que essa empresa tinha em órgãos públicos. Quando foi sair o resultado da cota parte do ICMS de São José dos Campos em que mostrava que nós, com uma equipe própria, custo zero, tínhamos conseguido

resultado mais eficiente do que a SEPEN, fazendo com uma equipe que foi treinada pelo SEPAN (F) em São Paulo que é órgão público, inclusive, quando a gente, quando esse, quando esses dados iam ser anunciados antes do anúncio oficial a SEPEN vai a São José dos Campos e faz um anúncio nos principais veículos de propaganda me atacando, atacando a mim como secretário, dizendo que eu ter aí prejudicado a cidade tentando desqualificar os resultados que foram conseguidos naquele momento junto a Secretaria da Fazenda do Estado. E coincidia, naquele momento também que estava chegando o relatório que nós já, nós estávamos acompanhando de perto, já sabíamos as conclusões que a BOLSINHAS tinha chegado e faltava a entrega formal daquele relatório. Foi nesse contexto e que eu informei o Sr. Paulo Okamoto e ele falou, olha, vai sair um relatório de uma auditoria, vai bater duro e esses caras vieram de São José dos Campos e me atacaram publicamente, está lá a manchete. Matéria paga em primeira página do jornal da cidade atacando o Secretário de Finanças por que tinha conseguido um resultado a custo zero, melhor, do que eles por uma empresa milionária, por contratos milionários. Era isso. E aí que nesse contexto que o Paulo Okamoto se refere a mim e fala: Olha, a situação está ruim, a caravana está atrasada, pode nem sair porque a SEPEN não está repassando o dinheiro para o partido para a próxima caravana. É isso. É isso que eu falei para você,olha. Na tua cara falei lá e falo aqui.

SR. PAULO OKAMOTO – O senhor mente, o senhor mente, o senhor delira, mente, essa conversa nunca teve, nunca teve. Nunca teve.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Teve ou não teve.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Claro que teve,claro que teve, Ele era o homem do Lula.

SR. PAULO OKAMOTO – Você sabe que nunca teve, você sabe que você está mentindo, você sabe que você está mentindo, você está mentindo, você sabe disso! Você sabe que você está mentindo.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu não tenho a sua vocação.

SR. PAULO OKAMOTO – Você está mentindo, você sabe disso. Senador, só para esclarecer, realmente o Sr. Paulo de Tarso me entregou esse relatório que ele acabou de se referir. Esse relatório, Sr. Senador, é bom frisar, ele se referia a um amplo levantamento que ele como Secretário tinha feito contratando a BOLSINHA e era um relatório muito amplo feito sob a gestão do governo passado, porque como ele tinha acabado de assumir como Secretário de finanças lá em São José dos Campos, esse relatório ele fez para ficar bem claro que não foi no governo da Angela, que porventura, ou se houver algum desmando, deslize, acordo,ou coisa que ele sempre se refere foi feito no governo passado. Obrigado Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador José Jorge para concluir.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, somente para encerrar eu gostaria apenas de dizer novamente isso. Eu acho que essa questão do senhor Okamoto, ela só se encerra com a quebra do seu sigilo fiscal, bancário e telefônico para que nós possamos, de uma vez por todas, esclarecer isso e para que o senhor Okamoto possa exercer, de forma livre e sem maiores pressões, a sua função de Presidente do SEBRAE que é um cargo muito alto para ser exercido por uma pessoa sob suspeição. Então eu acho que interessa ao senhor Okamoto esclarecer isso mais do que a nós mesmo, por que isso, enquanto não for esclarecido, não vai parar, sempre vai ficar parecendo e é ruim para o senhor Okamoto, é ruim para o SEBRAE e é ruim também para o Presidente Lula. Então eu faço mais esse apelo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador José Jorge e para um esclarecimento aos Srs. membros da CPI aos Srs. que estão sendo acareados e o Brasil de uma forma geral é de que relação para que não haja nenhuma insinuação para que depois não se aproveite a próprio qualquer insinuação junto ao próprio Supremo em relação ao sigilo fiscal e bancário do Sr. Paulo Okamoto. Sigilo bancário e fiscal, o fiscal e parte do bancário foram encaminhado a esta CPI que de imediato foram lacrado se encontram no cofre guardado, está à disposição dos advogados, à disposição do Sr. Paulo Okamoto e quem desejar, se encontra lacrado para que não haja amanhã até para insinuar que a CPI se abriu esse sigilo para que fosse divulgado pela imprensa nacional. Devo dizer que em relação ao sigilo telefônico que foi reclamado pelo que Sr. Paulo Okamoto não tem nenhuma relação com a CPI dos Bingos, até porque esse sigilo telefônico que foi divulgado foi quando quebraram o sigilo telefônico do senhor Delúbio Soares que apareceu várias ligações de V.Sª. com o senhor Delúbio Soares. Só para esclarecimento e dizer de que, quanto a CPI dos Bingos está exatamente esperando que o Supremo libere o sigilo de V.Sª. seja mantido em sigilo ou não para que o Relator possa fazer sua conclusões. Senador Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, primeiramente eu quero justificar a ausência do Senador Arthur Virgílio e lamentar o falecimento da sua mãe hoje pela manhã. O Senador se ausentou por esta razão. E creio que possa, em nome de todos os companheiros, manifestar a nossa

solidariedade e os nossos sentimentos pela perda, nesse momento de dor que vive o nosso companheiro. Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando se divulgou a existência de uma dívida do Presidente Lula junto ao PT, não houve nenhuma explicação imediata. Em seguida, houve uma viagem do Presidente Lula a Garanhuns no Aerolula e na comitiva o Sr. Paulo Okamoto, Presidente do SEBRAE que foi tesoureiro da campanha do Presidente em 89. A CPI, nesse ínterim recebeu, a CPI dos Correios recebeu dados do Banco do Brasil sobre a origem dos 4 depósitos on-line que quitaram a dívida de Lula. Segundo o Banco do Brasil, os pagamentos foram feitos de agências em São Paulo em nome do próprio Lula, só que Lula não estava em São Paulo e também disto ele não sabia. Ele não sabe de muita coisa, mas também não sabia disso. O que se depreende é que nesta viagem houve o entendimento entre Sr. Paulo e é isso que eu vou indagar, entre o Sr. Paulo Okamoto para a explicação que veio posteriormente à viagem. Fica a impressão que houve um entendimento entre Paulo Okamoto e o Presidente Lula para a versão divulgada pela imprensa. O PT informava então, a partir daí, que a dívida foi paga pelo Procurador legal Paulo Okamoto. Okamoto disse que pagou a dívida, mas não contou nada a Lula. Mais uma vez o Lula não sabia nem mesmo que uma dívida sua já estava resgatada. O planalto reitera que Lula desconhecia, tanto a dívida como o seu pagamento. O Presidente devia e não sabia. Pagaram a dívida dele ele não sabia de novo. E nós somos obrigados a acreditar que o Presidente não sabe de nada. Okamoto disse não ter recibos, nem documentos para provar que foi ele quem fez os depósitos. Eu não entendo como alguém deposita valores da ordem de cerca de 30 mil reais e não tem recibos dos depósitos. É bem diferente do caseiro Nildo que imediatamente já comprovou de onde veio o dinheiro e quem depositou. Disse não ter recibo nem documento para provar que foi ele quem fez os depósitos, disse ainda que pagamento foram feitos em espécie e que o dinheiro veio de suas contas pessoais em Brasília após saques não coincidentes com o pagamento das parcelas. Ele não deixou claro quantas vezes sacou dinheiro e de que forma o enviou para São Paulo. O dinheiro foi sacado em Brasília, foi depositado em São Paulo, em espécie. Dinheiro viajou até São Paulo, nós evoluimos, nós avançamos, temos mecanismos modernos no sistema financeiro nacional e ainda usamos À moda antiga esse tipo de procedimento para esconder o quê Sr. Paulo Okamoto? Porque não pagou diretamente o empréstimo por meio de depósito bancário ou transferência eletrônica nas contas do PT? Porque não fez apenas um depósito em vez de diversos saques em dinheiro para pagar a dívida? Segundo o Sr. Paulo Okamoto informou, ele começou a sacar o dinheiro um mês antes de pagar a primeira parcela e foi guardando o dinheiro em casa. Porque esse tipo de operação? Porque tanta dificuldade. Porque depositar em 4 agências diferentes em São Paulo? Porque o PT não declarou à Receita a doação feita à Lula. Enfim, não há nenhuma procedência técnica na declaração do Okamoto. O Okamoto não sabe para quem entregou o dinheiro, nem mesmo sabe quem fez o depósito. Não guardou nenhum recibo do pagamento em espécie. Portanto, eu acho que é uma oportunidade para Sr. Paulo Okamoto esclarecer esses fatos e eu quero ouvi-lo nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Paulo.

SR. PAULO OKAMOTO – Sr. Senador Álvaro Dias, eu tive a oportunidade de tratar dessa questão e hoje eu me reservo no direito de fazer essa acareação nos termos que o Supremo me concedeu.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Mas é a acareação que eu quero, por que depois eu quero ouvir doutor o Paulo de Tarso que é um homem muito bem informado sobre as questões petistas e eu quero ouví-lo depois a respeito disso, se ele considera, por exemplo, legal que o Presidente do SEBRAE pague conta do Presidente da República sem que o Presidente saiba que essa conta foi paga. Nós estamos aqui para isso, Sr. Paulo Okamoto, nós não estamos aqui fazendo uma encenação, nós não estamos aqui para uma brincadeira, nós estamos aqui para ouvi-lo. E se V.Sª. não desejar dar explicações, que atenda o pedido do Senador Antônio Carlos Magalhães e nos autorize a quebrar o seu sigilo, cor que aí nós verificaremos a movimentação financeira que procedeu até saldar a dívida do Presidente Lula com o PT. O senhor não tem nada a dizer, Sr. Paulo Okamoto? Não vai dizer. Só para saber.

SR. PAULO OKAMOTO – Eu já tratei desse assunto longamente na outra CPI que aqui estive, tive a oportunidade de explicar para os Srs. Senadores que estavam aqui presentes sobre esta questão ...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Essas foram as explicações.

SR. PAULO OKAMOTO – ... E hoje eu vim aqui também para explicar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito a respeito das acusações das inverdades que ...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E vai ter oportunidade já em seguida então, Sr. Presidente, apenas eu quero propor que votemos novamente o pedido de quebra de sigilo bancário do Paulo Okamoto, já que ele não se dispõe a abri-lo. Por que certamente há algo sério escondido na movimentação financeira

do Sr. Paulo Okamoto, ninguém luta tanto para impedir que se conheça a sua movimentação financeira e o governo tem tanta facilidade em invadir a conta de um caseiro, de um humilde trabalhador e o Sr. Paulo Okamoto tem tanta força para impedir que a sua movimentação seja conhecida por essa CPI. Eu vou então agora indagar para que a acareação se proceda, nós queremos, doutor Paulo de Tarso, louvando essa, a sua disposição em esclarecer os fatos. Essa história da TVT que é um fato novo. Esse é um fato, eu pelo menos não conhecia. Me parece que é um fato novo nas denúncias que o senhor faz. E muito sério, porque estabelece um vínculo já societário do Presidente Lula com Sr. Delúbio Soares, com Sr. Delúbio Soares, com o Sr. José Dirceu que são os artífices desse esquema de corrupção investigado e que é levado hoje no relatório final comprovando a existência de Mensalão, de Valerioduto e etc... e o Presidente Lula disse que não sabia de nada do que fez o Delúbio Soares, José Dirceu nesse período todo e eram sócios. Eu quero que o senhor detalhe esta sociedade, TVT o que era a TVT. E como se procedia sem licitação pública para obter recursos de Prefeitura Municipal como no caso da Prefeita doutora Angela Guadagnin, que muito conhecida hoje no Brasil. Como é que se procedia isso? Quer dizer, a sociedade Lula com o Zé Dirceu, com o Delúbio Soares. Aí não há licitação, portanto se desrespeita a legislação do país. Isso não é ético, isto afronta a legislação, aí se obtém recursos públicos e o senhor tem noção de valores a respeito desses recursos?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Não, vamos lá por partes. Antes o senhor tinha dito a respeito dessa generosidade do Sr. Paulo Okamoto. Por exemplo, olha que o senhor Luiz Inácio Lula da Silva.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Aliás, o Paulo Okamoto também era sócio da TVT?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Era sócio. Sócio. Quem tem que explicar é ele e não eu.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Depois ele vai explicar.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Como sócio.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O senhor faz a denúncia e ele explica.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Agora, só para esclarecer o seguinte, lá pelas tantas desse depoimento que foi feito à Comissão, o membro da Comissão pergunta, Lula deixa eu pegar um outro ponto, um outro segmento que é o Paulo Okamoto. Ele chegou a ter vários cargos no partido, chegou a ser Presidente estadual, mas parece que é a partir de 89, 92 ele deixa de ter cargo no partido. Nesse período ele deixa de ter cargo no partido, tinha alguma atividade relativamente a Finanças conseguia recursos? Palavras de Luiz Inácio Lula da Silva. Em 89 eu acho que o Paulo deve ter ajudado na campanha de finanças. Agora, a relação do Paulo era uma relação muito mais logística, ou seja, voltando para os idos de 97, 98. O Paulo Okamoto é um cara que vende adesivo, que faz cartaz, até porque ele é não sei se ele colocou aqui, o Paulo é gerente da gráfica FG que é fundo de greve. FG é de fundo de greve. E a gráfica do fundo de greve, uma das formas dela sobreviver é vender material para os candidatos do PT. E os adversários não compram da gente, ou seja, são os petistas que compram. Eu sei que o Paulo trabalha com isso, vende comercialmente isso, sabe e continua fazendo isso. Quem vive de vender camiseta, essas coisas e fazer doações da ordem que foi colocado aqui tirem as conclusões que vocês quiserem, que os Srs. quiserem. Está certo? Essas aqui são palavras documentadas de Luiz Inácio Lula da Silva. Agora, voltando a TVT, voltando a TVT isso está na página, qualquer dúvida aqui está na página 365 desse processo que eu tenho na mão daqui dos Srs..

SR. PAULO OKAMOTO – Sr. Paulo de Tarso, a bem da verdade o senhor precisa explicar em que ano se refere isso.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – 1997.

SR. PAULO OKAMOTO – 1997. eu ...

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – O senhor trabalhou na Caviar que é uma casa noturna em São Paulo que é uma das sócia é a Marília Andrade de, o Senhor se lembra disso? Ou a senhor também não trabalhou na Caviar?

SR. PAULO OKAMOTO – Sr. Paulo de Tarso.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – O Senhor também não trabalhou na Caviar?

SR. PAULO OKAMOTO – Sr. Paulo de Tarso, vamos por parte.

SR. PAULO OKAMOTO – O senhor está dizendo o seguinte: Que em 1992 eu era dirigente do Partido dos Trabalhadores. Depois que saí de dirigente do Partido dos Trabalhadores, fui trabalhar na gráfica, fui gerente comercial da gráfica FG da qual eu trabalhei de 92 até 99. Certo? Portanto eu ganhava meu dinheiro, o meu sustento da minha família trabalhando como gerente comercial de uma gráfica. Esse era o meu papel, está? E nessas ocasiões, nesse momento eu contribuía com o Partido dos Trabalhadores sim, contribuía de acordo com as minhas posses e não contribuía, evidentemente, com os valores que eu contribuo hoje, porque evidentemente hoje eu ganho muito mais do que ganhava naquela época. Sob a questão de que a TVT que foi falado aqui é bom frisar.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu não respondi a TVT para o Senador ainda.

SR. PAULO OKAMOTO – Então responda.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – O senhor poderia aproveitar depois e responder tudo de uma vez.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Vamos ouvir a denúncia, então do Paulo de Tarso, depois o Sr. Paulo Okamoto responde.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Com a TVT é o seguinte, logo depois que eu saí de São José dos Campos houve mudanças e reformulações muito grandes lá. Uma delas foi essa, a transferência de algumas pessoas de São Paulo para São José dos Campos, uma dessas pessoas chamava-se Victor Salazar que era marido da dona Denise Fonseca de Carvalho, que era a diretora de comunicação. E um dos esquemas que foi implantado a partir disso aí foi a contratação de uma agência chamada CONTEXTO. Essa agência CONTEXTO ela foi contratada para produzir as peças publicitárias da Prefeitura. Porém, segundo o processo que rola em São José que tem algumas coisas, inclusive, sub judice. Essa CONTEXTO ela contratava funcionários, aliás, a própria Prefeitura, através dos órgãos públicos, contratava jornalistas e tudo mais para fazer a área de marketing da Prefeitura e com uma ligação muito grande com a CONTEXTO. A CONTEXTO, por sua vez, contratava verbalmente, está aqui escrito, olha. Isso aqui tem, quem diz isso aqui é um ex-Vereador de São José dos Campos, jornalista que ele fala com todas as letras que é o seguinte: olha, a rede de comunicação dos trabalhadores TVT fundada e dirigida por Lula, José Dirceu, Delúbio Soares, Gushiken, Paulo Okamoto etc. Que era contratada verbalmente pela agência de publicidade CONTEXTO para produzir os programas promocionais do município. O escândalo foi tamanho e aumentou ainda mais quando a diretora de comunicação, senhora Denise Fonseca de Carvalho, que era responsável pela contratação da CONTEXTO que por sua vez contrataria a TVT verbalmente. Ela saiu, ela saiu da Prefeitura e adivinha onde é que ela foi trabalhar? Na CONTEXTO. Está certo? Quer dizer, é uma coisa visível, não precisava explicar duas vezes. Ela era diretora de comunicação, contratou a CONTEXTO que por sua vez contrataria a TVT que tinha entre os associados essas figuras conhecidas, posteriormente ela sai da presidência e é contratada pela CONTEXTO. O escândalo foi muito grande em São José dos Campos, a Câmara se mobilizou pedindo,, inclusive o impeachment da doutora Angela e só não foi conseguido aqui, palavras textuais aqui do ex-Senador, acredito que a Deputada não ficou satisfeita apenas pela absolvição de mais um mensaleiro, mas também porque as dúvidas, aliás, que ele fala aqui que ela, esses processos dos vereadores, o enigma dos vereadores que mudaram de voto pela cassação da Prefeita para absolvê-la em 3 processos de impedimento, eles chamam de um enigma. Ou seja, naquele momento algo fez com que a maioria que era favorável à cassação se revertesse rapidamente em minoria. E aí eu sugiro por que eu não tenho os dados, quando eu tenho dado eu mostro e falo e olho na cara como eu olho para o Sr. Okamoto e falo porque é verdade. Essas coisas eu só não falo mais porque eu não tenho os dados comigo, mas eu estou indicando aqui a pessoa. Jornalista Luiz Paulo Costa, ex-Vereador pelo PSB em São José dos Campos, doutor Edmundo de Carvalho, arquiteto eu não sei se é diretor do INP ou não, eu não lembro agora. Foi vice-prefeito da Doutora Angela Guadagnin. Então eram figuras ilustres, o vice-presidente da doutora Angela e o Vereador que era da base de sustentação do PT da época. Aliás, a ruptura se deu na época por causa, com o PSB por causa do escândalo da CONTEXTO. Então era essa figura, esse jogo de contratação verbal, esse jogo de subcontratação, esse jogo, essa situação ...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O Tribunal de Contas não apurou isso contratação sem licitação?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – A CONTEXTO foi contratada eu acho que ela foi contratada por licitação. A subcontratação tipo TVT de contratos verbais é que não estava escrito. É isso que nunca foi explicado. É isso que está, foi por causa disso que motivou o pedido de impeachment da Prefeita que era a doutora Angela na época. Se tem alguma semelhança com hoje, não sei, pensar um pouquinho talvez a gente encontre, mas com certeza na TVT quem pode explicar como é que era tudo isso está aqui um dos diretores de lá, um dos fundadores da TVT, o Sr. Paulo Okamoto.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Então vamos ouvir o Paulo Okamoto sobre a TVT para concluir isto.

SR. PAULO OKAMOTO – Bom.Esse é um assunto novo, um assunto novo que veio aqui nesse processo de acareação, bom, primeiro que eu nunca fui diretor da TVT.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Fundador.

SR. PAULO OKAMOTO – Eu fui, como muitos outros, fundador da TVT que é uma ONG. Como houve várias ONG's no movimento sindical e no movimento popular a TVT foi uma delas, era uma produtora de televisão e o objetivo dela era fazer filmagens do movimento popular, sindical, registrar isso e como

produtora também prestava serviço para quem a contratasse. A informação que eu posso dar é isso, não tenho outra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra, V.Exª. tem.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Mais uma indagação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu gostaria de ouvir do Sr. Paulo de Tarso, inicialmente, depois o Sr. Paulo Okamoto, ainda a respeito dessa auditoria, que apontou falsificação de assinaturas, rasura de documentos, fraude na forma de calcular o percentual de Comissão da SEPEN que já era um absurdo, a SEPEN, segundo o Sr. Paulo de Tarso, metia a mão nos recursos de prefeituras, inclusive de São José dos Campos. Comunicou isso ao Presidente Lula, que nunca sabe de nada, mas ficou sabendo disso, porque o senhor comunicou a ele. Eu indago e na presença do Sr. Paulo Okamoto, que pode depois contestar ou não, qual foi a reação do Presidente Lula a época quando soube dessas falcatruas? Se ele tomou alguma providência, se ele determinou alguma providência como líder maior do PT? Esta é a indagação que eu faço ao Sr. Paulo de Tarso e depois ao Paulo Okamoto.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – A grande providência que ele tomou foi me encaminhar, juntamente com o Sr. Paulo Okamoto, como ele me confirmou aqui, para falar com a pessoa que era uma parte envolvida, essa foi a providência, única providência que ele tomou até hoje.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É a prática do Presidente Lula de tomar providências é muito interessante como quando soube do Mensalão ele adotou mais ou menos essa prática aí. É por essa razão que nós não temos como isentar o Presidente da República de responsabilidade em tudo que nós estamos investigando, mas o Sr. Paulo Okamoto pode contestar se desejar.

SR. PAULO OKAMOTO – Eu não quero contestar nada eu quero reafirmar, realmente é verdade, o Paulo de Tarso tinha a preocupação, conversou com o Lula, Lula eu estou tomando a seguinte providência: Pedi para fazer um inquérito interno, suspendi pagamento, estou contratando uma empresa para fazer uma auditoria externa bem como auditoria interna, que tal, tudo bem? Lula, tudo bem continue assim. Mas não tem problema? Não, não tem problema, é assim que faz um bom gestor público. Ah! Mas e o Roberto Teixeira? O que é que tem o Roberto Teixeira? Não, é como é que é? Ele não é dono da empresa? Não, se você tem alguma coisa com o Roberto Teixeira converse com o Roberto Teixeira, marque sua reunião e como ele mesmo confirmou essa reunião aconteceu. Então eu penso de que o Paulo de Tarso fez exatamente isso, tomou uma série de procedimentos, não sei porque ele estava preocupado, foi se comunicar ao Lula dos procedimentos que ele estava adotando e estava preocupado, vendo se isso poderia trazer algum constrangimento e o próprio Lula o incentivou, continue assim, é isso mesmo que tem que fazer e ele continuou, tanto é que todas as medidas que ele tomaram, pelo que eu sei ou pelo que eu li na imprensa, as coisas continuaram, a suspensão do pagamento continuou, tudo continuou e assim foi esse episódio.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Senhor, pois não.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Posso?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pode, pode.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu fui chamado de fantasioso, imagine se eu o fosse. Aqui tem um antecedente muito curioso. A razão de eu ter ido conversar com o Lula, não foi o Lula que me chamou. Fui eu que pedi. E sabe por quê que eu pedi? Por que quando a caravana, a primeira caravana da cidadania passou por São José dos Campos ele comentou numa roda de amigos, de pessoas, militantes que estava, que tinham procurado o Lula, porque estavam tendo problema com o Marcos Soares que era um militante do PT, que era diretor de uma empresa de São José dos Campos que o Marco Soares estava criando problema para a Angela e o Lula responde para essas pessoas, vocês ficam brigando com o Marcos Soares e quem está me criando problema em São José que é o Paulo de Tarso vocês não fazem nada para ele. Esse relato foi feito por uma assessora do Aloízio Mercadante, pena que o Senador não esteja aí. Um assessor do Aloízio Mercadante na época que ele não era Senador ainda, que me relatou este episódio e falou para mim, Paulo o que aconteceu, porque o Lula falou isso, isso e isso. Passado alguns dias teve o lançamento de um livro do Presidente da Radiobrás hoje, Eugênio Bucci no restaurante Domani sem São Paulo e o Lula foi prestigiar o evento. Foi nessa oportunidade que eu procuro o Lula e falo: "Lula, o seguinte, porque você está dizendo que eu estou criando caso com você? O que está acontecendo? Quero saber". Ele não Paulinho bateu nas minhas costas, não, fez aquela gracinha toda e marcou a reunião, essa reunião que está sendo falada aqui agora. Então ali, quando cheguei com a documentação ali, foi por que eu falei,

se eu estou criando problema a única coisa que pode ser é a SEPEN porque eu já conhecia a SEPEN de velhos carnavais, conhecia a SEPEN em Campinas apresentado pelo então Prefeito Jacob Bittar que era o seu, representada na época pelo Sr. Roberto Teixeira, ele e o irmão dele e o Luiz Alberto não sei das quantas, que era Pereira, de Oliveira, não lembro mais o sobrenome dele que era um dos sócios. Está certo? Então eu já conhecia a SEPEN desde aquela época. Então quando chega nesse episódio que ele falou, não foi nada disso, faz aí. Ouviu, ouviu, ouviu, prestei conta, porque é um assunto árido, chato, mexer com números, explicar como é que funciona, por que não é todo mundo que tem a facilidade de entender, se não entendeu que é uma folha de PAM(F) que é onde você calcula o valor agregado de cada município como é que as empresas fazem o lançamento, como é que isso é contabilizado. (soa a campainha) Então todos esses episódios, todos estavam presentes ali quando eu comentei, quando eu fui falar com o Lula não teve esse troço, não, está tudo certo,nada disso, vai conversar com o Roberto Teixeira que era a pessoa diretamente envolvida. Foi esta a questão.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, para concluir apenas dizendo que em mais uma oportunidade ficamos sem os esclarecimentos sobre o pagamento da dívida do Presidente Lula junto ao PT, o Presidente continua não sabendo e nós também. Nós não temos condições de saber. E o Sr. Paulo Okamoto continua resistindo em quebrar o seu sigilo bancário que poderia esclarecer esse fato. Mas descobrimos pelo menos mais uma sociedade do Presidente Lula com o Delúbio Soares, com o José Dirceu, com o Paulo Okamoto. Portanto uma ligação estreita que vem de há muito tempo, uma sociedade que perdura e sobretudo no que diz respeito a solidariedade da reciprocidade na proteção diante dos fatos que são investigados pela CPI's e naturalmente são retratados pelo Ministério Público brevemente, muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente só para esclarecer, o Sr. Paulo Okamoto falou que era uma ONG, o Senador Alvaro Dias e o senhor Tarso estão dizendo que é uma sociedade. É sociedade ou é ONG.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu não sei não.

SR. PAULO OKAMOTO – É uma organização.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu também não sei. É uma personalidade jurídica.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu gostaria que o Sr. Paulo também esclarecesse.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Toda a empresa é uma sociedade e toda a ONG é uma sociedade, depende dos seus fins se é lucrativo ou não é lucrativo. Uma ONG não é uma sociedade? As pessoas que a formam não formam sociedade?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Uma ONG é uma associação, não é sociedade.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Esse é um detalhe que não importa muito.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador Flávio Arns, é uma ... (2:07:42)

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Senador Alvaro Dias falou que é uma sociedade, ele é sócio.

(tumulto)

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eram sócios, são sócios solidários nessa atividade e isso pouco importa, o que importa é que estavam juntos operando.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, eles estavam juntos numa ONG, não numa sociedade. (soa a campainha) (2:07:55)

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pode ser numa ONG ou numa sociedade, é uma empresa ...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sociedade é coisa com código civil, sociedade tem fins lucrativos, uma ONG tem associados, mas sem fins lucrativos, é organização jurídica.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É uma TV dos trabalhadores, essa é a denominação TVT, TV dos trabalhadores?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, é só para esclarecer, porque sociedade seria sócio. ONG é associado. É bem diferente, o Código Civil é claro nisso.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Mas não importa se é associado ou seu é sócio, o que importava é que operava junto ao Poder Público sem licitação, obtendo vantagens, recursos etc.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas eu acho incrível que não faça, não importe por que uma é com fins lucrativos e outra é sem fins.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Srs. Senadores, eu vou pedir a V.Exªs. que na próxima reunião esclareça a definição de ONG e de sociedade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT–PR) – É só olhar no Código Civil está bem escrito e bem claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com a palavra o Senador Antônio Carlos Magalhães, isso por permuta com o Senador Antero Paes de Barros.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim, pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª. tem a palavra.

SR. PAULO OKAMOTO – Sobre essa questão a ficar bem claro qual era a determinação nossa em relação a apurar eventuais irregularidades que tivesse em qualquer empresa em São José dos Campos, e em particular da SEPEN. Vou ler aqui o relatório, o relatório, o relatório página 66, o relatório do qual o Sr. Paulo de Tarso se refere. De fato, de início não podemos deixar de observar que o próprio Paulo de Tarso Venceslau chega a reconhecer, em diversas passagens do seu depoimento, de que em nenhuma pessoa vinculada ao partido, nem mesmo o próprio Paulo Okamoto teria a ele chegado e determinado ou mesmo solicitado que aliviasse as medidas contra a SEPEN. Ao contrário, o que o Venceslau retrata em relação ao Okamoto é que este, nas vezes em que foi indagada sobre a matéria sempre se manifestou dizendo que nada existia entre PT e SEPEN podendo o denunciante, com todo o rigor necessário, prosseguir nas suas apurações ou nas medidas tomadas contra a empresa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª. tem 2 minutos para esclarecer.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – O Paulo Okamoto, ele se esquece de uma coisa, a minha história é diferente da dele. Eu fiz guerrilha, fui preso, fui torturado e fui atacado, sofri atentado, não sei por quem até hoje na rodovia Airton Senna que eu desconfio muito que tem a ver com essa história de SEPEN, está certo? Então, primeiro que eu nunca tive medo de cara feia, segundo, está certo? Todo mundo sabe e você sabe disso, porque você mesmo reconhece, você não teve coragem de pedir lista de fornecedores da Prefeitura para mim por que eu ia botar você para correr. E, portanto, dificilmente haveria alguém no Partido dos Trabalhadores que tivesse peito de falar para mim fazer alguma coisa errada. Coisa que eu nunca fiz. E eu já fui investigado pela direita e pela esquerda. Eu fui investigado de cabo abaixo em cada lugar que eu chegava a direita vasculhava a minha vida e quando aconteceu a história do PT o PT vasculhou a minha vida, me prejudicou, inclusive profissionalmente em vários contratos que eu tinha, inclusive, ganho a concorrência, está certo? Então, meu amigo é o seguinte, meu ex-amigo, desculpe, meu ex-amigo é o seguinte, isso aqui é muito claro, é o seguinte, não havia ninguém naquele contexto, nem Zé Dirceu, nem ninguém que tivesse peito de pedir alguma coisa errada para mim, essa é a diferença entre eu e você, dá para entender?

SR. PAULO OKAMOTO – Olha, o que fica claro é que eu nunca pedi para você fazer nada errado, você tem razão. Agora, eu não sei questão de ser macho, ter peito, eu não sei como é que funciona isso. Eu sei que eu nunca pedi para você fazer nada de errado. E também em relação a SEPEN eu nunca pedi para você deixar de fazer isso ou fazer aquilo. Aliás, todas às vezes que você me perguntou sobre isso, se é que o meu conselho servia para alguma coisa, eu te aconselhei você deveria ser rigoroso, aprofundar tudo, esclarecer. Foi essa ...

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Com exceção quando a coisa mudou. Você se esquece que eu declarei isso, faz 13 anos que eu falo isso, que na hora que saiu a questão do relatório final da auditoria e que ia ter os dados favoráveis a nós pela Secretaria da Fazenda de São Paulo você falou assim: O que está acontecendo? Olha, está tendo problema com a segunda caravana da cidadania que a SEPEN não está querendo repassar dinheiro para gente por causa do que está acontecendo em São José dos Campos, palavras de Paulo Okamoto.

SR. PAULO OKAMOTO – Que é mentira sua, que é mentira sua, eu nunca ...

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu abro ao meu sigilo bancário, telefônico, tudo, abra o seu, ora. Então se você não mente, abra o seu sigilo.

SR. PAULO OKAMOTO – Você sabe que é mentira. Nesse caso aqui eu pedi para você, você me perguntava: Olha, como é que faz? Continua fundo, investigue. Vou contratar a BOLSINHA. Contrata, investigue.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Isso foi no começo do ano e você respondia no automático. Na hora que a coisa pegou você mudou o discurso.

SR. PAULO OKAMOTO – Olha, o meu comportamento sempre foi esse. O meu comportamento sempre foi esse. Toda vez que alguém me traz alguma irregularidade eu peço que investigue e que mande para o Ministério Público, porque eu acho que tem que ser esse o procedimento de qualquer cidadão.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Assim como em Ribeirão Preto você me chamou atenção por que eu tinha falado coisa indevidas.

SR. PAULO OKAMOTO – Coisas indevidas e grosseiras em relação ao partido e ao Presidente do Partido dos Trabalhadores.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Que Presidente. Falei sobre a SEPEN, você que (tumulto) Eu falei sempre sobre a SEPEN, O que estava no foco era a SEPEN. O uso indevido do nome do Lula você que tomou as dores.

SR. PAULO OKAMOTO – Você insinuava de que o Lula poderia ter alguma coisa com esta empresa.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu não insinuei nada.

SR. PAULO OKAMOTO – Você insinuava. Você insinuava sim senhor. Por isto que eu te chamei a atenção e você sabe disso, você sabe disso por que naquela época eu te chamei enquanto companheiro, você sabe disso, você sabe disso.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Absolutamente, aonde está aqui o depoimento da Angela, ela reconhece, em momento, você é o único que hoje, 13 anos depois, usa um subterfúgio que nunca ocorreu na época. O meu discurso foi claro uma empresa chamada SEPEN que se anuncia, apresentado por compadre do Lula, cuidado com a empresa e não com o Lula, pelo contrário, eu queria preservar o Lula naquele momento que eu achava que era preservável, me enganei. Aí me enganei mesmo, está certo? Agora, isso que você está dizendo, não, você nunca, primeira vez você dá uma versão de que era para preservar o Lula, o quê que é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Antônio Carlos Magalhães, V.Exª. tem a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – É Sr. Presidente, V.Exª. está extremamente tolerante. Eu acho o que o Sr. Paulo Okamoto tem direito aos seus advogados, agora os seus advogados não tem o direito de interferir tanto no depoimento como nunca vi aqui nessa Casa como hoje está interferindo este advogado. Eu o respeito e o Sr. Paulo Okamoto não é nenhum deficiente para estar precisando de tal ajuda. Sr. Paulo Okamoto pode responder por si e responde, não precisa do advogado chegar a tanto. Tem que se limitar a atuação do advogado. Dito isso, eu volto a minha pergunta: Por quê Paulo Okamoto não abre o seu sigilo bancário? Eu quero também perguntar: Quem é, eu compreendo, o Presidente da República tem muitos afazeres. É V.Exª. ou é o Sr. Roberto Teixeira que lida com os recursos do Presidente, faz pagamentos e ajuda nisto ou naquilo? Se é V.Exª.? Porque V.Exª., tendo uma renda de 44 mil, que é o que diz a sua declaração de renda, V.Exª. fez tanta pompa de ter declarado a sua rena, não há quem não declare. Isso é uma coisa absolutamente normal, crime seria não declarar. Com 44 mil se arvorou a pagar logo 29 do Presidente Lula. Se é realmente V.Exª. pagou, porque houve nota oficial do Palácio do Planalto dizendo que o Presidente Lula não devia coisa nenhuma. Está assinada pelo Sr. Ministro Jax Wagner, ex-Ministro do Trabalho, das instituições, enfim foi Ministro de uma porção de coisas. Quem é, V.Exª., V.Sª. ou Roberto Teixeira? Porque V.Exª. faz esses pagamentos? V.Exª. tem alguma conta-corrente com o Presidente ou é por amizade apenas, porque o Presidente ganha mal, ganha pouco, não tem nenhuma aposentadoria? V.Exª. sabe que tem e no próprio PT sempre o sustentou, ele mesmo próprio me disse uma vez. Então, quero saber essas coisas, porque é que V.Sª. é o encarregado disso? Porque é que V.Sª. faz isso para o Presidente da República? E se também V.Sª. tem alguma coisa com Lulinha na TELEMAR, ou com Vavá nos ministérios, se V.Exª. concorda, porque não é V.Sª. que, desculpe, não é V.Sa quem trata desses assuntos em vez de ser o Vavá ou o Lulinha, ficaria até melhor composto. Eu quero fazer essas perguntas primeiro, depois eu vejo se continuo ou não.

SR. PAULO OKAMOTO – Senador Antônio Carlos Magalhães, eu já tive em outra ocasião a oportunidade de tratar dessas questões com mais precisões das informações, quanto que eu ganho e coisa desse tipo. Hoje eu quero me atentar a fazer o processo de acareação um processo que demora 13 anos com o Sr. Paulo de Tarso. Eu gostaria então de acatar o encaminhamento que eu tenho do Supremo Tribunal Federal que determina que eu faça acareação com o Sr. Paulo de Tarso.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, quero que seja registrado pelo Relator que o Sr. Paulo Okamoto não negou que possa ser ele ou Roberto Teixeira o pagador das contas do Presidente da República, porque usou do sigilo que o Tribunal, ele acha que ele conferiu, embora haja dúvidas na interpretação do Ministro Sepúlveda Pertence, mas isso é importante que fique registrado, porque isso talvez seja uma das coisas mais graves que aconteceram aqui. Primeiro que ele não abre o sigilo bancário, segundo que ele não negou que é um pagador das contas das famílias do Presidente da República e do próprio Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª.

SR. PAULO OKAMOTO – Só para registrar é que eu nego. Já tinha falado desse assunto em outra ocasião, se essa CPI negar o que eu falei em outra ocasião certamente haverá as informações do qual o Senador se referiu nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor nega o quê?

SR. PAULO OKAMOTO – O pagador das contas da família ...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Mas 44, o Senhor paga 29, viveu com 15?

SR. PAULO OKAMOTO – É que se a gente entrar para explicar, Senador, por que essa informação que o senhor tem está equivocada, as datas são diferente, os valores são diferentes, então nós vamos entrar no debate coisas que eu estou priorizando a acareação nesse momento.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – E o Sr. Roberto Teixeira, o senhor conhece?

SR. PAULO OKAMOTO – Conheço o Sr. Roberto Teixeira.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – É também um bom amigo do Presidente Lula?

SR. PAULO OKAMOTO – Olha, eu penso que ele tem uma relação de amizade com o Presidente Lula.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – É justamente na casa dele que o Presidente Lula morava e não pagava?

SR. PAULO OKAMOTO – Olha, isso também já não é objeto de acareação entre eu e o Paulo de Tarso, Sr. Senador.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sim, mas eu quero que fique firmado, V.Exª. pode negar, agora, eu posso falar o que quiser. É o que eu estou falando, que V.Exª. está realmente implicado nesses pagamentos do Presidente da República.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com a palavra o Senador José Agripino em permuta com o Senador Romeu Tuma.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, essa acareação que está sendo feita entre o Sr. Paulo de Tarso Venceslau e o Sr. Paulo Okamoto tem um objeto claro, Sr. Paulo de Tarso, de fazer o confronto entre a sua palavra e a palavra do Sr. Paulo Okamoto para ver com quem está a verdade em torno do assunto São José dos Campos que é o assunto focado. Para mim, eu vou aqui emitir uma opinião, está muito claro que em São José dos Campos existia uma cápsula que envolvia pessoas como Roberto Teixeira, SEPEN, Paulo Okamoto, Prefeita Angela, o hoje Presidente Lula e a caravana da cidadania. O que o Sr. Paulo de Tarso Venceslau diz é que já aquela época o Sr. Paulo Okamoto andava pelas prefeitas do PT, isso faz algum tempo, quase sempre na companhia da SEPEN que era uma empresa de consultoria operada pelo senhor Roberto Teixeira, aquele que emprestou a casa, a casa de luxo para que o Presidente Lula morasse durante muito tempo e que é amigo pessoal do Presidente Lula, todo o Brasil sabe disso. A SEPEN seria um instrumento de receptação de dinheiro para uso por parte do PT. No caso da caravana da cidadania, Sr. Paulo de Tarso Venceslau eu quero dizer ao senhor que eu fiquei impressionado com a audácia do Sr. Paulo Okamoto, ele lhe chamou de mentiroso 10 vezes. Ele hoje está valente todo. Eu quero dizer ao senhor o seguinte: Há uma coisa que não foi dita até agora, o senhor denunciou um esquema, o senhor que foi petista, que foi foragido, que foi, suponho que tenha sido torturado, participou de luta, torturado não digo, mas participou de lutas do PT, pode me fazer a correção.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu declarei aqui que eu fui duas vezes em estado de coma para o hospital militar e se isso não é tortura eu não sei o que seria tortura.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Perfeito, então foi torturado, está coonestando, o senhor foi torturado e quando o senhor denunciou o esquema encapsulado que envolvia Roberto Teixeira, Okamoto, Angela, Lula, caravana da cidadania, o senhor foi demitido da Secretaria. Foi demitido, foi demitido e o esquema de perseguição vem a seguir só faltaram salgar o terreno de sua casa pelo que é depreendido. O senhor tem uma certa semelhança com Francenildo, o senhor enfrentou o esquema do PT e foi demitido. Levou azar. Francenildo enfrentou o esquema do PT, tentaram quebrar e quebraram a conta bancária dele, mas ele está aí escapando e mostrando as coisas do PT. Mas o que eu quero deixar claro é o seguinte, o que o senhor vem aqui fazer é uma acareação com Sr. Paulo Okamoto que está sob a suspeita de ter sido o agente durante um período no caso focado para obter recursos para que a caravana da cidadania, onde o Lula estava presente o tempo todo, esquema do qual o Lula teria tomado conhecimento o tempo todo, para que a caravana da cidadania pudesse funcionar, pudesse operar. Muito bem, quando eu tive a oportunidade de interferir numa certa pergunta com relação ao Sr. Paulo Okamoto dizendo a ele que ele estava com a rara oportunidade de esclarecer de uma vez por todas essa assunto, ele que é amigo do Presidente Lula, Sr. Paulo Okamoto o senhor pode estar certo que o senhor, hoje, é o homem que puxa o Lula para baixo. A interrogação que existe sobre os casos que estamos investigando e de que o senhor é suspeito puxa o seu amigo Lula para baixo. É uma âncora, puxa para baixo. Hoje existem alma das coisas que puxam o governo Lula para baixo. Uma das coisas que mais puxam é a suspeita de que o senhor tenha pago as contas dele e da filha dele com o dinheiro do Valerioduto, é essa a suspeita. O senhor chamou o Sr. Paulo de Tarso Vencelslau de mentiroso porque ele, no confronto de opiniões disse, sugeriu que o senhor, sim senhor, era o agente que recebia recursos para financiar a caravana da cidadania, uma orientação petista, uma iniciativa petista. O

senhor agora é suspeito e chamou ele de mentiroso, o senhor agora é suspeito de estar pagando contas de Lurian, Luiz Inácio Lula da Silva, ter arranjado dinheiro para a campanha de Vicentinho, candidato a Prefeito com o dinheiro do Valerioduto, por quê razão? Por que o senhor não exibe sua conta bancária. Só por isso. O senhor chamou de mentiroso o Sr. Paulo de Tarso Venceslau em cima de uma ilação encapsulada do assunto de São José dos Campos. Eu gostaria muito de que o senhor chamasse de mentiroso aquele que suspeita de que o dinheiro que o senhor pagou a conta de Lula, a conta de Lurian, arranjou dinheiro para a conta de Vicentinho, não foi dinheiro do Valerioduto. Eu queria que o senhor dissesse ao Brasil que são mentirosos aqueles todos que suspeitam disso, está na sua mão. A coisa mais fácil do mundo, o senhor disse que era preciso um fato grave para que o senhor assumisse a responsabilidade de, como cidadão, autorizar a quebra do seu sigilo bancário. Quer fato mais grave do que o senhor estar suspeito disso? O senhor está puxando o Sr. Presidente para baixo, jogando ele para baixo como partícipe de um esquema escuso de obtenção de dinheiro para pagar as contas pessoais dele, é quase o Fiat Elba de Fernando Collor por que a conta é dele, Lula, limpe a barra de Lula, Sr. Paulo Okamoto e abra a sua conta, chame de mentiroso aquele que lhe acusa ou que acha que o senhor pagou a conta de Lula com o dinheiro do Valerioduto, porque senão o Brasil inteiro vai continuar com essa suspeita e o senhor vai continuar, perante a história do Brasil, como homem que puxou Lula para baixo e foi capaz até de dar uma contribuição para que ele perdesse a eleição.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Com a palavra o Sr. Paulo Okamoto.

SR. PAULO OKAMOTO – Bom, o Senador Agripino Maia manifestou uma opinião, ele tem uma opinião de como deve ser o meu comportamento, opinião que eu respeito vou refletir sobre ela, Senador, eu agradeço a sua contribuição.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Reflita, Sr. Paulo Okamoto, o Brasil espera uma boa reflexão do senhor. Aqueles que querem bem ao Presidente Lula, aqueles que querem bem ao Presidente Lula e querem vê-lo livre dessa suspeita, espero que da sua reflexão saia de acordo com a quebra do seu sigilo bancário para que mostre da sua conta pessoal saíram os 29 mil e 600 reais para pagar a conta de Lula que não poderia ter sido emprestada pelo PT e saiu o dinheiro para pagar a conta de Lurian, filha de Lula, o eleitor de Lula é quem vai agradecer e o Brasil vai ficar agradecido pelo fato de ter visto esse assunto passado a limpo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Com a palavra o Sr. Paulo de Tarso.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu fico me sentindo aqui às vezes com vontade de reagir, mas eu sei que eu não posso. Mas é o seguinte. Mentiroso, que mentiroso? Quem se baseia em documentos para afirmar o que eu estou afirmando ou quem tenta desmentir o que falou lá atrás? Senão vejamos, se ele tem alguma relação com Finanças paralelas ou não tem? Por exemplo, nesse mesmo relatório se for olhar lá na página 111, o advogados pode ver do lado aí e soprar para ele o que deve ser dito, está escrito textualmente o seguinte: a pergunta que foi feito, eu tenho que fazer uma pergunta para você, embaraçosa que é a seguinte: Além do Paulo de Tarso há outros depoimentos escritos aqui que afirmam que você teria contatos com prefeituras pedindo que as prefeituras fornecessem a relação dos fornecedores das Prefeitura para que você fosse procurá-los para fazer Finanças para o partido. Isso aconteceu, não aconteceu, ou seja, registrado que tem (soa a campainha) outros depoimentos além daqueles que eu tinha falado. Paulo Okamoto responde: Não, como eu falei para você, eu sou uma pessoa que tenho me especializado em tentar contribuir no partido nessa área, certo? Na área de Finanças, no tema político de Finanças. Ou seja, o Paulo Okamoto não tem absolutamente nenhuma função partidária, nenhuma direção partidária, nenhuma responsabilidade partidária, mas ele está se especializando no tema político de Finanças, que é rodar as prefeituras atrás de Finanças para o partido. É isso, Quem é que mente, eu o relatório? O relatório também é mentiroso?

SR. PAULO OKAMOTO – Você, com certeza, mente. O relatório relata de que uma outra pessoa poderia ter falado isso. E eu expliquei, você sabe muito bem que até 1992 eu fui dirigente do Partido dos Trabalhadores. Durante 4 anos fui dirigente do Partido dos Trabalhadores. E você, como dirigente, porque você também foi dirigente do diretório regional de Pinheiros, sabe de que muitas vezes nós somos chamados a discutir quando solicitamos que alguém seja Vereador, que alguém seja Prefeito, Deputado, ele pede conselho como é que eu devo proceder, como é que deve ser a minha campanha, como é que eu devo fazer? E essas questões evidentemente são tratadas, são discutidas para a pessoa ser candidato nós sabemos que a pessoa precisa ter uma grande penetração social e para arrumar dinheiro vai ter que procurar os amigos, sim, para arrumar dinheiro, tem que procurar organizar a campanha, fazer de forma coletiva. Todas essas questões, Sr. Paulo de Tarso, nós cansamos de fazer nesse Partido dos Trabalhadores. Estamos falando de

1992. 93. Naquela época, certamente você participou de muitas coisas. Você estava falando de ONG, que você não sabe qual a diferença entre uma ONG e uma sociedade, sabe sim. Sabe! Você participou do coletivo 13 de Maio que eu fui Presidente, sabe a diferença. Você ajudou na construção partidária desse partido. Portanto, você sabe como é que era a prática daquele partido. Então, Paulo de Tarso, você está mentindo. Está mentindo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Com a palavra o Sr. Paulo de Tarso.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Mais uma vez eu sou obrigado aqui a apelar por que há poucos minutos atrás ele tinha dito que não procurava Prefeito nenhum, que, ou coisa alguma e está aqui, palavras de Paulo Okamoto, palavras de Paulo Okamoto. Então, agora o Senhor chegou a procurar algum Prefeito pedindo concretamente relação de empresas que mantém relações com a Prefeitura? Não, aí eu acho que pode ter sido numa conversa às vezes por que é uma conversa delicada de você fazer, então você às vezes a outra pergunta temos depoimentos que dizem que houve conversa desse tipo. Não sou eu que estou confuso, não, eu estou lendo literalmente o que está aqui. Não, a conversa que existe é essa, Paulo Okamoto falando, eu chego no Prefeito e digo: "Acho que tem que se preocupar para as eleições que acabou de ganhar tem eleições." Eu acho que nós temos que ter ele como político oficial do partido a gente começar a ter contatos de pessoas que querem contribuir com o PT, que possam contribuir com o PT, fazer uma relação disso, esse negócio de pedir uma relação de empresas não existe. Você se lembra que prefeitos você teria conversado nessa linha? Olha, tenho conversado com quase todos. Quando tenho oportunidade, com quase todos. Está aqui. Então, pergunto. Então, eu vou numerar alguns que vieram depor aqui. Restrito aos que foram depor lá, com Celso Daniel você chegou a conversar alguma vez nessa linha? Não, acho que não. O Zé Augusto? Não, também não. Angela? Angela devo ter conversado. Mas não diria que eu pedi uma lista, mas pedi para ela uma relação de empresários. Eu gostaria de saber, porque ele sabe tanto a diferença entre ONG e sociedade, eu gostaria de saber qual é a diferença entre lista e relação de empresários? Que ele diz textualmente aqui que recebeu. Até ela me falou assim, quando eu falei com ela, ela pediu para encaminhar para falar com o Paulo de Tarso que era Secretário, você chegou a pedir a relação para a Angela? Não uma relação, enfim, repete. E termina aqui. Eu conversei com a Prefeita que tinha que montar uma relação, mas eu não cheguei a pedir. Então ele sugere para a Prefeita, ele tinha tanta liberdade com a Prefeita que ele diz que ele conversou com a Prefeita e que tinha que montar uma relação que eu não cheguei a pedir. Certo. Mesmo porque eu não era Secretário. A Telma de Souza, você chegou a conversar alguma coisa com ela? Em termo de Finanças sim. Mas já de coisas, como eu falei, mais políticas como eu acho. E eu que sou mentiroso. Ele declara isso com 3 assinaturas de figuras ímpares, apesar de que o Hélio Bicudo já não é mais do partido, e vem falar que eu que sou mentiroso. Você que fala e é transcrito, ou eu que sou o mentiroso? Vamos ver. Olha para mim e fala, quem que está mentindo? Você que está mentindo agora ou você mentiu antes? Quando?

SR. PAULO OKAMOTO – Paulo de Tarso você sabe o que se trata nesse relatório era uma discussão sobre construção partidária. Você sabe disso. Você sabe. O que estava discutindo aqui era a necessidade do partido, das pessoas públicas do partido, não ficar voltada só a ter relações com o núcleo de base, não ter só relações com o movimento sindical, que era importante ampliar. Nós precisávamos criar uma agenda, precisávamos conhecer pessoas, precisávamos vender a nossa idéia para outras pessoas, você sabe que era disso que eu me referia aqui, você sabe disso. Portanto, quando você faz uma afirmação que eu considero infundada, mentirosa, realmente me choca, porque eu acho que, no fundo, no fundo, você que reivindicou de que a verdade é revolucionária, nós temos que caminhar para conseguir essa verdade revolucionária que você tanto falou. Eu acho que faz bem para muitos de nós. A gente vê como é que a gente trabalhava, contar as coisas como estamos contando. E se erramos em alguma coisa, corrigimos e vamos em frente. Acho que isso é uma contribuição grande que a gente possa estar dialogando hoje. Eu, depois desse processo todo, não tive mais a oportunidades de estar frente a frente com você. Eu acho que depois de não sei quantos anos, 10, 12 anos que nós estamos nos falando frente a frente, mas eu não posso, não posso, vamos chamar assim, desconhecer o Paulo de Tarso que eu pouco, conheci pouco, mas conheci um pouco, então eu queria registrar isso.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Só para encerrar, Sr. Presidente, por falar em tanta mentira, é verdade, é mentira, eu queria fazer uma pergunta direta, clara, ao Sr. Paulo Okamoto. O senhor confirma ou o senhor nega que o senhor, durante muito tempo, cuidou das contas pessoais do Presidente Lula? Que

o senhor administrava as contas pessoais dele? Era, é responsabilidade sua? Era tarefa sua? O senhor confirma isso.

SR. PAULO OKAMOTO – Eu nego que eu seja responsável pelas Finanças pessoais de qualquer pessoa.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – O senhor tomava conta das contas pessoais dele? Como é que o senhor explica que o senhor pagou a conta de Lula do PT, a conta de Lurian?

SR. PAULO OKAMOTO – O senhor fez uma pergunta eu estou respondendo uma questão de respeito a V.Exª.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Evidente, claro, uma pergunta normal.

SR. PAULO OKAMOTO – Mas eu nego, eu nunca cuidei das Finanças pessoais de ninguém, só cuidei das minhas Finanças e pelo visto, pelo que eu estou observando, não cuidei bem, porque parece que há uma, chamar assim,uma anormalidade você contribuir, por exemplo, com um candidato. Eu contribuí com o Vicentinho, há uma anormalidade, contribuí com o candidato, mas eu gostaria de manter o processo de acareação que estamos realizando nessa tarde.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – O senhor nega, portanto que o senhor não tomava conta das contas pessoais do Sr. Lula?

SR. PAULO OKAMOTO – Já falei sobre isso, Senador. Eu nego.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Está OK.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy. V.Exª. dispõe de 10 minutos. Em seguida pelo presente Senador Jefferson Peres.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais. Primeiro quero transmitir, eu disse ao Sr. Paulo Okamoto quando houve a votação do requerimento relativo a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico eu transmiti pessoalmente a ele que eu havia votado favoravelmente no sentido de expressar que avalio que quando, especialmente nós que estamos na vida pública, nós Senadores, eu sempre coloco que eu, por exemplo, tenho a responsabilidade a qualquer momento. Se alguma pessoa avaliar que seja do interesse público e saber como estão, como está a minha movimentação, o meu sigilo bancário, fiscal e telefônico, que isso constitui algo que possa ser transparente e nós aqui, inclusive, assumimos, muitos de nós, um compromisso nessa direção, aliás, houve uma iniciativa do Senador Pedro Simon que isso deva ser algo que todos devem, devemos ter este comportamento. E nesse sentido, quem sabe, o Senhor não precisa responder, mas quem sabe possa refletir a respeito daquilo que lhe foi proposto relativamente ao episódio que foi objeto do interesse, até porque eu compreendi no dia que V.Sa, veio a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que este assunto Senador agora José Agripino mencionou como tendo V.Sª. utilizado recursos, objeto da apuração da CPI dos Correios do Valerioduto para fazer aquele depósito relativo a uma despesa do hoje Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, V.Exª., naquela oportunidade, o esclarecer, e esclareceu que, inclusive, não houve qualquer origem inadequada nos recursos. Foi pelo menos o meu entendimento. Como surgem ainda dúvidas por parte de alguns Senadores. Eu avalio que quem sabe possa V.Sª. dizer, olha, eu quero esclarecer isso mais completamente e aqui estão os dados, mas isso fica a seu critério. Com respeito a uma questão sobre se foi verdade ou não o Paulo de Tarso Venceslau mencionou numa certa ocasião que teria havido um relato para ele, da Prefeita Angela Guadagnin, a respeito de que Paulo Okamoto teria solicitado a sua exoneração. Por acaso neste depoimento da a senhora, hoje Deputada, Angela Guadagnin, há uma referência explicita a este episódio que V.Sª. mencionou outros episódios ao ler o depoimento da a senhora Angela Guadagnin perante o conselho de ética? Mas relativamente àquele episódio específico de que a Prefeita havia recebido a solicitação do Sr. Paulo Okamoto para que V.Sª. fosse exonerado. Se existe isto no depoimento? Se por acaso o Conselho de Ética perguntou à Prefeita e se há resposta explícita sobre isto? Sobre este episódio. Porque V.Sª. não o citou.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Existe, existe.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então poderia fazer a gentileza de ...

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – De quê?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Deve ser algumas linhas, então. Não precisa fazê-lo agora, mas.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Tem 500 páginas aqui, Senador, eu não poderia localizá-lo agora.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não, por que eu considero que para o esclarecimento até em próprio benefício da memória do Sr. Paulo Okamoto, pode ser interessante para que aqui esclareçamos tudo. Então, eu quero aqui dizer, Sr. Presidente, eu conheço há muitos anos, ambos. O Paulo de Tarso Venceslau e o Paulo Okamoto desde o início da história do PT e tenho o maior respeito por um e pelo outro. Eu acompanhei a angústia de Paulo de Tarso Venceslau quan-

do ele pediu que isso fosse averiguado pelo partido, aqueles episódios. Quando ele me escreveu pedindo que fosse examinado o assunto, eu encaminhei a solicitação dele à direção do partido para que houvesse o esclarecimento completo dos fatos. E mesmo que passado tantos anos eu acho importante para nós esclarecermos isso muito bem. Agora eu queria, Sr. Paulo Okamoto, fazer uma indagação com respeito ao futuro, relativamente aquilo que eu considero importante para nós todos, especialmente a responsabilidade nossa do Partido dos Trabalhadores, cada partido vai ter o seu procedimento. Mas eu tenho a convicção de que, a partir de tudo que foi objeto de apuração neste período mais recente, a população brasileira estará exigindo muito mais de nós. Nós 12 Senadores do PT a luz de tudo que aqui passamos, observamos, resolvemos fazer uma sugestão à direção nacional do partido que ainda está por ser examinada na reunião do diretório nacional. É que uma das propostas aprovadas pelo Senado, mas não na Câmara, seja objeto da nossa prática. Ou seja, que daqui para frente nós venhamos a registrar na rede mundial de computadores, pela Internet, todas as receitas, suas respectivas fontes e despesas de campanha para que isso seja inteiramente transparente e isso como compromisso nosso. Eu, inclusive, como candidato ao Senado gostaria que isso ocorresse para mim. Vai depender não apenas de mim, mas de todos os candidatos ao nível do Estado de São Paulo. E eu gostaria de lhe perguntar concluindo. Como avalia essa sugestão que os 12 Senadores do PT fizemos recentemente ao diretório nacional que ainda está por ser objeto de decisão.

SR. PAULO OKAMOTO – Bom, Senador, essa matéria também não é objeto de, não é objeto da acareação. Entretanto, como o senhor tem uma opinião, manifestou a sua opinião, está pedindo a minha opinião, eu considero importante. Eu acho que o Brasil se nós pudéssemos avançar mais ainda a gente poderia trabalhar com o financiamento público de campanha e começar a campanha já com, dizendo quanto vai gastar e quem contribuiu. Não é gastar para depois ver como é que paga. Antes de começar a campanha ter o dinheiro lá e dizer (soa a campainha) como é que vai gastar, aí ficaria um processo democrático que a gente saberia quem deu, quanto vai gastar e poderia acompanhar a execução destes gastos. Mas, evidentemente isso é uma discussão longa, profunda, um grande amadurecimento, mas eu penso que qualquer iniciativa que venha a democratizar o Processo Eleitoral brasileiro, que venha a dar mais transparência é louvável e acho que nós que defendemos uma posição de mais transparência temos que procurar fazer o que for possível.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador Suplicy, rigorosamente dentro do tempo. Concedo a palavra ao Senador Jefferson Peres, em seguida o Senador Romeu Tuma.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Vou ser muito breve, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Depois o Senador Tião.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Paulo Venceslau, eu perguntaria: Sr. Paulo, se o Sr. Paulo Okamoto, em 1993, não ocupava mais nenhum posto na hierarquia do Partido dos Trabalhadores, por que V.Sª. tratava com ele? Ouviu até, teria ouvido até uma admoestação dele? Dava informações a ele? Por quê? Se ele era um petista militante apenas? O senhor entendia que ele representava a direção do partido, ainda informalmente? Por quÊ o senhor tratava com os Srs. Okamoto como se ele fosse dirigente do PT? Eu não entendi até este momento.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu vou ser mais claro, mais explícito. Pelas estreitas ligações existentes entre o Paulo Okamoto e o Luiz Inácio Lula da Silva, ele era visto como um homem do Lula. Era isso. Então aonde se aparecia, inclusive se o senhor tiver aí a paciência de ler o relatório daqui verá que em vários momentos citações da presença dele na Prefeitura que não era uma pessoa bem quista, mas era um chamado capa preta, capa preta eram as figuras do aparato chique mesmo, da máquina partidária e ele não era da máquina partidária, mas ele era considerado um homem do Lula. Era o homem do Lula que tinha liberdade, tanto que ele chegava, ele era recebido pelos prefeitos, por secretários, ele não tinha cargo nenhum. Ninguém, ele não era recebido porque ele era bonito e simpático, feio, não importa, ele era recebido por causa das relações que ele representava, não é?

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Embora ela nunca tenha se apresentado como tal.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Ah! Mas essas coisas são códigos que existem que não, se não são explicitados a todo o momento, é aquilo e aquilo é um dado da realidade. Vocês chegaram no gabinete da Prefeita ele se encontra lá, encontrar com ele no corredor da Prefeitura, isso fazia um pouco parte da paisagem. E que hoje, hoje eu, hoje, mais uma vez é inacreditável, porque ele me chamou aqui hoje mais uma vez de mentiroso, faz 13 anos que esses fatos aconteceram e, no entanto, o partido só foi tomar, o partido, leia-se burocracia petista, só foi tomar alguma iniciativa depois que saiu na imprensa em 1997. Ele teve

o desplante hoje de falar aqui, perante os Senadores, de que ele saía em defesa do Lula, que eu queria, que eu fiz um ataque, que aquela reunião de Ribeirão Preto eu teria feito uma, estava implícita uma defesa dele do Lula que eu teria insinuado alguma coisa ao Lula. E no próprio relatório consta lá que a minha única preocupação era alertar ao partido, alertar ao companheiro Lula da gravidade dos acontecimentos que estava sentado, estava morando numa casa que era uma bomba, uma bomba que iria explodir a qualquer momento, minha única intenção durante todo esse tempo, não foram 4 dias, foram 4 anos, 25% da idade do partido eu passei percorrendo nas instâncias partidárias. Então, durante 4 anos, Senador, eu procurei, dentro do partido, levar essa problemática. Quem que é o Sr. Paulo Okamoto dentro do partido naquele momento? Não era nada, como n ao era até, eu acho que nem é hoje, também não tem cargo eu não sei se tem algum cargo agora. Mas ele era, depois que ele foi dirigente do partido lá em São Paulo, regional, ele foi gerente do fundo de greve, trabalhou na CAVIAR que é uma casa noturna da Marília Andrade de. Quer dizer, a experiência profissional dele é sempre um empreguinho nessas condições, em coisas que eu não sei como ele virou Presidente do SEBRAE. Mas objetivamente esse cidadão que está aqui que me chamou de mentiroso, ele não resiste as coisas que ele mesmo afirmou ao longo desse tempo em depoimentos feitos. Então, respondendo a sua pergunta, a única coisa que explica que o senhor perguntou é a estreitíssima relação dele com o Lula e como ele era visto e é visto até hoje por causa dessa relação.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Embora, doutor Paulo Okamoto nunca tivesse se apresentado como emissário do Lula, o senhor, V.Sª. lhe dava satisfaçações na presunção de que ele era ligado ao Lula e transmitiria ao Lula tudo. É isso? A sua percepção era essa? A convicção.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Não, a minha, a dos prefeitos, como se justifica um Prefeito que tem uma agenda normalmente ocupada, super carregada, tem sempre espaço para receber o Sr. Paulo Okamoto que não é dirigente do partido, não tem função nenhuma no partido. Ele é recebido e não era só em São José, em várias prefeituras como está relatado aqui, então essa é a única explicação, para mim era essa. E eu acho que nenhum Prefeito receberia assim um cidadão comum a qualquer momento no seu gabinete.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Apenas para terminar a minha inquirição ao senhor. E isso não serve de nada, apenas para mim, a formação da minha convicção. Eu gostaria que o senhor fosse sincero. Quando o senhor tratou com o Sr. Paulo Okamoto desses possíveis ilicitudes que estariam ocorrendo nas prefeituras, o senhor notou alguma indignação dele, assim? Algum interesse em apurar em levar ao fato ou não? Ou ele...

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Não, eu respondi aqui que ele,.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Não, é só a sua impressão.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Ele respondia no automático. O automático o quê que era? Tem que apurar e levar para frente, apurar e levar para frente, quer dizer, era uma regra partidária naquele momento.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Mas ele não lhe dizia, por exemplo, Paulo, apure isso, eu quero saber disso.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Não, não, não, não, não. E mesmo esse automático dele vai mudar na hora em que sai o relatório final e na hora que o dinheiro para caravana da cidadania é reduzido, aí ele muda o comportamento dele, aí ele vem dizer para eu tomar cuidado, é isso que ele não quer admitir, está certo? Por que é uma conversa entre nós dois e eu falo para isso eu reafirmo quantas vezes for necessário que ele me falou isso na minha cara, olhando para mim, OK?

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, antes de dirigir uma, me dirigir ao doutor Okamoto eu não sei se ele gostaria de fazer alguma contestação ao Venceslau, não sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Paulo Okamoto.

SR. PAULO OKAMOTO – Ilustríssimo Senador Jefferson Peres, eu acho que em poucas palavras dá para perceber pelo menos a tentativa de desqualificar. Então um militante do Partido dos Trabalhadores que foi dirigente sindical, que também foi cassado, que foi Presidente do partido dele, que ajudou a fundar, inclusive, uma revista que ele trabalhou, revista Teoria e Debate. A visão que ele tem sobre essa pessoa é que é um, eu não tenho personalidade na visão dele eu sou um homem do Lula e que isso, apesar de eu não me apresentar desse jeito todo mundo reconhece isso. Eu acho que é uma, sabe? É uma forçação de barra para desqualificar as pessoas, denegrir as pessoas. Eu acho que assim como você luta reiteradas vezes você tem manifestado a sua intervenção a necessidade de ser reconhecido eu acho que todos nós trabalhamos para isso. E não importa, sabe, se eu fui metalúrgico durante alguns anos, se eu fui gerente comercial, mais alguns, mais 8, 9, anos. Se eu fui assessor do diretório estadual de São Paulo, trabalhei no, sim, é verdade

que eu trabalhei no Centro Cultural Elenco, onde tem uma casa noturna chamada CAVIAR, mas lá também, Sr. Paulo, é um centro cultural, é uma associação sem fins lucrativos. E você sabe muito bem como é que ela funcionava. Então eu acho que é difícil, (soa a campainha) , é difícil Senador, a gente dialogar para valer de pessoas que usa, que faz interpretações, que tem visões, que tem, eu não sei como definir isso, mas realmente é difícil, porque a pessoa acha que você não tem nenhum trabalho, não reconhece nenhum trabalho apesar de eu ter chegado onde eu cheguei e graças a Deus, modéstia a parte eu cheguei por onde eu cheguei por conta do meu trabalho e se hoje eu sou ouvido pelas pessoas, por Deputados, Prefeito, outras personalidades, se hoje, no meu trabalho, no SEBRAE, eu tenho condições de conversar com os empresários, eu tenho condições de falar com os pequenos e micro empresários é porque eu trabalho. Eu me qualifico. Eu me informo, É´ por isso que hoje eu me considero uma pessoa respeitada como era respeitada desde a época que eu deixei o PT, desde a época que eu fui gerente comercial, desde a época que fui trabalhar na assessoria do diretório estadual. Portanto eu não aceito essas ilações que você faz, acho mais uma vez deselegante, acho mais uma vez que você tenta desqualificar as pessoas, como por exemplo, tentando desqualificar o próprio Presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores naquela infeliz intervenção sua em Ribeirão Preto.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Paulo.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Só um segundinho. Gostaria, só para esclarecer, que parece que as coisas acontecem, ele teve uma vida profissional fantástica. Então eu perguntaria para ele, quem que é o dono do CAVIAR?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O que é o CAVIAR?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – É esse centro cultural e a casa noturna CAVIAR, lá em São Paulo e que ele falou que trabalhou lá, inclusive.

SR. PAULO OKAMOTO – Centro Cultural, é o Centro Cultural Elenco.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Quem que é o dono daquele imóvel, daquele, do negócio, ali, quem que é o dono?

SR. PAULO OKAMOTO – Centro Cultural elenco é uma associação.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Quem que é o dono daquilo ali?

SR. PAULO OKAMOTO – Da associação? O presidente da associação é a Marília Andrade de.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Marília Andrade de ela é da família da Andrade Gutierrez e curiosamente foi que hospedou a dona Lurian em Paris. É tudo coincidência. É tudo coincidência. É tudo coincidência.

SR. PAULO OKAMOTO – Olha, a pessoa não pode montar um centro cultural? Ela montou um centro cultural, centro cultural esse que ensinava teatro, ensinava dança, era um espaço para a juventude e tinha um processo muito interessante, inclusive encontrei uma pessoa que trabalha aqui na Casa que freqüentava o centro cultural Elenco. Ora, o que isso tem a ver a mais? É umas, são uns delírios permanentes, constante, conspiratório eu não sei como é que nós vamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permite?

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Paulo Okamoto.Sei que o Senhor já, V.Sª. já decidiu que não falaria sobre a quebra ou não do seu sigilo bancário, mas eu vou lhe fazer apenas uma ponderação: O Senador José Agripino foi brilhante. Ele foi ao âmago dessa questão. A quebra do seu sigilo bancário se tornou uma questão relevante no cenário político nacional. Isso eu ouço em toda a parte, a quantidade de e-mails que eu recebo, o que a imprensa noticia, onde eu sou abordado, tornou-se uma questão relevante. Eu não vou julgá-lo por mim. Eu, eu não botaria o meu, a minha conta bancária na internet, mas se alguém levantasse uma suspeita sobre mim eu imediatamente abriria, mas V.Sª. não quer fazer, eu até, se fosse uma questão pessoal sua, até entenderia uma espécie de teimosia eu não tenho nada a temer, mas querem quebrar eu vou mostrar que não quebro, é a minha privacidade, eu não quebro. Eu não faria isso, mas entenderia. Mas como colocou o Senador José Agripino, não é mais V.Sª. que está em jogo. É o seu amigo dileto e Presidente da República Federativa do Brasil. Sr. Paulo Okamoto, não precisa eu ou o Senador José Agripino lhe dizer isso, o senhor é um homem inteligente e experiente. O senhor sabe o quanto isso já comprometeu e vai comprometer o Presidente da República, ele vai sangrar na campanha eleitoral quando alguém lhe perguntar num debate de televisão, por que é que você não pede, você, Lula, não pede ao seu amigo Okamoto que revele a sua conta bancária para sabermos a origem do dinheiro com que ele pagou a sua dívida? O seu amigo vai desmoronar porque 80% do Brasil não sabe disso não. Mas vai saber. Então, V.Sª. prometeu refletir sobre a questão levantada pelo Senador José Agripino faça o que quiser, mas reflita,

porque na imagem só a reputação de V.Sª. não, é o Presidente da República que está em jogo.

SR. PAULO OKAMOTO – Sr. Senador Jefferson Peres, o senhor sabe que eu respeito muito a opinião de V.Exª. e certamente as ponderações, também do senhor será objeto da minha reflexão sobre essa questão. Muito obrigado pela sua opinião.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana, em seguida V.Exª., Senador Romeu Tuma.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pela lista, lista ou relação, aqui, tanto faz.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu estava, eu tenho acompanhado atentamente essa acareação, fico na necessidade de confirmar o respeito que o meu partido tem pela, pela pessoa e pela vida de Paulo Okamoto, uma biografia que nos honra muito, uma história de vida, um operário, um sindicalista, um cidadão que trabalhou com absoluta dignidade sua vida toda e nos honra por ser um companheiro de partido e um homem público que nós temos o mais elevado respeito e eu digo isso com a mais absoluta tranqüilidade e sinceridade. V.Exª. vai contar sempre com o respeito, a solidariedade e a defesa da sua dignidade no que depender de nós, militantes do PT. Não poderia também ser injusto e tirar o respeito ao passado do doutor Paulo de Tarso, eu acho que seria um ato de injustiça pelo que ele enfrentou na vida. Agora, as coisas vão se dando de uma maneira muito confusa aqui. Eu, por exemplo, quando eu vi a afirmação do doutor Paulo de Tarso, peremptório, o senhor não diz aqui que trabalhou numa casa noturna, funcionário de uma casa noturna. Ora, eu já fiquei assim, pôxa, é uma zona O que é isso que nós estamos falando? É um homem que se prestava a alguma coisa de prostituição? Não, aí vem um centro cultural. Então, por que essa conduta malina, assim, de desqualificar o outro? Não me parece um procedimento adequado e eu acho que o senhor tem um passado e uma formação intelectual que lhe permite ser absolutamente honesto no campo intelectual, então isso me causou estranheza porque eu não vejo como um ato isolado seu. Quando eu olho aqui, Sr. Presidente, a carta da Prefeita de São José dos Campos, São José dos Campos, o que é que ela diz aqui? Frente aos resultados da auditoria, determinei o rompimento do contrato com a SEPEN. A tal auditoria citada não é dito por V.Sª. aqui, doutor Paulo. Aí diz aqui: Nosso, a Prefeita nosso governo, ao comprovar irregularidades apontadas pela auditoria contratada pelo então Secretário da Fazenda, apresentou toda a documentação ao Ministério Público que entrou com a ação judicial para anular o contrato e reaver os valores pagos indevidamente. Está aqui, a Prefeitura que entrou. Então diz mais aqui. Inclusive, é importante observar que no governo não houve pagamento à SEPEN, que inclusive, ingressou com ação judicial de cobrança para receber os honorários relativos a serviços que teria prestado na gestão municipal anterior. Ambas as ações judiciais continuaram mesmo com a exoneração do Sr. Paulo de Tarso da Secretaria da Fazenda. Então são coisas que causam estranheza, esse tipo de conduta, porque é uma coisa maniqueísta, sabe doutor Paulo? Aqui mais na carta ainda, durante o exercício do cargo, o Sr. Paulo de Tarso Venceslau apresentou elevadas qualidades profissionais e técnicas, porém, possuía dificuldade de relacionamento com os outros secretários, não conseguia trabalho em equipe, bem como com os servidores e seus sindicatos e diz que foi um pedido dos vereadores a saída dele. Então não é uma coisa, o senhor disse que foi o Paulo Okamoto, porque o senhor não diz, olha tem lá a afirmação que foi um pedido dos vereadores, mas não foi verdade, foi só senhor,mas não sai, parece que a verdade só tem, a sua afirmação só tem uma banda, é uma coisa que causa uma dificuldade para nós. Aí se fosse mais um ato isolado, Sr. Presidente, mas quando eu observo no início do depoimento do doutor Paulo de Tarso, o que é que ele diz: Não, houve a situação de demissão a mando do Okamoto, aí não diz que outros 3 secretários saíram concomitantemente, tratava-se de uma reforma do secretariado naquele momento, um ato interno da Prefeitura de José dos Campos. Aí eu vou, como eu já lhe disse da última vez, o senhor não me convenceu na resposta, por isso que trago aqui, veja bem, não tenho proposta aqui de desqualificá-lo. Não quero. Seu passado merece respeito. E eu vou insistir em respeitar o seu passado, acho que do seu presente há um equívoco, há um julgamento, há um juízo de valor que condena as pessoas que foram seus amigos e que eu acho que não é justo, é esse o ponto que eu fico, jamais iria criar qualquer tipo de ambiente de ofensa, mas insisto aqui, está lá, Doutor Juiz de Direito da Vigésima Vara Civil do Fórum Central da Comarca de São Paulo em relação ao Sr. Luiz Inácio Lula da Silva e Paulo de Tarso Venceslau e a S.A. o Estado de São Paulo, diz claramente aqui. Não, que o Sr. Paulo de Tarso Venceslau não teve qualquer intenção de ofender ou mesmo tisnar a honra e a moral do autor, no caso o Luiz Inácio Lula da Silva, mas apenas foi a tanto movido pelo intuito de buscar a apuração dos fatos no âmbito interno do Partido dos Trabalhadores, relativamente aos fatos, objeto da presente lide, reconhece a retidão das conclusões finais exaradas, tanto

na esfera judicial, como também no âmbito interno do Partido dos Trabalhadores. Finalmente, reconhece a elevada honra, a moral e a proverbial honestidade de Luiz Inácio Lula da Silva. Então, tudo que o senhor disse, o senhor desdisse aqui, doutor Paulo. Quando o senhor fez as ilações colocadas a respeito da honestidade, da integridade de Lula, de Paulo, do que foi, do que aqui está se referindo especificamente ao jornal O Estado de São Paulo se, quiser que eu o ouça eu o ouvirei, pode falar, com prazer.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu não sei onde é que o senhor Senador tirou essas conclusões.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Está aqui, está escrito, eu disse que o senhor reconhece.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Não, não, nesse momento.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Finalmente a elevada honra moral e a proverbial honestidade do autor. Foi o senhor que falou no caso SEPEN, no caso caravana da cidadania, no caso Roberto Teixeira ,foi o senhor que falou aqui hoje. O senhor não pode negar isso, doutor Paulo. O senhor não pode negar isso e aqui o senhor fala tudo isso de Lula, nos autos de um processo judicial, meu Deus do céu.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Senador, esse relatório aqui, ele tem quase 10 anos,.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Perfeito, perfeito.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu não desdisse em momento nenhum o relatório, eu não sou como o Paulo Okamoto, que fala que esse aqui é enfim. Eu reafirmo, por exemplo o que está escrito aqui e o que é que está escrito aqui? Qual que era o meu objetivo? Alertar o partido, alertar o companheiro Lula da gravidade dos acontecimentos. Ora, se eu quero alertar o partido e o Presidente Lula, como é que eu posso estar falando mal do Lula? Em que momento que eu falo mal do Lula?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Então o senhor não fala da suspeição da caravana da cidadania? Não fala do Roberto Teixeira?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Estou falando da caravana, a caravana. Quem me falou do problema foi o Paulo Okamoto, não foi o Lula. O senhor está transferindo coisas que eu não disse para afirmar, eu sempre, eu defendi o Lula. Pelo contrário, eu sempre, a iniciativa minha, Senador, infelizmente o senhor não acompanhou de perto e o relatório está aqui, existe há 10 anos, infelizmente nem os Senadores do PT conhecem, está certo? E que não há, em momento algum, desrespeito a pessoa do Lula. Eu não faço isso. Pelo contrário, foi a preocupação minha foi exatamente para preservar o Lula. Porque ele estava, porque existiu um cidadão Roberto Teixeira que tem aqui as conclusões sobre o Roberto Teixeira que eu já li para os Srs., está certo? As conclusões da Comissão do PT sobre o Roberto Teixeira, está certo? Pedindo, inclusive, a conclusão da Comissão é muito mais rigorosa em relação ao Roberto Teixeira do que em relação a minha pessoa, o senhor nunca se preocupou em ver a injustiça que tinha sido cometida, por que é que o Paulo de Tarso foi punido e o Sr. Roberto Teixeira que pedem a cabeça dele aqui nesse relatório, foi absolvido? Por quê o Sr. Paulo Okamoto também é citado aqui, ninguém toca nele, bota ele para escanteio? Porque o objetivo era a minha pessoa. Então, Senador, o senhor me desculpe, eu nunca fiz ataque pessoal ao Lula, eu nunca desrespeitei, está certo? E o que o senhor está se referindo é o que apareceu na semana passada, no primeiro depoimento aqui que o senhor fez a pergunta, outros Senadores fizeram, todos eles fizeram a mesma pergunta, Senadora Ideli, vieram com a lição feita de casa. A mesma pergunta, porque é que o senhor tinha feito esse acordo? Esse acordo, sabe? Esse acordo já foi falado aqui, foi acordo de advogado com advogado, eu fui consultado e o seguinte: Vamos botar, vamos encerrar isso aqui, vamos encerrar. Por quê? O Lula já tinha perdido na primeira instância (soa a campainha) já tinha perdido essa ação na primeira instância, ele recorreu, conseguiu voltar de novo, recorreu a segunda instância, voltou para a primeira instância e aí, meu amigo, quem paga advogado sou eu. Eu pago do meu bolso, eu trabalho para isso, eu não tenho máquina partidária, não tenho amigos, não tenho nada que pague advogado. Eu pago advogado com o meu dinheiro, está certo? Essa que é a diferença. Srs. eu já estava cansado, estou cansado disso aqui, há mais de 10 anos que isso aqui me incomoda. Está certo? Agora, o que tem que ficar claro e eu falei aqui e repito que toda a iniciativa minha na época, nunca foi de fazer algum ataque ao Lula. Então, o que eu estou dizendo aqui, que o senhor está lendo aí é exatamente o que a Comissão diz aqui, e reproduzindo as minhas palavras, Senador, eu não mudei.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Perfeito.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu continuo fiel as minhas palavras.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Perfeito. Lhe agradeço. Agora, eu vou dizer aqui a última observação dentro do meu tempo. Foram investigados os dados que as acusações do Sr. Paulo de Tarso foram investigadas pela Comissão de Ética do Partido dos Trabalhadores que concluiu que as acusações sobre a SEPEN e a gestão do PT, em São José dos Campos, não possuíam qualquer fundamento. Aí o senhor

não diz isso, o senhor pega trecho dos depoimentos e coloca uma coisa assustadora do ponto de vista da idoneidade e da integridade, mas porque o senhor não disse que a conclusão foi essa?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Idoneidade e integridade de quem, Senador?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – O senhor não coloca em dúvida que havia um conluio entre a SEPEN e agentes políticos em São José dos Campos?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Não.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – O senhor não diz isso?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Não, o que eu disse, espera aí. Vamos ...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Aí eu não estou lhe entendendo mais.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Vamos por partes. Pois é. Todo o levantamento que foi feito, que foi feito na minha gestão, foi curto em São José dos Campos era da gestão anterior, eu falei isso. Que era inclusive, era o PRN, o partido do Collor na época, está certo? Eu nunca falei que foi a gestão da Angela que cometeu aquela falcatrua, nunca falei isso na vida e em lugar nenhum, está certo? Essa é a primeira parte. A segunda parte é o seguinte: Apurado tudo isso aqui, quando começou a investigação avançou e já tinha aí, ia sair uma auditoria externa, ia sair o resultado da Secretaria do Estado de São Paulo sobre a cota parte ICMS de São José dos Campos mostrando, aí sim, o bom desempenho da Prefeitura petista em São José dos Campos, foi aí que o bicho pegou, foi aí que eu sofri atentado, foi aí que eu fui exonerado, foi aí que o Paulo Okamoto veio me dizer: Olha, a SEPEN não está dando dinheiro para a segunda caravana, está certo? E é outro momento.

SR. PAULO OKAMOTO – Que é mentira. Que é mentira.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – É outro momento. Então, o senhor está confundindo, Senador, o senhor está confundindo, sabe, eu não ataco o Lula, pelo contrário. Certo?o Eu sempre, a minha preocupação era outra, agora, com o andar da carruagem e com acontecimento eu afirmei, reafirmo e vou conseguir, vou continuar reafirmando ele, no mínimo, com esse processo todo que aconteceu aqui, ele, no mínimo, foi conivente, no mínimo. E isso eu continuo falando.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Então eu concluo, Sr. Presidente, agradecendo e reafirmando o respeito pessoal que tenho pelo seu passado, pela sua história, ninguém tem o direito de deixar de valorizar esses fatos da sua vida. Acho que o senhor comete uma injustiça de juízo de valor que faz a pessoas que no meu entender não merecem, não estou dizendo que não possa ter havido erro no caminho e se teve, tem que ser apurado, tem que ser denunciado e se não fosse o eu que eu ouvi do senhor hoje, eu terminaria dizendo, doutor Paulo, eu terminaria dizendo que o maior equívoco seu seja o abandono fácil aos amigos. Eu acho que se a gente exaurir a possibilidade de respeitar as virtudes dos companheiros, a gente faz com que errem menos e numa hora inevitável vai ter que fazer apartação, sim, se não for possível conciliar, mas eu acho que o senhor teria agido de maneira muito precipitada no juízo de valor que fez de pessoas que eu acho que não mereceriam esse juízo de valor. No mais, muito obrigado.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Posso completar, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª. têm a palavra.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Senador, seria muito interessante que o senhor recuperasse um pouco a história da época, tem aqui uma pessoa que conhece duas pessoas que conhecem bem, o Deputado João valente e o Senador Suplicy e veja quantas vezes eu fui chamado de louco na época, insano, obsessivo. Sabe, coisas fantásticas, começaram a plantar dentro do partido, num primeiro momento boca-a-boca ...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – 10 segundos para eu não perder, quanto a questão que todos Senadores fazem da quebra do sigilo, eu espero, Presidente, que isso, numa oportunidade, em breve surja para que não paire qualquer dúvida sobre a dignidade e a responsabilidade de homem público do Sr. Paulo Okamoto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sem dúvida, inclusive quero registrar que com essa declaração de V.Exª. passamos a ter unanimidade de todos solicitando a quebra.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não que eu acho que seja do fórum da CPI. No fórum devido e tenho a maior esperança que isso ocorra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nós esperamos que o ...

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Mas para encerrar então, Senador, o seguinte: ...,

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Sr. Paulo Okamoto atenda a solicitação unânime da CPI.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – ... Se alguém foi difamado, se alguém teve o necrológio lido na Assembléia Legislativa fui eu, só faltavam me internar, por que matar, tentaram, por que me cercaram na estrada, aí disseram que eu era louco, pessoas importantes como o Marco Aurélio Garcia falou para o Daniel Aron Reis, duas figuras conhecidas, o as-

sessor especial do Lula, o Daniel Aron Reis é professor da URF, historiador contemporâneo, uma cabeça brilhante, que eu estava louco, que eu estava ficando louco, você pega os depoimentos aqui do, o necrológico foi o Rui Falcão leu na Assembléia Legislativa de São Paulo, numa eu estava presente, eu estava, era uma, um debate comigo e ele leu o meu necrológico. Meu necrológico. Lá, assim, pó, eu tinha morrido, eu deixei de existir. Só se acham que eles acertaram o alvo na estrada lá e estão me enterrando agora aqui na assembléia, por que não é possível, porque estavam lendo o meu necrológico lá na assembléia. Leu o meu necrológico na assembléia publicamente, tem gravado na Assembléia Legislativa de São Paulo. Então, se alguém foi atacado, se alguém foi difamado, se alguém foi perseguido, está certo? Por, exatamente, tentar botar eixo num desvio do PT fui eu. E aí a história está aí para mostrar em que caminhos diferentes que nós chegamos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu peço um breve registro para esclarecer um ponto importante mencionado pelo Sr. Paulo de Tarso Venceslau.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tenho certeza que será breve.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V.Sª. mencionou há pouco um episódio de quando o Paulo Okamoto trabalhou naquela atividade cultural e no CAVIAR. E permita dizer que quando V.Sª. mencionou, ah! o empreguinho. Eu recomendaria que não usasse uma expressão desse tipo, porque a atividade de Paulo Okamoto como metalúrgico e dirigente do sindicato e Presidente do Instituto de Cidadania e todos os outros que ele exerceu, Presidente do PT e tudo são atividades que avalio que V.Sª., como companheiro que, nosso, no Partido dos Trabalhadores como Ivan Valante e outros, nós sempre tratamos qualquer atividade como digna, mas em determinado momento V.Sª. mencionou o fato da a senhora Marília Andrade de ter acolhido a senhora Lurian, filha do Presidente Lula em Paris como se fosse algo por outro interesse que não uma generosidade da parte de Marília Andrade de e esse é o ponto que eu gostaria, Sr. Presidente, para ser justo fazer, porque eu a conheço e tenho a certeza que V.Sª. teve, até porque era Presidente do diretório de Pinheiros, muita convivência, não apenas com Marília Andrade de, mas também com o seu marido a época, Flávio de Andrade de, eu vou aqui recordar, irmão dela, perdão, irmão dela, mas ambos, inclusive, eram diretores da Gazeta de Pinheiros e nós todos do PT avaliávamos, acredito que V.Sª. também, que era algo muito positivo por que ambos tinham uma visão, aliás, muito independente da de seus, da de seu pai, uma visão progressista muito próxima da nossa. E quando resolveram fazer este, essas atividades culturais em muitas das quais acredito que V.Sª. tenha estado lá presente, eu estive presente em diversas atividades como cantores brasileiros que ali se apresentaram e muitas atividades que nós íamos porque eram muito interessantes, se tratava de uma atividade legítima e progressista, ao nosso ver. E em função desse tempo de relação e amizade eu quero registrar que considero natural e uma generosidade de Marília Andrade de ter convidado a Lurian, filha de Lula, para estar com ela um tempo na França, durante o tempo que estava lá morando, para aprender o francês e desenvolver, estudar, eu não sei todos os detalhes. Mas, pelo menos, gostaria de fazer este registro, porque não considero que pudesse haver qualquer conotação de interesse de empreiteira no fato de uma pessoa que, por sua generosidade, resolve acolher a filha de um amigo, no caso o amigo era quem não se tinha certeza de que um dia iria ser Presidente da República. É só um registro que quero fazer com todo o respeito a ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço os esclarecimentos de V.Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – ... Ao Paulo de Tarso com o qual eu sempre mantive uma relação e acho que, inclusive, eu quero estar sempre cooperando para que a verdade inteira sobre estes episódios venham à tona, mas inclusive sobre este que acabo de mencionar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Snhor Paulo de Tarso.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu acho que o Senador, ele tem razão. A Marília de Andrade de, ela era muito generosa e continua sendo muito generosa. Foi a mesma generosidade dela que levou a Lurian para Paris, foi a mesma generosidade dela que arranjou emprego para o Sr. Paulo Okamoto, foi a mesma generosidades dela que alugava o apartamento na rua Alameda Casa Branca, o senhor se lembra, Paulo Okamoto? Quem morava naquele apartamento e que eram pessoas ligadas a CUT e outras pessoas mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quem era que estava nesse apartamento?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Jorge Coelho, se não me engano Paulo Okamoto morou lá, várias pessoas que moraram lá. Tudo isso era generosidade dela. Então eu acho que eu cometi é uma falha, sim, eu acho que falar empreguinho é exagero, foi abri a guarda aí, está certo? Quero me redimir dessa falha. Agora, quero reforçar que a generosidade da dona Marília Andrade de é tão grande que vai desde a Lurian, passando pelo emprego do Sr. Paulo

Okamoto e passando pelo apartamento que ela cedia graciosamente para esses sindicalistas na Alameda Casa Branca, em São Paulo.

SR. PAULO OKAMOTO – Essa é uma outra inverdade. De novo o Sr. Paulo de Tarso falta com a verdade. Primeiro é o seguinte, eu nunca trabalhei empregado no centro cultural Elenco. Nunca. Eu trabalhei lá como militante, como fui militante em outros lugares, Dieese, Instituto de Cidadania, 13 de Maio. Várias outras organizações, TVT, FG e por aí vai. Então eu não era empregado, está claro? Então a primeira inverdade. Segunda inverdade. É inverdade também de que ela teria um apartamento na Alameda Casa Branca e esse apartamento serviu a CUT, outra inverdade. A bem da verdade, esse apartamento é um apartamento da filha Dela, uma coisa trágica que aconteceu que eu não quero nem aqui relatar, uma coisa privada, a filha dela teve um desaparecimento trágico, eles mudaram para França e deixou o apartamento lá. Esse apartamento nunca foi usado pela CUT. Então, sabe, a gente precisa se primar um pouco com a verdade, porque senão fica difícil, fica difícil a gente ser respeitado, fica difícil a gente poder dialogar porque se trabalha com muitas inverdades.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Bom. Foi ou não foi?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu estive várias vezes nesse apartamento.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Você esteve, mas falou com alguém lá? 3:26:11

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Não me lembro mais com quem lá tinha contato, Jorge Coelho que era, ele era sindicalista do sindicato dos químicos, está certo? Entre outros. Agora eu tenho, posso estar cometendo um equívoco, se eu errar você me corrige, eu acho o que Paulo Okamoto também morava lá, não tenho certeza. O Jorge Coelho, com certeza e eram vários sindicalistas que moravam lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor nunca foi a esse apartamento, senhor.

SR. PAULO OKAMOTO – Esse apartamento, Sr. Senador, foi o apartamento que foi, foi, a Marília viajou, deixou esse apartamento e ele nunca serviu a CUT, nunca serviu a CUT.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor esteve lá uma vez?

SR. PAULO OKAMOTO – Eu estive lá, sim, o apartamento ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Depois ou antes que ela viajou?

SR. PAULO OKAMOTO – O apartamento, eu era responsável pelo apartamento, portanto ele nunca serviu a CUT.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor era responsável?

SR. PAULO OKAMOTO – Enquanto eles estavam fora eu usei o apartamento, porque eu trabalhava em São Paulo e usava o apartamento de vez em quando.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então o senhor usou o apartamento?

SR. PAULO OKAMOTO – Usei o apartamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor e outros.

SR. PAULO OKAMOTO – Outros não, não tem outros, eu usei o apartamento, eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor morou no apartamento?

SR. PAULO OKAMOTO – Morei, não, morava.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com a família?

SR. PAULO OKAMOTO – Não. Eventualmente, quando eu estava em São Paulo eu precisava as vezes me deslocar para São Bernardo, por que eu não sei se o Senhor conhece São Paulo e São Bernardo tem uma distância de 40 e tantos quilômetros, às vezes eu usava o apartamento, dormia lá até como forma de cuidar do apartamento, haja vista que ninguém morava naquele apartamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tudo bem, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente eu acho que está difícil aqui, porque virou interrogatório a acareação. Então eu acompanhei de perto, tentei acompanhar todas as perguntas, eu gostaria de chamar o doutor Paulo Okamoto de samurai, mas não consigo, doutor samurai, por que o Ministro Palocci esteve sentado naquela cadeira e nunca chamou ninguém de mentiroso, só dizia que faltou a verdade como V.Sª. fez agora, ao final, sobre o apartamento. Acho que essa agressividade de mentiroso, mentiroso, não traz uma coisa muito clara na discussão por que ele lê documentos e faz com que haja uma reação diferenciada, porque o Senhor está frio, tranqüilo, não acredito que por dentro esteja. Mas eu acho que essa, essa descortesia, se assim permitir, eu tenho respeito pelo senhor, acho que o senhor tem feito um bom trabalho no SEBRAE ,não vou nem discutir, o senhor tem uma cultura suficiente para exercer um cargo de responsabilidade como faz. Foi Secretário do sindicato, se não me engano, dos metalúrgicos a época o que Lula presidia, estou errado ou estou certo? Foi diretor ou não?

SR. PAULO OKAMOTO – Eu fui tesoureiro tive outros cargos no sindicato, mas depois que o Lula foi cassado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Depois da passagem do Lula por lá, mas era aonde o senhor conhecia o Lula mais aprofundadamente e por isso merecia o respeito e a amizade dele. É isso? Eu pergunto, doutor Paulo de Tarso, porque quando, como surgiu esse fato aqui? Eu tenho respeito pelo senhor, conheço um pouco da sua história e o senhor tem história realmente de luta dentro do contexto difícil por que passou o país, sei que tem muita gente que vem aí contar história que foi da linha do combate, não sei o quê e é mentira, tudo mentira, nunca participou de um ato, de um evento que pudesse dizer que participou seriamente da luta pela conquista do poder pelas armas. Então V.Exª. tem uma figura coerente com todo o seu passado. E provavelmente dentro desse passado de sofrimento, de luta, o senhor percebeu que o PT tinha que manter a sua linha de conduta. E com isto levou ao conhecimento daqueles que compareciam a São José dos Campos. preocupado com alguns processos que poderiam denegrir a imagem do partido. Eu quando vi na televisão o Mitri, Fernando Mitri, que é um grande jornalista dizendo que todo o esquema, estou repetindo só, não estou ofendendo ninguém nem quero fazer acusação, que todo o esquema de arrecadação de dinheiro seria ilícito para o Caixa dois ou Caixa três, não sei, começou em São José dos Campos. Isso ele disse. Depois eu liguei para ele e falei, pó, como é que isso surgiu? Ele falou: Tem o Paulo de Tarso fez um depoimento enorme. Você quer cópia de toda a documentação? Eu falei quero, manda para cá, não mexi numa folha, doutor Paulo de Tarso, todo o documento que eu recebo, porque era policial, de vez em quando eu me mando, eu entrego in totun ao Relator, não leio uma folha porque quando houve os requerimentos e comparecimento não fui eu que fiz. O Relator tem a cautela de ouvir as assessorias, analisar e pede para ouvir aquilo que é importante na apuração que ele faz, eu quando ouvi o senhor falar sobre a pessoa que agasalhou a filha do Presidente Lula, qual é o nome correto dela?

SR. PAULO OKAMOTO – Lurian.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não da Lurian, da pessoa que deu.

SR. PAULO OKAMOTO – Marília Andrade de.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E qual é a relação com a empresa construtora. É ODERBRECHT ou ...

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Ela é filha de um dos donos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ... Ou o Gutierrez , como ele diz?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Era da família Andrade de, da Andrade Gutierrez

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Da Andrade Gutierrez . Por que,doutor Paulo, eu quis entender por quê que ele fez esta relação de o senhor ter trabalhado numa empresa dessa senhora? O que eu acho é o seguinte: Houve ou não houve favorecimento à empresa Gutierrez durante a administração em São José dos Campos ou em outra Prefeitura? E por quê que o senhor teria saído do partido, encontrado o emprego nesta empresa? Então eu acho que é isso que o senhor quis colocar ou eu estou enganado?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Não é bem isso, Senador, o que eu estava dizendo era o seguinte, existe um fio condutor, existe um fio condutor ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não estou acusando o senhor, doutor Paulo eu quero entender por quê que ele trouxe à baila o assunto?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – O fio condutor é simples, é que é que o Paulo Okamoto, ele também foi fruto da mesma generosidade, usando o termo que o Senador Suplicy usou, a mesma generosidade de uma pessoa que é generosa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A generosidade entre aspas ou generosidade espiritual?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Generosidade material, o apartamento, ele confessou aqui que, relatou há pouco que morou lá no apartamento que eu dizia. Eu quando eu fui lá eu fui lá tinha vários militantes morando lá.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor acha que tinha alguma reunião extraordinária lá?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Não, não, não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ou só servia de moradia?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Era um lugar, era a generosidade,.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas quando o senhor comparecia lá, porque é que o senhor comparecia se o senhor não morava lá?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Porque eu fui assessor da CUT.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E aí tinha reunião da CUT lá?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Tinha dirigentes da CUT morando lá.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E aí havia uma reunião.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Moravam lá,moravam lá.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Foi visitá-los como amigo?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Não, não estava ninguém clandestino, não, a reunião era da CUT. É da CUT.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, não, entenda, eu não estou falando em clandestinidade, eu estou falando em objetividade.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Objetividade é, porque era um lugar central é às vezes era mais fácil irmos até o apartamento da.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Por que já tinha passado o tempo da clandestinidade.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Já, já tinha passado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Historicamente não vamos mexer no passado.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Era esse fio condutor, essa generosidade, quer dizer, então, ou seja, são, sempre consegue empregos generosos porque o fundo de greve também era do sindicato, uma série de atividades, uma série de atividades que independe, quer dizer, mesmo a atividade de risco, veja só, Senador, nenhuma atividade de risco. Eu já quebrei a cara em termos de negócio, já perdi dinheiro, já ganhei dinheiro, já fiz..., porque atividade de risco a gente faz, já tive emprego, já... Já perdi empregos. Enfim. Agora outra coisa são aquelas, essas generosidades, quer dizer, é como se fosse um grande paizão que tivesse tomando conta dos seus filhos. No caso, então, o Paulo Okamoto, ele sai do emprego aqui, ele vai para o lado da CUT ali, vai para o FG, ali vai para o CAVIAR, e agora ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor sabe o motivo por que o Doutor Okamoto deixou o PT?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – O Paulo Okamoto deixou o PT?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pelo menos foi o que o senhor declarou aí que saiu do PT.

SR. PAULO OKAMOTO – Saí da direção do PT, Senador Romeu Tuma, em 92. Por quê que eu saí da direção do partido? É porque eu defendia a tese que precisava renovar a direção do partido, precisava, novos dirigentes precisavam ser formados, então eu sai da direção do partido, não quis mais ter atividades e responsabilidades partidárias. Agora, eu quero ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Uma questão de princípios de ...

SR. PAULO OKAMOTO – Como saí do sindicato eu acho que é bom para a democracia, principalmente você que trabalha em organizações, você ficar um certo tempo e sair, não ficar muitos anos nessas organizações. E portanto eu saí da direção do partido, eu não saí do PT, eu saí da direção do partido.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – è que o senhor, quando expressou disse: "Eu saí do partido", eu estou apenas fazendo a sua colocação e eu o entendo porque eu achei que tivesse tido algum rompimento, por isso que o senhor teria largado a direção. Mas ficou claro para mim, agora, que era uma questão de princípio de renovação de quadros.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V.Exª. permite um breve aparte.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pois não, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Veja, o Senador Romeu Tuma, permite.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Fez uma pergunta relevante ao ponto ao Sr. Paulo de Tarso Venceslau. Por acaso, o fato de a senhora Marília Andrade de, cujo pai é diretor e um dos sócios da Andrade Gutierrez teria feito essas ações de generosidade visando qualquer interesse da Andrade Gutierrez ? Eu quero dizer com toda a, o conhecimento que tive dela própria na forma domo ela se conduzia, eu nunca percebi qualquer ação dela, seja ao dar guarida a que a senhora Lurian pudesse estar com ela durante um tempo, seja quando no CAVIAR proporcionando aquelas atividades culturais, não conhecia que ela tivesse alugado este, ou permitido que o Paulo Okamoto ou o Jorge Coelho pudessem utilizar o seu apartamento. Mas eu nunca soube, na história daquela época, que ela tivesse fazendo isso para que qualquer administração do PT estivesse realizando contratos que viessem a beneficiar inadequadamente a empresa de seu pai. Até porque ela era muito independente na sua forma de agir, de pensar, ainda que com o respeito e carinho por seu pai. É um registro que eu gostaria de fazer, porque a sua observação deu margem a uma ilação

que levou o Senador Romeu Tuma a fazer a pergunta precisa sobre se, por acaso, houve qualquer interesse da empresa da qual ela não era diretora, sim, ela era filha do diretor acionista. Mas eu por, sempre a vi como uma pessoa muito independente daquilo que era a direção da empresa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, a defesa do Senador, Senador Suplicy me satisfaz.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V.Exª. fez a pergunta ao ponto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, só a defesa foi satisfatória, eu não sei se o Senhor quer acrescentar mais alguma coisa?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sempre brilhante o Senador Suplicy.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu, em momento algum ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Nenhuma vez ele acusou insinuo ou qualquer coisa nesse sentido. (3:39:16)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Levou o Senador Romeu Tuma a fazer a pergunta ao ponto e eu aqui quis, então, esclarecer melhor ainda. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Senador. Senador, o senhor me desculpe, mas eu usei o seu mesmo adjetivo, generosa, a generosidade dela com a Lurian ... (tumulto)

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – ... Me prendi, especificamente, ao seu adjetivo, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sem nunca ter havido qualquer procedimento inadequado de vantagem para empresa da qual seu pai era um dos principais diretores acionistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu não sei se a Gutierrez está na operação tapa buraco, eu não quero discutir isso aqui, porque ele tem razão. Não cabe a discussão nesse momento. Mas eu pediria desculpa ao senhor, doutor Paulo, se pudesse, eu não entendi bem a confusão da lista que a Angela fez quando foi feita a referência à lista ou à ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Relação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ... A relação e o senhor deu uma explicação de que ela teria feito uma confusão. Se o senhor puder repetir eu agradeço, se não eu leio nas notas taquigráficas, posteriormente.

SR. PAULO OKAMOTO – Posso sim, Senador Romeu Tuma, o senhor é um homem experiente, percebeu bem o tipo de comportamento que o Sr. Paulo de Tarso faz.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com respeito a ele.

SR. PAULO OKAMOTO – Com todo o respeito, duas coisas que o senhor observou bem, uma que eu acho que o senhor tem razão, de vez em quando o fato desses da história há 13 anos a gente é objeto de estar na televisão, no rádio, permanentemente é difamado, caluniado, realmente o senhor tem razão. Eu estou aqui muito nervoso, eu estou aqui muito amargurado, porque é um sofrimento essas acusações que a gente não tem espaço para poder colocar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Espera aí. O senhor está tendo uma liberdade imensa de se defender, de ...

SR. PAULO OKAMOTO – Por isso que às vezes eu estou, por isso que eu estou pedindo desculpa, até peço desculpa ao pobre Paulo de Tarso ás vezes, pela minha maneira que poderia, talvez, ser de uma outra forma. Então, e a outra coisa que o senhor coloca, Senador, o senhor também tem razão. Esse depoimento, Senador Romeu Tuma, ele foi tomado muitos anos após os fatos terem ocorrido. Esses fatos ocorreram no início de 93, bem no comecinho, essa Comissão Parlamentar, Comissão de sindicância,comissão ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Comissão de sindicância do próprio partido.

SR. PAULO OKAMOTO – Do próprio partido foi em 97, portanto alguns anos depois e essa conversa minha que gerou, talvez essa, essa desinformação ou essa interpretação errada da Angela, ela gerava em torno da discussão que eu fazia com ela da minha experiência enquanto Presidente do Partido dos Trabalhadores de que observava, de que quando a gente ganha o governo, depois de um certo tempo, nós temos movimento social pressionando, funcionário público, trabalhadores de transporte, enfim, portanto precisava manter a relações com esse pessoal, fazer assembléia, fazer conversa, chamar os principais dirigentes para estar sempre discutindo a dificuldades da Prefeitura, como é que estava a situação da Prefeitura. E também em relação aos nossos militantes, muitos partidários que votavam na gente, muitas vezes desejavam de que a velocidade da implantação do programa de governo

fosse feito de forma mais rápida, mais acelerada, que também era importante manter, criar uma relação com esse pessoal, saber quem são as principais lideranças, fazer uma agenda com esse pessoal, promover reunião com esse pessoal, eu até propunha fazer churrasco com esse pessoal e uma outra dificuldade que a gente também tinha é porque nós, como temos na origem de Partido dos Trabalhadores, temos muita relação como o movimento sindical, como movimento social e que era preciso ampliar a nossa relação, ou, como diria hoje, ampliar a nossa governança na cidade e, portanto era importante fazer uma agenda com outras pessoas, as pessoas estão indo no bairro, as pessoas estão fazendo reuniões, estão recebendo pessoas, estão andando na rua e as pessoas, muitas vezes, se mostram simpáticas querendo ajudar e, portanto também precisava fazer uma agenda, uma relação com essas pessoas. Foi isso que eu me relacionei, que eu conversei com ela, a dificuldade de a gente fazer um governo que tem uma certa sustentação, então essa confusão teve origem nessa conversa que eu tive com ela que anos depois. Eu acho que ela se confundiu com uma pergunta que a Comissão fez.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu acho, Dr. Paulo, uma coisa interessante, porque durante a penúltima eleição em que o Lula, praticamente, chegou na pesquisa quase a vitória e depois perdeu para o então candidato Collor. Posteriormente houve a outra eleição em que o agora o Presidente Lula venceu, houve uma decisão, pelo menos é o que a imagem traz da imprensa. A importância de se ligar ao setor produtivo, as empresas, bancos, então o setor produtivo, que só no setor trabalhador e sindicatos não conseguiria avançar na vitória, até porque faltariam meios financeiros. Eu pergunto, Sr. Paulo de Tarso, o senhor teria alguma coisa a nos explicar sobre este fato, não de acusação de que para formar Caixa dois, não é esse o objetivo. Qual foi a razão que levou a esta, desespero de se coligar com uma gama maior de segmentos da sociedade? Mostre os dois. Eu não posso perguntar para um só que vira interrogatório. Então eu tenho que fazer como se fosse para os dois para ver se há contradição.

SR. PAULO OKAMOTO – Eu posso aqui tentar emitir a opinião, não faz parte do objeto desse processo de acareação, mas já que o senhor me pede uma opinião eu posso dizer o seguinte: O partido teve clareza, já há alguns anos lá atrás, de que era importante o partido representar, não só os trabalhadores, o pessoal mais organizado, mas uma parcela maior da sociedade. A classe média, os empresários, as donas de casa, enfim, mesmo essa parcela não organizada, mas que de uma certa forma é uma parcela importante na opinião pública brasileira. Então, evidentemente que se abriram muitos seminários, palestras, eventos que pudessem, de alguma forma, dialogar com essas pessoas. Então a nossa política foi uma política de abrir eventos, construir políticas públicas para esse setor, na área da Saúde, na área da educação, como forma de fazer com que as pessoas vissem no Partido dos Trabalhadores, não só o partido que representava a classe trabalhadora, mas representava toda a sociedade brasileira.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Doutor Paulo de Tarso diante desse conceito eu pergunto ao senhor se dentro da Prefeitura de São José dos Campos, como de Ribeirão Preto e outras que estão sendo relacionadas aqui como tendo formado um mecanismo de arrecadação ilegal, se teve algum objetivo diante desse quadro que o doutor Paulo de Tarso expôs de chegar. Paulo Okamoto, Paulo de Tarso é que, olha, eu lembro aqui da história de Paulo. Paulo quando perseguiu os Cristãos teve uma visão. Quem sabe vocês dois tem uma visão e ajude a melhorar a situação no país. Ele sabe mais do que eu, que é evangélico, a história de Paulo, mas aí eu pergunto ao de Tarso.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Espero que não seja Paulo, Paulo,Saulo, Saulo, por que a Bíblia o persegue, não é?

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – A bíblia todo mundo tem que saber, não precisa ser evangélico para saber a bíblia.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Nem todo o mundo. Os muçulmanos não conhecem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É claro. Essa sindicância, esse processo foi aberto dentro do PT, foi em razão das suas denúncias, foi por isso?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Sim, eu acho, respondendo já que a opinião. Eu tenho a minha opinião já falei aqui na primeira oportunidade ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É só um fato.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – ... Que o PT sofreu uma guinada, uma mudança de rumo e que para mim tem uma data, um período. O processo onde é possível fazer um diagnóstico.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas isso era o objeto de buscar a vitória?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – 1995, o acordo feito entre o Lula e o Zé Dirceu e o Zé Dirceu se transformou Presidente do partido e foi até 2002

quando o Lula ganha as eleições e depois 2003 assume a presidência. Esse acordo, um dia a gente vai saber, ainda. E a partir desse acordo de 95, a mudança é brutal. Se antes a gente tinha esquemas, esquemas, vamos dizer assim, não profissionais, amadores, bem amadorísticos mesmo em termos de levantamento de Finanças e uma série de coisas e tal e talvez o caso de São José mostre o grau de amadorismo que havia, a partir de 95 a coisa muda, passa a ser profissional. Então está lá o esquema, o esquema está aí que motivo de duas, três CPIs e tudo mais que mostra a que ponto que se chegou. Para mim ,a origem desse processo está ali. Está ali. É o processo político que foi uma definição que tem que chegar ao poder a qualquer custo, não importa se para isso vai pisar no gogó da mãe, como dizia lá o Leonel Brizola, pisar no pescoço da mãe, não importa o que tinha que chegar, era o poder pelo poder. E opinião por opinião, eu posso até devagar aqui que eu acho que esse esquema só caiu porque o Zé Dirceu ficou concentrado em 2010 e abriu mão desse cotidiano nosso. Só isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – V.Sª. fala muito na CONTEXTO. Doutor Paulo de Tarso, doutor Paulo Tarso. V.Sª. fala muito na CONTEXTO, São José dos Campos, em Ribeirão Preto se fala muito na Leão & Leão. O senhor acha que é semelhante?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Não sei. Eu só falo sobre aquilo que eu sei e que eu provo. Ribeirão Preto, o único episódio que eu tenho com Ribeirão Preto é isso que eu relatei aqui que eu vivi, eu estive lá.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Qual foi a reunião de Ribeirão Preto que os dois citaram aqui?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Reunião de secretário de finanças de prefeituras petistas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E o objetivo?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Discutir O objetivo era discutir finanças públicas, uma linha de conduta, quer dizer, por isso que eu fiz aquela intervenção, por que nós estávamos fazendo sugestões a área ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor fez intervenção ou denúncia?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Não, intervenção. Era assim, como é que a gente pode melhorar a arrecadação do ISS? Como é que se pode melhor ar a arrecadação do IPTU? Como é que se pode melhorar o índice de participação do ICMS? Discutindo políticas públicas ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Muito tempo que o PT gosta de imposto.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – ... Como cobrar a dívida ativa da Prefeitura. Eram discussões desse tipo, muito mais técnicas para definir uma linha de atuação política. Só que no meio da discussão tinha um problema que se chamava SEPEN que eu já conhecia e que era maior credora da prefeitura da qual era, eu era o Secretário de Finanças, que era a SEPEN. (soa a campainha) Então foi essa a razão da minha intervenção. Agora, o que é muito curioso é que lá em Ribeirão Preto, única coisa que se sabe é o seguinte: Toda essa relação que apareceu a posteriori, apareceu não, foi na época denunciada, sabe por quem? Por um petista? Por um petista membro da articulação que não concordava, não se conformava com o tipo de negociação que o senhor Rogério Burati estava fazendo com os empresários.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor tinha amizade.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Hã.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor tinha amizade com o Rogério Burati?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Não, ele foi mandado pela direção do partido para Ribeirão Preto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele não era de Ribeirão? Ele foi determinado pela executiva para exercer o cargo de Secretário?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Exatamente, é. Então o que eu sei, ali foi isso. E essa, e esse fato que eu estou relatando aqui, desse episódio, é conhecido que foi o motivo de matéria de página inteira, eu acho que no jornal da tarde mesmo, em que esse cidadão, esse militante do PT relata como é que foi que foi feita a gravação dessa conversa que foi, primeira vez que aparece um achaque explicito de empresários por parte de uma autoridade petista.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Desse negócio de bingo o senhor não tem conhecimento?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Doutor Paulo, o senhor confirma essa reunião de Ribeirão? Foi essa mesmo a linha de discussão?

SR. PAULO OKAMOTO – Nós já tratamos várias vezes dessa reunião ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu sei, mas é que agora ...

SR. PAULO OKAMOTO – ... Eu confirmo que houve esta reunião ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ... Desculpa Presidente, já sei que o meu tempo esgotou.

SR. PAULO OKAMOTO – ... Confirmo também que eu chamei a atenção dele por que, na minha opinião, ele foi grosseiro, indelicado da forma que ele é

especialista em relação ao presidente de honra do Partido dos Trabalhadores. Bom, a questão do Rogério Burati que ele se referiu, que ele foi mandado pela executiva, isso também não é verdade.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É que o Rogério Burati disse isso aqui.

SR. PAULO OKAMOTO – Não. Que ele foi, não. O Rogério Burati teve dois momentos. O momento de que estava preparando ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas eu estou só dizendo para que o senhor não caía ...

SR. PAULO OKAMOTO – Mas ele não foi para Ribeirão depois de (?), mandado por ninguém. É que como as pessoas tinham, criavam as informações ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele declara aqui que foi determinado aqui, não é isso, Relator? O Burati? Foi designado pela executiva.

SR. PAULO OKAMOTO – Para acompanhar a campanha eleitoral, depois ele se mudou ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Para ajudar o Palocci.

SR. PAULO OKAMOTO – Para acompanhar o Palocci, depois ele se mudou.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não estou desrespeitando o Palocci.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Aliás, é bom que se deixe claro que não foram só o Burati, não, foram outros que foram designados, que não moravam lá, o caso de Santo André do Gilberto Carvalho foi dito aqui pelo próprio Gilberto, não é caso isolado do Burati, não, foram várias pessoas ligadas a executiva do PT que foram cumprir missões em algumas prefeituras, dito aqui pelo próprio Gilberto e por outras pessoas que por aqui passaram. Não foi nem uma ilação por parte do Sr. Paulo e nem Sr. Antônio, nem Sr. Pedro, foram as próprias pessoas que aqui passaram e diziam que era costumeiro é ser encaminhado exatamente, escolha do próprio Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Uma decisão da executiva ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ... De colocar pessoas de confiança e com conhecimento técnico financeiro para colaborar nas prefeituras em que o PT ganhou. É o que foi colocado pelos convidados a deporem aqui. Então eu só estou falando para não ter contradição nenhuma, nenhum confronto e amanhã ter que fazer outra, outra acareação com o senhor Burati, ou com alguém, não é esse o desejo. (soa a campainha) Obrigado Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria só colaborar com essa notícia que o Senador Tuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. pode colaborar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E esse critério não foi só em São Paulo, não, o critério é nacional, nós tivemos no Piauí. O Senhor imagina, numa Prefeitura sem grandes recursos financeiros, um Prefeito de José de Freitas chamado Pedro Paulo que é o que se eleito, levou recebeu um pacote de uma equipe pronta e o que provocou o seu rompimento com o PT. Salvo isso

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a informação de V.Exª. Senador Wellington Salgado. Em seguida o eminente Senador Magno Malta.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Paulo Okamoto, Sr. Paulo de Tarso. Na verdade, Sr. Presidente, eu vejo aqui que existe uma grande magoa por parte do Sr. Paulo de Tarso, eu vi o senhor citar algumas vezes aqui, inclusive falando que nesse relatório que o senhor carrega para tudo quanto é local, o senhor falou o seguinte: Que só o senhor foi condenado nesse relatório, só o senhor só pagou a conta enquanto outros foram inocentados. Nesse momento eu senti uma grande mágoa por parte do senhor e também como se o senhor fosse um saudosista falando da daquele PT que o senhor lutou, que o senhor acreditou e que agora, tenha, talvez tenha causado grandes decepções para o senhor. E aí o senhor começa a, V.Sª., a carregar essa bandeira e já é a segunda vez que eu o vejo aqui sempre com esse relatório debaixo do braço. E ao final o relatório diz,pelo menos no final, que o Senador, o Senador Tião Viana leu, falou que desconsidera a conclusão do relatório, desconsidera tudo o que foi dito aí. Pelo menos foi o final que eu vi o Senador Tião Viana ler aqui que eu não tenho conhecimento desse relatório, não participei da vida do PT, não sou ativista do PT, acompanho as histórias pelos jornais sobre essa decisão. Agora, o senhor, o senhor foi preso político na sua história?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – O senhor está perguntando?

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Eu estou perguntando ao senhor.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu estive 5 anos e meio preso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Preso?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Preso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Foi torturado?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Fui preso pela Operação Bandeirante e no dia 1º de outubro de 1969 e fiquei até 1975 preso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Ficou 6 anos preso?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – 5 anos e meio.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Torturado?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Também.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Também torturado?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Bastante, fui duas vezes em Estado de coma para o hospital militar ali no Cambuci e eu estava na Operação Bandeirantes, na rua Tutóia. Foi exatamente denúncias minhas que levaram, posteriormente, a família de Virgílio Gomes da Silva poder recuperar a imagem que foi deformada pelo filme O Que É Isso Companheiro?, porque quando eu fui preso tinha pedaços de massa encefálica dele na parede ainda. Tinha sido literalmente massacrado pelos esbirros da ditadura. Então é essa a minha história, um pequeno detalhe, Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Não, não, eu queria saber, porque realmente alguém que traz essa mágoa no coração tem que ter dedicado grande parte da sua vida e ter sofrido por esse partido como o senhor sofreu. Entendeu? Agora, o que eu tenho procurado, com toda essa sua apresentação, é tentado entender uma lógica, uma lógica, por exemplo, no relatório, o relatório, a conclusão do relatório é contrária, o senhor cita pedaços do relatório onde transforma esses pedaços numa verdade que o senhor acredita, porém, ao final do relatório ele foi dado como que não sendo verdadeiro todo o relatório. É por isso que eu passei grande parte dessa tarde aqui procurando ouvi-lo, procurando entender essas acusações, eu até discordo do Senador Romeu Tuma por uma questão de elegância, de educação, quando ele diz que tem que falar não foi dita a verdade, eu acho que não, numa situação desta tem que chamar de mentiroso qualquer parte. Eu acho que a gente não pode perder isso que a gente tem que é saber o quê que é mentira e o quê que é verdade. A meia verdade não dá certo, então se o senhor Okamoto acha que o Sr. Paulo de Tarso está mentindo, que chame de mentiroso, o Sr. Paulo de Tarso, se achar que o senhor Okamoto está mentindo, que chame de mentiroso. Eu acho que a maior força que tem da contestação da não verdade é justamente chamar de mentiroso. Esse meio termo eu acho que existe uma, um fio da navalha entre a educação plena e o respeito e as coisas que a gente acredita. O senhor, o Sr. Paulo de Tarso, o senhor trabalhou em alguma outra Prefeitura ou não?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Antes? Antes de São José dos Campos eu trabalhei em Campinas, sim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Trabalhou um Campinas? Lá o senhor teve algum problema com a Prefeitura ou não? Assim, com a Prefeita, tipo ser exonerado também ou não? Eu não conheço sua vida, eu estou perguntando. Eu não tenho conhecimento nenhum da sua vida.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu acho fantástico o senhor, sério mesmo, Senador. Admiro mesmo. Eu vou responder para o senhor.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Mas eu não tenho conhecimento, sinceramente, eu estou perguntando.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu sei, o senhor sempre pergunta sinceramente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Wellington, só para, aqui, inclusive, parabenizar o Paulo de Tarso que está respondendo perguntas que não é motivo da acareação, diferentemente do que aconteceu aqui com o Sr. Paulo Okamoto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Só para fazer um registro.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – (inaudível) feitas, não tem problema, eu lhe respondo, Senador, com o maior prazer. Eu fui enviado para Campinas, eu já fui um dos enviados do PT. Eu fui enviado para Campinas, sabe por quê? Por que Prefeito que chamava-se Jacob Bittar, que também é compadre do Lula e ninguém confiava no Jacob Bittar e estava correndo sérios riscos e o Secretário da Fazenda anterior, que foi meu colega de faculdade da USP, Paulo Davidof (F)Cruz, tinha se retirado porque achava uma gestão de alto risco que estava acontecendo em Campinas. Então eu fui o enviado, o Sr. Burati foi para Ribeirão Preto e outros mais, eu fui enviado para Campinas, sim, e com uma missão muito específica: Botar ordem na casa. Está certo, ou seja, ou botava ordem na casa, ou caía fora, então Senador, eu caí fora. Eu caí fora de Campinas, pedi demissão de Campinas porque o senhor Jacob Bittar, então Prefeito, queria fazer uma administração temerária. Uma delas era contratar a SEPEN. E sabe, Senador, eu vou te contar se o senhor não sabe o senhor deveria ter lido do relatório. O que eu sei é o seguinte: senhor está tão informado aí ...

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Como é que eu vou saber do relatório, eu sou

é do PMDB, eu não sou do PT, eu sou do PMDB, não tenho nenhuma história no PT, eu estou perguntando ao senhor claramente como os outros Senadores perguntaram, mas o senhor, veja bem, o senhor tem um carinho todo especial por mim que eu já senti,.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Claro. E o senhor por mim que eu já senti. (risos)

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Eu estou.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A recíproca é verdadeira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Sr. Paulo de Tarso, veja bem, eu estou tentando sinceramente, do fundo do meu coração para o senhor, eu estou tentando analisar o que leva dois militantes de um partido que lutaram a vida inteira para o partido chegar ao poder e chegou e estarem aqui perante as câmeras para todo o Brasil num jogo de história que fizeram juntos, agora, já na própria história que fizeram juntos com o pontos de vista de diferentes atacando um ao outro, chegando ao ponto de estar aqui frente a frente numa CPI. Eu, para mim, essa situação funciona muito mais como uma, algo que eu vou, que eu estou aprendendo aqui como é, como as coisas funcionam no partido, como um partido que lutou, que eu tive depoimentos aqui de outras pessoas que vieram debaixo e chega a Presidência da República e de repente estão dois grandes militantes que participaram de reuniões juntos, dito pelos dois, freqüentaram, discutiram não sei o quê do partido num apartamento e chega a esse ponto. Eu estou aqui a tarde inteira tentando entender o que está acontecendo, eu não tenho preconceito contra o senhor, pelo contrário, eu tenho respeito depois da colocação do Senador Tião Viana, procuro entender, as perguntas que eu fiz não estudei a vida do senhor, não peguei o currículo de vida do senhor. Essa situação que o senhor colocou aqui, por exemplo, eu não sabia. Não sabia mesmo.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Então, deixa eu terminar esse episódio, então, Senador, que é o seguinte: E esse tempo que eu fiquei em Campinas, quando o Jacob Bittar insistiu em conduzir a administração de Campinas com uma administração temerária de alto risco, inclusive contratando a SEPEN, eu falei, avisei São Paulo, estou fora, estou caindo fora, tanto é que eu saí de Campinas e fui assessorar sabe quem? O vice-prefeito de são Bernardo do Campo que era o Djalma (inaudível), um sindicalista. Bom, muito bem, o senhor Jacob Bittar, Prefeito de Campinas, com a minha saída ele contratou a SEPEN. Sabe qual foi o resultado? Os bens dele acho que estão bloqueados até hoje porque ele foi condenado por ter contratado a SEPEN (tumulto). Por isso que eu saí de Campinas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Eu sei, mas veja bem. Isso é uma questão que cada Prefeito decide e ao decidir ele tem uma, algo contra ou algo a favor. Isso daí é o problema do chefe do executivo. Como é problema do Presidente, como é problema do Presidente do Senado, o Presidente da Câmara (soa a campainha) que toma a decisão.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – E eu me recusei a seguir uma política financeira municipal temerária, eu me recusei, estou fora do meu partido.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Agora, Sr. Presidente, eu queria que o senhor me desse um tempinho mais por que realmente eu não consegui concluir e nem falei com o senhor Okamoto, ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. pode.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Por que acabou vindo a tona coisas, está vendo? Que eu nem sabia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª. me dá um aparte?

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Sr. Heráclito quando pede um aparte, mas vou lá, vou dar um aparte para o Senhor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Primeiro lugar, para elogiá-lo, V.Exª. foi brilhante agora À tarde. Eu quebro elogia-lo. Agora, quero pedir apenas que não insista em que o Senado quebre a sua liturgia, é a única coisa que eu quero lhe pedir. V.Exª. disse que o ideal aqui é um chamar de mentiroso ao outro. Nós temos um regimento próprio que, embora hipócrita, até concordo com V.Exª., ele tem que ser seguido enquanto não modificado. O que eu queria pedir ...

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Sr. Heráclito, eu queria dizer uma coisa para o Senhor, deixa eu dizer uma coisa para o Senhor,

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas deixa eu concluir.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Se eu for ofendido, se eu for ofendido, antes, aí eu vou ter que ser levado ao conselho de ética, mas se eu for ofendido, alguém tiver me ofendendo com ofensa eu vou chamar de mentiroso e não quero saber o que diz o regimento, aí vão me levar ao conselho de ética, só para deixar bem claro isso para o Senhor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas veja bem, veja bem que essa sua ...

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Os dois estão sendo acareados, é? (risos)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – ... Que essa sua explosão seja no momento certo e não premeditada, porque ela perde todo o valor. Agora, o

que não fica bem, eu não sei se para o Senador ou para o educador que pensa nos seus ...

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Não, não, não, não tem nada a ver.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Heráclito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vamos voltar. V.Exªs.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, veja bem. É pregar a quebra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Essa acareação não é fácil, é peso pesado. V.Exª.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Sr. Paulo de Tarso, eu queria saber o seguinte: Dentro das colocações que o senhor falou que pegou, queria uma lista de empresas e que o senhor Okamoto não pediu essa lista ao senhor e teria, pelo que o senhor colocou ,conseguido com a Prefeita. Houve alguma denúncia de alguma empresa, porque pela maneira como o senhor colocou, dá a entender que esta lista seria passada para que algum representante do partido procurasse empresas para levantar recursos. Teve alguma denúncia de alguma empresa nesse sentido que foi apurada pelo Ministério Público ou que levantou alguma coisa nesse sentido ou não? Sim ou não, por que senão o senhor, eu sei que o senhor vai falar.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu desconheço, Senador. Desconheço por que logo depois eu saí de lá.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Ta, mas eu quero dizer o seguinte, então por quê, por quê que o senhor fala tanto nessa lista que foi pego essa lista para levantar recurso para a caravana e, no entanto, não houve uma denúncia de achacamento de alguma coisa nesse sentido, por quê o senhor continua falando nessa lista se não teve uma denúncia para o Ministério Público de que alguma empresa estava sendo achacado pelo Poder público? Pelo Poder Executivo?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Se o Senador conhecesse de perto a Administração Pública, ainda mais a municipal em que a Prefeitura passa a ser um grande agente econômico local, o senhor saberia que as empresas se pelam de, e há qualquer indisposição com o Poder Público naquele momento.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Tá bom, Sr. Paulo.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Se o senhor não entender isso, o senhor não vai entender de Administração Pública Municipal.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Não, não, não, não. Eu entendo é que o senhor está partindo de uma generalidade e está levando para esse caso específico, eu entendo isso, o senhor, a todo o momento, a todo o momento o senhor conclui algo que não tem materialidade.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Espera um pouquinho, Senador.Tem aqui a declaração da Prefeita do São José dos Campos dizendo que o Sr. Paulo Okamoto pediu uma lista, para ela, de empresários. Isso não é material?

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Teve alguma empresa que foi lá no Ministério Público e denunciou que estava sendo achacada? Eu quero saber se houve isso. Houve ou não? Sim ou não? O senhor desconhece, perfeito, então isso é o que eu queria perguntar para o senhor.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Não é acharcada, não, Deputado, é achacada, Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Como é que é o nome?

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Achacada. Não é acharcada, não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Como é que é o nome? É por que eu não pratico e nem seu como praticam. Eu ouvi esta palavra.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Eu só queria lhe ajudar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Como é que é a palavra? Achacada, tá bom dessa maneira, eu não conheço bem a palavra, não sei se o senhor conhece bem, Senador.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Não. Eu só lhe ajudei porque o senhor é educador e eu quis lhe dar uma força.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Tá bom, tábom, então está bom, o Senhor já colocou a, o senhor sempre gosta de colocar uma pontinha, então vamos voltar ao assunto. Quer dizer que o senhor sempre sabe nenhuma empresa que foi forçada a tentar dar dinheiro para o partido, digamos assim, para não usar a palavra que eu não usei bem.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu desconheço qualquer informação, a única informação que eu sei eu relatei que foi a SEPEN que era uma fornecedora de serviços para Prefeitura e que disse que iria suspender o dinheiro enviado para o partido se a situação que estava sendo feita em São José dos Campos, no caso específico de Finanças em relação a ela perdurasse mais tempo. É isso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Está bom. Então quer dizer que o senhor não tinha, ninguém denunciou ao Ministério Público isso? Só isso com relação a essa lista. Muito bem. Sr. Okamoto, o senhor procurou alguma empresa nessa cidade que

eu nem sei no qual o senhor foi Secretário? São José dos Campos para tentar levantar recursos, foi lá pedir recursos, ou de alguma maneira fornecer vantagens da Prefeitura para poder levantar recursos?

SR. PAULO OKAMOTO – Não senhor, Senador, nunca procurei nenhuma empresa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Eu vejo que o senhor teve reunião com o Sr. Paulo, que o senhor colocou aqui, também e ele colocou que tiveram reuniões no apartamento, nessas reuniões tratado, talvez, assuntos sindicais, digamos assim, na época que os Srs. eram ativistas do sindicato? Eu não sei, alguma relação. O senhor teve reunião com ele no apartamento?

SR. PAULO OKAMOTO – Nunca tive reunião nesse apartamento do qual era da minha responsabilidade, eu nunca tive reunião com o Paulo de Tarso eu fiquei sabendo hoje que ele freqüentava o apartamento, por que também eu nunca vi.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Mas o senhor foi lá e encontrou com ele lá.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu fui lá mais de uma vez.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Encontrou com o senhor Okamoto, lá?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu tinha dúvida em relação a ele, agora, com certeza o Jorge Coelho que era um dirigente sindical.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Mas o Okamoto não estava? Mas ele não estava quando o senhor foi, é isso?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Quando eu fui morava mais gente lá, com certeza.

SR. PAULO OKAMOTO – Então eu acho que o Sr. Paulo de Tarso está confundindo de apartamento. A CUT realmente tem um apartamento, nesse apartamento mora um monte de dirigente sindical, não sei quem mora lá, eu sei que eles têm um apartamento. Eu acho que você está confundindo.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Alameda Casa Branca.

SR. PAULO OKAMOTO – Mas na Alameda Casa Branca deve ter mais de um apartamento.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Qual é o número do apartamento? Qual o número da Alameda Casa Branca? Qual é o número, Sr. Okamoto?

SR. PAULO OKAMOTO – Se eu não me engano é 1032.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – É esse endereço mesmo? É apartamento ou casa?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Apartamento. (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Qual era o andar que o senhor ia?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Aí eu não sei. Pelo número que eu estava dizendo, mil e tanto, fica lá embaixo na Casa Branca que tem grande chance de ser por que era lá embaixo da Casa Branca.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Qual é o andar do apartamento?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Alguém falou em casa, Senador?

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Não, apartamento. mQual é o andar do apartamento? O senhor Okamoto falou que era apartamento. O senhor foi num apartamento ou casa?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, detalhes. Cuidado nesses detalhes de casa e apartamento, Senador.(risos)

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Espera aí, Sr. Presidente. Eu quero saber, essa é uma informação importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Isso aqui foi um dos cuidados que se teve desde o início aqui, esses detalhes. É bom a gente ir a questão, porque talvez o Sr. Paulo Okamoto queira, tenha condições de dar mais detalhes sobre o apartamento, até porque estava sobre a guarda dele e daí a gente encerra esse assunto, pelo amor de Deus.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Não, não,Sr. Presidente, eu preciso tirar uma dúvida aqui, só uma, é a última.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor não vai perguntar?

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Não, não, não, eu vou perguntar o que funcionava, não é isso, eu quero saber o seguinte, o senhor Okamoto falou que era um apartamento, o Sr. Paulo de Tarso não confirmou se tinha ido num apartamento.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Senador, quem colocou apartamento na roda fui eu, como é que eu poderia falar que não tinha ido no apartamento se eu falei do apartamento, fui eu que falei.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Está ótimo,.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – E falei quem era o dono do apartamento.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Qual era o andar do apartamento?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Não sei, Senador, não sei. É crime isso?

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Não, não é isso, mas ué, mas o senhor não sabe?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Não sei, faz muito tempo isso, eu não sei.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Mas é uma coisa tão importante.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu sei que a dona do apartamento é a Marília Andrade de ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador. Eu pediria para a gente encerrar esse apartamento, até porque tem uma questão trágica nesse apartamento. Familiar e daí eu pediria que nós encerrássemos e passamos, possamos passar para um outro detalhe. Foi aonde faleceu a filha da dona do apartamento e eu acho que não interessa a gente avançar nessa linha. Eu pediria a V.Exª. compreensão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – V.Exª. pedindo, é claro que eu vou aceitar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Compreensão de V.Exª. para que nós, depois eu tenho certeza que, em off, podemos fazer este esclarecimento.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Eu não sabia que eu estava entrando em algo tão importante, está retirado a posição. Agora me diga uma coisa, senhor Okamoto ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Informação do Senador Tião.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – ... Eu vou fazer uma pergunta agora, o seguinte: para terminar, Sr. Presidente. No sindicato, normalmente, eu quero, essa pergunta, mas é séria. Normalmente quando, pelo que eu, eu já emprestei dinheiro para amigo e já tomei cano. Já tomei cano e quando a gente empresta dinheiro para amigo e toma cano, a gente não contabiliza nem fala nada, quem emprestou morreu. Era normal. Não, não é Caixa 2, Heráclito, era normal nos sindicatos, amigos que lutavam, que caminhavam, era normal quando um estava apertado emprestar um dinheiro para o outro resolver um problema?

SR. PAULO OKAMOTO – Era normal. Nós tínhamos situações diferenciadas entre companheiros, imagine que muitas vezes, mesmo no movimento grevista você tem lá um companheiro que fez greve, ou outro que perdeu o emprego, então é normal entre, entre, pelo menos entre, eu moro no Jardim Silvina, que é um bairro lá em São Bernardo e a solidariedade entre os trabalhadores que vai desde encher laje a ajudar a fazer mudança, ajudar a reconstruir casa que às vezes deu uma ventania é uma coisa normal você ...

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – E seria possível, seria possível, a medida que esses sindicalistas vão subindo hierarquicamente, socialmente, recebendo mais dinheiro para o seu trabalha, ou cargo de função, esquecerem dos valores e ao mesmo tempo praticarem essa ação de continuar, embora com os valores um pouco mais altos, emprestar dinheiro um para o outro? Era possível isso? O senhor acha que poderia acontecer? Eu não sei?

SR. PAULO OKAMOTO – Eu acho que nas relações privadas entre as pessoas, muitas vezes um socorre ao outro, tem problema desde doença na família, problema, briga, precisa separar, eu acho todos, não só entre os trabalhadores, mas todo, acho que todo o povo faz isso. No Brasil tem toda essa relação que isso, se for contabilizado, eu não sei que nome daria hoje. Eu ainda chamo isso de solidariedade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Paulo de Tarso, gostaria de registrar o meu respeito pela sua história, conheço a sua história, o que V.Exª. narrou aí da sua prisão eu conheço muito bem e foram pessoas como o senhor, com a história que tem, que de uma forma ou de outra contribuíram naquele momento tão duro dessa nação para que nós, hoje, para mim que sou mais jovem do que V.Exª., tivesse o direito de falar, de expressar num momento como esse. Então, eu sou grato pela sua história, pela sua luta e de tantos homens de bem e alguns que até sucumbiram. Porque a tristeza é ver que muita gente que sucumbiu na história recente do Brasil, eles não foram criados no gueto da criminalidade, eles cresceram na luta e depois sucumbiram e isso de fato é a tristeza que eu levo comigo e certamente a história haverá de registrar. Mas V.Exª., como tantos outros, como Perli Cipriano(F), do meu Estado, que passou 12 anos preso e tantas outras figuras que contribuíram para que esse momento pudesse existir. Tudo o que podia ser questionado com relação a esse assunto que o senhor trouxe quando depôs a essa CPI com o Sr. Paulo Okamoto, também, que quero registrar o meu respeito, já foi extremamente debatido. Eu só quero saber uma coisa do senhor: O senhor tem alguma coisa que possa olhar nos olhos do senhor Okamoto, relacionado a bingo e contravenção no Brasil e dizer: Ele faz parte? Não? Sr. Paulo Okamoto. O senhor teria, olhando para os olhos dele, alguma coisa que o relacionasse a contravenção, bingo e lavagem de dinheiro no Brasil?

SR. PAULO OKAMOTO – Não.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Muito obrigado. Satisfeito, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador, e concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu gostaria, em primeiro lugar, que o Relator só me auxiliasse durante um minuto, só para, nós estamos fazendo uma acareação e naturalmente para deixar claro algum tipo de declaração que foi feita anteriormente, ou por um, ou por outro, V.Exª. poderia me esclarecer, assim, só o objeto da acareação? Porque é que eles estão sendo acareados? Em função de que aspecto?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Em função das acusações feitas pelo Sr. Paulo de Tarso ao Sr. Paulo Okamoto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Acusações de que natureza?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Acusações com relação a manipulação, possível manipulação de recurso de Prefeitura para financiamento de campanha.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Isto. E particularmente no caso então de São José do Rio Preto. São José dos Campos ,desculpe não São José do Rio Preto, é outro muita coisa, São José dos Campos. Eu queria perguntar então para os dois, tanto para o doutor Paulo Okamoto, que, como para o doutor Paulo de Tarso, porque o Senador Romeu Tuma usou uma expressão aqui aqui mecanismos de arrecadação ilegal que estaria bem de acordo com o que V.Exª. colocou no sentido de, assim, de se investigar isto. Agora eu gostaria de perguntar, eu, eu observei, prestei bastante atenção nos depoimentos, nas perguntas anteriores, nas resposta também e o que a gente observou é que o doutor Paulo de Tarso fez uma auditoria lá em São José dos Campos para, como Secretário da Fazenda e quero enaltecer esse ponto de vista, fazendo auditoria para esclarecer possíveis desvios que teriam ocorrido junto com a SEPEN na gestão anterior. Esta auditoria foi feita, essa auditoria foi feita e pelo que outros Senadores colocaram antes, os resultados desta auditoria foram mandados para o Ministério Público. Quer dizer, inclusive com uma, que o Ministério Público entrou com uma ação para anular o contrato. O Ministério Público de São José dos Campos entrou com uma ação para anular o contrato. A SEPEN, da sua parte, entrou com uma ação judicial inclusive cobrando para receber os honorários a que achava que tinha direito. E houve no final deste processo uma vitória do município de São José dos Campos de vencer na justiça a ação que a SEPEN movia contra a Prefeitura de São José dos Campos. Então eu só quero saber onde, nesse processo, que estaria o mecanismo de arrecadação ilegal no município de São José dos Campos? Eu não consegui entender aonde que havia porque houve auditoria, resultados auditoria foram mandados para o Ministério Público, o Ministério Público entrou com uma ação, a SEPEN, na verdade, entrou na justiça e a Prefeitura ganhou e a Prefeitura alega que nunca pagou um centavo para a SEPEN, então onde é que estaria o problema, vamos dizer, que eu não consigo ver aí um mecanismo de arrecadação ilegal em relação a SEPEN pela ação que o senhor desenvolveu e que foi enaltecida pelo doutor Paulo Okamoto dizendo que deveria ser feito isso mesmo. O senhor entende?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Olha, o que foi colocado aqui, Senador, é que a partir de um determinado momento começa a ver uma pressão, sim.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Começa como?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Começa uma pressão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Uma pressão.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Para que fosse aliviada a ação contra a SEPEN,por quê? Por que a SEPEN, segundo Paulo Okamoto diz a mim que se não a SEPEN estaria, não teria parado de contribuir para a segunda caravana da cidadania por causa das ações que estavam sendo movidas em São José dos campos. É isso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quer dizer, não houve, de acordo então com o senhor, assim, nenhuma arrecadação ilegal em relação a SEPEN?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Não, a SEPEN o que tem é o que foi comprovado pela auditoria. O que tem ...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Em relação a gestão anterior?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – O que tem é que a SEPEN naquele momento ganhava muito dinheiro por um trabalho que ela era contratada por notória especialização e que lá em são José, já tinha feito em Campinas e fiz em São José, treinei uma equipe de nível médio de técnicos e esses técnicos conseguiram resultado melhores do que o SEPEN. Isso era sabido. Não é? Então, então, portanto, havia uma margem de lucro fantástica que era, que era obtida pela SEPEN, agora, a SEPEN ,por sua vez, Senador, ela era apresentada nos municípios petistas pelo Roberto Teixeira que era compadre do Lula e dono da casa aonde o Lula morava, aí que a coisa complica, na minha opinião, modesta opinião. Então, e o que se falava entre Secretário de fazenda, varas que era que parte desses

recursos eram destinados ao PT. Então no caso específico lá de São José dos Campos a informação mais concreta que eu tive foi essa, que o Paulo Okamoto me disse que estava havendo problemas com a cidadania, ou estava atrasada, ou não ia sair, porque a SEPEN estava se recusando a repassar dinheiro.

SR. PAULO OKAMOTO – Que eu já falei nesse Plenário, nesse fórum, que é uma mentira sua, que essa conversa nunca houve.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Houve e houve e eu vou afirmar o resto da vida, tanto é que houve que vocês ficaram 4 anos fugindo de mim, nunca tiveram peito de me encarar só resolveram encarar quando eu fui para a imprensa e relatei os fatos.

SR. PAULO OKAMOTO – Nunca ouve essa conversa.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Nunca houve, nunca houve. Vocês foram constrangidos, foram compelidos a montar uma Comissão que, por sinal ainda saiu favorável a mim por que vocês não queriam nem pensar nesse assunto e quando eu registrei uma carta em cartório o Sr. Lula Inácio da Silva, uma medida mais do que democrática por que eu registrei em cartório para confirmar que ele recebeu, ele declarou mais de uma vez em alto e bom som que se ele, naquele momento ele queria me demitir do PT, queria me expulsar do PT. Não tinha que montar nada, não tinha que fazer nada, ali que seria o momento. Então, o seguinte. Assunto SEPEN dentro do PT foi assunto proibido durante 4 anos, 4 anos, você sabe disso. Assunto proibido, ninguém podia falar em assunto SEPEN porque envolvia o compadre do Lula, eu fui diretório em diretório, diretório municipal, diretório regional, em todos os lugares o que acontecia? Eu era o louco. Eu era o louco. Está aí o louco. Nunca fui internado, mas por vocês provavelmente estaria enxugando gelo na Sibéria, está certo? É isso, está claro? Ou durante 4 anos fui tratado democraticamente dentro do PT esse assunto? Você não sabia, Paulo Okamoto, que existia esse assunto? Você desconhecia esse assunto? Diz para mim. Você desconhecia o assunto?

SR. PAULO OKAMOTO – Paulo de Tarso, eu acho que todos os encaminhamentos que você deu, outras prefeituras deram em relação a SEPEN, foi em exatamente o mais correto. Tem problemas? Vamos levantar, vamos fazer auditoria vamos mandar para o Ministério Público que é o fórum adequado para levantar essas questões. É isso que você nunca entendeu. Todo esse processo foi feito, todo esse processo por todos os, as prefeituras aonde teve esse problema foram feitos esse mesmo procedimento. Olha, o que mais pode se fazer? O que nós podemos fazer é terminar (soa a campainha) no Congresso Nacional numa CPI discutindo a questão da SEPEN mais uma vez?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Por quê? Por que figuras tipo Aloízio Mercadante que já era uma figura expressiva, era Deputado Federal na época e eu fui indicado para São José dos Campos pelo Zé Dirceu e pelo Lula e Aloízio Mercadante, está certo? Curiosamente. E agora o Aloízio Mercadante, que teve acesso aos documentos que eu mostrei para ele, ele nunca conseguiu promover uma reunião com a direção do PT. Um Deputado Federal que hoje é Senador da República e que provavelmente vai ser candidato ao Governo do Estado de São Paulo. O Senador, o Aloízio Mercadante não teve, não teve peso político dentro do partido para promover uma reunião sequer com a direção do partido. E eu lhe pergunto, Paulo Okamoto, você não sabia disso? Você não sabia que eu estava querendo discutir esse assunto dentro do partido? Você não sabia que eu fiquei 4 anos dentro do partido tentando discutir isso?

SR. PAULO OKAMOTO – Paulo de Tarso eu tinha saído do partido em 92, não era mais dirigente do Partido dos Trabalhadores. E acho de que você encaminhou certo, você agiu corretamente como outros o fizeram. Tinha irregularidade, tinha algum problema, como tem qualquer empresa, Ministério Público, auditoria, Ministério Público, Polícia Federal, é assim que tem que ser feito, foi assim que você fez. Esse é procedimento correto! Mais do que isso, ...

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Isso aí foi feito, a parte política dentro do PT.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero, Sr. Presidente, seu, doutor Paulo de Tarso, só me permite só para retornar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas essa é a verdadeira acareação, V.Exª. está fazendo o papel de moderador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, eu só queria, assim, até para dizer, porque houve uma afirmação anterior dizendo que havia uma arrecadação ilegal. E eu comecei a minha fala enaltecendo o seu trabalho, eu acho que não só o seu passado anterior, porque merece todo o respeito, sem dúvida alguma. Inclusive nós fizemos um debate em outro dia num dos depoimentos aqui sobre tortura. Então, o senhor foi, assim, o exemplo de que isso tem que ser considerado uma página ultrapassada em nosso país. Não pode mais acontecer. Agora, ao mesmo tempo, há um sistema de arrecadação ilegal. O que é que aconteceu? O senhor instalou uma auditoria. Eu acho que está perfeito. Verificou-se que não seria adequado continuar com aquele sistema pelas razões que o senhor explicou. Foi mandado o resultado para o Ministério Público. O

Ministério Público abriu um inquérito e a Prefeitura mandou todos os documentos, quer dizer, o senhor mandou como Prefeitura, a Prefeitura mandou para o Ministério Público, não o senhor, a Prefeitura mandou para o Ministério Público, o Ministério Público tomou as providências. A empresa entrou com uma ação na justiça querendo receber os honorários. Perdeu a ação. A Prefeitura diz que nunca pagou um centavo para a empresa no decorrer de todo aquele mandato. Então eu diria, realmente, não tem o que fazer mais. Não é? Eu quero dizer, os procedimentos que a gente esperaria fossem tomados, foram tomados. E eu diria que pena que outras prefeituras, se houver o problema não tomassem os mesmos procedimentos. Agora, pelo que o senhor falou e o doutor Paulo Okamoto confirmou, o senhor dizia: Tem coisa errada. E o pessoal dizia: Investigue, mande para o Ministério Público, faça as coisas, faça a auditoria, está bom, vá por aí mesmo, é isso ou não é?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Senador. Eu acho que é um assunto que eu achei que eu tivesse, mas eu, não tem problema, eu repito N vezes, em um determinado momento. Vamos recapitular.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O senhor sofreu uma pressão.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Num determinado momento, a partir de um determinado momento começa a haver pressão para quê? Para que, vamos dizer assim, torna-se menos forte a pressão contra a SEPEN, porque a SEPEN estaria, não estaria repassando dinheiro para o partido, ou melhor para, para segunda caravana da cidadania.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas o senhor só me permite eu não quero atrapalhá-lo também na sua fala, mas o senhor fala que estaria atrapalhando. Mas antes da Prefeita era outro Prefeito e outro partido. Então antes eles não estariam repassando para o PT. Na verdade eles nunca teriam repassado porque não houve nenhum pagamento da Prefeita no decorrer do seu mandato. Não estaria correto esse raciocínio.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Não?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Por quê não?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Por que são. Aí vamos misturar alhos com bugalhos, o pessoal que contratou a empresa, tudo indica, eu não tenho condições de provar isso, que teve campanhas Financiadas que levou grana da SEPEN e não foi pouca.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Na gestão anterior?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Anterior.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Na gestão anterior.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Só que a gestão anterior não tinha um vendedor da SEPEN chamado Roberto Teixeira que é compadre do Lula, ou o Senhor desconhece isso? O senhor quer que eu leia aqui o relatório? As conclusões.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não. Não precisa, não. Eu tenho conhecimento do relatório.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Ah! Bom. Então o relatório diz claramente que ele foi, inclusive, beneficiário em termos de recursos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas ele já era da SEPEN antes?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Em Campinas eu cruzei com ele na Prefeitura de Campinas em 1990, 3 anos antes, já conhecia, exatamente por conhecer é que quando eu descobri que a SEPEN era a maior credora eu fiquei assustado. Porque sabia que era contratada sem licitação, sabia que ela prestava um serviço que os técnicos da Prefeitura poderiam fazer e eles eram contratado por notória especialização, eu sabia de uma série de, de uma série de dados que comprometiam a imagem dessa empresa. E essa empresa era a maior credora da Prefeitura do qual eu tinha acabado de assumir como secretários de Finanças e eu sabia da figura Roberto Teixeira e ele aparece lá em São José e ele aparece, enfim, todas as figuras, de forma recorrente aparecem novamente. Agora para receber o passado. Agora não era para vender serviço, agora era para receber o passado. Entendeu? Que não era pouco, eram 6 milhões de dólares, mais de 6 milhões de dólares, um dinheiro razoável.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero, assim, deixar claro, na minha opinião, de que um esquema de arrecadação ilegal tem que ser combatido. Eu só quero dizer que todas as medidas tomadas no caso específico, não vou entrar em outros municípios porque daí seria outro debate, mas no caso específico de São José, todas as medidas necessárias, eu diria, foram tomadas. Auditoria, Ministério Público, justiça, não pagamento. Não sei se o doutor Paulo Okamoto quer acrescentar alguma coisa ao que o doutor Paulo falou?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – SR. PAULO OKAMOTO – É isso mesmo, todas as medidas foram tomadas. Todas as medidas foram tomadas, incentivadas que se tomasse. Agora, não tinha mais, do ponto de vista do partido o que mais fazer, claro e podia fazer uma Comissão como fez. Mas não tinha, não tinha, vamos chamar assim, resultado concreto mais do que

poderia a própria justiça apontar como eu acho que a justiça está apontando por aí.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Doutor Paulo, um esclarecimento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Ah sim, Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Doutor Paulo elogiou, inclusive, a providência tomada pelo doutor Paulo de Tarso com relação as medidas tomadas a época em que as denúncias apareceram e falou em todas as prefeituras envolvidas com a SEPEN. Quais foram as prefeituras? Quantas e quais foram?

SR. PAULO OKAMOTO – Eu acho que essa questão de empresas que tinha esse tipo de contrato, tem outras prefeituras que fizeram, não bastasse isso, grande parte das prefeituras petistas que contrataram a SEPEN acabaram trazendo para a empresa problemas objetivos. Santo André e Diadema já em 92, ou seja, 6 meses antes que Venceslau assumisse o cargo de Secretário de finanças de São José dos Campos, denunciar os contratos com a SEPEN por força, portanto antes que ele fosse, antes que ele tivesse feito a denúncia do contrato com a SEPEN, prefeituras nossas já tinham feito isso 6 meses antes por força do delicado problema da forma do pagamento inserida nos contratos conforme anteriormente já analisado nesse relatório sustando o pagamento, São José dos Campos denunciou o contrato firmado perante a administração com a SEPEN e mesmo após a saída de Venceslau do cargo de Secretário de Finanças mantém firme a sua posição questionando na justiça o contrato com a empresa. Foram estes os encaminhamentos com a ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Só são as duas prefeituras no caso então?

SR. PAULO OKAMOTO – Eu acho que sim.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu gostaria de perguntar adiante, porque o senhor mencionou até eu, o senhor mencionou que a sua saída, então na seqüência fez auditoria e tudo e tem que ser enaltecido por isso e todo mundo tem que fazer isto, o senhor foi exonerado na mesma Prefeita não gostando disso, ficando chateada em relação ao fato o senhor foi exonerado. Porque é que o senhor foi exonerado? O senhor falou que foi por influência do Paulo Okamoto.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – O senhor poderia perguntar para o meu algoz aqui, Paulo Okamoto, que pediu a minha cabeça para a Prefeita, talvez ele explique melhor do que eu. Quem pediu a minha cabeça foi ele. Ele pode explicar melhor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então. O senhor disse que o Paulo Okamoto foi o algoz seu. Doutor Paulo Okamoto.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Perfeitamente.

SR. PAULO OKAMOTO – Paulo de Tarso, infelizmente nós não somos mais companheiros de partido, mas leve com certeza absoluta. E essa não é a primeira vez que eu falo a respeito disso com você. Eu não tinha nenhum motivo para pedir a sua demissão. Nem morador de São José dos Campos eu sou. Portanto, eu jamais pediria a sua demissão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Bom, eu só quero dizer o seguinte, doutor Paulo de Tarso. O senhor fala que o doutor Paulo Okamoto foi o algoz. Eu até acho que isso não é importante saber quem demitiu ...

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Senador, Senador. A minha fonte, quem me informou isso debaixo tenho choro foi a Prefeita Angela Guadagnin.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim, mas eu só quero ler só um trecho de 7 linhas de um jornal que o senhor mandou para o relatório falando da sua demissão. É o jornal Vale da Paraíba que está aqui, 31 de agosto de 94, nas folhas 447 da Comissão. Só o que o senhor tem a dizer em relação a isso, o ex-Secretário, que é o senhor, também desafia a Prefeita Angela Guadagnin a explicar o acordo que fez com os vereadores da oposição para desarticular as investigações que ela pretendia fazer. Paulo de Tarso disse que foi "esse acordo que levou a Prefeita a exonerá-lo no dia 14 de setembro de 93, um dia depois que ele pediu a ela providências sobre o contrato feito em fevereiro de 89 na gestão anterior". O mesmo acordo entre Angela e oposição garantiu, segundo o Paulo de Tarso, jornal Vale da Paraíba a eleição de Lindonice de Brito, PFL, para Presidência da Câmara. Isso está no relatório também na página 447.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – O senhor está perguntando?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Estou perguntando só para ...

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – O senhor quer que eu explique. Eu vou explicar perfeitamente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, porque o senhor disse que o Paulo Okamoto foi algoz e o Paulo Okamoto disse que pode ter certeza de que ele não foi algoz e aqui tem uma declaração sua, o documento que o senhor anexou ao processo com essa afirmação. v

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Tá bom, perfeitamente. É o seguinte: Seocês forem pegar outros documentos além desse, que o Senador Flávio Arns nos apresentou tem uma história longa por trás disso. Por exemplo, Senador, tem um fato inusitado na vida parlamentar que aconteceu em São José dos Campos.

Eu relatei aqui sobre um dia que a SEPEN chegou em São José dos Campos com notícias que não tinham ainda sido divulgadas a respeito do aumento do índice de participação de São José dos Campos no ICMS do Estado. Não é? E havia o final desse relatório, desse relatório da auditoria. Muito bem, era um feriado, eu acho que era um 7 de setembro, salvo algum engano, aqueles feriados prolongados que ninguém faz nada, está certo? Na segunda-feira do feriado prolongado, depois que a SEPEN tinha colocado em manchetes matéria paga nos jornais contra mim.? Está lá na documentação se o Senador se interessar, talvez tenha até aqui em algum jornal, em algum desses documentos aqui.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Desliga esse celular aí menino.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Como é que é?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O celular de alguém estava tocando com uma música.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Gilvam, musicado.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – O curioso então é o seguinte. Que nessa mesma, quer dizer, um dia sai o material que a SEPEN tinha feito, um ou dois dias depois que sai numa segunda-feira, depois num feriado prolongado sai um pedido de, um processo contra a Prefeita e contra mim. Sabe qual é o motivo dessa ação? O prejuízo que a Prefeitura teria com o fim do contrato com a SEPEN. Não é? Muito bem, a argumentação técnica que tinha nesse pedido deste processo contra mim e contra a Prefeita era exatamente todo o argumento que a SEPEN tinha, ou seja, a oposição, naquele momento, a Prefeitura, se organizava para fazer essa ação devidamente orientado pela SEPEN. O que acontece é que além de responder foi dada uma resposta imediata a tudo isso e em seguida a Prefeita começa a articular o fim dessa iniciativa. E curiosamente, curiosamente, a minha, a minha, que o Paulo Okamoto, seria bom se ele falasse, mas ele guarda um silêncio sepulcral que ele contasse as razões que levaram outras razões, mas havia esse acerto que estava incomodando a SEPEN. Os vereadores, tinham vereadores que literalmente estavam sendo assessorados pela SEPEN. Não sei se estariam ganhando ou não com isso, que eu não duvido absolutamente nada e que em seguida com a minha demissão, com a minha demissão o que é que acontece? A tal Comissão Especial de inquérito não fez uma única reunião e foi encerrada sem ter feito uma única reunião e a candidata da oposição do PFL, a Lindonice foi eleita com o aval da Prefeita. O que é que o senhor acha, Senador? Coincidência?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não (soa a campainha) . Eu não saberia dizer ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Para concluir, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – ... Eu teria que me aprofundar para saber se é coincidência ou não, mas eu acho que a sua declaração aqui, pelo menos lendo essa declaração e que faz parte do relatório realmente confirma o fato ao documento anexado pelo senhor ao relatório, confirma o fato do que o doutor Paulo não foi o algoz seu. Quer dizer, na minha interpretação. Mas tudo bem. Agora, o que me deixou preocupado e a última pergunta e também para os dois, porque eu já fiz esta indagação durante o depoimento do Senador Álvaro Dias e a gente tem que tomar muito cuidado porque eu acho que a gente tem que ser Franco e ser honesto com a sociedade também. A soociedade está acompanhando esse processo todo, quer a verdade, quer a transparência, quer entender o que está acontecendo, quer que providências sejam tomadas e o senhor, doutor Paulo de Tarso, num determinado momento, falou e eu quero, não tenho condições de repetir exatamente as palavras, mas o senhor disse que o Presidente Lula, que o Paulo Okamoto, que o Delúbio Soares e não sei quem mais eram sócios de uma empresa. Isso me deixou preocupado e a sociedade toda deve pensar, não, Lula era sócio de uma empresa e que teria ido lá, não teria feito licitação, não teriam sido feitas as coisas e aí na seqüência foi esclarecido e eu pedi o esclarecimento do doutor Paulo, o doutor Paulo disse que não era empresa, que isso é uma ONG, uma organização não governamental, TVT. Se for uma organização não-governamental, não têm sócios. O Código Tributário Nacional e o próprio Código Civil são claros nesse sentido. Tem uma diferença fundamental, os sócios participam dos lucros, os sócios têm salários altos, podem ter salários altos sócios de uma empresa. Quando uma organização não-governamental se extingue o patrimônio vai para uma entidade congênere, então existe uma diferença essencial. Então o senhor afirmou que o Lula era sócio dessa empresa e depois ficou claro que a empresa não era empresa, era uma ONG. Ou seja uma associação. O Senador Alvaro Dias, inclusive, insistiu que era sócio, mas não é sócio, está totalmente equivocada a interpretação para se dizer é associado, associado de uma, ou nós temos empresas ou associações. ONGs ou SIPES, a mesma coisa da gente dizer o Lula é sócio de uma Santa Casa. Seria a mesma coisa, um absurdo, sócio de uma Santa Casa. Então sócio de uma ONG, então isso tem que ficar claro para a sociedade, eu gostaria que o senhor esclarecesse e que depois o doutor Paulo esclarecesse também.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Senador Flávio Arns, ainda bem que existe memória e eu li aqui para não ter confusão e vai ser entregue à CPI e eu li textualmente o que está aqui. Jornalistas e radialistas contratados pelo URBAN(F), aí eu fiz um parênteses meu, que é uma empresa municipal de São José dos Campos ...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – De onde que o senhor está lendo esse documento? A origem qual que é?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – A origem é Luiz Carlos Costa, Luiz Carlos Costa foi Prefeito, foi Vereador por acho que 4 ou 5 gestões seguidas do PSB, do PSB e fazia a base do sustentação da Prefeita na época.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim, mas só para saber é um Vereador que está falando sobre a situação?

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Sr. Vereador, Sr. Senador, Sr. Senador, eu já falei aqui que o vice-prefeito da doutora Angela era do PSB.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Isso. Só leia, então, o que é que o Vereador fala,.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Então eu vou ler aqui por que eu li e o senhor está querendo colocar na minha boca coisas que eu não disse, está certo? Vamos por partes, aguarde, deixa eu ler. Então, me desculpe, eu vou ler está escrito.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, as notas taquigráficas o senhor falou que o Lula era sócio de uma empresa, podemos olhar depois.

SR. PAULO DE TARSO VENCESLAU – Eu vou tornar a dizer aqui, olha, aqui ó, eu li, falei urbano (inaudível) trabalhava na assessoria de imprensa da prefeitura prestando serviços a rede de comunicação dos trabalhadores, TVT, fundada e dirigida por Lula, José Dirceu, Delúbio Soares, Gushiken, Paulo Okamoto, etc. Isso eu li, isso eu li, não mudou o texto, continua aqui. Está aqui na Mesa para ser entregue. Então essas são as minhas palavras. O que eu disse ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Para esclarecer, Senador, na realidade foi lido esse documento. Agora quanto a questão de dizer, aí ele acabou dizendo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E eu posso fazer essas as minhas palavras, a leitura que fez para a sociedade toda e a sociedade toda vai pensar: Não, o Lula, ele está lendo um documento e tal de um Vereador, está dando como verdadeiras as palavras porque são minhas palavras, ele até colocou, agora eu gostaria que o doutor Paulo esclarecesse para que fique claro para toda a sociedade o quê que é, porque me preocuparia se fosse uma empresa.

SR. PAULO OKAMOTO – Senador Flávio Arns, é justamente esse tipo de comportamento que o senhor ressaltou que é importante registrar. Na verdade, o Sr. Paulo de Tarso, ele sabe muito bem o quê que é a TVT. Ele sabe muito bem o quê que é a rede de comunicação dos trabalhadores. Ele sabe qual é o caráter social dessa rede. Mas ele se esconde, se foge numa declaração feita por um Vereador, o ex-Vereador do PSDB, portanto desafeto da **Angela:** na cidade para fazer uma afirmação que é ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vamos corrigir PSB.

SR. PAULO OKAMOTO – Hoje PSDB.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas na época PSB, só para deixar claro.

SR. PAULO OKAMOTO – E veja bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. acha que o motivo é político?

SR. PAULO OKAMOTO – Não, eu não estou nem discutindo o motivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. registrou com muita ênfase o PSDB.

SR. PAULO OKAMOTO – Eu não estou discutindo que o motivo é político, o que eu estou discutindo ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, eu posso também fazer um ...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só gostaria que ele concluísse para saber.

SR. PAULO OKAMOTO – Essa é uma empresa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se fosse um Vereador do PT valia? A pergunta é essa, eu não sou do PSDB nem do PT.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas Sr. Presidente, ele está respondendo, senão vão perder a linha de raciocínio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não vamos, não vamos. Eu estou só perguntando a ele que é uma acareação, foi feita uma pergunta. Eu pergunto, eu pergunto a ele do Vereador e ele até registrou do PSDB, eu até corrigi, porque era do PSB, ele disse: agora do PSDB, então ele tem que dizer, o Vereador está mentindo, não existe isso, é o que ele tem que dizer. Ele tem usado a palavra mentira aqui com toda a facilidade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente eu queria apenas. Eu queria apenas. (tumulto)

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu gostaria que garantisse a palavra para a resposta.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com essa questão de passado. Ontem o nobre Sena-

dor Flávio Arns era do PSDB. E hoje é do PT. E nem por isso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não tem problema nenhum.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Descumpriu a maneira reta e correta com que atua.

SR. PAULO OKAMOTO – Senador Efraim de Morais, eu só ressaltei a questão do partido porque o depoente, o Sr. Paulo de Tarso ressaltou várias vezes a base, que ele era da base partidária. Só por isso que eu acabei ressaltando. Mas só para concluir, Senador Flávio Arns, essa, a TVT é uma ONG, é uma entidade sem fim lucrativo, portanto o Senhor tem razão, as pessoas são sócios dessa entidade não tem participação no lucro, nem recebem salário por que uma das coisas que caracterizam as ONG's, no nosso caso, são os dirigentes da ONG não receber salário.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, até hoje em dia, em se tratando de uma associação tipo SIP até essa questão do salário até está ultrapassada legalmente. A lei é de uns poucos anos atrás, uns 5, 6 anos, j estaria ultrapassada, mas isso para ficar claro., porque a mesma preocupação eu tive quando foi falado em termos da CAVIAR, eu digo, olha, ele também sem associação é a mesma coisa, não é sócio, quantas pessoas que participam como voluntários, como amigos de associações. Seja Santa Casa, creche, idoso, APAE, entidades culturais e assim por diante. Então, eu considero isto fundamental para a sociedade, para que de repente uma afirmação não leve a uma interpretação completamente equivocada. Então nesse sentido, em termos de acareação, eram os pontos que eu gostaria de levantar e agradeço ao doutor Paulo de Tarso ressaltando em relação ao doutor Paulo de Tarso a história e também as providências tomadas. E ao doutor Paulo Okamoto também pelos esclarecimentos e esperando que isso contribua para que a sociedade esteja a par dos fatos todos acontecidos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. vai usar da palavra ou declina.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, eu uso apenas rapidamente, apenas rapidamente para sugerir ao doutor Okamoto, até para fazer, para esclarecer isso, a possibilidade dele remeter para esta Comissão o quadro funcional da ONG e as pessoas que fazem parte, aí já não são os dirigentes, mas os funcionários, os que fazem parte dessa ONG e quem são seus assalariados. Exatamente para demonstrar a falta de qualquer ligação político partidária entre a ONG e o PT, eu acho que era a colaboração que V.Exª. faria, V.Sª. traria para essa Comissão se mandasse, se nos mandasse esse.

SR. PAULO OKAMOTO – Eu acho que Senador, evidentemente nós vamos ter que levar no passado. Nós estamos falando, eu não sei que ano que se refere isso, mas deve ser 90, mas ....

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pode ser de lá para cá, pode vir até os dias atuais.

SR. PAULO OKAMOTO – Normalmente vai, eu não tenho gerência sobre a TVT, mas eu acho que a recomendação que o senhor faz eu acha pertinente, eu vou procurar encaminhar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É importante para esclarecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Só uma dúvida, Sr. Paulo Okamoto. O senhor quando, o senhor prestava esse serviço voluntário a CAVUAR seria, era voluntário.

SR. PAULO OKAMOTO – O CAVIAR, na verdade é centro cultural de ELENCO.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim , é o que eu estou dizendo, era ...

SR. PAULO OKAMOTO – Tem uma diretoria, a diretoria, eu sei que é o S I P hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ela existe hoje?

SR. PAULO OKAMOTO – O centro cultural existe, não funciona mais, mas existe. Você, quando está numa associação sem fins lucrativos, eu sempre defendo de que as pessoas que estão lá, principalmente os dirigentes, não recebam até para ficar caracterizado que realmente é uma ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor não recebia?

SR. PAULO OKAMOTO – Eu não recebia salário.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O senhor, nessa época trabalhava onde?

SR. PAULO OKAMOTO – Eu trabalhava nessa época, eu trabalhei durante uma época mesmo prestando algum tipo de colaboração lá como gerente da gráfica do fundo de greve e depois continuei prestando, alguns meses ainda, mas aí também me desliguei do centro cultural Elenco, porque fui ser assessor do diretório regional de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E como assessor recebia?

SR. PAULO OKAMOTO – Como assessor recebia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Muito bem, agradeço o esclarecimento de V.Sª., também do Sr. Paulo, aliás, dos Paulos, Paulo Okamoto e Paulo de Tarso, nós agradecemos e vamos encerrar a sessão, Senador Suplicy está encerrado o documento ficará a disposição da CPI e agradeço ao Sr. Paulo Okamoto e ao Sr. Paulo de Tarso e aos Srs. Senadores e não havendo, nada mais havendo a ser tratado, convoco os Srs. membros dessa Comissão para a próxima reunião a realizar-se no dia de amanhã para darmos continuidade a discussão do requerimento do senhor Jorge Matoso e outros. Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 16h30.

Ata da 70ª Reunião, realizada em 20 de abril de 2006.

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, às onze horas e dezoito minutos, na Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Antônio Carlos Magalhães, Antero Paes de Barros, José Jorge, Leomar Quintanilha, Garibaldi Alves Filho, (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Juvêncio da Fonseca, Heráclito Fortes, Álvaro Dias e Ideli Salvatti, presentes ainda os Senadores José Agripino Maia, Jefferson Peres, Tasso Jereissati e Sérgio Guerra, não membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente reunião destina-se à oitiva do Advogado Roberto Teixeira, representante da empresa CPEM Consultoria para Empresas e Municípios. Indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. Em seguida o Presidente submete a apreciação e votação dos seguintes requerimentos: **Requerimento n.º 017/06**, de autoria do Senador Álvaro Dias, torna sem efeito o Requerimento n.º 10/2006, anteriormente aprovado, e volta a propor a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico de Roberto Carlos Kurzweil, sob nova fundamentação. Em votação, é aprovado com 05 (cinco) votos favoráveis e 04 (quatro) votos contrários. **Requerimento n.º 087/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da Empresa MC Consulting Ltda, referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado com 09 (nove) votos favoráveis. **Requerimento n.º 085/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Rodrigo Cavallieri Rezende, referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado com 09 (nove) votos favoráveis. **Requerimento n.º 086/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa CBE Engenharia & Consultoria Ltda., referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado com 08 (oito) votos favoráveis. **Requerimento n.º 084/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico organização não governamental IBDS – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social, referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado com 08 (oito) votos favoráveis. **Requerimento n.º 043/06**, de autoria do Senador Romeu Tuma, requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico organização não governamental IBDS – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social, referente aos últimos 5 anos. Em votação, é aprovado com 08 (oito) votos favoráveis. **Requerimento n.º 077/06**, de autoria do Senador Álvaro Dias, requer sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Fazenda para que forneça os nomes das pessoas vinculadas ou não À Secretaria da Receita Federal, bem como a lotação funcional e CPF, que acessaram os sistemas "Dossiê Integrado da Pessoa Física e Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física", relativos ao Sr. Francenildo Santos Costa, além de informar a data e horários que foram feitos os acessos, encaminhando relatório impresso contendo o código do computador ou computadores que permitiram a devassa ilegal. Em votação, é aprovado. **Requerimento n.º 095/06**, de autoria do Senador Heráclito Fortes, requer a convocação do Procurador da República do Piauí, Tranvanvan Feitosa, bem como do Sr. Marcos Amorim, Presidente da Loteria do Estado do Piauí – LOTEPI. Em votação, é aprovado. **Requerimento n.º 093/06**, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy, Tião Viana e Flávio Arns, requerem que seja feito convite ao Senhor Walter Fanganiello Maierovitch, Presidente do Instituto Brasileiro Falcone, para que ele possa oferecer a CPI relato de seus conhecimentos sobre a estrutura do crime organizado no país, com destaque à relação entre casas de bingo, caça níqueis e o narcotráfico. Em votação, é aprovado. **Requerimento n.º 094/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer que seja convidado o Senhor Moacir Guimarães, a prestar esclarecimentos nesta CPI. Em votação, é aprovado. Convida, a seguir, o Dr. Roberto Teixeira para tomar assento à Mesa e

informa aos demais Pares que recebeu do Supremo Tribunal Federal, Medida Cautelar em Habeas Corpus de nº 88553, concedido pelo Ministro Gilmar Mendes, procedendo a leitura do mesmo. Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros, informa sobre matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo sobre entrevista concedida pelo Senhor Roberto Teixeira. Com a palavra o depoente faz um breve relato sobre sua atual condição de saúde e presta esclarecimentos sobre sua convocação, colocando a disposição dos senhores parlamentares para os questionamentos. A seguir, passa-se a palavra ao Relator Senador Garibaldi Alves Filho para as indagações preliminares, seguido, de acordo com a lista de inscrição pelos senadores José Jorge, Álvaro Dias e Eduardo Suplicy. Com a palavra o Senador Efraim Morais procede a leitura do Ofício n.º 016/2006/SUALO, Assinado pelo Superintendente Nacional, em exercício, da Superintendência Nacional de Loterias e Jogos da Caixa Econômica Federal, referente ao Requerimento n.º 079/06, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho. Usam da palavra pela ordem os Senadores Antero Paes de Barros, Antônio Carlos Magalhães, Tião Viana. Prosseguindo a fase interpelatória, usam da palavra os Senadores Álvaro Dias, Antônio Carlos Magalhães, Flávio Arns, Antero Paes de Barros, Heráclito Fortes, Tião Viana e Arthur Virgílio. A presidência agradece a presença do depoente e seus advogados, dispensando-os. Finalizando, submete a votação de requerimento de autoria do Sen Em votação, é aprovado. Senador Antero Paes de Barros. Em votação, é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezesseis horas e oito minutos e, para constar eu, *José Augusto Panisset Santana*, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 70ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criado pelo Requerimento nº. 245 de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Informo aos Srs. e às Sras. Senadoras e Senadores de que a presente reunião destina-se a oitiva do Sr. Roberto Teixeira, antes com algumas votações de requerimentos e informo, também, aos Srs. Senadores que a Ata da reunião anterior encontra-se sobre a Mesa, e coloco em votação propondo a dispensa de leitura. Os que aprovam permaneçam como se encontram.

Srs. Senadores, alguns requerimentos, requerimentos consensuais que votaremos... Por favor, a lista vai ter votação nominal? Requerimento nº. 017, de autoria do Senador Álvaro Dias que pede a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico de Roberto Carlos Kurzweil sobre nova fundamentação. Em discussão. Não tendo quem queira discutir em votação.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, só para manifestar o voto nosso contra no que diz respeito a não ser fato determinado, então o nosso posicionamento será contrário, mas respeitando a decisão do voto hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quero também informar aos Srs. Senadores que chegaram recentemente que esses requerimentos foi discutido com essa Mesa e o Senador Tião e o Senador José Jorge, então estamos colocando requerimentos que foram discutidos anteriormente ao início dessa reunião. Senador José Jorge, como vota? "Sim". Senador Juvêncio da Fonseca: "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sigo a orientação do Senador Tião Viana.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então vota, sim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não. Pela razão do...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, pelo cenário aqui, a oposição tem maioria, não há nenhuma divergência do que é o propósito de V.Exª. Agora nós vamos manter a posição de coerência com o fato determinado, mas que vote hoje sem nenhum problema. A maioria está posta aqui.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – V.Exª. poderia liberar a Senadora Ideli para pode ser aprovado.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, eu não sei e isso aplaca consciências, mas no meu entendimento diz respeito a fato determinado, sim, em função das relações do Sr. Roberto aí com o jogos, com casas, jogos...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Se fosse só essa razão política do debate com o Dr. Roberto Kurzweil, mas havia também a história de carros para dinheiro de Cuba. Em razão disso, nós achamos que não há fato determinado. Se fosse só o que o Senador Álvaro Dias fala, estaríamos de acordo, sim.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Mas esse é o fato determinado e obviamente, há outras questões que podem ser alvo também de investiga-

ção, mas sem dúvida o Requerimento se justifica em função do fato determinado. É isso que eu gostaria de deixar claro, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vamos lá, trabalhar. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Seguindo a orientação (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATI (PT-SP) – Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ideli Salvati.

SENADORA IDELI SALVATI (PT-SP) – Já votei, Presidente, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quantos tem aí?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Não fui chamado ainda Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador PMDB, Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quatro a quatro. Senador Efraim Morais vota, sim. O Senador José Agripino não é membro. Aprovado o Requerimento. Transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa M&C CONSULTING LTDA.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, tal requerimento está de acordo com o fato determinado o nosso voto será sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço a V.Exª. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATI (PT-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Leomar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Oito votos favoráveis, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nos termos do disposto do § 3º do art. 58, requeiro a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Rodrigo Cavalieri Rezende. Nos mesmos termos do outro. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Juvêncio.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATI (PT-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Leomar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Oito ou nove? Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias, sim. Aprovado o Requerimento. Nos mesmos termos, requeiro a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa CBE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Heráclito Fortes... Senador Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sim

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ideli Salvati.

SENADORA IDELI SALVATI (PT-SP) – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Oito votos aprovado. Nos termos do disposto ainda do § 3º do art. 58 da Constituição, requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da organização não governamental, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Juvêncio.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tião Viana?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Leomar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Acho que todos... Oito votos. Aprovado. E o último sigilo requer a transferência do sigilo telefônico, dos telefones fixos porventura existentes na residência situada na SHIS QI 01 Conjunto 04 Casa 25 Brasília, referentes ao exercício 2003, 2004. Em discussão...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente apenas para deixar claro, como há um vínculo concreto entre a eventual licitação da GETEC e tal imóvel, o nosso voto será, sim, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. a compreensão. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Requerimento aprovado. Requerimento de informação de autoria do Senador Álvaro Dias. Requerer com fundação no art. 58 do § 3º da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais aplicados a norma que seja solicitado informações ao Ministro de Estado da Fazenda para que forneça os nomes das pessoas vinculadas ou não à Secretaria da Receita Federal, bem como a lotação funcional e CPF que acessaram o Sistema Dossiê Integrado da Pessoa Física e Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física.

Em discussão. Não tendo quem queira discutir em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Requerimento de autoria do Senador Heráclito Fortes. Requer nos termos regimentais a convocação do Procurador da República do Estado do Piauí, Tranvanvan Feitosa. Bem como do Sr. Marcos Amorim, Presidente da Loteria do Estado do Piauí. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senador Suplicy e Senador Tião Viana. Nos termos do disposto do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, requer que seja feito um convite ao Sr. Walter Franganiello Maierovitch, mas colocaram um C aqui. Presidente do Instituto Brasileiro Giovanni Falcone.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, eu gostaria só de, já tendo falado com o Senador Suplicy, de também subscrever o requerimento porque eu recebi várias ponderações do Estado do Paraná para que a pessoa fosse também convidada para essa CPI. Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tivemos, inclusive, na justificativa o Sr. Walter participou do programa TV Roda Viva, em função disso é também um dos motivos a mais para que viesse fazer uns esclarecimentos e um debate com os Srs. Senadores.

Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

E finalmente de autoria do Relator Senador Garibaldi Alves nos termos do disposto do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, requer que seja convidado o Dr. Moacir Guimarães Morais Filho para prestar esclarecimento a essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Em discussão. Não tendo quem queira discutir em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra "pela ordem" Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ainda ontem manifestei da Tribuna do Senado o respeito que todos temos tipo pelo Senador Garibaldi Alves Filho, Relator, e a isenção com que tem procedido em todos os passos como Relator. Mas eu agradeceria se pudermos ter um esclarecimento diante da informação publicada na semana passada, na Folha de São Paulo, "CPI ameaça Burati com convocações". Rogério Pagnan e Mário César Carvalho escreveram tratando de diálogo possivelmente informal que teria havido, seja com o Sr. Relator, seja com o Sr. Presidente, em que a, segundo a matéria teria havido quase que uma ameaça ao Sr. Rogério Burati. Ou relata tais fatos ou se não nós iríamos requerer a convocação da sua esposa, companheira. E há diversas situações tais que causaram um pouco estranheza, na medida em que isso não foi objeto de uma reflexão da Comissão Parlamentar de Inquérito.

É claro que o Senador Garibaldi Alves Filho, qualquer membro dessa CPI, sempre terá e tem a total liberdade de estar dialogando com qualquer cidadão brasileiro ou quem quer que seja para obter informação, dialogar e contribuir. Eu próprio tenho, inclusive, reportado ao Presidente e ao Relator, inúmeros diálogos com pessoas das mais diversas no intuito de colaborar para o propósito dessa CPI. Mas como aqui surgiu uma reportagem em que se dizia que a Mesa da CPI estaria ameaçando alguém porque se não disser tais coisas, então convocaria familiares. Soou estranho.

Então, eu acredito que seria importante, com o maior carinho e respeito pelo Senador Garibaldi Alves, que ele pudesse nos esclarecer o que realmente houve. Se de fato houve uma conversa informal com

o Sr. Rogério Burati, qual foi a natureza do diálogo. Se não houve uma interpretação inadequada que acabou sendo publicada. Então, nada melhor que tornar as coisas transparentes, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço a V.Exª. e concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senador Suplicy eu agradeço a consideração que V.Exª. tem para comigo e isso ficou expresso ontem, durante a sua intervenção no Plenário. Mas não houve nada disso. Eu só me encontrei com o Sr. Burati, Rogério Burati nessa CPI. Ele naquela cadeira ali e eu nessa aqui. Nenhuma outra eu me encontrei com o Sr. Rogério Burati. Na acareação também ele veio aqui eu fiz as perguntas que devia fazer. Só isso. Absolutamente isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – (risos) Está esclarecido, nada melhor do que sempre esclarecer os fatos tais como eles são. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, já que se trata da Mesa, além do Relator o Presidente tem que fazer alguns esclarecimentos.

Eu considero o Sr. Rogério Burati um homem inteligente e tem mostrado ser inteligente as vezes que veio aqui. Ele joga em todas as posições, nas onze. Conversa... ou a imprensa está chegando próximo dele, ou o Ministério Público está chegando ou a Polícia Federal ou essa CPI, ele cria um fato. Isso ele fez o Ministro Palocci. Quando queria falar do Ministro Palocci, quando queria ganhar espaço ele soltava um pouquinho.

Eu não tenho dúvida de que ele tem informações preciosas para o País. E quanto ao Requerimento da ex-esposa dele e da companheira se encontra sobre a Mesa. Então, a preocupação do Sr. Burati é exatamente essa. É que talvez a ex-esposa dele, a atual, tenha muito o que dizer sobre esse cidadão, e que nós vamos discutir na próxima semana esse assunto. Conversei com o Senador Tião a pouco. Nós não colocamos isso em pauta em função exatamente dessa "questão de ordem" que seria levantado por V.Exª. e deixar claro de que nós não vamos aqui fazer o jogo do Sr. Rogério Burati.

Eu faço uma avaliação que ele não disse ainda 30% do que sabe. Então, não há por parte dessa CPI nenhuma pressão, nenhuma chantagem. Pelo contrário, o Sr. Rogério Burati tem procurado Assessores da CPI para dizer que quer conversar, que quer dar informações. E chegou inclusive a marcar encontros aqui e não veio. Então, ele está agora... Como a situação começa a chegar aonde sabe as coisas, é que ele agora tenta jogar no sentido contrário. Agora, jogando para tentar tumultuar esse processo. Ele tem procurado a CPI, inclusive, com o próprio Procurador de Ribeirão Preto. Procurador da Justiça de Ribeirão Preto.

Então, devo dizer a V.Exª. de que não é nada mais, nada menos, do que um jogo de inteligência do Sr. Rogério Burati em tentar tumultuar o processo que o cerca. Agora, o Ministro Palocci poderá até contar o que não quis contar em relação ao Sr. Burati, talvez ele comece a se preocupar. Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, V.Exª. tem razão, realmente o Sr. Burati atua com muita habilidade. Ele dá uma no cravo e outra na ferradura, como se diz popularmente. E explicita aí uma relação de amor e ódio com o Ministro Palocci. Ora ele se apresenta de forma simpática em relação ao Ministro Palocci e atua de forma a comprometê-lo seriamente envolvendo nos escândalos dos quais teve participação.

Portanto, eu creio que é interessante, sobre o ponto de vista da investigação, para que ela se complete até o relatório final do Senador Garibaldi Alves Filho, ouvir pessoas ligadas ao Sr. Burati. E se há sobre a Mesa requerimentos propondo que se ouça em depoimento aqui pessoas ligadas a ele, seja do sexo masculino, do sexo feminino, não importa, eu creio que é o nosso dever discutir esses requerimentos e certamente aprová-los para que se complete essa investigação na direção do Sr. Rogério Burati que é um elemento essencial relativamente aos escândalos que tiveram origem em Ribeirão Preto.

Quem sabe num consenso da Comissão, não poderíamos já exatamente no sentido de completarmos essa investigação, aprovar esses requerimentos mesmo hoje nessa oportunidade, Sr. Presidente, em havendo esse entendimento com o Senador Tião Viana...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, hoje não. Hoje nós encerramos as votações. Na próxima semana nós retomaremos a discussão desses requerimentos.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Na terça-feira, então Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Perfeitamente. Vamos discutir na próxima semana os requerimentos. Senador Juvêncio.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, eu acho que mais importante tudo isso que está acontecendo agora é a plena confiança que tem, que temos todos nós, Senadores dessa CPI, na Relatoria e na Presidência. Conduta exemplar, irreprovável em todo o tempo dessa CPI, e dificilmente a palavra do Dr. Burati possa trincar esta imagem que tem a CPI dos Bingos. E principalmente porque a pala-

vra do Sr. Burati aqui para nós é importante, não tenho dúvida, mas nós também sabemos apreciar todas as conotações que foram dadas. Principalmente porque lá de Ribeirão Preto ele era uma pessoa relacionada com o Sr. Palocci e não teve nenhuma preocupação de denunciar o Ministro Palocci. Nenhuma preocupação. Com muita inteligência com muito jeito, mas grandes interesses devem ter atrás dessas coisas todas, que nós ainda não conseguimos pinçar tudo que precisa pinçar. E com diz V.Exª., Sr. Presidente, nem 30% do que ocorreu talvez esteja colocado, aflorado aqui nessa CPI.

E eu acho importante também, eu acho que a CPI vai por unanimidade aprovar esses requerimentos para ouvir essas pessoas. Nós não podemos proibir que sejam ouvidas tantas quantas pessoas forem requeridas para serem ouvidas aqui nessa CPI, porque ela cada vez se fortalece mais, dentro da verdade da proposta da própria CPI e da conduta dos seus membros.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. Senador. E diria até que essa "questão de ordem" levantada pelo Senador Suplicy foi em boa hora, para que se esclarecesse esse assunto. E eu acho que dessa vez o Sr. Rogério Burati não pensou bem. Eu acho que ele viabilizou, mais do que nunca, tornamos público essa preocupação do Sr. Rogério Burati, e ele viabilizou a convocação dessas pessoas que espero discutir na próxima semana.

Solicito da Assessoria que faça adentrar a sala o Sr. Roberto Teixeira para iniciarmos o seu depoimento.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras queria informar e V.Exªs. que já solicitei que fosse distribuído a todos Medida Cautelar em *habeas corpus* nº. 88553, solicitado pelo Dr. Roberto Teixeira, despedida pelo Relator Ministro Gilmar Mendes. Nos seguintes termos: "Sr. Presidente, comunico a V.Exª. que nos termos da decisão, cuja cópia segue em anexo, deferi a Medida Liminar conforme requerida para que essa Comissão Parlamentar conceda ao paciente o tratamento próprio a condição de acusado ou investigado, assegurando-lhes o direito de: Primeiro, não assinar termo de compromisso na qualidade de testemunha; Segundo, sobre os assuntos que não haja dever legal do sigilo; Permanecer calado em seu depoimento perante essa Comissão – e eu chamo a atenção para a seguinte observação – sem que por esse motivo específico seja preso, ameaçado de prisão – ressalvo aos Srs. Senadores e Senadoras, eu quero deixar claro essa ressalva e o depoente e seus Advogados – ressalvo, porém que com relação aos fatos que não apliquem auto-incriminação, persisto a obrigação do depoimento prestar informações...".

E nós teremos bom senso. Os membros da Mesa e os Srs. Senadores é de saber o que implica em auto-incriminação. Para que não aconteça o que nós tivemos em outras CPIs, em que nem o nome, às vezes, a pessoa sabia direito, nem da família, nem de filho, nem se tinha nascido.

Então, quero deixar claro que nós vamos ter também tranqüilidade, o Senhor depoente pode ter certeza, daquilo que é auto-incriminação.

"... Ademais solicito informações sobre o alegado na petição, cuja cópia acompanha esse Ofício. Atenciosamente, Ministro Gilmar Mendes". Eu passo inicialmente a palavra ao Sr. Roberto Teixeira para que no tempo que fizer necessário, V.Sª. fazer sua exposição inicial aos Srs. Senadores. V.Sª. tem a palavra.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, só uma "questão de ordem" antes do... Pode ser?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra pela "questão de ordem".

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu gostaria saber, porque eu li hoje uma entrevista do Dr. Roberto Teixeira no jornal Estado de São Paulo, se está tudo bem, se pode participar da questão médica. Porque hoje no Estado, ele busca uma responsabilização, não no Estado, ele busca uma responsabilização, se tivesse algum problema de saúde, não tem problema nenhum de participar da oitiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com o palavra o depoente.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Excelentíssimo Sr. Senador, essa pergunta eu não saberia responder. Eu só posso afirmar a V.Exª. de que eu, há exato, três meses atrás me submeti a uma operação de revascularização do coração onde implantei duas pontes mamárias e duas safenas. Um ano e meio atrás desse procedimento, eu já tive um outro problema de coração, que era na parte elétrica do coração e me submeti a uma operação chamada de ablação. E eu tenho um histórico longo porque aos 36 anos de idade eu tive um enfarto e eu não tomei outra cautela porque eu soube que a época que eu estive no hospital, muitas pessoas procuraram saber no hospital, se efetivamente eu havia estado, lá, operando, ou se aquilo eram, aspas, "desculpas para qualquer outra coisa".

Então, eu não tomei essa cautela que eu havia solicitado é que alguém aqui do Senado que avaliasse e dissesse alguma coisa a respeito. Eu não sei avaliar, eu do ponto de vista Médico, eu sou Advogado e não entendo disto. E espero que nada aconteça para a felicidade de todos e principalmente para mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É o que nós esperamos e devo dizer a V.Sª. de que a parte dessa Presidência e dos membros da CPI, V.Exª. fique tranqüilo. E também informo que o nosso departamento médico está de sobreaviso.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Perfeito. E se eu sentir qualquer coisa, com certeza, eu avisaria com antecedência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Por favor. Inclusive, temos aqui o Senador Antônio Carlos Magalhães que é Médico, de imediato poderá atender V.Sª..

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Por falta de médico, com certeza, não será.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – E V.Exª. pode chamar Senadora Heloísa Helena.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana, também, que se encontra. V.Sª. tem a palavra.

(risos)

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Perfeito, Excelentíssimo Sr. Senador Efraim Morais, digníssimo Presidente da Comissão de Inquérito dos Bingos, Srs. Senadores, Sras. Senadoras... Compareço perante esse Plenário sem qualquer tipo de constrangimento e disposto a prestar todos os esclarecimentos que me forem solicitados nos limites dos meus direitos constitucionais e legais, entre os quais por de não fazer afirmações que impliquem a auto-incriminação e o meu dever não quebrar sigilo inerente ao exercício de minha profissão de Advogado.

Inicialmente eu gostaria de esclarecer a V.Exªs. o mal entendido decorrido da determinação da data fixada para o meu depoimento. No final da tarde da última segunda-feira, 17 do corrente, recebi em meu escritório intimação para vir depor nessa Comissão às 9 horas e 30 minutos, do dia seguinte, 18 do corrente. Infelizmente, exigüidade do tempo concedido e a necessidade de adimplir outras obrigações, anteriormente compromissadas, me impediram de acolher aquela intimação, conforme justificativa oferecida, via fax, na mesma data a essa digna Comissão.

Em nenhum momento a minha negativa de comparecimento no dia 18 teve a intenção de desrespeitar essa digna Comissão. Nem autoriza interpretação de que eu poderia estar pretendendo adiar o meu comparecimento. De fato, na última terça-feira à tarde eu já me encontrava em Brasília a trabalho, e fui informado pelo meu escritório que Agentes da Polícia Federal insistiam em entregar uma nova intimação e por isso, e incontinente, instruir o meu Advogado a manter contado com o Gabinete do Excelentíssimo Sr. Presidente da CPI, para informar que eu me encontrava em Brasília e por isso poderia prestar depoimento na data e horário da conveniência dos Srs. Senadores.

Após várias tentativas, o meu Advogado me comunicou que os Agentes Federais estavam entregando a intimação em minha residência, à minha esposa, que devidamente autorizada pelo aludido Advogado, deu-se por citada em meu nome. Também recebi telefonema do Excelentíssimo Senador Eduardo Suplicy a quem asseverei a minha disposição e disponibilidade para comparecer nessa CPI na data e horário aprazados.

De tal forma, em nenhum momento resisti a tentativa de intimação, e menos ainda, pretendi mesmo longinquamente, desrespeitar a autoridade do Excelentíssimo Sr. Presidente e demais Senadores.

Feitos os esclarecimentos iniciais, coloco-me a disposição para nos limites do *habeas corpus,* também concedido pelo Supremo Tribunal Federal, responder os questionamentos de V.Exªs.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Sª. e concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves, Relator.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Roberto Teixeira, antes quero cumprimentar, desculpe Sr. Presidente, cumprimentar o Presidente e os demais colegas da Comissão.

Sr. Roberto Teixeira o Senhor deu uma entrevista a Folha de São Paulo que foi publicada hoje, e V.Sª. afirma diante de uma pergunta desse jornal como é o seu pedido de proteção judicial? "Não tem preocupação de responder qualquer coisa, em qualquer instância que seja legítima, mas não me anima ser chamado por uma CPI que tem um foco e depois busca efeitos políticos para atingir outras pessoas. Eu me tornei um peão diante desse jogo sujo que está havendo. Isso me constrange bastante". É verdade que o Senhor está constrangido aqui?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não, Excelência, deixa eu explicar bem a minha colocação, porque é evidente que quando a pessoa faz uma pergunta, a pergunta não se limita somente àquele aspecto ao objeto direto. Então, você dá uma explicação genérica. Eu sou um Advogado, eu tenho uma formação jurídica. Por ter essa formação jurídica, eu sou o quê? Um legalista, e por ser legalista, eu chego a seguinte conclusão: Olha, essa CPI foi criada com uma finalidade, essa finalidade é de investigar Bingos. Então, como na publicação que se tem e a todo instante os Srs. Jornalistas dizem que a minha convocação nada tem a ver com isto, eu apenas fiz ressonância daquilo que a imprensa tem dito, que a minha convocação tem um outro objetivo, de constrangimento, de amigos meus. Foi nesse sentido, foi com essa formação. Mas eu garanto a V.Exª. o seguinte: Estou aqui sem

constrangimento e a minha disposição é de colaborar integralmente a com essa Comissão.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas, ele faz também a V.Sª. a questão do jogo sujo. O jogo sujo aqui na CPI ou o jogo que aconteceu, não que a CPI está apurando qual o jogo de V.Exª.?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não, não, não. O jogo que eu falo é aquele que...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – O jogo sujo é do Procurador-Geral da República?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu nem estou pensando no Procurador Geral da República eu só estou repetindo aquilo que eu li nos jornais. Mas eu quero deixar claro para V.Exªs., repetir uma vez mais que a minha posição aqui é tranqüila.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Talvez eu tenha, eu não tenha sido feliz na colocação, me redimo dela.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Porque eu não ouvi de nenhum jornal dizer que essa CPI havia um jogo sujo. E eu leio uns quatro cinco jornais por dias e não ouvi nenhum jornal dizer isso a não ser na entrevista do Sr. Roberto Teixeira.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Roberto Teixeira, o Senhor foi acusado...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, eu pediria a V.Exª..

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Peço apenas que conste na Ata dos trabalhos que o ilustre Dr. Roberto Teixeira declarou, se redimiu da expressão "jogo sujo da CPI".

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Perfeito.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Com autorização do Dr. Roberto

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Total autorização. Eu agradeço além da compreensão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Será atendido V.Exª., o Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Dr. Roberto Teixeira, o Senhor é acusado pelo Dr. Paulo de Tarso Venceslau de operar um esquema de arrecadação de dinheiro para o PT através da CPEM e algumas Prefeituras do interior de São Paulo, pergunto: O que o Senhor tem a nos dizer a respeito?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – A resposta direta é de que essa afirmação é falsa. Eu jamais participei de qualquer esquema de arrecadação de recurso para o Partido dos Trabalhadores. Aliás, isto resultou claro quando o Partido dos Trabalhadores constituiu uma Comissão interna e até numa demonstração de... O partido na época teve uma demonstração de lealdade para com os órgãos legislativos, ele encaminhou aquela Comissão diretamente ao Ministério Público, ou seja, aquilo que é feito hoje nessa Comissão e o término do trabalho dele, evidentemente é encaminhado pelo Ministério Público, o partido naquela altura, ele fez internamente e encaminhou ao Ministério Público. Em nenhum momento ficou gravado, ditou ou comprovado essas afirmações. Ele fez afirmações que foram, depois com o decorrer do tempo, desmentidas principalmente judicialmente.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O documento final da Comissão criada pelo PT na época das denúncias que teve como integrantes o Dr. Paulo Singer, o Jurista Hélio Bicudo, e o Deputado Eduardo Cardozo condenou expressamente os métodos de abordagem utilizados por V.Sª. junto às Prefeituras. O que o Senhor tem a nos dizer?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se está viabilizada essa consulta.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu só estou buscando um documento, V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Buscando um documento relativo a...

SR. ROBERTO TEIXEIRA – A pergunta. Tanto que nem estou conversando com eles, Excelência. Só estou pedindo um documento. Aquele documento que nós temos usado sempre... Excelência, não estou localizando o documento, mas o resultado final da Comissão não diz isso, *data venia*, o que o resultado final da Comissão apurou foi de que haveria suposição, vamos até hierarquizar isso, havia suposição e a expressão foi essa, suposição, de que eu poderia ter conhecimento de irregularidades nas formas de cálculo. Esta é o resultado final. Não se falou que eu poderia estar envolvido em arrecadação de fundos. Por conta disto é que a Comissão sugeriu ao Diretório Regional que eu fosse investigado por uma Comissão. Desta decisão, porque eram suposições e evidentemente eu nunca exerci órgão público nenhum, função pública nenhuma, melhor dizendo, eu não teria essa obrigação de, aspas, como disseram, em supondo isso "alertar Prefeito e outras pessoas mais".

Contra essa decisão eu recorri ao Diretório Nacional do partido. O Diretório Nacional do partido, ele ouve por bem – aliás, foi realizado no Rio de Janeiro – ele houve por bem arquivar isso, e a meu requerimento, foram abertas duas Comissões de Ética, uma contra mim mesmo, a meu requerimento, e outra contra o Paulo de Tarso Venceslau. O resultado dessas duas

Comissões é que eu fui absolvido e que o Paulo de Tarso foi expulso do partido.

Eu tenho aqui Excelência, depois, com certeza, eu tenho condições de ofertar, eu não consegui localizar agora rapidamente, uma certidão do Partido dos Trabalhadores que confirma isto. Exatamente Excelência. Quer que eu leia ou não há necessidade. Mas esse documento corrobora por certidão em resumo o que eu estou fazendo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Na verdade o PT decidiu publicar uma versão condensada da Comissão de Investigação criada para apurar as denúncias contra V.Sª., mas retirou os pontos que condenavam os atos praticados por V.Sª.

V.Sª. tem um prestígio muito grande junto ao PT, V.Sª. reconhece isso, porque omitiram os pontos e eu tenho aqui todos os trechos que foram omitidos.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Então, V.Exª. poderia ler os trechos?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu vou ler os trechos. Os trechos omitidos foram os seguintes, que "Roberto Teixeira tentou deliberadamente em todo o seu depoimento, encobrir sua atuação de apresentar a CPEM às Prefeituras administradas pelo PT. Apesar de todas as manifestações anteriores e das demais evidências apontadas por essa Comissão. Efetivamente, Teixeira não queria que a sua atuação em favor da CPEM junto às Prefeituras petistas, fossem caracterizadas". Está na folha 96 do documento original não da comunicação a imprensa.

Outro trecho que o próprio Roberto Teixeira avalia que, em alguma medida, a sua conduta fugiu dos rígidos padrões éticos que o PT espera ser seguido por quaisquer dos seus militantes. Que é impossível não reconhecer uma grave falta ética em sua conduta posterior quando toma ciência de que a atuação da CPEM poderia ter irregularidades alarmantes. Todos têm essa na folha 98, a anterior é da folha 97. "Que é impossível negar, pois que Teixeira não soubesse da suspeita de fraude na situação da CPEM, em São José dos Campos. E da possibilidade que a fórmula de pagamento esboçado em contrato padrão, não pudesse qualificar um verdadeiro engodo para os Prefeitos que receberam a sua indicação. Como militante do PT nesse momento, passou a ter o dever ético de informar Lula... Lula no caso era o então..." (soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Peço ao Advogado que repasse os documentos para o Sr. Teixeira, para ele acompanhar a leitura que ele não está ouvindo atentamente o Relator.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Desculpe, Excelência, só fazer uma coisa. Eu estou acompanhando, sim, eu estou exatamente na folha que ele está dizendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª. pode trazer para cá, fica mais prático.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Aliás, se V.Exª. quiser conferir pode ver que está aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, eu estou acompanhando aqui com o Relator é para ficar mais perto.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Está bem.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – "...Como militante do PT, nesse momento, passou o dever ético de informar a Lula, no caso do Luís Inácio Lula da Silva, hoje Presidente da República a quem originalmente havia referenciado o serviço. Dentro do possível como Advogado e tendo acesso a CPEM deveria ter ido a fundo nas investigações, buscando esclarecer os fatos. Com isso poderia evitar que o partido e as administrações petistas fossem induzidas a erro pela própria apresentação que fez da CPEM". Folha 99.

A minha pergunta é saber o que é que o Senhor nos diz a respeito disso?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Inicialmente me parece que não houve, com o máximo respeito, retirado ou extração de textos. Por quê? Porque eu estou acompanhando aqui com o mesmo documento que está aí público, e que a sua Excelência, o próprio Presidente acompanhou conosco aqui, é exatamente isso. Quer dizer, não houve supressão. Isso tudo está aqui dentro. Isso tudo está aqui dentro. O que ocorre é que a final, e eu não saberia localizar exatamente, a Comissão formada por essas três pessoas indicadas, eles entenderam o seguinte que: Qualquer que tenha sido o meu outro comportamento, eles não infringiam eticamente. E aí eles supuseram que – parte da suposição a expressão deles é essa – "supõe-se que ele soubesse que teria problemas na fórmula". Ora, como eu não tive absolutamente nenhuma influência sobre isso, eu também não poderia, como se disse aqui, entrar no mérito, saber como funcionavam essas fórmulas e onde e como é que estivessem erradas. Isso fugia ao alcance daquilo que eu conhecia.

Eu quero lembrá-los, também, Excelência que é o seguinte: Muitos têm dito em relação à Prefeitura de São José dos Campos, porque foi de lá que o Sr. Paulo de Tarso resolveu me detratar. A partir de lá. Quero lembrá-los do seguinte: O Paulo de Tarso ingressou na Prefeitura de São José dos Campos juntamente com a administração da Deputada, hoje Deputada Ângela Guadagnin. O contrato que havia sido feito entre a CPEM, ele o foi no governo anterior. Se você tivesse que fazer algum tipo de influência ou de *lobby* você teria feito no Governo anterior. O Governo anterior era o

Governo de outro partido, eu não me lembro, parece-me que era o PTB, não sei, não quero ter... Se não for por gentileza me desculpem, mas foi o outro partido e quando ele entrou, ele encontrou esse processo já em andamento.

Então, eu, Roberto Teixeira posso afirmar – e vocês sabem hoje que essa afirmação que eu vou fazer aqui é muito difícil e temos exemplos agora, a provar, que tem que ser um pouco corajoso para dizer isso – eu nunca pus os pés na Prefeitura de São José dos Campos e nunca lá estive. E os Senhores sabem que podem encontrar, amanhã, como é que é... o motorista, o secretário ou qualquer outra pessoa que possa me desmentir.

É evidente que eu estou dizendo isso porque eu estou absolutamente... convencido não, porque eu estou absolutamente certo do que eu falo, quer dizer, com absoluta verdade. Eu nunca estive lá.

A CPEM depois eu me lembro, evidente que a gente foi depois conhecendo para se defender, teve que buscar uma série de informações, mas eu tenho aqui no jornal Folha de São Paulo de 8 de junho de 97, um artigo escrito pelo Fernando Rodrigues que diz que à época a firma, CPEM, ela atuava em mais de 40 Municípios do Estado de São Paulo, Municípios como de todos os partidos o PSDB, o PMDB, PPR, PV, PPR, PTB, bom todos, e esta empresa aqui no jornal diz que eles trabalharam para mais de 300 Prefeituras. Nessa época tinham 40. E ele disse o seguinte, que no Partido dos Trabalhadores, ele tinha dentro do faturamento, apenas o equivalente a 2% do seu faturamento. Então, e nos demais Municípios todos ao que consta, o procedimento de contratação havia sido o mesmo. Isso anteriores, isso anterior a acusação que ele teria feito contra mim.

E eu volto a repetir: Eu nunca pus os pés na Prefeitura de São José dos Campos, nem antes nem depois.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Dr. Roberto Teixeira...

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Sim.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sª. reconhece, então, que o que foi dito sobre a conduta do Senhor realmente existiu, não é?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Excelência, eu não estou reconhecendo a minha conduta nos termos que está posto aqui. Eu estou afirmando o seguinte: No curso do processo, do levantamento, isso constou como parte do relatório. A única coisa que eu reconheço, Excelência é o resultado final da Comissão e as providências que nós tomamos no sentido de esclarecer suposta participação. Ou seja, quando a Comissão ao final conclui que a suposição, havia suposição minha de que eu pudesse saber e de que eu deveria comunicar aos partidos, esta única posição, esse único resultado final dessa CI eu contestei, contestei como? Com um recurso dirigido ao Diretório Nacional do partido. E o Diretório Nacional do partido veio arquivar esta conclusão do Diretório Estadual de São Paulo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas eu acho que é do conhecimento também de V.Sª. um comunicado do Partido dos Trabalhadores, assinado pelo José Dirceu de Oliveira e Silva que era então Presidente Nacional, que formula reparos a possível conduta do Sr. Roberto Teixeira, que teria deixado de informar a Prefeituras Petistas e ao partido eventuais irregularidades praticadas pela empresa CPEM junto a Prefeitura de São José dos Campos.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Bom ponto este. Primeiro: A opinião dele é uma opinião isolada não significa necessariamente a verdade.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não, mas não é dele, é do partido.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Então... Segundo... Não, mas eu digo não necessariamente a verdade. O que, até porque eu volto e vou fazer uma afirmação aqui, eu jamais.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Aliás, essa certidão foi distribuída por V.Sª.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Exatamente, era uma afirmação do que existia e depois tem a decisão final, então eu me atento a decisão final que V.Exª. tem em mãos para... corresponde finalmente aquilo que eu havia explicado antes. Mas deixa eu deixar claro o seguinte: Eu jamais fui proprietário dessa empresa chamada CPEM. Eu jamais fui Advogado dessa empresa chamada CPEM. Eu jamais entrei enquanto não tive a necessidade de me defender em processos no mérito da atuação dessas empresas. Mais que isso, eu volto a repetir aqui, esse mesmo artigo que fui escrito pelo Jornalista Fernando Rodrigues, em que ele afirma aqui o seguinte. "Na entrevista, os empresários da CPEM apresentaram números minuciosos sobre os serviços que prestaram para a Prefeitura do PT. – E ai ele nomina – Naquele período, o Luiz Alberto dividia a propriedade da empresa com José Araújo Ribeiro, hoje os dois apenas têm uma relação comercial com a CPEM, prestam serviço. Os donos atuais são: Celso Fernandes Rodrigues, 61, Marcos Antonio Curi, 31, os quais conversaram com a reportagem da Folha nessa quinta-feira".

Pois bem, aqui indiretamente está posto quem eram os proprietários da empresa. Isso daqui responde e muito as acusações de que sempre me fizeram

de que eu era representante ou até proprietário. Uma das coisas que inevitavelmente vem acoplado ao meu nome é o seguinte: "Roberto Teixeira Empresário da CPEM ou dono da CPEM". Isto rigorosamente é uma inverdade, é uma falsidade. Que se vem repetindo a imprensa cópia no próprio computador a notícia anterior e se fica repetindo. Ninguém nunca foi fazer uma investigação dentro da CPEM. A CPEM parece que tinha até foto em algum local aqui é só ir alguém lá.

Eu volto a dizer... É tão fácil hoje em dia descobri-se, não é? Vá esse jornalismo investigativo, vai até lá, entra na empresa, procura saber se alguma vez Roberto Teixeira lá esteve ao longo da existência da empresa. E eu volto àquela repetição, tem alguma ex-secretaria, algum ex-motorista alguém poderia dizer isto. E o período que eu digo não é por um, dois, três meses, é a vida da empresa. Eu nunca pus os pés naquela empresa, jamais. Eu nunca fui proprietário. Então, quando essa Comissão de Inquérito me atribuiu essa obrigação de, aspas, sabendo de irregularidades, coisa que não esteve nas minhas mãos, eu deveria ter avisado. "Ah, porque é que eu deveria ter avisado.". Eu não sou membro desses governos municipais, eu não tinha nenhuma responsabilidade sobre isso.

Então, essa conclusão da CI, era uma conclusão absolutamente ilegítima por conta disto, Excelência, é que eu fui recorrer ao Diretório Nacional. E o Diretório Nacional depois reconhecendo a força dos argumentos nossos, simplesmente, arquivou. Ela só não teve menores conseqüências, porque a nosso pedido, foram abertas as duas Comissões de Inquéritos. E eu tive coragem de pedir Comissão de Inquérito contra mim mesmo para que ficasse claro qual foi a minha atuação.

Afinal, Excelência, se for buscar a decisão da Comissão de Ética contra mim, isso tudo que aqui está posto foi desdito, não foi o resultado final. E eu entendo o seguinte, como tem em todo e qualquer processo, há uma série de informes que são colhidos no curso de um processo. E afinal há uma decisão, a decisão é que deve prevalecer. E a decisão foi essa da absolvição, e o reconhecimento de que o meu comportamento, em todos os momentos, foi o mais ético possível.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Dr. Roberto Teixeira com todo o respeito aos representantes do PT aqui presentes, mas eu ficaria com essa Comissão nomeada, Comissão de Ética nomeada, eu preferiria uma certidão dessa Comissão de que uma reparação do Diretório Nacional do PT pela falta de credibilidade demonstrada durante os últimos acontecimentos, pela Direção Nacional do PT. O Senhor está invocando a Direção Nacional do PT, mas eu prefiro o Dr. Paulo Singer, o Deputado Eduardo Cardozo e ainda o outro, o Jurista Hélio Bicudo.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Excelência, eu só quero fazer duas afirmações. Primeiro: Eu atualmente movo duas ações contra o Sr. Paulo de Tarso Venceslau, incluindo o jornal O Estado de São Paulo. Uma das ações, praticamente são divididas em cinco ações, porque foram quatro aditamentos. A um só tempo eu movo, também, uma ação contra o Hélio Bicudo e contra a revista Veja. É evidente que isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não. Eu estou comentando a respeito de duas pessoas que participaram. Isso evidentemente não me deixa muito simpático com o jornalismo, mas eu sou da opinião de cada vez que a minha honra for atacada, eu tenha que me defender, até porque como eu disse é da natureza do Advogado, está ínsito na minha vida profissional. Por isso que eu tomei essa atitude.

Então, quando se fala, por exemplo, em Hélio Bicudo não significa necessariamente que eu concorde. Tanto é verdade que eu estou processando por ele ter, na revista Veja, dito frases contrárias a isso que aí está. Evidentemente eu reagi convenientemente.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Agora, o que o Senhor era com relação a CPEM? Não entendo como é que se consegue durante tanto tempo, e até agora, ligar o Senhor a CPEM e o Senhor não é nada da CPEM?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Exatamente.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quem foi esse inventor prodigioso?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Esse inventor prodigioso chamou-se Paulo de Tarso. Deixa eu fazer uma exposição a V.Exªs.. Não sei se vale a pena esclarecer com um pouco mais detalhe as histórias dessas empresas. Antes de mais nada, lembrando o seguinte: O fato de eu ter esses conhecimentos não significa que eu tivesse parte na CPEM. É que quando acusado eu tive que me defender, fui evidentemente apurar os fatos todos e na época, inclusive, patrocinei causa de dois Prefeitos acusados e por conta disso, evidentemente, que eu me inteirei de alguns detalhamentos da apuração.

Mas o fato é que São Bernardo do Campo, ao longo do tempo, teve sempre um prestígio na administração pública como exemplo. Alguns anos atrás um homem chamado Mauro Corvelo, que era um sujeito que tinha pouca cultura acadêmica, mas era genial. Ele montou em São Bernardo do Campo, a favor da Prefeitura, um... Faltou o termo agora... imobiliário, o cadastro imobiliário, desculpe. Ele montou o cadastro imobiliário e mobiliário, pois bem, isso passou a ser na época um exemplo para o Brasil, tanto que havia um instituto chamado IBAM que é o Instituto Brasileiro de Administração Pública, que uma das aulas dele, o período de aula, era vir a São Bernardo, aprender com São Bernardo como é que se fazia isso tudo. Então, ele fez no cadastro imobiliário e fez no cadastro mobiliário, que é o que se refere a esse programa da CPEM. E ele depois de algum tempo, ele montou uma empresa porque ele tornou especializado nisto, para fazer essas chamadas na época de "PAMs". E depois disso os próprios funcionários dele, cada um deles, foram montando as suas próprias firmas. Então, eu até vou brincar, de cada dez empresas naquela época, onze se originam em São Bernardo do Campo. E no caso específico com essa introdução, meu irmão Dirceu, ele exerceu durante 20 anos cargo na Prefeitura de São Bernardo do Campo, ele era Assistente da Diretoria da Receita. E saiu da Prefeitura e montou um escritório de advocacia especializada em tributário. Um desses ou dois desses elementos que haviam sido, inclusive, na época subordinados dele, havia montado a CPEM. Meu irmão Dirceu se tornou Advogado da CPEM de muitos anos. E é o que consta até hoje, ele advoga para a CPEM, por conta exatamente dessa especialidade de tributário. Mas não é só essa empresa, tem outras empresas também nascidas em São Bernardo do Campo. O que ocorreu é que a época, voltemos a situação do Paulo de Tarso, quando Paulo de Tarso assumiu a Prefeitura de São José dos Campos, ele encontrou lá um valor que era devido.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Paulo de Tarso assumiu uma Secretaria.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Secretaria, desculpa, não a Prefeitura, assumiu a Secretaria de Finanças de lá. Ele encontrou, evidentemente como sempre acontece no primeiro e segundo dia, vai se verificar quais são os maiores débitos da companhia, e entendeu que havia este débito da CPEM e aí, então, ele ligou o fato do meu irmão Dirceu com o meu nome, e com... E ligando o meu nome ele buscou fazer uma associação com outro amigo, que hoje se tornou famoso, e buscou com isso dar maior publicização aquilo que ele entendeu na defesa dos interesses da companhia, da Prefeitura.

Vou fazer mais um comentário a respeito disso. O que ocorreu é que a época ele fez uma denúncia no Ministério Público, o Ministério Público ingressou com uma Ação Civil Pública. Com essa Ação Civil Pública a Prefeitura de São José dos Campos recebeu a ordem de proibição de pagamento para essa empresa, isso foi alardeado por ele em todos os jornais e era fato, era verdadeiro. Depois disto, essa ação foi para a Segunda Instância, a Segunda Instância reformou a sentença e ao que se sabe hoje, aquela empresa, através dos seus Advogados, move uma ação de cobrança contra a Prefeitura de São José dos Campos.

O que ocorre, também, Excelência é o seguinte: Eu talvez esteja até invadindo a expectativa de alguma outra pergunta, o que se disse lá era que... É melhor esperar as perguntas que com certeza advirão sobre a legalidade disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª. pode ficar a vontade.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Para não atrapalhar depois as próprias perguntas, com certeza. Antes de mais nada, me perdoe o seguinte, eu estou sendo bastante explícito para que a coisa fique bem esclarecida. Eu talvez nunca tenha tido a oportunidade de esclarecer esses fatos até hoje. É a primeira vez que eu tenho condições de esclarecer isso.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu também tenho um desejo de esclarecer outra coisa, mas estou quase desistindo. Porque dizem duas coisas sobre o Senhor, duas coisas. Hein?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não. Não vou desistir, vou perguntar.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Inclusive Sr. Relator, a explicação do Sr. Roberto Teixeira, ela rigorosamente igual a explicação que deu aqui o Sr. Paulo de Tarso Venceslau. Ao tentar desmentir está confirmando o Sr. Paulo de Tarso Venceslau, que disse exatamente isso. Que trabalhava para a CPEM ajudando o irmão dele. Quer dizer, era o autor do *lobby*, mas que o sócio era o irmão. É exatamente isso.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor é brigado com o seu irmão?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não sou brigado. E antes de mais nada, se me permitir, Excelência, se o Senador...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Só complementando há uma afirmativa, uma reunião em que o Lula, está aqui registrado, que o Lula expõe o problema da CPEM e ele, o Lula marca uma reunião do Paulo de Tarso, Paulo Okamotto com os irmãos Teixeira. Essa reunião aconteceu no dia 4 de junho de 93 para expor as relações com a CPEM e aconteceu essa reunião ou o Senhor nega essa reunião.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Deixa eu só me orientar. Primeiro se me permitir eu não sei como funciona aqui a liturgia, mas fazer uma afirmação ao Senador Excelência Antero. Eu não disse que o meu irmão é sócio. Eu volto a repetir meu irmão é Advogado na empresa. Jamais foi sócio, certo? Segundo eu não sei como séria a função.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Por favor, responda ao Dr...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Aqui realmente é a CPI mais democrática essa do "fim do mundo".

(risos)

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Deixa eu explicar uma coisa a V.Exª., em relação a esse famoso encontro. Paulo de Tarso procura pelo Presidente, hoje Presidente Lula, e ele faz a afirmação categórica, há um contrato de uma firma chamada CPEM com uma série de fraudes e irregularidades e essa empresa pertence ao Roberto Teixeira. Ele fez a afirmação.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele quem?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Ele, Paulo de Tarso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Exatamente ao Lula. Qual foi a providência que o Presidente Lula tomou a época? Chamou o Paulo Okamotto e falou assim: "Olha, há uma acusação seriíssima do Paulo de Tarso Venceslau de que o Paulo Roberto seria dono dessa empresa e que existem fraudes. Foi através do Okamotto, procure investigar isso daqui". Pois bem o que fez o Okamotto marcou uma reunião no escritório meu em São Bernardo do Campo e esteve lá o Sr. Paulo de Tarso Venceslau. Quando o Sr. Paulo de Tarso Venceslau esteve lá, querendo expor essas questões todas, eu disse: "Olha, você me desculpe, mas o Senhor está falando com a pessoa errada e eu vou tomar a cautela... cautela não, providência", e telefonei ao meu irmão, o escritório dele na época era próximo do meu. O meu irmão veio lá no meu escritório e conversou com o Paulo de Tarso. Onde o Paulo de Tarso fazia aquelas acusações de fraudes, uma série de questões que eu não me lembro que eu fiquei em transe.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Na presença do Lula.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não, absolutamente. A providência do Lula foi diante da afirmação de que eu era o proprietário e que haveria fraudes, ele mandou apurar. Ele pediu para a Okamotto mandar essa pessoa vir me procurar. Me ligou: "Olha, o Paulo de Tarso está fazendo isso daqui disse isso e você precisa explicar".

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, com a palavra o Relator.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não. Não me lembro qual era a função dele. Pois bem essa pessoa esteve lá. Meu irmão veio no meu escritório, ouviu tudo aquilo que ele tinha dito. E havia ali uma proposta de que "Olha, se você quitar todas essas dívidas a gente deixa por lá e tudo bem". O meu irmão disse que ele não era o dono da empresa, voltou a empresa, conversou com os donos da empresa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Essa proposta era do Dr. Paulo de Tarso ou do Okamotto?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não. O Paulo Okamotto não teve participação nenhuma nisso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É Paulo de demais.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – É Paulo demais (risos). Ele só trouxe. A segunda reunião o Paulo nem esteve. Aí o meu irmão foi na empresa, voltou e disse o seguinte: "Eu estou absolutamente seguro – a empresa dizendo através dele – seguro de que os procedimentos nossos estão corretos, absolutamente verdadeiros e nós vamos prosseguir na defesa dos nossos interesses". Foi talvez a segunda vez, que eu, relacionado a esse assunto, vi o Sr. Paulo de Tarso Venceslau, mais nada.

Ambos os encontros ocorreram no meu escritório, porque partiu da afirmação dele. Evidente que se o Senhor chegar para um pai qualquer falar assim: "Olha, seu filho é drogado". Primeira coisa que ele vai fazer é o seguinte. Manda verificar e saber o que está aconte-

cendo e foi essa providência de apuração. A resposta foi através do meu irmão em relação à empresa de que ela estava seguro de que os procedimentos dela estavam corretos e a coisa continuou. Foi isto.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Dr. Roberto, não tenho nenhum intuito de desqualificar V.Sª.. Agora, V.Sª. é conhecido em todo o Brasil por duas coisas. Uma titular da CPEM como sócio e a outra eu já estou vendo que o Senhor vai negar como a primeira que o Senhor é compadre, amigo do Presidente Lula. O Senhor é?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – (risos) Excelência, eu acabo de ler aqui a V.Exª. um artigo feito por um dos mais prestigiados repórteres e de um dos veículos mais prestigiados e sérios desse País chamado Folha de São Paulo. Este repórter esteve em São Bernardo do Campo e ele disse quem são os verdadeiros donos da CPEM. O fato de repetidamente a imprensa ter me chamado de uma hora, dono, uma hora parte, outra hora sócio, não faz disso uma verdade. Então, a primeira colocação de V.Exª., eu digo o seguinte: Jamais fui, se fui conhecido dessa forma foi porque infelizmente não tive, talvez, condição de num Plenário ser linfático. Eu volto a repetir, para que fique bem-posto, não sou nunca fui sócio, nunca fui dono da CPEM...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas veja Dr. Roberto...

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Excelência, só me permitir o término.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pois não, fique à vontade.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – E desafio qualquer pessoa que possa fazer qualquer tipo de prova. Olha o que eu estou pedindo, não precisa de uma prova fotografada, não precisa prova o que eu diria filmada. Não. Se alguém me trouxer razoável, razoabilidade de algum tipo de acusador nesse sentido, eu já me dobraria. Por que eu estou fazendo isso? Porque eu estou absolutamente tranqüilo dessa verdade. Então, eu volto a repetir, não é porque repetiram que isso se tornou verdade. E a verdade é que eu jamais fui proprietário da empresa. E o próprio jornal é o único que eu tenho aqui que diz exatamente isso. Me permite, Excelência, só para prestar contas... Quanto ao segundo, não vou desmentir, não. Eu sou amigo pessoal, tenho uma relação de compadrio com o atual Presidente Lula, a época com certeza não. Eu não desminto esse fato, porque na verdade eu me orgulho disso.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E foi ele quem mandou, o Presidente Lula, foi ele que mandou o Paulo de Tarso procurar V.Sª. para responder sobre a CPEM?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Exatamente.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Então até o seu compadre estava enganado.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não, Excelência. Veja bem, eu acredito que diante do grau da importância da acusação, ele não se furtou a mandar apurar mesmo sendo o amigo dele. Vá verificar e vá saber se isso é verdade.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E por que o Senhor responderia por isso?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Como?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele mandou procurar o Senhor, também.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Porque a acusação era contra mim, do Paulo de Tarso, de que o Paulo de Tarso, nessa época, foi talvez a primeira vez que alguém disse ser eu o Presidente ou o dono da empresa. Por conta disso, ele até se assustou falou: "Vá verificar isso". Ao longo do tempo o Paulo de Tarso veio repetindo essa informação. E como não houve desmentido isso passou a ser usado como verdade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A respeito disso. Essas, talvez o próprio Presidente Lula tenha ficado... porque aqui também tem registrado. Em 1990, em Campinas, o Senhor esteve presente em uma reunião entre o então Prefeito petista Jacob Bittar e o Sr. Paulo de Tarso em que V.Sª. expunha o trabalho da CPEM na revisão do valor adicionado para o cálculo do ICMS. O seu trabalho como Advogado incluía esse tipo de prospecção de clientes para a empresa. Isso não foge do padrão de serviços jurídicos? O Senhor justificava, o Senhor defendia na época a contratação dessa empresa de assessoria, consultoria, a Prefeitura sem a necessária licitação.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Bom esse ponto...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Isso aqui em 90 na reunião com o Prefeito Jacob Bittar.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Esse ponto é sumamente importante. Por quê? Porque toda a acusação é feita no sentido de que teria havido influencia para que a contratação se fizesse com dispensa de licitação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas aqui o Senhor estava defendendo especificamente a...

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Se permitir Excelência, eu estou a disposição de V.Exª. o tempo todo. Eu

gostaria de dar uma explicação que talvez responda, se faltar só me reinquirir que com certeza, com todo o prazer, daria. Afirmação sempre e acusação do Paulo de Tarso é de que as Prefeituras estavam sendo contratadas com dispensa de licitação. Isso foi lá, eu não me lembro exatamente a data, porque eu sou mal de aguardar data. Pois bem, isso foi na origem da acusação, foi isso que ele brandiu o tempo todo. "Este processo ou essa contratação está sem licitação". E aí eu volto a repetir, volto também ao mesmo artigo, a empresa já havia feito para mais de 300 Prefeituras na mesma situação e só em São Paulo ela havia feito para mais de 40 Prefeituras sem licitação. Mas vamos nos ater... Isso aqui é uma xérox, eu não tenho cópia...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É só para olhar.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Tá bom. Bom, o que ocorreu é isso. Na época ele fez essa afirmação. Mas, estas ações todas, o Ministério Público ingressou com ações civis públicas contra todas as Prefeituras. Qual foi o resultado? O Tribunal de Justiça reconheceu a legalidade da contratação com dispensa de licitação. Não só desses casos, porque compõe internet e tudo mais, como todas as demais.

Então, se naquela época, na origem, ele entendia daquela forma e fez a acusação, na seqüência o Tribunal de Justiça pacificou isso, dizendo que era caso, sim, de dispensa. Ora, se era caso de dispensa, a meu ver, aí puxando um pouco para o lado do Advogado, você retira a essência da acusação. Pode partir para a conveniência ou não, por qualquer outra questão, mas não pode dizer que era ilegal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) Por que razão V.Sª. advogava, defendia e expunha o trabalho da CPEM?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não. Essa afirmação foi feita por ele nestes termos e eu dentro da Comissão...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Se você não era Advogado e nem parte da CPEM. (soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vamos voltar a palavra ao Relator. Para ele concluir porque ele...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, me desculpe, mas nesse ponto ele está dizendo que não tinha nenhuma relação com a CPEM, acabou de afirmar. Existe é registrado e ele confirma, três anos antes um trabalho, ele expondo e defendendo a importância do trabalho da CPEM na Prefeitura de Campinas em que também pelo que eu saiba, não era trabalho, não era Advogado de Campinas era São Bernardo.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Exatamente. Veja bem Excelência, voltemos às palavras de V.Exª. para que nós não nos traiamos. Quando o Senhor fala assim: "O Senhor não era representante como o Senhor ia fazer uma coisa dessa?". Realmente, volto a repetir, eu nunca fui representante. A época eu era membro do partido eu acho que em São Bernardo do Campo. E não uma, nem duas vezes, eu fui convocado por um ou outro Prefeito, até para opinar sobre vários assuntos. Eu me lembro que em Campinas eu havia estado uma data em que eu fiquei o dia inteiro lá e aí na época o então Prefeito Jacob Bittar ele me levou para ver uma série de obras. Eu não sei exatamente a coisa como foi. Eu fui ver a chamada VLT, quer dizer, Veículo Leve sobre Trilho. Estive porque eles faziam questão de mostrar por causa da amizade que nós tínhamos, o Jacob já tinha estado várias vezes no meu sítio, pus aquele chapéu de obras, fui entrar em túneis e tudo mais, que eram obras que eles estavam fazendo. Em Campinas eu estive especificamente para isso, com toda a lealdade não tenho como me lembrar, não sei se teria acontecido isso. Eu na época, eu me lembro eu estou fazendo essa afirmação por receito, porque na época eu tenho certeza absoluta que isso foi negado. Agora, passados 15 anos eu não consigo me lembrar exatamente de tudo que eu conversei, assisti, ouvi naquela cidade. A cidade de Campinas, inclusive, é meio próxima da minha cidade que é Monte Alegre do Sul. É isso.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Dr. Roberto Teixeira...

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Pois não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sª. é sócio do seu irmão?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não. Como eu havia dito, eu, desde que me formei, eu sou da turma de 69 da PUC de São Paulo. Em 1900 e... aliás, coincidentemente eu comecei meu escritório dois anos antes porque naquela época havia a figura do chamado solicitador acadêmico. Mas desde 1968, como solicitador, e 1970 a partir do momento que eu colei grau. Eu só vivi da minha advocacia. Nesse período o meu irmão Dirceu, ele construía a carreira dele como funcionário público municipal. Então, eu fui Advogado, meu escritório nunca teve absolutamente nada com o dele. Quando ele saiu da Prefeitura, ele montou o escritório dele, porque

até a especialidade dele é diferente da minha. Eu sou civilista, comercialista, e ele é tributarista. Essencialmente tributarista. Então, posso afirmar para V.Exª. que nunca fui sócio do meu irmão Dirceu.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Obrigado.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É só uma dúvida quando o Senhor se referiu, disse que tinha um processo contra o Estado de São Paulo ou o Estado, o jornal? O Estadão.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – É o Estadão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas esse processo hoje é aonde?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas esse processo já foi julgado. Eu tenho a informação...

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não, não. Não foi julgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – ...Só para esclarecer. "TJ rejeita a ação..."

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Está aqui: "O Tribunal de Justiça de São Paulo rejeitou recurso a grave de instrumento do Advogado Roberto Teixeira com o ..." não interessa o resto. Teixeira, tal, também queria o jornal... a obrigação por votação unânime". Só isso porque chegou às minhas mãos eu queria só... tudo bem.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não. Eu queria dar uma explicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não precisa. V.Sª. decide se continua ou não.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não. Não existe. Isso aqui é liminar. Ou seja, o processo está iniciando. Quem fez isso e deu essa notícia, deu de má-fé para poder se defender. Porque a rigor é uma liminar que não foi concedida a despeito do que a Juíza escrevia. São robustas as provas nesse sentido. Mas eu não me animo a dar nesse instante e vou esperar o processamento. Então, o processo Excelência, ele está na verdade nascendo ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Só para esclarecimento. Agradeço a V.Sª.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, V.Exª. Senador José Jorge dispõe de 10 minutos.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Muito obrigado Sr. Presidente. A minha primeira pergunta é em relação a essa questão dessa certidão. Em primeiro lugar eu diria que essa certidão aqui termina trabalhando contra certificado de certa forma. Eu pelo menos não gostaria de ter uma certidão dessa. Porque diz aqui: "Rejeitar o relatório da CEI, Comissão Especial de Investigação". Essa Comissão ela era formada por três personalidades, a gente pode dizer assim, do PT. Não eram simples militantes, eram personalidades que é o Senhor Hélio Bicudo, o José Eduardo Cardozo e o Economista Paul Singer. Eram três personalidades. No entanto, o Diretório Nacional do PT simplesmente rejeitou o relatório da CEI por uma solicitação de V.Sª.. Mostra que V.Sª. realmente tem prestígio. Segundo, ele criou duas Comissões. Uma que diz primeiro, devidamente instaurada concluído. Primeiro: Pela inexistência de qualquer infração ética por parte do filiado Roberto Teixeira; e segundo, pelo cometimento de infração ética por parte do Sr. Paulo de Tarso Venceslau, sugerindo ao Diretório Nacional aplicação de penalidade de suspensão ou expulsão do quadro partidário.

Ora, na realidade nós vemos aqui o seguinte, primeiro por que duas comissões? Porque o fato era o mesmo. Será que era uma para absolver outra para acusar? Porque era o mesmo fato, era uma denúncia única. Quer dizer, V.Sª. e o Sr. Paulo de Tarso deveriam ser acusados ou absolvidos no mesmo contexto, no entanto, criaram duas Comissões. Essa é a primeira pergunta. A segunda quem eram os membros dessa Comissão, tanto da primeira quanto da segunda, principalmente da primeira que V.Sª. era o acusado. E terceiro se há relatório específico dessa Comissão se V.Sª. depôs nessa Comissão. Como é que a gente pode saber o que aconteceu efetivamente nessas duas Comissões. E por ultimo, quer dizer, nessa primeira pergunta eu gostaria de saber, gostaria de dizer que na verdade essa declaração é assinada pelo ex-Ministro e ex-Deputado José Dirceu que hoje, não somos nós que dizemos, é o Procurador-Geral da República que disse que ele é chefe de uma organização criminosa. Acusou disso. Mesmo nós da oposição nunca usamos uma linguagem tão precisa e tão pesada.

E, portanto, de certa maneira isso tira a credibilidade de tudo isso que ele disse aqui. Então essa nota realmente ela é muito, assim, difícil da gente acreditar que isso não tenha sido uma espécie de um jogo de carta marcada.

Então, eu gostaria que V.Sª. esclarecesse como é que isso foi feito, porque rejeitar um relatório que muita gente depôs nesse relatório feito por três personalidades e depois montar duas Comissões é realmente estranho. Então eu gostaria que V.Sª. pudesse explicar.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Perfeitamente. Primeira questão, essa certidão não é a opinião do ex-Ministro José Dirceu é uma certidão do que consta no processo. Não fosse ele qualquer outra pessoa que lá estivesse teria que certificar da mesmíssima forma. A outra questão em relação a qualificação das pessoas que fizeram a primeira apuração, eu acabo de dizer para V.Exªs. de que eu estou agindo judicialmente contra o Hélio Bicudo. Então, de minha parte, sem que isso que eu vou dizer agora significa ofensa pessoal, eu não reconheço nele, a despeito do reconhecimento público...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas V.Exª. reconhece que ele era uma personalidade do partido.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Personalidade foi. Sendo que de minha parte foi. Só que de minha parte eu não reconheço nele toda essa honorabilidade que ele...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – O que o Senhor tem contra ele assim especificamente?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – O fato de que ele, principalmente agora, distorceu fatos em relação a isso fazendo afirmações inverídicas junto a revista Veja. Por conta disso eu já movia ação. Agora, evidentemente que agora na ação eu não possa antecipar, faz parte, eu até fico impedido de tecer maiores comentários, porque a ação está posta, e é lá que nós vamos completar. Eu só queria lembrar, então para V.Exª. o seguinte: Esse parecer quando nós fizemos o recurso, ele foi para o Diretório Nacional. E o Diretório Nacional igualmente designou pessoas para reexaminar essa questão dentre eles, pelo que me recordo, um deles era o atual Ministro Tarso Genro e o outro o Dutra, o Senador Dutra. E tinha mais outro membro que eu não me recordo. Então, qualidade por qualidade e exponenciais figuras do PT não só esses como os que foram incumbidos da revisão de tudo aquilo que havia sido feito embaixo. Nós Advogados sabemos que a sentença de Primeira Instância, por melhor que ela seja dada, quando você devolve a instância superior, eles revêem toda a prova, ou seja, isso tudo que nós estamos conversando em Primeira Instância foi revista em Segunda Instância.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas V.Sª. deu um novo depoimento nessa Comissão, ela ouviu alguém e nada?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não houve necessidade disto porque...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eles só concluíram diferente com os mesmos elementos?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Excelência, como em direito, em direito você não renova novamente a instância, você apenas devolve tudo aquilo que foi coletado em Primeira Instância, então é a mesma coisa. É um reexame sem que implique em novas inquirições. O que ocorreu sim, por conta da criação das duas Comissões de Ética, essas que estavam distanciadas da primeira, nós tivemos todos que depor novamente. Eu fui depor, outras pessoas e testemunhas depuseram, tanto quanto na do Paulo Venceslau. Mas deixe só eu lembrar para V.Exªs....

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas V.Sª. quando foi depor nessa Comissão de Ética já estava absolvido por esse papel aqui, por essa reunião.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não, Excelência, isso daqui é retrato que aconteceu até final. Ou seja, estaria no bojo dessa certidão. Aqui está dizendo um fato que era intermediário na época. Isso daqui é o resultado final desse recurso ao Diretório Nacional do partido. Mas eu gostaria de lembrar a V.Exª. o seguinte: Que a época o então, o atual Presidente Luís Inácio Lula da Silva, ele moveu uma ação de indenização contra o Sr. Paulo de Tarso Venceslau e o Estado de São Paulo. Afinal, houve uma composição, nesta composição homologada judicialmente consta que, primeiro ele reconhece... Paulo reconhece e registra que reconhece que a fidelidade com que os jornais O Estado de São Paulo reproduziu a sua entrevista motivadora da presente lide. E aí ele fala B: "Ao conceder a mencionada entrevista não teve qualquer intenção de ofender ou mesmo tisnar a honra e a moral do autor – aqui no caso a sua Excelência o Presidente da República – mas apenas foi a tanto movido, ter intuito de buscar a apuração dos fatos no âmbito interno do Partido dos Trabalhadores. Relativamente aos fatos, objeto da presente lide, reconhece a retidão das conclusões finais exaradas, tanto na esfera judicial, como também, no âmbito interno do Partido dos Trabalhadores". E finalmente reconhece a elevada honra, moral e a honestidade de sua Excelência.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Quer dizer, que ele está reconhecendo que foi justo ele ser expulso.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Ele reconheceu isso, sim.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas ele aqui nunca reconheceu isso.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Excelência, desculpa, mas eu só sou responsável por esses documentos para a minha conclusão. É evidente, Excelência,

que ele não iria dizer isso. E esse documento ele não trouxe a despeito de ele ter feito isto (soa a campainha) judicialmente. E isso foi homologado. O Senhor tira uma conclusão, Excelência, brilhantemente que é exatamente essa. Ele conheceu tudo.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Nós vamos ter que ver o documento e a época reexaminar, porque na realidade não foi isso que ele disse aqui. Então, outra pergunta, V.Sª. entrou na justiça contra o repórter e o jornal O Estado de São Paulo, para que: " Se abstenha de fazer qualquer referência em declarações públicas, reportagens, entrevistas, editoriais, publicações em geral, as relações de compadrio que o Senhor mantém com Presidente Lula sobre multa de no mínimo cem mil reais". O Senhor entrou isso na justiça, já foi negada a liminar.

Aí, eu acho que há uma contradição. V.Sª. diz que é realmente compadre do Presidente Lula e se orgulha muito disso. E V.Sª. não quer que o jornal diga. Então, V.Sª. quer que o jornal minta, que o jornal diga que V.Exª. não é compadre do Presidente Lula. Porque foi o que V.Exª. pediu a justiça. O jornal é obrigado a dizer a verdade. Isso aqui é... o jornal, se você disser compadre, ele tem que dizer. Não pode dizer diferente. Então, eu acho que não entendi.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Só responder lá, primeiro eu só queria lembrar Senador, Excelência, Jorge...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – José Jorge.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – José Jorge, que a data desse documento que eu me referi é 18 de novembro de 2003, que ficou faltando constar. Em relação a essa pergunta é o seguinte: Eu vou (risos) fazer uma reclamação pública contra os Jornalistas, eu alguma vez... para algum Jornalista eu tenho dito o seguinte: Eu tenho a impressão que alguém mudou o meu registro civil porque eu Roberto Teixeira passei a ser Roberto compadre do Lula, aquele que prestou a casa Teixeira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Excelência? Emprestou a casa. Parece-me que retiraram de mim a minha própria personalidade. Eu sou um Advogado, milito há 36 anos. Meu escritório e minha vida são abertos todos me conhecem e, no entanto, o jornal ele nem cita o nome, ele só escreve: "Eu sou compadre" como e isso fosse uma forma de me identificar. Para eles, para esse jornal especificamente, eu queria o quê? Que eles se referissem a mim, podem dizer o que quiser. Roberto Teixeira, tudo bem, que venha a ser compadre, o que tiver de ser, mas só que tem que ter uma ordem nisso, é contra isso que eu me insurgi até porque, Excelência, volto a repetir o compadrio que eu tenho com o Presidente Lula, é algo que me orgulha bastante. Eu também, Excelência, fazendo uma brincadeira desculpe se é possível.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – É possível. É até bom para descontrair.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu disse aos Jornalistas o seguinte: "Olha, examinem por favor, as atuais relações de amizade. Verifiquem e prospectem se por acaso algumas dessas pessoas tem a mínima chance de algum dia se tornar Presidente da República. Porque se tiver, por favor, cortem as amizades desde agora". Porque a que tudo indica, a amizade tornou-se, no meu caso, como acusação de crime.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ou corta a amizade ou não se mete em confusão porque também tem essa opção.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Felizmente eu mantive a amizade e jamais me meti em confusão.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não é o que sai no jornal viu. Eu gostaria de fazer a última pergunta, porque o meu tempo já está terminando, porque diversos jornais – já terminou, aliás – tem falado da influência que V.Sª. tem na INFRAERO, inclusive na nomeação do Presidente quando naquela época que o Senador Carlos Wilson saiu, que V.Sª. teria indicado o nome, que ia ou não ia, chamado Dr. Tércio Ivan de Barros, e que esse Sr. Tércio Ivan de Barros faria uma ligação que V.Sª. tinha como Advogado da TRANSBRASIL.

Então, eu gostaria que V.Sª. explicasse qual é a relação que V.Sª. tem, qual a influência que V.Sª. tem na INFRAERO e como foi essa operação para nomear esse Diretor, porque ele foi nomeado ficou só três horas e depois saiu. O que é que V.Sª. pode explicar sobre isso?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Excelência, é aquilo que nós acabamos de dizer. A imprensa fala uma série de coisas que, evidentemente, não corresponde a verdade. Esta pessoa Tércio eu nunca o conheci. Ele nunca foi elemento de minhas relações. Eu mandei depois um ofício dizendo o seguinte: Que eu jamais o conheci e jamais o indiquei, até porque não fiz outras indicações. Não conheço essa pessoa. E das minhas relações eu vou dizer para V.Exª. o seguinte...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas a sua filha de V.Sª. conhece ele?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – A minha filha é a mesma coisa. Nosso escritório, ela é minha...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Porque foi ela que apresentou o projeto de fusão da TRANS-

BRASIL com a OCEAN AIR, para fazer uma empresa de...

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Excelência, com relação a isso, na verdade, são duas coisas. Primeiro: Foge do foco, e segundo é profissional. Mas eu vou responder a pergunta que o Senhor me endereçou. Não conheço esse Tércio. Jamais o conheci. E nas minhas relações lá, posso afirmar para V.Exª. o seguinte: Eu sou agora *persona non grata,* lá dentro. Tem pessoas que tem uma inimizade gratuita para comigo e eu não sou capaz de conseguir talvez por gentileza um cafezinho. Como?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Da INFRAERO, na INFRAERO. A INFRAERO eu não tenho condições, creio hoje, de pôr os pés lá dentro, porque há uma resistência muito grande. Como?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu não levo essa questão e das raras vezes que eu conversei com ele, eu estou fazendo uma reclamação, Excelência, contra... para o Senhor ver como funciona a coisa. Quem tem poderes lá dentro é a Gol, são outras empresas. Para o Senhor ter idéia, Excelência, as nossas vitórias em relação...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Quais são os poderes que a GOL tem?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Tem trânsito. Em relação à TRANSBRASIL, Excelência, veja bem. Todas as vitórias que nós obtivemos até hoje a favor da TRANSBRASIL, a qual nós somos Advogados há mais de quatro anos, o Foro no poder judiciário. Eu vou dizer uma coisa para V.Exªs. que parece incrível, mas quando o DAC cassou a condição de transportadora aérea da TRANSBRASIL nós ingressamos – sem falsa modéstia agora, posso dizer para V.Exª. que nós somos Advogados bastante combativos – nós ingressamos com um pedido ao Ministro da Aeronáutica e depois para o Ministro da Defesa. Parou esse processo no Ministério da Defesa por quase dois anos e meio. Um ano e meio com o Ministro Viegas e outros tanto com o atual Ministro... não, o atual Ministro, não, o anterior Ministro José Alencar. Depois de dois anos e meio, eles indeferiram o meu pedido. Eu recorri é um chamado um recurso hierárquico, administrativo hierárquico, eu tinha necessidade de fazer, recorrer a Presidência que também indeferiu.

O que ocorreu? Em menos de 24 horas nós obtivemos uma liminar do Supremo Tribunal Federal que nos reconduziu a condição de transportadora aérea. Veja bem a minha situação, eu tenho que brigar e obter resultados só judiciais, só judicialmente. Eu não tenho nenhum trânsito, e respondendo especificamente esse Sr. Tércio eu nunca vi. Ocorre que de quando, em quando, alguém tenta usar a minha proximidade com o Presidente para fazer algum tipo de *lobby* ou aquele bagão de ensaio. Eu não conheço essa pessoa, nunca o tive. Ao contrário posso dizer para V.Exª. o seguinte...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas V.Sª. acha que ele usou o nome de V.Sª. ou isso é invenção? Porque todos os jornais deram que iria o Sr. Airton Soares, depois foi ele...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Para concluir, Senador José Jorge.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Por isso que quando se fala que todos os jornais disseram, isso não significa verdade. Ao contrário, todos os interesses que nós tínhamos em relação à TRANSBRASIL, ele foi absolutamente contra. Ou seja, para ser mais claro, ele é o inimigo, e na pior das hipóteses ele não séria louco de indicar o inimigo para qualquer coisa. (risos) Eu agradeço até por poder explicar isso.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Bom, Sr. Presidente, eu só gostaria de dizer isso. Na realidade eu acho que em relação a essas questões da CPEM fica difícil para nós acreditarmos que o Sr. Roberto Teixeira não tinha uma ligação direta com essa empresa, por uma série de fatos que nós já temos aqui na CPI. Mas eu acho que nós podemos agora investigar em relação a documentação, aquilo que o Sr. Roberto Teixeira disse, o que o Sr. Paulo Venceslau disse. E por sugestão aqui do Senador Heráclito, quem sabe convidar a GOL para depor aqui, para ver qual a influência que a GOL tem dentro da INFRAERO. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy. Por permuta com o Senador Tião Viana. V.Exª. dispõe de 10 minutos com a tolerância desse Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Senador Garibaldi Alves Filho, Relator, Dr. Roberto Teixeira, Dr. Ademar Janine(F) que há muitos anos conheço, também, como companheiro do Partidos dos Trabalhadores... Me permita, como é o seu nome?

SR. CRISTIANO – Cristiano.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu gostaria de solicitar ao Dr. Roberto Teixeira que possa nos expor assim da maneira mais franca, sincera possível a sua relação de amizade e, conforme aqui expressou, de admiração pelo Presidente Lula. Porque o que eu noto é que em diversas ocasiões como ainda há pouco, mas como é compadre, emprestou a casa. Então, cada um de nós Senadores aqui presentes ou

Senadoras, nós temos amigos. Temos pessoas que nos admiram, tem pessoas que como amigos já foram generosos de muitas formas ao longo de nossas vidas. Então, como eu tenho aqui uma relação de muito respeito e amizade com o Senador Antônio Carlos Magalhães, às vezes, discordamos e, mas sempre sabemos nos respeitar, aprendemos com o tempo.

Então, quando disse aqui há pouco, "Mas como emprestou a casa!" Ele quis dar uma conotação. Então, o que eu gostaria é que o Sr. Roberto Teixeira explique exatamente como é que se iniciou a sua amizade com Luís Inácio Lula da Silva. Como aconteceu? Foi desde antes da essência do Partido dos Trabalhadores? Quando aconteceu a formação do partido, eu me lembro que em algumas ocasiões o encontrei. Eu me lembro, por exemplo, de alguns episódios, mas salvo engano, como V.Sª. era amigo de inúmeras pessoas não apenas do Presidente, de pessoas do Partido dos Trabalhadores, quando, por exemplo, se realizou um esforço para que o PT tivesse uma sede em São Bernardo do Campo, eu me lembro de tê-lo encontrado ali naquelas reuniões e V.Exª. como um amigo e militante também colaborou. Só para dar um exemplo que eu me lembro assim de tê-lo visto na ocasião. E tantas outras, então eu agradeceria se pudesse nós contar...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu já hospedei em minha casa pessoas que são minhas amigas e o dia que o Senador Antônio Carlos Magalhães quiser se hospedar em minha casa será muito bem recebido.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador... vá adiante, v.Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pode ser aqui, mas aqui moramos pertinho, pode ser em São Paulo. Se quiser eu tenho uma pequena casa numa vila de pescadores em Picinguaba, na hora que V.Exª. quiser ali se hospedar, seja na minha presença ou com a sua família só, está convidado. Assim fica esclarecido, mas eu porque eu...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Senador me empresta também porque se não eu fico com ciúmes, porque dizem que essa sua casa é um espetáculo, essa casa de praia eu quero.

(risos)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Você é convidado também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu também? Eu também?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – (risos) Também. Então, se V.Sª. em algum momento disse ao Presidente Lula por sua admiração por aquilo tudo que ele representa e sem saber que ele um dia viria de fato ser Presidente do Brasil, mas por tudo que considerava e pela consideração que eu imagino teve para com a pessoa do Presidente. Então, V.Sª. resolveu ter um ato de generosidade, porque avaliou que aquilo era importante ajudar um amigo que um dia poderia dar uma colaboração muito importante para o País, então resolveu fazê-lo. Então, eu acho que será a oportunidade aqui como V.Sª. mesmo mencionou: "Olha, pela primeira vez eu estou tendo a oportunidade de esclarecer". Então, que esclareça a sua história de ter iniciado uma relação de amizade com o Luis Inácio da Silva que depois se tornou Luís Inácio Lula da Silva, que em alguns momentos foi de fato porque tinha condições... generoso com ele, que não há qualquer crime nisto. Então vamos deixar as coisas claras. Eu acho que será uma boa oportunidade para que relate a história da sua amizade com o Presidente Lula. Essa é a minha pergunta principal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador agradeço e com o palavra o Dr. Roberto Teixeira dizendo que se ele quisesse utilizar do *habeas corpus* ele pode ficar calado em relação a essa pergunta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu tenho certeza de que relatar como é que uma pessoa é amiga da outra...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Estou brincando com V.Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – ...Não vai criminá-la de maneira alguma.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com o maior respeito a V.Exª. só para relaxar um pouco.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Até o momento, pelo menos, sabe-se que eu não me utilizei do *habeas corpus* porque é a minha intenção é esclarecer. Bem disse V.Exª. que eu estou tendo a oportunidade de dizer algumas coisas pela primeira vez. Agora, inclusive em relação a isso, o Senhor fez uma observação o Luís Inácio da Silva, atual Luís Inácio Lula da Silva.

Eu só quero dizer para V.Exª. que poucos, aliás, ninguém nunca noticiou, ninguém nunca soube, mas o autor da mudança do nome de sua Excelência fui eu que requeri em juízo. Então, quer queira, quer não, eu sou padrinho do nome Lula dentro da atual composição do nome do Presidente Lula.

Mas a explicação que eu tenho, Excelência, é o seguinte: Ao final do ano de 81, começo de 82 havia um grupo, eu vou pular uma parte anterior.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Inicia a história do seu conhecimento de Luís Inácio Lula da Silva.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Exatamente, é importante isso porque tem uma história anterior de como eu cheguei lá.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas é importante que possamos conhecer, então como é que... Eu conheci o Presidente Lula em 1975 nos tornamos amigos em 75 e gradualmente mais. Então, como começou, se puder nos contar isso, pode ser relevante para a história que se pretende conhecer.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Perfeito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Suplicy, eu peço permissão ao Presidente, já que V.Exª. derivou para o terreno da intimidade, me permita fazer uma pergunta. V.Exª. conheceu o Presidente Lula em 75, ele era mais amigo de V.Exª. em 75 ou agora?

(risos)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu continuo muito amigo dele e tenho certeza que isso é recíproco.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadores, com a palavra o Dr. Roberto Teixeira.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Isso é história da minha vida naquela época, mas eu me aproximei do atual Presidente Lula no final de 81, começo de 82. Eu não fui fundador do Partido dos Trabalhadores, porque ele nasceu em 80. Ao contrário, naquela época havia uma situação de um grupo Advogados que estava em franca dissidência com a Prefeitura da época que era administrada pelo Sr. Tito Costa (soa a campainha). Nós Advogados, grupo de Advogados, entendíamos que a atuação dele configurava uma espécie de traição aos princípios que ele havia posto. Esse grupo de Advogados se reuniu e ingressou com várias ações populares. Eu fui autor e fui testemunha de várias dessas ações populares. Naquela época, havia dois Vereadores excelentes, caráter fantástico. Um era Artur Barbosa Aorta(F) e o outro era o Carlos Bertran Batistini(F). Essas duas pessoas conseguiram motivar a Ordem dos Advogados e a Associação dos Advogados aqui resistisse judicialmente aquilo que nós entendíamos como falhas do Governo Municipal. E participamos, esse grupo participou. Naquela época eu não me lembro qual era a divisão de poderes ou dos partidos, estava se criando o PP, Partido Popular. Este grupo, dentro os quais eu me incluí, estávamos iniciando o Partido Popular, porque a época era o único partido que não estava comprometido com a administração municipal. Confesso para os Senhores que naquela época o nosso objetivo não era maior, não Estadual ao Governo, era uma questão local, Municipal.

Os Senhores se lembram que na seqüência o Partido Popular refluiu para o PMDB. E esse grupo que lá estava, ele ficou sem um barco para entrar. Esse grupo todo, depois de muito tempo, ele resolveu integralmente entrar para o PT. Eu participei disso, entrei no PT dentro deste contexto. E naquela época, foi marcada uma reunião no meu escritório em que o atual Presidente foi conhecer esses dois Vereadores que é o Carlos Bertran Batistini(F) e o Artur Aorta(F). Volto a repetir: Excelentes pessoas, de caráter fantástico.

A partir dali, nós ingressamos no partido, eu tenho a minha ficha assinada no partido me parece que em abril de 82 e continuamos trabalhando no partido. Como eu era Advogado, sem falsa modéstia eu sou muito atuante. Muitas das questões começaram a passar por mim. Por exemplo, a própria eleição de 82 pelo desconhecimento dos elementos do PT de São Bernardo, quase que eles perdem todos os prazos, eles não conheciam como fazer, como tirar certidões e isso como Advogado militante passou a quase que ser uma incumbência minha. E a partir de então eu passei a dar assistência judiciária para o partido...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Absolutamente nada. Nem um tostão, ao contrário. Eu me lembro que em 82, eu fui nomeado um dos três coordenadores da campanha do Mauricio Soares em São Bernardo do Campo. Partido iniciando, sem condição nenhuma. Em virtude disso eu fui conhecendo os elementos todos que estavam participando do partido. Eu, em 83, quando terminou a eleição e São Bernardo perdeu a eleição, o Lula também perdeu a eleição para o Governo do Estado de São Paulo, que poucos lembram, nós partimos para a reorganização do partido em São Bernardo e reorganizamos, e a época, a época eu assumi no Diretório de São Bernardo do Campo o cargo de Secretário. Feito isto, quer dizer, tornado Secretário nós começamos uma série de atos, buscando dar consistência. Então, aí nesse instante, uma primeira lembrança, o partido estava a época com ordem de despejo da sede antiga e, pela primeira vez, eu tinha uma casa na rua Preces Maia, a rua era boa e a casa era péssima, eu trouxe o partido para lá, foi o empréstimo de casa que eu fiz para a partido. Que também ninguém nunca descobriu, eu estou falando aqui primeiramente.

Depois disto, qual foi a luta? A luta era construir uma sede para o partido. Então, a minha chapa do Diretório Municipal se lançou a construir a sede e, sem falsa modéstia, eu tenho a impressão, que eu fui uma mola mestra nisso. Então, o que nós fizemos naquela

época? Nós, depois e muito tempo conseguimos comprar um terreno, o terreno era uns seiscentos e poucos metros e próximo à Prefeitura. Na época, metade do valor eu fiz um empréstimo do BANCO BRADESCO e o Mauricio Soares avalizou e vice-versa e a outra metade foi feita em nome do Mauricio e nós avalizamos. Dividimos aquilo depois em 618 cotas, incluindo então já os juros e nós passamos a vender essas cotas, buscar colaboração. Atacamos todo mundo. Tinha pessoas que me via atravessava a rua que sabia que nós íamos dar uma mordida. Certo? E foi assim que nós compramos o terreno onde foi construída a sede do PT de lá.

Na seqüência, nós fizemos da mesmíssima forma em relação á construção. Para os Senhores terem uma idéia e tem filmes da época em que foi feito, quando nós fizemos a primeira laje, a laje começou a ser feita às 4 horas da manhã passou o dia e a noite toda terminou às 2 horas do dia seguinte. Mais de cem colaboradores em três betoneiras viraram 14 caminhões de areia, 14 caminhões de pedra e construíram a sede dessa forma. Isso é realmente algo que para nós lá de São Bernardo nos orgulha.

E também considerar o seguinte, o PT de São Bernardo naquela época era como se fosse o farol do PT Nacional. Nós tínhamos lá desde o Presidente Lula quanto o Djalma... Alguns dos primeiros Deputados do PT e as decisões tomadas lá eram decisões que repercutiam no partido como um todo, então havia muita importância nesse partido e dos cargos que nós exercíamos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Senhor não podia só esclarecer? Esses empréstimos foram pagos no prazo normalmente, esses dois empréstimos?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Foram. (risos)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Daí é que está. Faltaram ensinar o Genuíno que empréstimo se paga.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Bom, eu não entro nesse comentário porque está fora...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu estou entrando talvez aí tenha sido o modelo pioneiro...

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Essa observação de V.Exª. que se faz...

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu só quero prosseguir, então na explicação que me foi solicitada pela S.Exª., o Senador...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) casa.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – (risos) então eu chegarei lá, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu observo que há uma certa emoção por parte do Senador Suplicy.

(risos)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – (risos) Eu só quero saber da história, eu mesmo estou tendo a oportunidade de conhecer. Mas é uma história importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu pedia, solicitaria a V.Exª. dentro do possível uma síntese que... Nós possamos dar continuidade já que o tempo do Senador se esgotou a 10 minutos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Exato. Eu só quero transmitir a V.Exª. que quando V.Exª. fez aquelas observações ontem da Tribuna do Senado o Senador Antônio Carlos, também, eu resolvi ligar para o Dr. Advogado Roberto Teixeira, "Você vem aqui?"; "Eu vou". "Então venha aqui e conte naturalmente a história, eu acho que é o melhor, é a história da sua amizade com o Presidente. Vamos saber disso". Aqui estamos tendo a oportunidade Sr. Presidente, então vamos ouvir.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Acho até que essa Comissão Sr. Presidente, está na obrigação de prestar uma homenagem ao Senador Suplicy. Porque ele conseguiu com a amizade pessoal com o Dr. Roberto Teixeira o que essa Comissão tentou algumas vezes e não consegui. Portanto, eu quero louvar aqui o Senador Suplicy e agradecer a oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª. tem a palavra.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Desculpe, posso... Eu já expliquei Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª. conclua a conclusão da pergunta do Senador Suplicy.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Posteriormente em virtude disso eu passei a ser um elemento que de quando em quando algumas pessoas necessitando de uma ou outro favor, um ou outro comentário, eu era sempre normalmente consultado. Em 88 estava principiando a Campanha Presidencial, me solicitaram, a direção da campanha me solicitou que eu buscasse em São Bernardo do Campo uma casa que pudesse como dar o atual Presidente Lula. Por quê? Porque a casa que ele morava, era uma casa de BNH e ficava a dois metros de distância na rua, e ele tinha o costume de que quando chegava ficava de costas, usando o telefone. E quem quisesse se atentar para a vida do Presiden-

te Lula ele não seria mais do meio paralelepípedo, jogando pela janela. Procuramos em vários locais e não achamos. E eu tinha uma casa que estava desocupada. Deixa eu repetir para V.Exªs., essa casa eu me formei em 1970, me casei em 1971 e vivi 17 anos nessa casa. Ou seja, casa foi construída bem antes da relação que eu tinha com o Presidente. A casa estava desocupada. Então, na época eu me lembro parece-me que o foi o Luis Gushiken falou: "Precisamos fazer isso". Que era o coordenador da campanha e eu então ofereci a minha casa.

O Presidente Lula, ele não queria mudar-se, ele entendia que isso era um absurdo. E até foi um fato gozado, como era uma determinação da direção do partido, ele foi fazer alguma atividade política no Ceará, quando ele voltou, a esposa dele falou para ele: "Se você quiser encontrar a sua família você vá na nova casa, porque na anterior nós já não estamos".

Isso ele cansou de repetir e há um depoimento do Presidente Lula... quer ver em que data? 97 que ele repete isso aqui. Quer dizer, desde lá de traz está pondo isso daí. Então na época foi dessa forma que nós fizemos. E deixa eu só repetir o porquê. Primeiro, a época havia uma legislação muito drástica contra os proprietários de imóveis residências. Quem punha uma família residencial sob locação não consegui tirar mais, força de expressão, e eu como Advogado evitava que isso ocorresse nas minhas propriedades, nas minhas poucas propriedades. Na mesma época em que eu emprestei essa casa para a Campanha do Presidente Lula, eu tinha uma outra comadre também, Maria, que é uma funcionária que trabalha comigo há 24 anos e continua trabalhando, batizei a filha dela, e igualmente eu havia emprestado uma casa para ela no centro de São Bernardo, na Alameda Glória, 251, talvez melhor que aquela, que foi emprestada ao Presidente Lula, apenas por quê? Porque me interessava que fossem guardadas, a época, Excelência, eu cansei de dizer este fato aos repórteres, mas ninguém nunca foi querer saber se isso era verdade. Então, não é que o Lula tenha sido o primeiro, mas concomitantemente eu havia feito com outra pessoa, essa outra pessoa não se tornou nem Senadora, nem Deputada, nem Presidente da República, continua trabalhando comigo.

É apenas por conta disto. Quer dizer, qual a razão pela qual a casa estava fechada? Qual é a razão pela eu não locava? Por conta da legislação da época. E nesse ínterim entre esse fato e outro, a nossa amizade havia crescido bastante, a ponto de, nascendo o Luis Cláudio, e isso eu falo com muita honra, eu fui convidado pelo casal para ser o padrinho do Luis Cláudio.

E eu lembro o seguinte, aqui com os Senhores com certeza encontram-se muitos nordestinos. O nordestino como é o Presidente Lula, ele tem um apreço a essa relação de compadrio como não existe em outro local. O compadrio significa um segundo pai, uma obrigação que você assume diante da criança pelo resto da vida. Isso na verdade me orgulha. Por quê? Porque vem nesse sentido e diante de tantos amigos que ele tinha, eu na época fui escolhido como padrinho. Eu não sei se faltou alguma coisa porque eu fui meio dispersivo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Presidente, permite só mais uma indagação. Agora, pensando daqui para o futuro, mas como o Dr. Roberto Teixeira acompanhou, obviamente, com atenção todos estes fatos que inclusive foram objetos da CPI dos CORREIOS, do MENSALÃO, dos BINGOS, do relatório do Sr. Antônio Fernando de Souza, como filiado do Partido dos Trabalhadores, obviamente tem preocupação com esses fatos, e considerando o que eu avalio como importante, é o que fazer para que daqui por diante possamos estar corrigindo eventuais erros, graves cometidos, eventuais delitos. Então, a minha pergunta agora é que recomendação faz ao nosso partido, ao Presidente Lula e ele confirmando que será candidato a reeleição, e a todos os candidatos, a Governador, ao Senado, a Deputado e assim por diante, que medidas poderemos tomar? Ocorreu um episódio aqui esta semana de grande relevância. Nós tínhamos aprovado no Senado Federal um dispositivo na Lei Eleitoral, pela qual todas as receitas passariam a ser, com as suas respectivas fontes, registradas em tempo real pela Internet para a Justiça Eleitoral e os eleitores em geral saberem em tempo real. A Câmara resolveu modificar, dizendo que só uma vez em agosto e outra em setembro se diz qual o volume total de arrecadação e de despesas e ao final depois da eleição, é que se vai dar transparência.

Eu até disse aos meus colegas do Senado, por que não restabelecemos aquilo que tínhamos votado. Mas fomos eu e alguns, a Senadora Patrícia Saboya Gomes, voz minoritária, e os próprios partidos que aqui tinham votado aquilo por unanimidade, acabaram aceitando da Câmara porque alguns disseram capaz de se temos o registro em tempo real vai acabar inibindo a contribuição dessa ou daquela empresa coisas desse tipo e o que eu acho que seria muito saudável até que se diminuísse.

(troca de presidência)

PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Presidente, pela ordem... Senador Eduardo Suplicy eu peço para concluir. Concluir rapidamente.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, eu só faço sugestão, já que ele pede reco-

mendações ao PT, seria melhor o local mais adequado uma reunião no Diretório do PT, mas eu vou pedir ao depoente que seja bastante sucinto na resposta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Poderá ser sucinto. Portanto... O que eu... Se me permite.

PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Posso concluir?

PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Conclua.

(tumulto)

PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Já concluiu, então.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Se o Dr. Roberto Teixeira considera adequado que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu tenho uma sugestão Dr. Roberto Teixeira, não roubem. Diga assim, não roubem meus amigos do PT. Essa é a melhor sugestão. Não assaltem os cofres públicos. Não assaltem, não roubem, parem de roubar. Está resolvido.

PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Srs. Senadores com a palavra o Dr. Roberto Teixeira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Lula saiba o que está acontecendo ao seu redor e pare de roubar esses seus meninos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, objetivamente, o Senador Suplicy fez uma pergunta que não foi concluída, falta, por exemplo, ele dizer em que ano o Presidente Lula saiu da sua casa que morava de graça e para onde foi?

(tumulto)

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu peço ao Senhor conclua a pergunta do Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A minha pergunta é a seguinte se ele recomenda aos partidos e não apenas ao PT que adotem o procedimento que nós tínhamos sugerido, mas que não ficou (soa a campainha) Senador Antônio Carlos Magalhães...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, o tempo de V.Exª. esgotou. Eu peço a V.Exª. que concluísse.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então, já formulei a pergunta. Só falta ouvir a resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então com a palavra o Dr. Roberto Teixeira. Eu pediria a V.Exª. que fosse breve na resposta.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – A minha militância foi até o ano de 1986, depois de 86 eu me afastei da militância e continuei amigo do Presidente. Eu não me sinto autorizado a fazer qualquer tipo de recomendação para o partido. E a única coisa que eu posso responder enquanto cidadão brasileiro, quanto Advogado e militante que toda e qualquer medida que vier no sentido de transparência, ela é bem vinda e deve vir. Agora, no mais, eu não tenho condições até porque eu não me sinto autorizado a fazer qualquer tipo de prospecção de futuro aqui.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Obrigado.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra, pela ordem.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Presidente, gostaria de ler para esclarecimento em função de algumas coisas que foram aqui ditas, parte do relatório final da Comissão Especial de Investigação do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. O Senhor me permite porque é muito importante para o esclarecimento porque... Está no depoimento e é relatório. E a conclusão oficial do Partido dos Trabalhadores. Para que não fique nenhuma dúvida se não foi concluída por essa CPI, nem pela oposição, nem por jornalistas, nem pelo jornal O Estado de São Paulo, é dito pelo PT oficialmente. Para esclarecimento dessa CPI é apenas um pequeno trecho apenas para esclarecimento e para informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra para esclarecimento.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Então diz o seguinte aqui. "Diante de tudo isso, podemos chegar a algumas conclusões que se afirmam como inevitáveis. A primeira já afirmada anteriormente, que ora se reitera, no sentido de que Dirceu Teixeira efetivamente procurava Prefeituras na pessoa de Prefeitos e Secretários com o objetivo de apresentar e vender serviços da CPEM provavelmente recebendo uma contra prestação pecuniária da empresa com essa atividade. E que ainda no caso de Prefeituras petistas se fez em alguns casos acompanhar do seu irmão, Roberto Teixeira, que colaborou nessas negociações endossando a qualidade dos serviços da CPEM e apresentando a empresa – continua o relatório oficial do Partido dos Trabalhadores – segunda... – que não vem muito ao caso. A terceira – Terceira, de que Roberto Teixeira tentou deliberadamente, em todo o seu depoimento, encobrir sua atuação de apresentar a CPEM, a Prefeituras administradas pelo PT, apesar de todas as suas manifestações anteriores e das demais evidências apontadas por essa Comissão de Investigação. Efetivamente, Roberto Teixeira não queria que

a sua atuação em favor da CPEM, junto a Prefeituras petistas fosse caracterizado". Pulando alguns parágrafos, continua o relatório do Partido dos Trabalhadores. "A hipótese que temos por mais plausível – continua o relatório do PT – diante de tudo que se apresentou nesse e em outros tópicos antecedentes deste relatório, é a de que efetivamente o próprio Roberto Teixeira, avalia que alguma medida a sua conduta fugiu dos rígidos padrões éticos que o Partido dos Trabalhadores espera ver seguido por qualquer de seus militantes". "É impossível isso – já no outro parágrafo seguinte...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tasso só para comunicar a V.Exª. que no início da oitiva do Sr. Roberto Teixeira, o Relator se referiu a esses textos, inclusive dizendo que havia sido retirado na declaração. Então, eu devo dizer ainda que esse documento encontra-se na CPI, constará do Relatório Final do Senador Garibaldi. Só para dizer a V.Exª., V.Exª. não havia chegado ainda esse assunto havia sido perguntado pelo Relator e respondido...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Mas ele foi lido aqui nessa Casa?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Foi lido.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Ah, então me desculpe, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e concedo a palavra ao Senador Álvaro Dias. Antes de V.Exª., pediria a V.Exª. um pouquinho de paciência, que eu acho um assunto da maior gravidade, já que parece-me que a Caixa Econômica Federal está mudando para Supremo, porque está tomando decisões que só acabaria ao Supremo em relação a esta CPI. E eu gostaria fazer a leitura de um Ofício que recebemos para que nós possamos tomar uma decisão conjunta aqui na CPI. Pediria permissão a V.Sª..

Ofício 016 ao Excelentíssimo Senador Efraim Morais e tal. "Sr. Presidente, assunto: Ofício nº. 196/06 de 30 do 3 de 2006, solicitação de informações em razão de aprovação do Requerimento 079/06 de autoria do Senador Garibaldi Alves. Acusamos o recebimento do Ofício citado por meio de qual V.Exª. solicita em decorrência da aprovação do Requerimento nº 079 de 2005, de autoria do Senador Garibaldi pelo colegiado da CPI dos BINGOS a remessa por essa empresa pública. Da relação dos vencedores da mega-sena em todos os concurso a partir de 12 de maio de 97, cujo valor rateado tinha sido superior a cinco milhões de reais ou ter ocorrido mais de quatro ganhadores contendo nome, CPF e local onde foram recebidos os prêmios. E dos comprovantes de apostas de todos os vencedores da mega-sena em todos os concurso, a partir de 12 de maio de 1997, cujo valor rateado tenha sido superior a cinco milhões ou tenha ocorrido mais".

Com uma série de justificativas que eu vou mandar xerocar e distribuir com V.Exªs. para que não... vou a conclusão. Eu vou ler todo.

"É certo que por força do art. 58 da Constituição Federal, a CPI tem poderes de investigações próprias das autoridades judiciais, sendo obrigatória a prestações de informações por ela requerida no exercício de sua competência constitucional e legal, observado o requisito do art. 4º da Lei Complementar tal, tal, em especial quanto ao seu fundamento e a sua... Nada obstante essa prerrogativa constitucional, considerando a franca disposição dessa Empresa Pública Federal em contribuir com os trabalhos dessa CPI, cumpre reportar os termos do supracitado requerimento, cujo atendimento implicará fornecimento de informações a proposta de inúmeros ganhadores de loterias, sem, todavia, expressa alusão e dados elemento que a rigor consubstancia em fundamento específico. Com efeito ao fornecimento do CPF de ganhador de loteria, se é necessária a fundamentação específica poderá caracterizar infração de preceito estabelecido, art. 5º da Constituição Federal".

Uma aula aí do Supremo como se a Caixa fosse Supremo se referindo a esta CPI.

"Ademais a Caixa poderia ser questionada por fornecer previamente, e mediante fundamental genérica, dados e documentos que terminarão por invadir a vida privada de centenas de pessoas antes dessa CPI explicitar ao menos indícios que justifique a quebra de sigilo em relação a ela no longo período de nove anos de sorteio fixado no Requerimento. Cabe-nos esclarecer, por oportuno, que visando atender ao contido das resoluções tal e tal e tal do COAF a Caixa desenvolveu um sistema por meio da qual envia diariamente para a Banco Central para fim de remessa ao COAF, os dados de ganhadores que se enquadram em situações atípicas, cumprindo aquele órgão a adoção das providencias consideradas cabíveis junto ao Ministério Público Federal na forma da Lei. Anualmente são também informadas a Receita Federal os dados de ganhador da loteria por meio da declaração de imposto de renda retido na fonte nos termos – que ele cita aqui – de 13 de 1 de 2005. Em relação às ocorrências registradas no Requerimento, visando a salvaguardar a imagem das loterias federais, a Caixa adotou providencias visando a elucidação de fatos na esfera judicial e junto a Polícia Federal, assim como emitindo notas de esclarecimentos aos órgãos que veicula. Em tais condições, vimos submeter a elevada consideração dessa CPI, as razões contidas no presente expediente que em principio impediram a Caixa de dar cabal cumpri-

mento ao Requerimento de que se trata, colocando a disposição em qualquer esclarecimento renovando o protesto de profundo respeito. Antonio Carlos Barasuol, Superintendente Nacional em Exercício e Superintendente Nacional de Ordem".

Quero frisar que esse cidadão já teve o nome dele aprovado nesta CPI em Requerimento para ser indiciado no relatório parcial que foi aprovado por esta CPI. Então...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Depois que V.Exª. terminar eu quero questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E concluiu dessa forma. Em outras palavras dizendo que não vai dar uma aula aqui como se fosse um Ministro do Supremo dizendo que não manda informação para a CPI, desrespeitando essa CPI e o Congresso Nacional. V.Exª. tem a palavra.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente uma "questão de ordem". Porque o documento é inteiramente conflitante. O próprio Ofício da Caixa. Ao mesmo tempo em que ele reconhece que a CPI tem poderes judiciais, ele faz uma análise jurídica como se a Caixa fosse uma entidade que tivesse poderes para analisar juridicamente os pedidos da CPI. Ele não vai ao Supremo, a Caixa analisa juridicamente acima da CPI e do Supremo para dizer que não vai cumprir a ordem da CPI. Então, eu estou querendo apresentar o Requerimento oral a V.Exª. para que V.Exª. determine a busca e apreensão desses documentos, para que se faça imediatamente essa requisição a Justiça Federal e que se convoque a Polícia Federal para ir fazer busca e apreensão dos documentos solicitados a Caixa Econômica Federal.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, pela ordem.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então eu quero fazer oralmente numa questão de ordem a V.Exª. e gostaria inclusive de pedir o apoio unânime da Casa, porque isso não é contra V.Exª., não é contra Relator, é contra uma prerrogativa do Congresso Nacional. Não é possível que uma violência mais uma violência da Caixa contra uma prerrogativa constitucional do Senado da República, tenha guarida apoio e defensores dessa Casa e por isso que eu tenho a esperança que seja aprovado por unanimidade, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Solicitando o indiciamento ainda. Ele foi ainda não indiciado.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Se foi pedido indiciamento, ele não poderia estar nesse lugar da Caixa e mais do que isso ele tem um bom exemplo de pessoas que guardam sigilo. O chefe dele, o Matoso. O Matoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, pela ordem. Se fosse ouvir apenas as razões políticas, eu estaria de pleno acordo com o que disse aqui o Senador Antero. No entanto, eu por precaução eu sugiro que V.Exª. possa ter uma opinião jurídica sobre a responda dada pela Caixa Econômica. Não tendo sustentação jurídica, evidentemente, eu estaria de acordo com o que disse aí o Senador Antero.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou atender V.Exª., mas vou colocar, vou deixar, eu me comprometo com essa questão. Nós vamos votar o requerimento, fica sobrestado para que a Assessoria da Casa tome posição. Porque dessa forma, Srs. Senadores, daqui a pouco ninguém vai responder nenhum requerimento dessa CPI. Então, em discussão, encerrada a discussão, em votação o Requerimento do Senador... Depois nós discutiríamos. Fica acordado que...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu quero discutir o Requerimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Também quero Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Aí e peço que deixe para depois, porque tem aí um depoimento em curso. Eu acho que tem um depoimento em curso, ai deve ficar para depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agora espero que nós não saiamos daqui desmoralizado por um cidadão que está pedindo o seu indiciamento. Porque aí nós vamos ter que ter uma posição de quem realmente entende que Senador da República não vale muita coisa aqui nesse País, principalmente quando se quer apurar a verdade. E eu acho que passa a ser um indício muito forte de que as suspeitas que foram levantadas através da imprensa de que há possíveis irregularidades...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Presidente, V.Exª. pode fazer tudo isso e vamos continuar o depoimento. V.Exª. faça, que a Comissão vai apoiar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nessas condições propostas pelo Senador Tião. Com a palavra o Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, sobre essa questão da CAIXA ECONÔMICA, eu quero abordar no Plenário do Senado Federal porque há aqui uma publicação ofensiva que tenta invadir competência de alguém que tem prerrogativas da população para exercer o mandato eletivo. Essa agressão vai me levar a encaminhar ao Ministério Público o voto em separado que havia proposto a CPI dos CORREIOS sobre a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Essa providência eu vou dotar, e essa questão sobre a publicação da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, vou abordar no Plenário para não tomar o tempo aqui, já que hoje é o dia do depoimento.

Eu gostaria, sem querer ser repetitivo, mas acho importante destacar algumas figuras históricas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O tempo do Senador, 10 minutos.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – ...que granjearam respeito da população brasileira, inclusive o nosso, por exemplo, o Dr. Hélio Bicudo, eu confesso aqui que sempre fui um grande admirador, sempre o respeitei pela sua postura de dignidade, honradez, decência, pela sua competência, pela sua luta política. E repentinamente, nós o vemos aqui uma tentativa de desqualificação de um cidadão que tem essa estatura. Por isso eu pergunto ao depoente, dando a ele ainda uma outra oportunidade. O Senhor considera o Dr. Hélio Bicudo um homem sério?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Excelência, eu atualmente estou movendo uma ação contra o Dr. Hélio Bicudo. Quando eu movo uma ação contra ele, alegando danos morais é porque eu fundamento a minha ação em afirmações, na minha opinião, levianas, mendazes que ele fez contra a minha pessoa. Se eu estou fazendo isso, evidente que eu não posso reconhecer nele essas qualidades, respeitando uma vez mais evidentemente o que V.Exª. diz. E eu tenho consciência de que sou, em nível de quantidade, absolutamente minoritário. Mas é a minha opinião.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu fiz essa indagação em função do que ele afirmou, V.Sª. pode até comentar isto, presidir... Ele diz o seguinte, que: "O Presidente Lula é mestre em esconder a sujeira embaixo do tapete". O Presidente Lula é mestre em esconder a sujeira embaixo do tapete, é a afirmação de Hélio Bicudo. E ele disse, em 97 presidiu uma Comissão de Sindicância do PT para apurar denúncias contra o Empresário Roberto Teixeira que estava utilizando o nome de Lula para obter contratos de Prefeituras de São Paulo. Essa questão já discutida aqui.

Portanto, a indagação que eu faço é relativamente à conclusão que o Senador Tasso Jereissati fazia a leitura dessa Comissão de Sindicância presidida por Hélio Bicudo. O Senhor disse que não participava da CPEM, não era sócio, enfim, era o irmão que participava. O Senhor recebeu algum tipo de pagamento ou valores dessa empresa, da CPEM? Pessoalmente em nome de alguma de suas empresas?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Perfeito. Absolutamente nenhum. Antes de mais nada, Excelência, foi exatamente por conta dessas afirmações que ele fez, que eu movi a ação. Eu entendo que cada vez que uma pessoa se sinta ofendida na sua honra, ele tem por obrigação se valer do recurso próprio, que é exatamente o judiciário. E eu me furto a fazê-lo até porque é a da minha profissão. Desculpe-me fazer esse adendo, só voltando atrás em relação a estas frases que ele teria dito.

Em relação a ter tido algum tipo de proveito, até por conta daquilo que eu sempre disse, a minha distância em relação a essa empresa, é óbvio que não recebia absolutamente nada. E também gostaria de deixar claro o seguinte, Excelência, eu não tenho nada contra os Empresários até porque eu trabalho para Empresários e recebo honorários de Empresários. Mas eu não sou Empresário.

Evidente que isso é uma questão de foro pessoal, me deixa normalmente chateado quando as pessoas, no caso a imprensa normalmente, desconhece e desqualifica um trabalho de um Advogado que tem 36 anos de militância de advocacia. Eu sou daqueles, Excelência que nós Advogados mais antigos conhecemos o jargão de "calo no cotovelo e no umbigo". Então, a 36 anos e ininterruptamente é essa a minha...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Quero ser mais objetivo, por causa do tempo, quero ser mais objetivo. Eu não quero entrar no mérito das facilidades ou da solução de dificuldades. O Senhor foi um solucionador de dificuldades, ou seja, pagando dívidas de campanha do PT, arrumando recurso para a aquisição de sede, pagando *outdoors* para lançamento da candidatura do Presidente. É o que consta. Eu estou apenas fazendo referência ao noticiário. *Outdoors* da campanha do Presidente Lula, montou uma estrutura para o Governo paralelo do PT a época do Governo Collor. Pagou cirurgia do filho do Presidente Lula, arrumou bolsa de estudos, arrumou uma casa durante oito anos não se trata de hospedar por alguns dias. Eu não quero discutir o mérito disso, se isso é ético ou se não é ético.

Eu creio que o que consta sempre é que há aqueles que resolvem dificuldades presentes para conseguir facilidades futuras. E nós podemos, por exemplo,

nesta associação que fazem do Senhor a negócios de terreno junto a Prefeitura de São Bernardo do Campo, administrada pelo PT. A informação é que o Senhor era Advogado de alguns dos 37 desapropriados de uma área onde se construiria um viaduto. E repentinamente a Prefeitura cancelou a desapropriação, esse terreno foi vendido para o Sr. Antonio Celso Cipriani por cinco mil e quatrocentos reais, segundo a imprensa de valores de hoje. Sete meses depois foi vendido para a CONSTRUTORA DALMIRO LORENZONI por seiscentos e vinte mil reais. Em um ano o lucro desse terreno foi de 11.000%.

Eu indago qual foi a sua participação nessa transação. É óbvio, consta que houve a sua participação direta nessa transação e há uma coincidência também de que houve um depósito de um cheque de dez mil reais na conta do Presidente Lula a época dessa transação pela construtora, por Sérgio Lorenzoni, que é irmão do Dalmiro Lorenzoni da CONSTRUTORA DALMIRO LORENZONI. Eu gostaria que o Senhor explicasse esses fatos.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Voltemos, então ao início quando o Senhor faz a afirmação de que eu seria facilitador de determinados serviços ou proveitos para determinadas pessoas. Não é isso que foi dito e contra isso eu repilo completamente. O que ocorre são tentativas de denegrir a minha pessoa em relação a alguns fatos ocorridos no passado. Eu repilo completamente as afirmações e como eu sempre disse, eu tenho uma relação conflituosa com a imprensa infelizmente, mas vem daí essas conclusões. Em relação... Me perdi um pouco, Excelência, foram várias questões.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Essa questão do terreno da Prefeitura de São Bernardo do Campo.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Perfeito. Ocorreu o seguinte: Em São Bernardo do Campo havia uma região que 37 imóveis e que foram desapropriados. Eu me tornei Advogado de algumas dessas pessoas. A Prefeitura, aqueles que sabem, os Advogados conhecem isso daqui, a partir do momento que há um Decreto de Desapropriação, esse imóvel é retirado do comércio e durante cinco anos, há a oportunidade da Prefeitura distribuir uma ação de desapropriação. Ela pode, a qualquer momento, alegar urgência desde a alegação de urgência, no prazo de 120 dias, ela deposita o valor fiscal e ela toma o imóvel (soa a campainha). Ao longo de cinco anos, porque a Prefeitura de São Bernardo a rigor não necessitava desses terrenos todos, ela não tomou nenhuma nessa iniciativa. A véspera de caducar o decreto, porque se caduca só depois de um ano que ele pode renovar, a véspera disso, a Prefeitura distribuiu as ações de desapropriação contra todos. Não alegou urgência, não depositou absolutamente nada, e esses processos se arrastavam. Me perdoe, mas eu acho que tem melhor informação porque eu não me lembro exatamente. Faz um bom tempo, mas eu posso apurar depois dos meus... O que ocorreu então foi o seguinte...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – 90 e 91. Nesse ano entre 90 e 91 esse lucro foi de 11.000%.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Vamos chegar lá. O que ocorreu foi o seguinte: Então, essas ações de todas essas pessoas que lá estavam, depois de cinco, seis, sete, oito anos, sem dinheiro a ação correndo, sem qualquer tipo de solução, fez com que houvesse um movimento interno dos próprios desapropriados para que houvesse uma solução, eles queriam uma solução porque a Prefeitura não usava, não precisava, os imóveis todos desapropriados, pessoas com dificuldades, inclusive, porque não conseguem vender um imóvel desapropriado nessa circunstância, até porque é tirado do comércio e com dificuldades até de sobrevivência. Pessoas que queriam vender os seus imóveis não tinham condição. Em função disto, foi feito um movimento... Ah! Um outro detalhe, e para, digamos, azar de todos os Advogados que trabalharam, que era um grupo de Advogados, evidente que cada um tem o seu Advogado, o resultado da perícia não foi muito favorável, foi um resultado de perícia ruim para os expropriados. Porque é evidente quando você tem uma área toda desapropriada, ela se deprecia como um todo. Durante cinco anos depreciando. A época da feitura do laudo, isso estava abaixo do valor de mercado.

Essas pessoas todas, evidentemente, estavam desesperadas com a situação. Então nos reunimos vários Advogados e fizemos uma proposta a Prefeitura para que eles desistissem daquela desapropriação. E nós Advogados, todos, renunciamos aos nossos honorários, isso foi unânime...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – O Senhor já era Advogado também da TRANSBRASIL a época?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não. Advogado da TRANSBRASIL, posso garantir ao Senhor que eu sou apenas há quatro anos. Fui membro do Conselho, mas não fui Advogado. Advogado eu só peguei a fase dura. Enquanto ela teve consistência e trabalho, tinham outros Advogados e grandes escritórios.

Pois bem, aí o que aconteceu? Todos os escritórios de advocacia se reuniram e solicitaram isso a Prefeitura. E todos foram trabalhar junto a Prefeitura e falaram: "Por favor, desistam disso que vocês estão prejudicando toda uma região". Isso ocorreu, a Prefeitura reconheceu essa situação, voltou atrás e até hoje nenhum daqueles imóveis foi efetivamente desapropria-

do, mostrando que a época realmente estavam corretos. Voltando um pouco na história é porque naquele instante quando a Prefeitura moveu a desapropriação, havia um plano do DER de fazer uma nova ligação entre a Anchieta e a Emigrantes.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Isso tudo se explica. A questão é esse favorecimento. O Sr. Cipriani foi favorecido e a CONSTRUTORA DALMIRO LORENZONI.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Está bom.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – O Sr. Cipriani da TRANSBRASIL.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Vamos chegar lá. Eu me lembro que a época quando se fez esse comentário a respeito desses 11.000 e tanto por cento, eu posso depois, com vagar, encaminhar a V.Exª. isso que eu vou dizer agora. Houve um erro crasso de figuração, como se diz, no documento de venda e houve uma... É questão assim de eu não me lembro exatamente se eram reais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) quem era o Prefeito na época?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – O Prefeito era o Mauricio Soares do Partido dos Trabalhadores e depois...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não... Quem havia desapropriado ou renovado isso foi a Walter Demarchi que era o Prefeito do PTB. Depois entrou o Mauricio, e depois, inclusive, rompi com o Mauricio logo na seqüência. Eu estou um pouco confuso em relação a tudo isso, mas era mais ou menos isso e V.Exª., com certeza, lembrou bem essa questão. Bom há um erro crasso, Excelência, em relação a esse número que eu vou encaminhar para V.Exª. mostrando que à diferença foi efetivamente muito, mas muito menor que isso. Ocorreu que um desses clientes, ele não queria a desistência da ação, ao contrário, ele queria prosseguir porque ele entendia que mais dia ou menos dia, virão eles novamente e vão desapropriar. E pior, era uma ex-construtora que os donos estavam já com uma certa idade, eles queriam encerrar todos os seus negócios.

Foi daí que o Antônio Celso Cipriani adquiriu o imóvel, adquiriu cá entre nós, foi por indicação minha. "Há um bom negocio lá, assim, assim e assim", e ele foi comprou, porque na época interessava a ele. Só que os percentuais são completamente diferentes, Excelência. Isso aí eu me comprometo a encaminhar a V.Exª.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Até para que as pessoas entendam que o nosso objetivo aqui não é invadir a atividade privada de quem quer que seja. O CPI tem o objetivo de alcançar os homens públicos quando eles são desonestos. O que se verifica é que operações legais nem sempre são morais. Porque utiliza-se do tráfico de influência para o favorecimento. Que pode se dar de forma legal entre aspas, mas que não é moral. É o que se discute. Aí que se estabelece o elo. Amizade com a liderança maior do Partido dos Trabalhadores e se chega ao Prefeito da cidade, aí chega a grande empresa TRANSBRASIL e depois na seqüência eu tenho outras indagações sobre VARIG, sobre BRASIL TELECOM. Eu sei que o meu tempo está esgotando e o Presidente já vai me caçar a palavra aqui. (risos) De qualquer maneira, eu já aproveito para colocar essa atuação do Senhor relativamente a VARIG. Relativamente a BRASIL TELECOM. Se há nisso, o Senhor tem um contrato com a VARIG.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Sim.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Tem.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Tive.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois é, eu gostaria de saber como foram os contatos com os dirigentes das empresas, quais os dirigentes, se houve influencia, é claro o Senhor vai dizer que não, do Presidente Lula, se houve alguma recomendação... É evidente que o Senhor vai dizer que não. Mas de qualquer maneira, isso, toda essa relação de benefícios concedidos, e o Senhor concede a quem deseja é obviamente os recursos são seus, o Senhor os destina da forma como bem entender. Agora, a nossa responsabilidade é verificar se o agente público, no caso o Presidente da República, faz bem aceitar esses benefícios e permitir depois determinado tipo de favorecimento que nos autoriza a fazer a ilação de favorecimento ilícito. Essa é a indagação.

Então, contrato com a VARIG e para concluir, Sr. Presidente, também que serviços o Senhor prestou a BRASIL TELECOM, o Senhor teria recebido um milhão e não há esclarecimento sobre a que título, como foram os contatos com os dirigentes da empresa e se o Senhor conheceu o Sr. Daniel Dantas controlador da empresa naquele momento. Quando ele o procurou, quem apresentou. Quais eram os interesses do Sr. Daniel Dantas para que o Senhor fosse contratado para defendê-lo. Todos nós aqui cansamos de estabelecer as ligações do Sr. Daniel Dantas com o atual Governo, especialmente com o ex-Ministro José Dirceu que assinou, inclusive, essa nota que o Senhor distribuiu há pouco.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – É para responder isso tudo agora, não é para depois...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu coloquei todas as questões de uma só vez para ganhar tempo em função do Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. é o próximo em função das ausência aqui de três Senadores.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Bom, inicialmente, há uma série de afirmações feitas por V.Exª. que eu ainda precisaria que o Senhor me repetisse que foram tantas afirmações, mas eu tenho certeza absoluta.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – São indagações.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Antes, o Senhor no comentário, na introdução o Senhor fez uma série de afirmações...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – É a opinião pessoal

SR. ROBERTO TEIXEIRA – "Você faz isso, você faz aquilo outro e tudo mais". Antes de mais nada, vamos lembrar o seguinte, Excelência, a minha relação com o PT, com membros do PT, com o própria Sua Excelência, o Presidente da República, foram todos anteriores a assunção da Presidência da República. Eu duvido que alguém vá encontrar no curso do Governo do Presidente Lula alguma bondade ou alguma facilidade que eu tenha obtido. Por duas razões, primeiro: Eu não solicitei. Segundo, nunca me foi ofertado e oferecido e a única coisa...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – A minha colocação foi independente de ser Presidente da República foi como o maior líder do Partido dos Trabalhadores e por essa razão pela sua influência.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Mas a conseqüência, Excelência, é essa aqui: "Você, então fez qualquer tipo – eu nem lembro a relação – para obter favor, obter qualquer tipo de...", então, mata no início. Eu não tenho favorecimento nenhum. Eu acabei de contar a história da INFRAERO. Eu não tenho uma única pessoa, Excelência, que tenha sido indicado por mim para o Governo e tenha assumido um cargo. Eu não tenho... Bom, enfim, qualquer questão que o Senhor queira trazer a respeito desse Governo o Senhor vai saber que eu não tenho. Até porque vai uma questão...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu só faço referência aquilo que se tem, Prefeitura São Bernardo do Campo, depois essas ligações com a TRANSBRASIL, VARIG, BRASIL TELECOM, aí eu fiz a indagação.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Porque isso tudo como eu comentei, o Senhor fez referência a questões anteriores. Então, só voltando um pouquinho a falar respeito daquilo que eu entendo, eu não posso falar em nome dele, mas o Presidente Lula ele diz o principio tomou, creio que é uma decisão, as pessoas relacionadas próxima dele, quase familiares dele, ele pura e simplesmente nunca atendeu nada, a família dele toda ficou fora. Toda família dele nordeste fora, pelo menos que eu saiba.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. ROBERTO TEIXEIRA – A minha, Excelência, não vamos ter muito tempo para conversar, mas eu só queria voltar, não perder o fio da meada. Eu sou Advogado militante. Então, vamos falar sobre VARIG. A VARIG eu fui contratado, nunca estive na VARIG, veio uma terceira pessoa me contratar para fazer um estudo jurídico sobre uma determinada situação de lá. Eu fiz o contrato, o contrato tinham três pagamentos. O primeiro pagamento não foi feito, havia uma cláusula expressa de rescisão, e imediatamente, o contrato nasceu morto. Ou seja, afirmo a V.Exª. que eu não recebi um único centavo e o contrato foi morto, ali. Então, quanto relação a isto...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Nem chegamos, porque o contrato não houve adimplemento, imediatamente o contrato já tinha uma cláusula de resolução expressa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Havia uma cláusula pela qual teriam que ser feito três pagamentos, a partir do primeiro que você não trabalharia. Não houve, acabou.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone). Sim, mas o primeiro pagamento seria feito sendo desnecessário qualquer prestação de serviço.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Olha, antes de mais nada, quero lhe dizer o seguinte. É um contrato, esse contrato eu estou a despeito... Algumas pessoas possam ter vazado, eu estou preso a uma Cláusula de Confidencialidade. Não vou entrar mais no mérito dela, mas posso afirmar a V.Exª. que a essência da resposta é esta. Não houve pagamento, em conseqüência disto o contrato foi natimorto.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu não estou querendo saber o valor do contrato, porque é dentro do assunto do Senador Álvaro Dias. Eu só estou querendo saber do seguinte. Já entendi que foi rescindido o contrato porque não foi pago. Agora, não foi pago em função de serviço que o Senhor prestou, ou no contrato seria pago antecipadamente? O contrato tinha cláusula de antecipadamente.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Seria concomitante o trabalho juntamente com o pagamento. Só não houve o pagamento automaticamente porque não...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então, o Senhor chegou fazer o trabalho.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Na verdade, eu fiz parte do trabalho, mas não entreguei, porque não houve o pagamento. Voltemos, desculpa Excelência, mas com as interrupções eu me perdi. Qual é a outra questão que V.Exª.?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Da BRASIL TELECOM que teria recebido quase um milhão de reais e não há esclarecimentos a que título V.Sª. teria recebido, que serviço teria prestado a BRASIL TELECOM.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Perfeito. Em relação a BRASIL TELECOM, eu havia feito um contrato para prestar serviços diretamente a direção da companhia. Tive a cautela, Excelência de constar... Eu não posso me expor muito por causa da confidencialidade, mas eu constei uma cláusula expressa pela qual eu ficava desobrigado ou mesmo proibido de qualquer ato administrativo, porque eu quis deixar claro que na minha relação, não poderia entrar nada que significasse a advocacia administrativa. Então, é expresso o meu contrato com eles. Eu só estou fazendo esse comentário porque, mesmo preso a confidencialidade, a parte contrária fraudou essa confidencialidade e soltou alguma coisa. Então, eu estou tentando me equilibrar dentro da confidencialidade, dentro da minha preocupação como Advogado, mas deixar claro isso, havia no contrato uma cláusula que me proibia de advocacia administrativa. Para quê? Para não gerar exatamente esse tipo de... essa inferência.

A motivação, até onde eu posso chegar é o seguinte, várias empresas, CARREFOUR, AMBEV, agora em relação a VASP, PÃO DE AÇÚCAR... essas grandes empresas ela tem o quê? Que pagar ICMS para os Governos Estaduais. A BRASIL TELECOM também se interessou por isso. Porque a TRANSBRASIL tem cerca de seiscentos milhões de reais a receber de exatos 19 Estados. Os Senhores se lembram, que aliás, é uma questão absurda, o Supremo Tribunal Federal decidiu um ADIn em que ele diz que os pagamentos, caixa, que as firmas aéreas fizeram aos Governos Estaduais eram inconstitucionais, deveriam ter sido devolvidos. E aí o que ocorre? Os Governos Estaduais passados quase cinco anos, a época que ia caducar, eles não fizeram as devoluções, conseqüentemente obrigou a que todas as empresas ingressassem com uma ação de repetição de indébito(F). E, aliás, eu vejo nisso um... aliás, eu falei várias vezes o aliás... (risos) uma das razões pela qual a companhia se encontra nessa situação é por conta disso. Tivessem esses valores não sido despendidos a época, eles poderiam ter encontrado, posicionou caixa e talvez a situação dessas empresas sairiam diferentes.

O interesse deles era nisto, era um meio de, inclusive, subsidiar as ações para obtenção do crédito para que eles pudessem adquirir. No mais Excelência, eu estou sujeito a confidencialidade. E aliás, eu fui até mais do que podia. (risos)

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – É claro que eu não quero desqualificá-lo como Advogado, acredito que deva ser um grande Advogado, mas eu faço referência apenas as incríveis coincidências que somente as amizades podem permitir, as amizades sustentadas aí por favores materiais, e eu não condeno quem faz esse tipo de generosidade, se comporta com tamanha generosidade, mas na verdade nós temos que condenar aqueles que facilitam posteriormente.

Eu vou encerrar dizendo apenas o seguinte: Que as coincidências são enormes. O Sr. Maurício, Prefeito de São Bernardo do Campo foi quem o convidou para ser Secretário do partido, depois o Presidente Lula o aconselhou que era melhor, algumas pessoas prestam mais serviços não sendo. O próprio Lula está dizendo aqui: "Olha, Roberto algumas pessoas ajudam mais o PT, não sendo do PT, do que sendo do PT, eu preferiria que você não fosse. É como o Márcio Thomaz Bastos". Tem gente que fala, por que o Márcio não se filia ao PT? Como Advogado você pode ajudar. Você tem uma relação de amizade na cidade etc.

Portanto, é esta a questão que eu pretendia aqui colocar, sem fazer nenhum juízo de valor precipitadamente, mas estabelecendo as conexões que nos autorizam a determinadas ilações em função dessas incríveis coincidências, advocacia, BRASIL TELECOM, Daniel Dantas com o envolvimento do Governo, Fundos de Pensão, ex-Ministro José Dirceu etc. é isso Sr. Presidente.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu posso só fazer um adendo, porque é o seguinte...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª. tem a palavra.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – ... A despeito dessa recomendação, eu sai na chuva, (risos) não vou falar como o Vicente Mateus, porque na verdade eu me molhei, o Vicente Mateus disse que saiu na chuva para se queimar. Eu fui claro aberto, peito aberto o tempo todo. Ninguém nunca imaginou que quaisquer destas pequenas atividades pudessem significar, aspas, "venda de consciências de pessoas em cargos tão importantes". Não existe a meu ver qualquer tipo de conotação. E em relação finalizando, nunca houve de minha parte qualquer tipo de *lobby* a favor do Sr. Daniel Dantas que conheço, respeito, entendo que é uma pessoa inteligentíssima, descordo daqueles que

o combatem, pessoalmente. E mais, tivesse eu feito, os Senhores poderiam dizer que isso realmente eu sou incapaz, porque ao que eu sei tudo que foi feito, ele sempre perdeu em termo de Governo. Ao contrário, seria uma incapacidade absurda, minha.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com a palavra o Senadora Ideli, com o palavra o Senador Tião Viana, com a palavra o Senador José Agripino, com a palavra o Senador Antônio Carlos Magalhães. Que V.Exª., disse a V.Exª. que havia três nomes que estavam ausentes e V.Exª. seria o próximo. Aconteceu.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, não vou demorar no depoimento, Sr. Relator, Dr. Roberto Teixeira e seus Advogados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Solicito uma cadeira para o Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu vejo que V.Exª. tem uma intimidade muito grande com o Presidente da República. Quem diz isso sobre o depoimento de V.Exª. que acabou de dizer, e depoimento do próprio Presidente da República. Notei que inclusive, talvez, a sua amizade tenha aumentado quando V.Exª. socorreu o filho do Presidente da República quando ele estava ausente, isso em 1985 se não me engano. E talvez daí tenha nascido um sentimento de gratidão do Presidente com V.Exª. e que resolveu ser seu compadre. V.Exª. não foi diretamente no problema da casa onde V.Exª. emprestou ao Presidente. Eu vou ser seco e v.Exª. vai responder secamente. V.Exª. emprestou por amizade ou por qualquer outro interesse?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – A casa foi emprestada por – e respondo de imediatamente – por pedido da cúpula da campanha do Lula e evidentemente quando eles pediram por ser o Lula que era meu amigo, eu o fiz de bom grato. Mas a razão estava na solicitação feita pela cúpula do partido. Eu só queria... sobre o Marcos Cláudio sobre o problema da operação, o Senhor quer que eu fale alguma coisa ou não?

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sobre?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Do filho que foi operado.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Não.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Está bom.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Se V.Exª. quiser falar sobre o Fábio, o Lulinha, aí eu quero. V.Exª. quer falar sobre o Lulinha?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu quero deixar claro o que eu penso dele, é um rapaz brilhante sensacional, espetacular...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – E por isso merecia de ganhar da TELEMAR quinze milhões.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu estou só... é a minha opinião, Excelência. (risos)

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu quero saber se o Senhor acha que é justo ele ganhar... eu não queria que o Senhor falasse em filho, se V.Exª. quer que eu fale, eu quero falar é desse é do Lulinha ou do Vavá, se você quiser.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – (risos) Não sou Advogado dele, não conheço os fatos e não tenho porque me excluir desse assunto.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V.Exª. é muito hábil, muito inteligente e até muito educado, mas de qualquer maneira eu achar que V.Exª. não conhece o fato do Lulinha tenha paciência, isso não convence ninguém aqui. Então, daí para cá eu vou anotando o que o próprio Lula vai dizendo. E todas as transações do Lula aparece ou V.Exª. ou Okamotto ou ambos. Confesso que não sei como é que isso pode ser assim, entendeu? Confesso ao Senhor que V.Exª. por mais amigo que eu tenha, e o Lula demonstra o seguinte, que gostou da sua casa, porque antes ele dizia que não queria sair da casinha dele, que ele construiu com os tijolos, eles mesmo, então não queria, mas depois não quis sair e quando quis comprar um apartamento, ele sentiu que V.Exª. estava indicando a ele um apartamento porque queria que ele saísse da casa. É verdade?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não posso responder isso por ele. Se ele sentiu isso eu lamento porque jamais tive a preocupação.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Mas ele declarou.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Mas eu jamais tive a preocupação que ele pudesse continuar na casa até porque a casa, Excelência, ela só foi vendida, há dois anos atrás. Ou seja, ela se manteve desocupada.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sim, mas ele já era Presidente. Enquanto ele não foi Presidente, a casa foi dele.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Veja, a casa quando eu saí da casa, ela estava desocupada há dois anos. Depois disso ele ficou aquele período, ele saiu da casa e ela continuou desocupada durante todos esses anos e só foi vendida há dois anos atrás. Eu não tinha preocupação nenhuma que ele continuasse. Felizmente...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Hoje ele fica em são Bernardo, aonde?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – No apartamento dele.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – É esse apartamento aqui?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não, o Senhor está falando em apartamento ou...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Falou em apartamento que o Senhor participou para que ele comprasse juntamente com o Okamotto, com o seu irmão, um vendia automóvel, o outro vendia outra coisa. Eu confesso até que tive um encontro com o Lula em 96, e ele me disse que o PT não deixava ele fazer nada, que não tinha direito a ter nem automóvel. Que ele teve que vender o ômega. Eu estou vendo aqui a venda do ômega mais bem posterior. Dizia que ele não podia ir ao teatro, Luiza Erundina mandava bilhetes para ele, que ele não podia ir que o PT não deixava e hoje está vendo que ele está vivendo aí, realmente reformando Palácio da Alvorada. Sei que V.Exª. não contribuiu, foi só a empreiteira, faço justiça, não houve Advogado só houve empreiteiros que fizeram a reforma da Alvorada. E nem convidou V.Sª. para a inauguração e aí não foi um bom compadre, nem um bom amigo. V.Exª. tem que ver que ajudou na casa de São Bernardo, tinha que participar também da beleza do Alvorada. Isso é óbvio que V.Exª. há de convir.

Mas, olhando a compra do apartamento, é Lula que diz: "Mesmo depois disso eu achava uma coisa normal. Eu não tomei nenhuma atitude. Qual foi a atitude que eu tomei? O Roberto e o companheiro de uma imobiliária, ele disse uma construtora imobiliária, depois ele disse uma construtora me procuraram, dizendo o seguinte: Foi a primeira vez que eu senti que o Roberto estava possivelmente, estava querendo que eu mudasse de casa. O Roberto falou assim: "Eu sou Advogado da incorporadora, da construtora que tem uma casa tal de Luiz Roberto Santriani de um apartamento que está sem pagar há vários meses, então antes de ir para o leilão, eu quero dizer que é um bom negócio. Se você puder comprar é um negócio importante. É um apartamento de 186 metros quadrados é apartamento de cobertura – vê que o PT gosta de se bem situar – É por isso que eu fiquei magoado com Santriani, na verdade, ele ia perder. Eu ainda dei dez paus – o pau é de Lula – (risos) Dei dez paus e ele inventou aquela história que era o chefe do sindicato, inventou a história e depois o PT. Eu dei cinco parcelas para que as dívidas em dois e vendi o ômega por quarenta paus, vendi um terreno por setenta e três paus. Era um terreno de Marisa que ela tinha como herança. Roberto, eu não tenho dinheiro para comprar – ele disse ao Senhor – uma coisa que eu tenho é o seguinte, eu estou pedindo para o Paulo Okamotto vender o meu carro e eu estou querendo vender um terreno, se ele confirmar, aí o Roberto falou comigo: "E o teu carro?"; "Aí o Roberto me disse: 'compra um carro'. Eu vendi um terreno por setenta e dois paus e comprei um apartamento..." e aí vai...

É uma intimidade realmente financeira também. É amizade, mas V.Exª. não é Advogado, não é Contador, mas não é matéria de contabilidade para o Lula V.Exª. tem realmente um grande mérito. Eu (soa a campainha) acabo já Sr. Presidente eu vou ser rápido. Agora, eu quero dizer ao Senhor. O Senhor foi amigo do Lula a fase ruim, isso é um gesto até nobre, e está sendo um grande amigo também na fase boa. O Senhor acha que a sua advocacia não melhorou por causa das suas relações com o Lula? Antes o Senhor defendia o CPEM, a Prefeitura, essas coisas todas. Hoje, V.Sª. não tem mais... não esta se metendo nisso porque é coisa pequena. V.Exª. hoje está realmente na advocacia maior, está mais conhecido, foi para São Paulo há pouco tempo mais com êxito. V.Exª. não acha que a amizade com Lula que se orgulha tanto lhe ajuda um pouco, pelo menos, um pouco na sua advocacia, mesmo que não seja administrativa?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Vamos lá, Excelência, a primeira questão é a seguinte: Eu não consigo me relacionar com inimigos. (risos) Em minha volta só tem amigos. O Paulo é um amigo que eu tenho...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sim, mas o Mauricio era seu amigo e V.Exª. brigou.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – E a época, viu Excelência, nós estamos falando na época lá atrás, na época em que nós não tínhamos a perspectiva de que ele, aspas, fosse Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Mas já era Deputado desde muito tempo, do Governo de São Paulo.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não, o Governo de São Paulo, o Senhor sabe que ele foi candidato em 82...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – As Prefeituras petistas v.Exª. tinha um bom relacionamento...

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Mas eu vou tentar lembrar essas questões todas.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Até chegar as atuais.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Exatamente. Antes de mais nada, o Senhor falou em mudar para São Paulo. Deixa eu explicar o que aconteceu.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Quem fala é Lula eu só estou repetindo.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu sei, eu percebo que está escrito isso daí. Primeiro, eu quero dizer aqui publicamente a sua Excelência o Presidente da República que eu jamais pretendi que ele saísse e se ele interpretou, eu humildemente peço desculpas, porque jamais pretendi que ele saísse. Nunca houve esse tipo de comportamento de minha parte.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Agora ele tendo essa amizade por V.Sª., ele não deveria fazer esse juízo.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Fazer?

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Esse juízo que o Senhor queria tirar ele da casa.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – (risos) É aquilo que V.Exª. pensa e eu vou respeitar.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Está escrito.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Deixa eu explicar uma coisa da razão pela qual eu me mudei para São Paulo, o escritório está em São Paulo. Eu tive um sobrinho que em dezembro, me parece de 93, ele foi seqüestrado em São Paulo, São Bernardo. Era o segundo seqüestro... Primeiro do ABC... O primeiro de São Bernardo o segundo do ABC. Ele ficou doze dias no cativeiro. Eu fui o negociador em relações aos seqüestradores que, aliás, é uma experiência que eu não desejo nem ao Paulo de Tarso Venceslau. A partir de então, em dado momento, eu também fui acusado de... eu também fui ameaçado de morte. Para os Senhores terem uma idéia, em dezembro de 93, na antevéspera do Natal, meu sobrinho foi solto, eu em maio do ano seguinte, eu já estava morando em São Paulo. Tinha duas filhas que estavam sendo ameaçadas de morte e eu também estava sendo ameaçado de morte. Fui para São Paulo, residi em São Paulo e durante quase seis anos, eu ainda resistir vir de São Paulo para o escritório em São Bernardo, até que não foi mais possível e eu mudei o escritório para São Paulo, então essa é a motivação. O Senhor perguntou sobre os quatrocentos mil?

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sim não porque Lula garantiu que ia arrecadar o dinheiro... quatrocentos mil dólares.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – É a primeira vez, o Senhor está me dando uma oportunidade e eu agradeço de dar uma resposta a respeito disto. Pelo absurdo que se disse até hoje a respeito disso. Quando os seqüestradores solicitaram o resgate, o resgate era de quatrocentos mil, depois de muita briga, muita briga, eles reduziram para trezentos mil. Amigos meus nos auxiliaram trazendo esses valores que eram, aspas, "emprestados".

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Quer dizer, o Lula ia emprestar a V.Exª.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Deixa eu terminar de explicar, Excelência. (risos)

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu quero saber é isso, se o Lula...

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não, eu vou explicar, eu estou explicando. Para o Senhor ter uma idéia quando... nós tínhamos cerca de... Eu havia falado para os colegas, para os amigos que se solidarizaram comigo: "Pára de mandar dinheiro", porque estava acima do normal. O Presidente Lula naquela altura, o que ele fez, o que ele conseguiu fazer por nós foi o seguinte: Ele pediu ao Oded de Grajew que fez um empréstimo num Banco, isso tudo é fácil de ser comprovado...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – O Senhor se lembra o Banco?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Ah, não lembro. É só perguntar para ele, uma pessoa retíssima, ele vai dizer.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Não foi nem o BMG, nem BANCO RURAL.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Com certeza, não. (risos) Aí ele arrumou uma parte nesse valor. Como não houve o pagamento do seqüestro, e felizmente a polícia de lá agiu com a maior correção, imediatamente o que nós fizemos? Nós devolvemos esses valores, foram todos devolvidos. O que aconteceu com esse valor do Oded de Grajew? Foi transformado novamente na moeda, foi pago a dívida que ele havia feito no Banco, houve um pequeno *spread* que aí o meu irmão Dirceu pagou. Então, vamos deixar claro o seguinte: Nunca houve quatrocentos milhões não explicados. Ao contrário, as pessoas que participaram.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Milhões ou mil?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Mil, desculpe. (risos) É que vai se cansando...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – É que V.Sª. lida com milhões, quando é quatrocentos mil fica...

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não, ao contrário, Excelência, nem sabia que existia tanto dinheiro no mundo assim. Mas foi por conta disto. Então, os quatrocentos mil reais ficam explicados. Nunca sobrou em nossas mãos um único real. Nós tínhamos várias pessoas lá, tinha o Dr. Janine, o Dr. Greenhalgh, dois delegados, vários delegados. Isso aqui foi feito abertamente. Todos sabiam, quer dizer, todos que lá estavam. E até hoje todos tiveram a decência de não puxar esse

assunto, porque realmente foi muito doloroso para a família. Entende? Foi isto.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – O Senhor hoje, como Advogado, ganha mais ou menos do que antes? Desculpe a minha indiscrição, eu não sou do imposto de renda, não sou de nada disso e também se o Senhor não quiser falar nada, não precisa.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – (risos) Eu vou dizer para V.Exª. o seguinte, é evidente que isso daqui é...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Foge ao assunto.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – De foro íntimo, mas o jornal diz das minhas dificuldades financeiras e eu as tenho como qualquer outro. Tivesse eu qualquer tipo de, aspas, "vantagem", com certeza eu não teria qualquer tipo de dificuldade financeira.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu não vou dizer de V.Exª. o que eu já disse de um político que realmente V.Exª. não merece que eu diga, mas tinha um político que quando queria arrecadar dinheiro...

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Se não vai falar, não fala. (risos)

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sempre dizia que tinha dificuldades financeiras.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – (risos) Não é o meu caso, não é o meu caso, pode estar certo disso. Excelência, só para reafirmar que eu faço questão de deixar isso claro. Eu sou uma pessoa que acordo pela manhã e trabalho o dia inteiro. Quem quiser me seguir, vai seguir vendo tudo que eu faço, é Fórum, é escritório, é trabalho, reuniões. Por conta disso, Excelência, o Senhor como é médico sabe é que eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Aliás um bom médico.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu agradeço porque é verdade.

(risos)

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu fui premiado com quatro pontos, Complexo Viário, aí eu posso confessar sem licitação...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Somos colegas, eu já tenho duas e duas.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Aliás, um amigo meu me falou assim: "Somos irmãos de coração". (risos)

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Muito obrigado a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Descobrimos um parentesco aqui no fim da CPI, hoje. Senador Flávio Arns. (risos)

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu quero cumprimentar o Presidente, o Relator, também o Senhor Dr. Roberto Teixeira, os Advogados que o acompanham, e dizer assim que da minha parte também estou bastante satisfeito com os posicionamentos do Senhor, todos eles muito claros com respostas precisas apesar do Senhor também está também amparado dentro dos aspectos já lidos pelo Sr. Presidente de um *habeas corpus* em relação a aspectos que envolvam confidencialidade ou a condição não de testemunha, mas de depoente. Mas eu diria que todos os aspectos foram bastante bem esclarecidos, importantes.

Agora, eu gostaria assim até de chamar a atenção para a sociedade brasileira sobre um aspecto que o Senhor abordou que é a questão do Senhor ser chamado de compadre e de amigo do Presidente Lula e isso também já foi explicado e para o Senhor é uma honra como seria uma honra para todos os nós que admiramos o Presidente, termos assim o privilégio de sermos amigos como Senhor é amigo, também. Mas o que deve ser enfatizado e que a sociedade tem que prestar atenção, que em 1989 o Lula foi candidato a Presidente da República, 1989 foi a campanha, e depois 1990 que o Presidente Collor, no caso, tomou posse.

Naquela época, o então cidadão, hoje Presidente Lula, ele morava numa casa do BNH, isso tem que ficar claro para a população. E isso muitas vezes é motivo de chacota por parte de muitas pessoas, é um cidadão comum, candidato a Presidente da República e que morava numa casa do BNH, e naquela época os amigos deles, por ele ser candidato a Presidente da República, os amigos disseram: "Olha, você não está seguro nessa casa, você tem que mudar de casa". "Para onde é que eu vou me mudar". Quer dizer, para ver como o Brasil evoluiu de ter um candidato a Presidente da República que não tinha para onde ia morar, e o Senhor naquela época, e não vejo nenhum problema nisto, que aconteceria com muitas pessoas no Brasil que tenham condições de fazer isso, como o Senhor na época tinha, quer dizer, emprestou uma casa para o amigo, emprestou a casa para o amigo morar. E a família quando o Lula voltou da viagem, a família disse: "Olha, se o Senhor quiser nos ver como família não vá para a casa antiga, vá para a casa emprestada, nova, porque nós estamos lá".

E eu queria perguntar para a sociedade brasileira, nesse sentido, quando fazem juízo de valor em relação ao Presidente também, quantas pessoas que estão disputando a Presidência da República, quantas pessoas nesse Brasil na condição de estarem disputando a Presidência da República, morariam numa casa emprestada, porque não tinha o patrimônio, inclusive, para ter a casa própria. Quer dizer, isso tem

que ficar claro para a sociedade. "Olha, o Presidente da República, naquela época, em 1989, mas depois em 94 ele foi candidato, em 98 foi candidato, ele estava numa casa emprestada. Isso tem que ser motivo de orgulho para a sociedade brasileira. Dizer: "Olha, uma pessoa simples, uma pessoa que vem do povo, uma pessoa que não tem condições inclusive de ter a casa própria e que estava disputando a Presidência da República". E depois ele foi comprar o apartamento dele, lembrando que ele foi comprar depois da terceira candidatura a Presidente, foi comprar o apartamento dele. E tem pessoal que menospreza a situação de ele estar dizendo. "Olha, eu tenho um terreno, eu tenho carro, eu tenho isso, quer vender tudo, será que eu posso comprar o apartamento com todo esse dinheiro?"; Quer dizer, ele na condição de se tornar Presidente da República do Brasil, ele com a condição ainda de ver quanto dinheiro que poderia ser juntado para que ele pudesse adquirir o apartamento. E as pessoas ainda brincando com o fato de se dizer: "Não, eu tenho treze paus, vinte paus e tal". Como se essa expressão do povo bonita, adequada que inclusive mostra sintonia dele com o povo, porque o povo usa essa linguagem, não vai usar eu tenho quatrocentos milhões, trezentos milhões, duzentos milhões, como outras pessoas falam e costumo dizer eu moro num palacete, eu faço isso, eu faço aquilo. O Presidente da República juntando aquele dinheiro para ter o apartamento.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – De cobertura em São Bernardo, de quantos metros quadrados?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – 180.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – 180 metros quadrados de cobertura que um Presidente da República não pode ter e que até os amigos poderiam ajudar a comprar. Não tem problema nenhum em o amigo ajudar a comprar. Pode ajudar a comprar apartamento de cobertura, isso é muito mais digno, Senador Jereissati, do que muitas outras pessoas que eu conheço que recebem benefícios que não declaram os benefícios e os benefícios custam pelo menos três vezes mais do que este direito que o Presidente da República tem e do partido de V.Exª., e do partido de V.Exª.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Não faça demagogia, não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – (risos) Não faço demagogia, não.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas, então... Mas, olha, Sr. Tasso Jereissati eu quero dizer para a sociedade brasileira (soa a campainha) e acho importante que se diga porque há muitas pessoas nessa época eleitoral de preparação para a eleição que querem menosprezar a atitude, o direito do Presidente de ter uma casa de 180 metros quadrados e se os amigos quiserem ajudar a comprar, podem ajudar a comprar, como eu ajudaria amigos meus a comprar um apartamento, seja lá o que for desde que não receba favores depois e tem pessoas que fazem a ilação, como foi pelos Senadores agora a pouco, a ilação, a conjectura, o pensamento de que estaria transformando isso em aproveito próprio depois. Quando o próprio... Mas, olha, o relatório já foi dito e eu posso ler aqui a conclusão do relatório que diz exatamente o contrário do que V.Exª. está dizendo. (soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tasso, Senador Tasso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu tenho o maior respeito pelo Hélio Bicudo, tenho o maior respeito pelo Eduardo Cardozo, tenho o maior respeito pelo Paul Singer que também foi da Comissão do PT, mas é um absurdo a sociedade hoje tem que pensar porque houve... existe a ilação de que houve também um favorecimento. Eu diria que não houve o favorecimento principalmente pelo que os próprios Senadores aqui disseram. O Dr. Roberto Teixeira era um grande amigo e não foi convidado para o reforma da Alvorada ou do Planalto, ou seja lá o que for. Ele era um bom amigo e não foi convidado, isso foi dito pelos Senadores da oposição. (soa a campainha) E esta é a maior prova, eu diria, de que o Presidente Lula sabe separar as coisas. Quer dizer, está lá, é meu amigo, e nem por ser meu amigo, eu vou convidar aí para vir para as reformas do Alvorada que aconteceram.

Então, eu quero que a sociedade brasileira preste atenção nisto porque, pela primeira vez na história, ao contrário de outras pessoas querem a aparência, querem a riqueza, querem a posse, e a gente tem que voltar para essas origens, nós temos um Presidente da República que disputou uma eleição na casa do BNH, teve que sair, morou anos numa casa emprestada e que depois de anos conseguiu também comprar um apartamento seja com a ajuda dos amigos ou não, e não tem nenhum demérito nisso.

Vocês imaginem um candidato a Presidência da República, se nós fossemos candidatos, como é que nós nos sentiríamos de ter que comprar uma casa com a ajuda dos amigos. Então, que os amigos ajudem e alguns fazem a ilação, porque não existe prova nenhuma, e não poderia ter porque aí seria errado, se houvesse o beneficio posterior como algumas pessoas insinuaram, ajudar hoje para ter facilidades amanhã, simplesmente para criar um clima de desconfiança, em

relações a muitas coisas que outras pessoas fazem e que na verdade não deveriam estar acontecendo em termos de Brasil.

Então, eu quero dizer, nesse sentido, que nós sociedade brasileira precisamos ter consciência desse momento histórico. Em que uma pessoa que veio da casa do BNH, que emprestou a casa e que chegou Presidência, que esse motivo realmente mostra a possibilidade de termos também uma nova escala de valores em termos do nosso país. Apesar das chacotas, apesar das gozações, apesar das insinuações em cima das posições do Presidente Lula, mas que isso demonstra na verdade, que a gente quer deixar para traz essa onda de que tem que ser pessoa rica, pessoa acadêmica, pessoa que tem pós-graduação não sei aonde, mas que podem ser pessoas inteligentes e boas, vindo do seio do povo e que sabe, inclusive, usar a linguagem do povo, de dizer: "Olha, eu quero vender, eu vou conseguir treze paus, ou vinte paus ou coisa semelhante para comprar o meu imóvel, porque esse é o grande objetivo".

Então, eu acho que o depoimento do Dr. Roberto Teixeira foi assim, independente do que outras coisas que puderem ter sido ditas também, mas que eu acho importante para mim, inclusive, como Senador Suplicy colocou, de conhecer essa parte da história, de relatar isso para o povo e que o povo ouvindo e acompanhando, como costuma acompanhar os trabalhos dessa CPI que o povo se conscientize de que está em um novo momento, e isso causa uma ciumeira extraordinária em muita gente que não pode, na verdade, compartilhar com a idéia de ver uma pessoa dessa simplicidade, vindo dessa humildade galgar passos tão importantes em nosso País. Isso não tem nada a ver com qualquer coisa que deva ser investigada. Porque qualquer coisa que aconteça na administração pública, tem que ser investigada e a verdade tem que prevalecer.

Mas eu gostaria assim principalmente de destacar esses aspectos no depoimento de V.Exª., não é uma pergunta, mas é uma reflexão sobre a realidade. Eu espero que o povo brasileiro, a sociedade brasileira, pare para pensar, reflita sobre isso e diga: "Olhe, isso realmente mostra que o Brasil está mudando". Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., concedo a palavra ao Senador... Ele não fez nenhuma pergunta a V.Sª., mas se V.Sª. quiser fazer...

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu gostaria de fazer duas ou três colocações, só para resgatar alguma situação.

Quando nós falamos em segurança da casa onde o Lula morava, há dois fatos importantíssimos. Certa vez, o Lula chegou em casa, um jornalista havia pulado a janela, a cerca, e estava sentado na poltrona dele. Um outro correligionário, também numa outra oportunidade entrou lá dentro, e aquela velha história. O Lula Presidente tem que cuidar dos pobres, o cara simplesmente entrou, foi lá e pegou a comida que estava preparada para a família, comeu e a família ficou sem.

Então, só para ter uma idéia de quanto era vulnerável a casa do Lula. Era absolutamente vulnerável. Em relação aquilo que ocorreu, que eu volto a repetir, o fato do Presidente Lula ter inaugurado o Palácio e não me ter convidado, eu acho isso absolutamente normal, totalmente normal. Hoje existe a chamada liturgia do cargo, ele é um Presidente da República e eu sou um amigo nas horas vagas, porque enquanto Presidente da República, ele tem as suas funções e deve assim agir e eu entendo isso como absolutamente normal não significa um "capitis di minutio" e muito menos qualquer razão para poder me ofender.

Em relação a locação, a locação não, em relação a casa do Lula, quando atendendo o pedido do partido ele se mudou para lá, cá entre nós, sempre vieram aquelas pessoas que falam assim. "Mas, isso pode dar o que falar, as pessoas vão reclamar, vamos fazer um contrato de locação". E aí o Lula disse a essas pessoas com a clareza de sempre. Ele falou: "Olha, eu não vou celebrar esse tipo de mentira. Eu fingir que eu estou te pagando e você fingir que esta recebendo". E a expressão dele foi essa: "A casa é sua, você está me oferecendo, sou o teu compadre, temos uma relação e não há porque celebrarmos uma mentira". Esse é o Lula que eu sempre conheci.

De outro lado também, aquele famoso terreno que ele vendeu. Quero lembrá-los o seguinte, antes de mais nada, eu sou um Advogado dentre outras coisas e milito bastante no direito imobiliário. A casa que ele vendeu que era da família, era uma herança da família da Marisa, da esposa do Presidente. A Marisa tinha parece que 11 irmãos, um dado momento foi uma pessoa querendo vender aquele imóvel que estava na família, em tempos imemoráveis 20, 30 anos. E aí eu mesmo aconselhei, "Olha, não deve ser feito dessa forma". Ele se valeu de recurso na época em que ele estava, inclusive, como Deputado aqui que havia sido retido por aqueles planos todos, foi a parte que ele usou para fazer isso daí. Quando ele vendeu esse terreno, ele vendeu, veja, não é um terreno que ele teria comprado onde e revendido depois de manhã, era um imóvel que existia na família da Marisa há pelo menos uns 30 anos. Era base, era a sustentação.

Em relação ao apartamento, realmente eu era a época Advogado da empresa, tinha entre outras funções a de executar aqueles que não havia sido adim-

plentes, porque isso criava uma grande dificuldade nos condomínios e vendo aquilo lá realmente foi dito: "Olha, há uma grande oportunidade só que precisa de um valor inicial". O valor inicial foi obtido como? Com a venda desse terreno, e com a venda do carro. O carro foi comprado por mim. Eu paguei quatro parcelas de dez mil. E aí surgiu aquele problema do cheque que teria sido depositado. Só para os Senhores terem uma idéia, isso originou um inquérito, e o inquérito concluiu que não tinha absolutamente nada a ver com o Senhor Luís Inácio Lula da Silva. Ou seja, com qualquer outro tipo de favorecimento, essas questões já estão resolvidas por inquérito, por inquérito policial que ao longo do tempo, tomados todos os depoimentos, concluiu que uma coisa não tinha nada a ver com a outra, ao contrario havia até uma certa distância.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Como?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone). O cheque por coincidência é da empresa do terreno.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – O cheque havia sido dado a mim como pagamento. E eu quitei a outra parte, e eu quitei a outra parte. Era a minha obrigação de quitar, eu tenho todos os cheques que eu quitei. As minhas obrigações eu as cumpri.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço os esclarecimentos de V.Sª. e concedo...

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Desculpe por ter sido...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não pelo contrário, é bom que se esclareça esses fatos, até porque lamentavelmente esses companheiros do PT não tiveram o mesmo cuidado com a executiva do partido, com o Delúbio, esse pessoal. Só tiveram cuidado com o Lula, o resto, José Dirceu, essa turma toda ninguém se lembrou. De volta a V.Exª. o Senador, se quiser usar a palavra, primeiro o Senador Antero.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Depois V.Exª., Senador Senado Heráclito Fortes.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu gostaria antes de fazer algumas indagações, de fazer algumas considerações a respeito do que foi dito aqui. Porque na minha opinião representam contradições, apesar da experiência de Advogado do Sr. Roberto Teixeira. Primeiro, que na minha avaliação está confirmada aqui o depoimento do Sr. Paulo de Tarso Venceslau. Que nunca afirmou, pelo menos na CPI, eu estou dizendo a CPI que o Senhor era o dono da CPEM. Afirmou que o Senhor participava ajudando a CPEM e o seu irmão, este sim Advogado a CPEM. E que a CPEM fazia, sim, gestões junto a Prefeituras do PT e que o Senhor fora convocado para algumas reuniões com ele. Reuniões estas uma confirmada pelo Senhor, outra não afirmada pela memória, mas que eu tenho certeza que o Senhor consultando seus apontamentos depois vai afirmar.

Segundo ponto que é relevante destacar aqui, Senador Tasso Jereissati, é que a decisão da Comissão Especial de Investigação do Partido dos Trabalhadores foi uma decisão contra, a favor do Sr. Paulo de Tarso Venceslau, e contra o Sr. Roberto Teixeira. Essa decisão original, aí o Senhor afirmou uma verdade, mas isso foi reformado no encontro do PT, é verdade. E aí é preciso dizer a opinião pública brasileira que a decisão contra o Sr. Roberto Teixeira, ela tem a lavra de Paul Singer, do Dr. Hélio Bicudo e do Deputado Federal José Eduardo Cardozo, ainda hoje Deputado Federal do PT. E a certidão exibida aqui que é verdadeira pelo Dr. Roberto Teixeira, ela tem a assinatura do Sr. José Dirceu de Oliveira e Silva. Só que essa certidão do José Dirceu traz como conseqüências o seguinte: Fica invalidade o trabalho do Hélio Bicudo, do Paul Singer e do Jose Eduardo Cardozo e, portanto, o Sr. Paulo de Tarso Venceslau é expulso do PT. Como é que isso ocorre? É preciso repor a verdade, porque ela contada em fragmentos, ela não fica a verdade por inteiro. Matérias da época a escolha de Lula, a escolha de Lula. Eu acho que aqui talvez o Lula seja a origem dessa crise do Governo, aqui, ao fazer a escolha de Lula. Aí uma foto do Lula ao lado do José Dirceu. Eu vou ler só a legenda porque ela explica tudo. **"**Lula na coletiva em que anunciou a sua saída da Direção Nacional do PT e ao lado Paulo de Tarso – contratos lesivos", dois pontos, ou seja, esta decisão do Partido dos Trabalhadores é tomada depois de uma chantagem do Lula anunciando a sua saída da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores. E ele indiscutivelmente com uma grande liderança do Partido dos Trabalhadores, aí o partido na seqüência expulsas o Sr. Paulo de Tarso Venceslau. Releiam o livro do Sr. Paulo de Tarso Venceslau, eu já vi esse filme. E a gente percebe que não prestamos atenção lá atrás, porque se tivéssemos prestado teríamos evitado esses novos capítulos na história do Brasil.

Eu próprio sinceramente eu não acreditava no Paulo de Tarso Venceslau naquela época. Hoje eu acho que desmoronou toda essa credibilidade. Essa é a verdade histórica. É verdade que o Senhor disse que o Diretório Nacional tomou essa decisão? É verdade.

Em cima desses fatos. Em cima desses componentes políticos, da mesma forma que o Lula disse e já foi publicado pela imprensa brasileira, numa viagem de avião, com alguns amigos, de que o Brasil ainda vai ter que pedir desse culpas ao Delúbio. Eu não sei qual vai ser esse momento que o Brasil vai ter que pedir desculpas ao Sr. Delúbio Soares.

Agora, eu vou para algumas indagações, já eliminei várias. Há quanto tempo o Senhor conhece o Presidente Lula, desde quando o Senhor é amigo do Presidente Lula? (risos) o Senhor disse respondendo ao Senador Álvaro Dias de que é há quatro anos Advogado da TRANSBRASIL e do Cipriani? Há quanto tempo o Senhor é Advogado dele?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu não sou Advogado do Dr. Cipriani.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não é?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – É só amigo do Cipriani.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu sou amigo dele, mas não sou Advogado dele.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor hoje, então é Advogado da...

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Só da TRANSBRASIL.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Só da TRANSBRASIL. Dele nunca foi lá atrás.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não sou Advogado, não fui Advogado dele, tem outros Advogados que trabalham para as causas dele.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor já teve participação da TRANSBRASIL.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Nenhuma. Participação societária?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – É.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – A sim.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Senador Antero, só pela aquisição do terreno lá pelo Cipriani...

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu fui membro do Conselho... Não isso é uma indicação comercial. Eu fui membro do Conselho Superior de Administração da TRANSBRASIL por indicação expressa do Dr. Omar Fontana que, aliás, para poder garantir, como é estatutariamente, ele alocava mil ações dele para fazer a garantia do mandato.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Na questão do terreno, eram 37 empresa o Senhor era Advogado de onze.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – 37 empresa, não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – 37 proprietários. Podem não ser pessoa jurídica. O Senhor era Advogado de onze, o Senhor não era Advogado do Cipriani, nessa questão do terreno?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não. Não era Advogado do Cipriani. O Cipriani comprou de um cliente meu. Ficou bem claro acho na época, na resposta que eu havia dado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Só voltando, eu vou depois mandar esse quadro para V.Exª. direitinho.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Mas esse quadro é verdadeiro.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não. Isso daí não corresponde.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O valor que o Senador Álvaro Dias informou.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não, não. Não corresponde. Há um erro, embora constasse em escritura, há um erro crasso, eu vou encaminhar depois ao Senador e a Comissão a prova disso, de que houve um erro muito grande nisso daí, que foi explorada na época, mas eu vou trazer a prova para o Senhor.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Quem é que errou?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Foi o cartório que errou. E eu tenho a prova disso e depois eu farei a apresentação a V.Exª.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Por gentileza forneça mais detalhes sobre esse depósito na conta do Lula. Eu sei que já teve inquérito policial, o Senhor já explicou isso. O depósito do Sérgio Lorenzoni e outra coisa o preço do ômega, aquelas quatro parcelas de dez mil, já que o ômega era um carro usado e foi vendido por um preço de carro zero. Também comprar por aquele preço era para ajudar o Lula? Porque não era preço de mercado.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Lógico que era preço de mercado. Absolutamente preço de mercado.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Zero.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não. O preço do carro era preço de mercado. Eu posso garantir a V.Exª. o seguinte. Eu comprei o carro em quatro parcelas de dez e depois de algum tempo de uso, esse carro foi vendido por trinta e sete e meio, reais. Quando se disse naquela época que o valor era vinte, vinte e pouco, erro absoluto. Essa coisa não precisamos nem discutir, é só mandar alguém levantar essas questões, preços nessa época, nos jornais especializados vai saber disso. (soa a campainha)

Quando eu comprei o carro dele, eu fiquei pagar quatro parcelas. A empresa a qual eu trabalhava, ela estava em má situação econômica e o valor que ele tinha, que a empresa tinha, o que ele fez? Ele colocou na conta de um irmão para poder fugir dos credores e os pagamentos em nome da firma, era feito pelo irmão dele, Sérgio Lorenzoni. Quando eu recebi um valor correspondente a um trabalho jurídico, ele me entregou um cheque de dez mil desse irmão, eu tinha que pagar do outro lado, peguei o mesmo cheque, talvez tenha sido muita imprudência da minha parte, mas eu também estava com o coração aberto, peguei isso aqui, depositei na conta, cumprindo a minha obrigação que tinha, aliás, um contrato feito nesse sentido. É esse daqui, depois por conta disso é que se fez um alarde na polícia por ter sido... na imprensa por ter sido entendido que esse cheque tinha outra conotação, e por conta disso foi aberto um inquérito que foi arquivado corretamente sem problema nenhum, porque se provou que isso tudo não tinha sentido com nenhum outro tipo de denúncia que pudesse haver.

Então, isso é ponto encerrado. V.Exª. perguntou mais alguma outra coisa para mim.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não foi sobre o cheque. Eu não perguntei, eu fiz afirmações sobre o meu entendimento das conclusões.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Posso então sobre essas conclusões?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – No final. Deixa eu só terminar as indagações. Eu gostaria de indagar de V.Exª. o seguinte, de V.Sª.. V.Sª. é Advogado desde quando, desde quando V.Sª. possui escritório de advocacia?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu sou Advogado. "Olha, a minha colação de grau foi em 7 de março de 70. E eu já dois anos antes havia, uma figura a época chamada solicitador acadêmico, que era uma situação inferior a advocacia, mas superior ao atual estagio e que permitia que você tivesse um escritório. Eu na verdade comecei naquele período. Ou seja, eu tenho 36 anos de exercício efetivo na profissão de Advogado.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor afirma que advogou para a empresa BRASIL TELECOM?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Sim.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A partir de quando?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Excelência, foi por um período de um ano, a data exatamente alguém já disse aí, mas eu não me lembro exatamente.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Foi por um ano ou por dezoito meses?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Um ano...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Mais seis meses.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não sei se foram seis meses, acho que quatro meses, uma coisa assim... é por aí.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Mas a partir de quando, começou quando?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu realmente não sei que data. Eu realmente, Excelência, não sei exatamente a data.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Está bom, então eu vou traduzir, foi no Governo Lula que o Senhor assumiu?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Foi durante o período do Governo Lula. Sim. Isso com certeza absoluta.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não vou discutir a questão de honorários, de escritório de advocacia, isso não cabe, não é objetivo nosso.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Certo.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Mas eu gostaria só de saber o seguinte. Quais os serviços jurídicos que o seu escritório prestou a empresa BRASIL TELECOM?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu não sei Excelência, eu já respondi essa questão. Eu não sei se o Senhor estava aqui, já foi respondido essa questão. Eu gostaria de me reportar ao que eu disse na vez anterior. Eu já respondi inteiro.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor fez, eu pediria que o Senhor, se não fosse muito cansativo...

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Para mim está cansativo, sim. Eu já respondi essa questão eu gostaria que o Senhor depois repassasse a S.Exª.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então, em quais instâncias o Senhor defendeu a BRASIL TELECOM?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Aí, que está, eu só vou fazer um comentário a mais...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Essa, o Senhor não respondeu, se foi em Tribunais Superiores, em Primeira Instância e tal.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Havia uma cláusula no meu contrato, só isso que eu vou falar, que me proibia e me liberava de qualquer advocacia administrativa, ou seja, em instâncias administrativas eu estava proibido de atualizar. Só isso. E isso consta aí para não haver maiores dúvidas.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Mas, essa cláusula não impedia o Senhor de advogar em Tribunais.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu disse inclusive na vez interior, eu expandi demais a resposta, isso foi até um ponto que eu considero o limite da confidencialidade da minha obrigação de sigilo profissional, foi no limite, por isso que eu estou pedindo que se reporte ao que foi dito, porque naquele momento eu fiz um esforço para não desatender quem me interrogava, mas foi no limite da minha responsabilidade profissional.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Dr. Roberto, desculpe, mas essa questão é relevante. Porque veja bem, eu vou, então depois apresentar um requerimento a Comissão no sentido de verificar nos Tribunais, porque essas questões são públicas nos Tribunais Superiores em quais ações, em quais petições apresentadas pelo escritório Roberto Teixeira em favor da BRASIL TELECOM. Porque essa é uma questão relevante. Porque o que se discute aqui é claramente é o seguinte: Isso dito por todos os Senadores da Comissão. Ninguém tem nada, o Senhor emprestar a casa para o Lula morar legalmente não é crime. É evidente que não é. Legalmente não é crime amigos se cotizarem para ajudar alguém a comprar carro, a comprar apartamento, absolutamente não é. O que não é ético, é depois o desfrute dessa amizade, aí ficou caro, aí a casa ficou... Mas, tudo bem. Eu respeito, o Senhor não quer...

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Excelência, só fazer dois comentários a V.Exª. Primeiro, a casa cedeu em 88, nós estamos falando, agora, em 2000 não sei quanto. Então ninguém poderia naquela época imaginar fazer qualquer tipo de aspas,

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – 88.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – 88 foi a casa.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Em 88 eu imaginava...

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Que ele séria Presidente da República.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sim. Capa a Veja "Brizula", era Brizola ou Lula em 89.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Sim, perdeu três vezes. (risos)

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não importa, mas era o favorito. Não importa é até eu que não tinha essa amizade toda...

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Se eu tivesse essa previsibilidade, muitos dos Senhores estariam perguntando para mim que será ou não o futuro Presidente.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não era previsão do Senhor, não. A imprensa toda divulgava isso. Chegou a ter uma época antes do Fernando Collor que a capa era "Brizula", a capa da veja foi "Brizula", Brizola ou Lula, que era o que se esperava da eleição de 89. Qualquer criança sabia que podia ser Brizola ou podia ser Lula o Presidente da República em 89.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Mesmo essas crianças não sabiam o que falavam porque deu Collor. (risos)

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor atuou como Advogado da TRANSBRASIL na causa junto ao Supremo Tribunal Federal que redundou em mais de um bilhão para a empresa TRANSBRASIL?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Quais as causas que o Senhor defendeu da TRANSBRASIL?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu advogo para a TRANSBRASIL há quatro anos. São inúmeras causas, nós temos lá uma quantidade enorme de causas. Nós estamos numa disputa muito grande, violenta contra o grupo GE. Temos no ponto tributário uma disputa em 19 Estados para poder haver a repetição de indébito.

Essa disputa que eu falo da GE, ela gera uma quantidade de processos incríveis, porque nós, felizmente, manejamos todos os recursos jurídicos cabíveis. Durante três anos, nós bradamos a todos os locais informando que aquele pedido de falência, era um pedido de falência fraudulento. A época nós não conseguimos, como diria, sensibilizar os Tribunais até que esta causa foi parar no Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal nos concedeu a liminar suspendeu os efeitos da falência e disse que aquela causa lá era teratológica.

A partir de então, nós temos conseguido só vitórias em relação a GE. E vou fazer mais uma explicação para os Senhores. A GE se valeu de um título quitado, isso que eu falo não é a opinião do Advogado, consta em laudo judicial. Ela se valeu de um título quitado em que o perito judicial disse que havia sido pago 109%.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Nessa questão da GE o Senhor é o Advogado da TRANSBRASIL.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Exatamente. Para quebrar a empresa.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Mas o Senhor acabou de dizer que não advogou no Supremo. Não é essa causa que está no Supremo?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não, não, não. O que o Senhor perguntou foi outra coisa. O que o Senhor perguntou se eu havia atuado na causa na equiparação, da erosão tarifária foi isso que eu entendi. Isso eu não trabalhei.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Ah, tá. Mas a questão da GE no Supremo o Senhor que é o Advogado?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Sim, tranqüilamente. Eu falei ao senhor, de quatro anos para cá eu tenho feito todas as causas da TRANSBRASIL e essas que eu estou falando são a partir de agora. Essa anterior, é anterior. Era de outros Advogados.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Aí, há outra grande coincidência. Ele disse que começou a advogar para a TRANSBRASIL há quatro anos, exatamente quando o Presidente Lula estava sendo eleito Presidente da República e a TRANSBRASIL com grandes interesses junto ao Governo.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Posso fazer um comentário em cima disso?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor é amigo ou colega do Deputado José Mentor?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Sou.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – É. Porque coincidentemente no relatório do Deputado José Mentor sobre a TRANSBRASIL o único fato que ele descreve, o Senhor está impedido de fazer a advocacia administrativa, é ele recomendar sobre essa questão da GE, da General Eletric.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Só fazer um comentário, me permite, Senador. Eu tenho relações, ligações com a TRANSBRASIL desde 88, 89. Ocorre que enquanto a companhia teve dinheiro, os escritórios contratados eram Mattos Filhos, Tozzini, Pinheiro Neto e tudo mais. Quando a companhia parou, esses escritórios não mais trabalharam.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Quando a companhia parou ou quando o Presidente se elegeu, o Senhor passou a ser o Advogado preferido? (risos)

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Excelência, eu assumi a causa da TRANSBRASIL um ano antes do Presidente Lula assumir. Um ano antes, eu já estava disputando as causas judicialmente. Isso tudo é fácil de comprovar. Já estava disputando. E sabe por que é que sobrou a TRANSBRASIL nas minhas costas? Porque a TRANSBRASIL passou a ser hoje para mim e para os membros dos meus escritórios uma obsessão, a luta para mantê-la, porque honorários eu não os recebo deles, e mais ainda Excelência, Álvaro, não se V.Exª. estava aqui quando eu disse que ao longo desse tempo no Governo do Presidente Lula, a TRANSBRASIL tem tido nesse Governo uma madrasta, um padrasto porque tanto quanto o DAC, quanto o Ministério da Defesa, quanto a INFRAERO só negaram os nossos legítimos pedidos. Para tanto nós só nos valemos e temos valido sempre do judiciário. As vitórias que nós temos tido não é por proximidade, ao contrário, é do judiciário. Aliás, eu reclamo esse comportamento.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Quando que o Senhor conheceu o Sr. Cipriani...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Para concluir, Senador.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – ...E em que condições? Eu estou concluindo, Sr. Presidente.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu conheci o Cipriani dentro do Conselho da TRANSBRASIL.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Quando?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu conheci o Cipriani, foi em 87. Creio que foi isso. 87, 88 foi por aí.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Nessa época o Senhor já foi para o Conselho, então em 87.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não, não. Eu só fui para o Conselho em 88... Houve uma intervenção do Governo Federal na TRANSBRASIL. Nesse ínterim houve uma série, o Dr. Mário Fontana na época havia criado um grupo de pessoas trabalhando a favor da retomada da companhia, e eu fiz parte desse grupo. Movi inclusive ações a favor do Dr. Omar Fontana, contra na época a fundação por conta de participações funcionarias, são umas questões técnicas. Depois disso com a retomada, o fim da intervenção eu fui convidado pelo próprio Dr. Omar para integrar o Conselho, e foi o que aconteceu.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor sabia que o Sr. Cipriani utilizou doleiros para fazer remessas ilegais para o exterior?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Veja bem, eu acabei de dizer para V.Exª. que eu não sou do Advogado dele, mas, pelo que eu conheço dele, duvido que isso possa ter acontecido. O que ocorre também em relação as empresas aéreas, Excelência, e todas elas são da mesmíssima forma, eles trabalham muito com câmbio. Remetem valores e recebem valores. Eu acabei de falar aqui que a GE havia recebido 109%, ou seja, vinte e um milhão de reais. Foi por onde? Sei lá por onde, vai e volta. Agora essa afirmação eu desconheço.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Aliás, está no site do Senado, isso é público. Essas informações são públicas.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – De minha parte eu desconheço.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor já chegou receber da TRANSBRASIL já na gestão do Cipriani no exterior, quanto você recebeu do exterior?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Nada.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor nunca recebeu no exterior.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Nunca.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor já freqüentou a casa do Sr. Cipriani nos Estados Unidos?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Na época que ele morava em Miami cheguei a freqüentar algumas vezes, depois ele mudou-se, nunca mais... Eu não conheço a residência dele. Não conheço.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Quer dizer, que a casa atual o Senhor não conhece. O Senhor esteve na residência dele nos Estados Unidos.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – A época ele morava em Miami. Por quê? Ele era Diretor de uma empresa chamada TRANSBRASIL Inc. Ele era o responsável por essa empresa. E por conta disso, é que eu conhecia a casa dele. Só isto.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Essa TRANSBRASIL Inc. faz o quê?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Era uma subsidiária da TRANSBRASIL que tinha por obrigação ou por função fazer aquisição de peças para mandar com urgência para ponta de aviões que ficavam no chão, essas coisas todas, mais ou menos por isso, mas eu não conheço muito bem...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor nunca chegou a tomar conhecimento de atividades ligadas a pedras preciosas, essas coisas.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Nada.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor tem conhecimento de uma da manutenção do hangar da TRANSBRASIL em Manaus. Qual a sua participação nesse fato?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não conheço essa história.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Desde quando o Senhor conhece o Sr. Paulo...

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Ah, tem ações judiciais. Era um escritório também... tem ações judiciais tentando impedir que esses imóveis sejam retomados. Isso nós temos distribuído pelo Brasil inteiro, principalmente em São Paulo.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Desde quando o Senhor conhece o Sr. Paulo Okamotto? Quem é que apresentou o Sr. Paulo Okamotto ao Senhor?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – O Paulo Okamotto eu conheci do tempo de sindicato, lá atrás, lá no princípio do partido do PT desde aquela época nós nos conhecemos.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – É só isso Presidente, eu gostaria só ao final de dizer que nós vamos encaminhar para a apreciação do Relator dessas informações detalhadas com relação a TRANSBRASIL, que parte delas são públicas e tramitam no Ministério Público. Com relação não só a pessoa física do Sr. Cipriani, de algumas pessoas da família, como também da própria empresa TRANSBRASIL, inclusive essa TRANSBRASIL Inc., com relação a remessas comprovadamente ilegais feitas para o exterior, já que essa CPI também apura essa questão de lavagem. É isso Sr. Presidente,.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quem incita no rabo da fila tem a desvantagem de passar pela falta de opção de perguntas, quase todas já foram feitas, e depois ficar na dúvida, com as diversas atividades que se tem na Casa, nós não podemos estar permanentemente na Comissão. Mas eu acho que o Dr. Cipriani, o Dr. Cipriani... (risos) o Dr. Roberto Teixeira fez uma declaração aqui que eu acho da maior importância. Ele disse que tem inimigos na INFRAERO, que não pode entrar na dependência da INFRAERO. E disse uma coisa para mim da maior importância e eu acho que nós temos, e eu já estou preparando um requerimento para um convite ao Senhor e a Comissão de Infra-Estrutura.

O setor aéreo brasileiro vive uma crise muito grande. A partir do momento em que V.Exª. faz a afirmação de que a GOL tem recebido benefício da INFRAERO e com a responsabilidade que o Senhor tem, sendo Advogado de uma companhia, nós estamos com a VARIG em crise. Então eu quero comunicar a V.Exª. que vamos aprovar o requerimento para que juntamente com o Presidente da GOL a gente faça uma oitiva na Comissão de Infra-Estrutura.

O setor de transporte do Brasil está passando por uma crise tamanha que não agüenta, não resiste a determinada ilações. Há um fato grave, a GOL hoje tem capital aberto, tem um capital aberto com ações na bolsa de Nova Iorque.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Excelência, posso interrompê-lo, mas só para que fique claro, e se for o caso, o Senhor melhor encaminhar seu requerimento. Quando eu fiz essa afirmação em relação a GOL de que ela tem trânsito, isso não significou uma afirmação descabida. Eu vou explicar a V.Exª. o seguinte. Uma das áreas que foram retomadas pelo INFRAERO que é a área de Congonhas, ela foi entregue em concessão

sem licitação a favor da GOL no prazo de dois dias. Nós Advogados ingressamos em juízo, obtivemos uma liminar que os colocou para fora. Com esse contrato que ele fez com a INFRAERO, o contrato foi realizado em dois dias, quer dizer, todos os despachos foram feitos em dois dias, havia já um decreto de... um decreto não, um contrato de concessão, eu imagino que quem consegue isso em dois dias, ele tem maior trânsito.

Então, eu quero só justificar para não parecer que eu teria ido ao nada. Ao contrário, estou dentro do processo com a cara lá.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu acho que V.Sª. prestou um grande serviço. Porque nós estamos aqui com essa crise da VARIG e os boatos que circulam são de que há um pacote preparado para OCEAN AIR, outro que é para a GOL, outro que é para TAM, tanto que nós convocamos o setor todo para terça-feira da semana vem discutir a questão da VARIG. V.Sª. traz um fato novo. Enquanto o Governo dá as costas para a VARIG, pelo que foi dito aqui, estende a mão para o GOL. E nós não podemos ter um governo que use dois pesos e duas medidas.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu só fico com o fato. Sem ilação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas é importante porque V.Sª. nos dá a justificativa de uma convocação para se tratar um fato concreto. Essa própria entrega do hangar, por exemplo, eu tive desconhecimento total, disso. Essa própria entrega do hangar com essa rapidez merece uma investigação profunda, porque afinal de contas nós não podemos ter no Brasil esse tratamento de dois pesos e duas medidas para o mesmo setor até porque V.Sª...

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Está me afirmando que existem ações judiciais.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pronto, nós vamos tratar disso, inclusive com a presença da Comissão de Turismo.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – E a gente pode fazer chegar a eles cópia de tudo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Poderiam trazer no dia da Audiência Pública, porque nós vamos chamar também o Presidente da INFRAERO. V.Sª. está trazendo para cá uma contribuição fantástica, porque nós temos feito retrovisor de cigano olhando para traz, com fatos até que não temos mais solução a dar. Esse caso, sim. É um fato que se ficar comprovado esse protecionismo e V.Sª. é Advogado de uma empresa que pode ter sido também vítima desse tratamento diferenciado. Eu acho que não é papel do Governo.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Excelência, eu posso fazer uma sugestão?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois não.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Nesta Comissão reestudar ou verificar as razões pela qual a TRANSBRASIL chegou ao estado que chegou. Porque há uma série de fatos importantíssimos que até hoje não houve uma meditação, não se meditou corretamente sobre isso. A forma como que uma empresa aérea de fora, afirma que vai quebrar uma empresa que tenha 47 anos e três mil empregados e vem e quebra. E até hoje não houve nada que se opusesse a isso. Então, eu acho que é uma matéria que deve ser tratada também.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, eu acho que é uma oportunidade, inclusive, para se tratar e o momento é esse. Nós estamos exatamente com essa discussão.

Fora a TRANSBRASIL, V.Sª. o escritório de V.Sª. trabalha com mais alguma empresa que tenha interesses ou presta serviços a INFRAERO?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Que presta serviço a INFRAERO...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Na área da INFRAERO, aos aeroportos.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não. Nós temos, o escritório tem tido contatos e trabalhos profissionais com outras empresas, mas aí fica no sigilo profissional que eu não posso evidentemente...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Inclusive a ANSETT?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não eu estou sendo do lado mais fraco. A ANSSET é o lado forte, aquela que é dona dos aviões.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, não, não, não. A ANSETT é uma empresa de construção brasileira que cuida de uma parte de reforma no Aeroporto de Guarulhos.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Nada, nada. Tanto é verdade que o Senhor observou que eu me equivoquei. Porque existe uma firma próxima desse nome ANSETT, que é uma lisadora de aviões. Tanto que eu me confundi. Não, não tem nada.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Uma empresa australiana.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Obras de aeroporto, principalmente, posso garantir ao Senhor o seguinte: Do Brasil inteiro, não tenho nenhuma firma, nenhum interesse, nenhum trabalho nesse sentido. Nem antes, nem depois.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Sª. é Advogado de uma empresa chamada TARGET.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não, não sou Advogado da empresa TARGET. O que ocorre é que a

TARGET é uma empresa que tem um subcontrato em relação a TRANSBRASIL na área que ela esteve lá. É isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Na ocupação de hangares no aeroporto de congonhas.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Faz parte exatamente de uma disputa que está havendo. É judicial isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Incluí a situação dos hangares da TRANSBRASIL em Brasília.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não, não envolve. O problema que nós estamos defendendo, Excelência, é de que a TRANSBRASIL não poderia ser...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente eu posso sugerir só a proximidade como o microfone, senão a gente não escuta aqui.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Desculpe. (risos) Deixa eu explicar o seguinte. O que ocorreu com a TRANSBRASIL. A TRANSBRASIL era uma empresa... Eu posso me estender um pouquinho mais?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pode. Se V.Sª. pudesse explicar aquela venda que foi feita por um futuroso empresário de Goiânia que pagou um real pela ação da TRANSBRASIL que depois deu para trás. Eu só queria um esclarecimento.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Vamos chegar lá. Exatamente. O Senhor me permite fazer uma introdução de algo que não nada a ver com isso e voltar novamente. Perfeito, é o seguinte. Na vez anterior um colega do Senhor falou a respeito das conclusões da CEI e calcou em cima da honorabilidade de três elementos (soa a campainha) que participaram dela. Eu quero só lembrar o seguinte: Quando do recurso que nós fizemos, outros honoráveis também, igualmente, respeitáveis reexaminaram a questão. Um deles é o Ministro Tarso Genro que é um excelente Advogado, outro é era o José Eduardo Dutra e um terceiro que eu não me lembrava. E foram eles que fizeram aquilo. E consta naquilo que ele leu a seguinte, relatórios dessas pessoas que se foram referendadas como importantes. "Ademais, cumpre observar que nenhuma outra prova foi obtida por essa Comissão no âmbito dos seus poderes e possibilidades de investigação no sentido de mostrar que a CPEM, em qualquer outra oportunidade tenha efetivamente, prestado qualquer contribuição financeira ou material para o Partido dos Trabalhadores". Essa Comissão. Ou seja, se nós reconhecemos como válida em algumas afirmações, então vamos reconhecer todas. E isso está escrito que não...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nossa questão que eu inquiri.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Só para deixar claro. Gostaria de deixar registrado. Outra questão é a seguinte: TRANSBRASIL, o que ocorreu com a TRANSBRASIL? A TRANSBRASIL era uma empresa que vinha com todas as dificuldades a meu ver por um erro de orientação dos governos a partir dos anos 90 que levou todas as empresas a uma situação de precariedade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Um pouco mais atrás.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – É erro de fundamento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Do plano real para cá, do plano cruzado.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Nós copiamos orientações lá de fora que não se aplicavam aqui, mas a TRANSBRASIL com toda a dificuldade, o Omar Fontana era elemento de uma seriedade, de uma capacidade incrível, ele tocava a companhia. Aí ocorreu o seguinte, houve em Porto Alegre, um aquaplanagem de um avião foi descer a água bateu a asa. O que ocorreu? Começou uma disputa entre três situações. A primeira é de que os donos dos aviões queriam que a TRANSBRASIL considerasse como PT, perda total. À TRANSBRASIL não interessava isso. A TRANSBRASIL queria que isso, que o avião fosse consertado e a conseqüência era, em termos de seguro, porque se considerasse perda total ia para o record do partido... do partido, desculpe...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – (risos) PT.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – É por causa disso, mesmo, que eu fui traído. E da TRANSBRASIL como um acidente e aí todos os seguros da companhia aumentariam. Se fosse apenas um conserto seria um incidente, e incidente aeronáutico, permitiria então que se fizesse, dessa essa conseqüência de que haveria um... E veja bem o avião estava segurado por dezessete milhões... O avião valia dezessete milhões, estava assegurado – eu estou falando em números gerais, evidentemente, estaria de melhor... – estava assegurado por trinta e cinco milhões de dólares, então a companhia exigia que a TRANSBRASIL concordasse com perda total porque ela iria se beneficiar desse valor maior. A companhia tinha prejuízos outros ou maiores que era o programa do acidente e a conseqüência em relação aos seguros, e ela recusou-se. No recusar, isso que eu vou falar para os Senhores está testemunhado por dois Engenheiros que escreveram isso...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Sª. faça um registro, mas eu conheço esse processo. Esse processo está na Comissão de Transporte da Câmara. Eu era Deputado na época quando esse caso.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – É. Aí, então o que ocorreu? Eles disseram vamos acabar com a companhia. Vieram aqui tomaram seis aviões. Tomaram, força de expressão, porque a contabilidade que é feita com essas empresas, é como com agiota, o Senhor nunca fecha a conta e está sempre devendo, e quando eles querem tem, aspas, o "registro de débito", eles entravam com uma ação e 24 horas depois retomava o avião e criava-se uma dificuldade. Mas a companhia a despeito disso, ela conseguiu se manter voando. Aí, então eles deram o golpe fatal. Isso foi, eu não me lembro, foi dois, três meses antes desse golpe fatal, eles pegaram um título quitado e distribuíram uma ação de falência contra a TRANSBRASIL. A TRANSBRASIL tinha numa data, num dia, 11 mil consultas/dia, no dia seguinte passou para trezentos. Aí ela definhou três quatro meses porque dessa forma não consegue viver. Nós vamos vivenciando outras empresas, como acontece a morte de uma empresa, e aí ela chegou ao estado de inanição em 2001, dezembro de 2001, 2000, 2001 e aí ela parou.

Ou seja, na verdade deliberadamente uma empresa que vem de fora se arvora juiz e diz uma empresa e 37 anos com três mil empregados, eu vou acabar com ela quebro e eles fizeram isso. É um absoluto, mas aconteceu.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em poucas palavras, não quero cansar o Senhor... esse episódio da venda que chegou a ser feito onde o comprador.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Sim. Voltando a isso Excelência, realmente. Há uma ação sobre isso de famoso Dílson Prado. O que ocorreu foi o seguinte, logo depois da paralisação, funcionário, vários funcionários que eram funcionários qualificados da TRANSBRASIL trouxeram lá uma pessoa chamada Dílson Prado, mais alguns outros diretores dizendo, "Nós queremos comprar a companhia". Como é que eles iam comprar a companhia? Eles se diziam capazes de injetar vinte e cinco milhões de dólares na companhia de imediato, eles se diziam capazes de trazer sete aviões de imediato. Havia um plano emergencial que eles chamavam de M-10, ou seja, com 10 aviões daria para a companhia prosseguir. Então, essas pessoas trouxeram, indicaram os novos diretores, indicaram tudo. E a família que tinha, então o poder, o controle concordou, sem receber absolutamente nada, e o valor de um real é porque você tem que nominal, tem que por. Eles iam entregar para que eles tocassem isso, até porque veio o pedido dos funcionários.

Nesse ínterim, enquanto se fez o documento, e até a data de troca da guarda, troca do comando, a imprensa levantou a vida pregressa dessa pessoa e desancou, mostrou que ele não tinha essa capacidade econômica financeira.

Quando foi feito isso daqui, ele trouxe uma carta de crédito de vinte e cinco milhões. Ele trouxe uma carta da empresa que alocaria os aviões até com os prefixos. Não houve... Acreditou no Papai Noel, eles trouxeram isto! E nós, então em função disso, porque eram os empregado e tudo mais, decidimos assim agir transferindo a empresa. E em seguida se percebeu que eles não tinham essa capacidade e nós não ultimamos o negócio. Aliás, porque tinha uma cláusula dele expressa, também. Se ele não colocasse esse valor em dez dias o contrato seria nulo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Última pergunta, e Sr. Presidente, saindo um pouco aqui do tema. V.Sª. ou algum escritório de V.Sª. fez algum depósito em conta do Sr. Paulo Okamotto?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Nenhuma.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFLPI) – Nos últimos cinco anos.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Nenhuma.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nenhuma?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Nenhuma.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nem pessoa física, nem tampouco...?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Muito obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e concedo a palavra à Senadora ou ao Senador Tião. Senadora Ideli conversando.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, serei muito breve. Então, falo eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Enquanto a Senadora Ideli conclui, V.Exª. tem palavra.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Exaustiva e necessária Sessão, eu quero cumprimentar o Dr. Roberto Teixeira, porque abre mão da sua proteção legal sobre a abordagem que lhe é feita e está discorrendo sobre qualquer assunto que está sendo colocado. Eu acho que é uma demonstração de um homem que abre a sua vida profissional, também, com a mais absoluta segurança e transparência ao Senado. Entendo que V.Sª. expõe com muita grandeza também a sua lealdade a princípios, a amizade que é um valor humano muito bem ressaltado, eu acho que nos dias de hoje deve ser bem considerado nesses dias. Eu gostaria apenas de realçar o seguinte no debate. A conclusão da Comissão Especial ainda. Diz o seguinte: "Depois de analisados os fatos indicados por Paulo de Tarso

Venceslau – que é o que fez as acusações a V.Sª. – a Comissão Especial se encontrou apta a afirmar que nenhum dos fatos acima relatados e investigados, seja por não provados na sua existência, seja por não permitirem quaisquer conclusões probatórias a respeito, devem ser avaliados como suficientes para caracterizar a existência de qualquer relação indevida entre a CPEM e a Partido dos Trabalhadores em decorrência dos contratos firmados com Prefeituras petistas".

Então, o que causa espécie é nós sabermos que a CPEM teve um vínculo profissional, então com 2% dos Municípios que atuavam, de todos que ela tinha contrato era do PT, de repente houve uma suspeição absoluta em cima dessa empresa nos 2% de participação do partido. Nos outros, nenhum um tipo observação, nenhum tipo de análise, nenhum tipo de indagação. Apenas nesses 2%. Nunca V.Sª. foi proprietário da CPEM. Deixou muito claro aqui. Nunca esteve na Prefeitura de São José dos Campos. O Ministério Publico pegou os dados por uma contribuição em suspeita do Partido dos Trabalhadores da época, analisou e arquivou por falta absoluta de qualquer elemento para levar acusações a V.Sª..

Então, eu fico pensando impressionado como isso pode ser a fonte geradora de suspeitas na sua vida, a sua pessoa e ao Partido dos Trabalhadores. Quando são fatos evidentes, eu não tenho nenhuma dúvida. Como agora tivemos esse escândalo, pessoas do nosso partido erraram, tem que ser exemplarmente punidos? Tem. Eu não tenho nada, absolutamente, nada de receio em relação a isso. Mas nesse caso seu me parece assim uma forçação de barra muito esquisita. Já querer levar, não sei aonde, um tipo de suspeição sobre a vida profissional de uma pessoa, sobre a vida política de uma pessoa.

Então, eu me atenho a ficar aqui só faria um questionamento a V.Sª. que julgo ser relevante. Quando o Dr. Paulo de Tarso fazia tal denúncia a CPEM por uma crise de relação política dele com os partidos políticos que atuavam na Prefeitura de São Jose dos Campos, com o Partido dos Trabalhadores também, com setores da Prefeitura também, houve uma reforma de secretariado e dos cinco que saíram, ele foi um dos a sair, ele tinha relação empresarial com alguma outra empresa que atuava ou que pretendia atualizar nos moldes da CPEM em São José dos Campos? O Senhor poderia colaborar com esse tipo de informação? Algum contrato que era almejado?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Sim. Excelência, um momentinho só, eu estou buscando um documento aqui.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não quero com isso trazer qualquer dúvida, a honra, a dignidade do Dr. Paulo de Tarso, como disse a ele aqui. Respeito ao seu passado, o passado dele, não vou... Discordo da sua conduta atual, das suas acusações a nosso partido, mas tenho respeito pela história de vida dele, o passado, não faria ilação a sua honra e a sua dignidade, mas isso eu acho que isso é digno de elucidação, até pelo lado do comportamento passional que se teve naquele momento de um desentendimento político e foi a fonte geradora de todo esse escândalo, entre aspas.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Perfeito, Excelência, ele desde o princípio usou de dois argumentos. Primeiro dos argumentos, é de que eram ilícitos porque não havia sido feito a licitação. E segundo, que os funcionários dele, treinados seriam capazes de executar o serviço. Então, não sou eu que vou afirmar, eu vou apenas trazer a colação uma notícia que foi publicada no dia 5 de abril de 97, no Diário do Grande ABC que diz assim: "Autor de denúncias contra PT substituiu a CPEM sem licitação". E ele, no caso, Paulo de Tarso Venceslau, contratou uma empresa chamada HMATOS(F) Auditores Independentes. Nos mesmíssimos moldes daquilo que ele está hoje vem afirmando não ser possível. Ora, se ele...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Peço ao Relator que se atente a esse fato que julgo relevante. Procurou uma empresa nos mesmos moldes da que ele vinha contestando da CPEM. Procurou contratar empresa com a mesma manifestação da relação comercial.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Inclusive, para o Relator meditar sobre a necessidade de uma acareação. É importante isso.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Como volto a repetir, isso não é uma afirmação minha. Essa é uma afirmação feita pelo Jornal Diário do Grande ABC que publicou isto. Em sendo verdadeiro isto, cria uma, deslegitima o argumento todo dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O proprietário se eu não me engano, é aquele dono de empresas, que veio aqui depor Ronan Maria Pinto. É o proprietário desse jornal. Só para esclarecer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A época em 97 ele não era absolutamente nada. Era outra família.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Então, eu agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Aliás, ele nem parece como sócio, ele comprou.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – E ainda a continuação disso aqui com o *fac-símile* e quem descobriu ou

fez eu não tenho idéia. Alguém tem que buscar porque foi feito isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. está trazendo e com certeza foi bem claro.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu agradeço, então Dr. Roberto Teixeira, a contribuição que V.Sª. dá ao Senado Federal, entendo que é uma contribuição importante à CPI naquilo que esteja vinculado a esclarecimento sobre a sua vida, a sua honra, como o Senhor disse aqui, foi uma oportunidade das poucas que o Senhor teve em relação a esse aspecto. E no mais eu apenas concluo reafirmando aqui muito das palavras do Senador Flávio Arns sobre a dignidade, a grandeza e o exemplo de vida para todos nós do PT que é o Presidente Lula. É uma pessoa intocável nas suas virtudes, na sua responsabilidade com esse País na sua biografia.

Então, no mais é isso, e que possamos nos diminuir das paixões políticas, tratar a relação investigação, não como uma relação onde o denunciante vira herói nacional a qualquer custo.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a Senador Tião Viana. E concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, cumprimento o ilustre Advogado Roberto Teixeira e seus Advogados. Antes de mais nada, eu fico feliz em ver o Senhor em forma que quase que olímpica. O Senhor deu uma canseira nos Senadores e eu pensei que o Senhor estivesse doente. Mas graças a Deus está bem e é bom avisar para o pessoal da seleção olímpica o Senhor pode perfeitamente ser convocado.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Excelência, se o Senhor me permite. É o seguinte, na minha fala inicial, a minha única preocupação que eu tive foi de justificar isso. De minha parte, eu não dei canseira em ninguém. E simplesmente a única vez que eu fui procurado com um documento datado do dia 17, o Agente da Polícia Federal me encontrou no meu escritório trabalhando, às 17 de 30 horas. Ontem eu já estava fora do escritório quando os Agentes voltaram a me procurar e nós tomamos todas as cautelas para não frustrar a minha vinda para cá.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Olha, mas eu sou tucano, não sou ave de mal goro não. Eu não estou secando a sua saúde, não. Eu quero que o Senhor tenha vida longa. Outra coisa eu observei o Senhor pela televisão, o Senhor é um homem inteligente, é um homem preparado, injustiçado por essas grandes empresas, porque elas descobriram o seu talento mais para perto da vitória do Presidente Lula e ao longo do Governo. É uma pena perder uma figura preparada. O Senhor recorreu ao célebre expediente do *habeas corpus*. O Senhor queria se garantir de alguma coisa. O Senhor tinha medo quê? Que o Senhor se saiu tão bem, eu acho.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Veja bem, eu tenho cacoete de Advogado, o Advogado sempre se cautela, mas a minha disposição eu falei desde que eu cheguei aqui, era de não me valer dele, como de fato até agora não me vali, e responder da forma mais clara possivelmente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Quer dizer, não tinha nada que as pessoas pudessem eventualmente perguntar e que o Senhor dissesse: "Isso aí eu não respondo."

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu sou tranqüilo com a minha... a única questão é sobre o sigilo profissional.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Nada "delubizaria" o Senhor, nada?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem. O Senhor conhece o cidadão chamado Fabrício Pier Domênico?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não. Não me recordo dele, pelo menos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Ele é uma pessoa que assessorou uma Parlamentar petista, ele hoje tem influência no Porto de Santos.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não conheço.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – O Senhor conhece a ex-Vereadora Suzete Miranda de Cubatão, esposa do Sr. Dorgival Vieira dos Santos?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Também não conheço.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pois bem, ela atesta a ligação que o Senhor nega com a CPEM e com as atividades extracurriculares da CPEM, dizendo que o marido dela foi procurado por esse cidadão, com a sua anuência, com a anuência do seu irmão procurado para contrato da CPEM, caso o Sr. Dorgival Vieira dos Santos, marido dela, vencesse a eleição para Prefeito de Cubatão. E a contra partido é o seguinte: "Eu lhe dou dinheiro para a campanha, em compensação você me garante a contratação da CPEM sem licitação". Isso o Senhor desconhece isso completamente.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Completamente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Ela me mandou uma carta.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu me lembro na época quando sugeriram esses assuntos da CPEM.

Aliás, uma pessoa que esteve no PT e depois saiu do PT e ele fez esse tipo de acusações e tudo mais. Mas foi de pronto rechaçado. Não conheço, nunca estive em Cubatão e não participei campanha nenhuma de lá. E me lembro desse nome, sim.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Mas a CPEM era contratada sem licitação.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não sei. Lá, também não sei. Eu quero informar a V.Exª. o seguinte. Lá não sei se ela foi ou deixou de ser contratado. A CPEM havia sido contratada, e nós conversamos a esse respeito aqui, só que o Tribunal de Justiça de São Paulo já pacificou essa questão dizendo que aqueles contratos todos da CPEM, a CPEM teve, mas de trezentos contratos no Brasil em São Paulo 40 ou 50 contratos de todos os partidos que eram lícitos a dispensa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem. Olha, essa Senhora Suzete Miranda, fundadora do PT lá em Cubatão, ela mandou uma carta relatando esses fatos, carta ao Presidente Lula, dizendo inclusive das propostas indecorosas, que segundo ela, feria os seus brios de petista, crente. Perdão?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não minha, com certeza.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Não sua o quê?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Se houve algum tipo de proposta que a feriu, não foi minha com certeza.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Ela até disse que não foi diretamente sua. Quem levou foi o Sr. Fabrício com a sua anuência e a anuência do seu irmão, ela denunciou isso ao presidente Lula. O Senhor me deixa concluir. Ela fez uma carta ao Presidente Lula, esse é um lance engraçado, porque é bom a gente rememorar o passado. Ela fez uma carta ao Presidente Lula que ganhou a manchete dos jornais lá de Cubatão, dizendo que isso, ou seja, pedindo que os métodos mudassem para evitar que se perdesse um partido que nascera sobre o manto da ética enfim, tudo que hoje em dia virou brincadeira, virou coisa do passado. Ela inclusive se reporta ao tal... Ela dizia que o Presidente Lula deveria, antes de ser Presidente, resguardar a sua própria independência em relação ao Senhor, saindo da tal casa e dizendo que ela morava pagando aluguel e que ele não tinha outro caminho justo a não ser também morar pagando aluguel. Como as pessoas devem fazer. Ou é proprietário da casa com fins muito bem, com meios de compra da casa muito bem explicados ou paga aluguel. Mas essa história de misturar um Empresário, um Advogado, essa amizade mistura o público com o privado, em dó maior dá o que deu, um pouco na república.

E aí uma coisa engraçada, Presidente, mandaram lá para ouvir o que tinha a dizer a Srª. Suzete a partir da denúncias que ela fez, algumas figuras entre as quais duas figuras notabilíssimas, o Sr. Paulo Okamotto foi lá para, com aquele rigor que a gente tem visto ele tratar coisa pública, foi lá para saber das coisas e o Sr. Silvio Pereira foi lá também. É um negócio... que hoje a gente vê. Na época ela deve ter dito chegou a cavalaria, chegou as pessoas que vão restabelecer o primado da coisa certa aqui.

Ela hoje está muito revoltada com tudo isso, e ela conversou com o Presidente certa vez, antes de ser Presidente evidentemente. E se a gente perguntar a cem, entre cem brasileiros, sobre essa atividade da CPEM na época, mas sobre outro assunto que tem a ver a irregularidade, cem brasileiros vão acertar que resposta o Presidente Lula deu. Será que V.Exª. acertaria?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não, eu não sei.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Que ele não sabia de nada. Ele disse que não sabia de nada. Eu digo o Senhor é um de cem que só o Senhor errava. Porque os 99, todos iam dizer que o Presidente daria como resposta essa padrão, não sei de nada. Não sabia de nada. É um fato. Não providenciou coisa alguma, essa empresa para mim difícil me convencer, eu vou falar para o Senhor com muita franqueza, só entre nós dois aqui e as pessoas que estejam nos ouvindo.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Nós dois e o mundo. (risos)

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Mas são todos discretos, o pessoal da imprensa é discreta. Ninguém fala nada, é tudo tranqüilo. Eu não acredito muito, eu não acredito nas suas versões. Eu acho que o Senhor veio com muita inteligência, com muita habilidade para cumprir o papel. O Senhor cumpriu o papel como profissional. Inclusive, como o Senhor se portou, não precisava nem desse *habeas corpus*. O que pegou mal foi para o senhor foi o *habeas corpus*. O Senhor não precisava, porque o Senhor veio para cá para cumprir determinado papel e cumpriu. Mas para mim o Senhor tem a ligação com essas empresas em função do seu laço de aproximação com o Presidente da República.

A outra hipótese seria do Senhor ter sido injustiçado, uma estrela descoberta tardiamente, o Senhor foi descoberto tardiamente. E se o Presidente Lula perde a eleição, tomara que essas não descontratem o Senhor. Não destratem com o Senhor, porque vão perder uma figura fantástica, porque o Senhor é um Advogado bom. E aí o Senhor finalmente, o Presidente Lula perde a eleição, o Senhor se mantém na TELECOM não sei o

quê... o Senhor se mantém Advogado dessas empresas todas. Não sei como o Senhor hábil como é, não fez voar a TRANSBRASIL. Mais um pouco voa tudo, voa avião, voa bode, voa tudo. Voa a TRANSBRASIL era até natural que ela nasceu para voar.

Mas essas empresas perderiam um causídico, bom, porque o Senhor também não precisasse do... O Senhor foi um bom Advogado do Senhor mesmo, quando o Senhor vem com o *habeas corpus*, já diz: "Olha, eu vou me precaver...". Cacoete de Advogado é assim.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – É cacoete.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – É, mas Madre Teresa de Calcutá, ela não iria pedir um *habeas corpus*. Não ia. É alguém que tem o que esconder. Coisa mais para o Okamotto, para o Silvio, para o Delúbio, para essa gente. Quando a gente sabe (soa a campainha) que é alguém tem supostamente o que esconder. As pessoas talvez não tenham sabido tocar nessa ferida, mas eu vou sair daqui convencido de que o Senhor dificilmente não terá sabido desse caso de Cubatão do Senhor Fabrício, que hoje continua aí no PT mandando no Porto de Santos, a carta ao Presidente Lula, o seu amigo, e se eu tivesse que fazer um reparo assim de forma formal a sua argúcia, eu diria assim: "Puxa vida, ele me decepcionou num ponto". Foi quando eu lhe perguntei da resposta padrão do Presidente, o Senhor disse que não tinha o menor idéia o que o Presidente tinha dito. E eu pensei que o Senhor sabia. Eu vou dizer para a minha filha de 11 anos, Carolzinha, e vou dizer Carolzinha, ele errou. A Carolzinha acertava na hora, o Presidente ia dizer que não sabia de nada, já aquela altura ele também não sabia de nada, entendeu? É uma coisa impressionante.

Mas eu não vou mais perguntar eu saio daquilo muito convencido ou o Senhor foi injustiçado, porque foi descoberto tarde demais aquele grande ator que é descoberto para fazer um grande filme e já na idade bem madura, se candidata ao Oscar. Descoberto tarde demais para essas empresas todas, ou o Senhor tem mesmo essa ligação com a advocacia administrativa, com empresas que vêem no Senhor uma forma de abrir porta, tomara que não uma gazua. Mas se o Senhor tiver alguma coisa para dizer, eu ouço e talvez fale depois a sua fala. Mas por enquanto é isso, estou satisfeito e feliz por ver o Senhor com saúde, viu?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – (risos) Eu estou bem. Eu mais do que qualquer um eu fico feliz com a minha saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Arthur Virgílio eu não tenho dúvida que o Dr. Roberto Teixeira passou por um grande teste em relação a saúde.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Tranqüilo, nem suar sua.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu vou começar a dar outros passos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – O Senhor está fazendo algum regime alimentar ou coisa assim não.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu estou começando.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Cortou carne vermelha?

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Não, ainda não.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Está na macrobiótica.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Eu estou com problema de... na verdade, eu estou tomando uma medicação chamada ancoron e esse ancoron está dando conseqüência na minha tireóide, então eu tenho que voltar no médico para cuidar da tireóide, quer dizer, uma coisa sempre desarruma outra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu acho que o Senhor vai tirar essa tireóide de letra. Se Deus quiser.

SR. ROBERTO TEIXEIRA – Tomara. Eu aguardo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Sª. pela presença eu acho que muito contribuiu o seu depoimento para esclarecimento dessa CPI e deixo vossa... peço a assessoria que acompanhe V.Sª. porque ainda temos uma pequena discussão aqui em relação a um requerimento que foi apresentado pelo Senador Antero. E a seus Advogados muito obrigado pela presença e aqui estamos a exposição de V.Sªs.. Muito obrigado.

Senhores, vamos... nós iniciamos uma discussão, mas eu acho que ficou clara, aqui se encontra o nosso chefe da assessoria. Então, em discussão o requerimento do Senador e votação os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SP) – Presidente, qual é a Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Requerimento em relação a CAIXA ECONÔMICA.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SP) – Ah, aquele que foi discutido anteriormente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vou discutir agora com a assessoria para ver se cabe algum termo, um mandato de busca e apreensão...

Sessão encerrada às 16h10min.

Ata da 71ª Reunião, realizada em 27 de abril de 2006.

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, às dez horas e cinqüenta e dois minutos, na Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, José Jorge, Garibaldi Alves Filho, (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Augusto Botelho, Juvêncio da Fonseca, Heráclito Fortes, Álvaro Dias Wellington Salgado, Ideli Salvatti e Sérgio Zambiasi, presentes ainda os Senadores Jefferson Peres e Pedro Simon, não membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente reunião destina-se à apreciação, votação de requerimentos e oitiva do Dr. Moacir Guimarães Morais Filho, Sub-Procurador da República. Indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. Em seguida o Presidente submete a apreciação e votação dos seguintes requerimentos: **Requerimento n.º 097/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves, requer que o senhor Carlos Eduardo Canto, Presidente da FEBRABIN, deponha na CPI. Em votação é aprovado. **Requerimento n.º 098/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a convocação do senhor Osíris Lopes Filho, ex-Secretário da Receita Federal. Em votação e aprovado. A seguir. Convida o Dr. Moacir Guimarães para tomar assento à Mesa. O Presidente nomeia o Senador Juvêncio da Fonseca para funcionar como Relator *ad-doc*, até a chegado do Senador Garibaldi Alves Filho. Com a palavra o depoente agradece a oportunidade que a comissão oferece ao Ministério Público e se coloca a disposição para as perguntas que forem formuladas. Com a palavra o Senador Álvaro Dias solicita que o Presidente Senador Efraim Morais submeta, na próxima semana a apreciação e votação de todos os requerimentos que encontram-se pendentes na Comissão a exemplo dos requerimentos de convocação do senhor Jorge Mattoso e a transferência de sigilo bancário do senhor Paulo Okamoto. Com a palavra o Senador Tião Viana que solicita que na próxima semana seja convidado o senhor Walter Fanganiello Maierovitch. A presidência que a assessoria já fez os contatos com o referido senhor e que deverá vir na próxima terça ou quarta feira e informa ainda que os requerimentos serão todos votados na próxima semana. A seguir, submete a votação o **Requerimento n.º 099/06**, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, que requer a convocação do senhor Demétrio do Amaral e senhor Milton José Ferreira Rangel representantes da empresa FABAMA – Fábrica Brasileira de Máquinas Automáticas Ltda. Em votação, é aprovado. Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti que faz algumas considerações sobre a macha dos Prefeitos em Brasília. Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca para seus questionamentos iniciais ao Dr Moacir Guimarães, solicitando que ele faça um breve histórico pessoal e dos trabalhos do Ministério Público em relação ao caso da renovação do contrato da GTEC com a Caixa Econômica Federal. Com a palavra pela ordem os Senadores Antônio Carlos Magalhães e Romeu Tuma intervêm solicitando que seja oficializado a Polícia Federal acerca da conclusão Inquérito Policial, instaurado em 19.08.2004, que trata sobre a questão da corrupção passiva com o extravio e sonegação documentos públicos bem como crimes contra a Administração Pública em geral. A Presidência determina à assessoria que seja oficiado a Polícia Federal sobre o referido inquérito. O Senador Romeu Tuma solicita a Presidência cópia da documentação apresentada pelo Dr Moacir. O Presidente informa que será providenciada ao final da reunião. Com a palavra o Relator continua a inquirir o Sub-Procurador. A seguir, passa-se a lista de inscrição quando usam da palavra os senadores Álvaro Dias, Romeu Tuma, Ideli Salvatti, Tião Viana, Eduardo Suplicy, Flávio Arns e Romeu Tuma. O Senhor Presidente comunica que em contato com a Policia Federal e o Secretário de Segurança Pública de Mato Grosso com relação a vinda do Comendador João Arcanjo Ribeiro para depor nesta CPI e dada as dificuldades de trazê-lo à Brasília, o Senhor Presidente nomeia, sob a presidência do Senador Romeu Tuma os Senadores Sibá Machado, Wellington Salgado, Juvêncio da Fonseca, Leomar Quintanilha e Álvaro Dias para tomarem o depoimento do Comendador Arcanjo em Cuiabá-MT. Com a palavra pela ordem o Senador Romeu Tuma, presta esclarecimentos sobre as dificuldades de trazer o Comendador até esta Capital. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy justifica a sua ausência em função de convite recebido da UNESCO para participar de simpósio no Sirilanka. O Presidente agradece a presença do Dr. Moacir Guimarães e informa que a próxima reunião será na terça-feira, dia dois de maio para oitiva do Dr. Walter Fanganiello Maierovitch. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às doze horas e cinqüenta e sete minutos e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida

e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental declaro aberta a 71ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº. 245/2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingos para prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de aposta com o crime organizado.

Comunico as V.Exªs. que se encontra sobre a Mesa a Ata da Sessão anterior. Os Srs. Senadores em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Comunico que existem três requerimentos, dois já se encontram aqui. Vamos votar os dois primeiros e o terceiro no decorrer eu passarei para apreciação de V.Exª.; são requerimentos do Senador Garibaldi Alves. Que nos termos do disposto do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que o Sr. Carlos Eduardo Canto seja convocado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Sr. Carlos Eduardo Canto é Presidente da FEBRABINGO, Federação Brasileira de Bingos. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Ainda de autoria do Senador Garibaldi Alves. Nos termos do disposto do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que requer que o Sr. Ozires Lopes Filho seja convidado a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. O Dr. Ozires Lopes Filho é ex-Secretario da Receita Federal e em contato com a Assessoria dispõem de um estudo completo a respeito da tributação do setor de jogos no Brasil. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Temos ainda mais um requerimento que a Assessoria está providenciando como sempre. Eu queria solicitar dos Assessores que adentrasse, acompanhasse até essa Mesa e adentrasse a sala o Dr. Moacir Guimarães Moraes Filho que é o nosso Subprocurador-Geral da República e convidado desta CPI para este depoimento.

Solicitarei do Senador Juvêncio da Fonseca que assumisse *ad hoc* a Relatoria da CPI dos Bingos.

Dr. Subprocurador-Geral da República, Dr. Moacir Guimarães Moraes Filho, nós agradecemos a presença de V.Exª. e evidente que pedimos desculpa pela não realização na última terça-feira da nossa reunião em função de Sessão Conjunta de várias Comissões desta Casa em razão a crise da VARIG. Então mais uma vez agradecemos a V.Exª. e colocamos o microfone à disposição de V.Exª. para o que se fizer necessário para exposição inicial de V.Exª..

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Sr. Presidente, bom-dia a todos, Sr. Presidente e demais integrantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu agradeço a oportunidade que os Srs. Parlamentares oferecem ao Ministério Público para ficar a disposição para qualquer pergunta relativamente as minhas iniciativas no Superior Tribunal de Justiça, com referência ao caso GTECH versus CAIXA ECONÔMICA e União Federal. De modo que eu coloco-me a disposição para as perguntas que me foram formuladas neste instante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Inicialmente quebrando... Como o nosso Relator é *ad hoc* e a assessoria do Senador Garibaldi ainda não chegou com o trabalho que tinha sido feito, eu vou conceder inicialmente a palavra ao Senador Álvaro Dias para que o V.Exª. inicie.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois não, Sr. Presidente. Inicialmente saudando a Subprocurador Moacir Guimarães, eu gostaria da fazer uma solicitação ao Presidente Senador Efraim Moraes, para que na próxima semana, com qualquer quorum esta Comissão Parlamentares de Inquérito delibere sobre os requerimentos pendentes. Há requerimento de importância que devem ser submetidos a votação sob pena de ficarmos diante da opinião pública sob suspeição, já que constantemente se aborda a tese de que há uma iniciativa governamental para obstruir os trabalhos de investigação desta Comissão Parlamentar, contando com o passar do tempo para... esgotando-se o seu prazo, não concluímos relativamente a determinados objetivos das investigações iniciadas por esta CPI.

V.Exª. tem tido uma atuação exemplar na construção dos trabalhos desta Comissão, da mesma forma o Relator Senador Garibaldi Alves Filho, e nós dependemos da deliberação de alguns requerimentos para que o V.Exª. possa determinar as providências em tempo, afim de que no relatório final determinadas informações possam ser subsídios importantes para as conclusões dessa CPI. Faço referência especialmente a convocação da Sr. Matoso, ex-Presidente da CAIXA ECONÔMICA. A questão não se esgotou, há um requerimento da convocação do Ministro Márcio Thomas Bastos pendente no Plenário do Senado Federal e o depoimento do Sr. Matoso deve preceder a meu ver o depoimento do Ministro Márcio Thomas

Bastos. Portanto, é um requerimento que deve ser submetido a votação na próxima semana, a exemplo do requerimento que quebra o sigilo bancário do Sr. Paulo Okamotto. Que não é primeiro requerimento. Nós já aprovamos dois. O Supremo Tribunal Federal deferiu liminar. Nós aguardamos V.Exª. e espero uma decisão de mérito do Supremo Tribunal Federal, mas como nós já estamos habituados a ver a decisão de mérito ocorrer apenas depois que se esgotam os prazos dos trabalhos da CPI, nós entendemos ser oportuno deliberar sobre um novo requerimento propondo a quebra do sigilo do Sr. Paulo Okamotto.

Ficou apenas nesse dois em que pese o fato de existirem outros em razão da presença do Subprocurador Moacir Guimarães que nos honra com a sua colaboração a esta CPI, Sr. Presidente e vou fazer algumas indagações...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra Senador Tião Viana. Pela ordem.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Apenas para solicitar a V.Exª., que sei que tem tido o mais elevado cuidado com a representatividade dos debates para que tente incluir, na medida do possível, na próxima semana a presença do Dr. Walter Maierovitch, que é uma pessoa que tem dado demonstrações inequívocas de grande e profundo conhecimento sobre toda a complexidade dos jogos no Brasil e da atividade da lavagem de dinheiro e bingo, também. Agradeço a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana informando primeiro a V.Exª. de que a nossa assessoria já fez contato com o Dr. Walter e parece-me que ficou acertado, provavelmente, na terça-feira ou quarta-feira.

Quanto à questão levantada pelo Senador Álvaro Dias, que vou depois cassar a sua palavra, porque aqui chegou o nosso Relator, vai ter condições de iniciar os trabalhos, dizer a V.Exª. que... É claro com a permissão de V.Exª....

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – (risos) Com maior prazer, Senador Juvêncio da Fonseca.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – ...Dizer a V.Exª. de que o pedido de V.Exª. será atendido, porque essa presidência, de acordo com o próprio Relator, decidiu que até quarta-feira da próxima semana, todos os requerimentos serão convocados em discussão e votação, para que o nós possamos realmente votar ou não. Quem votar a favor vai dizer porque está votando a favor, e quem votar contra com as mesma razões. Então esse Presidente concorda com a "Questão de ordem" levantada de V.Exª. "Questão de ordem" e solicitação, e posso garantir a V.Exª. que na próxima semana, nós estaremos aqui votando tudo. Inclusive, contando com a presença de todos, porque aqueles que se fizerem ausente já mostram que não Há interesse de aprovar a matéria. Então é essa questão de V.Exª. solicitar e eu vou atender para que nós possamos, então, concluir os trabalhos da CPI.

Senador há um outro requerimento aqui que eu queria antes de passar a palavra, que é um requerimento do Senador Relator *ad hoc* Juvêncio da Fonseca, que de acordo com o § 3º do artigo da Constituição Federal requer que sejam convidados ou convocados os Sr. Demétrio do Amaral e Milton José Teixeira Rangel, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Os Srs. Demétrio e Rangel trabalham para a empresa FABAMA – Fábrica Brasileira de Máquinas Automáticas Ltda. e para prestar depoimento a esta CPI. Em discussão, não tendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Com a palavra o nobre Senador Juvêncio da Fonseca e essa presidência agradece a V.Exª. pela missão que assume nesse momento de Relator *ad hoc* da CPI dos Bingos.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – O Senador Garibaldi o nosso prestigiado e eficiente Relator não está presente hoje, tenho a pretensão não de...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senador eu deveria ter feito esse comunicado antes, o Senador ligou para mim há pouco e se encontra a caminho da marcha dos Prefeitos para abraçar alguns Prefeitos do seu querido Rio Grande do Norte, mas garantindo que voltará a CPI evidente com outras...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Presidente, os Prefeitos não conseguem recurso em Brasília, mas conseguem diminuir a quorum da CPI. A presença deles em Brasília.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É justo, e eu espero que tenham sucesso em razão a essa questão, embora, tenho minhas dúvidas em razão as votações que podem acontecer até...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pois não, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Só assim, entrando no clima aqui. Primeiro foi acusado de eleitoreira as medidas anunciadas pelo Presidente Lula da questão do reajuste da merenda escolar, do

financiamento para o kit máquina no BNDES. Agora, os Prefeitos saem da mão abanando. Então, eu volto a dizer: A oposição precisa decidir como é que quer criticar. Ou é de um jeito ou é de outro. Dos dois jeitos fica incompatível.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Senadora... São os Prefeitos que estão afirmando isso. Que estão voltando de mãos abanando.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vamos voltar ao assunto não queremos sair do foco da CPI**.** Então quero dizer a V.Exª. que dificilmente os nossos Prefeitos lá no Nordeste terão condições e penso também ao ver o Senador Augusto, concordo com isso, ir ao BNDS para fazer empréstimo...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Os do Paraná também não têm condições.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Até porque o governo nega 1% do FPM. Senador Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente eu prefiro até que caia o quorum desta Comissão eventualmente, mas que os Prefeitos não fiquem desassistidos de forma nenhuma.

Dr. Moacir, perguntas formuladas pelo Relator titular e que passo a transmitir a V.Exª.. Primeira delas, V.Exª. poderia fazer um breve histórico sobre a disputa judicial entre a CAIXA ECONÔMICA e GTECH, e a participação do Ministério Público nestas ações. Deixando bem claro o seguinte: A apreciação que nós temos com referência ao Ministério Público é a melhor possível. Esta autonomia hoje do Ministério Público, a sua ação é fundamental para o destino do País, essa tranqüilidade democrática, econômica do País, também tranqüilidade moral para este País. Portanto V.Exª., as sua informações são preciosas para que a gente dê continuidade aos nossos trabalhos nessa Comissão.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Sr. Relator eu agradeço e cumprimento inicialmente e agradeço as referências elogiosas à atuação do Ministério Público, com referência a este caso e outros casos em que a imprensa tem divulgado.

Com referência ao breve relatório que me pede na intervenção do Ministério Público nesse caso GTECH envolvendo a CAIXA ECONÔMICA e União Federal, quero dizer que a intervenção do Ministério Público na via judicial, se deu exatamente por uma designação que fez o ex-Procurador-Geral da República Geraldo Brindeiro me designando para oficiar, perante ao Supremo Tribunal Federal na Corte Especial, e numa petição de interesse da União Federal, em que ela pedia a sustação dos efeitos de uma sentença da Justiça Federal, justamente da Juíza da 17ª Vara da Justiça Federal aqui da Seção Judiciária de Brasília, em que havia deferidos sentenciado julgado procedente uma medida cautelar de atentado para suspender as providência da CAIXA ECONÔMICA que visava realizar Pregões nesse Serviço de Teleprocessamento de Dados com relação aos programas assistenciais do governo.

A GTECH mantinha um contrato com a CAIXA ECONÔMICA e este contrato foi renovado, posteriormente a CAIXA entendeu que critério da especialidade não era o critério que interessava mais ao interesse público, que tocava mais o interesse público, porque havia com a renovação desse contrato com a GTECH uma nota técnica denunciava que isso significava um prejuízo de mais de 230 milhões de reais para CAIXA ECONÔMICA. Então resolveu a CAIXA ECONÔMICA revogar um edital de concorrência internacional para adotar a forma de Pregão desses serviços**.**

Isso não agradou a GTECH que ingressou na justiça e obteve afinal uma decisão nessa medida cautelar de atentado que lhe beneficiava, ou seja, frustrava a CAIXA ECONÔMICA de realizar a forma mais econômica de licitação para a empresa pública.

Bom, diante disso a União interessada evidentemente por ter a sua participação acionária na CAIXA ECONÔMICA, ela fez um pleito no Superior Tribunal de Justiça que foi autuado como petição e ao mesmo tempo provocou o Procurador-Geral da República para que ele pudesse requerer a suspensão dos efeitos dessa sentença, como é possível dentro da lei processual, suspender os efeitos de uma sentença num mandado de segurança ou em qualquer medida cautelar e até mesmo liminar. E foi isso que fizemos ao recebermos a designação por uma portaria específica do Procurador-Geral, nós pedimos vista do processo e ingressamos com o parecer na petição, demonstrando que havia realmente um grande prejuízo para a CAIXA ECONÔMICA, para a União Federal, a continuidade, esse monopólio de contrato com GTECH Brasil. Porque a forma de Pregão seria a forma mais econômica, seria uma forma mais democrática e fracionamento dessa licitação, desse serviço.

Fizemos, então, um parecer pedindo ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça que suspendesse os efeitos daquela sentença da Juíza Federal da 17ª Vara, que agravava bastante os interesses da União**.** O pedido não foi atendido, o pedido da União, o Presidente indeferiu. O Presidente do STJ indeferiu aquela altura e entendia que não havia o *periculum in mora,* não havia *(inaudível) júri* e dessa decisão, era uma decisão monocrática do Presidente, essa decisão que desafiava um outro recurso, um recurso de agravo da decisão do Presidente para o Plenário da Corte Especial, para a Corte Especial.

Eu esperei que a União, que era a principal interessada porque era requerente dessa petição, interpusesse o seu recurso, porque o Ministério Público fala sempre por último. Mas eu percebi evidentemente que não havia interesse, a União não manifestou depois o interesse. Nas primeiras manifestações havia o interesse em suspender os feitos daquela decisão, mas me surpreendeu o fato do desinteresse da União posteriormente em impugnar do Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Como as posições do Ministério Público, principalmente as nossas, em Tribunais Superiores não estão atrelados a interesse governamentais, fizemos então o agravo regimental dessa decisão, agravo este que deveria ter sido julgado com muito mais rapidez, mas ele demorou bastante para ser julgado, e só foi julgado já na gestão de um outro Presidente, já na gestão do Presidente Vidigal, Edson Vidigal é que ele colocou em pauta este agravo regimental e colocando em pauta esse agravo regimental na Corte Especial, o agravo foi provido. E próprio Ministro, ex-Presidente, que havia concedido e indeferido a liminar, votou no sentido de suspender os efeitos da decisão.

Então, a decisão que atendeu a agravo regimental do Ministério Público, foi uma decisão unânime. Essa decisão restaura para a CAIXA ECONÔMICA e para a União, a possibilidade de modificar o sistema de licitação, fugindo aquela camisa de força que seria a engessamento desse contrato, monopólio com a GTECH.

Então, esta foi a atuação do Ministério Público no sentido de proteger os interesses econômicos da Fazenda, os interesse econômicos da União. E graças a Deus tivemos sucesso, depois de algum tempo, depois de algum esforço e até esperávamos que isso aí podia ser ate que se esvaziasse por qualquer outra medida de caráter administrativo, mas a medida foi salutar, eu tenho até em minhas mãos aqui o acórdão da Corte Especial, que foi unânime no sentido de suspender os efeitos dessa decisão. Uma decisão monocrática, uma decisão, uma medida cautelar de atentado e concedida por uma Juíza que até já se aposentou, sem uma maior reflexão sobre os grandes prejuízos que a CAIXA ECONÔMICA e a União tomariam, se continuasse com essa renovação do contrato com a GTECH.

O que surpreendeu realmente, que antes do julgamento desse agravo regimental, eclodiu justamente aquele escândalo do caso Cachoeira, do Sr. Carlinhos Cachoeira e um colega do Ministério Público até foi um pouco sacrificado do ponto de vista interno disciplinar, porque teria sido, vamos dizer, flagrado tomando depoimento do Sr. Carlinho Cachoeira, nas dependências da Procuradoria. Na realidade o objetivo era muito mais relevante. Seria justamente obter a tal fita de vídeo onde aparece Waldomiro Diniz tentando extorquir dinheiro para interferir em favor da empresa GTECH do Brasil.

Essa providência nessa época o Procurador-Geral era a Dr. Cláudio Fonteles, talvez não tenha apreciado bastante a relevância desse trabalho do colega e acabou de certo modo ele sendo sacrificado na Corregedoria-Geral, e posteriormente a Conselho Superior teve que fazer justiça ao colega e verificar que ele está ali em nome de um relevante interesse público investigando atrás de um prova eficiente para um processo penal e para uma ação civil. Muito obrigado.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Dr. Moacir, a pergunta seguinte seria justamente sobre todos esses detalhes e principalmente a suspeita que pairava sobre esse cruzar de braço do próprio governo a respeito do contrato. E a impressa toda afirmou que V.Exª. se viu na obrigação de agir para evitar mais prejuízo aos cofres público, e foi o que V.Exª. fez e o Senhor confirmou essas afirmativas. O Senhor poderia detalhar um pouco melhor as suas suspeitas, por que é que o governo realmente não desejou que tudo isso acontecesse em benefício da própria CAIXA ECONÔMICA para evitar prejuízo a própria CAIXA ECONÔMICA e ao erário público?

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Veja bem. A pessoa jurídica de direito público, ela tem essa legitimidade da requerer a suspensão de feitos de uma liminar e feitos de uma sentença e mandado de segurança e qualquer medida cautelar. Isto fez a União, num primeiro momento. Ela fez, peticionou ao Superior Tribunal de Justiça. O que estranhou é que adiante do indeferimento deste requerimento de suspensão, não tivesse a União Federal que era a principal interessada, a parte interessada, porque o Ministério Público apenas dá um parecer nesses processos de interesse da União, não tivesse ela insistido em impugnar essa decisão perante a Corte Especial. Isto realmente me chamou a atenção. Eu aguardei e resolvi interpor o agravo já nos últimos dias, porque eu queria ver a posição da União com referência àquela decisão. Estranhei o fato do silêncio, completo silêncio da União. Não houve por parte da União, perante o STJ diante do indeferimento de sua petição, do seu pedido incidental, não houve um interesse de impugnar essa decisão. Mas, o Ministério Público não tem esse compromisso. Ele é positivo ou negativo e fizemos então a agravo regimental que demorou bastante para ser julgado, mas infelizmente ele foi provido pela Corte Especial unanimemente. Até mesmo aquele ex-Presidente, Ministro, que havia indeferido votou no sentido de reformar a decisão para

suspender os efeitos daquela decisão tão nociva aos interesses econômicos da União Federal.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Dr. Moacir, qual foi esse período mais ou menos? Nas minhas anotações aqui diz que foi mais ou menos em 2003. 2002, 2003.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Eu tenho aqui. Eu posso lhe dar. O parecer inicial do Ministério Público foi 5 de dezembro de 2002, e aí começa em 5 de dezembro de 2002 toda a trajetória. Em 5 dezembro de 2002, nós havíamos dado um parecer que concluiu o seguinte: Pelo deferimento da ordem, que era o requerimento da União, para suspender os efeitos da sentença proferida na medida cautelar de atentado e as medidas judiciais executórias ulteriores até o julgamento da CAIXA ECONÔMICA.

Então o parecer, o primeiro parecer do Ministério Público, foi em 5 de dezembro de 2002. O que aconteceu foi que... Eu vou pegar o agravo regimental, porque logo em seguida tivemos que fazer o agravo, é justamente essa parte que eu falo, a fase que eu me refiro, vamos dizer, a um certo desinteresse da União em impugnar. Vai lá por fevereiro de 2003, pois justamente eu interpus o agravo em 12 de fevereiro de 2003, quer dizer, logo depois do recesso do Judiciário... Tivemos aquela fase de janeiro, voltar em fevereiro as atividades do Superior Tribunal de Justiça, em 12 de fevereiro de 2003, eu recorri, e aí a União no início do ano de 2003 não tomou nenhuma providência em recorrer, eu fiz a agravo regimental. Então eu posso me referir cronologicamente ao início, a fevereiro a partir de fevereiro de 2003.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Mas V.Exª. não tem nenhum fato a que atribuir, fato assim, dentro da realidade que tenha tomado conhecimento de que alguém determinou, deixou determinar que isso acontecesse?

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Para mim essa é avaliação, porque quem está acostumado há dez anos a atuar Superior Tribunal de Justiça e nos órgãos fracionários, nas turmas, nas seções e Corte Especial, especialmente em casos específicos, e eu estava atuando aqui por uma designação especial, estranhava de que interesse de mais de 300 milhões de reais, não tivesse chamado a atenção para a Advocacia da União, quando a própria União era requerente da petição de 2105. Ela era a principal interessada, e veja bem, quando a agravo foi julgado, houve um momento em que a mídia divulgou aquela questão referente ao problema da fita.

Eu fiz um outro requerimento me lembro muito bem. Eu tenho aqui este requerimento em que eu juntei, inclusive, ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, vasto noticiário dos jornais que denunciavam a interferência, esse *lobby* feito pelo Sr. Waldomiro Diniz com referência a GTECH.

Então eu fiz um requerimento onde eu pedi providência, veja bem, as primeiras providências de caráter criminal e policial foram feitas pelo Ministro em 31 de março de 2004, em que eu levava ao conhecimento do Sr. Presidente do Tribunal a questão da fita, e também falava e pedia providência com referência à abertura de inquérito. A abertura de inquérito perante a Polícia Federal. Inquérito esse que só foi instaurado já em agosto, mas eu pedia ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça que convertesse aquele julgamento do agravo em diligência e determinasse rapidamente a Polícia Federal que instaurasse o inquérito e apreendesse a dita fita que era a questão polêmica que envolvia a Carlinhos Cachoeira com o Waldomiro Diniz depois do episódio envolvendo a colega do Ministério Público, naquela tomada daquele depoimento da sede da Procuradoria-Geral da República. Nessa época era Procurador-Geral, o Dr. Cláudio Fonteles.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Dr. Moacir. Em junho de 2003 o Superior Tribunal de Justiça revogou a liminar.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Em junho? Acho que não. Houve a revogação, a decisão do Superior Tribunal de Justiça eu tenho aqui a acórdão, eu posso precisar se a questão de data**.** Isso posso precisar ao Senhor, o acórdão do STJ, é agosto de 2004.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Relator... Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria pedira a cópia para o Relator desse acórdão.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Eu vou colocar a disposição toda essa documentação aqui, a proporção em que eu for falando-se, é porque a decisão... Eu gostaria só para referir aqui porque está sendo gravado. A decisão do STJ que revogou a liminar dada pelo... Quer dizer, não houve decisão liminar do Superior Tribunal de Justiça. O que houve por parte do Presidente foi o indeferimento do requerimento da União Federal, pedindo a suspensão dos efeitos da sentença da Juíza que beneficiava a GTECH.

Então, o que houve foi em 18 de agosto de 2004 é que o Superior Tribunal de Justiça, 18 de agosto de 2004, então muito depois. Essa questão de 2003, levou mais de um ano, para que o Superior Tribunal de Justiça realmente verificasse que a Juíza errou, então a Superior Tribunal de Justiça suspendeu os efeitos por uma decisão colegiada unânime, suspendeu os efeitos dessa Juíza. O que houve foi uma sentença da Juíza que beneficiava a GTECH em 2003. Em 2002, 2003.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – A quem o Senhor atribuiu essa demora tão grande entre o voto e a decisão?

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – A questão, por exemplo, do julgamento na Corte Especial, devo dizer que o ex-Presidente, o Ministro Nilson Naves, ele atendeu o requerimento do Ministério Público, no sentido de pedir informações. Ele insistia em pedir informações à CAIXA ECONÔMICA, para saber se a CAIXA ECONÔMICA tinha ou não tinha interesse em continuar e União tinha interesse em continuar com aquela medida. Já havia um agravo. Como, acho que a CAIXA demorou a informar e União também não manifestou, vamos dizer, um certo interesse em subsidiar o Superior Tribunal de Justiça, o Presidente com informações muito rápidas, e isso deve ter atrasado bastante o julgamento do agravo regimental.

A rigor o agravo regimental devia ter sido colocado na primeira seção seguinte a data em que foi proferido o despacho monocrático impugnável. Mas o Ministro Nilson Naves, ele realmente insistiu junto a CAIXA ECONÔMICA e queria se certificar da nota técnica que mostrava que havia interesse da CAIXA ECONÔMICA em realizar Pregões e não em renovar contrato com a GTECH e não manter, vamos dizer, um monopólio desses serviços de teleprocessamento com a empresa.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Percebe-se que é incompreensível essa demora da CAIXA ECONÔMICA e da própria AGU.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Sim, claro. Tudo isso me leva justamente a responder a sua pergunta, em que eu me apoio para achar que essa demora se devia a um certo desinteresse, a um certo descaso. Exatamente por isso. É que a gente está acostumado ao Superior Tribunal de Justiça a subsidiar também, às vezes, teses da AGU quando esses interesses vão ao encontro dos interesses do Ministério Público, percebe-se que nesse caso as informações atrasaram mais de um ano o julgamento de um agravo. Você pode reparar que em 2004 é que esse processo entrou em pauto para julgamento, mas houve uma decisão unânime da Corte Especial nos sentido suspender os efeitos dessa sentença.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Dr. Moacir, e apesar da revogação da liminar a CAIXA ECONÔMICA não retomou aos Pregões.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Não retomou? Bom, eu não acompanhei esta fase administrativa se ela retomou. Para mim interessava a resultado do julgamento, não me interessava propriamente saber essa questão pertinente a questões internas da CAIXA ECONÔMICA, se ela retomou aos Pregões ou não retomou os Pregões, mas há uma nota técnica e não só uma nota técnica da CAIXA ECONÔMICA, há uma manifestação do Tribunal de Contas da União, e eu tenho acórdão do Tribunal de Contas da União, que recomenda a CAIXA ECONÔMICA que agilize, providencie, se empenhe para conseguir na justiça reverter essa situação. O acórdão também foi unânime do Tribunal de Contas da União. E entendendo também que o Pregão é uma forma muitos mais democrática, e atende mais aos interesses da União em fracionar esse serviço e não manter um monopólio com a multinacional.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – A renovação do contratado da CAIXA ECONÔMICA com a GTECH no dia 8 de abril de 2003, teve como condição desistência das ações que a GTECH movia contra implantação do CAIXA AQUI. Isso teria atendido interesse da PROCOMP intermediado pela república de Ribeirão Preto, pois com esta ação essa empresa poderia vender cerca de cinco mil máquinas para a CAIXA ECONÔMICA, porém o estranho é poucos meses depois a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL estava negociando com a GTECH para ela assumir o CAIXA AQUI. Pergunto: O Ministério Público está investigando também a relação CAIXA ECONÔMICA com a PROCOMP?

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Veja bem, eu não tenho... Eu tenho aqui, eu trouxe o andamento de ações que estão em curso no Ministério Público. Existe uma ação civil pública de improbidade administrativa e que foi autuada em 28 de outubro de 2005, em que figura aqui como requerente o Ministério Público Federal, e como requeridos José Dirceu de Oliveira e Silva e Waldomiro Diniz, e também José Carlos Becker de Oliveira e Silva. Não sei se esse é Carlinhos Cachoeira, não sei. Existe essa ação civil pública de improbidade administrativa que data de 2005, de outubro. Existe uma outra ação civil pública que data de 16 de 7 de 2004. Também está na 7ª Vara. Essa primeira que eu citei, está na 15ª Vara Federal. Esta outra que eu estou citando agora é 7ª Vara Federal e os réus aqui são a Waldomiro Diniz e Rogério Tadeu Buratti.

O Senhor está falando aí e essas pessoas estão envolvidas neste caso. Então, o Ministério Público deve estar investigando. Não sei com referência a essa empresa que o Senhor falou. Existe... Aqui é o inquérito policial, aqui eu tenho que fazer uma consideração porque o inquérito policial que estava investigando essa questão da corrupção passiva, do extravio e sonegação ou inutilização de livro, documento, crimes contra administração pública em geral, e a própria advocacia administrativa, ele data de 19 de 8 de 2004,

a autuação dessa inquérito. Todavia, até hoje não foi concluído pela Polícia Federal.

Então, essa demora também me estranha. É bem verdade que há certas diligências aqui. Agora eu não sei se a Polícia Federal está atendendo todas as exigências do Ministério Público e da justiça dentro do prazo. Eu sei que é um inquérito que inicia em agosto de 2004, nós estamos em 2006 e não temos nenhuma conclusão.

Como temos duas ações civis públicas onde estão envolvidas estas pessoas que eu citei, é provavelmente que o inquérito se refira também a conduta criminal a essas duas pessoas que são rés na ação civil pública.

Então, se há ato da improbidade administrativa pela qual possam responder essas pessoas, no civil, provavelmente estas pessoas teriam uma incriminação, uma responsabilidade também penal. Só que eu acho que o Ministério Público anda bem com as ações civis públicas, mas a Polícia Federal aqui demora um pouco com este inquérito. E eu gostaria de até... Não deu tempo de procurar saber por que razão não foi concluído esse inquérito na Polícia Federal.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu solicito que V.Exª. se dirija à Polícia Federal reclamando que quase dois anos, não tem conclusão desse inquérito.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Aliás, Presidente, eu estou aqui com esta pergunta para V.Exª.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu acho que isso é gravíssimo com a Polícia Federal.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque eu fui à Tribuna para defender que Polícia Federal que ela faria o inquérito com a rapidez necessária em razão da dificuldade da CPI. Mas a CPI já está terminando, apareceram vários fatos novos que está sob investigação graças à coragem do Presidente, e o inquérito a gente nem sabe como é que está. Não estou criticando a Polícia Federal, porque e parece que há um choque com o Ministério Público e a Polícia, em razão de algumas decisões. É o que eu recebi como informação. Se a Senhor pudesse nos ajudar. O Delegado Federal está aqui, eu vou pedir...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V.Exª. será atendido por essa presidência que vai oficiar a Polícia Federal solicitando informações nesse sentido.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu agradeço a V.Exª.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – A propósito dessa relação que V.Exª. faz com o inquérito policial, eu posso dizer que com referência à ação do Ministério Público, esta ação de improbidade administrativa que tramita na 6ª Vara Federal, tem um despacho aqui aguardando cópia de relatório parcial da CPI dos BINGOS. Isso é na ação civil publica, não é verdade? Eu acho que o Juiz está aguardando uma conclusão da CPI dos BINGOS para poder dar a sentença.

Agora, o inquérito realmente eu não tive oportunidade de ver por que razão ainda não está concluído.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Quando os dois Promotores que ouviram na madrugada o Carlinhos Cachoeira pela manhã apresentaram já a denúncia e aí o Delegado diz que ela foi fraca em razão de ele ter pedido prazo para dar continuidade às investigações que faltavam prova materiais, então precipitou e atrasou muito. Mas já três anos, quer dizer a coisa ficou...

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Eu vi o andamento desse inquérito. Eu não tive tempo da consultar a Polícia Federal, porque está na esfera da Primeira Instância, os Procuradores que cuidam. Eu cuido da parte do Superior Tribunal de Justiça que uma designação especial. A minha parte foi cumprida...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E eu queria V.Exª., por tudo que fez.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Muito obrigado.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Dr. Moacir, eu acho que é a penúltima pergunta. A última virá depois. A CAIXA ECONÔMICA afirma categoricamente que tem condições técnicas de atender todo esse processamento de sorteios dos bingos, tudo quanto é ação que possa ser feito nesse sentido, ela está preparada para isso. E a gente sente que a CAIXA ECONÔMICA lutou para que isso acontecesse. Era razão de ser pela revogação do contrato com GTECH. Entende V.Exª. que a CAIXA ECONÔMICA está preparada para isso? E se estiver preparada houve empecilho sério que ela não pudesse chegar a esta iniciativa?

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – A conclusão é a nota técnica. Se a CAIXA revoga um edital e uma faz opção dentro do art. 49 da Lei de Licitação, para realizar de outra forma que o Pregão, e fracionar o serviço, é porque a CAIXA está contra o monopólio desse teleprocessamento por uma empresa multinacional. Isto esta óbvio. Há uma nota técnica que justifica intervenção da União em nome da CAIXA pelo interesse econômico e de tentar revogar, reverter essa decisão esdrúxula que realmente manteve e propiciou a renovação de um contrato com essa empresa. Acredito que sim.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Dr. Moacir, é de conhecimento dessa CPI que

o Governo dos Estados Unidos apreendeu diversas caixas de documento da GTECH naquele País**.** Não foi permitido a esta CPI ter acesso a estes documentos, porém o Ministério Público já obteve alguns documentos e deve obter o restante. Esses documentos podemos ser muito importantes para comprovar a tese de que a CAIXA ECONÔMICA e a AGU, propositalmente cruzaram os braços para beneficiar a GTECH. Pergunto: V.Exª. tem conhecimento sobre essa investigação? Teve acesso a algum desses documentos?

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Não tive acesso, mas estou tomando conhecimento por V.Exª. nesse instante, mas talvez até pela experiência de 10 anos no Superior Tribunal de Justiça, eu fiz um Ofício ao Sr. Procurador-Geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva em 1º de fevereiro, e eu encaminhei toda a documentação desse trabalho que fiz da GTECH do Superior Tribunal de Justiça, para as providências criminais e cíveis da alçada do Procurador-Geral. É bem verdade que teria que se investigar neste momento, quais as pessoas que teriam prerrogativa de fórum para justificar a intervenção do Procurador-Geral perante o Superior Tribunal de Justiça e até o Supremo Tribunal Federal.

Eu estranhei um pouco que ele tivesse me questionado sobre quais as atribuições dele e o que justificaria a intervenção dele nesse caso. Eu quis me referi a época em que havia ligações, vamos dizer, de um Assessor do Gabinete Civil da Presidente da República a época em que havia autoridades do governo envolvidas nessa questão da GTECH. E não tivesse aquela altura, ele não era o Procurador-Geral, mas era o Vice-Procurador, o Procurador-Geral era o Dr. Cláudio Fonteles e não tivesse, vamos dizer, atentado para a fato e dado uma relevância a investigar a Procurador da República, o Subprocurador que investigava o caso e não investigava autoridades do governo que tivesse envolvidas no caso.

A preocupação foi interna, não foi externa. E eu então fiz o Ofício 006 ao Procurador-Geral Antonio Fernando e ele me questionou, e eu fiz um outro Ofício a ele... Eu vou pedir vênia para talvez citar uma passagem do meu Ofício. Eu fiz 09. Este eu fiz em 1º de fevereiro. Aí em resposta ao questionamento que ele mês fez, eu disse que estranhava por parte da Procurador-Geral que referisse as notícias da mídia sobre o conhecimento público das providências tomadas pelo Ministério Público Federal com relação ao caso. E no final aqui eu disse: "Muito importante seria que V.Exª. divulgasse a imprensa o que existe sobre o caso GTECH e apurasse a omissão das autoridades da CEF e os possíveis conluios dos quais essas autoridades eventualmente tenham participado para realizar o acordo com a GTECH e impedir o Pregão do serviço da ação social do governo". Mais adiante eu salientei: "Presumo que estão relacionados as ligações do lobista Waldomiro Diniz com a ex-Chefe da Casa Civil e ex-Deputado José Dirceu, que pela sua condição de Ministro do Governo arrastaria o processos a análise por parte de V.Exª. a apurar como Procurador-Geral da República, salvo se já tiver uma opinião pré-concebida e formada jurídica e politicamente, sobre os responsáveis diretos e indiretos no caso. E pelo Princípio da Transparência, acho que devia ser divulgado à impressa, inclusive, para o conhecimento da CPI que investiga o caso".

Essa foi a última manifestação, agora eu vejo que tinha eu razão então, e no Ofício 009 em saber que existem esses documentos apreendidos pelas autoridades norte-americanas, com referência a GTECH, e se existe ou não existe e se são ou não, do conhecimento do Ministério Público Federal, eu desconheço até agora. Mas também não obtive nenhuma informação por parte do Procurador-Geral nesse sentido. Mas eu providenciei diligência, nesse sentido as providências criminais.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Dr. Moacir, a relatoria *ad hoc* está parcialmente satisfeito, vamos dar oportunidade aos Srs. Senadores presentes às perguntas que têm a fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu quero agradecer a Senador Juvêncio da Fonseca e parabenizá-lo e deixá-lo convocado sempre *ad hoc* quando necessário. Senador Álvaro Dias, V.Exª. dispõe de 10 minutos. Com a tolerância costumeira desse Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, Dr. Moacir Guimarães, eu tinha mais algumas perguntas a respeito dessa omissão da CAIXA ECONÔMICA e da AGU no transmite dessa briga judicial, no entanto parece está esclarecido esse episódio. Realmente fica evidenciada a omissão relativamente a essa disputa judicial. Mas de qualquer maneira para aprofundar um pouco e esclarecer mais, sem o desejo de tornar repetitiva a exposição do Subprocurador, a CAIXA para justificar essa decisão de não contestar a liminar em que pese o reconhecimento de um prejuízo ao redor de 230 milhões, em função da manutenção do contrato, para justificar a decisão de não contestar a liminar, tanto a CAIXA quanto a AGU se ampararam numa súmula do Superior Tribunal de Justiça. A CAIXA afirmou em nota que fazendo referência a súmula 217 que limitava os recursos na justiça. A súmula dizia, "Não cabe agravo da decisão que indefere a pedido de suspensão de execução da liminar, ou da sentença em mandado de segurança". Eu gostaria apenas que

o Senhor nos esclarecesse a respeito dessa nota, se cabe esse argumento apresentado pela CAIXA.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – A súmula realmente foi invocada pela advocacia da União, Mas veja bem, última parte se refere a mandado de segurança**.** A sentença era numa medida cautelar de atentado. Então, gramaticalmente está fora da incidência da súmula. E ainda que estivesse na incidência da súmula, o Superior Tribunal de Justiça conheceu do recurso e proveu o recurso a unanimidade. Então ele teria, vamos dizer, se tivesse em vigor a súmula, e se ele entendesse que a súmula é incidente, teria afastado os efeitos dessa súmula. Não teria julgado o recurso, teria fulminado a recurso na sua admissibilidade.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu creio, Sr. Presidente que essa questão fica devidamente esclarecida quanto à omissão da União em razão do prejuízo que a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, admitindo esse prejuízo de mais de 230 milhões de reais.

De acordo com depoimento do Diretor Comercial Marcelo Rovai e do Presidente da GTECH do Brasil, Antonio Carlos Lino Waldomiro Diniz tentou extorquir a empresa impondo a contratação de um consultor para facilitar as negociações. O consultor era Rogério Buratti que cobraria 16 milhões para ajudar a GTECH a manter a exclusividade do contrato. A versão de Buratti e outra ele afirma ter sido procurado por executivos da multinacional que teria oferecido propina ao PT para facilitar as negociações. Dependendo do desconto e da duração do contrato os valores poderiam variar de 500 a 16 milhões de reais, disse Buratti em um dos seus depoimentos a esta CPI. Qual a sua impressão a respeito do envolvimento do Waldomiro Diniz e Rogério Buratti na renovação do contrato da CAIXA com a GTECH?

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Quem está respondendo uma ação de improbidade administrativa, com referência a este fato pontual não teria duvida aqui a colocar sobre as conclusões dos colegas que atuam em Primeira Instância. Existem duas ações civis públicas que envolvem a questão do ato improbidade administrativo, onde ele figura como réu na ação e também no inquérito policial, eu não tenho porque duvidar das conclusões dos colegas que atuam em Primeira Instância, essa prova, essas declarações devem ter sido examinadas e sopesadas no contraste com outras provas nos autos. Como eu não estou atuando em Primeira Instância eu não posso tecer considerações muito próprias e específicas, mas eu penso que se realmente fossem convencedoras, eles não estariam juntamente com Waldomiro Diniz como réu nessas duas ações**.**

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E o Senhor entende que a Polícia Federal adotou todas as providências necessárias no tempo hábil para que o caso fosse esclarecido?

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – O inquérito ainda não foi concluído. É isso justamente que vai ser objeto do questionamento pelo Senador Tuma com referência à Polícia Federal.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O Senhor acredita que os Srs. Waldomiro Diniz e Rogério Buratti agiam por conta própria ou eles, na verdade, representavam algum grupo ligado aos Ministros de Estado, José Dirceu e Antonio Palocci?

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Eu não posso fazer uma ligação direta. O que eu vejo é a mídia falar isso e algumas ilações que são tirados de outros depoimentos. Como era uma pessoa que estava ligada ao Gabinete Civil da Presidência da República está sempre presente, e também o ex-Ministro, ex-Deputado e ex-Chefe da Casa Civil está também como réu na ação da improbidade administrava, provavelmente esta conclusão devem ter tirado os colegas da Primeira Instância. Seria interessante ouvi-los.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O Senhor sugere que ouça os Procuradores.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Sim. Ouça os Procuradores que são responsáveis pela ação civil pública de improbidade, as duas ações que tramitam na Justiça Federal, uma na 7ª outra da 14ª Vara. Eles poderão dizer sobre a prova que encontraram para o ajuizamento dessa ação. Então, se essa ação vai determinar uma sentença que vai determinar uma sentença que vai determinar uma sanção da Lei de Improbidade Administrativa, deve haver prova ou deve haver um protesto por outras provas, além daquelas que seriam suficientes para o Juiz determinar uma citação. Porque de outra forma, se da narração dos fatos, de uma petição inicial o Juiz chegasse a uma conclusão de que não se pode chegar a deferir o pedido de citação, a petição seria inepta. Como não houve a inépcia da petição, eu acredito que haja pelo menos indícios de que essas ligações possam existir.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Adiante do fato, Sr. Presidente, eu creio que seria interessante consultar o Relator titular, o Senador Garibaldi sobre a conveniência de ouvir conforme a sugestão do Subprocurador Moacir Guimarães os responsáveis pelo processo. Não só Procuradores...

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – E acho também sobre o inquérito, porque o Ministério Público já está oficiando no inquérito da Polícia Federal nessa ida e vinda para a justiça, e como há uma

conexão entre o ato improbidade e o que está sendo apurado na esfera criminal.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu só não proponho essa convocação, Sr. Presidente por não saber se a juízo do Relator há necessidade ou se ele já tem convencimento para que conste do seu relatório final a prática de atos e improbidade administrativa da parte dos Ministros José Dirceu e Antonio Palocci.

O que ficou pelo menos suscitou-se a tese de que a interrupção do pagamento desse 16 milhões de reais por ordem do Ministro Palocci, só ocorreu em função da eclosão do escândalo Waldomiro Diniz. Não fosse o escândalo Waldomiro Diniz essa operação referente a propina de 16 milhões de reais teria se concluído.

Eu creio que cabe ao Relator Garibaldi, já que nós temos um prazo limitado para concluir os trabalhos da CPI, determinar a conveniência ou não, de convocação de outras pessoas para esclarecer definitivamente o envolvimento do Ministro José Dirceu e Antonio Palocci. Era só o que eu tinha, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. Senador Álvaro Dias e concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma. V.Exª. Senador dispõe de até 10 minutos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu vou ser rápido porque o Relator *ad hoc* fez um questionamento perfeito como Advogado e jurista que é e também a exposição do Dr. Moacir que foi bastante didática, objetiva e conclusiva, que dificilmente alguém que vem depor conclui realmente a objetividade do que está expondo. Então eu queria cumprimentar V.Exª. por todo trabalho que fez chegando a esta conclusão, inclusive em defesa do patrimônio do Estado. Que as autoridades obrigadas a isso, se omitiram segundo o depoimento de V.Exª.. Precisou a Ministério Público realmente modificar a decisão judicial para que não houvesse a prejuízo total e principalmente na parte da tecnologia que a CAIXA, os técnicos já depuseram aqui que tinham todas as condições de preparar...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Senador Tuma desculpa interromper. V.Exª. está falando em prejuízo. Eu creio que seria interessante aproveitando o seu tempo, para que o Subprocurador Moacir Guimarães dissesse da convicção dele sobre esse prejuízo. O que nós temos que insistir relativamente a o prejuízo dos 230 milhões de reais**.**

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele estranhou a falta de interesse do Estado. Foi o que eu ouvi.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A convicção de V.Sª. sobre o prejuízo?

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Convicção que eu tenho sobre prejuízo, é uma convicção com base em documento. Existe uma nota técnica da CAIXA ECONÔMICA que convence da intervenção da União à justiça e recomendação do Tribunal de Contas da União em acórdão recomendando que a CAIXA insistisse na reversão de uma decisão judicial porque significava para CAIXA uma economia contraria ao senso ou prejuízo de mais de duzentos e trinta e cinco bilhões de reais.

Então isto aí é suficiente para mim. Se a própria empresa pública nos seus órgãos internos de avaliações técnicas, chegam a essa conclusão e modifica o processo da licitação para uma outra forma que é o Pregão, está evidente que haveria o prejuízo. E realmente situações monopolísticas nunca trazem evidentemente a lucro. (risos) O mercado tem que ser aberto. Isso é uma regra no direito econômico. Todo o monopólio realmente é um estrago.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, eu acredito que foi importante esse aparte do Senador e explicação do Dr. Moacir. Mas, eu queria Dr. Moacir aproveitar a palavra do Senhor, se referiu a decisão do Juiz ao final para dizer que nós não podemos esmorecer, Presidente. A própria decisão judicial acredita na CPI. E aguarda decisão para tomar decisão final. Nós temos praticamente pronto o relatório da GTECH faltando discutir e aprovar algumas Emendas que foram apresentadas. Talvez fosse importante que liquidasse isso e já mandasse...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tuma, até quarta-feira eu pretendo – e agradeço a V.Exª. a lembrança – o relatório da GTECH já está aprovado, com destaques ao voto em separado, nós vamos decidir. Então devo dizer a V.Exª. que até quarta-feira também liquidarei esse assunto, porque já se encontra aprovado por esta Comissão, tendo apenas os destaques.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Como eu li de uma repórter que eu tenho uma grande admiração hoje, que a CPI está se desmilingüindo, então eu acho que é informação incorreta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu diria que V.Exª. que nós respeitamos opiniões dos companheiros da imprensa, de Parlamentares, do Governo, da oposição. Agora o que eu posso dizer a V.Exª....

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu aceito, por isso que a gente fica estimulado a reagir trabalhando.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – ... Na condição do Presidente, de que as análises serão respeitadas. Todos nós graças a Deus, defendemos e continuaremos a defender a impressa livre, e dizer a V.Exª. que teremos boas surpresas

para o País. Surpresas que eu me refiro é em função desse relatório que eu tenho certeza que essa CPI, os membros dessa CPI haverão de oferecer ao Ministério Público um relatório transparente e verdadeiro e acima de tudo com todas as investigações conclusas. Se não deram a oportunidade, se não pudermos... Essa oportunidade nós vamos sugerir que o próprio Ministério Público tome as providências que não foram possíveis por forças já conhecidas que a CPI talvez não possa concluir.

Mas digo a V.Exª. que a CPI mantém a prazo até o dia 24 de junho, já tive a oportunidade de dizer que pretendo num entendimento de companheiros de oposição, do governo, do próprio Relator, tentarmos antecipar o final, mas com todo o material pronto, preparado e investigado. Se não for possível, vamos esgotar o nosso prazo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, por mais não fosse a excelente exposição do Dr. Moacir nos esclarecendo e o Relator, só essa expressão que ele trouxe da decisão judicial já me deu um ânimo bastante forte que nós estamos no caminho certo.

Se o Juiz confia na CPI, tenho certeza que é reflexo que a população também acredita. E nós temos nos servido bastante no Ministério Público da Polícia Federal é claro, pela atuação permanente e o conhecimento internacional de relacionamento na troca de informações. Eu queria só fazer uma pergunta de ordem jurídica, é claro que a Ementa citada pelo Senador V.Exª. diz que a advocacia usou pela metade, deixou...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Súmula 217.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ...217, usou pela metade para poder ignorar a necessidade de impedir, isso uma dedução policia. Se eu tivesse investigando eu ia olhar sobre esse prisma. Mas sobre o problema da denúncia do Procurador Dr. Antônio, o Ministro Joaquim disse que é muito difícil. É claro, tem mais de 300 testemunhas que poderão... Cada iniciada apresentar oito que já dá 320, fora o que o Ministério Público apresentou e poderá até ter testemunhas em outros Países que vai dificultar mais ainda o andamento do processo.

Eu conversei com alguns Delegados e também com Promotores e alguns Juízes, eles acham que se algumas das pessoas que participaram de toda essa trama e que foram denunciadas, se entrar no crime de improbidade administrativa, que V.Exª. citou aí, a velocidade seria muito maior com o pedido de prisão preventiva e também o seqüestro de bens, por ação da improbidade administrativa que a velocidade do processo seria muito maior. O Senhor concorda com isso? Desculpa, é uma pergunta. Se o Senhor não quiser responder...

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Uma opinião de caráter pessoal evidentemente o Senador me faz um questionamento sobre o problema de quarenta denunciados, é bem verdade que numa denúncia com 40 denunciados tem uma instrução demorada, seguramente tem uma instrução demorada. Os artifícios da defesa realmente complicam ainda mais, porque se multiplicar o número de testemunhas arroladas na defesa prévia, nós temos uma instrução demorada. Temos também contra esta iniciativa do Ministério Público uma prescrição. Se demora a instrução, a prescrição intercorrente também vai em benefício do réu. Mas há... O Código de Processo Penal também dá alternativas. Essas alternativas também podem ser tomadas pelos Juízes e podem ser tomadas pelo Ministério Público. Assim como permite a desmembramento, pode haver o desmembramento e uma instrução com processos desmembrados e uma instrução conexa naquilo em que for comum na oitiva de determinadas testemunhas. Isso poderia, digamos, acelerar a tramitação de uma ação penal para um julgamento mais rápido, daquelas questões que não fossem atrapalhadas por argumentos de defesa de um dos co-réus ou co-denunciados. Mas isso compete aos colegas, ao Procurador-Geral (soa a campainha) que subscreveu a peça decidir, porque para uma economia processual a gente tem que escolher o caminho mais próximo para chegar ao resultado.

Sobre essa alternativa de fazer o enquadramento da Lei de Improbidade Administrativa, realmente a Lei de Improbidade Administrativa não traz sanções penais, ela traz sanções de outra ordem. Ação, ação civil, não é a penal. Mas eu creio que no geral, entre os crimes que foram capitulados e foram imputados aos co-denunciados, poderá haver uma reflexão mais tarde da própria justiça e do próprio Ministério Público, quem sabe, de um fracionamento dessa ação penal para que corra mais rápido e chega à sentença.

Sobre a posição do Ministro Relator, ele anunciou naturalmente com a perspectiva de que 40 denunciados, vai gerar uma instrução demorada. Eu acho que ele fez uma conjectura perfeitamente lógica.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É para tirar qualquer sonho de que isso vai se resolver em um mês.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Agora, sobre problemas do seqüestro de bens, a indisponibilidade de bens, são medidas que podem sem requeridas paralelamente. Elas poderiam ser requeridas juntamente com a própria denúncia, como poderão ser requeridas incidentalmente a qualquer momento. Isso

aí são medidas cautelares que podem ser tomadas e os bens ficariam indisponíveis até que ocorresse uma sentença definitiva, no caso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Muito obrigado, Presidente. Cumpri o horário. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e concedo a palavra a Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Desculpa, Presidente. Eu queria inicialmente só rememorar o Dr. Moacir Guimarães acompanha esta questão da CAIXA, acompanhou, não sei se ainda acompanha, desde quando?

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Desde a minha designação. Foi no fim de dezembro 2003 que eu recebi uma designação ainda do ex-Procurador Geraldo Brindeiro para atuar nessa questão do Superior Tribunal de Justiça.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Dezembro de 2003, não, está incorreto.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Só um minutinho, que eu possa localizar aqui a Portaria. A Portaria é 5 de dezembro de 2002. Eu tirei de uma Portaria do Dr. Geraldo Brindeiro para atuar nesse processo. Então, do ano de 2002, 2003, 2004, 2005.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Para atuar no processo...

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Processo de interesse da União Federal que visava os efeitos da decisão que protegia a GTECH para a renovação... Que protegia a renovação do contrato com a GTECH.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Então o Senhor foi designado na realidade para...

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Para oficiar nesse incremento da União.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Porque assim a CAIXA ela vinha tentando derrubar esse contrato...

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – A CAIXA revogou a licitação, a concorrência internacional para adotar uma outra forma de licitação através do Pregão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Que, aliás, esta história do Pregão...

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – E isso foi impugnado judicialmente pela GTECH, que conseguiu ao final uma decisão monocrática da Juíza da 17ª Vara que lhe beneficiava, e aí passou a guerra a União recorrer ao STJ para poder passar os efeitos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Na realidade nós tivemos aqui um episódio, eu queria até que o Senhor se manifestasse sobre ele, porque a Juíza – eu me atrasei aqui um pouquinho no início das perguntas, porque verdade eu fui tentar recuperar com o Senador Flávio Arns o nome da Juíza. Talvez se o Presidente pudesse colocar talvez a Senhor mesmo saiba, a Juíza que deu as liminares.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – A nome dela é Marisa Giudice. Mas está aposentada já, segundo me consta.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas ela deu inúmeras liminares favoráveis. Inúmeras.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Com referência ao caso de GTECH?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Com relação ao caso GTECH.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – É. Pode ser que tenha ocorrido outra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se não me engano foram 17.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – 17 liminares. E veja bem, a CPI pediu a convocação e a quebra do sigilo dela, e o Supremo negou. Eu queria fazer... porque como isto foi algo que... O Senhor foi designado pelo Dr. Brindeiro para acompanhar o caso da tentativa da CAIXA de se livrar da dependência de poder sair daquela amarra que a GTECH tinha com relação a CAIXA, que impedia de fazer licitações parceladas, impedia de fazer por outras modalidades, como foi a questão do Pregão e tal. E esta Juíza deu 17 liminares. Isto não foi parte do seu acompanhamento, não fez parte. O Senhor não prestou atenção nisso?

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Não havia por parte da União Federal a invocação, porque a União se preocupava menos em atacar a conduta da Juíza e mais defender os interesses econômicos, no primeiro momento. Depois simplesmente apagou, vamos dizer, essa chama. Agora eu requeri sim, antes da instauração.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Deixa eu só fazer uma pergunta porque o Senhor estava designado para acompanhar no Superior Tribunal de Justiça. Esta questão da Juíza foi parar lá.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Não. Porque...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A informação que nós temos é que teve, inclusive, de recurso do Dr. Carazzai. Não foi nem da atual gestão.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Não, se houve não foi distribuído para mim. Veja bem: Eu estava especificamente designado para atuar numa petição da União Federal civil, de natureza civil. Se havia algum processo criminal relacionado com qualquer processo administrativo disciplinar contra a Juíza, com base na Lei Orgânica da Magistratura, ou com base

no regimento, no regulamento disciplinar da Justiça Federal, isso não me veio, vamos dizer, a aparecer porque isso seria da competência de área criminal e eu atuo na área de Direito Público.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A informação é que houve recurso, inclusive, do Superior Tribunal de Justiça, a STJ, por conta das liminares não só do procedimento, mas houve recurso também porque as decisões da Juíza acabavam sendo a principal trava, o principal óbice a que se buscassem alternativas para sair do sufoco que a GTECH, das amarras que a GTECH tinha no contrato que fazia com que a CAIXA durante muitos anos ficasse absolutamente dependente.

Então me causa estranheza, porque se a atuação do Senhor entende estava designado para acompanhar esta questão, porque a designação, eu estou tendo o entendimento de que era para acompanhar os entraves para que a CAIXA pudesse se livrar da GTECH, pudesse se desamarrar da GTECH. É isso?

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Eu lhe explico. Posso responder, não é?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pode.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Nós da Subprocuradoria, nós temos um distribuição por área de atuação. Eu atuo na área de Direito Público há dez anos, então nós fazemos uma opção. Quem atua na área criminal e quem não atua na área criminal. Qualquer procedimento que visasse no Superior Tribunal de Justiça questionar a conduta da Juíza, seguramente a parte seria criminal, então se houve algum procedimento criminal...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O que eu volto a falar é o seguinte: O recurso não foi pela conduta da Juíza, apesar de ser uma conduta absolutamente estranha a ponto dessa CPI pedir a quebra do sigilo e a convocação da Juíza, apesar disso, o recurso ao Superior Tribunal de Justiça não foi pelo comportamento, o recurso foi porque na Primeira Instância não se conseguia quebrar, então se recorreu ao Superior Tribunal de Justiça para tentar quebrar. Por isso que eu estou estranhando que no caso tinha tudo a ver com o motivo da designação do Senhor para acompanhar a essência do que estava em debate lá, que era a impossibilidade de se livrar ou se abrir brechas para se livrar da dependência da GTECH e que o Senhor não tomou conhecimento, ou não acompanhou nesse caso.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Veja bem: A conduta da Juíza está referida dentro do meu parecer está referida assim: Que teria tomado, estava sob suspeita, a Juíza estava agindo sob uma certa conduta suspeita por parte da CAIXA ECONÔMICA, mais isso estava sendo investigado no âmbito da Justiça Federal, no âmbito interno da Justiça Federal. Não tive conhecimento, pode ser até que exista na área criminal e algum colega tenha dado parecer e alguma medida judicial de interesse da Juíza para se livrar de qualquer procedimento administrativo disciplinar, mas não me competia nessa questão da petição da União investigar essa questão, porque isso não é era objeto da decisão recorrida, como também o meu agravo se cingia a uma decisão do Presidente do Superior Tribunal de Justiça que havia indeferido o pedido da União. Então a área era cível, o ato jurisdicional questionado, era um ato do Presidente que foi questionado em agravo regimental. Então não me competia, mas independentemente disso, quando estourou o caso Cachoeira eu pedi que o próprio Superior Tribunal de Justiça, instaurasse e pedisse a Polícia Federal, apreendesse a fita, instaurasse inquérito que visava naturalmente apurar tudo, porque se você está apurando os benefícios, a interveniência, o *lobby* você ia chegar a Juíza evidentemente, mas temos que respeitar evidentemente as prerrogativas dentro da Lei Orgânica e Magistratura para saber aonde é que poderia se começar a investigação com base, vamos dizer, no próprio Tribunal Regional Federal a qual ela está subordinada, e não me competia investigar a Juíza nesse procedimento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Bom, Presidente, como as questões elas são absolutamente correlatas, eu até queria depois, a gente pode preparar (soa a campainha) o requerimento, porque eu acho que vale a pena a gente acompanhar o procedimento também do Superior Tribunal de Justiça, com relação ao recurso a respeito das liminares sucessivas que foram dadas e que também tinha a ver com a questão.

Eu ainda queria perguntar ao Dr. Moacir, se o Presidente me permite, a sua designação foi 5 de dezembro de 2002, teve a decisão monocrática do Presidente do Supremo foi em que data? Desculpa Superior Tribunal de Justiça, perdão. Foi em que data?

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Um momentinho, posso pegar o agravo, posso lhe dar uma posição justamente na data do agravo. Fiz o agravo regimental contra a decisão indeferitória do pedido de suspensão que foi do ex-Presidente do Superior Tribunal de Justiça. O agravo é de 12 de fevereiro de 2003. Provavelmente essa decisão – vamos recuar aqui uns cinco dias ou então 10 dias – deve ter sido dado justamente no início de fevereiro.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – É porque no requerimento apresentado pelo nosso Relator, o Senador Garibaldi Alves, que está aqui colocado de que foi no início de janeiro.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Também tem que ver, porque o Superior Tribunal de Justiça tem um recesso e...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Decisão monocrática – isto aqui está no requerimento do nosso Relator – Decisão monocrática do Presidente daquela corte em 2 de janeiro de 2003.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Publicada provavelmente em fevereiro por causa dos trabalhos iniciais do Superior Tribunal de Justiça.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O Senhor foi designado em dezembro, mas em dezembro não havia ainda a decisão.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Mas havia já protocolada a petição da União, porque eu fui designado para oficiar, para dar parecer primeiro. Aí eu dei o parecer, o parecer não foi atendido foi indeferido o requerimento da União, e interpus o recurso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Quando o Senhor foi designado, o Senhor foi designado para acompanhar este, digamos assim...

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Essa petição nº. 2105-DF.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Que era uma petição...?

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Autuada no Superior Tribunal de Justiça de interesse da União.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – De interesse da União, da AGU. O Senhor foi designado para acompanhar o interesse da União, o interesse do País, portanto, no caso da amarra da GTECH.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Isso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Aí, depois teve uma decisão monocrática...

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Isso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Aí, o Senhor atuou contra a decisão monocrática que também agravava a interesse da União. Quando esta decisão monocrática foi deliberada, feita e depois publicada estava em vigor a súmula 217.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Se estava ou não estava em vigor a minha interpretação é que a súmula se refere a decisões em mandado de segurança. A decisão da Juíza impugnável, pela União é numa medida cautelar de atentado, não é na ação do mandado de segurança. A minha interpretação e tanto é que...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A sua interpretação, mas minha pergunta é: A súmula estava em vigor?

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Eu não me lembro exatamente se ela estava em vigor. Eu acho que talvez estivesse que estava em vigor, mas eu entendia que não é aplicável ao caso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas a sua opinião jurídica... Tanto que o Senhor agravou, a súmula foi inclusive revogada posteriormente. Mas a pergunta que eu fiz é: A súmula estava em vigor?

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Sim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Certo. O Senhor como Procurador, na sua interpretação, tomou medidas que no seu entendimento eram cabíveis pela sua interpretação do que cabia ou não a súmula proibir. Certo? Alguém que não tivesse a sua opinião poderia ser acusado de ter cometido alguma improbidade por estar cumprindo uma súmula que estava em vigor?

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Eu acho que a questão da súmula é a questão de interpretação. Veja bem: Se a súmula não se refere a um mandado de segurança e havia já um parecer do Ministério Público que era meu, no caso, o parecer porque eu tinha a distribuição, e se decisão contrariava o parecer do Ministério Público, ela estava contrariando o interesse do Ministério Público. Pelo Princípio da Unidade, a regra geral seria sustentar o ponto de vista do Ministério Público que era coincidente com o ponto de vista da União. O que eu estranho é que a União não tenha recorrido e o Ministério Público tenha recorrido. Que o argumento da União tenha se baseado numa interpretação que o próprio Superior Tribunal de Justiça não reconheceu, porque se o Superior Tribunal de Justiça tivesse reconhecido que não cabia o recurso, não teria conhecido e nem teria provido a unanimidade.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Então veja bem, Dr. Moacir aonde é que nós estamos sendo colocados. Tem uma autoridade, que está num processo judicial de defesa dos interesses, no caso não é nem a CAIXA porque quem estava era a Advocacia Geral da União, então nem a Diretoria da CAIXA poderia ser responsabilizada se a decisão ou se as providências não fossem as legalmente permitidas.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Mas me permita. Qualquer processo onde haja um interesse de uma pessoa jurídica, Direito Público ou Privado, já havendo o interesse de uma pessoa jurídica de Direito Público, e ela tendo, vamos dizer, sendo um órgão da administração indireta, ela poderia ter manifestado interesse como terceira em recorrer dessa decisão também. Poderia recorrer, porque havia um interesse. O interesse era comum, o interesse era econômico. Havia a participação da União, era patente...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas veja bem, nós tínhamos uma, digamos assim, uma determinação legal, uma súmula que como V.Sª. mesmo colocou, estava em vigor, porque só foi revogada posteriormente que o Senhor agravou por parte de uma interpretação que o Senhor tinha desta súmula que do meu ponto de vista até esta interpretação pode ter sido vitoriosa, talvez até o agravo que o Senhor fez possa ter provocado a derrubada da súmula lá na frente, mas que alguém que não tivesse esta mesma interpretação não poderia ser acusado de improbidade, omissão porque estava cumprindo um ordenamento jurídico que está em vigor. Que era uma súmula.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Eu entendo o seguinte, Senadora, porque via de regra quem atua num Tribunal Superior não se conforma com decisões monocráticas. As teses têm que ser exauridas nos órgãos fracionários desde Turmas a Seções, até a Corte Especial. O colegiado tem que demonstrar um pensamento unânime e uniforme sobre aquele ponto de vista, de modo que os recursos quando se interpõem, eles recebem por parte da própria autoridade monocrática que proferiu um juízo de admissibilidade. Esse juízo de admissibilidade não foi questionado mesmo na vigência da súmula e não foi questionada depois da súmula revogada. De forma que o recurso era perfeitamente admissível porque se não fosse admissível ele teria sido fulminado no seu início e o que estava em jogo ali eram mais de 300 milhões de reais.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – De onde o Senhor obteve os elementos para o seu agravo?

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Do próprio processo, do próprio requerimento e das informações também que tinham sido pedidas pelo próprio Ministro Relator.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas os elementos foram, as informações que nós temos é que o Ministro Edson Vidigal, Presidente do Supremo reconheceu que a CAIXA e a própria Advocacia Geral da União, STJ, eu estou trocando...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É por conta da posse da Ministra hoje.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – É por conta da posse. Estou emocionada. Toda vez que uma mulher vai assumir um poder...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Estamos observando isso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Subsidiaram um agravo promovido pelo Ministério Público. Portanto, a providência que o Senhor adotou, segundo a sua interpretação que eu considero absolutamente legítima, e ainda bem que a justiça é dinâmica o suficiente para os que não se conformam com o que está estabelecido possam através das ações ir minando a ponto até jurisprudências ou súmulas como esta, poderem vir a ser revogada. Mas foi isso efetivamente que aconteceu? O seu agravo foi subsidiado conforme reconhece o Ministro Edson Vidigal pelos dados e os elementos pela CAIXA e a Advocacia Geral da União?

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Sim, porque a própria União levou essa questão para o STJ. O requerimento era da União Federal. Nos competia oficiar dando parecer no inicio, e sustentando a tese do parecer impugnar as decisões se fossem contrárias a tese do parecer. Como a tese do parecer, era a tese esposada pela União e pela CAIXA ECONÔMICA, havia perfeitamente coerência no interesse público. Não havia colidência de interesse público.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Portanto, se alguém não tomou as medidas adequadas ou devidas estava amparado numa súmula que pode respaldar a decisão de não fazer, mas não obstruiu e não impediu ou não colocou qualquer óbice a quem tendo um posicionamento diferenciado tomou a iniciativa do agravo.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – É. Mas se também não tivesse recorrido, V.Exª. há de avaliar qual o prejuízo que ficaria sedimentado com aquela decisão da Juíza, que era uma Juíza que estava sob suspeição e os efeitos da decisão prevaleceriam até hoje se não houvesse impugnação.

Quero esclarecer a V.Exª. que o Ministério Público é um órgão independente, não faz advocacia da União e quando às vezes a União recorre, o Ministério Público pode até se opor a um interesse, digamos, a tese defendida pela União. Então a nossa posição não está necessariamente atrelada em um litisconsórcio necessário com a disposição da advocacia da União. Então aguardei o recurso da União, verifiquei que seria altamente prejudicial aos interesses da União se deixasse transitar em julgado aquela decisão, porque ela ia passar em julgado e o prejuízo seria irreversível. Estranhei a posição da União, porque ela é que caberia impugnar como parte principal que era interessada em impugnar aquela decisão e a própria CAIXA ECONÔMICA.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu acho que com relação ao procedimento da Juíza nós temos pleno acordo, até porque eu lembro que o requerimento, inclusive, foi aprovado por unanimidade tanto da quebra quanto da convocação. Talvez com a informação da aposentadoria, Presidente, talvez até merecesse uma revisão. Eu não sei se ela se aposentou...

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Eu também não sei a data, mas eu soube que está aposentada.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – ...Eu não tenho essa informação. Talvez até merecesse uma retomada desse caso, porque realmente esta questão das liminares, das 17 liminares foi indiscutivelmente um dos elementos centrais nesse procedimento da CAIXA estar ainda efetivamente durante tanto tempo submetido as amarras que a GTECH colocou no contrato. Eu me sinto satisfeita, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, Dr. Moacir muito bem vindo à CPI. Eu agradeço antecipadamente a colaboração que V.Sª. traz. Eu tenho uma admiração imediata e permanente com o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, porque eu acho que de fato as duas instituições têm trazido uma contribuição marcante a democracia brasileira, ao Estado de Direito. Entendo o Ministério Público, sim, como fiscal da lei, o guardião da Constituição, e o Senhor age nesse veio cumprindo o seu papel constitucional e a sua responsabilidade do homem público.

Então eu acho que esse caso precisa avançar, mesmo, precisa dar mais ampla elucidação. Eu só faria uma ponderação porque eu procuro despir de paixões quando o assunto é tão relevante como o juízo de valor que se faz a uma instituição como a CAIXA ECONÔMICA FDERAL, uma instituição secular, um patrimônio da história republicana, eu lhe ponderaria o seguinte: O Dr. Lucas Furtado do Ministério Público Federal que está no Tribunal de Contas da União, o Coordenador do Tribunal de Contas da União pelo Ministério Público Federal, ele disse aqui que a CAIXA ECONÔMICA na atual gestão não teria absolutamente outro caminho a não ser o que deu seguimento. Conversando ele disse aqui: Conversando com a Drª. Raquel Branquinho, também Procuradora Federal, tanto quanto V.Sª., ela afirmou a mesma coisa, que está com olhos de lupa acompanhando todos os passos da CEF, e CEF não teria outro caminho a seguir. Então, o seu entendimento é distinto: O Senhor acha que houve, sim, pelo que dá para entender, um prejuízo de 200 milhões e que pode ser conseqüência de interpretação jurídica equivocada ou de decisão de gestão equivocada. Pelo que eu entendi é isso mesmo, me permita?

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Posso dizer ao Senhor. Se a CAIXA não tinha obrigação de recorrer, e se ela não tinha obrigação de recorrer para defender o patrimônio público, se eu não recorresse o que acontecia? A decisão permanecia transitado em julgado e beneficiaria a GTECH. Não se teria hoje uma decisão.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu em nada estou discordando da sua conduta. Não faria política em nada...

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Eu não entendi a sua questão, então.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu só estou questionando o Senhor pelo posicionamento formal do Dr. Lucas Furtado, pelo posicionamento formal da Drª. Raquel Branquinho, se o Senhor acha que de fato eles estão errados e, portanto, houve má fé, houve negligência da advocacia da CEF e da gestão da CAIXA ECONÔMICA atual.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Eu não sei se eles responderam a pergunta de V.Exª. se a CAIXA devia ou não recorrer da decisão. Se eles dissessem que a CAIXA não devia recorrer da decisão e que a União não devia recorrer da decisão, eu não estaria de acordo com eles. Eles dissessem que a CAIXA fez tudo. Sim, ela subsidiou a União, subsidiou o Ministério Público, mas chegou num momento em que se esperou da CAIXA o prosseguimento, e se esperou da União que prosseguisse naquela batalha e chega num momento que você desiste e deixa com o Ministério Público a questão quando o interesse direto é da CAIXA. O Ministério Público não tem interesse patrimonial, vamos dizer, direto, quem tem interesse patrimonial direto é a União, o seu dinheiro está lá. A CAIXA tem também que garantir a eficiência do consumidor e o governo tem interesse em dar os seus programas assistenciais a melhor forma de executá-lo.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Porque veja a situação que nós ficamos. Quando nós ouvimos o Presidente do STJ, o Dr. Edson Vidigal ele afirma peremptoriamente, "O prejuízo ao erário é da ordem de quatrocentos e cinqüenta milhões. Em torno de quatrocentos e cinqüenta milhões dessa relação perniciosa GTECH e CAIXA. Ao longo dos anos". E isso ele afirmou em 2003. Então é pretérito o que estou me referindo. Então existe um problema crônico. Os dados apontam aqui nos depoimentos, o Dr. Lucas Furtado reconheceu aqui, o Senador Flávio Arns aponta que houve um aumento suspeito pelo menos de 200% na relação CAIXA ECONÔMICA e GTECH antes de 2003. O atual governo assume, a CAIXA ECONÔMICA assume essa relação, faz nas primeiras semanas uma redução contratual de 15%, portanto a favor da CAIXA, e aí eu lhe peço uma opinião sobre isso, porque o Presidente do STJ diz que o prejuízo ao erário é de quatrocentos e cinqüenta milhões, no pretérito. Falando de 2003 para trás. Quando se analisa a evolução contratual, o aumento pró GTECH é de 200%.

A CAIXA ECONÔMICA atual assume e reduz o contrato em 15%. Eu gostaria que o Senhor opinasse um pouco sobre isso.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Veja bem: Eu estou baseado numa decisão do Tribunal de Contas, que foi uma representação que a própria GTECH fez ao Tribunal de Contas da União. E o que é que disse o TCU no seu acórdão em que foi Relator o Ministro Zimler? Ele fala aqui: "Acórdãos mistos do Tribunal de contas da União, reunidas em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em conhecer da representação tendo em vista terem sido preenchidos os requisitos tal de admissibilidade. Com fundamento no inciso II do art. 250 e 237, ambos do regimento interno, determinar a CAIXA ECONÔMICA que: 1) despende os esforços necessários a defesa da entidade na esfera judicial com vista a superação dos óbices que impedem a realização dos certames relativos a loteria on-line evitando assim de ter que serviços. Dois: nos certame relativo a loteria on-line, evitando assim de ter que efetuar nova contratação sem licitação dos referidos serviços; 2) Nos certames relativos a loteria on-line, preserve na medida exigida pelo interesse público os avanços delineados no novo modelo conceitual para loteria on-line adotados nos Pregões 127, 130".

Eu estou perfeitamente de acordo com isso aqui.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Mas então eu gostaria que o Senhor considerasse os anos desde 1995 até 2002 em que não houve licitação. Por que não houve, porque a CAIXA ECONÔMICA perdia as reiteradas ações da GTECH contra a instituição. Tem, por exemplo, um ex-dirigente da CAIXA, o Dr. Emílio Carrazai que lutou duramente para libertar a CAIXA daquela dependência e perdia na justiça. Nós temos que reconhecer esses episódios, senão nós vamos colocar de maneira alienada o episódio de 3 de janeiro de 2003 que o Senhor se refere, que a consultoria jurídica, a AGU, da CAIXA que se posicionava era do ano anterior. Era do governo anterior, porque só foi mudado em fevereiro. Então, senão dá uma idéia alienada da evolução histórica desse processo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É verdade que a GTECH tinha razão...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não, a GTECH para mim tem uma ação predatória, antiética, amoral, nessa relação com a CAIXA ECONÔMICA desde 1995. E nós aqui levantamos a suspeita contra a decisão da própria Juíza, a liminar dada pela própria Juíza. Eu e V.Exª. inclusive, assinamos o protesto ao posicionamento da Juíza e contra a decisão do Supremo que não permitiu que ela viesse aqui. E mais o que acho que tem que ser colocado é isso, porque há uma denúncia do Senador Tasso Jereissati que eu valorizo muito aqui, que a GTECH nunca ganhou tanto como nessa fase, isso tem que ser considerado por uma honestidade intelectual, mas a justificativa me sólida também porque a ampliação da oferta de jogos ocorreu porque a economia de escala deu maior lucratividade, senão nós olhamos isoladamente. Quando nós vamos para as loterias estaduais e o Senhor deve conhecer o quadro nacional, tem São Paulo, tem Minas Gerais, tem Goiás, tem o Paraná, tem o Piauí e aí vamos e o lucro é exorbitante dessa relação, porque a oferta de jogos aumentou no Brasil.

Então eu acho que quando nós tiramos as paixões nós vamos ver quem é quem nesse episódio. Por isso eu lhe peço para não deixar isolada a análise da denúncia para o episódio de 2003, mas fazer em toda a série histórica porque aí nós vamos fazer justiça. Porque eu acho que nada é mais abjeto do que o comportamento do *lobby* sujo que houve em torno da CAIXA em 2003, sim, desse governo, sim.

Agora eu não posso com isso dizer que a CAIXA ECONÔMICA desonrou a conduta. É esse o limite que eu fico. Vamos investigar e apurar como o Senhor muito bem está fazendo, mas vamos tirar as paixões e a subjetividade, porque é processo de corrupção crônico de tentativa de corrupção em cima de uma instituição sagrada para esse País que é a CAIXA ECONÔMICA. É isso que eu pondero. Para nós termos um julgamento na própria CPI para ajudar a instruir o STJ, porque olha aqui o que eu tenho, só para o Senhor ter uma idéia aqui. Em relação ao que Senador Antônio Carlos fez que é muito pertinente, que eu concordo com ele, nós temos que ter o resultado do inquérito da Polícia Federal.

Há cerca de um ano, durante o curso das investigações o Ministério Público Federal ofereceu denúncia que por estar precariamente subsidiada em termos probatórios (soa a campainha) foi rejeitada pela Justiça Federal. A conseqüência da rejeição foi a continuação do inquérito policial. O próprio Ministério Público Federal requereu a quebra de sigilo de cerca de 200 pessoas, a Polícia Federal atualmente concluiu o cruzamento de dados e confeccionando laudos periciais referentes às quebras. Nós temos que convir que 200 quebras de sigilo envolve uma complexidade de análise e cruzamento de dados. Nós aqui na CPI estamos vendo como isso traz um impacto para a análise e para o cruzamento das informações.

Ou seja, a investigação está em pleno andamento e o tempo levado a conclusão do inquérito é justificado perante a complexidade de informação contida nos autos para que não se cometa equívoco de dar sub-

sídios frágeis para que a GTECH possa entrar, fazer a defesa e anular um julgamento que a justiça para nós é tão importante que o Senhor está colaborando decisivamente. Essa ponderação só que eu faço. No mais eu agradeço o comentário posterior.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Eu queria me referir apenas ao Senador Tião e dizer o seguinte: Para mim que sou do Ministério Público eu me preocupo com a impessoalidade da administração. Eu não personalizo a administração. Causas remotas, causas próximas. Tudo vai ser sopesado no inquérito policial, e já foi sopesado na ação civil pública do Ministério Público, onde os colegas de Primeira Instância entraram com ação de nulidade do contrato, anulação dos contratos. E vai ver aonde é que está a origem, eu não tenho nenhuma opinião formada a respeito disso, mas V.Exª. já tem elementos, inclusive tinha conhecimento disso muito antes, essas providências tinha tomado na Justiça, a Justiça não reconheceu no primeiro momento, e tem que insistir, eu acho que tem que insistir.

Agora a nossa posição é já pegar a coisa com o resultado. Nós pegamos o resultado, agora nós não podíamos atacar uma causa que é distante, até porque não haveria, vamos dizer, até pelo Princípio da Tempestividade, como você vai atacar, você tem que estar com uma ação anulatória do ato administrativo. Mas eu tenho por regra... não me apaixono, me apaixono por teses, mas não personalizo nenhuma ação minha. Agora também não abro mão de divulgar, no momento em que eu acho que o órgão tem atribuições para fazer e se omiti em fazer. O que é mais relevante do que a leitura gramatical histórica, teológica, sistemática de um enunciado de uma súmula, não me impede de me surgir contra uma decisão que não me parece justa do ponto de vista do interesse público e do interesse do consumidor. De modo que não me impressionam argumentos retóricos com referência ao enunciado presente, porque quantas vezes nós enfrentamento teses de turmas e até tentamos revogar súmulas do Superior Tribunal de Justiça.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – E concluo Presidente agradecendo ao Dr. Moacir que eu acho que está colaborando, efetivamente com o País nesse processo, lembrando que felizmente, a CAIXA ECONÔMICA hoje está na fase de separação definitiva e já rompeu com a dependência tecnológica da GTECH que monopoliza 80% dos jogos de loteria do mundo inteiro.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma observação sobre a colocação do Senador Tião Viana, que eu acho que é muito importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª como Relator tem a palavra.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – A ação da CAIXA ECONÔMICA sempre voltada para defender os interesses da CAIXA ECONÔMICA e do erário público. A luta dela foi essa desde o início, nunca deixou de ser esta a conduta, mas a CAIXA ECONÔMICA é subordinada ao Ministério da Fazenda administrativamente subordinada ao Ministério da Fazenda. Quando ela está nessa luta para se livrar da GTECH, essa luta judicial, terrível, qual é a figura que aparece como intermediária junto a CAIXA ECONÔMICA com Advogados para que se possa alcançar uma solução para o *lobby* da GTECH? Buratti. Essa questão do Buratti aparecer nesse cenário é que mostra que essa demora da CAIXA ECONÔMICA, essa demora da AGU, da União de agir, de não fazer recurso, o Ministério Público ter que agir e oferecer recurso, foi justamente talvez em razão deste *lobby* em favor da GTECH comandado pelo próprio Ministério da Fazenda. O Sr. Buratti era o grande agente. Esse aqui é ilação que eu tiro, só para completar.

A ilação que eu tiro, a constatação que eu faço diante de todos os depoimentos que se passaram aqui. É lógico, é claro, é evidente que a figura Buratti aparece em razão do Ministério da Fazenda num contrato da GTECH com a CAIXA ECONÔMICA. Eu não posso crer de maneira nenhuma que a CAIXA ECONÔMICA espontaneamente, negligentemente depois de tanto tempo lutar em favor dos seus interesses, do interesse do erário público, vai dispensar de fazer um recurso naquele momento tão importante e por negligência pereceu o direito que ela sempre defendeu. Tinha influencia, sim, política diretamente na CAIXA. É a conclusão que eu tiro.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu agradeço a V.Exª. e me permito em 30 segundos responder nos seguintes termos: Eu procuro não fazer ilações nesse tipo de matéria, eu acho que se tinha corrupto fazendo *lobby* que deve ser preso, deve ser condenado amplamente e exemplarmente pela justiça, quem quer que seja. Agora eu dizer que seria o Ministério da Fazenda eu não acho adequado. Porque as informações nos chegam, por exemplo, que Deputados Federais do PSDB que eu acho que é um partido correto, ético, tinha Deputado do PSDB que apresentava ofício intermediando interesse da GTECH. Nem por isso eu digo que o governo do Presidente Fernando Henrique era desonesto. Não acho adequado esse tipo de ilação. É a única divergência que nós temos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exªs. e concedo a palavra ao próximo orador inscrito e último, Senador Flávio Arns.

Eu não sei se o Senador Wellington deseja se inscrever, Senador Suplicy também, parece-me que não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu agradeceria apenas se V.Exª. pode nos informar se ficou designada a data para o convite ao Sr. Walter Maierovitch.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Já. Há pouco consultado por uma participação do Senador Tião Viana, nós vamos tentar trazer o nosso convidado para a próxima terça-feira. Agradeço a V.Exª.. Senador Flávio Arns, V.Exª. tem a palavra. 10 minutos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator *ad hoc*, Dr. Moacir Guimarães Moraes Filho. Eu quero em primeiro lugar só também como outros Senadores já fizeram, particularmente, o Senador Tião Viana, de destacar o papel do Ministério Público de uma maneira geral, mas do Ministério Público Federal de uma maneira particular, em termos da grande contribuição que vem fazendo para o processo de fiscalização necessário em termos de Brasil, de construção de cidadania, das novas funções decorrentes da Constituição Federal de 1988. Eu até diria que muita das coisas no Brasil vem melhorando em função da atuação decisiva não só do Ministério Público, mas também da magistratura, Juízes muitos deles novos, jovens, que vem prestando um serviço dedicado e adequado para os desafios que o Brasil enfrenta.

Eu quero até destacar o papel do Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando Souza que, inclusive, fez um curso de direito lá no meu Estado, no Paraná, foi aluno da Universidade Federal do Paraná. E lá exerceu também o trabalho e indicado pelo Dr. Cláudio Fonteles, e ressaltar que nesse governo a indicação do Dr. Cláudio Fonteles foi fruto de um trabalho do Ministério Público Federal. E o Presidente Lula aceitou a indicação que era pode-se dizer consensual do Ministério Público Federal praticamente consensual, da indicação do Dr. Cláudio Fonteles, e na seqüência o próprio Dr. Cláudio Fonteles também dentro das suas atribuições recomendou o nome do Dr. Antônio Fernando Souza.

Então, nesse sentido eu diria que o Ministério Público Federal saiu fortalecido através dessas indicações todas para o trabalho que vem fazendo. E eu quero destacar a atuação do Dr. Antônio Fernando de Souza, inclusive no relatório que fez a respeito da CPI dos CORREIOS, porque foi um trabalho silencioso de alta eficiência e que conduziu a resultados, inclusive, anteriores à divulgação do próprio relatório da CPI dos CORREIOS, sem qualquer tipo de divulgação.

Então, este trabalho eu diria, foi um trabalho exemplar e de referência em termos de buscar eficiência e não buscar aí os holofotes, as divulgações, colocando pessoas assim em termos não comprovados, em situações muitas vezes em termos de honra, delicadas.

Então eu quero enaltecer o trabalho do Ministério Público Federal. O que me preocupa e que eu gostaria que o Dr. Moacir novamente explicasse, apesar do Senador Tião Viana já ter perguntado, a minha preocupação com o caso da GTECH é uma preocupação com a história também. As denúncias são... eu diria o relatório do Senador Garibaldi Alves é claro nesse sentido, as denúncias são assim contundentes e de uma época de anos atrás, apesar dos esforços de Presidentes, de ex-Presidentes da CAIXA, no sentido de tentar uma solução para o problema. Então, nem estou com isso dizendo uma acusação do governo anterior, o Senador citou Emílio Carazzai, por exemplo, e outros que permanentemente estavam tentando ultrapassar aquelas dificuldades e não conseguindo.

E a questão da Juíza que inclusive o requerimento foi de minha autoria para a quebra de sigilo bancário, fiscal, convocação da Juíza por esta CPI, que não veio em função de uma liminar que ela conseguiu. Mas o Senador José fez uma representação e todos nós concordamos com o documento para o Conselho Nacional de Justiça para que ele investigue o que aconteceu, também. Então o Senador José Jorge já tomou esta atitude.

Mas a gente olhando lá para traz a passagem do contrato da RACIMEC para a GTECH, o processo de privatização da DATAMEC que estava também nesse processo e tudo isso eu me admiro, eu gostaria que o Senhor pudesse explicar de novo, porque havia uma delegação especifica do Procurador Brindeiro para o Senhor, no sentido de examinar só esta situação, e sem nenhuma relação com contexto em que esta situação poderia ser colocada. O Senhor até já explicou, mas até para entender melhor.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – É como eu falei. A atuação do Subprocurador num determinado processo são designações que o Procurador-Geral faz na Corte Especial naqueles processos que seria de competência privativa dele. O Procurador-Geral tem uma competência privativa no Superior Tribunal de Justiça e ele tem a liberdade de fazer indicações num critério de distribuição para qualquer Subprocurador atuar em nome dele na Corte Especial.

Então nesses processos como tantos outros e eu já tinha recebido em outros casos, eu recebi mais uma designação que seria de acompanhar este requerimento, que era um requerimento de interesse da União Federal, interesse da CAIXA ECONÔMICA. Então sobre o critério dele me indicar, talvez tenha sido pela resposta que eu tenha dado a outras designações anteriores e

pelo trabalho que eu tivesse já feito com referência a outras designações, que tem por acaso, tido um bom resultado no Superior Tribunal de Justiça. Já atuo há dez anos na área do Direito Público, era uma matéria ligada a minha área de atuação, não era uma matéria ligada a área criminal, como eu demonstrei aqui para a Senadora Salvatti, não tinha nada a ver com a área criminal, era matéria que envolvia Direito Público. Problema de licitação, é uma matéria pertinente à Corte Especial, ou então Primeira Seção, Primeira Turma e Segunda Turma. Eu atuei bastante na Segunda Turma, também já atuei na Primeira Turma que envolve essas questões do Direito Público e hoje estou na Seção.

Como estou familiarizado com essas questões de Direito Público por atuar já há dez anos na área de Direito Público, nunca fiz opção por outra área, provavelmente essa designação tenha ocorrido por essa razão. É o que eu posso lhe dizer. Eu não posso agora invadir a consciência do ex-Procurador-Geral para saber a que ponto me designou. Eu cumpri o meu dever. O resultado foi positivo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu concordo com isso também, e o Senhor foi como o Senhor mencionou, designado no final de 2002, e o resultado positivo da sua atuação aconteceu no início de 2003.

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Já em 2004, porque já foi julgado o agravo em 2004, demorou mais de um ano para ser julgado esse agravo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E o Senhor continua acompanhando esse processo?

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – Sim, porque tem a designação, porque a não foi revogada. Quando se recebe uma designação, pelo princípio do Promotor Natural, você fica vinculado ao processo. Há um princípio da independência funcional e eu não fui afastado, a designação continuou, e se eu recebi uma designação, continuei. Se eu continuei eu tinha que dar prosseguimento, se eu continuava no ato administrativo que me designava.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E só para entender ainda um pouco melhor, se o Senhor pudesse repetir. Qual é que foi a impressão do Senhor da falta da participação da CAIXA ECONÔMICA ou da Advocacia Geral da União no início desse processo?

SR. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO – No início, a primeira fase, eu achei que a CAIXA e a União se interessaram bastante. Estranhei o fato de uma decisão monocrática do Presidente não motivasse a CAIXA ou a União, mais a União Federal – que era a parte principal interessada, em impugnar a decisão. Deixasse com o Ministério Público. Porque o grande risco é como questionou a Senadora. Se ficasse na dependência de uma opinião pessoal, de um Procurador recorrer ou não, o interesse era muito relevante. A situação econômica quase 300 milhões de reais não é uma quantia insignificante que não pudesse, vamos dizer, suscitar um questionamento do ponto de vista de órgão, principalmente uma empresa pública como a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. De modo que sequer me procuraram. Eu também estranho, porque via de regra quando você está numa batalha e você está comungando do mesmo interesse público, a regra seria ser visitado por um Advogado da CAIXA, por alguém de interesse, e eu não fui procurado. Nem por Advogado da União, nem por Advogado da CAIXA sequer para, digamos, prestigiar o meu recurso, sequer para prestigiar a minha ação, e eu temi que essa decisão transitasse em julgado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Posso fazer um aparte, Senador?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu até cedo na seqüência a palavra, para V.Exª. Senador Romeu Tuma, eu só quero até concluir só para dizer, Sr. Presidente, que de fato a situação é complexa, os levantamentos, eu diria, teriam que ser feitos. Há opinião de pessoas que vieram aqui dos ex-Presidentes e dos Presidentes todos que estiveram, inclusive o Sr. Eduardo Matoso. Em que todos colocaram as iniciativas que foram tomadas, as dificuldades, os entraves.

Esteve aqui o Procurador do Tribunal de Contas da União, também Procurador da República, o Dr. Lucas Furtado, colocando do ponto de vista de como ele via. E as opiniões são conflitantes, são diferentes e eu diria que esse assunto merece ser melhor levantado, analisado do ponto de vista dos caminhos judiciais, jurídicos, e de qualquer forma eu diria que isso aqui tem que na verdade ser mais investigado, mais aprofundado, e é difícil para nós chegamos a um denominador comum, a um consenso sobre esse assunto nessa Comissão, me parece, salvo melhor juízo. Obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. Senador Arns. Senador Tuma. V.Exª. tem a palavra. O Senador concluiu.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É que Procurador Dr. Moacir eu fui Diretor da Polícia Federal durante um período razoável e sabe que tem muitos processos contra a administração pública, e sempre o Ministério Público até por Constituição de 88 era praticamente a responsável na defesa dos interesses do Estado.

Com a constituição de 88 se criou a Advocacia Geral da União e os Estados. E eu me lembro que quando tinha um processo depois de 88 tinha Juizes que não aceitavam Advogado da Polícia Federal, porque não era parte. Tinha que ser o Advogado... Então é o

que eu digo, se o Ministério Público em tese. O Senhor estar apurando um crime dentro de uma ação civil pública. Não é isso mesmo? Então o Senhor fez cumprir o seu papel, mas não teria obrigação de defender a CAIXA. A CAIXA teria toda a estrutura, infra-estrutura jurídica dela para defender. Se não defendeu é porque algum outro interesse estava em jogo.

Então isso que eu queria pedir licença ao Senador para explicar. Porque nós perdemos todos os outros processos, porque a União não constituiu rapidamente a advocacia e praticamente os Juízes não aceitavam mais a intervenção do Ministério Público. Obrigado. Desculpa só para...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço a V.Exª., Senador Tuma e devo comunicar V.Exªs. e agradecer também a V.Exª., Senador Romeu Tuma, pelo contato que V.Exª. fez com a Polícia Federal e também com o Secretário de Segurança Pública do Mato Grosso, o Sr. Célio Wilson de Oliveira, que nos comunicou também da dificuldade de transferência do Sr. Arcanjo e nós então, o Comendador Arcanjo, e queremos dizer que essa presidência estará de comum acordo com a Polícia Federal a data a ser marcada também com o Secretário de Segurança Pública do Mato Grosso, Célio Wilson de Oliveira, nomearemos uma Comissão composta pelo Senador Romeu Tuma. Conversei com o Senador Tião e ficou acertada a seguinte Comissão: Senador Romeu Tuma, Senador Sibá Machado, Senador Wellington Salgado, Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Leomar Quintanilha e Álvaro dias.

Então essa Comissão está formada e irá ao Mato Grosso em data a ser marcada com essas autoridades e eu já, Senador Romeu Tuma, já o nomeio Presidente desta Comissão sobre a presidência de V.Exª. para que a CPI dos BINGOS com essa representação possa ouvir o comendador Arcanjo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, só "pela ordem". O Senador Juvêncio sabe e outros que militam na área do crime, até o Procurador pode ser testemunha, da dificuldade de um criminoso do jaez do Comendador, obrigam um escolta quase que impraticável o Estado poder oferecer ou a Polícia Federal. Então a remoção dele para vir para cá é difícil e de alta periculosidade, porque pode ser um atentado contra ele, não é resgatá-lo, não. Porque ele deve estar com as costas em risco por muita gente envolvida.

Então com a possibilidade da gente marcar audiência, o Juiz conceder essa oportunidade e a gente ir até lá, não haverá prejuízo para CPI e talvez nós não corramos nenhum risco de trazer uma despesa enorme para o Estado ou para a Polícia Federal, e assim cumprir o requerimento que foi feito. Eu agradeço V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu quero justificar que na próxima semana, em virtude do convite que recebi da UNESCO para em 1º de maio participar do Simpósio sobre Liberdade de Imprensa e Erradicação da Pobreza em Colombo, Sri Lanka eu deverei viajar de sábado à tarde até dia 1º, chego lá de manhã, fico 24 horas e daí volto, e só conseguirei chegar no Brasil de volta, o mais curto trajeto, quinta de tarde. Infelizmente embora tenha sido o autor da presença do Dr. Walter Maierovitch na terça-feira eu não poderei estar presente. Na semana que vem eu acabarei sentido saudade dos colegas, membros dessa CPI, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Veja V.Exª. que V.Exª. vai sentir saudades, nós já estamos com saudade de V.Exª., Senador Suplicy. Mas pode tem certeza V.Exª. que esse Presidente comunicará ao Dr. Walter que a iniciativa partiu de V.Exª. e vamos ter a certeza que da mesma forma que tivemos o depoimento do Dr. Moacir Guimarães de Moraes Filho que bastante produtivo e esclarecedor para esta CPI, além dos documentos que o Dr. Moacir deixa na CPI, vamos colocar à disposição de todos Srs. Senadores, de toda a imprensa para que nós possamos realmente fechar esse caso da GTECH.

E quero comunicar que até quarta-feira nós queremos também votar definitivamente, Dr. Moacir, o relatório da GTECH que não tem muita coisa a se votar, até porque ela foi aprovada, ressalvada os destaques, que poderá ser transformado em voto separado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Talvez acrescentar algumas coisas que o Dr. Moacir nos informou e documentou aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se não pudermos colocar nessa situação, nós colocarmos no relatório final como um aditivo a essa questão da CPI.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A Senadora Ideli está contente com a ausência dele durante uma semana na CPI.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – (risos) Sr. Presidente como tinha também sugerido o convite ao Deputado Romeu Tuma Júnior, se puder ser feito não na próxima semana, na outra, eu agradeço, até porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Veja V.Exª. está falando com o pai, como se trata de um convite depende também da agenda do próprio Deputado. Eu devo dizer a V.Exª. que como se trata da uma pessoa que tem ligação familiar com o nosso Senador, evidente que se o Deputado tiver a

sua agenda disponível, ele que marque a data. Com maior prazer.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu estou querendo justificar a demora, porque ele é Corregedor da Assembléia, está como eu aqui, que está presidindo apurações, inclusive, da CAIXA e já viu documentos que liga a GTECH a alguns depoimentos que foram feitos lá, para encaminhar a esta Comissão, segundo a informação que ele me deu.

Então, ele está afogado o dia inteiro e até pediu que eu pedisse desculpas a V.Exª. que é amigo dele, que gosta dele também. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É verdade. É da família toda. Graças a Deus. Senador Romeu Tuma, agradeço a V.Exª. Desejo uma boa viagem a V.Exª. Senador Suplicy, representando o nosso Senado Federal com muita... Desejamos a V.Exª. sucesso como sempre.

E antes de encerrar, Dr. Moacir, mais uma vez agradecer a V.Exª. pelo seu depoimento, pela contribuição que com certeza em muito ajudará a CPI. E reitero a V.Exª. a Comissão que irá ouvir o Comendador Arcanjo em função daquilo que nos foi informado pela Polícia Federal e pelo Secretário de Segurança Pública do Mato Grosso Célio Wilson de Oliveira e que até no dia de hoje publicado em um dos *sites* do Diário de Cuiabá, diz que transferência para Brasília foi negado para o presídio e conseqüentemente a dificuldade. E para que nós não percamos tempo, eu estou nomeando e reitero a Comissão Senadores: Romeu Tuma, Sibá Machado, Wellington Salgado, Juvêncio da Fonseca, Leomar Quintanilha e Alvaro Dias. Todos eles membros dessa CPI, sob a presidência do Senador Romeu Tuma em contato.

E já peço a V.Exª. Senador Romeu Tuma, em nome da CPI que V.Exª. faça o contato com a Polícia Federal, sei da dificuldade de V.Exª. de fazer esse contato com a Polícia Federal, e também com o nosso Secretário de Segurança Pública do Mato Grosso Célio Wilson de Oliveira, para que seja marcada essa oitiva.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço a V.Exªs. e agradeço mais uma vez ao Dr. Moacir, e desejo um bom fim de semana para toda imprensa, para todos os Assessores. E teremos Sessão na próxima terça-feira para ouvirmos o Sr. Walter Maierovitch e evidentemente dentro do possível isso também um entendimento e uma Sessão Administrativa até quarta-feira, terça, quarta ou quinta-feira para que possamos esgotar todos os requerimentos da pauta. Está encerrada a presente Sessão.

(Sessão encerrada às 12h57.)

Ata da 72ª Reunião, realizada em 2 de maio de 2006.

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, às doze horas e cinco minutos, na Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho, (Relator), Tião Viana, Augusto Botelho, Juvêncio da Fonseca, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Wellington Salgado, Ideli Salvatti e Siba Machado, presentes ainda os Senadores Arthur Virgílio e Pedro Simon, não membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente reunião destina-se à oitiva do Senhor Osíris de Azevedo Lopes Filho, ex-Secretário da Receita Federal. Indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. Em seguida, o Presidente convida o senhor Osíris de Azevedo para compor a mesa e prestar os esclarecimentos necessários a esta CPI. Com a palavra o convidado faz uma breve apresentação pessoal, e tece considerações sobre os trabalhos investigativos a respeito da atuação dos bingos no Brasil. Oferece ainda, algumas sugestões no aspecto da legalização dos bingos, enfatizando o controle de cálculos exercido pelo Receita. O Presidente passa a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves, para seus questionamentos iniciais, seguido de acordo com a lista de inscrição pelos Senadores Arthur Virgílio, Antônio Carlos Magalhães, Juvêncio da Fonseca, Ideli Salvatti, Romeu Tuma e Pedro Simon. O Presidente agradece a presença do Dr. Íris de Azevedo e convoca reunião a realizar-se amanhã com uma sessão administrativa e a oitiva do Senhor Carlos Eduardo L. Canto, Presidente da Federação Brasileira de Bingos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às treze horas e cinqüenta e cinco minutos e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental declaro aberta

a 72ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245/2004, para investigar e apurar a utilização das Casas de Bingo para prática de crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas Casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Informo que a presente Reunião destina-se ao depoimento do Dr. Osiris de Azevedo Lopes Filho, Ex-Secretário da Receita Federal. Informo aos Srs. Senadores que a Ata da Reunião anterior encontra-se sobre a Mesa, coloco-a em votação propondo a dispensa da leitura, os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Convido para tomar assento à Mesa o Dr. Osiris de Azevedo Lopes Filho para o seu depoimento e solicito (interrupção no áudio) Dr. Osíris, é um prazer a CPI receber V.Sª. como nosso convidado para prestar alguns esclarecimentos que diz respeito à questão dos jogos, o que diz principalmente arrecadações. V.Sª. dispõe de todo o tempo que se fizer necessário, para seus esclarecimentos iniciais. Concedo a palavra a V. Sª.

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – Eu quero agradecer a honra desse convite e também esclarecer não só ao Senado, mas a opinião pública do país porque eu teria aceito fazer um Projeto de Lei dispondo sobre a regulação do Bingo. É que à época eu fiz um estudo sobre a atividade, e havia muitas acusações de que antigos jogos, inclusive, o Bingo, eram muito suscetíveis de lavagem de dinheiro. Conhecendo melhor a dinâmica dessa atividade, cheguei à conclusão de que pouco seria suscetível à lavagem de dinheiro o sistema de jogos do Bingo, tendo em vista, principalmente uma característica marcante: é que a margem de ganho para cada apostador é muito pequena, não há concentração de possibilidade de ganhos. Por outro lado, se o Projeto, como de fato foi consagrado, estabelecesse capital mínimo e proibisse a junção e o domínio de grandes empresas, ficaria atomizada a atividade, e seria exercida por pessoas capitalistas em cada cidade do país. Quer dizer, se atomizaria a atividade. Por outro lado, o sistema tributário que foi concebido – depois posso explicá-lo – ele propiciava, a nível anual, no mínimo, uma arrecadação de 2 bilhões e 700 milhões. Por acaso, o Relator do orçamento da época também – é o Senador Romero Jucá – era também o Relator da proposta orçamentária então examinada. Eu falei com o pessoal da FEBRABIN que tinha me contratado. Eu falei: "Olha, vocês procurem o Senador, porque ele, como o Relator da Proposta Orçamentária, ele deve sofrer grandes pressões para arranjar recursos para financiar investimentos, alocação de dotações orçamentárias. Se aparecer, perante ele um Projeto que garanta com segurança, 2 bilhões e 700, pode ser que ele se emocione e ache que isso tem uma viabilidade política/econômica de ser implantado". Mas ao que me parece ele não foi influenciado ou não se sensibilizou dada às atividades que o caracterizavam à época. Mas, o que ocorre, e que eu cheguei a conclusões examinando toda essa problemática, é que há duas categorias de pessoas nesse país, pessoas idosas e aposentadas, que se dedicam a ocupar o seu tempo fazendo apostas nas Salas de Bingo. Quer dizer, é uma forma de ocupar o tempo dedicado ao ócio. E, além disso, a cultura brasileira é muito voltada para a prática de jogos, tem um conteúdo lúdico muito grande. E, com relação à atividade dos Bingos, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que a competência para disciplinar essa matéria, é da União, e isso criou uma anarquia jurídica no setor, porque alguns estabelecimentos conseguiram liminares e estão funcionando ainda no sistema dependente da autorização Estadual. Ora, uma atividade que tem clientela no país, do Bingo, que tem uma capacidade instalada em torno de 700 a 1.000 estabelecimentos dedicados ao jogo, emprega mais ou menos entre 20 e 60 mil pessoas, e que, tem uma capilaridade por todas as cidades do país não pode ser esquecida e ficar nessa situação de anarquia jurídica, porque está sobrevivendo com liminares da Justiça, uma campanha muito forte da Procuradoria Geral da República, contra. Mas de qualquer forma, quem está ganhando dinheiro são os advogados que conseguem as liminares, para a sobrevivência dos estabelecimentos. De qualquer forma, quem mexe nessa área de investimentos e na área tributária, área financeira sabe que o sucesso de qualquer negócio decorre da segurança jurídica, da regra, pelo menos não diria imutável, mas de uma regra segura e firme. E, acho que o setor de Bingo merece uma disciplinação, considerando essa peculiaridade, a cultura brasileira, que é uma cultura lúdica, que é favorável aos jogos, e uma restrição de certas religiões, da opinião pública em geral contra o jogo considerando que ele é pernicioso, mas o jogo do Bingo é diferente do jogo de cassino, e um dos... Quando eu estudei, ainda que os cassinos tenham um lobby muito poderoso, eu opinei aos empresários do setor de Bingos que deviam fazer um Projeto autônomo, não se confundindo com autorização para abertura de cassino, porque a cultura do Bingo é uma cultura que eu diria quase que doméstica, clubística, se prática, não o Bingo empresarial, mas o Bingo necessariamente lúdico, os prêmios, nos clubes, nas igrejas, nas Casas, e, portanto, tem uma clientela, tem gente especializada nisso. Como é que poder-se-ia resolver essa matéria? Primeiro estabelecendo um sistema de proibição,

não deixar a presença nos estabelecimentos de menores de 18 anos nem para assistir o jogo, nem para fazer as apostas lá necessárias, e estabelecer um sistema de identificação de todos os jogadores. A identificação no país é fácil de ser estabelecida através do sistema de CPF. O setor de Bingos tem vários problemas. Como a atividade de prestação de serviços tem incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza Municipal, tem a incidência como estabelecimento prestador desse serviço do Imposto de Renda sobre a pessoa jurídica, e aí, há uma dúvida sobre qual é a base econômica que incidiria. Se o montante da Receita Bruta menos as despesas operacionais e os custos, ou se a base de cálculo seria a relativa ao ganho que eventualmente tivesse, o ganho bruto, considerando a retirada dos prêmios, que foi calculado mais ou menos em torno de 75% do movimento global. Então, portanto, a base da qual se iniciaria o cálculo do tributo seria 25%, das quais se retiraria os custos e as despesas operacionais para apurar o lucro. Foi estabelecido isso. Para determinar também a base de cálculo da contribuição sobre o faturamento e a contribuição para o programa de integração social, eu achava que era necessário esclarecer qual é a base de cálculo, estabelecer com um desses dois tributos e também de uma contribuição que seria criada sobre o jogo de Bingo. Então, se deferiria a base de cálculo essa Receita que eu chamaria de Receita Bruta, mas semi-líquida, porque não seria o total do movimento do estabelecimento, mas o total do movimento do estabelecimento menos as premiações, que necessariamente teriam que ser distribuídas no sistema de distribuição dos recursos, da locação. E essa contribuição teria o destino da Previdência Social, porque a Constituição prevê que o concurso... Há uma incidência das contribuições da seguridade sob o concurso de prognóstico, e nós tínhamos definido que o Bingo era um concurso de prognóstico. E à época já começava a se falar do patrocínio em 2007, dos Jogos Pan-americanos, e o Ministério dos Esportes estava carente de recurso. Então, eu propus no Projeto que a Administração e a destinação da maior parte dos recursos fossem destinados ao Ministério dos Esportes, porque a experiência mostrava que tanto pela lei Zico quanto pela Lei Pelé que propiciaram a eclosão dos estabelecimentos de Bingo se instalarem no país, que isso fracionava muito a destinação dos recursos para entidades assistenciais, beneméritas e entidades esportivas. A minha idéia era concentrar isso num único Ministério, o Ministério dos Esportes, que está carente de recursos e ele desenvolveu os Projetos, e como atender, também, as Finanças Estaduais e Municipais. A do Município já é atendida pela incidência do Imposto Sobre Serviço, o ISS sobre a atividade desses estabelecimentos. Mas, tem o Estado, e poder-se-ia criar uma taxa relativa ao exercido poder de Polícia, deferir essa taxa para o Estado em relação a cada estabelecimento, sem prejudicar, que dizer, manter a ordem e o funcionamento normal do estabelecimento, sem prejudicar eventuais competências de Órgãos Federais, como a Secretaria da Receita Federal, em relação aos tributos Federais, principalmente o Imposto de Renda, PIS e COFINS, e à época a seguridade, a questão da Previdência Social pelo INSS. Então, se contemplaria o Município com o ISS, que já existia, o Estado com a taxa pelo exercido do poder de Polícia, o controle da atividade e as Jurisdições dos Órgãos Federais seriam mantidos nessa estrutura. Num cálculo mínimo, considerando a existência, à época 700 e 1.000 estabelecimentos de Bingos no país, a arrecadação dessas várias incidências tributárias, numa base anual se situaria em torno de 2 bilhões e 600, 2 bilhões e 700, a nível mensal 250 milhões. Para a minha surpresa não prosperou isso, numa época em que o Governo Federal, na realidade, montou um sistema tributário extorsivo, aqui no país, porque, está tributando fundamentalmente operação da empresa, Receita Bruta. Todo o sistema, principalmente do PIS e da COFINS, na realidade, faz o que eu considero a verdadeira guerra tributária. Fico vendo aí o Governo Federal, a imprensa falar em guerra tributária entre Estado, não sei o quê. Isso não é guerra tributária, a guerra tributária é realizada pela União em relação aos Estados e Municípios, ao nível do Estadual do INSS, ao nível Municipal do INSS, através da PIS e COFINS. Porque, invade a base econômica das vendas e prestações de serviços com o aparelho arrecadador mais poderoso. Então, nesse clima em que a União está tributando fundamentalmente Receita Bruta, e Receita Bruta é criar um sistema artificial no país, porque toda a empresa opera. A operação da empresa econômica é obter a Receita, e se o sistema está apoiado na obtenção de Receita sem verificar se há lucro na empresa é um sistema doentio, só vão sobreviver empresas muito poderosas e grandes, que tenham suporte para enfrentar a concorrência no mercado. As empresas médias estão submetidas a um sistema tributário muito rígido, e que a perspectiva é que quebrem, porque o aparelho administrativo fiscal do país não tem qualificação nem tecnologia necessária a enfrentar, a exercer suas atividades ao nível das grandes empresas, das macros empresas. A tecnologia dela não é absorvida pela administração tributária normal. Quem é que padece? O sistema. Na concepção jurídica, disciplinatória é favorável às grandes empresas, sob o ponto de vista jurídico maior. E, sob o ponto de vista de administração

o funcionário do Fisco, ele é qualificado para atuar ao nível da pequena e média empresa. Então, onde ele exerce a pressão administrativa dele? Na média empresa! Compreende? Então, a média empresa sob o ponto de vista jurídico está pressionada fantasticamente, porque ela operando a uma retirada fantástica. E a empresa tem que operar, produzir Receita Bruta. O lucro que devia ser tributado, quer dizer, o ganho real que ela tem não é tributado. Para ter idéia, a maior concentração no Imposto de Renda Pessoa Jurídica, é do chamado Lucro Presumido. O que é Lucro Presumido? É a função da Receita Bruta da empresa, 40, conforme a atividade, 8% de transporte, 34 % serviços em geral da Receita Bruta, e sobre isso se aplica a alíquota. Então, o nosso sistema tributário, na minha opinião, está cada vez mais doentio, porque está se tributando não lucro, não valor agregado efetivo produzido na empresa, mas o total do resultado econômico da sua atividade. E, está levando o país a um sistema alucinado, porque qualquer tributarista sabe. O princípio da medicina. Todo o organismo vivo quer sobreviver, continuar a existir. A empresa é um organismo vivo, também. Se para sobreviver ela tem que evadir, sonegar, ela vai sonegar. É da regra! Quando todas as empresas, induzidas por uma carga tributária brutal, injusta e mal distribuídas, sob o ponto de vista, como eu tenho explicado, a saída dela vai ser evadir, e quando todo mundo evade torna-se impossível uma correta Administração tributária. Nessa busca de recursos fantásticos do país, a carga tributária está se aproximando de 40% do PIB, que é superior, em termos dessa referibilidade ao PIB, ao dos Estados Unidos e do Japão, que não ultrapassa 34% do PIB deles. A renda média do brasileiro, que não é nem um bom indicador, é 10 vezes mais baixa que a renda do cidadão japonês ou americano. Então, o sistema tributário nosso é altamente extorsivo em função da capacidade contributiva da população. Olha, isso cria, torna impossível o correto pagamento dos tributos. A verdade é essa. De forma que aonde há capacidade contributiva necessária à arrecadação, acho que deve ser buscada como fonte de incidência tributária. A atividade do Bingo, que está nesse sistema anárquico e caótico, merece uma regulação, e aportar recursos para a União, diretamente através do Imposto de Renda, para a Seguridade Social através de uma contribuição sobre o jogo de Bingo, para os Estados mediante autorização que eles dariam para, os alvarás de instalação e as taxas relativas ao exercido do poder de Polícia, e ao Município via ISS sobre diversões e jogos. Então, é uma área que tem capacidade contributiva, tem clientela disponível na sociedade brasileira, não vejo porque não há uma disciplinação. E com todos esses escândalos que os Senhores estão apurando aqui, sobre esse tipo de Bingo, talvez a superação disso seja a aprovação de um Projeto para tornar a atividade, uma atividade legalizada, ainda que reconheço que há uma resistência histórica no país com relação aos jogos em geral. A idéia central, ao fazer essa formulação, foi de colocar com clareza a matéria, estabelecer os tributos e definir como operar a parte, inclusive, de muita importância, porque é vinculada à tecnologia da computação, os aparelhos autônomos de jogos de Bingo, não mais a sala, e estabelecer uma regra: só poderiam existir esses aparelhos eletrônicos nas salas, numa relação com a capacidade das salas medida pelas cadeiras para os jogos, e evitar isso que está ocorrendo hoje no país, eu vi isso, no Rio de Janeiro e vi em São Paulo bares com essas máquinas automáticas e crianças apostando nessas máquinas. Essas apostas nessas máquinas automáticas tem que ser em que não se possibilite a ida da criança, que não tem economia própria para se viciar e continuar. Quer dizer, a ambiência está muito ruim, não dá disciplinação, muitas liminares, e gera a campanha que fica denunciando que esses jogos podem propiciar lavagem de dinheiro. Nessa situação caótica que está o setor, evidentemente propicia o desenvolvimento da corrupção. E há uma trindade, que eu acho que é uma trindade diabólica no país, os Senhores têm investigado muita a corrupção. Eu acho que nessa trindade há uma perda de recursos muito grande em 3 setores. A corrupção é histórica, e é denunciada sempre no país, mas tem a perda de recursos pela incompetência. Eu estou cansado de ver autoridades incompetentes que não sabem bem controlar o setor que estão, e o desperdício, que são tão nocivos às finanças públicas quanto a corrupção, e são mais disfarçados exatamente porque no Brasil está sempre se tapando, abafando esses casos. Quero elogiar os Senadores, Senador Garibaldi e Efraim, o desempenho dos Senhores aqui, porque estão desnudando coisas que os titulares do poder não gostam que venha a público, mas que é necessário fazer um exorcismo, até apelar para entidades sobrenaturais para melhorar a sociedade, porque o povo brasileiro é um povo honesto e que está sendo instruído de que a corrupção é endêmica no país, e não é endêmica, é setorizada, é uma epidemia que tem que ser controlada. E é só isso que eu acho que eu tenho a falar. Fico aberto a alguma colaboração. Desculpe-me ter falado coisas genéricas, mas para abrir uma audiência como essa, acho que foi o melhor caminho para expor a minha visão geral sobre a problemática dos Bingos e essa atividade tributária, principalmente, do ponto de vista de quem suporta a carga tributária, o padecente, o tributário. O sistema está tão ruim no

país que o contribuinte, na minha opinião, virou um padecente. Então, a extorsão que ele sofre, a tributária, é a extorsão legalizada. Então, fico à disposição dos Senhores, para no que eu possa colaborar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nós agradecemos, a V.Sª., Dr. Osíris, pelas suas palavras iniciais. Agradecemos a referência que faz, não só a esse Presidente, ao Relator e aos demais membros da CPI. Concedemos a palavra ao Senador Garibaldi Alves, nosso Relator. V.Exª. tem a palavra, Senador Garibaldi Alves.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senhor Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, Dr. Osiris. V.Sª. fez uma exposição e esclareceu muitos pontos que sobre eles tínhamos dúvidas, estavam ainda, de certa maneira, obscuros. Agora, eu queria que V.Sª. me permitisse eu perguntar ao senhor se na verdade esse Projeto, que o senhor elaborou, se ele poderia ser disponibilizado para essa CPI.

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – Claro. Eu deixo uma. Porque ele foi concebido, quando me encomendaram. Eu falei: "Olha, ele tem várias possibilidades. Se o Governo se encantar transformá-lo em Medida Provisória, tendo em vista essa atração de que o conjunto de Tributos incidentes sobre a atividade, gerariam esses 2 bilhões e 700 milhões, numa base anual". Na época, havia aqui no Senado, uma tendência à concentração com um único Relator e vários Projetos. Esse Relator, como eu mencionei, era o Senador Romero Jucá, que era também o Relator do...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Do orçamento.

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – ...Do orçamento. Poderia ser também utilizado como um substitutivo. Então, para um eventual Relator. Então, entrego... (inaudível)

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu agradeço a V.Sª., porque será de grande utilidade para essa Comissão, e nós daremos uma atenção toda especial. Espero que essa Comissão possa, inclusive, sugeri-lo ao Governo e ao próprio Congresso visando, depois da sua discussão, a sua aprovação. Eu pergunto apenas o seguinte: A questão da fiscalização. O senhor poderia detalhar mais essa questão da fiscalização?

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – A idéia toda. (risos) Porque eu passei muito tempo da minha vida como tecnocrata ou burocrata do Governo, não sei quantas... Trabalhei em não sei quantos decretos, na redação de decretos, leis, decretos e até de medidas provisórias e etc. Então, o que eu tinha aprendido era: Essa parte, fixado os princípios maiores, os princípios norteadores, essa parte de Administração deixar para a entidade operacional, no caso, o Poder Executivo disciplinar a via, poder regulamentar, e também, é uma característica do Projeto, nós não abordamos a parte das penas, das penalidades. Deixar isso para a inventiva, a criatividade dos Parlamentares e dos Órgãos interessados. Exatamente porque não tinha muito sentido num Projeto inovador, num setor já em foco negativo da imprensa, já se prevê as restrições, nessa parte operacional dos desvios de atividade. Então, nessas duas partes não foram mencionadas. Mas, tem uma característica que eu falei, sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS e dessa possível contribuição que está prevista sobre os jogos, sobre o jogo de Bingo, tem o problema da questão do Imposto de Renda. O Imposto de Renda, do ponto de vista da Pessoa Física, se tributa a renda, o rendimento que ele obtém. Como se tributar o rendimento ao final de eventual ganho que a pessoa tenha, ao final de três, quatro horas ou mesmo por uma, um ganho obtido em cinco minutos? Então o sistema de controle é terrível e custoso, além de tudo, ineficaz, porque ninguém vai ficar esperando em uma fila que se apure entre o montante de apostas e o eventual ganho que obteve por realizar tantas apostas. Então, para solucionar isso e tornar um sistema mais simples, eu imaginei a questão da substituição tributária: todo o apostador, ao comprar as cartelas e tal, já tem uma retenção do Imposto de Renda correspondente à substituição tributária. Quer dizer, divide com todo mundo o ônus tributário relativo àquilo. E, do ponto de vista da empresa, ela pagaria sobre o resultado líquido dela, não sobre, como eu mencionei anteriormente, sobre o total de apostas que ela receba descontados custo e despesas operacionais. A dedução de custos e despesas operacionais seria sobre aquela margem de Receita total menos vinculação de premiação. E, essa margem de premiação, no mínimo 75% da Receita global do estabelecimento.

Quer dizer, essas grandes linhas foram estabelecidas com muita clareza no Projeto, e acho que os Srs. Legisladores, vão em função do movimento das alíquotas estabelecer quanto deva ser transferido para o Estado a título de tributo, e quanto deva ser a remuneração da atividade do ponto de vista dos premiados, dos ganhadores nas apostas, e do ponto de vista empresarial.

Porque não me parece racional no Brasil. Você tem uma série de atividades que de uma maneira geral a imprensa e a opinião pública consideram ilegais, mas que continuam a existir, dando uma noção de desorganização do aparelho Oficial, do aparelho Estatal e péssimo exemplo à população. Se os costumes, a opinião pública não aceitam é uma coisa, e que ela seja

banida, mas o que ocorre é altamente deseducativo. A atividade, não é considerada uma atividade idônea, mas está existindo. Então, é melhor que seja objeto de uma regulação, e de uma regulação que estabeleça um sistema de controle eficaz pelo Estado.

O Projeto propõe isso com uma destinação de recurso construtiva, não ficar a atomização da distribuição propiciada pela Lei Zico, pela Lei Pelé, que vá para o Ministério do Esporte, e que propicie na Administração. E aí, Senador Garibaldi, eu acho que eu estou respondendo ao senhor. Que ela tem uma flexibilidade, exatamente para não criar um cabide de emprego, que é o normal no Brasil, de se fazer convênios com os Estados e Municípios para propiciar uma descentralização da atividade de fiscalização, porque há um ponto de vista, ainda que eu seja funcionário de carreira da União e etc, e que haja uma tendência. Essa Constituição de 88 é uma Constituição, na minha opinião, cidadã, ela é descentralizadora. No intervalo dela e uma futura Constituição, há uma tendência concentradora. Eu conheço a cabeça dos tecnocratas do Governo, eles acham que o resto do país é imbecil, exceto na votação para Presidente da República, e desde que vote no candidato deles. E na realidade, o melhor sistema de controle é o sistema econômico, e você dê à opinião pública a possibilidade de controle. Quando centraliza o controle num determinado Órgão, também centraliza as tentativas de desvio e de corrupção. Daí que eu acho melhor deixar descentralizada a atividade, principalmente transferindo-a para os Estados e Municípios. O Brasil vai melhorar, quando se fortalecer uma célula Municipal.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Dr. Osíris, o senhor aqui na sua exposição, V.Sª. estabelece que essa exploração do jogo do Bingo poderá ser feita na forma do jogo do Bingo permanente e do jogo do Bingo eletrônico. Ao mesmo tempo V.Sª. diz que os cassinos não entram nesse Projeto, não são objeto de nenhuma consideração, nem mesmo nenhuma regulamentação. Mas eu pergunto ao senhor. O fato do jogo eletrônico fazer parte dos cassinos, V.Sª. considera que não leva uma similaridade entre o cassino e o Bingo nesse aspecto?

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – A idéia central foi de evitar o que ocorre hoje no país. Com todo esse sistema caótico que está você chega... Eu já vi isso em São Paulo e no Rio de Janeiro. Chega num bar, tem uma máquina de Bingo eletrônico lá. Então, quem está jogando, tem crianças jogando e etc. A idéia central não é jogos eletrônicos, caça níqueis, é jogo de Bingo eletrônico, é a máquina específica. Até porque, ao que eu estou informado, o Brasil produz hoje máquinas para Bingo eletrônico e tem exportado acho que Dinamarca ou Noruega, quantidades apreciáveis disso. Até em nossa tecnologia isso é importante. E esse Bingo eletrônico, na realidade é um computador adaptado a esse jogo. Ao colocar isso no estabelecimento autorizado a funcionar como Bingo, evita essa proliferação em outros estabelecimentos, espalhando pela cidade, parece, que dá a impressão de que a cidade é um grande cassino. A minha idéia foi de concentração para regulação e disciplinação, e evitar esse cenário que é altamente deseducador, porque tem menores que não tem economia própria e vão se viciando. É muito da nossa característica latina imaginar que tem sorte e vai ganhar o grande prêmio. Não é isso. A vida (risos) dá trabalho ganhar dinheiro.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Dr. Osíris, e a questão das loterias Estaduais?

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – Essa deu muito escândalo no país, e tem muitas autorizações vinculadas no Rio de Janeiro, acho que no Paraná. Então, isso que tem propiciado a sobrevivência de alguns estabelecimentos via liminares. São Paulo também. Eu acho que a loteria deve se concentrar nas atividades de loteria, os sorteios que ela se realiza não se comunicar com o setor de Bingos, que devia ser empresarial. E propiciar... Eu sou natural do Espírito Santo e me lembro na minha infância, juventude, que tinha, nessa ilegalidade permitida que existe no país, tinha um empresário que todas as férias, verão, fazia uma (risos) víspora, que é um antecessor (risos) Então, de vez em quando ia a polícia e prendia os apostadores, mas isso é muito ruim porque gera corrupção, a má educação. Há certas coisas que devem ser enfrentadas. Acho que o Bingo deve ser enfrentado como também essa opção de cassino, ainda que seja contra a parte de cassino. Mas o Bingo está no substrato cultural lúdico e prazeroso dos aposentados desse país que estão com ociosidade e gostam. Até porque na realidade eu só fui a um estabelecimento de Bingo e fiquei impressionado. Os aposentados sentam ali, começam a conversar entre si no intervalo de um jogo. É uma ocupação. Se ele tem recurso para fazer, ele não vai ficar sendo explorado. Não é grande o volume de aposta e ocupa o tempo dele.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quer dizer, que o senhor não concorda que a União deveria ter a exclusividade de regular a exploração das loterias e do jogo de Bingo?

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – Olha, tenho conhecimento que há um Projeto de transferir isso na competência concorrente está andando aí. Estabelecer a competência concorrente entre a União e os Estados para essa disciplinação, também. Na

Constituinte de 88 eu acompanhava a incumbência do Ministério da Fazenda na parte tributária na Constituição, e vi uma discussão para o empréstimo, determinação da competência do empréstimo compulsório e a criação de novos tributos na competência residual ter idéia que se transformasse em competência concorrente. Como é que é a concorrente? É um certame entre a União e o outro titular, no caso, o Estado. Se a União exercitar a competência exclusiva dela. Se ela não exercitar a competência, o Estado assume a competência na sua plenitude. Se os dois exercerem a competência, a da União prefere a do Estado. Parece muito racional como punição a omissão da União. O problema todo que vem da Constituição de 46, que tinha essa competência concorrente, é que enquanto ela é exercida pela União e pelos Estados – e os juristas brasileiros não são tolos – eles não definem com muita clareza os campos de intercessão. Até que um tribunal, no caso o Supremo, decida um problema constitucional desse, cinco, dez anos podem transcorrer, e fica o pobre, no caso do contribuinte ou mesmo do empresário, submetido a duas ordens jurídicas distintas. Então, a competência concorrente como idéia é generosa e racional para punir a omissão, mas quando ela vai ser posta em prática ela gera litígios a nível Judicial, e porque os nossos juristas são terríveis, eles não repetem, eles não deixam claro a intromissão, a invasão de um campo no outro. Então, eles camuflam. A verdade é essa. Até que a Justiça, o Poder Judiciário decida essa questão, você tem um sistema confuso. Mas, realmente acho que o mais adequado, e nós tentamos conciliar nesse Projeto é garantir uma fração de Receita Tributária para cada ente: a União, os Estados e os Municípios. Se passar isso para os Estados pode criar paraísos de jogatina no... Alguns pensam o seguinte: "Olha, cada Estado disciplina como entender, estabelecendo regras gerais numa Lei Complementar ou mesmo na Constituição". Mas se pode ter certos atraentes em Legislação Estadual, criando aí outras guerras: a guerra do jogo (risos) Para mim é o seguinte: definir um campo para o Bingo, que realmente tem uma fatia desse componente, que eu chamo componente lúdico da população brasileira determinar, fazer regras claras a respeito, e é mais fácil fazer isso num Órgão centralizado como a União, ainda que defira a competência para os Estados é possível nessa regularização. Agora, como está hoje é que eu acho que seja um desperdício, uma desorganização jurídica e social no país, e péssimo exemplo para população. O Estado está aí para exercitar os seus poderes regulatórios de controle e etc, e, realmente, numa coisa de infelicidade, o Estado brasileiro está muito inativo: não educa, não disciplina. Tem que mudar. A esperança de mudar... Tem uma peça que fala: Brasileiro, profissão e esperança. (risos)

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Esperança.

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – Eu espero que – já estou com mais de 60 anos, cheguei ao novo milênio – que a esperança se transforme algum dia em realidade (risos) Porque está difícil, não é? É esperança, decepção. Não muda esse país, esse país precisa mudar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Dalai Lama, esta aí...

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – (risos) Ele está muito nas alturas lá. E os chineses não acreditam em altura.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Dr. Osíris, eu agradeço a V.Sª. e agradeço ao Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca. V.Exª. tem a palavra, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Senhor Presidente, antes de mais nada eu compareço aqui para saudar um homem público do melhor calibre moral e intelectual, que é Dr. Osiris Lopes Filho, querido e queridíssimo amigo meu. E faço ao Dr. Osíris três perguntas, visto que as outras quatro que estavam previstas pela minha Assessoria, já foram respondidas e muito bem por V.Exª. A primeira é se V.Sª. não considera que na prática os Bingos são cassinos eletrônicos, visto que a maior parte das apostas são feitas em máquinas que realizam jogos similares aos realizados em cassinos.

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – O Bingo tem certas características que lhe são peculiares. A maior concentração é realmente nos estabelecimentos de Bingo, que há uma certa confraternização entre os jogadores, os jogadores são idosos, e o entretenimento deles, pelo o que eu observei em vários estabelecimentos, principalmente estabelecimentos paulistas, é uma certa confraternização através do jogo, ocupando o tempo disponível. As máquinas são pouco utilizadas. Uma forma de aproveitamento social disso é se estabelecer uma margem de ganho por máquinas que sejam autorizadas a funcionar. No Projeto a gente fala em 20 mil reais por máquinas, contribuição mensal. De forma que se elas forem muito utilizadas dentro do estabelecimento permanente, alguma eventual mazela em relação à concentração de muitos jogos ficam limitadas, e o Estado aproveita e dá uma destinação social ao recurso. Compreende? Perdoe-me Senador Tuma, eu vou citar um Estadista que fez uma grande

frase: "Se o estupro é necessário, é melhor relaxar". Se nós temos – eu acho que foi o Maluf que disse isso. Se há realmente uma...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – O Maluf disse: "Estupra, mas não mata".

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tolerância com o estupro.

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – Não é um (risos) Estadista que me oriente. Eu quero dizer é o seguinte, se há atividades e ela tem adesão na sociedade do país não vejo, porque não deva ser disciplinada na melhor maneira possível com os melhores sistemas de controle e de a Receita, que advém da atividade, uma destinação social eficaz. É isso que é. Agora, não adianta o complexo de avestruz: "Você enfiar a cabeça no buraco".

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Para evitar eu faço um aparte a V.Exª.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Com muita alegria, Senador.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – O que eu gostaria, além de saudar essa figura notável de Osíris, que realmente eu tenho muita estima e respeito. Eu gostaria de saber se as vantagens da regulamentação são maiores do que o prejuízo que causa à sociedade, o Bingo existir oficialmente. Isso é que está o "X" do problema. Saber que existem pessoas que gostam de Bingo, nós todos sabemos, mas saber se isso é melhor para a sociedade, a existência ou não, ou se isso trará maiores malefícios para a sociedade, levando em conta lavagem de dinheiro, levando em conta drogas e etc. Isso tudo é que eu gostaria que sua experiência pesasse na balança, para ver se era melhor regulamentar ou acabar de vez com o Bingo.

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – Lavagem de dinheiro, Senador, ocorre em qualquer atividade. Talvez, nesse setor de jogos, porque atraia mais elementos marginais haja maior incidência, mas eu vejo lavagem de dinheiro toda a hora aqui em Brasília. Se tu constrói uma Casa com custo 300, ele põe lá 1 milhão e 500. (risos) Então, essa característica de tentar transformar dinheiro obtido ilicitamente em dinheiro lícito ocorre em qualquer atividade, depende, para ser coibida da atividade administrativa do Estado, do controle. E no Brasil... Não sei se as influências da nossa formação racial, vieram para cá o colonizador, a cultura Cristã, vieram os africanas com a cultura, religiões anímicas. Então, o Brasil está sempre pensando em milagre, e socialmente não há milagre, é a construção, tudo é uma lenta superposição de atividades, a mudança não ocorre num passe de mágica. Mas, esse pensamento mágico e milagroso está na nossa cultura, principalmente da liderança, que acha que vai mudar. Então, voltando à pergunta objetiva do Senador Antônio Carlos Magalhães. Eu acho que, supondo desse ponto de vista de lavagem de dinheiro, qualquer atividade propicia. Agora, o que ocorre é uma dispersão de recursos, porque a atividade exercita semi-ilegalmente, porque tem muita liminar...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – O senhor não acha que se o Governo quiser acaba?

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – Se ele quiser coibir acabar? Não acredito. Nesse Brasil, não... (risos) Porque, o Governo é permeável, não só o Governo Municipal e o Governo Estadual. Há influências políticas...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Corrupção predominou nessa área. Com essas liminares a corrupção cresceu demais.

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – Está muito ruim, no seu Estado funciona tranqüilamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tem duas que foram feitas recentemente, uma na Aratrans (F) e a outra na 23 de Maio, me disseram que gastaram mais de 6 milhões de dólares para montar. É um luxo, parece um Palácio daqueles que a gente só vê no Oriente. Então, depois de todo o rolo do Waldomiro e tudo que ocorreu, investiram. Se investe é porque tem certeza que não vai ter repressão.

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – Mas, o Senador, pior é o Estado que está... (risos) A situação que está hoje. Essa semi-ilegalidade de clandestinidade na liminar incentiva fantasticamente o quê? A corrupção, meu Deus do céu!

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não tem que distribuir para ninguém.

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – E que não vai se transmitir se houver uma boa disciplinação. Não vai se transmitir ao futuro aparelho Estatal que controle isso, ou pelo menos devam ser colocadas todas as salvaguardas para que isso não ocorra. Agora está meio faroeste o sistema sobre a tutela de liminares, quer dizer, é ruim, na minha opinião, o clima que existe. Entre vantagem e desvantagem a situação atual propicia muita corrupção e muito ganho ilícito, de espertezas e tal... Eu espero ter respondido.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Dr. Osiris. Uma outra pergunta. Antes de mais nada, até uma afirmação, quer dizer, vários membros do Ministério Público, que estiveram nessa CPI, afirmaram que a exploração de loterias pelos Estados geralmente dá poucos retornos para a sociedade, tendo em vista a limitada capacidade de fiscalização e maior suscetibilidade para corrupção desses entes da Federação. Menos estruturas, não que haja diferença necessaria-

mente o caráter de um Presidente e o caráter do Governador, se refere mais a estrutura. Supostamente a União teria mais capacidade de coibir abusos, enfim, e no Estado vai variar de Governador para Governador. Mas eu pergunto a V.Exª. O que pensa a respeito, por exemplo, se a União deveria ter exclusividade para a exploração de loterias?

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – Nós fizemos um Projeto em que a idéia fundamental é não transformar o Aparelho Estatal em local propício para empreguismo, sinecuras e etc. Daí, isso é um sistema flexível em que se dá o poder de polícia ao Estado para fiscalizar a atividade, como o exercido o poder de polícia forneceu alvará de funcionamento, manter a ordem, segurança internamente e cobrar o custeio dessa atividade. Não vai ser uma fonte de Receita, como se fosse um imposto, mas vai ter que uma equivalência entre o custeio da atividade, do exercido direito de Polícia, o controle que se realiza e a remuneração, o pagamento do tributo. Essa foi à idéia. E também garantir uma segurança para a arrecadação do Município através do ISS. Centralizar a destinação dos recursos pela contribuição na Seguridade Social, no Órgão que... Se a competência da União para disciplinar o concurso de prognóstico com uma Fonte de Receita para a seguridade, deveria ser garantida uma contribuição sobre jogos de Bingo, disciplinar a base de cálculo disso e já entrar na base de cálculo do PIS e da COFINS, que seria o faturamento dessas empresas. Quer dizer aquinhoar cada ente público com os recursos necessários, dar uma função social e centralizar os recursos no Ministério do Esporte, porque se o Bingo, a destinação dele, pelo menos na minha concepção, é ocupar a velhice os aposentados e etc, os que têm ócio, deve ter uma contrapartida principalmente para a juventude financiar, através da Receita obtida, o Ministério dos Esportes, porque pra mim parece fracassada o sistema da Lei Pelé e da Lei Zico, que fracionou os recursos entre as entidades assistenciais e esportivas. É melhor dar o recurso para o Ministério dos Esportes e ele estabelecer com recursos suficientes os programas, as prioridades estabelecidas, não ficar cada entidade pegando 20 mil reais, que não resolve coisa nenhuma, pode resolver a vida dos dirigentes, mas não da atividade central de cada uma dessas atividades. Esses foram os princípios diretores. Ainda, que se fale muito de desvio de recurso, de corrupção, na minha opinião, é melhor disciplinar e deixar a regra clara para que os Órgãos, as instituições do país funcionem em torno daquilo, do que esse sistema caótico que está reinando hoje.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem. Dr. Osíris. Eu lhe pergunto finalmente. Ia dizendo que outra crítica que é feita acerca da liberação do jogo é o seu efeito negativo sobre a família, tendo em vista o vício que causa e também a prostituição que comumente é associada a essa atividade, o pouco que a gente vê por aí. O senhor acredita que há meios de minimizar essas externalidades negativas que o jogo oferece?

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – Que eu saiba o Bingo é uma atividade consagrada nas famílias do país.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Não. Eu estou me referindo ao jogo, não só os Bingos, além dos Bingos. No fundo é a sua opinião sobre os jogos no Brasil.

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – A concepção desse Projeto é segregar o Bingo e não confundi-lo com atividade de cassino, jogos em geral. Como eu expliquei no início...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu tenho Senador, desculpe Dr. Osiris interrompê-lo. Eu tenho um projetado assinado com o Líder do PFL Senador José Agripino, que legaliza, regulamenta, procura regulamentar a atividade dos Bingos, procurando afastá-lo daquelas máquinas viciadas e, portanto, das influências mafiosas. O Projeto tramita nessa Casa, não há preconceito contra o funcionamento estrito dos Bingos. Eu já tenho outras razões quando vejo o jogo como um todo, cassino, a perspectiva de máfia por trás, eu não conheço cassino que não seja dominado por alguma máfia, uns falam nas vantagens. Eu entendo que o Brasil tem tanta coisa para explorar, biotecnologia na Amazônia, Eco-turismo na Amazônia, tem tanto que se fazer para atrair investimentos produtivos, que dêem empregos no setor de serviço, no setor secundário, mesmo, apoiar para valer a atividade do setor primário no país. Eu me coloco realmente em dúvida, quanto a ser bom nós abrirmos o país para cassinos, mas tento regulamentar a atividade dos Bingos, só para não parecer que tenho preconceito na mesma medida em relação ao funcionamento de Bingos no país. Tenho preconceito é contra o Waldomiro Diniz.

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – (risos) Acho que o jogo foi proibido no país legalmente, acho que 47, 48, e graças à (risos) atividade de jogatinha no país, livremente. Então, é o que eu chamo complexo de avestruz: diante da crise botar a cabeça no buraco. Alguns especuladores dizem que se legalizar o Bingo em breve vai ter cassinos funcionando no país, vamos dizer, as mazelas dos cassinos são mais evidentes do que eventuais conseqüências da atividade do jogo de Bingo. Eu acho o jogo de Bingo ineficaz sob o ponto de vista de provocar mazelas, na realidade há um componente lúdico na nossa socie-

dade que se satisfaz com o Bingo. Há uma clientela, há um mercado para isso e deve ser regulado. Eu trabalhei nessa disciplinação nessa idéia: Se existe isso, é melhor que seja regulado, mas não significa que a concepção seja o passo inicial para a instalação de cassinos no país. Se houver uma preocupação de setorizar, pode se estabelecer limitações geográficas, só em praias, estações de águas minerais, pode ser estabelecido isso, o Legislador pode decidir, mas não sei se isso é o mais conveniente, porque isso vai provocar fluxos turísticos internos, deslocamentos e etc. Pode se limitar à quantidade de estabelecimentos em função da população do Município ou nível de renda por estratificações dos cidadãos dos Municípios. As idéias de controle, são muito interessantes e há alguns controles, que podem ser eficazes e construtivos no sentido do que eles objetivam efetivamente. Mas na minha opinião é melhor, abrir essa questão e começar a discuti-la, a que, de uma hora para outra um gênio do Palácio do Planalto, baixar umas Medidas Provisórias, que é o grande malefício desse país. Realmente é melhor discutir a lei no parlamento.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senador Arthur Virgílio com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Não estou satisfeito, quero na verdade reprisar que estou cumprindo o meu dever de parlamentar, mas também para ressaltar o valor desse querido amigo que é um homem público de enormes e produtivos serviços prestados ao país, Dr. Osiris Lopes Filho.

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – Obrigado, Senador.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Agradeço a V.Exª. e concedo a palavra ao Senador Dr. Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Dr. Osiris, vossas palavras tornam-se muito repetitivas, adota os elogios que todos estão fazendo a V.Sª. É uma reserva moral e importante para o país, um grande exemplo que nós estamos precisando muito hoje. Loterias, cassino e Bingo. A loteria ela tem muito a ver com a Caixa Econômica Federal. E também, na loteria embora esteja na mão de uma instituição séria, tradicionalmente com credibilidade diante a população, também atraem marginais, o caso da GTECH. E aquele contrato que está em uma dificuldade tremenda de renovação da GTECH, a resistência imensa da Caixa Econômica Federal. E depois, no momento político como esse que V.Exª., descreveu, até lobbys do próprio Governo, em cima da Caixa Econômica Federal, fazendo com que assinasse o contrato que não deveria ser assinado. Mas nós ainda temos uma instituição que se chama Caixa Econômica Federal, fiscalizando tudo isso e promovendo, dizendo eu tenho capacidade técnica de promover loteria, e tomar daqueles que exploram indevidamente. Uma confiança grande. Bingos, poderia perfeitamente estar na mão da Caixa Econômica Federal também fiscalizando. Disciplinadamente sem essa balbúrdia jurídica, que existe aí, e a Caixa Econômica Federal, tem muito a ver com a questão da fiscalização nesta área, poderia perfeitamente, inclusive, as cartelas, ou as máquinas ou que fosse, que se usasse, ter o selo da Caixa Econômica Federal. E a sua tradição é de disciplina burocraticamente, tecnicamente, com muito cuidado. Então, acho que essas duas coisas poderiam talvez minimizar a dificuldade diante dessa providência, com a regulamentação do Projeto que V.Exª. está apresentando e outros Projetos que tem na Casa. Mas com muito cuidado. Só que esses Projetos, Dr. Osíris, depende muito da adesão da classe política como um todo. E quando o Executivo não quer, quando o Poder Central não quer, faz-se um rolo compressor e dificulta muito. E principalmente nessa área de lavagem de dinheiro, onde os empresários interessados e uma turma política tirando vantagem, dificultam muita a aprovação. Agora cassino. Cassino, sinceramente eu não tenho assim, nenhuma simpatia, mas nenhuma simpatia. Nós estamos proibidos desde de Dutra, 1947, 48 como V.Sª. falou, e prolifera cassino para todo o lado no território brasileiro. É o jeitinho, é a negligência, é a complacência, isso faz parte da nossa cultura do jeitinho, para quê confrontar tanto, vamos conciliar, vamos ver se pode, se não pode e acaba toda a nossa população com muito sentimento de solidariedade, às vezes torna-se solidário até com aqueles que praticam os atos antiéticos, apesar do discurso ético e da proposta que se faz inicialmente. Portanto, eu acho que tudo isso, tanto a loteria quanto o Bingo, deveria fortalecer muito a Caixa Econômica Federal. Gostaria de saber da orientação que V.Exª. poderia nos dar nessa hora?

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – Acho que, V.Exª. está também na teoria do milagre. O senhor está colocando todas as fichas, já que estamos falando mais ou menos em jogos, na excelência da Caixa Econômica Federal. A minha concepção, propor esse Projeto, não é de valorizar um Órgão, estabelecer um novo cartório, para uma entidade Federal, tipo Caixa Econômica Federal, que ela tem assumido muitas funções nesse país, mas também tem sido exposta a muitas críticas. Ao se deferir o poder de polícia, para os Estados, se relativiza a eventual atribuição de competência a Caixa Econômica Federal, na exploração, na operação do jogo de Bingo. Compreende? A mi-

nha idéia, aproveitando já uma nova corrente que está surgindo no país. É de não centralizar tanto as coisas. Centralizou, aumenta o poder de quem está na centralização, mas também aumenta a possibilidade de corrupção e de desvio ocorrer. É melhor descentralizar. O melhor controle é o controle difuso, principalmente para um povo de, com características latinas, como nós, é melhor a opinião pública, milhares de pessoas realizando o controle, que torna mais difícil os desvios quando se tem o controle da opinião pública. E daí, eu preferi, o Projeto é nesse sentido, Senador Juvêncio, de não centralizar operações e nenhum Órgão específico. Os microcomputadores, essa cultura toda que surgiu na tecnologia da informática nos últimos anos, possibilita estabelecer estações controladoras em cada estabelecimento e a disciplinação centralizada disso, o controle centralizado a ser realizado por cidades, ou por Estado, é automático e na hora. O grande problema é o software que vai propiciar isso. E eu, ao longo desses anos que eu fico vendo aí mobilizações, há muito interesse estrangeiro, principalmente de software, querendo entrar no sistema. E obter esses contratos, inclusive com a Caixa Econômica Federal, eu vi reuniões que tinham... Estava o funcionário da caixa, mas atrás dele o interesse do software, da operação tudo. Prefiro o modelo de transferir isso para a competência Estadual, e cada estabelecimento, estabeleceu seu software e a Legislação Estadual, estabelecer o exercido do poder de Polícia. Descentralizar, vamos fazer uma experiência de descentralizadora. O país, nesses intervalos entre uma Constituição e outra, é muito centralizador, chega de centralização, vamos acreditar mais na periferia e menos no centro. Não sou muito favorável a valorizar a Caixa Econômica Federal, até, porque a experiência dela não é uma experiência positiva.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Dr. Osíris, eu acho que, o que é positivo é a presença de V.Exª. aqui hoje.

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – Obrigado.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Esse exemplo de dignidade, a esperança que ainda tem no seu coração. Embora tenha dito que está começando a perder, me parece, mas há sempre esperança, o povo brasileiro é bom e tem um sentimento de solidariedade no coração.

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – Obrigado.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Muito obrigado, Dr. Osiris.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O senhor me permite, eu havia pedido para o Senador, se ele me cedia uns minutinhos do tempo dele que ele não ocupou na íntegra, até, porque a palavra do Dr. Osiris, me ensejou uma... A única pergunta, que eu gostaria de fazer. Que é com relação, até aproveitando a experiência que teve enquanto Secretário da Receita Federal. Me parece, que uma das questões centrais na Legislação de legalização do funcionamento de determinadas modalidades de jogo, está fundamentalmente no controle da movimentação do dinheiro. Como entra, como sai, esta é a, talvez uma das questões chave na situação da legalização de parcela. Do jogo. E o senhor terminou agora de dizer, que o fundamental seria, poder aproveitar todo este avanço da tecnologia, para poder fazer o monitoramento, a impressão que me dá, é on-line, o monitoramento no ato. Nós tivemos a oportunidade... Já existe vários Projetos de tramitação de legalização, de regulamentação e diversas modalidades de jogo. Quando eu participei da CPI do Banestado, este foi um assunto que me chamou por demais a atenção, e uma das questões que me apresentou, como mais relevante, foi essa exatamente do controle, da movimentação financeira. Então, eu queria saber, eu sei que V.Exª. apresentou uma proposta de Projeto, que vai ser contemporizado no relatório do Senador Garibaldi Alves. Eu queria perguntar, se no Projeto do senhor está contemplado essa questão da fiscalização on-line dos recursos? Queria até detalhar mais. Quando, no que for regulamentado regularizado de jogo. Quando a pessoa recebe o prêmio, se há possibilidade efetiva desta premiação entrar imediatamente no sistema de controle do COAF e da Receita Federal? Porque se isto for possível, eu acho que boa parte da movimentação, da origem, da destinação e da possibilidade disso tudo estar articulado com o crime organizado, passaria a ter uma fiscalização mais rígida.

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – Olha, já expliquei anteriormente, que essa parte operacional, não foi objeto da disciplinação, porque a parte operacional varia muito em função do Estado da arte em matéria de tecnologia, eu tinha consciência disso. Mas o sistema se apóia decisivamente sob o ponto de vista da licitude e de controle dos recursos disponíveis, através das apostas na emissão das cartelas. Na hora que for emitido uma cartela, se o sistema de controle acionado diretamente por algum toque magnético na cartela, registra tanto no estabelecimento, quanto no sistema de controle da Administração.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A entrada e a saída do dinheiro, não é?

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – Mas, a senhora está falando numa preocupação, que eu acho, que não é pertinente aos ganhos concentrados. O jogo de Bingo, não propicia isso. Eu acho que há perdas pequenas, as apostas não são significativas, e é muito difícil pela... O número de sorteios, 90 números sendo sorteados, não sei quantas cartelas ficar concentrado numa única pessoa. Para obvia isso e evitar custos de controle, nós concebemos um sistema de substituição tributária. Quer dizer, o Imposto de Renda da Pessoa Física será arrecadado por cada pessoa, em função de cada pessoa que compra cartela. Compreende? Quer dizer não vai ser o ganhador do prêmio? Como é que controla-se uma pessoa natural que passou 3 horas jogando, deve ter ganho uns 3 sorteios e perdido uns 40. Como é que vai saber qual é o resultado final dele? É um custo de computação, de registros fantásticos. Então, a concepção foi uma concepção singela, comprou a cartela paga 1,5% de Imposto de Renda na Fonte, como substituto tributário. A idéia foi essa. Então, não se vai tributar o ganho individual de cada um dos apostadores ao final do dia, saber quanto eu ganho, quanto é o prejuízo é impossível, torna inviável o sistema de controle. É constitucional isso? É uma matéria a ser discutida. Mas, de qualquer forma a definição do substituto tributário é uma pessoa vinculada ao fato gerador, não diretamente o contribuinte uma terceira pessoa, se é apostador, pode ser essa terceira pessoa está vinculada ao fato tributável, que é a aposta que está sendo realizada. Quer dizer, foi o que eu imaginei para tornar racional o sistema de controle. Mas tem sempre essa idéia que brasileiro gosta muito... A segurança prévia que o sistema vai funcionar. Isso não existe, há sempre... Todos os sistemas têm furo, a corrupção pode existir, o desvio pode existir. A questão é a fiscalização contínua, não é? Principalmente da opinião pública. Eu não acredito em colocar a fiscalização para pessoas altamente capacitadas e etc. Centralizou, aumenta as possibilidades de desvio, de uma maneira geral. O melhor controle é o controle difuso colocado nas mãos da sociedade ou dos Órgãos técnicos, mas nunca centralizar, controles. Propicia, vamos dizer, dito elegantemente, os desvios e os desperdícios.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Concedo a palavra. Está satisfeita, Senadora?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sim, e agradeço ao Senador Juvêncio o aparte.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pegou a minha vez, ele já tinha encerrado. Presidente, eu apenas queria cumprimentar o Dr. Osiris, eu que passei pela Receita, sei e conheço as qualidades e o trabalho que ele desenvolveu a frente da secretaria da Receita. E acredito que a continuidade de algumas atividades se deve ao seu grande conhecimento e elaboração às determinações que seguem depois da passagem de V.Exª., por lá. Então, é um exemplo vivo, e acho assim como vinho, quanto mais velho melhor. Que as suas tranqüilidades, a sua elegância ao expor aqui os problemas, nos deixam bem à vontade, para entendermos o que se passa nessa área. O que essa CPI tem, Dr. Osíris, e o nosso Relator têm buscado com todo o empenho a investigar o que ocorreu em razão do jogo de Bingo depois da ocorrência com o Waldomiro Diniz. Quer dizer, quando o Waldomiro Diniz, foi receber o dinheiro de um elemento de origem do jogo de bicho, por isso quase todos os jogos, esses cassinos ambulantes, que foram referidos aqui, que muda de residência a cada instante, os jogadores já sabem, recebem uma senha no jogo, e mudam. Elas tiveram sempre origem dos cabeças do jogo de bicho em São Paulo, é assim, acredito que os outros Estados sempre foram assim e cada lugar que surge um cassino, sempre tem por trás um dos reis do jogo do bicho. E nós sabemos que quando houve o primeiro mandato do Presidente Lula, Dr. Osíris, veio o Projeto de realizações, o programa de Governo. Eu, estava na primeira secretaria da Casa e tive a oportunidade de ler, porque é o primeiro secretário que o faz. E lá tinha, um dos objetivos do programa era, a regulamentação... Eu não falo legalização, porque eu acho que fica uma expressão um pouco... A regulamentação que V.Exª. tem usado muito aqui é regulamentação. A regulamentação dos Bingos, por isso que antecede suspeitas de que teria havido um acordo anterior e que a campanha teria recebido 1 milhão em São Paulo e 1 milhão Rio de Janeiro, foi por depoimento feito aqui pelo Burati se eu não me engano, e outros que aqui passaram. Imediatamente, após a apresentação na televisão do caso Waldomiro com o dono do bicho não está me ocorrendo, Carlinhos Cachoeira, Presidente Lula baixou a emenda provisória, proibindo o jogo, se assustou com o programa e não quis dar continuidade àquilo que já havia programado que era a regulamentação do jogo do Bingo. Então, eu não sei, acho... Como o senhor está acompanhando de perto tudo isso aí, a gente fica um pouco preocupado, porque a Lei Pelé e a Lei Zico, tinha uma objetividade com o Bingo, que era uma parcela para os clubes que fizessem convênio, e lá teve muita falcatrua. Qualquer clube de esquina, estava fazendo um acordo e era praticamente aceito pelas

autoridades competentes. Surgiu a máfia espanhola e italiana que era da venda das máquinas, o senhor vê, que as máquinas também formaram, porque tudo eletrônico, trouxeram de fora o software e mais todo o equipamento, muita coisa montada em Manaus, mas praticamente com todos os componentes contrabandeados na grande maioria, pelo menos a Receita fez algumas operações com a Polícia Federal e chegou a esta conclusão. É claro que a gente não tem que generalizar. Mas o que me assusta Senador Pedro Simon, é os Bingos que recentemente foram construídos em São Paulo, são coisas de... Mirabolantes, um deles, me disseram que foi mais de 6 milhões de dólares na construção e equipararem o jogo. Que era uma churrascaria e acabaram transformando num Palácio do Bingo, com estátuas africanas, um negócio egípcio, um negócio espetacular e o aratam(F) que também... Só o terreno deve valer uma fortuna, na Ruben Berta, os dois são próximos, poucos quilômetros de distância. Eu sei que quem investe tem certeza que vai ter retorno. Então, não haverá repressão, que seria correto visto que está proibido. Como há uma série de liminares, eu requeri, foram aprovados, que o Juiz mandasse todas as liminares e nós não conseguimos receber (inaudível) até hoje não apareceu nenhuma?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu preciso de uma informação da secretaria, até pouco tempo não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não mandaram uma para gente saber onde que se baseia. Porque tem uma colega do senhor, uma fiscal que fez representação contra uma estrutura de Bingo em São Paulo e pediu investigações. Eu pedi que ela fosse convidada a vir aqui também expor. Porque ela ouviu da pessoa que eles estavam arrecadando preliminarmente, um X para a campanha eleitoral, porque viria a regulamentação do Bingo. Sei que V.Exª., está se acautelando em propor essa regulamentação para ter seriedade no controle, teve o que não me parece que estava ocorrendo. A corrupção aumentou violentamente, hoje praticamente quase todos sabem que há uma corrupção generalizada das pessoas que teriam a responsabilidade de fiscalizar, recebem um pagamento fora do que seria natural e eles estão praticamente funcionando sem nenhum tipo de controle. Eu tinha posto aqui, realmente V.Exª., colocou corretamente que é o controle da emissão de cartelas. Quem emitia a cartela, e elas seriam numeradas para ter um controle exato, de quanto se vendeu e de quanto não se vendeu. Mas, do jeito que está, Relator, é um negócio quase que incontrolável. Eu acho, que a importância do depoimento de V.Exª., é à parte das proposituras da CPI, porque o Relator, eu acredito que vai ter a parte criminal, os indiciamentos e vai fazer uma propositura para tentar escapar esta avalanche de criminalidade que surgiu com as apurações da CPI. Quero agradecer muito esse depoimento, essa boa vontade do senhor comparecer aqui e cumprimentá-lo, porque está ainda, ativamente interessado nos interesses do país.

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – Obrigado, Senador.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu que agradeço a V.Exª., Senador Tuma. Wellington pediu, tirando a inscrição. O Dr. Osíris, nós queremos agradecer a V.Exª., não sei se o Senador Pedro Simon, deseja usar da palavra. Pode, V.Exª. pode tudo aqui.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Quando não puder a gente renúncia.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Quando o senhor não puder usar da palavra eu apresento a minha renúncia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Pedro Simon. Senador Simon, eu quero aqui adiantar a V.Exª., V.Exª. nós estamos abrindo exatamente para os cumprimentos de V.Exª. que o Dr. Osíris, diz que tem um compromisso profissional, agora às 14 horas. Mas nós não abriremos mão da palavra de V.Exª.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu queria apenas salientar, a admiração e o respeito que eu sempre tive por V.Exª. Eu acho que foi V.Exª. é um dos homens públicos, que desempenhou com extraordinária competência e capacidade, a sua tarefa numa hora muito importante. Eu acho, que o Brasil chegaria a um bom *status quo,* se nós conseguíssemos que os Governos, independente de quem ganhasse ou de quem perdesse, determinadas figuras da vida pública brasileira, fossem permanentemente convocados para que a sua capacidade, pela sua competência pudesse ajudar o desenvolvimento do país. Eu acho, por exemplo, que esse afastamento de V.Exª., nesses anos em que V.Exª. prestou, pelos seus depoimentos, pelas suas entrevistas, pelas suas manifestações um grande trabalho. Mas, que V.Exª. poderia ter colaborado e imenso, na Administração Pública principalmente, e quando praticamente ela está à margem dos acontecimentos, sem experiência, ser tradição, ser história, sem biografia, ser equipes na margem da improvisação. É profundamente lastimável que isso esteja acontecendo. V.Exª. tem 5 minutos. Eu só diria em meia dúzia de palavras, como V.Exª. descreveria o que nós estamos vivendo hoje, no nosso Governo. E na opinião de V.Exª. Considerando que nós optamos. Considerando que há uma opção praticamente unânime no Congresso, de

não enveredar por sentido do impeachment da incriminação do Governo, do lado institucional, mas conseguir sair, encontrar uma fórmula que a eleição dê uma resposta a isso que está aí? Como vê V.Exª., que nós podemos chegar até o dia primeiro de outubro, quando a gente vê de um lado o Presidente fazendo o que eu acho, que é possível que se deixe de fazer, o erro mortal na minha opinião, foi à reeleição, o Brasil é um país preparado para o instituto da reeleição. A reeleição, pode reparar que o grosso da corrupção, o grosso do caixa dois e etc. Começou com o aparecimento da reeleição. E nós vemos do outro lado, eu não sei até Senhor Presidente da Comissão, se deveria haver um sentimento de suspender a Comissão, a Comissão deveria suspender os seus trabalhos, e só reabrir depois da eleição. Se nós considerarmos que o PT tomou a iniciativa, de como PT, ele não vai tomar conhecimento de nada que houve com relação ao mensalão e tudo mais, para que esse assunto não perturbe a eleição, só depois da eleição é que vão analisar essa parte. Eu fico perguntando: Como é que ficamos nós? Metade do partido do Governo fica nessa posição de não tomar conhecimento, de esvaziar para depois da eleição. Agora eu não sei depois da eleição, se o PT ganha a festa da eleição, com a festa que já teve ao ex-chefe da Casa Civil do Congresso do PT. Se ganhar ele é um herói da vitória. Como é que nós vamos ver, de um lado ele vitorioso, o PT, ele prestando homenagem, de outro lado o Supremo Tribunal Federal, denunciado ele já está. Mas talvez o condenando pelas prevaricações que ele foi acostumado. Como vê V.Exª. nessa hora tão esdrúxula, tão diferente, é uma crise que como nós nunca vimos no Brasil, mas ao mesmo tempo institucionalmente falando, está tudo funcionando, os militares estão muito tranqüilos, serenos, são o comando do Dr. Valdir Pires, quem diria. Que dizer, dá ordem e é acatado. Quer dizer, os poderes estão aí, agora, inclusive com a Ministra Ellen Greice na presidência, com mais tranqüilidade e com mais serenidade sem os arroubos do Jobim, e o Congresso Nacional aqui funcionando a mercê do Presidente. O Presidente inclusive cobra do Presidente do meu partido, o Presidente da República: "Vocês têm que resolver, afinal vocês vão ter candidato ou não vão ter candidato? Vocês não precisam nem apoiar a mim Lula, basta vocês dizerem, que não vão ser candidato, e o Renan indica o Ministro da Saúde e o Sarney indica o Ministro dos Transportes". Quer dizer, nessa situação. Qual é a palavra? Estou vendo V.Exª. muito desanimado, muito cabisbaixo, não é o Ministro que eu conheci, não é o homem do arroubo, da garra. Parece até que o PT conseguiu lhe atingir o senhor está ficando meio a margem assim de lado. O que V.Exª. diria para gente agora?

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – (risos) Eu às vezes brinco com a minha mulher...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – A minha provocação foi deliberada.

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – ...às vezes eu brinco com a minha mulher... Olha, eu tinha dois filhos, um morreu há pouco. Vocês estão livres de eu comprar o megafone e botar vocês dois numa praça e ficar fazendo pregação como esses pastores. Porque, alguns jornais abriram uma janela para eu ter coluna semanal. Então eu vou escrevendo e botando os meus diabos para fora. Mas, realmente é frustrante esse país. Inequivocamente a eleição presidencial passada, foi uma eleição, não diria para a esquerda, mas a eleição para mudar o país. E chegou o homem lá que tem carisma, é bom orador, sensibiliza os grotões. Finalmente, o grotão não é mais controlado pelo latifundiário, mas por um líder populista. Mas não muda. Segue a velha cartilha da dependência, da periferia e da subserviência. Mas eu mencionei antes que o Brasil, imagina sempre um Salvador, Dom Sebastião Bonsai(F), e realmente povo nenhum vai adiante com salvadores. Eu sou professor universitário, às vezes fico vendo a falência dos valores morais nesse país. Eu acredito que isso vai melhorar, você construir certos valores, valor democrático, o valor republicano, um valor neutralidade Estatal. O valor da integridade. Só isso, quer dizer, isso... Mas o valor que predomina é do sucesso, da obtenção de riqueza, obtenção de vantagens, você vê isso na universidade os meninos já estão querendo arranjar uma sinecura quando se formam, uma jogada qualquer. É um negócio desesperador, porque o país é rico em potencial, é rico em conhecimento, a juventude está aí. É um país jovem. E tudo isso está represado, nós não liberamos a potencialidades do país, esse é um desafio. Quer dizer potencializar, o que está represado. Abrir os horizontes, aumentar os horizontes. Eu tento, na minha passagem muito minúscula fazer isso. Mas eu acho que o senhor colocou o drama que nós sofremos. E eu como não sou pastor, (risos) E não sou milagreiro não tem solução. Mas no meu mundo, que é um mundo pequeno, microscópico eu tento sobreviver com essa idéia de esperança, e de conseguir um mundo melhor para o país. Mas realmente, eu viajo muito pelo país e fico vendo as nossas belezas, riquezas. E acho que é um país traído. Eu me lembro muito quando se coloca isso, num livro do Saint-Exupéry que é muito citado pelas nossas missas, mas na "Terra dos Homens"

em que ele conta que ele está indo de Paris para a Bélgica num trem noturno, e o trem está ocupado por mineiros, o trem muito ocupado, cheio de gente, pessoas dormindo no chão e tal. Aí ele vai andando no meio daqueles corpos embrutecidos – mineiros têm as mãos mais rudes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO 1 – Só uma colocação. Mineiros que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO 2 – Nas Minas, não é mineiro de Minas Gerais! Mineiros trabalham nas minas! Não é de Minas Gerais.

DR. OSIRIS DE AZEVEDO LOPES FILHO – Mineiros estão isolados nas alterosas, nos grotões. (risos) Mas aí ele vai andando e vê um menino louro, olhos azuis que sorri, aí ele vendo aquela multidão de pessoas embrutecidas, ele começa a imaginar aquele menino de olhos azuis, louro, bonito, e termina dizendo que é um Mozart, as perspectivas filho de gente pobre, Um Mozart, perspectiva assassinada. Eu acho que o Brasil é o Mozart assassinado, tanta gente, tanta coisa bela nesse país e que a classe dirigente que ocupa o poder, ocupa sem grandeza, a não ser na sua, objetivo patrimonial, na sua carreira política. Mas sem a grandeza de construir para todos. Promete isso, mas em termos objetivos não realiza. Esse é o trama nosso. Que é a esperança nunca se torna realidade. Eu agradeço muito a esse convite, mas eu estou desesperado aqui, porque hoje é o dia...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nós é que agradecemos a V.Exª. E antes de encerrar agradecendo mais uma vez Dr. Osíris. Quero comunicar aos Srs. Senadores, que amanhã na sala 2, da ala Senador Nilo Coelho, teremos a sessão administrativa e o depoimento do senhor Carlos Eduardo Canto. Que é Presidente da Federação Brasileira de Bingos, FEBRABIN, está encerrada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senhor Presidente, só para terminar, desculpe. Só para saber como é está a questão da nossa visita lá...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Está só faltando um contato com a Polícia Federal e o secretário de segurança, e o nosso Augusto, deve até o dia de amanhã, espero que até o dia de amanhã, ele tenha uma data para que a Comissão vá até o Mato Grosso, para ouvirmos o Comendador Arcanjo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. Está encerrada a sessão. (risos)

(Sessão encerrada às 13h55.)

Ata da 73ª Reunião, realizada em 3 de maio de 2006.

Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, às doze horas e dezessete minutos, na Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho (Relator), Tião Viana, Heráclito Fortes, Juvêncio da Fonseca, Flávio Arns, Antonio Carlos Magalhães, Wellington Salgado, Álvaro Dias, Siba Machado, José Jorge e Ideli Salvatti, presentes ainda os Senadores Arthur Virgílio, José Agripino Maia, Demóstenes Torres, Tarso Jereissati, Ana Julia Carepa e Heloísa Helena não membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se à apreciação e votação de requerimentos, e oitiva do Senhor Carlos Eduardo Loures Canto, Presidente da Federação Brasileira de Bingos - FEBRABIN. Indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. O Senhor Presidente presta alguns esclarecimentos sobre a importância da aprovação do requerimento de convocação do Senhor Anderson Ângelo Gonçalves. A seguir, submete o requerimento à votação: aprovado por unanimidade. O Presidente informa que o Senhor Anderson solicitou, por escrito, pelo fato de estar sendo ameaçado e por questão de segurança, a prerrogativa de escolher em que momento a reunião se dará em caráter fechado e aberto. O Presidente pede a compreensão de todos os presentes, determinando que a imprensa, assessores e demais presentes esvaziem o recinto e suspende a reunião por cinco minutos. A reunião é reaberta e transformada em sessão reservada com a oitiva do Senhor Anderson. Com a palavra o depoente faz um breve relato sobre sua vida pessoal tecendo comentários sobre sua o curto período que trabalhou como garçom em uma casa de bingo de São Paulo. O Presidente passa a palavra ao Relator para seus questionamentos seguido de acordo com a lista de inscrição pelos senadores Ideli Salvatti, Juvêncio da Fonseca, Heráclito Fortes, Romeu Tuma, Heloísa Helena, Flávio Arns, Arthur Vírgilio e Ana Julia Carepa. O Senhor Presidente suspende a reunião por cinco minutos. Reaberta a reunião o Senhor Presidente faz algumas considerações a respeito das medidas que

serão tomadas quanto ao depoimento do Senhor Anderson, e determina a assessoria que o providencie para que o depoente e seus familiares sejam integrados no Programa de Proteção a Testemunha de São Paulo – PROVITA, será feita a quebra de sigilo telefônico do depoente e de sua mãe. A seguir, convida o Senhor Luiz Oscar Vitale Jacob, Vereador da Cidade de Amparo em São Paulo para tomar assento à Mesa. Com a palavra o Vereador inicia seu depoimento tecendo considerações sobre o Anderson Ângelo Gonçalves, quando procurou a Câmara Municipal. A seguir, usam da palavra para interpelar o depoente os Senadores Flávio Arns, Juvêncio da Fonseca e Valdir Raupp que também faz considerações sobre o caso e em seguida o Senador Romeu Tuma. O Presidente agradece a presença do Vereador e informa aos presentes que a Comissão formada para ouvir o Comendador Arcanjo, se deslocará para Cuiabá/MT no próximo dia nove. Finalizando, convoca reunião para terça-feira, dia nove de maio, às dez horas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezessete horas e vinte minutos e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Srs. Senadores e Senadoras, havendo número regimental, declaro aberta a 73ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº. 245/2004, para investigar e apurar a utilização nas casas de bingos para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Informo aos Srs. Senadores que a Ata da reunião anterior encontra-se sobre a Mesa e coloco em votação propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Srs. Senadores, queria comunicar a V.Exªs. de que no início da semana passada, a Assessoria desta CPI recebeu um telefonema do Sr. Anderson Ângelo Gonçalves que é mais conhecido nessa Comissão como "Jack", o garçom que trabalhava em um bingo paulista e que, segundo o próprio "Jack" e em conversa em que foi... Que era garçom, que trabalhava no bingo e que foi testemunha de uma conversa que se estaria tramando a morte do então Prefeito de Campinas. E em seu telefonema, o Sr. Ângelo relatou que estava se sentindo ameaçado e que desejava prestar depoimento a esta CPI.

Lembram-se V.Exªs. de que houve uma Comissão que foi encaminhada àquela casa pelo Senador Suplicy, Senador Malta e Senador Tuma e que, inclusive, existe uma fita deste depoimento entregue a esta CPI trazida pelas mãos do Senador Suplicy.

Ciente do ocorrido, determinei a um Assessor desta Presidência e a um Assessor da relatoria que se dirigisse a Campinas para conversar pessoalmente com o Sr. Anderson. Tal encontro ocorreu na quarta-feira da semana passada, em um Shopping Center de Campinas.

Durante a reunião, o Sr. Anderson relatou o ocorrido aos Assessores dessa CPI, sempre enfatizando que teme por sua vida e que tem muito o que esclarecer a esta Comissão.

Questionado sobre seu interesse em vir prestar depoimento a Comissão, o Sr. Anderson manifestou novamente o desejo de vir a Brasília e colaborar com os trabalhos deste Colegiado, desde que esse depoimento, bem como sua vinda a Brasília fossem mantidos no mais absoluto sigilo até a data da realização da oitiva.

Os Assessores desta CPI fizeram questão de obter essa manifestação do Sr. Anderson por escrito que depois darei ciências a V.Exªs.

Diante de tudo isso e com o objetivo de resguardar a integridade pessoal da testemunha, essa presidência em comum acordo com a relatoria, decidiu por manter esse assunto em sigilo até agora. Ressalto que o assunto guarda total correlação com o objeto desta CPI por tratar-se de assassinato de um Prefeito planejada numa casa de bingo.

Quero dar ciências a V.Exªs. da carta que a Assessoria trouxe no dia 26 de abril de 2006, que está aqui assinada pelo Sr. Anderson Ângelo Gonçalves.

> *"Exmº. Sr. Senador Efraim Morais, Presidente da CPI dos BINGOS, Campinas 26 de abril de 2006. Tendo em vista a minha pessoa ter sido citada na CPI dos BINGOS sob o apelido de "Jack" bem como de diversos fatos de que sou conhecedor e que podem auxiliar os trabalhos desta CPI, coloco-me à disposição de V.Exª. para prestar os esclarecimentos que a Comissão julgar necessários".*

Está aqui assinada pelo Sr. Ângelo, aliás, Anderson Ângelo Gonçalves. E quero informar a V.Exªs. que mantido todo esse processo em sigilo, só com conhecimento meu e do Relator, por se tratar de assunto que essa CPI já havia participado e entendendo que há importância desse depoimento, é que vou pedir a V.Exªs. que através de requerimento verbal que apro-

vemos agora a oitiva do Sr. Anderson, porque ele quer, inclusive, dessa CPI garantia de vida.

Então, está em discussão, em votação. Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Permite, Presidente? Está aprovado, mas eu queria só colocar que V.Exª. consegue algo muito importante que é trazer este rapaz a CPI, porque ele nunca quis se identificar, pelo menos aos que lá foram com o Senador Suplicy. Não sei se o Senador Suplicy tinha conhecimento de seu nome. Mas a história é complexa que ele nos contou, a relação com o bingo de Campinas e os objetivos que ele teria ouvido que indicavam a eliminação do principal obstáculo a que alguns empresários pudessem investir, que era o Prefeito Toninho.

Então foi isso. Eu só queria cumprimentar V.Exª. por ter mantido sigilo e gostaria posteriormente saber se a Polícia Federal investigou os dados que foram fornecidos ao Ministro da Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu recebo aqui do depoente as seguintes palavras. Ele quer iniciar a Sessão fechada e depois ele mesmo poderá pedir para abrir posteriormente. Porque ele quer algumas garantias dessa CPI e eu entendo que cabe a nós garantirmos a integridade do nosso depoente.

Então, eu queria fazer um apelo aos companheiros da imprensa. Não precisa retirar o material, porque se for o caso, depois ele poderá sugerir para abrir porque é um caso que realmente ele se sente ameaçado de morte, a família também, é um homem casado, pai de família.

Então, eu pediria a compreensão de V.Exªs. para que nós pudéssemos fazer exatamente a vontade do depoente. Eu acho que se faz necessário.

Então, eu solicitaria de todos os companheiros da imprensa que entendessem essa posição, a todos os Assessores com exceção dos nossos Assessores da nossa CPI. Eu vou surpreender por 5 minutos a Sessão até que os companheiros entendam a posição, porque a vontade é do depoente, não é nossa, e nós temos que... É a condição para ele dar algumas informações a essa CPI.

Eu pediria a V.Sªs., aos companheiros da imprensa, Assessores...

Pode deixar o material aí.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SP) – Presidente, apenas para esclarecimento. Porque hoje a informação que nos foi dada é de que nós teríamos a Reunião Administrativa. Então, eu queria só ter o entendimento. Nós vamos ouvir o depoimento e a administrativa vai ficar...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Após. Se houver tempo, Senadora, nós faremos. E faremos também de comum acordo aqui. V.Exª. pode ter certeza que nós não vamos aqui... Eu considero esse fato da maior importância e em função disso eu posso dizer, se nós tivermos um avanço nós deixaremos para outra semana. Não há nenhum problema de nossa parte de fazer esse adiamento. Eu considero esse fato prioritário e daí nós poderemos fazer isso na próxima semana.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SP) – Presidente, apenas para efeito, porque vários Parlamentares têm várias atividades concomitantes...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu daria o seguinte, Senadora, se tivermos que fazer, faremos de comum acordo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SP) – De comum acordo. Está ok, então, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª..

(interrupção no áudio)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Companheiros, companheiros da imprensa solicito a...

Solicitaria também a segurança do Senado que agilizasse e mantivesse, é secreta.

(Sessão suspensa às 12h27min.)

(Sessão secreta das 12h33 até 16h14.)

(Sessão reaberta ao público às 16h30.)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Após o depoimento do Anderson Ângelo Gonçalves que nós acabamos de ver e ouvir, informo as seguintes decisões dessa presidência, primeiro estamos em contato com o Governador de São Paulo através do Senador Romeu Tuma, para que o Sr. Anderson Ângelo Gonçalves passa a integrar a proteção da integridade física não só dele, mas também dos seus familiares no PROVITA que o Programa de Proteção a Secretaria de Justiça lá do Estado da São Paulo, foi essa sugestão solicitada, providências solicitada pelo depoente e solicitamos que os procedimentos a serem adotados no que tange a segurança da testemunha seja efetivado de forma reservada e sigilosa. Ficou também autorizado na Sessão a quebra do sigilo telefônico do Sr. Anderson Ângelo Gonçalves, bem como a quebra de sigilo telefônico da residência de sua mãe, autorizado pelo depoente.

E aqui conosco se encontra o Vereador Luiz Oscar Vitale Jacob que é Presidente da CPI Municipal da Câmara Municipal, ou melhor da Câmara, Presidente da CPI que está acontecendo na Câmara Municipal de Amparo cidade da São Paulo que fará entrega a essa presidência, a essa CPI documentos relativos a esse

caso. Quero deixar claro aos Senhores de que o depoimento que será degravado e colocado à disposição dos Srs. Senadores ficou bem claro o envolvimento de casas de bingo com o crime do Toninho do PT, tirando o discurso de que essa CPI quando entrou no caso lá de Campinas estava fora do foco.

Foi reconhecido, inclusive, nesse depoimento bingueiros através de fotografias, o que deixa exatamente ligações com outras pessoas que aqui estiveram depondo, e que através do pedido de quebra de sigilo bancário conseguiram **habeas corpus**, liminares para que não fossem feitos essas quebras de sigilos bancários e daqui hoje saiu comprovado, que houve o fato conexo em relação às pessoas ligadas aos empresários do jogo do bingo, as casas de bingos e mais de uma casa, não foi uma só, o que prova que a CPI está no caminho certo, que a CPI esta dentro daquilo que foi determinado na sua criação.

Esse registro eu queria fazer e o Vereador Luiz Oscar Vitale Jacob para aqui fazer um depoimento que foi decidido também no decorrer dessa reunião. Para dar algumas informações e passar esses dados. Informo que ainda não foi concluída a CPI, na Câmara Municipal de Amparo, mas que documentos que serão colocados aqui são de maior importância para darmos continuidade ao depoimento do Sr. Anderson.

V.Exª, Vereador Luiz Oscar Vitale Jacob tem a palavra para um breve esclarecimento sobre esses fatos que vem acontecendo e que vocês vêem acompanhando. V.Exª tem a palavra.

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa CPI da Instância Hidromineral de Amparo no interior do Estado de São Paulo, ela foi pedida porque nós entendemos que o Anderson quando apareceu lá em Amparo, nós sentimos que ele estaria disposto a colaborar com a família do falecido Prefeito do Toninho do PT da cidade de Campinas e por Paulo, irmão dele, ter uma propriedade naquela cidade, uma determinada pessoa levou a Amparo para que membros da Administração Pública Municipal que também são do Partido dos Trabalhadores, dessem uma atenção a esse cidadão para que esclarecesse esse episódio.

Na imprensa regional local, os jornais da região de Campinas quando apareceu que membros da Prefeitura Municipal de Amparo, cargos de confiança do Prefeito teriam se envolvido nesse apoio a esse moço, mas quando esse Anderson começou a reconhecer alguns nomes, algumas pessoas e dar nomes àquelas pessoas que ele viu na questão do bingo que ele participou, eram nomes de pessoas muito conhecidas e importantes da cidade de Campinas, aí o pessoal da Administração Pública Municipal de Amparo parou de dar esse auxílio e o que nos assustou mais foi a questão de que no dia que ele tinha que fazer um depoimento no Fórum em Campinas ele foi levado, ele estava no hotel na cidade de Campinas e foi levado para a cidade de Amparo, onde esse Advogado da Prefeitura teria influência, levou ao hospital na Santa Casa Anna Cintra de Amparo e segundo o Sr. Anderson no depoimento dele, ele teria sido dopado no dia do depoimento. E isso saiu na mídia. Nós Vereadores vimos naquele momento a imagem de Amparo, só se falava nisso. Então o Vereador Rogério Delphino Catanese pediu abertura da CPI, foi aberta e nós ouvimos.

Então nós temos um depoimento de 8 horas do Sr. Anderson no qual ele fala de diversos assuntos, de vários problemas e está aqui o documento. O Anderson, ele foi muito feliz na explicação dele aqui, pois quando nos chegou a informação desse cidadão, nós tomamos o cuidado de ouvi-lo informalmente, depois ouvi-lo com mais calma e depois na CPI. As três vezes que eu tive participando com ele dos esclarecimentos, do depoimento dele, ele sempre falou as mesmas coisas, como hoje eu pude participar aqui do depoimento dele. Ele falou a mesma coisa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Não, não houve, Sr. Senador. Então como é muito grave o que ele falou lá, a nossa preocupação era o uso da maquina pública municipal da nossa cidade de Amparo. Mas quando ele começou a falar nomes de pessoas importantes da cidade de Campinas aí nos preocupou e fugiu da nossa alçada. Então, por bem nós achamos interessante trazer a esta Casa, que terá melhores condições até de investigar essas informações que o Anderson nos passou.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor acha que nesse depoimento ele vinculou a morte do Toninho a essas pessoas que ele identificou, por isso preocupou a CPI de Amparo?

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Sim, porque a gente achou que naquele primeiro momento o envolvimento da Prefeitura era para tentar ajudar a elucidar. Dar uma atenção até o irmão do Toninho, que é o Paulo, que tem conhecimento com o pessoal lá. O que nos pareceu que eles queriam ajudar a esclarecer, deram atenção para ele, proporcionaram carro, um veículo da Prefeitura para que ele pudesse ir a São Paulo fazer alguns depoimentos. Estamos apurando se houve algum uso da máquina pública aqui para o pagamento de hotel para ele ficar. No depoimento dele, ele foi recebido na sede do Diretório Municipal do PT na cidade de Amparo para algumas reuniões, depois o Prefeito gentilmente cedeu o Gabinete do Prefeito

para que ele fizesse reuniões num local público, a pedido do Presidente do PT de Amparo, que era Secretário de Esportes e Turismo no Município de Amparo para que usasse o Gabinete do Prefeito para reunião com o Paulo, que o Paulo não queria encontrar, não conhecia essa pessoa, num lugar público ou até ter segurança, que o Paulo estava muito amedrontado naquele momento.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Paulo, irmão do...

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Paulo, irmão do Toninho do PT.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque hoje está sendo televisionado para a população saber de quem se trata.

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Ah, perfeito. Então o Prefeito gentilmente cedeu a Prefeitura e até um determinado momento o que nos levou a crer é que eles queriam de fato um esclarecimento. Mas depois no decorrer, segundo relata aqui o Anderson quando ele começa a reconhecer alguns nomes, parece que o pessoal mudou a conversa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Esses nomes que ele começa a citar eram ligados a quê? Prefeitura de Campinas ou de Amparo?

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – De Campinas, ele citam alguns nomes da Prefeitura de Amparo das pessoas que o atenderam, e até uma ameaça que ele teve na casa que ele se encontrava, não vou citar aqui a cidade, pois era a cidade que ele estava naquele momento foragido porque ele não ficou mais em Campinas. Quer dizer, ele tem parada mais. Ele tem que viver fugido desde aquele episódio, ele não consegue mais trabalhar, não consegue...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O documento que o Senhor tem da CPI é o depoimento do Anderson?

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Perfeito, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A Câmara não chegou a outros procedimentos como, por exemplo, investigação da denúncia dele de que teria dopado no hospital?

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Isso nós fizemos, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A que conclusão chegaram?

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Veja bem...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tem algo reservado?

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Ele é bem reservado, esse documento, mas...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu acho que poderia entregar para o Senador...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Você pode deixar com a CPI, Senador Efraim Morais, para que a gente possa depois examinar o documento.

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Aqui só para ilustrar, eu tenho um documento da Santa Casa Anna Cintra de Amparo, que ele foi atendido naquele dia, mas...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ...Médico é sigilo da informação.

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O documento é da Santa Casa Anna Cintra em que acusa o recebimento da CPI da Câmara de Vereadores através do qual nos é solicitado o fornecimento da ficha de atendimento ambulatório, prontuário médico, tal, tal, do fulano da tal, brasileiro... Que a direção daquela Casa confirma que o Sr. Anderson teria sido atendido nesse nosocômio no dia 13 de dezembro de 2002. Há um documento da Casa dizendo e que mais adiante diz, todavia, que o presente a normas que regula o sigilo profissional, tanto do Médico quanto dos hospitais, somente poderemos fazer entrega do documento respectivo se ocorrer solicitação do próprio paciente ou em decorrência da requisição judicial. Então nós poderemos fazer, se necessário, se a CPI entender, solicitarmos do próprio Anderson que ele requeira esse documento, ele na condição do paciente. Mas o documento está aqui, assinado e dirigido ao Vereador Luiz Oscar Vitale Jacob.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Dr. Luís, só para ficar claro aqui, ele estava nesse dia convocado a depor no Juizado de Campinas, quando foi retirado à porta e foi convidado a ir até Amparo. Que só a finalidade dele ter sido dopado. Qual foi a finalidade?

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Ele teria que depor naquele dia. Um Advogado da Prefeitura Municipal da Instância Hidromineral de Amparo ficou encarregado de dar essa atenção para ele, que é o que ele pensava naquele momento, de dar-lhe o suporte, acompanhá-lo até o Fórum. Ele foi pego num hotel, foram para a praça ali e daí quando eles viram a movimentação da imprensa em frente ao Fórum, o pessoal montando o equipamento, esse Advogado, segundo o relato do Anderson, "Olha, vamos dar uma volta, esperar acalmar para depois a gente...". Ele tinha um horário para depoimento. Aí quando ele pegou rumo à Amparo, ele falou, "Eu tenho que resolver um problema na cidade de Amparo, mas depois nós voltamos". "Mas nós temos horário, Doutor". "Não, não. Eu te apresento no horário que eu achar conveniente, até por questão de segurança". E o levou para Amparo—

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Dr. Nilton que era Secretário da Prefeitura.

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Assessor Jurídico. Então foi isso, foi no dia do depoimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ah, então foi objetivamente para evitar que ele fizesse o depoimento.

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – É o que nós acreditamos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A esposa do Prefeito assassinado Dª. Roseana que teve aqui e o irmão do Prefeito assassinado, Paulo, que esteve aqui também, eles têm pleno conhecimento de todos estes depoimentos. O que me pareceu um pouco... Até indaguei isso antes, porque eles estiveram aqui nessa CPI e fizeram depoimentos muito bons, bastante elucidativos, pedindo apoio da CPI. A CPI designou uma Subcomissão desta CPI para ir a Campinas composta pelo Senador Romeu Tuma, Magno Malta, Eduardo Suplicy e naquela ocasião até disse, eu não me lembro exatamente do depoimento da viúva e do irmão, mas me pareceu que eles mencionaram que haveria um garçom nessa casa de bingo, por isso que inclusive, o procedimento continuou além da solidariedade natural que tem que acontecer, mas que haveria um garçom que teria, sim, informações a mais que é o Anderson que vem aqui hoje. Mas no depoimento naquela vez, isso foi em 2005 agora já foi no segundo semestre do ano passado, mas eles não mencionaram que teria vindo um contato pessoal, próximo deles com o garçom porque houve, inclusive, o Senhor mencionou e o Anderson mencionou também, que teria havido um contato próximo, mas eles têm conhecimento de todos os depoimentos que vem sendo feito a respeito da morte do Prefeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Só para um esclarecimento, o Vereador Jacob me informa que a data foi no início ou da proposta?

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Do início.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Do início, foi de 22 de 11 de 2005. Quer dizer, após o depoimento, quer dizer, o depoimento da Srª. Roseana foi antes do início. E que o Sr. Anderson disse aqui é de que o contato que teve com a Srª. Roseana com o Paulo e com Dora, a Drª. Dora, que era na época do escritório, ainda é do escritório do Ministro Márcio Thomas Bastos, foi num Mc Donald's por 15 minutos, isso foi o contato que foi dito pelo Anderson aqui há poucos minutos. Primeiro o contato, se não me esgano, foi esse. E do Paulo, o Paulo parece-me que a conversa foi mais além. Foi perguntado, aliás, no caso com a viúva.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agora eu só quero dizer o seguinte, que o depoimento do Anderson eles vêm acontecendo a partir do ano de 2002, salvo engano. Pelo que entendi do depoimento dele a partir do ano de 2002 que ele foi à Delegacia, ele foi à Ouvidoria. Ele foi acompanhado, quer dizer, estou certo nesse sentido? Não na CPI, mas em outras Instâncias?

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Depoimento que ele chamou aqui de oficial e não oficial. O depoimento que foi dado ao DHPP, em que erraram a data. Eu acho que esses assuntos que nós decidimos de que vamos identificá-los através do Ministério Público, através da Polícia Federal e da Polícia Civil e evidente que nós vamos tomar todas as providências até por uma solicitação da Senadora Ideli que pedisse todos esses requerimentos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só para concluir o pensamento, porque eu só quis dizer isso que os depoimentos só vem acontecendo a partir de 2002 e depois em função de novos fatos houve a CPI no Município de Amparo com os documentos que os Senhores estão trazendo e apresentando também, mas no meio tempo houve o depoimento da viúva e do irmão e não houve a valorização, eu diria, suficiente do depoimento do Anderson da parte deles. Eu só fico pensando assim as razões pelas quais talvez isso tivesse acontecido ou se eles à época não consideravam tão importante. O Senhor tem alguma idéia nesse sentido?

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Não, Senador. Na verdade, nós tivemos contato só com o Paulo. Com a viúva do Prefeito Toninho, não. Somente com o Paulo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E o Paulo considerou o depoimento...

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Sim, o depoimento dele também está aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele considerou e acreditou, ele falou aqui sobre isso. O Paulo foi...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Observo o seguinte. Eu acho que isso aqui é de fundamental importância. De 2002 a 2005 o Anderson deu diversos depoimentos interrogatórios. Diversos. E pelo que se percebe não houve contradição em nenhum deles, e observo mais o seguinte: O Prefeito Toninho tanto quanto o Celso Daniel eram pessoas de dentro do PT muito queridas, Prefeitos correto, honesto, séria liderança política, quase que nacional e é assassinado.

Nesse assassinato aparece uma testemunha que é fundamental que é a testemunha que verificou o conluio feito às vésperas do crime com os autores e mandante do crime. Que chama-se Anderson Gonçalves que nós ouvimos aqui hoje. E qual foi a primeira providência do Anderson? Ele se desesperou quando viu o crime acontecer e viu quais eram as pessoas na imprensa falar que queria que se fizessem justiça e etc., mas era falsa a declaração, ele se desesperou e procurou sair da área de Campinas onde bateu através do Paulo até Amparo. Quem que ele procura em Amparo para poder dar guarida a sua declaração sobre o crime? Ao Presidente do PT e ao Prefeito do PT. E aí começaram a enrolar o depoimento do rapaz. Começaram a enrolar o rapaz, e o Paulo em princípio...

E olha bem, o Paulo estava junto porque é irmão do Prefeito, tem interesse em deslindar a questão da morte do irmão e ele tem a testemunha que é fundamental para o deslinde e até Amparo e faz o contato. Quando faz o contato, o Paulo também acho que tinha relacionamento com Marcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça. Foi Advogado etc. e tal. Mantém contato e leva até lá o Anderson, e o Ministro coloca à disposição do Anderson e do Paulo o Dr. Sidnei, e o Dr. Sidnei depois de várias mexidas para lá e para cá disse para o Anderson: "Olha, você está enrolado. Sai daqui. Muda de Campinas, senão vão te fazer... É melhor você ir para a orla, para a praia". E foi com ele até Santos para ele ficar em Santos. Lá na rodoviária na conversa toda e o Anderson sempre reafirmando a mesma tese, a mesma versão. "Você pode se complicar, pára com isso. E você pode até ser assassinado por isso". Houve ali uma ameaça de morte do próprio Sidnei para o Anderson. O Anderson ficou mais apavorado ainda. E ele voltou e procurou o Suplicy e Greenhalgh, o Senador Suplicy e o Deputado Greenhalgh. Contou toda a história, Suplicy voltou ao Ministro Thomaz Bastos. O Ministro manteve relacionamento por telefone com o Anderson e nada aconteceu. Nada aconteceu. Quando acontece a questão lá de Amparo com o Advogado do Dr. Nilton que é da Prefeitura, dopa o Anderson para não prestar depoimento.

Então, olha bem, tudo isso esta acontecendo, desde 2002, Senador Flávio Arns. Então, o que está faltando? Opção política de fazer acontecer uma investigação séria. Nunca deixaram fazer. É igual a Santo André. Santo André já morreram seis ou sete, aqui nós estamos sabendo que já não sobra ninguém mais. Só Andinho que está preso e, inclusive, o Jornalista que foi até Amparo com o Anderson também já morreu. Acidental automobilístico e o que me preocupa muito é justamente essa questão política nessa história, envolvendo a questão criminal, porque se o PT quisesse já teria resolvido esse problema há muito tempo, através do primeiro depoimento que é do Anderson Gonçalves. É por aí que tem que acontecer.

Então, eu pergunto a V.Exª., Vereador, como Presidente da CPI, essa perplexidade também é da Câmara de Vereadores de Amparo?

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Sr. Senadores, Amparo é um caso atípico porque o Prefeito lá tem maioria, mas eles estão perplexos, sim, preocupados por isso aprovaram essa CPI. O nome de Amparo ficou na mídia durante um período grande, porque uma pessoa que é um Advogado e vai dar uma atenção para uma pessoa, para um depoimento tão importante para se esclarecer um assunto tão sério e o Anderson afirma e reafirma, eu ouvi quatro vezes a história desse moço. As quatro vezes ele não mudou uma vírgula. Ele foi levado para um local e ser medicado e acordar por volta de nove e dez horas, e acordar às 4 horas da tarde, às 3, 4 horas da tarde na cidade de Americana, então o pessoal de Amparo de fato foi dopado. Ele saiu do hospital, ele lembra de ter entrado no carro e depois acordou na cidade de Americana.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu gostaria, se possível, V.Exª., porque a leitura do documento que V.Exª tem do hospital não pode falar, é sobre a doença que é sigilo profissional. Mas esta é uma confirmação de que ele foi atendido ao hospital no dia que ele afirmou. Se puder ler seria interessante.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Tem esse Advogado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – No próprio documento?

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Não, não está no documento, agora... O Anderson ele se dispõe a pedir esse documento na Santa Casa que segundo o documento recebido...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O que nós acabamos de ler... O hospital comunicou de que ele foi atendido no dia 13 de dezembro de 2002, se não me engano 2002, e que o prontuário médico e a medicação que foi feita só seria dada, evidentemente, pelo sigilo profissional médico a pedido do paciente ou através de ação judicial. Então no caso o que nós vamos solicitar até entendo que é importante é que o próprio Anderson solicite do hospital essa medicação que ele foi... Já se dispôs a fazer. V.Exª tem a palavra, Senador Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só gostaria de acrescentar um fato porque o Senador Juvêncio da Fonseca, inclusive, mencionou de que bastaria ter escutado o Anderson naquela época para que ele

pudesse dar o rumo, a direção para a investigação também. E ao mesmo tempo isto aconteceu no dia, como V.Exª mencionou, não me lembro da data, mas eu acho que no final do ano de 2002.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – 13 de dezembro. Dia de Santa Luzia.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – 13 de dezembro de 2002. Agora a gente tem que lembrar o seguinte, que mesmo no depoimento do Anderson o que se deseja é que os fatos sejam esclarecidos. É o objetivo da CPI, de Amparo também esclarecer os fatos, chamar as pessoas, inclusive, o próprio Presidente sugeriu que as informações fossem enviadas para a Polícia Federal, Polícia Civil, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal com o que eu também concordo integralmente. Eu acho que esses levantamentos devem ser feitos.

Mas, por exemplo, eu estou em mãos com dois ofícios, dois faxes do próprio Ministro da Justiça que na época era o Advogado da família, quer dizer do Dr. Paulo e da Dª. Roseana que é viúva do Toninho do PT. E aqui nos ofícios está escrito o seguinte: Um dos ofícios é de 22 de agosto de 2002, até depois eu posso passar isso para a CPI aqui e lá para terem também as cópias desses documentos e com o objetivo: "Roseana Morais Garcia vem a presença de V.Exª. o Promotor de Justiça da Comarca de Campina, Dr. Ricardo Silvares, respeitosamente em prosseguimento, entendimentos verbais já mantidos com essa ilustre Promotoria da Justiça, para informar que tomou conhecimento da existência de uma pessoa, cujo depoimento ainda não foi colhido, que alega conhecer detalhes sobre fatos que antecederam crime que vitimou seu marido Antônio da Costa Santos. Destarte apresente para requerer a V.Exª. para o Promotor - Dr. Márcio escrevendo - adoção das providências que entender cabíveis - sublinhado - salientando que referida pessoa já assegurou estar disposta a ser ouvida sobre compromisso. Sendo que de tempos em tempos vem fazendo contato telefônico - com o Ministro, com o escritório dele - para saber como deve proceder". Temos em que 22 de agosto, assinado Márcio Thomaz Bastos.

E no dia 23 de setembro de 2002, o atual Ministro, mas então Advogado da família escreve ao Juiz de Direito da 1ª Vara do Júri de Campinas. Não tenho o nome dele aqui, mas "Ao Juiz em atendimento ao ofício número tal, esclareço não possuir o endereço ou classificação de Anderson, mas apenas seu nome que segue em anexo em envelope lacrado. Todavia, coloco-me a disposição de V.Exª. para transmitir ao mesmo, caso este entre novamente em contato com nosso escritório, o dia e a hora em que deve comparecer perante esse Juízo".

Agora, é importante: "Ressalto, outrossim, que idêntico ao procedimento, resultou na efetiva apresentação do rapaz à sede da Promotoria da Justiça no último dia 30 de agosto, onde prestou esclarecimentos por cerca de 4 horas". Isso dito em setembro.

Então, quer dizer, ele já havia, não sei se a CPI tem cópia desse depoimento para o Ministério Público que foi anterior ao mês de dezembro. Quer dizer, por 4 horas onde houve esse depoimento.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – O Anderson esclareceu bem essa questão aqui hoje. Ele foi ao Ministério Público, ficou 3, 4 horas dando depoimento sem ser formal e quando o Promotor disse para ele que ele estava acusando objetivamente o Andinho como autor do assassinato do Toninho, ele se rebelou. Ele disse: "Não, eu não disse isso". E ficou aquela... "Eu não assino esse documento". Não quis dar depoimento perante o Ministério Público.

Agora faria dois reparos, primeiro: O Ministro experimentado na questão penal. Atual Ministro, não se pede para o Juiz tomar providências. A questão do inquérito é lá com a questão policia e não com a magistratura e segundo, se o Promotor esteve com ele na mão durante 4 horas, e depois ele desistiu de assinar e não quis, o Promotor não tinha nada que o impedisse que fosse a fundo na verificação dos fatos e não foi.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas à época o Advogado Márcio Thomaz Bastos requereu ao Ministério Público, aqui eu não tenho a carta anterior porque tem em atendimento ao ofício para o Juiz. O Juiz deve ter indagado alguma coisa do Advogado e ele respondeu ao Juiz dizendo em atenção ao ofício número tal esclareço não possuir tal e daí vai esclarecendo mais. A Promotoria Pública deve ter porque tomou o depoimento por 4 horas da pessoa em apreço, no caso que é o Anderson.

Eu só quero dizer com isso que eu acho que convém a CPI levantar esses fatos todos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu agora já começo a achar que realmente se dirigiu ao Ministério Público, o Ministério Público ouviu e não assinou, mas encaminhou provavelmente ao Juízo. E o Juízo com algumas dívidas questionou o auxiliar de acusação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas se comentou ao Juiz, então deve ter por escrito.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Caminhou por escrito ao Advogado Marcio Thomaz Bastos, que respondeu esse ofício. Então houve uma triangulação: O Ministério Público, o Juiz e do Juiz para o Advogado. O Senador está certo. O Requerimento foi correto ao Ministério Público, o Ministério Público analisou o depoimento, mesmo sem assinatura, deve ter levado ao conhecimento do Juiz algum tipo de providência.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agora deve ter algum documento por escrito, deve ter tido alguma formalidade... Tem que estar no processo. Ou seja, quer dizer é um elemento a mais para se buscar a verdade. Eu quero passar para a presidência os ofícios lidos tanto para Amparo, como para a nossa própria CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Solicito que seja feita cópias para que o Presidente da CPI de Amparo tenha acesso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Dr. Luiz, a CPI não foi eliminada...?

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Não, não Excelência. Nós só tomamos a liberdade de trazer essa documentação, porque foge do nosso âmbito do Município de Amparo, pois já citam aqui autoridades, pessoas de peso da cidade de Campinas e a Câmara de Amparo ficam restrita. A nossa preocupação é o uso da máquina pública do Município.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Participação do Prefeito e do Presidente.

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Na verdade, de alguns cargos de confiança do Prefeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª, Senador Valdir Raupp tem a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Eu queria fazer uma pergunta ao nobre Vereador. O Anderson falou que tinha na época do acontecido lá no bingo, ele fugiu para Amparo para fugir de tudo para que ninguém soubesse de nada e V.Exª. falou que o irmão do Prefeito tinha um sítio lá. Certamente tinha mandado o Anderson para lá para dar amparo, em Amparo (risos) para o Anderson. Então quer dizer que o irmão do Prefeito, do Toninho do PT, já sabia que Anderson tinha essas informações?

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Veja bem, Senador, pelo que eu entendi, esse Jornalista que o Anderson afirma que levou para Amparo que nós até tentamos dele de que maneira esse Jornalista chegou nele e sabia disso. O que eu entendi é o seguinte: Ele ouviu tudo aquilo, ele não tem conhecimento de Campinas, não sabia o que eram aquelas reuniões, ele percebeu tudo aquilo, o tipo de conversa, a bronca daquele cidadão que ele reconheceu uma foto aqui, que o cara estava muito bravo, que o investimento era muito alto, que ele não podia perder, mas ele só ouviu e ficou na dele. Quando saiu o noticiário da morte do Prefeito que ele começou a ver fotografias ou de uma maneira a outra, ele ligou o assunto, que ele saiu de lá e teve acesso a esse Jornalista que recomendou que fosse para Amparo. Nós acreditamos muita coincidência por lá também o irmão do Prefeito saudoso Toninho ter uma propriedade, eu acho que a intenção dessa Jornalista era o quê? "Eu não posso ir muito à frente disso". Porque ele estava em Campinas e por algum motivo ele não poderia trabalhar mais. É o que nós entendemos. Mas...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Mas ele não falou que ele conheceu o Jornalista antes de ir para Amparo. Ele falou que o Jornalista descobriu ele em Amparo aí foi atrás. Mas ele nem conheceu o Jornalista.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ele foi a Amparo no dia seguinte, se não me engano, quando a imprensa começou a mostrar, por exemplo, uma duas pessoas que ele reconhecia que estava no bingo quando tramaram a morte do Prefeito. Assumiu a Chefia de Gabinete da nova Prefeita. Outro assumiu a Secretaria tal. Então ele se sentiu ameaçado porque tendo conhecimento desses fatos fugiu para Amparo. Eu acho que há aí a coincidência talvez do sítio dele. Que eu também não sei se é ou não coincidência.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Isso que o Senador Valdir Raupp está dizendo, que o Jornalista o achou em Amparo, e tendo achado o Anderson em Amparo o alertou de como ele o encontrou, outros poderiam encontrá-lo também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Perfeito. Foram exatamente as palavras dele.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – E acrescentando, ele acha que foi o Emanuel, Chefe de Segurança do bingo que contou para o Jornalista.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E coincidentemente quando o Jornalista disse que saía do caso que estava com medo, quinze dias depois teve um acidente e morreu.

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Acidente até em circunstâncias...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Qual o detalhe desse acidente?

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Eu não tenho, Doutor, mas a gente sabe que... Foi numa rodovia Águas de São Pedro, parece.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Foi batida, virada o que foi?

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Foi um acidente, batida.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Que não deve ter nada a ver com o caso. Eu acho que não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas tem o inquérito e deve indicar qualquer coisa, principalmente na perícia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Aí é um assunto que o nosso Senador Suplicy não apurou.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Acho que o Jornalista vendo as matérias que estavam saindo, procurou o Anderson aonde ele trabalhava. Foi aí que o Chefe de Segurança. "Ele foi para Amparo. Não está mais aqui". E aí foi procurá-lo em Amparo. Então tem toda a lógica a história. Não tem nenhuma invenção de caminhos. Então eu acho que se ele foi para Amparo, achou... Amparo provavelmente por ser perto de Campinas, ele iria tentar a vida. Ele disse aqui que iria tentar como garçom, cozinheiro. Não sabia direito. Foi o que ele falou em depoimento da casa do Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço ao Vereador que nos honra com a sua presença, o Vereador Luiz Oscar Vitale Jacob.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, só para... O nome do português chegou a ser ventilado em algum lugar?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ele falou num sotaque de um português africano. Ele falou português.

SR. LUIZ OSCAR VITALE JACOB – Inclusive, cita em um dos codinomes, num dos apelidos "Português".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E daí esse "Português", ele reconheceu aqui foto que foi apresentada...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É porque tem um grande número de Português que vieram da Angola para entrar no jogo de bingo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Aliás, foram apresentados dois portugueses. Um ele disse que não conhecia e que só conhecia o outro. Mas eu queria só fazer um comunicado a V.Exªs. principalmente ao nobre Senador Romeu Tuma e ao Senador Juvêncio que são membros da Comissão, que foi deliberada a realização dessa diligência que vai ouvir o Sr. João Arcanjo Ribeiro na cidade da Cuiabá, Mato Grosso e está agendada para o próximo dia 9 de maio nas dependências do Presídio Pascoal Ramos.

Já conversamos com a Polícia Federal, estamos oficiando ao Secretário de Segurança Pública do Mato Grosso, já falamos com o Dr. Marcos Alves Tavares que é Juiz da 1ª Vara da Seção Judiciária da Justiça Federal de Mato Grosso, e devo dizer a V.Exªs. e a Assessoria para tomar todas as providências em termos de deslocamentos dos membros da CPI.

Eu reitero aqui os meus agradecimentos ao Vereador, Presidente da CPI Luiz Oscar Vitale Jacob da cidade de Amparo. Agradecendo as informações que serão preciosas para ajuntados desse documento com o depoimento hoje do Anderson, do Sr. Anderson possamos então dar continuidade as investigações. E dizer aos Srs. Senadores que os depoimentos de hoje, tanto do Sr. Anderson como do Vereador Jacob, foram muito importantes para essa CPI. Eu diria que no caso do Sr. Anderson foi até contundente e eu diria que não só importante, mas extremamente importante, e que demonstram cabalmente o envolvimento da casas de bingo com o assassinato do Prefeito Toninho do PT que ousou contrariar interesses dessas casas de bingo.

Inclusive, o Sr. Anderson, devo informar a todos, reconhece como participante das reuniões em que teria sido acertado o assassinato do Prefeito um bingueiro que ele falou português, um bingueiro português angolano. De nome Vadim, é sócio do Sr. Kurzweil que depôs aqui. E que estão sendo investigado por esta Comissão.

E graças ao depoimento do Srs. Anderson que nós vamos investigar a fundo junto à Justiça, junto ao Ministério Público e junto à Polícia Federal, enfim, onde se fizer necessário, a Polícia Civil, é que fica claro, bem claro de que esta CPI em momento algum saiu do seu foco.

Então, recebemos críticas de que o caso em que estávamos investigando no caso do Toninho e outros casos eram uma ação política, ação politiqueira, chegaram até a dizer esse termo, dessa CPI, querendo desqualificar o trabalho da CPI e aqui se mostra a realidade, o fato verdadeiro de que nós estamos no caminho certo. Em que em nenhum momento, usando até como exemplo esse caso do Toninho para tentarem junto ao Supremo impedir o nosso trabalho.

Então quero deixar claro, bem claro de que está comprovado de que em nenhum momento esta CPI, através do seu Presidente, do seu Vice-Presidente, do seu Relator e dos seus membros que têm cooperados todos para que possamos realmente chegamos ao final do nosso trabalho que espero até o final do mês o nosso Relator apresente o relatório para que no início de junho, na primeira semana de junho, nós possamos votar esse relatório.

Então agradeço a V.Exª. Convoco Sessão para a próxima terça-feira às 10 horas nesta mesma sala para que possamos dar continuidade, ou nessa ou em outras dependências da Casa, para que nós possamos dar continuidades ao nosso trabalho. V.Exª tem a palavra Senador.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Só um detalhe, Sr. Presidente, eu gostaria de... cumprimentando V.Exª, tenho certeza que V.Exª. já requereu isso. Mas eu quero levantar uma interrogação aqui. Primeiro eu tenho certeza que V.Exª. já requereu a

proteção ao depoente que falou em Sessão reservada. Mas, além disso, eu queria que V.Exª. determinasse, estudasse com a Assessoria Jurídica de V.Exª. será que não seria interessante até para proteger o depoente, é uma questão que eu estou levantando para avaliar, que posteriormente ele, depoente, avaliasse a possibilidade de tornar público esse depoimento dele? Eu acho que os assuntos...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Esse assunto foi levantado aqui. Nós tivemos o cuidado de seguir à risca exatamente tudo que foi solicitado pelo depoente. E o depoente nos pediu para que fosse feito fechado. Não há nenhum sigilo, está gravado, nós vamos colocar à disposição dos Senadores, da imprensa não há nenhum sigilo no que foi dito aqui. Ele simplesmente quis preservar a sua família. Ele disse que enquanto a própria CPI garantia a segurança dele hoje, como ficaria a esposa e o filho, já que a esposa se encontra numa cidade e o filho se encontra em outra cidade, porque se encontram ameaçados. Então por isso... Mas ficou claro que está à disposição desta CPI. Acredito que quando tomarmos todas as providências junto ao PROVITA, ele poderá dar entrevista à imprensa e enfim, deixar isso bem claro.

Mas essa documentação que nos encaminha à Câmara Municipal de Amparo, mais o depoimento de hoje, nós sabemos e temos certeza de que com a quebra do sigilo telefônico, que já foi feito no decorrer da Sessão Secreta, do Sr. Anderson e de sua mãe que ele autorizou, nós chegaremos então a todos os telefonemas que foram feitos. E já estou encaminhando hoje para que seja no prazo de cinco dias, já que se trata de poucos telefones não há nenhuma dificuldade de que possamos ter aqui a nossa disposição.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria agradecer ao Dr. Luiz pela paciência e permaneceu aqui o dia inteiro com disposição de colaborar conosco, vindo até aqui se oferecendo. Sei que V.Exª. o fará, mas como colega de profissão eu queria deixar registrado o meu agradecimento pessoal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E eu quero, em nome exatamente do Dr. Luiz Oscar Vitale Jacob, parabenizar toda a Câmara de Vereadores do Município de Amparo, pelo trabalho que está sendo realizado. Realmente procurando deixar bem claro e ressalvando o que na mídia que com certa razão, levando à mídia informações que não condiz muito bem com a sociedade de Amparo, ao povo de Amparo que tem realmente nesse trabalho nos ajudado a esclarecer, Senador Juvêncio, porque tem-se, pode-se criticar o trabalho que é realizado pelos Senadores e Senadoras dessa CPI. Agora no final desse relatório vamos ver o que aconteceu com a GTECH. Aí um caso que estava morto, um caso do Toninho do PT, um caso que estava morto, está aí o caso do Celso Daniel e que nós não estamos investigando o crime não, através de casas de jogos estamos chegando ao crime. Ou seja, o envolvimento de pessoas usando a máquina pública e negociando recursos para financiamento de campanhas, usando aquilo que nós exatamente estamos investigando que são as casas de bingo.

Então agradeço a todos, agradeço mais uma vez ao Presidente da CPI, Presidente Luís Oscar, e encerro a presente Sessão agradecendo a todos.

(Sessão encerrada às 17h22.)

Ata da 74ª Reunião, realizada em 9 de maio de 2006.

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, às onze horas e cinqüenta e sete minutos, na Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho (Relator), Tião Viana, Heráclito Fortes, Juvêncio da Fonseca, Flávio Arns, Antonio Carlos Magalhães, Álvaro Dias, Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti, presentes ainda os Senadores Arthur Virgílio, José Agripino Maia, Demóstenes Torres, Tarso Jereissati e Heloísa Helena não membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se à oitiva do Senhor Carlos Eduardo Loures Canto, Presidente da Federação Brasileira de Bingos - FEBRABIN. Indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da mesma, é considerada aprovada. O Presidente faz algumas considerações a respeito de liminar impetrada pelo Advogado do Senhor João Arcanjo Ribeiro, "Comendador" nos quais obteve a concessão de hábeas corpus, através do Ministro Carlos Peluzo. O Presidente informa que nesta manhã já está sendo realizada a oitiva do Senhor Arcanjo na cidade de Cuiabá/MT e, convida a seguir, o Senhor Carlos Eduardo para tomar assento à mesa. Com a palavra o depoente, após apresentação pessoal e profissional tece considerações sobre o surgimento da FEBRABINGO e, em seu depoimento, fala sobre algumas curiosidades dos jogos; sobre a proibição do funcionamento dos bingos no Brasil, ressaltando a im-

portância da regulamentação dos mesmos e oferece sugestões sobre o assunto. O Presidente informa que foi enviado formulários para todas as casas de bingo que funcionam no país, para que possam se cadastrar, com a finalidade de facilitar a regularização, caso venha a acontecer, em seguida passa a palavra ao Relator que inicia seus questionamentos iniciais. Com a palavra o Senador Álvaro Dias indaga ao Senhor Presidente sobre a vinda do Senhor Sílvio Pereira, para depor perante a comissão. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães para interpelar o depoente. Finalizando o Senador Garibaldi Alves Filho, Relator, indaga se o depoente conhece Carlos Cachoeira e Leandro Ortiz, o mesmo responde que sim, quanto ao Waldomiro Diniz, diz não conhecer. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às treze horas e nove minutos e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 74ª Reunião da Comissão parlamentar de inquérito. Criado pelo Requerimento nº245/2004, para investigar e apurar a utilização das casas de Bingo para a prática de crime de lavagem, ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e as empresas concessionárias de apostos, com o crime organizado.

Informo que a presente Reunião destina-se, a oitiva do Sr. Carlos Eduardo Canto, Presidente da Federação Brasileira de Bingos.

Informo aos Srs. Senadores, que a Ata da Reunião anterior encontra-se sobre a Mesa, coloco-a em votação propondo a dispensa de leitura, os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Quero comunicar aos Srs. Senadores, de que o expediente, que foi encaminhado a esta CPI, primeiro do Dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, Diretor Geral, que através do ofício nº 279/2006, Brasília, 8 de maio de 2006, comunica o Sr. Presidente a V.Exª, que foi regularmente intimado nesta data, o Sr. Silvio Pereira, consoante os termos do ofício nº 309/06 da CPI dos Bingos, tendo sido colhida a respectiva assinatura na cópia inclusa. Aqui o Anexo, o "ciente" do Sr. Silvio Pereira, na cidade de São Paulo, dia 8/5 às 16 horas. Então, com essa comunicação, fica marcado para amanhã, às 11 horas da manhã, a oitiva do Sr. Silvio Pereira nesta CPI, e também do Ministro Cézar Peluso, que comunica esta CPI, também no dia de ontem, que o Sr. João Arcanjo Ribeiro, tendo como impetrante o Advogado Zaid Arbid, que concede liminar em medida cautelar em **habeas corpus** e está vazada nos seguintes termos:

"Sr. Presidente, comunico a V.Exª. que nos termos da decisão cuja cópia segue em anexo, concedi liminar para garantir ao paciente convocado a depor perante esta Comissão, CPI dos Bingos, o uso da prerrogativa de permanecer em silêncio, se da resposta à pergunta que lhe for formulada puder a seu critério ou a critério de seus Advogados, derivar em risco de auto-incriminação. Com relação aos fatos que não impliquem auto-incriminação, persiste o dever de o depoente prestar informação. Ademais, solicito informações sobre o alegado na petição cuja cópia acompanha esse ofício. Atenciosamente, Ministro Cézar Peluso, Relator".

Só comunicando que a CPI recebeu esse comunicado no dia de ontem, e hoje, pela manhã, já está sendo realizada a oitiva, lá na cidade de Cuiabá, por uma Subcomissão desta Comissão, presidida pelo Senador Romeu Tuma, ao Sr. João Arcanjo Ribeiro, que tem aqui um comunicado que é concedida liminar em medida cautelar em **habeas corpus**, para que ele possa ficar calado, se assim o bem entender.

Srs. Senadores, em votação a Ata já aprovada. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Solicito da Assessoria de que faça entrar a esta sala ao tempo que convido para tomar assento à Mesa, o Sr. Carlos Eduardo Canto, para os seus esclarecimentos. O Sr. Carlos Eduardo Canto, Presidente da Federação Brasileira de Bingos. Agradecendo já a presença do Sr. Carlos Eduardo Canto, que é Presidente da Federação Brasileira de Bingos, o Dr. Carlos Eduardo L. Canto, ele assina termo de compromisso nos termos do art. 203 do Código do Processo Penal.

Nós agradecemos e pedimos desculpas a V.Sª., em função da última quarta-feira, quando V.Sª. estava também marcado para o seu depoimento, em função de um fato urgente, que foi a convocação do garçom Ângelo, da cidade de Campinas, V.Sª. colaborou com esta CPI, no sentido de que nós pudéssemos fazer então esse adiamento. Agradeço mais uma vez a V.Sª., pedindo desculpas pelo incômodo em relação à semana passada. Mas eu vou conceder a palavra a V.Sª., Dr. Carlos Eduardo, para que V.Sª. possa fazer a sua exposição inicial. Terá o tempo que se fizer necessário, em seguida o colocaremos à disposição dos Srs. Senadores, a partir do Relator, para fazer as perguntas que desejarem. V.Sª. tem a palavra.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Obrigado. Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves, Sr. Vice-Presidente Senador Mozarildo. Como Presidente da Federação

Brasileira de Bingos e do Movimento PRÓ-BINGO, venho prestar esclarecimentos, atendendo a convocação feita por esta CPI. Acredito, ter a grande oportunidade de expor o trabalho que estamos fazendo à frente dessas entidades.

Meu nome é Carlos Eduardo Loures Canto, brasileiro, casado, empresário, residente, domiciliado em Curitiba, Paraná. A minha luta começou com o fechamento das Casas de Bingos, a qual eu era um dos sócios. Não aceitando essa situação, porque depois de atendida todas as exigências do Ministério dos Esportes na época, resolvemos investir no Setor de Bingos. Para abrir, tínhamos uma autorização fornecida pelo Governo Federal, em virtude do cancelamento dessas autorizações da Caixa Econômica Federal, passamos a ser autorizados por Legislação Estadual. Findando essas autorizações, fomos procurando na justiça respaldo para manter em funcionamento os Bingos. Tínhamos que tomar uma decisão, ou sair definitivamente do Setor ou lutarmos por uma regulamentação definitiva. Optando por lutar, um grupo de empresários de vários Estados, resolveu unir-se nessa caminhada por essa regulamentação. Foi dessa forma que sugeriu a FEBRABINGO, em agosto de 2003, e em seguida o Movimento PRÓ-BINGO, que serviria como um guarda-chuva para todos os anseios do nosso Setor. Portanto, estamos há quase três anos nessa luta por uma regulamentação definitiva. Ninguém faz um movimento nacional com sede nessa Capital Federal e em seguida, buscando regulamentar uma atividade ilícita. O Movimento PRÓ-BINGO busca justamente uma regulamentação e fiscalização transparente para o Setor, desejamos acabar com a imagem deturpada que compromete toda a categoria de empresários e trabalhadores do nosso segmento.

Estudos tributários demonstram que o Governo deixa de arrecadar próximo de dois bilhões e quinhentos milhões de reais/ano. Fico pensando, sempre quando venho a Brasília nesses últimos três anos: "Qual setor que vem a Brasília pedindo para ser tributado?" Acredito que hoje, só o nosso.

É importante salientar a esse Congresso, que dos 108 países que pertencem à Organização Mundial do Turismo, apenas Brasil e Cuba não permitem jogos. Cuba já está em estudos para autorizar estrangeiros a jogar em seu território, o que confirma que a proibição da atividade no Brasil, está na contramão do progresso mundial de desenvolver o turismo na área de lazer e entretenimento. Poderíamos com o aumento do turismo desenvolver várias outras áreas que estão procurando espaço, como empresas teatrais, cantores, cantoras, atores, atrizes e o parque hoteleiro. Queríamos com a sugestão acima mostrar ao mundo a grande potência de criatividade que tem o brasileiro. Como exemplo, podemos citar: o frevo, o samba, a lambada e danças folclóricas em vários Estados.

Quero aqui abrir um parêntese, deixando como sugestão, que existe hoje a Casa de Artistas no Rio de Janeiro, e esses artistas estão na maioria lá abandonados e o nosso público é o público hoje da melhor idade, hoje, como se diz. Então, sugerindo que essas pessoas poderiam ser hoje relações públicas, os artistas de ontem, poderiam ser os nossos relações públicas de hoje.

A história dos Bingos, no Brasil, iniciaram a suas atividades em 93 através da Lei Zico, posteriormente modificada pela Lei Pelé e depois vindo a Lei Maguito. Mas a nossa preocupação, em função de sempre estarmos legalizados, que nós sempre tivemos a fiscalização tanto da União, dos Estados e Municípios, como qualquer outra atividade. A Federação está procurando fazer um trabalho de conscientização a todos os empresários no Setor de Bingos no Brasil, optando, inclusive, por um Conselho de Ética, onde pensamos em coibir empresários e empresas, que porventura, venha prejudicar o nosso Setor, como qualquer outro setor, como qualquer outro órgão, como OAB, CRM, CRC, que tem no Brasil. Agora, como sugestão, logicamente, o Governo poderia através de ter hoje, uma agência nacional que regulasse os jogos, como existe a ANEEL, a ANATEL, enfim, outras agências reguladoras.

Queria salientar que sempre na época da Caixa Econômica, sempre nós estivemos com laudos, sempre as Casas de Bingos trabalharam com laudos em todas as áreas de seus produtos, dentro da Casas. Então, sempre foi exigido isso perante a... Na época a Caixa Econômica Federal, nós fazíamos parte dessa empresa, essa autarquia.

Tem outro assunto, que é muito importante a gente colocar, que sempre vem à mídia, que é a parte da compulsão, que fala do jogo em si de Bingos, mas a compulsão... O jogador que não tiver jogando nos Bingos, ele vai estar jogando na Internet, ele vai estar jogando hoje, pelo telefone, inclusive, vários aqui estão notando que existem no momento vários jogos sendo lançados pela televisão e essas pessoas seriam, na verdade, a compulsão é mesmo até hoje, um menor de 18 anos de idade, que sempre foi o nosso intuito de não entrar menor nas nossas Casas de Bingos, e hoje qualquer criança poderia discar um telefone e fazer uma aposta pelo telefone.

Então, nós sugerimos que existisse realmente, o nosso projeto prevê um fundo para o tratamento dessa compulsão, mas não querer colocar no colo dos Bingos que a compulsão é de jogos.

Quero também salientar o trabalho feito pelas loterias estaduais, pela ABLE, Associação Brasileira de Loterias Estaduais. Porque, como exemplo, podemos citar a primeira loteria do Brasil que foi instalada no Rio Grande do Sul em 1843, repito, 1843, e essa loteria tem até hoje a sua carta.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Por favor, Sr. Carlos Eduardo, é ABRA...? O nome da entidade que o Senhor falou.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – ABLE, Associação Brasileira de Loterias Estaduais.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – E gostaria de citar também, como exemplo transparência e fiscalização, entre vários Estados, várias autarquias estaduais, a CODESC de Santa Catarina, que serviu de modelo para muitos Estados, e hoje tem uma transparência em relação a sua atuação, como também a ARP de Pernambuco, pelo seu rígido controle do Setor. Somos, sim, favoráveis às loterias estaduais, onde, os recursos oriundos seriam aplicados imediatamente aos Estados e teríamos uma fiscalização bem mais eficaz, como sugeriu dias atrás aqui o Dr. Osíris Lopes Filho, em função de você ter uma maior distribuição para os Estados, esses recursos ficarem rapidamente nos seus Estados, não terem que fazer um passeio.

Quero salientar a preocupação do Setor, já há três anos, antes, inclusive, de ser instalada essa CPI, de um abaixo-assinado que nós estamos hoje, através de empresários, funcionários, clientes e amigos, inclusive, essa sugestão de abaixo-assinado foi feita por um cliente, onde estamos coletando, e o nosso objetivo é ter um milhão de assinaturas, hoje nós temos aí próximo de 500 mil assinaturas.

Quero também salientar, feita a sugestão por esta CPI, onde eu tive a oportunidade de ler pelos jornais sobre o plebiscito. Eu acredito, o nosso Setor não teme nenhum tipo de ação, nós estamos acostumados e somos transparentes, e hoje o plebiscito seria realmente muito oportuno, só que o Setor não está agüentando muito tempo, então nós precisaríamos que esse plebiscito fosse o mais rápido possível.

Quero salientar que as liminares hoje, que sustentam os negócios, as Casas de Bingos, hoje no Brasil, são pareceres de Juristas famosos e nós temos hoje Juízes que mantêm nossas Casas abertas. E finalizando, gostaria de dizer que os proprietários, nós e funcionários de Bingos, desejamos apenas trabalhar numa atividade regulamentada e prevista em lei, desejamos desempenhar nossas funções decentemente, obter lucros, cumprir nossos compromissos e progredir como todos, desejamos a definitiva regulamentação do Setor, através de sugestão que poderá vir dessa CPI dos Bingos. Bingos, regulamentar é preciso. Obrigado.

Quero passar aqui ao Relator, para ajudar. É uma relação dos Bingos, nós temos através do **mailing**, e também da instituição da FEBRABINGO, no Ministério do Trabalho, bem como Sindicatos de vários Estados, onde nós estamos com as cartas sindicais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Sª. e seriam dados nossos.

Nós agradecemos essa relação, ao tempo que também precisamos do auxílio tanto da FEBRABINGO como da...

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Movimento PRÓ-BINGO. É FEBRABINGO e...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Esta CPI encaminhou, sugestão do Relator, um formulário para todas as casas de Bingo, para algumas informações que serão importantes na conclusão dos trabalhos do Relatório do Sr. Senador Garibaldi Alves. Então, pediria também a V.Sª., aproveitando a presença, para que dentro de uma ação da FEBRABINGO, no sentido de agilizar a devolução desses formulários, já que o nosso prazo previsto no final dos nossos trabalhos é até 24 de junho. Se possível, a interferência de V.Sª., no sentido de agilizar esses dados que é importante para a conclusão do relatório do Senador Garibaldi Alves. E agradeço aqui essa relação de empresas, com os seus possíveis endereços, ou melhor, com seus endereços e Estado da Federação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – da Federação, da Constituição, Ministério do Trabalho e dos Sindicatos. Como estão os processos hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Processo de pedido de registro sindical...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Já temos duas cartas sindicais e outras em andamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – ...sindicais também, e processo em andamento que será importante para o Sr. Relator. Eu concedo a palavra ao Relator Garibaldi Alves, V.Sª. tem a palavra, Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Carlos Eduardo Canto, a primeira pergunta que eu faço a V.Sª., qual é a relação entre a FEBRABINGO e a ABRABIN? Se é que existe.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – A FEBRABINGO é uma Federação Nacional, onde ela, para ser montada, ela teria que ter no mínimo, pelas leis nacionais, cinco Sindicatos. Então, com a formação desses cinco Sindicatos, originou-se a criação da

FEBRABINGO. E a Associação Brasileira de Bingos, como o próprio nome diz, é uma Associação que não teria um vínculo com os órgãos federais, seria o Ministério do Trabalho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não tem?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – A Associação não, a Associação não tem uma ligação obrigatória, os Sindicatos e a Federação, elas são obrigadas a ter uma legislação específica.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E quantos são os ligados, filiados a FEBRABINGO?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Hoje nós estamos em seis sindicatos, sendo dois já com carta sindical e os outros estão, pelo processo que eu passei ao Senhor, eles estão tramitando no Ministério do Trabalho e existem vários Sindicatos sendo criados no Brasil pelo Setor de Bingos.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Esses seis localizam-se mais no sudeste?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Esses seis são: Bahia, tem o Sindicato que fica em Pernambuco, Minas, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sª. possui uma casa de Bingos, conforme...

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Eu possuía. Hoje... a minha luta começou aí, porque fui fechado, pelas diversas tentativas, apesar, como expliquei, na época nós analisamos um grupo de empresários, que as autorizações eram feitas pelo Governo Federal, Ministério dos Esportes, e logo depois, quando as autorizações cessaram através da Caixa Econômica, foi feito um Decreto Estadual. E esse Decreto Estadual acabou sendo revogado pelo Governador atual.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Esse Bingo do Senhor é no Rio?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Em Curitiba.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Curitiba.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Eu não tenho Casa nenhuma no Rio de Janeiro.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quer dizer que hoje o Senhor não é proprietário de Casa de Bingo?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Hoje eu tenho a empresa ainda, mas não está fisicamente aberto.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o Senhor é proprietário de máquinas?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Também não.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Nunca fui proprietário de máquinas. Eu sou operador de Bingos.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sª. poderia nos informar quais são os principais distribuidores de máquinas eletrônicas programadas ou máquinas caça-níqueis no Brasil?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Senador, a minha luta é pela, como diz, a Federação Brasileira de Bingos. Nós fizemos um movimento PRÓ-BINGO, nós estamos defendendo o Setor de Bingos. Quer dizer, a parte de máquinas e proprietários de máquinas já não é dentro do nosso... Logicamente é um produto dos Bingos, mas eu defendo aqui os Bingos. A abertura dos Bingos.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Relator, poderia perguntar: se ele não tem casas de Bingos, porque ele continua Presidente da Associação?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sª. ouviu o Senador Antônio Carlos?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Na época, Senador, nós fizemos uma análise, um investimento, resolvemos entrar no ramo de Bingos, eu e mais cinco sócios, oriundos de diversas áreas da sociedade, no Paraná e fizemos um investimento. Esses sócios hoje, a maioria deles, voltaram para suas áreas de atuação, empresas de carro, mercado noturno, e eu, não aceitando esse fechamento, não aceitando que o Brasil fornecesse uma autorização, que eu tive que praticamente oferecer ao Governo todo o meu currículo, enfim, fizemos todo o tipo de documentação necessária e de uma hora para outra esse mercado não pode mais... proibido. E sinceramente, Senador, eu não aceitei... Eu tinha duas alternativas: ou seguia exemplo de alguns sócios...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Mas o Senhor não tem mais Casa de Bingos?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Não.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Mas é o Presidente?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Sou o Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – E negociou com o Governo o problema do Bingo.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Oi?

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V.Sª. disse agora que negociou com o Governo, o problema do Bingo.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Desculpe, não entendi. Negociei...?

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Com pessoas do Governo para que houvesse o Bingo oficial.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Não, não. Não negociei.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Na época, em 99...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V.Exª. então, se expressou mal.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Em 99 apresentei a documentação, na época que era o Ministério dos Esportes, que era Governo Federal. Então, nessa época eu apresentei toda a documentação necessária para abrir as Casas de Bingos, era uma época que era permitido pelo Governo Federal, e logo depois, essas autorizações, logicamente, todas as autorizações foram revogadas pela Caixa Econômica, enfim, o Governo Federal não tinha mais interesse nas autorizações de Bingos no país.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Daí, seus sócios saíram?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Perfeitamente. Nós...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – E V.Sª. continuou?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Eu continuei na luta pela regulamentação.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Perdoe dizer, e os Bingos ainda rendem para V.Sª?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Hoje?

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sim.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Não. Hoje não rendem.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – E por que o Senhor é Presidente?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Em função até hoje pelo meu tempo hoje, que eu posso me dedicar e voltando, Senador, a explicar, não aceitei essa situação, e estou correndo... teria duas alternativas, ou seguir um outro caminho ou procurar a regulamentação.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Quer dizer, o Senhor não é remunerado em nada?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Em nada.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Está perdendo dinheiro?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Eu tenho outras coisas. Eu sou corretor de imóveis, então, eu tenho outras alternativas de ganho. Minha mulher tem uma loja em Curitiba, então eu tenho outras alternativas que eu posso me sustentar.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas se o Bingo for legalizado, o Senhor voltará a atuar no mercado dos Bingos.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Acredito que sim, com certeza, pretendo, se for o caso na época, dependendo dos valores, eu acredito que sim.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Portanto, V.Exª. é um otimista com a volta do Bingo.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Eu sou, com certeza, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Obrigado.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E quem tem pagado esses pareceres de renomados Juristas, para que os Bingos possam funcionar através de liminares?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Essa pergunta, Senador, para os empresários locais das suas Cidades, dos seus Estados, eles procuram, através de Juristas, os pareceres que possam manter suas Casas abertas. A Federação não tem nenhum tipo de ingerência nessa decisão.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E não são Juristas de renome nacional, são Juristas dos Estados, que atuam no setor jurídico dos Estados, na área jurídica, não é isso?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Perfeito, estaduais e federais, porque você acaba procurando a melhor...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E a Federação não recebe nenhuma contribuição dos associados?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – A Federação recebe algumas contribuições para poder manter o seu escritório, porque nós não temos condições hoje, de fazer nenhum tipo de gasto a não ser a manutenção do escritório.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Os Bingos tem 80% de suas receitas provenien-

tes de máquinas eletrônicas programadas ou máquinas caça-níqueis. Eu pergunto a V.Sª., os Bingos, segundo a imprensa, a maioria dos grandes Bingos tem mais de 80% de suas receitas provenientes de suas máquinas eletrônicas programadas ou máquinas caça-níqueis? É verdade que o Bingo tradicional de cartela foi quase totalmente substituído por suas máquinas eletrônicas? Eu pergunto.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Existe hoje, no Brasil várias situação. Tem locais onde o Bingo de cartela é 80%, 70, 80%. E tem locais onde as máquinas dominam... O Brasil é muito grande, então os costumes variam de acordo com as Cidades e Estados.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas a maioria dá para sentir, na maioria dos Bingos hoje no Brasil são de máquinas eletrônicas... O Bingo de cartela está quase eliminado, não?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Olha, Senador, pelo que eu converso com os empresários do Setor de Bingos, o que eles gostariam que tivesse o Bingo de cartelas, que seria o ideal para todos hoje no brasil. Bingo de cartelas.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Porque se fala, inclusive, que esses Bingos eletrônicos seriam quase Cassinos. Ou não?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Não, eu não concordo com essa tese não, de maneira alguma.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sª. conhece o Sr. Carlos Cachoeira?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Sr. Alejandro Ortiz.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Conheço a família, os irmãos Ortiz, que em 99, quando eu comecei a relação com os Bingos, em feira, em São Paulo, eu os conheci, como outros também do Setor.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E Waldomiro Diniz?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sª. trabalha em outras atividades, já respondeu, inclusive, além do Bingo.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Sim, Senhor.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Vários depoentes nessa CPI disseram que o Sr. Carlos Cachoeira pretendia implantar e comandar um sistema on-line, para exploração das loterias, que abrangeria os Bingos e as máquinas eletrônicas programadas. V.Sª. acredita, que um sistema on-line poderia garantir maior controle do Estado sobre as atividades dos Bingos, reduzindo a sonegação e a lavagem de dinheiro?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Eu acredito em qualquer sistema de informatização, qualquer sistema on-line, realmente eu acredito, mas eu não conhecia a idéia desse Sr. Carlos Cachoeira para o Setor. Eu não tinha noção, até a instalação dessa CPI.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sª. reconhece que há lavagem de dinheiro nos Bingos?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Não. Eu não posso entender, desculpe, Senador, que o nosso Setor de Bingos, basicamente ele é visitado pelo pessoal hoje, volto a repetir, dito da melhor idade. Essas pessoas vão lá com vinte, trinta, cinqüenta reais e muitas vezes eu me lembro que quando eu tinha Casa de Bingo, os filhos, os netos deixavam os seus avós, seus pais na porta do Bingo e iam buscar lá cinco, seis horas e essas pessoas tinham congraçamentos, aniversários, um levava um bolo, então, não vejo como poderia ser feita essa lavagem que falam do Setor.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E sonegação? V.Sª. não tem notícia de ocorrências, que a FEBRABINGO poderia, inclusive, evitar esse tipo de...

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Com certeza.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Que colabora para destruir o conceito da atividade.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Senador, a preocupação, quando surgiu a CPI, a preocupação e a sugestão fosse que a gente tivesse até um Conselho, tipo de um Conselho de Ética, dentro da Federação, onde pudesse coibir essas pessoas, empresários que tivessem denegrindo ou utilizando-se do Setor para qualquer tipo de ação. Eu concordo plenamente que hoje, isso seria o ideal e possa ter a certeza de que a Federação, esse é um papel da Federação de defender seus empresários, os seus Sindicatos.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Agora, não foi criado não, o Conselho?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Nós estamos, hoje, esse Conselho existe, mas como a atividade hoje não está regulamentada, então você fica...

Nós precisaríamos também atuar com esse Conselho, juntamente com uma agência reguladora, uma agência controladora de jogos e ficaria muito mais forte, essa sugestão. Mas temos interesse, sim, porque isso hoje não é invenção, hoje, qualquer setor da economia tem seus Conselhos de Propaganda, Advogados, Médicos, enfim, a gente tem que também e procurar coibir essas pessoas. Existe selos hoje, selo do café, enfim, em vários setores da economia, quer dizer a gente não estaria inventando nada, estaria copiando o que existe de bom na sociedade.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor sabe que houve uma tentativa do Governo de regulamentar os Bingos e um projeto chegou a ser elaborado. A FEBRABINGO teve alguma participação nessas reuniões, que eram realizadas no próprio Palácio do Planalto?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Não, Senador, a FEBRABINGO nunca... Ela só teve um convite, à época, para participar de uma reunião pública, acho que foi até... Não sei seria o nome, uma Audiência Pública que foi feito no subsolo do Palácio do Planalto, com vários interessados do Setor e mesmo porque, na época foi bem definido, eu não me lembro o nome da pessoa, que aquilo não seria uma definição de regulamentação do Setor, simplesmente eles queriam ouvir as sugestões do Setor. Então, ali tinham Advogados, tinham empresários, tinham associações, enfim, todos que tinham interesse.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E a FEBRABINGO, naquela oportunidade não fez nenhum tipo de tratativa com o Senhor Waldomiro Diniz?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Não conheço o Sr. Waldomiro Diniz. Então, da Diretoria da FEBRABINGO, que eu conheça, não tem nenhum que tenha conhecimento com o Sr. Waldomiro Diniz.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E de que forma V.Sª, a própria FEBRABINGO, tentam influenciar para que ocorra a regulamentação das Casas de Bingo, dos jogos de Bingo no Brasil?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – É um trabalho difícil, Senador. Mas nós temos que procurar ali até, como uma tartaruga, quer dizer, é um trabalho que você tem que demonstrar, no meu convencimento, aos poucos, mostrar o quanto o Governo está perdendo com essa não regulamentação. A meu ver, logicamente, como empresário do Setor.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Essa cifra de dois bilhões e quinhentos milhões, foi um levantamento realizado por um escritório?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Foi estudo feito por um escritório, onde a gente via o quanto o Governo estava deixando de arrecadar com o parque físico, o que ele poderia acrescentar nos moldes hoje de uma comparação a cigarros, a bebidas, quer dizer, aumentando imposto, fazendo o mesmo nivelamento.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Foi o Sr. Osíris?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Foi o Dr. Osíris que fez esse levantamento.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele, inclusive, compareceu a essa CPI, e ele nos ofereceu um projeto de regulamentação para estudo nessa CPI. Quer dizer, que foi ele mesmo que...

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Sim, Senhor.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu ainda pergunto ao Senhor, V.Sª. tem conhecimento de alguma contribuição para campanha de partidos políticos, por parte de pessoas ligadas às Casas de Bingos, à FEBRABINGO?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Pela FEBRABINGO e Movimento PRÓ-BINGO, não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E nem por comentários, contribuições de bingueiros, contribuições individuais, V.Sª. nunca ouviu falar, não?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Os empresários do Setor de Bingos, mesmo porque, quando a gente criou já o Movimento da Federação, logo em seguida já estava essa CPI instalada. Então, eu não tenho conhecimento nenhum de fornecimento nesta área.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Sr. Rogério Buratti, por exemplo, revelou a essa CPI que houve contribuição de pessoas ligadas aos Bingos para campanha do PT no valor aproximadamente de um milhão em São Paulo, e um milhão no Rio de Janeiro. V.Sª. tem conhecimento disso?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nem conhece os empresários portugueses, angolanos, José Paulo Teixeira Cruz Figueiredo, conhecido como Vadinho, Arthur José Valente de Oliveira Caio, o Caio, e Rui Manoel Mendes Francisco. V.Sª. conhece esses empresários?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Eu os conheci como eu conheci os Ortiz, em feiras em São Paulo. Existia uma feira chamada "Salex", onde faziam exposições e eles conheciam. Mas pessoalmente, de negócios, não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eram exposições de...?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Existia uma feira em São Paulo, inclusive, esse ano o idealizador dessa feira veio a falecer, Sr. Roberto Sales, ele fazia uma feira todo ano em São Paulo, onde demonstrava todos os equipamentos, enfim, produtos para Bingos.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eles vendíamos essas máquinas e expunham nessas feiras?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Exatamente, foi ali que eu os conheci.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor conheceu o Sr. Roberto Carlos Kurzweil?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não? V.Sª. e os proprietários de demais Casas de Bingos, proprietários... V.Sª. está sendo tratado aqui como proprietário, tendo em vista a presidência da FEBRABINGO, foram procurados para fazer pagamento para representantes do Estado, pagamento por fora, não é imposto assim para os representantes do Estado. Não tem conhecimento?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Não, em hipótese alguma, não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – No Rio de Janeiro, a Polícia Federal descobriu que algumas Associações Esportivas davam recibos aos Bingos com valores superiores efetivamente pagos. Outro exemplo foi dado pelo Sr. Nilton Campos, Presidente da Federação Paulista de Boxe, que por contrato de gaveta, recebia dez mil fixo ao invés dos 7% previsto em lei. Eu pergunto ao Senhor: A quem se devia essas irregularidades: a impossibilidade de controle do Estado sobre os Bingos ou a corrupção de agentes públicos?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Senador, eu não poderia responder, porque isso é uma contabilidade de cada empresa, mas existia na época cerca de 7%, que essas empresas teriam que repassar às Federações, então acredito que na contabilidade das empresas, como na minha, existia esse valor realmente repassado. Agora, pela administração desses Presidentes, eu não poderia lhe responder.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o Senhor chegou a contribuir com essas entidades?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Com certeza.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas nunca chegou a receber?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Sempre o que era o de lei. Mesmo porque, Senador, na época, nós éramos constantemente, como eu disse aqui, fiscalizados. Nós tínhamos que passar um relatório para a Caixa Econômica mensal, então a fiscalização tinha que ter dentro das Casas de Bingos, uma Mesa à disposição da Caixa Econômica e depois ao Estado.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o Senhor tem conhecimento dessas irregularidades?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas ouviu falar que haviam...

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Ouvi pela imprensa.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Só pela imprensa?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Só pela imprensa.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nunca foi denunciar nada a FEBRABINGO?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – FEBRABINGO não. Hoje as denúncias que tem na FEBRABINGO, como lhe falei, devido a algumas denúncias e o que sai na mídia, nós estamos tendo a preocupação de fazer, ter uma transparência, fazer uma limpeza no nosso Setor.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Carlos Eduardo, essa CPI está muito preocupada em ter segurança no que toca à regulamentação das Casas de Bingo. A questão tornou-se assim, emblemática, com relação ao que essas Casas de Bingo poderiam proporcionar à sociedade. De um lado nós temos aqueles aficcionados, interessados em jogar, em comparecer às Casas de Bingo, do outro lado, nós temos denúncias como essas, e outras denúncias, como aquelas que eu já perguntei ao Senhor. V.Sª. considera que está na hora mesmo de regulamentar o jogo de Bingo?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Desculpe, Senador, eu acho que já passou da hora. Porque, hoje, da maneira que está, não vai agüentar mais. Quer dizer, nós estamos dando aí a oportunidade, para que justamente continue cada vez mais não tenha a seriedade do Setor. Logicamente, que vai se deixando a não regulamentação e vai entrando aí...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o Senhor veja bem, Sr. Carlos Eduardo, o Senador Romeu Tuma está ausente aqui dos trabalhos, mas está participando de uma Subcomissão da CPI, no Mato Grosso. Ele tem denunciado sistematicamente

aqui, que no Estado de São Paulo estão sendo instaladas Casas de Bingo luxuosíssimas, demandando assim altos investimentos. O que nos leva a perguntar, que isso contraria o que o Senhor está dizendo, que as Casas de Bingos estão... Ou elas estão tendo lucros fabulosos com a atividade normal, atinentes à Casa de Bingos, ou está havendo alguma prática que levaria essas Casas de Bingos a terem esses lucros. V.Sª. mesmo falou que as pessoas mais idosas comparecem às Casas de Bingo, com aquele dinheirinho, para jogar, aquele dinheirinho contado, muitas vezes... E aí se deparam com Casas de grande luxo. O que V.Sª. nos diz sobre isso?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Senador, eu vejo que em São Paulo, precisamente no Estado de São Paulo, como diz o Senador Romeu Tuma, sempre fala em São Paulo. São Paulo, hoje, é uma das maiores cidades do mundo, quer dizer, para você atingir uma população, principalmente no nosso Setor, você tem que falar que você é o maior, o melhor, enfim. Agora, os investimentos que são alardeados, posso lhe garantir que não são esses e logicamente esses empresários que abrem novas Casas, eles abrem, às vezes, numa região onde já se fecharam 10, 20, 30 Casas. Então, existe espaço, hoje tem mais empresários saindo do Setor em função da regulamentação, que não agüenta mais, do que os empresários que estão no Setor. E tem alguns empresários, eu digo, inteligentes, na sua criatividade, que na crise que se ganha dinheiro, esses acabam aproveitando e abrindo Casas, já que eles têm uma empresa, onde, através de uma liminar, eles podem estar abrindo. Agora, eles estão regularmente dentro das condições de legislação atual.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E essas liminares, qual é a principal alegação, que os Juristas colocam nessas liminares?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – É a não repristinação, quer dizer, não foi revogado alguns artigos da lei, quer dizer, o que não é proibido não pode ser fechado. Então, basicamente essa seria... Se a gente for entrar nessa parte jurídica iria levar muito tempo, mas basicamente essa é a definição das liminares.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Em termos de emprego, quantos seriam criados com a legalização?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Hoje? Em torno... Pelo parque que está aí, se fosse regulamentado os mil e poucos Bingos, em torno de 120 mil empregos diretos.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – São mil e poucos Bingos que criariam 120 mil empregos diretos.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Isso assim em 90 dias, no máximo em seis meses.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o Senhor continua com essa convicção de que os Bingos não são Cassinos eletrônicos. Ou pelo menos não predomina essa versão com relação aos Bingos?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Sim, Sr. Senador.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Acha que ainda temos o Bingo convencional nessas Casas, aquele "bingozinho" de cartela.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Com certeza, Bingo de igreja.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Bingo de igreja.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Com certeza, Senador, hoje o Bingo sempre foi e sempre será bem-vindo na população. Eu discordo quando falam que é o começo dos Cassinos no Brasil. Eu particularmente, sou... Vou dar até a minha opinião, eu sou contra até Cassinos no Brasil. Eu acho que o Cassino você tem que colocar em locais, como foi feito, em Las Vegas, em lugares ermos, onde não tenha condição nenhuma de agroindústria, de indústria, aptidão nenhuma. Então, é uma opinião pessoal, mesmo porque os Cassinos vindo para o Brasil, vão se fazer quatro, cinco, e todos esses empresários nacionais, que estão aí lutando pela regulamentação, vão ser... Isso é a mesma coisa que você abrir um hipermercado num bairro e você acaba acabando com todas as mercearias, açougues, farmácias desse mesmo bairro. Então, é uma opinião pessoal, que eu vejo que não tem nada, quem conhece hoje Cassino, vê que o Bingo não tem nada a ver com o Cassino, nada, nada. Não existe. Existe hoje legislação no mundo inteiro sendo feita, através de Municípios, através de Estados, através de Governos, mesmo aqui na Argentina, que tinham o mesmo problema. Hoje, eles estão com um modelo de gestão fantástico, quer dizer, é aqui do lado. Então, o Governo está arrecadando muito e esse dinheiro é imprescindível para o seu orçamento.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas não é Cassino? É Bingo

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Não. Cassino, mesmo, porque em...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É Cassino.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Não é Cassino. Inclusive, é proibido na Cidade de...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Há uma crítica da igreja também, com relação à liberação dos jogos. O Senhor sabe que a igreja acha

que a liberação dos jogos, aí não é só de Bingo, em geral, pode levar à prostituição e a outros vícios. V.Sª., o que acha disso?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Eu vejo que hoje a igreja faz o seu papel, quer dizer, mas ultimamente eu não tenho visto muito a sua crítica ao contrário. Eu acredito que essas pessoas não interferem.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A crítica é mais feita aos Cassinos, realmente, mas os Bingos também estão incluídos nessa... Por essa relação que querem fazer, por essa similitude que querem criar, entre o Bingo Eletrônico e o Cassino. E V.Sª. faz questão de dizer que não tem nada a ver uma coisa com a outra. Um é coisa do anjo, outra é coisa do diabo, talvez.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Aí depende de cada um, Senador. Eu luto, volto a falar, eu luto pela regulamentação, como o Senador... Sou eterno otimista. Não sei se até lá vou ter os recursos necessários para poder fazer o Bingo. Pelo menos eu vou ajudar, porque eu acredito que após a regulamentação, nós vamos ter muito trabalho pela frente, para poder fazer tudo isso que nós sugerimos. Quer dizer, fazer com que a nossa classe seja unida e que possa mostrar ao Brasil, como empresários hoje, estão no exterior, hoje nós temos dois órgãos de comunicação do Setor, que é o BNL, esse BNL começou no Setor de Bingos, hoje está na área de jogos, completamente, é um site diário feito por um Jornalista do Rio de Janeiro, Vaguinho, onde ele engloba notícias do Brasil e do mundo. Nós temos hoje uma revista, games, até eu trouxe aqui algumas pastas para mostrar. Essa revista, pela sua qualidade editorial, ela já foi lançada em quatro países. Quer dizer, então que hoje o brasileiro, tenha a certeza, ele não vai deixar entrar os Cassinos aqui no Brasil. Isso... pela Federação Brasileira de Bingos, já diz o nome. Nós aqui estamos defendendo os Bingos, nós queremos a abertura dos Bingos. Os produtos que vão ser colocados dentro dos Bingos é questão de normatização e fiscalização.

E volto a falar, o mais importante, a Caixa Econômica já abdicou desse nosso controle dos Bingos. Não se sabe lá o motivo, que logicamente nos poderíamos ter lutado, e hoje quem está afeito é a loteria estadual, a loteria do seu Estado, a loteria de Pernambuco, porque seus recursos não teriam...

Eu me lembro que lá no Paraná, quando a gente fazia uma denúncia de uma Casa de Bingo, ela levava 30 dias para fechar um Bingo que estava ilegal. Ao passo que em Santa Catarina, a CODESC fecha um Bingo em menos de 24 horas. Esses recursos estão nos seus Estados. Os Estados precisam desses recursos e não há a necessidade de hoje ir novamente centralizar isso no Governo Federal. Então, teria que ter aí uma autorização que fosse uma norma federal, mas dando esse poder aos Estados.

Como diz aqui o Dr. Luiz, quanto mais espalhado, quanto mais capilarizado hoje, no Brasil, esta preocupação de fiscalização seria melhor para a sociedade. Então, é o que eu penso em relação a hoje.

Volto a falar, sou Presidente da Federação Brasileira de Bingos, criamos o Movimento PRÓ-BINGO, o nome já diz tudo, nós vamos lutar e eu vou lutar até onde eu possa para regulamentar. E acredito que essa CPI possa vir a dar essa sugestão em regulamentar os Bingos no Brasil.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nós temos o maior respeito pelo Dr. Osíris, e ele, inclusive, compareceu aqui a nossa CPI, mas contratar o Dr. Osíris não é fácil, porque ele é um renomado Tributarista e foi a FEBRABINGO que pagou ao Dr. Osíris?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Foi, nós fizemos um contrato na época, ele era Advogado de um outro Bingo que tinha uma ação, nós fomos procurá-lo, ainda com receio, bom... "Bingo?"... Conversamos com ele, ele nunca tinha entrado num Bingo, mas a nossa preocupação era justamente é pela rejeição que a própria sociedade dá ao nosso Setor. Mas ele ficou estudando... E ele vê na parte tributária, ele vê o quanto o Governo deixa de arrecadar, porque a transparência, isso quem vai dar é o próprio Governo, é a própria sociedade.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Sª.

Concedo a palavra ao Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente Efraim Morais, antes de indagar de V.Exª., apenas como informação, se já há resposta do Sr. Silvio Pereira à intimação feita ontem por fax, pela Polícia Federal. Se ele virá depor amanhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias, no início, nós anunciamos o comunicado que recebemos o Dr. Paulo Lacerda, que encaminhou ofício a esta CPI, dizendo que o Sr. Silvio Pereira, ele foi regularmente intimado e ao mesmo tempo que enviava cópia do nosso ofício, com o "ciente" do Sr. Silvio Pereira, às 16 horas, do dia de ontem, na cidade de São Paulo. Então, está confirmado para amanhã a vinda do Sr. Silvio Pereira, a não ser que o Supremo determine que ele não tenha que falar na CPI, e é evidente, que na condição de Presidente, eu terei que cumprir. Caso contrário, ele virá a depor,

não vejo outra razão, outro motivo, nada que impeça, a não ser essa condição.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Obrigado, Sr. Presidente. O Relator já esgotou as principais indagações que deveriam ser formuladas, mas eu indago o Sr. Carlos Eduardo Canto, sobre que tipo de compromisso, se é que houve, do Presidente Lula, antes da posse, depois da posse com o Setor? O Presidente assumiu algum compromisso de regulamentar ou não assumiu nenhum compromisso? Acenou com a possibilidade? Manteve algum entendimento com o Setor? Nós gostaríamos, inicialmente, que o Senhor esclarecesse essas dúvidas.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Senador, ele, pela imprensa, inclusive, pela própria relação que ele mandou, citando os Bingos pela regulamentação, depois ele chamando ao Palácio do Planalto logicamente a pedido do Governo Federal. Então eu via que existia o interesse na possível regulamentação. Agora, tratativas diretamente do Setor, como órgãos associativos da ABRABIN, FEBRABINGO, nunca tivemos contato com nenhum emissário, nenhum governante.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Houve reunião? O Senhor fez uma referência a uma reunião.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – No Palácio do Planalto, onde tinham lá umas cinqüenta pessoas e que foram convidadas para...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Essa reunião foi com o Presidente?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Não, não. Foi com um Assessor, eu não me lembro o nome dele.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Não era o Waldomiro Diniz?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Não. Eu nunca conheci o Senhor Waldomiro Diniz desde que eu estou no Setor de Bingos, em 99.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – O Senhor não lembra o nome do Assessor?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Era um nome estrangeiro, eu posso até na época ver, mas era um nome assim, bem...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Alguns projetos tramitavam no Congresso, inclusive de Parlamentares ligados ao Governo.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Vários projetos, de todos os setores, de todos os partidos tinham projetos no Governo.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – A impressão que o Setor tinha era a de que o Presidente era favorável à legalização?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Agora eu tenho até dúvidas, Senador, porque em função do que ele fez, uma pessoa que não tinha nada a ver com o Setor, que hoje alardeiam que essa pessoa é empresário do Setor de Bingos ou inclusive bicheiro, ele nunca teve nada a ver com o Setor. Isso é muito mais afeito lá, um projeto da Caixa Econômica da GTECH e ele venha cair no colo dos Bingos como sendo empresário de Bingos.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu indago porque realmente há depoimentos de representantes do seu Setor que davam conta do interesse do Presidente Lula em regulamentar. E repentinamente, em função da impopularidade ocasional do Setor, ele chegou a afirmar, por exemplo, que os Bingos... Ele comparou os Bingos com a prostituição infantil, em determinado momento quando do fechamento das Casas de Bingo. O que o Senhor diria a esse respeito? Tem razões o Presidente de fazer esse tipo de comparação?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Nenhuma, Senador. Eu acredito que ele foi bastante infeliz nessa sua colocação. Se ele pudesse voltar atrás, ele não falaria de novamente isso.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Atualmente o Setor tem se empenhado junto ao Governo na busca dessa regulamentação ou se afastou totalmente?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Não, Senador, porque nós estamos no meio de uma CPI. Para nós, o Setor é muito importante, como sempre foi muito importante que essa CPI existisse. Então, através dessa CPI que nós vamos ter a transparência do Setor, mostrando que os empresários de Bingos não têm ligação nenhuma com nada, não tem envolvimento com ninguém. Essas pessoas todas que alardeiam hoje já estavam nos seus mercados aí antigos. Então, hoje, nós temos a plena consciência que nós vamos sair com uma carta dessa CPI.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – A propósito das irregularidades que são denunciadas, não me refiro à questão da prostituição, referência do Presidente Lula. Mas à lavagem de dinheiro. Quando presidia a CPI do Futebol ouvimos do COAF que 25 processos estavam em curso investigando as Casas de Jogos de Bingo em razão de denúncias de lavagem de dinheiro. Eu não tenho notícia da conclusão desses processos. Por isso eu indago de V.Sª. se há conclusão relativamente à existência de lavagem de dinheiro ou não. Se houve algum caso em que se contatou a existência de lavagem de dinheiro. Se houve alguma punição, se houve alguma prisão, se houve algum fechamento da Casa de Bingo em razão da constatação

da lavagem de dinheiro. Enfim, gostaria que o Senhor fizesse um relato disso.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Senador, hoje a preocupação, justamente do Conselho é procurar pegar todas as certidões de pessoas que estejam envolvidas, tipo, João da Silva, a gente vai procurar ver se essa pessoa tem. Agora, hoje no mercado, lavagem de dinheiro, evasão, eu não conheço nenhum empresário do Setor que foi hoje, muito menos... O processo... ele foi indiciado. Muito menos julgado.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Isso que eu quero que o Senhor deixe bem claro. Existe alguma punição? Alguém foi preso, alguém foi punido?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Nada.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Alguém foi responsabilizado, alguém foi convocado a depor pelo Ministério Público, pela Polícia Federal?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Nada, Senador.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Então é uma fantasia essa história.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – É uma fantasia. Hoje, dos empresários do Setor, eu gostaria até, eu peço, eu tenho uma relação, eu mantenho um **mailing**, mantenho agora, eu peço que as pessoas denunciem, eu peço que essas pessoas mandem funcionários, empresários, para tentar justamente, para não virem aqui e falar uma besteira. Agora, vale salientar que inclusive num pronunciamento seu, desculpe, eu tomo a liberdade, em 9/3/2004 no Senado Federal, o Senhor referiu-se a esclarecedoras palavras da Adriane G.M. Senna (F) que na época era do COAF. Na CPI do futebol a presidente do COAF afirmou que, ao investigar cerca de 25 denúncias de lavagem de dinheiro, por meio dos Bingos, não contatou a veracidade do fato.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – É exatamente esse testemunho que eu daria a seguir. Realmente, eu fiz a indagação exatamente em função desta afirmação do COAF. Por isso que eu quis completar a informação, uma vez que a Sra. Diane não é mais do COAF e poderia ter, depois que ela deixou o Conselho, poderia ter havido alguma constatação de lavagem de dinheiro.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – E só para elucidar, Senador, no próprio COAF existe lá uma relação de possíveis lavagens, aqui tem instituições financeiras para ex-fiscais de centros de **off-shore**, bolsas de valores, companhias seguradoras, mercado imobiliário e depois lá embaixo vem jogos e sorteios. Então isso, estudo do próprio COAF que está hoje no... A CPI pedir isso ao COAF, esses estudos todos vão inclusive ter até a sua indagação sobre isso.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Na eventualidade da regulamentação dos jogos de bingo, a entidade tem já uma proposta de modelo a oferecer, por exemplo, ao Relator da CPI, o Senador Garibaldi Alves Filho, que proposta tem a entidade para a regulamentação do Setor?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – A proposta é a que nós pedimos ao Dr. Osíris, e essa parte tributária que para nós seria a melhor proposta, que ali você está elegendo diversos entes da federação, ele é muito bem embasado. Realmente o Dr. Osíris criou inclusive a transparência, que seria um imposto de substituição tributária, que seria aquele 1, 5%, que todos estariam pagando. Então, isso é muito fácil...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Qual seria a arrecadação?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Hoje, dois bilhões e quinhentos milhões de reais, feito pelo estudo dele.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Por ano, a arrecadação anual de impostos?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Anual. Quer dizer, eu vejo, Senador, desculpe, mas toda a semana eu venho para Brasília, nos últimos três anos, e vejo qual o setor que vem aqui oferecer dois bilhões e quinhentos milhões de reais que estão aí? Quer dizer, hoje nós podemos utilizar esse parque físico que está... É só tributar. Quer dizer, hoje o mundo inteiro tem jogos, é só tributar, Senador. É só ter, desculpe, a coragem de regulamentar e fiscalizar. Quer dizer, nós somos o único país do mundo que não vamos ter essa regulamentação? Olha o que nós estamos perdendo aí! Existem grupos teatrais, cantores, que ficam em Las Vegas 20 anos, não saem de lá. No Brasil poderia ser o mesmo aqui nas casas de jogos. Quantas pessoas estão desempregadas? O Setor será que merece ficar dessa maneira? Merece cada vez mais ser mandado mais para a ilegalidade?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Nós estamos numa situação de indefinição. Em que Estados o jogo está livre, as Casas de Bingo estão operando livremente?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Fora o Paraná? Em Minas, as casas hoje no Brasil estão ou com as suas legislaçoes estaduais, porque existem ADINs sendo julgadas, tem os seus tempos, mas a gente acredita que a CPI vai chegar antes dessas ADINs, quer dizer, então os recursos vão ficar para os seus Estados.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Em todos os Estados as casas estão funcionando em razão de liminares ou em função...?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Em função da própria legislação estadual. Só que os Estados também, a Associação Brasileira de Loterias Estaduais que luta por essa regulamentação, porque ela não luta pelos Bingos, a ABLE luta pelos concursos de prognósticos, geral. Se vale a pena por bingo no Rio Grande do Sul ou não, se vale a pena colocar qualquer tipo de jogo. Então, ela está lutando aí para que os recursos e os jogos tenham hoje a autorização, fiscalização estadual.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Há poucos dias recebi aqui a visita de empregados, no Plenário do Senado Federal, de empregados no Plenário do Senado Federal, de empregados de Casas de Bingo no Rio Grande do Sul. Houve um fechamento lá de algumas casas. Qual foi a razão?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Justamente em função dessas liminares, que elas são momentâneas. Fecha, você recorre; fecha, recorre... Então, como foi o caso do próprio Paraná, você não tinha mais argumentos, porque acabaram fechando a questão no Tribunal Regional Federal até que se julgassem as decisões. Então, hoje os empresários estão aí nos ajudando e não estão querendo ficar desempregados, como vários setores da economia, onde um Presidente veio para dar emprego e está tirando os empregos.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Já há um bom tempo nós estamos vivendo essa insegurança aí no Setor, essa desorganização, não há uma legislação nacional, enfim, há uma anarquia, na verdade, porque um estado permite, outro não permite há liminares, há prejuízos, há investimentos feitos e, em conseqüência, prejuízos e etc. Eu concluo que o Governo tem sido omisso, foi omisso, está sendo omisso, e a esperança é de que essa CPI então apresente uma solução para o problema. É essa a esperança do Setor?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Com certeza, Senador. É isso que eu, pessoalmente, espero e o Setor espera. Então, não pode o Setor ficar à margem e esses recursos serem aí jogados. Eu queria só...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Mas aí é bom dizer que essa CPI pode sugerir providências.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Com certeza.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Ela não pode solucionar essa questão. Para não ficar a idéia de que a CPI vai resolver essa situação.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Mas a CPI, já na época da 168, a CPI, o Congresso já nos deu um fôlego para a reabertura dos bingos no país. E hoje em dia novamente eu tenho certeza que o congresso vai fazer a mesma coisa. Dar essa sugestão para que algum projeto em tramitação seja julgado. Eu gostaria inclusive de fazer uma referência ao Deputado Federal que está ao lado, que é da área tributária, inclusive ele não sabe, mas eu sou de Londrina também, a minha família toda é do Norte do Paraná, mora em Curitiba, pelo seu brilhante trabalho na área tributária. E temos ai um grande Deputado que sabe a dificuldade que tem de recursos hoje no país, que esses recursos estão hoje totalmente à disposição e poderiam resolver muitos problemas da sociedade.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Muito obrigado. Sr. Presidente, era o que tinha aí. Vamos aguardar o Relator Senador Garibaldi Alves Filho apresentar a sugestão sobre essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu concedo a palavra exatamente ao Senador Garibaldi Alves, já que não há nenhum outro Senador escrito.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber do Sr. Roberto Canto.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Carlos Canto.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Desculpe, Carlos Canto.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – O Senhor tem tanto nome, Senador, que a gente nem... Contanto que o Senhor dê a sugestão para regulamentação, eu aceito tudo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Lá no nordeste tem um ditado: "Mate o homem, mas não erre o nome".

Eu quero perguntar a V.Sª., depois aí do Senador Álvaro Dias, primeiro que eu não entendi quando o Senhor falou que o Governo "jogou no colo dos empresários de Bingos".

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Minha interpretação.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Jogou no colo uma pessoa.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quem era essa pessoa?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Esse Sr. Carlos Cachoeira, ele nunca foi empresário de bingo, nunca foi empresário de máquina, nunca foi empresário de setor nenhum.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E ele nunca foi empresário de bingo?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Nunca. Nunca teve bingo, se você analisar e ver toda a relação, ele nunca teve nada a ver com Bingos.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E tendo em vista que o Governo enviou um projeto de regulamentação e depois retirou o projeto, V.Sª. acha que houve o quê?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Na verdade, acho que ele não enviou um projeto de regulamentação, ele pretendia, pelo que a gente sabia, pelos estudos feitos, fazer essa regulamentação; agora, o projeto de regulamentação acho que acabou não saindo do papel esse projeto.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Teve uma mensagem, V.Sª. tem razão. Uma mensagem do Governo. Mensagem anual.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Exatamente, até nós ficamos surpreendidos pela sua mensagem.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Da referência?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Exatamente.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não houve nenhuma comunicação?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Não**. Nenhuma.** Nós ficamos felizes e surpresos na época, já que o presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O que o Senhor acha, o porquê do recuo disso aí?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Senador, é difícil. É difícil entender.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O recuo aconteceu depois do denúncia do Senhor Waldomiro Diniz.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – É tão difícil hoje para mim, Senador, entender os motivos que levaram. Hoje essa CPI está tendo todas as informações, investigações e vendo que essas pessoas não têm nada a ver com o Setor de Bingos, empresários e Bingos, Casas de Bingo. Então, é o que...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quem está dizendo isso?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Oi?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quem está dizendo isso?

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Não, não. Eu estou falando que hoje em dia, nós do Setor, estamos vendo que não existe, como disse o próprio Senador, empresários que foram investigados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Porque na realidade não é bem assim, eles não falam, mas há denúncias aqui, por exemplo, de que o Setor de Bingos contribuiu com mais de um milhão de reais para campanhas políticas de 2002 do PT. Foi dito aqui pelo Sr. Rogério Buratti. Evidentemente que não há....

Há uma denúncia, por exemplo, de um garçom que cita que dentro de um Bingo na cidade de Campinas foi planejada a morte do prefeito do PT, porque não havia cumprido com os compromissos de campanha. Então, não é bem essa informação que não tem nada a ver com os Bingos. Eu acho que o que falta é que ninguém quer falar.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Desculpe, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Só esclarecendo que há essas ligações que a CPI tem declarações nas últimas reuniões.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Desculpe, eu entendi do Sr. Carlos Cachoeira, que eu estava falando.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Aí realmente não tem nenhuma ligação nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço ao Dr. Carlos Eduardo Canto pelas suas informações e pelos documentos que deixa aqui à disposição da CPI, na certeza que muito irá contribuir com o Senador Garibaldi Alves nas suas conclusões finais e nas suas decisões de propor ou não regulamentação. Evidente, esperando e aguardando uma própria consulta que está sendo feito, uma pesquisa que está sendo feita à sociedade.

Eu agradeço a V.Sª. e reitero os meus agradecimentos pela presença dupla de V.Sª. por duas vezes, uma lamentavelmente não pudemos ouvi-lo, e a outra fazendo um apelo para que V.Sª. interfira junto às Casas de Bingo aqui relacionadas por V.Sª. no sentido de nos responder o mais rápido possível aquele questionário que foi distribuído, que V.Sª. tem conhecimento, para que nós possamos também ter subsídios para a conclusão do nosso relatório. Agradeço a V.Sª. e coloco os microfones para as suas considerações finais.

SR. CARLOS EDUARDO LOURES CANTO – Eu quero agradecer a esta Comissão pela oportunidade e colocando já a Federação Brasileira de Bingos, o movimento PRÓ-BINGO para auxiliar e vir aqui tantas vezes quanto forem necessárias para elucidar qualquer tipo de indagação ou qualquer dúvida que venha do Setor. Mais uma vez muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Sª., agradeço aos Srs. Se-

nadores e convoco Sessão para amanhã às 11 horas para a oitiva do Sr. Silvio Pereira...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E também para uma Sessão.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra pela ordem.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, é só para indagar qual vai ser a sala que a CPI vai funcionar porque como tem Reunião da Comissão de Justiça e que as vezes a reunião demora muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É oportuno, Senador Garibaldi, a interferência de V.Exª., nós vamos contactar com o pessoal de Comissões para que possamos, quem sabe, utilizar uma outra sala, para que a Comissão de Constituição e justiça possa trabalhar com tranqüilidade. E eu comunicarei através de ofício a todos os Srs. Senadores e Senadoras e a própria imprensa para que ela tome conhecimento. Esta encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 13h14)

Ata da 75ª Reunião, realizada em 9 de maio 2006.

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, às dez horas e trinta, nas dependências do Quartel do Comando Geral da Policia Militar, na Av. Rubens de Mendonça, ***Cuiabá*** – **MT**, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma e ainda com a presença dos Senhores Senadores Juvêncio da Fonseca, Sibá Machado, Antero Paes de Barros e Wellington Salgado, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião prestando homenagem ao Estado de Mato Grosso por ocasião da passagem de seu aniversário. A seguir comunica que a presente reunião destina-se à oitiva do Senhor João Arcanjo Ribeiro, que se encontra sob a proteção de **habeas corpus** em Medida cautelar de nº 88.703, impetrado pelo seu Advogado Dr. Zaid Arbid, procedendo a leitura do mesmo. Com a palavra o depoente se abstém de fazer suas considerações iniciais, limitando-se a responder apenas o que lhe foi perguntado. Usam da palavra para interpelar o depoente o Relator Senador Juvêncio da Fonseca, seguido pelos senadores Romeu Toma, Antero Paes de Barros, Sibá Machado e Wellington Salgado. Finalizando o Senhor Presidente agradece aos Senadores presentes, Assistentes da Comissão e a imprensa e em especial ao Comando da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às treze horas e nove minutos e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Bom dia, Senhoras e Senhores. Declaro aberta a Audiência Pública da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245/2004, para investigar e apurar a utilização das Casas de Bingo para prática de crimes de lavagem, ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Hoje é 9 de maio, então eu abriria a Sessão, primeiro com uma homenagem ao Estado de Mato Grosso em razão da passagem de seu aniversário hoje, que marca a alegria do povo de Mato Grosso. E o nosso geólogo, o Senador Sibá, nos disse que aqui está o ponto...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – É o ponto geodésico da América da Sul, centro da nossa América da Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então é importante que a Comissão, posteriormente à oitiva do Sr. João Arcanjo Ribeiro, passamos a visar uma visita ao marco geodésico, que é o centro da América do Sul, que se instala aqui na cidade de Cuiabá. De forma que vamos dar início.

Estamos com a presença dos Srs. Senadores Sibá Machado, Wellington Salgado, Juvêncio da Fonseca, Antero Paes e eu, presidindo a Comissão por determinação do Presidente da CPI, Senador Efraim Morais. De forma que ela se destina a ouvir o depoimento do convidado João Arcanjo Ribeiro, mais conhecido como Comendador, e que está sobre a proteção do **habeas corpus** impetrado ontem e que chegou a essa Comissão praticamente às 21 horas e 50 minutos, de ontem. Eu vou tomar a liberdade de ler para que todos tomem conhecimento. "Medida cautelar de **habeas corpus** nº 88.703. Paciente: João Arcanjo Ribeiro. Impetrante: Dr. Zaid Arbid, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI. Co-autor: Comunico a V.Exª. que, nos termos da decisão, cuja cópia segue via fax, concedi liminar para garantir ao paciente, convocado a depor

perante essa Comissão, CPI dos Bingos, uso da prerrogativa de permanecer em silêncio e se da resposta a pergunta que lhe for formulada puder a seu critério ou a critério de seu Advogado, derivar-lhe risco de auto incriminação, com relação aos fatos que não impliquem auto-incriminação. Persiste..." - chamo a atenção aqui – "persiste o dever de o depoente prestar informações. Atenciosamente, Ministro Cézar Peluso, Relator do Supremo Tribunal Federal". E segue a decisão por inteiro que eu não vou ler, mas fica a disposição da imprensa, se assim desejar, e dos Srs. Senadores para consulta. Eu agradeço o nosso Advogado, o Dr. Zaid Arbid e pela amabilidade, e dizer que não haverá nenhuma restrição às perguntas; a não ser aquelas que a própria Constituição protege o depoente, que é a que possa incriminá-lo diretamente. A Constituição, além do **habeas corpus**, a própria Constituição protege que a Oitiva não pode, nas respostas, o declarante se auto-incriminar.

De forma que eu passo... O nosso Relator será o Senador Juvêncio da Fonseca e, em seguida, eu convido o Sr. João Arcanjo para seus esclarecimentos. V.Sª. tem trinta minutos. Gostaria que, se possível, o Senhor pudesse contar um pouco da história de todo o envolvimento que deu razão a essa sua condenação; tudo aquilo que pudesse esclarecer a sociedade, claro, evitando algo que possa incriminá-lo. V.Exª. quer fazer o uso da palavra?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Senador, bom dia. Eu queria que o Senhor me perguntasse e eu faria a resposta necessária que fosse...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor não deseja usar o seu tempo nem para se defender, nem para justificar, nem para prestar nenhum esclarecimento? Prefere se submeter às perguntas diretamente?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Correto. Eu gostaria que o Senhor perguntasse e eu estou à disposição para responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Perfeitamente. Então, eu passo a palavra ao Senador Juvêncio, como Relator **ad hoc,** da Comissão presente a esta Casa.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senhores presentes, nós também associamos aos festejos de Cuiabá. A minha querida Cuiabá, sou de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, é terra irmã. Toda a vez que chegamos aqui temos um prazer imenso de conviver com o povo dessa terra; sempre solidário, sempre receptivo, e isso nos agrada muito. E vimos isso ontem e hoje, como Cuiabá continua a mesma. Sempre aconchegante e sabendo receber os seus visitantes.

Como Relator, eu alinhavo algumas perguntas. Sr. Arcanjo, parece que desde 1985, V.Sª. passou à atividade da exploração dos jogos de bicho, aqui em Cuiabá. Em 1994 começa com as empresas de **factoring**, onde tem um crescimento financeiro considerável. Em 1995 abre a sua primeira **offshore**. Em 2000, inicia a exploração de máquinas caça-níqueis, onde começa a disputa por espaço entre concorrentes. Em 2002, deflagrado a operação Arca de Noé, onde são presos vários funcionários e pessoas ligadas a V.Sª.

V.Sª. também é dono de um Bingo em Brasília, no Setor Comercial Sul. V.Sª. acumulou uma fortuna considerável e é tido como um homem muito influente politicamente, muito influente na área da exploração da contravenção e, principalmente, dos bingos. E esta Comissão de Inquérito, ela tem justamente o objetivo de fazer a investigação sobre a ação dos bingos, lavagem de dinheiro e favorecimento destas ações todas que trazem sério prejuízo para a população brasileira, para o País; ao mesmo tempo em que o relacionamento com a estrutura política do País, traz exemplos de participação ilegítima. Uma participação contrária aos princípios democráticos do País.

Eu gostaria que dentro desse aspecto, V.Sª. pudesse nos relatar, desde o início, quais são suas atividades, o que aconteceu, qual a sua participação, a exploração desse Bingo de Brasília, e outro Bingo, se possível e se tem; pudesse fazer para nós um resumo a respeito disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com a palavra, o Senhor.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Ok. Senador Juvêncio, eu comecei a atividade de jogo de bicho aqui não em 85, em 80. E nunca mexi com Bingo. Nunca tive Bingo, nem aqui e nem fora daqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Nem em Brasília?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Senhor?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Brasília...?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não. Nunca tive, nem aqui, nem fora daqui, nem Brasília, nenhum outro lugar. Eu nunca tive também máquina de caça-níqueis. Não, nunca mexi. Inclusive, a polícia local aqui fez uma investigação e descobriu que o envolvimento são duas empresas de fora. O jogo do bicho sim, desde 80.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só um minutinho, por favor. Tem duas empresas de fora que exploravam os caça-níqueis. Tem inconveniente o Senhor citá-las, ou não?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Desculpe, a pergunta?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor disse que tinham duas empresas de fora que exploravam o caça-níqueis...

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Correto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor tem algum inconveniente em citá-las?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu conheço, não a empresa, eu conheço a pessoa da empresa que veio pedir, Sargento Jesus, que veio pedir que essa empresa viesse para Mato Grosso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Como é o nome dele?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Sargento Jesus de Freitas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E ele não era daqui também?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Ele é daqui. Ele estava intermediando, pedindo que se autorizasse empresa de fora a se instalar aqui em Mato Grosso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E qual foi a sua decisão?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Antes eu não permiti. Quando entrou o pedido dele...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Quer dizer, o comando dessa área de exploração de jogo era sua?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, eu era dono do jogo de bicho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só de jogo de bicho?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – E tive cassino também, aqui em Mato Grosso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E veio instalar máquinas de caça-níqueis. O Sargento Jesus queria intermediar a exploração de caça-níqueis?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Correto, correto, correto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Aí, posteriormente, veio para cá.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Veio para cá. Ficaram aqui um ano e foram embora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sabe quem são ou não?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Era um rapaz chamado Sérgio, de Minas Gerais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A polícia tem conhecimento disso?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ficou um ano trabalhando livremente, sem ser incomodado?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, eles tinham um mandato de segurança, eles tinham um **habeas corpus** para trabalhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Para trabalhar autorizado pelo judiciário, então?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Correto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Perfeito.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Arcanjo, mas parece que a sua atividade foi muito restrita, pelo que V.Sª. está dizendo. Mas, houve a oportunidade de acumular uma grande riqueza. Qual foi a atividade que lhe deu tanto lucro, tanto resultado financeiro?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu mexia com garimpo. Eu não era o garimpeiro. Eu tinha draga em Peixoto, em Alta Floresta, e vendia ouro para, inclusive, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Nada de jogos? Nada?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Sim, jogo também; mas no começo tudo foi a venda de ouro.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – E a questão de Bingo, o Senhor não teve nunca participação?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só uma curiosidade. O Senhor fazia comercialização de ouro de garimpo?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu tinha draga e vendia para a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Direto, né?! Porque, à época, a CAIXA ECONÔMICA era responsável pela compra do ouro.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – O BEMAT também, aqui em Mato Grosso, comprava também. O BANCO DO ESTADO comprava também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Também comprava o ouro...

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Mas, mesmo lá na região, tinham várias empresas autorizadas a comprar também, mas a CAIXA era mais segura do que você transferir o dinheiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor tinha garimpeiros a seu serviço ou o Senhor comprava o ouro e...?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, eu tinha garimpeiro a meu serviço. Eu tinha a draga.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Perfeito.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Ele era intermediário? E quero saber se ele era intermediário? O Senhor também era intermediário de compra e venda de ouro? Além das pessoas que trabalhavam diretamente para o Senhor, se o Senhor também fazia o trabalho de intermediar a comercialização de ouro.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, porque a CAIXA facilitava. Os compradores que estavam lá não tinham mais para ganhar.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – O volume de negócio de V.Sª. nesta área do garimpo, de ouro, foi bastante volumoso junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou foi razoável?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – O que eu estou falando aqui é só da CAIXA ECONÔMICA. O que eu vendi por fora, eu não posso falar, eu não tenho prova. Da CAIXA ECONÔMICA, eu cheguei a vender num ano quatrocentos e oitenta quilos, entre a CAIXA e o BANCO DO ESTADO.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Mas não poderia falar... O que era diferente da CAIXA ECONÔMICA você não pode falar?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Posso, mas não posso provar.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Mas o negócio quem fazia era V.Sª.. Então, é uma ação sua, daquilo que você fazia. Então, você pode dizer.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, não posso. Da CAIXA ECONÔMICA eu posso falar e posso provar. O do Banco BEMAT eu posso falar e posso provar. Está no registro, está certinho. "Você vendia dez quilos para um comprador à parte?" Eu posso falar, mas como é que eu vou provar isso aí? Não tem comprovante.

Desculpa, eu estou explicando o seguinte: para a CAIXA ECONÔMICA e para o BEMAT eu tinha comprovante, tenho comprovante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Está entendido aqui. Eu acho o seguinte: como é venda direta, sem documentação, o Senhor está falando a verdade, mas não tem documentação comprobatória sobre a operação financeira. É isso?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – É isso que eu estou explicando. E a venda de ouro é outra é isenção de impostos. Tem 98% de isenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Qual era o garimpo mais explorado aqui na região? Eu estou perguntando porque há algumas investigações sobre exploração de ouro, que nada tem a ver aqui.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Hoje está mais fraco o garimpo. Teve muito em Peixoto, em Alta Floresta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor considera esses movimentos de comercialização de ouro como lavagem de dinheiro ou alguma coisa assim?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor, porque é uma atividade legal e o Governo dava - não sei se dá ainda – 98% de isenção para o garimpeiro próprio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Os garimpeiros tinham no Senhor uma pessoa que correspondia à expectativa. Trazia o ouro...

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, eu tinha o garimpo, a draga. Aí, uma vez por semana, abre a draga para apurar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E o Senhor pagava uma comissão?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Todo mundo trabalha com comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Taxa de comissão pela quantidade...

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Pelo que produz.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Arcanjo, dada essa grande atividade financeira de V.Sª., que acumulou uma boa riqueza, poderia informar, mais ou menos, a sua contribuição para o imposto de renda?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – É alta, hein! Eu não sei quanto agora, porque não tenho os dados aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mais que banco?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Nem a metade de banco, nem um terço da metade de um banco.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Banco não paga muito, não.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Banco? Paga muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pela renda... Mas tudo bem. Se o Senhor quiser explicar ao Relator sobre isso.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, eu posso depois pegar, no imposto de renda, uma cópia e mandar. Eu não tenho agora. Eu peço desculpas por não ter. Eu não estava prevenido para essa pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Até agradecemos a sua colaboração.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Arcanjo, nessa sua atividade, jogo do bicho,

diz que não na questão de bingos, **factoring** e exploração de ouro...

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Factoring sim, muitas **factoring** interessante.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Justamente. Então, dá muito o quê falar, muita suspeição sobre lavagem de dinheiro e influência política de V.Sª. no processo eleitoral do País. O que V.Sª. tem a dizer sobre isso?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu estou só ouvindo. Influência, nem na minha casa eu tinha, minha mulher é quem mandava em casa.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Boa política.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu chegava lá ela que... Agora assim, eu não buscava ter influência. Eu sempre fui uma pessoa simples, achava que estava sempre tudo muito certinho e um empresário voltado às empresas, ao trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A **factoring**, o Senhor deixava nas mãos do Nilson? O Nilson era quem gerenciava?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Correto. Antes tinha um outro gerente que não estava indo tão bem. Aí, eu fui buscar uma pessoa que avaliava, uma pessoa de banco, que foi Gerente de banco muitos anos, que avaliava risco, o Nilson Roberto Teixeira. E ele deu certo! Uma boa pessoa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E o Donda, não é?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Luiz Dondo! É um grande Contador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Que era o seu Contador?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, ele fazia contabilidade para umas cem empresas ou mais, e entre elas a minha.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas toda a sua atividade, ele fazia a contabilidade?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Correto, não vou contratar dois Contadores para fazer... Então eu contratava ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor tinha o jogo, é claro, separado, mas tinha oficialmente a **factoring** e a **offshore** no Uruguai?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Sim. E tinha hotéis também, shopping, fazenda, piscicultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor tinha uma atividade bastante diversificada, economicamente falando?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Correto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E ele contabilizava todas essas áreas?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Por cada empresa ele cobrava o serviço para fazer a contabilidade. Eu não ia buscar outro contador para fazer, se já tinha ele que fazia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Uma pergunta: se a sua **factoring** era autorizada pelo BANCO CENTRAL ou tinha alguma autorização legal de funcionamento?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Tinha, sempre. É normal, é uma empresa normal estabelecida com todas as normas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E as operações de desconto eram só com empresas ou com particulares também? Porque, praticamente as **factorings** descontam cheque pré-datado, não é isso? Não sei se a sua fazia essa atividade também.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – A princípio fazia, depois começou a fazer empréstimo, que não é permitido. A princípio só operações financeiras, depois começou a fazer empréstimos, o que não é permitido.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Politicamente teve muito desconto de cheques de campanha na sua **factoring**?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – De campanhas, eu acho que não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – De Parlamentares ou de comitês financeiros, alguma coisa assim, que tenha mandado cheques de contribuições para campanha eleitoral e que foram descontados da sua **factoring**?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu acho que de campanha, eu acho que não. É que ninguém ia falar assim também: "Isso aqui é para campanha", ninguém ia falar isso também. Agora que houve muita troca, houve. E quem sabe explicar melhor sobre isso daí é o Nilson que era a pessoa encarregada. Ele era quem gerenciava.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele só lhe comunicava o resultado?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – De vez em quando eu passava lá, mas a cada dez dias tinha uma reunião para saber o andamento das empresas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas ele não lhe dava uma relação de quem operou, de quem não operou?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Tudo, tudo, tudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Entre os nomes que o Senhor viu, tinha alguém que pudesse estar dentro da política eleitoral?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Geralmente...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Comitê eleitoral?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não. Se fosse do comitê, não ia mandar em nome do comitê, iria mandar o nome da empresa. Aí era mais difícil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Da própria empresa que assinava o cheque emitente?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, quem enviava o cheque era a nossa empresa, fazia em nome da operação. O cheque saía em nome da empresa que está sacando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sim, mas o emitente não era o emitente que ele relacionava?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Exemplo: se uma pessoa vai trocar um cheque lá, em nome de uma empresa prestadora de serviço, então o cheque sai em nome dessa empresa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Era sempre através de uma empresa?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Correto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Nunca individualmente, assim, a pessoa...

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Mesmo se fosse fazer empréstimo, através da CONFIANÇA, fazia através da empresa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor fez esse depoimento na polícia também, né, sobre isso?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Correto, tudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sobre essa parte financeira.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Tudo certinho.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Arcanjo, alguma vez a sua **factoring** descontou documentos pré-datados para um diretório eleitoral, diretório partidário?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, não.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Nunca?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Pode até ser, eu não me lembro não.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Comitê político?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Nunca?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor não sabe ou não tem certeza?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não tenho certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não tem certeza?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Posso esclarecer melhor? Poderia ter acontecido de alguém fazer doação para um partido, com cheques, e esse partido poderia necessitar de capital, no momento, e ter descontado na sua **factoring** esse cheque de pessoas físicas, como doação?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – É possível, porque aí é uma operação normal. A pessoa fez uma doação, aí vem em nome da empresa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas o Senhor não teria como identificar que era de um partido, já que estava no nome de uma pessoa, digamos assim?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não teria como identificar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Está bom.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – É possível sim.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Porque eu quero, inclusive, informar aqui ao Sr. Arcanjo, embora ele tenha dito que isso é com o Nilson, que não tem certeza, que na campanha de 2002 foram feitas, sim, trocas de cheques do Comitê Financeiro Único do PSDB na VIP FACTORING. Eu tenho os dados, mas aqui é o seguinte... E tenho os dados aqui de todas as empresas.

O que ocorreu? Eram cheques pré-datados que foram dados ao PSDB. Esses cheques pré-datados dados ao PSDB, o Comitê Financeiro Único, que é pessoa jurídica, que tem CNPJ, fez uma operação de fomento com a CUIABÁ VIP FOMENTO MERCANTIL LTDA., que é uma das **factorings** do Senhor, não é isso? E que foram descontados lá duzentos e quarenta, em torno de duzentos e quarenta mil reais. Só que tudo isto foi feito às claras, está declarado na Justiça Eleitoral, isto aqui é cópia do carimbo do Tribunal Regional Eleitoral e essas prestações de contas foram aprovadas pela Justiça Eleitoral, com voto favorável do Procurador da República e do Juiz César Beasi, que foi o Relator e também de todo o pleno do Tribunal Regional Eleitoral. Então, só estou dizendo isso.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu quero explicar o seguinte, que eu expliquei antes: talvez...

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu entendi. Eu só estou fazendo o registro. Eu acho que é importante até eu fazer esse registro.

E um outro detalhe é o seguinte: não sei se o Senhor sabe, o Senhor está dizendo que não tem atividade com Bingo.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Com Bingo não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – E saiu uma matéria jornalística no CORREIO BRAZILIENSE, onde mostra claramente que o Sr. Luiz Alberto Dondo Gonçalves tinha participação no BINGO PALACIUS. Ele não representava o Senhor no BINGO PALACIUS, de Brasília?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu tenho quase certeza que o Dondo não tinha participação, não tem participação. Tenho quase certeza.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – O Senhor com certeza não tem, se tiver é dele?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – É, mas eu acho que ele não tem também, não. Não sei.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Não, tudo bem. Se tiver é dele ou é uma barrigada da imprensa. É isso, não é?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – É o seguinte: está explicando ou está provando que ele tem participação?

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Não, tem uma matéria jornalista. Eu não tenho acesso aos documentos.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Várias matérias saem e eu estou explicando que, entre uma coisa ser verdadeira... Eu estou explicando o seguinte: eu tive a oportunidade de ter Bingo aqui em Mato Grosso e não quis, porque não acredito. Quando você não acredita, não adianta mexer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria, Doutor, que... O Senador Antero está ajudando a explicar a situação. Não é uma acareação. Não considerar uma acareação, porque ele pode auxiliar. Porque, realmente a polícia tem a apreensão da relação dos cheques no comitê eleitoral do partido. Por isso que eu perguntei ao Senhor. Então, isto que eu digo.

Agora, o que é importante saber é se esses cheques foram compensados no banco que era o destinatário desses cheques.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Ô Senador, o que eu expliquei certinho...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Dondo é que vai saber.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – O Dondo não, o Nilson.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Nilson, o Nilson é que vai saber.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Agora, uma coisa é certeza: que a VIP não fazia empréstimos, só fazia empréstimos na CONFIANÇA. Porque para eu manter outras empresas, eu queria eliminar empréstimos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Essa aqui são duas?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mais **factoring**?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Sim, mais. Então, eu queria eliminar os empréstimos. Então eu fui abrindo outras empresas para não fazer empréstimos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Para ter um controle maior?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Quando o empréstimo podia dar problema, eu fui saindo fora. Abri outra empresa para não fazer mais empréstimos. E só fazia na CONFIANÇA e ia diminuindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – CONFIANÇA era também uma **factoring**?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Correto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor tinha a VIP e a CONFIANÇA?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – E tinha também a TANGARÁ **FACTORING**, o RONDON HOTEL...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Cada uma tinha um destino de empresa de troca de...?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, não. A briga era pelo mercado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mercado. Qualquer uma podia fazer qualquer tipo de operação? Não era definida para fazer...?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Porque se você pegar só um setor, os outros engolem você.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Você prestigiava o operador, para que ele tivesse uma comissão maior?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Correto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – A pergunta que eu faço, já ao Presidente, se nós podemos manter a Oitiva desta forma, Sr. Presidente? Porque se vai ouvir, esgotar as perguntas do Relator, ou se a gente pode ir contribuindo ao longo da conversa?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É que é oportunidade, é que, como é uma coisa delicada o assunto, às vezes, dá oportunidade a seqüência. Se V.Exª. tiver alguma pergunta pode fazer, também.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, eu gostaria só de por um pouquinho de disciplina da seguinte maneira: o Relator está fazendo as perguntas, toda a liberdade, democraticamente, todos fazer perguntas, mas não pode assim...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Segundo o Senador Sibá.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – ...Mas o que não pode é o seguinte: tomar o microfone na mão e falar à tarde inteira. É impossível! O Relator fica cerceado de continuar as perguntas.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não, porque por mim eu posso deixar fazer minhas perguntas após o Relator. Mas, como está no tema, para não ficar voltando sempre...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Por dentro dessa parte de **factoring** era bom que o Senhor fizesse...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Correto, é dentro deste assunto. Porque o Relator fez aqui, descreveu um pouco sobre a montagem da fortuna do Senhor, descreveu sobre isso.

É claro que nós não estamos aqui para tratar de todos os negócios lícitos que o Senhor tem. Claro, o que está lícito está do conhecimento da Receita. Nós estamos para tratar daquilo que o Senhor está sendo acusado de ter praticado ilicitudes.

Então, em relação ainda ao garimpo, porque eu vi no seu histórico, o Senhor foi Policial Civil, em seguida, garimpeiro, depois começou a acumular dinheiro e partiu para outros tipos de empreendimentos. No garimpo, o Senhor narra que fez negócios oficiais com a CAIXA ECONÔMICA e com o BANCO DO ESTADO DE MATO GROSSO.

A pergunta que eu faço é: o Senhor fez ou não fez, intermediou venda de ouro fora das vendas oficiais que foram feitas com a CAIXA ECONÔMICA e o BANCO DO ESTADO?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Desculpa, intermediação não, Senhor.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Nunca fez?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Porque, não tinha ganho com a intermediação.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não havia lucratividade?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Correto.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – A outra, ainda dentro desta pergunta é: diante deste fato, de terem sido procuradas empresas do Senhor para doação de campanhas eleitorais. A pergunta que eu estou fazendo aqui é se o Senhor foi procurado por candidatos, não importa a função, pedindo dinheiro para a campanha eleitoral? Se o Senhor, pessoalmente, foi ou se pessoas que trabalhavam com o Senhor foram procuradas, se foi atendido e de que forma esses pedidos foram atendidos?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Para fazer doação?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Doações para campanhas eleitorais.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Doações não, Senhor.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – É, porque coloca aqui nos autos que o ex-Governador Dante de Oliveira tinha uma participação com o Senhor em campanhas eleitorais. É por isso que eu estou perguntando.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – O Senhor Dante de Oliveira foi Governador aqui por oito anos, excelente Governador, fez muito bem para o Estado. Eu até gostaria de ter aproximado dele, mas eu mantinha distância.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O Senhor nunca teve relação nenhuma com o ex-Governador Dante de Oliveira?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – E nunca foi procurado por ninguém para campanhas eleitorais?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não. Eu tinha, para fazer as operações... Para campanha não. Para operações, eu tinha um gerente encarregado de fazer as operações.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Correto, que é o Sr. Silvio Alberto Dondo?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, não, Nilson...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Nilson Roberto Teixeira. Essa era a pessoa. Em algum momento essa pessoa fez ou não fez alguma coisa sem o consentimento do Senhor?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Ele tinha autonomia para fazer operações. Ele não precisava eu autorizar cada operação.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Correto.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Ele veio para a empresa para avaliar risco. Então, porque... O Senhor

não precisa saber tudo, você tem que ter a pessoa que saiba fazer as coisas. Então, ele veio para avaliar risco e ele fazia as avaliações do risco.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Obrigado.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Arcanjo, há uma suspeita da sua ligação no assassinato do Prefeito Celso Daniel. Estou fazendo essa pergunta porque lá está envolvido também Bingo, jogo do bicho... Tem pontas que se encontram. Do Ronan, Waldomiro Diniz e etc.

Há uma suspeita da sua ligação no assassinato do Prefeito Celso Daniel. Uma denúncia da ex-funcionária sua, Zildete dos Reis. Trabalhou como cozinheira no **buffet** da Estância 21; onde o Sr. Joacir das Neves, ex-segurança, teria dito que o Sr. Ronan Maria Pinto e Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, estariam planejando assassinar o Prefeito de Santo André, e que já sabia até o tipo da arma que seria usada na sua execução. O que o Senhor tem a dizer a respeito disso? Se foi na sua fazenda mesmo que aconteceu esse encontro? Se houve esse encontro? Se o Senhor conhece essas pessoas? Se tem relacionamento com essas pessoas?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Primeiro, para esclarecer: na Estância 21, no **buffet**, nunca teve cozinheira mulher. Era cozinheiro homem.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Essa Zildete quem era?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não conheço.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Nunca ouviu falar?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Nunca ouvi falar.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Zildete dos Reis.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Ela não existe.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – E o Joacir das Neves?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Esse Joacir nunca trabalhou de segurança lá. Ele trabalhou para o Sargento Jesus. Eu não o conheço. Eu o vi pela imprensa que ele era segurança na casa, ele era guarda noturno da casa do Sargento Jesus. Eu vi pela imprensa. E pelo anexado no documento, que ele tinha problema mental. Eu não tenho certeza, isso eu vi pela imprensa também.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Arcanjo, essa questão de problema mental, perturbação mental, está muito em voga hoje em todas as testemunhas que aparecem no Brasil. Todo mundo está contaminado pela doença mental.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Desculpa, eu não sabia disso aí.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Mas está todo mundo.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu vi pela imprensa também.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Todo mundo. Está difícil você firmar uma testemunha, porque quando você firma nessa testemunha, falam "olha, está desequilibrada. Está precisando de um psiquiatra".

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – É porque esse aí...

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Está sendo assim. E o Joacir das Neves, ex-segurança, como afirmou V.Sª. e ele viu na sua casa Ronan Maria Pinto e Sergio Gomes da Silva, o Sombra, lá na Estância 21.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Ele nunca foi na minha casa. O Joacir nunca foi na minha casa, como é que ele ia ver? Ele nunca foi na minha casa.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Ele não era segurança da Estância 21?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Nunca foi. Como é que ele vai ver? Ele nunca foi na minha casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pois não, Doutor. Tem o microfone aí.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, eu acho que a Advogada acompanha e orienta, mas não pode ser partícipe da Oitiva. Eu, sinceramente, fica aqui o meu protesto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, tudo bem, mas o mandato...

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em nenhum momento na CPI o Advogado pode falar.

SR. ZAID ARBID – Eu não vou pedir que o Senhor seja elegante, mas queria que o Senhor tivesse reciprocidade.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Mas eu não posso ter reciprocidade dentro de uma ordem legal.

SR. ZAID ARBID – Não esta tendo reciprocidade.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Quem fala é quem está sendo ouvido. Não pode falar o Advogado, a não ser que V.Exª. permita...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Fica registrado o protesto, mas eu dou a palavra, porque eu combinei com o Senhor e, diante do mandato de segurança, o Senhor também pode aventar a hipótese de proteção ao seu cliente.

SR. ZAID ARBID – A decisão consta...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Peço desculpas ao Relator, que é um Jurista, realmente os Advogados não podem participar, mas nós combinamos que o Senhor faria com que ele respondesse a tudo.

SR. ZAID ARBID – É só um aspecto, Excelência; que essa testemunha, em que está referindo, que tem generalizado o insulto mental dela, esse é um fato comprovado. Porque o mesmo testemunho dela, que serviu para a acusação de João Arcanjo Ribeiro, foi negada validade para incriminar um Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Então, é uma testemunha que já traz com ela dois pesos e duas medidas. Então, isso não é expediente de última hora, nem expediente de plantão para afastar a validade dessa testemunha. Talvez o Senador Juvêncio desconheça os fatos. Então, ele não pode, precipitadamente, atribuir...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Doutor, ele trouxe a pergunta para que ele prestasse o esclarecimento. V.Exª. está fazendo, mas ele tem o direito de fazer o questionamento, dentro da ordem cronológica que se dispôs a fazer.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu gostaria até... Por isso que não é bom que o Advogado fale. Porque, às vezes, fala coisa que não deve dizer, que eu estou precipitadamente fazendo isso. Eu não estou precipitando nada. Eu não estou fazendo isso, eu estou fazendo uma pergunta.

SR. ZAID ARBID – Você está fazendo juízo de valor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Já está esclarecido.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – V.Exª. não tem o direito de falar na inquirição da testemunha.

SR. ZAID ARBID – Tenho, porque consta na decisão que o Senhor não leu.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Nós vamos fazer o seguinte: não vamos discutir. V.Exª. já completou, gostaria que devolvesse o microfone ao depoente e quero que consigne a pergunta.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu gostaria de ver a decisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E a resposta, além do Advogado, eu gostaria que o Senhor também respondesse.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Senador Juvêncio, pode fazer a pergunta que eu respondo.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Pois, não. E nota bem, se eu não for fazer pergunta aqui e eu não puder fazer, é melhor não haver essa inquirição. Nós estamos aqui como Senadores da CPI e podemos, sim, fazer toda e qualquer pergunta, e eu tenho a obrigação de fazer perguntas.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Senador, pode fazer a pergunta que eu respondo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu estou presidindo essa Sessão e não vou, de forma nenhuma, impedir ao Relator, aos membros da Comissão que façam qualquer tipo de pergunta. O que o Senhor tem o direito, é de não responder se assim o quiser.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu vou responder a pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E o seu Advogado pode orientar conforme determina o Relator do Supremo.

Então, nós vamos conduzir com toda a tranqüilidade, com todo o respeito, e o Relator, pediria ao Senhor que respondesse.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu respondo, Senador Juvêncio, pode fazer a pergunta que eu respondo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sem desrespeito ao seu Advogado, que nós estamos tratando com toda a lisura e respeito, como membro da Ordem dos Advogado, registrado; e o Senador também é um Jurista e Advogado e conduz com habilidade o seu questionamento.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Pois, não.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Pois, não. Pode fazer a pergunta que eu respondo.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Ah, sim. É o seguinte: a decisão está aqui dizendo o seguinte – "O uso da prerrogativa de permanecer em silêncio. Se da resposta à pergunta que lhe for formulada, puder a seu critério ou a critério do seu Advogado, derivar-lhe risco de auto-incriminação". A critério do seu Advogado, não diz que o Advogado pode usar da palavra. Ele pode orientar V.Sª. para dizer "Não responda essa pergunta" e você pode até consultá-lo. Eu gostaria de fazer essa ressalva, porque eu também sou Advogado. Eu tenho que defender as prerrogativas do Advogado, como defendo a prerrogativa do Advogado que está do seu lado, mas dentro dos limites que determinou a sentença.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Juvêncio, pediria a V.Exª. que é um homem dentro do Senado considerado um dos bons Juristas, que relevasse e considerasse uma colaboração do Advogado.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Mas eu não posso admitir que a decisão... Tudo

bem, eu posso até relevar, mas a decisão não está relevando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque nós queremos levar até o fim a audiência, sem nenhum confronto aqui. Não há confronto, eu acho que essa foi a idéia acertada e, provavelmente, eu, talvez, na próxima, pedirei ao Advogado que fale através do depoente, do seu cliente. Está certo assim, Doutor?

Então, a pergunta para que ele possa responder.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – A pergunta é a seguinte, Sr. Arcanjo; sem nenhuma maldade, sem coisa nenhuma, porque nos estamos aqui para fazer perguntas. Senão eu não vinha aqui.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Estou a sua disposição.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – V.Sª. conhece o Sombra e o Ronan?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Nenhum dos dois? O Sombra é o Luiz... Um é o Ronan Maria Pinto e Sérgio Gomes da Silva, que é o Sombra. O Ronan tem empresa de transporte ou lixo, alguma coisa assim, para Prefeituras. E o Sérgio Gomes da Silva, ele é...

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – O Sombra? Eu vi ele na revista, na Veja.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Nunca teve contato com ele?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Nunca tive contato com ele.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Ótimo, essa é a resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com o Ronan, era bom o Senhor esclarecer, porque houve troca de documentos para **offshore** e tudo.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Minha não, Senhor. Minha não, Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu estou perguntando, porque eu vi documentos.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Na minha **offshore** não. Eu só operava para mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sim, eu sei, mas nunca teve uma relação comercial?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Nunca.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Para empresa de ônibus?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Nunca, não, Senhor. **Offshore** são várias, agora as minhas, são minhas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Nunca teve uma participação dele em operações?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Qual **offshore**? Qual **offshore** o Senhor está falando?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Do Uruguai.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu sei, mas qual delas? No Uruguai tem mil **offshores**.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Essa aqui é mais de uma? Eu digo na sua.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, a minha o Senhor pode ver que não tem operação para ele. Nunca fiz operação para ele. Às vezes confunde outra **offshore**.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ou sociedade, alguma coisa?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, eu estou pedindo confirmação porque tem documentação.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu estou explicando para o Senhor que não tenho. Nunca fiz essa operação para ele, não conheço ele.

Minha empresa nunca operou, nunca fiz negócios com outra empresa.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Arcanjo, continuando as nossas perguntas. V.Sª. disse que explorava cassino.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Jogo de bicho e tive cassino, também.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Jogo do bicho e cassino também. Caça-níqueis não?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Mas nós sabemos que os caça-níqueis funcionavam dentro dos cassinos e dentro dos bingos.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Dentro do Bingo e do cassino, pode ser; mas no meu cassino nunca teve caça-níqueis.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Nunca teve?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Pode ser que funcione em outro lugar. No meu cassino aqui nunca teve caça-níqueis.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sei. E qual é o tipo de jogo que tinha no cassino?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Sem ser caça-níqueis, tinha tudo.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Roleta, etc.?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Desculpe, Senador.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Que era uma contravenção penal.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Também.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Jogo do bicho também é contravenção penal?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – O Senhor é Advogado, Jurista, sabe melhor do que eu.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – O rendimento de toda essa atividade não poderia ser contabilizado, nem pagar imposto?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Mas eu fazia de uma maneira para pagar imposto. Sempre eu pagava imposto.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sempre pagava imposto?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu jogava para uma outra empresa que não estava "bem das pernas" para...

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Nós tínhamos que fazer...

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Porque o melhor é pagar imposto para justificar a renda.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Nós precisamos dar uma assessoria ao imposto de renda, para dizer como é que se cobra imposto da contravenção penal e da marginalidade de qualquer atividade. Isso é uma coisa nova para mim, sinceramente.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – No Brasil, se você achar uma mala de dinheiro, se pagar imposto, vira legal.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Se você achar.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Então.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Agora quem perde no cassino, perde. Quem perde no jogo do bicho, perde, não acha. Acham o dinheiro dele, é diferente.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Quem ganha, ganha. Pode declarar.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Tudo bem. Eu acho que as minhas perguntas se esgotaram, Sr. Presidente. Sr. Presidente, minhas perguntas se exauriram. Obrigado. Vou dar a chance para os companheiros fazerem mais perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Sibá, V.Exª. como segundo inscrito e, em seguida, o Senador Wellington e o Senador Antero.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. João Arcanjo, eu vi aqui um relatório que aponta que o Senhor deve ter cerca de um bilhão e duzentos milhões de reais como fortuna pessoal, o Senhor confirma esses números?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, não tenho isso aí, não.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas o Senhor, então, confirma o volume da sua riqueza, hoje?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Mais ou menos quatrocentos milhões de reais. Talvez menos.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Tudo isso declarado?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – No imposto de renda.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O Senhor poderia descrever as principais empresas que estão em nome do Senhor ou que seja sócio?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Todas as minhas empresas estão em meu nome.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O Senhor poderia destacar as que são mais lucrativas?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Lucrativas, as **factorings**.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Quais são das suas empresas, da sua propriedade, que mais lhe dão rendimentos?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – As **factorings**.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não importa o aspecto, eu quero saber em volume de dinheiro.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – As **factoring**s.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Desculpa, a palavra está soando errado.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Factoring, somente mercantil.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Essas são as mais lucrativas? Que respondem a mais ou menos o que? 80% na declaração?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – 60%, mais ou menos.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – 60%. Aqui no Estado de Mato Grosso, quais são as empresas em Mato Grosso?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – As minhas empresas são em Mato Grosso.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Todas elas em Mato Grosso?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, tem uma que é em Orlando, um hotel que eu construí em Orlando.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Orlando?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – É.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O Senhor tem negócios no Uruguai?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor. Tinha só **offshore**.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – E encerrou?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Na Itália?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Nenhuma relação com a Itália?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Outros estados do Brasil?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Também não.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Nenhum outro estado brasileiro?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Só um minutinho aqui.

Aqui, o que tem batido na preocupação dessa Comissão que envolve o Senhor, é: se o Senhor tem participação nos jogos, está deixando claro aqui que não tem; se o Senhor tem participação naquele episódio de Santo André, que pelo que eu entendi na resposta ao Relator, o Senhor não tem; se o Senhor teve ou não teve participação em campanhas eleitorais. Essas são as três questões que interessam para esta Comissão, neste momento.

Então, o que eu queria saber, é até onde o Sr. Nilson Roberto Teixeira tinha liberdade para agir em nome do Senhor? Qual era essa liberdade que o Senhor concedia a ele, para agir em seu nome?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Nas **factoring**s, ele tinha 100% de liberdade.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – 100% de liberdade?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Autonomia.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – E respondia por outro tipo de negócio?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Nenhum outro tipo de negócio?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu fiz uma referência a **factoring**, porque ele só respondia à **factoring**. Outra empresa, respondia eu.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – E neste caso, o Senhor desconhece se ele fez ou não fez, intermediando negociações eleitorais, por exemplo?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu vou responder o seguinte: é possível que ele fez para campanha eleitorais, mas eu não sabia. Eu só digo o seguinte: se foi na VIP **FACTORING**, operações de **factoring** mesmo, não foi empréstimo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O Senhor teria cobrado uma dívida de cinco milhões de reais sobre material de gráfica, de uma empresa gráfica, o Senhor tem conhecimento disso?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu, cobrado?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sim.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Nunca fez essa cobrança?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu, cobrar? Eu nunca mexi com cobrança.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O Senhor nunca fez essa cobrança?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu nunca mexi com cobrança.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Nunca mexeu com cobrança? Que teria emprestado o dinheiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Essa gráfica qual é a atividade, assim, só para esclarecer um pouco.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Atividade que foi material para...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Político, para campanha eleitoral.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – ...Para campanha eleitoral.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Se trocou nas **factoring**s é possível sim, que a **factoring** cobrou e recebeu.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O que eu acho que o Senador está perguntando é que foi feito o trabalho gráfico para alguma campanha eleitoral e a gráfica descontou o cheque na sua **factoring**.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – O que eu expliquei.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E não tendo sido paga, o Senhor teria executado. É isso?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Exatamente.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – É possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Se foi executado essa cobrança e a quem se referia o empréstimo.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Se for isso aí, é possível, sim, Senhor.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Isso, ótimo. Muito obrigado, Senador.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Se foi isso aí, Senador, é possível sim.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – E o Senhor chegou a emprestar dinheiro a terceiros? Vou usar a palavra mais usada no Brasil, agiotagem.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Na **factoring**, não precisa fazer.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não, pessoalmente. Alguma pessoa lhe procurar, lhe tomar dinheiro emprestado?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Com a **factoring** ou antes da **factoring**?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Antes, durante, depois.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Antes até que fazia.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Independentemente do trabalho da empresa, se pessoalmente o Senhor foi procurado em algum momento, ou tem sido procurado, para empréstimo de dinheiro a terceiros?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não. Não tinha porquê, porque já tinha a **factoring** que fazia...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não precisava disso? Ok.

Por enquanto, Sr. Presidente. Eu pergunto se eu posso voltar em seguida, depois. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Wellington, V.Exª. com a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. João Arcanjo, eu aproveitava esse momento aqui, estava lendo uma entrevista dada por V.Sª., onde, realmente, V.Sª. repete tudo que está na entrevista que foi dada em 2002, se não me engano.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Foi agora.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ah, então está certo. Foi semana passada, então tem tudo a a ver.

Toda a colocação que V.Sª. faz é de que realmente todo o seu dinheiro você investia em **factoring** e rodava e rodava.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Desculpa, eu também era o maior produtor de peixe. Vendia todo mês quinhentas toneladas de peixe para uma empresa aqui.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu vi aqui que o Senhor chega a ser o primeiro do mundo, é isso?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Correto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Quanto dá isso em dinheiro, quinhentas toneladas de peixe?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Coloca a dois reais o quilo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Dá um milhão/mês, é isso? Um milhão/mês. Quinhentos mil quilos a dois reais dão um milhão. Está certo.

E o Senhor declarou que chegou a vender 480 quilos de ouro num ano, é isso?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – É, isso no passado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E quanto dá isso hoje, a preço de hoje, só para ter idéia do volume?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Senador...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sibá, quanto é que está o quilo do ouro?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu não sei.

(risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – As aplicações de ouro é que deu mais renda hoje, pelo menos é o que estava explicando no...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O que está dando mais é prata, Senador. Prata é o que está dando mais. Esta na revista desse mês que o Bill Gates investiu, se quiser mudar de ramo a prata vai dar mais. O Senhor pode investir em prata que vai dar mais.

Bom, mas resumindo, o que eu estou tentando fazer é o seguinte: na declaração que tem feito na imprensa, dizem que o seu patrimônio é de 1,2 bilhões. E o Senhor declara que é de, mais ou menos, quatrocentos milhões. Eu fiz uma conta rápida aqui, tem que vender muito peixe e muito ouro para chegar a quatrocentos milhões.

Ou seja, a maior parte, como o Senhor declarou, veio da **factoring**, não é isso?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – O garimpo... Não foi de um dia para o outro, vai acumulando. Você vai trabalhando... A **factoring**, hoje em dia, dá mais ou menos duas ou três vezes ao mês. O giro da **factoring** tem que gerar isso aí.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O mesmo dinheiro, né? É a capitalização, que falam.

Agora, o Senhor falou aqui numa conversa, que não tem nada a ver com Bingo, o negócio do Senhor é jogo do bicho. Chegou a ter cassino...

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Sim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sócio de cassino, mas Bingo, realmente, o Senhor não tem nada a ver?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Nunca gostei.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Senhor pelo menos me parece um bicheiro a moda antiga; não acredita em caça-níquel, não é isso?

Eu vi na sua entrevista, que o Senhor não acredita em caça-níquel, porque acha que caça-níquel ia acabar gerando um conflito interno dentro do Estado.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Correto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Dá até o exemplo do que foi que aconteceu no Rio de Janeiro, digamos assim. Por isso o Senhor não teria interesse em colocar. Cita, inclusive, que algumas máquinas que apareciam com uma marca com um nome que teria a ver com o Senhor, disse que não teria aquilo e mandou tirar a marca, porque não era sua. Nessa declaração estaria isso?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Correto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Senhor mandou matar alguém?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não tenho porquê.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vi numa entrevista também, que alguém fala que alguém deu um tiro no Senhor e depois os seus seguranças mataram alguém também. O Senhor declara que não tem marca nenhuma de tiro?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – É verdade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não tem marca nenhuma de tiro no corpo?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não tenho marca nenhuma no corpo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Senhor não mandou matar a pessoa do jornal... Para ser bem direto, viu Doutor?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Pode ser direto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu vi que o Senhor também é muito direto, eu vi que o Senhor olha nos olhos. Eu vi o Senhor olhando as pessoas, então eu vou ser bem direto. Eu não vou ficar... Primeiro que eu não tenho nem paciência para ficar circulando.

O Senhor mandou matar o jornalista que declara?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Senhor mandou matar pessoas que pescaram na sua fazenda de peixe? Porque eu ouvi falar isso também.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, nem estava aqui quando aconteceu isso, eu estava já preso no Uruguai. E não tinha conhecimento.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E o Senhor mandou alguém matar, não? De jeito nenhum? O Senhor também não matou?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor. E não tenho porquê fazer isso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E o Senhor está preso por que? Evasão de divisas? O quê que é a principal acusação?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Estou só aguardando o julgamento da apelação, porque...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas na primeira instância foi condenado, por quê?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Por evasão de divisas, porque encontraram dinheiro meu no exterior e que eu havia mandado dinheiro para o exterior. E não tem prova, porque eu nunca mandei e não tem prova quem encontrou o dinheiro. Se encontrou, onde?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Aí o Senhor foi condenado por isso? O Senhor não foi condenado por crime nenhum?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Fui condenado também, porque encontraram armas na minha casa. Todas as armas registradas. Eu fui na Secretaria de Segurança, documentei as armas, tudinho, e estava na minha casa. E fui condenado porque era arma de uso restrito. Eu não sabia.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E essa arma, feito o exame de balística, tinha a ver com a morte de algum...?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Fiz o exame de balística e não teve a ver com nada.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – A pergunta do Senador é que, se era arma privativa, como é que tinha registro?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu tinha registro, eu não sabia que era privativa. Eu fui na Secretaria de Segurança, me deram o registro.

Agora, eu não sabia que era privativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone).

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Essa pergunta eu faço também até hoje.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas, quem deu o registro?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – A Polícia de Segurança Pública. E consultou a Polícia Federal, o Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Antes da nova lei?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, acho que depois...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Senhor, por acaso, foi dono de alguma empresa de ônibus na cidade de Santo André, ou não?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor. Nem em Cuiabá.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Nem em Cuiabá? Nunca teve nenhuma ligação com alguma empresa de ônibus?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não teve ligação com empresa de ônibus, não foi dono de Bingo, vivia com a **factoring**.

A sua **factoring** operou com vários partidos políticos e também com pessoas do Poder Judiciário?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu acho que não. Talvez partido político sim, mas o Judiciário, eu não tenho conhecimento disso aí.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Senhor, por acaso... Eu estou ouvindo, se eu acreditar no que V.Sª. está falando, eu acho que na verdade, quer dizer, o Senhor acabou entrando numa relação financeira aqui no Estado, na capital, de tal maneira que o Senhor acabou se relacionando com os três poderes políticos: o Legislativo, o Judiciário e o Legislativo, através da **factoring**. Isso aconteceu?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu acho que o Judiciário não operou, eu acho que não. Eu acho que não, eu não vi documento do Judiciário.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Judiciário não, mas Executivo e Legislativo operou com a sua **factoring**?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Executivo também não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Legislativo operou?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Sim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em diferentes partidos ou só um partido?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Diferentes partidos, mas operações assim, não do partido. Às vezes, a pessoa particular trocava um cheque de cinco mil, dez mil, operações pequenas, do dia-a-dia.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ou seja, o Senhor se ramificou de tal forma que acabou se...

O raciocínio que eu estou vendo, a melhor idéia, seria grampear o Senhor para que pudesse, todo mundo ficar protegido. Seria isso?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu acho que não, Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então por que o Senhor está preso? Por que aconteceu tudo isso? É o que eu estou querendo te dizer. Tudo bem, se o Senhor sabia demais, emprestou dinheiro para muita gente, vamos trancá-lo porque está todo mundo junto e vamos trancá-lo. Aí o Senhor diz que não.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Acho que não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Se o Senhor não mandou matar, evasão fiscal o Senhor declara que está tudo no imposto de renda - inclusive declara os seus recursos, que na ordem de quatrocentos milhões de reais - isso aí se for dinheiro de trabalho não tem problema nenhum. Se for dinheiro errado, o Senhor vai prestar contas a quem for.

Agora, então por que está acontecendo tudo isso?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Essa pergunta eu faço para o Senhor também.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu não, pelo amor de Deus.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu faço para quem, então?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu vim aqui pela CPI do Bingo,

CPI do Bingo. O Senhor me diz que não tem relação com o assassinato do Celso Daniel, nunca foi sócio de empresa de ônibus, lá na cidade.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu falo e provo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Senhor diz para mim que nunca mexeu com o Bingo. O negócio do Senhor é jogo de bicho. E é o que eu estou falando, pelas declarações do Senhor, é jogo de bicho à moda antiga. E aí se meteu com **factoring**, começou a gerara dinheiro e ficou rico e aí se meteu com política legislativo, executivo e judiciário que o Senhor diz que não, diz que emprestou para o legislativo. Então, eu projeto entender porque o Senhor está preso, porque o Senhor está em cana. Porque o Senhor mexeu, talvez o Senhor tenha crescido demais. Qual é a sua opinião para o Senhor falar com o que pensa se o seu Advogado deixar. Porque está aqui toda a imprensa, está aqui um representante do Senado. Eu já ouvi o Juiz Julier lá na CPI. Achei que é um juiz novo... qual é o nome dele? Julier, um Juiz novo, acho até que a força dele está mais na caneta, e ele usa demais a palavra porque a força do juiz está na caneta. Ele tem mais força na caneta do que falando. Agora é um Juiz novo. Então, qual é, porque razão o Senhor está preso, porque razão o Senhor não tem nada a a ver com Bingo? Eu queria que Senhor colocasse sua posição aqui se o seu Advogado deixar é um momento que está a imprensa inteira aqui porque isso?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu estou aguardando julgamento agora da minha apelação que eu estou exigindo prova das coisas que me acusaram. Estou aguardando. E confio na justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Wellington, o Senhor está, desculpa, sem nenhum desrespeito, colocando ele como autor dos fatos ou como laranja?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ô Senador Tuma, o Senhor tem uma vivência de polícia muito maior do que a minha, tem um faro muito maior do que o meu. Nesse faro que o Senhor tem, nesse sentido, o quê que o Senhor me aconselha a ver nesse momento?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu tenho a impressão, claro que a matéria de defesa dele é negar todos os fatos, principalmente aqueles que não tenham documentação ou prova material, mas compete à Polícia, às autoridades e a CPI investigar a verdade dos fatos.

Então, V.Exª. ao perguntar, está abrindo questionamentos que nós temos que investigar. Mesmo com a negativa da resposta dele.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sim, o Senhor nesse seu faro de polícia que eu respeito muito, o Senhor sabe disso - em matéria de polícia o primeiro a quem eu vou me aconselhar é com V.Exª - mas realmente, para mim... Eu vou fazer três perguntas. O Senhor tem alguma coisa a ver com Bingo?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Com Bingo não, Senhor.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com Bingo, nunca teve?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Senhor teve alguma coisa a ver com a morte do Celso Daniel?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – O Senhor sabe muito bem que não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu não sei, eu estou vendo o Senhor hoje pela primeira vez.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Mas o Senhor sabe que, como é que uma pessoa aqui do Mato Grosso, simples assim, vai se envolver com um negócio em São Paulo?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Senhor nunca foi sócio de empresa de ônibus lá?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Nem lá e nem aqui.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Nunca nenhum laranja, alguma coisa que seja (?) (00:58:04).

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Mas por qual motivo o pessoal do (?)(00:58:07) ia procurar eu? Para quê? Por qual motivo? Analisa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não, porque para mim é o seguinte: se tem a ver com Bingo, tem a ver com morte do Celso Daniel, tem a ver com lavagem de dinheiro, tem a ver com empresa de ônibus, tem a ver com Sombra; isso é o que eu tenho. E realmente, depois da morte do Celso Daniel, já morreram uns oito ou nove. Oito. Até o garçom que estava servindo foi morto, por que deve ter escutado alguma coisa. Por isso que eu estou perguntando essa sua relação.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Aí é mais fácil investigar porque sabe que o negocio está lá perto. Qualquer pessoa sabe que...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor pode ter descontado cheques da colaboração das empresas de ônibus com a quadrilha lá. É uma hipótese.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Senhor descontou na sua **factoring,** o seu gerente descontou algum cheque de empresa de ônibus?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Por quê que eles lá de São Paulo iam trocar cheque aqui, se tem mais **factoring** lá em São Paulo?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pela confiança na sua pessoa, pode ser isso.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Confiança na minha pessoa, se eles não me conhecem, como é que vão ter confiança em quem não conhecem?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu não estou brigando com o Senhor, por favor.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Estou apenas...

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu estou respondendo aqui. Como é que eu vou confiar numa pessoa que eu não conheço pessoalmente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque, de graça não caiu de um laranjal, o seu nome, nesse caso do ABC de Santo André. Então deve ter tido qualquer coisa, por isso que o Senador...

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Talvez interesse em me envolver em alguma coisa...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ...Foi a pergunta que ele lhe fez.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – ...Talvez interesse em me envolver para o negócio abrir, diferenciar do objetivo pessoal.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas é uma das perguntas que ele lhe fez.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Talvez é o interesse sair do foco.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Deixa eu ver se pode acontecer uma coisa... Eu vou perguntar, porque eu acho que é até uma boa oportunidade. Senador Tuma me corrija se eu estiver sendo...

Eu queria saber o seguinte: vamos supor que alguém lá de onde morreu o prefeito, fizesse uma coleta e recebesse uma série de cheques das pessoas lá em Santo André e, de repente, não pudessem descontar lá, procurassem o Senhor para descontar esses cheques. Aconteceu alguma compensação na sua **factoring** de cheques de lá, aqui?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – O BANCO CENTRAL quebrou todas as **factoring**s que tinha e não descobriu isso aí.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não tem nenhum cheque de lá, da empresa de lá, daquele município, que foi descontado na sua **factoring**?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Romeu Tuma, eu me dou como satisfeito, porque todas as ligações que eu achei que poderia haver com relação a nossa CPI do Bingo, eu não vi ligação nenhuma.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Isso o Senhor pode investigar, como ele falou, para saber certinho. Eu dou a minha posição, é clara, e provo. Agora, investiga. É mais fácil.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu não vou investigar. Eu estou investigando dentro da CPI, por isso que eu fiz essas perguntas diretas, viu, Arcanjo? Eu não queria ficar circulando não, porque eu senti que você é uma pessoa direta e fui direto ao assunto. Eu me dou como satisfeito, Senador, por enquanto.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu gostaria de fazer uma pergunta. Sr. Arcanjo, o Nilson Roberto Teixeira era seu administrador, funcionário...?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Diretor da **factoring**.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Justamente. O depoimento por ele prestado na Justiça Federal – eu tinha marcado aqui, vamos ver se eu acho de novo. Estou ficando velho tem que por os óculos - ele afirma que a Assembléia Legislativa emitia cheques, valores altos, um milhão, dois milhões, cinco milhões, o que quer que seja, em nome de Deputados ou Assessores de Deputados, nominalmente. Esses cheques eram trocados na **factoring,** sua.

Ora, eu tenho a impressão que cheques emitidos por Assembléia Legislativa não podem ser trocados em **factoring**s; a não ser que seja uma operação legal. Essa de entregar para o Deputado determinado cheque ou Assessor, um determinado cheque, não deve ser uma operação legal. Lembra-se desta operação?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Quem falou foi o Nilson que depôs?

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Justamente.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Porque ele era a pessoa que fazia isso.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – É o seu homem de confiança, né?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Ele que fazia isso.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Ele que fazia, então está confirmado que a Assembléia realmente emitia cheques.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Se ele depões, é que ele que fazia. Eu que sou o dono, mas ele que ficava lá o dia e resolvia.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Então, este fato é grave, porque a própria Assembléia emitindo cheques nominais.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Desculpe Senador, se é verdade...

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Agora, eu não sei como é que na sua **factoring** poderia contabilizar isso, porque é um documento ilegal. A Assembléia emitir, duzentos mil, quinhentos mil, um milhão, para o Deputado tal, para o Assessor tal, nominal, chegar lá e descontar e fazer a operação de fomento na sua **factoring,** não é um documento legítimo. Pode até ser uma ordem de pagamento à vista para quem quer que seja, mas a origem não era origem legal. Aconteceu isso, não é?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu não tenho conhecimento, mas se é ele que ficava lá, ele tem conhecimento, declarou, eu sou o dono e respondo por isso.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – É a afirmativa do Sr. Nilson Roberto Teixeira à Justiça Federal, aos vinte e um dias do mês de junho de 2003. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Senador, eu explico o seguinte: que ele era a pessoa que ficava lá, então ele que fazia a operação. Se ele está declarando, eu tenho que concordar com ele.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador, eu queria perguntar: nessa declaração que V.Exª. tem acesso, o Nilson diz que para fazer a operação pediu autorização ao Arcanjo ou não?

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Mas não precisa, era o homem de confiança na **factoring**, era quem administrava. Todas as ordens de serviço eram comandadas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu sei. Eu queria saber se na declaração dele, ele diz que é, por exemplo: recebeu o cheque da Assembléia, aí ele ligou para o Arcanjo para o Arcanjo autorizar. Tem isso?

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Não fala isso, só fala o fato.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só fala que operou?

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Justamente.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Senador, ele declarou que tinha autonomia. Em várias declarações, ele declarou que tinha autonomia, o que não é verdade.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O Sr. Nilson é um sócio?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O sócio era o Gerente Geral da **factoring**, não é isso? De uma só ou de todas? Só da VIP?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – De todas. Ele era o Gerente Geral e tinha participação no lucro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele tinha 100% de confiabilidade sua para operar em qualquer setor.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Correto. Ele avaliava risco.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque, aí eu acho que, a ilegalidade de dinheiro orçamentário que era da Assembléia, a responsabilidade é da Assembléia e de quem operou. Ele, para mim, serve como uma boa testemunha dos fatos.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sim e também...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Claro, como **factoring** não tem uma fiscalização rigorosa e ia acabar arquivando o projeto do Senador Antero, essa é a grande dificuldade; porque é uma agiotagem, em tese, legalizada. Por isso que há esta suspeita permanente de operações financeiras não muito corretas da **factoring**s. Não estou te acusando, não. Estou dizendo o que acontece no País inteiro.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Arcanjo, as suas **factoring**s, o Senhor foi informado pelo Nilson, já que o Senhor disse que ele que opera, elas fizeram operações de fomento com a DESTILARIA DE ÁLCOOL LIBRA, ou o Senhor não se lembra?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu acho que sim. Eu acho que sim.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Fizeram Sr. Presidente, e no valor superior a dez milhões de reais com a DESTILARIA DE ÁLCOOL LIBRA e, essa DESTILARIA DE ÁLCOOL LIBRA, também aparece como doadora de campanhas eleitorais.

Eu repetiria a mesma pergunta, só para abreviar, com relação às seguintes empresas: CONCREMAX, SUPERMERCADO MODELO, CONSTRUTORA FERRER, GEOSOLO e VITÓRIA RÉGIA ÁGUA MINERAL LTDA.. O Senhor se lembra de operações de **factoring**?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Senador, eu não lembro não, mas, geralmente, as grandes empresas de Cuiabá operavam conosco.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Certo. Então, eu estou confirmando, Sr. Presidente, de que todas elas fizeram operações e todas elas são contribuidoras oficiais de campanhas eleitorais em Mato Grosso. Depois vai se verificar isso. Eu gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Tenho o depoimento, depois a gente decide isso. Eu gostaria de indagar o seguinte...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor conhece Gilberto Alves Costa?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Gilberto Alves Costa? Posso até conhecer.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – É ligado à empresa de ônibus em Cuiabá, para facilitar.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, não conhece, não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Ricardo Adriene de Oliveira?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Maurício Rafael Bernardo?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Terezinha Bernardes Soares Pinto?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – A Terezinha é esposa do Senhor Ronan Maria Pinto.

José Renato Bandeira de Araújo Leal?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Ronan Maria Pinto, o Senhor já disse que não, né? Pessoalmente o Senhor nunca esteve com ele?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Nunca estive com ele.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Getúlio Fernandes Soares?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Henrique George Escúdero(F)?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sandra Regina de Souza Lopes Leal?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor teve alguma relação com a SOL BUS TRANSPORTES URBANOS LTDA.?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – EXPRESSO NOVA CUIABÁ LTDA.?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – ROTEDALI TRANSPORTES URBANOS LTDA.?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – VIAÇÃO CIDADE DO SOL LTDA.?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Todas essas empresas são as empresas que tem ônibus aqui e tem ônibus em Santo André; por isso que eu fiz as perguntas e gostaria que isso ficasse registrado nos anais desta CPMI.

O Senhor já disse que não tinha relação com o BINGO PALACIUS e não sabe se o Dondo é proprietário do BINGO PALACIUS. Eu gostaria de saber o seguinte: o Sr. Waldomiro Diniz alguma vez procurou o Senhor, ou o Senhor tomou conhecimento, alguma vez, de que o Sr. Waldomiro Diniz procurou o Sr. Dondo, para tratar de assuntos do BINGO PALACIUS?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Nunca procurou.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor... Qual que é o nome da **offshore** do Senhor, no Uruguai? É LIMA?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – LIMAN(F)

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – LEMAN?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – LIMAN(F). L – I. LIMAN(F).

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Pois é, eu quero só saber se a segunda letra é I ou E. O Senhor não lembra?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não lembro, não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Porque a LEMAN é uma empresa de doleiros, que mandou muito dinheiro pela CPI do BANESTADO.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Essa empresa é simples, ela é só objetivo nosso, só.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – É só da **offshore**, só? Então é LIMAN(F).

A empresa ROANOAKE, o que existe é o seguinte: a empresa ROANOAKE...

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – A ROANOAKE não é minha.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Ta certo, mas a empresa ROANOAKE é do Ronan Maria Pinto. E, os que abriram a **offshore** LIMAN(F) para o Senhor, lá no Uruguai, são os mesmos que abriram a **offshore** da ROANOAKE. São esses os documentos que constam na... Mas, mesmo assim, o Senhor reafirma que não teve nenhum contado com o Sr. Ronan Maria Pinto?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Porque a empresa é grande lá, que presta serviço.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – O Senhor conhece a AGIPAR S.A?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor. AGIPA?

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – AGIPAR. O Senhor nunca operou na AGIPAR?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Representantes do Ministério da Justiça visitaram o Senhor quando o Senhor estava no Uruguai?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Visitaram.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Quantas vezes?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – O Juiz Federal foi duas vezes e o Pedro Taques(F) foi duas vezes.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – E, além deles, teve mais gente do Ministério da Justiça que esteve lá? Por exemplo, o Chefe do Combate de Ilícitos, o Sr. Madruga, esteve lá?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, que eu saiba, não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Por enquanto é isso, Sr. Presidente.

Alguém da Polícia Federal do Brasil esteve lá acompanhando o Juiz ou não?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Que eu saiba, não.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Por enquanto é isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor quer voltar a perguntar?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – À luz dos reconhecimentos, Sr. João Arcanjo. Quem foi Luiz Alberto Dondo para o Senhor e suas empresas?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Luiz Alberto Dondo é um grande contador, de uma empresa muito grande aqui, chamada DIEGO CONTABILIDADE, e prestou assessoria nas minhas empresas, de contabilidade.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Ainda trabalha?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, de 2002 para cá, de dezembro para cá, está parado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O Sr. Nilson Roberto Teixeira, então, já está dito, é a pessoa que fazia as operações?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Nilson Roberto Teixeira foi Gerente de Banco, Diretor de Banco, onde eu convidei ele pagando três vezes mais do que ele ganhava e mais comissão, para ele fazer um serviço nas minhas empresas.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Então, a respeito ainda do Sr. Nilson. O Senhor afirma aqui para nós, que ele tinha liberdade para operar e que muitas das acusações que hoje que pesam contra o Senhor, o Senhor disse que desconhece, porque ele tinha liberdade de operação. É isso mesmo?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, eu não desconheço, não. As operações, eu não sabia; mas não é por não saber que eu estou fora. Eu respondo, porque a empresa é minha. Ele tinha autonomia, ele, inclusive, declarou isso aí, em todas as declarações que ele deu, que ele tinha autonomia para isso.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Significa, então, qu,e pode ser que a Polícia, a Justiça, prendeu a pessoa errada?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, pelo contrário. Por esse caso aí, não. Por isso aí eu posso estar preso, eu vou responder; porque eu sou do dono, o dono responde de qualquer maneira.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O Sr. Adolfo Oscar Oliveira Cesini, quem é essa pessoa?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – É uma pessoa que trabalhava para mim, no Uruguai.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Em qual empresa?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Ele era representante da LIMAN(F).

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O Sr. Davi Estevanovitch de Souza Bertold(F)?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – É genro do Luiz Dondo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Genro do Luiz Dondo? E trabalhava para o Senhor, também?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Para mim.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Fazia o quê?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Ele iniciou como operador e depois passou para Gerente Administrativo de uma **factoring**. Gerente Administrativo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – E o Sr. Edson Marques de Freitas?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Era garçom meu e depois passou a ter 1% da LIMAN(F).

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – A Srª. Silvia Chirata Arcanjo Ribeiro é esposa do Senhor?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Correto.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Ela também é sócia do Senhor?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – 1%, parece.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – 1%?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – É.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Tem alguma dessas empresas no nome dela?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Dos negócios do Senhor, no volume de quatrocentos milhões?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – 1%.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – 1% disso?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, em algumas empresas.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Em algumas empresas com o montante de 1%?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – 1%.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – A Polícia Federal disse que o Senhor tem um bilhão e duzentos milhões. O Senhor fala de quatrocentos milhões. Então, tem cerca de oitocentos, novecentos milhões de reais que não estão muito bem calculados?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Ta, mas se tiver esse dinheiro aí, eu quero para mim. Se por acaso tiver e for verdadeiro, eu quero.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não, mas este é o fruto da investigação. Exatamente para saber se nas operações...

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu não tenho, meus bens, meu patrimônio, pode somar certinho que não dá isso aí. Mas, se por acaso descobrir, se puder me devolver...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Quero voltar a uma pergunta do início, quando o nosso Relator perguntou sobre a questão da origem dos recursos que o Senhor depois procurava legalizá-lo. A origem do volume dos seus negócios. Se trabalhava com cassino que é infração, se trabalhava com jogo do bicho que também é infração e procurava legalizar esse dinheiro. Como que procediam essas legalizações?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Se você encontrar dez milhões de reais amanhã, você vai no imposto de renda, declara e está legal.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sem importar a origem?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Imposto de renda pode fazer isso, com imposto de renda.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Para o Senhor pode, eu acho que não pode. Aí, eu quero chegar a seguinte pergunta...

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não é por mim não, está no imposto de renda isso aí.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Aí eu quero saber do Senhor porque, nesse trabalho com a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, se o Senhor sabe que determinados tipos de atitudes não podem, porque é contravenção, então a empresa do Senhor ajudou a legalizar dinheiro, que não era legal, da Assembléia Legislativa? Aqui fala nos autos, de mais de oitenta milhões de reais, oitenta e um, oitenta e cinco milhões de reais.

Então, a pergunta que eu gostaria de deixar muito clara: o Senhor tinha conhecimento da origem do dinheiro da Assembléia, sabendo que é uma instituição que não tem fins lucrativos, por que que fez essa operação?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Volto a responder, foi o Nilson Roberto Teixeira que fez a operação. Eu não estou fugindo da responsabilidade. Ele fez em nome da empresa e eu respondo por isso.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Porque isso abre um outro precedente. Tivemos uma situação inusitada no Estado de Rondônia, então isso abre um novo precedente aqui em Mato Grosso do Sul; desculpe, Mato Grosso. Uma coisa que pode ser parecida.

Então, a empresa do Senhor participou. O Senhor está respondendo por uma coisa que diz que não fez, mas alguém o fez em nome do Senhor. Então, neste caso abre um novo precedente aqui.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Se a minha empresa fez, eu respondo por isso.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O Senhor responde por isso?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – É lógico, eu sou dono.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O Senhor tem conhecimento do volume que transitou pela Assembléia? Volume de dinheiro.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – O Senhor acabou de explicar aí.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O Senhor confirma, então? É isso?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não... Se está escrito isso aí, o Nilson operou, eu confirmo; mas eu não confirmo, eu tomo conhecimento.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Conhecimento... Então, podemos sair daqui dizendo que são mais de oitenta milhões?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, não por mim. Eu estou tomando conhecimento por V.Exª..

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, eu digo a V.Exª. que, diante das respostas, de minha parte não tenho muito mais para avançar; mas saio daqui com um convencimento: de que o Sr. Nilson Ribeiro Teixeira...

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Ribeiro Teixeira não, Roberto Teixeira.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Nilson Roberto Teixeira deve explicações a esta CPI e ao País. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Relator ainda pretende fazer algumas perguntas.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Arcanjo, a sua **factoring** ainda tem, até hoje, cheques não liquidados pela Assembléia?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu acho que sim, pela documentação deve ter. Desde o dia cinco de dezembro foi apreendido pela Polícia Federal.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – E também o Senhor Nilson afirma que muitos desses cheques, que foram operacionalizados na sua **factoring**, foram pagos em dinheiro vivo, não em outros cheques. Isso acontecia?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu não tenho conhecimento, mas se ele declarou, é possível.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – É bom deixar bem claro o seguinte: que o Nilson era um grande operador seu, em todas as empresas. Homem de extrema confiança...

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Só nas empresas de **factoring**.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – ...Era um homem de extrema confiança que tinha autonomia para trabalhar dentro das regras das **factorings** e das suas empresas, e tinha que trabalhar com autonomia. Portanto, ele afirma que grande parte desses cheques era pago para a Assembléia em dinheiro, ou para as pessoas que descontavam os cheques.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Espera aí, o cheque estava na **factoring**, a pessoa ia resgatar. Pagava em dinheiro ou...?

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Quando vinham com o cheque para transacionar, entregavam o cheque e recebiam dinheiro...

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, não, não. A **factoring** não tinha dinheiro, só tinha dinheiro no banco.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Mas o Nilson está dizendo isso aqui, na Justiça Federal.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – A não ser que ele manda buscar, porque a **factoring** não tinha cofre para ter dinheiro.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Mas pode mandar buscar, e o Sr. Nilson disse que pagava em dinheiro.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Pode ser. A **factoring** tinha dinheiro no banco, ela não tinha dinheiro em caixa.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sei. Outra coisa, Sr. Arcanjo, esse Bingo de Brasília que é o PALACIUS, por que que falam tanto que era seu? Sabe por quê?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Talvez para desviar alguma atenção, talvez, para desviar alguma atenção. Porque se eu fosse ter Bingo, eu teria Bingo aqui em Mato Grosso, em Cuiabá, é mais fácil para mim.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Mas V.Sª. também tem hotel nos Estados Unidos. Seria melhor que fizesse em Cuiabá.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Mas quem falou que eu não tenho hotel em Mato Grosso?

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Hã?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Mas quem falou que eu não tenho hotel em Mato Grosso?

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu não sei se você tem.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Lógico que eu tenho.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Mas você tem nos Estados Unidos?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Tenho, também.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Então, você poderia ter um Bingo em Brasília como tem um hotel nos Estados Unidos.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Esse Bingo em Brasília é legal.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – É uma atividade econômica em que você vai procurar o melhor mercado.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Esse Bingo em Brasília é legal, mesmo assim não era meu.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Bingo em Brasília era legal...

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Mesmo assim, não é meu.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas por quê que o Senhor sabe que é legal?

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Por quê você acha que é legal? Se não é seu, você não sabe o que acontece no Bingo.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Se tem um Bingo em Brasília, vai ter um Bingo... E Bingo tem uma Lei Pelé que legalizava a autorização.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Nós estamos aí com várias denúncias de bingos em São Paulo que abrem, são verdadeiros palácios, e que não são legais. Esta é uma atividade que está sendo muito questionada da sua legalidade.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Mas, se tem um caminho legal...

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Existe um vácuo jurídico, ou, aliás, de legislação, que estão aproveitando para abrir através de liminares. Mas, tudo bem.

Confundem que V.Sª. tem Bingo em Brasília, você não sabe por quê?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Talvez para chamar a atenção, fugir de alguma atenção em Brasília, talvez.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Antes de terminar... O Senhor defendeu aqui a legalidade do Bingo em Brasília; o que dá, claramente, que o Senhor conhece o Bingo. O Senhor usou algum "testa de ferro" para registrar o Bingo, em nome de terceiros?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Se eu usei "testa de ferro" para legalizar...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Um "testa de ferro" para botar o Bingo em nome de terceiro.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Qual Bingo o Senhor está falando?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Bingo de Brasília.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu não conheço. Eu não sei quem é o dono do Bingo de Brasília e não conheço o dono e não usei "testa de ferro". Mas, sabe que, em 94, eu ia mexer com Bingo. Veio uma pessoa me convidar para mexer com Bingo. Nós montamos uma empresa aqui em Cuiabá. É baseada na Lei Pelé. Aí no dia de alugar o prédio eu voltei atrás, perdi o crédito, achei que não era interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O jogo é proibido. Os bingos estão funcionando com liminares da justiça. Então, o que a CPI está procurando saber é: porque razão essas liminares estão saindo com tanta rapidez e grandes palácios estão sendo construídos com investimentos de milhões, na certeza de que vai funcionar com toda a liberdade? Nesse momento, hoje, se for comigo em São Paulo, eu vou levar em dois, três bingos que valem milhões de reais, só a construção.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – É bom dizer também que na CPI dos bingos, foi ouvido o Sr. Anderson, lá de Campinas, e que a morte do Toninho, do PT de Campinas, o Prefeito, foi em razão de Bingo; porque ele não queria de forma nenhuma dar novos alvarás. E o chefão dessa área chegou e disse o seguinte: "tem que solucionar isso". Um sotaque português. E o rapaz que já deu mais de cinco depoimentos, todos iguais, e estão dizendo que ele está meio ruim da cabeça, que está precisando de um psiquiatra. É por isso, Doutor, que eu estou falando dessa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Isso deve ser a "Silviomania".

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – O Silvio Pereira também já esta dizendo agora que ele está cansado, que ele está num momento difícil, que ele está falando muita bobagem, porque não está em perfeita saúde mental. Está ficando grave isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Arcanjo, só uma pergunta: quais os bancos em que as **factoring**s depositavam o dinheiro? Aqui em Cuiabá, só?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – BANCO DO BRASIL, BCN.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – BCN, BRASIL...?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Acho que só.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só os dois?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, BRADESCO.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – BRADESCO. Depois comprou, mas eu acho que há muitos anos que ele opera. Mas as agências ficaram abertas.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – BANCO DO BRASIL, BRADESCO, BCN. Acho que é só.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Tinha, mas já acabou faz tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor fazia grandes movimentações no banco?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Fazia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Nunca lhe perguntaram ou lhe pediram alguma declaração para mandar para o BANCO CENTAL, COAF, qualquer coisa assim?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Fazia sempre no BANCO CENTRAL. Porque as **factoring**s movimentavam muito. O giro era duas, três vezes por mês, do capital.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O giro. Quer dizer que as operações de depósito eram diárias. Agora, o seu contador fazia um balanço mensal para o Senhor das operações ou não?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – A cada dez dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A cada dez dias, ele fazia um balanço. Então, o Senhor tomava conhecimento das operações? Elas eram claras ali, porque a confiança era absoluta, mas para ele também era importante, ele apresentar toda a movimentação.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, eu queria fazer mais uma pergunta. Nós estamos verificando que no País, o Bingo é disputadíssimo a ser explorado. É uma grande fonte de renda. E, lá em São Paulo e em outras capitais, são verdadeiros palácios, que são as sedes dos bingos. E V.Sª., tão ativo no jogo do bicho, que é tão pequeno, tão ativo na **factoring,** por quê que não enfrentou o Bingo? Por quê? Qual é a razão? Não dava renda?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – O Senhor está explicando que dá uma renda fabulosa, eu não sabia. Mas tem aquilo do seu íntimo, de querer. Quando você acha que a coisa não dá certo, melhor evitar. Porque do íntimo, muitas vezes, você faz uma coisa com amor, e quando você sente que algo não vai dar certo... Porque aqui em Cuiabá tiveram três bingos grandes, bonitos, e eu não participação em nenhum deles. Fui convidado, participei da inauguração, mas não quis participar de sócio. Não quis.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A exploração do cassino que o Senhor fazia, o cassino é contravenção. Como o Senhor funcionava com liberdade? Nunca foi fiscalizado, nunca foi procurado para explicar? Tinha alguma autorização judicial ou funcionava livremente sem nenhum incômodo?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Sem autorização. E de vez em quando eu fechava por causa disso aí. Quando estava perto eu fechava uma temporada e abria de novo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sem ser incomodado?

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Arcanjo, o interessante é o seguinte: o cassino é irregular, é contravenção penal, o Bingo é legalizado, poderia abrir. O Senhor preferiu a clandestinidade?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não. É que vai aquilo, que você muitas vezes... O seu íntimo não quer.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – O seu prazer seria a clandestinidade e não a legalidade?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, não. Eu tive a oportunidade de abrir um Bingo aqui, e abri. Até quando duas pessoas... Quando chegou na última hora, eu desisti.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu vou lhe fazer uma pergunta baseado na Lei Pelé, depois veio a Lei Zico, depois veio a proibição; quer dizer, teve uma seqüência.

Eu vou lhe fazer uma pergunta que é muito doída para mim. Autoridades policiais ou não, tomavam dinheiro para poder funcionar a clandestinidade de jogo de bicho e o cassino?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor. Porque se tomava eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu não vou lhe apertar, porque eu sei que o Senhor está mentindo para mim, desculpa.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Ô, Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porquê, para funcionar e nunca ser fechado, pelo amor de Deus...

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Fechava, fechava.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Fechava porque alguém dava um alô: "Fecha, porque hoje vai ter bolo".

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, é fechado por causa da temporada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, não precisa explicar. O Senhor não tem obrigação de se comprometer. Mas já se comprometeu, porque é réu confesso na contravenção penal. Eu não queria, mas o Senhor já confessou aqui, não tem como sair fora porque todo mundo sabe que o Senhor explorava o jogo.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Mas como eu vou mentir? Eu vou falar assim: "Eu não mexia", se

todo mundo sabe que eu mexia. Então, eu não posso mentir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Nunca tomaram um dinheirinho do seu, para poder funcionar livremente?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Falar assim: "ah, eu não mexia não". Ai vão falar assim: "esse cara é mentiroso. Além de negão é mentiroso, ainda?"

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Nunca tomaram um "tostãozinho" seu para poder funcionar e você ter esse comando maravilhoso sobre o jogo e toda essa área do Estado?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor aqui, inclusive, disse claramente que autorizava, ou não, até instalar Bingo.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Bingo não, caça-níqueis.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Caça-níqueis. O Senhor dizia "não pode, ou pode". Então, devia ter uma cobertura espetacular.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Há um respeito de banqueiro para banqueiro. Então, eu não queria caça-níqueis, não Bingo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Desculpa, sem nenhum desrespeito, então é o código da máfia? Que tem respeito, cada chefe tem o seu setor compartimentado?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Essa máfia eu não conheço. Eu sou uma pessoa simples aqui do interior, Mato Grosso. Mato Grosso é interior.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu só quero que registre que o Senhor funcionava tranqüilamente com o jogo...

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não era muito tranqüilo, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ...sem ser incomodado.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não era muito tranqüilo, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor é **muy amigo** de todo mundo aqui, então ninguém gostava de incomodá-lo.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não era muito tranqüilo, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Como é que o Senhor... Eu sou policial, tive cinqüenta anos...

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Respeito o Senhor como Delegado, respeito muito o Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu vi aqui na sua ficha que era um Policial, considerado um bom Policial, como é que o Senhor se sente hoje como contraventor e preso por prática de crime? Qual é a sua sensação de ter sido um combatente da criminalidade, proteção à sociedade e hoje está do outro lado? Eu estou perguntando, se o Senhor quiser responder, responda, porque é uma questão que até me emociona. Saber que alguém combateu o crime, foi bom Policial, repentinamente passou para o outro lado? Qual é a sensação que o Senhor sente?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Senador, é muito simples eu sou um contraventor. E aos outros crimes que me atribuem, a verdade vai ser mais forte, vai provar a verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor não sente alguma coisa de tristeza?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – De estar nessa situação, eu sinto uma tristeza muito grande, muito grande. Mas explico para o Senhor o seguinte: eu sou um contraventor, réu confesso - o Senhor explicou agora, aí – mas, os outros crimes que me acusam, que me atribuem, a verdade é mais forte, vai aparecer. Eu confio na justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, tudo bem. Inclusive, o seu Advogado está fazendo um trabalho numa linha correta, para poder evitar qualquer injustiça com a sua pessoa.

Mas é uma coisa assim muito amarga, até para a gente que é Policial, ver um Policial, aqui registrado como Policial de boas qualidades, passar para o outro lado. Então, um exemplo doído para o jovem que quer, amanhã, seguir a carreira policial.

O que lhe atraiu sair da polícia para entrar no jogo de bicho? O quê foi essa passagem de um lado para o outro? O Senhor teve ligações com outros exploradores do jogo de bicho e tal e aí se atraiu por ele? Porque o Senhor disse que só faz aquilo que lhe dá uma satisfação interior; pelo menos foi a resposta que deu para o Senador Juvêncio. Então, o que lhe atraiu e lhe deu essa satisfação, de querer o jogo de bicho como uma das principais atividades suas?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Que nem o Senhor explicou, ele não vai cometer uma coisa grave contra a sociedade. É uma coisa que existe em toda cidade do Brasil. Você não conhece uma cidade que não tem jogo de bicho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas o Senhor é Policial. É um cidadão que tem que raciocinar dentro do ordenamento jurídico, principalmente a parte penal; então, deve ter tido alguma coisa de consciência diferente do que o cidadão comum.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu já havia saído da polícia, já estava mexendo com garimpo, já estava montando draga no garimpo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tudo bem.

O Senhor confirma o depoimento que fez a Polícia Federal? Porque eu queria juntar na CPI.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – O meu depoimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O seu depoimento, que foi feito no dia 30 de abril.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Confirmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Confirma tudo que está aqui, inclusive que em nome do ex-Deputado, Dante, operava Carlos Avalone e José Carlos Loveli?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, isso eu expliquei o seguinte, que o Nilson explicou para mim. Eu não sabia disso aí, eu não sabia que o Governador fazia operações lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Quer dizer que tudo que está aqui eu posso usar, confirmado pelo Senhor? O seu Advogado tem conhecimento desse seu depoimento?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Tem, sim, Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Perfeito. Então, eu peço que os depoimentos colhidos pela polícia sejam anexados a audiência de hoje.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pois, não.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Permita só um comentário final. Sr. João Arcanjo, nesta fala final aqui do Presidente, eu faço uma ressalva para você de que, em primeiro lugar, eu separo muito bem escolaridade de inteligência. Eu acho que uma coisa não depende da outra. E pelo que eu li sobre o Senhor, tudo que me chegou às mãos, para poder vir aqui hoje, digo que eu estou diante de uma pessoa muito inteligente; embora diga aqui que a escolaridade não é compatível com a inteligência. Mas o supra-sumo da inteligência é saber lidar com a diversidade das coisas, e pelo que está sendo acusado aqui, por tudo que a gente leu, verdade ou não, é muito inteligência. E é muita coisa levantar uma fortuna, verdadeira ou não, de um bilhão e duzentos milhões de reais, para uma pessoa simples, do interior, por mais que a economia local seja pulsante, é muito dinheiro.

Daí, eu acho que uma pessoa, mesmo muito inteligente, tem que ter ajuda para subir alguns degraus na vida. Precisa de algumas ajudas. E aí, nessa pergunta que o Senador Romeu Tuma faz, se você teve alguma ajuda de colaboradores do Corpo Policial, eu transfiro esta pergunta para outras personalidades da vida pública. Se o Senhor, além de poder ter tido ou não uma ajuda de colegas policiais, se chegou a ter ajuda ou não de autoridades de outras funções públicas?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Senador, um exemplo?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Exemplo: aqui fala da sua amizade com o ex-Governador, fala de negócios com a Assembléia Legislativa, fala de uma série de coisas; porque para operar, sem jamais ser molestado, pelos filmes que se assiste sobre ação policial, combate ao crime organizado ou coisa parecida, todos esses filmes mostram que os operadores dessas situações têm muitas amizades ramificadas, em muitos lugares. E é esta a pergunta, então, que eu faço. Em qualquer lugar, se teve ou não teve essa ramificação?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Senador, isso é coisa de filme, na verdade, a vida é diferente. A verdade é outra, é diferente.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Arcanjo, não é coisa de filme não.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Pois não, Senador Juvêncio.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Só observe bem o seguinte: Sílvio Pereira, que é o Secretário-Geral do PT - a campanha do Lula, que não tem título universitário, não tem aquela escolaridade - ele não teria condições de alcançar um bilhão de reais em favor do PT, se não tivesse ajuda. Então, nós estamos trabalhando aqui, encima de fatos que estão acontecendo hoje.

Já estão dizendo que o Silvio Pereira está mal da cabeça, mas eu acho que isso aí é um exemplo cabal de que, sozinho, não se chega a lugar nenhum. É preciso que haja instituições ao nosso lado. Tanto assim, que a sua contravenção, seja cassino, seja jogo do bicho, é tolerância e jamais legalidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só uma pergunta, o Senhor conhece o Fernando Newman(?), Procurador da **offshore** ROANOAKE? Fernando Newman.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, Senhor. Não conheço.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Nunca teve contato com ele? O Senhor não conhece?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não o conheço, nunca tive contato.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque ele tem uma **offshore** que funcionava no Uruguai, também. Por isso que eu pergunto. Ele era Procurador do Ronan.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Ô Senador, eu não conheço.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ok.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Presidente do Senado, da Mesa, eu queria ir no banheiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu vou terminar, dá para esperar um segundo?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – O Senhor que manda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor com colete de proteção de bala, dá para agüentar tudo aí.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, eu só queria agradecer... Então deixa ele ir ao banheiro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Por que o título de Comendador?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – É porque a Câmara me concedeu, a Assembléia me concedeu.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Qual comenda?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Comenda.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas toda comenda tem um nome.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Moreira Cabral, uma.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mais de uma?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – E a outra...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Os serviços prestados a Assembléia? (risos). O Senhor recebeu mais de uma comenda?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Foi.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E quem foi que deu essa comenda? Porque é sempre um político.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Eu poderia, mas...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Senhor não lembra? Foi por unanimidade?

Agora, só uma coisa, "Comendador". Eu queria dizer uma coisa para o Senhor. O Senhor falou que tudo faz com paixão; eu acredito que o Senhor faça. Agora, ter várias **factoring**s com paixão? Realmente, uma coisa...

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Agora, o que você pode fazer... Quando o seu íntimo não se dá com uma empresa...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu entendi a sua colocação, eu só não coordenei com a segunda, porque **factoring** é realmente uma coisa sem paixão, é algo que tem que ser número puro, dinheiro puro.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Mas se você não gosta daquilo, você não faz.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então é gosto.

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Gosto, é. Por que eu não montei Bingo? Porque eu não gostei, não foi do meu íntimo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Tá bom. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor queria acrescentar alguma coisa, mesmo que seja em sua defesa alguma explicação?

SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO – Não, ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor tem alguma queixa a fazer sobre o tratamento, Doutor?

Então, eu quero agradecer os Srs. Senadores, os Assistentes da Comissão e a imprensa que deu cobertura total, o que demonstra claramente que essa Comissão quer a transparência das suas audiências.

Muito obrigado e dou por encerrada essa Sessão.

O Senhor está livre para ir ao banheiro e a escolta poderá levá-lo. E muito obrigado à escolta, à PM, por toda a amabilidade que nos concedeu, inclusive o Coronel, agradeço muito a sensibilidade e a atenção de V.Exª.

Muito obrigado, Coronel.

(Sessão encerrada às 13h09)

Ata da 76ª Reunião, realizada em 10 de maio de 2006.

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, às onze horas e vinte e cinco minutos, na Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Antero Paes de Barros, José Jorge, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho, Heráclito Fortes, Juvêncio

da Fonseca, Flávio Arns, Antonio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes, Wellington Salgado, Álvaro Dias, Siba Machado, Romero Jucá e Ideli Salvatti, presentes ainda os Senadores Arthur Virgílio, José Agripino Maia, Almeida Lima e Heloísa Helena não membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente destina-se à oitiva do Senhor Silvio José Pereira, ex-Secretário Nacional do Partido dos Trabalhadores. Indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da mesma, é considerada aprovada. O Presidente convida o Senhor Sílvio Pereira para tomar assento à mesa. O Presidente procede a leitura do Hábeas Corpus n.º 87.129, impetrado pelo Dr. Arnaldo Malheiros Filho e outros, junto ao Supremo Tribunal Federal. Comunica ainda que recebeu do depoente atestado médico informando seu estado de saúde. Usam da palavra pela ordem os Senadores Arthur Virgilio e Tião Viana. A seguir concede a palavra ao Senhor Silvio Pereira e, seu depoimento, tece breves considerações sobre suas atividades políticas no Partido dos Trabalhadores. Com a palavra o Relator para os questionamentos iniciais. Pela ordem o Senador Antonio Carlos Magalhães solicita maiores esclarecimentos ao depoente quanto às suas atribuições quando Secretário Nacional do PT. Pela ordem o Senador Antonio Carlos Magalhães solicita maiores esclarecimentos ao depoente quanto às suas atribuições quando Secretário Nacional do PT. Pela ordem o Senador Agripino Maia, solicita ao depoente que confirme as declarações feitas em entrevista concedida ao jornal O Globo. A seguir passa-se a lista de inscrição, quando usa da palavra o Senador Arthur Virgílio. A reunião é suspensa por cinco minutos. Reaberto os trabalhos, prossegue a fase interpelatória quando usam da palavra os Senadores Heloisa Helena, Demóstenes Torres, Eduardo Suplicy e Magno Malta. O Presidente solicita à assessoria cópia da entrevista concedida pelo Senhor Silvio Pereira à Jornalista Soraya. Com a palavra o Senador Álvaro Dias prossegue nas interpelações, seguido pelos Senadores Eduardo Suplicy, José Agripino Maia, Ideli Salvatti, Heráclito Fortes, Flavio Arns, Leonel Pavan, Jefferson Peres e Romeu Tuma. A Presidência, com a anuência dos demais membros deliberou convidar a Jornalista Soraya Aggege, para prestar esclarecimentos, perante a Comissão, na próxima terça-feira, às onze horas. A Presidência solicita a secretaria da comissão para que encaminhe todos os requerimentos pendentes aos gabinetes dos Senadores Álvaro Dias e Tião Viana, para análise objetivando a votação na próxima reunião. Finalizando, usam da palavra os Senadores Garibaldi Alves, Tasso Jereissati e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezessete horas e cinqüenta e seis minutos e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – ...que convide para tomar posse, ou melhor, tomar assento a esta Mesa o Sr. Silvio José Pereira.

Eu agradeço a presença do Sr. Silvio José Pereira, dos seus Advogados aqui presentes e dou conhecimento aos Srs. Senadores e Senadoras de um **habeas corpus** 87.129, cujo Relator é o Ministro Marco Aurélio e paciente Sr. Silvio José Pereira, impetrante, Srs. Advogados, encabeçado pelo Dr. Arnaldo Malheiros Filho. **Habeas corpus** liminar, limites, objetivos, extensão em propriedade.

> *"Sr. Presidente, eis as informações prestadas pelo Gabinete. Os impetrantes no habeas corpus acima citados consignam com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, CPMI dos BINGOS, intimou o paciente para prestar esclarecimentos, justificando a intimação na pretensão de elucidar se o Sr. Silvio Pereira conhece o Sr. Rogério Buratti. Alegam os impetrantes que como é do conhecimento público os Parlamentares vêm concedendo entrevistas no sentido de que pretendem esclarecer os fatos veiculados no jornal "O Globo", ante a entrevista dada pelo paciente. Apresentam cópia de declaração médica na qual os Drs. Ricardo Bittencourt Nepomuceno e Charles Kiraly afirmam que o Sr. Silvio Pereira está sofrendo de estado de estresse pós-traumático, depressão moderada/grave e distimia. Assim requerem os impetrantes o deferimento da extensão da medida cauteladora anteriormente concedida por V.Exª., cópia anexa, para que o paciente não seja obrigado a comparecer à CPMI dos BINGOS por motivo de saúde, acrescentando o fato de a intimação ter sido efetivada em período inferior a 48 horas. Sucessivamente pleiteiam a ampliação da liminar no sentido de que os integrantes da Comissão se atenham*

ao respectivo objeto de investigação, podendo o paciente se recusar a responder questionamentos que o possam incriminar. Por fim, que V.Exª., caso não entenda da possibilidade de ampliação da liminar, determine à intimação da Comissão para informar que a decisão anteriormente proferida ainda está em vigor para depoimento designado para o dia 10 de maio de 2006, às 11 horas. Registro a remessa do processo devidamente instruído à residência de V.Exª.. Segundo, é certo que se tratando de habeas corpus há de se adotar flexibilidade na observação das normas instrumentais, ocorre que não só a inicial do habeas corpus anterior como também o presente pedido de extensão, estão subscritos por profissionais da advocacia. Então é de concluir pelo respeito às balizas da interpretação, não cabendo redirecionar visando alcançar ato posterior. Indeferido o pedido. Publiquem. Ministro Marco Aurélio".

Srs. Senadores, Sr. Silvio Pereira, a Assessoria desta Casa solicitou de V.Sª. assinatura do termo de compromisso, que V.Sª. está aqui para ser assinado ou rejeitado, ou negado por V.Sª?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Por orientação aqui dos meus Advogados não assinarei o termo de compromisso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então V.Sª. se nega a assinar o termo de compromisso?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – De acordo com o **habeas corpus** que eu obtive, eu me nego a assinar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não há **habeas corpus**, foi indeferida a solicitação de V.Sª..

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu me nego a assinar o termo de compromisso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª. se nega a assinar o termo de compromisso.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª., Senador Arthur Virgílio, tem a palavra, pela ordem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, é para ao cumprimentar V.Exª., os ilustres Advogados, o Relator e o depoente, deixar bem claro para o Sr. Silvio Pereira o que a todos nós se afigura como mais justo é o que possa ser a expressão da verdade. Se V.Sª. fala a verdade com clareza, quem sabe esta CPI se declara satisfeita com o que ouvir. Se se repetirem aqui cenas como aquela de "Duda Mendonça 2 - A missão", nós não tomaremos outra atitude que não a de hoje começarmos a coletar, com base nas suas denúncias, assinaturas para uma Comissão Parlamentar de Inquérito que vai investigar precisamente as suas denúncias. Ou seja, V.Exª. não teria como deixar de conviver com a Comissão Parlamentar de Inquérito, escolhendo se é por um dia, quem sabe hoje, ou se é pelo tempo que tiver que durar outra. Ou seja, por tudo, V.Exª. disse, "eles querem me matar", seja o que for, o melhor para V.Exª., a esta altura e do ponto de vista humano, eu não tenho como não deixar de me condoer com o que vejo que V.Exª. está passando, é V.Exª. enfrentar a verdade, dizer tudo e prestar o serviço ao País. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Arthur Virgílio, eu vou conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Tião e vou suspender pela ordem e vou ouvir o depoente. A partir daí eu concederei a palavra a todos. Porque senão nós não vamos ouvir o depoente. Então, para uma questão de equilíbrio, eu vou conceder a palavra ao Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, de modo muito objetivo, V.Exª. fez uma interpretação do **habeas corpus** como se o Sr. Silvio Pereira não tivesse direito de permanecer calado, sobre o que não seja fato determinado. É essa mesma interpretação jurídica que a CPI tem do **habeas corpus**, que foi dado nas palavras do Ministro Marco Aurélio que estava em vigor anteriormente? É a indagação que faço a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou responder a V.Exª. A análise que eu fiz e fiz com a Assessoria Jurídica do Senado é exatamente o que está expresso e dito pelo Ministro Marco Aurélio e nada mais. Eu entendi exatamente o que foi escrito pelo Ministro Marco Aurélio. É essa a posição da Assessoria Jurídica desta Casa e, conseqüentemente, desse Presidente.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Só me permita V.Exª., o que eu podia entender do que o Ministro Marco Aurélio disse...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Há uma divergência jurídica aqui.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Ah, então é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. como Médico e eu como Engenheiro, dificilmente vamos chegar a um entendimento. Agora, quero dizer a V.Exª. que essa é a decisão que foi tomada pelo Dr. Shalom que fez questão de estar aqui, que é o nosso Diretor Jurídico do Senado Federal.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – E o que eu indaguei a V.Exª. como Médico, foi se a interpretação jurídica da CPI, que V.Exª. está dizendo que é do Dr. Shalom...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, não, V.Exª. não tente, na hora...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Foi o que V.Exª. acabou de dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Na hora que eu consulto a Direção Jurídica desta Casa, eu estou tendo uma posição da CPI.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Como Presidente. E eu pedi exatamente a assessoria do Dr. Shalom e de toda a parte jurídica dessa Casa. Estou me posicionando baseado no que está expresso e decidido pelo Ministro Marco Aurélio.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Porque só me permita, Sr. Presidente, o que eu entendi do Ministro Marco Aurélio é que não foi feita adequadamente, ou seja, do ponto de vista técnico, jurídico, o pedido de extensão do **habeas corpus** e, portanto, o direito de não vir do Sr. Silvio, pelas razões alegadas, estaria negado. Agora, o que não está dizendo que o **habeas corpus** dado não estaria em vigência. Foi o meu entendimento, por isso eu indaguei a V.Exª. que teria tido, no meu entendimento, a interpretação diferente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço a V.Exª. e concedo a palavra ao Sr. Silvio...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora, há um entendimento dessa presidência que vai acontecer o depoimento do Sr. Silvio. Daí eu darei a palavra a todos os Senadores.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, é porque eu...

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, a palavra, com a palavra... Eu solicito aos Srs. Senadores e Senadoras que quem preside a Sessão é o Senador Efraim Morais, que é o Presidente. E há uma determinação que, primeiro, ouvir o Líder do PSDB, ouvi o Senador Tião que falou em nome do Governo, e agora nós vamos ouvir o Sr. Silvio Pereira. Com a palavra, o Sr. Silvio Pereira.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Na condição...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, não há, Senadora, por favor, eu acho que é uma posição que já está decidido, eu indefiro a palavra a V.Exª. V.Sª. tem a palavra. Sr. Silvio Pereira, o Senhor tem a palavra. O Senhor tem a palavra.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Posso fazer uma pergunta? Em que condições eu vou estar fazendo esse meu depoimento? Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª. tem a palavra e tem o tempo que se fizer necessário para falar, dizer o que entender, bem entender V.Sª. Ou resolver ficar calado.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, todos vocês acompanharam o desfecho que deu a partir de uma entrevista que eu dei ao jornal "O Globo". Todos sabem, também, que venho passando por um período de forte, forte emoção, período da qual fiquei praticamente recluso nesse período, praticamente sem ter tido diálogos, eu creio que praticamente ninguém, das pessoas com as quais eu trabalhei ao longo desses 22 anos. Não marquei nenhuma entrevista, não marquei nada, a Jornalista chegou na minha casa, eu estava esperando uma outra pessoa, às 16, por volta das 16, e quando tocou, o porteiro ligou para mim, aqui está... Não falou Jornalista, "aqui está a Soraya". Eu não perguntei nada, mandei subir. E quando abri a porta, eu estava esperando uma outra pessoa. Quando abri a porta, eu perguntei: "O que você está fazendo aqui?". Ela falou que queria fazer o meu perfil. Eu disse que não queria perfil nenhum. Nem bem, nem mal. Falei que a melhor coisa que pudesse fazer para mim é esquecer que eu existi, que enfim... Não queria nem bem, nem mal. E pedi para ela entrar, servi para ela um café e uma água. Falei que eu tinha uma reunião logo na seqüência que era naquele horário, era naquele horário, por volta das 16h30. E nesse tempo que eu servi o café e a água, ela insistiu em falar do meu perfil, dizendo que, inclusive, que no dia seguinte traria para mim a matéria do meu perfil para que eu pudesse ver a matéria. Mas eu falei que eu não tinha condições naquele momento, que eu tinha uma reunião de trabalho, eu estava tentando trabalhar. Porque, a partir do momento do Relatório do Ministério Público, aquilo me abalou profundamente. Entrei num silêncio comigo mesmo e falei para ela que não daria, para ela poder deixar o telefone no papel e que eu ligaria para ela sem qualquer tipo de compromisso.

A pessoa com a qual havia marcado a reunião já tinha ido embora. Liguei para ele: "Pode vim para cá para a gente fazer a reunião"; e na seqüência eu liguei novamente para a Jornalista, e só lembrar mais um pouquinho, na hora que ela falou para mim, falar do perfil, os cinco, dez minutos que ela ficou na minha Casa, ela começou falando: "E o carro? E o carro?". Eu falei: "De que você está falando?". "Estão comentando no PT que você não devolveu o teu carro". Eu

falei: “Isso não é verdade”. E ali eu já fiquei bastante alterado, fui até o arquivo, peguei a nota que eu havia devolvido o carro, a cópia do recibo para quem eu havia devolvido o carro e na seqüência eu falei: “Bom, agora você dá licença que eu tenho que trabalhar”. “Por que você não fala com o pessoal do PT que me conhece, que trabalharam comigo todos esses anos?”. E ela virou e falou que falou, mas que ninguém havia feito em minha defesa, e que apenas uma pessoa tinha feito a minha defesa.

Ficou assim a primeira conversa. Na seqüência voltei a ligar para a Jornalista, pedi para que ela voltasse à minha casa para que pudesse falar do meu perfil, porque até então isso foi uma coisa que me perturbou muito, como se sabe na CPI dos CORREIOS em função do erro que eu cometi, não pude falar do resto, do meu patrimônio do qual eu tenho muito orgulho daquilo que eu possuo.

Frente àquela questão do carro fiquei perante a CPI, perante toda a opinião pública não podendo explicar o que é que eu tinha. Quando ela voltou, a primeira coisa que eu fiz era mostrar o meu apartamento para ela. Não me lembro se mostrei os documentos do apartamento, um apartamento financiado pelo Bradesco, foi adquirido em... Acho que 95, 96. Foi financiado por oito anos. Eu tinha dado de entrada dois carros, um Gol que eu tinha, um Gol da minha irmã. E para poder completar a prestação, a proprietária do imóvel considerou os 12 meses que eu depositei o aluguel como parte do pagamento. Eu estava explicando isso para ela, expliquei da minha casa na praia, acho que parou aí a conversa.

Eu fiquei muito... A partir dali fui dizendo para ela que estava tudo errado o que estava acontecendo, o papel ao qual estava se atribuindo por mim. Comecei a falar com ela não sei exatamente, não li a reportagem até o presente momento... Sei que eu falei bastante com ela. Praticamente não me fez perguntas. No dia seguinte, ela havia prometido para mim, mostrar a matéria. Liguei para ela era, acho que umas 14 horas, mais ou menos, um pouquinho antes, acho que por volta de uma hora da tarde. No dia seguinte, marcamos uma reunião para às duas horas da tarde em casa mesmo. Perto das duas ela voltou a me ligar dizendo que não tinha passado ainda na redação do jornal, que primeiro ela passaria na redação do jornal, depois iria para a minha casa.

Chegou lá tarde e eu tinha chamado para ver, que ela tinha prometido para mim mostrar a matéria sobre o meu perfil, e quando ela sentou, eu nem perguntei nada do meu perfil, continuei falando, falando, falando. Acho que por volta de umas 8 horas da noite, quando eu ia assistir o jogo de futebol na casa de um amigo, eu falei novamente para ela: “Olha, acho que eu já falei bastante já, mas deixa eu ler a matéria do meu perfil”. Me lembro que eram várias páginas... E quando começou a alegar entrevista... Eu falei: “Mas eu não te dei entrevista, eu estava explicando para você, eu achava que está errado isto, não estou te dando entrevista”. “Ah, mas você não combinou se era “on”, se era “off”. Eu falei: “Mas eu não dei entrevista”. Eu comecei, eu não consegui ler a matéria e a partir dali foi um clima muito tenso, acho que ela também estava tensa, eu também estava. Eu dizia: “Não quero essa matéria, não dei entrevista”.

Eu tive, não sei qual o nome que pode se dar, mas eu tive uma... Eu já estava... esse assunto, essa conversa entre eu e ela ficou mais ou menos uma hora na sala.

Eu tentava me controlar, tentava me controlar, tentava fumar um cigarro. Pegava água, sentava na mesa com ela, voltava a conversar. Bom, aí eu tive uma crise. Ela saiu. Saiu de casa. O zelador subiu na minha casa. Acho que eu já estava mais anestesiado, mais calmo, não estava mais nervoso. Até acho que ela ficou com medo. Eu falei: “Não vou te fazer mal nenhum. Pode pegar tuas coisas, não quero te fazer mal nenhum, não quero fazer mal para ninguém!”. Acho que ela ficou com medo, não sei. Carregou. Eu falei: “Pega o que você quiser”. Eu tinha dado alguns papéis para ela que eram notas que eu havia emitido. E outro era um documento, era sobre o sistema de medicação para o Governo que já tinha falado para a CPI. Ela pegou e saiu. Eu não queria olhar mais para aquele estado que estavam as coisas. Tentei achar um telefonema com quem eu pudesse falar, minha mulher não estava em casa, estava com a minha filha no litoral. Eu sei que o primeiro nome que eu achei na minha agenda, liguei, essa minha amiga que foi até lá em casa. Foi onde eu ia assistir o jogo. Eu sei que ela levou até as coisas para fazer a janta em casa. Quando chegou lá em casa viu que não dava para fazer a janta lá, chamou o marido dela, passou lá em casa, me pegou. Fui para casa, fui para a casa deles... Fiquei lá até não sei que horas. Quando eu voltei, enquanto eu fiquei, fiquei tomando banho, eles arrumaram a... Não sei se depois de ter tomado banho eu voltei direto para sala, mas creio que depois do banho eu tomei um medicamento para poder dormir. O meu dedo doía muito. Mas eu não queria fazer nada, não queria ir a lugar nenhum. E dormi.

No outro dia, cedo, fui até o Hospital 9 de Julho, fiz esse curativo e me preparei para viajar, porque eu não queria saber mais de nada. A minha única intenção era poder me encontrar com os Advogados e informar para eles o que tinha acontecido e a partir dali entre-

guei, inclusive, deixei na minha portaria um maço de cigarros que ela tinha deixado, o celular, os documentos que ali ficaram, são documentos que... Eu tenho até eles, são documentos oficiais, notas públicas. A partir dali a minha família passou a cuidar de mim, não me deixou viajar. Eu não queria me reunir com absolutamente ninguém. Ninguém, ninguém, ninguém, ninguém. Ninguém. Só queria ouvir a minha família. E esses dias eu fiquei só com a minha família. Com a minha mãe, com a minha sogra, com a minha filha.

Ontem eu fui informado que eu fui trocado de... Meus Advogados não podiam mais continuar no caso porque, segundo eles, existia conflito. Eles me apresentaram então o Dr. Iberê, Dr. Iberê Pai, Dr. Iberê Filho, acho que a gente nem conversou direito ainda. Bom, assim encerrou esta minha semana. Foi isso que aconteceu essa semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Sª. e concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves, Relator desta CPI.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Silvio Pereira, nesta CPI o Sr. Rogério Buratti afirmou que os Empresários de Bingo de São Paulo doaram um milhão para a campanha do PT em 2002 e que esse dinheiro foi arrecadado por Ralf Barquete e repassado ao Comitê Nacional de Lula 2002. Empresários do Rio de Janeiro teriam contribuído com outro milhão de reais por intermédio de Waldomiro Diniz. Eu pergunto a V.Sª.: Qual era o relacionamento de V.Sª. com Ralf Barquete e Rogério Buratti, e quem recebeu esse dinheiro? Quem da Executiva Nacional sabia dessa e de outras doações de "Caixa 2"?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não conheci o Ralf, eu nunca, eu nem sei se eu já vi ele na minha vida. Essa história do... Aí do Bingo, eu vim saber pelos jornais. O Rogério Buratti, eu já conheci, sim, ele, inclusive é da mesma cidade que a minha. O Ralf eu nunca tinha, não lembro de ter visto ele. Acho que eu não o conheço, o Ralf. O Rogério, sim. Rogério já trabalhou no PT Estadual onde eu também trabalhei. Na época eu era Secretário de Organização, ele trabalhava, cuidava do interior, era Secretário no interior. 2002, não lembro de ter visto o Rogério Buratti. Eu creio que eu só vi Rogério Buratti já em... Acho que em 2003 num dos **halls** desses... Num dos corredores de hotel, foi quando a gente trocou telefone. Ficamos de se falar. Creio que eu encontrei com ele, acho que uma vez aqui no hotel, acho que no café. Eu sempre ficava sentado no café do hotel ali, onde eu ficava. Por isso as pessoas que passavam cumprimentavam.

Houve tentativa de a gente fazer uma reunião, não sei se eu liguei para ele ou ele ligou para mim, ou foi para a secretária. Acho que a gente se encontrou numa dessas vezes nesse hotel. Mas foi... Foi conversa, perguntando acho que como ele estava, como eu estava, o que estava fazendo, foi só isso. Desculpa. Depois disto eu nunca mais encontrei com o Buratti.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Porque essa CPI, Sr. Silvio Pereira, ela tem vários telefonemas trocados entre o Senhor e o Sr. Rogério Buratti.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – É provável, Sr. Senador, eu raramente eu ficava com telefone. Eu tenho... Para quem me conhece no PT sabe que eu não... Eu quase não faço, eu mesmo fazer ligação ou marcar reunião. Às vezes as pessoas tinham que me ligar várias vezes. Às vezes eu não dava retorno. Às vezes dava retorno. Mas o que eu tenho assim...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o Senhor não sabe do destino desse dinheiro?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Nunca soube desse destino. Nem destino... Esse negócio de dinheiro, aí, do Rogério, só vim saber... Não sei se foi aqui na CPI ou pelo jornal. Nunca eu soube desse negócio de dinheiro e Bingo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o Senhor não era o Secretário-Geral do partido?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Então, acho que, Sr. Senador, o Senhor dá até oportunidade para mim, eu assumi a Secretaria-Geral do PT em maio de 2004. Eu quis ser Secretário-Geral do PT, mas não fui. O Secretário-Geral do PT até maio de 2004 foi Jorge Bittar. Eu assumi a Secretaria-Geral em maio de 2004, sem assumir as funções de Secretário-Geral, porque a função a qual me foi delegada foi cuidar do GTE.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Cuidar do...?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – GTE, Comissão de Trabalho Eleitoral. O PT tem...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Um comitê, não é? Grupo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Grupo de Trabalho Eleitoral.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Grupo de Trabalho Eleitoral, Relator. Então eu fui coordenar esse grupo. Tanto é que quando eu mudei para a Secretaria-Geral eu até reclamei com o pessoal do PT, da direção, porque a estrutura de organização do PT que eu tinha... (soa a campainha)

Era uma estrutura boa, que eu considerava eficiente a estrutura que eu tinha, e quando eu mudei para a Secretaria-Geral eu fiquei apenas com uma sala e uma Secretária porque alegava que o Secretário-Geral é um cargo político, que aliás nem tem o

Estatuto do PT, que eu conheço bem, o Estatuto do PT, e o Estatuto do PT não tem ainda definido quais são as funções do Secretário-Geral.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Se não era o Senhor que tratava dessas questões financeiras, quem era?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – As questões financeiras do PT sempre foi tratado pelo Tesoureiro do PT.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Só o Tesoureiro?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Enquanto eu tive conhecimento ali, ali no PT, no órgão que eu trabalhava era ele.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas sozinho?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Senhor?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sozinho.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Na Comissão era só ele. Uma das brigas que a gente tinha ali, por exemplo, no GTE, eu acabei não participando das grandes decisões do GTE, das reuniões com os partidos nacionais. Até em 2002 eu chegava a participar com reuniões das direções nacionais dos partidos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quem dava ordem?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Senhor? O tesoureiro, quando a gente chegava a discutir qualquer tema financeiro, era ele. Ele que encaminhava tudo.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Não recebia ordens de ninguém?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O microfone.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Pelo menos ali na reunião não vinha assim... Discutia alguma coisa, por exemplo, tinha lá no orçamento do GTE. Eu tinha no orçamento do GTE, apresentava, apresentava, aliás, eu até mostrei para a Jornalista...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Nem o Presidente do partido, nem o Chefe da Casa Civil, nem o Presidente da República? (soa a campainha)

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, lá na reunião da Executiva onde sentavam os 21 membros...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A palavra com o Relator, Senador Antônio Carlos Magalhães.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pode completar o seu...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não sei do que estava falando, agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com a palavra, o Relator.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não lembro onde eu parei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não tem problema, ele poderá repetir a pergunta. Relator.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quem era que efetivamente tinha participação nas questões referentes a dinheiro? Era só o Sr. Delúbio Soares? Desculpe, eu estou sendo repetitivo, mas é motivo de estranheza que só ele decidisse...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Como que era feito. Inclusive tem vários petistas que estão aqui presentes nessa sala que participaram, inclusive, de reuniões da direção hoje e no passado e sabem exatamente como funcionava a discussão de finanças.

Você chegava... Era assim, quando tinha... Eu lembro que os meus orçamentos eu cuidava do GTE, eu tinha um orçamento do GTE, quais são? Para fazer o quê? Para fazer acompanhamento de pesquisa, por exemplo, eu cuidava da pesquisa junto com a Fundação Perseu Abramo, que tinha lá um núcleo de pesquisa. Eu tinha um grupo que fazia as diretrizes de Governo. Eu tinha um outro que fazia seminário. Eu realizei 17 seminários em 2003 preparando as eleições. Só não fiz seminário no Estado de São Paulo, no Estado de Minas Gerais, no Estado do Paraná...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E quem era que arrecadava o dinheiro?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Senhor?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quem era que arrecadava o dinheiro para essa mobilização, essas...?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Aí dependia do tipo de evento. Se era, vamos supor, se tinha um evento, por exemplo, nesse seminário que a gente tinha, a gente ficava com a passagem do monitor, passagem do monitor, o hotel dele e a direção local providenciava o local para fazer a reunião. O Diretório Estadual, porque era um seminário de dois dias. Então você tinha que ter hospedagem para dois dias e eram reuniões com os Presidentes Municipais. Então, o Diretório local ficava com a despesa local e a Direção Nacional ficava com a questão da passagem.

Isso deu muito problema porque antes, até 2002, por exemplo, eu tinha autorização para assinar a passagem. De 2002 eu não tinha mais autorização. Então a gente tinha dificuldade. Você tinha um seminário marcado e você não tinha condição de mandar a passagem para lá. Chegou seminário ser marcado de...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E por que V.Sª. disse, transcrevo

aqui o que disse V.Sª.. "Que o plano de Marcos Valério com o PT era arrecadar o montante de um bilhão em quatro áreas, todas com pendências na atuação do Governo, BANCO ECONÔMICO, BANCO MERCANTIL DE PERNAMBUCO e OPPORTUNITY, além de operações de passivos na área agropecuária"?

V.Sª. disse ainda que as operações não teriam dado certo e por isso Marcos Valério teria passado a cobrar as faturas. Pergunto: Como Marcos Valério e o PT ganhariam um bilhão nessas áreas?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Sr. Senador, sobre essa entrevista, Senador, eu não sei mais aonde está a verdade.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Como é?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Sempre essa entrevista eu não sei mais aonde está a verdade.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não sabe...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Nesta entrevista que eu dei eu não sei mais aonde está a verdade.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Mas a verdade de quem?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Do que eu falei aqui. Eu não sei se o que eu falei ali, o que é que é verdadeiro, o que é que não é... Eu não sei mais.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Então fala só o que era verdadeiro.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – O que o Senhor pensa hoje que era verdadeiro?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Olha, Senador, eu acho que o PT, a partir desse episódio talvez mude a forma de atuar. Eu até falava que, não sei se eu falava isso para a Jornalista, não sei se eu falei aqui na CPI, que podia ser inverossímil tudo isso, podia ser inverossímil, mas era a verdade que o Tesoureiro cuidava de tudo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas a Jornalista não tem gravada essa entrevista?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não sei se ela tem ou não, Doutor.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor não sabe?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor acha que a informação que a Jornalista deu não é verdadeira, então?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não sei se é verdadeira ou não. Eu nem li a matéria dela.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – O Senhor não leu depois a matéria e concordou?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Lê para ele Garibaldi.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não. Quando eu comecei a ler, Senador... (soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Queria que nós não fizéssemos intervenção, só o Relator, para que nós possamos passar a lista de inscrição. É um apelo que faço aos Srs. Senadores.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu pergunto: O que o Senhor quis dizer com a afirmação: "As operações não teriam dado certo e por isso Marcos Valério teria passado a cobrar as faturas"?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não sei de onde eu tirei isso, se foi de imprensa, se foi ouvido, se foi da minha cabeça. Eu hoje eu não sei.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas foi o Senhor que disse.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não estou dizendo que eu não disse, Senador. Eu só estou dizendo de onde eu tirei, eu não sei mais. Ah, desculpa!

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o Senhor tem problema de amnésia?

(risos)

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Me nego a responder. A partir de agora eu negarei a responder, a partir desta pergunta.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A partir de agora o quê?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Me nego a responder pergunta desse tipo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Então vou perguntar aqui a V.Sª. o seguinte: Na entrevista V.Sª. disse: "Por que você acha que acharam Marcos Valério 17 vezes acionando o Banco Central. Não tem essa história de propaganda, isso é bobagem, eles iam ganhar um bilhão naquelas quatro áreas. Mas nenhum dos quatro esquemas estava rolando, rolava. Valério trabalhou com Dantas - que é o Sr. Daniel Dantas - mas o Governo era dividido com essa história".

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu lembro que não sei se foi no sábado ou na sexta-feira... Só queria, só aproveitar uma pergunta que o Senador tinha me feito, Senador e já... Eu não consegui ler toda a matéria, Senador. Eu comecei a ler ela, a matéria. A cada linha que eu lia eu ia ficando totalmente alterado. Eu não consegui ler até hoje, Senador, não só não li as notas que ela havia deixado, como até agora não li ainda o jornal "O Globo". Não assisti nenhum noticiário. Estou vindo aqui... Só a única coisa que foi uma amiga minha a qual eu tenho bastante confiança, não

sei se foi na sexta ou no sábado, que eu perguntei para ela, se o que eu tinha dito ali, se tinha prejudicado alguém, se eu tinha falado algum problema, o que tinha acontecido. Esta amiga na qual não preciso ficar revelando o nome dela, é também Jornalista, ela falou: "Olha, Silvinho, essas coisas que eu vi aqui já foram tudo publicadas".

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quem dava respaldo?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Assim, eu fiquei muito tranqüilo porque eu tinha muita preocupação de ter feito uma falha que pudesse prejudicar, eu lembro até que eu falei para ela, Jornalista Soraya, eu não quero prejudicar nem meus inimigos, ainda mais os meus amigos. Eu não quero falar nenhuma coisa aqui que eu não... Ela até falava assim: "É, mas achava que você tinha pano na manga". "Que pano na manga, que pano na manga?"

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ela disse que o Senhor tinha pano na manga?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Ela falou assim: "Eu achava que o Senhor tinha pano na manga".

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor tinha?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, não. Nem entendi o que ela falava da manga. "Que manga?"

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Manga espada.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu pergunto a V.Sª.: V.Sª. disse que Lula, Presidente Lula, Luis Inácio Lula da Silva, José Genoino, Aloizio Mercadante e José Dirce, esses é quem mandavam nesse esquema, nessa operação. V.Sª. confirma?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Então, teve dois momentos a conversa. Teve a do primeiro dia e teve a do segundo dia. E eu fiquei explicando, ela começou falando para mim sobre essa mudança, essa mudança do PT, que o PT mudou a partir do Governo. Aí eu comecei a dizer para ela que eu não avaliava desta maneira. E comecei a fazer o histórico para ela. E dizia para ela o seguinte: Os grandes Líderes do PT hoje talvez não sejam os mesmos, mas é sabido por todo mundo que os grandes Líderes do PT, que realmente conduziam a política do PT e é sobre isso que eu estava falando de política, é Lula, é o Genoino, era o Zé Dirceu e era o Mercadante. Eu não sentava nesta mesa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eles não?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não sentava nessa mesa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu sei, o Senhor disse que não sentava nessa mesa, mas eles sentavam.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Sim, eles sempre foram os principais Líderes do PT.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E como é que aconteceu? Os Líderes do PT sustentam que tudo isso aconteceu sem que eles tomassem conhecimento, principalmente o Presidente da República.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Realmente eu nunca tive, os Líderes do PT, que sentavam para discutir, eles eram as grandes lideranças do PT. Era, hoje você pode, por exemplo, ela falava assim para mim: "E o Palocci?". Realmente, na época o Palocci não tinha esse mesmo peso político que tinha esses outros Líderes. Não tinha esse mesmo peso o Palocci. Mas eles, sim, tinham o grande peso.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas eles... Isso tudo que aconteceu, o Senhor acredita, o Senhor disse que quem mandava era o Presidente, José Genoino, Aloizio Mercadante, Zé Dirceu, eu não estava à altura desse time. Vamos dizer que eu aceite, me perdoe, eu aceite que V.Sª. não estava à altura desse time. Mas esse time que era para fazer gol, que era para mandar nesse esquema todo, V.Sª. não reconhece que... Reconhece na entrevista. Só não reconhece que V.Sª. estava à altura. V.Sª., desculpe.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Viu, Senador, eu perguntei para várias pessoas que eu comecei no sábado à noite, junto com a minha mulher, isso já tarde da noite, eu tentava reconstruir a segunda parte da conversa que eu tinha tido com a Jornalista, porque até então não havia, não tinha nota sobre isso, não tinha registro sobre isso. Nesta minha tentativa de recuperar, que ainda não consegui recuperar por tudo, foi muito tempo de conversa, ali eu estava tentando explicar como foi à entrada do Genoino nesse núcleo de Líderes do PT. Eu comecei falar do primeiro Congresso do PT que foi em 89. Então, eu estava comentando, então eu estava explicando para ela toda essa história do PT, dos rachas que tinham tido no PT. Eu fiz parte na época, nesse período, de uma dissidência interna do PT. Eu mostrava para ela, foi nesse apartamento aqui que a gente reuniu um pequeno grupo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas eu, o Senhor me desculpe, o fato do Senhor dizer que não estava à altura desse time teria levado V.Sª. a afirmar que ligou para o Berzoini e disse a ele que gostaria muito de ser ouvido para que suas informações ajudassem nas investigações internas. O Senhor disse que se quiserem fazer um

depoimento aberto à imprensa ou sob sigilo gravado, o Senhor falaria. Disse ainda que nunca foi ouvido pelo PT e que nunca quiseram saber, mas deveriam lhe ouvir. O que é que o Senhor tinha tanto para dizer?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – O que eu posso falar para o Senhor sobre essa questão...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor confirma que disse isso?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Desculpe, Senador. Mas eu, como família mineira, eu sou assim, eu não consigo, então é... Sobre o Berzoini eu lembro, Berzoini assumiu o meu lugar como Secretário-Geral do PT. A partir do momento que você não é mais filiado ao PT, você... O PT não tem mais autoridade sobre você e você também não pode falar mais no PT. Mesmo assim, com tudo isso, eu liguei para o Berzoini, liguei para o Berzoini e falei: "Berzoini, eu sei que eu não tenho mais...", por que é que aconteceu? Só para o Senhor entender. Porque quando começou toda a crise eu licenciei do PT, antes mesmo desse negócio do carro. Aí eu mandei uma carta pedindo Comissão de Ética para mim e que fosse investigado todas as denúncias que envolviam o meu nome. Aí eu vim para a CPI aqui dos BINGOS...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não, dos BINGOS não, CPI dos CORREIOS.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – CPI dos CORREIOS ainda como filiado do PT. Saí daqui acho que foi um dia, dois dias a partir até de uma pergunta do Deputado ACM Neto, que me fez aqui uma pergunta da qual ele tinha toda a razão na pergunta que ele fez em relação ao carro. Lembro que depois da CPI informei ao Senador Suplicy. "Senador, hoje aqui não deu para falar, não tinha condições, mas o Senhor pode ter certeza que dentro de poucos dias eu lhe prometo a você". Eu falei a verdade para o Senador. Falei: "Senador, o que é que eu faço?", Suplicy virou para mim, estava ele e estava o Zé Eduardo Martins Cardozo perto, ele falou: "Faça, fale a verdade". Eu saí daqui sozinho, várias pessoas me procuraram, eu não atendi ninguém. Eu escrevi, do meu próprio punho o pedido, consultei apenas a minha mãe e a minha mulher. Minha mãe não aceitava essa história de eu sair do PT. Eu assinei e mandei entregar lá no PT e não fui. Passado alguns dias...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o Senhor queria falar, não é?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu liguei para o Berzoini e falei: "Berzoini, não sou mais filiado ao PT. Eu sei que vocês não têm mais obrigação de me ouvir, mas eu tenho 22 anos de história de PT, eu participei dessa direção, eu fui Secretário-Geral do PT, fui Secretário de Organização, eu me coloco à sua disposição para você me ouvir, para a direção me ouvir, para quem quiser me ouvir".

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas eles não quiseram ouvi-lo?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, foi só esse diálogo, ele virou para mim falou: "Silvinho, você precisa cuidar da tua vida, se reconstruir..." Foi uma conversa por telefone, depois nunca mais eu voltei a falar com o Berzoini.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E sobre Marcos Valério, foram essas pessoas que decidiram, essas pessoas, essas lideranças do PT que decidiram sobre a atuação de Marcos Valério, sobre a arrecadação dos recursos, daquele *pool* de empresas que o Senhor se referiu?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não sei qual *pool* o Senhor está... Qual *pool*, Doutor?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas foi o Senhor que disse.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Mas Diogo, qual *pool* o Senhor está falando?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor falou num *pool* de empresas. Eu pergunto ao Senhor que *pool* de empresas era esse a que o Senhor se referiu que seria coordenado por Marcos Valério?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – O Senhor tem que saber também.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor não sabe?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não sei.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor disse, logo que estourou o escândalo, que foi feito um acordo com Marcos Valério. A culpa ficaria mais centrada no PT e nos principais envolvidos. Marcos Valério teria dito que tinha três opções, isso foi o Senhor que disse: "Contar tudo o que sabe e derrubar a República, calar-se e acabar assassinado como PC Farias, ou contar parcialmente o que sabe". Segundo V.Sª., o PT ficou com a última opção. Como o Senhor tomou conhecimento desse acordo? Quem participou dele? O que Marcos Valério ganhou para apenas contar parcialmente o que sabia?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Sobre essa entrevista, Senador, eu não vou poder falar para o Senhor, porque eu não tenho certeza nesse exato momento sobre o que foi dito. Não li ainda a entrevista, claro que eu vou ler a entrevista, amanhã inclusive eu vou na Federal e no Ministério Público pedir inclusive...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor fique certo que o que estou lendo aqui é textual...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não estou duvidando do Senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É literal, é debaixo de crase.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não estou duvidando do que o Senhor está lendo.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente pela ordem. Eu queria dar uma contribuição aos trabalhos. Eu acho que é oportuno, Presidente. Eu queria sugerir a V.Exª. que formalizasse o pedido de garantia de vida ao Sr. Silvio Pereira, porque acho que isso daria conforto e força para que ele pudesse falar a verdade que ele está exitando em falar. E não está contribuindo com absolutamente nada para o esclarecimento dos fatos. Eu quero colocar a V.Exª. formalmente o pedido de garantia de vida para que Silvio Pereira, que deu uma entrevista corajosa ao jornal "O Globo", possa reafirmar tudo aquilo que falou.

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, a Mesa recebe e vai tomar as providências. Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Na entrevista V.Sª. disse que em 2004 Marcos Valério passou a ter acesso irrestrito à Direção Nacional do PT. E que a maior parte dos dirigentes sabia da influência de Marcos Valério e das dívidas do partido com ele que chegaram a 120 milhões. O que é que... Quais eram os membros da Direção Nacional do PT, aos quais Marcos Valério tinha acesso irrestrito?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Sr. Senador, vou falar novamente, sobre essa entrevista, Senador, por mais, não é falta de respeito, eu não posso confirmar algo, Senador, que hoje não tenho mais nenhuma certeza, Senador. Qualquer coisa que eu possa falar eu posso estar incriminando pessoas inocentes. Eu estou sendo investigado, eu estou sendo denunciado. Eu vou amanhã na Federal, eu vou no Ministério Público. Estou sendo investigado. Tenho certeza que não só a mim, ao Senhor e a todos nós que prevaleça apenas a verdade. É isso que eu quero também. Mas sobre essa entrevista, Senador, neste momento, eu não tenho condições, Senador. Não tenho.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não tem condições de confirmar nada?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não tenho, Senador.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o Senhor deu a entrevista?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu dei a entrevista e não nego a entrevista que eu tenha dado.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E qual era o relacionamento do Senhor com Paulo Okamotto?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – O Paulo Okamotto, eu tive bastante relacionamento com ele antes da campanha Lula de 2002, ele já foi Presidente Estadual do PT, na época também eu era Secretário de Organização do PT. Depois, na campanha do Lula, eu participava, eu coordenava o NAE, que chamava-se Núcleo de Acompanhamento sos Estados. Então eu fazia análise com a minha equipe que eu tinha sobre o quadro eleitoral em todos os Estados e fazia um relatório que eu não fazia parte da coordenação da campanha Lula. O Paulo Okamotto cuidava, na campanha do Lula, ele cuidava, se não me engano... Eu sei que ele cuidava ali da sede, porque você tinha que resolver ali um negócio de salinha. Eu sei que eu tive um problema que não tinha sala para eu ficar e eu tinha que resolver com ele.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele cuidava da sede do PT?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – No comitê eleitoral, de ajudar a montar o comitê, de colocar as divisórias, de instalar, então era com ele. Eu lembro que eu precisava de uma sala para trabalhar e foi com ele que eu resolvi a sala para trabalhar.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E ele disse que pagou o empréstimo do Presidente Lula, V.Sª. tem alguma coisa a dizer sobre isso?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu posso falar do Paulo Okamotto. A imagem que eu tenho do Paulo Okamotto, a experiência dele, foi uma pessoa muito séria. Eu lembro que em campanhas eleitorais o Paulo Okamotto sempre foi muito conservador em termos de gastos. Ele era até... O pessoal chamava ele até de "Patinhas", porque não deixava gastar dinheiro. Então, por exemplo, eu queria lá computador: "Ah, não, mas pega um computador usado de outro lugar".

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas ele não era tesoureiro, não é?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, na campanha do Lula ele cuidou da instalação da sede.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Em 2002 ele arrecadou recursos?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, ele cuidava da... Da instalação da sede.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Só cuidava disso, Paulo Okamotto?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não lembro, Senador, não lembro mesmo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Cuidar de uma sala?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não lembro se ele cuidou de dinheiro, acredito que não. Não lembro, mesmo, se ele tinha mexido com isso na campanha de 2002.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E os "cem Marcos Valério" que V.Sª. falou?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – O que eu estava dizendo ali, no Brasil, eu não estava discutindo ali PT, desculpa. Ali eu estava discutindo o Brasil, eu falava: "Olha, se é para fazer uma investigação séria, para valer, é preciso investigar todos os Marcos Valérios e deve ter uns cem". Então, tem muitos Marcos Valérios por aí.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu não sou nem tão exigente, não queria que o Senhor desse o nome dos cem, mas dê pelo menos uns cinco Marcos Valérios?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Mas não era...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Só três Marcos Valério, dois.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não era nesse sentido. O que eu estava querendo discutir com ela, é que se a gente quisesse fazer uma coisa séria no País, no sentido, nós já temos aí o início das investigações que ocorreram.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Mas, essa parte da entrevista V.Sª. se lembra.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Senhor?

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Essa parte V.Sª. se lembra.

(soa a campainha)

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – De quê?

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – A parte da entrevista dos "cem Marcos Valérios", o Senhor se lembra?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Estou respondendo para ele que negócio de cem Marcos Valério...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – No microfone, por favor.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Desculpa. O negócio de "cem Marcos Valérios" eu dizia parte das coisas que estão dizendo, que eu lembro que eu falei, parte das coisas eu lembro, sim.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Por exemplo, era Paulo Okamotto um desses Marcos Valério?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, eu não estava discutindo o PT.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não estava o quê?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não estava discutindo o PT.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E estava discutindo o quê?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Estava discutindo o Brasil, País.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O PT está fora do Brasil desse jeito?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Está dentro dele também, o PT já tinha o seu Marcos Valério. O que eu estava dizendo o seguinte: "Olha, tem no País...". Eu estava discutindo a parte de Marcos Valério, de empresários. Eu falei: "Para fazer um trabalho desse aí você tem que fazer uma coisa muito profunda". É isso que eu acho também, continuo achando hoje.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Muito profunda em que sentido?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – De poder ir fundo nas investigações. Porque a investigação continua. Está agora lá no Ministério Público e está no Supremo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Em que órgãos governamentais ocorria esse esquema e que empresas participavam dele?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não sei, Senador.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sabe não?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não sei.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas V.Sª. diz que a fonte dos recursos que foram injetados no PT nas eleições de 2004 era basicamente oriundas - eu já até me referi a isso - de um *pool* de empresas empenhado em ganhar contratos com o Governo. Disse que bastaria o Governo não notar os pulos, o Senhor quis dizer o quê com isso?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não sei.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor não sabe?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não sei o que eu quero dizer com isso.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ah, desculpe. O Senhor disse: "Bastaria o Governo não notar os pulos, principalmente

em consórcios". Daí porque eu perguntei em que órgãos governamentais ocorria isso.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não estava me referindo a Governo Lula e nem a PT. Eu estava me referindo genericamente.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor conhece...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu leio bastante imprensa, é uma coisa que eu gosto muito de ler jornais, revistas. Parei de ler de um tempo para cá, depois do processo todo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor conhece o Sr. Roberto Carlos Kurzweil?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Roberto...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Carlos Kurzweil?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, com esse nome não me lembro de ter visto.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o sigilo telefônico mostra ligações entre ele e o Senhor.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Uai, então tem que descobrir o que é, porque eu não lembro quem ele é.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Operação Cuba.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu estive em Cuba uma vez foi para mergulhar lá em Cuba.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Retornou à superfície? Só para esclarecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, Senador, vamos deixar o Senador Garibaldi concluir para que a gente possa passar...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Operação Cuba, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi Alves, V.Exª. tem a palavra.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, eu vou deixar aos colegas, demais Senadores, esse penoso exercício de perguntar e não ter as respostas que nós esperamos. Eu esperava que o Sr. Silvio Pereira, como disse ao "Globo", pudesse esclarecer aquela entrevista. Está acontecendo é que V.Sª. diz que apesar de ter dado a entrevista não se lembra de muita coisa do que disse.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – O que eu disse ali são duas coisas, Senador. Algumas coisas eu não me lembro, foram bastantes horas, foram oito horas de conversas. Eu entrei no processo de crise violenta e não é agora, Senador. Eu estou há trinta dias em processo muito violento. O que eu disse aqui para o Senhor, tem coisas que eu lembro, tem coisas que eu ainda não lembro. No sábado à noite, era mais ou menos até duas horas da manhã, minha mulher ficou meio irritada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor não se arrependeu de ter dado a entrevista, não?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não sei se eu me arrependi ou não, eu não sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas não se arrependa, não. Já que o Senhor não sabe ainda, deixe como está.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Só posso completar só um minuto, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pode, V.Sª. tem a palavra.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu estava dizendo o seguinte, tem coisas que eu lembro, tem coisas que eu não me lembro. Eu estou dizendo para o Senhor, mesmo aquilo que eu lembro, naquilo que o Senhor lê para mim não quero fazer nenhuma confirmação que seja leviana eu não estava no meu estado emocional tranqüilo, Senador. Não é justo que eu faça uma afirmação que eu possa incriminar qualquer pessoa. Eu não estava em condições de fazer qualquer acusação a ninguém.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas hoje, me permita eu perguntar isso, mas hoje o Senhor se sente em condições, hoje, nesse depoimento?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Olha, Senador, eu estou aqui cumprindo uma determinação, se não fosse isso, Senador, eu queria estar fora de qualquer coisa que cheirasse política.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Qualquer coisa que...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Cheirasse política.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Cheirasse política.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – De ficar com a minha família longe de tudo. O meu desejo era esse.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas eu quero adiantar a V.Sª. que isso aqui não é política não, isso aqui é uma CPI que está investigando fato determinado. É isso que eu queria dizer a V.Sª.. Então, eu quero que diga aqui, que aqui não se trata de nenhuma coisa política, cheiro de política. Existem políticos e políticas aqui. Agora V.Sª., se tem alguma coisa contra os políticos que nomine.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, não tenho nada contra os políticos, eu estou falando que não queria nada de política. Não é nesse sentido, desculpe, não foi essa a intenção. Eu queria ficar fora do ambiente

político. Queria ficar na minha família, cuidando, é isso que eu queria dizer para o Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Isso entendi. Mas V.Sª. está aqui por conta de uma entrevista que deu, não por outro fato.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, sim. Eu não queria fazer nenhuma ofensa a ninguém, até porque eu vivi 22 anos na política, não vou ficar cuspindo no prato que comi. Vários que estão aqui nessa sala, eu já conheci em outras ocasiões. Não sei se algum dia na minha vida eu vou voltar a fazer política ou não. Nesse momento eu estava respondendo qual era o meu desejo. Meu desejo era ficar com a minha família, longe de tudo.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – O Senhor foi abandonado por seus companheiros?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Senador, eu fiquei nesse, eu vou contar para o Senhor, nesse um ano (soa a campainha) que eu fiquei, nesse um ano que eu fiquei, eu fiquei... Não sei se foi um auto-isolamento meu, ou que... Eu fiquei sozinho nesse, nesse período, praticamente é um ano. Algumas pessoas, amigos meus, tentavam ligar para mim, eu não queria recebê-los. A única coisa que eu queria é que eles me assegurassem que eu tivesse o Advogado. Inclusive, até em última hipótese, "Vai com a minha irmã, minha irmã é Advogada", embora não seja da área. Eu não queria ver ninguém, Senador. E também não me convidaram para nada, também. Então acho que foi uma coisa meio recíproca. Acho que eu me auto-isolei. Teve o encontro do PT nesse final de semana, eu senti que era uma pessoa morta, não é? Quer dizer...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Uma coisa que...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu agradeço ao Sr. Silvio Pereira e a V.Exª., mas por ora eu não tenho mais pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª. poderá voltar a usar a palavra na hora que desejar, Senador Garibaldi Alves, na condição de Relator. E eu concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, por permuta com o Senador Romeu Tuma. Em seguida, Senador Jefferson Peres que já autorizou a permuta com a Senadora Heloísa Helena. Depois Senador Romeu Tuma, Senador Magno Malta e Senador Alvaro Dias. São os cinco primeiros oradores.

Senador Arthur Virgílio. Pediria a cooperação de todos para que nós gastássemos exatamente os 10 minutos e vou dar dois minutos de tolerância a cada um dos Srs. Senadores. Então pediria que marcasse os 10 minutos e V.Exª., Senador Arthur Virgílio tem a palavra. Por permuta com o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Farei poucas perguntas ao Sr. Silvio Pereira. A primeira é, aliás, eu estou entregando a V.Sª., Sr. Silvio Pereira, o seu depoimento na Comissão dos Bingos, na Comissão dos CORREIOS que nesta hora talvez o conforte porque está cheia de elogios de seus antigos companheiros de partido a V.Sª.. Eu vou lhe entregar isso porque guarde para os seus arquivos pessoais. Não lhe fará mal. A primeira pergunta é: o Senhor já devolveu à Jornalista Soraya Aggege os apontamentos que ficaram nos seu apartamento? Já devolveu a ela?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Olha, o que eu tinha lá que eu lembro dela que era o telefone, o maço de cigarros, eu a devolvi. Os papéis que lá ficaram eu até posso trazer para os Senhores, posso até dizer, lembrar algum deles aqui, qual eram os papéis. Era uma nota minha devolvendo o carro, era uma planilha de indicações do PT, o processo de indicação de cargos, indicações do PT para o Governo. Eu coordenei, no começo de...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu peço que seja objetivo, já devolveu, não devolveu, não é importante. Eu tenho duas perguntas para lhe fazer.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Aquilo que era dela eu devolvi.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Obrigado. Eu passo para outro pergunta, Sr. Silvio. A pergunta que lhe faço é... A segunda, o Senhor chegou a declarar na matéria, essa que o Senhor leu em parte que: "Querem me matar". O Senhor seria capaz de dizer quem o Senhor teme? De maneira objetiva.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Essa foi a coisa que eu perguntei para várias pessoas, eu falei para várias... Para meus amigos, minha família, foram as pessoas com as quais eu conversei esses dias. Eu não lembro de ter dito para ela que "vão me matar". Eu não lembro ter dito esta palavra para ela. Isso eu falei só, eu não conversei com as pessoas da política nesses dias. Eu só fiquei com os meus amigos pessoais tentando, eu falava para eles, eu não lembro de ter dito esta palavra. Não lembro mesmo, Senador.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – De qualquer maneira...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não significa que eu não tenha dito. Eu estou dizendo que eu não lembro de ter dito.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – O que mais garantiria a sua vida, a meu ver, se o Senhor teme por ela, seria dizer o que o Senhor sabe. Me parece isso, mas se o Senhor diz que não teme

pela sua própria vida, fica aqui a sugestão do Senador José Agripino no sentido de a CPI tomar a peito a decisão de buscar protegê-lo através do Ministério da Justiça.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas o Senhor teme pela sua vida?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Acho que eu temo de mim mesmo, acho que o principal medo que eu tenho hoje é de mim mesmo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Silvio, minha última pergunta e depois um comentário sobre ela. O Senhor declarou que o plano do empresário Marcos Valério com o PT era arrecadar o montante de um bilhão de reais em quatro áreas. Então, BANCO ECONÔMICO, BANCO MERCANTIL de PERNAMBUCO, BANCO OPPORTUNITY e operações de passivo na área agropecuária. Como era especificamente a questão, como era a operação com o OPPORTUNITY?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Olha, não lembro exatamente qual foram as coisas quando eu coloquei para ela, se foi desse jeito que eu havia dito. Eu lembro que a questão do OPPORTUNITY, eu leio muito, como eu falei, a imprensa, era sabido que existia divergência no PT em relação ao OPPORTUNITY. Como eu lhe falei, eu não chegava a participar de nenhuma decisão ou de qualquer tema relativo a OPPORTUNITY. Mas era fato que existia divergência, sim, no PT em relação ao OPPORTUNITY e o que representava aquela briga lá da PREVI. Então era sabido que existia essa briga sim.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem. Olhe só. Eu tenho aqui um documento que vai ser tornado público, até porque ele é público, é um documento, é um documento endereçado ao Juiz Lewis E. Kaplan da Corte de Justiça Distrital dos Estados Unidos no Distrito Sul de Nova Iorque, *Pearl Street* 500. Muito bem. Ele é assinado por um Advogado do BANCO OPPORTUNITY que se refere, em algum momento aqui na página três, eu tento aqui traduzir, diz que o Governo brasileiro, aí ele diz Lula, cita o antigo Ministro da Fazenda e cita o antigo Ministro da Casa Civil, Palocci e Dirceu, diz que odiavam Daniel Dantas e estavam em guerra com ele para destronálo do controle do seu empreendimento. Muito bem. Então diz que esse ódio e essa perseguição, em relação ao OPPORTUNITY, tinham a ver com recusa que começou em 2002 e se estendeu por 2003 de aceitar sugestão do Partido dos Trabalhadores no sentido de o OPPORTUNITY despender dezenas de milhões de dólares para evitar, não era nem para a campanha, era para evitar futuros embaraços governamentais. Então isso teria sido recusado por esse Banco que teria avisado ao seu concorrente, ao CITIBANK. Está assinado isso. A fonte é um Advogado, Sr. Philip Korologos e é dirigido a esse Juiz. Eu já vou tornar esse documento público, enfim, a tradução será feita por quem mais queira. Mas o fato é que tem uma certa coincidência entre V.Sª., Dr. Silvio, ter dito que um dos meios de se chegar ao tal bilhão que Marcos Valério preconizava, seria BANCO ECONÔMICO, BANCO MERCANTIL, outro meio seria o OPPORTUNITY, além dessas tais operações, tais passivos na área de agropecuária.

E aqui tem uma denúncia a essa Corte Novaiorquina do Presidente, do Advogado desse BANCO OPPORTUNITY ao Juiz Lewis Kaplan dizendo que... Explicando por essa via deprimente o que seria o ódio a separá-los. Ou seja, você imagina que as razões são outras e, na verdade, há uma ligação que eu vejo entre o que V.Exª. disse, com meias palavras, e o que esse documento aqui diz com palavras inteiras.

Isso, Sr. Presidente, está me ensejando fazer uma série de requerimentos que, mais tarde, indicarei a V.Exª., de modo a que nós possamos ir mais fundo nesta questão. Algum comentário de V.Sª.?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Só isso.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu também. Eu quero poupá-lo e poupar a todos nós. Apenas esse documento me parece que é algo muito sério, um dos mais sérios que já - com a concordância do depoente - dos mais sérios que já tramitaram por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Solicitei que V.Exª. encaminhe uma cópia a Mesa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Encaminho agora a V.Exª...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou suspender a Sessão por 5 minutos por solicitação do Sr. Silvio Pereira que pretende uma parada técnica. Está suspensa a Sessão.

(Sessão suspensa às 12h51.)

(Sessão reaberta às 12h56.)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Reaberta a Sessão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª., para concluir.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Seria exatamente isso, Sr. Presidente. Tinha ainda um tempo. Na verdade, é bem breve, em relação ao documento, com o depoimento da Srª. Verônica Dantas à Corte de Nova Iorque. Ele já está liberado para a imprensa brasileira que o transmitirá à Nação e já está nas mãos de V.Exª. e do Relator Garibaldi Alves.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Está nas nossas mãos, será encaminhado à Assessoria.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem, Sr. Presidente. Por outro lado...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O documento é em inglês?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Em inglês, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nós vamos tomar as providências e mandar fazer a tradução.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Mandar traduzir. E Sr. Presidente, a sugestão outra que faço é no sentido de que se requisite as fitas que estão em poder da Jornalista Soraya Aggege, seria, eu creio que uma providência salutar para o desenvolvimento dos trabalhos presididos por V.Exª..

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. encaminhe por escrito essa solicitação. Agradeço a V.Exª. e concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, por permuta com o Senador Jefferson Peres. V.Exª., Senadora Heloísa, dispõe de 10 minutos com dois de tolerância.

Eu quero, antes de conceder a palavra a V.Exª., Senadora, dizer que conversei aqui com o Dr. Silvio Pereira e deixei bem claro para que ele, em qualquer momento, diga que se sente ou não em condições de dar continuidade ao seu depoimento. Deixei, passei a ele e aos seus Advogados, em qualquer momento nós estaremos abertos para dialogarmos. E V.Exª. poderá interromper o depoimento na hora que V.Exª. entender por uma questão de saúde. Senadora...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Só comunicando, Sr. Presidente, que se houver interrupção marcaremos uma outra data para complementação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se houver interrupção, já que o Sr. Silvio Pereira se encontra sob a responsabilidade dessa CPI, de imediato pedirei aos médicos para hospitalizá-lo. Para que nenhuma outra responsabilidade caia sobre essa CPI.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Mas aí adiamos para uma oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Claro, a Sessão não será encerrada. Será marcada uma outra por essa presidência. Pediria que remarcasse o tempo da Senadora que cobra os minutos. Senadora Heloísa Helena, V.Exª. tem a palavra por 10 minutos e dois minutos de tolerância.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Silvio Pereira. Bom, primeiro, eu tenho tido a oportunidade de analisar essa história toda tentando fazer um esforço que eu acho que é um esforço humano... (soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Solicito o silêncio para ouvirmos a Senadora.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – É um esforço pessoal. Para mim não tem problema não, se o Silvio Pereira estiver ouvindo, Presidente, está tudo bem. Então esses quatro anos eu acho que eu aprendi muito ao longo da minha vida tanto militando no movimento social, na institucionalidade, tanto na época que eu era do PT, como agora do PSOL, aprendi muito quando eu fui Deputada Estadual enfrentando a estrutura do poder político, enfrentando o crime organizado.

Aprendi muito na oposição ao Governo Fernando Henrique e agora na oposição ao Governo Lula. E eu acho que o que eu mais aprendi, mais aprendi, foi o qual é a simbologia do poder, do poder. Do que é que as pessoas são capazes de fazer para manter cargos, prestígio, poder. Isso eu aprendi muito, como as pessoas são capazes de esmagar o seu melhor amigo, como as pessoas são capazes de jogar num trem de alta velocidade alguém para se livrar...

O poder realmente é uma coisa impressionante, assim, tudo bem que tem uma frase que diz que "o poder não muda as pessoas, as revela". Isso é fato porque eu acho que quando alguém é mau caráter, é mau caráter fora do Governo e no Governo, também. E é por isso, assim, várias pessoas ficam ligando para a gente durante o seu depoimento. Aí umas pessoas dizem, ou de forma irônica, ou preocupada: Não, será que ele está muito mal de saúde? Será que ele tomou alguma coisa? Será que as declarações que foram dadas, que ele está com problema de sofrimento mental, que qualquer pessoa poderia ter, porque um problema de depressão é uma coisa que qualquer pessoa pode ter. O que é que de fato está acontecendo?

E eu fico lembrando, Silvio, na época que você era o Silvinho todo-poderoso do PT. E quando eu vi aquela entrevista, eu disse assim: "Olha, qualquer petista honesto vai ver nessa entrevista que o Silvinho deu a verdade". Primeiro, porque sempre existiu muito de lenda na democracia interna do PT. E sempre existiu uma cúpula que manda, personalidades que vão além da executiva, além do diretório, tem uma cúpula de algumas personalidades que mandam, e outros que operam. E o Secretário de Organização e o Secretário-Geral, que todos nós chamávamos de Silvinho, Silvio Pereira, sempre foi a pessoa desse mesmo jeito, assim, mesmo quando estava lendo o nosso processo de expulsão, enquanto outros tinham verdadeiros ataques histéricos comemorando a nossa

expulsão, o Silvio Pereira estava lá com esse mesmo jeito, um misto de serenidade, de relações civilizadas, mesmo quando estávamos em campo completamente opostos, fazendo disputas bem ao ritmo dos partidos de esquerda.

E aí, eu realmente assim fico tentando, ao ler aquela entrevista, eu fico tentando me colocar no lugar da pessoa. Eu digo assim: "Será que eu diria tudo o que eu sei?". Não é? Porque às vezes é muito mais fácil a gente cobrar. Às vezes eu fico dizendo assim, alguém diz assim: "Mas pede a proteção do aparelho do Estado". Será que eu me sentiria tranqüila de pedir a proteção do aparelho do Estado que eu estou enfrentando? Será que eu me sentiria segura, num programa de proteção à testemunha quando quem, entre aspas, vai me proteger são aqueles que eu estou denunciando? Agora, se você ou eu, não fazemos, imagine o que a gente pode cobrar de uma cidadã simples, de uma cidadã comum, de uma mulher de periferia que às vezes vê o seu filho sendo assassinado ou o filho da outra sendo assassinado e ela não fazer nada para realmente contribuir e para realmente dizer o que é que é a verdade.

Então, independente do caráter da conversa com a Jornalista, porque você disse que não lembra ao certo se foi uma entrevista, se foram declarações, mas foram conversas. Agora é impossível, Silvio, oito horas de conversa, mesmo que a gente esteja sob... É uma situação que todo mundo pode estar, ou de abandono, ou de solidão, ou de depressão, mas mentir a pessoa não mente, não é? Mentir a pessoa não mente.

Então, para nós o que é essencial é que você nos diga se a conversa que você teve com a Jornalista Soraya, se você expressou aquilo que era sua verdade? Porque a fita, ela vai acabar disponibilizando. Se houve uma interpretação diferente na formulação da matéria ou no que você quis dizer, isso vai acabar sendo dito.

Então, se nas oito horas de conversa, se você por acaso foi motivado por rancor, por abandono, teve a intenção de mentir para perseguir alguma pessoa, ou se você expressou parte da verdade que você, como ex-dirigente partidário... Porque eu, sinceramente, eu fico impressionada quando eu vejo as declarações de importantes dirigentes do PT em relação a você, a V.Sª. Eu fico impressionada. Porque quando diz: Traidor, mentiroso, deslumbrado, fingido, é uma figura folclórica que não sabia nem falar direito.

Eu, sinceramente, eu fico impressionada como é que dirigentes do PT falam isso quando, na época, você era uma pessoa que não era da chamada "cúpula", daqueles que sentam numa determinada mesa, mas você era uma pessoa muito importante para a estrutura partidária. Ninguém vira Secretário de Organização, ninguém vira Coordenador de um GTE, sendo um militante deslumbrado, louco, fingido, traidor, uma figura folclórica - que segundo dizia hoje nos jornais - não sabia articular gramaticalmente as coisas. Eu, sinceramente, tudo isso eu não tenho nenhum prazer, tenha a certeza, em vê-lo aí, nenhum. Nenhum. Lógico que eu sei exatamente os açoites e as humilhações que eu passei no processo de expulsão do PT. Eu sei exatamente quem foi comemorar, inclusive nas orgias sexuais com o dinheiro público roubado em função do processo de expulsão.

Mas eu não sinto, porque eu sempre fico imaginando, sabe o que é? O que é que o poder é capaz de fazer, como é que você, um dia desse, era uma pessoa, eu imagino sua mãe... É por isso que você diz que sua mãe, porque eu lembro que quando eu fiquei, Senador Efraim, eu até fiquei emocionada, nem deveria ter ficado, mas fiquei emocionada quando eu vi o Ministro José Dirceu se despedindo do Gabinete Civil e ele dizia: "Minha mãe está muito preocupada". E aí eu fiquei até preocupada. Eu falei sobre isso. Aí minha mãe, imediatamente me ligou e disse: "Você não tem que ficar preocupada, porque ele não ficou preocupado quando a sua mãe chorava noites e mais noites com o seu processo de perseguição, de tortura, passando o que você passou". Mas eu, sinceramente, não consigo porque é um retrato do que é o poder.

Eu não consigo acreditar que você tenha participado desse esquema, só. Não acredito. Eu duvido que algum petista honesto acredite nisso. Não é verdade. Ou todos são inocentes, inclusive V.Sª, (soa a campainha) ou todos são igualmente culpados e comprometidos com esse escândalo, esse monstrengo de corrupção que foi montado.

Então, para nós o que é essencial é que você diga, às oito horas de conversa que você passou com a Jornalista Soraya, mesmo que tenha interrupção, mesmo que tenha sofrimento, você expressou a sua verdade? Ou naquele momento você quis perseguir alguém, quis dar o troco a alguém? Ou você expressou, não acredito, que toda a verdade que você sabe, sinceramente, posso estar completamente errada, mas se você, na fala que você fez para ela você expressou aquilo que a sua alma, o seu coração, a sua verdade pedia que você, de alguma forma dissesse? Porque é até estranho que a pessoa fique oito horas com uma pessoa conversando, sem querer expressar algo que a pessoa está querendo falar.

Então é só uma coisa objetiva. Se você acha que você falou tudo, que você expressava a verdade, a verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª ainda dispõe de dois minutos. Eu peço que marque dois minutos.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – É isso. Se você falou o que você entendia que era a verdade, ou uma parte da verdade, ou foi, por algum outro motivo tentado a dar declarações falsas?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Senadora Heloísa Helena, antes de fazer essa resposta, no dia que nós aprovamos a sua expulsão do PT, e da Luciana.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Do Babá e do João Fontes.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Babá e João Fontes, agora que estou vendo que ele está aqui. Ato contínuo da... Quando eu desci da tribuna eu já tinha conversado com o meu motorista, que já estava aguardando em um lugar, eu saí daqui, nem sequer retirei a mala do meu quarto. (soa a campainha) Saí, fui embora para casa, não despedi de ninguém. Não pense você, Heloísa Helena, Senadora Heloísa Helena, que eu fiquei feliz com aquele ato. Você pode duvidar de mim, mas acredito que você ainda tem vários companheiros no PT que talvez você possa ter mais confiança.

Por exemplo, eu participei da campanha eleitoral de 2004. Nós temos aqui uma Senadora, Senadora do Pará, Ana Júlia. Eu conversei com ela várias vezes sobre a campanha eleitoral. Pergunte a ela, Senadora, se algum momento eu tratei de dinheiro com ela, se eu levei dinheiro para ela. O único momento, Senadora, que ela ligou para mim apavorada, porque ela estava lá sem material de campanha, quando eu fui visitar, já falei isso na outra CPI, que eu acho que no Brasil todo foi uma campanha milionária. A única coisa com interferência que eu tive com ela, foi fazer com que o Diretório Nacional do PT liberasse para ela as bandeirinhas que ela tinha mandado imprimir por conta dela e não tinha como pagar e eu pedi para que o Diretório Nacional assumisse as suas bandeiras.

Segundo, mesmo uma pessoa que me chamou aí, que eu não quero lembrar o nome, que é o atual Secretário-Geral do PT, Raul Pont, estive lá também no Rio Grande do Sul. Vi a penúria que eles estavam lá no Rio Grande do Sul sem recursos. Pergunta para Raul Pont qual foi a minha posição. Eu saí de lá, me reuni com a Direção Estadual do PT do Rio Grande do Sul, com a Coordenação Eleitoral, trouxe um relatório, entreguei na Comissão executiva, exigi na Comissão Executiva que houvesse ajuda para Rio Grande do Sul.

Terceiro exemplo que eu queria lhe dar: Joaquim Soriano, que é o atual Adjunto da Secretaria Geral, que veio, várias vezes, conversar comigo sobre as dificuldades eleitorais. Veja também qual era o comportamento que eu tinha. Levava para a executiva. Isso foi uma luta grande. Eu nunca disse, Senadora, que eu fui um "joão-ninguém" no PT. Eu tenho orgulho do que eu fiz.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Eu nem estou dizendo isso de V.Exª. não. Eu estou dizendo é que a declaração que foram dadas pelos dirigentes do PT, inclusive pelo Presidente do PT.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, eu vou responder. Eu vou responder a tua pergunta, Senadora. Eu tinha um papel, sim, importante no PT. E eu tinha orgulho desse papel. Você sabe perfeitamente quando eu assumi a Secretaria de Organização. Não existia Secretaria de Organização no PT. O PT estava organizado em 2.500 Municípios. Eu tinha prazer no que eu fazia. Eu nunca pretendi ser candidato a nada. Sempre falo isso para todo mundo. Eu gostava do que eu fazia. Eu nunca me senti rebaixado e nem elevado. A minha grande luta no PT era eu ser reconhecido pelo trabalho que eu fazia, sem ter mandato. Porque no PT, a pessoa às vezes não precisava ter história nenhuma, bastava ter um mandato que ocupava qualquer cargo. E aqueles que lá estavam trabalhando precisava ter um mandato. Foi por essa razão que em muitas oportunidades, eu tive condições, pelo meu trabalho, exercer outros cargos no PT e nunca o exerci. Só exerci em 2004 quando o Jorge Bittar se licenciou.

O que eu disse na entrevista, hoje não posso afirmar o que é verdadeiro, o que é ficção, o que é inventado, o que é que não é, o que é que é da minha cabeça, mágoas, evidente que tem, Senadora. Mágoas não contra pessoas, porque nesse final de semana teve o Encontro Nacional do PT, alguns amigos me ligaram para mim na segunda e na terça-feira, momentaneamente eu fiquei até feliz, porque as pessoas não me ligavam mais, não recebi ligação de ninguém. E até comentei com a minha, minha mulher até estranhou: "Ué, Silvinho, você parece que ficou feliz com aquelas ligações".

De fato, nas primeiras ligações eu fiquei feliz, sim. Mas as conversas eram assim: "Olha, foi o melhor encontro nesses 22 anos. Foi um encontro feliz onde todo mundo é...", e aquilo vou me machucando, porque na verdade de todo mundo ali quem estava ausente, não sei se, provavelmente o Delúbio estava ausente porque ele também tinha sido expulso, eu estava ausente daquele encontro. Você sabe para que é que significa a questão do encontro do PT. Não deixei de participar de nenhum encontro do PT até hoje.

As minhas grandes... Por várias vezes eu tive a condição de ocupar um cargo no PT e não ocupava por não ter mandato. Você sabe como funciona no PT há muito tempo. Você sabe também, se perguntar a qualquer Estado, eu não mexi com dinheiro, Senadora.

Não mexi. Eu lutava pelos Estados, sim. Vou dar um exemplo, na coligação com o PTB, não estava incluído o Rio de Janeiro, eu não participei da reunião que fechou o acordo com o PTB. Nem chamaram para essa reunião, embora eu estivesse na sede. Muito embora fosse o Coordenador do GTE. Não participei. Mas a única coisa quando fiquei sabendo do acordo que não estava o Rio de Janeiro, eu briguei para incluir o Rio de Janeiro. Por uma única razão, porque o Jorge Bittar estava lá com 3 ou 4%, eu falei: "Era esse que está precisando. É esse que está precisando". Lembro ainda nas vésperas da campanha o Jorge Bittar ligava apavorado, plena boca de urna, com pouca mobilização, sem recursos para nada, a cidade do Rio de Janeiro que é uma cidade importante, a única interferência que eu tive com o negócio do PTB foi fazer com que o Rio de Janeiro entrasse na coligação.

Na medida, você sabe também que em São Paulo a partir de uma entrevista que eu tinha dado no jornal "O Valor", avaliando que se o Serra fosse o candidato o quadro seria outro, fazendo uma análise, não sei se lembra exatamente dessa entrevista da análise que eu havia feito. A partir dali eu virei *persona non grata* em São Paulo. Você sabe perfeitamente que na Conferência Nacional do PT, eu sentado na mesa, fui chamado ali de maneira pejorativa pelas pessoas que foram à tribuna, não quero nem lembrar a palavra que a mim me ofende muito. Vou ficar com a palavra pessimista, que é a melhor para mim nesse momento. Eu era Coordenador do GTE. O que me levou a fazer, o que me levou a fazer... (soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Para concluir, essa história aí, acho que a pergunta, o tempo da Senadora acabou e eu acho que V.Exª. está contando a história que está fora, acho que da pergunta que foi feita pela Senadora.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – É, mas eu acho que...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, Senadora, eu não vou admitir que passe a contar aqui a história de 200 anos. Há um objetivo aqui, V.Exª. me desculpe.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Mas então...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Que ele seja objetivo com as respostas porque nós temos 17 dos Srs. Senadores.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Não, é porque aí...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu estava concluindo.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Eu sei que estava, eu não tenho dúvida disso, só para ajudar Sr. Silvio Pereira.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu pediria ao Sr. Silvio que realmente quando se tratou desse assunto, inclusive, teve um comportamento totalmente diferente de como vinha falando antes e agora de interesse. O Senhor falou muito à vontade...

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Não, mas tem elementos...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Só uma observação talvez o medicamento.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É efeito do remédio já, Sr. Presidente.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – É, mas tem elementos muito importantes que ele está disponibilizando para essa Comissão. Tem elementos muito importantes que ele está disponibilizando para essa Comissão.

Então, é só uma coisa objetiva agora, Silvio. Olhe, veja, eu sinceramente posso estar completamente errada. Eu não consigo acreditar que V.Sª., Delúbio, ex-Ministro José Dirceu montariam um esquema como esse sem a participação, a definição da cúpula palaciana do PT e autorização do Presidente. Eu posso estar completamente errada.

Então, deixemos isso de lado. Veja, durante tudo isso que V.Sª. acompanhou. É fato, e V.Sª. disse corretamente, é fato que as finanças do partido não passavam por V.Sª. Todas as pessoas sabem disso. É fato. Agora, todas essas outras discussões que estão sendo feitas, porque veja, Sr. Silvio, é muita coisa. Veja é tráfico de influência, é intermediação de interesse privado, exploração de prestígio, formação de quadrilha, crimes contra a administração pública... (soa a campainha)

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Então, é como se fosse só para...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Para concluir.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Só para concluir mesmo, Senador Efraim. É como se fosse assim: então, a única coisa que... ninguém fez nada? Você está entendendo? É como se tudo isso tivesse sido articulado por V.Exª., pelo Sr. Delúbio, ou seja, os dois que estavam fora do último encontro do partido. Eu acho que qualquer petista honesto sabe que isso é uma, dizer isso é uma canalhice sem tamanho. Mas... (soa a campainha) É isso que eu quero só saber.

Então, V.Sª. acha que é inocente? Que não fez nada? Que não errou? Que não participou de articulações por ingenuidade ou má-fé, acha que não?

Porque eu, sinceramente, a minha interpretação é a seguinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Para concluir, Senadora.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Para mim não adianta dizer: Fulano traiu. Quem traiu? Qual é o nome do traidor? São as duas pessoas? É o quê? Como é que uma pessoa se transforma em traidor sendo uma pessoa importante que era respaldada e carinhosamente tratada e depois não é mais? Então, como é que o Senhor analisa isso, agora... (soa a campainha)

Como é que o Senhor analisa tudo isso à luz da entrevista dada como é o que Senhor analisa tudo isso? Alguém errou? Ninguém errou? São todos inocentes? O que houve é interpretação indevida? Ou existem personalidades que deveriam ser responsabilizadas e não foram? Para nos ajudar. (soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora para concluir.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Porque eu não vou nem perguntar se tem medo de morrer ou se tem medo de fazer alguma coisa contra a própria vida, porque numa situação como essa, eu acho que isso é uma coisa que qualquer pessoa pode ter. Eu sinceramente sei que existem adversários que são capazes, não apenas de caluniar, mentir e roubar, mas de matar qualquer um que passa pela frente ameaçando o projeto de poder, mas é uma questão objetiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço a V.Exª., Senadora.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Eu sei, Senador Efraim que eu inclusive já passei do meu tempo, mas é porque é uma, é uma situação muito preciosa e especial. Porque ou nada disso aconteceu, ou é uma... Como alguns dizem, uma perseguição implacável e que nada aconteceu, ou só duas pessoas, duas únicas pessoas foram... Cabe na cabeça de alguém, duas pessoas que foram capazes de desmontar uma estrutura partidária, um Governo, as relações promíscuas com o Congresso Nacional?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora, para concluir, Senadora.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – É isso, é para perguntar o que é que ele acha disso. Se isso é uma interpretação indevida de todos...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Peço a V.Sª. que responda a Senadora objetivamente.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Algo tem que ser aprofundado, tem que ser investigado, se V.Sª. se acha injustiçado, se acha que...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Obrigado, Senadora. V.Sª. tem a palavra.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – No momento, só informando ao Senador, me encontro melhor. Fui, sim, em vários Médicos esses dias e rejeitei qualquer possibilidade ou de internação ou de acompanhamento, eu gostaria de vir aqui. No estado que eu estava eu não gostaria de vir aqui. Na minha cabeça hoje, Senadora Heloísa Helena, é tudo muito confuso, hoje. Evidente que erros eu devo ter cometido e outros devem ter cometido. Nós estamos sendo tudo julgados, processados, denunciados e ao final, se eu errei, pagarei por isso. Se os outros erraram, devem também pagar por isso. Seja qual for o erro, pequeno, grande, ou máximo. Todos que erraram deverão pagar por isso.

Eu acho que a CPI, essa que está aqui funcionando ainda, já teve uma CPI que terminou, aquela CPI eu tive condições hoje, não sei se quantas pessoas leram, quase três mil páginas, eu li as quase três mil páginas da CPI dos CORREIOS. Por isso quando hoje me chamaram para ir no Ministério Público falar sobre CPI dos CORREIOS eu falei: Eu quero ir. Esse assunto foi um assunto que eu estudei, eu estudei. É verdade também que ao longo de tudo isso o ressentimento, evidente que quando eu assim me comportei nessa entrevista, tem ressentimento, sim, mas não é contra pessoas, é contra toda a situação que está envolvida a minha própria, a minha própria história e o fato de eu ter sido cortado da fotografia da história.

No transcorrer das investigações, e quando eu tiver perante, não só essa CPI, perante o Juiz, tudo serão apurados, esclarecido. Agora, nesse momento aqui hoje eu não, eu não consigo mais ficar fazendo afirmações que vão incriminar pessoas ou a mim mesmo, ou com verdade ou não, ou justo ou injusto. É por isso que eu quero, já fui por demais investigado lá, nos CORREIOS. Já fui na Federal, vou amanhã cedo no Ministério Público. Na seqüência vou na Polícia Federal, e vou aonde eu puder tentar ganhar forças e poder contribuir, mesmo sabendo que eu deverei pagar pelos erros que eu tenha eventualmente cometido. Agora, não quero arrastar ninguém para uma coisa que eu ainda não tenho nesse momento as mesmas convicções.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Demóstenes Torres. Mais uma vez, por permuta com o Senador Romeu Tuma, que estava no lugar do Senador Arthur Virgílio. Em seguida o Senador Magno Malta.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sr. Presidente, Srªs. Senadoras, Srs. Senadores. Eu gostaria de perguntar ao depoente, o Senhor, quando ingressou aqui o Senhor parecia assim meio até, digamos, fora de órbita, meio abobalhado e, de repente,

voltou a ter uma robustez mental extraordinária, não é? Então, alguns, alguns companheiros do Senhor, ex-companheiros de partido e também alguns membros do Governo chegaram a rotulá-lo de desequilibrado, espiritualmente atormentado além de traidor e corrupto. O Senhor é doido?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não responderei.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – O Senhor tem algum problema mental?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não responderei.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – O Senhor está enfrentando dificuldades financeiras?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Graças a Deus, o suficiente a minha família está me dando.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – O Senhor trabalha?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – No momento não estou trabalhando.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Como é que o Senhor está vivendo?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Graças a minha família.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – O Senhor disse que quando recebeu a Jornalista o Senhor ia sair para uma reunião de trabalho, o Senhor ia para o trabalho. Não disse isso aqui ainda há pouco?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Procurando trabalho, sim, Senhor.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – O Senhor está procurando trabalho. Sim, quem foi que pagou o Advogado do Senhor, o Dr. Malheiros, que é um Advogado caro?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – PT.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Ainda continua pagando. Quem paga o Advogado atualmente?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Nós ainda nem conversamos sobre isso ainda.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Mas como é o que Senhor entrou em contato com o Advogado, o Senhor pode revelar?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – O Dr. Arnaldo apresentou o Dr. Iberê, isso foi ontem, né? Inclusive uma das primeiras perguntas que eu fiz: Como ficaria a questão do nosso contrato, porque até então era o PT que vinha pagando.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – O PT ainda até agora pagava o Dr. Malheiros como Advogado do Senhor?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Pelo que eu saiba, sim, até agora sim. Agora não sei a partir de agora.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Perfeitamente...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Só, Senador, o Senhor me permite só um pouquinho. Porque talvez a questão emocional, ela tem, tem sido assim minha vida nesses últimos meses, elas têm altos e baixos. Não estava muito legal. Fui ali, conversei com os Médicos, tomei um medicamento, sim. Não vejo nenhum problema quanto a isso.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Não, eu só lhe perguntei.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – E fico feliz saber que se eu recuperei um pouco de forças, não vejo nenhum problema quanto a isso.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Eu também fico muito feliz. Principalmente, eu queria lhe fazer algumas perguntas justamente nessa área, mas V.Sª. se recusa a responder nessa área, não é verdade?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Sim, Senhor.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Eu ia conversar sobre o mal de Alzheimer, talvez, que perde a memória recente, mas fica com a memória remota, talvez.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – É uma questão de foro íntimo que eu me reservo a discutir a minha saúde com a minha família e os meus Médicos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Perfeitamente. (soa a campainha) Agora, a questão familiar, a questão da saúde do Senhor veio a público. E o Senhor inclusive deu a entrevista. A repórter mentiu durante a entrevista? O que ela publicou é mentira?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não acredito que a repórter tenha mentido. Aliás...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Nem eu, para dizer a verdade nem eu acredito que ela mentiu...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – O Senhor me perguntou, eu posso responder?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Perfeitamente.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não acho que os repórteres mentem, eu não parto dessa idéia. Quem pode mentir é quem dá a entrevista. Não acho que os repórteres mentem.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Hoje, V.Sª. aqui por duas vezes disse o seguinte que, primeiro, tentaram falar com o Senhor e o Senhor não quis. E depois disse, respondendo a uma entrevista da Senadora, respondendo a pergunta da Senadora Heloísa Helena, que as pessoas não ligavam mais para o Senhor, que o Senhor ficou até feliz quando recebeu a ligação de dois telefonemas. O Senhor pode dizer em

que momento, hoje, dessas duas afirmações o Senhor disse a verdade?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Desculpa, o Senhor pode repetir para mim?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Pois não. O Senhor disse, anteriormente, que talvez, tentaram ligar para o Senhor e o Senhor não respondia. O Senhor também preferiu o isolamento e não respondeu as ligações. Já respondeu a uma ligação da Senadora, perdão, uma pergunta da Senadora Heloísa Helena, o Senhor disse o seguinte: Que ficou até feliz quando recebeu a ligação de duas pessoas, após, porque já não ligavam mais para o Senhor. E quando foi o que Senhor disse a verdade aqui? Na primeira afirmação ou na segunda?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – As duas foram verdadeiras, posso responder novamente para o Senhor.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Pois não.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Para quem me conhece, no PT, sabe que negócio de telefone não funciona comigo. Não só os dirigentes do PT como os Jornalistas sabem disso, que às vezes me ligam, não me acham, não me encontram. O que eu fiz, nessa crise toda, eu desliguei todos os meus celulares, todos os telefones e não queria saber. Esses dois amigos que conseguiram falar comigo é que ligaram na casa, na minha casa, quem passou o telefone foi a minha mulher que eram dois amigos comuns, nossos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – O Senhor pode me dizer qual a conversa, se ela não foi uma conversa, assim, que possa ser... Se não foi algo íntimo, o que é que o Senhor conversou hoje pela manhã com o Sr. Gilberto de Carvalho?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não conversei com o Sr. Gilberto de Carvalho.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Será que não?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Olha, deve estar fazendo, para não errar na conta, eu creio que eu não conversei. Eu não vejo o Gilberto de Carvalho faz, aproximadamente, quase que um ano.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Será, será que o Senhor não afirmou para um Senador ali...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Senador, eu estou falando a verdade para o Senhor. Eu não falei com Gilberto de Carvalho, Senador.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Será que o Senhor não afirmou na sala reservada ali na presença de um Senador, que tinha falado pela manhã com o Sr. Gilberto de Carvalho.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Senador, estou falando aqui a verdade e prove que alguém fale que o que eu estou falando é mentira. Não falei com o Sr. Gilberto de Carvalho, não só hoje, há muitos meses eu não falo com o Sr. Gilberto de Carvalho, esta é a verdade e desafio qualquer um a provar o contrário a isto.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Eu fico satisfeito com as respostas que V.Exª. deu.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. de ontem para cá não falou com ninguém, a não ser com os Advogados?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, Senhor. Somente com os Advogados, aliás, só falei ontem à noite com os Advogados. E tem amigos pessoais meus que aí não tem nada a ver com a história.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tudo bem. Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, pela ordem. O Senador Arthur Virgílio está avaliando que V.Exª. me apontou por algum fato.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu falei com o Senador? Eu não apontei V.Exª..

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não foi comigo, então?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, de forma nenhuma.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Só para esclarecer. Tá bom. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Arthur Virgílio gosta de brincar com V.Exª..

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Só para esclarecer, não foi comigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, V.Exª., de forma nenhuma. Eu tenho certeza que V.Exª., se tivesse feito alguma pergunta relativa, se o Silvio falou com o Gilberto se estava tudo bem, V.Exª. tinha repetido aqui. Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Presidente, Sr. Silvio Pereira, Sr. Relator. Todas as colocações foram feitas aqui e as colocações que todos gostaríamos de fazer, a verdade é que obtivemos muito pouca coisa ou quem sabe colaboração nenhuma, em função daquilo que o Senhor mesmo falou. Eu sugiro ao Senhor que leia, o Senhor disse que não leu, não viu. Mas eu sugiro que leia com muito cuidado, porque as suas palavras são muito bem articuladas aqui na entrevista dada à repórter, e o pior da mentira é você ter que contar uma maior depois, até porque, não sei

se o Presidente da CPI requereu uma possível gravação que ela tenha feito e tal da sua fala. Eu quero respeitar também o seu estado emocional, o seu estado de depressão, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A intenção, Senador, que V.Exª. se refere que eu acho que é importante, queria dar uma justificativa, a intenção dessa CPI é convidar a Jornalista para vir depor na CPI, a convite, não por convocação.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Hã-hã. E respeito o seu estado, a exemplo do que colocou a Senadora Heloísa Helena e não quero aqui tecer críticas ao seu momento. Algumas pessoas estão mais curtidas para um momento como esse. Outras não. Imagino que toda essa coisa que veio à tona tenha sido algo inesperado para a sua vida e esse seu recolhimento durante quase um ano e esse seu isolamento, esse seu "estar sozinho" é uma coisa extremamente pessoal, mas quando o Senhor fala nessa entrevista depois desse isolamento de quase um ano é uma coisa muito bem articulada, muito bem falada. Por isso eu sugiro que o Senhor leia com muito cuidado, até para depois, lá na frente, não ter que se autodesmentir, desfazer o que falou, não é? Fazer um remendo. Isso tudo é muito ruim e compromete muito mais, compromete muito mais. A sua fala tem um tom de desabafo aqui, é a primeira leitura que eu faço. Tem um tom de desabafo, um tom de quem se sentiu abandonado, de quem ficou jogado, de quem não teve a atenção. E isso é próprio do ser humano.

A gente, o ser humano é bem assim. Quando você está numa boa posição todo mundo lhe trata bem, todo mundo lhe beija a mão... Se um raio cai sobre sua cabeça é como se você tivesse adquirido lepra, ninguém quer saber de você e te joga num canto e essas coisas de fato fazem muito mal, e quem tem fragilidade emocional certamente entra no estado que V.Sª entrou. E eu respeito isso. Agora, começo aconselhando que o Senhor leia mesmo com muito cuidado a sua entrevista, porque ela é muito bem articulada. As perguntas que foram feitas, como não, o Senhor, está ligado aqui?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Desculpa, estou ligado até agora. Estão pedindo para mim ler...

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Então, como as perguntas, as respostas não foram contundentes e nem bateram com o que está escrito no texto da entrevista do " O Globo". Eu queria só lhe fazer uma pergunta, até porque quando o Senhor coloca o Presidente Lula, o Senador Aloizio Mercadante, nosso companheiro aqui, o Genoino, o Zé Dirceu, que era Gushiken, que era a cúpula do partido, quando o Senhor diz à Jornalista: "Esses eram o que mandavam, esses eram que comandavam", o Senhor estava falando isso pejorativamente referindo a eles como armadores, como mandantes de esquema ou o Senhor estava se referindo ao cérebro do partido que mandava, interferia em todas as decisões, caminhos a serem tomados, métodos a serem aplicados no partido que eram essas pessoas? O Senhor estava se referindo à vida do partido como um todo ou estava se referindo a um momento, o momento em que essas cabeças comandaram esse desmando que se estabeleceu se referindo a eles como quadrilheiros?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu me referia à história do PT. Tanto isso é verdade que estou lhe respondendo, Senador, que eu coloquei que o Genoino, só em determinado momento que ele subiu para este grupo. Eu vou tentando dizer em que momento o Genoino entrou para esse grupo. Eu até falava para ela, mesmo o Genoino sendo minoritário, na época, ele acabou tendo... Hegemonizando o pensamento do PT naquela oportunidade. E foi por esta razão que o Genoino subiu para esse posto de liderança máxima. Então eu estava ali me referindo a história política do PT.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Estava se referindo a eles como comandante da história política do PT e não como quadrilheiros?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não como quadrilheiros.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Por isso que eu falo, o Senhor precisa ler com cuidado isso aqui, porque o que soa é a segunda colocação que eu faço, quando o Senhor faz aqui na sua entrevista. O Senhor fala um monte de coisa sobre a entrada do Duda, não é? As sugestões do Duda. É o mecanismo que continua no País, a distribuição de cargos, a origem de dinheiro arrecadado pelo Valério. E quando o Senhor fala sobre os "cem Valérios", por isso que eu falo para o Senhor ler direitinho, o Senhor não está se referindo a história de Valérios, o Senhor está falando cem atrás desses que está aí mesmo.

Então é por isso que o Senhor precisa ter muito cuidado, porque o que soa nessa entrevista é que o Senhor está se referindo a essas cinco cabeças não como cabeças da história do PT, e o Senhor acaba de dizer que era isso que o Senhor queria dizer, que eles são comandantes da história do PT, essas cinco pessoas, que seria o Senador Aloizio Mercadante, José Dirceu, Gushiken, o Presidente Lula e o Genoino, que o Senhor disse que foi introduzido depois.

E eu, olha aqui, eu achava que o Genoino era parte disso, da história do partido como cabeça da história do partido.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – É que eu dizia... É que tem uma parte, inclusive se tiver a outra parte não

vejo problema nenhum de ser publicado. Porque tem uma parte toda da história que eu contei do PT que não vi ninguém mencionando, se eu não vi ninguém mencionando é sinal que não foi publicado. Porque a segunda parte da conversa é sobre a história do PT. Ela até falou assim para mim: "Isso daria um livro".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Como é o que Senhor sabe que a outra parte não foi publicada se o Senhor disse que não leu?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Todas as perguntas que me fizeram.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, eu quero saber como o Senhor sabe que a outra parte não foi publicada se o Senhor disse que não leu. Quem disse ao Senhor que não foi publicado?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu estou respondendo para o Senhor, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu queria que V.Sª me respondesse exatamente isso. O Senhor acaba de dizer que a outra parte não foi publicada, como o Senhor sabe se o Senhor não leu?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Respondo, para o Senhor. É que a segunda parte da conversa, Senador, ela girou basicamente sobre a história do PT.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas, como o Senhor sabe? O Senhor leu para saber se ela não publicou?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Mas, vários amigos meus leram a entrevista.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu quero saber por que o Senhor está dizendo que não foi publicado, se o Senhor acabou de dizer que não leu? Eu confesso, não acredito que o Senhor tenha falado a verdade.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Estou dando a resposta para o Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor não sabe, o Senhor não leu, como o Senhor sabe que não foi publicada?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu tenho tempo para responder, Senador? O Senhor me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Claro, falando a verdade.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu falarei a verdade, Sr. Senador, como o Senhor está falando a verdade. A minha verdade que estou falando para o Senhor é a verdade. Eu fiz uma segunda conversa com ela, sobre a política, sobre a história do PT, sobre o Congresso, sobre o HV, sobre vários desses temas, e ninguém dos meus amigos, eu perguntei para eles, para todos eles: E sobre isso saiu? Não. E sobre isso saiu? Não. E sobre isso saiu? Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor sabia do que foi publicado, se o Senhor perguntou, o cara no mínimo deve ter dito: "Saiu isso, isso, isso e isso". Então V.Sª. me permita, está querendo fazer a gente aqui de besta. Já que V.Sª. chega aqui e diz: A outra parte não saiu. E o Senhor sabe exatamente o que saiu. Então V.Sª viu ou alguém leu para o Senhor, o Senhor não viu televisão, não viu nada?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não vi.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Está certo.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Essa é a verdade, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Bom, eu tenho o direito de não acreditar na sua palavra em relação a isso.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Claro que sim, Senador.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Eu só sugiro, como você vai depor na Polícia Federal e no Ministério Público, é porque o problema da mentira, que você tem que criar uma maior em seguida. Aliás, o pior da mentira é a hora da verdade, mas é a hora que você tem que contar a maior. Por isso que eu sugiro, se você não leu, e aí quando você fala que a outra parte não foi publicada, eu já ia encerrar. Mas como é que você lembra de tudo da outra e não lembra da que foi publicada?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu falei para o Senhor agora mesmo, só um segundo, que ajuda no raciocínio. Eu falei agora mesmo para o Senhor que no sábado à noite eu junto com a minha mulher estava tentando reconstruir a segunda parte da conversa. Eu tinha a certeza, tinha a certeza que o tema da segunda parte era política. Por que é que eu tinha certeza disso? Porque esse foi o começo da nossa conversa. Foi da parte política. Eu contava a história do PT. Quando eu comecei a perguntar para as pessoas que leram, vários dos amigos meus leram. Várias pessoas leram para mim e foram informando vários pedaços. Até dizia para as pessoas, quando estava hospedado na casa dos meus parentes, eu não quero jornal em cima da mesa, não quero nada, não quero televisão ligada. Eu só perguntava: Eu não falei só isso. Eu não falei só isso. Eu falei também da história do PT, cadê a história do PT? (soa a campainha) A Jornalista vai vir aqui, vocês vão poder perguntar para ela e aí, sim, vão saber se eu estou falando a verdade ou se eu estou falando a mentira.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Eu não quero nem entrar nesse mérito, não. Eu quero entrar no seguinte, é que soa como desabafo aqui a sua entrevista. E você põe as figuras centrais. E aí eu encerro com a sua fala. Você põe o Presidente Lula, você põe José Dirceu, Genoino, que você disse que foi introduzido depois, Mercadante e Gushiken, é isso?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, é Lula.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Lula.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Os nomes que eu... Lula, Mercadante, Genoino...

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Zé Dirceu.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Zé Dirceu.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Certo. Então na verdade o que o Senhor queria dizer é que essas quatro cabeças, eles eram cabeças da história do PT desde a sua criação?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu contava desde o... Eu falei assim, contei a história desde o 5º Encontro Nacional do PT e falei que a partir do 1º Congresso do PT essas pessoas foram às lideranças até a chegada ao Governo.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Então o Senhor não estava referindo a eles como malandros?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Magno Malta, para colaborar com V.Exª. se permitir. (soa a campainha) Inclusive, para avivar a memória. "Na entrevista ao "O Globo", o ex-Secretário do PT, Silvio Pereira, disse que não procurava empresários para arrecadar fundos para a campanha e apontou quem mandava no partido na campanha de 2002. 'Eu nunca me reuni com empresários, a imprensa sabia o que eu fazia. Levantamento de dados, análise de palanque estaduais e nacionais com cruzamento de dados, análise de política, sempre fui da organização partidária'; 'Quem mandava?'; 'Quem mandava era o Lula, Genoino, Mercadante, Zé Dirceu. Eu não estava à altura desse time'". É essa a afirmação feita por V.Sª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Então eu vou encerrar, pelo seguinte...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço, mas V.Exª. fique à vontade.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Eu vou encerrar. Então, na visão do Senhor, eu vou perguntar um por um, o Presidente Lula é malandro?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Na minha opinião, em hipótese alguma.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Certo. José Dirceu é malandro?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Para mim, não.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Genoino é malandro?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Para mim, não.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Senador Aloizio Mercadante é malandro?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Para mim, não. Eu estava falando da política do PT.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – O Senhor estava falando da política do PT.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Da política do PT.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu solicito, para dar uma prova ao Sr. Silvio que não há nada contra ele, eu solicito da Assessoria e até aconselho que me traga toda a entrevista, na íntegra, porque já que ele vai depor amanhã ao Ministério Público, para que hoje à noite ele possa ler e amanhã não chegar no Ministério Público dizendo que não leu. Eu acho que era razoável. Isso aqui um Conselho. Senador...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª se compromete a ler.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Vou ler, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Graças a Deus. Senador...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente. Preciso comunicar a Mesa da seqüência a denúncia que fiz, Sr. Presidente. Dizer que estou encaminhando a V.Exª. quatro requerimentos, quatro prometidos, três deles com o mesmo teor dirigidos ao BANCO OPPORTUNITY.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, encaminhe à Mesa e no final nós colocaremos...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu resumo, um minuto, Sr. Presidente, eu creio que é de interesse público. Vamos desburocratizar um pouco. BANCO OPPORTUNITY, PREVI e CITIBANK. Então seria o envio sob pena de busca e apreensão de todos os documentos que se relaciona ou reporta informações de contato do Governo ou membros do Governo, constantes do processo nº. 05 CIV, 2745 LAC. Enfim, o que corre sob a responsabilidade do Juiz Lewis Kaplan na Corte Distrital de Nova Iorque. E um quarto, ao próprio Juiz Lewis Kaplan, pedindo... Primeiro, que ele confirme a autenticidade da manifestação dos Advoga-

dos Boy, Shirler e Flexer(F) no processo. E segundo, a remessa de cópia de todos os documentos existentes dos autos e que digam respeito, ainda que de forma indireta ou por mera referência, a negociações envolvendo o Governo Brasileiro ou outros atores deste País e quaisquer pessoas mais envolvidas possivelmente nesse caso", Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. agradeço ao Senador Magno Malta e concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias. Em seguida, ao Senador ACM e após o Senador Suplicy.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Sr. Silvio Pereira percebe que não veio aqui para ser massacrado. Aqui não há ninguém pretendendo massacrá-lo. Ao contrário, há alguém como eu, esperando uma reação sua ao massacre a que foi submetido pelos seus companheiros de partido. Como o Presidente do partido, Berzoini, como Tarso Genro e outros que se manifestaram desqualificando-o após a entrevista. O que de mais suave se ouviu foi que o Senhor está desequilibrado. Então, é evidente que nós esperamos uma reação sua, principalmente agora que depois do intervalo, de medicado, está mais fluente e tem condições de raciocinar e responder com maior competência.

A indagação que eu faço para a resposta é sim ou não. Noticiou-se que o Senhor foi procurado, depois da entrevista, a pedido inclusive do Presidente Lula, para não falar à CPI nada que comprometesse o Presidente. Evidentemente porque há o que comprometa o Presidente se o Senhor falar. Eu pergunto: Houve esse trabalho de emissários do Presidente para que o Senhor se calasse?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu volto à operação de um bilhão. Porque as informações que chegam dão conta de que desse projeto o Senhor participou diretamente. Teria sido arquitetado pelo Senhor, então Secretário-Geral do PT, pelo Ivan Guimarães, ex-Presidente do BANCO POPULAR, por José Dirceu, ex-Chefe da Casa Civil, Delúbio Soares, ex-Tesoureiro do PT e o Publicitário Marcos Valério. Quem informa e que diz ter tido acesso ao projeto original, diz que o objetivo era um Banco, o Banco do Trabalhador, um grande jornal e a TV do Trabalhador que, aliás, segundo o Sr. Paulo de Tarso, nesta CPI, obtinha recursos públicos para a sua manutenção em São Paulo, e eram sócios dessa TV do Trabalhador. Ela, portanto, existe, o Presidente Lula e o Sr. Paulo Okamotto. As operações com os cartões de crédito que tem a chancela do BANCO DO BRASIL e da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL seria... Essas operações seriam responsáveis pela maior parte do dinheiro que viria para esse projeto.

Eu pergunto: O Senhor participou realmente desse projeto? Porque aí há uma lógica entre o que a Jornalista publicou, e eu quero dizer que aqui não há quem duvide da seriedade da Jornalista. Uma profissional que trabalha num veículo como "O Globo", tem que ser respeitado. Então não há aqui ninguém capaz de desqualificar a matéria publicada. E há lógica. O Senhor fala num bilhão, num projeto de um bilhão, e aqui há uma informação de que o Senhor participou, sim, da arquitetura desse projeto.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Sr. Senador, em hipótese alguma, em nenhuma circunstância, em nenhum momento da minha vida eu tive conhecimento desse projeto. Desafio a qualquer pessoa vir aqui na minha frente dizer que eu tivesse conhecimento de qualquer um desses projetos. Absolutamente não, Senador. Quanto à questão do Jornalista, Senador, eu já tive no PT, quando eu fiz algumas entrevistas, mesmo em entrevistas mais duras para mim, não estavam falando só sobre essa Jornalista. Em geral eu nunca desmenti qualquer coisa que eu tenha falado para os Jornalistas, em alguns casos, para algumas pessoas talvez, mas no meu caso, não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Então eu quero que o Senhor não desminta agora.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Tá.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A divulgação dá conta que o Senhor tinha documentos que entregaria à Jornalista e depois resolveu não entregar, que documentos são esses?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, eu posso entregar para você, Senador, desculpe, para os Senhores. Os documentos eram a minha nota de devolução do carro, o meu pedido de afastamento do PT, o documento que o Delúbio Soares encaminhou ao Conselho de Ética do PT, Conselho de Ética do PT. Quarto documento, é um documento que eu apresentei no Diretório Nacional do PT sobre sistema de indicação, eu falei isso na CPI, até para o Senhor, indicações ao Governo Federal. São esses quatro documentos, ela vai estar aqui presente com os Senhores e ela vai poder atestar isso. Posso entregar para vocês esses documentos, são documentos públicos, eu não vejo problema nenhum.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E as anotações que ficaram?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – As anotações que ficaram foram as notas, que simplesmente quem limpou a minha casa, eu mandei destruir tudo que era... Elas limparam toda a minha casa. A única coisa que eu tinha pedido, que acabou ficando, são os do-

cumentos, esse documento ficou embaixo da mesa, porque a mesa, ela virou, os documentos ficaram assim embaixo da mesa. Os documentos estão todos amassados, inclusive. Mas são esses documentos que estavam, ela sabe disso, que são esses documentos. Os documentos não diz respeito as conversas que eu tive com ela. E quando ela estiver presente aqui, ela vai poder confirmar isto.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Outra informação que o jornal divulga na véspera da entrevista publicada é de que o Senhor citou um nome que nem mesmo Duda Mendonça, no seu depoimento, houvera citado.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Quem?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Que nome é este que depois nós ficamos em dúvida?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não sei qual nome.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Um nome que o Senhor citou à Jornalista e que seria divulgado na entrevista? O Senhor não se lembra desse nome?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não. Nem desse nome, nem de ter ocorrido esse fato.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O Senhor se lembra que fez referência a uma associação de empresas para fraudar licitações. Isso o Senhor se lembra.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não falava para ela de fraudar licitações, o que eu estava dizendo para ela que na minha opinião, eu sou dirigente, era, dirigente partidário. Circulei, portanto, por muitos anos durante a política, eu falava que muitas vezes, os próprios... Não estava citando exemplos, nem conhecimento meu, dizer: "Olha, muitas vezes os próprios empresários, entre eles, eles se constituem enquanto grupo para poder participar de determinado projeto".

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Exato, exatamente isso que foi publicado. E exatamente nesse momento, indagado se o Senhor participava disso, disse que não. E disse que não tinha *status* para pertencer à turma de elite. E citou os nomes a partir do Presidente Lula. Eu faço uma conexão com esta ação junto a empresas com o objetivo de arrecadar fundos para a sustentação do projeto de poder de longo prazo do seu partido, o PT. É exatamente isso que o Senhor quis dizer? Ou se arrependeu e agora vai dizer diferente?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Olha, Senador, nem vou responder, porque eu não tenho essa conclusão que o Senhor está chegando, essa análise ainda. Vou ler hoje à noite, sim, essa entrevista e vou me preparar amanhã para a reunião que eu vou ter com o Ministério Público.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Na verdade...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – E na Polícia Federal.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Na verdade o Senhor já leu a entrevista e é uma estratégia adotada. De qualquer forma, nós não temos o poder de definir se o Senhor está dizendo a verdade ou não. Mas a minha avaliação é que o Senhor leu, sim, essa entrevista por várias vezes, não uma única vez.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu disse que não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Relativamente à participação do Presidente Lula houve, em que pese o fato do Senhor dizer que o Delúbio perdeu o controle da situação, em determinado momento, logo no início das investigações através da CPI dos CORREIOS, houve aí um outro conluio, não de empresas, mas o Sr. Delúbio Soares, o Sr. Marcos Valério e o Presidente Lula, de forma coordenada, organizada, com uma estratégia previamente discutida, divulgaram entrevistas através da Rede Globo onde se procurou restringir o grande escândalo de corrupção a corrupção eleitoral que foi apenas uma parte do escândalo ampliado.

O Senhor participou desse planejamento? O Senhor tomou conhecimento, à época... (soa a campainha) disso?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – A minha participação na campanha eleitoral se deu em acompanhar a situação eleitoral nos Estados e trazer para a coordenação da campanha, para a direção do partido esta análise.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O Deputado Lorenzoni, que está ao meu lado, lembra do episódio no Rio Grande do Sul em que o Senhor chegando lá verificou que a campanha de Raul Pont estava na miséria, veio e foram repassados recursos para a campanha. Não consta aqui da prestação de contas. Esses recursos foram repassados à campanha do Sr. Raul Pont em Porto Alegre.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu só cheguei, conforme informei à Senadora Heloísa Helena, não só lá, como vários Estados, no caso do Rio Grande do Sul que lá estavam com dificuldade, sim, eles precisavam de materiais para a campanha. Encaminhei isso. Falei isso em reunião da Comissão Executiva. Ponto.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A propósito da Senadora Heloísa Helena, ela indagou se outras pessoas não deveriam pagar, uma vez que o PT puniu apenas o Senhor e o Sr. Delúbio Soares, em

termos. Nós não estamos aqui preocupados em puni-lo, porque o Senhor já foi denunciado pelo Ministério Público. Nós estamos aqui preocupados em alcançar alguém que ainda não se alcançou. E a indagação da Senadora obteve uma resposta: Outras pessoas ainda pagarão. Quem seriam essas pessoas? Quais seriam essas pessoas?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu acredito que todas as pessoas que erraram nesse processo deverão pagar por isso.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Já há um avanço de sua parte ao reconhecer que as pessoas erraram, não é? Que, aliás, o Senhor foi o primeiro, pelo menos que eu me lembre, do Governo, ex-autoridade importante do Governo, ex-autoridade importante do partido que, publicamente, referendou as conclusões da CPI dos CORREIOS e do Ministério Público referente à existência de uma organização criminosa, assim denominou o Procurador da República, com muita competência, com o objetivo de sustentar financeiramente um projeto de poder... (soa a campainha) de longo prazo.

Então, já há um avanço. Pelo menos o Senhor já reconhece isso tudo. Só falta dizer se realmente o Presidente Lula sabia de tudo, participou de tudo. Porque o Senhor o coloca como a principal figura da turma, exatamente de todos os integrantes desta turma, com exceção do Presidente Lula, foram denunciados pelo Ministério Público. Por que o Senhor avalia, o Presidente da República tem sido generosamente protegido e blindado por todos os Senhores?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não acho que ele não está sendo blindado. Acho que o Lula é isso aí. O Lula é o grande Líder desse País. Nunca vi o Lula cometer nada de errado, é assim que eu penso dele e é assim que eu vou continuar pensando.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, eu encerro a minha participação, evidentemente, mantendo a mesma avaliação sobre o propósito do Sr. Silvio Pereira. O que ele respondeu anteriormente não corresponde à verdade. O que é verdade é que ele foi, sim, orientado para nesta hora não dizer nada que pudesse comprometer o Presidente, embora tenha dito e comprometeu na entrevista concedida ao jornal "O Globo".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e concedo a palavra ao Senador Antônio Carlos Magalhães.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Silvio Pereira, ilustres Advogados. Sr. Silvio Pereira, é um erro negar que V.Sª. não conheça a entrevista, porque aí é uma ofensa muito grande que V.Sª. faz, não só a si próprio, como também aos seus Advogados. Se o Senhor veio para aqui acompanhado de dois Advogados e antes o PT pagava o Advogado Malheiros para V.Sª., não é possível que eles nunca tenham comentado com V.Sª. o motivo da sua vinda aqui, que era essa entrevista. Evidentemente V.Sª. conhece a entrevista em todos os sentidos e está se negando a confirmar alguns desses pontos. Isso aí é fora de dúvida e é preciso que fique logo patenteado. Um.

Dois. V.Sª. nunca foi uma pessoa estranha ao comando do PT. Ao contrário, V.Sª. distribuía os cargos para muitos Estados e inclusive para postos grandes no País e na PETROBRAS, principalmente, daí a ligação que V.Sª. teve com a GDK e dado a influência dos contatos que essa empresa também tinha com a GDK. E a GDK procurou, mais de uma vez, V.Sª. e outra pessoa forte no Palácio que era o Ministro Jacques Wagner. V.Sª. sabe que a PETROBRAS tinha contratos grandes e V.Sª. sempre falou com a PETROBRAS. Nós temos aqui provas evidentes disso e não era só V.Sª., era também o candidato hoje na Bahia, Ministro, colega quase de V.Sª. é que davam, primeiro V.Sª. tinha uma sala maior, depois lhe deram uma sala menor até que lhe expulsaram. Como é hábito do PT expulsar todos aqueles que ajudam para que amanhã calem a boca através de depoimentos como esse que V.Sª. hoje está fazendo.

Hoje V.Sª. podia ter o grande dia da sua vida contando a verdade do que não contou na entrevista. V.Sª. podia dizer todas as coisas aqui e não ficar enaltecendo o Presidente Lula que é, sem dúvida, o principal responsável por tudo isso que acontece. A não ser que ele fosse realmente uma pessoa anormal e aí, sim, ele é que deveria ter esse atestado que V.Sª. mandou para o Supremo Tribunal Federal.

Não creio que esses Advogados estejam aí sem ter lido a entrevista, e sem ter comentado as respostas que V.Sª. teria que dar aqui hoje. De maneira que eu não posso acreditar nessa coisa. De modo que essa influência que V.Sª. tinha na PETROBRAS ficou provada através daquele veículo que eu não quero nem mais, sei que atormenta a sua cabeça falar em GDK, Land Rover, essas coisas. Eu não quero nem falar. Eu cito assim apenas *en passant*.

Mas quero dizer a V.Sª. que a outra parte da entrevista, se V.Sª. pudesse adiantar, apenas porque a Jornalista vem e de memória ela tem algumas coisas importantes para dizer da segunda parte da entrevista que V.Sª. tem negado tratar aqui e cujos documentos ficaram em sua casa. No momento, assim, de exasperação ou arrependimento, V.Sª. deve ter rasgado, quebrado, feito algumas coisas desse tipo, pelo menos

foi o noticiado pela imprensa. Então, nessa segunda parte ainda virá este assunto.

Outra coisa que eu queria perguntar, o Senhor sabe que o PT tem uma relação íntima com a ETESCO, em São Paulo. Eu sei que V.Exª sabe, e sabe também quem é Fernando Moura. Eu gostaria também que V.Sª. nos falasse sobre Fernando Moura que hoje está em Miami, mas que contou coisas importantes sobre o entendimento com o PT e com V.Sª.

Ademais, também, quando V.Sª. citou o BANCO ECONÔMICO, o BANCO MERCANTIL, não sei se citou o NACIONAL, mas se não citou, poderia ter citado, este assunto de que ia dar esse bilhão, era por aí e via BANCO CENTRAL. Era acertar a conta desses Bancos no BANCO CENTRAL e aí fluiria o dinheiro para a campanha que teria que ser de mais de um bilhão. Isso não há dúvida, se não fosse pelo BANCO CENTRAL, que é quem está resolvendo, esses nomes não estariam citados.

Então, quem é que tratava esses assuntos? Era V.Sª.? Ou V.Sª. informou que eram esses elementos, essas instituições bancárias, porque outras pessoas tratavam deste assunto pelo Governo? Eu teria que perguntar a V.Sª. também, V.Sª. veio realmente muito humilde e essa humildade é sempre comovente. É uma tática, não sei se foi dos seus Advogados ou se foi de V.Sª., perfeita. Mas agora V.Sª. está deslanchando. Conte tudo, não fique com esse peso na sua cabeça. Por que é que vai contar amanhã na Polícia Federal ou no Ministério Público e não conta aqui para os Parlamentares que podem até ajudar a V.Sª., sem precisar delação premiada, sem nada, se V.Sª. falar a verdade. Porque não é V.Sª. o responsável por essa imundice toda do Governo que V.Sª. pertenceu, e que hoje o abandonou, como abandonou o Delúbio, como abandonou José Dirceu e como abandonará todos aqueles depois de que se servem.

De maneira que V.Sª. tem essa oportunidade e tem essas perguntas para me responder. Se quiser que eu repita, eu posso repetir. Mas se V.Sª. guardou, porque está com boa memória agora, poderá me responder o problema da PETROBRAS, o problema da entrevista, o problema do Fernando Moura e o seu PT, antigo PT que o abandonou, e esse tormento que V.Sª. passa é exclusivamente por causa de seu partido. Se V.Sª. tivesse tido a solidariedade, porque o seu erro não foi para si próprio, foi para facilitar o seu partido. Então se V.Exª facilitou para o partido, não ficaria abandonado como está também. Agora, o Palocci fez tanta coisa, coitado, e agora está abandonado e sentindo esse abandono, daí porque V.Sª. pode ter uma depressão moderada ou grave se V.Sª. não contar. A hora que V.Sª. contar, V.Sª. fica em paz com a sua consciência, em paz com a sua família e fica olhado pela sua mãe, sua Senhora mãe, pelos seus filhos com o respeito de um homem que tendo errado, não quis continuar no erro e salvou a Nação dizendo toda a verdade sobre um assunto tão grave.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Sr. Senador, o erro que eu cometi assumi publicamente por ele e vou pagar por ele. Outros erros que eu tenha eventualmente cometido, também pagarei por eles. O Senhor pode não acreditar e tem todo o direito disto. Repito para o Senhor, olhando olho no olho: Eu não li a entrevista no jornal "O Globo".

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Os Advogados não conversaram com o Senhor?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eles podem até responder. Não. O Senhor pode, e tem todo o direito de não acreditar, Senador. Eu soube sim...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou passar a V.Exª para eu não me esquecer, para que V.Exª amanhã, por favor, não vá lá no Ministério Público sem ler essa entrevista, por favor, que lá a conversa é diferente.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Nesse ponto me reservo o direito do silêncio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Antônio Carlos Magalhães.

(soa a campainha)

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu quero... O Senhor não tem influência na PETROBRAS de Jacques Wagner?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Me reservo o direito ao silêncio, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu quero que fique consignado que ele tendo respondido algumas perguntas, essa da PETROBRAS, ele fez questão de guardar o silêncio. E o Sr. Fernando Moura?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Me reservo o direito ao silêncio.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Outro caso que pode ser investigado pela Comissão. ETESCO, Fernando Moura e Governo e nosso prezado Silvio Pereira. Eu acho que com isso eu não preciso mais nada, porque a Comissão e o Relator, que é muito arguto e tem a facilidade de parecer que não é, isso facilita grandemente o seu trabalho, de modo que o Relator, eu acho que com essas suas negativas em não querer responder esses dois assuntos, V.Sª. está confirmando. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, V.Exª dispõe de 10 minutos com mais dois de tolerância.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Senador Garibaldi Alves, Relator, caro Silvio Pereira.

Em primeiro lugar, quero aqui reiterar o que, quando na CPI dos CORREIOS expressei, é fato que nós nos conhecemos desde praticamente o início da história do Partido dos Trabalhadores.

V.Sª. aqui menciona que dedicou a sua vida por 22 anos ao Partido dos Trabalhadores e, portanto, quase metade da sua vida, são 44, salvo engano, e que, e nesses 22 anos é fato que nós dois interagimos muito porque V.Sª. participou ativamente de muitas de minhas campanhas e, inclusive, assumindo funções de responsabilidade, de organização e muito importantes, e também durante o período 2000 a 2002, quando eu fui pré-candidato a presidência no Partido dos Trabalhadores, muitas vezes, e eu, o meu Gabinete interagiu com V.Sª. e sempre tivemos uma relação de muito respeito, de amizade e acredito, de muita correção nos nossos procedimentos. E disso eu dou o meu testemunho.

É fato que aconteceu o episódio relatado na sua entrevista para "O Globo" e aqui repetido que nós tivemos um diálogo na ante-sala da CPI e quando perguntado a respeito do episódio do Land Rover que estava por sair naquele próprio dia na Rede Globo, no noticiário, e conversamos a respeito e a minha recomendação foi sempre de que o importante é contribuir e dizer a verdade toda. E essa continua a ser a minha recomendação, prezado Silvio. E quero também observar o seguinte, que eu declarei logo que me perguntaram a respeito da sua entrevista. Ali notei que era o seu desejo de estar conversando com a Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores sobre todos estes fatos, e eu quero dizer aqui, publicamente, o que disse quando me perguntaram, eu acho isto mais do que justo, que você tenha esta oportunidade, que V.Sª. tenha a oportunidade, e que o próprio Presidente Ricardo Berzoini abra esta oportunidade. E lembro que no Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, uma das frases importantes do Presidente Lula ali foi "Companheiro nosso, na dúvida, é nosso companheiro". E, obviamente, esta palavra vale para quem, por 22 anos, contribuiu para o PT e, inclusive, nos últimos anos teve uma posição tão importante como a de ser Secretário-Geral.

Se em um momento determinado V.Sª. avaliou e disse abertamente: "Cometi um erro", e por isso, como acaba de dizer, "Eu sou responsável e sou responsabilizado", então isto é importante no sentido daquilo que sempre nós pregamos. E como na sua entrevista e nas suas explicações ficou definido algumas coisas, mas que eu gostaria de deixar claro, porque surgiu a dúvida, em diversos dos Parlamentares e dentre os Jornalistas e na opinião pública, em geral, que como de início está explicitado que Silvio Pereira isenta o Presidente Lula de qualquer responsabilidade sobre fatos que poderiam ser considerados como delitos ou o que fosse, e em outro momento, como o citado há pouco por um dos Senadores que ao ler a sua entrevista, o trecho que no Partido dos Trabalhadores os principais eram o Presidente Lula, José Genoino e Aloizio Mercadante e José Dirceu, acho que será muito importante que com esse espírito de dizer toda a verdade, na medida em que conheceu tão bem, interagiu com o Direção Nacional, interagiu com o Presidente Lula, mesmo antes dele ser Presidente, que possa aqui então esclarecer um ponto importante, qual seja: Se sobre qualquer forma de arrecadação que não fosse a adequada, sobre qualquer procedimento de eventual influência em órgão público, se do seu conhecimento, houve da parte do Presidente Lula qualquer orientação indevida e que possa aqui esclarecer isso com clareza.

Então, é a primeira pergunta que eu tenho. Se há qualquer fato do seu conhecimento, sabendo todos nós do seu... Da sua interação com o Presidente Lula antes da campanha, durante a presidência ou durante a campanha, perdão, antes da sua eleição e durante o seu Governo, que tenha tido conhecimento de qualquer orientação dada pelo Presidente que pudesse ser indevida, incorreta. Porque este é um ponto importante.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não só quando o, hoje, Presidente Lula, e na época Líder do PT, Presidente do PT, eu nunca recebi dele qualquer orientação que fosse errada ou que fosse ilícita.

Eu lembro, inclusive, Senador Eduardo, Eduardo Suplicy, um episódio diz que respeito a prévia sua. O Presidente na época, não Presidente do PT, um pré-candidato, ligou para mim, eu estava, acho que na sede do PT, se não me engano ele até citou, que não me lembro quem estava ao lado dele, e me perguntava como que é essa situação da prévia em termos de requisitos. O Diretório Nacional havia acatado a sua indicação. Eu disse para ele que o Estatuto do PT previa esta possibilidade. Ele, a partir daquele momento falou: "Então deve-se cumprir o Estatuto do PT". E foi a partir daí que ocorreu a prévia.

Não me lembro de nenhum episódio, seja o Lula de antes de ser Presidente, seja Lula Presidente da República ter feito qualquer tipo de orientação que possa considerar desonesta ou ilícita.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Muito obrigado. Há um aspecto da sua entrevista quando menciona que havia um planejamento de Marcos Valério que poderia querer...

(interrupção no áudio) Sumiu o som, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Agora voltou. Em que Marcos Valério gostaria de tirar proveito de sua relação, sobretudo, com o BANCO CENTRAL que pudesse beneficiar quatro instituições, já aqui explicitadas pelo Relator Garibaldi Alves. E, entretanto, está explicitado na sua entrevista que isto não aconteceu, não aconteceu, pelo que pude compreender, porque as autoridades do BANCO CENTRAL disseram: "Não há qualquer procedimento que pudesse ser considerado inadequado". Portanto, ainda que pudesse Marcos Valério ter uma intenção de levantar recursos através de sua influência... (soa a campainha) em órgão do Governo, no caso o BANCO CENTRAL, o que aconteceu de fato é que não houve isto, porque o BANCO CENTRAL recusou qualquer ação que pudesse ser considerada inadequada.

Então, eu pergunto se é esta a interpretação que podemos ter daquilo que está explicado na sua entrevista.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Como não li o detalhe da entrevista, não sei exatamente se eu falei desta maneira, mas se é da maneira que o Senhor está colocando, é dessa maneira que eu penso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Foi isso que ocorreu, então?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Perfeito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ainda que Marcos Valério tivesse a intenção de regularizar, fazer aquelas instituições funcionarem para, então, obter recursos ao chegar no exame do BANCO CENTRAL, isto foi recusado e por isso aquilo que poderia ser considerado irregular não aconteceu? É isto?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Se foi dessa maneira que foi publicado, é dessa maneira que eu penso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª dispõe de mais dois minutos, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu estou satisfeito com as respostas. Agradeço. Vou encaminhar ao Silvio Pereira uma cópia da carta já registrada na Tribuna do Senado ao Presidente da República para seu conhecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª pode informar à CPI se o Presidente deu alguma resposta a V.Exª?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ainda não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ainda não, não é? V.Sª. pode... Vou suspender por cinco minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu tenho inclusive que parabenizar V.Exª, Senador Suplicy, estou preocupado porque V.Exª está perdendo o apetite de investigar.

(soa a campainha)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não, procurei seguir a orientação regimental do tempo, Sr. Presidente.

Sessão suspensa às 14h20

Sessão reaberta às 14h28.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Deixa eu reabrir a Sessão e darei a palavra a V.Exª., o "pela ordem". Está reaberta a Sessão. Concedo a V.Exª, Senador Suplicy, pela ordem.

(soa a campainha)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, agora, no intervalo, alguns Jornalistas vieram dizer a mim que testemunhas teriam ouvido diálogo comigo com o Silvinho Pereira antes do início da realização da CPI onde eu teria mencionado alguma coisa sobre Gilberto Carvalho. Eu quero assegurar e peço à pessoa que disse que teria ouvido isto, que em nenhum momento, nem eu, nem Silvio Pereira, falamos a respeito de Gilberto Carvalho, muito menos que teria ele ou eu feito contato com Gilberto Carvalho no dia de hoje ou em qualquer desses dias.

O que eu conversei com Silvio Pereira é se ele estava bem, que me disponho a conversar com ele na hora que ele desejar. Dei meu telefone para ele e estarei à disposição...

Perguntei, no outro intervalo, se ele queria tomar um lanche. De pessoa amiga disse a ele que lhe mandou um abraço. Que não foi o Gilberto Carvalho. Não mencionei a palavra Gilberto Carvalho e, portanto, a pessoa que disse aos Jornalistas que teria ouvido eu dizer a respeito de Gilberto Carvalho, eu estou informando: Não é verdade! A pessoa ouviu errado e precisa tomar cuidado com dar um testemunho daquilo que não aconteceu. Asseguro, Sr. Presidente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Ouviu errado, Sr. Senador ou está deliberadamente mentindo, muito mais provável que esteja mentindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Acho que V.Exª é uma pessoa que merece todo o nosso respeito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A pessoa se enganou.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se enganou, está registrado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Se enganou não, Senador, tem que usar a palavra correta. Não. A pessoa se enganou não, a pessoa está mentindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A palavra está sendo dita pelo próprio Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não foi verdade. Aqui afirmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu não tenho como duvidar da palavra de V.Exª, Senador Suplicy. Simplesmente V.Exª. registra que antes de iniciar a oitiva do Sr. Silvio Pereira, V.Exª. conversou com ele, perguntou como estava, alguém mandou um abraço, um forte abraço. É isso que V.Exª. registra aí no entendimento. Deveria até citar o nome da pessoa que mandou esse forte abraço para que não haja nenhuma dúvida.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mônica Dallari. (risos) Porque era a pessoa que, quando eu era pré-candidato, muito interagia com... Eu falei que o meu grupo de apoio interagia com o Silvinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E fazia de maneira tão amiga, respeitosa, construtiva, que ela mandou um abraço. Foi isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Vai ver a pessoa confundiu Mônica Dallari com Gilberto Carvalho. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mônica é muito próximo de Gilberto. Senador José Agripino com a palavra. (risos)

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª dispõe de 10 minutos e com dois de tolerância, Senador.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, Sr. Delúbio Soares, Delúbio Soares, desculpe, Sr. Silvio Pereira. Eu não lhe conhecia pessoalmente, nunca tinha lhe visto. Só tinha lhe visto num DVD, que não foi pirata, que eu consegui, um DVD do filme "Entre Atos" que retrata, talvez os melhores momentos da campanha do Presidente Lula, foi quando eu vi a sua fisionomia pela primeira vez, talvez tenha visto antes em fotografia. Mas vi a intimidade com que V.Sª. tratava o Presidente e com que o Presidente lhe tratava. E vi que havia uma forte amizade pessoal entre os dois. Eram pessoas íntimas. Talvez isso justifique o fato de que V.Sª. procura sempre proteger o Presidente Lula. V.Sª. deu uma entrevista ao jornal "O Globo", uma entrevista que V.Sª. disse que não leu a entrevista que não deu. É o que eu até agora percebi. Não leu a entrevista que não deu. Deixando muito mal a Jornalista Soraya Aggege. Mas V.Sª. diz e está escrito no jornal, que V.Sª. cumpria ordens e que o comando era de Lula, Zé Dirceu, Delúbio, aí, sim, Delúbio e Mercadante. E instado, diz que Lula não sabia de nada. Talvez pela amizade pessoal, pelos vínculos. Eu gostaria de dizer, Presidente, que eu já assisti desta CPI, muito embora não seja membro, mas como Líder participo de todas elas, quase todas, já ouvi depoimentos risíveis como do Poletto, aquele da cachacinha, já ouvi depoimentos convincentes que muito contribuíram e depoimentos absolutamente frustrantes como o de hoje.

Eu, Presidente, hesitei, fiquei aqui o tempo todo hesitando em pedir a palavra, pela ordem, para suspender essa Sessão. Por ineficácia. Porque, o Sr. Silvio Pereira, a primeira vez que ele se levantou para ir ao banheiro, o que se chama de parada técnica, levantou-se meio cambaleante. Quando V.Sª. chegou aqui eu tive pena. Chegou com ar abatido, cabisbaixo, sofrido, eu lhe juro pela felicidade dos meus filhos como eu tive pena de V.Sª., eu tive pena mesmo. Mas V.Sª., ao longo da Sessão, que passou a só responder o que é queria e a Comissão passou a conviver com as suas respostas ou com suas evasivas, foi lhe dando ânimo. V.Sª. está agora serelepe, levantou-se agora rápido como um raio, foi ao banheiro, voltou. Porque a Sessão está transcorrendo dentro daquilo que V.Sª., talvez tenha planejado ou que conseguiu. Não para mim. Não para mim.

Eu tenho algumas indagações a fazer e espero não ser frustrado. Na entrevista que V.Sª. deu e disse que não leu e disse que não deu, duas pessoas ficam muito mal. Primeiro, a Soraya Aggege, porque V.Sª. diz que não se lembra de fatos que aqui foram inquiridos, não vou repetir, não vou perguntar, não se lembra de fatos até com relação a pergunta que o Senador Garibaldi fez, a amnésia, V.Exª irritou-se um pouco e disse que não responderia aquele tipo de indagação. Respondeu algumas coisas com evasivas e o que é fato é que a Jornalista fica mal.

Sr. Presidente, eu acho que a Jornalista merece uma oportunidade. O Sr. Silvio Pereira falou aqui o que quis. Na entrevista ele - e eu vou entrar já, já - coloca muito mal algumas pessoas, poucas pessoas. Em dado momento ele diz que ofereceu-se ao PT para esclarecer o que tinha havido e o PT nunca quis ouvi-lo. Berzoini saiu de lá com tacape na mão lhe desqualificou, lhe chamou de mentiroso, no mínimo mentiroso, e não teve resposta nenhuma. Mas para mim ficou um fato. É que quando V.Sª. disse que ofereceu-se para ir

ao PT esclarecer o que tinha acontecido, é que V.Sª. queria contar, *interna corporis*, aquilo que V.Sª. sabia. E sabe muito. Ah, sabe! Sabe muito! E o PT, como todos sabem de tudo, o PT fez de conta que V.Sª. não precisava informar nada, porque falava-se na refundação e a refundação é uma coisa nova. Por que trazer o depoimento de um ex-prócer dirigente para contar uma verdade que todos sabiam e que interessava a uma parte do PT dizer que não sabia para refundar? E aí quando V.Sª. colocou o fato, vieram de tacape na mão, Berzoini, lhe admoestou, outros não, outros lhe trataram bem.

Mas há uma figura, Sr. Silvio Pereira, com quem V.Sª. foi impiedoso. Esse está colocado, esse merece ser ouvido de novo, é o Sr. Marcos Valério. Marcos Valério, pelo que eu li da entrevista, pelo que eu li da entrevista, Marcos Valério é o próprio Presidente da República. Nessa história não tem Zé Dirceu, não tem Lula, não tem comandante nenhum, não tem Delúbio, não tem Genoino, não tem ninguém. Marcos Valério.

Vou repetir o que eu li na entrevista. Sr. Presidente, eu acho que Marcos Valério merece o direito de resposta. A Soraya merece o direito de se explicar. Vou ler porquê. A entrevista fala: "O poder de Valério - e a entrevistadora Soraya vai dizer se tem ou não tem o caderninho, se tem ou não tem gravador - o poder de Valério se tornou tão grande que o próprio Tesoureiro Delúbio Soares perdeu o controle da situação - segundo Silvio - Valério passou a ter contatos diretos com políticos petistas e não petistas. No relato dele os saques feitos no BANCO RURAL não foram autorizados pelo então Tesoureiro Delúbio Soares, teriam sido acordos entre Parlamentares e Empresários com toda a sua enorme rede de *lobbies*".

Sr. Presidente, Sr. Silvio, ele era o Presidente da República. Eu já fui Governador, eu sei quem é que manda e quem é que pode autorizar ou não. Para ele fazer o que está escrito pela Jornalista, ele era o próprio, Marcos Valério era o próprio Presidente da República com todos os poderes. Ele era pleno e potenciário.

"Marcos Valério e seus interesses no Governo. Não se esqueça que Marcos Valério vem do BANCO CENTRAL, foi funcionário de lá, porque você acha que acharam ele 17 vezes acionando o BANCO CENTRAL? Não tem essa história de propaganda, isso é bobagem, o plano era faturar um bilhão, eles iam ganhar um bilhão em quatro áreas: BANCO ECONÔMICO, BANCO MERCANTIL de Pernambuco e OPPORTUNITY. Tinham ações dele lá que renderiam dinheiro, mas nenhum dos quatro esquemas rolava. Valério trabalhou com Dantas mas o Governo era dividido com essa história. O quarto ponto eu não sei bem, mas eram os passivos na área da agropecuária, mas não deu certo. O BANCO CENTRAL não acertou as coisas para ele".

Ou seja, Marcos Valério, pelo que Soraya escreveu da sua entrevista, Marcos Valério era o dono, era o atuador com 17 ações no BANCO CENTRAL para morder um bilhão de reais a serviço de quem? Quem era o interessado? O interessado era pagar contas do PT? Subsidiar o PT? Era Lula, mas Lula está inocentado de tudo, Lula não sabia de nada. O bilhão de reais era para sustentar o Governo Lula. Mas Lula não sabia de nada! E a entrevista foi dada, mas parou no meio do caminho e voltou. E tem alguém crucificado que é Marcos Valério. Marcos Valério é o pleno e potenciário que atuou em todos os segmentos e que no entender de V.Sª. da entrevista, é o grande responsável por tudo. Lá para as tantas. "O PT virou refém de Marcos Valério. Não tinha jeito, Marcos Valério estabeleceu canais próprios com petistas e com não petistas. Tem muita gente, muitos partidos estão envolvidos. Só que tudo caiu na nossa conta. Não tinha jeito de ser diferente. Quando estourou o escândalo nós encontramos com ele. Marcos Valério disse três coisas: 'Olha, tenho três opções, (soa a campainha) entregar todo mundo e derrubar a República, ficar quieto e acabar como PC Farias ou o meio termo'." Foi isso.

Primeira pergunta que eu lhe faço: Tem muita gente. V.Sª., quando a Senadora Heloísa Helena falou, disse que tinha outras pessoas que deveriam prestar contas porque V.Sª. e Delúbio Soares estavam pagando a conta sozinhos. Aqui está subentendido que tem outras pessoas. Eu queria saber que outras pessoas são essas e em que circunstância ocorreu essa conversa? Me parece que foi numa padaria e com a presença de outras pessoas. "Olha, tenho três opções: Entregar todo mundo e derrubar a República, ficar quieto e acabar como PC Farias, morto, ou o meio termo"; "A origem do dinheiro arrecadado por Valério?"; "Empresas, muitas empresas, não vou falar nomes".

Eu queria saber, eu queria... Essa é a grande oportunidade, quais são os nomes das empresas? Se V.Sª. falou empresas, muitas empresas é a fonte de Marcos Valério. "As empresas entre si fraudam as coisas, às vezes o Governo não persegue, é só isso, às vezes o Governo não persegue, é só isso. Elas se associam em consórcios, combinam como vencer licitações. O Delúbio começou a usar o Marcos Valério para pagar as contas. Agora, da lista do BANCO RURAL, o Delúbio não sabia". Imagina só, não sabia! "O que aconteceu é que o Delúbio perdeu o controle".

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª dispõe de mais dois minutos.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – "Ele só sabia de três ou quatro Deputados do PT, o resto

que recebeu no BANCO RURAL não era esquema do Delúbio. Tudo o que foi sacado não tinha a ver com o Delúbio. Quem mais sacou? Há muita hipocrisia".

Sr. Silvio Pereira, eu estou... A menos que V.Sª. me dê respostas conclusivas sobre as perguntas que eu lhe fiz, eu estou tendente a propor ao meu partido, propor aos meus companheiros que se instale o prosseguimento das investigações destes fatos. Porque V.Sª. disse uma coisa que eu não citei, é que o esquema de corrupção prossegue, há "cem Marcos Valérios" por trás do Marcos Valério. Sempre Marcos Valério.

Senador Efraim, Marcos Valério tem que voltar aqui. Ele aqui está colocado como o Presidente da República. A Soraya está desmentida! Essa é a República da corrupção! O Lula é acusado e desacusado. (soa a campainha) O Berzoini sai de tacape na mão depois de ser desautorizado na refundação do PT e nós ficamos aqui, vou repetir uma frase que uso: "Com cara de paisagem?" Ah, essa não!

Então eu gostaria de ouvir as respostas de V.Sª. para, em seguida, eu formular um pensamento que tenho e que posso manter ou posso não manter em função das respostas que possa ter de V.Sª.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Sr. Senador, em relação ao meu estado de humor, no sentido, tem variado muito, sim. Tem oscilado bastante não só aqui hoje durante essa CPI. E tem sido assim nos últimos dias.

Segundo, em nenhum momento aqui eu afirmei que a Soraya mentiu. Em nenhum momento desrespeitei a Soraya. Em nenhum momento eu neguei a pesquisa, a entrevista. Em nenhum momento. O que eu disse para o Senhor e para todos aqui, eu não li por uma razão, porque eu não conseguia ler. Então em nenhum momento eu a desrespeitei, em nenhum momento eu neguei o que ali estava. A entrevista é verdadeira, Senador.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Está perfeito.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – O que eu disse para o Senhor é que eu não teria condições hoje aqui...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – V.Sª. reafirma que o teor da entrevista é verdadeiro?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Afirmo que a entrevista é verdadeira. O que eu disse para o Senhor é o que diz respeito ao teor da entrevista, neste momento aqui, eu não tenho condições de aferir se aquilo que eu coloquei ali foi fato, não é fato, o que é, o que não é. Por aquilo que as pessoas relataram para mim eu vou continuar, já estou com ela aqui, vou ler, estou com força suficiente, já amanhã vou ter depoimentos importantes e eu quero ler essa entrevista, dar as respostas que o Ministério Público e a Polícia Federal assim me fizer.

Segundo, a questão do Marcos Valério, se nessa entrevista está dessa maneira é uma grande injustiça da minha parte com ele. Eu estava discutindo, Senador, é hipótese. É verdade, pode parecer que não seja, o que eu estava querendo dizer é o seguinte: O Marcos Valério ali para mim estava virando sinônimo, como virou sinônimo de Mensalão para a corrupção. Não era a figura do Marcos Valério. Quando eu falava "cem Marcos Valério" eu estou querendo dizer que há no País, que há no País, há...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Mas são tantas circunstâncias que V.Sª. se refere a ele como sendo o dono dos *lobbies*, como sendo o operador das ações do BANCO CENTRAL.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – E vou dar um exemplo.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Como tendo tanta coisa à revelia de Delúbio, o pagador dos petistas e não petistas.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Olha...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Ele é o dono da República!

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Vou dar um exemplo ao Senhor. Essa foi uma das perguntas... Várias pessoas, evidentemente, tiveram, eu perguntei para as pessoas com as quais eu li, foram com os amigos, não foram com os Advogados que fiquei fazendo essas perguntas. Infelizmente, eu afirmo aqui para o Senhor, que com os Advogados, mesmo os que estavam antes e mesmo os que estavam aqui agora, eu não discuti nenhum conteúdo da entrevista. Eu estava numa reunião, quando começaram a ler as notas, eu não fiquei na sala da reunião, porque eu não agüentava, eu não suportava ler o material. Eu estava no escritório, uma amiga minha me retirou lá do escritório, nós ficamos andando a pé, inclusive, andamos ali na... Ali no Pacaembu. Porque eu não queria ouvir o que as pessoas estavam falando. Mais à noite, quando eu reuni com duas amigas minhas, e eu fui fazer... Lembrando algumas coisas que eu havia dito, elas foram me lembrando coisas que estavam escritas. Eu lembro, perfeitamente dessa questão Marcos Valério. Eu falei: "Mas eu falei isto?". Essa minha amiga que estava comigo falou: "Olha, tudo isso aqui que você está falando não tem nenhuma novidade, tudo isso aqui está colocado".

Eu, pessoalmente, Senador, eu pessoalmente, eu não tenho essa visão do Marcos Valério. Eu, pessoalmente, eu não tenho. Que ele teve um papel na vida de arrecadação do PT. Teve. Mas eu posso, naquilo que eu conheço, provavelmente muitos outros petistas vão assim confirmar o que eu estou lhe dizendo, ele não

teve esse papel de destaque ou como que ele queira se apresentar ou que alguém queira imputar a ele. De fato, não teve esse papel assim de destaque. Talvez seja nesse sentido que eu queria distinguir Marcos Valério, você tem "cem Marcos Valério". Eu não quis... Ele de fato, ele não teve, Senador, eu participei da direção do PT. Nessa direção, na direção anterior eu participei das campanhas, eu fui coordenador do GTE, ele não teve, pelo menos naquilo que eu participei da campanha eleitoral de 2004, este papel.

Eu vou ler. Eu vou me preparar. Eu sei que muitos aqui não estão acreditando que eu não tenha lido a entrevista, embora saiba de vários trechos da entrevista, sim. Não li ela, vou ler essa reportagem, e não é demérito à Jornalista Soraya. Conheço a Jornalista Soraya, conheço ela e ela me conhece também. E se eu falei com ela com tanta coisa é porque eu tenho confiança nela, também.

Então, em nenhum momento eu quis... Se eu aqui hoje, em algum momento, passou a idéia de desmerecer a Soraya, não é essa a minha intenção. Eu conheço ela. Foi por isso que eu deixei ela entrar dentro da minha casa, então não teria entrado dentro da minha casa.

Então, não estou duvidando de nada do que ela tenha feito. Tenho certeza que ela não inventou nada. Ela, eu tenho certeza que não inventou nada. Ela eu tenho certeza que não mentiu. Eu acho, quando eu falei, Senador que eu não queria falar sobre a entrevista exatamente para não poder incriminar pessoas com base na entrevista. Eu respondi várias perguntas aqui. Pode até ter conexão com a entrevista, mas sobre a entrevista eu me neguei a colocar, por quê? Pode ter coisas que são verdadeiras? Pode. Pode ter coisas que sejam da minha ficção? Pode. Tudo é possível.

Agora, eu não estou em condições, inclusive, pelo que aconteceu, inclusive, o que aconteceu nesse ano, poder afirmar seriamente o que é que é fantasia da minha cabeça, o que é que é fato conhecido, o que é que aconteceu. Ia ser um esforço permanente, porque a única coisa que eu ouvi dos Advogados, para concluir, Presidente, é que o principal prejudicado nisso aí fui eu. Isso foi o máximo que eu ouvi dos Advogados. Você está falando aqui, essa entrevista aqui é contra você. Talvez, psicologicamente, o alvo dessa entrevista tenha sido eu mesmo e não ninguém. Eu não tenho elementos, e falo isso com a verdade, com o coração, com a minha memória, em nome de quem quer que seja, não tenho essa opinião aí de Marcos Valério ou da Soraya, não tenho, Sr. Senador. Não tenho mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Agripino, para concluir.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, Silvio Pereira, alguma coisa mais?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não sei se faltou assim algum...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Não. É só um comentário que faço do meu íntimo. Silvio Pereira, não tenho nada contra V.Sª., nada, nada, nada, nada. Não quero mal a ninguém. Mas eu quero mais o bem do meu País. A sua entrevista é muito carregada de... Se não declarações peremptórias, de insinuações com muitos indícios, com muitas ilações muito sérias, perigosas ao interesse público. O bilhão, o prosseguimento da corrupção. O seu sofrimento pessoal, que eu respeito, eu sei que é verdadeiro, eu sei, eu tenho certeza. Mas é minha obrigação levar essas investigações no limite da responsabilidade que a sociedade cobra de um Líder da oposição. Na dúvida, V.Sª. disse: Não pode ter, essa entrevista pode ter coisas verdadeiras, pode, como pode ter fantasias, pode. É preciso separar o que é fantasia do que é verdadeiro.

Então, Presidente, eu vou defender o prosseguimento das investigações, eu vou querer que a Soraya venha aqui, que Marcos Valério venha aqui, se porventura argüirem perda de foco eu vou tomar a iniciativa de solicitar a criação de uma nova CPI para investigar os fatos denunciados pelo Sr. Silvio Pereira a bem do interesse do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado. Senador Juvêncio. Senador Tião Viana. V.Exª tem a palavra, Senador.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sr. Presidente, eu vou declinar em razão de tudo o que já foi desenvolvido na CPI, de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª, Senador Tião Viana. Senador Antero. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar eu queria...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª dispõe de 10 minutos e mais dois de tolerância.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu queria, efetivamente, recomendar ao Silvio Pereira que faça uma leitura muito atenta do texto que saiu no jornal "O Globo" que acabou provocando toda esta situação que a gente vivencia desde a sua publicação. E vou fazer esta recomendação, porque eu fui uma das pessoas que tive a paciência de ler várias vezes a entrevista. Ler a entrevista e buscar contemporizar com o que foi dito, que tinha sido dito na entrevista. E as interpretações do que a entrevista queria dizer e as ligações de

trecho da entrevista, pega de uma parte com a outra parte, e liga.

Então eu acho muito importante que o Senhor possa efetivamente fazer essa leitura para poder, no depoimento que já está anunciado que o Senhor foi fazer no Ministério Público, no inquérito que está aberto aonde o Senhor está indiciado, que o Senhor possa fazer a leitura. Porque eu tive a oportunidade, inclusive, de ir para a Tribuna aqui no Senado e me reportar a trechos, a ler trechos do que estava escrito e, efetivamente, entre o que está escrito e o que está, inclusive, entre aspas do que o Senhor deve ter dito à Jornalista é bastante diferente, em vários aspectos, do que está sendo divulgado, repetido e tal.

Quando o Senhor diz aqui: "A entrevista é verdadeira", e sobre o teor da entrevista o Senhor não pode confirmar, para que não continue pairando este, como eu às vezes chamo, a brincadeira do telefone sem fio, não é? Que sai a informação de um jeito e depois de passar por tantas interpretações, quando chega lá no final já está totalmente invertido, quase que com o sinal trocado, é importante que o Senhor possa reafirmar. Porque a avaliação que eu estou tendo é que o Senhor confirma que recebeu a Jornalista durante... Em duas vezes durante oito horas, portanto, o Senhor está dizendo que houve a entrevista. Houve, é isso que o Senhor está dizendo. Eu quero saber se é isso, que houve a entrevista, mas o que está escrito na entrevista, isso o Senhor não pode corroborar a priori. Porque eu já ouvi aqui, entende? Porque assim, fazem a pergunta para já sair daqui dizendo que o Senhor está confirmando tudo o que está escrito na entrevista. Então esta seria a minha primeira pergunta a fazer.

A outra, a outra pergunta que eu acho que é absolutamente pertinente ser feita e talvez aqui... O Senhor se sente, de alguma forma, ameaçado? Porque eu já vi aqui ter pedidos de proteção à testemunha. Então para nós é muito importante. Eu vou fazer todas as perguntas, até para facilitar. Então esta, se o Senhor se sente ameaçado. Porque se houver algum tipo de ameaça que o Senhor sente, efetivamente isso precisa ficar explicitado aqui.

Agora, eu quero dizer que eu fiquei bastante, até tive a oportunidade de conversar com a Cristiana Lôbo ali em alguns momentos aqui da saída e tal. Eu já passei momentos tão difíceis aqui nesta Comissão, momentos assim que mexem com os sentimentos da gente, entende? Que mexe, até pela forma como determinados assuntos são conduzidos, isso aqui muitas vezes beira a uma situação de constrangimento e coisas tão assim delicadas do sentimento das pessoas. Eu tive a oportunidade, por exemplo, de vivenciar momentos muito fortes no episódio do depoimento do Gilberto Carvalho. Na exposição daquelas fotografias do cadáver, do corpo do nosso ex-companheiro Celso Daniel. E hoje também eu estou emocionada aqui, entende? Porque assim, quando o Senhor diz: O que mais, o meu maior temor é de mim mesmo.

Então assim, a gente poder estar vivenciando uma, uma situação onde alguém é colocado aqui para dizer: "Não, eu não temo. O que eu temo sou eu mesmo". E isto estar sendo provocado, que a gente sabe o que tem de objetivo ao trazê-lo para cá. Todos nós sabemos qual é o objetivo de trazê-lo para cá neste momento.

Então, para mim é muito importante essa questão do ameaçado, entende? Eu queria muito até pela situação, que por mais importante que seja a tarefa política que alguém tem que desempenhar seja na oposição, ou seja na situação, quando a tarefa política faz com que se perca o senso de humanidade, nada do que é feito vale, nada, nada. Não tem nenhuma tarefa política, nenhum objetivo político que possa, entende? Justificar a perda da humanidade, do trato com humanidade, entende? Das questões.

Então para mim essa questão aí da... E por último, aí não é pergunta, mas é mais assim uma observação. Eu fico tentando entender porque é quem me precedeu já tem uma lista de requerimentos, já foram falados aqui. O assunto Marcos Valério já passou na CPI da Compra dos Votos e do Mensalão. O assunto Marcos Valério já passou na CPI dos CORREIOS. Isto tudo já foi encaminhado ao Ministério Público. O Ministério Público já processou parte disso, ainda não está concluído, porque segundo o Procurador-Geral da República, ele encaminhou apenas parte, ele diz que ainda tem uma outra parte para encaminhar, ao Supremo Tribunal Federal.

Portanto, em termos de investigação deste assunto Marcos Valério e suas conexões ou não com quem quer que seja, até as conexões como o OPPORTUNITY que depois de muita briga acabou sendo incluído e até o indiciamento do Daniel Dantas e da Carla Cicco, acabou mesmo sem ter sido votado lá na reta final, acabou sendo incluído no que foi encaminhado ao Procurador, já passou por duas Comissões Parlamentares aqui de inquérito, aqui do Congresso Nacional. Estão já numa nova fase. Tanto isto é verdade que o Senhor vai prestar depoimento no Ministério Público neste procedimento que está aberto no Ministério Público já corroborado, complementado pelo que as duas CPIs já produziram.

Portanto, trazer os assuntos para a CPI dos BINGOS que, aliás, eu estou aqui, pedi para buscarem uma entrevista de nada mais, nada menos, do Sr. Ovídio Rocha Barros Sandoval que é o autor do livro "CPI ao

pé da letra", que a entrevista começa "CPI dos BINGOS é a CPI dos fatos indeterminados", é assim que começa a entrevista. Ou seja, trazer isto de novo, esse assunto pela terceira vez para uma Comissão Parlamentar é efetivamente ficar requentando, reaquecendo e não contribui com a investigação. Não contribui. Porque se alguém entendeu (soa a campainha) que há algum fato novo, está correto o Ministério Público quando lhe chama para prestar depoimento, porque já está lá na frente. Já está lá na frente.

Então, o Ministério Público vai ouvi-lo. Se o Senhor tiver algum fato novo que, volto a dizer, na leitura da entrevista e por tudo o que o Senhor disse até agora aqui, fato novo, zero. Fato novo zero. Mas, quem está investigando neste momento, legitimamente e, inclusive, já numa etapa posterior... (soa a campainha) De dois processos de investigação desenvolvidos pelo Congresso Nacional é o Ministério Público e o Supremo.

Por isso que eu estranho a postura dos que querem fazer a investigação versão 3 do mesmo fato que, volto a dizer, não está colocado nesta CPI. Agora já estão dizendo que estão colhendo assinaturas para uma quarta. Todos são livres de fazerem o que entenderem mais adequado. Agora, quem quer investigar, a investigação deste assunto já está numa outra esfera que eu até entendo que é a esfera, neste momento pré-eleitoral, a mais adequada, porque não deverá estar contaminada como está o Congresso Nacional com as paixões eleitorais aí do mês de outubro.

Então, seria isso, Sr. Presidente e as perguntas...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, com base no art. 14, em função de ter sido eu o Senador que trouxe à baila o caso do OPPORTUNITY, eu peço a V.Exª a palavra de acordo com o Regimento.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – De acordo com o art. 14 concedo a palavra a V.Exª, Senador Arthur Virgílio.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, o Senhor me desculpa, eu não tenho nenhum problema de ouvir o Senador Arthur Virgílio por quem eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas depois a Senhora queria ouvir a resposta.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não, não, não só porque o seguinte... (soa a campainha) Nós vamos estar inaugurando algo absolutamente novo que é o art. 14 dá direito das pessoas se utilizarem também quando o assunto, porque assim, art. 14 é quando a pessoa foi citada é isto. Agora assim...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Agora assim, se o assunto, o tema, o meu direito de opinião a respeito de um determinado assunto, agora também vale para o art. 14.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu esclarecerei isso, Sr. Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Para mim é absolutamente novo e do meu ponto de vista anti-regimental. Se o Senador Arthur Virgílio tivesse me pedido um aparte eu teria concedido com...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Acabei de ser citado nominalmente agora. Então peço agora por ter sido citado. (risos)

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Agora ele está convalidando o que está no Regimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele legitimou, legitimou agora.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, na verdade não precisa se citar o nome, basta se citar mais do que o tema, se citar a ligação do Parlamentar sem, de maneira sutil, eu não diria, Senadora de maneira malandra, eu não digo...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Arthur Virgílio, me permite um apartezinho?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Antes até de começar, é inusitado, antes de começar é inusitado, mas concedo...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não é inusitado não, porque toda vez que eu vou ao microfone já tem gente que automaticamente levanta o seu para fazer o aparte. (soa a campainha) E talvez a proximidade do...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu jamais levantei o meu para V.Exª.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Srs. Senadores.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Já vou citar o do Senador Heráclito é que tenha lhe contaminado...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, eu me sinto atingido e invoco o art. 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Srs. Senadores, eu vou ceder dois minutos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, eu invoco o art. 14. Sr. Presidente, o que o regimento diz em relação ao art. 14? Sabe por quê, Sr. Presidente? Porque algumas coisas têm que ser postas aqui, vamos lá!

A Senadora diz: Por que o Sr. Silvio Pereira está aqui? Ora, resposta objetiva: Pela entrevista explosiva que concedeu à Jornalista Soraya Aggege falando de corrupção brutal e de tentativa de achar que há quatro setores da economia brasileira no valor de um bilhão de reais, se isso não é motivo para ele estar aqui eu não sei o que mais justificaria a sua presença nesta sala.

Segundo: Fala da perseguição. Lá atrás Jornalistas e brasileiros dizem que nós estamos sendo mornos em relação ao Sr. Silvio Pereira. Eu tenho absoluta convicção de que em nenhum momento, de minha parte, o agredi como ser humano.

Terceiro: Estranhar a postura ou... Não tem que estranhar, tem que aceitar a postura das pessoas que pensam diferente.

Quarto: Uma quarta CPI, uma quinta ou uma sexta, era só o Governo parar de praticar corrupção que talvez não tivesse tido a primeira. Pode chegar a dez CPIs se o Governo continuar reincidindo nas suas negaças e nas suas controvérsias em relação a lei brasileira.

Agora em relação a questão do OPPORTUNITY isso é grave, porque o Sr. Silvio Pereira disse que quatro fontes, Senador Suplicy, eu estou citando V.Exª., tem direito ao art. 14. Quatro fontes dariam, via Valério, ao PT, um bilhão de reais.

Então, o OPPORTUNITY, uma, BANCO MERCANTIL de PERNAMBUCO, outra, ECONÔMICO outra e passivos agropecuários. Eu trago aqui um documento da Corte Distrital, de uma Corte Distrital de Nova Iorque em que lá está o depoimento da Srª. Verônica Dantas que declara que a controvérsia entre o Governo do Presidente Lula e o BANCO OPPORTUNITY se devia à tentativa de achar que ela diz "*tens of millions*", ou seja, dezenas de milhões de dólares que o Governo quereria a peso de silêncio. Ou seja, para não criar futuros embaraços para o Governo.

Então, isso coincide com a declaração do Sr. Silvio de que o OPPORTUNITY era um dos setores visados para se fazer o tal caixa que teria aquela figura do mal, aquela figura esquisita, Valério, na cabeça.

Então, se isso não é razão para nós estarmos aqui todos preocupados, alarmados e até chocados, eu não sei mais o que é.

Então, eu quero só dizer que não tenho outro interesse a não ser o de esclarecer a verdade e gostaria muito de reafirmar o que aqui, Sr. Presidente, com a paciência de V.Exª, disse ao Sr. Silvio Pereira no início, quanto mais ele fale, quanto mais ele seja claro aqui, melhor para todo mundo até para quem não quer a CPI. Porque fora disso, se S. Exa., se sua Senhoria não é convincente não nos restará outra alternativa a não ser, goste ou não goste a ilustre Líder do PT, nós termos mesmo que fazer um pedido de outra CPI. Queremos esclarecer. é nosso dever de Parlamentares que tem, uns fazem um jogo, outros fazem outro. O nosso jogo é de fiscalizar o Governo que aí está e procurar as explicações todas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. Senador Flávio Arns.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu fiz algumas perguntas ao Sr. Silvio Pereira, ele teria que me responder se me for permitido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Desculpe, eu estava ausente. O Sr. Silvio Pereira, V.Sª. tem a palavra.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Em primeiro lugar, Senadora Ideli, não me sinto ameaçado por ninguém. Ninguém me ameaçou, ninguém insinuou, e não me sinto assim. O que diz respeito a mim é questão de foro íntimo. Eu relutei, eu falo aqui em termos de entrevistas, que as pessoas falavam para mim. Não adianta você ficar falando que é entrevista. O primeiro diálogo que eu tive com a Soraya, ela poder confirmar aqui: "Soraya, eu não te dei entrevista, eu comecei simplesmente a falar". Ela falava para mim: "Isso é uma outra matéria". Tanto é que no começo, no outro dia, quando eu li a primeira linha era a entrevista, Silvio Pereira dá entrevista, eu falei: "Soraya, eu não te dei entrevista". "Você não combinou comigo se é "on", se é off". Eu falei: "Eu não combinei nada, "on", off". Eu comecei a...

Então eu não considero, embora seja dado, o Senador colocou agora, uma entrevista exclusiva. Eu não marquei entrevista exclusiva, eu não queria dar entrevista nenhuma, as coisas aconteceram de maneira que eu relatei aqui. Tenho certeza que a Jornalista vai confirmar absolutamente tudo isso.

Sobre o teor, Senadora Ideli, é um ano de auto-reclusão, não é que as pessoas me excluíram ou me guardaram, eu estou falando de auto-reclusão. Esse um ano você com você mesmo, você cria o que você quer. É eu com a minha memória, eu com a minha história. Parte das coisas, eu como eu falei, está na imprensa, parte não está. Essa amiga minha Jornalista que eu conversei, repetiu, o que a Srª. Senadora colocou aqui, não tem nada de novo, essas coisas estão aí. Ela tinha falado para mim até esse negócio de um bilhão já tinha saído, se não me engano na revista "Veja".

Enfim, o que eu estava querendo hoje aqui, e não é desrespeito a nenhum dos Senadores, Senadoras, eu não queria me basear, no meu depoimento, eu sei que eu estou aqui pelo depoimento do "Globo". Eu só não queria me basear ou confirmar, ou desmentir aquilo que está na entrevista. Eu sei que estado eu estava. Eu não quero ficar aqui expondo, porque eu acho que é uma coisa que machuca muito isto. Ela sabe quan-

do eu conversei com ela num som sereno, tranqüilo em pergunta e resposta, ela sabe disto. Ela sabe que quando tocou na questão do carro e que o PT, ninguém estava me defendendo, que aquilo mexeu comigo. Foi o fator que me fez chamá-la de volta.

O fato de eu não conseguir ler é porque eu não consegui ler, não tive forças para ler. Porque cada vez que eu lia aquilo ali virava novamente um turbilhão dentro de mim. Eu não assisti o noticiário da TV. Eu não agüentava assistir noticiários da TV. Sabe por que, Ideli? Essa entrevista, em primeiro lugar fez mal a mim. Segundo, a meus familiares e aos meus amigos. Mais ninguém. O alvo dessa entrevista provavelmente seja eu mesmo, mais ninguém. Longe de mim imputar a Marcos Valério isso que o Senador acabou de colocar aqui. Ele não teve esse papel no PT, você sabe disto. Quem está aqui nesta sala, o Senador Suplicy está aqui sabe disto. Se ele tivesse esse papel que está sendo colocado, muitos de vocês que estão aqui seriam testemunhas disto. Ele não teve esse papel. Marcos Valério virou um sinônimo de Marcos Valério, virou uma instituição, como a palavra Mensalão virou também sinônimo de tudo o que é corrupção, propina e etc. A minha revolta era dizer o seguinte: Não existia o Mensalão. Não existiu esse negócio.

Então, eu falava não num tom calmo, não num tom sereno. E assim como eu confiei na Soraya, em nenhum momento a desmenti, sempre tive um diálogo ali com ela, ela sabe como foi que ocorreu todas as coisas. Eu estava esperando uma outra pessoa, mandei subir sem perguntar quem que era.

Então, quando eu falo que eu confirmo a entrevista que eu não posso negar que ela esteve lá que eu falei com ela. Eu não posso dizer que o que ela escreveu é mentira, em hipótese alguma.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu queria só que o Senhor me repetisse isso, o Senhor mandou subir no apartamento sem saber quem era.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Sim, Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ela chegou o Senhor foi falar isso tudinho.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Foi assim, Senador, posso contar mais em detalhe. Posso falar?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pode. É que eu não ouvi direito, estava conversando aqui.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Então eu vou repetir para o Senador exatamente como aconteceu. E eu tenho... A Soraya.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor estava tomando esse mesmo medicamento que o psiquiatra me falou há pouco que há um medicamento que inclusive, por uma questão de segurança, quer depois seja nominado ao psiquiatra, não aqui na Comissão. Porque ele pediu, porque ele está ali de plantão e disse que o Senhor está tomando umas gotas e que depois eu solicitaria que fosse comunicado a ele, não aqui, por favor. Aqui, por favor, eu estou pedindo ao Senhor que não, na... Eu não estou pedindo a V.Exª. O psiquiatra que me pediu.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – É limão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Estou transmitindo o que me pediu o Psiquiatra. Ele disse que não fosse nominado aqui em frente as câmeras, por favor. É o que eu estou pedindo o que me solicitou o Psiquiatra.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Vou explicar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pediria a V.Sª. que, após o término, comunicasse ao Psiquiatra. Só por uma questão, eu tenho que resguardar o Senado Federal. Então na condição de Presidente da CPI há uma solicitação Médica e eu tenho que cumprir. Só. Senador Tião Viana é Médico e sabe que eu tenho que cumprir essa, essa solicitação.

Então eu não preciso que V.Sª. não me explique. Eu não vou permitir que V.Sª. se explique em relação a este medicamento na frente das câmeras. Eu solicito a compreensão de V.Sª. nesse sentido. E sim ao Psiquiatra depois.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Ok. Eu vou...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a atenção de V.Sª..

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Só para saber, Senador, eu fiz uma cirurgia...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, por favor, esse detalhe Médico. Estou só pedindo...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Só quer dizer que isso é suco de limão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Só estou lhe dizendo que havia uma solicitação nesse sentido.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Ok. É suco de limão. Respondendo, então contando novamente como foi a história. Eu tinha marcado uma reunião com um amigo meu às 16h30 na minha casa. O zelador que lá estava e pode confirmar e atestar isso chegou e falou: Está aqui a Soraya. A Soraya não se apresentou também como jornal, "O Globo", ela pode confirmar isso aqui, nem como Jornalista. Eu não perguntei também quem era a Soraya. Mandei subir, Senador. Abri a porta para ela, ela falou, eu falei: "O que você está fazendo, o que você quer?" Ela falou: "Estou aqui fazendo uma

matéria de perfil". Ela não foi lá fazer outra matéria, ela foi lá fazer uma matéria de perfil que seria publicada no domingo. No primeiro momento, ficou não mais do que dez minutos dentro de casa, mais ou menos isso, que eu falei que eu tinha compromisso. Nesse tempo, ainda de pé, quando eu estava servindo o café para ela foi que ela disse: "É, você não devolveu o carro ainda". Como não devolveu o carro, você não é Jornalista, você não leu, não pesquisou? Já fiz notas sobre isso. "É, mas lá no PT estão dizendo que você não devolveu". E assim foi. Então, ficou só dez minutos. Como o meu compromisso não deu, aí sim eu chamei, como eu expliquei, foi nesse contexto. Eu não marquei entrevista, não queria dar entrevista absolutamente nenhuma. Não é entrevista exclusiva. Embora aconteceu a entrevista e o nome é entrevista. Mas, a minha primeira reação foi: Isso não é uma entrevista, eu não te dei uma entrevista. Foi isso que aconteceu, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Heráclito Fortes. Senador Flávio Arns. Então por permuta o Senador Heráclito em seguida V.Exª Senador Flávio Arns.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, Dr. Silvio Pereira... Eu acho, Sr. Presidente, que nós deveríamos, inclusive isso eu dou como sugestão, suspender por 10 minutos se fosse o caso a Sessão para a leitura da matéria no seu inteiro teor para que o Silvio Pereira não alegue que não está tomando conhecimento. O tempo suficiente, se o Presidente, V.Exª ficaria inclusive encarregado de fazer a leitura por essa sua dicção inconfundível. Acho que seria uma das saídas. Mas, enquanto o Presidente não define isso, eu queria lhe fazer algumas perguntas apenas para eu entender.

O *blog* do Fernando Rodriguez, um dos Jornalistas mais habilitados do País, diz que V.Sª. sabe muito mais do que saiu naquela matéria. Diz, inclusive, que V.Sª. teria dito em algumas rodas de companheiros do PT que sabe, inclusive, o nome da padaria em que o mandaram comprar os sanduíches da reunião no dia em que o Sr. Marcos Valério fez aquelas declarações de que contava tudo e virava o PC, aquela conversa que o Senhor repetiu. O Senhor confirma que conhece, que sabe o nome dessa padaria?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não confirmo. Não confirmo porque eu não sei.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não tem, né? Durante a sua entrevista a Jornalista lhe fez alguma pergunta sobre o que aconteceu com Celso Daniel?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Perguntou... Na história que eu contei para ela do PT.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sim.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Na história que eu contei para ela do PT o Celso Daniel seria a pessoa Coordenadora, Coordenador do programa de Governo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sei.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu estava discutindo, agora estou me lembrando aqui, como que o Palocci ascendeu a este grupo de lideranças do PT.

Então eu dizia que o nome era o Celso Daniel, o Coordenador que após a morte dele, aí sim que entrou o Palocci para Coordenar o programa de Governo. E só a partir daquele momento é que o Palocci começou a ascender na estrutura partidária.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas que comentário V.Sª. fez sobre a morte do Celso Daniel?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não lembro se eu fiz comentário com ela. Se ela perguntou acho que ela pode lembrar para a gente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Inclusive, o nome do Senhor Gilberto Carvalho foi citado na conversa pelo Senhor.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Olha, eu jamais citaria o Gilberto Carvalho em qualquer coisa de Celso Daniel, ou qualquer... Porque eu não participei, eu não acompanhei, eu não sei esse "Caso Celso Daniel". Não conheço esse "Caso Celso Daniel".

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Quer dizer que esse assunto não foi tratado.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Olha, não sei se foi tratado ou não. O que eu posso lhe afirmar, hoje, aqui, independente da matéria é de que eu nunca participei de qualquer assunto relativo à morte de Celso Daniel.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Senhor, o medo que V.Sª. demonstrou após aquela crise, durante a crise que teve de "eles vão me matar" não tem nada a ver com esse episódio.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não reconheço a palavra "eles vão me matar".

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É? Tá bom. Em determinado ponto da entrevista V.Sª. diz o seguinte: "As dívidas crescem. 2004 não foi um ano de bonança para o PT. As dívidas são as seguintes: Em 2002 ficaram 17 milhões do Diretório Nacional do PT, contando as campanhas de Lula, de Genoino, Governo do Estado de São Paulo e de Mercadante, Senado, 17 milhões. Pagamos 14. Ficaram faltando três milhões da campanha para o Senado. Aí veio a dívida dos Estados, 32 milhões". O que é isso?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Sobre essa entrevista eu não quero falar, como eu já informei aqui para vocês. Eu não sei o que é que é fato, o que é que não é, o que eu criei.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas esses números tão precisos?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não conheço esses números tão precisos, Sr. Senador. Não sei exatamente qual é a dívida oriunda de 2002. O que eu falei para ela, e isso eu tenho certeza, se eu falei para ela, mas isso eu tenho certeza que em 2004, e falei isso na CPI dos CORREIOS, que não houve uma bonança de recursos a nível nacional. Algumas cidades tiveram campanhas fortes, mas isso não foi uma realidade nacional. Isso é um fato. Isso eu posso afirmar independente do que eu disse ou não na entrevista. Isso eu posso afirmar perante essa CPI.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em nenhum momento V.Sª. se reportou a débitos da campanha, nem de São Paulo, nem da campanha nacional?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu falava para ela o seguinte: Olha, campanha eleitoral, campanha eleitoral, os Estados tiveram poucos... Não é nem Estado, eu falava, tirando poucas cidades, o resto do País não foi esta fartura ou tiveram muitas dificuldades. Nós não temos um controle. A dívida que é dada do PT, aquele relatório que a gente observa, que é entregue no dia lá da reunião, é o relatório que determina dívidas gerais, não especifica cidades, se não me engano, o relatório da tesouraria. Não entra lá no relatório da tesouraria especificando: Cidade X, tal dívida, cidade Y, tal dívida. Eles não fazem assim. Senador, estava explicando para o Senhor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Entendi.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – O relatório de dívida, ele não especifica os Estados. E mesmo em termos de material contém assim: Material, produtores de TV, não se refere a quem foi beneficiado daquele material que ficou na dívida. Não é assim que é apresentado o relatório de dívida. O que eu falava para ela que eu sempre fui contra era assumir dívidas de Estados, porque isso eu tenho falado isso no PT, tenho falado em todos os lugares, falei na CPI, posso falar aqui, falei dentro do PT e falei já em vários momentos isso que eu tenho falado, não sei se isso está ou não na entrevista, mas o que eu tenho dito, que eu era contra o PT Nacional assumir dívida dos Estados. Porque quando uma dívida é paga pela Direção Nacional você paga sempre pelo valor mais alto. Se uma dívida é paga lá no Estado eles conseguem abatimento, fica mais barato e não traz um problema que não é da direção nacional. Isso já falei em reuniões do PT. Falei em vários lugares. Pode ser que eu tenha dito isso aí também. Mas é isso que eu tenho afirmado em vários fóruns que eu tenho ido que eu sou contrário a assumir as dívidas de Estados.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Entre 2003 e 2004, V.Sª. participou com Empresários ou com militantes do PT de reuniões nos hotéis Sofitel e Caesar Park, em São Paulo?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Então, eu já respondi essa pergunta na CPI dos CORREIOS e mantenho os termos que estão lá na CPI dos CORREIOS. Já tive reuniões, sim, com Empresários, não sei se é nesse hotel que o Senhor está se referindo. Eu respondi essas perguntas lá na CPI dos CORREIOS e mantenho o que lá está.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Participou?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – De algumas reuniões, sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com quais Empresários?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não me lembro agora de cabeça, Sr. Senador, mas participei de algumas reuniões com Empresários. Lá na CPI, no relatório da CPI dos CORREIOS deve estar lá descrito, essa resposta que foi bastante discutida lá na época.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – As famosas festas de Brasília num hotel aqui, vou omitir o nome do hotel para não comprometer a marca, as festas de Brasília, V.Sª. participou de alguma?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não participei de nenhuma festa. Nem aqui nem em outro lugar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Tinham me dito isso, eu acredito em V.Sª., mas infelizmente consta. Agora, meu caro Senador Suplicy, mais uma vez eu lhe dou parabéns. Eu acho que no PT foi o único que não mudou. Continua, inclusive, sendo coerente querendo trazer o Presidente Lula aqui para prestar alguns esclarecimentos. Eu não sei se é conveniente, mas eu não tenho autoridade nenhuma para avaliar, quem tem é V.Exª. que convive com ele há 30 anos. Que convive com ele há 30 anos e jamais faria isso se não soubesse que no fundo ele quer vir. Eu tenho certeza que V.Exª. quer ajudar o Presidente. Ele quer vir a essa Casa prestar esses esclarecimentos. Pela sua experiência política, pelo seu faro jamais... (soa a campainha) diferentemente do que alguns companheiros seus pensam, jamais V.Exª. como amigo fiel do Presidente, desde o primeiro momento, o colocaria em situação tão delicada. V.Exª é o único que não mudou. Felizmente. Continue assim que é exatamente por isso que São Paulo está lhe compreendendo tão

bem num momento de tanta incompreensão com seus partidos e com seus companheiros. Não se incomode, não, com essas divergências, os jornais contra, continue sendo o Suplicy de sempre. Quem mudou não foi V.Exª., quem mudou foi o seu partido. Eu tenho certeza que esse seu desejo de apuração, às vezes na trilha errada, outras vezes na trilha certa, vem do fundo da sua alma. Diferentemente de mudanças de comportamento estarrecedores.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Ele vai chorar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Líder do PT falando da falta de humanidade com que se trata algumas pessoas nessa CPI, talvez que não se recorde da maneira imprudente com que se comportou na CPI do BANESTADO.

Naquela época, o PT era virgem em corrupção, zero em patrocinar a safadeza, monopolista da virtude, fazia tudo escondido. Nós não sabíamos ainda. E me encantava com aquela maneira com que tentavam destruir reputações como, aliás, fizeram. Hoje não, a situação mudou. Está no Banco dos réus querendo companhia, mas... Vai ficar sozinha. O comportamento da Líder, esse sim mudou. Advogada de defesa de agora que é uma das autoras intelectuais do anexo 4 da CPI dos CORREIOS, que se tivesse sido aprovada, (soa a campainha) Sr. Presidente, o destino era absolver todos os envolvidos em corrupção e condenar o Presidente e o Relator. Porque eu nunca vi um relatório tão generoso, inclusive, com os que acusaram de crime. Porque até nesses casos na condenação diziam: Em tese.

De forma que eu acho, Dr. Silvio, eu tenho a esperança que o Senhor em outras circunstâncias tenha outros desabafos que teve para essa Jornalista e que depois não se arrependa. Porque mais cedo ou mais tarde a virtude triunfa sempre. Tenho certeza que num outro desabafo desse, V.Sª. será mais profundo, porque o que fizeram com V.Sª. não é justo, usaram, abusaram e depois jogaram no escanteio. Eu sei o que é a solidão de um homem como V.Sª. que foi poderoso, cortejado, dono da caneta das nomeações nacionais, diz aqui um número, um número gigantesco de pessoas nesta Casa, na Esplanada dos Ministérios a lhe procurar para alcançar uma função pública no País. Eu sei o que é isso.

E seu partido fez não foi só com V.Sª., fez com vários outros. (soa a campainha) depois do uso jogou na primeira cesta que encontrou no caminho. E é por isso que o Presidente está indo sozinho, está ficando sozinho nessa caminhada. E continua dizendo que não sabe de nada. Um dia não vai ter mais condições de dizer isso.

Infelizmente, acho que V.Sª. é culpado, mas é acima de tudo, vítima, desse monstruoso processo que o PT tentou montar enganando a Nação para se perpetuar no poder sem nenhum escrúpulo de usar os métodos que condenou durante 20 anos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, V.Exª, Senador Suplicy, dispõe de dois minutos. E, a seguir, eu passarei a palavra ao Senador Flávio Arns.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu fiz questão, inclusive, de ler da Tribuna do Senado ontem a carta ao Presidente que não tem o sentido que o Senador Heráclito Fortes colocou. V.Exª. é testemunha e ele também que eu tenho sugerido inúmeras vezes ao Presidente para no momento que considerar adequado, possa realizar uma visita ao Senado e a Câmara ou ao Congresso, e estabelecer um diálogo onde ele exporia os seus pontos de vista, inclusive sobre as áreas econômicas, sociais, de energia, todos os assuntos que são de importância, os seus feitos. E nesta ocasião, poderia inclusive estar esclarecendo toda e qualquer questão que algum dos Senadores ou Deputados gostariam de ver esclarecidos. E faço isso no pressuposto de confiar no Presidente da República. Tanto é que a minha principal pergunta ao Silvio Pereira foi justamente... (soa a campainha) para esclarecer aquilo que ele esclareceu, ele não registrou qualquer ação ou instrução do Presidente para realizar a ação que não fosse de acordo com a lei e os princípios da ética e do interesse público. É este o registro que desejo fazer, informando ao Silvio Pereira que o ex-Deputado João Batista Brera(F) também há pouco lhe mandou um abraço. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Flávio Arns. V.Exª. dispõe de 10 minutos, mais dois de tolerância, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Depoente, Silvio Pereira, eu começo inclusive com a fala que me antecedeu para fazer duas observações em relação aos argumentos, quer dizer o PT, de acordo com a pessoa (soa a campainha) que me antecedeu disse que o PT vem adotando métodos que foram tão combatidos pelo próprio partido em ocasiões anteriores, em anos anteriores e eu acho que, com todo o respeito que o Senador Heráclito é muito amigo meu também, mas esse realmente... Esta foi realmente a surpresa da população em que o PT estivesse adotando métodos, eventualmente adotando, que teriam sido adotados no passado e combatidos pelo PT, ou seja, isto acontecer em outros partidos seria o normal, não é? O excepcional seria acontecer no PT. Então, isto reforça a opinião do

Presidente da CNBB que disse da endemia que isto, que envolve esses fatos no Brasil, ou seja, enrustidos, enraizados, e que precisam ser combatidos e a ética é um valor que tem que ser buscado não só por um partido político, não é o monopólio de um partido, sem dúvida alguma, mas é um valor que tem que ser conquistado pela sociedade toda, transparência, ética, combate à corrupção e assim por diante.

O Presidente não está sozinho, não é? O Presidente está acompanhado pelo menos por 90 milhões de brasileiros que constituiriam a metade da população do Brasil, no mínimo. Entre 90 milhões de brasileiros, sem dúvida alguma, existem tantas pessoas capazes, competentes que podem perfeitamente ajudá-lo neste Governo, em outro Governo, se Deus quiser e com a vontade do povo, a partir do ano que vem. Então, muita gente pode auxiliar o Brasil a ser melhor nesta caminhada que está sendo empreendida.

Nesses episódios todos, eu quero aqui na CPI destacar aquilo que o Presidente da CPI, Senador Efraim Morais ressaltou no Plenário ontem, dizendo do bom trabalho, do bom trabalho que a Polícia Federal, que o Ministério Público Federal vem realizando. Eu acho que isto é essencial porque havia sempre dúvidas entre membros do Senado Federal em relação aos trabalhos da Polícia Federal e do Ministério Público, achando que teríamos que investigar coisas aqui, colocando dúvidas se seriam investigadas adequadamente na seqüência.

Isto, em termos de Brasil é algo essencial, porque as instituições é que estão se fortalecendo e as instituições serem fortes no Brasil é um objetivo a ser perseguido por toda a sociedade, inclusive dizendo que o Presidente Lula indicou o Procurador-Geral da República a partir dos pleitos dos próprios Procuradores da República, Dr. Cláudio Fontelles e na seqüência Dr. Antônio Fernando, independentemente do fato, e tem que ser dessa maneira mesmo, se isto facilitaria ou se isto dificultaria as ações do Governo. Quer dizer, ele quer pessoas na Procuradoria da República e a indicação dessas pessoas é a sinalização para fiscalizar, entre outras coisas, fiscalizar e mover as ações necessárias. E a Polícia Federal quase dobrando o quadro da Polícia Federal no seu Governo para... Ainda insuficiente, para dar conta das necessidades do País. E por isso que tem casos de corrupção todo o dia estampados nos meios de comunicação, porque de fato a Polícia Federal, felizmente, vem desempenhando bem o seu trabalho.

Eu lamento só às vezes as observações de pessoas que me antecederam que insistem em alguns fatos que não dizem respeito unicamente ao PT. Por exemplo, dizer que esta República atual é a República da corrupção, ou a imundice é toda do Governo atual. Como eu disse antes, é uma coisa endêmica. Eu próprio e os outros dois Senadores do Paraná, nós três assinamos no final do Governo passado, a CPI da Corrupção. Não foi instalada a CPI da Corrupção naquela época porque houve uma boa articulação dentro do Congresso Nacional para não ser instalada e porque não havia um fato determinado, havia 15, 16 fatos e não um fato determinado.

Neste Governo a CPI foi instalada porque o Governo, felizmente, felizmente para o Brasil não teve a capacidade de articulação para que estes fatos não fossem investigados. Então foram investigados, isso causou dificuldades, todos sabem, para o Governo, para o partido, para todo mundo, mas é uma necessidade que a população exige que isto aconteça em termos de Brasil, ou que se fala na TV do trabalhador. O Lula era sócio da TV do Trabalhador. Quer dizer, já discutimos isso em outra reunião da CPI e está claro que uma Fundação, ou uma Associação não tem sócios, quer dizer, são entidades sem fins lucrativos. Fundação e Associação de acordo com o Código Civil. Quer dizer, são entidades sem fins lucrativos. Então são associados. Pode até chegar numa creche, num asilo de velhos e dizer que são sócios, mas a palavra sócio, nesse sentido, dentro do Código Civil significa associado, então é sempre uma tentativa ainda de botar uma inverdade para que, repetindo-se muitas vezes, acabe se transformando numa verdade. Ou uma outra frase que eu coloquei, entre aspas, alcançar, "desejamos alcançar aqui alguém que ainda não se alcançou".

Quer dizer, o objetivo não pode ser esse, vamos perseguir o Presidente Lula. Vamos perseguir a construção da verdade e este é um desafio do PFL, do PSDB, do PT, de todos os partidos e da sociedade. Nós, inclusive aqui, quando falamos de fatos não relacionados a CPI dos BINGOS, nós já tomamos a posição, já estampamos a posição de dizer: "Vamos mandar todos esses fatos para a Procuradoria Geral da República", não que não devam ser investigados, têm que ser investigados, mas na Instância adequada que é a Procuradoria Geral da República. Não mandavam porque havia dúvidas, não é? Sobre a eficiência, sobre a independência ou o que é quer que seja do Ministério Público. Mas as manifestações felizmente para o Brasil, eu digo, não é para o PT nem para um partido, para o Brasil, que bom que as opiniões em relação ao Ministério Público e a Polícia Federal são assim no sentido de que estão cumprindo o seu papel.

Eu só queria terminar, e não há perguntas, há observações, mas uma pergunta ao depoente para deixar muito claro para não haver dúvidas porque V.Sª.,

durante todo o depoimento disse que não havia lido a entrevista. Eu inclusive, o Senador Arthur Virgílio antes solicitou da Mesa que fizéssemos um requerimento, (soa a campainha) inclusive para obter as fitas. O que eu acho importante. Eu concordo com o posicionamento do Senador de obtenção das fitas, porque se for possível isso também, porque isso pelo menos a gente saberia em que contexto que essas frases foram ditas, também, porque uma conversa de oito horas e não tem nenhuma dúvida em relação ao trabalho da Jornalista Soraya, todas as menções ao trabalho dela são as mais elogiosas possíveis. Mas nós temos que ver em que contexto que as frases foram ditas, até para se saber como que esse assunto foi colocado.

Mas eu quero perguntar ao Senhor, no seguinte sentido, o Senhor falou, para deixar bem claro, porque o Senhor deu a entrevista, foi o que eu entendi. O Senhor deu a entrevista, mas que o Senhor, em função dos fatos apontados não convalida, quer dizer, não tem condições de afirmar se o Senhor concorda com o seu conteúdo ou não. Porque pelo fato do Senhor, pelo que eu entendi pelo menos, e pode explicar-se assim nesse sentido, quer dizer, porque o pessoal está dizendo: Não, ele confirmou tudo o que disse na entrevista. Quer dizer, isso fugiria de tudo aquilo que eu, pelo menos, pude entender no decorrer dessas horas que estamos aqui. O que o Senhor está dizendo é que deu a entrevista, mas por várias razões não pode confirmar, pelo fato de não ter lido, pelo fato de alegados problemas de saúde e etc, o Senhor não pode confirmar aquilo que foi dito na entrevista. Só que o Senhor nos esclareça adequadamente, porque foi essa a interpretação que eu tive. Quer dizer, se a pessoa diz que não leu... (soa a campainha) se a pessoa diz que não estava em condições de saúde adequada inclusive para se lembrar, com outros problemas de saúde, quer dizer, como é que essa pessoa vai confirmar o que diz? Porque há uma linha de entendimento que diz: "Ele está confirmando tudo o que falou". E eu, pelo que pude entender, confirmo a realização da entrevista, horas e horas. Há fatos, tentou se lembrar. Mas não está confirmando o que disse. Então é a única pergunta que eu faço ao Senhor e agradeço.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Bom, para deixar qualquer dúvida. Alô, alô. Eu não confirmo nenhum teor daquela entrevista. Absolutamente nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª., espera aí, V.Sª. está caindo em contradição.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, eu vou repetir o que eu falei, eu falei o seguinte.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A minha pergunta é que eu tenho a compreensão e gostaria que ele só respondesse.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu vou concluir. O que eu disse aqui nesse Plenário e está gravado o que disse, entre o que foi dado a entrevista, nos termos que eu coloquei aqui, porque a parte da entrevista do perfil, eu dei a entrevista. A outra parte, eu não reconheço aquilo como entrevista, tentei discutir com a Jornalista, mas as pessoas falavam assim para mim: "Isso é entrevista". Então, passei também a chamar de entrevista. O que eu estava tentando colocar para ela: "Olha, tenta investigar. Investiga, mas investiga a fundo esse assunto. Vai investigar, vai ler". Tem até um momento da conversa, ela fala: "Mas isso do Mensalão. Explica para mim então, como foi o Mensalão?" Então começava a dizer para ela: "Olha, investigue esse assunto. Vá, vá investigar, vá estudar, faça uma coisa"...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor tem uma memória muito boa quando quer.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – "Vai investigar". Esse foi todo o começo da nossa conversa. Começou assim a nossa conversa. Quando deu o problema da entrevista, na entrevista, foi exatamente esse. Falei: "Isso aqui não é uma entrevista, eu estava aqui conversando contigo". "Mas você não explicou para mim se era "off", se era "on". Eu repeti isso aqui. Por que eu falei que eu não posso confirmar o teor da entrevista? Eu já repeti aqui. Pode ter fatos verdadeiros, pode ter outros que não, pode ter fatos criados por mim, pode ser histórias, pode ser tudo isso. Eu acredito que com a investigação que não só a CPI está realizando, mas como será processado também na Polícia Federal e no Ministério Público, a verdade poderá vir à tona. É nesse sentido que eu expliquei.

Eu não posso falar que eu não dei entrevista para a Jornalista, porque ela esteve na minha casa, eu a chamei de volta, continuei conversando com ela, ela tinha as notas da entrevista, não era a entrevista que ela mostrou, era só as notas, com base nas notas faria a reportagem. Quando eu comecei a ler o começo mesmo que era transformando aquilo em entrevista, foi que foi dando todo um, enfim, já foi aqui relatado. É nesse sentido, Senador. Pode ser que eu tenha dito ali verdade, pode ser que não, pode ser que eu tenha criado ou não, as outras perguntas que foram feitas fora da entrevista eu respondi aqui naquilo que eu poderia responder.

As pessoas falaram para mim vários fatos, pedaços, trechos. Não sei se me falaram todos, talvez para me preservar um pouco ou não. E as pessoas foram contando para mim alguns aspectos que estavam na

entrevista. Como já falei aqui para o Senador Presidente, vou ler, sim, a entrevista e amanhã darei meu depoimento no Ministério Público e na Polícia Federal tendo lido a entrevista. Aí, sim, vou poder, nesses dois órgãos poder confirmar ou não, enfim, ajudar naquilo que for possível. Só para a gente não poder... Essa foi a resposta que eu tinha dado para a Senadora Ideli. Em nenhum momento eu falei que eu confirmava o conjunto do teor da entrevista.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, art. 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Senador, Senador Heráclito. Eu vou pedir permissão a V.Exªs., o Sr. Silvio Pereira não vai sair daqui sem conhecer o teor dessa entrevista. Eu vou fazê-lo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou fazer a leitura agora.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Uma questão de ordem para responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E V.Exªs. poderão, novamente, argüir o Sr. Silvio Pereira. Ele vai ter paciência.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Senador, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou ouvir, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria apenas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu não posso sair daqui com o cidadão dizendo que não conhece uma entrevista que ele deu.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agradeço a V.Exª., inclusive. Mas eu queria apenas, Sr. Presidente, eu fico triste toda vez que eu sinto que atingem diretamente o meu caro amigo Deputado Flávio Arns, Senador Flávio Arns. Evidentemente que eu não o coloco na mesma situação do Suplicy, porque o Suplicy é fundador do PT, ele é noviço. Elegeu-se duas vezes pelo PSDB.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, peço para V.Exª. concluir porque eu vou fazer a leitura.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Estou concluindo, Sr. Presidente. Elegeu-se três vezes pelo PSDB, participou dos dois Governos Fernando Henrique, não fez nenhuma denúncia contra esse Governo do qual era muito prestigiado. Não só por questões de competência política como pelas suas ligações familiares. Não fez nenhuma denúncia. Ao assinar uma CPI genérica sobre corrupção, foi a primeira demonstração da sua conversão ao petismo. É o neopetista convertido.

Agora, neste Governo nós deixamos de instalar a CPI do seu Waldomiro e que até hoje a polícia não mandou para esta Casa o inquérito que apura os fatos. De forma, meu caro amigo Arns, não vou dizer mais que V.Exª. está abatido, cabisbaixo e triste, porque ele me reclamou outro dia. Quando eu digo que ele está triste, cabisbaixo a família reclama, telefona para ele achando que ele está doente. Não é isso. O seu abatimento é um abatimento de tristeza... (soa a campainha) pelo que está passando, mas eu não comparo o seu caso ao caso do Suplicy. O Suplicy é mais antigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço. "Entrevista 'O Globo' dado pelo Sr. Silvio Pereira, ex-dirigente do PT revela: Valério ia arrecadar um bilhão de reais no Governo". Eu peço ao Sr. Silvio toda a atenção, porque ele vai depor amanhã e os Srs. Senadores, após a leitura, poderão se reinscrever.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vou obedecer a lista.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Vai seguir a lista ainda?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu vou encaminhar o exemplar do jornal ao Silvio Pereira.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu já encaminhei, eu vou ler, Sr. Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Outra coisa é com as fotos e os destaques.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) –

> *"Submetido nos últimos doze meses a lei do silêncio imposta pelo PT, o Ex-Secretário-Geral do Partido, Silvio Pereira, rompeu o pacto e relatou, em duas conversas exclusivas com "O Globo", na quarta e na quinta-feira passadas, o que ainda havia contado sobre o esquema do "valerioduto". Em seu apartamento, no Bairro Bela Vista, centro de São Paulo, Silvio disse que tentou contar tudo à nova Direção do PT e que telefonou para o Presidente do partido, Ricardo Berzoini, se pondo à disposição. Não conseguiu ser ouvido.*
>
> *Um ano depois das primeiras denúncias de corrupção nos CORREIOS que desaguaram no escândalo do "valerioduto", o que Silvio conta são detalhes da operação comandada pelo empresário Marcos Valério e a antiga*

cúpula do PT, da qual fazia parte, como Secretário-Geral e também sob o esquema de distribuição de cargos para petistas e aliados no Governo.

A operação da máquina do partido nas duas últimas eleições e a sua visão sobre envolvimento de cada personagem. Segundo Silvio, o plano do Empresário Marcos Valério com o PT era arrecadar o montante de um bilhão de reais. Em quatro áreas, todas com pendências na atuação do Governo: BANCO ECONÔMICO, BANCO MERCANTIL de PERNAMBUCO e OPPORTUNITY, além de operações de passivos na área da agropecuária. As operações não teriam dado certo e por isso Valério teria passado a cobrar as faturas.

O esquema foi investigado por duas CPIs, dos CORREIOS e do MENSALÃO, pela Polícia Federal e pela Procuradoria Geral da República, que denunciou ao Supremo Tribunal Federal 40 autoridades, ex-autoridades e Empresários envolvidos diretamente com a sofisticada organização criminosa, que resultou na cassação dos mandatos do poderoso Chefe da Casa Civil do Governo Lula, José Dirceu, por dois anos e meio e o segundo, o Sr. Roberto Jefferson, antigo aliado que denunciou o Mensalão.

Silvio afirma que existem outros partidos envolvidos e que há "cem Marcos Valérios" por trás do Marcos Valério. Dizendo acreditar que o esquema todo pode ter voltado a funcionar já que, apesar das CPIs, as estruturas de corrupção não foram modificadas. Segundo Silvio Pereira, a fonte dos recursos que foram injetados no PT, principalmente para campanhas eleitorais do próprio partido e do PTB nas eleições de 2004 é basicamente oriunda de um pool de empresas empenhadas em ganhar contratos com o Governo e também em garantir o destino de emendas de Parlamentares. "Bastaria o Governo não notar os pools principalmente em consórcios", disse.

Na versão do ex-Secretário-Geral do PT Marcos Valério funcionaria como um dos Empresários da arrecadação ilegal junto a empresas de variados setores. Silvio contou ainda que foi feito um acordo com Marcos Valério logo depois do estourar do escândalo que completa um ano este mês. A culpa ficaria mais centrada no PT e nos principais envolvidos.

O Empresário teria dito aos petistas que tinham três opções: Contar tudo o que sabe e derrubar a República por causa do envolvimento dos outros partidos, dos políticos e das empresas; calar-se e acabar assassinado como PC Farias, o Tesoureiro do ex-Presidente Collor ou contar parcialmente o que sabe. O PT ficou com a última opção. Mas não há Santo nessa história toda em nenhum partido, nem na Direção do PT que pagou o pato todo, diz. O ex-Secretário-Geral exime o Presidente Luis Inácio Lula da Silva de responsabilidade no esquema e afirma que em 2004, já Ministro, o ex-Presidente do PT, José Dirceu, não recebia Marcos Valério nem gostava da situação. O Empresário teria tido um comportamento normal na campanha de 2002, mas em 2004 passou a ter acesso irrestrito à direção nacional do PT.

A maior parte dos dirigentes sabia da influência de Valério e das dívidas do partido com ele, que chegaram a 120 milhões, segundo o ex-Secretário. O poder de Valério se tornou tão grande que o próprio Tesoureiro, Delúbio Soares, perdeu o controle da situação, segundo Silvio, Valério passou a ter contatos diretos com políticos petistas e não petistas. No relato dele, os saques feitos no BANCO RURAL não foram autorizados pelo então Tesoureiro do PT, Delúbio Soares, teriam sido acordos entre Parlamentares e o Empresário com toda a sua enorme rede de lobbies. Segundo Silvio, o plano dos petistas seria ajudar as campanhas municipais de candidatos aliados em 2004 e cobrir as dívidas de 32 milhões dos aliados nos Estados em 2002.

A dívida que restou do Diretório Nacional com as campanhas para a presidência e o Senado teria sido de três milhões de reais, disse. No entanto, em vez de se preocupar em pagar as contas anteriores já no Poder Federal, em 2004, a Direção do PT optou por deixar Valério cobrir as dívidas e ainda financiar as campanhas eleitorais em cinco capitais, mais a campanha do PTB e ainda implantar projetos para a ampliação do partido. Silvio disse ainda que nenhum petista ficou com dinheiro para enriquecimento pessoal e admitiu que foi um erro aceitar o Land Rover de presente do Empresário César Roberto Santos Oliveira da GDK que presta serviço a PETROBRAS.

Os principais trechos da entrevista, Marcos Valério e seus interesses do Governo, entre aspas, palavras do Sr. Silvio PEREIRA – "Foi o Virgílio Guimarães, PT de Minas Gerais,

quem apresentou Marcos Valério ao Delúbio em 1998, ele operava para o PSDB. Marcos Valério é um homem muito, muito inteligente. Ele atuou na campanha de Lula em 2002 na normalidade, depois foi crescendo. Ele tinha quatro pontos de interesse com o Governo, não se esqueça que ele vem do BANCO CENTRAL, foi funcionário de lá, por que você acha que acharam ele 17 vezes acionando o BANCO CENTRAL? Não tem essa história de propaganda, isso é bobagem, o plano era faturar um bilhão de reais. Eles iam ganhar um bilhão de reais em quatro áreas: BANCO ECONÔMICO, BANCO MERCANTIL de PERNAMBUCO e OPPORTUNITY. Tinha ações dele lá que renderiam dinheiro. Mas nenhum dos quatro esquemas rolava. Valério trabalhou com o Dantas, o Daniel Dantas, mas o Governo era dividido com essa história. O quarto ponto eu não sei bem, mas eram uns passivos na área de agropecuária, mas não deu certo. O BANCO CENTRAL não acertou as coisas para ele". Encontro com a cúpula do PT depois do escândalo, palavras do Sr. Silvio Pereira.

O PT virou refém de Marcos Valério, não tinha mais jeito, o Marcos Valério estabeleceu canais próprios com petistas e com não petistas, tem muita gente, muitos partidos estão envolvidos, só que tudo caiu na nossa conta, não tinha jeito de ser diferente, quando estourou o escândalo, nos encontramos com ele, Marcos Valério disse três coisas: 'Olha, tenho três opções, entregar todo mundo e derrubar a República, ficar quieto e acabar como PC Farias'. Origem do dinheiro arrecadado por Valério. Palavras do Sr. Silvio Pereira. 'Empresas muitas, não vou falar nomes, as empresas entre si fraudam as coisas. Às vezes o Governo não persegue e é só isso. Elas se associam em consórcios, combinam como vencer licitações. O Delúbio começou a usar o Marcos Valério para pagar as contas.

Agora, da lista do BANCO RURAL o Delúbio não sabia, não, o que aconteceu é que o Delúbio perdeu o controle, ele só sabia de três ou quatro Deputados do PT, o resto que recebeu do BANCO RURAL não era esquema do Delúbio. Tudo o que foi sacado não tinha a ver com o Delúbio. Quem mais sacou? Há muita hipocrisia'. A distribuição dos cargos para petistas e aliados, palavras do Sr. Silvio Pereira. 'Quando assumi os cargos fui muito abordado, ganhei uma dimensão que não tinha, trânsito com todo mundo. Essa gente não é fácil, tentou tudo. Mas eu não ia à festa com eles, por isso nunca fui provar nada, porque nada fiz de errado. Meu papel era convencer os Ministros do PT a liberarem cargos para os aliados, porque tenho palavra.

Quando o PMDB veio em abril e já estava tudo ocupado no Governo, fiquei com o abacaxi e muitos da base aliada de fato não entraram por questão ética. Os Ministros do PT são sérios. Não me conformo de o PT pagar todo o pato. Se investigasse a fundo realmente veriam isso. E o Governo nada fez de errado, mas não há interesse, porque quase todo mundo está envolvido, foi uma grande mística a distribuição dos cargos. De 7.900 pessoas que se inscreveram no sistema que eu montei para toda a base aliada, com cargos e perfis técnicos, ficaram mais de 90% de fora. Foi um sistema legítimo. Cada Deputado da base queria um cargo federal nos Estados. Tinha ainda que dar uma cesta para o PMDB, seriam 50 cargos.

Mas em 2004 atuei só no rescaldo disso, Roberto Jefferson inventou que eu era o Gerente dos Cargos em 2004. É um mecanismo que continua no País - palavras do Sr. Silvio Pereira - A verdade do PT não tem como ser digerida pela mídia como o Delúbio consegue com a assinatura dele mesmo, reais, cinqüenta milhões. Olha, eu acho que o Delúbio não parou e olhou a coisa como um todo, ele não é corrupto, não é! Quem decidia tudo isso? Não havia uma decisão, não é como vocês pensam, atrás do Marcos Valério deve haver "cem Marcos Valérios", é um mecanismo e que agora continua no País. Nem traficante usa mais malas de dinheiro, palavras do Sr. Silvio Pereira, é mentira sobre as malas de dinheiro denunciadas por Roberto Jefferson. Não houve nenhuma mala de dinheiro. O dinheiro não passava pelo PT, era um esquema cômodo, nem traficante usa mais mala de dinheiro, isso é Al Capone. Agora, o PT deu muito dinheiro ao PTB". Acusações e o esquema dos CORREIOS. Cadê a SKYMASTER? Cadê as minhas empresas que os jornais falaram? Disseram até que a HP era minha. Estive uma vez apenas na SKY a pedido de um líder da base aliada cujo nome eu vou preservar, porque, segundo ele, a empresa estaria sendo prejudicada pelo Governo. Fui ouvir e não fiz acordo..."

Eu pediria o Sr. Silvio que prestasse atenção antes, sem conversar com os seus Advogados, para não, V.Sª. não ter que ler amanhã de novo.

> *"...Fui ouvir e não fiz acordo. Nos CORREIOS quem operava o fato era o PMDB, Eduardo Medeiros que não foi indicado por mim. Tentou falar, mas o PT preferiu não ouvir. Palavras do Sr. Silvio Pereira. 'Se a Direção do PT me chamar para ser ouvido eu vou. Por que não me chamam? Eu liguei para o Berzoini e disse a ele que gostaria muito de ser ouvido para que minhas informações ajudassem nas investigações internas. Eu disse a ele e repito agora: Estou à disposição e à disposição, mesmo. Inclusive se quiserem fazer um depoimento aberto à imprensa, ou sob sigilo, gravado, eu falo. Mas coloco só uma condição, que avalie a postura de quem recebeu. Aliás, quem recebeu? Sabe qual é o problema? Eu nunca fui ouvido pelo PT, nunca quiseram saber, mas deveriam ou talvez saibam'. Land Rover foi devolvido e sonho é restaurante".*

Essa é uma matéria que, como é a última página, para não dizer que eu não li tudo, vamos lá!

> *"Silvio José Pereira, aos 44 anos é um homem atormentado, conta que devolveu um Land Rover de reais, setenta e três mil reais, que ganhou de um Empresário que tinha contratos com a PETROBRAS e que está arrependido de ter aceitado o presente. Mas ficou isolado. Vive entre São Paulo, onde tem um apartamento e Ilha Bela, na casa de praia. Sociólogo, diz que não consegue mais trabalho, passa a maior parte do tempo lendo os relatórios das CPIs e documentos do partido. O que me mata é não poder trabalhar, disse o Sr. Silvio Pereira. Virei um cara do bando dos quarenta, como é que vou arrumar um emprego? diz, referindo aos 40 denunciados ao Supremo Tribunal Federal pelo Procurador-Geral da República, Antônio Fernando de Souza no escândalo do Mensalão.*
>
> *Filho de uma empregada doméstica e um balconista, cresceu no meio das festas de São João, do Carmo do Rio Claro, no Sudoeste de Minas. Na adolescência sua família se mudou para Osasco, na grande São Paulo e montou um bar que ainda pertence aos Pereiras. "Se a coisa apertar, volto para o velho balcão do bar da minha família, não tenho problema com isso", diz o Sr. Silvio Pereira. Aos 19 anos, Silvinho, como é conhecido, adotou o ideário socialista, ajudou a construir o PT, acreditava na revolução. Tomou parte na formação de tendência, hora da verdade que defendia a ruptura com o capitalismo e tentou evitar o pragmatismo político. Mas suas idéias foram derrotadas, a tendência acabou extinta no PT e ele aderiu ao campo majoritário que dominou o PT por onze anos. Foi transformado em quadro, entre aspas, de confiança do ex-Presidente do partido, José Dirceu, desde então, Silvinho mudou. Com o PT no poder, recebeu atribuição de cuidar de cargos da base aliada. Ganhou projeção. Passou a ser abordado por Líderes políticos do País. 'Eu continuo acreditando no socialismo, mas nos valores políticos e ideológicos, não no modelo'.*
>
> *No ano passado foi revelado o caso que ele chama de seu único grande erro, o Land Rover que ganhou de presente e devolveu depois de descoberto. Desde 1994, tem um apartamento de dois quartos no Bairro Bela Vista, de classe média que vale cerca de 200 mil reais, uma casa em Ilha Bela de 400 mil reais, um carro e dois terrenos. As declarações de Imposto de Renda mostradas por ele a repórter não revela evolução patrimonial. Sonha agora em montar um restaurante e uma pousada em Ilha Bela, mas acha que não terá a freguesia enquanto o escândalo não for esquecido. Segundo ele, tem vivido de uma pequena poupança e de ajuda dos irmãos. "Tenho cortado os gastos".*
>
> *E, finalmente, ele afirma que tem muita gente importante envolvida nisso. Depois de um total de oito horas de entrevista, divididas em dois dias, o ex-Secretário-Geral do PT, Silvio Pereira, chegou a pedir que o conteúdo das conversas não fosse publicado, dando a entender que está sob pressão e que acredita que correria risco de vida. Disse que não tem estrutura financeira sequer para se sustentar e que também prometeu a família que não falaria com a imprensa, contou que tem sido muito pressionado para se manter em silêncio e que suas revelações poderiam provocar nova crise política. O repórter argumentou que não poderia omitir as informações obtidas, já que ele havia concordado com a publicação e feito revelações importantes. Silvio então ficou muito nervoso. Ameaçou se matar. E reteve em seu apartamento, no centro de São Paulo, os documentos que havia entregado à Jornalista, além de uns cadernos de anotações da*

repórter. Silvio foi procurado pela reportagem do "O Globo" em sua casa na última quarta-feira à tarde, o objetivo era mostrar como vive o ex-Secretário-Geral do PT, um ano após a crise do Mensalão.

Ele recebeu a repórter e conversou por mais de três horas, além de falar sobre sua vida, respondeu a diversas questões sobre o escândalo de Mensalão dizendo-se convencido de que as apurações não tinham sido profundas. Todas as questões foram anotadas. Parte da entrevista foi gravada. Como tinha um compromisso à noite, o ex-Secretário-Geral do PT disse que ligaria no dia seguinte para marcar nova entrevista. Na quinta-feira à tarde, Silvio ligou para o repórter e marcou, para a repórter e marcou um novo horário para a continuação da entrevista. As duas conversas aconteceram no apartamento do ex-Secretário. Depois de mais de cinco horas de conversas, Silvio perguntou sobre o que seria publicado. Ao ser informado da reprodução de toda a sua primeira entrevista pontualmente, disse que o repórter fora fiel na reprodução e que o conteúdo era todo verdadeiro, mas revelou, em seguida, ter medo das conseqüências. Palavras do Sr. Silvio PEREIRA – "Vão me matar. Eles vão me matar! Você não entende, não faça isso comigo, tem muita gente importante envolvida nisso!". Repetia Silvio com os olhos arregalados. Diante das argumentações sobre a necessidade de sua versão ser divulgada, já que ainda há fatos do escândalo que continuam obscuros para a opinião pública, Silvio ficou ainda mais nervoso e passou a se bater e a destruir o próprio apartamento.

A repórter deixou o apartamento e pediu ajuda a uma vizinha que chamou o serviço de ambulância. O porteiro do prédio, no entanto, entrou no apartamento e disse que ele já estava mais calmo, dispensando a ambulância. Queria apenas que o repórter fosse embora do prédio. O porteiro escolheu, no apartamento, a bolsa da repórter, recolheu, a bolsa da repórter que havia ficado sobre a mesa de Silvio que ele jogou contra uma parede. Um dos cadernos de anotações da repórter e vários documentos que a Jornalista tinha recebido de Silvio não foram mais devolvidos. Na sexta-feira, o ex-Secretário-Geral deixou, na portaria de seu prédio, apenas o aparelho celular e o maço de cigarros da repórter que estavam junto com seu caderno e um recado de que iria viajar. As gravações e anotações feitas na véspera tinham ficado na redação do 'O Globo'".

Está aqui a entrevista que foi publicada. Eu espero que V.Sª. tenha conhecimento desses fatos, que eu acho que são fatos graves para que V.Sª. não se lembre de que tenha falado. Mas eu vou conceder a palavra ao Senador Pavan, em seguida, o Senador Jefferson e Tuma que era o último, era o primeiro e vai ser o último e alguém mais que deseje se inscrever.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, na verdade, nós tínhamos até nos inscrito para fazer alguns comentários referente a entrevista do Silvio, lendo algumas matérias do Silvio. Porque ele tem demonstrado aqui, durante esse depoimento, em alguns casos, o Silvio se lembra muito bem do que disse, do que falou, do que conversou, coisas que ele tem interesse em responder, em outros casos diz que não se recorda e aqui tem uma parte muito... Inclusive comprometedora aonde ele fala que o chefe, o grande chefe é o Presidente Lula, isso é grave. Ele coloca bem claro dizendo que os recursos arrecadados de um *pool* de empresas para pagar dívida política nos Estados da campanha para Senadores de diversos Estados do Brasil, campanha de Governadores, diversos Estados do Brasil, coloca que a dívida que veio era trinta e dois milhões de reais e hoje já está em cento e vinte milhões de reais. Mas ele diz que o grupo, o chefe era o Lula. Participava, quem sabia de tudo isso era o Lula. Eu estou vendo aqui o Silvio dizer que não se lembra, não sabe. Será que pegou a síndrome do Lula? Será que o PT tem essa síndrome? Desculpa, muitos companheiros, amigos nossos que têm aqui no Senado, pessoas que nós respeitamos muito. Mas a questão de não saber quando não quer dizer que sabe, de que não viu quando tem interesse de dizer que não viu, parece ser a síndrome do Lula, que não sabe essas coisas.

No entanto, no entanto, V.Exª. que é Secretário-Geral, V.Sª. que era Secretário-Geral do PT, um dos cargos mais importantes do PT, primeiro é o Presidente do PT, segundo é o Secretário-Geral. Tudo o que acontece dentro do partido passa por essas duas pessoas, o Presidente e o Secretário-Geral. E aquilo que foi dito aqui é impossível que V.Sª. não se recorde.

A minha preocupação é justamente com a sua segurança, o seu futuro, a sua vida, é verdade. A minha preocupação. E eu comentava há pouco aí com o Wellington, disse que você estava acuado, estava com receio, até porque foi morto recentemente, aliás, ainda em 2002, o Prefeito Celso Daniel de Santo André. Há aí dúvidas quanto o envolvimento da questão de arrecadação do partido. Há inúmeras denúncias por parte

do Ministério Público. Depois foi morto o Toninho de Campinas, tudo isso, eu fico imaginando, "Pô, eu não vou falar! Deus me livre, se a repórter tocar na imprensa o meu destino é o mesmo dos demais!".

Eu não vou lhe perguntar se você realmente tem medo. Mas eu fico imaginando. Dizer tudo isso, acusações graves induzido não sei por quem e, de repente, diz que não se lembra, não quer, essas questões da sua vida que foi lido agora pelo Presidente Efraim Morais, certamente V.Sª. se lembra, que trabalhou num balcão que sua mãe e seus pais eram pobres, deve se lembrar dessas coisas, certamente. Porque esses dados são dados que a pessoa tem que ter uma memória muito boa para voltar. Então, esses casos V.Sª. se lembra, os demais, tem demonstrado que não se recorda. Mas uma pergunta: Você imaginava que o PT e seus principais Líderes, que um dia poderia se envolver em tantos desmandos, em tantas sujeiras? Isso é uma pergunta. O PT sempre foi assim? Ou só agora, depois que assumiu o poder envolveu-se nesses esquemas? Está anotando? Primeiro: Você imaginava que o PT poderia se envolver em tantos esquemas sujos repudiados pela população brasileira, imaginava? Pode responder Silvio, se assim desejar. Imaginava?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – O PT e ficou surpreso com esse envolvimento dos integrantes do PT?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Em parte, sim.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Então, em parte. Quer dizer que uma parte aprova do envolvimento, e outra parte não aprova. Uma parte aprova e outra parte não aprova.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Em parte, sim.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Em parte, sim. E o seu envolvimento, está arrependido?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – No que diz respeito ao erro que eu cometi, sim.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – É o mesmo erro dos demais?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não é o erro dos demais, eu fui o único que recebi o carro, que, aliás, não está... Essa última parte da matéria, eu vou fazer um esforço extraordinário para poder verificar. Gostaria que ela tivesse gravado, se tiver gravado eu autorizo que ela apresente aqui a gravação, porque eu não... Bate algumas coisas que está colocado aqui na entrevista. Eu vou fazer um esforço extraordinário para ler. Mas desde já, estou aqui autorizando se assim ela quiser publicar na íntegra, o que estiver gravado.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Olha, algumas perguntas feitas aqui, inclusive, pelo Antônio Carlos Magalhães, V.Sª. se negou a responder. E aquelas que se negou a responder, por que tem jogo muito sujo em cima disso? Tem problemas gravíssimos que não pode responder? Porque foram feitas algumas perguntas: "Não, me nego a responder". É porque pode envolver companheiros, parceiros? Só para poder... É por isso ou não? "Me nego a responder", e outra responde. Por que algumas se nega a responder?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Vou responder para o Senhor, Senador. Outros Senadores aqui colocaram algo, no mesmo teor, o que eu tenho dito desde o começo. Se vocês verificarem não é uma entrevista, isso é uma conversa que eu tive com a Jornalista, isso é o nome jornalístico que pode se dar, o Senhor pode verificar que não há perguntas e respostas. Foi uma conversa que eu estava tendo com ela com uma intenção como se estivesse conversando com uma amiga. No final ela até colocou para mim: "Vem cá, mas você fala tanto isso, você não tem nem intimidade comigo". "Pois é, eu achava que estava conversando com uma amiga". E por que é que eu não posso, e não tenho condições ainda de afirmar o que é verdade ou não? Não significa que aquilo que eu quero eu respondo e aquilo que eu não quero eu respondo.

Eu acabei da ler na entrevista, que o Senador acabou de ler, vários desses trechos já tinham sido informados. Eu preciso eu mesmo, comigo mesmo, fazer o meu exame, na minha memória, do que eu conversei, além de outros fatos que serão investigados. Essa conversa se deu num clima nada normal. Não é que eu escolho o que eu posso ou não, no que diz respeito à entrevista, a essa entrevista é que eu não quero me ater em dizer se isso é fato, se isso não é. Não quero ser nem leviano, nem auto-incriminar e nem incriminar pessoas.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Ótimo. O seguinte, então, tenho outra pergunta aqui. V.Sª. disse que conversou com Lula por quase três horas, quando foi pedir um cargo no Governo para o Lula, o Presidente, e disse que falou com o Zé Dirceu, mas Zé Dirceu não quis saber. E o Lula falou que: "Fica tranqüilo, eu não vou deixar os meus amigos na mão". O Lula te deixou na mão?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não acho que o Lula me deixou na mão...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Quanto tempo o Senhor falou com ele? Três horas, com o Lula?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não lembro qual o tempo que falou... Primeiro, a pergunta, me permite responder outra. Não tenho uma relação de intimidade com o Presidente, gostaria de tê-la, essa relação. Freqüentei poucas vezes, não só a sua residência em São Bernardo do Campo, como aqui no Palácio. O único

momento que eu tive com mais freqüência foi no momento da montagem do Governo, que foi logo no ano de 2003. Não significa que eu não o conheça, que já não tive com ele várias oportunidades. É fato também que no começo do Governo eu desejei vir ao Governo, não sei se é exatamente nesse diálogo.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Mas ele lhe incumbiu para uma missão aí, para... "Lula me indicou", aqui V.Sª. diz, "me indicou formalmente para cuidar de cargos". V.Sª. era remunerado para indicar as pessoas para os cargos? Qual é a sua vantagem?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não foi essa, primeiro nem foi essa a primeira tarefa atribuída pelo Lula, naquele filme aqui "Entre Atos", na qual foi mencionada. Eu fiz para ele apenas um único pedido na época que era poder coordenar a festa da sua posse. Assim foi feito. No que diz respeito à questão dos cargos, o PT havia constituído uma comissão. Ao passar de um tempo de trabalho...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – A comissão era Genoino, Delúbio e V.Sª.?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Só que tanto o Delúbio quanto o Genoino acabaram cumprindo outras tarefas e acabei ficando praticamente sozinho.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Aqui cita ainda, V.Exª., "quem mandava tudo era o Lula". Cita o Lula.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu estou me referindo, como já me referi aqui, Senador, que no PT os principais Líderes do PT, até a chegada do Governo, até a chegada do Governo, eu diria, até melhor, até próximo da campanha eram: Lula, Zé Dirceu, o Mercadante e o Genoino. Até a chegada, até próximo da campanha.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Isso está aqui, está escrito isso. Então V.Sª. deu a entrevista aqui. Está se lembrando bem.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu estou dizendo para o Senhor, eu acabei de ler e essa pergunta já tinha respondido aqui, Senador.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Ah, sim.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – De que os principais Líderes do PT eram esses e é público e notório que esses eram os principais Líderes do PT.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Confirma aqui que é cento e vinte milhões a dívida do PT?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, não confirmo, não sei se é esse exatamente o valor.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Não confirma? Para finalizar, Sr. Presidente... (soa a campainha)

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Quem decidia no partido? Quem mandava no partido?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Depende de qual o tema e em qual instância.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Mandava no sistema todo aí de buscar recursos, arrecadar dinheiro. No setor de corrupção do PT, quem mandava? Desculpa. Setor de corrupção não, setor de buscar recursos do PT quem...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Setor.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Comitê financeiro, desculpa, a palavra.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Isso, para o Senhor ter uma idéia, mesmo em relação aos Estados, que nós somos vinte e sete Estados, ficaram todos centralizados na figura do Delúbio. Mesmo em relação aos Estados, então ele coordenava não só a arrecadação nacional, bem como também coordenava esta arrecadação dos Estados no que diz respeitasse despesas nacionais que deveriam ser compartilhadas pelos Estados.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Continua amigo do Lula?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Nunca mais encontrei com o Lula, mas considero ele, continuo gostando dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Concluindo, Senador.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – E vota no Lula?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Votarei no Lula.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Todos os que foram cassados, todos os que foram envolvidos continuam dizendo: "Somos Lula". Ele realmente é um grande chefe.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e concedo a palavra ao Senador Jefferson Peres.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita, Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra, pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu gostaria de recomendar aos Senadores do PSDB e do PFL para não estarem generalizando o PT com atos de corrupção, de desvios e tudo porque nós, do PT, não fazemos isso com o PFL, o PSDB.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Peço que não generalize o partido, Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E então, volta e meia se faz isso. Mas cada vez que isto acontece, eu me sinto na responsabilidade de aqui chamar a atenção dos colegas Senadores do PSDB,

do PFL e de quais partidos assim fizerem menção ao PT.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Muito bem, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, só como membro do PFL pediria ao Senador Suplicy que se dirigisse a quem o fez no conceito dele. Porque eu me nego a receber essa advertência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª., essa referência foi feita aí pelo Senador Pavan. Senador Jefferson Peres, V.Exª. dispõe, peço que remarque o tempo do Senador, dispõe de 10 minutos mais dois de tolerância.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Vou ser mais breve, Sr. Silvio, até em consideração ao seu estado de saúde, no qual eu acredito seja...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pediria ao Senador Suplicy a atenção ao orador, Senador Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – ...Sejam quais forem os seus possíveis erros, nós temos sempre que respeitar a dignidade da pessoa humana. Por isso eu não vou tentar estressá-lo ainda mais. Eu vou, longe de pressioná-lo, eu vou pedir apenas a sua opinião. O Senhor teria ouvido talvez do próprio Valério, não sei, está dito na sua entrevista, afirmativa dele feita a alguém que chegou aos seus ouvidos, não sei, e que se ele dissesse tudo o que sabe, ele derrubaria a República.

É claro, Sr. Silvio, o Senhor é um homem inteligente, o Senhor sabe que ele derrubaria apenas a banda podre da República. A República sairia mais limpa e mais forte com certeza se ele dissesse tudo o que sabe. Mas, se eu disse a certa altura também, eu até concordo com o... "Sr. Silvio disse ainda que nenhum petista ficou com dinheiro para enriquecimento pessoal". Eu acredito que o Delúbio, que foi o principal operador disso, não tenha tirado grande proveito pessoal. Ele fez isso com fins políticos.

Enfim, havia uma organização criminosa chefiada pelo Sr. Marcos Valério da qual se utilizou o Delúbio Soares, como Tesoureiro do PT, não em proveito pessoal, para fins políticos. Quem foram os beneficiários? A primeira pergunta que se faz é quem aproveita o crime? Isso é elementar em investigação policial. Houve dois beneficiários, em primeiro lugar o próprio PT e os partidos da base que fizeram caixa para financiamento de campanhas ou para pagamento de dívidas. Segundo beneficiário indireto, o Governo, uma vez que houve compras, suborno de Deputados da base governista para que continuassem dando apoio ao Governo. Houve dois beneficiários, portanto, Sr. Delúbio Soares não era um ladrão vulgar, ele fez isso para beneficiar o Governo e o partido.

Eu lhe pergunto, é a única pergunta que eu vou lhe fazer para eu fazer um juízo de V.Sª., porque sei que por burrice não será a sua resposta. Se o Sr. Delúbio Soares tivesse agido para fins de enriquecimento pessoal, eu acredito piamente que ele pudesse fazer isso à revelia de todos os dirigentes. Até eu posso ser vítima amanhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, o telefonema de V.Exª. está atrapalhando o Senador Jefferson. Senador Jefferson, V.Exª. está garantido a palavra.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Até eu e qualquer pessoa pode ser vítima de um Assessor infiel e desonesto que use indevidamente o meu nome para fins ilícitos, espúrios. Então, o Delúbio poderia ter enganado todo mundo e saído rico dessa operação. Mas ele não fez isso. Ele fez para beneficiar o partido e o Governo. É só por isso que eu lhe pergunto e é a minha única pergunta: O Senhor acredita que ele poderia ter participado dessa organização criminosa levantando tanto dinheiro para beneficiar não a si mesmo, mas ao partido e ao Governo? O Senhor acredita que ele poderia ter feito isso, sem o conhecimento dos dirigentes?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu acredito que da maneira como foi realizado não havia conhecimento, da maneira como foi realizado. A existência na base diz, que a existência do "Caixa 2" que é trabalhar como chamou de recursos não contabilizados, eu acredito que possa ser, que tem outras pessoas que tivessem conhecimento.

Eu não acredito, Senador, e é fato isso e quem conhece um pouco o PT e a gente poderia entrar no maior detalhe como funcionaria a Direção do PT, o Senador Eduardo Suplicy participou de algumas delas. Não se discutiam, a gente chegava a decidir as despesas, não se discutia a forma de se buscar esses recursos. Então, eu acho que esse, essa maneira como foi organizada essa arrecadação do PT eu não acredito que isso tenha sido compartilhado, a forma. Acho que a questão da existência do "Caixa 2", pressuponho eu, pelo senso comum, deve ser, sim, de conhecimento de outras pessoas. Mas não acredito que houve... Que as coisas realmente não funcionavam dessa maneira.

E progressivamente, pelo menos os últimos dois, três anos, acho que a partir talvez da eleição do Lula, cresceu este poder que o Delúbio tinha relativo as finanças do PT. Até um tempo atrás, não sei precisar exatamente qual a data, Presidente, você tinha uma comissão para poder autorizar despesas fora da Co-

missão Executiva, você tinha a Comissão Executiva Nacional e entre uma reunião e outra você tinha uma comissão que autorizava, de maneira extraordinária essa despesa e mesmo essa autorização deveria ser submetida à Comissão Executiva.

No meu primeiro mandato de Secretário de Organização, cheguei a participar desta comissão. Eu participava da comissão, era o Presidente, era o Tesoureiro e era Secretário de Organização. Depois tirou-se o Presidente, ficou o Secretário de Organização e o Tesoureiro. Até a sede do PT, a administração do partido, inclusive funcionários e tudo isso, historicamente era uma atribuição da Secretaria de Organização. Aos poucos isso foi se alterando, não é que houve uma decisão, foi se alterando, se alterando, e depois acabou ficando centralizado nas finanças.

Ninguém, eu participei de várias reuniões da executiva, nunca ouvi alguém perguntar da onde se vem o dinheiro, como buscar o dinheiro. Não se perguntava e não se discutia. Não se perguntava, essa Comissão Executiva é de 21 membros. Quando eu falo que na campanha de 2004 nós passamos por dificuldades, muitas dificuldades nós passamos em vários Estados. Na maioria dos Estados. Criou-se uma grande ilusão, junto aos Estados, de que eles teriam recursos para a campanha. Os Estados vieram, apresentaram os seus respectivos orçamentos, cada qual fez os seus orçamentos, há uma somatória desse orçamento que houve reunião com os 27 Estados para discutir planejamento da campanha. Na minha opinião pessoal, isso foi um dos erros que teve, foi ter centralizado, foi a primeira vez que ocorreu essa centralização. Nunca, nunca até então no PT havia ocorrido essa centralização.

Quando teve, por ocasião da... Eu lembro do programa de televisão, eu tinha feito uma sugestão na época que a agência de publicidade nossa pudesse cuidar de mais ou menos umas 30 a 37 campanhas no País. Seria feito três, três *pool* de produção. Era um orçamento muito caro, foi apresentado o projeto, esse projeto foi rejeitado e eu fiquei muito irritado, na época era o Coordenador do GTE.

Aí quando soube que o PT Nacional poderia estar ajudando em algumas campanhas de capitais já mais fortes...(soa a campainha) Como São Paulo, como Belo Horizonte, como Recife, eu realmente fui contrário a esse tipo de encaminhamento e na medida que o tempo foi passando eu fui cada vez mais me colocando no interior do País.

Se o Senhor, inclusive no vosso Estado, o Senhor pode ter certeza que naquele Estado eu devo ter sido o dirigente que mais visitou a região Amazônia. Em abril, quando nós tivemos Encontro Nacional do Campo Majoritário, por exemplo, para constituir a atual direção e o programa político para esta direção, eu nem fazia parte da comissão de chapa, eu só fazia parte da comissão das teses, e quem me indicou para poder fazer da comissão de chapa foi exatamente, nos Estados do Norte, a Secretaria de Mulheres do PT e a Secretaria de Combate ao Racismo.

Durante a campanha eleitoral eu autorizei apenas duas despesas, vamos dizer assim, eu acho que à revelia do próprio Tesoureiro. Digo três, lembrando bem. Uma foi exatamente uma cota de gráfica para a Secretaria de Mulheres, para poder fazer a campanha institucional da Secretaria. A outra da Secretaria de Combate ao Racismo. A terceira, da Juventude. Era 50 mil reais cada um com uma cota de gráfica. O orçamento do GTE não passou de 600 mil reais. Eu tinha dificuldades para fazer cumprir os contratos do GTE, para pagar o GTE. Isso era uma briga, tem várias notícias que têm, tem várias falas minhas dentro da Direção do PT.

Eu sempre falei, eu tenho até uma entrevista na Folha, que originou o convite para essa CPI, quando eu fiz uma afirmação, naquela época, e repito aqui hoje. A minha responsabilidade não foi nem maior e nem menor em relação aos 21 membros que compuseram a Comissão Executiva Nacional. O cargo de Secretário-Geral, acho que foi, não sei se foi o Senador, um Senador colocou aqui, segundo homem mais importante do partido, tudo isso, eu repeti aqui, eu falei, parece que ninguém me ouve, eu assumi a Secretaria Geral em maio de 2004. Maio de 2004. 2002 eu era Secretário de Organização do PT e cuidava do acompanhamento dos Estados. Não fiz parte da coordenação da campanha do Lula. Aliás, não fiz parte de nenhuma coordenação da campanha do Lula. Embora, na minha opinião, cumprisse um papel importante. Eu gostaria de ter participado, sim, embora não tenha participado. Toda a campanha presidencial eu realmente não participei no interior da campanha, participei na preparação dela, em que sentido? Foi quando a gente teve que fazer várias, ou intervenções nos Estados ou poder determinar algumas coligações, esse era o meu trabalho principal de poder ir nos Estados tentar costurar as alianças regionais e os palanques regionais. (soa a campainha)

Na Direção Nacional do partido, finalizar a resposta para o Senhor, até falava isso para a Soraya, por mais inverossímil que possa ser, mais inverossímil, o Delúbio tinha controle absoluto. Se mais alguém tinha, eu não tenho esse conhecimento, porque não era tratado na instância da Comissão Executiva Nacional. Por isso que eu não posso, inclusive, responsabilizar nenhum outro membro da direção. É por isso que eu afirmo e continuo reafirmando que a minha responsa-

bilidade política não era nem maior e nem menor em relação aos 21 membros que compuseram a Comissão Executiva Nacional.

Não sei se consegui responder para o Senhor, tentei responder dentro do possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, V.Exª. se dá por satisfeito? Senador Romeu Tuma, que é quero aqui fazer um registro, era o primeiro inscrito.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Muito obrigado. Eu acho que a admiração pelo Silvio me fez com que eu ficasse por último, com todo o respeito dele...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Solicitaria que marcasse os 10 minutos de V.Exª. com mais dois de tolerância.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu vou ser rápido, porque praticamente se esgotaram todas as interpelações que deveriam ser feitas com base na entrevista que a maior parte lida pelo Senador Efraim, eu dou os parabéns ao Senador Efraim por ter tido essa cautela em razão de várias dificuldades que o Senhor teve para esclarecer alguns pontos que foram levantados da entrevista. Então a leitura, provavelmente alguma parte dela tenha avivado a sua memória, tanto é que reagiu contra alguns pontos que foram publicados, vai analisar e forçar a sua memória para saber realmente se tinha fundamento ou não. A repórter, como é que ela chama? Soraya. O Senhor já a conhecia antes?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Sim, já havia conhecido, nunca acho que eu dei uma entrevista, assim, exclusiva para ela, mas conheci quando você vai na sede do PT, você tem um conjunto de repórteres que ficam ali e às vezes perguntam. Mas não era um conhecimento, não era um Jornalista que eu costumava falar. Ela até faleu: "Pô, mas você nem tinha intimidade comigo e falou tanto assim".

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É porque quando alguém chega hoje com tanto temor de assalto alguém chega na portaria do prédio, o Senhor mora em prédio?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Moro em prédio.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – No prédio, o porteiro interpela: "Olha, tem fulano de tal", identifica, e o Senhor disse que ele não identificou e mandou subir, abriu a porta, viu que era ela falou: "O que você está fazendo aqui?" É isso mesmo que eu entendi bem?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Foi exatamente isso, Senador. Foi exatamente desse jeito.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então esse porteiro tem que ir embora, porque com esses assaltos que estão havendo por aí...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Se o Senhor permitir só um minutinho, tem um caso muito parecido, não lembro agora o momento, durante a CPI, eu estava bastante abalado emocionalmente, me liga para mim o zelador, liga para mim o zelador e fala o seguinte: "Está aqui a Polícia Federal". Foi naquele período aqui que a CPI dos BINGOS estava me convidando. Eu virei para ele: "Ué...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Que o Senhor se recusou a comparecer?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não recusei a comparecer, Senador, fui chamado de um dia para o outro e amparado numa decisão do Supremo eu não vim, não é que eu fugi. Eu estava aqui em Brasília, inclusive.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ninguém falou em fuga.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Desculpa, estou só contando esse caso para o Senhor.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor requereu ao Supremo para não comparecer como agora também.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Sim, Senhor.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Como agora também o Senhor tem direito a fazer isso e foi negado.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Perfeito, mas se não tivesse eu compareceria.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não estou desrespeitando o seu direito de...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Voltando esse caso para o Senhor. Ele falou assim: "Olha, a Polícia Federal está aqui". Eu falei para ele: "Ué, pergunta se quer... – eu estava achando que era para uma intimação para vir na CPI, porque já tinha passado a primeira - Vê se ela quer subir - Eu falei ela, ela falou mulher - Vê se ela quer subir ou se quer que eu desço". Aí subiu. Quando eu abri...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor achou que era da Polícia Federal?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – É. O zelador ligou, deixa eu contar a história, é bem rapidinho, o Senador ligou, o zelador ligou e falou: "Está aqui a Polícia Federal". Eu falei: "Ver se quer que eu desça ou se ela quer subir". Ele falou que era uma mulher. Quando eu acabei de responder, passou mais um minutinho e tocou a campainha quando entrou uma Senhora. Eu tenho problema de... Estou com um problema de coluna no nervo ciático, eu faço um acompanhamento de massagem, achava que, aliás, a Soraya era massagista.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Opa, desculpa, o relacionamento não era tão aproximado assim.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, terapeuta mesmo. Eu faço acompanhamento do nervo ciático. Quando a mulher abriu a porta, ela abriu a porta, só que ela abriu muito apavorada. Ela foi entrando. "A Polícia Federal está aí, a Polícia Federal está aí?". Eu falei: "Calma, não é nada com a Senhora não, é comigo". "Não tem nada a ver com a Senhora, fica calma". Ainda dei água para ela. E na seqüência ligou o zelador para mim dizendo: "Olha, não tem nada a ver com você é com outro apartamento aqui do 64". Porque quando chegou a mulher massagista chegou junto com a Polícia Federal. Então na minha casa eu sou desse jeito. Posso contar várias experiências do mesmo tipo. Minha chave da minha casa fica cá lá na portaria. A chave do meu carro fica na chave, que eu nem tiro a chave do carro. É desse jeito.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Uma coisa aqui que ficou um pouco, todo mundo reclamou que o Senhor chegou um pouco estressado, preocupado e sem aquela vontade de se expressar com mais vigor. Depois da pergunta da Heloísa Helena, que se referia ao caráter pessoal de sua participação no PT, o Senhor mudou de comportamento na forma de se dirigir aos Senadores. Eu compreendo até isto, eu diria até tecnicamente, porque quando se dá a oportunidade a um cidadão que está depondo, sob pressão, sob angústia e tensão, quando se dá a oportunidade dele expressar o que representou na vida, no seu trabalho, ele muda a figura e também o comportamento. Não sei se isto aconteceu com o Senhor, mas no meu ponto de vista...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Exatamente o que aconteceu.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu acredito que esta foi a razão da sua mudança que não foi nenhuma desfaçatez aos Senadores.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Exatamente o que aconteceu.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu já tinha falado isso antes e talvez com um pouco de janela na polícia a gente vai aprendendo um pouquinho o comportamento das pessoas que depõem, principalmente quando são acusadas de coisas graves.

Eu fiquei aqui, porque quase toda a entrevista o Senador Efraim teve a cautela de dizer que está tudo entre aspas. Quer dizer, ela dá como afirmação do Senhor. Tem aqui o início, dá a impressão que é artigo por ela relacionado a um tipo de conversa que tiveram anteriormente. E ela registrou como fala sua, vários trechos da publicação, não diria nem da entrevista, da publicação. Agora, o que ele leu, o Senhor confirma que tenha realmente falado a ela? Porque ela pôs entre aspas dando o Senhor como o responsável por isso.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Senador, a única parte que... eu acredito que, no que diz respeito ao conteúdo, possa ter dito para ela sim, não acho que ela...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ela não deve ter distorcido algum fato ou mentido? Eu vi que nenhuma vez o Senhor disse isso aqui. Nem que ela distorceu, nem que ela mentiu.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu vou falar para o Senhor. Eu acho que no que diz respeito à parte do conteúdo, pode ser, não acredito que ela tenha distorcido absolutamente nada em termos de conteúdo. Onde eu acho que as coisas não estão batendo é a parte final. Realmente não estão batendo. Não é exatamente...

Vou dar um exemplo para o Senhor aqui, que eu até anotei com a caneta. Olha, ela omitiu uma coisa importante aqui. O fato de ser Jornalista não significa também que fala toda a verdade.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Essa omissão o Senhor pode...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Posso dizer qual é essa omissão, sim, para o Senhor.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pois não, obrigado.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – E omitiu também o começo da conversa, que quando bateu na porta da minha casa, omitiu. Quando bateu na porta da minha casa...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tinha alguma importância isso para saber...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, nem acho que tem importância nenhuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então o Senhor não precisa explicar, só se tivesse algum fato com valor, a seu ver, teria um valor para o nosso conhecimento.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu vou dar um exemplo ao Senhor, eu não poderia ter dito a ela, não poderia ter dito a ela que a sua primeira entrevista pontualmente diz que a repórter fora fiel na reprodução e que o conteúdo era todo verdadeiro. Hoje eu posso até dizer isto, mas isso aqui, no momento, eu não poderia ter dito porque não consegui passar da primeira página da leitura. A minha confusão aconteceu sem passar da primeira página.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Para o Senador Efraim hoje o Senhor pode dizer?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu quero dizer o seguinte, na parte da forma tem algumas coisas que realmente não bate, no conteúdo principal que é isso

que interessa para essa CPI, evidentemente pode ser que eu tenha dito tudo isso aqui e não acho que tenha feito nenhum tipo de distorção. Se ocorreu alguma distorção, ocorreu na minha cabeça.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Uma pergunta que ficou aqui. Tentou falar, mas o PT preferiu não ouvir. Essa conversa do Senhor com o Presidente do Partido, foi isso mesmo, o Berzoini, que eu aqui faço um protesto pela forma desagradável com que eles se dirigiram à sua pessoa, acho que isso não se faz com ninguém, principalmente com um companheiro que por muito tempo trabalhou junto e que poderia ter tido uma delicadeza maior na colocação que fizesse a respeito da entrevista que o Senhor deu. Eu acho que isso não se faz com ninguém. Em todo o caso, é um problema seu com ele, com outros que fizeram referências maldosas e diria assim, de caráter quase que inaceitável por qualquer pessoa. Então, se o Senhor reagir tem toda a razão. Mas eu pergunto se foi antes ou depois do Congresso do PT que o Senhor pediu para...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Vou tentar lembrar, Senador, eu para data sou muito...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sabe por quê? Eu vou até dizer por que eu estou fazendo essa pergunta. Porque houve uma recomendação, não sei se foi do Presidente Lula, a quem eu respeito, da Direção do Partido ou da facção que ganhou as eleições, que não se discutisse os problemas advindos das apurações da CPI durante o Congresso do PT.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Ela se deu bem antes, Senador. Como ela se deu? Eu não lembro precisar a data, precisamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só por isso que eu queria saber se era...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, é antes. Foi logo depois que eu havia me desfiliado. Se eu não tivesse sido desfiliado, só para vocês entenderem como que eu... Esse desabafo da entrevista, se tivesse algum repórter na reunião do Diretório Nacional do PT, quando eu falei pela primeira e única vez, talvez daria também uma outra entrevista como esta. Quando eu falei com bastante, foi o único espaço que eu tive, o Senador Suplicy, inclusive, estava nesse dia, não é Senador? Quando eu falei no Diretório Nacional do PT. Foi a única vez que eu falei.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Abriu o coração? (soa a campainha)

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – As pessoas até interpretaram mal, assim, algumas coisas que eu estava falando. Porque eu falava o pessoal: "Você já me conhece, você... Quando discutiu tal assunto". E as pessoas achavam que eu estava insinuando ou ameaçando as pessoas e não era nada disso. Quando eu liguei para o Berzoini, porque eu tinha a consciência de que ex-filiado, não sendo filiado eu não tinha o direito nem de ouvir e nem de falar. Mas eu achei, para ficar bem com a minha consciência, bem com a minha consciência, que eu não estava.

Quando eu me desfiliei, não é porque eu estava fugindo do debate interno no PT. Isso me magoou muito. Eu não tive esse direito de defesa por mim, mesmo. Não que o PT tenha me negado, porque a partir do momento que você deixa de ser filiado você perdesse direito. Então eu liguei para o Berzoini como secretário, foi uma única vez que eu liguei para o Berzoini. Falei: "Olha, secretário, eu sei que não sou mais filiado ao PT etc etc, mas quero me colocar aqui à disposição para ser ouvido por você, por você e pelo Tarso, que era o Presidente, pelo Conselho de Ética, pela Comissão Executiva, pelo Diretório Nacional, com porta aberta, com porta fechada, verbalmente ou por escrito".

O Berzoini, o que ele respondeu, para mim, que tudo bem, que ia ver isso. Mas falou: "No momento, agora, cuida da sua vida. Tenta se reconstruir".

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então está certo o que a repórter escreveu... (soa a campainha)

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Foi uma vez só.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tuma, V.Exª. ainda dispõe de dois minutos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Vou tentar encerrar, Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu não sei se o Presidente toma o meu tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Será remarcado o tempo de V.Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Que data foi esse diálogo, aproximadamente na memória.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ah, sim! Eu pedi a ele e ele disse que não lembra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas aproximadamente, porque é importante para o registro.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Foi logo quando ele já assumiu. Foi um dia de uma reunião, provavelmente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senador estava presente, é por isso o que Senhor queria...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não, foi uma conversa de telefone.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ah, sim, por telefone. Por isso que eu perguntei se foi antes ou depois do Congresso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Foi bem antes.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Foi bem antes do Congresso, agora eu lembrei que foi durante a reunião da Comissão Executiva Nacional. Muitas pessoas aqui às vezes, é que na medida em que a gente vai conversando vai lembrando de fatos, nem tudo...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas o que era importante, eu acho que o Senador Suplicy está preocupado, que o Senhor tinha vontade de esclarecer alguns fatos que o obrigaram a deixar o PT.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Até porque o que eu via das pessoas de mim no PT não eram boas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque havia muitas acusações desonrosas a V.Sª.. É isso mesmo?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, o Senhor tinha o direito de mesmo fora de esclarecer uma questão de honra pessoal.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – O direito estatutário eu não tinha, mas eu pedi.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É uma questão de dignidade pessoal.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então eu entendi. Agora, uma coisa que o Senhor colocou aqui que o Senhor socorreu o Rio Grande do Sul e a Senadora Ana Júlia, em Matéria Financeira. O Senhor sabe como foram transferidas as dívidas das Regionais para o Comitê Central chegar a este volume de cinqüenta milhões, cento e vinte milhões? Porque eu acho que assumiram todas as dívidas Regionais. Como é que foi transferida essas dívidas? Por exemplo, São Paulo, que também tinha uma dívida?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – O que eu estava me referindo no caso, são duas coisas. Uma...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque aqui o Senhor diz que foi para o fundo do país, Norte e Nordeste. E aqui o Senhor disse que socorreu o Rio Grande do Sul, que é diferente daquela sua missão no Norte e no Nordeste. E a Ana Júlia, que era do Norte, que era o Pará.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Perfeito.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E teve alguns outros fatos que conglomerou a dívida total no Comitê Central. Como é que essa dívida foi transferida através de comunicação ao Tribunal Federal Eleitoral ou foi uma coisa interna do Partido?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Senador, eu estava me referindo, eu estive apenas, na Campanha eleitoral eu estive uma vez no Rio Grande do Sul, onde eu me reuni com as respectivas direções, Direção... Foi até por iniciativa minha. Eu acompanhei mais as Campanhas não só no Norte e alguns Estados do Nordeste aonde não tínhamos Governo. Portanto, que eu acabei não indo. Então eu já fui para a Bahia. A Bahia, fui várias vezes para a Bahia. E não fui para Pernambuco. Tinha o Governo Municipal. Estive uma única vez no Rio Grande do Sul, por iniciativa minha, porque eu falei: "Bom, eu não estou acompanhando São Paulo". E foi missão minha, era Coordenador Geral, poderia ir a qualquer Estado, porque você tinha, dentro da Direção, uma divisão de responsabilidade.

O que eu estou aí me referindo, nesse caso do Rio Grande do Sul, que eu falei aqui para a Senadora, não é da dívida, eu falei que quando eu cheguei lá, tanto o Candidato a Prefeito como toda a Coordenação reclamaram da miséria que eles estavam, da carência que eles estavam, que não tinham material nenhum. De fato eu circulei pela cidade você não tinha visual. Quando eu cheguei lá em Belém foi a mesma coisa, você não tinha visual. Porque visual era uma das coisas o que PT havia prometido dar para os Estados, e no meu retorno a São Paulo eu fiz reivindicações à Direção do Partido em relação a material para o Rio Grande do Sul...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Tesoureiro era o Delúbio?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Delúbio. Só que como eu não era responsável pelo Estado do Rio Grande do Sul, nem responsável pelo Estado do Pará, esses responsáveis juntamente com o Delúbio que procuraram viabilizar...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Solucionar o problema.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Viabilizar esse material. A questão da dívida anterior...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Que a dívida é muito grande.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – A relação da dívida anterior, eu nem sei como foi processada, organizada e pagada. Eu estava me referindo a esses dois fatos, que aí eu acompanhei de perto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O resto o Senhor desconhece?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, não acompanhei, mesmo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu quero fazer uma pergunta, mas se o Senhor não responder também... É apenas uma curiosidade. Porque veio depor aqui aquele Senhor que diz que bebia muita cerveja e deu uma entrevista numa das revistas. Vladimir Poletto, que falou em dinheiro vindo de Cuba. E eu tinha recebido de uma repórter um pedido de informação, se eu poderia saber, através de algum tipo de investigação, se foi levado dinheiro do PT para guardar em Cuba. Então, não seria o Comandante Fidel quem

mandou, seria a restituição de parte de dinheiro que o PT armazenou em Cuba. Não sei se o Senhor tem conhecimento ou se discutiram isto durante a denúncia apresentada pela revista no diretório do PT, visto que o Senhor era Secretário Geral.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu assumi em maio, repito novamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Olha é uma pergunta que...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu vou responder para o Senhor. Estou dizendo só que Secretário-Geral em maio de 2004, que eu assumi a Secretaria Geral. Esse fato é anterior a isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas se discutiu alguma coisa?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Mesmo assim, jamais discutia esse assunto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não. Digo sobre a acusação.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, é isso que eu estou dizendo, não se discutia, Senador. Não discutia. O caso, por exemplo, eu não participava da Secretaria de Relações Internacionais do PT. Eu nunca viajei, só fiz uma viagem pelo PT a nível internacional que foi para o Uruguai, por uma razão muito simples, eu não conhecia nenhuma outra língua, eu recebia até convite, mas eu não ia, não conseguia, não ia ter muito resultado, não queria fazer turismo ia lá para poder trabalhar. Fui só na posse do Tabaré Vasquez. No caso de Cuba eu fui uma única vez para fazer mergulho com um pacote de Empresa de Mergulho. Infelizmente, nunca... vi o Fidel não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não se preocupe não. É que isso ficou muito assim no ar, e o depoente foi de uma instabilidade, ele sim, não V.Sª., ele foi muito instável no depoimento, cruzou, descruzou, disse que estava, se embebedava com muita facilidade. Então, apenas porque é um fato que ficou muito amargo para todos nós essa situação, que não se consegue realmente esclarecer. Não estou fazendo nenhum tipo de acusação. Apenas queria agradecer as respostas que o Senhor me deu diante das perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e há dois Senadores reinscritos. Senador Arthur Virgílio, Senador Alvaro Dias. Eu vou dar cinco minutos a cada um com um de tolerância. V.Exª., Senador Arthur Virgílio tem a palavra por cinco minutos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem, Dr. Silvio Pereira. Eu vou lhe descrever uma operação e em seguida lhe faço uma pergunta. O BANCO MERCANTIL de Pernambuco e o BANCO ECONÔMICO discutiam na Justiça a forma de remuneração de seus ativos sob custódia do BANCO CENTRAL, eles haviam sofrido intervenção, de forma que se a remuneração fosse a TR, os Bancos teriam, na verdade, créditos e não débitos junto a esse mesmo BANCO CENTRAL. Diante do livre acesso de Marcos Valério a Delúbio e a José Dirceu, os banqueiros o contrataram, contrataram a Valério, para tentar realizar estes créditos. Valério esteve dezessete vezes no BANCO CENTRAL tentando que o BANCO CENTRAL concordasse com a venda de títulos públicos constantes dos ativos dos Bancos corrigidos pela TR para fundos de pensão previamente acertados, sendo assim, quitados os débitos dos Bancos para com o BANCO CENTRAL. Tal operação seria corretada por Marcos Valério que daí retiraria gordíssima remuneração. O Senhor, quando falava naquele esquema do bilhão, o Senhor se referia, mais ou menos a isso também? O OPORTUNITY eu já falei. O Senhor se referia a isso?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Talvez a isto. Mas eu acho que era uma outra matéria que foi publicada, um trecho da matéria que foi publicada na "Veja", não sei se é essa matéria aí da "Veja", porque eu tenho lá todas as revistas. E eu vou fazendo os recortes, eu não estou trabalhando, eu fico lendo, pegando a imprensa e lendo a imprensa. Então, não sei se é exatamente esta.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – O Brasil agradece a sinceridade da sua resposta, desta vez sim, vejo que V.Exª. procurou ser sincero. O Senhor disse que apesar das CPIs, o esquema de corrupção teria voltado a funcionar, na matéria da Jornalista Soraya. O Senhor confirma essa afirmação?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu confirmo ela, mas é uma afirmação genérica conhecendo a política brasileira, a situação eleitoral, a Legislação que aqui a gente, está sendo votada aqui nesse Congresso, eu achava que para poder, eu até não lembro se eu discuti isso com ela ou não mas essa é uma convicção minha, além da questão cultural, tudo isso, requer várias outras ações, não só a nível dos Governos, como também a nível dos próprios Partidos. Enquanto não for fundo nesses temas eu avalio que a corrupção continuará tendo no país.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem. O Senhor diz também que, aspas, "a verdade do PT não tem como ser digerida pela mídia. Como Delúbio consegue com uma assinatura dele mesmo, cinqüenta milhões de reais", aspas, eu pergunto: Primeiro se o Senhor confirma essa afirmação? Se o Senhor confirmar, o Senhor estaria endossando a minha opinião e do país, eu acredito, que os empréstimos feitos junto ao BANCO RURAL e BMG seriam

uma farsa para esconder todo esse esquema de corrupção montado no Governo?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu fiz, depois desse episódio no Ministério Público e da CPI, eu procurei o Delúbio e fiz a seguinte pergunta para ele, isso logo depois dos dois relatórios: "Delúbio, essa versão que está sendo sustentada aqui é verdadeira?". Por que eu fiz a pergunta? E eu falei isso para a Jornalista Soraya, ela pode confirmar aqui, eu falei: "É impossível que não tenha espaço para a verdade". Porque se é verdadeiro a versão que o PT está apresentando, por que ela não se torna verdade? Então começava a discutir com ela. É verdade que o Delúbio tinha esse poder, por isso que eu falava, tinha esse poder.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Mas ele perdeu o controle também, segundo a sua declaração à Jornalista, ele perdeu o controle porque o Valério tomou conta de tudo, se tornou um pró-homem da República.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Essa é uma avaliação minha, que eu acho que talvez possa ser pesado isso para ele, perder o controle, mas eu acho que ele acabou se confundindo muito entre Finanças/Estado, Finanças/ Nacional, Campanha Eleitoral. É impossível uma única pessoa cuidar de tudo isso. Então nós estamos vendo o resultado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem. O Senhor, o Senhor conhece essas empresas que eu vou lhe citar? CONSTRUTERRA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA..

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não conheço.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – SELCOM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E CONSTRUÇÕES LTDA..

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não conheço.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – AP CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Desculpa, qual é a última, por favor?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – AP CONSULTORIA E PROJETOS LTDA..

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não conheço.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – TENACE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não conheço.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – MONTRIL MONTAGEM MECÂNICA LTDA.?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não conheço.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – ALVES BARRETO COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA.?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não conheço.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – SAY OUT (F) AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA....

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Desculpe, qual é a última, Senador?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – SAY OUT (F).

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não conheço.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – São empresas citadas no TCU como beneficiárias de superfaturamento na PETROBRAS.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não conheço nenhuma delas, Senador. Nunca estive em nenhuma delas, nem por telefone, nem pessoalmente nem espiritualmente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – O Senhor Paulo Ferreira, não é isso? (soa a campainha)

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Secretário de Finanças do Partido teria procurado o Senhor, discutindo com o Senhor os termos do seu depoimento nesta CPI?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não. Aliás, eu gostaria que ele procurasse porque eu fiquei sabendo agora pelo jornal que eu sou credor de quatro mil e pouco em reais lá no PT. Ele nunca me procurou. Porque o Senhor sabe que saí do PT do jeito que eu entrei. Então, ele não me procurou, Senador.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Teve um dia, muito tempo atrás, quando, acho que há um mês atrás, por aí, quando um outro amigo meu ligou para mim, o Ferreira estava ao lado desse amigo meu, passaram o telefone para ele, eu conversei, eu aproveitei: "Olha, Ferreira, quero marcar um encontro com você". Não criei força ainda de marcar uma reunião de ir lá no PT. Eu falei que queria ir lá no PT discutir a minha indenização e não em nenhum outro lugar, mas eu ainda não fiz ainda.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu vou lhe dar uma série de nomes, Sr. Presidente, e peço a V.Exª. uma tolerância mínima, nomes que são citados no relatório do TCU envolvendo irregularidades na execução de trabalho, manutenção e recuperação do sistema de produção de óleo e gás natural na região Nordeste, responsáveis por um superfaturamento no valor superior a 12.8 milhões de reais. Então, são nomes, são, enfim, se o Senhor puder dizer assim: "Fulano de tal é do Partido tal, indiquei, não indiquei, é de outro Partido, enfim". Eu vou lhe dar os nomes. Antônio José Pinheiro Rivas e Wandemir Ferreira de Oliveira, Gerentes Gerais da Unidade de Negócios da Bahia.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Com esses nomes eu não conheço.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Odair Geraldo dos Santos e Rui Guerreiro Júnior, Gerentes do Ativo de Produção Sul da Unidade de Negócios da Bahia.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, o único Odair que eu conheço é o Odair Deputado Federal do PT de Minas Gerais.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Como?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – O único Odair que eu conheço é o Odair Deputado Federal do PT de Minas Gerais. Não conheço nenhum outro Odair.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Não, porque Odair tem aquele músico, o Odair José, eu me refiro ao da PETROBRAS. César Floriano Henz, Gerente do Ativo de Processamento e Movimentação de Gás da Unidade de Negócios da Bahia?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Também não.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Não? Edson Menezes Souza, José Carlos Alves de Alencar, Huascar Valença Padilha, Marco Aurélio Marinho Paes, Gerentes do Ativo de Produção Norte de Negócios da Bahia?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Nenhum desses. Depois eu quero complementar com o Senhor, se o Senhor me permitir, 30 segundos?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu já estou concluindo os nomes. Geraldo Dutra de Souza, Flávio Diniz Fontes, José Rocha Sobrinho, Marcelo José Ladeiro Costa, são os Gerentes Setoriais da Unidade de Negócios da Bahia.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Mário Pompeu Cavalcanti Filho, Gerente de Contratação da Unidade de Negócios da Bahia?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não. Posso só complementar para o Senhor?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pode, com muita alegria.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Quando saiu esse nome da Unidade de Negócios, eu fui perguntar, quando saiu o negócio da GDK , ela está na Diretoria de exploração e petróleo. Então os contratos dela se não me engano, Senador, acho que está naquela área. Eu falava para a Jornalista, Soraya. Eu falei: "Eu não nego que eu tenha recebido aqui o carro". Agora eu quero que procure alguma pessoa na PETROBRAS, alguma pessoa no Governo que eu tenha apresentado o Senhor César. E ainda falava mais...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Quem deu o carro?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Aliás, Senador, a história do carro é um pouquinho mais diferente de ter dado o carro. Mas não quero nem usar esse argumento a meu favor.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu sei que V.Exª. tem outro carro na garagem próximo ao apartamento.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Só completar, Senador. Não há nenhum tipo, não conheço nenhuma dessas pessoas e mesmo o Diretor da PETROBRAS que cuida dessa área também não, não conheço, embora seja até um petista que é um Diretor de Gás, de gás, exploração. Esse que está nessa Unidade de Negócios, eu não conheço pessoalmente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem, eu encerro a presente, Sr. Presidente, dizendo ao Senador Tasso Jereissati que um dos fatos mais relevantes foi uma declaração sincera do Dr. Silvio Pereira quando eu aqui descrevi aquela operação que visava corrigir ativos sob custódia do BANCO CENTRAL de Bancos, aqueles enquadrados no PROER e que, portanto, se fosse pela TR passariam a ter saldo e não débito e, portanto, estaríamos nós diante de uma negociata muito maior do que aquela projetada de um bilhão de reais. Foi neste momento que eu vi falar o cidadão. Eu vi falar, quando o Senhor disse que poderia ser por aí, e eu imagino suas limitações. Eu imagino com que relação custo/benefício o Senhor deve estar trabalhando. O Senhor está carregando uma, o Senhor é dono de uma culpinha, está carregando uma culpona de outros nas costas. No momento em que o Senhor, que eu expus aqui o raciocínio e que o Senhor disse que poderia ser por aí, e que isso tinha a ver com a sua declaração, o Senhor demonstrou coragem ao reafirmar o que disse para a Jornalista Soraya. O Senhor agiu nesse momento como cidadão. Eu queria, de novo, agradecer porque essa foi uma contribuição efetiva à Comissão Parlamentar de Inquérito é que atuamos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. V.Sª. tem o último intervalo técnico. Só temos a palavra de repescagem do Senador Alvaro Dias.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, poderia dar uma informação sobre a...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não. Eu pergunto a V.Exª. se pode nos informar nos próximos dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E eu puder, estiver...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quais são as atividades previstas para amanhã e para a próxima semana? Só para termos um...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu, por sugestão de V.Exªs., eu consultaria o Plenário, o Senador Tião Viana, consultaria V.Exª. se poderíamos, na próxima semana, por um entendimento dos Srs. Senadores fazermos um convite à Jornalista Soraya para que ela venha, como convidada, trazendo as fitas para que tenham todos o conhecimento do fato.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sr. Presidente, o meu entendimento pessoal, respeitando a decisão da maioria, é que não sendo fato determinado não caberia à CPI. Mas respeitarei a decisão da maioria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É por isso que eu quero fazer com o entendimento de V.Exªs., em função da provocação do grande líder Suplicy, Eduardo Suplicy que hoje, fazendo os comerciais, está lançando "Renda Básica de Cidadania. A resposta dada pelo vento". Hoje às 19 horas e 30 minutos na Livraria "Esquina da Palavra", na SCLN 406, Bloco D, loja 4, Asa Norte de Brasília, DF. Então, o Senador faz esse lançamento comercial que fica por conta da CPI.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, quanto ao convite à Jornalista, é claro que eu atendo a sugestão, pessoalmente atendo a sugestão do Senador Suplicy. Acho oportuno o convite à Jornalista. Se ela aceitar o convite, creio que seria de bom alvitre. Acrescentaria aos trabalhos da CPI, mas eu peço a V.Exª. também, Sr. Presidente, que determine uma Reunião Administrativa, pode ser no mesmo dia, para deliberação sobre requerimentos...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Terça-feira.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – ...Que constam da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Houve um apelo tanto da parte dos companheiros do Governo como dos companheiros da oposição para que em função da sessão longa que tivemos hoje não fizéssemos a parte Administrativa. Então, eu, com autorização de V.Exªs., vou entrar em contato com a Jornalista Soraya, se ela puder comparecer na terça-feira, na condição de convidada, nós o faremos, e na terça-feira, antes de ouvirmos a Dra. Soraya, a nossa Jornalista, nós faremos um administrativo para esgotarmos toda aquela matéria. Sugeriria até que V.Exª. na condição de líder da minoria, e o Senador Tião Viana, líder do PT nesta Comissão, tem assumido com muita competência, tentasse até o entendimento se fosse possível para chegar em alguns casos que são, eu diria, pacíficos. Caso contrário, os demais, nós tomaremos os votos nessa, nessa sessão da terça-feira. É a sugestão que eu faço a V.Exª. E vou pedir à Comissão que distribua, encaminhe a V.Exª., Senador Alvaro Dias, e ao Senador Tião todos os requerimentos pendentes de votação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, sobre o Sr. Walter Maierovich, como eu fui autor, poderia, se V.Exª. me permitir eu poderia transmitir a ele das razões pelas quais nós o convidamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pode, porque lamentavelmente o Senhor Walter mostrou-se desinteressado a depor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não, mas eu vou tentar persuadi-lo a vir, se V.Exª. me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, o requerimento dele está aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Está aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu o meu do Senhor Okamotto, Exª.?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Será votado terça-feira, Senador Antônio Carlos Magalhães. Retomamos a sessão e vou conceder a palavra ao Senador Alvaro Dias. V.Exª., Senador Alvaro Dias dispõe de cinco minutos com um de tolerância e comunico a V.Exªs. que procurarei, através da nossa Assessoria, para um contato com a Jornalista Soraya e se ela aceitar o convite nós marcaremos a sua oitiva para a próxima terça-feira às 11 horas da manhã nesta sala. V.Exª. tem a palavra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, eu serei rápido. Eu gostaria de indagar do Senhor Silvio Pereira sobre a transferência da dívida de Campanha de alguns Estados para o Diretório Nacional. Isso foi... (soa a campainha) Informado pelo tesoureiro Delúbio Soares em depoimento à CPMI dos CORREIOS, e V.Sª. também fez referência. Quais os Estados que transferiram para o Diretório Nacional a dívida de Campanha? O Estado de Mato Grosso, por exemplo?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não se listar todos os Estados, mas são muitos Estados. São vários Estados, bastante.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Mato Grosso?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Olha, Senador...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Paraná?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Paraná. Pode até ser que seja possível porque era um diretório que não tinha muitos recursos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E São Paulo?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – São Paulo era um Estado que acho que teve dívidas, o Estado de São Paulo acho que teve sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu fiz essa pergunta.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Deve dívida e foi transferida ao Diretório Nacional?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não sei a maneira que foi... Mas o Diretório Nacional assumiu aquela dívida.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Assumiu a dívida de São Paulo.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – O Delúbio deve ter toda essa... Não sei se ele divulgou aqui na CPI, mas ele deve ter toda a relação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Alvaro eu fiz essa pergunta e saber se foi comunicado ao Tribunal Superior Eleitoral essas transferências.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Ele disse que o Diretório Nacional assumiu a dívida de São Paulo. Certamente ele não sabe se houve essa comunicação.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – E foram vários Estados que foram assumidos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Além de São Paulo outros Estados?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Pode ser São Paulo, assim, mas que é tudo de memória agora, mas com certeza foram vários Estados.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois não.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu dei essa resposta, inclusive, num inquérito da Polícia Federal lá de Piauí, eu respondi algo exatamente por aí.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O Senhor, durante o período em que Waldomiro Diniz se encontrava na LOTERJ, se comunicou com ele algumas vezes ou nenhuma vez?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Na LOTERJ, não. Quando ele foi na casa civil, sim.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Na LOTERJ o Senhor não se comunicou com ele?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não se comuniquei com ele.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Não é verdade. Eu tenho aqui a relação dos, dos telefonemas, não é? Entre o...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Qual período?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Dia 14 de outubro. Em outubro uma, duas, três, quatro. Cinco ligações para a LOTERJ.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Só uma pergunta. No final do mandato do Governo? Só para...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – No mês de outubro de 2002.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Final do Governo, não é?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É, do período em que o Senhor Waldomiro Diniz se encontrava na LOTERJ.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Então.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Exatamente esse período.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Entre o primeiro e o segundo turno das eleições.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – No período do escândalo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Foi em outubro e depois em dezembro.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – A pergunta que estou fazendo para o Senhor é se foi no final do mandato. Pode ser que tinha ligações, porque estava acabando o mandato dele, não é?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu não sei do mandato dele. Eu não sei.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Mandato do Governo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu sei que nesse período houve aquele escândalo com a gravação, com o Senhor Cachoeira. Foi exatamente nesse período.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não sei precisar as datas com ele, mas se tivesse contato com ele pode ser que seja quando fosse montar. Antes de 2003.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – 14 de outubro, 30 de outubro, duas vezes, de 2002. 5 de dezembro de 2002, 12 de dezembro de 2002.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Pode ser...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E também no telefone particular do Senhor Waldomiro Diniz, exatamente nesse período.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Pode ser que em função dele querer vir, em função dele vir para Brasília deve ter tido essas ligações. Pode ser que tenha dito.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Depois o que Senhor deixou o PT, teve algum contato com o

Presidente Lula, conversou com ele em alguma oportunidade?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não converso com Lula não só depois que eu deixei o PT (soa a campainha) Desde quando eu parei a participação dos cargos, não conversei mais com o Presidente Lula, por isso eu acho que encontrei ele num evento, que foi aqui em Brasília. E depois que eu me desfiliei, nunca mais.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E com a Presidência da República, depois que deixou o PT?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Nunca mais.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Mais uma vez não há verdade nessa afirmação.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Depende da pergunta. Se fui em reuniões no Governo?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Porque há aqui inúmeras ligações, inclusive, ligações prolongadas em torno de seis minutos. Várias delas.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Com quem?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – No mês de julho, especialmente. Aliás, todas elas no mês de julho de 2005.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Qual o nome?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Ligações com a Presidência da República?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Tem o nome da pessoa? Eu tenho um amigo meu lá.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze. Doze ligações com a Presidência da República nesse período.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não é Presidência da República, Senador, eu tenho um amigo meu, não quero aqui ficar dando nomes, amigo meu pessoal que trabalha no Governo. Os telefones do Governo aparecem tudo como Presidência da República, eu posso garantir para o Senhor e perante a CPI, depois que eu saí, desfiliei do PT não tive contato com nenhuma autoridade do Governo, com nenhuma autoridade do Governo. Pode ser amigos meus, porque eu ainda tenho amigos meus lá, hoje. Quando o Senhor fez a pergunta para mim eu tinha entendido nesse sentido. Ainda tem, por exemplo, embora tenha ligado pouco para mim, mas de vez em quando eu recebo algumas ligações de amigos meus, não de Ministros, não de dirigentes, mas de amigos meus, que são poucos pelo Governo, mas ainda recebo até hoje.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Então, ligações com a Presidência da República aconteceram?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – É que quando o Senhor fala assim...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Para o gabinete é evidente que não, não necessariamente com o Presidente da República, mas eu indaguei com a Presidência da República.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – É que como o Senhor fez a pergunta Presidência. Eu tenho um amigo meu que trabalha, lá tem o terceiro e tem o quarto andar, e que é Assessor. Hoje nem está mais lá. Mudou até de lugar. Mas eu tinha, recebia. Ele morou na minha casa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Está respondido. A última pergunta apenas, Sr. Presidente. Eu me retirei um pouco e não sei se esse assunto foi explorado devidamente. Mas há na sua entrevista, a informação de que no encontro com Marcos Valério ele teria dito que derrubaria a República se contasse tudo. O que seria isso? O que ele teria a dizer para derrubar a República?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Pois é. Isso eu vou ter que verificar se eu ouvi e de quem ouvi. Eu vou tentar me lembrar se eu ouvi e de quem foi.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Não se lembra se ouviu?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu estou...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Não foi do Marcos Valério?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não sei se foi exatamente o Marcos Valério.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A declaração sua à Jornalista é que...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu atribuía isso ao Marcos Valério.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Ao Marcos Valério, que ele teria dito que se contasse tudo derrubaria a República.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Isso. Mas eu não disse para ela que ela falou isso para mim.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Não foi para o Senhor que ele disse isso?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não necessariamente para mim.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Mas disse isso a alguém?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Pode ter dito isso a alguém.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pode ou disse?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Senador, é o que eu expliquei para o Senhor. Sobre essa entrevista, amanhã, todas essas perguntas que estão sendo feitas aqui serão provavelmente ser reinquiridas. Eu vou hoje estudar toda essa entrevista, verificar com quem

as pessoas com as quais eu conversei e continuar. Eu não quero confirmar coisas...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O que nos interessaria saber, e que certamente interessará ao Ministério Público saber é: O que teria a dizer o Sr. Marcos Valério que não disse e que derrubaria a República.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu só não quero fazer afirmações levianas que eu não posso sustentar. Só isto.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador Alvaro Dias. E pergunto ao Sr. Relator se deseja fazer mais algumas inquisições.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – perguntas rápidas, Sr. Presidente. Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra como último orador.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sras. e Srs. Senadores. O Sr. Silvio Pereira, disse aqui no seu depoimento, que os recursos eram transferidos do Diretório Nacional para os Estados que não tinham Governo, e que não tinham Prefeitura. Quer dizer que o PT, para os Estados que tinham Governo e Prefeitura resolviam o problema lá mesmo nos Estados, nas Prefeituras?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, não. Talvez não tenha ficado claro, Sr. Senador. Os Estados, eu estou me referindo a Governo Estadual, os Estados de Governos Estaduais, inclusive, foram Estados que nem sequer acompanhei e era contrário, aliás, na época que o PT desse qualquer tipo de ajuda não só para quem tinha Estado, mas para quem tinha Prefeitura de Capital. Eu achava que os outros estados é que deveriam receber as ajudas. O PT ajudou diversos Estados? Ajudou. Não sei se foi isso.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu queria perguntar ainda a V.Sª., o acordo entre o PT e Marcos Valério, ocorreu ou foi algo que V.Sª. quer debitar à Jornalista Soraya?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não entendi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Houve um acordo, Marcos Valério com o PT, aquele acordo que Marcos Valério poderia falar parcialmente a verdade, ou então teriam o fim de PC Farias e terminou optando por falar parcialmente. V.Sª. confirma isso?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Foi a pergunta até do Senador Alvaro Dias. Eu não posso confirmar essa... Não que a Jornalista esteja falando... quero só deixar claro, que não estou me referindo que a Jornalista está mentindo, só que eu não posso confirmar.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Sr. não confirma isso?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não confirmo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu pergunto ao Senhor, a repórter Soraya, que esteve com o Senhor, que fez a entrevista, ela afirma o seguinte:

> *"Como Silvio andava sumido, procurei petistas que pudessem me contar um pouco mais sobre ele. Muitos desconversaram, outros falaram mal de Silvio. Era como se ele fosse uma doença que foi extirpada do partido, que só agora na quarta-feira passada, fui ao seu apartamento e fiquei surpresa ao ser autorizada a subir. Silvio me recebeu muito bem. Aceitou conversar. Após uma hora, disse que esperava uma visita e pediu que eu saísse. Deixei o número do meu celular e argumentos importantes numa matéria com uma versão dele sobre o mensalão. Dez minutos depois, ele me telefonou e disse que fora adiado".*

Fora adiado a reunião que o Senhor tinha, não é?

> *"E que iria falar. Eu fazia perguntas pontuais sobre a crise e ele respondia. Quando não queria falar, fazia silêncio e mudava de assunto. Longa conversa. Recebeu uma ligação e me disse que voltaria a me procurar. Silvio me telefonou pela segunda vez. Levei uma cópia do material que tinha reproduzido e ele me disse: 'Você captou tudo bem'. Está muito preciso. Essa é a mais absoluta verdade. Vai ser um escândalo. Mas pensou um pouco. Ponderou que a crise estava quase resolvida e que não era um bom momento para a publicação da entrevista. E me propôs fazermos um livro. Eu concordei, mas disse que como repórter não poderia omitir aquelas informações, a maior parte já estava na redação. Telefonei para o chefe da sucursal, Germano Oliveira, avaliamos que era inegociável, então Silvio começou a passar mal, ficou pálido, implorou para que a entrevista não fosse publicada, disse que prometera à família não falar mais com a imprensa, que temia pelo que dissera, porque a CPI e a Polícia Federal iriam abordá-lo e que ele não suportaria novas pressões. Disse que havia gente muito poderosa envolvida em tudo e que poderiam matá-lo. Não sei se era para me impressionar. Mas disse, em seguida, que o melhor era se matar e ficou descontrolado,*

quebrou objetos, pediu que eu buscasse ajuda, que estava passando mal, saí atrás do porteiro, no caminho encontrei uma moradora que me ajudou a chamar uma ambulância".

V.Sª. confirma isso?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu prefiro a minha versão.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E qual é a de V.Exª?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Já contei aqui e posso repetir novamente.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Sr. pode resumir assim? Não se preocupe em contar todos os detalhes.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, às vezes pode errar em pequenos detalhes, em tempo. Então, pediria que relevasse eventuais coisas desse tipo. Mas o básico, como que foi? A primeira conversa foi muito rápida na minha casa. Não sei se foi uma hora, mas não acredito que tenha sido uma hora, e por que não poderia ser uma hora?

Estou fazendo agora uma... Em tese, o compromisso que eu tinha era às quatro e trinta. Essa pessoa, quando chegou na minha casa, é verdade, aliás, essa reunião que eu tive às quatro e trinta, ela acabou sendo adiada para outro dia, às onze horas da manhã. Quando essa pessoa, no outro dia, quinta-feira, chegou na minha casa, até brinquei com ele: Pô. Aí contei o caso para ele. Qual é o caso que eu contei para ele? Quando tinha pedido para subir a Soraya, passou duas coisas na minha cabeça: Será que essa pessoa está se apresentando como Soraya, para subir na minha casa? Será que chegou a esse ponto? E segundo, achava que era realmente a massagista. Eu contei para ele isso, esse caso. Como era às quatro e meia, a conversa que eu tinha, eu fui falar com ela muito rápido, se não me engano ela nem sentou, porque a gente foi assim conversando, servi o café, a água para ela, ela foi falando esse negócio do carro, esse negócio do pessoal do PT, que é verdade, isso que está aí do PT, tudo isso. É claro que aquilo... pode ser que eu tenha falado alguma coisa do resto da matéria e nesse primeiro momento, se eu falei, foi muito rápido, porque quando eu a chamei de volta, aí sim nós conversamos, por isso eu estou dizendo que às vezes... Então, eu a chamei de volta para a minha casa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – No mesmo dia.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – No mesmo dia, porque a reunião havia sido transferida para o dia seguinte, Quando eu liguei a pessoa: Agora já não posso mais. Fizemos no dia seguinte. Aí a primeira coisa que eu contei para ele foi essa historinha. No dia seguinte, outra coisa que é fato também, de que nós estamos falando de matéria de perfil, e quando ela ficou de trazer a matéria de... Não fui eu que combinei uma nova entrevista, isto não é fato. Como que aconteceu? Eu a chamei de volta no mesmo dia, que foi na quarta-feira, aí eu voltei a conversar. Expliquei um pouco mais provavelmente do perfil, na seqüência devo ter conversado mais essas... Aí fiquei conversando até perto das oito horas.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o Senhor disse que iria ser um verdadeiro escândalo, a publicação da matéria?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não lembro se eu falei todas essas coisas, Senador.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não se lembra?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Ali foi um momento, foi um momento de tão... Quando explodiu o negócio. Eu posso ter dito qualquer coisa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor teve um transe mesmo?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – São tão, eu prefiro...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, estou...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – ...parar por aqui, no que diz respeito a essa questão pessoal minha...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor acha que a Jornalista escreveu algo o que Senhor não disse?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Senhor, não entendi.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor acha que a Jornalista escreveu algo o que Senhor não disse?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não acredito não que ela tenha escrito algo essencial, eu acho que na forma...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Sr. confirma a entrevista e o teor da entrevista?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não confirmo o teor da entrevista, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas vamos admitir que o Senhor, ao reler, porque agora o Senhor já tem conhecimento, constate que a Jornalista escreveu coisas que o Senhor não disse. Vamos admitir essa hipótese, estou falando em hipótese.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Em hipótese. Eu não...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se acontecer isso, qual é a providência que o Senhor tomará contra a Jornalista?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não acho que ela fez coisa... Tem só pequenas coisinhas, detalhes, que eu acho que não bate, mas acho que no essencial que está aí, eu devo ter dito para ela. Isso não significa que eu confirmo, que seja verdadeiro ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quer dizer que o Senhor, talvez, alguma filigranazinha, o resto confirma?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não entendi, Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Talvez alguma filigranazinha na entrevista que o Senhor não confirma.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, eu não confirmo nenhum teor da entrevista. Eu falei que eu vou...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – No meu entender a Jornalista, a Jornalista escreveu algo o que Senhor não disse. Então, eu acho que o Senhor, nessas condições, eu acho que...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não foi isso, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – ...eu que levou o Senhor, em função dessa entrevista, vim à CPI, ir ao Ministério Público, se expor, nós queremos saber se o Senhor entende que não confirma o teor é porque ela não escreveu a verdade. Então, o Senhor vai tomar alguma providência?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Posso falar? Eu não acredito que a Jornalista tenha inventado palavras e conteúdo. O que eu falei e repito aqui com a maior franqueza, com todas as conseqüências que possa ter para mim isto, que pode ter coisas que eu falei que sejam verdadeiras, pode ter coisas que seja criação da minha cabeça...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas não dá para ser criação. O negócio foi tranqüilo, começou um dia...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Estou tentando falar a verdade para o Senhor, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – ...voltou para outro dia não foi no momento que o Sr. estava descontrolado. O Senhor mesmo confirmou que ouviu, conversou, pediu para suspender, porque tinha um compromisso. Então, essa que é a verdade. Eu acho que o Senhor nunca esteve tão lúcido, quando fez essa entrevista, o Senhor só se desesperou quando ela falou que ia publicar.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Senador, o que eu posso fazer, eu estou dando a informação, o Senhor não está acreditando, não posso fazer nada, uai!

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu vou concluir aqui, só fazendo uma pergunta...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª falará após, Senador Tarso.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O ex-Secretário Geral do PT, V.Sª., que depõe na CPI dos Bingos, essa é uma nota que foi publicada no site da Agência do Estado, Jornal O Estadão. Foi procurado, nessa terça-feira por um emissário do Palácio do Planalto. A pedido do Governo, o Secretário de Finanças do partido, Paulo Ferreira, teve uma conversa com o Senhor, para saber como o Senhor estava de saúde, trazendo a solidariedade do Palácio do Planalto. o Senhor confirma isso?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não só não confirmo, como isso não é verdade, é mentira.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o Sr. Paulo Ferreira é Secretário de Finanças?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Ele é Secretário de Finanças do PT. Mas essa informação é mentirosa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E está assinado por um Jornalista.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Estou dizendo que é mentirosa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Leonencio Nossa...

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Estou dizendo que essa afirmação é mentirosa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Por que o Senhor não foi, não se hospedou no hotel em que a CPI colocou... É bom que fique claro, a CPI colocou à disposição do Senhor, uma reserva paga pela CPI, como faz com todos os outros depoentes e V.Sª. preferiu não ir ao Hotel Nacional. Algum motivo?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Tem sim um motivo, como da mesma vez da CPI dos CORREIOS, eu também não fiquei em hotel, eu prefiro ficar com os meus amigos, onde eu me sinto mais protegido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Que amigos estava com o Senhor?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Me nego a informar, acho que não tem nada a ver com a história.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tem alguém que é funcionário do Governo?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Nenhum dos dois é funcionário do Governo, é um casal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tudo bem. Eu respeito o silêncio de V.Sª. em relação a isso aí. Quer dizer que enquanto

ao Sr. Paulo Ferreira, o Jornalista, não está falando a verdade?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Estou dizendo, que esta notícia que foi lida, que eu nem sei quem é a pessoa, não é verdadeira, é mentirosa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – é o Senhor... a matéria é até assim, para que V.Sª. tome conhecimento: "Bom companheiro", de Leonencio Nossa, da Agência Estado, entre aspas "o esse Secretário-Geral do PT, Silvio Pereira que depõe na CPI dos Bingos foi procurado nesta terça-feira, por um emissário do Palácio do Planalto, a pedido do Governo. O Secretário de Finanças do partido, Paulo Ferreira, teve uma conversa com ele, para saber como o ex-dirigente petista estava de saúde, num ato de solidariedade humana, segundo assessores. O Presidente Luis Inácio Lula da Silva, teria demonstrado, em conversas reservadas, preocupação com o atestado médico apresentado por Silvinho Ferreira. Fui escolhido por estar ligado ao PT e não ao Governo e ter uma boa relação com o ex-secretário". é o que está aqui. Não, eu vou passar para V.Sª. para tomar conhecimento.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Ah, tá ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E pode falar, V.Sª. tem a palavra.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, eu conheço o Paulo Ferreira, é sim uma pessoa da qual eu tenho bastante carinho com ele. Não sei se alguém o tirou para conversar comigo ou não. O que eu posso aqui afirmar perante essa CPI, é que eu fiz uma conversa com o Paulo Ferreira, por telefone, antes mesmo dessa entrevista. Ficamos apenas de marcar uma reunião para discutir a minha indenização, reunião essa que não ocorreu ainda. Se ele foi tirado, isso eu já não sei, se ele me procurou nesse ínterim também não sei, agora o que eu posso afirmar, confirmar e reafirmar é que eu não converso com o Paulo Ferreira, já faz... muito antes do encontro nacional do PT e muito antes dessa entrevista, isso eu posso afirmar.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o PT vai indenizar o Senhor?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu acho que a situação financeira... Porque o PT tinha um procedimento de indenizar os dirigentes quando saíam. Com essa crise toda e por falta de dinheiro, eles adotaram um outro tipo de...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Indenizar mesmo sendo expulso?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não fui expulso do PT.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor pediu para sair?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu me desfiliei do PT.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor desfiliou-se?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Sim, Senhor

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O PT não afastou o Senhor, o Senhor desfiliou-se? Era uma dúvida que eu tinha.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu me desfiliei, até o dia 23 de junho o partido pagou sim todos os meus salários, mas essa decisão de indenização não era uma coisa inscrita dentro do PT, assim regimental, então você tinha uma tradição. Então, se tinha uma tradição quando a pessoa saia... Acho que foi esse último dirigente do PT quando saiu, acho que foi o Oseas Duarte. Eu sei, porque eu participei da decisão, então você pagava um salário por cada ano trabalhado no partido. Eu recebi os dias, mas eu acho que... Agora fiquei sabendo, pelo jornal, que eu tenho um crédito de quatro mil e pouco, que é proveniente de reembolso de despesas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Débito?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Crédito, é a meu favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não dá para abater na conta do advogado? V.Sª., ou o PT costumam pagar advogado de quem não é filiado ao partido.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não entendia pergunta, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vou repetir. V.Sª. tem o Dr. Malheiros, como seu advogado até ontem.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Segundo o Senhor aqui afirmou, ontem ou antes de ontem.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E quem pagava era o PT?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E o PT costuma pagar advogado de pessoas que não são filiadas ao partido?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu acho que o PT tem uma tradição de honrar contratos, quando o advogado foi contratado eu era dirigente do PT, o contrato foi assinado pelo Presidente do partido e pelo tesoureiro. Se o PT quiser romper...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas tinha data?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Tem data, sim, Senhor, mas se o PT quiser romper o contrato, ele pode

romper, mas não é da tradição.... Eu posso concluir, Senador? Desculpa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, eu vou só, para o Senhor, serei mais claro. Quer dizer que o Senhor sabia a data, era até o dia de ontem o contrato?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, não. Não é que é até o dia de ontem, Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Por que foi que rompeu o contrato?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Porque a partir do momento, que nessa entrevista...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então rompeu o contrato ou passou do dia do contrato, uma das duas.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Posso dizer o que aconteceu, o resto não posso responder. Como que aconteceu? O advogado me chamou, a minha cunhada já no sábado, que também é advogada, já no sábado de manhã falou: "Olha, Silvinho você não vai poder ter o mesmo advogado, porque você fez aqui nessa entrevista envolve vários outros dirigentes do PT, envolve o Delúbio Soares, que também tem o mesmo advogado. Então, vai ter conflito de interesses". Os advogados tentaram reunir comigo no domingo. Eu não queria, não estava bem no domingo. Somente na segunda-feira, quando eu fui com a minha mulher na reunião, foi um choque até para mim, que eu não estava esperando a mudança assim repentinamente. Foi quando eles informaram para mim, até perguntei: "Bom, eu que tenho que assinar uma procuração para os advogados?" Aí eles responderam: "Não, nós já assinamos".

Aí a segunda pergunta que eu fiz: "Mas como vai ser esse contrato? Quanto vai ser o valor?" Eles responderam: "Isso aí nós vamos discutir depois da ida à CPI. No momento agora nós estamos combinando a sua ida à CPI, não foi assim o nosso diálogo?"

Hoje aqui mesmo, ontem não me lembro exatamente. Segunda-feira uma das primeiras coisas que a gente quer conversar, é sobre o contrato. E posso dizer aqui para todos vocês, que nem sempre o PT, evidentemente não me ofereceu e nem se oferecesse eu não quero, minha família vai se reunir com o que ela puder e vai bancar o meu advogado. Eu não preciso que ninguém pague o meu advogado, as duas famílias, minha e de minha mulher, se responsabilizarão pelo advogado, se responsabilizarão por toda a despesa que eu possa ter. Não quero nada além disto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tasso Jereissati, V.Exª. dispõe de cinco minutos, com um de tolerância e só reiterar ao Sr. Silvio Pereira, que eu não me referi ao Dr. Iberê e ao seu filho, eu me referi ao contrato que se venceu até o dia de ontem.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Silvio, o Senhor, Presidente do Partido, Deputado Berzoini, disse em entrevista, que o Senhor se antecipou porque iria ser expulso do partido. Então, na verdade o seu pedido de saída, de retirada, foi uma antecipação já que foi avisado que iria ser expulso do partido e a sua entrevista era um ressentimento em função da iminente expulsão do partido que iria ter. Isso confere?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Olha, falar que podia ser expulso é prepotência do Berzoini, porque talvez se não tivesse essa crise, dificilmente ele seria o Presidente do partido. Então, ele não pode fazer uma afirmação desta natureza. Antecipar, eu conheço muito bem como funciona o PT. Ele... Acho que ele entrou agora recentemente no campo majoritário do PT, ele compõe, hoje ele não teria condições de fazer esta previsão com tanta antecedência, com tanta segurança. O ato de desfiliação, Senador, eu posso contar para o Senhor como é que se deu. Teve a devolução do carro, teve algumas pessoas que tentaram sugerir várias coisas, eu não quis nada dessas coisas. Eu acordei sozinho, queria tomar essa decisão sozinho, consultei duas pessoas apenas para fazer a carta manuscrita minha, do pedido de desfiliação. Essa é uma decisão minha, pessoal. Eu consultei a minha mulher e consultei a minha mãe. A única que resistiu, foi exatamente a minha mãe que não entendia porque que eu tinha que me desfiliar do PT.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Mas com essa declaração implicitamente ele coloca V.Sª. como uma pessoa ressentida, e ressentida por estar dando aquela entrevista, e ao ser expulsa, como uma pessoa culpada que iria ser, obviamente expulsa, por ser culpada por aqueles desmandos que teriam ocorrido no passado no PT. Responsável pela dívida gigantesca, pela ligação com Marcos Valério e praticamente colocando em cima de V.Sª. a culpa do que aconteceu, ou seja, a ligação com Marcos Valério e todos esses problemas que vieram à tona. V.Sª. assume isoladamente essa culpa que ele lhe colocou?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Em relação ao carro?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Não, que ele colocou.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Perdi um pouco o raciocínio.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Quando o Presidente Berzoini, disse que V.Sª., seria expulso do PT, ele estava lhe acusando de ser o responsável, juntamente com o Delúbio, de ser o grande

responsável pela crise que aconteceu no PT com o caso Marcos Valério, porque são os dois expulsos do PT, ou seja, jogando em cima de V.Sª. toda a culpa, V.Sª. e do Delúbio, que foi o outro, toda a culpa pelo desmando Marcos Valério, valerioduto etc. A minha pergunta é bastante objetiva: Se V.Sª. assume esta culpa que o Berzoini lhe colocou sozinho, ou seja, V.Sª. e o Delúbio, são sozinhos, os responsáveis por isso?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu não assumo essa fala aí do Berzoini.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – E quem são esses responsáveis?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Olha, acho que o responsável principal por esse processo é uma responsabilidade política da direção do partido. Porque a direção do partido, tem que ser responsável por seus dirigentes, tem que ser responsável por tudo aquilo que faz. O Delúbio, fez tudo isso aí na área, na comissão financeira sozinho, mas a direção política, ela é responsável, nesse sentido eu me sinto também responsável, como os demais vinte e um membros, porque é muito simples a gente poder penalizar uma única pessoa.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – O que V.Sª. quis dizer quando disse - me dá um pouquinho de tolerância, porque... – "O Delúbio sozinho, não poderia assinar um empréstimo de cinqüenta milhões"?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Desculpe, Senador.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – O que V.Sª. quis dizer na entrevista quando disse: "Você acha que o Delúbio sozinho poderia assinar um empréstimo de cinqüenta milhões?"?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, são duas coisas. O que eu falava para ela, se não me engano, que ele tinha peso sim, para poder assinar.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Mas não tinha peso financeiro para isso?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Por isso que eu falava, é muito inverossímil isso. Como pode uma pessoa que não tem patrimônio, que não tem nada?! Agora, a autoridade que ele tinha, essa era uma autoridade exercida no dia-a-dia com todos...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Quem lhe dava esse respaldo?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu acho que em suma, a própria direção do partido não se mexeu, o partido vinha, dava esse autorizado na prática.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Mas quem lhe dava o respaldo financeiro, para que um Banco desse a Delúbio o lastro para assinar o empréstimo de cinqüenta milhões?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Na minha opinião, Senador, é a própria direção do partido que tem essa responsabilidade, porque a direção do partido não perguntava para o Delúbio, por exemplo, aquilo que eu falei, não sei se eu falei, se está na matéria ou não. O que era de conhecimento da direção do PT? O Delúbio estava tentando buscar empréstimo na rede bancária. Isso não é uma mentira. Era dito desta maneira, na rede bancária...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – ...uma mentira?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Senhor? Eu estou dizendo o seguinte, isso não é uma mentira, ele falava de fato que estava se contraindo recursos na rede bancária. O BANCO RURAL é um Banco, o BANCO RURAL realmente tinha uma aproximação bastante grande, ele estava sempre presente. Então, a direção do PT também, enquanto direção, enquanto colegiado. Eu lembro numa reunião que nós aprovamos o balanço financeiro, acho que tinha uma dívida, foi no diretório Nacional do PT, não lembro, o valor que está declarado lá na Justiça. Ninguém perguntou em que Banco vai se contrair o empréstimo, a única vez que foi informado Banco, foi quando se discutiu o leasing com os computadores, quando foi informado o BANCO BRADESCO. Acho que o Senhor não estava aqui na hora que eu tinha dado uma outra resposta. Até um tempo atrás, o PT tinha uma comissão entre uma reunião da comissão executiva e outra, você tinha uma comissão que respondia pela direção do PT, particularmente no que diz respeito à autorização de gasto, que era exercida pelo Presidente, pelo Tesoureiro e pelo Secretário de Organização, não é nem o Secretário Geral.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Mas aí, me perdoe, é na burocracia. Eu quero saber do respaldo financeiro, para ter o empréstimo de cinqüenta milhões. Quem lhe dava?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu acho que a direção do partido.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – A direção do partido.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Acho que a direção do partido.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – E quem mandava no partido?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não, as coisas, Senador, que eu estava tentando explicar para o Senhor, não é que as pessoas chegavam na reunião do PT e diziam: Olha, eu vou fazer isso, isso, isso. Não, não era desse jeito. Você aprovava basicamente, na direção do PT, você (interrupção no áudio)

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Ele tinha liberdade e autonomia para pegar cinqüenta milhões, sem consultar ninguém, acima dele?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Essa autonomia nunca foi dada, é o que eu estou dizendo para o Senhor, eles não discutiam dessa maneira. Se discutia: tem uma dívida e tem que ir atrás. Em nenhum momento foi apresentado para o PT um balanço real da dívida do partido. Em nenhum momento foi se apresentado um orçamento real do partido. Então. nós aprovávamos o quê? Era um... Aí dependendo do assunto, por exemplo, tinha assunto, era até meio engraçado...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – V.Exª. sabia dessa dívida de cinqüenta milhões?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu sabia que o partido estava devendo um valor alto, não exatamente cinqüenta milhões e que estava contraindo sim, na rede bancária, como os demais membros da...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Nesses valores?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Não necessariamente nesses valores. Não necessariamente nesses valores, nós tínhamos dívida e que essa dívida estava sendo contraída na rede bancária. Era dessa maneira que era informado e assim que a gente trabalhava com essa informação.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Então, a última pergunta se me permitir, Presidente. V.Exª., para V.Sª., pelo que eu entendo, confirma que a Jornalista traduziu, de uma maneira fidedigna as suas palavras?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu vou responder para o Senhor Eu acredito que aquilo que a Jornalista publicou tenha sido dito por mim.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Foi dito. A dúvida é se V.Exª. disse a verdade? Se V.Sª. disse a verdade?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Sim.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Ela transcreveu fidedigno ou não?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Acredito que sim, pelo que está escrito e pelo que eu conheço dela.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Mas V.Sª. teve algum momento outro na sua vida, momento de delírios ou de fantasias, ou foi a primeira vez?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Infelizmente não foi a primeira vez.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Já teve esses momentos de fantasias e delírios?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Infelizmente sim.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Brevíssimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – (risos) Senador Tião. O Senador Tião quer que V.Exª seja rápido, porque quer ir também ao lançamento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de colocar um ponto claro, para desanuviar uma divergência sobre a interpretação dos fatos, entre aquilo que descreveu o Sr. Silvio Pereira, sobretudo ao responder em detalhe ao Senador Romeu Tuma Júnior, ao Senador Romeu Tuma, não Júnior. Sobre aquele episódio em que o Presidente Ricardo Berzoini parece não ter se lembrado do seu telefonema, porque ele falou: "Não, aquilo lá..." Pelo que eu entendi da declaração de Ricardo Berzoini, ele não se lembrava de ter, Silvio Pereira, solicitado a ele para prestar esclarecimentos. Então, como Silvio Pereira aqui descreveu o telefonema, não precisou a data exatamente, mas... No microfone, por favor.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Eu tenho certeza que foi durante uma reunião da Comissão Executiva Nacional, porque ele teve que se interromper para vim falar comigo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Só para precisar a época, foi pouco depois do seu desligamento?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Acho que foi pouco depois.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Certo. Então, porque assim poderá, o Presidente Ricardo Berzoini, provavelmente diante do seu esclarecimento, lembrar melhor. Mas como aqui foi reiterada a sua disposição de embora desfiliado do partido, mas tendo sido uma pessoa que por vinte e dois anos colaborou com o partido, acreditou no partido, reconheceu um problema sério que aconteceu e por esta razão, se desligou do partido. Refiro-me ao episódio do Land Rover, mas que ainda, querendo até colaborar com o partido, gostaria e aqui reitera, isso que eu pergunto, a sua disposição de perante a Direção Nacional, explicar os fatos, esclarecê-los etc? Eu pergunto se reitera isto ao Presidente Ricardo Berzoini e à Direção Nacional, para que essa oportunidade lhe seja dada?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Aliás, a pergunta é até boa. Eu também me coloquei à disposição, não me lembro agora para qual foi o interlocutor, me coloquei também à disposição da Bancada Federal do

PT, porque ali tem os Deputados na CPI. Me coloquei à disposição da bancada do PT.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – No Senado também.

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – O Senador sabe disso, no Senado também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E não foi aceito?

SR. SILVIO JOSÉ PEREIRA – Me coloquei à disposição. E reitero novamente, da mesma maneira que eu estou vindo aqui nessa CPI parlamentar de inquérito, estou sendo convocado em outros organismos, evidente que jamais negaria, mas jamais negaria qualquer convite em qualquer instância do PT, em qualquer lugar do país a falar. Não recebi nenhum convite até hoje, mas se receber eu irei em qualquer instância do PT, qualquer parte do país.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu pessoalmente, reitero que me disponho a dialogar com o Sr. Silvio Pereira, no momento que achar adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª parece ser voto vencido na bancada. Então, nem a Bancada Federal...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não foi votada essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nem a bancada, nem a Executiva deseja...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Essa questão não foi votada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então agradeço a V.Exas., agradeço ao Sr. Silvio Pereira pelo depoimento dele, ao Dr. Iberê, Iberê Filho e comunicarei a V.Exas. A pauta da terça-feira. Inicialmente, teremos uma reunião administrativa, em seguida, se aceito o convite, a Jornalista Soraya. Está encerrada.

(Sessão encerrada às 17h55)

Ata da 77ª Reunião, realizada em 23 de maio de 2006.

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, às onze horas e cinqüenta e nove minutos, na Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Antero Paes de Barros, José Jorge, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho, Heráclito Fortes, Juvêncio da Fonseca, Flávio Arns, Antonio Carlos Magalhães, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Álvaro Dias, Siba Machado, Romero Jucá e Ideli Salvatti, Sergio Zambiasi presentes ainda o Senador Tasso Jereissati e José Agripino Maia não membro, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos e indaga aos Senhores Membros se é necessária a leitura da ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da ata, é considerada lida e aprovada. A presidência informa que a presente reunião destina-se a reunião administrativa para à apreciação e votação de requerimentos, e em seguida o depoimento do Sr. Delúbio Soares de Castro. Ato continuo a Presidência coloca em votação, os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 088/06,** de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que requer a convocação de Elza Gonçalves Buratti, em discussão, aprovado (votação simbólica). **Requerimento nº 124/06**, de autoria do Senador Romeu Tuma, que requer a convocação de Daniel Dantas do Banco Oportunit, em discussão, o Senador Eduardo Suplicy solicita cópia do primeiro depoimento do senhor Daniel Dantas e o Senador Tião Viana solicita a leitura das justificativas do requerimento e declara que se for para o senhor Daniel Dantas ser ouvido na CPI dos Bingos, seu voto é contrário. Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti que faz algumas considerações e conclui que seu voto é contrário, pois considera que este não é o local adequado para que Daniel Dantas seja ouvido tendo em vista que no Ministério Público ele já está sendo investigado. Em seguida o Senador Álvaro Dias declara que seu voto é favorável à convocação. Com a palavra o Senador Agripino Maia que faz considerações a respeito da discussão e afirma que se fosse membro da CPI votaria a favor da convocação proposta. O Senador Antonio Carlos Magalhães votou favoravelmente e apelou que os demais votassem a favor. Com a palavra o Senador Siba Machado que votou de forma contrária à aprovação do requerimento. Com 6 votos "não" e 5 votos "sim" o requerimento foi rejeitado. O **Requerimento nº 129/06**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que também requeria a convocação de Daniel Dantas foi prejudicado em virtude da votação do requerimento anterior. Pela ordem os Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes. **Requerimento nº 109/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves, que requer a convocação de Marcos Valério de Sousa, em discussão. Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti que se coloca contra essa convocação pelo fato dele já estar sendo investi-

gado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Com 7 votos "não" e 5 "sim" está rejeitado o requerimento. **Requerimento nº 065/06**, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que requer a convocação do ex-Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, em discussão, em votação. Com 8 votos "não" e 5 votos "sim" o requerimento foi rejeitado. **Requerimento nº 082/06**, de autoria do Senador Romeu Tuma, que requer a convocação do senhor Daniel Krepel Goldberg. Com 9 votos "não" e 4 votos "sim", requerimento rejeitado. **Requerimento nº 081/06**, de autoria do Senador Romeu Tuma, requer convocação de Cláudio Demczuk de Alencar, Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça, requerimento retirado pelo autor. **Requerimento nº 105/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves, que requer a quebra de sigilo telefônico, fiscal e bancário de Fábio Rodrigues Rolim. Requerimento aprovado com 12 votos favoráveis. O Senador Antônio Carlos Magalhães solicitou à Presidência o adiamento da votação de seu requerimento e o Senador Álvaro Dias solicitou o adiamento de todos os demais requerimentos. O Presidente informa que os demais requerimentos foram adiados para votação amanhã, convida o senhor Delúbio Soares para compor a mesa e lê o Mandado de Segurança impetrado por Arnaldo Malheiros e outros informando seu indeferimento. O depoente vem acompanhado pelo advogado Dr. Celso Sanchez Vilardi, que a pedido do Presidente, para esclarecimento dos parlamentares, informa que o PT possui contrato firmado com seu escritório, com o do Dr. Arnaldo Malheiros e com o de mais um advogado, por isso o Mandado foi impetrado pelo Dr. Malheiros e outros. Com a palavra o Relator que inicia seus questionamentos ao depoente, pela ordem de inscrição os Senadores Álvaro Dias, Antônio Carlos Magalhães, José Agripino fizeram o uso da palavra. O presidente estabelece um intervalo de 10 minutos. Reinicia-se a reunião às quinze horas. A Presidência pela ordem de inscrição passa a palavra aos Senadores Tião Viana, Romeu Tuma, Siba Machado, Ideli Salvatti, Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Heloísa Helena, Magno Malta, Arthur Virgílio e Jefferson Peres. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezesseis horas e cinqüenta e sete minutos e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 77ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº. 245 de 2004, para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Informo que a presente reunião destina-se, a Reunião Administrativa, apreciação e votação de Requerimentos e depoimento do Sr. Delúbio Soares de Castro, ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores.

A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a Mesa. Coloco-a em votação propondo a dispensa de leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Srs. Senadores, alguns Requerimentos que vamos colocar em pauta para a votação. Vamos votar.

Requerimento. Nos termos do disposto § 3º do Art. 58 da Constituição Federal bem como do Art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requer de autoria do Senador Garibaldi Alves, que a Srª. Elza Gonçalves Siqueira Buratti, seja convocada a prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em discussão. Não tendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, permitiria apenas... Gostaria de ouvir o Senador Garibaldi sobre a breve justificativa, apenas, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. receberá o Requerimento que já foi aprovado para que V.Exª. tome conhecimento.

Requerimento. Nos termos do disposto do § 3º do Art. 58 da Constituição Federal, bem como do Art. 248 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convocado para prestar esclarecimento perante a esta CPI dos Bingos, Sr. Daniel Dantas, Diretor-Presidente do BANCO OPPORTUNITY. Em discussão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – De quem é autoria, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – De autoria do Senador Romeu Tuma e um outro Requerimento, nos mesmos termos, do Senador Arthur Virgílio.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu gostaria de expressar que fui autor de Requerimento na CPI, das outras CPIs que ocorreram. Acho que talvez até era conjunta para que Daniel Dantas pudesse ser ouvido. Ele veio à CPI. Na ocasião o Senador Heráclito Fortes, inclusive, assinou junto. Solicitou que houvesse também a presença do diretor do CITICORP. Ambos assinamos, inclusive, conjuntamente, ambos os Requerimentos, e inúmeras perguntas foram formuladas, inclusive, por mim. Então, do ponto de vista de

estar argüindo o Sr. Daniel Dantas, eu me considero já tendo feito as perguntas. Então da minha parte não estou achando necessário que haja outra vez a vinda do mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu conheço totalmente o depoimento do Sr. Daniel como Presidente dessa CPI.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Estou colocando em discussão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu informo a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se posiciona contra o Requerimento. Senador Tião.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E há um depoimento importante. E gostaria, inclusive, então, Sr. Presidente, eu quero requerer que esta CPI obtenha as notas taquigráficas do depoimento do Sr. Daniel Dantas na CPI realizada há alguns meses atrás. Não outra CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, eu não tenho absolutamente nenhuma rejeição à vinda do Sr. Daniel Dantas, no entanto, eu gostaria de ouvir as justificativas do solicitante do Requerimento para ver se ela está adequada às finalidades da CPI. Não estando ele pode vir perfeitamente em qualquer Comissão, Fiscalização e Controle, o que quer que seja, para eu poder ter uma decisão do meu voto. É o que eu peço a V.Exª. a leitura da justificativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vou fazer, Sr. Senador.

Justificativa: A revista "Veja" publicou em sua última edição reportagem intitulada a "Guerra dos porões", citando que o Sr. Daniel Dantas tem uma lista com os nomes de integrantes do Governo e também de outras autoridades que possuem contas bancárias em paraísos fiscais. Dentre esses nomes figura o meu próprio como detentor de conta no exterior. A matéria, segundo a revista "Veja", teve início a partir do último depoimento prestado perante esta CPI pelo Sr. Silvio Pereira em se tratando de informação inverídica do que concerne ao meu nome, e tendo em vista que a informação publicada se reporta a esta CPI proponho aprovação do presente Requerimento solicitando apuração dos fatos. Informo também que já enviei expediente ao Diretor-geral da Polícia Federal solicitando providência para abertura de inquérito pessoal. Senador Romeu Tuma. E a justificativa do Senador Arthur Virgílio. A revista "Veja" em sua edição de 17 de maio de 2006 publicou reportagem intitulada "Guerra dos porões", mostrando que o BANCO OPPORTUNITY, controlado por Daniel Dantas, diz ter sofrido perseguição no Governo Lula, por rejeitar pedidos de propina de dezenas de milhões de dólares feito por petistas em 2002 e 2003. Segundo a matéria, para defender-se das pressões que garante ter sofrido o PT nos últimos três anos e meio, Dantas acumulou toda sorte de informações que pode comentar sobre seus algozes. A mais explosiva é uma relação de cardeais petistas que manteriam dinheiro escondido, em paraísos fiscais.

Portanto, Sr. Presidente, é o contexto da referida reportagem que apresento esse Requerimento. Senador Arthur Virgílio. São os dois Requerimentos apresentados, baseado...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Então, Presidente, já agradecendo a V.Sª. o esclarecimento, deixando claro que no meu entendimento o Sr. Daniel Dantas deve vir sim ao Senado Federal, deve dar esclarecimentos sobre os fatos ocorridos. Só tenho a divergência que seja no Fórum da CPI. Ele pode vir na Comissão de Fiscalização e Controle. Terá meu pleno apoio. Aqui o meu voto será contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Em discussão. Continua em discussão. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, a inclusão do BANCO OPPORTUNITY e do papel do Sr. Daniel Dantas em episódios que merecem investigação e esclarecimentos, acabou sendo incluída na CPI dos Correios a partir do voto em separado que nós apresentamos. E também há até certa reação, que vários órgãos da imprensa tiveram com relação ao fato de depois dele ter vindo prestar depoimentos tanto na CPI dos Correios como na CPI da Compra de Votos, como de ter sido identificado à questão das empresas que o Sr. Daniel Dantas administrava e administra, o BANCO OPPORTUNITY, na questão dos depósitos, e da forte incidência de recursos destas empresas nas empresas do Sr. Marcos Valério, depois de tudo isso é que o Deputado Osmar Serraglio acabou já na reta final incluindo. E acabou, inclusive, para até para nossa surpresa, porque nós não tivemos a oportunidade sequer de votar, o indiciamento dele e da Srª. Carla Cicco, acabou sendo encaminhado desta forma ao Ministério Público Federal.

Portanto, nós temos o entendimento de que a investigação a respeito do BANCO OPPORTUNITY, do Sr. Daniel Dantas, seja lá o que precisa e deve ser investigado, está neste momento já no Ministério Público e está neste momento já encaminhado ao Supremo Tribunal Federal. Até porque o Sr. Daniel Dantas é réu em muitos projetos, em muitos processos, que

estão tramitando na justiça não só no Brasil como a nível internacional.

Portanto, como os Requerimentos, não dizem respeito ao fato determinado desta CPI, é que nós entendemos de que aqui não deverá ser trazido. E em termos de investigação volto a reiterar que houve todo um esforço nosso para que as investigações sobre esta situação, pudesse ser feita pelo Ministério Público e pelo Supremo Tribunal Federal.

Portanto, o nosso voto será contrário ao Requerimento, tendo em vista que as investigações sobre a atuação do BANCO OPPORTUNITY, do Sr. Daniel Dantas, estão, do nosso ponto de vista, no local adequado que é o Ministério Público e o Supremo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra, Senador Alvaro Dias, para discutir.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, são fatos relevantes. Eu creio que pessoas que são investigadas por essa CPI foram citadas por Daniel Dantas, a matéria da revista "Veja" revela esta verdade. Portanto, há conexão, sim, com o fato determinado. Obviamente não haverá possibilidade dessa CPI aprofundar as investigações, mas poderá com esse depoimento recolher subsídios para o relatório final do Senador Garibaldi Alves Filho, relativamente a pessoas que estão aqui sendo investigadas. E de outro lado é um direito, Senador Romeu Tuma, frente a frente com o Sr. Daniel Dantas questioná-lo sobre a veracidade da matéria publicada pela revista "Veja" ou não.

Por isso, Sr. Presidente, o nosso voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Favorável o voto de V.Exª. Senador Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, eu acho que não há nenhuma dúvida sobre a importância da vinda de Daniel Dantas. Daniel Dantas deu uma entrevista ao Diogo Mainardi, importantíssimo Jornalista da revista "Veja", extremamente lido pelo Brasil inteiro. E a entrevista foi de uma clareza meridiana, de uma clareza meridiana. Ele declarou claramente que foi objeto de extorsão, tentativa de extorsão. Pediram a ele entre 40 e 50 milhões de dólares. O PT pediu 40, 50 milhões de dólares. Quem teria pedido está aqui para depor. E não é possível que esta Comissão decida não chamar o Sr. Daniel Dantas para que ele possa confirmar ou não o que disse a Diogo Mainardi que por sinal vai depor nos próximos dias. E com certeza absoluta vai confirmar a entrevista que publicou no seu espaço na revista "Veja".

Eu acho um absurdo, uma tentativa desqualificada daqueles que votarem contra a vinda de Daniel Dantas a esta Comissão. Acho um absurdo contra a iniciativa que tem que ser nossa de esclarecer o fato da maior gravidade. 40, 50 milhões de dólares são 100 milhões de reais, declarado por quem foi objeto da tentativa de extorsão. Ele disse que pediram a ele. Quem pediu a ele foi autoridade do PT. Ele disse, declarou. Foi publicado. E esta Comissão não aprovar o Requerimento para que esta pessoa possa vir aqui num Fórum de investigação declarar a verdade? Eu não entendo. A menos que se tenta esconder a verdade e botar a sujeira debaixo do tapete. Fora disso vamos ver quem tem coragem de esclarecer a verdade votando, sim, que é o voto que eu daria se votasse nesta Comissão e que recomendo aos meus companheiros do PFL.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Houve algum acordo entre o Governo e o Daniel Dantas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vamos à votação. Senador...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Um minutinho se permitir. Depois da palavra do Senador José Agripino...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. é autor do Requerimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu só queria endossar o meu Requerimento. Que ele seja mantido. O que ele falou ao Ministro se houve reunião, não houve reunião, ele tem que falar em público. Porque não adianta ele negar para o Ministro, negou a mim numa carta também, se a publicidade foi feita aberta numa revista. Então, ele tem que vir, e vamos votar a favor, pelo amor de Deus. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Em votação.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Sibá, V.Exª. tem a palavra para discutir.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Obrigado, Presidente. Sr. Presidente, porque eu sou contra o Requerimento? Eu participei das duas CPIs anteriores. A dos Correios e a da Compra de Votos. Naquele momento eu cheguei até a dizer de público que pediria, pediria vistas daquela decisão da Comissão que foi conjunta de trazer o Daniel Dantas e da lista dos Parlamentares que estavam colocados. Porque no meu entendimento naquele momento, aquela lista como foi apresentada não estaria o chamado direito de defesa. Neste caso o Daniel Dantas foi convocado, e foi feita uma audiência coletiva das duas Comissões. E as duas

Comissões saíram da lista em maiores informações. E tanto é que esta situação ficou aos olhos daquelas duas Comissões desnecessárias de uma nova vinda.

E o que motivou pelo que eu pude perceber o Requerimento do Senador Arthur Virgílio, não foi a matéria da "Veja". Foi uma carta que eu não sei de onde...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A matéria... A prioridade é o Senador Romeu Tuma que é o primeiro Requerimento. O Requerimento de nº. 124, outro do 129. Mas prevalece o do Senador Romeu Tuma que foi o primeiro encaminhado. Nós tivemos o outro Requerimento, o Requerimento 88 que já foi votado e aprovado, de autoria do Senador Garibaldi. E agora discutimos o nº. 124, Senador Romeu Tuma.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas, Sr. Presidente, é só para encerrar a linha do pensamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Já estou... Pediria licença só um pouquinho aqui para eu ver o Presidente.

Então, Sr. Presidente, então neste caso eu quero concordar com o restante da bancada de que este assunto pode ser tratado, sim, no momento em que esta Casa decidir nas Comissões Permanentes que também tem poder para tratar sobre esse tipo de informação. Até mais porque ouvi algumas citações naquela carta que eu duvido que aquela carta não passou, digamos assim, de um desabafo de alguém que está com algum tipo de preocupação fora do Brasil e não aqui dentro. Respondendo por alguma coisa na justiça norte-americana.

Então, assim sendo, eu acredito que começa numa Comissão Permanente, e não temos prazo para encerrar. Não teria nenhum tipo de preocupação quanto à questão de encerramento, de aprofundamento de uma investigação dessa natureza. Assim o meu voto é contrário, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço. E só comunicando a V.Exª. e outros Senadores que fizeram essa citação, de que poderia ser ouvido na Polícia Federal, Ministério Público, onde quer que seja, eu quero só lembrar aos Srs. Senadores que tenham essa dúvida, de que de acordo com acórdão do STF em mandado de segurança, o nº. 25580, foi definida a independência das instâncias investigativas.

Então, tanto faz Ministério Público, como Polícia Federal, como CPMI ou CPI.

Então, para que não fique aí uma justificativa vazia em relação a essa questão, e para que não tenha dúvida que essa CPI tem independência de investigar, independente de investigações de outros. Então a decisão caberá a V.Exª. E vou tomar os votos. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Antônio Carlos.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Flávio Arns. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Senador Magno Malta. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Leomar Quintanilha. Senador Valdir Raupp. Senador Gilvam Borges. Senador Garibaldi Alves.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Wellington Salgado. Senador Ney Suassuna. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Senador Augusto Botelho. Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Não cinco votos. Estou contando errado. 2, 4, 5, 6 votos, não. 2, 4, 6, 5 votos, sim.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, eu só consulto se a nossa bancada votou integralmente, porque eu não fui chamado...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Votou, V.Exª. tivemos...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu sou suplente, não sei se os titulares foram chamados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – São quatro votos da bancada do PFL e PSDB. O quinto voto seria o meu, que só voto em caso de desempate.

Então, votou o Senador Juvêncio estava ausente, Senador Antero Paes de Barros estava ausente. Não. Votou. Votou o Senador Romeu Tuma. Votou o Senador Antônio Carlos Magalhães, o Senador José Jorge e o Senador Heráclito Fortes. Todos do bloco.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É bloco. Exato. Exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ok? Está prejudicado o Requerimento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. Senador Heráclito tem a palavra, pela ordem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, eu acho que esse resultado é um grande equívoco do Governo. Porque acho que nada mais do que esse episódio que no dizer do Sr. Gushiken é o maior... É a maior briga societária do Brasil nos últimos anos, a gente vê aqui...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – A mim não está dirigido isso aí.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A gente vê exatamente aqui que o Governo, o Governo derrotou.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu sou a favor. O Senador Tuma é Corregedor e ele pode vir a hora que ele quiser na Corregedoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu solicito a V.Exªs. para que possamos. (soa a campainha) Há orador usando a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero crer que essa questão mais dia, menos dia será esclarecida. É como o caso do Celso Daniel, é como o dólar na cueca, é como o caso do Toninho do PT. São versões colocadas a público que com o tempo se vê. Exatamente não é aquilo que foi anunciado.

Eu acho, portanto, fundamental... Não sei a posição do Sr. Dantas se interessa a ele vir aqui ou não, mas para o Congresso é importante. É importante. Não só a vinda dele como do CITIBANK que é altamente protegido pelo Governo. O CITIBANK ele envolve milhões e milhões de reais e tem as pessoas envolvidas, tem as entidades envolvidas de forma que eu acho que é um grande equívoco que está se cometendo, que fique o registro na Ata.

Eu acho que é quem busca a verdade não poderia perder uma oportunidade como essa. Nós não temos nenhum compromisso com ele. (interrupção no áudio) É culpado, que pague pela sua culpa.

Agora o direito de vir aqui não lhe pode ser negado, e o dever de apurar pertence a esta Casa. De forma, acho que essa união do bloco de Governo em rejeitar, foi um equívoco que anotem bem os Senhores, o Governo ainda vai pagar caro por isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permite um aparte Senador Heráclito.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente Senador Efraim Morais, eu gostaria de fazer uma ponderação. Inclusive, eu recordei há pouco, Senador Heráclito Fortes, que quando foi da CPI dos Correios, salvo engano até junto com a dos Bingos, ambos, nós dois, apresentamos um Requerimento tanto da convocação do Sr. Daniel Dantas, como também da direção do CITICORP. E nós ouvimos ambos os lados, fizemos as perguntas e tudo.

Surgiu na semana passada este episódio da revista "Veja" e que, segundo a imprensa, provocou uma reunião por iniciativa do Sr. Daniel Dantas, inclusive, convidando para ir a sua casa o Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos e tendo havido a presença, estou me baseando no que li na imprensa, inclusive de dois Deputados do PT, Sigmaringa Seixas e José Eduardo Martins Cardozo.

Eu gostaria de fazer uma ponderação. O Senador Tião Viana observou que... Avalia, que estes episódios todos devem e precisam ser esclarecidos e não teria qualquer objeção que possa ser colocado, por exemplo, na Comissão de Fiscalização e Controle, não em 2007, na semana que vem, por exemplo, para o esclarecimento completo. E gostaria, Sr. Presidente, que possamos ter, inclusive, a contribuição do Senador Heráclito Fortes com respeito aquilo que houve enorme vontade das pessoas saberem e que precisaríamos até conhecer tanto do ponto de vista do Senador Heráclito Fortes, que foi aquele que hospedou a reunião, como também do Ministro, dos Deputados, do Sr. Daniel Dantas.

Nós tivemos, inclusive, na semana passada por ocasião da vinda da indicada para Ministra do Supremo Tribunal Federal, a Srª. Cármen Lúcia, uma resposta a

uma indagação que eu fiz que eu considero exemplar. Ela disse que para uma circunstância delicada, todos aqui sabem, ela gostaria que quando ela fosse, quando ela era Procuradora, que ela agisse sempre com transparência total. Disse ela que gostaria até que as paredes de seu Gabinete fossem de vidro transparente. Ora, eu considero a reunião como...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy peço a V.Exª. que seja breve para que nós possamos caminhar. Temos quase que 20 Requerimentos para ser votado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Depois eu vou entrar em votação. Eu não vou aceitar essa discussão paralela. Eu prefiro discutir a matéria e peço a V.Exª. V.Exª. já falou. V.Exª. para concluir.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Apenas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senão nós vamos ficar aqui até o final do dia discutindo se vai para A, B ou C. Nós temos que discutir o Requerimento. O Requerimento já foi votado, foi derrotado e temos que passar para o Requerimento seguinte.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Apenas contribuir e até dialoguei ontem com o Senador Heráclito Fortes, para que haja total transparência da reunião havida na sua residência.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu sugiro que o Senador Suplicy faça suas sugestões em outro...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu peço a V.Exª. para usar o Plenário, hoje, V.Exª. fica à vontade para discutir no Plenário essa questão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Heráclito...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Heráclito, por favor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas, eu gostaria de pedir a V.Exª., eu fui citado numa circunstâncias que eu preciso esclarecer. Primeiro, o encontro da minha casa não foi secreto, foi reservado. Na minha casa não se faz encontro secreto, se faz reservado. Em segundo lugar, se o Ministro da Justiça não comunicou ao Senador Suplicy ou ao Governo, o problema é do Ministro da Justiça e não meu. Como oposicionista e não acreditando nas versões que o Governo coloca sobre o episódio eu tenho o desejo de apurar até o fim. A partir do momento em que recebi de um amigo comum a pergunta de que se eu receberia o Ministro na minha casa, juntamente com o Sr. Dantas, eu disse que sim. Até porque a partir do momento em que o Ministro se dispõe a se encontrar com quem o acusou supostamente, segundo a revista, de ter conta na exterior, ou ele não está acreditando na denúncia ou quer se aprofundar sobre os fatos. A minha preocupação foi exclusivamente essa. Recebi o Ministro da Justiça na minha casa na companhia de dois Deputados do PT, um Presidente da Comissão de Justiça e outro membro destacado da CPI dos Correios. Nada escondido. Agora apenas como se tratava do Ministro da Justiça do Brasil, caberia a ele tomar a decisão que quisesse sobre o teor da notícia. Não sou bisbilhoteiro de anunciar no dia seguinte quem freqüentou a minha casa. Seria cabotinismo meu anunciar que o Ministro teve um encontro reservado na minha casa. Caberia ao Governo, isto sim.

Agora, eu fiquei com a dúvida de que o Ministro não acredita na versão do Partido dos Trabalhadores. Isso eu fiquei e é um direito meu.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço. Requerimento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu pediria a V.Exª. (interrupção no áudio)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, Senador, nós temos uns três ou quatro Requerimentos que serão votados, e eu quero discutir os Requerimentos para que se decida quem é a favor ou contra esse Requerimento. Cada um que assuma o seu voto no decorrer da Sessão. Até porque em função da aprovação ou não desses Requerimentos eu e o Senador Garibaldi vamos traçar um cronograma para a conclusão dos nossos trabalhos.

Requerimento de autoria... E eu não vou conceder a palavra a não ser para discutir os Requerimentos... Com fundamento no § 3º do Art. 58 da Constituição Federal, requeiro a convocação do Sr. Marcos Valério de Souza para prestar depoimento a esta CPI de autoria do Senador Garibaldi Alves. Em discussão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, da mesma forma o assunto Marcos Valério já foi pautado e executado por Comissões de investigação anteriores. O assunto Marcos Valério já foi encaminhado ao Ministério Público, ao Supremo Tribunal Federal.

Portanto, trazer novamente este assunto para esta CPI tendo em vista que não há vinculação direta com o fato determinado, não causa para nós, entende, nenhuma motivação. Não vai acrescentar. Não vai contribuir.

Portanto, nós temos um entendimento de que deverá, e vai ser este o meu voto, rejeitado. Até porque a investigação já está aonde neste momento cabe a investigação, que é no Ministério Público e no Supremo Tribunal Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu reitero a V.Exª. que a justificativa é defesa do voto contrário, não pela convocação dessa CPI, de acordo com acórdão do STF nº. 25588, em mandado de segurança, a independência das instâncias investigativas foi considerada.

Então, esta CPI respeita a apuração de outras instituições, mas a nossa teria todo o direito de discutir. V.Exª. coloca uma posição que essa Mesa respeita, mas não nos termos de que outras instituições estão investigando. Nada interessa para esta CPI essas investigações. E sim a nossa que V.Exªs. como a maioria, certamente evitarão de acontecer. Em votação. Senador...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só a questão, Relator. O Senhor vê interesse ainda em ouvir o requerente? O requerido?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu vejo porque há fatos novos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E decorrente de novas informações. Então, eu acho que nós temos que votar a favor para favorecer o trabalho do Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Romeu Tuma como vota?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Antônio Carlos.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Flávio Arns. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não, por já ter ouvido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim ou não Senador?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy vota, não. Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana vota, não. Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta vota, não. Senador Leomar Quintanilha. Senador Valdir Raupp. Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Gilvam Borges vota, não. Senador Garibaldi Alves.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Garibaldi vota, sim. Senador Augusto Botelho. Senador Mozarildo Cavalcante. Senador Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Juvêncio da Fonseca vota, sim. Nós estamos discutindo a convocação do Sr. Marcos Valério de Souza. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador vota, não. Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Sérgio Zambiasi vota, não. Não 3, 7 votos. Sim 5 votos. Está derrotado o Requerimento de convocação do Sr. Marcos Valério de Souza de nº. 109.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Requerimento de autoria do Senador Antero Paes de Barros. Convoca o Presidente da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, o Sr. Jorge Mattoso para que sejam prestados esclarecimentos acerca

da violação do sigilo bancário do Sr. Francenildo dos Santos Costa.

Em discussão. Não tendo quem queira discutir. Em votação. Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Antônio Carlos Magalhães.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Antero Paes de Barros. Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Flávio Arns. Senador Eduardo Suplicy. Senador, V.Exª. com a palavra. Sim ou não?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. V.Exª. vota não, na convocação do Sr. Mattoso. Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Senador Magno Malta, não. Senador Leomar Quintanilha. Senador Valdir Raupp. Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Senador Gilvam Borges vota, não. Senador Garibaldi Alves. Senador Garibaldi Alves, sim. Senador Augusto Botelho. Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Esse cidadão (interrupção no áudio) Aqui nessa Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então, V.Exª. vota, sim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Calma. Não, não. Sr. Presidente. Eu voto, não. (risos) Eu voto, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. Wellington Salgado vota, não. (risos) Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Senador Sérgio Zambiasi. Senador Sérgio Zambiasi. Não. O voto é não. 3, 4, 8. Sim, 3, 4, 5. Está derrotado o Requerimento nº. 065...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Que convoca o Sr. Mattoso.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra, pela ordem.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu tenho a impressão que o voto do Wellington Salgado é 50% para um lado, 50% para o outro. Não podia ser contado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – (risos) Sr. Presidente. Realmente o Senhor é experiente como Senador ACM, do qual eu sempre observo para aprender, eu acho que nesse ponto V.Exª. tem um pouco de razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Requerimento de autoria do Senador Garibaldi Alves. Ou melhor, do Senador Romeu Tuma, que nos termos do disposto do § 3º do Art. 58 da Constituição Federal, bem como do Art. 148, requer que o Sr. Daniel Krepel Goldberg, Secretário do Direito Econômico do Ministério da Justiça, seja convocado a prestar depoimento nesta CPI. Em discussão. Não tendo quem queira discutir em votação.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, o nosso voto será contrário, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, eu acho que já é desnecessária a convocação desse rapaz, por várias explicações que já foram... É o Assessor do Ministro?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu voto sim, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. vota, sim. Senador Antônio Carlos.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – O voto deveria ser, sim. Entretanto, como o Governo não quer apurar coisa alguma eu não vou votar, sim, para perder outra vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. vota, não. Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Flávio Arns. Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Vou seguir a recomendação do Senador Antônio Carlos Magalhães.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. vota, não, Senador Suplicy. Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Augusto Botelho, ausente. Senador Mozarildo, ausente. Senador Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Bem forte, Sr. Presidente. Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Melhorou. Senador Romero Jucá. Não. 3, 4, 7, 8. 8 a 4. Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Zambiasi votou, não. 8, 9. 9 a 4. Está rejeitada.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra, pela ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Bem rápido. Como a oposição está em minoria avassaladora. Não dá para votar coletivamente todos esses Requerimentos? Visto...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Vamos sentir um a um.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Sr. Presidente, vamos sentir um a um?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sentir a posição firme de cada um dos Srs. Parlamentares. Requerimento... Para que depois não me digam que eu estou colocando os Requerimentos em votação. É preciso que se vote...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Nós estamos ajudando ao Governo para não ouvir Delúbio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Nós temos o dia todo. Vamos ouvi-lo. Logo em seguida nós vamos ouvi-lo. Espero que ele tenha conhecimento de que está sem nenhuma proteção.

Nos termos do disposto do § 3º do Art. 58 da Constituição Federal, requer que o Sr. Cláudio Demczuk de Alencar, Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça, seja convocado a prestar depoimento nesta Comissão. Em discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. vai se opor...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A mesma situação. Não vejo mais razão para a presença dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. poderá retirar o Requerimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então, retire o Requerimento de V.Exª. Requerimento... Retirado o Requerimento nº. 81.

Requerimento de autoria do Senador Garibaldi Alves. Requer a transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Fábio Rodrigues Rolim. Em discussão. 105.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Só um esclarecimento. O Sr. Rolim, o Relator poderia esclarecer de quem se trata?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vamos esclarecer. Fevereiro de 2004 a imprensa publicou uma série de denúncias envolvendo o Sr. Waldomiro Diniz, então Subchefe de assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República, dentre tais denúncias configura sua provável prática

de tráfico de influência quando o Sr. Waldomiro Diniz teria interferido diretamente na renovação do contrato entre a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e a multinacional GTECH, na área de administração de loterias, impondo a participação de serviço de consultoria do Sr. Rogério Buratti como uma condição para que a renovação contratual fosse concretizada.

O Sr. Marcelo Rovai em depoimento a esta CPI, disse que o Sr. Carlos Cachoeira intermediou uma primeira reunião com Waldomiro Diniz. Numa segunda reunião com a presença de Cachoeira. Waldomiro teria citado que seria necessário que a GTECH contratasse um consultor, que teria ajudado na renovação do contrato.

No dia seguinte, intermediados por Enrico Gianelli, os dirigentes da GTECH se reuniram com Rogério Buratti que teriam pedido 6 milhões de reais para que o contrato fosse assinado. O Sr. Rovai disse que não aceitou pagar, e após alguns adiantamentos o contrato foi assinado. Waldomiro Diniz nega que tenha indicado alguém para a GTECH. Buratti admitiu em acareação nessa CPI que atuou junto ao Governo para facilitar a renovação de contrato com a GTECH, visto que a multinacional prometeu pagá-lo.

Na análise de sigilo bancário da GTECH identificou-se dois depósitos de suspeitos, ou melhor, suspeitos, para o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social – IBDS, realizado no dia 10 de fevereiro de 2003, totalizando 386 mil reais, 363 reais e 63 centavos. Convém lembrar que três dias após, no dia 13 de fevereiro de 2003, ocorreu a primeira reunião entre dirigentes da GTECH com Waldomiro Diniz e Carlos Cachoeira. Aliás, essa reunião estava prevista para o dia anterior. O que aproxima ainda mais os depósitos para a ONG. É importante destacar que o IBDS, criado em 2001 com sede em Brasília, não tinha relação anterior com a GTECH, nem aparece na relação de organizações que recebera auxílio financeiro daquelas Multinacionais para execução de programas sociais. O Sr. Fábio Rodrigues Rolim é o responsável pela instituição perante a Receita Federal na condição de Sr. Presidente.

A suspeita é que o IBDS tal qual ocorreu com a MM Consultoria de Walter Santos Neto, tenha sido utilizado pela GTECH para pagamento de propina e agentes públicos. Recentes reportagens do jornal o "Correio Braziliense" ratifica tal indício na medida em que apresentam fortes elementos de que se trata de uma ONG de fachada, que não funciona efetivamente, embora tenha uma grande movimentação no livro de caixa. Diante do exposto é de grande relevância para a CPI ter acesso aos sigilos telefônico, bancário e fiscal do Sr. Fábio Rodrigues para continuidade das investigações...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, estando inserido no fato determinado o nosso voto será, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O voto será, sim. Vamos chamar os Srs. Senadores. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Antônio Carlos Magalhães. Sim. Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Leomar Quintanilha. Senador Valdir Raupp. Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Augusto Botelho, ausente. Senador Mozarildo, ausente. Então chamo Senador Sérgio Zambiasi. Vota, sim. Senador Juvêncio. Sim. Senador Antero Paes, ausente. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Eu vou votar, não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. vota, não. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Aprovado o Requerimento de nº. 89. Do cento e... 105, aprovado. Ainda de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães.

Com fundamento no § 3º do Art. 58 da Constituição Federal, requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Paulo Tarciso Okamotto referente aos anos de 2000 a 2005. Uma vasta justificação feita por V.Exª. Em discussão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pois não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Este assunto é recorrente nesta CPI. E o nosso posicionamento tem sido contrário por conta de não ter relação com o fato determinado.

Então, a nossa posição vai continuar sendo de votar contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Há o pedido de adiamento do Senador autor do Requerimento e faremos no dia de amanhã. Amanhã todos os Requerimentos adiados são votados.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu proponho então, Sr. Presidente, que se adie todos os demais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então, V.Exª. será atendido. E vamos iniciar, e eu já convoco o Sr. Delúbio Soares para que se apronte à Mesa.

Srs. Senadores, Srªs. Senadoras, inicialmente agradecendo ao Sr. Delúbio Soares de Castro pela sua presença, convocação desta CPI, e comunicando aos Srs. Senadores de que nós recebemos do Ministro Marco Aurélio que foi Relator de o *habeas corpus* nº. 88826, nº. 7, foi impetrado pelo Sr. Arnaldo Malheiros Filho e outros. E a decisão que se encontra em nossas mãos, a Comissão Parlamentar de Inquérito, comparecimento, adução e assistência de profissional da advocacia, em deferimento de liminar e o Sr. Ministro conclui dizendo que cabe perceber em primeiro lugar, "a origem da convocação verificada, partiu da Comissão Parlamentar de Inquérito, indispensável, é que se leve em conta o Princípio da Razoabilidade, da Racionalidade, não se podendo supor a prática de atos arbitrários distanciados de ordem jurídica em vigor. Presume-se o que normalmente acontece e não o excepcional, o extravagante. Em dias passados, anda a existência de diversas Comissões Parlamentar de Inquérito, ocorreu a sinalização do Supremo relativamente a alcance dos parâmetros constitucionais das garantias decorrentes da Constituição Federal das quais são beneficiários os cidadãos".

Então, há uma imensa justificativa. Conclui e dizendo que indefiro a liminar no que se mostra com contornos preventivos, ou seja, imaginando-se violências a serem perpetradas pela Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos.

Então, há um indeferimento por parte do Sr. Ministro Marco Aurélio.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, quem é o Advogado autor do pedido?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O impetrante é Arnaldo Malheiros Filho e outros.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, o PT soltou a nota a semana passada de que pagou trezentos mil reais pelos serviços do Sr. Malheiros até o mês de setembro. Inclusive, justificando que tinha dispensado o Sr. Silvio Pereira. Eu gostaria de saber quem paga o Sr. Malheiros agora, se é o PT... Se essa nota não vale ou se é o próprio...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. poderá fazer essa argüição quando chegar à sua...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Estou fazendo agora, porque nós estamos na fase de qualificação dos Advogados, inclusive...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª., eu solicitaria ao nosso... O Advogado, só o nome de V.Sª.?

SR. ADVOGADO: Celso Vilarne(F).

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Celso Vilarne(F). E a pergunta é só se o pagamento de V.Exª. está sendo feito pelo depoente.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, pela ordem. Após a fala do...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. terá. Só se está sendo pago...

SR. ADVOGADO: Nós temos um contrato com o Partido dos Trabalhadores que abrangeu uma data de setembro, mas que abrangia toda a fase investigativa. E, portanto, todos os comparecimentos nas CPIs.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço. Acredito que V.Exª. está informado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não. A dúvida é o seguinte. O escritório de V.Exª. é o mesmo escritório do Dr. Malheiros?

SR. ADVOGADO: Não, Senhor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É outro escritório. São duas questões diferentes, Sr. Presidente.

SR. ADVOGADO: Mas, os dois escritórios estão no contrato, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – No contrato. A pergunta que eu faço é preliminar, é se o Dr. Malheiros continua prestando assistência jurídica ao depoente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É. A informação que recebo do Supremo,

do Ministro Marco Aurélio, quando indeferiu a liminar, diz que foi o paciente ao Sr. Delúbio Soares de Castro, e o impetrante é o Dr. Arnaldo Malheiros Filho e outro. Então entendo pelas informações do Dr. Celso...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É a resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ele afirma que não participou do *habeas corpus*.

SR. ADVOGADO: Participei, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas, por que...

SR. ADVOGADO: Arnaldo e outros...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas são escritórios distintos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Outro escritórios, então. Não é outros Advogados?

SR. ADVOGADO: São três impetrantes. Arnaldo Malheiros Filho, Celso Vilarne(F) e Flávio (inaudível)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então, o Senhor Dr. Arnaldo também impetrou.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ficar apenas o registro que o PT passou a essa Comissão, Sr. Presidente, informações que não são corretas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com a palavra o Senador Tião.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Apenas para indagar a V.Exª. se já chegou às suas mãos a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre Comissão Parlamentar de Inquérito? Que esse é um documento da maior valia para os Srs. Senadores, para contribuir com o andamento dos trabalhos porque trata-se da jurisprudência que o Supremo entende do que seja o andamento das CPIs. E apenas num ato de colaboração com a Mesa, eu acho muito importante que possamos refletir da melhor forma sobre o que foi a resposta do Ministro Marco Aurélio, porque seguramente não sairia dele nunca a subtração de direitos fundamentais, constitucionais garantidos a qualquer cidadão brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nós estamos, Senador, V.Exª. que é um dos Senador mais atuantes dessa CPI, devo dizer a V.Exª. que em nenhum momento este Presidente subtraiu o direito de nenhum depoente. É bom que se deixe esclarecido que em nenhum momento sequer...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu dou o testemunho a favor dessa sua afirmativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E acredito que não seria essa a posição. Simplesmente dizer a V.Exª. que às vezes discordo com V.Exª. até pela jurisprudência do Supremo, quando ele diz, talvez na sua jurisprudência, e reconhece o fato conexo, que muitas vezes aqui os Senadores de um lado ou de outro não reconhecem. O que eu devo dizer a V.Exª. que nesse fato há uma divergência entre eu e V.Exª.

Concedo a palavra ao Sr. Delúbio para suas considerações iniciais. V.Exª. dispõe do tempo que se fizer necessário Sr. Delúbio Soares.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, fui convocado a comparecer a essa CPI e estou a disposição da CPI para as perguntas do Relator e os Senadores assim acharem necessário. Estou a disposição para iniciar os trabalhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Sª. e concedo a palavra ao Relator Senador Garibaldi Alves.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Delúbio Soares, V.Exª. participou na qualidade de tesoureiro do PT da coordenação financeira da Campanha Presidencial do atual Presidente Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Eu pergunto: Quem eram os principais membros dessa coordenação financeira e qual o papel de cada um, além de V.Sª. quem mais participava da administração de recursos financeiros?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – A coordenação da campanha do Presidente Lula era formada pelo Comitê do Partido dos Trabalhadores (soa a campainha) e pelos partidos aliados. Participavam o Presidente do partido da época e eu, e os Presidentes...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta, diminuir o tom do telefone.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Dos tesoureiros e os Presidentes dos partidos da base da aliança, da época.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pediria aos Senadores que desligassem os telefones. Está atrapalhando o depoente.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Repetir. Quem era da coordenação financeira da campanha do candidato...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quem eram os principais membros?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – A coordenação era o Presidente do partido e eu pelo PT...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Presidente do partido era?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Era o José Dirceu. Deputado José Dirceu na época. E os Presidentes dos partidos compunham a base aliada, aliança formal, que todo mundo é sabedor de quem era os Presidentes e os tesoureiros dos partidos.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas só era o Senhor e o Sr. José Dirceu?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Pelo PT, sim, mas da frente era o Presidente e o tesoureiro de cada partido.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Do PT só eram os dois.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Só eu e ele. E o candidato pela legislação tem responsabilidade nas contas também. É o que a legislação...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Relator, ele não pode citar os outros Presidentes que participavam dessa...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pode. Pois não. O Senhor poderia... Se tem na memória?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – O PL era o Valdemar Costa Neto, o Presidente, e também acho que era o Jacinto Lamas que era o tesoureiro. Do PC do B era o Renato Rabelo, mais o Freitas que era tesoureiro do partido. Do PCB era... Me falha a memória, nossa Presidente, a companheira do Rio de Janeiro, e uma companheira de São Paulo. Era Nádia, acho que a Nádia que era tesoureira do PCB. A Presidente, Zuleica, a Presidente do PCB na época. PCB que fazia parte da nossa aliança. E acho que foram esses partidos. O PMDB não participou da aliança, o PTB foi no primeiro e segundo turno. Mas a aliança formada foi essa, e está tudo registrado no TSE. E podem pegar no TSE os responsáveis.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas eu pergunto ao Senhor, além dessa coordenação formal o PT não tinha o seu Comitê Financeiro?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. Campanha Presidencial, não. Na coordenação...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Só mesmo na coordenação dos partidos. O Sr. Rogério Buratti afirmou nessa CPI que os empresários de Bingos doaram um milhão para a campanha do PT em 2002 e que esse dinheiro foi arrecadado por Ralf Barquet e repassado à coordenação financeira da campanha do Sr. Presidente.

Por outro lado, empresários do Rio de Janeiro também teriam contribuído com outro milhão de reais por intermédio do Sr. Waldomiro Diniz. Eu pergunto: Qual é a informação que o Senhor dá acerca dessa denúncia?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Que tendo conhecimento pela imprensa e não tenho conhecimento nenhum que isso ocorreu em 2002.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Só pela imprensa?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Só pela imprensa e...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor não conhecia o Sr. Waldomiro Diniz?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Waldomiro Diniz eu conheço.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Conhece. Mas não tem notícias dessa intermediação.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não tive relação nenhuma com o Waldomiro na campanha de 2002.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas ele participou?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Rogério Buratti afirmou que essa doação teve como contrapartida uma possível legalização dos jogos de Bingos. O Senhor confirma isso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não tenho conhecimento.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu pergunto Sr. Delúbio Soares, ainda o Sr. Rogério Buratti no seu depoimento afirmou perante membros do Ministério Público e da Assessoria dessa CPI que o Sr. Roberto Carlos Kurzweil intermediou junto ao Ministro Antônio Palocci a doação dos bingueiros angolanos para campanha de 2002. A pergunta específica é: V.Sª. conhece o Sr. Roberto Carlos Kurzweil?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. Só...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Conhece ou não?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Acho que não. Se eu vi uma ou duas vezes... Tem dois Robertos que veio a CPI. Não é isso?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas esse tem esse nomezinho que ninguém esquece. Kurzweil.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. Não tenho amizade. Não conheço. Não conheço.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Como é o nome?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Roberto Carlos Kurzweil.

(risos)

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sª. conhece esses bingueiros angolanos?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. Nunca vi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nunca teve contato?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nunca vi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Silvio Pereira afirmou ao jornal "O Globo" que Marcos Valério participou da campanha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, mas que não causou problemas quando nas campanhas municipais de 2004. Eu pergunto a V.Sª. Qual foi a participação de Marcos Valério na campanha de 2002?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nenhuma.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nenhuma?!

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nenhuma.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Qual era a função dele? Não tinha função? O Senhor conheceu ele quando?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Conheci em outubro de 2002. Me apresentaram ele...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Conheceu depois da eleição.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não sei se depois da eleição, entre o 1º e 2º turno... Entre o 1º e 2º turno eu conheci ele, me apresentaram ele.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim, mas não foi em função da campanha? Que contato foi esse que o Senhor fez com ele.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu já respondi isso às outras CPIs. Tá? E eu fui apresentado... O Marcos Valério foi apresentado a mim pelo Deputado Virgílio Guimarães nesse período. Foi isso.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Olha, eu queria esclarecer ao Senhor, que o Senhor vai me desculpar, mas eu não tenho obrigação de saber o que o Senhor disse numa outra CPI, porque eu participo dessa CPI.

Então, algumas perguntas poderão até oferecer ao Senhor a possibilidade de dizer, "Eu disse naquela CPI...". Mas, o contexto é diferente aqui.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Estou reafirmando aqui o período que foi. O que o Senhor me perguntou.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Reafirmando o quê?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – O período que eu conheci ele e quem me apresentou a ele. Não tenho participação nenhuma na campanha de 2002. Conforme eu já tinha dito anteriormente.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor reconhece que houve "Caixa 2" na campanha de 2002?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não reconhece?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Relator, se belisque para ver se está vivo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não houve nenhuma doação em "Caixa 2"?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Do meu conhecimento, não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E como se explica essa movimentação financeira do Valerioduto?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Sr. Relator, eu disse na CPI dos Bingos, na CPI...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Dos Bingos não, dos Correios.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – E da Compra de Votos, expliquei isso detalhadamente, é de conhecimento de todo, de toda a Nação. Em respeito a pergunta do Senhor, nós passado 2000, início de 2003, nós fomos procurados por vários Diretórios Regionais e os partidos da base aliada, dívidas de campanhas que ficaram nos Estados. E nós recorremos a um empréstimo bancário, via as empresas do Marcos Valério, e assim foram feitos os pagamentos de vários Estados, de vários partidos da base aliada. Foi isso que ocorreu.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Além do PT, não é?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Do PT também. Dos Diretórios do PT. Já está consignado isso nas CPIs anteriores, que vários Senadores aqui já perguntaram, eu já expliquei e estou explicando resumidamente ao Senhor sobre o assunto.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Qual era o seu relacionamento, desculpe, do Senhor com o Paulo Okamotto?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Relacionamento na campanha?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim. Na campanha e fora da campanha.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Paulo Okamotto é um militante do PT, como eu fui militante do PT, nós nos tornamos amigos ao longo do tempo, e na campanha eu era o responsável pelas finanças do PT e o Paulo Okamotto era o responsável pela administração do Comitê em São Paulo. Confecção e produção de material, a ordem do Comitê era ele o responsável.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Comitê financeiro.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – O Comitê da campanha. Geral da campanha. Paulo Okamotto não tinha relação financeira da campanha. Ele contratava material e quem pagava era o Comitê Financeiro de minha responsabilidade.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É. Eu vou ser recorrente aqui para dizer o seguinte: Que aquela doação, quer dizer, desculpe, o termo foi, desculpe os Srs. Senadores. Aquela arrecadação que o Sr. Paulo Okamotto fazia junto às prefeituras através de um trabalho de natureza técnica visando aumento da participação da Prefeitura no ICMS, o Senhor não tem conhecimento disso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Que período isso, Senador?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Foi no período anterior à campanha.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu não tenho conhecimento. Eu assumi a tesouraria do PT em 2001. 2000. Final de 2000 até 2005.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quer dizer que o Sr. Paulo Okamotto...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nunca vi relação dele com Prefeitura... Ouvi pela imprensa, e o Senhor falando agora. Não tenho conhecimento.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E porque ele pagou aquele empréstimo do Presidente?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Ele explicou. Eu vi ele explicando. Não sei se a essa CPI ou a outra CPI... Porque ele era Procurador do Presidente Lula, e tinha uma dívida contábil e ele sumiu a dívida contábil e pagou da maneira que já explicou aqui a essa CPI. Em 2003, 2004. Acho que 2003, 2004.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E essa arrecadação de recursos junto às prefeituras de Santo André, Campinas, Ribeirão Preto, essas denúncias, o que o Senhor tem a dizer a respeito disso? Prefeituras do PT.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Ouvi bem a pergunta. Tomei conhecimento pela imprensa. Eu não tenho nenhuma participação e não conheço...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nunca ouviu falar nisso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. Ouvi pela imprensa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não, assim... Não teve contato?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Comigo, não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Considerando as declarações dos irmãos do ex-Prefeito do PT, de Santo André, Celso Daniel, sobre a transferência dos recursos da Prefeitura para executiva do PT, que seriam levados pelo Sr. Gilberto Carvalho e recebidos por José Dirceu, V.Sª. tem conhecimento disso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Tomei conhecimento pela imprensa. Não tenho nenhuma... Nenhum conhecimento disso.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não tive, não teve essa participação ao Partido dos Trabalhadores. Não teve, não tem a menor... Não tenho responsabilidade nenhuma.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor sabe para onde esse dinheiro poderia ter ido?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não tenho. Não tenho conhecimento nenhum, Senador.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A respeito desse acontecimento de Santo André V.Sª. conhecia o Prefeito.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Conhecia.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E conhecia também aqueles que o cercavam como o Sr. Klinger que era Secretário do Município...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Já ouvi falar.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Empresário Ronan... O Senhor não o conhecia?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nunca falei com o Ronan. Não vi, e também...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Klinger.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – O Klinger, eu conhecia de nome. Ele era Vereador. De nome conhecia o Klinger. Ronan, nunca tive nenhum contato com o Ronan.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor não tinha contato com a máquina política, a estrutura do PT, não? Assim, para ser tesoureiro.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – A máquina não... A direção do PT Nacional ela cuida dos interesses nacionais. A Prefeitura de Santo André é de responsabilidade e acompanhamento do Diretório Municipal de Santo André, e um pouco mais distante do Diretório Regional. Diretório Nacional, e eu em particular nunca tive nenhuma participação na Prefeitura de Santo André. Se eu fui a Prefeitura de Santo André? Nunca tive audiência com Prefeito, Vice-Prefeito...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nunca foi à Prefeitura.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nunca fui. Não sei nem onde fica a Câmara Municipal de Santo André.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E nunca o Prefeito lhe procurou nem ninguém da Prefeitura.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Rogério Buratti afirmou nessa CPI, Sr. Delúbio que a LEÃO LEÃO repassava mensalmente 50 mil reais para o PT, que esse dinheiro era repassado por Ralf Barquet para V.Sª.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não corresponde a verdade.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor nega isso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nego. Nunca...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nunca?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nunca recebi. Já declarei à imprensa, nunca recebi recurso nenhum do Sr. Ralf.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Ralf Barquet. Não conhecia o Sr. Ralf Barquet?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Conhecia o Sr. Ralf Barquet, porque ele acompanhava o coordenador de Programa de Governo que era o Ministro Palocci, e em várias reuniões no Comitê. E eu acompanhava, via ele por lá, conversei umas duas ou três vezes com ele. Nunca mais falei com ele... Depois que acabou a eleição eu nunca mais falei com o Ralf.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Delúbio, essas pessoas, quer dizer que não ajudavam o PT, não, financeiramente.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não é do meu depoimento, Senador.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – As escutas realizadas por autorização judicial mostram que o Sr. Rogério Buratti atuava com grande desenvoltura em várias áreas do Governo, conseguindo audiência para empresários, acelerando tramitação de processos. V.Sª. tem conhecimento disso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Pela imprensa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Só pela imprensa?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Só pela imprensa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pergunto ao Senhor, mas antes eu queria fazer aqui uma ponderação. Em uma das escutas realizadas por autorização judicial Rogério Buratti e Vladimir Poleto falam que a secretária de V.Exª. a Srª. Maria Sílvia teria ligado marcando uma reunião com o Poleto e pedindo para ele operacionalizar algo. O que era isso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Primeiro, eu já expliquei isso à imprensa. Eu nunca tive uma secretária de nome Maria Silva.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nunca teve?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nunca tive.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E porque se fala nessa gravação. Mas o Senhor tinha secretária.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Com esse nome, não. Tinha secretária, mas não com esse nome.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E que negócio o Senhor tinha com o Sr. Poleto?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nenhum.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não tinha negócio com o Sr. Poleto?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. Nenhum.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Os interesses do Sr. Marcos Valério junto ao BANCO CENTRAL e Ministério da Fazenda V.Sª. nunca teve nenhuma participação?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Tanto o Sr. Rogério Buratti como o Sr. Poleto disseram nessa CPI, Sr. Delúbio Soares, acerca de uma doação de Cuba para a campanha do PT de 2002. O Senhor teve conhecimento dessa operação?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Pela imprensa. Na entrevista, acho que na revista "Veja".

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor não teve conhecimento dessa operação?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não tive...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não, mas nos bastidores. Será que o Senhor só sabia das coisas pela imprensa?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Dessa informação, sim. Eu Senhor me perguntou sobre essa informação. Eu fiquei sabendo pela imprensa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Donizete Rosa, o Sr. Donizete Rosa, o Senhor conhece? Donizete Rosa?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Conheço.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Conhece. Ele afirmou nessa CPI que foi informado pelo Diretório que Rogério Buratti teria uma função importante na campanha de 2002. O Senhor tem notícia disso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Estou sabendo agora.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nem pelo jornal?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. Essa nem pelo jornal.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Qual era a função do Sr. Rogério Buratti na campanha de 2002?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu não tenho conhecimento. Eu não conheço Rogério Buratti, nunca falei com ele, nunca o vi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nunca?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nunca. Conheço pela imprensa, pela televisão.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nessa CPI ele afirmou que a GTECH ofereceu até dezesseis milhões pela renovação do contrato da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e que parte desse dinheiro iria para o PT. O Senhor teve conhecimento disso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nem pelo jornal?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – A informação que o Senhor está prestando agora. Que eu não acompanhei o depoimento do Rogério Buratti.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor... Quem na direção do PT passou essa orientação ao Sr. Rogério Buratti? O Senhor não sabe.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não tenho conhecimento que a direção do PT tomou... Deu essa orientação a qualquer pessoa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor conheceu rapidamente o Sr. Waldomiro Diniz?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. Conheço Waldomiro Diniz desde 93.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas ele não ajudava, também?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nunca ajudou na campanha do PT?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Ele trabalhava no Rio de Janeiro em 2003, 2002 ele trabalhava no Rio de Janeiro. No Governo do Rio de Janeiro. Não tinha participação nenhuma.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o Senhor conhece ele em função dessa participação dele no Governo...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Conheci o Waldomiro Diniz, já explique na outra CPI, vou explicar nessa de novo. Ele era responsável para a discussão com os Parlamentares no Governo Cristovam Buarque, aqui. Ele era o Secretário institucional, e eu era o responsável pelo Partido dos Trabalhadores, na época, para acompanhar o Governo do Distrito Federal. E várias e várias vezes nós tivemos vários problemas na Câmara Legislativa de Brasília e discutimos várias questões em conjunto.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas depois os Senhores trabalharam juntos?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não, Senhor. Nunca trabalhamos juntos.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Num Governo de transição?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. No Governo de transição, eu era responsável pela presta-

ção de contas e a infra-estrutura, de preparar a festa popular. E foi isso que eu fiz. Eu não participei. Só vim uma vez aqui em Brasília que tinha a Comissão de Transição, acho que uma vez eu vim a Brasília, e fui na Comissão de Transição, encontrar com outra pessoa, que não era o Waldomiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quer dizer que o Senhor... O Senhor disse aqui que era responsável pelo Governo do PT, acompanhava o Governo do PT na época do Cristovam, aqui, Governador, não é isso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Aí onde o Senhor conheceu...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Conheci. Já conhecia o Waldomiro de vista, ele foi dirigente, militante do movimento sindical...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor sabe que a indicação do Waldomiro para o Governo do Rio de Janeiro foi do PT.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não estou sabendo...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor deu boas informações sobre o PT, ou não se lembra?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não foi o PT que deu a indicação para ele ir para o Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas foi o que foi dito, ele mesmo que disse que foi para lá por... Espera aí, deixa eu relembrar um pouco aqui a minha memória, que é melhor do que a de V.Sª. Ele disse aqui que a indicação dele foi do PT para ir para o Governo do Rio de Janeiro. V.Sª. conhecia ele, comandava o PT aqui, V.Sª. acabou de dizer em termos de coordenação. V.Sª. deu alguma informação para ir ou ele foi por acaso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu não dei nenhuma informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E o que é que o Senhor deu de informação quando escolheram o nome dele?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não me perguntaram sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então, o Senhor estava aqui só de faz de conta.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. O Governo Cristovam terminou em 98. Ao perder a eleição para o Governador Roriz. A partir daí eu não acompanhei nenhuma participação dos ex-membros do Governo Cristovam para onde foram e o que é que foram fazer. Foi isso que aconteceu.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quer dizer o que o Senhor não opinou em nada?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Muito bem.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Há pouco, Sr. Delúbio, o Senhor disse aqui que na transição, antes da transição, na campanha, era responsável pelas festas populares?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não... O que eu disse para ficar bem consignado. O que é que aconteceu? Terminou a eleição, eu era responsável pela prestação de contas. Durante um mês eu fiquei trabalhando na prestação de contas para entregar ao TSE. Terminou a prestação de contas, nós fizemos um processo interno de sucessão dentro do PT que saiu o ex-Presidente José Dirceu, entrou o Presidente Genoíno, vários outros membros que era da direção do PT, vieram para o Governo, outros companheiros que eram de outros Estados, vieram para a Direção Nacional, e nós organizamos uma festa popular. O PT e os partidos aliados ajudaram a organizar uma festa popular para a posse do Presidente.

O mês de dezembro eu cuidei dessa parte. Eu não participei, não era da equipe de transição. Não participei da equipe de transição. Daí que vem o motivo de responder a pergunta do Senhor. Eu não discuti com Waldomiro Diniz durante a transição e nem depois do Governo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E nem era que contribuía para... Quem eram os maiores contribuintes para esses eventos, essas festas?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Está na prestação de contas no TSE.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Só aquilo que está na prestação de contas? Dirigentes da GTECH afirmam que Waldomiro Diniz e Rogério Buratti tentaram extorquir a empresa em troca da renovação do contrato com a Caixa. V.Sª. teve alguma participação nisso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nenhuma?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Sr. Denivaldo Henrique de Almeida, o Senhor o conhece?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Como?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Prof. Henrique, o Senhor co-

nhece esse Senhor? Denivaldo Henrique Almeida. Fundador do PT.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não?! Prof. Henrique. Ele mantém relação com altos membros do PT, porque ele disse aqui, falou em várias figuras do PT. Ele esteve na Casa Civil patrocinando pleito de empresários de jogos. Ele não participou da Campanha Presidencial, não?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Campanha Presidencial é ampla.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não, junto ao Senhor, dentro do seu universo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A parte financeira... Não?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Com todo o respeito, Senador. Eu acho que eu vim aqui para um debate. E gostaria que todos nós nos respeitássemos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E ninguém está desrespeitando V.Sª., não. Por favor, não queira se fazer de vítima também aqui, não. Aqui V.Sª. não vai ter essa condição de vítima, não. V.Sª. não tem o direito de criticar.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não estou criticando ninguém.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª., por favor, respeite os Srs. Senadores e Senadoras. E não tem que fazer nenhuma conclusão não. V.Sª. tem que responder. É a palavra com o Relator.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Estou respondendo ao Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª. não venha se fazer de vítima.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não estou me fazendo de vítima.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Que o lugar ideal não é aqui, não, Sr. Delúbio. Eu quero dizer a V.Sª. que aqui não é o lugar do Senhor se fazer de vítima e nem sair aqui alguém com pena do Senhor. O Senhor responda a pergunta do Sr. Relator.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Estou respondendo a pergunta do Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E não me tire a paciência.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Estou à disposição do Presidente, do Relator e dos demais Senadores.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Delúbio, na entrevista do Sr. Silvio Pereira ao jornal "O Globo", ele disse que o plano de Marcos Valério com o PT era arrecadar o montante de um bilhão de reais em quatro áreas. Todas com pendência de atuação do Governo. BANCO ECONÔMICO, BANCO MERCANTIL de PERNAMBUCO, OPPORTUNITY, além de operações de passivos na agropecuária. Disse ainda que as operações não teriam dado certo e por isso Marcos Valério teria passado a cobrar as faturas. O que é que o Senhor tem a falar sobre isso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Tomei conhecimento da entrevista do Silvio Pereira como o Brasil todo tomou conhecimento dessa entrevista. As afirmações do Silvio Pereira são de responsabilidade dele. Eu não participei dessa afirmação que ele fala de arrecadar um bilhão de reais nessas quatro áreas.

Então, não tenho nenhum conhecimento dessa afirmação. A outra afirmação que o Senhor perguntou, por que é que o Marcos Valério... Que o Marcos Valério estava cobrando. Nós fizemos para... Já respondi na questão anterior, para quitar débitos oriundos dos Estados e de parte da base aliada, nós solicitamos um empréstimo. E esses empréstimos...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Foi de quanto?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Aproximadamente de cinqüenta e cinco milhões de reais em duas instituições financeiras BANCO RURAL e BANCO BMG, conforme já está... Já é de conhecimento, o assunto está bem divulgado.

Então, acredito que ao dizer as cobranças, estava o Silvio Pereira, devia estar se referindo a isso.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor acha que era isso aí.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Deve ser sobre isso.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E sobre esse esquema de BANCO ECONÔMICO...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nem participei de...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor não teve contato ultimamente com o Sr. Silvio Pereira?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. Mas sou amigo do Silvio Pereira.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas é amigo do Silvio Pereira.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Sou.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas, ultimamente não tem se encontrado.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. Não tive contato com ele, porque depois da entrevista dele aqui, audiência que ele fez aqui, não encontrei Silvio Pereira. Silvio Pereira é meu amigo pessoal.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor não sabe se ele anda traumatizado depois disso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Ouvi o depoimento dele aqui na CPI, a conclusão cada um tira. Depois da CPI eu não falei mais com ele.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ainda na entrevista dele ele, ele afirmou: "Por que você acha que acharam Marcos Valério 17 vezes acionando o BANCO CENTRAL?". O Senhor tem conhecimento disso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Pela entrevista dele.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Só pela entrevista. Mas ele ir 17 vezes ao BANCO CENTRAL, acionar o Banco...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Ele...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas ele era o Secretário e o Senhor é o tesoureiro.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Sim.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E essa administração do PT não se entendia, não? Assim, não havia...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Administração do PT na nossa época, porque hoje eu não sou mais filiado ao Partido dos Trabalhadores, ela tinha sintonia. Agora as afirmações dos seus dirigentes ou ex-dirigentes, eu não tenho responsabilidade sobre a informação do Sr. Silvio Pereira, é responsabilidade dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Deixa eu perguntar. Quando o Senhor ia fazer esses empréstimos era o Senhor e o Marcos Valério e o Banco? Só? O Senhor tinha autorização do PT para fazer esses empréstimos na condição de tesoureiro? Porque foram cinqüenta e cinco milhões. Eu não vou nem trabalhar num bilhão. Eu vou trabalhar nos cinqüenta e cinco milhões. O Senhor tinha autorização da executiva do PT para fazer esse empréstimo ou foi da cabeça do Senhor para fazer esse empréstimo?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Os empréstimos como foram originados, eu já expliquei...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Não sei. Na outra, eu não sei. Eu quero saber é hoje.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. Aqui. Já explique rapidamente, posso explicar novamente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu quero saber só o seguinte. É para ser rápido mesmo. O Senhor é que assinava esses empréstimos, o Senhor tinha autorização da Executiva do PT para negociar com Marcos Valério e os Bancos?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Então, eu vou já reafirmar o que eu reafirmei ao Procurador-Geral da República, à Polícia Federal e aos duas CPIs, as três vezes que eu fui. Fui procurado pelos dirigentes, vários dirigentes do PT, da nossa base aliada...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Por exemplo, cite cinco, vários são cinco, cinco dirigentes do PT.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Dirigentes do PT nos Estados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Por exemplo?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Alguns até responderam pelo processo na Câmara Federal. Uns foram julgados, outros foram... Todos foram absolvidos. Os que me procuraram...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quem era o Presidente do Rio Grande do Sul?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – O Presidente do Rio Grande do Sul era o Davi Silvel(F).

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Procurou o Senhor.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Procurou. E isso está consignado já...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Do Ceará?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Do Ceará, o Presidente do Partido era...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Homenagem aqui ao Senador Tasso Jereissati.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Srª. Sônia. Mas, quem me procurou foi o Deputado José Guimarães.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quer dizer o que o Senhor... Não havia nenhuma questão de hierarquia. Tinha uma Presidente, quem procurava era um cidadão que não tinha nada a ver.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Que era o Presidente do Partido. Na hora era o coordena-

dor da campanha do Zé Aílton. O Zé Guimarães me procurou...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim, mas era o coordenador ou era o Presidente? O Senhor faria como? Qual era o critério utilizado para esses empréstimos? É isso que nós queremos saber.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – O José Guimarães é aquele do dólar na cueca?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É esse?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Sr. Presidente, qual é a pergunta?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se esse Zé Guimarães que ele pergunta, se é aquele que tinha... Com dólar na cueca. Eu não me lembro desse fato. O dólar da cueca.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Ele se lembra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Era esse o José Guimarães?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – José Guimarães é Deputado Estadual do PT do Ceará—

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Era o Assessor—

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Assessor. O Assessor.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – O Assessor levou 200 mil além de 100 mil dólares na cueca.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Aquele dinheiro saiu da sede do PT?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Saiu de onde?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não tenho a menor idéia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Espera aí. Deixa eu concluir a pergunta. Eu quero que V.Sª. me responda o seguinte. Rapidamente. Quem autorizava o Senhor a fazer os empréstimos junto a Marcos Valério? E não é para aonde ia. Eu estou perguntando quem autorizava? Porque eu acho que aí a Srª. Sônia ou o Deputado do PT do Ceará não podia autorizar o Senhor a fazer esses empréstimos. Quem autorizava o Senhor a conversar com Marcos Valério para negociar com os Bancos para fazer os empréstimos? É só essa pergunta. Eu estou sendo bem resumido. Não me interessa para onde vai até para não entrar na intimidade do partido. Eu quero só saber quem autorizava o Senhor.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu já expliquei isso. Está consignado...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A mim, não. A mim V.Sª. não explicou nenhuma vez.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Se ele tinha independência para...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Também. Ele pode responder por isso aí.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – O que é que aconteceu? Eu era o responsável pela gestão financeira do Partido dos Trabalhadores e tinha autorização do diretório, autorização política de resolver os problemas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Isso constitui em Ata?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Acho que não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então, V.Sª. não tinha autorização.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Então, eu fui autoritário. Então é a opinião que o Senhor está dizendo...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Espera aí. Calma. O Senhor tenha calma.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu estou calmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor vai ter que responder a gente aqui hoje. Eu estou pedindo com calma a V.Sª. A pergunta que eu estou fazendo a V.Sª. é muito simples. Eu quero saber se o Senhor tinha autorização de quem? Da executiva do partido, do Presidente do partido, do Presidente da República que é do partido, do diretório... Quem é que... E se há alguma coisa por escrito. E qual era a condição que o Senhor como um cidadão comum fazia empréstimos desses valores, sem ter o aval de nada. O que V.Sª. diz aí? Eu acho que esse é o ponto chave. V.Sª. se conseguisse explicar isso aqui consegue... Porque nas outras V.Sª. não explicou. Nas outras V.Sª. em muitas vezes ficou calado. Hoje V.Sª. não pode ficar muito tempo calado.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Ele vai explicar agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª. tem a palavra.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Obrigado. Eu vou dizer o que eu sei. Não o que as pessoas queiram que eu diga, porque eu não participei. O que

eu não participei eu não tenho responsabilidade. Vou deixar isso muito claro. Fui procurado por vários dirigentes do PT, várias pessoas da base aliada sobre as dificuldades que ficaram na campanha de 2002. Ao longo do processo de 2003 e 2004 houve uma discussão entre os partidos das disputas das eleições de 2004. Eu discutindo isso com algumas pessoas eu conversei com o Marcos Valério das nossas dificuldades, e ele se colocou à disposição, as empresas dele que tinha crédito na época para solicitar empréstimo perante as duas instituições financeiras e assim foi feito.

Eu autorizei ao Marcos Valério numa relação de confiança a solicitar esses empréstimos. Ele concordou, fez os empréstimos e está tudo consignado já pela Polícia Federal, pelo Ministério Público. Esse assunto já está no STF. Toda essa gama de problemas foi colocada e tudo foi explicado.

Então, essa questão está muito clara, aconteceu dessa maneira. Essa, não consigo, às vezes as pessoas querem... "Não, mas isso. Teve a participação de A, B ou C". O que aconteceu foi o assim: Eu tinha, por ser o dirigente do PT responsável pelas finanças do Partido dos Trabalhadores tinha credibilidade interna do PT para fazer isso. Então a responsabilidade é minha.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Delúbio o Senhor disse que foi num crédito de confiança. V.Sª. disse que conheceu o Sr. Marcos Valério no final de 2002, início de 2003. V.Sª. não acha que é muita confiança? O que é que foi oferecido ao Sr. Marcos Valério essa confiança? Não é muita confiança um cara de menos de cinco meses, abrir todo o cofre dele, das empresas dele, fazer sem nenhum aval? V.Sª. não acha que é muita confiança, não? O que foi que V.Sª. fez para merecer a confiança dele? Ou é por que o Senhor era do PT, era do PT? Se o PT estava devendo um monte de dinheiro, qual era a confiança que tinha desse cidadão receber? Por que esta confiança? Por que o Senhor conseguiu essa confiança tão rápida do Sr. Marcos Valério, se o Senhor o conheceu no final de 2002?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Como é?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Estou perguntando...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Ah, pode responder? Então, vou responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Estou perguntando.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Em 2003 nós fizemos um plano Partido dos Trabalhadores. Um plano de expansão do PT. O PT existia em 2 mil cidades, em 2 mil e 300 cidades, mais ou menos, um projeto de expandir o PT para 5 mil e poucas cidades, 5 mil e 600 cidades que tem no Brasil. Um plano de estruturação, um plano de informática do PT, um plano de ampliação das filiações do PT, onde o PT precisava de um investimento, isso no caso do PT e dos partidos da base aliada, cada um tinha o seu projeto, nós fizemos o plano e que tínhamos ampliado o número de filiados e que teríamos condições de honrar esses empréstimos. Foi isso que aconteceu.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria que V.Exª. insistisse. Quem autorizou os 200 mil e os 100 mil dólares que viajaram na cueca para o Sr. José Guimarães citado pelo Dr. Delúbio? Isso é que precisa ficar claro. Foi V.Sª. que deu essa autorização dos 200 mil dólares que viajaram na cueca?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senador fez uma pergunta a V.Sª. E eu vou repassar ao Relator para ele concluir a parte dele.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senador... Como eu estava prestando a atenção nele aqui.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – É simples. V.Sª. falou em Dª. Sônia e no José Guimarães. Eles receberam 200 mil e 100 mil dólares na cueca pelo Assessor do José Guimarães. Eu pergunto: Essa autorização foi de quem no PT? Foi de V.Sª.?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não, Senador.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Porque isso era para pagar as dívidas, disse o José Guimarães. V.Sª. acabou de dizer que estava pagando as dívidas.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, eu vou pedir para o Relator concluir para que a gente não faça um paralelo. Eu já interferi até demais. Senador, se eu for conceder a palavra a cada um, nós não vamos terminar, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, é muito importante, porque ele se referiu aí, e essa questão é grave. Essa questão é grave. É com relação ao Ceará que não foi respondido. Mas tem também o caso do Rio Grande do Sul.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Tem muitos casos, Sr. Presidente. Vamos, pela ordem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ele citou um caso do Rio Grande do Sul aonde o dinheiro...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas, cada um chegar a vez, Senador, porque assim, o caso do A, B, C...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É para não perder o fio da meada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas, não volta o raciocínio.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Esse dinheiro foi aprendido em Belo Horizonte, os dirigentes do PT foram condenados e estão pagando, inclusive, pena no Rio Grande do Sul, especificamente nessa questão. A pergunta é exatamente se esse dinheiro saiu desse trabalho de arrecadação feita para sanear as dívidas do partido nos Estados, no caso do partido do Rio Grande do Sul, ou se saiu de outra fonte. Era essa a pergunta.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Gostaria de explicar ao Senador Antônio Carlos Magalhães e ao Senador Heráclito. São duas questões diferentes. Quando eu citei o Deputado José Guimarães nos empréstimos que nós fizemos junto ao Marcos Valério, eu autorizei ao Marcos Valério repassar para quitar despesas de campanha do candidato José Airton, no Ceará que tinha ficado em 2003, começo de 2004, uma quantia... Não sei se 150, 250 mil reais, ao José Nobre Guimarães que era o Presidente, era o coordenador, pessoa a qual eu dialogava, e que depois a Presidência do PT virou a companheira Sônia. Então, o meu contato com o José Guimarães foi autorizando o Marcos Valério a fazer o repasse ao Deputado José Guimarães. Inclusive, isso foi motivo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Foi o Marcos Valério?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Marcos Valério. Inclusive está na contabilidade do Marcos Valério apresentado aqui. E o José Guimarães sofreu um processo da Assembléia Legislativa, discutiu sobre esse assunto. Sobre a relação do Assessor do Deputado José Nobre Guimarães que foi na Polícia Federal, e teve todo o episódio do dinheiro, dos recursos já disponíveis na outra CPI, inclusive, Senador Heráclito na CPI anterior, que não tive conhecimento, tive conhecimento desse assunto quando estava depondo na Polícia Federal, no dia 9 ou 8 de junho, quando o Delegado Zampronha, o Assessor do José Guimarães estava embaixo, perguntou se eu conhecia o nome do Assessor. Eu não conheço o Assessor. Se vi em alguma reunião do PT, muito distante, não é meu amigo, não o conheço.

Agora, quando o Delegado Zampronha perguntou. "Tem um rapaz preso aqui, que foi pego no aeroporto com dólar na cueca e uma mala de dinheiro. O Senhor conhece?". "O nome?". Me deu o nome, falei: "Não". "O Senhor conhece o Deputado José Nobre Guimarães?". "Conheço. É Irmão do Presidente Genoíno". Foi essa informação que, inclusive, consta no meu depoimento na Polícia Federal sobre... Inclusive, já expliquei isso ao Senador Heráclito Fortes numa das CPIs. Eu não sei se da Compra de Votos ou na dos Bingos. É que eu lembro de ter feito a explicação ao Senhor.

Quanto ao Rio Grande do Sul, o rapaz que foi detido na Polícia Federal, não sei qual aeroporto, não me lembro mais, foi dinheiro também do Marcos Valério para quitar despesas de campanha de 2002 do Rio Grande do Sul. Foi isso que aconteceu.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Muito bem. Eu agradeço. Quer dizer que V.Sª. confirma que foi dinheiro para o Ceará por Marcos Valério e também para o dinheiro que iria, que foi preso, que foi para o Rio Grande do Sul.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Campanha de...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quer dizer que Marcos Valério pagava as contas do PT em cada Estado. É isso que o Senhor acabou de dizer.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. Senador, vamos... Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª. não disse que autorizou o Marcos Valério a mandar dinheiro...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nós tínhamos uma relação de confiança.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E esse dinheiro não...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Posso explicar?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Relação de confiança.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu tinha uma relação de confiança com o Marcos Valério, e solicitei a ele que fizesse dois empréstimos. E assumi esses dois empréstimos publicamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Publicamente, não. O Senhor assumiu depois.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não, assumi. Na medida que eu fui questionado e incitado o tema...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quem autorizou o Senhor a fazer isso? O Presidente Genoíno tinha conhecimento?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – O Genoíno tinha conhecimento das dificuldades do PT.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Das dificuldades do PT. E como é que Genoíno... Quer dizer Genoíno não assinava os cheques?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Esses recursos foram recursos que...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Desculpe. Eu não conheço nenhum Partido Político, nenhuma empresa que o Presidente do partido não autoriza o empréstimo.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – O diretório do PT, eu já expliquei isso aqui, eu vou explicar novamente. O diretório do PT tinha dificuldades financeiras...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Dificuldades financeiras. Todos têm. Agora o Presidente do partido não tinha conhecimento que o Senhor tinha esse excesso de confiança...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – E os diretórios...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. não tente falar mais do que eu que não vai conseguir.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não, não, não. Longe de mim. Se o Senhor está se sentindo assim, desculpa, não é minha intenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu estou falando, eu queria que V.Sª. ouvisse. Está certo? Eu quero dizer a V.Sª., de que o que estamos estranhando aqui é que V.Sª. tinha todos os poderes para fazer o que quisesse com o recurso do PT, inclusive, o excesso de confiança de algumas pessoas sem dar conhecimento nem ao Presidente do partido, nem à executiva do partido. É verdade isso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então, a executiva do PT sabia de tudo o que o Senhor fazia.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Posso explicar?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. É isso que eu estou perguntando.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Se o Senhor deixar eu explicar. (inaudível) conclusão antecipada.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Sª. tem a palavra. Depois eu darei a palavra a V.Exª., pela ordem.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – O Partido dos Trabalhadores passava por dificuldades em 2003 em função do que eu já expliquei e autorizou junto à rede bancária, autorização política, para resolver os problemas financeiros do partido. E me delegou essa função. E eu fiz da maneira...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quer dizer que o PT autorizou o Senhor.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. Eu tinha uma autorização política das dificuldades...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Não tem. Não existe autorização política. Ela tem que ser administrativa, porque tomar dinheiro emprestado não pode ser uma decisão política. Eu quero saber se o Senhor tinha ou não autorização do PT para fazer essa operação com o Marcos Valério? Eu só queria saber sim ou não?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu só estou dizendo ao Senhor o que eu estou dizendo é o que eu sei. O que o eu não sei...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor sabia que a executiva do PT deu autorização ao Senhor a fazer essa operação?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – A direção do partido, todos sabiam das dificuldades que o partido passava...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então se sabia, precisava de dinheiro. Delegou ou autorizou...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – E delegação a mim, uma delegação...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Uma delegação não é autorização?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – E essa foi a maneira que eu encontrei...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Delegação não é autorização? O Senhor concorda que delegação é uma autorização? Se eu lhe delego eu autorizei, está certo? Se eu tenho autoridade para delegar eu autorizei. Concorda?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Conclusão do Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Conclusão não. É lógico. Delegação, eu estou delegando ao Senhor que faça essa autorização. Então, fica realmente confirmado que o Senhor recebeu uma autorização.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Essa é a conclusão do Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tá bom.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – As minhas palavras eu (inaudível) expliquei.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pela ordem, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, eu queria ter um entendimento de como é que nós vamos dar continuidade aqui aos trabalhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Muito bem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Porque segundo me consta quem estaria com a palavra neste momento para fazer as perguntas, os questionamentos é o Relator Senador Garibaldi Alves.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Consta não. É o que está acontecendo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Acho que não é bem o que está acontecendo, porque V.Exª...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora no regimento não diz que o Presidente pode usar a palavra na hora que quiser e entender. Então, eu estou usando o regimento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu só quero entender se nós vamos continuar assim. É só isso que eu quero entender.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se V.Exª. quiser fazer alguma participação dentro do que pergunta o Relator, fique à vontade.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Ta. Então, eu quero entender assim: O Relator está com a palavra, mas todos nós podemos interferir? Todos nós?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. está ouvindo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – É só porque assim, eu não fiz nenhum questionamento até agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É V.Exª. estava muito calada mesmo, concentrada.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Então, eu só quero saber como nós vamos proceder, porque o que normalmente acontece é quando é dada a palavra para um membro da CPI fazer as perguntas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com exceção do Relator. V.Exª. observa que sempre tem sido essa técnica que eu tenho usado nessa CPI.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Como eu tenho participado em outras CPIs, normalmente quando é dada a palavra para um Parlamentar...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem trabalhado muito. Eu reconheço isso aí.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Se respeita que ele utilize o seu tempo e depois os demais Parlamentares fazem no seu tempo. Mas se a regra aqui vai ser todos podem interferir...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – eu não tenho que obedecer regra de nenhuma CPI. A regra da CPI aqui é ditada pela Mesa da CPI.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu só queria saber o procedimento, porque eu evitei de fazer qualquer intervenção, mas se a regra vai ser todos podem falar, entendeu, a hora que bem entender.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Só para saber.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Inclusive, V.Exª. quando desejar. Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Delúbio, as garantias e os avalistas desses empréstimos quais foram? Foram dadas como assim?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Foi uma relação de confiança.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Todo o empréstimo tem um avalista ou tem garantias.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Os empréstimos eram feitos conforme já foi noticiado pela imprensa, e essa matéria está em investigação e já em processo, já foi denunciada pela Procuradoria-Geral ao STF, toda a documentação está lá. Quem eram as pessoas que tomaram os empréstimos ao Banco, as assinaturas dos avalistas, todos esses documentos já está na Procuradoria e no STF.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o Senhor se recorda?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Os avalistas das empresas do Marcos Valério no Banco?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. Minha relação era com o Marcos Valério. Como ele...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quem foi que apresentou o Marcos Valério ao Senhor?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Já respondi a essa CPI. O Deputado Virgílio Guimarães.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Virgílio Guimarães. E o Senhor ficou amigo assim do Sr. Marcos Valério.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nós construímos uma relação e transformou numa relação de amizade.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E hoje quais são os seus contatos com o Sr. Marcos Valério? Desculpe, os contatos do Senhor como o Sr. Marcos Valério?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Última vez que eu encontrei o Sr. Marcos Valério foi na CPI da Compra de Votos numa acareação que nós fizemos. Ficamos juntos 17 horas.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Só nessa oportunidade?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – A última vez, sim.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Agora, essa cobrança o Senhor mesmo reconheceu que o Sr. Marcos Valério poderia estar fazendo uma cobrança dos empréstimos. Porque os empréstimos não estão sendo resgatados? Pagos?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Quem falou isso foi o Silvio Pereira na entrevista dele.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Foi e o Senhor reconheceu...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – O Sílvio pode ter falado isso em função dos empréstimos. Não que eu falei. O Silvio Pereira que falou na entrevista...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o Senhor disse... O Silvio Pereira falou isso das cobranças do Sr. Marcos Valério e, eu acho que são esses empréstimos.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Acho que ele quis dizer a isso. Da fala da entrevista do Silvio Pereira. Eu não conversei com ele sobre esse assunto. O que ele quis dizer.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Sr. Marcos Valério nunca mais falou com o Senhor sobre isso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – A última vez que eu estive com o Sr. Marcos Valério foi na CPI, conforme eu já falei.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o Sr. Marcos Valério não falou mais como isso seria pago nem nada?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Depois do episódio da acareação das duas CPIs eu não mais discutir, porque eu não sou mais tesoureiro do Partido dos Trabalhadores. Marcos Valério fez uma cobrança que eu vi pelos jornais, uma cobrança pública, judicial ao Partido dos Trabalhadores, dos empréstimos que é de responsabilidade do Partido dos Trabalhadores, na minha opinião.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o Senhor acha que o Sr. Marcos Valério fez tudo isso, por quê?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Ele está cobrando judicialmente os empréstimos...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não, eu estou dizendo, é só por amizade ao Senhor?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Ele fez...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Que amizade é essa?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Cinqüenta e cinco milhões.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – cinqüenta e cinco milhões.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu expliquei já, Senador, para o Senhor, posso explicar novamente se o Senhor me permite.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pois não.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nós fizemos um plano de recuperação...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Já foi respondida essa pergunta.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nós fizemos um plano Partido dos Trabalhadores de ampliação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vamos para outra.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Presidente está dizendo o que o Senhor já respondeu.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Já. São conversa...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Já?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Já. Já.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sª. conhece Walter Santos Neto?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Walter Santos Neto? De onde que é?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Um Advogado de Minas Gerais.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Das Minas Gerais. Não? E o Sr. Rui Barquet, irmão do Sr. Ralf. O Senhor o conhece?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu pergunto ao Senhor. Sr. Delúbio, o Senhor confirma que foi uma frase sua essa que tudo isso ia terminar numa piada de salão? O Senhor confirma isso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Posso explicar?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pode.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu estava passando um feriado e era meu aniversário na casa dos meus pais, em Buriti Alegre, e no mês de outubro estava uma seca muito grande no interior de Goiás, e normalmente nesse período, já é um período chuvoso, as chuvas atrasaram. Eu estava lá, meu pai mora numa casa simples, no alto de uma Serra, estava faltando água, água que era que existia nos poços era suficiente para meu pai e minha mãe que moravam sozinhos lá. Foi toda a nossa família, fui eu e mais meus três irmãos, cada um com a mulher, filhos e com algum parente, amigo muito próximo, nós solicitamos no sábado um caminhão pipa de um prestador de serviço da Prefeitura e que nós pagamos 100 reais pelo caminhão, pelo caminhão pipa que no final de semana, no sábado ele trabalha para quem quiser. Nós contratamos. Chamamos o caminhão, lá. Estou lá abastecendo as caixas d'água, e aparece um repórter do "Estadão". Eu converso, recebo ele, chegou tirando foto. Falei para ele que não ia dar entrevista. Não dei entrevista. Não falei essa frase. Ele ficou lá, e embora... Ficou conversando, não queria ir embora. Guardou o gravador. Meu pai que é uma pessoa modesta, educada, o convidou para almoçar. Ele ficou quatro horas, três a quatro horas lá com os meus parentes conversando. E eu chego, vou para São Paulo, chego em São Paulo, no domingo, na segunda-feira, abro o jornal está essa frase. Já fez esse esclarecimento na acareação que eu fiz, pedi aos Deputados e Senadores daquela CPI se algum se sentisse ofendido eu pedia desculpa, porque a frase não atribuída a mim, não atribui, não quis de maneira alguma ofender a nenhuma investigação e nem atrapalhar nenhuma investigação em curso. Fiz isso também no meu depoimento, depois que eu tive oportunidade de ir à Polícia Federal também, fiz perante a Polícia Federal, que não era... Não fiz essa frase e não tenho intenção nenhuma de descaracterizar nenhuma investigação.

Então, queria agradecer a oportunidade de explicar mais uma vez essa questão, porque eu tenho todo o respeito aos organismos institucionais no Brasil. E as apurações são sérias no País.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Senhor acha que foi imaginação, criação do Jornalista?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – A única coisa que eu posso falar que eu não dei essa entrevista.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Antes de passar a palavra para o próximo orador inscrito. Eu só tenho... Foi dinheiro também para pagar as dívidas em Goiás. O Senhor conhece a Deputada Federal Neyde Aparecida, não é? Conhece do PT?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Deputada Neyde Aparecida, conheço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Aqueles duzentos mil dólares que foi para a Deputada Neyde Aparecida foi para pagar também conta de campanha?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu não tenho conhecimento desses duzentos mil dólares. Eu não sei. O dia que eu fui à Polícia Federal, o jornal "O Globo" publicou numa matéria que um ex-motorista da Deputada Neyde Aparecida tinha pego duzentos mil dólares comigo em São Paulo, e levado à Deputada. Isso não aconteceu, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas ela pediu recursos para pagar dívida de campanha.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. A Deputada Neyde Aparecida, não, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E quem pediu lá para Goiás? Foi recurso para o diretório de Goiás para pagar dívida de campanha. Perfeito?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Vamos formatar a pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vou formatar, então. Vê se o Senhor me entende. O Senhor disse aqui que vários Estados, citou o caso do Ceará, citou o caso do Rio Grande do Sul, foram recursos para pagar débitos de campanha.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – De 2002 e...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Em outras palavras, dívida de campanha.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – 2002, estruturação...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Perfeito. Para o Goiás também foi recurso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu já disse na CPI...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, eu quero aqui.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Vou dizer aqui, também. Não sei se o Senhor estava, lá. Eu lembro do Senhor em uma das CPIs...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Eu fiquei muito tempo aqui presidindo...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – O Senhor me questionou duas vezes, lá na CPI isso aí e foi muito bem. Eu disse lá os Estados que não receberam os recursos. Mais fácil dizer os que não receberam do que os que receberam.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Goiás não recebeu.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Os Estados que não receberam: Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Acre. Os demais todos teve essa participação e eu estou respondendo isso perante a Polícia Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Maranhão...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Maranhão, Piauí...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – 2002 ou 2004?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Durante o período todo. 2002 a 2004.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Maranhão, Piauí...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Mato Grosso do Sul e Acre.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então, Goiás recebeu.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Goiás é um Estado entre os outros 23 que receberam. Todos os outros 23 tiveram participação e isso está sendo respondido...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tudo bem. Agora quem pediu esses recursos, solicitou...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eram diretórios... Eram os problemas que existiam nos diretórios.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas quem solicitou a V.Sª. esses recursos? Porque V.Sª. disse que no Ceará quem solicitou foi um Deputado. Eu por analogia...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu lembro. O de Goiás, não. Deputada Neide, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não foi a Deputada. Então...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – É minha amiga, conheço há décadas, é da mesma categoria que eu. Foi Presidente do sindicato, e é minha amiga a Deputada Neide.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – eu só fiz uma pergunta.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – E eu estou explicando para o Senhor.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não, Sr. Presidente, por que esses quatro não receberam? Porque não solicitaram, foi?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Porque são umas condições bastante diferenciadas esses três Estados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Governador do Acre é do PT. Governador do Piauí é do PT. E o Mato Grosso do PT.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – E o Maranhão não fazia parte da nossa geografia...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quer dizer, onde tinha Governador não precisava de dinheiro.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Maranhão também não fazia parte das prioridades políticas do Partido dos Trabalhadores naquele momento. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Aonde tinha Governador não foi dinheiro. Não é isso? O critério foi esse?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – O partido teve essa definição. Ninguém pediu. Aí a conclusão é do Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu não acredito que Governador não está dando dinheiro a partido.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu não sei. Não vou debater a opinião do Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Tá bom. Senador Alvaro Dias. V.Exª. tem a palavra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Delúbio Soares a sua previsão frustrou. As denúncias contra o PT não estão esquecidas e não se transformaram em piada de salão. Ao contrário, 40 já estão denunciadas e certamente outros ainda serão.

O Senhor fez um grande esforço para assumir a responsabilidade por tudo. E procurou, sobretudo, restringir todo o escândalo de corrupção investigado a crime de corrupção eleitoral. Hoje o Senhor considera que a estratégia foi correta, valeu a pena trazer para si toda a responsabilidade, assumindo a responsabilidade por tudo que ocorreu? O Senhor considera a estratégia correta? Ou se arrepende?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senador Alvaro Dias, o que o eu disse nas três CPIs, estou di-

zendo nessa, foi o que aconteceu. E a minha responsabilidade nesse processo está sendo analisada e já estou denunciado pelo Procurador perante o Supremo Tribunal Federal. Lá eu vou fazer minha defesa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O Senhor e mais 39. Não valeu a pena.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Sim. Estou dizendo no que se refere a minha pessoa, Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O Senhor acha possível que se acredite numa pessoa que muda as versões a cada momento sobre o mesmo fato?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não posso opinar sobre o comportamento das pessoas.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Mas eu estou falando sobre V.Sª., mesmo. V.Sª. disse no dia 8 de junho de 2005 que toda a receita do PT atendia a determinações da Lei Orgânica dos Partidos. E não havia nenhuma arrecadação que não foi declarada à justiça eleitoral e etc. Depois logo em seguida no dia 16 de julho em entrevista concedida à Rede Globo, uma entrevista concatenada com outras duas, Marcos Valério e o Presidente Lula em Paris, o Senhor assumiu que o PT operava com "Caixa 2" e que tinha tomado os recursos com o Sr. Marcos Valério. O Senhor apenas excluiu o Presidente da República do "Caixa 2". Mas depois veio Duda Mendonça e inclui o Presidente. O Duda Mendonça declarou à CPI, confessou que recebeu recursos via "Caixa 2" para o pagamento da campanha publicitária do Presidente Lula no ano de 2000. E assumiu que foi orientado por Marcos Valério para receber no exterior. Duda Mendonça mentiu? Ou o Senhor é que faltou com a verdade?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Esse assunto tanto já está no Supremo Tribunal Federal e vou fazer a minha defesa ao Supremo Tribunal Federal.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Mas à CPI o Senhor nada tem a dizer a respeito. O Senhor não pode esclarecer à CPI?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Esse assunto já está... Eu já dei minhas explicações, inclusive, aqui hoje, sobre todos os fatos e um assunto que já está denunciado pelo Procurador ao Supremo Tribunal...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E não pode dar explicações sobre este fato.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – As explicações em respeito ao STF...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Não só as contradições de V.Sª. ao Ministério Público disse uma coisa, a Rede Globo disse outra coisa. E o que disse tanto ao Ministério Público quanto a Rede Globo é incompatível com o que disse Duda Mendonça à CPI. E o que o Senhor tem a dizer sobre isso.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Já falei na minha questão anterior, Senador Alvaro Dias. Vou responder essas questões na minha defesa ao STF, porque essa matéria já está denunciada...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Mas o STF é outra questão.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Sim. Lá é que eu vou ser condenado ou liberado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O Senhor aqui responde não só à CPI, mas à sociedade brasileira. É a ela que o Senhor deve respostas, sobretudo, muito mais até do que ao Supremo Tribunal Federal.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Já falei sobre isso nessa entrevista na Globo. Já foram publicados todas as três vezes que eu fui à CPI foi amplamente publicado, o que eu falei. E também foi...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O que o Duda Mendonça disse: Que houve "Caixa 2" para o pagamento da campanha do Presidente da República. É verdade ou é mentira?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não discuto a opinião do Duda Mendonça. Ele falou, ele vai estar respondendo ao STF, assim como outras pessoas.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É uma pena. Mas o Senhor é responsável, porque era o tesoureiro e o responsável por tudo isso. Evidente que o Senhor teria que responder, sim. Se o Duda Mendonça disse a verdade ou mentiu a esta... Ao Senado Federal.

O Senhor participava da "turma", entre aspas, é uma boa sugestão até para nome de livro, depois de "A Firma", "a turma", do Silvio Pereira. Ele inclui o Senhor, o Presidente Lula, o José Dirceu, Gushiken e outros, que tratava, segundo ele, essa "turma" que se entendia com empresários para arrecadar fundos para o Valerioduto, o Mensalão, para as campanhas eleitorais isto consta da entrevista do Sr. Silvio Pereira. Como se dava esse entendimento desta "turma" com estes empresários?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senador Alvaro Dias, as afirmações do Silvio Pereira é de responsabilidade dele. E eu participava de uma direção do partido. Nunca participei de turma de A, B ou C. Só para dizer isso ao Senhor.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Então a (inaudível) de afirmação de Silvio Pereira ele é responsável segundo o Senhor afirma, ele o inclui entre os que praticaram crime de estelionato. O Senhor vai processá-lo por isso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – As afirmações do Sr. Silvio Pereira é de responsabilidade dele.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Mas o Senhor praticou crime de estelionato? Ou vai processá-lo?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não discuti esse assunto ainda com os meus Advogados.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A agenda de Karina Sommagio, a secretária de Marcos Valério, aconteça um encontro do Senhor, Marcos Valério, Daniel Dantas e Carlos Rodenburg no Blue Tree em Brasília em 22 de julho de 2003 às 14 horas e 30 minutos. Nesse mesmo dia pela manhã o Senhor e o Marcos Valério se encontraram na sede do PT em Brasília. A agenda relata ainda o encontro de Marcos Valério e Dantas que teria ocorrido no BANCO OPPORTUNITY. O que os Senhores trataram nestes encontros?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Qual encontro que o Senhor se refere?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Blue Tree Park, Brasília, em 22 de julho de 2003, 14h30. O Senhor mais Marcos Valério e Daniel Dantas e Carlos Rodenburg, isso no Blue Tree. Antes havia um encontro do Senhor com o Marcos Valério na sede do PT em Brasília. Isso está na agenda.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Está na agenda...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Do Sr. Marcos Valério.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Do Marcos Valério.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Exato.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Que a Fernanda Karina publicou. Não é isso?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É. Da agenda da Karina.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não sei se essa data, eu já reafirmei anteriormente sobre isso. Eu tive uma reunião a pedido do Marcos Valério com o Sr. Carlos Rodenburg. Isso eu lembro dessa reunião que nós tivemos. E já relatei à CPI anterior o conteúdo. Posso relatar novamente o conteúdo dessa reunião. Que foi... Ele me procurou, dizendo que o Partido dos Trabalhadores tinha... Por que é que o Partido dos Trabalhadores não gostava do OPPORTUNITY? Ele fez essa afirmação. Eu disse para ele que o Partido dos Trabalhadores nem gostava do OPPORTUNITY, nem não gostava. As relações empresariais, cada empresa tem a sua estratégia empresarial. E o Partido dos Trabalhadores não tinha nenhuma restrição ao OPPORTUNITY. Ele falou que tinha.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E foi nesta reunião que o Senhor pediu 40 ou 50 milhões de reais para o PT?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nunca houve esse pedido, Senador. De minha parte.

(soa a campainha)

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Então o Senhor afirma que a Srª. Verônica que depôs em processo na Corte de Nova Iorque, mentiu.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não conheço Verônica. E fiquei sabendo dessa denúncia pela CPI que o Senador Arthur Virgílio apresentou aqui. Não tenho conhecimento, e ela deve ser respondida judicialmente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Então o Senhor afirma que não participou desse tipo de solicitação?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não solicitei nem ao Carlos Rodenburg, nem ao Daniel Dantas qualquer pedido de recursos financeiros para o Partido dos Trabalhadores.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu rapidamente só para completar já que o Senador Efraim explorou bastante a questão do empréstimo. V.Exª. foi avalista de empréstimo para o PT.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nós fizemos dois empréstimos. Um ao BANCO RURAL e um ao BANCO BM...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E o Senhor avalizou.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – ...ao Partido dos Trabalhadores, ao qual eu era tomador dos recursos e era avalista solidário dos empréstimos. Eu e o Presidente Genoíno.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O Senhor é casado? A pergunta tem... Não é maliciosa. Tem razão jurídica. O Senhor é casado?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Sobre minha vida pessoal eu já falei a Polícia Federal. Eu gostaria de não falar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É apenas para saber se o Senhor é casado é indispensável à outorga uxória. Não é vida pessoal, é vida pública.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não sou casado...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Então, está explicado. Então, não há necessidade.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu vivo com uma companheira há 16 anos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Exatamente. É isso que eu queria saber. Não é vida particular, não. Eu queria saber...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu estou explicando para o Senhor, só isso e não gostaria de falar de questão particular. Envolver a pessoa sem...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É questão pública que haveria necessidade de outorga uxória. Nada contra a sua vida privada. A pergunta é até do Silvio Pereira, como o cidadão que tem um patrimônio declarado de 150 mil pode ser avalista de milhões de reais? Eu não creio que qualquer instituição financeira aceite como avalista alguém com um patrimônio declarado limitado para empréstimos de elevada monta. Como é que se explica isso? Qual é esse segredo? Qual é esse mistério?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Sobre essa questão, Senador, já expliquei anteriormente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É. Não tem explicação, na verdade. Ao depor na CPI o Marcos Valério confirmou que se reuniu com o ex-Ministro José Dirceu no Palácio do Planalto. Na ocasião acompanhado por José Augusto Dumont do BANCO RURAL, e afirmou que Dumont foi informar a Dirceu que queria explorar minas de nióbio no Amazonas.

Por outro lado de acordo com a contabilidade do PT, no dia 10 de 09 de 2004 o partido recebeu 4 milhões e meio de doações provenientes de cinco empresas do setor de mineração. A companhia ALBRAS cem mil, a ALUNORTE quatrocentos mil, RIO DOCE MANGANÊS, um milhão e quinhentos mil, CAEMI MINERAÇÃO um milhão, NAVEGAÇÃO VALE DO RIO DOCE, um milhão e meio. Qual o motivo dessas empresas coincidentemente com esta visita ao Sr. José Dirceu na companhia do Sr. Marcos Valério. Qual a razão desta doação ao PT de quatro milhões e meio no mesmo dia. Foi a exploração do nióbio o motivo dessa doação?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não consigo primeiro visualizar as datas que o Senhor está dizendo das doações, mas devem ter sido feitas por empresas que quiserem doar ao Partido dos Trabalhadores. Doações legais. E nós nunca recusamos isso. Sobre a relação de nióbio, eu nunca tive nenhuma participação. Não sei. Estou sabendo o assunto pelo que o Senhor está trazendo aí e essa conexão que o Senhor está fazendo, que não faz... Eu não tenho nenhuma... Estou tomando conhecimento agora.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É. São as incríveis coincidências. São as incríveis coincidências.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, V.Exª. dispõe de dois minutos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu estou concluindo. Provocado pelo tráfico de influência, pelo favorecimento ilícito, pela confusão entre o que é público e privado que evidentemente implica na organização criminosa denunciada pelo Sr. Procurador da República. Eu não ouso dizer que o Sr. Delúbio Soares participou desse assalto aos cofres públicos em benefício próprio. Mas eu ouso dizer que o Senhor participou desse assalto aos cofres públicos em benefício de um projeto de poder de longo prazo. Aliás, aí há uma coincidência, porque o Procurador da República também tem a mesma impressão. Foi dessa forma que ele concluiu. A arquitetura de um projeto de poder de longo prazo que implicou em uma organização criminosa que promoveu um verdadeiro salto aos cofres públicos. E o Senhor participou disso.

Eu gostaria como última indagação, (soa a campainha) saber de V.Sª. se o Senhor ficou aí responsável pela indicação das pessoas que recebiam o dinheiro em espécie, inclusive, conforme disse o Marcos Valério às CPIs. Nomes apareceram e foram naturalmente questionados, instaurou-se o necessário processo da Câmara dos Deputados em relação aos Parlamentares. A denúncia do Procurador-Geral da República em relação a estes nomes. E eu gostaria de saber, talvez seja a última oportunidade para que a população do País possa saber. Qual era o critério que o Senhor adotava para destinar esses valores? Era o Senhor pessoalmente que decidia para quem deveria remeter esses valores? Ou o assembleismo prevalecia. Era uma decisão de conjunto, uma decisão comunitária, uma decisão da turma, assim, descrita por Silvio Pereira. Enfim, como o Senhor definia o repasse desses valores?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senador Alvaro Dias eu respondi essa questão na questão anterior como foi feito o empréstimo e a distribuição para os Estados e para os partidos da base aliada.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, eu fico por aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Antônio Carlos Magalhães.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Delúbio, Sr. Advogado.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu quero fazer um elogio público ao Ministro Marco Aurélio por ter permitido que essa reunião se realizasse dessa forma. O Ministro Marco Aurélio evidentemente demonstrou que quer a apuração com seriedade das coisas imorais que estão neste Governo.

Em segundo lugar, volto ao mesmo assunto. O Sr. Silvio Pereira declarou que o Sr. Delúbio e Marcos Valério tomaram empréstimos mais do que cinqüenta milhões entre o BANCO RURAL e BMG, Bancos, aliás, que o BANCO CENTRAL se tivesse fiscalização já os teria fechado pela maneira com que empresta irre-

gularmente dinheiro a pessoas e a partidos políticos. Como um Banco pode dar empréstimo de cinqüenta milhões garantido por duas pessoas que não têm lastro para isso?

Essa é a primeira pergunta ao Sr. Delúbio no sentido de que ele explique que se o seu gasto bancário qual é para tomar empréstimo de até cinqüenta milhões com o Marcos Valério. E se a parte de Marcos Valério entravam contratos que ele tinha com o Governo? Essa é a primeira pergunta.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Posso responder? Em primeiro lugar os empréstimos foram feitos às empresas do Marcos Valério que na época o Banco julgou dentre dos critérios do Banco compatível aos empréstimos. Foi isso que foi...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V.Exª. não era avalista?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. Os empréstimos, Senador, são duas ordens de empréstimos. O empréstimo do BANCO RURAL ao Partido dos Trabalhadores, que acho que o BANCO RURAL eram três milhões de reais, dinheiro emprestado, que teve outro empresto do Banco de Minas Gerais, o BMG de dois milhões e quatrocentos ao Partido dos Trabalhadores. São empréstimos dos Bancos ao Partido dos Trabalhadores, ao qual o Partido dos Trabalhadores tinha receita suficiente para pagar a longo tempo e um planejamento previsto.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Quer dizer que o empréstimo foi ao PT?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Esses dois empréstimos foram ao PT o qual eu era avalista formal. Eu e o Deputado Genoíno. Eu era tomador do empréstimo, como tesoureiro do PT e o Genoíno como Presidente do partido. Esse dinheiro saiu do BANCO RURAL e foi para as contas do PT e nós fizemos um conjunto de pagamento, inclusive, isso está na CPI dos Correios e na CPI... Esses extratos todos, onde foram os recursos, estão discriminados nas duas CPIs anteriores.

Então essa a explicação. Os empréstimos que nós solicitamos ao Marcos Valério para pagar despesas não contabilizadas dos Estados e dos partidos da base aliada que foi em torno de cinqüenta e cinco milhões de reais, foram feitos dos Bancos às empresas do Marcos Valério que na época tinha lastros bancários para receberem.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Mas lastro bancário por contratos que tinha com o Governo ou lastro bancário da figura do Marcos Valério?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senador, aí eu não tenho... Não participei... Não sou da direção do Banco. O Banco é que decidiu fazer o empréstimo.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Porque uma coisa é garantia do contrato, garante o contrato com o contrato da empresa do Governo. Outra coisa é contrato... O Wellington Salgado, que é rico, pode tomar qualquer empréstimo. Mas V.Exª., V.Sª., desculpe, não tem lastro para isso ao que eu sabia. Estou falando em sua defesa. Ao que eu sabia. E Marcos Valério jamais teria esse dinheiro se não fosse de contratos fajutos do Governo. Isso tem que ficar, Sr. Relator, preste atenção, peço ao Relator que preste atenção a esta minha pergunta e à resposta do...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pois não, Senador.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Do ilustre depoente. Terceiro. Todo o dinheiro que saía do PT era da sua responsabilidade?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu era responsável pela gestão financeira administrativa do Partido dos Trabalhadores.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Quer dizer que V.Sª. é o responsável por todo o dinheiro que saiu do PT para as diversas regiões?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Já respondi essa questão anteriormente, Senador.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – então, V.Sª. acha que realmente tem a responsabilidade de todos esses empréstimos ou o PT mandava que V.Sª. fizesse isso ou V.Sª. faria por espontânea vontade?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senador. Já respondi essa questão anteriormente.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu acho que não. Agora...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Bom. Aí fica a minha opinião, o que o eu sei é isso, já falei. E o Senhor não está concordando. Não tenho como fazer o Senhor concordar com o que aconteceu.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – É só V.Sª. responder.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Estou respondendo. Eu já respondi anteriormente.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Não. Espera aí. Vamos devagar com calma...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não vamos devagar para a gente chegar a um bom entendimento. Tranqüilo.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Era de sua responsabilidade ou do PT?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – A responsabilidade financeira e administrativa, o período que eu fui tesoureiro era de minha responsabilidade, Senador.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Muito bem. Okamotto disse que pagou sem Lula saber, que é um absurdo, aliás, o Jacques Wagner também deu uma nota nesse sentido, mas esse Governo é cheio de contradições. Como Okamotto soube dessa dívida que o PT cobrou de Okamotto sem cobrar de Lula. Delúbio foi diretamente ao Okamotto pedir o dinheiro, V.Sª. pediu para ele pagar? Por que pediu? Como se deu a cobrança do pagamento dessa dívida de Lula por Okamotto?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Passado o período eleitoral o Presidente Lula nomeou, já eleito, nomeou o Paulo Okamotto para como... Acho que Procurador do Presidente eleito para resolver a situação financeira dele perante o Partido dos Trabalhadores. O Presidente Lula era... Era profissionalizado do Partido dos Trabalhadores. O termo que a gente usa. Ou se pode dizer, funcionário do PT. Ele recebia pelo Partido dos Trabalhadores desde... Acho que desde 1990. Era funcionário do PT desde 1990. E o Paulo Okamotto foi designado para fazer a demissão do Presidente Lula perante o PT. Na época o setor administrativo do PT apresentou algumas despesas que não estavam quitadas ou que merecia... Despesas estavam contabilizadas, parece que de 29 mil reais. E num acerto com o Procurador do Presidente eleito, não concordou. Isso ficou pendente alguma época. O Tribunal Superior Eleitoral nos cobrou essa... O Tribunal olha as conta dos partidos e pega essa conta que está faltando, o que é, vai colocar (inaudível) a pagar e o que é que vai fazer, e orientei o setor administrativo do PT que procurasse o Procurador do Presidente da República que era o Paulo Okamotto e fizesse a cobrança dele. E ele fez. E ele quitou os empréstimos.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – E ele pagou.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Ele pagou. Como ele explicou aqui.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Explicou mal.

(soa a campainha)

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Mas aí eu não tenho culpa, não é Senador. Ele devia ao PT. A minha obrigação era cobrar, não era isso? Cobrei.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Fez bem. E Lula pagou do bolso dele, não foi?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – É dedução do Senhor. O que eu sei é o que o Paulo Okamotto falou aqui. Eu cobrei do Paulo Okamotto. Paulo Okamotto resolveu o assunto. Pagou.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Quer dizer, Lula aceitava as benesses?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senador eu não... Não tenho essa informação. E não posso chegar a essa conclusão do Senhor, também. Eu respeito a opinião do Senhor que ... É sua opinião.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Basta que V.Sª. respeite que eu fico satisfeito. Qual a Ata da executiva do PT que lhe dava esses poderes como foi, aliás, salientado pelo Presidente da Comissão, para tomar esses empréstimos?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Que eu me lembro, não tenho Ata formal sobre isso.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Isso aumenta muito a responsabilidade de V.Sª. Na medida em que não há um documento formal, V.Sª. diz, o PT que tem ser muito perverso com V.Sª. é capaz de dizer que não deu essa ordem.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Isso está questionado na justiça, Senador, e o PT vai responder judicialmente se deve ou não. E aí a justiça vai decidir. Marcos Valério já cobrou os cinqüenta e cinco milhões com juros e correção monetária ao Partido dos Trabalhadores.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V.Sª. não vai cobrar nada da sua parte?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. Eu fui filiado ao Partido dos Trabalhadores. Até a minha expulsão. De lá para cá eu não sou mais... Não pertenço mais aos quadros do Partido dos Trabalhadores.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Bom, V.Sª. não apresentou nenhum documento pessoal para garantir o empréstimo. Isso está claro. V.Sª. disse que só conheceu Marcos Valério entre o 1º e o 2º Turno da eleição de 2002. Ora, como então houve essa entrosagem tão perfeita dos dois chegarem a pedir empréstimo de cinqüenta e cinco milhões para pagar dívidas do PT? E o que deu no célebre Valerioduto que V.Sª. já *en passant* citou. Mas fique tranqüilo, porque vai ter novo Valerioduto. Espero denunciar hoje, porque já está havendo a mesma coisa do seu tempo. Não vai ficar só com V.Sª. isto.

Quero dizer o seguinte para finalizar e não tomar muito tempo dos colegas, nem mesmo de V.Sª. V.Sª. deve estar sofrendo muito a ingratidão do PT de expulsá-lo. Quando se expulsa uma pessoa, não é o caso político da nossa Senadora e de outros companheiros, é ao contrário, porque elas reagiram às coisas erradas do PT. Mas quando alguém serve como V.Sª. serviu tão bem às coisas erradas do PT e é expulso, provavelmente até hoje como o Palocci está sozinho,

V.Sª. deve estar também sozinho, acredito eu, porque eles não têm coração nem com aqueles que o ajudam. Eu acho que V.Sª. hoje está sofrendo mais ainda por ter sido expulso do partido que lhe levou a fazer tanta coisa errada e está hoje depondo aqui nesta CPI nas condições em que se encontra. Eu no caso, releve. Eu tenho pena de V.Sª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. Senador Antônio Carlos Magalhães. Queria só fazer um registro aqui para ficar nos anais desta Sessão de que o Sr. Delúbio Soares de Castro por orientação do seu Advogado negou-se a assinar o termo de compromisso. É verdade?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Corresponde.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Corresponde. Quero só deixar claro que isso não altera muito o depoimento de V.Sª. porque o nosso regimento garante de que o depoimento independente de V.Sª. assinar ou não, ele tem força jurídica. Lamento que V.Sª. não tenha querido ou aceitado assinar o termo de compromisso conforme o Art. 203 do Código de Processo Penal em que o depoente compromete nos termos desse Art. 203 do Código do Processo Penal sob as penas da lei dizer a verdade no que souber e que lhe for perguntado não sendo obrigado a depor contra si próprio nos termos do Art. 5º, inciso XVIII, ou melhor, LVIII, da Constituição Federal.

Então, eu devo dizer de que em nada tornará inválido esse depoimento. Aqui o nosso regimento já nos garante isso aí. Só para deixar registrado e conhecimento de todos.

Senador Agripino, V.Exª. tem a palavra. Em seguida Senador Tião Viana.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, V.Exª. se antecipa à questão que eu ia colocar, porque quase sempre os depoimentos que acontecem são iniciados com a assinatura do termo de compromisso por parte do depoente de falar a verdade não mais do que a verdade. E o documento não foi exibido ao Sr. Delúbio Soares e eu estranhei. Até fiz uma consulta a V.Exª. que em muito boa hora faz o esclarecimento, porque deixa claro a aqueles que estão neste recinto, ou estão nos vendo e nos ouvindo, que o depoimento do Sr. Delúbio Soares não tem nenhum compromisso com a verdade. O depoimento do Sr. Delúbio Soares não tem nenhum compromisso com a verdade.

Me perguntaram ontem o que é que eu achava que iria ocorrer no depoimento. Eu disse: "Mais um festival de insinceridades. Mais um festival de insinceridades e encenação". Eu não imaginava que fosse chegar ao ponto que chegou.

Sr. Delúbio Soares o Senhor está aqui por conta do seu amigo Silvio Pereira. O Requerimento da sua presença, o Requerimento solicitando a sua presença nesta CPI estava aprovado há muito tempo. Até hoje V.Sª. não foi convocado porque supunha-se que o depoimento prestado na CPI dos Correios tinha sido suficiente, porque tinha ensejado já o seu indiciamento pelo Ministério Público. Mas o Sr. Silvio Pereira esteve aqui num outro depoimento semelhante ao seu, e o seu amigo disse coisas terríveis que motivaram a exigência de sua presença aqui.

Qual foi a declaração fundamental do seu Silvio Pereira, o seu amigo Silvio Pereira, o seu amigo de fé Silvio Pereira de tantos anos que fez com que a CPI se mobilizasse para trazê-lo aqui? Ele declarou peremptoriamente que havia um plano de arrecadação de um bilhão de reais. Um plano de arrecadação de um bilhão de reais que envolvia ações do BANCO CENTRAL para junto ao BANCO MERCANTIL de PERNAMBUCO, BANCO ECONÔMICO, BANCO OPPORTUNITY e devedores do crédito Rural, se buscar esse dinheiro. Imaginou-se que pudesse ser alguma invencionice do Sr. Silvio Pereira. Logo depois vem a entrevista do Sr. Daniel Dantas, revista "Veja", que diz claramente que V.Exª. pediu a um representante ou a ele do BANCO OPPORTUNITY quarenta ou cinqüenta milhões de dólares para aliviar a situação do BANCO OPPORTUNITY. V.Sª. foi acusado pessoalmente, textualmente.

Ou seja, a história tem começo, meio e fim. Silvio Pereira chega aqui, conta uma história que é (inaudível) por Daniel Dantas, de uma revista da categoria e do prestígio da revista "Veja". V.Sª. chega aqui e nega tudo. Nega tudo com um ar gracioso. Eu diria que revoltante. Porque nós estamos inquirindo o "ex-Todo-Poderoso" tesoureiro do Partido dos Trabalhadores. Não é uma pessoa qualquer. O Senhor é o "ex-Todo-Poderoso" tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, o homem que financiava as campanhas do mundo todo do PT. Tão poderoso que foi capaz de tomar cinqüenta e cinco milhões de reais a um Banco com aval pessoal, com aval pessoal. Não cabe na minha cabeça, Sr. Relator, Sr. Presidente, não cabe na minha cabeça uma coisa dessa, nem na cabeça de brasileiro nenhum, que não esteja por trás o que eu estou convencido é que por trás do empréstimo quem caucionava eram facilidades para que os Fundos de Pensão, o VISANET, CAIXA ECONÔMICA, IRB, CORREIOS, produzissem com dinheiro público o subsídio para cobrir o dinheiro que o PT pegava para gastar em campanhas eleitorais. É claro. É claro. E que isso tudo é negado. É negado aqui peremptoriamente. V.Sª. presta depoimento, não assina o termo de compromisso com a verdade e acha que vai ficar tudo por isso mesmo.

Eu queria fazer inicialmente uma pergunta para depois chegar a uma conclusão. V.Sª. recebeu alguma coisa dos quarenta ou cinqüenta milhões de dólares que pediu ao OPPORTUNITY? Lhe foi dado alguma coisa ou foi dado ao PT alguma coisa?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Como eu disse anteriormente, Senador José Agripino, que não fiz a solicitação ao OPPORTUNITY, nem ao Daniel, nem ao Carlos Rodenburg, a nenhuma outra pessoa do OPPORTUNITY.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – O Senhor nega que tenha... O Senhor nega a entrevista do Sr. Daniel Dantas.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – O que eu estou afirmando, ao contrário do que o Senhor está colocando, eu estou afirmando aqui o compromisso da verdade que eu vivi, das coisas que eu vivi. O que o eu não participei eu assumo aquilo que eu fiz. Eu não pedi dinheiro ao OPPORTUNITY. E não recebi dinheiro do OPPORTUNITY. É isso.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – E da VALE DO RIO DOCE?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Sr. Presidente, Senhor Senador José Agripino, a VALE DO RIO DOCE fez doações ao Partido dos Trabalhadores. Isso está consignado na prestação de contas...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – De que montante?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Ah, não lembro o valor.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Mas, alto?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não... Deve ser. Não sei. Não lembro. A VALE é uma companhia grande.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Por que razões?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Participação de campanha eleitoral, ou participação na estruturação do partido.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Contribuição voluntária...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Contribuição voluntária. Como os outros partidos. Todos os partidos se financiam. Como os partidos se financiam? Cada partido tem o método de financiar. Eu conheço o que o PT fez. Nós solicitamos a VALE DO RIO DOCE num período, não sei qual período que foi, uma doação e a VALE fez e está registrado ao TSE.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Delúbio...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu acredito que ela fez para outros partidos também.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Silvio Pereira, V.Sª. está confirmando que não recebeu dinheiro do BANCO OPPORTUNITY, que recebeu da Companhia VALE DO RIO DOCE a importância, ele não sabe precisar... Acho que é importante se verificar depois isso aí.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Está na prestação de contas. Pode olhar.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Deixa eu fazer uma pergunta a V.Sª. O Sr. Silvio Pereira quando aqui esteve negou, não me lembro se ele chegou ou se ele não confirmou, uma coisa que é gravíssima também que é o prosseguimento. Acho que é a isso que se refere o Senador Antônio Carlos Magalhães, o prosseguimento dos esquemas de corrupção. Ele disse que por trás de Marcos Valério que é seu amigo, eu me lembro que quando V.Sª. esteve para vir depor na CPI dos Correios e Marcos Valério, também, muitos encontros ocorreram e foram registrados pela imprensa entre V.Sª. e Marcos Valério em Belo Horizonte, então, devem ser amigos, devem ter intimidade. O Silvio Pereira disse que por trás do Marcos Valério existem outros "cem Marcos Valérios" e que os esquemas financeiros existem por acordos entre empresa que são produzidos com beneplácito do Governo. A que Silvio Pereira estava se referindo que estes "cem Marcos Valérios"? Com a intimidade que V.Sª. tem com o Marcos Valério, lhe ocorre alguma coisa que pudesse sugerir essa declaração de Silvio Pereira? Esses "cem outros Marcos Valérios", esta suposição de outros esquemas de corrupção que persistem até hoje?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Como já disse anteriormente, Senador José Agripino, as afirmações do Silvio Pereira é de responsabilidade dele. Eu não tenho nenhuma responsabilidade com as afirmações dele no jornal "O Globo", que foi publicado.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Uma última colocação Sr. Delúbio. V.Sª. disse que dos recursos levantados em Banco, e que teriam subsidiado campanhas eleitorais ou débitos em campanhas, teria ido dinheiro para o Ceará, teria ido dinheiro para o Rio Grande do Sul, e disse até que não tinha ido dinheiro para o Maranhão, para o Piauí, para o Acre e para o Mato Grosso do Sul. Mas para São Paulo deve ter ido. Foi para campanha de Vicentinho?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – São Paulo faz parte dos 24 Estados. Não é isso?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Isso.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Foi. Foi para São Paulo.

(soa a campainha)

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Foi para a campanha da Lurian?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senador. Eu não tenho certeza. Mas acho que a Lurian não foi candidata em 2002, nem em 2004.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Ela foi candidata num dado momento e o Sr. Paulo Okamotto foi doador da campanha de Vicentinho, foi o pagador do empréstimo de Lula e foi o pagador de débitos de campanha da Srª. Lurian. O Sr. Paulo Okamotto esteve aqui sentado exatamente onde V.Sª. está. E eu onde estou perguntei a ele, olhando nos olhos dele como olho nos seus olhos, como é que ele havia pago os vinte e nove mil e seiscentos reais da conta de Lula. Ele me disse que em dinheiro. Eu me disse: "Retirado aonde?"; Ele disse: "Parte em Brasília, parte em São Paulo"; "E de Brasília?"; "Transportado de avião. Como foi o dinheiro transportado para o Ceará e apanhado. Como foi o dinheiro transportado para o Rio Grande do Sul e apanhado". Eu tenho todo o direito Sr. Delúbio Soares de entender que o dinheiro com que Paulo Okamotto pagou a conta de Lula veio dos seus recursos que vieram do VISANET, que vieram dos CORREIOS, que veio do IRB, que veio do contribuinte brasileiro. Eu tenho todo o direito de entender isso pelo que V.Sª. declarou aqui. Tenho todo o direito. O que V.Sª. diz?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – A opinião do Senador eu não questiono. O que eu sei e que eu participei foi o que eu falei aqui. Quando eu... Agora estou bem lembrando, Lurian não foi candidata nem em 2004, nem em 2002. Período que eu era responsável pelas contas do PT.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – A conta dela foi paga bastante tempo depois, ela estava já em processo de execução e foi paga pelo Sr. Paulo Okamotto bem depois. E coincide exatamente na época em que esses recursos eram remanejados.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senador, eu não tenho nenhuma responsabilidade com a Lurian. E o Sr. Paulo Okamotto, só cobrei dele porque era o Procurador formal do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, que é o Presidente da República. Por isso que eu cobrei o Paulo Okamotto, cumprindo as minhas obrigações administrativas que eu tinha.

Assim como cobrei de outras pessoas que saiu nessa CPI, Aloizio Mercadante, José Dirceu, as dívidas que existiam das pessoas que tinham relação com o PT, eu cobrei e as pessoas pagaram. Inclusive, já foi tema de debate aqui nesta CPI que eu acompanhei parte, não acompanhei o todo, acompanhei parte, inclusive, o Senador Aloizio Mercadante reclamando de lhe ter feito o pagamento ao Partido dos Trabalhadores que ele fez com cheque pessoal.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Não estamos aqui discutindo Sr. Delúbio o empréstimo ou não do Partido dos Trabalhadores ao Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Eu nunca, o meu partido nunca emprestou dinheiro a filiado nenhum seu. Nunca. Emprestar dinheiro nunca. Até porque eu entendo que partido político não existe para emprestar dinheiro.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Foi adiantamento de despesa que as essas pessoas fizeram.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Mas aqui foi dito pelo Sr. Paulo Okamotto que ele pagou empréstimo e foi divulgado pelo Brasil inteiro como tendo sido um empréstimo.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Foi assim divulgado e assim... Foi carimbado nessa situação.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Tanto foi pago, o que o se discute...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – As despesas de Lula era desde 97, eu não era tesoureiro nesse período. Por que é que eu fiz a cobrança? Porque o Lula não era mais funcionário do PT. E tinha que cobrar uma dívida em nome do ex-Presidente do partido, ex-Presidente de honra do partido, Presidente de honra do partido, também esse cargo não existe, é um cargo informal que constava esse debito. E o STF estava cobrando como resolver. Por isso eu fiz a cobrança de todos aqueles débitos que lá estavam, e cada um teve um procedimento diferente. E o do Lula eu procurei o Procurador dele que fez a rescisão de contrato dele. Por isso que eu procurei o Paulo Okamotto. Foi isso que aconteceu.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Isso. Como não era despesa corrente do partido, foi um empréstimo, foi pago. Foi pago porque não era despesa corrente. Então se não é despesa corrente foi um empréstimo, empréstimo que foi pago pelo Sr. Paulo Okamotto. O que se questiona é a forma de pagar. O que está se questionando aqui, a questão fulcral é a forma de pagar. Quem foi que pagou? Paulo Okamotto. Ele disse. Foi ele, Paulo Okamotto. Pagou como? Ele disse, pagou em dinheiro, em espécie, com parte sacada em São Paulo, parte sacada em Brasília, e de Brasília para São Paulo foi voando o dinheiro. Como foi voando o dinheiro para o Ceará, como foi voando o dinheiro para o Rio Grande do Sul. Tenho mil formas de provar a origem desse dinheiro. Mas a mais convincente de todas elas, de um milhão de formas é abertura do sigilo que Paulo Okamotto insiste em não abrir, porque se ele abrisse, eu iria aplaudir e iria dizer: Lula é o homem que merece fé. Porque nós duvidamos o tempo todo de que essas contas foram pagas com dinheiro legitimo e Paulo Okamotto está mostrando que tirou dinheiro de sua conta e pagou a conta de Lula. Mas ele insiste em não abrir o seu sigilo bancário. E se ele insiste em não abrir o seu sigilo bancário com

o que V.Sª. diz hoje, eu tenho o direito de pensar que a conta de Lula foi paga com o dinheiro que o Senhor tomou emprestado no BANCO RURAL, onde quer que seja, com fundos que vieram de dinheiro público do contribuinte brasileiro.

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com a palavra o Senador... Pois não... Intervalo técnico a pedido do depoente. Vou suspender a Sessão por 10 minutos.

(Sessão suspensa às 14h41)

(Sessão reaberta às 14h59)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Reaberta a Sessão. Senador Tião Viana, V.Exª. tem a palavra.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sr. Presidente, serei muito breve, eu não tenho pergunta a fazer ao Sr. Delúbio, eu basicamente vou fazer considerações sobre o que V.Exª. citou dos quatro Estados, incluindo o Acre, V.Exª. disse que onde tinha Governador parece que não havia necessidade de pedir...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Foi mera coincidência, que os quatro Estados que ficaram fora...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Maranhão, Mato Grosso, que não é do PT também, Piauí e Acre. Foi o que o Sr. Delúbio falou. Mas só para esclarecer a V.Exª....

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas eu não levantei nenhuma suspeita...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu sei do respeito que V.Exª. tem por nós, mas, veja, só para esclarecer, historicamente, o Sr. Delúbio é testemunha, a própria Senadora Heloísa Helena, que é da história do PT, também sabe, historicamente, os Diretórios Estaduais no exercício de uma campanha enviavam dinheiro para o Diretório Nacional para ajudar o Diretório Nacional. A história nossa era essa. Por exemplo, quando o Presidente Lula, então candidato, ia ao Acre, nós fazíamos o movimento financeiro para ajudar na despesa da vinda dele, e não o contrário. Então, não é um fato isolado que nós tenhamos recebido. Ele é sabedor disso. É porque, historicamente, os Diretórios Regionais e Municipais se quotizavam para a despesa da nacional, que era muito maior. Isso ocorreu até 2002, eu não tenho a menor dúvida disso, depois, é que ele falou que houve uma eleição em que os Diretórios pediram, já no exercício político que tinha o PT, houve uma condição dele com o empresário arrecadar para fazer um movimento contrário. É só para não deixar dúvida desse exercício histórico.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu entendi perfeitamente. Eu quero dizer a V.Exª. que, por uma força de expressão, citei, mas o que eu entendi de V.Exª. é que antes do Presidente Lula ser Presidente os Diretórios Regionais mandavam dinheiro para a nacional e agora, Nacional é que mandou para o Regional.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não. Eu falei foi até o ano de 2002...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O que eu entendi foi exatamente isso. O que eu entendi, para ficar claro...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não, mas V.Exª....

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – ...Até 2002 o Presidente Lula não era Presidente, os Diretórios Regionais se quotizavam e mandavam dinheiro para a nacional. Em 2004...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu não sei se no PFL da Paraíba é diferente, mas no meu Estado funcionava assim. Presidente, a ferida aberta do "Caixa 2" deste País não está posta para o Brasil. Tem um ataque direto ao PT, mas, seguramente, não abriram a ferida da imoralidade de "Caixa 2" deste País.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu não sei. Na Paraíba, quem entende é o... Eu não estou discutindo ela, não. Senador Tião, calma, Senador Tião...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Para não deixar dúvida. V.Exª. está insinuando mais uma vez...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu estou falando a lógica.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu estou sendo educado, estou sendo gentil, ajudando V.Exª. a entender um pouco como funcionava o PT...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E eu entendi dessa forma. Se não é a forma que V.Exª. não entendeu, o que eu entendi foi exatamente isso. O que V.Exª. me disse é que antes de 2002 os Diretórios Regionais colaboravam, mandavam dinheiro para a nacional.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Nas campanhas nacionais. Foi o que eu disse. Agora, em 2004 não houve uma campanha nacional, houve uma eleição municipal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu quero deixar claro a V.Exª. que eu não conheço, nunca entrei no Diretório do PT, agora, sei que há grandes dificuldades na Paraíba, a partir do Município de Campina Grande e do Diretório Estadual de João Pessoa, ou melhor, Regional. Eu não conheço como funciona o PT na Paraíba, não. Agora, sei que está cheio de escândalo lá. O que eu sei é isso. Aí eu posso, se quiser, eu tenho inclusive um dossiê sobre

Campina Grande, que a ex-Presidente do PT lá, a ex-Prefeita do PT, estão todos sendo processados.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não teve nenhum problema...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agora, quero dizer a V.Exª. que estranho que mudou, depois que o PT chegou ao Governo.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – E V.Exª. não quer entender. Não houve outra eleição presidencial a partir de 2002. Foi exatamente o que eu coloquei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se Delúbio não entende muita coisa, imagina eu. V.Exª. tem a palavra.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Da minha parte, era esse o esclarecimento que eu julgava necessário a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A mim, agradeço. Quanto à questão do Acre, eu quero deixar a V.Exª. que é uma força de expressão, quanto à justificativa de V.Exª. eu entendi de outra forma e mantenho a minha forma de entender, respeitando a de V.Exª. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Acredito que quem vai ficando por último praticamente não tem mais o que perguntar. Mas, com todo o respeito a V.Sª., sei que V.Sª. cumpriu um esquema definido, como expôs aqui, para aumentar a capacidade do partido em outros Municípios, que de 2.000 para 5.000 mil. É isso mesmo? Eu entendi bem?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – O PT, em 2002, terminada a eleição, o PT tinha aproximadamente situado em 2.500 Municípios.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Onde tinha Diretórios.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Diretórios Municipais. Aí nós ampliamos para por volta de 5.400, o PT tinha em 2000, assim feito um processo de refiliação, 300 mil filiados, fomos para 800 mil filiados até 2004. Foi isso o que aconteceu.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Esta decisão aumentou enormemente as despesas do partido, não é isso? Para a formação e a informatização também, porque V.Sª. falou aqui do desejo de informatizar todo o sistema do partido interligando os vários Diretórios. Então, isso aumentou em muito a despesa, não é?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Aumentou a despesa, aumentou o orçamento...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor já era o Tesoureiro.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Era. Eu sou o Tesoureiro desde 2000. Março de 2000, que eu assumi, até julho de 2005.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E os próprios meios do partido davam sustentação a toda essa mobilidade que o Senhor dentro da Direção Geral do partido definiu como o melhor para a eleição do Presidente? Eu estou perguntando para eu entender, vamos dizer, a infra-estrutura que o PT resolveu assumir para poder realmente buscar vitória nas eleições.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senador, nós tivemos duas etapas na pergunta do Senhor. Uma foi até 2002, e de 2002 para frente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Deixa eu perguntar repetitivamente, o Senhor não querendo, está tudo bem. Só para eu poder...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nós, até 2002, até a eleição, dezembro, a gente tinha um plano de trabalho, que era a eleição do Presidente Lula, e trabalhamos para ela. E tivemos sucesso. E depois, um plano, porque a eleição presidencial ela chega à casa das pessoas independente de se ter organização, porque os meios de comunicação têm muita força, porque chegam nas casas os programas eleitorais, o Senhor sabe disso...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu vou dizer para o Senhor que a primeira vez que eu fui candidato, eu não tinha a intenção, até conversei com o Presidente Lula, à época, por outras razões, e eu fui num vôo com helicóptero com o então candidato a Governador do Estado, eu comecei a passar por aqueles prédios, por aquele volume que é São Paulo, eu falei: "Eu não vou me aventurar. Como é que esse povo vai saber que eu sou candidato? Eu não tenho dinheiro para campanha, não tenho *out door*, não tenho nada". Ele falou: "Não se preocupe, porque a televisão vai mostrar". Então, hoje a gente sabe que um programa bem feito, e eu até digo aqui claramente, quem foi gentil comigo foi o Duda, ele disse: "Fica tranqüilo, porque você é um bom produto para ser vendido. Então, não se preocupe, porque você não vai gastar muito e vai conseguir se fazer conhecido como candidato, porque, conhecido como pessoa..." Eu só estou falando para concordar com V.Sª., desculpa citar a minha pessoa.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não tem problema nenhum.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Agora, aqui, quando o então Deputado José Dirceu esteve no Senado, o Waldomiro tinha dado aquele, um pouco depois da vinda dele, com o programa de Governo para o ano, eu estava na 1ª Secretaria, então, eu tive a oportunidade de ler a remessa do Presidente que ele foi o portador, e lá falava na legalização dos Bingos, que era uma das teses do Presidente Lula logo no primeiro ano de Governo. Depois, houve a prisão do Waldomiro, então, esta confusão de baixar uma

Medida Provisória proibindo o jogo. Quer dizer, houve, vamos dizer, uma corrida para evitar uma especulação de que eles teriam acertado, porque, quando foi o depoimento do Buratti aqui, ele disse que os Bingos deram um milhão daqui de São Paulo e um milhão do Rio de Janeiro, baseado na possibilidade da legalização completa dos Bingos. O Senhor, como membro do Diretório Executivo, chegaram a conversar sobre isto, fatos, sobre bingo, não digo com respeito a dinheiro, ou não dinheiro, porque eu sei que o Senhor não vai assumir e nem poderia fazê-lo, mas esse fato de legalizar os Bingos foi discutido na elaboração do programa do Governo no primeiro ano?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Que eu me lembre, não. Nunca participei de nenhuma discussão sobre jogos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Deve ter havido, porque está no programa.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não sei se teve. Eu não participei.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu estou só falando para o Senhor, não estou dizendo que o Senhor participou. É só para a gente saber, porque realmente foi um fato difícil de ser entendido, tanto é que o Relator pretende fazer uma pesquisa nacional sobre o interesse da sociedade ou não em aprovar isso. Não há nenhum crime. Não estou fazendo nenhuma acusação. O Senhor trabalhou no palácio depois da eleição?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não, Senhor.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Nenhuma vez? Nenhum local? Nem com Sílvio Pereira? Nem com os outros. Sempre foi fora de lá. O seu gabinete nunca foi dentro do palácio?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu sempre trabalhei, nesse período, na sede do PT, que tinha uma sede aqui no Edifício Varig, antigamente era no Trade Center, passando para a Varig, e em São Paulo, no escritório nacional do PT em São Paulo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Perfeito. É só porque muita gente disse que o Senhor participava das reuniões e tudo. Como é que o Senhor fazia o controle de entrada e despesas da campanha em razão da grande dívida do PT, que V.Sª. falou em cinqüenta e cinco milhões? Como é que fez esse controle? Como é que chegou essa dívida? O Senhor chegou a perceber, qualquer instante, que ia explodir as contas do partido?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nós...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque o Senhor tinha que fazer a contabilidade, não é?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu era responsável pela prestação de conta do PT perante o TSE...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas o Senhor acompanhava permanentemente entrada e saída, quando autorizava a pagar uma conta aqui ou ali? Porque a maioria, só para embasar, o Valdemar da Costa Neto e o Roberto Jefferson disseram que fizeram acertos volumosos para pagar dívidas de campanha. Pode ser anterior. Esses pedidos passaram pelo aval do Senhor para pagamento desse dinheiro a esses Deputados e outros, que foram acusados de participar da parte da divisão do dinheiro do PT para apoiarem o PT?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não estou fazendo acusação. Eu estou me baseando nos depoimentos.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – A minha participação...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque o Valdemar falou que houve uma discussão entre ele, o José Dirceu, na outra sala o Presidente e o Vice estavam discutindo o valor de que o partido precisaria para pagar dívidas anteriores, e chegou aqui a dizer dez milhões, não foi isso, Presidente? Falou, em torno de dez milhões.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – O Valdemar Costa Neto falou para esta CPI?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Para o PL. Para o PL. Não, quando ele foi depor lá e que renunciou o mandato. Então, ele depôs e citou aqui. E o Roberto Jefferson, em uma série de outras declarações, em vários lugares, imprensa e tudo, dizendo sobre esse problema.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – O que o eu lembro, o Valdemar inclusive fez uma entrevista-

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu pergunto, porque o Senhor, como era o Caixa e o Tesoureiro, devia ser o Caixa também...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – O que é que foi trabalhado com o Valdemar Costa Neto, e que ele inclusive ele fez uma matéria na Época, eu acho, Revista Época, deu uma entrevista longa sobre isso, de um acordo de estrutura política para que o PL pudesse incorporar a aliança. Isso foi feito, foi confirmado por mim, que nós tínhamos um orçamento de quarenta milhões, íamos fazer um orçamento na casa de quarenta milhões, e que o PL, por indicar o candidato a Vice em várias campanhas anteriores, devia ficar com 25% desse orçamento. Foi isso o que foi tratado com o Valdemar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É. Porque ele disse que foi da base de dez milhões, e que recebeu só seis...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – É. Aí depois da campanha eleitoral, ele ficou com dívida e nós...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Foi prestado contas ao Tribunal Eleitoral disso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Quanto ao PL, eu não sei. De cada partido, eu não sei como foi a história.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas quando saiu dos cofres do PT...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – O da campanha eleitoral que nós fizemos em 2002 foi prestado conta. Depois sobrou... Campanha eleitoral, normalmente, os partidos, ou as pessoas, o que eu tenho conhecimento, dos outros partidos eu não sei, eu sei do meu partido, do partido que eu era filiado e dos partidos que eu discuti, tinha débito de campanha de algumas pessoas, e foi solicitado para solucionar. Por isso é que eu solicitei os empréstimos, e para estruturar o partido. Foi isso o que aconteceu, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor desculpa uma pergunta aqui, é que causou...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Fique a vontade.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Causou assim um constrangimento geral, quando o Senhor, eu acho que na festa do seu aniversário, cunhou uma frase um pouco agressiva à sociedade e às CPIs, quando o Senhor disse que daqui há algum tempo toda as CPIs seriam piadas de salão. Qual é a razão desta colocação que o Senhor fez?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senador Romeu Tuma, eu já expliquei...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não estou agredindo, nada, é que me causou um mal-estar, até pelo respeito...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – A mim também. Mais a mim do que... Porque isso levou à minha... Isso foi uma semana antes da discussão no PT, eu acho que isso contribuiu para a minha saída do PT, me causou um transtorno, levou à minha convocação, à acareação de 17 horas, e lá eu tive a oportunidade de explicar, eu já falei aqui...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor hoje se arrepende?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não, não dei essa entrevista, já expliquei aqui, essa fala foi atribuída a mim, e que causou um mal-estar muito grande para mim, para minha família, para os Parlamentares...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ah, não deu? Desculpa. Desculpa, é porque isso estava... À pessoa do Senhor, que era tão importante na estrutura do partido...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – ...Para a Polícia Federal, para o Ministério Público. Então, isso, uma frase que eu não falei, não dei entrevista ao Jornalista.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu vi a imagem do Senhor regando planta e tudo aqui...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu já expliquei a situação que estava lá no nosso Estado, um processo de seca. Já expliquei. Se o Senhor quiser, eu explico de novo, mas...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Agradeço o Senhor ter tido a paciência. A Direção do PT assumiu todas as dívidas regionais quando o Senhor começou a determinar pagamentos em outros locais, porque eles estavam já sem condições de responder às dívidas assumidas?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – As pessoas reclamavam com os dirigentes todos. Cada um reclamava com um dirigente "A", "B" ou "C". E esses, como eu era o responsável pela administração e gestão financeira do PT, cabia a mim tomar as decisões. E fui procurando as pessoas que foram reclamando e, ao longo do tempo...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Aí procurou aumentar a arrecadação.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nós aumentamos o potencial do PT. Quando eu assumi em 2000, Senador, a arrecadação do PT era menos de dez milhões de reais. No ano de 2004, foi o último ano que eu gerenciei as contas do PT, nós encerramos um orçamento com, está na prestação de contas acho que com acho que quarenta e três milhões ou quarenta e quatro milhões de reais. Houve uma evolução das receitas do PT, em função do fundo partidário, que aumentou bastante, em função da eleição de 2002, nós tínhamos 60 Deputados, passamos a ter 90 Deputados, isso que conta no fundo partidário, tem as contribuições voluntárias dos filiados do PT, tem número de filiados do PT, que cada um paga, tem as doações, tudo isso. Houve uma evolução significativa, e o PT, até quando eu tinha conhecimento, em 2005, em 2005 era bem maior do que o PT do ano 2000. O PT foi o partido mais votado nas eleições municipais de 2004, e também o partido que fez a maior Bancada na Câmara Federal. O que mede são os Deputados Federais. Então, o PT saiu de 4º ou 5º partido para o maior partido e nós, quando estávamos no PT, tínhamos orgulho de o PT crescer.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, o meu tempo esgotou, o Senhor permite mais um pouquinho?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem dois minutos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor acha que nessa época em que a pressão por dinheiro pode ter descontrolado V.Sª. da contabilidade e os empréstimos aumentando e o Marcos Valério controlando mais esses empréstimos, essa busca de dinheiro, o Senhor acha que perdera um pouco o controle?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não, eu acho que não. Eu acho que como... Por isso que eu assumi as responsabilidades. Porque eu tinha a responsabilidade e tinha...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Por isso que eu digo, quer dizer, se perdeu o controle, qualquer fonte valia. No desespero, qualquer fonte valia.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não, não era assim. Senador, com todo o respeito, não era assim, não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu não estou fazendo acusação, eu estou falando que qualquer empresário, no desespero, até duplicata fria faz. (risos)

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu não tenho conhecimento disso. O Senhor que foi da Polícia Federal, o Senhor sabe.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Da Receita. (risos)

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Da Receita. Eu não tenho o menor conhecimento dessa...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Aqui o Senhor respondeu todas as perguntas sobre o Sílvio Pereira, que o Senhor não tem responsabilidade sobre o depoimento dele. É isso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Da entrevista dele.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas as acusações, ou as citações que ele faz, é que eu pergunto, quer dizer, o Senhor não aceita as citações que ele faz a seu respeito, porque fala que Senhor pediu dinheiro para o OPPORTUNITY e uma porção de outras coisas, não sobre a entrevista, porque é ele que fala, a boca é dele, e ele é o responsável, mas as citações, o Senhor contradiz o que ele falou, quando o Senhor é citado?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu sou citado em qual?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Nas entrevistas dele, nas entrelinhas, tem várias citações. Eu pergunto se o Senhor refuta alguma acusação que ele tenha feito no momento da entrevista que ele deu. Na primeira. Na segunda já foi computado.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Concretamente, qual a que o Senhor quer saber?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É sobre o OPPORTUNITY.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. Eu já falei aqui. Não pedi dinheiro para o OPPORTUNITY. Não tenho nada a ver com esse negócio de um bilhão...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor desmente o que ele falou ali. É isso? É isso que eu digo, porque até há pouco o Senhor dizia que...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu não pedi. Ele falou, é ele que falou, eu não tenho...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor está desmentindo, eu acho que isso não tem nenhuma diferença

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não tenho nenhuma responsabilidade no que ele falou. Aí é problema dele, ele falou. É responsável.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas o Senhor acha que é verdadeira ou falsa? Que ele falou a verdade ou não? Mesmo não concordando, mesmo não tomando a responsabilidade dele. Tem muita coisa que é verdade nisso.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senador, eu tenho por hábito não fazer juízo de valores das pessoas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É pelo conteúdo. Tem algumas coisas verdadeiras. Muitas.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não é da pessoa, é da matéria. O que me foi perguntado aqui concretamente eu respondi, uma por uma, concretamente, e assumo o que o eu falei. As conclusões de cada um...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas não faz comentários sobre as outras entrevistas.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – As outras, eu não posso. Como eu posso influenciar a cabeça do Senhor, ou a cabeça do Presidente? Quem sou eu?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tudo bem.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu sou um humilde cidadão brasileiro, e estou prestando esclarecimentos à sociedade perante a CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu não concordo, porque V.Sª., além de ter criado aqui um novo tipo de avalista, o "avalista de confiança", V.Sª. é um homem inteligente, é Professor de matemática.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Avalista. Ele assinou os empréstimos, o Marcos Valério e o Presidente Genoíno com V.Sª. Eles assinaram. Pelo menos a documentação que veio à CPI...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – São dois tipos de empréstimo, Senador. Esse, nós éramos tomador do empréstimo perante o Banco RURAL, três milhões, outro empréstimo, dois milhões e quatrocentos ao Banco BMG, o qual Genoíno e eu, como Presidente e Tesoureiro do partido, nós é que tomamos o empréstimo, então, nós assinamos e...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – São os responsáveis pelos empréstimos.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – ...E também somos avalista, tanto é que nós estamos respondendo, junto com o PT, eu que já não tenho mais nada a ver com o PT, mas a minha assinatura está lá, eu estou respondendo judicialmente no cartório lá, porque que o BMG e o RURAL estão processando a gente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só uma coisa. O Marcos Valério se ofereceu a ajudá-lo ou o Senhor é que pediu a ele?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Foi um processo que eu conheci o Marcos Valério em 2004, como eu já expliquei aqui, e aí fomos tendo uma relação política, de amizade, e fomos discutindo os assuntos...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele já tinha uma infra-estrutura de...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Ele tinha experiência. Muita gente assusta como era feito. Como era feito eu nunca perguntei para ele, porque a relação foi de confiança, se ele tinha relação anterior com o Azeredo, com os políticos de Minas, eu nunca procurei saber...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com própria Direção de Banco.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – As coisas precisavam... As coisas foram acontecendo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Seu desespero era arrumar um empréstimo.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não, não era desespero, era uma necessidade. Porque quem estava desesperado é quem fez a dívida, e não fui eu que fiz a dívida. É nos Estados, as pessoas, os outros partidos...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A pressão era grande.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Campanha eleitoral o Senhor sabe como é que funciona, e como é que funciona depois da campanha eleitoral.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Outra coisa. Eu não sei se foi por descuido, mas é que eu vi o Senhor responder a um dos Senadores, nós tivemos aqui duas CPMIs, CORREIOS e Mensalão. CORREIOS chegou ao final e tudo, Mensalão foi engavetada de uma forma até hoje que eu não entender, para não investigar os Parlamentares que estavam sendo acusados, e tem a CPI dos Bingos. V.Sª. declarou, falou: "Eu já falei na CPI da Compra de Votos". O Senhor falou aqui agora, e está nas notas taquigráficas. Qual é a CPI da Compra de Votos dessas três que o Senhor depôs?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – A CPI da Compra de Votos, porque era o nome dela, presidida pelo Senador Amir Lando.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É do Mensalão.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Compra de Votos e Mensalão. O Senhor usa Mensalão e eu uso Compra de Votos. É a mesma coisa que nós estamos falando.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, o Senhor reconhece que existia a Compra de Votos. Por isso que eu estou dizendo.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Porque a CPI, quando foi instalada, ela foi instalada para discutir a compra de votos, se dizia...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Oriunda da CPI dos CORREIOS.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não, lá atrás, de 98, é disso que se tratava o Requerimento e aí, para continuar, virou MENSALÃO.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Entrou na dos CORREIOS, advindo aí de resolverem—

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Teve as duas CPIs.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu não estou discutindo. É só...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Aí é a opinião...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ...Para a gente saber a referência que o Senhor fez. Agora, o Senhor diz que o STF começou a (soa a campainha) forçar o Senhor a cobrar o empréstimo do Presidente Lula. É o STF mesmo? Eu entendi mal?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. O TSE, Senador. O Tribunal Superior Eleitoral, que dá uma olhada nas contas e tem um Auditor. Quando se faz a prestação de contas, eles mandam por escrito as perguntas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É o Tribunal Eleitoral. Agora, o Paulo Okamoto era Procurador oficial do Lula...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – No final de 2002, ele passou a ser Procurador, só para facilitar, porque ele era o funcionário do PT e determinou a ele

como Procurador para acertar as contas no PT. E ele não concordou com a conta, e deu toda essa celeuma toda que está aí.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Muito obrigado. Presidente. Eu tenho uma pergunta aqui que mandaram agora por telefone...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Faça V.Exª., para encerrar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas é uma pergunta técnica bancária. O SERASA, que controla essas dívidas, é acionado na medida em que o crédito não é quitado. De qualquer Banco. Isso aconteceu o Senhor ou com o partido, por não ter quitado o empréstimo feito junto aos Bancos RURAL e BMG. O SERASA chegou a adicionar ou não?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Está protestada, tanto a do BMG com o PT, que eu e o Valério somos... Está para executar. Tanto do BMG, do RURAL, e o Marcos Valério, o Banco BMG e o Banco RURAL também, acionou as empresas do Marcos Valério e o Marcos Valério acionou do PT, que está na Justiça. Já está na Justiça.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Quem mandou a pergunta, a resposta já está aí. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Heloísa Helena. Senador Suplicy. V.Exª. desiste? Tião já falou. Senador Suplicy, eu solicito a V.Exª. que concentre-se. Senador Sibá.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu troco com o Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Permuta, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Está trocado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Delúbio, Sras. e Srs. Senadores. Eu em primeiro lugar quero fazer aqui o testemunho de uma prática, Sr. Presidente, que era corriqueira e que, desde que eu estou dentro do PT, sou testemunha dela. Eu conheci Delúbio Soares, se não me falha a memória, no finalzinho da década de 1980, Diretor da CUT Nacional. Se não me falha a memória é isso. Diretor da CUT Nacional. Eu estava recém-eleito Presidente da CUT lá do Acre. E deste momento até o final da década de 90 o que eu pude observar do Delúbio era um comportamento de que jamais deu "colher-de-chá" para essa área de finanças da CUT, onde eu participava. Depois, ele é eleito Tesoureiro do PT, e eu já estava também eleito Diretor do PT lá do Acre. Em todos os momentos que eu pude participar de reuniões sobre tesouraria, sobre essa área de finanças, o que eu pude testemunhar é que jamais eu vi qualquer reunião que ele apresentasse facilitações sobre recursos financeiros. Todas as vezes que a gente tratava sobre este assunto, ele falava de "vacas magras", falava de dificuldade, não dava moleza absolutamente sobre nada que tratasse de arrecadação e despesa. Portanto, as campanhas eleitorais, na medida em que muitos Diretórios, já como foi explicado aqui pelo Senador Tião Viana, deixavam de participar da contribuição das despesas, porque era rateio nacional para tudo, todas as vezes que nós tínhamos um reunião, um congresso nacional ou coisa parecida, fazia o rateio nacional, de forma que os delegados dos Estados mais distantes, como é o meu caso, pagasse o mesmo preço de um delegado de um Estado onde estava acontecendo o evento. Era um rateio para tudo, para o hotel, para o alimento, para as passagens, para tudo. E é este o Delúbio que eu conheci. Já disse isso naquela CPI, naquele momento, a dos CORREIOS, reproduzi isso no momento da acareação aqui na CPI da Compra de Votos, e estou reproduzindo nesta CPI. E fiz uma pergunta para o Sílvio, ainda na CPI dos CORREIOS, e que eu queria reproduzir aqui para o Delúbio. Eu perguntei, naquele momento, Delúbio, para o Sílvio, se tudo que ele fez estava em nome de uma causa coletiva, acreditando nisso, e eu quero ser testemunha de novo aqui da confiabilidade que nós passávamos para a nossa Direção, que não era só você, para o conjunto da Direção, e isso é verdadeiro, o nosso Diretório não precisava estar passando papel para tudo, sobre todas as decisões, porque tinha implícito em nossas relações a auto-confiança, e eu perguntei para o Sílvio naquela CPI se ele tinha ficado com alguma coisa para si, no meio dessas negociações que ele participou, se teria aproveitado de alguma ocasião para se beneficiar, fazer algum benefício próprio. E aí, até hoje, eu não vi nada a esse respeito sobre você, mas eu quero te perguntar. Em algum momento Delúbio Soares levou alguma coisa para benefício próprio diante de todas essas circunstâncias?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não, Senador.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Nas suas reuniões, isso às vezes é comum dentro do PT, dizer: "Fulano agora está com o tamanco muito alto, sapato muito alto". Alguma vez passou pela sua cabeça fazer as coisas sem consultar, porque estava, digamos assim, no cerne do poder e que não precisava, então, estar fazendo mais nenhuma Assembléia para tomadas de decisão?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senador Siba, o comportamento das pessoas em determinados momentos, quem foi do PT, quem me viu em todas as CPIs, quem conviveu comigo sabe do meu jeito de tratar

as pessoas, procuro respeitar as pessoas, eu sou uma pessoa que não considero que tenha inimigo, agora, cada um faz avaliação das pessoas conforme a situação, e nunca tive pretensão de ser mais ou menos. Agora, o que o eu fiz eu assumo. Só isso.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – E eu faço essa pergunta exatamente para poder chegar na outra que é sobre o abuso, abuso da chamada confiança que recebeu. Então, você está me respondendo já a segunda, que jamais utilizou-se desta confiança depositada para tomar qualquer decisão em benefício próprio ou de outro, e assim por diante.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senador Siba, não tem uma pessoa no Brasil que foi mais investigada por todos os organismos, pela imprensa, todos os organismos constitucionais, estou dizendo, meu sigilo bancário foi aberto no primeiro dia, meu sigilo fiscal. Tudo. E nunca tive um benefício pessoal. Coloquei isso claro no documento que eu fiz ao PT. O Partido dos Trabalhadores não entendeu assim. Abriu uma Comissão de Ética e o Diretório Nacional do PT, por maioria legítima, 29 votos a 19, decidiu pela minha expulsão. Eu acatei. Estou expulso do Partido dos Trabalhadores. Estou respondendo por aquilo o que o partido me delegou no momento, esse rescaldo, estou respondendo por ele, vou responder. Eu fui criado, sou de uma família, que aquilo que você faz você assume. O que você não faz, você não assume. O que eu fiz, eu estou assumindo perante a Nação e não estou procurando bode expiatório com ninguém. Então, por isso é que essa tem sido a minha conduta, porque assim eu fui criado, e meus irmãos e minha família é assim. Outros podem pensar diferente, mas nós pensamos assim. Fui criado nessa situação. O que eu assumo de responsabilidade é o que eu fiz, o que eu não fiz, eu não assumo responsabilidade. Então, essa conduta, que tomava decisão sozinho, os momentos, cada momento exige um momento na função das pessoas e tal, e a função que foi delegada para mim, eu assumi esse comportamento. Esses empréstimos, para resolver problemas, eu não fui candidato em 2002, não fui candidato em 2004, se sabe disso, as dívidas não eram minhas, eram dívidas de pessoas das quais eu assumi a responsabilidade, porque o cargo que eu exercia, exigia. Foi assim que foi feito. E em política é feito assim, uns assumem, outros não assumem. Eu assumo o que eu faço.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Em algum momento, Delúbio, as pessoas que participaram de conversas contigo sobre dinheiro, trataram de benefícios posteriores, troca de influência ou coisa parecida?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não, Senador. Não tem nenhuma denúncia de nenhum empresário dos quais eu dialoguei em 2002, 2004, que teve achaque, que teve confusão no PT. Não tem nenhum empresário, e olha que eu conversei com muita gente, e converso. Depois que eu saí da tesouraria do PT, eu parei de conversar com as pessoas. Eu converso com meus amigos, hoje. Porque eu não tenho mais responsabilidade administrativa no Partido dos Trabalhadores. E não tenho responsabilidade pelo rumo do PT agora. Eu tinha até enquanto eu era da Executiva. Agora não tenho. Agora eu sou um cidadão sem filiação partidária.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Alguma vez você se sente que achacou alguém, pressionou alguém para contribuir?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não, Senador. Já falei anteriormente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Ou seja, digo isso porque, sobre Daniel Dantas, em algum momento participa de reunião para pressioná-lo para ajudar financeiramente o PT em troca de algum benefício futuro?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu já expliquei aqui anteriormente, mas posso explicar para o Senhor, que não participei, não pedi dinheiro ao Grupo OPPORTUNITY.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, eu queria mais um breve comentário, porque neste episódio sobre o pagamento da dívida que estaria atribuída ao Presidente Lula dentro do PT, naquele momento que a dívida que foi atribuída ao Presidente Lula, dentro do PT, o que eu ouvi, no primeiro momento, era de que ele estava em viagem, em viagem, a serviço do PT e que, consecutivamente, eu compreendo que é uma despesa do partido. Naquele momento, o que chegou para você foi uma despesa pessoal ou uma despesa partidária?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Isso está claro nos documentos. Tem despesas de 97, que o Tesoureiro não era eu. Eu não era Tesoureiro de 89. Não minha gestão, não teve. Foi de gestões anteriores à minha. Não foi na minha gestão, se teve na minha gestão, tem que pegar os cronogramas lá, o que é que era despesa.

Quando o Lula designou o Paulo Okamoto para fazer o acerto dele no PT, foi apresentada dela dívida. O Paulo Okamoto questionou a dívida. "Essa dívida não é do Lula, é dívida do partido". Como o Lula estava em viagem, uma viagem da Marisa, não lembro mais, lembro que ele questionou, e ficou em aberto, para posterior debate. O setor administrativo do PT não encontrou uma solução. Aí o TSE nos cobrou. Andou lá. Olhou. Tem essa conta aqui, tem a do Aloízio, tem do José Dirceu, de viagem também, não era empréstimo,

que se pegava empréstimo, as pessoas podem pensar o que quiser. Mas o que aconteceu foi, ou de viagem, de recursos que as pessoas pegaram para viagem, a prestação de contas, esqueceu, depois some a prestação de contas. Foi isso o que aconteceu. Aí houve a cobrança. O Paulo Okamoto assumiu o pagamento. Já que vocês não liberam (soa a campainha) eu vou assumir o pagamento. E fez o pagamento conforme ele explicou aqui, e que gera alguma polêmica até hoje. Nesta CPI gera uma polêmica sobre isso. Mas foi isso o que aconteceu. Não foi um dinheiro que foi dado ao Lula enquanto pessoa, foi dinheiro pago a despesas ou despesa que achava que não devia ser contabilizada para o partido. Foi isso o que aconteceu.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Então, Sr. Presidente, já para encerrar, dentro do nosso tempo, eu fiz essas perguntas, Delúbio, porque acho que entre nós, nós não tivemos oportunidade mais próxima de conversar sobre elas. E poderia talvez ter sido feito em algum ambiente, mas acho que o furacão desta crise toda evitou que a gente pudesse ter uma conversa no interior do PT, com mais proximidade, despojada de qualquer sentimentalismo ou coisa parecida. Mas, antes tarde do que nunca. Você vem a essa CPI, coloca a sua versão. E eu ouvi do Roberto Jefferson, que está há 23 anos com mandato Parlamentar. E ele disse isso numa CPI também. E que naquele momento ele dizia que o único partido que estava isento de qualquer participação em não contabilidade total das suas despesas de campanha era o PSOL. É um partido recém fundado. Os outros, ele acha que todos praticam. A pergunta que eu faço para encerrar é: Você acha que houve uma prática de "Caixa 2" de campanha, ou o que é você acha que foi realizado com essas despesas não contabilizadas que você citou desde a primeira versão?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senador Siba, sobre os demais partidos eu não faço comentários. Eu procuro explicar o que eu vivi durante esses cinco anos no PT. Primeiro, há uma diferença entre "Caixa 2" e o que foi feito no PT. Porque o "Caixa 2" é um dinheiro, a definição de "Caixa 2" inclusive, quando eu vou à Polícia Federal tem esse debate com o Delegado sobre "Caixa 2" e não contabilizado porque o dinheiro que nós pegamos é um dinheiro contabilizado, para pagar uma despesa não contabilizada. É diferente de "Caixa 2". Não sei se aqui alguém conhece, já ouviu falar em "Caixa 2" como funciona. Eu não preciso explicar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Como é que funciona?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu não sei. Eu não participei de "Caixa 2".

(risos)

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu participei pagando despesas não contabilizadas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – "Caixa 2" é o dinheiro que se recebe sem um contra-recibo, é dinheiro por fora. Na entrada e na saída.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Esse a entrada é não contabilizada. A entrada é contabilizada e pagamos despesa não contabilizada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu não posso concordar com o Delúbio. Ele, como Professor de matemática é um homem de muita lógica, dificilmente não saberia...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O que o eu quero entender aqui, Sr. Presidente, o que eu quero entender aqui é o seguinte. O partido reconhece, viu, Delúbio, o partido reconhece os cinqüenta e cinco milhões de empréstimos. É isso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. Há uma cobrança do partido.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Uma cobrança feita ao PT. Mas quando você faz os empréstimos formais isso está registrado. É um empréstimo formal.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Mas o PT está pagando. Vai responder judicialmente, e está pagando. Vai acertar. Acho que vai acertar.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Porque o Senhor iniciou uma explicação sobre a diferença de "Caixa 2" com recursos não contabilizados. Então, você contabiliza um recurso de empréstimo, e pagou os custos de campanha que não foi contabilizado no seu destino.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Sibá, os companheiros do PT não estão gostando desse assunto.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu sei o que eu estou fazendo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas eu estou vendo aqui é pelo semblante de cada um dos companheiros.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Cada um entende como quiser. Sr. Presidente, me dou por satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e agradeço também as perguntas profundas de V.Exª. aqui, houve inclusive alguma discordância em relação ao que foi dito antes. V.Exª. conseguiu arrancar de Delúbio o que a oposição toda não conseguiu. Parabéns a V.Exª. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Além de V.Exª. falar bastante no depoimento, Senador Efraim, o Senhor tem a capacidade agora de ler mentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Veja V.Exª. que eu tenho razão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pois é. Eu não tenho perguntas a fazer ao Sr. Delúbio Soares, até porque o objetivo desta CPI, eu já estou enjoada de falar sobre isso, mas é para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas, das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Portanto, não há nenhuma pergunta a ser feita sobre bingo, casa de Bingo, lavagem, ocultação de bens dessas casas de bingo, crime organizado, relacionado com casas de bingo, ao Sr. Delúbio Soares. Eu não tenho nem de onde tirar pergunta para fazer com relação ao fato determinado desta CPI. Portanto, ao não ter não vou fazer nenhuma outra pergunta.

Apenas gostaria aqui de deixar consignado que é interessante, porque hoje antes da oitiva, eu não tive a oportunidade de falar na hora, porque acabou, como sempre aqui, se criando aquele tumulto, mas a situação é interessante, como as coisas evoluem. O Sr. Daniel Dantas e o Banco OPPORTUNITY só foi encaminhado ao Ministério Público porque nós preparamos um voto em separado na CPI dos CORREIOS, fizemos toda uma tratativa para que o assunto pudesse criar uma pressão inclusive junto à imprensa, de tal forma que o Deputado Osmar Serraglio, finalmente, incluísse o assunto Daniel Dantas, Banco OPPORTUNITY no relatório enviado ao Ministério Público, inclusive com, mesmo não tendo sido votado, o indiciamento do Sr. Daniel Dantas e da Sra. Carla Cico. Os Requerimentos e todo—

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pena que a Senhora não deixou votar a favor...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pois é. Mas vê como é engraçado, Senador Romeu Tuma, porque assim, olha, todo este assunto só foi investigado, foi incluído no relatório, foi tratado, nunca foi trazido, entende, a não ser assim, tinha um Parlamentar, inclusive não era nem do PT, o Deputado Jamil Murad, que, cada vez que ele pedia a palavra na CPI dos CORREIOS, todo mundo já sabia, era para falar do Daniel Dantas, era para falar dos jatinhos do Consórcio VOA, era para falar do disco rígido, que está lá sob a custódia da Justiça e que não se permite abrir, e é engraçado porque agora hoje fomos nós que não quisemos, entendeu? Dá a impressão de que a gente, que insistiu tanto, que trouxe o assunto, que fez Requerimento, que insistiu, que fez voto em separado e tal, agora nós é que não queremos investigar o Sr. Daniel Dantas. Então, as coisas são interessantíssimas aqui neste Congresso. Interessantíssimas. Como se vira e como se trabalha para aquilo que é deixar de ser e ser inclusive o oposto do que foi durante o período inteiro.

Eu tive a oportunidade de fazer um registro na Tribuna, na semana passada, de uma coisa que eu considerei inédita. Eu nunca tinha visto. Eu tenho 54 anos...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Jovem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Faço política desde os 16, então, eu já vi muitas coisas na minha vida, não vi tudo, talvez nem o mais importante, mas vi bastante coisa, mas eu nunca tinha visto um órgão de imprensa, em editorial, criticar o procedimento de outro órgão de imprensa. E não foi qualquer órgão de imprensa. Foi nada mais nada menos do que o editorial do Jornal o Estado de São Paulo, que fez um editorial contundente, contundente contra a reportagem da Revista VEJA, onde apareceram as contas lá no exterior, das autoridades etc e tal. Agora, a gente tem um episódio onde o editorial de nada mais nada menos do que O Estado de São Paulo, de forma inédita, critica, de forma contundente, um outro órgão de comunicação por ultrapassar a responsabilidade, a legitimidade do jornalismo, de apresentar uma reportagem aonde a própria reportagem reconhece que não tem provas, mas assim mesmo publica, e é engraçado que o que está escrito lá, mesmo com o editorial contundente do Jornal O Estado de São Paulo, acabou servindo de parâmetro. E eu tenho certeza absoluta que a vinda do Sr. Delúbio Soares hoje aqui, porque o Requerimento já era antigo, o Requerimento inclusive, a justificativa, era para outra questão, mas uma boa parte das perguntas aqui se ateve à reportagem. A reportagem que teve nada mais nada menos do que um contundente editorial do Jornal O Estado de São Paulo, desconsiderando, não quero usar a palavra desqualificando, mas, de qualquer forma, sendo muito contundente a respeito do procedimento do outro órgão de imprensa. Então essas coisas todas aqui, a gente fica...

Várias perguntas, foram a respeito de procedimento, de arrecadações não contabilizadas, contabilizadas, "Caixa 2", e a gente fica às vezes aqui, eu fico imaginando como é que a população que tem tantas histórias que não foram muito bem esclarecidas de episódios outros e de outras personalidades, como é que ela fica assistindo a todos nós aqui, e vendo.

Então, eu só gostaria de deixar aqui consignado esta minha perplexidade, que eu acho que é um pouco idêntica a uma boa parte da população, com os episódios e o que a gente vivencia nesta CPMI dos Bingos, porque tudo que está, ou a maior parte do que está

colocado aqui ou que vem sendo feito aqui tem muito pouco a ver com o fato determinado, mas tem tudo a ver com a disputa político-partidária que há mais de um ano está movendo corações e mentes, como muitos gostam de falar e efetivamente produzindo um palco, uma situação de espetáculo, ou de visibilidade, de uma situação política muito delicada.

Eu perguntei a um dos Jornalistas aqui o que é que ele tinha tirado. E ele disse assim: "De hoje, só a votação dos Requerimentos". E eu acho que a votação dos Requerimentos eu acho que ela acabou dando a medida. Uma CPI que funciona há tanto tempo, que tem um fato determinado de uma situação tão delicada e grave como é do jogo no Brasil e da ligação que o jogo tem com o crime organizado efetivamente, que apurou onde tem muito viés de lavagem de dinheiro, eu acho que nós perdemos uma grande oportunidade de poder efetivamente ter feito uma boa investigação sobre a questão dos Bingos, do crime organizado e da lavagem do dinheiro por esta modalidade operacional. Então, eu espero que o Jornalista que absorveu através da votação dos Requerimentos o significado da Sessão de hoje esteja certo. E que a gente possa ainda talvez, no pouco tempo que nos resta, ter algum resultado na investigação de Bingos e não na investigação de tantos outros assuntos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. E concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, se desejar. Em seguida, o Senador Suplicy, para fecharmos com chave de ouro.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – No meu ponto de vista...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E quanto ao Jornalista, eu acho que é da Rede 13. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Da minha parte, eu diria que as perguntas foram feitas, esclarecimentos foram prestados. A gente só tem que sempre pensar em termos assim dos mecanismos que vêm sendo construídos a partir de uma série de denúncias, de problemas que acontecem na vida nacional.

É interessante lembrar, quando falava-se hoje da dívida que, porventura, o Presidente Lula pudesse ter com o PT, e que se relacionava talvez a um adiantamento para despesas de viagem, e alguém até perguntava "Mas esse adiantamento acontecia ou não?" A gente tem que esclarecer que nós temos que entender isto dentro da ótica de pessoas que, na verdade, vêm de uma condição econômica extremamente simples, como é o caso do Presidente Lula. Nesta CPI mesmo nós discutimos num dos depoimentos o fato dele ser candidato em 1989, disputando com o Presidente Collor, morava, naquela época, numa casa, usando a expressão que foi usada aqui, numa casa do BNH onde a pessoa podia do muro ver tudo o que acontecia dentro da casa, ele candidato a Presidente da República morando nessa casa, e os amigos dizendo "Olha, você não pode mais morar nessa casa, até por uma questão de segurança". E, naquela época, houve então o empréstimo da casa, porque ele nem tinha condições, eu diria, na época, de comprar a sua própria casa. Ou seja, o candidato a Presidente da República do Brasil, naquela época, não tinha condições de ter a sua própria casa, em condições de segurança.

Então, naquela época, foi emprestada a casa e, quando ele voltou de uma viagem, os amigos lhe disseram que se ele quisesse, brincando, naturalmente, que se ele quisesse se encontrar com a família ele não deveria ir para a casa dele, porque eles já tinham se mudado para outra casa. Ou seja, é uma situação com a qual toda a população brasileira tem que se acostumar. Dizer: "Olha, nós estamos falando de uma pessoa simples, como é o Presidente Lula, de uma pessoa que tinha dificuldades econômicas, não podia comprar a própria casa, melhor e mais segurança, porque, na seqüência, as pessoas estavam reclamando que ele teria comprado um apartamento de cobertura de 180 metros quadrados, depois de anos de trabalho, de luta, vendendo carro, vendendo patrimônio e tendo comprado.

Então, naquela época, hoje esse debate aconteceu também em relação ao empréstimo, e é bom sempre lembrar esses fatos, que eu não estou pessoalmente levantando aqui, mas que já foram debatidos nesta CPI. Agora, a população sempre pergunta o que fazer com esses fatos todos. Como é que a gente pode ter mecanismos no Brasil para que possa haver algo permanente em termos de investigação, de levantamento ou o que quer que seja.

E eu diria que os passos que vêm sendo tomados são passos positivos para o Brasil. Que passos são esses? Indicação de um Procurador-Geral da República, que depois inclusive com o seu substituto, com o seu sucessor, Cláudio Fonteles, Antônio Fernando, que vem fazendo, enaltecido pela própria oposição, um trabalho exemplar. Qualquer Presidente da República que tivesse eventualmente o desejo de esconder quaisquer coisas que fossem da sociedade ou de algum tipo de investigação, jamais indicaria Procuradores desta qualidade para coordenarem todo o trabalho de um dos caminhos mais necessários para a consolidação da transparência e da democracia. Ou a Polícia Federal, o Senador Romeu Tuma inclusive já foi Diretor da Polícia Federal, nunca se investigou tanto como nos últimos tempos. Aí a pessoa vai dizer "É, mas também nunca houve tanto roubo como ultimamente". As pessoas que

acham que com isso vão convencer a população, eu diria, dobrou-se o quadro da Polícia Federal e existe a determinação para se investigar.

Então, políticos de qualquer partido, do Judiciário, nós tivemos aqui o caso do Juiz Federal que veio depor nesta CPI, que já tinha sido Delegado, já tinha sido Procurador e era Juiz Federal e, quando veio depor, pelo menos, ainda estava preso.

Ou seja, além dos Procuradores, que vêm fazendo um trabalho extraordinário, enaltecido por todos, a própria Polícia Federal, a própria Corregedoria-Geral da República, o pessoal reclama muitas vezes que eventualmente Prefeituras dirigidas por outros partidos estejam com as suas contas sendo verificadas, quando, na verdade, existe um processo de sorteio e qualquer Prefeitura pode ter as suas contas investigadas. Se a gente olhar o Bolsa Família, Portal da Transparência, qualquer pessoa pode ver, em qualquer Município do Brasil, repetindo, quais as pessoas que têm acesso ao Bolsa Família, CPF, RG, endereço e quaisquer coisas que sejam necessárias. É claro que quando a gente tem 10 milhões de famílias, vamos dizer que haja meio por cento de desvios em termos do Bolsa Família. Meio por cento significaria 50 mil casos. Mas temos que cuidar dos 50 mil casos também.

Então, eu diria para a população assim, de uma maneira geral, que os mecanismos têm que ser permanentes, além da própria CPI aqui dos Bingos, dos CORREIOS, da Compra de Votos e quaisquer outras CPIs, que são necessárias, são importantes, têm que ser, mas eu acho que mais importante do que isto é criarmos a metodologia, as instituições se fortalecerem, terem independência, melhorarem, se aprimorarem, para que o Brasil possa ser melhor. O próprio Judiciário, eu diria, tantas vezes criticado, mas, muitas vezes cumprindo a lei. O que nós temos que fazer, na verdade, é melhorar a legislação como, aliás, foi o grande debate, depois, dos problemas de segurança em São Paulo. Mas também melhorar o Código de Processo Penal, Código de Processo Civil, a legislação toda, as penas, para que a gente tenha instituições fortes, qualificadas, independentes e que possam, na verdade, trabalhar nessa direção.

Quanto ao que a gente está discutindo e investigando aqui, nós temos que ter mecanismos também na Legislação Eleitoral, particularmente, que permitam com que haja assim muito mais transparência nos processos todos. E eu só termino dizendo, em relação às perguntas que foram feitas anteriormente, que muito já foi dito, muito já foi esclarecido e todas essas instituições têm toda a condição de levarem adiante e trazerem a transparência, o esclarecimento que é necessário. Não tenho propriamente uma pergunta, porque eu acho que as perguntas já foram feitas anteriormente, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. E concedo a palavra ao Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Moraes, Senador Garibaldi Alves, Relator. Eu não vou formular perguntas ao Sr. Delúbio Soares. Ele sabe que os mesmos objetivos e anseios que ambos abraçamos dentro do PT continuam extremamente válidos e eu continuo em busca de um Brasil onde nós possamos estar tendo um sentido de justiça, de solidariedade para todos. E mesmo estes difíceis episódios pelos quais nós temos passado, e eu imagino o quanto tenha sido difícil para o Delúbio Soares estas Comissões Parlamentares de Inquérito, mas eu tenho a certeza de que, se erros foram cometidos dentro do Partido dos Trabalhadores, é obrigação de todos nós estarmos contribuindo para que eles sejam superados, corrigidos. E este continuará a ser o meu propósito, mas, sobretudo, os grandes pilares que nos levaram a fundar o partido, a luta por democracia, por ética na política, por realização da justiça continuarão sempre de pé e como uma instituição que está muito acima de qualquer de nós.

Então, como eu já havia argüido o Delúbio Soares nas demais CPIs, nas ocasiões em que esteve, e como tantos perguntas já foram formuladas, Sr. Presidente, eu hoje não estarei formulando perguntas, apenas deixo, se ele desejar dizer qualquer palavra, que esteja aberta esta oportunidade. Mas quero inclusive transmitir, Sr. Presidente, o que o eu disse pessoalmente ao Sr. Delúbio Soares. A qualquer momento que ele desejar dialogar comigo, em qualquer momento da vida, seja sobre o nosso partido, sobre qualquer assunto, que eu estou à disposição. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço ao Senador Suplicy. E concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena. V.Exª. tem a palavra, Senadora.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Bom, primeiro...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Não tem problema nenhum, eu sou acostumada, quem lida com criança é acostumada a menino gritando e a gente não perde a concentração.

O Senador Tião Viana acabou, na fala dele, também lembrando da minha militância no PT. E aí eu não tive a oportunidade de conviver com o Delúbio Tesoureiro, porque eu não fui candidata na época que V.Sª. era Tesoureiro. Quem era Tesoureira em 98 era Clara

Ant. Mas, como eu era da Direção Nacional, então eu sempre via em V.Sª. a pessoa responsável pela discussão de todas as finanças do partido, claro que o debate do assembleismo no PT, isso é lenda, não tinha isso. Uma cúpula decidia. Sempre foi assim. Esse negócio do assembleismo, se decidia tudo coletivamente, não é verdade, algumas coisas sim, outras coisas não. Ao contrário de outros, Sr. Delúbio, todas as vezes que eu fico analisando os depoimentos que foram dados, não vou falar do depoimento do Sílvio Pereira porque algumas pessoas ficam querendo jogar um contra o outro quando de fato, na minha interpretação, ele protegeu V.Sª. Embora ele tenha dito que não era do grupo, da cúpula, que tomava conta das finanças do partido, até porque, eu não tenho dúvida, ou são todos inocentes, V.Sª., o Sr. Sílvio Pereira, o ex-Ministro José Dirceu, ou são todos igualmente responsáveis, incluindo o Presidente Lula.

Então, ou todos são inocentes ou todos são igualmente responsáveis. Eu acho que são todos igualmente responsáveis. Mas posso estar enganada. Mas, eu acho que seria impossível, impossível, e todas as entrevistas que eu vejo de V.Sª. ou do Sílvio Pereira ou de qualquer um outro, que um ou outro assume isoladamente a responsabilidade de ter, unilateralmente, feito tudo sozinho, eu fico tentando acreditar, e não acredito.

Eu acho que é impossível que V.Sª., isoladamente, tomasse a decisão sozinho de armar um acordo com Marcos Valério, que ninguém sabe ainda se a dívida era de cinqüenta e cinco milhões, trinta e dois milhões, três milhões, cento e vinte milhões, setenta milhões. Ninguém sabe ao certo o que é. Acho que quando o Sílvio Pereira disse que o Marcos Valério tinha autonomia, porque ele disse que não acreditava que o Senhor era quem liberava todos os sacadores, que é uma pergunta que eu acabo fazendo para o Senhor anotar também, se todos os sacadores, porque o Sílvio Pereira disse que o Marcos Valério ele liberava, que não era o Senhor, que o Senhor certamente liberava quatro ou cinco pessoas que foram lá sacar, mas que não era ele, ele achava que todos os sacadores porque foram muitos sacadores, Assessores, Deputados, Diretórios Regionais, dirigentes dos Estados.

A pergunta é essa. Se todos os sacadores eles tinham que ligar para V.Sª. e V.Sª. dizia "Vá até o Banco, porque o Sr. Marcos Valério disponibilizou", ou se ele tinha um grau de autonomia, ou se o Senhor não sabe se todos os sacadores passaram pela autorização do Senhor ou não, porque ele disse aqui isso claramente. Se ele, se o Sr. Marcos Valério auxiliava na captação de recurso ou para financiamento da campanha de Prefeito ou para os supostos pagamentos de dívida de campanha atrasada, se ele fazia isso, porque mesmo as declarações que o Senhor deu, que o Sr. Marcos Valério deu, que o Sr. Sílvio Pereira deu, que outros deram, eu não consigo ainda identificar exatamente como funcionava isso. Não consigo identificar. Se era só do empréstimo que foi feito, se tinha outras fontes de recursos, porque, o montante do empréstimo com o montante das supostas dívidas, com o montante disponibilizado nas campanhas de Prefeitura eles objetivamente não batem. É como se houvesse necessidade de mais recurso. Não estou nem falando da história de dólar. Não estou falando de dólar para paraíso fiscal, dólar em peça íntima de vestuário masculino. Não estou nem falando desse montante, porque aí é um montante muito maior.

Então, a pergunta objetiva é se o Sr. Marcos Valério tinha autonomia para buscar outras fontes de financiamento, se ele de alguma forma informava ao Senhor ou não, se ele tinha autonomia, se ele sozinho, se existia essa autonomia da parte dele, dele liberar recurso, se alguém do PT podia procurá-lo e ele liberaria recurso pelo grau de confiança que tinha, ou se tinham que passar todos por V.Sª. e se o Senhor teve conhecimento, não pela imprensa, se o Senhor teve conhecimento de que o Marcos Valério já tinha essa experiência em viabilizar esse tipo de empréstimo, que depois era pago de alguma forma pelo Governo em publicidade e alguma coisa, se ele em algum momento comentou com V.Sª. ou se o Senhor tem algum mecanismo concreto, não estou falando das informações que saíram na imprensa, se Marcos Valério, de alguma forma, operava esse mesmo esquema de pedir empréstimo para um partido, sendo outros partidos, ou outros Governos, se ele alguma vez disse isso, se disse: "Não, Sr. Delúbio, eu já fiz isso outras vezes. Isso é uma operação que pode ser fechada facilmente, se pode depois prestar essas contas", ou não, se ele já tinha dito que fazia isso em outros Governos, se ele tinha essa experiência anterior, se o único mecanismo de pagamento de dívidas de campanha do PT ou dos partidos da base aliada se eram única e exclusivamente esse empréstimo, se não era, se a dívida era maior, se ele tinha autonomia para buscar, ou se ele liberava, ou se todos os saques que foram feitos, ou toda a disponibilidade de recursos para os Diretórios Regionais ou para Assessor, ou para qualquer um Parlamentar que pedia, todos passavam por V.Sª. Todos eram assim, ou outra pessoa liberava, outra pessoa ligava para o Marcos Valério para liberar ou não, ou todos eram com V.Sª.?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senadora Heloísa Helena, primeiro eu já disse, a Senhora não estava no Plenário, mas quero repetir, eu não assumo e não tenho nenhuma responsabilidade com

a entrevista do Sílvio Pereira. Continuo amigo dele. É indiferente. Então, eu não tenho nenhum problema com o Silvinho. Mas, as entrevistas dele é de responsabilidade dele. E ele que assuma o que falou, não eu. Então, eu não tenho nenhuma responsabilidade com a entrevista do Sílvio Pereira.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Tudo bem. É porque eu acho que a entrevista dele, eu acho que, de alguma forma, lhe defendeu.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Me trouxe aqui também, não é? Segundo o Presidente (soa a campainha)

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Mas é só uma coisa. Havia autonomia...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Agora eu vou explicar a segunda parte. Sobre o Sílvio Pereira, que a Senhora baseou para fazer a indagação corretamente. Não estou questionando a Senhora, não. Estou respondendo a Senhora.

Ao solicitar se o Marcos Valério tinha experiência ou não. Como eu conheci o Sr. Marcos Valério? Quem me apresentou o Marcos Valério foi o Virgílio Guimarães. Depois, duas pessoas que sempre foram, a Senhora foi do PT, sabe que nunca teve entendimento entre o Chico Ferramenta, que foi Deputado Federal e o Deputado João Magno. Todos dois me recomendou, mil elogios ao Marcos Valério. Então, ele foi uma pessoa apresentada por uma pessoa de Belo Horizonte, que é o Virgílio Guimarães que, a Senhora sabe, no PT, nunca foi da minha turma política, do meu grupo político. Nunca foi.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – É verdade.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – O João Magno e o Chico Ferramenta avalizam? Eu o tratei como pessoa do melhor referencial. Eu nunca perguntei ao Marcos Valério o que ele tinha feito anteriormente. Então, todas as vezes, todas as pessoas que se relacionam comigo eu não pergunto o passado. Como nós fomos filiados ao mesmo partido, mas nós nunca tivemos uma relação de amizade interna no partido e nem fomos da mesma corrente interna do PT, sempre tivemos um diálogo com respeito, respeitoso, mas em posições diferentes, eu nunca perguntei o passado das pessoas, e também não o fiz isso com o Marcos Valério. Se ele tinha tido experiências em outro tipo, não perguntei. Talvez tenha sido... Podia ter perguntado. Mas, não perguntei. Não me veio à cabeça, não perguntei.

Quem definia. Nós solicitamos os empréstimos, os empréstimos foram ao longo de dois anos, aproximadamente, de 2003 e 2004. E todas as orientações de pagamento foi dada por mim. O modo de operar, de fazer, se era no Banco RURAL daqui, se era no Banco RURAL de onde, se era em outro local, eu nunca... Não sabia. Fiquei sabendo quando, já falei isso nas outras CPIs, estou repetindo à Senhora e à CPI aqui dos Bingos. Então, eu não tinha a vivência do dia-a-dia. Tinha uma necessidade. "Marcos Valério, atende o Fulano num valor 'X'", e assim ele fazia. Como ele fazia eu não perguntava.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Dos empréstimos que nós fomos pegando. Tanto é que os empréstimos são de datas... Tem seqüência dos empréstimos, não foi tudo de uma vez. Foram aparecendo várias despesas, várias necessidades, a Senhora mesma acompanhou a evolução do partido, a ampliação do partido, a profissionalização do partido. Tanto é que o resultado de 2004 foi positivo para o PT, comparando com a eleição de 2000. Perdemos algumas eleições, o PT naquela época perdeu algumas eleições importantes. Em 2004, São Paulo, Porto Alegre, Belém, para o partido foi uma perda. Mas foi da política. As pessoas tiveram condições de disputar as eleições em pé de igualdade do concorrente. Todas as cidades médias e grandes. Então foi isso o que aconteceu. Então, o Marcos Valério, a relação que eu tive com ele foi uma relação muito respeitosa e correta. Então, foi isso o que aconteceu. A entrevista do Sílvio insinua isso. Eu li a entrevista do Sílvio, como a Senhora leu. Agora, eu não posso concordar com a entrevista do Sílvio.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Sim. Mas a decisão, por exemplo, uma coisa era dívida de campanha ou qualquer uma outra dívida ou dívida de campanha passada ou dívida a ser feita ou da campanha de Prefeitura, qualquer coisa assim, do PT. Aí lógico que era uma discussão do PT de como fazer para pagar. Mas de quem foi a decisão de que o PT assumiria a dívida dos aliados? Porque eu não acredito, a não ser que o Senhor me diga que tomou uma decisão sozinho de que iria assumir a dívida de todos os partidos da base aliada. Porque era uma dívida grande. Porque a informação que tem aqui, eu acabei falando do Sílvio porque é o nome dele que está aqui, mas não só foi ele que falava que era uma dívida de dezessete milhões, que pagou quatorze, ficou três milhões, e tinha uma dívida no Estado de trinta e dois milhões e que tinha uma dívida grande da base aliada. De quem foi a decisão? Porque era uma dívida muito grande. Eu, sinceramente, não acredito que o Senhor tomaria sozinho uma decisão de dizer "Eu vou pagar trinta e tantos milhões de dívida de outros partidos". Então, essa dívida foi tomada como? Já não tinha mais aquele comitê do partido, que o Senhor citou anterior-

mente, da campanha, que é normal que tenha, com os Presidentes ou indicados de partidos e Tesoureiros. Aí isso foi uma nova decisão do PT de dizer assim "Nós vamos pagar as dívidas da base aliada para que continue nos apoiando agora, ou é porque eles passaram a ser base aliada? Como é exatamente essa formulação, que eu não consegui entender? Ou não? Ou o Senhor, unilateralmente, decidiu que a dívida da base aliada ela seria incorporada na dívida do partido e entraria no empréstimo Marcos Valério?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senadora Heloísa Helena, primeiro, esses números é o Sílvio que está dizendo e a Senhora está lendo...

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Sim. Mas então quanto era? Para nos orientar, porque...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Ao todo foi, aproximadamente, já falei isso na CPI anterior, da Compra de Votos, eu falei isso, expliquei, mais ou menos durante o período de 2003 e 2004, em números redondos, trinta milhões, isso está consignado na CPI, trinta milhões, aproximadamente, foi para custear gastos do Partido dos Trabalhadores, de todas as suas instâncias, Diretório Nacional e Diretórios Regionais. E aproximadamente vinte e cinco milhões com os partidos da base aliada. E está lá discriminado os números que está na outra CPI, que agora não me lembro de cor. Mas foi isso o que aconteceu.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Tinha alguma outra, existia alguma possibilidade de alguma outra personalidade da Direção do PT ou da base aliada, ou mesmo o Marcos Valério, isoladamente, ele buscar alternativas de financiamento e disponibilizar para pagamento de dívida de campanha, ou não?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Do meu conhecimento, não.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Porque existe um outro montante. E quando, não sei se foi o Senador Garibaldi quem perguntou, o Senhor de pronto, nem pensou, disse de pronto "Não tenho conhecimento. Não sei qual é esse dinheiro". Que entra inclusive o recurso, os tais dos dólares nas peças íntimas do vestuário masculino, ou os dólares que foram para o paraíso fiscal. Então, não tem, o Senhor não tem. É isso que o Senhor está dizendo aqui, que o Senhor não tem conhecimento de nenhum outro mecanismo...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. Conforme eu já falei anteriormente. Nenhum outro mecanismo. Não conheço. Não passou por mim. O que eu posso falar é o que eu sei, Senadora. Eu estou assumindo, até muita gente acha exagerado, eu estou assumindo o que o eu sei. O que eu não sei... Não tenho conhecimento.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Mas o Senhor partilhava com alguns dirigentes do Diretório ou da executiva as dívidas, como estavam sendo pagas, o empréstimo que tinha sido feito? Partilhou com alguém da executiva?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu já expliquei para a CPI aqui. Os problemas foram surgindo, e cada... As pessoas nos Estados ou dos partidos da base aliada conversavam com um membro da Direção da executiva do PT. E cada um desses chegava para mim e exigia solução. Um partido do tamanho do nosso, nas condições que nós construímos, os outros partidos, eu não conheço a vida dos outros partidos, conhecia a vida do Partido dos Trabalhadores, até enquanto eu era filiado ao PT. Desde que eu deixei de ser filiado ao PT não participo mais, não fui mais à sede, e não trato mais do assunto, porque não é da minha alçada agora.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Eu estou falando do passado mesmo. Não é do presente. Então, alguém da executiva porque o Senhor disse aqui, só para ver se eu entendi certo, alguém da executiva era procurado por alguém da base aliada.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Posso explicar. Ia num Estado, vou dar os exemplos que já foram citados aqui...

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Sim, mas eu estou dizendo sem ser do PT. E estou dizendo da base aliada.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – A base aliada, para a Senhora entender, chegou com dificuldades. A base aliada, alguns, o Valdemar Costa Neto já deu entrevistas sobre isso...

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Eu estou entendendo. É o seguinte. Alguém, por exemplo, o Valdemar, ou o "João" ou o "José", procurou alguém da executiva do PT ou alguém da Direção ou alguém que representasse o Governo, Aí essa pessoa chegou para V.Sª. e disse: "Delúbio, precisa resolver o problema de partido tal". Não? Ele mesmo ia até o Senhor?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Quando se tratava do assunto de finanças, as pessoas aqui, nós, todo mundo tem muita autoridade aqui. Todo mundo sabe. Quando o assunto de finanças, alguém fala um problema de finanças, se ele não é o responsável, as pessoas dizem "Fala com Fulano, que é o responsável". É assim que acontecia no PT. Não chegava um dirigente do PT, "Delúbio, resolve o problema de 'A' ou de 'B'". As pessoas já vinham direto conversar comigo. Conversavam com as pessoas e as pessoas mandavam conversar comigo, e aí nós resolvíamos o assunto.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Está certo. Eu estou dizendo o seguinte. Mas qualquer partido, veja só uma coisa, é evidente que se, vamos supor aqui uma coisa inimaginável e impossível, se o Senador Tuma...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu não fiz nada. (risos)

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – ... que não fez nada, se o Senador Tuma, ou eu que era da oposição, chegássemos para V.Sª. e dissesse "Tenho que resolver essa dívida", é evidente que o Senhor ia perguntar a alguém se isso existia, se era para liberar ou não. Ou o Senhor, decididamente, qualquer membro da base aliada, que já sabia, porque veja, se qualquer membro da base aliada já sabia que tinha que procurar o Senhor, é porque sabia que o Senhor tinha a legitimidade, conferida por quem manda, para que fosse ao Senhor. Porque ninguém mandaria procurar uma pessoa que não tivesse legitimidade, que não tivesse poder. Não mandaria. Então se encaminhava, aí o Senhor decidia fazer a liberação. Aí o Senhor conversava com alguém do partido para dizer "Olha, eu resolvi o problema de partido tal". Para mais alguém saber. Porque eu estou trabalhando na especulação, Sr. Delúbio, porque como é que alguém é Tesoureiro, vai estar resolvendo o problema de partidos da base aliada, um Parlamentar chega lá e diz "Delúbio, me arranja aí dez milhões porque eu saí devendo de campanha", é evidente que o Tesoureiro não iria assumir, mesmo sendo poderoso, porque você era muito poderoso, às vezes eu fico impressionada como determinadas pessoas tratam de forma tentando dar um caráter de desprestígio, ficar fazendo insinuações maldosas aqui pelo corredor, às vezes eu fico impressionada, porque V.Exª. precisava ver, Senador Tuma, é por isso que eu fico impressionada quando eu vejo, às vezes até sendo atacado, desrespeitado e todo mundo aqui caladinho, bonzinho, como se não tivesse nada. Tudo bem. Mas aí eu fico impressionada assim, porque era uma pessoa importante. Sendo uma pessoa importante, precisava ter a delegação de alguém. A pergunta objetiva. O Senhor, quando resolvia o problema de algum partido da base aliada, comunicava a alguém da executiva do partido ou do Governo, dizia "Olha, resolvemos o problema", pelo menos para dizer assim "Se alguém estiver lhe procurando, tentando resolver esse problema, eu já resolvi", ou não, era uma relação de V.Sª. com a outra pessoa e ficava ali, não comentava com ninguém? É uma coisa objetiva. Porque eu, sinceramente, Delúbio, o que eu mais gostaria era de sair daqui convencida, ou em todos esses processos, que você sozinho fez isso tudo. Como eu não tenho, aí claro que a minha opinião não é a sua, como eu acho que é impossível você sozinho ter feito tudo isso, então eu fico todo o tempo querendo saber. Não é possível. Deve ter alguma outra pessoa, pode não ser o Presidente da República, pode ser o Presidente da República, pode não ser o ex-Ministro, pode ser o ex-Ministro, quem quer que seja, então, para eu não ficar especulando, é só uma coisa. O Senhor comentava com alguém que tinha resolvido o problema do partido da base aliada ou nem tinha necessidade, ninguém perguntava, era só isso mesmo, o Senhor ia lá, resolvia o problema, o outro se sentia satisfeito, não procurava mais ninguém e as coisas ficavam só assim? É uma coisa muito objetiva. Comentava com alguém que resolveu problema ou não, ou simplesmente era uma relação entre duas pessoas, duas pessoas adultas, resolvia e acabou?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senadora Heloísa Helena, eu penso que, como suposição "A", "B" ou "C", eu quero responder à Senhora o que eu já respondi aqui à CPI. Como era feito. As pessoas que me procuravam, eu resolvia o problema e assim encerrada. Foi assim que aconteceu. Não posso aqui dizer coisa que eu não participei e que eu não sei. Então é isso que eu quero dizer para a Senhora e para a CPI. E já tinha respondido essa questão a um outro Senador que tinha perguntado.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Eu entendi a resposta de V.Sª., Mas só para que...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A Senhora mantém a sua dúvida.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Não, não tenho dúvida disso. Não tenho dúvida. Agora, pode ser no âmbito da especulação, mas eu, eu acho impossível que uma pessoa sozinha, ou duas, ou três, tivessem montado uma articulação dessa, fizesse tudo isso, sem a cúpula palaciana do partido saber.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora, V.Exª. tem dois minutos.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Não. Já acabei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. já concluiu. Nessa questão, eu quero até dizer que o Sr. Delúbio foi coerente. Ele respondeu a mesma coisa. Disse que existe alguém e que não quer dizer quem é. Disso aí não há dúvida.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A conclusão da Senadora que é a minha. Eu arriscava três nomes, aliás, dois, para não ter que jogar o triplo, jogar fora. Já que trata (inaudível). Era Lula ou José Dirceu?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senador, eu não vou comentar as idéias do Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então não precisa. Não comenta.

Então, o Senador Magno Malta e, em seguida, o Senador Arthur Virgílio, para que nós possamos liberar o nosso depoente.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Eu serei breve. Sr. Presidente, Sr. Delúbio Soares. Penso que é a terceira ou quarta vez que o Senhor vem ao Congresso, à Câmara, ao Senado para depor em CPI. E eu estava acompanhando os depoimentos do meu gabinete. E não vou fazer as mesmas perguntas, até para não entrar num processo repetitivo, um processo cansativo. O Presidente acha que já é hora da gente encerrar. Eu imagino que tudo que foi denunciado precisa de investigação, e profunda. Imagino que o relatório da CPI dos CORREIOS, encaminhado ao Ministério Público, à Procuradoria da República, à Justiça, deva ser revisto, as investigações também, cruzadas informações. E eu lamento que essas coisas não aconteçem assim. Eu estou ali, e vou me pronunciar hoje com relatório e proposta da CPI do Narcotráfico. E descobri que nós propusemos, há sete anos atrás, quando era Deputado Federal e o Senador Efraim, Presidente, de que nós havíamos proposto já a questão dos telefones fixos e celulares. Há sete anos atrás. Numa descoberta, numa investigação feita exatamente em São Paulo. E propusemos na CPI do Narcotráfico e nada aconteceu. Sete anos depois. O que aconteceu foi o que aconteceu aí. Então eu imagino que é preciso debruçar em todas as denúncias, debruçar em tudo o que foi denunciado, o que foi investigado. V.Sª., quando começou o seu depoimento falou "Eu depus isso na Polícia Federal, falei com o Procurador da República". E eu imagino realmente que tenha que ser investigado no seu fórum. Onde deva ser investigado. Por isso eu quero fazer uma pergunta no sentido de que V.Sª. possa cooperar comigo, porque eu estou preparando um voto em separado, até por uma questão de coerência comigo, dos levantamentos que tenho, do que disponho, sobre a questão do bingo no Brasil, sobre a questão da contravenção brasileira. Se abre um bingo toda tarde outro à noite em São Paulo, e cada um mais bonito que outro, cada um mais suntuoso que outro. O Brasil inteiro, com ressalva lá para o Paraná, do Senador Álvaro Dias, com ressalva, porque lá os Bingos estão fechados. Mas a cada lugar, no meu Estado, e dos mais levantamentos, e o que disponho, no intercâmbio com quem disponho dessas informações, até porque é uma questão que me preocupa muito, até porque nós fomos a fundo na investigação da questão dos Bingos, na relação com o narcotráfico no Brasil. E por isso eu, para ser justo comigo, coerente comigo, que quando propus essa CPI, o fiz pensando nessa investigação, para dizer se bingo serve para o Brasil ou se não serve, se é bom manter aberto ou se é bom manter fechado, se mais ou menos, se uma porta ou duas portas, se máquina caça-níquel ou fecha tudo e acaba com caça-níquel, porque desgraça a vida.

Quer dizer, essa análise aí, se serve para o Brasil, um País com fronteiras abertas e que todo mundo vem aqui para dentro lavar o seu dinheiro nos Bingos. Eu quero saber de V.Sª., na questão dos Bingos, em que é que V.Sª. pode cooperar comigo nesse voto em separado que eu estou preparando.

Primeiro. O Senhor, por ter sido Tesoureiro do PT durante um tempo da sua vida, o Senhor teve relacionamento com os bingueiros do Brasil, recebeu dinheiro dos Bingos? Primeira pergunta.

Em segundo lugar. O que é que o Senhor sabe de Bingo, da contravenção do Bingo? Para que o Senhor possa cooperar comigo com esse voto em separado que eu vou fazer.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senador Magno Malta, eu já respondi a questão numa outra pergunta de outro Senador. Eu nunca tive relacionamento com nenhuma pessoa vinculada a jogos no Brasil e, em especial, de Bingo. Nunca entrei numa casa de Bingo. Nunca. Nem em quermesse eu jogava Bingo. Nunca. Então, não tive relação. Portanto não tive. Na teve na campanha presidencial. Enquanto eu fui Tesoureiro do PT, nenhum recurso oriundo de Bingos.

Segundo. Como é que eu poderia ajudar o Senhor. Eu me sinto numa frustração total, porque não conheço do assunto, não conheço ninguém, e o episódio dos Bingos veio para essa CPI, então eu não tenho nenhuma, lamentavelmente, eu não consigo colaborar com o Senhor. Não tenho uma, não é a minha... Se fosse da área de educação, que é a área que eu sou formado, e que eu militei e trabalhei anos e anos, eu teria condições de ajudá-lo. Mas, na área de Bingos eu não tenho condições de ajudar em nada. Eu me acho incompetente para ajudar em tamanho pedido que o Senhor me fez. Eu fico muito honrado, mas não tenho condições de ajudá-lo.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Houveram algumas citações aqui de envolvimento de bingueiros, como a questão do angolano, e quando naquele depoimento lá que envolve a morte do Toninho. E aí é um episódio que trata de pessoas envolvidas com Bingo, e eu penso que aqui é preciso aprofundar essa investigação em cima desse bingueiro, esqueci o nome dele, é o...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Os angolanos, Caio e Vadim.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Os angolanos, Caio e Vadim, que foram citados aqui, e também

a questão do depoimento do menino lá, que fala da questão dos Bingos, da morte do Toninho, da questão do Bingo, que nós ouvimos. Eu, o Senador Tuma e o Senador...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Jack.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Jack. O nome fictício é esse. E que também quero realmente citar isso nesse voto em separado que eu estou preparando, porque a mim me preocupa plenamente essa questão do Bingo no Brasil, visto que nós somos um paraíso para lavagem de dinheiro do narcotráfico, e não temos qualquer vocação para o jogo, uma vez que nós fazemos fronteira com todo mundo que planta, que refina, que faz contrabando, que manda para o lado de cá, nós não temos qualquer tipo de vocação.

Daí a razão da minha pergunta, numa questão de querer fazer justiça, entendendo que tudo que foi praticado, tudo que foi denunciado e que foi investigado pela CPI dos CORREIOS e pela CPI da Compra de Votos, de fato, o Ministério Público e a Polícia Federal precisam ir a fundo nessa questão, até para dar uma resposta à sociedade, e acho quem mais é interessado nessa resposta são os Senhores. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. E Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Muito bem. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores. E cumprimento o Advogado do depoente, Dr. Delúbio Soares. E começo com o início do depoimento do Sr. Delúbio, quando ele diz que a administração financeira da campanha do Presidente Lula em 2002, à qual se levantou a existência de "Caixa 2", até mesmo para o pagamento do publicitário Duda Mendonça, teria sido exercida por ele, Delúbio, por José Dirceu e pelos Presidentes dos partidos aliados. Portanto, o ex-Ministro José Dirceu não poderia alegar desconhecimento desse "Caixa 2", da prestação de contas falsa com a Justiça Eleitoral, e nem se poderia dizer alheio às manobras para pagar as dívidas. Essa é uma pergunta. E se pudesse anotar, eu faria de uma vez, todas. Ou prefere de uma por uma?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – De uma a uma, Senador.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – De uma a uma, então. Pois não. De uma a uma. Vamos lá.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – O Senhor podia repetir a pergunta, Senador.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Repetir?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – É.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – O Sr. José Dirceu alega desconhecimento do "Caixa 2", da prestação de constas falsa à Justiça Eleitoral, e alheio às manobras para pagar as dívidas. No entanto, no início do seu depoimento, o Senhor afirmou que a administração financeira da campanha do Presidente Lula em 2002 teria sido exercida pelo Senhor, pelo ex-Ministro Dirceu e pelos Presidentes dos partidos aliados. (soa a campainha)

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu respondi à pergunta como era formado o comitê financeiro que o Relator perguntou. O comitê financeiro da campanha eleitoral era exercido pelo Presidente do partido. Isso é legal. É a lei. Ou um designado por ele. O Presidente do partido da época era o José Dirceu, o seu Tesoureiro, e a composição que os partidos aliados participam ou não. Todos os partidos aliados compuseram. Eu enumerei aqui as pessoas que faziam parte do comitê financeiro. E quem assinava, a responsabilidade das contas era minha e do José Dirceu, das contas, da prestação de contas feita ao TSE, e que foi uma prestação de contas aprovada corretamente. A avaliação da campanha de "Caixa 2", o Senhor está afirmando aí, é a afirmação do Senhor, eu não concordo, mas respeito a opinião do Senhor.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Muito bem, Sr. Delúbio. O Senhor, como Tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, e isso é voz corrente, todos aqui disseram que em algum momento o Senhor teria perdido o controle, o Sílvio Pereira falou isso, porque ao mesmo tempo que buscava inocentá-lo, até para inocentá-lo, que em algum momento o Senhor perdeu o controle, o Valério tomou conta de tudo. Quer dizer, em que momento é que isso aconteceu? Em que momento é que Marcos Valério passou a tomar conta das finanças, se tornando uma espécie de "pró-homem", dentro do PT e dentro do Governo? E como o Senhor se sentiu intimamente sendo *bypassado* por uma figura de fora e que passou a ter todo esse poder?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senador Arthur Virgílio, eu, em momento algum, vou concordar. A opinião do ex-dirigente do Partido dos Trabalhadores, Sílvio Pereira, é opinião dele. Não é a minha. A minha eu já falei aqui, falei à Senadora Heloísa Helena...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Eu espero que o Senhor concorde com ele pelo menos quando ele o inocenta.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Então, de perda de controle. Isso não aconteceu, na minha opinião. Na minha opinião. Então, foi isso que aconteceu. Eu já tinha respondido anteriormente. Em momento algum, houve perda de controle que algumas

pessoas possam basear a entrevista do Sílvio Pereira. Então eu não concordo com essa opinião.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Bem. O Senhor era amigo pessoal do Presidente Lula? Era não, é?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – O Presidente Lula é uma pessoa que eu respeito muito.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Amigo?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Eu o admiro. Respeito e admiro o Presidente Lula.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Eu vou refazer a pergunta. O Ministro Celso de Mello, eu respeito muito, mas não sou amigo dele, eu não o conheço. O Senhor era amigo do Presidente?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – O Presidente Lula foi Presidente do nosso partido, do partido que eu era filiado, e o Partido dos Trabalhadores me indicou para ser o Tesoureiro da campanha dele em 2002, e eu aceitei com muita honra. Foi isso o que aconteceu. Eu sou um admirador do Presidente Lula.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Eu já fui. Em algum momento da minha vida, eu já fui também. O Presidente Lula sabia da existência desse esquema da arrecadação de dinheiro para o partido?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nunca discuti com o Presidente Lula.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – O Senhor acredita... Porque eu o vejo como um líder. Nesse ponto eu comungo com a Senadora Heloísa, eu o vejo como um líder, um comandante, alguém que eu percebia que impunha uma clara noção de hierarquia para os seus comandados. Então, seria possível se acreditar que alguém com tamanha importância, com toda a credencial de quadro político qualificado, chegou à Presidência da República do mais importante País da América Latina, pudesse mesmo ignorar tudo que se passava à sua volta, à volta do seu Governo, à volta do seu partido?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senador Arthur Virgílio, o que eu estou... A resposta anterior. Eu mantenho a resposta anterior. Eu nunca discuti esse assunto com o Presidente Lula.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Muito bem. O Senhor era Diretor de rádio e sócio-fundador da Rede de Comunicação dos Trabalhadores, a RCT?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – A RCT é a TVT. A gente chamava de TVT. Eu fui membro, eu era da executiva da CUT Nacional. E eu acho que todos nós da executiva da CUT Nacional naquela época, isso desde 88, por aí que existia a TVT, 86, todos nós fazíamos parte da Direção da TVT, e meu nome deve constar, assim como consta do CAJAMAR, que era uma outra instituição coletiva que nós tínhamos naquele momento, o Instituto CAJAMAR, e outras instituições, eu como dirigente da CUT que era na época, fazia parte. Minha participação na TVT, RCT, eu participava da RCT, do CAJAMAR, Escola de Minas, uma série de coisas que tinha, quando eu era da área sindical participava e trabalhava, era membro, era uma associação, eram vários nomes e o meu nome devia estar junto.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – A TVT ela tinha contrato com a Prefeitura de São José dos Campos?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – A TVT ela trabalhava com produção de vídeos para sindicatos, para Prefeituras. São José dos Campos, não tenho conhecimento se tem...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Não lembra se tem, nem de quem é que ele conseguiu, nem pela via.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não lembro. Eu vi uma matéria no jornal sobre isso na semana passada. Sobre o assunto.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Deixa eu lhe fazer aqui outra pergunta. O Senhor conhece o Sr. Aloysio Faria, o banqueiro?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Aloysio Faria, não. Aloysio?

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Aloysio com "Y". A-L-O-Y-S-I-O.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – É o acionista, o ex-acionista do BANCO REAL?

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Isso.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. Nunca estive com ele.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Nunca se reuniu com ele, nem para discussões?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – E finalmente uma pergunta. Eu vejo que o Senhor, se alguém perguntar, é a tal história, São Tomás de Aquino fala que a pior coisa é colocar a virtude a serviço de vícios. Mas o Senhor tem uma virtude, para mim, que é de uma enorme coragem. O Senhor é um homem corajoso. O Senhor sabe que o Senhor está assumindo uma responsabilidade brutal por algo que não é seu, não é só seu, eu seguramente posso dizer isso. São Tomás de Aquino dizia o seguinte, que "A virtude é você acordar cedo. Mas, acordar cedo para planejar um assalto a Banco é defeito. É melhor ficar dormindo. Porque o sujeito que bate na mulher, acordar cedo para bater mais na mulher é defeito. O sujeito que é meticuloso, mas é meticuloso para programar um..." Enfim.

Então São Tomás de Aquino dizia que "A melhor coisa é a virtude e a pior coisa é o vício. Mas, pior do que o vício é a virtude colocada a serviço de vício". Enfim. Por quê o Senhor tentou um *habeas corpus* para não comparecer a esta CPI? O Senhor, porventura, temeria alguma coisa? E eu nunca perco as esperanças, eu sou flamenguista, então, o meu time está ali, eu estou acreditando que vai melhorar, todo domingo eu tenho uma tristeza. O Senhor não diria, de uma vez por todas, o que o Senhor precisa dizer para o País?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nesses episódios todos, Senador Arthur Virgílio, tudo o que eu sabia e que me foi perguntado eu respondi perante, fui três vezes, uma vez à CPI dos CORREIOS, fiquei mais de 15 horas, depois fui à CPI da Compra de Votos, fiquei nove horas, depois voltei para uma acareação na CPI da Compra de Votos, fiquei 17 horas, fui à Polícia Federal duas vezes, fui ao Ministério Público, e falei o que eu sabia. O que eu não sei, eu não tenho como dizer. E agora estou vindo a essa CPI. Por que é que eu entrei com *habeas corpus* para uma CPI? Porque é uma permissão constitucional, as pessoas podem fazer uma petição, pedi dentro da Constituição, o Ministro achou melhor que eu viesse à CPI. E estava aqui cinco para as onze, e os trabalhos foram começar por volta de 1h da tarde. Então, não me recusei. Se você perguntar a qualquer cidadão "Você gostaria de ir a uma CPI espontaneamente?" Eu acho que nenhum iria. À medida que eu fui convocado, eu posso ter o direito de questionar a convocação. Questionei. O direito foi negado, e eu estou aqui defendendo constitucionalmente o direito que os Senhores me convocaram e estou aqui respondendo as perguntas humildemente.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Sr. Delúbio, na verdade, se a gente perguntar a qualquer cidadão não sádico, quer dizer, a única pessoa que gostaria por outro lado até de estar numa CPI fazendo perguntas era o Fradinho, do Henfil. Nenhuma outra pessoa em sã consciência gosta da figura da inquisição, enfim. Acredito, portanto, que não seja agradável o Senhor estar aí. Mas, levando em conta que tem esses fatos todos, que têm exigido seu esclarecimento e que o Senhor tem sido obrigado a prestar depoimento aqui e acolá, a essa altura esse depoimento seria apenas mais um. Na medida em que o Senhor pede um *habeas corpus,* que é um direito constitucional seu de pedir, mas, uma vez negado, não é mais uma concessão que o Senhor faz ao vir aqui. O Senhor chegou cinco para as onze, o que é elogiável mas chegou porque o Senhor também não tinha outro jeito, vez que o Ministro lhe negou o direito de não vir. O Senhor não entende que se deve ficar, pelo menos, com a idéia de que o Senhor, ao pedir *habeas corpus*, o Senhor diria "Puxa vida, eu até agora caí em 'X' contradições, e eu não quero cair na contradição definitiva, e por isso eu não quero ir à CPI".

O Senhor, a impressão que eu tenho é que o Senhor é uma figura estóica, e já demonstrou isso. O Senhor assume uma culpa dos outros. Os outros estão aí para cima e para baixo, os outros estão aí lampreiros, confiando muito na sua disciplina, os outros estão aí. Sílvio Pereira, a mesma coisa, uma pessoa torturada. O Senhor me parece até com um controle emocional mais forte. Aliás, eu acho o que o Senhor tem um controle emocional invejável. Na minha opinião, tem. Mas, eu sei que o Senhor sabe que o Senhor está segurando um globo, um atlas, um globo dos outros. Eu vejo o Senhor como se o Senhor estivesse carregando o catálogo telefônico de Nova Iorque, Chicago, São Paulo, durante 12 dias, 18 dias, então, seus músculos devem estar fatigados. Eu sinto isso. Mas, o Senhor continua firme. Eu não tenho nenhuma dúvida de que o Senhor está protegendo alguém, ou para criar um neologismo, "alguéns". Não tenho nenhuma dúvida. Só isso explica essa sua obstinação em enfrentar todo esse percalço sozinho.

Agora, eu, pessoalmente, e digo até para amenizar a sua situação, eu não acredito que o Senhor tenha inventado, tenha criado isso tudo da sua cabeça, o Senhor tenha bolado tudo, engendrado todo o plano. Não que eu duvide de sua inteligência. De jeito algum. Eu o sei um quadro político qualificado. Mas eu não acredito que o Senhor tenha bolado sozinho. O Senhor, pura e simplesmente, o Senhor criou, colocou na prática e agora está assumindo tudo isso. É muita coisa para um homem só. Então, se o Senhor está fazendo isso meramente por amizade ou por fidelidade, se é meramente por isso, essas pessoas têm que achar que o Senhor não é nem companheiro, o Senhor é uma espécie de anjo da guarda. Devem rezar para o Senhor todos os dias de noite, (soa a campainha) enfim, e ascender vela para "São Delúbio" ou algo parecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador Arthur Virgílio. E concedo a palavra ao Senador Jefferson Peres, o último orador inscrito.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Boa tarde, Sr. Delúbio.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Boa tarde.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Eu nem ia fazer pergunta nenhuma, porque já no seu primeiro depoimento eu disse que não acreditava que o Senhor fizesse alguma revelação relevante. Mas a sua recusa em responder uma pergunta ao Senador Arthur Virgílio me deixou intrigado, porque se tratava de algo

que me parece óbvio e simples. O Senador Arthur Virgílio perguntou duas vezes se o Senhor era, ou é, ou foi amigo do Presidente Lula, e o Senhor, por duas vezes, se recusou a dizer essa coisa simples "Sim, sou amigo do Presidente. Sou amigo do Presidente, mas nunca revelei esses fatos a ele". E o Senhor simplesmente não disse. Disse que era admirador. Então, apesar do Senhor não gostar da perguntam eu pergunto. Por que é que o Senhor se recusa a admitir que é, ou que era, amigo do Presidente Lula?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senador Jefferson Peres, nós temos uma instituição no País que é a Presidência da República. Desde que o Lula ganhou a eleição, virou Presidente da República, o Presidente da República é Presidente de todos os brasileiros. Nesse sentido, eu era um admirador muito grande do Lula. Depois, com o Governo que ele está fazendo, eu passei a admirá-lo mais ainda. Como ele tem tratado o País, e principalmente os setores mais pobres. Eu acho que nenhum brasileiro pode falar "Eu sou amigo da autoridade 'A', 'B' ou 'C'".

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sim.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – É nesse sentido que eu quis dizer, disse isso, tive a confiança do Presidente e do partido, à época passei à Coordenador de finanças do Presidente, naquele momento, e sou muito grato por isso, nesse fato.

Então, hoje eu sou um admirador do Presidente Lula. O dia que ele deixar de ser Presidente da República e achar que a minha amizade serve, eu serei amigo dele. Mas, enquanto ele for Presidente da República, eu sou um admirador dele.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Senador Jefferson, dez segundos.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Então, o Senhor era amigo do cidadão Luiz Inácio Lula da Silva.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – O que eu acho, na minha concepção constitucional...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – O Senhor separa a instituição Presidência da República. Eu também tenho um grande respeito pela instituição. Pois não.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Dez segundos. Ou seja, eu não vejo que o Presidente deva perder os seus amigos. Eu, por exemplo, era durante a Presidência, era antes da Presidência e continuo, espero, acho que vou morrer, pela ordem natural das coisas, acho até que o Presidente Fernando Henrique antes de mim, é natural, seria antinatural, não que eu deseje a morte dele, ao contrário, ele viva 95 e eu 125, enfim, mas eu era, sou, e vou continuar amigo dele. Agora, o Senhor tem uma foto do Presidente, uma foto até bonita que o Senhor está enternecido ao lado dele, e de cócoras. Ele Presidente, já. Essa foto não é de distância institucional, é foto de amigo íntimo. Não tem por quê o Senhor negar uma coisa dessas. Ele deve ter orgulho de sua amizade, porque o Senhor é amigo dele. Se ele é seu, eu não sei, eu não falo com ele há muito tempo. Agora, o Senhor é amigo dele. Isso eu não tenho dúvida. Ele pode dizer o seguinte, "Eu, Lula, não sei quantos amigos eu tenho". Eleitores ele tem um monte aí. Agora, amigos ele tem poucos. E entre os poucos, o Senhor. Eu não tenho dúvida.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Senador, a maneira de cada um interpretar a Constituição brasileira, eu interpreto assim. Essa é a minha concepção. E as pessoas que me conhecem sabem disso. Quando uma pessoa vira autoridade...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor sabe qual é o artigo que trata dessa amizade?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não, Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senhor já disse que era uma pessoa que teve muita confiança de Marcos Valério, e pela confiança conseguiu os empréstimos. Agora, na Constituição esse artigo aí que trata, eu desconheço. Não sei se alguém conhece.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Presidente, eu não vou entrar nesse mérito. Minha opinião está explicada sobre isso.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Mas eu tenho enorme respeito pela Presidência. E não há como separar as duas coisas. Se você desrespeita a pessoa que está na Presidência você está desrespeitando a própria instituição. Eu sou um opositor, relativamente duro, do Presidente, mas nunca o desrespeitei. E uma das razões pelas quais eu faço oposição ao Presidente, é porque eu acho que muitas vezes ele não sabe separar as coisas. Por exemplo, o Senhor não ocupava uma função pública, o Senhor era Tesoureiro do partido. O Senhor freqüentava o Palácio do Planalto. Foi algumas vezes lá. Ou não? O Senhor freqüentava o Palácio do Planalto...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Em várias reuniões com os dirigentes do PT, outras pessoas...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Não se encontrava com o Presidente?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Algumas reuniões com o Presidente. Públicas. Várias reuniões.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Para tratar de assuntos do PT, da Tesouraria?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Não. Para tratar de assuntos gerais, e uma das vezes que eu fui, fui acompanhar um grupo que foi noticiado no Brasil inteiro...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Como?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Nós fizemos um seminário, o PT e o Instituto EKLOS(F), que na época era coordenado pelo ex-Deputado Eros Capaz(F). E nós fomos levar o relatório ao Presidente. Fui junto com ele, coordenando, o Eros pediu para eu coordenar. Coordenei a delegação. Nós éramos de 13 a 14. Tinha vários Deputados de vários partidos.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Para onde isso?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Na sala do Palácio do Planalto. Na sala do Presidente.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – O Senhor fez alguma...

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Estive com o Presidente também, entre o 1º e o 2º Turno de 2004, numa delegação dos Prefeitos do PT, eu e o Deputado Genoíno, com os Prefeitos do PT eleitos no 1º Turno. Os Prefeitos de capitais. Nós estivemos com o Presidente Lula. Estive várias vezes com o Presidente Lula.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – O Senhor fez alguma viagem internacional com ele?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Fiz. Fui convidado da Presidência para ir a Angola. Angola, Moçambique, África do Sul...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Mas aí foi um convite ou um amigo?

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Foi um convite ao partido, e o partido me designou para ir. Em quase todas as viagens, vão várias pessoas dos partidos. E nessa viagem, além de mim, tinha vários membros de outros partidos. O Senador Crivella estava junto, o Deputado Germano, o Deputado Edmar, de...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Mas, eles eram Deputados.

SR. DELÚBIO SOARES DE CASTRO – Deputados eram convidados. Tinha várias pessoas que não eram Deputados, que estavam convidados na delegação, convidaram o PT para conhecer a África, para ir junto com a delegação à África, e eu fui. E tinha alguns empresários junto, vários empresários junto. Então, não fui sozinho, e gostei muito, aliás.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Eu não perguntei se o Senhor gostou ou não. Mas se o Senhor está dizendo, (risos) parabéns por ter gostado. Sr. Presidente, nada mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador Jefferson Peres. E agradeço ao depoente, Sr. Delúbio Soares, pela sua presença e pelas informações que foram concedidas a esta CPI. Está encerrada a presente Sessão e convocada uma, amanhã, para as 11h.

(Sessão encerrada às 16h55.)

Ata da 78ª Reunião, realizada em 30 de maio de 2006.

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, às onze horas e quarenta e oito minutos, na Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, José Jorge, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho (Relator), Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Siba Machado, Romero Jucá, Ideli Salvatti, Sergio Zambiasi e Juvêncio da Fonseca presentes ainda os Senadores Jefferson Peres, Demóstenes Torres e José Agripino Maia não membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa o recebimento de um abaixo assinado feito por trabalhadores das casas de bingo referente à regularização das mesmas, será apreciado pelo Relator para ser colocado em votação posteriormente. A presidência informa que a presente reunião destina-se a reunião administrativa para apreciação e votação de requerimentos, e em seguida o depoimento da senhora Elza Gonçalves Buratti. A Presidência coloca em votação simbólica, os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 131/06,** de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães, que requer a convocação da senhora Zildete Leite dos Reis, em discussão, aprovado. O **Requerimento nº 122/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves, requerendo que a Polícia Federal, com a assistência desta Comissão, tome depoimento dos senhores Raul Fernandes de Oliveira, Bruno Gagliardo Diego e Domingos Millani Filho, em discussão, aprovado. **Requerimento nº 107/06**, de autoria do Senador Garibaldi Alves, que requer a convocação do senhor Joacir das Neves, aprovado. Com a palavra o Senador Tião Viana que se mostra contrário à regularização das casas de bingo no Brasil. O Senador Antônio Carlos Magalhães segue o mesmo voto. Pela ordem o Senador Álvaro Dias que faz algumas

considerações sobre um pedido feito pelo Senador Antero Paes de Barros, em requerimento aprovado, de documentos que o senhor Paulo Okamoto ainda não remetiu a esta CPI. O Presidente indaga aos Senhores Membros se é necessária a leitura da ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da ata, é considerada lida e aprovada. O Presidente convida a depoente para compor a mesa. Pela ordem os Senadores Eduardo Suplicy e Álvaro Dias que comenta o desrespeito do senhor Paulo Okamoto em demorar tanto para enviar os recibos que lhes forma solicitados. Com a palavra a senhora Elza Buratti que faz uma breve apresentação pessoal e se coloca a disposição da Comissão para responder as perguntas que lhes forem feitas. O Presidente passa a palavra para o Relator que inicia suas indagações à depoente. A senhora Elza Buratti se dispôs a enviar a esta CPI os documentos que recebia da Receita Federal, são relatórios sobre as empresas de seu ex-marido, onde ela ainda é sócia. O Relator a indagou sobre sua filiação partidária e a depoente afirmou pertencer ao Partido dos Trabalhadores. Pela ordem os Senadores Antônio Carlos Magalhães, Eduardo Suplicy, Magno Malta, Romeu Tuma, Efraim Moraes (Presidente). O Presidente lê um documento que recebeu da Polícia Federal. Pela ordem os Senadores Tião Viana, Heráclito Fortes, Antônio Carlos Magalhães e Ideli Salvatti. O Presidente convoca reunião administrativa para amanhã, às onze horas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às treze horas e trinta e trinta e nove minutos e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Srs. Senadores, havendo número regimental eu declaro aberta a presente Sessão. Devo informar que temos uma comissão para fazer entrega de um abaixo-assinado em relação à regulamentação de bingos. Antes, porém eu, num entendimento com as lideranças... Existem, três Requerimentos de três pessoas ligados a casas de bingos e foram funcionários de empresários de jogos de azar. Eu queria colocar em votação, para que nós possamos entrar na oitiva da Srª. Elza e, antes de iniciarmos, nós passaremos a receber esses documentos. Então, o primeiro Requerimento é de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães que, nos termos do disposto no § 3º, do Art. 58 da Constituição Federal, bem como do Art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que a Srª. Zildete Leite dos Reis seja convocada a prestar depoimento a esta Comissão. A justificação é que a Srª. Zildete Reis, segundo noticiário da mídia, trabalhou para empresários do ramo de jogos de azar. Nestes termos, entendo que sua convocação para é colaborar com CPI na elucidação das investigações em curso. Em discussão. Não tendo ninguém querendo discutir, em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Para discutir, para aprovar o Requerimento, mas o que me trouxe uma profunda angústia, esse fim-de-semana, uma publicação na Folha, que os bingueiros já escolheram os parlamentares que vão ajudar. Cada um vai ajudar um, que está aqui na Folha e me assustou. Então, eu acho que é importante essa aprovação, é que porque é importante.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Já foi aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Já foi, mas é importante. Eu estou dizendo que é importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. poderá fazer...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu vou passar para o Relator para ele analisar, porque cita o provável término do Relatório, V. Exª. propondo uma pesquisa pública sobre a...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E a pesquisa foi realizada e nós vamos dar conhecimento a esta Comissão. Pesquisa nacional e foi verificada e nós vamos distribuir para os Srs. Senadores o resultado da pesquisa que foi feita pelo Senado Federal.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sou a favor do Requerimento do Senador Antonio Carlos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Já está aprovado. E o outro é do Senador Garibaldi Alves que, nos termos do disposto do Art. 58 da Constituição Federal, requer... Do Regimento Interno do Senado Federal, requer que a Polícia Federal, com a assistência da Assessoria desta Comissão Parlamentar de Inquérito, tome depoimento, que constará dos autos desta CPI, dos Srs. Raul Fernandes de Oliveira, o Sr. Bruno Gaguilardo(F) Diego e Domingos Milani Filho. De acordo com as investigações da CPI, os senhores supra citados têm informações acerca do funcionamento dos bingos na cidade de Campinas e confirmariam denúncias já feitas a esta Comissão. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

E finalmente, de autoria do Senador Garibaldi Alves, nos termos do disposto do § 3º, do Art. 58 da Constituição Federal, bem como do Art. 148 do Regimento Interno, requer que o Sr. Joacir das Neves seja convocado a prestar depoimento a esta CPI. Em dis-

cussão. Não tendo quem queira discutir em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Srs. Senadores, há uma comissão que levantou assinaturas, querem fazer formalmente a entrega destes documentos, no que diz respeito à regulamentação dos jogos, vamos receber e entregar ao Sr. Relator para que ele faça uma análise desse documento. Então, eu solicitaria, da nossa Assessoria, que solicitasse a dois ou três representantes aí, não precisa mais do que isso.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. tem a palavra, pela ordem, Senador.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu apenas quero dizer que acho um procedimento normal, que venham entregar uma proposta de regulamentação, acho que é legítimo que a CPI possa discutir e apontar o marco legal, mas o meu voto será contrário a toda e qualquer regulamentação de jogo no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu devo dizer, Senador Tião Viana, que quem vai decidir a regulamentação dos jogos no Brasil não é essa CPI. Quem discute e quem vota e que, se aprovar, será o Congresso Nacional. Nós não temos esse poder.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu reconheço a legitimidade do processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas nós, também, não poderemos tomar uma posição de não receber as assinaturas. Eu fui bem claro, tanto recebo a favor como ao contrário. Nós encaminharemos ao Relator e o Relator irá fazer o estudo disso aí e se pronunciará. Não significa dizer que a entrega de assinaturas será uma decisão antecipada da CPI. Eu respeito a posição de V. Exª., do Senador Antonio Carlos Magalhães e de qualquer um outro parlamentar que queira e que deseje se pronunciar em relação. Solicitaria, colocasse aí, pode ser colocada aí em cima. Eu vou receber.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Pela ordem, Sr. Presidente, V. Exª. receba lá mas, aqui na Sessão, não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Alvaro Dias, V. Exª. tem a palavra, pela ordem.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Enquanto transcorre ali a solenidade de entrega dos documentos, eu consulto a V. Exª. sobre a necessidade de adotar procedimentos relativamente a um pleito do Senador Antero Paes de Barros. Ele solicitou, através de ofício protocolado no dia 15 de maio, com prazo de 3 dias, a apresentação, ao Sr. Paulo Okamotto, Presidente do Sebrae, apresentação de comprovantes do pagamento da dívida contraída em nome do Presidente Lula no valor de cerca de 29 mil e 400 reais. Ao que me consta esses documentos não foram encaminhados à CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Por isso eu estou pedindo a V. Exª. que tome as providências necessárias, uma vez que o Sr. Paulo Okamotto não cumpriu a determinação desta CPI. Ele deveria ter encaminhado, em 3 dias, os documentos requeridos com a aprovação dessa Comissão ao Requerimento do Senador Antero Paes de Barros.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V. Exª. e devo afirmar, aos Srs. Senadores, que determinei à Assessoria que nos informasse toda a documentação solicitada, seja quebra de sigilo bancário, fiscal, telefone, que ainda não foi atendida para CPI. Nós vamos, espero que amanhã, eu possa dar informações a todos os Srs. Senadores e Senadoras a respeito desta relação. Inclusive o assunto que V. Exª. trata neste momento.

Eu solicitaria, comunicaria, a V. Exªs., que se encontra sobre a mesa a Ata da Sessão anterior e que coloco em votação, propondo a dispensa de leitura. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

E vamos dar início à Sessão da oitiva da Srª. Elza Gonçalves Buratti, que é a ex-esposa do Dr. Rogério Buratti e, atendendo a esse Requerimento, que foi aprovado e aberto e que será feita na 78ª Reunião da CPI dos Bingos. Solicito o encaminhamento da Srª. Elza Gonçalves.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. tem a palavra, pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Presidente, referente às observações do Senador Alvaro Dias e que V. Exª. respondeu, eu gostaria de transmitir que o Sr. Paulo Okamotto, Presidente do Sebrae, comunicou a mim, assim como também ao próprio Senador Tião Viana, de que ele está preparando as informações solicitadas por V. Exª. e que as entregará nos próximos dias. Queria dar essa informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Próximos dias? Amanhã?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Acredito que se não nesta semana, na próxima, com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nós precisamos uma posição oficial do Sr. Paulo Okamotto e vamos cobrar, porque na próxima semana a CPI poderá estar acabando.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então, Sr. Presidente, Então, eu vou...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pediria a V. Exª. que intercedesse junto ao Dr. Paulo Okamotto, que ele possa encaminhar, ainda essa semana, que nós agradeceremos por essas informações.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, foi na última semana que ele me deu essa informação, dizendo que seria nesta semana que seria entregue. Então, eu acho que a solicitação de V. Exª. será atendida.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço, com a interferência de V. Exª. será...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente. A respeito da informação do Senador Suplicy, o que causa espanto é que fica a impressão que o Sr. Paulo Okamotto, está fabricando uma documentação que comprove esse pagamento. Ele não tem o recibo? Ele não guardou o recibo? Ele está fabricando um recibo desse pagamento? Porque demora tanto? É uma forma de desrespeito ou não é desrespeito à CPI? Descumprir uma determinação da CPI é normal? Nós devemos admitir que o Sr. Paulo Okamotto desrespeite uma decisão da CPI? Não é uma afronta à CPI esse tipo de comportamento? Ele já não nos desrespeitou em outras oportunidades?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V. Exª. permite, Senador?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Essa resistência à quebra do seu sigilo bancário não é um desrespeito também à CPI? Ele, como servidor público, não deveria proporcionar transparência em relação aos seus atos? Enfim, Sr. Presidente, é uma série de questões, embora não queira tomar o tempo da CPI, mas seria um Relatório extenso de questões que nós deveríamos submeter ao Sr. Paulo Okamotto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V. Exª. e cumprimento a Srª. Elza Gonçalves Buratti, agradeço a presença de V. Sª. à CPI e vou colocar... Quero, também, comunicar a V. Exªs. de que a Drª. Professora Elza Gonçalves Siqueira Buratti, assinou o termo de compromisso e onde a depoente compromete-se, nos termos do Art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade, no que souber e no que for perguntado. Não sendo obrigada a depor contra si própria, nos termos do Art. 5º, Incisos LVIII, LIII, aliás, da Constituição Federal. Agradeço a V. Sª. e vou colocar os microfones a disposição de V. Sª. para as considerações iniciais, para que V. Sª. se identifique e fale o que desejar, no tempo se fizer necessário. V. Sª. tem a palavra.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Bom dia, eu creio que já boa tarde, talvez. Meu nome é Elza Gonçalves Siqueira Buratti, ainda Buratti e estou aqui, por convocação dessa Casa, para responder às perguntas que me forem feitas. Não tenho mais nada a dizer agora, estou aqui a disposição de todos, pretendo ser clara, objetiva e poder ajudar em alguma coisa, na medida do possível, sim. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V. Sª. e concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves, nosso Relator. V. Exª., Senador Garibaldi, com a palavra.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Srª. Elza Gonçalves Buratti, de quais empresas a senhora é ou foi sócia ou ainda é procuradora?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha, eu fui sócia da empresa BBS, com meu ex-marido Rogério Buratti e não sei se sou ainda porque, nos termos da separação, eu me desligo desta empresa como separada dele, mas não sei legalmente como isso funciona.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Desculpa Presidente, a senhora tinha parcela de capital na empresa?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não tinha?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não. Só meu nome, como esposa, mesmo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não tinha nenhuma participação acionária, valor, nada, nada foi consignado no contrato?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Alguma empresa... No caso, a senhora afirma que só foi sócia da BBS. No caso da BBS, foi feito algum contrato com a empresa GETEC, que a senhora se lembre, ou a empresa DREAMPORT?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não. Eu não sei se foi feito. Eu recebi, nessa semana passada, uns documentos da Receita Federal de como andava o processo de fiscalização da empresa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – De qual?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Da BBS. E li, neste final de semana, vários documentos, lá. Como eu assinei o contrato de sócia e na sociedade não assinava mais nada, não assinei mais nada, eu vi os documentos pela primeira vez. E não vi esse contrato e não vi nada de diferente. Então, eu desconheço a assinatura do contrato da GETEC com a BBS.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas a senhora me permita...

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Claro.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Houve alguma tratativa para haver esse contrato BBS e GETEC?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Comigo não, nunca.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas a senhora assistiu o seu Então, marido tratar, ele falou alguma vez sobre isso?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha, eu fiquei sabendo da GETEC exatamente no dia 12 de março, quando apareceram essas situações do Rogério Buratti. Antes disso eu sabia da GETEC, da GETEC nem sabia, do contrato da Caixa Econômica Federal, essas coisas, através do rádio como qualquer cidadão comum, não sabia de absolutamente nada.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Relator!

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A que título ela recebeu esses documentos da Receita Federal e quais eram os documentos? Não sei se isso ajudaria, também, o raciocínio de V. Exª. Quais eram os documentos e a que título ela recebeu? Se foi por uma autuação, se foi para alguma defesa prévia?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pode responder ao...

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, eu já recebi, é o terceiro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Oficialmente.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Oficialmente, eu recebo uma carta registrada, antes eu recebia uma página só informando como andava a fiscalização. Dessa vez eu recebi umas trinta páginas. Achei interessante, porque, até então, eu não conhecia nada da empresa. E foi bom porque eu pude saber que... Como andava essa fiscalização.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Qual documento? O Relatório da Receita?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – O Relatório.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Da Receita?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Da Receita, de como anda a fiscalização, mesmo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora ainda tem esse documento em seu poder? No poder da senhora?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Tenho em casa, sim.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora poderia colocar à disposição da CPI dos Bingos?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Sem dúvida, sem dúvida.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Então, eu agradeço à senhora.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A senhora recebeu isso antes, algum, com algum... A Receita, anteriormente, encaminhou à senhora alguma justificativa, alguma fiscalização que foi feita anteriormente?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Anteriormente, o senhor diz antes dessa história da BBS?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Antes dessa que V. Sª. recebeu recentemente. Antes, V. Sª. recebeu Relatório da Receita Federal?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Veja. Eu recebi, em duas ocasiões, um comunicado de que estava sendo investigada, a empresa BBS e eu, como sócia do Rogério Buratti, estava sendo informada do que estava acontecendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A senhora foi ouvida pela Receita Federal, como sócia?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quer dizer que a Receita Federal não ouviu um dos sócios para concluir um Relatório?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Eu não sei se é uma conclusão aquele Relatório, eles me comunicam que é um andamento do processo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (inaudível) comunicado que teriam aberto um processo, porque é normal a Receita enviar, comunicando que está abrindo um processo. A senhora não recebeu, ou só recebeu... A primeira folha não dizia isso? A primeira vez? Abertura de processo regular?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Eu li, mas confesso que não sei se estava comunicando que abria o processo. Como eu já tive tanto envolvimento com essa história.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Desculpa está incomodando a senhora.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não imagina, eu estou tentando lembrar só. Então, era um documento a mais e eu, como ex-mulher do Rogério Buratti, estava disposta a assumir todo o ônus, então...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Quer dizer que ele deixou um rabo de foguete para a senhora. Tanta coisa que chegava!

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – É. Então, vem ali, sou sócia da BBS, tem minha assinatura no contrato, tudo bem. Não estranho, não estranho.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Srª. Elza, eu pergunto à senhora, por gentileza, foi feito algum pagamento, a qualquer título, da GETEC ou DREAMPORT à senhora?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pessoas da GETEC ou da DREAMPORT alguma vez foram à casa da senhora?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Eu creio que não, porque as pessoas que vão em casa, normalmente, eu sei quem são. E eu não...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nem antes, quando a senhora estava casada?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, pouquíssimas pessoas freqüentam a minha casa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E nunca a senhora falou pelo telefone com alguém ou da GETEC ou da DREAMPORT?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não. Só se atendi algum telefonema de alguém que eu não soubesse que fosse da GETEC, do contrário não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o que faz essa empresa BBS - Consultores Associados?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – O que disse o meu marido, na ocasião, que faria a BBS? Me disse que a gente estava abrindo uma empresa, no nosso nome, Buratti e Siqueira, que era para ele receber os honorários dele da LEÃO & LEÃO, que não seria funcionário registrado e que ele receberia os honorários dele, da LEÃO, através dessa empresa. E eu assinei o contrato, como esposa, como pessoa que, de plena confiança, assinei o contrato.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – E o contrato era entre a LEÃO & LEÃO e a BBS?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, era um contrato de AB(F), um contrato. Não sei nem se é contrato, a palavra. Eram os documentos de abertura da empresa. A única coisa que eu assinei.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Era um contrato social entra a senhora e o seu marido, para a abertura da empresa.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Da empresa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, para poder documentar e, posteriormente, fazer contratos com outras empresas, é isso?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Sim. Na ocasião a Receita Federal me pediu para renovar meu CPF e eu fiz tudo, assim certinho e abrimos a empresa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Para dar início às atividades.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – A atividade da empresa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu pergunto à senhora, quanto era que a LEÃO & LEÃO pagava?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha. Eu nunca soube, exatamente, quanto meu marido ganhava. Ele me comunicava, às vezes, que o salário ia aumentar. Mas se eu disser para o senhor, que eu sei, meu marido ganhava X ou Y eu estou mentindo, porque eu nunca me preocupei com isso não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Isso não era só seu marido que fazia, não.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Eu sou muito discreta. Eu não costumo me meter muito na vida alheia, não. E do meu marido também não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim, mas a senhora não era sócia?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Veja. Primeiro, eu era esposa e eu fui casada muitos anos e confiava muito no meu marido e não tinha porque duvidar que uma empresa, que tivesse abrindo em nosso nome, para receber seu salário, fosse uma empresa duvidosa ou qualquer coisa parecida. De jeito nenhum.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E a hoje a senhora acha que é duvidosa?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não. Não é que eu não acho, eu... Não cabe a mim avaliar, desconheço. Daquela empresa, eu não tenho... Não sei de cheque, não sei... Eu estou sabendo agora, que eu li o documento da Receita Federal, que eu vi que tinha alguns pagamentos, que eu... Vi o processo. Mas estou sabendo essa semana, eu li de sábado para domingo, esses documentos. Antes disso eu desconhecia qualquer coisa da empresa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora conhece os contadores da BBS, aqueles que fazem a contabilidade?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não. Eu fiquei conhecendo quando invadiram a casa dele lá... A Polícia Federal invadiu a casa, eu fiquei conhecendo, sabendo quem era, sabendo que era contador, antes disso eu nunca soube.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E sabe em que Bancos e Agência a BBS possui conta corrente, se tinha alguma conta no exterior, a senhora soube disso?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora é filiada algum Partido?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Relator! Contas, provavelmente, ela recebia, às vezes, um cheque dele para fazer compras, pagamento... Não lembra de nenhum Banco? Era sempre em dinheiro?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, dessa empresa eu nunca vi nada, a não ser a abertura da empresa, nunca vi nada, nada mesmo, talão de cheque ou qualquer outra coisa, a gente nunca usou; eu nunca usei.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – A senhora é a filiada a algum Partido político?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha. Eu achei minha ficha de filiação em casa, esses dias, por acaso, que estava me mudando e creio que ainda sou filiada ao Partido dos Trabalhadores, porque nunca me desfiliei.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora... Claro eu perguntar alguma coisa óbvia, acompanhou, pela mídia, esses escândalos todos envolvendo o Partido que a senhora é filiada. O que hoje a senhora pensa sobre isso, a senhora está decepcionada, como é que a senhora viu tudo isso esse tempo?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Como boa militante petista, decepcionada sim, boa militante desculpa, mas eu acho que cabe a mim, como petista ainda filiada, pensar que todo o Partido político tem problema e o meu Partido também, continuo firme, continuo achando que o PT ainda é o melhor Partido.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Sr. Rogério Buratti, alguma vez a senhora soube de alguma conta dele no exterior, ele como pessoa física? Não era da BBS. Ou uma remessa que ele tenha feito para fora do País?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Rogério Buratti, Srª. Elza, ligou várias vezes, passou vários e-mails, para o Banco TSB Lloyds, de Miami, entre início de 2002 e final de 2003. A senhora sabe algo sobre as relações dele com esse Banco ou com alguém na cidade de Miami, nos Estados Unidos?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nunca soube nada disso?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora já ouviu falar de um senhor chamado Carlos Estima.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, nunca ouvi falar.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora sabia que o seu marido tem uma Caixa Postal em Miami?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Ex-marido. Desconheço totalmente, desconheço totalmente.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Desconhece?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Desconheço totalmente.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Carlos Estima foi a primeira pessoa, no Banco TSB Lloyds, de Miami, que teve contato com Sr. Rogério Buratti. A senhora não sabia disso?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Sr. Rogério Buratti tinha o hábito de levar consigo somas de dinheiro para casa, dólares?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Somas de dinheiro eu não sei o que significa. Dinheiro ele sempre levou, porque a gente vive bem, sempre viveu bem, tranqüilo. Mas somas de dinheiro, nada. Anormal não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas veja bem, Dona Elza. Não é o dinheiro que a gente leva na carteira, não. É alguma coisa assim numa pasta preta ou então num saco ou numa sacola.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não. Não. Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Sr. Rogério Buratti comprava bens móveis ou imóveis em nome de outras pessoas, familiares, pessoas assim, não?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha. Que eu saiba não, nós sempre tivemos nossos bens, nossas coisas, eu e ele. Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora era casada em regime de comunhão de bens?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – (pronunciamento fora do microfone)

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora poderia nos falar a respeito das fazendas que seu ex-marido comprou e vendeu entre 2003 e 2005?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha. O que eu poderia dizer? Não sei especificar a data, nós compramos um sítio, depois... Digo compramos porque sempre assinei as coisas junto com ele. Depois ele vendeu, comprou uma outra fazenda.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Isso aonde, por favor?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – O primeiro sítio foi em Tuverava.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas era sítio ou era fazenda. Porque sítio, quando a gente fala em sítio é coisa pequena.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Sítio, coisa pequena, não sei dizer quanto, talvez 10 alqueires. Depois tivemos uma fazenda em Franca, que também não considero grande, pequena. Que, como eu freqüentei muito, gostava muito de lá, tinha uns 60 alqueires. Depois disso, nós vendemos e compramos uma fazenda em Minas. Que aí eu não sei dizer exatamente o tamanho, que para mim era grande, grande.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Era grande essa?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Setecentos hectares. Eu acho que mais ou menos isso.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Olha, nós sabemos que nenhum desses imóveis, Srª. Elza, chegou a estar no nome do Sr. Rogério Buratti. E que o valor das vendas, sempre foram supervalorizados. Eu pergunto, ele fazia isso para simular um lucro que não teve, visando lavar dinheiro?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha, não posso afirmar isso não, porque eu sempre achei... O Rogério sempre fez negócios, eu sempre considerei que ele é um rapaz inteligente e que fazia bons negócios. Sempre imaginei que comprar e vender uma propriedade fosse natural. Natural do ponto de vista de conseguir um melhor negócio. Nunca suspeitei que tivesse alguma coisa de errada. Eu só gostaria de ter ficado mais tempo com a propriedade rural, porque na propriedade rural a gente tem continuidade.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas a senhora tem alguma explicação para o fato dele não colocar essas propriedades no nome dele?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Eu acho que é pelo fato de ter ficado nas nossas mãos por muito pouco tempo. Nós nunca ficamos um ano com uma propriedade.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nenhuma uma dessas propriedades?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Infelizmente não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E ele vivia também dessas rendas? Era, era, ele comprava para lazer, para negócio, como era isso, por favor?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha, não sei qual era a intenção dele. Eu, desde o primeiro sítio, achei que fosse para trabalhar, para ganhar algum dinheiro com a propriedade. Sempre tive essa visão. Tanto que eu trabalhava lá, minha mãe, meus pais, meu irmão; sempre trabalhamos na propriedade. Sempre botamos a galinha para chocar, sempre botamos a vaca para dar leite, tratamos aqui-

lo como uma propriedade, como um meio de ganhar vida, de trabalho.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas ao mesmo tempo, a senhora desculpe a observação, porque isso não dava certo? Porque vendia, a galinha não chocava direito nem a vaca dava leite.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha. Eu vou dizer o meu ponto de vista, eu ficava muito triste. Na primeira vez, eu briguei com ele porque... Que história é essa? Mas você vai gostar mais da outra. E é verdade, eu gostei mais da outra fazenda, tinha muito mais galinha, mas é uma coisa de: "Eu sou da roça". Então, eu tenho outra visão, não sei se é a dele, a minha era bem simplória assim mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas a senhora não disse que não passava muito tempo, nem chegava a um ano, como é que deu tempo de fazer todo esse tipo de criação?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Ah, se o senhor conhecer minha mãe e meu pai o senhor vai entender. Eu já chamava minha mãe, a gente já cuida na hora. É, acho que é essencial, não sei das outras pessoas, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Como é que a senhora não desconfiava que seu marido comprava alguma coisa que não era em nome dele e vendia e a senhora concordava com tudo. Nunca assinou nada, porque não era da senhora. A senhora não achava estranho isso, não?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha. Eu volto a dizer, eu não tinha porque desconfiar do meu marido na ocasião. Não tinha porque desconfiar. Ele nunca me deu motivo de desconfiança e nem em nada, não tinha porque desconfiar de nada e não desconfiei.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Qual era, Srª. Elza, a relação de Rogério Buratti com o seu irmão, Jorge Gonçalves, não é? Jorge Gonçalves é o irmão da senhora, não é? Então, cunhado, do Seu Rogério. A senhora disse...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Está um pouquinho emocionada. Só um minutinho, toma um pouquinho de água, Dona, por favor. Acho que mexeu alguma coisa.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Meu irmão faleceu quando nós tínhamos a fazenda lá em Franca, de acidente de carro. O meu irmão, ele sempre morou no Norte, Pará, Mato Grosso e tinha uma vida muito difícil. E, quando nós compramos essa fazenda de café, como meus pais sempre foram parceiros de café na roça, a gente sempre trabalhou na roça, ele entendia bastante de café e tudo. E era uma pessoa muito trabalhadora, muito competente, na roça. E o Rogério chamou ele para trabalhar, para cuidar da fazenda. Ele trabalhou, fez uma colheita de café e tentou confinar um gado para dar certo, plantou, trabalhou. A relação dele foi essa. Eu acredito que a tentativa de ajudar um irmão meu que estava sem trabalho.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora me perdoe, não sei se eu estou causando algum, assim, aborrecimento à senhora.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, nenhum. Nenhum. É que lembrar do meu irmão, me trouxe um pouquinho de saudade, mas o resto está tudo bem.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas eu gostaria de perguntar à senhora o que ele falava sobre os negócios de Rogério Buratti? Ele tinha... Fez algum comentário?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Meu irmão?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele não tinha nenhuma restrição?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, meu irmão não tinha, ele era absolutamente trabalhador rural, ele... Desde arrumar a cerca, plantar, colher, cuidar da casa, cozinhar, ele fazia tudo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Relator queria saber se ele tinha algum papel de gerente, cuidava da parte financeira?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, absolutamente não, absolutamente rural mesmo, só cuidava da fazenda que era da gente, só o trabalho ali, administrava a fazenda, nada além disso. Se eu disser alguma outra coisa... Eu desconheço. E imagino que não tinha.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora também vai me perdoar essa pergunta, mas a senhora nunca teve dúvida se foi um acidente ou se ele foi assassinado, como suspeitam algumas pessoas em Ribeirão Preto, ou de Ribeirão?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Ah, eu tenho absoluta certeza que foi um acidente, tenho absoluta certeza. Nem sabia que tinha...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, foi próximo, ele saiu para ir a cidade e houve o acidente do carro. Mas eu nunca soube que houvesse dúvida com relação a isso e eu tenho certeza...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele ia sozinho?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Sozinho.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele mesmo dirigindo, sozinho?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – É.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas chegaram a comentar isso, a senhora soube?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, nunca soube, estou sabendo agora. Nunca soube.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora, a senhora me desculpe.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Imagina.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Como é que a senhora nunca soube e a gente, aqui, soube de alguma coisa... Nunca comentaram? Desculpe porque eu estou insistindo.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Eu nunca soube mesmo, sou absolutamente sincera, nunca soube. Nunca tive dúvida de que foi um acidente.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora esteve em Angra dos Reis, em novembro de 2002, com seu ex-marido, se lembra?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Eu estive em Angra dos Reis uma vez, não saberia dizer se foi nesta data aí, mas estive uma única vez.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora se lembra onde ficaram hospedados? Não, não é?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha. Não. Eu não conhecia Angra e cheguei e o Rogério... Não, alguém estava me esperando no aeroporto e nos levou para uma casa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quem providenciou o deslocamento, a senhora sabe?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, não, o Rogério só me disse que iríamos para Angra e eu peguei os meninos e fomos para Angra.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E quem pagou a estadia?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não tenho idéia.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quem mais esteve nessa casa, a senhora se lembra?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Naquela ocasião?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – O então Ministro Palocci, a esposa, a filha.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ralf Barquete, a senhora se lembra se estava?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, não estava.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Roberto Carlos Kurtzweil, estava?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha, eu não vou saber identificar a pessoa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora conhece ele?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Eu não identifico aí o sobrenome, mas tinha uma pessoa lá chamada Roberto Carlos.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E não era o cantor?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Que pena.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Olhe, Dona Elza, a senhora conhecia Ralf Barquete?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Há pouco tempo, mas conhecia.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Juscelino Dourado, estava?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não. E Ademirson?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Também não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora conhece todos eles?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Conheço.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E a senhora tinha amizades comuns, com esses casais?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Sim, sim.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Donizete Rosa e Isabel Bordini, se lembra se eles estavam?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, não estavam.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora também conhece?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Conheço, conheço sim.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora esteve outras vezes em Angra dos Reis?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, estive em Angra uma única vez, que foi nesta data.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora vai me permitir também outra pergunta impertinente, sabe. Posso fazer?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Claro, sem dúvida.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quando a senhora depôs na Polícia Federal, com assistência da Assessoria desta CPI, em duas oportunidades a senhora falou, falou assim, desabafou para si mesmo em voz alta: "Eu entrego ele."?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Ele quem? Meu ex-marido?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim, acho que sim.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha. Eu tive uma mágoa pessoal muito grande dele. E, se o senhor entende isso como um desabafo, era uma mágoa muito grande, pessoal, pessoal.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Da vida pessoal?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Da vida pessoal, eu tinha uma mágoa muito grande. Se eu pudesse, eu faria qualquer coisa para enforcá-lo. Mas essa mágoa já está bem menor. Não tem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (inaudível) enterrá-lo vivo?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Ah! Até o pescoço. Mas já passou, isso passa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Aí a senhora dizia: "Não, ele é o pai dos meus filhos."

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – É.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Disse isso.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – É, eu acho que toda mulher que se separa deve fazer vários desabafos raivosos, eu não sou a única.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas aí a senhora, eu vou insistir aí um pouco. A senhora tinha o que entregar não?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, eu... Não. Vou pedir para o senhor se colocar na minha situação, mas qualquer mulher traída, qualquer mulher com raiva, se tiver uma chance de falar qualquer calúnia sobre a pessoa, ela fala. E calúnia, calúnia. Sabe...

Eu, por acaso, estava me separando do Rogério Buratti, mas se eu tivesse me separando do Jose da Silva e tivesse qualquer calúnia contra ele eu falaria. A raiva de uma mulher traída é muito grande, Então, é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A senhora ser traída. A senhora não sabia muita coisa da vida dele, então, acho que não podia, até, nem reclamar tanto, porque a senhora entregou, repassou tudo para ele, ele vendia, comprava e a senhora concordava, era uma pessoa que qualquer coisa que acontecesse com o Rogério a senhora também não tinha, não sentiria emoção.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, é diferente, é diferente. Que casada com ele, eu tinha clareza do meu papel de esposa, sempre cuidei dos filhos, eu conheci o assim, viajando, trabalhando pelo PT, eu sempre, eu o conheci Professora, sempre trabalhei, cuidei da casa, essa era a nossa relação, de extrema confiança. Eu nunca soube detalhes da vida dele e nem ele da minha, não por ignorância, mas por respeito. E não é a emoção não, eu o amava muito, Então, não é falta de emoção, não. Qualquer coisa que acontecesse, não. Eu sinto muito o que está acontecendo com ele, independente de culpa ou não, que não cabe a mim julgar.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – No dia 13 de abril de 2003, dois dias após se reunir com os dirigentes da GETEC, seu ex-marido, Rogério Buratti, fez uma viagem para França?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha. Ele pode ter feito viagem para França, que ele foi à França algumas vezes e eu fui com ele, inclusive, algumas. Mas não sei se foi depois da Reunião da GETEC, isso eu desconheço.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora... O que é que ele fazia tanto na França?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Tanto não, é que para mim, ir para a França uma

vez já é bastante. Eu acho que ele deve ter ido umas duas ou três vezes ao longo dos 10, 12 anos em que ele esteve em Ribeirão Preto.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele falava francês? Não.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora sabe se, da França, ele foi a outro País da Europa como à Suíça ou às Ilhas Jersey?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha. Eu desconheço que ele tenha ido para a Suíça ou para essas ilhas. Desconheço totalmente, eu acho que não. A não ser que ele não tenha me dito.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Em junho de 2003, o Sr. Rogério Buratti fez uma viagem para Portugal e Espanha, exatamente nos mesmos dias em que uma Comitiva Presidencial brasileira estava nesses Países. Ele afirmou, Dona Elza, Professora Elza, a esta CPI, que se tratou de uma viagem meio a trabalho e meio a lazer. Ele teria ido a um evento da SOMAG, em Portugal e teria levado a família. Em função disso, teria estendido a viagem à Espanha. Eu pergunto: A senhora o acompanhou nessa viagem?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha. Eu sou muito ruim para lembrar data, normalmente eu escrevo nas fotografias, embaixo, para lembrar a data, eu estive, com o Rogério, em Portugal uma vez.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E na Espanha?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Na Espanha também já estivemos. Mas...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Em junho de 2003. Não? Não se lembra, não é isso? Mas esteve.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Eu não relaciono a data.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas estiveram lá, não é?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Pelo que eu acompanhei dessa Comitiva Presidencial, eu não creio que foi na mesma data, que eu estive com ele, não creio.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Hora nenhuma houve um encontro com essa Comitiva?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, quando a gente vai, quando eu fui com ele, as vezes que eu fui, não teve encontro com... Nada de reunião de política não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E esse evento da SOMAG, o que é? A senhora soube o que era isso?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, eu não. Não, nessa ocasião não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Então, a senhora acha que não foi?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Que ele não foi?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não, que a senhora não foi nessa ocasião?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, certeza que não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Em agosto de 2003, quando ele foi para Angola...

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Eu soube que ele foi para Angola.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas ele ainda estava casado com senhora?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Estava.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora soube? Como é, soube ou não soube?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Eu soube. É que é assim: As viagens do Rogério são viagens a trabalho, eu tenho meu trabalho... Não, nada de mistério, nada de mistério, eu tenho meu trabalho, dou aula todos os dias, eu tenho dois filhos para cuidar, não dá nem para arrumar a mala do Rogério, não dava nem para arrumar a mala do Rogério. Se perguntasse se ele levou isso ou aquilo, eu nunca soube, nunca. Nem agora, nem há 10, nem há 15 anos atrás. Então, não é que é misteriosa. O Rogério diz: "Olha, eu vou viajar tal dia." Ótimo, eu o conheci viajando. Então, era uma coisa muito tranqüila. Ele arruma a mala, sei que vai a trabalho, vai viajar. Nunca perguntei detalhes, nunca. Ele sempre trabalhou e trabalhou muito.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quer dizer que a senhora não sabe nada sobre essa viagem?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Que ele foi a Angola eu sei, que ele foi ver negócios.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas negócios de que?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – O que ele me disse na ocasião? Me disse que tinha ido ver negócios, que era ligado à área da agricultura.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas ele falou numa empresa, não falou? Porque ele foi numa viagem de negócios para LEÃO & LEÃO, ele não disse?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Sim, sim. O Rogério viajava todas as semanas, às vezes ele viajava, pegava avião, três vezes, é impossível lembrar o nome da empresa que ele foi ver, é impossível. Sinto muito. Eu, realmente, me dedico muito ao meu trabalho e nunca me interessei muito pelas coisas do Rogério. Eu sei muita coisa hoje porque a imprensa fala muita coisa. Então, eu acabo sabendo. Mas eu nunca soube de muita coisa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora me permite uma observação, só para descontrair?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Sem dúvida.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora está quase perto de uma senhora que me disse que não tinha nada a ver com a vida particular do marido.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha, se eu estivesse ficado um pouco mais a par. Mas, eu tinha, lógico que tinha, mas...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora ouviu falar sobre alguém ligado ao Governo de Angola? Ele nunca falou, não, nesse Governo de Angola, nada?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha. Não. O Rogério... Os relatos de viagem dele eram absurdamente geográficos. A situação. Eu me lembro que ele me disse sobre a situação... Até falou que gostaria de que a LEÃO trabalhasse lá com lixo, porque é um absurdo a quantidade de sujeira, a situação do País com relação a isso. Me lembro disso. Me lembro que fiquei feliz de saber um pouco mais sobre um País porque ele tinha viajado para lá. Mas, mais do que isso, eu realmente não sei.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora conheceu os empresários Luz Angolanos(F), Caio Vadinho e Rui Mendes?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nem ouvir neles?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nem nunca ele falou, Seu Rogério Buratti, sobre eles? Nunca lhe falou que tinha negócios com eles, não?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O helicóptero que levou eles até a casa em Angra. A senhora foi de helicóptero, não?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Fui num avião pequeno.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim, mas da... Quando a senhora desembarcou lá no aeroporto.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Fui de van, se não me engano era van.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não foi de helicóptero, não?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, fui de carro.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Porque o Sr. Caio tem uma casa na mesma ilha e ofereceu o helicóptero para que fossem transportadas essas pessoas, sobre as quais nós já falamos.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Talvez tenha sido. Eu e meus filhos fomos os últimos a chegar naquele final de semana. As pessoas já estavam lá.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E Rogério Buratti?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Já estava lá. Eu o encontrei lá.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Estava esperando pela senhora.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – É. Ele nem foi até o aeroporto, foi alguém nos buscar.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Em maio de 2004 o Sr. Rogério fez uma viagem para o Panamá. A senhora ouviu falar nessa viagem?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Eu soube depois, eu soube.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Soube. Mas só isso? Eu estou quase dizendo uma coisa, mas não vou dizer em respeito à senhora.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Vai parecer que eu estou escondendo algo do Rogério Buratti, mas estou falando de uma coisa pessoal aí.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora desculpe. Eu não quero, de maneira nenhuma...

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Eu não tenho nenhum problema em dizer que eu fui buscá-lo no aeroporto, de carro, em São Paulo, porque eu suspeitava que ele estava com alguém nessa viagem.

Infelizmente, depois a Folha de São Paulo me deu um CD e eu descobri que estava, realmente, com uma outra mulher nessa viagem. Então, foi por isso que eu fui buscá-lo, foi por isso que eu soube do Panamá, só por isso. Não tem nada a ver com política e nem saber o que ele foi fazer lá. Para mim ele tinha ido passear com uma mulher e deve ter sido isso que ele foi fazer.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas eu também não quero...

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – O senhor me pergunta se eu sei. Veja o que quanto que eu sei, eu sei isso, entendeu? Sei isso.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quer dizer que a senhora, nessa viagem do Panamá, também não o acompanhou.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, não conheço Panamá.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E essas conversações, negociações dele com Ralf, com Rui Barquete, com Vladimir Poleto, com Juscelino Dourado, com Ademirson, com Palocci, envolvendo aquisição de um Banco ligado ao Banco Próspero, o Equipe. A senhora sabe de alguma coisa? Ele falou em comprar um Banco? O marido fala em comprar um Banco, a mulher fica entusiasmada, não é?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Ele falou sim. Falou. Eu não fiquei nada entusiasma, não acho que...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não ficou não?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não. Não. Não acho que a gente tem porte para ser dono de Banco.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A senhora não perguntou quem seriam os sócios dele nesse Banco? Ele ia comprar só? De onde vinha esse dinheiro? A senhora não ficou preocupada, não, com isso? Ou ele disse quem seriam os sócios.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – É difícil falar aqui de coisas pessoais, mas algumas coisas se cruzam com isso. Nessa ocasião, o Rogério já estava muito ausente de casa. Eu já me incomodava com a situação de ausência dele de casa, então, eu me importava muito pouco com isto. Aliás, eu ficava até com raiva de porque ele estava fazendo, querendo comprar um Banco, entendeu? Quando ele disse em casa que ia comprar um Banco eu, sinceramente, se ele esperava que eu ficasse pulando de alegria, acho que ele se frustrou.Talvez por isso ele tenha me deixado. Mas eu já não me envolvia muito com as coisas dele. Dos últimos dois ou três anos de casamento, eu já me envolvia muito pouco.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Srª. Elza, o Rogério Buratti adquiriu uma empresa de ônibus em início de 2005. A senhora sabe quem administrava essa empresa logo que foi comprada por ele e quem administra hoje?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Nos negócios da fazenda que eu falei, do sítio, da fazenda, da outra fazenda, nesses negócios, fruto da venda dessas coisas, nós compramos essa empresa de ônibus. E quem administrou a empresa de ônibus, desde o primeiro momento, foi um outro irmão meu e hoje ele ainda administra.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu gostei porque agora a senhora disse "nós". Quer dizer que a senhora participou, efetivamente, desse negócio?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha. Não é que eu participei efetivamente, eu já estava me separando dele e juro que aí fiquei preocupada com o futuro dos meus filhos. Então, eu já estou mais interessada em saber como é que a empresa está porque preciso garantir o futuro dos meus filhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pois é, essa empresa de ônibus... Como era o nome dela?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – FADEL.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – FADEL. A senhora era sócia?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – É, como esposa. Compramos juntos e depois eu resolvi ficar sócia, mesmo agora na separação, resolvi ficar sócia porque é o único bem que eu tenho e que eu imagino que dê para sustentar os filhos. Então, eu

estou como sócia, estou interessada na empresa porque eu quero...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quer dizer que além da BBS, a senhora, também, era sócia dessa empresa?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha. Das coisas que nós tivemos, que o Rogério teve e me apresentou como negócios nossos, eu sempre fui sócia porque era esposa dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Naquela primeira a senhora era... Tinha capital investido, então.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Na BBS? Olha. É uma situação muito prática. Eu sou Professora Pública; eu contribuo com uma parcela muito pequena numa empresa entre eu e meu marido. Então, é óbvio que o salário dele, os ganhos dele, eram maiores que o meu. Então, participação financeira, não, eu assinava como esposa sempre. A compra de uma casa, a compra de um carro, qualquer outra coisa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora conhece o Enrico Gianelli?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não. A senhora conhece o Sr. Denivaldo Henrique de Almeida Araújo, o Professor Henrique?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Também não. Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora já me disse aqui que conhece o Juscelino Dourado.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Conheço, há bastante tempo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E tinha, a senhora... A família da senhora tinha um relacionamento muito grande com a família do Juscelino? A família, que eu digo, é a senhora, o Sr. Rogério Buratti?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Sim, tenho. O Juscelino trabalhou comigo, no Diretório Estadual do PT, na mesma sala, dividimos a mesma mesa, Então, eu o conheço a longa data.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas nunca tiveram negócios?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nem o Sr. Rogério?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Com ele?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Tiveram. Tiveram, lá atrás. O Rogério teve uma empresa de informática, lá em Ribeirão Preto, com o Juscelino.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o Ministro Antônio Palocci, qual era o nível de relacionamento do casal com a família do Antônio Palocci? Ministro, então, Ministro?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Depois de Ministro quase nenhuma, quase nenhuma. Eu estive com o Ministro, acho, que duas vezes. Essa vez de Angra e uma outra vez, que estivemos na casa dele. Que eu vim para Brasília visitar uma exposição. Vim, liguei para a Margarete, esposa do Palocci e vim. Eu creio que foram essas duas ocasiões só.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora está formalmente separada já do seu marido, seu ex-marido?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Já. Estou aguardando a sentença, essas coisas, mas já.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E já recebe pensão dele?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Já. Eu não, meus filhos.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É uma pensão alta?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não a que eu pedi, mas é uma pensão que dá para estudar, os meninos, dá para cuidar da vida.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora se constrangeria em dizer?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Ah, não diria, não diria.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quanto é essa pensão?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não diria, eu não digo essas coisas nunca, para ninguém. Eu só digo...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas a senhora... É a oficial ou a senhora recebe fora da oficial?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Eu não sei, nunca fui separada, como é que é isso? Eu não sei.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Ah! O que está lá no Juiz. É. Dois mil e quinhentos reais por filho.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Esse dinheiro é depositado, é dado em cheque ou depositado na conta da senhora?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Deposita na minha conta. É que são três ou quatro meses.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Transferência ou *cash*? Se é feito da conta dele para a da senhora, ou se alguém vai lá e deposita, ou se é em cheque?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Já houve depósitos de transferência, já houve também, talvez, cheque, houve vezes que a FADEL... Como nós sócios na FADEL e nós temos, quando dá, nossos rendimentos, então, às vezes também, a parte dele na FADEL ele passa para mim, como pensão dos filhos. Esse mês foi assim, a FADEL é que passou. Então... não é nada sempre da mesma forma, não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A FADEL?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – É a empresa de ônibus.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – De ônibus.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Hum, hum.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quem foi que deixou... Tinha um lucro bom, a FADEL e, de repente, passou a ser pequeno esse lucro. Porque foi, o que aconteceu?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Eu, hoje, como estou preocupada com a empresa e, apesar de não entender muito de administração, eu estou tentando, eu acho que é desconhecimento de negócio e não acho que dava muito lucro não, eu acho que, no começo da empresa, a gente não pagava... É difícil cuidar de uma empresa de ônibus.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não pagava o que, imposto?.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, quando pegamos a empresa você pega um mês, dois meses, o proprietário anterior paga tudo, depois que você... Então, acho que é isso, sabe, eu imaginava que a empresa pudesse dar mais lucro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Essa era uma empresa que dava lucro de aproximadamente 20 mil reais. No mês seguinte deu lucro, apenas, de mil reais. Porque foram pagos os impostos, que não eram pagos, coisa dessa natureza? Como era bem assim, porque essa queda muito grande?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha. Eu não saberia dizer por quê. Porque realmente entendo muito pouco de administração.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A senhora disse, no seu depoimento da Polícia Federal, que a empresa dava um lucro de 17 mil reais. Quando assumiu passou a dar um lucro de mil reais.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não. Eu disse, na ocasião, que nós fizemos uma retirada, o Rogério, na ocasião, porque ele é que administrava as coisas da casa, que tinha sido feita uma retirada de 17 mil reais. Quando me separei dele, ele me disse que, naquele mês, tiraríamos mil reais da FADEL. É verdade. Agora, se isso é lucro ou não, eu não poderia dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É, porque o depoimento de V. Sª. diz o seguinte: Que, um mês antes da depoente assumir a gerência, a empresa deu um lucro de 17 mil e, no mês de julho, quando a depoente assumiu, passou para um mil reais de lucro. Foi o que V. Sª. disse na Polícia Federal, no seu depoimento. Está aqui na nossa mão. No dia 15 de setembro de 2005.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Eu disse. Num mês nós fizemos essa retirada, ele fez essa retirada mesmo, no outro essa retirada pequena, não sei se, porque o lucro diminui, mas essa é a verdade, foi o que aconteceu.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Muito bem. Srª Elza, a senhora, no depoimento da Polícia Federal, a senhora chegou a dizer que, até a senhora assumir a empresa de ônibus, ela dava lucro, quando a senhora assumiu o lucro sumiu.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – É, eu volto a dizer que é uma situação pessoal. Eu nunca me preocupei com os negócios, já disse aqui. A partir do momento que eu me separo, eu tento que me preocupar com os negócios, porque eu vou viver minha vida sozinha com os meus filhos. Então, eu, realmente, estranhei de achar que estava tudo muito bem na empresa e, quando eu resolvo que eu vou assumir a empresa, participar, saber o que acontece, a empresa já não dá mais lucro.

Hoje pensando e analisando tudo que a empresa faz e a luta que é para dar algum lucro, eu sei que não é fácil dar lucro. Eu acho até, que a empresa, hoje, não vai tão bem, porque a gente, no começo, achava que podia ter um lucro maior com ela. E agora que, acho que todo mundo que mexe com empresa deve saber, que depois que você vai assumindo a empresa e conhecendo, você vai vendo as dificuldades e

as coisas que aparecem, para gerenciar a empresa e não é fácil.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas a gente, a senhora anda falando, a gente quem?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Eu, o Rogério, o meu irmão, que cuida da empresa. Aliás, mais meu irmão que cuida da empresa. Ele que gerencia.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Hoje quem cuida é seu irmão?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – É.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sozinho?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Praticamente sozinho.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele é o executivo.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Praticamente sozinho. Com essa situação do Rogério, não tem abandonado a empresa, mas não tem dado tempo de cuidar. Eu também não tenho condições. Dou aula todos os dias. Quase não vou à empresa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Obrigado, Srª. Elza, obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Abro mão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Abre mão, V. Exª. Com a palavra Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Moraes. Sr. Relator Senador Garibaldi Alves Filho. Srª. Elza Buratti. Primeiro, quero expressar aqui, não a conhecendo bem e como avalio que a senhora está procedendo com muita dignidade, diante de uma situação bastante difícil, em que, instada a fazer, a responder perguntas que envolvem até aspectos de sua vida pessoal e tudo. Mas em todo o momento respondeu de uma maneira, que mostra o respeito que a senhora está tendo, aqui, inclusive, pelo Senado e por esta Comissão.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Obrigada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V. Sª. mencionou, quando perguntado pelo Senador Garibaldi Alves Filho a respeito do seu sentimento em relação aos episódios que aconteceram, que a entristeceram, no sentido de daquilo que aconteceu com o Partido dos Trabalhadores. E mencionou que continua filiada, que continua a considerar, o Partido dos Trabalhadores, o melhor em que pese tenha havido problemas e falhas. Eu tenho o mesmo sentimento. Continuo sendo membro do Partido dos Trabalhadores e me sentindo com a responsabilidade de contribuir para que, se erros foram cometidos, então vamos superá-los, corrigi-los e tudo que pudermos fazer nessa direção, será importante.

Então, eu apenas gostaria de transmitir que, se porventura, tiver, a senhora, alguma palavra adicional com respeito a esse assunto, que tenha toda a liberdade de aqui dizer. Eu não tenho qualquer pergunta específica sobre os episódios, porque acredito que o Senador Garibaldi Alves Filho foi bastante exaustivo no que diz respeito a perguntas que poderiam contribuir para os propósitos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Apenas isso.

Então, se tiver qualquer resposta sobre o tema que eu mencionei, sinta-se com inteira liberdade para dizer, se tiver alguma sugestão para nós, do PT, sobre como agir, para corrigirmos problemas que aconteceram, para caminhar na direção daquilo que foi a razão da existência, da criação, do Partido dos Trabalhadores e tendo V. Sª. participado, como mencionou, inclusive trabalhando no diretório do PT em Ribeiro Preto, então, certamente, conviveu e pode observar que tantas pessoas acreditaram nos propósitos desse Partido, de construirmos um Brasil justo, de procedermos sempre com a maior seriedade em defesa dos interesses do povo brasileiro e de procurar a construção de um Brasil justo, então, se tiver qualquer coisa a dizer, tenha toda a liberdade, pode falar agora. É só este o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V. Exª., Senador Suplicy.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, se eu for responder, vou acabar falando bem do senhor. É que eu o admiro muito e acho que os petistas que acreditam no PT e que estão batalhando no PT e são muitos, ainda se espelham muito no senhor para continuar lutando.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É candidato em São Paulo.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Ora! Sempre teve o meu voto e terá, então.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Aqui não precisa falar de mim. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, cuidado com o problema da lei eleitoral. Senador.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – A culpa é minha.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu não dizendo para falar isso, Sr. Presidente.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – (pronunciamento fora do microfone)

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – A culpa é minha.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço, Senador Tião. Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Presidente, Srª. Elza. A exemplo do Senador Antonio Carlos, eu tenho muita consciência dessas questões familiares e essa é uma das razões porque nutro admiração pelo Senador Antônio Carlos, mas eu quero fazer algumas considerações. Não tenho absolutamente nada, nesse campo, a perguntar. A não ser para saber se a senhora tem alguma coisa a contribuir, o que a senhora conhece por exemplo de bingo, contravenção, se a CPI foi criada para investigar e apurar a utilização das casas de bingos para prática de crime de lavagem, ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Com base nisso, eu estou preparando um voto em separado, com base nesse texto que eu escrevi. Eu quero saber, com base no que eu li, a senhora, tem alguma coisa a contribuir?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não. Eu desconheço, totalmente, esse assunto e sei dele tanto como qualquer cidadão comum. Em casa, quando era casada com o Rogério, nunca foi falado nada sobre isso de bingo, nada, nada. Sobre isso eu realmente, nunca foi dito nada.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Nós somos um País sem vocação para jogatina. Nós somos um País de fronteiras abertas, não temos vocação para jogatina. Infelizmente, quem planta, quem industrializa, são os nossos vizinhos, nós somos o entreposto de tudo isso e a jogatina, no Brasil, significa um imã a atrair àqueles que amam a contravenção, a lavar bem o seu dinheiro aqui no Brasil. Razão pela qual eu me movimento no sentido de que, chamar a atenção da sociedade brasileira, para que nós precisamos, de uma vez por todas, fechar, extirpar, dar um não à jogatina no Brasil, à contravenção, às casas de bingo.

Sei que aconteceu um movimento, hoje aqui. É preciso, até, que nós tenhamos conhecimento, Sr. Presidente, de onde partiu esse movimento. Cada qual faz o movimento que quer, mas esse movimento, no sentido de mandar para cá abaixo-assinados, uma série de coisas, movimento articulado por quem, querendo o quê, absolutamente, com isso. Porque nós precisamos analisar os fatos com muita força, com muita propriedade, o mal que a jogatina faz ao Brasil e as casas de bingo, que se proliferam... Em São Paulo é uma a cada meia hora, no meu Estado, em todos os Estados brasileiros, porque é a maneira mais fácil de se lavar dinheiro da contravenção, do narcotráfico e do crime neste País.

Para tanto, repudiando até esses abaixo-assinados, que me parece ser uma consulta que se fez à Nação, sem que eu tivesse conhecimento ou os membros da CPI tivéssemos conhecimento e eu quero perguntar isso, nessas inquirições que faremos amanhã, ao Presidente da Associação de Bingos, que estará aqui amanhã, com base nessas considerações e visto que não tenho nada a perguntar à senhora, porque a senhora nada tem que contribuir e as minhas considerações, usando o tempo que disponho, até porque é uma Sessão gravada e vai ao ar em seguida, para que a Nação continue sabendo da minha posição com relação à jogatina, com relação ao malefício que se impõe sobre os pobres, sobre os aposentados, que são iludidos nessa questão, a tomar o dinheiro daqueles que menos tem, a iludi-los e até um problema de saúde pública nesse País, para que nós possamos corrigir uma distorção num País que tem suas fronteiras todas abertas e que não tem vocação, nós não podemos ser comparados a nenhum País do mundo, que faz da jogatina uma maneira de trazer dinheiro e dividendos para o País. Porque nós temos a infelicidade de termos fronteiras abertas nesse País e vamos virar um pólo atrativo para quem quer perpetuar a contravenção e lavar o seu dinheiro sujo nos bingos, se nós viermos a aprovar ou propor a aprovação de Casas de Bingo no Brasil, que eu espero que não, que nós proponhamos é o fechamento dessa atividade que bem, de maneira nenhuma, faz a este País.

Quero agradecer à senhora e o fato de ter vindo e, com muita serenidade, respondido a questões pessoais da sua família e que eu não ousaria perguntar, mas essa é minha palavra. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V. Exª., Senador Magno Malta e concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador, eu até ia abrir mão, Presidente, Relator, mas eu não podia deixar de dizer da simpatia, da elegância com que a senhora está tratando aqueles que a questionam. Sem nenhum forçamento de barra, eu diria, sempre com a tranqüilidade, elegância. Eu não quero criticar, mas a gente sabe na vida, porque eu tive muito tempo na Polícia e sabe, o comportamento daqueles que, às vezes, enveredam por uma área, principalmente nessa área econômica, de falcatrua e não conta nada para a mulher, porque não quer ficar com rabo preso com a mulher.

Então, o que eu acho é o seguinte, a senhora aqui afirmou várias vezes que nunca ele conversou nada sobre isso, é só assuntos de família. Então, dizer que a senhora não sabia de nada porque ele não fez nada, não corresponderia à verdade. Tanto é a senhora disse, não posso afirmar. Então, essa estratégia natural, não quero ofender o Buratti, mas de uma pessoa que tem um caminho de buscar, de forma errônea, dinheiro, fazia parte de um grupo geral, Relator, inclusive, com cautela, do próprio hoje Ministro ex-Ministro da Fazenda que, na gestão de Ribeirão Preto, a coisa degringolou mesmo.

Todas as apurações que se fazem, ou através da CPI, ou do Ministério Público, ou da própria Polícia, demonstram, claramente, uma série de falcatruas que foram praticadas de lá e transportadas para cá, dentro daquilo que poderia ter um alcance maior, como GETEC e outros tantos que o Relator está acompanhando.

Então, se disser, mas não tem valor nenhum o que ela está falando aí. Tem muito, muito valor o depoimento da senhora. Pelo seguinte, porque todas, todo o trabalho tem dúvidas que surgem, boatos, informações que a pessoa, quando diz "não sei", "não é verdade", vai ajudar o Relator, porque ele vai eliminar ou vai confirmar aquilo que ele trouxe à baila, em razão de informações recebidas.

Todos os depoimentos têm muito valor. Eu acho que da senhora é importante, porque a sua raiva não foi transformada em depoimento, não houve nenhuma agressividade, com todo o respeito, eu acho que eu só tenho a cumprimentá-la por isso e o questionamento já foi feito e eu concordo com todas as perguntas que foram feitas pelo Relator e agradeço e espero que Deus a abençoe e os seus filhos estão na sua mão, estão sob seus cuidados, isso é que é importante.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Graças a Deus. Está bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V. Exª., Senador Garibaldi. Tinha, apenas, só para que nós pudéssemos... V. Sª. conhecia e teve informação sobre a GETEC? No decorrer de toda essa movimentação após as denúncias?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Após as denúncias sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Então, V. Sª. também passou a saber que o ex-marido de V. Sª. era um homem ligado à Diretoria da GETEC e tinha influência dentro da GETEC e tomou conhecimento disso, também, que foi provado aqui nesse CPI. A senhora tem conhecimento disso?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Eu tenho conhecimento hoje. Porque, quando houve o escândalo, eu me espantei de não saber que o Rogério estivesse envolvido com isso, com aquelas quantias exorbitantes faladas, especuladas e eu fiquei sabendo exatamente junto com o resto da população, pela televisão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pela Receita, não é? Sabe com mais consistência, hoje, pelo Relatório da Receita.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – O Relatório da Receita ele fala mais da BBS, ele traz vários documentos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, eu digo que a senhora não tinha conhecimento de tudo aquilo que ele fazia.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, não. E aquele Relatório, também, da Receita não... Traz mais coisas relacionadas à LEÃO & LEÃO, ao Contador e à empresa em si.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu acho que tem uma importância, Relator, o senhor não só pedir os documentos, para não esquecer a importância da reunião de Angra dos Reis, pelos nomes que ela confirmou estarem presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Muito bem. V. Sª. também sabe que o Sr. Buratti era amigo do Roberto Carlos Kurzweil? E teve inclusive presente.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha. Ele é amigo de um Roberto Carlos há muito tempo...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É esse mesmo, é esse mesmo.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Que é o da Rek.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas não é esse que estava lá, não.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A senhora não viu um Roberto Carlos, lá? Era esse...

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Eu vi um Roberto Carlos lá, mas é que... se não me engano há dois Roberto Carlos nessa história. Ou eu estou enganada?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A senhora disse que seu marido conhecia Vladimir Poleto.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Eu não disse, mas ele conhecia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, a senhora disse.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Eu disse lá na Polícia Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A senhora disse na Polícia Federal.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Ah! Pensei que era aqui. Na Polícia Federal, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas pára aí. A senhora sabe que ele conhecia Vladimir Poleto?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Sim, o Vladimir, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se a senhora disse lá, teria que dizer aqui também, não pode dizer lá que não conhece e aqui que conhece, ou vice-versa.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Então, mas conhece. Não teria problema em dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Perfeito. A senhora conhecia Ralf Barquete?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Conhecia. A senhora conhecia Palocci?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A senhora conhecia Zé Dirceu?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha. O Zé Dirceu eu conheço de quando eu morava em Tupi Paulista, depois disso eu não tenho visto mais o Zé Dirceu, há muitos anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A senhora participou da caravana do PT, naquela caravana?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Em Tupi Paulista?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, em alguma oportunidade, naquela caravana que foi feita, do PT?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Olha. Não sei de que caravana o senhor se refere.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A senhora, então, não é como, não é atuante petista? A caravana que foi feita.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Essa da Cidadania para Presidência?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim.

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não. Não

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nunca participou?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Agora não, participei lá atrás.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É lá atrás mesmo?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não, mas é muito atrás.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não mas ela foi lá naquela época, agora é de avião, não é mais Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Veja bem V. Sª., a senhora está sabendo que este grupo está sendo acusado, pelo Ministério Público, de formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. A senhora leu, também?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Li.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Leu. Esta CPI trata de lavagem de dinheiro e trata, também, de jogos não só de bingo, da GETEC também. A senhora, que não sabia das transações de seu marido, morando no mesmo teto, evidentemente que não tinha muito informações, sobre como esta quadrilha atuava, não é verdade?

SRA. ELZA GONÇALVES SIQUEIRA BURATTI – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então, eu quero só deixar registrado de que essas pessoas que nós estamos tratando e V. Sª. foi convocada para cá porque o seu marido, ex-marido, está envolvido em influência de tráfico junto ao Governo, bem como de formação de quadrilha e com a lavagem de dinheiro, via GETEC. Quero deixar bem claro de que esse é um assunto do foco dessa CPI e que evidente, que V. Sª. não é obrigada a ir para casa de bingo, jogar em bingo, para ser convocada para vir depor nessa CPI.

A senhora não tem nada a ver com isso, só as afirmações que V. Sª. acaba de me dar, me deixa muito tranqüilo em saber que o que nós queríamos era, exatamente, não era se o Sr. Rogério Buratti jogava bingo, se a senhora ia para casa de bingo, não, de forma nenhuma. O que nós estamos querendo era exatamente esta questão. Era se a senhora ou se a ex-esposa tinha conhecimento e tinha em parte, de alguma coisa, está certo, confirma aqui, já estava confirmado no seu depoimento na CPI e confesso a V. Sª. de que nós estamos satisfeitos. Lamentavelmente as informações que a senhora nos passa, já tínhamos grande parte dela conhecimento, mas da forma, repito as palavras do Senador Romeu Tuma, tranqüila, elegante, querendo falar tudo aquilo que sabe, nós estamos satisfeitos e agradecemos, mais uma vez, a presença de V. Sª....

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente!

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E ao tempo em que devo dizer e dar conhecimento a essa questão, porque, às vezes, se faz aqui, Senador Tião, não V. Exª., mas o que eu acho interessante é que se cria uma questão totalmente... Tentando alguma desqualificação e eu recebi e vou dar conhecimento a esta CPI, através do Sr. Luiz Gustavo Valencia Góes, que é o nosso representante na Comissão, na CPI, da Polícia Federal, que eu tenho que fazer essa nota de esclarecimento para que não fiquem dúvidas.

Na sexta-feira passada, dia 26/5, o Delegado da Polícia Federal que colabora com a CPI, o Dr. Luiz Gustavo Valencia Góes, recebeu ligação... Senador Romeu Tuma, V. Exª., que é o homem que conhece esse (inaudível), pediria atenção mais redobrada de V. Exª.. É, do Diretor Geral do... Recebeu ligação do Chefe de Gabinete do Diretor Geral da Polícia Federal, Ivo Valério, que pedia esclarecimentos sobre as diligências, tais como intimações e colheita de depoimentos.

Que Delegados e Agentes da Polícia Federal, em companhia de Assessores da CPI dos Bingos, teriam realizado na cidade de São Paulo, Florianópolis e/ou Blumenau, entre os dias 15 e 18 de maio do corrente ano. Segundo o Sr. Ivo Valério, o pedido de esclarecimentos tinha sido solicitado ao Diretor Geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, pelo Ministro da Justiça Márcio Tomás Bastos, depois de questionamento do Senador Sibá Machado, PT do Acre. Terceiro.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Presidente, só um esclarecimento para ajudar, pedindo o que, o quê que o Senador Sibá se...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou apresentar a documentação, que foi nos passada e nós solicitamos. Como ficou acordado desde o início dos trabalhos, dos Delegados e Agentes da PF à disposição da CPI, todo o assunto que chega a eles, com relação a ações da Comissão, é relatada à esta Presidência.

O Delegado Luiz Gustavo e aqui eu quero fazer um registro em relação ao Dr. Luiz Gustavo Góes, que tem feito um trabalho extraordinário nessa CPI, com muita dedicação, com muita sinceridade, já fiz esse registro ao próprio chefe de gabinete do Dr. Paulo Lacerda, da importância do trabalho desenvolvido pelo Dr. Luiz Gustavo e todos aqueles que foram colocados, da Polícia Federal, à disposição dessa CPI.

Bom, o Delegado Luiz Gustavo, cioso do compromisso assumido, me informou no dia de ontem o fato acima exposto. Ontem ele me procurou no meu Gabinete e me fez ciência desse telefonema. Minha primeira providência foi solicitar ao Sr. Ivo Valério que fosse enviada, à essa Comissão, pedido, por escrito, dos esclarecimentos sobre as diligências que estão ocorrendo nas casas de bingo. Quinto: Ainda ontem, dia 29, recebi, por fax, cópia da correspondência encaminhada pelo Senador Sibá Machado, PT do Acre, ao Ministro da Justiça Márcio Tomás Bastos e do Assessor Especial do Ministro da Justiça, Sr. Paulo Pires de Campos, ao Diretor Geral da Polícia Federal, Sr. Paulo Lacerda, documentos que tenho em minha mão e peço licença dos senhores, para ler na íntegra.

"Ofício do Sr. Senador Sibá Machado, no dia 18 de maio de 2006. Excelentíssimo Sr. Ministro. Venho, por meio deste, solicitar a V. Exª. a confirmação se houve a atuação ou deslocamento de dois Delegados e um Agente da Polícia Federal, entre os dias 15 e 18 de maio do corrente, nas cidades de São Paulo, Florianópolis e/ou Blumenau, com o fim de realizar diligência, tais como intimações e colheita de depoimentos, em conjunto com a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos e sua Assessoria. Caso positivo requeiro sejam identificados os Delegados e Agentes Federais envolvidos nas referidas diligências, vez que não houve Requerimento aprovado, tampouco comunicação oficial aos parlamentares membros da CPI, para realização de qualquer ato nas cidades acima mencionadas. Com os cordiais cumprimentos, Senador Sibá Machado."

Eu quero dar ciência aos senhores que, no dia 05 de abril de 2006, Ofício de nº 212/06, de autoria do Senador Garibaldi Alves, Relator desta Comissão, dirigida ao Sr. Luiz Gustavo Valencia Góes, nos seguintes termos:

"Na qualidade de Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245 de 2004, solicito, em atendimento ao Requerimento nº 30 de 2006, aprovado por essa CPI, com aditamento de iniciativa do Senador Romeu Tuma, que V. Sª. tome as providências necessárias, para realizar amplo levantamento dos bingos no Brasil. Segue anexo Modelo do questionário, que já foi distribuído, que deve ser remetido a todos os bingos ativos e inativos que sejam localizados. V. Sª. deve, a seu critério, selecionar uma amostra representativa de bingos para, com a assistência da Assessoria desta CPI, fazer visitas ao local de funcionamento, colher cópia de contrato social, fotografar o local e tomar depoimento de sócios e dirigentes. Solicito, também, que, em conjunto com a Assessoria dessa CPI, seja elaborado o Relatório desse trabalho, que será incluído, como anexo, no Relatório Final da CPI. Atenciosamente, Senador Garibaldi Alves."

Muito bem, antes ler o que determinou o Assessor Especial do Ministro, eu faço questão de aqui... Fiz o levantamento nas Atas de nossa CPI e aqui está:

"O Sr. Presidente Senador Efraim, nos termos do disposto §, tal, tal com Art., com assistência da Assessoria dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, tomo o depoimento que constará dos autos da CPI em voga."

Está aqui, anexo, é um pouco longo, toda a votação que foi feita desse Requerimento. E para estranho, estranhei esse Senador, que recebo essas informações e, só para completar, está aqui:

"Ao Diretor Geral do Departamento da Polícia Federal. Assunto: Informações sobre deslocamentos de servidores de Polícia Federal. De ordem do Sr. Ministro da Justiça, encaminho a V. Sª., para análise e adoção de providências cabíveis, correspondência do Senador Sibá Machado, referente ao assunto acima mencionado. Favor informar, a esta Assessoria, o resultado da análise, com vista à elaboração de resposta ao parlamentar."

Eu quero deixar claro, eu vou conceder a palavra ao Senador Tião, de que deveria ter um pouco mais de cuidado dos Srs. Senadores de, quando tentarem informações ou seja, talvez, por total desinformação e que não quer estudar o material que existe na CPI, dizendo que não houve nenhuma Delegação, que não houve Requerimento aprovado, onde, na realidade, tudo aconteceu, com Requerimento aprovado, por delegação do Relator, há o Delegado que está sendo colocado à disposição.

Lamento, é que algo dessa natureza, o próprio Senador, se tivesse pedido informação a esta Presidência e a Assessoria, teria dados mais concretos do que o próprio Ministro da Justiça e do que o Presidente, o Diretor Geral da Polícia Federal. Devo dizer que a desconfiança do trabalho transparente, que está sendo feito por essa CPI em investigações, é que nós lamentamos que se trata, exatamente, daquilo, espero que não seja fora do foco esse tipo de trabalho que vem sendo desenvolvido com a Polícia Federal, com auxílio dos nossos Assessores, por determinação de um Requerimento aprovado e que o Relator solicitou o que era preciso. Senador Tião.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Caro presidente. Eu quero dizer que concordo, integralmente, com suas palavras e gostaria de participar desse episódio, porque tive conhecimento de uma parte dele, no dia que eu estava em Plenário, eu tive conhecimento que uma missão da CPI estaria em Santa Catarina fazendo busca de informações a respeito de bingo e desviando sua finalidade. Na mesma hora, procurei o Relator Senador Garibaldi, que está aqui, disse: "Na nossa conduta de transparência e respeito permanente, estou lhe informando que tive tais informações. O senhor está de acordo que isso não pode ocorrer?" Ele disse: "Completamente, Senador Tião Viana, vou averiguar e, se tiver ocorrendo, tomarei providências." Só sei até aí. Mais do que isso, não tenho conhecimento. Por isso eu concordo, integralmente, com o que V. Exª. disse.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço a V. Exª. e devo dizer, Senador, de que o que a CPI teve fazendo, em vários bingos deste País, foi, exatamente, o que eu acabei de notificar. O que eu lamento que o Senador, que poderia muito bem ter solicitado essas informações...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Talvez seria o Senador Sibá Machado...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sibá Machado, não V. Exª., eu não estou me referindo. Fui claro que o Requerimento partiu do Senador Sibá. Ao invés de ter se dirigido à Presidência da CPI, já que se tratava de uma missão da CPI, foi solicitar ao Ministro da Justiça. Acredito que o Ministro tem muito o que fazer...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente. Só um esclarecimento. Não teria que ser aprovado esse Requerimento pela Comissão?

(tumulto)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não. A pergunta é outra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Requerimento aprovado foi o Requerimento que deu poderes.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Sibá fez isso (inaudível)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Para fazer essa consulta, essas fotografias, se pegar os dados da maioria, não, é claro que foi uma amostragem. Então, eu lamento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente. Eu queria apenas dizer o seguinte, se V. Exª. permitir. Eu não tenho procuração para defender o Senador Sibá Machado, nem vou fazê-lo. Mas não é primeira vez que o seu Partido o coloca em situação difícil. Veja o caso daquele voto em separado que ele assinou, juntamente com o Deputado Carlos Willian. Assinou sem ler, depois, constrangidamente, no Plenário, fez reparos ao que tinha assinado... É isso mesmo. Quer servir ao Partido. O Partido... Ele se sente devedor para com o Partido. Infelizmente isso ocorre.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É por essas e outras é que a Comissão vai perdendo o seu prestígio perante a opinião pública.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente. Posso dar uma palavrinha, Presidente?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu até gostaria de pedir ao Presidente, também. O que... Por-

que eu estava numa ligação, aqui, numa situação de emergência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vamos liberar a Srª Elza Buratti?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É, tem que reliberar(F). Isso é o que eu ia pedir.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço, Senador Antonio Carlos Magalhães pela lembrança e agradeço a V. Sª., Professora Elza, muito obrigado pela sua presença. Senador Tião.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu só gostaria de deixar claro a V. Exª. que, lembrando as palavras do Senador Garibaldi, que não tinha conhecimento, iria adotar todas as providências e eu gostaria de entender, se V. Exª. pudesse sintetizar, o que o Senador Sibá Machado fez nesse Requerimento, que eu não... Eu estava, infelizmente, numa ligação aqui sobre meu Estado e não pude ouvir detalhes. Só uma síntese. O que foi equivocado dele, que eu não entendi essa parte.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – "Venho, por meio deste, solicitar a V. Exª. a confirmação se houve a atuação ou deslocamento de dois Delegados e um Agente da Polícia Federal, entre os dias 15 e 18 de maio do corrente, naS cidades de São Paulo, Florianópolis e/ou Blumenau, com o fim de realizar diligências, tais como intimações e colher depoimentos, em conjunto com a CPI dos Bingos e sua Assessoria.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pode repetir quais são as cidades?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – São Paulo, Florianópolis e/ou Blumenau.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Blumenau?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Porque Blumenau?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Aí eu tenho que solicitar do Dr. Luis, ou melhor do Dr. Gustavo, que ele explique porque essas cidades. A escolha foi dele e foi dado poderes, no Requerimento que foi aprovado, e a determinação do Senador Garibaldi.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas Senador Efraim, só uma pergunta. A solicitação era de um esclarecimento, pelo que eu entendi da leitura, se havia ido ou não pessoas ligadas a Polícia Federal acompanhando uma atividade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Isso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Portanto, pode até ter sido equivocado o Senador Sibá, ter pedido isto ao Ministro. Mas de qualquer forma, não tem nenhum óbice de fazer as perguntas se aconteceu ou não, dentro da, da, dos Requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O que eu acho, Senadora, é que se ele tivesse... Estão usando, então, a própria força do Governo para se descobrir o que a gente poderia informar com uma pergunta aqui em Plenário. Eu lamento é isso, é ter usar o Ministro, para que o Ministro vá descobrir se a CPI mandou isso? Se ele tivesse solicitado informações ao Presidente, ele teria, de imediato, a informação porque estão todos os Requerimentos aprovados. Se ele fosse, se ele tivesse conhecimento dos documentos que foram aprovados, Requerimentos que foram aprovados, ele não teria feito.

(tumulto)

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Heráclito, só um minuto. Senador Efraim. Só para eu entender, até porque houve uma referência, do Senador Tião, a uma conversa feita com o Senador Garibaldi Alves. O Senador Garibaldi Alves... Eu não consegui entender, quando os senhores conversaram, o Senador Garibaldi Alves tinha conhecimento da ida?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Ele disse que achava muito estranho, também, que ele ia tomar providências...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas deixa eu complementar a V. Exªs., (tumulto) Senador Tião, Senador Tião, espero que V. Exª. e a Senadora ideli entendam o parágrafo seguinte, que eu não li.

Caso positivo, Senador, Senador, caso positivo sejam identificados os Delegados, como se fosse um absurdo e Agentes Federais envolvidos na referida diligência, vez que não houve Requerimento aprovado. O Senador não falou verdade aqui, há Requerimento aprovado.

Aqui está o número do Requerimento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Talvez possa ter sido um mal entendido, Senador Efraim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não é um mal entendido, Senadora, é citar, dizendo que a CPI está mandando.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Até a gente poder ouvir o Senador Sibá. Senador Efraim, posso usar da palavra?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, eu estou com a palavra. A senhora é que invadiu.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Então, eu vou aguardar para poder falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O que eu acho aqui, é que não é nada contra a CPI. É o Senador querendo prejulgar a ida de Delegados e funcionários da Polícia Federal, para tentar inibi-los, já que aqui tem um Requerimento aprovado e uma determinação do Relator, eu não estou aqui em defesa da CPI, eu estou em defesa dos Delegados e funcionários da Polícia Federal, que estão prestando relevantes serviços a essa CPI. Não é contra ninguém, eu só estou aqui justificando, exatamente, o que aconteceu, Requerimentos aprovados, Delegados autorizados e o Senador, sem tomar conhecimento, ou sem coragem de pesquisar, desinformado, tentando inibir um trabalho que já foi realizado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sem consultar previamente a Comissão. Eu quero saber de V. Exª. uma coisa...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Como se o Ministro da Justiça tivesse tempo para estar sabendo de tudo que acontece.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V. Exª. pode explicar uma coisa muito simples? Esses Requerimentos de diligências, em São Paulo, Florianópolis e Blumenau, dizia respeito a quê?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A bingos. Senador, eu vou dizer o que era, V. Exª. chegou um pouco fora de hora em relação ao, quando eu li o Requerimento, ele diz o seguinte, aqui está o ofício nº...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, não é (inaudível) o Requerimento dele, não, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, não é. É o do Senador Garibaldi Alves. Que diz o seguinte: "Solicito isso ao Delegado, solicito, em atendimento ao Requerimento nº 30 de 2006, aprovado por essa CPI, com aditamento de iniciativa do Senador Romeu Tuma, que V. Sª. tome as providências necessárias para realizar amplo levantamento dos bingos do Brasil. Segue, em anexo, modelo de questionário que deve ser remetido a todos os bingos ativos e inativos que sejam localizados. V. Sª. deve, a seu critério, selecionar uma amostra representativa de bingos para, com a assistência da Assessoria dessa CPI, fazer visitas ao local de funcionamento, colher cópia de contrato social, fotografar o local e tomar depoimento de sócios e dirigentes. Solicito, também, que, em conjunto com a Assessoria dessa CPI, seja elaborado o Relatório desse trabalho, que será incluído como anexo no Relatório Final da CPI, Senador Garibaldi Alves, ao Dr. Luiz Gustavo Valencia Góes, Delegado da Polícia Federal." Então, tudo feito como manda o nosso regimento. Tudo feito às claras, Requerimento votado nesse Plenário, questionário distribuído para todos os parlamentares e dado conhecimento à imprensa, Então, sinceramente eu acho que o Senador deve, realmente, explicações, não a este Presidente mas, principalmente, aos membros dessa CPI.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente posso dar uma palavrinha, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª. tem a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, eu acho o seguinte, eu gosto muito do Senador Sibá, Senador Tião, eu gosto do Sibá, ele tem sido elegante...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sempre foi. Nada contra a elegância do Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas eu acho que aqui, ele é membro da Comissão, desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É membro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, ele poderia, sem dúvida, ter perguntado aqui. Não estou pondo dúvida do desconhecimento dele. Mas eu queria cumprimentar V. Exª. Senador Garibaldi e o Presidente, por terem tomado essas providências, porque desde o início venho reclamando que tipo de investigação *in loco* a gente tinha que fazer sobre os bingos, tem que ser *in loco*, dar busca, apreensão, ver se realmente a corrupção não há.

Tem Requerimento meu, inclusive, para Justiça informar em que termos têm dado as liminares. Até hoje não chegou. V. Exª. tomou a providência correta, a Polícia Federal colocou à disposição da CPI um Delegado de Polícia e mais Agentes. O Delegado, recebendo ele poderia, que eu acho que seria correto, avisar o Chefe titular dele que ia fazer essas diligências. Por quê? Porque ela estava dentro do princípio de não ter despesa exagerada de mandar uma Comissão fazer essa investigação.

Vai o Delegado, a Polícia investiga e tem poder de Polícia para verificar documentos e trazer, por amostragem, porque não dá para ver todos os bingos, se ler esse Ofício, quantos bingos tem hoje pelo abaixo-assinado que trouxeram, quantos bingos tem aqui hoje, quantos empregados têm. Será que pagam a Previdência? Não sei, a Polícia foi lá e verificou e deve trazer esse Relatório, já trouxe, esse Relatório, para a V. Exª., já trouxe?

Porque não dá para fazer investigação sobre todos os bingos. Lá esse jornal, a Folha, o senhor vai ver um dos bingos, Imperatriz, que estás aí, o tamanho dele, ele tem dois que eu peço, pelo amor de Deus, para alguém ir ver, lá em São Paulo, gastaram mais de 10 milhões para construir, depois de estar proibido pelo

Presidente Lula. Então, Senador, eu acho nós temos que lutar para ter essa investigação, realmente, na busca de informações para CPI ou para a Justiça, seja para quem for. Então, cumprimento V. Exª..

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Me permita uma parte, Senador Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pois não. Pois não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu acho que eu tenho sido uma das chatas militantes a respeito da necessidade da CPI dos Bingos e investigar os bingos. Agora, a única coisa assim, eu acho melhor a gente aguardar o Senador Sibá. Quando ele estiver, com certeza vai ter a justificativa por ter procedido da forma como procedeu, então, acho que é bobagem bem a... Sem a presença dele.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A importância que eu acho, que é o Ministro tenha conhecimento que houve um Requerimento. Antes que ele pegue e mande outro ofício, aqui, meio, que possa trazer um choque outra vez.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Talvez, até, o Senador Sibá possa ter se guiado pelo fato não ter tido Requerimentos específicos, mas um generalizado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Para ele saber que houve esse esclarecimento do Presidente, que os Requerimentos foram aprovados por maioria ou por unanimidade, aqui. Então, quero deixar registrada, a correção da ação do Presidente e do Relator, pela impossibilidade... Gostaria eu de chefiar estas diligências.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V. Exª., Senador Romeu Tuma e solicito, da Assessoria, que tome as providências em relação às pessoas que foram convocadas para agilizá-los, os seus depoimentos, em função da conclusão dos trabalhos. Amanhã temos Reunião a partir das 11 horas. Está convocada Sessão Administrativa e oitivas no dia de amanhã.

(Sessão encerrada às 13h39)

Ata da 79ª Reunião, realizada em 31 de maio de 2006.

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, às doze horas e trinta minutos, na Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Antônio Carlos Magalhães, Antero Paes de Barros, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flavio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Siba Machado, Romero Jucá, Ideli Salvatti, presentes ainda os Senadores não membros Demóstenes Torres, Heloísa Helena, Antonio João e José Agripino Maia, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e indaga aos Senhores Membros se é necessária a leitura da ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da ata, é considerada lida e aprovada. A presidência informa que a presente reunião destina-se a reunião administrativa para apreciação e votação de requerimentos, e para o depoimento da senhora Zildete Leite dos Reis. O Presidente convida a depoente para compor a mesa e lê um termo recebido da senhora Zildete. O Presidente comunica que a Secretaria da CPI recebeu uma cópia do documento que solicita apoio do Serviço de Proteção a Testemunha à depoente, seu filho e seu genro, por estarem correndo riscos. Em seguida, passa a palavra à senhora Zildete para apresentação pessoal, mas a mesma prefere responder as perguntas conforme lhes forem feitas. A Presidência passa a palavra ao Relator para seus questionamentos à depoente. Pela ordem o Senador Tião Viana. A assessoria inicia uma apresentação de slides, com fotos de várias pessoas que possivelmente visitaram a casa do Comendador Arcanjo, para possível reconhecimento pela depoente. A senhora Zildete reconhece alguns dos expostos na apresentação e volta a responder as perguntas do Relator. Pela ordem de inscrição o Senador Álvaro Dias, que baseado nas denúncias que a depoente fez publicamente, considera interessante o direito de defesa dos acusados, inclusive sugere uma acareação. O Senador Álvaro Dias novamente solicita que seja cobrado do senhor Paulo Okamoto os documentos requeridos pelo Senador Antero Paes de Barros e que seja votado o requerimento da quebra dos sigilos de Paulo Okamoto. Pela ordem os Senadores José Agripino, Heráclito Fortes, Magno Malta, Eduardo Suplicy, Flávio Arns, Wellington Salgado, Heloisa Helena, Demóstenes Torres, Garibaldi Alves Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às 14 horas e 23 minutos e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental, declaro aberta

a 79ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criado pelo requerimento número 245 de 2004 para investigar e apurar a utilização nas casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de aposta com o Crime Organizado. Comunico a V.Exªs. de que a nossa reunião de hoje é para a oitiva da Srª. Zildete Reis, também comunico aos Srs. Senadores que a Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa e coloco em votação propondo a dispensa da leitura. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Solicito à Assessoria que encaminhe a mesa a Srª. Zildete Reis, para fazermos seu depoimento. Srª. Zildete Leite dos Reis, nós agradecemos a presença de Vossa Senhoria a esta CPI. Informo aos Srs. Senadores de que a Srª. Zildete Leite dos Reis assinou termo de compromisso e a depoente compromete-se nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal e obedecendo exatamente o Art. 5º, Inciso LXIII da Constituição Federal. Agradeço a Vossa Senhoria e antes de que Vossa Senhoria comunique, inicie o seu depoimento, eu quero passar duas informações que considero da maior importância e conseqüentemente que diz sentido de ouvirmos a Srª. Zildete nesta urgência, já que foi aprovado ontem em função do que vem acontecendo.

Aqui um termo de declarações assinado por Dona Zildete, pelo Promotor de Justiça Rubens Alves de Paula e também pelo Dr. Gustavo Dantas Ferraz, Promotor de Justiça do Estado de Mato Grosso. Temos declarações nos seguintes termos: Aos 29 de maio de 2006, às 15 horas e 42 horas, compareceu perante a sede do GAECO, a Srª. Zildete Leite dos Reis, registro número 280376, Mato Grosso inscrito no CPF no número aqui citado, brasileira, divorciada, cozinheira de 45 anos, filha de José Marcos dos Reis e Leite dos Reis residente a rua são Benedito 83, bairro centro, Cuiabá, sabendo ler e escrever, dá seu telefone na presença dos Promotores de Justiça já citados, declarando que: No dia 23 próximo passado a declarante compareceu neste órgão onde prestou esclarecimento sobre o possível envolvimento do bicheiro João Arcanjo na morte do Prefeito de Santo André, Celso Daniel. No dia seguinte, foi divulgada matéria jornalística na TV Gazeta local noticiando que a declarante prestou depoimento sobre o crime de lavagem de dinheiro, envolvendo a pessoa do vulgo Sombra. E do João Arcanjo com a morte de Celso Daniel.

A partir de então, passou a sofrer perturbações em seu sossego e ameaça de morte por parte de pessoas que não sabe identificar, mas sabe que se trata de pessoas envolvidas com João Arcanjo. Que na lanchonete Pingo de Ouro, no dia 25 próximo passado, a declarante foi abordada por um cidadão que lhe disse: "Você está conversando demais "dezoitão". Você pode amanhecer com a boca cheia de formiga." Esclarece também que quebraram o portão de sua residência diante dos fatos acontecidos, a declarante está com receio de algum mal venha acontecer com ela ou com algum dos seus familiares, principalmente com a sua filha que aqui cita o nome, e com o seu genitor que aqui também é citado o nome. Ambos, residem com a declarante.

Face os fatos acima relatados, a declarante manifesta o seu desejo de ser incluída juntamente com sua filha e o marido desta no programa proteção de testemunha, inclusive a sua filha e o companheiro dela já manifestaram a anuência na inclusão de suas pessoas no retro mencionado programa. Solicita providência no sentido de sua inclusão, bem como de sua filha e genro no programa de proteção a testemunha. Buscando resguardar a sua vida e integridade física, assim como a filha e do genro. Esclarece, por fim, que esteve incluída no programa de proteção a testemunha no período de 2002 a 2004, sendo que foi excluída a pedido da própria declarante. Que afirma que já conhece as regras do serviço de proteção à testemunha e desde já manifesta sua concordância com todas elas. Que quanto a filha e o genro, eles apresentarão as suas anuências às regras perante o delegado chefe da divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal.

Eu, Enéas Nascimento Cunha, digitei o presente termo e presenciei a assinatura do mesmo. Nada mais, tudo lido e achado conforme, segue devidamente assinado, assinado pela Dona Zildete, assinado pelos Promotores de Justiça, os Drs. Rubens Alves de Paula e o Dr. Gustavo Dantas Ferraz. E ainda comunico a V.Exªs. que recebo também cópia que foi encaminhado ao nosso secretário na Comissão Parlamentar de Inquérito, Dr. José Augusto Santana nos seguinte termos: "Ao tempo em que cumprimento firmo no presente para encaminhar a Srª. Zildete Leite dos Reis, portadora do registro tal, acompanhada de seu senhor e sua filha, Sr. fulano de tal, portador tal, e a Srª. fulana de tal a fim de que sejam adotadas as providências necessárias para inclusão no programa de proteção e vítima e testemunha ameaçadas. Cordialmente, Dr. Rubens Alves de Paula, Promotor de Justiça". Eu determino já ao Dr. Augusto, nosso secretário Augusto Santana, nosso secretário da Comissão para que tome as providências fazendo os contatos para que a Srª. Zildete seja atendida na sua solicitação. Srª. Zildete, a senhora já fez a assinatura do termo de compromisso.

Eu vou conceder a palavra a senhora para que a senhora fale o que desejar e o tempo que se fizer necessário e de imediato passarei a palavra depois ao Senador Garibaldi Alves e aos outros Senadores que desejarem fazer perguntas a senhora. Se a senhora quiser, simplesmente, responder às perguntas fica a critério da senhora.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Prefiro responder as perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então, concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves, a V.Exª. na condição de Relator.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Srª. Zildete Leite dos Reis, eu gostaria de perguntar a senhora, como foi que a senhora conheceu o Comendador Arcanjo e por quanto tempo a senhora trabalhou para ele?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Bem, eu conheci o Comendador desde infância porque ele foi nascido e criado lá em Cuiabá. E o meu irmão foi trabalhar com ele. E eu trabalhando de bufê como free-lance, a proprietária do bufê sempre me convidava para que eu fizesse as festas particulares dele.

Então, nisso que eu tive o contato mais, como diz íntimo, mais próximo a ele. Então, foram 9 vezes, 6 foram particulares e as outras 3 foram assim para o público, nos salões de festa mesmo. E as 6 foram particulares. Na residência e na fazenda dele.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Comendador Arcanjo trabalhava com jogo de bicho, casas de jogo, cassino, máquinas de jogos, a senhora sabe informar?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Com tudo isso e *factoring* também.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E *factoring* também. A senhora sabe se ele tinha ligações com outros bicheiros, outros empresários de jogos de outros Estados?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Tinha, porque eu acompanhei muitas vezes, sempre que ia alguém importante que ia ter essas festas particulares, eu acompanhava, eu ia até a sala para, no escritório para levar alguma coisa, petisco, bebidas e nisso eu presenciava, ouvia. As pessoas falando, via pastas de dinheiro.

Então, aí tinha, porque da lavagem de dinheiro, tinha tanto como de fora levava para que ele fazia a lavagem no nosso Estado como ele também tirava do nosso Estado para outros Estados. Era uma troca.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora quando foi trabalhar com ele já sabia que havia isso ou só descobriu depois?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não, já sabia, porque o meu irmão trabalhava com ele.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele costumava receber pessoas importantes? Onde é que ele recebia, ele mandava buscar essas pessoas de jatinho, a senhora sabe dizer?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Com o seu avião particular, seu jatinho particular, pessoas influentes.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora se lembra de alguma dessas pessoas importantes?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Lembro. Sr. Palocci, Sr. Paulo, não sei falar o sobrenome dele.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Paulo? É Okamotto?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Okamotto, não sei falar, me perdoa que o nome é complicado, mas esse cidadão. Esse empresário Sombra.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Sérgio Sombra?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – É. E o Sr. Dirceu...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quem é o Sr. Dirceu? Sr. José Dirceu?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Sr. José Dirceu.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora conhece os pilotos que trabalharam para ele?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Conhecer, conhecer não conheço.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ou que trabalham?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – De vistas assim. A gente não podia ficar lá muito em contato entre os funcionários.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Relator, o senhor me permite só uma colaboração aqui? Eu, Tião Viana.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pois não.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Essas pessoas que a senhora disse. Palocci, Paulo Okamotto, José Dirceu, eles chegaram de avião no avião do Comendador lá todas às vezes?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Particular, para que a imprensa não visse.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Avião particular?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Particular.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu pediria ao Presidente e ao Relator que pudessem pegar todos os aviões que chegaram lá para ver se essas pessoas chegaram de fato. A lista dos aviões não é... Não determina.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Solicito à Assessoria para tomar essas providências solicitado pelo Senador Tião Viana.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora tem certeza que eram essas pessoas que a senhora identificava na televisão?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nos jornais?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – E pelos nomes que a gente ouvia, eles conversando.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu vou para ajudar aqui a memória da senhora, eu vou passar a fotografia aqui das pessoas para ver se a senhora identifica mais alguém também. Esse aí parece que está rezando. (risos)

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Comendador.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Esse é o Comendador. Esse a senhora se lembra dele? Não? Não?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Vamos adiante. E esse?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Muito bem.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Hein?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Muito bem.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Se lembra bem dele? Por que a senhora se lembra muito bem desse japonês aí?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Porque ele era comunicativo, gentil com a gente.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Apertava a mão da gente.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Esse a senhora reconhece. Quem era esse, então?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Eu não sei falar o nome.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR) – Não, a senhora falou o nome dele há pouco tempo? É Paulo?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Paulo, não sei falar o sobrenome que eu disse.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Okamotto. É esse o Paulo que a senhora falou?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Todo japonês se parece, mas é ele sim. É igual ele, é o Paulo sim.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É o Paulo? E esse senhor?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Sr. Palocci.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E a senhora se relacionava com essas pessoas, não?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não, chegava, entregava as coisas, cumprimentava, que eu tinha que ser educada.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Esse é o ex-Ministro?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – É arrogante.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É esse? Não se lembra?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Eram tantos.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É esse? Cadê? Se lembra, não? Então, vamos.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Esse é o Sombra?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não, esse não é o Sombra. O Sérgio. Esse é o Sr. Ronan.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Ronan.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ronan Maria Pinto.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Maria Pinto, ok, obrigada.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora ouviu falar dele lá, ou reconheceu ele? Reconhece ele?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Ouvi falar, mas não cheguei a ver.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não chegou a vê-lo? E esse? Se lembra dele? Não? A senhora falou no nome dele.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Arrumaram uma foto muito ruim do Sombra.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – A letra dele começa com S, vamos ajudar mais, vamos ajudar mais.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Obrigada por ajudar. Muita calma. Posso explicar uma coisinha aqui diante de vocês?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pois não, fique a vontade.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Tudo que aconteceu nessa época para mim não tinha nenhuma importância. Eu simplesmente queria só, entrei nisso para vingar a morte do meu irmão. E para mim ouvir esses homens era normal, eu estava vendo eles, agora tudo aconteceu, eu vim saber, vim ver, vi saindo com pastas de dinheiro. Mas para mim era, eu sabia que era lavagem de dinheiro como qualquer um de nós sabíamos lá em Cuiabá. Então...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E quem era que saía com essas pastas?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Olha, esse Sr. Paulo já saiu com pasta de dinheiro, esse Sr. Sombra saiu já com pasta de dinheiro. O Sr. Palocci já saiu com pasta de dólar, não é nem de dinheiro.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quando foi isso, Dona Zildete?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – 2000, 2001. 2000, 2001, tudo já acompanhei isso.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pode passar. Que ela não se lembra.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – José Dirceu.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pode falar.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Sr. José Dirceu, esse também eu lembro muito bem.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora viu lá na casa do Comendador?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Do Comendador, festa particular que era encontro para aqueles que depois iam pescar e tudo mais.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora viu só uma vez assim ou viu mais de uma vez?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Ele e o Sr. Palocci foram duas vezes. Duas.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Agora essa morte do seu irmão, a senhora falou aí. Ele foi assassinado, é?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Foi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o assassino já está preso?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Está, Comendador. Foi o mandante.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o assassino está preso?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Isso eu não sei se o assassino está, mas o mandante para mim já está o suficiente.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora cozinhou para o Comendador, quer dizer, fez o bufê para o Comendador Arcanjo 3 vezes em festa e 6 vezes em reuniões íntimas?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Exato.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Segundo a senhora declarou. Onde e quando ocorreram essas festas, essas reuniões?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Na mansão dele.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Todas na mansão dele?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Depois aí a gente fazia os petiscos que eles levavam para a fazenda.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A mansão dele era na fazenda ou na cidade?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não, a mansão era na Barra Universitária, perto da Universidade Federal. Na Boa Esperança.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Vamos passar aí. Não, essa não. (risos)

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Aí brincou.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Está jovem ainda, Senador. (risos)

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – O Relator está bem acompanhado, hein!

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Aí complicou. Nada consta agora.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Foi um momento de fraqueza do rapaz. (risos)

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Esse senhor aí, a senhora se lembra dele?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Uns que ganhava muito dinheiro na compra de armas para a guerrilha.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quem?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – O Comendador ganhava muito dinheiro na compra de armas para a guerrilha, Fernandinho Beira-mar.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora disse que...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O nome dele?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Fernandinho Beira-mar.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Fernandinho Beira-mar, é esse?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Quando ele foi preso.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Vamos terminar logo e passar, porque agora eu não estou gostando mais.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora já viu esse senhor?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Lá não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não. Passa, por favor. Esse senhor? Passa, a senhora não se lembra?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Cachoeira. Quem é esse?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não se lembra não? É o guarda civil, lá o... E esse? Não. Se lembra desse?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pode passar. E esse?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não. E esse?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Junto com essas pessoas, não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não. Saúde.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E esse?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Também, não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E esse?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não. Bispo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Hein?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Bispo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Qual bispo?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Esse aí. O bispo da Universal.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele esteve lá?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Já esteve lá. Mas esse ele foi de avião normal, vôo normal só que foi num jantar, na residência. Só que eu não vi nada, só o vi no jantar lá.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não se lembra desse não?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Riva. Aquele outro não, esse aí é o Riva.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR) – Esse aqui?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não é o Riva?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Esse é quem?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Riva.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É um Deputado estadual? É?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Riva.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora sabe o que ele é? Esse senhor?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Sei quem é. Do meu Estado.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Do seu Estado, mas ele é o quê?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Deputado, cada um é uma coisa no Estado. Mas deixa quieto.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É também do Estado da senhora esse? Se lembra dele? Não?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Lembro, mas não...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Lembra?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Lembro. Gente, estou apavorada, vocês fizeram eu ficar aqui.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Se lembra não?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se lembra?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E esse, se lembra?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Se lembra não.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Eu tenho que dizer realmente aquilo que eu vi, que eu presenciei, não adianta eu falar eu vi isso e isso não vendo. Eu comprometi falar o que realmente eu vi, quem eu vi. Para mim ganhar, não vou falar eu vi fulano, estava lá, aí eu estaria mentindo. O que eu vi, que eu falo até na frente deles eu confirmo. Mas os outros não. Certo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Então, a senhora só viu mesmo o Paulo Okamotto?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não, senhor. O Paulo Okamotto, eu vi o José Dirceu, o Palocci, certo? E o Sombra e alguns Deputados da minha cidade que participavam das festas.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Bem, isso é o que a senhora viu, e o que a senhora ouviu? O que a senhora ouviu lá?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Eu só ouvi principalmente foi sobre o negócio de Sombra, que foi para ver, para abrir, levar uma firma de negócio de ônibus.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Negócio de quê?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – De ônibus. Uma empresa de ônibus para lá para a cidade para a lavagem do dinheiro dele, com o Arcanjo?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ah, o Sombra se propôs a levar.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Colocou, colocou uma empresa de ônibus.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Colocou uma empresa de ônibus?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o Sr. Arcanjo estava por trás?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Por trás, exatamente. E os outros seriam assim, dinheiro para campanhas, essas coisas todas. A gente, tinha, entrava e ouvia pouco e tinha que sair rapidamente. O pouco que eu ouvi e via as malas de dinheiro.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim, essas malas... Que malas eram essas? Como é que a senhora sabia que aquelas malas...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Porque estavam abertas, eles estavam conversando, a gente via o dinheiro, quando eles saíam a gente via saindo com aquela pasta que estava em cima da mesa. O que se deduzia? A pasta que estava aberta com aquilo tudo de dinheiro sai a pessoa com aquele lá de dentro com aquela pasta na mão.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Elas abriam essas malas assim?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Eles estavam conversando, por eu ser cozinheira, eu podia entrar para levar para dentro do escritório petisco, bebida, uma água. Mas o lema dele era o seguinte: "Você é cega, surda e muda". A gente ouvia, via, mas tínhamos que ficar calados, certo? Não podia falar.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora via de onde isso? A senhora trabalhava lá no bufê, a senhora.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Na cozinha dele, aí eu era chamada para levar até o escritório que eles estavam em reunião conversando. Chegava lá e entregava, via tudo aquilo ali. Quando a gente ia chegando, muitas vezes a gente ouvia. Certo? Aí a gente batia na porta, entrava. Estava a pasta de dinheiro. Aí chama a atenção, você vê aquele monte de dinheiro assim, você olha assim e tal.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o que é que eles falavam mais? Sobre, por exemplo, esse Sombra que hoje é acusado de ter cometido um crime. A senhora sabe?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Exato.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – é acusado de ter assassinado um Prefeito, o que é que a senhora ouviu sobre isso? Viu alguma coisa que pudesse...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Ele...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Esclarecer?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Ele queria um pistoleiro de outro Estado, que não era conhecido. Foi por isso.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quem queria um pistoleiro?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – O Sombra, por isso foi atrás do Sr. Arcanjo. E aí nessa época que ele foi era para também fazer a lavagem do dinheiro para colocar a empresa de ônibus que ele colocou a empresa de ônibus. Com a ajuda do Arcanjo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim, mas arranjaram o pistoleiro, a senhora sabe dizer, não?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não foi de lá, por incrível que pareça não foi de lá, foi de lá de São Paulo mesmo, não foi de Cuiabá.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E na própria conversa foi combinado que aí seria de lá mesmo?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Seria de lá mesmo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora diz que Márcia, no seu depoimento, se não me engano, na Polícia Federal, a senhora Márcia, a senhora disse que Márcia irmã de um assessor do Prefeito de Tamandaré, Tamandaré é aonde?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Curitiba.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Curitiba, Paraná?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Paraná, Curitiba.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Convidou a senhora para ceder sua conta bancária para fazer lavagem de dinheiro e também para fazer tráfico de drogas?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Se me concedeu o direito, isso aí é uma... Eu não gostaria de comentar. Porque é outro...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ah, a senhora não quer comentar?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – É porque é outro, eu sou testemunha dessa outra parte. Então, eu não gostaria de...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Como a senhora conheceu a testemunha do caso Celso Daniel que escreveu a carta para o Ministério Público?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Aqui no regime dos Direitos Humanos, aqui.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Hein? No serviço de proteção a?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – É, proteção.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E por que a senhora mesmo não escreveu a carta?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Tenho a mesma, não sei, ela falou: "Você quer mandar?" Eu falei: "Quero". Então, chamou a filha dela e comecei a ditar. A filha dela escreveu.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas a senhora dizia o que na carta?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Sobre o que eu acabei de relatar. Que foi em Cuiabá, fazia, pediam um pistoleiro.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Essas histórias?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – É.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora autoriza a quebra do seu sigilo telefônico para que possamos investigar quem lhe fez essas ameaças por telefone?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Pode.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pode?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Pode. Só ligava e xingava palavrões.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E esses Deputados Riva, Nonato, são todos de lá, todos os dois?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – É.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Esse Nonato?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Tem uns Deputados...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E é esse Nonato, ele estava? Ele foi...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Eu não gostaria de falar sobre isso.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora viu a fotografia dele ali? Ah, não quer falar também?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Se me reservar esse direito.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora sabe quem era o representante de Fernandinho Beira-mar que se encontrava com o Comendador?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não lembro o nome da pessoa. Que geralmente ele ia. Mandava as pessoas deles irem ao encontro.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora ouviu falar lá da Farc da Colômbia? Ouviu falar nisso?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Ouvi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora informa se essa pessoa esteve lá, uma pessoa representando essa organização?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Esteve, mas não teve nada de jantares nem nada, só sei que esteve lá, porque da informação que recebi do amigo que trabalhava com o meu irmão. Que a gente se conhece.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quer dizer que a senhora, eu vou, eu vou perguntar aqui pelo nome, pelas pessoas que a senhora reconheceu. Esse Sr. Paulo Okamotto, em que situação a senhora se lembra dele, assim? Se lembra mais dele como? O que é que houve com ele lá nessas festas?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Que eu me lembro dele, a forma dele tratar. Cumprimentar, apertar a mão, falar sobre a comida, assim.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas a mala, essa mala?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – A mala, eles estavam conversando, como eu disse, sempre estava, o contador contando na frente ali, contando e colocando o dinheiro na pasta. Então, isso eu presenciei, falo, se tiver que falar na frente dele eu falaria. Está que eu estou diferente, na época eu era muito gorda, estava gorda, estava com o cabelo grande. Não sei se ele vai reconhecer, lembrar de mim. Pelos poucos momentos

que eu entrava ali. Mas a pasta estava ali, é sobre negócio de campanha que ia pagar a campanha e aí a gente entrava e eles se calavam. Lógico, porque estavam falando coisas particulares.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E o dinheiro, era americano, aquele dinheiro verde, americano ou era o nosso?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Dólar mesmo. Verdinho mesmo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Era dólar. E o Sr. José Dirceu? A senhora se lembra dele por quê?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Por ser uma figura, conhecida.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Conhecida, mas o que é que ele foi, quer dizer, ele foi fazer o que lá? Que a senhora acha que ele foi, ouviu o quê?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Eu falo uma coisa para o senhor, se uma pessoa como o Comendador Arcanjo que mexe com lavagem de dinheiro, vai essas pessoas influentes na residência dele e me sai com pasta de dinheiro, aí a gente vai o quê? Deduzir o quê? Né? Vai pensar que está fazendo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas ele veio de jatinho, veio de...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Ele foi de jato.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Jatinho. Todas as duas vezes?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – A primeira, uma vez foi, na segunda vez foi com vôo normal, como ele ia fazer algo no Estado. Mas ia para a casa do Comendador depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – De empresa? Que empresa?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não, estou falando, como ele tem as empresas de lavagem de dinheiro, então a gente deduz que a pessoa chega lá e conversa, você vê o dinheiro e depois a pessoa sai com a própria pessoa carregando a pasta, a gente vai pensar o quê? Né? Aí...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Bem, outra pessoa que a senhora reconheceu foi o ex-Ministro Palocci.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora se lembrou dele, se lembra dele assim por quê? O que é que ele fez lá na...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Mais é sobre o negócio de, que na época ele era Ministro de negócio de agricultura.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não, da fazenda.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Da fazenda.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas não era fazenda agrícola.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Eu sei.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Era fazenda de dinheiro.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Fazenda de dinheiro. Está certo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora se lembra dele, ele chegou lá, chegou de jatinho, não?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Quando, geralmente quando a gente chegava lá eles já estavam lá. Eles se encontravam lá.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E a senhora sabe que eles chegaram jatinho por quê?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Porque a gente, entre nós funcionários que estavam ali, um falava para o outro: "Ah, fulano chegou assim, está vendo quem está ali?" (soa a campainha)

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Obrigada. Entendeu?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador Garibaldi e concedo a palavra ao Senador Álvaro Dias, V.Exª. dispõe de 10 minutos, Senador Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, primeiramente até para que a senhora Zileide seja...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Zildete.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Acreditada por todos e ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É Zildete!

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Zildete.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Srª. Zildete Reis, ela seja acreditada e com credibilidade possa trazer as informações necessárias. Queria esclarecer, a senhora disse que o seu irmão foi assassinado e o mandante foi o Arcanjo?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Exatamente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A polícia comprovou isso?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Pelo poderio que ele tem na cidade não podíamos mexer, não mexemos com nada. Não, só tem, só tenho a certeza da morte dele. Mas assim...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É uma convicção sua de que ele foi o mandante, não é?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – É. E um dos depoentes que está fora participou da morte dele.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E qual foi a razão desse crime?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Porque ele tem um lema, eu te dou um milhão, mas não me rouba um tostão. E meu irmão desviou gado dele. Para ser honesto.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Ok. A senhora disse que essas pessoas chegavam de jatinho particular. A senhora ia até o aeroporto para ver?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não, digo assim, porque nós chegávamos lá e já se encontrava. Mas os que, os capangas, os que faziam a segurança deles que era do Arcanjo, que iam buscar, que chegava, aí ia para a cozinha, estou com fome, fui buscar um bacana, tal, assim.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Aí contava para a senhora?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Exatamente, aí nós ali comunicávamos entre o outro.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O Paulo Okamotto a senhora viu quantas vezes ele nessa, na casa do Arcanjo?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Duas vezes.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Duas vezes? E nas duas vezes ele levou dinheiro?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Numa das vezes só.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Uma delas ele levou dinheiro?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Foi. Só em uma delas.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eram muitos, a senhora tem condições de avaliar?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Noção assim?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A quantia?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Era uma dessas pastas executivas que vocês usam assim. Cheia, me desculpa falar a sinceridade. (risos)

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não é verdade? Mas é... É que todos vocês usam.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A mala era preta?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – É. E o dinheiro ali. E eu pobre olhando cumprido para aquilo lá e ganhando pouquinho e eles saindo com muito? É isso.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Então, a mala ia quase cheia?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Ia cheia.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Era nota de 100 dólares? A nota era de 100 ou não deu para ver isso?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – É, de 100, eu não conheço muito, eu conheço dólar, mas assim, não dava para chegar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pelo que a senhora ouviu esse dinheiro era para campanha? É o que diziam?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Diziam, mas era sobre campanha.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Mas era época de campanha?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – E para eles precisa ter época de campanha? Eles se trocam, já vai guardando dinheiro para a campanha?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Exato. Mas não era época de campanha?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Teve uma época que era de campanha.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Teve uma época que era, a outra não era?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – A outra não era de campanha.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sempre a desculpa, sempre a desculpa de que o dinheiro era para a campanha.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Para a campanha, e nós lá no Estado sabíamos que a campanha...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Depende a campanha.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Tem a campanha de todas as formas.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Duas vezes o Okamotto, uma ele saiu com mala.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Com mala.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O José Dirceu saiu com mala?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – O José Dirceu saiu com mala também.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Quantas vezes ele foi?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Uma vez com mala, outra vez sem mala e a outra vez também sem mala. Mas saiu com dinheiro.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Era época de campanha?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Era época de campanha.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E o Palocci? O Palocci esteve lá quantas vezes, que a senhora viu?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – 3 vezes.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – 3 vezes?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Mas o Palocci era um amigo, como dizia ele, um irmão.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Irmão?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Serve meu irmão muito bem, meu irmão, essa coisa assim. Era aquela amizade.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E o Palocci já era Ministrou ou foi antes?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Já era do...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Era Prefeito de Ribeirão Preto ou era Ministro?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Da fazenda.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Da fazenda? Então, já era Ministro da Fazenda?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Exatamente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Então, foi em 2003? Foi em 2003 então?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele esteve antes ou...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Depois teve antes, antes dele ser Ministro.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Antes de ser Ministro ele esteve lá?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Esteve lá.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E depois não?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Depois não, depois de Ministro...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Depois de ministro ele esteve?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Ele assumiu o ministério em 2003.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quando o Palocci foi ministro o Arcanjo estava preso no Uruguai.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Já estava preso.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Então, foi antes, foi no período de campanha também?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Foi o período de campanha.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E o Palocci foi quantas vezes não me lembro mais?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – 3.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – 3. E também a história da mala se repete aí ou não? Ele recebeu alguma coisa, levou alguma coisa?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Mala saiu uma vez, mas ele era como um amigo, um amigo muito íntimo, sabe.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sabe o nome do amigo ou não?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não ele, estou dizendo, era considerado como um amigo pelo Comendador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Solicito a V.Exª., Srs. Assessores, por favor, silêncio para que possamos ouvir o Senador. Em respeito ao Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – 3 vezes, em respeito à depoente também. À depoente, sobretudo. A mim até não há necessidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas eu solicitaria a V.Exªs., Srs. Senadores, que pudéssemos dar atenção à depoente e ao Senador que está com a palavra. Pelo mesmo tempo que solicito aos Assessores...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Vamos esclarecer do ex-Ministro Palocci então. Ele esteve 3 vezes e a senhora disse que ele saiu também com a mala?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Hum-hum.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Uma vez?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Exatamente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Ok. Sr. Presidente, eu creio que diante de uma acusação dessa gravidade, cabe uma convocação dos 3 conjuntamente já que a Comissão está encerrando os seus trabalhos, até no direito que eles devem ter assegurado de se defender no mesmo, no mesmo local, onde a denúncia é feita. Eu não tenho nenhum motivo para não acreditar numa pessoa como a Srª. Zildete.

Não tenho nenhum motivo para não acreditar. Mas também não tenho nenhuma razão para não permitir aos acusados que se defendam. Então, eu imagino que se houver a concordância da Comissão nós poderíamos convocá-los, tanto Paulo Okamotto, quanto José Dirceu, quanto ex-Ministro Palocci para um depoimento nesta Comissão. E se fosse o caso até, eu iria além, uma acareação com a Dona Zildete, eu sei que ela...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Como eu disse para os Srs., eu era gorda, estava totalmente diferente. E vou além, se o pouco que eu falei não ajudou, me desculpam os senhores, que eu não vou aumentar nada, nada.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E a senhora concordaria?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Porque eu acho que não tem lógica. Eu vou falar o que eu vi, o que eu sei.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E a senhora concordaria em dizer isso na frente deles isso que a senhora disse hoje aqui?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Com todo o prazer. Desde o momento que vocês me dão também uma segurança, porque eles são pessoas grandes e eu sou um peixe pequenininho na frente.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senador Álvaro Dias me permite?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois, não senhor Relator.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu queria perguntar a Dona Zildete se outras pessoas que trabalhavam lá na casa do Comendador viram isso também e poderiam esclarecer à Comissão esse caso.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Te garanto. Garanto com toda a certeza para o senhor que nenhum deles falariam nem um fio de letra contra o senhor Arcanjo. Isso eu garanto para o senhor. Que ninguém lá no nosso Estado tem a coragem de chegar e falar tudo isso.

Eu estou sendo a maluca, a doida, porque perdi minha vida, por eu ser uma pessoa simples, quase passei fome por esses dias que eu fui abrir a boca. Então, ninguém tem essa coragem. Porque a gente ...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A senhora tem filhos?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Tenho filhos, tenho netos.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É casada?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Eu?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não, sou divorciada.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Divorciada?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – É. Então, ninguém vai falar, uma porque ele compra muito bem, paga muito bem, certo?

E eu prefiro morrer de fome, com sinceridade, de que ganhar dinheiro da forma que ele paga. Certo?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente e senhor Relator, essa denúncia se torna pública agora. A imprensa aí está, dando cobertura a esse depoimento, a TV Senado está transmitindo, há uma denúncia da maior gravidade.

Portanto, eu creio que oferecer oportunidade de defesa aos acusados é dever desta Comissão. E diante do fato de que a Srª. Zildete Reis se dispõe a repetir as denúncias diante dos acusados, a Comissão que quer esclarecer para valer deveria proporcionar essa oportunidade. Esse encontro para que ficasse devidamente esclarecido esse episódio. Porque é de gravidade incomum.

E há aí ainda a senhora poderia descrever algo mais sobre a morte do Prefeito de Santo André, a senhora ouviu alguma coisa quando lá esteve o Sombra, por exemplo? Apenas a questão do, a questão do pistoleiro que a senhora ouviu?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Só, exatamente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A senhora ouviu o que eles estavam conversando sobre contratar um pistoleiro para assassinar o Prefeito.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – E qual seria a forma, qual seria o álibi que ele daria para que assim que fosse assassinado, ou se ele estaria com ele em algum lugar ou deixaria ele. Foi assim.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Estavam discutindo.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Isso aí, de que forma ia ser, para que o Sombra tivesse um álibi perfeito para que não seria acusado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sim. Como matar o Prefeito sem deixar rastro?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Isso. Aí uma vez chegou um dos pai da conta, mandou eu retirar...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Quem estava nessa conversa, é importante, era o Sombra e quem mais?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – O Sr. Arcanjo e alguns homens da cúpula dele, dali dentro que trabalhava com ele, não é ninguém importante não, só quem trabalhava com ele mesmo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O Sombra esteve lá quantas vezes? Uma vez ou duas?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não, umas duas vezes.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Umas duas vezes. E quando ele esteve lá, quem é que estava com ele, acompanhando ele? Esse Ronan estava lá ou não? O Ronan a senhora não reconheceu?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Ou reconheceu?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Não? Não reconheceu? O Sombra chegava sozinho ou tinha gente com ele.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Sozinho.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Também de jatinho?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – De...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Ou de avião de carreira?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Primeira vez de jatinho, depois...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É, isso não é tão importante.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Se me permite, Senador Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É importante saber como ela sabia. A senhora esteve no aeroporto? Viu ela chegar?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu já fiz a pergunta, Suplicy, acho que você não estava. Ela respondeu que ela não ia ao aeroporto, mas que o pessoal da segurança ia ao aeroporto e dizia a ela que ...-

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E informou a senhora?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – A gente estava na cozinha e eles chegavam: "Ah, acabei de chegar no aeroporto, fui buscar um bacana". Ai a gente perguntava: "Quem, quem é? Vamos ver se é bonito". Não, assim...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Se era bonito?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – É, bonito.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E descreveram o Sérgio Gomes da Silva como bonito?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não, a gente falava, perguntava para eles: "É bonito assim?"

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas no caso dele?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Elegante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, questão de gosto aí, Senador Suplicy. (risos)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tem gente que pensa que é até bonito ser feio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita, senhor Relator. Por que é que pode ser importante e relevante essa questão? Exatamente para que seja dada a credibilidade ao depoimento da senhora Zildete Reis, para que ela está detalhando como é que era...

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL) – Eu sei, desculpa. A gente entrou num paralelo aqui, mas é porque tem gente que eu acho lindo e que minhas amigas acham horrível. É por isso que fica difícil dizer se dá credibilidade por ser bonito ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Palavra ao Senador Álvaro. V.Exª. tem um minuto, aliás, 2 minutos como é de praxe para encerrar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Vou encerrar, Senador Efraim. Como não se trata de concurso de beleza, a senhora está dispensada de responder esse quesito que o Senador Suplicy solicitou. Mas eu, eu insisto, Sr. Presidente, que a Comissão tome uma decisão sobre o que fazer diante dessa denúncia. Embora poucos dias nos restam, eu creio que oferecer oportunidade de defesa é o nosso dever.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senador Álvaro Dias, antes que V.Exª. termine, eu queria pedir novamente permissão para perguntar a Srª. Zildete...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Heloísa e Senador Suplicy, com a palavra o Senador Garibaldi Alves?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Srª. Zildete, a senhora conhece um segurança chamado Joaci?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Conheço.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele trabalha, trabalhava?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Trabalhava.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Trabalhou na casa do Comendador?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – É, agora está sob proteção.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele, a senhora acha que ele poderia dar informações, depor aqui.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Creio que sim, porque ele está sob proteção.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ele, a senhora acha que ele viu o que a senhora viu, ouviu alguma coisa que a senhora ouviu?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Se ouviu aí eu não posso afirmar. Mas que viu eu sei que ele viu. Como todos os funcionários.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu vou concluir então, Sr. Presidente, fazendo um apelo a V.Exª. para colocar na próxima terça-feira a deliberação, o requerimento que pede a quebra de sigilo bancário do Sr. Paulo Okamotto.

Diante de mais esses fatos, eu creio que nós temos aí mais um fato importante e antes de terminar, eu só gostaria que a Srª. Zildete nos informasse se esse local onde a senhora trabalhava. era também uma espécie de cassino clandestino? Se fazia jogo nesse local?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Na residência dele não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Não na residência, no...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Ah, numa das...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Era um restaurante, uma churrascaria, o que era?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não, como que dá o nome? Estância.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Estância?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – É, lá na Cuxipó. Lá é cassino.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Como se trata, portanto, tem toda a conexão aí agora, mais uma conexão, esses recursos eram oriundos de uma espécie de cassino.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – É, atualmente estava sendo, foi para uma delegacia, como o Arcanjo ganhou, voltou tudo para ele e aí tiraram, a delegacia voltou a ser a Estância do Sr. Arcanjo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Portanto, Sr. Presidente, eu creio que devemos votar na terça-feira esse requerimento que quebra o sigilo bancário do Sr. Paulo Okamotto. E V.Exª. já deve estar tomando providência também relativamente aos documentos que foram requeridos pelo Senador Antero Paes de Barros, referente ao pagamento daquela conta em nome do presidente Lula.

O advogado, pelo que escreve aqui Marta Salomão na Folha de São Paulo, informa que não atendera o pedido da CPI. O advogado do Sr. Paulo Okamotto. Alegando que não foi encaminhada antes para a CPI essa relação, porque estava faltando um documento e que impôs algumas condições para responder a um requerimento aprovado pela CPI. É importante que a CPI receba as explicações com abertura e não com parcialidade. Ou seja, não cabe a esse advogado, não é, orientar a CPI e, sobretudo, acusá-la de parcialidade.

Então, eu estou pedindo a V.Exª. colocar na pauta de terça-feira a votação do requerimento e tomar providências em relação aos documentos requeridos pelo Senador Antero Paes de Barros.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. e comunico, Senador, de que as providências estão sendo tomadas por essa presidência e pela Assessoria e referente a quebra de sigilo, V.Exª. será atendido como qualquer outro Senador que deseje votar alguns dos requerimentos que ainda se encontre sob a Mesa. Além de os que V.Exª. se compromete a apresentar.

Por permuta, concedo a palavra ao Senador Agripino com o Senador Antônio Carlos Magalhães. V.Exª. dispõe de 10 minutos, Senador Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, Dona Zildete, a senhora me desculpe eu estava numa solenidade, numa entrega de um projeto importante, para cidadãos como nós todos e como a senhora que vai obrigar aqui o imposto pago quando se compra cada produto fique explicitado, para que a gente saiba quanto é que está pagando de imposto, para onde é que está indo o nosso dinheiro.

Para ver se está indo para o Waldomiro, para o Paulo Okamotto, para o Arcanjo. E eu não pude assistir o início do seu depoimento. E para mim é muito importante saber por que é que a senhora resolveu contar o que contou, que eu já tomei conhecimento do que a senhora contou.

Qual foi a razão que levou a senhora a contar tudo o que contou? A senhora era cozinheira numa casa no Mato Grosso e viu chegar nessa casa uns bacanas, eram anunciados como bacanas. José Dirceu, Paulo Okamotto, Palocci, Sombra. O que é que lhe levou a dizer, a abrir a boca?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Certo. Eu pergunto para o senhor: Se coloca no meu lugar, teu irmão é morto por alguém, como diz, grande, alguém que manda na cidade, praticamente. Você não pode fazer nada, de repente, você está sob uma proteção confiante, que ali eu posso fazer alguma coisa e eu juntei o útil ao agradável, queria ter a certeza, queria fazer com que o Arcanjo pagasse pela morte do meu irmão. Então, mais uma, que ninguém, todo mundo saía falando que ninguém ia falar mal do Arcanjo, ninguém ia testemunhar contra, aí eu falei: "Eu vou contra o Arcanjo, porque eu justiça na morte do meu irmão".

Como eu estava sob a proteção da Polícia Federal, eu escrevi a carta. Mas a carta ficou, saiu na revista Isto É contra a minha, sem eu saber que eu

estava sob a proteção. E ficou por esquecido, quando foi, de repente, aparece tudo novamente. Eu já tinha dado por encerrado, como se, desculpa a sinceridade, se o que eu estou dizendo para vocês for pouco ou eu estou mentindo, eu estou, sabe? Para mim se falar assim: "Pára por aqui, a senhora não fala mais nada, a senhora está liberada". Para mim é até melhor, porque quem vai por as caras lá fora depois sou eu. Então, eu pergunto... Aproveitei realmente, aí eu abri a boca. Mas isso está dando muita coisa, muito pano para manga.

Então, de repente, eu preferia mesmo que dentro da minha cidade eu virei uma pessoa mal vista, porque no meu bairro, ali na minha comunidade quem manda é o Arcanjo, na igreja São Benedito. Então, ficou ruim para mim. Então, para mim se vocês acharem que eu não estou ajudando em nada, me desculpem os senhores, eu agradeço e retiro.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Pelo contrário, Dona Zildete, a senhora está ajudando muito. A senhora está começando a ajudar. E eu quero aqui como Senador da república agradecer à senhora. A senhora é do rol de pessoas como Francenildo, já ouviu falar no Frank?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Já ouvi.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Já. O Frank trouxe a essa Comissão, é bem modestozinho ele, pequenininho, bem modestozinho, mas ele trouxe para cá informações importantes que não podem ficar como as da senhora não podem se perder no ar.

Ele ouviu a trama do assassinato do Prefeito Toninho de Campinas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, só para, uma correção, o nome Jack.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. usou Francenildo e Frank. Mas o depoimento foi do Jack.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Agradeço a correção. Ele ouviu num Bingo em Campinas, as pessoas que ele cita quem foram, tramando o assassinato do prefeito de Campinas. A senhora se moveu para esclarecer a morte do seu irmão. O seu objetivo era justiça sobre o Arcanjo. Mas a senhora foi levada a citar pessoas que fazem parte de uma quadrilha. Porque veja, Arcanjo. Onde é que está? Está preso. Arcanjo está preso. O que é que Arcanjo fazia, segundo o depoimento da senhora? Dava dinheiro, lavava dinheiro, dólar, dava a quem? A Palocci. Dava a Okamotto. Dava a José Dirceu. Aparecia por lá um tal de Sombra. Paulo Okamotto, ele é acusado, Dona Zildete, de ter pagado as contas de Lula e ele diz que pagou as contas de Lula com dinheiro dele, e nunca abriu as contas para mostrar que o dinheiro é dele. Quem sabe o dinheiro que Lula pagou a conta do Presidente Lula, não saiu dessa malinha a que a senhora se refere? Com o dinheiro que veio lá do Arcanjo. Quem é que me assegura isso?

Presidente, nós não podemos, nós não temos o direito de não brigar até o fim pela quebra do sigilo bancário, desse Sr. Paulo Okamotto. Depois do que a dona Zildete disse, Dona Zildete atou o que viu, matou o que não viu.

O que ela queria era fazer justiça ao caso do irmão que foi assassinado, ela supõe que o Arcanjo estivesse por trás disso tudo, não sei se está ou não está, mas terminou contando a história de que era cozinheira da casa e lá iam José Dirceu, Palocci, Okamotto, Sombra. E mais. E mais! Olha a ilação do Jack, o funcionário do Bingo de Campinas com o Sr. Joaci. Sr. Presidente, eu vou apresentar um requerimento para que esse Joaci, venha aqui. O Joaci disse que ouviu, conversas do Sombra tramando o assassinato de Celso Daniel, os irmãos de Celso Daniel não aceitam a tese de que ele não foi assassinado por razões de ordem política. Você começa a soltar o novelo e começa a pegar em depoimentos como do Francenildo, de Jack e da Dona Zildete, pessoas do povo comuns, que merecem todo o nosso respeito e aplauso. Eu aplaudo o depoimento e a coragem da senhora, brasileira Zildete.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Enquanto todos me apunhalam, né.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – é verdade. Mas a senhora aqui, neste depoimento, está tendo a sua carta de seguro definitiva. Eu quero ver alguém atentar contra a vida da senhora. Porque a senhora veio aqui e pegou agora a couraça de proteção de que precisava. Porque se vierem atentar contra a vida da senhora, está na cara, se sabe claramente quem foi. Claramente quem foi! Sr. Presidente, eu queria deixar com toda a ênfase a renovação do que Álvaro Dias aqui falou. O pedido da quebra de sigilo bancário do Sr. Paulo Okamotto é ponto de honra para essa Comissão. Depois dos depoimentos que a gente ouviu, esses todos, nós não podemos deixar de ter as contas dele. Depois do que ela disse que ele saiu de lá com uma mala de dinheiro, quem é que me assegura que não foi dessa mala de dinheiro que foi que se pagou os 29 mil e 600 reais da conta de Lula? Ou de Lurian, ou de Vicentinho. Esse senhor Joaci ouviu a conversa da trama do assassinato de Celso Daniel, é uma quadrilha se reunindo na casa de Arcanjo que está preso?! Uma quadrilha! Uma quadrilha, que está na cara, é uma quadrilha.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Porque quando eu ouvi, o Sombra dizia assim, o Arcanjo perguntou: "Por que quer calar a boca dele". Porque ele estava descobrindo muita coisa dentro da prefeitura. Então por isso eles queriam calar o Celso Daniel.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – A senhora sabe que coisas eram essas, tem idéia ou só o que ouviu falar.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Só o que ouvi falar.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Está vendo aí! Está vendo? Ela não conhece nem a história, mas a história tem começo, meio e fim com o que nós sabemos, ela não sabe, mas nós sabemos! Começou a descobrir a podridão da Prefeitura e aí queimaram o Prefeito Celso Daniel. E terminaram levando o Sombra para a casa do Arcanjo que está preso. José Dirceu não está preso, Palocci não está preso, Paulo Okamotto não está preso, nenhum deles está preso. Mas, Sr. Presidente, a nossa obrigação não é prender ninguém, mas é mostrar evidências, é mostrar evidências para que a justiça possa condenar e levar para a cadeia aqueles que precisam estar na cadeia!

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador José Agripino, permite um aparte?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Claro que sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Okamotto com certeza está solto. Nesse final de semana ele recebeu no Hotel Nik de São Paulo, que é o mais caro da América Latina, uma homenagem de mérito do trabalho do Piauí, entregue pelo Governador do PT, Wellington Dias. Quando as coisas mais vergonhosas que eu vi nos últimos dias se atentar contra o meu estado. Mérito do trabalho! Sr. Paulo Okamotto recebeu.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – O homem da mala! O homem da malinha que Dona Zildete se refere.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Veja bem, meu caro Suplicy, Paulo Okamotto! Recebeu dado pelo seu ex-colega de congresso e hoje, Governador do Piauí, o que é uma vergonha, a medalha do mérito do trabalho entregue por ele, com música, com festa e com muita solenidade. Está soltinho da Silva.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, vou encaminhar o requerimento e quero endossar o pedido aqui apresentado pelo Senador Álvaro Dias, de uma acareação das pessoas citadas para que se veja com quem está a verdade. Agora, é importante também, até para a família de Celso Daniel, que o Sr. Joaci como o Jack aqui veio, o Joaci também, venha para dar detalhes do que ele ouviu com relação a trama do assassinato, que fecha o circuito da quadrilha. Uns roubavam, outros assassinavam para encobrir o roubo. Essa é a minha palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador. Senador Suplicy, pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu estou inscrito para indagar, mas eu queria ponderar até diante das observações do Senador Heráclito Fortes, em aparte ao Senador José Agripino, que eu recomendaria a ambos que antes de chegar as conclusões, como as que chegavam, procurem ser mais cuidadosos. Nós, é preciso assinalar, por exemplo, a Sra. Zildete Reis não reconheceu Paulo Okamotto, na foto aqui apresentada. Um ponto. Bom, eu não estava aqui presente.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Reconheci muito bem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A senhora reconheceu.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Só não soube falar o sobrenome porque não consigo falar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas a senhora reconheceu.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Reconheci com toda a certeza. Igual eu disse, o pouco que eu falei...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Disse: "Eu conheço muito bem".

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Conhece muito bem.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não falei muita coisa, porque eu não vou mentir, o pouco que eu falei. O pouco que eu sei, que vi. Aquele monte de fotografia que passou, e eu falar que eu conheço que vi. Estaria mentindo para vocês.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Com respeito às ilações.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, V.Exª. será inscrita. Está usando já o seu tempo. Posso usar?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Só peço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. está numa fase de defesa, já.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não, porque ambos estão fazendo ilações, conclusões, que no meio entender vão além do que a prudência recomenda. Eu me inscrevo para a hora certa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. já está inscrito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um esclarecimento,

eu não fiz nenhuma ilação e a única conclusão que eu tirei, e a verdade óbvia, eu vou até pedir que conste nos anais, vou entregar a V.Exª. o jornal, a Folha de S.Paulo que noticia, com fotografia do homenageado que o Sr. Paulo Okamotto recebeu uma homenagem do PT, por intermédio do seu Governador, do Governador do Piauí, uma medalha de mérito do trabalho, no Hotel Nik em São Paulo. Eu queria que o Senador Suplicy, dissesse qual foi a minha precipitação, a não ser que seja noticiar um fato que é público e que ocorreu em São Paulo. Um colega dele, um correligionário seu, Paulo Okamotto, seu conterrâneo de São Paulo, homenageado com a medalha do mérito do trabalho. É o mesmo Okamotto, que está sendo aqui acusado pelo depoente. Queria que V.Exª. determinasse de que precipitação ou ilação eu cometi, V.Exª. que é tão cuidadoso no que diz, que é tão responsável e que tem uma coerência que é exatamente o que faz todos lhe respeitar, dissesse o que foi que eu fiz de errado. Eu quero saber onde eu errei!

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com a palavra.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, não estou fazendo ilação, estou tirando conclusões, é muito mais do que fazer ilações, estou tirando conclusões, a partir do depoimento concedido.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Elas estão sendo precipitadas, nós ainda não chegamos nas conclusões do que um e outro falaram sobre os personagens.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª., Senador Suplicy, tem todo o direito de fazer o julgamento da palavra de cada um dos Senadores. Agora, eu quero aqui só fazer, comunicar ao Senador Agripino que utilizou, que falou no nome do Jack, para dizer que se trata do Sr. Anderson Gonçalves, que fez depoimento secreto a essa CPI. Só para deixar claro, Senador. Agradeço a V.Exª., concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Presidente, eu não tenho, não vou fazer perguntas a ela e até porque imagino que, do que eu tenho conhecimento no meu filtro existem...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ele está me dando um aparte. Eu queria trazer a Comissão, mas antes ao Senador Suplicy, o jornal do dia 26. "Alvo de acusações, amigo de Lula, recebe medalha do mérito empresarial no Piauí. Em evento regado a champanhe, num hotel 5 estrelas de São Paulo, Professor Paulo Okamotto, foi homenageado ontem com a medalha de mérito do Piauí, do mérito empresarial pelo Estado do Piauí. - um dos mais pobres do país. - o prêmio foi entregue pelo próprio Governador petista Wellington Dias."

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. os esclarecimentos, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E queria que fosse arquivado nos anais da Casa, antes passando pelo Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta, retomando a palavra. (soa a campainha) Solicito aos Srs. Senadores, a atenção, que a palavra está com o Senador Magno Malta!

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Nada, Senador Heráclito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Presidente, eu quero ser cauteloso, estou ouvindo e filtrando. Até porque como havíamos identificado o Arcanjo na CPI do narcotráfico, como é um homem poderoso, de uma mansão muito grande, tal, e até se entende que um homem que tem uma mansão como essa tenha muitos servidores. E é muito difícil na vida se bater escanteio e cabecear. E até em respeito a ela, a Dona Zildete, eu até entendo que existem fatos colocados que depende mesmo de ser averiguado, o que ela fala com propriedade, mas eu preciso que o todo se tenha muito cuidado, porque não é normal, de fato que a cozinheira faz a comida, e vai lá, e serve, e ainda participa e ouve a conversa.

Então eu quero ser cauteloso. Quero ser cauteloso, não vou indagá-la, não vou fazer questionamentos para poder tirar conclusões precipitadas, eu já conhecia a carta dela, sabia da existência dela, antes da publicação, o desejo dela de falar. Fomos nós que levantamos... eu,(risos) Senador Suplicy está entrando sem dar seta, sem nada.

(risos)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senador Magno...

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Enfim, eu lhe dou aparte.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu continuamente aqui sendo provocado.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Fique à vontade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu só estava brincando com o Senador, o pessoal subiu com medo de ser reconhecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta, V.Exª. tem a pala-

vra. Eu peço os Srs. Senadores que possamos ouvir o Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Eu... Wellington, não sabe se já lutou boxe, então fica provocando.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadores, vamos levar a sério o depoimento e peço a V.Exª. que, Senador, se tem alguma pergunta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Com todo o respeito a ela e disse que já conhecia, até porque o Arcanjo foi levantado, foi por nós, fomos para o Mato Grosso e conheço a trajetória do Arcanjo, conheço o acúmulo dele de patrimônio de bens do escuro, na prática do crime e na prática da corrupção. Mas quero ser cauteloso nas coisas que eu ouvi, mantendo o meu respeito a ela e como me porto com qualquer pessoa que aqui vem e a ela, principalmente, que é uma pessoa simples e que quer de tudo, ter solução e justiça para a morte do seu irmão e quando ela fala do Arcanjo, realmente, mostra que tem muita coragem porque não é todo mundo que abre a boca contra o Arcanjo. O histórico dele não é dos mais bonitos, e o Brasil tem conhecimento disso, de maneira que eu quero ter muita cautela no que eu ouvi e agradeço a V.Exª. o tempo a mim cedido e meu respeito a senhora.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Só responder uma coisinha para o senhor. O senhor disse serviçais, ter muitos serviçais, como que uma cozinheira chegava até lá. Por ser festas particulares, então, por ser a escolhida a cozinheira de confiança, não entraria outra pessoa, ao escritório para entregar as coisas, então, eu era escolhida pela dona do bufê. Então, aí que está a resposta. Porque eu tinha o acesso de chegar até ali. Certo? Então, essa é a resposta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – E ouvir as conversas.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Obrigada.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Meu respeito à senhora.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço Senador Magno Malta concedo a palavra ao Senador Suplicy. V.Exª., nobre Senador, dispõe de 10 minutos.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Eu queria metade do tempo, V.Exª. me dá um aparte? Gente boa, estou brincando, vai.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Senador Garibaldi, Sra. Zildete Reis. Sr. Presidente, talvez porque estava na Comissão de Direitos Humanos, se formular perguntas já respondidas a senhora fique à vontade. Mas como é que a senhora conheceu o Sr. João Arcanjo Ribeiro? A primeira vez como foi?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Normal, o que todo mundo conhece.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não, mas como é que a senhora...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Na missa, nas nossas missas de terça-feira que tem na igreja.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Na igreja de São Benedito?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Perto da minha casa, a Igreja está aqui e a minha casa fica aqui.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Fica na Cidade?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – No Centro de Cuiabá.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – De Cuiabá. E então, a senhora passou a ter um relacionamento com ele como fiel da igreja e...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não é relacionamento, a gente participava da missa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E tornou-se amiga dele?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não, até chegar à residência dele foi através dessa dona do bufê.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Certo.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – E sobre o meu irmão também que trabalhou junto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E a senhora trabalhou na residência dele contratada pelo bufê ou pela...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Pelo bufê, eu era freelance do bufê.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas passou a trabalhar com freqüência na residência dele?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não, só quando tinha os bufês particulares que a dona me chamava.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E por quanto tempo a senhora... Quando é que foi a primeira vez que a senhora trabalhou na residência dele pelo bufê?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Dado específico, assim, eu não me lembro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Aproximadamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ela falou, só para tentar ajudar a Sr. Zildete. Ela falou que participou de nove vezes.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Nove, seis foram particulares.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas a primeira vez... Não, é importante. Me permita, Sr. Presidente, mas é importante saber a primeira vez que aconteceu. No melhor da sua memória.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Posso puxar a vontade, não vai chegar nunca a um denominador comum.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Foram cerca de nove vezes então? Se puder ajudá-la, isto ocorreu antes do ano 2000 ou...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Antes, antes, foram vindo, foram vindo. Está difícil, para mim, igual eu disse, não tinha importância para mim. Então como...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim. E a última vez foi quando, então?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Passaram dois anos, três, a última foi bem antes, antes dele fugir. Dele, sair fugitivo quando, deram a voz de prisão para ele.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Foi próximo da vez que ele fugiu? A senhora se lembra quando?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – É necessário mesmo? Você sabe que não adianta vou fazer...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ela está dizendo que não tem como responder, que não lembra. Se V.Exª. se lembra da data, poderia ajudar, Senador Suplicy. V.Exª. se lembra quando ele fugiu? Tem aí? Então é... Ela está dizendo que não lembra, não sabe.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Traz aqui se houver, faz favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se tiver a data, ela está sendo clara e não está obrigada a responder quando diz que não interessa para ela, essa questão da data. O fato verdadeiro ela diz que já falou.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Tudo me leva a entender que o senhor está me desacreditando, bastante, da minha pessoa, do que eu estou dizendo aqui.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não, por favor. Eu não estou colocando em dúvida de maneira alguma.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Eu não falo mais nada.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Ele fugiu em 2002, Senador Suplicy, e foi preso no Uruguai. Não dá para saber se foi quarta ou quinta-feira. Fugiu em 2002.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Em 2002 foi quando ele saiu.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Só não sei se foi quinta, sexta, se foi quarta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Tudo bem, mas é importante saber, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quero deixar claro aqui, esclarecer a Dª. Zildete que o termo de compromisso que ela assumiu, ela também, poderá ficar calada quando desejar. V. Sª. não está obrigado a responder quando bem entender ou não souber. A senhora tem todo o direito de ficar calada.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Falar o que eu não sei.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A senhora, não precisa dizer o que não sabe. Sinta-se inteiramente à vontade, não vou... Só para a senhora...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ela não sabe. Não quer responder.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Esse é o tipo... Quantos cheques o senhor deu o ano passado? Qual a data que o senhor deu os cheques? Então...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, V.Exª....

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quando foi que a sua carteira...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Estou querendo perguntar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Gostaria que V.Exª. fosse mais objetivo, e não tentasse puxar da depoente algo que é impossível. Era a mesma pergunta que fosse feita a V.Exª. agora. Quantos cheques o senhor já deu este ano?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu vou procurar saber e responderei a V.Exª. quando houver necessidade de...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Suplicy, Senador Suplicy, me permita um aparte só. Eu queria dizer que não se trata da mesma coisa quantos cheques que deu.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, olha que ela já...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não eu só quero concluir, se V.Exª. me permite quero...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu quero proteger a depoente. Pessoa humilde e que disse que não sabe, se ela não sabe, se ela não sabe, ela respondeu.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero resguardar o interesse do Senador em perguntar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu estranho essa pressão em cima da depoente.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Mas eu respondi, fugiu em 2002 e foi preso no Uruguai.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pronto, o Senador Magno Malta já ajudou.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra, Senador Suplicy.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Suplicy, eu só peço um aparte.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vou ser rigoroso no tempo de V.Exª.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Senador Magno Malta, esclareceu quando lá, o Arcanjo saiu do Brasil e foi preso lá no Uruguai. O Senador Magno Malta esclareceu que foi no ano de 2002. E a depoente, a testemunha, a depoente está dizendo que na última vez que ela falou com o Arcanjo...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – é bom lembrar que foi no governo Fernando Henrique.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – ... e foi em 2002. Eu não estou falando que foi no Governo Fernando Henrique que nem o Senador Heráclito fala, mas ela ao mesmo tempo falou que ela viu o Palocci como Ministro da Fazenda. Então, tudo isso são fatos importantes que têm que ser considerados no depoimento, só isto. Então, eu acho que não é irrelevante. O Senador Suplicy, está fazendo perguntas relevantes, de esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E eu agradeço o aparte, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu agradeço ao Senador Flávio Arns, porque ele esclarece ao Presidente que não é a mesma coisa. V.Exª. me perguntar quantos cheques eu fiz esse ano e o fato de procurar saber se o conhecimento que ela teve.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador, não me interessa saber quantas cheques V.Exª. Então, não está obrigado a responder.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Interagiu com ela em que época. É importante saber que, por exemplo, foi antes de 2002 que foi antes de se iniciar o Governo do Presidente Lula, antes do Ministro Antônio Palocci se tornar Ministro e assim por diante. A senhora...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Desde o início, eu disse que não tinha nenhuma importância para mim datas, época, dias. Desde o início eu repeti isso aí para vocês. Então para mim, eu não tinha essa, para mim... Eu ia chegar a um nível desse. Se eu soubesse que chegaria num nível desse, eu jamais falaria também, já que é assim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Há um detalhe que eu pediria a atenção da senhora. Foi a senhora que testemunhou o diálogo, segundo o qual, o Sr. João Arcanjo Ribeiro, teria tido com o Sérgio Gomes da Silva para tramar o assassinato do Prefeito Celso Daniel. Foi a senhora mesmo que ouviu ou foi outra pessoa?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Ouvi com todas as letras.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A senhora mesmo?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Eu ouvi!

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A senhora mesmo ouviu. Qual foi a circunstância dessa conversa? Foi uma vez? Foi prolongada? Quanto tempo foi?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Como eu disse aos senhores, a porta está aberta, eu vou chegando, quando eu cheguei ouvi o que estava falando, fiquei parada, como curiosa, como qualquer brasileiro, qualquer empregado, para ser sincero, eu vi coisa de patrão, aquela coisa assim, quero ter uma carta na mão, qualquer coisa que acontecer, eu tenho alguma coisa contra você e eu já tinha raiva dele pelo acontecido com o meu irmão. Então, tudo que eu ouvia para mim era segurança, eu guardava para mim, só que eu não guardava nada tem data, nem nada, mas eu achava assim, que nunca ia chegar num nível desse. Eu achava que ia chegar na justiça, ele ser preso, eu ir lá depor, falar: "Olha, ele matou meu irmão. Assim, assim, assim". Mas nunca pensei que ia chegar num nível desse. Você entendeu? Isso eu ouvia e quando eu chegava lá eles paravam a conversa. Como você, está sentado no restaurante, chega o garçom, a gente está conversando, paramos a conversa. Assim mesmo acontecia lá dentro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, a senhora me desculpe, senhora Zildete, eu perguntei a senhora sobre o diálogo a respeito não da morte de seu irmão.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não. Do Celso Daniel.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Do Celso Daniel. Foi agora. Mas a senhora respondeu referindo-se a morte de seu irmão.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não. Eu disse que eu ouvia, por ser uma empregada, eu já ouvia, eu já tinha raiva dele então, eu queria uma coisa na mão, uma carta, como se diz, alguma coisa que eu pudesse condená-lo cada vez mais.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E a senhora pode detalhar um pouco como é que foi o diálogo?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Foi curto. Como eu já disse.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O diálogo...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Foi curto porque fui descoberta de imediato.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Porque ela já disse aqui, já disse como foi... O depoente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quando a senhora ouviu que o Sr. Sérgio Gomes da Silva, teria tido um diálogo com o Sr. João Arcanjo Ribeiro, tramando a morte do prefeito Celso Daniel. Se isso ocorreu.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, V.Exª. dispõe de ainda 2 minutos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A senhora teria tido a vontade de então, avisar a polícia? Veja, a senhora...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS –, Não. Não tinha.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A senhora ouviu a trama de que alguém poderia ser morto. Que providência a senhora tomou no sentido de...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Nenhuma.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – De procurar avisar. Olha, uma pessoa... está por certo morta, a senhora tomou conhecimento, resolveu dizer a alguém...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Quem ia acreditar numa empregada doméstica? Chegar lá e falar, sem nenhuma prova, como agora, praticamente, quase ninguém está acreditando no que eu estou dizendo. Eu ia falar o quê? Ia ser louca. Ser chamada de maluca ou morrer mais rápido.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A senhora dialogou com alguma pessoa de sua confiança, seu irmão ou algum parente.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Guardo para mim mesma.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Guardou para a senhora mesma.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não tinha mais o irmão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A senhora se lembra como estavam trajados, qual a roupa, aproximadamente que usava Sérgio Gomes da Silva e João Miguel Arcanjo, no dia que houve esse diálogo.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – O Sr. Arcanjo, sempre elegante dentro da casa dele, nunca perdeu a elegância. As pessoas que iam visitar da mesma forma, agora falar roupa, cor...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Sr. Sérgio Gomes da Silva chegou lá de terno?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Elegante, socialmente vestido, social.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Social. A senhora hoje continua do Serviço de Proteção a Testemunhas por parte da Polícia Federal?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não, eu creio que vou ingressar agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ela já participou.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Já participei.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E agora continuará participando?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A CPI vai tomar essas providências e ela só sairá da guarda da CPI com... Direto para ou a Polícia Federal com a guarda da Polícia Federal ou Provita lá em São Paulo. Vai ser discutido com a Assessoria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Só mais 3 breves perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. com a palavra. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quantas vezes a senhora viu o Sr. Joaci das Neves? Ele era seu amigo? Quantas vezes conversaram sobre este assunto, do assassinato do prefeito?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Conversávamos não. Não tínhamos assim, nenhuma coisa para conversar sobre uma coisa, não tinha nada a ver conosco. A gente não tinha que conversar sobre nada disso. A gente conversava coisas nossas, vai fazer um peixe, vamos assar uma carne, ia para a casa do meu irmão, essas coisas, mas não assim, de falar o que acontecia era aquela coisa, cega, surda e muda, levávamos isso para nós. Porque nós tínhamos medo do homem, agora, eu não tenho mais. Nem dele e nem de ninguém.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas antes ou depois do assassinato do prefeito? A senhora lembra de ter alguma vez dialogado sobre o tema do assassinato com o Sr. Joaci das Neves?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não senhor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Está bem. O Sr. Sérgio Gomes da Silva, no conhecimento da senhora, freqüentava o cassino Estância 21?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não, não me conhecia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A senhora, a única vez que o viu foi na residência.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Foi na residência.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Do senhor Arcanjo Ribeiro.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Somente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A senhora mencionou que viu por quantas vezes?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Duas ou três vezes.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Duas ou três vezes. O Sr. Joaci das Neves, ele em relação ao Comendador Arcanjo, ele tinha que tipo de função? Ele realizava que tipo de trabalho?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Pistoleiro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pistoleiro?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Quase todos se tornavam pistoleiro, até o meu próprio irmão era um pistoleiro dele.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E ele mesmo contou a senhora que tinha esta função ou como é que a senhora soube que ele era pistoleiro?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Como eu estou dizendo para o senhor, eu trabalhava junto com o meu irmão, todos eram pistoleiros. Quando não estava fazendo serviço sujo, estava buscando gado para alguma, pecuário para alguma fazenda, essas coisas aí, peões. De peões viravam grandes pistoleiros se precisava. Eles eram serviçais para qualquer obra, qualquer tipo de trabalho.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A senhora me desculpe, mas eu não tinha ouvido isto, vou perguntar de novo. Então, como era o nome do seu irmão?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Acácio Marques Reis.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E ele trabalhava também como pistoleiro do Sr. João Miguel Arcanjo, foi isso que a senhora disse?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Exatamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E a...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – E infelizmente desviou gado dele e ele tem esse negócio. "Te dou um milhão, mas não me roube um tostão". Meu irmão roubou dele, então, para ele é a morte.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E em função de ter roubado o gado, ele acabou sendo morto. Foi isso?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Exatamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sra. Zildete.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Desculpe, também, alguma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Wellington Salgado. Aliás, desculpe Senador Wellington, Senador Demóstenes. Em seguida, V.Exª., Senador Wellington.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sr. Presidente, Srªs. Senadoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem 10 minutos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Tenho uma ou duas perguntas a fazer. É uma dúvida que surgiu em decorrência do depoimento que o Comendador Arcanjo fez a uma Comissão, que foi designada aqui para ouví-lo no Mato Grosso. E o que ele disse lá, acaba casando com o que a senhora disse. O que o Sombra ia fazer na casa do Comendador Arcanjo em Mato Grosso, não é? Então, eu queria a confirmação da senhora, sobre o que o Comendador disse. O Comendador disse que o mesmo grupo que era dono das empresas de ônibus de Cuiabá, era também, donos das empresas de ônibus de Santo André. A senhora ouviu falar nisso?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Exatamente. Foi uma grande inauguração, os ônibus novos que entraram na cidade. Ele colocou a empresa lá.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Então trouxe de Santo André e colocou em Cuiabá.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Cuiabá.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – E daí a ligação do Sombra com o...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Com o Sr. Arcanjo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Perfeitamente, era só essa pergunta que eu tinha.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, Sr. Senadores, Sra. Zildete Reis. Eu queria, Sr. Presidente, era só, ver se eu consigo separar duas coisas aqui, não estou aqui para fazer defesa do PT ou de membros do PT, ou fazer defesa do Sr. Arcanjo, nada disso. Eu queria só colocar o que eu vi, e o que eu ouvi e o que eu presenciei quando essa CPI me mandou, estava no grupo que foi ouvir o Sr. Arcanjo.

É como bem colocou, o Senador Demóstenes Torres, ficou demonstrado que o grupo que detinha os poderes das empresas de ônibus em Cuiabá, eram o mesmo grupo que detinha os poderes das empresas de ônibus na cidade de onde o Celso Daniel era prefeito. Muito bem, e aí, Sr. Presidente, eu queria ver se

existe, Sra. Zildete, uma mistura de coisas um pouco separadas. Entendeu? Embora eu acredite que a senhora tenha visto as pessoas que diz ter visto, eu acredito na senhora, mas misturar duas coisas, eu acredito que possa ser um pouco conflitante.

Primeiro, acredito sinceramente que o Comendador Arcanjo e o Sombra, fossem sócios nessas empresas de ônibus e conseqüentemente possam vir a ter tramado a execução do Prefeito Celso Daniel, porque ele estava descobrindo coisas, como V. Sª. colocou. Agora, uma outra coisa que V. Sª. colocou, é que viu o Sr. Okamotto, o Sr. José Dirceu, na casa do Comendador Arcanjo. Aí, que eu queria tentar, no meu raciocínio, separar dois momentos. Porque pelo que eu presenciei, o Senador, o Comendador Arcanjo, não o Senador, era um homem muito poderoso na cidade de Cuiabá. Poderoso, porque ele tinha uma *factoring*, que acabou emprestando a todo mundo, nem uma *factoring*, ele falou que tinha mais de uma *factoring*, várias *factoring*, e acabou emprestando a todo mundo, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Poder Executivo, todo mundo, ele acabou sendo banco, não sei se de Cuiabá ou do estado. Era isso o poder que ficou.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Do estado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Do estado. O senhor Arcanjo emprestava e ele ficou muito poderoso. E naquele momento, antes das eleições, o Comendador Arcanjo ainda não era, ele era tido como um bicheiro que mexia, mas não tinham ainda mexido nesse outro lado do Comendador Arcanjo, de pistoleiro, de mandar matar, fazer e acontecer. Pelo menos fora dali. Lá em Cuiabá a sociedade poderia conhecer quais eram as atividades do Comendador Arcanjo, mas não fora do estado. E como, vou partir da premissa que V. Sª. está dizendo a verdade e eu acredito que está. Que disse que identificou no Sr. Okamotto e o Sr. José Dirceu presentes lá. O que eu queria saber é se, diante do poder que o Comendador Arcanjo tinha e que era conhecido como o homem muito rico, até existe uma diferença, porque o Comendador Arcanjo disse que ele tem uma fortuna, que é absurda também, de 400 milhões de reais e enquanto que a Polícia Federal e a Receita acham que é de 1 bilhão e 200 milhões. Eu queria saber se, por acaso, se aconteceu, se o Sr. José Dirceu ou o Sr. Okamotto não estariam, independente de estar tramando, que não tem nada a ver uma coisa, de repente eles visitaram o Comendador para tentar recursos para uma campanha. E uma outra coisa é a visita do Sombra, para poder matar.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Exatamente. Não tem nada uma coisa com a outra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não tem nada uma coisa com a outra. O Sr. José Dirceu e o Sr. Okamotto não tem nada a ver com a morte do Celso Daniel.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não existe nada, não falavam, nem, não estava no dia o que outro estava. Que o Sombra se encontrava.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Foram assuntos diferentes?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Diferentes.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ou seja, o que a senhora presenciou e pelas fotos que foram apresentadas, é que o Sr. Okamotto e o Sr. José Dirceu foram a casa...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Exatamente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – ...do Comendador, porém, não tinha nada a ver com praticar assassinato de Celso Daniel.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não, não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Outro assunto que foi o Sombra cuidou disso.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Só o Sr. Sombra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Porque, pelo o que eu estava vendo empurraram tudo no mesmo saco.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não. Não. Não. Pode retirar um pouquinho.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – é um...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Pode fazer uma peneirada que...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Nesse caso, Senadora, estou dizendo o seguinte, foram duas. Porque numa campanha, todo mundo fica correndo atrás de recurso. E o Comendador, como era um homem muito poderoso naquele Estado, de repente, vai lá procura o Comendador que ele tem dinheiro para dar para campanha.

Isso pode ter levado o Ex-Ministro José Dirceu, que era um homem de frente do PT, ou o Sr. Okamotto que dizem, captava recurso, sem maldade nenhuma, foram lá de repente, pegar e tentar um recurso. Agora, tentar juntar tudo, como foi colocado aqui, que de repente o Sr. José Dirceu e o Sr. Okamotto sabiam e aí.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não, não, não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não tem nada a ver.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – De forma alguma, nunca falei isso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não, eu sei.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Nunca falei.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Foram encontros separados.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Separadamente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sinceramente, o que eu presenciei em Cuiabá é que, realmente, o Comendador ficou com um... Eu até brincava com o Senador Tuma, no momento que ele recebeu a comenda de Comendador por unanimidade da Assembléia, porque com certeza todo mundo tinha feito empréstimo com ele lá. O Senador Tuma até falou: "Foi por unanimidade". Porque o homem ficou tão poderoso, que ele era o Banco do Estado, a verdade é essa. E com esse poder, que o Comendador tinha, chegou um momento que essa sociedade se rebelou contra ele, explodiu. Todo mundo devia para ele, falei: "Pô". Explodiu e aí apareceram todas essas questões que V. Sª. colocou. Então, quer dizer que V. Sª. entende que são coisas separadas das visitas, que não tem essas misturas ai.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Muito, muito separadamente, não tem nada a ver uma coisa com a outra. O que existiu, existiu os encontros.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Existiam os encontros. Mas o que eu quero colocar, meu nobre presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu acho que V.Exª. colocou muito bem, fez a diferença.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Porque uma coisa, é que pode acontecer de você procurar alguém, para captar recurso e uma outra coisa é você programar o assassinato de alguém.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Exatamente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E como foi colocado aqui, Sr. Presidente, eu procuro separar as coisas. Porque, eu acho que pode ter havido o encontro. Tá bom, pode até tentar unir as coisas de alguma maneira, mas eu, pelo que V. Sª. colocou, existe uma diferença das visitas.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Muito grande. Não tem nada a ver.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não foi uma grande mesa, onde todo mundo estava sentado e falar: "Olha, está aqui a grana e agora vamos matar o Celso Daniel".

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não, de forma alguma, isso aí, não existiu, não. Pode ter certeza

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não teve esse pacotão.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Pode fazer assim, separado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só isso, Sr. Presidente.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. E como último orador inscrito. Concedo a palavra a Senadora Heloísa Helena. V.Exª. terá a palavra também.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL) –Não, apenas para... Existem muitas coisas, inclusive, o assassinato do Ex-Prefeito Celso Daniel, que mais cedo ou mais tarde será desvendado. Isso aí eu não tenho dúvida. Existem muitas coisas, que mais cedo ou mais tarde serão desvendadas. Até porque quando eu estive, Senador Garibaldi, no enterro do Celso Daniel, peguei na cabecinha dele, porque era um homem, além de brilhante e inteligente, era um homem sereno, doce, quando eu fui lá no enterro dele e peguei na cabecinha dele, eu não imaginava depois ouvir o que eu ouvi de pessoas que nós achávamos que eram companheiros. Eu ouvi nas gravações oficiais, que foram feitas. Não tem nada de gravação clandestina.

Então um dia se saberá o que foi que de fato aconteceu. Mas eu queria mesmo era, do mesmo jeito, de qualquer depoimento que aqui é feito, Zildete. Então, eu só estou fazendo essa intervenção, para dizer que, claro que, aqui não tem essa história de gente pequena e gente grande. Eu sei que existe gente que participa de CPI, que quando senta ali um homem poderoso, ficam tudo mansinho aqui. Quando senta uma pessoa... Fica tudo uns leão, furioso. Isso aí eu já vi, esse tipo de vigarice aqui, esse tipo de covardia política, porque para mim eu já disse várias vezes, eu até brinco aqui, viu Zildete, eu estou dizendo que no dia que eu quiser pegar uma briga física com alguém. Eu vou brigar com quem? Com esse bichão grandão, que nunca vai brigar comigo, que ele disse que não quebra meu braço. Porque se ele brigar comigo, ele pega o meu braço. Não imagina, Magno Malta, Suplicy, o nosso Arthur Virgílio.

Então, para mim assim, esse negócio assim, para mim quando eu vejo uma pessoa poderosa, que ataca com veemência uma pessoa fraquinha, eu digo: "Ih, covarde!" Entendeu? Gosto de ver quando o cabra vai atacar alguém do tamanho dele ou maior do que ele. Pequenininho não serve. Então, eu espero, realmente, que tudo o que a senhora esteja aqui dizendo, seja a verdade que a senhora viveu. Que a senhora viu, não é? Eu sei que é uma atitude de muita coragem, es-

tar aqui dizendo, porque é um mundo muito diferente, esse mundo aqui.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – E daqui para frente, vai ser a palavra deles contra a minha. Mas igual eu disse para... Porque está virando uma bola, né. Mas nessa bola vocês vão descobrir, está perto para vocês descobrirem. Só que depois, eu vou dizer a verdade, todos vão falar: "Bem que ela falou a verdade. Negar é a parte deles".

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL) – E não se preocupe não, Zildete. Não se preocupe não, não se aperreie não. Porque aqui já teve uma vez isso.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não tenho mais aquele receio, estão achando. Não. não, eu simplesmente prometi que ia falar a verdade. e a verdade vou falar, se ele nega, eu falo na cara dele, o senhor estava realmente, e pronto.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL) – O bom é isso, ter o compromisso com a verdade. Porque uma vez já teve aqui uma pessoa simples, que falava alguma coisa e diziam que não era, e depois se descobriu que o que a pessoa simples falava, era verdade, absoluta, concreta. Então, eu quero só saudar a presença da senhora, a sua coragem.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Obrigado.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL) – Porque é uma atitude de muita coragem. A atitude da senhora, é mais coragem de que qualquer uma Senadora, Senador, Deputado, Deputada que faz denúncia. Muito maior. Entendeu? Quero só saudar e espero, realmente, que tudo que a senhora esteja dizendo seja a verdade, e que ajude a desvendar tantos mistérios sujos e malditos, que tanto envergonham o povo brasileiro diante do mundo da política. Então, eu quero, como mãe de família, como mulher, eu quero parabenizar aqui a coragem da senhora, de estar aqui tentando nos ajudar a desvendar essas coisas tão horrendas.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª..

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pelo art. 14, Sr. Presidente. Fui citado. Eu queria pedir duas coisas só. Primeiro que esse coração maravilhoso que a Senadora Heloísa Helena tem, o pessoal não conhece, da televisão, que é o outro lado da Senadora Heloísa Helena. Agora, o segundo, que a Comissão trouxesse alguém aqui do meu tamanho porque só assim, eu vou poder partir, entrevistar e saciar a vontade da Senadora Heloísa. Eu sei que é difícil arrumar alguém do meu tamanho, mas pediria alguém aí, do meu tamanho, que viesse para poder partir para cima.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL) – Mas não brinque não, que eu vou para cima de você, e você vai ver o que é força.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vou deixar a critério que V.Exª. faça a escolha, Senador Wellington. Senador Flávio Arns, Senador tem a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Já muitas coisas já foram perguntadas para a nossa depoente, para a Zildete, e eu só gostaria assim, de perguntar duas coisas, assim, mais em termos de datas também, que a senhora coloca que muitas das dificuldades, inclusive, que aconteceram, estão em função do assassinato do seu irmão. Quando é que aconteceu o assassinato do seu irmão? Em que ano? Que aconteceu o assassinato do seu irmão? Porque, eu acho que a senhora não mencionou isso, pelo menos não teria ouvido.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Porque, tem 12 anos, que meu irmão faleceu.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quantos anos?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Vai fazer 12 anos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – 12 anos.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Eu me calando, passando todas essas coisas, recebendo várias ameaças.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então ele foi assassinado mais ou menos em 1994.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Aí foi que eu, quando teve essas ameaças e tudo, aí eu falei, não, eu vou investir, descobrir tudo o que eu puder sobre o Arcanjo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quando que a senhora começou a desconfiar do Comendador Arcanjo, que ele teria mandado matar o seu irmão?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Porque o capanga dele que buscou meu irmão, dentro da minha casa, dentro da casa do meu pai, o Sr. Ulisses, que levou meu irmão para trabalhar com o Comendador, e o próprio que buscou o meu irmão, isso aí eu preciso coisa para gravar que era, como eu gravei, é uma caminhonete branca e ele recém tinha ganhado do Sr. Arcanjo, esse Ulisses e foi e buscou meu irmão com essa caminhonete.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A senhora sabia que era o Capanga do Arcanjo.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Porque ele é amigo de infância, criamos juntos no bairro. Eu só naquele bairro eu moro há 38 anos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então, desde aquela época a senhora tem assim a convicção...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Depois, quando ele levou meu irmão, com um mês e 15 dias não conseguimos localizar meu irmão que fomos atrás dele, ele já tinha saído, não trabalhava mais com o Arcanjo, dizia ele. Já estava dono de um posto de gasolina, num município lá perto de Cuiabá. Não recebia, não falava mais conosco. A ex-mulher do meu irmão, que ele estava, com o meu irmão, não falava mais, mudou, todo mundo mudou. Então aí o quê? O que eu ia deduzir? Por que ele fugiu da gente? Se ele foi o último a tirar o meu irmão de dentro de casa?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Humhum.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – E o meu irmão no dia que estava saindo falou para o meu pai assim: "Estou indo embora, porque aconteceu uma coisa muito séria. O homem descobriu que eu estava desviando gado". Foi, entrou no carro e se foi. E o outro, como se diz, tirasse uma foto do cidadão, a mãozinha dele estava segurando lá o... Então, ele era o homem braço direito na época. Esse Ulisses, do Sr. Comendador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Ele que pegou e a partir dessa época, a senhora tinha convicção de que o seu Arcanjo...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Exatamente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só tenho que perguntar isso também, mas eu quero assim, perguntar com todo o respeito também, porque aquilo que a Senadora Heloísa Helena colocou, também é fato verdadeiro. E por que a senhora, depois tendo tanta certeza de tudo isto, a senhora foi trabalhar na casa do Sr. Arcanjo?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Para eu descobrir, o que eu acabei descobrindo. Para eu ter uma carta na mão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A senhora foi lá para descobrir então.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Exatamente, entrei no bufê, adquiri a confiança da proprietária, certo? Respeito, com que eu consegui entrar na casa dele, para que eu descobrisse algo. Porque do momento que fosse atingir ele, eu teria alguma coisa, se ele visse e eu falasse. Somente não ser comprada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Esse bufê tem...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Ele sempre compra as testemunhas, compra as pessoas, menos isso, eu queria somente condená-lo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Esse bufê tem nome, assim, tem um nome assim.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – A gente só fala bufê da Lenira.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Como é o nome? Lenira.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Lenira, ela é a favor do Sr. Arcanjo, certo? Então, depois que ela ficou sabendo, leu na revista, ela se desligou de mim, ficou magoada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E qual que é o trabalho que a senhora desenvolve, assim, sempre desenvolveu durante a vida, assim? A senhora trabalhava ou trabalhou?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Sempre foi cozinha mesmo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sempre foi trabalhos na cozinha, culinária.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – É.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Fazendo comida? Sempre foi nessa área.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Que é a minha paixão, exatamente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E só uma última pergunta, o seu irmão trabalhou durante quanto tempo para... Ele foi assassinado em 94, mais ou menos, ficou trabalhando durante quanto tempo para o Sr. Arcanjo?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Uns 3 anos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quanto?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Uns 3 anos, suficiente para ele enriquecer.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quem enriquecer?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – O meu irmão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Ah, o seu irmão?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Exatamente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quer dizer...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Ficou rico e perdeu tudo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Que desviava do Arcanjo, por isso que ele foi assassinado. De acordo com o que a Zildete, está explicando. Está bem, eu agradeço a V. Sª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permite, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim, claro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Se me permite em complemento, a senhora mencionou há pouco, Sra. Zildete Reis, que a senhora então junto à senhora Lenira teve a confiança dela para trabalhar no bufê, porque percebeu que era importante tomar conhecimento de alguns fatos. Então, a senhora ganhou

a confiança da Sra. Lenira. Eu pergunto se a senhora teve um diálogo com a Sra. Lenira, sobre o que a senhora estava procurando saber, conhecer.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Aí eu não entraria nunca, jamais na residência dele. Porque ela é amiga, assim, íntima, de chegar, sentar e ficar o dia todo na residência do cidadão. Então, jamais eu poderia falar qual era o objetivo que eu estava ali.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Certo.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Certo?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E a senhora durante o tempo que esteve na residência do Comendador Arcanjo, além das pessoas que a senhora citou, que conheceu, que viu hoje aqui, a senhora conheceu outras pessoas, membros do Congresso Nacional que também, Deputados ou Senadores que também, estiveram lá?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Dialogando?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não, senhor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não, senhor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Na casa do Comendador não?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Não, senhor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Está bem. Eu agradeço as respostas da senhora.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador Suplicy. E antes de encerrar, concedo a palavra ao Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Srª. Zildete, eu gostaria de que a senhora me esclarecesse o seguinte: Quando nós apresentamos aquela foto do Sombra, ele estava sem uma barbicha. Ele usava uma barbicha?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Cavanhaque, muito simpática, muito bem feita, assim. Na época.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Na época.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E a senhora dá conta também, quando se falou dessas malas de dinheiro, da presença de um uruguaio?

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – É o administrador do Sr. Arcanjo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Administrador.

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Do Sr. Arcanjo.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Da...

SRA. ZILDETE LEITE DOS REIS – Da *factoring*.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Da *factoring*. E é esse uruguaio?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu não perguntei se era uruguaio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Esse uruguaio era um gerentão. Vamos encerrar, vamos encerrar. Agradeço a depoente que, inclusive, precisa sair para o toalete e quero dizer a V. Sª., pode encaminhando, que nós vamos tomar todas as providências em relação à proteção e integridade física da senhora e de seus familiares. Está encerrada a presente Sessão.

(Sessão encerrada às 14h23.)

Ata da 80ª Reunião, realizada em 6 de junho de 2006.

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e seis, às treze horas e dezoito minutos, na Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Antônio Carlos Magalhães, Antero Paes de Barros, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flavio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Siba Machado, Romero Jucá, Ideli Salvatti, presentes ainda os Senadores não membros Demóstenes Torres, Heloísa Helena, Antonio João e José Agripino Maia, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e indaga aos Senhores Membros se é necessária a leitura da ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da ata, é considerada lida e aprovada. A presidência informa que a presente reunião destina-se ao depoimento do senhor Joaci das Neves Oliveira. O Presidente escusando-se, informa aos presentes que a reunião se dará em caráter reservado e por isso necessitará que a assessoria

esvazie a sala, juntamente com todos os jornalistas e demais representantes da imprensa. Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti que informa o recebimento de uma cópia do depoimento do senhor Joaci prestado no Ministério Público, e determina a Secretaria distribua cópia do depoimento aos demais Membros.

solicita esclarecimentos quanto aos procedimentos adotados para a leitura do Relatório Final amanhã e ainda quanto ao depoimento do senhor Daniel Dantas e por fim pergunta o motivo desse depoimento ser reservado. Em seguida, o Senador Eduardo Suplicy também solicita informações a respeito. O Presidente esclarece as dúvidas, reforça o pedido de evasão da sala e convida o depoente para compor a mesa. A partir desse momento a reunião se dá em caráter reservado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às quinze horas e trinta e um minutos e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAES (PFL-PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 80ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. Criado pelo requerimento nº. 245/2004, para investigar e apurar a utilização das Casas de Bingo, para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas Casas, das empresas concessionárias de apostos com o crime organizado.

Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras, que a Reunião de hoje destinar-se-á, ao depoimento do Sr. Joacir das Neves, informo ainda aos Srs. Senadores, de que a Ata da Reunião anterior encontra-se sobre a Mesa, coloco-a em votação propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Srs. Senadores, meus caros companheiros da imprensa, meus caros Assessores, com exceção dos Assessores da nossa CPI, eu solicitaria, lamentavelmente, que V.Exªs. nos desse um pouco de... Até levando saudade a vocês nesse intervalo, já que o Sr. Joacir informou de que pretende fazer o depoimento reservado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAES (PFL-PB) – Pois não, Senadora Ideli. V.Exª. tem a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SP) – Em primeiro lugar, eu queria saber se a CPI recebeu cópia do depoimento que o Sr. Joacir das Neves Oliveira, prestou no Ministério Público Federal no Espírito Santo, no dia 1º de junho de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAES (PFL-PB) – Segundo o nosso Diretor, o nosso Secretário da CPI comunica que recebeu um depoimento. De quantas páginas?

SR. SECRETÁRIO: Uma página e meia, aproximadamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAES (PFL-PB) – Uma página e meia, aproximadamente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SP) – Uma página e meia. Eu queria pedir que pudesse ser distribuído a todos os parlamentares, porque acho que as declarações que o Sr. Joacir deu ao Ministério Público Federal no Espírito Santo, pode subsidiar a oitiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAES (PFL-PB) – Eu determino a Assessoria que faça a distribuição da cópia do depoimento do Sr. Joacir.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SP) – Sr. Presidente, eu queria ter o entendimento de qual é o motivo do depoimento reservado. É apenas um pedido? Tem algum motivo oficial? Ele está protegido?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAES (PFL-PB) – O depoente poderá explicar porque solicitou. Caberá o depoente aqui solicitar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SP) – Quando fez o pedido a V.Exª., ele não explicitou se ele tem algum...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAES (PFL-PB) – Esse presidente acaba de receber...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SP) – Ele não se encontra em programa de proteção a testemunha. Nada disso?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAES (PFL-PB) – Ainda não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SP) – Apenas um pedido dele. Sr. Presidente, se o Senhor me permite fazer mais uma pergunta, para a gente poder se organizar para amanhã.

Amanhã será o dia da apresentação do relatório do Senador Garibaldi Alves.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAES (PFL-PB) – A leitura.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SP) – A leitura. E normalmente essa Comissão, se reúne nesta sala e em seguida há a Reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Como amanhã, segundo as informações que eu tenho, deverá ocorrer a vinda do Sr. Daniel Dantas, na Comissão de Constituição e Justiça, eu quero saber se vai ter alteração de sala ou o procedimento vai ser o que usualmente é feito, só quando encerra a Reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAES (PFL-PB) – A tendência, Senadora, é que essa leitura seja feita no período da tarde.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SP) – Da tarde?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAES (PFL-PB) – Da tarde. Então, evidente que em função da vinda do Sr. Daniel Dantas, não há nenhum problema, eu já posso, inclusive, solicitar da própria Assessoria, que providencie uma outra sala para que não haja questão de dificuldade, para que possamos fazer essa leitura. E agradeço a V.Exª. pela lembrança em relação à questão do depoimento do Sr. Daniel Dantas. Então, eu já solicito, também da Assessoria, que providencie uma outra sala, para que possamos fazer a leitura do relatório do Senador Garibaldi Alves. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, como um grande número de Senadores dessa CPI, somos membros, também da CCJ. Quem sabe V.Exª. não poderia ter um diálogo com o Presidente Antônio Carlos Magalhães da CCJ, e se pudermos ter o depoimento do Sr. Daniel Dantas, digamos, das dez ao meio dia e trinta, ou então, entre uma e duas horas. Fixaria... Já poderíamos...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAES (PFL-PB) – V. Exª. não se preocupe com esta questão, porque a Mesa irá administrar de tal forma, que não tenha prejuízo para nenhum dos Srs. Senadores e Senadoras.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAES (PFL-PB) – Peço tranqüilidade a V.Exª., em relação a essa questão. Solicito dos companheiros. Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SP) – Só ainda, um dado que eu considero relevante. Porque nos chegou, informações, por imprensa local, lá do Estado do Sr. Joacir das Neves, com relação a um outro inquérito, que não tem nada a ver com o que nós estamos aqui tratando. É o inquérito que apurou a morte do Sargento Jesus, é um outro episódio onde o Sr. Joacir das Neves, teve alguma participação, que eu nem sei detalhar qual é. Mas, no caso, eu precisaria saber se vai ser exigido a declaração dele no início do depoimento. Porque nesse inquérito anterior, ele foi desconsiderado, o depoimento dele. Então, eu quero saber que tipo de procedimento nós vamos dar antes de entrarem na Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAES (PFL-PB) – Olha, Senadora, na realidade, eu fico até feliz com essa preocupação de V.Exª., porque vários depoentes passaram aqui e não vi nenhuma reclamação quando disseram que não assinava o termo de compromisso. O que mostra que começou a mudar, realmente, a posição. Mas devo tranqüilizar V.Exª. que já está assinado o termo de compromisso. Não vi a vigilância de V.Exª. em outros casos. Por exemplo, o nosso Silvinho Pereira, negou-se, o Delúbio negou-se e eu não vi nenhuma reclamação por parte de V.Exª.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SP) – Sr. Presidente, todas as pessoas que sentam aí, podem assinar ou não? Até porque a Constituição dá o direito...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAES (PFL-PB) – Pois é, veja V. Exª., que foi exatamente o que eu disse, caberia a ele responder, mas V.Exª. se antecipou.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SP) – Não. Não, mas eu queria saber se V.Exª. vai propor? Foi só essa, a pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAES (PFL-PB) – Todos os depoentes que vieram a essa CPI, a primeira providência feita pelo Presidente, pela sua Assessoria, foi solicitar a assinatura do termo de compromisso. E que nós, evidentemente, no relatório final, estaremos comunicando, quem deixou de assinar o termo de compromisso. Aí então, devo dizer a V.Exª., que o Sr. Joacir já assinou o termo de compromisso que se encontra sobre a Mesa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SP) – Era só esta informação que eu queria saber.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAES (PFL-PB) – Eu agradeço a V.Exª. E solicito aos nobres companheiros de imprensa e Assessores, para que possamos iniciar os nossos trabalhos que, lamentavelmente, será feito fechado, reservado. Exclusivamente os Assessores da CPI e da Polícia Federal.

(Sessão tornou-se secreta às 13h31.)

(Sessão encerrada às 15h30.)

Ata da 81ª Reunião, realizada em 8 junho de 2006.

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e seis, às treze horas e sete minutos, na Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Antônio Carlos Magalhães, Antero Paes de Barros, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flavio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Siba Machado, Romero Jucá, Ideli Salvatti, presentes ainda os Senadores não membros Demóstenes Torres, Heloísa Helena, Antonio João e José Agripino Maia, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prá-**

tica de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e indaga aos Senhores Membros se é necessária a leitura da ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da ata, é considerada lida e aprovada. A presidência informa que a presente reunião destina-se a Leitura do Relatório Final e em seguida passa a palavra ao Relator, que afirmou fazer a leitura somente de um resumo do Relatório Final, pois o mesmo, em sua essência, compreende mais de mil e trezentas páginas e deverá ser lido com mais calma por todos os presentes, em momento oportuno. O Relator iniciou a leitura do resumo do Relatório Final. Pediu a palavra o Senador Heráclito Fortes. Pela ordem de inscrição utilizam a palavra os Senadores Álvaro Dias, mencionando que irá apresentar voto em separado e em seguida solicita pedido de vistas; Tião Viana que menciona sobre o pedido de vistas, o qual o Presidente confirma, dando o prazo de até as dezoito horas da quarta-feira da próxima semana, dia quatorze, e acrescenta ainda que na semana seguinte, dia 20, será realizada reunião destinada a votação do relatório; Ideli Salvatti que diz que não tem nada a acrescentar às palavras do Senador Tião Viana; Álvaro Dias, que encaminhou um voto em separado; Magno Malta elogia a mesa da Comissão e declara que também apresentará um voto em separado; Eduardo Suplicy, Senador José Agripino, Senador Romeu Tuma. O Presidente faz suas considerações finais sobre a Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às quinze horas e trinta e cinco minutos e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental e sob a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos da Comissão, comunicando aos Srs. Senadores que sobre a Mesa temos Ata da Sessão anterior que, dispensada a leitura, coloco-a em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à leitura do Relatório da lavra do nobre Senador Garibaldi Alves, a quem concedo a palavra. Senador Garibaldi, V.Exª. tem a palavra.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Se eu fosse ler o relatório, Sr. Presidente, seria ler 1.400 páginas. É evidente que eu não vou submeter as Senhoras e os Senhores a esse penoso exercício de dever cívico e patriótico. Eu vou ler aqui um resumo do resumo. Temos aqui um sumário, de menos de 100 páginas, e eu já fiz aqui um trabalho no sentido de que possa ler apenas os trechos que, eu acredito, interessem mais nesse momento, já que nós dar oportunidade que todos leiam com mais calma, com mais atenção, para que possam debater o relatório aqui e apresentar as suas contribuições até o dia 14 deste mês. Então, eu passo a ler.

A presente CPI, popularmente conhecida como CPI dos Bingos e "CPI do Fim do Mundo", foi criada pelo Requerimento nº 2-4-5, 245/2004, de autoria do Senador Magno Malta, para investigar e apurar a utilização das Casas de Bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Esta CPI iniciou os seus trabalhos no dia 29 de junho de 2005 tendo como foco inicial as relações do mercado de jogos com a administração pública, notadamente as atividades suspeitos de Waldomiro Diniz no Rio de Janeiro, quando Presidente da LOTERJ e em Brasília, quando Assessor Parlamentar da Casa Civil do Governo Federal. No primeiro caso, envolvendo denúncia de existência de um esquema de corrupção entre agentes públicos e empresários de jogos de azar e de financiamento de campanhas eleitorais com o dinheiro proveniente desse mercado de jogos e, no segundo caso, envolvendo denúncias de corrupção no processo de renovação de contrato milionário entre a empresa multinacional de processamento de loterias, GETEC Corporation, concessionária de serviço público, e a Caixa Econômica Federal.

Durante a investigação, Sr. Presidente, novos temas foram sendo colocados para a CPI, como o caso da morte do Prefeito de Santo André, Celso Daniel, em janeiro de 2002. A pertinência do enquadramento deste caso deu-se em razão da similaridade do *modus operandi* identificado na Prefeitura de Santo André, em relação à prática da propina na administração pública petista, associada a esquema de jogos ilegais ou a empresas de serviços públicos, tratados neste relatório.

A principal linha que vem sendo investigada é, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a de que o homicídio do Prefeito decorreu de ligações com o esquema de arrecadação de propinas de empresas prestadoras de serviços públicos ao Município de Santo André, que seriam encaminhadas para a Direção Nacional do PT. Esses esquemas funcionariam junto à empresas de transportes urbanos e de coleta de lixo, a exemplo de

outras cidades administradas pelo PT, como Campinas e Ribeirão Preto.

Eventualmente, haveria ligação entre os esquemas de corrupção praticados em Santo André e outros relacionados a jogos ilegais, como se pode observar no caso de Toninho do PT. Além disso, o Ministério Público de São Paulo encontrou elos entre o que seria o esquema de corrupção na Prefeitura de Santo André e João Arcanjo Ribeiro, o "Comendador", chefe do crime organizado em Mato Grosso, preso em Cuiabá, depois de ter sido extraditado do Uruguai. O "Comendador" explorava máquinas caça-níqueis e manteria ligações com empresários do Jogo do Bicho no Distrito Federal, em Minas Gerais e na Paraíba. Esta CPI também colheu elementos nesse sentido com os depoimentos de Zildete Leite dos Reis e de Joacir das Neves.

No dia 18 de janeiro de 2006, Sr. Presidente, a Relatoria desta CPI apresentou relatório parcial sobre o contrato entre GETEC e a Caixa Econômica, momento em que propôs o indiciamento de 34 Pessoas Físicas e Jurídicas, o qual foi aprovado no dia 31 do mesmo mês.

Durante as investigações desta CPI, em relação ao caso GETEC, os mesmos nomes de investigados foram sendo ligados a outro caso, o de corrupção na Prefeitura de Ribeirão Preto, principalmente durante a gestão do então Prefeito Antônio Palocci Filho, depois Ministro da Fazenda, no período em que foi feita a renovação contratual da Caixa Econômica Federal com a multinacional GETEC, em 2003.

Nos depoimentos colhidos nesta CPI e na Polícia Civil, nomes e fatos começaram a se cruzar, principalmente envolvendo os personagens Rogério Buratti, Ralf Barquet, Antônio Palocci e a empresa Leão & Leão.

Por essa razão, essa CPI iniciou investigação sobre o que julgou ser um caso conexo ao caso GETEC, e que poderia trazer novas luzes em relação a ele.

O presente Relatório Final trata desse e de outros temas investigados por esta CPI, assim como do problema jurídico que envolve o marco legal dos jogos no Brasil e da relação do mercado de jogos com o crime organizado e com a lavagem de dinheiro.

O problema do marco legal dos jogos no Brasil. O relatório analisou a Legislação brasileira sobre o jogo do Bingo. Nos termos dos incisos de I a XX do art. 22 da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre Direito Penal e sobre sistemas de consórcios e sorteios.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Supremo Tribunal Federal, julgando Ações Diretas de Inconstitucionalidade, de Leis Estaduais que criavam loterias, decidiu pela inconstitucionalidade dessas leis, tendo em vista a competência privativa da União para legislar sobre sorteios, estatuída no referido inciso XX do art. 22 da Constituição Federal, que abrange loterias e Bingos, de acordo com o entendimento da maioria dos Ministros daquela Corte de Justiça. Portanto, somente a União é competente para legislar sobre loterias e Bingos, bem como sobre o Direito Penal. A despeito da Legislação Federal citada, que estabelece que a exploração de loteria constitui serviço público exclusivo da União e que veda, desde 1967, a criação de novas loterias estaduais, autorizando apenas a manutenção das loterias estaduais existentes em 67, limitadas emissões às quantidades de bilhetes-séries em vigor naquela oportunidade, bem como a lei penal que tipifica a exploração de loterias sem autorização legal como contravenção penal. A maior parte dos Estados da Federação criou loterias estaduais e regulamentou a sua exploração. Quanto aos jogos de azar, inclusive o jogo do Bingo, esses Estados também legislaram sobre a matéria, enquadrando a exploração desses jogos como modalidade lotérica. A legislação vigente proíbe, portanto, a exploração do jogo de Bingo. As Casas de Bingo que se encontram em funcionamento, como se viu aqui sobejamente durante os trabalhos dessa Comissão, estão respaldadas em liminares concedidas pela Justiça.

O jogo e o crime organizado. Os Governos e as empresas de comércio exterior no mundo inteiro têm exigido que a aduana seja cada vez mais à parte e facilitadora do comércio internacional. Assim, com o aumento do comércio ilegal e do contrabando, as aduanas vivem hoje uma situação delicada que afeta o Custo Brasil, pois precisam compatibilizar as facilidades para o comércio internacional, ao mesmo tempo em que precisam ser eficazes nas suas operações de controle e de verificação do cumprimento da lei. O resultado depende do interesse do Estado Brasileiro. O fato é que o processo de controle aduaneiro não tem acompanhado a abertura das fronteiras aos mercados externos na última década. A Receita Federal alega ser impossível um controle completo das cargas que desembarcam nos portos, sendo a fiscalização feita por amostragem numa relação de 10% da carga vistoriada. Portanto, as fronteiras brasileiras estão expostas ao ingresso de máquinas de jogos de azar, cuja importação e utilização são vedadas.

Segundo, Sr. Presidente, investigação do Ministério Público, tais máquinas, ou ao menos seus componentes, são todas de origem estrangeira. Ao passarem pelos portos e aeroportos, tais máquinas são operadas irregularmente em estabelecimentos comerciais diversos e Casas de Bingo clandestinas ou funcionando por meio de liminares judiciais. A prática de abertura de inúmeras empresas em nome de "laranjas", a distri-

buição interna desses equipamentos importados nos mais diversos locais do País e a utilização de liminares vêm dificultando a atuação fiscalizatória do Estado, dado que o objetivo precípuo das apurações policiais é justamente da identificação dos efetivos proprietários desses estabelecimentos e dos organizadores dessa prática ilícita e extremamente lucrativa.

Não bastassem essas fragilidades na fiscalização aduaneira, que facilitam a internacionalização de máquinas de jogos ilegal no País, o Ministério Público levantou um esquema envolvendo autoridades da administração central da Receita Federal, destinado a possibilitar, sem qualquer restrição, a internação de máquinas para a exploração de jogos de azar no País, não obstante as proibições legais.

Existem no País, atualmente, pelo menos seis grandes grupos de sistemas de jogos. Bingo, cassino, loterias federais e estaduais, cassinos e bingos virtuais, jogo do bicho e as máquinas de jogos eletrônicos. Hoje, só existe amparo legal para a exploração dos serviços das loterias federais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, há três grandes esquemas que orbitam sobre o Jogo do Bicho, cada qual com o seu comando. Um dos esquemas é o dominado pelo Jogo do Bicho. Em princípio, os bicheiros cobravam pedágios das Casas de Bingo para que estas pudessem funcionar em cada área dominada por cada "capo", chefe da contravenção. Já foram detectadas Associações, Jogo do Bicho, indústria do Bingo nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, além dos já citados Distrito Federal e Goiás.

Em uma fase posterior, passaram a explorar a chamada banda "B", nas MEPs(F) operadas em bares, padarias e estabelecimentos similares, utilizadas por pessoas de menor poder aquisitivo. Atualmente, constata-se que algumas Casas de Bingo são, de fato, propriedades de bicheiros, usadas para lavagem de dinheiro.

A banda "A" é constituída por cassinos ligados a Bingos. Ela opera com máquinas modernas, produzidas pela Recreativos Franco e pela norte-americana TECKBILT. Há ainda assim a chamada banda "B", que ocupa o espaço marginal do mercado, nas periferias das grandes cidades.

De forma geral, o mercado da banda "A" é dominado por donos de Bingos, muitos deles banqueiros do Jogo do Bicho, que se associaram à rede de jogatina caça-níquel, montada pela máfia italiana desde meados dos anos de 1990, aproveitando-se da já mencionada abertura aparente da Lei Zico, que autorizava a exploração de jogos, de Bingos e similares.

O segundo esquema, que detém o monopólio da entrada das MEPs no País, é comandada por italianos, franceses e espanhóis. Trata-se de uma rede que envolve empresas *offshore*, contas em paraísos fiscais, uso de "laranjas" e homicídios. Tem por objetivo principal lavar todo o capital oriundo do tráfico internacional de entorpecentes. Minas Gerais tem sido um centro freqüentemente citado para esses fins.

O terceiro esquema envolve associação entre o Bingo tradicional e o Bingo eletrônico, que são as MEPs, em que espanhóis e brasileiros aproveitam-se da atividade para lavar o dinheiro. Uma das estratégias usadas é alçar ao sucesso pessoas de origem humilde, os chamados testas de ferro, que, de uma hora para outra, tornam-se empresários. Esse esquema foi detectado no Rio de Janeiro e está por trás do crime envolvendo as relações da LOTERJ com Carlinhos Cachoeira e Alejandro Ortiz.

Nas diversas ações judiciais, Sr. Presidente, em andamento no País, analisadas por esta CPI, pode-se verificar que as Casas de Bingo instaladas nas cidades são, em geral, gerenciados por terceiros, chamados "testas de ferro", e sem qualquer controle quanto ao recolhimento dos tributos incidentes sobre esta atividade econômica.

Segundo conclusões do Ministério Público, o alastramento da atividade dos jogos, inclusive nos locais onde a criminalidade organizada tem uma atuação mais extensa estaria à margem de qualquer controle estatal, principalmente quanto à efetiva apuração de recursos auferidos nessa atividade e das suas destinações. Os diversos laudos periciais produzidos sobre as máquinas de jogos instalados nessa Casa, ou nessas Casas, diria melhor, apontam para o fato de tratarem-se de máquinas de exploração de jogos de azar e, portanto, de importação e utilização vedadas.

Conforme as investigações levadas a cabo pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, há uma intrínseca relação entre o ingresso e a distribuição no País de máquinas de jogos de azar, não obstante a vedação legal e a ilicitude da exploração e a atividade de exploração comercial desses equipamentos, extremamente lucrativa e que proporciona práticas ilícitas relacionadas à lavagem de dinheiro e sonegação fiscal.

Várias organizações criminosas se dedicam à colocação no mercado tanto das chamadas máquinas caça-níqueis, utilizadas em estabelecimentos comerciais diversos como bares, restaurantes, padarias, supermercados, lojas de brinquedos etc, como das máquinas de vídeo bingo, propriamente ditas, utilizadas nos estabelecimentos conhecidos como Casas de Bingo.

Em alguns Estados, como em Goiás e no Distrito Federal, constatou-se que as atividades de Bingo e caça-níqueis estão intrinsecamente ligadas as atividades desenvolvidas anteriormente por bicheiros, que teriam firmado parcerias com grupos mafiosos, sendo o nome da família Ortiz freqüentemente citado.

Nas várias Casas de Bingo visitadas pela Polícia Federal foram constatadas as seguintes irregularidades, Sras. e Srs. Senadores. Não apresentação de qualquer comprovante dos jogos realizados nos estabelecimentos. Muitos alegam que as cartelas seriam a comprovação do jogo, mas muitas delas sequer trazem a identificação das respectivas casas. Cartelas de casas filiais com o CGC da empresa matriz e não da empresa filial. Cartelas com CGC de associações de esportes. A simples apresentação de cartelas, por si só, não é suficiente para servir como comprovante do jogo, pois em algumas empresas são colocadas em jogo séries de cartelas e, em outras, elas são vendidas por unidade. Outras empresas usam os dois sistemas de venda. Não há, desta forma, como se ter a certeza dos valores jogados, pois nem todos os cartões discriminam os valores de cada aposta.

O jogo e a lavagem do dinheiro. Sr. Presidente, o modo mais comum para se lavar dinheiro por meio do jogo do Bingo é com a compra de cartelas premiadas, com o correspondente pagamento do Imposto de Renda. Havendo esse acordo entre o agente criminoso e a Casa de Bingo, a operação será registrada no sistema como um sorteio comum. A Casa de Bingo também pode lavar dinheiro fazendo acordos com os clientes no sentido de registrar a maior os prêmios.

O Ministério Público constatou que várias das comunicações efetuadas pelas Casas de Bingo ao COAF superdimensionam os valores dos prêmios pagos aos vencedores. Se a Casa de Bingo tiver atividade regular, ou seja, operar mediante liminar judicial, a casa em si já é um meio de se lavar dinheiro, pois oferece uma origem ao montante de proveniência ilícita a ser declarado.

Além disso, a Casa de Bingo permite a multiplicação dos ganhos e o escoamento, de difícil detecção pelo FISCO, de montantes não contabilizados. Lavadores de dinheiro, para esconder os seus nomes, geralmente abrem empresas em ramos que movimentem bastante dinheiro em espécie como uma *factoring*, um restaurante, um hotel, uma prestadora de serviços, para não precisarem movimentar montantes no sistema bancário em nome próprio. As Casas de Bingo são perfeitas para esse intento.

Os métodos de fiscalização utilizadas não são suficientes para detectar a lavagem de dinheiro nos termos expostos. Segundo a LOTERJ, por exemplo, o controle sobre a venda das cartelas do Bingo tradicional ocorre através da conferência dos extratos das rodadas realizadas, quando em visitação dos Auditores às Casas de Bingo, os quais analisam os documentos apresentados, visando a evitar a venda superior a 25 séries ao mesmo cliente por rodada. O controle sobre o movimento e pagamento de prêmios do Bingo tradicional, verifica-se através da conferência dos extratos das rodadas realizadas.

Segundo relatório da Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro, da análise dos recibos de pagamento e ganhadores apresentados pelo contribuinte para comprovação dos prêmios pagos, resultou a seguinte conclusão: A) Constatou-se que os recibos não possuem padronização; B) Embora por método de amostragem tivessem sido exibidos à fiscalização, servindo como comprovação, não discriminam separadamente, de modo a não deixar dúvidas, os valores correspondentes à prêmio bruto, Imposto de Renda retido e prêmio líquido, conforme informa o contribuinte no demonstrativo apresentado.

O jogo e o financiamento de campanhas políticas. Rogério Tadeu Buratti, Sr. Presidente, ex-Assessor do ex-Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, afirmou que Ralf Barquet, também ex-Assessor de Antônio Palocci, lhe informou que empresas de jogo de São Paulo e do Rio de Janeiro contribuíram com cerca de dois milhões de reais para a campanha do Presidente Lula e para o Partido dos Trabalhadores, e que os recursos transitaram pelo Comitê Financeiro da Campanha.

Rogério Tadeu Buratti afirmou, de maneira firme e clara, que o Sr. Waldomiro Diniz, representando o Sr. José Dirceu, arrecadou dinheiro de bingueiros no Estado do Rio de Janeiro e, ainda, da GETEC e do empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, e que o valor arrecadado por Waldomiro seria algo em torno de um milhão.

Rogério Buratti também afirmou, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, que a contribuição de um milhão foi efetuada por dois empresários de jogos angolanos, Artur José Valente de Oliveira Caio, e José Paulo Teixeira Cruz Figueiredo, o Vadinho. Roberto Carlos Kurzweil teria feito a aproximação desses angolanos com o ex-Ministro Palocci.

Buratti também informou que o ex-Ministro, Waldomiro Diniz e empresários de jogos do Rio de Janeiro e São Paulo, incluindo os angolanos, se encontraram no Hotel Sofitel, em São Paulo, entre o final de outubro e início de novembro de 2002, em reunião que selou o acordo para legalizar os jogos no Governo do Presidente Lula. A análise do sigilo telefônico de Artur Caio e de Ademirson Ariovaldo Silva, mostra uma clara triangulação entre Caio, Kurzweil e Ademirson,

similar ao que se verificou no caso GETEC, entre Rogério Buratti, Ralf Barquet e Ademirson.

O conjunto de informações obtidas por esta CPI levanta a suspeita de que Artur Caio, Vadinho e Rui Mendes possam ser representantes de um grande grupo internacional do setor de jogos.

Consideramos de grande relevância que a Polícia Federal, em cooperação com a INTERPOL, aprofunde as investigações sobre os negócios desses empresários e suas possíveis ligações com as organizações internacionais sob investigação.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, outro fato em relação à simbiose entre o jogo e o financiamento de campanhas políticas envolve o nome do Sr. Paulo Okamoto. O Bradesco informou ao COAF que a empresa RED STAR LTDA, pertencente a Paulo Okamoto, movimentou em sua conta-corrente o valor de seiscentos e quarenta e cinco mil, no período de maio de 2002 e agosto de 2005, considerado por aquele Banco incompatível com o patrimônio e a capacidade financeira do cliente, além de não demonstrar ser resultado de atividades ou negócios normais da empresa, visto que utilizada para recebimento ou pagamento de quantias significativas sem a indicação clara da finalidade. Ainda com relação a Paulo Okamoto, duas pessoas que trabalharam na Estância 21, do "Comendador" Arcanjo, expoente do crime organizado em todo o País, disseram ter visto Paulo Okamoto na Fazenda. A primeira delas foi a Cozinheira Zildete Leite dos Reis, no depoimento de 31 de maio, a segunda foi o Sr. Joacir das Neves, em 5 de junho, nesta CPI. Essas testemunhas afirmaram também que viram outras pessoas. Zildete afirmou ter visto Antônio Palocci, José Dirceu, Sérgio Gomes da Silva, Fernandinho Beira-Mar e alguns políticos estaduais. Joacir, num depoimento aparentemente bem concatenado, afirmou que não viu José Dirceu, mas que ouviu de outros funcionários da Estância que ele estava lá. Disse que não viu Antônio Palocci, mas que sabia que um representante dele, de Ribeirão Preto, esteve na Estância. Disse ainda que, com certeza, estiveram na Fazenda André Klinger, Ronan Maria Pinto e Sérgio Gomes da Silva. Joacir disse ter presenciado a reunião de Sérgio Gomes e Arcanjo, na qual Sérgio pediu-lhe apoio para seqüestrar o ex-Prefeito Celso Daniel. Zildete, que já havia também dito isso à CPI e ao Ministério Público Estadual, que escutara parte dessa conversa e que, no momento em que ouvia, Joacir chegou e mandou-a sair dali. Segundo Joacir, ele ouviu Sérgio Gomes explicar a Arcanjo que Celso Daniel havia descoberto o esquema que ele, Ronan e Klinger haviam criado para desviar, em aproveito próprio, recurso do Caixa 2 que deveriam ser destinados ao PT. Joacir confirmou que nas reuniões da Estância de Arcanjo manipulava-se muito dinheiro em espécie, inclusive dólares.

O caso LOTERJ, o esquema de propinas envolvendo o mercado de jogos no Rio de Janeiro. O caso LOTERJ foi o fato primário que levou à criação da presente CPI. No dia 13 de fevereiro de 2004 o Brasil testemunha a divulgação de uma fita de vídeo gravada em 2002 pelo empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, vulgo Carlinhos Cachoeira, na qual Waldomiro Diniz, então Presidente da LOTERJ, pede propina para si mesmo e dinheiro para campanha eleitoral. Em troca, promete beneficiar Cachoeira em uma concorrência pública. Em seus depoimentos na CPI da LOTERJ e na CPI dos Bingos, confessou que levou dinheiro para a campanha de Geraldo Magela, candidato ao Governo do Distrito Federal.

Na análise do caso essa CPI pode observar, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que, de fato, um trecho do edital, o tema da conversa gravada, foi suprimido, tornando o objeto da licitação mais restrito, o que vai ao encontro do que foi conversado entre Waldomiro Diniz e Carlos Cachoeira na fita. É indício que reforça a tese que ambos tinham um conluio para a prática de ilícito e que, muito provavelmente, não se tratava apenas de Cachoeira sendo vítima de extorsão por parte de Waldomiro Diniz, como alegou em seu depoimento.

O que se pode concluir dos depoimentos é que o suposto problema com o objeto da licitação não foi a razão para desavenças entre Carlos Cachoeira e Waldomiro Diniz, provavelmente não foi a razão para a gravação da fita, como afirmou Cachoeira em ambas as CPIs. Razão muito mais forte do que o objeto do edital nos pareceu ser o fato de Waldomiro Diniz não ter deixado Carlos Cachoeira explorar as loterias *on line* caso não cumprisse o objetivo do seu contrato. Os motivos, para isso, podem estar no relacionamento de Diniz com Ortiz.

Sr. Presidente, são elementos fortes que indicam a provável criação de reserva de mercado para empresários de jogos. Chama atenção o fato da portaria que proibiu novos licenciamentos de Casas de Bingo ter sido editada em 31 de maio de 2002 e, no mês seguinte, o Presidente da LOTERJ ter sido gravado por Carlos Cachoeira. Talvez aí esteja um dos fatores da desavença entre Cachoeira e Diniz, dada a ameaça de Cachoeira para os negócios de Ortiz, José Renato. Talvez Diniz estivesse criando para eles uma reserva de mercado. O que teria feito Cachoeira gravar a fita para, mais à frente, ter um instrumento de chantagem nas mãos contra o Presidente da LOTERJ.

Esta CPI pode concluir, com base nos elementos colhidos, que houve forte resistência aos planos de Cachoeira no Rio de Janeiro, o que levou à desavença

com Waldomiro Diniz, homem do mercado. No Governo Federal, a partir de 2003, Waldomiro Diniz seria o homem que traduziria os anseios desse mercado na regulamentação anunciada pela nova administração.

Esta CPI propõe a qualificação das condutas de pessoas citadas e o encaminhamento dos elementos colhidos para o Ministério Público, para a devida análise e a formação da opinião delitiva.

"máfia do lixo". Investigações conduzidas pelo Dr. Benedito Antônio Valencise, Delegado titular na Delegacia de Polícia de Ribeirão Preto, no Inquérito Policial 50/2004, indicaram fortes indícios de que havia fraudes em licitações e superfaturamento nos Municípios de Matão, Sertãozinho, Monte Alto, Bebedouro, Aracoara e outros, envolvendo os Srs. Rogério Tadeu Buratti, Luís Cláudio Leão, Valnei(F) Barquet, Marcelo Franzini(F), Fernando José de Morais Fischer(F), grupo formado em Ribeirão Preto, com o objetivo de fraudar licitações públicas.

Foi identificada a atuação de cada participante. O Sr. Luís Cláudio Leão, um dos proprietários do Grupo Leão & Leão, era o responsável pela decisão final de que tudo acontecia, tendo o conhecimento integral dos fatos. Rogério Tadeu Buratti, na qualidade de Vice-Presidente do Grupo Leão & Leão, era o coordenador desses trabalhos, exercendo o conhecido tráfico de influência junto aos superiores.

Analisando-se as provas testemunhais, Sr. Presidente, documentais e técnicas restou demonstrada a existência de fraude na varrição efetuada no Município de Ribeirão Preto.

Há toda uma descrição aqui do que aconteceu com relação a esse problema da varrição que eu peço ao Presidente para adiantar, porque já foi distribuído para todos esse resumo. E eu vou apenas enfatizar alguns aspectos, alguns trechos.

O caso Celso Daniel. Celso Daniel elegeu-se Prefeito de Santo André, pela primeira vez, em 1988, tornando-se um dos primeiros petistas a administrar uma cidade importante. Quando foi seqüestrado e morto, em janeiro de 2002, coordenava a equipe responsável pela elaboração do programa de Governo do pré-candidato Lula. Ele foi seqüestrado quando voltava de um jantar em companhia do empresário Sérgio Gomes da Silva.

Há outras informações acerca do caso Celso Daniel, e eu passo a ler um dos trechos que eu considero importante para a compreensão deste relatório. De outra parte, resta também sobejamente demonstrado o voraz esquema de corrupção que funcionava junto à Prefeitura de Santo André, no qual Sérgio Gomes da Silva era um dos protagonistas, e que teria ligações com a máquina criminosa do "Comendador" João Arcanjo. Os depoimentos comprovam, com descrições detalhadas, a presença de Sérgio Gomes da Silva na residência do "Comendador" Arcanjo para tratar do plano de seqüestro de Celso Daniel.

Gilberto Carvalho, segundo denúncia dos irmãos do ex-Prefeito de Celso Daniel, chegou a transportar um milhão e duzentos mil de Santo André para a sede do PT em São Paulo. O dinheiro teria origem no esquema de corrupção dos empresários de transporte coletivo, de coleta de lixo e de obras, e era entregue ao então Presidente do PT, José Dirceu.

Do esquema de corrupção de Santo André participariam, além de Sérgio Gomes da Silva, Ronan Maria Pinto, Humberto Tarcísio de Castro, Irineu Nicolindo Martins Bianco(F) e Luís Marcondes de Freitas Júnior, funcionários de Ronan Pinto, encarregados da coleta de caixinha.

O Ministério Público de São Paulo está conseguindo encontrar elos entre o esquema de corrupção na Prefeitura de Santo André e o "Comendador" João Arcanjo Ribeiro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a *offshore* RONARC(F) está sendo investigada, pois desconfia-se que seria responsável por remeter ao exterior o dinheiro amealhado em Santo André. A CPI dos Bingos considera, através deste relatório, que devam ser investigadas as remessas ao exterior feitas pelo empresário Ronan Maria Pinto e por seu cunhado, o Sr. Baltazar José de Souza, mencionado no depoimento da Deputada Cidinha Campos. Baltazar também figura no levantamento da CC-5 como remetente, através de suas empresas de ônibus Viação Januária e Viação Barão de Mauá, de quantias expressivas ao exterior. Eles teriam usado a *offshore* uruguaia da RONARC(F) *Holding* para fazer as transações. Ronan Maria Pinto admitiu, em depoimento à CPI, ter realizado parceria com a RONARC(F) em negócios ligados ao transporte público em Cuiabá.

Sr. Presidente, continuo aqui um relato do caso Santo André e entro aqui no que toca às afirmações do Sr. Paulo de Tarso Venceslau, ex-Dirigente do PT e Secretário de Finanças de Campinas e São José dos Campos, mas que já são do conhecimento de todos.

O caso Toninho de Campinas. Há um registro a respeito desse caso, porque não houve um maior aprofundamento nas investigações.

Tráfico de influência. SERPRO, COFIEX(F), Banco PROSPER.

Há um relato, um registro sobre o episódio dos dólares de Cuba.

Corrupção nas Prefeituras do interior. CEPEM, Paulo Okamoto, Roberto Teixeira.

Há um adendo, um complemento ao caso GETEC. Porque o caso GETEC já foi objeto de votação nesta CPI.

Propostas legislativas.

Posicionamento da CPI sobre as loterias estaduais.

Eu fui muito indagado pela imprensa há pouco com relação a esse capítulo que trata da regulamentação dos Bingos. E eu quero dizer, as Senhoras e os Senhores, não apenas Senadores, mas integrantes da nossa imprensa, da nossa mídia, vão encontrar uma proposta que nós resolvemos submeter à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Não é uma proposta que nós fazemos diretamente ao Senado. Nós resolvemos submeter a proposta à Comissão de Turismo, para que ela receba essa contribuição. Pois não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Um esclarecimento. Essa proposta feita, é uma proposta nova ou é aproveitando aquela proposta original que o PT remeteu ao Senado do início desta Legislatura?

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não. É uma proposta...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Porque havia uma proposta, de autoria de um Senador do PT, que não me lembro quem, que tramitava na Casa no início da Legislatura antes do caso Waldomiro.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não. Essa nossa proposta é uma proposta inteiramente nova.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu sugeriria a V.Exª. que anexasse uma à outra. Pode ser uma boa contribuição do Partido dos Trabalhadores.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Vamos anexar e enviar para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Exatamente. Agradeço.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu agradeço também a V.Exª.

Uma outra questão suscitada é a exploração das loterias estaduais. A decisão do Supremo, no sentido de que compete privativamente à União legislar sobre loterias e Bingos, tendo em vista o disposto no art. 22 da Constituição Federal, que lhe atribui competência para legislar sobre todos os sorteios, reflete em todas as loterias exploradas pelos Estados e pelo Distrito Federal. Tendo em vista essa decisão, esses entes federados não podem legislar sobre a matéria. E, portanto, não podem criar novas modalidades lotéricas. Além disso, ficam dependendo da legislação a ser adotada pela União.

Em documento encaminhado a esta CPI, a Caixa Econômica Federal argumenta que as loterias estaduais dão cobertura legal para que as empresas privadas explorem jogos de azar, especialmente os jogos de Bingo e as máquinas caça-níqueis, em contrapartida de módicas taxas fixas ou de percentuais irrisórios sobre a arrecadação. Acrescenta ainda que a fiscalização do Poder Público sobre essas empresas é bastante precária, o que viabiliza que os concessionários declarem valores bastante inferiores ao que efetivamente foi arrecadado e, conseqüentemente, repassem menos recursos para os Estados.

A Caixa também argumenta que a exploração de loterias como derrogação das normas de Direito Penal somente se justifica para o fim de redistribuição de lucro com elas obtido com a finalidade social, o que não estaria ocorrendo em boa parte das loterias estaduais. Por esse motivo, propõe-se autorizar os Estados e ao Distrito Federal a explorar loterias como modalidade de serviço público.

Evidentemente que esta CPI, se aprovar essa proposta do nosso relatório, ficará ciente que o projeto que apresenta não é a panacéia para as diversas irregulares, solução das diversas irregularidades relacionadas à exploração das loterias estaduais apontadas nessa Comissão.

É preciso que os próprios Estados e o Distrito Federal, maiores interessados na continuação da exploração dessa atividade, adotem as condutas necessárias à moralização das loterias. Para tanto, é preciso assegurar que quando o Estado não explora diretamente a atividade e a concessão desse serviço, seja feita a empresa de comprovada idoneidade e que assegure total transparência na execução dos serviços.

Esta CPI também adota a estratégia legislativa de criminalizar o jogo de azar. Ou seja, retira esse jogo da Lei de Contravenções Penais, Decreto-Lei nº 3.688, e o recoloca no Código Penal. Assim, a exploração do jogo de azar, conduta que tem trazido danos à sociedade e ao erário, passe a ser punida como crime, submetendo os seus agentes a um maior rigor normativo. Outrossim, inclui a nova figura típica no rol dos crimes antecedentes de lavagem de dinheiro.

Esta CPI também apresenta, porque aqui eu estou lendo apenas o relatório, apresenta no próprio relatório proposições legislativas não menos importantes. O problema da corrupção em licitações públicas foi tema reiterado na investigação dos fatos expostos neste relatório. O direcionamento dos processos licitatórios é o caminho por excelência para desviar recursos públicos para bolsos privados. Um dos mais fáceis caminhos para direcionar processo licitatório é através do instituto da carta convite, inicialmente pensado para desburocratizar o procedimento de seleção de contratantes, através da diminuição de ormalida-

des, mostrou-se uma porta aberta à dissimulação e à fraude do sistema licitatório, onde são freqüentemente convidadas duas empresas fantasmas para concorrer com aquela que se deseja contratar.

O advento do pregão eletrônico, Sr. Presidente, configura um importante instrumento para a prevenção dessa espécie de conluio, pois garante a ampla publicidade, ao mesmo tempo que permite a realização do certame em um curto intervalo de tempo. Dados oficiais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão já confirmam uma redução média de 27% no valor dos contratos celebrados por meio do pregão eletrônico.

Outro problema constante nas licitações é a declaração de urgência na aquisição, numa interpretação freqüentemente forçada do art. 24, inciso VI da lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Retarda-se o início do processo de licitação, a fim de declarar sua urgência, dispensando todas as formalidades licitatórias e permitindo ao administrador corrupto escolher livremente quem irá contratar. Essa manobra foi regra na relação entre a Caixa Econômica e a GETEC. Para piorar o quadro, não há critérios objetivos que permitam apurar a existência ou não de urgência. Tendo tal problema em vista, o projeto apresentado no Relatório, e não está no resumo, está no relatório, cria a modalidade de "pregão eletrônico de urgência", a fim de só permitir a dispensa de licitação quando a contratação não possa, comprovadamente, esperar mais de 48 horas, o que dará, posteriormente, critérios para julgar o abuso, ou os abusos, na declaração de urgência.

Esta CPI também apresenta projeto que prevê remessa de ofício ao Tribunal, em caso de decisão judicial liminar que autorize a exploração de jogo de azar, medida fundamental, que desestimula a corrupção e a compra de decisões do Poder Judiciário.

Por fim, esta CPI, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, apresenta projeto que cria recurso contra a decisão de Juiz que nega requerimento de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida securatória, para cumprir uma injustificada lacuna em nosso ordenamento jurídico penal e, claro, possibilitar maior controle social sobre decisões judiciais monocráticas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O extenso trabalho de investigação exposto neste relatório forneceu à esta CPI elementos suficientes para concluir pela existência de indícios que permitem qualificar as condutas de Pessoas Físicas e Jurídicas, nos seguintes termos:

Caso LOTERJ: Waldomiro Diniz da Silva; Carlos Augusto de Almeida Ramos, Carlos Cachoeira; Carlos Alberto Rodrigues Pinto; Márcia Alzira Lopes de Paula; Ana Cristina Moreira Sena; Amaro Sérgio Santos Rio; André Pessoa Laranjeira Caldas; Ivângela França Barros; João Domingos Filho; Jorge Geraldo de Veiga Vieira; José Carlos Costa Simonin(F); José Luís Quintães(F); José Renato Granado Ferreira; Luís Carlos Santos de Souza; Kátia Rogoni; Leonardo Barreto Nigromonte(F); José Carlos de Silva Ruivo; José Ângelo Beguini(F); Lenine Araújo de Souza.

Caso "máfia do lixo": Antônio Palocci Filho; Gilberto Sidnei Magioni(F); Nelson Colela Filho(F); Isabel Fátima Bordini(F); Luciana Mousselli Alecrin(F); Fernando de Moraes Fischer(F); Luís Cláudio Ferreira Leão, Marcelo Franzini (F); Donizete de Carvalho Rocha; Rogério Tadeu Baratti; Mauro Pereira Júnior; Paulo Antônio Henriques Negri; Marilene de Nascimento Falsarella; Sérgio Antônio de Freitas.

Caso Celso Daniel: Klinger Luiz Oliveira Souza; Sérgio Gomes da Silva; Ronan Maria Pinto; Humberto Tarcísio de Castro; Irineu Marcolino Bianco(F); Luís Marcondes Freitas Júnior(F); Fernando Britt(F); Donizete Braga; Ivone de Santana; Michel Mendrizes(F); Fábio Rodrigues Rolin(F); Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social.

Financiamento de campanhas políticas: Rui Manuel Mendes Francisco; Artur José Valente de Oliveira, Caio; João José Paulo Teixeira Cruz Figueiredo; Paulo Tarcísio Okamoto.

Sr. Presidente, com relação a essa relação, eu recebi muitas indagações na imprensa, porque não se incluiu o nome de Gilberto Carvalho e não se incluiu o nome de José Dirceu. Eu quero dizer, mais uma vez aqui, e em respeito à própria CPI, o que eu disse à imprensa. Eu não achei que os elementos levantados com relação a estes dois Senhores pudessem nos levar a um pedido de indiciamento ao Ministério Público. Eu quero dizer isso, porque a imprensa, na sua natural necessidade de abranger todos os fatos, de explorar todos os aspectos, me perguntou se essa decisão teria sido uma decisão motivada por pressão junto a este Relator. E eu quero esclarecer, até em honra também daqueles que fazem o Governo, seja no Legislativo, seja no Executivo, que eu não recebi nenhuma pressão para excluir o nome do Sr. Gilberto Carvalho ou do Sr. José Dirceu. Eu sempre tive a convicção de que a investigação poderia evoluir e poderia trazer novas denúncias, novos fatos, novos elementos, que levassem à inclusão daqueles dois nomes. E isso praticamente não aconteceu, porque o depoimento se tornou sempre aquele, sempre repetitivo. E, por isso mesmo, eu quero salientar aqui que posso até ter errado, eu posso até ter cometido um equívoco, mas esse equívoco foi cometido pela minha inteligência, pela minha consciência, pela minha conduta, esse equívoco não

foi cometido por pressão de ninguém. Aqueles que me conhecem mais de perto sabem que eu, nas mais diversas missões que me foram atribuídas, nunca me submeti a esse tipo de pressão. Não é a primeira CPI que eu participo intensamente.

Os Repórteres aqui, os Jornalistas, sempre muito atentos, mas também sempre mudam de locais para o exercício de suas tarefas, eles, por exemplo, muitos dos que estão aqui não acompanharam a CPI dos Anões do Orçamento, da qual eu fui um dos Sub-Relatores daquela CPI, no que toca a uma Subcomissão que era a chamada Subcomissão das Subvenções Sociais. Inclusive que, lamentavelmente para o Parlamento e para as pessoas, culminou na cassação de seis Parlamentares. Estão aí o Senador Jarbas Passarinho, que foi o Presidente da Comissão, e o Deputado Roberto Magalhães, que foi o Relator dessa Comissão, e que sabem da maneira como eu agi. E sabem da maneira como eu me portei. Eu realmente fiquei assim chocado, porque depois de um ano, a gente tem essa questão pela frente, e eu fiquei assim pensando. E será que vale a pena um trabalho como esse? Porque muitos Parlamentares dizem "Olha, CPI, nem assinar o Requerimento eu assino, nem participar, muito menos participar de CPI. Porque CPI a gente sabe como começa, mas não sabe como termina". Eu realmente quero dizer a vocês aqui emocionado, desculpem, que eu não pensei que ia terminar assim para mim. Para mim, eu pensei que não ia terminar assim. Eu pensei que nós iríamos concluir sem me trazer esse percalço. Mas eu quero agradecer, principalmente, ao Presidente, que não teve, claro, não teve nenhum envolvimento nisso, nem os Assessores, pelo contrário, os Assessores, se pudessem, tinham sugerido dez vezes a investigação pelo Ministério Público. Mas, eu achei que não era suficiente. E, realmente, peço que possamos concluir, e eu continuo à disposição de todos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Relator.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pois não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria dizer a V.Exª., aliás, parafraseando Drummond, que V.Exª. conhece muito bem, que "tudo vale a pena quando a alma não é pequena", e é o caso de V.Exª. nesta CPI. O seu comportamento, a lisura com que V.Exª. agiu, V.Exª. está prestando conta nesse momento à História, a este Parlamento e à História brasileira. De forma que acho que V.Exª. poderá ficar absolutamente tranqüilo do seu trabalho. É um trabalho que, tenho certeza, não vai agradar a todos. Mas, não vai dar direito a ninguém de duvidar do objetivo, da intenção e, acima de tudo, dos cuidados. V.Exª. tem uma tradição de vida de um homem, sem exageros, de um homem equilibrado, moderado e, acima de tudo, de um homem de diálogo. E talvez tenham sido exatamente esses seus predicados que lhe tenham dado o resultado que hoje nós estamos vendo aqui. E é evidente que, com o Brasil que nós estamos vivendo hoje, que o volume de escândalo é bem maior do que a nossa capacidade de apuração, muita coisa poderá ficar por apurar. Mas não se preocupe.

Apenas queria lhe fazer uma indagação. Há alguma referência sobre aquele episódio do transporte de dinheiro entre Belo Horizonte e Porto Alegre feito por, inclusive se acusava que a origem do dinheiro fosse dinheiro de Bingo, entre Belo Horizonte e Porto Alegre, eu acho que isso é emblemático, Sr. Relator, porque, ao serem presos, os militantes do PT do Rio Grande do Sul fizeram um acordo com a Justiça, o que desmonta qualquer falta de prova de Caixa 2, ou de recursos não contabilizados, como queiram. E que os acusados, numa negociação com a Justiça no Rio Grande do Sul, foram condenados e estão, todo mês, durante um ano... Esse assunto foi trazido para cá. Entendeu? Esse assunto foi, exaustivamente, trazido para cá. E eles estão condenados, estão pagando, por uma decisão da Justiça, um acordo feito com a Justiça, todo mês estão levando para creche, salvo engano, ou orfanato em Porto Alegre, duas cestas básicas. O que eu poderia dizer a V.Exª. que é o caso mais concreto de política de combate à fome que nós temos no Brasil nos tempos atuais. De forma que eu achava, Sr. Relator, emblemático fazer uma referência a esse episódio, que foi tratado aqui mais de uma vez, e que desmonta uma série de teses que, durante algum tempo, se tentou fazer com que elas prevalecessem. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Muito obrigado.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não. Não consta, Senador Heráclito. Lamentavelmente, não consta, porque foi algo...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sugiro.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E V.Exª. está sugerindo. Eu pediria até que V.Exª. fizesse por escrito, para formalizar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu sugeriria à Assessoria de V.Exª. que nos trouxesse os fatos. Esse assunto foi tratado aqui numa oitiva há cerca de um uns 30 dias. Foi tratado e foi mostrado que tinha havido, inclusive, a condenação. Mas é fácil, e a gente vai ver. Eu queria apenas os dados, para, base-

ado nesses dados, eu pedir, através de um voto em separado. Ou apenas eu mandarei a V.Exª.?

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não. Eu acho que não há necessidade de um voto em separado. Apenas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Álvaro Dias, pela lista de inscrição. Em seguida, o Senador Tião Viana.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu gostaria de me inscrever, Sr. Presidente. Posso me inscrever?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, em primeiro lugar eu quero destacar que independentemente do Relatório Final, que é importante e, desde já, louvo o esforço desenvolvido pelo Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, o empenho, a dedicação, a competência com que se houve na condição de Relator desta Comissão, o seu relatório é um relatório de profundidade, é extenso, como se vê, mas não é superficial, ele é extenso e de profundidade, ele alcança o âmago de todas as questões investigadas. Evidentemente qualquer obra humana pode e deve ser aprimorada. E é este o sentido da colaboração que pretendemos apresentar. Já estamos protocolando um voto em separado que mantém, na essência, quase que de forma integral, o relatório de Garibaldi Alves Filho, mas, que acrescenta, em relação àquilo que entendemos estar faltando ao final, já que é uma questão de convicção pessoal, de interpretação, e que V.Exª. certamente haverá de compreender. Não se trata de minimizar o esforço de V.Exª., o trabalho competente que realizou, mas, sim, tem o sentido de fazer com que se corresponda às expectativas que nós alimentamos em relação às conclusões do trabalho desta CPI. Mas, como dizia, independentemente do Relatório Final...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois não, Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Só um minuto aqui, eu queria pedir desculpa e quero me penitenciar, mas antes eu parabenizar a TV Senado. Eu acabo de ter as orelhas puxadas aqui pelo ouvinte, que me fez uma correção, e eu quero fazer aqui. Eu estava vindo para cá, do gabinete para cá, lendo a passagem do Carlos Drummond, e citei "tudo vale a pena" como sendo do Drummond, mas, na realidade, é de Fernando Pessoa. Então, eu queria pedir desculpa e dizer que a TV Senado está atenta. Acabei de receber um "puxavanco" de orelha aqui de um ouvinte. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Está feita a correção por parte de V.Exª., Senador.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – (risos). Sr. Presidente, o que dizia é que esta Comissão, independente do Relatório Final, nós não sabemos o que será aprovado, há aqui obviamente discordâncias em relação ao que deve ser o resultado final desta CPI, mas, independentemente dele, esta CPI alcançou os seus objetivos. Ela é atípica, especial, emblemática. Porque, foi esta Comissão Parlamentar de Inquérito que ensejou a instalação das demais. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito é fruto de uma deliberação do Poder Judiciário, do Supremo Tribunal Federal. Ela, portanto, estabeleceu jurisprudência de que a minoria tem o direito de instalar CPI no Congresso Nacional. É exatamente como reação à tentativa de abafar escândalos, impedindo investigação, através da obstrução dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, é sob a égide desta reação que esta CPI se instalou e operou. Por isso, ela foi denominada de ""CPI do Fim do Mundo"".

É por isso. Ela trouxe à tona e ao debate questões que estavam sendo relegadas ao esquecimento, escândalos que estavam sendo, de certa forma, acobertados. Ela propôs transparência e convocou a autoridade à investigação judiciária. Este é um papel essencial de qualquer CPI. Mas neste caso, sobretudo, esse papel foi exercitado com muita competência. Escândalo de Ribeirão Preto, o crime de Santo André. Esta CPI fez com que esses fatos viessem à tona com a necessária efervescência, como estímulo ao Ministério Público e à Polícia Federal para que, no cumprimento do dever, pudessem aprofundar as investigações e alterar versões que estavam sendo sedimentadas, até por interferência política. Portanto, não há como não destacar aqui a importância do trabalho desenvolvido por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Destaco a presença do Senador Efraim Moraes na Presidência desta Comissão, a exemplo do que fiz com o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho. O Senador Efraim foi competente, em todos os momentos. Manteve-se com a autoridade necessária de quem é líder e está preparado para conduzir eventos, por mais traumáticos, turbulentos que possam ser. É evidente que uma Comissão Parlamentar de Inquérito integrada por Senadores da base aliada e da oposição, em tempo de exacerbação política no País, quando são expostas todas as contradições, divergências, em razão de escândalos sem precedentes na nossa história, é evidente que a complexidade da administração dessas divergências exige força de liderança e competência de aglutinação, e isso não faltou ao Senador Efraim

Moraes, a quem nesta hora homenageamos, ao lado do Relator Garibaldi Alves Filho.

Portanto, Sr. Presidente, nós já estamos protocolando um voto em separado, exatamente porque discordamos, em parte, do pensamento do Relator Garibaldi Alves Filho, que não viu os indícios comprometedores que justificassem o indiciamento de certas autoridades. Nós discordamos nesta parte. Porque considero existirem, sim, elementos para o indiciamento de quem, especialmente tem relação ao crime de Santo André, trabalhou numa articulação que tinha por objetivo alterar a versão real do crime, transformando um crime de inspiração política, porque com vinculações políticas visíveis, em crime comum. Não há dúvida que aqueles que ocuparam lugar de destaque no Palácio do Planalto durante a gestão Lula, antes de serem alçados a essa condição de autoridade governamental, agiam na articulação de versões, no monitoramento de depoimentos ao Ministério Público, à Polícia Federal e entrevistas à própria imprensa, tentando construir uma versão para o crime ocorrido em Santo André.

Eu faço referência apenas, porque teremos oportunidade de discutir, mas faço referência apenas a este episódio de Santo André, que eu considero o mais grave. Aqui estiveram os irmãos do Prefeito Celso Daniel e trouxeram o testemunho, da maior importância, que nos autorizam, sobretudo, em função daquelas gravações que foram aqui apresentadas, que revelam, sim, uma participação, uma participação ativa de José Dirceu, de Gilberto Carvalho e, indiretamente, do Presidente Lula, a quem se dava conhecimento. Isso ficou registrado nas gravações telefônicas. As articulações em torno do episódio de Santo André eram do conhecimento do Presidente Lula e isso está, eu repito, enfatizado nas conversas telefônicas que mostramos, inclusive, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, Sr. Presidente, eu digo isto e justifico por quê estou pedindo vistas, faço a V.Exª. o pedido de vistas, para que nós possamos, depois da leitura do Relatório Final, aprimorar inclusive a nossa proposta de voto em separado, a fim de que possamos debatê-lo e, é claro, V.Exª. estabelecerá, regimentalmente, a forma de deliberação, para que possamos concluir os trabalhos desta CPI da melhor forma possível.

E eu concluo, Senador Garibaldi Alves Filho, mais uma vez, homenageando V.Exª. É claro, V.Exª. pode ficar tranqüilo, ninguém aqui ousa imaginar que V.Exª. aceitou pressão, não. Não é do caráter, da personalidade, da formação humana de V.Exª., V.Exª. não aceita pressão de quem quer que seja. É fruto de convicção pessoal, e V.Exª. o disse-o bem. Só que nós podemos ter convicções diferentes. E é por esta razão que estamos apresentando estas alterações com o maior respeito a V.Exª., a quem, a exemplo do que digo em relação ao Senador Efraim Moraes, a quem nós devemos o sucesso desta CPI, sim. A todos os integrantes, mas, especialmente a V.Exª. e ao Senador Efraim Moraes. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., e V.Exª., nos termos regimentais, será atendido no pedido de vistas. Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sr. Presidente, Efraim Moraes, Sr. Relator, Garibaldi Alves. Eu entendo, e indago ao Presidente, que nós concluímos a fase de instrução e agora entramos numa fase de julgamento. Ainda facultado o direito a votos em separado e outras manifestações mais na fase de julgamento. Não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Perfeito. Nós vamos conceder vistas, Senador Tião Viana, já pedido. Evidente que será uma vista coletiva.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – E até a próxima quarta-feira esses votos em separado serão encaminhados à Secretaria da Mesa, no caso nossa Augusta, e ficará à disposição. E, no próximo dia 20, que é terça-feira, de terça que vem a oito dias, nós estaremos discutindo e votando o Relatório.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Esse é o cronograma, sabemos da dificuldade da próxima semana e, por isso, vamos dar até cinco dias, no caso são quatro dias úteis, porque se nós contarmos sexta, segunda, terça e quarta, até as 18h estaremos recebendo esses votos. E, na terça-feira, nós estaremos discutindo e votando o relatório. Esse é o procedimento que eu espero e tive a oportunidade de, ao chegar hoje aqui, conversar com alguns dos Srs. Senadores, que aprovaram esse calendário.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sr. Presidente, eu agradeço a V.Exª. e gostaria de deixar claro aqui, vendo a leitura do relatório do Senador Garibaldi Alves, que o respeito pessoal que eu aprendi, que eu construí na relação com ele dentro da Casa não diminui em absolutamente nada, saio com o mesmo respeito que tinha antes da leitura, reputo a V.Exª. ser um homem decente, e continuarei com o mesmo tipo de convivência, em que pesem todas as divergências que defenderei contrariamente ao relatório apresentado na tarde de hoje.

Entendo que é da legitimidade da sua função de Relator, é da legalidade da sua função fazer o juízo de valor que fez e estabelecer as interpretações e os

apontamentos que construiu no seu relatório. No tempo oportuno debateremos. Eu, desde o início, tenho expressado a divergência com a sistemática adotada na CPI para apurar os fatos e naquilo que seria o alheamento das funções da CPI. Com V.Exª. e com o Senador Efraim, e nos respeitamos, apesar das divergências de entendimento.

Eu compreendo que nós temos um risco muito grande quando as paixões políticas se envolvem numa ação da vida do Judiciário, porque é uma ação de uma CPI da mesma proporção de uma ação da atribuição do Judiciário e, portanto, devemos ter o máximo de zelo com esta instituição, legítima e democrática, e instrumento necessário e fundamental da minoria. Acho que procuramos nos respeitar, dentro das diferenças, o tempo todo, na evolução desse debate. Eu apenas fico muito preocupado quando da política, das paixões da política, das diferenças, na luta pelo poder, nós cometemos, deixamos crescer a possibilidade da injustiça contra a honra individual.

Eu acho que o direito individual, a dignidade individual são bens preciosíssimos, e sei que, se houve alguma injustiça, que vamos considerar no debate, na investigação futura, não foi intencional de V.Exª., não foi por dolo. Acho que V.Exª. tentou fazer aquilo que estava de acordo com a sua consciência política e com a sua responsabilidade Parlamentar. Com todas as minhas divergências.

Eu apenas gostaria de fazer a leitura, num momento em que ainda se permite, de parte da entrevista que deu o Ministro Eros Grau, do Supremo Tribunal Federal, há poucas semanas, sobre esses momentos difíceis que nós vivemos de entendimento em relação à CPI. Veja V.Exª. o que ele diz. O Jornalista pergunta: "O que é exatamente fato determinado"? Ele diz: "Uma Comissão Parlamentar de Inquérito é um instituto democrático, garante às minorias a fiscalização da atuação das maiorias, perfeito. Essa razão é que se garante às minorias as CPIs. Mas, você não pode deixar que as minorias usem desse instrumento de modo a procurar inviabilizar o exercício do poder pela maioria. Isso não seria conveniente para a coisa pública, que a minoria usasse única e exclusivamente para fustigar, para fazer política, para perturbar, começar-se a questionar tudo indiscriminadamente". Veja o que diz mais: "Há quem perceba que, em certos momentos, isso está acontecendo". Olhe o que o Ministro diz: "É possível que esteja acontecendo. Eu não quero também particularizar, porque amanhã ou depois posso ter que vir a julgar. O que diz a Constituição é que esta é uma garantia das minorias e deve, exercida sempre em relação a um fato determinado, ou seja, não posso criar uma CPI para investigar qualquer assunto". Diz mais o Ministro: "Sobre a investigação de loteria, ela não pode então investigar outras situações. Por essa razão, a Constituição fala claramente, no art. 58, § 3º, que ela deve ter por objeto a apuração de um fato determinado e com prazo certo, porque senão você instala desordem e o Estado acabaria se tornando ingovernável". Diz mais o Ministro Eros Grau: "Por hipótese, é o que está escrito no art. 58, § 3º, ou seja, tudo aquilo que eu investigar além do fato determinado constitui uma agressão também aos direitos daquele que investiga, porque amanhã ele pode ser o objeto de uma investigação". E diz mais: "Eventualmente..." Diz a pergunta: "O Senhor está dizendo também que se fugir do escopo legal isso pode ser desconsiderado quando chegar aos tribunais?" Olha o que ele diz: "Eventualmente, será desconsiderado. Mas, eu não acho que isso seja relevante. O mais relevante é o processo, porque, quando a minoria fica limitada a apurar só um fato determinado, ela tem a garantia de que amanhã ou depois, quando for maioria, também só o fato determinado vai ser investigado. Em caso contrário, você inviabiliza o funcionamento da democracia".

Aí olha que diz a jurisprudência, meu Relator, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sobre CPIs. Dois parágrafos, para deixar claro o meu posicionamento a V.Exª. Diz o Ministro Sepúlveda Pertence, no mês 03/2005, longe ainda deste momento que nós estamos falando: "É induvidoso que ao poder insultório das CPIs hão de aplicar-se as mesmas limitações materiais e formais ou puníveis ao poder insultório dos órgãos judiciários, limitação relevantíssima dos poderes, de decisão do Juiz, é a exigência de motivação hoje com hierarquia constitucional explícita, conforme a Constituição Federal no art. 93, inciso 9. A exigência cresce de tomo, quando se trata como na espécie de um juízo de ponderação, à luz do princípio da proporcionalidade entre o interesse público na produção de prova visada comprometida. De resto, se cogita de a CPI, à escrupulosa observância do imperativo constitucional de motivação serve ainda a viabilizar o controle jurisdicional de conter-se a medida nos limites materiais da legitimidade de ação da Comissão, em particular os derivados de sua pertinência ao fato ou fatos determinados que lhe demarcam os lindes da investigação".

Aí, em relação a unilateralidade da investigação Parlamentar, veja V.Exª. o que diz, porque eu acho que corresponde muito ao momento que nós estamos vivendo. Diz isso aqui já o Ministro Celso de Mello, insuspeito também: "Não se questiona a Sessão de que a investigação Parlamentar reveste-se de caráter unilateral à semelhança do que ocorre no âmbito da investigação penal realizada pela polícia judiciária. Cabe advertir,

no entanto, como já proclamou a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sob a égide da vigente Constituição, a propósito do Inquérito Policial, que também é conduzido de maneira unilateral, tal como ocorre com a investigação parlamentar, que a unilateralidade desse procedimento investigatório não confere ao Estado o poder de agir arbitrariamente em relação ao indiciado e às testemunhas, negando-lhes abusivamente determinados direitos e certas garantias, como a prerrogativa contra a auto-incriminação, que derivam do texto constitucional ou de preceitos inscritos em diplomas legais, Inquérito Policial, unilateralidade, a situação jurídica do indiciado. O Inquérito Policial que constitui instrumento de investigação penal". Qualifica-se como procedimento administrativo, destinado a substituir atuação persecutória do Ministério Público, que é enquanto o verdadeiro destinatário das diligências executadas pela Polícia Judiciária. A unilateralidade das investigações preparatórias de Ação Penal não autoriza a Polícia Judiciária a desrespeitar as ações jurídicas que assistem ao indiciado que não mais pode ser considerado mero objeto de investigações. O indiciado é sujeito de direitos e dispõe de garantias legais e constitucionais, cuja inobservância pelos agentes do Estado, além de eventualmente induzir-lhes a responsabilidade penal por abuso de poder, pode gerar absoluta desvalia das provas ilicitamente obtidas no curso da investigação policial. Torna-se evidente, portanto, que a unilateralidade da investigação parlamentar, à semelhança do que ocorre com o próprio Inquérito Policial, não tem o condão de abolir os direitos, de derrogar as garantias, de suprimir as liberdades ou de conferir à autoridade pública poderes absolutos na produção de provas e na pesquisa dos fatos.

Então, meu Relator, são pontos de vista que eu venho trazendo para esta CPI desde o início dos trabalhos, está na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sobre as CPIs, é uma norma instrutiva, sobretudo, ao Parlamento brasileiro, eu tenho o mais elevado respeito pela instituição das CPIs, acho que deveríamos olhar para as experiências globais hoje, a França, em 1953, vivia a crise de condução das suas CPIs semelhante a algumas interpretações e momentos que nós estamos vivendo, adotou condutas de muito mais caminho seguro na condução de uma investigação dessa natureza e dessa dimensão.

Então, eu encerro mantendo o respeito pessoal a V.Exª., preservando todas, e inúmeras, diferenças e críticas à condução adotada. Acho que V.Exª. cometeu equívocos graves em relação à indignidade individual, à honra individual, está no seu direito, está no seu juízo de valor, eu não tenho como condená-lo por isso. Tenho o direito de mostrar a minha diferença com o seu posicionamento. Acho que a afirmação de culpa a figuras de Antônio Palocci me parece de uma injustiça marcante e o tempo irá provar isso, e eu não tenho a menor dúvida disso. Acho que não foi dado, dentro do princípio da justiça e do amplo direito de defesa, ao Sr. Paulo Okamoto, o direito da defesa a que ele é merecedor e a outros nomes que estão postos aqui.

Mas isso vai ficar para o voto em separado e para um amplo debate. Eu só tenho medo que no acerto que V.Exª., como tem de condenar alguns naquilo que é uma prerrogativa e um instrumento legal da CPI, alguns inocentes possam ter a sua honra destruída. E sei que V.Exª. teme por esse risco também, ousou apresentar o seu relatório naquilo que são as suas convicções. E eu respeito, com as minhas diferenças. A minha defesa hoje se dá no sentido que jamais na investidura de um mandato Parlamentar do tamanho que é um mandato de um Senador da República, na responsabilidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito nós nos atrevamos a cometer injustiça com quem quer que seja. Seria alimentar uma tese que vivemos uma crise civilizatória forte, porque, corrupção e bandalheira tem no Judiciário, tem no Ministério Público, tem numa empresa privada e tem no Parlamento brasileiro e tem nos Governos. Agora, fazer injustiça nunca é um papel de uma CPI. Então, o meu respeito, com as minhas divergências.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião, eu aconselho V.Exª. a encaminhar essa peça para os Parlamentares, porque, numa outra CPI que ocorra isso, poderá ser importante. Eu quero dizer a V.Exª. que estou tranqüilo em dizer que em nenhum momento saímos do fato determinado. Vamos continuar divergindo. Agora, aconselho a V.Exª. que envie para todos os Congressistas, pode ser que aí na "CPI dos Sangue-sugas" que está sendo instalada, se posso utilizar esses conceitos. Agora, com muita tranqüilidade, digo a V.Exª., sem medo de errar, não houve nenhum momento em que essa CPI saiu do fato determinado. Senadora Ideli.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Respeito V.Exª. e acolho a sugestão e assim o farei.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Senador Efraim, apenas, pela ordem, para encaminhar o voto em separado, pedindo a V.Exª. que determine seja protocolado pela Secretaria. Muito obrigado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, eu me sinto plenamente contemplada na fala do Senador Tião Viana. Eu não tenho nada a acrescentar, até porque à sucessão de fatos, os episódios, os procedimentos, eu acho que estão perfeitamente consignados na manifestação do Senador Tião Viana.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. E concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero cumprimentar o Sr. Relator, dizer da minha afeição, do meu carinho, do meu respeito, da minha admiração, e procurei, por todo o tempo, demonstrar isso ao longo da CPI, embora divergindo, mas, da maneira mais educada possível, da maneira mais polida, por conta dessa amizade e do respeito à sua história, à sua vida. E a mim me chama muito a atenção as suas emoções afloradas no final. Minha mãe dizia que quem não tem sentimentos e não é capaz de chorar, também não é capaz de ter amor por ninguém. E essas coisas todas chamam a minha atenção e eu abraço a V.Exª., como pai de família, como alguém que tem o respeito do seu povo e meu também, com todas as considerações que eu sempre fiz com muito carinho, mas, sem ser agressivo, sem ser descortês e, no final da CPI, abraço V.Exª. pelo relatório feito. Em parte, algumas coisas discordo dele, mas, não dá para ter unanimidade, porque ela seria a burra, mas, as minhas discordâncias, sem dúvida alguma, elas se traduzem em benefício para o País, e nunca no sentido de fazer induções negativas a prejudicar a sociedade brasileira.

Então, por isso eu abraço a V.Exª. e também ao Presidente, com quem tenho uma convivência mais forte e mais perto, fomos Parlamentares juntos, quatro anos de uma grande convivência, de grande apoio, nos momentos mais críticos da CPI que eu presidi, precisando de renovar tempo, o partido dele, onde ele sempre foi Líder, o PFL, na Câmara dos Deputados, nunca nos negou o apoio no sentido de que nós fôssemos em frente, e me lembro que dos que eu falava pessoalmente, quando esses episódios aconteciam, era Efraim que eu encontrava para pedir, "Vou para o Plenário para fazer essa requisição e eu preciso de você", e a nossa relação sempre foi muito perto. E, por conta dessa relação de respeito e conhecendo Efraim como cidadão, como homem lá na Paraíba e que inclusive é quem desfruta do voto do segmento onde eu professo a minha fé, o voto do evangélico, e tem do seu lado uma das maiores lideranças da Paraíba, que é o pastor Estevão, que devota todo o carinho e respeito a V.Exª. e o segmento como um todo, é que, mesmo discordando, em alguns momentos, eu preferia me retirar para não fazer o embate, e quando falava, falava dentro do tom que nunca pudesse nem atingir o Relator e nem atingir V.Exª. e tive o respeito da mesma forma.

Então, num encerramento como esse é mais do que justo que nós, que sempre nos respeitamos, continuemos nos respeitando, mesmo na divergência. Continua a minha admiração, meu carinho, minha afeição por V.Exª., pela sua família, pela sua vida, pelo seu comportamento, que nunca foi diferente desde que lhe conheço no Parlamento brasileiro.

Que fique essa palavra, não tão somente internamente à CPI, mas ao povo da Paraíba, que está nos vendo, que V.Exª. é um dos políticos mais corretos, éticos, decentes do Parlamento brasileiro. E, a despeito das divergências, porque é assim que nós vivemos, (soa a campainha) imagine se todos fôssemos iguais, que tenho com o Relator e com V.Exª., até nessa questão do fato determinado, mas, isso em nada diminui tudo que eu sempre pensei e percebo e sinto sobre V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço, Senador Magno, pelo carinho de V.Exª., pelas palavras de V.Exª., e evidente que não se esperava unanimidade. Mas, o que eu coloquei desde o início dos trabalhos e agora, principalmente, na reta final, é que a conduta retilínea do Senador Garibaldi Alves não chegaria nunca, em nenhum momento, a um relatório político, mas sim àquilo que ele investigou, àquilo que ele estudou, àquilo que ele trabalhou durante quase que um ano. Então, eu agradeço carinhosamente a V.Exª. pelas palavras carinhosas que são dirigidas tanto a mim como ao Senador Garibaldi. V.Exª. tem a palavra.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Eu gostaria de dizer a V.Exª. que desde o começo que eu venho afirmando que faria um voto em separado, em função até daquilo que penso e que investiguei há sete anos atrás na CPI do Narcotráfico, seis anos atrás, por conhecer um País de fronteiras abertas e que, infelizmente, fazemos fronteira com todo mundo que faz o contrabando para dentro das nossas terras, e que produzem e praticam do lado de lá e mandam para utilizar os nossos portos e aeroportos, as nossas estradas, o Brasil é entreposto de um comércio criminoso, por isso não temos vocação para jogatina. Percebi isso desde o primeiro momento. Não sou afeito, por entender o sofrimento de parcela significativa da sociedade que, na sua unanimidade, votaria contra, numa ação plebiscitária, contra tudo isso. Existem *lobbies* e pessoas que querem legalizar isso, por causa do enriquecimento rápido, em função da miséria de poucos. E aí, a possibilidade da porta aberta para que o crime realmente se efetue.

Por isso dizia sempre que faria um voto em separado. E gosto quando V.Exª. aqui no seu relatório cita a Constituição Federal, as nossas leis penais, que condenam o ilícito, que condenam a jogatina, a contravenção no Brasil. E, como não transcrevi, não

comentei, usarei essa parte do seu relatório no meu voto em separado para, diferente de V.Exª., pedir que o Ministério Público do Brasil encaminhe ao Judiciário para que todas as liminares sejam derrubadas e tenhamos os Bingos fechados imediatamente no Brasil, diferente da posição que V.Exª. adotou, e que eu respeito, mas com base no que escreve a Constituição Brasileira e os nossos instrumentos penais e, dada a nossa geografia, nós não temos vocação para jogatina nesse País, ainda que ele renda alguns empregos sem carteira assinada, como é hoje, que são as cooperativas de Bingo para fornecer emprego e não assinar carteira e não ter responsabilidade social.

Então, farei o meu voto em cima disso absolutamente tratando da questão da jogatina. Porque eu entendo também, e sempre falei e aqui sempre discordei do meu Presidente e de V.Exª., de uma forma muito cortês, dessa questão do fato determinado. E eu também entendo que, nos Tribunais, essas questões que não versaram elas cairão. É como você mandar para a penitenciária alguém que ele cometeu o crime e você não tem a arma do crime. E eu dizia aqui ao Tião que, nós tivemos um grande problema, se nós não encontrássemos um velho chamado "Querosene", no Acre, esse velho, um lavrador, viciado em droga, chamado "Querosene". E nós encontramos no Itaú uma conta bancária no nome de "Querosene", mas quem assinava o cheque em cima do nome dele era o Hildebrando Paschoal, que levou o velho lá, quase 15 anos atrás, abriu a conta, recebeu o cartão, e ele recebia tudo no endereço dele e assinava em cima. Ali nós tivemos possibilidade, porque se não encontra aquele "trinta e oitozinho" nós não tínhamos condição de puxar todos os crimes dele para, em seguida, colocá-lo na cadeia.

Então, a mim me preocupa porque nós não podemos sair da exceção para a regra. Regra é regra. E não podemos fazer da exceção a regra. Eu entendo da questão do fato conexo. Mas só que o fato conexo é a exceção, não é a regra. E o fato determinado é a regra. Então, nós não podemos sair da exceção para a regra. E o meu voto, que está pronto, e tão somente agora vou acoplar essa parte, esse trecho que, quando V.Exª. lia ele, eu fazia assim para o Presidente, fazia assim todo o tempo e dizia que essa parte eu estou gostando muito, que era essa parte realmente de mostrar os malefícios da contravenção no Brasil...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Acredito que V.Exª. votará o relatório por inteiro. Lamentavelmente, Eu entendi em sentido contrário.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Até porque durante todo o tempo fiz questão e, para poder marcar bem a minha posição, eu fazia algumas perguntas às pessoas que vinham aqui, "Tem alguma coisa para cooperar sobre Bingo?" A pessoa dizia: "Não". Eu dizia: "Então está bom. Obrigado. Encerrei minhas inquirições". Até por uma questão de justiça a mim mesmo.

Então, será nessa base o meu fato determinado. O meu fato determinado, e até porque entendo que, por mais que V.Exª. tenha estudado e trabalhado, porque eu já passei pelo que você V.Exª. está passando agora, acho que com uma coisa muito maior, porque indiciou 864 e, "ao vivo", prendeu 348, que tem muita coisa que é escrito pelos Assessores, que têm muito mais sede de "sangue" do que nós, que não foi da minha vontade nem do Moroni, porque a gente acabou descobrindo depois que a gente lê, lê, relê e acaba passando por cima de muita coisa. Então, eu tenho medo de que a ilação ela faça parte daquilo que foi investigado e encontrado a arma do crime. E aí cai no Judiciário, e o máximo que a gente consegue com isso é fazer uma exposição de pessoas, e de uma forma desnecessária.

E aí eu encerro, mais uma vez, abraçando V.Exª. e a sua família, que conheço, conheço os seus mandatos de Governador, conheço os seus amigos, são meus amigos, conheço o seu povo, conheço as pessoas que lhe cercam. E, mais uma vez, é o meu Presidente, Efraim, meu amigo pessoal. Não preciso repetir nada do que já falei. Mas, nesse final a despeito de estarmos discutindo um relatório, quando uns concordam e outros não concordam, tem meia concordância, metade de outra concordância, nós precisamos é de unidade, para poder ajudar o Brasil, nos respeitar, porque é tudo mais significativo, para encerrarmos com dignidade o nosso mandato, ajudando um País que sempre acreditou, a partir dos nossos Estados, em nós. Deus abençoe os dois e muito obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradecemos a V.Exª., Senador Magno Malta, e acredito que exatamente nessa provocação que é feita pelo Relator, e que V.Exª. tem uma posição, porque nós temos ouvido, durante muito tempo, vários discursos de que é a favor, é contra o jogo, e o Relator teve a coragem de provocar o Congresso Nacional, a partir de agora, para que, de uma vez por todas, se tenha uma lei, se diga que é contra, que é para fechar, que é para abrir, se é para regulamentar. Então, a sugestão que é feita pelo Relator no seu relatório, e é evidente que vai para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e acredito que a partir daí o Congresso tome uma posição, se é a favor ou se é contra que façamos uma lei, mas que essa lei saia pela maioria dos Congressistas do nosso Con-

gresso Nacional. A favor, ou contra, ou mais ou menos, ou como é que vai ser. O que nós não podemos é dizer que somos contra e o jogo continuando. O que nós não podemos dizer é que somos favoráveis sem uma regulamentação. Então, daí para frente, eu tenho certeza que o que pensou o Relator, o que deseja o Relator é exatamente essa provocação ao Congresso Nacional, para que todos nós nos posicionemos se a favor ou se contra, mas que exista lei, que exista algo que proíba definitivamente ou que dê condições de regulamentação.

Então, aqui há divergências, e é mais do que natural, entre Parlamentares, e vai acontecer isso por muito tempo. Agora, o que eu entendo que, nesse momento que tratamos dessa matéria, não poderíamos terminar a nossa CPI sem uma provocação ao Congresso Nacional, para que nós possamos, daqui para frente, acabar, de uma vez por todas, com o discurso, discurso que às vezes é feito lá na Tribuna, que nós sabemos que muitas das vezes é verdadeiro, é o que pensa realmente o cidadão e que, depois, é outro pensamento fora do Congresso.

Então, eu parabenizo V.Exª., que tem uma posição e que vai apresentar no voto em separado de V.Exª. e, sobretudo, ao Relator, que teve a coragem, independente de qualquer crítica, independente de qualquer insuspeita, em colocar essa provocação ao Congresso Nacional. Então, eu quero parabenizar a V.Exªs.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – E a preparação dele tem certo sentido, porque é o seguinte. A minha postura perante a Nação é que sempre fui contra. O grande problema, acho que o Relator via também, é de gente que chegou aqui a favor, fez até projeto para legalizar e, assim que Waldomiro caiu, já era contra. Não é minha posição. Eu sempre fui contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu sei. Eu conheço a posição de V.Exª. e, como V.Exª. me colocou, na época de Deputado. Eu não vejo nenhuma mudança de V.Exª. nesse sentido. Por isso que eu acho que o momento é oportuno para provocarmos o Congresso, para que o Congresso tenha coragem de fazer uma lei, seja acabando, seja fechando os jogos de azar neste País ou regulamentando. Eu acho que essa é a provocação feita pelo Relator Garibaldi.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Porque, até para dizer a V.Exª. aquilo que eu acho, que está no relatório dele que não é fato, na minha visão, determinado, mesmo assim eu citarei no meu voto em separado com uma recomendação que, de fato, o Ministério Público continue e aprofunde, com mais veemência ainda do que tem feito, todas as denúncias que aqui chegaram e que, na minha visão, entendo que não estava dentro do fato determinado, mas não deixarei de citar no meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. Com a palavra o Senador Suplicy. E, em seguida, o último orador inscrito, Senador José Agripino.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Moraes, Senador Garibaldi Alves Filho, eu gostaria de aqui dar o meu testemunho. Em 1993, fui seu colega na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Orçamento da União, relembro a V.Exª. que quando saiu a entrevista de José Carlos Alves dos Santos nas páginas amarelas da VEJA, e eu vim para Brasília, encontrei-me em São Paulo, no vôo, já tendo combinado antes, com o Senador Pedro Simon, comentamos a matéria, e eu vim ao meu gabinete, escrevi o Requerimento da CPI, fui ao apartamento dele, era meia-noite e pouco de domingo, e ambos fomos os primeiros signatários daquele Requerimento da CPI, que teve V.Exª. como Relator das Subvenções Sociais. E eu aqui quero aqui transmitir também o meu testemunho sobre a seriedade com que V.Exª. teve naquele trabalho e, sabendo das dificuldades e da responsabilidade do que seja ser um Relator de uma CPI, V.Exª. aceitou novamente ser Relator de uma CPI de tamanha complexidade, com tantas ramificações e eu quero cumprimentá-lo pela maneira com que se dedicou a esse trabalho tão difícil. E acredito que V.Exª. tenha procurado tomar decisões agora, na hora de decidir o que colocar no relatório da CPI, de acordo com a sua consciência, conforme aqui relatou, e não submetido a pressões e, pelo que tenho conhecimento, V.Exª. assim agiu de fato. Eu gostaria de poder fazer uma análise mais adequada depois de poder conhecer o relatório inteiro. Então, como teremos a oportunidade de fazê-lo nas próximas reuniões, seja na semana próxima, ou no dia 20, assim o farei.

Mas, gostaria de informar, Sr. Presidente, que, Presidente Efraim Moraes, eu gostaria de informar que há pouco conversei com o Delegado José Pinto de Luna a respeito das providências que a Polícia Federal e ele próprio haviam ficado de tomar, referente a averiguar em que medida as informações prestadas pelo Sr. Ângelo... Do Sr.... Desculpe. Pelo personagem de nome "Jack'...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Anderson.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – ...Anderson Ângelo Gonçalves, em que medida as informações prestadas por ele, seja à Subcomissão, seja depois da CPI, continham fundamento ou não.

Ele me informou que concluiu os trabalhos e que encaminhará, amanhã, este elo relatório tanto a mim

e eu pedi para encaminhar a V.Exª. E, portanto, ainda em tempo de ser incorporado. Eu não sei quais são as conclusões, os achados que efetivou. Mas, isso ainda estará sendo encaminhado para que o próprio Senador Garibaldi considere no seu parecer como um acréscimo.

Gostaria também de informar que conversei há pouco com a Drª. Elizabete Sato para saber se há alguma informação nova relacionada ao inquérito que preside sobre o caso Celso Daniel. E ela disse que ainda está em andamento o seu trabalho. E eu gostaria, Sr. Presidente, de inclusive levar a ela a cópia deste relatório, porque obviamente aqui há informações que poderão contribuir para a averiguação que ela está fazendo, porque esta CPI desenvolveu o levantamento em muitas áreas. Mas, com respeito ao conteúdo, à valorização eu prefiro fazer comentários depois de ler a íntegra do parecer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador Suplicy. E quero aqui evidentemente registrar o trabalho que V.Exª. desenvolveu como membro desta CPI. Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, V.Exª. sabe que eu não sou membro titular desta Comissão, mas, V.Exª. sabe que eu procurei ser o mais assíduo possível, (soa a campainha) eu procurei ser o mais assíduo possível aos trabalhos desta Comissão, por entender que aqui se estava passando a limpo muita sujeira neste País. Aqui se estava passando a limpo muita sujeira que ocorre neste País. Por essa razão é que a partir de um certo momento começaram a, de forma depreciativa, chamar a CPI dos Bingos de ""CPI do Fim do Mundo"". Fim do mundo para eles, que convivem com a sujeira. CPI dos Bingos, que foi muito difícil de ser instalada, e foi instalada por decisão do Supremo Tribunal Federal, por pressão específica, pontual dos partidos de oposição.

Eu estou assistindo agora a uma espécie de encerramento dos trabalhos da CPI, e vendo em V.Exª., Senador Efraim Moraes, o Presidente que agiu sempre com muita energia, para que as investigações e depoimentos pudessem ser tomados e que não houvesse qualquer tipo de intimidação à ação de investigação da CPI. (soa a campainha). Eu tomei conhecimento de forma minudente do relatório do Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Garibaldi pertence a que partido? PMDB. O PMDB é da base do Governo. O Deputado Osmar Serraglio é do PMDB também...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Agripino, interrompendo V.Exª., eu solicitaria dos Assessores da CPI que deixassem os comentários para o término da Sessão. Eu solicitaria dos Assessores da CPI que deixassem o comentário com a própria imprensa para o término da Sessão. É um apelo que faço aos Srs. Assessores, para que possamos ouvir a palavra dos Srs. Senadores. Senador Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Obrigado, Presidente. O Deputado Osmar Serraglio é PMDB, o Senador Garibaldi é PMDB, V.Exª. é PFL e o Senador Delcídio era PT. Os dois, na CPMI dos Correios, fizeram um trabalho que mereceu aplauso do País e que foi conestado(F) pelo Ministério Público, que foi além da conclusões do Relator. O Senador Garibaldi não se deixou intimidar hora nenhuma. O compromisso dele foi com o País. Entre o seu partido e a verdade, V.Exª. ficou com a verdade. Essa é a convicção que eu tenho. E acho que é hora de fazer justiça a V.Exª., V.Exª. que teve um comportamento, eu diria até, humilde durante todo o tempo em que as pessoas se questionavam, havia pergunta daqui e de acolá, o Senador Efraim, de temperamento forte, deu murro na Mesa, esbravejou, mas manteve a ordem aqui. V.Exª., manso ia "marcha batida" dentro do seu processo de investigação. Mas, na hora em que o voto de V.Exª. era necessário para que a esta CPI viesse quem precisava vir, V.Exª. nunca tergiversou com o voto. Nunca. Ficou sempre ao lado da investigação. Sempre. E é preciso que isto seja dito.

Porque o relatório é da lavra de um Senador do PMDB da base do Governo. Como o relatório da CPMI dos Correios foi da lavra do Deputado Serraglio, do PMDB da base do Governo, que não se venha aqui questionar lisura do relatório, nem perda de foco.

Vamos aos fatos. Eu perdi aqui uns minutos para ler, pelo menos, o enunciado dos pontos principais, das conclusões principais a que o Relator chegou. O Relator chegou a quatro blocos de conclusões. LOTERJ, "máfia do lixo", caso Celso Daniel, financiamento em campanhas políticas. Eu estou assistindo, Senador Augusto Botelho, uma espécie de congraçamento dos Senadores do PT com os Senadores da oposição, como que festejando o fim da CPI. Eu espero que esse congraçamento se traduza em votos ao relatório do Relator, no próximo dia 20.

Que não se venha aqui argumentar perda de foco. Perda de foco como? Esta CPI foi instalada para investigar o caso Waldomiro. O Governo moveu céus e terras para evitar que a CPI do Waldomiro se instalasse. Até que, de instância em instância, o Supremo mandou que se instalasse a CPI.

Muito bem. O capítulo GETEC já está aprovado. É o primeiro. LOTERJ. É o primeiro bloco de conclusões. Onde entrou Waldomiro Diniz. Só que Waldomiro Diniz, puxou-se um cidadão chamado Rogério Buratti. Rogério Buratti apareceu de pára-quedas. Era o homem que

digladiava-se com o Waldomiro na disputa do contrato da GETEC na Caixa Econômica com a influência do gabinete do Ministro Palocci. Supunha-se. E aí o Rogério Buratti veio, claro, veio dar explicações à CPI. Veio, porque foi convocado, e contou com o voto do Relator, da base do Governo, do PMDB, Garibaldi Alves Filho. E quando o Rogério Buratti veio, aí, Srs. Senadores, entrou a "máfia do lixo" em questão de Ribeirão preto, porque foi citada. Quando se investigou a "máfia do lixo" de Ribeirão Preto e aí está a ligação direta, o *link* direto entre Waldomiro e a "máfia do lixo".

Quando se investigou, quando os depoimentos vieram, verificou-se que o esquema de coleta do dinheiro do PT vinha de tempos atrás, vinha de Campinas, vinha até de Santo André.

E aí os irmãos de Celso Daniel, que é um caso que até hoje não foi completamente esclarecido davam entrevistas na imprensa e se ofereciam para vir à CPI. Nós íamos fazer "cara de paisagem"? Um cadáver exposto, os irmãos do morto se oferecendo para vir e nós não iríamos trazer? Claro que viemos. Aí começaram a chamar de "CPI do Fim do Mundo". Por quê? Porque queríamos passar o Brasil a limpo. Trouxemos, então, o Celso Daniel, que ensejou um capítulo à parte. Um capítulo à parte que envolve muita gente, e eu acho até que o Relator, não sei se por não ter elementos que o convencessem ou não, deixou de incluir pessoas que, eu reputo, importantes dentro do relatório. Mas, respeito a convicção de V.Exª.

LOTERJ ensejou Buratti, Buratti ensejou "máfia do lixo" de Ribeirão Preto, que ensejou, pela presença da imprensa, que sempre deu uma cobertura exemplar aos trabalhos desta Comissão, ajudou, em muito, o esclarecimento dos fatos, estimulou permanentemente as investigações. E aqui vai a minha palavra e a minha manifestação de aplauso ao trabalho da imprensa, de ordem geral, que sempre estimulou a CPI dos Bingos e as suas investigações. O trabalho da imprensa trouxe para esta CPI o caso Celso Daniel e as suas conseqüências e as suas conclusões.

E o financiamento público de campanha. Quem falou nos bingueiros, que deram um milhão para a campanha do PT não fui eu, não foi V.Exª. Senador Garibaldi, nem V.Exª., Senador Efraim. Foi Rogério Buratti, que aqui esteve falando sobre o caso da GETEC e falou nos bingueiros. Aí entrou financiamento de campanha e terminou no seu Paulo Okamoto. Na minha opinião, Senador Garibaldi, o Sr. Paulo Okamto é a frustração que eu guardo como cidadão brasileiro, de não termos conseguido, porque não obtivemos voto, a quebra do sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto, para mostrar ao Brasil que o dinheiro que ele pagou a conta de Lula não veio de conta pessoal dele coisa nenhuma. Veio daquelas malas pretas a que se referiu alguém aqui há poucos dias quando falou do "Comendador" Arcanjo, dizendo que ele tinha estado com o Arcanjo várias vezes.

Senador Efraim, eu queria parabenizar V.Exª. Eu queria parabenizar o Relator pelo relatório que apresenta. Faz sugestões concretas com relação ao encaminhamento da questão, ou enfoque que deve ser dado à questão dos Bingos, tem uma proposta concreta. Propõe indiciamento. Com coragem apresenta-se ao País, para passar a limpo este País. Eu quero cumprimentar o Relator, e dizer a V.Exª. o seguinte. O relatório que V.Exª. preparou, e que vou pedir aos meus companheiros de partido para votarem a favor, votar e trabalhar, eu espero que a efusão daqueles que fazem a base do Governo neste final de CPI se transforme em votos. Até porque, se não transformar-se em votos vai feder a borracha queimada, no dia 20, aqui neste Plenário. Porque, não se vai jogar pela lata do lixo meses e meses de trabalho e de investigação.

O Ministério Público vai receber as conclusões, as evidências. O Presidente da República disse que queria no guia eleitoral, e não é nossa intenção, as cenas das CPIs, as cenas de constrangimento. Eu gostaria de que fosse. Não é minha intenção, e nem vou poder contribuir para nada. Mas eu acho que as cenas que aconteceram nestas CPIs estão no relatório de V.Exª. e que vai ensejar a entrega ao Ministério Público, para que o Ministério Público possa abrir processos, possa abrir processos de investigação e possa oferecer denúncias, para que o pior dos males, que é a impunidade, não aconteça.

Nós estamos completando o nosso trabalho. Nós estamos vivendo aqui o último capítulo. Foi difícil abrir esta CPI. Foi muito difícil começar a trabalhar para investigar, a CPI dos Bingos, com o Sr. Waldomiro Diniz, que ensejou tudo isso. Eu tenho certeza, Senador Garibaldi, que vai ser difícil também concluir. Mas, eu quero dizer a V.Exª. que V.Exª. vai ter o apoio decidido dos que fazem o PFL, e estou seguro de que também dos que fazem o PSDB. E eu gostaria de contar é com a sinceridade daqueles que, como V.Exª., fazem parte da base do Governo, votem com a verdade. Se Lula quer as cenas das CPIs no seu guia eleitoral, ele não deve ter receio, nem deve ter medo da verdade. Se não tem, vamos votar a favor das evidências que V.Exª., com clara evidência e com muita segurança apresentou no relatório, que eu comprimento e elogio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. E concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator. Eu pouco poderia acrescentar ao

que já foi dito. Infelizmente, eu tive que me afastar por um tempo, já havia um compromisso. Mas nós devemos os lembrar que o objetivo desta CPI, como disse o Senador José Agripino, se iniciou decorrente de uma denúncia filmada e com prova material do caso Waldomiro. E ela foi negada, em princípio, a sua instalação, pela não designação de seus membros. O Supremo houve por bem, depois de 3 anos, não é isso Senador? Determinar a sua instalação... Dois anos. Determinar sua instalação, para que realmente apurasse. E há uma dúvida que levantam que eu não concordo, até porque eu acho tão difícil, Senador José Agripino, o Senhor investigar alguma coisa e aparecer vários caminhos de outros crimes praticados em decorrência de um tipo de objetivo, que era uma arrecadação indevida, para fins que o próprio relatório determina.

Então, como é que nós poderíamos virar as costas para o homicídio, seqüestro e homicídio do Celso Daniel? O Senhor acha que poderia-se virar as costas? A sociedade aceitaria? Dizer: "Isso não tem nada com a CPI, então deixe que corra solto". Quando os fatos e evidências apareciam nos depoimentos de pessoas que tinham ligação com o jogo. E tantos outros fatos que foram aparecendo, em decorrência das próprias investigações. Lixo, e outros tantos que foram citados aqui.

Então, eu acho que esta é uma CPI do bem. Não é do fim do mundo, não. É do bem. Daquela que realmente quis alcançar, de grandeza, o que houve realmente por trás de todo esse esquema que começou, do nosso conhecimento, com o Waldomiro Diniz, e o então Chefe da Casa Civil que, infelizmente, era funcionário dependente da sua orientação.

A única coisa que eu apelaria a V.Exª. é que, em razão do início desta CPI ter sido na apuração dos crimes praticados dentro do Bingo, que estão elencados aqui, eu estou vendo, com muita clareza, que V.Exª. evidenciou um documento da Caixa Econômica aqui sobre a exploração e o pagamento de taxas minguadas que os Estados... Que são crimes que foram praticados e acredito que terá a obrigação o Ministério Público e a polícia aprofundar essas investigações.

Mas eu não sei se seria muito bom, em razão até das publicações que membros das Casas de Bingo se reuniram e que resolveram apoiar financeiramente Parlamentares candidatos nas próximas eleições, a gente estimular a legalização do Bingo dentro do relatório. Acho que qualquer um Senador pode apresentar um projeto, discutir. Mas, dentro do relatório eu teria as minhas cautelas, por um convencimento pessoal, para que ninguém aqui possa ficar sob suspeição de nada.

Porque esta CPI trabalhou com afinco. Senador, V.Exª., Relator, e o Sr. Presidente nunca negaram uma diligência que foi proposta aqui. Quiseram por dúvida até nas diligências determinadas depois de Requerimento feito e aprovado. Não por maldade, mas por não terem acompanhado claramente tudo, e o Presidente nunca deixou de dar satisfação, permanentemente, sobre todas as dúvidas que surgiram aqui.

Eu acho que tem que se aprovar este relatório. Provavelmente, falta alguma coisa que a gente talvez pudesse, com mais calma, ler e colocar o que faltou. Mas, a força de um relatório não está no indiciamento das pessoas, está nos indicativos do aprofundamento das investigações. Ela vale por isso, Senador. O Ministério Público tem legalmente a obrigação de receber esse relatório e dar o aprofundamento, com a denúncia à Justiça, que poderá ou não determinar a abertura de inquérito. Então, nós não temos que nos preocupar se foi indiciado ou não. Mas, os fatos têm que ser relatados. Os fatos têm que ser relatados. Então, eu acho que V.Exª. relatou praticamente todos os fatos, pode estar faltando um nome ou outro, e eu só fico na dúvida se valeria a pena citar a legalização do Bingo neste relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. Mas, só esclarecendo, mais uma vez, Senador. É uma sugestão. Não há solicitação do Relator pela regulamentação. Há uma sugestão, que nós entendemos que o Relator, com essa sugestão, ele pretende provocar o próprio Congresso Nacional e acabar o discurso de muitos que se posicionam contra e sabemos que na lógica, na lógica, não são, diferentemente da posição de V.Exª., que eu conheço muito bem. Mas a provocação que é feita à Comissão caberá à Comissão acatar ou não e dar encaminhamento. Agora, o que entende e provoca o Relator é que o Congresso decida, de uma vez por todas, uma lei para que feche ou abra os Bingos. E não na regulamentação, simplesmente, regulamentação.

Mas Srs. Senadores, eu quero agradecer a todos os Srs. Senadores e Senadoras. Eu acho que nós estamos próximo a cumprir a nossa missão. Haveremos de fazê-lo no próximo dia 20, terça-feira, quando, devo adiantar ainda que a questão da escolha do Senador, Relator Garibaldi Alves, lembro muito bem, Srs. Senadores, quando aqui escolhido Presidente desta CPI, me foi solicitada a indicação de um Relator, que era competência de minha parte, na condição de Presidente. Procurei o Líder do Governo, o Senador Mercadante e, por indicação do Senador Ney Suassuna e do Senador Mercadante, foi indicado o nome do Senador Garibaldi Alves. No primeiro passo, e na prova de que nós, nós, os membros desta CPI, todos, sem exceção,

queríamos realmente a busca de um trabalho de investigação, verdadeiro e, acima de tudo, transparente. E independente. E, graças a Deus chegamos a essa reta final, para que possamos na próxima semana, ou melhor, no dia 20, concluirmos os trabalhos.

Respeito e parabenizo o trabalho do Senador Garibaldi Alves. Sei da sua conduta retilínea, ilibada, sei da sua seriedade, do trabalho que fez, se dedicando a cada momento. Quero agradecer aqui a toda a Assessoria da CPI. Todos, mas sem exceção, que se dedicaram, que viraram noites e mais noites em busca sempre de um resultado que fosse positivo para o Congresso Nacional, positivo para o Brasil, para esta CPI. Quero dizer a todos os Senhores, Assessores e Assessoras, desta Casa e que vieram prestar serviço à nossa CPI, o nosso agradecimento, o nosso reconhecimento pelo extraordinário trabalho que foi feito até agora, ainda tendo mais um passo a ser dado, que é a conclusão do nosso trabalho.

Respeito a posição do Senador Garibaldi. Em nenhum momento divergimos. Em nenhum momento divergimos. Toda vez que tive que tomar um voto de minerva votei sempre com o Relator. Sempre seguindo a orientação do Senador Garibaldi, porque sentia ele dominando a matéria, tendo conhecimento e sabendo o que queria em relação à CPI.

Devo, no final da CPI, um pouco no final da CPI, discordar em alguns nomes que deixaram de ser inclusos. Mas, respeitando a decisão do Senador Garibaldi, não pondo em dúvida nenhuma decisão do Senador Garibaldi. E dizendo, e repetindo, o que sempre disse. Não vamos fazer um relatório político. E a prova de que não é um relatório político é que nem a oposição concordou, nem o Governo concordou. O que foi feito foi um relatório verdadeiro. A oposição quer acrescentar nomes, o Governo quer retirar nomes. Agora, da mesma forma que foi dito, em nenhum momento este Presidente, este Relator cedeu a pressões, procurou acordos, não fizemos, não faremos e cada um decida com o seu voto o destino deste relatório. Essa é a posição tomada por este Presidente e pelo Relator. A prova mais ainda verdadeira de que aqui estamos com a consciência tranqüila do dever cumprido, porque, no final da CPI, na hora do relatório, eu, o Presidente, que em todos os momentos concordei com o Relator, discordo, em pequena escala.

E eu, se Relator, pelo que eu vi, eu teria incluído o Sr. José Dirceu e o Sr. Gilberto Carvalho. Respeito a posição dele. E devo dizer que a CPI abre vistas para esta Presidência, abre vistas, depois que distribuiu a todos os Srs. Senadores e membros desta Comissão e, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal, até as 18h do dia 14 de junho, próxima quarta-feira, quando também se encerra o prazo de encaminhamento à Mesa da CPI dos eventuais votos em separado, devidamente assinados pelos seus autores para o exame e parecer do Relator e ainda para permitir que a Secretaria da Comissão possa providenciar as cópias necessárias para distribuição e conhecimento dos demais membros da CPI, na ocasião de sua leitura, na próxima reunião.

E antes de encerrar, eu quero aqui fazer um registro, para conceder a palavra a V.Exªs. Fazer aqui o meu reconhecimento à imprensa brasileira, pela forma que deu cobertura aos trabalhos desta CPI. A todos e a todas que participaram durante quase todo esse ano, o nosso muito obrigado. E a certeza de que a seqüência desse trabalho, o caminho desse relatório será seguido também por V.Exªs. Porque, aqui não termina. Aqui termina o trabalho da CPI. Mas o mais importante é daqui para frente, quando essa documentação, quando essas provas chegarem na mão do Ministério Público, é preciso que a imprensa esteja também cobrando do Ministério Público as providências que são recomendadas pelo Sr. Relator e por esta CPI. Daí o meu apelo para que vocês continuem esse trabalho. E nós estaremos à disposição da imprensa brasileira. O nosso obrigado. Obrigado meu, do Senador e, tenho certeza, de toda esta Comissão pelo trabalho que foi desenvolvido, repito, pelos nossos Assessores e por vocês da imprensa brasileira. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita uma breve observação. V.Exª. há pouco falou que este relatório não foi político, foi verdadeiro. Qual é o sentido da palavra político?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Suplicy, eu vou dizer a V.Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É uma reflexão no sentido de ajudar a compreender.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem o direito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita eu completar a palavra. Política é a ciência de como alcançar uma vida justa, o bem comum. O Relator é um político. E, felizmente, é um político que procura sempre falar a verdade. Assim como V.Exª. também procura falar a verdade. Então, o fato de nós, em sendo políticos, procurarmos falar a verdade, não significa que o nosso trabalho não seja político. Nós, o Senador Relator Garibaldi Alves, V.Exª., são políticos que estão exercendo a política e o nosso objetivo deve ser sempre de expor, de falar, de procurar a verdade. É só uma sugestão de reflexão a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço e posso responder a V.Exª. Quando eu me refiro política eu me refiro à política

partidária, porque, se dependesse do partido de V.Exª., não se teria nem CPI. Se dependesse do partido de V.Exª., não se teria nem relatório. Então, eu me refiro nesse momento quando o Relator assumiu a sua condição de Relator, está aqui fazendo o que apurou e não para acobertar figurões da República, para acobertar quem quer que seja, para proteger qualquer que seja o homem ou a mulher deste País. É a isso que eu me refiro. Porque, politicamente falando, o partido de V.Exª. não desejava nem a instalação da CPI. Politicamente falando, o PT nunca quis esta CPI. Politicamente falando, se não fosse uma decisão das oposições de ir ao Supremo buscar o Direito Constitucional das minorias, nós não estaríamos nem sequer aqui. Politicamente, eu digo que o Senador Garibaldi tomou uma decisão verdadeira dos fatos que encontrou e que apurou e que investigou. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só rápido. Acho que o Senador Suplicy falou política em sentido amplo, o que não aconteceu às vezes aqui, que é o direcionamento e tentar dificultar o andamento e interesses, não pessoais, mas político-partidários. Eu acho que esta é a palavra que V.Exª. empregou, não no sentido amplo como V.Exª., dentro da filosofia do direito.

Mas eu aqui, Senador Garibaldi. Senador Garibaldi, será que eu fico triste ou eu fico alegre? Porque V.Exª. vai deixar o Senado para ser Governador do seu Estado.

(risos)

Eu não sei se eu fico triste ou eu fico alegre. Estou rezando para o Senhor ter sucesso, como teve aqui na condução da Relatoria desta CPI.

E também a V.Exª., Senador Efraim, agradecer o carinho e sempre a confiança em todos os membros desta CPI, respeitando a situação e a oposição, nunca dificultando o andamento dos requerimentos que às vezes contrariavam os objetivos que o Relator, porque eu acho que o Relator é importante dar o parecer na hora de votação de Requerimento, porque ele sabe o que precisa ou não, como V.Exª. se referiu, e às vezes foi obstruído no objetivo do seu trabalho. Eu pergunto se, tendo em vista, Senador José Agripino, Srs. Senadores, a notícia de que o COAF, ao examinar as contas de Paulo Okamoto, encontrou sérias divergências, se a CPI não poderia incluir que requeresse remetesse direto ao Ministério Público o resultado desta investigação. Não sei se isto seria possível ou não, seria legal ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Há alguns encaminhamentos, feitos pelo Senador Garibaldi no final do seu relatório...

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Esse episódio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Isso. Perfeitamente.

SR. RELATOR SENADOR GARILBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Já consta do relatório.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Obrigado e parabéns. Que Deus abençoe vocês dois, para que as pragas que foram rogadas não tenham efeito. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exªs. e, nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos de hoje, convocando os Srs. Senadores para a próxima reunião desta Comissão, que destina-se à discussão e votação do Relatório Final da CPI dos Bingos, a realizar-se às 11h do dia 20 de junho, terça-feira, neste mesmo local, ou em outra sala das dependências do Congresso Nacional. Está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 15h36.)

Ata da 82ª Reunião, realizada em 20 de junho de 2006.

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e seis, às quinze horas e cinqüenta minutos, na Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Antônio Carlos Magalhães, Antero Paes de Barros, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Gilvam Borges, Garibaldi Alves Filho (Relator), Wellington Salgado, Romero Jucá, Flavio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Romeu Tuma, Juvêncio da Fonseca, José Jorge, Gilvam Borges, Ana Júlia Carepa, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti e Antonio João, presentes ainda os Senadores não membros Demóstenes Torres, Fátima Cleide, Heloísa Helena, Antonio João, Sérgio Guerra, Arthur Virgilio, Pedro Simon, Jefferson Peres, e José Agripino Maia, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e indaga aos Senhores Membros se é necessária a leitura da ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da ata, é considerada lida e aprovada. A presidência informa que a presente reunião destina-se à Votação do Relatório Final. A Presidência passa a palavra pela ordem aos senadores Eduardo Suplicy, Jefferson Peres, Tião Viana, Magno Malta, Ideli Salvatti, Álvaro

Dias, Romeu Tuma, Antonio Carlos Magalhães, José Agripino Maia, Wellington Salgado, Juvêncio da Fonseca, Arthur Virgílio, Ana Júlia Carepa, e José Jorge. Após terem sido apresentadas as sugestões por esses parlamentares, o Sr. Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, para suas considerações. Em seguida o Presidente inicia a votação do relatório que apresenta o seguinte resultado: doze votos favoráveis e dois votos contrários. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezessete horas e quarenta e dois minutos e, para constar eu, ***José Augusto Panisset Santana***, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 82ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245/2004 para investigar e apurar a utilização das Casas de Bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Informo aos Srs. e Sras. Senadores e Senadoras que presente reunião destinar-se-á à discussão e votação do Relatório Final da Comissão. Informo, ainda, aos Srs. Senadores e Senadoras que se encontram presentes todos os 15 Srs. membros da CPI, além de suplentes.

Comunico que recebi também do Senador Tião Viana, no exercício da Presidência, nos termos regimentais. Indico a Senadora Ana Júlia Carepa para integrar temporariamente como titular a Comissão Parlamentar de Inquérito denominada CPI dos Bingos. Em substituição ao Senador Flávio Arns, Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT e do bloco de apoio do Governo. Então, que se faça a substituição.

Informo aos Srs. Senadores e Senadoras que a Ata da reunião anterior encontra-se sobre a Mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Esta Presidência esclarece que nós vamos iniciar a discussão do Relatório do Senador Garibaldi Alves. E, a partir daí, colocaremos em votação. Se aprovado o Relatório do Senador Garibaldi Alves, esta CPI terá cumprido a sua missão e estará encerrando os seus trabalhos. Caso não seja aprovado o Relatório do Senador Garibaldi, comunico que foram apresentados dois votos em separado, de autoria dos Senadores Álvaro Dias e Magno Malta, e o teor dos votos em separado ao Relatório do Sr. Relator já foi disponibilizado aos Srs. Senadoras e Senadores desta Comissão.

E vamos abrir à discussão da matéria. Há uma lista de Srs. Senadores. E para que possamos ser práticos e rápidos, esta Presidência vai colocar à disposição de cada um dos Srs. Senadores que desejar discutir a matéria, por cinco minutos, com a tolerância que se fizer necessária dentro do limite. Então, eu concedo...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ideli, pela ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu peço o entendimento de V.Exª., porque trata-se do assunto que eu estava tratando na Tribuna e tem haver aqui com a Comissão.

Eu precisaria ter a confirmação do Senador Garibaldi Alves a respeito do recebimento de documentos advindos do Procurador da República, Dr. Celso Três, e gostaria que ele pudesse fazer a confirmação da documentação recebida e gostaria também, Senador Garibaldi Alves, que pudesse ser explicitado de forma, aqui na CPI, que providências foram tomadas, para onde esses documentos foram encaminhados, tendo em vista que a matéria que saiu no CORREIO BRAZILIENSE de hoje, eu tenho fortes... Para mim, as questões que estão lá publicadas, teriam a ver com os documentos remetidos pelo Dr. Celso Três, então eu gostaria sinceramente de saber porque V.Exª. já tinha me dito que haviam chegado os documentos, mas eu gostaria que V.Exª. pudesse confirmar o recebimento e o que é que foi feito com os documentos que chegaram vindos do Dr. Celso Três, para que não paire qualquer dúvida, porque, como eu disse na Tribuna, eu vou tomar todas as medidas cabíveis. Eu vou ao Procurador da República, eu vou ao Dr. Rachid, da Receita Federal, e vou também exigir a investigação de como é que foram procedidos, como é que foram os procedimentos que acabaram culminando com a quebra de meu sigilo fiscal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senadora Ideli Salvatti, eu quero informar a V.Exª. e a esta Comissão que a documentação (soa a campainha) enviada...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou solicitar dos Srs. Assessores, companheiros da imprensa para que nós possamos ter um pouco de calma em relação ao bate-papo para que os Senadores possam usar da palavra. Então, eu peço

a compreensão costumeira de V.Exªs. e de V.Sªs. Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu quero informar a V.Exª., Senadora Ideli, e aos demais membros da Comissão que o Procurador Celso Três enviou uma documentação à Comissão. Essa documentação está na Comissão, mas não está tramitando.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Pela ordem. Eu pergunto por que, Excelência. Não está tramitando por quê?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Porque a documentação foi enviada a mim e eu considerei, achei que estava fora do interesse das nossas investigações. Aí dei um parecer nesse sentido.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Garibaldi Alves, então, só para o meu entendimento, a documentação então está na Secretaria da Comissão?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Está na Comissão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Está na Comissão. Sob os cuidados de quem?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sob os cuidados do Secretário Augusto e Dr. Leonardo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Está bom. Eu lhe agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com a palavra o Senador Suplicy, para discutir.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra pela ordem, Senador...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – V.Exª. falou sobre dois votos em separado. Tem um que eu apresentei e comuniquei que ia fazer uma revira volta na proposta se o nosso Relator concordasse. Como não foi citado... Só para...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Quero agradecer a V.Exª. pela correção. Senador Suplicy, V.Exª. dispõe de cinco minutos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Senador Garibaldi Alves, Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti, Vice-Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu tive a oportunidade de examinar, de ouvir o parecer do Senador Garibaldi Alves Filho, também conheci, li o parecer promulgado pelo Senador Magno Malta e a expressão feita na última semana pelo Senador Álvaro Dias, autor do terceiro voto. Temos três votos. Eu gostaria de expressar o meu respeito pelo trabalho do Relator Garibaldi Alves Filho. Eu acho que ele consubstanciou no seu Relatório aquilo que nós ouvimos. Acho muito importante que possa, de fato, ser encaminhado ao Ministério Público o conteúdo completo de todas as informações colhidas e que ele reuniu para o Ministério Público.

Avalio, todavia, Sr. Presidente, que, no que diz respeito a denúncia específica de nomes, de indiciamentos, tendo em conta inclusive as observações que o Senador Tião Viana mencionou sobre os cuidados relativos ao fato determinado específico desta Comissão, mas eu considero que, tal como o Senador Magno Malta, será importante encaminhar o relato completo elaborado pelo Senador Garibaldi Alves Filho ao Procurador-Geral de República. Eu acredito que, com respeito a este ponto, nós temos unanimidade nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas, eu faço ressalvas com respeito à questão das denúncias e dos nomes explicitados, então prefiro apenas votar no sentido que menciona o Senador Magno Malta, relativamente a encaminhar tudo para o Ministério Público.

Agora, no que diz respeito ao Projeto de Lei proposto pelo Senador Magno Malta, em que ele propõe a proibição das Casas de Bingo, dos jogos de Bingo, eu realmente prefiro refletir melhor a respeito. Eu acho que, quem sabe, isto deva ser objeto de maior debate, reflexão e inclusive ser objeto de eventual referendo pelo povo brasileiro, se deveremos regulamentar, tal como proposto no projeto do Relator Garibaldi Alves, ou concluir já pela proibição.

E, portanto, o meu voto é nesse sentido, Sr. Presidente. O meu voto, portanto, é no sentido de, como propõe o Senador Magno Malta, encaminhar todo o conteúdo do parecer do Senador Garibaldi ao Procurador-Geral da República, mas, fazendo a ressalva relativamente ao Projeto de Lei que proíbe, porque eu acho que isso merece ser objeto de melhor debate e deliberação, inclusive proporia, no momento certo, quem sabe, um reverendo (soa a campainha) para o povo brasileiro decidir.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador Suplicy, ao tempo em que o Senador Garibaldi vai fazer as anotações e, antes de colocarmos em votação, estar em votação o Relatório do Senador, ele será o único que poderá modificar o Relatório dele, para colocarmos em votação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu entendi que já era a manifestação do voto. Então, foi assim que eu me expressei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, ainda não. Mas se V.Exª. quiser iniciar a votação, nós...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – É a favor Excelência? (risos)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não. Eu manifestei a favor de encaminhar o conteúdo do Relatório ao Ministério Público, tal como propõe inclusive o Senador Magno Malta...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então, V.Exª. vota a favor, retirando a questão dos Bingos, da regulamentação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E do indiciamento dos nomes "A", "B", "C", e assim por diante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Que se compute o voto do Senador Suplicy favorável ao Relatório.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Favorável ao Relatório, tal como do Senador Magno Malta, que...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas não existe, Senador. Nós estamos discutindo o Relatório do Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ainda não existe o do Magno Malta?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a discussão de V.Exª. (risos)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V.Exª. entendeu bem o que eu quis dizer. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sei. Que V.Exª. está com vontade de aprovar o Relatório do Senador Garibaldi, até porque V.Exª. foi um dos membros que mais participou nesta CPI. Eu quero dar uma informação ainda aos Srs. Senadores e, em especial, à Senadora Ideli. No que diz respeito à guarda do documento a que V.Exª. se referiu, do Sr. Augusto e do Sr. Leornardo, da Assessoria desta Casa, esses documentos se encontram lacrados no cofre do Senado Federal, sob a guarda do Senado Federal. Quero comunicar a V.Exª. Não é responsabilidade só do Sr. Augusto e do Sr. Leonardo, mas, sim, do Senado Federal. Para esclarecer. Senador Romeu Tuma, que, por permuta, a palavra ao Senador Jefferson Peres. E solicito de V.Exªs., mais uma vez, (soa a campainha) silêncio, para que possamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, eu falo pela Liderança do PDT do Senado, pois, nem membro sou desta Comissão, na qual o partido é representado pelo ilustre colega Senador, muito bem representado, colega Senador Augusto Botelho, que teve, no decorrer desta CPI, ampla liberdade para votar de acordo com as suas convicções.

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Srs. Senadores. Senador Jefferson Peres a palavra está garantida a V.Exª.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Obrigado, Sr. Presidente. Entretanto, o Senador Augusto Botelho tomou a iniciativa de procurar a Liderança do partido e os demais membros da Bancada para, por consenso, adotar uma posição nesta Sessão final da Comissão, dadas as suas implicações políticas, para que ele falasse aqui em nome do partido e não apenas de si próprio. E eu, em nome do PDT, Senador Garibaldi Alves, e é a V.Exª. que eu me dirijo nesse momento, porque o voto vai ser dado pelo Senador Augusto Botelho, mas, em nome do PDT, eu gostaria de lhe fazer uma sugestão, aliás, duas sugestões, porque V.Exª. escreveu um parecer muito bem elaborado.

Há dois votos discordantes, em separado, e o PDT gostaria de votar a favor do seu Relatório, se houvesse modificação de dois pontos, dois itens, e fique muito a vontade para aceitar ou não. É o meu direito de propor e de V.Exª. de recusar. E eu não me sentirei nem um pouco, nem o partido, melindrados se houver recusa. Um, seria pela inclusão de algo que não consta no seu Relatório e, outro, pela supressão ou modificação do segundo item.

O primeiro, Senador Garibaldi Alves, se refere ao Sr. Gilberto carvalho. Eu, pessoalmente, participei do depoimento daquele cidadão e da acareação feita entre ele e os irmãos Daniel, e li trechos de conversas gravadas, enfim, por tudo isso, eu, pessoalmente, e os membros da Bancada também ficaram convencidos, não da culpa do Sr. Gilberto carvalho, pode até ser inocente, mas, convencidos de que há razões de sobra para suspeitarmos de que ele praticou ilícitos, inclusive ilícitos penais (soa a campainha). Por isso a minha discordância em relação ao seu Relatório é que ele deveria ser indicado, ou indiciado, como queiram, como suspeito e merecedor de uma investigação pelo Ministério Público, no mínimo.

O segundo ponto é referente à sua sugestão, ou proposta, de regulamentação dos Bingos. Trata-se de uma questão altamente polêmica, eu próprio não tenho opinião formada a respeito. Eu lhe sugeriria, Senador Garibaldi Alves, que modificasse no sentido de uma indicação ao Congresso Nacional, para que pusesse o assunto em debate com vistas à regulamentação ou não desse jogo. Se V.Exª. acatar esses dois pontos, o PDT, na pessoa do Senador Augusto Botelho, votará com satisfação a favor do seu Relatório.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Jefferson. Pode fazer o aparte, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sobre esse problema do jogo, eu fiz um voto em separado para retirar do Relatório. E, conversei com o Presidente e com o Relator, como existe uma Comissão Especial de Legislação Participativa, e aqui foi apresentado quase um milhão de assinaturas, que fossem remetidas, em vez de ficar aqui no arquivo, remetidas à Comissão Especial, para estudo, porque já tem constitucionalmente, e dentro do Regimento Interno, esta Comissão. Porque, se a gente puser no Relatório, dá um indicativo que, em tese, a Comissão está apoiando. Nós apuramos os crimes oriundos do jogo, então, não seria muito consistente a gente propor qualquer coisa nesse sentido, mas, sim encaminhar as assinaturas que vieram de setores da população.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Se for pela supressão, nada contra. Só que soaria talvez estranho que uma CPI constituída para apurar crimes relacionados com o bingo não fizesse nenhuma referência, não tivesse nada a propor a respeito de Bingos. Eu acho que teria de propor, ou pela proibição do jogo, ou pela legalização, ou, pelo menos, como eu estou sugerindo, não sei, que o congresso debata o assunto. Mas, não pode é silenciar a respeito de Bingos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas a Comissão Especial de Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Já tem as assinaturas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Jefferson, para concluir.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Já concluí, com essas duas sugestões ao Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. Senador Tião Viana.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, com esta manifestação, eu me retiro, para deixar o PDT representado pelo Senador Augusto Botelho.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. é convidado para ficar conosco até o final da Sessão.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS: Sr. Presidente, só por uma questão de ordem, antes de manifestação do Senador Tião Viana, é possível? Eu gostaria de obter um esclarecimento técnico, ou da Presidência ou da Assessoria da Casa. Porque, no Relatório do Senador Garibaldi, ele propõe a questão da legalização dos Bingos. Mas o fato de propor... Não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Ele sugere a discussão.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS: Sugere a discussão. Então, isso vai ter que ser votado pelas Casas Legislativas, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Claro.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É uma sugestão, na linha do que falou o Senador Jefferson Peres. Eu acho que não há maior conflito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas nós vamos deixar o Relator no final para se pronunciar. Senador Tião.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu serei muito breve, até porque, no dia da leitura do Relatório do Senador Garibaldi, eu fiz uma manifestação clara do meu entendimento sobre o desenvolvimento dos trabalhos da CPI, da responsabilidade política que todos os partidos têm, e que estão assentados e aqui representados, invoquei sempre o interesse para que todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras pudessem estar sempre vinculados às normas regimentais e constitucionais, era o meu entendimento desde o início, e ainda é o entendimento de hoje, respeito a interpretação que qualquer Senador tenha distinta de minha, acho temerário, muito temerário, que nós possamos cumprir com o desconsiderações às normas constitucionais e regimentais no desenvolvimento de um trabalho de CPI, por posicionamentos políticos. Eu acho que a Constituição e o Regimento da Casa devem sempre falar mais alto. Mas, respeito as divergências de interpretação, com a maior um humildade, e apenas faço questão de deixar registrado na memória da CPI o meu posicionamento. Por esta razão, é que o meu voto será francamente identificado com o voto em separado do Senador Magno Malta, nunca abrindo mão, caso venha a ser representado o voto dele, nunca abrindo mão do interesse que tenho de que todo o trabalho desenvolvido pela CPI seja levado com o mais alto respeito a todos os Senadores, pelo que aqui praticaram, ao Ministério Público Federal, para que, isento de paixões, isento de influências de origem política e eleitoral, possa fazer a sua investigação e responsabilizar devidamente os culpados e defender os inocentes. Era o que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador Tião. Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Presidente, só um esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra, Senador.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Só um esclarecimento da parte de V.Exª. É que, aprovando o voto do Senador Garibaldi, nós aí encerramos a Sessão com o Relatório dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Perfeito.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Então eu fico obrigado, então, já que corro esse risco, porque posso não ter a possibilidade de fazer o comentário do meu voto e as razões pelas quais eu voto, e fiz assim, muito rapidamente, quando tive a oportunidade na leitura do nosso nobre e querido Relator, Garibaldi Alves, que tão bem se portou durante esse período de CPI, as razões que me levaram são conhecidas, até porque eu fiz questão, ao longo da CPI, entendendo que chegaríamos a esse momento, de deixar com que a Nação percebesse qual a minha posição diante do fato posto à CPI dos Bingos. Na verdade, o meu interesse quando me levantei, e até foi uma discussão feita com um amigo que prezo muito e com quem converso muito reservadamente, o Senador Antero Paes de Barros, quando tentou criar a CPI do Waldomiro, e eu disse a ele por quê faria a CPI dos Bingos, exatamente por causa da questão do todo da contravenção. E, assim o fiz, como está escrito, de fato, no fato determinado, como escrevi, que era a minha real intenção. E, ao longo da CPI, eu fiz questão de bater nessa tecla, administrando sempre o meu respeito ao Presidente, que é meu amigo particular, e à maneira digna como conduziu a CPI, e o Relator, da maneira mais nobre possível.

Fiz um relatório, então, focando nessa questão, que vai exatamente, são dois pontos que eu considero no meu relatório, primeiro, está de posse dos Srs. Senadores, eu faço uma visão da nossa falta de vocação para jogatina e mostro, em cima de fatos investigados a partir da CPI do Narcotráfico e de dados do Ministério Público e de Polícia Federal, que o fato de termos fronteiras abertas, nós não temos vocação ou faríamos do País, uma vez aprovando o Bingo no Brasil, um paraíso turístico para efetiva lambança da contravenção nos Bingos. Falo ali tanto dos caça-níqueis e dos jogos eletrônicos e mecânicos, no fato determinado, mostro no meu relatório a nossa falta de vocação aqui. E no relatório eu mostro a posição do Ministério Público, que vem investigando, e fui buscar orientação no sentido de poder escrevê-lo, para poder exatamente pedir ao Ministério Público, e se o meu voto for aprovado, que, de posse dos instrumentos que lhe pertencem a partir de Constituição de 88, que o Ministério Público possa efetivamente acionar a justiça no sentido de que haja a morte imediata das liminares que sustentam os Bingos abertos, para que tenhamos imediatamente o fechamento dos Bingos no Brasil. Esse é o primeiro ponto.

E aqui eu trago um Projeto de Lei, que foi quase o meu primeiro projeto, eu acho que foi o segundo aqui como Senador, já dentro desentendimento, pedindo o fechamento das Casas de Bingo no Brasil. Quando fiz essa primeira manifestação, e aqui quero fazer justiça, Senador Garibaldi, aos trabalhadores de Bingo, eu procurei (soa a campainha) autoridades do Governo e mostrei um plano, a fim de que essa mão-de-obra fosse absorvida, e é muito fácil. O nosso mecanismo no turismo e a própria Confederação Nacional do Turismo e os Três "S" do Brasil poderiam muito bem absorver, porque a maioria dos trabalhadores de bingo eles têm formação, são garçons, garçonetes, administradores, seguranças, cozinheiros, e que poderiam muito bem ser acolhidos na rede hoteleira brasileira, e aqueles que comandam a rede hoteleira brasileira, a rede de churrascarias, que estão todos juntos, tanto com a CNTUR ou os Três "S", que poderiam muito bem administrar esse problema, resolveria isso de forma imediata, Sr. Presidente, sem penalizar os trabalhadores do Bingo, porque esse é um fato que nós temos que focar. E os trabalhadores do Bingo eles ficam tão apavorados quando pensam no fechamento dos Bingos, e em alguns Estados como no Paraná, do Senador Álvaro Dias, (soa a campainha) o Bingo já está fechado e também no Rio Grande do Sul, muitos dos funcionários estão com aviso prévio para deixar o serviço e é necessário que o Governo, que hoje comunga com essa idéia do fechamento de Bingo, crie um plano junto com o Ministério do Trabalho no sentido de absorver essa mão-de-obra qualificada no sentido de que nós não tenhamos os desempregados na rua. Então, eu recebi uma comissão hoje, e prometi a eles que, quando eu fizesse defesa do meu voto, falaria dessa questão. Então, eu peço, esse é o primeiro ponto, poderia não considerar aquilo que eu chamo de investigação fora do fato determinado, porque uma CPI ela é um instituto em que o fato determinado se torna um instrumento das minorias...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno, eu vou pedir para V.Exª. concluir, já passaram dois minutos do tempo. Senão, se nós abrirmos o tempo aqui...

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Eu vou concluir. É porque eu não entendi, Sr. Presidente. Eu achei que aquela primeira vez que o senhor apontou o dedo para mim, era para encerrar, e falou que não e eu fui em frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, o tempo está sendo marcado.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Está bem. Dois minutos eu encerro. Eu poderia excluir totalmente, mas tendo o entendimento de que tudo aquilo...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Solicito que marque os dois minutos para o Senador.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – ...No meu entendimento, está fora do fato determinado, mas são fatos extremamente graves, gravíssimos, e alguns periculosos, e que a Nação precisa de resposta, é que resolvi nesse segundo ponto, dentro do meu voto encaminhar, Sr. Relator, a fim de que toda essa investigação, e aqui começo a nominar, caso Ribeirão Preto, caso Campinas, caso Santo André, caso Okamotto, caso Francelino, e coloco o nome daqueles que foram tratados como bingueiros e doadores, mas, que não foram investigados como bingueiros, a que o Ministério Público, ao receber essa documentação, ou seja, os sigilos quebrados, o que foi cruzado, e aquilo que é sólido de prova levantado pela CPI, que seja enviado imediatamente ao Ministério Público, que já tem posse dessa investigação, na maioria dos casos, e à Polícia Federal, para que, somada essa documentação, o Ministério Público possa pedir, fazer as denúncias, fazer os indiciamentos, fazer as denúncias, para termos respostas (soa a campainha) de condenações ou até de isentar indivíduos, pessoas, numa ação judicial.

Então, a minha preocupação, e encerro, a minha preocupação é que, se nós aprovarmos fora do fato determinado, na minha consulta ao Ministério Público, nada judicialmente será considerado, a não ser que os documentos sejam enviados ao Ministério Público, para que, de posse da ação, eles dêem continuidade. São estes dois pontos do meu voto. E acredito que estaremos dando uma grande colaboração, com todo o respeito ao Relatório do nobre Garibaldi Alves e do nosso Presidente, que bem conduziu a CPI, essa é a minha posição, com o voto do que escrevo, caso nós tenhamos que votá-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador Magno Malta. E concedo a palavra à Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, em primeiro eu quero fazer ainda uma questão pela ordem, peço que V.Exª. desconte do tempo, porque depois eu quero fazer a discussão. Atendendo a solicitação do meu Advogado, que está me orientando, como eu devo proceder no episódio que ensejou a publicação da matéria no CORREIO BRAZILIENSE, eu estou encaminhando um Requerimento para que possa me ser fornecido, ainda hoje, cópia de toda a documentação original enviada pelo Procurador da República, Celso Três, a esta CPI. Eu preciso desta documentação, eu preciso ter a confirmação do que é que chegou a esta CPI. Inclusive porque a informação, eu fui ali, até peço perdão, o Senador Jefferson Peres não estava aí, ele interrompeu a fala, eu estive ali alguns momentos conversando com o Sr. Augusto, o Sr. Augusto me confirmou que não viu a documentação, que nunca viu a documentação. Então, eu quero ter certeza absoluta de que documentos vieram. Porque, do meu ponto de vista, é muito estranho que exatamente documentos que foram solicitados pelo Sr. Celso Três à Receita Federal é que tenham ido parar, exatamente no dia de hoje, nas páginas do CORREIO BRAZILIENSE.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Espero que V.Exª. já... V.Exª. ausentou-se para que pudesse, depois da informação que foi dada, o Senador Garibaldi me informa aqui, e ele que confirma ou não, está sob a guarda do Senador Garibaldi. Eu dei uma informação errônea em relação à questão do cofre. Até porque, a documentação que vai para o cofre é quando é aprovado por Requerimento nesta CPI. Eu peço...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Seria estranho colocar documento que não está sendo...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu peço desculpa a V.Exª. por ter dado essa informação errada em relação ao que acabei de informar.

Então, o Senador Garibaldi que confirme que está sob a orientação dele. Não há nenhum pedido de quebra de sigilo de V.Exª. nesta CPI, não houve solicitação dessa documentação, então, é bom que se diga que a questão da publicação tem que ser reclamado lá do CORREIO BRAZILIENSE e não desta CPI. Porque eu não posso determinar a nenhum jornal deste País que publique matéria referente a "A", "B" ou "C" no dia tal na hora tal em qualquer que seja. Só para esclarecer a V.Exª. que este Presidente, este Relator, o nosso Vice-Presidente, e nenhum de nós temos nenhuma responsabilidade com o que está sendo publicado no CORREIO BRAZILIENSE.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senadora Ideli, eu confirmo que o documento está sob a minha guarda e não acredito que V.Exª. pense que eu estou vazando matéria para os jornais.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pelo amor de Deus, Senador. Com certeza, não. Mas, efetivamente, a orientação que o meu Advogado me deu foi no sentido de poder ter a cópia oficial do que aqui chegou. Porque, quando nós conversamos...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O Senador Garibaldi fará a V.Exª. Porque não tenho cópia oficial. Nada chegou nesta Presidência. V.Exª. tem cinco minutos. Peço que remarque o tempo da Senadora "Garibalda"... Ideli. (risos)

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – (risos) Senador Efraim, por 15 minutos eu não me chamei Josefina, porque eu nasci aos 15 minutos da meia-noite, de 18 para 19. É bem pertinho. Então, por favor, Senadora "Garibalda", não. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – (risos) Aproximado do Garibaldi. V.Exª. tem a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu queria, em primeiro lugar, colocar assim que, durante todo o período que participamos, eu tive um período que eu participei menos da CPI, depois que acabou a CPI dos CORREIOS a gente esteve mais tempo aqui acompanhando os trabalhos, e todos sabem, eu não vou aqui falar nada diferente do que eu venho falando ao longo desses meses. Esta CPI tinha um fato determinado a investigar. Esta CPI tinha uma responsabilidade muito grande com o País, porque, na questão dos Bingos, dos jogos, existem fortes indícios de vinculação disso tudo com o crime organizado, com a lavagem de dinheiro e, portanto, o trabalho desta CPI, ao longo de todo o período que foi, ela se dedicou muito pouco, efetivamente, muito pouco ao fato determinado para o qual ela foi criada. E tivemos, por contendas políticas, da disputa eleitoral e da questão do acirramento, de toda a questão para agora o dia 1º de outubro, nós tivemos efetivamente um desvio do foco.

Portanto, eu não tenho outra alternativa, eu não tenho a menor condição de fazer o meu voto favorável ao Relatório do Senador Garibaldi Alves. E já vou aqui declinar o meu voto favorável ao voto em separado do Senador Magno Malta. E gostaria, inclusive, de deixar aqui registrado que, até para corroborar o que eu estou aqui afirmando, o DATA SENADO fez uma pesquisa, foram ouvidas mil e sessenta e duas pessoas, a pedido, eu imagino que tenha sido da própria CPI. E é bastante interessante os dados, porque a população que participou dessa pesquisa colocou assim: "Que a ligação, a relação das atividades dos Bingos com o incentivo ao vício, 35% dos entrevistados colocaram, a vinculação dos Bingos com a lavagem de dinheiro, 31% dos entrevistados deram essa questão, 48% se colocaram contra o projeto para legalizar as Casas de Bingo e aparelhos caça-níqueis. Portanto, a população pesquisada pelo DATA SENADO foi muito contundente na questão das vinculações que a CPI deveria ter se debruçado efetivamente. Na questão da lavagem do dinheiro, da corrupção, da sonegação, que acabou não fazendo. Por isso que eu tenho esse entendimento. Já quero aqui de público deixar muito claro que o resultado aqui será respeitado, como um resultado democrático de votação.

Agora, eu tenho certeza absoluta que, dependendo do resultado, muitas das pessoas que poderão estar listadas, dependendo de qual e de que forma for aprovado o final do trabalho, terão muita facilidade de, recorrendo ao Supremo Tribunal Federal de derrubar qualquer tipo de ilação que não tenha a ver com o fato determinado desta CPI. Até porque o Supremo não poderia agir diferente, ele tem jurisprudência, ele tem já toda uma história de análise do fato determinado das CPIs, de toda vez que CPIs se desvirtuam, ou seja, elas deixam de ser um trabalho legislativo de investigação imparcial para se transformar em ringue político-partidário e desviar do foco, o Supremo Tribunal tem atuado, e não é agora não, tem atuado ao longo das últimas décadas, nós tivemos já vários casos aonde o Supremo determinou que determinadas situações de quebra de sigilo, de oitivas e tal, que não tinham a ver com o fato determinado, foram derrubadas pelo Supremo.

Então, eu quero aqui dizer, de forma muito clara, que a nossa posição assumida, adotada, é com relação ao Relatório do Senador Magno Malta. Por quê? Em primeiro lugar, porque esta CPI não pode propor legalização de algo que efetivamente não investigou como deveria ter investigado. E como não se ateve ao fato determinado, com relação a tudo o mais que ela tratou, e foi a maior parte, foi quase 90%, eu diria, dos outros assuntos, o máximo que esta CPI pode fazer é encaminhar para o Ministério Público analisar se vale a pena ou não a documentação produzida aqui fora do fato determinado. Por isso, Sr. Presidente, esta é a minha posição, que eu já quero deixar aqui de público.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. E concedo a palavra ao Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, eu já fiz referência ao voto em separado quando o apresentei, mas, diante da solicitação do Senador Jefferson Peres, eu gostaria também de me dirigir ao Relator, para fazer o apelo no sentido de se incluir no seu Relatório, que é um Relatório de profundidade, que alcançou a essência de todos os problemas investigados, que inclua, além do que solicita o Senador Jefferson Peres, mais o indicativo de indiciamento do Sr. José Dirceu, e vou explicar as razões. A exemplo do que ocorreu com João Gilberto, José Dirceu participou já no primeiro momento, no escândalo de Santo André,

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Gilberto Carvalho. João Gilberto é o cantor. (risos)

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – (risos) João Gilberto, não, Gilberto Carvalho. (risos) Que me perdoe o João Gilberto, que me perdoe (risos). Exato (risos). O Senador Antônio Carlos Magalhães vai pedir, em meu nome, as desculpas a todos os fãs baianos de João Gilberto. (risos)

Mas, Senador Garibaldi, naquele primeiro momento, quando se captavam recursos na Prefeitura de Santo André pelas pessoas indiciadas por V.Exª., esses recursos eram concentrados na residência do Prefeito e de lá retirados por Gilberto Carvalho, que os encaminhava a José Dirceu. Portanto, houve uma participação no esquema de corrupção de Gilberto Carvalho e José Dirceu. Isto foi enfatizado aqui durante os trabalhos da CPI. Vários depoentes testemunharam esse fato. Não há como ignorar a participação tanto de Gilberto Carvalho quanto de José Dirceu.

E depois, num segundo momento, as agravações de conversas telefônicas revelaram uma ação política, quer tinha por objetivo construir uma versão para o crime, e desta ação participaram ativamente tanto Gilberto Carvalho quanto José Dirceu. E mais, com o conhecimento do Presidente Lula. Nas agravações, nós podemos verificar que o Presidente tomava conhecimento da estratégia, era consultado sobre a estratégia, que tinha por objetivo monitorar as testemunhas, inclusive orientando-as quando de entrevistas concedidas à grande imprensa.

Portanto, ficou explicitada a participação tanto de José Dirceu quanto de Gilberto Carvalho e, indiretamente, do Presidente Lula nesta armação de versão para o crime de Santo André. Daí a importância do indiciamento.

Quanto ao Presidente Lula, a minha solicitação é de que se indique ao Ministério Público a necessidade de apurar a sua responsabilidade. Quanto à questão Santo André a que me referi e também quanto a Paulo Okamotto. Se a movimentação financeira de Paulo Okamotto é incompatível com o seu patrimônio. Se há indicativos de relação financeira de Paulo Okamotto com o Presidente, se há inclusive a comprovação da sociedade de Paulo Okamotto e o Presidente da República (soa a campainha) na TVT. Há documento, há contrato que demonstra essa participação. Há uma conexão, portanto, do Presidente Lula com o esquema Paulo Okamotto, indiciado por V.Exª.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Daí, Sr. Presidente e Sr. Relator, a solicitação que faço de indicar ao Ministério Público a necessidade de aprofundar investigações para apurar a responsabilidade do Presidente da República nesses episódios. É a minha solicitação. Evidentemente com o acolhimento do Relator, o nosso voto ficaria prejudicado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. Senador Romeu Tuma, V.Exª. tem a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores e Senadoras. Senador José Agripino, V.Exª. foi um dos Líderes que participou ativamente desta CPI. E sabe, Senador Efraim e Senador Garibaldi, todos, quase todos os membros desta CPI foram presentes nas horas mais difíceis de discussão.

Então, não há o que contrariar a decisão do Relatório do Relator, porque todos os fatos que a situação, que o Governo, não aceitava recorreu ao Judiciário e também rejeitou os votos aqui. Que não constam do Relatório, porque, até por decisão judicial e por decisão dos membros da CPI que, por maioria, rejeitaram, então, não há porquê se modificar os pedidos de indiciamento, a não ser pôr mais um nome ou não, porque aí é uma decisão própria do Relator de aceitar ou não as sugestões que estão sendo feitas.

Porque, Senador Garibaldi, V.Exª. teve uma cautela, fez com emoção esse relatório, sei as dificuldades que atravessou por ser membro da base do Governo. Com coragem, com dignidade e com respeito à sociedade, atendeu os reclamos que realmente comprometiam as pessoas envolvidas em vários crimes que ninguém procurou aqui, Senador. Elas foram caindo, automaticamente, pela confiabilidade de membros do Ministério Público, membros da sociedade, que queriam que se apurassem determinados crimes que ocorreram durante a vigência desta CPI.

Então, não dá para virar as costas, são notícias-crime que tem que levar ao conhecimento do Ministério Público (soa a campainha). Até porque, Senador, a grande maioria, um número enorme dos processos que V.Exª. pede já estão em andamento, o que a CPI vai é colaborar com alguns dados, para poder aprofundar ou não. Porque, indiciar ou não, o Ministério Público vai buscar as informações que constam do Relatório e aprofundar as suas investigações.

Eu apenas fiz um pedido, falei com V.Exª., pelo respeito que tenho, que eu sou contrário à citação de qualquer coisa que possa regulamentar o jogo, dentro do Relatório que apurou o crime, que foram os crimes praticados nesse segmento. Eu sei que se apurou pouco sobre o Bingo. Tem até aqui uma matéria de guerra a caça-níqueis e tudo, porque a corrupção é violência nesse setor. Acredito que o Ministério Público vai ter que se aprofundar nessa investigação. Porque eu sugeri a V.Exª., como entrou aqui alguns milhares de assinaturas de segmentos que pediam ou não a regulamentação, que fosse encaminhada, pelo Regimento Interno, à Comissão de Legislação Participativa, cujo

Presidente é o Senador Cristovam Buarque, que é a minha sugestão.

Mas, jamais deixarei de votar (soa a campainha) com o Relatório de V.Exª., pelo respeito, pelo critério que o Presidente teve aqui, nunca deixando de atender qualquer pedido, qualquer questão de ordem levantada por qualquer membro desta CPI. E sempre respondendo com critério e educação, eu acredito que V.Exª. terá o meu voto e fica registrado. O meu voto em separado, provavelmente não irá, porque o seu voto vai ser aprovado, mas fica aqui a minha sugestão de encaminhar a relação das assinaturas (soa a campainha) para a Comissão de Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senador Romeu Tuma. E concedo a palavra ao Senador Antônio Carlos Magalhães. V.Exª. dispõe de cinco minutos, nobre Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – (soa a campainha) Solicito aos Srs. Senadores e Assessores, companheiros da imprensa, silêncio para que possamos ouvir o orador.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Devo, em primeiro lugar, louvar a ação de V.Exª. na Presidência desta Comissão, bem como a do ilustre Relator. O que não significa que eu concorde integralmente com o Relatório. Mas, eu compreendo inclusive as dificuldades de um Relator em matéria tão complexa.

Entretanto, graças a V.Exª. e ao Relator, foram desvendadas coisas gravíssimas ligadas a Bingo, que são esses furtos todos em Santo André, Ribeirão Preto etc, bem como crimes praticados, onde as vítimas sempre eram Prefeitos do PT que continuam ou morrendo por assassinato ou por suicídio, e ainda hoje o Senador Suplicy trouxe mais um caso.

Conseqüentemente, eu quero trazer a V.Exªs. o meu aplauso. Entretanto, eu confesso que tenho a responsabilidade, diante de tantos fatos claros nesta Casa aqui e nesta Comissão, de dizer que o Relator foi bondoso, generoso, e esta oposição, que é a nossa, cumpriu o seu dever, mas, os membros do Governo deveriam agradecer ao Relator não estar, como sugeriu o Relator Álvaro Dias, com a absoluta razão, a presença do Presidente Lula neste Relatório. Ele devia estar, como salientou muito bem o Senador Álvaro Dias, depois de expor toda a matéria, diz ele: "Diante do exposto, é necessário que o Ministério Público dê continuidade às investigações sobre a participação, ou a omissão do Sr. Luiz Inácio Lula de Silva". Eu não diria omissão, eu digo participação direta do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, uma vez que os fatos até aqui investigados revelam indícios comprometedores do seu envolvimento. Eu compreendo que o eminente Relator tenha dificuldades de fazer isso, embora o Presidente seja contra ele na terra dele, tudo isso eu compreendo, V.Exª. não quer demonstrar raiva do Presidente por ele ser contra, para estar "cobras e lagartos", como estão na novela, em relação à sua candidatura, mas eu compreendo a sua generosidade. Mas, eu não entendo é como esses petistas daqui não entendam o quanto V.Exª. foi generoso, porque ele tinha que estar neste Relatório. E qualquer partido decente não quer que deixe de se apurar Santo André, Ribeirão Preto, Campinas etc, que são máculas na vida pública brasileira, que, infelizmente, (soa a campainha) está realmente despudoradamente atingida com a atuação do Presidente da República nos vários setores da vida pública brasileira.

Eu tinha que dizer tudo isso aqui nesta Comissão, para mostrar que a CPI dos Bingos foi talvez a mais útil nesses últimos tempos no Senado Federal, porque ela apurou, ela chegou a conclusões. Ao meu ver, poderia ter chegado a outras conclusões maiores. Como, a meu ver também, toda a documentação que V.Exª. recebeu, não estou me referindo a Senadora Ideli, mas qualquer uma outra que V.Exª. ache que tenha importância, V.Exª. devia enviar também ao Ministério Público. Porque eu acho que é um dever de V.Exª., porque vai ficar essa documentação aqui lacrada nas mãos de V.Exª., para quê? Se veio uma documentação, evidentemente tem que ir para o Ministério Público. O Ministério Público, então, arquive a documentação. Acho que V.Exª. nessa parte também não acertou. Mas, de qualquer maneira, o meu voto é com o voto de V.Exª., com essas restrições que faço e que, se forem aprovadas, como pediram os Senadores Jefferson Peres e Álvaro Dias, eu darei um abraço ainda maior a V.Exª. e ao Presidente Efraim. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador José Agripino. V.Exª. dispõe de cinco minutos. Com dois de tolerância.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Senador Garibaldi, eu ouvi ontem um repeteco de uma entrevista do Presidente Berzoini, do PT, em que ele disse uma coisa que me apavorou e que me leva a dizer o que eu vou dizer. O Presidente, Deputado Berzoini, disse que, respondendo a uma pergunta que lhe foi feita num programa da TV Bandeirantes, Canal Livre, sobre os Mensaleiros que estariam sendo candidatos à reeleição, provocado por uma pergunta, ele disse: "Não, quem os vai julgar é o povo". Então, para mim, foi dada uma informação preciosa, o PT já julgou os seus. Pelo PT, eles podem

ser candidatos, até porque eles já foram recebidos no Palácio do Planalto pelo Presidente da República, que os abençoou. Os Mensaleiros foram abençoados.

Não houve, Senador Antônio Carlos Magalhães, nenhuma punição exemplar dentro do PT, uma expulsão, umazinha só, exemplar, que justificasse o pensamento do PT com relação à convivência ou não com a corrupção e com a impunidade.

Muito bem. O que me preocupa é que nós estamos tratando aqui de uma CPI que trabalha há bastante tempo, e V.Exªs., Sr. Presidente, Sr. Relator e Sr. Vice-Presidente, foram assíduos no limite máximo. Eu, que nem membro sou, também procurei estar aqui, o máximo de oportunidades, para cumprir o meu dever com a sociedade. No sentido de identificar culpados. Aqui ninguém procurou o Sr. Okamotto e nem Sr. Celso Daniel, nem o Sr. Paulo de Tarso Venceslau, nem o Sr. Waldomiro, nem o Sr. Palocci. As pessoas entraram porque estavam no rol das investigações. A investigação começou pelo caso GETEC, que trouxe aqui Waldomiro, que foi contraposto por Buratti e, quando Buratti esteve aqui ele falou coisas que indignaram o País. Ele falou em Ribeirão Preto. Ele falou em Leão & Leão. E, das menções que ele fez, terminou vindo aqui o Sr. Palocci, terminou vindo aqui o caso Ribeirão Preto, a corrupção, a propina. E terminou na imprensa aparecendo um depoimento ou uma manifestação do irmão de Celso Daniel, João Francisco, o Médico. E depois veio o Bruno Daniel. E depois foi feita uma acareação entre os dois irmãos e o Sr. Gilberto Carvalho, que foi citado por eles. E depois pareceu a história da casa nº 25, aonde iam os bingueiros. Aonde iam os bingueiros mencionados por pessoas que aqui vieram, como o Sr. Paulo de Tarso Venceslau, e daí terminou surgindo, em função das citações dos esquemas de Campinas, de Ribeirão Preto, de Santo André, apareceu o Sr. Paulo Okamotto, que terminou fazendo uma acareação com o Sr. Paulo de Tarso Venceslau. Acareação. Acareação.

Muito bem. O Relator, eu quero dizer que vou pedir, e apreciei muito a manifestação do Senador Antônio Carlos Magalhães, que deixou em português claro a sua posição firmada, ele votará com o Relatório em qualquer circunstância. Mas, a nossa obrigação, neste último capítulo da novela que nós temos que encerrar bem, para entregar ao Ministério Público instrumentos efetivos de investigação e punição de culpados, para que não se repita o Berzoini no Programa Canal Livre, que já inocentou os seus. Nós não temos o direito de inocentar ninguém, e nós temos a obrigação de apontar os culpados.

Eu quero fazer uma sugestão ao Senador Garibaldi Alves Filho (soa a campainha) que, com muita dedicação, escreveu o seu Relatório. Senador Garibaldi, eu queria dizer a V.Exª. duas coisas. A definição com relação ao procedimento a ser adotado com relação aos Bingos, eu queria fazer uma sugestão ao V.Exª. Que não coloque no seu Relatório para atender, o mais importante do que tudo é que aprovemos o seu Relatório, numa manifestação de apreço do Senado ao trabalho bem intencionado, que se retire a menção dos Bingos, mas, que V.Exª. apense o projeto que está tramitando, apense o projeto ao seu Relatório, para que o Congresso debata, discuta. V.Exª. não conclui, mas apense-o ao Relatório. Eu acho que isso vai significar o voto da maioria para aprovar o seu Relatório.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Permite?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Claro.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Apensar os vários projetos, não é isso?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Ou um, ou todos que V.Exª. queira. Os diversos projetos que existem para debater.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Porque existem vários projetos. Uns proibindo e outros regulamentando.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Claro. Tem que botar todos.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Todos. Mandar todos.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Apensa. Não sai fora do assunto, apensa, tira fora do seu Relatório, vamos aprovar o Relatório, que é a coisa mais importante para não fomentar impunidade. Nós não temos o direito de conviver com a impunidade.

E outra coisa. Senador Garibaldi, eu não sou Jurista e nem sou Advogado, mas o Código Civil, no seu Título V, Da Prova, diz o seguinte: "art. 212. Salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante: 1. Confissão; 2. Documento; 3. Testemunha; 4. Presunção; 5. Perícia".

Gilberto Carvalho foi objeto de testemunha e acareação, fatos mais claros do que aqueles que colocaram S.Sª. no rol das incriminações, para mim, não pode haver.

Então, seria um gesto de parceria de V.Exª. acolher a recomendação, ou a sugestão, que aqui foi feita por Jefferson Peres, que eu endosso, de colocar, em nome da não convivência com a impunidade, também para que o Ministério Público pudesse investigar alguém que teve testemunhas claras contra ele, que é o Sr. Gilberto Carvalho.

Com isso daí, eu acho que todos, ou a maioria, votaria, gostosamente, votaria, com muita satisfação,

pelo dever cumprido, no Relatório de V.Exª. Eu quero pedir aos meus companheiros do PFL que, em qualquer circunstância, votem com o Relatório de V.Exª.

Mas, quero fazer estas sugestões. Que apense os diversos projetos que tramitam sobre funcionamento de Bingos ao seu Relatório e que, em função do que diz o Código de Processo Civil, que inclua a menção, faça a devida menção à participação do Sr. Gilberto Carvalho em toda esta trama que nós queremos ver investigada, para que os culpados devam ser e possam ser punidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. E concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado. V.Exª. dispõe de cinco minutos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, eu queria gastar uma parte dos meus cinco minutos elogiando V.Exª. e o nosso Relator Garibaldi.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nós agradecemos a V.Exª.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas, já que o Senador ACM fez uma louvação a V.Exª., também ao Relator Garibaldi, qualquer coisa que eu venha a falar vai ser sempre abaixo do que uma louvação do Senador ACM.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Modéstia de V.Exª.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas queria dizer o seguinte, que essa posição que V.Exª., como Presidente, o Senador Garibaldi, como Relator, numa CPI desse tamanho, numa CPI que foi chamada de até de CPI do Fim do Mundo, é realmente um momento histórico, porque eu acho muito bonito ter essa posição firme, Senador, numa discussão e em um momento que nós vivemos. Acho, acho não, tenho certeza, que o Relatório do Senador Garibaldi foi um Relatório honesto, firme, as colocações que o Senador Jefferson Peres, por quem eu tenho o maior respeito e admiração como um grande homem público deste País, quanto à questão do Secretário, o Gilberto Carvalho, acho que não concordo com essa parte, por isso acompanho o Relator. Eu estive presente durante todo aquele dia em que houve a acareação aqui. Eu não vi realmente nada que pudesse citar o Secretário nessa posição, porque realmente eu nunca vi, em várias CPIs que eu participei, todas as demais, alguém falar para outra pessoa acusando, falar assim "Você jura por Deus?" Quer dizer, quando você procura acusar alguém pedindo a ele para jurar por Deus, no mínimo, o cidadão que está do outro lado pelo menos é um homem temente a Deus e um homem de bom coração, alguma coisa nesse sentido. Então, neste ponto, eu acho que eu acompanho o Senador Garibaldi.

Tem uma outra parte no Relatório do Senador Garibaldi, que também é muito corajoso, Senador, é essa questão da colocação dos Bingos. Para se decidir. Há uma hipótese de se levarem os projetos. Porque eu vejo no País, Senador, algumas coisas que acontecem erradamente. Nós, porque agora eu faço parte do Senado e, conseqüentemente, nós fazemos leis, nós criamos condições, como aconteceu também para as empresas importadoras de carro, se criam condições, se dão condições e, de repente, se tiram todas as condições e acaba com aquilo.

Então, eu vi o prejuízo que tiveram as pessoas que investiram em empresas de importação de carro, abrindo aquelas importadoras e, de repente, se acabou.

A questão dos Bingos, a mesma coisa. Cria-se uma lei, as pessoas se enquadram na lei e aí abrem essas casas, seja lá de Bingo, seja de alguma coisa, porque está dentro da lei e, de repente, a lei não vale mais e aí acabou.

Por alguma razão, eu não estou discutindo se está certo ou errado, se existe lavagem de dinheiro ou se não existe, mas, essa posição de V.Exª. é uma posição corajosa, de colocar essa questão para ver se vai-se continuar com o Bingo ou não, dentro das hipóteses que acontecem aqui, das questões.

Então, Senador Garibaldi, para mim, é um orgulho muito grande estar presente nesta CPI, passar por tudo que nós passamos, mas, sabendo que aqui vai ser decidido no voto. Porque, aqui no Parlamento se decide no voto, e vai vencer a maioria.

Então, eu queria já deixar bem claro que o meu voto vai ser um voto com o Relator, Senador Garibaldi, a quem eu tenho o maior apreço e que tenho a maior honra de participar desta CPI tendo ele como Relator. É só isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. E concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Juvêncio.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, eu acho que nós estamos caminhando para um consenso, aprovando o Relatório do Garibaldi Alves. Com algumas correções. Poucas correções. Uma eu já sei que tem consenso, praticamente, está se observando isso, é com referência à liberação ou não do jogo de Bingo, reunindo todos os projetos, como foi aqui dada a sugestão pelo eminente Senador José Agripino, se chegue a um consenso.

A outra questão que sobra é se entra ou não entra mais alguém como indiciado ou como referenciado neste Relatório, como possível culpado. Não tem aqui

qualquer forma de você já denunciar. Está apenas indicando para possível denúncia, que seria o caso do Sr. Gilberto Carvalho. Eu votaria favorável à inclusão de Gilberto Carvalho. Mas, gostaria de votar desde que houvesse um consenso no Relatório do eminente Senador Garibaldi Alves. E, fazendo essas considerações nessa direção de aprovação já, nós queremos elogiar o trabalho...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Exª. permite? V.Exª. gostaria de votar pela inclusão.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Pela inclusão. E pela exclusão já de referência aos Bingos como possível de ser liberado, e seria a juntada dos projetos para aprovação futura. Eu acho que, com isso, nós chegamos ao consenso e vai ser assim um momento muito importante desta Comissão. Seria a consagração do já tão decantado trabalho de V.Exª. e da Presidência desta Comissão. É o que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. E concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio. V.Exª. dispõe de cinco minutos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, acompanhando como acompanhei o trabalho desta CPI, eu devo exaltar o papel do Senador Mozarildo Cavalcanti, decisivo em tantas votações relevantes, de V.Exª. pela firmeza e serenidade com que conduziu os trabalhos, do Relator Garibaldi Alves Filho, que fez, ao meu ver, o que podia fazer. Se eu fosse Relator, eu faria, no máximo, isso. Nunca poderíamos deixar de levar em conta o jogo de correlação de forças que se estabeleceu nesta Comissão. Uma coisa é o ideal, uma coisa é avançar ao máximo. E V.Exª. já sabe que não avançou tudo que poderia e tudo que deveria. Eu também não teria avançado tudo que poderia, nem tudo que deveria, até porque eu não desconheceria, como V.Exª. não desconheceu, o jogo da correlação de forças.

Nós nunca tivemos, nós da oposição aqui, a maioria tão ampla que, no começo, a própria imprensa supôs que existisse, sempre apertada. Às vezes, fomos minoritários. O que nos faz maioria, tenho segurança hoje, para aprovar o Relatório de V.Exª., é precisamente manifestações independentes como essa do Senador Wellington Salgado, manifestações como essa, que vem, não por solidariedade partidária a V.Exª., mas, vem pelas razões objetivamente escritas e postas no seu Relatório.

Portanto, hoje, com muita convicção de que o relatório de V.Exª. é maioria, é em torno dele que conclamo o PSDB a fechar a sua posição. Se, porventura, houvesse o percalço, houvesse a tentativa de se boicotar uma peça tão bem feita, tão correta, nós teríamos o substitutivo, Álvaro Dias, nós teríamos outras hipóteses, mas, entendo que se avançou o que se podia avançar. e V.Exª., ao aceitar, como me parece que aceitou, a proposta feita pelo Senador Jefferson Peres, acabou de estabelecer um amplíssimo consenso nesta Comissão. Portanto, eu me sinto muito...

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu não aceitei ainda não. (risos)

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Ainda não aceitou? Tudo bem. Ainda que V.Exª., porventura, não aceitasse, eu volto a dizer, no seu lugar, eu não avançaria mais. V.Exª. avançou tudo que pôde. Avançou o que lhe foi dado fazer. Porque nunca deixou de encarar, de visualizar a correlação de forças aqui expostas. Mas, eu, se fosse V.Exª., eu aceitaria, sim, a sugestão do Senador Jefferson Peres. Aceitaria e a colocaria em votação, por entender que ela complementa o seu trabalho. E, portanto, entendo que a prioridade que tem o meu partido, que tem a oposição, que tem o PSDB é acompanhar V.Exª. e aprovar o que V.Exª. redigiu com tanto esmero, ao longo de tantos meses de uma investigação que descobriu e descerrou, e desvendou parte significativa de uma enorme podridão que tem sido transformada em prática oficial nesta República... Sr. Presidente.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Senador Arthur, V.Exª. me concede aqui um aparte.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Com muita honra, Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Senador Arthur, dentro do argumento a partir de Jefferson Peres, argumentos que têm sido feitos, V.Exª. agora com contundência, o Senador Antônio Carlos, eu acho que essa questão vai ficando muito clara, da questão do Bingo, até por conta das pesquisas, da reação da sociedade brasileira, nós não temos vocação. Eu acho que aí se nós consensarmos, e eu acho que nós estamos caminhando para um momento de podermos aprovar o Relatório do Senador Garibaldi, porque sou muito afeito a essa questão, caso ele tenha essa disponibilidade realmente de tirar do texto dele qualquer coisa que diga que nós versemos sobre as intenções de legalizar Bingo no Brasil.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem. Obrigado, Senador Magno Malta.

Então, Sr. Senador Garibaldi Alves, a minha definição é, na circunstância em que está posta, acompanhar o seu Relatório (soa a campainha) e entendo que essa é a posição que cabe, essa é a posição justa, essa é a posição que reflete aquilo que foi trabalhado

e que foi possibilitado, ao longo de tantos meses de percalços, de dificuldades, para que nós chegássemos a este momento e que, não tenho dúvida, por maioria, essa Comissão terá um Relatório, isso é uma vitória. E será uma vitória daqueles que, pelo Governo, admitirão a figura do Relatório, e um Relatório que venha para caracterizar responsabilidades e para sugerir providências que previnam contra novos crimes como esses que, de tal variedade, foram detectados nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra, pela ordem, Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu declarei o meu voto a este Relatório do Relator Garibaldi, a este que está aqui, ouviu Sr. Relator? E este Relatório que está aqui, eu estou com o senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Wellington, eu já poderia ter computado o voto do Senador Suplicy e de V.Exª., mas, não vou computar nenhum. Ainda vou tomar esses votos (risos). Nós estamos apenas na fase de discussão. (risos)

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – (risos)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – V.Exª. já votou. É assunto vencido. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – (risos) Senadora Ana Júlia, V.Exª. tem a palavra.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Obrigada, Sr. Presidente. Apenas, já que eu realmente não acompanhei todas as discussões, até porque hoje estou aqui substituindo o Senador Flávio Arns, mas acompanhei algumas discussões, eu queria reforçar essa questão da pesquisa feita em relação à posição não só da sociedade, mas à falta de discussão que houve para já se indicar a legalização dos Bingos. Eu acho isso precipitado e, como também foi o Senador Magno Malta que meses atrás conversou comigo, há mais de um ano, sobre essa situação, uma pessoa que conhece isso, que conhece essas relações, infelizmente, muitas delas, porque tem relações de Bingo, de casa de jogos com o crime organizado, com lavagem de dinheiro, então, eu quero dizer que eu não poderia ter outra posição aqui, senão até de acompanhar o Senador Magno Malta, porque eu acho que é uma pessoa que tem um conhecimento mais aprofundado sobre essas ligações dos jogos. Eu acho que se esta CPI tivesse se voltado para investigar realmente os jogos e Bingos, talvez nós pudéssemos aqui até tirar um encaminhamento em relação a isso. Mas, eu acho negativo, eu acho um erro se tirar um encaminhamento em relação à legalização de jogos neste País, sem sequer, já que 90% da CPI não foi sobre isso e, sim, foi usada realmente para atacar um partido, uma posição política. Por isso, Senador Garibaldi, com todo o respeito que eu tenho a V.Exª., eu, se tiver que votar, votaria, até por conta de todo o diálogo que tive, com o Senador Magno Malta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª., Senadora Ana Júlia. Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador José Jorge. V.Exª. dispõe de cinco minutos, Senador.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. São dois aspectos aqui que eu quero levantar, mas, antes eu gostaria também de elogiar V.Exª. e o Relator, Senador Garibaldi, eu fui titular desta Comissão durante a maior parte do seu funcionamento, tive a oportunidade de acompanhar de perto o trabalho tanto de V.Exª. como do Senador Garibaldi. O Senador Garibaldi é um Senador que, com muita seriedade, com muito bom senso esteve aqui presente e acompanhou todo esse trabalho.

Em primeiro lugar, eu gostaria de me referir àquilo que foi falado pela Senadora Ideli. Que, na verdade se o Relatório for aprovado, alguém vai recorrer ao Supremo. Que recorra. O Supremo é um órgão independente, qualquer pessoa pode recorrer.

Então, se amanhã, nós passamos meses investigando determinadas operações, quando chegar no final, nós não pudermos colocar no Relatório, realmente isso é um contra-senso.

Então, o Supremo existe para isso. E não quer dizer que aquela pessoa ou aquela instituição que recorreu ao Supremo, que ele vai ganhar. Ele pode ganhar e pode perder. E V.Exª., como Relator, não tem outra coisa o que fazer a não ser relatar aquilo que aconteceu na Comissão. O que foi investigado. Agora, se amanhã, se disser que não era para ser investigado, tudo bem, não é com V.Exª. e nem é conosco. Então, V.Exª. está certo, tem que relatar aquilo.

Em segundo lugar, eu também vou fazer um apelo a V.Exª. em relação à questão do Sr. Gilberto Carvalho. Porque nós tivemos aqui duas testemunhas muito importantes, inclusive um deles esteve aqui mais de uma vez, duas vezes. O Sr. João Francisco Daniel e o Sr. Bruno Daniel, os dois irmãos do assassinado, do Prefeito Celso Daniel. Que deram aqui depoimentos emocionados, depoimentos feitos na base da realidade que eles viveram. Então, o depoimento deles foi muito claro, de todos os dois. O Sr. Gilberto Carvalho trans-

portava dinheiro para levar para o PT de São Paulo. Eles disseram isso com todas as letras, sem nenhuma dúvida. Então, este é um momento, ou nós... E quem disso isso a eles foi o Sr. Gilberto Carvalho.

Então, ou nós desconsideramos os dois depoimentos dos dois irmãos do Prefeito assassinado, Celso Daniel, e considerando que os depoimentos não são verdadeiros, ou então nós não temos como deixar de citar o Sr. Gilberto Carvalho. Porque eles foram explícitos nessa colocação. Em segundo lugar, todas as gravações que foram realizadas mostraram também que o Sr. Gilberto Carvalho, junto com outras pessoas, ele participou da chamada "Operação Abafa", que foi aquela operação para fazer com que o assassinato do Prefeito Celso Daniel não fosse investigado de uma maneira mais aprofundada.

Então, o Sr. Gilberto Carvalho, é verdade que ele é uma pessoa simpática, eu também acho, ele também tem uma carreira brilhante, disse que ele morou na favela, tudo bem, eu também acho que ele tem méritos. Mas, quem é bom também erra, Relator, quem é bom também erra. Ele pode ser muito bom, mas ele errou. Ele, na verdade, pelas testemunhas, ele participou e ele deve ser indiciado, a meu ver. E eu, então, faço esse apelo a V.Exª., nós vamos votar com o seu Relatório, o seu Relatório leva em conta tudo que aconteceu, mas, eu acho que ele ficará mais completo se ele incluir o Sr. Gilberto Carvalho, pelo fato de nós prestigiarmos os depoimentos do Sr. João Francisco e o Sr. Bruno, que são os irmãos do Prefeito assassinado. Em caso contrário, dá a impressão que nós não acreditamos naquilo que eles falaram aqui na CPI, e a maioria da CPI acredita (soa a campainha) piamente no que eles contaram aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª. E concedo a palavra ao Relator. Senador Garibaldi, V.Exª. tem a palavra, para que se possa esclarecer qualquer dúvida e a posição de V.Exª.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero, em primeiro lugar, abordar a questão dos Bingos. E me referi às decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, que reiteradamente têm proclamado ser da competência privativa do Congresso Nacional a edição de leis que tratem dos Bingos, como de resto, de toda a espécie de jogos, sorteios e loterias. Nada obstante isso, e embora em pleno vigor os art. 50 e 58 da Lei das Contravenções Penais, que proíbem todos os jogos de azar em lugar público ou acessível ao público, as Casas de Bingo funcionam em toda parte, com portas abertas e são divulgadas por todos os meios de propaganda. Isso se dá em virtude de liminares judiciais, que têm se tornado rotineiras e vêm perdendo o seu caráter de provimento provisório, para se tornarem permanentes em ostensiva usurpação da competência legislativa do Congresso Nacional. O argumento mais comum invocado por Juízes para autorizar liminarmente o funcionamento dos Bingos, está em que leis posteriores à Lei das Contravenções Penais, que é de 1941, a autorizar a prática dos Bingos, e sua ulterior revogação não teve a virtude de restaurar automaticamente a vigência daquela norma de direito penal. Recordo à Comissão que já em 1993, a Lei nº. 8.672, a chamada Lei Zico, autorizou a exploração do jogo de Bingo ou similar à autorização mantida pela Lei Pelé, de 1998.

Já na esteira das graves denúncias envolvendo promíscuas relações entre funcionários do Governo e Casas de Bingo e loterias, optou o Presidente da República por solução radical, editando a Medida Provisória nº 168, de fevereiro de 2004, que proibiu todas as modalidades de jogo de Bingo e similares. Solução radical, e inspirada pela circunstância da crise, essa Medida Provisória obviamente não tratou adequadamente o problema, preferindo ignorá-lo. Certamente por isso, foi rejeitada pelo Senado Federal.

Persiste, portanto, eu peço a atenção dos Srs. Senadores e Sras Senadoras. Sr. Presidente, persiste, portanto, a indefinição legislativa. E, por conseguinte, persistem as Casas de Bingo funcionando abertamente no País, sem qualquer regulamentação, sem qualquer fiscalização. Se a decisão do Senado rejeitando a Medida Provisória 168 teve por objetivo permitir os Bingos que a Medida Provisória proibira, mais aguda se torna a omissão, porque teríamos, então, permitido uma atividade que é à míngua de regulamentação legislativa, tem servido de biombo para práticas criminosas as mais variadas.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito ouviu depoimentos qualificados, dando-nos conta de urgente necessidade de o Congresso Nacional tratar deste assunto de forma definitiva, evitando de vez a hipocrisia de proibir permitindo. Repito, a hipocrisia de proibir permitindo, facilitando assim, a associação dos Bingos, a lavagem do dinheiro, corrupção, sonegação fiscal e ilícitos diversos. Penso estar sendo coerente com aquela anterior deliberação do Senado, rejeitando a Medida Provisória de proibir os Bingos, trazendo à discussão do Congresso não a permissão pura e simples dos jogos do azar, mas a disciplina de uma atividade existente no País e que pode ser direcionada para fins socialmente mais adequados. O Relatório sugere um Projeto de Lei que trata com rigor a prática do jogo de azar. Tanto é assim que incluiu no Código Penal o cri-

me de exploração de jogo de azar, penalizando com reclusão de um a três anos e multa.

Aprovado esse projeto, Sr. Presidente, a disciplina legal do jogo terá sofrido profunda alteração, posto que hoje o jogo de azar não constitui crime, mas, mera contravenção penal, com pena de prisão simples e não reclusão de no máximo seis meses.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, além disso o projeto define o que seja jogo de azar, incluindo as modalidades eletrônicas, desconhecidas quando da promulgação de antiga Lei de Contravenções Penais.

Nesse mesmo projeto, propõe que a exploração de jogo de azar seja crime antecedente ao crime de lavagem de dinheiro. Ou seja, a ocultação ou dissimulação de bens ou valores oriundos do jogo passa a ser punido com reclusão de até dez anos.

Para perfeito resguardo, Sr. Presidente, da licitude de deliberações judiciais, envolvendo o jogo de azar, propõe um outro projeto, peço a atenção dos senhores, desta vez, para submeter obrigatoriamente ao tribunal de superior instância toda decisão de Juiz de primeiro grau que conceda a liminar ou antecipação de tutela, autorizando a promoção, o estabelecimento ou a exploração de jogo de azar. Num outro projeto que eu ofereço ao debate, propõe a alteração no código de processo penal, visando a dar mais eficiência à investigação e persecução de crimes. Para tanto, faço incluir no rol das decisões interlocutórias de primeiro grau passíveis de recursos ao tribunal aquela que nega a busca e apreensão, interceptação telefônica e medidas assecuratórias em geral.

Penso, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, que essas são medidas de grande alcance na área penal e que podem muito contribuir para afastar os Bingos da ilicitude e do crime. São providências legislativas absolutamente necessárias para que se possa empreender uma discussão acerca de regulamentação ou não dos Bingos, em moldes semelhantes à tradicional e histórica disciplina brasileira das loterias, ou seja, sempre dependendo da autorização de lei federal e sob concessão federal.

Com esse pano de fundo, animei-me a propor como sugestão à Comissão de Desenvolvimento Regional de Turismo do Senado Projeto de Lei que disciplina os Bingos. Não se trata de simplesmente autorizar o funcionamento dos Bingos. Trata-se, ao contrário, de proibir o Bingo irregular e providenciar para que a atividade seja exercida dentro dos padrões da legalidade e da licitude.

Por isso, a linha mestra do projeto é a disposição de que a exploração do jogo de Bingo, o sorteio sob um conjunto de números, passe a ser serviço público e competência exclusiva dos Estados, que decidirão sobre a conveniência de ter Casas de Bingo em seus territórios. Isso possibilitará aos Estados limitar os Bingos às cidades turísticas ou impedir sua instalação nas grandes cidades e regiões metropolitanas.

Pela proposta, somente se admitirá a exploração do jogo do Bingo convencional e do Bingo eletrônico, sendo que esse último só poderá funcionar nos mesmos ambientes onde for explorado o Bingo convencional. Fica proibida a exploração do Bingo eletrônico em outros estabelecimentos como bares, comércio em geral, padarias e lanchonetes. A freqüência é proibida aos menores de 18 anos. A sociedade empresária interessada na exploração do jogo do Bingo deverá apresentar uma longa lista de documentos, alguns dos quais estão relacionados à idoneidade tanto da empresa quanto de seus sócios. Com o fim, Sr. Presidente, de assegurar a lisura na realização dos sorteios, bem como a regularidade na prestação de contas, a sociedade empresária interessada deverá contratar empresa especializada para a prestação de serviço de auditoria permanente da empresa. Além de atribuições inerentes ao exercício de sua atividade, a empresa de auditoria deverá emitir relatório e parecer mensais vinculados à realização dos sorteios e à prestação da contas a sociedade empresária.

Os Estados receberão 20% do valor arrecadado, com o que se pretende realizar uma eficiente fiscalização, evitando-se, com essas medidas, as ilicitudes comumente associadas ao jogo do Bingo. Desse montante que caberá aos Estados, 90% deve ser aplicado na Segurança Pública, especialmente para que se equipem as polícias e se construam presídios. Estima-se que seja arrecadado algo em torno de um bilhão e meio reais por ano. Quanto à destinação dos recursos, buscou-se um equilíbrio entre a premiação e a remuneração da sociedade empresária e os repasses com os fins sociais.

Sr. Presidente, entretanto, eu não pretendo ser o dono da verdade. A minha proposta é uma proposta semelhante ao que foi feito aqui. Vamos apensar a esse projeto outros projetos, que inclusive proíbem a atividade, e vamos mandar ou diretamente para o Congresso Nacional, se os senhores decidirem agora isso, diretamente para a tramitação, ou então para a Comissão de Turismo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. me permite, Senador?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – De Desenvolvimento Regional.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu entendo que o caminho, não sei aí, os Senadores podem me orientar, V.Exª. tem que dar entrada no projeto e, solicitando, já fica um enca-

minhamento de que o projeto, uma vez dada entrada, serão apensados os demais existentes, tanto a favor como o contrários. Essa é a sugestão que a CPI. Foi a sugestão do próprio...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Esse é projeto do Relator? É um projeto de V.Exª., Relator?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não. A minha proposta...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque da CPI não pode ser Projeto de Lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Seria uma indicação.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu estou fazendo é uma indicação. Se a CPI resolve não endossar só essa indicação, como eu estou constatando, então passa a ser apenas uma indicação, além de outras tantas.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Relator, porque apensar seria o caminho mais natural.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque ela sai para o Relatório, porque o Relatório vai para o Ministério Público, e essa vai correr dentro da Casa.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Vai diretamente à Mesa, como o Senador Antônio Carlos lembrou.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Relator, por exemplo, eu tenho um projeto de 2004 aqui, que pede definitivamente o fechamento dos Bingos. Que deve ser apensado. Eu entendo o raciocínio do Presidente, porque ele está dizendo que essa sua indicação, ela precisa virar um Projeto de Lei, para ser apensado aos outros, não é isso, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Perfeito. Com a palavra ainda o Senador Garibaldi. Dentro da sugestão que foi dada por vários dos Srs. Senadores, se retira do Relatório e será encaminhado à Mesa, para que a Mesa encaminhe às Comissões pertinentes. Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quanto à sugestão do Senador Jefferson Peres, eu, claro, não poderia deixar de ficar sensibilizado com essa sugestão, que terminou sendo avalizada, adotada por vários Senadores.

Sr. Presidente, o Senador Antônio Carlos disse uma coisa que é gratificante para mim. Já que ele disse, eu vou pedir a V.Exª. permissão para incluí-la aqui nessa minha fala, é que eu não sou partidário do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Enganam-se aqueles que pensam que eu sou partidário do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Presidente Lula. Pelo contrário, eu estou, como lembrou o Senador Antônio Carlos, sendo combatido...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALÃES (PFL-BA) – Hostilizado. (risos)

(risos)

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Hostilizado, (risos) adotando o estilo do Senador Antônio Carlos, pela base do PT no Estado, que não vê com bons olhos uma aspiração minha de governar o Estado do Rio Grande do Norte novamente.

Então, eu não tenho motivo nenhum para agradar o Presidente da República. Queria dizer que o Sr. Gilberto Carvalho, eu o conheci aqui, quanto ele veio prestar depoimento a primeira vez. Não conhecia o Sr. Gilberto Carvalho. Não tenho relacionamento, o menor relacionamento com ele.

Então, eu queria dizer que eu me sinto muito à vontade. Só me sinto constrangido porque, claro, quando os colegas Senadores se levantam para fazer um apelo dessa natureza, eu fico constrangido, na hipótese de não poder atender, são tantos os colegas e cada um, e não adianta aqui falar sobre cada um, porque poderia haver algum esquecimento, alguma discriminação, apesar do Senador Efraim que eu anotasse tudo um por um.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Está sendo gravado.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É, está sendo gravado. Eu não tenho, é um problema de consciência, eu não tenho como sugerir um indiciamento de um homem que eu acho que ele não merece ter a sua conduta tipificada como outros foram. Eu não estou defendendo a inocência dele, eu não estou defendendo a inocência do Sr. Gilberto Carvalho. Eu estou apenas, em vez de tipificar o crime de concussão, eu estou apenas relatando, e o nome dele parece. Até a Jornalista Rosa Costa disse que em 78 páginas, que fazem o resumo do caso de Santo André, ele parece não sei quantas vezes.

Então, Sr. Presidente, eu não estou convencido, eu não quero. Eu contrariei toda a Assessoria, a quem devo todas as homenagens, Assessores brilhantes que, na verdade, são os responsáveis pela parte técnica do Relatório, eu contrariei muitos deles, porque eles queriam me induzir a tipificar o crime do Sr. Gilberto Carvalho. Eu recebi apelos. Eu recebo apelos, Sr. Presidente, mas, não recebo pressão. Nem eu, nem nenhum dos Srs. Senadores. Ninguém está aqui, eleito por milhares de votos, para receber pressão de ninguém. Nós só recebemos pressão popular. Essa, sim, é que é a pressão que chega mais perto de nós. Então, eu gostaria de pedir desculpas aos senhores. Sei que o meu Relatório vai ser derrubado, vai ser derrotado, porque eu não vou incluir...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Negativo. Relator, o senhor me permite um aparte?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Ao contrário, Sr. Relator, eu tenho impressão que V.Exª. obriga, moralmente, a Base do Governo a votar com o seu Relatório, depois de tão franca definição de posição.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu até concordo...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador, só um detalhezinho, V.Exª. não tem que se preocupar, porque as citações que V.Exªs. fazem dão a oportunidade do Ministério Público decidir também. Porque ele não está engessado a não fazer ou deixar de fazer aquilo que não está no Relatório. Porque as citações vão proporcionar a oportunidade deles se aprofundarem. É claro que o pedido, a maioria é pela... Mas que V.Exª. fique tranqüilo. Se derrotarem o seu Relatório, as lágrimas serão do coração.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Só para colaborar com essa fala, diante do indicativo de V.Exª. de que aquela sua indicação se tornará Projeto de Lei no sentido de apensar os que já existem, me satisfaz nesse momento, e eu caminho para votar com V.Exª., independente do meu voto. E o seu gesto é muito grande, se lhe faz muito maior, na nossa compreensão de Senadores aqui. Minha mãe era analfabeta profissional, falava uma coisa interessante. Que um homem só passa bem para a História quando ele tem posição. E V.Exª. mostra que tem posição, V.Exª. mostra que raciocina com a sua própria cabeça, e pode ficar tranqüilo, porque o respeito será mantido, do padrão mais elevado que V.Exª. já imaginou com relação a V.Exª. da nossa parte.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, eu até sugiro que, com relação à omissão, eu concordo com a omissão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Eu não concordo... É porque eu não tenho prova da participação do Presidente. Eu não vou, não é porque ele seja Presidente da República não, é porque eu não tenho provas da participação dele. Agora, da omissão, se quiserem que eu acrescente, porque só eu tenho essa prerrogativa, eu acrescento a parte só da omissão.

E, para terminar, eu gostaria de dizer que vou apresentar agora umas Erratas, pequenas Erratas. Inclua-se na página 10 e 10 o seguinte parágrafo. Aí vem o parágrafo modificado. Na Errata 2, substitua-se o último parágrafo da página 454 pelo seguinte. A errata nº 3, substitua-se o seguinte parágrafo da página 200 pelo seguinte. Se os senhores quiserem que eu leia e justifique, eu leio.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Relator, só para esclarecer melhor a primeira parte. V.Exª. está admitindo pelo menos sugerir ao Ministério Público que investigue a participação de Gilberto Carvalho e José Dirceu? Não estou dizendo indiciar, pedir ao Ministério Público que investigue a participação, já que há indícios. V.Exª. concorda?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Concordo. E peço à Assessoria que se não se tornou claro isso no Relatório, que o faça.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – A própria citação. São várias investigações.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – E a questão do Presidente da República?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pela omissão, não é?

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Quando fala em caso Santo André, está tudo dentro.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – V.Exª. vai incluir o Presidente da República pela omissão.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pela omissão.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu não estou entendendo, Senador Garibaldi. V.Exª., então, vai modificar o seu Relatório? Eu só faria uma ponderação a V.Exª. É o seguinte.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu pediria que V.Exª. votasse o Relatório e, depois, essas supressões.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – É. Porque, veja V.Exª., há uma alteração, pode ser regimentalmente interpretada como matéria legislativa nova e aí pode dar direito à vista. Eu entendo que V.Exª. angariou o respeito de vários Senadores, inclusive do nosso campo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vamos votar o Relatório. Excluído a sugestão dos Bingos. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Antônio Carlos Magalhães.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim. Senador Efraim Morais, ainda não. Senador Antero Paes de Barros.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com o Relator. Senador José Jorge.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senadora Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Com orientação da Bancada. Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, peço a atenção para anotar exatamente o que eu vou dizer. Eu vou votar pelo encaminhamento de todo o relato contido no parecer do Senador Garibaldi Alves no que diz respeito ao histórico dos fatos que ele aqui coletou. Não votarei no que diz respeito à denúncia das pessoas, tal como eu observei. E favorável ao encaminhamento de todos os Projetos de Lei...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem o direito ao voto favorável ao Relator ou contra o Relator. Não temos outra opção. Ou abstenção.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu posso votar de maneira qualificada em relação ao voto do Relator. Posso estar desagradando pessoas aqui, mas é o meu voto. Declarei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. vota sim?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, da maneira como expressei. Por isso que eu pedi atenção.

SENADOR MAGNO MALTA: Se votar sim é da maneira que está no papel.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Apenas ressalvando a defesa que faço que tudo que foi produzido por esta CPI seja encaminhado ao Ministério Público.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Presidente, com base no indicativo do nosso Relator e na explicação de V.Exª. que o indicativo dele virará Projeto de Lei para apensar aos que já existem, inclusive ao meu, que pede fechamento dos Bingos, a manutenção da posição dos documentos todos irem ao Ministério Público é que aqui morre o meu voto em separado, e eu voto com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vota sim o Senador Magno Malta. Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim, com o Relator. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Com o Relator, Sr. Presidente, sem modificações do Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com o Relator. Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Garibaldi Alves. Evidentemente.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com o Relator. Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Com o Relator. Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Com o Relator. E, evidentemente, se possível, com os acréscimos aí solicitados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não. Só com o Relator.

(risos)

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Pelo menos, o acréscimo consentido pelo Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, só uma colocação simples. O meu voto é com o Relator. Mas é o voto que eu tenho aqui. Não vai mudar nada além disso.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não. Não vai. Só as Erratas.

(risos)

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Vota com o Relator. Vota sim. Senador Eduardo Suplicy, eu tenho que tirar a dúvida do voto de V.Exª. Ou sim ou não, ou abstenção. V.Exª. tem que

tomar uma posição para que eu não conte aqui o voto de V.Exª. sem ser verdadeiro. É preciso que V.Exª. esclareça se vota com o Relator ou não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, se com respeito a todos os nomes for feito no espírito daquilo que o Senador Garibaldi Alves...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem que votar o que está escrito no Relatório. Lamentavelmente, eu não posso levar uma questão isolada em relação aos outros.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas eu tenho o direito de estar expressando...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Então, eu vou computar o voto de V.Exª. como sim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Com ressalvas, pela seguinte razão. Qual é o problema?

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Nenhum, eu não falei nada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu tenho o direito de votar com ressalvas, Sr. Presidente, e a ressalva é a seguinte...

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sim, com ressalva.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A ressalva é que, relativamente... Peço concluir, Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu estou com a palavra. V.Exª. me deu a palavra e não permitiu que eu concluísse.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não, V.Exª. tem a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu sou a favor do relato completo do Senador Garibaldi Alves, Relator. Entretanto, no que diz respeito a todos os nomes, que seja dado um tratamento semelhante àquele que aconteceu no final relativamente aos nomes de José Dirceu de Oliveira e Silva e Gilberto Carvalho, que seja todo o relato encaminhado, para que o Ministério Público examine a responsabilidade de cada um dos fatos elencados no Relatório. É assim, Sr. Presidente. É a minha ressalva.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor. O Sr. Suplicy, o Senador, me confundiu todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu vou dar o resultado e... Senador José Jorge, já foi votado. Fica registrado a vontade de V.Exª. Devo dizer que nós... Já votado, Senador.

Mas nós temos o Senador Romeu Tuma, Senador Antônio Carlos Magalhães, Senador Antero Paes de Barros, Senador Álvaro Dias. Os quatro votos do Bloco PFL/PSDB. São cinco votos, o outro era o meu, só votaria em caso de empate. Então, devo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas eu preferiria a sensação do desempate.

Senhores. 12 votos favoráveis e 2 votos contra. Está aprovado o Relatório do Senador Garibaldi Alves. (palmas)

E eu, antes de encerrar os trabalhos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra, pela ordem.

SENADOR JOSÉ JORGE: Eu gostaria de me congratular com o Relator, futuro Governador do Rio Grande do Norte. Meus parabéns!

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V.Exª.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, pela ordem também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V.Exª. tem a palavra, pela ordem, Senador Antero.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, eu gostaria, ao final, de cumprimentar a Mesa Diretora dos trabalhos, especialmente o Relator Garibaldi e V.Exª. V.Exª. enfrentou momentos difíceis, conduziu com pulso firme esta CPI e foi graças à determinação de V.Exª. que esta CPI conclui com êxito, com Relatório aprovado, que não oculta a verdade, que é o máximo possível que, ideologicamente, se podia conquistar. Mas eu tenho certeza absoluta que V.Exª. está de parabéns, o Relator Garibaldi Alves está de parabéns e não tenho nenhuma dúvida que a população saberá reconhecer isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Rapidamente. Esta não foi a CPI do fim do mundo, mas, sim, a CPI da coragem, da dignidade e do respeito com a sociedade, exercida por V.Exª., Senador Efraim, e pelo Relator, Senador Garibaldi. Portanto, a aprovação, quase que por unanimidade, demonstram a confiança no relatório expedido por V.Exªs. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Senador Romeu Tuma, eu agradeço ao V.Exª., agradeço ao meu Vice-Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, agradeço o trabalho extraordinário do Senador Garibaldi Alves que, com muita transparência, com muita independência, apresentou o seu Relatório e aprovou esse Relatório. Agradeço a todos os Srs. Senadores, Senadoras que participaram desta CPI, cumprimentando a todos pelo trabalho que

aqui foi desenvolvido, se dedicando com muito carinho e muito trabalho. Obrigado a todos, aos companheiros da imprensa, o meu muito obrigado, em nome da Comissão, pelo trabalho que foi desenvolvido por todos vocês, e aqui eu sou obrigado a deixar bem claro, se não fosse o trabalho da imprensa brasileira eu não tenho menor dúvida de que não chegaríamos aonde chegamos. Então, à imprensa brasileira, o nosso muito obrigado pelo trabalho extraordinário. Aos nossos Assessores, todos, sem exceção, aqui da Casa, do Senado Federal, de outros órgãos que foram cedidos para que pudéssemos concluir esse trabalho, o meu muito obrigado pela dedicação e pelo trabalho. E quero aqui dizer que, aprovado o Relatório, a matéria será encaminhada à Mesa, para o conhecimento do Plenário do Congresso Nacional, com os seus respectivos anexos e com os votos em separado apresentados, de acordo com o art. 150 do Regimento da Casa. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, criada através do Requerimento 245/2004. Está encerrada a CPI. (palmas)

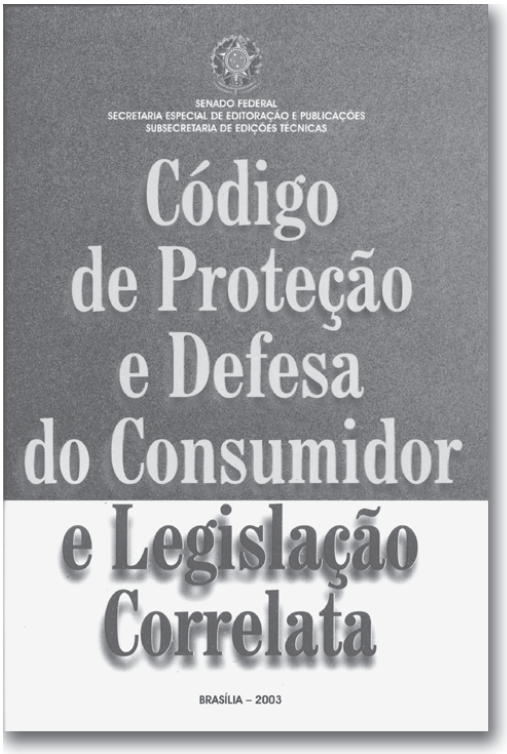
(Sessão encerrada às 17h43)

(O.S: 14721)

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)
Agência: 4201-3
A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP
Conta-corrente: 170.500-8
Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.

EDIÇÃO DE HOJE: 1048 PÁGINAS